

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULDADE DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ARTE

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA MEDIEVAL E MODERNA

**O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO,
DE 978 A 1588**

A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária

VOLUME I

ESTUDO

ÍNDICE

Índice.....	2
Prefácio.....	4
Siglas e abreviaturas.....	7
Bibliografia.....	9

PRIMEIRA PARTE

Primeira secção: Introdução. Três notas introdutórias

Capítulo I. <i>Os objectivos deste estudo</i>	59
Capítulo II. <i>Os períodos da história conventual do mosteiro de Santo Tirso</i>	69
Capítulo III. <i>Uma fermentação em marcha: monástica e senhorial</i>	74

Segunda secção: A fundação do mosteiro de Santo Tirso e a sua fase pré-benedictina (978-1092)

Capítulo I. <i>A fundação do mosteiro de Santo Tirso (978)</i>	97
Capítulo II. <i>Do hagiónimo ao topónimo de Santo Tirso</i>	106
Capítulo III. <i>A regra da comunidade primitiva</i>	117
Capítulo IV. <i>A malha diocesana do nosso mosteiro</i>	124

Terceira secção: A beneditinização. Uma fase de estrita observância

Capítulo I. <i>A solenidade de 1092: a beneditinização</i>	136
Capítulo II. <i>Os padroeiros: a família da Maia. Soeiro Menes, o Bom: a silhueta bifacial de um nobre</i>	144
Capítulo III. <i>A igreja românica de 1092. Vestígios arqueológicos e epigráficos</i>	149
Capítulo IV. <i>A igreja do sec. XIV. Os benfeitores, as capelas e o claustro</i>	163
Capítulo V. <i>A realza e o mosteiro de Santo Tirso</i>	178
Capítulo VI. <i>As imunidades do mosteiro. O couto de Santo Tirso (1098). I. A demarcação do couto. II. A carta de sentença de D. Afonso IV (1336). III. Confirmação dos privilégios (1341)</i>	200
Capítulo VII. <i>A economia. Algumas notas sobre os rendimentos monásticos</i>	220
Capítulo VIII. <i>A técnica. Uma obra de engenharia medíeva: o Rego dos Frades (sec. XII)</i>	272
Capítulo IX. <i>A vida intelectual e a cultura do nosso mosteiro</i>	280
Capítulo X. <i>A assistência aos pobres e aos doentes</i>	293
Capítulo XI. <i>Abades de estrita observância, eleitos e vitalícios (1092-1395)</i>	296

SEGUNDA PARTE

A DECADÊNCIA NA BAIXA IDADE MÉDIA E OS PRIMÓRDIOS DA CONGREGAÇÃO

(1402-1588)

Capítulo I. <i>A disciplina interna no mosteiro de Santo Tirso e a visitação de 1437</i>	376
Capítulo II. <i>Abades vitalícios não eleitos (1402-1588)</i>	391
Capítulo III. <i>Nepotismo e mais influências dos Abades. Galegos em Santo Tirso (sec. XV)</i>	467
Capítulo IV. <i>Dados de economia conventual, na época dos comendatários (sec. XV-XVI)</i>	479
Capítulo V. <i>Problemas sanitários, em Santo Tirso, ao sec. XV e XVI</i>	493
Capítulo VI. <i>Algumas relações sociais do mosteiro. I. Os reis e o mosteiro de Santo Tirso. II. O mosteiro e a paróquia. Amador Ribeiro de Andrade, último vigário secular da freguesia de Santo Tirso</i>	501
Capítulo VII. <i>Nos primórdios da Congregação Beneditina Portuguesa (1558-1562)</i>	515
Capítulo VIII: <i>Monges e seculares, de Santo Tirso, ordenados em Braga, ao sec. XV-XVI</i>	536

PREFÁCIO

Se saudades me enlevam na velhice ?!... –, perguntas-me. Afora o aconchego rural dos meus pais, só os tempos distantes de Roma. Ó Roma eterna dos mártires e dos santos, paraíso perdido dos meus sonhos de criança !... Vago e etéreo ainda me revejo, tantas vezes, ora, pasta sob o braço, no átrio da Universidade; ora peregrino, na Praça de S. Pedro; ora contemplativo e extático no interior da Capela Sixtina; ora, no Coliseu, atento ao gesto último das Vestais, sobre o destino dos gladiadores vergados ao peso da derrota; ora devoto e encorajado nas sinuosas galerias das catacumbas dos teus mártires, ó Roma eterna...

Roma me gerou! E um cordão umbilical, que se me não cortaria, me prende, a cada instante, ao útero da loba capitolina, como papagaio de papel que a criança de dedos frágeis vai dominando.

Um hiato que não dá para entender. Salto no escuro. De vê-la, nem por um canudo ! Falta-lhe o mínimo de competência onde lhe sobeja o frenesi da ambição. Pobre Ícaro que do mais alto da subida no fundo do Oceano se houve de imergir !... Quanto a mim, sentir-me-ia a fazer a travessia do deserto. Nem o abraço de um junípero que do sol me defendesse. Na aspereza da viagem, prostrou-me o peso do cansaço, onde só uma coisa pedi aos céus. A súplica que lhe teria feito Elias: a morte. Só a morte, nada mais. E repetia-se, vezes sem conta. Sim, aparecerá, de quando em vez, o Anjo de Deus, com uma bilha de água e um pão de sob a cinza. Mas de dureza, pareceram-me anos e anos de viagem. Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados. Quantas vezes eu quis reunir os teus filhos como a galinha os pintainhos...E tu não quiseste. Fique deserta a tua casa...

Quando acordo do pesadelo, vejo-me na Lusa Atenas. A Universidade, velhinha de séculos; o saber dos catedráticos, salpicado de um certo rigor que apreciei; a alegria efusiva dos seus alunos, tão contagiante como o dedo materno apontado ao beijo da criança, que a desperta num leve sorriso; a camaradagem dos meus colegas, sempre disponíveis na ajuda a um pobre estudante trabalhador; a Sé Velha, onde, acarinhado pelo Monsenhor João Evangelista, pernoitei; o fado da despedida que, desde há muito, e pela primeira vez, depois da morte dos meus pais, me fez chorar de saudade; o Quebra-costas e quantas correrias e saltos de agilidade, como cabrito montês em fuga desarvorada pela serra; Santa Cruz e sua comunidade que o Mata-Frades, apesar de perto, nunca soube compreender; a Rainha Santa e o regaço das suas rosas, o milagre permanente de um odor que me refresca a alma e o coração. Coimbra, tens sempre encanto. Mas nunca tão surpreendente como na hora mesma da despedida...

Por fim, S. Tiago de Compostela. Homenagem ao meu “pároco”: o acolhimento, no seu trono da Catedral, com lábios de sorriso complacente, “que eu vi, com os meus olhos que a terra há-de comer”.

O círculo da amizade de colegas e professores na Universidade redimiram-me do cansaço. Restauraram-se-me as forças, sentira-me novo, na recuperação maior de uma juventude que julgara para sempre perdida. Faz bem respirar estas auras primaveris ! Casa grande é aquela onde cabem muitos amigos... O´ S. Tiago de Compostela ! Ó ruas

estreitas de peregrinos apinhados ! Ó sagrado turíbulo que, mais que os corpos, perfumas as almas e os corações !

A todos os meus professores e amigos – tantos, que fazem grande a sua casa – um adeus de saudade num peregrino que não perde a esperança de regresso. Pois, à cidade do Apóstolo, até depois da morte, possível se faz a retoma de uma visitaçāo !

Na hora da partida, pois, um muito obrigado: aos meus professores e aos meus colegas. Dos primeiros – que todos mereceram a minha estima e consideraçāo - é compreensível se destaque quem, pela primeira vez, me acolheu, o Sr. Doutor Lopez Alsina – , e quem me orientou, a Sr.^a Doutora Maria Luz Ríos Rodríguez. Aquele, me ciceroniou, nos primeiros passos e me confortou com a sua amizade; a segunda, nos últimos, quando dedicadamente e por dois anos a fio me ajudou na elaboraçāo da tese e que, com muita exigência, me postularia quanto dar eu pude. Fique sob registo o testemunho da minha dedicaçāo que bem lhe cabe. Se não fosse o seu arrimo, com certeza que só botaria figura de uma Penélope unifacial: dia e noite a fazer e a desfazer uma teia que nunca acabasse...

Ao fim e ao cabo, a teia ficou terminada. Trabalho conclusivo de uns trinta anos de tão aturada quam paciente investigaçāo. A todos, mas especialmente àqueles dois – repito – o testemunho sincero do meu muito obrigado. E à Universidade de S. Tiago as lágrimas saudosas que me hāo-de irrigar os passos breves da vida que me restará.

Sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança, assim escrevera António Gedeão, na “Pedra Filosofal” Antes, o reafirmara o autor da “Mensagem”: *Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*. Quando o homem tem o sonho por realidade, o homem cria a realidade do sonho !... Se a obra não nasce, não é porque Deus o não queira, mas só porque o homem não sonha. O homem sem ideal já o definiu o autor da *Mensagem*: *Besta sadia, cadáver adiado que procria*. Devia haver pena de morte para os sonhos que deixamos morrer...Abortá-los ou deixá-los silenciosos no eterno vazio das coisas que não são será crime que não merece a condolência do perdāo misericordioso. Na sociedade consumista de hoje, impõe-se a tarefa evangélica da saída do semeador a semear a sua semente. Tantos terrenos votados ao vil abandono do menosprezo...

É certo, o sonho é rio com água que flui. Mas uma que outra vez, com cachoeiras de raiva que tanto espumam!... Bem ! Desde o sonho à realidade, a distância vai longe. E cansado e débil e de forças quase exausto, como náufrago em luta temerosa contra a maré, chega tantas vezes o sonho ao seu destino:

- *Nai, onde van os soños que se soñan ?*
- *Os soños non vam, fillo. Os soños veñen da neboa como naufragos buscando Terra* (Eva Veiga).

Há muitas décadas que este sonho – a monografia do mosteiro de Santo Tirso – me seduziu. Aos começos, como feto, no ventre materno, ainda informe, que, porém, já algo vaticina, sem que, todavia, tudo nos desvende. Que bom seria que a história surgisse, logo aos começos, acabada e perfeita. Que caísse do céu azul cristalizada como o maná do Deserto! Mas a história não se faz. Vai-se fazendo !...

Também, e por outro lado, não gostava que fosse o maná. Se caísse já feita, apenas se nos exigiria o esforço momentâneo de a apanhar. Mas retirar-se-nos-ia o prazer de assistirmos ao seu crescimento. E mais: o prazer de saborearmos, com deleito redobrado, aquilo que é como a Eva do Éden paradisíaco: *osso dos meus ossos, carne da minha carne*. Com que prazer e carinho não afaga e amacia sobre o seio o seu bebé, uma e muitas vezes, a mãe que o transporta no paraíso terreal do seu ventre! E, depois que nasce, como acresce de beijos e carícias, em transportes de ternura, o seu filhinho, assistindo mimada ao seu crescimento.

De qualquer forma, incontornável o princípio das limitações congénitas do ser humano. Mas não posso replicar como o mau administrador da parábola: *Senhor, sabia que eras exigente, que recolhias onde não semeavas...*

Com certeza que, neste dia de contas, posso confessar que todos semearam. Que a semente foi boa. E, se bom fruto não houve, é porque o terreno poderia ter sido melhor. Sei das dificuldades, sei dos limites. Até porque nunca existiu, em história, a última palavra... Poderia citar tantos exemplos de últimas palavras que, no mecanismo inexorável da evolução dialéctica, se fizeram palavras apenas balbuciadas de uma timidez quase infantil. A confusão evangélica dos últimos com os primeiros...

O homem - e seu produto - nasce, cresce, envelhece e morre. Se nada se cria e nada se perde, pelo menos tudo se transforma. Só uma coisa me seduzirá: a de fazer o melhor que sei. Quanto ao resto, nada me ilude. Os elogios não me estimulam mais que a minha vontade de fazer; as críticas outra coisa não são que meras varas sem o aguilhão que fira. Não mordem, que deixo caminho aberto e escancarado a que os outros façam melhor.

De qualquer forma, gotejam destas páginas suores de muitas canseiras, sonhos perdidos de noites brancas, sem luas, sem estrelas e sem idílios azuis de anjos com Deus. Apenas me aflora ao rosto o suor que do meu pai me coube de herdar, ele que, nos braços esforçados de um Laocoonte, ao solo arrancava os trepos retorcidos, donde, porém, iria recolher o pão amassado no suor do rosto, com que, em forma de milagre permanente, saciava a fome de seus filhos.

Das gralhas que, apesar do meu esforço duro, impugnei, derrota antecipada foi a minha luta. A este propósito, de nada valerá a prece litânica, por mais que repetida, do *Libera nos, Domine !...* Por isso, e no que toca às remanescências dos piolhos que catei, as confio agora ao leitor que pacientemente as haja de expurgar. Tomo das páginas de D. Francisco Manuel de Melo a recomendação oportuna: *da infelicidade da composição, erros da escritura, e outras imperfeições da estampa, não há que dizer-vos: vós os vedes, vós os castigai.*

Todo o mundo é minha pátria. Todo o homem é meu irmão. Mas só em ti, ó minha terra, melhor saboreei o genuíno afago do pátrio amor. Como nos conterrâneos meus melhor senti os dotes da progenitura do que em qualquer outra fraternidade a que doido me abraçasse!... Há coisas que sinto, mas que não entendo. E tanto sinto de ti quão assim pouco o sei expressar. No corpo com que me despeço, me fica a alma em teu regaço. Sê tu, pois, o berço da minha eterna felicidade.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACHLR	<i>Actas do Colóquio de História Local e Regional</i> , Santo Tirso, 1982
ADB/UM	Arquivo Distrital de Braga – Arquivo da Universidade do Minho
ADP	Arquivo Distrital do Porto
ADP/AC/GCPRT	Arquivo Distrital do Porto. Administração Central. Governo Civil do Porto
AEM	<i>Anuario de Estudios Medievales</i>
AGST	<i>Ave. Gazeta de Santo Thyrsó</i>
AHCP	<i>Arquivos de História da Cultura Portuguesa</i> , Lisboa (1967-1972)
AHP	<i>Archivo Historico Portugetez</i>
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APA	Arquivo Paroquial de Areias
APL	Arquivo Paroquial da Lama
Art.	Artigo
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
AV	Arquivo do Vaticano
BA	<i>Bracara Augusta</i> , Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga
BAC	Col. <i>Biblioteca de Autores Cristianos</i> , La Editorial Catolica, Madrid
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BUC	Biblioteca da Universidade de Coimbra
BS	Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães
CCLP	<i>Corpus Codicum Latinorum Portugalensium</i> , Porto, 1981-1957
CCSP	<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> , ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto
Cod.	<i>Códice</i>
Cf.	Conferir
Col.	Coluna
CR	Colecção dos reservados
CSIC	Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid
CSTBC	<i>O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural</i>
CUP	<i>Chartularium Universitatis Portucalensis</i>
CVST	Convento de Santo Tirso
Cx.	Caixa
DC	<i>Diplomata et Chartae</i> , no <i>Portugaliae Monumenta Historica</i>
DHIP	<i>Dicionário da História da Igreja em Portugal</i>
DHP	<i>Dicionário de História de Portugal</i> , dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto
doc.	documento
DMP/DP	<i>Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares</i> , ed. de Rui de Azevedo
DMP/DR	<i>Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios</i> , ed. de Rui de Azevedo
Doc.	Documento
EM	<i>Estudos Medievais</i> , Revista publ. pela Secretaria de Estado da Cultura. Delegação Regional do Norte. Centro de Estudos Humanísticos, Porto.
EN	<i>Ecos de Negrelos</i>
ES	<i>España Sagrada</i> , de Florez
f.	Folha
ff.	Folhas
gav.	Gaveta
INCM	Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Editora.
INIC	Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
JST	<i>Jornal de Santo Thyrsó</i>
LS	<i>Lusitania Sacra</i> , Revista de História Eclesiástica, Lisboa
LV	<i>Livros Velhos de Linhagens</i>

m./mç	maço
MPV	<i>Monumenta Portugaliae Vaticana</i>
Ms.	manuscrito
n.º	número.
O.c.	<i>Opus citatum</i>
OSB	Ordem de S. Bento
p.	Página
Perg.	Pergaminho
PG	<i>Patres Graeci</i> , ed. do Migne
PLCT	<i>Página Literária de Cultura Tirsense</i>
pp.	Páginas
PMH	<i>Portugaliae Monumenta Historica</i>
PT/ADPRT/MON/CVST	Porto. Arquivo Distrital do Porto. Fundo Monástico. Convento de Santo Tirso
Publ.	publicado
RG	<i>Revista de Guimarães</i>
RL	<i>Revista Lusitana</i> , dirigida pelo sábio Leite de Vasconcelos
RLAHST	<i>Revista da Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso</i>
RPH	<i>Revista Portuguesa de História</i> , da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos
s.	seguinte
sec.	século
ss.	seguintes
ST	<i>Semana Tirsense</i>
STA	<i>Santo Tirso Arqueológico</i> , Rev. publ. pela Câmara de Santo Tirso
STBCC	<i>Santo Tirso. Boletim Cultural Concelhio</i>
t.	tomo
TT	<i>Arquivo da Torre do Tombo</i> , Lisboa.
v.	verso
Vide	Veja-se
VMH	<i>Vimaranis Monumenta Historica</i>
Vol.	volume

BIBLIOGRAFIA

1.Uma reflexão sobre as fontes

1. 1.O destino dos bens de Santo Tirso, após a extinção

Encerrados os mosteiros, em 1834, foram os seus bens incorporados na Fazenda Nacional. Logo se seguiria a fixação dos destinos a que iriam ser sujeitos os valores de que as casas religiosas se compunham. O mosteiro de Santo Tirso, quanto às propriedades imobiliárias, foi dividido em duas partes: os prédios rústicos e os urbanos. *Diviserunt sibi vestimenta mea...*

Os primeiros foram vendidos, em 1839, ao cunhado do Ministro Passos Manuel, o comendador José Pinto Soares, que Camilo tanto iria ridicularizar. Parece-me que sem exagero...

Os edifícios, esses iriam ser repartidos em três fracções: a galeria reservada às repartições públicas do novel concelho de Santo Tirso; a igreja, o primeiro claustro e o dormitório próximo das escadas que conduziam ao Coro-alto, para a freguesia. O resto – os três claustros e galerias envolventes, afora pequenas secções que foram dadas à paróquia – destinar-se-ia a venda, que o mesmo comendador arremataria em 1842.

Quanto aos bens móveis – pratas, peças de mobiliário, dinheiros livros... -, incorporados na Fazenda Nacional, é possível que muitas destas coisas viessem a ser postas a salvo e escondidas pelos frades, junto de pessoas de confiança.

Prevendo o facto, a lei instituíra a figura jurídica do delator, espécie de cão, de faro bem apurado, que levantasse a lebre onde quer se descobrisse. Ora o cão dos bens de Santo Tirso veio de Moncorvo. Longe lhe cheirariam as joias dos nossos monges. E o Manuel José – assim se chamava o felino – levantou a lebre na Casa de Singeverga. Uns 50 ou 60 anos antes desta grande unidade de lavoura ter sido doada aos beneditinos.

Não sei se as joias do extinto mosteiro de Santo Tirso estavam ou não escondidas. O facto é que a denúncia, só por si, parece supor relações de amizade entre esta casa de lavoura e os religiosos, o que era efectivamente verdade. Até porque um ex-beneditino, vítima da exclausuração, ficara exercendo a sua acção pastoral na freguesia de Roriz.. E, com certeza, que o tal beneditino – e, possivelmente, outros mais – estabeleceria laços de amizade com famílias de Roriz e doutras paróquias também ¹.

Dizia o caça-tesouros José ao Governo Civil do Porto:

Manoel José Alves de Moura, morador na freguesia de Móz Julgado de Moncorvo vem denunciar à Fazenda Nacional os seguintes bens que a mesma pertencem, com o protesto de haver em seo beneficio o que a Lei marca que são os seguintes; as joias e moveis ricos e alguns dinheiros do extincto Convento de Santo Thirso guardados pelo então Abbade do dito Convento Frei José do Espírito Santo ² achão-se guardados na Casa de Singeverga na freguesia de Roris do dito Julgado de Santo thirso...

¹ Cf. SOUSA, D. Gabriel de - *O Mosteiro de Singeverga. Cem anos de vida beneditina (1892-1992)*, ed. "Ora et Labora", Singeverga, 1992, especialmente as pp. 35-40.

² O homem andava mal informado da história, que só para o dinheiro tinha faro. O último Abade de Santo Tirso fora D. Joaquim de Santa Rosa...

Pois, no dito despacho poderia ler-se: *recebido às onze horas do dia d'hoje: registre-se e proceda-se as diligencias ordenadas no Decreto de 10/I/1837. Porto 14 de Setembro de 1847. Conde de Penamacor*³.

Quanto aos livros da biblioteca – e era rico o seu recheio ! - , estes foram para a Biblioteca Pública do Porto. E cêdo... Temos a nota da despesa do transporte ao seu destino:

30 de Setembro 1835

*Mosteiro de Santo Thirso. Por conducção da livraria para a Biblioteca Pública conforme a Conta 5.300*⁴.

Assim, o destinatário dos livros não foi Comendador Passos que, de bom grado, renunciaria àquilo de que ânsia nunca tivera. Antes a Biblioteca Municipal do Porto.

Pois, no que toca aos prédios, sabemos do jogo sujo dos políticos que tudo fizeram para canalizar, ao mais baixo preço, as quintas e a parte vendável do edifício conventual para as mãos do Comendador Passos, o cunhado do Ministro Passos Manuel.

No referente a joias e dinheiro, sabemos da boca hiante do erário público que, à custa da igreja e, especialmente, dos pobres frades, gosta de saciar a fome do bandulho do seu despesismo insatisfeito.

Do arquivo monástico ainda não veio ao meu conhecimento o paradeiro a que arribara. A não ser que, confundido o seu recheio com o da Biblioteca, fossem também os códices e pergaminhos parar à dita Biblioteca Municipal do Porto, onde, de facto, ainda hoje, se encontram livros manuscritos e documentos do nosso mosteiro.

1.2. Os manuscritos

Em 10 de Agosto de 1789 – suponho eu -, numa carta dirigida ao abade Correia da Serra, dirá João Pedro Ribeiro:

*(...) todos os Cartorios de Lisboa não valem hum desta Provincia, porque precisando-se mais que tudo de Documentos anteriores á Monarchia, não he aqui que se hão de achar mas sim por estes sitios. O Cartorio do Cabido de Coimbra, Porto e Braga dos Mosteiros de S. Thirso, Pombeiro, Refoyos Arnoya; os Cistercienses em que Frei Joaquim trabalhou sabe Deus como; tudo offerece hum Campo vasto e que pede se lhe não tirem Obreiros. Estes, (e eu seria o mesmo), perdem-se em Lisboa, onde as diversoins alheiam de trabalhos fastidiosos*⁵.

De resto, ele bem suspeitava da riqueza documental do cartório de Santo Tirso. É certo que já bastantes dos elementos do seu recheio se tinham perdido. As causas seriam múltiplas. Isso mesmo o sublinhará – não o de que, efectivamente, acontecesse, mas o receio de que, eventualmente, pudesse suceder – o facto de os monges de Santo Tirso suplicarem a D. Pedro confirmasse os privilégios concedidos pelo seu pai, o Bravo, ao nosso mosteiro *que se temia de perder a dita carta de D. Afonso IV por água ou por fogo ou por qualquer outra razão*.

Se as coisas se temiam no futuro, é porque os factos se tinham dado no passado. Mais vale prevenir que remediar. E, porque teriam já tido ocasiões para remediar, por

³ ADP AC GCPRT Lv. 45.

⁴ ADP AC GCPRT Lv. 41, f. 41. Cf. JST de 12 de Julho de 1996, p. 3.

⁵ BAIÃO, António – *A Infância da Academia*, Lisboa, 1934, p. 8.

isso haveria também razões de sobra para prevenir... E, na verdade, repetir-se-iam. E mais que uma vez: o caso do vandalismo das tropas castelhanas de 1385 e de que, anos depois, o acto de visitação de 1437 dará conta, inclusive no que aos livros mesmos tocaria; o descuido dos próprios religiosos que não salvaguardariam, de modo eficaz, os documentos, face às intempéries da chuva e das humidades. Constatam-se ainda outros estragos tão acidentais, como os das variações atmosféricas. Por exemplo, que os ratos, mais assíduos na frequência da biblioteca e do arquivo que os frades no estudo e manuseio, seja da documentação seja dos volumes. Por bastantes vezes, dá conta dos estragos no cartório o Índice de 1774. Assim e a propósito dos roedores e das desventuras que teriam provocado no cartório, esta observação: *e como o pergaminho na era esta comido dos Ratos, não se sabe em que era foi feito* ⁶. Mas também haveria falta de senso nos próprios monges, que deveriam ter mais sentido da responsabilidade. Pois que até, propositadamente, os destruiriam. O Index de 1774, por exemplo, a certa altura, comenta, depois de verificar uma coisa deste género: que o documento da renúncia de João Gonçalves e da sua esposa, Margarida Gonçalves, a favor do mosteiro, em 1528, estava cortado. E comenta: *Deus perdoe a quem fez semelhante abelidade* ⁷. Também contribuíram outros factores para a destruição, como o terremoto de Lisboa. Os nossos religiosos, ao tempo de D. José, enviaram pergaminhos para o Paço, em ordem à confirmação. Depois de analisados, deviam ser transferidos para o mosteiro de S. Bento, donde seriam logo despachados para a origem. Mas, entretanto, sucedeu o terremoto. E, na catástrofe, se foram os originais do mosteiro de Santo Tirso. E os que dela se salvaram, ilegíveis se tornariam, lavados que foram pelas águas. Ou então muito danificados, de modo a impossibilitarem uma leitura mais fácil e correcta.

Aliás, mesmo assim, podemos fazer uma ideia aproximada da sua riqueza, no contexto da visita de João Pedro Ribeiro, pelos Índices de 1664 ⁸, 1738, 1772 e, sobretudo, do de 1774, que se encontram no Arquivo Distrital do Porto e que se devem, os três últimos, à iniciativa de D. Frei Plácido de S. Bento ⁹, D. Frei José de Santa Maria Maior ¹⁰ e de D. Frei José de S. Jerónimo ¹¹.

Mas verdadeiramente irreparáveis foram as delapidações do cartório, após a extinção. Já o constataria, com muita tristeza, Alexandre Herculano, aquando da publicação dos *Diplomata et Chartae*, atribuindo ao fogo a perda dos pergaminhos do nosso mosteiro. Ao fogo, que não só. Por infelicidade maior...

Repetir-se-á o caso de 1385, ao fim da existência do convento, mas antes da liquidação oficial do Mata-Frades: as tropas liberais, em 26 de Março de 1834, invadiram o mosteiro, logo após o último abade ter encerrado as suas portas. E foi a pilhagem, como de facto, os mesmos agentes - que só sabem destruir ou matar ! - também se aboletariam, pouco antes, com os magros haveres da Igreja rural de Areias.

⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 233-233 v.

⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, f. 146.

⁸ De 1662 a 1665, foi prelado de Santo Tirso D. Frei Bento da Glória. No seu relatório trienal, ler-se-á: *Fez-se hum Cartorio Grande, que consta de trinta E duas Gauetas E duas sacadas para os Liuros grandes pondolhe muito boas fechaduras e dobradiças, com seus tiradores em todas as gauetas.*

⁹ Frei Plácido de S. Bento foi abade de Santo Tirso no triénio de 1737-1740. Numa visita ao mosteiro tinha-lhe dito o Geral de Tibães: *Recomendamos muito ao Muito Reverendo Padre D. Abbade mande logo fazer o index de todos os papeis do Cartorio, e não lhe pomos preceito, por fiarmos do seu grande zelo o farâ como lhe Recomendamos.*

¹⁰ Foi ao tempo do seu abaciado (1770-1773) que se acabou a Livraria, ao primeiro piso, e o cartório no rés do chão, numa das três casas em que fora dividido.

¹¹ Abade de Santo Tirso no triénio de 1773-1776. No frontispício deste Catálogo, pode ler-se: *Index do cartorio deste Mosteiro de S. Thirso, que mandou reformar o M.R.P.P. Frei Jozé de S. Jeronimo sendo D. Abbade do dito Mosteiro no anno de 1774.*

Assim o anotaria, de coração amargurado, o pároco arenense Manuel Francisco da Silva.

Salvaram-se, porém, de muitos as cópias, extractos e sumários que deles – dos originais – se fizeram. Uma colecção preciosa de tudo isto a fez João Pedro Ribeiro ¹². Citou alguns pergaminhos de extraordinária importância para a história de Portugal, como o documento de origem que permitiria recuar o casamento do Conde D. Henrique ao ano de 1093, data que Frei Leão de S. Tomás não soubera ler com a exactidão devida. O grande mestre de Paleografia transcreverá bastantes pergaminhos, incluindo mesmo, em algumas das cópias, o desenho fiel dos sinais de confirmação régia; fará de outros extractos mais ou menos alongados dos pormenores mais significativos; em certos casos, e respeitante a outros documentos, dará em síntese uma súmula abreviada. E não se quedaria por aqui. Além do conjunto publicado pelo Dr. António Cruz – o *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro* -, tenho entre mãos um valioso caderno, manuscrito do eminente João Pedro Ribeiro, com observações curiosas e muito interessantes, especialmente no campo da Diplomática, no total de setenta e sete documentos, na maior parte da Idade Média, que o sábio investigador intitulou de *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*. Não contém a assinatura do autor. Mas julgo que da sua autoria deve ser...

Estes e muitíssimos outros documentos foram também sumariados e extractados, especialmente pelo Índice de 1774 e outros mais já citados, que assim nos vêm permitindo fazer uma ideia, esta bastante mais completa do cartório do mosteiro de Santo Tirso.

Dentro do ADP, contamos ainda com cópias abundantes de antigos pergaminhos: de doações régias e particulares, de bulas pontifícias, de confirmações episcopais... Os textos nem sempre foram transcritos com aquela precisão que seria desejável, se bem que, em muitos casos, se trate de cópias juridicamente autenticadas por mãos de tabeliães ou notários régios. E, com o auxílio das cópias, extractos e sumários, quer de João Pedro Ribeiro quer do cartório de 1774, se poderá, às vezes, dispor do suficiente para avançar com a hipótese de rectificações adequadas. Por isso, para se melhor entender a documentação que vai seguir-se, porei frequentemente em letra amiudada, os lugares paralelos que permitam confirmar e corrigir as fontes que temos à nossa disposição. Pois, em 1792, segunda metade do ano, o grande mestre de Paleografia, por incumbência da Academia Real das Ciências visitará o cartório do mosteiro de Santo Tirso, cheirando ao fresco das tintas, construído de novo que o fora, poucos anos atrás ¹³

Para complemento, direi que os pergaminhos de Santo Tirso, que sobreviveram a tantas calamidades, se encontram distribuídos por dois lotes sobretudo: um maço em Guimarães que resultara de uma doação do Visconde do Marco ao Museu Martins Sarmento; e um outro – também de umas dezenas como aquele, mas infelizmente bastantes deles muito deteriorados – que se encontra em Lisboa, na Torre do Tombo.

Veremos, pois, após esta introdução, os documentos – alguns deles – que passamos a elencar.

¹² CRUZ, António – *Breve Estudos dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938. Note-se que o Dr. António Cruz os transcreveu da cópia original que elaborou o dito mestre de Diplomática.

¹³ Em carta datada do Porto, a 28 de Julho de 1792, escrevia este nosso investigador ao mesmo Abade Correia da Serra: *Tenho achado bastante alívio nas Férias que vou tomando, e de que bem precisava mas para de todo não me esquecer do trabalho formo tenção, fazer uma breve digressão a Pombeiro, S. Thirso, Tibaens e Guimaraens somente a tomar o pulço ao trabalho que por ahí tenho, e escolher tempo opportuno para elle com conhecimento de cauza, dipois de concluir Pendorada, em que entrarey com o mez de Setembro como mais benigno e já livre de maiores calores* (BAIÃO, António, o.c. p. 58).

1.3. Fontes impressas

Para a história do nosso mosteiro, são bastantes e, muitas vezes, de boa qualidade. Um documento de raro valor aquele que se refere às discussões entre as dioceses de Braga e do Porto, acerca dos limites com que se confrontam, e onde, por analepse, as testemunhas recuam ao acontecimento da fundação do mosteiro, no ano de 978. Foi descoberto, a meio do sec. XX, pelo Director do ADB, Alberto Feio. A sua leitura não teria sido tão correcta, pelo que o Sr. Dr. Avelino de Jesus da Costa houve por bem, alguns anos depois, de a corrigir em certos pormenores. Além do mais, a este distintíssimo professor da Universidade de Coimbra, coube a tarefa de defender o valor da sua autenticidade, chamando a atenção para o facto de certas confirmações – assinaturas “impossíveis”, segundo Carl Erdmann, nessa altura – se explicarem tão só por confirmações subsequentes. Quanto a nós, caber-nos-ia indigitar a relação deste documento com o Censual do Bispo D. Pedro, aos finais do sec. XI.

De muito valor, igualmente, os documentos transcritos – total ou parcialmente, em forma de sumários ou extractos – por João Pedro Ribeiro. Visitara o arquivo do cenóbio tirsense, em 1792. Uns 253 exemplares de textos documentais, muito importantes, na maioria, de que se destacam os dois referentes à doação do couto de Santo Tirso e sua demarcação. Ainda os documentos que se referem às relações entre os monarcas e a casa religiosa da nossa cidade, assim como outro grupo que se traduziria em laços que se apertam entre bentos e fidalgos. Mais, bastantes documentos nos forneceria o mesmo João Pedro Ribeiro, na íntegra ou em forma de extractos na sua monumental obra, as *Dissertações*. Nos cinco densos volumes, os textos, muitas vezes, e com grande sagacidade, se depuram, mediante certos comentários de feição crítica.

Um notável conjunto, particularmente para a época conturbada dos comendatários, se encontra recolhida, a partir do trabalho insano do religioso de S. Francisco, o P.e António Domingues de Sousa Costa, que os transcreveria do Arquivo do Vaticano e que publicara no conjunto *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Alguns dos textos do MPV poderiam ser melhor interpretados nas notas de esclarecimento que, ao final de cada um, às vezes se encontram. Alguns dos documentos de Sousa Costa iriam ser reaproveitados no *Monumenta Henricina*. Esta, uma recolha que, no domínio dos Descobrimentos, teria tentado equiparar-se ou até aventajar-se, à série documental de Silva Marques, para o que se terá servido de fontes suplementares extraídas de arquivos estrangeiros e, especialmente, do Vaticano. Se na transcrição não haverá motivo para reparos, as anotações históricas não ajudarão muito à valorização da recolha.

Outras fontes documentais impressas se podem encontrar nos numerosos volumes da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e suas *Provas*, de D. António Caetano de Sousa. Lembrarei, muito particularmente, as disposições testamentárias dos nossos primeiros reis e o papel de destaque que neles ocupa o mosteiro de Santo Tirso e os seus abades, a quem os monarcas beneficiam com doações ou lhes confiam o cargo da responsabilidade de executantes das suas vontades últimas.

Outro manancial de documentação impressa o pôs à disposição dos estudiosos a Câmara Municipal do Porto. Densos e pesados serão os 6 volumes. Refiro-me ao *Corpus Codicum Portucalensium*. Mas aqui se encontram elementos de base para a historiografia regional portugalense. Em particular, as inquirições. Notemos que algumas delas – as de D. Dinis e as de D. Afonso IV, por exemplo – não se acham no PMH, de Herculano. Restrita ao território portugalense, segue, porém, com rara fidelidade, na esteira exigente dos desígnios que nortearam o grande historiador, poeta e romancista. Os documentos provêm do Arquivo Municipal do Porto e guardam-se, hoje, no Gabinete de História da Cidade.

Outra colecção valiosa e também regional – mas atreita a Guimarães e seu município – a *Vimaranis Monumenta Historica*, do Abade de Tagilde. Vem a propósito citá-la, dada a relação tão profunda do mosteiro tirsense com as paróquias deste município (Vila Nova das Infantas, Golães, Silvares...). Isto, apesar de um certo menosprezo, não pela qualidade em si, quanto pela originalidade parcial do seu autor que reaproveitaria grande parte do que já por outros fora publicado. Bem ! Mas tinha de o fazer, dado o intuito de organizar uma colectânea que servisse de base à história medieval do concelho de Guimarães. Só se exigiria se servisse de leituras correctas. E citadas as suas fontes...

Também se terá de apontar a colectânea *Documentos Medievais Portugueses*, de Rui de Azevedo. De forma especial, o vol. I. *Documentos dos Condes portugueses e de D. Afonso Henriques*. Isto se teve em especial consideração, pela riqueza de notas críticas, a propósito das duas cartas de couto do mosteiro de Santo Tirso, que leva Rui de Azevedo a descartar o aproveitamento de uma que o dito autor teve por falsa. Assim deu uma nova achega para melhor discriminar as duas que João Pedro Ribeiro, a par, nos teria dado na sua edição.

Lado a lado, no valor e importância, uma coisa relacionada, e em certa medida, com a epistolografia – súplicas, bulas, indigitação de juizes executores das decisões pontifícias -, que não só, o *Censual do Cabido da Sé do Porto*, publicado pela Biblioteca Municipal da Cidade Invicta. De transcrição cuidada, muitos são os textos documentais que interessam ao mosteiro de Santo Tirso, como as Bulas de Pascoal II e de Calisto II – e é, apenas, um exemplo -, respeitantes ao problema dos limites das dioceses do Porto, de uma banda, e de Braga e Coimbra, de outra, e onde o mosteiro de Santo Tirso jogará um papel preponderante. De interesse ainda um conjunto de documentos que se referem ao tema das relações entre Celanova e a freguesia tirsense de Monte Córdova, o que tem sua importância para o laço estreito entre Santo Tirso e S. Rosendo.

Daquele papel interventivo dos nossos monges beneditinos, tomamos conhecimento, através de um texto documental que publicaria Carl Erdmann, a saber, *O Papado e Portugal, no primeiro século da História Portuguesa*, publicado pelo Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, em tradução de João da Providência Costa. Uma carta do Cardeal de Toledo ao primeiro abade beneditino do nosso mosteiro, D. Gaudemiro de nome.

Mas não só. Outra troca de correspondência entre os reis e o nosso mosteiro, confirmando privilégios, pedindo empréstimos, requerendo se disponham a cargos importantes, como os de inquiridores. Outros contactos epistolares entre o mosteiro e os fidalgos, com direito à intervenção no âmbito do padroado. Deste caso, é exemplo a correspondência de 1092, aquando da beneditinização do mosteiro de Santo Tirso¹⁴.

1.4. Atlas, Dicionários e Gramáticas do latim e português medievo, Enciclopédias

1.4.1. Geografia histórica

Para a geografia em que nos situamos e para o âmbito da história a que nos cingimos, reveste-se de uma actualidade tal que o seu manuseio se faz constante. Refiro-me ao conjunto *A Construção do Território. Mapa Histórico do Noroeste da Península Ibérica*, de José Ramón Menéndez de Lurca e Navia Osorio, de cuja

¹⁴ Cf. SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, vol. III, p. 527. Cf. CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 136-138.

tradução portuguesa e revisão se ocupariam Francisco Sande Lemos e Luís Fernando Oliveira Fontes, da Unidade Arqueológica da Universidade do Minho.

Da Alta Idade Média, e para conhecimento das estruturas de povoamento e sua transformação no Entre Minho e Douro – tanto no que toca a estudo como a cartas e lâminas – mereceu-nos particular atenção o volumoso estudo de Jorge López Quiroga, a saber *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*¹⁵. Também gostaria de citar um outro que me foi, igualmente, de grande proveito e de utilidade indesmentida: *O Atlas Histórico. Galicia*, no que toca à parte medievá, de Carmen Pallares e Ermelindo Portela¹⁶. Dois excelentes mapas, um sobre os *Territórios conquistados nos séculos XII e XIII*, e um outro com o título de *Carta dos Concelhos Medievais Portugueses* se encontram na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*¹⁷. Com a autoridade vincada dos nomes que os subscrevem, os dois mapas elaborados por Amorim Girão e Paulo Merêa que se publicaram no trabalho conjunto, intitulado *Territórios portugueses no sec. XI*¹⁸.

Dois mapas que se completam e que dizem respeito ao sec. XIV, finais, por ocasião da crise de 1383-1385: o de Fernando Bandeira Ferreira¹⁹ e dos complementos correctivos de índole geográfica, da autoria de Alfredo Fernandes Martins²⁰.

Outras cartas medievais que não podem passar sob o manto do esquecimento: o de Oliveira Marques, A. H., que tem por título *A População Portuguesa nos finais do sec. XIII*²¹, e o de Virgínia Rau, *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*. Sobre as comunas de judeus, no país, ao tempo de D. João II e de D. Manuel I, veja-se a carta de Leite de Vasconcelos, em *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*²².

1.4.2. Dicionários e Glossários

Passemos aos Dicionários. Mereceu-me, desde longa data, toda a atenção o *Elucidário* de Frei Joaquim de Santa Rosa²³. Eu sei que há correcções e acréscimos suplementares, que necessários o foram, mas para que não envelhecesse tanto. Como, por exemplo, os de José Leite de Vasconcelos²⁴. E, antes ainda, João Pedro Ribeiro²⁵, que, no *Elucidário*, descobriram de tudo um pouco: erros de leitura, interpretações dernorteadas, enganos de transcrições, omissões de vocábulos medievos que postulariam expressa referência e sua exploração conceptual, com o prolongamento de exemplificações, em forma de extractos. Mesmo assim – e mais assim, com estes

¹⁵ Coleção Galicia Histórica. Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, Fundación Pedro Barrié de La Maza.

¹⁶ Ed. Nigratreia. No mesmo vol. vem a parte moderna, da autoria de Pegerto Saavedra, 1998.

¹⁷ Vol. I, pp. 60-61 e pp. 652-653.

¹⁸ Separata da RPH, t. II, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Coimbra, 1948.

¹⁹ Em SERRÃO, Joel – *O carácter social da revolução de 1383*, cad. da “Seara Nova”, Lisboa, 1946, p. 60.

²⁰ Intitulava-se *A Configuração do Litoral Português no último quartel do sec. XIV. Apostilha a um mapa*, sep. de “Biblos”, vol. XXII (1946).

²¹ Com reedição nos *Ensaio de História Medieval Portuguesa*.

²² Vol. IV, organizado por M. Viegas Guerreiro e Orlando Ribeiro, Lisboa, 1958, p. 75.

²³ Ed. da Livraria Civilização, de 1965-1966.

²⁴ *Observações ao “Elucidário” do P.e Santa Rosa de Viterbo*, em *Estudos de Filologia Portuguesa*, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1961, pp. 231-298.

²⁵ *Dissertações Cronológicas e Críticas IV-II*, que Inocêncio da Silva aproveitou, na 2.ª edição do *Elucidário*, com as que, sobre Numismática, lhe dera Lopes Fernandes.

complementos que lhe foram adicionados – , se tornou o *Elucidário* ainda mais útil e referenciável. De resto, ninguém atira pedras senão às árvores com fruto...Para os ombros de um só homem, o autor do *Elucidário*, pior que todos os trabalhos de Hércules, no seu conjunto, só os do cabouqueiro Frei Joaquim. Com todas as suas mazelas, continua a ser o único vocabulário do Português medievo que, globalmente, ainda não foi ultrapassado.

Claro que, igualmente, para o Português medievo há muitas edições de textos desta época, com vocabulários que auxiliam a compreensão dos textos em causa. Esses glossários podem ver-se, por exemplo, na obra *Cancioneiro da Biblioteca Nacional antigo Colocci Brancuti*, ed. de Elsa Paxeco Machado e José Pedro Machado²⁶. Para os vocábulos próprios de nomes de pessoas, o grande Mestre José Leite de Vasconcelos, no denso volume *Antroponímia Portuguesa*²⁷. Mas para os topónimos e vocabulário comum, do mesmo autor, se podem haurir preciosas informações nos seus 7 volumes dos opúsculos: o III de *Onomatologia*²⁸, o I e IV de *Filologia*²⁹, o V e VII, de *Etnologia*³⁰, e o II e VI de *Dialectologia*³¹. A par deste especialista, o nome de Carolina Michaelis de Vasconcelos, nas *Lições de Filologia Portuguesa e Lições Práticas de Português Arcaico*³². Para a Fonética e Morfologia do mesmo Português me servi, muitas vezes, ao longo da minha vida de estudante e de professor, do volume do Dr. José Joaquim Nunes, *Compêndio da Gramática Histórica da Língua Portuguesa*³³. Complemento desta, a obra de Augusto Epifânio da Silva Dias, a chamada *Sintaxe Histórica da Língua Portuguesa*³⁴.

Nas edições de textos medievos, encontramos glossários preciosos. Por exemplo, o de Carolina Michaelis de Vasconcelos, a respeito do *Cancioneiro da Ajuda*³⁵. O mesmo labor, com eficiência o desempenharia, para as *Cantigas de Amigo*, o Dr. José Joaquim Nunes³⁶. O mesmo se diga da edição de *A Demanda do Santo Graal*, de Augusto Magne³⁷. Uma boa contribuição para o estudo do galaico-português e do leonês, ao sec. XIII, em textos mais práticos e jurídicos – onde menos exploração se tem verificado, do que nos literários e poéticos – o volume *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, de Luis F. Lindley Cintra³⁸. Ainda boas sugestões se poderão encontrar nos estudos de Joseph-Maria Piel sobre o galaico-português. Citarei de modo

²⁶ São 8 volumes. O glossário vem no último. A obra foi editada pela Revista de Portugal, Lisboa.

²⁷ Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

²⁸ Ed. da Imprensa da Universidade, 1931.

²⁹ Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928-1929.

³⁰ Ambos da Imprensa Nacional de Lisboa, 1938.

³¹ O II da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928; e o VI da INCM, Lisboa, 1985.

³² Livraria Martins Fontes Editora, L.da.

³³ Livraria Clássica Editora, 4.ª edição, Lisboa. Há outras, sim, como a *Gramática Histórica*, de Said Ali, que saíria, em 2.ª ed., em S. Paulo-Rio de Janeiro, em 1931. Outras Gramáticas Históricas da Língua Portuguesa, documentadas com citações de textos arcaicos: a de Joseph Huber *Alt Portugiesisches Elementarbuch* (Heidelberg, 1933), traduzida em Português e editada em Julho de 1986, sob o título de *Gramática do Português Arcaico*, pela Fundação Calouste Gulbenkian; a de Edwin Bucher Williams *From Latin to Portuguese (...) Historical Phonology and Morphologie of the Portuguese Language*, Filadélfia, 1938, traduzida na nossa língua, *Do Latim ao Português*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1975. Sem esquecer a de Pilar Vazquez Cuesta e Maria Albertina da Luz, 2.ª ed. da Editorial Gredos, Madrid, 1961. Mas a de José Joaquim Nunes não perdeu o brilho original.

³⁴ Revista por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, 1954.

³⁵ *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, em Revista Lusitana, t. XXIII (1920) 1-95, de consulta obrigatória para o estudo do português, ao sec. XIII-XIV.

³⁶ Vol. III das *Cantigas de Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, Lisboa, 1928.

³⁷ Rio de Janeiro, 1944, em 3 volumes.

³⁸ INCM, 1984. É uma reedição fac-similada da 1.ª ed. de 1959, ed. do Centro de Estudos Filológicos.

especial os seus volumes *Estudos de Linguística Histórica galego-portuguesa* ³⁹ e ainda *Miscelânea de Etimologia portuguesa e galega* ⁴⁰. Ainda dentro deste período, mas para uma fase mais avançada do Português medieval, a célebre tese com que Paul Teyssier obteve o seu doutoramento de Estado na Sorbonne *La Langue de Gil Vicente* ⁴¹

Prestam os seus serviços os Dicionários etimológicos ⁴² de José Pedro Machado, quer o de termos comuns, quer o de onomásticos e de topónimos. Ainda dentro dos Dicionários Etimológicos, para o substrato comum tão espesso, muito bom o recurso ao *Dictionnaire Historique de la Langue Française*, dirigido por Alain Rey ⁴³.

Os dicionários do Português actual já não prescindem de duas coisas: do recurso à etimologia e, às vezes, do apoio textual. Refiro o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* ⁴⁴ e ainda o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* ⁴⁵.

A respeito das Glossários do latim medieval, aponta-se o Du Cange, *Glossarium mediae et infimae latinitatis* ⁴⁶. O produto linguístico é criação do ser vivo, que, para mais, é colectivo e sujeito à lei inexorável do tempo. E, se as leis da Química garantem que, no Universo, nada se cria e nada se perde, não é menos verdade – até mesmo nos dizeres dos sábios e entendidos – que tudo se transforma. Desta maneira, dizer que o latim clássico nos faculta o acesso ao latim medieval... Sim, se não fosse, porém, a certeza matemática de que tudo, afinal, se transforma: vocabulário, fonética, morfologia, sintaxe, semântica... Não é, pois fácil a leitura de textos medievais, mesmo para quem, satisfatoriamente, dominará o latim clássico. Variações múltiplas, no tempo. E, no espaço.. Rio-me de uma tradução francesa do *Itinerarium* de Etéria. Que, em Jerusalém, na semana santa – julgo eu, de memória – *matres portant pueros in collo*. Mais ou menos assim, que de lembrança uso faço. Ou seja, as mães, assim se verteria no francês, trazem as crianças *ao pescoço (in collo)*. Bem, não seria uma forma natural de o fazer. Que se vejam os cangurus ! Aliás, não era de outra forma que procediam as mães jerosolimitanas. Não viu o tradutor francês que, na região do ocidente peninsular, o *collum-pescoço* clássico teria já “degenerado” no *collum-regaço*!... De tal forma que um comentador camoneano, com os olhos medievais do seu saber, ao falar do episódio de Inês de Castro de “Os Lusíadas” diz acerca dos algozes que, com suas espadas vigorosas, lhe teriam atravessado o peito, *o colo de alabastro*, quando, afinal, apenas significa, aos olhos do clássico Camões, que os carrascos a degolaram (*lhe cortariam o pescoço, decollare*), que era o tipo de condenação à morte dos que “por privilégio” gozavam do estatuto da fidalguia. Isto, uma caso muito particular, para se dizer que a língua evolui, tanto no tempo como no espaço, exactamente porque é um produto vivo.

Enfim, como adicionantes das fontes que se citaram, a *Crestomatia arcaica* ⁴⁷ do mesmo José Joaquim Nunes, com um glossário de meia centena de vocábulos, acompanhados de uma exploração semântica e etimológica.

³⁹ Ed. da INCM, Lisboa, 1989.

⁴⁰ Coimbra, 1953.

⁴¹ TEYSSIER, Paul – *A Língua de Gil Vicente*, ed. da INCM, Lisboa 2005.

⁴² *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 volumes, 2.ª ed., Editorial Confluência, 1962; *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vol., Editorial Confluência.

⁴³ Da col. *Dictionnaires Le Robert*, Paris, 1993.

⁴⁴ Em 6 vols, edição do Círculo de Leitores, Lisboa, 2002.

⁴⁵ Elaborado pelo Instituto de Lexicologia e Lexicografia, com o apoio do Ministério da Educação e do Instituto Camões e editado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Fundação Calouste Gulbenkian, Editora Verbo, 2001.

⁴⁶ Editado e ampliado, cada vez em número maior de volumes, desde 1678 até 1938...

⁴⁷ Lisboa, 1959, em 5.ª ed., sendo a 1.ª de 1906.

1.4.3. Dicionários de História e Enciclopédias

Uma boa colaboração asseguraria ao *Dicionário de História de Portugal*, sob a direcção de Joel Serrão ⁴⁸, mais que de utilização oportuna, a de manuseio absolutamente indispensável. Até pelo número dilatado de itens, de temática essencialmente medievla. Especialmente agora, que mais dilatado se vê, no conjunto actual dos seus complementos.

Já o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, sob a direcção de Carlos A. Moreira Azevedo ⁴⁹ não terá alcançado quanto, pelo contrário, pressagiaria o *Dicionário da História da Igreja em Portugal* ⁵⁰, que, pena, se quedara pelo vol. I e II, ainda nas primeiras pegadas do seu abecedário.

De recurso frequente me foi o *Dicionário da Literatura Medieval*, da organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani ⁵¹ e que resultaria da colaboração de quase uma centena de autores, que, em muitos casos, nos obrigam a rever opiniões que se tinham de solidez inconcussa. De resto, os responsáveis tiveram sempre por critério a selecção de participantes com nome feito e bem reconhecido.

Quanto a Enciclopédias, tenho a dizer que prefiro a *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Não me deixo levar, como alguns, por maneira facciosa de ideários, nem, ao contrário, pela relação “paternal” com que a mim a *Verbo* se ligará. Antes, pela seriedade como são tratados os temas e pela cotação dos nomes que assinam os seus artigos, todos, em princípio, de recomendação bem aceite no domínio das suas competências.

Ainda útil, com a salvaguarda de uma dose de água benta e de algumas absolvições mais bênçãos muito indulgenciadas, continuará a fornecer os seus préstimos o *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal e de Pedro Augusto Ferreira. O velho Carvalho da Costa, a *Corografia Portuguesa*, salvar-nos-á de mais lapsos, por ser apenas mais abreviado ! O de Américo Costa, mais jovem, que apenas pagou caro o erro de querer aprofundar as coisas numa sumida viagem, a *vol d’oiseau*. Era o assunto uma Amazónia, por demais extensa, para se conhecer bem todo o mundo de mistério oculto que ocorre em cada célula minúscula deste tronco milenário que D. Afonso Henriques teve a ousadia de plantar, no ocidente europeu.

1.5. A literatura monástica

1.5.1. O monaquismo em geral

Quer em volumes, quer em artigos a temáticas representa um *mare magnum*, onde, sem bússula, facilmente, o navegante se perderá. Confesso que tive de seleccionar, norteando-me por critérios que podem ser muito pessoais. Seja assim. E, em primeiro lugar, tive em consideração toda a obra de José Mattoso. Por várias razões: pelo espaço que na sua obra ocupa a vida monástica; pela área vastíssima que o ideal beneditino preenche naquele sector; pelo destaque que, dentro da Ordem de S. Bento, lhe merece, tantas vezes, o mosteiro de Santo Tirso. Obras como *L’abbaye de Pendorada des origines a 1160* ⁵², *Os cartórios beneditinos na diocese do Porto* ⁵³, *Le monachisme*

⁴⁸ Iniciativas Editoriais, vol. I-IV, 1975-1978.

⁴⁹ Vol. I-IV, ed. do Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001.

⁵⁰ Direcção de António Alberto Banha de Andrade e de Fernando Jasmins Pereira, Editorial Resistência, Lisboa, 1980-1983.

⁵¹ Editora Caminho, 1993.

⁵² Coimbra, 1962.

⁵³ AEM 1(1964) 139-166.

*ibérique et Cluny*⁵⁴, *A Cultura monástica em Portugal*⁵⁵, *O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa*⁵⁶, *A família da Maia no sec. XIII*⁵⁷, sempre e a cada momento as houve de consultar. Confesso que, se numa ou noutra coisa, minúscula, no entanto, me pareceu menos convincente ou de demonstração menos segura - o que dito deixei - muitíssimas mais foram coisas que me serviram de auxílio providencial na construção deste volume, que, como mosteiro de pedras já aparelhadas de longa data, me serviria, para fazer o que pude, ou o que a tentar me atirei...

Naturalmente, ainda outros autores me forneceram ajuda preciosa. Lembro-me, por exemplo, dos estudos de Pérez de Urbel, *Los monjes españoles en la Edad Media*⁵⁸, que li, muito empenhadamente ainda como seminarista; que reli, mais tarde, com redobrado sabor; e que na mente me deixará o germe de longínquo projecto que, distantemente, como ideia obsessiva já, nunca deixou de me inquietar.

No mesmo sentido, e de quando em vez - outros impulsos, agora já mais direccionados, para S. Martinho de Dume ou S. Frutuoso. D. Frei Caetano Brandão, arcebispo de Braga (1790-1805) encarregara o Dr. A.C. do Amaral, cónego de Évora, pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, de estudar e publicar as obras de S. Martinho de Dume e de S. Frutuoso “os dois prelados bracarenses mais notáveis da antiguidade, um no período suévico, e outro no período visigótico”. E com isto, dizia ele, D. Frei Caetano Brandão, “fica desempenhado em parte o obséquio que devo aos dois Santos Bispos, que tomei para Brazão das minhas Armas”. Pois o cónego eborense do múnus se desempenhou. E publicará a *Vida e Opúsculos de S. Martinho de Dume* e a *Colecção de Cânones*, ordenada por este Santo Bispo⁵⁹. Depois, dois anos à frente, a pedido do mesmo arcebispo que lhe suplicava terminasse a sua obra, escreverá um 3.º volume, intitulado *Vida e Regras religiosas de S. Fructuoso bracarense*⁶⁰. Estes grossos volumes me ajudaram a conhecer estas figuras de prelados da arquidiocese, sementes lançadas à terra, que, por mutação genética e por milagre divino da graça do Alto, tudo dará nascença e desenvolvimento à floração monástica peninsular do sec. XI e seguintes.

A bibliografia é enorme. Mas à minha disposição sempre esteve, e desde longa data, o trabalho de Luís Ribeiro Soares *A Linhagem Cultural de S. Martinho de Dume*⁶¹. E tantos outros, como os autores de intervenções, aquando da memória comemorativa do XIV centenário da sua chegada à Península, em 1950. Do segundo, S. Frutuoso, entre tantos outros estudos, dei particular atenção ao trabalho *O monacato de S. Frutuoso de Braga*⁶², de Mário Martins. A *Vita Sancti Fructuosi*, publicada em Braga, em tradução e comentário do conhecido investigador Díaz y Díaz, me acompanhou nesta aventura de agora.

Cheguei ao par deste surto da vida religiosa, com a companhia de um outro autor que também me aprouve de ler e reler, José Orlandis, quer os *Estudios sobre Instituciones Monasticas Medievales*⁶³, bem como *La Iglesia en la España visigótica y medieval*⁶⁴.

⁵⁴ Ed. Université de Louvain, 1968.

⁵⁵ AHCP, vol. III, n. 2, Lisboa, 1969.

⁵⁶ STBCC, vol. I (1977) 91-119.

⁵⁷ ACHLR, pp. 281-294.

⁵⁸ 2.ª ed., Madrid, vol. I e II.

⁵⁹ Lisboa, 1803.

⁶⁰ Lisboa, 1805.

⁶¹ 2.ª ed., INCM, Lisboa, 1997.

⁶² Em “Biblos”, vol. XXVI (1950).

⁶³ Imprensa da Universidad de Navarra, Pamplona, 1976.

⁶⁴ Ed. da Universidade de Navarra, Pamplona, 1976.

Valeu, por bem empregado, o tempo que na leitura gastei. Aliás, o que muito me confortou nesta longa caminhada. E mais coisas haveria a dizer, como a leitura das regras hispânicas, publicadas por Júlio Campos e Ismael Roca, as de *San Leandro*, *San Fructuoso* e *San Isidoro* ⁶⁵.

Já na charneira ou em fase de transição, das suas sugestões me serviu a obra de José M. Andrade Cernadas *Los modelos monasticos en la Galicia hasta el siglo XI* ⁶⁶ e ainda o artigo *Los monjes negros y el poder en la Galicia de los siglos X-XII: el ejemplo de Celanova* ⁶⁷. E ainda, do mesmo autor, *El monacato benedictino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos X al XIII)* ⁶⁸.

Papel preponderante no desenvolvimento da história de Cister teve D. Maur Cocheril. Referirei os *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal* ⁶⁹ e ainda outras, mais especificadamente centradas na ordem de Cister no nosso país: *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal* ⁷⁰ e *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal* ⁷¹ e ainda *D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais* ⁷². Dos mesmos cistercienses, agora do convento de Tarouca, não se poderá esquecer o volume do meu bom amigo e colega que foi A. de Almeida Fernandes: *Accção dos Cisterciences de Tarouca (As granjas nos séculos XII-XIII)*. Sobre outro mosteiro desta Ordem, o mais importante, de resto, no nosso país, e, particularmente, nos seus aspectos, quanto ao papel do mesmo no domínio da economia agrária, o trabalho de Iria Gonçalves *O património do mosteiro de Alcobaça* ⁷³.

Por duas vezes, ao menos, se ocuparia do convento de Pombeiro Joana Lencart. Em ambas sobre os usos da casa religiosa: num volume que tem por título *O Costumeiro do Pombeiro* ⁷⁴. Antes, ainda sobre o mesmo assunto, se ocupara numa intervenção que teve lugar, em Santo Tirso, num ciclo de conferências sobre “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional, de 23 a 26 de Novembro de 1995” ⁷⁵. No mesmo congresso, assumiu Maria Alegria Fernandes Marques para tema da sua tese o mosteiro de Lorvão, com o nome de *Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso de Lorvão* ⁷⁶.

Já para os finais do período sobre que nos debruçamos – com o seu termo *ad quem*, plantado ao fim da etapa dos abades comendatários – um trabalho pleno de curiosidade e de interesse sobre a degradação dos mosteiros beneditinos na vigência daqueles prelados, de tão má recordação, em princípio, da autoria de Ernesto Zaragoza y Pascual. Um testemunho surpreendente da situação, saído da pena de um visitador de Castela, de nome Alonso Zorrilla, *La Congregación benedictina observante de Valladolid y la reforma de los monasterios benedictinos portugueses (1390-1590)* ⁷⁷.

⁶⁵ Col. BAC, n. 321, de La Editorial Catolica, S.A., Madrid, 1971.

⁶⁶ Sep. do Archivo Ibero-Americano, LXV (2005) n. 252.

⁶⁷ Em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995, Santo Tirso, 1998, pp. 35-44.

⁶⁸ Publicação de “Seminário de Estudos Galegos, 1997.

⁶⁹ Société d'Éditions “Les Belles Lettres », Paris e Livraria Bertrand, Lisboa, 1966.

⁷⁰ Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português de Paris, 1978, com 2.ª ed. corrigida e aumentada da mesma editora, 1986.

⁷¹ Ed. da mesma Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português de Paris, 1972.

⁷² Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, vol. V, 1982, pp. 321-332.

⁷³ Ed. da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1989.

⁷⁴ Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

⁷⁵ Nas actas deste colóquio, publicadas em 1998, pp. 221-236.

⁷⁶ Nas ditas Actas, pp. 45-76.

⁷⁷ Nas ditas do colóquio de Santo Tirso, pp. 237-246.

Do mesmo autor se recomendará o trabalho *Los generales de la Congregación de San Benito de Valladolid*⁷⁸.

1.5.2. O mosteiro de Santo Tirso

Agora, na ponta final, umas notas sobre bibliografia acerca de Santo Tirso e do aro do seu território municipal. Para começar, três histórias gerais, de diferente qualidade e de enfoque diverso. A primeira monografia deve-se a Frei Leão de S. Tomás que, em 1651, deixou na sua obra *Benedictina Lusitana*⁷⁹, um capítulo dedicado a Santo Tirso, donde era, afinal, monge⁸⁰, com algum desenvolvimento. Centrado no mosteiro, que só muito incidentalmente ultrapassará os fortes muros da cerca conventual. Não acertou bem com a origem da casa monástica, nem com a periodização da história conventual da mesma. Nem noutros vários pormenores...

Uma outra monografia de António Augusto Pires de Lima, com o nome de *Subsídios para a história de Santo Tirso*⁸¹. Naturalmente que o miolo o ocupará o mosteiro. Mas transborda o círculo da comunidade conventual, para se ocupar dos vizinhos dos próprios bentos, da vida dos fregueses, sempre ligados ao mosteiro e suas festividades, liderados, de resto, que quase sempre assim fora, por um vigário que era monge beneditino, apresentado pelo D. Abade. Também este administrava a vida social e política, donatário que era do couto de Santo Tirso. As amizades estreitas das duas comunidades era um facto. De quando em vez, porém, como placas tectónicas das estruturas do globo terrestre, se entrechocavam em tremores convulsivos. Mas passageiros. Além do mais, o Sr. Dr. António Augusto se alarga por sobre a vida da comunidade secular, após a extinção das Ordens religiosas (1834), quando o povo – que já, desde a segunda década de 800, aspirava à autonomia – se viu então privilegiado no reconhecimento da sua idoneidade, para eleger democraticamente os responsáveis dos seus destinos. Embora o Sr. Dr. António Augusto, com a sua boa preparação de jurista consumado e de historiador erudito, nos deixasse um bom estudo, de travejamento proporcionado, nas suas linhas essenciais, nem sempre pôde evitar o lapso de tudo quanto ao lapso do tempo se não pode furtar...

Uma outra obra, muito citada, muito procurada e muito almejada: o *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*⁸², de Alberto Pimentel, o ilustre e excepcionalmente fecundo escritor, notável camiliano, que amou Santo Tirso. Ao contrário do Dr. António Augusto Pires de Lima, dá maior desenvolvimento à comunidade secular que à comunidade regular. Mas também fala do mosteiro e das lembranças de saudade que os monges deixariam na população, do que Camilo também será testemunha, na oitava que deixou, em testemunho perene, na sacristia de Santo Tirso.

Pois Alberto Pimentel tem umas ideias vagas e imprecisas da história do mosteiro, afora as últimas pegadas dos nossos religiosos, muitas das quais se lhe achegaram por via da boca mesma de pessoas que ainda lidaram directamente com os nossos beneditinos.

⁷⁸ Vol. II, Silos, 1976, pp. 241-242.

⁷⁹ Coimbra, na officina de Manoel de Carualho, Impressor da Vniuersidade, 1651. Há uma reedição facsimilada da *Benedictina Lusitana*, com introdução e notas de José Mattoso, na INCM, Lisboa, 1974.

⁸⁰ Vol. II, pp. 11-47.

⁸¹ Porto, 1953. Sairia, primeiro, numa série de artigos publicados na revista “Santo Tirso. Boletim Cultural”.

⁸² Ed. do Club Tyrsense, Santo Tirso, 1902. Está em projecto uma reedição facsimilada, com introdução, notas suplementares e de correcção.

Muito rápidos e fugidios – como o próprio título sublinhará - as páginas de *Santo Tirso. Ligeiros elementos para uma monografia*, de Carlos Manuel Faya Santarém ⁸³ ele que, sobre alguns aspectos, nos deixaria estudos muito bons, de grande qualidade e de intumescido desenvolvimento.

Afora isto, há bastantes estudos parcelares. Nos 5 volumes de *Santo Thyrsso. Da Cidade e do seu Termo* ⁸⁴ reuni textos e muita documentação sobre igrejas e mosteiros, ermidas singelas da aldeia e templos augustos de maior veneração, artes e artistas, párocos das freguesias e diplomados do nosso concelho, biografias e genealogias, éditos e inéditos... Lugar de grande destaque foi sempre dado ao nosso convento de Santo Tirso. Muitos materiais, na grande maioria dados a público pela primeira vez, que corrigem, ampliam e aprofundam as monografias de que falei, como trabalhos sobre alguns momentos da história e da arte que precisavam de refundição e de melhor refontalização. Alguns volumes publiquei ainda sobre Burgães (dois volumes) ⁸⁵, Rebordões ⁸⁶ e S. Bartolomeu ⁸⁷, que ajudam a entender a relação do mosteiro com as paróquias das vizinhanças, até porque as duas primeiras eram do compadreado de Santo Tirso, e a última andar lá muito ligada ao mosteiro, por outras relações.

Para a vida monástica no perímetro do concelho, destaco, antes de mais, a figura ímpar de S. Rosendo. Muito se escreveu sobre ele. Apenas aludirei a alguns trabalhos de que me tenho servido. Primeiro o artigo do Manuel C. Díaz e Díaz, *Sobre la vida y milagros de San Rosendo* ⁸⁸. E, naturalmente, o vol. *Ordoño de Celanova. Vida y milagros de San Rosendo*. Na minha colectânea *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. IV, me debrucei sobre os argumentos que fazem pender a naturalidade de S. Rosendo para a freguesia tirsense de S. Miguel do Couto. De igual modo, aí vieram – e hão-de vir - referências a aspectos menos conhecidos das relações com Santo Tirso da parte desta grande figura de pastor egrégio, de monge devoto e de defensor tenaz do solo pátrio. No congresso rudesindiano, em Santo Tirso, no ano de 1994, Manuela Mendonça apresentara uma tese acerca do fundador de Celanova, sob o título *S. Rosendo* ⁸⁹. Uma contribuição, para o estudo deste santo. Com ele se relaciona a memória de Santa Senhorinha de Basto. Desta santa trataria também a ilustre catedrática de Coimbra, Dr.^a Maria Helena da Rocha Pereira, em *As biografias medievais de Santa Senhorinha* ⁹⁰. De resto, esta ilustre professora traduzira já a vida de S. Rosendo, de Ordonho de Celanova e de Estêvão.

Pela metodologia da sua investigação, pelo rigor ao serviço da sua reflexão se notabilizará Emilio Saez, em *Los ascendientes de San Rosendo. Notas para el estudio de la monarquia astur-leonesa durante los siglos IX y X* ⁹¹. O mesmo se poderá dizer do art. *Notas al episcopologio minduniense del siglo X* ⁹², do mesmo autor. Dois estudos de D. Gabriel de Sousa, abade que foi de Singeverga, aqui se registam igualmente: *Um*

⁸³ Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1956, de 26 pp.

⁸⁴ Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000-2006.

⁸⁵ *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I e II, 1999-2001.

⁸⁶ *Rebordões. Achegas para uma monografia*, Ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007.

⁸⁷ *A Paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições*, Santo Tirso, 1999.

⁸⁸ *S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de conferências*, 1992, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1994, pp. 35-44.

⁸⁹ *S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de Conferências*, Santo Tirso, 1994, pp. 15-34.

⁹⁰ Igualmente em *S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de conferências*, 1992, editado pela Câmara de Santo Tirso, 1994, pp. 127-137.

⁹¹ Madrid, s.d., separata de “Hispania” 6, 1946, n. 30.

⁹² *Hispania*, 6 (1946) 3-79.

*tirsense na glória*⁹³ e ainda *No milenário de S. Rosendo. Um monge do sec. X*⁹⁴. Enfim, estes alguns dos trabalhos que manuseei sobre este santo.

Das instituições monásticas tirsenses, algumas notas de bibliografia. No capítulo dedicado à fermentação monástica e senhorial, por alturas da fundação do convento de Santo Tirso, dei conta de dois mosteiros agustinianos. Um, o de Roriz, cuja periodização procurei estabelecer e cuja história, sumariamente, procurei passar ao alcance de todos, em *O Mosteiro de Roriz*⁹⁵. Outros artigos sobre os seus priores e sobre os seus coutos foram objecto de várias intervenções no JST⁹⁶. Deste, da sua bela arquitectura – românica (capela-mor), gótica (corpo da igreja) – fariam trabalho de grande merecimento Manuel Luís Real e Pedro de Sá, em *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*⁹⁷. Um segundo mosteiro agostiniano, o de Vilarinho, que se extinguiria em 1770. Sobre ele fiz arrolamento parcial dos seus priores e dos seus bens, por alturas da sua extinção⁹⁸. Bem como de outras coisas mais.

Mas não poderíamos esquecer outras mansões de religiosos dentro da nossa área concelhia. Por exemplo, o de Refojos de que me ocupei e que citei no referido capítulo da fermentação monástica e senhorial. Era familiar e dúplice, primitivamente. Do de Burgães, igualmente, neste último capítulo mencionado, se podem retirar algumas informações.

Mas vamos, mais particularmente, à bibliografia sobre o mosteiro de Santo Tirso. Intervenção decisiva na demarcação cronológica desta casa religiosa a de Alberto Feio. Descobriria a data da sua fundação no ADB, de que era responsável. O documento, que, ao sec. XII, se redigira, e onde a data da fundação e o nome dos fundadores do mosteiro se precisaram, revelar-se-ia no art. *Origens do mosteiro de Santo Tirso*⁹⁹. Entretanto, a leitura de Alberto Feio melhoraria com a revisão do Dr. Avelino de Jesus da Costa¹⁰⁰.

Sob o ponto de vista artístico, se ocupou Carlos de Passos, em *O mosteiro e a igreja de Santo Tirso*¹⁰¹. Útil na ocasião, envelhecendo, entretanto, pouco a pouco, à medida que novos estudos e novos documentos obrigariam a rever as posições daquele estudioso.

Para além dos seus bons trabalhos no terreno da epigrafia, de que havemos de falar, um trabalho de história muito bem elaborado e com diversos mapas que o ilustram, o volume de Carlos Manuel Faya Santarém, que relaciona o Couto de Santo Tirso com o concelho de Santo Tirso e o liame de dependência entre as duas instituições. Fê-lo em *Génese do concelho de Santo Tirso*¹⁰². No campo da arte me ocupei num volume sobre a igreja de Santo Tirso, aquando da sua recuperação, por 1990. Como acontece com tudo quanto é humano – e também se morre na flor da juventude ! - algumas coisas que então expus, também agora se desfasaram. Com bastantes artigos, que ao depois vim a publicar, piedosamente depus aquele volume¹⁰³ no descanso eterno da sua jazida...

⁹³ CST (1952-1953) 363-396.

⁹⁴ STBCC I (1978-1979) 11-26.

⁹⁵ Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997.

⁹⁶ Encontram-se nos volumes da Colectânea *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo* (5 volumes).

⁹⁷ Em “Actas do Colóquio de História Local e Regional. Comemorações do milenário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978)”, pp. 233-280.

⁹⁸ Os artigos, publicados originariamente no JST, foram igualmente recolhidos na colectânea *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*.

⁹⁹ CST V (1956-1957) 7-19.

¹⁰⁰ *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, pp. 426-428 da 2.ª ed.

¹⁰¹ Ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1956.

¹⁰² ACHLR 1982, pp. 407-414.

¹⁰³ *A Igreja matriz de Santo Tirso. Novas perspectivas*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991.

Falando ainda da arte, lembramos duas exposições destes tesouros de Santo Tirso. Uma cujo catálogo se elaboraria, pelo historiador de arte Adriano de Gusmão ¹⁰⁴. Uma outra, dez anos depois, organizada por José Mattoso ¹⁰⁵.

Conheço de outiva e, depois, de manuseio vários trabalhos sobre os abades de Santo Tirso. Citei já o de Carl Erdmann *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, com a publicação de um documento de grande valor para a definição do carácter do primeiro abade beneditino de Santo Tirso, D. Gaudemiro.

Estudos publicados sobre comendatários, há alguns que passo a citar. Humberto Baquero Moreno referiu-se a Soeiro Anes – o segundo abade daquele tipo – numa tese apresentada ao referido Colóquio de história local e regional, nas comemorações do milénário do mosteiro de Santo Tirso. Tratava deste prelado, em trabalho que intitulou desta forma: *D Soeiro Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso e a situação política do seu tempo* ¹⁰⁶. Eu mesmo revelei, posteriormente, muitos documentos sobre este abade, em vários artigos publicados no JST, e reassumidos no capítulo deste volume reservado ao abadolégio. O mesmo H. Baquero Moreno se tinha já ocupado de um outro abade comendatário. Após-lhe, ao estudo, o título de *A contenda entre o abade do mosteiro de Santo Tirso D. Fernão Lopes do Carvalhal e João Rodrigues de Sá, Alcaide-mor do Porto* ¹⁰⁷.

Sobre estes e mais prelados de Santo Tirso – como, por exemplo, D. Miguel da Silva e o último abade comendatário, o Card. Alexandre Farnese, lhes consagrei alguns capítulos na colectânea a que já fiz referência ¹⁰⁸.

A época dos comendatários sempre foi tida como fase “para esquecer”. Desta situação tratariam dois autores que vamos agora mencionar: Armindo de Sousa, que passou em revisão este período, em *O mosteiro de Santo Tirso, no sec. XV* ¹⁰⁹; e ainda José Marques, em *Aspectos da vida interna do mosteiro de Santo Tirso, segundo a visitação de 1437* ¹¹⁰. Deste estudo lancei mão, particularmente para a elaboração de um capítulo desta tese, que procurei enriquecer com dados e achegas que, ao depois, me vieram à mão, juntamente com algumas reflexões sobre o género literário do mesmo texto.

1.6.O mosteiro de Santo Tirso perante a realeza

Para a história das relações entre o mosteiro e a realeza, de muita utilidade os documentos publicados por Rui de Azevedo, oriundos da chancelaria dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques, que nós já citámos, anteriormente. Esta edição atirou para segundo plano o vol. de Abiah Elisabeth Reuter, intitulado *Chancelarias Medievais Portuguesas. Vol. I. Documentos de D. Afonso Henriques* ¹¹¹. A vantagem da edição de Rui de Azevedo permitiu o confronto dos dois documentos da carta do couto de Santo Tirso e discernir a autêntica da que não o é. Viriam, posteriormente, a lume outras chancelarias: as de D. Pedro I ¹¹², as de D. Afonso IV ¹¹³ e outras mais. Dos documentos de D. Sancho I ter-se-ia feito uma edição pelo Centro de História da

¹⁰⁴ CSTBC III (1954-1955) 339-354. Esteve patente a exposição de 12 a 26 de Julho de 1953.

¹⁰⁵ Em Julho de 1963.

¹⁰⁶ Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 369-380.

¹⁰⁷ EM, n. 1, Porto (1981) 157-160.

¹⁰⁸ *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. IV, pp. 91-97; vol. II., pp. 7-30.47-52

¹⁰⁹ EM, n. 1, Porto (1981) 95-106.

¹¹⁰ ACHLR, pp. 209-232.

¹¹¹ Publ. pelo Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, em 1938.

¹¹² Ed. da Universidade Nova de Lisboa.

¹¹³ Em 3 vols. do INIC, Lisboa, 1990-1992.

Universidade de Coimbra, ao cuidado de Rui de Azevedo, do Dr. Avelino de Jesus da Costa e de Marcelino Rodrigues Pereira ¹¹⁴.

Como se verá no corpo da tese, a relação entre os reis e o mosteiro de Santo Tirso são constantes, ao longo dos séculos. Os monarcas, muitos deles, dão ou confirmam privilégios, a dúzia de coutos de que o mosteiro estava de posse; com a seu cortejo de nobres e oficiais, visitam ou se hospedam no cenóbio, quando por aqui passam, por razões de presença nas cortes ou por motivos de peregrinação ou de actividade militar; recorrem a empréstimos dos nossos beneditinos; solicitam serviços especiais dos monges de cá, confiando-lhes um múnus: ora a missão de inquiridores rigorosos, ora as de confidencialidade mais estreita, como a de conselheiros íntimos ou a de confessores espirituais, etc. Não admira, pois, que da corte emanem documentos destinados a Santo Tirso, como até haja documentos emanados de Santo Tirso, onde a própria corte se reunia, como resulta da carta de privilégios dos cidadãos da urbe portugalense que D. João I lhes concedeu e que daqui foi despachada.

1.7. Fidalgos e monges

A construção do nosso edifício conventual, com a dotação que a autoridade eclesiástica impunha para a manutenção condigna da casa e da família religiosa que nela se afervorava no culto do divino, exigirá grandes apoios, especialmente da família patronal.

Em contrapartida, os frades de Santo Tirso sempre tiveram um afecto especial pelos benfeitores que recordavam na tábua da sacristia. Igualmente, se lembravam, na vida comum, da história da sua casa e das famílias dos benfeitores e doutros fidalgos, em inventariações genealógicas, embora, de quando em vez, enredadas nas teias complexas pela aranha da fantasia. Desde os primórdios, se verdade for a atribuição do *Livro Velho de Linhagens* e dos *Annales Portucalenses Veteres* aos monges tirsenses, como o pensa J. Mattoso ¹¹⁵. Dos muito numerosos trabalhos saídos da forja da Congregação Beneditina Portuguesa – e que tudo ou quase tudo pereceria, na fúria diabólica da extinção, se pode fazer uma ideia pálida, através da *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, e, agora, na publicação dos manuscritos do Card. Saraiva ¹¹⁶.

Notícias isoladas, avulsas sobre nobres relacionados com o mosteiro, se podem colher no Alão de Morais ¹¹⁷ e, especialmente, no *Nobiliário* de Felgueiras Gayo ¹¹⁸. Para os tempos recuados da Idade Média, em grande parte lhes falece a consistência das bases da história, a precisão da cronologia, com a redução informativa ao puro *autem genuit*. Ou quase...

Mais consistente, mais documentado o D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, com raizame de filamentos que penetram, até às vezes, no sub-solo da mesma fidalguia, chegando mesmo ao estrato dos vilões de melhor recorte. Para o mesmo efeito, com segurança que baste e desenvolvimento que enriqueça os três volumes dos *Brasões da Sala de Sintra*, de Anselmo Braamcamp

¹¹⁴ 1979.

¹¹⁵ Em *O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa*, em STBCC, vol. I, n. 1, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1977.

¹¹⁶ OLIVEIRA RAMOS, Luís - *Inéditos do Cardeal Saraiva* (Historiografia Monástica), em BA LI (n. 106 (119)) 2003, pp. 182-279.

¹¹⁷ *Pedatura Lusitana*, 6 tomos, em 12 volumes, Porto, 1942-1948. Edição de Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz e Eugénio Eduardo Andrêa da Cunha Freitas.

¹¹⁸ *Nobiliário de Famílias de Portugal*, ed. de Carvalhos de Basto, vol. I-XI, Braga, 1989-1990.

Freire ¹¹⁹. A cada brasão lhe correspondem as notícias prenhes do homem erudito, sobre famílias da Idade Média Portuguesa.

Sobre a fidalguia e em estudos mais recentes, consulte, de forma particular, os estudos de José Mattoso: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder* ¹²⁰, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros* ¹²¹, a edição, a seu cuidado, dos três volumes *Livros Velhos de Linhagens* e o *Nobiliário do Conde D. Pedro* ¹²². Também não deixei de consultar – e de ler, muitas das suas páginas, com grande atenção que a tal fim se exige –, os volumes da autoria de A. de Almeida Fernandes, meu amigo e colega que foi, como *Acção das linhagens no repovoamento* ¹²³, *Portugal Primitivo Medieval* ¹²⁴, *Portugal no período vimaranense (868-1128)* ¹²⁵, *A nobreza na época vimarano-portugalense* ¹²⁶. Na linguagem, às vezes, menos diáfana, na contundência às vezes verrinosa, na sua veia polémica acidulada. Seja como for, nelas deixa subentender uma agudeza crítica que, por vantagem, obrigará a ulteriores reflexões.

Em *Linhagens medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, José Augusto de Sottomayor traça um mapa da fidalguia da época arcaica. Tentou penetrar nesta selva densa do reticulado das famílias, onde, em pequenos pormenores se poderão observar, contudo, confusões, mais ou menos, disparatadas.

Sem dúvida, que, no caso mais concreto de Santo Tirso, houve um estudo de particular importância para o meu trabalho. Refiro-me ao artigo de José Mattoso *A família da Maia no sec. XIII* ¹²⁷, estirpe que exerceu sobre o nosso mosteiro as demonstrações do seu poder e da sua presença, como padroeiros da casa religiosa, quer na fase primitiva da sua existência (978-1092), quer na subsequente da sua beneditinização, até 1395. Algumas adições se lhe poderiam acrescentar, como, por exemplo, no que respeita à representação bifacial de um dos maiores – senão o maior! – dos representantes desta linhagem, Soeiro Mendes, o Bom, o que faço, em capítulo especial, nesta monografia.

1.8. Vida quotidiana. Foclore

Ao anormal, como temática preferida pela história, se opôs, ao sec. XIX, o interesse pelo quotidiano; ao esplendor do palácio e da corte se opôs, já desde o romantismo, a exploração do chão humilde da aldeia. O povo: habitação, vestuário, alimento, profissão, higiene, trabalhos e divertimentos, crenças e superstições... Aquele que melhor sondou a alma popular foi José Leite de Vasconcelos. Chamamos a atenção para a monumental recolha que o é a *Etnografia Portuguesa* ¹²⁸. E ainda a extraordinária publicação periódica que dirigiu, a *Revista Lusitana*.

Para Santo Tirso, são notáveis os trabalhos do Sr. Dr. Augusto César Pires de Lima, de integridade de carácter, e de elevado índice como investigador. Dele destacarei os

¹¹⁹ 2.^a edição, Coimbra 1921-1930.

¹²⁰ Editorial Estampa, Lisboa, 1981.

¹²¹ Guimarães Editores, Lisboa, 1982.

¹²² Edição da Academia das Ciências de Lisboa, 1980. O Livro Velho de Linhagens foi da responsabilidade de José Mattoso e de Joseph Piel.

¹²³ Porto 1959 (separata de “Douro Litoral”, série IX, t. III).

¹²⁴ Arouca, 2001.

¹²⁵ Guimarães, 1972.

¹²⁶ Guimarães, 1981.

¹²⁷ Em ACHLR, nas comemorações do milénário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), pp. 281-294.

¹²⁸ INCM, vol. I a 10 (1933-1988).

seis grossos volumes *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*¹²⁹. Pelas páginas destes preciosos volumes se expande a alma popular da nossa região, quando reza e quando dança, quando ri e quando chora, quando valorosa se dá ao trabalho ou relaxada se arrima à sua sesta. Muitos outros volumes sobre adivinhas, jogos e canções infantis, romanceiro popular, etc., complementam o labor do sábio e erudito que o foi, que amou a sua terra e a sondou no âmago do seu mistério profundo. Muitas destas tradições são medievais. E, o mais curioso, veiculadas na própria linguagem medieva, como ele as recolheu aos começos do sec. XX. De resto, eu, que bem o conheci e que, jovem, com ele privei, ouvi ainda da minha gente, da sua boca, a perdurar, em pleno sec. de 900, aqui nas margens do Ave, uma linguagem medieva, em dissonância com as normas da gramática que o professor, nas aulas, ao ritmo da palmatória, nos encaixava no cérebro. De resto, além dos textos numerosos que o Sr. Dr. Augusto recolheu, há um antigo morador de Areias que escreveu um volume sobre as lutas miguelistas e liberais, em que participou, na primeira metade do sec. XIX. Escreveu-o na linguagem de que o povo fazia uso. Uma linguagem arcaizante, que já, no resto do país, há muito ida se fora...¹³⁰

Aliás uma tradição de toda a família Pires de Lima. Sirvo-me do depoimento do grande sábio Leite de Vasconcelos: “Às *Tradições populares* de Santo Tirso dedica A. C. Pires de Lima uma importante serie de especiais opusculos, publicados primeiro na RL, de 1915 a 1921, respeitantes a muitos dos ramos do *folklore*, tais como: costumes, calendario, romanceiro, cancioneiro, adagiario, orações, lendas, Medicina popular, ensalmos superstições várias: o que tudo ele tem por vezes o cuidado de comparar com cousas similares de outras regiões, e já dadas a conhecer pela imprensa. A esta serie de opusculos juntem-se mais os seguintes: *Jogos e canções infantis* (com figuras e musicas), 1918; *o Livro das adivinhas*, 1921; *Cancioneiro popular de Vila Real*, 1928; *Simbolismo jurídico*, 1923 *As invasões francesas na tradição oral* (separata da RL, 1922. Trabalhos feitos, todos eles, com clara consciencia do que devíamos ser, e são, e também metodicamente apresentados.

Como Professor de um dos liceus do Porto, pensou Pires de Lima, ao elaborar o livro dos jogos, e o das adivinhas, em prestar serviços á educação infantil, ministrando ás crianças das escolas pábulo agradável e nacional: continuou assim a obra meritoria já antes iniciada entre nós, como acima vimos. No *Cancioneiro popular* dispôs as cantigas alfabeticamente: apesar do que ha arbitrario nesta disposição, porque as cantigas têm por vezes variantes que discordam nas palavras iniciais, não póde negar-se que ela é prática, facilitando a consulta. A p. 269 vimos que alguma cousa semelhante fizera Thomás Pires em parte dos seus volumes. O tema do *Simbolismo jurídico* havia sido ainda pouco explorado cá, e muito bem o tratou Pires de Lima na sua qualidade de Bacharel em Direito, e Advogado.

Não contente de servir scientificamente a Etnografia, também Pires de Lima, por aquela disposição espiritual tão corrente nos Portugueses, e a que por vezes havemos aludido, tem-na servido artisticamente, isto é, no campo da poesia individual, pois em 1920 publicou, sob o titulo de *Evocações*, uma colecção de versos que se lêem com agrado, e onde o autor, nunca esquecido dos seus assuntos predilectos, tratou assuntos como: as Mouras da Torre Alta, o Milagre de S. Bento, a Barca de salvação, impregnados de aromas vindos da floresta da tradição popular; além d’isso insere na colecção muitas quadras inspiradas no estilo da poesia do vulgo.

¹²⁹ Estudos editados pela Junta de Província do Douro Litoral, por entre 1947-1951.

¹³⁰ Cf. Chamava-se José Bento Fernandes. E dele tratei no vol. *Freguesia de Areias, Santo Tirso. Vol. II/2, Do sec. XVI ao sec. XX. A vida social de uma comunidade*, ed. da Junta da freguesia de Areias, 2006, pp. 518-521.

Ao nome de A.C.Pires de Lima se ligam os de outros membros da mesma família, que igualmente cultivam, sem prejuízo de estudos maiores a que se dedicam, a Etnografia nacional; e aqui se lembrarão, um pouco fóra da ordem cronológica adoptada, é certo, mas por associação e comodidade onomásticas: J.A. Pires de Lima (...) autor de estudos: *Uma santa barbada*, 1916; *A linguagem anatómica pop.*, 1919, *O dente santo, etc.*, 1921, *A teratologia nas tradiç. pop.*, dois opusculos, 1921 e 1926, *O sardão nas tradiç. populares*, 1930; Americo Pires de Lima, autor dos *Curandeiros e curandeirismo*, 1912; A. Lima Carneiro, que escreveu *As tinhas na tradiç. popular* (Medicina popular), 1.^a serie, 1924; 2.^a serie, 1928. Acrescente-se a esta lista de autores a nova vergonteia Fernando de Casto Pires de Lima, estudante de Medicina, filho de J.A.Pires de Lima (já mencionado), e autor dos seguintes opusculos: *Cancioneiro de S. Simão de Novais* (1.^a serie, 1923; 2.^a serie, 1929); *Alguns aspectos da vida portug.* (1930); *A medicina pop. em S. Simão de Novais* (1931); *Folclore de S. Simão de Novais* (1932); *Medicina pop. minhota* (mesma data). É caso de exclamar: *Ditosa condição, ditosa gente!* ¹³¹.

Ao referir-se Leite de Vasconcelos à Antropologia, recorda o trabalho do Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima: “ Outro Instituto scientifico portuense, que contribue para os estudos antropológicos (e etnograficos) é o de Anatomia, da Faculdade de Medicina, dirigido pelo Prof. J.A.Pires de Lima, que no abrilhantamento d’ele, isto é, no enriquecimento do respectivo Museu, e no estímulo, instrução, e exemplo dados aos alunos tem posto sempre o maior empenho” ¹³².

Sobre a devoção a S. Bento, em Santo Tirso e a forma popular da sua expressão, falei das festas – a do S. Bento do Cuco (21 de Março) e o S. Bento das Peras (11 de Julho) e dos milagres que na tradição antiga se veiculam e ligados ao S. Bento da igreja matriz como da Quinta da Batalha, em *Os Milagres de S. Bento em Santo Tirso* ¹³³ e ainda *As Festas de S. Bento*. ¹³⁴

Da minha parte, escrevi sobre sobre usos e costumes de Areias, completando com algumas achegas os valiosíssimos trabalhos do Sr. Dr. Augusto ¹³⁵. Dei a conhecer ainda as tradições do povo de Burgães ¹³⁶. E também me debrucei sobre os da Lama, em numerosos artigos no JST, que serão, dentro em breve, *Deo volente*, publicados em volume. A outras tradições, religiosas e profanas e, particularmente, aos costumeiros doutras freguesias de Santo Tirso, já fiz variadas referências, embora de forma mais accidental e fortuita.

¹³¹ LEITE DE VASCONCELOS, José – *Etnografia Portuguesa*, vol. I, pp. 285-286. Para desenvolvimento desta bibliografia, remetemos para o nosso volume *A Freguesia de Areias*, Santo Tirso, vol. II/2.

¹³² *Etnografia Portuguesa*, vol. I, p. 78. Leite de Vasconcelos fala ainda do Dr. Joaquim Alberto pela sua colaboração na revista *Archivo de história da Medicina portuguesa*, fundada pelo Prof. Maximiano Lemos (ibi, p. 221.)

¹³³ *Santo Tirso, em Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. III, pp. 357-360.

¹³⁴ *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. III 353-356.

¹³⁵ *Areias, Santo Tirso*, vol. II/1. *A vida religiosa de uma paróquia*, especialmente, cc. 8 e 9, respectivamente pp. 317 e ss.; e 339 e ss.

¹³⁶ *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. II, 2001, c. IV, sobre os cercos e clamores, p. 111 e ss. E ainda sobre o Costumeiro, c. VII, p. 263 e ss.

1.9. História regional e local

Quanto aos estudos, duas áreas preferenciais: Santo Tirso e seu mosteiro mai-la sua área municipal, por um lado; e a Idade Média e sua demarcação cronológica, por outro. Isto o essencial.

1.9.1. Bibliografia regional

Na bibliografia regional, recordamos os estudos de Mons. Ferreira: *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*¹³⁷ e *Memórias Archeologico-históricas da Cidade do Porto (Fastos episcopaes e políticos)*¹³⁸. Deficiências ? Com certeza. Quem as não terá ? A história é um produto humano E isso basta para lhe indefinir os contornos que não são estanques. Com este, sempre acompanhado também de Florez, *España Sagrada*¹³⁹.

De manuseio a toda a hora e, por isso, sempre “à mão de semear”, o autor já mencionado Dr. Avelino de Jesus da Costa, na sua tese de doutoramento, *O Bispo D. Pedro*, quer pela sua relativa concentração no espaço interior da geografia eclesiástica bracarense, que o foi, na altura, quer pela restrição cronológica, dentro dos confins da Idade Média, quer ainda pela qualidade de fruto amadurecido que o trabalho mesmo representa, com alguns ajustamentos significativos, entretanto verificados, na passagem da primeira para a segunda edição¹⁴⁰.

Ainda com esta mesma restrição, mas arrancando mais de trás, os *Études historiques sur la Galice et le Portugal du vi au xii siècle*, que também já se referiu. Atenção particular à organização eclesiástica do norte de Portugal, até ao sec. XII, e o que, por exemplo, tem de importância concreta para nós, o cap. dedicado aos *Annales Portucalenses Veteres*, onde deixará pistas que conduziram José Mattoso a precisar, mais em concreto, a origem tirsense da primeira parte dos ditos Anais.

Até aqui, bibliografia que dirá mais respeito à história de Braga e do Porto, no campo acentuadamente eclesiástico. Não podemos, todavia descurar aspectos civis, sociais, militares, demográficos, etc. que se viveram na época medieval, na cidade tripeira. Uma obra de âmbito global, de colaboradores notáveis, a *História da Cidade do Porto*¹⁴¹.

Para aspectos mais específicos, recordo Torquato de Sousa Soares, trabalho subordinado ao título *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto, durante a Idade Média*¹⁴²; o volume de António Cruz, sobre os artesãos, e que, embora ultrapassando ainda os confins da Idade Média, também a ela lhe dedica particular atenção. Intitula-se *Os Mesteres do Porto*¹⁴³. A demografia da urbe portucalense encontrará um estudioso na pessoa do higienista de fama, Ricardo Jorge: *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*¹⁴⁴. A. Moreira de Sá que escreveu *O Porto e a cultura nacional nos séculos XII e XIII*¹⁴⁵.

¹³⁷ Ed. da Mitra, em 4 volumes, 1928-1934.

¹³⁸ Em 2 volumes, Ed. Cruz e Comp.^a Editores, Braga, 1923 e 1924.

¹³⁹ Tomo XV, em ed. recente, de parceria com o Centro Cultural Franciscano de Lisboa e a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2004.

¹⁴⁰ A 1.^a ed. data de 1959 e a 2.^a ed. de 1997-2000.

¹⁴¹ Em 3 volumes, Portucalense Editora, 1962-1964. Para a Idade Média importa o Vol. I e parte do II.

¹⁴² Barcelos, 1935.

¹⁴³ Porto, 1943.

¹⁴⁴ Porto, 1897.

¹⁴⁵ AHCP, vol. II, n. 2, Lisboa, 1968.

Uma série de revistas de boa cotação, em princípio, onde abundam estudos regionais cinturados no perímetro da Idade Média: a *Minia*, de Braga ¹⁴⁶, a *Revista de Guimarães* ¹⁴⁷, a *Bracara Augusta* ¹⁴⁸, *O Distrito de Braga*, onde o Dr. Avelino de Jesus da Costa publicou o *Liber Fidei* ¹⁴⁹, o *Douro Litoral. Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História* ¹⁵⁰, e ainda o *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, que se publica desde 1938.

1.9.2. Bibliografia tirsense

Para um conhecimento melhorado deste círculo já de diâmetro em maior redução e do qual será epicentro o mosteiro de Santo Tirso, duas revistas merecem especial referência. Uma de cotação reputada: *O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, que foi lançada pelo culto Presidente da Câmara, na altura, o Dr. Alexandre Lima Carneiro. Constitui-se de uma primeira série, de sete volumes e de 21 fascículos (1951-1963); e de uma segunda série, sob o título *Santo Tirso. Boletim Cultural Concelho*, constituído de 3 números, sendo um deles duplo (1977-1979). Bons estudos, de bons autores, sobre temas que incidem, muitos deles sobre o mosteiro de Santo Tirso. Merece, igualmente, referências uma revista, aliás interessante: *Ave. Gazeta de Santo Tirso* (1912-1913). Desta saíam sete números. Destaque para as intervenções do P.e Sousa Maia sobre a arqueologia do concelho.

Não poderia deixar no olvido a colecção de Cadernos de Cultura, chamada *Ave*, editados pela Câmara Municipal de Santo Tirso: o n. 1, sobre o *Arquivo Municipal de Santo Tirso*, da autoria de Fernando de Sousa, Isabel Costa, Ana Paula Pombinho, e Margarida Duarte ¹⁵¹; o n. 2, sobre *Um tratado de higiene mental do sec. VI*, do Dr. António Miranda ¹⁵²; o n. 3, sobre o *Abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso*, da autoria de Francisco Sande Lemos ¹⁵³; o n. 4, sobre *Areias até ao sec. XI*, de Francisco Carvalho Correia ¹⁵⁴; o n. 5, sobre a mesma *freguesia de Areias do sec. XI ao sec. XVI* ¹⁵⁵; o n. 6, subordinado ao título de *História postal de Santo Tirso* ¹⁵⁶; o n. 7, com a epígrafe de *Vila das Aves. História da paróquia e sua toponímia*, de Geraldo J.A. Coelho Dias ¹⁵⁷; o n. 8, que ostenta o título de *Santo Tirso de ontem ... e de hoje*, de Paulo Sá Machado e José Luís Monteiro da Costa ¹⁵⁸; e o n. 9, último caderno publicado, é do P.e Luís Gonzaga Martins Pinheiro e tem por título *José Luís de Andrade*, que, como sobrinho e testamentário do Conde de S. Bento, contribuiu para a reconstrução do claustro gótico do mosteiro de Santo Tirso, aos finais do sec. XIX ¹⁵⁹.

¹⁴⁶ Publicada, primeiro, em 1944, pelo Instituto Minhoto de Estudos Regionais, e hoje pela ASPA.

¹⁴⁷ Publicada, desde 1891, pela Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães.

¹⁴⁸ Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, desde 1935. Vai hoje no LI vol., fasc. n. 106 (119).

¹⁴⁹ Publicado pela Junta Distrital de Braga, a partir de 1961. E, desde há muito tempo, já extinta.

¹⁵⁰ Ed. da Junta de Província do Douro Litoral, em 9 séries de 1940 a 1959. Foi dirigida pelo nosso conterrâneo, amigo e notável estudioso da Etnografia tirsense, Dr. Augusto César Pires de Lima.

¹⁵¹ Editado em 1989.

¹⁵² Editado em 1989.

¹⁵³ Também de 1989.

¹⁵⁴ Datado de 1989.

¹⁵⁵ Com igual data de 1989.

¹⁵⁶ Publicado em 1992.

¹⁵⁷ Saído a lume em 1993.

¹⁵⁸ Também de 1993

¹⁵⁹ Editado em 1999.

1.10. História das Instituições e do Direito

Entramos num campo que tem sido objecto de muitos e bons trabalhos, porque se situará na convergência de uma tradição apostada no culto do Direito e na emergência de figuras “providenciais”, que, dotados de uma grande capacidade de investigação, souberam prestigosamente lidar com o tema. Gama Barros é uma das figuras eméritas destes cultores, com a sua obra bem de todos conhecida *História da Administração Pública de Portugal, nos séculos XII a XV*¹⁶⁰. Aliás, matéria mais vasta do que se poderia supor, a partir da mesma intitulação. É que, para além da administração pública, haveria a solicitude pela economia (agricultura, comércio indústria, pesos, medidas, moeda...). E figuravam muitos outros temas, como a vida religiosa e política. E o quotidiano também...

Desdobrando alguns dos pontos inclusos nas instituições gerais, apontamos, primeiro, as cortes e o poder real, matéria donde, a respeito do seu estudo, se destacam figuras eminentes, como Claudio Sánchez Albornoz, em *La Cúria Regia Portuguesa, siglos XII y XIII*¹⁶¹; M. Paulo Merêa, *O poder Real e as Côrtes*¹⁶²; Marcelo Caetano, *Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas*¹⁶³, com mais dois trabalhos sobre as Cortes de Leiria de 1254, a saber *Memória comemorativa do VII Centenário*¹⁶⁴, e *As cortes de 1385*¹⁶⁵. Mais envolvente e geral a obra do 2.º Visconde de Santarém, *Memórias para a História e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos Três Estados do Reino, Parte 1.ª e 2.ª*¹⁶⁶.

Sobre o Feudalismo, de cuja existência e sua dimensão houve tanto de badalar-se, trataram Alexandre Herculano, *Da existência ou não existência do Feudalismo nos reinos de Leão, Castella e Portugal*¹⁶⁷; M. Paulo Merêa, em *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal*¹⁶⁸; Gama Barros¹⁶⁹; Luis Garcia de Valdeavellano, na *História de España*¹⁷⁰; Claudio Sánchez Albornoz, *En torno a los orígenes del Feudalismo*¹⁷¹.

Curiosamente, os poderes senhoriais do nosso mosteiro encontrar-se-ão dentro de uma faixa alargada de superfície mais ou menos esbatida, que vai, em escala descendente, desde uma jurisdição mais complexa, cível e crime - sempre limitada, porém, e franjada de restrições - até a formas de poder limitadas ao cível. E mesmo aqui, graduadas, como se pode ver, no capítulo dedicado às honras e coutos de Santo Tirso.

A respeito dos coutos e padroados, tivemos necessidade de definir muito bem as características de uma e de outra instituição, que se encontram muitas vezes, confundidas e mutuamente atropeladas. O couto referir-se-á à jurisdição civil; o padroado é um acto de jurisdição eclesiástica. Padroeiro e donatário são coisas diferentes, se bem que as duas jurisdições possam coexistir no mesmo personagem.

¹⁶⁰ Quatro volumes, na 1.ª ed., Lisboa, 1885-1923; 11 volumes (o 11.º vol. contém matéria que não fora publicada na 1.ª ed.) na 2.ª ed., dirigida e muito anotada por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, 1945-1954.

¹⁶¹ Madrid, 1920.

¹⁶² Coimbra, 1923.

¹⁶³ BA, vol. XIV-XV, Janeiro-Dezembro de 1963, nn. 1-2 (49-50) 139-160.

¹⁶⁴ Ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954.

¹⁶⁵ Em RPH, t. V, vol. II, Coimbra, 1951, pp. 5-65.

¹⁶⁶ Lisboa, 1827-1828.

¹⁶⁷ *Opúsculos*, t. V (t. II, controvérsias e estudos históricos), 5.ª ed. Lisboa, s.d., pp. 187-309.

¹⁶⁸ Lisboa, 1912.

¹⁶⁹ O.c., 2.ª ed., t., p. 65 e ss.

¹⁷⁰ Vol. I, Madrid, 1952.

¹⁷¹ T. I-III, Mendoza, 1942.

Muitas vezes, porém, são diferentes. Por exemplo, S. Miguel do Couto – a paróquia da naturalidade de S. Rosendo, cujo décimo primeiro centenário estamos comemorando – tinha por donatário o abade de Santo Tirso, e como padroeiro Celanova, Espanha.

Curiosamente, estas duas jurisdições não são rígidas e uniformes. Antes, uma e outra graduadas. O padroeiro apresentava o pároco – o abade ou prior – ao Ordinário do lugar que o confirmava. Mas poderia ter também direito ao censo e à participação nos rendimentos da freguesia, tudo dependendo do estatuto do pároco: se abade, vigário ou cura... No caso do curato, os dízimos, primícias, oblações encaixavam-nos os mesmos padroeiros, que, porém, ficavam com a obrigação da fábrica da capela-mor, da sacristia e da residência paroquial. Ao cura, *removível ad nutum*, apenas se lhe reservava uma simples cõngrua. No caso de uma abadia, dízimos, primícias e oblações ficariam para o abade, já não amovível *ad nutum*. Este, apenas, daria ao seu padroeiro um censo anual. Numa posição intermédia, estaria o vigário. Evidentemente que este estatuto canónico das freguesias – abadias, vigararias, curatos – alarga ou reduz as competências dos padroeiros.

O mesmo se diga dos donatários. Em primeiro lugar, os senhores podem gozar apenas da jurisdição no cível, ou no cível e crime, simultaneamente. A mesma jurisdição cível poderá ser mais ou menos ampla. O abade de Santo Tirso, por exemplo, no couto do seu mosteiro, tinha poderes muito amplos, mesmo no que tange ao âmbito do cível: arrecada impostos, lança coimas, tabela preços, regulariza medidas, faz levantamentos de pessoas – para as montarias e para a guerra –, alista pessoal para reparações ou construções de estradas e caminhos, faz cumprir os seus privilégios, como o direito de relego, o de portagem, o das sizas, o das reservas da caça e pesca, etc., etc. O mesmo abade de Santo Tirso já tinha jurisdição no cível e no crime, no Couto de Vila Nova das Infantas e noutros coutos. Mas há senhores com direitos de muito limitada extensão: só no cível. E, mesmo neste, muito diluído. É o caso do mesmo abade no Couto de Guimarei, que, por meados do sec. XIII, foi doado ao prelado de Santo Tirso, por Dona Châmoa Gomes, esposa de D. Rodrigo Forjaz. Incluía duas paróquias: S. Paio de Guimarei e S. Tiago de Guimarei, esta última que, logo adiante, se chamaria S. Tiago da Carreira. Pois, na sentença de 1336¹⁷², se dirá: *que o dito moesteiro husasse de poer seu chegador na dita honra que o husasse do offiço do chegador e que nom husasse hi doutra jurdiçom nenhuma. Eque eu (D. Afonso IV) husasse na dita honrra de toda outra jurdiçom assy no ciuel como no crime*. Bastante mais delida, pois, a presença senhorial neste território.

Vem mesmo a propósito falar desta honra, a respeito da qual se vêem muitas confusões. Há quem identifique couto e honra. E, todavia, há diferenças. Por exemplo, a honra transmite-se pela descendência, pelo sangue; o couto pelo cargo. Se morre um abade ou prior, é o novo abade ou prior, que se elege por quem de direito, o detentor dos direitos senhoriais, mesmo que não seja familiar do donatário anterior. Ainda a propósito, seja dito que o abade de Santo Tirso era donatário de uma dúzia de coutos. *Nihil novi*, até aqui. Por exemplo, era senhor do couto de Santo Tirso e de Guimarei que fora honra da Miana Elvira e, logo, da dita D. Châmoa Gomes. Assim não é correcto dizer-se que o couto de Santo Tirso abrange três freguesias inteiras – Santo Tirso, S. Miguel do Couto e Santa Cristina do Couto –, mais metades de Monte Córdova, de Burgães e de Guimarei. Como de facto se escreveu ! Guimarei era um outro couto, distinto do de Santo Tirso. Em suma: o couto de Santo Tirso, nas mãos do mosteiro, é de 1098; o de Guimarei fôra doado a Santo Tirso, em meados do sec. XIII. O território privilegiado de Santo Tirso foi couto, desde 1098; o de Guimarei, primeiro,

¹⁷² CCLP, vol. I, p. 68 e em BS 13-3-14 a.

foi uma honra. E, se em ambos os casos, a jurisdição senhorial só no campo do cível se exercerá, era mais amplo o leque de competências de que era possuidor o abade beneditino de Santo Tirso, no couto que lhe pertencia desde 1098, do que as atribuições que Dona Châmoa Gomes para o mesmo nosso abade trespassara na honra de Guimarei.

É, pois, Guimarei um outro couto de Santo Tirso. Não será correcto meter Guimarei no couto de Santo Tirso, como não podemos aliás dizer que o Couto de Vila Nova das Infantas, o de Golães, o de Silvares e outros cujo donatário era o abade de Santo Tirso – não podemos dizer, repito, *que eram do couto de Santo Tirso, mas tão só que eram coutos de Santo Tirso*.

Isto vem a propósito de alguns que afirmam que o couto de Santo Tirso abrangeria a totalidade das freguesias de Santo Tirso, S. Miguel do Couto e de Santa Cristina do Couto, a parte ocidental das freguesias de Burgães, de Monte Córdova e ainda parte de Guimarei¹⁷³.

O Direito Canónico foi estudado pelo mestre João Pedro Ribeiro, *Qual seja a Época da introdução do Direito das Decretas em Portugal: e o influxo que o mesmo teve na Legislação Portuguesa*¹⁷⁴. A história das condicionantes do exercício deste poder, por parte da Igreja, podem ver-se em José Pereira de Paiva Pitta, *História do Beneplácito em Portugal*¹⁷⁵.

Poderemos, agora, citar as Constituições diocesanas da Idade Média, publicadas na série *Synodicon Hispanum, t. II, Portugal*¹⁷⁶, pela ligação da vida monástica à cura pastoral do bispo diocesano, a que fica sujeita. Os abades beneditinos e os priores dos cónegos regantes de Santo Agostinho, como os párocos, eram obrigados a assistir aos sínodos diocesanos, e sujeitos à visitação do ordinário, do que resultavam capítulos, como aconteceu no mosteiro de Santo Tirso, ao longo da Idade Média, particularmente em 1437.

1.11.O mosteiro e o seu orago

Talvez que um dos problemas para a história do orago de Santo Tirso – que acaba por se transformar em topónimo - , a expansão do culto do mártir e sua restrição apenas ao Norte de Portugal, exija uma justificação que apresento, no corpo da tese. Mas as fontes impressas não são de todo constantes. Por exemplo, o *Livro Velho de Linhagens*, que fala de um primitivo padroeiro, o S. Nicolau. Veremos o contraste e a opção que fazemos pelo mártir, problema que me parece ter impacto negativo sobre a relação entre o nosso mosteiro e a cultura medieval, tal como escrevera José Mattoso, que atribui o dito livro de linhagens a um monge de Santo Tirso. No logro de um pretenso orago primitivo, distinto do mártir, cairia , em 1760, D. Tomás da Encarnação. Para o tema do

¹⁷³ Como, de facto, escreveram Armindo de Sousa (*O Mosteiro de Santo Tirso no Sec. XV*, em EM, vol. I, Porto, 1981, p. 104); e, na sua esteira, Mário Jorge Barroca (*A Cruz do Lugar das Marcas – Lousado, Vila Nova de Famalicão – e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso*, em “Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques”, vol. IV, ed. da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006, p. 147). Além destes pormenores a merecerem reparo, outros de que, depois, falarei.

¹⁷⁴ *Memórias de Litteratura Portuguesa*, ed. pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. VI, 1796, pp. 5-34.

¹⁷⁵ Em “O Instituto”, vol. XXXV (1887-1888)-XXXVIII (1890-1891)

¹⁷⁶ Ed. da Biblioteca de Autores Cristianos, ed., crítica dirigida por António García y García, t. II, Madrid, 1982. Faltam, porém, notícias pelo menos de mais um sínodo medieval, de que tenho referências. Havia já uma edição dos Concílios visigodos e hispano-romanos, de José Vives e seus colaboradores, publicada pelo Conselho Superior de Investigações Científicas, Barcelona-Madrid, 1963.

orago, lencei mãos do *Missal de Mateus*¹⁷⁷, do *Breviário de Soeiro*¹⁷⁸, do *Oracional Visigótico*¹⁷⁹ e do *Pasionário Hispânico*¹⁸⁰. Dispus de bases. E creio ter chegado a conclusões seguras...

1.12.A biografia na história

Há personagens que marcam as vicissitudes de um povo ou de uma comunidade. No que mais particularmente nos respeita, gostaríamos de citar alguma bibliografia que introduza um personagem no tecido monástico dos nossos monges. Ao longo de muitos artigos, especialmente no JST, metemos em resalto quase todos os abades medievos do mosteiro. Para tal nos servimos da documentação escrita e impressa. Para agora, citamos alguns trabalhos de autores de muito mérito. Por exemplo, a figura notável do Abade Comendatário de Santo Tirso, D. Miguel da Silva, abade deste nosso mosteiro, do de Landim, bispo de Viseu, Cardeal, que morreu em Roma e jaz sepultado na Basílica de Santa Maria in Transtevere. Autora da biografia Sylvie Deswarte. Chama-se o volume *Il “Perfetto Cortegiano” D. Miguel da Silva*¹⁸¹. Como o próprio título insinua, é uma silhueta destacada da figura humanista deste nosso abade. Nem tudo, tudo, será correcto em todo o pormenor e rigor. E outras coisas que, aliás, poderiam e deviam mencionar-se, especialmente a relação de parentesco de sangue com o grande arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que fundou o Colégio de S. Paulo, onde leccionaram humanistas de nome. Coisa miúda que não empalidece o valor do estudo de fôlego que Sylvie nos proporciona.

Mas há mais. Por exemplo, outra figura em destaque, que chegou a ser apresentada para abade de Santo Tirso, o Cardeal D. Jaime, filho de D. Pedro, o de Alfarrobeira. Foi objecto de um estudo que lhe consagrou Manuel Cardoso Mendes Atanázio, em relação com o capela funerária e seu recheio artístico, erecta na igreja de S. Miniato al Monte, em Florença¹⁸².

Como grande benfeitor do mosteiro de Santo Tirso merece recordação o Conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis. Traçou-lha, com toda a segurança L.F. Lindley Cintra na *Crónica Geral de Espanha de 1344*¹⁸³. No volume I desta monografia que ao nosso mosteiro consagramos, adicionarei informações sobre a relação entre o autor do *Nobiliário* e os nossos monges.

Alexandre Herculano no PMH, *Scriptores*, transcreveu umas tantas biografias, particularmente de alguns santos que se coligam com o nosso mosteiro e a nossa região: a vida de Santa Senhorinha de Basto, a de S. Rosendo. Demais, publicará outros textos de crónica religiosa, como a vida de D. Telo, de S. Teotónio, a Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora. Algumas destas biografias se verteram já para o português, como a de S. Rosendo e Santa Senhorinha, pela Prof.^a catedrática de Coimbra, Dr.^a Maria Helena Rocha Pereira¹⁸⁴.

¹⁷⁷ Ed. de Joaquim de Oliveira Bragança, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁷⁸ Ed. preparada por Pedro Romano Rocha, e publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português de Paris.

¹⁷⁹ Ed. de José Vives.

¹⁸⁰ Ed. em 2 vols. do Dr. Angel Fábrega Grau.

¹⁸¹ Bulzoni Editore, Roma, 1989.

¹⁸² *A arte em Florença no sec. XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, ed. da INCM, Lisboa, 1983.

¹⁸³ Vol. I, *Introdução*, Lisboa, 1951, pp. CXXX-CXC. No volume presente adicionarei informações, especialmente sobre a relação entre o autor do *Nobiliário* e os beneditinos de cá.

¹⁸⁴ *Vida e Milagres de S. Rosendo*, ed. da Junta Distrital do Porto, 1970.

Mas há um outro santo medieval de que nos interessa particularmente fazer citação: a vida do monge de Santo Tirso, S. Gonçalo, que se venerava com muito calor e devoção em S. Rosendo de Pitões ¹⁸⁵. Terá vivido na charneira do sec. XV - XVI. Claro que estas fontes hagiográficas, terão que inserir-se no mundo medievo em que brotaram, ao contrário das biografias, com que iniciamos este *item*.

1.13. Itinerários régios que não só...

Muito curiosos os itinerários. E até como subsídio para os estudos da Diplomática. Falo, particularmente, dos régios de D. Afonso II. É mais uma acção que um retrato. Mas não há história, sem descrição. Porque dois limites essenciais condicionam a intriga: o espaço e o tempo. Aqui, uma peripécia que no palco avizinhado do mosteiro terá lugar. Ao abrigo dos nossos monges se acoitará o monarca, aquando das lutas com o seu meio irmão, D. Martim Sanches. Pitoresco o relato que o *Nobiliário do Conde D. Pedro* registou ¹⁸⁶.

Sobretudo, agora, o de D. Dinis, que, por duas vezes, se alojará na casa de Santo Tirso, no decurso do mesmo mês e ano, no contexto das cortes de Guimarães. Foi publicado este roteiro do nosso Rei-Lavrador ¹⁸⁷. Também se possui o itinerário de D. João I, que igualmente pernoitará, por duas vezes, entre os beneditinos da nossa cidade, ao tempo do último abade eleito e vitalício, D. Vicente Rodrigues (a 15 de Outubro de 1385) e, depois, ao tempo do primeiro abade comendatário (D. Martim Aires), em 1419 ¹⁸⁸. Por detrás destas viagens e doutros encontros, particularmente do Mestre de Avis, se veiculam relações de amizade que rematam ora em serviços de entreajuda, com recompensas da parte do rei a favores que lhe vinham da parte de Martim Aires.

Ainda dentro do género literário das viagens, a do soldado inglês, publicada, que veio a lume pela iniciativa do historiador Alexandre Herculano, no PMH. E que, depois, se repetiria por várias edições. A referência do autor do relato que houve de recolher a informação a partir da costa marítima, dirá bem da ressonância do mosteiro de Santo Tirso ao longe e ao largo. É, na realidade, a única coisa digna de memória que à foz adveio, assoprada do interior que, pelas margens sinuosas do rio Ave, lhe fizeram veicular.

Um outro itinerário de um espírito curioso e de certa importância para a nossa história, o de Mestre António, natural de Guimarães, médico da Câmara do Sereníssimo Rei de Portugal, D. João II, em 1512 ¹⁸⁹.

Valerá a pena também a menção de uma obra que parece resultar de um tinerário: a *Geografia de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes* do Dr. João de Barros, com referências muito importantes e concretas à igreja monástica de Santo Tirso, que muito

¹⁸⁵ Foi paróquia na Idade Média. Mas, depois, foi extinta e incorporada na paróquia de Santa Maria das Júnias. Cf. PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7, 1876, pp. 105-109.

¹⁸⁶ *Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crítica de José Mattoso, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, pp. 295-299.

¹⁸⁷ Publicado por Virgínia Rau com o título de *Itinerários Régios Medievais. Itinerário de el-rei dom Dinis*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1962.

¹⁸⁸ MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários d'El-Rei Dom João I (1384-1433)*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1988.

¹⁸⁹ RIBEIRO, Luciano – *Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António*, separata de "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol. XXII, fasc. 3-4, pp. 9-10.

admirou e que, infelizmente, quase por inteiro desapareceu ¹⁹⁰. Teria sido escrita pouco antes de 1550.

Na fase terminal dos Abades Comendatários, uma viagem para a história dos mosteiros beneditinos portugueses. Na necessidade que, por toda a banda, se sentiu pela Reforma que o Concílio de Trento preconizara para as ordens religiosas, virá da Congregação de Castela um religioso de S. Bento, com o intuito vincado da aplicação rigorosa dos ideais tridentinos nos mosteiros de Portugal. Chamava-se Frei Alonso Zorrilla. Acompanhava-o Frei João de Gusmão. Por entre 1562-1565, visitou com mão dura as casas religiosas de S. Bento: Coimbra, Santo Tirso, Tibães, Refojos, Travanca, Rendufe, Carvoeiro, S. Romão de Neiva, Bustelo, Paço de Sousa, Alpendurada. Viu os mosteiros, observou a situação degradada em que jaziam, puniu os díscolos, impôs uma disciplina austera, dentro dos ideais da Regra do Santo Patriarca. Para se saber do estado de cada convento, não há como ler o retrato que, da situação que vira com os seus próprios olhos, nos deixará ¹⁹¹.

Enfim uma listagem, por entre fontes documentais inéditas ou publicadas que nos permite construir esta monografia da silhueta medieva do mosteiro de Santo Tirso, que tanto admiro e a que só por amor me houve de entregar. Ainda que não seja de todo modelar este trabalho, assim o aprecio, com a benevolência com que me orvalham as bênçãos do adagiário popular: “Quem feio ama, bonito lhe parece”.

1.14. História da Arte

Como aluno e professor e, agora, na investigação, tive sempre diante dos olhos volumes e autores clássicos sobre arte portuguesa. Diferentes uns dos outros pelo campo particular a que se dedicaram e sob perspectivas diferentes a que subordinavam as suas reflexões e análises. De nome feito a *História da Arte em Portugal* que iniciada foi por Aarão de Lacerda e a continuariam outros autores ¹⁹². Dentro ainda da Idade Média, após o volume I, da autoria daquele especialista, segue-se o volume II. Da sua elaboração foram responsáveis Mário Chicó, Maria José de Mendonça, Fernando Pamplona e Damião Peres.

Uma outra colecção, a *Arte Portuguesa*, em 4 volumes. Dela assumiria a liderança João Barreira. Constava de um volume sobre a pintura, outro sobre a escultura e dois sobre as artes decorativas.

Não poderíamos deixar no olvido o trabalho que desenvolveu no campo da arte o Prof. Reinaldo dos Santos, particularmente *O Românico em Portugal* ¹⁹³ e o do referido Mário Tavares Chicó, *A arquitectura gótica, em Portugal* ¹⁹⁴. Estes são clássicos, por assim dizer, para uma abordagem da arte, no país. Mas há muitos outros autores...

O citado Prof. Reinaldo dos Santos editou dois volumes sobre a imaginária: *A escultura em Portugal*. O primeiro cronologicamente delimitado pelos secs. XI e XV. A este autor faltar-lhe-ia, uma que outra vez a base documental que lhe teria permitido afinar melhor a silhueta das formas com as delimitações constringentes da cronologia. Esta falta de conciliação se veio a manifestar, a propósito de um dos conjuntos mais

¹⁹⁰ Ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Tipografia Progresso de Domingos Augusto da Silva, Porto, 1919.

¹⁹¹ *Informação que deu o P. fr. Alonso Çorrilla dos nosos mosteiros a S. A. Avendos visitado*, em Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Foi publicado por PASCUAL, Ernesto Zaragoza, em *Reforma de los beneditinos portugueses*, em BA XXXV (1981) 79-80, p. 275 e ss.

¹⁹² Em 3 volumes, ed. no Porto, desde 1942 a 1946.

¹⁹³ Lisboa, 1955.

¹⁹⁴ Lisboa, 1954.

belos da igreja de Santo Tirso: *A Pietà*. No campo ainda da escultura medievla, dois exemplares dignos de reter-se: uma bela imagem gótica da Virgem e do Menino ¹⁹⁵ e uma românica..

Para o nosso caso, não posso deixar de referir, até pela incidência sobre Santo Tirso, os dois volumes do *Portugal Roman* ¹⁹⁶. Mas discordo de várias coisas. Por exemplo da data assinalada para a existência do mosteiro, já no ano de 770. E que nem sequer poderia ter havido no dito lugar de *Moraria*, onde Unisco Godins e seu marido, fundaram o convento de Santo Tirso um hipotético mosteiro anterior de que memória houvesse, naquele lugar. Mais, discordo das igrejas monásticas que teriam precedido a de 1300. Julgo que as duas anteriores são a pré-românica de 978 e a românica de 1092. Já o fiz saber neste volume. Também não é verdade que as galerias superiores do primeiro claustro sejam do sec. XVIII. Não, são da primeira parte do sec. XVII, muito embora refeitas, ao expirar dos sec. XIX. São coisas que convirá corrigir nos ditos dois volumes.

Uma sùmula da história da arte a deixou, para Santo Tirso – convento e paróquias do aro concelhio – Alexandre de Gusmão nos *Ensaio de Arte e Cultura* ¹⁹⁷. Estigmas de uma matriz castelhana e leonesa no brasão da Congregação Beneditina de Portugal foram bem explorados pelo D. Abade de Singeverga, D. Gabriel de Sousa, no trabalho *O Brasão da Porta Branca do mosteiro de Santo Tirso* ¹⁹⁸.

Do órgão da igreja e da solenização do culto, especialmente pela música, temos uma referência, para este período da história conventual, acerca do instrumento. Trata-se da controvérsia entre a comunidade secular e a comunidade monástica. Despoletou o rumor áspero da discórdia a partilha eventual do mesmo espaço, com todos os inconvenientes que daí poderiam resultar, para os actos de cada uma. Abordei a questão ao de leve, no artigo *O órgão da terceira igreja monástica* ¹⁹⁹.

1.15. Epigrafia

Se de tradição mais antiga o estudo da epigrafia romana, quase, por toda a banda, a epigrafia medieval aparece mais recentemente a atrair as atenções dos estudiosos. João Pedro Ribeiro dedicou ao assunto algumas páginas da *Dissertação XV* ²⁰⁰. No sec. XX, um nome já igualmente bem conhecido que se consagrou ao campo da epigrafia medieval. Refiro-me a J.M. Cordeiro de Sousa.

Para Santo Tirso, depois de Frei Leão de S. Tomás, fez leitura aplicada das inscrições do nosso mosteiro o dito João Pedro Ribeiro. Além das publicadas nas *Dissertações*, outras tentativas haverá ainda inéditas ²⁰¹.

As inscrições medievais portuguesas (862-1422) foram minuciosamente recolhidas, conscienciosamente estudadas, e desenvolvidamente contextualizadas por Mário Jorge

¹⁹⁵ Cf. PINHO BRANDÃO, *Imagens de Nossa Senhora na diocese do Porto*.

¹⁹⁶ Edições Zodiaque, *Le Sud et Le Nort du Portugal Revue d'art trimestrielle « Zodiaque », Cahiers de l'atelier du Cœur- Meuttry*, édité a l'abbaye Sainte-Marie de la Pierre-qui-Vire (Yonne).

¹⁹⁷ Intr. de Vítor Serrão e Dagoberto Markl, ed. Vega, 2004, pp. 389-403.

¹⁹⁸ CSTBC I (1951-1952) 227-232.

¹⁹⁹ *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 210-212.

²⁰⁰ *Dissertações Chronologicas e Críticas*, Vol. IV, ed. da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1819, pp. 77 – 236.

²⁰¹ BUC Ms.704, f.175 (esta a inscrição romana de Lúcio Valério Silvano); f.176 (as medievlas de várias devotas);f. 176 (a inscrição funerária de D. Urraca e de D. Alda, em verso).

Barroca, na sua obra monumental *Epigrafia Medieval Portuguesa*²⁰², limitada, no seu termo *ad quem*, pela alteração da era de César a favor da era cristã. Mas pela mole intumescida de inscrições e pelos derramados percursos através dos meandros complexos da história se semeariam alguns erros e confusões...

Mais especificamente, e no que toca a Santo Tirso, dignos de atenção os trabalhos de Carlos Manuel Faya Santarém, datados todos do meio do sec. XX. Depois das inscrições romanas, este conceituado arqueólogo concentrará a sua atenção nas inscrições de origem medieval, entre outras, no perímetro do nosso concelho²⁰³. Durante muito tempo, eu mesmo escrevi, no JST, sobretudo, bastantes artigos, onde contextualizei melhor as leituras da sua autoria, como introduzi umas tantas emendas que me pareceram necessário fazer-se sobre a interpretação que delas teria elaborado o meu grande e saudoso amigo.

De igual modo, se entregou Armando de Matos à tarefa da leitura das inscrições do nosso mosteiro²⁰⁴. José Mattoso, a propósito da cultura literária de Santo Tirso, na Idade Média, também se debruçou sobre uma inscrição em verso²⁰⁵. Creio que não menos bem conseguido na leitura e interpretação, especialmente dos seus aspectos formais, que em erro o terá induzido Armando de Matos.

As marcas de canteiro – as siglas – são muito poucas as que se topam bem patentes nas paredes da igreja de Santo Tirso. Já desde longa data – lembremos o nome de Joaquim Possidónio da Silva²⁰⁶ – teriam os autores metido, no âmbito do seu interesse especificado, o estudo das ditas marcas. São raras em Santo Tirso, na sua igreja monástica, repito. E as que existem serão das pedras aparelhadas da igreja de 1092. Mas a igreja do sec. XIV era muito grande, face à anterior. Aliás, como da posterior... E do templo românico, os construtores da igreja gótica poucas das pedras aproveitariam. Até porque muito mais ampla que a anterior. Donde a raridade das siglas remanescentes, no templo monástico que hoje serve de igreja da paróquia.

1.16. História da cultura

1.16.1. Cultura Portuguesa

Numa espécie de galeria introdutória ao estudo da cultura medieval portuguesa, atribuímos a prioridade exactamente, pela relação estreita com a parte religiosa, ao volume de Mário Martins, *Estudos de Literatura Medieval*²⁰⁷. Para a história da Cultura Portuguesa, em relação com a igreja, em concreto, publicaram-se quatro volumes, constituídos de 10 fascículos, com estudos de muito merecimento sobre a influência do clero secular e regular na educação do nosso meio. Chamava-se o conjunto *Arquivo da*

²⁰² Quatro volumes. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência e da Tecnologia.

²⁰³ São 5 fascículos, extraídos da revista *O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, publicados entre os anos de 1953-1956, sobre inscrições romanas e medievais, sobretudo.

²⁰⁴ *Algumas inscrições medievais do Douro-Litoral*, Porto, 1947. As do nosso mosteiro encontram-se lidas a reinterpretadas, nas pp. 51 a 83.

²⁰⁵ *O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa*, em STBCC I, n. 1 (1977) 107 e ss.

²⁰⁶ *Mémoire d'archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal appartenant à l'architecture du Moyen-Âge*, 2.^a ed. no « Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes ». 2.^a s., t. 5.^o nn. 2 e 3 (1886) 29-31 e 39-42.

²⁰⁷ Braga, 1956.

História da Cultura Portuguesa ²⁰⁸, que contava com a colaboração de nomes de especialidade, como Moreira de Sá, Joseph Moreau, José Mattoso, António Domingues de Sousa Costa, Francisco da Gama Caeiro, Isaias da Rosa Pereira, Frei António do Rosário...

No que toca ao liame com a Filosofia da mesma altura, merecerá atenção quanto escrevera Joaquim de Carvalho, a sua obra completa, que a Fundação Gulbenkian publicaria na sua integralidade ²⁰⁹. No que tange à cultura literária, merecer-me-iam atenção particular os estudos de Manuel Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval* ²¹⁰, como o belo e importante estudo, pelas admiráveis conexões entre os diversos ramos do saber, da autoria de Hernâni Cidade, *As Lições de Cultura e Literatura Portuguesa* ²¹¹. De muito valor – o que se deverá à preciosa colaboração, à enorme riqueza iconográfica e bibliográfica – se bem que desactualizada, entretanto – e ao conteúdo cultural, embora sintético – a *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, dirigida por Albino Forjaz Sampaio ²¹².

E, apenas, para referir a grande colecção constituída pelo trabalho insano de tantos especialistas de renome que o são – com uma envolvimento que abrange várias épocas e vários ramos do saber –, na perspectiva de autores portugueses e estrangeiros, os *Arquivos de Cultura* da Fundação Gulbenkian. Centro Cultural de Paris ²¹³.

1.16.2. Acção cultural do mosteiro de Santo Tirso

Para o capítulo que de maior restrição, na medida em que respeito dirá a Santo Tirso, importante o estudo de José Mattoso ²¹⁴. Seguimo-lo, naturalmente, com algumas achegas, entretanto, que o possam complementar, como com certas reservas ou dúvidas que, por incidência, possam vir a propósito.

Assim, quanto aos *Annales Portucalenses Veteres*, julgo valerem bem os argumentos de José Mattoso, seja aqueles que dispendeu na sua divisibilidade em duas partes distintas, seja os que podem pesar um tanto, para se atribuir a redacção da primeira parte a um monge de Santo Tirso ou clérigo dos senhores da Maia.

A notícia do acordo do nosso mosteiro com S. Geraldo revelará um texto não só histórico – e fundamental, de resto, para a cronologia do cenóbio tirsense – como literariamente bem escrito: de linguagem solta e de cunho dramático muito acentuado, que demonstra – e muito bem ! – o alto nível cultural do monge tirsense que o terá redigido.

Passemos ao *Livro Velho de Linhagens*, para a inserção de uma dúvida que apenas realço: se, por um lado, há argumentos que possam garantir a sua origem neste mosteiro, outros há – o pretenso orago S. Nicolau – que podem debilitar, e muito, a força da argumentação de José Mattoso.

A propósito da cultura poética dos monges de Santo Tirso, referimos a estrofe latina das duas devotas. Foi redigida por um monge bento da nossa casa, sim. Mas não se trata de versos leoninos. Pelo menos, falta-lhes a rima interna. É uma poesia clássica, em

²⁰⁸ Edição do Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967-1972.

²⁰⁹ Joaquim de Carvalho. *Obra Completa*, em 9 volumes, 1978-1997. Em todos os volumes, dispostos cronologicamente conforme a publicação de cada estudo, se encontram reflexões sobre o pensamento medieval português.

²¹⁰ 4. ed., Coimbra, 1956.

²¹¹ Vol. I, 4.ª ed., Coimbra, 1959.

²¹² Em 4 volumes, dos quais o I se consagra à Idade Média, Lisboa, 1929.

²¹³ Vai em 40 e tantos volumes. E grossos volumes, na maioria...

²¹⁴ STBCC, vol. I, 1977.

hexâmetros dactílicos. Demais, esteticamente, não é tão prosaica como se tem dito. As figuras de estilo farão com que a linguagem referencial se absorva num plano superior de verdadeira criação artística. Sem desvalorizar o vocabulário clássico, de que o autor fez uso...

A decadência cultural do sec. XV tem a sua explicação que em capítulo aparte desenvolverei. No interior da documentação publicada, mas interessando, especialmente, ao campo da Cultura medieval, chamamos a atenção para o *Chartularium Universitatis Portugalensis*, em 12 volumes, e seu *Auctarium*, em 3 tomos, todos densos de tamanho e conteúdo, que nos fornecem achegas bastantes para a história, especialmente dos abades comendatários de Santo Tirso. Interessará, por exemplo, para o caso do Card. D. Jaime, que chegou a ser designado para abade da nossa comunidade conventual pelo Papa. Muitos destes documentos foram publicados no MPV.

1.17. História económica

Ainda não foi superada a gigantesca construção de Gama Barros, *A História da Administração Pública em Portugal* ²¹⁵, que aborda quer a produção quer a comercialização, com os pesos e medidas em uso, no Portugal medievo.

No âmbito mais geral, mas que valerá como patamar de ingresso às primeiras abordagens, digamos assim, para cronologias e espaços de maior restrição, *as Épocas de Portugal Económico*, de João Lúcio de Azevedo ²¹⁶. De grande utilidade os volumes e artigos de A. H. de Oliveira Marques *Ensaio de História Medieval* ²¹⁷, *Introdução à História da Agricultura, em Portugal. A questão cerealífera, durante a Idade Média* ²¹⁸. Aliás, muitos dos artigos deste autor, no DHP, são de companhia obrigatória no percurso de qualquer um que queira consagrar-se ao estudo da actividade económica, na Idade Média portuguesa.

Clássicas permanecem ainda, igualmente, as investigações de Alberto Sampaio, quer *As Villas do Norte de Portugal* ²¹⁹, bem como *As Póvoas marítimas* ²²⁰. A nível de igual seriedade, as *Sesmarias medievais* da conceituada Virgínia Rau, que se ocupa da propriedade e formas de exploração no Portugal medievo. Ainda de referência obrigatória os estudos e reflexões de Mário Júlio Brito de Almeida Costa ²²¹.

Se até aqui, referenciámos a bibliografia, onde se podem colher abundantes ideias sobre a actividade agrária, no período anterior ao sec. XVI, também será importante, seguir a rede da distribuição dos produtos. Das feiras medievais se ocuparia já a citada autora Virgínia Rau ²²², e, quanto a um produto específico da costa portuguesa, *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal. Estudo de História Económica* ²²³. E do tecido viário por onde a produção nacional se escoava pelos centros principais do continente europeu, muito se terá, igualmente, escrito.

²¹⁵ Na segunda edição, em 11 volumes, dirigida por Torquato de Sousa Soares.

²¹⁶ Segunda edição, Lisboa 1947.

²¹⁷ Lisboa, 1964.

²¹⁸ Lisboa, 1962.

²¹⁹ Em *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, Porto, pp. 3-254.

²²⁰ Nos mesmos *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, pp. 255-426.

²²¹ *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, 1957.

²²² *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1943.

²²³ Lisboa, 1951.

Marcelo Caetano, num estudo modelar, lançar-se-ia ao tema da organização do trabalho, em *A antiga organização dos mestres da Cidade de Lisboa* ²²⁴.

De toda a bibliografia económica de que me servi, destaco, especialmente, dois volumes: *As orixes do foro na Galicia medieval* ²²⁵, de Maria Luz Ríos Rodríguez. É que o livro não é só uma recolha de elementos, respeitantes à enfiteuse, como, e sobretudo, uma tentativa muito segura de reinterpretação dos imensos dados colhidos na documentação medieval da Galiza, com base firme nos cartórios de alguns dos mosteiros da região. Um outro autor que também me foi de grande utilidade e proveito, o volume *S. Salvador de Grijó, na segunda metade do sec. XIV* ²²⁶, que saiu da pena e do labor de Luís Carlos Amaral. É possível que um ou outro reparo se possa fazer, no que toca ao nível da reflexão sobre os elementos de base recolhidos pelo autor, num tombo do cartório do dito mosteiro. Substancialmente, porém, muito válido para o conhecimento da actividade económica do convento agostiniano, dos mais pujantes, a norte de Portugal.

Agora, mais em concreto, achegas para a história económica do mosteiro de Santo Tirso em documentação medieval que se encontrarão publicadas. Por exemplo, para o primeiro quartel do sec. XIV, vamos ter diante de nós o rol da dizimaria das igrejas e mosteiros, na lotação dionisíaca, publicada por Fortunato de Almeida, na sua *História da Igreja em Portugal* ²²⁷. Bem servirá para se aquilatar da riqueza de Santo Tirso, em absoluto e em termos proporcionais, face aos outros conventos, igrejas e dioceses. Para uma época mais recente e dentro da mesma categoria, embora com uma envolveria de pequena e restrita dimensão, mencionamos o *Foral Manuelino* de Refojos, publicado em 1823 ²²⁸, que foi integrado, posteriormente, no volume *Forais Manuelinos da Cidade e Termo do Porto* ²²⁹.

Depois desta apresentação sobre a bibliografia de que fiz uso, no decurso desta dissertação, vejamos agora o arrolamento dos textos manuscritos, pelos respectivos arquivos onde se guardam e sua individualização. Seguir-se-á a inventariação das fontes documentais publicadas. Terminarei com a rol dos estudos que me pareceram de proveito para a elaboração do presente trabalho.

2.Arrolamento bibliográfico

2.1.Fontes manuscritas

2.1.1.Arquivo Distrital do Porto (PT/ADPRT)

MON/CVSTST 0149 *Livro de prazos antigos*;
 MON/CVSTST 0150 *Livro de prazos*;
 MON/CVSTST 0151 *Livro de prazos de S. João da Foz*;
 MON/CVSTST 0152 *Livro de prazos*;
 MON/CVSTST 0168 *Livro das Sentenças*;
 MON/CVSTST 0169 *Livro das Sentenças*;

²²⁴ No prefácio com que iria apresentar a colecção documental de Franz Paul de Almeida Langhans – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua história*, vol. I, Lisboa, 1943, pp. XI-LXXV.

²²⁵ Ed. da Universidade de Santiago de Compostela, 1993.

²²⁶ Edição Cosmos, Lisboa, 1994.

²²⁷ Vol. IV, pp. 90-144.

²²⁸ Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e filhos.

²²⁹ Colecção “Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto”, s.d., pp. 203-218.

MON/CVSTST 0170 *Livro das Sentenças;*
 MON/CVSTST 0173 *Livro de S. João da Foz;*
 MON/CVSTST 0175 *Livro de S. João da Foz;*
 MON/CVSTST 0180 *Livro das Sentenças;*
 MON/CVSTST 0189 *Livro das igrejas;*
 MON/CVSTST 0190 *Livro das igrejas;*
 MON/CVSTST 0191 *Livro das igrejas;*
 MON/CVSTST 0204 *Livro dos contratos;*
 MON/CVSTST 0205 *Livro de títulos;*
 MON/CVSTST 0233 *Tombo;*
 MON/CVSTST 0268 *Traslado de pergaminhos ;*
 MON/CVSTST 0272 *Índice do Cartório de 1774;*
 MON/CVSTST 0006 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0007 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0008 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0009 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0010 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0011 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0012 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0013 *Livro de prazos;*
 MON/CVSTST 0014 *Livro de prazos.*

2.1.2.Sociedade Martins Sarmiento (Pergaminhos)

BS 13-3-14q *Emprazamento do mosteiro de Santo Tirso a Fernão Brandão (1574);*
 BS 13-3-14 *Renúncia de direitos eventuais sobre a Foz (1278);*
 BS 13-3-14^a *Reconhecimento de direitos senhoriais do abade de Santo Tirso em Guimarei (1336);*
 BS 13-3-14c *Sentença de D. Pedro I, confirmando os direitos senhoriais do mosteiro de Santo Tirso (1357);*
 BS 13-3-14d *Documentos de posse de dois casais em S. Vicente do Pinheiro (1392);*
 BS *Concessão de D. João I a Fernão Roiz Vilela das colheitas que lhe pertenciam, da parte do bispo e dos mosteiros da diocese do Porto (1385);*
 BS 13-3-14n *Carta do Infante D. João de defesa do Couto tirsense de Vila Nova dos Infantes (1418);*
 BS 13-3-14v. *Documento de Santo Tirso de 1423;*
 BS 13-3-14j *Posse de umas casas, latadas e vinhas, em S. Paio de Guimarei (1425);*
 BS 13-3-14g *Emprazamento de casais, na freguesia de Vila Nova dos Infantes (1442);*
 BS 13-3-14l *Prazo de um casal em S. Martinho de Guilhabréu (1444);*
 BS 13-3-14u *Prazo de João Afonso (1449);*
 BS 13-3-14t *Pergaminho (1459);*
 BS 13-3-14g *Prazo do Casal de Pica Milho da Maia (1474);*
 BS 13-3-14m *Prazo do Casal da Sobrada (1487);*
 BS 13-3-14l *Prazo do Casal da Várzea a João Brás (S. Cristóvão de Refojos) (1505);*
 BS 13-3-14 p *Prazo de um casal em S. Julião de Água Longa (1529);*
 BS 13-3-14 s *Documento de 1546;*

- BS 13-3-14r *Pergaminho de 1574, com cordão e selo;*
 BS 13-3-14b *Contrato de empraçamento a favor de duas pessoas (1581);*
 BS 13-3-14º *Pagamentos a alguns oficiais do Cardeal Farnese, abade de Santo Tirso. Com cordão vermelho e caixa de selo (1615);*
 BS 13-3-14e *Bula de concessão de indulgência plenária no dia de Santo Tirso e sua véspera, a todos os fiéis que visitarem a igreja de Santo Tirso (1629).*

2.1.3.Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)

Ms. 1341.

2.1.4.ANTT, Lisboa

OSB *Santo Tirso*, *mç 1.*: lote de 40 documentos que vão de 1367 a 1565 (iclui prazos, compras, vendas, doações...);
Livro II de Além-Douro;
Livro I da Chancelaria de D. Dinis;
Livro IV das doações de D. Dinis.

2.1.5.BUC, Coimbra

Mosteiro de Santo Tirso 16;
Mosteiro de Santo Tirso 17;
Mosteiro de Santo Tirso 240;
Mosteiro de Santo Tirso 704;
Mosteiro de Santo Tirso 636;
Mosteiro de Santo Tirso 637.

2.1.6.Arquivo particular – João Pedro Ribeiro (?) - Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso.

2.2.Fontes impressas

Annales portugalenses veteres, ed. de Pierre David, em *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du V.e au XII.e siècle*, Lisboa-Paris, 1947, pp. 291-312 ;
Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, ed. preparada por António Cruz, Coimbra, 1938, sobretudo o Apêndice II: *Cópias, extractos, sumários e citações de documentos do sec. XI a XV do cartório do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, coligidos por João Pedro Ribeiro* (pp. 133-238);
Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos annos 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas, em FORTUNATO DE ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Ed. Livraria Civilização, Porto-Lisboa, 1971, pp. 90-144;
Censual do Cabido da Sé do Porto, ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1924;
Chancelaria de D. Pedro I, Publicações do Centro de Estudos Históricos da U.N.L., 1984.

Chancelarias Medievais Portuguesas, vol. I. Documentos da Chancelaria de D. Afonso Henriques, ao cuidado de Dr.^a Abiah Elisabeth Reuter, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938;

Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, vol. I (1990); vol. II (1991); vol. III (1992), ed. do Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa;

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537), vol. I-XII, ed. do Instituto de Alta Cultura e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1966-1995; *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, ed. do Instituto de Alta Cultura vol. I-III, 1973-1979;

Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos, edição preparada por José Vives, com a colaboração de Tomás Marín Martínez e Gonzalo Martínez Díez, CSIC, Barcelona-Madrid, 1963;

Constituições que fez ho Senhor dom Diogo de Sovsa B(is)po do Porto, Vol. I, prólogo de Manuel Cadafaz de Matos e intr. de Antonio Garcia y Garcia, Lisboa 1997; vol. II, reprodução facsimilada da ed. de 1497;

Corpus Codicum Latinorum Portugalensium, vol. I. Diplomata, Chartae et Inquisitiones, Porto, 1891;

Corpus Codicum Latinorum Portugalensium, vol. II. Autos e Sentença de Duvidas e Jurisdicção entre o Bispo e a Cidade, Porto, 1917;

Corpus Codicum Latinorum Portugalensium, vol. III. Livro da contenda entre a Cidade e o Conde de Penaguian, Porto, 1915;

Corpus Codicum Latinorum Portugalensium, vol. IV. Livro 1.º das Chapas. Treslado de Provisões e cartas dos Reis deste Reino, cuius originais estão no cartorio desta Camara, Porto, 1938;

Corpus Codicum Latinorum Portugalensium. Vol. V. Prouisões, Aluaras, e Cartas, cujos originais estão no Cartorio da Camara desta Cidade, Porto, 1953;

Corpus Codicum Latinorum Portugalensium, vol. VI. Livro 1.º de Pergaminhos, Porto, 1957;

Documentos de D. Sancho I (1174-1211), vol. I, ed. do Centro de História da Universidade de Coimbra, sob a direcção de Rui de Azevedo, P.e Avelino de Jesus da Costa e de Marcelino Rodrigues Pereira, 1979;

Documentos medievais portugueses. Documentos Régios, vol. I, tomo I-II, ed. da Academia Portuguesa de História, dir. de Rui de Azevedo, 1958.1962;

Documentos medievais portugueses. Documentos Régios. Tábuas do volume I, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1945;

Documentos medievais portugueses. Documentos particulares, vol. III, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940;

Documentos medievais portugueses. Documentos particulares, vol. IV, t. I, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1980;

Foral de Refojos, por EL-Rey o Sr. D. Manuel, Porto, na Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e filhos, 1823. Há uma edição feita pelo Dr. António Cruz, integrada no vol. *Forais Manuelinos da Cidade e Termo do Porto*, col. “Documentos e Memórias para a história da Cidade do Porto”, n. VII, ed. da Câmara Municipal do Porto, s.d., pp. 203-218;

Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas), t. I-II, ed. crítica ao cuidado de Pierre David e de Torquato de Sousa Soares, ed. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Coimbra, 1947-1948;

Liber Fidei, ed. crítica preparada pelo Dr. Avelino de Jesus da Costa, ed. da Junta Distrital de Braga, t. I (1965), t. II (1968), t. III (1990);

Missal de Mateus, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, intr., leitura e notas de Joaquim de Oliveira Bragança, Lisboa, 1975;

L'office divin au moyen âge dans l'Église de Braga, leitura e estudo de Pedro Romano Rocha, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, Paris, 1980;

Monumenta Portugaliae Vaticana, introdução e leitura de António Domingues de Sousa Costa, vol. I (1968), vol. II (1970), vol. III-1 (1982), vol. III-2 (1982), vol. IV (1970), na Editorial Franciscana, Braga;

Matosinhos em documentos medievais, ed. da Biblioteca Municipal de Matosinhos, 1978;

Oracional Visigótico, edição crítica pelo Dr. D. Jose Vives e estudo paleográfico pelo Dr. D. Jeronimo Claveras, Barcelona, 1946;

Pasionario Hispánico, estudo e leitura de Dr. Ángel Fábrega Grau, t. I (1953) e t. II (1955), ed. do CSIC, Madrid-Barcelona;

Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores, Lisboa, 1856.1860.1861;

Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Lisboa, vol. I, 1888. 1891. 1892. 1897. 1977;

Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines, vol. I e vol. II, Liechtenstein, 1967;

Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae, 1870. 1873;

Portugaliae Monumenta Historica, Livros Velhos de Linhagens, ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1980;

Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, t. I-II, edição crítica de José Mattoso, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, 1980;

Synodicon Hispanum, t. II Portugal, ed. crítica dirigida por António Garcia y Garcia, col. BAC, Madrid, 1982;

Vida e Milagres de S. Rosendo, prefácio, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, em STBCC, vol. I (1977) 27-85;

Vimaranis Monumenta Historica, Guimarães, 1931, ed. 2.^a (I Parte). 1929 (II Parte).

2.3. Dicionários, Corografias e Enciclopédias

COSTA, Américo – *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Hidrográfico. Histórico. Orográfico. Biográfico. Arqueológico. Heráldico. Etimológico*, 12 volumes, Porto, ed. do autor e da Livraria Civilização, 1929-1949;

COSTA, P.e António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, tomo I (1706), II (1708) e III (1712), Lisboa, na Officina de Valentim da Costa²³⁰;

Dicionário da História da Igreja em Portugal, sob a direcção de António Alberto Banha de Andrade e Fernando Jasmins Pereira, vol. I-II, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983;

Dicionário de História de Portugal, sob a direcção de Joel Serrão, vol. I-IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975-1978;

Dicionário de História Religiosa de Portugal, sob a dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, vol. I-IV, ed. do Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001;

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. I-XL, com mais 10 de actualização, Lisboa-Rio de Janeiro, 1935-1987;

²³⁰ Reedição fac-similada, sob a responsabilidade da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Católica de Braga, com introdução de Luís A. de Oliveira Ramos.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência e Livros Horizonte, Lisboa, vol I-III, 2.^a ed., Lisboa, 1967;

Id. *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I-III, Editorial Confluência;

PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa, FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I-XII, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1873-1890;

SILVA, António de Moraes - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, ed. revista e corrigida, aumentada e actualizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, vol. I-XII, Lisboa, Editorial Confluência, 1949-1959;

Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. I-XVIII, mais vários suplementos, Editorial Verbo, Lisboa

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Editora Civilização, Porto-Lisboa, 1965-1966;

2.4. Estudos

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Coimbra, 1930.

AMARAL, António Caetano do – *Memória V para a história da legislação e costumes de Portugal*, ed. de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1945;

AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó, na segunda metade do sec. XIV*, Edições Cosmos, 1994;

ANDRADE CERNADAS, José M. – *Monxes e mosteiros na Galicia medieval*, Santiago, 1995;

Id. – *Tombo de Celanova: estudio introductorio, edición e índices (sec. IX-XII)*, Santiago, 1995, 2 vol.

Id. - *Los monjes negros y el poder en la Galicia de los siglos X-XII: el ejemplo de Celanova*, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 35-44;

Id. - *El monacato beneditino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos X al XIII)*, Publ. do Seminario de Estudos Galegos, 1997;

Id. – *Los modelos monásticos en Galicia hasta el siglo XI*, separata de “Archivo Ibero-Americano”, LXV (2005) n. 252.

AZEVEDO, Agostinho de - *A Terra da Maia*, Porto, 1939;

AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *História de Portugal*, ed. preparada e revista por Domingos Maurício Gomes dos Santos, vol. I (1935), vol. II (1939); vol. III (1940), vol. IV (1942), vol. V (1942), vol. VI (1944), ed. “Bíblion”, Lisboa;

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, II/1 e II/2, vol. III, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Lisboa, 1999- 2000;

Id. – *A Cruz do Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão) e o Couto do Mosteiro de Snto Tirso*, em “Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques”, ed. da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. IV, 2006, pp. 137-160;

BAPTISTA DE LIMA, *Santo Tirso*, Tipografia Camões, Editora, Póvoa de Varzim, 1939;

BEIRANTE, Maria Ângela – *Traição, aleive e falsidade nos foros medievais portugueses*, em “Actas das Jornadas sobre o município na Península Ibérica”, vol. II, 1988, pp. 133-158;

- BOTÃO, Maria de Fátima – *Os concelhos e as cortes – Santarém, 1331*, em “Actas das Jornadas sobre o município na Península Ibérica”, vol. II, 1988, pp. 159-168;
- BRANDÃO, António – *Crónica de D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, ed. de Magalhães Basto, Porto, 1943;
- Id. – *Crónica de D. Afonso Henriques*, ed. de A. de Magalhães Basto, Porto, 1945;
- BRANDÃO, D. Frei Caetano – *Vida e Regras Religiosas de S. Fructuoso Bracarense*, Impressão Régia, Lisboa, 1805;
- CAEIRO, Francisco da Gama – *As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. I, n. 2, Lisboa, 1966; *A organização do ensino em Portugal no período anterior à fundação da Universidade*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. II, n. 3, Lisboa, 1968;
- CAMPOS, Júlio, e ROCA, Ismael – *San Leandro, San Fructuoso, San Isidoro*, col. BAC, n. 321, La Editorial Catolica, S.A., Madrid, 1971;
- CARDOSO, Jorge – *Agiolégio Lusitano*, vol. I-IV, Lisboa, 1650;
- CARNEIRO, Dr. Alexandre Lima – *Estrelório*, em CST, vol. III (1954-1955) 171-173;
- CASTRO – *A Evolução Económica de Portugal dos sec. XII a XV*, vol. I-XI, Lisboa –Porto-Lisboa, Portugália Editora, Limiar, Editorial Caminho, 1964-1979;
- COCHERIL, D. Maur – *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*, Société d'Éditions « Les Belles Lettres », Paris e Livraria Bertrand, Lisboa, 1966;
- Id. – *Routier des Abbayes cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1978 ; 2.^a ed. corrigida e aumentada da mesma editora, com data de 1986;
- Id. – *D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais*, em « Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada », Guimarães, vol. V, 1982, pp. 321-332 ;
- Id. – *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal*, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, Paris, 1972;
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca do sec. X ao sec. XIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977;
- Id. – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, vol. I-II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983;
- COLOMBÁS, García M. – *La Tradición Benedictina*, t. VI, Ediciones Monte Casino, Zamora, 1996, pp. 231-240.
- COLOMBÁS, Gacia M., e ARANGUREN, I. – *Regla de San Benito*, Biblioteca de Autores Cristianos, n. 406, Madrid, 2006.
- CORREIA, Francisco Carvalho – *A vida monástica no actual concelho de Santo Tirso, no sec. X. O mosteiro de S. Tiago de Landim (Areias)*, em “S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de conferências. 1992”, Santo Tirso, 1994, pp. 139-166;
- Id. – *O mosteiro de Santo Tirso. Uma tentativa de periodização*, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional, de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 11-24;
- Id. – *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I (2000), vol. II (2000), vol. III (2001), vol. IV (2002), vol. V (2004), ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso;
- COSTA, António Domingues de Sousa – *Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha, na primeira metade do sec. XV*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. III, n. 1, Lisboa, 1969;

COSTA, Avelino de Jesus da Costa - *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, edição da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Porto, 1992;

Id. - *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, ed. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, vol. I-II, Coimbra, 1959; 2.^a ed. refundida e ampliada, vol. I (1997) e II (2000), ed. da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga, 1997;

Id. - *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, Braga, 1982;

Id. - *Cónego Avelino de Jesus da Costa, no “Diário do Minho”*, ed. da Empresa do Diário do Minho, L.da, Braga, 2008.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida - *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra Editora, Coimbra, 1957;

COUTO, Aires Ferreira do - *O Grande “Senhor” do Fontelo do sec. XVI: D. Miguel da Silva*, em “Beira Alta”, vol. XLIX, nn. 3-4, pp. 295-305.

CRUZ, António - *O ensino da Filosofia no mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave*, em CST, I (1951-1952) 177-186;

Id. - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938;

DACIANO, Bertino - *Órgãos, organistas e organeiros*, em CST (1951-1952) 86-92;

DAVID, Pierre - *Études Historiques sur la Galice et le Portugal, du VI.e au XII.e siècle*, Lisboa-Paris, 1947;

DIAS, João Alves - *Itinerários de D. Afonso II (1211-1223)*, em “Estudos Medievais”, n. 7, Porto, 1986, pp. 29-47;

DIAZ Y DIAZ, Manuel C. - *Sobre la vida y milagros de San Rosendo*, em “S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de conferências, 1992”, Santo Tirso, 1994, pp. 35-44;

DURANY CASTRILLO, M. - *El obispado de Astorga en el primer tercio del siglo XI: de Jimeno a Sampiro*, em “Institucións galegas na Historia, Semata. Ciencias Sociais e Humanidades”, Santiago, 2004, vol. 15, pp. 187-222.

Id. - *San Pedro de Montes en la Edad Media*, em “Actas San Padro de Montes. Luz en la memoria”. Ponferrada, Instituto de Estudios Bercianos, 2006, pp. 29-77.

DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII siècles*, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1982 ;

ERDMANN, Carl - *Das Papstum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte*, Berlin, 1928. Trad. portuguesa por J. da Providência Costa, com o título de *O Papado e Portugal, no primeiro século da história portuguesa*, Coimbra, 1935. Reed. em Braga, 1996;

FEIO, Alberto - *Origens do mosteiro de Santo Tirso*, em CST vol. V (1956-1957) 7-19;

FELGUEIRAS, Guilherme - *O culto popular a S. Bento*, em CST V (1956-1957) 85-91;

FERNANDES, A. de Almeida - *Acção das linhagens no repovoamento*, Porto, 1959 (separata de “Douro Litoral”, série IX, t. III);

Id. - *Os “ermos” da Foz do Douro*, Porto, 1962 (separata de “O Tripeiro”, t. II, série VI);

Id. - *Portugal Primitivo Medieval*, Arouca, 2001;

Id. - *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*, Guimarães, 1972;

Id. - *Acção dos Cistercienses de Tarouca (As granjas nos secs. XII e XIII)*, Guimarães, 1976;

- Id. - *A nobreza na Época Vimarano-Portugalense*, Guimarães, 1981;
- FERNÃO LOPES – *Crónica de D. João I*, vol. I e II, ed. preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, s.d.;
- FERREIRA, Mons. José Augusto – *Memórias Archeológico-históricas da Cidade do Porto*, t. I, Braga, 1923; t. II, Braga, 1924;
- Id. – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, t. I (1928), t. II (1931), t. III (1932) e t. IV (1935), ed. da Mitra Bracarense, Braga;
- FLOREZ, Fr. Henrique – *España Sagrada*, t. XV, reedição fac-similada do Centro Cultural Franciscano de Lisboa e da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2004;
- FREIRE, José Geraldes – *Os quatro livros de milagres da “Vita Sancti Rudesindi”*, em “S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de conferências. 1992”, Santo Tirso, 1994, pp. 167-177;
- FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e – *O padroado de S. Paio de Guimarei*, em CST (1951-1952) 93-97;
- GAMA BARROS, Henrique da - *História da Administração Pública em Portugal*, 2.ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, t. I (1945), t. II (1945), t. III (1946), t. IV (1947), t. V(s.d.), t. VI(1949), t. VII (1949), t. VIII (1950), t. IX (1954), t. X (1954), t. XI (1954), Livraria Sá da Costa, Lisboa;
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel – *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglo X a XIII). Introducción a la Historia Rural de Castilla Altomedieval*, Universidade de Salamanca, Salamanca 1969;
- Id. - *La época medieval*, vol. 2 da “Historia de España” de Alfaguara, Madrid, 1973;
- Id. – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, 1985;
- Id. - *La sociedad rural en la España medieval*, Madrid, 1988;
- Id. – *Del Cantábrico al Duero. Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*, Cantabria, 1999;
- GARCIA GALLO – *El concilio de Coyanza. Contribución al estudio del Derecho Canónico español en la Alta Edad Media*, em AHDE, 20 (1950) 275 – 633;
- Id. - *Las instituciones sociales en España en la alta Edad Media (siglos VIII-XII)*, em “Revista de Estudios Políticos, Suplemento de Política Social” I (1945) 7-55; 2 (1945) 7-44;
- GARCÍA ORO, J. – *La reforma de los religiosos españoles en tiempo de los Reyes Católicos*, Valladolid, 1969;
- Id. – *Los monasterios de la Corona de Castilla en el reinado de los Reyes Católicos: 1475-1517. Las congregaciones de observancia*, Santiago, 2004;
- Id. - *Cisneros: un cardenal reformista en el trono de España (1436-1517)*, Madrid, 2005
- GÉNICOT, Léopold – *La Spiritualité médiévale*, Paris, 1958 ;
- GOMES, Saul António – *Interesses dominiais do mosteiro de Rendufe na Estremadura até ao sec. XVI*, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 89-130;
- Id. - *O Priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria do Sec. XII à criação da Diocese*, em “Catedral de Leiria. História e Arte (coord. De Virgolino Jorge), Leiria, 2005, pp. 13-16;
- Id. – *Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra no Século XV*, em “Lusitania Sacra”, 2.ª Série, 17 (2005) 183-225;
- Id. – *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, 2007;

GUSMÃO, Adriano de – *A Exposição de Arte Sacra do concelho de Santo Tirso*, em CST, vol. III (1954-1955) 339-354;

História Religiosa de Portugal, dir. de Carlos Moreira Azevedo, vol. I-III, ed. Círculo de Leitores, 2000-2002.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Gama Barros, historiador das Instituições administrativas*, em “Actas das Jornadas sobre o município na Península Ibérica”, Santo Tirso, 1988, pp. 193-211;

IRIA, Gonçalves – *Da Estrutura do Casal nos fins da Idade Média*, em “História e Crítica”, n. 7, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, Março, 1981, pp. 60-72;

Id. – *O património do Mosteiro de Alcobaça nos sec. XIV e XV*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Lisboa 1989;

LACERDA, Aarão de – *História da Arte em Portugal*, vol. I, Porto, 1942;

LAGUZZI, M. del Pilar – *El precio de la vida en Portugal durante los siglos X y XI*, em CHE 5 (1946) 140-147;

LE BRAS, Gabriel – *Institutions ecclésiastiques de la chrétienté médiévale*, na obra *Histoire de l'Église*, vol. XII, Paris, 1959-1964;

LECLERCQ, Jean – *L'amour des lettres et le désir de Dieu*, Paris, 1957;

Id. – *Aux sources de la spiritualité occidentale*, Paris, 1964;

Id. – *Tables pour l'inventaire des homiliaires manuscrits*, em « Scriptorium », 2 (1948) 195-214;

Id. – *Témoins de la spiritualité occidentale*, Paris, 1965;

LENCART, Joana – *O Costumeiro de Pombeiro. Normas e costumes dos beneditinos do sec. XIII*, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso internacional, de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 221-236;

Id. – *O Costumeiro de Pombeiro*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997;

LOPES, David – *Nomes árabes de terras portuguesas*, colectânea organizada por José Pedro Machado, publicação comemorativa do centenário de David Lopes, Lisboa, 1968;

LOPEZ ALSINA, L. (Editor) – Santiago, 1999. *El Papado, la Iglesia leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI: el traslado de la sede episcopal de Iria a Compostela en 1095*, Santiago, 1999;

Id. – *Las relaciones de Braga, Oviedo y Santiago en el marco de las reformas eclesíasticas de los siglos IX-XII. Santiago e a Peregrinación*, Universidade de Vigo, 2004.

LUCAS, Dr. Castillo – *San Tirso*, em CST, vol. IV (1955-1956) 25-31;

MACHADO, L. Saavedra – *Expedições normandas no ocidente da Hispânia*, em “Boletim do Instituto Alemão”, vol. III (1930) 44-65;

MARQUES, A.H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1964 (reed. em 1979, na esditorial Estampa);

Id. – *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, em “Ensaio de História Medieval”, Lisboa, 1965;

Id. – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, 1964;

Id. – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, ed. Cosmos, 1978.

Id. – *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, em “Ensaio de História Medieval Portuguesa”, Editorial Vega, Lisboa, 1980, pp. 195-220;

Id. – *Portugal na Crise dos séculos XIV-XV*, em “Nova História de Portugal”, vol. IV, sob dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1987

Id, GONÇALVES, Iria Vicente, RAMOS, Luís António de Oliveira, BAQUERO MORENO, Humberto Carlos – Para o estudo da Peste Negra em Portugal, em “Acta do Congresso Histórico de Portugal Medieval”, vol. XIV-XV, nn. 1-2 (49-50), Braga, 1963, pp. 210-239;

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no sec. XV*, ed. da INCM, Lisboa, 1988;

Id. – *Aspectos da vida interna do mosteiro de Santo Tirso, segundo a visitação de 1437*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”. Comemorações do milénário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 209 – 232;

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso de Lorvão*, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 45-76;

MARTINS, Mário – *O monacato de S. Frutuoso de Braga*, em “Biblos”, vol. 26, 1950;

MATTOSO, José - *Um fresco do sec. XV em Santa Maria de Negrelos*, em CST IV (1955-1956) 205- 209;

Id. - *L'abbaye de Pendurada des origines a 1160*, Coimbra, 1962;

Id.- *Data da introdução da liturgia romana na diocese de Braga*, em “Ora et Labora”, 10 (1963) 135-144;

Id. - *Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto*, em AEM, 1 (1964) 139-166;

Id. – *Le monachisme ibérique et Cluny*, Ed. Université de Louvain, 1968 ;

Id. - *A Cultura monástica, em Portugal*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. III, n. 2, Lisboa, 1969;

Id. - *O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa*, em STBCC, vol. I (1977) 91-119;

Id. - *A família da Maia no sec. XIII*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”. Comemorações do milénário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), pp. 281-294;

Id. – *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981;

Id.- *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*, Guimarães Editores, Lisboa, 1982;

Id. – *O culto dos mortos no sec. X peninsular*, em “S. Rosendo e o sec. X. Actas do 1.º ciclo de conferências”, Santo Tirso, 1994, pp. 91-112;

Id. – *Obras Completas*, vol. I. *Naquele Tempo*. Ensaios de História Medieval, Círculo-Leitores, Lisboa, 2000;

Id. - *Obras Completas*, vol. VI, Ed. Círculo-Leitores, Lisboa, 2001;

Id. - *Identificação de um País . Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, vol. I – *Oposição*; vol. II. *Composição*. Editorial Estampa, 1985;

MELO, Armando Rui A. de Sousa – *O Couto de Santo Tirso nas Cartas de Couto de 1097 e 1098*, em “2.º Congresso histórico. Actas do congresso de Guimarães”, vol. o IV “Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no sec. XII”, ed. da Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, s.d., pp. 235-247;

Id. – *O couto de Santo Tirso nas cartas de couto de 1097 e 1098: os documentos e as características do espaço*, em RG, 106 (1996) 175-192;

MENDONÇA, Manuela – *S. Rosendo*, em “S. Rosendo e o século X. Actas do 1.º ciclo de Conferências”, Santo Tirso, 1994, pp. 15-34;

MENÉNDEZ DE LUARCA, José Ramón e Navia Osorio – *A Construção do território do Noroeste da Península Ibérica*, Ensaio introdutório de Arturo Soria e Puig,

Revisão da cartografia portuguesa e versão ao português por Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho Francisco Sande Lemos e Luís Fernando Oliveira Fontes

MERÊA, Paulo – *Estudos de Direito hispânico medieval*, vol. I-II, Coimbra, 1952-1953;

Id. – *Estudos de História de Portugal*, ed. da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006.

MERÊA, Paulo, e GIRÃO, Amorim – *Territórios portugueses do sec. XI*, em RPH, vol. II (1943) 255-263;

MOREAU, Joseph – *Pedro Hispano et le problème de la connaissance de l'âme*, em « Arquivos de História da Cultura Portuguesa », vol. I, n. 3, Lisboa, 1967;

MOREIRA, Domingos - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. I Parte. Introdução Histórica Geral*, Porto, 1973; *Parte II. Inventariação onomástica, fasc. A, B-F, G-O, P, R-V*;

MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, ed. do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1988;

Id. – *D. Soeiro Anes abade do mosteiro de Santo Tirso e a situação política do seu tempo*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”. Comemorações do milénário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp.369-380;

Id. - *A contenda entre o Abade do Mosteiro de Santo Tirso D. Fernão Lopes do Carvalhal e João Rodrigues de Sá, Alcaide-mor do Porto*, em “Estudos Medievais”, n. 1, Porto (1981), pp. 157-170;

Id.- *Um testamento concebido durante a Peste Negra*, em “Bracara Augusta”, vol. XXXII nn. 73-74 (85-86), 1978, pp. 125-141;

MORETA VELAYOS, Salustiano – *El monasterio de San Pedro de Cardena. Historia de um dominio monástico castellano (902-1338)*, Universidade de Salamanca, Salamanca, 1971.

NASCIMENTO, Aires A.- *Monges, livros e leitura: modos de espiritualidade e preservação de textos*, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 203-219;

NÓBREGA, Vaz-Osório da – *Pedras de Armas do Concelho de Santo Tirso*, Porto, 1957;

Id. – *Arquivo Heráldico do Concelho de Santo Tirso* (Cartas de Brasão de Armas), Porto, 1958;

OLIVEIRA, Aurélio de – *Contabilidades monásticas e produção agrícola durante o Antigo Regime. Os dízimos do mosteiro de Santo Tirso*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”. Comemorações do milénário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 131-179;

OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, ed. 3.^a, Lisboa, 1958;

Id. - *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, 1950;

Id. - *Os territórios diocesanos*, em LS, vol. I (1956) 29-50;

ORLANDIS, José - *Estudios sobre Instituciones Monasticas Medievales*, ed. Universidad de Navarra, 1971;

Id. – *La Iglesia en la España Visigótica y Medieval*, na col. “Historia de la Iglesia” ed. Universidad de Navarra, Pamplona, 1976;

PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PASCUAL, Ernesto Zaragoza y – *La Congregación benedictina observante de Valladolid y la reforma de los monasterios benedictinos portugueses (1390-1590)*, em

“Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 237-246;

Id. – *Los generales de la Congregación de san Benito de Valladolid*, t. II, Silos, 1976, pp. 241-242.

PASSOS, Carlos de - *O mosteiro e a igreja de Santo Tirso*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1956;

Id. – *A fundação do mosteiro de Santo Tirso*, em CST V (1956-1957) 251-252;

PEREIRA, Isaías da Rosa – *O canonista Petrus Hispanus Portugalensis*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. II, n. 4, Lisboa, 1968;

PEREIRA, Maria Helena Rocha – *As biografias medievais de Santa Senhorinha*, em “S. Rosendo e o século X. Actas do 1.º ciclo de conferências, 1992”, Santo Tirso, 1994, pp. 127-137;

PEREZ DE URBEL, Justo - *Jimenos e Velas en Portugal*, em RPH, vol. 5 (1951) 475-492;

Id. - *Los monjes españoles en la Edad Media*, 2.ª ed., Madrid, vol. I-II;

Id. - *Vida y caminos del pacto de San Fructuoso*, em RPH vol. VII (1957) 377-397;

PÉREZ RODRIGUEZ, Francisco Javier – *La diócesis de Orense: de la reforma gregoriana al Concilio de Trento (siglos XII-XVII)*, em “Historia de las diócesis de Lugo, Mondoñedo y Orense”, coord. De García de Oro, Madrid, 2002, pp. 395-469;

Id. – *As abadias seculares do bispado de Ourense na Idade Media (sc. XII-XV)*, em “Homenaxe á profesora Lola Farnández Ferro: estudos de historia”, Universidade de Vigo. Ourense, 2005, pp. 401-442;

Id. – El éxito historiográfico de Cister en Galicia: una valoración, em “III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal, em “Actas”, vol. I, Ourense, 2006, pp. 15-36.

Id. - *Mosteiros e priorados dependentes de San Salvador de Celanova entre 1100 e 1500*, em “Rudesindus. O legado do santo, ed. Xunta de Galicia, 2007, pp. 204-221.

PIMENTAL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d’Ave*, ed. do Club Thyrsense, 1902;

PIRES DE LIMA, António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, 1953;

PIRES DE LIMA, Augusto César – *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos* vol. I, ed. da Junta de Província do Douro Litoral, Porto 1947; vol. II, 1948; vol. III, 1948; vol. IV, 1949; vol. V, 1950; vol. VI, 1951;

Id. – *A lenda de Santo Tirso*, em CST, vol. II (1952-1953) 93-104;

PORTELA SILVA, Ermelindo – *Sistema feudal y proceso de urbanización: algunas reflexiones a propósito del caso gallego en los siglos XIV y XV*, em “Actas das Jornadas sobre o município na Península Ibérica”, Santo Tirso, 1988, pp. 295-315;

La Región del Obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis, em “Compostelanum” vol. XX, nn. 1-4, Santiago de Compostela, Centro de Estudos Jacobeus, 1975;

RAU, Virgínia – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de História Económica*, em “Estudos sobre a História do Sal Português”, Editorial Presença, Lisboa, 1984, pp. 33-231;

Id. – *Para a história da população portuguesa dos sec. XV e XVI (Resultados e problemas de métodos)*, em “Do Tempo e da História”, vol. I Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1965, pp. 7-46;

REAL, Manuel Luís, e SÁ, Pedro – *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”, Comemorações do milénário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), pp. 233-280; .

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Cronológicas e Críticas*, t. I (1810), t. II (1811), t. III (1813), T. IV/1 (1819), t. IV/2 (1829), t. V (1836), ed. da Academia Real das Ciências, Lisboa;

Id. - *Observações históricas e críticas para servirem de memória ao systema da Diplomática portuguesa*, Lisboa, 1798;

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, ed. da Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1986;

Id. – *Portugal*, em “Geografia de España y Portugal”, vol. V, dir. por Manuel de Terán, ed. Montaner y Simón, Barcelona, 1955;

Id. – *L'aménagement du Territoire Agricole*, em “Ensaio de Geografia Humana e Regional, vol I, Trinta e cinco anos de estudos geográficos. Síntese e método. Em torno da Geografia de Portugal”, ed. da Livraria Sá da Costa, 1970, pp. 219-240;

Id. – *Utilisation du sol, systèmes agraires et habitat rural : remarques comparatives*, em « Ensaio de Geografia Humana e Regional, vol. I. Trinta e cinco anos de estudos geográficos. Síntese e método. Em torno da Geografia de Portugal “, ed. da Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1970, pp. 241-258;

RÍOS RODRÍGUEZ, Maria Luz – *As orixes do foro na Galicia medieval*, ed. da Universidade de Santiago de Compostela, 1993;

Id.- *Aproximación a los testamentos de la Catedral Auriense (s. XII-XIII). Disposiciones terrenales y espirituales*, in “SEMATA, n. 17: Muerte y ritual funerario en la historia de Galicia”, USC, 2006, pp. 75-96;

Id. – *El arcedianato de Celanova a fines del siglo XV*, em “Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno”, vol. III, pp. 1111-1119;

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio, FERRER SIERRA, Santiago, ÁLVAREZ ASOREY, Ruben D. – *Miliarios e outras inscrições virarias romenas do noroeste Hispánico (Conventos bracarense, lucense e asturicense)*, ed. Do Conselho da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico, 2004.

ROQUE, Mário da Costa – *As pestes medievais europeias e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença, Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496). Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, ed. do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris 1979;

SÁ, A. Moreira de – *Primórdios da Cultura Portuguesa*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. I, n. 1, Lisboa, 1966. vol. II, n. 1, Lisboa, 1968;

Id. - *O Porto e a Cultura Nacional, nos sec. XII e XIII*, em “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, vol. II, n. 2, Lisboa, 1968;

SAEZ, Emilio – *Los ascendientes de San Rosendo. Notas para el estudio de la monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X*, Madrid, s.d. (separata de “Hispania”, n. 30);

Id. - *Notas al episcopologio minduniense del siglo X*, em “Hispania” 6 (1946) 3-79;

SAMPAIO, Alberto – *As Villas do norte de Portugal*, em “Estudos históricos e económicos”, vol. I, ed. da Livraria Chardron de Lello, Irmão, L.da, Porto, 1923, pp. 3-254; 2.^a ed., Editorial Vega, 1979;

Id. - *As Póvoas marítimas*, em “Estudos históricos e económicos”, vol. I, ed. da Livraria Chardron, de Lello e Irmão, L.da, Porto, pp 255-426.2.^a ed., ed. Vega, 1979;

SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Viejos e nuevos estudios sobre las instituciones medievales españolas*, vol. I-II, ed. Epasa Calpe S.A., Madrid, 1976;

Id. - *España, un enigma historico*, vol. I-II, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1971;

Id. – *Despoblacion y repoblacion del valle del Duero*, ed. Universidad de Buenos Aires. Instituto de Historia de España, Buenos Aires, 1966;

SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Inscrições Portuguesas do concelho de Santo Tirso*, fasc. I, Porto, 1953; fasc. II, Porto 1954; fasc. III, Porto, 1956;

Id. – *Santo Tirso. Ligeiros apontamentos para uma monografia*, Porto, 1956;

Id. – *Génese do concelho de Santo Tirso*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”, Comemorações do milenário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978), ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 407-414 (com mapas anexos); .

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto*, ed. da Câmara Municipal do Porto, 1973;

SANTO TOMAZ, Frei Leão - *Benedictina Lusitana*, vol. I-II (1644-1651); reed. fac-similada da INCM, com introdução e notas de J. Mattoso, Lisboa, 1974;

SCHMITZ, Philibert – *Histoire de l'ordre de Saint Benoit*, vol. I-II, Maredsous, 1948;

SILVA, Maria Manuela T. Santos – *A representação do concelho de Óbidos nas cortes medievais portuguesas*, em “Actas das Jornadas sobre o município na Península Ibérica”, Santo Tirso, 1988, pp. 375-389;

SOARES, Franquelim Neiva – *Motins antibenedictinos contra o mosteiro de Palme*, em 1664, em “Os Beneditinos na Europa. 1.º Congresso Internacional de 23 a 26 de Novembro de 1995”, Santo Tirso, 1998, pp. 25-33;

SOARES, Luís Ribeiro – *A Linhagem Cultural de S. Martinho de Dume*, INCM, Lisboa, 1996;

SOARES, Torquato de Sousa – *Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista*, em RPH, vol. I (1941) 71-92; vol. II (1943) 265-291;

Id. – *O repovoamento do norte de Portugal, no sec. IX*, em “Biblos” 18 (1942) 187-208;

SOUSA, Armindo de – *O Mosteiro de Santo Tirso no sec. XV*, em “Estudos Medievais”, n. 1, Porto, 1981, pp.95-156;

SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I (1946); t. II (1946); t. III (1947); t. IV (1947); t. V (1948); t. VI (1949), t. VII (1949), t. VIII (1951), t. IX (1951), t. X (1953), t. XI (1953), t. XII/1 (1953), t. XII/2 (1954), Índice Geral (1955), Atlântida, Livraria Editora, Coimbra;

Id. – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I/1 e 2 (1946), t. I/3 (1947), t. II/1 (1947), t. II/2 (1948), t. III/1 (1948), t. III/2 (1949), t. IV/1 (1950), t. IV/2 (1950), t. V/1 (1952), t. V/2 (1952), t. VI/1 (1954), t. VI/2 (1954), Atlântida, Livraria Editora, Coimbra;

SOUSA, D. Gabriel de (Abade de Singeverga) – *Ex libris...*, em CST, vol. I (1951-1952) 9-14;

Id. – *O Brasão da Porta Branca do mosteiro de Santo Tirso*, em CST, vol. I (1951-1952) 227-232;

Id. – *Um tirsense na glória*, em CST (1952-1953) 363-396;

Id. – *S. Bento na história e na tradição popular*, em CST IV (1955-1956) 239-257;

Id. – *No milenário de S. Rosendo. Um monge do sec. X*, em STBCT, vol. I (1978-1979) 11-26;

SOUSA, J.M. Cordeiro de – *Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal*, em “Ethnos” 3 (1948) 113-133;

TAVARES, Maria José P. Ferro – *A política municipal de saúde pública em Portugal (secs. XIV-XV)*, em “Actas das Jornadas sobre o município na Península Ibérica”, Santo Tirso, 1988, pp. 391-417;

TEIXEIRA, D. Lucas, O.S.B. – *A arte da iluminura*, em CST, vol. I (1951-1952) 197-210;

THOMAS AB INCARNATIONE – *Historia Ecclesiae Lusitanae*, t. II, Colimbriae, pp. 247-249.

TOMÁS DE AQUINO – *Elogios dos Reverendíssimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal e Principado do Brazil*, Porto, 1767.

TRINDADE, Maria José Lagos – *Alguns Problemas do Pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI*, em “Estudos de História Medieval e outros”, ed. do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa-Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1981, pp. 9-116;

Id. - *A Vida Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XI a XVI. Subsídios para a sua história*, em “Estudos de História Medieval e outros”, ed do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1981, pp. 1-95;

VEIGA, A. Botelho da Costa – *Os combatentes de Ourique em documentos medievais*, em “A Nação Portuguesa”, série 5 (1928) 449-460;

Id.- *Estudos de História militar portuguesa*, Lisboa, 1936, 1 vol e 1 atlas;

Id.- *Os nossos nobiliários medievais*, em “Anais de Bibliotecas e Arquivos” 15 (1940) 165-193;

YEPES, B. – *Coronica general de la orden de San Benito*, vol. III, 1610.

PRIMEIRA PARTE

ORIGENS E BENEDITINIZAÇÃO DO MOSTEIRO

(978-1395)

PRIMEIRA SECÇÃO

TRÊS NOTAS INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO I

OS OBJECTIVOS DESTE ESTUDO “ET ALIA”...

1. Objectivos

Primeiro – e grande intuito ! -, *preencher o vazio da historiografia monástica* portuguesa que, praticamente, tem explorado tão só aspectos parcelares na imagem deste mosteiro.

Alguns aspectos, sim, há que foram evidenciados. Outros, muitos mais, ficariam sepultos nas sombras da letargia. Apesar de ser o mosteiro mais rico e o mais povoado de monges, dentro da Ordem Beneditina, ao longo da Idade Média e da época moderna. Bastariam os quatro claustros, de que se compunha, ao remate da extinção, em 1834, para se fazer uma ideia do número dos seus moradores. Para os começos, lembrarei o depoimento da carta do couto de 1098: que em Santo Tirso *monasterium videtur multorum monachorum*. E ainda um documento de 1171: num tratado entre o abade e monges de Santo Tirso, no *roborat* final, dele descem 23 traços verticais que poderão corresponder aos sinais de confirmação do abade e dos vinte e dois dos seus elementos conventuais. Isto nesta altura, pois que, no testemunho de José Mattoso, por entre 1100 e 1200, haveria, na diocese do Porto, de 24 a 36 mosteiros. Em média, teria cada um dos cenóbios uns 8 elementos. Raros seriam os que tivessem mais de 20. Assim era já dos maiores o nosso convento. Mais tarde, em 1331, aquando uma eleição abacial, sabe-se que havia, nada mais nada menos, que 26 monges. Do acto eleitoral, resultaria a eleição do penúltimo abade eleito e vitalício D. Lourenço Geraldês²³¹. Adiante, em 28 de Maio de 1421, Martim Aires, apesar da crise da altura, dirige-se ao Papa, falando da existência no mosteiro de 15 monges sacerdotes.

E bastariam alguns indicadores económico-financeiros, em mapas, onde constam cenóbios portugueses – por inteiro, ou só beneditinos – para nos certificarmos da pujança da nossa casa, perante as outras, no âmbito das condições temporais e humanas. Em 1258, teria o nosso mosteiro mais de 500 casais, concentrados no espaço que medeia entre Ave e Douro. E, na lotação dionisíaca (1320), se verá um testemunho eloquente da pujança económica e financeira da casa monástica tirsense. Mesmo assim e apesar de tudo, quase se poderia dizer que passava por entre nós, sob o efeito de um desmesurado apagão, na sombra de um despercebimento total.

Logo se depreenderá outro objectivo: *reparar uma certa injustiça, com que se remeteria o nosso mosteiro ao plano de uma humilde secundarização*, que o não mereceria... Sobretudo a partir da segunda parte do sec. XVI, pela emergência de Tibães como Casa-mãe da Congregação Beneditina Portuguesa.

Era ainda meu objectivo chamar a atenção para os *valores importantes do nosso mosteiro, no campo da arte*. Há muitos vestígios de interesse que merecem uma atenta e demorada atenção. Em primeiro lugar, porque houve um assentamento pré-romano e romano nas suas imediações. E lá está, na igreja, uma inscrição votiva romana que um soldado da VI legião “A Vencedora” mandou levantar, ao termo da sua missão já cumprida. Mais à frente, para a Idade Média, abundam elementos, como as inscrições

²³¹ Veja-se o arrolamento dos abades eleitos e vitalícios, a propósito do abade Lourenço Geraldês, com a questão havida por esta altura, dado que o Vigário Geral do Porto queria impor um seu favorito, enquanto a grande maioria optava por aquele que o Papa confirmaria.

epigráficas numerosas, os elementos de arqueologia românica e gótica dispersos pelo claustro, particularmente a primeira crasta inteiriça do convento, a estatuária do mesmo período.

Depois ainda, já para uma fase posterior, a riqueza da sua talha, e das peças escultóricas que cobrem vários períodos do maneirismo, barroco, e neoclássico; a estrutura arquitectónica renascentista da capela-mor e da sacristia. Algumas destas peças figuraram já em diversas exposições e mereceram as referências de vários peritos da arte (Reinaldo dos Santos, Robert Smith, G. Bazin, Adriano de Gusmão...).

O meu esforço se compreenderá, dada a *interligação entre o mosteiro e a cidade* em que nasci, Santo Tirso, e onde, em grande parte da minha existência, houve de viver. O mosteiro, não há dúvida, conformou a cidade de Santo Tirso. Donde é que esta nasceria? Do convento, não há dúvida. Inaugurado este, no ano distante de 978, far-se-ia a sua ligação à estrada Porto-Guimarães. E é neste estreito cordão umbilical de meio quilómetro que se vão acantonar os moradores, que aí acorrem como serviçais do mosteiro ou como artesãos, com seus produtos ao dispor do convento beneditino. Pois, a este cordão umbilical, se chamou, adequadamente, *Rua*. E é por isso que, até a sec. XIX, se chamava a Santo Tirso, exactamente por esse nome. Para além do de *Cidnai*, a paróquia secular. Santo Tirso, na nomenclatura corrente, do sec. XVIII para trás, era tão só o mosteiro, a comunidade monástica. Repito: o mosteiro gerou a cidade. E ambas as coisas os seus moradores. Basta dizer que, ao termo da sua longevidade tão ampla – 1834 –, um rasto de saudade e de ternura prolongaria a imagem do nosso mosteiro e seus monges no coração das gentes de Santo Tirso, o que se depreende não só na devoção cada vez mais acendrada ao santo Patriarca, do que Camilo, o grande escritor romântico, dá testemunho, como ainda sem a beliscadura do escândalo a fama dos seus religiosos, semeada por entre as gentes do burgo, como o sublinha o escritor e notável camilianista, Alberto Pimentel. O autor de *Santo Thyrsos de Riba d'Ave* apenas errou, quando procurará explicar a virtude monástica na alargada velhice dos moradores, como se o nosso mosteiro fosse apenas um lar de terceira idade da mesma Congregação Beneditina Portuguesa.

Sairiam os monges, em 1834. Mas não se foi o Santo. A cidade a moldaram os monges e o Santo Patriarca. Efectivamente, do mosteiro nasceu a *Rua*. Da Rua a *cidade*. Da cidade, a *aura beneditina do seu povo*, que, como luminoso cometa, percorre, ao menos desde 1092, os céus do historial tirsense, sem que, entretanto, se vislumbre o ocaso último do seu entardecer.

De facto, antes de mais, as *festas de S. Bento do Cuco* (21 de Março) e a de *S. Bento das Peras* (11 de Julho), as solenidades do S. Bento da matriz e a popular de *S. Bento Pequenino* (da Batalha). Foi assim que o nosso povo as inseriu no seu calendário quotidiano de trabalhadores que, de rostos suados, fecundam a terra e conjugam o divino e o humano na cronometragem do mesmo percurso. Lembremos ainda as romarias que, estrada fora, canalizam os peregrinos para a igreja de Santo Tirso; os cravos que saíram das mãos e que em cravos odoríferos se transformaram aos pés do Santo, o que tudo enterneceria a sensibilidade do grande romancista Camilo Castelo Branco.

A presença de S. Bento acompanharia os passos da nosso gente desde o berço ao túmulo. Assim, num volume publicado aos começos do sec. XIX e que o Dr. Augusto César Pires de Lima encontrará numa família de Areias, lê-se: *a mesma regra de S. Bento he terminante remedio para os partos perigosos, tendo-se apertada na mão, como o está dizendo toda a Itália, França, Hespanha, e o nosso reino por experiência*

bem notada ²³². Num volume de registos de Baptismo de Areias, escreverá o abade Manuel Francisco da Silva, em 15 de Novembro de 1808: *Andre exposto a porta de José Rodrigues, do lugar de Freixieiro, na noute do dia (...) envolto em hua camisa velha, e metade de hum abantal amarelo e dois panos brancos velhos, e hum lençinho velho singido na cabeça e hum cinto, com huns escapularios da Senhora do Carmo, e hum cordão de São Francisco, e huma Veronica de S. Bento, e sem çedula alguma* ²³³.

E, durante a vida, também a nossa gente se faz acompanhar da sombra benfazeja do Patriarca S. Bento. A Regra beneditina, guardada no coração e no bolso, acompanhava as pessoas de Santo Tirso que de cá se ausentassem ²³⁴. Ainda hoje, nos momentos de aflição, para certas doenças, não se recorre ao médico ou à farmácia. Um caso: para as intumescências disformes dos cravos, as novenas a S. Bento sabem a melhor e a mais eficaz medicina. Em sinal de gratidão, os ovos que se depositam aos pés de S. Bento. Ou então os cravos de flor que, pela homonímia com a doença, até melhor se recomendarão...

Mais tocante ainda, a mortalha no momento solene da morte. Nas disposições testamentárias, em Santo Tirso, mesmo nas paróquias dependentes dos eremitas landinenses de Santo Agostinho, as pessoas declaram de forma explícita, que querem ser sepultadas no hábito de S. Bento.

A feira, nascida já ao sec. XVII – para não recuarmos a tempos mais remotos –, que, inicialmente, tinha lugar a 21 de Março e 11 de Julho – dias da solenidade do Santo Patriarca –, bem como nas vésperas destes dias. Aí acorriam particularmente os oleiros, com realce para os de Prado e Barcelos, que ofertavam ao abade a melhor peça da sua exposição. Esta feira tornar-se-ia, pouco a pouco, permanente. Ainda conheci vários stands de pé a oeste do Terreiro da Matriz. Hoje, um só subsiste, junto da igreja matriz – a residência do Santo Patriarca –, a norte do templo, pairando saudoso em chama amortecida da devoção que percorre os séculos no historial das nossas gentes.

Enfim, o mosteiro gerou a cidade. E, para mais, pautou a vida dos seus moradores. Ei-la, pois, estampada na cogula de S. Bento a matriz vincada da identificação da sociedade tirsense.

2.As fontes.

Para desempenho da tarefa, com certeza, da documentação me servi, numa percentagem elevada – calculo que pelos cinquenta por cento – de textos inéditos que vasculhei nos arquivos portugueses (de Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Lisboa...). Ao lado destes, lançaria mão de cópias, muitas delas autenticadas pelas confirmações notariais. Não desenvolveremos, aqui, este assunto, que dele – dos pergaminhos e de outras fontes inéditas ou já impressas – se tratou já, ao começo deste volume, a propósito da bibliografia.

3. O estudo

Depois, neste sector, organizei a exposição em várias partes, assumindo o critério por que se veio a estruturar a família monástica de Santo Tirso. Assim, depois de uma parte

²³² PIRES DE LIMA, Augusto César - *Estudos Emográficos, Filológicos e Históricos*, vol. III, p. 129.

²³³ PIRES DE LIMA, Augusto César, *o.c.*, pp.211-212.

²³⁴ PIRES DE LIMA, Augusto César, *o.c.*, p. 128.

introdutória, respeitante à periodização da história conventual e do contexto em que se veio a situar esta mansão religiosa, seguem-se quatro capítulos, especialmente consagrados à fundação do mosteiro (978), à regra a que, aos primórdios, se submetia e ao problema discutido da diocese de que, desde os começos, fazia parte.

Logo toparemos um outro bloco, este grande (1092-1395): o mosteiro e a sua beneditinização, a família patronal, a igreja românica, com os seus vestígios arqueológicos e epigráficos. De imediato, o estudo da terceira igreja monástica, do sec. XIV: os seus fundadores e benfeitores, as suas capelas e seu claustro.

Demais, virão uns capítulos sobre aspectos jurisdicionais (o couto de Santo Tirso), económicos e técnicos (o Rego dos Frades) do dito mosteiro. Um destaque ainda, em pormenor, para a vida intelectual e para a acção humanitária dos seus religiosos.

Por último, o arrolamento daqueles que lideravam o mosteiro e o representavam face ao mundo exterior, civil ou eclesiástico: os abades e a sua actuação, a nível interno e face ao mundo envolvente.

O outro bloco, tanto quanto vai de 1402 até 1588, encontra-se espartilhado em compartimentos estanques ou quase. Todo o período, com efeito, se caracterizará pela desordem e pela decadência, ditada pela cupidez dos abades comendatários. Seguem-se os líderes de agora, cuja presença, especialmente na primeira parte do sec. XV, explicará o fenómeno, à primeira vista curioso e que deixa pegadas certas na etnografia regional – toponímia e antroponímia, no adagiário e cancioneiro popular tirsense - de bastante clero galego, a exercer funções paroquiais e pastorais na região de Santo Tirso e em freguesias da sua dependência.

Abordam-se temas, ainda dentro deste bloco, como o da economia conventual, durante este período, os problemas sanitários em Santo Tirso e ainda as relações dos nossos abades com o mundo exterior: a realeza e a comunidade secular de Santo Tirso, a sua paróquia.

Finalmente, ainda no intra-muros deste bloco, o esboço de reacção colmatado de êxito: a reforma da Ordem beneditina portuguesa que começa exactamente no nosso mosteiro, por obra e graça da Congregação de Valladolid. O esforço dos reformadores vingará, com as suas adesões. Mas com recusas, que também as houve...

Tabelas e documentos, fotos e alguns mapas, no vol. II, um bloco que complementa com melhor segurança o vigor das afirmações e nos permite visualizar, como que presencialmente, a grandeza desta instituição que “ao vivo”, sobretudo na exposição iconográfica, se nos apresentará.

4.A metodologia

Quanto a isto, tenho a dizer que, antes de mais, lancei mão de muitos documentos. Uma dose bastante dilatada que autores de bom nome houveram de publicar, como João Pedro Ribeiro, Avelino de Jesus da Costa, José Mattoso, Rui de Azevedo, António Domingues de Sousa Costa e de outros mais que citei. O que não quer dizer concordância com as suas interpretações, como acontece com os eminentes historiadores: Avelino de Jesus da Costa, José Mattoso, Rui de Azevedo, Dr. António Domingues de Sousa Costa. E outros mais...

Dos inéditos, li originais da Torre do Tombo, do Museu Martins Sarmiento, do Arquivo da Universidade do Minho (ou Arquivo Distrital de Braga), etc. Também lançaria mão de muitas cópias de documentos. A corroboração notarial de umas tantas e a colação de muitas delas com tantos sumários e extractos, quer de João Pedro Ribeiro (no *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, que o Dr. António Cruz publicara, e no volume manuscrito *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*)

quer dos índices conventuais tirsenses, especialmente o de 1774 - e este lhes dá grande desenvolvimento, enriquecido para mais, com anotações críticas de amadurecida reflexão -, robustecer-me-iam na aposta da sua credibilidade.

No atinente aos estudos publicados, expus, ao início do volume, uma apresentação seccionada dos muitos livros que li, uns já de manuseio recuado donde reminiscências me ficariam, muitos outros de leitura já mais direccionada para o presente trabalho. Aí, após a compartimentação temática dos mesmos e a sua redistribuição pelo contexto mais geral, de um lado, segue-se, de imediato, a restrição bibliográfica ao contexto de Santo Tirso e suas imediações, onde melhor se reflectem as silhuetas das cogulas dos nossos monges de S. Bento. Mesmo aqui separei, de quando em quando, o trigo do joio, se por acaso o houvesse...

Procurei ilustrar o estudo e complementá-lo, para melhor compreensão, com mapas numerosos de tabelas, com a documentação, muitas vezes corroborada, para o mesmo documento, por fontes diversas (pergaminhos, cópias, citações, em letra amiudada de corpo 10), com mapas da expressão monástica, senhorial e militar do contexto onde se fundou o mosteiro, com o mapa do couto de Santo Tirso e do Rego dos Frades, tão importante para a demonstração de uma obra de engenharia do sec. XII e para a exibição de numerosos exemplares de arqueologia medieva, com mais de uma centena de fotografias, e ainda com uma selecção constante de elementos pertencentes ao domínio da sigilografia e sinais, régios e pontifícios, que no arquivo de Santo Tirso se encontram ou se encontraram...

Naturalmente que a história, em certo sentido, se move quase nos moldes de uma dialéctica hegeliana. Pelo que toca ao mosteiro de Santo Tirso, a uma fase brilhante da etapa primeira da sua existência, sucede a da sua quase postração, na época trágica das comendas. Será esta a antítese, na caminhada da sua existência. Mas, logo depois, ressurgirá das cinzas, num amanhecer que preludia a alvorada da ressurreição. É esta mensagem pascal, que, ao fim da tese que agora apresentamos, ouviremos anunciar, em aleluias de festividade, no capítulo final dos primórdios da Congregação.

Intentei fornecer um retrato do mosteiro de Santo Tirso. Ficaram, porém, no seio da terra ocultos filões que, após novos estudos de outros investigadores completem à perfeição este esboço que agora tracei. A história não se faz. Vai-se fazendo... Talvez que este estudo possa servir de estímulo e ponto de partida para outros de maior afoiteza que eu. E mais bem preparados.

5.A originalidade.

No que toca a este aspecto, posso dizer que, globalmente, se trata da primeira monografia do mosteiro de Santo Tirso, após a exposição reduzida e viciada de bastantes inexactidões quer de Frei Leão de S. Tomás, na Benedictina Lusitana, quer de Alberto Pimentel, no seu Santo Thyrsos de Riba d'Ave, quer ainda do Dr. António Augusto Pires de Lima, nos seus Subsídios para a história de Santo Tirso, que, ao lado de muita coisa boa que este homem erudito neste volume nos legaria, se deixou também contaminar por bastantes inexactidões. Esta nossa, a de agora, é, pois, a primeira monografia da casa religiosa tirsense, ao fim de contas. Assim o julgo, sem presunções de vaidade, que não tiro os pés do chão. Isto mesmo o digo lhanamente, que muito me atormenta a consciência viva das minhas limitações...

Assim sendo, por um lado, e também, por outro, porque os estudos sérios que existem acerca do nosso mosteiro são muito parcelares, não será, pois, difícil de aceitar que haja muitas coisas, que foram abordadas, pela vez primeira, neste estudo.

Descendo ao pormenor, há aqui, nesta obra muitas coisas originais. Antes de tudo, creio que foi a primeira tentativa da periodização conventual do nosso mosteiro, baseada na estrutura jurídica da mesma instituição. Para mais, bem cronometrada: de 978 a 1092, uma fase pré-beneditina. De 1092 a 1834, com três patamares agora bem individualizados e, para mais, com balisas cronológicas de grande definição: de 1092 a 1395, com abades eleitos e vitalícios; de 1402 a 1588, com abades vitalícios, mas agora comendatários; de 1590 a 1834, época dos abades outra vez eleitos, mas de periodicidade trienal.

Outro ponto original, julgo eu, a relação do documento da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978) que o Dr. Alberto Feio descobrira no ADP/UM, e cuja leitura o Dr. Avelino de Jesus da Costa melhorara. Suponho que, no uso do mesmo em 1101 e de que os autores da segunda metade do sec. XX dele se servissem, nenhum destes o terá relacionado com o célebre Censual do Bispo D. Pedro. O rol que o arcepreste Gonçalo Ermiges entregara a D. Gaudemiro devia ser exactamente o dito Censual que exigiria exactamente um imposto de moios de milho sobre as igrejas, e de um jantar por sobre as responsabilidades dos mosteiros. Em princípio. Logo a consequência: a introdução abusiva do nosso mosteiro no âmbito da diocese bracarense, quando o cenóbio da nossa cidade sempre se teria alinhado pela obediência à diocese do Porto. E, em segundo lugar, a necessidade em que se viu o mosteiro dos monges beneditinos de justificar o costume do dito prandium, a favor dos bispos de Braga e por banda dos nossos monges, por um simples e mero contrato particular entre o metropolitano e os religiosos de Santo Tirso, com direitos e obrigações recíprocas de ambas as partes - o pacto de amizade a que se alude na questão -, tanto possível este pacto quanto ingressavam no comprometimento de uma e outra banda monges beneditinos.

Outro pormenor diz respeito a certos dados de natureza toponímica, quer no que toca à cidade de Santo Tirso, quer a paróquias avizinhas, especialmente as freguesias tangentes de Areias e Lama. Os beneditinos de Santo Tirso e os agostinhos landinenses configuraram as localidades em causa, imprimiram a marca da sua presença nas nossas aldeias e cunharam-nas, muitas vezes, de seus mesmos nomes.

Ainda dentro das contribuições originais, a tentativa da definição da comunidade monástica que no interior desta casa habitaria, pelo decurso da primeira forma da sua experiência monástica. Pusemos em destaque as características com que a configuram os documentos ao nosso dispor, mediante obras de caridade e de assistência e pela relação estreita com a família fidalga dos da Maia, representada, em 1092, por Soeiro Mendes da Maia ou Soeiro Mendes, o Bom, cujo retrato, em moldes tão antitéticos, quanto aos pontos de vista do mosteiro de Santo Tirso, por um lado, e do arcebispo de Braga ou de seu círculo, por outro, tentei acorrer para a sua justificação.

Tanto quanto sei, não vi em parte alguma qualquer datação que apostasse de forma concreta no momento exacto da adopção da Regra de S. Bento no mosteiro de que tratamos. Optei decididamente pela data de 1092. Apresentei os argumentos. E julgo que valerão.

Não vi ninguém, até hoje, que fosse capaz de discernir, com clareza, as diversas igrejas do mosteiro de Santo Tirso. Para trás da actual (iniciada em 1659 e concluída em finais do sec. XVII ou já aos começos do imediato, aqui mesmo, para corrigir opiniões erróneas, na confusão gerada pelo tímpano da matriz), havia a certeza de um outra – da primeira parte do sec. XIV, o que é certo. Daí, caminhando em direcção até aos primórdios, só se apercebiam os autores de uma igreja primitiva. Com documentos arqueológicos e literários se demonstra bem a existência de mais duas igrejas: uma de 1092, românica, e uma outra, pré-românica, a das origens, de 978.

E sobre estas igrejas teríamos várias coisas a dizer. Não vou explicitar muitas delas, de que se não falou até agora. Pelo menos, uma só não posso omitir. Uma das inscrições mais interessantes que despertou a curiosidade de muita gente, a partir já do meio do sec. XVII, o *epitáfio em verso* (13 versos) das duas devotas Aldara e Urraca. Depois de tanta ente se ter debruçado sobre ela, creio ter contribuído em três coisas, a seu respeito: a melhor leitura, como havia de confessar o Dr. Mário Barroca; a definição da estrutura rítmica dos versos de que se compõe, que não se trata de verso medievo, do chamado leonino - dado que lhe falta a rima interna -, mas de metro clássico, ou seja, em concreto, hexâmetros dactílicos; uma terceira coisa em que fiz aposta - e julgo que ganha - foi a propósito da natureza da linguagem desta composição. Há uma diferença fundamental entre a lápide necrológica das duas devotas e as outras inscrições tumulares que se encontram no circuito do primeiro claustro. Nestas últimas, domina a linguagem informativa: o nome do defunto seguido da circunstância cronológica da sua morte. Fundamentalmente isto. No caso das duas devotas dominará outro tipo de linguagem: a poética ou artística. Não se trata de uma escrita prosaica, assim rasteira. Antes, literariamente, alçada a nível superior. Quem a fez, recriaria os acontecimentos, através do recurso às figuras de estilo, como as metáfora, metonímias, as personificações...

E já que estamos no campo da epigrafia, também não deixarei de aludir à inscrição tumular de Martim Aires. E a nível de três coisas também: da *factura* - sempre se atribuiu o monumento ao sobrinho, o que foi primeiro abade tibanense e, depois, tirsense, Soeiro Anes -, quando a arca foi encomendada, quase pela certa, pelo próprio Martim Aires, o que explicará o inacabamento da obra, na altura mesma da cronologia do óbito... Depois, a respeito da *figura deste comendatário*: apesar da oposição de Mário Barroca, Martim Aires é, sem dúvida, galego. Mais, apesar de este autor menos tem a negar que duvidar, este abade era da família galega dos Vieiras, o que explicaria o seu brasão, em Santo Tirso. Mais, do ramo da dita família que, no que toca aos motivos heráldicos, lançava mão das cinco vieiras em aspa, ao contrário de outro ramo da mesma estirpe que usava de seis em distribuição equitativa por duas palas.

E já que estamos falando do abade Martim Aires, creio ter sido eu também o primeiro a destacar a sua faceta jurídica de primeiro comendatário de Santo Tirso. Além de nunca ninguém se ter ocupado - segundo penso - da periodização da história conventual deste cenóbio, houve, pelo menos, quem incluisse aquele fidalgo na série dos abades eleitos e vitalícios. Embora Pires de Lima nele visse uma figura já diferente de outras de épocas anteriores, todavia ainda pensou que a doação do mosteiro que lhe fizera el-rei não dispensaria a formalidade de uma suposta eleição pela comunidade religiosa. Nunca a poderia ter havido. Para a sua nomeação, apenas se requererá a intervenção decisiva da cúria romana, com o despacho das Bulas da concessão, e os juizes Apostólicos locais que as fazem executar. Quanto aos padroeiros e aos monges, esses nem tugem nem mugem !...Ou se o fazem, inutilmente o cumprem. Basta só examinar o processo da nomeação de Soeiro Anes. Mas, pior ainda que Pires de Lima, fará a *Benedictina Lusitana* que incluiu, formalmente, Martim Aires no rol dos anteriores aos comendatários...

Apoiado nos documentos do Arquivo do Vaticano e nas referências que nele se fazem a textos emanados da Casa de Bragança, se conclui que, com este Martim Aires, se inicia a série dos abades comendatários, sem que a dita casa, padroeira que o era, pudesse exercer o seu direito que tradicionalmente lhe competia, o da apresentação.

E, como isto se parece mesmo com as cerejas, a mesma figura de Martim Aires sugere-me, depois da alusão à sua tomada de posse, uma referência também à sua resignação. Creio que as coisas se não processaram com aquele simplicidade e lhanza

com que vários o entenderam. E assim tive, ainda à base dos documentos do Vaticano, de distinguir as duas etapas na evolução do processo: a uma etapa de mero intercâmbio das duas abadias, a de Tibães e a de Santo Tirso, se sucederá, dois anos depois, novo projecto, ou seja, o da resignação pura e simples do nosso abade em prol do sobrinho, o mencionado Soeiro Anes. Aliás, se decorreram 3 anos entre o início e o desfecho deste processo – bulas dadas a prazos de conta-gotas, dificuldades de comunicação com Roma, guerras entre Aragão e Castela... -, maior espaço exigiria – 5 anos – a sucessão de Soeiro Anes.

Poderia acrescentar outras coisas mais. O destaque, por exemplo, à figura de D. Miguel da Silva e à sua relação familiar com o grande arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, coisa inteiramente desconhecida de todos quantos se ocuparam, cá dentro e lá fora, do humanismo do sec. XVI, em Portugal. Para tal me baseei nos documentos que à mão me vieram, guardados no ADB/UM.

E, na esteira deste assunto, refiro também quanto disse do último comendatário de Santo Tirso, o Card. Alexandre Farnese, muito amigo do nosso D. Miguel da Silva. Não era do conhecimento de ninguém texto documental sobre o *termo a quo* da sua prelazia tirsense, como igualmente o *termo ad quem*, o que, pela documentação – inédita, aliás – pude concretizar. Como outros pormenores da sua actuação em Santo Tirso, no campo da economia, das jurisdições tirsenses, canónica e cível...

E já que tocámos na figura de alguns prelados de Santo Tirso, aproveito a oportunidade para dizer que alcancei precisar – não digo que sempre o tenha assim feito e que não haja enganos da minha parte – os nomes dos abades do mosteiro, os começos e os remates da prelazia de cada um e as intervenções de maior destaque, ora na governação do mosteiro, ora na vida regional circundante, ora em iniciativas de maior amplitude, a solicitação do governo central ou até da igreja de Roma. Sempre o houve de fazer com os olhos postos na documentação que tal se exigia. No conjunto do abadológico, muitas coisas adreguei de referir, inteiramente desconhecidas e nunca referidas – que eu saiba – por alguém. Foi o que consegui em três décadas de paciente recolha e de estudo não menos perseverante.

No capítulo da projecção cultural do mosteiro de Santo Tirso seguiria de perto José Mattoso. Tive, porém, o cuidado, ora de acrescentar algumas coisas, como a propósito da construção bem gizada da narrativa sobre o acordo entre o abade Gaudemiro e seu convento, de um lado, e o arcebispo de Braga, S. Geraldo, em 1101, assim como também a tarefa de retocar e corrigir várias coisas, a propósito da poesia latina do claustro de Santo Tirso, coisa de que já falei.

Nas relações entre este mosteiro, de um lado, e a realeza, de outro, muita coisa se destacou, pela primeira vez, afora alguns pontos restritos e particulares. Ele foi, por exemplo, o grande número de coutos e honras, de que o nosso abade era donatário. Procurei, em concreto, especificar, caso a caso, a amplitude da jurisdição concedida a Santo Tirso, o que tantas vezes diferia de uma situação para outra – jurisdição cível e crime; jurisdição apenas cível, todavia mais ampla ou mais restrita; a nomeação das justiças; o número dos oficiais, em cada uma das terras privilegiadas...). Explorei o caso particular do couto de Santo Tirso – a delimitação do couto; problemas que, a este propósito, opunham os beneditinos de Santo Tirso aos eremitas de Landim; os argumentos de ambas as partes - etc. Pela primeira vez se realçaram os diversos laços que prendiam S. João da Foz do Douro ao mosteiro de Santo Tirso, como o direito de padroado e a vigararia da Foz; a jurisdição cível do couto e a sua amplitude; o priorado da Foz e a sua subalterneidade, face ao convento e ao abade de Santo Tirso... O que, tudo somado, significaria uma ondulação constante de avultados rendimentos que da Foz se canalizariam para o mosteiro dos nossos beneditinos.

A respeito do padroado, houve necessidade de se discernirem as três dezenas de igrejas cuja liderança estava nas mãos do mosteiro de Santo Tirso. De facto, aparecem-nos por diante três tipos de laços diferentes, no que toca à dependência a respeito dos nossos beneditinos: as abadias, as vigararias e os curatos. Estas três modalidades se verificarão no leque das várias jurisdições canónicas que competiam aos bentos da nossa terra. Tornou-se necessário, pois, realçar estes pormenores significativos que, geralmente, não se tinham na devida consideração. Se é que alguma vez o foram...

Se bem que já aluda, no decurso deste trabalho, a estas situações diferenciadas, como aliás o deixo subentendido, no assunto da jurisdição civil e canónica dos nossos monges, preparo, todavia um volume aparte, aliás de redacção já muito avançada, com estudo desenvolvido até à extinção: dos coutos, até ao fim dos comendatários, com excepção do de Santo Tirso e do da Foz, que só, por 1830, se apagariam; e dos padroados, que, em princípio, só pela época liberal chegariam ao seu destino fatal. E tudo, com a documentação correspondente.

Duas coisas, mais suplementares, com certeza, mas que, sendo inteiramente inéditas, não deixarão de suscitar uma certa curiosidade. Primeiro, o *número de clérigos* do mosteiro de Santo Tirso e da sua freguesia – a paróquia de Santa Maria Madalena -, no decurso do sec. XV e XVI. Estamos, é certo, condicionados por algumas limitações. Para agora, dispomos apenas da documentação da chancelaria bracarense. Aqui se vislumbram estes dados. De 1450 até 1544 – quase um século -, temos 28 monges ordenados em Braga. De 1559 – época do lançamento da Reforma em Santo Tirso - até 1586 – curto espaço de 27 anos -, contamos com 29 monges, que tomaram ordens na cidade dos Arcebispos. Depois, entre os clérigos seculares de Santo Tirso, no mesmo período, encontramos um só candidato a ordens que é filho de monge – em 1458 -, enquanto dois se dizem filhos de presbíteros e mulheres solteiras. E destes, só um da fase dos começos da reformação da nossa casa. Estes dados parecem sugerir a ideia de que, com a actuação dos reformadores de Valladolid, se operara já uma mudança significativa, paredes adentro da mansão dos nossos monges. De facto, havia já mais vocações e melhor disciplina no cenóbio tirsense. Mais, estes monges da segunda metade do sec. XVI, vão ser figuras notáveis no período da instalação dos abades trienais. Um deles – que conhecemos doutras fontes que não as da chancelaria arquiépiscopal, chamar-se-á Frei Leão de S. Tomás, autor da *Benedictina Lusitana*, que sempre se orgulhará de ser *filho* de Santo Tirso.

Outra coisa insuspeitada, igualmente: a presença de clero galego em Santo Tirso e nas igrejas da sua dependência, no decurso do sec. XV. Destaque para os abades de Santo Tirso Martim Aires e Soeiro Anes e seus familiares: o sobrinho homónimo do primeiro, cónego bracarense, arcediogo de Barroso, pároco de Burgães e Rebordões, cónego de Cedofeita, pároco das Aves e deão do Cabido bracarense; Rodrigo de Vieira, pároco da Foz do Douro; João Gonçalves, subdiácono de Compostela, que também se candidataria a pároco da Foz; Martim Lopes, da diocese de Compostela, que se faria à liderança da paróquia de Rebordões; Afonso Anes, do bispado de Tui - embora não saiba se da parte que hoje corresponde a Portugal, se da região propriamente da actual Galiza - que foi abade de Silvares; e João das Leis, natural de Santa Maria da Sé, Compostela (sic), que, durante muito tempo, foi pároco da freguesia tirsense de Burgães...

Suponho que a presença, em Santo Tirso, dos dois abades, a saber, Martim Aires – com o sobrinho homónimo, cónego de Braga, arcediogo de Barroso e deão do Cabido da igreja arquidiocesana – e ainda outro sobrinho do primeiro comendatário e abade de Santo Tirso, Soeiro Anes, tenham contribuído para a fixação daqueles membros do clero galego entre nós, pela capacidade de intervenção dos ditos abades no campo da

jurisdição canónica e pelo número das igrejas de que eram padroeiros os prelados de Santo Tirso. Recordemo-nos dos motivos da oposição a Soeiro Anes à candidatura a Santo Tirso, por parte monges da nossa casa: *Dom Soeiro Anes não é bom superior, como se exige para o citado mosteiro (de Santo Tirso). E é galego. E não é natural deste reino. E é por isso que se ajuntam e chegam, todos os dias, galegos e estrangeiros, homicidas e malfeitores, do que se segue danos para os bens do mosteiro e pouco proveito.*

No que tange à parte económica, creio também ser a primeira vez que se terá abordado o assunto. Nunca, nem em parte, nem muito menos no todo, vez alguma se aflorou. Tentei sistematizar os dados disponíveis em torno de pólos aglutinadores: doações com ou sem legados pios, doações feitas a outras pessoas – o que muito interessará que tais bens, mais ou menos proximamente, reverteriam ao mosteiro – testamentos, com obrigação de sufrágios, compras, escambos, renúncias, sentenças, composições..., com notas introdutórias aos documentos, de forma particular, ao Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, cujo conteúdo postularia esclarecimentos prévios, atinentes de modo particular aos pesos e medidas, na região de Santo Tirso. Tão importante este aspecto, quanto a disparidade dos mesmos sofria de oscilações estonteantes: de terra para terra; dentro da mesma paróquia, de lugar para lugar; e, no mesmo lugar, de produto para produto...

Enfim, muitas coisas originais, para o dizer com toda a sinceridade.

CAPÍTULO II

OS PERÍODOS DA HISTÓRIA CONVENTUAL

DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO

Temos a distinguir duas coisas: a primeira, o faseamento da instituição monástica que aqui se fundaria, em 978; a segunda, o problema das instalações – igreja e residência – da Ordem ou Ordens que aqui morariam, desde o sec. X ao sec. XIX. E da evolução destas duas coisas haveremos de falar mais tarde.

A primeira preocupação dirá respeito à instituição monástica que em Santo Tirso se instalou.

A este propósito, poderíamos periodizar a história conventual da forma seguinte:

1. O mosteiro de Santo Tirso, antes de 1092

Um primeira fase (978-1092), de silhueta imprecisa. De que ordem não se saberá. Logo o acto solene de 1092 foi, certamente, entre outras coisas, uma *filiação*, não propriamente uma fundação: os monges, aos finais do sec. XI – sem que interrupção de vida monástica houvesse, conforme penso – tão só adoptaram uma Regra, a de S. Bento. Julgo que sim.

Porque só uma filiação, respeitar-se-ia o orago de trás, o mártir Santo Tirso. Mas logo se lhe adossaria a protecção secundária de Nossa Senhora da Assunção, que já figura na carta de couto de 1098. E que, depois, a Senhora-a-Alta se revigoraria, a ponto de reagir-se contra o declínio e postergação do santo asiático²³⁵.

Da organização da comunidade original também nada, ou pouco, sabemos. Mas avulta já uma faceta que marcaria, com vigor, a caminhada histórica do mosteiro de Santo Tirso. De coração aberto aos problemas do homem e do mundo.

Assim, a controvérsia de 1100-1101, entre o convento e o arcebispo S. Geraldo, revelará, por analepse – num recuo mesmo às origens –, o acolhimento do mosteiro a favor dos viandantes, sem distinção. Eclesiásticos ou leigos, pobres ou da fidalguia, todos encontravam na nossa casa religiosa uma telha que os abrigasse e um naco de pão que lhes fornecesse vigor²³⁶.

²³⁵ No final da Carta de doação do couto, de 23 de Março de 1098, na série de confirmações, depois do patrocínio de Santo Tirso, acrescenta-se o papel tutelar de Santa Maria, a sempre Virgem. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p. 158, doc. n. 4. Depois emerge, ainda mais, o papel de Nossa Senhora de 15 de Agosto: *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave* (documento de 1430): COSTA, António Domingues de Sousa – MPV, vol. IV, p. 524, doc. n. 1536. Reage, salvaguardando o papel primordial do mártir da Bitúnia, Frei Leão de S. Tomás, em 1651 (*Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 16-19). Muito embora este ilustre filho da casa de Santo Tirso reconheça a legitimidade da figuração do mártir em altar colateral, ao contrário de Nossa Senhora que ocupa – e com razão! – o altar-mor. Completar-se-ia a reacção no triénio de 1789-1792, com a colocação da imagem de Santo Tirso, no retábulo principal, muito embora sem o sacrifício do destaque da figuração mariana e assumpcionista.

²³⁶ *E desde os seus começos que aquele mosteiro – isto é, o de Santo Tirso – ficou isento de qualquer ónus de tributação, a favor dos bispos, e liberto de qualquer sujeição a qualquer tipo de serviços. Os seus moradores, porém, por razões de pura humanidade, receberam, livremente e segundo as suas possibilidades, não por obrigação, antes por caridade, bispos, abades, clérigos, leigos – nobres ou não –,*

A história de Gonçalo Pais, da Casa de Marnel, e ligado aos padroeiros de Santo Tirso, por parte da mãe, demonstra também igualmente a fama deste mosteiro – e os insucessos na recuperação do enfermo pode ser nada a deslustrem -, no tratamento e solicitude em prol dos doentes ²³⁷.

Uma espiritualidade, pois, que os não alienaria na função absorvente do culto e do altar ou na ascese redentora que os levasse a uma desvinculação total e pessoal dos laços corpóreos e mundanais. Antes, lhes infundia na devoção aos homens o calor místico de um encontro maior e mais estreito com Deus, em pessoa. O Seu mistério o sondavam no coração mesmo da história.

2. Após 1092

Uma data importante: 1092. Agora, a filiação beneditina do nosso mosteiro – suponho -, a eleição de Gaudemiro – escolhido pelo voto dos monges, apresentado pelos vinte e tantos padroeiros, confirmado e “ordenado” por Crescónio, bispo de Coimbra -, o compromisso dos padroeiros sobre a indivisibilidade dos bens monásticos, a inauguração de um novo convento...

Uma segunda data decisiva: 1402. Toma posse do mosteiro, nesta altura, o primeiro abade comendatário, Martim Aires. Perdem, doravante, os monges de Santo Tirso o direito da eleição; e os padroeiros o direito que lhes competia, o de apresentarem o abade. Sabemos pelas linhas e entrelinhas dos processos da nomeação quem são os promotores dos candidatos, ao nível das prelaturas.

Outra data a impor um novo rumo no historial da comunidade religiosa: 1588. A 16 de Julho aconteceu a resignação do último comendatário, o Card. Alexandre Farnese.

Uma outra cronologia a reter-se, a de 1590: início dos abades, eleitos pelos monges, mas agora trienais. Foi o regime que perdurou até à abolição das Ordens religiosas: Maio de 1834. Dois meses antes, a 26 de Março, esquivar-se-iam, por antecipação, os nossos monges ao cutelo do Mata-frades. Com a entrada dos liberais na nossa cidade, o último prelado remeteria os monges para as suas terras de origem. Depois, fechou as portas do mosteiro, beijou o solo. Agoniado no coração, intuiu a suspeita de que os seus religiosos saíam do convento, mas não como em 1385. Agora, talvez, sem esperança de regresso. E adivinhou...

Postas estas coisas assim, tentaremos a periodização da nossa história monástica, quanto a esta segunda parte, da maneira que segue:

2.1. De 1092 a 1395

É o período dos abades eleitos e vitalícios. Desde o abaciado de D. Gaudemiro até ao de D. Vicente Rodrigues.

Há uma subdivisão. Isto é seguro. Confesso ingenuamente que me não sinto com forças para a tarefa de a delimitar. Isto é, não sei cronometrar a primeira série – a dos abades de rigorosa observância – e a que lhe sucederá, a daqueles a que se dá o nome de *abades da claustra*, quando se opera a divisão tripartida dos bens monásticos: duas partes para a mesa abacial e uma parte para a mesa conventual. À semelhança, diga-se,

conterrâneos ou estranhos, vindos de qualquer lado. E assim durante muito tempo. Cf. texto do acto de concórdia, publicado por Alberto Feio (CSTBC V (1956) 16-19) e cuja leitura se aperfeiçoou em *O Bispo D. Pedro*, vol. II, pp. 418-420, do Sr. Dr. Avelino de Jesus da Costa.

²³⁷ O dossier da questão em *Assistência em Santo Tirso. Notas soltas*, art.º publicado na RLAHST, n. 7 (Março de 1993) 33-35.

do que antes se fizera nas dioceses, com a instalação bipolarizada, mas em desigualdade, da mesa episcopal e da mesa capitular.

Timidamente, aponto esta subdivisão, pelo que toca ao mosteiro de Santo Tirso:

- . 1092-1171: abades de estrita observância;
- . 1171-1396: abades da claustra.

A data de 1171 – como momento hipotético da uma fractura, de uma transição já efectuada - terá a sua justiça no facto da capacidade de que já usufruía o abade D. Fernão Mendes, a de dispor dos seus bens - talvez, fracções da chamada *mesa abacial* - à sua morte, em benefício da ovelha monástica da enfermaria²³⁸. Se possuía bens seus e deles podia dispor é porque, no mosteiro, já tudo não seria em comum...

2.2. De 1402 a 1588

De 1396 – morte do último abade da claustra – até 1402, abre-se um parêntesis: uma fase de transição. À morte de D. Vicente Rodrigues – último abade da claustra, diz um livro do cartório do mosteiro -, houve uma agitada movimentação política. Os monges, com a anuência do padroeiro, decidiram escolher um frade do convento, João da Maia. O bispo do Porto e o padroeiro, em acção concertada - e depois do segundo dar o dito por não dito ! - impuseram-lhes João Afonso Aranha, cónego do Porto, abade de Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses e, depois, bispo portugalense (1408-1414). Acatariam os religiosos, anulando, de forma virtual, a eleição de João da Maia.

Outro poder, entretanto – e mais alto ! – se alevantou. D. João I, através do Cardeal de Nápoles, intercepta o despacho das Bulas Pontifícias. *Tutto calculato*: este candidata-se à prelazia de Santo Tirso que, de facto, obtém da Cúria Romana. E, logo depois, a vai depositar nas mãos do monarca português. Daqui transitará direitinha para a posse do seu favorito: o galego e fidalgo Martim Aires, da família dos Vieiras²³⁹ (*Estampa XX, foto n. 60*).

A partir daqui, poderes mais altos decidem da liderança conventual. E passa-se por cima da opção dos monges e das atribuições concretas dos padroeiros. Vão ainda reagir uns e outros, por 1430. Mas inutilmente...

Numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro, diz-se que foi Martim Aires o primeiro abade comendatário de Santo Tirso. E o seu sobrinho o segundo prelado deste género²⁴⁰.

Em Março, porém, de 1401, Martim Aires é só e ainda administrador do nosso convento²⁴¹. Mas, a 15 de Junho de 1402, era já o abade efectivo da casa tirsense²⁴².

²³⁸ MATTOSO, José – *Le Monachisme Ibérique et Cluny*, Louvain, 1968, pp. 206-207.

²³⁹ O que explicará, ao menos parcialmente, a simbologia do seu brasão, na arca tumular que, actualmente, se encontra na ala poente do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso.

²⁴⁰ *O seu antecessor* (isto é, de Martim Aires), D. Vicente Rodrigues, foi o último abade da claustra eleito pela comunidade, confirmado pelo bispo do Porto, D. Afonso : PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, ff. 199-199 v.. De resto, numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149), corrige-se um parecer anterior que fazia do Cardeal D. Jaime, o primeiro comendatário. E anota-se: *infere-se* (do processo de 1428) *ser este* (Martim Aires) *o primeiro abade comendatário que teve o mosteiro, não sendo monge professo dele; e, por isso, é que fez testamento (...), o que é proibido por direito a todo o que professava voto de pobreza, e por isso fez também renúncia do dito mosteiro a seu sobrinho Soeiro Anes*. E assim também dirá a respeito deste último: *Este Soeiro Anes foi segundo abade comendatário, segundo consta da carta de privilégio (...) onde diz D. Afonso V que lhe dera o dito mosteiro seu pai, que era todo seu, visto a desistência de Martim Aires*.

²⁴¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 211, doc. n. 168.

²⁴² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 287 v.

Os abades comendatários de Santo Tirso terminarão em 1588, com a resignação do Cardeal Alexandre Farnese, a troco de uma pensão de 400.000 reis anuais. E mais que vitalícia, que os frades só dela se redimiram em 1617. Ou seja, vinte e oito anos depois da morte do neto de Paulo III, que se daria em 1589, um ano depois da renúncia à comenda de Santo Tirso²⁴³.

2.3. 1590-1834: período dos abades eleitos e trienais

Há, antes de mais, um período de transição. Desde que Santo Tirso aderiu à Reforma, que incorporaria os mosteiros numa Congregação, superiormente dirigida por um Abade Geral sediado em Tibães, e, enquanto se esperaria pela resignação do comendatário, a administração do convento de Santo Tirso correu provisoriamente por conta dos Priores trienais e eleitos (1570-1590)²⁴⁴.

Período de transição, repita-se. Findo este – pela resignação do Cardeal Alexandre Farnese – é então eleito o primeiro Abade trienal de Santo Tirso, que foi D. Luis do Espírito Santo²⁴⁵.

²⁴³ O Card. Alexandre Farnese tomou posse dos mosteiros de Landim e Santo Tirso, mediante procuração passada em Roma, a favor de Ângelo de Charissimis, clérigo, fidalgo da Cidade de Parma, e familiar seu, a 1 de Outubro de 1561. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, vol. II, Santo Tirso, 2000, pp. 7-21, 22-30, 47-52. Renunciou a 16 de Julho de 1588: (...) *Consta que no tempo do Santo Padre Pio 5.º, o dito Cardeal fez desistencia da Abbadia deste Mosteiro, a fim de se unirem todos os da Ordem em huma nova Congregação, dando-se-lhe em sua vida huma pensão annual: foi o dito instrumento feito em 16 de Julho de 1588* (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 6 v.).

²⁴⁴ Neste hiato ou período de transição, foram eleitos priores trienais os seguintes:

Frei Manuel de Ataíde, eleito em 1570;

Frei Pedro de Basto, eleito em 1575;

Frei Domingos da Cruz, eleito em 1578;

Frei Gaspar da Paz, eleito em 1581;

Frei Bento do Salvador, eleito em 1584;

Frei André de Campos, eleito em 1587. Sobre eles, cf. artigos *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O Cardeal Alexandre Farnese (1561-1588). Os Priores trienais de Santo Tirso (1570-1590)*, em JST de 10 e 17 de Julho de 1998.

²⁴⁵ A 13 de Fevereiro de 1588, proferir-se-á a sentença compulsória do Deão de Braga, como executor das Bulas Apostólicas atinentes à Reforma da Congregação, destinada ao Geral Frei Baltasar de Braga, para tomar posse dos mosteiros da Ordem (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 2. 9). E, logo depois, a 17 de Maio, o dito Abade tomou posse do mosteiro de Santo Tirso (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 2. n. 10). Descreve-a o cerimonial:

Compromisso de obediência de todos os monges ao Geral – não o faria o monge Frei António Dinis, cura de Santa Cristina do Couto e filho de Bustelo -, no Coro; procissão até ao altar-mor, ao cântico do *Te Deum*. Depois, a tomada de posse que assim reza, em formulário mais ou menos genérico:

(...) *lhe dei e houve por dada a posse real, actual, corporal do dito mosteiro, com todas as suas pertenças e anexos e cousas a elas pertencentes, a ele dito geral (...) e isto por vestimenta, cálix e corporais, pedra de ara, cruz, missal, castiçais, galhetas, e por todos os mais ornamentos, que com suas mãos tocou, e por terra, pedra, telha, madeira, e por poimento de pés e vista de olhos, tangendo os sinos e abrindo e fechando as portas e grades do dito Mosteiro, a capela com as chaves que lhe foram entregues pelo San Cristão e por todos os mais actos necessarios em semelhantes posses, pelos quais eu notario a executorial das ditas bulas de Sua Santidade houve por empossado e metido em posse corporal e actual e real ao dito Reverendissimo Padre Geral Fr. Baltasar, assim de Abade Geral e Supremo Prelado como do dito mosteiro e suas anexas, passais, quintas, jurisdições e mais cousas assim espirituais como temporais, a qual posse ele tomou assim de uma cousa como de outra em seu nome e da dita Ordem e de todos os seus sucessores da dita Religião e Ordem de S. Bento deste dia para todo o sempre (...). Cf. PIRES DE LIMA, António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, 1953, p. 71, nota ao fundo.*

(Estampa I, foto n. 2)

Dos abades subsequentes, após 1590, conhece-se bem o princípio e o fim, salvo uma que outra vez, quando a morte lhes antecipou o fecho do seu mandato ²⁴⁶; quando uma falta do Prelado, física ou psicológica, se remedeia com suspensão da prelazia ²⁴⁷; ou quando uma sustatória vier a impedir aos monges o livre exercício da sua opção ²⁴⁸.

Não só, pois e em princípio, se conhece o ano, como até o mês. A partir dos finais do sec. XVI, os Abades são eleitos, por regra, em Maio e terminam o seu mandato três anos depois, a 30 de Abril. Os estadistas eleitos nos Conselhos, na ponta final da prelatura, fazem então o relato do estado em que se encontrava o mosteiro, aquando da tomada de posse, e do estado em que o mesmo ficou, após o encerramento do seu abaciado. No relatório, darão notícia, mais ou menos pormenorizadamente, de tudo quanto o abade se teria desempenhado no fio da administração que a Providência lhe demarcou. Tanto em Santo Tirso, como no Priorado da Foz, ou nas outras igrejas anexas.

²⁴⁶ Aconteceria com Frei Clemente das Chagas, eleito em 1626 que, surpreendido pela morte, não chegaria ao fim do mandado. Igualmente com Frei Roque da Conceição, eleito em 1719, e que logo morreria a 25 de Julho de 1720, conforme reza a epígrafe de seu túmulo, aberto diante da porta da actual sacristia de Santo Tirso. Mas o continuador do seu abaciado, Frei Gregório da Madre de Deus, faleceria, igualmente, antes de terminar ainda mesmo este triénio, a 2 de Abril de 1722, conforme inscrição aberta na sua lápide tumular, à beira da de seu predecessor.

²⁴⁷ Aconteceu com D. José da Cruz. Eleito em Maio de 1716. Mas suspenso, pouco depois de 21 de Março de 1718. Para acabar o triénio, foi eleito como Presidente Frei Manuel de S. Bento.

²⁴⁸ *Suplemento ao estado do Mosteiro de Santo Thyrsó, que se fes para o Cappitulo geral, que se havia de celebrar a 3 de Mayo de 1746; mas como não teve effeito por causa da substatoria, que o empedirão, continuou na mesma prelasia o Muito Reverendo Padre Frei Placido de S. Bento até ao fim de Setembro de 1748. Cf. ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 110. Este Estado suplementar acabaria de redigir-se a 5 de Outubro de 1748.*

CAPÍTULO III

UMA FERMENTAÇÃO EM MARCHA: MONÁSTICA E SENHORIAL

1. Um tecido de malha rarefeita

Já vão serenando, um tanto ou quanto, as ondas que agitaram as águas da investigação histórica, a respeito da questão famosa do *ermamento* do vale do Douro. Não queremos dar nenhuma achega que serene os ânimos. Só um pormenor que a documentação e a arqueologia parecem insinuar. A saber, se as invasões árabes – ou até fenómenos naturais, como pestes, por exemplo – não provocaram uma desertificação, pelo menos, parece-me segura a hipótese de uma rarefação e de uma certa desorganização com uma tal ou qual ruptura administrativa, aqui, junto do Ave. Já o documento da geração goda de 876²⁴⁹ nos dá a sensação de que os primeiros repovoadores chegados à margem do Ave – Alvarelhos, Branderiz (S. Tiago da Carreira) e Brufe (Famalicão) – aqui arribariam pela segunda parte do sec. IX.

Curiosamente, as escavações do Padrão, como as de Alvarelhos, anotam uma obscuridade total entre a segunda parte do sec. III – o Padrão – ou sec. V, segunda parte – no caso de Alvarelhos –, após um período de maior ou menor brilho de épocas anteriores²⁵⁰. E retomariam um tanto ou quanto de fôlego mais tarde, pelo século X.

Claro que estas ideias não podem dar a proporção, que sirva de norma a todas as partes deste Entre-Douro-e-Minho. Pegadas de presença humana, por exemplo, em Braga, se vislumbra, com mais ou menos evidência, no tapete continuado da sua história²⁵¹.

A retoma de uma presença humana férvida e coerente far-se-ia dois-três séculos adiante deste prolongado eclipse, que não digo total. As causas daquela letargia poderão ser diferentes. Mas não há dúvida de que a agressão das hostes muçulmanas nada ajudaria a uma presença da população hispano-romana germanizada, numa vivência tranquila, a respeito do homem e da terra. A expressão do Papa Pascoal II, em 1115 - *Postea uero per annos multos yspaniae maiorem partem a mauris uel ysmaelitis inuasam atque possessam urbium uel ecclesiarum abolitio manifestat et nostrorum temporum memoria non ignorat*²⁵² –, e, depois, em 1120, Calisto II - *dum portugalensis prostrata iaceret ecclesia*²⁵³ - manifesta uma situação anormal, face à história da igreja e da sociedade de épocas anteriores. E ambos não falam de cor, que das situações lhes chegam informes pelo testemunho pessoal e local dos primeiros bispos, após a reconquista.

A presença mais vincada de repovoadores nesta zona far-se-á no contexto das lutas contra os árabes. Já com D. Afonso III, que alargou o território da ocupação cristã até ao Douro. Daí a demora habitual da família de Guterre Mendes, em Santo Tirso. Aliás, como pouco antes, já em diversos pontos nevrálgicos, dentro da área a norte do Douro,

²⁴⁹ AUC Maço 194, Santa Cruz, ff. 195-197. Cf. STA, n. 1, 2.ª série, pp. 143-144.

²⁵⁰ MOREIRA, Álvaro de Brito – *O Castro de Monte Padrão. Do Bronze final ao fim da Idade Média*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2006, p. 41.

²⁵¹ LOPEZ QUIROGA, Jorge – *El final de la antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004, pp. 73-78.

²⁵² CCSP, pp. 1-3.

²⁵³ Bula *Officii mei*, de 2 de Março de 1120, em CCSP, pp. 3-5.

outros nomes sonantes avultariam, como Vímara Peres, o Conde D. Odoário, nas presúrias de que foram líderes sobre o Porto e sobre Chaves, respectivamente.

2. Um solo donde brota a Primavera

O mosteiro de Santo Tirso encontra-se na região situada entre os rios Ave, Vizela, Douro e Tâmega. Esta unidade geográfica incluiria, dentro de si, duas grandes terras: a da Maia, a ocidente, e a de Sousa, a nascente. Ao sec. XIII, subdividir-se-ia em vários Julgados e Termos: Bouças, Maia, Gondomar, Refojos de Riba d'Ave, Aguiar de Sousa, Penafiel de Sousa, Santa Cruz de Sousa, Lousada, Portocarreiro e Felgueiras.

Duas estradas romanas passavam pelas imediações do mosteiro de Santo Tirso: a de Porto-Braga, e uma outra, que, saindo da primeira destas cidades, numa orientação mais a leste, passava por S. Tiago da Carreira (Santo Tirso), rumo à Ponte de Negrelos, na mira da junção à via romana, em S. João da Ponte, e que, oriunda da *Bracara Augusta*, conduzia os viandantes até Mérida.

Mas depois, já na época medieval, havia mais algumas estradas que tinham função de acesso àquelas, donde resultaria uma teia viária mais amiadada e complexa. Bom testemunho de antigas estradas medievais, há nos Tombos das paróquias, que são dos meados do sec. XVI. E uma estrada de certo movimento até convém registar. Refiro-me àquela que, saindo de Guimarães, cortando a norte do rio Ave, passava por Areias, na cata de Vila do Conde. A toponímia garantirá de sua existência medievla (S. Tiago da Carreira, Famalicão). Chamava-se a estrada da Vila – entenda-se, de Guimarães – Vila do Conde. Depois, uma outra: a de Santo Tirso-Famalicão que D. João I calcorreou. Em 1409, pelos finais de Julho, encontrava-se o Mestre de Avis, em Famalicão. Logo de seguida, princípios de Agosto, em Santo Tirso. Desta via, agora muito alterada, tanto no seu trajecto como no seu piso, ainda me lembro de troços medievos.

Nesta zona, o Tenente-Coronel Costa Veiga cita várias aglomerações castrejas. Por exemplo, uma perto de Avioso, a de Castro de Boi. Depois, outras: o Castro de Gondomar, o de Guifões e o de Luneta²⁵⁴. Mas há muitos mais, como diremos, depois, no elenco das paróquias mais avizinhas do nosso mosteiro.

Para agora, só acrescentaremos mais alguma coisa ao de Avioso. Um documento do cartório do nosso mosteiro refere-se a duas coisas importantes desta localidade. Numa questão levada à barra do tribunal sobre águas – problemas frequentíssimos neste recanto de Entre-Douro-e-Minho, e em que as sentenças do juiz se precediam ou se complementavam com cenas cerradas de pancadaria...- , também o mosteiro de Santo Tirso se empenhara numa solução, já que os nossos beneditinos possuíam em Avioso os casais do *Castelejo* (diminutivo de Castelo) e o da *Mamoa*²⁵⁵, que beneficiavam das bênçãos preciosíssimas da dita água em questão. O tribunal deu a sua sentença a 22 de Maio de 1375. Enfim, dois dados da toponímia de muita significação, com reminiscências medievais e pré-históricas, respectivamente.

Quanto a sistemas amuralhados de defesa, além do de Castelo da Maia que Costa Veiga situa num alto sobranceiro à vila de Rebordões e também não longe da vila de Parada, haveria ainda umas tantas mais. Vê-las-emos na mencionada série de freguesias mais avizinhas do mosteiro, que, por ordem alfabética, desdobraremos.

Costa Veiga transcreve uma passagem das Inquirições que mostra como se organizaria a convocatória e a estratégia da acção militar, em caso de perigo. Trata-se da campanha de Pinhel. Seria responsável maior na Terra de Sousa Martim Anes. Mendo

²⁵⁴ *Estudos de História Militar Portuguesa*, pp. 130-131.

²⁵⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 262 v.

Moniz, pároco de Santa Cruz, onde se erguia um castelo, dará assim desta forma o seu depoimento aos inquiridores de D. Afonso III e que eu traduzo:

Viu dar a D. Martim Anes uma vaca para o exército de Pinhel, e foi com ele no lugar de prelado e comia por conta da igreja. E de Pinhel, D. Martim o enviara a guardar o castelo de Santa Cruz. E veio. E aí esteve com os homens dessa vila e guardou o castelo. E todos estavam ao redor da igreja. Depois, veio (Martim Anes ?) e disseram que vinham assaltar o castelo. E então ele, com os homens da igreja e da vila entraram dentro do castelo e guardaram-no, até que chegaram ordens de D. Martim Anes. E todos comiam por conta da igreja²⁵⁶.

A mobilização local vinha de ordens superiores. Aqui, Martim Anes. Cada freguesia terá de contribuir para a defesa comum e para o abastecimento da campanha. Esta, de Santa Cruz, concorreu com uma vaca. E é à custa dos rendimentos da igreja que a acção militar se revitaliza. Com a ameaça do assalto, o alerta máximo: a guarnição, agora reforçada com homens que chegam de vilas próximas, toma posições no interior do castelo...

3. Uma administração civil espartilhada

Quanto à administração civil, há uma rede muito complicada, especialmente aqui, nas vizinhanças de Santo Tirso. As autoridades das Terras e dos concelhos – células maiores da administração - viam as suas competências restringidas por inúmeras bolsas de áreas privilegiadas, com poderes de maior ou menor amplitude, conforme os casos. Refiro-me, sobretudo aos coutos e às honras. Só aqui, no que é hoje o concelho de Santo Tirso, podemos enumerar os que seguem:

Couto de Landim, com nove paróquias, entre as quais três de Santo Tirso (Areias, Lama e Sequeirô);

Couto de Palmeira, a que pertencia a freguesia deste nome e - discutida muito embora – a freguesia medieva de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha;

Couto de Santo Tirso, a que pertencia a freguesia de Santa Maria Madalena da capela de Santo Tirso, as paróquia de Santa Cristina do Couto e S. Miguel do Couto – donde lhes viria o nome - mais uma parcela de Burgães e outra de Monte Córdova;

Honra de Rebordões, uma parcela desta freguesia, na confluência do Ave e do Vizela. Nas nquirições de D. Afonso III (1258), as testemunhas dizem que , nesta paróquia, havia uma vila, chamada de Rebordões, que compreendia nove casais, todos da Ordem do Hospital, privilegiados, que não entrava aí i mordomo d’el-rei²⁵⁷

Couto de Francemil, que integrava a paróquia de S. Salvador do Campo e uma parte de S. Martinho do Campo, que a outra parte era do Couto de Roriz;

Couto de Monte Córdova, o da igreja, que Monte Córdova da Ribeira era fracção do couto de Santo Tirso;

Couto de Soutelo, que era constituído de uma pequena área (um lugar de S. Tomé de Negrelos) e que pertencia a Santo Tirso;

Couto de Negrelos que abrangia as freguesias de S. Salvador, Santo Isidoro, a parte oriental de S. Martinho do Campo e uma parte de S. Mamede de Negrelos²⁵⁸;

²⁵⁶ PMH *Inquisitiones*, p. 599.

²⁵⁷ PMH, *Inquisitiones*, p. 537.

²⁵⁸ Que foi coutado por D. Sancho II (1228-1248) a D. Afonso Martins Vivaz e confirmado por D. Dinis e que fora de Rui Pais (Lusio), de Negrelos. Cf. CCLP, vol. I, pp. 147-148.

Couto de Guimarei que englobava duas paróquias de Santo Tirso, a saber, S. Paio de Guimarei e S. Tiago de Guimarei (hoje, da Carreira).

Couto de Roriz, que abarcava três fracções de cada uma destas três paróquias: Roriz, S. Martinho de Campo e S. Mamede de Negrelos. Além de que os eremitas rodericenses possuíam mais o *couto de Lordelo* (uma metade desta paróquia).

Couto de Vilarinho, de que se fala nas inquirições de D. Afonso III(1258) e nas de D. Dinis (1301 e 1308). (Cf. em apêndice, o mapa n. 2, respeitante a coutos, honras e castelos).

4. A “via láctea” de Frei Leão de S. Tomás

Quanto à vida monástica e seu desenvolvimento nesta região, poderemos dizer que não exageraria muito Frei Leão de S. Tomás, quando escreveu: *na provincia de Entre Douro e Minho se viu um agregado de tantos Mosteiros e de tantas estrelas neles, que com razão lhe podemos chamar Via láctea da Religião de S. Bento de Portugal (...) foram cento e tantos, e tão pegados que, ainda nos poucos que se não extinguiram, num dia se podem correr três, quatro e mais.*

Para além daqueles que vamos citar, dentro em pouco, e que se encontram à roda do de Santo Tirso, aqui vão alguns da Terra da Maia, também situada entre Douro e Ave. Enumera-os o P.e Agostinho de Azevedo:

O de *Mosteiró*, cujo nome só por si o indicará, como também da relativa pequenez da mesma instituição originária. Existia já a meio do sec. XII. Ter-se-ia extinguido ao sec XIII, pelos seus finais, quando as suas religiosas passariam para o mosteiro de Rio Tinto.

O de *Macieira*, na Macieira da Maia, concelho de Vila do Conde, de que se sabe existia no sec. XI. Uma fonte segura sobre esta casa religiosa, já aos começos do sec. imediato: a Bula de Calisto II, de 1120, no *Censual do Cabido da Sé do Porto* ²⁵⁹. Pertencia a cónegos, pouco antes da extinção da comunidade. E, nas Inquirições de D. Afonso III (1258), já não há qualquer menção deste convento.

O mosteiro de *Vermoim*, citado na doação de D. Unisco Mendes ao mosteiro de Vacariça, em 1014, e noutros documentos que integram o *Livro Preto* de Coimbra. Era dúplice. Devia ter sido fundado, antes dos finais do sec. X, porque foi propriedade de Tructesindo Osorediz, que viveria por esta altura ²⁶⁰. Foram padroeiros o fundador e sua esposa Dona Unisco e seu filho Osoredio. Tornar-se-ia igreja paroquial antes dos finais do sec. XI. De facto, no *Censual do Cabido da Sé do Porto*, já não se fala do *monasterium*, mas da *Ecclesia Sancti Romani de Vermuy*. A igreja de S. Mamede de Coronado, que foi do concelho de Santo Tirso, até há pouco, seria da sua apresentação. O P.e Joaquim de Azevedo recorda pessoalmente o facto de o abade de Vermoim ir anualmente a S. Mamede, a 7 de Agosto, onde, sentado na igreja paroquial e revestido de sobrepeliz e estola, receberia do pároco sete varas de pano de linho ao ofertório da missa, para, ao final, ser presenteado com um jantar em sua honra e da sua comitiva.

O de *Lavra*, outro mosteiro das Terras da Maia, que, por acaso, muito se relaciona com Santo Tirso. Dele nos falará um pergaminho dos meados do sec. X: *monasterio Labra* ²⁶¹. A pertença de Lavra aos nossos monges fizera-se gradualmente. Em 1098, Soeiro Mendes, o Bom, dá ao nosso convento a nona parte de Lavra, que fora da sua avó Unisco, a sexta parte que teria comprado a Dona Ximena Rodrigues, assim da igreja

²⁵⁹ P. 4.

²⁶⁰ MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 52.

²⁶¹ PMH/DC 12. MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 11-12.

como do laical²⁶². Pouco depois, outra doação, a 29 de Setembro de 1114. Nesta altura, Ausenda Honorigues dá um quinhão do mosteiro de Lavra a Santo Tirso²⁶³. Pelos finais do sec. XII, em 1199, o mosteiro de Pedroso que tinha recebido certos valores de Dona Eufenda, a mando de D. Sancho I e a pedido do bispo do Porto, D. Martinho, vendê-los-á ao convento de Santo Tirso, por 110 maravedis. Tratava-se de algumas propriedades, entre as quais a quarta parte do mosteiro de Lavra²⁶⁴.

O de *Bouças* era um outro mosteiro que já daria sinais de si a meio do sec. X. Por exemplo, de 944, há um texto documental pertencente a esta casa religiosa que o denomina sob a forma da expressão *monasterio de Bauzas*²⁶⁵. Em 1120, foi doado pela Condessa D. Teresa ao bispo do Porto, D. Hugo. Pertenceu à Rainha Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, que, por sua vez, o trespassou para as monjas de Cister.

O de *Santa Cruz do Bispo*, no concelho de Matosinhos, que fora doado aos eremitas, em 1140²⁶⁶. Foi couto, demarcado por D. Afonso II. Dona Mafalda e outros compadroeiros o trespassaram para a Sé portugalense.

Um outro ainda, bem conhecido e que exercerá grande influência na paróquia de Rebordões, Santo Tirso: o de *Leça do Balio*. De resto, este convento entrará em conflito com os nossos monges, em duas frentes, pelo menos: não só por causa do padroado sobre Rebordões, como também por razões mais tardias que dirão respeito à igreja da Foz do Douro, que era também de Santo Tirso.

O mosteiro de Leça foi fundado nos finais do sec. X, porque se deve a sua iniciativa a Tructesindo Osorediz, que faleceu por entre 995 e 1004²⁶⁷. Aos começos do sec. XII é doado este mosteiro ao abade de Vacariça, ficando, mais tarde, unido à Sé de Coimbra. O couto de Leça do Balio foi demarcado por D. Afonso Henriques. Logo de imediato (por entre 1122 e a morte da Condessa Dona Teresa) foi entregue este convento aos Hospitalários.

O de *Águas Santas*: a este cenóbio se refere o Papa Calisto II, em 1120. O P.e Agostinho de Azevedo cita, igualmente, uma composição deste mosteiro com o primeiro bispo do Porto, após a reconquista, e a respeito de um censo que os bispos costumavam exigir dos mosteiros da sua diocese: o de uma *parada* (jantar). Antes de 1128, já pertencia aos cónegos do Santo Sepulcro. E acrescenta o P.e Agostinho que de uma lápide constará a notícia acerca da reconstrução do mosteiro, em 1168.

O convento de *Moreira*, que existiu até que o Papa, juntamente com outros mosteiros agostinianos, entre os quais o de Landim e o de Vilarinho - este de Santo Tirso -, mandará encerrar, em 1770. Segundo o P.e Agostinho de Azevedo, este mosteiro já existia em 915. A ele se fazem várias doações por parte da família de Godesindo Guterres. Que foi dúplice até ao sec. XII, quando a comunidade feminina se retiraria para o mosteiro de Rio Tinto. No sec. XII, tornar-se-á masculino e seguirá a Regra de Santa Cruz.

²⁶² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 91. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 4, p. 157.

²⁶³ AZEVEDO, Rui de – DMP.DP, vol. III, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940, pp. 416-417.

²⁶⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 296 v.- 297 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 13 v. ; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 20, p. 165; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações* vol. IV/2, p. 140. Há quem o tenha por perdido: *Matosinhos em Textos Medievais*, n. 98, p. 125.

²⁶⁵ PMH/DC 54.

²⁶⁶ Veja-se o dossier de documentos, a propósito deste mosteiro, em CCSP, pp. 44-67.

²⁶⁷ MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 12-14.

O de *Rio Tinto*, mosteiro fundado na segunda metade do sec. XI. Em concreto, antes de 1058, pelos avós do Abade Gomes ²⁶⁸. Em 1119, o bispo do Porto foi senhor de um terço. Em 1141, D. Afonso Henriques lhe fará doação de muitos bens, tanto materiais como jurídicos (couto e padroados). Tornar-se-á beneditino pelos finais do sec. XI ou começos do imediato. Foi extinto em 1535, recolhendo-se as suas monjas ao mosteiro da Avé-Maria (Porto).

O de *Vairão*. Anterior a 974 ²⁶⁹, era um mosteiro dúplice. No sec. XI e XII, conhecemos alguns dos seus abades: Mendo, em 1064 ²⁷⁰ e (?) Pedro, em 1110 ²⁷¹. Depois, pouco antes dos meados do sec. XII, torna-se uma comunidade feminina, com algumas abadessas que lideram a casa religiosa. Dos padroeiros, conhecem-se alguns nomes: Domitria, em 975 ²⁷² e Pala, em 1064, que parece ter assumido a responsabilidade da construção de uma segunda igreja ²⁷³. D. Afonso Henriques, em 1141, conceder-lhes-ia carta de couto, sendo abadessa Elvira Touriz, descendente do fundador da mosteiro tirsense de Roriz, D. Touro Sernão. Pelo menos, os *Livros de Linhagens* o referem, e o patronímico de Dona Elvira o parece consagrar.

Na esteira da reforma das ordens religiosas do Concílio de Trento, este mosteiro de Vairão não chegou a ser anexado ao convento da Avé-Maria do Porto, pelas qualidades e virtudes de que as monjas deste mosteiro vilacondense dariam mostras palpáveis. Com o falecimento da última abadessa, em 1891, passou o edifício às mãos do Estado.

5. Num contexto imediato do mosteiro tirsense

Vamo-nos restringir, agora a pontos situados nas vizinhanças do mosteiro que nos possibilitem auscultar o ritmo das pulsações dos povos de cá, por alturas da fundação e dos primeiros passos desta nossa casa beneditina.

5.1. Alvarelhos

5.1.1. *Notas de arqueologia*

Foi, até há pouco tempo, do concelho de Santo Tirso. Em 907, fala-se da *ciuitas albarelios* ²⁷⁴. Pouco depois, a mesma referência, em documento de 979: *omnis mea ereditate que aveo in vila vocidada alvarelios (...) et sunt ipsas vilas in surbium portogalensis secus ribulo ave*.

Embora reocupada, creio, desde pouco antes ²⁷⁵, em Alvarelhos se encontra um castro romanizado, nas proximidades da via romana Porto-Braga. Já dele tinham dado conta José Leite de Vasconcelos, P.e Joaquim Pedrosa, Martins Sarmento e José Fortes.

Muitas peças dignas de registo, encontradas ora fortuitamente, ora como resultado de sondagens e escavações sistemáticas. Merecem destaque, entre outros achados, um tesouro monetário de cinco mil moedas de prata (denários); uma patera de prata, com figura de guerreiro envolvido de uma legenda; um conjunto de peças de bronze, do qual se destaca a figura de uma nereida. No que toca a lápides epigrafadas, avultarão um

²⁶⁸ PMH/DC 409.

²⁶⁹ PMH/DC 112.

²⁷⁰ PMH/DC 440.

²⁷¹ PMH/DP 359, 368.

²⁷² PMH/DC 112.

²⁷³ PMH/DC 440. Cf. MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 48-50.

²⁷⁴ PMH/DC, n. 14, p. 10.

²⁷⁵ Veja-se o documento citada na introdução a este capítulo, em AUC, *Maço 194 Santa Cruz*, ff. 195-197. Cf. STA, n. 1, 2.ª série, pp. 143-144.

marco miliário, que se encontrou e se conserva na Quinta do Paço, e uma ara funerária que se consagraria a *Ladronius Antonius*.

5.1.2. A paróquia de Santa Maria de Alvarelhos

Depois de um hiato – tanto quanto se sabe, que muito falta por descobrir – entre o sec. V/2 e o sec. X, recomeçam os testemunhos da presença humana medieva, numa paróquia, cuja séssega se encontrava em ruínas pelo sec. XV. No rol das igrejas do rei que se situa por entre 1220 e 1259, ou seja, por entre as inquirições de D. Afonso II e à volta das de D. Afonso III ²⁷⁶, já se tinha formado esta paróquia. Nele consta sob a designação de *Sancta Maria de Aluarelos* ²⁷⁷.

5.1.3. Posições defensivas

A esta *civitas* a guarnecia um castelo ²⁷⁸.

5.2. Areias

5.2.1. Arqueologia antiga e medieva

Vestígios de arqueologia pré-histórica, na Torre, no castro que aí existiu e que foi alvo das sondagens do Abade Pedrosa. Nele se acharam objectos de pedra polida. E, junto da Torre, o topónimo sugestivo de *Prelada*. No mesmo montículo, mós manuais, íntegras e fragmentadas, e as casas circulares que ainda vi a descoberto, destruídas numa aberrante e arrogante e insaniante urbanização de mau gosto. Depois, um peso, uma lucerna romana, etc.

Seguem-se vários estigmas de ocupação medieva: o castelo, com sua torre coroada de ameias, de colo bem erecto, paço senhorial dos Pereiras que, demolido por ordem de D. Maria I, para construção da ponte de Santo Tirso, quase só deixará rasto na toponímia - *Torre* ou *Torre Alta*, como ainda hoje se vai dizendo -, no cancionero popular e na literatura.

Do sec. X-XI, uma sepultura escavada na rocha, testemunho da que foi a igreja monástica – e, depois, paroquial – de S. Tiago de Landim. A imagem medieva da *Senhora do Ó*, a que gerações de séculos acorreriam, em romagem terna e de profunda veneração, especialmente as mulheres na esperança de uma maternidade, que engrandecesse o lar e a família maior da igreja...

Nas Caldas da Saúde, descobrir-se-iam moedas romanas, ao final do sec. XIX, aquando da construção de um balneário, no sítio da que fora a *Villa Valerii* (Beire). Por aqui estadeou a séssega da Vila germânica de *Nandini* (Landim) que sempre se identificaria, na documentação medieva, pela relação com o rio de Caldelas ou Fervença. Mas, ao sec. X, haverá também outros dados de uma ocupação alongada pelo fio de várias gerações. Por meio de duas cartas de venda de 998, ao mesmo comprador - Guterre e sua esposa Teudilo - vêm a recair as várias porções que eram, de um lado, de

²⁷⁶ Ou seja, na opinião de Mons. Miguel de Oliveira, este rol será anterior a 1238; na opinião de Rui de Azevedo, é de 1259; segundo Rocha Madahil, datará por entre os anos de 1209 e 1229.

²⁷⁷ Cf MOREIRA, Domingos A. - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais, II Parte: Inventariação onomástica*.

²⁷⁸ FERREIRA DE ALMEIDA, C.A. - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, Univ. do Porto, Porto, 1978, p. 29.

Godo e seus filhos – Guterre e Anímia – e, de outro, de Sumila e Astrueiro. A exploração em causa incluiria árvores de fruto (*figares e ameisenares*)²⁷⁹.

Mas da geografia dilatada de Landim – do Ave ao Pel – houve um parto fecundo de outras unidades da mesma origem: a *Villa Sisualdi* (Silvalde), onde se descobririam – ao rasgar-se, pelos finais do sec. XIX, a última estrada Santo Tirso-Famalicão – vestígios de ocupação romana, aliás, em sítio onde até fervilharia ocupação bem anterior, perceptível na audição do topónimo *Cristelo*. No sec. XI também esta vila medieva de Silvalde – e dela existe um documento de 1057 – nos falará de uma presença continuada, ao longo de, pelo menos, três gerações.

Outra vilas medievas, da mesma origem germânica, oriundas de um parto da mesma unidade de maiores proporções, a *Villa Nandini*, permitem supor que esta paróquia era terra de alguém... Falo da *Villa Sandi*, alentada de início, mas, no curso das gerações, por má leitura e por fácil aproveitamento na área do marketing, desaguará, quanto à porção maior da sua área, no topónimo engravatado de Caldas da Saúde.

Noutro ponto da paróquia, um nome medievo também, o de *Almoinha*, vocábulo que, pela sua etimologia, remete para o alfange das hostes de Maomé.

5.2.2. O mosteiro de S. Tiago de Landim

Tem a garantia da sua existência efectiva no ano mais distante de 991, com a doação de Frei Ariúfo²⁸⁰. De pouco depois, à mesma instituição remeterá a doação do presbítero Vermudo Bentes²⁸¹ e a doação de Acília de 1016²⁸².

O mosteiro é de regra hispânica, pela linguagem documental, sobretudo pelo tema da *perseverança na vida santa*. Mas não me parece dúplice, que sempre se fala de *fratres*, sem a expressão acoplada das *sorores*.

O mosteiro cedo vai abandonar o palco da história. Pelo hiato que vai de 1016 a 1057. Nesta altura, já a igreja de S. Tiago me parece paroquial. No destinatário das doações já não se alude aos *fratres*, mas tão só à *igreja de S. Tiago*, sem mais²⁸³.

A paróquia terá início, um pouco antes de 1057. Em 1064, talvez que os bens da paróquia se disputassem pelos padroeiros, donde a carta de composição entre Sunila, Astrueiro e Fromarigo Todesindes, de um lado, e Mendo Odorazi e Sunila Guterres²⁸⁴, de outro.

Em 1090, ou pouco antes, já existia, com uma relativa pujança. Consta do rol de D. Pedro, bispo de Braga: *De Sancto jacobi Nandim*. O censo de dois moios de milho alvo que a igreja de Areias pagará à diocese, para a sua reestruturação, mostrará que a freguesia é já de certo volume, face a outras das vizinhanças. Se dela não se fala nas Inquirições de 1220 – aliás também outras se omitem, neste arrolamento, onde, por curiosidade, na sua elaboração participaria como um dos juizes, o abade de Santo Tirso, D. Mendo II –, aparecerá nas de 1258, de D. Afonso III.

Depois, outros documentos que apontam mudança de séssega, efectuada por entre 1090 e 1262: os fiéis deixam a igreja que monástica fora, na Torre, e erguem talvez uma igreja românica, no lugar de Arenas. Por isso, a partir desta data já não é *de S. Tiago de Landim*, mas *de S. Tiago de Areias*²⁸⁵.

²⁷⁹ PMH/DC 180 e 181.

²⁸⁰ PMH/DC 162.

²⁸¹ PMH/DC 176.

²⁸² AUC *Documentos de Santa Cruz, Maço 194*, ff. 153.201 v.

²⁸³ AUC *Documentos de Santa Cruz, Maço 194*, ff. 157 v. 190-190 v.

²⁸⁴ AUC *Documentos de Santa Cruz, Maço 194*, ff. 158 v. 202.

²⁸⁵ Cf. Testamento de Gonçalo Gonçalves, de 1262, em CCSP, p. 405; *Inquirições de D. Dinis, Honrras e devasas dalem doyro, de 1288*, l. I, f. 89; *Inquirições de D. Dinis, de 1304 l. V*, f. 69;

5.2.3 .O couto de Landim

A Vila de Landim era alti-medieval. Ia do Ave ao Pel, como disse. Teria o seu epicentro nas Caldas, em Areias. O Couto de Landim é mais tardio: foi demarcado por entre 1112 e 1128. Abrangia nove paróquias e terá o seu centro de gravidade na paróquia actual de Landim.

A toponímia medieval dá conta da distinção entre as duas entidades. A vila (de figurino socio-económico), de um lado, e o couto (de natureza jurídica), de outro, na reduplicação do topónimo Landim: o primeiro remete para a vila, o segundo para o couto. Ou seja, *S. Tiago de Landim do Couto de Landim*. O mesmo se diga da Lama: *S. Miguel de Landim ou de Landim Leigal, do Couto de Landim*. Nas outras, que não pertenciam à vila medieval, mas que iriam fazer parte integrante da terra privilegiada, o vocábulo de *Landim*, só aparece uma vez, para aludir tão só às imunidades do couto.

Do couto destacam-se bolsas, fechadas à administração senhorial dos cruzados landinenses: as honras de Barrifalcão (Lama), Torre, Casal de Vós e Paranhos (Areias) e Palmeiró (Palmeira). Curiosamente, todas estas bolsas da família medieval dos Pereiras que doaram o Couto aos eremitas de Landim.

5.2.4. A toponímia landinense.

Para compreendermos melhor o problema, aqui vai o mapa da toponímia de Areias Lama e Landim, que todas pertenceram à Vila de Landim e couto do mesmo nome:

	AREIAS	LAMA	LANDIM
991	S. Tiago de Landim		
995	“ “ “ “		
1016	“ “ “ “		
1057	“ “ “ “		
1064	“ “ “ “		
1089	“ “ “ “		
1112-1128	DEMARCAÇÃO DO COUTO DE LANDIM		
1114		Leigal	
1117			Santa Maria de Landim
1213			Landim
1220		S. Miguel de Landim Leigal do Couto de Landim	Landim
1258	S. Tiago de Areias do Couto de Landim	S. Miguel de Riba d'Ave do Couto de Landim	Santa Maria de Landim
1262	S. Tiago de Areias		
1298	“ “ “ “		
1299	“ “ “ “		
1320	“ “ “ “	S. Miguel de Landim Leigal	Landim
1371	“ “ “ “	“ “ “ “ “ “	“
1442	“ “ “ “	S. Miguel da Lama	
1527	“ “ “ “	“ “ “ “	
1528	“ “ “ “	“ “ “ “	Santa Maria de Landim
1548	S. Tiago de Areias do Couto de Landim	S. Miguel da Lama do Couto de Landim	
1556	S. Tiago de Areias	S. Miguel da Lama do Couto de Landim	

Por contraste, a toponímia de Sequeirô, Bente, Santa Marinha, S. Miguel de Ceide e Palmeira, que pertenceram ao couto de Landim, mas que não eram partes integrantes da Vila do mesmo nome:

	SEQUEIRÃO	BENTE	SANTA MARINHA	S. MIGUEL DE CEIDE	PALMEIRA
1089	S. Martinho de Sequeirão	S. Salvador de Bente	Santa Marinha de Riba Pel	S. Miguel de Ceide	Santa Eulália de Palmeira
1112-1128	DEMARCAÇÃO DO COUTO DE LANDIM				
1128-1177					DEMARCAÇÃO DO COUTO DE PALMEIRA ²⁸⁶
1177					CONFIRMAÇÃO DA DOAÇÃO DO COUTO DE PALMEIRA AOS EREMITAS DE LANDIM
1220	S. Martinho de Sequeirão do Couto de Landim	S. Salvador de Bente do Couto de Landim	Santa Marinha do Couto de Landim	S. Miguel de Ceide	
1258	S. Martinho de Sequeirão	S. Salvador de Bente		S. Miguel de Ceide do Couto de Landim	Santa Eulália do Couto de Palmeira

5.3 Bougado

Actualmente, fora do aro municipal de Santo Tirso. Mas a proximidade do mosteiro faz com que se não possa olvidar, para uma ideia desta área e seu povoamento.

5.3.1. Testemunhos arqueológicos

Em documento do cartório de Santo Tirso, numa acção judicial, alude-se a uma anta, na Trofa²⁸⁷.

Da Idade de Bronze, ficou conhecido o espólio do Esconderijo do Fundidor. Nada mais nada menos que um conjunto de 34 machados de bronze, hoje no Museu Martins Sarmento, em Guimarães.

De uma fase posterior, os materiais romanos do lugar de Rorigo Velho, onde se descobriria uma necrópole. E nela um prato de *sigillata* clara D. Alguns destes materiais estão no Museu Abade Pedrosa de Santo Tirso²⁸⁸.

Pela Trofa passava a estrada romana *Portucale-Bracara*. Lá havia erecto um marco miliário, que o P.e Martins Capela transcreveu. Aliás, havia alguns miliários, como um de Tácito, na Trofa Velha, outro de Constantino e outro de Licínio, sobre o rio Sedões, e outro de Magnêncio²⁸⁹.

²⁸⁶ De facto, Frei Nicolau de Santa Maria (*Crónica dos Cônegos Regrantes de S. Agostinho*, p. 301), e Alão de Morais (*Pedatura Lusitana*, Livraria Fernando Machado, t. II/1, Porto, 1944, p. 29, nota ao fundo) supoem a demarcação e doação anteriores a 1177. Igualmente, Felgueiras Gayo (*Nobiliário das Famílias de Portugal, título dos Pereiras*, p. 168). Da mesma forma se exprime João Pedro Ribeiro (*Dissertações Cronológicas e Críticas*, t. III, Lisboa, 1813, p. 164, n. 520. “A tal escritura de confirmação feita em Junho de 1177 é das tais, de cuja autenticidade não posso duvidar, pois que o nosso grande mestre de Diplomática a aceitou sem reparo”, diz Anselmo Braamcamp Freire (*Brasões da Sala de Sintra*, ed. INCM, vol. I, Lisboa, 1973, p. 305).

²⁸⁷ Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 54, p. 175, com data de 6 de Junho de 1279.

²⁸⁸ FERREIRA DE ALMEIDA, C.A. – *Romanização das Terras da Maia*, Maia, 1969, p. 44.

²⁸⁹ RODRÍGUEZ COLMENERO, António, FERRER SIERRA, Santiago, ÁLVAREZ ASOREY, Rubén D. – *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do noroeste hispánico*, ed. do Consello da Cultura Galega, 2004, pp. pp. 625-628.

5.3.2. O povoamento

O simples topónimo de *uilla uouuado*, já aparece em 1097²⁹⁰, que poderia abarcar as duas freguesias de S. Tiago e S. Martinho de Bougado. Em documento de 10 de Outubro de 1122, Goldegrodo Pais doa ao mosteiro de Santo Tirso uma herdade que tinha *in villa voulado*²⁹¹.

5.4. Burgães

5.4.1. Arqueologia

Um homem erudito e culto, como o foi Luís Correia de Abreu, da Casa da Lage, que escreverá por volta de 1846-1848, fala de muitos vestígios da antiguidade de Burgães: restos cerâmicos no Chão das Cruzes, próximo de Santa Cruz; de uma panela de barro, cheia de moedas de Constantino Magno, encontrada neste mesmo lugar, em 1841, algumas das quais passariam mesmo para as suas mãos. Junto do mesmo lugar, no Campo de S. Simão, pertencente à Casa do Corgo, se acharia uma epígrafe, onde se poderia ler SEVERVS, que o dito Luís Correia de Abreu levou para sua casa, na Quinta da Lage²⁹².

Depois um salto bem grande – aliás, tem sempre de fazer-se, por esta região, quando de vestígios arqueológicos se indaga, em quase todo o Entre-Douro-e-Minho – para a Idade Média. Assim, na mesma freguesia, houve uns campos chamados *Memoriais*. Testemunhos de arquitectura funerária da Idade Média²⁹³. Sabe-se que um deles foi destruído no sec. XIX.

Martins Sarmento, a propósito de roteiros de tesouros²⁹⁴, fala de um túmulo escavado na rocha, no sítio chamado de *Campas de Mouros*. Só este determinativo do topónimo em jogo nos remeterá para estações arqueológicas de antiguidade tão alta como imprecisa.

5.4. 2. O mosteiro burgalenense e outras notas dignas de registo

Mais, de um *monasterium* ali existente – aliás, a tal instituição fazem referência os *Nobiliários* – a ele também o individualiza o Papa Calisto II, na Bula de 1120²⁹⁵.

Aliás, em 1098, já se fala da *igreja de Burgães* e dos seus limites. E os seus bens patrimoniais confinariam, do lado nascente, com a linha periférica do couto de Santo Tirso.

²⁹⁰ PMH/DC, n. 511, p. 862.

²⁹¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 8, p. 159.

²⁹² Leitura desta epígrafe: DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX/VOTO/SEVE/RVS P/OSVI/T. A lápide foi encontrada na Quinta do Corgo, em 1841. Foi levada por Luís Correia de Abreu para a sua Quinta da Lage. Em 1867, um filho deste oferecê-la-á ao Museu Martins Sarmento, onde se guarda.

Curioso que, perto de Santo Tirso, igualmente, se encontrou uma outra ara dedicada à mesma divindade (COSO), com nome também igual do dedicante, ainda que sem patronímico, além de outras diferenças.

²⁹³ CORREIA, Francisco Carvalho – *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I, 1999, pp. 25-26.

²⁹⁴ *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 317 e ss. Cf. PIRES DE LIMA, Augusto César – *A correspondência Martins Sarmento-P.e Joaquim Pedrosa*, p. 28; BARROCA, Mário – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho*, sec. V-XV.

²⁹⁵ CCSP, p. 4.

Mais ainda, um monumento desta freguesia, intitulado de Santa Cruz – hoje, capela do sec. XVII – XVIII – se erguia já no circuito da paróquia burgalenense. Dirá o documento da demarcação do couto de 1098: *começando no porto de Cernadino, e divide Burgães do mosteiro de Santo Tirso e continua por entre Loveris e Santa Cruz.*

5.5. Couto, S. Miguel

5.5.1. A origem da paróquia

Da freguesia de Monte Córdova se desdobrará, logo aos começos do sec. X, a paróquia vizinha de S. Miguel do Couto, que, ao recolher a fonte, onde S. Rosendo acabaria por ser baptizado, fará da ermida até então aí existente, igreja de sacramentos, e, por isso, paroquial. De resto, esta dependência a partir de Monte Córdova vincar-se-á no poder que o pároco desta última freguesia sempre teve, o de apresentar o cura de S. Miguel.

5.5.2. S. Miguel, capital do Condado Portucalense

Sem dúvida que esta pequena paróquia de Santo Tirso deve o seu destaque maior a S. Rosendo, que aí nasce em 907. Estar-lhe-ia ligada a toponímia de *Salas* (palácio) e de *Cela*, que eu preferiria *Sela* (de *Salela*, pequeno palácio).

Suponho que duas coisas se repercutiriam no mosteiro orensano: Celanova (que, antes, era Vila Nova) e a bem conhecida Capela de S. Miguel que remete, suponho, para a relação piedosa com o Arcanjo, cuja aparição a Ilduara terá o seu palco sobre esta colina cordubense.

A presença de Guterre Mendes e sua esposa neste recanto de Santo Tirso explicar-se-á pela insegurança de *Portucale*, diante dos ataques quer dos árabes quer dos Normandos. Retirado com a família para o interior, agora espaldado de leste pela cortina cerrada e montanhosa, e com larga e ampla panorâmica donde pudesse observar e acautelar-se de movimentos estranhos, fez com que S. Miguel do Couto se tornasse, em vida do Conde Guterre Mendes, a capital do Condado Portucalense. Pouco depois, já os Condes desta região se encontrariam mais relacionados com Guimarães.

5.5.3. Arqueologia medieva

Da freguesia merece destaque a peça de mobiliário litúrgico – que o é – e que o povo designa, até hoje, a pia de baptismo de S. Rosendo, testemunho eloquente de uma forma muito arcaica, que, exactamente, pelo sec. X, se abandonará: o baptismo de imersão pelo de infusão. E desta última – da transição já efectuada – lá está também a pia românica que hoje religiosamente se guarda na sacristia desta pequena igreja paroquial.

5.6. Lama

5.6.1. Arqueologia

De vestígios arqueológicos apenas vi, nas mãos de um particular, uma mó castreja. Mas de proveniência insegura.

5.6.2. A paróquia e a sua evolução toponímica

A paróquia resultará do desmembramento da *Villa Nandini*, como a de S. Tiago de Areias e a de Santa Maria de Landim, só se lhes opondo pelo orago que foi sempre S. Miguel. Já existia em 1089, quando, no Censual de D. Pedro, se lhe imporá o censo de um moio.

Os fregueses que se congregaram à volta da sua igreja optaram pelo orago que se manteve sem alteração. Só o topónimo sofrerá todos os resultados das mutações: de *S. Miguel de Landim*, com ou sem *Leigal*, de 1089 a 1371 – salvo um *S. Miguel de Riba d'Ave* (1258), que, todavia, se entenderá – para *S. Miguel da Lama* (1442).

Interessante notar mais aspectos da evolução toponímica. O nome de *Leigal* – e até só este nome – é de 1114²⁹⁶ e se explicará por oposição com a paróquia confinante de Areias que tinha adoptado uma igreja de origem monástica. Logo os paroquianos da Lama se agregariam em comunidade, e, para a sua séssega, adoptariam a ermida de um fidalgo, um laico, possivelmente dos Pereiras. Assim, ao lado de um hipotético *S. Tiago de Landim monástico*, haveria uma paróquia de *S. Miguel de Landim laical*.

A passagem ao nome de *Lama*, pelo sec. XV, tem a ver com a mudança do seu assento e das condições geológicas em que esta última se ergueu. Ainda há uns cinquenta anos – eu bem o recordo – era preciso saltar de pedra em pedra, por diversas fiadas de poldras de qualquer dos caminhos de acesso à nova séssega da matriz.

5.6.3. O Couto de Landim

Já desde os primórdios da instalação do Couto de Landim que Lama dele fazia parte integrante, como o fizera da Vila do mesmo nome.

5.7. Monte Córdova

5.7.1 Arqueologia

Em Monte Córdova, conhecem-se do megalitismo vários exemplares: dois, na Coutada; três, no Atoleiro; e dois, no Sobreiral, Cabanas.

De úbere riqueza arqueológica, particularmente no sítio do Padrão. À primeira fase, ao Bronze final (900 AC-500 AC), pertencem achados cerâmicos – vasos de diversa tipologia – e líticos, desde mós de naveta, a machados polidos, pesos e lâminas de sílex.

Numa segunda fase (500 AC-138 AC), ao lado dos instrumentos de pedra e de barro, - com decoração rara de motivos incisos, em banda - , aparecem também objetos de bronze.

Depois, numa terceira fase (138 AC-I DC), estamos na presença do apogeu castrejo do Padrão e que registará os primeiros contactos entre a população indígena e os romanos de que testemunham várias construções – ora habitacionais, ora defensivas - e elementos de utensilagem doméstica.

A fase quarta (sec. II/1 DC-sec. III/1 DC) é a da implantação definitiva da gramática arquitectónica de Roma, a sobrepor-se, deixando na penumbra as pegadas anteriores da cultura castreja. De interesse particular tres *domus* e muitos materiais respeitantes ao quotidiano, de diversas matérias (cerâmica, vidro e metal).

²⁹⁶ DMP/DP, vol. III, pp. 416-417.

A fase quinta (900 a finais do sec. XII). Depois de um hiato ou vazio escancarado, desde o sec. III/2 até ao sec. X, nada há, até agora, que dê sinais de que então uma vida palpitasse na elevação ²⁹⁷. Documentalmente, sabemos de duas coisas: que Monte Córdova é já paróquia no sec. X, pelo menos já aos seus começos. E que ali se encontrava a igreja, aonde Ilduara assiste ao culto e onde queria fosse baptizado seu filho, S. Rosendo. O espaço cemiterial abonaria a paroquialidade da sua igreja.

5.7.2. O cenóbio de S. Rosendo

O mosteiro rudesindiano e a necrópole são os elementos estruturais de maior expressão. O cenóbio dependeu sempre, até ao sec. XVI, como se sabe, de Celanova. Demonstra-o a mole de documentos que o confirmam. Com a mudança da séssega paroquial para o local hodierno, o Padrão adormecerá na letargia do tempo.

As cerâmicas – azulejaria hispano-árabe, sobretudo – e uma que outra peça de metal – uma, pelo menos, esmaltada –, estelas funerárias, de remate circular, decorado de motivos cruciformes, moedas, um remate de um padrão, que crismará o monte, com um Cristo românico, esculpido em pedra, tanto na face anterior como posterior – este de relevo menor –, ainda se manifestam como sinais de uma vitalidade que só, ao sec. XVI, pelos finais, dará o extremo suspiro.

5.7.3. Uma estrutura militar

Da existência de um *castelo* se falará nas Inquirições de 1220. Dir-se-á de *Refojos de Riba d'Ave*. As alternativas, com que se conhece a circunscrição a que pertenceria – Julgado de Refojos de Riba d'Ave, Julgado de Monte Córdova, Julgado do Castelo – insinuem a fortificação e o seu liame com o Padrão, em Monte Córdova.

Diz Costa Veiga que num Nobiliário, que será de 1270, Ordonho III, rei de León, filho de Ramiro II, *veo conquerer a Portugal que era de mouros e deu a Santiago (igreja de Compostela), porem que o ajudasse, o Couto de Mouquim e da Cornelhan (Correlhã, Ponte do Lima)* ²⁹⁸.

Mas, pela data – continua Costa Veiga –, foi, não Ordonho III, mas o II, pai de Ramiro II. O texto do Nobiliário II, de que acima se falou, exalta os feitos *de um certo infante Aboazar Ramires, filho do rei Ramiro ao qual porque foi bom por armas, puzeron-lhe nome Cide Alboazar e fez uma torre no monte Cordova que hora chamão Pena de Cide e guerreou dahi os mouros*.

Conclui Costa Veiga: deve ser o chamado Castelo de Refojos. Mais, num documento de 1014, dir-se-á que as partes envolvidas num determinado pleito judicial foram convocadas para comparecer em juízo perante os magnates da região, reunidos em Pena Maior (DC 140). E era nos castelos que em geral se realizavam as assembleias judiciais dos grandes senhores da Alta Idade Média ²⁹⁹.

Embora nunca estivesse na órbita de Santo Tirso, nem de Refojos, menciono, porém e ainda, o *Castelo de Vermoim*, aqui perto, que foi atacado pelos Normandos, a 6 de Setembro de 1016 ³⁰⁰. Dele se falará, igualmente, em 1059, num documento do mosteiro

²⁹⁷ MOREIRA, Álvaro de Brito – *Estação Arqueológica do Monte Padrão*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2006.

²⁹⁸ Esta doação de 30 de Janeiro de 915 foi publicada em DC, pp. 12-13, e integrada na *História Compostelana* (vol. II, pp. 85-87, no apêndice) de Lopez Ferrero, extraída do *Tumbo A*, ff. 8 da mesma catedral.

²⁹⁹ COSTA VEIGA, Tenente-Coronel A. Botelho – *Estudos de História Militar Portuguesa*, pp. 132-133.

³⁰⁰ PMH, *Scriptores*, p. 9.

de Guimarães, a respeito de certas propriedades que lhe pertenciam: que ficavam nas vizinhanças do Castelo de Vermoim ³⁰¹. Nas Inquirições de D. Afonso II, também referem as testemunhas, nos seus depoimentos, vários prestimónios e casais que pertenciam ao mesmo castelo ³⁰².

5.7.4. O Couto da Igreja de Monte Córdova

Além de um naco de Monte Córdova que era do couto de Santo Tirso, havia outro couto que era da igreja, administrada pelos frades de Celanova. Sabia-se que fora coutada pelo rei. Mas as testemunhas da inquirição de D. Dinis, não sabiam qual fora o monarca que o fizera.

Quatro aldeias se isentavam desta jurisdição senhorial da igreja. Eram honras, por razão da Quintã de Ferreira, de que fora senhor D. Gonçalo de Sousa ³⁰³.

5.8. Negrelos, S. Tomé

5.8.1. Notas de arqueologia

Há dois castros: o do alto de Santa Margarida, classificado de monumento nacional, e alvo de sondagens, pelos meados do sec. XX, levadas a efeito por Carlos Manuel Faya Santarém, e ainda o do Monte do Crasto (Sobreiral), ao sul da freguesia, já nas proximidades da paróquia de Monte Córdova. Acrescem achados de numismática diversos. Demais, um sarcófago que veio a descobrir-se nos alicerces da actual igreja.

5.8.2. O povoamento

Do sec. XI, pelo meio e segunda parte, aparecem vários documentos que garantem uma presença continuada, já oriunda do sec. anterior. Primeiro, porque se fala de trespasse de bens que os vendedores garantem possuir por herança de pais e avós. Em segundo lugar, porque se trata de propriedades arroteadas e beneficiadas com o amanho da fruticultura, vinicultura, e explorações cerealíferas que comportam actividades na área industrial da moagem e da tecelagem (moinhos e a cultura do linho).

Distribuir-se-ão por várias parcelas da freguesia como a vila de S. Tomé e o lugar de Cucuvelos ³⁰⁴.

5.8.3. O Couto de Negrelos

O couto fora demarcado por padrões pelo rei D. Sancho II a Afonso Martins Vivas. Pertencera a Rui Pais de Negrelos e a Gonçalo Cinza. Que antes desta demarcação, o mordomo del-rei entrava em toda a vila, menos nas casas e casais dos cavaleiros (fidalgos). Outros fidalgos, já depois da formação da área privilegiada, ao tempo agora de D. Afonso III, também criariam aí algumas bolsas isentas da jurisdição do couto. Curioso que as testemunhas dizem que em algumas destas honras, antes entrava lá o juiz do couto e o mordomo, para a arrecadação das fossadeiras...

³⁰¹ VMH, p. 46

³⁰² PMH *Inquisitiones*, pp. 63-64.

³⁰³ CCLP, vol. I, p. 150.

³⁰⁴ PMH/DC n. 377, p. 229, documento de 24 de Julho de 1050; e PMH/DC., n. 503, p. 311, com data de 1072.

Este é o depoimento das testemunhas da inquirição de D. Dinis, a respeito do Couto de Negrelos que englobava as freguesias de S. Salvador, de Santo Isidro de Negrelos, de S. Mamede de Negrelos e de S. Martindo do Campo ³⁰⁵.

5.9. Palmeira

5.9.1. A paróquia

Já vem mencionada, como paróquia, aos finais do sec. XI, quando, no arrolamento do bispo D. Pedro, iria pagar de censo à Igreja de Braga dois moios. Em nota acrescentada posteriormente vem a informação do sec. XIV de que, por composição com o arcebispo de Braga, D. Martinho, lhe fora perdoado um moio ³⁰⁶.

Julgo não tratar-se desta freguesia em documento que o Dr. Avelino de Jesus da Costa citou. Será datado de 1125. Nele se falaria de um testamento *de Santa Eulália na Vila de Palmeira* ³⁰⁷.

5.9.2. O Couto de Palmeira

D. Afonso Henriques demarcaria o Couto da Palmeira ³⁰⁸. Fá-lo-ia antes de 1177, que, nesta altura, os filhos de Gonçalo Rodrigues ³⁰⁹ - a favor do qual fora inicialmente demarcado este Couto - já abonariam a doação do pai em prol dos agostinhos landinenses.

Foi confirmado por D. Afonso III. Os seus inquiridores, em 1258, viram e leram a carta: *É um couto coutado por marcos por D. Afonso, primeiro rei de Portugal. E dele têm a carta que nós, inquiridores, vimos e lêmos. Mais disse* (o abade de Palmeira, João Anes) *que nunca se ampliaram os termos da demarcação, tais como vêm na carta* ³¹⁰.

Confirmações subsequentes a esta, a de D. Afonso III, temos a de D. Afonso IV (1344) e a de D. João I (1385).

Discutir-se-ão, posteriormente, os seus limites, por entre beneditinos de Santo Tirso e eremitas de Landim, a propósito da sua projecção pela banda sul do Ave, no território que, hoje, ocupa S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha.

³⁰⁵ CCLP, vol. I, pp. 147-148.

³⁰⁶ COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Braga, vol. II, Coimbra, 1959, p. 36.

³⁰⁷ *Liber Fidei*, doc. n. 718. Há, de facto, várias freguesias chamadas de Palmeira, na diocese de Braga. E duas, particularmente, de *Santa Eulália de Palmeira*. Pela localização dos bens, de que se ocupa este documento do *Liber Fidei*, não me parece seja muito fácil dizê-lo deste concelho de Santo Tirso.

³⁰⁸ TT *Inquirições de D. Afonso III*, Liv. IX, f. 23.

³⁰⁹ Gonçalo Rodrigues Palmeira, em 1116, exercia o cargo importante de mordomo-mor da Rainha Dona Teresa, uma espécie de chefe da Casa Civil. Em 1128, era governador da tenência de Vermoim, que andava ligada à de Penafiel de Bastuço. Primo direito dos Travas, a eles se veio a opor, colando-se aos senhores da Maia, Riba Douro e Sousa. Casou, segunda vez, com uma filha de Egas Moniz, de nome Urraca. A este casamento aludem alguns textos, como um de 1154 e outro de 1224. Cf. MATTOSO, José - *Nobreza Medieval Portuguesa*, Ed. Estampa, Lisboa, 1981, p. 197. A carta da demarcação do Couto de Palmeira perdeu-se: DMP/DR, I, p. 535, ref. 108. Cf. REUTER, Abiah Elisabeth - *Chancelarias Medievais Portuguesas. Vol. I. Documentos de Chancelaria de D. Afonso Henriques*, Coimbra, 1938, p. 408, n. 276.

³¹⁰ PMH, *Inquisitiones*, pp. 1462-1463. Felgueiras Gayo fala da doação do Couto a Gonçalo Rodrigues, por parte de D. Sancho I...

5.10. Rebordões

5.10.1. Arqueologia

Da época do Neolítico, apenas a lembrança de um topónimo. No Tombo de S. Tiago de Burgães, fala-se das propriedades desta igreja, sitas na vizinha de Rebordões. Entre outras, alude-se ao Casal do Eirado e dir-se-á: *Item nas cortijnhas da Ribba hum Campo que se chama o Campo das anttas* ³¹¹.

De uma fase muito posterior, já da Idade Média, um outro topónimo: um *memorial*. Estava situado na Lamela: *Item outra leira no mormoral da Lamella* ³¹².

5.10.2. A paróquia

Deve ter sido criada, julgo, por entre 1040 e 1055. O ano de 1040, como termo *post quem*, talvez. Uma vila de Rebordões, juntamente com a de Coronado, são doadas a Leça, sem especificação da paróquia a que pertençam ³¹³. E, em 26 de Maio de 1055, temos um documento que já supõe a existência da freguesia de Rebordões: Patrina e seus filhos – Odório e Ermesenda – escambam com a Condessa D. Ilduara a oitava parte do mosteiro de S. Pedro de Este (conc. de Braga), com todas as suas pertenças, pela quarta parte de S. Tiago de Rebordões ³¹⁴.

5.10.3. Um mosteiro, em Rebordões ?

Nas inquirições de D. Afonso III (1258) diz-se que, em Rebordões, implantava-se uma vila que se chamava *Mosteiro de Santo Tirso*, onde havia dois casais que eram desta casa religiosa (*Et in alia villa que vocatur Monasterius Sanctus Tissus habentur ibi duo casalia et sunt Monasterii Sancti Tissi*). Aliás, tinha nesta paróquia, a nossa casa beneditina a posse de vários casais: 4, no lugar de Mourizes; 7, no lugar de Vila Cova; e 2, como se disse, no lugar de *Monasterius*. É possível que se dê com este lugar o mesmo que com o de Enfermaria, em Burgães. Este último assim se chamava, não porque aqui houvesse uma casa de saúde, mas porque os rendimentos destas propriedades burgalenenses se destinassem à ovença monástica da enfermaria tirsense. Também o lugar de Rebordões, se chamaria de Mosteiro, porque o domínio directo dos dois casais que nele havia eram do convento de Santo Tirso. Assim o penso.

O cartório de Santo Tirso de 1774 diz que o topónimo *Monasterius* corresponderá ao lugar hodierno de Santozinhos ³¹⁵.

5.10.4. Um couto da Ordem dos Hospitalários de Leça do Balio

Como já ficou dito atrás, aqui, nesta paróquia tirsense, na confluência do Ave com o Vizela, haveria uma terra privilegiada, com muitos casais, uns nove. Aí dominava a Ordem dos Hospitalários de Leça do Balio, com uma manifestação complexa de poderes, que vão desde a jurisdição cível, passando pela jurisdição eclesiástica – metade

³¹¹ Tombo de S. Tiago de Burgães, em ADB/UM, *Registo Geral*, vol. II, f. 211.

³¹² Tombo de Rebordões, datado de 1554, em ADB/UM, *Registo Geral*, vol. I, f. 137 e ss.

³¹³ AUC *Livro Preto*, ed. de 1999, doc. n. 369, pp. 522-523.

³¹⁴ COSTA, Avelino de Jesus da – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Braga, 1965, doc. n. 189, pp. 222-223.

³¹⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f.198.

do padroado desta Igreja - até a um extenso domínio fundiário que transbordava por sobre outras terras da mesma freguesia.

5.11. Refojos de Riba d'Ave

Era o centro administrativo do antigo concelho de Refojos.

5.11.1. Arqueologia

De memória mais longínqua, dois exemplares de dólmenes. Mencionemos ainda um sarcófago, de forma rectangular, junto da igreja da paróquia, sem decoração, e a que se refere Mário Barroca³¹⁶.

5.11.2. O mosteiro de Refojos

Houve aqui um mosteiro já, pelo menos, dos começos do sec. XI. Assim, em 1036: *Sancti Christofori (...) in Refoius de Leza*³¹⁷; em 1069: *aulam Sancti Christophori (...) in uilla Tuodlani quos uocitant in Refogios*³¹⁸; em 1070: *monagos et fratres (...) in Sancto Cristouolo de Refogius*³¹⁹; 1103: *monasterio (...) in predicto Refoios*³²⁰; em 1258: *monasterii Sancti Christofori de Refoios*³²¹; em 1263: *Monasterium sancti Christofori de refloriis*³²².

Num documento de 1072 poder-se-á ficar com a sensação de que fosse dúplice: Ler-se-á: (...) *Fazemos testamento ao mosteiro de S. Cristóvão cuja basílica está fundada na Vila de Refojos, ao pé de Monte Córdova, no curso do rio Leça, em território portugalense. E, por testamento, doamos a Vila (de Azeveia) a esse lugar sagrado e aos frades e religiosas (fratres et sorores) que vivam nesse mosteiro (...). Damos essa vila, com todas as suas pertenças, integralmente, com seus lugares e termos antigos, a esse mosteiro de S. Cristóvão. E ordenamos que aí receba o nosso corpo sua sepultura*³²³.

O texto documental, menciona a doadora e, muito possivelmente, membros da comunidade monástica que a integram: Fernando (abade), Eirigo, Sonegildo, Aualdo, Mendo, Flosendo, (presbíteros), Froila (clérigo) e Zendimiro (frade). Estes alguns dos elementos que confirmam ou testemunham a carta da doação da devota Siti.

J. Mattoso, de quem tirei aqueles enunciados de cima, alude a vários nomes que assumiriam a liderança deste mosteiro. Estava ligado à família dos Maias, a igual

³¹⁶ *Necrópoles e sepulturas medievais*.

³¹⁷ AUC Santa Cruz, 192 v.

³¹⁸ AUC Santa Cruz 192 r.

³¹⁹ AUC Santa Cruz 199 v.

³²⁰ DMP/DP 1103.

³²¹ PMH, *Inquisitiones*, p. 529. Aí se diz que o mosteiro de Refojos é de herdaiores e que o padroeiro actual (em 1258) era Dona Elvira Martins. Na paróquia de Refojos tinha este mosteiro uns 38 casais – nos lugares de Frazão, Vila Verde, Vila do mosteiro, Lavadores, Monte da Estrela, mais uma metade do Campo do Rei. Aliás, terras que gozavam de alguma imunidade, que lá não entraria o Mordomo régio.

³²² CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 47, p. 174. Trata-se da confirmação da Igreja de S. Martinho de Frazão, feita pelo Bispo do Porto, D. Vicente e datada *apud Monasterium Sancti Christofori de Refloriis XIIIº Kal. Martii Era MCCC prima, do qual pendia um selo de cordões de linha vermelha*. Assim anota João Pedro Ribeiro em *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n.º 24.

³²³ AUC Depósito III, Secção 1.ª D, estante 10, tabela 5, n. 41. Cf. CORREIA, Francisco Carvalho – *O mosteiro de S. Cristóvão de Refojos*, em “Ecos de Negrelos”, Agosto e Setembro de 1993, p. 11.

padroeira do convento de Santo Tirso. Alguns dos abades deste cenóbio: Gomes Jeremias (1041-1058); Fernando (1058-1072); Rodrigo Vermudes (1084)...³²⁴.

Mattoso é de opinião que este convento tenha desaparecido por entre 1263 e 1320.

5.12. Roriz, S. Pedro

5.12.1. Arqueologia

Um sarcófago, de forma rectangular, junto da torre sineira, bastante deteriorado.

5.12.2. O mosteiro de Roriz

O *Livro Velho de Linhagens*, em concreto, o *Livro do Deão*, fala do que terá sido o fundador deste mosteiro: *D. Touro Cernão que fez Vairão e Roriz*. Nem tudo será certo. Mas que há uma relação deste personagem com o mosteiro eremita é exacto. Antes de mais, um documento de 1185: o Prior Aires reivindica para o seu mosteiro a igreja de S. Paio de Parada – mais, tarde, S. Paio de Virões – que fora de Mor *Toeriz*. Este patronímico evoca o nome do ascendente, *D. Touro*. Depois, as inquirições de D. Dinis. Aqui se fala do Couto de Lordelo que pertencia a este mosteiro e que tinha sido couto de Mem *ctoris*. Outra vez, parece, o patronímico³²⁵.

Documentos mais concretos: de 1096³²⁶, uma carta de escambo entre o mosteiro de Roriz – através de Frei Mendo e Frei Gundesindo David mai-lo procurador do mosteiro, Tolereo Pinionis – e Guterre Suaz e Unisco Osoreis. Outra carta de escambo de 1115, entre os eremitas e Mendo Veilaz e sua mulher³²⁷. Do ano seguinte (1116), recebem os frades de Roriz uma doação de várias propriedades das mãos de Mendo Gonçalves e sua mulher³²⁸. Em 1120, a Bula de Calisto II *Officii mei* integra este mosteiro dentro dos limites da diocese do Porto³²⁹.

Em 1170, os frades de Roriz adoptam a Regra de Santa Cruz e constroem uma nova igreja. A edificação do templo medievo - que ainda hoje, felizmente, subsiste – sofrerá, na fase da sua construção, das vicissitudes dos tempos – terremotos ? – ou dos homens. De facto, um tal Martim Correia honrara uma propriedade que o pai comprara ao lavrador Mendo Rodrigues, em tempo de D. Afonso II. O mosteiro reagiria. No decurso da refrega dois Priores foram violentamente assassinados, e o cenóbio viu-se enxovalhado na sua reputação e seriamente prejudicado nos seus haveres.

Estes factos explicam os atrasos na construção da igreja actual de Roriz que, começada aos finais do sec. XII, só terminaria pelo final do sec. XIII.

³²⁴ *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 35-36.

³²⁵ CORREIA, F. Carvalho – *O Mosteiro de Roriz*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997, pp. 6-12.

³²⁶ PMH/DC, n. 833, p. 497.

³²⁷ DMP/DP, vol. III, n. 512, p. 436.

³²⁸ TT, Col. Esp.

³²⁹ CCSP, p. 4.

5.12.3. Os dois coutos: o de Roriz e o de Lordelo

O Couto de Roriz era muito antigo: atestado nas Inquirições de 1220³³⁰ e confirmado por D. Dinis³³¹, quando as testemunhas garantem que o coutara a Rainha D. Teresa (1114-1128). O mesmo dirão, mais tarde, as testemunhas nas confirmações de D. Afonso IV (7 de Maio de 1336), onde estas, alicerçadas em conhecimentos de experiência acumulada, se fazem eco de recordações muito antigas

Este couto abrangerá uma parte da freguesia de Roriz, outra de S. Martinho de Campo e outra fracção de S. Mamede de Negrelos.

O Couto de Lordelo, por sua vez, era também dos frades de Roriz: *Inquirição do Couto de Lordello da quoa pertense ao Mosteiro de roris sobre seu Couto e juridicoins*³³². Situava-se na freguesia de S. Tiago de Lordelo. Ocupava metade desta paróquia. A jurisdição senhorial exercer-se-á sobre 15 casais, todos do mosteiro rodericense, de entre os 33 que perfaziam a área global da paróquia, em 1258.

A origem deste couto subiria aos padroeiros iniciais – ou quase – do mosteiro, segundo constatará D. Dinis, por Aparício Gonçalves, seu inquiridor, acerca das honras e devassas: *Freigesia de são tiaguo de lordello ha hum Couto que chamão lordello per marquos e diuisoís que he do mosteiro de Roris e de filhos e netos de João Carapesos e dizem as testemunhas douuida que foy couto de mem ctoris*³³³.

A julgar pelo patronímico, (*Mem*) Touriz, é natural fosse descendente do fidalgo a quem se atribui a fundação do cenóbio rodericense, D. Touro Sernão. Fonte documental não se refere. Só a tradição oral (*testemunhas douuida*) ou a experiência própria enodada de outras de antiguidade maior.

5.13. Santo Tirso

5.13.1. Arqueologia

Desde as escavações, levadas a efeito pelo abade Pedrosa, não puderam mais subsistir quaisquer dúvidas sobre a origem romana de Santo Tirso. E até já de trás. Por exemplo, da Idade do Bronze. De facto, num dos lugares do perímetro urbano, onde hoje se ergue o Hospital da urbe tirsense, no lugar do Corvilho, em 1915, veio à luz do dia um conjunto de materiais cerâmicos – vasos tronco-cónicos – e metálicos, como um bracelete de bronze.

Um núcleo muito interessante – ainda por explorar sistematicamente – a Quinta da Devesa. Um povoamento integrado na que tinha sido a Quinta de Fora dos nossos monges -, onde se encontrariam muitos achamentos da época romana que indiciam a presença de uma vila. Note-se que, na parede leste do claustro do mosteiro de Santo Tirso, está uma inscrição romana, uma ara votiva em honra de uma divindade celta, de nome Turiaco, que lhe consagraria um militar da sexta legião romana, a Vencedora, de nome Lúcio Valério Silvano.

Daqui, deste lugar da Quinta da Devesa, já pelos finais do sec. XIX, Leite de Vasconcelos, acompanhado do Abade Pedrosa, constatará e consigo levaria testemunhos eloquentes deste substrato arqueológico sobre que se edifica esta cidade.

³³⁰ PMH, *Inquisitiones*, p. 259.

³³¹ ADP Roriz 2, f. 42; CCLP, vol. I, p. 147.

³³² Inquirições de D. Dinis, em ADP Roriz 2, f. 37.

³³³ ADP Roriz 2, f. 41.

Dos testemunhos medievais, refiro documentos da edificação do nosso mosteiro (978), do couto de que foi favorecido (1097-1098) e de muitos documentos literários que são os materiais sobre que baseei este meu estudo. Além disso, os vestígios arqueológicos das edificações de 1092 e de 1315, à sua volta, bem como bastantes epígrafes pertinentes aos secs. XII, XIII e XV.

5.13.2. O Couto e o mosteiro

Do Couto de Santo Tirso – sua origem, sua demarcação, e seus privilégios – já muito se disse ou se dirá, e com bastante desenvolvimento, neste volume. A mesma coisa respeitante ao mosteiro: quer no que se refere às estruturas arquitectónicas, quer ainda no pertinente à evolução do seu estatuto jurídico. Disso já muito escrevemos também.

5.14. Vilarinho

5.14.1. O mosteiro

O mosteiro agostiniano de Vilarinho já vem citado na Bula de Calisto II, em 1120, como um dos mosteiros que, por direito, devia integrar a diocese do Porto.

Creio não andar muito longe da verdade Frei Timóteo dos Mártires, quando escreve: *O qual he tam antigo que se lhe não sabe principio, nem quem o fundasse. Era Abbadia secular muito rica, Padroado, é enterro de huns fidalgos da geração das Faffis.*

Hum Gonçallo Annes Faffis, sendo Abbade desta Igreja tomando conselho com Dom Pedro Arcebispo desta Igreja, é avendo licença do Padroeiro Dom Diogo Faffis seu primo, fundou iunto á Igreja hum mosteiro de Clerigos que vivesem em comu debaixo da Regra do Patriarca Santo Agostinho, foy isto na Era de, M.c.viiij que he Anno de, 1070 E aplicou as rendas desta sua Abbadia pera sustento dos Clerigos, ou Conegos Regrantes com seu Prelado: Confirmou tudo o Papa Alexandre 2.º no anno de 1072.

No anno de 1074, no mês de Julho, o Padoeiro Dom Diogo Faffis, fes doação de todas suas rendas, e propriedades, ao sobre dito Abbade Gonçallo Annes Faffis, e a seus conegos que ia eraõ, Dés: o que confirmou, é aprovou o Papa Gregorio, 7.º³³⁴.

Em 1610, com a morte do último comendatário, D. Luís de Azevedo, o P. Prior Geral, D. Miguel de Santo Agostinho Pessanha, tomaria posse real e actual deste cenóbio e de todas as suas rendas e uniu-o à Congregação e reformação do Real Mosteiro de Santa Cruz. E para Vilarinho elegeu como Presidente o cônego de Santa Cruz, D. Estêvão dos Mártires.

Foi extinto este mosteiro de Vilarinho, com o de Landim e outros mais, em 1770.

5.14.2. O couto de Vilarinho

Nas inquirições de D. Afonso III, de 1258, fala-se de muitos casais deste mosteiro, dispersos por várias freguesias da região. E, na mesma paróquia de S. Miguel de Vilarinho, dos 39 casais de que ela se constituía, 26 eram do mosteiro. E acrescenta-se:

³³⁴ MARTIRES, Frei Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*, t. III, Ed. da Biblioteca Municipal, Coimbra, 1960, p. 170.

*não pagam foro algum ao rei propter honorem militum qui jacent in ipso monasterio*³³⁵.

E nas inquirições de D. Dinis fala-se das mesmas imunidades de que gozava este mosteiro de Santo Tirso e de honras recentes que o monarca mandaria devassar. Assim, nas de 1301: *Item achei que des dez anos aca começou de fazer onrra dom ffernand perez baruoza en vilarinho en o Couto de Vilarinho e mete y Juiz e non nos leixa uynr perdante o Juiz de Guymarãez hu sohia uynr Porque eu mando que seia chegados per hu deuen e uanham perdante o Juiz de Guymarães*³³⁶.

Sete anos depois (1308), nova inquirição de D. Dinis: *Item achei que os do couto de vilariño nom uynham a Juyzo dos Juizes de Guimarães e achei no liuro de Joham cesar e no Rool de Joham domingues que os mandara hi uir e que entrasse hj o porteiro. e Eu acho que non que non he couto mays que o trage o moesteyro honrrado*³³⁷. (Veja-se em apêndice, o mapa n. 1, Mosteiros da diocese do Porto)

³³⁵ VMH, p. 311.

³³⁶ VMH, p. 373.

³³⁷ VMH, p. 386.

SEGUNDA SECÇÃO

A FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO E A SUA FASE PRÉ-BENEDITINA (978-1092)

CAPÍTULO I

A FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO (978)

Antes de entrar propriamente neste assunto, direi de passagem – que, com certo desenvolvimento, foi dito num capítulo anterior - que a vida religiosa, desenvolveu-se notavelmente no actual concelho de Santo Tirso. Aquele mosteiro que mais haveria de nos marcar, porém, foi este, o mosteiro beneditino da nossa cidade. Os outros também fizeram a sua história. Particularmente do de Roriz e Vilarinho. Mas cedo se extinguíram, e a sua projecção não foi tão grande na época, nem tão vincada que tanto perdure.

1. O documento da fundação do mosteiro de Santo Tirso

Um as notas prévias sobre os fundadores. Diremos primeiro que fala mais a imaginação popular – a lenda de Gaia - que os documentos que alicerçam a história. Mas de Aboazar Lovesendes e de sua esposa Unisco Godins, há, dois textos, que podem dizer-se indiscutíveis e sem dependência mútua: quer o “dossier” documental transcrito por D. António Caetano de Sousa³³⁸, quer o acto de concórdia entre S. Geraldo e o mosteiro de Santo Tirso, que o Dr. Avelino de Jesus da Costa transcreveu³³⁹. Mais, apesar de algumas reservas que, muitas vezes, se poderão justificar, no que toca ao valor dos Livros de Linhagens, restam ainda, neles como noutros documentos, vestígios de existência deste tronco, enquanto perpetuado no sobrenome Aboazar que ostentam vários dos seus descendentes, como Janardo³⁴⁰, Lovesendo³⁴¹ e Trutesendo³⁴².

Do Casal – e segundo os documentos de D. António Caetano de Sousa – surgiu uma prole de quatro filhos, documentalmente bem alicerçados, cujas fontes se podem observar em José Mattoso³⁴³. Além do mais, a árvore genealógica estará reconstruída, com maior ou menor segurança, no mesmo autor³⁴⁴.

O texto, onde se noticia a fundação do convento de Santo Tirso, faz parte de um dossier – o *Rotulus 26 de Gaveta dos Arcebispos* – que se guarda no ADB. Respeita à questão das fronteiras diocesanas entre as igrejas de Braga e Porto, aquando da Reconquista.

Eis o problema territorial, nas suas fases sucessivas.

³³⁸ *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. III/II, pp. 121-122. E a que António Domingues de Sousa Costa deu uma versão vaticana, em MPV, vol. IV, p. 584, doc. n. 1621: *Beatissime pater, dudum bone memorie Christoforus (scl. Cresconius), episcopus Colimbriensis ex delegatione apostolica et Bernardus, archiepiscopus Bracarensis (engano: Toletanus), auctoritate metropolita quondam Gundissalvo Menendi et Sugerio Menendi ac nonnullis aliis laicis eorum generis nobilibus, a quibus prosapia de Pereira noscitur derivasse, monasterium sancti Tirsi de Ripa dAve ordinis sancti Benedicti Portugallensis diocesis de novo erigentibus...*”.

³³⁹ *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 418.

³⁴⁰ PMH/DC 478, 510.

³⁴¹ PMH/DC 183.

³⁴² AUC Santa Cruz 154 v. 206 v.

³⁴³ *A Nobreza medieval Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981, p.212 e ss.

³⁴⁴ O.c. p. 217.

1.1. D. Hugo, primeiro bispo da diocese do Porto, após a restauração

Antes que fosse restaurada a diocese do Porto, os Prelados de Braga acumulariam, com o regime da sua igreja, a superintendência daquela primeira diocese, em regime de transição, o que sucedeu particularmente com D. Pedro – o primeiro bispo de Braga, depois que esta igreja se restaurou – e com S. Geraldo que lhe sucedeu, já com a categoria, que vai adquirir, do pálio de arcebispo.

Eu sei que este problema da restauração da diocese do Porto, ultimamente, tem sido reformulado de outra maneira ³⁴⁵. E até já nas suas *Dissertações*, João Pedro Ribeiro - depois de ter alijado para o cesto dos papéis alguns nomes que, por hipótese se tinham guindado à posição eminente de bispos do Porto, dado o carácter apócrifo ou o mal interpretado sentido da documentação que lhes serviria de apoio -, teve o Sesnando como bispo indisputável desta diocese portugalense. Apresenta em seu apoio vários documentos: uma dúzia. E conclui que o pontificado deste bispo irá de 1085 a 1113 ou 1123 – isto de modo nenhum ! - e, sem disputa, 1108 ³⁴⁶. Diga-se, desde já, porém, que o próprio João Pedro Ribeiro, nas confirmações do Couto de Santo Tirso, a favor do Conde D. Henrique (1097), só nomeia o bispo de Braga, S. Geraldo, e o de Coimbra, Crescónio. Se o Porto tivesse já o dito bispo, deste requerer-se-ia, com certeza, a confirmação.

Ora, o que é certo é que me parece que, do documento que vamos traduzir para português, se deduzirá a melhor coerência da situação que primeiro supus. Dos documentos de Santo Tirso – ou a Santo Tirso pertinentes – ficamos com a sensação que, de facto, sairá mais beneficiada a hipótese de D. Hugo como primeiro bispo do Porto, após a restauração desta Igreja. Nem D. Hugo, nem os Papas, nem os monges do nosso mosteiro falam de um antecessor, com que, em toda a justiça e assinalado êxito, se pusessem as coisas em seu lugar, ou que, por menos esforço ou menor vantagem, se deixasse o assunto num *status quo* de desorganização, especialmente no que tangeria ao correcto ordenamento territorial, de forma mais concreta à demarcação originária, face às dioceses confinantes.

Assim, antes de mais, por duas vezes, no documento de 1101 – concórdia entre o mosteiro de Santo Tirso e o bispo S. Geraldo – D. Hugo é o primeiro bispo portugalense, após a reconquista. Desta forma, ler-se-á:

Depois, Geraldo, de origem francesa, foi sagrado bispo de Braga. E porque a igreja portugalense, nessa altura, ainda não tinha bispo, desde os tempos da invasão

³⁴⁵ Isto é, há quem diga que D. Hugo não foi o primeiro bispo da diocese do Porto, após a restauração. Que teria havido um prelado portugalense, que já teria participado, como tal, no concílio de Coyança (1050), actual Valencia de D. Juan, León, diocese de Oviedo (Astúrias).

Ora, na introdução às actas deste concílio, editado por Risco (*España Sagrada*, t. XXXVIII, pp. 261-265) não aparece esse suposto antecessor da igreja portugalense. De facto, ler-se-á na introdução:

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego Fredenandus Rex, et Sanctia Regina, ad restorationem nostrae Christianitatis fecimus Concilium in castro Cojanca, in Dioecesi scilicet Ovetensi, cum Episcopis, et Abbatibus, et totius nostri regni optimatibus. In quo Concilio praesentes extitere Froylanus Episcopus Ovetensis, Cyprianus Legionensis, Didacus Asturicensis, Mirus Palentinae Sedis, Gomecius Occensis, Gomesius Kalagurritanensis, Joannes Pampilonensis, Petrus Lucensis, Cresconius Iriensis.

Este concílio sancionou 13 cânones. E não se alude a qualquer bispo do Porto... Mas, de facto, na ed. do PMH, *Leges et Consuetudines* (pp. 137-140), como também no *Livro Preto da Sé de Combra* (f. 216) lê-se a presença no dito concílio de um *Sesnando Portugalense*...

³⁴⁶ *Dissertações*, vol. IV, Parte II, *Dissertação XVIII*, pp. 34-36.

muçulmana sobre a Espanha, o mencionado Geraldo, bispo de Braga, recebeu as duas dioceses confinantes sob a sua jurisdição ³⁴⁷.

Ao final deste documento, a assinatura de D. Hugo – que o faz, uma dúzia de anos depois, como *confirmante*, exactamente como outros prelados das dioceses intervenientes o farão, mais tarde ainda, na linha de corroborações subsequentes, à medida que cada um fosse eleito – explicita a sua posição de primeiro bispo do Porto, após a reconquista:

Hugo, primeiro bispo do Porto, depois da invasão muçulmana, confirmo e concedo este privilégio e pelas minhas mãos o corroboro ³⁴⁸.

Em 1092, Crescónio dará a bênção abacial a Gaudemiro, confirmando-o abade do mosteiro de Santo Tirso, o que seria estranho, se o Porto já tivesse prelado ³⁴⁹.

Primeiro, uma coisa que não abona a presença de um prelado à frente da igreja do Porto. A saber, na carta da doação do Couto de Santo Tirso a Soeiro Mendes da Maia (1097), não aparece, entre testemunhas e confirmantes, o bispo do Porto. Só o de Braga, S. Geraldo, e o de Coimbra, Crescónio ³⁵⁰.

Curioso ainda que, ao falar-se da forma como os monges tirsenses recebem os hóspedes e viandantes, no acordo de 1101, alude-se ao mosteiro como uma casa aberta, de portas escancaradas, sem qualquer discriminação social. Alude-se, de forma particular, ao modo como sempre os nossos monges recebem os bispos de Braga: ao D. Pedro e ao bispo – e logo depois, arcebispo – S. Geraldo. Ora nada se diz de semelhante recepção, a favor dos bispos do Porto, nem de facto, nem de abertura, em princípio, de direito. E é estranho, que viria mesmo a propósito fazê-lo, para vincar a diferença, na hospitalidade, entre uma recepção do bispo de Braga – que se acentuou ter sido por caridade e resultante de um acordo, com compromissos de ambas as partes-, e outra, a favor do prelado do Porto, que, como bispo da diocese, teria já o direito de ser acolhido pelos religiosos da casa.

Por último, os Papas. Pascoal II, a 15 de Agosto de 1115, confiará a D. Hugo a tarefa de restaurar a igreja do Porto (*reparare cathedram*), desorganizada pelas invasões, sem que nomeie qualquer antecessor que desta tarefa se tivesse já desempenhado. Para maior liberdade de manobra, fará de D. Hugo um prelado que, livre da alçada do metropolitano da província, dependesse tão só da Santa Sé e do seu legado.

Também Calisto II, a 2 de Março de 1120, fala da mesma diocese portugalense e das tarefas que se esperam do bispo D. Hugo. Até ao tempo da sua tomada de posse, uma só situação da mesma igreja se recordará: *ecclesia portugalensis iacet prostrata* ³⁵¹.

Aliás, parece-me que assim se compreenderá melhor o facto de ser Crescónio, bispo de Coimbra, a fazer a sagração da igreja do mosteiro de Grijó, em 1093 ³⁵². Como, pela mesma ocasião, a sagração da igreja de S. João de Pendorada ³⁵³.

³⁴⁷ Veja-se o texto que de imediato se segue, traduzido em Português, e no apêndice documental, no original latino.

³⁴⁸ Veja-se a fonte citada na nota anterior.

³⁴⁹ Veja-se o capítulo I da segunda parte desta obra, sobre a beneditinização do nosso mosteiro.

³⁵⁰ AZEVEDO, Rui de – *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I/1, pp. 6-7. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 26.

³⁵¹ Para estes dois documentos, veja-se o apêndice documental.

³⁵² DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI.e-XIII.e siècles)*, pp. XXIV e XXV e doc. 143, pp. 136-137.

³⁵³ SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *Cartulário de D. Maior Martins. Século XIII*, ed. Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca, 2001, pp. 74-76.

1.2. As “*démarches*” de D. Hugo na recuperação da geografia diocesana

D. Hugo foi, entretanto, eleito como primeiro bispo do Porto, no sec. XII, segunda década. Viu-se então espoliado de uma grande parte do território da sua jurisdição, quer pelos bispos de Braga a nordeste, quer pelos de Coimbra, a sul. E procurou as vias da restituição.

Assim, primeiro obteve do Papa Pascoal II uma Bula a seu favor ³⁵⁴. Depois, alcançou de D. Bernardo, arcebispo de Toledo e Legado da Santa Sé em Espanha, uma carta destinada a D. Gaudemiro, abade do mosteiro tirsense, para que este exortasse as populações das igrejas em disputa à obediência à Sé do Porto ³⁵⁵. Como nenhuma das intervenções deu efeitos práticos, nova insistência de D. Hugo, agora junto do Papa Calisto II ³⁵⁶. Com as mesmíssimas consequências: favoráveis nas razões, nos resultados inútil...

1.3. Uma luta sem fim à vista...

Mais tarde, em 1250, outra insistência do bispo do Porto, Julião Fernandes, agora na corte de Inocêncio IV. Por nomeação pontifícia, foi incumbido da decisão do pleito o abade de Salzedas, o deão e cónego lamecense Miguel Pires ³⁵⁷.

E é no corpo deste processo que se desenrola em Lamego, e como documento comprovativo nas disputas entre Braga e Porto, que se encontra o texto citado, a respeito da fundação do mosteiro de Santo Tirso, com a menção dos seus privilégios e isenções.

Logo há a distinguir duas contextualidades. Antes de mais, a de 1250: o documento da fundação do mosteiro de Santo Tirso, aí se aduzirá como prova dos limites verdadeiros que dividem as dioceses de Braga e do Porto. Depois, a de 1101: o mesmo texto como garantia dos privilégios e isenções do nosso mosteiro, diante das exigências arquiepiscopais. É no corpo da defesa do mosteiro, em prol das regalias de que disfrutava, que o argumento “*ex traditione*” vai recuar às próprias raízes da fundação, com a perfeita coerência de dois princípios, à primeira vista um tanto ou quanto opostos: de um lado a *hospitalidade tradicional* do convento, que a todos receberá por igual, clero – particularmente, os bispos de Braga - ou leigos, nobres ou gente do povo. E, por outro lado, aos prelados bracarenses inclusive, o mosteiro os receberia só por caridade, e nunca como fruto ou exigência de qualquer título jurisdicional dos bispos da metrópole.

É por isso que o documento que vamos traduzir é cópia, feita em 1250, de um outro mais antigo, ele mesmo inserto num conjunto originário de caligrafia um tanto complexa:

O documento de que se serviu o copista do sec. XIII, era de letra galega. É a chamada minúscula visigótica de transição, usada no final do sec. XI e princípios do imediato. O facto levar-nos-á à altura mesma do acordo entre S. Geraldo, acabado de ser nomeado arcebispo, de um lado, e D. Gaudemiro e Soeiro Mendes, do outro, a 8 de

³⁵⁴ CCSP, ed. Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, pp. 1-3. A Bula está datada de 1115. Cf. FERREIRA, Mons. José Augusto – *Memórias Archeologico-históricas da cidade do Porto*, t. I, ed. da Livraria Cruz, Braga, 1923, p. 154.

³⁵⁵ ERDMANN, C. - *O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa*, Coimbra, 1953, ap. III.

³⁵⁶ Carta data de 1120. Cf. CCSP, pp. 3-5.

³⁵⁷ FERREIRA, Mons. José Augusto – *o.c.*, p. 243 e ss.; FEIO, Alberto – *Origens do mosteiro de Santo Tirso*, em CSTBC V (1956-1957) 11.

Outubro de 1101. Depois, uma grafia mais moderna – a carolina – das confirmações episcopais ³⁵⁸.

2. A sua autenticidade

Ao documento C. Erdmann o teve por suspeito ³⁵⁹, à base da listagem das testemunhas que lhe pareceria impossível. Só que Erdmann não viu que o elenco não se refere, propriamente, ao acto de concórdia. Ou se sim, com o complemento necessário, respeitante às confirmações subsequentes, por parte dos bispos, a quem respeitaria a hipótese da jurisdição sobre o mosteiro, os prelados de Braga e Porto.

Feita assim a distinção entre acordo, de um lado, e sua confirmação posterior, por outro, fica-se com a porta aberta à inteligência das várias assinaturas episcopais, cujos titulares se encontram geográfica e cronologicamente bem distantes. Foi esta distinção que levou Alberto Feio a defender a autenticidade do nosso documento. Não obstante a sua leitura coxeia de deficiências que o Sr. Dr. Avelino de Jesus da Costa veio a corrigir ³⁶⁰. É sobre a leitura do distinto catedrático que foi de Coimbra que nos baseamos para a nossa tradução.

Digamos que o texto do acto de concórdia de 1101, que recorda, por analepse, a fundação do nosso mosteiro, constitui, por assim dizer, na expressão de Alberto Feio, uma como que espécie de certidão de nascimento de Santo Tirso. Bem, se prescindirmos dos dados arqueológicos que nos garantem a existência de agregados populacionais, pelo menos de origem romana. Senão de antes ainda...

Martins Sarmento chegou a propor a hipótese de que o mosteiro de Santo Tirso poderia ter sido construído ou reconstruído com pedra oriunda de um mosteiro de Burgães, do qual haveremos de falar. Baseia-se numa antiga tradição e na existência de duas lápides do panteão romano – uma de Burgães, ao deus *Cosus*, outra de Santo Tirso, ao deus *Turiaco* (*Estampa II, foto n. 5*) -, para a sua hipótese, que, entretanto, abandonaria ³⁶¹. A relação com Burgães não explicará nem a origem do mosteiro da nossa cidade, nem o povoamento da cidade de Santo Tirso. Quando a comunidade monástica aqui se erigiu, o lugar era, de há muito, povoado. Com núcleos, aliás pré-romano e romano, sítos no Corvilho, na Quinta da Devesa, e na Quinta de Fora e de Dentro do próprio mosteiro...

Quem, pela primeira vez, chegou a vislumbrar as origens mais remotas da nossa cidade, para além do mosteiro, foi o Abade Pedrosa ³⁶², que fez várias sondagens no perímetro citadino e no nosso concelho. E até fora !... A presença em Santo Tirso de Leite de Vasconcelos, ciceroniado pelo Abade Pedrosa, confirmaria as sugestões do culto abade ³⁶³.

³⁵⁸ FEIO, Alberto, oc., pp. 14-15.

³⁵⁹ *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927, p. 4.

³⁶⁰ *O Bispo D. Pedro e a restauração da Diocese de Braga*, vol. II, Coimbra, 1959, pp. 418-420. Na nova edição (Braga, 2000), vol. II, pp. 426-428.

³⁶¹ Cf. *Correspondência epistolar entre Emílio Huebner e Martins Sarmento coligida e anotada por Mário Cardoso*, Guimarães, 1947, pp. 104, 112 (nota 27), 149, 152 (nota 3).

³⁶² LEMOS, F. Sande de – *O Abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso*, em “Ave. Cadernos de Cultura”, n. 3, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989, p. 11.

³⁶³ Leite de Vasconcelos visitou Santo Tirso a 9 de Janeiro de 1893. Desta visita fala o mesmo autor de *Religiões da Lusitânia*, vol. I, p. 14.

3. O texto da concórdia

Vamo-lo dar por inteiro. E não apenas os extractos que se referem estritamente à fundadora e seu marido, à data e ao lugar da fundação, que todo o relato muito interessará à história do convento, à sua relação com a sociedade envolvente, especialmente com os bispos, e de forma particular na fase mais arcaica do seu devir. Por essa razão também irá traduzido para português, afim de que um leque mais alargado de pessoas o possa entender. O original latino, caucionado pela autoridade indiscutível do Dr. Avelino de Jesus da Costa, vai em apêndice.

Assim conta o documento da fundação:

Na era de 1016³⁶⁴, Dona Unisco, esposa de Aboazar, fundou, na vila de Moreira³⁶⁵, junto do curso do rio, chamado Ave, no sopé do monte que se chama de Córdova, em território portugalense, um mosteiro sob a invocação do mártir Santo Tirso.

E desde os seus começos que aquele mosteiro ficou isento de qualquer ónus de tributação, a favor de bispos, e liberto de qualquer sujeição a qualquer tipo de serviços³⁶⁶. Os seus moradores³⁶⁷, porém, por razões de pura humanidade, receberam,

³⁶⁴ Ou seja, no ano de 978.

³⁶⁵ *Moreira* ou *Amoreira* – pelo artigo que se lhe aglutinou - é, pois, o primitivo nome - dos que se conhecem - de Santo Tirso. Logo, de frente da *Villa Nandini*, a norte do Ave, ficava, na margem sul, a *Villa Moraria*. A inscrição votiva de Lúcio Valério Silvano, o militar da VI Legião romana, a *Vencedora*, que se vê inserida na parede leste do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso; a cerâmica da mesma cronologia que o Abade Pedrosa recolheu no mosteiro e zona envolvente; os achados na Quinta da Devesa e no sítio da actual Escola Secundária de Tomaz Pelayo, abonam um povoamento pré-romano, romano e, depois, de forma mais ou menos continuada, do sítio onde Dona Unisco fundou o seu mosteiro.

Cem anos após a fundação do mosteiro, na carta de doação do Couto que lhe fez Soeiro Mendes, embora a casa fosse já bem conhecida e bem se realçasse o nome do seu orago, ainda este se não fizera topónimo absorvente, de modo a remeter para a penumbra o nome fitológico ainda mais secular. A casa religiosa encontrava-se, no dizer da carta de couto, *no lugar que se chama Moreira, junto do Ave, ao pé de Monte Córdova*.

Como os homens, também os topónimos nascem, crescem, multiplicam-se, encarquilham-se e morrem ! O hagiónimo Santo Tirso far-se-á topónimo; e o nome de Moreira, lhano, térreo, preso ao chão, vai-se recolhendo à penumbra da sua humildade. Adiante, era já um só terreno de cultivo: *De Pereiras* – casal sito nas imediações do convento – *vem outra água, que nasce por baixo dos lavadouros, que estão no Campo das Moreiras*. Cf. PIRES DE LIMA, António Augusto – *Subsídios...*, p. 14.

Assim, o nome mais arcaico de Santo Tirso era de proveniência fitológica: *Moreira* ou *Amoreira*. Logo, poderá também concluir-se, que não haveria nenhum mosteiro anterior ao da segunda parte do sec. X, que fosse como que a sua continuação. A carta de fundação de Dona Unisco não deixaria de o nomear, se porventura memória houvesse da sua existência, como marco geográfico da instituição de 978, junto dos envolventes: o rio Ave, o sopé de Monte Cordova, o território portugalense. Por isso, não creio na verdade de Frei Leão de S. Tomás, quando diz que viu documentos respeitantes ao mosteiro de Santo Tirso, datados de 770 e 864. E que até dele falariam como se dúplice o fosse...

Com a fundação monástica do sec. X começa o fermento de uma evolução toponímica, que levará a terra da designação de *Moreira* ao nome de convento, freguesia, couto e, depois, concelho de *Santo Tirso*.

³⁶⁶ O censo, primeiro, consistia num jantar, por ocasião da visita. Depois, em dinheiro, frutos e morturas.

³⁶⁷ Paço de Sousa, em 1088 (PMH/DC 713), e Santo Tirso, em 1098 (PMH/DC 871), consideram-se mosteiros de grandes comunidades: *monasterium uidetur multorum monachorum*. Anota J. Mattoso que a grandeza não é absoluta, mas relativa: casas religiosas de grande população, em confronto com os mosteiros vizinhos. E faz um cálculo, um tanto ou quanto complexo, que nos poderá endereçar para uma via de aproximação. No Porto, nesta data, haveria uma população de 45 mil habitantes, e uns 24 a 36 mosteiros. Pelas estatísticas que relacionam o número de monges por cada grupo de 10 mil habitantes, poder-se-á calcular uma média de oito monges por cada abadia. À casa dos vinte religiosos só poucas comunidades chegariam.

livremente e segundo as suas possibilidades, não por obrigação, antes, por caridade, bispos, abades, clérigos, leigos – nobres ou não -, conterrâneos ou estranhos, vindos de qualquer lado ³⁶⁸. E assim durante muito tempo ³⁶⁹.

Depois, Geraldo ³⁷⁰, de origem francesa, foi sagrado bispo de Braga ³⁷¹. E porque a igreja portugalense, nessa altura, ainda não tinha bispo, desde os tempos da invasão muçulmana sobre a Espanha, o mencionado Geraldo, bispo de Braga, recebeu as duas dioceses confinantes sob a sua jurisdição. Como, porém, (o sobredito Geraldo), muitíssimas vezes e por grande caridade, fosse recebido por D. Gaudemiro, pelo venerável padre D. Paio ³⁷² e pelos restantes monges que lá habitavam, quando, por razões de visita e de pregação, se dirigia a igrejas e mosteiros, foi admitido à intimidade e na comunidade daqueles – sobretudo porque era ele também um monge professo -, decidindo partilhar das suas decisões e deliberações e ordenou-me que eu inscrevesse esta resolução, juntamente com o nome daqueles, quer em vida quer na morte. E assim se fez.

Até que, a certa altura, na era de 1138 ³⁷³, sucedeu que um arcipreste ³⁷⁴, Gonçalo Ermiges, a mando ³⁷⁵ daquele bispo, lhe entregou um rol, no qual estavam escritos os nomes de todas as igrejas e mosteiros da diocese do Porto, de forma a que o bispo soubesse quais os direitos que teria sobre cada uma (daquelas instituições). Ora, no

O de Santo Tirso deveria ser desta última categoria. Em 1147, é já ponto de referência no tecido social de Entre-Douto-e-Minho. O cruzado inglês, a caminho de Lisboa, diz quais são os lugares de maior importância a norte do Douro: Santo Tirso, Braga, Porto, Tui (PMH *Scriptores*, p. 393).

Num documento de 1171 – acordo de um abade com seus religiosos -, sob o vocábulo da confirmação, saem 23 traços verticais, que, com reticências, Mattoso afirma poderão corresponder aos nomes de uns vinte e dois monges, com a soma do abade. Cf. *Le monachisme ibérique et Cluny*, Publ. Universitaires de Louvain, Louvain, 1968, pp. 160-161.

³⁶⁸ A respeito da *pausadia* e do *prandium*, especialmente no que toca ao mosteiro de Santo Tirso, ver J. Mattoso, em *Le Monachisme...*, pp. 65-68. 356. De resto, os monges de Santo Tirso só fariam o que preceituava a Regra de S. Bento, no c. LIII.

³⁶⁹ Refere-se ao governo do bispo D. Pedro. E dir-se-á que a situação não mudaria, ao tempo do seu sucessor, S. Geraldo, especialmente no espaço que vai até à data deste acordo, 8 de Outubro de 1101.

³⁷⁰ Monge francês, de Cluny, do mosteiro de Moissac. Após o abandono forçado de D. Pedro, o primeiro bispo de Braga após a restauração - e foi prelado desde 1070 até ao concílio de Husillos (1092) que o depôs -, sucedeu na cátedra episcopal bracarense, S. Geraldo: *Post cuius* (D. Pedro) *decessum, clero et populo volentibus, necnon et Archiepiscopo Toletano* (D. Bernardo) *et Rege Aldefonso* (Afonso VI, sogro do Conde D. Henrique), *Comiteque Henrico simul concordantibus Gerardus venerabilis Monachus in Episcopum preaelectus est*. Cf. *Liber Fidei*, doc. 145, em *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crítica do Dr. Avelino de Jesus da Costa, t. I, Braga, 1965, p. 171. A sua eleição para bispo de Braga teve lugar em 1096. Para a sua biografia, cf. PMH *Scriptores*, pp. 53-59.

³⁷¹ A diocese do Porto só se restauraria em 1112. O primeiro bispo: D. Hugo. Antes de S. Geraldo, já o bispo de Braga, D. Pedro, desde 1070 até 1092, se responsabilizara das duas dioceses. Algumas linhas depois o vai dizer este documento.

³⁷² D. Gaudemiro foi eleito abade de Santo Tirso, em 1092. Em fins de Maio, receberia a bênção abacial, em Coimbra. Presidiu ao nosso mosteiro, possivelmente até 1129. O venerável D. Paio poderá ser o Prior da comunidade. E, além do mais, poderá ser ainda um *irmão* (*frater*) de D. Gaudemiro, que a este acompanhou a Pendorada, na inauguração deste último mosteiro. Sobre a diferença entre *Abbas* e *Prior*, cf. Mattoso, em *Le monachisme...*, p. 204.

³⁷³ Isto é, ano de 1100.

³⁷⁴ O arcipreste da catedral confundir-se-ia com o presidente do cabido, que seria, em Braga, um auxiliar do prelado, sobretudo da parte económica. Os arciprestes rurais podiam ser representantes do bispo ou do cabido e estavam encarregados da cobrança das dádivas e de outros censos. Em casos de litígio, poderiam sentenciar em vez dos prelados. Alguns residiam nos arcediagos. E reuniam mensalmente o clero em palestras ou calendários. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da - O Bispo D. Pedro, vol. I, pp. 377-378, da 2.ª ed.

³⁷⁵ No original, é difícil saber-se se se trata de *jusus* ou *visus*. O Sr. Dr. Avelino de Jesus da Costa opta pela primeira destas duas palavras. Cf. *O Bispo D. Pedro...*, t. II, p. 419, nota ^a.

documento, constava o próprio mosteiro de Santo Tirso como sujeito à obrigação do jantar³⁷⁶, em favor do bispo. Quem, sem razão, o escreveu foi o próprio arcepreste, ele que, frequentemente, lá esteve com o bispo citado e com o seu antecessor, D. Pedro³⁷⁷, sem procurar saber se foram recebidos por obrigação ou só por acto caritativo do mosteiro. E isto aconteceu de tarde, já depois da ceia.

Como, porém, fosse anunciado ao abade e monges que lá chegariam (bispo e comitiva) de manhã, depois da hora de prima³⁷⁸, aqueles queixaram-se ao bispo:

- Como é que isto aconteceu, senhor bispo ? Até aqui, sempre que quiseste, te recebêmos, com delicadeza e caridade. O mesmo aconteceu com o teu predecessor. Os nossos antecessores, ou seja, os moradores deste lugar, durante quase cento e vinte e três anos, após a fundação do mosteiro³⁷⁹, receberam todas as pessoas, de qualquer condição ou dignidade, vindas de qualquer parte. Por caridade, e nunca por obrigação !³⁸⁰. E tu queres impor-nos uma lei, um como que verdadeiro tributo ?... Ficas sabendo que, se não tirares desse rol o nome do nosso mosteiro, será dissolvido o pacto de amizade que se estabeleceu entre nós, e nunca mais poderás exigir de nós algo que o seja por obrigação, o que será para ti ocasião mais de prejuízo que de lucro...

Então o bispo corou de vergonha e disse que não mandara escrever tal coisa. E mandado vir o camareiro, que tinha em mãos o documento, para que o devolvesse e fosse apagado o nome deste mosteiro, não foi encontrado, porque, levantando-se de manhã cedo, regressara já a Braga.

Assim o bispo mandou que D. Ordonho, monge deste mosteiro, fosse com ele, para que, na sua presença, se destruísse tal documento. E foi.

Ao chegarem a Braga, foi mandado vir o camareiro, para que devolvesse o documento. Respondeu que o tinha perdido. Então o bispo conduziu-o ao altar de Santa Maria. Aí, (o camareiro) jurou que o tinha perdido e que não sabia onde se encontrava. Feito o juramento, o bispo amaldiçoou-o, dizendo:

- Se mentes e se juraste falso, que Deus te amaldiçoe, e que a Sua ira caia sobre ti !...

Chegado a D. Ordonho, disse-lhe o bispo diante do altar:

- Acredita-me, irmão, por Deus omnipotente, que, de facto, não sei do rol, nem do seu paradeiro... Doravante, nada mais exigirei do vosso convento por obrigação. E tudo o que me derdes, por caridade, aceitá-lo-ei e ficar-vos-ei reconhecido.

Passados tempos, fez-se uma reunião em Braga, na presença do referido D. Geraldo, já arcebispo, que, entretanto, se fôra a Roma e trouxera consigo a dignidade e o pálio que lhe foram concedidos pelo Papa Pascoal³⁸¹.

³⁷⁶ *Ad panem comedendum.*

³⁷⁷ No original está *Patri*, erro evidente por *Petri*, conforme anotação do Sr. Dr. Avelino. O célebre D. Pedro, restaurador da diocese de Braga e que acabou fora da comunhão com Roma. Foi suspenso e excomungado no concílio de Usillos, onde se elegeu Crescónio para bispo de Coimbra. Este é que veio a “sagrar” o abade de Santo Tirso, D. Gaudemiro.

Atribuição de má fé ao arcepreste: ele que integrou o mosteiro na listagem, por iniciativa sua, quando até, e por outro lado, devia conhecer a tradição da casa de Santo Tirso, já que estadeara por cá, na companhia do bispo de Braga, desde o D. Pedro... Até, porque, depois, se desculpa o camareiro, dizendo que não sabe do rol... O que acentua as más intenções do responsável !

³⁷⁸ Espaço de tempo que corresponde ao que vai das 6 às 9 horas da manhã.

³⁷⁹ O que mais uma vez nos leva ao ano de 978, data da fundação de Dona Unisco, conforme se expressará o documento, logo no primeiro parágrafo.

³⁸⁰ A natureza da hospitalidade conventual de Santo Tirso repetir-se-á como refrão: acolhimento gratuito e franco. E sempre por caridade...

³⁸¹ O conflito estalaria antes da ida de S. Geraldo a Roma (1100). A concórdia (8 de Outubro de 1101) terá lugar, após o regresso, quando S. Geraldo trouxe do Soberano Pontífice o pálio, correspondente à sua

Naquela reunião, esteve presente o fidalgo mais poderoso e mais notável do território portugalense, Soeiro Mendes, herdeiro e, especialmente, senhor e defensor do dito convento ³⁸². *Diante deles, o arcebispo pegou no sobredito rol que, após o juramento do camareiro, entretanto, se achou e entregou-o ao abade do próprio mosteiro, D. Gaudemiro, garantindo, diante de Deus e de todos os presentes, que, por obrigação ou à força, nunca mais exigiria algo do dito mosteiro de Santo Tirso e que, apenas, receberia, humilde e agradecido, aquilo que os monges, espontaneamente e por caridade, lhe houvessem de dar.*

Tudo isto ficou registado e se conserva no arquivo do mosteiro, com outras cartas e testamentos para memória e recordação dos vindouros, de forma a que, se entretanto alguém quiser infringir o que disposto ficou, se possa aduzir em prova. E assim se evidencie a sem razão deste, e nunca da parte de alguém se possam introduzir novos costumes, contra os monges deste mosteiro.

Este acordo foi assinado, na era de 1139, a 8 dos idos de Outubro ³⁸³.

Geraldo, arcebispo de Braga, confirmo.

Maurício, arcebispo de Braga, confirmo.

Paio, arcebispo de Braga, pelas minhas mãos o confirmo, tal como já o fizera o beato Geraldo.

Gonçalo, bispo de Coimbra, confirmo.

Afonso, bispo de Tui, confirmo.

Bernardo, arcebispo de Toledo, legado de Roma e primaz de toda a Hespanha, confirmo.

Hugo, primeiro bispo do Porto, depois da invasão muçulmana, confirmo e concedo este privilégio e pelas minhas mãos o corroboro.

Eu, João, segundo bispo do Porto, confirmo e concedo este privilégio e o corroboro com a minha assinatura.

Fernando, bispo do Porto, confirmo.

Martinho, bispo do Porto, confirmo ³⁸⁴.

dignidade de arcebispo. Sobre a ida de S. Geraldo a Roma, cf. FERREIRA, Mons. José Augusto – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, t. I, Braga, 1928, pp. 213-215.

³⁸² *O mais poderoso e o mais notável fidalgo do território portugalense.* Estes qualificativos baseiam-se no papel de grande relevo de Soeiro Mendes, junto do Conde D. Henrique: como governador de várias terras; como representante de D. Henrique – administrador do Condado –, na sua ausência; como beneficiário da primeira carta de couto outorgada pelo Conde (1097), nesta altura – acto de concórdia entre S. Geraldo e o mosteiro de cá (1101) –, já doado aos abades tirsenses pelo fidalgo da Maia. Este morreria por entre 1103 e 1108, fora do país, “por castigo de Deus”. Cf. PMH, *Scriptores*, p. 56. Cf. MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, pp. 212-213.

Quanto a *defensor*, J. Mattoso evoca o *defensor Ecclesiae*, representante judicial dos clérigos, diante do tribunal laico: *Le Monachisme...*, p. 61, nota 10. Veja-se ainda VITERBO – *Elucidário*, sub voce *Defensor*. Sobre as noções de *dominus*, *defensor* e *adjutor* – a sua especificidade, a sua interdependência e o seu carácter flutuante que, ocasionalmente, os correlacionará –, veja-se *Le Monachisme...* pp. 61-64.

³⁸³ Ou seja, 8 de Outubro de 1101.

³⁸⁴ As assinaturas de vários bispos da mesma diocese – Braga e Porto – significam que o texto do acordo houve de receber as confirmações subsequentes, quando um novo bispo tomava posse, a seguir à vacância da sua igreja.

CAPÍTULO II

DO HAGIÓNIMO AO TOPÓNIMO DE SANTO TIRSO

1. A inconsistência do patrocínio de S. Nicolau

O *Livro Velho de Linhagens* cometeria, de uma assentada, vários erros. Entre outros, chamou à fundadora do nosso Mosteiro Helena – vá lá que acertou no patronímico ! -, e deu a esta casa o título de S. Nicolau:

*Este Boazar Ramirez casou com dona Elena Godiiz, filha de D. Godinho das Esturas. Ela, com seu marido, fundaram o mosteiro de San Nicolao, a que ora chamam Santo Tirso de Riba d'Ave*³⁸⁵.

Ora S. Nicolau, como se vai ver, nunca foi o orago do nosso mosteiro. O Conde D. Pedro enganou-se. E sobre este “testemunho” trabalhou ainda mais a fantasia: de Meinedo viria um braço de Santo Tirso para o nosso mosteiro que, só então, teria deixado de ter S. Nicolau como seu titular³⁸⁶. Vejamos por etapas.

1.1. Santo Tirso, o orago dos primórdios

É possível haver mais que um padroeiro, sobretudo nas igrejas conventuais: um principal, na coadjuvação de outros mais subalternos. Isso aconteceu com o mosteiro de *S. Tiago de Landim* (Areias). É possível até o fenómeno de dois padroeiros principais, em momentos sucessivos, com alteração, sobretudo, por alturas de reedificações ou de mudanças de regra.

Mas, na “certidão de nascimento” do mosteiro da nossa cidade – e o documento foi redigido na presença de um dos sucessores próximos da fundadora, Soeiro Mendes, trineto de Unisco Godins, e do D. Abade do nosso mosteiro, D. Gaudemiro – lá se diz que esta senhora fundou a casa religiosa, sob a protecção de Santo Tirso. Mesmo sem o acompanhamento de uma “fiada” relativa a patronos de segunda ordem !...³⁸⁷

Depois, em 1060³⁸⁸ e 1092³⁸⁹ confirmar-se-á a titularidade do mártir.

³⁸⁵ *Livros Velhos de Linhagens*, vol. I, ed. crítica por José Mattoso, Publ. do II Centenário da Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p. 50, sob o n. 2. No mesmo erro veio a cair D. Tomás da Incarnação, na sua *Historia Ecclesiastica*, t. II, Coimbra, 1760, p. 247.

³⁸⁶ Pereira Novais “re-contou”: *Um braço se dió al Monasterio de Santo Tyrso, que le tiene y fué despues causa de mudar la aduocacion de San Niculao en la de este glorioso Martyr, porque, aunque, fué mucho despues de su fundacion, la Deuocion del Santo y los Milagres que obraua, excitó esta denominación*. Cf. CSTBC II (1952-1953) 97.

³⁸⁷ *Era T.XVI fundat domna Vnisco uxor domni Abunagar monasterium... vocabulo Sancti Tirsi*. Sem mais !

³⁸⁸ PMH/DC 425. Citado por Gama Barros (em *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, p. 21) e por João Pedro Ribeiro (cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 136).

³⁸⁹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 136-138. Cf. AMARAL, António Caetano do – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. III, p. 527; COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, Ed. Franciscana, 1970, pp. 583-584.

1.2. O culto tardio de S. Nicolau

S. Nicolau – tão folclórico que plasmaria a figura do “Pai Natal” – não poderia ser, de modo algum, o orago do mosteiro daqui, pese o testemunho do dito Nobiliário, sobrecarregado ao peso hipotético das relações do autor com os frades tirsenses. E pelas seguintes razões:

O culto deste bispo oriental, S. Nicolau, só se divulgou no Ocidente, após a transferência das suas relíquias para Bari, em 1087, quando o mosteiro de Santo Tirso tinha já uma rodagem de dilatação mais que centenária ³⁹⁰...

Indício do seu desconhecimento pelas terras daqui o *Censual de D. Pedro*, bispo de Braga, que o elaborou, ou mandou fazer, pelos finais do sec. XI. Apesar da popularidade que fervilhava ao redor de S. Nicolau, quando o seu culto se veio a implantar na igreja latina, aquele documento ainda não vai registar qualquer igreja ou mosteiro que se albergasse à sua sombra e protecção. Só a partir do sec. XII, é que o culto de S. Nicolau se divulgará; e o Missal de Mateus (sec. XII), quer no corpo, quer no calendário bracarense que lhe anda anexo, lá regista pegadas de uma devoção que é, na altura, incipiente ³⁹¹.

Assim, ao assinalar a fundação do seu mosteiro pela referência geográfica única de *Villa Moraria*, coadjuvada pelo Rio Ave e por Monte Córdova – como pontos de localização menos imediatos -, e sem alusão a qualquer outro convento que de trás viesse, o escrivão do acto de concórdia virtualmente deixará perceber que não haveria nenhuma tradição de qualquer casa religiosa que antes lá existisse.

Segundo, que o convento, desde os começos, teria nas relíquias do mártir Santo Tirso o seu nume tutelar. O texto documental o garante. O facto é tão plausível quanto mais seguro é, na época visigoda, o culto do mártir e quanto mais tardio será, na Península, e por correlação, o culto de S. Nicolau.

Feitas as contas, o lugar passou de *Moreira* ou *Amoreira* para *Santo Tirso*, sem que, entretanto, S. Nicolau tivesse hipóteses sequer de apadrinhar o mosteiro ou a sua região envolvente.

2. O mártir Santo Tirso: o hagiónimo que se fez topónimo

2.1. A naturalidade do santo

Durante muito tempo, correu a ideia de que Santo Tirso era natural de Toledo, Espanha. Desta opinião foi, por exemplo, o nosso Frei Leão de S. Tomás, que se apoiaria em vários testemunhos. No martirológio de Luitprando, antes de mais. Que o rei Vamba teria cercado a cidade de Toledo de um recinto amuralhado. E que a porta, situada na face setentrional da fortaleza, estava sob a protecção de Santo Tirso, onde teria colocado a sua imagem. Tudo, por este santo ser natural de Toledo...

Basear-se-á ainda o autor da *Benedictina Lusitana* no de Juliano que, falando da cronologia de 252, referir-se-ia a Santo Tirso. Que teria saído de Toledo, ainda catecúmeno, e fôra morrer à cidade de Apolónia, na Bitínia, sob Décio. Que o mesmo Juliano, falando de 773, acrescentará que o bispo Cixila teria erguido em honra do mártir uma igreja, na urbe toledana, e que, em memória do dito santo, lhe fizera um hino. Que, falando de 1080, garantiu que D. Afonso VI, no cerco à dita cidade,

³⁹⁰ RÉAU, Louis – *Iconographie de l'art chrétien, sub voce Nicolas de Myre et de Bari*, pp. 976-988.

³⁹¹ *Missal de Mateus*, ed. crítica de Joaquim Oliveira Bragança, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1975, pp. XVIII e 31.

invocaria os santos, dela padroeiros e dela naturais, afim de que o ajudassem na sua conquista. Entre eles, pedia a ajuda e protecção do mártir Santo Tirso.

Frei Leão de S. Tomás apoiar-se-á ainda no contexto mais desenvolvido dos acontecimentos do sec. VIII, respeitantes a Cixila e à sua actuação episcopal. Que teria construído, em Toledo, uma igreja em honra de Santo Tirso; que o aguazil Zuleima teria embargado a obra; e que o mesmo bispo, usando da arma irresistível do dinheiro e da corrupção, junto de Mahomad, conseguira, entretanto, desembargá-la... Mais, que a Rainha Adosinda, mulher de um D. Silo que governava as Astúrias, teria ofertado à dita igreja toledana um cálix, com sua patena de prata, e um gomil, que serviria de vaso para a comunhão dos fiéis. Nessa altura, ainda se faria sob as duas espécies...

Que – e agora o mais importante para o nosso caso ! – Cixila compusera um hino em honra de Santo Tirso, em verso asclepiadeu – que, depois, adaptado, se cantaria no comum dos mártires - onde aquele santo se dizia cidadão (*vernulus*, de *vernaculus*) de Toledo. E não só ! Frei Leão de S. Tomás acrescenta que, na carta que acompanhava a sua oferta e a de sua esposa, com data de 777, Silo corroborava a cidadania toledana de Santo Tirso (*civis toletanus*)³⁹².

E foi assim que, estimulado por tais razões, Frei Leão de S. Tomás redigiu o seu dístico elegíaco em louvor do mártir e até de celebração do mesmo mosteiro de Santo Tirso, onde o autor da *Benedictina* fez a sua profissão religiosa. No ano distante de 1590. Ao tempo do primeiro abade trienal, Frei Luís do Espírito Santo. A 7 de Março, dia de S. Tomás de Aquino, donde lhe veio o nome da religião. Dia de Quarta feira de Cinzas. Tantos pormenores que bem garantem quão marcado lhe ficou o dia, em que, em Santo Tirso, nasceu para a vida de consagração. Mas vamos ao dístico:

*Vivere Toletum, rutilantem Graecia palmam
Pulchram, Thirse, domum dat tibi litus Avi*³⁹³.

Que poderíamos traduzir:

*Toledo deu-te a vida, a Grécia a palma rutilante do martírio.
Mas, ó Santo Tirso, as margens do Ave dão-te uma bela mansão...*

(Estampa IV, foto n. 8)

Ora o facto é que toda esta argumentação de Frei Leão de S. Tomás – e não só a este propósito como noutras coisas também! - carece de força que persuada. Antes do culto em Toledo, houve a veneração de Mérida (sec. VII). Antes de Mérida, já as actas do martírio de Santo Tirso circulavam por Itália (sec. V). Antes de Itália, já a devoção ao mártir se acalentava no Oriente (sec. IV e V). E já esta área geográfica se dizia o berço de Santo Tirso. Para a terra e para o céu... Nascimento e trânsito.

Passem-se os olhos por sobre o Jeronimiano. Este martirológio – que se atribui ao Penitente de Belém, donde lhe veio o nome - consta de uma sobreposição de diversas fontes locais. No sec. V, chegado que foi do Oriente, intumescer-se-ia no norte de Itália, com o acrescentamento de calendários ocidentais, de Roma e do norte de África, coisa que se teria dado antes de Humerico (476-484), dado que esta recensão ocidental silencia as vítimas das perseguições dos Vândalos.

³⁹² *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 11 e ss. Uma “biografia” do nosso mártir, de Boaventura Maciel Aranha, publicada em 1761, acha de melhores fundamentos a naturalidade toledana de Santo Tirso. Cf. CSTBC II (1952-1953) 99.

³⁹³ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 47.

Pouco depois, mais e mais se dilatava, com a adição de calendários da Gália, Bretanha e Espanha. Mas o trabalho desenvolver-se-á fora da Península, que os mártires de cá se situam indefinidamente, numa localização genérica de *in Spaniis*. Pelos finais do sec. VI, aparecerá uma recensão daquele protótipo. Talvez elaborado em Auxerre. É que nela consta um catálogo muito completo dos seus bispos.

Ora, se o Jeronimiano não é constante nem uniforme na cronologia e na geografia do mártir Santo Tirso, a uma zona lhe confina o palco da sua actuação, a saber o Médio Oriente: Egipto, Frígia, Pérsia... E lhe apõe, na peugada, o martírio de dois companheiros: Leucos e Galinicos.

Se a *Passio* hispânica atribui, ao começo, o local do martírio à cidade de Nicomédia³⁹⁴, os autores de hoje darão ao patrono da nossa comunidade monástica a cidade de Cesareia, como lugar do nascimento, e à cidade de Apolónia, também da Bitúnia, como lugar onde derramaria o seu sangue pela fé³⁹⁵.

2.2. O culto do Santo

Cedo se expandiria o seu culto. Como seria de prever, antes de mais, no Médio Oriente. A *História Eclesiástica* de Sozómeno³⁹⁶ refere-se a uma basílica dos finais do sec. IV que, em Constantinopla, mandaria edificar um patrício, de nome Cesário. O historiador não alude, porém, aos companheiros do nosso mártir.

De uma outra igreja em honra do santo nos chegou conhecimento. Foi o imperador Justiniano que lhe dedicou.

Entretanto, já no sec. V, circularia pela Itália do norte, o dito Jeronimiano. É certo, com datas³⁹⁷ e geografias contraditórias³⁹⁸, conforme as recensões. Mas os exemplares não esquecem o martírio do padroeiro da nossa igreja monástica.

Pouco depois, era já lida, em Espanha, a sua *Passio*. E a Santo Tirso se lhe prestava o culto oficial da mesma igreja.

Houve quem dissesse que, apenas, o fôra na época árabe, depois de 711. Faltaria o seu nome nos livros litúrgicos da igreja visigoda: no *Oracional* e no *Liber Commicus*³⁹⁹. De resto, a inscrição epigráfica de *La Morera*, onde se alude a relíquias suas⁴⁰⁰, foi, pouco a pouco, atribuída a uma datação posterior⁴⁰¹.

Mas fazia-se de Toledo o ponto de irradiação do culto de Santo Tirso, na Espanha. Naquela cidade, haveria um templo que lhe era devotado. Um hino – e Perez de Urbel

³⁹⁴ *Martírio do santo e beatíssimo mártir Santo Tirso e seus companheiros que foram mortos na cidade de Nicomédia, a cinco das Calendas de Fevereiro* (isto é, a 28 de Janeiro).

³⁹⁵ Na edição do *Pasionário Hispânico* (ed. do CSIC, Madrid-Barcelona, 1953) diz o Dr. Angel Fábrega Grau: *El título de la Pasión le atribuye, como patria, Nicomedia, pero equivocadamente: de Nicomedia sólo vino el "praesides" que le juzgó. El Martirologio Jeronimiano por error le atribuye Egipto. Cesarea de Bitinia y Apolonia fueron, con toda la probabilidad, las ciudades donde nacieron y sufrieran el martirio* (vol. I, p. 205, nota 71).

³⁹⁶ IX, 2.6; PG 67, 1598.

³⁹⁷ De qualquer forma, a memória de Santo Tirso concentrava-se, preferentemente, na segunda parte de Janeiro.

³⁹⁸ Egipto, Pérsia, Anatólia...

³⁹⁹ Leccionário para a missa e ofício.

⁴⁰⁰ O grande epigrafista Huebner datou esta inscrição da época visigoda.

⁴⁰¹ Diz a epígrafe, que eu traduzo para português: *Neste altar dedicado a Santo Estêvão, encontram-se relíquias de quinze santos: de Santo Estêvão, de Santa Lucrécia, de São Saturnino, de S. Sebastião, de São Frutuoso, de Santo Augúrio, de Santa Eulália, de S. Baudilo, de S. Paulo, confessor, de S. Nasário, de Santo Eulógio, de Santo Tirso e dos Santos Veríssimo, Máxima e Júlia*. Cf. GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – *El Culto de los Santos en la España Romana e Visigoda*, ed. do CSIC, Madrid, 1966, p. 452, n. 160. Pelo formulário, acrescenta a autora, esta inscrição poder-se-á datar do sec. IX-X.

atribui-o ao citado bispo Cixila -, depois de aludir à ocupação árabe, sob a metáfora do jugo que oprimia os fiéis, menciona a autoria do mesmo na construção da igreja. Traduzo-o do latim:

*Este templo, Senhor, foi Cixila que o fundou. Que ele receba uma recompensa condigna e que, gozando pelos séculos sem fim, cante, com todos os seus fiéis, os louvores divinos*⁴⁰².

Nesta igreja de Toledo, haveria relíquias, que daí se poderiam ter levado para a cidade de Oviedo, onde Afonso Magno dedicaria uma basílica ao nosso santo.

Mas o culto de Santo Tirso, em Espanha, é anterior ao seu florescimento na cidade toledana.

A lápide da consagração de Santa Maria de Mérida, que foi encontrada em 1947, nos muros da alcáçova da metrópole emeritense, está datada de 25 de Janeiro de 627.

Pois, no altar desta igreja – segundo os dizeres da mesma inscrição - , encontravam-se relíquias de diversos santos, entre as quais do nosso mártir Santo Tirso:

*A 25 de Janeiro de 627, foi dedicada esta basílica ao nome da gloriosíssima Santa Maria, mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo a carne, rainha de todas as virgens e de todos os fiéis da fé católica (...). Debaixo de Seu altar, guardam-se relíquias do pão do Senhor, do sangue de Nosso Senhor, de S. João Baptista, de Santo Estêvão, de S. Paulo, de S. João Evangelista, de S. Tiago, de S. Julião, de Santa Eulália, de Santo Tirso, de S. Gens, de Santa Marcela*⁴⁰³.

Na *Passio* de Santa Eulália de Mérida – que é dos finais do sec. VII – percebem-se contaminações literárias da acta do martírio, bem como se adivinhará da auréola com que a comunidade emeritense circundava a fronte deste mártir. Assim, e desenvolvendo, a acta de Santa Eulália está matriciada no texto da *passio* do orago do nosso mosteiro, sobretudo no que toca aos pormenores concretos dos tormentos que aquele padeceria⁴⁰⁴. Para mais, diz-se que a Virgem Santa Eulália fortalecera a sua coragem no exemplo daquele santo, com a leitura piedosa da acta de seu martírio.

⁴⁰² GARCIA RODRIGUEZ, Carmen, *o.c.*, p. 216.

⁴⁰³ Texto latino, em RODRIGUEZ, Carmen Garcia, *o.c.*, p. 453, n. 173.

⁴⁰⁴ Assim, a respeito do chumbo derretido com que os carrascos se preparavam para torturar Santo Tirso e que Deus fez recair por sobre aqueles que logo morreram: *Tirso, porém, erguendo os olhos ao céu, disse: “Ó Deus do céu (...), derramai o castigo que prepararam contra mim sobre os meus inimigos, para que todos os povos vejam a Vossa glória e que reconheçam que só Vós sois o Senhor”*. Assim orou. E imediatamente se seguiu o castigo dos carrascos. Com efeito, logo que derramaram o vaso de chumbo derretido sobre os membros estirados do mártir, o metal em ebulição saltou pelos ares, de modo a cair sobre aqueles que, queimados pelo chumbo, logo morreram. Cf. FÁBREGA GRAU, A., vol. II, p. 206.

Daí a *oratio alia* da missa de Santo Tirso: *Ó Deus, que do bem-aventurado Santo Tirso, ainda gentio, tivestes compaixão e, entre outros tormentos que ele sofreu pelo Vosso nome, pela oração do próprio mártir, reenviastes o suplício do chumbo contra os seus inimigos que lho tinham preparado...*

Ora, a *Passio* de Santa Eulália de Mérida – e Fábrega e Grau tem-na dos fins do sec. VII (vol. I, p. 82) – não só nos diz que a Virgem Santa Eulália fortalecia a sua coragem no exemplo daquele mártir, com a leitura piedosa da acta dos seus padecimentos, como também se inspira literariamente na *passio* de Santo Tirso, quando aplica à Santa Virgem emeritense pormenores do martírio paralelos aos do confessor, o patrono do nosso mosteiro. O caso da tortura pelo chumbo e seu derramamento pelos carrascos... Mais, inspira-se na liturgia da missa de Santo Tirso, ao colocar nos lábios de Santa Eulália uma prece, plasmada na referida *oratio alia* do mártir oriental. Preparava-se Calpúrnio para torturar com chumbo a dita mártir emeritense. E diz a *Passio*: *A bem-aventurada Eulália, que todos os dias lia a acta do martírio de Santo Tirso, revigorada por tão grande coragem, disse: “Ó Deus verdadeiro, vinde em auxílio da Vossa serva.*

Em Mérida, pois, seria popular a acta do martírio de Santo Tirso e se difundiria o seu culto, demais incentivado pela presença dos seus restos sacrossantos.

Por último, a missa de Santo Tirso *Ad confitendum*⁴⁰⁵ costuma atribuir-se à época de Cixilia. Mas parece ter sido, antes, composta para aquela que foi a capital da Lusitânia. De facto, o texto litúrgico refere-se a uma devoção motivada por um argumento muito próprio (*dívida especial de amor*), talvez porque solicitada de uma presença toda especial do mesmo mártir, o que se entenderá, antes de mais, da cidade de Mérida que dele possuía as venerandas relíquias:

Assim como, pela honra especial com que fomos beneficiados, recaía sobre nós uma dívida especial de amor, assim também, em virtude da sua presença, sejamos beneficiados com a graça especial do seu patrocínio.

Aliás, deste texto litúrgico – especialmente, da *oratio alia* – saltam referências por sobre a *Passio* da mártir emeritense.

Uma nota adicional: a existência de uma relação literária muito estreita entre a *Passio* de S. Gens e a de Santo Tirso. E os dois estavam representados por relíquias suas na igreja de Santa Maria de Mérida.

Assim, julgamos que o culto e a expansão da religiosidade em torno deste mártir da Anatólia, no âmbito da geografia peninsular, tiveram por epicentro a cidade de Mérida.

Quanto aos agentes que o veicularam desde o Médio Oriente para as partes do *Finis Terrae*, poderíamos apontar para a difusão da acta do seu martírio, através do jeronimiano, tão divulgada no sec. V e VI, como a presença de uma colónia grega, na dita cidade, através da qual se facilitaria a aquisição das suas relíquias.

2.3. A chegada do culto de Santo Tirso a Portugal

Tenho a impressão que se fez pelo norte e daqui para o sul, em movimento que rápido se apagaria. Julgo que o caso tem a ver com dois factores, em comunhão: com o avanço da Reconquista e as condicionantes dos seus agentes.

Os soldados cristãos, saindo das Astúrias, vieram, pouco a pouco, reconquistar aos mouros o território que nos pertence. À medida que se foram implantando, restauraram igrejas, redimensionaram o tecido complexo da malha diocesana. Ergueram-se catedrais, e as igrejas multiplicaram-se.

Para titulares das dioceses e paróquias dispuseram dos santos hispânicos, para além daqueles que se impunham pela universalidade do seu nome, como o Divino Salvador, Santa Maria, os Apóstolos... Isto é, lançar-se-ia mão dos oragos que já figurariam nos calendários da Península. De resto, as relíquias necessárias para as fundações se tinham a melhor dispor. Enquanto a Reconquista aos astur-leoneses se restringiu, as coisas rumaram, mais ou menos, desta forma.

Com a chegada, porém, dos Cruzados do centro e norte da Europa, novos ventos assopraram e novas modas se introduziriam. Vieram os calendários franceses, os livros litúrgicos de origem transpirenaica, mai-los oragos daí. O rito bracarense – recorde-se o *Missal de Mateus* e o *Breviário de Soeiro*, por exemplo -, julgo ser prova incontestada. Demais a mais, os próprios bispos que lideram a vertente canónica da reestruturação, franceses que o eram. Em Braga, Coimbra, por exemplo...

Creio que, assim como Vos compadestes do bem-aventurado Santo Tirso, ainda gentio, e o fortalecesteis, assim também me robustecereis na minha coragem... Cf. FÁBREGA GRAU, vol. II, p. 73.

⁴⁰⁵ Apenas figura no Sacramentário de Toledo.

Daí a relativa abundância e concentração adensada do culto e da toponímia – que daí nasce -, a propósito de Santo Tirso, a norte do Ave. E a sua raridade, a sul deste rio. Abaixo, praticamente, só conheço dois casos: o de Santo Tirso de Meinedo (Lousada) e o de Silvalde (Espinho).

No noroeste lusitano, registem-se os seguintes casos:

Guimarães regista o primeiro sintoma da devoção de Santo Tirso, em território do Portugal de hoje, segundo creio. Em 959, na cidade-berço, o mártir figura já como padroeiro secundário do mosteiro dali ⁴⁰⁶.

Próximo ainda da urbe vimaranense, a que foi a *villa Placidii* cedo se desdobraria em duas paróquias. E de uma, já antes de 1089, é ele também, o mártir Santo Tirso, o seu padroeiro ⁴⁰⁷.

Em *Santo Tirso*, aqui, na nossa cidade, em 978, é o titular que Dona Unisco Godins escolherá, para figurar na vanguarda da sua fundação ⁴⁰⁸.

A carta da doação do couto ao nosso mosteiro (1098) recordará, por duas vezes, o nome de Santo Tirso como seu padroeiro, o que de todo inviabilizará a hipótese de S. Nicolau ⁴⁰⁹.

Um pouco à frente, há conhecimento da expansão do culto a este mártir, em *Vila Verde*. Antes de 1089, uma outra freguesia existiu – e duraria até ao sec. XVI – à sombra do patrocínio deste herói: *Santo Tirso de Borraíno*, hoje simples lugar de Goães, daquele município vilaverdense ⁴¹⁰.

Ainda no perímetro da diocese de Braga, *Póvoa de Lanhoso*. Num documento de 1133, fala-se também de um *monte de Santo Tirso*, hoje situado em Monçul, do sobredito concelho ⁴¹¹.

Na cabeça da metrópole, na mesma cidade de *Braga*, ao sec. XI, havia uma capela, na Cidade dos Arcebispos ou seus arredores, que consagrada fôra ao nosso santo ⁴¹².

Na diocese do Porto, para além da nossa cidade de que já falámos, em *Lousada*, vemos Santo Tirso como padroeiro original de Meinedo, já em 1133. No sec. XVI, porém, mudou para a invocação de Santa Maria ⁴¹³. De lá teria vindo para a nossa terra – diz Pereira Novais – um braço do mártir. E a relíquia logo teria obrigado a uma substituição da titularidade do nosso mosteiro: de S. Nicolau para Santo Tirso. Fantasias...

2.4. A devoção a Santo Tirso, na nossa cidade

Aqui, nesta cidade de Santo Tirso, houve, porém, altos e baixos na devoção ao santo mártir.

Em 978, na notícia posterior da fundação do mosteiro e na fase da vigência da sua regra pré-benedictina, suponho que só este santo monopolizava a liderança do padroado.

A partir da adopção da Regra do grande Patriarca S. Bento – o que teria acontecido por 1092 -, uma poderosa concorrente lhe disputaria o papel: Nossa Senhora. Assim, no diploma da carta da concessão do couto – das mãos de Soeiro Mendes para as dos

⁴⁰⁶ PMH/DC 76 e 410 e VMH 9 e 43.

⁴⁰⁷ COSTA, Dr. Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 224, n. 583.

⁴⁰⁸ Veja-se o documento do acto de concórdia de 1101, que constituiu um capítulo deste trabalho.

⁴⁰⁹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 155-158.

⁴¹⁰ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 157, n. 406.

⁴¹¹ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II p. 101, n. 267.

⁴¹² COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. I, p. 79.

⁴¹³ MOREIRA, Domingos – *Freguesias do Porto. II Parte: Inventariação onomástica* n. 277, *sub voce* Meinedo.

nossos monges, em 1098 -, ao final, já nos aparece, ao lado de Santo Tirso, a invocação da *Sempre Virgem Santa Maria* ⁴¹⁴.

Há a sensação - à medida que o nome de Santo Tirso parece resvalar, mais e mais, à condição de mero topónimo - de que ganha relevo maior o papel de Nossa Senhora, na vida de piedade e do culto do nosso mosteiro. E por estes argumentos:

Um documento pontifício do sec. XV (1430) citará a nossa casa religiosa desta maneira: *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave* ⁴¹⁵.

De acordo com esta sugestão, Nossa Senhora - e a Sua imagem original ainda existe na nossa matriz - passará a ter o Seu posto no retábulo-mor, enquanto o mártir da Bitínia se contentará com um altar numa capela secundária.

Eu não sei se esta obliteração do mártir explicará a afirmação de Pereira Novais: que Santo Tirso só foi orago do nosso mosteiro, a partir da oferta de uma relíquia sua que Meinedo viera a fazer aos nossos monges... (*Estampa XXI, foto n. 61*).

Que Santo Tirso estava já esquecido na devoção popular, ao sec. XVI, saber-se-á de um documento pontifício. Gregório XIII, em Bula de 7 de Junho de 1583, a pedido do Card. Alexandre Farnese, abade comendatário do nosso mosteiro, concedeu indulgência plenária a favor de todos os fiéis que visitassem a igreja do convento, na festa do mártir, a 28 de Janeiro. Talvez a despachasse, com intenção de renovar um fervor, já caído em desuso ⁴¹⁶. Mas não deve ter incentivado fervor bastante, que o Breve de Urbano VIII, com data de 3 de Dezembro de 1629, voltará a insistir e na mesma metodologia: a graça da renovação do privilégio pelo decurso de mais um período de sete anos.

Este texto, colateralmente, terá ainda outras incidências. Por exemplo, no campo da toponímia: a oposição - hoje, ultrapassada - entre Santo Tirso, de um lado, e o Cidnai (sic), de outro, aquele como o mosteiro, e o segundo como o núcleo urbano da freguesia. Dirá o Papa:

A todos os fiéis em Cristo que virem esta carta saúde e bênção apostólica. Para aumentar a devoção e a salvação dos fiéis (...) ⁴¹⁷ e com os tesouros celestes da Igreja, sob o impulso da caridade, concedemos no Senhor a indulgência plenária e a remissão de todos os pecados a todos os fiéis de ambos os sexos do lugar do Cidanai (sic), da diocese do Porto que, após arrependimento, confissão dos pecados e comunhão, visitarem piedosamente, cada ano, a igreja paroquial de Santo Tirso, no dia da festa de Santo Tirso, desde a tarde de véspera até ao pôr do sol do próprio dia da solenidade. E isto, durante sete anos (...) ⁴¹⁸.

Frei Leão de S. Tomás, no sec. XVII, sabia do primado de Santo Tirso. Mas também admirava o painel insculpido, em relevo, de Nossa Senhora da Assunção, a ocupar o coração mesmo do retábulo-mor da nossa igreja. E quis justificar a situação. De facto, Santo Tirso era o orago principal da comunidade monástica. Mas, diante de Deus, maior seria a dignidade de Nossa Senhora, o que os religiosos quisessem significar com a Sua instalação no altar-mor, ao mesmo tempo que removiam para um lugar subalterno o trono do mártir, sem que, com isso, lhe denegassem o papel canónico da prioridade, com que liderava o nosso grupo de religiosos, desde os primórdios da sua instalação, junto do Rio Ave. Faz-nos lembrar um pouco o caso de Meinedo: também lá, Santo

⁴¹⁴ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 156.158.

⁴¹⁵ MPV, vol. IV, p. 524.

⁴¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 172 v.

⁴¹⁷ Texto rasgado na passagem em causa.

⁴¹⁸ BS 13-3-14 .

Tirso, orago principal, veio a dar a vez à Senhora da Assunção... Mas, em exclusivo ! E com a denegação mesma do mártir. Aqui, na nossa cidade, a tanto não se chegaria...

Em finais do sec. XVIII, uma reacção: Santo Tirso volta para o altar-mor, para um baldaquino que Frei José de Santo António Ferreira Vilaça lhe construiu, sobre a banqueta. Adornam os frades a capela-mor, as suas paredes laterais, com seis quadros de grande dimensão, que contam a história do martírio do nosso orago. Que, todavia, não retiraram ao mistério da Assunção, o lugar de evidência, com a permuta apenas da representação insculpida por um painel, também de grandes dimensões, amovível por enrolamento e pintado.

No sec. XIX, saíram definitivamente os religiosos da nossa cidade (1834). Seis anos depois, foi a igreja atribuída por inteiro à freguesia. Foi então que, saída a comunidade de que era o padroeiro, Santo Tirso voltou a deixar o altar-mor. Mas para dar, agora, a vez à padroeira da freguesia (1873), Santa Maria Madalena. Só nos finais do século (1892) é que o mártir voltaria ao altar-mor. Por razões de história e arte.

Nem assim, porém, quer os perigos e contágios das febres e maleitas, de que era advogado, quer os motivos da decoração floral que mais enfeitam o altar que significam fervor e devoção ao mártir, reacenderam o culto a Santo Tirso.

E o mártir da Bitínia lá caminha ensimesmado e só. Sobretudo depois que o infeliz do mata-frades, em 1834, lhe retirou a companhia mais estreita e mais condigna dos frades de Santo Tirso...

3. A passagem do hagiónimo a topónimo. A tensão Santo Tirso-Cidnai

É facto comum a passagem dos hagiónimos a topónimos. De qualquer forma, podemos dizer que Santo Tirso designava, nesta última categoria, particularmente o mosteiro e suas quintas, a de Fora e a de Dentro. Por oposição à comunidade secular que vivia no Cidnai.

A este propósito, dois problemas: um etimológico e um outro semântico.

3.1. O aspecto etimológico

Sob o ponto de vista etimológico, parece-me não ser duvidoso que a raiz da palavra Cidnai vem do árabe *Cid*, que significa *senhor*⁴¹⁹. Aquela raiz encontra-se representada na toponímia, sob a forma *Cide*, em vários lugares do país (Arganil, Braga, Guimarães, Mortágua, Paços de Ferreira e Seia); sob a forma de *Vale de Cid* (Vale de Cambra); sob a expressão *A de Cide*, por vezes escrita *Decide* e *A Decide* (em Vila Verde)⁴²⁰; sob a designação de *Souto de Cide*⁴²¹.

Em certos documentos, topamos com sufixados da mesma raiz: os diminutivos *Cidel* e *Cidelo* (diminutivo híbrido), ora sob a forma mais arcaica de *Citelum*⁴²² ou *Citellus* ou *Zitelus*, ao lado de *Zitello*⁴²³ de *Zidello*⁴²⁴ ou *Cidelo* (Braga).

Pelo que respeita ao topónimo tirsense *Cidnai*, há quem o veja como patronímico. Pelo menos Frei Leão de S. Tomás. O cronista retira da palavra *Cidnai* um elemento arábico *Cid* – o que estará bem – e um elementos desinencial oriundo do latim *nati* (do

⁴¹⁹ LEITE DE VASCONCELLOS, José – *Antroponímia Portuguesa*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1928, p. 36.

⁴²⁰ MACHADO, José Pedro – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, vol. I, Lisboa, p. 414.

⁴²¹ *Inquisitiones*, p. 126.

⁴²² PMH/DC, p.156.

⁴²³ PMH/DC, p. 38.

⁴²⁴ PMH/DC p. 84.

particípio perfeito do verbo *nascor*), o que daria *filhos de Cid*. Foneticamente não seria impossível, dada a sonorização normal do *t* em *d* e a síncope que logo se seguirá, pela posição intervocálica em que o *d* se veio a encontrar. Palavras do cronista:

*Iunto a entrada do Mosteyro fica hum Burgo pequeno chamado Cidenai nome, que teue seu principio do sobrenome do Infante Alboasar Ramires (que fundou ou reedificou o dito Mosteyro) do qual dis o Conde D. Pedro, que por seu animo, esforço, e senhorio se chamou Cide Alboazar, e foi com seus filhos, e descendentes senhor daquellas terras da Maya, em cujo dstricto fica o Mosteyro. Por onde Cidenai he o mesmo que Cidenati, lugar dos filhos, e netos daquelle, que por seu dominio, e senhorio se chamou Cide: porque (como alguns dizem) Cide, em Mourisco he o mesmo, que Senhor. Não faltará quem diga que Cidenai é o mesmo que lugar do Senhor Anaya, porque Cide he o mesmo que senhor, e Anaya he o sobrenome de fidalgos antigos, e no mesmo Mosteyro achamos pellos annos de Christo 770. hum Monge chamado Frey Nuno de Anaya*⁴²⁵.

Tenho a dizer, porém, uma coisa: que é vulgar o uso do patronímico deste vocábulo na Idade Média portuguesa. Mas sob a forma de *Cidici*, ou da mais evoluída de *Cidiz*⁴²⁶. Até em documentos que dizem respeito ao mosteiro de Santo Tirso. O primeiro abade beneditino, D. Gaudemiro, logo em 1092, assistiria à inauguração do mosteiro de S. João de Pendorada, acompanhado do *frater Pelagius Cidiz*⁴²⁷, que também confirma a carta de couto, em 1098. E, logo após esta carta de Couto de Santo Tirso, ao final, numa como que adição, há referências a um *Zidi daviz*, pai de um *Gonçalo zidis*.

3.2. Santo Tirso e Cidnai: um problema de evolução semântica

No que se refere à semântica do topónimo, tenho a dizer que este nome de lugar *Mosteiro de Santo Tirso*, ou só *Santo Tirso*, nas cartas medievais e modernas até aos começos do sec. XIX, abrange o complexo arquitectónico e as duas quintas adjacentes: a de Dentro e a de Fora (os Passais). Aquela área onde se desenvolverá a vida da comunidade monástica. Aliás, em muitos prazos quer em Santo Tirso, quer em terras distantes, quando se fala de propriedades que confinam com terras dos nossos monges, quase invariavelmente se diz que tal campo ou agra tange com *Santo Tirso*. Entenda-se, com terras do mosteiro de Santo Tirso. Em oposição, como espaço da comunidade secular, está o *Cidnai*, a sul, e logo após as Quintas do mosteiro. Este apêndice urbano nasceu e cresceu ao longo da estrada que, a partir da via medieva Porto-Guimarães, ao lugar do Picoto, conduzia os peregrinos ao mosteiro. Aqui, ao longo de um cordão umbilical, se desenvolverá este burgo de comerciantes e artesãos, que viviam especialmente das relações com os nossos monges.

Mas o topónimo original sofreria os efeitos do fluxo e refluxo dos acidentes a que ficam acorrentados os nomes de lugar, que ora se intumescem - como o lugar arenense de *Caldas da Saúde*, à custa do erro de leitura de *Sande*, donde o determinativo brotou -, ora vão sofrer as consequências do emagrecimento - como *Landim*, que, primitivamente abarcava três freguesias, e hoje só uma -, ora se deslocam, “voando” até para grandes distâncias. Neste último caso, veja-se o que aconteceu ao nome de Coimbra.... Aqui,

⁴²⁵ *Benedictina Lusitana*, vol. I, pp. 15-16.

⁴²⁶ LEITE DE VASCONNCELLOS, José - *Antroponímia Portuguesa*, Impresnsa Nacional de Lisboa, p. 125.

⁴²⁷ SILVA, Filomeno Amaro Soares da - *Cartulário de D. Maior Martins. Sec. XIII*, ed. da Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca, 2001, pp. 74-76.

em Santo Tirso, temos o caso particular de 1920: a *Assunção* era a meio da encosta de Monte Córdova, na freguesia de S. Miguel do Couto. Hoje, sem que os limites das freguesias se alterassem, a *Assunção* fica no vértice da montanha, já na paróquia de Monte Córdova.

Da mesma sorte com o nome de *Cidnai*: foi-se arrumando, lentamente, para a letargia do esquecimento. No sec. XIX, chamar-se-á de outra maneira. A saber, quando se ia à cidade que hoje é Santo Tirso, dir-se-á *ir à Rua*. Agora, porém, que todo o tecido urbano está espartilhado toponimicamente numa rede complexa de vias, cada uma com seu nome, ficou só o *Hotel Cidnai* a lembrar o nome venerando com que todo o burgo outrora se crismara. Por outro lado, com a formação do concelho de Santo Tirso, na época liberal, o nome do coração citadino - , depois que o medievo *Cidnai* fora já devorado, em grande parte, pelo de *Rua*, acabará também por devorar este último, ficando toda a cidade revestida com o hábito que, em testamento, lhes deixariam os frades, quando daqui se foram, em 1834: o nome de *Santo Tirso*. Quem com ferros mata, com ferros morre !...

CAPÍTULO III

A REGRA DA COMUNIDADE PRIMITIVA

É certa, pois, a fundação do mosteiro de Santo Tirso, em 978. Como, agora bem conhecido o nome da fundadora. Mas não sabemos a que Regra pertenciam os frades do mosteiro de Santo Tirso, nesta primeira fase da sua existência. Da documentação disponível, sobressairá a vertente assistencial dos moradores.

1. O acolhimento dos peregrinos

1.1. As vias e outros meios de comunicação

Quanto a vias romanas, notemos as que vão. Primeiro, a de Porto-Braga, cujo leito se pode rastrear por alguns pontos de referência, como são as pontes romanas e os miliários, que no sítio se encontram ou que, fora, se identificam com testemunhos literários, documentais ou toponímicos, etc., quanto à sua proveniência. Assim sendo, rumaria de Cale, por Infesta, Ponte da Pedra, Leça do Bailio, S. Pedro de Avioso, Guilhabréu, Alvarelhos, Peça Má, Lantemil, Trofa Velha, Ponte da Lagoncinha, Cabeçudos, S. Paio de Antas, Braga.

Uma segunda rumava de Cale em direcção à via romana Braga-Mérida, que alcançaria em S. João da Ponte (Guimarães). Pelo meio, ficavam Valongo, Alfena, Ponte de S. Lázaro, Monte Córdova pela face norte e ocidental do macisso. A partir daqui, ladeando a pequena distância o Ave e logo o Vizela, até à Ponte de Negrelos, S. Martinho do Campo, onde cruzava a linha das águas fluviais. Logo depois, em S. João da Ponte, lançava-se no regaço da mencionada via Braga-Mérida.

Entre as artérias citadas e o mosteiro de Santo Tirso, os filamentos, como vasos capilares, de pequenas vias secundárias medievais. Estas cunhariam de seu nome duas terras das proximidades da casa de Santo Tirso : S. Tiago da Carreira, do nosso município ⁴²⁸ e S. Tiago da Carreira, do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Demais, o hagiónimo, do sec. XI, em diante, como nome de oragos de freguesias medievais, que se situavam na borda de caminhos, como marcos “quilométricos” a pautarem o rumo compostelano dos peregrinos de antanho. Curioso que aqui, nas vizinhanças, as paróquias sucedem-se umas após outras, com o nome do Apóstolo: S. Tiago de Rebordões, S. Tiago de Burgães, S. Tiago de Areias, S. Tiago de Antas, S. Tiago da Cruz... E de uma estrada secundária vamos desembocar numa das artérias romanas de nome vincado: a de Cale-Braga. Por Areias, passava uma estrada medieval da Vila (Guimarães) para Vila do Conde. Aliás, uma bela fonte escrita para o conhecimento destas estradas secundárias são os tombos das paróquias que se fizeram pela primeira metade do sec. XVI. Já antes, em 1409, D. João I fará viagem, desde Santo Tirso até Guimarães.

Três estradas recortavam ou debruavam a área do Couto ⁴²⁹: Braga-Porto, via Lagoncinha, Braga-Penafiel e Porto-Guimarães. Da ligação com o mosteiro, a partir de

⁴²⁸ Até ao sec. XIV, aparece mais com o nome de *S. Tiago de Guimarei*. De permeio, com o de *S. Tiago de Vermoim*. Finalmente, a partir do sec. XIV em diante, com de *S. Tiago da Carreira*.

⁴²⁹ O couto de Santo Tirso foi doado e demarcado, em 1097, pelo Conde D. Henrique e Dona Teresa, a favor de Soeiro Mendes da Maia. E, a 23 de Março de 1098, doado por este ao mosteiro de Santo Tirso: cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 149-158. Foi dito.

alguns destes pontos da rede viária, é conhecida uma, que, a partir da estrada do Porto-Guimarães, à entrada mesmo da nossa cidade, no lugar do Picoto – hoje, Praça Camilo Castelo Branco – rumava, ladeando o Campo do Santarém – hoje, Praça Conde de S. Bento - até penetrar no coração do Cidnai, que só ele latejava, descendo em declive, mais e mais acentuado e em ziguezague, até ao Terreiro da Igreja.

A população do Cidnai – ainda indiviso, sem plataformas – adensava-se, em contraste com o arrabalde de habitações rarefeitas. O mosteiro gerou a vila: os homens ergueram as suas casas e oficinas, exactamente ao longo da variante que da estrada Porto-Guimarães rumava ao mosteiro. Ainda em pleno século XX – e eu muitas vezes o ouvi -, quase ninguém dizia: “vamos à vila”. Antes, “vamos à rua”...

Nasceu a que é hoje a cidade de Santo Tirso de uma dependência dos monges do Patriarca S. Bento. A casa religiosa, pode dizer-se, gerou a cidade. Mais, o mosteiro, através do couto de que era donatário, criou o concelho de Santo Tirso. Mas estas e mais considerações ficarão para outra altura.

A partir da igreja monástica, a transposição do Ave. Far-se-ia por barca, propriedade do mosteiro e que, no sec. XVII, andava arrendada, cumulativamente, com as azenhas, por quarenta alqueires de pão de segunda e vinte alqueires de trigo ⁴³⁰. Passados à margem norte, os transeuntes iriam dar à estrada mais importante Porto-Braga, em S. Tiago d’Antas.

Recuemos ao Picoto. Quem quisesse daqui continuar a sua marcha para Guimarães, sem preocupações de uma prece junto do tão dovotado S. Bento da igreja monástica, subia a rampa dos Carvalhais e logo descia por junto da celebrada Fonte da Maria Velha até à Ponte de Frádegas. E assim se ia na mira da cidade berço.

1.2. Uma casa de portas escancaradas

No mosteiro de Santo Tirso, pobres e ricos, nobres e plebeus, eclesiásticos e seculares aqui se hospedavam, num recebimento franco e caloroso. Não há exageros, que o leque documental não deixará mentir. Dos grandes – clérigos e leigos – reza a história. E consta da hospedagem em Santo Tirso, provavelmente, dos reis Fernando Magno e Afonso VI ⁴³¹. (*Estampa II, foto n. 4*).

Nele estiveram, aos finais do sec. XI, os bispos Crescónio, de Coimbra, e D. Bernardo, bispo de Toledo e Legado da Santa Sé em Espanha. Efectivamente o abade D. Gaudemiro, com o qual se realizará a passagem definitiva destes monges para a Regra de S. Bento, em 1092, foi eleito na presença do dito D. Bernardo e daquele bispo de Coimbra:

Como já antes fora eleito pelos monges, na minha presença ⁴³² e na presença do dito Arcebispo ⁴³³.

Aqui estadearam, e por várias vezes, os prelados de Braga, sobretudo quando dispunham, por acumulação, das responsabilidades da diocese do Porto.

⁴³⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, ff. inum, ao começo.

⁴³¹ MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 356. Fernando Magno conquistou, em 1037, a coroa leonesa. Foi ele que estendeu definitivamente o reino cristão sobre a linha do Mondego. Afonso VI, segundo filho varão de Fernando Magno e da rainha Dona Sancha, foi rei de Leão desde 27 de Junho de 1065. Depois da nossa independência, sabemos da estada, em Santo Tirso, de D. Afonso II, D. Dinis, D. João I, etc. Mas disso falaremos mais adiante.

⁴³² Ou seja, de Crescónio, bispo eleito de Coimbra.

⁴³³ D. Bernardo, arcebispo de Toledo.

Na questão referenciada, entre a nossa casa e o arcebispo bracarense S. Geraldo, e sobre que escrevemos a propósito da fundação do mosteiro de Santo Tirso, ao momento da concórdia – 8 de Outubro de 1101 -, frisou-se bem a delicadeza dos monges daqui, no acolhimento dos viandantes de todas as condições sociais, desde a fundação, passando pelos tempos do bispo D. Pedro (1070-1091), até à prelazia de S. Geraldo:

Os seus moradores (os monges de Santo Tirso) (...), por razões de pura humanidade, receberam, livremente e segundo as suas possibilidades, não por obrigação, antes por caridade, bispos, abades, clérigos, leigos – nobres ou não -, conterrâneos ou estranhos, vindos de qualquer lado (...). Depois, Geraldo (...) foi sagrado bispo de Braga. E porque a igreja portugalense, nessa altura, ainda não tinha bispo, desde os tempos da invasão muçulmana sobre a Espanha, o mencionado Geraldo, bispo de Braga, recebeu as duas dioceses confinantes sob a sua jurisdição. Como, porém, (o sobredito Geraldo) muitíssimas vezes e por grande caridade, fosse recebido por D. Gaudemiro, pelo venerável padre D. Paio, e pelos restantes monges que lá habitavam (isto é, no mosteiro de Santo Tirso), quando, por razões de visita ou pregação, se dirigia a igrejas e mosteiros (...).

Quanto ao seu antecessor, D. Pedro, o mesmo acto de concórdia garante:

Quem, sem razão, o escreveu foi o próprio arcipreste, ele que, frequentemente, lá (em Santo Tirso) esteve com o bispo citado (S. Geraldo) e com o seu antecessor.

Tudo se destinava a provar que o mosteiro estava isento da obrigação do *prandium e da pausadia*, forma de censo que o bispo D. Pedro impusera aos mosteiros da sua jurisdição. Às igrejas caberia antes o pagamento em géneros, sobretudo milho alvo.

Só que a nossa casa se sentiria isenta deste tributo. E acolheria os bispos de Braga, como tanta outra gente, de todas as condições sociais. Mas por simples benevolência dos frades de Santo Tirso. Por isso é que não levavam a bem que constasse o mosteiro da nossa cidade no rol de que o bispo se fazia portador, ao lado de quaisquer outros que estavam obrigados por lei a receber o bispo, com sua comitiva. O rol de D. Pedro para a diocese de Braga, em ordem à sua restauração, foi publicado pelo Sr. Dr. Avelino.

2. A solicitude dos doentes

Uma outra vertente humanitária: a solicitude do mosteiro de Santo Tirso pelos enfermos. Dentre as ovenças da casa, distinguir-se-á a enfermaria nas preocupações prioritárias dos abades, nas opções preferenciais dos doentes, na especialização consumada dos boticários, na descoberta e experiência de novas drogas e mezinhas.

Um dos documentos mais antigos – que antecederá a introdução da regra beneditina no convento – data de 1060. Refere-se a um doente, fidalgo – da Casa de Marnel ⁴³⁴ - que redescobre no mosteiro da nossa cidade a *casa de saúde* preferida.

De, inicialmente, dois ou três, subsiste tão só um documento. Providencial foi o segundo que, numa contextualização de índole histórica e retrospectiva, transcreve o conteúdo do primeiro. É como que uma espécie de introdução histórica ao novo contrato.

Por ali, na introdução, se sabe que Gonçalo Pais se acolhera ao mosteiro de Santo Tirso e que com a nossa casa fizera um acordo: daria ao mosteiro as suas propriedades,

⁴³⁴ Para a história desta Casa, veja-se MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981, pp. 229-238.

em troca da solicitude dos religiosos pela saúde, profundamente abalada, de que sofria o fidalgo. Que, pouco tempo depois, porém – justa ou injustamente ! –, se veria como que abandonado dos monges e motivo até mesmo de repulsa da parte de todos. Que, por isso, se veria obrigado a rescindir o acordo que com eles pactuara. E virar-se-ia, desta feita, para o pai.

De qualquer forma, a casa de Santo Tirso gozava de favores gerais e de estimação comum, no que respeita à assistência em prol dos doentes. Por isso, a ela se dirigira o nosso fidalgo. E nem este drama de agora diminuiria o mosteiro, na sua reputação. A medicina tem e sabe - e, no passado mais estreitas e avizinhas teria e saberia – as limitações das suas mesmas possibilidades reais. O desespero do doente, por um lado, e, por outro, o aspecto acentuadamente psicológico dos seus males – *vexado de um espírito imundo*, queixa-se Gonçalo Pais, se bem que, mais ainda para os antigos, se esbatam muito as fronteiras entre a doença física e a possessão diabólica – podem não beliscar, em nada, a reputação do convento de Santo Tirso. (*Estampa XXII, n. 64*)

De qualquer forma ainda – repita-se, eficiente ou menos boa, por carências dos homens ou limitações condicionantes do saber –, tem mil anos a história da assistência hospitalar, na nossa cidade. Comprova-o o documento citado e que daremos, agora, em tradução:

(Em nome de) Cristo. Que sempre fique registado, para conhecimento de todos, que Gonçalo, filho de Paio e Toda Gonçalves⁴³⁵, caiu doente e que era vexado por um espírito imundo, a ponto de se ver sob muito grave opressão. E quis fazer testamento de todas as suas coisas e de toda a sua herança a Deus e para remédio de sua alma e ao mosteiro de Santo Tirso, aos seus frades e religiosas (fratres uel sorores)⁴³⁶, sob condição de tratarem da saúde corporal e dele cuidarem, enquanto vivesse. E ficou registado por escrito que, se, por acaso, faltassem aos seus compromissos, quer na vida como na morte, não valeria o testamento.

⁴³⁵ Gonçalo Pais era, ao fim e ao cabo, da família patronal do mosteiro de Santo Tirso, por parte da mãe. De facto, Gonçalo Pais era filho de Paio Gonçalves – com propriedades em Esmoriz, Cortegaça, Águeda... – e de Toda Gonçalves, filha de Gonçalo Trastemires. Este era neto de Aboazar Lovesendes, o marido de Unisco Godins, a fundadora do mosteiro de Santo Tirso. O doente que se acolhera ao nosso mosteiro era, pois, trineto da fundadora, por via materna. Cf. MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, pp. 206-210. 230-232.

⁴³⁶ É possível que fosse dúplice este mosteiro primitivo de Santo Tirso. Até pela simples natureza de ser um mosteiro familiar. Um cenóbio deste género, pela legislação da altura – sec. XI-XII – desaguará num convento só masculino ou, apenas, feminino. No Porto, os dois mosteiros de Vairão e Rio Tinto, inicialmente dúplices, decidem-se pela modalidade feminina. O de Santo Tirso, em 1092, optará pela vertente masculina. Mas, mesmo depois de tomada esta decisão, os tabeliães, nas cartas da documentação, ainda continuariam a utilizar a enunciado *fratres et sorores* ou equivalentes. Dirá José Mattoso: O primeiro documento onde se lê uma citação da regra de S. Bento mostra bem o ecletismo com que ela foi adoptada pelas mais importantes abadias da diocese, de forma que não logo de imediato se apagasse a tradição visigoda. Esta sobrevive ainda algum tempo quer nas abadias, como Pedroso que começam por resistir às inovações quer nas casas onde se observa a fusão das duas correntes (...). A terminologia dos actos jurídicos é reveladora das flutuações das observâncias antigas e novas. Certas expressões do vocabulário monástico espanhol tornam-se cada vez mais raras, após os começos do sec. XII, a saber *vita sancta* (=vida monástica), *regula* ou *regula sancta* (=disciplina comum). O mesmo se diga *fratres* et (vel) *sorores* ou qualquer outra fórmula equivalente para designar uma comunidade dúplice (...). Ao lado deste mosteiro conservador (o de Pedroso), outros, embora aceitando a reforma, guardam ainda alguns elementos da tradição local. A utilização das fórmulas *vita sancta*, *regula* e *fratres et sorores* em Paço de Sousa e Pendorada já mostrou que os seus notários não abandonam de imediato, após mudarem de observância. Cf. *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 127 e 129. Se o mosteiro de Santo Tirso foi dúplice, após 1092, não o será, com certeza: STBCC I (1977) 112-113.

Tempos depois, ainda se mantinha a doença de Gonçalo Pais que se tornou motivo de horror aos frades do mesmo mosteiro. E abandonaram-no, quase a morrer. Quando viu o mesmo Gonçalo que não tinha quem tratasse de seu corpo, mandou dizer aos juizes e magistrados, por procuradores e advogados, que o seu testamento já não valeria, enquanto vivesse.

Por isso, eu, Gonçalo Pais, a salvação eterna no Senhor. Aprouve-me, por minha própria vontade, fazer-vos a vós, meu pai, Paio Gonçalves, como realmente faço, uma escritura (...) de doação de todas as minhas herdades, de quantas tenho ou venha a ter até à minha morte, com todas as suas coisas, com todas as suas benfeitorias, ao presente ou no futuro. Por isso, eu, Gonçalo, dou-vos a vós, meu pai, e concedo-vos todas as coisas de que posso dispor, conforme disse e como diz o texto que todo o homem que não tenha filhos das suas coisas faça o que entender... De modo que, de hoje em diante, durante a minha vida (de tudo isso) disponho eu. Depois da minha morte, porém, que o tenhais vós e os vossos sucessores, conforme acima dissemos, em posse tranquila e para sempre. E recebemos de vós, para confirmação, uma carta de compromisso, a respeito da vossa solicitude pelo nosso tratamento até à morte, pelo nosso funeral e pelo bem de nossa alma, para cera e sufrágio (...). Além do mais recebemos de vós um cavalo bom ⁴³⁷, de 200 soldos, de modo que tudo ficou saldado (...).

Em vida, disporemos das coisas, como quisermos ⁴³⁸. Depois da nossa morte, que tudo passe, com segurança, para vossas mãos, para sempre (...). Que esta carta tenha força plena ⁴³⁹.

Não sabemos, ao certo de que que Regra eram seguidores os frades do nosso mosteiro. Mas a vertente assistencial não lhes era, de maneira alguma, coisa estranha.

3. Um mosteiro familiar ?

Talvez se possa levantar uma suspeita do que seria o tipo particular da regra desta comunidade tirsense. É possível fosse um mosteiro familiar. Este género de vida religiosa poderia surgir de uma *igreja própria, laical*. Às vezes, em torno a esta, poderá erguer-se uma paróquia que dela se apoderou para assento, com pia baptismal, cemitério e como local onde os fregueses se reúnem para, como família congregada em torno do *abbas*, cumprirem o preceito dominical. Isto aconteceu na paróquia vizinha da Lama, concelho de Santo Tirso, que adoptaria a igreja *laical* de algum fidalgo – da família dos Pereiras ? – como igreja da comunidade – a freguesia -, donde lhe veio o nome primitivo de *S. Miguel de Leigal* – ou de *Landim Leigal* -, por oposição à igreja próxima de Areias, que se formou em torno de uma igreja, que antes fora monástica, a igreja de *S. Tiago de Landim*. Onde estava o *monasterium sancti Jacobi de Nandini*, nele, após a saída dos frades, montará assento a *ecclesia Sancti Jacobi de Nandini* ⁴⁴⁰.

Às vezes, porém, a igreja própria poderia desaguar antes numa comunidade monástica, o chamado *mosteiro familiar*. Os seus membros estariam ligados entre si pelos vínculos do sangue ou de outros de natureza social. Portanto, para além dos fundadores, as mulheres, os filhos, poderiam nesta comunidade ingressar os servos e os

⁴³⁷ Possivelmente, a *revora*.

⁴³⁸ Fica o domínio útil, em forma de reserva, para o doador.

⁴³⁹ PMH/DC 425.BUC Ms. 704, *Os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 232-234. O original do Cartório da Fazenda da Universidade, Pergaminho do Mosteiro de Pedroso.

⁴⁴⁰ Cf. *A Freguesia de Areias, Santo Tirso*, vol. I, *Areias até ao sec. XVI*, ed. da Junta de Areias e do Conselho Económico da Paróquia de Areias, Santo Tirso, 2003, especialmente a p. 88.

vizinhos que trabalhassem nas propriedades do fundador. Pela mesma natureza da sua origem, tempos adiante, tais mosteiros ficariam dúplices. Mas diferentes de outros, quando, em oposição àqueles, os salvaguardará melhor estrutura, disciplina e controle. Falo daqueles que na *tuitio*, bebem a sua nascedoura.

Voltando aos que resultam de uma igreja própria, a sua origem, a sua finalidade económica, a sua autonomia jurídica, a frequência de atropelos de ordem espiritual (cismas e heresias) e moral, a ameaça constante da *divisio*, etc., poderiam explicar a proibição do concílio de Lérida: a de que se sagre uma igreja, *sub specie monasterii*, que um leigo erigisse, se de facto aí não vivesse uma comunidade, sob a orientação de uma regra, que o bispo tivesse aprovado. Enfim, os perigos que assinalámos permitir-nos-ão classificar tais instituições mais como pseudo-monásticas que de outra maneira qualquer⁴⁴¹.

Segundo José Mattoso, na diocese portugalense, só entre 1000 e 1075, haveria entre vinte e dois a vinte oito instituições monásticas assim. Cingido o ingresso aos membros de uma família ou, pelo menos, tão dependentes desta como à margem da autoridade episcopal. Eram estas algumas das suas características. Acrescenta Mattoso que tais instituições mal se distinguiriam das paróquias rurais⁴⁴².

Uma corrente deste género traria vantagens de natureza social e económica, a favor das famílias nobiliárquicas da altura. Na dotação, por princípio, assegurar-se-ia o património de uma estirpe que, por um lado, se não dividiria pelos herdeiros, e, por outro, se libertaria de impostos e contribuições que os poderes eclesiásticos ou seculares eventualmente quisessem arrecadar.

Na sua subsistência, porém, estavam condicionados pelas vicissitudes da família patronal, pelo seu peso socio-político e económico. Por isso a queda eventual dos fundadores ou seus herdeiros trará, no seu encalço, a decadência e a morte da própria comunidade monástica.

Há aqui dois pormenores que podem assinalar estas feições no rosto do mosteiro de Santo Tirso. Primeiro, o caso mencionado do Gonçalo Pais: relacionado com a família patronal, pelos laços do sangue, foi recebido na nossa casa. Bem sei que o não fez com o intuito de nela professar, mas por razões de natureza clínica. E talvez não fosse impossível o seu tratamento entre religiosos que não constituíssem um mosteiro tipicamente familiar...

Mas haverá um outro elemento que poderia configurar melhor os traços de uma silhueta deste género. Mattoso põe de realce a ameaça a que constantemente ficariam expostos os mosteiros familiares: a *divisio* dos bens patrimoniais pelos membros da comunidade. No fundo, uma ofensa ao próprio espírito da fundação mesma, ou seja, a pobreza voluntária dos aderentes à vida religiosa.

Ora, em 1092, a preocupação fundamental do bispo D. Crescónio e do arcebispo de Toledo D. Bernardo, naquela etapa decisiva da beneditinização, foi exactamente a de exigir dos padroeiros – a poderosa família dos da Maia – que, naquele momento crucial da mudança do regime da casa, mantivessem o mosteiro de Santo Tirso *íntegro com todos os seus bens*. A recomendação tão premente teria em vista arredar dos nossos monges a ameaça triste que da experiência sabida dos mosteiros familiares, em geral, se teve exacto conhecimento.

Creio que também valerá uma outra diferença. A saber, se os mosteiros familiares se distinguiam pelo facto de que o abaciado se mantivesse na posse dos membros da estirpe dos fundadores, não será argumento da subsistência de tal figurino na época de

⁴⁴¹ ORLANDIS, José – *Estudios sobre Instituciones monasticas medievales*, Ediciones Universidad de Navarra, S.A., Pamplona, 1971, p. 127 e ss.

⁴⁴² *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, p. 58.

1092 em diante. É certo, os abades, desde aquela data em diante, seleccionam-se, muitas vezes, de entre os membros da família patronal. Mas, com uma diferença decisiva: os padroeiros indigitam o abade; elegem-no, porém, os monges. Mais, os Bispos do Porto terão um papel decisivo, na medida em que os devem confirmar. Ver-se-á na bênção abacial de Gaudemiro e, daí por diante, na fiada dos seus sucessores...Embora, pelas razões já ditas, se justifique a confirmação de Gaudemiro em Coimbra, enquanto que a dos sucessores se acentua buscar-se no bispo do Porto.

Mais ainda: a presença do dito Crescónio e de D. Bernardo remediriam a indisciplina eventual da casa de Santo Tirso, pela agregação de elementos de nível social e espiritual de que proviriam e da compreensível impreparação de muitos deles, face ao ideal religioso que os conjugava no mosteiro. A presença destes personagens dará ao mosteiro uma nova significação e trar-lhe-á elementos estruturantes de um novo modelo de monaquismo, a depender agora do bispo diocesano e da Santa Sé.

CAPÍTULO IV

A MALHA DIOCESANA DO NOSSO MOSTEIRO

Se, de facto, algumas igrejas e mosteiros que eram, de direito, do Porto, desta diocese, passaram, de facto, para a de Braga – o que acontecerá até mesmo às portas de Santo Tirso, com Burgães e Rebordões, por exemplo; e se, de um pastoreio fortuito e provisório do arcebispado, se passou a uma jurisdição permanente e efectiva do mesmo sobre as instituições eclesiais a sul do Ave, o nosso mosteiro sempre resistiu à aglutinação asoberbada da metrópole e nunca foi, de facto – já que de direito nem sequer a questão se porá – , da diocese bracarense.

Portanto, não é pelo facto dos bispos de Braga se alojarem no nosso mosteiro que se poderá concluir que esta casa pertencia à diocese de Braga e que o tal “direito”, o *prandium*, seria a dita obrigação que o bispo D. Pedro imporia sobre as igrejas e mosteiros da sua diocese, quando se decidiu a reestruturá-la. Primeiro, porque os frades de Santo Tirso recusam uma aposentadoria, enquanto proveniente de um tributo da autoridade diocesana sobre cada entidade que lhe pertencesse, mas só a aceitariam enquanto oriunda de um acto de pura benevolência do próprio mosteiro. Segundo, porque se diz, no acto de concórdia, que o mosteiro se encontrava no interior da diocese do Porto. E que aí se alojavam os bispos de Braga, quando a esta igreja se dirigiam por motivos pastorais e cuja vigilância lhes fôra encomendada de maneira precária e transitória.

Foi esta a convicção firme do mosteiro de Santo Tirso, a partir do mesmo acto das suas origens, pelo que iria servir de tampão e freio às ambições desmedidas dos prelados bracarenses. E será o mesmo abade de Santo Tirso, eleito em 1092 – Gaudemiro –, a prolongar, com firmeza e decisão, o testemunho da sua pertença à diocese do Porto.

1. Os dados

1.1. O acto de 1100

No acto de concórdia, deduz-se uma coisa: que Santo Tirso está no rol dos mosteiros da diocese do Porto, muito embora sob jurisdição meramente ocasional do arcebispo de Braga. Estamos no ano de 1100. E, só 13 anos depois, é que o Porto terá o seu primeiro bispo, após a restauração.

1.2. A relação entre o bispo do Porto, D. Hugo e o nosso abade, D. Gaudemiro

Em 1113-1114, no mais aceso da questão, D. Gaudemiro, abade de Santo Tirso, governa a igreja portugalense, enquanto D. Hugo se dirige a Roma, com o fim exacto de reivindicar os limites da sua circunscrição. Escreve D. Bernardo, bispo de Toledo, a D. Gaudemiro:

*Aceitamos com dificuldade que não tivésseis vindo ao concílio, nem no ano passado*⁴⁴³, *nem há pouco*⁴⁴⁴. *Mas D. Hugo, bispo da Igreja do Porto, nos garantiu de que*

⁴⁴³ Sínodo de Palencia, de 25 de Outubro de 1113.

⁴⁴⁴ Sínodo de Léon, de 18 de Outubro de 1114.

*tínheis motivo (para faltar): é que vos encarregou de governar a sua Igreja, em seu lugar*⁴⁴⁵.

As circunstâncias – o contexto da polémica com o metropolitano – fazem-nos crer numa confiança plena de D. Hugo no abade Gaudemiro e na instituição que este representa, o que, por outro lado, parece supor uma fidelidade do mosteiro ao seu legítimo pastor. Em apêndice, irá o texto original completo.

1.3. D. Gaudemiro e a defesa dos direitos da Igreja do Porto

Em 1115, dois documentos, a este propósito. Antes de mais, D. Bernardo, arcebispo de Toledo e legado da Santa Sé em Hespanha, exorta o abade D. Gaudemiro a que trabalhe para que as igrejas e mosteiros que, indevidamente, se subtraíram à jurisdição do seu legítimo pastor, regressem à obediência ao seu bispo. A autoridade da sua incumbência exigiria a prova de uma fidelidade indesmentida, para não haver o reparo da utilização do provérbio: *Bem prega Frei Tomás !...* Palavras do arcebispo toledano ao superior da casa religiosa de Santo Tirso:

*Ordenamo-vos e mandamos, pois, por obediência, que, em nosso nome, exorteis todos os abades ou priores dos mosteiros, todos os clérigos e leigos, mulheres seculares e religiosas, que residem dentro dos antigos limites da diocese do Porto, desde o rio Vizela até Antuã*⁴⁴⁶, *a que, vindo a um sínodo da iniciativa do bispo do Porto, quando ele o convocar, lhe manifesteis a devida sujeição e obediência e o aceitem em paz, como próprio bispo, e a mais nenhum outro.*

Aqueles que, dentro dos citados limites, lhe obedecerem alcançarão a bênção de Deus todo poderoso e da Bem-aventurada Virgem Maria. Aqueles, porém, que, dentro dos antigos limites da diocese do Porto, lhe negarem a devida sujeição e obediência, por autoridade divina os suspendemos e interditamos as suas igrejas: que as portas das mesmas se não abram, não toquem os sinos, não haja sepultura eclesiástica, nem qualquer ofício divino, excepto o Baptismo e a Penitência.

*Esta carta foi escrita em 1115*⁴⁴⁷.

Ao contrário, pois, dos outros mosteiros tirsenses – o de Roriz e o de Vilarinho – e outras igrejas sitas no nosso concelho – caso de Burgães, S. Martinho do Campo, Rebordões... -, o convento beneditino da nossa casa vivia em comunhão com o seu legítimo pastor: merecia a confiança do bispo do Porto e tinha a grandeza moral para assumir dignamente o múnus que o delegado da Santa Sé em Espanha lhe confiava.

E, no mesmo ano de 1115, a Bula de Pascoal II *Egregias quondam* confirmará bem a coerência desta situação: o Ave, desde a foz até ao Vizela, é linha fronteiriça das duas dioceses, a de Braga e a do Porto⁴⁴⁸. Uma questão de direito e de princípio que justificará o rumo assumido pela comunidade monástica tirsense, desde trás.

⁴⁴⁵ Carta de D. Bernardo, arcebispo de Toledo, a D. Gaudemiro, publicada por C. ERDMANN – *O Papado e Portugal*, pp. 81-82.

⁴⁴⁶ Reivindica o bispo do Porto o território que o arcebispo de Braga lhe teria já usurpado, desde Burgães (Santo Tirso), pelo mosteiro de Pombeiro, até e ainda além Tâmega; e o território compreendido entre o Douro e Antuã (Feira), na posse do bispo de Coimbra.

⁴⁴⁷ Publicada na dita obra de C. Erdmann, pp. 81-82.

⁴⁴⁸ CCSP, pp. 1-3.

1.4. As Bulas Pontifícias de Pascoal II e de Calisto II

Nem da Bula citada de Pascoal II *Egregias quondam*, de 1115, nem da de Calisto II *Officii mei*, de 1120, se poderá inferir que o nosso mosteiro não obedecia ao bispo do Porto. Embora este último documento descesse mais ao particular e concreto – define a mesma função delimitadora do Ave, mas exemplifica algumas das igrejas e mosteiros que, por isso, pertenciam juridicamente à diocese do Porto, como os de Santo Tirso, Burgães, Roriz e Vilarinho...-, Calisto II limita-se a perspectivar o problema ao nível abstracto da *quaestio de iure*. Como já o fizera Pascoal II. Até porque as três últimas instituições – os mosteiros de Burgães, Roriz e Vilarinho – eram já, na realidade, da obediência do metropolitano.

1.5. Privilégios monásticos e jurisdição episcopal

Já de maior significação a carta de Honório III ao bispo do Porto, acerca das prerrogativas do mosteiro de Santo Tirso. O problema surgiu da tensão entre os privilégios pontifícios com que Inocêncio III cumulava os bentos da nossa cidade ⁴⁴⁹, de uma banda, e a jurisdição que competia ao bispo do Porto, no âmbito de toda a sua diocese, de outra. Honório III, em 1216, aquietaria o bispo da igreja portugalense: que as cartas de protecção com que a Santa Sé agraciara o nosso mosteiro não eram limite nem óbice ao exercício da jurisdição do prelado diocesano sobre esta casa religiosa. *Que é da tua diocese*, explicitará o Romano Pontífice. Não é só, pois, uma questão de direito: o convento não só estará no interior desta igreja, como, de facto, se reconhece por tal, a ponto de os privilégios do mosteiro poderem ser interpretados naquele contexto como limitação do exercício da jurisdição efectiva do bispo portugalense.

Diz o Papa:

Honório, servo dos servos de Deus, ao venerável irmão Bispo do Porto, saúde e bênção apostólica.

Suplicou-nos a tua fraternidade para que, tendo o nosso predecessor de feliz memória, o Papa Inocêncio ⁴⁵⁰, tomado sob a protecção da Sé Apostólica o Abade e convento de Santo Tirso, da tua diocese, nos dignássemos declarar por carta, de forma que se não pensasse que, a pretexto da referida protecção, se seguisse qualquer ofensa ao direito da tua igreja. E nós, por isso, atendendo às tuas preces, declaramos pela presente que da referida protecção julgamos se não segue – e queremos que, de facto, se não siga – qualquer coisa que afecte os teus direitos ou direitos da tua igreja, concedendo-te, para maior certeza e como testemunho, esta nossa carta. Dada em Ladrão, a 3 das Noas de Outubro, no primeiro ano do nosso Pontificado ⁴⁵¹.

⁴⁴⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170. Cf. art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. A Bula de Inocêncio III ao Abade e Prior do mosteiro de Santo Tirso, com data de 27 de Julho de 1212*, em JST de 24 de Fevereiro de 1995. Acrescente-se que o próprio Honório III confirmaria também os privilégios dos nossos beneditinos, PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170 v.

⁴⁵⁰ Sob inicial, no texto de origem.

⁴⁵¹ Corresponde a 5 de Outubro de 1216. Cf. CCSP, pp. 13-14.

1.6. A fidelidade portugalense do nosso mosteiro

A 12 de Agosto de 1253, sobre a doação dos coutos das Lages e de Airão. É mais um escambo em que ambas as partes se comprometeram. Antes de mais, toma a palavra o Abade de Santo Tirso, D. Fernão Pires:

*Seja conhecido de todos, presentes e futuros, que virem este documento de acordo, que eu, Fernão Pires, Abade de Santo Tirso, da diocese do Porto...*⁴⁵².

1.7. Uma intervenção de Braga em situação de recurso

A 14 de Agosto de 1260, o metropolitano anulou - mas em segunda instância - a decisão do bispo do Porto, D. Julião Fernandes, no que respeita ao problema do sucessor do abade tirsense Fernão Pires. Quem superiormente e de imediato decidirá nesta crise, aberta no interior do mosteiro, é o bispo portugalense. O arcebispo de Braga teria uma palavra a dizer apenas e tão só na qualidade de juiz da corte de apelação⁴⁵³. Como, de resto, é de norma nos tribunais sufragâneos.

1.8. Uma confirmação bracarense, numa situação de facto. E uma fidelidade portugalense do mosteiro de direito e de facto...

Para uma igreja que, de direito, era do Porto, mas, de facto, de uma obediência a Braga, fez o nosso convento - padroeiro que o era ! - ao metropolitano a apresentação de um nome, Afonso Pires.

Trata-se da igreja de Rebordões. Apresentaria para ela, em 1284, Martim Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso, *da diocese do Porto*. Declarar-se-á, de forma explícita, até da parte dos oficiais da igreja bracarense:

*Saibam todos que na era de 1322, a 14 das Calendas de M., na presença do venerável D. Martinho Pires, cónego da igreja bracarense e Vigário do próprio arcebispo D. Frei Telo, e de mim João Fortes, público tabelião bracarense (...), D. Martim Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto...*⁴⁵⁴

É a própria igreja bracarense a reconhecer, de facto, a obediência portugalense do mosteiro de Santo Tirso. A abordagem prática, que não teórica, do problema acentua-se, quando se equacionam as coisas a partir da situação da igreja a que se destina o candidato: a freguesia de Rebordões que era, de direito, da diocese do Porto. E, todavia, o eleito recebe a confirmação do arcebispo de Braga, a quem promete obediência⁴⁵⁵.

⁴⁵² Cf. art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. D. Fernão Pires (1240-1260)*, em JST de 28 de Abril de 1995, p. 3.

⁴⁵³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 290. Cf. *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 33. Veja-se ainda o art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. Paio Soares (1260-1263)*, em JST de 13 de Janeiro de 1995, p. 3.

⁴⁵⁴ O dossier da questão veio a lume nos EN, de Agosto-Setembro de 1994, p. 11, sob o título *Párocos de Rebordões. O abade Afonso Pires. A sua apresentação e confirmação*. Veja-se, igualmente, o JST, no art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O Abade Martim Mendes ou Martim Anes (1274-1284)*, ao n.º de 8 de Setembro de 1995, p. 3.

⁴⁵⁵ E, como se sabe, este desajustamento entre uma situação de direito e uma questão de facto manter-se-á, na igreja de Rebordões, até 1882, quando a tensão se irá resolver.

1.9. Uma composição entre o mosteiro e o bispo do Porto

De 8 de Fevereiro de 1287 data a composição entre o Bispo do Porto, D. Vicente, e o abade mai-lo mosteiro de Santo Tirso: doação de padroados, em troca da união de outras igrejas.

Toma a palavra o bispo:

*Considerando os serviços que a nossa igreja recebeu, até agora, do mosteiro de Santo Tirso, da Ordem de S. Bento, da nossa diocese...*⁴⁵⁶.

1.10. A Bula de Nicolau IV

Pouco depois – dois anos tão só – um novo documento pontifício: a Bula de Nicolau IV, de 1 de Outubro de 1289, destinada a proteger o nosso mosteiro das invejas e maldades dos poderosos. Garante o Papa:

*(...) tomamos sob a protecção de S. Pedro e também sob a nossa protecção o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da diocese do Porto, onde vos entregastes ao serviço de Deus (...)*⁴⁵⁷.

1.11. A doação de Silva Escura

Lê-se num documento, pelo qual Dona Beatriz Martins, irmã de Rui Martins de Numães, com o consentimento de seu marido, Fernão Martins da Teixeira, doou ao mosteiro de Santo Tirso o seu quinhão na igreja de Silva Escura:

(...) D.Martim Pires, Abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto (...).

É uma doação de 2 de Abril de 1309⁴⁵⁸.

1.12. A posição de Santo Tirso na lotação de D. Dinis

E chegamos à lotação dionisíaca de 1320-1321. Julgo que todos os testemunhos – afora aqueles cujo valor já se relativizou, os dois pontifícios de 1115 e 1120 –, traduzem, antes de mais, uma situação de facto, bem assente, de resto, num princípio fundamental de direito.

Mais evidente é a abordagem contingencial sob que se perspectivam as instituições, neste documento dionisíaco. Ao contrário de Vilarinho e Roriz, que se metem no interior da malha diocesana de Braga – e eram, de direito, do Porto ! –, o convento de Santo Tirso integra-se no rol das igrejas e mosteiros que prestam, de facto, obediência ao prelado portugalense. Era, sim, da diocese do Porto – de resto, conforme ao direito –, ao contrário de Vilarinho e Roriz, que se citam como instituições de Braga, mas que, juridicamente, o não eram⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ Cf. PLC T n. 62. *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O Abade D. Domingos Mendes (1284-1287). O padroado de Santo Tirso, nos finais do sec. XIII*, em JST de 30 de Junho de 1995, pp. 7-8. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 144-147.

⁴⁵⁷ Veja-se o artigo citado na nota anterior.

⁴⁵⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 142-143 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 87. Veja-se o art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O Abade D. Martim Pires (...1292-1329)*, em JST de 17 de Novembro de 1995, p. 3.

1.13. A intervenção da igreja portugalense num acto eleitoral do mosteiro

As vicissitudes de um acto eleitoral ! Quase uma repetição, a papel químico, do facto de um século antes, à morte de Fernão Pires (1260). Ou seja, para a eleição de Paio Soares.

No acto de 1260 – já o dissemos –, quem teve o direito de uma decisão, a nível superior ao do convento de Santo Tirso, quando não havia a Congregação, foi o bispo do Porto. Da mesma sorte, nesta altura, em 1330. Uma divisão dos monges, à morte de Pero Anes. Um deão de Braga, é certo, a presidir ao acto eleitoral. Mas – note-se ! –, por comissão do bispo do Porto. Um Vigário Geral desta igreja que, ao recurso, decide a favor de uma das três opções. Na apelação subsequente para a instância superior da Santa Sé, um Papa que comete a solução do diferendo ao bispo do Porto, D. Vasco, que se encontrava, nesta altura, em Avinhão, e que subdelegou no cónego de Coimbra João de Lourosa.

De qualquer maneira, é à jurisdição diocesana do Porto que se recorre para a solução da crise que se instalara no seio da comunidade tirsense⁴⁶⁰.

1.14. A distribuição dos mosteiros tirsenses, no pacto de 1387

Muito importante um texto documental de 1387. Um pacto entre mosteiros agostinianos e beneditinos, sobre uma cadeia de sufrágios por alma de qualquer monge que destas casas, quase todas de Entre-Douro-e-Minho, viesse a falecer. A fé no Purgatório os motivaria. De qualquer forma, um duplo critério de distribuição dos conventos digno de assinalar-se.

Antes de mais, a sua distribuição por dioceses, segundo o princípio de uma obediência de facto, a saber, primeiro, os da igreja do Porto; depois, os da diocese de Braga. Em seguida, dentro de cada bispado, primeiro as casas beneditinas; logo no encalço, os agostinianos.

Para agora, interessa assinalar que o mosteiro de Santo Tirso está colocado ao começo da série dos do Porto; ao passo que os agostinianos de Roriz e de Vilarinho, embora de direito fossem do Porto, colocam-se, efectivamente, no meio dos que pertencem à diocese de Braga e a ela, de facto, obedecem.

Decidem os monges de ambas as partes:

Porem os Religiosos e honestos Dom Vicente Rodriguez Abbade, e o Convento do Moesteyro de Ssantotisso de Ribadave, e Dom Martim Gil, Abbade, e o Convento do Moesteyro de Paaço de Sousa, e Dom Affonso Martinz, Abbade e Convento do Moesteyro de S. Joane da Pendorada, e Dom Joham Dominguez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Bustelo, e Dom Affonso Perez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Cete, e Dom Francisco Dominguez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Pedroso, da Hordem de Sam Beento do Bispado do Porto, e outrossi D. Gonçalo Perez, Prior e o Convento do Moesteyro Eygrejoo, e Dom Fernam Gomez, Prior e o Convento do Moesteyro Dansside, e Dom Salvado Perez, Prior e o Convento de Vila boa do Bispo, e Dom Martim Spiuqua, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilela do dito Bispado da Hordem de Sancto Augustino: e Outrossy Dom Johane Anes, Abbade e o Convento do

⁴⁵⁹ ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*, t. IV, Livraria Civilização Editora, Porto-Lisboa, 1971, pp. 95 e 107.

⁴⁶⁰ Cf. *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 36. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 112, p. 197. Cf. art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O abade Lourenço Gerales (1331-1361)*, em JST de 16 de Fevereiro de 1996, p. 3.

Moesteyro de Travanca, e Dom Affonso Martins, Abbade e o Convento do Moesteyro de Poombeiro, do Arçabispado de Braga, e Dom Johane Anes, Prior e o Convento do Moesteyro de Mancelos, e Dom Loix Afonso, Prior e o Convento do Moesteyro de Freyxeo, e Dom Joham Duraaez, Prior e o Convento do Moesteyro de Caramos, e Dom Martim Anes, Prior e o Convento do Moesteyro de Rooriz, e Dom Joham Gonçalves, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilarinho, e Dom Joham Palos, Prior e o Convento do Moesteyro da Costa, da Hordem de Sancto Augustino do dito Arçabispado ⁴⁶¹.

1.15. Uma apresentação em Braga, do nosso mosteiro

Outra questão, onde se perspectiva o problema da obediência diocesana nos moldes como, de facto, iam correndo: a confirmação do abade burgalenense Martim Esteves, a 9 de Outubro de 1394. Para Burgães – que, de direito, seria do Porto – é o arcebispo de Braga, D. Lourenço, que confirma o seu pastor. Mas quem o apresenta ao metropolitano é o mosteiro de Santo Tirso, *do bispado do Porto*, explicita-se, e os descendentes de Gonçalo Martins da Lage e de Rui Pires da Lage ⁴⁶².

Caso paralelo ao da apresentação de Afonso Pires, para abade de Rebordões, em 1284. Do que já se falou.

1.16. Na sucessão do do abade tirsense, Martim Aires

Por cima dos padroeiros de Santo Tirso se passou, na eleição do sucessor de D. Vicente Rodrigues. Como também por cima dos direitos dos monges. E o Mestre de Avis, D. João I, acabaria por impor ao mosteiro de Santo Tirso Martim Aires, que tomaria posse em 1402, iniciando-se, desta forma, a galeria dos abades comendatários.

Pois, aquando da sua resignação, iriam surgir os mesmos problemas. O processo foi moroso, quer no que respeita à relação entre Martim Aires e aquele que lhe iria suceder, o abade tibanense Soeiro Anes – desde a hipótese de uma simples permuta dos abaciados, à decisão última de uma desistência pura e simples de Martim Aires –, quer no que respeita ao problema das relações entre os padroeiros e os monges, de um lado – que gostariam de fazer valer, agora, os seus direitos –, e o sobrinho de Martim Aires, candidato à nossa prelazia, e seus apoiantes – sobretudo, o próprio D. Duarte, ainda infante – que queriam impor-nos o abade de Tibães, o mencionado Soeiro Anes.

Assim protestava, diante da Santa Sé, em 1428, o Conde de Barcelos, que fazia valer o direito da apresentação a favor, entre outros, dos seus dois filhos, a saber, D. Afonso, Conde de Ourém, e D. Fernando, Conde de Arraiolos, Pereiras de estirpe, e, desta forma, sucessores dos Maias, Gonçalo Mendes e Soeiro Mendes, os padroeiros, aquando da reedificação do mosteiro, por 1092:

Beatíssimo Padre:

Crescónio, de feliz memória, bispo de Coimbra, por delegação apostólica, e Bernardo, arcebispo de Braga ⁴⁶³, *por autoridade metropolitana, concederam a Gonçalo Mendes e a Soeiro Mendes e a alguns outros leigos nobres da sua descendência – deles deriva, como se sabe, a estirpe dos Pereiras –, na qualidade de*

⁴⁶¹ RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. II, Lisboa, 1811, pp. 255-258. Cf. art.º *Uma cadeia de solidariedade entre Bentos e Agostinhos no sec. XIV*, em EN, de Junho de 1995, p. 15.

⁴⁶² ADB/UM *Registo Geral* vol. 319, f. 97. Cf. CORREIA, Francisco C. – *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I, 1999, pp. 54-55.

⁴⁶³ Erro, por arcebispo de Toledo.

*reedificadores, fundadores e dotadores bastantes do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da ordem de S. Bento, diocese do Porto (...)*⁴⁶⁴.

1.17. As visitas do bispo do Porto, na época medieval

Tempos houve em que os conventos beneditinos foram imunes da jurisdição dos bispos. Refiro-me, especialmente, ao período de após o estabelecimento da Congregação, na segunda parte do sec. XVI. Nesta fase, vieram a usufruir os nossos religiosos da isenção, a respeito sobretudo das visitas do Ordinário local⁴⁶⁵. Não é aqui a ocasião para se falar dos conflitos entre a comunidade conventual de Santo Tirso, por um lado, e o bispo do Porto, quando este – pessoalmente ou por representante seu – visitava a paróquia de Santa Maria Madalena, cujo assento funcionava no corpo da igreja monástica, dividida por muro ou qualquer vedação e, a partir de 1780, pela famosa grade de ferro. Como os beneditinos vigiavam, com atenção, os movimentos do Visitador e como logo protestavam, se, por acaso, este cometesse a ousadia de franquear a passagem do corpo para o transepto e capela-mor⁴⁶⁶...

Antes, porém, os Ordinários “devassavam” o espaço reservado aos monges. Mesmo para capitulações que recaíam directamente sobre problemas da própria comunidade monástica. E quem o fez, em Santo Tirso, foi o bispo do Porto. Assim, a 5 de Abril de 1401, D. Gil Alma⁴⁶⁷ fez a visita ao nosso mosteiro. Dela se dá testemunho no auto da visita de 37 anos à frente, quando era bispo do Porto D. Antão⁴⁶⁸. Deste acontecimento se falará dentro em pouco.

1.18. O escambo prelatício de 1428

Vimos que, em 1428, Martim Aires e Soeiro Anes – tio e sobrinho, abades, respectivamente, de Santo Tirso e Tibães -, tentavam, junto da Santa Sé, o escambo das prelazias. O processo arrastar-se-ia demorado e lento, até que, a 25 de Março de 1430, uma viragem se iria dar no desenvolvimento deste negócio: Martim Aires abdicava da prelazia de Santo Tirso, a favor de Soeiro Anes, e, em simultâneo, renunciava à pretensão da liderança do mosteiro de Tibães.

Da vacância desta última casa, logo de seguida, se aproveitou Martim Afonso, acólito do Porto, que pede a Roma – em seu proveito ! – as funções abaciais sobre

⁴⁶⁴ CORREIA, F. Carvalho – *A Igreja Matriz de Santo Tirso*, pp. 162-164. Texto latino em COSTA, António Domingos de Sousa – MPV, vol. IV, Editorial Franciscana, Braga, 1970, pp. 583-584.

⁴⁶⁵ Aliás, a jurisdição do bispo sobre os conventos beneditinos manifestar-se-ia em diversos campos: nas visitas de que são exemplo as duas de 1400, que revelaremos no corpo deste artigo; nas eleições dos abades, que os prelados diocesanos controlariam ou supervisionariam, por exemplo, e no caso concreto de Santo Tirso, na eleição do sucessor do abade tirsense Fernão Pires, em 1260; na confirmação e bênção do abade, como foi o caso de Gaudemiro, em 1092; na ordenação de monges clérigos, como se prova abundantemente pelos livros do *Registo Geral de Braga*, em concreto, nos chamados *Livros de Matrículas*, que vão dos começos do sec. XV aos finais do sec. XVII; na arrecadação de censos, que, em muitos casos, substituiriam o jantar e as morturas...; na obrigatoriedade que recai sobre o abade, no que respeita à participação pessoal ou por delegado seu nos sínodos diocesanos... Cf. MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 108-112. Discordo de Mattoso, quando interpreta o *prandium* do acto de concórdia como argumento a favor do tributo do bispo diocesano, de que os monges tirsenses se libertariam, nesta altura. Na introdução a este capítulo já disse porquê.

⁴⁶⁶ As visitas ao mosteiro – à comunidade monástica e suas dependências – são agora feitas (após se ter criado a Congregação) – pelo Abade Geral ou Visitadores Gerais da própria Congregação. As actas destas visitas a Santo Tirso encontram-se em Braga, no Arquivo Distrital. Sobre tudo aqui.

⁴⁶⁷ Bispo do Porto desde 1399 a 1407.

⁴⁶⁸ Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 201, p. 221. D. Antão Martins Chaves, que foi Cardeal, governaria a igreja portugalense de 1424 a 1447.

aquele mosteiro bracarense. Na súplica, o candidato fala da renúncia do tio e da transferência do sobrinho, Soeiro Anes, de Tibães para o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave. *Da diocese do Porto*, concretiza-se.

Diz, efectivamente, Martim Afonso:

*Vagando o mosteiro de S. Martinho de Tibães, da Ordem de S. Bento, na diocese de Braga, pela transferência do vosso servo devoto para o mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave, da mesma Ordem, na diocese do Porto (...)*⁴⁶⁹.

1.19. A visitação de 1437

Da jurisdição portugalense sobre o mosteiro de Santo Tirso é testemunho saliente o acto de visitação de Diogo Anes, bacharel em Direito *in utroque iure*, exactamente a 27 de Janeiro de 1437, e na qualidade de Vigário Geral de D. Antão, bispo da Igreja do Porto.

Nela se incorpora uma referência à visita de D. Gil Alma, de 15 de Abril de 1401⁴⁷⁰.

1.20. Uma incumbência pontifícia ao abade de Santo Tirso

E chegamos a meio do sec. XV. A 9 de Junho de 1450, o Papa Nicolau V manda fazer a devida inquirição, em ordem a conceder a abadia de Fontarcada a Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso. *Da diocese portugalense*, especificar-se-á. Desta forma se exprime o Romano Pontífice:

*Nós, não tendo um conhecimento exacto dos méritos e idoneidade do dilecto filho Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso, da sobredita ordem (isto é, de S. Bento) e da diocese do Porto (...), por esta carta apostólica recomendamos à tua discrição*⁴⁷¹ *te informes diligentemente dos méritos e idoneidade do mencionado Afonso*⁴⁷².

1.21. O abade de Santo Tirso, da diocese do Porto, como juiz executor

A 14 de Março de 1454, um ano e pouco antes de falecer o abade de Santo Tirso, Soeiro Anes, o Papa Nicolau V nomeá-lo-á como um dos responsáveis da execução do processo que haveria de conduzir o reitor da igreja de Bagunte, Fernando Rodrigues, bacharel em Direito, a Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira, pelo falecimento do Prior João do Casal.

Começa a Bula desta forma:

*Nicolau V (...) aos dilectos filhos o Abade de Santo Tirso de Riba d'Ave, da diocese do Porto, e ao arcediago da igreja portugalense, saúde (...)*⁴⁷³.

⁴⁶⁹ Cf. *A Igreja matriz de Santo Tirso*, pp. 166-167. Martim Afonso veio a ser, efectivamente, o sucessor imediato de Soeiro Anes. Que foi Abade mais de 40 anos: *Benedictina Lusitana*, vol. I, p. 386. Curiosamente, Frei Leão de S. Tomás, nem a este nem ao seu sucessor os tem por comendatários.

⁴⁷⁰ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 201, pp. 220 – 227. O Índice do Cartório de Santo Tirso de 1774 diverge, na cronologia, de João Pedro Ribeiro que lhe assinalou a data de 27 de Janeiro de 1438.

⁴⁷¹ O destinatário da carta de Nicolau V é o abade de Bouro.

⁴⁷² CUP, vol. V, Lisboa, 1972, pp. 167-168.

⁴⁷³ CUP, vol. V, pp. 369-370.

1.22. *Um período alargado de vacância*

A 5 de Setembro de 1455 – na véspera morrerá o dito Soeiro Anes –, Afonso Lourenço, presbítero secular eborense, bacharel em Teologia, capelão, familiar e comensal de D. Jaime, arcebispo de Lisboa, suplicou à Santa Sé a graça da concessão do abaciado do mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave, da Ordem de S. Bento, *da diocese do Porto* ⁴⁷⁴.

1.23. *Card. D. Jaime: uma porta aberta que não franqueia*

Sem que as Bulas fossem despachadas para a devida execução, Afonso Lourenço resignaria à função abacial, em prol de seu amo, o dito Cardeal D. Jaime. Na Bula desta última graça, com data de 16 de Dezembro do mesmo ano de 1455, Calisto III alude ao reticulado administrativo – e sem alterações – do nosso convento:

(...) *vagando o mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave, da Ordem de S. Bento, diocese do Porto* (...) ⁴⁷⁵.

2. Conclusão

Paramos aqui. Adensam-se, cada vez mais, os testemunhos. As visitas do Bispo do Porto à freguesia de Santa Maria Madalena, que tinha o seu assento na própria igreja do mosteiro, primeiro na galilé, depois no interior da mesma igreja monástica – com incidências pontuais, como, por exemplo, pelo fim do sec. XVI ⁴⁷⁶ –, as confirmações dos Vigários da paróquia de Santo Tirso pelo bispo do Porto ⁴⁷⁷; os problemas do mosteiro que sobem, em primeira instância, à jurisdição do tribunal daquela Igreja, etc. tornam ainda menos possível qualquer hipótese de pertença da nossa casa – de facto, e muito menos de direito – à diocese do metropolitano. Parece-me.

Demais a mais, há um dado muito importante, que segue, de forma muito amiudada, ano a ano, o problema da situação canónico-jurídica do nosso mosteiro. Dezenas, senão centenas, de testemunhos que vão de 1430 até 1588. Refiro-me às *Matrículas de Ordens*, do ADB. São muitos os que se ordenam em Braga. De Santo Tirso, paróquia e mosteiro. E todos eles se dizem – tanto quanto eu vi, só com cinco excepções, que, na realidade, se reduzem a uma – já que, de verdade, se trata da mesma ordenação – e que atribuo a engano do notário – *da diocese do Porto* ⁴⁷⁸. Tratou-se, no caso avulso e de excepção, da ordenação de Frei Prudêncio de S. Tomé, Frei Mâncio da Cruz, Frei Leandro das Chagas, Frei Arcanjo da Trindade e Frei Clemente das Chagas, todos eles ordenados no mesmo dia – 22 de Dezembro de 1584 – , pelo prelado, D. Francisco de

⁴⁷⁴ CUP, vol. V, p. 417.

⁴⁷⁵ CUP, vol. V, pp. 423-424.

⁴⁷⁶ Cf. Art.º *O fim – e o local – da igreja secular de Santa Maria Madalena. A sentença* (28 de Setembro de 1579), em PLCT, de 23 de Fevereiro de 1996, pp. 8-9. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, 2000, pp. 228- 250.

⁴⁷⁷ E no acto da confirmação, o eleito deveria jurar, entre outras coisas, que assistiria aos sínodos diocesanos. Os Vigários de Santo Tirso, a partir da Congregação, estavam, porém, isentos da participação nas assembleias sinodais. Cf. art.º *Os vigários de Santo Tirso e seus privilégios. Apêndice documental*, em JST de 22 de Outubro de 1993, p.3.

⁴⁷⁸ Foi publicado, há pouco, o primeiro volume destas matrículas que abrange os anos 1434 a 1460: *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, compilação, leitura e índices de M. Antonino Fernandes, ed. Carvalhos de Basto, L.da, Ponte de Lima, 2002.

Santa Maria, bispo de Fez, com autorização do arcebispo D. João Afonso de Meneses, e no mesmo lugar, que aliás em todos se omite – , 22 de Dezembro de 1584 -, de cuja proveniência dirá o tabelião, a respeito de cada um: *frade professo da Ordem de S. Bento, no mosteiro de Santo Tirso, desta diocese* (ou seja, de Braga) ⁴⁷⁹.

Aqui deixei alguns documentos escalonados ao longo da Idade Média que não sugerem, creio, qualquer hiato na sujeição portugalense do nosso mosteiro. Ao contrário do que sucederia com bastantes paróquias ou conventos que tangem ou se situam no contexto geográfico desta nossa casa beneditina. A apropriação indevida destas comunidades seculares ou religiosas pelos arcebispos de Braga deve ter-se operado já no sec. XI. Creio que com D. Pedro, quando, reorganizando a diocese primaz, e obviando às despesas com que esperaria, lançou impostos sobre todas as igrejas e mosteiros da sua diocese, o chamado *Censual do Bispo D. Pedro*, que o Dr. Avelino de Jesus da Costa publicará. E, aproveitando-se da situação nublada da igreja do Porto, se foi assoberbando das igrejas, sitas a sul do Ave e que, por direito, lhe não deveriam pertencer. Mas, para a resistência do nosso convento à sede e à fome insatisfeita e insaciável da sede metropolitana, de muita e mais preponderância deve ter sido a força da actuação enérgica do abade Gaudemiro. Foi ele que se opôs, com eficácia, à veia aglutinadora dos prelados bracarenses. Estou convencido mesmo que, se não fosse esta ligação convicta ao bispo D. Hugo e a D. Bernado, de Santo Tirso para o poente e a sul do Ave, todas estas paróquias também cairiam debaixo das garras do metropolitano, o que, de facto, nunca aconteceu.

⁴⁷⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 160 v.

TERCEIRA SECÇÃO

A BENEDITINIZAÇÃO

UMA FASE DE ESTRITA OBSERVÂNCIA (1092-1395)

E eis que entramos no segundo período da história conventual de Santo Tirso, que fraccionaremos em capítulos diversos.

Será, como dito ficou, a primeira fase da vivência beneditina do nosso mosteiro, caracterizada essencialmente pela época dos abades vitalícios, eleitos pela comunidade monástica. Época brilhante, como se verá: pondo de lado a riqueza material do mosteiro, que envolveria um domínio fundiário de várias centenas de casas de lavoura; pondo de lado ainda os favores com que seria bafejado pela Nobreza, que não só pela de Entre-Douro-e-Minho, o mosteiro de Santo Tirso viu-se ainda coroado pelas bênçãos da protecção de vários Pontífices romanos, pelo carinho do alto clero, pelos favores dos reis, como D. Dinis, D. João I. Casos apenas avulsos, para destacar...

CAPÍTULO I

A SOLENIDADE DE 1092: A BENEDITINIZAÇÃO

Na sua *História Genealógica*, D. António Caetano de Sousa transcreve três documentos de 1092, respeitantes ou muito relacionados com a inauguração da nova casa religiosa de Santo Tirso:

- . Carta dos padroeiros a Crescónio, a pedir a bênção de Gaudemiro;
- . Resposta do bispo, a notificar o acontecimento da “ordenação”;
- . Compromisso dos padroeiros, sobre a indissolubilidade e indivisibilidade dos bens monásticos ⁴⁸⁰.

1. Autenticidade do “dossier

Alberto Feyo teve por falso o “dossier”. Primeiro, porque aos abades beneditinos lhes não fazia falta a bênção episcopal. Segundo, porque a tê-la, era o bispo de Braga – dizia-se que a diocese do Porto só seria restaurada em 1112 – que era o responsável da metrópole e, por isso, que deveria ser este a conceder a confirmação a D. Gaudemiro, abade eleito pelos monges de cá ⁴⁸¹.

Ora o facto é que, no sec. XV, aquando do problema da sucessão de Martim Aires, o Conde de Barcelos mandou tirar uma cópia destes documentos, a 25 de Março de 1428, no cartório do mosteiro de Santo Tirso. E citá-los-á nas alegações à Cúria Romana ⁴⁸². Se foram falsificados, há muito tempo que o teriam sido...

Mas as razões de Alberto Feyo não são tão fortes como parecem. No que respeita à bênção episcopal e sua necessidade, não está José Mattoso de harmonia com aquele:

O controle das eleições abaciais é suficientemente atestado pela intervenção de Crescónio de Coimbra na eleição e bênção de Gaudemiro de Santo Tirso, em 1092. Mesmo que o bispo agisse em virtude dos princípios visigóticos, não há nenhuma razão para crer que os monges, mais tarde, se tenham subtraído à confirmação e bênção do abade eleito, pelo bispo do lugar. De resto não se encontra nenhum vestígio de protesto dos bispos, a este propósito ⁴⁸³.

E eu poderei acrescentar que tenho vários documentos desta intervenção episcopal. Por exemplo, uma carta de 29 de Fevereiro de 1361 diz-nos que o Bispo D. Afonso confirmou Vicente Rodrigues como Abade de Santo Tirso, ele que tinha sido eleito pelos monges, à morte de Lourenço Gerales ⁴⁸⁴.

⁴⁸⁰ SOUSA, D. António Caetano – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. III/II, Coimbra, 1949, pp. 120-122.

⁴⁸¹ *Origens do Mosteiro de Santo Tirso*, em CSTBC V (1956-1957) 16.

⁴⁸² *AV Reg. Suppl.* 263, ff. 106-107, em COSTA, António Domingues de Sousa – MPV, vol. IV, Ed. Franciscana, Braga, 1970, pp. 583-584.

⁴⁸³ *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 110.

⁴⁸⁴ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 135, p. 203.

No atinente ao outro reparo, o bispo de Braga, D. Pedro fôra deposto, com pena de excomunhão, em Husillos, num concílio que aí tivera lugar (Abril de 1092). O novo eleito só entrará, mesmo no fim do sec. XI. Por sua vez, a diocese do Porto estaria sem pastor. Ao fim e ao cabo, pode dizer-se, bispo acessível, na metrópole, era o de Coimbra. Demais, com o beneplácito do Legado da Santa Sé em Espanha, que acompanharia Crescónio por Santo Tirso até à Lusa Atenas, onde assistiria à sagração do bispo eleito e "ordenação" do Abade de Santo Tirso. Logo, a Crescónio, sobretudo, poderiam os nossos monges e padroeiros acorrer, para a concessão da bênção ao superior eleito do cenóbio tirsense. Já o referira, ao sec. XVIII, D. Tomás da Incarnação:

*Segundo cânones antigos, os Abades seriam ordenados pelo próprio bispo da sua diocese. Crescónio, bispo de Coimbra, em cujo território se não encontrava o mosteiro de Santo Tirso, foi a ele que recorreram, para ordená-lo e dar-lhe a bênção, porque a diocese do Porto ainda não tinha bispo e a mais vizinha de Braga também se encontrava sem bispo, porque fora deposto o seu bispo D. Pedro. Por isso é que Crescónio, como bispo mais vizinho e com o consenso de D. Bernardo, arcebispo de Toledo e Legado das Hespanhas, executou os decretos dos sagrados cânones e ordenou Gaudemiro em abade de Santo Tirso*⁴⁸⁵.

Adicionou José Mattoso outras "provas" da autenticidade nos documentos de 1092. Os visos de probabilidade são grandes: partem de nomes tão diversos e todos radicados nas circunstâncias cronológicas e geográficas que servem de berço aos textos em causa. De facto, cita numerosos personagens, cuja existência, na altura, se pode diversamente verificar: Egas Ermiges⁴⁸⁶, Monius (Nonius) Ermiges⁴⁸⁷, Paio Pires⁴⁸⁸, Egas Monis (Nunes)⁴⁸⁹, Garcia Eneguíz⁴⁹⁰, Afonso Pires⁴⁹¹, Piniolus Garcia⁴⁹², Garcia Tructesendes⁴⁹³, Soeiro Nunes⁴⁹⁴, Pala Nunes⁴⁹⁵, Gonçalo Mendes⁴⁹⁶, Soeiro Mendes⁴⁹⁷.

2. A sucessão dos acontecimentos

Os factos poderão alinhar-se, sumariamente, desta forma:

No *Concílio de Husillos* (13 de Abril de 1092): deposição do bispo de Braga, D. Pedro, e nomeação de Crescónio, monge do mosteiro de S. Bartolomeu de Tui, para bispo da diocese de Coimbra⁴⁹⁸.

⁴⁸⁵ D. TOMÁS DA INCARNAÇÃO - *Historia Ecclesiae Lusitanae*, t. II, Coimbra, 1760, pp. 248-249.

⁴⁸⁶ PMH/DC 572.654.713.888. L. Test. 10-10v;

⁴⁸⁷ PMH/DC 638.

⁴⁸⁸ PMH/DC 742.786.823.855.910; DMP/DP 179.351.

⁴⁸⁹ PMH/DC 601.822.868.

⁴⁹⁰ PMH/DC 871; DMP/DP 62.322.374.

⁴⁹¹ PMH/DC 665.786.848.855.858.859.960; DMP/DP 180.

⁴⁹² PMH/DC 475.823.

⁴⁹³ DMP/DP 25.114.350...

⁴⁹⁴ ES XXII, 250

⁴⁹⁵ PMH/DC 680; DMP/DP 359; ES XXII, 250.

⁴⁹⁶ PMH/DC 521.697.841; *Liber Fidei* 137.138; DMP/DP 41.

⁴⁹⁷ PMH/DC 641.678.748.871.912.914; DMP/DR 4.36... Cf. *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 110.

⁴⁹⁸ PMH/DC 775.

Em seguida, de Tui, Crescónio, na companhia de Bernardo, bispo de Toledo⁴⁹⁹, os dois demandam o Porto, por Santo Tirso.

Cá chegados, os monges do nosso mosteiro elegem o seu abade Gaudemiro, na presença daqueles dois. Por “braquiologia”, - ou, o que será também de aceitar-se, por efeito de uma tradição hispânica que talvez gostassem de manter - não o disseram os padroeiros. Explicitá-lo-á Crescónio na carta que lhes enviou:

ordenamo-lo, pois, abade (a Gaudemiro), ele que na minha presença e na presença do arcebispo (D. Bernardo de Toledo) tinha sido já eleito pelos monges.

Se a eleição foi dos monges, a apresentação, porém, foi dos padroeiros:

Nós Gonçalo Mendes, Soeiro Mendes e Paio Pires, com todos os outros herdeiros do mosteiro de Santo Tirso⁵⁰⁰ (...) decidimos entregar o dito mosteiro ao Venerável monge D. Gaudemiro (...). Por isso, vos pedimos e suplicamos que esta nossa designação seja de vosso agrado como do arcebispo D. Bernardo (...) e que no-lo ordeneis como abade.

Eleito Gaudemiro, seguirá talvez com os dois prelados, para Coimbra, onde Crescónio recebe a sagração. A ordenação episcopal deste foi a 23 de Maio⁵⁰¹. Possivelmente, logo depois, receberia Gaudemiro a bênção abacial. Diz Crescónio aos padroeiros:

Ordenamo-lo, pois (a Gaudemiro), como abade.

O nosso Abade regressa a Santo Tirso, antes de 9 de Junho, quando a família dos da Maia se compromete ao que Crescónio lhes exigira e eles tinham já intenção de o fazer, ou seja, manter a casa monástica indivisa:

Peço-vos que façais todo o possível para o manter (a D. Gaudemiro) com o seu mosteiro íntegro.

E seguir-se-á, no “dossier”, o maço da documentação, o compromisso solene dos padroeiros.

3. Os documentos

Ano de 1092. Uma solenidade inesquecível ! Os sinos repicam sem cessar. O povo acorre à festa ! Espectáculo soleníssimo. Nenhuma data tão memorável como a de agora... Entre a segunda quinzena de Abril e a primeira de Maio, sucedem-se em catadupa os factos que seguem:

⁴⁹⁹ Sobre D. Bernardo, arcebispo de Toledo, aquí vão estes dados: monge que veio da abadia borgonesa de Cluny, para o mosteiro de Sahagún, em Espanha, com a missão de tomar conta desta abadia. A chegada far-se-á por 1080. Após a recomendação do abade de Cluny e de Afonso VI, obterá do Papa Urbano II, seis anos depois, a dignidade arcebispal de Toledo, o pálio e o primado sobre todos os bispos de Espanha, donde estalaria o conflito com os direitos primaciais da igreja de Braga. Faleceu em Toledo na Páscoa de 1124 (6 de Abril). Mas a luta entre Braga e Toledo se prolongaria por séculos fora... Cf. GARCIA-VILLOSLADA (dir.) - *Historia de la Iglesia en España*, vol. II/1.º (sec. VIII-XIV), ed. da BAC, Madrid, 1982, pp. 318-320.

⁵⁰⁰ Nesta altura, os padroeiros de Santo Tirso são já vinte e dois, alguns deles com filhos.

⁵⁰¹ PMH/DC 775.

1. Assembleia magna dos padroeiros: vinte e dois descendentes da fundadora Unisco Godins. Entre eles, o fidalgo mais notável e poderoso, Soeiro Mendes da Maia;
2. Inauguração de um novo convento, mais avantajado que o de 978 ⁵⁰²;
3. Eleição de um abade;
4. Uma nova orientação da comunidade: um estilo peninsular cede a vez à regra beneditina. Julgo. (*Estampa XIX, foto n. 58*).
5. Dois bispos presentes à festa: D. Bernardo, bispo de Toledo e Legado da Santa Sé em Espanha, e Crescónio, bispo eleito de Coimbra;
6. Depois, a viagem do prelado eleito de Santo Tirso, D. Gaudemiro, até Coimbra, na companhia de D. Bernardo e de Crescónio;
7. Aí, em Coimbra, a cerimónia da bênção abacial de Gaudemiro e da sua confirmação;
8. O regresso de D. Gaudemiro ao seu convento. Antes de 9 de Junho de 1092, talvez, quando os padroeiros, em cerimónia solene, se comprometem, diante das exigências do bispo de Coimbra, a defender o mosteiro e a salvaguardar a sua indivisibilidade. Repetimo-lo.
9. Seis anos depois, uma nova auréola dignificará a poderosa frente deste abade: em 1098, vai receber D. Gaudemiro a carta de couto de Santo Tirso.

Publicam-se os documentos, respeitantes à eleição e bênção de Gaudemiro. Dámo-los em tradução portuguesa. Que todos os nossos leitores saibam algo de um dos actos mais célebres na vida de um dos mais célebres abades de Santo Tirso. Não fosse ele, o governador da diocese do Porto, na ausência do seu bispo, D. Hugo, que fora à Cidade Eterna tratar dos limites da sua diocese, contra as pretensões de Braga e Coimbra. Não fosse ele – repito – o encarregado pelo Legado da Santa Sé, em Espanha, o arcebispo toledano, D. Bernardo, de exortar as populações a sul do Ave a obedecerem ao bispo do Porto, e não ao da diocese vizinha... Não fosse ele o ponto de partida de um arranque decidido que vai fazer do seu convento uma instituição de muito brilho e fulgor nos anais da história monástica de Portugal. Daí que transcreva, na integralidade, este documento, na tradução portuguesa, que, em apêndice documental, lá irá também no original latino.

3.1. A apresentação de D. Gaudemiro, em Santo Tirso

Carta dos fidalgos, leigos e padroeiros do mosteiro de Santo Tirso, que, no ano de 1092, escreveram a D. Crescónio ⁵⁰³, ao tempo do rei católico D. Afonso ⁵⁰⁴.

⁵⁰² Embora a expressão *fecimus magnum conventum* - conforme vem na *História Genealógica* - pareça significar - e significará - assembleia, até porque seguida da palavra *consilium*, a releitura vaticana de 1428 supõe que, no bojo da expressão *magnum conventum* se insira a edificação verdadeira de uma nova casa religiosa:

Crescónio (...) e Bernardo (...) concederam a Gonçalo Mendes e a Soeiro Mendes (...), na qualidade de reedificadores (de novo erigentes), fundadores e dotadores do mosteiro de Santo Tirso (MPV, IV, pp. 583-584).

⁵⁰³ Bispo de Coimbra, de 1092 a 1098. Cf. OLIVEIRA, Mons. Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, ed. União Gráfica, Lisboa, 1968, p. 436; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1967, p. 268, com as divergências, quanto ao termo a quo do seu pontificado, em nota de rodapé.

⁵⁰⁴ Afonso VI, rei da Galiza e Portugal, pelo menos depois dos começos de 1073: DHP, vol. I, p. 47.

Em nome de Cristo, a Crescónio, por graça de Deus, bispo da Igreja de Coimbra, que Deus sempre mantenha muito honrado, neste e no outro mundo, os vossos filhos e amigos Gonçalo Mendes, Soeiro Mendes⁵⁰⁵ e Paio Pires⁵⁰⁶, com todos os nossos co-herdeiros do mosteiro de Santo Tirso, saúde perpétua em Cristo.

Comunicamo-vos que, reunidos, fizemos uma assembleia magna⁵⁰⁷ e, de comum acordo, concedemos⁵⁰⁸, por carta de testamento, o mencionado mosteiro ao presbítero D. Gaudemiro⁵⁰⁹, monge venerável. Por isso, vos pedimos e suplicamos que esta nossa apresentação vos agrade, na medida em que foi do acordo do arcebispo D. Bernardo⁵¹⁰ como de vós também, e o ordeneis⁵¹¹ como abade.

Da nossa parte, segundo as nossas possibilidades, nos comprometemos a honrá-lo e a manter íntegro o seu mosteiro. Adeus.

3.2. A bênção abacial de Gaudemiro, em Coimbra

Crescónio, por graça de Deus, bispo de Coimbra. Aos dilectíssimos filhos e meus amigos Gonçalo Mendes, Soeiro Mendes e Paio Pires, em Cristo saúde.

Li a vossa carta que nos enviastes, na qual se dizia que vos reunistes em assembleia magna, com todos os vossos co-herdeiros do mosteiro de Santo Tirso e que todos, unanimemente, nos elegestes D. Gaudemiro e lhe destes o mosteiro e nos pedistes que a vossa apresentação fosse aprovada por nós, na medida em que fora do agrado do arcebispo D. Bernardo e de mim, com ele, e que o ordenássemos como abade do mosteiro.

Quanto a nós, dizemo-vos que tem a nossa confirmação. E damos graças a Deus todo poderoso que vos inspirou para quererdes o que é de Seu agrado, invocamos a Sua misericórdia para que leve a bom termo o vosso propósito.

Assim, o ordenamos como abade, ele que, antes, fôra já eleito pelos monges⁵¹², na presença do arcebispo e da nossa também⁵¹³. Rogamo-vos, porém, que, no empenho de todas as vossas possibilidades, o protejais com o seu mosteiro íntegro, como afirmastes na vossa carta. Dentro em pouco, se Deus quiser, iremos até junto de vós e dir-vos-emos o que deveis fazer. Adeus.

⁵⁰⁵ Pelo que respeita a Gonçalo Mendes e a Soeiro Mendes, cf. MATTOSO, José – *A Nobreza medieval portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981, pp. 211-213.

⁵⁰⁶ Quanto a Paio Pires, cf. MATTOSO, José, *oc.*, p. 207.

⁵⁰⁷ *Conventum magnum*: que o Arquivo do Vaticano, como dito ficou, reinterpreta como uma nova edificação, o segundo convento desta comunidade de Santo Tirso. Cf. MPV, vol. IV, pp. 583-584.

⁵⁰⁸ A apresentação dos padroeiros.

⁵⁰⁹ D. Gaudemiro, apresentado pelos padroeiros, eleito pelos monges e confirmado por Crescónio, foi abade de Santo Tirso, desde 1092 até 1129 (?).

⁵¹⁰ O dito arcebispo de Toledo e Legado da Santa Sé, que assistiu à eleição de D. Gaudemiro.

⁵¹¹ Deis a bênção abacial.

⁵¹² Por *braquiologia*, se esqueceram os padroeiros de o dizer, na carta que escreveram a Crescónio. Agora o bispo de Coimbra lembra aos padroeiros que, se eles o apresentaram, também os monges o elegeram, ao dito D. Gaudemiro.

⁵¹³ O acto eleitoral decorrerá sob os auspícios do bispo eleito de Coimbra e do arcebispo de Toledo.

3.3. O compromisso dos padroeiros, na defesa do convento e da sua indivisibilidade

Nós, que somos da descendência e da linhagem de Aboazar Lovesendes e da sua esposa Unisco Godins⁵¹⁴, e somos herdeiros⁵¹⁵ do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, aqui estamos, cada um na sua descendência⁵¹⁶:

. de Lovesendo Aboazar: Gonçalo Nunes, Trastemeiro Nunes, Egas Pais, Egas Lovesendes, por nós e pelos nossos co-herdeiros;

. de Ermígio Aboazar: Egas Ermiges, Monio Ermiges, Paio Pires, Trastemiro Moniz, Egas Moniz, Garcia Enequiz, por nós e pelos nossos herdeiros;

. de Trastemiro Aboazar: Gonçalo Tocres, Mendo Peres, Soeiro Gondesendo, por nós e por todos os nossos herdeiros;

. de Ausenda Aboazar: Toderio Pinoez, Afonso Pires, Paio Mendes, Piniolo Garcia, Garcia Trutesendes, por nós e por todos os nossos herdeiros;

. de Cid Aboazar: Ausenda Todereis, seu filho Soeiro Nunes e Dona Pala devota, Soeiro Pinoes, por si e por todos os seus herdeiros,

Fizemos um pacto e um acordo entre nós, por documento escrito e assinado, a 9 de Junho de 1092, a favor do mosteiro referido: que, apresentado por nós, o governe o abade Gaudemiro e seus sucessores depois dele, numa recta vida e na santa regra; e que nós mantenhamos o mosteiro são e íntegro e, da mesma maneira, os seus habitantes⁵¹⁷; e que não tenhamos poder de o abandonar, nem doar, nem dele dispor por testamento, nem vender. Nem nós nem os descendentes que de nós nascerem ou de nós houver. E que esta escritura tenha força plena e eficácia permanente, para todo o sempre e pelos séculos dos séculos.

Se alguém, por qualquer razão ou avidez, não quiser guardar este acordo (...), seja excomungado e para sempre condenado, na companhia de Judas, traidor, e que nunca seja contado no número dos santos. Além do mais, pague ao procurador do mosteiro ou bispo mil soldos de prata pura e dois talentos de ouro, mais as custas do tribunal.

Nós, acima mencionados, corroboramos com as nossas mãos este acordo.

Eu, Paio, testemunha, assino por mim e por outras testemunhas; eu, Gonçalo, assino; eu, Soeiro, assino; eu, Mendes, assino; eu Sesuando, notário, assino⁵¹⁸.

Portanto, entre o primeiro momento (978) da história do mosteiro de Santo Tirso e o segundo (1092), e pelo que respeita a um dos mais ilustres dos descendentes de Dona Unisco, quer sob o ponto de vista político – repetirei, governador de várias terras, representante do Conde D. Henrique, ou seja, administrador do Condado Portucalense, na sua ausência, beneficiário da carta de Couto de Santo Tirso (1097) - quer como padroeiro da nossa casa e doutros papéis correlacionados - herdeiro, senhor e defensor do dito convento e grande benfeitor, que, entre outras coisas, lhe doou o couto de Santo

⁵¹⁴ A respeito deste casal, fundador do mosteiro de Santo Tirso, em 978, cf. MATTOSO, José, *o.c.*, p. 206 e ss.

⁵¹⁵ Ou seja, padroeiros.

⁵¹⁶ Todos quantos assinam em 1092 – uns vinte e dois – são herdeiros e descendentes de Aboazar Lovesendes e Unisco Godins, através dos seus cinco filhos: Lovesendo, Ermígio, Trastemiro, Ausenda e Cid Aboazar. Para a sua identificação segura ou hipotética, veja-se MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, pp. 175-177. 206-209.

⁵¹⁷ Em 1171, Santo Tirso teria uns 23 monges. Cf. MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 160-161. Mas, para além da comunidade, havia no mosteiro, a família, um núcleo mais alargado, em relação com o mosteiro, por laços de natureza múltipla...

⁵¹⁸ SOUSA, D António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, vol. III, p.. 527; CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 136-138.

Tirso (1098) que, poucos meses antes, recebera do Conde D. Henrique -, entre as duas balisas cronológicas, temos estes anéis, no que toca à relação entre a fundadora e Soeiro Mendes, o Bom:

1. *Aboazar Lovesendes* (978), casado com *Unisco Godins*, a fundadora do mosteiro. Dentre os vários filhos, destacamos

2. *Trastemiro Aboazar*, casado com Dórdia Soares (?). Dos cinco filhos mencionados por J. Mattoso, interessa-nos, para aqui

3. *Gonçalo Trastemires*, que desposou Unisco Sesnandes. A sua existência rastreia-se através de documentos vários do segundo quartel do sec. XI. J. Mattoso regista seis filhos deste casal, o primeiro dos quais

4. *Mendo Gonçalves*, que casou com Ledegúndia Soares “Tainha”. Documentos vários assinalam a sua actuação na vintena que decorre entre 1045 e 1065. Foram pais de

5. *Soeiro Mendes, o Bom* (1081-1103...), cuja esposa se chamava Gontrode Moniz. Foi este que, com D. Gaudemiro, abade do mosteiro de Santo Tirso, firmou o acordo com S. Geraldo, trazendo à memória os privilégios do mosteiro de Santo Tirso, para o que necessário foi traçar uma visão retrospectiva desta casa religiosa, a partir do ano mesmo da sua fundação.

4. A Regra desta segunda comunidade monástica

O primeiro testemunho da adopção da regra beneditina, em Santo Tirso, data de 1171. Mas a presença de D. Bernardo – monge que fôra de Cluny – e a de Crescónio – monge beneditino de S. Bartolomeu de Tui -, na eleição de Gaudemiro, poderá relacionar-se com uma nova orientação espiritual e canónico-jurídica nos destinos desta casa: a filiação na regra de S. Bento.

Acrescem as relações amistosas da casa de Santo Tirso com S. Geraldo, metropolitano de Braga e que fora monge de Cluny: cá o recebem os monges tirsenses, por várias vezes. E com o bispo S. Geraldo estabelece o nosso abade Gaudemiro um pacto de amizade.

De notar ainda as relações do mosteiro com o Conde D. Henrique, afeiçoado às casas de Cluny e Sahagun, ele que favoreceu o nosso mosteiro com a doação mediata do couto de Santo Tirso.

Acrescem outras razões, mais ponderosas até. Se os padroeiros apresentam o abade Gaudemiro, os monges têm a faculdade de o *elegerem*. E o bispo é que dá a *confirmação*. Se foi o de Coimbra que a tal procedeu é porque a diocese do Porto ainda não tinha bispo.

Logo há um acto fundamental – eleição dos monges -, seguido até de mais um outro - após a eleição dos monges, coisa de que os padroeiros se esqueceriam de dizer e que Crescónio se encarregara de lhes trazer à memória, até porque os dois prelados foram testemunhas presenciais -, a confirmação de D. Gaudemiro pelo bispo conimbricense, D. Crescónio. As duas coisas vão até caracterizar uma disciplina já nova, a Regra de S. Bento, de modo a se apagarem paulatinamente os vestígios do monaquismo visigodo – Regra de S. Frutuoso, a da S. Martinho de Dume, a de Santo Isidoro...-, dominado pela supremacia dos grandes fidalgos por sobre a vida monástica que nela veriam, por outro lado, a possibilidade de manterem indivisíveis os bens do seu património.

De resto – e perdoem-nos os leitores que, em síntese e de passagem, retomemos algumas coisas já atrás referidas -, ficará agora estreita a colaboração do abade de Santo

Tirso com o Bispo do Porto: substituiu-o no governo da diocese, quando este vai a Roma; e, sob a autoridade de D. Bernardo, Legado da Santa Sé em Espanha, coloca-se no papel de acérrimo defensor dos direitos do Prelado do Porto, na restauração dos limites da sua diocese. Enfim, uma atenuação dos vínculos do mosteiro de Santo Tirso, face ao poder secular dos fidalgos da Maia e, pelo contrário, uma dependência mais estreita com a autoridade eclesiástica quer do bispo, quer da Santa Sé, representada em Espanha pela pessoa do Legado, o arcebispo de Toledo, o que mostrará o processo já decisivo da beneditinização do mosteiro tirsense. Aliás, assomos que irradiam do Concílio de Coianza.

Convém, a este propósito lembrar, uma vez mais, que a advertência do bispo Crescónio, dirigida aos padroeiros – ter-se-iam esquecido de, na carta ao bispo eleito, referir a eleição dos monges na pessoa de Gaudemiro – parece até sugerir a ideia de que se tratava de um acto decisivo e importante que convinha, desta forma, vincar: o facto de que, nesta altura, *as coisas já não eram como dantes*. No acto de 1092, focos de maior evidência são agora a eleição do abade pelos monges – facto presenciado por D. Crescónio e D. Bernardo – e a confirmação do abade pelo bispo de Coimbra. O que significará a viragem do mosteiro e a sua filiação na Regra de S. Bento. (*Estampa XXXV, foto n. 86*).

Logo, se o primeiro testemunho explícito, sobre o ideal do Santo Patriarca a nortear o espírito monástico da casa de Santo Tirso, é de 1171, a regra deveria ter entrado nos finais do sec. XI, quando se rastreiam os primeiros sintomas da sua presença pelo Norte de Portugal: Vilela (1086), Paço de Sousa (1087), Leça (1093) e Pendorada (1094)⁵¹⁹. Aliás, assim se poderá explicar – e para pegarmos na deixa que é este último convento – que, logo após o acto de 1092, se associe D. Gaudemiro, acompanhado de um irmão (*frater*), D. Paio Cidiz, ao mesmo D. Crescónio, bispo de Coimbra, na inauguração do novo mosteiro de Pendorada, como o referiremos na resenha biográfica de D. Gaudemiro, que adiante se exporá.

Assim também se compreenderá que, na carta da doação do Couto de 1098 ao mosteiro de Santo Tirso, se venha a caracterizar, exactamente, pela importância dado ao culto: *os seus monges oferecem todos os dias o sacrossanto sacrifício do altar*.

⁵¹⁹ MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 232.

CAPÍTULO II

OS PADROEIROS: A FAMÍLIA DA MAIA SOEIRO MENDES, O BOM. A SILHUETA BIFACIAL DE UM NOBRE

1. O contexto

O problema é o seguinte: D. Pedro, o primeiro bispo de Braga, após a Reconquista, assumiu a tarefa árdua e espinhosa de organizar a diocese, depois que restaurada se via. Para levantar a catedral das ruínas em que prostrada se ficou e ainda para dispor em linha de marcha as estruturas fundamentais da sua constituição e dar vigor a uma administração entorpecida de séculos, teve de lançar impostos sobre as igrejas e mosteiros da sua circunscrição: as igrejas pagariam censos em cereais – moios de milho alvo, sobretudo - , os mosteiros pousadas.

Mas não se ficaria por aqui D. Pedro, com estas decisões, de alguma forma legítimas. Certo é que a base económica para o funcionamento das estruturas diocesanas ficou garantida com as iniciativas que tomara. Do conjunto das prestações dadas pelas freguesias incluídas no Censual de Braga e no de Guimarães conclui-se que D. Pedro deixou à Diocese um valioso dote, que lhe permitia vida económica desafogada⁵²⁰.

O pior é que, dito já foi, não se ficaria, apenas, pelos recursos legítimos. Procurou, além do mais, alargar, de forma menos devida, o número das entidades contribuintes, para que os benefícios da imposição ampliassem o mais possível o grosso das entradas nos cofres da Diocese. A grande vítima desta asoerbandância do prelado bracarense foi a diocese do Porto, que ainda não tinha bispo próprio, após a invasão das hordas muçulmanas. Aproveitando-se do facto de uma vigilância transitória e ocasional por sobre as comunidades sitas no território da antiga diocese portugalense, D. Pedro incluiu no rol das igrejas e mosteiros tributários da sé metropolitana paróquias e instituições monásticas, como se fossem parcelas integrantes da diocese bracarense. Aliás, o rateamento da geografia eclesiástica do Porto far-se-á, a norte, pelo arcebispo de Braga, e a sul, pelo bispo de Coimbra.

D. Pedro, realmente, ultrapassou o leito do Ave, que sempre se houve como fronteira das dioceses do Porto e Braga, no troço que iria da foz do Vizela até desaguar no Atlântico, em Vila do Conde. Assim, pouco a pouco introduzirá no mapa da geografia diocesana uma dúzia de paróquias e mosteiros numa faixa tangente ao rio, desde S. Martinho do Campo, a leste, até às portas do mosteiro de Santo Tirso. E só aqui estacou, porque encontrará dois grandes opositores à sua desmedida ambição: o abade do mosteiro, D. Gaudemiro, e o padroeiro principal e fidalgo, Soeiro Mendes da Maia.

As hostilidades abriram-se, quando D. Pedro impôs a obrigação de um jantar – o censo habitual dos mosteiros para a reconstrução da malha diocesana bracarense - sobre a nossa casa religiosa, como se este fosse, na realidade, incluso na geografia do seu bispado. A reacção face ao censo, como sinal da jurisdição da Igreja de Braga sobre este convento, despoletaria numa oposição de tal ordem que aí se firmou para sempre a invasão do metropolitano. O mosteiro de Santo Tirso, desde os primórdios (978) até ao fim (1834), foi sempre tido, havido e achado, como súbdito da igreja portugalense. De

⁵²⁰ COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, 1.ª ed., p. 78.

direito e de facto ! Apesar de uma que outra afirmação em contrário, só no sec. XV-XVI, sem fundamento algum, de um que outro autor... O mais curioso é que, na mesma altura, à roda mesmo de 1500, dispomos de muitas dezenas de afirmações contrastantes. Ao invés das igrejas da sobredita faixa, a sul do Ave, que ficariam sempre, de forma irregular, da diocese de Braga, até 1882, quando, após tão longo hiato, regressariam à diocese de origem.

Apesar das intervenções da Santa Sé, em ordem à restituição, definindo os limites das duas dioceses – Pascoal II, pela Bula *Egregias quondam*, de 15 de Agosto de 1115⁵²¹; Calisto II, pela Bula *Officij mei*, de 2 de Março de 1120⁵²² -; não obstante as intervenções do arcebispo de Toledo, D. Bernardo, Legado da Santa Sé, em Espanha; ainda que D. Gaudemiro – secundando as recomendações de D. Bernardo⁵²³ -, se empenhasse no sentido da restituição das igrejas do Porto, agora sujeitas a Braga e, sobretudo, quando assumiu o governo da diocese do Porto, em nome do então nomeado bispo D. Hugo, que a Roma se foi, para que lhe fosse restituída aquela soma de igrejas de que injustamente fora privada a diocese do Porto... Apesar de tudo, dizia, e durante uns nove séculos, as coisas ficariam no *status quo* do sec. XII.

Os nossos beneditinos – fique bem claro !- não negavam o jantar ao bispo de Braga. Aliás - veremos do texto do acto de concórdia -, sempre lho deram. Apenas repudiariam a ideia de que fosse um imposto resultante da condição do mosteiro, subordinado à jurisdição normal do arcebispo de Braga, como Ordinário do lugar. Melhor, apenas rejeitariam um censo que fosse sinal de obediência à Igreja metropolitana.

E com tal veemência o fizeram que, em 1101 - quando os nossos monges se capacitaram da inclusão do mosteiro, já beneditino nesta altura, no rol dos quadros bracarenses sobre os quais recairia a citada imposição -, os frades bentos se revoltariam, ameaçando até com a ruptura de um pacto de amizade que com o Prelado bracarense, S. Geraldo, acordado fora, ele que beneditino era, monge de Moissac de que membro tinha sido.

Logo, só o pacto de amizade – com retribuição mútua de aposentadoria, ou seja, com obrigação do arcebispo em prol dos nossos monges, quando a Braga se fossem, e com o dever recíproco dos beneditinos, a favor de S. Geraldo quando por Santo Tirso houvesse de passar – só ele, o dicto pacto, poderia ser invocado. Nunca o rol de Ermiges. Aliás, é exactamente esse pacto que os monges beneditinos ameaçam romper, se o metropolitana não quisesse recuar...

2. O anverso

Ora tudo isto vem a propósito de um nobre, que representará o conjunto dos padroeiros, a família dos da Maia. Chamava-se *Soeiro Mendes, o Bom*. O documento desta concórdia de 1101 – que assim, felizmente, acaba a questão ! – é definido como *o fidalgo mais poderoso e mais notável do território portugalense*. Não o será só, numa perspectiva de projecção social quanto pelas qualidades de coração face ao mosteiro que lhe valeriam o epíteto de *Bom*.

A respeito da superlativização, temos a dizer que não seria hiperbólica, se atendermos aos cargos de que se houve de desempenhar e às benesses de que, por isso, veio a usufruir, coisa que já dissemos.

⁵²¹ CCSP, ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1924, pp. 1-3.

⁵²² CCSP, pp.3-5.

⁵²³ A carta foi transcrita em língua portuguesa no capítulo dedicado à malha diocesana do nosso mosteiro.

Logo a seguir, além daqueles títulos que o nobilitavam no campo social e civil, o texto da concórdia continua a pôr de realce a sua posição, agora canónica e eclesiástica: *herdeiro, senhor e defensor do mosteiro de Santo Tirso*. Quanto a herdeiro e senhor, lembremo-nos que Soeiro Mendes era descendente da fundadora Unisco Godins, através de Trastemiro Aboazar. Entre a fundadora e Soeiro Mendes, o Bom, terá havido três gerações de permeio. Quanto a *defensor*, vem a propósito recordar o uso antigo desta expressão. Em concreto, o *defensor Ecclesiae* era o representante judicial dos clérigos diante do tribunal laico. Aqui, de facto, no contexto que opõe o mosteiro de Santo Tirso ao arcebispo de Braga, não será laico o tribunal, mas não deixará de ser por isso que o seu papel não seja o de *defensor*: procurador e advogado do mosteiro, neste diferendo com o arcebispo S. Geraldo.

Note-se o que diz Viterbo: “Na doação que ao Mosteiro de Guimarães fez o capitão Gonçalo Mendes, filho de Dona Mumadona, no ano de 983, pela qual lhe uniu a sua herdade de Moreira, em que havia o Mosteiro de Santa Tecla, se acha uma ideia bem clara do que deviam praticar estes *defensores*. Ele pede com as maiores instâncias e implora do Céu as mais avantajadas bênçãos para os seus filhos, netos e mais descendentes, que forem *defensores dos monges*, que regularmente viverem, segundo o *instituto dos Santos Padres*, no mosteiro que sua mãe havia fundado; abraçando fortemente o escudo de defesa contra todos os seus impugnadores; tomando para isto primeiramente conselho com os servos de Deus, que ali morarem; obrando tudo com o zelo do Senhor e temor de Jesus Cristo; não tomando jamais do dito mosteiro, nem ainda o mais leve donativo; estando sempre prontos a defender os interesses daquela casa na presença dos príncipes, dos juizes e dos bispos”⁵²⁴.

E S. Geraldo retrocedeu. E o nome do mosteiro de Santo Tirso acabou por ser retirado da listagem das igrejas e conventos da observância de Braga. Não assim, porém, as outras igrejas e mosteiros da diocese do Porto, a sul do Ave, que continuariam, até 1882, na sujeição aos arcebispos.

3. O reverso

Mudemos agora de ângulo as câmaras de que dispomos e incidamos os projectores sobre a mesma figura, a de Soeiro Mendes da Maia. Até aqui, abordamo-lo sob a perspectiva da Casa de Santo Tirso. Vejamos, agora, como se visiona a sua imagem, a partir de chancelaria bracarense de que será reflexo o texto que vamos citar. *Quam mutatus ab illo !*

A *Vita Sancti Geraldi*, que Herculano publicaria no PMH, aí está nos *Scriptores*. Dever-se-á a biografia do Santo Arcebispo a alguém da sua “entourage”, a respeito do modo como se abordará a figura de Soeiro Mendes, o Bom. Da pena de Gonçalo Ermiges ? Da pena, não, que autor não foi da biografia. Dos seus lábios, talvez... Tanto dele como do camareiro. Chamados a capítulo foram ! O arcipreste que arrolara o mosteiro, depois de saber por experiência própria, ao longo de vários anos, que o convento de Santo Tirso sempre acolhera os bispos de Braga, à base de um acordo – um pacto de amizade, com S. Geraldo – entre os monges daqui e os prelados da metrópole. O camareiro idem. Porque se escapulira, manhã cedo, antes do encontro de S. Geraldo com os nossos monges, no momento mais alto da questão em que vieram ao de cima os reparos dos bentos. E, sobretudo, quando, já em Braga, se refugiou na desculpa de mau pagador: que perdera o rol...

⁵²⁴ VITERBO – *Elucidário*, Livraria Civilização, Porto-Lisboa, 1966, vol. II, sub voce *Defensor*, pp. 178-179.

Assim se compreende melhor, desta feita, a acidez com que se retratará, posteriormente a figura de Soeiro Mendes: *que teria morrido fora do país, por castigo de Deus*. Isto o dirá o biógrafo, a respeito da apresentação de um abade – será o de Ribeirão que, já aos começos do sec. XII, eram os senhores da Maia os padroeiros desta freguesia, sempre da diocese de Braga ? –, e donde surgirá um violento conflito com o arcebispo bracarense, S. Geraldo. No caso, queixa-se o biógrafo, Soeiro Mendes se houvera de forma muito ofensiva para com o Prelado da arquidiocese. E que disso lhe viera castigo do céu...

Conta o autor da *Vita Sancti Geraldi* o desfecho da contenda:

Posto isto, o fidalgo afastou-se. E, sem que se passasse meio ano sequer, morreria de forma trágica, não cá, mas fora da terra.

A morte e as circunstâncias em que se deu foi um castigo, concluiu o autor. Mas este facto – um problema respeitante à mera apresentação de um abade de uma paróquia rural será a causa adequada da reinterpretação negativa da figura de Soeiro Mendes ? Ou será antes a última fase de um processo que ao longo das estações foi depauperando a imagem de Soeiro aos olhos do biógrafo ?

Será que o primeiro acontecimento – o do exercício dos poderes do padroado – constituirá, por si, razão suficiente do retrato e da subsequente ordalia que despoletasse a execução do juízo divino no corpo de Soeiro Mendes ? Ou não deixaria marcas mais fundas no ânimo do arcebispo e seus auxiliares na administração da diocese o caso de 1101, donde todos eles saíram com marcas desabonatórias, pelo estigma dos pés que na argola se meteram ?

Nem vamos agora discutir o problema teológico da relação entre crime e castigo, do pecado e das penas com que se pune. Tão antigo como o mundo ! O pensamento judaico, antes de Cristo, e em tempo d'Ele... Como aos tempos de hoje. Vincos da perseverança no adagiário português: “Tudo se paga neste mundo !” Haveria solução fácil para certos problemas. Mas multiplicar-se-iam, portas adentro do infinito mesmo, os casos de anormalidade maior !... De qualquer forma, pecado e castigo não se acasalam assim de modo tão fácil. Não é este o pensamento de Jesus, nem o sentido do código das bem-aventuranças...

É verdade – pode sê-lo, pelo menos ! – que Soeiro Mendes, o Bom, tenha morrido fora da pátria. Não se topa, no nosso mosteiro, nenhuma inscrição funerária que lhe pertença. O Soeiro Mendes dos epitáfios sobre a porta da comunicação da galilé com o átrio da Porta Branca não pode ser o dito senhor que se define como *o fidalgo mais notável e o mais poderoso do Condado portugalense*. Antes, o neto, Soeiro Mendes, o Facha, bastante mais novo. É que a epígrafe funerária – questão no que toca à cronologia do falecimento -, se de Soeiro Mendes, o Bom, o fosse, dele faria de longevidade mais que centenária. Não era impossível de todo, a idade de uns bons cem anos. Mas resultaria, para aquele tempo, um macróbio de uma tão excepcional como inverossímil plausibilidade.

Além de que, em Santo Tirso, mais que em qualquer outro lugar, teria sepultura, se cá ou perto viesse a morrer. Padroeiro e, para mais, defensor da nossa casa, ali teria, naturalmente, no regaço dos monges, o sono do descanso eterno que tão bem mereceria. E não há vestígio, no nosso convento, da sua arca tumular, na casa que sua era. É certo que muitos monumentos fúnebres se destruíram ou se deslocaram em fragmentos, dispersos pelas paredes e chão da igreja e do claustro...

Enfim, duas maneiras de biografar um personagem: em termos absolutos, com a superlativização das virtudes e milagres, ou por contraste. E, para exaltar a figura de S.

Geraldo, não houve como rebaixar a silhueta do poderoso senhor da Maia, o nosso Soeiro Mendes. Na oposição, bem mais marcadas se avivam as notas individuais com que se distinguiu o santo arcebispo.

Por outras palavras, como dizia a Escolástica, *quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur* – o que, de certo modo, se relacionará com as formas subjectivas *a priori* da Filosofia kantiana – viemos a dar com duas abordagens quase contraditórias do mesmo personagem: a dos monges de Santo Tirso – *o fidalgo mais poderoso e mais notável do Condado, o herdeiro, senhor e defensor do convento de Santo Tirso* – e a da biografia do arcebispo de Braga, S. Geraldo, que insistirá na tónica de uma pessoa desilegente no relacionamento com o primaz e que, por isso, Deus puniu com severidade.

Duas “fotos” do mesmo personagem, mas de ângulos diferentes. Ou verso e reverso da mesma medalha. Mas tão só da responsabilidade de quem “fotografou” e dos artistas que teriam procedido à sua cunhagem...

Mas há razões – bastante atendíveis, de resto – para o suposto de que o redactor da *Vita Sancti Geraldi* ⁵²⁵, não tivesse esquecido os palpos de aranha em que se teriam metido S. Geraldo, Gonçalo Ermiges e o camareiro do santo arcebispo, no episódio de 1101. E mais os dois últimos que o primeiro...

Estas linhas não tiveram outra preocupação que não fosse a de expor uma simples hipótese, para explicar duas coisas: primeiro, a razão por que os nossos monges de Santo Tirso se opuseram, com tanta veemência, às requisições do metropolitano, o que me parece não poder desligar-se do famoso rol das igrejas e mosteiros do Bispo D. Pedro, com a tributação correspondente, para a reorganização da diocese primaz. Em segundo lugar – e ainda num plano puramente hipotético –, a de procurar uma explicação para a existência de uma silhueta tão degradada na *Vita Sancti Geraldi*, a respeito de Soeiro Mendes, padroeiro da Casa de Santo Tirso, apelidado de *O Bom*, e que assim tanto contrastará com a notícia do *Scriptores*.

⁵²⁵ A *Vita Sancti Geraldi* foi escrita por Bernardo, compatriota do mesmo arcebispo, arcediogo bracarense e, depois (1128), bispo de Coimbra. A data da composição desta obra de hagiografia situar-se-á por entre 1112 – cita a condessa Teresa que começou a governar o Condado portugalense naquela data – e 1128, porque o autor identifica-se apenas como arcediogo de Braga. Se escrevesse, após aquele termo *ad quem*, com certeza não ocultaria a sua condição de prelado conimbricense. Cf. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Editorial Caminho, Lisboa, 1993, pp. 666-668 (art. de José Mattoso).

CAPITULO III

A IGREJA ROMÂNICA DE 1092 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E EPIGRÁFICOS

Da igreja e convento pré-românicos de 978, nada subsistirá. Apenas o texto literário da fundação do mosteiro, por iniciativa de Dona Unisco Godins.

Por isso diremos alguma coisa da edificação de 1092 e, a seguir, por se situar ainda dentro deste período da governação dos abades vitalícios e eleitos pela comunidade, acrescentaremos algumas coisas sobre a igreja gótica de 1300.

1. A igreja românica de 1092

1.1. *As relíquias venerandas*

Na releitura quatrocentista do documento de 1092, ler-se-á que Crescónio de Coimbra e Bernardo de Toledo tinham concedido o padroado do mosteiro de Santo Tirso a Gonçalo Mendes e a Soeiro Mendes, na qualidade de reedificadores (*de novo erigentes*), fundadores e dotadores do dito cenóbio. Assim fora interpretado, em 1430, o acontecimento de 1092.

Ao contrário da igreja e convento de 978, sem pegadas físicas nos caminhos da história – só literárias –, a edificação dos finais do sec. XI deixaria sintomas palpáveis e bastante significativos da silhueta com que figurava. Vamos enumerar alguns desses elementos:

Antes de mais, um *tímpano*, que a construção da última matriz, no sec. XVII, arrumou para uma sala contígua do claustro, no posto da antiga nave lateral da banda da epístola. Apoiado em duas ombreiras, é ornado ao centro de uma cruz equilátera rebaixada, entre dois símbolos de motivações circulares – e um formado de dois deles, concêntricos –, que poderão ter uma significação astrológica. (*Estampa VIII, foto n. 24*)

Depois, vários elementos avulsos, como *capitéis historiados*, *bases de colunas*, *frisos uma cruz de sagração insculpida*, que Manuel Real julga mais pertinente do sec. imediato. (*Estampa VIII, fotos nn. 19-22. Estampa IX, fotos nn. 25-29*).

Daqui não aceitarmos a posição de José Mattoso: além de não vislumbrar o alcance do documento de 1092, sobretudo à base da sua reinterpretação de mil e quatro centos, apresentada à Cúria Papal, não soube garantir uma boa explicação sobre as duas reedificações medievais incontestáveis – de 1090 e de 1300, à volta –, muito embora aludindo genericamente – dentro dos vestígios arqueológicos, respeitantes à arquitectura e ornamentação – a elementos mais arcaicos, ao lado de outros, de feições mais recentes⁵²⁶.

⁵²⁶ *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 317-318.323.

1.2. O desdobramento dos oragos

É possível que o desdobramento do titular se relacione com um novo mosteiro. Veja-se o que se vai seguir.

Aparece-nos, agora, um padroeiro subalterno, ao lado de Santo Tirso: Nossa Senhora de 15 de Agosto: a *Santa Maria* ou *Santa Maria-a-Alta*. Sabêmo-lo pela carta de couto de 1098, já quase para o final, no âmbito das confirmações do doador:

*Eu Soeiro Mendes que espontaneamente formulei este voto em honra de Deus, pela graça o cumpri, com as próprias mãos, de bom grado, dei força e confirmação a esta carta e para sempre a entreguei à igreja de Santo Tirso e de Santa Maria, a sempre Virgem*⁵²⁷. *(Estampa XLI, foto n. 100).*

Chegaria mesmo o nosso mosteiro a dizer-se, em 1430, *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave*. Aliás, uma imagem gótica de Nossa Senhora com o Menino - hoje figura num modillhão apenso ao corpo da igreja - deveria ser a padroeira, que presidisse no interior da ábside da capela-mor. De facto, o mártir Santo Tirso estaria ao culto, sim, mas numa capela lateral. Isto o diremos, com maior desenvolvimento, num capítulo dedicado à igreja do sec. XIV. E, na igreja de 1659, sucederá o mesmo: já vimos até que, no altar-mor, figurou Nossa Senhora da Assunção, enquanto o mártir da Bitínia se contentava com um altar lateral. Sobre isto queiram os nossos leitores dar uma vista de olhos por sobre o capítulo acerca do orago do nosso mosteiro.

1.3. As inscrições medievais da galilé

Nesta igreja ainda foram sepultados os herdeiros, os benfeitores e algumas devotas.

Recordaremos alguns nomes, documentados em epígrafes ou em textos literários. As inscrições tumulares estão todas fora do sítio, com a reconstrução da igreja de 1300 e, sobretudo, com a de 1600. Dámo-las na seriação que segue:

1.3.1.A lápide funerária de Soeiro Mendes, Facha

Na galilé da matriz, ao lado direito, uma porta seiscentista que, a certa altura (1895)⁵²⁸ e até há pouco tempo (1991) foi preenchida por uma gruta de Nossa Senhora de Lourdes. Por cima da verga da porta, e em fiada horizontal, três inscrições tumulares medievais. Todos familiares. A primeira é a de Soeiro Mendes.

Na penúltima matriz, o seu túmulo, de que resta o epitáfio, estava também na Galilé, mas do lado esquerdo. Aliás, haveria dois, pelo menos, nesta face. O de Soeiro Mendes estava embutido na parede, com um fresco da Anunciação a sobrepujá-lo. Abaixo da sepultura e a seis ou sete palmos do solo⁵²⁹, a inscrição, agora – isto é, desde 1679, mais ou menos -, neste sítio sobre a verga da porta referida:

VII.KL.IV.LII.Ob.FMLS DI.
SRIVS: MENDI. E.M.CC:X.III

⁵²⁷ Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, doc. n. 4, p. 158.

⁵²⁸ A representação lapurdense foi inaugurada em 1895. Cf. PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, p. 41; JST de 15 de Junho de 1933, p. 1, col. 2-4. No último restauro da matriz, em 1991, foi alivida a passagem da galilé para o átrio da Porta Branca. E a Senhora de Lourdes, agora sem gruta, foi retirada para a ala sul do primeiro claustro.

⁵²⁹ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 44.

Isto é, a 7 das Calendas de Julho – ou seja, a 25 de Junho -, da era de 1214 – que vem a ser o ano de 1176 – morreu o servo de Deus Soeiro Mendes. (*Estampa XIV, foto n. 45*).

Mário J. Barroca, que observou esta inscrição, assim a descreve: “O epitáfio de D. Soeiro Mendes Facha não oferece dificuldades de leitura, apresentando os seus caracteres bem gravados, delineados com recurso a *ordinatio*, e uma distribuição relativamente equilibrada do texto ao longo do espaço disponível. Do ponto de vista paleográfico salientemos a presença dos SS curvos e rectificados, e dos CC também executados com recurso a linhas rectas. Na epígrafe utilizam-se por duas vezes letras geminadas e uma única vez letras inclusas, sempre na palavra MENENDI (ME e ND geminadas; D com I incluso), aparentemente um recurso utilizado pelo lapicida para evitar a zona de junção de silhares”⁵³⁰.

Quanto à localização originária da epígrafe, de que fala Mário Jorge Barroca, tenho a fazer alguns reparos à hipótese deste bom epigrafista. Antes de mais, D. Martim Gil de Sousa, ao sec. XIV, não fez uma simples remodelação da igreja anterior. Mas uma construção nova de raiz. Quando muito se reaproveitariam algumas pedras da igreja românica, que era pequena, ao contrário desta, do sec. XIV, primeira parte, que era de três naves e que bem pareceria uma catedral de grande diocese (opinião de João de Barros, o geógrafo). Nesta altura, poderia ser levado para a galilé. Mas eu penso que a reposição do seu túmulo neste nártex se fizesse mais tarde, ao tempo do comendatário D. Miguel da Silva, que, sabemos bem, se ocuparia da restauração da memória dos grandes benfeitores do mosteiro de Santo Tirso, como se deu com o túmulo de D. Martim Gil de Sousa. Do que, adiante, falaremos.

Frei Leão de S. Tomás identificaria este Soeiro Mendes – e o da doação da Foz, o que é certo – com o *Soeiro Mendes o Bom*, o doador do Couto de Santo Tirso, em 1098, que não é nem pode ser... Já o tinha observado o autor do Index de 1774⁵³¹.

José Matoso identifica o Soeiro Mendes da doação da Foz com o Soeiro Mendes, o Facha; identifica o Soeiro Mendes Facha com o da inscrição tumular, de que estamos tratando; e põe a hipótese de ser o mesmo que o Soeiro Mãos de Águia⁵³². Entre os dois homónimos – Soeiro Mendes, o Bom, e o Soeiro Mendes, o Facha, há a diferença que pode ir do avô ao neto⁵³³...

“D. Soeiro Mendes Facha casou com a condessa Dona Elvira Gonçalves de Sousa ou da Faia (...) talvez a “Gelvira” que figura em silhar embutido junto do seu epitáfio (...). Segundo José Mattoso, D. Soeiro Mendes Facha encontra-se documentado na corte régia entre 1156-57 e 1176 e foi *tenens* de Seia (em 1169) (...). Leontina Ventura documenta a sua passagem pelo governo da Terra de Seia ou de *Extremature de Sena* entre Setembro e Novembro de 1169, acrescentando que as Inquirições de 1258 o referiam como tendo sido senhor de Algodres e como tendo outorgado carta de povoamento”⁵³⁴.

Adivinhando a sua morte, este Soeiro Mendes, o neto, que ia em direcção a Bragança, ao passar por Santo Tirso, fez testamento em prol desta casa. O autor do Índice de 1774 teve diante dos olhos, não o original, mas um treslado autêntico, datado de 1483, e feito no abaciado tirsense de D. Fernando Lopes do Carvalhal.

⁵³⁰ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, t. I, p. 409.

⁵³¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 12 v. – 13. Para ser o mesmo, teria de ter, na altura do falecimento, mais de cem anos !...

⁵³² Cf. *Livros Velhos de Linhagens*, ed. da Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p. 352.

⁵³³ MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Editorial Estampa., 1981, pp. 212-216.

⁵³⁴ BARROCA, ib., p. 410.

O testamento de origem estava datado de 1214, na era de César. Deixava Soeiro Mendes ao nosso mosteiro, quando dele era prelado D. Fernão Mendes - parente do doador, segundo a *Benedictina* -, os bens que seguem: a quarta parte da igreja de Guilhabréu; o Casal de Vila Boa, sito naquela freguesia, e, em 1774, já subdividido em vários casais; a ermida de S. João da Foz do Douro, assento do Couto – confirmado em 1211 -, cuja demarcação se faria ao tempo de D. Sancho I, e que vai ser, mais adiante (Abril de 1216), assento de uma comunidade paroquial; todas as herdades de que era senhor, no termo de Ferreira, com todos os seus homens que tinha no referido termo, e ainda com todas as suas herdades, foros e direituras ⁵³⁵.

Condiciona a manda a duas coisas: uma *revora* de dez éguas e quatro poldras, no valor de mil e trezentos maravedis; e sepultura em Santo Tirso, morresse na pátria ou fora dela.

Anos depois, em Agosto de 1240, os descendentes de Soeiro Mendes, o Facha, assinaram duas cartas de renúncia aos direitos que tinham ou viessem a ter em S. João da Foz, a favor do abade de Santo Tirso, Fernão Pires, e seu convento. Para maior firmeza, foram as duas cartas garantidas com o selo do Bispo do Porto ⁵³⁶.

1.3.2.A inscrição de Paio Zapata

Era meio irmão de Soeiro Mendes, o Facha. Aquele faleceria em 1163. E também seria sepultado no nosso mosteiro. Paio Zapata era filho legítimo de Paio Soares – este filho de Soeiro Mendes, o Bom - e de sua esposa Dona Châmoa Gomes. Ao passo que Soeiro Mendes, o Facha, era filho desta dita Dona Châmoa Gomes que o teve em *drudaria* (ou primeiro casamento ?), de Mem Rodrigues de Tougues.

A epígrafe funerária de Paio Zapata encontra-se no mesmo lugar da de seu meio irmão, logo a seguir. Ocupa dois silhares. Mas não era aí, evidentemente, o seu lugar de origem, como a do Soeiro Mendes. Tanto estas duas como a de Elvira – de que falaremos já a seguir - foram embutidas na parede sul do nártex, na sobreporta da igreja monástica de Santo Tirso, a partir de 1659. Antes desta cronologia, estivera o túmulo do lado oposto da galilé na parte baixa da parede. A deslocação para o sítio actual dever-se-á à construção da última matriz - 1659, o seu início - , quando o coro-alto avançou por sobre o espaço da velha galilé, que se recolheu ao interior da nova fachada da igreja actual, com a redução do nártex, pela eliminação da nave da epístola e ainda com a redução dos três portais da entrada do templo gótico a uma simples portada da igreja de 1659 ⁵³⁷.

Mário Jorge Barroca a descreve desta forma: “A insc. de D. Paio Pais Zapata apresenta caracteres bem desenhados, equilibrados e elegantes, denunciando presença de uma *ordinatio*. No entanto, convém sublinhar que nada faz supor, como sugeriu Armando de Mattos (...) que tenha sido feita apenas depois da morte de D. Soeiro Mendes (ocorrida em 1176), juntamente com a epígrafe deste nobre. Efectivamente, se compararmos a paginação das duas inscrições ressalta, de imediato, uma pronunciada diferença de módulo, com as letras da insc. de D. Paio Pais manifestamente mais pequenas que as de D. Soeiro Mendes, o que não se explicaria se elas tivessem sido realizadas num mesmo momento, como pretendia Armando de Mattos. De resto, há uma série de diferenças no traçado das letras (por exemplo, aos níveis dos NN e SS) que só se compreendem se considerarmos que as duas inscrições foram realizadas em

⁵³⁵ Sitos hoje em Carvalhosa e Monte Córdova.

⁵³⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 40-41.

⁵³⁷ A este propósito, veja-se o capítulo sobre a igreja do sec. XIV.

momentos distintos. O facto de haver uma proximidade tal entre os dois epitáfios que levou a que a parte terminal da insc. de D. Soeiro Mendes, de 1176, ocupasse parte do silhar onde já se encontrava gravada a insc. de D. Paio Pais explicar-se-á talvez, pelo facto de as inscrições assinalarem o local de enterramento destes dois nobres no “Panteão” familiar na Galilé de Santo Tirso, tal como vemos com os Sousas no Claustro do Silêncio em Alcobaça”⁵³⁸.

E reza o epitáfio deste Paio Zapata:

E: M.CC.I.OBIIT.FMLS
DI.PLGIVS:ZAPATA

Que quer dizer: *Era de 1201 – ano de 1163 – morreu o servo de Deus Paio Zapata.*
(*Estampa XIV, foto n. 45*).

Paio Zapata, como se disse, era filho de Paio Soares e de D. Châmoa Gomes, neto paterno de Soeiro Mendes, o Bom, e de sua esposa Gontrode Moniz. De Soeiro Mendes o Bom, remetemos para um capítulo que lhe foi dedicado neste volume. Quanto ao pai de Paio Zapata, a saber, D. Paio Soares, era personagem de primeiro plano na corte do Conde D. Henrique, coisa que se explica, em grande parte, pelas relações de amizade e de colaboração estreita de Soeiro Mendes, o Bom, com o pai do nosso primeiro rei. José Mattoso faz um registo sumariado da situação política de Paio Soares: mordomo-mor, em 1097, governador (alcaide) de Montemor, em 1099, e da Maia (1110-1128), e alferes de Dona Teresa, em 1122⁵³⁹. Teria morrido relativamente cedo. Talvez porque seus filhos fossem ainda novos, é que estes, só bastante depois, começarão a emergir na cena da vida política. O mais velho, de nome Pero Pais, foi Alferes-mor do rei, D. Afonso Henriques, por entre 1147 e 1169, cargo que o alcunhou: Pedro Pais Alferes⁵⁴⁰.

Quanto a Paio Pais – assim aparece com este patronímico, o que é lógico – Zapata, segundo o mesmo José Mattoso, é citado em documentos régios, por entre 1150 e 1162. Faleceria, sem descendência, em 1163.

Estas duas epígrafes que acabamos de referir remetem as atenções para dois personagens, relacionados entre si pelo grau estreito do parentesco. Mas os Livros de Linhagens não são coerentes no que toca a duas coisas: quanto à natureza da filiação de ambos e quanto à cronologia do seu nascimento, que a morte está bem determinada nestas epígrafes de Santo Tirso. Pois no que toca à cronologia, o *Nobliário do Conde D. Pedro* e o chamado *Livro do Deão* dizem que, primeiro, nasceria Soeiro Mendes Facha, do primeiro casamento de Dona Châmoa Gomes com Mem Rodrigues de Togues; depois, de um segundo matrimónio daquela fidalga, agora com Paio Soares, é que teria nascido então Paio Zapata. Ambos pois, seriam filhos legítimos, embora de pais diferentes. O *Livro Velho de Linhagens*, cujo autor bem se relacionará com o mosteiro de Santo Tirso, tem um ponto de vista diferente: primeiro nasceu Paio Zapata, filho legítimo de Paio Soares e de sua esposa, Dona Châmoa. Depois, a dita Dona Châmoa Gomes, já monja, - agora, realmente, de *drudaria* com Mem Rodrigues de Togues - é que teve o outro filho - ilegítimo, pois - Soeiro Mendes Facha.

Parece mais consistente esta opinião do Livro Velho de Linhagens.

⁵³⁸ BARROCA, Mário Jorge, o. c., p. 300.

⁵³⁹ MATTOSO, José - *A Nobreza medieval Portuguesa*, p. 215.

⁵⁴⁰ MATTOSO, José, o.c., p. 216.

1.3.3.A lápide tumular de Elvira

A última referência necrológica actual, a terceira das várias que, porventura, se encontrariam no átrio da igreja beneditina de Santo Tirso, refere-se a uma senhora. Lacónico, que apenas hoje nos ficou o nome que só bastasse da defunta:

GELVIRA ⁵⁴¹

Uma coisa não oferece dúvidas: a leitura. Mas outra de solução mais difícil: a identificação. Há várias Elviras, relacionadas com os Maias, ao sec. XII e XIII. Descartada a hipótese de uma Elvira Pais - esposa de um neto de Soeiro Mendes o Bom - , que vive pelo primeiro quartel do sec. XII ⁵⁴², ficariam de pé duas outras Elviras. Mário Jorge Barroca parecia apontar, apesar de tudo, talvez para Dona Elvira Mendes da Maia, filha de Mendo Soares da Maia, que, segundo J. Mattoso, casara com Enego Pais ⁵⁴³. Assim parece inclinar-se Mário Jorge Barroca, ao datar a inscrição do sec. XII, à base de considerandos de ordem paleográfica, e ainda pela relação directa de sangue com a estirpe, detentora do padroado de Santo Tirso. Muito embora termine as considerações, suspendendo a sua opção até que as coisas se pudessem, ulteriormente, esclarecer melhor. O certo é que, mais adiante ⁵⁴⁴ acaba por a identificar com Dona Elvira Gonçalves de Sousa.

Ora, foi nesta última que eu sempre apostei. Não naquela que, indevidamente, me parece atribuir Mário Barroca, ao enfiar-me, ora na linha de Carlos de Passos, ora colando-me à postura de Alão de Moraes, coisa que não perfilhei ⁵⁴⁵. Este genealogista, Alão de Moraes, em nota ao *Nobiliário do Conde D. Pedro*, de que fazia uso pessoal, teria identificado esta *Gelvira* ou *Elvira* com uma filha de Soeiro Mendes da Maia ⁵⁴⁶.

Pelo contrário, tive sempre para mim que se tratava da esposa de Soeiro Mendes, o Facha, que era neta de Egas Moniz, o Aio. Foi sempre aquela em quem apostei, quando escrevi ⁵⁴⁷. Pois, do casamento de Egas Moniz com a sua segunda esposa, Teresa Afonso, houve vários filhos, dos quais avulta uma senhora de nome Dórdia. Esta, que desposou o célebre Gonçalo Mendes de Sousa, teve de seu matrimónio vários filhos, entre os quais a nossa Elvira, que veio a desposar o dito Soeiro Mendes, o Facha.

Esta senhora, Elvira Gonçalves de Sousa, também se chamava Elvira Gonçalves da Faia, por ser donatária da Honra da Faia (Terras de Basto). Dela falam documentos que se alargam pelo leque que vai de 1161 a 1200. Possuía muitos bens dispersos pelas bandas do Ocidente de Trás-os-Montes e Douro Litoral. Muito ligada aos mosteiros de Pombeiro, Salzedas e Tarouca, de cujo padroado partilharia, no primeiro, por via paterna; nos dois últimos, por via materna. E ao último teria até feito, em 1200, uma grande doação.

Daqui, porém, uma dificuldade: o liame de Dona Elvira Gonçalves de Sousa com os três mosteiros citados quase postularia uma tumulação em qualquer um deles. Menos no de Santo Tirso. Mas também não podemos esquecer que esta senhora casou com

⁵⁴¹ Leite de Vasconcelos dirá: *Ielvira*. Outras formas medievais: *Geovura*, *Giloiria*, *Giovira*, etc. em português moderno *Elvira*. Cf. *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa Imprensa Nacional, 1928, p. 40.

⁵⁴² MATTOSO, José - *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 214.

⁵⁴³ *Ib.*, p. 215.

⁵⁴⁴ *O.c.*, p. 699.

⁵⁴⁵ BARROCA, Mário Jorge, *o.c.*, p. 590.

⁵⁴⁶ PASSOS, Carlos de Passos – *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, Santo Tirso, 1956, p. 58, nota 113.

⁵⁴⁷ JST de 31 de Julho de 1992, pp. 6-7. E que reeditaria em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, 2000, p. 443 e ss.

Soeiro Mendes Facha, grande benfeitor, como se disse, do mosteiro da nossa cidade. Mais, e que este se encontrava tumulado em Santo Tirso, à base do direito de padroado que, de facto, lhe pertencia, como descendente dos da Maia, como também por efeito das grandes benemerências com que dotou os monges da nossa cidade. Logo, também a sua esposa, por banda do seu marido, partilhava, igualmente, das faculdades inerentes ao. E, por isso, com direito à sua sepultura junto daquele que era, afinal, o seu marido.

Outra objecção que, aliás, previu também Mário Barroca, como também a relativa pouca consistência da sua força. Na situação actual da epígrafe, não temos, nem data, nem concretização patronímica que possa melhor individualizar a Dona Elvira da inscrição funerária. Sabe-se, apenas, que o A e o R do nome insculpido ostentam feições arcaizantes, face a uma senhora – na hipótese de ser Dona Elvira Gonçalves de Sousa –, que ainda era viva em 1200, quando procedeu à doação a favor dos monges cistercienses de Tarouca, o que levaria a epígrafe já paredes adentro do sec. XIII. Mas também sabe Mário Jorge Barroca que tanto nas inscrições epigráficas, como na linguagem escrita sobre papiro ou papel ou até na linguagem falada, os arcaísmos são fenómenos de todos os tempos. Eu sou particularmente testemunha – e já o demonstrei nos meus trabalhos – de que, em pleno sec. XX, na linguagem oral – e escrita também, como no *Diário* de José Bento Fernandes⁵⁴⁸ de Santo Tirso, este porém, dos meados do sec. XIX – vigoravam ainda medievalismos, de todos os tipos: fonéticos, morfológicos e sintácticos. E, como eu, também o constatou o grande Leite de Vasconcelos e o erudito Dr. Augusto César Pires de Lima.

Assim, parece-me, sobre a porta de comunicação da galilé com o átrio da Porta Branca, poder-se-ão observar restos de três túmulos familiares dos Maias e dos senhores de Riba Douro, já cruzados pelos vínculos canónico-jurídicos do matrimónio. (*Estampa XIV, foto n. 46*)

1.4. As inscrições medievais do claustro.

Restos doutras sepulturas medievais, da igreja do sec. XI, encontram-se metidos a esmo na parede oriental do claustro de 1300. Pomos de parte a epígrafe romana, que não vem ao propósito. São três lápides tumulares: duas de D. Urraca Vasques e D. Aldara Vasques, distribuídas por cinco silhares. E uma outra, em verso clássico latino, das duas devotas, D. Aldara Vasques e de D. Urraca Ermiges. É o que resta de alguns dos sarcófagos existentes na igreja românica do mosteiro. Estão assim dispostos os silhares:

1		2		
3	4	5	6	7
nn. 1, 5 e 6: silhares do epitáfio de D. Urraca Vasques				
nn. 4 e 7: silhares do epitáfio de D. Aldara Vasques				
n. 3: epitáfio em verso de Dona Aldara Vasques e de Dona Urraca Ermiges				
n. 2: Lápide romana votiva ao deus Turiaco				

1.4.1. A epígrafe de Dona Urraca Vasques.

É uma inscrição que se prolonga por três silhares. Claro que, já há muito tempo, se não encontra no seu devido lugar. Em 1651, Frei Leão de S. Tomás achava-a junto da

⁵⁴⁸ A *Freguesia de Areias, conc. de Santo Tirso*, vol. II/2, p. 518-521.

porta da sacristia da igreja de 1300 - que estava voltada para o claustro - , a nove ou dez palmos do chão ⁵⁴⁹. Todavia, a pedra foi reaproveitada, com funções delimitadoras, na parede da sacristia de seiscentos...

Suponho que a deslocação da epígrafe, para o lugar actual, se deu, não na construção da igreja gótica, por iniciativa de D. Martim Gil, mas na que começou no triénio de 1656-1659, ao tempo de D. Anselmo Alvo, que deixou já pronta a Capela da sacristia, renascença mui retardada ⁵⁵⁰. Isto é, duas coisas se fizeram *a fundamentis* na actual igreja de Santo Tirso: a sacristia e a capela-mor. Ora a parede actual daquele anexo poderia ter reaproveitado algumas das pedras da igreja de 1300. Mas, substancialmente, é construção dos meados do sec. XVII. E, nesta altura, seriam então embutidas na parede, no local onde hoje se podem ver. Compare-se o aparelho da parede norte do sec. XIV, ainda pura, com o aparelho do muro leste do sec. de 1600, para se concluir que não foi ao tempo de D. Martim Gil que as lápides foram colocadas naquela posição.

Vários autores leram a inscrição diferentemente. A mim, não me pareceria que o X (na primeira linha) tivesse a ver algo com as dezenas. Primeiro, porque, sob a aspecto caligráfico, é diferente do número imediatamente anterior, como com as letras subsequentes. Pareceu-me, pois, uma tentativa um tanto ou quanto tosca de avivamento forçado e retorcido de um K, já que depois do número VI, logo se deveria topar como termo *a quo* da contagem regressiva. Um K, supunha eu, de Kalendas. Depois, porque não esperava que o X fosse indicativo de dezenas, porque, ao contrário do normal, se encontra posposto (VIX), face às unidades. Achava que, sendo número devia ser anteposto (XVI). Esta interpretação reflectiu-se na cronologia do falecimento: não 27, mas 17 de Maio. Aliás, os retoques e avivamentos se fariam muitas vezes com as inscrições...

De resto, sobre a qualidade da epígrafe dirá Mário J. Barroca: “Ao contrário do que pretendia Armando de Mattos (...), julgamos que esta epígrafe não pode ser considerada como “pouco cuidada”. Pelo contrário, o traçado das letras revela uma qualidade epigráfica assinalável, sobretudo se tivermos em conta que se trata de uma insc. trabalhada em granito. Não cremos que se possa confundir a qualidade epigráfica com o seu estado de conservação, esse sim, deficiente. Para mais o epitáfio deve ter sido, tal como outros do Mosteiro de Santo Tirso parcialmente avivado, o que levou a que algumas passagens sejam hoje mais legíveis (por exemplo, o início da terceira regra, toda a quinta regra e o início da sexta regra), enquanto que outras passagens são hoje mais difíceis de ler. No entanto o lapicida que criou este epitáfio dominava bem a sua arte, tendo criado uma *ordinatio*, pela qual orientou todo o trabalho da gravação das letras que apresentam módulo regular e espaçamento equilibrado. Nalgumas passagens (nomeadamente por baixo de IN PACE) ainda é visível o traçado dessa *ordinatio*. Do ponto de vista epigráfico, o seu autor devia ter contactado com outros centros produtores de epígrafes, como se pode depreender de algumas características peculiares, que surgem em epígrafes normalmente arredadas do Entre-Douro-e-Minho: é o caso do T de REQuIESCAT, com a haste vertical rematada em linha curva (solução característica do Centro do país, na zona de Coimbra) ou o V de VELASCI, grafado como A invertido, com traço horizontal. Por outro lado, as características paleográficas deste letreiro (tal como o seu formulário) não podem deixar de ser postas em paralelo

⁵⁴⁹ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 45.

⁵⁵⁰ Já escrevi que, à base do relatório trienal de D. Anselmo Alvo, a nova igreja de Santo Tirso começou no seu triénio. Portanto são enganadoras as inscrições que se encontram, uma no chão, à entrada da sacristia actual, e outra na sobreporta da mesma entrada.

com a insc. funerária de D. Alda Vasques (...) que deve ter sido criada ou na mesma altura ou, pelo menos, pelo mesmo artista (por certo um monge de Santo Tirso) ⁵⁵¹.

Diz a lápide, na leitura desdobrada de Mário Barroca:

E(ra) . M . CC .2 . VII . VI . X
K(a)L(endas) . IUNII . Obiit . DOMNA
ORRACA . VELASCI
NOBILIS . FEMINA
CUIUS . IN PACE
REQ(u)IESCAT (anima)

Damos a tradução: *A dezasseis das Calendas de Junho (17 de Maio) da era de 1257 (ano de 1219) morreu D. Urraca Vasques, mulher nobre, cuja alma descanse em paz. (Estampa XIV, foto n. 47)*

Frei Leão de S. Tomás identificaria esta Dona Urraca com uma filha de Vasco Martins Pimentel, e que foi mulher de D. Gonçalo Pereira, identificação que José Mattoso repudiaria, à base de incompatibilidade cronológica. Igualmente Armando de Mattos e Carlos de Passos o fizeram, confundindo a Dona Urraca Vasques com Urraca Viegas.

Por um lado, há afinidades paleográficas e epigráficas entre as duas inscrições: a de Dona Aldara ou Alda Vasques que foi monja de Santo Tirso e que esteve em Burgães ⁵⁵² e que falecera em 1235, com a de D. Urraca Vasques. Por outro, há um patronímico comum: Vasques, que nos aponta para um pai de nome Vasco. Se são irmãs – muito embora o Livro Velho de Linhagens não ponha nenhuma Urraca Vasques na descendência Vasco Fernandes e Tereza Gonçalves – então, no mosteiro de Santo Tirso haveria um panteão da família da Maia: estas duas hipotéticas irmãs, os seus tios Soeiro Mendes da Maia, o Facha, e esposa Elvira Gonçalves de Sousa, Paio Zapata, meio irmão de Soeiro Mendes, o Facha. Mas daqui não se pode concluir, com certeza duas coisas: que Alda e Urraca, sejam, de facto, irmãs. E nem que Urraca – na dita hipótese de ser irmã – , por morrer primeiro, seja mais velha...

1.4.2. A epígrafe de D. Aldara Vasques

A inscrição funerária de que agora tratamos, constaria de três lâminas de granito. Falta a do meio, que ao parecer de Mário Jorge Barroca – a julgar pelas letras que faltam – seria de pequena dimensão, face às subsistentes, a saber, que corresponderiam às duas sílabas finais do nome da dita senhora e à primeira do seu patronímico, assim como a primeira sílaba dos votos de paz, no eterno descanso.

A partir dos começos da segunda parte do sec. XVII, a inscrição foi afixada na parede externa da sacristia, na face leste do claustro, ao lado de outras inscrições todas medievais, excepto uma que é romana.

Mário Jorge Barroca assim a descreve: O epitáfio foi gravado “ao longo de três silhares de granito, de que sobrevivem o primeiro e o terceiro. O segundo silhar, que se perdeu, devia ter dimensões modestas. O epitáfio foi gravado a traço pouco profundo, ao longo de três regras que ocupam de forma equilibrada toda a superfície disponível. Este aspecto revela-nos que deve ter havido uma *ordinatio*, que permitiu que o lapicida procedesse a uma distribuição equilibrada do texto. A altura das regras foi determinada

⁵⁵¹ Mário Jorge Barroca, *o.c.*, vol. II, t. I, p. 698

⁵⁵² LV 1 M8

pela altura total dos silhares (a partir da sua divisão em três partes iguais). Dentro deste espaço os caracteres foram gravados à medida que a tarefa progredia. É o que sugere o facto de na segunda regra do terceiro silhar, em “...LASCI: NOBILIS”, sobre o N se encontrar grafitado, a traço muito leve, um A que nunca chegou a ser rebaixado. Do ponto de vista paleográfico, a insc. de D. Alda revela a particular predilecção do seu autor pelos caracteres quadrados (SS, CC, EE), que surgem em número significativo e ajudam a conferir aspecto peculiar ao letreiro. Sublinhemos ainda dois pormenores significativos: os UU na forma de VV com traço horizontal a meio (como se tratasse de AA invertidos) e o T de REQUIESCAT com a haste vertical rematada em espiral”⁵⁵³.

Naturalmente que as semelhanças entre os túmulos de Urraca Vasques e este de Aldara Vasques parecem supor uma dependência comum das duas epígrafes. Mas a diferença, no que diz respeito à grafia, parecem supor – assim o penso – intervenções de artistas diferentes. Aliás, o próprio Mário Jorge Barroca o pôs de relevo: os caracteres quadrados da epígrafe de D. Aldara, o desenho da vogal posterior fechada, comparado a uma fricativa sonora, com traço horizontal a meio; e a dental surda, rematada ao fundo da haste vertical, com a crescença de um motivo espiralado... Depois, um espaço intervalado entre as duas epígrafes de, pelo menos, 16 anos...

Quanto à leitura, temos a dizer que, a partir da cronologia exacta que lhe deu Mário Barroca concluiu que João Pedro Ribeiro poderia ter ainda visto a inscrição, por inteiro. Para tal, não era necessário, porque, para saber da cronologia exacta, bastaria ler o epitáfio em verso da segunda tumulação... De resto, existem as transcrições originais de João Pedro Ribeiro e vê-se que estavam incompletas. E, como tais, assim delas fez leitura⁵⁵⁴.

Carlos Manuel Faya Santarém transcreveu a lápide, sem tentar reconstruir a parte “faltosa”. E fala de dois silhares, não como partes integrantes do mesmo epitáfio, mas como se fossem inscrições independentes.

Carlos de Passos, em 1950, não leu com exactidão o patronímico, mas corrigiria o erro de Armando de Mattos, no que toca ao pronome relativo. Reza a inscrição

E:M:CC:LXX (III.^a: III^o) IDVS:FbRII.Ob (...)
DOMNA:AL (dara: va)...LASCI:NOBILIS:
FEMINA:CVIV (s in pa) CE REQUIESCAT ANIMA

Lápide distribuída por três silhares, de que falta o intermédio. Será fácil a reconstrução, na quase totalidade. E, no todo, quererá dizer: *A três dos Idos de Fevereiro*⁵⁵⁵ (11 de Fevereiro) *da era de 1273*⁵⁵⁶ *morreu Alda Vasques, mulher nobre, cuja alma descanse em paz.*

Aldara Vasques era bisneta da Egas Moniz, filha de Vasco Fernandes de Sousa e de sua esposa Teresa Gonçalves de Sousa⁵⁵⁷. (*Estampa XIV, foto n. 48*). Era, pois, irmã de D. Gil Vasques de Soverosa, de D. Martim e de Dona Elvira.

⁵⁵³ BARROCA. Mário J., o.c., pp. 761-762.

⁵⁵⁴ BUC *Mosteiro de Santo Tirso* 704, ff. 175-176.

⁵⁵⁵ A fractura da inscrição deixa ver Idos, mas não a quantos. Sabemos pela inscrição em verso, que transcreveremos a seguir, que se trata de uma cronologia fixada a *três* dos Idos.

⁵⁵⁶ Embora se encontre partida a lápide, no que toca às unidades, pela inscrição em verso, onde consta a mesma senhora, agora em túmulo comum com uma amiga, fidalga também, sabemos que faleceu em 1273, da era de César, ou seja, em 1235.

⁵⁵⁷ Para melhor identificação, veja-se *Livro Velho de Linhagens*, LV 1 M8 LL 25 A1 e 15 I,2) ed. de J. Mattoso e J. Piel, da Academia das Ciências de Lisboa, p. 28.

Mário Jorge Barroca fala de várias instituições que Alda Vasques teria beneficiado, como a leprosaria de Alfena, o mosteiro de Salzedas e a Ordem do Hospital.

Com certeza que também teria beneficiado o da nossa cidade, já que aqui fora tumulada. E, por duas vezes: da primeira, em sepultura avulsa, de que resta a epígrafe a sobre que, neste momento, nos estamos debruçando. E, treze anos depois, numa outra, em comum com a sua amiga, Dona Urraca Ermiges, em cuja memória se redigiu, novo epitáfio, clássico de ritmo, de vocabulário e de estilo. Pela pedra desta última inscrição funerária, se sabe que Dona Alda terá falecido a 11 de Fevereiro de 1235.

Os bens de que D. Alda houve de dispor encontravam-se dispersos, por Amarante, Lamego, Vila Real, Poiares, Penafiel, Marco de Canaveses.

1.4.3. A lápide tumular em verso

Última inscrição tumular e medieva. Uma poesia clássica: de ritmo, de linguagem e de estilo. O túmulo comum de duas devotas Alda e Urraca.

Assim a apresenta Mário Jorge Barroca: “A insc. comemorando a trasladação de D. Alda Vasques de Soverosa e de D. Urraca Ermiges para um mesmo túmulo foi gravada ao longo de 13 versos, com caracteres de pequena dimensão, alguns unciais, com uma notável uniformidade de módulo e algum sucesso na sua paginação, o que apenas se pode explicar pelo recurso a uma *ordinatio* e a um cuidadoso planeamento da distribuição gráfica das letras. Este facto não evitou, no entanto, alguns descuidos. Assim, na linha 5, por exemplo, o escultor começou a gravar o texto com relativo afastamento das letras, mas na iminência da falta de espaço, viu-se obrigado a apertar todo o texto a partir de metade da regra, terminando-o junto do bordo da lápide, em situação já evidentemente crítica. Ou, pelo contrário, na 10.^a linha começou a gravar o texto com mancha cerrada mas, nas duas últimas palavras, perante todo o espaço que começou a perceber que ia sobrar no fim dessa regra, decidiu afastar as letras para compor a mancha gráfica.

A leitura do texto foi tentada por várias vezes. Frei Leão de S. Tomás acertaria na individualização das duas devotas. Fora isso, desacertou – e muito ! - na leitura e na cronologia. Armando de Matos também será correcto na identificação das duas senhoras. Mas de leitura muito infeliz. Segui-lo-ia, de perto, Carlos de Passos que, por isso, também não pôde fazer melhor.

O meu amigo Carlos Manuel Faya Santarém daria um grande passo em frente, apostando numa leitura quase perfeita. José Mattoso também abordará esta poesia. No que toca à leitura, apenas algumas imperfeições a desvirtuam. Mas a sua contribuição, positivamente, se alargaria, sobretudo quando vai relacionar o epitáfio com o contexto cultural do mosteiro de Santo Tirso, do que haveremos de falar em capítulo próprio. Talvez que um reparo – para além de pequenos pormenores de leitura - se possa fazer a respeito de duas coisas que me parecem exigir observações: no que toca à estrutura formal, não são versos leoninos, que lhes falta a rima interna, mas hexâmetros dactílicos. Sob o aspecto estilístico, não são versos tão prosaicos, que o texto exhibirá algumas figuras de estilo que denotam a presença no autor de uma certa veia de criatividade e de um certo nível estético, do que falaremos no tal capítulo aparte.

Mário Jorge Barroca aprovou a minha leitura que achou inteiramente correcta.

D. Alda Vasques de Soverosa, como se disse já, era filha de Vasco Fernandes de Soverosa, “O Cativo” e de Dona Teresa Gonçalves de Sousa e, possivelmente irmã de Dona Urraca Vasques, a julgar, entre outras coisas, até pelo patronímico.

A sua amiga, com quem iria partilhar o leito da mesma sepultura, Dona Urraca Ermiges, esta era filha de D. Ermígio Mendes de Riba Douro e de Dona Sancha Pires de Bragança:

*D. Ermígio Mendes casou com dona Sancha Peres, a Bragançã, filha de dom Pedro Fernandes de Leia (?), e de dona Froilhe Sanches, e houveram i filho e duas filhas: o filho houve nome de dom Afonso Ermiges e nom houve filhos; uma filha houve nome dona Orraca Ermiges e foi monja de Santo Tirso; e outra houve nome dona Froilhe e foi casada em Leom e nom houve filhos*⁵⁵⁸.

As duas devotas, ao fim e ao cabo, além de familiares, ligadas por laços espirituais ao mesmo mosteiro, eram entre si parentes de sangue – primas, em segundo grau -, que descendiam do tronco comum constituído por Mem Viegas de Sousa e Elvira Fernandes de Toledo. Entendê-lo-emos melhor consultando a árvore genalógica que pode ver-se em Mário Jorge Barroca⁵⁵⁹.

Aqui vai o texto

(NOBILIT)AS: GENERIS : MORVM : MENS : PVRA : bENIGNA :
 CLARIFICANT: DOMNAS. ORRACAM: SIC : SIMVL: ALDAM:
 QVAS: DEVS : INMENSO: SINCERO: VINXIT: AMORE:
 QVOD: DVM : VIXERVNT:SIMVL:ILLIS:INFVIT: VNA:
 MENS: TANTUM: CONCORD: QUOD: NULO: DISCREPUERE
 HVIVS: (A)NSA: REI: TVMVLOS: CONIVNXIT: EARVM
 TALIS AMIC(ITI)E MODVS OMNIBVS : VT: SIT: HABENDVS
 TEMPORE NON : VNO: (DEVS) IPSAS: TRAXIT : AD ASTRA
 MORS ALDE : DOMNE: FEBRVI: TERNO: FVIT: IDUS:
 MILLE: DUCENTIS: LXX TRIBUS: FUIT: ERA:
 ORRACAM: DOMNAM: MORS: IMPIA: IECIT Ab OrbE
 QVARTO: NEMPE: KALENDAS : MENSIS: APRILIS: IN ERA
 MILLE: DVCENTORUM: SIMVL: LXXX: MAGIS: SEX

Uma inscrição em verso latino, o que só demonstra, com outras poesias que daqui se conhecem, o alto grau de cultura literária e humanista do convento. Do que não se trata – como todos pensam ! –, e repetimos, é de uma medida medieva (o verso leonino). Antes, de hexâmetros clássicos.

Tradução:

A nobreza de nascimento e um espírito puro e benigno dos seus costumes distinguem as Donas Urraca e Alda que Deus uniu por amor sincero e imenso, porque, enquanto viveram, tiveram uma só alma concorde, dado que em nada divergiam. A circunstância deste facto reuniu os túmulos das duas, de tal forma que este modelo de amizade seja de todos meditado. Não foi na mesma altura que a morte levou as duas amigas para os céus. A morte de Dona Alda foi a 3 dos Idos de Fevereiro de 1273 (11 de Fevereiro de 1235). A morte ímpia levou da terra Dona Urraca a 4 das Calendas de Abril (29 de Março) de 1286 (ou seja, 1248). (Estampa XV, foto n. 49)

⁵⁵⁸ LV, 1 AF8.

⁵⁵⁹ O.c., t. II, p. 1226.

Trata-se, segundo José Mattoso, do túmulo das duas devotas: Alda Vasques – dos de Soverosa – e Urraca Ermiges, filha de Ermígio Mendes, de Riba Douro ⁵⁶⁰. Respectivamente, bisneta – Aldara Vasques – e segunda sobrinha de Egas Moniz – Urraca Ermiges –, descendente que era esta última senhora do irmão do Aio, Mendo Moniz.

2. Mosteiro duplo o de Santo Tirso ?

Um mosteiro beneditino de frades – entenda-se ! - é constituído, essencialmente, por uma comunidade de monges, com o seu Prior – o convento -, tendo, no lugar cimeiro, especialmente para as relações com o mundo exterior, um Abade, eleito pelos membros que a constituem. Por fora deste círculo estreito podem estar - e encontram-se – outras pessoas que não são membros da comunidade, mas que a ela se vinculam por laços, de maior esbatimento canónico-jurídico - não tão estreitos, pois - e de natureza variada. Assim, por exemplo, as devotas, os familiares, os criados...

Junto dos mosteiros beneditinos, antes de mais, encontrar-se-ão muitas vezes, certas formas de espiritualidade esquisitas, como as emparedadas. É o caso de Dona Loba, aqui, em Santo Tirso, a favor da qual D. Sancho II instituiria o couto de Gavião ⁵⁶¹. Sabemos que tais pessoas não pertenciam à comunidade nem gozavam do direito de voto nas decisões da mesma, nem estariam constringidas ao cumprimento da Regra. Mas, de alguma forma, estavam ligadas à casa, a ela lhe doavam seus bens ou serviços e dela recebiam amparo, protecção, na vida e na morte, pelas orações e sufrágios dos monges. Pertenciam, não à comunidade, mas à *família* do mosteiro. São, pois, elementos da dita casa. Os laços que os prendem ao convento podem ser espirituais, sociais, económicos...

São conhecidas as *monjas ou devotas*. Associavam-se à casa pela vivência de um programa religioso, inspirado na Regra, mas sem pertencerem – especialmente, a partir do sec. XII ⁵⁶² - à comunidade propriamente dita. As inscrições tumulares inseridas na parede leste do primeiro claustro de Santo Tirso – há pouco, a elas nos referimos - e os Livros de Linhagens falam-nos de várias senhoras fidalgas desta condição: Dona Aldara Vasques ⁵⁶³, Dona Urraca Ermiges ⁵⁶⁴, Mor Mendes ⁵⁶⁵, Gontrode Moniz ⁵⁶⁶. Pessoas há que ampliam o domínio monástico, com doações, recebendo, em troca os bens, a título agora de rendeiros. Oficiais, que se comprometem a serviços prestados à casa – como o de mordomos -, e que entram, assim, no círculo da parentela do mosteiro. (*Estampa XV, foto n. 50*)

De qualquer forma, não são monges, nem monjas, no sentido estrito do termo. Por várias razões: pelo tirocínio do noviciado que não cumprem, pela profissão religiosa que não fazem, pela estrita observância da Regra e das Constituições a que não se sujeitam, pela participação nos actos da comunidade monástica, sobretudo do coro e das deliberações capitulares, onde o convento se reúne, e em cujas decisões não têm voto. Não se diz, por exemplo, que D. Gaudemiro tivesse sido eleito a *fratribus et sororibus*.

⁵⁶⁰ LV 1M8 E 1AF8.

⁵⁶¹ RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. I, p. 264; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 169-170, n. 33.

⁵⁶² Quando se intensifica a luta da legislação romana contra os mosteiros duplos e, quando, por outro lado, se fundam, mais e mais, mosteiros estritamente femininos.

⁵⁶³ LV, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, preparada por J. Piel e J. Mattoso, p. 28.

⁵⁶⁴ Cf. dito LV, p. 36. A ela se referirá o epitáfio em verso clássico.

⁵⁶⁵ LV, p. 51.

⁵⁶⁶ LV, p. 58.

Muito embora houvesse e haveria, nos tempos imediatos, *monjas e devotas* na casa de Santo Tirso, como aquelas acima citadas.

Uma barreira, bastante definida no curso dos tempos, aos membros da família os separa dos demais. Sobretudo, insista-se, a rigorosa observância da Regra e a participação nos actos da comunidade conventual, de modo concreto, no Coro e no Capítulo. Assim o teria sido sempre o mosteiro de Santo Tirso, um mosteiro masculino. As devotas, pois, que nele receberam tumulação pertenceriam antes à *família*. E, sobretudo, quando membros da estirpe patronal que, como tais, participariam na designação do abade e teriam já direito à sepultura no convento e aos sufrágios dos monges pela sua alma.

CAPÍTULO IV

A IGREJA DO SEC. XIV: OS BENFEITORES, AS CAPELAS E O CLAUSTRO

Para Carlos de Passos, a igreja trecentista do nosso mosteiro só teria, talvez, uma outra a precedê-la ⁵⁶⁷. José Mattoso, apesar de distinguir elementos arquitectónicos medievos bem díspares, não concluiu na hipótese de duas, antes de 1300 ⁵⁶⁸. Creio que a matriz de Santo Tirso, a actual, construída no espaço que irá de 1659 – ou pouco antes – até finais do sec. XVII, no que respeita à estrutura arquitectónica, radica nos alicerces de uma tradição que vai contando bem umas três outras, para trás de si: uma de 978; outra de 1090; e uma terceira do sec. XIV.

1. O facto de edificação, ao tempo de D. Martim Pires

1.1. Os benfeitores da terceira igreja monástica

A igreja de Santo Tirso, a monástica – e já secular que também o foi !-, sabemos que estaria em fase decisiva de edificação, por 1312.

Já o suspeitava e garantia, pelo meio de 1500, o geógrafo João de Barros:

(...) mas depois, em tempo d’el Rey D. Dinis, Dom Martim Gil, Conde de Barcelos, lhe deixou muita Renda, com que se tornou a refazer de nouo, melhor do que antes era, porque o edificio parece daquelle tempo não mui antigo ⁵⁶⁹.

Confirma-o na “suspeita” e pela mesmo altura, o abade comendatário, D. Miguel da Silva, quando mandou gravar a memória fúnebre de D. Martim Gil, de que adiante falaremos.

A primeira ideia da construção do templo do sec. XIV e de que temos notícia deve-se ao padroeiro da nossa casa monástica, o Conde de Barcelos, D. Martim Gil. Ao seu projecto se refere o testamento de sua esposa D. Violante Sanches, datado de 2 de Outubro de 1310:

⁵⁶⁷ PASSOS, Carlos de - *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, 1956, p. 25: *Esta – a igreja levantada por Martim Gil e sua esposa – foi a causa de se demolir a velha igreja, talvez a primitiva (de cunho visigótico ou moçárabe ?).*

⁵⁶⁸ *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 317-318. Outras coisas de José Mattoso que não estarão bem – parece-me -, dizem respeito à interpretação da Capela da Piedade, que julga, erradamente, ser a sucedânea da medievá igreja paroquial; à reabsorção da comunidade secular no interior da igreja monástica que não se fez ao sec. XVII, mas já nos finais do sec. XVI... Além do mais, existe o muro norte, até à altura dos janelões, que é ainda a parede da primitiva nave lateral, do sec. de 300, do lado do evangelho. Sobrevive, muito embora oculta, mas ainda intacta – ou quase - a nave lateral do lado da epístola da igreja de Martim Gil...

⁵⁶⁹ *Geographia d’Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1919, p. 45.

E mando que se o Conde D. Martim Gil meu marido fazer aquel Moesteiro, que comigo falou, segundo he conteudo no seu testamento⁵⁷⁰ que elle amim mostrou, que me soterrem⁵⁷¹ em el, e se eu antes morrer que esse Moesteiro seja comessado mando que o dito meu marido, e meu Testamenteiro, e os outros Testamenteiros, que eu com el deixo, ou qualquer d'elles, que me enterrem no Moesteiro de Santo Tiço de Riba Dave: E se o dito Conde meu marido começar a fazer esse Moesteiro, do dia que eu passar⁵⁷² ata hum anno, mando que me levem para ele, e que me soterrem em ele. E mando que as cinco mil Libras que me meu marido Conde ha dar por arras⁵⁷³, e por compra de meu corpo, que el e os outros meus testamenteiros os dem no dito Mosteiro que el fez⁵⁷⁴. Segundo como el comigo falou, e mostrou no seu testamento que o queria fazer. E se ele esse moesteiro nom fez, mando que me deixem jazer no dito Mosteiro de Santo Tiço, e que deu hi as ditas cinco mil Libras, ou hu dito Conde meu marido, e meu Testamenteiro e os outros meus Testamenteiros tenerem por bem, e que seera mais aprot de minha alma. E estas cinco mil Libras dem eles por concelho de minha Senhora a Reina, a quem eu pesso por merce que o faça fazer⁵⁷⁵.

Seriam, pois, bem preceptivas duas coisas: a doação ao mosteiro de Santo Tirso das cinco mil libras que o Conde, seu marido, devia à sua esposa, por dote de casamento; e, segundo, a sua sepultura no nosso mosteiro, se, entretanto, se viesse a construir a nova igreja, até um ano depois de falecer. Caso se não edificasse – ou se não desse início à construção – até ao primeiro aniversário de sua morte, mesmo assim Dona Violante não deixaria de manifestar o desejo de sepultura no interior da igreja monástica dos nossos beneditinos. Aquele templo que remontava a 1092.

E Dona Violante morreria, efectivamente, antes de 23 de Novembro de 1312, que nas disposições de sua última vontade, datadas dessa ocasião, o Conde D. Martim Gil dirá que já ela, a dita sua esposa, jazia soterrada no mosteiro de Santo Tirso.

D. Martim Gil, filho de Martim Gil de Riba Vizela e de Emília Andrés de Castro⁵⁷⁶, era genro do primeiro Conde de Barcelos, D. João Afonso Telo de Meneses⁵⁷⁷. Casou-se, de facto, com uma filha sua, a dita Dona Violante Sanches⁵⁷⁸. Como padroeiro – ele

⁵⁷⁰ Não foi o último do Conde que é posterior ao de Dona Violante Sanches: 23 de Novembro de 1312. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 90, pp. 186-190.

⁵⁷¹ *Enterrem.*

⁵⁷² *Morrer.*

⁵⁷³ Dote de casamento.

⁵⁷⁴ Logo, a 2 de Outubro de 1310, ainda se não começaria a edificar a terceira igreja conventual de Santo Tirso. Dela haveria, apenas, um “projecto”.

⁵⁷⁵ Foi publicado este testamento de Dona Violante Sanches, na íntegra, no JST de 23 de Março de 1893, p. 2, col. 1-3. A leitura ou do autor da cópia antiga – de que o dito jornal se serviria – ou do responsável que a mandou publicar é deficiente. Mas com o auxílio do “extracto” que do mesmo testamento fez João Pedro Ribeiro e que o Dr. António Cruz publicou (*Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 87, pp. 185-186), podemos, de alguma forma, garantir-lhe um certo valor, no que respeita, especialmente, ao conteúdo.

⁵⁷⁶ Isto explicará o facto de D. Martim Gil deixar como herdeiro seu, nas partes da Galiza, o seu sobrinho D. Pedro Fernandes de Castro, pai da célebre Inês de Castro. Mais propriamente falando, D. Martim Gil é neto de um irmão (André Fernandes de Castro) do avô (Estêvão Fernandes de Castro) da *Colo de Garça*, como era conhecida a figura trágica da História de Portugal, Inês de Castro.

⁵⁷⁷ Sepultado no convento de Pombeiro.

⁵⁷⁸ Quanto à genealogia de Dona Violante Sanches, consulte-se – para uma informação sumária – SAMPAIO, J. Mancelos, e SOUCASAU, Augusto – *Barcelos. Resenha Histórica-Pitoresca-Artística*, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1927, no descobrável intercalado entre as pp. 18-19.

descendia dos da Maia⁵⁷⁹ -, o casal alimentava a intenção de construir uma nova igreja monástica para os frades de Santo Tirso.

D. Martim Gil revelara à sua esposa a intenção de construir uma nova igreja monástica. Mais, acolheu o desejo de Dona Violante de nela ser sepultada. E Martim Gil cumpriu. Era vontade sua também – e, ao sec. XVI, como se vê da memória de D. Miguel da Silva, supunha-se, lhe tinham dado cumprimento⁵⁸⁰ - ser sepultado, ao lado de sua esposa, na capela-mor da igreja beneditina⁵⁸¹. Pois, no seu testamento de 23 de Novembro de 1312, deixará 3.000 libras com que se fizesse uma nova igreja.

Fica-se até com a sensação de que a igreja estava, de facto, a construir-se. Já nela fora soterrada D. Violante. Preocupado Martim Gil agora especialmente por fazê-la *muito alta e boa*:

*(...) tres mil libras de portugueses.... por almha da condessa dona violante ssanchiz pera ffazer com elhas a eigreya do mosteiro de ssancto tisso aquela eigreja en que a dicta dona violante sanchiz jaz soterrada enom metam aqueles dieyros enal salvo en ffazer aquela eigreja muitalta e mui bôa*⁵⁸².

Deixaria mais a famosa Quinta de Chão de Couce⁵⁸³. Por seu turno, a tia de Martim Gil – que daquela herdou imediatamente Chão do Couce – fora já ela, Dona Constança Gil⁵⁸⁴, uma benfeitora de Santo Tirso. *Estampa XXXVIII, fotos nn. 95 e 96*.

Com tantas dádivas, não admira que, na lotação dionisíaca de 1320, o nosso mosteiro avultasse de entre os mais rendosos de todo o país. Um bom suporte económico para as grandes despesas da casa na construção da terceira igreja conventual, que, suponho, se estava já fazendo.

Talvez que, no contexto destas grandes obras, se enxerte o florescimento do culto divino, um dos argumentos que levaria o arcebispo de Braga a conceder ao abade D. Martim Pires de Santo Tirso a *união* ao mosteiro de algumas igrejas que já eram do padroado *in solidum* daqui⁵⁸⁵.

1.2. A sepultura de D. Martim Gil e de Dona Violante Sanches

Em proporção com o seu papel de alto benemérito da casa religiosa, o túmulo de Martim Gil, mai-lo da sua mulher, Dona Violante Sanches, no lugar de maior honra que alcançar se podia: na capela-mor e do lado do evangelho⁵⁸⁶. (*Estampa XXXVII, fotos 89 e 90*). Para lá mandou fazer D. Miguel da Silva, no sec. XVI⁵⁸⁷, memória

⁵⁷⁹ A genealogia do Conde Martim Gil pode ver-se em MATTOSO, José – *A Família da Maia no sec. XIII*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 281-295. Um esboço da estirpe fora já dado por Frei Leão de S. Tomás, em *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 47. Ao final deste capítulo, daremos um esboço da genealogia de D. Martim Gil e da sua esposa, Dona Violante Sanches..

⁵⁸⁰ Transcreveremos, já a seguir, a memória de D. Miguel em honra de Martim Gil e sua esposa.

⁵⁸¹ Que era vontade do Conde de Barcelos jazer sepultado ao lado da esposa, di-lo ele mesmo nas disposições últimas de 23 de Novembro de 1312: *en hum moymento alçado a par da condessa dona violante Sanchez... sejam theudos a fazer dizer cada dia hua missa de ssacrificio de ssober altar*. Cf. *Breve Estudos dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 186.

⁵⁸² *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 190.

⁵⁸³ De que, à morte do Conde, se apropriou o Rei D. Dinis, para depois a largar ao mosteiro, mediante certa compensação, do que adiante falarei.

⁵⁸⁴ Morreria por entre 1300-1302.

⁵⁸⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 155 v.

⁵⁸⁶ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 46.

⁵⁸⁷ Abade comendatário de Santo Tirso, de 1522 a 1536.

condizente, que o recordará – emergindo-o do Letes da ingratidão – como o grande obreiro do espaço cultural trecentista⁵⁸⁸.

Está hoje esta inscrição fora do lugar, a saber, incrustada na parede, ao patamar que divide os dois lanços da escadaria de S. Plácido. Para aqui veio, na construção da última matriz. Ou até, depois, quando se rasgou, a meio do sec. XVIII, o acesso ao coro-alto, do lado do perímetro claustral. Mas, ainda agora, no sec. XX – para que não mais se esqueça ! -, conta as generosidades de tão alto benfeitor:

AQUI IAZ D. MARTIM GIL DE SOVSA CONDE DE BARCELL.os
 ALFEREZ MOOR DEL REY D. DINIS E MORDOMO MOOR
 DELREY D. AFONSO SEV FILHO SENDO PRINCEPE E IAZ
 CO ELLE A CONDESSA DONA VIOLANTE SANCHEZ SVA
 MOLHER OS QVAIS DERÃO A ESTE MOYSTEIRO DE S.
 TYSSO MUYTAS HERDADES QVE OGE POSSVYE E O CHÃO
 DO COVCE QUE SE TROCOV POR OUTRAS. E POR DINHEYRO
 DE QUE ESTA IGREIA SE REEDIFICOV IAZIAM APARTADOS
 SEM MEORIA ALGUVA E DOM MIGVEL DA SYLVA BPO DE
 VISEV CORREGENDO ESTA CASA OS POS NESTA SEPVLATURA
 E LVGAR POR SEVS MERECIMENT.os
 AN. M.D.XXVIII⁵⁸⁹

(*Estampa XVII, foto 54*)

2. De como seria a igreja trecentista

João de Barros, em 1549, referindo-se à penúltima igreja monástica, diz: *he mui nobre e tem muitas capellas para hua grande See*⁵⁹⁰. O geógrafo andava impressionado ao vivo com a grandiosidade do mosteiro. E, obcecadamente, só lhe via um termo de comparação à altura – uma diocese -, pelas competências administrativas de que era sujeito e pelos bens de que dispunha: *he dos mores em que se podia fazer hu Bispado, que tem muitas Igrejas de sua apresentação e muitas quintas e casais*. E, pelo templo monástico, como dito ficou, que bem pareceria uma catedral...

Frei Leão de S. Tomás, que aqui viveu e aqui professou, em finais do sec. XVI, num dístico elegíaco⁵⁹¹, vai celebrar a beleza da construção – *pulchram domum*, à altura do orago conventual -, como pedra preciosa no enquadramento edénico da paisagem⁵⁹².

Desta igreja sabemos várias coisas:

2.1. Que tinha três naves

A igreja e o mosteiro foram envelhecendo: torres, nártex... O corpo mesmo não resistia ao desgaste dos séculos. Que não só ! No cartório tiveram culpa os mesmos homens. Na crise de 1385, o mosteiro aderiu ao Mestre de Avis. E sofreria as consequências: as tropas castelhanas tomaram o mosteiro. Fugiu o abade e, com ele, os seus monges para o Porto, onde foram bem recebidos⁵⁹³. É certo que em Outubro de 1385, já tinham voltado a Santo Tirso. Enquanto cá, no mosteiro, estiveram os

⁵⁸⁸ *Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 37-38.

⁵⁸⁹ SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Inscrições Portuguesas do Concelho de Santo Tirso*, em CST (1952-1953) 445-447.

⁵⁹⁰ *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, p. 45.

⁵⁹¹ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 47. Cf. art.º *Santo Tirso na literatura novi-latina. Um dístico elegíaco de Frei Leão de S. Tomás*, em JST de 28 de Abril de 1989, pp. 5-6.

⁵⁹² O monge, tirsense pelo direito e mais pelo coração, compara – e podia fazê-lo, na altura - a paisagem circundante do mosteiro, nada mais nada menos, com o Líbano (*Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 412-415).

⁵⁹³ FERNÃO LOPES – *Crónica de D. João I*, Parte I, c. 117, ed. INCM, Lisboa, 1973, p. 201.

castelhanos, a ocupação inimiga deitaria tudo a perder. Pareceria um alívio e uma esperança o regresso da comunidade. Demais, a visita amigável e reconhecida a este cenóbio do Mestre de Avis, naquela data de 15 de Outubro de 1385, é natural incendiasse os corações com uns fulgores vivos de renascida esperança. Pouco depois, porém, com a intrusão dos comendatários (1402), as coisas antes viriam a piorar. E, na visita de 1437, constatar-se-á deplorável a situação existente.

Remédio, remédio, só com o lançamento da *Congregação Beneditina*, a que Santo Tirso aderiu, plenamente, em 1588, quando o último comendatário, o Cardeal Alexandre Farnese, resignaria.

Os abades trienais lançariam mãos à obra, tentando primeiro remediar. Mas já o evangelho advertira: *remendo novo em pano velho não dá...* Por isso, a meio do sec. XVII, lançar-se-iam à construção de uma nova igreja e de um novo mosteiro.

Mas voltemos à igreja de 1300. Tinha três naves, dissemos. Delas se falará nos estados dos Abades Trienais. Assim no segundo de Frei Plácido dos Anjos⁵⁹⁴, exigiriam reparação as naves laterais da igreja gótica:

*Forrarão-se as duas naues colectaraes da igreja por socedere muitos perigos cada dia pellas muitas telhas, e caliça que cahia do tecto*⁵⁹⁵.

Estamos a vinte anos do seu fim. Mas é neste corpo que se vai enxertar a igreja actual. Aglutinará num volume de todo indiviso a nave lateral do evangelho da igreja de 1300; e desaproveitará, por inteiro, a nave lateral da epístola, por onde se iria infiltrar isolada uma escadaria de acesso ao coro-alto:

*(...) no fim das escadas de S. Plácido que era uma das naves da igreja antiga que se desfez*⁵⁹⁶.

A nave lateral sul correspondia, pois, àquele espaço para o coro-alto. Ora nós sabemos que o muro lateral norte de hoje corresponde ao mesmo alçado da igreja trecentista. É que ainda mantém intacta e à vista uma secção medieva, um como que absidiolo, onde se inscreveu a pia baptismal. Logo será fácil, saber qual era a delimitação da nave lateral esquerda: simétrica da oposta, recolher-se-ia para o interior, quanto o fez a parede sul da actual matriz.

Se, de dentro da igreja, observarmos os pilares e arcos que, poderosos, sustentam o coro-alto, poderemos concluir que, na nova igreja, se anulou do lado da epístola o espaço correspondente ao intervalo entre dois pilares imediatos. Ou seja, e contando do mesmo lado, os dois primeiros arcos de hoje correspondem à largura da antiga nave central. O último arco ao da antiga nave lateral do evangelho.

As naves laterais, com tecto de uma só água, eram mais baixas. Aliás, como se conserva o alçado norte da igreja trecentista, a delimitar, pela mesma banda, também a actual matriz do sec. XVII, ainda hoje é bem visível, do lado de fora, de quem olha do louceiro, o fio da emenda que passa horizontalmente junto da base dos próprios janelões, quando a matriz se tornou de uma só nave.

Este facto – o de se anular inteiramente, a nave da direita – levou a que, na igreja seiscentista, se tivesse de levantar, *a fundamentis* uma nova capela-mor: é que a conservação e absorpção do corpo, agora indiviso, da antiga nave lateral do evangelho e

⁵⁹⁴ Foi Abade de Santo Tirso, por duas vezes: primeiro de 1623 a 1626; e, segunda vez, de 1629 a 1632.

⁵⁹⁵ ADB/UM *Congregação de S. Bento de Portugal*, Cx. 109.

⁵⁹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 1 v.

a anulação integral da nave da direita levou a que o eixo da matriz se deslocasse para norte. Donde a necessidade de recentralizar o posicionamento da capela-mor, o que só foi possível pelo levantamento de uma nova construção.

Aliás, sob o ponto de vista estético, toda a gente concorda que, na igreja de hoje, bem se distanciam, para mais, a capela-mor, ao lado da sacristia. Tiveram-na até, à primeira, como a mais bela do Reino...

E assim Frei João Turriano, em 1659, não levantará uma igreja inteira. Que, além da sacristia e *a fundamentis*, só construiu mais a capela-mor⁵⁹⁷.

O resto foi mais tarefa de readaptação das estruturas trecentistas, já do tempo do abade D. Martim Pires, donde também o intuito imediato de uma certa desproporção e acanhamento do corpo da igreja da nossa cidade. Sobretudo, quando, por contraste, se lhe opõem a capela-mor e a sacristia...

2.2. Com galilé avançada

Sabemos ainda que, como o templo actual, possuía a penúltima igreja uma galilé. *Avançada*, porém, em relação à fachada principal do edifício. Dentro, do lado direito, funcionou a *Capela de Santa Maria Madalena*, a matriz secular. Daqui sairá a paróquia, por decisão superior de 28 de Setembro de 1579 do juiz eclesiástico do Porto, Pedro Ferreira da Silva, arcediogo de Oliveira, *sede vacante*⁵⁹⁸ - e não sem o protesto do cura, o P.e Amador Ribeiro⁵⁹⁹ -, para o interior da igreja monástica, que então se dividiria em duas metades, por muro ou grade: capela-mor e transepto, para assento da comunidade religiosa, patrocínada por Santo Tirso; o corpo da igreja – de três naves então, repita-se -, para assento da comunidades secular, a paróquia, sob orago de Santa Maria Madalena, como, desde os começos, o fora. Divisão que se manterá em 1659, na construção da última e actual matriz.

Estava a galilé – avançada, recorde - já muito arruinada em 1636⁶⁰⁰. Como nada se remediaria, entretanto, estava já prostrada no chão, em 1641⁶⁰¹. Mais: em 1650, jazia nas mesmas condições. Não a teriam reerguido os monges, porque era sua intenção ampliar o Coro, para o que precisariam de fazer avançar a fachada da igreja, por sobre o espaço da galilé⁶⁰². De facto, ao reconstruir-se, em 1659, a última matriz, o coro-alto avançou por sobre o plano superior do nártex, agora pois recolhido e exteriormente delimitado pela fachada principal do templo.

Além deste pormenor – a diferença entre as galilés das duas igrejas, *avançada* a trecentista, a de 1659 *recolhida* -, uma outra que respeita às dimensões: mais largo o nártex da igreja medieval – ocuparia também o espaço hodierno do átrio da Porta Branca -, bordejando as frentes das três naves da igreja; mais estreito o de hoje, como efeito da inutilização da nave lateral do lado da epístola.

Na galilé da terceira matriz – que foi também igreja secular, além de templo monástico – dormiam o sono do descanso eterno muitos homens ilustres dos primeiros tempos. Ainda da época da igreja de 1092 !

⁵⁹⁷ Cf. art.º *A sacristia da matriz de Santo Tirso*, em JST de 23 e 30 de Dezembro, p. 3.

⁵⁹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 29-30.

⁵⁹⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 23-24.

⁶⁰⁰ Visita dos Visitadores Gerais Frei António Carneiro e Frei Gregório da Cruz a Santo Tirso, a 14 de Setembro de 1636, quando era abade de Santo Tirso Frei Bento da Esperança e Prior Frei André Pereira: ADB/UM *Congregação de S. Bento de Portugal*, Caixa 182, caderno avulso.

⁶⁰¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 24 v.. Cf. ainda f. 28.

⁶⁰² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 23 e ss.

E neste espaço trecentista, havia uma ligação do claustro com a galilé, através de uma porta ⁶⁰³. Como na última matriz. Só que, nesta, duas antes, com a segunda em posição de ângulo recto com a primeira. Melhor, na igreja de 1300, a porta de comunicação do nártex com o claustro correspondia à que hoje existe, a dar acesso do átrio da Porta Branca ao perímetro claustral. Depois, ao sec. XVII, a galilé, por cisão desta, subdividiu-se, formando-se um átrio. E então, no muro que delimitava agora os dois espaços, uma nova porta se rasgaria, para intercomunicação. E em posição angular, em relação à existente.

Uma anotação ulterior, com certo volume para a história do património artístico do concelho. É que, dentro do nártex, se encontrava, no decurso da terceira matriz, uma representação *pictórica* do mistério mariano da Anunciação. Medieva, talvez ! Diziam Frei Leão de S. Tomás, que aqui viveu e que – quem sabe ? – Talvez rezasse diante da ícone sacrossanta:

Na Galile (...) de S. Thirso achamos enterrada grande parte da nobreza antiga de Portugal. A primeira pessoa, de que devemos fazer menção como de padroeiro, e grande benfeitor, he o excellentissimo varão Dom Soeiro Mendes da Maya o bom ⁶⁰⁴ de cuja sepultura não se sabia até agora ⁶⁰⁵, hoje se vê na dita Galile à parte da mão esquerda, quando entramos na Igreja do dito Mosteyro - logo do lado oposto ao altar da padroeira da freguesia, Santa Maria Madalena, que aí estivera até ao último quartel do sec. XVI – metida na grossura da parede, na qual está pintada a Anunciação de Nossa Senhora ⁶⁰⁶.

Além deste Soeiro Mendes – que não seria o Bom, como diz a *Benedictina*, mas o Facha – e de sua esposa Dona Elvira, do meio-irmão daquele, Paio Zapata, e doutros fidalgos, talvez, que já vinham da igreja de 1092, foi tumultado na galilé ainda o tabelião de Refojos, Martim Anes, e a sua prole. Sabemo-lo pelo testamento daquele, de 13 de Setembro de 1425. Era Abade comendatário de Santo Tirso D. Martim Aires. Determinaria aquele que o seu corpo fosse sepultado na Galilé – matriz secular, na altura -, onde já repousavam os seus filhos. Que doava ao mosteiro os seus bens. Que, depois da sua morte, o Prior do mosteiro tomaria conta das suas casas, herdades, vinhas, etc., localizadas em S. Paio de Guimarei. Seriam avaliadas por homens bons; e o que rendesse se destinasse a aniversários e missas ⁶⁰⁷. Efectivamente, a 18 de Agosto de 1425, o Prior e dois monges de Santo Tirso tomariam posse destes bens, em nome do convento ⁶⁰⁸.

Doutros fidalgos temos notícias também. Talvez sepultados no interior da igreja. Um nome não poderia ignorar-se. É dos *Pereiras*: o pai do Bispo do Porto Sancho Pires, de nome D. Pedro Homem Pereira. Para a sua Capela, deixara o irmão, o Chantre Gonçalves

⁶⁰³ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 44.

⁶⁰⁴ Era antes, parece, o túmulo de Soeiro Mendes Facha. Veja-se o artigo *Complementos às “Inscrições Portuguesas do Concelho de Santo Tirso”*, de Carlos Manuel Faya Santarém. *Os epitáfios da galilé da matriz*, em JST de 30 de Abril de 1993, pp. 6-7.

⁶⁰⁵ Significa que o túmulo do doador da ermida de S. João da Foz fora aí colocado pouco antes de 1650. E nem ali descansaria por muito tempo ! E’ que, na construção da última matriz (1659 até finais do sec. XVII), os túmulos foram arredados e as inscrições funerárias de Soeiro Mendes, da sua esposa Elvira, e de seu meio-irmão Paio Zapata foram acomodadas por cima da verga da porta de comunicação do nártex actual com o átrio da Porta Branca.

⁶⁰⁶ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 44.

⁶⁰⁷ Ainda em 1774, estes bens de alma constariam na tábuca do serviço religiosos, apenas na sacristia.

⁶⁰⁸ Tomou posse, não o Abade – que era, como dito ficou, o galego Martim Aires -, mas o Prior e dois monges, porque estes bens foram doados à mesa conventual, e não à do Abade.

Gonçalves, um cálice de um marco e um paramento ⁶⁰⁹. Esta capela, porém, com os bens anexos, era já um de vários legados pios da igreja de 1090.

2.3. *Que tinha igualmente duas torres*

O templo trecentista possuía também duas torres. De diferente tamanho, porém. Em 1437, a maior precisava de reparações, que não se teriam feito. É o que se poderá deduzir de um outro documento de 1452, quando se decidiu acorrer a obras de restauro na torre mais alta que já tinha caído:

E nos deu mais dentrada do dicto prazo tres marquos de prata pera repairo do dicto nosso mosteiro e da torre grande que jaz derribada que avemos de correjer ⁶¹⁰.

Às ruínas do convento e da igreja seria necessário e urgente acorrer com decisão. E não só por causa da velhice. Dos erros dos homens também, que, poucos anos antes, tropas castelhanas invadiram, ocuparam e saquearam o mosteiro de Santo Tirso. Consequências da fidelidade dos monges da nossa cidade ao Mestre de Avis, na crise de 1385.

2.4. *E vários altares*

Pelo que respeita à organização do espaço interior, falámos das naves. Pelas laterais se repartiam capelas. *Muitas*, dirá João de Barros ⁶¹¹ *E vários altares*. Para a história ficariam alguns.

Havia, por exemplo, um de *S. João Baptista* e um outro de *Santa Catarina*. Ao pé, sepulturas de João Fernandes e de sua esposa Senhorinha Fernandes, de Casal de Vós, Areias, erguidos pelos finais do sec. XIV. Eram aqueles da família de Gonçalo Gonçalves, chantre que fora da Sé do Porto e Coimbra ⁶¹².

Recordo, ainda no decurso desta igreja trecentista, o altar da *Senhora do Rosário*. Era, a certa altura, privilegiado. E, junto dele, em 1656 – logo, pouco antes da construção da última matriz –, foram sepultados João Baptista de Carvalho, a sua esposa Maria Garcês, e uma filha. Nele instituiria uma capela de 65 missas anuais, a cumprirem-se com o rendimento da Quinta de Vila Chã, Guimarei ⁶¹³. Por Breve de Paulo V, foi elevado à categoria de altar privilegiado, *por não haver outro assim na igreja* ⁶¹⁴.

Como a graça era de duração restrita, não é de admirar que se tenha renovado e até se ampliasse a favor doutros altares. Assim, por Breves de Urbano VIII, Clemente XI e Inocêncio XII, passariam a altares privilegiados os de S. Bento e de Nossa Senhora do Rosário ⁶¹⁵.

⁶⁰⁹ CCSP, p. 405.

⁶¹⁰ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 220, p. 231. Manuel de Almeida e Sousa cita o mesmo texto, sem a nota de que a torre estava derribada: *Appendice Diplomatico-Historico ao Tractado Pratico do Direito Emphyteutico*, Lisboa, 1814, p. 108.

⁶¹¹ O.c., p. 45.

⁶¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 199 v. – 200.

⁶¹³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0203, ff. 61-63 v.

⁶¹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 173 v. – 174.

⁶¹⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 173 v. – 174.

2.5. As Capelas

2.5.1. A Capela de S. Bento

A propósito do Santo Patriarca, sabemos que tinha uma capela, que suponho na nave lateral, do lado da epístola. A sua imagem – ao culto ainda na actual matriz, num altar do transepto - foi incarnada e estofada no triénio de 1653-1656, correspondente ao abaciado de D. Frei Mateus da Assunção ⁶¹⁶. Como insígnias, ostentava a escultura um báculo e um diadema, de prata, adquiridos antes, no triénio de 1647-1650, quando ao nosso mosteiro presidia Frei Bento da Madre de Deus ⁶¹⁷. Na casa religiosa de Santo Tirso – além do mais – guardava-se – e ainda existe, aos nossos dias ! – um braço de prata e latão, dourado, com relíquia do mesmo S. Bento, datado do triénio de D. Frei Plácido dos Anjos (1629-1632) ⁶¹⁸. (*Estampa XXVI, foto n. 70*)

A imagem do venerando Patriarca expunha-se à devoção dos fiéis em altar e capela que lhe foram dedicados. Dentro, podia ainda admirar-se um painel de Paixão, datado do triénio de 1629-1632 ⁶¹⁹. E, no de 1650-1653, um lampadário de prata, que ficou por 82.000 reis ⁶²⁰.

2.5.2. A Capela de Santo Tirso

O orago da comunidade monástica, Santo Tirso, venerar-se-ia, igualmente, em capela própria. Capela colateral. Donde o problema e objecção de Frei Leão de S. Tomás:

(...) daqui nasce a duvida de certo curioso em que pergunta porque causa esta a sagrada Virgem d'Assumpção posta no Altar mór, e o Martyr S. Thirso sendo o padroeiro em hua Capella Collateral, deuendosse o principal lugar da Igreja ao santo padroeiro della ⁶²¹. (*Estampa XLI, foto n. 101*)

Dificuldade a que ele – autor da *Benedictina Lusitana* -, para justificar o *status quo*, procurará resposta que nos aquiete...

Como a do Santo Fundador da Ordem, tinha esta Capela um lampadário de prata, feito no mesmo triénio e do mesmo valor e custo ⁶²². Não tinha báculo, que lhe não seria próprio. Mas ostentava um diadema de prata dourada, com sua pedraria, que custou a

⁶¹⁶ *Emcarnousse a Imagem de Nosso Patriarca e estofousse*, escreveram os estadistas deste triénio, Frei Leandro do Socorro e Frei Vicente dos Santos, a 1 de Maio de 1656.

⁶¹⁷ *Hum Baculo, e Diadema a nosso Padre S. Bento*, registaram os estadistas Frei Gregório de Santa Maria e Frei Mâncio dos Mártires, a 30 de Abril.

⁶¹⁸ *Fesce hum braço de Nosso Padre S. Bento de prata e latão dourado com reliquia do mesmo santo*. Foram os estadistas deste triénio Frei Bernardo e Frei Francisco, que no-lo deram a conhecer.

⁶¹⁹ *Fizerãose dous paines (sic) da paixão hum pera o altar de Santo Tyrso e outro para o altar de Nosso Padre S. Bento*. Cf. relatório citado na nota anterior.

⁶²⁰ Triénio de D. António Carneiro. Sobre o facto, escreveram os estadistas: *Fesse hum Lampadairo de prata para a capella de Nosso Padre S. Bento que Custou com feitio e prata oitenta e dous mil reis*. Elaborariam o relatório Frei António dos Anjos e Frei Martinho do Desterro, a 29 de Abril de 1653.

⁶²¹ Ainda na vigência da igreja românica, já o orago do mosteiro figuraria em capela colateral. Aí foi sepultado um ascendente do Condestável, D. Pedro Homem Pereira. E, para ela – como se disse – um seu irmão, o chante Gonçalo Gonçalves, deixaria um cálix e um paramento.

⁶²² *Fesse outro Lampadairo de prata para a Capella de Santo Thyrsso que Custou oitenta e dous mil reis*, notícia dada pelos mesmos estadistas Frei António dos Anjos e Frei Martinho do Desterro, a 29 de Abril de 1653.

soma de 5.000 reis ⁶²³. Na mesma data e na mesma fonte – triénio de D. Frei António Carneiro (1650-1653) -, se diz: *compraraõsse dezoito panos de seda listrados de Carmesim a amarelo para a Capella mor e altares colatraes que Custarão Cento e Vinte e oito mil e duzentos e Vinte reis* ⁶²⁴. No triénio de 1629-1632, como se teria feito na Capela de S. Bento, também a de Santo Tirso se decorou de um painel da Paixão ⁶²⁵.

E a respeito ainda do culto destes dois santos, lembremos os Breves de Paulo V, Urbano VIII, Clemente IX e Inocêncio X, concedendo as graças do Jubileu para os dias de S. Bento e de Santo Tirso ⁶²⁶. Ao mártir da Bitínia – que não ao Santo Patriarca, que a esse nunca faltaria calor e devoção – visavam os frades reactivar o seu culto, já muito esquecido na população local.

2.5.3.A Capela das Angústias

Além destas duas Capelas, uma outra. Ainda que fora da igreja propriamente dita, situava-se no enfiamento do actual transepto. Mas este tema será tratado em capítulo aparte.

Claro que alguns destes informes não nos remeterão à época do Abade D. Martim Pires, em cuja prelazia se lançaram os alicerces da terceira igreja monástica. São devoções – por exemplo, a da Confraria do Santíssimo ⁶²⁷ - ou elementos decorativos que, no curso dos tempos, se instalariam na igreja que o dito Abade viu erguer-se.

2.6. Com o túmulo dos grandes benfeitores, na Capela-mor

Na Capela-mor – presidida já por uma figuração esculpida de Santa Maria-a-Alta -, do lado do evangelho, o túmulo dos grandes benfeitores desta terceira igreja de Santo Tirso: D. Martim Gil, Conde de Barcelos, e o de sua esposa, Dona Violante Sanches. Mas do papel deste casal, na construção desta igreja já se falou. E de outras muitas benemerências com que se fez possível a erecção da terceira igreja de Santo Tirso...

2.7. Ainda ficou pedra sobre pedra...

Era grande a igreja ! Maior do que a actual, sem dúvida. E também – e *a fortiori* – do que a segunda, a igreja de 1092.

Para uma ideia rápida das suas proporções, admire-se o claustro trecentista, ainda de pé, e que, adequado ao seu tamanho, nos deixa ver, desde logo, as medidas avantajadas do templo sagrado que se foi !

Além do claustro, temos ainda sobejante da igreja trecentista duas aduelas, de decoração quadrifoliada, que serão elementos de um arco – o triunfal ? – da terceira igreja monástica. (*Estampa IX, foto n. 25*) Existem dela ainda alguns capitéis, de decoração fitomórfica, da mesma construção. (*Estampa IX, foto n. 30*) E outras coisas mais, como, por exemplo, no campo da arquitectura. Lembremos, como se disse, a metade inferior do pano da parede norte do alçado lateral do corpo da igreja e a que foi

⁶²³ *Fesse hum diadema de prata dourado com sua pedraria para a Imagem de Santo Thyrsos que Custou Sinco mil reis.*

⁶²⁴ Todas estas afirmações, extraídas dos relatórios trienais, podem ler-se no ADB/UM *Congregação de S. Bento de Portugal*, Caixa 109.

⁶²⁵ Ver o que, há pouco, dissemos sobre a Capela de S. Bento.

⁶²⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 173 v. – 174.

⁶²⁷ Foi instituída em Santo Tirso, em 1553, por Bula do Papa Júlio III, com data de 2 de Agosto. Enriqueceu-a de indulgências o Papa Gregório XIII, por Bula de 7 de Junho de 1583. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272 f. 172 v.

a nave lateral do lado da epístola, cerrada e oculta – mas de pé –, nas obras da segunda parte de 1600... (*Estampa XX, foto n. 59*)

2.8. A imagem da padroeira secundária

Esteve no altar-mor, como se fora padroeira principal, situação incoerente que Frei Leão de S. Tomás, como já disse, procurou justificar. Pois esta Nossa Senhora da igreja de 1300 ainda subsiste. É do sec. XIV. Mas saíria da igreja, não sei quando. Sei que, ainda miúdo, me parece tê-la visto no claustro, em nicho aberto sobre um dos ângulos da crasta. Há cinquenta anos, aproximadamente, foi levada para o escritório paroquial, contíguo à Sacristia. Agora, com o restauro de 1991, esta bela imagem de Nossa Senhora foi colocada no corpo da igreja, em mísula situada entre o segundo e o terceiro altar colateral do lado do evangelho.

É uma graciosa Virgem-mãe: sorridente, fixa o Seu Menino, numa cena de ternura encantadora. O Filho brinca com a orla do manto de Sua Mãe. Maria corresponde-Lhe com um sorriso afectuoso.

Articulada em ziguezague, de pedra de Ançã, polícroma e dourada, a imagem foi classificada por Adriano de Gusmão como sendo do sec. XIV ⁶²⁸. (*Estampa XXVIII, foto n. 74*).

Sofreria maus tratos: amputar-lhe-iam a parte inferior dos pés, para acomodação a lugar que não era seu. E, para cúmulo, mal restaurada no sec. XVIII.

2.9. O claustro da igreja do sec. XIV

2.9.1. O Claustro trecentista

É o troço restante mais completo do penúltimo convento. Formoso conjunto dos começos do sec. XIV. Adequado às proporções da igreja trecentista, que a românica seria de maior acanhamento. Demais, no claustro, há uma ausência prática de qualquer sigla. E as marcas de canteiro, raras que o são, podem resultar de um simples reaproveitamento de edificações anteriores. As galerias de tecto apainelado, de madeira, lajeadas de grandes tampas sepulcrais, numeradas e individualizadas muitas delas, medem 28,50 m de comprimento por 3,20 m de largura. (*Estampa XI, fotos nn. 35-36*)

Sobre um estilóbato de um metro de alto, erguem-se 124 colunelos geminados. Em remate, formosos capitéis, com decoração simétrica variada: desde os motivos geométricos às figuras da imaginação (quimeras), desde a decoração fitomórfica ou zoomórfica – animais enfrentados – às composições antropomórficas. De notar, nos capitéis, a diferença entre formas elaboradas dentro dos cânones da geometria e da estilização – especialmente no tratamento dos motivos vegetalistas –, e as mais rudes, nos capitéis de índole zoomórfica e antropomórfica, o que sugere uma diferença de antiguidade maior, a respeito destes últimos. O que, aliás, também poderia dar razão a quem vê nos segundos um sintoma de reaproveitamento de um claustro românico anterior.

Os capitéis manifestam uma certa sedução pela temática vegetalista, às vezes: grandes folhas, desenhadas com gosto, esculpidas em profundidades, com pedúnculos

⁶²⁸ *Exposição de Arte Sacra no Concelho de Santo Tirso*, Porto, 1955, p. 10. A esta imagem se refere Pinho Brandão: *Algumas das mais preciosas e belas imagens de Nossa Senhora existentes na diocese do Porto*, pp. 58-59.

dispostos geometricamente, de forma paralela, ou em cruz – formando reticulado - ou em curvatura, erectos ou enviesados. De qualquer forma, no conjunto domina a estilização e a geometria.

Os outros capitéis – antropomórficos ou zoomórficos -, ao contrário, deixam-se conduzir na temática para a imaginação e para o grotesco. Antes de mais, os seres fantásticos, numa mistura inconcebível de homem, ave e réptil, munidos que são de rosto humano, de farta cabeleira, e de membros anteriores – dois braços com suas mãos - , de duas asas recamadas de penas, e de cauda de répteis. Entre os capitéis zoomórficos, os quadrúpedes, dispostos aos pares, de cabeças confrontadas nos ângulos dos capitéis, mas de rosto voltado para o espectador, simbolizados em atitudes agressivas pela cauda erecta, levantada adentro do equino. Com certeza alertam do perigo ou ameaçam punição.

Grupos de cabeças humanas, em certas capitéis, ora de sorriso um tanto ou quanto suave, já mais individualizadas, ora já grotescas e indefinidas ⁶²⁹. (*Estampa XII, fotos nn. 37-40 e Estampa XIII, fotos nn. 41-44*)

Servem as colunas de apoio a arcos, levemente apontados. Por sobre estes e da banda exterior, uma cornija, assente sobre uma cachorrada borgonhesa.

O piso superior – acréscimo que, na forma moderna, vem dos finais do século de XIX – torna o conjunto deselegante, pesado, inestético... Sem piso superior, que belo seria o claustro !... Uma lápide marmórea, a letras de ouro, recordará aqueles que assumiram, no século XIX, finais (1897), a tarefa de apoio material ao restauro da crasta: José Luis de Andrade e Bernardino da Costa e Sá.

2.9.2. As obras de 1600

O primeiro claustro é o mais antigo dos quatro de que se compunha o mosteiro de Santo Tirso, quando de cá saíram os monges (1834). (*Estampa I, foto n. 3*) Do século XIV, mas só o primeiro piso, que o segundo, inteiramente fechado, é um acréscimo posterior. Sobe efectivamente ao triénio compartilhado de D. Clemente das Chagas e de D. João do Apocalipse (1626-1629) ⁶³⁰ Duas das suas alas se fariam, nesta altura. Galerias sem graça, no segundo andar, que, com menos graça se tornariam, aos finais do sec. XIX, com a reconstrução deste claustro ⁶³¹, originariamente de quatrocentos.

De facto, no andar de cima, as portas, com sacadas renascentistas, deram a vez a aberturas rasgadas, com frisos e remates de feição ogival. Influências de um romantismo tardio que, na nossa terra, pelo século vinte adentro, se haveria de prolongar. Na Assunção, por exemplo, agora com a variante do românico...

Neste triénio dos ditos D. Clemente das Chagas e de D. João do Apocalipse, além do mais, se haveria de dar início a um segundo claustro. *Com um lanço, apenas*, ao fim

⁶²⁹ Cf. *Portugal Roman, Zodiaque*, vol. II, pp. 44-45.

⁶³⁰ Veja-se o meu artigo *Para a história dos Abades de Santo Tirso. Os Abades Trienais. D. Clemente das Chagas e D. João do Apocalipse (1626-1629)*, em JST de 22 e 29 de Janeiro de 1999, p. 3. D. Frei Clemente das Chagas foi eleito Abade de Santo Tirso, aos começos de Maio de 1626. Mas faleceria, antes de terminar o mandato, pelo que, para o preencher, foi, entretanto, indigitado D. Frei João do Apocalipse. Ambos de naturalidade vimaranense.

⁶³¹ Pelo arruinamento progressivo da crasta, quando a área circuitada e livre, ao segundo terço do sec. XIX, se transformou em espaço cemiterial da freguesia de Santo Tirso. E para que pudesse conter um maior número de sepulturas, até a formosa taça foi vendida pela Junta de paróquia... O claustro ainda mais se havia de degradar, com a remoção constante dos terrenos, junto da base da edificação, aquando das tumulações, pelo que o desconjuntamento se fez inevitável. O projecto da reconstrução deste claustro fê-lo o Professor Fernando Pires de Lima, a 7 de Abril de 1896. Os desenhos que dele mostramos realçam as diferenças do segundo piso: como estava e como ficou... Cf. PIRES DE LIMA, Augusto César – *A Correspondência Martins Sarmento-P.e Joaquim Pedrosa*, Guimarães, 1940, pp. 20-21.

deste abaciado. É aquele em volta do qual gravitará a Escola Agrícola Conde de S. Bento.

Os estadistas do triénio de 1626-1629 – Frei Fabião e Frei Bento de S. Tiago -, de forma muito sucinta, o registaram:

*Fesse hum Lanço de Dormitório e levantarão-se de gallaria dous lanços da claustra uelha. Solhados e hum forrado fizerão-se quatro frestas no corredor da Portaria e levantarão-se as paredes ate a porta, forrouse o Corredor della e está-se acabando a Portaria de dentro e de fora*⁶³².

As duas primeira galerias da velha claustra ficariam prontas, a da ala sul e ocidente. Ainda não poderiam ser construídas as galerias superiores das alas restantes, ocupadas que eram pela sacristia e pela igreja de 1300. Só mais tarde, aquando da construção ou reconstrução da igreja actual é que poderiam levantar-se. O que aconteceu, de facto, no triénio de 1665-1668, ao tempo do abaciado de D. Dâmaso da Silva, já quando pronta estava a nova sacristia e quando a nave lateral do lado da epístola da igreja gótica fora inutilizada nas obras de acomodação da última e actual igreja de Santo Tirso. É possível que o lanço de galeria do lado norte do claustro comesse até na prelazia anterior. No triénio de D. Dâmaso da Silva parece falar-se tão só de acabamentos nesta ala: o forro do telhado.

Escreveriam os estadistas⁶³³ de 1 de Maio de 1668:

Forrouse todo o lanço do telhado que uai da porta do choro ate a sacada da sacristia noua.

Forrouse todo o outro lanço que uay do dormitorio nouo ate a mesma sacada e se leuanto de pedraria com duas linhas de ferro.

*Emmadeyrouse toda a sacada da sacristia noua, e cobriosse de telha*⁶³⁴.

2.9.3.A reconstrução do sec. XIX

A memória da reconstrução deste claustro, aos finais do sec. XIX, feita pelo Prof. Fernando Pires de Lima não andou longe da verdade, quando disse que as galerias deveriam ter mais de duzentos anos...

Esta memória, onde colaboraria o Abade Pedrosa, foi feita para a sua reconstrução, em 1896. Encontrava-se no Arquivo da casa de Silvalde e foi publicada pelo Sr. Doutor Augusto César Pires de Lima⁶³⁵. Publicá-la-emos mais tarde, onde apontaremos algumas alterações que houve de sofrer o claustro original do sec. XIV, e as modificações operadas sobre as galerias superiores do sec. XVII. Tudo isto ficará para a secção que corresponde aos abades trienais e onde será tratado um esboço de visita ao mosteiro, tal qual hoje se vê.

⁶³² ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109.

⁶³³ Foram eles Frei José dos Reis e Frei Jacinto de Valadares.

⁶³⁴ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109.

⁶³⁵ A Correspondência Martins Sarmiento – P.e Joaquim Pedrosa, pp. 17-22.

APÊNDICE

1. A genealogia do Conde D. Martim Gil ⁶³⁶

I. PERO PAIS DA MAIA, O ALFERES c.c. ELVIRA VIEGAS DE RIBA DOURO, filha de Egas Moniz. Tiveram:

- 1(II) João Pires da Maia, que segue.
- 2(II) Martim Pires da Maia, o “Jami”, que segue no § 2.
- 3(II) Teresa (ou Ximena ?) Pires da Maia c.c. com Gonçalo Pais de Toronho.
- 4(II) Sancha Pires da Maia c.c. Fernão Osores.
- 5(II) Urraca Pires da Maia c.c. Pero Anes da Nóvoa.
- 6(II) Soeiro Pires da Maia, que de barregã houve.
 - 1(III) Martim Soares, o “Canelas”.
 - 2(III) Martim Soares, o “Narizes”.
 - 3(III) João Soares, o “Veloso”.
 - 4(III) Fernão Soares, clérigo.
 - 5(III) Elvira Soares, c.c. Martim “Penda”.

II. JOÃO PIRES DA MAIA, que casou com GUIOMAR MENDES DE SOUSA, filha do Conde D. Mendo, o “Sousão”, de cujo matrimónio houveram:

- 1(III) Maria Anes da Maia, que segue.
- 2(III) Teresa Anes da Maia, c.c. Fernão Anes de Lima (ou da Galiza).
- 3(III) Elvira Anes da Maia, c.c. Rui Gomes de Briteiros.

III. MARIA ANES DA MAIA c.c. GIL MARTINS DE RIBA DE VIZELA, de cujo matrimónio houveram:

- 1(IV) Martim Gil de Riba de Vizela, que segue.

IV MARTIM GIL DE RIBA DE VIZELA c.c. MILIA ANDRÉS DE CASTRO, filha de André Fernandes de Castro e de sua mulher Dona Mécia Rodrigues Girón, que tiveram os filhos que seguem:

1(V) Martim Gil, Conde de Barcelos, por carta de 15 de Outubro de 1304, que lhe passou D. Dinis. Morreu depois de 23 de Novembro de 1312. E foi sepultado junto de sua esposa, Dona Violante Sanches, na igreja de Santo Tirso.

- 2(V) Dona Constança Gil ⁶³⁷.

§ 2

II. MARTIM PIRES DA MAIA, o “Jami”, que casou com TERESA MARTINS DE RIBA DE VIZELA. Tiveram:

- 1(III) Martim Martins da Maia, Mestre da Ordem do Templo.
- 2(III) João Martins, o “Abana”, que casou com Teresa Pires de Bragança e foram pais de:
 - 1(IV) Aldonça Anes da Maia, casada com Gil Vasques de Soverosa, donde nasceram:
 - 1(V) Marquesa Gil de Soverosa c.c. Heitor Nunes de Chacim.
 - 2(V) Guiomar Gil de Soverosa c.c. João Rodrigues de Briteiros.

⁶³⁶ Sigo os dados fornecidos por José Mattoso, em *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 1982, pp. 294-295. Cf. GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo Pardo –*Los Señores de Galicia*, ed. da Fundación Pedro Barrié de La Maza, A Coruña, vol. II, 2.000, tabla 2. Mas tenho a dizer que a Dona Constança Gil, que José Mattoso diz ser irmã de D. Martim Gil, é, antes, sua tia, seguindo os documentos de que disponho.

⁶³⁷ Maria Anes de Riba de Vizela, diz Eduardo Pardo Guevara y Valdés.

- 3(III) Estêvão Martins, morto em Coimbra.
- 4(III) Elvira Martins da Maia c.c. Pero Nunes de Barbosa.
- 5(III) Guiomar Martins da Maia, monja de Arouca.

2. A genealogia de Dona Violante Sanches

I. D. JOÃO AFONSO TELO DE MENESES, segundo senhor de Albuquerque. Casou com D. ELVIRA GIRÃO, de cujo matrimónio houveram:

1(II) D. Rodrigo Anes.

2(II) D. Gonçalo Anes, o “Raposo”, que casou com Dona Urraca Fernandes de Limia. Deste casamento nasceu:

1(III) D. Afonso Martins Telo, cavaleiro do Salado (28 de Outubro de 1340), que desposou Dona Berenguela Lourenço (Valadares). Deste casamento houveram:

1(IV) D. João Afonso Telo, quarto conde donatário de Barcelos, por carta de 10 de Outubro de 1357, casado com Dona Guiomar Vilalobos, pais de:

1(V) D. Afonso Telo de Meneses, quinto Conde donatário de Barcelos, por carta de 20 de Março de 1372, que morreu, sem geração, em vida do pai, ao qual regressou o condado.

2(IV) D. Martim Afonso Telo, Mordomo-mor da Rainha Dona Maria de Castela, casado com Dona Aldonça de Vasconcelos. Tiveram:

1(V) D. João Afonso Telo de Meneses, sexto Conde donatário de Barcelos, por carta de Janeiro de 1382, que casou com Dona Brites de Albuquerque. Não tiveram geração.

II. D. RODRIGO ANES, terceiro senhor de Albuquerque, casado com Dona Teresa Martins (Soverosa), que foram pais de

1(III) D. João Afonso Telo de Meneses, que segue.

III. D. JOÃO AFONSO TELO DE MENESES, quarto senhor de Albuquerque, Medellin e Alconchel, primeiro Conde donatário de Barcelos, por carta de 8 de Maio de 1298. Casou com DONA TERESA SANCHES, filha bastarda de D. Sancho IV de Castela. Esta senhora, depois de viúva, casou com o rico-homem, D. Rui Gil de Vilalobos. Do casamento de D. João Afonso com Dona Teresa Sanches nasceu

1(IV) Dona Violante Sanches.

IV. DONA VIOLANTE SANCHES, casada com D. Martim Gil de Sousa, Alferes-mor d’Ele Rei D. Dinis, segundo Conde donatário de Barcelos. Por carta de 15 de Outubro de 1304. Sem geração.

CAPÍTULO V

A REALEZA E O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO

1. D. AFONSO HENRIQUES

Da ligação entre o Conde D. Henrique e o nosso mosteiro fica-nos o elo da relação mediata, a propósito do couto de Santo Tirso. Como, antes, da amizade entre Fernando II e Afonso VI, do que poderá ser sintoma o argumento da estada possível destes monarcas na casa religiosa da nossa cidade.

Após a independência do condado portugalense, os laços que possam vincular o nosso primeiro rei com o mosteiro de Santo Tirso são ainda de ligação fragilizada. Mas, de qualquer forma, haverá uma referência, que a certa distância, apontará para este mosteiro. Uma amostra enviesada de relacionamento, através de um texto documental que João Pedro Ribeiro copiou no Arquivo monástico, quando por Santo Tirso houve de passar, pelos finais do sec. XVIII.

A igreja e o couto de Vila Nova dos Infantes e de Golães viriam às mãos do nosso mosteiro, em duas etapas. A saber, em 1226, a primeira metade, por compra do nosso abade D. Silvestre a Martim Sanches, filho ilegítimo de D. Sancho I e de Dona Maria Aires de Fornelos. Depois, em 1245, a segunda metade, por compra, *a modo de doação*, como se diz no documento, do nosso abade Fernão Pires a Urraca Sanches, a irmã inteira de Martim Sanches.

O domínio do mosteiro de Santo Tirso sobre estas duas freguesias era, pois, absorvente: jurisdição civil – e esta compreendia também o crime, em Vila Nova das Infantas, pelo menos -, sobre os moradores, e a eclesiástica, sobre os fregueses. E esta mais aprofundada se tornaria, pouco depois, com a *união* das duas igrejas ao mosteiro tirsense, no tempo do abade D. Martim Pires (...1289-1329).

Para mais, além desta presença jurídica, o domínio fundiário. Muitos casais tinham os beneditinos tirsenses em Vila Nova das Infantas e Golães.

Agora, apenas, um primeiro gesto que preludiará os futuros laços. D. Afonso Henriques doou uma propriedade a uma senhora, de nome Dona Godinha, em Dezembro de 1183. E esta propriedade cedo parar viera às mãos do nosso mosteiro. O documento da última transacção desaparecera do cartório de Santo Tirso, já há muito. Antes de 1774 ! Mas o primeiro – a doação de D. Afonso Henriques – lá existia. E João Pedro Ribeiro transcrevê-la-á. Traduzido, reza desta forma:

Em nome da Santa e Indivisível Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. Eu, Afonso, pela graça de Deus, Rei de Portugal, juntamente com o meu filho, o Rei D. Sancho e a minha filha, a Rainha Dona Teresa, fazemos carta de firme doação, para todo o sempre, a vós, Dona Godinha Pires, da nossa herdade que se chama Golães, de que vos fazemos doação, pelo amor que consagrais ao nosso Rei D. Sancho. Damos e concedemos, pois, a referida vila, com a torre que nela se ergue, com todos os seus limites, novos e antigos, como sempre a possuímos, com estas cláusulas: a de que possuiais livre e integralmente, vós e toda a vossa descendência, para sempre, e que, de qualquer forma, a possais livremente doar, vender e escambar, como quiserdes.

Desta maneira, que a dita propriedade doravante seja retirada do nosso domínio e trespassada para o vosso e no vosso confirmada. E, se alguém, de entre os nossos

parentes ou estranhos, quiser anular este nosso documento, seja maldito, excomungado e que, no Inferno, partilhe da sorte de Judas traidor.

Esta carta de firme doação foi feita ao mês de Dezembro de 1183.

E eu, o rei D. Afonso, o meu filho, o Rei D. Sancho, e a minha filha, a Rainha Dona Teresa, que mandamos fazer esta carta da referida herdade a favor de vós, Dona Godinha, a confirmamos diante de testemunhas idóneas (...) ⁶³⁸.

Parafraseando esta carta de D. Afonso Henriques, diz o autor do *Índice de 1774* as palavras que seguem, rematando-as com a anotação da mudança toponímica da propriedade que já não se chamaria, ao sec. XVIII, *herdade de Golães*, mas sim *Quinta e Casal da Torre*. Flutuação toponímica tão só, que esta Quinta, ainda em 1774, era pertença do mosteiro de Santo Tirso. De D. Afonso Henriques para Dona Godinha; e desta para os beneditinos tirsenses. Se não logo, pouco depois...

Mas vamos então ao sumário do cartório de 1774:

Huma doação que fez no mez de Dezembro da era de Cesar de 1221 El Rey Dom Affonso 2.º ⁶³⁹ juntamente com seu filho Dom Sancho, e sua filha D. Tarazia a D. Goncinha Pires de huma herdade que se chama Golaens que tinha huma Torre, com a liberdade de doar, e vender e trocar. Esta escriptura se acha neste Archivo; porem não se acha a doação, venda, ou troca, que fizese esta Senhora a este Mosteiro, ou com este Mosteiro, pela faculdade que lhe dava o dito Rey e Senhor, e pela damnificação que teve o Archivo como se esplicou no principio desta gaveta, por isso he que se não acha. Esta herdade de Golaens que tinha huma Torre sita na freguezia de Golaens já não tem o nome de Golaens; mas sim Quinta e Casal da Torre ⁶⁴⁰.

2. D. SANCHO I

Na cronologia dos reis portugueses, será o primeiro historicamente bem relacionado com o nosso mosteiro beneditino. A verdade é que também o rol dos nossos monarcas mal se tinha começado a escrever...

1. D. Mendo, abade de Santo Tirso, testamenteiro de D. Sancho

Datam as disposições de última vontade do nosso rei de Outubro de 1209. Morreria dois anos depois, em Março de 1211. Pois, entre os testamenteiros do monarca, figura, em quarto lugar, o abade de Santo Tirso, D. Mendo ⁶⁴¹, após o arcebispo de Braga, o abade alcobacense e o Prior de Santa Cruz. Por aqui se poderá ter uma ideia – até pela ordem com que D. Mendo se coloca, no elenco dos testamenteiros – da estima e consideração que D. Sancho, o primeiro assim se designará, tinha alimentado pelo mosteiro da nossa cidade. Todos do seu conselho, de resto, e que eram, sem controvérsia e sem hesitação alguma, os primeiros varões de seu reinado ⁶⁴².

⁶³⁸ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 18, p. 163.

⁶³⁹ Erro: é de D. Afonso Henriques que se trata.

⁶⁴⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 189 v.- 190.

⁶⁴¹ Abaciado longo teve este prelado de Santo Tirso, à frente deste mosteiro: de 1178, mais ou menos, até 1224. Ainda estamos na época – e estaremos até finais do sec. XVI – dos abades vitalícios.

⁶⁴² PIRES DE LIMA, Dr. António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, 1953, p. 47. Mandaria o monarca fazer seis cópias iguaizinhas do seu testamento: uma para ficar nas mãos do Bispo eleito de Braga; uma outra para entregar-se ao Prior de Santa Cruz; uma terceira, destinada ao

2. O testamento de Dona Maria Aires e a sua sepultura em Santo Tirso

Foi D. Sancho amante de dona Maria Aires de Fornelos. Esta fidalga, juntamente com Dona Maria Pais, alimentariam, durante anos, os devaneios amorosos e ilícitos deste monarca. E houve fruto. E abundante, deveras...

Dirá Dona Carolina Michaelis de Vasconcelos: de grande emotividade erótica, pagou (D. Sancho) farto tributo à galantaria do seu tempo. O leitor conhece duas das barreganas, por ele introduzidas no tálamo régio, em vida de dona Dulce de Aragão (...): D. Maria Ayres de Fornellos e D. Maria Paes Ribeira, assim como a preclara prole de ambas, reconhecidas em vida e na hora da morte por fartas doações ⁶⁴³.

No seu testamento, dirá D. Sancho:

Estas são as herdades que dei aos filhos que tive de Dona Maria Aires: Vila Nova, Golães e Silves. Dei ainda a D. Martim Sanches, filho que dela tive, oito morabitinos (...) e a Urraca Sanches sete (...). Quero que todos os filhos que me deu Dona Maria Aires fiquem com a herdade que dei a sua mãe ⁶⁴⁴; e, quando um dos dois morrer, o sobrevivente fique com toda a herdade para si ⁶⁴⁵.

Dona Maria Aires de Fornelos, filha de Aires Nunes de Fornelos e de Dona Mor Pais de Bravães, daria então ao monarca dois rebentos: D. Martim Sanches e Dona Urraca Sanches. Pois, esta senhora fez testamento em prol do nosso mosteiro. E deixar-lhe-á a igreja e couto de S. Clemente de Silves, além de seis casais e de outros bens móveis e de raiz ⁶⁴⁶. (*Estampa XXXVIII, fotos nn. 93-94*)

Como benfeitora e descendente dos padroeiros que o era, lá se podia ver, no mosteiro de Santo Tirso, o seu túmulo:

Esta mais enterrada nesta casa (de Santo Tirso) Dona Maria Ayres de Fornelo neta do mesmo Dom Soeiro, que por tal se nomea, disendo em seu testamento, que a sepultem em S. Thirso com seu auo Dom Soeiro Mendes ⁶⁴⁷.

Abade de Alcobaça; Mais outra que se devia confiar ao Mestre dos Templários; a quinta a reter-se nas mãos do Prior dos Hospitalários; a última que ele, Rei D. Sancho, e seus filhos guardariam. Como executores do seu testamento, nomearia, entre outros, o abade do mosteiro de Santo Tirso. Palavras suas: *E quero que todas estas coisas – o determinado em seu testamento – se executem pelo Abade de Alcobaça, pelo Prior de Santa Cruz, pelo Abade de Santo Tirso, pelo Mestre dos Templários, pelo Prior do Hospital, por D. Pedro Afonso, por D. Gonçalo Mendes, por Dona Maria Fernandes, por D. Lourenço Soares e por D. Gonçalo Soares.*

⁶⁴³ *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 757.

⁶⁴⁴ S. Clemente de Silves.

⁶⁴⁵ SOUSA, António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* I, I-2, pp. 23-27; BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*, t. IV, I. XII, c. 35 a App. fol. 260.

⁶⁴⁶ Veja-se, no abadológico tirsense, as paginas dedicadas ao abade D. Mendo II (1178-1224) e, no apêndice documental, a carta de antes de 1212.

⁶⁴⁷ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 45. A outra célebre amásia das aventuras de D. Sancho I, Maria Pais, foi sepultada no convento de Bouro que, é pena, não tenha a mesma inscrição de Ximena Nunes, barregana de Afonso VI: *Alfonsi vidui regis amica fui. Copia, forma, genus, dos, morum cultus amoenus me regnatoris prostituere thoris...*

3. Os filhos de D. Sancho I e de Dona Maria Aires de Fornelos

3.1.A doação de D. Sancho I a Martim Sanches e a D. Urraca Sanches

D. Sancho I daria aos seus filhos ilegítimos, Martim Sanches e Urraca Sanches – que os houve de Dona Maria Aires de Fornelos –, *de juro e herdade*, ou seja, em posse plena, Vila Nova das Infantas e Golães, com todos os direitos civis e eclesiásticos, ou seja, coutos e padroados. Isto por acto de 11 de Abril de 1207⁶⁴⁸. Dar-lhes-ia também seu pai a faculdade de trespassarem os ditos bens, o que, com efeito, assim fizeram.

Ora, em Janeiro de 1226, foi a vez de Martim Sanches⁶⁴⁹. Vendeu ao Abade de Santo Tirso, D. Silvestre, a metade inteira de Vila Nova das Infantas e de Golães, com todos os seus direitos e com todos os seus termos novos e antigos. Subordinou a venda à cláusula da sua eficácia *post mortem*. Receberia, entretanto, de preço 3000 maravedis *com sua revora*⁶⁵⁰.

Pouco depois, foi a vez da irmã de Martim Sanches alienar a outra metade. Em Maio de 1245, o abade do mosteiro de Santo Tirso, Fernão Pires, comprou a Urraca Sanches, por 2500 maravedis antigos, a outra metade de Vila Nova das Infantas e de Golães, com todos os seus termos novos e antigos, com todas as suas pertenças e a metade das igrejas – o padroado – das duas vilas. Além disso, doava – mas só com efeitos *post mortem* – dois casais em Vila Nova e dois em Golães e a vinha chamada da *Senara* ou *Seara*. Urraca possuiria, entretanto, o cabedal do pão e do vinho; e o mosteiro ficaria, desde já, com todos os direitos que pertenciam às herdades e igrejas. Depois da morte da benemérita, cairia, igualmente, nas mãos do mosteiro o sobredito cabedal⁶⁵¹.

Na inquirição feita em Vila Nova dos Infantes, ao tempo de D. Dinis, um depoimento convergente dos direitos senhoriais de Santo Tirso. Com duas particularidades: a do reconhecimento pleno do nosso abade sobre a freguesia – ninguém instalara qualquer bolsa com direito de isenção, face ao prelado beneditino da nossa cidade-; e a designação braquilológica do doador, Dona Urraca Sanches:

Item freguesia de santa maria de villa noua dizem as testemunhas que a uirom trager e husar toda per honrra ao moesteiro de santo tysso e todo o senhorio e trage hy seu moordomo e seu vigairo e dizem que ouuirom dizer que ha deu dona orraca sanchez hao moesteiro.

Donde a sentença: *Estee como estaa por onrra*⁶⁵².

Dirá a carta de doação de D. Sancho I:

⁶⁴⁸ Havia também no mosteiro, além do original, dois treslados autênticos: um de 1286, feito pelo tabelião de Aguiar de Sousa, Estêvão João, ao tempo do Abade de Santo Tirso Domingos Mendes e do Prior, Estêvão Esteves. E ainda outro, inserto no Livro 13.º das Sentenças. PT/PTRT/MON/CVSTST/0272, ff. 177 v.-178.

⁶⁴⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 142-142 v.

⁶⁵⁰ *Révora: presente, luvas, saguate, donativo, ofreção, ou mimo, que além do preço se dava nas compras, e vendas, trocas, escambos, e também nas doações a costumava dar o donatário ao doante: Elucidário*, Editora Civilização, Porto, Lisboa, 1984, vol. II, p. 519.

⁶⁵¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 142 v.- 143. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, documento n. 44, p. 173; *Vimaranis Monumenta Historica*, doc. n. 209, pp. 194-195.

⁶⁵² VMH, p. 354.

Em nome de Deus. Esta é a carta de doação e de perpétua firmeza que eu, Sancho, Rei de Portugal, mandei fazer, juntamente com o meu filho, o rei D. Afonso, e com os outros meus filhos e filhas, a vós, D. Martim Sanches, e à vossa irmã, Dona Urraca Sanches, que eu tive de Dona Maria Aires, daquelas herdades que se chamam de Vila Nova dos Infantes e de Golães. Damo-las, de juro e de herdade, com todas as coisas que nos pertencem, ou seja, com voz e coima⁶⁵³, e com todos os seus termos novos e velhos, tais como melhor os podeis encontrar. Concedo-vos, além do mais, o poder de doar e vender essas ditas propriedades e de delas fazer tudo quanto quiserdes, vós e todos os que sucederem no vosso direito, por todo o sempre.

Portanto, todo aquele que fielmente observar tudo o que aqui foi escrito seja abençoado pelo Senhor. Amem. Aquele, porém, que tentar infringir este contrato seja amaldiçoado pelo Senhor. Amem. E tudo quanto fizer, o mesmo Senhor o torne inválido.

Nós, os reis acima mencionados, mandamos fazer esta carta e a corroboramos diante de todas as pessoas que subscreveram. Feito em Guimarães a 11 de Abril de 1207⁶⁵⁴.

D. João Fernandes, mordomo da Cúria, conf.;

D. Martim Fernandes, alferes do rei, conf.;

D. Lourenço Soares, conf.;

D. Gonçalo Martins, conf.;

D. Rodrigo Mendes, conf.;

Martim, arcebispo de Braga, conf.;

Martim, Bispo do Porto, conf.;

Pedro, bispo de Lamego, conf.;

Nicolau, bispo de Viseu, conf.;

Pedro, bispo de Coimbra, conf.;

Pedro Nunes, test.;

Rodrigo Pires, test.;

Pedro Gomes, test.

Julião, chanceler do Senhor Rei⁶⁵⁵.

3.2. A doação de Martim Sanches da metade de Vila Nova dos Infantes e Golães

João Pedro Ribeiro, na visita ao cartório do mosteiro de Santo Tirso enuncia estes documentos, sem revelar, senão em forma sumária, o seu conteúdo: *Uma carta de venda feita ao mosteiro, por d. Martim Sanches, filho ilegítimo de d. Sancho I, em Janeiro da era de 1264 (ou seja, de 1226);*

Uma carta de venda, feita por Dona Urraca Sanches, irmã do mesmo D. Martinho, em Maio da Era de 1282 (isto é, de 1244)⁶⁵⁶.

E, nestas cartas de venda, transferir-se-ia para o mosteiro da nossa cidade a igreja e o couto de Vila Nova dos Infantes e de Golães, que dos dois era pertença. Disto se falará, mais explícita e desenvolvidamente, num volume consagrada à jurisdição civil (coutos) e eclesiástica (padroados) que competiam ao mosteiro de Santo Tirso.

Para agora, damos a tradução portuguesa das duas cartas. Vai a primeira de 1226:

⁶⁵³ Ou seja, faculdade de lançar impostos e cobrar multas.

⁶⁵⁴ Erradamente, aparece, nesta cópia, a data de 1177.

⁶⁵⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 19 v.- 20.

⁶⁵⁶ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, pp. 145.153. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. IV, p. 74; *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 32. Todavia, o mesmo João Pedro Ribeiro data a doação de Urraca da era de 1283 (portanto, 1245 da era cristã, na p. 173.

Em nome de Deus. Esta é uma carta de venda e de firmeza para sempre que eu, D. Martim Sanches, vos faço a vós, D. Silvestre, Abade de Santo Tirso, e ao convento desse mosteiro, de toda a minha metade de Vila Nova e de Golães. Ou seja, vendo-vos essa metade inteira com todos os seus direitos por onde os puderdes encontrar e aumentar, de monte em fonte, com todos os seus termos antigos e novos, pelo preço que de vós já recebi, isto é, três mil maravedis, com sua revora. Conservá-la-ei em minha posse, durante toda a minha vida, à excepção das direituras que serão, desde já, do mosteiro de Santo Tirso. Depois da minha morte, tudo ficará desimpedido e sem qualquer oposição para o mosteiro, porque assim se fez de comum acordo. E, quanto ao preço, já todo o recebemos de vós. Se eu tiver descendência, que ninguém possa reclamar nem ter qualquer direito sobre esta propriedade. E, se, por acaso, eu, Martim Sanches, obtiver qualquer herdade que eu dei, em Vila Nova, aos meus homens, que eu não a possa vender, nem deixar em testamento, nem alienar, a não ser ao mosteiro de Santo Tirso. Que tenhais, pois, por este contracto, a partir deste dia, aquela metade das duas vilas, vós e todos os vossos sucessores para sempre.

*E, se alguém, ou eu mesmo, quiser anular esta decisão, pague pelo dobro ao mosteiro de Santo Tirso, quanto vos vendo, com todas as suas benfeitorias. E ao vosso advogado seis mil maravedis (...)*⁶⁵⁷.

Um documento do cartório de Santo Tirso transcreve uma Bula de um Papa, de nome Gregório VIII. Suponho que não terá lido bem o monge que, aos finais do sec. XVII ou começos do imediato, se deu à cópia da Bula Pontifícia. O erro será de fácil explicação, como se verá.

Não pode ser Gregório VIII, porque o Papa verdadeiro deste nome só ocupou a cátedra pontifícia ao longo de dois meses, apenas. Aliás, nem isso, que só foi Papa de 21 de Outubro a 17 de Dezembro de 1187. A liderança mais breve da história, ou das de brevidade maior. E a Bula está datada do ano quarto do pontificado... Só por esta observação, teríamos de descartar a hipótese.

Também não poderia ser o anti-Papa Gregório VIII, de seu nome Maurício Burdino, arcebispo de Braga de 1109 a 1118. E antipapa de 1118 a 1121, quando o imperador Henrique V da Alemanha, chegando a Roma, indignado pela fuga de Gelásio II, o verdadeiro Papa, colocou no lugar deste o arcebispo bracarense. Não poderia ser o Maurício Burdino o Papa Gregório da Bula, porque esta se refere à protecção dos bens doados ao mosteiro pelo ilustre fidalgo Martim Sanches, filho de D. Sancho I e de Dona Maria Aires de Fornelos, trespasse que só se efectuaria em 1226, um século depois do anti-papado daquele que fora arcebispo bracarense.

Só pode ser Gregório IX, que foi Papa, desde 19 de Março de 1227 a 22 de Agosto de 1241. Afinal o Pontífice que canonizou, em 1232, o nosso Santo António de Lisboa⁶⁵⁸... Até porque a Bula só defende os bens de Vila Nova dos Infantes e de Golães ao mosteiro por venda de Martim Sanches, sem falar ainda da segunda metade, porque só se efectuaria esta última, mais tardiamente, 19 anos depois, por iniciativa da irmã de Martim, Urraca Sanches. Por isso, é entre estas duas etapas, que teremos de situar a

⁶⁵⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 21 v.-22.

⁶⁵⁸ Este Papa – embora sustentando uma luta infeliz e prolongada com o Imperador Frederico II -, teve, noutros campos, uma actuação brilhante. Formado em Direito, por Bolonha, e em Teologia, por Paris, exercerá, já antes de ser Papa, cargos de grande projecção na Cúria Romana, que lhe confiou missões diplomáticas na Alemanha e em França. Mandou fazer uma recolha das Decretais, através de S. Raimundo de Peñafort, que entrará no *Corpus Juris Canonici*, em vigor até Bento XV...

Note-se, além do mais, que este Papa canonizou, em 1228, S. Francisco, o fundador da Ordem dos Frades Menores, e lançou, na mesma altura, a primeira pedra da construção da basílica de Assis.

Bula Pontifícia. A explicação do engano do copista que, ao sec. XVII-XVIII, leu a Bula, a partir do original, explicar-se-á pelo descuido ou desatenção de uma das quatro hastes após o V, o número romano, o equivalente do 5 arábico.

Ora Gregório IX, expediu, ao quarto ano do seu pontificado, uma Bula pela qual poria sob sua alçada e sob a protecção de S. Pedro e S. Paulo os bens monásticos que a Santo Tirso advieram do trespasse de Martim Sanches.

Assim sendo, a Bula em causa data do espaço que vai de 19 de Março de 1230 até 18 de Março de 1231. E, como se concretiza pela referência do dia XI antes das Calendas de Julho, se concluirá que foi datada de 21 de Junho de 1230.

Dito isto, aqui vai a Bula de Gregório IX:

Gregório, bispo, servo dos servos de Deus, aos dilectos filhos Abade e convento de Santo Tirso, da ordem de S. Bento, saúde e bênção apostólica. É justo que acorramos aos honestos desejos dos que no-los suplicam, que lhes demos a nossa pronta adesão e que procuremos dar o devido cumprimento aos votos que ao bom senso não repugnem. Por isso, filhos dilectos no Senhor, dando aviamento aos vossos justos pedidos, acerca da posse de Vila Nova dos Infantes e de Golães que vós adquiristes do fidalgo Martim Sanches, por compra e pelo preço de três mil maravedis. E assim como vós as possuíis, pacificamente e com toda a justiça, como aliás plenamente constará do documento então elaborado, pois então também confirmamos, com a nossa autoridade apostólica, a vosso favor, e, por meio de vós, ao vosso mosteiro os ditos bens que adquiristes e os defendemos com esta carta de protecção. E a ninguém seja permitido transgredir este documento de confirmação e agir temerariamente contra ele. E, se alguém o tentar, fique sabendo que incurrerá na indignação de Deus Omnipotente e dos Santos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo.

Dada em Latrão, a 21 de Junho de 1230 ⁶⁵⁹.

3.3. A venda de Urraca Sanches de 1245

Em nome da Santa e Indivisível Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, amen. Seja conhecido de todos quantos virem este documento que eu, Urraca Sanches, por minha livre vontade, vendo a vós, Abade D. Fernando, e ao convento do mosteiro de Santo Tirso, por carta firme de venda, a minha parte que recebi de meu pai, D. Sancho, rei de Portugal, em Vila Nova dos Infantes e de Golães. Vendo-vos toda a herdade que tenho ou possa ter naquelas vilas e ainda a metade das igrejas daquelas mesmas vilas, tais como as tenho delimitadas, em conjunto com meu irmão, D. Martim Sanches, excepto dois casais em Vila Nova e outros dois em Golães, com a Seara da Vinha que aí tenho, coisas que eu, todavia, depois da minha morte, deixo ao mosteiro citado, pela minha alma.

Vendo-vos todas as herdades mencionadas, com todas as entradas e saídas, com todos os seus termos novos e velhos, com todos os seus direitos e pertenças, por 2.500 morabitinos velhos, que de vós já recebi, com estas condições: que eu, em toda a minha vida mantenha e possua o cabedal do pão e do vinho; e vós, desde agora, tenhais todas as direituras e todos os direitos e rendimentos que houver das herdades e igrejas. E que, depois da minha morte, todas as herdades e igrejas, com todos os seus direitos e rendimentos, revertam incondicionalmente para o mosteiro. E que vós, a partir de agora, tenhais e possuais, vós e os vossos sucessores, todas as herdades e igrejas, de

⁶⁵⁹ PT/ADPRT/MON/ CVSTST/0268, f. 22.

posse plena, como acima se disse, e delas façais como for de vossa vontade. E que qualquer outro documento anterior ou posterior a esta venda não tenha valor algum.

Se alguém – venha donde vier – quiser anular esta carta de venda, caia sobre ele a ira de Deus e que pague a vós e ao vosso advogado mil maravedis de ouro, pague a herdade pelo dobro. E, todavia, que esta carta continue em seu valor (...) ⁶⁶⁰.

3. A RAINHA DONA MAFALDA

Infanta de Portugal e Rainha de Castela, esta filha de D. Sancho I está muito ligada a Santo Tirso. Vamos distinguir três actuações, a respeito dos nossos monges.

1. A demarcação do Couto da Foz

A primeira intervenção, antes de rainha de Castela, e em prol do convento beneditino de cá. Com a anuência do pai, coutou aos religiosos do Patriarca S. Bento daqui a ermida de S. João da Foz. Poucos meses depois da morte de D. Sancho I, em Março de 1211, renovaria Dona Mafalda a concessão. A estas duas fases da transferência da condição jurídica da propriedade se alude no documento em que a confirma:

Outrora, ainda em vida de meu pai, por sua autoridade, coutei a igreja ou ermida de S. João da Foz do Douro a D. Mendo, Abade do mosteiro de Santo Tirso (...) ⁶⁶¹. (Estampa XXXII, fotos nn. 81-82)

Mas da Foz e da sua passagem progressiva para o mosteiro da nossa cidade, veja-se o capítulo que ao facto hei-de dedicar. O documento, além da doação, define ainda o sujeito competente, na arrecadação das coimas e da sua distribuição e partilha.

Foi aqui, neste domínio privilegiado dos nossos monges bentos que nasceu ou, pelo menos, se impulsionou com grande vigor, a arquitectura renascentista em Portugal, por obra do mestre italiano Francesco da Cremona, e pelo mecenatismo pujante do abade comendatário do mosteiro tirsense, o famoso humanista, D. Miguel da Silva. Mas a isto se virá depois.

⁶⁶⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 21-21 v.

⁶⁶¹ RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. I, p. 259. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 29, pp. 167-168. Já dissemos que a ermida de S. João da Foz deixara-a aos beneditinos, em 1176, Soeiro Mendes Facha. O seu testamento vem transcrito, parcialmente, na *Benedictina Lusitana* (vol. II, p. 30). E José Mattoso pensa que não há motivos para duvidar da sua autenticidade. Só do nome do testador. Di-lo-emos no capítulo dedicado aos coutos e igrejas do mosteiro. Assim, Dona Mafalda só privilegiou um território – ermida e seu dote, ou seja, as terras da sua dotação –, de que o mosteiro de Santo Tirso era já seu possuidor, desde há uns cinquenta anos antes.

Não entendemos, pois, a afirmação de Frei Fortunato de S. Boaventura: *Tinha lugar neste cap. (Fundação do mosteiro de Bouças e doações) a doação do Couto de S. João da Foz que se diz feita ao Mosteiro de Santo Tirso pela Rainha Dona Mafalda; eu porém só tive à mão cópia semelhante às que engeitou o próprio cronista beneditino Frei Leão de S. Tomás, e, sem negar o facto, guardarei para o apêndice destas Memórias a sua devida explanação: FREI FORTUNATO DE S. BOAVENTURA – Memórias para a vida da Beata Mafalda, introdução e notas de D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1986, p. 95, nota 11.*

2. As propriedades da Torre Alta

A segunda intervenção da rainha Dona Mafalda diz respeito à freguesia de Areias. Já viúva, entretanto, do rei de Castela, Henrique I, após um casamento contestado e inconsumado !... O documento a que nos referimos alude a esta condição da sua viuvez: *Dona Mafalda, que foi Rainha de Castela...*

Trata-se de um diferendo sobre posse de terras em Areias. E não só ! A questão visa, sobretudo, a propriedade da Torre, reivindicada pelo neto de Gonçalo Rodrigues, o Palmeira, de nome Pedro Fernandes, e pela Rainha Dona Mafalda, julgo que na qualidade de herdeira de Dona Urraca Viegas, segunda esposa daquele.

Resolver-se-ia a questão em Maio de 1224, no mosteiro de Arouca, por cedência mútua. E Dona Mafalda libertou àquele membro dos Pereiras a Torre, com seus direitos e pertenças ⁶⁶².

3. O legado testamentário de Dona Mafalda a Santo Tirso

A última relação entre a Rainha Dona Mafalda e Santo Tirso diz respeito, outra vez, ao mosteiro. No seu testamento, de 1256 ⁶⁶³, beneficiaria muitas entidades (dioceses, ordens militares e religiosas...), das quais se destacam os beneditinos de cá:

Deixo ao mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave o casal de Martim Mendes pelo meu aniversário ⁶⁶⁴.

De tudo isto, das benesses ao convento, se informou João Pedro Ribeiro, por ocasião da sua visita que ao dito mosteiro chegou a efectuar, em 1792:

A Casa do Archivo he muito propria, e decente; e grande o número dos Titulos, e á proporção das rendas do Mosteiro. E, entre outros, cita a Carta de Confirmação, e doação de bens e regalias, feita ao mesmo mosteiro, pela Rainha Santa Mafalda ⁶⁶⁵. (Estampa XXIX, fotos nn. 76-77).

São umas linhas muito breves sobre os laços que unem uma das princesas mais célebres da história de Portugal: filha de D. Sancho I, rainha de Castela, freira de Arouca e associada às suas irmãs Teresa e Sancha na veneração com que a Igreja, desde há séculos, as vai honrando. O culto de Dona Mafalda foi confirmado por decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, em 13 de Março de 1792, com a anuência de Pio VI, em 14 do mesmo mês ⁶⁶⁶.

A auréola vinha de longe: *Das suas virtudes fazem menção não só as Crónicas de Cister, mas muitos dos nossos Authores, conservando por quasi cinco séculos* – a História Genealógica publicou esta nota em 1735 - *na tradição do Povo de Arouca, a*

⁶⁶² COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca do sec. X ao sec. XIII*, Coimbra, 1977, pp. 366-367. Traduzi este documento em *Freguesia de Areias, Santo Tirso*, vol. I, *Areias até ao sec. XVI*, Santo Tirso, 2003, pp. 498-499.

⁶⁶³ Dona Mafalda morreu em 1 de Maio de 1256, de harmonia com o *Livro de Óbitos de Santa Cruz de Coimbra*. Cf. CAETANO DE SOUSA, D. António – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, p. 72.

⁶⁶⁴ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas* t. I, Livros I e II, p. 41.

⁶⁶⁵ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 144.

⁶⁶⁶ OLIVEIRA, Mons. Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, ed. União Gráfica, Lisboa, 1948, p. 171.

veneração do nome da Rainha Santa, que acredita com muitos milagres⁶⁶⁷. Uma fama que, arrancando em vida, mais galgou e bem agigantada, desde a morte...

4. D AFONSO II

Tivera o Povoador vários filhos. Da sua esposa legítima, receberia dois reis: o futuro D. Afonso II, rei de Portugal, e D. Pedro, infante de Portugal, conde de Urgel e rei das Baleares. Da mesma esposa legítima teve três rainhas: Dona Teresa, infanta de Portugal e Rainha de Leão; Dona Mafalda, infanta de Portugal e rainha de Castela; Dona Berengária, infanta de Portugal e rainha da Dinamarca. Teve três filhas, da mesma sua esposa, que a igreja venera nos altares: as ditas Dona Teresa e Dona Mafalda e ainda Dona Sancha, freira de Lervão.

Depois e extramatrimonialmente, teve outros filhos, bastardos desta forma. A saber: de Dona Maria Aires de Fornelos, houve o dito Rei Povoador Martim Sanches e Urraca Sanches, estes, como sua mãe, ligados à história do nosso mosteiro, pelos bens que nos cederam. A Dona Maria Aires de Fornelos, pela doação do couto e da igreja de S. Clemente de Silvares; os seus dois filhos, pela venda ou doação onerosa do Couto e da igreja de Vila Nova dos Infantes e de Golães.

De uma outra senhora, Dona Maria Pais, aumentaria D. Sancho II a listagem da sua prole, com, pelo menos, mais seis filhos...

Agora interessar-nos-ão, particularmente, dois dos seus filhos: os meios irmãos D. Afonso II e Martim Sanches.

1. Um abade tirsense na Corte

A primeira ligação do nosso mosteiro, representado pelo nosso abade, remeter-nos-á logo para os começos do seu reinado. Dele tomaria as rédeas, em fins de Março de 1211. Logo três meses depois, o prelado dos nossos monges beneditinos acompanha a corte. E, em Santarém, a 30 de Junho de 1211, assina a doação de Avis aos freires deste nome, da iniciativa de D. Afonso II, por carta datada de Santarém. Entre as várias testemunhas lá se aponta o nome de *D. Mendo, Abade de Santo Tirso*⁶⁶⁸.

2. As inquirições de 1220

Relações de funda amizade e de confiança incondicional entre o rei e o abade de Santo Tirso houve-as. O nosso prelado foi até um dos inquiridores nomeados por D. Afonso II para a devassa de 1220⁶⁶⁹.

⁶⁶⁷ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, p. 73.

⁶⁶⁸ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. I, pp. 16-17.

⁶⁶⁹ PMH *Inquisitiones*, p. 1. Mendo – o segundo deste nome – foi abade de Santo Tirso desde 1178 a 1224. Cf. JST de 17, 24 de Fevereiro; de 3, 10, 17, 24, 31 de Março de 1995.

3. D. Mendo, testamenteiro do monarca

Nas disposições de última vontade, que D. Afonso II ditaria em Santarém, em Novembro de 1221, o nosso abade D. Mendo é um dos testamenteiros – uma das oito cópias autenticadas, com o selo de chumbo, foi-lhe entregue, por ordem do soberano –, e o mosteiro tirsense um dos beneficiados nas generosidades de El-Rei. A sua herança foi repartida em três porções. Da terceira foi contemplado o mosteiro de Santo Tirso, com o montante de 500 morabitanos⁶⁷⁰.

4. O retrato de D. Afonso II

A Casa de Santo Tirso perpetuou-lhe a lembrança. E no Salão das Justiças – situado em prédio que dava para a rua de S. Bento – o abade D. Manuel de Santa Teresa⁶⁷¹, mandou pôr o retrato de D. Afonso II, entre outras figuras de maior relação com o mosteiro. Dizem os estadistas do seu abaciado:

(...) puzerão-se no Salão das Justiças sete paineis com os Retratos de corpos inteiros em estatura de homens ordinarios com caixilhos pintados, os Duadores S. Giraldo, o Senhor Reij D. Affonço 2.º, o Senhor Reij D. Sebastião, o Cardeal Reij e o Abbade que no tempo da Duação viveo e aseitou, no painel em que estão o Conde Henrique, e Sueiro Mendes da Maija se lhe puzerão as palavras mais necessarias da Duação para por ella se vir no conhecimento quazi total donde nos veio, o que possuimos, e pertence a este Mosteiro, e se de a conhecer de algum modo ao publico, que o ignora⁶⁷².

A effigie de D. Afonso II, para memória da posteridade...(Estampa XXXVI, fotos nn. 87-88)

Na recuperação das telas que, depois de passarem pelo claustro e serem posteriormente arrecadadas, foram agora revistas para hipótese de restauro, foi ultimamente reposta na sua feição original o retrato de D. Afonso II, que mostramos nestas fotos de agora.

5. A estada de D. Afonso II, em Santo Tirso

Todos os autores afirmam que D. Afonso II estadeou em Santo Tirso, exactamente no contexto das lutas que sustentaria com o seu meio-irmão Martim Sanches: Alberto Pimentel⁶⁷³, Pires de Lima⁶⁷⁴, António Cruz⁶⁷⁵, J. Mattoso⁶⁷⁶, Nobreza de Portugal e Brasil⁶⁷⁷.

⁶⁷⁰ SOUSA, D. António Caetano de - *Provas*, t. I, I-2, ed. da Livraria Atlântida, Coimbra, 1946, pp. 43-46. O exemplar de origem entregue ao nosso abade estava no cartório de Santo Tirso, onde o viu Frei Leão de S. Tomás (*Benedictina*, vol. II, p. 32) e, mais tarde (1792), o próprio João Pedro Ribeiro (*Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 144).

⁶⁷¹ Abade de Santo Tirso de 1789 a 1792.

⁶⁷² ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 111.

⁶⁷³ *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, ed. do Club Thyrsense, Santo Tirso, 1902, p. 55.

⁶⁷⁴ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, 1953, p. 47, nota 1. Apoiando-se em Alberto Pimentel...

⁶⁷⁵ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p. 142, que cita, hipoteticamente um dos anos: 1212 (Frei António Brandão) e 1222 (Herculano). Ora, em 6 de Junho de 1212, esteve D. Afonso II, em Guimarães; em 1222, só se conhecem estadas do monarca, em Santarém. É certo que o itinerário deste monarca que João Alves Dias publicou (*Itinerário de D. Afonso II* (1211-1223), em EM n. 7 (1986) 29-47) não assinala qualquer estada tirsense deste rei. Mas o autor adverte que dos 4301 dias de vida reinante de D. Afonso II – de 29 de Março de 1211 a 25 de Março de 1223 – os

A estada de D. Afonso II em Santo Tirso, tal como se vê descrita ou referida pelos autores citados, tem como base inicial o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* ⁶⁷⁸. Resume e condensa, em linguagem mais modernizada, Alberto Pimentel, desta forma:

Este rei (D. Afonso II), que tanto pleiteou com seus irmãos a partilha da herança paterna, viveu em hostilidade aberta com o bastardo de D. Sancho I, Martim Sanches, filho de Dona maria Ayres de Fornellos, e investido por Affonso IX de Leão no governo militar da Galiza.

Homens d' armas de Affonso II aventuraram-se a uma atrevida incursão n'aquella provincia leoneza, parece que para exercer o vexame de fazerem penhora na terra de Limia.

Martim Sanches estava auzente, mas quando voltou e soube do succedido, mandou pedir a Affonso II satisfação do agravo, e reparação dos prejuizos e danos resultantes d'elle.

O rei portuguez fez ouvidos de mercador.

Então Martim Sanches, reunindo uma hoste, invadiu a provincia de Entre-Douro-e-Minho, marchando sobre Ponte do Lima.

Affonso II teve por sua vez que reunir gente para ir ao encontro de Martim Sanches. Os dois exercitos avistaram-se. Conta o Livro Velho das Linhagens que o bastardo de D. Sancho I mandou dizer ao irmão que se retirasse elle para mais de uma légua de distancia. Ficou a tradição de que Martim Sanches, sendo portuguez e filho de rei, tinha escrupulo de combater contra o pendão real da sua patria. O que parece mais curial é que o bastardo, que trazia muita e boa gente, tivesse a generosidade de querer poupar a vida do irmão. Alexandre Herculano confirma esta hypothese dizendo: "O que os documentos até aqui nos tem revelado ácerca do génio pouco militar de Affonso II, legitima a suspeita de que a tradição do pudor patriotico de Martim Sanches não seja mais do que uma novella tecida para córar a vergonhosa retirada do principe diante d'aquelle que melhor guardára as tradições de esforço dos seus comuns antepassados" ⁶⁷⁹.

O que é certo é que Dom Affonso II recuou até às margens do Ave, só parando em Santo Thyrso, onde tomou descanso, certamente no mosteiro, indo depois recolher-se ao sul do Douro, no castello de Gaya.

A situação do rei, vista á distancia de alguns seculos, é vexatoria e deprimente, tanto mais que os seus ricos-homens, que o acompanharam até Santo Thyrso, avançaram de novo para o norte, ao encontro de Martim Sanches.

Encontraram-se e combateram, mas foram derrotados. Entre os portuguezes ia Gil Vasques de Soverosa, que era padraсто de Martim Sanches, porque tinha casado com Dona Maria Ayres de Fornellos depois da morte de D. Sancho I. O enteado fez-lhe voar das mãos a espada. E, tendo-o desarmado, deu-lhe magnanimamente a liberdade, com palavras honrosas, dizendo: "Já, padre, já; cá assás lidaste" ⁶⁸⁰.

documentos de que dispôs apenas nos elucidam concretamente sobre 126, ou seja, cerca de 3%. E acrescenta: "Haverá, porventura, mais documentos espalhados em diversos núcleos documentais, quer particulares quer públicos. Mas, infelizmente, ainda não temos um *corpus* com toda a documentação medieval, já não digo publicada, mas pela menos bem inventariada" (ib., p 31).

⁶⁷⁶ O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa, em STBC I, 1 (1977-1979) 94-95.

⁶⁷⁷ Nobreza de Portugal e Brasil, Editorial Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, vol. I, pp. 139-140.

⁶⁷⁸ Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, ed. crítica de José Mattoso, ed. pela Academia das Ciências de Lisboa, 1980, pp. 295-299.

⁶⁷⁹ História de Portugal, vol. II, livro IV, p. 232 da 2.ª edição.

⁶⁸⁰ Santo Thyrso de Riba d'Ave, pp. 55-57.

5. D SANCHO II

D. Sancho II foi rei de Portugal desde 1223 (Março) a 1247. Das suas concessões, registem-se as que fez aos monges do nosso convento e à emparedada Dona Loba de Santo Tirso.

1. Doação do reguengo de Sá

1.1. Uma localização discutida

Na linha das benemerências, em prol do mosteiro, gestos que vinham de trás e que continuariam séculos fora, coube a D. Sancho II manter viva esta deferência dos monarcas, pela concessão do reguengo de Sá. Fê-lo por carta passada em Guimarães, em Dezembro de 1224.

Já no sec. XVIII se supunha a inteira desidentificação do lugar, por parte dos monges de Santo Tirso. Efectivamente, o autor do *Index de 1774* já discute da sua localização: Sá ficaria, genericamente, no termo de Guimarães e - mais em concreto -, talvez em Vila Nova dos Infantes ou Silvares... Assim põe o autor o problema do contexto geográfico do reguengo.

Mas, por outro lado, Sá ficaria no Couto do mosteiro de Santo Tirso, dirá D. Sancho II. E, em 1224, ainda lhe não tinha sido doado ao mosteiro, pelo menos o Couto de Vila Nova dos Infantes... Nem a primeira fatia sequer, que será de dois anos à frente !

Acrescentará ainda o autor do *Index* que Vila Nova dos Infantes e Silvares tinham sido, antigamente, coutos de Santo Tirso. Logo também que já os tinha perdido, há muito tempo. Aliás, tudo se teria ido – por abandono ou alienação – ao tempo dos Comendatários, aventa o dito monge, que elaborou o *Index* mencionado.

Ora os abades comendatários governaram – ou, melhor, desgovernaram !- o nosso mosteiro, de 1402 a 1588. E deve ser, de facto, deste período a cessação dos direitos senhoriais do nosso mosteiro sobre aquelas duas paróquias vimaranenses. Ficariam de pé e em vigor os direitos que advinham do domínio directo – bastante dilatado – e os direitos eclesiásticos, no tocante à apresentação e ao padroado, em geral.

Voltemos ao reguengo. Coutos de Santo Tirso haveria já vários. Antes de mais até, o couto a que este nome – de Santo Tirso – caberia primordialmente: aquele que doado fora, em 1098, por D. Soeiro Mendes. E parece-me que era mesmo neste que estava o reguengo em causa. Primeiro, dir-se-á que o reguengo que D. Sancho II doara ficava no Couto de Santo Tirso. Depois, nas inquirições de D. Afonso III (1258), as testemunhas dizem que em S. Miguel do Couto haveria vários reguengos, entre os quais o do lugar de Sá. E que não pagavam foro ao monarca, porque D. Mendo os comprou ao rei D. Sancho, irmão deste rei, e, a partir desse momento já teriam ficado aliviados da tributação...⁶⁸¹.

Não sei até que ponto se manteria esta deferência de D. Sancho II pelo mosteiro. Sei apenas que o nosso abade D. Álvaro Martins foi ao concílio de Lyon (1245), acompanhado dos bispos do Porto, Coimbra e Braga, onde se trataria da deposição de D. Sancho II, cuja sentença se proferiu após o encerramento deste concílio...

⁶⁸¹ Cf. CCLP vol. I, p. 307.

1.2. Uma doação onerosa

Seja como for, D. Sancho dá-lo-ia, o reguengo de Sá, ao mosteiro de Santo Tirso *por amor de Deus, de Nossa Senhora, e em remissão dos pecados*. E certo ainda que D. Sancho II recebeu dos religiosos 500 cruzados e um macho... Mas não como preço, que venda não foi. Antes por *revora*⁶⁸².

Acrescenta o autor do *Index de 1774* que a escritura foi para confirmação ao tempo de D. José I. E que, dela ficou um treslado autêntico...

Diz o texto documental que traduzimos do latim:

*Em nome de Deus. Já que é uso e costume que por lei se toma que os actos dos reis e príncipes devem ser registados por escrito, afim de que os homens os não esqueçam, antes sempre os recordem, por isso, eu, Sancho, por graça de Deus, rei de Portugal, faço carta de doação e de perpétua firmeza a vós, D. Mendo, abade do mosteiro de Santo Tirso, e a todos os frades que nele moram, no presente e no futuro, do meu reguengo de Sá*⁶⁸³, *que se situa no vosso couto. Dou-vos este reguengo e vo-lo concedo, para sempre, por amor de Deus e da Beata Virgem Maria, e para remissão dos meus pecados, por quinhentos áureos*⁶⁸⁴ *que já me destes e por um macho que me destes por revora. E, para sempre, vo-lo concedo, a vós e a todos os vossos sucessores e que dele façais o que quiserdes, como herdade própria vossa.*

Portanto, todo aquele que respeitar, a vosso favor e a favor de todos os vossos sucessores, este meu acto, que seja abençoado por Deus. Amen. Aquele, porém, que ousar infringir incorra na ira de Deus todo poderoso (...).

Foi feita esta carta de doação em Guimarães, no mês de Dezembro, na era de 1262. E eu, o rei acima nomeado, que mandei passar esta carta, a corroborei e lhe apus este sinal.

*Testemunhas presentes (...)*⁶⁸⁵.

A doação foi, pois, onerosa. Recebeu D. Sancho 500 áureos e um macho, por *robora*. Este documento do rei Capelo viu-o e anotou-o João Pedro Ribeiro na visita que efectuou ao convento de Santo Tirso, quer nas impressões gerais que do arquivo extraiu⁶⁸⁶ - e o arquivo, na altura da sua visita (1792), era onde hoje se situa a secção oriental do refeitório da Escola Conde de S. Bento -, quer na transcrição integral que dele fez, em lugar de que acabamos de fazer citação.

⁶⁸² Diz Leite de Vasconcelos: “*reuora* = *revora* “idade”, “puberdade”, “maior idade”. Cf. estes textos medievais: “*e deue aaueer huum anno e huum dia depois que forem de rreuora comprida para demandarem o herdamento*”; “*e o menino he de rreuora de xiiii anos, e a mininha de xii anos*”. A par de *revora* há *robora*, e assim vem na redacção latina, mais moderna, d’este testamento. Além da acepção indicada, *revora* (*rebora*, *robora*) tinha outras – acrescentamos por nós, como mais apropriada para o texto de D. Sancho II, que vamos transcrever - : certo donativo que validava os contratos; e outorga ou confirmação. A última é que é a primordial. Cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, 4.^a ed., Ed. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1966, p. 74. Cf. SOUSA, Manuel de Almeida e - *Appendice Diplomatico-Historico ao Tractado Pratico de Direito Emphyteutico*, Lisboa, 1814, p. 62.

⁶⁸³ Sobre Sá, veja-se o artigo de Leite de Vasconcelos em *Opúsculos*, vol. III, Imprensa da Universidade, Coimbra, p. 432; FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia de Ponte de Lima. Vol. II. Estudo Toponímico*, ed. do Arquivo de Ponte do Lima, 2001, p. 209.

⁶⁸⁴ O *áureo* era uma moeda de ouro chunhada desde D. Sancho I até D. Afonso III, também conhecido com o nome de morabitino ou maravedi.

⁶⁸⁵ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 34, pp. 170-171; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. I, pp. 264-265; VMH, doc. n. 205, p. 193.

⁶⁸⁶ CRUZ, António, *o.c.*, pp. 144-145.

2. A doação do Couto de Gavião a Dona Loba

Junto dos conventos beneditinos, na Idade Média, ocorriam, às vezes, formas estranhas de espiritualidade, como as emparedadas. Guaritas, com uma fresta a altura bastante do solo, onde viviam religiosas isoladas. Apenas, receberiam pelo postigo, o alimento necessário para uma subsistência magra e restrita.

Em Santo Tirso, havia uma emparedada: Dona Loba. A ela, porém, deu D. Sancho II em mercê o couto de Gavião. O documento foi coligido por João Pedro Ribeiro. Damolo em tradução portuguesa:

Sancho, por graça de Deus (...) do seu reino àqueles a quem esta carta chegar saúde. Ficai sabendo que em remédio de minha alma e da dos meus pais, couto o casal de Gavião, com os seus termos, em favor da emparedada de Santo Tirso, Dona Loba, e mando que quem nele habitar nunca pague voz, nem coima, nem lutuosa, nem fossadeira. E que a mais ninguém pague foro senão à emparedada Dona Loba. E por esta razão (...) fiz esta minha carta aberta, redigida no Porto (...). Era de 1223⁶⁸⁷.

6. DINIS

Das relações entre o nosso mosteiro beneditino e o Rei-Lavrador - mais gostaria se falasse do Rei-Trovador !- seleccionaremos dois ou três temas.

1. Estadas de D. Dinis em Santo Tirso

Por duas vezes, fez escala em Santo Tirso el-rei D. Dinis. E no decurso do mesmo mês ! Era o ano distante e tão perdido de 1288. A meio dele, decorreriam as cortes de Guimarães. Na mira da cidade-berço, lá passou pelo nosso convento beneditino o monarca. As duas etapas imediatas e delimitadoras, de um lado e de outro, foram Leça do Balio e Braga. Pois, a 5 de Julho, o rei fez daqui, de Santo Tirso, a sua corte; e de cá despachou textos documentais da sua chancelaria⁶⁸⁸.

Logo a seguir – agora já no regresso da cidade de Guimarães, em direcção ao Porto, uma nova escala. E, mais uma vez, cá estabelece o seu governo de “presidência aberta”... Durante, pelo menos, um dia⁶⁸⁹.

2. As relações com o monge tirsense, Frei João

Era um beneditino de grande peso, jundo do monarca: seu confessor e capelão. E, com certeza, a desempenhar-se bem do seu múnus, a contento do monarca. Daí as provas de consideração de D. Dinis pelo frade tirsense, ao nomeá-lo seu testamenteiro e ao beneficiá-lo com demonstrações concretas e palpáveis da sua real munificência !

Antesde mais, vêmo-lo, a este monge tirsense, como *testamenteiro* de D. Dinis.

Efectivamente, nas suas disposições de última vontade, expressas em Lisboa, a 20 de Junho de 1322, escreveria o Rei-Lavrador:

⁶⁸⁷ Depois de 25 de Março, acrescenta João Pedro Ribeiro. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 33, pp. 169-170.

⁶⁸⁸ ANTT, *Livro I da Chancelaria de D. Dinis*, f. 234.

⁶⁸⁹ ANTT, *Livro I da Chancelaria de D. Dinis*, ff. 237 v.-238. Cf. RAU, Virgínia - *Itinerários Régios medievais. Itinerário de el-rei dom Dinis*, Insitute de Alta Cultura, Lisboa, 1962, p. 30.

E faço meus testamenteiros executores deste meu testamento... Frei Joanne Monge de Santo Tirso meu confessor, e meu capellão ⁶⁹⁰.

A condição anterior revela uma intimidade profunda e uma consideração extrema entre D. Dinis e o nosso monge. Nestas condições de membro da Casa Real, o frade acompanhou D. Dinis, em momentos de descontração e de folgança. Quando, por exemplo, o Frei João após a sua assinatura nos documentos de “tão alta governação”. Um caso só: em 5 de Fevereiro de 1321, na chamada *certidão do solho*, um “milagre” das aventuras de pesca, como que a preludiar a série mais “embasbacadora” dos fenómenos do Entroncamento... ⁶⁹¹.

Naturalmente que esta partilha comum em horas de extrema responsabilidade como nos momentos de alargada relaxação se traduziria, na prática, em benemerências régias a favor deste amigo, o nosso Frei João.

Foi este monge tirsense, de facto, várias vezes, agraciado à sombra tutelar da magnanimidade régia. Assim, numa carta, com data de 29 de Dezembro de 1320 e despachada de Santarém, D. Dinis confirmará em Frei João a posse de umas moradas suas na capital, como prova de gratidão para com o monge, de cujo serviço reconhece ter beneficiado:

eu dey a ffrey Johanne meu confessor huas minhas casas que son em lixboa na alcaçova em que pousasse e el ffez em ela benffeitoria e aqreçentamento fazendo hy casa e sobrados... e per muyto serviço que me el fez e faz, tenho per bem e mando que ele aja e logre as ditas casas per ssy ou per quem el tiver per bem ⁶⁹².

Não foi a única doação ! Outras viria a receber o egrégio beneditino que, não obstante tirsense, Frei António da Assunção Meireles julga ter sido eleito Abade de Pombeiro. Voltando às dádivas, também outras ofertas, da mesma origem, as receberia o dito Frei João. E, em igual penhor, da sua dedicação generosa. Por exemplo, esta de 18 de Março de 1321:

(...) querendo fazer graça e merçe a ffrey Johanne meu confessor per muyto serviço que me fez e faz dou a el que tenha de mim em toda sa vida o meu prestamo de fferreira de terra de vouga que de mim teve Vasco Martins da Ribeira ⁶⁹³.

Para que melhor se entenda, digamos que *préstamo* é a consignação de certa quantia de frutos ou dinheiros, imposta em algum terreno ou cousa rendosa, e destinada para sustento e manutenção de alguma pessoa ou pessoas, diz Viterbo ⁶⁹⁴.

3. Frei João, Abade de Pombeiro ?

Teria sido, ao depois, titular do abaciado do Pombeiro. Assim o pensa, como dito ficou, o cronista Frei António da Assunção Meireles. Alude a um texto documental,

⁶⁹⁰ CAETANO DE SOUSA – António – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas* t. I, Livro I-II, ed. Livraria Atlântida, Coimbra, 1946, p. 131.

⁶⁹¹ BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana*, VI Parte, liv. 19, c. 24. Sobre o papel de Frei João no desembargo régio, cf. HOMEM, Armando Luis de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, ed. do INIC, Porto, 1990, p. 326 e quadro anexo n.º 17.

⁶⁹² ANTT, *Doações de D. Dinis*, liv. 4, f. 89. Cf. PIMENTA, Alfredo – *Subsídios para a História de Portugal*, ed. Europa, Lisboa, 1937, p. 108.

⁶⁹³ ANTT, *Doações de D. Dinis*, liv. 4, f. 89 v.. Cf. PIMENTA, Alfredo, *oc.*, p. 109.

⁶⁹⁴ *Elucidário* vol. I, p. 537.

onde se lê o nome de um abade desta casa religiosa, João, segundo deste título, e que – para confirmação da identidade – foi confessor de D. Dinis:

ffrey Johanne Confessor del Rei e Abbade do dito Moesteyro de Poonbeyro ⁶⁹⁵.

O documento está datado de 1322. Nesta altura, o rei era D. Dinis; e Frei João, beneditino ⁶⁹⁶, confessor do monarca, era o frade tirsense, de que se vem falando: *Dos quais concluo que Frei João foi eleito para seu Abade pelos Monjes do Pombeiro, posto que não fose filho da mesma Casa* ⁶⁹⁷.

O mesmo cronista deduz de mais dois documentos – de 1322 e também do Cartório do Pombeiro – que o seu nome completo seria o de Frei João Martins.

4. D. Dinis e os coutos de Santo Tirso

No que toca a confirmações de coutos de Santo Tirso, pelos finais do sec. XIV, podemos apontar as sentenças favoráveis do Couto de Guimarei, que incluía as freguesias de S. Paio de Guimarei e S. Tiago de Guimarei (hoje, da Carreira) ⁶⁹⁸, o de Soutelo (S. Tomé de Negrelos) ⁶⁹⁹, o de S. João de Airão ⁷⁰⁰, o de Vila Nova dos Infantes ⁷⁰¹ e o de Golães ⁷⁰².

Mas destas terras privilegiadas se falará em volume aparte, como já, e por várias vezes, se disse.

7. D. AFONSO IV

Há muita documentação deste monarca que nos reportará ao mosteiro de Santo Tirso. Só a vamos referir de maneira sumariada, já que o acervo em causa diz respeito, de forma particular, à confirmação dos coutos que nos pertencem. E isso será objecto de um desenvolvimento maior num volume especial, que incluirá os coutos e os padroados do mosteiro de Santo Tirso.

Deste modo, aqui se fazem apenas umas referências esqueléticas do tema em questão.

Uma das primeiras coisas que conheço a este propósito, uma carta de protecção do nosso mosteiro – datada de antes de 16 de Agosto de 1329 –, que servirá de base à sentença de que foi ré Dona Mor, conforme se segue de imediato.

Trata-se de uma decisão penal, daquela data que se apontou e que condena a mencionada Dona Mor, mulher de Martim Lourenço da Cunha, pelos prejuizos que causara à comunidade beneditina tirsense, com as suas *tomadias*, contra o disposto de *O Bravo*, numa carta de protecção a favor dos bentos do mosteiro de cá ⁷⁰³.

⁶⁹⁵ *Memórias do Mosteiro do Pombeiro*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1942, p. 25.

⁶⁹⁶ Alfredo Pimenta, com base na *Monarquia Lusitana* (V, liv. 18, cap. 65), cita um outro João, confessor del-rei D. Dinis. Mas era Prior de S. Domingos (*Subsídios para a História de Portugal*, p. 108).

⁶⁹⁷ *Memórias do Mosteiro do Pombeiro*, l.c.

⁶⁹⁸ CCLP vol. I, p. 149.

⁶⁹⁹ CCLP vol. I, p. 145.

⁷⁰⁰ VMH, p. 347.

⁷⁰¹ VMH, p. 354.

⁷⁰² VMH, p. 352.

⁷⁰³ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 110, pp. 196-197.

Há uma carta de sentença de confirmação do couto de Santo Tirso, com data de 16 de Julho de 1336 ⁷⁰⁴. Por serem assim confirmados os privilégios, daí a decisão favorável do mesmo monarca, dada em Santarém, a 17 de Junho de 1341, num caso concreto e particular de uma exigência do concelho de Refojos, sobre a participação dos moradores do couto de Santo Tirso numa contribuição comum, em prol do juiz refojense ⁷⁰⁵. Que os moradores do couto de Santo Tirso estavam isentos das talhas lançadas pelo juiz e vereadores do dito concelho. Que nem sequer estariam obrigados à meia talha que correspondesse à jurisdição crime do juiz de Refojos sobre o couto dos nossos monges... Apesar de Santo Tirso não gozar do privilégio de imunidade, neste campo, pelo que teria de entregar os réus de causa crime à justiça secular do dito concelho e do monarca.

Mas D. Afonso IV confirmaria também, por sentença de 25 de Junho de 1336, o importante couto de S. João da Foz ⁷⁰⁶, que, com o de Santo Tirso, foram os únicos que o mosteiro manteve até à extinção de 1834.

El-Rei, o Bravo, fará o mesmo com outros domínios senhoriais do mosteiro: com o de Guimarei ⁷⁰⁷, com o de S. João de Airão, por sentença de 4 de Setembro de 1335 ⁷⁰⁸, com o de Soutelo e de Vila Nova dos Infantes ⁷⁰⁹.

8. D. PEDRO I

1. D. Pedro confirma os privilégios de Santo Tirso

A 13 de Agosto de 1359, D. Pedro I confirmou a carta de Couto ⁷¹⁰, no diferendo que opunha o concelho de Refojos aos privilégios do mosteiro, dentro da terra da sua isenção, coisa que lhe fora reconhecida pelo pai, D. Afonso IV, por sentença de 17 de Junho de 1341. Tinha receio o Abade do mosteiro que o próprio original de D. Afonso IV se extraviasse ou se danificasse. Não é de admirar que os cartorários se lamentem do estado lastimoso de algumas das peças do arquivo e do desconhecimento do paradeiro de alguns documentos. Ocasionalmente vão para Lisboa para justificação dos privilégios e das imunidades. Por isso, igualmente, pedem cópias autênticas que as substituam. E, quando, por qualquer causa, forem necessários documentos do arquivo para tribunal, só por cópias autênticas se poderão remeter.

Agora, em 13 de Agosto de 1359, D. Pedro confirma a sentença do pai a favor do couto de Santo Tirso. Dá-la-emos por inteiro, ao final, no apêndice. Extractamos apenas as linhas que se referem aos perigos que ameaçavam o cartório dos nossos monges:

Dom pedro per graça de deos Rey de portugal e do algarue, A quantos esta carta uirem faço saber que por antemy aparecerão de huma parte Vasco pirez procurador do abade Convento do mosteiro de Santo Tirso de Ribadaue, e da outra João Gil procurador do concelho de Refojos de Riba daue E logo pelo dito procurador dos ditos

⁷⁰⁴ CCLP vol. I, pp. 70-71. Cópia da mesma sentença em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 23-24.

⁷⁰⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 203-203 v.

⁷⁰⁶ CCLP vol. I, p. 69.

⁷⁰⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 8-9; CCLP vol. I, p. 68.

⁷⁰⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 8-8 v.

⁷⁰⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0202, ff. 10-12. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 22-23.

⁷¹⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 204.

abbade e Conuento do mosteiro de S. Tirso, foy mostrada perante my huma carta del Rey Dom afonso meu padre a que deos perdoe, escrita em pergaminho, e parecia que fora celada com o selo redondo do dito meu padre, nas costas da qual carta o teor tal he (confirmação do couto, de 17 de Junho de 1341).

A qual carta assy por ante my mostrada, o dito procurador dos ditos abbade E conuento do dito mosteiro de S. Tirso me pidio que lhe mandasse dar huma minha carta por minha autoridade e com meu selo com o teor da dita carta de sentença do dito meu padre ca dezia que se temia de se perder a dita carta por agoa ou por fogo ou por outra cajã (...), mandei-lhe dar esta minha carta sellada do meu sello por minha autoridade, aos ditos abbade e conuento do dito mosteiro de S. Tirso.

Dada em Coimbra treze dias de Agosto El Rey o mandou por Bertolameu pirez e martim afonso seus sabios juizes. Vascoeanes a fez Era de mil trezentos e nouenta e sete anos.

2. O infante D. João, filho de D. Pedro, confirma a couto de Vila Nova das Infantas

D. Pedro teria vários filhos legítimos e bastardos. Um destes, que D. Pedro houve dos amores de Inês de Castro, o infante D. João, confirmaria o Couto de Vila Nova das Infantes, em 23 de Fevereiro de 1380 ⁷¹¹, por carta despachada de Vimeiro. Irá no apêndice documental.

9. D. FERNANDO

Em 1380, ordena o Rei D. Fernando às Justiças de Sá que tivessem em linha de conta tudo quanto ordenara seu meio-irmão D. João, a respeito das imunidades e privilégios de Vila Nova dos Infantes, sempre ameaçados pela ingerência abusiva das Justiças de Guimarães:

Huma carta do Rey e Senhor D. Fernando escripta na era de Cesar 1419 ⁷¹² pela qual mandou as Justiças de Sâ por fazer graça e merce ao D. Abbade de S. Tyrso que então era Vicente Rodrigues, que guardasem e fizessem guardar os privilegios concedidos a honra e Couto de Vila Nova dos Infantes que tinha mandado o Infante seu Irmão se guardasem ⁷¹³.

10. D JOÃO I

Vive por uma cronologia que se situa na ponta final dos abades eleitos e vitalícios e nos começos dos abades vitalícios, mas não eleitos - antes impostos -, que são os comendatários. Mas diremos, aqui e agora, o seu papel pelo mosteiro, correspondente quer à fase dos abades deste primeiro volume quer ao daquele - Martim Aires - com que se inciará o vol. I/2 desta monografia.

⁷¹¹ BS 13-3-14 n.

⁷¹² Julgo que é da era de Cesar de 1418. Assim se lê no pergaminho, cuja transcrição irá no apêndice documental.

⁷¹³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 147 v.

1. Duas estadas do monarca no nosso mosteiro

Em duas ocasiões, passaria D. João I por Santo Tirso. A primeira, no próprio ano da batalha de Aljubarrota. Nas duas viagens, que, nesta altura, fizera ao Entre-Douro-e-Minho – uma, antes do acontecimento político, decisivo, de 14 de Agosto; depois, a outra -, D. João I visitaria e instalar-se-ia na nossa cidade, no mosteiro beneditino, exactamente no segundo destes dois itinerários nortenhos.

Para cumprir o seu voto de uma peregrinação, sacrificada e a pé, à Senhora da Oliveira, na cidade-berço, o Mestre de Avis, aclamado já rei pelas Cortes de Coimbra⁷¹⁴, passou por Santarém e Porto, onde esteve duas semanas, desde 26 de Setembro. Pelo menos em 15 de Outubro – dois meses certos, após a batalha de Aljubarrota -, D. João I chegou a Santo Tirso. Aqui faria uma etapa. Breve, com certeza, já que no dia 16 se encontrava em Guimarães, no remate da sua peregrinação de fiel grato e reconhecido. Viagem, de facto, mais religiosa que política ou militar, ao contrário do que sucedera na primeira ocasião⁷¹⁵.

A este respeito, convém trazer à memória o que já foi dito e que agora se refresca: que o Entre-Douro-e-Minho sofrerá das invasões de Castela. E que as visitas de D. João I ao norte tinham, igualmente, uma finalidade político-militar. O arcebispo de Compostela, D. João Manrique, ocupara, anos antes, com as suas tropas, a região nortenha, durante algum tempo. E obteria apoio dos alcaides de cá !

Mais oportunista, Fernando Afonso de Samora, nas suas incursões: feito “camaleão”, “virava a casaca”, ao sabor do meio ! E lá iria vivendo à custa de todos... Mas a “farsa” tantas vezes rodaria e pela cena havia de passar que enjoou e viraria fracasso completo, exactamente aqui, no mosteiro de Santo Tirso. Em 1384, o Conde D. Pedro surpreenderia, de forma inesperada, o aventureiro, derrotaria a sua hoste e iria prender o chefe mai-lo filho⁷¹⁶.

Para o nosso mosteiro, esta visita de 1385 foi também resposta de caloroso reconhecimento pela instituição monástica que sempre lhe dera, a cem por cento, apoio de que o rei tanto precisara.

Catorze anos depois – poucos dias faltavam para o seu acabamento ! -, em 1409, D. João I passava, outra vez, por Santo Tirso. De Évora (Março deste ano de 1409) até Santo Tirso, as etapas de permeio: Porto, Viseu, Coimbra e Famalicão, aqui, ao mês de Julho. Pelo menos, em 6, 7 e 8 de Agosto, o rei ficará no nosso mosteiro, donde sairá para Guimarães. De Santo Tirso enviará duas cartas aos moradores da cidade do Porto⁷¹⁷.

2. As relações com o mosteiro

Das ligações com esta casa de Santo Tirso, para além do alojamento, destacamos um empréstimo ao rei, da parte dos nossos monges. Aliás, seria um dos bastantes casos deste tipo. O convento era materialmente dotado. Aliás, é certo, a partir da Congregação – mas as posses vinham de trás, sobretudo –, o mosteiro de Santo Tirso era o mais

⁷¹⁴ Talvez em 6 de Abril de 1385, pensa H. Baquero Moreno: *Os Itinerários de El-Rei Dom João I*, ICALP, Lisboa, 1988, p. 19.

⁷¹⁵ BAQUERO MORENO, Henrique, *o.c.*, p. 20.234.

⁷¹⁶ FERNÃO LOPES – *Crónica de D. João I*, p. I, c. CXVII.

⁷¹⁷ BAQUERO MORENO, Henrique – *o.c.*, p. 121.320; CRUZ, António – *Cópias, extractos, sumários...*, em Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938, p. 142. Cf. ibi, nota 2.

povoado de monges e o mais rico. Hei-de abonar esta afirmação com muitos documentos !

José Mattoso diz que as Inquirições de 1258 lhe atribuem, só na diocese do Porto, cerca de 540 casais, além de 9 igrejas inteiras e direitos parcelares sobre mais quatro ⁷¹⁸. Assim não admirará que, 60 anos à frente, em 1320, por iniciativa de D. Dinis e sob autorização de João XXII, o mosteiro de Santo Tirso vá colaborar, na luta contra os mouros, com um imposto sobre 8.000 libras de rendimento. De todos os mosteiros portugueses, só três houveram de sofrer maior tributação: Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça e Arouca. E só um houve, a igualar o de cá: o de Pombeiro. No círculo da diocese portuense, só à mesa episcopal caberia um imposto de volume mais dilatado ⁷¹⁹... E já referi as palavras do geógrafo João de Barros, para uma admiração a ecoar no ventre do sec. XVI !

Pois – e agora, descendo ao caso das relações entre D. João I e a nossa casa beneditina –, o Mestre de Avis obteve do abade de cá um empréstimo considerável. O documento tem a data de 10 de Julho de 1414. E foi sumariado por João Pedro Ribeiro, nestes termos:

Alvará Régio porque declara ter recebido em sua camera do D. Abade de Santo Tirso de riba d'Ave duzentos marcos de prata emprestados, que lhe satisfaria do primeiro de Outubro seguinte a um ano pela gisa que valer ao tempo da paga. Declara ser selado com o selo da puridade, por não ter ali o selo grande ⁷²⁰.

Não queríamos apor o remate à nota de agora, sem a evidência de que tudo isto resultava de relações afectuosas e humanas entre D. João I e o abade de Santo Tirso. O Mestre de Avis, de facto, muito agradecia de seu conceito o abade, agora já comendatário, D. Martim Aires:

Pessoa mui grada e mui estimada del-rei D. João o primeiro ⁷²¹.

Uma confiança geral que vinha de trás. No ano em que se casou o monarca (1387) e numa altura em que se encontrava no Porto, despachou para o nosso convento uma *carta de guarda e encomendação ao mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave*.

3. A confirmação dos privilégios e liberdades do mosteiro (23 de Novembro de 1392 e de 11 de Setembro de 1396). E outras mais jurisdições...

Desde a instituição do Couto de Santo Tirso, se iriam definindo, pouco a pouco, no abade, a amplitude e as condicionantes dos seus poderes:

1. A administração da justiça apenas no cível, que só no Couto de Vila Nova dos Infantes é que também lhe competia a jurisdição no crime;

2. A eleição das Justiças era toda dele: os elementos eram eleitos e, depois, confirmados pelo Abade, ao contrário do que se passava no Couto de Landim. Aqui, o povo elegia a Justiça, e o Prior tão só confirmava.

⁷¹⁸ *O Mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa*, em STBCC I (1977) 96.

⁷¹⁹ FORTUNATO DE ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, ed. dirigida por Damião Peres, Livraria Civilização, Porto-Lisboa, t. IV, 1971, p. 90 e ss.

⁷²⁰ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 213, doc. n. 177.

⁷²¹ FREI LEÃO DE S. TOMÁS – *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 36.

Na história da administração pública, em Santo Tirso, muita coisa se nos escapa, e muita coisa evoluirá também. Por exemplo, a respeito do número e da qualidade das pessoas, que o abade elegia para o corpo da Justiça. Sei que, nos finais do sec. XIV, vamos encontrar religiosos do mosteiro a exercer cargos de almotaçaria. E parece que o costume não era recente ! Assim o alegaria o procurador do mosteiro.

Vivia-se, entretanto um agitado interregno, na prelazia do mosteiro, pela morte de Vicente Rodrigues. Um período de vacatura, no abaciado de cá. E a sucessão deste abade foi morosa e difícil, com intervenção decisiva de D. João I que, depois de passar por cima da opção dos frades e dos padroeiros, vai entregar os destinos da casa religiosa de Santo Tirso ao fidalgo galego, seu especial amigo, Martim Aires. É o primeiro comendatário. E, só em 1402, este assumirá a liderança do mosteiro.

De qualquer forma, este documento vai dizer-nos que D. Vicente Rodrigues era já do número dos mortos, a 11 de Setembro de 1396. Mas nós sabemos que o falecimento se dera já antes de 2 de Abril de 1395, como deixamos dito na resenha que vamos consagrar a este abade, ao tratarmos do rol dos prelados de Santo Tirso.

Ainda em vida de D. Vicente Rodrigues, D. João I fora grande amigo da casa: na crise de 1385, o abade e seu convento puseram-se decididamente ao lado do Mestre de Avis⁷²². E muito sofreriam nas consequências de tamanha opção.

Depois, a 15 de Outubro de 1385 – poucas semanas, após a batalha de Aljubarrota – D. João I pernoitaria neste mesmo mosteiro. Já dissemos.

A 23 de Novembro de 1392, D. João I confirma:

*todollos privilégios e liberdades e foros e boons usos e costumes que ham e de que husarom ataa ho tempo delRey dom Fernamdo, nosso jrmãao a que Deus perdoe*⁷²³.

Agora, depois da morte daquele abade e já quando interferia – ou tentava fazê-lo ! -, na vida interior da comunidade, em ordem talvez à aquietação dos ânimos dos monges e padroeiros, no momento em que pretendia compensar, com o bónus da comenda um fidalgo galego que lhe fora devotado, D. João confirma de novo as liberdades e garantias da nossa casa beneditina. É a carta de sentença de 11 de Setembro de 1396, que daremos, com notas explicativas, no apêndice documental, para onde remetemos o leitor.

Por carta de 20 de Agosto de 1404, D. João I impõe a Martim Leonardes, Juiz da cidade do Porto, que defenda o couto de Silvares das agressões dos cavaleiros, escudeiros e poderosos⁷²⁴. E, por documento emanado de Lisboa, datado de 26 de Agosto de 1405, o mesmo rei confirmará o couto de Vila Nova dos Infantes, defendendo-o das pretensões ambiciosas da Câmara de Guimarães⁷²⁵.

⁷²² Veja-se *A Igreja Matriz de Santo Tirso. Novas Perspectivas*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991, pp. 42-43.

⁷²³ ANTT, Liv. 2 de Além Douro, f. 54. MORENO, Humberto Baquero – *D. Soeiro Anes abade do Mosteiro de Santo Tirso e a situação política do seu tempo*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”, Santo Tirso, 1982, p. 370.

⁷²⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 164.

⁷²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 339-340.

CAPÍTULO VI

AS IMUNIDADES DO MOSTEIRO: O COUTO DE SANTO TIRSO

I. A DEMARCAÇÃO E DOAÇÃO DO COUTO (1098)

1. As cartas

As cartas originais são duas, diferenciadas pelos outorgantes: doadores e donatários. A primeira, a demarcação do couto, por parte do Conde D. Henrique e de Dona Teresa, a favor de Soeiro Mendes da Maia. A segunda, de um ano depois – melhor, poucos meses !-, de Soeiro Mendes, em prol do mosteiro de Santo Tirso. Uma pintura, do sec. XVIII, que primeiro se colocaria no Salão das Justiças, e depois se apensou às paredes do primeiro claustro e agora se arrecada numa dependência da matriz, representa o primeiro trespasse e, numa forma de legenda, relata os dois. (*Estampa XVI, foto n. 51*)

2. Cronologia

O problema, onde se reflectiram mais divergências, diz respeito à primeira doação. As cópias e os autores que nelas se basearam bifurcariam as opções. As cópias de Singeverga – de que se teria servido o Dr. António Augusto Pires de Lima -, Frei Leão de S. Tomás, D. Rodrigo da Cunha, D. José Barbosa optaram pela era de 1131, ou seja, pelo ano de 1093. Alexandre Herculano⁷²⁶, Gama Barros⁷²⁷ e João Pedro Ribeiro⁷²⁸ datá-la-ão de quatro anos à frente: era de 1135, que corresponde ao ano de 1097, na era cristã⁷²⁹.

Demais, as assinaturas do Conde D. Henrique – que só cá chegaria em 1096⁷³⁰ - e de Dona Teresa – com a qual se casaria nesse ano ou no seguinte – não poderiam compaginar-se com a data de 1093.

De resto, a qualidade deste fidalgo de Borgonha – como governador do Condado, de que tomaria posse, em 1097 –, a interferência de S. Geraldo como bispo de Braga – cuja tarefa só assumiria em 1096⁷³¹ – arredarão a hipótese de 1093.

⁷²⁶ PMH/DC 517.

⁷²⁷ *História da Administração Pública*, vol. I, p.150.

⁷²⁸ CRUZ, António – *Os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 144, nota 27.

⁷²⁹ *O Mais antigo Original, he da Era de 1135; celebre por ter feito antecipar a Epoca do Casamento do Senhor Conde D. Henrique á Era de 1131; não tendo sabido ler a sua data Frei Leão de Santo Thomaz, a pezar de se achar bem clara.* Acrescenta em nota o mestre de Paleografia: D. José Barboza no *Catalogo das Rainhas de Portugal* (pag. 34) se empenha em refutar a opinião de Brandão sobre este assumpto; servindo-se deste Documento, que na fé de Fr. Leão de Santo Thomaz julgou, que datava da Era de 1131. Porém felizmente ainda se conserva illeso; datando dos 9.das Kal. de Dezembro da Era de 1135: e he a Doação de Couto feito a Sueiro Mendes da Maia, pelo Senhor Conde D. Henrique, e pela Senhora D. Theresa: *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 144, no corpo e na nota 27.

⁷³⁰ *Benedictina* p. (5), nota 26 B 9.

⁷³¹ E ocupou o cargo de bispo de Braga, a partir de 1096: AZEVEDO, Luis Gonzaga de – *História de Portugal*, vol. III, p. 39 e ss. Para a data da sagração de S. Geraldo, cf. *Benedictina*, vol. II (6), nota 29 B 46.

E avança Pires de Lima com a teoria – que não convence ! – do erro, em Frei Leão de S. Tomás, à base de uma nota escrita à mão que viria num exemplar da *Benedictina*, e que fôra de um religioso do nosso mosteiro: o V do manuscrito, de que Frei Leão de S. Tomás se teria servido, inclinado sobre a esquerda, dera na sensação de que a haste direita, agora erecta, era um I. Pelo que o autor de *Benedictina* teria lido 1131, em vez de 1135.... E assim, em cadeia, viria o erro seguinte, respeitante à doação de Soeiro Mendes ao mosteiro de Santo Tirso: a suposição de que, entre as duas doações mediaria tão só o intervalo de um ano – uns meses tão só, mas que remetem para o ano seguinte – o que é verdade. Só que o erro está no termo *a quo* da contagem....

3. As cópias

O texto original de que se teria servido João Pedro Ribeiro, em 1792, desapareceu. Herculano diz que se teria consumido num incêndio. Mas nada sobre isto nos chegou ao conhecimento. Frei António da Assunção Meireles ainda teria visto o documento original do nosso couto ⁷³². Só sei de duas coisas: primeiro, que após a extinção, os livros e manuscritos do nosso mosteiro foram, em parte, vendidos ao desbarato, em Tibães, onde Camilo muitos deles chegaria a comprar; e que outros, mal acomodados - e, sobretudo, mal protegidos - foram levados para o Porto.

Sobreviveriam apenas as cópias, mais ou menos, seguras: as que João Pedro Ribeiro terá feito em 1792, sobre originais e que se guardavam no AUC ⁷³³; as de Herculano que se serviria de dois apógrafos da Academia Real das Ciências e publicadas no DC. Além do mais, existe a de Frei Leão de S. Tomás (1651), mal interpretada na cronologia, como se viu, de que, como dito ficou, tentariam desculpabilizá-lo, mais as duas cópias de Singeverga, de que se teria servido o Dr. António Augusto Pires de Lima. Ultimamente, o Dr. Rui de Azevedo editaria as duas que classificou de A e B, no DMP, considerando a primeira como autêntica e a segunda como falsificação.

As cópias desdobraram-se no curso dos tempos, por razões variadas: ou porque havia medo de que os originais, por qualquer razão, se perdessem ou oferecessem já dificuldades de leitura; ou porque se tornava necessário apresentar os originais ou cópias autênticas, diante da autoridade – juizes e inquiridores – que garantissem ou a verdade da instituição mesma do couto, ou do seu perímetro ou das competências nele inclusas; ou ainda por razões atinentes ao estudo de uma instituição ou da sociedade, num determinado tempo ou lugar...

O problema que agora se põe é o seguinte: da doação de 1097 – do Conde D. Henrique a Soeiro Mendes – há duas leituras diversas. João Pedro Ribeiro publicaria as duas. Rui de Azevedo também fará o mesmo. Mas – como já dito ficou – considera uma – a A que corresponde ao doc. n. III de João Pedro Ribeiro – como a verdadeira; e a B – que reproduz o documento II do autor das *Dissertações* – como uma falsificação, feita com o intuito de alargar a geografia do couto e as competências jurídicas do donatário.

Ultimamente surgiu uma opinião de que as duas cartas A e B, acima mencionadas não seriam divergentes, no que respeita à geografia do couto e às imunidades que ao donatário foram concedidas. A diferença estaria apenas na concretização mais

⁷³² *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa e Index dos documentos do Arquivo*, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1942, p. 12, em *Sesnado*.

⁷³³ As duas versões - uma cópia verdadeira, e outra adulterada – podem ver-se em Dr. António Cruz – *Os manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938.

pormenorizada da própria linha da demarcação. Logo diferentes, no que toca à autenticidade jurídica, mas exactas ou verdadeiras no que se refere ao conteúdo⁷³⁴

4. Outorgantes

D. Afonso VI (1040-1109), rei leonês, segundo filho varão de Fernando Magno e da Rainha Sancha. A sua filha bastarda – havida de Ximena Nunes -, Dona Teresa, casaria com o Conde D. Henrique. Este consórcio aparece-nos já garantido em 1095 ou 1096, segundo outros. Em 1097, Afonso VI confiaria ao genro e para seus filhos o governo da província portugalense, desde o Minho ao Tejo. Logo iniciou o Conde a sua acção administrativa, com doações generosas de bens da Coroa a Soeiro Mendes, pai do seu mordomo, Paio Soares.

Quanto ao Conde D. Henrique e Dona Teresa, não viria a propósito fazer-lhes a apresentação. Está feita noutros livros, de problemática mais ampla e mais geral. Só uma nota de J. Mattoso, a respeito da sua presença entre nós: o ano em que o conde D. Henrique assumiu o governo do condado portugalense foi, efectivamente, matéria de discussão ainda há pouco tempo. Embora A. de Almeida Fernandes⁷³⁵, em trabalho publicado numa revista de Aveiro, e, desde então para cá, noutros trabalhos mais recentes, defenda ainda a opinião de que o conde veio para Portugal em 1093, creio que Rui de Azevedo provou suficientemente que este facto se deve ter dado em 1096 (...). De qualquer maneira, os documentos de Santo Tirso não servem para resolver esta questão, porque datam de 1097 e 1098, e não de 1093 e 1094, como suponha Frei Leão de S. Tomás⁷³⁶. Uma observação colateral, entretanto: Sanches Albornoz fala de uma distinção, em princípio, entre o título de Conde e a função administrativa à frente de uma circunscrição, como se verá, dentro em pouco.

Soeiro Mendes da Maia era descendente, já remoto e já distante da fundadora do nosso mosteiro, Dona Unisco Godins (978): umas três gerações intercalam as duas épocas. O facto explicará que Soeiro represente uma soma de uns vinte e tantos herdeiros na eleição de Gaudemiro. As suas raízes mais próximas brotam do lar paterno constituído no matrimónio de Mendo Gonçalves e Ledegúndia Soares “Tainha”.

Exerceu cargos de grande responsabilidade, ao tempo do Conde D. Henrique. De resto, uns laços estreitos de parentesco e de afinidade uniriam Soeiro Mendes aos pais do nosso primeiro rei. O Conde fez de Soeiro governador de diversas terras e seu representante, no governo do Condado, aquando de uma sua ausência, a do Conde D.

⁷³⁴ MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa - *O Couto de Santo Tirso nas cartas de Couto de 1097 e 1098: os documentos e as características do espaço*, em “Revista de Guimarães” vol. 106 (1996) 177-192. Quanto às diferenças do mosteiro landinense com os nossos beneditinos, tenho a dizer que não foram tão poucas nem unanimemente resolvidas a favor dos monges de S. Bento. Posso dizer que duraram mais que a Guerra dos Cem anos... E que não é sem fundamento que o topónimo de *Batalha* alcunhou a linha de demarcação do couto em litígio... Por muitos documentos que não vale a pena agora citar. Só uma carta do D. Abade de Santo Tirso, D. Veríssimo da Ascensão, ao Procurador Geral de Lisboa, com data de 22 de Setembro de 1738, onde se lê: “... e para essa cançada e antiga demanda com o Mosteiro de Landim”, a propósito do Couto de Santo Tirso e da sua demarcação. E vejam-se ainda as respostas ao Pe. Cardoso, de 1758, que lhas enviou o pároco de S. Martinho de Bougado, *sobre os antigos e continuados pleitos entre Landim e Santo Tirso e as confusões permanentes* que daí resultariam sobre a administração da Justiça na área de S. Bartolomeu. Cf. o meu volumezinho *A paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições*, ed. 2.^a da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999. Um apanhado de 32 documentos em apêndice, alguns dos quais a propósito deste diferendo, ao longo de vários séculos.

⁷³⁵ Arouca na *Idade Média pré-nacional*, em “Arquivo do Distrito de Aveiro” (1966) 155.

⁷³⁶ *Benedictina*, t. II, p. (5), nota 26/B/9.

Henrique⁷³⁷. Os cargos de Soeiro Mendes dele fariam a primeira figura na hierarquia da nobreza portugalense⁷³⁸. O gesto do marido de Dona Teresa, na instituição do Couto de Santo Tirso, era o de um reconhecimento por tantos serviços que Soeiro Mendes lhe fizera. E esperava mais lhe viesse a fazer...

Casara Soeiro Mendes com Gontrode Moniz, filha do Conde Monio de Biscaia ou Monio de Amaia, ou seja, Monio Moniz e de Velasquida. E Gontrode era irmã de Dona Ximena Moniz, por sua vez, mãe de Dona Teresa.

Deste casamento de Soeiro com Gontrode nasceriam quatro filhos: Paio, Godo Mendo e Aurovelido que cedo faleceria, antes de 1098. Mendo foi pai de um outro Soeiro Mendes, que se tem confundido com o avô – de resto, benfeitores os dois de Santo Tirso – e ainda de Gonçalo Mendes, o Lidador, e de Paio Mendes, que foi arcebispo de Braga.

Soeiro Mendes, o donatário e doador do Couto de Santo Tirso deverá ter morrido por entre 1103 e 1108⁷³⁹.

5. Os textos

5.1. O documento A (autêntico): doação do Conde D. Henrique a Soeiro Mendes da Maia (23 de Novembro de 1097)

Em nome da inseparável Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. Grande é este título de doação que a ninguém seja lícito pôr em causa, nem invalidar. Antes, tudo quanto aqui foi feito, se fez de harmonia com a lei goda que manda respeitar os contratos feitos em documento garantido por testemunhas.

Eu, o Conde D. Henrique, juntamente com a minha esposa Teresa, filha de Afonso, rei de toda a Espanha, foi de nossa inteira decisão e por nosso conselho que nos aprouve dar-te, a ti, Soeiro Mendes, nosso fiel vassalo, carta de couto⁷⁴⁰ das herdades e homens que temos no território portugalense, que o nosso pai, o rei Afonso, nos deu em herdade. Por isso, te concedemos as herdades e homens⁷⁴¹ que se encontrem desde o porto de Cernadino e daí, quem sobe, pela linha que divide Burgães e o mosteiro de Santo Tirso e que divide Loveriz e Santa Cruz e que divide Monte Córdova e Sanguinhedo, que volta pela Mamoela⁷⁴² e pela congosta que divide Travassos e

⁷³⁷ De Setembro de 1101 – data insegura – a Julho de 1103, o conde está ausente de Portugal e mesmo da Península. Juntamente com o metropolitano de Braga, S. Geraldo, foi a Roma defender os direitos da antiga metrópole da Galécia, e é de admitir que tenha prosseguido até Jerusalém (DHP, vol. II, p. 417).

⁷³⁸ Recorde-se: no acto de concórdia de 1101, entre o mosteiro de Santo Tirso e o bispo de Braga, S. Geraldo, Soeiro Mendes dir-se-á *o mais poderoso e o mais notável de todos os portugalenses*.

⁷³⁹ Cf. MATTOSO, José – *A Nobreza medieval Portuguesa*, p. 212.

⁷⁴⁰ *Cartam vel comissorium*. Uma hendíadis: carta de comissório. *Comitatus, mandationes e comissos*, assim se chamaram as circunscrições administrativas em que o reino se tinha dividido. Nada permite distingui-las entre si. Eram vocábulos que se aplicavam indistintamente a um mesmo distrito. Também se empregavam no mesmo sentido palavras como *terram ad imperandum* e *mandamentum*, se bem que *mandamentos* se chamavam, ordinariamente, as pequenas circunscrições (...) . Cf. SANCHES ALBORNOZ – *Estampas*, p. 79, nota 3. O *comissorium* será, pois, o governo e a administração de uma terra. Ou então, a própria carta de nomeação. Ou ainda a própria terra sobre a qual se exerce a autoridade, em nome do rei.

⁷⁴¹ A doação é complexa. Abrange os direitos senhoriais sobre a população (coimas, receitas fiscais e outros actos da atribuição do rei ou do Conde D. Henrique, por delegação daquele), o domínio privado sobre escravos e servos da gleba; sobre as herdades, ou seja, terras do domínio privado.

⁷⁴² Mamoela é, como se sabe, anta ou dólmen. *Molelo* – topónimo que ainda hoje subsiste e onde se encontra a Capela de Santo António, no declive do Monte Padrão para Santa Cristina – viria exactamente do monumento megalítico, do seu diminutivo *Mamonella*. E, em conjunto com outros topónimos do

Guimarei, depois pelo Monte Calvo, por entre Dinis⁷⁴³ e Quereledo, por Ervosa⁷⁴⁴ até à ponte antiga⁷⁴⁵ do rio Ave. E daí, pelo meio da veia de água, até ao porto de Cernandino, onde se começou⁷⁴⁶.

Neste território assim demarcado, te concedemos quanto nele possuímos: herdades, homens e direitos, com excepção do que pertence a Guimarães⁷⁴⁷. E naquilo que te damos e no que tu tens ou venhas a ter e no que aí tem ou venha a ter o mosteiro de Santo Tirso, disso fazemos couto a teu favor, de modo que ninguém aí possa entrar, para fazer mal, para roubar, para penhorar, para alterar demarcações⁷⁴⁸, por rapto, por homicídio, por coima. Damos-te livre e íntegro, pelos bons serviços que nos fazes, como tudo é de nosso agrado.

Assim de hoje em diante, todos os direitos que te damos sejam retirados do nosso direito e trespassados para o teu domínio e o confirmamos, de forma que, em virtude da nossa doação, tu e tua descendência o possuais firmemente, em posse tranquila, para todo sempre. E de tudo possas dispor, segundo for tua vontade.

E se alguém ousar contestar o valor desta carta, seja ele quem for, pela sua presunção apenas e pela usurpação, em virtude do couto que te damos, te restitua pelo dobro e te pague quinhentos soldos, bem como ao teu advogado. E que esta carta continue no seu vigor.

Feita a 9 das Calendas de Dezembro, na era de 1135⁷⁴⁹.

mesmo tipo – Mamoá, em S. Tiago da Carreira, e Leiras da Mamoá, em Negrelos -, demonstram o povoamento de há alguns milénios já, se, por acaso, faltassem os mesmos testemunhos arqueológicos...

⁷⁴³ Dinis, diz Pires de Lima que será contracção de De Niz (nome de possessor). É possível que não. Talvez o fenómeno contrário, o de cisparidade, por consistência mal-entendida da primeira sílaba da palavra. O P.e Francisco de Niz Borba, assim se assinava. Mas os seus parentes escreviam Dinis: LEITE DE VASCONCELOS – *Opúsculos* III, pp. 94-95. José Pedro Machado tece várias considerações sobre este nome de Dinis. Mas este documento de 1097 dificilmente se compaginaria com a sua afirmação de que foi D. Dinis o primeiro português a ter este nome Cf. *Dicionário Onomástico-Etimológico da Língua Portuguesa*, p. 507.

⁷⁴⁴ Nome da freguesia medievá de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha, cuja existência alguns negaram. Mas que se prova: cita-se nas Inquirições de 1220, a propósito de Lousado, cujas testemunhas declaram que, nesta última freguesia, a igreja de Vale Ervosa possui quatro casais (PMH, *Inquisitiones*, p. 254). De resto, uma inscrição funerária, ainda hoje existente, garante bem que a capela actual fôra já séssega de uma igreja paroquial, que só estas eram funerantes. E esta inscrição é de 1116... De resto, sabemos que só com o Código Liberal é que S. Bartolomeu se extinguiu. Para isto, veja-se o nosso trabalho *A Paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições*, Santo Tirso, 1999.

⁷⁴⁵ A ponte antiga, para os monges de Santo Tirso, era a *Ponte da Lagoncinha*, sobre o Rio Ave. Para os frades de Landim, era a *Ponte Velha* ou a ponte de Argemil, sobre o Sanguinhedo. Mas esta não transpunha o Ave, mas um seu afluente...

⁷⁴⁶ Sobre a linha da demarcação do couto, dela falaremos mais adiante.

⁷⁴⁷ O mosteiro, que Mumadona erguera na cidade de Guimarães. Dois limites condicionavam o couto. Um que se refere à jurisdição, que, pelos tempos fora, se restringirá ao cível. Outro que se refere à geografia: uma bolsa isenta da jurisdição de Soeiro Mendes: a honra de Guimarães. Não é a de Sá, que era reguengo e que foi doada ao mosteiro de Santo Tirso, por D. Sancho II, em 1224.

⁷⁴⁸ *Carácter*: o termo encontra-se nas duas cartas de couto. Pires de Lima julga tratar-se de marcos de delimitação que o Conde D. Henrique mandaria colocar na orla periférica do couto. Gama Barros teria duvidado do sentido da expressão (Vol. I, p. 150, nota 2). A opinião de Pires de Lima radica-se bem no significado original da raiz grega e do vocábulo latino adoptado nos autores cristãos, que utilizam o termo para se referirem a marcas, letras, sinais gravados, o que acontece com os marcos de delimitação. Cf. A.BLAISE - *Dictionnaire Latin-Français des auteurs chrétiens*, ed. Brépols, Turnhout, Bélgica, 1954, p. 146.

Estes marcos do couto ainda existem, alguns deles. Um na Pedra do Couto; outro no açude do Rio Ave, na ponta do norte (deslocado, pois, um tanto, que devia ter estado, originariamente, no meio do açude). Havia um em Real de Moinhos, de que se fala em documento de 1336.

⁷⁴⁹ Ou seja, 23 de Novembro de 1097.

Eu, o Conde D. Henrique, e a minha esposa Teresa, filha do Rei Afonso, que esta carta, em nosso juízo e de nossa livre vontade, mandamos fazer a teu favor, Soeiro Mendes, a corroboramos e confirmamos.

Diogo Gonçalves, que é merinho daquela terra, confirmo. Paio Soares, mordomo da Casa do Conde, confirmo, Nuno Pais, cavaleiro do Conde, confirmo;

Em nome de Cristo, Geraldo, bispo de Braga, confirmo; Crescónio, bispo de Coimbra, confirmo; Froila, arcediogo da Sé de Braga, confirmo.

Testemunhas presentes: Diogo, testemunha, Mendo, testemunha, Paio, testemunha.

Eu, Afonso, por graça de Deus, rei de toda a Espanha, na presença de meu genro e de minha filha, e a seu pedido, confirmo esta carta que passaram.

E eu, rainha Berta, confirmo o que o rei, meu senhor, autorizou.

Raimundo, conde, o que o meu sogro, por palavras e por escrito, confirmou, também eu, por minha vontade, confirmo e corroboro. Da mesma forma, eu, Urraca, aquilo que o meu pai e meu marido confirmaram também eu o confirmo de boa vontade. Paio Eris, chamado Botan, que imprimiu o selo do rei, confirmo. Nuno Sesnandes, secretário do Conde Raimundo, clérigo de S. Tiago, confirmo⁷⁵⁰.

5.2. Doação de Soeiro Mendes ao mosteiro de Santo Tirso (23 de Março de 1098)

Em nome do Senhor, que, como um só Deus, com o Pai e o Espírito Santo, é venerado por todos os fiéis, na terra, e é adorado e reverenciado nos céus pelos coros dos Anjos, como um só e mesmo Deus, em três pessoas.

Não é desconhecido, antes de todos é bem patente⁷⁵¹ o facto de, em honra e reverência da mesma santa e indivisível Trindade, no lugar que se chama Moreira⁷⁵², junto do rio Ave, ao pé de Monte Córdova, para norte, encontrar-se um mosteiro de muitos monges⁷⁵³, onde, em cada dia, da parte de santos sacerdotes, se imola o sacrifício a Deus⁷⁵⁴, em remissão dos pecados.

Por esse motivo, eu, Soeiro Mendes, para escapar às penas do Inferno e poder merecer, por graça de Deus, tomar parte nos reinos dos céus, com os Santos Anjos, por todo o sempre, ofereço a este santo e venerável altar – que está digna e piedosamente consagrado a Deus no dito lugar, em honra e reverência do mesmo Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo, e da Mãe de Deus, a sempre Virgem Maria, de S. João Baptista, de S. Tiago Apóstolo e do glorioso mártir Santo Tirso, em cuja honra foi consagrado o edifício da mesma igreja⁷⁵⁵, e em honra de outros santos, cujas relíquias aqui se encontram religiosamente guardadas – (ofereço) o couto ou comissório - que me deu o mesmo Senhor, o Conde D. Henrique, com sua esposa, Dona Teresa, filha do rei Afonso, e me confirmou e corroborou o próprio Senhor Rei, o glorioso Afonso Católico,

⁷⁵⁰ Tradução da carta da concessão do Couto, passada pelo Conde D. Henrique a favor de Soeiro Mendes da Maia, sobre o texto latino publicado por Rui de Azevedo (DMP/DR, pp. 6-7).

⁷⁵¹ Que o facto da existência do mosteiro era bem divulgado, bastaria, para uma época um pouco posterior, o testemunho do cruzado inglês: NASCIMENTO, Aires do – *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, ed. Vega, Lisboa, 2001, p. 59.

⁷⁵² Primeiro nome conhecido de Santo Tirso, cuja localidade fora ocupada, desde muito de trás, como se vê pelos achados arqueológicos, de época romana e até pré-romana.

⁷⁵³ Muitos monges, entenda-se, relativamente à maioria dos mosteiros existentes, na época. Uns 20 religiosos, mais ou menos, calculará J. Mattoso para Santo Tirso, como já se citou neste volume.

⁷⁵⁴ Uma das características da Ordem beneditina – e já o devia ser o nosso mosteiro – é a centralização da espiritualidade monástica no culto litúrgico, especialmente nas horas do coro e na Eucaristia.

⁷⁵⁵ Nunca o foi S. Nicolau. Antes, o orago principal da comunidade monástica foi sempre Santo Tirso, embora, posteriormente, se lhe associasse, como padroeira secundária, a Nossa Senhora da Assunção.

com suas irmãs, filhos e filhas ⁷⁵⁶ -, com todas as suas herdades, escravos e escravas, tributos e contribuições, com todas as coimas e serviços reais e todos os actos, exactamente como eram administrados pelos senhores nossos reis, tanto sobre as suas como sobre as herdades, nossas ou alheias, que se encontram dentro da demarcação. Com todas as fossadeiras ⁷⁵⁷ e marcos que o Porteiro ⁷⁵⁸ do Senhor Conde D. Henrique mandou erguer ao longo dos citados limites, a começar no Porto de Cernandino e pela linha que divide Burgães do mosteiro de Santo Tirso, que passa por entre Loveriz e Santa Cruz, que divide Monte Córdova do Sanguinhedo, que desce pela Mamoela, que passa pela congosta entre Real e Guimarei que sobe pelo cume do Monte Calvo, que divide Dinis de Quereledo, daí por Ervosa e que desce até àquela ponte antiga, até meio do rio Ave. Daí, rio acima, até ao porto de Cernandino, onde se começou ⁷⁵⁹.

Se alguém, de entre estranhos ou parentes, tentar retirar ou usurpar os bens do mosteiro e se os bispos ou simples fiéis se lhe não puderem opor, que todo este comissório, com todas as suas herdades e pertenças que o Senhor Rei Afonso me concedeu, como já acima referi, mando se vá a juízo que defenda a unidade e integridade deste mosteiro e este testamento. E se os meus descendentes, filhos ou genros, tomarem a defesa da salvaguarda deste testamento, sejam abençoados pelo Senhor Deus do céu e que, pelos anjos dos céus, chovam bênçãos sobre bênçãos celestes em favor de seu pai, sua mãe até à sétima geração ⁷⁶⁰. Que da sua descendência não haja ninguém que não seja respeitado e venerado. Se, porém, algum, por tentação diabólica, fizer o possível por invalidar ou alterar esta minha carta que a doação se mantenha. E ordeno que os meus filhos e filhas e netos, para salvação da minha alma, dêem ao mosteiro referido a quinta parte de toda a minha herança que, ao momento da minha morte, houver de deixar.

E ao comissório acrescento a oitava parte de Lavra ⁷⁶¹ que foi de minha avó Dona Unisco, e a sexta parte que comprei a Ximena Rodrigues, tanto da igreja como do laical, com seus termos antigos e novos. Se alguém ousar transgredir esta escritura caiam sobre ele todas as maldições, a não ser que se arrependa. Que todas estas propriedades que mencionámos fiquem, como já disse, para sempre em perdão dos meus pecados, para este mosteiro, pela afabilidade dos religiosos e pela santidade dos seus monges.

Se alguém – e que creio não venha a acontecer -, estranho ou parente, quiser invalidar este testamento, pela sua ousadia seja obrigado a pagar ao advogado dois talentos de ouro e à autoridade da terra outro tanto, com as despesas do tribunal. Restitua ainda pelo quádruplo. E continue em vigor este testamento. Além do mais, pela sua ousadia, seja excomungado, enquanto permanecer em seu pecado. Seja tida por nula qualquer carta antes feita ou que venha a fazer-se após esta. Antes valha para sempre junto de Deus.

⁷⁵⁶ No fim dos documentos da doação, lá constam os róis das testemunhas e dos confirmantes.

⁷⁵⁷ Serviço militar de luta ou de apoio à luta, através de uma contribuição.

⁷⁵⁸ Funcionário superior, responsável pela cobrança dos impostos.

⁷⁵⁹ Nas duas cartas, o ponto de partida e o ponto de chegada é o Porto de Cernandino. Na sentença de 1334, o perímetro será o mesmo, mas o termo a quo e o termo ad quem será a Ponte da Lagoncinha, com um rodeio, exactamente ao invés.

⁷⁶⁰ Valor simbólico do sete, que já vem da Bíblia: símbolo de totalidade, ou seja, abençoado por toda a sua descendência.

⁷⁶¹ Quanto a Lavra, ao monástico e ao laical – ou seja, as propriedades pertencentes ao mosteiro e as propriedades pertencentes à igreja, a comunidade secular, disso falaremos, especialmente, em volume aparte, dedicado aos coutos e padroados de Santo Tirso.

Foi feito este testamento no tempo do piíssimo Afonso, Imperador e príncipe de toda a Espanha, e da sua esposa, a Rainha Berta, e do seu genro, o Conde D. Henrique, senhor de toda a província portugalense e de sua esposa Teresa, de nome, filha de D. Afonso rei, e sendo bispo da igreja de Braga, D. Geraldo, a 10 das Calendas de Abril, era de 1136.

E acrescento que, quando eu morrer, imediatamente os meus filhos entreguem ao dito mosteiro a terça parte de todo o meu gado e já agora, em vida, com o meu testamento, dou-lhe, ao dito mosteiro, um sinal de 800 libras. Eu, Soeiro Mendes, completei por obra o que espontaneamente prometi a Deus, se Ele me ajudasse, cumpri e de boa vontade corroborei e confirmei, por minhas próprias mãos, este testamento que fiz em favor da igreja de Santo Tirso e da bem-aventurada Maria, a sempre Virgem.

Eu, Mendo Soares, filho de Soeiro Mendes, corroboro e confirmo.

Testemunhas presentes:

Na 1.^a coluna:

Garcia Eniquiz confirmo.

Eika Dias, mordomo, confirmo.

Diácono Sesnando, abade de Paço (de Sousa ?), confirmo.

Garcia Tructesendes confirmo.

Gonçalo Tructesendes confirmo.

Na 2.^a coluna:

Eu, D. Gaudemiro, abade daquele mosteiro, confirmo.

Frei Paio Cidiz confirmo.

Monge Ordonho confirmo.

Ordonho Roupeiro, notário do próprio D. Soeiro, confirmo.

Mendo Ordonhes, vigário da Infanta Dona Elvira, confirmo.

Odório Veilaz, monge, confirmo.

Pedro Dragão, monge, confirmo.

Através debaixo para cima entre esta coluna e a terceira coluna

Fernando monge, quase presbítero, escrivão.

Na 3.^a coluna:

Paio testemunha.

Mendo testemunha.

Garcia testemunha.

Alvito testemunha.

Vermudo testemunha.

Segue-se em escrita mais esbranquiçada, e letra semi-gótica:

Eu Soeiro acrescento àquele testamento três casais sítos na vila de Lordelo, na foz do Douro. Foram de Gonçalo Zidis que os recebera em herança de seu pai David Zidis. A esposa de Gonçalo Zidis fez um escambo com seus filhos; e, em vez daqueles casais,

deu-lhes um outro em Custóias de Susão. E depois, por carta, deu-os à minha filha Aurovelido⁷⁶² que fora de sua criação. À morte de minha filha, herdei-os eu. E os deixo ao mosteiro, com tudo quanto neles há e com todas as suas benfeitorias, em proveito de minha alma e da de minha filha. E, pela minha mão, confirmo a doação.

6. Os limites do Couto

6.1. Os dados mais ou menos certos

Porto de Cernadino ou Cernandino: o início e o remate destas duas cartas de couto. Mas onde ficaria este topónimo ? O Dr. António Augusto Pires de Lima identifica o Porto das cartas com o Vau das Vinhas.

Tenho a impressão de que ficará um pouco mais a montante, no lugar hodierno de Portos, que se pluralizou pelo desdobramento da Quinta primitiva do Porto em duas unidades agrícolas do mesmo nome.

Este é que é, assim o entendo, o Porto medieval. E a estrada plurissecular que a ele dava e dele recibia a designação ainda subsiste na margem norte, atravessando Fontela e a paróquia de Sequeirô, rumo ao Ave, com passagem pelo rio, neste lugar do Porto, na cata da margem sul. Os documentos de Areias – freguesia esta que se alargava até Fontela – dão testemunho *desta estrada do Porto*. O traçado corre pelo sul da Gulpilheira e do Tapado⁷⁶³ e pelo oriente da Devesa do Porto, tudo do Casal de Fontela⁷⁶⁴.

O Porto diz-se de Cernadino. Não sei se esta determinação tem algo a ver com lugar de Burgães que hoje lhe fica próximo *Cernado*, que eu suponho, porém, derivado de *circinare*, que significa *cercar, cerrar*. Terreno, pois, vedado.

O Tombo da Lama⁷⁶⁵ e o de Sequeirô⁷⁶⁶ punham o casal do Porto, na margem norte, em condições singulares: fregueses a $\frac{3}{4}$ da Lama, e a $\frac{1}{4}$ de Sequeirô.

A linha perimetral do couto dividia *Burgães de Santo Tirso*. Não se trata da divisão entre freguesias, mas por entre propriedades pertencentes à igreja – ou mosteiro ? – de Burgães e terras que eram do domínio directo do mosteiro de Santo Tirso. A presença fundiária da casa religiosa da nossa cidade, em Burgães, era grande e se ampliará mais e mais, no curso dos tempos. Como também era grande o dote da igreja burgalenense, tanto nesta paróquia, como até fora. E até ao longe e ao largo, como se vê do Tombo que publiquei⁷⁶⁷.

Mais a adiante dividia Loveriz de Santa Cruz. Loveriz, de *Loverici ou Leouerici*, genitivo de *Lovericum ou Leovericum*, donde os antropónimos de *Leouerigu*⁷⁶⁸ e *Loverigo*⁷⁶⁹ e os patronímicos *Loueriquiz*⁷⁷⁰ e *Louerigoz e Loueriquizi*⁷⁷¹.

⁷⁶² Aurovelido, filha de Soeiro Mendes da Maia, morrera nova. Já falecida, agora, pelo menos, em 1098. E também citada, nestas condições, em PMH/DC 871. Primeiros sintomas da presença dos beneditinos na zona da Foz do Douro, que depois muito se ampliará. Lembremo-nos que S. João da Foz, a paróquia, surgirá de uma cisão de Lordelo

⁷⁶³ APA Vedoría de 1782, ff. 27-27 v.

⁷⁶⁴ APA Vedoría de 1782, ff. 24 v.-25.

⁷⁶⁵ De 1556: *Primeiramente o casal do Porto esta neste costume que uem tres domingos ouuyr missa a esta igreja da lama e hum domingo a Igreja de Sequeiro e os dizimos da dita quinta de Porto paga a esta igreja da lama tres quartas de toda a dizimaria e hum quarto a igreja de Sequeiro e assi as premicias da dita quinta paguão pella mesma maneira (Tombo da Lama f. 62 v.).*

⁷⁶⁶ *Tombo de Sequeirô* (começado em 1592) f. 3 v., ff. 10-10 v.

⁷⁶⁷ *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I, pp. 85-162.

⁷⁶⁸ PMH/DC, p. 205 (doc. de 1044).

⁷⁶⁹ PMH, *Inquisitiones* de 1220, p. 135.

Seria, para o Dr. António, uma vila que poderia situar-se entre Burgães, S. Miguel do Couto e Monte Córdova. Acrescenta que o nome actual de Eiriz, Paços de Ferreira, pode ser uma redução de *Leoueriz* ou, o que é praticamente o mesmo, a parte sobrevivente de um enunciado de dois vocábulos, de que o primeiro se esqueceria por lapso dos copistas. Ou seja, que a vila em causa, a de Loveriz, seria muito grande e relacionada com a actual paróquia do município pacense, onde se encontram vestígios úberes de uma citânia.

Reparo nosso: ao tempo das cartas de Couto – se fosse certa a relação original de Eiriz, com o topónimo burgalenense de Loveriz – já tal vínculo se teria evanescido, na medida em que os limites desta última, pelo lado do oriente, se fazem com terras de Burgães – ou seja, da sua igreja ou mosteiro – e de Santa Cruz, tudo no interior desta freguesia tirsense.

De resto, parece-me que a paróquia de Paços de Ferreira, etimologicamente, radica numa outra palavra, igualmente de matriz germânica *Airigum*, *Eirico*, *Eirigu* (da raiz *aria*, nobre) e também representada no nosso concelho na forma de Vale do *Eirigo*.

Logo aos começos, pois, a linha de demarcação do couto de Santo Tirso passava a oriente de Real e, logo depois, a oriente de Loveriz, aglutinando-as, em tangente com terras do mosteiro ou igreja de Burgães e de Santa Cruz, estas já fora dos limites do couto de que se dividiam pelo levante.

O topónimo, pois, aos nossos tempos esquecido, da vila de Loveriz ⁷⁷² situar-se-á, julgo, pelo assento do Casal da Lage, Quinta do Outeiro, lugar da Abelha. De resto, são evidentes numerosos achados arqueológicos romanos – uma ara votiva, moedas, cerâmica... – que denotam a existência de uma vila duas vezes milenária e cuja exploração se perpetuaria no período da ocupação germânica, que lhe imprimia então o nome testemunhado nos documentos a que demos referência.

Enfim, o couto de Santo Tirso abrangia a parte ocidental da freguesia de Burgães. Desta divisão a meio falava já o abade João da Cunha Sotto-Major Sarmento e Mendonça, em 1758 ⁷⁷³. E, no sec. XIX, José Augusto Vieira ⁷⁷⁴.

Mais em pormenor – e, antes destes muito (1689) –, dizia Ribeiro Meirelles quais os lugares de Burgães que se incluíam no perímetro do couto de Santo Tirso:

- . *Real* (onde fica o lar de terceira idade);
- . *Enfermaria* (frente ao portão da Quinta do Penedo);
- . *Cerqueda de Baixo* (a duzentos metros, para norte da Abelha);
- . *Beire* (acima da Abelha);
- . *Barbuta* (Barbeita);
- . *Cerqueda*;
- . *Vila* ⁷⁷⁵.

⁷⁷⁰ PMH/DC, p. 162 (documento 1028).

⁷⁷¹ PMH/DC, p. 344 (documento de 1079). Vejam-se estas obras de VASCONCELLOS, Leite de – *Antroponímia Portuguesa*, p. 110; MACHADO, José Pedro – *Dicionário Onomástico*, p. 843. Palavra germânica esta de Loveriz: de *Leuba* (caro, carinhoso) e *Rik* (poderoso, forte).

⁷⁷² Lembrado ainda em 1298: *Huma doação que fez João Pires Formozo, e sua mulher Maria Pires aos 12 dias de Outubro da era de Cesar 1336 a João martins Frade do Mosteiro de Santo Tyrso do herdamento que tinham em Loveris na freguesia de Santiago de Borgiaens* (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f f. 180 v.-181, n. 21).

Outro documento da mesma altura: *Huma doação, que fez João Pires chamado Formozo no último dia de Abril da era de Cesar 1336 a João Martins frade do Mosteiro de Santo Tyrso de huma Leira de Vinha que tinha no Termo de Loveris freguesia de Santiago de Borgiaens*: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 181, n. 22.

⁷⁷³ CSTBC II (152-1953) 145.

⁷⁷⁴ *Minho Pittoresco*, vol. II, p. 321.

No território de Monte Córdova, também cortado a meio pela linha do Couto, enumerar-se-iam dois critérios de demarcação: primeiro, a linha separava Monte Córdova e Sanguinhedo; depois, a passagem por Mamoela.

Antes de mais, há dois Sanguinhedos. Um nascerá no Padrão e outro em S. Paio de Guimarei. Juntam-se os dois nos limites da Carreira e Santa Cristina, no lugar do Rego. Suponho, pois, que o Sanguinhedo é o Monte Córdova da Ribeira, ou simplesmente, a Ribeira, que pertence ao Couto. A outra parte – a de Monte Córdova ou o Monte – estará fora já da terra demarcada a Soeiro Mendes da Maia. O Reitor Veríssimo de Araújo, nas respostas ao P.e Cardoso, responderia:

(...) anda dividida em duas partes, que são Monte Córdova do Monte, e Monte Córdova da Ribeira (...) a parte do Monte é de El-Rei; a parte da Ribeira é de Donatário, que é o D. Abade do Mosteiro de Santo Tirso, da Religião de S. Bento (n. 2).

A parte da Ribeira incluirá, segundo ele, Santo António de Molelo, Agrela, Cortegosa, Passos, Vila Meã, Vilar, Bouçainhas e Real de Moinhos, onde havia um marco. Por sua vez, a parte do Monte compreende: Redundo, Hortal, Cortinhas, Frengo, Agrocovo, Agrelo, Casais, Costa, Lajedo, Pereiras, Santa Luzia, Cabanas, Meroucinhos, Espinheiros, Quinchães, Linhares (n. 6). Acrescentará o Vigário:

(...) a parte da Ribeira tem juiz ordinário, que é do Couto de Santo Tirso, por se compreender esta no dito Couto, e também está sujeita ao Governo das Justiças da dita cidade (scl., do Porto) (n. 16).

A linha perimetral passava mesmo junto do Padrão. Mas a Igreja que foi paroquial até ao sec. XVII, e terreno envolvente, estavam já dentro do Couto. Ao abade de Santo Tirso, pois, competia-lhe a jurisdição do cível, no dito templo. Os documentos do cartório do mosteiro beneditino, porém, estão repletos de notícias respeitantes a infracções deste poder. Na área do Couto, aliás, em geral; e, de modo especial, aqui, já que uma festa – aonde acorriam algumas paróquias para satisfação de votos estatutários do Subsigno⁷⁷⁶ - oferecia contexto propício à reivindicação. Sobretudo pela ânsia da recolha das sizas, nas trocas comerciais. É que nesta ermida, havia mesmo feira, em dia de Santíssima Trindade...

Ora aqui a tensão só poderia originar-se e avolumar-se, sob pressão das exorbitâncias do Ouvidor de Refojos. E fá-lo-ia de duas maneiras: ou pelo aliciamento dos vendedores, para armarem as tendas numa zona próxima, mas já fora dos limites do Couto; ou pela invasão mesma da própria geografia, que era da pertença da jurisdição monástica.

Das duas coisas temos exemplos concretos, na primeira metade do sec. XVIII:

(...) requerimento, que o Dom Abbade deste Mosteiro (de Santo Tirso) fez ao Corregedor da Comarca dizendo que o Ouvidor do Concelho de Reffoyos pertendia perturbar a pösse, em que estava a justiça deste Couto, de fazer correição, e assistir com vara alçada na romaria, que se fazia á Capella do Senhor do Padrão na freguezia do Salvador de Monte Cordova no Domingo da Santíssima Trindade; e que o Ouvidor mandara notificar os vendeiros, para levarem vinhos, e comestíveis para outro lugar,

⁷⁷⁵ PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, pp. 23-24.

⁷⁷⁶ Aí acorriam, pelo menos, as freguesias de Areias, Lama e Sequeirô. Cf. art.º *Os clamores da freguesia da Lama*, em JST de 10 de Maio de 1991.

*que fica fora deste Couto. O Corregedor mandou que informasse o Ouvidor (...) e delle nada resultou (...) a 15 de Abril de 1734 o D. Abbade deste Mosteiro mandara fazer auto do Ouvidor do Concelho, por vir a este Couto e andar na feira com vara alçada, exercendo actos de jurisdição que não tinha nem lhe pertencião*⁷⁷⁷.

Nem Deus – com bênçãos ou maldições - , nem os homens – com penas e multas -, nas cartas de concessão, conseguem aliciar ou dobrar a cerviz, em caso de renitência dos invejosos ou prepotentes.

Depois , *uma congosta entre Travassos e Guimarei*, a demarcar a periferia do couto. Travassos é um lugar de Santa Cristina do Couto⁷⁷⁸. Guimarei entenda-se, nesta altura, o território correspondente à freguesia de S. Paio de Guimarei e S. Tiago da Carreira, como se verá, a propósito do Couto de Guimarei doado ao nosso mosteiro.

O Monte Calvo, assim chamado pela ausência de vegetação. Seria constituído por três colinas, do que teria derivado a designação de *Monte dos Três Cavalos*.

Dinis, o Casal deste nome, é antiquíssimo. Medieval mesmo. A linha periférica separa este casal, que ficava a pertencer ao couto, do lugar de Quereledo, da freguesia de Covelas⁷⁷⁹. No lugar, ainda se encontra erecto o marco, que denominou o lugar, hoje famoso pela sua discoteca: *Pedra do Couto*. (*Estampa XLII, foto n. 102*). Toda a freguesia de Santa Cristina do Couto pertencia à terra privilegiada dos monges tirsenses.

Daqui para baixo, em direcção ao Rio Ave, é uma confusão. Os documentos baralham ! Durante muito tempo, fui pensando que a linha de demarcação do território privilegiado dos bentos de Santo Tirso, a partir da Pedra do Couto, rumava direita à Ponte da Lagoncinha, a *famosa ponte antiga*, que seria a da carta de demarcação e de doação.

Expus os argumentos e confesso que alguns deles – sobretudo as cartas da demarcação e da doação, mai-la sentença de D. Afonso IV, onde se desce ao pormenor da *ponte antiga* – constituem objecção de peso a uma opinião que daquela possa divergir... Pelas razões que, daqui a pouco, hei-de dizer.

Apesar de tudo, há também argumentos de muita anuência, em prol dos crúzios de Landim. Ao fim e ao cabo, o assunto precisa de mais vasto e mais amadurecido aprofundamento.

6.2. Os limites discutidos

6.2.1. As cartas que sobre a mesa jogaram os crúzios landinenses:

Primeiro, numa sentença de 1510, as testemunhas são todas unânimes na determinação do xadrez administrativo de S. Bartolomeu:

As testemunhas da cidade (isto é, do Porto), de que S. Bartolomeu é da Comarca do Porto – e não de Barcelos -, que a veia do Ave é linha de demarcação. A sentença régia, ao depois, confirmaria, em prejuízo dos da vila de Barcelos.

As testemunhas da cidade e da vila (ou seja, de Barcelos) de que S. Bartolomeu é do Couto de Landim. O próprio rei, pedindo o texto documental da demarcação do Couto dos eremitas, do facto daria conta. Tudo é afirmado ou sujeito a verificação documental. Mas não foi objecto de sentença, que só punha a sua atenção no diferendo entre Barcelos e Porto, a propósito da geografia comarcã, resolvendo-o a favor da Câmara tripeira.

⁷⁷⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, 14 v.

⁷⁷⁸ CSTBC II (1952-1953) 485, ao n. 5. Junto da Adega Cooperativa.

⁷⁷⁹ CSTBC III (1954-1955) 105, sob o n.º 6. Neste lugar está a capela de S. Gonçalo.

Se há dúvidas é só quanto ao julgado. Aliás, a oscilação é mais aparente que real, como provarei. De facto, no depoimento das testemunhas, anota-se uma alternativa por entre Maia e Refojos. É que partem de perspectivas diferentes. Tome-se por longe a meada. A divergência – repita-se, aparente, que não é contradição – supõe três coisas: que a freguesia de S. Bartolomeu não tinha cura próprio. Segundo, que o Prior de Landim já tinha operado uma divisão – só para efeitos de pastoreio, nada mais, que a freguesia de S. Bartolomeu, como freguesia, continuará una, polarizada na acção administrativa do mesmo pároco nato, o Prior de Landim, que tinha o padroado de S. Bartolomeu e que, como tal ele – ou seu herdeiro, o Prior de S. Vicente de Fora – dela colherá os dízimos até 1832 -, confiando a parcela meridional, Ervosa, ao pároco de S. Martinho de Bougado e a metade do norte ao Vigário de Santo Tirso. Terceiro, que a que fôra – e era ! – igreja de S. Bartolomeu se situava ainda, nesta data – e é seguro ! –, em Ervosa. Só mudará para junto do Ave em 1530, mais ou menos.

Sendo assim, compreender-se-ão as hesitações: a capela de S. Bartolomeu – que ainda estava em Ervosa, digo uma vez mais -, com o seu lugar envolvente, era administrada pelo abade da Trofa, sem que fosse lugar propriamente desta freguesia. Este abade – ao invés do que acontecia com os lugares da que era, verdadeiramente, a sua paróquia – não cobrava dízimos dos fiéis da região ervosense. Só uma cõgrua, que, para mais, lhe advinha dos cofres do Prior de Landim. Mas esta anexação a Bougado – muito embora periférica, ocasional e precária – criaria a sensação de que Ervosa era lugar de Bougado; e, por aí, de que era do Julgado da Maia. Como o era efectivamente a Trofa...

Na realidade, porém, Ervosa era lugar da freguesia de S. Bartolomeu. E sê-lo-á até 1830 e pouco. E, por essa razão, no fundo e verdadeiramente, pertencia ao Julgado de Refojos. Daí a razão das divergências nas testemunhas de 1510.

Rigorosamente, a capela de S. Bartolomeu era de Refojos, porque não era, de direito, lugar da Trofa. Só circunstâncias de todo superficiais a ligavam a esta freguesia. Aparência e realidade, administração pastoral e estrutura administrativa: pontos de partida diversos, a ditarem afirmações divergentes.

Mas não há hesitações na pertença de S. Bartolomeu ao Couto de Landim !...⁷⁸⁰

Em segundo lugar, pelos finais do sec. XVI, registamos uma outra sentença, com o pormenor curioso da divisão tripartida de S. Bartolomeu. É uma sentença da Casa da Suplicação, com data de 15 de Julho de 1599. Vejamos:

Como dizia, parece insinuar-se uma divisão tripartida de S. Bartolomeu, para efeitos de uma acção pastoral: *distrito de S. Bartolomeu, Várzea e Ervosa*, diz o documento.

Seja como for, ao contrário da sentença de 1510 – esta, embora assuma, não consagra a integração de S. Bartolomeu no Couto de Landim, que só tem em mente definir o sujeito da jurisdição crime entre Barcelos e Porto -, a sentença de 1599, da Casa da Suplicação, teve nas suas preocupações decidir, de forma directa, o donatário de S. Bartolomeu. E individualiza-se na pessoa do Prior do mosteiro agostiniano.

De facto, ler-se-á numa nota do arquivo monástico tirsense:

*(...) traslado de huma Sentença dada na Supplicação em 15 de Julho de 1599 a favor do Mosteiro de Landim, e contra este de Santo Tyrso, em que declara que o distrito de S. Bartholomeu, Varzea, e Ervosa pertence e hé do couto da Palmeira unido ao de Landim*⁷⁸¹.

⁷⁸⁰ CORREIA, F. Carvalho – *A Paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições*, Santo Tirso, 1999, pp. 27-31.

⁷⁸¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 17.

Terceiro, de resto, os beneditinos, serenadas que eram as lutas, pelo encerramento do mosteiro de Landim (1770), e, mais pela base, com a extinção dos próprios coutos (1790), confessavam, em 1824, a situação exacta do problema, agora que já só era de interesse vincadamente histórico:

O Couto de Santo Tirso abrange a *freguezia deste mosteiro (...) assim como a freguezia de Santa Christina do Couto, S. Miguel do Couto, parte de Burgães e parte de Monte Córdova*.

Não pertencem ao couto de Santo Tirso as partes das freguesias de Santo Tirso – que eles consideravam tais ! – sitas a norte do Ave – *a parte que fica dalém do rio Ave*⁷⁸² – e a poente do Sanguinhedo, ou seja, *o distrito de S. Bartolomeu*. Estas, diz o cartório de 1824, *que pertencem ao Couto de Landim*⁷⁸³.

Quarto, Frei Nicolau de Santa Maria traduziu-nos a carta da doação do Couto da Palmeira. Descreve a área que se distende pelas duas margens do Ave. E assim, por S. Bartolomeu, em concreto. E fala-nos da jurisdição dos Agostinhos por sobre o território bartolomeano, confinada ao cível:

*Era por aquelles tempos o Couto, e senhorio da Palmeira huma grande cousa, e tam boa como hum Condado, e com este nome de Condado antigo da Palmeira o achamos confirmado ao dito Mosteiro de Nandim por El-Rey Dom Affonso IV, no anno de 1346, e por El-Rey Dom João o I no anno de 1385. e ainda hoje conserua o Mosteiro este Couto, e seus Priores exercitão nelle toda a jurisdição ciuel, e confirmão o Iuiz, e Almotaceis, e em certos dias que ha feira no dito Couto (como em dia do Apostolo S. Bertolameu a 24 de Agosto) vai o Prior com uma vara alçada, como Ouuidor que he do Couto assistir nas feiras, e por o preço as cousas, que se nellas vendem, de que tem certos direitos, que manda arrecadar, e recolher pera o seu Mosteiro de Nandim*⁷⁸⁴.

Depois, em 1758, responde o Abade de Areias ao P.e Luis Cardoso. Os chamados *Inquéritos Paroquiais*. E supõe, de facto, esta freguesia de S. Bartolomeu inclusa no perímetro do Couto landinense.

São nove as freguesias componentes, que, porém, não especifica. Mas só podem ser nove com S. Bartolomeu. Não especifica o P.e Atanásio Mendes de Freitas, o abade arenense de 1758. Mas individualizá-las-ei, reinterprestando o pensamento incompleto e omissivo deste pároco:

Sete freguesias do Couto de Landim que são as originárias do Couto deste nome, demarcado entre 1112 e 1128, por Dona Teresa⁷⁸⁵: Areias (séssega da germânica *Villa Nandini*), Lama, Sequeirô, Santa Maria de Landim (séssega do Couto de Landim), Bente, S. Miguel de Ceide e Santa Marinha.

Mais duas que pertenciam, originariamente, ao Couto de Palmeira – D. Gonçalo Rodrigues Pereira dá-lo-ia aos frades de Landim, doação confirmada pelos filhos, em 1177 – e que são as freguesias de Palmeira e S. Bartolomeu de Ervosa⁷⁸⁶.

⁷⁸² O norte do Ave já se tinha como parte integrante da freguesia de Santo Tirso, mas que foi roubada, sobretudo, à freguesia da Lama, facto donde correram muitas demandas, com sentenças favoráveis a esta paróquia ! Sentenças inúteis, por mor do terramoto. Cf. APL *Livro dos Usos e Costumes da Freguezia da Lama*, com termo de abertura em 1708, f. 5.

⁷⁸³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 12. O JST diz que S. Bartolomeu, segundo os beneditinos, era do Couto de Landim: JST de 13 de Fevereiro de 1970, p. 2, col. 5.

⁷⁸⁴ *Chronica dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, 1668, pp. 301-302.

⁷⁸⁵ PMH *Inquisitiones*, p. 1462. A carta perdeu-se: DMP/DR I, p. 518, ref. 16.

⁷⁸⁶ *A tal escritura de confirmação feita em Junho de 1177 é das tais, de cuja autenticidade não posso duvidar, pois que o nosso grande mestre de diplomática* (João Pedro Ribeiro, em *Dissertações III*,

Mais à frente, o Vigário de Santo Tirso, que era monge do mosteiro, Frei José do Pilar, nas respostas ao P.e Cardoso, também é mais favorável a Landim que a Santo Tirso.

(...) e compreende o Couto – ou seja, o de Santo Tirso - esta freguesia de Santo Tirso, a de Santa Cristina, a de S. Miguel do Couto, parte de Monte Córdova e parte da de Santiago de Burgães; terá uma légua de comprimento e duas e meia pouco mais ou menos, em circuito (n. 17) ⁷⁸⁷.

Mas não só. A *Geografia de Entre Douro e Minho*, de Custódio José Gomes de Vilas-Boas, nos finais do sec. XVIII, inclui, no Couto de Landim, entre outras áreas:

Parte de S. Martinho de Bougado, que é Ervosa, lugar que pertencia antes à freguesia de S. Bartolomeu e que, por razões já sabidas, se julgava da Trofa;

Parte de Santo Tirso que é, exactamente, o resto da mesma paróquia de S. Bartolomeu ⁷⁸⁸.

Ambas as parcelas tidas, indevidamente, por *lugares*, não de S. Bartolomeu, como devia ser, mas de outras paróquias – Bougado e Santo Tirso -, por razões que se apontaram e que não vale a pena retomar.

De qualquer forma, a que foi – e que era ainda, nos finais do sec. XVIII ! – a freguesia de S. Bartolomeu, incluída no Couto de Landim ou Palmeira – que os dois eram do mesmo donatário, os Agostinhos landinenses –, e não do Couto de Santo Tirso dos religiosos do Patriarca S. Bento.

Enfim, da primeira metade do sec. XIX, ainda no decurso do primeiro quartel, julgo eu, o *Mapa do Couto de Palmeira*, do arenense, o Capitão João Bernardo da Silva Carneiro. Para ele, o Couto landinense de Palmeira engloba:

Primeiro, uma fracção a norte do Ave, aonde meterá, além de Palmeira, nacos de Lousado e de Avidos;

Depois, uma fracção a sul do mesmo rio, que é a *Demarcação de S. Bartolomeu*, cuja delimitação e elementos de conteúdo se descrevem de forma pormenorizada. Arqueologia e história, jurisdição e culto, toponímia e comunicações, tornam o Mapa um documento precioso, ainda bem publicado, a tempo, antes mesmo que o paradeiro do desconhecido nos sonegasse a sua utilização ⁷⁸⁹.

Em suma, fica-se com a intuição de que:

1. Um linha divisória que parte da Pedra do Couto direita ao Sanguinhedo, e, depois, este afluente separam os dois coutos: o de Santo Tirso, para leste, e cujo donatário é o abade beneditino do nosso mosteiro; e o de Palmeira – na sua secção de além-Ave -, para poente do Sanguinhedo, cujo donatário, a partir de 1177, é o Prior landinense.

2. A *ponte antiga*, limite do Couto de Santo Tirso e de que falam os documentos de 1097 e 1098, não seria, pois, a da *Lagoncinha* sobre o Ave, mas a chamada *Ponte Velha*, sobre o Sanguinhedo.

Lisboa, 1813, p. 164, n. 520) *a aceitou sem reparo*: BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo - *Brasões da Sala de Sintra*, ed. INCM, vol. I, Lisboa, 1973, p. 305.

⁷⁸⁷ CSTBC III (1954-1955) 447.

⁷⁸⁸ CRUZ, António – *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do sec. XVIII*, ed. do Centro de Estudos Humanísticos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1970, sob o item *Comarca de Barcellos. Couto de Landim ou de Palmeira*.

⁷⁸⁹ PIRES DE LIMA, Augusto César – *Mapa do Couto da Palmeira de huma e outra parte do Rio Ave*, em “Douro Litoral” III série (1948) 45-51.

6.2.2. Os argumentos de Santo Tirso

De sua parte, não se calavam os beneditinos. Antes de mais, apenas um facto que permitirá dar-lhes razão por inteiro. Pelo menos no sec. XV, era nesta área discutida, bem no seu interior, que tinham lugar as sessões do tribunal do mosteiro de Santo Tirso. E creio ser impossível que as sessões se realizassem no seio da área do couto landinense...

Este documento que vai seguir-se tem ainda uma outra importância, porque nos vai indicar a origem de um topónimo de cá: o de *Foral*. Esta palavra, como se sabe, pode significar várias coisas. Como, por exemplo, diploma concedido pelo rei ou por um senhor laico ou eclesiástico, em favor de determinada terra onde se expõem as regras que devem disciplinar as relações dos seus moradores entre si e destes com a entidade que outorga.

Aqui não é o caso. O lugar do *Foral*, em Santo Tirso, tem outra origem. Efectivamente também se chamava assim com este nome o lugar estabelecido para nele se fazerem as audiências e juntas de um concelho⁷⁹⁰. E cita Viterbo que assim escreveu documentos de Bostelo de 1431, 1451 e 1486: *No Carvalho de sete pedras, foral onde se fazem as Audiencias do Julgado de Penafiel...*

Eu sabia que as audiências do tribunal se fizeram, ao sec. XVI, no cabido, à entrada da terceira igreja monástica de Santo Tirso. Que, a meio de 1700, se faziam no Cidnai, ao começo da descida da Rua de S. Bento, que, pouco antes, se rasgaria. Mas no sec. XV, tiveram lugar estas audiências do tribunal do couto no sítio que por isso mesmo se crismou com o nome de *Foral*, e que assim ainda hoje é designado, dentro da paróquia hodierna de S. Bartolomeu. O documento que se segue, com data de 2 de Dezembro de 1486, é bem a prova do que se afirma:

Saybham quantos este estromento de tresllado demprazamento dado por autoridade de Justiça virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mill e e iiijlxxxvj anos dous dias do mes de dezembro em o forall do outeiro que he forall acostumado honde sse ffazem as audiencias do couto do mosteiro de santo tyrssso de Riba daue Julgado de rreffoyos e termo da sempre leall cjdade do porto Seendo em o dito loguo em (...) audiencia ouujndo Segundo custume aluaro vaaz de sandym⁷⁹¹ Juzz hordinayro em o dito couto perante elle pareceo em Jujzo Joham affom de villa meãa laurador morador em o dito couto e apresentou ao dito Juiz huum prazo que em sua m̃ao tragia escripto em purgaminho que fora ffecto a elle e a catarina ffernandes sua molher e ha hum filho ou filha dantre anbos ou a huma pessoa quall o pustumeiro delles nomear (...) ⁷⁹².

Mas não só este facto. Outros igualmente se citarão, nos depoimentos do mosteiro de Santo Tirso contra as pretensões de Landim:

Por exemplo, a *ponte antiga* do Ave que demarcava o Couto de Santo Tirso – tanto no documento da doação a Soeiro Mendes da Maia, por parte do Conde D. Henrique e de Dona Teresa, em 23 de Novembro de 1097, como no trespasse de Soeiro Mendes da Maia, a favor do mosteiro de Santo Tirso, no ano seguinte, a 23 de Março de 1098, não poderá ser, de modo algum, uma que se venha a confundir com a *Ponte Velha*, no lugar de Gião, ou com uma outra, igualmente antiga, na Argemil, ambas sobre o rio Sanguinhedo, como o supôs, “puxando a brasa para a sua sardinha”, o capitão João

⁷⁹⁰ Viterbo, sub voce, vol. II, p. 278.

⁷⁹¹ Sandim é, hoje, S. Miguel do Couto.

⁷⁹² ANTT OSB Santo Tirso, maço 1.

Bernardo ⁷⁹³. Não é de uma ponte assim sobre um afluente aquela a que os dois textos aludem. Antes, a uma ponte *de flumine Avie* ou *in medium fluminis Ave*. Estes os termos dos dois diplomas. Assim, tratar-se-á de uma ponte a cruzar o leito do próprio rio Ave e que demarca o couto de Santo Tirso até ao local onde se dá a intersecção dela mesma, a ponte, com a linha imaginária e divisória do lençol aquático em duas partes, ao longo de toda a sua extensão, desde a dita ponte antiga até ao Porto de Cernadino. (*Estampa XLII, foto n. 101*).

Até porque se trata de uma ponte que marcará os começos de uma linha fronteiriça setentrional, rio Ave acima, na direcção do montante, o dito porto de Cernandino, com a pré-tónica nasalada, pela presença do n inicial, variantes as duas – *Cernadino* e *Cernandino* - que aparecem nos documentos.

A ponte velha, do lugar de Gião, ou a tal ponte antiga, na Argemil – conforme os termos do sobredito capitão -, ambas sobre o Sanguinhedo, teriam de ser primeiro, início ou prolongamento de um rumo continuado para norte. E, só depois, já no rio Ave, e com inflexão desta feita, começo de um novo rumo, agora para leste. Nenhuma destas duas pontes se situa no Ave; nenhuma ainda se torna ponto de partida de uma linha directa, na busca do porto de Cernandino.

Chegados a Ervosa, uma linha que rumasse para a Ponte Velha – que não fosse a da Lagoncinha - para além de uma inflexão violenta, exigiria a menção do Sanguinhedo, ao menos como etapa intermediária, antes do Ave, o que não se faz em nenhum dos documentos. Os rios e os cumes dos montes, que dividem as vertentes, são limites naturais que os documentos não deixam de referir. De resto, a queda normal da linha demarcadora, vinda do Padrão – a *Mamonella* - , por Ervosa, na direcção de uma ponte antiga sobre o Ave, aponta, naturalmente, a Lagoncinha.

Acresce a carta de sentença de 1336 que, sem se debruçar directamente sobre o problema da geografia – antes sobre o leque dos poderes jurisdicionais do donatário – não deixa, porém, de nos traçar uma linha periférica do couto de Santo Tirso, num rumo contrário ao da carta de doação, mas com esboço final de silhueta paralela e condizente.

Pois, o marco inicial é o mesmo – mas agora com individualização de modo a não deixar posto a dúvidas e hesitações – a *ponte de Dona Gontinha*, que, no Ave, acolhe também, ao cabo, a linha fluvial de chegada que, da Cerdeira, desce rio abaixo:

O dito mosteiro de Santo Tirso de Ribadave havia arredor de sy hum couto o qual parecia (isto é, começava) pella ponte de D. Guntinha, per monte Calvo asima. E des hy ao Requeixo e do Requeixo aa pedra do Couto de cima de Ryal de moynhos, como parte per arredor de monte Cordova e deshy aa Courema, deshy pela Cercada (Cerqueda, Burgães) deshy aa Cerdeira como se vay ao Ryo dave.

Vamos transcrever, adiante e na íntegra, este documento.

Mas há mais. Factos concretos que motivariam recursos aos tribunais, com vitória dos monges de Santo Tirso, cuja jurisdição sobre o território bartolomeano, em casos pontuais, lhes foi reconhecida.

Por exemplo, em 1715, o abade de Santo Tirso processaria o Prior de Landim que andava caçando em Argemil e S. Bartolomeu. A questão teria sido favorável ao primeiro, por decisão do Corregedor do Cível do Porto:

⁷⁹³ João Bernardo da Silva Carneiro (o tio) foi alferes (1795) , depois (1797), capitão das Ordenanças da Câmara de Landim. E, por isso, como responsável do arrolamento e disciplina militar da circunscrição, muito comprometido com a asoberbância na ampliação dos seus poderes jurisdicionais sobre S. Bartolomeu.

*Encontrando-se em outro tempo o Prior de Landim (...) a vir fazer montaria a este couto no lugar e montes de Argemil e S. Bartolomeu, deu o D. Abade deles uma força (isto é, uma espécie de acção possessória por esbulho violento) na corregedoria do civil do Porto e teve sentença e sobre-sentença a seu favor em que se julgou que ele era o Coudel-mor dos ditos sítios*⁷⁹⁴.

A verdade é que também o Vigário de Landim, nas respostas para a elaboração do *Dicionário Geográfico*, não menciona S. Bartolomeu.

Enfim, estes apontamentos dir-nos-ão, com certeza, da complexidade da questão e das lutas que se travaram entre as duas casas, ao longo dos tempos. Bem dizia o pároco de S. Martinho de Bougado, a este respeito:

*Deste lugar de Ervosa se disputa a sua jurisdição entre dois donatários; os monges de S. Bento do mosteiro de Santo Tirso, e os Cónegos Regrantes do Convento de Landim, Senhores do Couto da Palmeira, no Julgado de Vermoim; querendo os monges pertença o dito lugar às demarcações do couto de Santo Tirso, e querendo os Padres do Convento de Landim pertença às demarcações do seu Couto de Palmeira; em esta confusão são julgados pelas justiças das respectivas jurisdições, ou talvez, às vezes por nenhuma, aproveitando-se da confusão que produz tão antigos e continuados pleitos, entre os donatários*⁷⁹⁵ (Veja-se, em apêndice, o mapa n. 3, sobre o Couto de Santo Tirso)

II. CARTA DE SENTENÇA DE D. AFONSO IV (16 DE JULHO DE 1336) SOBRE O COUTO DE SANTO TIRSO⁷⁹⁶

Este processo decorrerá, por assim dizer, em duas instâncias: *in loco*, onde desempenham as funções de Juiz, Afonso Esteves, e de advogados, Pedro de Luna, por banda do mosteiro, e Pero Geraldês, por parte do rei. Depois, em segunda instância, na corte de Lisboa. Aqui foram juizes João Anes Melom, Lourenço Martins Calado e Domingos Pais; e procuradores João Martins, Pedro da Costa e o con. Estêvão Domingos, advogados do mosteiro, de um lado, e Geraldo Esteves ou Pedro Geraldês, representante do rei e dos seus interesses, de outro.

Nesta segunda instância, provar-se-iam três coisas, com o auxílio de inquirições: a existência legal deste privilégio dos monges de Santo Tirso, a posse imemorial dos privilégios e a sua duração ininterrupta. Ler-se-á na sentença, de que só aproveitamos o final, já que, em apêndice documental, figurará o texto por inteiro:

(...) Os ditos meus ouvidores uistas as ditas enqueriçoões e abertas e pubricadas acharom queo dito moesteyro prouaua tanto no ciuel que lhe auondaua do quesse obrigara aprouar. Eque eu prouaua tanto que me auondaua que auya no dito couto jurdiçom no crime. Eassy julgarom per sentença. Epor queo meu procurador al nom quis dizer para embargar adeffenetiuu, os ditos meus ouuydores uisto o dito feito

⁷⁹⁴ PIRES DE LIMA, António Augusto - *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 178.

⁷⁹⁵ CSTBC II (1952-1953) 135-136.

⁷⁹⁶ CCLP, vol. I, pp 70-71, com o título *Item outra carta do dito mosteiro de Sancto Tisso per razom da jurdiçom do couto que há arredor dessy e per hu parte*. Uma cópia desta sentença está em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268 (*Treslado de pergaminhos*), ff. 23-24, com o título *Sentença dada por João anes mello e por Dominguos Pais, entre el Rei e o mosteiro de S. Thyrsso, na qual se contem a iurisdiçam que o dito mosteiro tinha, e suas direitas e verdadeiras demarquacois*.

asoluerom per sentença defenitiua os ditos Abade e conuento e o dito seu moesteyro da sobre dita demanda que lhes odito meu procurador por mym fazia Emandarom que o dito Moesteyro husasse no dito couto das sobreditas jurdições do ciuel pella gujsa que posto auya nas sobre ditas sás rrazões e as prouara e que nom husasse hi doutra jurdiçom nenhuma. Eque eu husasse no dito couto da jurdiçom do crime. Em testemunho desto dey ende aos ditos Abade e conuento e ao dito seu moesteyro esta minha carta.

dante em lixboa, dez e seis dias de julho. Ellrey omandou per johane annes mellom e per domjngos paaez, ouuydores dos seus feitos e daportarya. Steuam martijns affez. Era de Mil e trezentos e seteenta e quatro anos.

III. A CONFIRMAÇÃO DOS PRIVILÉGIOS DO COUTO DE SANTO TIRSO (17 DE JUNHO DE 1341)⁷⁹⁷

Uma das atribuições do donatário é a de lançar impostos (*voz*) e a de arrecadar multas (*coima*), sem ingerência de poderes estranhos. Ora o mosteiro de Santo Tirso pertencia ao concelho de Refojos. Mas era terra privilegiada. E a Câmara de Refojos – que elegera o seu juiz e se comprometera na sua manutenção, com 60 alqueires – exigia que o Couto de Santo Tirso partilhasse com a sua quota parte na satisfação do compromisso. Como os do Couto não foram ouvidos nem achados na eleição do juiz, fechar-se-iam, a sete chaves, no interior da recusa. Os oficiais do concelho de Refojos, através do seu chegador, penhoraram os bens dos moradores do couto, que recorreriam da exorbitância. E o monarca daria razão aos ditos moradores: que não pagassem finta nem talha⁷⁹⁸ a Refojos. Nem sequer a concessão hipotética da meia talha.

Daí a sentença de D. Afonso IV, dada em Santarém a 17 de Junho de 1341, que tanto confirma os privilégios senhoriais do couto, quanto – e por correlação – condena as ingerências de Refojos e os obriga à satisfação das custas de todo o processo, até sob ameaça de pinhora. Daremos só a parte final da sentença, que o texto integral se remete para apêndice, onde se faz o arrolamento cronológico da documentação.

Assim sentenciará o monarca:

(...) eu uisto o dito feito dando a deffinitiuua julguey que o juiz, Vereadores, procurador do dito concelho de Refoios deem e entreguem os ditos penhores aos moradores do dito couto do dito mosteiro de Santo Tirso que lhe assi tem tomados, polo que uos mando uista esta carta e façades cumprir e goardar a dita minha sentença.

Em uerdade logo tirareis dos bens moueis do dito concelho apregoados por noue dias, per que o dito abbade e conuento do dito mosteiro aião onze alqueires de custas em que o eu condeney por razão do tempo que elles andarão per ante uos por diante my, das escrituras desta carta as quais custas forão contadas singelas por João esteues contador dellas em minha corte presente o dito João Lourenço procurador do dito abbade e conuento aa reueria do dito concelho. E outro sy lhe mandade por darem

⁷⁹⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 203-203 v.

⁷⁹⁸ Embora o texto pareça supor uma certa distinção entre talha e finta, os dois vocábulos passam muitas vezes por sinónimos. Diz Viterbo: *Talha - Contribuição, colecta, exacção, que se lança por cabeça e na qual todos são cortados, segundo os seus respectivos cabedais e haveres. Vem do antigo verbo taleo, talhar, cortar, repartir um todo em limitadas porções. E tais são as talhas ou finitas, de uma certa e determinada soma, que se lançam e repartem a um povo, concelho, cidade, província ou reino.* Cf. *Elucidário*, vol. II, p. 576.

dous tostões da minha dozeana das ditas custas dadas ao dito abbade e conuento do dito mosteiro que os a my pagou na minha portaria, onde al não façades. E o dito abbade e conuento tenham esta carta.

Dada em Santarem dezassete dias de Junho El Rey o mandou por mestre vasco das leis. Era de mil trezentos e quarenta e hum annos. martim afonso (...) Juiz, Martim Lourenço a fez.

Enfim, como donatários do Couto de Santo Tirso, eram detentores os nossos abades de muitas atribuições. Não possuíam a jurisdição crime. Mas, ainda que restringidas ao cível, um leque variadíssimo de faculdades desta logo derivariam: lançavam coimas, arrecadavam impostos, cobravam sizas, controlavam pesos e medidas e outras coisas mais relacionadas com a almotaçaria, cobravam portagem sobre o Ave, usavam e abusavam do privilégio do relego, exerciam os abades a função de coudel-mor (arrolamento de militares e levantamento de pessoal para as montarias), dominavam, com direito de exclusividade, as pescarias no território do seu couto, alistavam pessoal para a construção ou reparação de caminhos, estradas e pontes, dentro da mesma área, elegiam as justiças, gozavam do direito de juizes de apelo, em segunda instância...

CAPÍTULO VII

A ECONOMIA

ALGUMAS NOTAS SOBRE OS RENDIMENTOS MONÁSTICOS

O arquivo do mosteiro, mesmo no decurso da sua existência como instituição conventual, houve de sofrer muitos estragos. As chuvas de que a documentação se não resguardaria em abrigo de suficiência bastante; os desregrados roedores dos ratos, num apetite sem contenção e alheios a qualquer soma de respeito, tanto pelo cartório, como pela biblioteca; o descuido dos frades, quando os documentos se enviavam ora para exame, nas estâncias do Paço, ora para os tribunais, onde os juizes os solicitavam, como fonte de prova segura, nos contenciosos do mosteiro, e que este, esquecido, os não buscava, eis algumas das razões da perda irreparável da documentação.

A propósito desta última causa, convém recordar que muitos destes textos importantes de Santo Tirso, de forma especial os pertinentes ao campo das imunidades jurídicas de que gozava, eram, muitas vezes, remetidos para Lisboa, para as confirmações. E o mosteiro beneditino de S. Bento da Saúde os recebia, depois de examinados pelo Paço. Era a esta casa beneditina de Lisboa que, ao depois, os nossos monges se encarregavam de os recolher. É natural que bastantes deles que aguardariam a oportunidade de serem remetidos para a origem – o cenóbio tirsense –, se tivessem perdido, e de forma irremediável, no terremoto de 1755. Veja-se esta observação do Cartório de Santo Tirso, a propósito de um caso que, de certeza, será paradigma da sorte de muitos:

*Remeteu-se para as Confirmaçoens que mandou fazer o Rey e Senhor D. Jozé I.º cazo fosse necessaria: Acha-se de prezente no Mosteiro de Lisboa para se remeterem para este Mosteiro (de Santo Tirso) com os mais Titulos que lá estão*⁷⁹⁹.

Assim se lamentava o autor do *Index* de 1774, de que tantas vezes se falou:

*Por isso nelle – no Arquivo – se não achão varias doações antigas, que tinha, nem ainda a da fundação do Mosteiro que aponta D. António Caetano no Tomo das provas da Genealogia da Caza Real*⁸⁰⁰.

Com um certo optimismo, alentado por um quinhão razoável de esperança, acrescenta-se às vezes, nos apontamentos do mosteiro: *o original remeteu-se para as confirmações que mandou fazer o Rei e Senhor D. José I e se espera se remeta para este Mosteiro*. Ficavam, ao menos, os treslados, mas que também, alguns deles, por outras razões, se iriam perder.

⁷⁹⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 206 v.

⁸⁰⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 176.

Vamos ver donde provinham, especialmente, os úberes rendimentos dos nossos monges. Em linhas gerais, com certeza. Primeiro que tudo, dos seus inúmeros rendeiros, donde colhiam os foros, censos ou pensões, com as morturas e laudémios; dos padroados, donde lhes vinham censos e, em muitos casos – nas igrejas unidas -, dízimos e primícias; da administração da justiça, nas quinze honras e coutos de que eram donatários, e donde arrecadavam coimas, portagens, sizas... Em muitos casos, a tributação se multiplicava: o mesmo morador, poderia ser rendeiro – pagando, pois, foros – freguês – pagando, desta maneira, dízimos e primícias – e súbdito do abade de Santo Tirso, pelo que ficava sujeito às coimas e impostos que o donatário houvesse por bem arrecadar... O que acontecia com a paróquia de Santo Tirso, S. João da Foz, de Vila Nova dos Infantes, de Golães, de S. Clemente de Silveiras, etc....

Mas vejamos as fontes económica dos mosteiros, ponto por ponto.

1. Coutos, honras e padroados

Embora se trate de bens eminentemente jurídicos – de ordem civil e eclesiástica -, aqui os menciono na medida em que lhes andam atreladas benesses de ordem financeira.

Quanto aos coutos, os privilégios senhoriais da jurisdição cível – e, às vezes até, a crime – de que gozavam os nossos abades, supunham a arrecadação de impostas e de coimas, os proventos da administração da justiça, o direito de portagem no Ave, o controle dos pesos e medidas, o monopólio da pesca, a imposição - e suas vantagens - do relego, etc., etc. Recorde-se, particularmente, a exploração do Rego dos Frades e quanto de retorno em numerário lhes era suposto advir, aos monges, na licença de construção de moinhos. E são dezenas a ladearem o fluxo permanente desta obra de engenharia medieva. Lembro particularmente, as multas provenientes de tantas infracções ao direito exclusivo dos frades, quer pelo desvio das águas, quer pela obstrução da corrente, quer pela erecção clandestina de moinhos, quer pela utilização de lavadouros... Recordo, de modo especial, as feiras: as de S. Bento – as duas anuais, de Março e de Julho, cada uma delas de dois dias - e a quinzenal, no Cidnai, onde os abades cobravam a siza. De resto, como na feira anual de Monte Córdova, ainda no limite do nosso couto. Como na feira anual de S. Bartolomeu, embora fosse disputado o problema da canalização deste lucro...

Do padroado, que se alargou a quase trinta paróquias do Porto e Braga, corriam somas de dinheiro que bastasse. As igrejas abaciais pagavam o censo anual, com outros haveres, aquando da apresentação. Nas igrejas unidas, todos os rendimentos fluíam para o mosteiro: dízimos, oblações e primícias. Para que este fluxo mais abundante e mais célere corresse, os pastores dos seus rebanhos eram monges. Ou, às vezes, membros do clero secular. Mas, em todo o caso, singelos curas, com o direito diminuto e ressequido da pobre cóngrua. O resto vinha a direito para Santo Tirso. A este propósito, lembremos a Foz do Douro, onde os dízimos do pescado – que não é senhorial, mas canónico, indissolúvelmente ligado à condição de freguês – foi uma galinha de ovos de ouro de que ao convento beneditino coubera a sorte de usufruir, por largos séculos. Aliás, são sem número as questões à roda dos dízimos, cuja resolução sobe, muitas vezes, à alçada das instâncias superiores – até pontifícias -, o que só por si sugere a ideia da mole de riqueza que se pode envolver no problema desta dizimaria.

Esta é a razão porque, na parte económica, metemos umas colheradas fugidias sobre coutos, honras e padroados. Não foi sem razão que este mosteiro se alçarà à cumeada de o mais rico da Ordem de S. Bento, em Portugal.

1.1. *Que são os coutos e como se distinguem das honras?*

1.1.1. *Os Coutos*

Couto é uma palavra de origem latina (do verbo *caveo*, do seu supino ou particípio perfeito), que significa *acautelar, guardar*. Daí que fique insinuada a ideia fundamental de couto como a de uma *terra guardada, acautelada, garantida*. Corresponderia à raiz germânica do direito medieval e feudal do *bann*, latinizada em *bannire*, donde a palavra actual do nosso vocabulário *banir*. Uma terra que não aceita ingerências.

Como acontece com tantas palavras, a significação vai-se alargando, sobretudo pelo efeito e vigor da metonímia, pelo que a palavra *cautum* tanto pode significar a terra imune como os marcos que delimitam.

Todo o couto se faz por *carta de concessão*: nela se dizem os motivos que levam o rei, ou os terratenentes a doá-lo - o Couto de Santo Tirso é doado em 1097 a Soeiro Mendes da Maia, pelos seus bons serviços, em favor do Conde D. Henrique, e Soeiro Mendes dele fará doação ao Abade de Santo Tirso, no ano seguinte, pela salvação de sua alma - e se apontam os limites da jurisdição cível ou cível e crime do donatário.

O núcleo fundamental destes privilégios consiste numa administração do território coutado, com larga autonomia. Lá não entrarão, pois, os funcionários régios - juizes, meirinhos, mordomos...-, para exercerem a autoridade judicial, policial ou fiscal. Estavam também escusados os moradores da terra coutada de participarem nas actividades militares da hoste ou fossado, por imperativo imediato do rei. Outros privilégios ainda, como o da recusa de concorrerem com impostos, pecuniários ou braçais, em prol do rei, ou de pagarem multas aos funcionários do mesmo. Aqui, em Santo Tirso, os moradores nem mesmo para o concelho de Refojos - a que pertenciam! - tinham obrigação de concorrer, com talhas ou metade delas...

As cartas de couto começam a rarear, à medida que a autoridade régia vai ganhando mais força e vigor. Pouco a pouco, o monarca concentrará em si mais e mais poderes, pelo que duas coisas se seguirão de imediato: tornam-se raras as doações, e restringem-se os seus privilégios nos coutos já concedidos. Nas inquirições, o monarca fará sentir a força do seu pulso, quer no que respeita às terras demarcadas, quer no que respeita ao leque das suas atribuições ou à qualidade dos seus moradores, sobretudo impedindo o acolhimento de criminosos, o que se fez em 1324, por disposição de D. Dinis, e o renovaram as Cortes de Santarém, em 1369. Depois do sec. XV, só aparecem os coutos de homiziados (de *homicidium*, donde o topónimo lamecense de *Mezio*), ou seja, dos acusados do crime de *homicídio*. Só aqui, tais criminosos teriam o direito de asilo. Vigoraram, especialmente, na faixa fronteiriça do Reino, com o fim de ajudarem na defesa do território e de o povoarem.

Os coutos, pois, foram impedidos de darem cobertura aos homicidas. Em 1433, foi-lhes vedado o fornecimento de guarida a outros culpados: de crimes de traição, aleive, heresia, sodomia, rapto de mulher casada, furto público e assalto em estradas. Com D. Afonso V alargar-se-á a proibição de acolhimento a favor dos incendiários de searas e dos infiéis. D. Manuel retiraria igual protecção aos moedeiros falsos, aos que adulteravam escrituras e sinais públicos e aos que ferissem os oficiais da Justiça. Desta forma se ia restringindo o direito de asilo, de que gozavam os coutos. As Ordenações Filipinas consagrariam as excepções, acumuladas desde trás.

Os coutos foram abolidos, numa primeira tentativa, por lei de 1692. Mas ficaria moderada na sua aplicação por diploma de 1703. De qualquer forma, por lei de 1790, pôs-se fim aos privilégios dos senhores donatários. Curiosamente, o de Braga, que

pertencia ao Arcebispo, ainda sobreviveria, por algum tempo, como o de Santo Tirso, em certa medida ⁸⁰¹.

1.1.2. As honras

As honras também eram uma terra imune, privilegiada. Mas, não por carta. Antes, por ser de um nobre. E nisto se distinguirá de um Couto, já que será, antes, a condição do sangue a determinar a imunidade de uma terra. O couto nasce, pois, por carta; a honra da estirpe. Ao primeiro vincula-o, pelos tempos adiante, o cargo; e ao segundo é a geração que o faz. “Expressão lógica do regime senhorial e da personalidade do direito germânico, as honras fortaleceram-se também ao sabor das vicissitudes da reconquista cristã e das condições anárquicas da estruturação da propriedade que tantas vezes originou. A maioria remonta ao século XI e provavelmente ao anterior, épocas em que a conquista de Entre Douro e Minho e do Norte das Beiras se consolidou em definitivo. Parte ligava-se a património adquirido por doações régias ou outros títulos legítimos, parte a usurpações, rapinas, etc., feitas até sobre reguengos” ⁸⁰².

Ao fim e ao cabo, coincidiam as honras e os Coutos nos privilégios da sua imunidade: fiscal, judicial e policial, a favor de todos os seus moradores. Só se distinguíam, porque o Couto era concedido por diploma, onde constavam as razões da concessão, o leque das atribuições do donatário, a demarcação do território imune, carta que os doadores, os confirmantes e as testemunhas assinariam. A honra, não: dependia do sangue daquele que possuía a terra.

Era de tal força a imposição do sangue e da estirpe que ficavam honradas todas aquelas terras onde se criasse um *filho de algo*. Tornar-se-iam esses lugares honrados “por contágio”, digamos assim. Eram os *paranhos* (*honras por amádigo*). Ecos distantes destas situações o lugar arenense de *Paranhos* e o de S. Bartolomeu da Lagoncinha ou de Ervosa, aqui perto. “Tão importantes se julgavam estes privilégios (...) que muitos vilãos se conluiavam com os nobres no sentido de converter em honra uma terra não imune: dado que o costume tornava “honrados” os locais onde fossem criados os filhos dos nobres, chegavam os fidalgos a deixar os filhos nas casas dos lavradores por prazos ínfimos (oito ou quinze dias), ganhando assim para elas, e herdades repectivas, o chamado *paramo* (imunidade) e transformando-as em *honras por amádigo*” ⁸⁰³. Os exageros chegaram a tal ordem que um fidalgo houve que honraria a terra de um vilão por um grande jantar que este, em sua casa, lhe oferecera !

Deste abuso da criação de honras – as chamadas recentes – nos apercebemos, já nas Inquirições de D. Afonso III, quando os delegados régios distinguem as anteriores a D. Afonso II (*as velhas, legítimas*) das posteriores (que consideram *novas* e, por isso, *abusivas*). Em 1290, já com D. Dinis, decretam-se as novas ou abusivas como devassas. (*Cf. Tabela n. 1: Coutos e honras de Santo Tirso*)

⁸⁰¹ DHP, vol. I, A-D, sub voce *Couto*, ed. da Livraria Figueirinhas, Porto, 1971, pp. 738-739.

⁸⁰² DHP, vol. II, E-M, sub voce *Honra*, pp. 448-449.

⁸⁰³ DHP, art. citado.

1.2. Os padroados

1.2.1. O conceito de padroado

Antes de mais, o conceito de padroado e suas variantes. Os padroeiros eram todas aquelas pessoas físicas (leigo – rei ou nobre - ou eclesiástico) ou morais (certas entidades, como ordens religiosas ou militares), com determinados poderes e privilégios sobre igrejas e mosteiros, que tinham fundado ou dotado.

Creio que gozariam, antes de mais, do direito de *apresentar*, para uma igreja, o abade secular, reitor, vigário, cura, conforme o estatuto da paróquia; ou nomear um religioso, como Abade ou Prior, para um convento. O bispo, depois, confirmá-lo-á. Se o prelado diocesano o fizesse, seguir-se-ia a tomada de posse. Tinham os padroeiros, além do mais, o direito de vigilância por sobre a administração dos bens da igreja ou mosteiro que deles estava dependente.

Pelos tempos adiante, da orientação se passaria à fruição. E os padroeiros começaram a reivindicar uma fatia mesmo dos próprios rendimentos da igreja e mosteiro. O caso era tanto ou mais grave quanto o direito de padroado se propagaria, pelas vias da herança. Se Dona Unisco Godins e seu marido Aboazar Lovesendes foram os padroeiros iniciais, em 978, passados cento e quinze anos, eram já em número de uns vinte e dois os padroeiros de Santo Tirso (*naturais e herdeiros*). Bem, o mosteiro de Grijó chegou a ter 208, o de S. Gens de Monte Longo 273, o de Rio Tinto 514... Daí se compreender a redistribuição do direito em fracções. Em vários documentos que iremos proporcionar aos nossos leitores, no decurso deste capítulo, veremos que alguns destes padroeiros que obtiveram o poder por herança, o irão trespassar ao nosso convento por doação ou por outro tipo de contrato, não no todo, mas apenas a parte que lhes compete: um terço, a oitava parte...

Assim se compreenderá também outro fenómeno: o do compadroado. Sequeirô, por exemplo. Apresentariam o seu abade Santo Tirso e Landim. Nestas circunstâncias, um mosteiro apresentava, e o outro concorria na indigitação. Ou então, o fariam alternadamente, como se dará, por exemplo, entre Leça e Santo Tirso, a respeito da igreja de Rebordões. Estes mosteiros receberiam dos fidalgos, seus benfeitores, apenas as fracções que lhes competiam; e os herdeiros optaram por dar as fracções a mosteiros diferentes.

As coisas simplificar-se-iam, de quando em quando. O compadroado de Burgães teria por pólos aglutinadores os fidagos da Casa da Lage e o mosteiro de Santo Tirso. Um padroado secular e eclesiástico, ao mesmo tempo. Mas, a certa altura, os bentos reivindicariam um padroado exclusivo, a pretexto da extinção das gerações na dita casa. Segundo eles, pelo *jus crescendi ou decrescendi*, o antigo compadroado eclodirá num padroado *in solidum*.

Retomemos o assunto dos direitos dos padroeiros. Por herança ou contrato, multiplicar-se-iam os usufrutuários do direito de apresentação, o que era um inconveniente, até porque o caso far-se-ia gravoso, com outros privilégios de que, no encalço da apresentação, vieram a usufruir os padroeiros: a *pousadia* (o direito que se lhes dava, aos padroeiros, de, no benefício ou convento, se hospedarem) e *comedoria*, *comedura*, *colheita*, *jantar* (o direito de se alimentarem)), à custa da igreja ou mosteiro do seu padroado. Não só eles, mas também filhos legítimos. E até ilegítimos, quando equiparados àqueles. Reivindicavam ainda os padroeiros o *casamento* (um subsídio para o matrimónio das filhas) e a *cavalaria* (contribuição para armar os filhos cavaleiros ou para os redimirem do cativo)...

Os monarcas viram-se obrigados a pôr cobro a estes abusos, sobretudo da fidalguia. D. Afonso III, por lei de Março de 1271, D. Dinis, por disposições legais de 1281 e 1297, D. Afonso IV, por diploma de 1328⁸⁰⁴ tentaram dar remédio aos vexames a que estariam sujeitos os mosteiros e as igrejas, da parte de quantos detinham o seu padroado.

Os abades beneditinos, por posse antiga ou concessão feita, tinham direito, igualmente, à pousadia e à comedoria nas igrejas da sua apresentação. O mesmo fariam os bispos nas visitas às igrejas da sua diocese. E que, muitas vezes levavam consigo, dentro do mesmo regime do acolhimento gratuito, uma comitiva de dezenas de pessoas até. Chegariam mesmo a converter este direito numa soma determinada de dinheiro. Ou seja, os Bispos, primeiro, só exigiam de cada igreja, por ocasião da visita, dois soldos como catedrático. Foi o que estabeleceu o II Concílio de Braga, em 572. Depois, esta soma, passá-la-á a receber o arcediogo, gozando o bispo do direito da pousadia e comedoria. Quando a visita deixou de ser anual, substituiriam os direitos de hospedagem por uma soma fixa em dinheiro⁸⁰⁵.

Ora o mesmo teriam feito os abades beneditinos, que reclamaram a aposentadoria e, depois, a sua conversão em dinheiro, ao que o Bispo portugalense se chegará a opor.

A estes direitos do nosso abade sobre as igrejas dependentes do mosteiro de Santo Tirso – e refiro-me, às paróquias *unidas*, onde pastoreava um simples cura amovível *ad nutum* -, correspondia a obrigação da fábrica da capela-mor por parte do nosso mosteiro e a manutenção do culto, com as responsabilidades da sacristia, da residência paroquial e da cõngrua. Aliás os relatórios trienais apontam as obras deste género nas igrejas que lhes ficaram unidas. O corpo da igreja é já da responsabilidade da Confraria do Subsigno e das outras Confrarias que zelam os altares dos seus patronos.

Errado ficaria quem pensasse que o estatuto destas igrejas dependentes de um padroeiro seria inalterado. Muda-se e cambia-se. E vigararias há que passam a abadias; e abadias que passam a curatos !... Vamos citar, adiante, o caso de uma permuta entre o Bispo do Porto D. Vicente e o mosteiro de Santo Tirso: os beneditinos cedem a apresentação de S. Martinho de Guilhabreu, S. Vicente de Queimadela e de S. Martinho de Bougado ao prelado portugalense; e este, por sua vez, consentirá que se tornem igrejas unidas ao mosteiro de Santo Tirso, com curas – monges ou clérigos seculares – amovíveis *ad nutum*, seis igrejas que eram abadias ou vigararias. Por outras razões, Golães e Vila Nova dos Infantes passam, igualmente, a igrejas unidas ao mosteiro de Santo Tirso, em 1309, como se verá.

Mais, há até o estatuto curioso de freguesias cujo padroado se cindirá: os dízimos e rendimentos vão para uma instituição; o direito da apresentação será confiado a outra. Refira-se o caso de Ribeirão: deixa de ser abadia e passa a vigararia. Os dízimos e frutos vão para o Colégio beneditino de Coimbra; o padroado, esse continua nas mãos de Santo Tirso. O mesmo se dará com as novas comendas, ao tempo do rei D. Manuel. Uma cisão se operará: os frutos vão parar aos comendatários; o direito de apresentação permanecerá, com as censórias, nas mãos do padroeiro. Vítima ilustre desta novidade, o mosteiro rudesindiano de Monte Córdova. Um exemplo só...

De qualquer modo, há vazios, de quando em vez, prolongados, durante os quais aos padroeiros lhes seria cassado o direito de apresentar: ou porque a Santa Sé reservará para si a provisão do benefício, ou porque se estabelecem meses de reserva, em que só a intervenção episcopal valerá, ou ainda porque a vacância do benefício se teria operado por resignação do titular. Durante 200 anos, aproximadamente, desde 1522 a 1707, os padroeiros de Rebordões ficariam impossibilitadas de exercer o seu direito. E, quando

⁸⁰⁴ DHP, vol. III, pp. 275-276, sub voce *Padroeiros*.

⁸⁰⁵ COSTA, Avelino de Jesus da Costa, *o.c.* vol. I, p. 59.

lhes surgiu a oportunidade de o recuperar, nem sabiam ao certo a quem competiria, daquela vez, o direito de chamar a si a responsabilidade de o fazer... No ano inteiro, haveria apenas quatro meses de vacância, nos quais se possibilitava aos padroeiros a intervenção efectiva do seu papel...⁸⁰⁶.

Com o regime liberal, dar-se-á a extinção dos padroados. O Governo é o único padroeiro. É o sujeito da apresentação dos párocos ao bispo; e dos Bispos ao Papa. Os Bispos apenas confirmarão os párocos; e o Papa apenas o fará também, em relação aos bispos. Mais tarde, com a República e a lei da separação da Igreja do estado, este renunciará a todos os direitos da apresentação.

A meio do sec. XX, com a Concordata, o Estado confirmará a renúncia ao mesmo direito.

1.2.2. Abadias, vigararias, curatos...

Pelas razões apontadas - fluidez do estatuto das paróquias, redistribuição amiudada do direito de apresentação... - não é possível fazer um rol, em que os dados sejam uniformes para todos os tempos. Por isso, me limitarei, nesta nota de introdução, a apresentar um que outro rol das freguesias do padroado de Santo Tirso.

A Bula de Nicolau IV, de 1289, citava estas freguesias do padroado do mosteiro: Vila Nova dos Infantes, Golães, Silves, Frazão, S. Vicente de Queimadela, S. Lourenço da Maia, Santa Maria de Vilar, Lavra, S. Martinho de Bougado e Covelas. Eu sei que o rol não está completo. E que até já pertenciam ao convento mais freguesias. Mas são estas as que o Papa citará. Algumas que foram arroladas no elenco pontifício, até já teriam sido doadas ao Bispo do Porto, D. Vicente, dois anos antes. Talvez que a sua presença monástica neste rol do Vaticano se possa explicar pelo facto de a sua entrega ao prelado portugalense se ter efectuado, apenas, em princípio. Porque, efectivamente, só caso a caso - à medida que se fosse dando a vacância de cada igreja em menção -, é que, na realidade, o trespassasse se tornaria efectivo.

Não é um rol, mas tão só a referência ao número de paróquias unidas ao mosteiro em 1437: nove monges havia, nesta altura, a desempenharem as funções paroquiais em outras tantas freguesias, com notável prejuízo da solenidade litúrgica no interior do mosteiro⁸⁰⁷.

Numa listagem de 1618⁸⁰⁸, baseada nos Livros das Confirmações e exames e nos Livros de Registo e de autos, o Escrivão da Câmara Diocesana, Pantaleão Dias Salvado, mandou para Santo Tirso a nota que segue sobre as igrejas da apresentação deste mosteiro, na área da diocese do Porto: S. Lourenço de Asmes, S. Salvador da Folgosa, Santa Cristina do Coronado, S. Martinho de Covelas, Santa Maria de Silva Escura, Santa Maria de Vilar, Santo Estêvão da Maia, S. Salvador de Lavra, S. Martinho de Frazão, S. Mamede de Seroa e S. Lourenço de Pias.

Quanto aos títulos das paróquias e seus pastores, estas notas que vão:

No caso das *abadias*: o pároco - abade - será senhor dos dízimos, primícias, pé-de - altar. Só pagaria anualmente o censo ao mosteiro. Depois, o abade era titular vitalício.

No pólo oposto, os *curas ad nutum removíveis*: o mosteiro, em princípio, recolherá todos os rendimentos da paróquia. Apenas dará ao cura uma simples cóngrua, para honesta sustentação. Demais a mais, era precária a sua fixação ao rebanho, amovível *ad nutum* que o era. Como e quando quisesse, sem processo algum, o abade do mosteiro poderia arredá-lo.

⁸⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, f. inum.

⁸⁰⁷ *Os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 226.

⁸⁰⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0189, ff. 83-85.

De um estatuto intermediário gozará o reitor ou vigário. Este além da cômgrua teria direito a uma partilha nos rendimentos da paróquia e tinha uma posição de maior estabilidade na freguesia que lhe era confiada. Do processo contra o Licenciado Amador Ribeiro, vigário da freguesia de Santo Tirso, nós veremos que a sua oposição ao ingresso dos fregueses no interior da igreja monástica era a previsão da passagem da paróquia de *vigararia* a paróquia *unida ao mosteiro*, com a redução do papel do pároco - de vigário a mero cura -, e com a consequente perda de alguns rendimentos que ele enumera. Dirá na altura: *porque seria entregar huma igreja parochiall a catyveyro perpetuo e prejudicar aos beneses della como herão memtações a oferta de devações e Romarias de santos que na dita capella se fazião...*

De igual modo, em 1588, o Papa Sisto V transformou a abadia de Ribeirão em reitoria perpétua. O vigário desta paróquia deixará de receber dízimos e réditos desta paróquia, para receber tão só uma cômgrua com o pé de altar e residência.

Em apêndice, irá o rol do padroado tirsense, aquando da extinção dos mesmos padroados. É uma enumeração do mesmo já próximo – a dez anos de distância – da decisão do Mata-Frades: as Igrejas do padroado tirsense, em 1824⁸⁰⁹. (*Cf. Tabela n. 2: O padroado tirsense na Idade Média*)

2. As doações

Queixava-se o *Index* de 1774 das perdas destas doações. Mas poderá não haver tantas como aquelas que pensa. De bastantes, apenas se perderia o nome original ou se transformaria o seu estatuto. A microtoponímia é muito instável como os contornos geográficos dos bens fundiários.

De facto, os nomes, muitas vezes mudam. A herdade que, ao sec. XII, se chamava de Golães, já tinha, ao sec. XVIII, o nome de Quinta ou Casal da Torre. A própria área – sem que os possuidores perdessem ou alienassem fragmento algum – se anexava ou se fundia com terras de outra designação e até de outros possuidores. De quando em vez, lá chegamos ao esclarecimento do *Index* de 1774: tinha o mosteiro nesta freguesia, tantos casais, hoje, temos menos. Mas não se perdeu a terra...

Havemos de topar, frequentemente, com um vocábulo que merecerá uma explicação particular. Refiro-me ao termo *herdade*. Agora, percebe-se que, por detrás deste vocábulo, se vislumbra uma grande propriedade, um latifúndio, tapado ou demarcado sobre si. Mas do sec. XI ao sec. XV, não significava mais que um casal, quinta, herdamento, prédio rústico, vila, granja, celeiro, propriedade, aldeia, alcaria e toda aquela fazenda, que rendia ou podia render algum fruto, para quem a cultivasse ou fizesse cultivar, prescindindo de ser a tal herdade de mais ou menos extensão, e não sendo, da sua essência, o estar incluída dentro de certos muros, marcos ou balizas, mas antes constando, muitas vezes, de coirelas, peças ou belgas mui separadas e diversas⁸¹⁰.

Tratava-se de bens de raiz vindos por herança, avoenga e sucessão de pais a filhos, ou também por sucessão testamentária, em que alguém era instituído por herdeiro.

O mosteiro registava diversos tipos de doações: aquelas a que não andavam anexos legados pios, e, por outro lado, as que, efectivamente, vinculavam bens de alma.

⁸⁰⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 32-33.

⁸¹⁰ VITERBO, *Elucidário*, t. II, p. 309.

2.1. Simples doações, doações *per modum contractus* e doações *per modum testamenti*

O Index de 1774 distingue diversas modalidades de doações não testamentárias: as meras doações; as doações que envolvem cláusulas contractuais, em vida; e as disposições que só terão efeito *post mortem* do doador.

As primeiras eram contratos unilaterais, não condicionados, nem vinculados a qualquer contrapartida. Nas doações *per modum contractus* – contratos bilaterais –, o mosteiro cede o domínio útil de propriedades já suas ao interlocutor, e este cede o domínio directo de algo que lhe pertence, com a condição de que, à sua morte, tudo venha a caber, incondicionalmente, aos nossos monges. É o caso, por exemplo, de Gonçalo Soares que, em Abril de 1163, recebe em emprazamento da banda do mosteiro – ele só, em sua vida – a herdade de Codeçosa (S. Mamede de Negrelos), enquanto ele mesmo daria aos nossos monges a herdade de Romão, com a condição de que a possuísse somente em sua vida, como prazo. E que as duas propriedades, à sua morte, ficassem inteiramente nas mãos dos beneditinos⁸¹¹.

Nas doações *per modum testamenti*, o benfeitor cede ao mosteiro a propriedade de que é senhor, mas só com efeito *post mortem*. (Cf. Tabela n. 3: Doações sem legados pios)

2.2. Doações, com bens de alma que lhe andavam anexados

As outras doações, aquelas onde havia anexados bens de alma, registavam-se nos testamentos.

A divisão entre o primeiro tipo de doação – simples, *per modum contractus* ou *per modum testamenti* – e esta categoria de disposições *mortis causa* deriva da importância especial destes últimos. Os legados pios, que lhes andavam anexados, constavam da tabela afixada nas paredes da sacristia, e a que os nossos monges procurariam dar cuidada e escrupulosa satisfação no devido tempo, como se vê, a toda a hora, nos sumários do Index de 1774. Embora seja verdade – parcialmente –, julgo – que a função essencial do testamento seja organizar a vida económica e social da família, depois da morte de um dos seus membros⁸¹², há também outras nervuras a estruturarem a elaboração deste documento solene, como a consciência viva de um balanço assente numa contraposição tempo-eternidade: a convicção da fragilidade – do que se não fez e do que se devia ter feito –, a esperança de uma “redenção futura”, nos sufrágios da igreja, donde avultarão, especialmente, os dos mosteiros, com os seus religiosos devotados ao culto do divino.

A certa altura, porém, dir-se-á que estes deveres, resultantes dos bens de alma e que o nosso mosteiro assumira, enquanto oriundos de obrigações e testamentos, foram reduzidos por Breve de Pio VI⁸¹³. (Tabela n. 5: Testamentos e contractos, com obrigação de sufrágios)

⁸¹¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 177-177v.

⁸¹² RÍOS RODRÍGUES, María Luz – *Aproximación a los testamentos de la Catedral Auriense (sec. XII-XIII). Disposiciones terrenales y espirituales*, separata de SEMATA, n. 17, USC, 2006, p. 80

⁸¹³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 201 v. Cf. *Gaveta das Bulas*, n. 16, em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 175: Cópia do Breve de redução de todos os legados da Congregação, alcançado do Santíssimo Padre Pio Sexto em o primeiro de Julho de 1799, sendo Geral o Rev.mo P.e Pregador Jubilado Frei Manoel de Santa Rita Vasconcellos.

2.3. Transacções do domínio útil

O que me parece ser muito mais comum, era exemplificado nos documentos de doação que existiam no cartório, e em que se tratava de um acto posterior ao da posse dos monges negros. Estaria em jogo o *domínio útil* de uma propriedade que um foreiro cederia a um outro, para cuja validação o abade e convento de Santo Tirso dariam consentimento ou autoridade. Aliás o dizem abertamente os documentos em causa, muitas vezes.

Uma outra hipótese será a de que o contrato entre duas partes, bem determinadas e concretas, nada tenha a ver com o mosteiro. O documento viria às mãos de Santo Tirso, depois daquele acto contratual, quando o seu possuidor, posteriormente, se decidisse a doar os bens em causa aos nossos monges. Por exemplo, a 14 de Março de 1321, o juiz de Guimarães, Martim Romeu, ordenou a Moniz Pintor e a Gonçalo Baião, mercador, vizinho do Castelo, que largassem a Domingos Peres Coira uma avoenga em que lhe entraram e que eles tinham comprado a Vicente Domingues e a Marinha Domingues ⁸¹⁴.

2.4. As doações e o espírito de pobreza evangélica

Sabemos que, pela Regra de S. Bento, os bens da casa monástica se usufruíam em comum. Este era o ideal do Santo Fundador que o expressará, de resto, de forma absoluta, peremptória. “Se há, na legislação de S. Bento uma página enérgica, radical, terminante, acre, veemente, é esta” ⁸¹⁵.

Só que, pouco a pouco, a influência do exterior, apesar das paredes grossas da cerca conventual, iria penetrar no seio da comunidade monástica. Antes, em plena Idade Média, iria acontecer com os bens pertencentes a uma Igreja, ao Bispo e seu Cabido. Neste caso, desde cedo se cindiram as rendas em três partes: duas para a Mitra e uma para a chamada mesa capitular.

Este esquema acabou por contaminar os monges beneditinos, não obstante a linguagem contundente do Santo Patriarca. Também, paredes adentro do mosteiro, se redistribuirão todos os bens da mesma forma: duas partes para a mesa abacial, e uma para a mesa conventual. A introdução do sistema marcará a origem dos chamados abades da claustra.

Mais até, encontrar-se-á na documentação de Santo Tirso um espécime de doações ou vendas que se fazem a simples monges, em concreto. Já não são legados que beneficiem o *abade e seu convento* – como tantas vezes se lia – nem sequer destinados à mesa abacial ou à mesa conventual, ou suas ovenças, em concreto. Trata-se de actos de generosidade ou contratos de venda, em prol de simples membros bem identificados pelo próprio nome concreto.

Há um caso que o mesmo cartorário de 1774 relevará: um João Pires, morador na cidade do Porto, emprazara, em 1367, a Guiomar Rodrigues e seu marido, Afonso Martins, umas casas suas que estavam acima da Torre, com a obrigação de que a primeira vida lhe pagasse de renda 4 libras; a segunda vida 6 libras. Mas como, passados três anos, já não pagavam renda, João Pires obrigaria então Guiomar e o seu segundo marido, Estêvão Francisco, marinheiro, a pagarem o que deviam. E assim o decidiram os juizes João Afonso e Martim Pires. Ora – aventa o autor do Index de 1774

⁸¹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/272, f. 260.

⁸¹⁵ COLOMBÁS, G.M, e ARANGUREN, I – *La Regla de San Benito* – ed. BAC, Madrid, 2006, p. 414.

– *Achase este titulo neste Archivo, que viria ter a elle por alguma doação que lhe fizese quem as pessoa, ou por herança de algum Religiozo antigo filho desta Caza*⁸¹⁶.

2.5. A defesa dos bens monásticos

Porque o mosteiro tinha muitos rendimentos oriundos de propriedades em todo o país – e até fora ! –, não admira suscitassem a invejidade dos poderosos com os subsequentes assaltos aos bens desta casa. Também porque os vizinhos do mosteiro e outros de outras partes, por onde a riqueza fundiária dos monges negros ia construindo, no decurso dos tempos, os seus alicerces, porque tais vizinhos se forjavam nas camadas de gente humilde, de pobres caseiros e artesãos, não admira procurassem remediar as suas carências no roubo das propriedades dos beneditinos. Bem fulminavam os pontífices romanos, com penas espirituais, estas pecaminosas ousadias do vulgo... Bem ameaçavam os reis as temeridades incontidas dos fidalgos, com penas de mão pesada, de ordem pecuniária ou física...No fundo, os correctivos, por fortes que fossem, não arrancavam de vez a fome dos humildes que sempre aperta, ou a ambição dos poderosos que nunca se aquietaria. Um exemplo: tanto João Pedro Ribeiro⁸¹⁷ como o *Índice* de 1774 testemunham um assalto, de 1279 e o subsequente processo de uma inquirição do Juiz da Maia⁸¹⁸, sobre este assunto. Mas tantos casos assim se repetirão até ao encerramento do mosteiro de 1834!...

3. Compras do mosteiro de Santo Tirso

Compras do mosteiro: muitas se teriam feito, pese embora a proibição de D. João I. Depois dela se fariam mais, confirmadas por D. Afonso V, por lei de 1448, como se pode observar pela leitura de alguns documentos do Cartório e pelas Ordenações. Há casos em que a venda não será propriamente assim, mas uma doação onerosa, pelo que aquilo que pareceria sugerir a ideia de preço, será mais propriamente uma forma de confirmar a doação. Lembremos o que adianta Viterbo: *Róbora, révora, e rrévora, reboração, e revoração*. Com toda esta variedade se acha escrita esta palavra. Por ela se entendia o presente, luvas, saguate, donativo, ofreção, ou mimo, que além do preço se dava nas compras e vendas, trocas, escambos, e também nas doações a costumava dar o donatário ao doante. Umas vezes, eram estas *reboras* ou *donativos* a causa total das doações, outras só a causa impulsiva. E, nas cartas de liberdade, isenção, venda ou escambo não poucas vezes fazia parte do preço, ainda que nem sempre se expressasse. E, com efeito, a fórmula *roboro et confirmo* que, poucas vezes, se omitia, era consequência de se ter recebido alguma cousa, que precedia, acompanhava ou seguia a confirmação do que se doava, vendia, escambava, etc. Consistia a *rebora* em cousas de pouco valor a respeito do que rezava a escritura. *humas espóras, huns çapatos, huns bezerros, hum capote, huma saya, hum podengo, humas luvas, ou guantes, hum cavallo, hum baile, huma canada de vinho, huns tantos soldos, ou maravidiz, huma vacca, hum porco, etc.* roboravam ou confirmavam cousas de grande preço (...).

Hoje se praticam – diz o mesmo Viterbo – em algumas das nossas províncias os *alborques* entre os que compram e vendem, e os que servem de testemunhas; consistem em pagar algum dos contratantes (que, ordinariamente, é o comprador) uma vez de vinha para cada um dos presentes. E com esta alegre cerimónia dão por feito e

⁸¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 263.

⁸¹⁷ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n 54, pp. 175-176.

⁸¹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 273.

solenizado o contrato, de sorte que já o vendedor não pode variar, ainda que lhe ofereçam maior preço. Parece ser isto o resto único das antigas *révoras* ⁸¹⁹. Pessoalmente o verifiquei, na minha paróquia, quando novo. Depois de um contrato – bastava a palavra, que, nessa altura, valia mais que um documento escrito! – selava-se o acordo, não no tabelião que a tal luxo se não recorria, mas na taberna, com o vinho espumoso, baldado, uma e outras vezes, tão lentamente escorrido das paredes internas da caneca como avidamente apetecido dos lábios dos contratantes.

Umas palavras, a propósito da doação ou compra do Reguengo de Sá que D. Sancho II trespassou para os nossos monges, ao tempo do nosso Abade D. Mendo II. O reguengo não era só o que pertencesse à coroa. Em algumas doações de juro e herdade, nos documentos medievos, se acrescenta estas e outras fórmulas: *Com tudo o que a Nós pertence* ou *com tudo o que pertence ao Direito Real*, ou *com tudo o que se achar, que Nós ahí temos*, etc., o que significa que o monarca trespassava de si para o donatário tudo quanto nas doações – ou vendas – era regalia real ou reguengo. Viterbo cita a doação de D. Afonso IV de Leão a D. Gonçalo, filho do conde Mendo Luci, em carta datada de Montemor, pela qual concedeu, em 1013, àquele fidalgo: o *regalengo* (os direitos reais), o *condado* (o governo de armas), o *mandamento* (a administração da justiça), poderes a exercerem-se nas vizinhanças de Águeda ⁸²⁰.

O dito reguengo de Sá foi uma doação onerosa, de grande apreço para os nossos monges e que, julgo, estaria situado na paróquia de S. Miguel do Couto (*Tabela n. 6: Compras do mosteiro*).

4. Escambos

Há vários escambos que nós havemos de registar ao longo destas notas. De um direi, desde já, algumas informações: aquele que se registou em 22 de Outubro de 1286. A saber, Gonçalo Pires, abade da igreja de Lavra – que era do padroado de Santo Tirso –, de acordo com o abade do nosso mosteiro, substituirá os direitos incertos desta nossa casa sobre a igreja pelo censo certo e anual de 48 teigas de trigo. Esta medida, a teiga, era de muita elasticidade – de um a seis alqueires, conforme os lugares, os tempos e as espécies de cereais –, o que fará dizer a Manuel de Almeida e Sousa: *seria bem para dezejar, que huma uniformidade das medidas se adoptasse e estabelecesse em toda a Monarchia (Frustrados dezejões atégora, não tendo sido bastantes a Ord. do Senhor D. Manoel Liv. I. Tit. 15. §. 24. nem a Lei do Senhor D. Sebastião de 1575); mas tanto se espera verificado pelo actual disvelo da especial commissão a que o nosso illustrado Governo tem encarregado esta importante empreza*. O que aconteceria a meados do sec. XIX ⁸²¹.

Recorde-se, uma vez mais: a teiga, em Santo Tirso, valeria 4 alqueires. De facto, num documento relativo àquela igreja de Lavra, ler-se-á que o mosteiro da nossa cidade comutaria os seus direitos por 48 teigas de trigo que equivalem a 192 alqueires ⁸²². (*Cf Tabela n. 7: Escambos*).

⁸¹⁹ *Elucidário*, t. II, sub voce, p. 519.

⁸²⁰ *Elucidário*, t. II, sub voce *Regalengo*, p. 526.

⁸²¹ *Appendice Diplômático-Historico ao Tractado Pratico do Direito Emphyteutico*, p. 194. Cf. *Elucidário*, vol. II, pp. 580-582. Note-se que João Pedro Ribeiro cederia a Almeida e Sousa (Lobão) muitos dos EXTRACTOS PARA SERVIREM A HISTORIA DA JURISPRUDENCIA EMPHYTEUTICA DE PORTUGAL que este último aproveitou para o seu *Apêndice diplomático-historico ao Tratado Prático do direito Enfitêutico*, Lisboa, 1814. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 40.

⁸²² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f.93 v.

5. Sentenças

Sobre o Rego dos Frades que tantas vezes alimentou a azáfama dos corredores da Justiça, no decurso de várias instâncias a que se recorria, não vamos falar, por ora. Dissemos das várias penas que se iam aplicando, conforme o tipo de infracção – desvios da água, lavadouros, impecilhos de qualquer espécie à torrente, construção de moinhos, dificuldades com que os moradores impediam o fácil acesso à levada ... - já muito dissemos em capítulo aparte. Para lá enderaçamos a atenção dos nossos leitores.

Agora outras sentenças sobre os bens do mosteiro se vão seguir, em tabela que iremos dar em apêndice (*Cf. Tabela n. 9: Sentenças*)

6. Composições

Ficaria bem gravada na memória do nosso convento, salpicada de alegrias, muitas vezes, entrecurtadas também de momentos de profunda tristeza e desilusão, a herança com que os nossos monges foram beneficiados no testamento de D. Martim Gil. Refiro-me à doação da Quinta de Chão de Couce, perto de Coimbra. Fôra esta esplêndida propriedade de Dona Constança Gil que lha doara el-rei D. Afonso IV. Aquela ilustre dama a deixará, por sua vez, a seu sobrinho, o Conde D. Matim Gil. E este, à sua morte, a largará aos monges de Santo Tirso.

Como, porém, o fidalgo, por sua vez, ficara devedor a D. Dinis - por dinheiros que este lhe emprestara -, o rei lançaria uma pinhora sobre a quinta. E os monges não tiveram outra alternativa que assumir um compromisso de uma anuência às exigências de El-Rei, com a entrega de duas mil libras, para, desta forma, poderem recuperar a propriedade em causa.

Este apenas um de entre vários casos de composições, de que temos informação no cartório de Santo Tirso. (*Cf. Tabela n. 10: Composições*)

7. Prazos

7.1. A Quinta de Dentro, a Quinta de Fora e os Prazos

Tinha o nosso mosteiro muitos casais e herdades. Já Mattoso, à base das Inquirições, de 1258 - e só na diocese do Porto -, contara cerca de 540 casais, além de nove igrejas inteiras e direitos parciais sobre quatro outras igrejas⁸²³. Isso e mais herdades e casas dos nossos beneditinos se semeariam por Aveiro, Lamego, Coimbra, Lisboa, Alentejo e até pela Espanha...

A documentação do nosso convento distingue entre Passais – da exploração directa dos frades, as hortas⁸²⁴ -, divididos pela Quinta de Fora e pela Quinta de Dentro. As de

⁸²³ STBCC I/1 (1997) 96.

⁸²⁴ Ao saírem do ofício de Prima – e esta ia das 6 às 7 horas da manhã (no Equinócio de 21 de Março e 22 de Setembro; das 4,30 às 5,45, no Solstício de Verão de 21 de Junho; das 7,30 às 8,15, no Solstício de Inverno de 21 de Dezembro - até à hora de Quarta - 10 h. no Equinócio; 9,30, no Solstício de Verão; e 10, 30, no Solstício de Inverno -, neste espaço de tempo, havia então o horário do trabalho, apenas interrompido pelo canto de Tércia. De tarde, retomavam o trabalho desde aproximadamente o meio da hora oitava – por entre as 13 e as 14,30 h., conforme o dito Equinócio e os ditos Solstícios, até às Vésperas, uma hora antes do sol posto. Note-se que o trabalho, nas horas deixadas livres pelo Ofício divino e de outras ocupações prioritárias na administração da casa, não era só um exercício de ascese que

distanciamento maior eram arrendadas. Às vezes, também o seriam as unidades dos mesmos Passais, que se entregavam ao arroteamento dos de fora por “contratos a folhas”, de grande precaridade, suponho. Em princípio, as duas Quintas mencionadas eram da exploração imediata dos nossos monges.

Não se restringiam, porém, os emprazamentos às casas, terras – cultas ou incultas - . Também há prazos de moinhos, azenhas, pesqueiras, portagens – aqui, em Santo Tirso, arrendavam-se os moinhos, com a barca de passagem - , assentos e pardieiros – com intuito do seu restauro -, marinhas, barcos, pelames ⁸²⁵, foros e direitos dominicais já estabelecidos. Os abades de Santo Tirso, ao sec. XV, arrendam a cobrança da dizimaria de Santo Tirso e de Vila Nova dos Infantes. Curioso que o moinho incluirá muitas obrigações. Por ele se entendia a água, o açude que atravessa o rio ou o regato, a levada, o canal ou aqueduto por onde corre para o moinho, as cales, as mós, o rodízio e mais ferros, a casa ou edifício. Emprazado ou vendido o moinho, entender-se-á ele com todos estes acessórios. Numa carta de venda de 1259, ler-se-á: *Vendimus vobis ipsum molinum cum sua sessega, cum suo azude, et cum sua aqua, et cum sua Levada, et cum suas entradas, et cum suas exidas* ⁸²⁶.

7.2. Feudalismo e enfiteuse

Há um certo paralelismo entre feudo e enfiteuse, pelo que as prerrogativas dos costumes feudais se expressam também no interior das cláusulas de natureza enfiteutic. Aliás, não é sem explicação que aos enfiteutas se lhes chamem também de *vassalos*. Características essenciais do perfil do vassalo serão a fidelidade e o serviço, coisas que também vamos encontrar, nos emprazamentos do nosso mosteiro, desde os começos. A propósito, por exemplo, da fidelidade, recorde um prazo de 1357, citado por Manuel de Almeida e Sousa: *Não defendais a ninguém contra nós, nem sejais homens de outro homem*. E num prazo de 1407, esta determinação de Santo Tirso: *Nem sereis rendeiro d’ElRei, nem fiador de renda... nom possaes fazer feu (feudo) nem foro a nenhum fidalgo nem pessoa poderosa* ⁸²⁷. As obrigações dos colonos à obediência e à reverência e ainda o dever de hospedagem a favor dos proprietários, de não se aliarem a outros senhorios, de não criarem filhos de algo, estas e outras coisas também deslizariam do direito feudal para o direito dominical. A proibição de serviços a favor dos nobres e de criação de seus filhos tinha em mente evitar que não ficassem por isso lugares honrados, protegidos, imunes, isentos, de modo que se viesse a negar a obrigação de pagamentos dos foros ao directo senhor. D. Dinis, por 1300, devassará muitas honras assim criadas, como também proibiu que nos reguengos se criassem filhos de nobres.

No que toca aos serviços, temos a dizer, antes de mais, que esta expressão encerra várias significações, como pensão sabida em dinheiro ou frutos, jeiras (dias de trabalho braçal) e engeiras (serviço de carro e bestas), jantar e ceia a favor do senhorio, em certas ocasiões (pousadia e comedoria), qualquer mimo ou presente que o senhor esperasse do enfiteuta. Por várias vezes se fala dos carretos a que, por disposições contratuais, são obrigados os caseiros ao direito senhorio do convento da nossa cidade: *E se comprir*

remediasse as inconveniências da preguiça, a mãe de todos os vícios. Era também uma questão de honra e de justiça, a de ganhar o sustento com o suor do próprio rosto, como o fazia S. Paulo.

⁸²⁵ Oficinas de surrar, preparar e curtir couros. Veja-se a toponímia de Braga e de Lamego: *Rua dos Pelames...*

⁸²⁶ SOUSA, Manuel de Almeida e - *Appendice Diplomatico-Historico ao Tractado Pratico do Direito Emphiteutico*, Lisboa, 1814, p. 81. Seguimos este autor em vários locais, quando tratarmos deste assunto da enfiteuse.

⁸²⁷ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.* p. 19.

para repairamento do moesteiro que vades por vara (ou seja, madeira) e telha (doc. de 1487)⁸²⁸.

Esta relação com a feudalidade manter-se-á noutras formas de actuação. Como os nobres e grandes senhores feudais, também os emprazantes gozavam do privilégio da aposentadoria, do jantar ou do direito às colheitas, quando do privilégio não fizessem uso. Em 1447, ler-se-á num prazo desta altura: *E indo nos polla dita renda a vosa casa, que seja a vossa custa*⁸²⁹. Mas de forma mais alargada – como acontecia, igualmente, com os senhores feudais – a aposentadoria ampliar-se-á a um círculo mais vasto, o de toda a família. Uma amostra do ano de 1535: *E agasalhareis em vosas casas nosos criados, e monges*⁸³⁰.

Outras exigências dos senhorios, decorrentes do provável influxo do feudalismo, nesta área, as *pedidas* ou os *pedidos* que era uma finta por cabeça, um tributo ou contribuição. Isto era uma das prerrogativas dos senhores feudais. Como os nossos abades de Santo Tirso, nos coutos de que eram donatários, o que, aliás, era um sinal da sua jurisdição cível sobre os moradores que se traduzia nas melhoras das condições da vida social dos habitantes. Impostos para reparação de caminhos, fontes, espaços, como os da feira, higiene pública...⁸³¹ Pois, os grandes senhores do domínio directo, nas terras que emprazavam, usariam também, às vezes, desta garantia. Também lançavam mão dos *rogos* (o que equivale, mais ou menos, às jeiras), que, por equivalência, se trocavam por dinheiro. Ainda o mesmo sucederá com os *lobos*. Se, de facto, como diz o *Elucidário*⁸³², a palavra tem a ver com as montarias organizadas para abate das ditas feras que, ainda hoje, assolam as aldeias vizinhas das montanhas, então também aqui o direito senhorial contaminava o direito dominical. As montarias e coudelarias, as convocatórias militares eram algumas das atribuições dos senhores feudais, como, de resto, de forma particular da jurisdição cível do nosso abade, em seu couto.

E, como dizia, nos prazos, vinham expressas condições do mesmo teor: *geira cada domaa (semana)*⁸³³ *nas nossas vinhas da Vestiaria, e vara e telha, e palha, e rogos e lobos e serviço do dom abbade, e dois soldos de pedido* (doc. de 1385)⁸³⁴.

7.3. Da servidão ao trabalhador livre

7.3.1. A pirâmide social e a sua base

A pirâmide: eis a imagem que melhor prefigurará a organização socio-política da época medieval. Sob o ponto de vista jurídico e da posse da terra, três estratos se sobrepõem com fronteiras balisadas de franjas mais ou menos esbatidas, porém: clero, nobreza e povo.

Nesta última classe, temos os moradores urbanos, a população rural – retirados os servos – e os homens dos ofícios. As categorias por que estes se podem catalogar são as que seguem: os cavaleiros vilãos que possuem terras que lhes advieram por sucessão (herdadores) e que prestam serviço militar a cavalo, se o podem fazer, e do que se resgatariam, em caso de impossibilidade, através do imposto da fossadeira. Depois,

⁸²⁸ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 19.

⁸²⁹ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 19.

⁸³⁰ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 19.

⁸³¹ Foram abolidas estas fintas dos senhores feudais pelas Ordenações de D. Manuel: L. 5, Tit. 69: *Lançar pedidos, peitas, e emprestimos he cousa que somente pertence ao Rei, e supremo Senhor.*

⁸³² Pp. 368-369.

⁸³³ Um dia de trabalho por semana, geralmente à Sexta-feira.

⁸³⁴ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 20.

logo de imediato, numa escala, digamos assim, descendente, os peões. Estes tinham propriedades rurais, de menores rendimentos. Também serviam nas campanhas militares, mas a pé, com lança ou pique. Comerciantes e artífices, que viviam no mundo da aldeia, no desempenho de uma função artesanal, também pertenciam à classe do povo. Estes últimos, aliás, com D. Afonso III, passariam a revitalizar o município. E, logo a seguir, com eles se organiza já, em forma embrionária, um esboço de corporação que vai dar ao terceiro estado um papel cada vez mais preponderante na administração social e política⁸³⁵.

Por sobre estes elementos do mundo rural e urbano recai o grosso dos impostos com que o erário público os onera (aposentadoria, portagem, açougue, jugada...).

7.3.2. Vilas e casais

O mundo dos adscritos formigava nos subterrâneos da sociedade. As antigas *villae* continuavam na posse de um só proprietário. Muitas delas, porém, não poderiam resistir ao processo da sua fragmentação, muito embora – pelas condições do solo e do clima – não fosse de grande volume o bojo da propriedade latifundiária. De resto, o latifúndio português tinha as suas características peculiares. Primeiro, a descontinuação da sua área. De facto, enquanto, para além dos Pireneus, os baldios, as florestas e terras de pastagens faziam parte da reserva senhorial, no nosso país a implantação do comunitarismo rural subtrairia estas explorações à administração senhorial, fazendo delas mesmas bolsas isoladas e avulsas, cuja utilização se regerá por leis que os moradores decidissem e que, por costume, se transmitiriam. Em segundo lugar, o latifúndio português é de área limitada na dimensão de seu bojo, que raras são as que ultrapassariam os 600 hectares. Terceiro, a mão de obra no *indominicatum* era reduzida, exactamente pela pequenez da sua área e pelas condições geográficas, nem sempre propícias a uma exploração mais rentável. Quarto, as condições legais da Reconquista, que reservava à Coroa, por direito de presúria (os reguengos), vilas que, antes, eram administradas pelos seus senhores. Agora, exploram-nas os servos, depois os descendentes, os reguengueiros, sob a direcção de mordomos, sucessores, estes, dos antigos *villici*⁸³⁶. Assim a propriedade senhorial (nobre ou eclesiástica) se constituirá de um *indominicatum* pequeno – uma quintarola, na maior parte das vezes –, em torno do paço, e de um conjunto de casais aforados a vilãos. Quinto, as corveias a que os colonos livres e servos da gleba ficavam sujeitos existiam em toda a Europa, onerosas em qualquer parte. Mas talvez cá o tenham sido menos.

Possivelmente, a dimensão latifundiária poderia atingir proporções mais avantajadas no centro e sul do país. Só que, mesmo assim, razões peculiares serviriam de obstáculo ao seu desenvolvimento: a demorada presença árabe, com um conceito de exploração agrária todo seu; depois, a expansão agora da rede concelhia por todo o Portugal, particularmente pelo centro-oriental e pelo sul; a inexistência de grandes extensões contínuas que pudessem cultivar-se... Só Alcobaça – e a Ordem de Cister, em geral – se aproximará do sistema dominical alargado, com um *indominicatum*, porém de pequenas proporções, face à relação das suas parcelas, no seu conjunto, exploradas pelos seus colonos.

A administração do latifúndio e no que respeita ao período que vai dos finais do Baixo Império até ao sec. XI, se encontraria condicionada pela sua divisão em duas

⁸³⁵ VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, vol. II, p. 181.

⁸³⁶ Depois, os reis compensavam os serviços que lhe prestavam, doando a privilegiados os reguengos que assim se tornavam reserva própria e a que tantas vezes se adicionavam parcelas *dominicatae*, pelas vias da usurpação.

partes: o *palatium*, que era constituído, de um lado, pela moradia do senhor e pelas casas dos trabalhadores, celeiros, cortes e igreja; e, de outro, por uma parte rústica e descontínua, ou seja, parcelada de pequenas áreas de cereais, vinhas, pomares, bosques... O proprietário do domínio directo explorava-o por si ou seus representantes (*villicus, factor*), através dos servos, acantonados na mesma, e, mais tarde, através das corveias a que se sujeitavam, por contratos de emprazamento, os colonos livres. Assim iriam nascer os Paços medievais. O restante (*terra dominicata*) compunha-se de células várias, a saber, *casales, quintanae, villares*, que correspondiam aos *mansi* da Europa Ocidental. E cada uma destas parcelas se subdividiu em glebas, pedaços de terra descontínuos em área, cada uma das quais daria para a sobrevivência de uma família. Anota Veríssimo Serrão que a desintegração gradual da *villa* resultou na autonomia prática do casal, na maior parte das vezes. Era mantida, porém, oficialmente a unidade, que resulta da tradição, tanto para fins da administração central como para pagamento de impostos. Heranças, ou simplesmente a necessidade, podiam levar à partilha de uma *villa*, mas não lhe afectavam a unidade, visto que o conjunto dos co-proprietários se substituiu ao proprietário único. O mesmo acontecia dentro de cada casal⁸³⁷.

As migrações locais, as arroteias dos bosques e baldios acabaram por dar origem às chamadas *aldeias novas* ou *vilas novas*, que já não são unidades agrárias, como na antiga Roma, mas lugares e povoados⁸³⁸.

7.3.3. A adscrição territorial

No que respeita à adscrição, há duas posições extremadas. Primeiro, a de Herculano que admitirá uma linha evolutiva no estatuto da servidão, desde a escravatura, na época visigoda, passando (sec. X-XII) pela fase da servidão à gleba⁸³⁹, até à emancipação do homem livre, ao sec. XIII. Se há escravos na Reconquista, esses são prisioneiros de guerra

Muñoz e Romero, por seu turno, manter-se-á numa inflexibilidade do perfil jurídico da servidão. Hoje em dia, admitir-se-á uma evolução na fase da Reconquista, resultante de uma dinâmica em sentido crescente e decrescente: os escravos anteriores ficam agora ligados à terra (adscrição territorial), mas não já escravos; enquanto os colonos livres se reduzem à servidão, face à pessoa do senhor (a adscrição pessoal dos malatos)⁸⁴⁰.

Dizia que não eram escravos. Efectivamente, se não podiam abandonar a terra – nem sequer ao trespassar da mesma para outro senhorio –, se não podiam casar-se sem licença do mesmo, também era verdade que gozava já de certos direitos: não podia ser dela esbulhado pelo proprietário, como até a ele mesmo, o servo, se lhe facultava a transmissão hereditária a seus filhos (co-propriedade da terra).

O servo habitava com a família na fracção que o senhor lhe destinava: numa cabana ou grupo de cabanas (*casa*, donde o nome de *casata*, aplicado à família do servo). E, em retribuição, pagava os censos (uma parte relativamente notável da produção) e impostos

⁸³⁷ VERÍSSIMO SERRÃO, *oc.*, p. 76.

⁸³⁸ Topónimos deste jeito há uns 75 a norte do Douro. Só à roda do Porto, há uns 43. E abaixo do Mondego há 22 Vilas Novas e 12 Aldeias Novas.

⁸³⁹ Dirá Herculano: o sentimento, a aspiração do indivíduo que cultivou o solo, que construiu a choupana, que plantou a árvore é principalmente o não separar-se do campo, da choupana e da árvore.

⁸⁴⁰ O vocabulário com que se designam é este: *servi* (servos), *mancipia* (mancebos), *servi originales* (servos originais), *fiscalia facientes* (servos fiscais), *homines de creatione* (homens de criação), que são escravos domésticos de condição melhorada – em oposição aos escravos mouros – e que gradualmente se convertem em homens livres..

Há também a adscrição eclesiástica: a ligação íntima entre alguns sacerdotes e a igreja a que pertencem, situação que já vinha dos concílios visigodos e que persiste na Reconquista. Alguns eram mesmo servos pessoais.

lutuosa, manaria⁸⁴¹, gaiosa⁸⁴²) e serviços de natureza braçal (jeiras, engeiras, anúduvas⁸⁴³...), artesanal ou serviços domésticos, especialmente se adscrito à servidão pessoal.

Pelo sec. XII acabariam os servos da gleba. Preparariam este desfecho a formação e o desenvolvimento dos concelhos a cuja pertença se associava a carta de alforria⁸⁴⁴. Depois, a possibilidade de fuga do servo, que se refugiava à sombra e protecção das imunidades senhoriais dos coutos e honras dos eclesiásticos e fidalgos. Ainda a presença acumulada de mouros reduzidos à servidão pelo avanço acentuado da Reconquista⁸⁴⁵, o que permitia se compensasse a facilidade de concessão das cartas de liberdade, em prol de servos cristãos. Estas e outras causas fazem com que os servos da gleba desapareçam, ao sec. XIII⁸⁴⁶, substituídos agora pelo colono que fabrica terra alheia, mas mediante contrato que livremente subscreve e que vai cumprir na vigência de prazos definidos.

7.4. A indivisibilidade do prazo

Uma das cláusulas mais insistentes nesta transferência do domínio útil do senhor para o rendeiro consistiria na promessa garantida da indivisibilidade dos bens aforados. Preocupavam-se os senhores, na generalidade dos acordos – tanto quanto vejo

⁸⁴¹ *Manaria, maneria, maninhádego ou maninhado*: o senhor herdava os bens do seu malado que falecesse sem deixar filhos. Deste modo nenhum dos bens arrecadados pelo colono, durante a sua vida de trabalho, pertenceria à sua família, a não ser que tivesse filhos... Cf. DHP, sub voce, p. 899.

⁸⁴² Presente que, nos dias festivos, os enfiteutas davam aos senhores: “Era, pois, o produto dos terrádegos, chavádegos e maninhádegos... gaiosas e lutuosas”. Cf. Herculano, *O Monge de Cister*, vol. I, c. 12, p. 220.

⁸⁴³ Serviço pessoal – ou correspondente monetário – de ordem militar, respeitante à participação na construção ou reparação de muralhas, castelos e paços (de residência dos monarcas ou dos alcaides), e de cavas, torres, muros, fossos, para defesa da terra. Cf. DHP, sub voce, p. 161.

⁸⁴⁴ O desenvolvimento da autonomia municipal verificar-se-á mais no sul e centro que no norte de Portugal, porque o Entre-Douro-e-Minho, liberto mais cedo da presença muçulmana se organizaria, desde trás, segundo modelos de tradição feudal. Cada concelho possuía uma assembleia de homens bons, constituída de pequenos proprietários e ricos comerciantes; de dois ou quatro alvazis ou alcaides que representavam e dirigiam a comunidade; de um almotacé, com responsabilidade nos assuntos de economia; e um representante do monarca que o nomeava, a saber, um alcaide (se existisse um castelo ou cidadela) ou um juiz que tinha funções jurisdicionais e que se seleccionava de entre os homens bons.

⁸⁴⁵ Além do cativo, a servidão tinha a sua origem noutros factores, como o nascimento, a insolvência, o delito, o casamento, o acto voluntário, em troca de protecção e sustento... Sempre haveria os escravos muçulmanos em toda a Idade Média. Variava, porém, o número em função da intensidade e da violência das campanhas militares. Cf., VERÍSSIMO SERRÃO, o.c., p. 80.

⁸⁴⁶ A igreja contribuiu muito para aliviar os pobres do mundo da servidão, até pelo mandamento da abstenção dos trabalhos servis, em bastantes dias do ano, tanto nos dias de festa como na tarde do dia anterior. Assim: Sábados à tarde e Domingos, todo o dia; Circuncisão (1 de Janeiro); dia de Reis, com os dois dias seguintes; Quinta e Sexta feira santa; Páscoa, com os três dias seguintes; Festa da Santíssima Trindade; Corpo de Deus; Pentecostes, com os três dias seguintes; Ascensão; Natal com os três dias seguintes. Acrescentem-se as festas de Nossa Senhora: Candeias (2 de Fevereiro), Anunciação (25 de Março) Santa Maria das Neves (5 de Agosto), Assunção (15 de Agosto), Santa Maria de Setembro (Natividade de Nossa Senhora, a 8 de Setembro), Imaculada Conceição (8 de Dezembro), Nossa Senhora do Ó (18 de Dezembro). A abstenção de trabalhos servis incumbia sobre as ditas festas e suas vésperas. Cf. Sentença dos Juizes ordinários da Cidade do Porto, contra João Rodrigues de Sá, a 17 de Março de 1474, em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 29-32. Nas Constituições Diocesanas do Porto de 1497 pode ver-se um rol alargado dos dias de guarda, com ou sem jejum (Const. Lx, ff. 24-24 v., em *Synodicon Hispanum*, vol. II Portugal. Ed. da Bac, Madrid, 1982, pp. 403-405.

nos prazos de Santo Tirso – , pela preocupação de se manterem unidos os bens dados em renda a seus caseiros. Esta cláusula, tantas vezes explicitada, suporá, de facto, da banda dos rendeiros, o interesse, exactamente, pela sua divisão. Sobretudo, quando o pobre camponês tivesse prole multiplicada. Compreender-se-á também, e por outro lado, a relutância e intransigência dos senhores: é mais fácil arrecadar o foro e demais direitos de um só rendeiro do que cobrá-lo repartido por fracções de vários que explorem cada um o seu quinhão.

Desta feita entender-se-á melhor a cláusula de um prazo do nosso mosteiro de Santo Tirso, com data de 1249: *Post mortem vestram teneat unus de filiis vestris quem Abbas elegerit*⁸⁴⁷.

Quando, em alguns casos – suponho mais tardios – o proprietário permite a divisão, um dos enfiteutas assumirá a figura de *cabecel*, solidariamente responsável pelo pagamento integral do foro ao directo senhorio.

7.5. Subinfeudação e subenfiteuticação

O Direito Romano permitia o subemprazamento, quando não houvesse cláusula em contrário. O Direito feudal aceita a subinfeudação, sem licença do senhorio, embora se tratasse de uma como que alienação. Ora, é natural que os senhores de grandes propriedades, na Idade Média, atentos a esta legislação que permitia o desdobramento do feudo ou do prazo, quisessem, pois, acautelar-se do fenómeno paralelo no que respeitaria ao domínio útil.

Desta forma, num prazo de 1488 do nosso mosteiro encontraremos as faculdades e os limites do enfiteuta: *E o povorar e hermar seja vosso, e as entradas e Lujtosas sejam nossas, e os prazos sejam feitos pelo mosteiro*. Noutro de 1412, dirão os nossos monges aos rendeiros: *Ajades para vos os frutos e rendas e os proes*⁸⁴⁸ *e os serviços entradas e luitosas dos ditos Casaes como as nos avemos daver (...) e darde-nos (...)*.

De 1455 consta a hipótese de um outro contrato de subemprazamento com esta redistribuição de competências: *Nos ajamos as Luitosas dos sobreditos Caseiros quando acontecerem (...) e que nos façamos o titulo do prazo per voso aprazimento a Lavrador ou lavradores que vos quiserdes*. Do mosteiro agostiniano de Roriz, nas vizinhanças do de Santo Tirso, do ano de 1464, mais clara se vê a hipótese do sobredito desmembramento: *Fazemos prazo de nossos quatro Casaes (...) façades huma morada em dous delles (...) e os outros dous Casaes sejam morados per huum povoador lavrador de vossa condiçom de que o moesteiro seja contente*⁸⁴⁹.

Como dito ficou, a hipótese fica arredada *in limine*, quando as condições contratuais assim o determinarem: *Nom possaes fazer feu (feudo) nem foro* (doc. de 1487, do nosso mosteiro). Com mais explicitação – e sabe-se porquê – as regras doutro prazo de 1497: *Nom possaes fazer feu nem foro a ninhuum fidalgo nem pessoa poderosa*, o que, aliás, poderá sugerir a hipótese de viabilidade do subemprazamento noutras circunstâncias.

Enfim, nos prazos antigos, ora se proibia o sub-emprazamento, ora se permitia, sob determinadas condições. Em alguns, reserva-se ao senhorio directo a faculdade da concessão do título do segundo emprazamento; noutros casos, conceder-se-á este poder de liderar o processo ao mesmo rendeiro. Enfim, noutros documentos não se fala sequer da sub-enfiteuticação...

7.6. Infracções e penalizações

⁸⁴⁷ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 146.

⁸⁴⁸ Utilidade, conveniência, proveito. Cf. *Elucidário*, t. II, p. 498.

⁸⁴⁹ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 99.

Um código penal muito complexo, estabelecido pela arbitrariedade dos senhores, aguilhoava os rendeiros a toda a hora. Várias e duras para os pobres agricultores as sobrecargas do trabalho, a satisfação dos compromissos e, para cúmulo, as penas que da insatisfação resultariam.

Por exemplo, a insolvência dos foros acarretaria consequências extremamente gravosas para os humildes trabalhadores. Tinham de pagar os salários daqueles que se encarregassem de fazer a pinhora ou da sua execução; sofriam a pena da duplicação dos foros pela demora nos prazos do pagamento; tinham de dar refeição aos caminheiros em serviço nestas *démarches*; faziam ainda o pagamento do transporte dos foros, caso não fosse feito por eles, rendeiros. Às vezes, encontram-se cláusulas sobre pagamento de uma quantia determinada por cada dia de demora na solvência da pensão. Vejam-se estes casos: *E mais nos pagarees cada dia que passar do dia da paga 40 reis até tres (...) acabados* (doc. de Santo Tirso de 1535); *E indo nós polla dita renda a vossa casa que seja aa vossa custa* (documento de Santo Tirso de 1485); *E huma marraam de vynte e cinco ou trynta arrates por todo o mez d'Outubro e nom pagando dentro do dicto mez a pagará de pezo de cincoenta arrates* (documento de Roriz, com data de 1536). Um caso mais, extraído do Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, que foi o último comendatário de Santo Tirso: *E não pagando nos tres meses, que pague 40 reis por dia e perca o prazo*⁸⁵⁰

Há, pois, penalizações gravosas pelo descuido no cumprimento das cláusulas contratuais, que se pagam. E, para cúmulo, com a exigência suplementar de que o tratado, apesar de tudo, se manterá de pé (*rato manente pacto*).

Prevê-se a possibilidade de o senhorio, por sua iniciativa e autoridade própria, tomar posse dos prazos, com todas as suas benfeitorias, quando algumas das condições ficarem por satisfazer: *E nom pagando a renda pelo dia acima declarado que nos por nos ou per nossos homeens vos posamos penhorar no dito Casal ou onde quer que nos acharmos vossos beens melhor parados até que nos sejamos bem pagos sem mais outro gasto de justiça sem vos poderdes chamar a força nem a esbulho* (doc. de Santo Tirso de 1535)⁸⁵¹.

Assim, os senhorios punham nos documentos a hipótese de hipotecar, não só nos bens emprazados, mas até nos outros bens livres do foreiro. Mais ainda, reivindicavam a iniciativa da tomada de posse, por sua autoridade, sem que os foreiros se pudessem queixar de espoliados.

O abandono da exploração por dois ou três anos bem como a sua venda, sem licença do senhor, acarretava a perda do domínio útil (o comisso): *E vendendo-o que percaes o prazo e o preço que delle receberdes* (doc. de Santo Tirso, com data de 1485)⁸⁵².

7.7. As vidas dos prazos

Na esteira da lei romana e dos costumes consagados no feudalismo, os prazos medievais podiam ser perpétuos, ilimitados. Mas, na maioria, restritos a vidas: uma, duas, três e, raras vezes, a quatro. Há, pois, uma cláusula virtual ou até expressa da

⁸⁵⁰ Tombo do mosteiro de Santo Tirso do Card. Alexandre Farnese : PT/ADPRT/MON/CVSTST/0233, f. 72.

⁸⁵¹ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 367.

⁸⁵² SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 272.

devolução dos bens à procedência, mal termine a série de vidas. Uma vez que outra, também se abirão expectativas de ulterior renovação, para além do limite fixado na investidura inicial do prazo: *E quando ambos passardes deste mundo (morrerdes) e esse olival tener fruto devedolo vos aver ou vossos herees, e pagardes a renda desse anno e do outro anno que sse ssegue despos esse que tener o ffruito* (doc. da Colegiada de S. Pedro, de 1302)⁸⁵³. Um prazo que se dilata com a pendência dos frutos.

Se, inicialmente, no Direito Romano, era perpétua a enfiteuse, e só temporária por convenção, os nossos prazos medievais são, em princípio, limitados a três vidas, sem que marido, mulher e filho pudessem contar por uma só vida. Nas três vidas se referem, muitas das vezes, em concreto, quais devam ser: pai, mãe, filho ou filha. Outros colocam, na última alternativa, uma pessoa mais achegada que deles forem. E, às vezes, mais genericamente ainda, herdeiros ou sucessores. Nestas situações, duas condicionantes restringem a cedência do prazo: que os novos foreiros não sejam de condição superior à do anterior emprazante e que cumpram todas as cláusulas estipuladas no prazo inicial. Maria Luz Ríos Rodriguez, a propósito da Galiza, apresenta estas considerações: “A fixação de uma linha de sucessão familiar aparece estipulada, sobretudo, nos foros da primeira metade do sec. XIII. A possível relação com o exercício dos maninhadegos inteiros, ou seja, com a reversão à instituição concedente, por falta de descendentes directos⁸⁵⁴, poderia estar por detrás desta estipulação. Mas a sua incidência é escassa, na documentação foral. Seria, antes, mais favorável a cobrança das ltuosas sobre os cabeças da exploração, mesmo que não fossem descendentes directos dos primitivos receptores. Por isso, desde os meados do sec. XIII e, especialmente, no derradeiro quartel, aos senhores eclesiásticos não lhes interessa tanto que os sucessores do foro procedam da mesma linha familiar. Antes que as herdades permaneçam em exploração durante o limite temporal estipulado no contrato”⁸⁵⁵.

Prazos geralmente, pois, de três vidas. Só se preveria hipótese de arrendamento perpétuo para matos, maninhos, brejos alagadiços, terrenos estéreis... Mas topamos também com a ocorrência de emprazamentos muito restritos: ou a uma só vida ou duas.

Do cartório de Santo Tirso, por exemplo, estes prazos: *Post mortem vestram teneat unus de filiis vestris quem abbas elegerit* (doc. de 1249); ou então *Cada pessoa (...) fazendo vos Gil Gonsalves Martins primeira pessoa que a dita vossa mulher mas qualquer que de vós ambos primeiro falecer pague a sua Luitoa, e a si a segunda* (doc. de 1488)⁸⁵⁶.

Claro que o arrendamento por vidas, face ao perpétuo, dará vantagens ao proprietário da raiz. A duração limitada “implica uma recondução, ao fim do prazo fixado; mais até, estes cortes temporais abrem um conjunto de possíveis variações nas

⁸⁵³ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.* pp. 351-352.

⁸⁵⁴ Em algumas terras, como dirá Viterbo (*Elucidário*, sub voce), em alguns casos, não se devolveria ao senhor do domínio directo tudo quanto fosse do caseiro, se filhos não houvesse. Mas apenas 1/3 de quanto possuísse. Mesmo assim *mau costume*, no repúdio de Viterbo contra a exploração infame da classe dos rendeiros. Dirá “*Maninhadégos, maninhado e maneria*: não era foro, tributo ou pensão alguma que se pagasse das terras maninhas e desaproveitadas, bravias e incultas. Era, sim, um *tributo péssimo* e mui frequente no reino de Leão, e terras de Bragança, e Miranda, e mesmo na província de Trás-os-Montes. O Mosteiro de Castro de Avelãs não se esqueceu dele, e talvez o ampliou, nas muitas cartas de povoação, que deu a vários lugares, de que por doações ou *abusivamente*, se apossaria. Consistia, pois, o *maninhadégo* de Avelãs em herdar o mosteiro a terça parte de todos os bens dos que, sendo casados, chegavam a morrer sem filhos, posto que dantes os tivessem, se ao tempo da morte dos pais, eram falecidos”..

⁸⁵⁵ *As orixes do foro...*, p. 75.

⁸⁵⁶ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 132.

cláusulas do contrato, ainda que, na melhor das hipóteses, os senhores viessem a proceder à sua renovação em membros descendentes da mesma família. Podiam fazer ajustes de rendas que o cultivador deveria pagar, em função do estado das herdades, da conjuntura económica, do próprio receptor, etc.; podia trespassar o aforamento a outros camponeses, por insolvência ou deficiente pagamento, por falhas verificadas na agricultura das terras, ou por interesse especial numa relação com outras famílias de camponeses, etc. Esta maioria de contratos forais por duas ou três vidas deveriam proporcionar uma optimização na cobrança das rendas, e assegurar-lhe quer o direito da recuperação, a favor do proprietário, dos bens aforados, reforçando-lhe, por isso, o direito de propriedade eminente diante do meramente útil, com a vantagem de que todas as melhorias introduzidas pelos foreiros, num prazo relativamente curto, reverteriam a favor dos senhores eclesiásticos”⁸⁵⁷.

7.8. As ltuosas e os laudémios

Desde longa data, as vejo, às ltuosas, alternadas por entre dinheiro ou uma peça valiosa. Os vassalos não podiam testar das suas armas e cavalos, que ficariam para o rei, como *ltuosa*. Assim se terá introduzido o mesmo costume no direito enfiteutico, nas relações entre o senhor e seu rendeiro. Daí que as ltuosas, igualmente, se viessem a chamar *morturas*. Também o contexto do seu pagamento dará justiça à denominação de que se reveste: tal censo, na realidade, se deveria pagar por entre a morte e o funeral da última vida.

O seu quantitativo variava: podia ser tanto como o foro ou outra renda que se determinasse nas disposições contratuais. Ou até uma joia, a melhor que houvesse na casa do enfiteuta⁸⁵⁸. Nestes termos, aparece-nos um contrato de Santo Tirso, onde se lê: *Loytosa outro tanto, como de renda ou a melhor joya que ouver na casa* (contrato de 1529). Às vezes, porém, muito determinada: *De Luytosa quinhentos reis cada pessoa que do prazo vagar* (Prazo de 1488).

O laudémio era a pensão que se pagava ao senhorio directo de qualquer prédio aforado, quando o rendeiro alienava todo ou parte do prazo, por título oneroso⁸⁵⁹. No Direito romano limitava-se a 2%. Mas, na Idade Média, com o desenvolvimento dos contratos de enfiteuse, se generaliza numa pluralidade de maneiras. Aparece então uma grande variedade de laudémios convencionados pelo senhorios. Generaliza-se, porém, o costume de se pagar proporcionalmente, conforme a pensão. A. H. de Oliveira Marques fala destes números: “A prática desenvolve-se durante os séculos XIV-XV, traduzindo, como outras, uma maior fiscalização e intervenção do senhorio directo no prédio emprazado. Mas o laudémio variava também, nesses primeiros tempos, com a categoria social do foreiro: exigido de forma geral aos peões, podia já não o ser aos cavaleiros, aos nobres ou aos institutos religiosos. Por respeito hierárquico, é certo, mas também pelas maiores garantias que estes ofereciam, tanto no plano económico como social. A partir do sec. XV, o laudémio habitual sobre os prédios urbanos oscila entre 40% e 50% do preço de venda; em casos mais raros pode baixar a 20% (laudémios de *quarentena*, de *metade*, de *vintena*, etc.). Nos prédios rurais a percentagem podia variar consoante a parte do terreno alienado e o foro (variável também segundo a produção)

⁸⁵⁷ RIOS RODRIGUES, Maria Luz – *As orixes do foro na Galicia medieval*, pp. 71-72.

⁸⁵⁸ *A ltuosa seja a melhor joia ou peça móvel, que ficar aos reguengueiros encabeçados* (Foral d’Ele Rei D- Manuel à Terra de Paiva). Cf. *Elucidário*, sub voce.

⁸⁵⁹ DHP, vol. II, sub voce.

correspondente: laudémios de 20% sobre terras de pão (= foro de 1/5 sobre os cereais) ou de 12,5% sobre vinhas (= foro de 1/8 sobre o vinho)”⁸⁶⁰.

Vamos dar alguns exemplos extraídos dos prazos do mosteiro de Santo Tirso, por onde se vêem fórmulas de laudémios proporcionais de um quinto e ainda casos dos mesmos fixados em números concretos pelas determinações opcionais dos emprazamentos e onde, por metonímia, já a proporção da norma se teria feito a regra que o impunha:

E vendendo-o por nossa authoridade, que nos pagueis o nosso quinto assim como o direito quer e manda (contrato de 1498); *E vendendo por nossa authoridade e licença que nos paguees nosso quinto assi como o direito quer e manda* (contrato de 1535); *E vendendoas por nossa autoridade que nos pagees por nosso quinto tresentos reis branquos* (contrato de 1479).

7.9. As renúncias do rendeiro

Por outro lado, frequentes também as renúncias. Não digo do prazo, que as há também. Falo de outras, mais ou menos imprevisíveis ou aleatórias, que não poriam em jogo as vicissitudes do mesmo contrato enfiteutico. Documentos há em que o enfiteuta assume a responsabilidade de danos eventuais nos bens emprazados: ataques ou assaltos – o que era frequente –, sobretudo dos poderosos; furtos nas sortes das águas; ruína eventual; secas ou chuvas, fogos ou terremotos... De qualquer forma, nestas circunstâncias, tais acidentes não contariam como motivos de atenuantes que justificassem um desconto nas rendas⁸⁶¹.

Outra renúncia que se exigirá do caseiro ou enfiteuta: que, em caso de conflito, não possa socorrer-se do juiz do próprio domicílio. Antes se tenha de submeter à decisão de um outro foro, laico ou eclesiástico, para resolução de problemas, respeitantes aos contratos. A renúncia é-lhe imposta pelo senhorio, que apresentará alternativas: o desaforamento total para um juízo que o proprietário quiser escolher; para um juiz laico, mas dependente ou não do senhorio (o juiz do couto, por exemplo); ou um juiz eclesiástico, que poderá ser o tribunal diocesano. Alguns exemplos do mosteiro agostiniano de Roriz: *E as dictas pessoas e cada huma dellas sejam citadas e demandadas per a dita nossa egreja de braga*⁸⁶² *e per hi sse começar o dicto feito e fynar e acabar e nom perante outro ninhuum juiz* (doc. de 1414); *E recrecendo algua duvida entre nós e vós que vos sejades theudos de nos responder por ello perante o juiz de nosso couto ou perante o corregidor desta comarca ou perante outros quaeesquer juizes e justiças perante quem nos melhor com vosco entendermos de precalçar dereito* (doc. de 1436); *Vos assi vos desaforaees e vos deitaees de toda a justiça* (doc. de 1438).

⁸⁶⁰ Cf. Nota citada na nota anterior.

⁸⁶¹ Um caso só para exemplificação: *Se nom podessem escusar de pagar por seca nem fogo nem augas nem guerra nem filhada delrei nem doutras ninhuas gentes poderosas nem por outro ninhum cajaom nem caso fortuito que lhe avenha, ou possa avir per qualquer guisa e modo que seja* (doc. da Colegiada de S. Pedro de Coimbra, do ano de 1436).

⁸⁶² Recordamos tão só que o mosteiro de Roriz pertenceu à diocese de Braga até finais do sec. XIX.

7.10. *As renúncias do mesmo prazo*

Os prazos são contratos bilaterais, e, portanto, recíprocas as suas obrigações, desde que não haja vício que o faça nulo, ou um acordo subsequente em que ambas as partes se acordem.

Diga-se, desde já, que encontramos diversos tipos de renúncia. Ora se trata de simples actos, sem contrapartidas de qualquer espécie, depositando os enfiteutas o domínio útil, nas mãos do senhor do domínio directo - neste caso, o mosteiro -, e deixando-lhe mãos livres para ulterior destino dos bens em causa; ora renúncia, definindo contrapartidas, como, por exemplo, o perdão de certas dívidas aos monges e seu convento.

Mas dar-se-á também outras formas de renúncia. Por exemplo, o enfiteuta, mediante determinada soma, larga a propriedade, a favor de outro rendeiro, que, para este segundo contrato, pedirá a anuência dos monges, que lhe vão cobrar a taxa do laudémio, um quinto da transacção, por norma.

Uma outra maneira ainda, sem que haja propriamente uma renúncia. Antes, uma confissão: o trabalhador que explora as terras reconhecerá oficialmente, na presença de um tabelião e demais testemunhas, que as propriedades que trabalha são apenas do seu domínio útil e que o mosteiro de Santo Tirso é o senhorio directo dos bens de raiz. Nos mapas, em apêndice, vamos estar diante de vários casos de renúncia, a propósito dos bens do nosso mosteiro.

Digamos que, às vezes, se punha termo ao acordo da renúncia, com a anulação do selo que o garantia na sua validade⁸⁶³.

7.11. *O beneplácito episcopal*

A legislação antiga da Igreja tinha os prelados, não como senhores, mas tão só como meros procuradores e administradores dos bens da Igreja. Por isso, qualquer alienação exigiria o cumprimento de certas formalidades. Ora, as Ordens monásticas não eram isentas, mas sujeitas ao Bispo diocesano, no que tocava a pessoas e bens. Daí encontrarmos em tantos documentos de Santo Tirso a presença do beneplácito episcopal para os empenhamentos e demais formas de alienação dos seus bens patrimoniais. Assim, por exemplo, os monges, com a aprovação do Vigário Geral do Porto, pagariam duas mil libras a D. Dinis, para lhe saldar as dívidas de D. Martim Gil, e que, por essa razão, lhes largasse, aos frades de Santo Tirso, a Quinta de Chão de Couce⁸⁶⁴. Mais, até para certos actos que nos parecem mais simplificados se exigia o beneplácito episcopal. O destino dos actos nem sequer se encontraria num pólo que fosse estranho à casa religiosa. Tratava-se, no caso que vou referir, de uma doação dos abades às ovelhas conventuais dos próprios monges. Tudo ficaria dentro do mosteiro. Os bens apenas sairiam da mesa abacial para a mesa conventual. Para esta transacção, no circuito interior da casa monástica, se exigiria também a anuência do bispo diocesano. Por exemplo, em 29 de Maio de 1364, o Bispo do Porto, em acto de visita ao mosteiro, confirma a doação de certos casais que os abades Lourenço Geraldês e, logo de

⁸⁶³ Um caso do mosteiro de Pendorada: *Quando renunciou entregou o prazo amim dito abbade (de Pendorada) o cal el mandou que quebrasse logo o sinal e sseelo do dito prazo ffoi britado por sempre (prazo de 1438).*

⁸⁶⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 4-4 v. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 91, p. 191; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 233 v.-234.

imediatamente, D. Vicente Rodrigues, teriam feito em favor das ovelhas da Enfermaria e da Vestiaria⁸⁶⁵.

Do convento vizinho de Roriz extraímos esta cláusula - tendo em linha de conta, como dito ficou, que este mosteiro, até finais do sec. XIX, era da diocese metropolitana -, com data de 1398: *E vos avedes de fazer plazo pella eigreja de Bragaa quando vos for per nos requerido*⁸⁶⁶.

7.12. O registo notarial

O notário estava presente como garante jurídico da contratação. Passava uma cópia para o seu livro de Notas, onde ficava registado o acordo, com suas cláusulas, e dava um exemplar a cada um dos contraentes. O salário do tabelião e as despesas com as cópias corriam por conta do enfiteuta.⁸⁶⁷

7.13. O controle senhorial das colheitas

Os foros, numa economia baseada na terra e na sua posse, teriam que destacar especialmente os cereais e o vinho. Pois, uma determinação muito habitual nos actos de aforamento seria a presença em pessoa do directo senhor ou seus mordomos, quer nas ceifas quer nas vindimas ou no acto de partilha dos mesmos frutos. Lembremos que, no que toca ao vinho, prazos há que falam do *vinho mole*, que é tirado para o senhorio à dorna (vinho, antes da fermentação). É que, neste caso, a medida previa uma canada (6 quartilhos) a mais em cada almude (as chamadas *somichas*⁸⁶⁸). Esta presença, demais, tem em linha de conta o controle da qualidade e da sua medição, já que muitos dos foros são proporcionais à colheita, como diremos.

Desta presença do senhor ou seu mordomo haveria exigência da parte de Santo Tirso. Em 1453, foi selado um emprazamento, onde figuram estas cláusulas:

*O qual nom avedes de vindimar sem estar nosso homeem presente ao qual avedes de dar de comer em quanto estiver a dita vendima e pagar-lhe sua meitega*⁸⁶⁹.

7.14. Cabedal e miunças ou direituras

7.14.1. Foro certo e sabido, direituras e miunças

Nos foros, temos a distinguir o *cabedal* e as *miunças ou direituras*, de que tanto se fala nos documentos de Santo Tirso. Quanto ao primeiro, o cabedal, assim o definirá Viterbo: o grosso dos dízimos, foros ou pensões, v.g. pão, vinho, azeite, etc. E cita um documento do nosso mosteiro: No (ano) de 1207, doou el-rei D. Sancho I a D. Martinho Sanches e a sua irmã D. Urraca Sanches (os quais houvera de D. Maria Aires) as herdades de *Villa Nova das Infantes e de Golaens*, de juro e herdade. Eles as venderam ao mosteiro de Santo Tirso: o irmão, no de 1226, por 3.000 maravedis; e a irmã, no de 1242, por 2.500 maravedis, incluídas também as igrejas, do que tudo teria

⁸⁶⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0262, ff. 285 v.-286 v. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204.

⁸⁶⁶ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 108.

⁸⁶⁷ *Esto (titulo) he para a dita eigreja e nom pagarrom deste nada que o dicto emprazador há de pagar segundo costume desta cidade* (de Coimbra) (doc. da Colegiado de S. Cristóvão de 1467).

⁸⁶⁸ De *semi*, meio. *Semicha*, diminutivo de *semis*. Logo metade da metade.

⁸⁶⁹ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 181.

ela, e possuiria, em sua vida, *solummodo cabedal pannis, et vini*, e o mosteiro possuiria *directuras omnes* ⁸⁷⁰.

Estas última, as direituras ou miunças – como o próprio nome deixa entender - eram pensões miúdas, a que hoje – entenda-se, ao sec. XVIII -, chamamos *foragens* ou *miunças*, e que o enfiteuta costumava pagar além do foro principal e sabido. Havia, antigamente, muitos prazos intitulados de *doze foros*, porque outras tantas eram as pensões, que pagavam, algumas das quais ou quase todas, além da principal, eram insignificantes, e se entendiam pelo nome de direituras ⁸⁷¹.

A sua razão de ser tinha origem no facto de que os dois direitos - o domínio directo da terra e o domínio útil do foreiro - não eram justapostos. Antes, o primeiro se sobrepunha por sobre o segundo. Por isso, o rendeiro tinha de pagar a sua quota parte de rendas devidas pelas cláusulas do contracto de aforamento, como também reconhecer o senhorio do proprietário e o seu controle sobre a produção do enfiteuta. Diz a Prof. Maria Luz Ríos Rodriguez: “... são rendas que têm um carácter eminentemente recognoscitivo do domínio senhorial sobre a terra cedida em usufruto. São rendas de escassa importância económica, mas de significação socio-política essencial por serem testemunho do direito senhorial sobre essa terra e da dependência do cultivador desse senhorio (...) nos documentos indica-se o fundamento que justificam a sua exigência: *em conhecimento, por reverência, em reconhecimento do senhor*. Nos contratos forais, estas rendas recognoscitivas são também exigidas, mas não em exclusivo, antes acompanhando um outro conjunto de exigências rendísticas. E de tal maneira que, na ordenação interna do contrato foral, situadas imediatamente depois da maioritária renda proporcional à colheita (...). A sua singularidade reside no facto de aparecerem combinadas com outro conjunto de rendas. Outra singularidade é a da terminologia que se começa a aplicar a tais rendas: *pro foris* e *pro directuris*. E, por último, fruto do contrato em que se inscrevem, que o seu carácter recognoscitivo do domínio senhorial apareça completado com o da dependência do cultivador. Através desta renda se manifestará, pois, o domínio do senhor sobre a terra cedida, sobre o seu produto e sobre o seu produtor, enquanto permanecer de pé a relação contratual estabelecida” ⁸⁷². Acrescenta esta mesma autora que esta renda aparece sob a capa de terminologia variada, como censos, oferendas, regalos, donativos, dádivas, mimos, prestações secundárias, prestações acessórias, rendas de reverência, etc.... Tinham datas certas as referidas contribuições: Natal, e Páscoa, sobretudo. E também outras festas, como Epifania ou Pentecostes. As festas de S. Miguel, S. Martinho ou Santo André – e mesmo o período entre elas - aparecem como as mais assinaladas para a entrega destas rendas, em correspondência, de certa maneira, com o final do ano agrícola ou do ano eclesiástico.

No que respeita às direituras ou miunças – que se cobram para além do foro certo e sabido -, há uma variedade imensa que inclui não só frutos produzidos nas terras confiadas à exploração dos enfiteutas, mas também outras coisas, estranhas, muitas vezes, e até, na maneira de ver do nosso tempo, ridículas, como molhos de palha, e coisas assim.

⁸⁷⁰ VITERBO - *Elucidário*, vol. II, p. 55.

⁸⁷¹ VITERBO – *Elucidário*, vol. II, p. 197.

⁸⁷² RÍOS RODRIGUEZ, Maria Luz –*As orixes do foro...*, p. 140.

7.14.2. A vil exploração dos rendeiros

É um texto grande. Mas vale a pena ler. Até pela autoridade de quem o subscreve: João Pedro Ribeiro. Porá o mestre de Paleografia e Diplomática a mão na chaga da extorsão infame de que todos os caseiros eram vítimas. Diz ele:

“A exorbitancia dos foros se póde commodamente dividir em razão da sua qualidade, e quantidade.

Quanto a qualidade, conto em primeiro lugar todos aquelles, que são alheios aos generos, que póde produzir o terreno emprazado. A nossa Lei acautela que os predios urbanos se não aforem senão a dinheiro ou aves (Ord. Liv. IV. Tit. 40). A razão e espirito desta Lei he bem clara; por tanto mal se podem compadecer com o mesmo espirito os foros, que tenho encontrado em muitos prazo de predios rusticos. Incenso, Ferramentas, Escudellas, pares de sapatos, Peixe do mar em terras do Sertão, e até com declaração que o peixe, ou fresco, ou secco seja de certa Costa, não são certamente generos, que no Casal se produção, mas, que o Emphyteuta tem de comprar.

Em segundo lugar todos aquelles (foros) que distrahem da Lavoura o mesmo Emphyteuta. O officio de lavrador não tem dias feriados; por tanto mal se póde distrahir a caçar pares de perdizes, ou coelhos, pescar duzias de trutas, ou bogas para o Senhor. Mais que tudo porém o distrahem as Geiras de que passo a falar.

A estas em alguns prazos se lhe da o nome de *Engeiras* que melhor mostra a derivação de *Angarias*. Direito verdadeiramente Feudal na sua origem e natureza, que alguns Senhores directos, que tambem o eram dos Coutos, uniram e confundiram nos seus emprazamentos, e a sua imitação os mesmos Senhores directos estipulárão nos seus Contractos (...) He vulgar nos prazos de entre Douro, e Minho a geira de cada *Domãa*, isto he um dia de trabalho servil na semana, ordinariamente a Sexta feira, a beneficio do Senhorio, ou na cultura da terra, e seus diversos amanhos, já em carretos com azemola, ou com Bois, e Carro do mesmo Emphyteuta. Deste modo hum Lavrador, que já deve o dizimo a Deos, a decima ao seu Principe; vem a pagar mais que huma terceira decima ao Senhorio em 52 dias de trabalho annual, e distracção da cultura do seu predio; e se este é raçoeiro de Quinto, ou Terço, apenas poderá salvar a terça parte dos fructos, que recolhe com o trabalho penoso de hum anno inteiro para se sustentar em todo o mesmo anno. Esta pensão a vi substituida em hum prazo de vidas pela obrigação de convocar para a mesma geira todos os moradores de huma Aldea, ficando com tudo responsavel a pagar por todos os que faltassem: E a 2.^a e 3.^a vida com a obrigação tambem da geira pessoal, ficando sempre com o mesmo encargo da 1.^a vida.

Conto em terceiro lugar aquelles foros, que diminuem os fundos do Lavrador para os amanhos rusticos do seu predio, e sustento do seu gado; Carros de palha, de estrumes curtidos, dias de herva em certos territorios são foros talvez mais gravosos, do que parecem a primeira vista. Não menos conto em quarto lugar a chamada, *Vida, ou Propina do Mordomo*, e hospedagem do Senhorio, muito principalmente em Corporações, cujos individuos podem passar muitas vezes pelo Casal emprazado; e ainda mais quando se encontra especificado como em hum Prazo da Era 1457, que o Mordomo receberá de Propina huma gallinha, e hum alqueire de trigo, e em outros, em que se declara, que o Senhorio será hospedado, segundo convem a sua pessoa (...).

Offerece-se em quinto lugar a incerteza da quantidade do foro (...).

Conto, por omittir outras, ultimamente como exorbitancia na qualidade dos foros, a liberdade de cortar madeira o Senhorio directo, e a prohibição ao Emphyteuta de o fazer no seu predio. Esta clausula, assas commum nos Prazos de entre Douro, e Minho, tendo originado rixas, e litigios, até prejudica á Marinha Real, e Mercante na escaceza de madeiras de Construcção. Hum Lavrador que he Senhor precario de qualquer Arvore do

seu predio, não só se não anima a plantallas, mas até corta logo pelo pé as que lhe nascem espontaneamente, para que não succeda, que tendo-a conservado muitos annos, e assombrado a lavoura do seu pão, em que por isso sentiria a diminuição, a veja levar pelo Senhorio, em razão da Clausula do seu Prazo.

Passado já a indicar a exorbitancia dos foros em quantidade, o não posso fazer melhor, que repetindo as clausulas de alguns poucos, todos de Casaes diminutos, e que nada tem de comparação com a extensão das herdades de Alem-Tejo (cita João Pedro Ribeiro as seguintes: *Serviço de Maio, Colheita d'ElRei, Luctuoza de cada pessoa, puçaes de vinho, gallinhas, o terço das novidades, Soldos, propinas aos avençaes, levar o pão e carnes a Canavezes, e outras cousas a outros lugares quando cumprisse ao Convento, ajudar a cultivar as vinhas, dar madeiras e esterco para ellas, colmo, serviço ao Prior. Tudo isto juntamente; e demais a mais encargos costumados, foros em dinheiro, augmentos de foros as vidas futuras, etc. De forma que muitas vezes se oneravão os Casaes com todas as especies de encargos pessoaes, de prestações de reções, de foros, de Luctuosas, etc. (...). O effeito que produziu o excesso dos mesmos foros em prejuizo da Agricultura he o que até chegaram a reconhecer, e confessar os Senhores Directos. Em hum Prazo da Er. de 1456, se diz o seguinte. = *O qual Casal havia 16 annos que jazia ermo, e não achavamos quem no emprazar, porque era destroido das vinhas e das Casas e desfeito de todo, pelo muito serviço, que faz ao Mosteiro* = isto he por estar sobre carregado de foros. Em outro da Era de 1445, se diz o seguinte. = *Este Casal sóia a dar grande Cabedal, e direituras, todo lhe quitei por amor de povoar este Casal, que era ermo havia quarenta annos.**

As exorbitancias de foros em quantidade, e qualidade, que deixo indicados, e dos direitos Senhoriaes, forão as que dictarão, aos mesmo Lavradores as expressões que levarão á presença do Senhor D. Affonso V (Côrtes de Lisboa do anno de 1439, e 1459)

*Porque nam tem – diziam eles – pera o pagar tomam-lhe por ello os Bois, e Vacas, e guados, e qualquer cousa, que lhe acham, e asy ficam lançados em perdiçom E porque Senhor vós sooes nosso Rei, e Senhor, e a vós pertence trosquear, e esquilmar as vossas ovelhas, seja vossa mercee, que tal estabelecimento ponhaes que as vossas Ovelhas sejam por vós trosqueados, e nom per outrem E assy viveram as vossas Ovelhas, e enpeneceram, e correram e seram guardadas de sob o vosso cajado, e asy sereis Pastor, nom mercenario (...). Com estas cousas se lançaram os homeens á lavoira, e a criar, e as terras seram aproveitadas, e na terra haverá pam melhor que lhes fizerem infindos males, que lhes cada dia fazem, per guisa que per os males que os filhos vem fazer aos Pays, lhes fogem antes que serem lavradores, e os Lavradores deixam as lavouras, e veem para as Cidades, e Villas antes que viverem em tantas sojeições. Senhor acha-se que os Lavradores nasceram na perjeta das perdizes, todas as alimarias, e aves, e ata as formigas os roubam nas Eiras. Porém moor rezam tendes de criar taes bichos como sam os Lavradores, que os de que fazem a seda que os trazem no seio, que asy como a soveira nom tem cousa que nom preste, asi nom tem o Lavrador osso, que nom seja prestadio”*⁸⁷³.

7.14.3. Miunças que nem sempre eram coisas miúdas...

Na série das miunças, encontrar-se-ão, muitas vezes, foros alternativos, em numerário, que têm o seu interesse, para conhecimento, mais ou menos exacto, dos preços dos produtos, na ocasião do contracto. Dos foros de Santo Tirso exemplos de miunças, com algumas delas adicionadas de equivalências monetárias:

⁸⁷³ Citado por Manuel de Almeida e Sousa, *o.c.*, pp. 249-257.

Um bom carneiro ou 25 reis por ele (doc. de 1464);
Ir por vara (madeira) e telha (angeira) (doc. de 1489);
Uma engeira por semana nas vinhas da Vestiaria;
Ir por vara, telha, palha, roças, lobos, serviço ao D. Abade, pedido de 2 soldos (doc. de 1385);
Uma boa marrã cevada, pelo Natal (doc. de 1443);
Um carro da palha triga de 10 feixes (doc. de 1490);
Um alqueire de mostarda (doc. de 1535);
Quarenta reis por um par de capões (doc. de 1486);
Um par de capões ou 14 reis por eles (doc. de 1451);
20 reis por 2 homens (doc. de 1517);
*6 teigas de pão, 12 almudes de vinho mole*⁸⁷⁴ *à dorna, meitega*⁸⁷⁵ *ao mordomo, 20 homens de jeira, desde Fevereiro até ao fim de Maio* (doc. de 1453);
*6 homens de jeira, na quinta de Vila Boa, uma mosteia*⁸⁷⁶ *de palha triga, 2 colmeiros, 2 engeiras (serviços de bois e bestas), uma em Vila Boa e outra na Cerdeira* (doc. de 1488);
10 homens, 5 de cuitello, e 5 deixada (doc. de 1432);
Uma dúzia de boas pescadas de cabeça grande e boas de receber, 2 sáveis ou 2 lampreias (doc. de 1449);
Uma dúzia de boas pescadas de cabeça deste mar (doc. de 1449);
Três dúzias de boas peixotas de cabeça recebonda ou 80 reis brancos por cada dúzia qual ante quizermos (doc. de 1444);
Uma dúzia de boas peixotas ou 120 reis brancos por elas (doc. de 1449);
Uma dúzia de boas pescadas de cabeça grande e de receber, enprestar uma manta quando o Sr. D. Abbade for ao dito seu couto (doc. de 1500). *Noutros se fala do empréstimo de um lençol e noutros de um cabeçal;*
Por um carneiro e por um par de capões e por 18 soldos que haveis de dar que dêem um maravedi e meio (doc. de 1434);
E por jeira e engeira 14 homens deixada na nossa granja de Vila Boa (doc. de 1405);
2 homens de engeira de rega e malha (...) 10 homens de serviço no que vos mandarem fazer, 6 homens de cuitello na vinha da Cerdeira (doc. de 1480);
*2 soldos de ferraduras*⁸⁷⁷ (doc. de 1433);
engeira na vindima da dita quinta e uma mosteia de palha triga e 2 colmeiros (doc. de 1485);
e por geira e engeira e rogos e lobos 15 homens deigada na vinha da Seara (doc. de 1430);
E que nom pagades mais dereituras porque vos acrescentarom mais na renda (doc. de 1456);

⁸⁷⁴ Como disse, vinho que ainda não ferveu no tonel. Tinha direito este foro de vinho mole às *somichas*, que era uma canada mais em almude.

⁸⁷⁵ Repito: sustento e dormida.

⁸⁷⁶ Molho.

⁸⁷⁷ *Era uma das abusivas contribuições dos Emphyteutas pagarem aos Senhorios tantas ferraduras (a que também chamavam Ferros). Mas ninguém se persuada que se pagavam as ferraduras já feitas e atarracadas: pagavam sim hum tanto de ferro, ou valor delle para ellas se fazerem. Ferros, Pensão que antigamente se pagava em algumas partes, não sempre em propria especie, mas talvez em dinheiro corrente, e naquella quantidade, que era preciza para comprar o numero de ferros, ou ferraduras, que o Emphyteuta ou Colono devia pagar. Esta he a summa do muito que discurreo e com Documentos de toda a idade demonstrou o Elucidário nas palavras Ferraduras, Ferros. Assim diz Manoel de Almeida e Sousa, o.c., p. 214.*

35 libras de dinheiros portugueses as terças do ano (doc. de 1339);
E huum carro de palha triga e dez feixes e um carro de lenha (doc. de 1495).

7.15. *Entrada, revora e chavadigo*

No que respeita ao contrato, competia ao rendeiro, logo ao momento da sua execução, para além do salário ao tabelião, pagar duas coisas, desta feita em prol do senhorio: a *entrada* e a *rebora*. A primeira era uma quantia em dinheiro, ou qualquer outra coisa, que o futuro Emphyteuta, como *Entrada* da sua parte, dava ao futuro Senhorio com o intuito da emphyteuticação de alguns bens⁸⁷⁸. Lembro-me muito bem que, ainda há pouco tempo, se dava este costume na minha região. E até se duplicava, se o primeiro outorgante quisesse anular o seu gesto.

Além da entrada, havia a *rébora* que assim a define Viterbo: *Rébora ou Róbora, Révora, e Rrévora, Reboração, e Revoração*. Com toda esta variedade se acha escrita esta palavra. Por ela se entendia o presente, luvas, saguate, donativo, ofreção, ou mimo, que além do preço se dava nas compras, e vendas, trocas, escambos, e também nas doações a costumava dar o donatário ao doante. Umas vezes, eram estas *reboras* ou *donativos* a causa total das doações, outras só a causa impulsiva. E, nas cartas de liberdade, isenção, venda ou escambo não poucas vezes fazia parte do preço, ainda que nem sempre se expressasse⁸⁷⁹. Diz João Pedro Ribeiro: desde o sec. X e com mais frequência no sec. XII ocorre nas cartas de Venda, Prazos, etc. a declaração de ser recebido *pro rebora* do contrato certa coisa além do preço especificado, que sempre em relação ao mesmo é insignificante. Em alguns prazos, além da *robora* se faz menção da *entrada*, que em alguns se chama preço, e é sempre de maior quantia, ou valor que a *robora*. Algumas vezes se declara com as expressões: *Accepimus in praesenti firmitudine, Accepimus ad roborandum, Ad confirmandam istam Chartam, etc.* e nos Documentos em lingua vulgar se lhe chama constantemente *revora*.

Sendo o seu uso frequente, e quase constante nos Documentos antigos, se faz mais raro nos modernos, e já nos annos de 1508, e 1543 se podem notar, como singulares os contractos, em que observei esta particularidade.

Às vezes, encontra-se um outro vocábulo que me parece de significação muito próxima. Trata-se do *chavadigo* ou *chavadego*. Oriunda de *clavaticum*, matriz de conclave, que remete para o acordo feito, fechado (de *clavis*, chave) das duas partes⁸⁸⁰. Ligados ainda a este marco da investidura, aparece também outra coisa genérica e imprecisa: *as soeiras*. À letra, significará *com mais as coisas do costume*⁸⁸¹. Das entradas e das revoras, estes exemplos do nosso mosteiro. Em 1379, dir-se-á num prazo: *Recebemos de vós por entrada (...) mil libras que desprendemos em preitos e demandas*⁸⁸². No ano de 1452: *E nos deu mais dentrada do dicto prazo tres marcos de prata para repairo do dicto nosso moesteiro, e da torre grande que jas derribada que avemos de corregeer*. Mais um texto de 1385: *Pro revora cynquo Livras*⁸⁸³.

⁸⁷⁸ SOUSA, Manuel da Silva e, *o.c.*, p. 59.

⁸⁷⁹ VITERBO – *Elucidário*, t. II, p. 519.

⁸⁸⁰ Cf. Desconchavo, ainda hoje, como sinónimo de desordem. Cf. LEITE DE VASCONCELLOS, José – *Estudos de Filologia Portuguesa*, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1961, p. 256.

⁸⁸¹ Manuel de Almeida e Sousa cita este prazo das freiras de Santa Clara, no Porto: *E dentrada aas donas huum maravedy e huum carneiro com suas soeiras*, que reinterpreta: *Aquí, com uma cabaça de vinho e uma fogaça* (pão alvo).

⁸⁸² Manuel de Almeida e Sousa cita este prazo de Paço de Sousa: *Pagou marco de entrada e o carneiro de Chavadigo* (doc. de 1417) *o.c.*, p. 68. SOUSA,

⁸⁸³ SOUSA, Manuel de Almeida e, *o.c.*, p. 73.

7.16. *Foros proporcionais*

Por vezes, há foros que se pagavam proporcionalmente aos senhorios. Ao foro certo e sabido, seguir-se-á desta forma um rendimento proporcional sobre os frutos da produção. Apenas, um que outro documento. Ler-se-á num prazo que, entre as cláusulas, determinará: *Detis de vino tertiam partem, et de arboribus medietatem* (Prazo de Santo Tirso de 1249)⁸⁸⁴. Um terço de vinho e da fruta...Ou também um outro deste nosso mosteiro: *Tertiam partem de lampredibus* (Prazo de 1269)⁸⁸⁵.

Por curiosidade, agora que se fala em termos de tributação proporcional como critério de pagamento de alguns foros, citarei apenas o depoimento das testemunhas das inquirições de D. Afonso III (1258), a propósito da freguesia de Rebordões e desta espécie – das lampreias - que hoje, afinal, não existem no nosso Ave. Quem, ao sec. XIII, apanhasse lampreias, nas margens deste rio, aos lugares de Paramada, Canizo e Cova, área da freguesia de Rebordões, pagava ao rei metade da pescaria⁸⁸⁶

7.17. *O transporte dos foros*

O transporte dos foros, em espécie, por princípio, se fará sempre. E à custa dos enfiteutas. Mesmo que a cláusula seja omissa. Muitas vezes – para que tal se não esquecesse !-, o recordam os senhores na seriação das obrigações dos enfiteutas.

Prescreverá o Rei D. Manuel, em 1506, ao tratar da reforma dos forais, por resolução datada de Almeirim, a 5 de Fevereiro de 1506: *E naquellas pessoas, ou naquelles Lugares em que he posto por Foral, que se levem os Foros de pão, e vinho ao celeiro, assi se faça; ou aonde houver costume prescripto de assim se fazer se cumprirá assi inteiramente, com tanto que não leve os ditos Foros fóra do Conselho.*

Às vezes, usariam os rendeiros, com licença da casa monástica de Santo Tirso, uma como que espécie de entreposto, aonde se depositariam as rendas dos agricultores das propriedades monásticas dos nossos beneditinos, numa determinada região, sobretudo quando se tratava de sub-enfiteutas. Conhecemos um caso. Mas é natural que outros houvesse. Em 30 de Junho de 1464, um fidalgo, Vasco Fernandes, Escudeiro, criado do Duque de Bragança, Mestre da Balança da moeda na mesma cidade, aparece-nos como emprazador de bens dos monges de cá. Possuía, igualmente, uns certos haveres que eram do convento de Paço de Sousa, como era, de facto, a mesma mansão onde vivia. Mas dispusera sub-alugadas as terras de Santo Tirso. Pois, para se evitarem confusões, teve de declarar perante o tabelião Lourenço Pires, da cidade do Porto, que as pensões dos rendeiros de Santo Tirso seriam arrecadadas na casa dele, fidalgo, na Quinta de Cidadelhe da Maia, que era prazo do mosteiro de Paço de Sousa. Que, nas condições dos Prazos que se fizeram com o mosteiro de Santo Tirso, estava a permuta do destino das rendas para a dita Quintã da Maia. Logo, que ficasse bem claro que as rendas transportadas para Cidadelhe não eram de bens pertencentes a Paço de Sousa, mas ao mosteiro da nossa cidade⁸⁸⁷.

Daqui as condições excessivamente onerosas dos foreiros: o pagamento da renda, as despesas com os ovençais do mosteiro na partilha dos frutos; o transporte dos mesmos até ao destino. Mais gravosas ainda nos censos proporcionais, Neste caso, “A forma preferencial em que é exigido o pagamento da renda - uma renda poroduto, que, além do mais, se arrecada sob a forma de proporcionalidade à colheita – implica um

⁸⁸⁴ SOUSA, Manoel de Almeida e, *o.c.*, p. 159.

⁸⁸⁵ SOUSA, Manoel de Almeida e, na mesma página da nota anterior..

⁸⁸⁶ CCLP, vol. I, p. 311.

⁸⁸⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 292 v.- 293.

considerável aumento nos custos da arrecadação; a presença de um homem do mosteiro, com seus acompanhantes, mais os animais de transporte, tornava-se indispensável para evitar possíveis fraudes na partilha da renda. Se, além do mais, têm sob a sua responsabilidade, o transporte até ao mosteiro ou até a algum dos seus centros dependentes, os custos da arrecadação poderão ser muito elevados. As soluções, irregularmente aplicadas, orientam-se no sentido de eliminar, ou, pelo menos, de reduzir estes custos. Tratava-se simplesmente de que recaíssem também nos cultivadores. Ainda que fosse um pagamento pontual, a presença de um homem do mosteiro (*mordomo, avençal, monge, homem*) e dos seus acompanhantes, deveria impor fornecimento de comida, bebida e, por suposto, alojamento”⁸⁸⁸

7.18. *Foros de prédios urbanos*

Pelo que nos é dado a conhecer pelo Tombos do Cardeal Alexandre Farnese, em princípio – principalmente nas cidades, como Guimarães, Porto... - , os foros de habitações são em dinheiro. E também em meios rurais, as casas que o mosteiro aluga têm uma avaliação monetária, nos foros a recolher.

8. As medidas, nos Tombos e nos prazos

8.1. *As medidas de superfície*

O homem como medida de todas as coisas. A sua inteligência, a sua vontade, a sua sensibilidade. As suas faculdades físicas e psicológicas. *Quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur*. Ou seja, cada um vê as coisas à sua maneira. Tudo afeiçoa à sua forma de ser. É a tendência natural de cada homem.

A sua alma e o seu corpo. É por si que aquilata de tudo: seus pés, suas mãos, seus braços, seus dedos, seus olhos... Diz Leite de Vasconcellos: as medidas mais naturais e, por isso, mais antigas, são as que saem da comparação com partes do corpo humano ou com os animais ⁸⁸⁹.

Até eles, os olhos. Já na Bíblia. No Velho Testamento ⁸⁹⁰ e no Novo ⁸⁹¹. Aqui, oferece o demónio a Cristo tudo quanto se observa do alto de um monte ! Com uma condição: que, prostrado, o adore...

Também houve, em Portugal este critério de avaliação: os olhos como cálculo de superfície. Dona Teresa determinou que, na vila de G. Eriz, não entrassem coelheiros numa extensão de terreno quanto a vista pudesse alcançar, estando-se de joelhos, com os olhos nem levantados nem baixos ⁸⁹².

De qualquer forma, não seriam os olhos um critério seguro para uma avaliação precisa. Tradicionais e de rigor mais definido outras formas e de melhor acomodação ao tecido da avaliação subjacente nos Tombos desta região, particularmente no que toca ao mosteiro de Santo Tirso, que passamos a mencionar.

⁸⁸⁸ RÍOS RODRIGUEZ, María Luz – *As orixes do foro...*, p. 136.

⁸⁸⁹ *Etnografia*, vol. X, p. 17.

⁸⁹⁰ *Gen.* 13, 14-15.

⁸⁹¹ Relato das tentações de Cristo, no episódio do começo da sua vida pública.

⁸⁹² RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. I, p. 245.

8.1.1. Campos, leiras, talhos...

Tratando-se de terras de lavradio – ou mesmo de terras a mato, quando fazem questão de as mensurar – é corrente a sua avaliação por alqueires de centeio. O alqueire de Landim – e a este couto pertencia a freguesia de Areias, com mais três ou quatro do actual concelho de Santo Tirso – era de 15,045 litros. O de Famalicão subia a 17,113 litros, o do seu reguengo valia 17,640 litros, quando o da Casa de Outiz a todos os sobrepujava, com o seu alqueire de 17,674 litros⁸⁹³. E, no Couto, 10 alqueires correspondiam, mais ou menos, a um hectare.

A forma mais comum, no Tombo de Areias (1548) e nas Vedorias de 1637 ou de 1782, era a medição de uma área pelo alqueire de centeio. Mas nem sempre. Uma que outra vez, calculam-se os terrenos por alqueires de linhaça, como em Areias, num pequeno campo, sito na Lameira das Hortas, do Casal de Silvalde de Baixo⁸⁹⁴.

A *jeira* – de operam *diariam*, *jaria*, *jaira*, *jeira*⁸⁹⁵ ainda hoje em voga pelas redondezas da Póvoa de Varzim. Aparece em Areias, especialmente a respeito de pensões a cumprirem-se nos emprazamentos. Várias vezes se fala como elementos de cômputo em *homens de jeira* ou *de foro*. Nos prazos landinenses de Areias, registados aquando da extinção do mosteiro dos cruzios (1770), aparecem-nos dois tipos de jeira, ambos convertíveis em dinheiro: *jeira de bois e carro*, que equivale, nessa ocasião, a 240 reis; e *jeira de corpo* que vale 40 reis⁸⁹⁶. A jeira, como medida de superfície – e tomando por critério a definição de Plínio e Varrão, ou seja, *chama-se jeira à extensão de terra que se pode lavrar num só dia, com uma junta de bois* – levaria quatro alqueires de centeio de sementeira⁸⁹⁷.

O critério apontado permitiria uma faixa alargada de esbatimento. Em Coimbra e segundo um texto documental de 1522, uma jeira correspondia a uma superfície de 60 aguilhadas de comprido por 12 de largo. A aguilhada, como medida de comprimento, valia seis côvados. Mas deste tipo de medição, o de comprimento, trataremos depois.

Consciente das variantes regionais, dizia Manuel de Almeida e Sousa: o costume, porém, é que deve regular a sua quantidade⁸⁹⁸.

Em relação com a jeira, a *vessada*. De terram *versatam*, segundo Viterbo, pondo de parte outras origens, menos seguras que igualmente sugere. E logo lhe traça o perfil: ainda hoje, na Província do Minho e Beira Alta, dão este nome à terra que duas ou três juntas de bois costumam voltar ou lavrar num dia⁸⁹⁹. Forma antiga na avaliação de uma área esta abertura do ventre da terra pelo esforço hercúleo, mas paciente, dos bois ao arado⁹⁰⁰.

⁸⁹³ *Comparações métricas dos Pêzos e Medidas do Districto de Braga*, 1859, pp. 48-49.

⁸⁹⁴ *Tombo de Areias*, f. 12.

⁸⁹⁵ MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Ed. Confluência-Livros Horizonte, Lisboa, 1967, p. 1339.

⁸⁹⁶ ADP CVSML Lv. 1, ff. 160-160 v.- 161...

⁸⁹⁷ VITERBO – *Elucidário, sub voce Labor*, vol. II, p. 360, e sub voce *Geira*, vol. II, p. 301, ed. da Livraria Civilização, Porto-Lisboa, 1966.

⁸⁹⁸ *Appendice Diplomatico-Histórico ao Tractado Prático do Direito Emphyteutico*, Lisboa, 1814, pp. 166-167.

⁸⁹⁹ *Elucidário*, vol. II, p. 629. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que se refere à *vessada* como extensão de terra lavrada por uma junta, vol. XIV, p. 195. Cf. *Inquisitones* I, p. 544; GAMA BARROS – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. III, p. 847.

⁹⁰⁰ Cf. documento de 1092, em DC 782. Num documento da época de D. Sancho II, fala-se de um herdamento que se lavrasse por seis juntas de bois: AH do Porto, vol. I, p. 264.

Aparece o vocábulo imensas vezes nas Inquirições de 1220 e 1258. Mas no sentido de campo que se lavra e se cultiva, cuja grandeza, porém, se não explicitará ⁹⁰¹.

Vários documentos do mosteiro próximo de Roriz referem-se à *vessadella*, numa sequência que, com a *segadella* e a *malhadella*, marcam ritmicamente as etapas fundamentais dos trabalhos agrários, todas elas incluídas no cômputo das rendas que os caseiros teriam de pagar ao directo senhorio. Assim, em documento de 1464:

Item pagaredes mais dos dictos dous Casaaes em que morades Segadella, e Vessadella e malhadella... e de cada moradia dos ditos casaaes as pessoas, que em eles morarem Luitoa acostuada de cada pessoa ⁹⁰².

Do cartório do mosteiro de Santo Tirso, extraiu João Pedro Ribeiro um esquelético sumário sobre a *terça de três vessadas* ⁹⁰³.

O Tombo de Areias refere-se a uma bouça da Quintã de Caldelas, sita na Tojeda, que, atravessada pela linha perimetral, pertence à freguesia de Areias e de Avidos, na proporção, em vessadas, de três para uma:

Huma vecada e meia dela dizima a Igreja de Areas ⁹⁰⁴ (...) *e atrauesa por dentro a quall bouca dizima a Igreja dareas Saluo huma meia vecada que fica da parte do norte que dizima a Igreja dauidos* ⁹⁰⁵.

A vessada, como tarefa agrícola, era importante. E muito absorvente, no que respeita a esforços. Dos homens e dos animais. Daí a colaboração dos próprios lavradores que se revezavam, num rodopio constante, em serviço de entre-ajuda. As alfaias eram também adequadas à função, pelo que toca, particularmente, ao arado ⁹⁰⁶. De um *item*, que se lê num inventário por falecimento de Rosa Mascarenhas, lavrado em 1858, em Areias, distinguem-se os *arados veçadouros* dos *de mão*. Cinco dos primeiros foram avaliados em 2400 reis, incluindo acessórios ⁹⁰⁷.

Esta medida de área acabou por sofrer as consequências de uma série de fases, dentro da dinâmica da evolução metonímica, semântica e da derivação imprópria: de *jeira* (a acção ou o tempo que ela dura) à *vessada* (o seu efeito), *ao homem de jeira* (o seu agente). E até e ainda dentro da derivação impropriamente dita, a subida do nome comum à categoria do nome próprio: a *Jeira* ou *Vessada*, sobretudo esta, que ainda se pluralizou, desdobrando-se num leque de vários topónimos. Só alguns exemplos colhidos na região de Santo Tirso. Dela tiravam nome algumas propriedades dispersas pelas nossas freguesias. A modos de exemplo, apenas alguns casos: a ela se deve o nome de *Vessada do Soalhão*, do Casal de Calvelo ⁹⁰⁸.

⁹⁰¹ GAMA BARROS, o.c., vol. VII, p. 467.

⁹⁰² SOUZA, Manoel de Almeida e, o.c., p. 218.

⁹⁰³ CRUZ, António – *Cópias, extractos, sumários...*, em “Bol. da Bibl. Da Univ. de Coimbra” (1938) doc. n. 62, p. 178. É um documento de 27 de Maio de 1285.

⁹⁰⁴ APA *Tombo de Areias*, f. 15 v.

⁹⁰⁵ APA *Tombo de Areias*, f. 17 v.

⁹⁰⁶ PIRES DE LIMA, Dr. Augusto César – *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, vol. III, pp. 278-279.

⁹⁰⁷ APA, doc. avulso, sob o n. 29. Sobre o arado vessadouro, uso e descrição, cf. DIAS, Jorge – *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, ed. da INCM, Lisboa, 1982, pp. 82-83 e 120-121; VEIGA DE OLIVEIRA, E., GALHANO, F., FERREIRA, B. – *Alfaia Agrícola Portuguesa*, ed. do INIC, 2.^a ed., Lisboa, 1983, p. 178 e ss. Veja-se ainda Desenho Etnográfico de Fernando Galhano, ed. do INIC e Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. I, Lisboa, 1985, nn. 242-244.

⁹⁰⁸ Esta unidade media um hectare, pois levava dez alqueires de sementeira. Pelo Oc. confrontava com o Ribeiro que descia de Agromoinho. E, pelo Oriente, confinava com a latada e terra de Soalhão, em

Uma tia-avó do burgalenense Frei José Joaquim de Santa Rosa, egresso beneditino, do lugar de Real, da Casa do Passadiço, que viveu em Covas (Areias), essa tia-avó casou neste lugar de *Vessadinha*⁹⁰⁹.

Em Areias, tinha o mosteiro de Landim o *Campo da Meia Beçada*, confinante, pelo norte e oriente, do Campo da Torre, que pertencia ao casal de Fareiros, da Igreja de Areias⁹¹⁰.

Mas deixemos as fadigas do arado vessadouro. E demos folga aos animais. Que ruminem em paz e se reconstituam nas energias do pasto. Pois, eu tinha dito que o homem aquilata das coisas, pelo confronto consigo próprio ou com os animais. Ora, o trabalho dos bois – jeiras ou vessadas – demonstram-no. Com até o seu alimento.

- Quanto mede este campo ?

- Dá para uma junta de bois.

Isto é, um campo capaz de fornecer a erva que fosse de molde a nutrir esse número concreto de cabeças de gado. E três delas cobririam um hectare⁹¹¹. Claro, se a terra de bom amanho o fosse! Muitas vezes, ouvi eu próprio este critério de avaliação dos lábios certos dos agricultores de cá.

Enquanto, em Areias, no seu Tombo, se aglutinava um duplo cálculo na avaliação da superfície – a periferia, medida em varas; e a sementeira em alqueires, a respeito da área delimitada -, em Burgães, no seu Tombo, geralmente só esta última – a capacidade da semente – é que conta. Raras vezes se aquilata da periferia. A não ser uma que outra vez. Vejo-a, particularmente, na avaliação das unidades minúsculas. Então, à sementeira vem ajuntar-se a medição do circuito da orla periférica, ou melhor, a simples medição em cruz, esta calculada por varas, braças, côvados...

8.1.2. Vinhas, latas, uveiras...

Primitivamente – diz Alberto Sampaio – existiram dois tipos de exploração vinícola: as vides baixas e as vides trepadeiras, encostadas a árvores. Seria predominante o primeiro tipo de cultura que, segundo ele, só diminuiria, aquando da legislação do Marquês do Pombal, privilegiando uma cultura desse género, na parte transmontana do Douro⁹¹².

Não sei se é exacto. Que, na Idade Média, concorriam, lado a lado, as vinhas baixas, ao par das videiras de enforcado, parece que sim. Mas as vides baixas, julgo viriam antes a ser postergadas pela forma de cultura que já encontramos tímida no Tombo de Areias: as latas, técnica de muito menos estipêndio e de rentabilidade que às outras não seria inferior. Não sei se daquele abandono viria o ditado: *Isto já foi chão que deu uvas* !...

No se. XVI, encontramos em Areias – que não só ! – três tipos de viticultura:

. As *vinhas*, de cujo plantio surgiu o topónimo arenense de *Bacelo* (por exemplo, em Silvalde), normalmente viradas a sul;

. As *uveiras*, o correspondente ao vinho de enforcado, e sobretudo crescendo nos campos, a par com o centeio. Chama-lhes o Tombo uveiras de carvalho ou carvalhos de uveiras, pelo nome do suporte a que, tão frequentemente, se arrimam;

Burgães. Cf. *Tombo desta freguesia*, f. 206. Cf. as respostas do abade de Burgães ao P.e Luis Cardoso, em 1758, em CSTBC (1953-1954) 445.

⁹⁰⁹ *Livro da Razão*, f. 6 v.

⁹¹⁰ APA Vedoria de 1782, f. 62.

⁹¹¹ Informação do Sr. Araújo, de Palmeira.

⁹¹² *As Vilas do norte de Portugal*, p. 93.

. A lata ou derivados – lata, latinha, latada... – de que, possivelmente, provêm dois topónimos arenenses, ou seja, os dois casais da Lata, um da igreja de Areias, identificado com o de Sande, e outro, de igual título, do mosteiro de Landim. Normalmente, cresciam ao pé de casas, ou em cortinhas, cortelhos ou eidos, junto das portas fronhas.

Ora as vinhas calculam-se por homens de cava, a que, de regra, se ajunta a produção correspondente em almudes, numa oscilação que se explicará com a idade da vinha, o estado em que, na altura das medições, se encontra e o modo da sua plantação, etc.

E assim dispomos destes dados concretos, no Tombo de Areias:

Homens de cava	Produção
2 homens de cava	6 almudes ⁹¹³
3 homens de cava	15 almudes ⁹¹⁴
4 homens de cava	15 almudes ⁹¹⁵
4 homens de cava	20 almudes ⁹¹⁶
5 homens de cava	20 almudes ⁹¹⁷
10 homens de cava	20 almudes ⁹¹⁸
13 homens de cava	40 almudes ⁹¹⁹

Em 1637, topamos igualmente uma forma mais complexa, no cálculo das vinhas: além de homens de cava e produção, a medição em cruz, por varas. Uma vinha do Casal de Silvalde, a poente da séssega, media: 90 por 40 varas; 10 homens de cava; com resultado de 20 a 30 almudes de produção anual de vinho⁹²⁰.

Segundo um prazo de um dos casais do reguengo de Cabeçudos, havia aí dois bacelos, ambos de três homens de cava, com rendimento de cinco almudes. O mais curioso é a notícia referente à proporção entre os pés de videiras e a quantidade do produto: cada um dos bacelos tinha quarenta e cinco varas e produzia, como dito ficou, cinco almudes de vinho⁹²¹.

Acrescentaremos a informação seguinte: cinquenta homens de cava faziam uma *jeira de vinha* que também se chamava de *jeira inteira* -, enquanto *meia jeira* – e logicamente ! – compreendia vinte e cinco homens. Um documento das vizinhanças, o Tomo de Vilarinho, é que nos dá a estimação⁹²².

Era normal, quando os enfiteutas se obrigavam à prestação de corveias, substituir a cava pelo foro alternativo de índole monetária:

*E por geira a dita Quinta X. dias, quer LX reis, qual vos ante quizerdes... e seis geiras, ou a 15. reis por ellas*⁹²³.

⁹¹³ APA Tombo de Areias, ff. 5. 13. 15.

⁹¹⁴ APA Tombo de Areias, f. 7.

⁹¹⁵ APA Tombo de Areias, f. 6.

⁹¹⁶ APA Tombo de Areias, f. 6.

⁹¹⁷ APA, Tombo de Areias, f. 9.

⁹¹⁸ APA Tombo de Areias, f. 10.

⁹¹⁹ APA Tombo de Areias, f. 12.

⁹²⁰ APA Vedoria de 1637, lauda 34-35.

⁹²¹ SAMPAIO, Alberto – *As Vilas do Norte de Portugal*, p. 93, nota 5.

⁹²² VITERBO – *Elucidário*, sub voce *Geira*, vol. II, p. 301.

⁹²³ Documentos de Pendurada de 1477 e 1537, citados pelo *Elucidário*, no referido lugar.

Um autor tirsense, natural de Burgães, o dito Frei José Joaquim de Santa Rosa, aos começos do sec. XIX, alude a esta equiparação, a propósito da conversão da jeira em dinheiro⁹²⁴.

8.1.3. Outras medidas de superfície

A *braça* usava-se cá, nestas condições, para medidas de superfície, por banda dos pedreiros. Valia entre 4,5 m² e 5 m², na avaliação dos muros. Normalmente – dizia-me mestre Bouças de Sequeirô, meu dedicada informador – arredondava-se para 5 m². Era uma questão de facilidade maior, sem que daí algo se perdesse ! Ao menos, para o empreiteiro...

Se, como medida de comprimento, chegava a braça a 2,192 m, em Famalicão, quando as coisas se punham ao nível da superfície, atingir-se-ia a casa dos 4,80 m², ou pouco mais.

Como medida de secos, encontramos, em Areias, a *fanga*. Documenta-a uma tradição oral escolar, uma como mnemónica ou cantilena de boa fixação, sem os impulsos dolorosamente coercitivos da cana ou da palmatória ! A não ser quando, nem assim, as coisas só à bordoadada se decorariam. Mas não sei se cá também alguma vez existiu como critério de medição no campo das áreas. Noutras regiões, sim: *Fanga*: superfície de terrenos que leva quatro alqueires de semente... designando uma superfície de 6.440 m² que pode comportar quatro alqueires de semente⁹²⁵.

É natural que, neste cômputo, o alqueire seja de proporções mais avantajadas que o de Landim.

8.2. As medidas de comprimento

Do uso metafórico ou psicológico das mesmas não é agora um problema de realce. Em princípio. E' que, de algumas aqui em uso, de passagem valerão uma referência. *Ficou com um nariz de palmo* ou *como um trombone*, quando alguém foi colhido de uma surpresa desagradável.

Outras expressões do mesmo feitio: *Fulano não vê um palmo à frente do nariz* como expressão conotativa de tacanhez. *Há-de pagá-las com língua de palmo* ou *pela medida grande* ou ainda *pela medida de Guimarães*, como forma de ameaça de vingança, superior à de, apesar de tudo, maior continência da medida judaica *olho por olho, dente por dente*.

Chamo a atenção para o provérbio dos *Nobiliários* (sec. XIII), sobre o *abyssus abyssum invocat*, quando falha a correcção oportuna: *se um dia leixares de fazer justiça um palmo, loguo outro dia se arredara de ti huma braça*⁹²⁶.

Também não faltam testemunhos do sentido psicológico das medidas. Dizia o abade de Areias, em 1758, ao P.e Cardoso, a respeito da distância entre a sua freguesia e a Cúria diocesana de Braga: *três léguas que se fazem grandes pela arduidade do caminho*⁹²⁷.

Deixemos o sentido metafórico ou psicológico das medidas. E vamos ao de sua significação imediata e directa.

⁹²⁴ Livro da Razão, f. 43.

⁹²⁵ PINTO, Adelina Angélica – *Isoléxicas Portuguesas*, Coimbra, 1983, pp. 128-129.

⁹²⁶ *Nobiliários*, p. 254.

⁹²⁷ CSTBC (1951-1952) 414, n. 21.

8.2.1. O alcance das armas.

Falo deste critério, porque foi muito em voga, em Santo Tirso. E glosado de muitas e variadas maneiras. Também já velho de milhares de anos. Por exemplo, o tiro de pedra foi a distância a que Cristo se retirou dos seus discípulos, no Horto das Oliveiras ⁹²⁸. Entre nós, o tiro de besta, que Carlos Bessa identificou com a elasticidade que vai dos 300 aos 1.000 metros ⁹²⁹.

Aqui, na nossa região, em particular, e ao sec. XVIII, valem estes exemplos que seguem. Quando o abade de Rebordões, o Dr. José Gomes de Sousa, em 1738, quis a autorização para instalar o sacrário na igreja paroquial, deu ao Paço do arcebispo as seguintes informações: que a igreja tem seis vizinhos distantes da igreja de um tiro de espingarda; e dois, ao redor de um tiro de espingarda; oito, à distância de três tiros; e mais uma aldeia, com cinco vizinhos, à mesma distância ⁹³⁰.

Em 1758, vários párocos utilizam o mesmo cálculo. Aliás, por confronto de todos os casos entre si, se pode ver da imprecisão da medida. O pároco de Santa Cristina diz que a sua capela de S. Roque dista da igreja paroquial um tiro de espingarda ⁹³¹. Na mesma altura e na mesma fonte – os *Inquéritos Paroquiais* –, o abade de S. Martinho de Bougado chama-nos a atenção para o facto da diocese de Braga ter penetrado a sul da Lagoncinha, por quase um tiro de mosquete ⁹³².

Igualmente, no mesmo ano de 1758, o Vigário de Santo Tirso, Frei José do Pilar – e sempre nas respostas ao P.e Cardoso – garante que o lençol do Ave terá de inverno um tiro de espingarda de largura ⁹³³.

Ainda no sec. passado – e creio que só a introdução do sistema decimal as arredou, pouco a pouco, mas em definitivo, as tais medições – estava em uso este tipo de alcance das armas como critério de medição: Silvalde (em Areias), fica a um tiro de bala da ponte de Santo Tirso ⁹³⁴. Por estes casos concretos, se verá das deficiências da aplicação de tais critérios: muito elásticos e pouco precisos, na concretização da distância.

8.2.2. Outras formas de medição, mais rigorosas

Há, porém, outras formas de aferição, agora mais determinadas. Continuam as diferenças – de região para região, e, na mesma zona, de produto para produto –, mas, dentro dos condicionalismos do mesmo espaço e para a mesma mercadoria, há sempre um rigor maior.

Vejam algumas destas medidas, que interessam à leitura dos Tombos e dos prazos.

O *palmo*. Um Visitador de Areias, D. Francisco de Araújo e Carvalho, a 23 de Outubro de 1721, prescreve uma nova imagem de Nossa Senhora do Rosário, de *quatro palmos* ⁹³⁵. Em 1855, dividir-se-ia o Prazo da Torre Alta, da Sereníssima Casa de Bragança, em duas metades. Na parte do norte, ficava a Capela de Nossa Senhora da

⁹²⁸ Lc. 22, 41.

⁹²⁹ *Memórias da “Batalha Real”, no 6.º centenário em “Batalha de Aljubarrota. Comemoração do 6.º Centenário”,* ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1988, p. 51.

⁹³⁰ ADB/UM *Registo Geral*, vol. 73, ff. 21-24 v..

⁹³¹ CSTBC II (1952-1953) 486.

⁹³² CSTBC II (1952-1953) 136.

⁹³³ CSTBC III (1954-1955) 449.

⁹³⁴ Cf. o folhetim *O demónio de Silvalde*, em JST de 30 de Julho de 1885, p. 1, da autoria, provavelmente, do velho professor Fernando Pires de Lima.

⁹³⁵ APA *Livro de Visitas*, vol. I, f. 5 v.

Torre, a dez palmos, e huma mão travessa da linha demarcadora, assinalada com marcos de granito, que dividia as duas metades, correndo na orientação do leste para poente⁹³⁶.

Mais um exemplo: no segundo triénio do abaciado de D. Bento de Santo António Vieira, à frente dos destinos do convento de Santo Tirso (1810-1813, ler-se-á:

Fez-se nos paçaes hum alpendre lageado de pedra com cazas em ambas as extremidades, o que tudo tem de comprimento 160 palmos, d'altura das soleiras para sima 12, e de largura 24, e pegado com o mesmo alpendre fez-se huma formosa eira de pedra que tem em quadro 134 palmos.

A maior eira da região⁹³⁷ ! Há variações no palmo. Em Areias – e jaz fixado numa acta da Junta -, 16 palmos são 3,53 m⁹³⁸.

De igual uso a *vara*, de que o palmo era uma subdivisão. Tinha cinco palmos, concretiza o Tombo de Areias⁹³⁹.

As agras – com as suas leiras, campos, talhos ou talhinhos – as bouças e montados – quando medidos que, a princípio, se não usava – e outros terrenos de fruta – pomares, cerrados – ou chantadorias – eram avaliados por este critério. E não só. Ainda há pouco tempo, se fazia uso da vara. Mas num caso especial: na medição do cebolo. Far-se-ia a sementeira por sobre um pódio de terra, de forma trapezoidal alongado, como ainda hoje se vê. E era sobre o tenro cebolo que se aplicava a medição da vara, para sua venda, em ordem à plantação.

O Visitador, Dr. António Barros Lima, abade eleito de S. Tiago de Sequiade e de suas anexas, S. Pedro de Sá e Santa Comba de Corujães, manda que os fregueses de Areias façam uma toalha para a mesa de comunhão, *de cinco varas* de tamanho. E deu um prazo de quinze dias aos Oficiais do Subsigno para a sua aquisição. Foi satisfeito, diz-se à margem do *Livro de Visitas*⁹⁴⁰. O *Diário* do tirsense – natural de Sequeirô, mas casado em Areias e aqui falecido – José Bento Fernandes, soldado miguelista, fala-se de um episódio acontecido em Ponte Ferreira, junto de Valongo: *talhavam carne à distancia de sem varas do sarilho onde estavo as armas*⁹⁴¹.

A vara tinha cotação de grandes diferenças. Por isso, terras houve em que se procurou estabelecer uma como que medida padrão, para a sua uniformidade. É o caso de Moreira de Rei, Trancoso, cujos vizinhos se deram ao cuidado de a fixar, gravando o seu tamanho na porta da Igreja⁹⁴². E na igreja de Montalvão, nas suas colunas, está igualmente gravado o tamanho quer do côvado quer da vara.

No Couto de Landim – repito, de que Areias era parte integrante – a vara equivalia a 1,096 m. Atendendo, claro, à amplitude do palmo, que era igual ao de Famalicão.

A *braça*. Era uma medida especialmente usada cá pelos pedreiros. Ao menos, em tempos mais achegados. Por ela – e como medida de superfície – se calculava o tamanho, nas medições dos muros, por exemplo. Como medida de comprimento, valia dez palmos ou seis pés.

⁹³⁶ APA, *Auto de rectificação de limites... Documentos de apoio*, doc. n. 5, f. 208.

⁹³⁷ Relatório trienal, cujos estadistas foram Frei António de Nossa Senhora e Frei José do Sacramento, em ADB/UM *Congregação de S. Bento de Portugal*, Cx. 111.

⁹³⁸ *Actas da Junta de Parochia*, 1878-1890, f. 78 v.

⁹³⁹ APA *Tombo de Areias*, f. 15. Cf. *Tombo da Lama*, f. 60. Cf. ainda APA *Vedoria de 1637* (lauda 10), a propósito da Ceara do Castanhal, e *Vedoria de 1782*, pp. 67-67 v..

⁹³⁹ APA *Livro de Visitas*, vol. I, f. 17 v.

⁹⁴⁰ Cf. CARVALHO CORREIA – *Freguesia de Areias, Santo Tirso. Vol. II/1: Do sec. XVI ao sec. XX. A Vida religiosa de uma comunidade*, Santo Tirso 2005, p. 516.

⁹⁴¹ *Diário*, f. 11

⁹⁴² PINTO, Adelina Angélica, *o.c.* p. 20.

Em Burgães, porém, a braça era de oito palmos. Assim uma leira, no campo da Lameira, de sob a cortinha de Pero Anes, na Agra da Rabada, tinha de comprimento setenta e cinco braças. E acrescentam os tombadores: de oito palmos a braça⁹⁴³.

Decaiu como medida de comprimento. Todavia, na mesma profissão dos pedreiros, ainda há pouco se utilizava a braça. E não só como medição da área. Também como aferição da pedra bruta. Logo como forma de medição volumétrica. Enfim, como critério de validade, na roda dos tempos, para os três tipos de medição: comprimento, área e volume.

Ainda a respeito da braça, recorde-se: a cerca da Quinta de Fora do mosteiro de Santo Tirso foi murada no triénio de 1804-1807, ao tempo do Abade Frei Luis dos Serafins. Escreveram os estadistas, Frei Manuel dos Serafins e Frei José da Esperança:

*Fizerão-se os muros dos Passais de fora, obra que se determinou em Capitulo Geral. Ficão completos e já cobertos de cal excepto hum pedaço pela parte do rio que se não concluiu por cauza do Inverno. Levou vinte e cinco mil carros de pedra alem da que tinha o muro velho Levou mais de 600 sacos de cal Levou dois annos pouco mais ou menos a fazer tem 2000 braças de parede*⁹⁴⁴.

O pé. Falamos da braça e da sua relação com o pé. A propósito desta medida, recordemos que a Livraria do nosso mosteiro, cujo risco se ficou a dever a Frei José de Santo António Ferreira Vilaça e que suscitou a admiração do notável mestre de Paleografia, João Pedro Ribeiro, media 63 por 29 pés, ou seja 19,23 por 8,27 m⁹⁴⁵. Como se sabe, hoje, na que foi Biblioteca conventual, funciona o Salão de Estudo da Escola Agrícola.

O bragal. Bragal era um pano de linho grosso. E pelos direitos reais exigidos no foral manuelino de Refojos de Riba d'Ave, se deduzirá que o seu cultivo, nesta região tirsense, devia ser alargado. Já menos o seria a norte do Ave, creio, para a mesma zona concelhia.

Mas, por agora, interessa-nos o vocábulo, na medida em que se faz portador de um outro conceito: é que o bragal chegou a ser também uma medida envolvente e superior à mesma vara, isto é, o equivalente a sete ou oito varas.

No Foral manuelino de Refojos de Riba d'Ave (1513), lê-se:

*Os moradores de parada de castinheira am de pagar ... duzentas e quorenta e duas varas de bragal*⁹⁴⁶.

O côvado. Na visita de 23 de Outubro de 1721, à freguesia de Areias, o Dr. Francisco de Araújo e Carvalho prescreve *hum veo branco de calis de tafeta de granada de hum Couado*⁹⁴⁷. Pouco mais de meio metro, em Famalicão, a rondar concretamente os 65 cm.

Enfim, creio que não era nas medidas de comprimento onde, no norte, maior oscilação regional se ia verificando. Nas medidas de secos, sim, a diversificação era escancarada. Mas vejam-se as diferenças, no que respeita a medidas de comprimento,

⁹⁴³ Tombo de Burgães, f. 206 v.

⁹⁴⁴ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 111

⁹⁴⁵ SMITH, Robert – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*, vol. II, p. 365.

⁹⁴⁶ CRUZ, António – *Forais manuelinos da Cidade e Têrmo do Pôrto existentes no Arquivo Municipal*, ed. da Câmara Municipal do Porto, p. 208.

⁹⁴⁷ APA *Livro de Visitas*, vol. I, f. 5.

entre Famalicão, Guimarães e Braga, conforme uma tabela fornecida no contexto da introdução do sistema decimal de pesos e medidas.

Fala-se ainda de outras pequenas medidas, como *o furco*, ou seja, a distância que vai da cabeça do dedo polegar à do indicador esticados; ou ainda *o coito* – também medida de comprimento – que utiliza os mesmos dedos, esticados ainda – mas em sentido contrário. O furco corresponderá a três quartos do palmo.

8.3. Medidas de pesos

A pesos há várias alusões na paróquia de Areias e circunvizinhas. Antes de mais, porém, um dado interessante, de valor arqueológico. Já o dissemos, pelo que, agora, nos bastará uma referência, um tanto ou quanto sumária. Na década de setenta, achar-se-ia, na Torre Alta – ou, simplesmente, Torre – um peso de balança – romano ? medievo ? – que se guardava nas mãos do Sr. Fernando Carneiro e, hoje, se encontra, por oferta deste, no Museu Municipal Abade Pedrosa⁹⁴⁸. De outros dados se dispõe, sim; mas nas fontes documentais que, neste momento, mais nos interessam.

Como para as medidas de comprimento, também não faltaram tentativas regionais que padronizassem e regularizassem os critérios e os instrumentos de avaliação (pesos, balanças...). Vamos dar a conhecer algumas dessas iniciativas.

A Câmara de Lousada possui uma colecção de pesos de bronze. Encaixam-se uns dentro de outros. O mais pequeno exhibe uma tampa de chumbo siglada de um R. Que significa ? A inscrição da cintura revela o segredo que é garantia de autenticidade: *Me mando fazere do Emanuel rei de Portugal ano de 1499*⁹⁴⁹.

Uma das competências do abade de Santo Tirso, nos limites do seu couto, era exactamente a jurisdição cível sobre pesos e medidas. Das justiças que o prelado elegia, nos começos de cada ano, fazia parte o almotacé. A Câmara do Porto chegou a tentar meter em Santo Tirso o seu sistema de pesos e medidas, mas o Prelado do nosso mosteiro preferiu outras adopções, como se verá. A ele competia a decisão, a este propósito, a vigilância pela sua fidelidade e a aplicação de sanções aos infractores. Recorde-se que, além das duas feiras anuais de S. Bento, havia, desde há séculos, a feira quinzenal do Cidnai. E, à sua volta, um aglomerado de casas de comércio e oficinas de artesãos.

Às vezes, os padrões aceites supunham formas peculiares, para que as cópias em uso se não desvirtuassem. Assim, terras houve em que os regedores possuíam medidas exactas junto de si, e, por elas, decidiam da regularidade dos pesos, na área da sua jurisdição. Noutros casos, eram as Confrarias. Leite de Vasconcelos cita a história de Viana do Alentejo: a Irmandade de S. Miguel das Almas – e muito bem que, na iconografia, é o Arcanjo que os homens está a pesar, numa solicitude escrupulosa de imparcialidade justiceira – essa Confraria, repito, alugava uma grande balança, sobretudo para pesar carne de porco⁹⁵⁰.

Uma acta da vereação da Câmara portuense, de 1404, tenta impor as medidas “oficiais” da cidade. E, por esse processo, as linhas de uma aplicação uniforme e de ri-

⁹⁴⁸ CARVALHO CORREIA – *Areias, até ao sec. XI*, col. “Ave. Caderno de Cultura” n. 4, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989, pp. 40-41.

⁹⁴⁹ LEITE DE VASCONCELLOS, J. – *Emografia Portuguesa*, vol. X, ed. da INCM, Lisboa, 1998, p. 32.

⁹⁵⁰ LEITE DE VASCONCELLOS, o.c., p. 33.

goroso controle. Tinha em mente disciplinar vários comerciantes: *carnjçeiros como marçeiros... paateiras e cardeiras* ⁹⁵¹.

Mas vamos aos pesos tradicionais desta região de Santo Tirso. Algumas notas, apenas.

O *arrátel*. Com data de 1632 e num escrito de um recebedor do mosteiro de Santo Tirso, acerca de um prazo – o Casal de Real, de Burgães -, diz-se:

R.ce Balthezar da Silva no Casal de Real... meio leitão de 10 e ½ arrateis ⁹⁵².

Para a ponte de Santo Tirso, sobre o Ave – e tão engalinhada na construção que mais de um século duraria a empreitada, mais de um projecto veio a anular e mais que uma vez chegou a substituir riscos anteriormente aprovados e parcialmente postos em execução – impendia sobre os compradores de vinho – a retalho, por quartilho – e de carne, a carne de vaca – em cada arrátel – o tributo de um real⁹⁵³, o que, no concelho de Landim, exactamente no ano em que este largaria o último suspiro, em 1836, deu a soma globalizante de 55 mil reis. Nas nove freguesias daquele concelho e naquele ano, nas vendas a retalho do vinho e da carne, se recolheria o citado montante em numerário, entre arráteis de carne e quartilhos de vinho... ⁹⁵⁴.

Por fim, um exemplo mais. Numa receita, que, por duas vezes, no monge de Burgães Frei José Joaquim de Santa Rosa, Prior que foi de Travanca, se recolheu, a propósito de uma especialidade da doçaria na região, pode ler-se, no formulário que, por inteiro, gostosamente passamos a transcrever:

Receita dos biscoitos do Mosteiro de Santo Thirso:

Para meio alqueire de farinha triga Dous e meio arrateis d'açucar derretido. Meio arratel de manteiga derretida, e lançada no açúcar. Dez reis de canela em pó lançada na farinha. Dez reis de herva doce lançada na calda do açúcar. Depois de bem puxada a massa, fação-se rolos, e depois tender como para pão de trigo, e depois de bem levedos, aqueça-se o forno mais brando do que para o trigo. No dia seguinte partão-se os rolos às rodela, e se tostem em folhetas de lata, ou em taboleiros de castanho e nunca pinho por cauza do gosto de rezina ⁹⁵⁵.

Uma receita na doçaria tirsense, há uns séculos...

Quanto valeria o arrátel ? No inventário do mosteiro de Landim – e fez-se, repito, para a sua extinção, em 1770 -, entrou o sino grande: pesava 35 arrobas e valeria 268 mil e oitocentos reis, ao preço de 240 reis por arrátel ⁹⁵⁶. A arroba, pois, tem trinta e

⁹⁵¹ *Vereações (anos de 1401-1449)*, Publ. da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, col. "Documentos e Memórias para a história do Porto", n. 40, Porto, 1980, p. 220. Cf. também p. 225.

⁹⁵² SANTA ROSA, Frei José Joaquim de – Livro da Razão sobre algumas particularidades pertencentes à Caza de Real, e de Covas, e vida do P. Pregador Frei Jozé Joaquim de Santa Rosa, Monge de S. Bento, e Secularizado por Decreto do Sr. D. Pedro IV, no ano de 1834, ms. valioso que se guarda no Arquivo da Casa de Covas (Areias) f. 8 v.. Cf. PIRES DE LIMA, Dr. Augusto César – Autobiografia de um Monge de S. Bento, Guimarães, 1934, p. 14.

⁹⁵³ PIRES DE LIMA, Dr. Augusto César – *O Lugar da Torre*, em CSTBC IV (1955-1956) 226.

⁹⁵⁴ CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova. A Justiça*, Tipografia Minerva, Famalicão, 1947, p. 64.

⁹⁵⁵ SANTA ROSA, Frei José Joaquim de – *Livro da Razão*. A versão da receita, que seguimos, está na última folha do manuscrito, citado na nota 92. Folhas antes, encontra-se a mesma receita, com ligeiras variantes.

⁹⁵⁶ ADP CVSML Lv. 1, ff. 96-96 v.

dois arráteis. E este, o arrátel, equivalerá a 459,267 gr. Será este também o valor do arrátel em Santo Tirso. Efectivamente, o JST de 1885, di-lo de 459 gramas, sem excrescências insignificativas dos números decimais. *De minimis non curat praetor...*⁹⁵⁷.

Do arrátel veio, como sub-múltiplo, a quarta, à volta das 120 gramas, e a meia quarta, com cerca de sessenta, critério muito usado nos meus tempos de criança, na pesagem do café e da cevada, nas lojas ou mercearias. Às vezes, ficava um pouco perplexo com as formas paralelas e concurrenciais do masculino: o quarto e o meio quarto. Não entendia porque era de peso maior o quarto de sabão (250 gramas) que a quarta de café, de apenas 120 gramas. Só, mais tarde, vim a compreender que se tratava de sub-múltiplos da nova medida do sistema decimal, o quilo. Ao passo que as formas femininas de quarta e meia quarta o eram da medida tradicional do arrátel. O velho e o novo ainda concorrendo, lado a lado...

Mais pequeno, um pouquito, o arrátel, imposto a uma freguesia das vizinhanças. No esboço dos estatutos da Confraria do Bom Jesus de Santa Cruz, de Burgães, o Governo Civil do Porto mandou reformular o capítulo V, que dizia: *Ao Tesoureiro dando-se-lhe parte do falecimento de algum irmão, avizará logo o Zeladôr, para este participar á Mêza e Mordomos, e dará ao portadôr que lhe fez o avizo duas vellas de quarta.*

Ora, o Governo Civil do Porto mandou apor no requerimento a observação de que se deveria substituir o peso da quarta por gramas. Pelo que assim ficou o teor deste artigo, após a aprovação: *... e dará ao portador da notícia duas velas de cento e quatorze grammas para arder em casa do defunto, em quanto se não sepulta*⁹⁵⁸.

A libra. Várias vezes, encontrei na documentação outro pólo de referência: a libra. Por curiosidade, citarei alguns dos documentos que a tal se referem. Um da paróquia vizinha de Sequeirô, da Confraria do Subsigno. No c. 21, a respeito *Da cera que o Juiz he obrigado*, determina o regulamento

*Ordenamos que falecendo qualquer Confrade desta freguesia sera o Juiz obrigado a darlhe duas vellas e sendo filho familia huma vella e estas serão de seis a livra tera mais obrigação o Juiz velho de entregar ao novo huma livra de sera por arder de seis a livra e toda a mais que tiver ardida a entregara*⁹⁵⁹.

No testamento com que faleceu António José da Cunha, *do lugar de Fontella desta freguesia de Sant'Iago de Areas*, lêem-se as suas disposições de última vontade. Entre elas, dez missas pelos escravos que faleceram em seu poder. E manda que as velas do seu funeral sejam de libra⁹⁶⁰.

Na Confraria do Subsigno da Lama, entre várias, duas sanções merecem destaque: a penalidade de um arrátel de cera para os faltosos à eleição⁹⁶¹; e uma libra de cera de multa para aquele que, sem justa causa, se recusa a servir na dita Confraria, no cargo para que foi eleito⁹⁶².

O burgalenense Frei José Joaquim de Santa Rosa deu-nos esta receita da nossa farmacologia, ao século XIX:

⁹⁵⁷ JST de 23 de Abril de 1885, p. 2; e de 30 de Abril de 1885, p. 1.

⁹⁵⁸ *Estatutos da Confraria do Senhor Bom Jesus de Santa Cruz erecta na freguezia de S. Thiago de Burgães*, Tipografia do Jornal de Santo Thyrsó, 1890, p. 12. Agora art.º VII.

⁹⁵⁹ *Estatutos da Confraria do Subsigno de Sequeirô*, texto do sec. XVIII, que se conserva, fragmentado, no Arquivo Paroquial desta freguesia. Como se disse, ao c. 21.

⁹⁶⁰ *Livro de Testamentos de S. Tiago de Areias*, ff. 43-44...

⁹⁶¹ APL *Estatutos da Confraria do Subsigno da Lama*, de 1784, c. 2, f. 1 v.

⁹⁶² APL *Estatutos da Confraria do Subsigno da Lama*, de 1784, c. 3, f. 2.

A última vez que a cholera invadiu este concelho, os facultativos que então existiam aplicavam as seguintes receitas:

*R.ce – Misturam-se bem 3 colheres de mel e 3 colheres de vinagre bom, que se juntam a uma libra de chá de salva, flor do sabugueiro e folhas de laranjeira. Esta mistura toma-se quente e é para fazer suar; mas deve usar-se da sangria antes se for possível, e se não poder usar-se por causa do frio, sangue-se o doente logo que ele aqueça. O mais tratamento consiste só em caldos de frangos nos primeiros dias. Tendo o doente secura, usa-se de cosimento de cevada e grama, quatro vezes por dia, um quarteirão de cada vez. Quando são necessárias as fricções para aquecer o corpo do doente, temo-nos dado bem, dando-as com vinagre quente e bom*⁹⁶³.

A libra tinha uma cotação variada. Não só no âmbito inter-regional, mas, dentro da mesma área, de produto para produto. Para não falarmos das variações cronológicas...

Para agora, basta referir que, nas *Leges et Consuetudines*, em documento de 1262, a libra equivalia a 16 onças⁹⁶⁴; ao tempo de D. Afonso V, era o mesmo que dois arráteis; nos boticários, valeria 12 onças⁹⁶⁵; e, se me não engano, pelo texto citado de Sequeirô, a libra será mais pequena, de umas seis onças tão só: *uma libra de cera de seis a libra*.

Um documento que diz respeito à igreja de Areias – testamento de Gonçalves, datado de 1262 – refere-se também ao *marco*. Por ele se regista o valor dos objectos de culto, a deixar a várias instituições. Em concreto, os cálices: à igreja da Lagoa, um cálix de um marco; à capela de D. Pedro de Homem Pereira, no mosteiro beneditino de Santo Tirso, outro cálix de um marco; ao mosteiro de S. João de Pendorada, um cálix de marco e meio. Também deixou um cálix à igreja de Areias, cujo peso e matéria se calaram sob silêncio⁹⁶⁶. Será aquele que, em 1548, Manuel Gonçalves da Silva, do Casal de Silvalde, tinha à sua guarda.

O marco equivaleria a oito onças, ou seja, à volta das 240 gramas. Curiosamente, que assim era já em 1261⁹⁶⁷.

Onça. Recordo-me de, há anos atrás, comprar tabaco para o meu pai. À onça. Chegava a erva do fumo em embalagens cilíndricas, rajadas de vermelho discreto. E era um regalo para meu pai – tão grande como fumá-lo! – pegar no cartucho e proceder ao ritual: tirava calmamente umas pitadas do interior, estendia-as por sobre a mortalha, enrolava, com o auxílio dos dedos polegar e indicador de ambas as mãos, colava o cigarro com a ponta da língua. E dava-lhe satisfeito os últimos retoques, antes de o acender: adelgaçá-lo nas extremidades e puni-lo docemente nas rebarbas. E, se tivesse de esperar uma ocasião mais oportuna para o acender, lá o guardava, horizontal e anichado, entre o parietal e o pavilhão da orelhas.

Usava-se muito a onça. Que não só para o tabaco... Um cálix da igreja de Areias que o dito Manuel Gonçalves da Silva, em 1548, tinha à sua guarda, por este critério se avaliou. É possível que lhe fosse entregue, ou porque a igreja não ofereceria condições de segurança – o que julgo mais provável –, ou porque estaria em edificação a

⁹⁶³ JST de 17 de Julho de 1884. Cf. PIRES DE LIMA – Dr. Augusto César – *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, vol. III, p. 111.

⁹⁶⁴ P. 700: Foral de S. Mamede de Riba-Tua.

⁹⁶⁵ LEITE DE VASCONCELLOS, J. – *Etnografia Portuguesa*, vol. X, p. 32;

⁹⁶⁶ CCSP, Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, p. 405 e ss.

⁹⁶⁷ GAMA BARROS – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. X, p. 16-17.

antepenúltima igreja de Areias, se contarmos como ponto de partida a igreja que em 2000 se inaugurou. O cálice pesava *dous mil e quinhentos... onças e seis oitavas*⁹⁶⁸.

Uma vereação da Câmara do Porto estabeleceria o peso e o custo do pão: quanto ao peso, tratando-se de pão de trigo, deveria ser de quatro onças. O preço de venda, tratando-se de pão de trigo, há-de ser de 15 soldos, enquanto o trigo for de 9 reais o alqueire. O pão de centeio correria a 10 soldos⁹⁶⁹.

Uma receita da indústria tirsense, a respeito de bebidas espirituosas, transmitida pelo dito monge tirsense de Burgães, Frei José Joaquim de Santa Rosa, diz a propósito do licor de café:

Café torrado fino, duas onças. Pechelim, duas oitavas. Infunda por 3 dias, e tudo o mais como acima e assim para todos os licores (isto é, em agoa ardente boa na quantidade de canada e meia. Açúcar fino – meio arratel. Agoa da fonte para derreter o açúcar hum quartilho ou 16 onças. Misture e filtre).

*(Mais cravos da Índia 2 = Noz nosgada meia oitava = casca de limão)*⁹⁷⁰.

Como todas as medidas, igualmente a onça tinha as suas variantes. Como disse, não eram só locais. Dependia também do produto, o que valeria para muitas outras medidas. A onça do tabaco valia menos do que qualquer outra. Apenas 12,5 gramas⁹⁷¹. Aos começos do sec. XIX, porém, e em Famalicão, a onça valia, em princípio, 28,40 gramas. E a oitava – de que se fala, igualmente nesta receita de licor de café que, em Santo Tirso, se ia fabricando – era o equivalente proporcionado das 3,550 gramas.

Mais uma vez, as medidas de Guimarães serão de generosidade maior, com a onça a 28,8 gramas e a oitava a 3,6. Em posição de maior ticanhez a de Braga, com os valores de 28,5 e 3,50, respectivamente.

O *Real* também servia para que do peso se aquilatasse. Encontrei-o, por exemplo, num texto do sec. XVIII. Uma coroa de prata imperial, com suas pedras, e um resplendor de prata lavrada – um arenense, radicado no Brasil, na Baía, a oferecera, em 1713, à Senhora da Conceição de Sande – pesava 19.450 reais⁹⁷².

No testamento de António Pereira da Costa (1765), de Silvalde (Areias), pode ler-se:

*Pedi a dita minha cunhada Maria Rosa hum Cordão de ouro de pezo de trinta, e sete mil reis pouco mais ou menos, e sobre elle pedio tres moedas de ouro do que he sabedor Manoel da Silva meu vezinho, que tambem sabe aonde elle esta...*⁹⁷³.

Volto às receitas de culinária tirsense. A propósito dos biscoitos do mosteiro de Santo Tirso, as normas prevêm um ingrediente, a canela em pó, numa dosagem de dez reis para meio alqueire de farinha triga. O *Podim* (sic) de *cabaço* supõe, entre tantos

⁹⁶⁸ Está nota no Tombo, na sua certidão do sec. XVI, em folhas que a este se arrancaram. Cf. *Tombos de Sequeirô, Lama e Areias*, nota 78, p. 90. Trata-se de uma edição dos três tombos, originariamente publicada em CST VI, nn. 2-3 e saída em volume com data de Porto, 1958...

⁹⁶⁹ *Vereações. Anos de 1401-1449*, com nota prévia de J. Pinto Ferreira, publ. da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1980, p. 174.

⁹⁷⁰ CSTBC (1954-1955) 227.

⁹⁷¹ Informação do proprietário de uma antiga casa comercial de Santo Tirso, do ramo a tabacaria.

⁹⁷² *Tombo da freguesia de S. Tiago de Areias*, em CSTBC VI (1983) 430-431. Corresponde à f. 25 v. do original.

⁹⁷³ APA *Livro dos Testamentos da Freguezia de S. Tiago de Areias*, f. 22 v..

elementos, *hum vintem* (ou seja, vinte reais) *de pão trigo, tirando-lhe a côdea de baixo, e ralado no ralador*⁹⁷⁴.

Mas quanto valeria o real ? Num documento antigo – meados do sec. XVI -, respeitante à igreja de S. Bartolomeu da Lagoncinha – refere-se à equivalência em termos proporcionais: *quatro libras são oitenta reis*⁹⁷⁵.

Não falaria nele, se Camilo a tal se não referisse: o *escrópulo*⁹⁷⁶. Valia, em Famalicão, 1,18333 gramas.

A propósito das últimas medidas, dá-nos um mapa comparativo Ferraro Vaz:

1. Numa lei de 1253:

- . a carga equivale a 12 arrobas;
- . a arroba a 32 arráteis;
- . o arrátel a 12,5 onças.

2. Num documento de 1435:

- . o quintal vale 4 arrobas;
- . a arroba 16 libras;
- . a libra 2 arráteis;
- . o arrátel um marco e seis onças;
- . o marco oito onças;
- . a onça oito oitavas.

3. Num documento de 1487:

- . o quintal dá 4 arrobas;
- . a arroba 32 arráteis;
- . o arrátel vale 2 marcos;
- . o marco 8 onças;
- . a onça 600 grãos⁹⁷⁷.

8.4. Os secos

Os cereais calculam-se por carros, moios, alqueires, fogaças e outras medições

O *carro*. No inventário de maiores por falecimento de Rosa Maria Mascarenhas, de Cernados (Areias), em 1858, o carro valia 40 rasas⁹⁷⁸.

Um caseiro havia que, ao século XVIII, pagava ao abade de Areias uma carro de pão terçado⁹⁷⁹. Rigorosamente falando, o carro valia 601,000 litros, no circuito do

⁹⁷⁴ Vejam-se estas receitas, extraídas do Livro da Razão, de Frei José de Santa Rosa, em CSTBC III (1954-1955) 226.

⁹⁷⁵ SANTOS, Cândido Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto*, Publ. da Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 254.

⁹⁷⁶ *O Cego de Landim*, em “Novelas do Minho”, vol. II, ao § II.

⁹⁷⁷ FERRARO VAZ – *Numária Medieval Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1960, pp. 161-164.

⁹⁷⁸ Para o sentido metafórico desta medição, observe-se o que dizia o P.e Custódio, abade de Areias, quase octogenário, na véspera do aniversário natalício: *amanhã completo dois carros de idade !* Expressão, aliás, já velha e tradicional. Na novela *Maria Moisés*, põe Camilo na boca de Francisco Bragadas a resposta ao general Queirós: - *Velho sou eu, que já tenho dois carros mais um: Novelas do Minho VIII. Maria Moisés, segunda parte*, Lisboa, 1877, p. 65.

⁹⁷⁹ APA *Inventário de bens móveis, de 1709*, f. 2 v.

couto dos eremitas landinenses. O pão terçado era o que constava de trigo, centeio e milho; ou então trigo, centeio e cevada⁹⁸⁰.

O moio e a fanga. Nos documentos arenenses DC 180 e 181, do sec. X, trata-se de dois quinhões da mesma propriedade, sita hoje na nossa freguesia. Ambos se avaliaram: o primeiro em 10 moios. O segundo, possivelmente, pelo mesmo critério e número. O texto encontra-se truncado, exactamente na especificação do elemento comparativo.

No Censual de D. Pedro, antes de 1089, impor-se-á à freguesia de Areias a tributação de dois moios. O moio equivalerá a 24 alqueires, o que, pela medida de Braga, daria nuns 408 litros, aproximadamente⁹⁸¹. É o *Index das Colheitas, Jantares, Dizimas e Votos*, manuscrito do ADB, que, entre outros documentos, serve de critério e norma de orientação, ao estabelecer as proporções exactas: o moio igual a 24 alqueires; um moio e um quarto valem 30 alqueires... Diga-se, a este propósito, que o milho deste documento é o painço, a cultura predominante.

Podemos ter, pois, ideias precisas, mais ou menos, sobre o quantitativo a dar, por parte da nossa paróquia, como participação sua nas obras e tarefas de restauro da igreja diocesana. E' que o censo imposto à freguesia tomará por critério o moio de Braga..

O caso será diferente noutras circunstâncias. Se as medidas variavam de região para região, em geral, nas medidas de secos o moio não era dos mais refractários às mutações: havia-os de 64, 60, 56, 44, 36, 20, 17, 16 alqueires... Já o dizia, aos começos do sec. XIX, Manuel de Almeida e Sousa: “os moios de pão e vinho variavam, nesse tempo, quanto à quantidade, conforme os diversos lugares”⁹⁸².

Se não houve mudanças, no plano cronológico – isto é, alterações no mesmo lugar, de época para época - , talvez seja possível captar o alcance do moio, na nossa região. Há uma lengalenga recolhida em Areias que eleva o moio ao alcance de 60 alqueires, o que dará numa diferença essencial de mais que o dobro, em relação ao de Braga. Diz ela, com todas as suas feições de mnemónica escolar:

O moio tem quinze fangas;
A fanga, quatro alqueires;
O alqueire, quatro quartos,
O quarto, quatro maquias⁹⁸³.

O moio grande tinha efectivamente 60 alqueires. Por isso é que o dozão – a duodécima parte – são cinco alqueires. Como medida de líquidos, o dozão era uma canada, a duodécima parte do almude.

Segundo um documento de Santo Tirso, o moio de telha – e pagava um moio deste género ao abade do nosso mosteiro o caseiro da meia quintã de Varziela⁹⁸⁴ - valia 200 telhas⁹⁸⁵.

Sobre a *fanga*, veja-se o que dito ficou sobre as medidas de superfície.

A *teiga, taleiga ou taliga*. Em princípio, a taleiga – ou formas equivalentes -, sobretudo na Beira, valeria quatro alqueires rasos que são três acogulados. O alqueire *raso* ou *arrasado* também se chamava *abraçado*. Diversos eram os modos de o desacogular: com rasão, pau liso e roliço, com tábua, ou ainda com o côvado, ou seja, a

⁹⁸⁰ *Elucidário*, vol. II, p. 396 e 461.

⁹⁸¹ COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro*, vol. I, p. 75; vol. II, p. 35.

⁹⁸² *Appendice diplomatique-historique ao tractado pratico do direito emphiteutico*, Lisboa, 1814, pp. 158,196.

⁹⁸³ PIRES DE LIMA, Augusto César – *Estudos Emográficos, Filológicos e Históricos*, vol. II, ed. da Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 1948, p. 189.

⁹⁸⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 30.

⁹⁸⁵ COSTA, Avelino de Jesus da , o.c. vol. II, pp. 219.275.

parte do braço que vai do cotovelo à mão. Estas são as maneiras mais antigas de arrasar o alqueire.

“Não sendo a Teigula ou Teiga dos antigos huma medida certa, e geral senão para hum particular território, celeiro, ou Senhorio, daqui nasce haver teigas de 4 alqueires, de 3, de 2, e de um só alqueire”⁹⁸⁶.

Em Santo Tirso vigorava a teiga de quatro alqueires. Lê-se, efectivamente, num documento, a respeito do padroado da igreja de Lavra: o mosteiro de Santo Tirso comutou os seus direitos sobre aquela por 48 teigas de trigo por ano que equivalem a 192 alqueires⁹⁸⁷.

A *fogaça*. Como medida, em certas terras das proximidades, cobria o quantitativo de alqueire e meio. Vejam-se os documentos que se seguem:

*E treze homens sabudos para qualquer serviço que os nós quizermos... E os serviços de Pasquoello que he fogaça de alqueire e meio de trigo, e hum cabrito e oito bilhós: E os serviços de Pentecoste que he fogaça de alqueire e meio de trigo*⁹⁸⁸.

Este era um documento de Paço de Sousa, de 1529. A mesma proporção nas aparece, num outro texto de Pendorada, antes, ou seja, de 1425:

*E dardes por direituras do dito Casal huma Spadoa de porco de XII. Costellas, e huma ffugaça dalqueire e meio de trigo*⁹⁸⁹.

O caseiro de Silvalde de Cima, Areias, pagava a renda de uma fogaça ao abade⁹⁹⁰. A mesma pensão recaía por sobre os ombros do caseiro de Sande, na mesma paróquia⁹⁹¹. Trata-se, sem dúvida, de pão de trigo.

A este respeito, houve duas evoluções, Uma atinente à figura e à qualidade: de pão subcinerício, nos primórdios da nacionalidade, a bolo ou pão levedado, de muita massa e com vários feitios, cozido já ao forno e a que no Porto se dava o nome de regueifa⁹⁹². Verifica-se ainda uma tensão entre a especialidade de culinária e a matéria de que era feito, mais propriamente a sua mole, pelo que o termo de fogaça veio a designar também uma medida de cereal. Mas, como se disse, de vários pesos ou medidas.

O *búzio* ou *búzeno*. Outra medida de cereal que, aqui, funcionou. Por exemplo, João Anes, clérigo de S. Pedro de Ferreira, vendeu, em 1280, ao abade de Santo Tirso, uma propriedade em Rebordosa, por vinte e um maravedis e dois búzios de milho por révora⁹⁹³.

Como outras, esta medição também apresentava um leque de variantes. Em algumas terras, chegava a quatro alqueires. Mas, aqui junto, na Terra da Maia, valia só dois alqueires e meio⁹⁹⁴.

Segundo o Tombo de Areias, os foreiros pagavam ao abade alqueires de pão meado: uma parte de trigo e outra parte de milho alvo ou cevada ou centeio. Ou então, como acontece sempre em Burgães, de milho alvo e centeio, em partes iguais. Os casais de Areias que pagavam ao abade pão meado eram estes:

⁹⁸⁶ *Appendice diplomático-histórico...*, pp. 158-159. 193.195.

⁹⁸⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 93 v.

⁹⁸⁸ *Appendice diplomatico-historico...*, p. 12.

⁹⁸⁹ *Appendice diplomatico-historico...*, p. 192.

⁹⁹⁰ APA Tombo de Areias, f. 10.

⁹⁹¹ APA Tombo de Areias, f. 3 v.

⁹⁹² *Elucidário*, vol. II, p. 275.

⁹⁹³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

⁹⁹⁴ CCLP, vol. I, p. 30.

Casal de Sande	35 alqueires
Casal da Póvoa	10 alqueires
Casal de Fontela	15 alqueires
Casal de Fareleiros	10 alqueires

Na Vedoria arenense de 1637, aparecerá, ao lado do alqueire e com ele alternativo – embora poucas vezes ainda - o termo de *rasa* ⁹⁹⁵.

As variantes, eram muitas. Às vezes, até mesmo dentro da mesma paróquia. Leite de Vasconcelos cita o caso da freguesia de Covas, que o rio Coura atravessava: na margem esquerda, seguir-se-ia a medida de Caminha ou da Vila, onde o alqueire era de 20,225 litros; e, na margem esquerda, vigoravam as medidas de Cerveira, cujo alqueire era de mole bastante mais reduzida. Apenas, de 15,442 litros. No Couto de Landim – a que Areias pertencia, recorde-se - o alqueire ainda valia menos: 15,045 litros.

No vocabulário, generalizar-se-ia, mais e mais, o termo de *rasa*. Num contrato de emprazamento do Real Mosteiro de Santa Maria, deste Couto de Landim, de uma leira, na Agra do Barreiro, Areias, a favor de António José Pinto da Fonseca e sua esposa, Maria Duarte Carneiro, datado de 5 de Janeiro de 1764 – seis anos antes da extinção deste convento agostiniano - fala-se de duas medidas de pão como foro. Mas, pela *rasa* do mosteiro, bastante mais pequena que a de Famalicão, Outiz, Braga e, sobretudo, Guimarães ⁹⁹⁶.

Porque as diferenças eram grandes é que num contrato de aforamento do Casal da Torre (Areias) se fala de uma renda de 8 *rasas* de pão meado, cada uma de 17,316 litros ⁹⁹⁷. Da mesma medida o foro deixado à Senhora da Conceição de Sande, Areias, pelo P.e Manuel Azevedo ⁹⁹⁸.

Muito próxima da medida do Couto de Landim, um documento, com data de 1875, sobre a venda dos foros pertencentes ao Conde de Vila Pouca e esposa, por obra de António José da Silva Basto, procurador daqueles, em favor de Dona Maria dos Prazeres Carneiro, da Casa do Burgo, de Landim. Nele, quatro alqueires equivaliam a 60 litros e 130 mililitros ⁹⁹⁹.

Ao fim do sec. XVIII, Silvalde tinha uma produção global de 10 razas de castanha, 50 razas de landras e 12 razas de vaga ¹⁰⁰⁰.

Para medidas muito pequenas, chamamos a atenção para o *celamim*. Do árabe *thalami*, que significa oitava parte ¹⁰⁰¹. Aparece em documentos de Santo Tirso. No Tombo de Burgães desta medida se falará algumas vezes. Por exemplo, um campo de terra, ao fundo da adega da Quinta do Outeiro, levava de sementeira quatro alqueires e *celamim* de centeio ¹⁰⁰². Também num de S. Martinho de Bougado:

⁹⁹⁵ APA *Vedoria de 1637*, lauda 18.

⁹⁹⁶ APA, documento avulso.

⁹⁹⁷ APA documento avulso, esboço de uma minuta dos herdeiros de Francisco Xavier Calheiros de Noronha.

⁹⁹⁸ *Para a história do património artístico do concelho de Santo Tirso. A Capela da Senhora da Conceição de Sande (Areias)*, em JST de 5 de Janeiro de 1990.

⁹⁹⁹ APA documento avulso.

¹⁰⁰⁰ APA *Vedoria de 1782*, f. 49.

¹⁰⁰¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. II. O Domínio Senhorial*, ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p. 90.

¹⁰⁰² ADB/UM *Registo Geral*, vol. II, f. 203.

*Deve pagar ao Cabbido deste Bispado do Porto em cada hum anno: Trigo vinte e seis alqueires e meio e hum selamim*¹⁰⁰³.

No Couto de Landim, dos frades agostinianos, valeu o selamim 0,471 litros, um pouco mais que o de Famalicão, computado este em 0,446 litros.

No tocante à azeitona, a piada equivalia a dez rasas. Era o quantitativo suficiente para encher o lagar, de cada vez (a lagarada), cuja produção líquida variava de colheita para colheita, conforme os anos. Ao lagareiro assentar-lhe-ia o bónus de uma maquia de 10%¹⁰⁰⁴. O Sr. Dr. Augusto César Pires de Lima diz-nos que, em Moncorvo, a piada era de 20 alqueires de azeitona¹⁰⁰⁵.

Por *malgas* ou *copos*, se vendia o tremoço curtido, que as vendedeiras sublinhavam pelos caminhos, com pregões curiosos e cheios de interesse.

8.5. Os líquidos

Pelo que respeita a líquidos, os documentos dão fé de vários géneros de medição, onde pesam o tipo, a quantidade e a geografia. Daí as inúmeras ambiguidades que nos suscitam as suas avaliações. Como, de resto, se verificava já com as outras (dos secos, do comprimento...). Para reagir contra semelhante anarquia, a Câmara do Porto tentou padronizar as medidas de vinho e do azeite pelas de Lisboa¹⁰⁰⁶. E ainda tentou impor no Couto de Santo Tirso as suas próprias medições.

O moio. Para grandes quantidades havia este tipo de cálculo, que também se usava como medida de secos. Um documento do mosteiro de Pedroso, de 1308, impunha esta condição:

*E, depois, se a vinha der um moio de vinho, deveis dar-nos como direitura, uma teiga de vinho; e do outro vinho que ficar, a quinta parte, em cada ano*¹⁰⁰⁷.

Explica Manuel de Sousa e Silva: “Os moios de pão, e de vinho variavam nesse tempo quanto à quantidade conforme os diversos lugares: Em huns o moio de vinho erão 32 almudes, em outros vinte alqueires: Eluc. onde conclui que tal he a variedade dos moios de pão, e vinho, que seria moralmente impossivel á vista dos muitos e diversos Documentos enumerallos a todos”¹⁰⁰⁸.

Almude e a canada. O almude valia dois alqueires. Na Beira Baixa, o moio de secos era de 64 alqueires e o de líquidos era de 32 almudes. No Censual da Sé de Lamego, o moio de pão era de vinte alqueires, e o moio de vinho de vinte alqueires ou dez almudes.

Em Burgães, uma canada – e o documento que temos diante dos olhos é relativo ao azeite – equivalia a dois litros e 134 mililitros¹⁰⁰⁹.

¹⁰⁰³ SILVA, José Pereira da – *Trofa S. Martinho de Bougado – Esboço do uma monografia*, Livraria Solivros de Portugal, Trofa, 1981, p. 206

¹⁰⁰⁴ Informação amiga do Sr. Araújo, de Palmeira.

¹⁰⁰⁵ *Estudos Etongráficos, Filológicos e Históricos*, ed. da Junta de Província do Douro Litoral, vol. VI, Porto, 1951, p. 229.

¹⁰⁰⁶ *Vereações (1401-1449)*, pp. 123.243.

¹⁰⁰⁷ *Appendice Histórico-Diplomático*, p. 158

¹⁰⁰⁸ Cf. O.c., p. 128.

¹⁰⁰⁹ Actas da reunião da Confraria do Senhor Bom Jesus do Monte de Santa Cruz, de 15 de Março de 1876.

O azeite¹⁰¹⁰ avaliava-se desta forma: em produção maior, por almudes¹⁰¹¹, depois, por medida mais estreita, a canada. Este é um critério também de fluidez bastante, como as outras medidas. Em Famalicão, a canada era de 2,123 litros – diferente doutras terras, como se verá –, e o almude era de 25,52 litros.

Porque as variantes eram um facto, quer em termos relativos, quer absolutos, o Tombo de Areias, para esta freguesia, apõe os rigores dos cálculos proporcionais: um almude equivale a quatorze canadas¹⁰¹², o que supõe, para o Couto de Landim, uma diferença a respeito da zona próxima de Famalicão, onde os números concretos de que dispomos não facultam dados proporcionais.

A relação entre canada e almude não era, pois, igual, de terra para terra. Até pela referência da canada ao *dozão*. Equivalem-se, este e a canada, em certas partes. Ora o dozão assim se diz por ser a duodécima parte do almude. Há, pois, almudes de doze canadas.

O *cabaço*. Com ele, em muitos lugares, se mede o azeite e o vinho. Do cartório de Bustelo vai um documento de 1428, mas na forma feminina:

Serviço ao dom abbade cadano quando for por essa comarca conuem a saber huum carneiro V. soldos de pam e huma cabaça de vinho e huma teiga de cavada e quando álo nom for dardes nove soldos.

Também na mesma forma aparece em Areias. Pagava de foro o rendeiro de Silvalde de Cima ao abade arenense o foro de uma cabaça de vinho. Entre outras coisas !...¹⁰¹³. Idêntica cabaça de vinho recebia o pároco das mãos do rendeiro de Sande¹⁰¹⁴.

Acrescenta Manuel de Almeida e Sousa que a cabaça vale um cântaro de seis canadas ou meio almude. A ela ainda hoje chamam cabaço, na Província do Minho¹⁰¹⁵. Ora nesta forma do masculino ocorre esta palavra em Areias. Na Vedoria de 1782, a propósito de uma leira no Montinho de Beire, pertença do Casal do Outeiro. Sem água. Somente tem na horta um pocinho de agoar ao cabaço. Talvez mais tipo de vasilha que medição...¹⁰¹⁶.

O Tombo de Areias fala várias vezes da pensão de vinho mole, a pagar-se ao abade. Os caseiros de Burgães, sempre que pagam vinho ao seu abade, é só do dito vinho mole que lho dão. É o vinho que ainda não fermentou. A palavra não se relacionará com o termo amolar, que se observa em documentos de Pendorada:

*E dardes por geira a podar e a alçar e amolar quinze homees*¹⁰¹⁷.

Neste texto, amolar é uma catividade a ter com os pés de videiras, como se vê pela contextualização: podar, alçar...

Manuel de Sousa e Almeida explicita, referindo um texto, agora de relação mais apertada: “O Elucidário debaixo deste palavra – *amolar* – refere outro prazo do mesmo Mosteiro de Pendorada de 1420 com as mesmas palavras; e só por conjectura entende

¹⁰¹⁰ No Tombo de Burgães – e no que respeita aos casais da igreja – há um silêncio total sobre a produção do azeite.

¹⁰¹¹ APA Vedoria de 1782, ff. 16.49.

¹⁰¹² APA Tombo de Areias, f. 6 v., a propósito do título do Casal de Fontela.

¹⁰¹³ APA Tombo de Areias, f. 10.

¹⁰¹⁴ APA Tombo de Areias, f. 3 v..

¹⁰¹⁵ O.c., p. 17.

¹⁰¹⁶ APA Vedoria de 1782, f. 40.

¹⁰¹⁷ O. c. p. 13.

que esta palavra significa compor e reparar as vazilhas em que o vinho se recolhe..
 “¹⁰¹⁸

O vinho mole refere-se ao vinho, antes de fermentar. Emprega esta expressão mais explicitamente neste sentido, por exemplo, um texto de 1476:

O quarto do pão e o terço do vinho mole medido na dorna ¹⁰¹⁹.

Desta forma se oporão entre si os vinhos de que fala um documento que, mais adiante, transcreve o mesmo autor: *a outava parte do vinho aa bica, e da tinta*. O vinho à bica deve equivaler ao mole; e o da tinta ao já fermentado.

Muitas vezes, ao almude de vinho mole juntava-se a somicha. Esta palavra vem de *semis*, que significa metade. *Semicha* ou *somicha* será, pois, diminutivo, derivado daquela raiz. Logo significará a metade da metade. Em relação ao almude, porém, diz Viterbo, a semicha será de uma canada a mais, sobre cada almude.

Nas vendas, transaccionava-se o vinho a retalho, medido pela malga e caneca. Esta, especialmente, era de forma cilíndrica, de barro branco vidrado. Servia, tantas vezes, para aquilatar especialmente do valor ou qualidade do produto, fazendo-o cirandar inclinado e lento pelo interior da caneca, de cujas paredes ia escorrendo vermelho e apetitoso.

¹⁰¹⁸ Oc., p. 14.

¹⁰¹⁹ Oc., p. 157.

CAPITULO VIII

A TÉCNICA

UMA OBRA DE ENGENHARIA MEDIEVA: O REGO DOS FRADES (SEC. XII)

1. Introdução

A obra causa uma certa admiração. Durante quilómetros, saindo do Leça, em Monte Córdova, e vencendo coleante, na cata de um nível descendente e progressivo, através de terreno acidentado, chega vigoroso o caudal ao nosso mosteiro.

Percurso bem estudado: arranque das águas no rio Leça – ou nos ribeiros do Redundo e de Santa Luzia – para a represa de Pereiras (Monte Córdova) – donde o nome concorrencial de Rio de Pereiras -, e de Reboreda. (*Estampa V, foto n. 10*)

Na levada de Pereiras, um muro regulador lá ia apartando as águas do Leça do Rego dos Frades. Na primeira etapa, abafaria o cantarolar das águas do Rego um aqueducto subterrâneo, capeado. Depois, por quilómetros, a céu aberto, de voz ora murmurante e piedosa, ora mais desesperada e estrebuchante, dirigia-se para Santa Cristina. Concretamente e de forma especial, por Dinis. Já dentro do perímetro urbano de Santo Tirso, cortava o Tapado, circuitava a hodierna Praça do Município e chegava ao moinho que ainda conheci de pé, mas já inútil e vergado ao peso dos Invernos por efeito de uma reforma coagida. Agora, por indesejado, atirado foi brutalmente para o ostracismo das coisas sem direito à memória... Quando de pé, dava testemunho do Rio de Pereiras e seus benefícios, já quase na ponta final do seu atribulado percurso.

Neste moinho se bifurcaria a torrente. Na mira do Setentrião, para a Quinta de Fora, dilatada até ao Cidnai, lá ia um rego. Outro rumava, para Leste, accionando, logo de imediato, os moinhos novos. Cruzava a Quinta de Pereiras, descia à Quinta de Dentro, para descanso provisório no lago do mosteiro, não sem que antes, num arranco final e redobrado de todas as suas energias, ainda movesse um lagar de azeite, uma serra hidráulica ¹⁰²⁰, a roda da Botica... (*Estampa III, foto nn. 6-7*).

Dizia Frei Leão de S. Tomás, que professou em Santo Tirso, em 1580, na altura do primeiro abade trienal, Frei Luis do Espírito Santo ¹⁰²¹:

(...) ferosa levada d'agoa, que do alto do dito monte (isto é, de Monte Córdova) por espaço de uma legoa, e mais, por grandes circuitos, e rodeyos vem ao dito Mosteiro (de Santo Tirso) ¹⁰²².

De fio a pavio, o regato contorce-se, persistente e teimoso, numa sucessão continuada de meandros. Fura por entre a geografia de várias paróquias – Monte Córdova, S. Tiago da Carreira, Santa Cristina do Couto e Santo Tirso -, bordeja propriedades, ciranda incansáveis mós de muitos moinhos. Fala-se na contagem de uma centena deles ! E mais seriam, não fosse o travão, às vezes mesmo, a fundo,

¹⁰²⁰ Quanto a serras hidráulicas, havia-as já antes, em Real e Valinhas. A da Quinta do mosteiro, há já muito tempo, que foi destruída.

¹⁰²¹ *Benedictina Lusitana*, vol II, p. 39.

¹⁰²² *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 31.

sobrecarregado na não pesada da Justiça e na exigência senhorial do mosteiro dos frades bentos. (*Estampa VII, fotos nn. 16,17 e 18. Veja-se ainda o mapa n. 4, em apêndice*).

2. Origem da levada

Antiga é a levada, e as questões que ocasionou partiriam da nascença. Frei Leão de S. Tomás, na passagem citada, justifica e comprova: *o Entre-Douro-e-Minho é a terra com mais águas e com mais dúvidas sobre elas !* Falava com o apoio das suas experiências em Santo Tirso, centradas especialmente à volta do Rego. E cita a diferença e a composição de D. Mendo, abade do mosteiro, casa que governou desde, aproximadamente, 1138 até à volta de 1163, com os clérigos de Monte Córdova¹⁰²³.

Um documento do antigo cartório tirsense refere-o sumariado:

Carta de contrato, que fez D. Mendo Abbade deste Mosteiro na era de Cesar de 1176, que he a de Christo 1138¹⁰²⁴ governando o Infante D. Affonso Henriquez, com os Clerigos do Mosteiro do Salvador de Monte Cordova a respeito da agua da leuada, que vem para este Mosteiro do lugar do Redondo, e de Santa Luzia, ficando para este Mosteiro livres seis dias, e seis noutes, e para o dito Mosteiro Cordova (sic) lhe ficou a noute de sexta feira, e o Sabado até o sol posto¹⁰²⁵.

Durante muitos séculos, até à saída dos frades (1834), ora cantando ou rezando, ora em ritmo pausado ou de forma mais solta e ligeira, acompanhou a levada a salmodia dos nossos monges, num movimento processional, mas sem descanso, em oposição aos frades que os tinham, magros muito embora, os momentos de seu repouso.

3. A lenda e a levada

Como sempre, as obras admiráveis cunham-se num esforço hercúleo e num engenho que não nos pertence. Também o *Rego dos Frades*, como diz o povo - nos documentos do mosteiro, o Rego ou então a *Levada de Pereiras* – foi atribuído a estranhos. Neste caso, a um preto. Em vez de um mouro, para aonde atira, de regra, a nossa gente as coisas monumentais.

Quiseram, pois, um preto¹⁰²⁶. Forte e poderoso, como tinha de ser. Era preço de uma alforria, se fizesse chegar ao mosteiro as águas do Rio Leça.

Apostou e venceu. Mas não pôde saborear os louros do merecimento. Quando, ao final da obra, o procuraram os monges, “preto de grilo !”... Não havia destinatário para o documento da redenção, tabelionicamente sigilado... Só mais tarde, quando os nossos monges reparavam as drenagens, na Quinta de Dentro, os ossos mirrados do que servo

¹⁰²³ Sobre o mosteiro de Celanova e a sua relação com o mosteiro tirsense de Monte Córdova, vejam-se estes artigos: *O padroado de Monte Córdova*, em “Ecos de Negrelos”, de Outubro de 1994, pp. 11-13; *O padroado de Monte Córdova. Uma perturbação a meio do sec. XIII*, em JST de 4 e 11 de Novembro de 1994.

¹⁰²⁴ J. Mattoso diz que é de 19 de Maio de 1138: cf. *Benedictina Lusitana*, vol. II, ed. da INCM, Lisboa, 1974, p. (6), nas notas em apêndice.

¹⁰²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 9-9 v. Uma referência ao documento, do qual extraiu apenas as condicionantes cronológicas, em CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 160, n. 9.

¹⁰²⁶ Sobre a tradição do preto, com uma versão um tanto ou quanto diferente, cf. PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrsos de Riba d’Ave*, pp. 247-248. Do herói teria vindo o nome alternativo do *Rego do Preto*. Di-lo Alberto Pimentel. Confesso: hoje nunca ouvi dos lábios de alguém esta versão...

tão forte e valeroso tinha sido, descobertos ao acaso no interior das galerias, eram a prova provada, com selo garantido, de um esforço ciclópico de gigantes.

4. A importância da levada

O rego era lageado. Fundo e muros laterais, revestidos de pedra, guiavam por quilómetros e ofereciam a água inteira e bendita à casa dos nossos monges. O mosteiro via no canal uma questão de quase sobrevivência. E esforçavam-se os monges por o salvar invariavelmente das tentações de alheia cobiça. Num prazo de 6 de Setembro de 1581, nas notas do tabelião Jácome Varela, fala-se num abatimento da renda, em prol de Manuel Lopes e de sua mulher Catarina Gonçalves, primeira e segunda vidas, e filho ou filha em terceira, entre outras coisas, pelo cano da água de Pereiras ¹⁰²⁷.

Às vezes, são os mesmos caseiros que se comprometem a reparar a levada. A 15 de Outubro de 1609, tratar-se-ia de aforar uma meia quebrada da mesa abacial, em Santa Cristina do Couto ¹⁰²⁸. Fez-se o prazo a Domingos Dinis e sua mulher Maria Gonçalves, primeira e segunda vida, com a participação adicionada de uma terceira pessoa, que coube à sobrinha Maria Dinis, casada com Pedro Francisco. Depois do acerto da renda – oito alqueires de meado, dois frangãos, libra e meia de cera e uma canada de manteiga –, apor-se-ia a condicionante: *tem obrigação de ter o Rego concertado nas suas terras sob pena de 400 reis* ¹⁰²⁹.

Sobretudo foi o Rego uma fonte permanente de invejidades e de cobiças. Pelos finais do sec. XVI ou começos do imediato, temos notícias dos perigos e tentações a que, sob este aspecto, andava sujeito. Num contrato de arrendamento de um cerrado, casas e leira que tinham sido de Maria Ribeira, a Sabina, e que ficavam situados no perímetro da actual cidade de Santo Tirso – julgo que próximo dos Carvalhais –, pagava Maria, a Gaga, de renda, uma galinha e uma dúzia de ovos. Estava sobrecarregada de condições, entre as quais o compromisso solene de que *não tomasse a água do Rego*. O contrato, com as suas cláusulas, era antigo e foi registado em 1622, num volume de empenhamentos do mosteiro ¹⁰³⁰.

5. Os problemas do Rego: as infrações

Era impossível que, correndo por várias paróquias, bordejando extensões de terrenos sem conta, as águas não suscitassem a cobiça dos moradores. No uso e no desvio. Veja-se o defeito original das gentes daqui, segundo Alberto Pimentel: *o crime mais irritante, na comarca de Santo Tirso e o mais vulgar também é o atentado contra a propriedade, terra ou água* ¹⁰³¹. Já assim era no sec. XVII, tanto quanto nos foi dado observar pela *Benedictina Lusitana*, cujo testemunho já foi por nós citado.

¹⁰²⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 11 v. O mesmo abatimento e pela mesma causa se fez no sec. XVI, na renda do casal do Cidnai: *E pello que tomamos a Miguel Alvares E pelo Cano da agoa das Pereiras lhe abatemos o mais e mais lhe abatemos o que paguava Gonçalo Barbosa por o pumar que herão 30 reis o qual agora he nosso que o rematamos ao ditto goncalo Barbosa*: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 11 v. De um prazo, com data de 26 de Abril de 1593 - a favor de Pedro Moniz e sua mulher Margarida Antónia -, se deduziu, posteriormente, a renda de uma galinha, porque o mosteiro lhes comprara o que tinham abaixo do Rego, na Casa do Moinho que fora de Francisco Fernandes, o Sapateiro: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 6 v..

¹⁰²⁸ Nas notas do tabelião Francisco Carneiro.

¹⁰²⁹ Data do documento de 4 de Dezembro de 1613.

¹⁰³⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 18.

¹⁰³¹ *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, p. 247.

As infracções ao direito dos monges – que incluía a propriedade da levada e o direito de servidão nos terrenos de acesso – poderão resumir-se a estes:

1. *desvio das águas*, o crime de punição maior, a exigir, em princípio, a multa de 8.000 reis;
2. *a construção de moinhos* na margem da veia de água;
3. *a colocação de lavadouros*, o que, com outras coisas – os moinhos, sobretudo – nos permitirá reconstruir o traçado do rego, caso não sobejassem pegadas suas. A multa seria de 4.000 reis;
4. *a obstrução da corrente*, como os açudes, por exemplo;
5. a recusa ou obstáculo à *servidão* nos terrenos que fossem de acesso à levada, para a reparar.

5.1. A respeito do primeiro destes crimes

Um caso tão só. E a referência à decisão judicial que determinaria o quantitativo da pena. Ler-se-á num sumário do cartório:

*esta huma Sentença que este Mosteiro alcançou no Juizo deste Couto contra Francisco Antonio Leira Longa da Freguesia de Santa Cristina do Couto, por cortar a Agoa do Rego que vem para este Mosteiro foy condenado na penna dos 8.000 reis e nas custas, e por tudo Requerido por Domingos Gomes da Cunha Tabalião neste Couto aos 16 de Junho de 703*¹⁰³².

As sentenças que o Mosteiro alcançara contra as ditas infracções remetem-nos a 27 de Agosto de 1635:

*A fl. 112 consta, que a 2 de Junho de 1663 a requerimento do Abbade deste Mosteiro se fizera por Ordem de justiça notificação aos visinhos da leuada d'agoa que vem de Pereiras, e da Reborêda, para que não estorvem de modo algum que a dita agua venha para os passais do mesmo Mosteiro; pena de cada hum pagar 20 cruzados na forma da dita sentença a este respeito a qual se acha notada a f. 173 v. do mesmo Livro 4.º dada em 27 de Agosto de 1635 e confirmada por outras sentenças que se achão notadas neste Suplemento nos Lugares competentes*¹⁰³³.

5.2. Pelo que se refere a moinhos e açudes

Vejamos o que aconteceu com o da Giesteira, mesmo às portas da nossa cidade:

A f. 36 está a Sentença dada na Relação do Porto em 12 de Agosto de 1778, na qual se confirma a que tinha dado o Juiz deste Couto a favor deste, contra Domingos de Souza e sua mulher moradores no lugar da Giesteira, por ter innovado humas paredes da casa sobre o rego d'agua, que vem para os passais deste Mosteiro, e feito mais acima hum açude, sem para isso pedirem licença: por tanto forão condenados a pôr tudo outra vez no estado antigo, pagar todo o prejuizo, e se para o futuro inquietassem

¹⁰³² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268 (*Treslado de Pergaminhos*), ff. inumeradas da secção *Sentenças que este Mosteiro alcançou contra as pessoas que cortão a Agoa da leuada que vem de Monte Cordoua, e contra pessoas que poem Lauadouros no Rego*.

¹⁰³³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 5-5 v.

o Mosteiro na sua pósse, em que estava, pagarem 50 cruzados para o acusador, e despezas da Relação.

*(...) a f. 56 consta, que não cumprindo os Reos o que se lhes tinha mandado na referida Sentença; o D. Abbade deste Mosteiro fez requerimento, e por meio de justiça em 7 de Setembro do mesmo anno se fez vestoria, e nesse mesmo acto se demolio tudo o que os Reos tinham innovado*¹⁰³⁴.

O mosteiro vigiava constantemente o Rego e defendia-o dos ataques e das cobiças dos moradores avizinados. As atenções incidiam particularmente sobre o desvio das águas e sobre a construção de moinhos e açudes. Nos actos de visitaçāo, recordava-se ao mordomo tivesse olhos abertos e atentos, afim de que as águas se não divertissem. Mais, avisavam o D. Abade para que não consentisse se fizessem moinhos ou se levantassem açudes. Aliás – anotam os Visitadores – seria nulo qualquer acordo do Abade de Santo Tirso com os particulares sobre este assunto. Só um exemplo: os capítulos endereçados ao mordomo e ao dito D. Abade do Mosteiro pelo Abade Geral, Frei Tomás do Sacramento, a 8 de Maio de 1742 – aliás, um estribilho, com ligeiras variantes, em todos os actos deste género -, quando era prelado do nosso convento Frei Lucas de S. José:

*Reualidamos o Capitulo das uezitas passadas em que se manda em uirtude de Santa obediencia ao monge que servir de mordomo, Corra o Rego das agoas que vem para este Mosteiro ao menos, de dois, em dois mezes; e athe a ponte - à entrada da cidade, julgo que próximo da estação de serviço, a Auto-Rãs -, de mes, em mes, e uendo, ou sabendo, que alguma pessoa diuerte as agoas do dito Rego para os seus Campos, o fassa Sabedor ao Muito Reverendo Padre D. Abbade a quem mandamos ponha logo em execusão as penas das Sentenças, que ha neste particular, não fazendo quita alguma aos delinquentes, e ao mesmo Perlado mandamos debaixo do mesmo preceito de Santa obediencia, nam consinta, nem dê lisensa para que se fassam moinhos nem se leuantem asudes para correr as agoas para os campos, e quando assim o não fassa (o que Deos não permita) damos por nulla, e irrita, e de nenhum valor a tal licensa, por nos pareser assim util, muito conuiniente aos bens deste Mosteiro*¹⁰³⁵.

5.3. Os lavadouros

Até mesmo a simples colocação de uma pedra reclinada sobre o canal, para que as mulheres lavassem a roupa de sua casa, era tida por infracção que a lei punia com multa de 4.000 reis. Um caso tão só:

(...) esta huma Sentença que este Mosteiro alcançou no Juizo Ordinario deste Couto contra Catarina solteira do lugar do Merouso, da freguesia de Sancta Christina do Couto, para que não ponhão lauadouros no Rego da Agoa que uem para este Mosteiro com a pena de quatro mil Reis.

¹⁰³⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 81-81 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0276, f. 325 e ss.

¹⁰³⁵ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, vol. 159, ff. inum. Mas já alguns tinham sido construídos, com o beneplácito do nosso convento. Por exemplo, em 1714, há um requerimento do Reitor de Monte Córdova, P.e João Gomes do Souto, e outras pessoas, endereçado ao Abade do Mosteiro para fazerem uma presa no Rego da água para que os moinhos que tinham em Valinhas pudessem moer. A autorização foi concedida só para 1714. Portanto, já existiam os moinhos, em 1714, que agora – talvez pela força da estiagem – só o caudal precisasse de reforço. Bem, de qualquer forma, este não é um açude para o desvio das águas que beneficiassem os campos. Só de um reforço do caudal se trataria.

Foy escreveu Domingos Gomes da Cunha aos 5 dias do mes de Setembro do Anno de 1711.

Com a saída dos frades - senão antes - os lavadouros proliferaram, no rio de Pereiras. A Câmara secundou a ocupação popular. Carlos Manuel Faya Santarém desdobra este comentário: *É incompreensível que a Escola Agrícola como arrendatária e a Misericórdia como proprietária da Quinta do Mosteiro tenham caído no desleixo a tal ponto que não ligam qualquer importância a este direito multissecular e constitue uma das maiores riquezas daquelas terras*¹⁰³⁶.

Este comentário supõe que, na divisão do Mosteiro (1839 e 1842) – o que parece lógico – o Rego tenha passado para a posse do Comendador José Pinto Soares, e depois, através dos seus herdeiros, para as mãos do Conde de S. Bento (1882).

Todavia, se assim foi, o esbulho popular ter-se-ia dado muito antes de os bens chegarem à posse da Misericórdia. Assim na sessão de 21 de Agosto de 1876, a Câmara encarregou o construtor José Martins Barbosa, de Burgães – e venceria a arrematação pelo custo de 30 mil reis – de construir doze lavadouros públicos de pedra e granito: cinco, nas margens do Sanguinhedo, a saber, três no lugar do Penedo e dois no lugar do Arco; dois, no Rio Ave, do lado direito, próximo da ponte (da de madeira que só esta existia, na altura); mais cinco, na margem do regato, denominado dos Frades, ou seja, três no lugar do Picoto, e dois no lugar do Tapado¹⁰³⁷. A mesma Câmara, na sessão de 19 de Maio de 1884, dá por arrematada a obra de construção de um aqueduto que conduzisse a água do rego do mosteiro, que vai para a Quinta de Fora, através da Praça Visconde de S. Bento¹⁰³⁸. Mas, no fundo, é possível que este aqueduto constituísse tão só a reforma de um antigo canal divergente da levada de Pereiras, que se dirigia ao lago, junto do mosteiro, exactamente no local dos moinhos novos. Do que já se falou, ao começo.

5.4. O direito de servidão de que usufruía o mosteiro

O canal era do mosteiro: domínio directo e usufruto. Mas um outro direito cabia aos nossos monges: o da servidão, nas propriedades que lhe eram confinantes. Ainda hoje, são patentes, em Santa Cristina, os caminhos e portões, nos terrenos circundantes da levada, como testemunho da serventia de que disfrutavam os bentos de Santo Tirso. E, muitas vezes, tentaram os vizinhos esbulhar os religiosos do seu privilégio.

Vamos dar um exemplo: acordo de 8 de Novembro de 1713, obtido por intervenção judicial, entre o mosteiro, de um lado, e João de Araújo e mulher, de S. Tiago da Carreira, de outro. Comprometem-se estes a sofrer o derrube de um muro e a suportar as despesas da reconstrução, para garantirem, a favor do mosteiro, a serventia, com o intuito de reparações na levada:

(...) E por elle dicto João de Araujo e sua mulher que elles pegado a leuada que vem para este Mosteiro, fizerão huma parede para tapar o seu souto, e porquanto a dita parede empedia a servintia para se concertar a dita leuada e leuar pedra e torrão, e que para a parte do norte tinham feito hum portal grande no quoa se obrigauão a por huma Cancellla pella quoa querião que elles Padres tiuessem sua servintia para por

¹⁰³⁶ JST de 18 de Julho de 1975, p. 2.

¹⁰³⁷ SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Apontamentos de história local XXXIV*, em JST de 13 de Dezembro de 1974, p. 44, col. 2.

¹⁰³⁸ Hoje, como se sabe, Parque Dona Maria II. Cf. SANTAREM, Carlos Manuel Faya – *Apontamentos de história local XXXVIII*, em JST de 18 de Julho de 1975, p. 2, col. 2.

ella entrarem por sim (sic) e seus Cazeiros e criados todas as vezes que quizerem com Bois e Carro e de pee para o concerto da dita Leuada, e que na parede que corre ao longo da dita Leuada tem feito outro portal pello quoad da mesma sorte querião que elles Padres per si e seus Criados e Cazeiros tivessem a mesma seruintia para a dita Leuada na forma que dicto fica e que este portal poderão elles dictos João de Araujo e sua mulher tapar de parede singella e pedra meuda que elles Padres todas as vezes que lhe for nescessario hir concertar a dita leuada a poderão mandar derrubar per si e seus criados e cazeiros e elles ditos João de Araujo e sua mulher o tornarão a leuantar a sua custa acabado o concerto da Leuada e assim se concertarão foi Escriuão do dicto Termo Manoel Dias Monteiro neste Couto aos 8 dias do mes de Nouembro do anno de 1713.

Enfim, uma levada, com problemas no encaço, ao longo de todos os séculos. Aquilo que até agora se fez é uma exemplificação dos diversos tipos de infracções a que andaria sujeito o famoso Rego dos Frades do nosso mosteiro. Mas das muitas sentenças deste género havemos de dar conhecimento, em forma mais exaustiva, quando tratarmos deste mesmo assunto, na altura dos abades trienais.

6. O consórcio das águas

Falou-se, ao começo, de um acordo entre o Mosteiro de Santo Tirso e o de Monte Córdova, sobre a levada. Doutros acordos, respeitantes à divisão e partilha das águas, temos notícias também.

Parece-me demasiado simplista a exposição que de tal coisa faz Carlos Manuel Faya Santarém. Diz ele, sem distinguir as fontes – levada de Pereiras e de Reboreda; a secção da torrente, acima da levada, ou entre esta e o mosteiro – que, da Senhora de Valinhas até S. João, seriam só do mosteiro, com excepção de um dia por semana, possivelmente à Quarta feira. De S. João até à Senhora de Valinhas, seriam dos consortes, menos um dia por semana em que era do mosteiro¹⁰³⁹.

O que é certo é que, a este propósito, como já dei a entender, convém distinguir dois caudais: aquele que corre pelo ribeiro do Redundo e de Santa Luzia para a levada de Pereiras; e desta, bem como da Reboreda – até ao mosteiro.

Ora, pelo que acontece em relação às primeiras águas, há, a meio do sec. XVII, uma demanda que remataria numa composição, nos termos que seguem:

De 24 de Junho a 15 de Agosto, as ditas águas pertenceriam ao mosteiro, só à Terça feira de cada semana. Nos outros dias, delas eram senhores os vizinhos de Monte Córdova.

De 15 de Agosto a 24 de Junho, já caberia ao mosteiro o usufruto da água, na Terça e Quarta feira, sendo dos ditos moradores o restante da semana.

A água, desde a levada de Pereiras e da Reboreda até ao mosteiro, eram apenas do convento beneditino. Mas de 24 de Junho a 15 de Agosto, às Terças feiras, de reserva absoluta para a casa religiosa. Nos outros dias, poder-se-iam ceder aos caseiros, se, expressamente, nos respectivos prazos, lhes fosse feita a cedência da sua utilização.

De 15 de Agosto a 8 de Setembro – Senhora de Valinhas - poderia o mosteiro beneficiar ainda, pontualmente, alguém, se aos religiosos lhes aprouvesse arrendá-las. Sabemos de modalidades concretas de tais acordos. Uma sentença do Juiz do Couto de Santo Tirso que confirmou o contrato de 4 de Julho de 1733, entre o nosso convento e os caseiros dos frades António Ferreira e sua mulher, do lugar de Quinchães, Monte

¹⁰³⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 325 e ss.

Córdova: poderiam estes aproveitar-se da água que no Inverno transbordasse do Rego, em benefício do seu Campo da Bouça, desde que não furassem a levada, nem fizessem qualquer obra manual no dito Rego, sob pena de nulidade do contrato e multa de 200 cruzados.

CAPÍTULO IX

A VIDA INTELECTUAL E A CULTURA DO NOSSO MOSTEIRO

Não dispomos de muitos dados sobre a questão a que nos vamos agora dedicar. Seguimos as pistas que nos abriu José Mattoso, num artigo que temos diante dos olhos ¹⁰⁴⁰, com algumas diferenças que, no momento próprio, havemos de apontar.

Começamos por dizer que o nosso convento não teve o brilho e o esplendor dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra ou o dos cistercienses de Santa Maria de Alcobaça. Mas também não sofreria dos efeitos de um apagão que o deixasse no silêncio calado da noite ou na penumbra indistinta de um tímido alvorecer. Isto, se nos ativermos ao pouco de que dispomos, o que nos condiciona – em certa medida – no acesso à verdadeira dimensão cultural dos nossos religiosos. É que uma coisa é a realidade que foi; outra coisa é a documentação que nos falta, porque, para sempre, se terá perdido. A não ser que um milagre de ressurreição no-la recupere, para melhor conhecimento do contributo cultural do nosso mosteiro na vida social portuguesa.

Que Santo Tirso tinha boas condições para um desempenho cultural digno de realce é verdade. Não lhe faltava o apoio da nobreza, especialmente da parte dos padroeiros, a família poderosa dos da Maia. Não faleciam ao mosteiro recursos económicos, que sempre terá sido, ao longo de toda a sua história – até a extinção de 1834 – o mosteiro mais rico da Ordem de S. Bento. Também não seria diminuto o seu papel, nesta área, pelo número minguado dos seus frades, que, ao contrário, sempre fôra o mais povoado daquela ordem. Também o não poderia ser pelo isolamento da comunidade, face ao ambiente social, político e eclesiástico, que, aliás, de contacto intenso e dialogante sempre usufruiu. Que o diga Soeiro Mendes, o Bom, o fidalgo de maior poder no Condado portugalense, que doou o Couto de Santo Tirso ao mosteiro ¹⁰⁴¹. Que o digam o Cardeal de Toledo, D. Bernardo, Legado da Santa Sé em Espanha, e Crescónio, bispo de Coimbra, que estiveram presentes em Santo Tirso, aquando da beneditinização ¹⁰⁴². Que o diga o mesmo D. Bernardo que convidou o nosso D. Gaudemiro, a trabalhar na reconstrução dos limites da diocese do Porto. Que o diga o prelado desta diocese, D. Hugo, que confiou ao dito abade de Santo Tirso a administração da igreja diocesana, aquando da ausência do daquele bispo na Cúria pontifícia ¹⁰⁴³. Que o digam o bispo de Braga, D. Pedro, e seu sucessor, S. Geraldo, que sempre foram delicadamente recebidos pelo nosso mosteiro ¹⁰⁴⁴. Que o digam os Papas, que lhe confiariam a solução de conflitos locais, ou até nacionais, como Inocêncio III, que encarregará o nosso abade de trabalhar em ordem a que se alcançasse uma harmonia nas relações entre o arcebispo de Braga e o mosteiro de S. Torcato ¹⁰⁴⁵. Que também o diga Gregório X, que, junto com o bispo do Porto e o arcebispo de Braga, convidaria o abade de Santo Tirso, D. Álvaro Martins, a que se dirigisse ao concílio de Lyon – o único abade beneditino a ser convidado para uma solenidade deste género – e onde se tratou do problema

¹⁰⁴⁰ *O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa*, em STBCC, vol. I, n.1(1977) 91-119.

¹⁰⁴¹ Veja-se o c. IV, da II parte desta monografia, sobre a doação do Couto de Santo Tirso.

¹⁰⁴² Veja-se o c. I da parte II, onde deste assunto se tratou.

¹⁰⁴³ Ver o c. IV da I parte, a respeito da malha diocesana do nosso mosteiro.

¹⁰⁴⁴ Veja-se o acto de concórdia de 1101.

¹⁰⁴⁵ Cf. No apêndice documental, o texto de 13 de Novembro de 1214.

delicadíssimo atinente à deposição de D. Sancho II ¹⁰⁴⁶. Que o diga D. Afonso II, que nomeará, em 1220, o abade D. Mendo como um dos inquiridores, na definição dos bens da Coroa ¹⁰⁴⁷. Que o digam outros monarcas que elegeram prelados daqui como testamenteiros e beneficiários das suas últimas vontades ¹⁰⁴⁸. Que o digam os ingleses que souberam do mosteiro de Santo Tirso, na carta que lhes remetera um compatriota - que iria participar na tomada de Lisboa - e que do mosteiro notícias soube ao passar por junto da foz do Ave ¹⁰⁴⁹. Que o diga, finalmente, o chantre Gonçalo Gonçalves, quando, a 14 de Abril de 1262, deixaria, em seu testamento, umas casas que tinha em Salamanca, a favor dos dois mosteiros beneditinos, o de Santo Tirso e o de S. João de Pendorada. Talvez com o intuito do seu aproveitamento a favor de estudantes religiosos destas duas casas que quisessem fazer ali o seu curso superior na famosa universidade ¹⁰⁵⁰.

E estas achegas, além de sumariadas, foram tão só meia dúzia de dados de entre os muitos mais que se poderiam aduzir...

O contexto de que falámos ajudará a entender tenha sido, igualmente, o mosteiro da nossa cidade foco de manifestações culturais, de que temos, em regime de sobrevivência, algumas delas, face ao verdadeiro naufrágio da documentação, em 1834. Poderemos citar as seguintes:

Antes de 1085, aqui, em Santo Tirso, se redigirá a primeira parte dos *Annales Portucalenses Veteres*.

Em 1101, teremos um relato histórico-literário das divergências e subsequente conciliação entre o nosso mosteiro e o arcebispo de Braga, S. Geraldo;

Em 1248, se escreverá uma poesia latina, em hexâmetros dactílicos, em louvor de duas devotas aqui sepultadas, no nosso mosteiro.

No sec. XIII, último quartel, se escreverá, em Santo Tirso, o *Livro Velho de Linhagens*.

São estas as manifestações literárias de que dispomos para a época que vai até 1395, quando termina a fase dos abades eleitos e vitalícios. Para a época seguinte - a dos abades comendatários - a degradação é geral, a todos os níveis, da cabeça aos pés, na cultura como na piedade, na vida espiritual como na disciplina, do que é testemunho o acto da visitação de 1437.

Vejamos uma a uma as obras de que nos chegaram notícias.

1. *Annales Portucalenses Veteres* (1.ª Parte)

Estamos lendo o trabalho que José Mattoso publicou, a propósito do papel cultural do mosteiro de Santo Tirso, na Idade Média. Aquele investigador seguiria - para identificação do autor dos *Annales*, ou, pelo menos, do centro cultural da sua produção - , as pistas que primeiro houvera rasgado Pierre David ¹⁰⁵¹: a relação, ao sec. XI, entre os senhores em causa e os mosteiros com os quais aqueles se relacionam. Ora, aqueles

¹⁰⁴⁶ Veja-se o capítulo dedicado ao abadológico tirsense, onde se trata deste ilustre abade de Santo Tirso.

¹⁰⁴⁷ PMH *Inquisitiones*, pp. 75. 169.

¹⁰⁴⁸ Veja-se no apêndice documental o texto de Novembro de 1221.

¹⁰⁴⁹ Doc. n. 13 do apêndice documental.

¹⁰⁵⁰ Cf. CCSP, pp. 403-409.

¹⁰⁵¹ *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI.e au XII.e siècle*, Livraria Portugalia Editora e Société d'Édition « Les Belles Lettres », Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-340.

seriam - em parte, diga-se - descendentes de Mendo Gonçalves e Mumadona, o que levou o investigador a apontar o dedo, mais por sugestão que por certeza garantida, para o mosteiro de Guimarães.

Esta obra histórica – diz José Mattoso - , apesar da sua secura, tem a maior importância, porque revela da parte do seu autor, um interesse pelos acontecimentos políticos da época, uma espécie de consciência do valor histórico do presente e do passado próximo, que normalmente se não encontra em meios de cultura escassa¹⁰⁵².

Mas tudo parece decorrer, diante de um narrador quase que permanentemente neutral, que só uma que outra vez deixa transparecer uma certa dose de emotividade que, ocasionalmente, o personagem em causa lhe poderá incutir.

Os agentes da história e seus feitos, segundo os *Annales* – na primeira parte -, são os seguintes:

1. Conde Mendo (Gonçalves), assassinado a 6 de Outubro de 1008.
2. Conde Alvito Nunes e os Normandos.
3. Rei Afonso (V), morto em 1018.
4. “Magnus comes” Nuno Alvites, morto no ano 1018.
5. Conquista de Montemor por Gonçalo Trastamires, a 12 de Novembro de 1034.
6. Conde Mendo (Nunes), assassinado a 24 de Dezembro de 1034 (data errada: ler 1043 ou 1044).
7. Gonçalo Trastamires, assassinado a 1 de Setembro de 1036.
8. Batalha de Cesar, vencida pelo rei Bermudo a 23 de Março de 1045.
9. Rei Bermudo, morto em 1047.
10. O rei Fernando Magno conquista várias cidades ao Sul do Douro e morre a 26 de Dezembro de 1065.
11. Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires, morto em 26 de Novembro de 1065.
12. Conde Nuno Mendes, morto na batalha de Pedroso em Fevereiro de 1071.
13. Rei Sancho de Castela, assassinado em 1072.
14. O rei Afonso VI conquista Cória, em Setembro de 1077.

Seja-nos permitido fazer uma redistribuição destes personagens, por três secções:

1. Os reis de Leão, ou Leão Castela e Navarra (Afonso V, Bermudo III, Fernando Magno e Afonso VI).
2. Condes portugalenses (Mendo Gonçalves, Alvito Nunes, Nuno Alvites, Mendo (Nunes) e Nuno (Mendes), patrocinadores do mosteiro de Guimarães.
3. Depois, os senhores da Maia (Gonçalo Trastamires e Mendo Gonçalves), patrocinadores do mosteiro de Santo Tirso.

Anota J. Mattoso duas coisas: que se esta parte foi escrita depois de 1079, seguir-se-á que viria a corresponder a uma fase de decadência do mosteiro de Guimarães, com a morte dos patronos, os Condes Nuno Mendes e Mendo Nunes, na batalha de Pedroso. Que a morte daqueles e o desforço dos vencedores (Rei Garcia ou o sucessor Afonso VI) poderiam fazer-se sentir, de forma negativa, sobre o mosteiro vimaranense. Pelo menos, poderá ser disto reflexo o teor da documentação desta casa com *arengas* e

¹⁰⁵² Art. citado, p. 100.

sanctiones variadas e originais, ao sec. X e primeira parte do seguinte, em contraste com a singeleza nos textos documentais da segunda parte do sec. XI.

A menção dos cinco condes portugalenses e, de forma particular, a de três deles assinalados, com referências cronológicas precisas, pode, à primeira vista, dar razão à suspeita de Pierre David, que, apesar de uma certa timidez, apontou um dos monges de Guimarães como possível autor dos *Annales*.

O caso é que, neste ponto, os mesmo *Annales* assinalam os senhores da Maia, que talvez fossem rivais dos condes. Mais até, com rasgados elogios, a favor de Mendo Gonçalves. Ainda outro pormenor: fixa-se com precisão a cronologia de todos, no que toca ao termo *ad quem* da sua vida: dia, mês e ano do seu falecimento. Ora, era mais difícil a um monge de Guimarães conhecer os senhores da Maia, com as circunstâncias da cronologia e com os pormenores concretos da sua morte, que a um monge de Santo Tirso conhecer já todos estes dados, a respeito dos condes portugalenses. Os condes também exerceriam a sua jurisdição em Santo Tirso e representavam a autoridade régia no mosteiro e em toda a circunscrição envolvente. E, em contraste com os de Guimarães, um redactor de Santo Tirso conheceria bem e melhor os senhores da Maia, padroeiros do seu mosteiro e que, por força do obituário da sua casa, celebrariam constantemente a sua memória nos sufrágios a que se obrigavam, de maneira particular no aniversário do falecimento.

Demais, como anota José Mattoso, um outro argumento em desfavor de Guimarães: não se explica que um redactor da cidade omitisse a intervenção dos condes portugalenses e do conde de Coimbra na crise da monarquia leonesa, desde a morte de Ramiro II, em 950, até meados do reinado de Bermudo II, quando outros cronistas do condado e até de fora do condado portugalense o mencionam...

A partir daqui, de 1079, um copista de Santa Cruz de Coimbra – ou seu intermediário – continuará os *Annales*. Porquê esta retomada por outrem, com os seus desenvolvimentos? É que os *Annales* têm por argumento episódios situados a Sul do Douro. E os agentes da acção são agora cristãos e muçulmanos. O estilo deixa a secura da primeira parte, para se enriquecer de pormenores que fornecem à narração a energia e a vivacidade que antes não possuíam.

José Mattoso aponta as diferenças: “O estilo muda, como mostra claramente a descrição pormenorizada da batalha de Sagalías. A transcrição dos nomes árabes denota contacto directo com a cultura islâmica. Cita-se pela primeira vez o nome do alvazil Sisnando de Coimbra. Soeiro Mendes aparece, mas apenas como governador de Sintra e numa notícia sem carácter pessoal”.

Entre duas hipóteses possíveis, para uma redacção da segunda parte – Grijó e Santa Cruz de Coimbra – José Mattoso dá preferência a Santa Cruz: os sintomas que poderiam favorecer este mosteiro poderão diluir-se nas relações de Grijó com Santa Cruz, onde, por outro lado, aqui, em Coimbra, de certeza que foram os *Annales* completados.

A diferença entre a primeira parte dos *Annales* e a segunda parte, sobre os dois modos de fazer história, terá a ver com a crise do reino leonês, aos finais do sec. X e começos do imediato. Ela, a crise, reflectir-se-á no interior dos mosteiros, com a paralisia ou entibramento da actividade cultural nos seus membros. Por outro lado, surgiriam outros centros culturais, onde os monges e clérigos francos, veiculados no movimento dos cruzados da Europa, nestes infundem sangue novo e um novo espírito. “Parecem ser os estímulos estrangeiros que a fazem atingir rapidamente esta consciência e desempenhar um papel tão importante, junto dos condes D. Henrique e D. Teresa”.

2. A notícia do encontro e desencontro do mosteiro de Santo Tirso com o arcebispo S. Geraldo (1101)

Datará de 1101. É um texto histórico e literário, ao mesmo tempo. Já não se lida com uma notícia de desértica aridez. Antes, adornada de pormenores donde resultam retratos, definições de caracteres descritivos das personagens em acção, particularmente do secretário do arcebispo e do temperamento de S. Geraldo, homem compreensivo, mas simultaneamente enérgico, quando as circunstâncias o exigissem. E, além do mais, cheio de humildade: dará mão à palmatória, se, do lado de outrem, a razão e a justiça a este lhe assistem.

A história começa exactamente por definir, muito concretamente, aquilo que se exigirá de um texto narrativo: a acção situada em tempos muito bem definidos, em espaços muito concretos, numa dinâmica fechada, com princípio, desenvolvimento e desenlace. Uma história acabada, com peripécias de tal forma encadeadas, em crescendo – apenas com um ou outro momento de pausa ou catálise, por exemplo, na ida, entretanto, do arcebispo a Roma -, mas que, logo, em tensão mais dramática se revigora, até ao seu clímax no tribunal da cúria, com a ameaça do arcebispo ao secretário. Segue-se o desenlace no aparecimento do rol de D. Pedro, onde se incluía o nome do mosteiro de Santo Tirso, com a obrigação da hospedagem a favor do metropolitano; e ainda a catarse expiatória, na sentida contrição de S. Geraldo.

É um texto igualmente literário, onde à serenidade do historiador, se adicionam momentos de forte emotividade nas reacções dos personagens, que, em discurso directo, ora se exaltam e se ameaçam, ora recolhidos se compreendem na sinceridade humilde da sua fé. Curioso que começa o texto com um forte recuo no tempo, uma analepse de cento e vinte e três anos.

Foi redigido por um monge de Santo Tirso, à base dos documentos notariais que, para o acordo, na chancelaria bracarense, se elaboraram, e dos depoimentos das testemunhas e de outros intervenientes que, para o efeito, se convocariam.

Mais, representa o ponto de vista do mosteiro. Por isso, aqui terá a nascerça. Com certeza que os elogios ao advogado de Santo Tirso, Soeiro Mendes, o Bom, não seriam propositados – uma narração fria e imparcial no foro dos tribunais dispensava a apresentação do retrato tão caloroso dos personagens, fosse ele o de um homem da estatura social e política do dito fidalgo – nem de outrem esperados. Sobretudo da parte da chancelaria metropolitana, porque, a respeito talvez do padroado de Ribeirão, andara o arcebispo de candeias às avessas com o dito Soeiro Mendes, como se vê da *Vita Sancti Geraldi*.

Logo este texto – repita-se, histórico e literário – representa uma actividade do nosso mosteiro. Não o transcrevemos aqui, porque já foi por nós traduzido e apresentado, aquando do capítulo sobre a fundação deste convento. Para lá remetemos o leitor.

3. Uma poesia latina

Falámos de um género literário, no campo da prosa que o nosso mosteiro cultivaria, desde os começos: a história. Cultivada a dois níveis: ora prosaica e concisa, ora artística e desenvolta. Ora despida de rendilhados, de uma elaboração graciosa – coisa que assim não tinham os *Annales* -, ora guarneçada de arte, emoção e beleza, de que foi exemplo, o desencontro e re-encontro do mosteiro de Santo Tirso com o arcebispo, S. Geraldo. Também uma diferença, no tempo, os separará, com factores que ao segundo o devia depurar, na emergência dos cruzados do centro e norte europeu sobre o palco do

nosso território. O sangue novo que, na cultura, na liturgia, na arte veio dar uma vitalidade rejuvenescida à Hispania tão cansada de lutas e de contradições...

Pois, além da prosa, também se cultivou, em Santo Tirso, a poesia. Não a lírica das cantigas de amigo e de amor que ondulavam ao som do vento primaveril; nem a satírica, que, em forma de guerra literária, distraía os fidalgos da guerra sangrenta das armas. Antes, uma poesia de antanho, clássica de forma, e de todos os tempos de conteúdo: a homenagem dos vivos aos seus mortos: um epitáfio, em língua da velha Roma, com metro latino e estrutura clássica: 13 versos, em hexâmetros dactílicos. Estrutura clássica de forma, repito, que muitos têm passado esta poesia, por versos leoninos que o não são. Que lhes falta a rima interna !

Demais, esta poesia ultrapassa o mero intuito referencial e informativo. O autor adorna o texto da sua mensagem com a beleza e encanto de algumas recriações artísticas, através do recurso à personificação (*mors ímpia*), à metáfora (transusão de uma ideia do tempo na imagem de um espaço) e pleonismo (*mors traxit ad astra*) e à metonímia (*astra*, por céu ou Deus). Não se trata, pois, de um texto desprovido de beleza e de arte, como se tem referido.

A poesia foi construída pouco depois de 1248, quando, após a morte da segunda, os nossos monges se resolveram a reunir num só túmulo, os restos mortais das duas devotas.

Não se trata de duas monjas, que o nosso mosteiro, desde 1092, ao abraçar a Regra de S. Bento, era masculino tão só. Pertenciam antes aquelas senhoras à *família* monástica: damas em relação com a linha patronal dos da Maia, que tinham, por isso, alguns direitos em Santo Tirso, como a hospedagem. E ainda sepultura no mosteiro, mai-los sufrágios, particularmente aniversários, da parte dos nossos monges, após a morte. Segundo J. Mattoso, aqui, neste segundo epitáfio, vieram a ser sepultadas Alda Vasques, que era dos de Soverosa, e Urraca Ermiges, filha de Ermígio Mendes, dos senhores de Riba Douro.

Não a transcrevemos aqui. O leitor pode ver, no capítulo dedicado ao mosteiro de Santo Tirso e sua igreja românica, o texto original e sua tradução.

4.Livro Velho de Linhagens (sec XIII, último quartel)

Foram muitos os géneros literários que os monges beneditinos cultivariam. Cita-os a *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, a *Benedictina Lusitana*, de Frei Leão de S. Tomás, os inéditos do Cardeal Saraiva¹⁰⁵³, os autores da vizinha Espanha, de forma especial monges beneditinos, quando a Portugal se referem...

Muitos volumes, ainda manuscritos, desapareceram, outros subsistem, nestas condições em que nasceram, doutros sabemos tão só os nomes: títulos e autores. A produção bibliográfica beneditina era grande. Sobretudo após a Congregação. Basta se veja o rol do dito Cardeal Saraiva: livros de Filosofia, de Teologia, de Direito, de Literatura, especialmente poesia, de História, de Arte, especialmente Música, Genealogia... E tudo o vento levou !... O vento da revolução liberal, que ditou a extinção (1834), a ruína dos mosteiros, das suas bibliotecas e arquivos.

Desta faceta plurifacetada na época medieva, em Santo Tirso, dar-nos-á o tom estes exemplos de actividade literária, poesia e prosa, com a narrativa a adquirir já o nível literário da criação artística. Já algo se disse, a respeito de alguns destes casos. Agora,

¹⁰⁵³ RAMOS, Luís Oliveira – *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia monástica) II*, em BA LI 106 (119) 2003, pp. 183-279.

mais um sub-género a que a tradição beneditina atreita se fez, ao longo da sua existência: a genealogia. Será de um monge de Santo Tirso o *Livro Velho de Linhagens*.

Vamos dividir este capítulo em 4 pontos: os dois primeiros são extraídos do próprio Livro Velho que se viu truncado, na sua fase última. Realmente, faltam-lhe o final da segunda parte da família da Maia, e ainda a terceira, quarta e quinta parte, sobre as famílias dos Braganções, de Riba Douro e Baião. Segundo José Mattoso, estará completo o *Livro do Deão* ¹⁰⁵⁴, que é uma cópia, às vezes em desvio, do Livro Velho. Curiosamente, o final deste último livro (início da família dos Telos) interrompe-se, mas continuando coerentemente no devido lugar, dentro do Livro do Deão, dando-lhe este perfeita e exacta continuidade.

Seguindo as pistas abertas por J. Mattoso, vejamos ponto por ponto as pegadas tirsenses destes livros de linhagens.

4.1. A fundação do mosteiro

Parece-me que há, neste ponto, os prós e os contras. Um contra, por exemplo: não há dúvida que o orago primitivo do nosso mosteiro foi sempre o mesmo desde os alvares, o ano distante de 978. O documento de 8 de Agosto de 1060 e o depoimento das testemunhas, em 1101, que, por analepse, recuam às origens, não deixarão dúvidas de qualquer espécie. Nem os documentos que se lhes seguirão.

Ora, o *Livro Velho de Linhagens* cria uma ruptura no patrocínio espiritual do nosso convento: ter-se-ia fundado, inicialmente, sob a égide de S. Nicolau. Este santo, tão popular que revive no panorama cénico da Europa e do mundo, sob a figura acarinhada do Pai-Natal, não foi nunca padroeiro – nem poderia ter sido sequer – aos começos. Primeiro, temos aqueles dados documentais que vão decidir a favor de Santo Tirso. Segundo, temos as provas do culto tardio, relativamente, de S. Nicolau, nas igrejas do ocidente europeu. Em Portugal, o culto de S. Nicolau deste santo apenas ao sec. XIII se veio a introduzir ¹⁰⁵⁵.

A consequência natural parece ser esta: seria impensável que um monge de Santo Tirso – ou então um clérigo da família da Maia, que será, para José Mattoso, uma alternativa que explicasse o erro -, ou, por outras palavras, de qualquer forma nem um nem outro, por serem gente do mosteiro ou da família dos da Maia, por laços de sangue ou de afecto, poderiam ignorar o padroeiro da casa religiosa.

Quanto aos prós, teremos a dizer o seguinte: o *Livro Velho de Linhagens* é um misto de genealogia e de história, de traços concisos e rápidos, e de desenvolvimentos descritivos e narrativos que excedem o âmbito da secura da história ou do filão apenas genético da carne e do sangue.

Seja como for – nisso estamos ao lado de José Mattoso –, o que é certo é que o autor da obra conhece bem a comunidade de Santo Tirso, os seus moradores e os cantos da sua casa, com dados muito particulares e precisos. Nestas condições muito se distancia da meada, sempre a desbobinar num ritmo monocórdico, como a teia de Penélope, que é o normal estilo da lenga-lenga com que se constrói a genealogia.

¹⁰⁵⁴ Assim chamado, porque o copiaria um Martim Anes para um inominado Deão.

¹⁰⁵⁵ Pierre David diz que, como orago de igrejas, no Portugal de hoje, só aparece, a partir do sec. XIII. *Études Historiques sur la Galice et le Portugal*, Lisboa, 1947, p. 237. Em Espanha, só depois do fim da época visigoda aparecerão vestígios do seu culto. O único santo confessor, com culto, foi S. Martinho de Tours. Cf. GARCIA RODRÍGUEZ, Carmen – *El Culto de los Santos en la España romana y visigoda*, Madrid, 1966, pp. 342-343. Não admira, que o culto de S. Nicolau só teria começado, após a transferência das suas relíquias para Bari, em 1087.

Ver-se-ão estas características excepcionais, nas notícias deste *Livro de Linhagens*, quando a Santo Tirso se alude.

Assim, a respeito da fundação do mosteiro, conta esta obra:

E (Aboazar) casou com dona Usco Godins, filha del Conde dom Godinho das Asturias. E ela com seu marido fundarom a igreja de São Nicolao em vila de Moreira de Riba d'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba d'Ave. E vierom com el de Galiza seus vassalos bons, convem a saber quaes foram: dom Guter Teles e dom Osená e dom Tructesend (o) Turquides.

Salvo a referência inexata ao orago, o resto, nos seus pormenores, é seguro: o nome da fundadora – Unisco ou Usco, na forma sincopada – e seu marido, Aboazar Lovesendes – como se vê do acordo entre o mosteiro e S. Geraldo, em 1101 – e o lugar da mesma fundação – *Vila Moraria*, que se confirma na carta de Couto de Soeiro Mendes e no dito acto de 1101, topónimo, o de Moreira, que, de resto, ainda hoje sobrevive, embora reduzido a um campo nas vizinhanças do mosteiro. Aliás, desde muito cedo, que esta recessão do nome primitivo se deverá unicamente ao deslize do hagiónimo de Santo Tirso para uma nova condição de topónimo.

De resto, coisas que só em documentos do cartório de Santo Tirso se poderiam saber, tais como os vassalos de Aboazar, com seus nomes respectivos.

4.2. As monjas de Santo Tirso

Um pormenor curioso: a menção das quatro monjas de Santo Tirso. Já disse que, a partir de 1092, o mosteiro que, antes, poderia ter sido familiar e dúplice, a partir daí será masculino tão só. A Regra de S. Bento, que então se adoptaria, era rigorosa e exigente na condição celibatária dos seus monges.

Logo duas consequências. A primeira, a partir dos meados do sec. XII, emergirão, com certo desenvolvimento, no panorama monástico europeu, os conventos femininos. Segundo, logo, para um autor que escreve, na ponta final do sec. XIII –, o caso do redactor do *Livro Velho de Linhagens* –, um testemunho sobre a existência de monjas, na nossa cidade, em tempos avizinados, seria uma coisa de estranhar. Ora nós sabemos, por outro lado, que a expressão se tomaria em sentido impróprio, apenas como *familiares* do mosteiro. Já o deixamos em menção, no capítulo dedicado à igreja românica de 1092.

Não era possível ao autor do *Livro de Linhagens* negar a existência destas damas, na casa de Santo Tirso. Lá estão as inscrições funerárias – e deviam ser mais do que aquelas que actualmente figuram. Ao edificar-se a última igreja, em 1659, as lápides tumulares foram deslocadas, apenas agora às paredes da sacristia nova e à sobre-porta que dá comunicação da Galilé para o átrio da Porta Branca, enquanto outras se perderiam ou se encontrariam ocultas, como a memória do benfeitor da igreja do sec. XIV, D. Martim Gil de Sousa e sua esposa Dona Violante Sanches. Mas, ao sec. XIII, ainda estariam patentes, a dar testemunho da sua presença. De modo especial a de Alda Vasques, dos de Soverosa, e Urraca Ermiges, dos de Riba Douro. Até faltarão outras que este *Livro Velho de Linhagens* não citará. Uma, por exemplo, de que se dá conta, na chancelaria de D. Sancho II: uma emparedada, Dona Loba, senhora que vivia junto do mosteiro, sem comunicação com o mundo exterior. Em seu proveito, o monarca dar-lhe-ia o couto de Gavião¹⁰⁵⁶. Ainda uma outra, Dona Maria Aires de

¹⁰⁵⁶ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 33, pp. 169-170.

Fornelos, a barregã de D. Sancho I que lhe dera D. Martim Sanches e Dona Urraca Sanches, todos eles benfeitores do mosteiro. E Dona Maria Aires estava sepultada em Santo Tirso. E o epitáfio desapareceu...

Mas não era só a memória enxuta das devotas. Pequenas, mas significativas, as informações sobre a sua vida, a sua origem e a sua acção, particularmente nas disposições de última vontade, com destino fixado aos bens que lhes pertenciam e onde se localizavam. Outras coisas tão pequenas, mas, igualmente, muito significativas, exactamente pela sua singeleza, no tocante ao percurso de Aldara Vasques: que era monja de Santo Tirso, mas que antes pertencera ao mosteiro de Burgães, casa religiosa já mencionada na Bula de Calisto II, sobre os limites com que se distinguiam as dioceses de Braga e Porto. Outra coisa minúscula, que, todavia, pelas mesmas razões invocadas, se não pode descurar: o caso de Dona Mor Mendes, que era padroeira de Burgães, a que fizera testamento. Ora esta paróquia pertenceu, desde longa data até ao sec. XVIII, ao compadroadado da Casa da Lage e de Santo Tirso.

Enfim, coisas insignificantes, que, paradoxalmente, até significam muito, para uma relação estreita entre o autor do *Livro Velho de Linhagens* e o mosteiro de Santo Tirso. Se não é monje desta casa, alguém que hauriu na documentação do mosteiro as informações de que faz uso tão amiudado.

Vão agora os textos que retiramos do *Livro Velho de Linhagens*:

*Dona Aldara Vasques, que foi monja de Santo Tirso e que esteve em Burgães*¹⁰⁵⁷.
 (...) *uma filha houve nome dona Orraca Ermiges e foi monja de Santo Tirso*¹⁰⁵⁸.
 (...) *e uma filha houve nome dona Mor Mendes, que foi monja em Santo Tirso e senhora de Burgaes, convem a saber, dous casaes em Guimarães e outro em Monte Cordova em o logo que chama o Orcal, e outro em Gavião*¹⁰⁵⁹.
 (...) *e a filha houve nome dona Gontrode Moniz, que foi monja em Santo Tirso*¹⁰⁶⁰.

4.3 .Gonçalo Mendes da Maia

Já atrás nos referimos à continuação da genealogia dos Maias, interrompida no Livro Velho, e reatada através das páginas do *Livro do Deão*. Continuamos com a presença de Santo Tirso, neste segundo volume, não apenas através de alusões rápidas e fugidias, mas com referências e alusões que tão só *in loco* poderiam ter sua origem. Não digo tanto quanto ao final trágico da vida de Gonçalo Mendes da Maia - a sua morte em Beja -, quanto a um documento que só em Santo Tirso se poderia encontrar. Expliquemo-nos: Soeiro Mendes recebera o couto de Santo Tirso das mãos do Conde D. Henrique, em 1097. Mas teria havido um acordo mútuo entre ele e seu irmão, Gonçalo Mendes: que este se teria comprometido a respeitar a jurisdição de Soeiro Mendes da Maia, nos limites do couto, de forma que nem o irmão Gonçalo nem algum de seus descendentes pudessem limitar os poderes de Soeiro, construindo honras ou bolsas isentas no interior do couto de Santo Tirso.

Claro que, em 1098, quando Soeiro Mendes faz doação da terra privilegiada ao mosteiro, este acordo entre os dois irmãos passaria para o arquivo monástico.

Dirá o *Livro do Deão*:

¹⁰⁵⁷ LV 1 M8.

¹⁰⁵⁸ LV 1 AF8.

¹⁰⁵⁹ LV 2 A5.

¹⁰⁶⁰ LV 2 T7.

*Este dom Gonçalo Mendes foi o que deo grande algo a Santo Tirso e às igrejas, e deo-lho porque era seu irmão dom Suer Mendes e o não quis acolher no couto de Santo Tirso, que o coutassem ambos. E deo-lho com esta condição que cada um do linhagem de Gonçalo Mendes que britasse o couto ou i fizesse alguma coima, que a coima qui fizesse fosse corregida por este haver que Gonçalo Mendes i dava a Santo Tirso. E este dom Gonçalo Mendes mataram-no os Mouros na lide que houve com eles em Beja*¹⁰⁶¹.

4.4. O túmulo de Soeiro Mendes Facha

Desenvolvendo a linhagem dos senhores da Maia, o *Livro do Deão* passa a referir Soeiro Mendes, a figura de um notável benfeitor do mosteiro de Santo Tirso. Este fidalgo tinha já sido referenciado no *Livro Velho de Linhagens*¹⁰⁶². Mas, agora, no *Livro do Deão* se acrescenta que fora sepultado em Santo Tirso. Efectivamente, a sua sepultura encontrava-se, a meio do sec. XVII, na Galilé da igreja de 1300, ao lado esquerdo da porta de ingresso na nave central. Na construção da actual matriz, a pedra tumular foi afixada na sobre-porta que faz comunicação da galilé actual com o átrio da Porta Branca.

É natural que Martim Anes – já que o redactor do *Livro Velho de Linhagens* omitira este pormenor no dito local em que, pela primeira vez, o citara - tivesse haurido esta informação ou dos monges de Santo Tirso ou das páginas do testamento que se encontrava em Santo Tirso, onde – decidira ele - queria ser sepultado, quer morresse perto quer longe do nosso mosteiro...

4.5. As lendas da família da Maia

Em nota introdutória, dirá José Mattoso que as lendas em torno da família explicariam também o alto relevo que o redactor da lenda de Gaia irá conferir à secção dedicada às origens da família de Aboazar, fundador do mosteiro. Não há nenhum texto narrativo nos livros de linhagens anteriores ao do Conde de Barcelos que deste se aproxime, em extensão ou no carácter literário¹⁰⁶³.

Como acontece com os santos, também os valorosos cavaleiros fidalgos se “canonizam” na aura popular em formas de uma heroicização desmedida. Mas “onde há fumo, há fogo”. Sobre-se o fumo, e chegar-se-á à realidade viva do fogo. Os heróis existiram: há neles, em princípio, uma dimensão histórica. Mas a lenda teceu-lhes um diadema de fantasia. E é nesta roupagem mítica que se inspirarão os literatos, que, nas canções de gesta, celebram os seus heróis. E, se primeiro o fizeram os poetas, logo depois os cronistas o traduzirão na roupagem menos ritmada, mas por igual excitante, da simples prosa.

As pessoas celebradas nas gestas heróicas desta família da Maia: Aboazar Lovesendes, que fundou o mosteiro de Santo Tirso. Depois, Gonçalo Mendes da Maia, a cujo feito se alude de passagem no *Livro do Deão*; o irmão daquele, Soeiro Mendes da Maia. E ainda outros personagens ligados pelo sangue ou afinidade aos senhores da Maia, a saber, Braganções, Egas Moniz...

Retomando o pensamento de José Mattoso, diremos que “ todos os personagens são históricos, como acontece também com os de outras lendas resumidas pelos livros de linhagens, e como sucedia já também na épica castelhana. Por outro lado, sabemos que, pelo menos em três casos, os cantares portugueses imitavam modelos castelhanos, que

¹⁰⁶¹ LD 7 A1.

¹⁰⁶² LV 1 B7

¹⁰⁶³ Art.º citado p. 116.

originariamente exaltavam outros heróis. Assim a história do cavaleiro Enalvilho, que precede a de Aboazar Ramires; a do duelo judiciário em Toledo ou de Bernardo del Carpio, que sugerem a de Soeiro Mendes; a do conde Pedro Ansures, que inspira a de Egas Moniz. Circunstâncias que mostram bem o carácter relativamente tardio e importado de tais lendas.

Destas, porém, só uma aparece no *Livro Velho*: a de Aboazar Ramires. Todas as outras foram postas por escrito pela primeira vez no século XIV, pois só vêm mencionadas no *Livro do Deão* ou no *Livro do Conde D. Pedro*¹⁰⁶⁴.

“De qualquer modo, a lenda de Gaia é o primeiro resumo em prosa de um cantar jogralesco português. Foi posta por escrito pelos mesmos anos em que Afonso X o Sábio e os seus clérigos transcreviam também ou resumiam pela primeira vez muitos cantares épicos castelhanos (...). Esta coincidência cronológica é de sublinhar, e revela, portanto, da parte do clérigo ou monge tirsense uma atenção à literatura oral que era até então muito rara nos mesmos meios. Encontramos, assim, neste mosteiro um importante precedente da atitude mental que levou o conde D. Pedro a recolher muitas outras lendas e narrativas, e que é independente do exemplo da corte castelhana, que D. Pedro, sem dúvida alguma, seguiu também (...)”¹⁰⁶⁵.

Diz a lenda:

*Este é o linhagem dos mui nobres e mui honrados ricos homens e filhos d’algo d’Amaia, em como eles vem directamente do muito alto e mui nobre rei dom Ramiro. E este rei dom Ramiro seve*¹⁰⁶⁶ *casado com uma rainha, e fege*¹⁰⁶⁷ *nela*

rei dom Ordonho.

*E pois lha filhou*¹⁰⁶⁸ *rei Abencadão, que era mouro, e foi-lha filhar em Salvaterra no logo*¹⁰⁶⁹ *que chamam Mier. Entom era rei Ramiro nas Asturias. E quando Abencadão tornou, adusse-a*¹⁰⁷⁰ *para Gaia, que era seu castelo.*

*E quando veo rei Ramiro não achou sa molher, e pesou-lhe ende*¹⁰⁷¹ *muito, e enviou por seu filho dom Ordonho e por seus vassalos, e fretou sas naves, e meteu-se em elas, e veio aportar a Sanhoane d’Afurada*¹⁰⁷²*. E pois que a nave entrou pela foz cobrio-a de panos verdes, em tal guiza que cuidassem que eram ramos, ca*¹⁰⁷³ *entonce*¹⁰⁷⁴ *Douro era cuberto de uma parte e da outra d’arvores.*

*E esse rei Ramiro vestio-se em panos de veletó*¹⁰⁷⁵*, e levou consigo sa espada e seu corno, e falou com seu filho e com seus vassalos que quando ouvissem o seu corno, que todos lhe acorressem, e que todos jovessem*¹⁰⁷⁶ *pela ribeira per antre*¹⁰⁷⁷ *as arvores, fora poucos que ficassem na nave para mantê-la, e el foi-se estar a uma fonte que estava perto do castelo.*

¹⁰⁶⁵ Ib. Ib.pp. 118-119.

¹⁰⁶⁶ Pretérito perfeito do verbo *seer*, no sentido de *estar*, muito comum no Português arcaico

¹⁰⁶⁷ 3.^a pes. do sing. do pret.^o perf.^o de *faze*. Na .1.^a pes. aparece muitas vezes também a forma palatalizada de *fiji*.

¹⁰⁶⁸ Tomou.

¹⁰⁶⁹ De *locum*, lugar.

¹⁰⁷⁰ De *aduxit*, trouxe

¹⁰⁷¹ De *inde* isso, por esse motivo.

¹⁰⁷² S. João de Afurada

¹⁰⁷³ De *quam* ou *quia*, conj. causal, porque ou pois.

¹⁰⁷⁴ De *intunce*, então.

¹⁰⁷⁵ De *bellitum*, velido, bonito.

¹⁰⁷⁶ Do verbo *jazer*, no pret.^o imperfeito do conj. Que todos ficassem pela margem...

¹⁰⁷⁷ De *inter*, hoje *entre*.

E Abencadão era fora do castelo e fora correr seu monte¹⁰⁷⁸ contra Alfão. E uma donzela que servia a rainha levantou-se pela manhã, que lhe fosse pela agoa para as mãos; e aquela donzela havia nome Ortiga. E ela na fonte achou jazendo rei Ramiro, e nom o conheceo. E el pedio-lhe d'agoa¹⁰⁷⁹ pela aravia¹⁰⁸⁰, e ela deu-lha por um a(ce)tre¹⁰⁸¹. E el meteo um camafeo na boca, o qual camafeo havia partido com sa molher, a rainha, pela meadade¹⁰⁸². El deu-se a beber e deitou o anel no a(ce)tre. E a donzela foi-se e deo agoa à rainha, e cahio-lhe o anel na mão, e conheceo-o ela logo.

A rainha perguntou quem achara na fonte. Ela respondeu que não era i¹⁰⁸³ ninguém. Ela disse que mentia, e que lhe nom negasse, ca lhe faria por ende bem e mercê. E a donzela lhe disse entom que achara um mouro doente e lazarado¹⁰⁸⁴, e que lhe pedira d'agoa que bebesse, e ela que lha dera. E entonce lhe disse a rainha que lhe fosse por el, e se i o achasse que lho adusasse¹⁰⁸⁵.

A donzela foi por el, e disse-lhe ca lhe mandava dizer a rainha que fosse a ela. E el entrando pela porta do paço conheceo-o a rainha e disse-lhe: “Rei Ramiro, quem te adusse¹⁰⁸⁶ aqui?” E el lhe respondeo: “Ca¹⁰⁸⁷, o teu amor”. E ela lhe disse que vinha a morrer. E ele lhe respondeu: “Ca, pequena maravilha”. E ela disse à donzela que o metesse na camara, e que lhe não desse que comesse nem que bebesse. E a donzela pensou¹⁰⁸⁸ del sem mandado¹⁰⁸⁹ do rainha.

E el jazendo na camara, chegou Abencadão e deram-lhe que jantasse, e depois de jantar foi-se para a rainha. E desque fizeram seu prazer, disse a rainha: “Se tu aqui tivesses rei Ramiro, que lhe farias?” O mouro então respondeo: “O que el a mi faria: mata-lo. Então a rainha chamou Ortiga que o adusasse da camara, e ela assim o fez, e adusse-o ante o Mouro.

E o Mouro lhe disse: “És tu rei Ramiro?”. E ele respondeo: “Eu sou”. E o Mouro lhe perguntou: “A que vieste aqui?”. El rei Ramiro lhe disse entom: “Vim ver minha molher que me filhaste¹⁰⁹⁰ a torto¹⁰⁹¹. Ca tu havias comigo tregoa e nom me catava¹⁰⁹² de ti”. E o Mouro lhe disse: “Vieste a morrer. Mas quero-te perguntar: se me tivesses em Mier que morte me darias?”. El rei Ramiro era muito faminto e respondeo-lhe assim: “Eu te daria um capão assado e uma regueifa e faria-te tudo comer e dar-te-hia em cima em (um)a c(o)pa cheia de vinho que bebesse. Em cima¹⁰⁹³ abria portas do meu curral e faria chamar todas as minhas gentes, que viessem ver como morrias, e faria-te sobir em um padrão¹⁰⁹⁴ e faria-te tanger o corno até que te i sahissem o fôlego”. Então respondeo Abencadão: “Essa morte te quero eu dar”. E fez abrir os curraes, e feze-o sobir em um padrão que i entom estava.

¹⁰⁷⁸ Caçar, guerrear.

¹⁰⁷⁹ d'agoa, partitivo que muito se usava na Idade Média.

¹⁰⁸⁰ Em língua arábica.

¹⁰⁸¹ Balde, jarro. Do árabe *assatel* (caldeirinha).

¹⁰⁸² Do lat. *medietatem*, metade

¹⁰⁸³ De *ibi*, aí ou lá.

¹⁰⁸⁴ De *laceratum*, ferido, chagado.

¹⁰⁸⁵ De *adduxisset*, mais-que perfeito do conj. de *adducere*, trazer. Note-se que o imperfeito do conjuntivo, em Português, deriva do mais que perfeito do mesmo modo do latim.

¹⁰⁸⁶ Trouxe, de *adduxit*, pret.º perf.º de *adducere*.

¹⁰⁸⁷ Conj., causal: pois.

¹⁰⁸⁸ Tratou dele.

¹⁰⁸⁹ Contra as ordens da rainha.

¹⁰⁹⁰ Roubaste.

¹⁰⁹¹ Injustamente.

¹⁰⁹² De *captare*, preocupar-se de.

¹⁰⁹³ Depois.

¹⁰⁹⁴ Penedo.

E começou rei Ramiro entom seu corno tanger, e começou chamar sua gente pelo corno que lhe acoressem, ca agora havia tempo. E o filho, como¹⁰⁹⁵ ouvio, acoreo-lhe com seus vassalos, e meteram-se pela porta do castelo, e el deceu-se do padrom adonde estava e veio contra eles, e tirou sa espada da bainha e descabeçando¹⁰⁹⁶ até o menor mouro que havia em toda Gaia, andaram todos á espada, e nom ficou em essa vila de Gaia pedra sobre pedra, que tudo não fosse em terra. E filhou rei Ramiro sa molher com sas donzelas e quanto haver ahi achou e meteu na nave.

E quando foram a foz d'Ancora, amarraram as barcas e comeram i e folgaram. E dom Ramiro deitou-se a dormir no regaço da rainha, e a rainha filhou-se a chorar¹⁰⁹⁷ e as lagrimas dela caeram a dom Ramiro pelo rostro, e el espertou-se e disse-lhe porque chorava. E ela disse-lhe: “Choro por o mui bom mouro que mataste”. E então o filho que andava i na nave ouvio aquela palavra que sa madre dissera, e disse ao padre: “Padre, não levemos connosco mais o demo”.

Entom, rei Ramiro filhou¹⁰⁹⁸ uma mó que trazia na nave e ligou-lha na garganta e anchorou-ha no mar. E des¹⁰⁹⁹ aquela hora chamaram i Foz d'Ancora¹¹⁰⁰.

Este Ramiro foi-se a Mier e fez sa corte¹¹⁰¹, e contou-lhe tudo como lhe acaecera¹¹⁰², e entom baptisou Ortiga, e casou com ela, e louvou-lho toda sa corte muito, e pos-lhe nome dona Aldara, e fege nela um filho. E quando naceo, pos-lhe o padre o nome de Alboazar. E disse entom o padre que lhe punha este nome porque seria padre e senhor de muito boa fidalguia. E morreo rei Ramiro. Deos lhe haja saude a alma. Requiescat in pace¹¹⁰³.

Para a lenda de Gaia, veja-se também o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*¹¹⁰⁴.

¹⁰⁹⁵ Logo que.

¹⁰⁹⁶ Degolar.

¹⁰⁹⁷ Filhar, seguido de infinito é sinónimo de *começar*.

¹⁰⁹⁸ Tomou.

¹⁰⁹⁹ De + ex dá *des*. De+ex+de dá *desde*

¹¹⁰⁰ Etimologia popular da povoação de Âncora.

¹¹⁰¹ Reuniu a sua corte.

¹¹⁰² De *cadescere* (com queda do *d* intervocalico e com um *a* protético), que significa *acontecer*.

¹¹⁰³ *Livro Velho de Linhagens* II A 1, ed. de Joseph Piel e José Mattoso, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1980, pp. 47-50;

¹¹⁰⁴ Ed. crítica de José Mattoso, no II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, 204-211.

CAPÍTULO X

A ASSISTÊNCIA AOS POBRES E AOS DOENTES

No capítulo dedicado à primeira fase da existência do nosso mosteiro, já nos debruçámos sobre o problema da acção que a mesma comunidade desenvolvia a favor dos pobres e peregrinos. Alguns factos que nos revelam a dedicação dos monges que aqui habitariam na sua fase pré-beneditina. Uma casa religiosa, não fechada na força demasiado aglutinante do serviço divino ou da ascese individual, mas aberta ao mundo exterior, numa doação caritativa ao serviço dos homens. Mesmo antes da grande transformação, no ano longínquo de 1092... Transformação material – de edifícios e construções - e jurídica, pela adopção de uma nova regra.

Beneditina, pelo menos, pouco depois. A casa manter-se-á assim, atenta ao mundo circunstante. Mais próximo. Ou bem longínquo até ! A Roma, ao apelo do Papa, poderia chegar mesmo a acção beneficente e caritativa do mosteiro.

Portanto, se a Regra beneditina concentrava os monges em torno do altar e do ofício do coro, não os enleava, porém, como aos Apóstolos no Tabor, num êxtase de contemplação, onde, recolhidos em tendas, se absorvessem na exclusiva contemplação do sobrenatural. Antes, no espelho do divino, entreveriam, com outros olhos, os concidadãos do mundo terreno dos homens.

1. Alguns factos deste género

Factos avulsos. Mas todos concentrados nos problemas do homem e do mundo. João Pedro Ribeiro sumaria um texto do cartório de Santo Tirso, com data de 1231, onde se fala de um *procurador dos leprosos de Braga e de enclausurados junto da Fonte do Arco*¹¹⁰⁵. Tudo muito impreciso, porém, para saber do interesse do nosso mosteiro por este caso concreto a que o documento em causa faz alusão.

Maria Boa, Ermesenda Pires e Godinha Pires vendem ao convento de Santo Tirso bens, não especificados na citação, a não ser quanto ao fim que tinham em mente: *para a enfermaria*. É um documento de Abril de 1240¹¹⁰⁶.

Um outro documento, datado de 28 de Julho de 1309, atestar-nos-á do interesse continuado e ininterrupto do mosteiro pelos problemas sociais e humanos. Martim Pires obteve do arcebispo de Braga, D. Martinho¹¹⁰⁷, a *união* ao mosteiro das igrejas de Vila Nova dos Infantes e de Golães, por serem *in solidum* do seu padroado. Os motivos da concessão assinalaram a entrega do mosteiro à causa da promoção social das populações. O arcebispo de Braga aceitaria a união destas igrejas, para que, com os frutos das mesmas, no mosteiro de Santo Tirso:

1. se pudessem continuar os *louvores divinos*, tão florescentes nesta casa, o que denotará o pólo fundamental da Regra beneditina, o culto;
2. se aumentassem as esmolas com que os frades de Santo Tirso socorriam os *peregrinos e necessitados*;
3. e se compensasse o mosteiro dos prejuízos ocasionados pela avidez e arrogância dos poderosos¹¹⁰⁸.

¹¹⁰⁵ Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, doc. n. 39, f. 172.

¹¹⁰⁶ Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, n. 43, f. 173.

¹¹⁰⁷ Arcebispo de Braga desde 1295 a 1313

¹¹⁰⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 144.155. O mosteiro de Santo Tirso era opulento. Daí a avidez dos fidalgos e a facilidade com que, de forma quase irresistível, anuiam à tentação da cobiça.

Ao lado das compensações e preservação do património monástico, além do culto divino no mosteiro da nossa cidade, teve grande peso na deliberação do arcebispo primaz a generosidade tradicional desta casa na assistência aos pobres e no acolhimento dos peregrinos. Os prelados de Braga, já anteriores a D. Martinho, sabiam mesmo, por experiência pessoal, como foram bem e galhardamente recebidos neste mosteiro bucólico das margens do Ave.

Manter-se-ia, pois, ao sec. XIV, a tradição originária do indissolúvel serviço de Deus e dos homens, no lema da comunidade monástica de Santo Tirso.

2. A ovença da enfermaria

A solicitude pela enfermaria manifestar-se-á, particularmente, nas decisões especiais de alguns abades:

Fernando Mendes, prelado que foi do mosteiro desde 1171 a 1178 ¹¹⁰⁹, legaria os seus bens patrimoniais à instituição. Os rendimentos aplicar-se-iam nos serviços de enfermagem.

A doação - e ela teria também em mente “secar” a fome desmedida dos padroeiros - não seria, pois, estranha ao fomento de uma das obras de maior vulto no historial do mosteiro de Santo Tirso: a assistência médica e clínica de que a nossa casa se tornara já famosa. Exigiria, apenas, duas condições:

1. que os frades se alembrassem de sua alma, por ocasião do aniversário;
2. e que o enfermeiro, para “compensação”, garantisse aos monges uma pitança, ou seja, uma refeição especial, nessa altura ¹¹¹⁰.

D. Lourenço Geraldês, que foi abade desde 1331 a 1361, doaria ao mosteiro certos casais para a ovença ¹¹¹¹ da vestimenta e da enfermaria. O sucessor, Vicente Rodrigues ¹¹¹², ampliou as dádivas que o bispo do Porto, D. Afonso ¹¹¹³, confirmaria, em acto de visitação, realizado a 29 de Maio de 1364 ¹¹¹⁴.

Apesar das excomunhões e outras penas com que os Papas procuravam defender o património monástico de Santo Tirso: Inocêncio III, em 1217 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170); Honório III, em 1218 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170 v.); Nicolau IV, em 1289 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 170 v.-171).

¹¹⁰⁹ Abade já em 1171: cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 177 v. Foi este abade que, em 1176, receberia de Soeiro Mendes, o Facha, bens de volume, entre os quais a ermida de S. João da Foz, que, pouco depois (1216), se iria transformar em assento de uma comunidade paroquial: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 12 v.-13. Dona Mafalda, em 1211, confirmaria os privilégios do território que ficará couto do nosso mosteiro até à sua extinção, em 1834. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 167-168.

¹¹¹⁰ MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 206-207.

¹¹¹¹ De *oboedientiam*, isto é, oficina destinada para os particulares usos de uma casa. Cf. VITERBO, Elucidário, sub voce *Ovença* e *ovençal*; MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 207-208; 224-227; 259-260.

¹¹¹² Suceder-lhe-ia em 1361, tomando posse a 29 de Fevereiro daquele ano: *Carta de Colação do Abade do Mosteiro de Santo Tirso em Vicente Rodrigues, eleito concordemente por morte de Lourenço Giraldes, e pelo mesmo bispo (D. Afonso ?) confirmado e metido pessoalmente de posse*. A carta de colação data de 29 de Fevereiro de 1361. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 136, p. 203. A 8 de Novembro de 1361, dir-se-á que D. Vicente sucedeu a Lourenço Geraldês: *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 136, p. 203.

¹¹¹³ Bispo do Porto de 1359 a 1372.

¹¹¹⁴ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204.

3. A “solicitude omnium ecclesiarum”

Longe chegariam as dádivas daqui. Em 1374, sendo abade – e sê-lo-á ainda por bastantes anos ! – D. Vicente Rodrigues ¹¹¹⁵, o mosteiro recebe uma Bula do Papa Gregório XI, que pedia aos fiéis de Espanha um subsídio para a solução dos problemas que tragicamente dilaceravam as populações de Itália ¹¹¹⁶.

Notas soltas, notas dispersas. Puzzle de “ninharias” – que parecem, mas não, de certa maneira -, que permitem um melhor esboço da face divina e humana do convento beneditino de Santo Tirso.

¹¹¹⁵ Abade da claustra, como outros já de trás. Ou seja, o regime da distribuição das rendas do mosteiro, em três partes: duas para a mesa abacial e uma para a mesa conventual. Como a divisão tripartida dos bens das igrejas pela mitra e cabido. Assim, por exemplo, a 8 de Outubro de 1374, houvera já um escambo entre o abade Vicente Rodrigues e Aldonça Vasques, mulher que fora de João Domingues, moradores na cidade do Porto: o abade dar-lhe-ia um casal da sua *mesa abacial*, sito no lugar da Colmeeira, freguesia de S. Leixemo (isto é, de S. Veríssimo), de Valbom, na honra de Gondomar; e ele daria a Vicente Rodrigues o casal que tinha em Outeiro, freguesia de Santa Cristina do Couto. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 236.

¹¹¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 294. De somas de dinheiro para a Itália, se bem que por outros motivos, podemos apontar: de 1361, há um recibo onde se testemunha que Vicente Rodrigues, abade de Santo Tirso, deu 150 das 300 libras que Lourenço Geraldês prometera à Câmara do Papa; de 1366, há um novo pagamento de Vicente Rodrigues a Roma. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 294 v.- 295.

CAPÍTULO XI

ABADES DE ESTRITA OBSERVÂNCIA, ELEITOS E VITALÍCIOS (1092-1395)

Quando, na periodização da história do convento de Santo Tirso, delimitámos em fatias as diversas etapas da evolução canónico-jurídica desta mansão religiosa, justificar-se-iam o critério da abordagem e, em simultâneo, os limites cronológicos do seu faseamento.

No que toca à etapa que vai da época em que se fundou (978) até à da beneditinização (1092), não conhecemos, de facto, nome de algum dos responsáveis que lideraram a comunidade monástica. A partir, porém, do momento da filiação beneditina, já nos serão bastante conhecidas as personalidades maiores do nosso mosteiro, neste período que deixámos demarcado, com os limites certos ou muito aproximados dos termos *a quo* e *ad quem* de cada prelazia.

Esta fase caracteriza-se – ficou apontado – pela subordinação a abades *eleitos* pelos monges e *vitalícios*. É destes que vai o arrolamento que se segue, que acompanhará os abades de Santo Tirso. De 1092 a 1395, aproximadamente.

1. D. GAUDEMIRO (1092-1129 ?)

1. O termo *a quo* da sua prelazia

Apresentado pelos padroeiros, eleito pelos monges e confirmado pelo bispo de Coimbra, tomou conta do nosso mosteiro D. Gaudemiro, no ano de 1092. Suponho que, com ele, caminhará o nosso convento, desde agora, pelo rumo traçado na Regra do Patriarca S. Bento. Não vou repetir. Chamo a atenção para o capítulo, onde falamos do *dossier* deste Abade ¹¹¹⁷.

No mesmo ano em que foi investido da dignidade abacial, a 8 de Novembro de 1092, o Abade Gaudemiro confirmará duas doações ao mosteiro de Arouca: uma herdade em Vila Boa que Gavino Forjaz trespassa por doação àquele cenóbio, e ainda uma outra ¹¹¹⁸. E também confirma, a 30 de Dezembro do mesmo ano de 1092, as doações de bens sítos em Vila, Terpezo e Moles, com que Gavino Forjaz e Onega Ermiges beneficiariam o mesmo mosteiro ¹¹¹⁹.

2. A comunidade e seu prior

A comunidade de Santo Tirso já seria bastante grande, para a altura: *um mosteiro de muitos monges* ¹¹²⁰. A mesma multidão de religiosos, em 1243, a propósito de uma doação ao mosteiro de Fiães, ao tempo de D. Fernão Pires. Ver-se-á, a propósito da

¹¹¹⁷ *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, pp. 522-528.

¹¹¹⁸ PMH/DC 787.

¹¹¹⁹ PMH/DC 790.

¹¹²⁰ PMH/DC 871.

prelazia deste abade. Como Prior, agora, talvez o fosse o que se chamará *o venerável D. Paio*, como se lê no acto de concórdia entre S. Geraldo e o nosso mosteiro ¹¹²¹.

No Cartulário de Dona Mor Martins, do sec. XIII, fala-se da presença de D. Gaudemiro, abade do mosteiro de Santo Tirso, que, juntamente com seu *frater*, D. Paio Cidiz, teria, logo após a solenidade de 1092, assistido à inauguração do mosteiro de S. João de Pendorada, de cuja sagração se encarregaria o bispo de Coimbra, D. Crescónio ¹¹²², figura já bem relacionada com o nosso abade, a cuja eleição assistiu e a cuja ordenação presidiria. Aliás, na mesma altura (1098), o mesmo *frater Pelagius Cidiz* assina a carta de couto, imediatamente após D. Gaudemiro. Talvez se trate, nas três circunstâncias, do mesmo Frei Paio, o venerável, que pode ser, como dito ficou, o Prior do mosteiro de Santo Tirso.

3. A doação do Couto de Santo Tirso

Em 1098, D. Gaudemiro receberia de D. Soeiro Mendes da Maia o Couto de Santo Tirso, que, meses antes, dera ao fidalgo o Conde D. Henrique. Este couto, juntamente com o da Foz, manter-se-á na posse de Santo Tirso até à extinção de 1834. Mas disto se falará, mais aparte.

4. A questão e o acto de concórdia de 1101

Aos começos do sec. XII, e em Braga, tem lugar o acordo entre o nosso mosteiro e o arcebispo de Braga, S. Geraldo. O litígio viera de trás, quando a nossa casa teria aparecido entre aquelas instituições que teriam obrigação do *jantar* a favor do bispo de Braga. O arcebispo aceitará que errou. E reconheceu no mosteiro – de que era abade o dito D. Gaudemiro – a iniciativa gratuita de mero favor ou de simples delicadeza para com o arcebispo. Ou, quando muito, como consequência de um pacto de amizade particular entre o metropolitano e os nossos monges. Do assunto também já se falou, no contexto da fundação do mosteiro de Santo Tirso. E remetemos o leitor interessado para essas páginas dedicadas ao desenvolvimento deste pormenor.

5. D. Gaudemiro, abade de Santo Tirso, e D. Bernardo, arcebispo de Toledo

Interessante e datada de 1115, a carta de D. Bernardo, arcebispo de Toledo, ao nosso D. Gaudemiro. Aquele Prelado assistira à eleição do nosso abade, em 1092. Demais, tinha-se feito acompanhar de D. Gaudemiro a Coimbra, para a sagração do bispo D. Crescónio. Talvez até tivesse assistido à confirmação deste nosso abade beneditino, que, à falta de bispo no Porto, se fizera “sagrar” na sé conimbricense.

A amizade deveria ter perdurado E também teria continuado na memória do arcebispo de Toledo a força e a coragem com que D. Gaudemiro lutara contra a absorção das igrejas portucalenses pela cupidez do arcebispo de Braga. Invadira este a diocese do Porto e só parara frentre ao mosteiro de Santo Tirso, com a resistência do seu abade, de que o caso de 1101 é bem eloquente. E’ nesta cruzada contra o bispo da sé metropolitana que a D. Bernardo se vai associar o nosso D. Gaudemiro, a instâncias mesmo do arcebispo toledano.

¹¹²¹ COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a Organização da diocese de Braga*, vol. II, pp. 428-430.

¹¹²² SILVA, Filomeno Amaro Soares da - *Cartulário de D. Maior Martins. Século XIII*, ed. da Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca, 2001, pp. 74-76.

A carta que já demos ¹¹²³, insere-se neste esforço da restituição das igrejas arrebatadas à diocese do Porto pelo arcebispo da metrópole e que se destina a complementar a decisão pontifícia a favor da reentrega das ditas paróquias à igreja a que, de direito, pertenciam.

Esta carta diz bem da importância da personalidade tirsense, quer a nível bem alargado de uma dimensão inter-regional – aliás, a sua amizade com o arcebispo de Toledo vem dos alvares do seu abaciado -, quer no interior deste recanto do hodierno Portugal nortenho, onde se esperava fosse ouvido com todo o acatamento ¹¹²⁴. Demais, pessoa dinâmica e de confiança do Bispo do Porto, capaz mesmo de o substituir no governo de sua Igreja, aquando de sua ausência, por razões de ordem vária...

A sua ressonância sempre ecoaria e nunca se havia de debilitar, na roda dos tempos. E os monges daqui pintariam o retrato de D. Gaudemiro entre as personalidades mais importantes que se relacionam com o mosteiro. Retrato que ainda hoje se conserva ¹¹²⁵. (Estampa XL, fotos nn. 98-99)

6. O padroado do nosso mosteiro.

Este primeiro abade que conhecemos de Santo Tirso, D. Gaudemiro, recebeu ainda o padroado da igreja de Ribeirão, diocese de Braga. Aos começos do sec. XII. Concretamente, a 28 de Junho de 1103. Antes de mais, por doação de Dona Gontinha:

Godinha Plobizeris... do meu marido Dom Egas Ermiges... do glorioso mártir Santo Tirso, sito no lugar de Moreira ¹¹²⁶, na margem do rio Ave, ao pé do Monte Córdova,

¹¹²³ Publicá-la-ia Erdmann (*O Papado e Portugal*, pp. 81-82), no seu texto original, em latim. Sobre ele, fizemos a nossa tradução, no capítulo dedicado à malha diocesana em que se inscrevera o nosso mosteiro. Para lá chamamos a atenção curiosa dos nossos leitores.

¹¹²⁴ De facto, não foi tanto assim. A questão dos limites diocesanos de Braga e Porto só se resolveria em 1882. Mesmo, desta feita, ainda ficaram, sem solução casos pontuais. Todos os documentos jurídicos falam do Ave - o meio do lençol de suas águas – como linha divisória, desde Vila do Conde – a foz – até ao Vizela. Ora subsistem infracções: na Ponte da Lagoncinha, a freguesia de Lousado invadiu – e persiste ! – a margem esquerda do Ave. Em Santo Tirso, dar-se-á uma infracção de sentido inverso. Ou seja, a freguesia de Santo Tirso - diocese do Porto – retomou um naco à freguesia da Lama, da diocese primacial...

Desde antigos tempos que, nesta zona, o mosteiro de Santo Tirso investiria sobre a margem norte. Um prazo dos finais do sec. XVI regista a Quintã da Trofa e o Casal da Várzea, na freguesia da *Capella do mosteiro*: PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0201, ff. 1-1 v.

Bem protestou a freguesia da Lama. E ganharia as questões. Mas sem que de nada lhes valesse ! O terremoto de Lisboa, por exemplo, correu-lhe em desfavor ! O Abade António Lourenço, a 12 de Agosto de 1756, declararia: *O Mosteiro de Santo Thirso moveo huma demanda contra esta Igreja sobre os dizimos de humas terras altas no monte da Trofa, sobre o que tinha esta Igreja tres sentenças conformes a seu favor. Mandou o Mosteiro ou o seu Dom Abbade vir hum Rescripto Revisorio de que se pronunciou Juis o Doutor Manoel Barbosa de Albuquerque chantre do Porto o qual veyo em vistoria ao lugar da contenda e confirmou as tres sentenças conformes da qual sentença apelou o Mosteiro para a Legacia e proferio o Auditor sentença contra o Mosteiro confirmando a do chantre, apelou desta sentença o Mosteiro para a segunda instancia donde Inmanou huma Comissão para o Vigario Geral do Porto fazer nova vistoria a qual se fes a favor desta Igreja (scl., da Lama). Remetida esta vistoria para a Legacia, e conclusos os autos na ocasião do terramoto, que ouve, em Lisboa no primeiro de Novembro do anno de 1755. No Porto se achão os autos desta Cauza com todos os documentos e vistorias em caza de Niculao de Souza notario Apostolico.*

E para a todo o tempo constar fis esta declaração hoje em S. Miguel da Lama, e de agosto 12 de 1756. Cf. APL Livro dos Usos e Costumes da Freguezia da Lama, com termo de abertura datado de 2 de Abril de 1706, f. 5.

¹¹²⁵ Tela mandada pintar por D. Manuel de Santa Teresa, no decurso de seu abaciado (1789-1792), para o Salão das Justiças.

¹¹²⁶ O nome do lugar onde se construíra o mosteiro de Santo Tirso.

em território portugalense... a minha parte da igreja de S. Mamede de Ribeirão, isto é uma oitava parte íntegra ¹¹²⁷.

A oitava parte, pois, desta igreja. Outra fatia da mesma veio cair nas mãos dos nossos monges com a doação de seu sobrinho Goldregodo Pais, a 10 de Outubro de 1122:

Eu, Goldregodo Pais..., de livre vontade... dou-vos a vós, D. Gaudemiro, abade do mosteiro de Santo Tirso... na vila de Bougado, a que chamam Bragadela, próximo do monte de Custóias, ao pé do rio Ave, junto à foz do Airão, em território bracarense... da minha avó Unisco Pais... Godinha Eris, esposa de Egas Ermiges. Testamento a favor do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave... com quarta parte da igreja de Ribeirão ¹¹²⁸.

Assim, em frases avulsas, transcreveu parte do original latino o próprio João Pedro Ribeiro. Ainda ao tempo de D. Gaudemiro, ele e seu convento fizeram já prazo da igreja de Ribeirão a D. Odório Fromarigues, desde que não pusesse esta igreja na dependência de outras e de a conservar sempre livre e honrada. Além do mais, com a condição de plantar, edificar, melhorar e de ser fiel ao mosteiro. E, se em qualquer momento lhe pedissem em devolução, lhe deixasse livre, com todo o seu direito ¹¹²⁹.

Mas não só Ribeirão. D. Gaudemiro receberia também o padroado da igreja de Lavra. De resto, como se irá ver, a evolução desta paróquia vai ser prolongada. E disso falaremos, a propósito das igrejas da apresentação de Santo Tirso. Para agora, apenas a doação de Lavra aos beneditinos tirsenses: em 1098, Soeiro Mendes o Bom, doara a este convento a nona parte de Lavra, que fôra da sua avó Unisco; a sexta parte que comprara a Dona Ximena Rodrigues, assim da igreja como do laical ¹¹³⁰.

Vem esta doação na parte final da carta de couto, com que o dito fidalgo agraciou o abade do mosteiro de Santo Tirso. Outras informações sobre Lavra serão oferecidas aos nossos leitores, no volume consagrado aos padroados de Santo Tirso.

7. O termo *ad quem* do seu abaciado

A data duvidosa de 1129, como termo *ad quem* do seu abaciado, tem a razão de ser num texto desta altura, citado por Mattoso, que, aludindo a este abade, não garante, porém, que fosse ainda do número dos vivos ¹¹³¹.

¹¹²⁷ CRUZ, António – *Breve Estudos dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, doc. n. 6, p. 159.

¹¹²⁸ CRUZ, António, *o.c.*, doc. n. 8, p. 159. Cf. os dois textos originais no apêndice documental.

¹¹²⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 134 v.. Sobre esta igreja e sua evolução subsequente, veja-se *O Padroado do mosteiro de Santo Tirso. A Igreja de S. Mamede de Ribeirão*, na série “No Pó dos Arquivos...n. 56, em ST de 4 de Setembro de 1998, p. 10; *D. Gaudemiro, Abade de Santo Tirso (1092-1129 ?). Alguns factos da sua prelazia*, em JST de 31 de Julho e de 7 de Agosto de 1992. Veja-se ainda *O Padroado do Mosteiro de Santo Tirso. A Igreja de Ribeirão*, na série “No Pó dos Arquivos...” nn. 241 e 242, em ST 5 e 12 de Julho de 2002.

¹¹³⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 91. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 4, p. 157.

¹¹³¹ ANTT Pedroso III 3. Cf. MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 41.

2. D. MENDO (1138-1163)

1. O cruzado inglês e o mosteiro de Santo Tirso

Nesta altura, em que governa o nosso mosteiro o Abade D. Mendo, passa pela costa de Portugal o cruzado inglês ¹¹³². Integrava-se numa esquadra de navios do norte da Europa que se destinariam ao Médio Oriente, empenhados que partiram na conquista dos Lugares Santos. Passam por Lisboa. E logo são convidados por D. Afonso Henriques a participarem na conquista da cidade em poder dos mouros. Estamos em 1147.

Um clérigo que fazia parte da expedição enviará de Lisboa a um amigo um relato da campanha – um dos raros testemunhos presenciais do acontecimento. Conhece-se a dita crónica pelo nome *De Expugnatione Lyxbonensi*, que se conserva no Colégio do Corpo de Deus, em Cambridge ¹¹³³. Sob o ponto de vista paleográfico, não será original. Mas, com certeza, apógrafo.

O texto proporciona questões discutidas, todas oriundas do facto de os nomes, tanto do emissor como do destinatário se nos revelarem de forma muito velada, sob a forma de abreviação ou de iniciais: *Os'b de baldr. R. salutem*. Uma das questões, o primeiro nome. Será Osberno ou Osberto ? Depois, qual dos dois é o emissor e qual o destinatário, já que às raízes lhes falta a parte desinencial, para sabermos quem é o sujeito e qual o complemento indirecto... Pois, para Charles Wendell, Pierre David e Avelino de Jesus da Costa, o primeiro Osberto – melhor que Osberno, para o Dr. Avelino – é o destinatário, enquanto o criptónimo R. será o remetente...

O que mais importa, para o nosso caso, é o roteiro que o clérigo inglês ou normando, nos chega a traçar, quando passa pela costa noroeste do país. Ele vai referindo, de norte para sul, as torrentes de água, pela foz das mesmas, no Atlântico. Indaga do interior, dos pontos mais importantes a reterem-se, limítrofes dos rios que, pela foz, vai conhecendo: Tui, como cidade banhada pelo Minho; Braga, como ponto de referência para o Cávado; *a igreja do mártir Santo Tirso*, na qualidade de marco toponímico para o Rio Ave.

As notícias vão-lhe chegando ao litoral, vindas que foram de boca em boca, pelos caminhos agrestes do interior. Ao Leça nada de importante se lhe atribuíra. A norte do Douro, apenas chegou a saber de locais dignos de atenção maior o nome do nosso mosteiro, ao lado das cidades de Braga e Tui ¹¹³⁴.

Assim era, pois, a nossa casa: já conhecida e famosa, quando da sua prelazia assumira as responsabilidades D. Mendo I.

2. O Rego dos frades e o acordo com Monte Córdova

Em 1138 – já o recordamos – D. Mendo I faz um acordo com os clérigos do mosteiro de Monte Córdova, a propósito das águas do Redundo e de Santa Luzia. O caso do célebre Rego dos Frades. Já disso se escreveu. E para lá remetemos o leitor ¹¹³⁵.

¹¹³² Sobre o problema do nome do remetente e destinatário, com um sumário da questão, veja-se DHP, vol. III, pp. 250-251.

¹¹³³ Cod. n. 470, f. 125 e ss.

¹¹³⁴ PMH, *Scriptores*, p. 393. Veja-se *Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. de Aires A. do Nascimento, ed. Veja, 2001, p. 59.

¹¹³⁵ Veja-se o capítulo dedicado ao Rego dos Frades.

3. Balisas de um abaciado

Ainda era abade de Santo Tirso D. Mendo I, em 1163. Um contrato de 5 de Abril desse ano aponta-o na continuidade da liderança maior desta casa:

*Hum prazo, e contrato por modo de doação, que fez D. Mendo 1.º sendo Abbade deste Mosteiro, e seus Monges com Gonçalo Soares nas Nonas de Abril da era de Cesar de 1201 que he o anno de Christo 1163, fazendolhe prazo da herdade de Codeçoza que sita na freguesia de S. Mamede de Negrellos, para que a possuisse em sua vida somente, e por este favor o dito Gonçalo Soares deu a este Mosteiro huma herdade chamada Romão com tal condição que elle a possuisse em sua vida de que tambem se lhe fez prazo; e depois da sua morte seria huma, e outra Couza para o Mosteiro*¹¹³⁶.

João Pedro Ribeiro transcreve um sumário deste documento, por onde se sabe que de censo pagava Gonçalo Soares à casa beneditina, *um quarto de milho*¹¹³⁷.

O autor do *Index de 1774* informa: o mosteiro ainda possuía, nesta altura – segunda parte do sec. XVIII –, a herdade de Codeçosa, mas já não a de Romão.

4. A compra de Lavra

Por engano, a *Benedictina* atribui a compra de Lavra a D. Mendo I, quando disso foi parte contraente o abade homónimo D. Mendo II (1178-1224).

3. D. FERNÃO MENDES (1171-1178)

1. O termo a quo da sua prelazia

Era já abade em 1171, conforme testemunha um documento, cujo sumário nos adveio pelo Índice de 1774:

*Uma doação, que fez Fernam Mendes Abbade deste Mosteiro com consentimento dos Seus Monges no mez de Março da era de Cesar de 1209, que he o anno de Christo 1171 de hum Casal em Real, e de outro chamado de Pudeiosas (?), e do meyo campo de Rebalde, e de outro meyo de Albergaria, e o decimo da Siara de Rozomella, e da herdade que lhe tinha ficado de seu Pay, e de Sua May, para a Enfermaria deste Mosteiro com que se podessem curar os Monges delle, e do que crescesse se daria hum jantar ao Convento no dia em que havião de fazer hum Anniversario annual pelo beneficio que lhes fazia. Com efeito este Anniversario se lhe faz todos os annos*¹¹³⁸.

¹¹³⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 177-177 v.

¹¹³⁷ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 162, n. 14. O quarto de milho é a quarta parte do moio. As medidas variavam muito. O moio, em Braga, valia 24 alqueires. Logo, o quarto de milho era de seis alqueires. O alqueire ou teiga valia 17 litros. O milho é o milho alvo. Aqui junto, em Landim, o carro valia 40 alqueires e 601,00 litros. Pelo que o alqueire representava 15,045 litros.

¹¹³⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 177 v. n. 6.

É de notar que a Enfermaria, já desde a primeira fase do mosteiro (978-1092), fôra uma das preocupações da casa religiosa, o que já algo nos diz da sua importância, quer no que respeita a número de monges e familiares, quer no que se refere ao valor da sua botica, a que chegam a recorrer indivíduos que ali procuram conforto para os seus achaques. Citámos antes o caso de Gonçalo Pais, fidalgo da Casa de Marnel.

Conforme a notícia que demos agora, D. Fernão Mendes legaria aos monges deste mosteiro os seus bens patrimoniais. Melhor diria, talvez, bens pertencentes à mesa abacial. Alguns, pelo menos, situam-se na freguesia próxima de Burgães. Ainda hoje lá existe o lugar da *Enfermaria*, que julgo ser a localização dos bens anexados a esta ovença do nosso mosteiro, donde, metonimicamente, se extrairia o topónimo. De resto, esta divisão dos bens pela mesa abacial e pela mesa conventual já se verificará, igualmente, noutras bandas, pouco depois. Em 1235, um mnge de Santo Tirso, Simão Gomes, será testemunha numa concórdia entre o abade, de um lado e o convento de Paço de Sousa, por outro, a respeito de propriedades que pertenciam às diversas ovenças

¹¹³⁹

Exigiu o abade tão só e apenas duas condições: que os monges fizessem o aniversário do seu falecimento e que, em contrapartida, o enfermeiro, nessa mesma data, lhes garantisse, aos bentos da nossa casa, uma refeição especial, a pitaça.

Diz J. Mattoso que a doação tem em vista acautelar os bens pessoais do Abade, face à cobiça dos padroeiros ¹¹⁴⁰. Poderia ser. É possível que D. Fernão Mendes fosse da família patronal. Eu, porém, julgo que se tratava da transferência de bens que seriam mais da mesa abacial, para a chamada mesa conventual.

2. A doação da Foz do Douro

Em 1176, receberia D. Fernão Mendes da parte de Soeiro Mendes, o Facha, bens avultados, entre os quais, a importante – pela sorte de que se vai envolver no futuro – a *ermida de S. João da Foz* ¹¹⁴¹.

Na manda Soeiro Mendes recebeu do convento, a modos de revora ¹¹⁴², dez éguas e quatro poldras que valiam 1.300 maravedis. Doação condicionada: se morresse em Portugal, ou fora dele, os seus vassalos o levariam para o mosteiro, onde seria sepultado. Atenderam-no, na exigência: a lápide funerária, juntamente com a de sua esposa Elvira, ainda se encontra no mosteiro ¹¹⁴³. Mutilada e deslocada, sim, do posto original. Mas ainda lá está, para demonstrar a fidelidade – mas incompleta, sim, a partir de 1659 - dos monges aos legados pios da instituição.

A respeito da identificação do benemérito, já pôs o problema o autor do *Index de 1774*:

¹¹³⁹ MEIRELLES, Frei António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Index dos Documentos do Arquivo*, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1942, pp. 117-119.

¹¹⁴⁰ *Le Monachisme ibérique et Cluny*, pp. 216-217.

¹¹⁴¹ Viterbo cita um documento (*Elucidário* t. II, p. 529), onde se lê que D. Afonso Henriques, por doação de 1145, passara ao mosteiro de S. Miguel de Riba Paiva (Arouca) a ermida de S. João da Foz, quando era prelado daquele convento D. Frei Roberto...

¹¹⁴² Veja-se o *Elucidário* de Viterbo: *Rebora ou Robora, Révora, e Rrévora, Reboração, e Revoração* (...) *Por ella se entendia o presente, luvas, saguate, donativo, ofreção, ou mimo, que além do preço se dava nas compras, e vendas, trocas, escambos, e tambem nas doações a costumava dar o donatário ao doante. Umas vezes, eram estas reboras ou donativos a causa total das doações, outras só a causa impulsiva* (vol. II, p. 519).

¹¹⁴³ Art.º *Complementos às Inscrições Portuguesas do Concelho de Santo Tirso*, de Carlos Manuel Faya Santarém. *Os epitáfios da Galilé da Matriz*, em JST de 30 de Abril de 1993, pp. 6-7.

Não se sabe se este Soeiro Mendes é o mesmo Soeiro Mendes que fez a doação do couto de Santo Tirso a este mosteiro, em 1136, era de César¹¹⁴⁴ ou se seria outro Soeiro Mendes seu parente ou descendente. E a razão de se duvidar é porque da era de César de 1136, em que Soeiro Mendes fez a doação deste Couto a este mosteiro até ao tempo da doação que lhe fez na era de 1214 da ermida de S. João da Foz vão 78 anos; e é certo que da doação que o Conde D. Henrique fez deste Couto a Soeiro Mendes na era de César de 1135 foi por bons serviços necessariamente havia de ter o dito Soeiro Mendes 20 para trinta anos que, juntos com os 78, fazem 100 anos ou passaria. E parece não viveria tanto, bem que não é coisa impossível chegasse a uma idade avançada, como muitos tem chegado a 100 e a mais¹¹⁴⁵.

4. D. MENDO II OU D. MENDO PERES (1178-1224)

1. A personalidade de D. Mendo II

D. Mendo Peres – ou Mendo II, para o distinguir do homónimo Mendo, que, antes, governaria a casa de Santo Tirso, de 1138 a 1163 – foi abade do nosso mosteiro, numa prelazia de longa duração: desde os primórdios do último quartel do sec. XII ao fim do primeiro do sec. XIII, em termos de uma acomodação arredondada¹¹⁴⁶. Uma longa prelazia, que o foi acarinhando, de resto, com muitos favores. Recordo os que lhe vieram da filha legítima de D. Sancho, a rainha Dona Mafalda¹¹⁴⁷. Apontemos, igualmente, a doação do reguengo de Sá, esta por iniciativa de D. Sancho II...

As doações assinaladas revelam a motivação: o bom conceito de que gozava tanto o Abade como o seu convento. Foi, *pela probidade e religião* de D. Mendo Peres e de igual auréola na frente de sua casa religiosa, que Dona Mafalda se decidiu pela confirmação do Couto da Foz, a favor dos beneditinos tirsenses.

Provas de igual consideração pela figura do nosso prelado lhe vieram dos mesmos e doutros reis. Foi, D. Mendo Peres executor testamentário de D. Sancho I¹¹⁴⁸; inquiridor (1220)¹¹⁴⁹, anfitrião¹¹⁵⁰ e, igualmente, testamenteiro de D. Afonso II¹¹⁵¹.

¹¹⁴⁴ Datação certa, em oposição à de Frei Leão de S. Tomás (*Benedictina Lusitana*, t. II, p. 30).

¹¹⁴⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 12 v.-13. J. Mattoso tem o Soeiro Mendes da doação da ermida de S. João da Foz, em 1176, como neto, por via materna de Soeiro Mendes o Bom, o doador do Couto de Santo Tirso ao mosteiro, em 1098. Aquele – por sobrenome o Facha – teria casado com Elvira Gonçalves de Sousa, neta de Egas Moniz, o Aio, que também foi sepultada na igreja de Santo Tirso. Do seu túmulo resta o fragmento de uma inscrição, sobre o dintel da porta de comunicação da galilé com o átrio da Porta Branca. Cf. MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981, pp. 192-195. 212-216.

¹¹⁴⁶ Assim o define cronologicamente J. Mattoso, muito embora sob a dúvida da interrogação, no que respeita ao termo *a quo*: *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 41.

¹¹⁴⁷ Aliás, os filhos ilegítimos deste rei, D. Martim Sanches e Dona Urraca Sanches, vão também beneficiar o mosteiro, com a doação do Couto e da igreja de Vila Nova dos Infantes. Mas, logo a seguir a Mendo Peres: em 1226, ao tempo já do Abade, D. Silvestre; e, em 1245, quando D. Fernão Pires governava o nosso mosteiro.

¹¹⁴⁸ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. I, pp. 23-27.

¹¹⁴⁹ PMH, *Inquisitiones*, p. 1.

¹¹⁵⁰ PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, ed. do Club Thyrsense, Santo Tirso, 1902, p. 55.

¹¹⁵¹ SOUSA, D. António Caetano de, *o.c.*, pp. 43-46.

Dos Papas também. Só ao nosso Mendo Peres lhe foram dirigidas – ou a ele se referem – quatro Bulas papais. Uma de 1212: Inocêncio III comete ao nosso Abade e seu Prior a faculdade de absolver da excomunhão os revoltosos contra o Bispo do Porto. Dela iremos oferecer um desenvolvimento maior. Já pelos finais de seu pontificado (1216), o mesmo Inocêncio III coloca sob a sua alçada e protecção o mosteiro de Santo Tirso. Depois, mais outras Bulas que Roma despachou e que se vão recordar, dentro de momentos. Efectivamente, estas e outras coisas se verão ao longo destas páginas.

2. A cronologia deste prelado

Desde Julho de 1178, pelo menos, que D. Mendo II ou D. Mendo Peres era Abade do nosso mosteiro. De facto, há uma carta de venda que Fafia Godins, com sua esposa Sancha Geraldês, datada da era de César de 1216¹¹⁵², pela qual trespassaram para D. Mendo, Abade de Santo Tirso, e seu convento *a herdade de Secoto, sita no lugar de Esperandeu, freguesia de Guardizela, abaixo do monte de S. Paulo, no território de Braga, com águas vertentes para o rio Vizela*. Pagou o mosteiro cento e dois maravedis e mais 10 de revora¹¹⁵³.

No mesmo lugar e imediatamente a seguir – Janeiro de 1179 –, amplia o mosteiro de Santo Tirso a rede do seu domínio fundiário: Paio Pires vende a D. Mendo II as herdades de *Cotiaes e Socoto*, na mesma freguesia de Guardizela, pelo valor de dez maravedis.

A importância destes documentos vale, antes de mais, para melhor delimitação de uma das mais longas prelazias no historial do convento de Santo Tirso. Para tal foi esta nota. E não se poderá recuar muito mais, que, em 1176, era ainda abade o nome que, é natural, o tenha imediatamente precedido: D. Fernão Mendes.

De resto, pouco depois, de Junho de 1184, data uma carta de empraçamento, partida por ABC, por onde este abade D. Mendo Peres e seu convento aforam a Urraca Eanes uma propriedade dos nossos religiosos¹¹⁵⁴.

3. As relações de Mendo Peres com a Santa Sé

3.1. Uma Bula de Inocêncio III de 1212

O contexto da carta, antes de mais. Aquando das discórdias entre D. Sancho I e o bispo do Porto, os burgueses desta cidade, indignados também com o bispo, a pretexto de que este lhes cerceara os privilégios, abriram uma nova frente de luta. O motim empolou-se com a adesão de alguns cônegos da Sé. E os revoltosos, em 1209, arrombariam as portas do Paço, prenderam o bispo e retiveram-no assim bem fortemente vigiado.

Cinco meses depois, porém, numa aberta, conseguirá o Prelado, D. Martinho Rodrigues, fugir para Roma. Inocêncio III ouvirá então pressuroso as suas queixas e tomou medidas de firmeza. Despachou Bulas para os juizes apostólicos, o bispo de Zamora e o arcediogo desta diocese, e ainda para o abade beneditino de Moreirola:

Que obrigassem D. Sancho I a reparar os danos que infligira ao bispo e a dar-lhe satisfação pelas injúrias que lhe fizera;

¹¹⁵² João Pedro Ribeiro concretiza melhor: *10 de Julho*. No ano difere do Index de 1774. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 26, p. 166.

¹¹⁵³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 205.

¹¹⁵⁴ CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa*, Porto, 1987, p. 388.

Que excomungassem os oficiais do rei – os burgueses João Alvo e Pedro Feudo, cabecilhas do motim – e outros, que, em nome daquele, vexaram o prelado;

E que excomungassem também os cônegos e raçoeiros que, solidários com os burgueses, fizeram pouco dos interditos que Martinho Rodrigues lançara, e os privassem dos seus benefícios.

Da sua banda, D. Sancho I prontificou-se humilde à submissão. Através do Prior de Landim e de oficiais públicos, decidiu-se a reparar os danos e a reconhecer e ainda a garantir os privilégios da Sé portugalense.

Mais demorada, porém, foi a resipiscência dos burgueses. Os juízes apostólicos excomungaram e declararam infames aqueles que tinham participado no assalto e prisão do bispo.

Entetanto, dois anos depois, gerar-se-á um clima de entendimento melhor entre eles e Martinho Rodrigues, pelo que este pediria à Santa Sé a absolvição dos ex-revoltosos. E é neste contexto que vai intervir o Abade de Santo Tirso Mendo Peres e o Prior do nosso convento.

De facto, por Bula de 27 de Junho de 1212, Inocêncio III cometera ao nosso Abade e seu Prior as faculdades da absolvição, com as condicionantes a que o seu exercício se vincularia:

Inocêncio bispo, servo dos servos de Deus, aos dilectos filhos Abade e Prior de Santo Tirso, saúde e bênção apostólica. Suplicou-nos o nosso venerável irmão (bispo) do Porto, que, por o terem cercado e aprisionado, incorreram na pena de excomunhão (...), pelo que, por esta carta apostólica, deixamos à vossa discrição que a esses cidadãos, desde que de acordo com o bispo, concedais, segundo a forma da Igreja, o benefício da absolvição, cumpridas que logo forem as condições que, nestas circunstâncias, se costumam exigir. E que os gastos que habitualmente se fazem na vinda à Sé Apostólica se convertam em obras de piedade.

*Dada a cinco das Calendas de Julho, no décimo quinto ano do nosso Pontificado*¹¹⁵⁵.

3.2. A protecção pontifícia

Inocêncio III tomara sob a sua protecção o convento de Santo Tirso, defendendo-o da cobiça dos poderosos e prepotência do Bispo do Porto. Isto, já pelos finais do seu pontificado, em 1216. Damos um sumário desta atitude do dito Papa, registado no cartório de Santo Tirso:

*Para que os Cavaleiros, Escudeiros, e Erdeiro não vexassem a este Mosteiro, aos quaes a dita Bulla da o titulo de maos homens, e para que o Mosteiro podesse possuir pasificamente os bens que os fieis lhe havião dado, e dessem dali por diante, e que ninguém fosse contra esta Bulla que dava a favor do Mosteiro, e que o bispo do Porto, não fosse contra ella e que sem cauza não excomungase os Padres do dito Mosteiro*¹¹⁵⁶.

A alusão ao bispo do Porto e às suas hostilidades será provocada talvez – nisso, pelo menos, terá uma das fontes - pelo impacto dos privilégios que o mesmo Pontífice concedera à nossa casa religiosa. Mercês e sua extensão...

¹¹⁵⁵ Corresponde a 27 de Junho de 1212. Cf. BPMP Ms. 1342, n. 21; CRUZ, António - *Catálogo dos Manuscritos (Códices n.os 1225 a 1364)*, Porto, 1952, p. 158. O texto encontra-se também transcrito em CCLP vol. I, pp. 48-49. Para a história da contenda, ler-se-ão com proveito as páginas de MONSENHOR FERREIRA – *Memórias Archeologico-históricas da Cidade do Porto*, t. I, Braga, 1923, pp. 200-201.

¹¹⁵⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170.

3.3. Honório III e o mosteiro de Santo Tirso

De facto, Honório III, sucessor de Inocêncio III, logo ao segundo ano do seu pontificado (1217), *concedeo ao dito Mosteiro os mesmos privilegios que havia concedido Innocencio 3.º*¹¹⁵⁷. Mas houve imediatamente necessidade de, numa carta ao bispo do Porto, Honório III aquietá-lo sobre o sentido da protecção apostólica de que gozaria o mosteiro de Santo Tirso. Por um lado, garante o Papa os direitos do convento beneditino da nossa cidade. Mas define-os nos seus limites, donde avultasse a defesa do princípio da jurisdição episcopal, no seio de toda a geografia diocesana. Nesta altura, o bispo do Porto confirmava o abade do mosteiro, que, além do mais, estava sujeito à visita episcopal. A carta foi já publicada, a propósito da malha diocesana a que pertenceu, em toda a sua vida, o mosteiro de Santo Tirso.

4. As relações de D. Mendo Peres com os reis e com a nobreza

4.1. A confirmação do Couto da Foz por D. Mafalda

Já fizemos uma referência sumariada aos laços que prendiam o nosso abade com os reis portugueses. Por exemplo, as considerações e estima de que seria alvo da parte da Rainha Santa Mafalda, que lhe confirmaria o couto de S. João da Foz¹¹⁵⁸. Lembraremos tão só as referências iniciais:

*(...) Eu, a Rainha Dona Mafalda, filha do ilustríssimo D. Sancho, rei de Portugal, e da rainha Dona Dulce, dou a conhecer aos presentes e futuros que, em vida de meu pai, e pela sua autoridade, coutei a igreja ou ermida de S. João da Foz do Douro, em favor de D. Mendo, abade de Santo Tirso e seu convento e aos seus sucessores para sempre. Agora que o meu pai faleceu, por amor de Deus e de Nossa Senhora e de S. João Baptista e de todos os Santos e em remissão dos pecados de meu pai e dos meus e tendo em atenção a integridade e piedade do Abade de Santo Tirso D. Mendo e de todo o seu convento, confirmo o dito couto (...)*¹¹⁵⁹.

4.2. D. Mendo, testamenteiro de D. Sancho I

As relações com o pai de Dona Mafalda, o rei D. Sancho I, deveriam ser amistosas. O monarca escolheu-lo para executor de seu testamento. Fôra feito em Coimbra, em Outubro de 1209. Depois de ter mandado fazer seis cópias do mesmo, determinaria que a execução das suas últimas vontades a confiaria ao arcebispo eleito de Braga, ao Abade de Alcobaça, ao Prior de Santa Cruz, ao Abade de Santo Tirso, ao Mestre dos Templários, ao Prior do Hospital, a D. Pedro Afonso...¹¹⁶⁰.

¹¹⁵⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170 v.

¹¹⁵⁸ Julho de 1211.

¹¹⁵⁹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 167, n. 29.

¹¹⁶⁰ No lugar citado da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Provas*, t. I, pp. 23-27.

4.3. D. Mendo, Juiz das inquirições de 1220

Foi ainda este nosso abade inquiridor de D. Afonso II ¹¹⁶¹, na devassa de 1220. E, no ano seguinte de 1221, o monarca nomeá-lo-á, igualmente, seu testamenteiro. Uma das oito cópias destas suas últimas disposições, autenticada com selo de chumbo, foi mesmo confiada ao nosso D. Mendo. De resto, o nosso mosteiro foi uma das entidades beneficiadas naquelas determinações, com a dádiva de quinhentos morabitinos ¹¹⁶². Mais, D. Afonso II, aqui se refugiou, no mosteiro de Santo Tirso, nas lutas travadas com seu meio-irmão, D. Martim Sanches ¹¹⁶³.

Talvez que estas memórias relativas à amizade de D. Afonso II com o mosteiro de Santo Tirso expliquem a presença do seu retrato a óleo no Salão das Justiças do nosso convento. Mas a isto nos referimos atrás, quando abordámos o problema das relações entre o mosteiro e os nossos reis.

4.4. A doação do reguengo de Sá

D. Sancho II doaria ao nosso D. Mendo Peres o reguengo de Sá. Pelos finais do seu abaciado, em Dezembro de 1224 ¹¹⁶⁴. Aí, em S. Miguel do Couto, havia algumas destas terra reguengueiras. Entre elas, a que este monarca doara aos nossos beneditinos. E, por isso, nas inquirições de D. Afonso III (1258), as testemunhas diziam que não pagavam foro à Coroa, porque D. Mendo teria comprado um reguengo ao próprio D. Sancho, irmão deste rei. E, por tal razão, a partir desse momento, os moradores já não pagavam foro à Coroa ¹¹⁶⁵.

Já no sec. XVIII, porém, se supunha a inteira desidentificação do lugar, por parte dos monges de Santo Tirso. Deste assunto se tratou mais em particular, a propósito das relações dos nossos monarcas com o mosteiro de Santo Tirso.

4.5. As relações do mosteiro com a nobreza

Das relações com a alta nobreza, um caso apenas, que, creio, será paradigmático de outros muitos: o testamento de Dona Estefânia Soares (1214). Era esta senhora uma dama da primeira fidalguia de Entre-Douro e Minho. Irmã do arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, filho de Soeiro Pires Escacha que procedia de Paio Guterres da Silva e de D. Froila Viegas, filha de Egas Fafes de Lanhoso e de Dona Urraca Mendes, irmã de D. Gonçalo de Sousa ¹¹⁶⁶. Esta Estefânia Soares entroncava, pois, na família dos Silvas, pelo lado do pai, e na dos Sousas, pela banda da avó materna.

Como disse D. Estefânia era irmã do arcebispo de Braga, que, aliás, nomearia para seu testamenteiro:

Deixo ao meu senhor e irmão Estêvão, arcebispo de Braga, que sempre me ajudou, com toda a benignidade e consideração, e me socorreu em todas as minhas

¹¹⁶¹ PMH *Inquisitiones*, p. 1.

¹¹⁶² SOUSA, D. António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. I, 1-2, Livraria Atlântida, Coimbra, 1946, pp. 43-46.

¹¹⁶³ *Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crítica de José Mattoso, edição da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, pp. 295-299.

¹¹⁶⁴ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 34, pp. 170-171.

¹¹⁶⁵ CCLP vol. I, p. 307.

¹¹⁶⁶ *Nobiliário do Conde D. Pedro*, tt. 32 e 58. Com algumas divergências, veja-se o volume de M. FERNANDES, Antonino - SILVAS-Históricos - *Patronos dos Mosteiros de Santo Antonino e de Tibães*, 2005, p. 28.

necessidades, a minha Quintã de Penegate, com todos os seus casais e com todos os direitos que nela tenho ou possa ter...

As suas disposições de última vontade exará-las-ia em Viseu, em 1214. Já antes, teria falecido o seu marido, Martim Fernandes. Agora, prepara-se também para o instante supremo. Quer ser sepultada na Sé de Braga; e assegura, com doações, os votos e sufrágios do Cabido.

Com igual intuito, beneficiará muitas casas religiosas da Ordem de S. Bento: Pombeiro, Tibães, Várzea, Rendufe, Santo Tirso, Pedroso, Carvoeiro, Palme... Dos Cónegos Regrantes, lembrar-se-á do nosso convento de Vilarinho. Assim:

*Deixo ao mosteiro de Santo Tirso um casal em Vermil, no lugar que se chama de Lamas de que o convento retire um morabitino para pitação no meu aniversário (...). Deixo ao mosteiro de Vilarinho vinte moios de pão, em Água Levada, pela minha alma e da de D. Martim, meu marido*¹¹⁶⁷.

5. A evolução jurídica da Foz

Em 1176, o Abade Fernão Mendes recebera de Soeiro Mendes Facha bens avultados. Entre eles, a doação da ermida de S. João da Foz. Foi o núcleo e o ponto de partida do extenso poderio monástico tirsense nesta localidade do Douro. A evolução foi progressiva. E rápida. De facto, ao tempo do Abade D. Mendo Peres:

O lugar é confirmado, pela Rainha Santa Mafalda, em 1211, no figurino de *couto* do mosteiro de Santo Tirso;

Pouco depois (1216), a ermida passa à condição de assento de uma comunidade paroquial, unida ao mosteiro de Santo Tirso. Por outras palavras, o abade de Santo Tirso, já donatário do Couto, tornar-se-á também agora abade de S. João da Foz, com direito à arrecadação dos dízimos, primícias e oblações da paróquia.

Efeito desta última situação, o desdobramento do mosteiro de Santo Tirso em duas comunidades monásticas: o convento da nossa cidade e o Priorado da Foz, sob a jurisdição superior do mesmo Abade.

Concentrava, pois, o D. Abade do nosso convento, na sua pessoa, uma autoridade complexa sobre aquele território: abade do Priorado da Foz; pároco originário da freguesia de S. João; donatário do Couto, com poderes no campo do cível.

Estes pontos vão ser desenvolvidos no volume que se consagrará ao estudo dos padroados e dos coutos de Santo Tirso.

6. A venda do mosteiro e da igreja de Lavra a Santo Tirso

O problema de Lavra – o laical e o monástico – será retomado, para maior desenvolvimento, a propósito do capítulo especial do padroado do mosteiro de Santo Tirso. Não deixaremos, porém, de chamar a atenção para a generosidade de Soeiro Mendes da Maia, o Bom, quando, no documento da doação do Couto de Santo Tirso, endereça os primeiros passos da presença do nosso mosteiro nesta paróquia. De facto, em 1098, o fidalgo doara a oitava parte de Lavra, que fora de sua avó Dona Unisco, e a sexta parte, que comprara a Ximena Rodrigues, tanto do monástico como do laical. Tudo será retomado, para maior desenvolvimento, a propósito dos padroados e dos

¹¹⁶⁷ ADB/UM, *Gaveta dos Testamentos*, n. 10.

coutos que eram pertença de Santo Tirso. Agora, porém, umas breves palavras sobre as parcelas que o nosso convento beneditino adquiriu, por compra, em 1199, ao mosteiro de Pedroso: *uma quarta parte do laical e uma fatia idêntica do monástico*:

*Em nome de Deus, Amen. Esta é uma carta de venda firme que mandei fazer eu, Pedro, abade de Pedroso, com o consentimento de meus religiosos e por mandado do rei do Sancho e de D. Martinho, bispo do Porto*¹¹⁶⁸, *e de todos os herdeiros do nosso mosteiro. Fazemos esta carta sobre a herdade que temos em Lavra – a quarta parte do mosteiro de Lavra, a quarta parte da igreja laical – a vós, D. Mendo, abade de Santo Tirso e seus frades (...). Damo-vos também um casal de Lavra (...), com os seus termos novos e antigos. Esta herdade vos vendemos por 110 maravedis, como foi aprazado convosco, preço que já entregue nos foi. Esta herdade recebêmo-la de Dona Eufenda (...).*

*Foi feita esta carta nas Calendas de Dezembro da era de 1237*¹¹⁶⁹. *E nós, que mandamos fazer esta carta, confirmamo-la com as nossas mãos, diante de testemunhas idóneas*¹¹⁷⁰.

7. O escambo com os Hospitalários

Ainda dentro do seu abaciado, D. Mendo e os seus monges chegaram a um acordo com os freires do Hospital, sobre uma permuta de bens de raiz. O acto teve lugar em Julho de 1222. Nestes termos:

D. Mendo e os frades de Santo Tirso doam ao Prior do Hospital o que têm em *Palacios* (Paços, junto de S. João da Foz), com todos os seus termos novos e antigos e com todas as suas direituras;

Mendo Gonçalves, Prior do Hospital, e seus freires, por seu lado, doam ao mosteiro de Santo Tirso o que possuem na *Vila de Marinhãs*, no castro e couto de S. João da Foz, igualmente com todos os seus termos novos e velhos e com todas as suas direituras¹¹⁷¹.

8. As funções arbitrais deste Prelado

8.1. D. Mendo como juiz de um diferendo entre Santa Maria de Guimarães e João de Rupela

Em 1208, a convite do rei D. Sancho I, exerceria este abade as funções de juiz, em colectivo com o Prior de Landim e o de S. Torcato. Tratava-se de dirimir do sujeito a quem poderia caber o direito da herdade de Fins, em Santa Eufémia de Prazins, Guimarães.

Diz o documento:

¹¹⁶⁸ D. Martinho Rodrigues que governaria a igreja portugalense de 1191 a 1235. Descendia este prelado de uma das famílias mais ilustres do reino.

¹¹⁶⁹ Ou seja, 1 de Dezembro de 1199.

¹¹⁷⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 296 v.- 297 v. Para sumários deste documento, veja-se PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 13 v.; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 20, p. 165; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. IV/2, p. 140. Há quem o tenha por perdido: *Matosinhos em Textos Medievais*, n. 98, p. 125. Mas em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, como se disse, há um traslado autêntico.

¹¹⁷¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272 ff. 13-13 v.

Em nome da Santa e indivisível Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. Seja conhecido de todos os presentes e futuros que o Rei D. Sancho enviou uma carta selada ao Abade de Santo Tirso, ao Prior de Landim, ao Prior de S. Torcato e a Egas Fáfila para que fossem a Guimarães e soubessem por documentos e pelos homens bons se a herdade de Fins que pertenceu a Pedro Murusia devia ser da igreja de Santa Maria de Guimarães ou de João de Rupela.

A certo dia, reunidos que foram em Guimarães, aí diante do Prior de Guimarães e do Juiz Soeiro Pires e de alguns cônegos da mesma igreja, leram documentos que eram favoráveis à causa de João de Rupela. E nenhum documento lhe seria contrário. Então os juizes saíram da reunião e falaram com homens bons de Guimarães. Em seguida, foram à dita Vila de Fins, para falarem com homens bons, que tinham ido em clamor à Ponte do Ave, que está em S. João da Ponte. Resolveram os ditos juizes irem ao seu encontro e interrogaram os homens bons que disseram que a herdade em causa fora da avoenga de Pedro Murusia e de João de Rupela. E, pelo testamento de Pedro Murusia, pelo sacerdote Galvão e pelo sacerdote Mendo Veiram que redigira o dito testamento do próprio Pedro Murusia e por outros homens bons concluíram que Pedro Murusia deixara em testamento a herdade de Fins a João de Rupela.

Isso feito, os juizes, estando agora no refeitório de Guimarães, diante do Prior D. Diogo e dos cônegos que nele comiam julgaram, pelos documentos e pelo testemunho dos homens bons, que João de Rupela fique como herdeiro para sempre da dita herdade. Dirigiram-se então ao Juiz de Guimarães que, por mandato régio, entregasse ao João de Rupela a mesma herdade, com suas casas e todos os seus frutos, com suas benfeitorias que João de Rupela tinha alcançado.

Foram juizes o Abade de Santo Tirso e os Priores de Landim e S. Torcato e Egas Fáfila militar. E o Abade de Santo Tirso e o Prior de Landim confirmaram a sentença com os seus selos. O Prior de S. Torcato e Egas Fáfila não tinham selos.

Esta sentença foi dada em Maio de 1208¹¹⁷².

Não havia, pois, dúvidas: os documentos escritos autênticos – incluindo os que no dito mosteiro da Costa se guardavam – e orais das testemunhas apontavam na legitimidade das reivindicações de João de Rupela. Assim o julgou o nosso Abade, com todos os membros do colectivo.

8.2. D. Mendo, juiz da questão entre o arcebispo de Braga e o mosteiro de S. Torcato

De outras missões arbitrais se teve de desempenhar D. Mendo Peres. Especialmente em questões delicadas, onde era parte o próprio arcebispo de Braga. Uma das primeiras questões que o metropolitano D. Estêvão Soares da Silva¹¹⁷³ teve de resolver, logo que assumiu o pastoreio da diocese de Braga, foi o problema que o dividia de três mosteiros vimaranenses, representados pelos Priores de Guimarães, da Costa e de S. Torcato.

¹¹⁷² Carta datada com a era da César de 1246. O texto latino foi publicado por COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Mosteiro de Arouca do sec. X ao século XIII*, Universidade de Coimbra, 1977, doc. n. 195, p. 338.

¹¹⁷³ Veja-se a nota 522. Já dissemos que o Mons. Ferreira o faz descendente, pelo lado paterno dos Silvas, e, pelo lado materno, dos Sousas. Seria filho de Soeiro Pires Escacha e de Dona Froila Viegas, esta filha de Dona Urraca Mendes, irmã de D. Gonçalo de Sousa. Foi D. Estêvão eleito arcebispo de Braga, pelos finais de 1212. Manter-se-á à frente da diocese de Braga até 1228, quando morreu, a 27 de Agosto, em Trancoso.

Depois de receber a confirmação, a sagração e o pálio que lhe dera o papa Inocêncio III, tratou o Arcebispo, em Roma, das diferenças que o opunham aos ditos Priores e seus conventos que, não gozando do privilégio da isenção – apesar da prescrição invocada – lhe recusavam a obediência e os direitos diocesanos. E, logo a 3 de Maio de 1213 ¹¹⁷⁴, o Papa lhes enviará a Bula *Cum non liceat*, datada de Latrão, a exigir-lhes obedecessem ao Prelado da diocese.

A questão será resolvida, mediante três actos de concórdia: uma entre o arcebispo e o mosteiro de Santa Marinha da Costa, assinada a 7 de Setembro de 1213; outra, entre o mesmo Prelado diocesano e o mosteiro de S. Torcato, a 14 de Novembro de 1214; e uma terceira concórdia, mais tardia, a 23 de Outubro de 1216, entre D. Estêvão Soares e o Prior mai-lo cabido da Colegiada de Guimarães.

Para juiz e árbitro da segunda concórdia convidariam o nosso Abade D. Mendo Peres. Foi-o em colectivo, juntamente com D. Martinho, Prior da Costa, já reconciliado com o arcebispo, e com o Mestre João, cónego de Braga ¹¹⁷⁵.

Os termos da concórdia consagraram os direitos do Arcebispo e determinaram os quantitativos das contribuições do mosteiro, conforme os dias da visitação do Arcebispo, se dias de jejum e abstinência ou então normais...

Por montante da procuração ¹¹⁷⁶, tiveram os juizes-árbitros em linha de conta a situação económica menos favorável por que passava o mosteiro de S. Torcato, na altura. Ampliar-se-ia, desta forma, a procuração, para o nível comum, se as condições da casa viessem a melhorar.

Sob o ponto de vista etnográfico, importa reter duas coisas:

Uma sobre as *variantes geográficas*, com as medidas específicas de região para região: a *teiga de Guimarães ou quaira* para os cereais; e a *quarta* de Guimarães, para os líquidos.

Outra sobre os condicionalismos da *sua flutuação cronológica* que, porém, não iriam pôr em xeque, de um lado, as legítimas exigências do arcebispo; ou, de outro, os direitos do mosteiro, na medida em que, na Sé de Braga e no convento de S. Torcato, haveria exemplares padrões, em madeira ou pedra, segundo o peso ou capacidade com que, no momento de então, vigorariam ¹¹⁷⁷.

Sentença dada em colectivo. E, nela o Abade do nosso convento, como membro do júri apostólico, responsável pela execução da Bula.

Lembremos o texto, com a designação dos nomes que presidiram à concórdia:

Nós, portanto, cujos nomes se referem – a saber, Mendo, abade de Santo Tirso, Martinho, Prior da Costa, e Mestre João, cónego de Braga -, tomando sobre nós a função arbitral, estudámos e considerámos com diligência, de um lado, as possibilidades do dito mosteiro de S. Torcato e, por outro, os direitos que sobre ele tem a Igreja de Braga (...), e determinamos e definimos por sentença, ordenando sob pena de perjúrio, que vós, Prior e convento e os vossos sucessores, uma vez por ano,

¹¹⁷⁴ O arcebispo recebera a confirmação, a sagração e o pálio por entre Fevereiro e Maio de 1213, em Roma, já que no Foral de Campo (Jales) ainda se designará bispo eleito: *Eleito em Braga Mestre Escacha PMH, Leges et Consuetudines*, pp. 565-566.

¹¹⁷⁵ Da composição entre o Arcebispo e o Prior e convento de Santa Marinha da Costa foram árbitros cinco personalidades, a saber: D. Martinho, Prior de Landim, Frei Estêvão e Frei Pedro Mendes, cónegos da Costa, Fernando Raimundo de Sousa, e João, capelão de Braga.

¹¹⁷⁶ A procuração, embora possa ser distinta, muitas vezes se confunde com o jantar, ou seja, o direito que o bispo tinha de se estabelecer, com a sua comitiva, no mosteiro, aquando da visitação.

¹¹⁷⁷ *Tal como correm, agora, na era de MCCLII*, diz-se no acto de concórdia. Note-se que é esta citação que permite cronometrar o acto de composição, que não vem datado.

*aquando da visitação do mencionado arcebispo, lhe pagueis, a ele e aos seus sucessores, a procuração, por esta maneira (...)*¹¹⁷⁸.

9. O couto e a igreja de Silvaes

Não vamos desenvolver este assunto. Pela simples razão – já muitas vezes exposta – de que abriremos um capítulo especial sobre os coutos do mosteiro de Santo Tirso e sobre o padroado da nossa casa. Apenas a indicação de que resultou do testamento de Dona Maria Aires de Fornelos, mãe de Martim Sanches e Urraca Sanches, que os houve de D. Sancho I. As disposições *mortis causa*, datam do tempo, em que era abade de Santo Tirso D. Mendo Peres. Mais, antes de 1212, já que o destino de certos valores sobejantes ficaria dependente do arbítrio daquele de quem fôra barregã, D. Sancho I, e de seu irmão D. Soeiro.

Vai uma tradução de algumas passagens do extracto que dele faria João Pedro Ribeiro, com algumas reticências, sobretudo resultantes da fragmentação a que o notável paleógrafo sujeitaria o original:

*Dona Maria Aires... ao meu avô D. Soeiro Mendes ... deixo seis casais com todas as suas pertenças e com voz e coima (ao mosteiro de Santo Tirso ?)... o meu leito e a minha azémula e uma púrpura, o meu manto e saia e garnacha de escarlata do meu corpo... a minha mula com sua sela, com seu freio, as minhas joias, o pão e o vinho de meus celeiros... do meu senhor e Rei D. Sancho e ao meu irmão D. Soeiro... ao mosteiro de Melon... ao mosteiro de Alvenos... ao meu sobrinho Pedro Soares... duzentos soldos torneses... à sé do Porto um vaso de prata... aos gafos de Braga, Guimarães, Porto, Canaveses e Amarante cem soldos. Reinaldo de Lamego... uma colcha de Dona Godo*¹¹⁷⁹

O rei D. Sancho I morreria a 26 de Março de 1212.

Pelos bens que legou à nossa casa e por desejo seu, Dona Maria Aires de Fornelos foi sepultada no mosteiro de Santo Tirso, como o atesta Frei Leão de S. Tomás¹¹⁸⁰.

10. Uma carta de emprazamento

Em 1184, o nosso abade com seu convento empraza a favor de Urraca Anes, o que fora combinado com seu marido Egas Viegas (ou seja, filho de Egas). As propriedades em jogo visavam os três casais que o mosteiro possuía em Frende. Os monges perdoam-lhe a dívida de 80 morabitanos, contanto que, pela pensão já agora de 6 morabitanos que deve pagar, dê, depois da sua morte, ao mosteiro três das quatro partes do que ela possui na vila de Mesão Frio¹¹⁸¹.

¹¹⁷⁸ Vem publicado o documento na íntegra, em VMH, n. 174, pp. 123-125; no *Liber Fidei* (ed. do Dr. Avelino de Jesus da Costa), vol. III, n. 882, pp. 317-320; COSTA, Avelino de Jesus da , e MARQUES, Maria Alegria F. – *Bulário*, n. 192, p. 346. Referido nos *Fastos*, do Mons. Ferreira, vol. I, pp. 368-369; e em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, do Dr. Avelino de Jesus da Costa, vol. II, p. 243.

¹¹⁷⁹ CRUZ, Dr. António - *Breve Estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p.166, n. 24. Sem data, do sec. XIII, acrescenta João Pedro Ribeiro.

¹¹⁸⁰ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 45.

¹¹⁸¹ CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa*, Cadernos Portucal, Porto, 1987, pp. 188-190.

5. D. SILVESTRE (1225-1232...)

1. Os limites do seu abaciado

Pires de Lima reconheceu-lhe a circunstância cronológica da eleição. O ano de 1225¹¹⁸². Segue a *Benedictina Lusitana*¹¹⁸³. É possível que sim este ano, respeitante ao termo *a quo* da administração de D. Silvestre, a coincidir com o *ante quem* da prelazia de D. Mendo que ainda era abade de Santo Tirso, pelos finais de 1224. Dos meados de 1225, conhecemos um texto documental que aponta D. Silvestre como o responsável maior do mosteiro tirsense e que havemos de citar, agora já a seguir.

Mas Frei Leão de S. Tomás, como Pires de Lima, assentam num termo *ad quem* que nos parece exageradamente ampliado: 1252. É que, nesta ocasião, já governa a casa religiosa de Santo Tirso – e, desde há muito ! – o sucessor de D. Silvestre, D. Fernão Pires, como se verá. O termo *ante quem*, para a governação de D. Silvestre, ficará recolhido por entre 1232 e 1240. Parece-me.

2. O património fundiário do mosteiro

Em Julho de 1225, um texto documental de venda à nossa casa religiosa - *ao abade D. Silvestre e seu convento* – de bens situados, ao menos em parte, na freguesia de Areias, junto do que, hoje, melhor se conhece com a designação erudita de Caldas da Saúde. Isto é, Soeiro Mendes e sua mulher Bona Pires vendem-lhes, aos bentos, *a herdade de Caldela, abaixo do Castro de Vermoim, com águas vertentes para o Rio Pel.*

A herdade compreendia um campo em *heileirus*, uma leira na *Pena de Penço*, um campo em *Siridai*, duas leiras em *Agrufi*, uma casa que partia com a herdade¹¹⁸⁴. Um recheio toponímico de que agora ainda se vêem sinais. Em parte. O valor da compra foi de 20 maravedis. E cinco de *revora*.

Este documento sumariá-lo-ia, de forma bem mais sintética, pelos finais do sec. XVIII, João Pedro Ribeiro¹¹⁸⁵. Reconhece-lhe a cronologia com que o circunstanciámos.

De uma outra compra, seis anos depois – ao mesmo D. Silvestre, *abade de Santo Tirso, e seu convento* –, temos também uma notícia. Igualmente sumariada por João Pedro Ribeiro. Foi a 1 de Agosto de 1231. Reza:

*Fernão Martins filho de Martim Pelayo vendeo o Casal do Ribeiro*¹¹⁸⁶ *que lhe ficou por morte de seu Pay ao Abbade deste Mosteiro D. Silvestre pela Era de Cesar 1269 como se pode ver na gaveta das compras (...) n. 11*¹¹⁸⁷.

3. O Couto de Vila Nova das Infantas

A respeito do nome desta paróquia, há muitas divergências. O Dr. António Augusto Pires de Lima opta pela forma do feminino¹¹⁸⁸. A forma originária e tradicional do

¹¹⁸² *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 48.

¹¹⁸³ Vol. II, p. 32. Mais cauteloso, porém, que Pires de Lima: *achamo-lo abade de Santo Tirso pelo ano de 1225*.

¹¹⁸⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 206 v.-207.

¹¹⁸⁵ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 35, p. 171.

¹¹⁸⁶ Em Vila Nova dos Infantes.

¹¹⁸⁷ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 38, p. 172.

¹¹⁸⁸ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 49, nota 1.

nome desta paróquia – pareceu-me - não a do feminino, mas do masculino: Vila Nova dos Infantes. Baseava-me nos documentos do nosso mosteiro que abonam neste sentido. Pensava, de resto, que a origem do topónimo seriam os filhos de D. Sancho I, Martim Sanches e Urraca Sanches. Ficaram-me, porém, dúvidas, que o nome desta paróquia remeterá para uma cronologia que se antecipará a estes dois irmãos...

Dele, do Sr. Dr. António Pires de Lima, e de Frei Leão de S. Tomás nos desviamos sobretudo, a propósito do objecto da doação: não da *totalidade* do Couto ¹¹⁸⁹, mas só a *metade*, que pertencia a Martim Sanches. A segunda porção será transaccionada dezanove anos depois. E terá como partes a irmã de Martim, Urraca Sanches, e o Abade de Santo Tirso, que já era outro, porém, D. Fernão Pires.

Assim, pois, em 1226 ¹¹⁹⁰, D. Silvestre comprou a metade do referido couto ¹¹⁹¹ e da igreja. E Gregório IX comprometer-se-á a proteger quanto vendera Martim Sanches ao nosso abade D. Silvestre ¹¹⁹².

4. O padroado do mosteiro

Nesta venda de D. Martim Sanches, compreender-se-ia a metade do padroado de Vila Nova dos Infantes, que lhe competia, pela doação de D. Sancho I.

Mas não apenas esta, que de outras mais falámos já. Por exemplo, S. Martinho de Frasão. Foi para esta paróquia que D. Silvestre, abade de Santo Tirso, apresentaria como seu pastor Pedro Gonçalves Barroso, que o bispo do Porto, D. Julião ¹¹⁹³ confirmaria, a 25 de Junho de 1229 ¹¹⁹⁴.

5. Um religioso de Santo Tirso fixado para a história

Não sei se ainda na prelazia deste abade, se já na do sucessor, Fernão Pires – e ainda, se não houver outro de permeio ! -, um monge de Santo Tirso, de nome Simão Gomes que, em 1235, testemunha em acto de concórdia, no mosteiro de Paço de Sousa, entre o abade Paio Pais, de um lado, e o seu convento, de outro, a respeito das propriedades que pertenciam às ovelhas do mosteiro ¹¹⁹⁵.

¹¹⁸⁹ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 48. Segue a *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 32.

¹¹⁹⁰ Em Janeiro, diz Herculano: *História de Portugal*, t. II, 4.^a ed., p. 480.

¹¹⁹¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 142-142 v. 154. Veja-se o documento no apêndice documental.

¹¹⁹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 143. No VMH figura a data de 1225 (p. 195). Remetemos para o apêndice documental, onde transcrevemos o texto da doação.

¹¹⁹³ Sobre o caso deste bispo D. Julião – que seria bispo intermediário entre D. Martinho Rodrigues e D. Pedro Salvadores -, veja-se a opinião redondamente negativa de Mons. Ferreira: *Memórias Archeologico-Históricas*, vol. I, pp. 214-216.

¹¹⁹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 107-107 v.

¹¹⁹⁵ MEIRELLES, Frei António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Index dos Documentos do Arquivo*, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1942, pp. 117-119.

6. D. FERNÃO PIRES (...1240-1260)

1. Perfil de um grande abade

Era abade em 1240. Não sei até se já de alguns anos antes. Desde 1232... Mas conhecemos a sua posição de abade de Santo Tirso, já a partir de 1240, pelo menos. A propósito da confirmação dos bens doados ao mosteiro, em S. João da Foz.

A importância do convento de Santo Tirso cresce, e se dilata a superfície dos seus privilégios. O regime do padroado intumesce-se, o senhorio do mosteiro alarga-se. Já pertenciam aos nossos beneditinos: o Couto de Santo Tirso (1098); o Couto de S. João da Foz (1211: a sua confirmação); o Couto de Vila Nova dos Infantes e de Golães (1226: a doação da primeira metade); o Couto de Silves (cedido por entre 1200 e 1212);

Agora, ao tempo de Fernão Pires, vê-se bastante ampliado o leque das atribuições senhoriais, nos abades daqui. Efectivamente, receberá D. Fernão Pires os coutos que seguem: o Couto de Vila Nova dos Infantes e de Golães (1245: a segunda metade); o Couto das Lages (1253); o Couto de Airão (S. João de Airão, Guimarães), em 1253; a honra de Guimarei, que englobaria as actuais freguesias tirsenses de S. Paio de Guimarei e de S. Tiago da Carreira. A doação destes coutos e honras ver-se-á, particularmente, num volume especial sobre as terras privilegiadas de Santo Tirso.

Vamos atender a alguns dos factos mais salientes da vida deste Prelado.

2. Uma notícia sobre a comunidade conventual

Por documento do mosteiro de Fiães (Melgaço), redigido em Outubro de 1243, sabemos que o Prior da comunidade conventual de Santo Tirso era homónimo do mesmo abade: *Fernando*. Mais, fala-se de *muitos frades* deste mosteiro, presentes como testemunhas deste gesto. Um deles, de nome Domingos Mendes Becho, comprara, por 1255, um casal em Gamil e outro em Pena Maior, freguesia de S. Martinho de Frazão. Citaremos, adiante, a referência, na secção documental, quando houvermos de transcrever as inquirições de D. Afonso III. De qualquer forma, mesmo que de uma grande maioria apenas dois ou três nomes alcancem individualização, ficará realçada com toda a segurança uma coisa: que o nosso mosteiro era já grande, desde a Idade Média.

Trata-se de uma doação de Dona Maria Pais, filha de D. Paio Soares e de Dona Elvira Vasques, a D. João, abade de Fiães e ao convento do mesmo mosteiro de uma propriedade, sita em Monte Redondo, termo de Santa Cruz, entre o rio Doma e o rio Deua, na paróquia de S. João. Suponho que as anotações cronológicas e geográficas com que se define a propriedade, atiram para a Galiza a situação da terra doada. Efectivamente, o acto teve lugar ao tempo de D. Fernando, rei de León, Castela, Toledo e Córdoba, quando era tenente da Terra de Santa Cruz Mem Vasques, e Bispo de Orense um tal Lourenço.

A doação, porém, far-se-á no mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave. E aí serviriam de testemunhas *D. Fernando, abade de Santo Tirso*, D. Durando, abade de Tibães, e *D. Fernando, Prior de Santo Tirso. E outros muitos frades do dito mosteiro*¹¹⁹⁶. Um deles, de nome Domingos Mendes Becho, comprará, por 1255, um casal em Gamil e outro em Pena Maior, freguesia de S. Martinho de Frazão.

¹¹⁹⁶ *Tumbo de Fiães*, leitura e notas de Xesús Ferro Couselo, Orense, 1995, p. 235, doc. n. 384: (...) *et alii fratres multi sepe dicti monasterii* (isto é, do de Santo Tirso).

3. S. João da Foz, ao tempo de Fernão Pires

Retomando algumas ideias já expostas, lembraremos que, em 1176, Soeiro Mendes Facha daria ao mosteiro a ermida de S. João da Foz. Que, em 1211, é confirmada a sua demarcação. Que, em 1216, a ermida se transforma em igreja paroquial. Factos passados, com certeza.

De novo, agora, nesta prelazia de D. Fernão Pires, duas coisas. Primeiro, em 1241, os descendentes de Soeiro Mendes, o Facha, assinam duas cartas. Ambas, para maior garantia, autenticadas com o selo do bispo do Porto. Por elas renunciavam, nas mãos de D. Fernão Pires e em prol do mosteiro de Santo Tirso, a todo o direito que tinham ou viessem a ter em S. João da Foz ¹¹⁹⁷.

Em 1253, por acordo deste abade e seu convento, os bens que o mosteiro possuía em S. João da Foz, com outros bens, são cedidos a D. Rodrigo Forjaz e Dona Châmoa Gomes, em troca da cedência definitiva do Couto das Lages e de Airão ¹¹⁹⁸.

Mas são coisas que se desenvolverão no capítulo consagrado aos coutos de Santo Tirso.

4. A administração eclesiástica: o padroado do mosteiro

Um documento deste Prelado que não respeita já aos problemas senhoriais da administração civil. Antes, um acto de jurisdição eclesiástica: a apresentação da igreja de S. Martinho de Frazão, em João Fernandes, que o bispo do Porto, D. Julião, a 2 de Junho de 1248, confirmaria ¹¹⁹⁹.

E sabemos que D. Fernão Pires foi abade até 1260. Pelo menos, o seu sucessor imediato, D. Paio Soares, após uma eleição impugnada, receberia a confirmação na prelazia do nosso mosteiro, por sentença ditada pelo tribunal bracarense, o de segunda instância, a 14 de Agosto de 1260 ¹²⁰⁰.

7. D. PAIO SOARES (1260-1263)

1. Uma eleição contestada

Dos começos deste abade temos notícias mais ou menos certas. Até porque, contestada a sua eleição, apenas se legitimaria por via judicial, em segunda instância. Breve, todavia, o seu abaciado. É que, três anos depois, pelo menos, já figura como responsável dos destinos da nossa casa outro superior.

À morte de Fernão Pires - uma longa administração a deste, de quase trinta anos ! -, houve, como era de norma, eleições. Dizia a Regra de S. Bento:

¹¹⁹⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268 (*Treslado de Pergaminhos*), f. 4.

¹¹⁹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, f. 5; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 166-166 v. e 178 v.-179; VMH, p. 347, doc. n. 278; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 8-8v.

¹¹⁹⁹ D. Julião Fernandes que fôra Prior de Cedofeita. Governaria a igreja portugalense, desde 1247 a 1260, quando morrerá, a 31 de Outubro. Cf. CCSP p. 396, na rubrica que precede o seu testamento. Para a confirmação de João Fernandes: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 107.

¹²⁰⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 290.

*Na ordenação do abade, ter-se-á sempre presente a norma: que seja instituído aquele que houver sido eleito por acordo unânime de toda a comunidade ou só uma parte, embora menos numerosa, mas orientada por mais sã conselho*¹²⁰¹.

Pouco depois desta confusão no mosteiro de Santo Tirso e em Bula mandada ao mosteiro, a 1 de Outubro de 1289, dirá Nicolau IV:

*À tua morte*¹²⁰² *ou de qualquer um dos teus sucessores, nenhum, pela força ou pela astúcia, ouse assumir a prelazia, a não ser aquele que recolher o voto da maior parte dos irmãos ou aquele que aos conselheiros parecer, deva ser eleito, segundo a vontade de Deus e a Regra de S. Bento*¹²⁰³.

Pois agora, à morte de Fernão Pires, a maioria votou a favor de Paio Soares, monge professo de Santo Tirso, enquanto D. Fernando da Silveira, abade do mosteiro de S. João de Pendorada, recolheria, apenas, três votos.

O Bispo do Porto, D. Julião¹²⁰⁴, declarou, porém, nula e viciosa a escolha de Paio Soares, e por válida a de D. Fernando da Silveira.

A maioria não se quedou silenciosa. Levada a questão ao tribunal do metropolitano, o arcebispo de Braga, dar-se-á sentença a favor de Paio Soares, a 14 de Agosto de 1260¹²⁰⁵.

2. Uma prelazia de curta duração

A prelazia deste Abade foi, porém, cronologicamente restrita. Em 1263, pelo menos, rege superiormente a casa de Santo Tirso já um novo abade, de nome Afonso Martins.

8. AFONSO MARTINS (1263)

1. Uma questão complicada de números e de nomes...

Este assunto é embrulhado e confuso, o que se refere a este abade. Há três nomes aproximados pelo patronímico e que, para mais, se concentram e se acotovelam num estreito espaço de tempo.

¹²⁰¹ *Regra de S. Bento*, c. 64. Ed. *Ora et Labora*, Singeverga, 1992, p. 127. Sempre eleitos, excepto, no que toca a Santo Tirso, quanto ao período dos Comendatários, desde 1402 a 1588.

¹²⁰² Talvez de D. Domingos Mendes ou de D. Martim Pires que foi abade de Santo Tirso, pelo menos a partir desta data até 1329, que é a cronologia da Bula.

¹²⁰³ É um treslado da Bula de que, por muito arruinado o pergaminho, se pediria um treslado, que fez Amaro Pinto da Costa, tabelião do público judicial e notas, no Concelho de Refojos de Riba d'Ave e seus coutos e honras, a 20 de Maio de 1767. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 41-42. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 149-151.

¹²⁰⁴ D. Julião Fernandes que, segundo o CCSP, morreria a 31 de Outubro de 1260 (ibi, p. 396). Assim, a impugnação do acto eleitoral do mosteiro de Santo Tirso foi um dos últimos actos do Bispo portucalense

¹²⁰⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff 272-272 v.. A *Benedictina Lusitana* relatou o caso (vol. II, p. 33). Mas dá-lhe como sucessor D. Vasco Martins, quando, julgo, foi antes Afonso Martins. Mas desta confusão de nomes ver-se-á, de imediato. Neste sumário, dirá o autor do Index, que aparecem duas maneiras de indicar a data MCCXCVIII e MCCLXVIII, com a X aspadado que equivale a 40.

Parece-me certo que *Vasco Martins* é um alternativo de *Álvaro Martins*. Mas outro é o problema que se segue: se, antes deste, haveria ou não um outro nome de permeio – a saber, entre Paio Soares e o denominado, suponho, Vasco Martins ou Álvaro Martins –, com governo rápido e fugaz, entretanto, de nome *Afonso Martins*. Se sim – e parto deste suposto –, segue-se :

Que Afonso Martins é um abade, distinto do que se seguirá, de nome Vasco Martins ou Álvaro Martins;

Que governou pouco tempo a casa de Santo Tirso: os dois – o anterior, Paio Soares, e ele, Afonso Martins –, quando muito podem ter rateado entre si um governo de três anos, não mais;

Que, se não é histórica a figura do suposto Afonso Martins, então, logo depois de Paio Soares, viria um abade tri-nominado: *Afonso, Vasco ou Álvaro Martins*. Três máscaras de uma só hipótese...

2. Vias de solução

2.1. *Vasco Martins será o mesmo que Álvaro Martins*

Antes de mais, há efectivamente um abade de nome Vasco Martins. E é o mesmo que Álvaro. Este já era abade em 1 de Janeiro de 1264. Nesta altura, foi juiz de uma composição entre o Bispo do Porto, D. Vicente, e o Prior de Landim, D. Pedro, sobre a apresentação da igreja de Ervosa ¹²⁰⁶. Este acontecimento poderá marcar, com certa aproximação, o *termo a quo* de seu abaciado. E morreu à frente, em 1274, em Lyon ¹²⁰⁷, acontecimento que configura o *termo ante quem* da sua administração monacal.

Ora, em Junho de 1264 – portanto, em pleno abaciado de Álvaro Martins –, há uma doação ao mosteiro do Casal da Quintã Inferior, do lugar de Paradela, freguesia de S. Miguel das Aves ¹²⁰⁸. E diz-se que quem a recebeu foi o Abade Vasco Martins ¹²⁰⁹. Logo, Vasco Martins é o mesmo que Álvaro Martins.

Depois, uma sugestão mais. A *Benedictina Lusitana* ¹²¹⁰ apontar-nos-á o alvo da doação do padroado de Santa Cristina de Areias ¹²¹¹, na pessoa de Vasco Martins, identificando-o, apesar de tudo, com o sucessor imediato de Paio Soares. Ora o *Index de 1774*, cujo autor teve diante dos olhos o original da doação, diz que esta foi feita em prol de Álvaro Martins ¹²¹². Em suma, voltamos à identificação: parece que Álvaro Martins seja, pois, um alternativo de Vasco Martins.

2.2. *O problema de Afonso Martins*

Mas haverá um *Afonso Martins, abade de Santo Tirso*, em período intercalar que decorresse de Paio Soares ao dito Vasco ou Álvaro Martins ?

Talvez. Um documento da primeira parte de 1263 diz-nos que um Prelado de Santo Tirso, de nome Afonso Martins, apresentaria para abade de S. Martinho de Frazão um

¹²⁰⁶ CCSP pp. 344-345. A sentença será dada a uma Terça feira, 1 de Janeiro de 1264. E assina *Álvaro Martins, Abade de Santo Tirso*.

¹²⁰⁷ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 65, p. 179.

¹²⁰⁸ Cf. art.º Em EN, de Maio de 1994, p. 11.

¹²⁰⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 193.

¹²¹⁰ T. II, p. 33.

¹²¹¹ Diremos, depois, a propósito do padroado do mosteiro, que se trata de uma confusão de Areias, Santo Tirso, por Arões, Fafe

¹²¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 182-182 v.

tal Martinho Mendes, que o Bispo do Porto confirmaria a 19 de Abril de 1263 ¹²¹³. Se é uma pessoa distinta dos subsequentes no mesmo patronímico, exígua nos ficará em informações a sua administração, na lidernaça do mosteiro de Santo Tirso. Em proporção, de resto, com a estreita amplitude cronológica do seu abaciado. É que – recordo – ficarão só uns três anos, nada mais, desde 1260 a 1263, para ratear pelas mãos de Paio Soares e de Afonso Martins.

Isto parece-me correcto. De qualquer forma, D. Álvaro – ou D. Vasco – Martins já é abade a 1 de Janeiro de 1264. E vai sê-lo por dez anos mais. Se entre D. Paio e D. Álvaro Martins, há, pois, lugar para a prelazia de mais algum, este só poderia exercer as suas funções, quando muito, até finais de 1263.

Não aceito, pois, a tese do Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima, que dilata esta prelazia intermediária, desde 1263 – e porque não, desde antes ? – até 1269, na pessoa de *D. Afonso Martins* – que supõe se identifique com a mesma pessoa, muito embora lhe recuse a apelidação que lhe atribuem o *Costumeiro* e a *Benedictina* -, nem a tese, igual de resto, de Frei Leão de S. Tomás e do citado *Costumeiro*, que também aceitam o abade intermediário, a quem, todavia, dão o nome de Vasco Martins, com a governação balizada pelos marcos cronológicos de Pires de Lima.

Não aceito a amplitude de tal prelazia, nem a condição deste abade anterior a D. Álvaro Martins como o beneficiário da doação do padroado de Santa Cristina de Areias (Frei Leão de S. Tomás) ou de Santa Cristina de Arões, como corrige – e bem ! – o Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima ¹²¹⁴.

Já o autor do *Índice de 1774*, tendo diante dos olhos o texto original da doação, garantiu duas coisas: que ela teve lugar em 1272 – de qualquer maneira, já muito fora do abaciado deste Prelado intermédio – e que foi antes D. Álvaro Martins quem a aceitou.

3. Em suma...

1. Parece que há acordo sobre a existência do tal Abade intermediário, entre Paio Soares e Álvaro Martins;

2. Aceito a hipótese do Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima – contra Frei Leão de S. Tomás e *Costumeiro* – de que o seu nome será Afonso Martins, e não Vasco Martins, que é, antes, o alternativo do sucessor;

3. Discordo do Dr. António Augusto Pires de Lima, Frei Leão de S. Tomás, e outros, na demarcação deste abaciado. Quanto ao *termo a quo*, poderá começar antes de 1263, já que nenhum documento, que eu saiba, se avança para levar a prelazia de D. Paio Soares até 1263. Quanto ao *termo ad quem*, pior: a 1 de Janeiro de 1264, é já abade de Santo Tirso D. Álvaro Martins. Que o será mesmo até 1274.

A propósito de Afonso Martins, dirá o Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima que foi, talvez, com ele que começara o período dos *Abades da Clastra*, com a deterioração do espírito original da pobreza evangélica. Aproveito a oportunidade para dizer que o autor do *Índice de 1774* atribui o sistema da divisão tripartida das rendas conventuais a um abade posterior, D. Vicente Rodrigues (1361-1396). Posso dizer que foi muito antes de qualquer destas datas. Os primeiros sintomas desta crise no ideal evangélico, em Santo Tirso, já a detecto em 1171.

¹²¹³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 107 v. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 24.

¹²¹⁴ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, pp. 50-51. O *Costumeiro* é um Códice de Singeverga a que alude o Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima.

9. D. ÁLVARO MARTINS (1264-1274)

1. A personalidade de D. Álvaro Martins

Parece-me, sobretudo, um homem de bom senso e de realismo prático acentuado. Na questão entre o Bispo do Porto e o Mosteiro de Landim, em 1264, procurava harmonizar os direitos da apresentação e dos padroeiros de Ervosa com a jurisdição do bispo da diocese. Em 1271, preocupa-se com salvar a imagem de harmonia, a nível interno, - Prior e convento entre si - e a nível mais transcendente, insistindo muito, por um lado e com firmeza, na obediência do Prior e convento ao abade, e, por outro, no espírito de diálogo deste com os monges - em reuniões capitulares - e na garantia da subsistência capaz dos serviços conventuais.

Qualidades que o impuseram e lhe granjearam fama de que deu mostras o interesse de Gregório X, quando o convidará para assistir ao segundo Concílio de Lyon, em 1274. Aliás, a última intervenção deste Abade tirsense - esta, de certeza -, no palco da história.

A respeito do problema do nome alternativo, veja-se o que se disse, a propósito do abade anterior.

2. As intervenções arbitrais de D. Álvaro Martins

2.1. A questão da igreja de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha

Logo nos começos do seu abaciado tirsense, pelo menos em 1 de Janeiro de 1264, preside no mosteiro de Santo Tirso e na condição de abade, ao acto de composição entre o Bispo do Porto, D. Vicente, e o mosteiro de Landim, representado no seu prior, D. Pedro, sobre a apresentação da paróquia de S. Bartolomeu.

Esta freguesia remonta já, pelo menos, ao sec. XII. A inscrição funerária de Sennandes ¹²¹⁵ o poderá garantir. As inquirições de D. Afonso II (1220) dela, como paróquia, nos falará pouco adiante ¹²¹⁶.

Em 1264 discutia-se da apresentação de S. Bartolomeu, entre o Bispo do Porto e o Prior de Landim. O problema resolver-se-á por acordo entre as partes, no mosteiro de Santo Tirso, sob a presidência de D. Álvaro Martins. Sintonizaram no que se segue:

Quanto às faculdades do Prior de Landim, reconhecer-se-ia nele o direito de apresentação de um cura para a dita paróquia. Mais, que a freguesia de S. Bartolomeu seria unida ao mosteiro agostiniano. Ou seja, que o Prior seria o pároco, que recolheria, nestas condições, os rendimentos de S. Bartolomeu e que exerceria as suas funções através de um cura, amovível *ad nutum*, a quem proporcionaria uma cóngrua, para sua honesta sustentação.

Quanto ao Bispo do Porto, pelo Abade de Santo Tirso, foi-lhe reconhecido o direito de confirmação do cura de Ervosa; que este deveria ser obediente ao bispo; que ao Prelado portugalense se lhe deveriam pagar os direitos, como o censo anual, a terceira parte das mortuárias, a procuração, convertida já em dinheiro, a terceira parte do dom, ou seja, das mortuárias do reitor falecido.

Aqui vai o texto da composição:

¹²¹⁵ Veja-se o vol. *A Paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições*, Santo Tirso, 1999, pp. 21-22.

¹²¹⁶ PMH *Inquisitiones*, p. 254, a propósito da paróquia de Lousado.

Em nome de Cristo, Amen. Saibam todos quantos virem a presente carta que, como surgisse uma questão entre o Venerável (...) D. Vicente, bispo do Porto ¹²¹⁷, *em nome da sua igreja, de um lado, e D. Pedro, Prior do mosteiro agostiniano de Santa Maria de Landim, da diocese de Braga, em nome de seu próprio mosteiro, por outro lado, na medida em que o citado Bispo exigia para si que, na igreja de S. Bartolomeu de Vale Ervosa, fosse apresentado para ela um clérigo (...), se chegaria, finalmente, a uma composição amigável, a saber, que (...) o prior que governar o citado mosteiro, sempre que aconteça vagar a referida igreja, apresente ao Bispo do Porto, para ela, um cónego do seu mosteiro que o Bispo confirmará. E, em todas as coisas, o cónego que for investido deve obedecer ao Bispo do Porto, como qualquer outro reitor de qualquer igreja de sua diocese. E o Prior de Landim o possa remover, sempre que lhe parecer oportuno, e apresentará um outro ao mencionado Bispo, que aceitará e confirmará o apresentado pelo mesmo Prior. E aquele que for investido, em nome da sua igreja, deve pagar cada ano à igreja catedral do Porto o censo do costume (...) e a terceira parte das mortuárias* ¹²¹⁸. *De igual modo, em nome da procuração* ¹²¹⁹ *e do dom* ¹²²⁰ *que deve ser pago pelo reitor falecido à igreja catedral, o instituído na dita igreja deve pagar ao Bispo do Porto, na festa de Páscoa, três morabitinos velhos e a terceira parte.*

E para que todas e cada uma destas coisas se não ponham em dúvida, foram feitas duas cartas, divididas pelo alfabeto ¹²²¹: *uma delas, autenticada com o selo do mencionado (...) Bispo, deve ficar nas mãos do Prior; outra, autenticada com o selo do Prior, ficará nas mãos do referido Bispo.*

Foram presentes D. Álvaro Martins, abade do mosteiro de Santo Tirso; Gonçalo Gonçalves, chantre do Porto; Lourenço Esteves, reitor da igreja de Mosteirô; Martinho Mendes de Refojos, cónego portugalense e reitor da igreja de S. Tiago de Refojos; e muitos outros homen bons.

Tudo isto se fez no mosteiro de Santo Tirso, numa Terça feira, dia um de Janeiro, da era de 1302 ¹²²². *E eu, Domingos Domingues, tabelião público na Cúria do Venerável (...) D. Vicente, Bispo do Porto, rogado estive presente a tudo e por minhas mãos escrevi esta carta, a pedido do mesmo (...) Bispo e Prior, e lhe apus o meu sinal.* ¹²²³

¹²¹⁷ D. Vicente Mendes foi Bispo do Porto, desde 1261 a 1296.

¹²¹⁸ As *mortuárias* eram legados pios, para sufrágios e obras de piedade e assistência, a favor de uma igreja ou mosteiro, de que a Mitra beneficiava, geralmente, na proporção de um terço. Se o testador fosse fidalgo, as mortuárias teriam o nome de *dom*, e consistiam, muitas vezes, na melhor joia que se possuísse, direito também convertível em dinheiro

¹²¹⁹ A *procuração* – o mesmo que *jantar ou parada* – é o direito do Prelado ou seu representante de se alojar e comer, com toda a sua comitiva, na paróquia e à custa desta. Direito, muitas vezes, convertível numa contribuição monetária.

¹²²⁰ Veja-se o que dito ficou, no que toca às mortuárias.

¹²²¹ Os dois exemplares eram lavrados na mesma pele de pergaminho, com um espaço em branco a separá-los. Nesse espaço e na forma maiúscula, inscreviam-se as letras do alfabeto... Separavam-se de seguida os dois exemplares, ou por corte a direito, ou então – o que era mais corrente – fazendo-o de maneira a corresponder a uma série de ângulos, mais ou menos regulares: daí resultaria a classificação de *cartas indentadas*, nome que foi dado por João Pedro Ribeiro às que se apresentavam partidas por ABC. Desta forma, se poderiam conciliar os dois documentos, que continham o mesmo texto, em ordem a comprovar a sua autenticidade: cf. CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa*, Cadernos Portucale, Porto, 1987, p. 183.

¹²²² Ano de 1264.

¹²²³ Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, pp. 379-382.

2.2. Os problemas internos do mosteiro de Pedroso

Numa outra questão interveio este nosso abade, em 1271. Nela procuraria a salvaguarda da imagem da paz e da concórdia, a nível interno : Prior e monges entre si; diálogo do superior maior e seu convento; garantia da subsistência capaz dos serviços conventuais. Todos estes problemas afectariam o espírito da intercomunhão monástica do mosteiro de Pedroso e a que o nosso Abade procurou dar remédio.

Demonstra este Abade de Santo Tirso o espírito de sensatez e de equilíbrio, na salvaguarda do ideal monástico, sem o desinteresse irrealista das preocupações materiais, na defesa da autoridade do abade e do Prior, mas sem a esclerose desagregadora do autoritarismo despótico.

O original estaria muito deteriorado, na Torre do Tombo, em Lisboa. J. Mattoso leu-o e reconstruiu-o em parte, com o auxílio de um sumário de João Pedro Ribeiro, que se encontra no AUC.

É sobre a leitura de J. Mattoso que baseamos a nossa tradução, parcial, no entanto. E vai:

Em nome de Deus, Amen. Nós, Álvaro Martins, abade do Mosteiro de Santo Tirso, com o poder que nos foi cometido e concedido pelos religiosos, o abade D. Domingos Esteves, por Fernando Pires, Prior, e pelo convento do Mosteiro de Pedroso, da Ordem de S. Bento, diocese do Porto, conforme mais plenamente se contém num compromisso selado com seu selo, depois de ter visto, ouvido e mais adequadamente compreendido aquilo que o Abade, por si próprio, e o Prior mai-lo convento do dito Mosteiro de Pedroso com o abade quereriam, e depois de ouvido um conselho de peritos, sobre essas coisas (...), pronunciamos esta sentença:

Que o Prior do Mosteiro de Pedroso, enquanto o abade estiver no convento, não saia, sem licença do mesmo Abade, nem se ausente para qualquer parte, a não ser à volta do mosteiro, vinhas, searas do mosteiro ou lugares vizinhos. E, para outros lugares, só com licença do abade, se ele estiver presente no mosteiro, como o exige e manda a Regra de S. Bento.

Que os monges e os conversos ¹²²⁴, se o Abade estiver presente no mosteiro, não andem por outros lugares ou saiam, sem licença do abade, a não ser desde o fim do capítulo ¹²²⁵ até ao almoço, ou após o almoço até ao jantar. E isto, com licença do Prior, a não ser que o abade expressamente o proíba. Antes, que estejam dentro do mosteiro, conforme ordena a Regra de S. Bento.

(...) Mandamos que o Prior e convento, em todas e cada uma das coisas, prestem ao abade referido a homenagem de obediência e reverência a que são obrigados. Como, de resto, o convento ao seu Prior.

(...) Determinamos ainda que o Prior e convento tenham, entre outras coisas, para a subsistência da vestimenta e do celeiro ¹²²⁶, na medida em que o Prior e o convento o julgarem oportuno, os casais de Baza, em que reside, neste momento, Fernando

¹²²⁴ O converso será o monge que entrou no mosteiro já adulto. Cf. MATTOSO, J. – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 214.

¹²²⁵ Reuniões diárias – se bem que, inicialmente, o não seriam - no fim da hora de Prima, pelas 6-7 horas da manhã, ou, como geralmente se veio a fazer, depois da hora de Tércia, pelas 9 horas. O capítulo constava de três partes: leitura e comentário de um capítulo da Regra; problemas temporais da casa religiosa; e, finalmente, uma parte disciplinar.

¹²²⁶ No original, *conductaria*: oficina conventual a que presidia o celeireiro. Assegurava a subsistência da comunidade, com o pão, peixe, vinho... Havia dois casais, cujos rendimentos se aplicariam a estas ovelhas monásticas.

Mendes, e o casal de Vilar, onde mora Soeiro Mendes, com todos os seus direitos e pertenças.

Igualmente, que, além do restante, tenham também para subsídio das ovenças da vestiaria, do celeiro e da enfermaria (...) a seara de Catala, junto ao mosteiro, na qual façam vinhas, lagares e casas, na medida em que isso seja necessário para a sua subsistência

Além do mais, aplaudimos e corroboramos por sentença que o referido abade tenha por ovençais no celeiro e na adega, quem mais o julgar por competente.

*Que se nomeie, ainda, e se coloque no mosteiro um recebedor, perante o qual se recolham o pão, o vinho e as direituras*¹²²⁷.

E ainda que Pedro Esteves, monge do dito convento de Pedroso, seja o responsável do mosteiro na ocupação e solicitude das posses dos casais, das searas e de todos os direitos que pertençam ao mosteiro, conforme a Regra de S. Bento. Segundo a mesma Regra, que demonstre em tudo ao referido abade a mesma obediência e reverência (...).

*Igualmente, proibimos com toda a firmeza, que o Prior, o praepositus*¹²²⁸ *ou qualquer outra pessoa do convento ouse reagir, com dureza ou aspereza, dentro ou fora do mosteiro, contra o abade. Antes, quando for necessário tratar de alguma coisa que seja útil a si ou ao mosteiro, se reúnam em cabido, desde que ele, abade, não se encontre impossibilitado. E nele tratem, com humildade e compreensão, de tudo o que virem seja útil a alguém ou ao mosteiro e lhe mostrem sempre e em tudo a sua obediência (...)*¹²²⁹.

2.3. Pedro Hispano, médico, filósofo e Papa, e o problema que o nosso abade não decidirá

Uma questão complicada que D. Álvaro Martins não pôde resolver: o problema que envolveu a figura notável da cultura portuguesa, Pedro Hispano, médico, filósofo e Papa...

Alcançara este o priorado da igreja de Santa Maria de Guimarães, para que fora apresentado por D. Afonso III, em 12 de Dezembro de 1257. Deveria tomar posse por intermédio de um procurador. Mas sobrevieram inúmeras dificuldades. E, quando uma onda amainava, outra sobrevinha não menos temerosa: da parte do rei, que disse e desdisse; da parte do Papa, que ora decidia, ora hesitava; da parte do arcebispo de Braga que sim senhor, mas também que não... Por detrás, a ambição de muitos à posse desta igreja, como o deão da catedral metropolitana. E, quando se resolvia uma objecção, logo outras sobrevinham, a enrredar a quesília. E suceder-se-iam os pontificados de Alexandre IV (1254-1261), de Urbano IV (1261-1264) e os começos do de Clemente IV (1265-1268), sem que Pedro Hispano pudesse ter acesso à posse efectiva, por procuração, do título de Prior de Santa Maria de Guimarães.

As Bulas lá se iam despachando em direcção de vários juízes apostólicos, para execução, afinal, adiada... Até que Clemente IV, por carta de 29 de Julho de 1268, ordenaria ao Bispo de Cidade Rodrigo que metesse de posse da igreja de Santa Maria o

¹²²⁷ São os outros direitos inerentes às disposições contratuais do arrendamento. “Pensões miúdas, a que hoje chamamos foragens ou miunças, e que o enfiteuta costumava pagar além do foro principal e sabido”: Cf. VITERBO – *Elucidário, sub voce Direituras*.

¹²²⁸ J. Mattoso tratou desta figura do *praepositus*, por oposição ao Abade ou Prior. Uma certa tendência para se lhe apagar uma individualidade própria que o distinga daquelas duas categorias: *Le monachisme ibérique et Cluny*, pp. 222-224.

¹²²⁹ ANTT, CR, *Pedroso I*, maço VII; *Sumário*: AUC Ms. 704, pp. 312-313 (sumário de João Pedro Ribeiro). Publicado por J. Mattoso em *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, INCM, Lisboa, 1982, pp. 199-202.

procurador de Pedro Hispano e que afastasse Fernando Anes, o citado deão bracarense, que de forma ilegal do benefício se apropriaria.

Ora, foi nesta circunstância, que o Abade de Santo Tirso, D. Álvaro Martins, surgiu no tablado da contenda. É que o dito prelado de Cidade Rodrigo nele delegaria a execução da Bula papal.

Mas, na realidade, sem efeito:

*Sucede, porém que o Abade do Mosteiro de Santo Tirso, a quem foi confiada a execução do processo, nenhuma diligência efectuou, resultando daí o seu protelamento até ao presente*¹²³⁰.

Só em 1273 é que o pleito se resolverá, através das “démarches” de um outro juiz, o arceidiago de Braga, Mestre Estêvão, que daria aviamento ao processo, com que Mateus Nunes, cónego de Guimarães, como procurador de Pedro Hispano, foi investido na posse corporal da igreja em causa. Dezasseis anos de guerra, pelos bastidores da justiça...

Note-se que, nesse ano de 1273, foi Pedro Hispano eleito arcebispo de Braga. E, nesse mesmo ano, na condição de eleito de Braga, participando no Concílio de Lyon, foi eleito, a 5 de Julho, Cardeal-arcebispo de *Tusculum*. Em Lyon se terá encontrado, com certeza, com este nosso abade de Santo Tirso. Talvez tivessem trocado palavras sobre a demorada questão e soubesse dos lábios do prelado beneditino muitos pormenores que se lhe teriam escapado...

Como diremos a seguir, D. Álvaro Martins terá falecido no decurso dos trabalhos conciliares. Por seu turno, Pedro Hispano, a 8 de Setembro de 1276, vai ser eleito Papa, com o nome de João XXI.

3. Doações ao mosteiro de Santo Tirso

3.1. O Casal da Quintã Inferior (Entre-ambas-as-Aves)

Um casal das Aves foi doado ao mosteiro em 1264, a 2 de Junho¹²³¹. Do benfeitor sabemos o nome: Soeiro Pedro ou Pires. E a propriedade tinha o nome de *Casal da Quintã Inferior*, que se situava no lugar de Paradela. Ficaria o convento de Santo Tirso obrigado a dar de comer e vestir ao benfeitor generoso, durante a vida¹²³², e de lhe fazer o aniversário, após a morte, coisa que *ainda agora* – acrescenta o autor do *Index de 1774* – se faz.

Continua a fonte: este casal ou se perdeu ao tempo dos Comendatários ou está integrado, hoje, no Casal de Sub-Penedo, que é o único que o mosteiro de Santo Tirso possui nas Aves¹²³³.

Cinco anos depois, em 1269 – teria já falecido o doador -, os netos e netas de Soeiro Pires fizeram expressa e formal renúncia ao direito que pudessem ter sobre o referido Casal de Paradela¹²³⁴.

¹²³⁰ SÁ, A. Moreira de - *Pedro Hispano Prior da igreja de Santa Maria de Guimarães e arcebispo da Sé de Braga*, em “Biblos”, vol. xxx (1954) 21.

¹²³¹ João Pedro Ribeiro, que sumaria o documento, afixou-lhe esta cronologia. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 48, p. 174.

¹²³² Soeiro Pires entraria, assim, no círculo dos familiares do mosteiro.

¹²³³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 193.

¹²³⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 242. A respeito deste Casal e da sua evolução, cf. art.º *O património fundiário do convento de Santo Tirso. As propriedades monásticas em S. Miguel das Aves*, em EN de Maio de 1994, p. 11.

3.2. Uma doação a um frade de Santo Tirso, Martim Pires...

Uma segunda dádiva, cujo sumário se transcreve: “*Huma doação que fez Pedro Pires, e sua mulher Mariana Soares, aos tres das Kalendas de Mayo da era de Cesar 1304, que he o anno de Christo 1266 sendo Abbade deste Mosteiro Alvaro Martins, a seu Irmão Martim Pires frade do Mosteiro de S. Tyrso da Erdade que tinhão no julgado de Aguiar de Souza, no Couto de S. Pedro de Ferreira no Lugar de Quintella etc. para que o dito Irmão a posua em sua vida; e depois da sua morte fique ao dito Mosteiro de S. Tyrso, a quem a dava por remedio de sua Alma, e da de seus Pays*”¹²³⁵.

4. O Padroado do mosteiro

4.1. O pagamento da censória da igreja da Folgosa

A 28 de Abril de 1265, temos conhecimento de uma sentença dada pelo Bispo do Porto, D. Vicente, a respeito da igreja de Folgosa. As partes em litígio eram, de um lado, o abade e o convento de Santo Tirso, representados pelo Procurador e Prior claustral Estêvão Esteves; e, do outro lado, Lourenço Pedro, reitor da igreja de Folgosa, a respeito da censória anual de quatro *quarteirões*¹²³⁶ de trigo, que o reitor havia de pagar. E não queria fazê-lo !

O bispo obrigará o pároco a que satisfizesse a dita censória ao mosteiro¹²³⁷.

4.2. A doação do padroado de Santa Cristina de Arões

Foi ao seu tempo que se fez a doação do padroado da igreja de Santa Cristina de Arões – que a *Benedictina*, como dito ficou, veio a confundir com Areias, do actual concelho de Santo Tirso – ao mosteiro da nossa cidade, representado, não pela pessoa de Afonso Martins ou Vasco Martins, enquanto sucessor imediato de Paio Soares, como supõem Frei Leão de S. Tomás e o Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima, mas de Álvaro Martins, como expressamente o garante o *Index de 1774*.

Ou seja, correram algumas suposições erradas sobre esta doação:

Primeiro, o nome da freguesia: não se trata de Santa Cristina de Areias, como freguesia correspondente à actual deste nome, do concelho de Santo Tirso, cujo orago – mesmo secundário – nunca foi Santa Cristina. E Frei Leão de S. Tomás pensa nesta, dado que a supõe localizada frente a Santo Tirso, na margem norte do Ave... Além de que Areias, esta paróquia tirsense, nunca integrou o rol das igrejas da apresentação do nosso mosteiro. Acresce que o *Index de 1774* corrige para Santa Cristina de Arões, de Fafe, hoje...

Segundo, não foi doada ao tempo de D. Afonso Martins ou de D. Vasco Martins, enquanto intermediário entre D. Paio Soares e D. Álvaro Martins. Mas só ao tempo deste último, que iria morrer em França, durante o Concílio de Lyon. Quem veio a contradizer a *Benedictina Lusitana* foi o autor do *Indice de 1774*, que teve diante dos olhos o original e, para mais, congruentemente lhe assinalou a data: 13 das Calendas de Fevereiro de era de César de 1310, ou seja, 20 de Janeiro de 1272¹²³⁸, o que logo nos

¹²³⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 179.

¹²³⁶ O *quarteirão* é o mesmo que *quartano*. E este era a quarta parte do *quarteiro*. E este último era a quarta parte do *moio* (um carro). Cf. Viterbo, *sub voce*, t. II, p. 504.

¹²³⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 73 v. – 74.

¹²³⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272 ff. 182-182 v.

põe fora do raio de acção de um sucessor imediato de Paio Soares, tivesse ele o nome de Afonso Martins ou de Vasco Martins; tivesse ele ou não a dilatada cronologia que lhe atribuem mesmo a *Benedictina Lusitana* ou o Sr. Dr. António Augusto.

O autor do Índice, porém, traça benevolente a cruz da absolvição por sobre a cabeça de Frei Leão de S. Tomás: a culpa não foi deste, mas de quem lhe passou as informações...

A esta doação se refere, sumariando-a, João Pedro Ribeiro ¹²³⁹.

5. Falecimento de D. Álvaro Martins

Morreu D. Álvaro Martins ou Vasco Martins, em França. Fôra convidado pelo Papa Gregório X para assistir ao Concílio ecuménico de Lyon de 1274. Aí, quando já tinha falecido o nosso abade, se trataria da divisão que opunha a igreja portuguesa a D. Sancho II, que acabaria por ser deposto. De facto, lá morreria D. Álvaro Martins:

Depoys que passou Dona maria anes mulher que foy de dom Gil martyns seu filho dom martim gil... atrana fim do mundo... dom alvaro abade de santo tisso passou (morreu) no Concelho (Concílio) de Leom de sobrelo Rodao hu fora mandado do papa... o mais provinco de seu linagem ou seu herel ¹²⁴⁰.

10. D. MARTIM MENDES OU MARTIM ANES (1274-1284)

1. A questão do nome

Antes de mais – e, como já acontecera com outros abades -, também neste se registarão feições alternativas, no uso de seu nome. O Cartório do mosteiro, pela voz dos responsáveis, os seus arquivistas, observam o fenómeno: *Martim Anes a que outros chamam Martim Mendes* ¹²⁴¹. E, desta forma, ressalva o autor do *Índice de 1774* a identidade na diferença que se regista, quanto à opção de Frei Leão de S. Tomás: *Martim Mendes a quem a Benedictina chama Martim Anes* ¹²⁴². Maiores confusões no Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima, como se dirá.

Vamos ver mais um caso frisante, a comprovar a mesma duplicidade antroponímica, a propósito da nomeação do pároco de Rebordões, Afonso Pires.

¹²³⁹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 51, p. 175.

¹²⁴⁰ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 65, p. 179. O segundo Concílio de Lyon, convocado por Gregório X, em 1274, é o n.º 14 da série dos Concílios ecuménicos. Foi deles o mais numeroso: contou com a presença de 15 cardeais, dos patriarcas latinos de Constantinopla e de Antioquia, de 500 bispos, de 60 abades e de mais prelados inferiores e de vários embaixadores. Dos luminares medievais, destaque para S. Tomás de Aquino, que, todavia, morreu a caminho de Lyon, de S. Boaventura, que entregou a alma a Deus durante o Concílio. O único grande doutor presente em todo o evento conciliar foi Santo Alberto Magno.

¹²⁴¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 98. 107 v.

¹²⁴² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

2. A sua cronologia

Este abade foi eleito à morte de D. Álvaro Martins, que faleceu em 1274, em Lyon, como se disse. Como termo *a quo*. E como termo *ad quem* ?

Em Abril de 1284, ainda estava à frente da casa de Santo Tirso o abade Martim Mendes ou Martim Anes. Mas também tivemos em mãos documentos que nos falam, para o mesmo ano – Junho de 1284 – de um outro abade, seu sucessor, de nome D. Domingos Mendes. Ou haverá engano no *Índice de 1774*¹²⁴³, e o abade deste documento de Junho de 1284 seja ainda D. Martim Mendes, e não o seu sucessor D. Domingos Mendes ? De qualquer forma, este último era já titular a 22 de Agosto de 1284¹²⁴⁴.

O Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima faz avançar a cronologia deste abade. Põe a morte de D. Álvaro Martins, no curso do Concílio de Lyon. Mas diz que lhe sucedeu, em 1284, Martim Mendes. Teríamos que avançar dez anos ao Concílio e meter um hiato doutro tanto entre as duas prelazias ! O que é certo é que 1284 marca, não o início, mas o termo do abaciado de D. Martim Mendes, cuja prelazia começará mesmo em 1274, ou, o mais tardar, em 1275. E a doação de D. Gonçalo Garcia de Sousa – de 22 de Agosto de 1284 – não seria ao tempo de D. Martim Mendes, mas já do seu sucessor, D. Domingos Mendes. Nem a prelazia deste abade, Martim Mendes, foi de dois, mas de dez anos¹²⁴⁵.

É certo que a *Benedictina Lusitana* atribui aquela doação ao tempo do abade D. Martim Mendes ou Martim Anes, designação esta de que faz uso Frei Leão de S. Tomás¹²⁴⁶. Mas o *Índice de 1774* fá-la-á do tempo da prelazia do seu sucessor, D. Domingos Mendes.

Enfim, o leque cronológico que balisa o governo de D. Martim Mendes ou Martim Anes será, aproximadamente, desde meados de 1274¹²⁴⁷ até meio de 1284, ou seja, desde a morte de D. Álvaro Martins à eleição de D. Domingos Mendes.

3. Alguns factos da sua governação

Contratos, intervenções administrativas como padroeiro, destinatário de doações diversas, entre as quais joias, fazem avultar a sua figura. Vejamos alguns acontecimentos da sua prelazia, à frente do nosso mosteiro.

3.1. O padroado tirsense

Um dos primeiros gestos deste prelado tem por alvo a sua intervenção administrativa na paróquia de Vila Nova dos Infantes, nas proximidades de Guimarães, e que era do padroado do nosso mosteiro. Como lhes competia, Martim Mendes e seu convento apresentariam para abade da paróquia Martim Domingues. A sua confirmação episcopal teve lugar, em Braga, a 18 de Fevereiro de 1276, com intervenção de Pedro Garcia, arcebispo da Sé metropolitana, a mando do arcebispo¹²⁴⁸.

¹²⁴³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 121.

¹²⁴⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 273-273 v.

¹²⁴⁵ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 51.

¹²⁴⁶ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 34.

¹²⁴⁷ O II Concílio de Lyon foi de Maio a Julho de 1274. Cf. LLORCA, Bernardino – *Manual de Historia Ecclesiastica*, Ed. Labor, S.A., Barcelona, 1951, p. 316.

¹²⁴⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 143 v.

Documento de certo valor – porque oferece ocasião ao cartorário de Santo Tirso, ao sec. XVIII, de nos desvendar o problema da pluralidade antroponímica deste superior da casa religiosa – um de 1280. A propósito do compadroadado de Covelas. O abade Martim Mendes recorre, por seu lado, à Cúria romana, para se decidir do sujeito detentor do direito de apresentar, nessa ocasião, o pároco da dita freguesia tirsense: se Santo Tirso, se Vairão ¹²⁴⁹.

A 25 de Junho de 1281, sobe uma sentença de composição amigável, que dera o Bispo do Porto, D. Vicente, entre Martim Mendes, abade de Santo Tirso, e Gonçalo Pedro, abade da igreja de Lavra, para que este pagasse a censória anual ao mosteiro da nossa cidade ¹²⁵⁰.

No mesmo ano, a 6 de Novembro, o citado Bispo do Porto confirma Martim Estêvão como pároco de Frazão, que o abade de Santo Tirso, Martim Mendes, e seu convento apresentariam. Pelo sumário de João Pedro Ribeiro, sabe-se que o pretendente era tão só Sub-diácono e que o Bispo do Porto, D. Vicente, teria exigido, na confirmação, que, dentro de um ano, se ordenasse de presbítero, sob pena de perder o benefício canónico, de harmonia com as determinações do Concílio lugdunense ¹²⁵¹.

Para o ocaso da sua prelazia, registamos um acto mais. A 5 de Abril de 1284, Martim Mendes e seu convento apresentariam Domingos Pais, sobrinho do venerável varão Martinho Mendes, mestre-escola do Porto, para a igreja de S. Salvador de Folgosa, vaga pela saída de Geraldo João. Esta igreja era da apresentação *in solidum* do mosteiro de Santo Tirso. E o mesmo abade, D. Martim Mendes – para garantia futura do padroado –, pede a D. Vicente que confirme a apresentação e que, no documento, faça constar o direito de Santo Tirso sobre Folgosa ¹²⁵².

Mas vamos à freguesia de Rebordões. Um dos actos finais deste nosso Abade Martim Mendes ou Martim Anes – e os dois nomes do mesmo Prelado são evidentes neste processo – refere-se à apresentação de um pároco para esta freguesia de Santo Tirso. Pela sua importância, vamos transcrever vários documentos ¹²⁵³ que nos chegaram deste *dossier*: a sua apresentação pelo titular do direito de padroado; a confirmação do pároco pelo Bispo; a tomada de posse do eleito.

A confirmação supõe uma inquirição *de vita et moribus*; um exame sobre a competência intelectual do apresentado – saber ler (entenda-se, saber o latim) e cantar: *in lectione et cantu* – e ainda uma cerimónia de inspiração feudal, a *investidura*, com a imposição do barrete, por parte do Bispo ou seu Vigário, e o juramento de obediência fiel do confirmado.

Assim sendo, passamos agora a compreender os documentos que se seguem e a sua posição no conjunto das etapas deste processo. Têm por alvo a apresentação dos padroeiros e a confirmação episcopal. Aquela foi da iniciativa conjunta do monarca e do Abade de Santo Tirso, Martim Mendes ou – como se diz noutra passagem – Martim Anes. Segue-se o texto que traduzimos na nossa língua, para melhor entendimento dos nossos leitores:

¹²⁴⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 98-98 v.

¹²⁵⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 92.

¹²⁵¹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 56, pp. 176-177.

¹²⁵² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 74.

¹²⁵³ O dossier foi publicado em tradução portuguesa, no art.º *Párocos de Rebordões. O Abade Afonso Pires. A sua apresentação e confirmação*, em EN, de Agosto-Setembro de 1994, p. 11. Mas, por falta de espaço tivemos de seleccionar alguns extractos da documentação. No JST, porém, de 8 de Setembro de 1995, fizemos uma apresentação mais completa dos textos documentais, para onde remetemos o leitor que de tal se interesse.

3.1.1. O documento da apresentação

Saibam todos que na era de 1322¹²⁵⁴, a 14 das Calendas de M¹²⁵⁵, na presença do Venerável D. Martinho Pires, cónego da Igreja bracarense e Vigário do próprio arcebispo, D. Frei Telo¹²⁵⁶ e de mim, João Fortes, público tabelião bracarense, e das testemunhas ao diante nomeadas (...), D. Martim Anes, Abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto, afirmou e disse que o Senhor Rei era padroeiro na metade da igreja de Rebordões, junto de Santo Tirso, da diocese de Braga¹²⁵⁷; e que o Senhor Rei apresentava para essa igreja Afonso Pires, seu clérigo; e que ele, abade, e seu convento eram padroeiros da outra metade da referida igreja; e que muitos homens bons lhe pediam a favor de Afonso Pires, para que o apresentasse para a metade da igreja referida; e que não poderia ficar indiferente aos pedidos dos amigos e homens bons; e que, por isso, apresentava o citado Afonso Pires à outra metade da igreja referida. E apresentou-o, de facto, ao próprio Vigário, pedindo-lhe instantemente que, à apresentação do Senhor Rei, quanto à sua metade, e do abade e convento, quanto à outra metade, confirmasse o dito Afonso Pires na citada igreja. Todas estas coisas aceitou e aprovou D. Mendo Pais, advogado e procurador do Senhor Rei.

O mesmo Vigário mandou examinar o citado Afonso no canto e na leitura, e reunir testemunhos sobre a sua vida e costumes (...). E foi achado digno para este e até para obter um benefício maior.

Recebido que foi o juramento feito pelo citado Afonso Pires, a respeito da sua obediência à igreja de Braga, o Vigário confirmou na citada igreja o mesmo Afonso Pires, apresentado pelo Senhor Rei e pelo abade e convento de Santo Tirso.

A isto foram presentes D. Martim Durando, cónego, D. Mendo Pais, advogado bracarense, Miguel Anes, Pascásio Anes, clérigos do Senhor Rei, Martinho, mestre-escola, Afonso Pires, reitor da igreja do Pinheiro, e outros mais.

E eu, João Fortes, tabelião, que para isto fui chamado e rogado e a grande pedido do abade referido, de tudo o que dissemos e a que assisti fiz este público instrumento. E em testemunho lhe apus o meu sinal. Feito em Braga, na era e dia mencionados. Pedro, João, Mendo, testemunhas¹²⁵⁸.

Sinal público.

3.1.2. O padroado de Rebordões

Segue-se agora a transcrição do documento que abonará o compadroado das duas instituições – do mosteiro de Santo Tirso e o da competência régia -, sobre a igreja de Rebordões:

Saibam todos que, na era de 1322¹²⁵⁹, a 14 das Calendas de Julho¹²⁶⁰, na minha presença, João Fortes, público tabelião bracarense, e na presença das testemunhas

¹²⁵⁴ Ano de 1284.

¹²⁵⁵ Fevereiro ou Abril, se as Calendas se contarem a partir de Março, ou, antes, de Maio. No texto, sabe-se que o mês começa por M. Mas há uma certa dificuldade de leitura mais concretizada...

¹²⁵⁶ D. Frei Telo, arcebispo desde 1279 a 1292.

¹²⁵⁷ Já se sabe que Rebordões foi, de facto, da diocese de Braga, desde o sec. XI até 1882.

¹²⁵⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0191, ff. 276-276 v. Trad. portuguesa publicada em EN, de Agosto-Setembro de 1994, p. 11; e em JST de 8 de Setembro de 1995, p. 3.

¹²⁵⁹ Ano de 1284.

¹²⁶⁰ Ou seja, a 18 de Junho

abaixo nomeadas, para isto especialmente convidadas e convocadas, e de Afonso Pires, reitor da igreja de Rebordões, junto de Santo Tirso de Riba d'Ave, fiz ler e publicar um instrumento, como à primeira vista me pareceu, feito pela mão de Pedro Bartolomeu, tabelião público da cidade de Coimbra, cujo teor é como se segue:

Saibam todos que eu, Pedro Bartolomeu, público tabelião da cidade de Coimbra, diante das testemunhas abaixo nomeadas, vi o Livro das Inquirições que está na chancelaria do Senhor Rei de Portugal e dos Algarves; e, entre outras coisas que aí se contêm, encontram-se as cláusulas que se seguem acerca da igreja de S. Tiago de Rebordões, da diocese de Braga ¹²⁶¹ *:*

Aquí começa a inquirição da vila que se chama Rebordões e dos fregueses da igreja de S. Tiago do mesmo lugar. Mem Pais interrogado, sob juramento, de quem era a igreja disse que uma metade era do Senhor Rei e a outra metade de Santo Tirso. João Fernandes, João Pires, Pero Mendes, Miguel Pires, Gonçalo Pires, Pedro Anes, Martim Pais, Pero Mendes, Estêvão Gonçalves, Domingos Soares, Geraldo Gonçalves, Martim Pires, Domingos Anes interrogados, sob juramento, deram, à letra, o mesmo testemunho, como o primeiro.

Do mesmo modo, eu, sobredito tabelião, vi o Registo Velho, sobre as igrejas das quais o Senhor Rei é padroeiro, e que está na mesma chancelaria, e que assim começa: “Este é o livro das igrejas do arquipiscopado de Braga e de todo o Reino de Portugal. E, antes de mais, estas são as igrejas das quais o Senhor Rei é padroeiro”. E, entre elas, se diz “Da Igreja de S. Tiago de Rebordões é padroeiro o Senhor Rei”.

E eu acima referido tabelião, a mando e por autoridade de D. Paio Domingos, Meirinho e (...) Juiz do dito Senhor Rei, extraí tudo isto dos mencionados livros e, a pedido do clérigo Afonso Pires, tudo redigi em pública forma e fiz este instrumento e por própria mão o assinei. E em testemunho disso lhe apus este meu sinal.

Dado em Coimbra, na dita Chancelaria, a 3 das Calendas de Janeiro de 1321 ¹²⁶² *. Testemunhas presentes Afonso Anes, reitor da igreja de S. Tiago de Óbidos, Afonso Martins e Pedro Anes, clérigos do Senhor Rei, Domingos Anes, escrivão do Senhor Rei em Coimbra e Afonso Esteves “comperator” do Senhor Rei e várias outras testemunhas.*

E eu, João Fortes, mencionado tabelião, a pedido do Venerável D. Martim Mendes, Abade do mosteiro de Santo Tirso, redigi o citado instrumento em pública forma; e, em seguida, fiz este público instrumento; e, em testemunho de fé, lhe apus, ao fim, o meu sinal. Estiveram presentes Tomás Pires, capelão da referida igreja de Rebordões, Tomás Esteves, Domingos Fortes e Soeiro Mendes. Pedro, João e Mendo testemunhas ¹²⁶³ *.*

3.2. Compras do mosteiro

Um dos primeiros factos conhecidos uma compra que D. Martim Mendes e seu convento teria feito a João Garcia, soldado, e a sua mulher Estefânia Regeminge, do Casal da Lagea e da *vinha de Auvino*, com um *paradenario* junto da mesma, por 270 maravedis usuais e dois moios de milho por revora. Este contrato de compra e venda,

¹²⁶¹ Como disse, assim foi até 1882.

¹²⁶² Corresponde a 30 de Dezembro de 1283.

¹²⁶³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0191, ff. 270-271. Trad. portuguesa, parcialmente publicada em EN de Agosto Setembro de 1994, p. 11; e em JST, de 8 de Setembro de 1995, p. 3.

com data de 13 de Setembro de 1275, refere-se a propriedades sitas na paróquia de S. Tomé de Negrelos ¹²⁶⁴.

Do ano de 1280, a 18 de Fevereiro, uma compra que o dito Abade e seus monges fazem a João Anes, clérigo de S. Pedro de Ferreira, de uma herdade sita em *Fejô do Pego*, na freguesia de S. Miguel de Rebordosa, por 21 maravedis e dois búzeos ¹²⁶⁵ de milho por revora ¹²⁶⁶.

Já para os finais de 1281, no mês de Dezembro, novo contrato de compra e venda: *por 420 maravedis antigos de moeda portuguesa, com sua revora de cada maravedi*, Bento Tomé e sua mulher, Geraldo Egas e sua mulher, Pedro António, Pedro Amado e sua mulher, e outros trespassam o Casal do Barreiro, em Vila Nova dos Infantes, ao Abade de Santo Tirso, Martim Mendes, e seu convento ¹²⁶⁷.

3.3. Algumas doações a registar

Uma coisa que muito interessará aos anais da história da arte de Santo Tirso prende-se, talvez, com os chamados *dons ou morturas ou mortuárias*. Dona Maria Anes, da família patronal do mosteiro, deixara-lhe uma grande cruz de prata, cravejada de pedras preciosas. E, no convento, como padroeira que era, fôra enterrada. Requereu então a sua filha Dona Teresa – vaidades de mulher ! – ao Bispo do Porto, D. Vicente, que lhe concedesse autorização para, em sua vida, usar da dita cruz. Anuiu o Bispo do Porto que, logo – a 7 de Agosto de 1279 –, escreveu ao abade de Santo Tirso uma carta, para que lhe concedesse a dita joia por empréstimo, que à sua morte, Dona Teresa a devolveria ao mosteiro, com outras *utilidades* e donativos. Tranquilizava o Prelado portugalense os nossos monges: que a recuperariam, com acréscimo de bons juros... E que, da parte de D. Martim Gil, o principal dos padroeiros, nada haveria a recear, irmão que era da dita Dona Teresa ¹²⁶⁸.

3.4. Escambos

No *Índice de 1774*, registar-se-á um escambo: de um lado, o abade do Mosteiro de Santo Tirso, D. Martim Mendes e seu convento; do outro, D. Martinho Mendes, Mestre Escola do Porto e pároco da igreja de S. Paio de Guimarei. O primeiro deu duas leiras pequenas, sitas no lugar da Galeria, que pertenciam ao Casal de Real e que era do mosteiro. O segundo, o dito Mestre Escola e pároco de Guimarei, daria em troca ao convento de Santo Tirso uma leira, igualmente chamada da Galeria, mas que pertencia à igreja de Guimarei.

¹²⁶⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209. João Pedro Ribeiro hauriu do texto documental indicações mais sucintas e com variantes, no que respeita, de modo particular, ao nome da esposa do vendedor: *Stephania regmundi... vineam cum quodam paradenaris... vineam cum paretaris supradicto*. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 53, p. 175.

¹²⁶⁵ O búzio correspondia a dois alqueires e meio, ou seja, à volta de 36 quilogramas, no sistema decimal. Mas há variantes. E, no Minho, poderia equivaler a quatro alqueires: SOUSA, Manoel de Almeida e - *Appendice Diplomatico-Historico ao tractado do Direito Emphiteutico*, Lisboa, na Impressão Régia, 1814, pp. 217-218.

¹²⁶⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

¹²⁶⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

¹²⁶⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, ff. 272 v.- 273. João Pedro Ribeiro fez também um sumário deste documento. Só com uma diferença: a aquiescência do irmão não é facto que se suponha, mas condição que se exige: *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 55, p. 176. Sobre este elo da família da Maia, veja-se MATTOSO, José – *A família da Maia no sec. XIII*, em ACHLR, Santo Tirso, 1982, pp. 281-295.

Daria mais o abade de Santo Tirso ao segundo duas leiras que pertenciam ao dito Casal de Real, por um terreno que pertencia à igreja de S. Paio *que ia para a Ribeira*. O abade de Santo Tirso e seu convento deram ainda ao pároco de S. Paio de Guimarei outra leira que pertencia a um casal do dito convento, por uma leira que estava sobre a casa de Goncinha Mendes. Escambaram ainda outros bens: D. Martim Mendes deu um campo que estava no lugar da Lavandeira, em troca de um terreno que tinha dado Afonso Mendes à igreja de S. Paio.

Acrescentaria o autor do *Índice de 1774*, espantado – embora o não diga ! – pelo facto de que, ao contrário dos homens, haja bichos que devorem bibliotecas: *e como o pergaminho na era esta comido dos Ratos, não se sabe em que era foi feito; mas como o dito Abbade D. Martim Mendes o foi deste Mosteiro antes da era de Cesar de 1328 como se pode ver na gaveta dos testamentos no n.º antes da dita era foi feito o dito escambo*¹²⁶⁹.

3.5. A cobiça dos bens monásticos...

O convento tinha muitos bens. Quanto ao domínio fundiário, basta dizer que as inquirições de 1258 atribuem ao mosteiro, só na diocese do Porto, segundo a contagem aproximada que efectuámos, cerca de 540 casais, além de 9 igrejas inteiras e direitos parciais sobre quatro outras igrejas. A lista de igrejas do reino de 1320 atribui-lhe o rendimento anual de 8.000 libras, muito superior ao de outros mosteiros beneditinos do Norte, como Tibães, Rendufe, Pendorada, etc. Di-lo José Mattoso¹²⁷⁰.

E, ao longe, possuía também o nosso mosteiro propriedades de valor. Em Santarém, Lisboa... Daí a cobiça dos fidalgos, que não só... E nem a protecção cominatória dos Pontífices nem a ameaça das sanções da autoridade régia conseguiria refreá-la !

Ao seu tempo, o Abade D. Martim Mendes esforçar-se-á por manter a integridade dos bens monásticos e por levantar diques, face à iminência de incursões dos invejosos. Assim, na primeira parte de 1279, pediu o nosso prelado uma inquirição a Pedro Vicente, Juiz da Maia “sobre vários comestíveis que faltavam num herdamento” que pertencia a Santo Tirso, do que restará um documento de justificação, feito por Vicente Soares, tabelião da Maia, passado a 6 de Junho de 1273¹²⁷¹. Damos o extracto que João Pedro Ribeiro houve por bem retirar do mesmo documento:

*Judez da maya... soubi... haomens... mardomo... demandava ou herdamento... que era mal e força e rouba... enquisiçom... subre estas cousas... e ca nom deve adar senom estas a saber humizio rouso e merda en boca... e vidas tres vezes no ano convem a saber per natal pam vium e carne e per mayo pam e vium e huum frango ou dous e outra terça pam eleyte everças eovos e da freguesia de vovado dam per vida no tempo da carne antre quatro homens huua calaça de carne e do pam e da borua e no tempo dos frangos huum frango ou dous e no tempo de mel de mel e de leyte e dos hovers... mando que nua cousa sega demandada... mamua da trofa... fezerum e dixerum... este dia doge*¹²⁷².

Nós não vamos comentar, para agora, a importância etnográfica, linguística, arqueológica – a mamoa da Trofa - deste documento. Mas trata-se de um herdamento

¹²⁶⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 233-233 v.

¹²⁷⁰ MATTOSO, J. - *O Mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa*, em STBCC I (1977) 96-97.

¹²⁷¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 273.

¹²⁷² CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 54, pp. 175-176.

de Santo Tirso, sito na Trofa - *Vouvado* -, sujeito à cobiça de muitos. Pouco depois – mas já no tempo do sucessor de Martim Mendes ou Martim Anes, a 1 de Outubro de 1289 -, o Papa Nicolau IV vai colocar o mosteiro tirsense, com todos os seus bens, sob a protecção e tutela de Roma e de S. Pedro¹²⁷³. Contudo, nem desta forma cessariam de vez as cobiças de alguma gente: nem as dos poderosos, nem as do vulgo...

11. D. DOMINGOS MENDES (1284-1288...)

1. Marcos de uma cronologia

A D. Martim Anes ou Martim Mendes sucederá D. Domingos Mendes, já desde 1284, e não a partir de 1286, como o insinuará o Dr. António Augusto Pires de Lima¹²⁷⁴. O que também fará a *Benedictina Lusitana*¹²⁷⁵. Aliás, a doação do Conde D. Gonçalo Pereira, sobre bens que possuía no Bispado de Lamego, a favor de Santo Tirso, far-se-ia apenas no abaciado deste, D. Domingos Mendes – concretamente, a 22 de Agosto de 1284 -, e não no daquele que o houvera precedido, o abade D. Martim Mendes, como o dizem os citados autores. De resto, a sucessão deverá ter sido pelo meio de 1284, por entre Junho e Agosto.

A sua prelazia não seria longa. Em Outubro de 1287, ainda será D. Domingos Mendes abade de Santo Tirso. Julgo que ainda em 1288, na medida em que o abade seguinte, D. Martim Pires, ainda nesta data, nos aparece como simples monge. Mas já o não era em 1289, como se verá.

Da comunidade conventual será Prior, nesta altura, Estêvão Esteves¹²⁷⁶.

2. A doação de D. Gonçalo Pereira

A 22 de Agosto de 1284, D. Gonçalo Pereira manda a Rui Portela e Juízes de Gosende e Canadelo que dêem posse ao Abade de Santo Tirso da terça de todo o herdamento que tinha, o quinhão de D. Fernando.

Além da carta, a tomada de posse do quinhão, chamado do *Campo Benfeito*. Situa-se – diz o autor do *Índice de 1774* – no Bispado de Lamego, na freguesia de S. Pedro de Muro, que, antigamente, diz o cartorário, se chamava de *S. Pedro de Mouros*.

Acrescenta que o Abade de Santo Tirso, na ocasião, era *D. Domingos Mendes*¹²⁷⁷.

3. Os Coutos de Vila Nova das Infantas e de Golães

A 3 de Janeiro de 1286, quando era abade D. Domingos Mendes e Prior do convento Estêvão Esteves, pedem ambos um treslado da compra de Vila Nova dos Infantes e

¹²⁷³ Cf. PLCT, n. 62, em JST de 30 de Junho de 1995, p. 8.

¹²⁷⁴ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, pp. 51-52.

¹²⁷⁵ Vol. II, pp. 33-34.

¹²⁷⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 208.

¹²⁷⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 273-273 v.. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 60, p. 177.

Golães – couto e padroado -, que el-rei D. Sancho teria feito a Dona Urraca Sanches e a seu irmão Martim Sanches ¹²⁷⁸.

Faria a cópia o tabelião de Aguiar de Sousa Estêvão João ¹²⁷⁹.

4. O domínio fundiário do mosteiro

De 25 de Outubro de 1287 data uma composição entre o reitor de Unhão, Pedro Pires, e o Abade de Santo Tirso, D. Domingos Mendes, a respeito de várias terras sitas nesta freguesia e nas de Sanfins do Torno e de Rande ¹²⁸⁰.

5. O padroado do mosteiro de Santo Tirso

Apesar de um governo cronologicamente restrito, de D. Domingos Mendes ficarão lembranças fundas, especialmente a propósito do padroado da nossa casa beneditina. Três documentos de certa envergadura: a jurisdição eclesiástica de Lavra, a composição com o Bispo do Porto, D. Vicente, a Bula do Papa Nicolau IV.

Ponto por ponto, desenvolvamos estes temas.

5.1. O padroado de Lavra

Da sua doação e compra já se falou ¹²⁸¹. Mas, em 22 de Outubro de 1286, procedeu-se a um escambo entre o Abade, D. Domingos Mendes, e seus monges, de um lado, e Gonçalo Pedro, de outro: que, em lugar dos direitos que Santo Tirso costumava receber desta igreja de Lavra, colheria antes, para simplificação, *48 teigas de trigo, por ano*. O aleatório por uma renda certa e sabida. O equivalente a 92 alqueires seriam as 48 teigas, informa o *Índice de 1774*, dado que convém reter, para o conhecimento exacto dos pesos e medidas na região, atendendo às variantes e flutuações geográficas e cronológicas a este respeito, na mesma zona, e até, na mesma área, de casa para casa.

Vai o documento:

Em nome de Deus, Amen. Saibam quantos virem o presente texto que eu, Gonçalo Pires, abade da igreja de Lavra, da diocese do Porto, por minha boa, livre e espontânea vontade, faço uma carta de escambo, para firmeza perpétua, com o Abade D. Domingos Mendes e convento do mosteiro de Santo Tirso, de todos os direitos que vós da dita igreja tendes o costume de receber e dar-vos-ei, em troca, quarenta e oito teigas de trigo. E que esta carta valha em toda a sua firmeza. Se alguém for contra este tratado, quer da minha parte, quer doutra parte (...), pague o dobro e mais oito soldos, e ao advogado daquele outro tanto. Além do mais, tenha a maldição de Deus Pai todo poderoso, em todo o sempre e pelos séculos dos séculos, Amen (...).

Feito este acordo no mosteiro de Santo Tirso, a 22 de Outubro de 1286, na presença de Domingos Mendes, juiz do Couto Geraldo Pires, Domingos Pires, Martim Pais (...). E eu, Estêvão Anes, público tabelião do Senhor Rei na Terra de Aguiar de Sousa e de

¹²⁷⁸ Vejam-se os dados biográficos dos abaciados de D. Silvestre (1225-1232 ?) e de D. Fernão Pires (1240-1260).

¹²⁷⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 143. 154 v.

¹²⁸⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 247-248.

¹²⁸¹ Em 1199. Cf. art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. D. Mendo Peres (1178-1224)*, em JST de 10 de Março de 1995. Leia-se o que já antes disse deste prelado, na secção que lhe reservamos no abadológico.

Refojos, a pedido de ambas as partes, escrevi por minhas mãos esta carta e lhe apus o meu sinal, em testemunho de verdade ¹²⁸².

5.2. A composição entre o mosteiro de Santo Tirso e o bispo do Porto

Pouco depois – um ano, nem tanto – apertar-se-iam os laços entre a igreja de Lavra e Santo Tirso: igreja agora *unida* ao convento. Integrava-se num acordo mais vasto entre o nosso mosteiro e o Bispo do Porto.

De 8 de Fevereiro de 1287, o tratado. O Abade de Santo Tirso daria ao prelado da igreja portugalense os direitos de padroado de S. Martinho de Bougado, de S. Vicente de Alfena (antigamente, achamada de S. *Vicente de Queimadela*) e de S. Martinho de Guilhabréu. Em troca, o Bispo do Porto concederia que certas paróquias – já da apresentação do mosteiro, como S. Lourenço de Asmes (Ermesinde), Folgosa, Santa Maria de Vilar, S. Martinho de Covelas, Santa Cristina do Couto e S. Salvador de Lavra, a que agora mesmo nos referimos – lhe ficassem *unidas*, desde esta data. Ou seja:

1. Para estas igrejas, o mosteiro apresentaria, como párocos, monges ou clérigos amovíveis *ad nutum*;
2. Que os seus réditos fossem para os cofres do mosteiro, restando tão só uma cóngrua em proveito do cura;
3. Que o contrato seria permanente. Mas, se desfeito fosse, as três freguesias, cujo padroado o mosteiro cedera ao bispo, voltariam à apresentação do nosso convento ¹²⁸³.

Assim, Lavra era, pois, da apresentação – pelo menos, parcial - do nosso mosteiro. Desde 23 de Março de 1098 e, depois, desde 1 de Dezembro de 1199. Agora, a 8 de Fevereiro de 1287, vincula-se ainda mais ao convento da nossa cidade: ficar-lhe-á *unida*. O abade originário, tanto de Lavra como daquelas outras do mesmo estatuto, será o abade do mosteiro, que exercerá as suas funções em Lavra, através de um cura – religioso ou secular -, *amovível ad nutum*. Dízimos, primícias, oblações reverterão a favor do mosteiro de Santo Tirso, que dará ao cura de Lavra apenas e tão só uma cóngrua, para a sua honesta sustentação. E foi assim que se acordou, neste tratado entre o mosteiro e o Bispo D. Vicente.

Para complemento destas achegas – e antes que passemos à transcrição dos termos do acordo – umas notas complementares. O padroado dos nossos monges era alargado. Ilusório seria, se do escambo de 8 de Fevereiro quiséssemos auferir um mapa completo da administração eclesiástica de Santo Tirso sobre as igrejas dependentes. Havia mais, para além daquelas que se mencionaram no dito acto de 8 de Fevereiro. É que só se debruçaram os intervenientes sobre algumas delas, cujo estatuto se vai reformular: umas, porque mudarão de padroeiro; outras, porque, embora na posse continuada do mesmo titular – Santo Tirso – se verão, porém, re-estruturadas por linhas que configurariam um novo tipo de relacionamento jurisdicional com o padroeiro de trás.

Mas haveria mais paróquias da apresentação de Santo Tirso, que se mantiveram sem qualquer alteração. E destas não se falou, como é bom de ver. Nem, por outro lado e

¹²⁸² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff.300 v.–301. Sumariado em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 247-248.

¹²⁸³ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n 64, pp. 178-179 (sumário).

sobre várias mais, nada se poderia resolver. Porque Santo Tirso era também padroeiro de outras igrejas na diocese de Braga. E sobre elas caberia ao metropolitano um papel de decisão.

Vai, agora, o texto do acordo:

5.2.1. As contrapartidas da igreja portugalense em prol de Santo Tirso

Em nome de Cristo, Amen. Saibam quantos virem este documento que nós, Vicente, bispo por graça de Deus, e Cabido Portucalense, considerando os serviços que a nossa igreja recebeu até agora do mosteiro de Santo Tirso, da Ordem de S. Bento e da nossa diocese, e os favores que esperamos vir a receber para o futuro; querendo conceder uma graça especial em favor do mesmo mosteiro, ao abade e seu convento que o forem no curso dos tempos, por esta carta concedemos “in perpetuum” que, o mais rápido possível, logo que vagarem, seja permitido ao abade e convento referidos apresentar ao Bispo do Porto que o for, na altura, monges idóneos do seu mosteiro, se o quiserem, ou, pelo menos, sacerdotes idóneos para as igrejas de S. Salvador de Lavra, S. Lourenço junto do Castelo da Maia, Santa Maria de Vilar, S. Salvador de Folgosa, S. Martinho de Covelas, na Terra da Maia, e de Santa Cristina do Couto, no couto do mesmo mosteiro, cujo direito de padroado já pertence “in solidum” ao dito mosteiro.

E o mesmo Bispo se compromete a confirmar nas citadas igrejas os monges ou sacerdotes, como reitores, sem qualquer objecção. Estes, antes da confirmação episcopal, prestarão, pessoalmente, aos santos evangelhos, o juramento de que fiel e inviolavelmente irão observar esta composição e de que, por si ou por outrem, a não irão infringir ou algo fazer contra ela. Depois deste juramento, àquele que do bispo que, na altura, presidir recebe a confirmação, lhe conceda, no foro espiritual, a cura de almas do seu povo. E este se comprometa na observância e no cumprimento de todos e de cada um dos direitos que a Igreja do Porto até aqui teve nas mesmas, isto é, que paguem os censos¹²⁸⁴, ceras¹²⁸⁵, morturas¹²⁸⁶, legados, os dízimos das searas¹²⁸⁷, e os dons ou ltuosas dos prelados defuntos¹²⁸⁸, que venham aos sínodos gerais e particulares ou especiais, sempre e quando forem convocados pelo Bispo, seus Vigários ou Vigário, arcadiagos dessa terra; que aceitem, guardem e observem as decisões do Bispo e seus vigários e arcadiagos, no curso dos tempos, conforme até aqui se fez. Que as procurações¹²⁸⁹, proporcionalmente devidas ao Bispo, em razão das visitas se paguem, conforme até aqui o fizeram; que, nas coisas lícitas e honestas, sejam obedientes à igreja do Porto, como os outros prelados da Terra da Maia. Prestarão pessoalmente o juramento. Os frutos, porém, os rendimentos e proventos das sobreditas igrejas ficarão ao dispor do abade, que, na altura, o for. Sempre e todas as vezes que o julgar oportuno, poderá o abade remover, retirar dessas igrejas os monges ou sacerdotes investidos nas referidas igrejas. E, depois da remoção e despedida dos

¹²⁸⁴ Imposto pago, anualmente, pela paróquia à catedral.

¹²⁸⁵ O mesmo que *catedrático*. Era uma pensão anual que se pagava ao Bispo como prova de sujeição e de honra à cátedra episcopal. Veio a chamar-se *cera*, talvez por ser pago nesta espécie, tão indispensável se tornava para os ofícios divinos.

¹²⁸⁶ Legados pios para sufrágios, obras de piedade e de assistência. A Mitra tinha direito de receber uma parte das mortuárias legadas às igrejas e mosteiros. Geralmente, de um terço.

¹²⁸⁷ A décima parte dos rendimentos das searas ou herdades da igreja (do passal).

¹²⁸⁸ Dom ou ltuosa são as mortuárias dos cavaleiros, nobres. Aqui dos clérigos. Consistia em pagar à Mitra a melhor joia que se encontrasse na igreja, à morte do beneficiado.

¹²⁸⁹ São as despesas com a aposentação do Bispo e comitiva na paróquia, se bem que, às vezes, especifique uma contribuição fixa e independente da visita.

mesmos, poderá apresentar outros idóneos que observem e façam cumprir todas e cada uma das coisas que acima se mencionaram.

5.2.2. As contrapartidas do mosteiro em prol do bispo

Também nós, os mencionados abade e convento do mosteiro de Santo Tirso, tendo em linha de conta a honra que nos foi tributada, mais as vantagens que nos advieram, a nós e ao nosso mosteiro, das dádivas e concessões que nos foram feitas a nós e ao nosso mosteiro, pelo Bispo e cabido referidos, lhes concedemos e doamos, para sempre, a eles e à igreja do Porto, o direito de padroado nas igrejas de S. Martinho de Guilhabréu, S. Vicente de Queimadela e S. Martinho de Bougado, situadas na Terra da Maia, com os serviços, censos e colheitas ¹²⁹⁰, que nós, até agora, recebíamos e costumávamos auferir, anualmente, dessas igrejas. Ordenamos, queremos e obrigamos-nos a manter este acordo entre as partes. E prometemos sinceramente que, se em qualquer caso, se infringir esta composição ou for neutralizada ou, de qualquer modo, se impeça o seu cumprimento, que o dito mosteiro recupere, sem qualquer diminuição, nas igrejas mencionadas aquele direito que agora possui, tanto o de apresentar, quanto o que se refere aos direitos que, nas mesmas igrejas, habitualmente recebia e tinha.

5.2.3. Os compromissos de ambas as partes

E nós, bispo e cabido, e abade e convento mencionados, nos obrigamos mutuamente, bem como as nossas igrejas e os nossos sucessores a observar fiel e inviolavelmente a referida composição ou doação, segundo a nossa consciência e a nossa possibilidade.

E para que fielmente se observem todas e cada uma destas coisas que, neste documento, se contêm, como testemunho duradouro, mandamos fazer duas cartas, partidas pelo alfabeto: uma, para ficar na nossa posse, Bispo e cabido, e sancionada com os selos do Abade e convento; e outra, com os selos do bispo e cabido, que deverá ficar na posse dos referidos Abade e convento.

5.2.4. Testemunhas e confirmação notarial

Este acordo fez-se na Cidade do Porto, a 6 dos Idos de Fevereiro ¹²⁹¹ da era de 1325 ¹²⁹². Presentes que foram os excelentíssimos senhores D. Vicente Domingues, chantre, D. Pedro Julião, Tesoureiro, D. Abril Peres, Mestre Domingues, D. Estêvão Domingues, D. Pedro Fernandes, cónegos portucalenses, Martinho Pires, monge do dito mosteiro, e muitos outros clérigos e leigos.

E eu, Martinho Soares, notário público na Cúria e Cidade do Venerável (...) D. Vicente, bispo do Porto, convocado e a pedido de todos e de cada um, estive presente, e por ordem e autoridade do senhor Bispo e cabido mencionados e a instância dos referidos abade e convento, escrevi, pelo meu punho, esta doação e composição e a redigi em pública forma. E fiz duas cartas divididas pelo alfabeto, como acima dito ficou. E, para maior prova, lhe apus este meu sinal que tal é, como testemunho de tudo quanto nelas se contém ¹²⁹³.

¹²⁹⁰ Colheita pode ser o mesmo que dádiva: oferta, originariamente voluntária – donde o nome -, que, depois, passou a anual e obrigatória. Veio a confundir-se também com o jantar ou procuração.

¹²⁹¹ Isto é, 8 de Fevereiro.

¹²⁹² Corresponde a 1287, na era de Cristo.

¹²⁹³ CCSP, pp. 71-73. Sumário: ib. pp. 343-344; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro* doc. n. 64, pp. 178-179.

5.3. Uma perturbação no estatuto canónico de Lavra

Pela compra de 1199, a igreja de Lavra passou para as mãos do mosteiro de Santo Tirso. Pelo gesto de 1286, os direitos de Santo Tirso compendiar-se-iam na soma de 48 teigas de trigo. Pelo acordo entre o Bispo do Porto e o mosteiro tirsense, com data de 1287, Lavra tornar-se-á *igreja unida* aos monges bentos da nossa terra. Mas houve quem impugnasse este último estatuto – com as suas consequências – da dita paróquia: Mem Rodrigues, que, por sentença de 15 de Abril de 1287, foi obrigado a reconhecer, em tribunal diocesano, a plenitude dos direitos, conforme a sua definição neste último tratado entre beneditinos e a Cúria diocesana do Porto.

Assim se decidiu:

Em nome de Deus, Amen. Saibam todos os que virem este documento que, tendo Mem Rodrigues impugnado o mosteiro de Santo Tirso, no tribunal do Reverendo Padre D. Vicente, Bispo do Porto, sobre o direito de padroado da igreja de S. Salvador da Lavra, na Terra da Maia, diocese do Porto, pondo a mão na consciência e reconhecendo a verdade, na presença do dito Bispo, em sessão do tribunal, e de mim, Francisco André, público tabelião da Cidade do Porto, e das testemunhas abaixo mencionadas, reconheceu e confessou que ele não tem nenhum direito de padroado na referida igreja, afirmando que todo o direito de padroado da dita igreja pertence plena e inteiramente ao já referido convento de Santo Tirso. E prometeu por si e pelos seus sucessores que nunca mais importunaria esse mosteiro, por causa do direito de padroado dessa mesma igreja.

Realizar-se-ia este acto (...) a 15 de Abril de 1287, na presença das testemunhas Mestre Domingos, Arcediago de Vermoim, na igreja bracarense, D. Abril Peres, D. Miguel Pires, cônegos do Porto, e Pedro Pires, Tabelião da mesma cidade.

E eu, Francisco André, mencionado tabelião, a pedido do referido Domingos Mendes, redigi este instrumento e, em testemunho de verdade, lhe apus o meu sinal que tal é.

E, para maior prova, eu, Pedro Pires, testemunha, e tabelião na mesma cidade, estive a tudo presente, a pedido do dito D. Mendo; e, a seu pedido, o assinei com a minha própria mão, e em testemunho de verdade lhe apus este meu sinal¹²⁹⁴.

5.4. A Bula de Nicolau IV e as igrejas da apresentação de Santo Tirso

5.4.1. Uma introdução ao problema

Este Papa, que era religioso do hábito de S. Francisco e o sucessor de S. Boaventura no generalato dos Frades Menores, foi o primeiro Papa franciscano. Exerceu a sua missão de chefe supremo de toda a Igreja, desde 22 de Fevereiro de 1288 a 4 de Abril de 1292.

¹²⁹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 304 v.-305 v. Sumário: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 92. Anotação do Índice de 1774, a respeito da execução desta sentença do tribunal diocesano do Porto: *Hum Instrumento authenticico de Confissão, que fez Mendo Rodrigues a 17 de mayo da era de Cesar 1325 em juízo perante D. Vicente Bispo do Porto de como não tinha direito algum ao Padroado da Igreja de lavra; porque todo in solidum era deste Mosteiro, e que prometia não o vexar sobre este particular por conhecer a verdade, pela cronologia dos annos era então Abbade deste Mosteiro D. Domingos Mendes.*

Ora, eu não sei se a prelatura de D. Domingos Mendes se prolongaria pelo interior do pontificado de Nicolau IV. Só sei que D. Domingos Mendes ainda era abade de Santo Tirso em 1287. Por um lado. Mas, por outro, a Bula do Pontífice Romano dirigida *aos dilectos filhos abade do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave e seus monges*, datada de Rieti, no dia 1 de Outubro de 1289, remeterá para uma situação oriunda do tempo de D. Domingos Mendes, na medida em que se supõem do padroado de Santo Tirso igrejas que este prelado, pelo escambo de 1287, cedera já ao Bispo do Porto (S. Martinho de Bougado, S. Vicente de Alfena ou S. Vicente de Queimadela...).

Reagindo contra certos fidalgos que vexavam o mosteiro, sobretudo no que respeitaria às suas propriedades – a quem o papa acusa de maus homens – e contra o Bispo do Porto que excomungava – ou ameaçava fazê-lo ! – alguns monges do mosteiro, o abade de Santo Tirso, Mendo II, obteve da Santa Sé duas Bulas de protecção. Uma de Inocêncio III, com data de 1216, ao décimo nono ano do seu pontificado ¹²⁹⁵ Lembremos uma outra de Honório III, com data de 1217, o que equivalerá ao segundo ano da sua missão como chefe da Igreja universal ¹²⁹⁶.

Em 1289, alcançaria o mosteiro de Santo Tirso uma nova Bula de protecção. Agora do Papa Nicolau IV. Muito explícito e pormenorizado este documento papal:

1. Refere as igrejas e bens que o mosteiro possuía, nesta altura;
2. Toma-os a Santa Sé debaixo da sua protecção;
3. Alude à cobiça dos grandes sobre os bens do convento de Santo Tirso: de como cavaleiros, escudeiros, e homens poderosos vexavam a casa monástica e usurpavam os seus bens;
4. Lança a pena de excomunhão contra o leigo ou eclesiástico que infrinja as normas de protecção a favor desta casa de Santo Tirso.

5.4.2. O texto da Bula

Vamos ao começo da Bula que traduzimos do latim. Só a parte inicial e pouco mais, pelo interesse respeitante, de forma particular, às igrejas do padroado de Santo Tirso, na segunda metade do sec. XIII:

Nicolau, Bispo, servo dos servos de Deus, aos dilectos filhos Abade do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, aos seus frades professos, presentes e futuros. Aos que escolhem, para sempre, a vida religiosa tornar-se-á necessário uma protecção apostólica, para que nenhuma temerária coacção os afaste de seu propósito, ou debilite a força da sua santa religião.

Por isso, anuindo pressuroso às súplicas que muito justamente nos fizestes, vós que sois nossos filhos dilectos, tomamos, sob a protecção de S. Pedro e também sob a nossa protecção, o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da diocese do Porto, onde vos entregastes ao serviço de Deus, e corroboramos com privilégios o texto desta Bula, determinando (...) que todas as propriedades e todos os bens que o mosteiro possui ao presente ou venha legitimamente a possuir para o futuro – por concessão dos Papas, pela benevolência dos reis ou príncipes, ou doação dos fiéis - os mantenhais, vós e os vossos sucessores, de modo firme e garantido.

¹²⁹⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170.

¹²⁹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170 v. Note-se que, logo depois, Honório III se veria obrigado a esclarecer qual o sentido da protecção apostólica de que gozava o mosteiro de Santo Tirso. Face, talvez, a dúvidas levantadas pelo Bispo do Porto. Cf. CCSP, pp. 13-14.

Entre eles, enumeramos expressamente os bens que o mosteiro, ao presente, possui, com todas as suas pertenças:

A igreja de Vila Nova dos Infantes, com o seu couto e as suas pertenças;
A igreja de Golães e a granja, com todas as suas pertenças;
A Igreja de Silves, com todas as suas pertenças;
As propriedades que o mosteiro possui no território de Ferreira;
A igreja de Frazão, com todas as suas pertenças;
A igreja de S. Vicente de Queimadela, com todas as suas pertenças;
A igreja de S. Lourenço da Maia, com todas as suas pertenças;
A igreja de Santa Maria de Vilar, com todas as suas pertenças;
A igreja de Lavra, com todas as suas pertenças;
As propriedades que o mosteiro possui na vila do Coronado;
A quintã da Tegoneira, que o mosteiro aí possui;
A igreja que o mosteiro possui em Bougado, com todas as suas pertenças;
A igreja de Covelas, com todas as suas pertenças;
A granja de Vila Boa, com todas as suas pertenças;
As propriedades que o mosteiro possui no termo de Refojos;
As propriedades que o mosteiro possui no termo da Maia;
A granja que o mosteiro possui em Bouças, com todas as suas pertenças;
A granja de Catapeixe, com todas as suas pertenças.

*E todas as outras propriedades, terras, rendimentos e direitos que tendes nas dioceses de Braga, Porto e Lamego, com terras, prados, vinhas, bosques (...), pastagens, em montes e planos, águas e moinhos, estradas e caminhos, nas povoações e montados (...)*¹²⁹⁷.

12. D. MARTIM PIRES (...1289-1329)

1. Sicut novellae olivarum...

Foi uma longa prelazia a do Abade D. Martim Pires, que mandou erguer o terceiro convento de Santo Tirso – igreja e claustro -, de tão forte impressão, como confessaram

¹²⁹⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 1 v.- 5. *Sumário de 1774: Bulla do Santissimo Padre Nicolau 4.º (...) nas Kalendas de Outubro do anno de Christo de 1289 (...), pela qual concedeo a este Mosteiro possuir as Igrejas, e bens que lhe tinham dado os benfeitores, e desem para o futuro: nella refere as Igrejas, e bens que tinha o Mosteiro, e que os tomava debaixo da protecção da Se Apostolica, concedendo-lhe varios Privilegios, que se pode ver na dita Bulla. E como os cavaleiros, Escudeiros, e homens poderosos vexarão este Mosteiro, e os mais do Reyno usurpando-lhe os seus bens, mandou que ninguem lhos tomase, e que toda a pessoa Ecclesiastica, ou Secular, que obrase contra a dita Bulla incorresse na pena de Excomunhão:* PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 170 v. – 171.

É um traslado da própria Bula em pergaminho – de que, por muito deteriorado, se pediu uma cópia, antes que de todo se arruinasse ! –, feito por Amaro Pinto da Costa, tabelão do público judicial e Notas, no concelho de Refojos de Riba d’Ave e seus coutos e honras, a 20 de Maio de 1767. Aqui demos apenas dois extractos desta Bula pontifícia.

Pela importância do documento, mandou trasladá-lo, por exemplo, o abade comendatário Fernão Lopes do Carvalhal, a 21 de Junho de 1463. Depois, o copiou – ou mandou trasladá-lo, igualmente – D. Frei Alexandre de S. Tomás, a 20 de Maio de 1767 –, esta cópia de que nos servimos, para tradução parcial. Também mandaria fazer cópia autêntica da jurisdição tirsense, no couto de S. João da Foz. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 41-42.

Frei Leão de S. Tomás, num dístico elegíaco em honra do orago do mosteiro ¹²⁹⁸, e João de Barros, na sua *Geografia* ¹²⁹⁹.

São sem número os documentos do cartório de Santo Tirso que brotam do chão fecundo do abaciado de Martim Pires. Muitas as doações que receberia e cujos rendimentos se iriam aplicar, com certeza, na edificação do nosso mosteiro. Só diz – e muito ! – do vigor e da pujança desta casa e da cotação superior da figura de seu prelado, de forma muito especial junto da fidalguia de então, de cujo sangue partilhava...

Há um Martim Pires, *monge de Santo Tirso*, que, em 1274, recebe do sobrinho, Pedro Durando, uma dotação de vários bens sítos em S. Pedro de Ferreira, S. Salvador de Freamunde e S. João de Eiriz ¹³⁰⁰. Outras doações ao mesmo monge se registam por entre 1283 e 1288 ¹³⁰¹. Há ainda um Martim Pires, monge de Santo Tirso, que foi testemunha no contrato entre o nosso mosteiro e o Bispo do Porto, D. Vicente, no acto de 8 de Fevereiro de 1287, sobre questões do padroado. É possível seja o futuro Abade de Santo Tirso.

Ao tempo de D. Martim Pires, temos conhecimento de um monge do mosteiro, de nome Estêvão Martins, talvez notário, a quem Beatriz Martins – filha de Martim Vasques da Cunha e de Dona Joana Rodrigues de Nomães – pede, a 2 de Abril de 1347, que meta de posse do seu quinhão na igreja de Silva Escura o abade de Santo Tirso ¹³⁰².

Seria franco e generoso. Aliás, o dirá o arcebispo, a propósito da graça da união de Vila Nova dos Infantes e de Golães que aos nossos monges lhes concederá. Também das autoridades civis virá demonstração da mesma virtude. O cartório dá conta deste reconhecimento:

Hum instrumento feito em Gumaraens a 3 de Julho da era de Cesar de 1365 por Thome Affonso Tabelião da dita Villa: Do qual consta, que Domingos Longo juiz da dita Villa fora por mandado do Concelho da mesma dizer ao D. Abbade de S. Tyrso, que nesse tempo era D. Martim Pires, que todo o bem que o dito D. Abbade fizera ao dito Concelho fora por sua bondade, e livre vontade, e não por obrigação, foro, e costume, e para que não servisse de prejuizo davão e passavão este instrumento, para servir de titulo em todo o tempo ¹³⁰³

2. A cronologia de seus abaciado

O termo *a quo* da sua prelazia pode recuar a 1289, finais, pelo menos. Ao tempo de D. Álvaro Martins (1264-1274), D. Gil Martins e seu filho, D. Martim Gil, fizeram um contrato com o abade de Santo Tirso e seu convento, para que se cantasse, cada dia,

¹²⁹⁸ *Benedictina Lusitana*, vol. II, f. 47: *Toledo deu-te a vida, a Grécia a palma rutilante do martírio. As margens do Ave, porém, ó Santo Tirso, dão-te uma bela casa.*

Aqui, pode haver uma série de erros. Nem Santo Tirso nascera em Toledo, nem sofreria o martírio na Grécia, propriamente dita. Pelo menos, em relação aos termos em que o problema hoje se porá. Mas isto bem o sabia Frei Leão de S. Tomás: que o convento de Santo Tirso era belo ! Aqui professara e aqui vivera, quando ainda estava de pé o mosteiro trecentista...

¹²⁹⁹ *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, 1919, p. 45. João de Barros, o autor desta Geografia, é do sec. XVI, distinto, embora homónimo, do autor das *Décadas*. Aquele fala também da beleza e elegância da igreja do mosteiro, a anterior à actual, e que ele mesmo, em pessoa, visitara.

¹³⁰⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 179-179 v.

¹³⁰¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 179 v. e 180.

¹³⁰² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, f. 143.

¹³⁰³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 280.

uma missa pela alma de Dona Maria e de D. Gil e de D. Marcião, para o que teriam dado ao mosteiro três casais em Novelas, freguesia de Bustelo, e 100 maravedis velhos em dinheiro.

Àquele abade se seguiria D. Martim Mendes ou Martim Anes. Depois, tomaria conta do mosteiro D. Domingos Mendes. E ambos se recusavam a obedecer aos ajustes que o dito Abade D. Álvaro assumira. Pois, D. Martim Pires e seu convento houveram por bem revalidar o dito contrato, com o dito D. Marcião, a 6 das Calendas de Janeiro, na era de César de 1327¹³⁰⁴. E D. Martim Pires, *abade de Santo Tirso*, aplicaria os 100 maravedis num casal de sua mesa, sito em S. Vicente de Queimadela.

Esta nota foi extraída do *Índice de 1774*, que nos elucida: este legado não se satisfaz. O porquê não se sabe. Talvez se suprimisse ao tempo dos Comendatários, porque os três casais de Novelas já os não tem nem possui o mosteiro¹³⁰⁵.

Em 1329, a meio do ano, ainda era abade de Santo Tirso, D. Martim Pires. Como padroeiro de Silva Escura, apresentaria para esta igreja um João Durão. Como o padroado desta igreja ainda se encontrava repartido por fracções, mais quatro foram propostos. E o Vigário Geral do Porto escolheria um deles que não foi, porém, o indigitado pelo abade do mosteiro tirsense.

Nesta circunstância, acompanhava-se D. Martim Pires de uma guarda-costas: um tal *Pelagius Goncalui*, que se diz *armiger* do Abade de Santo Tirso, na doação da dita Dona Beatriz Martins. Para governo da comunidade conventual, exercia as funções de Prior João Pires¹³⁰⁶. A 10 de Junho de 1329, há uma apelação jurídica que interpôs D. Martim Pires para o Sumo Pontífice contra o Vigário Geral do Porto por lhe querer taxar as censórias das Igrejas pertencentes ao seu Mosteiro contra o costume em que estava¹³⁰⁷.

Em Julho ainda era vivo e prelado do mosteiro. Segundo as inquirições de D. Afonso II, o nosso mosteiro tinha quatro casais em S. Pero Fins da Maia, que depois se chamará S. Félix do Coronado. Destas propriedades, e para o caso de que tratamos, interessa a Quinta de Leandre. Pois, há um instrumento feito em Julho de 1329, passado por Gonçalo Martins, tabelião da Maia, que dá conta de uma apegção e medição desta unidade agrícola, que se fariam a instâncias do Abade de Santo Tirso, que, nessa altura – dirá o *Índice de 1774* - era D. Martim Pires¹³⁰⁸.

3. O padroado do convento

Um aumento das receitas conventuais obter-se-á, ora com a modificação do estatuto canónico de algumas igrejas da apresentação dos nossos monges; ora com a doação de algumas outras; ora com a redução de um padroado bipartido ao sistema de um padroado *in solidum*.

¹³⁰⁴ Ou seja, a 27 de Dezembro de 1289.

¹³⁰⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 193 v.-194.

¹³⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 195.

¹³⁰⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 281.

¹³⁰⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 280 v. – dirá o *Índice de 1774*.

3.1. Do padroado à união

Por sentença de 28 de Julho de 1309, alcançaria o abade D. Martim Pires do arcebispo de Braga, D. Martinho ¹³⁰⁹, a *união* de Vila Nova dos Infantes e Golães, igrejas que eram já, *in solidum*, do padroado de Santo Tirso.

Recorde-se que Vila Nova dos Infantes e Golães vieram parar às mãos do mosteiro – couto e padroado – por venda de Martim Sanches (1226) e de Urraca Sanches (1245). Agora foi a vez do padroado sofrer maior vinculamento, pela *união* das duas igrejas ao mosteiro de Santo Tirso.

Razões de carácter litúrgico, assistencial e compensatório ditavam o requerimento e motivaram a concessão. Assim, com os frutos das ditas igrejas – justificava-se -, poder-se-iam no mosteiro:

1. Continuar os *louvores divinos*, tão solenizados pela devoção e piedade dos monges;
2. Socorrer, com esmolas, os *peregrinos e necessitados*;
3. Repor os danos causados pelas muitas vexações dos poderosos ¹³¹⁰.

A respeito desta última motivação, diga-se que o facto era mui corrente: os bens conventuais despertavam a cobiça de todos, especialmente dos fidalgos. Apesar da protecção dos monarcas de que se guarnecia a casa religiosa. E não obstante a espada de querubim flamejante de penas e excomunições, com que os Papas pretendiam vedar as incursões dos mal intencionados pelas portas e cercas do mosteiro ¹³¹¹. Como exemplo, talvez ainda este nosso abade, D. Martim Pires, tenha sofrido bastante com a insolência e com a ambição do fidalgo Martim Lourenço da Cunha.

3.2. A doação da igreja de Silva Escura (1305-1309)

Das inquirições de D. Afonso III (1258) colher-se-ia a informação de que o padroeiro de Silva Escura era Dona Maior Soares e seus filhos ¹³¹². Antes de 1305, era-o já o fidalgo Martim Vasques da Cunha e sua esposa Dona Joana Rodrigues de Nomães. Os seus bens – entre eles o padroado desta igreja – foram então (1305) repartidos pelos filhos e genros:

1. Gonçalo Fernandes Charinho e sua mulher Teresa Martins;
2. Vasco Martins da Cunha e sua mulher Senhorinha Fernandes;
3. Fernão Martins da Teixeira e sua mulher Dona Beatriz Martins;
4. Rui Martins de Nomães, casado com Senhorinha Rodrigues.

Ora o padroado de Silva Escura veio a cair nas mãos de Santo Tirso – senão no todo, ao menos em parte – em duas ocasiões: em 1305, por escambo celebrado entre o

¹³⁰⁹ D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga, de 1295 a 1313.

¹³¹⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 144. 155 v. Cf. ADB, armário A, maço 20, doc. n. 1. Veja-se ainda ABADE DE TAGILDE, em VMH, p. 264, nota 1.

¹³¹¹ Já vimos: Bulas de Inocêncio III, em 1217 (PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, f. 170), Honório III, em 1218 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170 v.) e de Nicolau IV, em 1 de Outubro de 1289 (PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, ff. 170 v.-171).

¹³¹² PMH, *Inquisitiones*, p. 497.

mosteiro, de uma parte, e Rui Martins de Nomães ¹³¹³ e sua esposa Senhorinha Rodrigues, de outra. (*Estampa XXXVII, fotos nn. 91 e 92*). Depois, em 1309, por doação da irmã de Rui Martins de Nomães, a saber Dona Beatriz Martins, com o consentimento de seu marido Fernão Martins da Teixeira.

3.2.1. A primeira parcela

Doou-se, pois, ao mosteiro de Santo Tirso, em 1305, a 31 de Julho. Celebrar-se-ia o contrato no lugar de *Portos* ¹³¹⁴.

O Abade de Santo Tirso e seu convento emprazam a Rui Martins de Nomães e esposa a *Quinta de Airão*, em S. João de Airão, Guimarães, com todos os seus direitos, menos o padroado de S. João de Airão, mai-la *colheita e serviço* dessa igreja; e ainda a *Quinta de Riba d'Ave* ¹³¹⁵, com todas as suas pertenças e direitos.

Se Rui Martins de Nomães morresse primeiro que a esposa, as quintas de S. João de Airão e de Riba d'Ave voltariam ao mosteiro. Mas – e em compensação – acumularia aos dois casais de Raiva e ao de Gondém – sitos na mesma freguesia de Raiva – mais herdamentos que o mosteiro possuía noutros lugares, de modo a perfazerem um rendimento anual de setenta e cinco livras.

Rui Martins de Nomães e sua esposa Senhorinha Rodrigues, por seu lado, dispuseram destes bens em prol de nossos beneditino: a Quinta de Silva Escura, com cinco casais e azenha, com a honra, com todos os seus direitos, serviços e pertenças, mais o padroado da igreja de Silva Escura.

Ao fim, tudo regressaria ao mosteiro:

E depos da morte della tambem os tres casais, com os erdamentos que lhi nos dermos, deuem a ficar liurementemente ao ditto Mosteiro de Sancto Tirso, com todas as pertenças, e frutos, como forem achados, e direitos, com todas as bemfeitorias ¹³¹⁶.

3.2.2. A doação de 1309

Complementarmente – e como o padroado de Silva Escura esteve repartido e se fragmentaria mais e mais com as heranças e testamentos ¹³¹⁷ –, em ordem ao acréscimo

¹³¹³ Diz Frei Leão de S. Tomás: *Em tempo do mesmo Abbade Dom Martim Pires hum fidalgo chamado Ruy Martins de Nomais (aquelle celebrado capitão conhecido em nossas histórias, e no estrangeiro por alferes mór do infante D. Henrique de Castella, filho del Rey Dom Fernando) com sua molher Dona Senhorinha fizeram doação ao Mosteyro de S. Thirso da Igreja de Sylva escura, e pera sua segurança lhe hipotecarão as suas quintas de Sylva escura, e de reuin hade, e a dita Dona Senhorinha por sua morte deixa ao Mosteyro a sua quinta de Rayva junto o Douro, a quinta de Ayrão, e de Riba de Ave por sua alma della e pella do dito seu marido Roy Martins, que era já morto. A data desta vltima escritura he na era de 1343. E anno de christo 1305. Cf. Benedictina Lusitana, vol. II, p. 35.*

Numa sala de arrecadações da nossa matriz, há um retrato a óleo, do sec. XVIII, em mau estado de conservação, que ostenta escritos os pormenores que seguem: *Rui Martins de Nomais, alferes-mor do infante D. Henrique de Castela. Viveu nos annos de 1329. Benfeitor deste mosteiro.*

O Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima – como Frei Leão de S. Tomás – refere-se à doação de Silva Escura. É preciso restringir: doou uma parcela do padroado Cf. *Subsídios para a história de Santo Tirso*, pp. 54-55.

¹³¹⁴ Freguesia de Sequeirô e da Lama, lugar meeiro que o era. Melhor, na proporção, respectivamente, de um para três. O texto diz *Carvalhos do Porto de Santo Tirso*. O P.e José Monteiro, que foi abade de Sequeirô, revelou-me que recebera do seu pai a informação de que o lugar de Portos se chamava, alternativamente, *Carvalhos do Porto* ou *Carvalhos do Bom Nome*...

¹³¹⁵ A Quinta de Pereira, em Sanfins de Riba d'Ave.

¹³¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, f. 140 v.

do direito de apresentação para a dita igreja maiata, a favor do mosteiro de Santo Tirso, a irmã de Rui Martins de Nomães, Dona Beatriz Martins, com o consentimento de seu marido Fernão Martins de Teixeira, por instrumento passado em Vila Verde, a 2 de Abril de 1309 – ao tempo ainda de D. Martim Pires, pelo tabelião Durando Domingues, da Terra de Prado, doa o que lhe pertence no padroado de Silva Escura ao Abade de Santo Tirso, Dom Lourenço Geraldês, e seu convento.

Deste direito, que aos nossos monges adveio por doação da filha de Martim Vasques da Cunha e de Dona Joana Rodrigues de Nomães, foi logo de posse metido o prelado do mosteiro tirsense, por intermédio do monge de nossa casa, Estêvão Martins ¹³¹⁸.

Vamos traduzir do latim o texto original desta doação, na parte que mais interessa:

Em nome de Deus, amen. Seja conhecido dos presentes e futuros que eu, Beatriz Martins, filha dos veneráveis D. Martim Vasques da Cunha e de Dona Joana Rodrigues de Nomães, com o consentimento e autorização de meu marido, Fernão Martins da Teixeira, por minha própria, espontânea e livre vontade e em meu sã juízo, para honra de Deus e da Beata Virgem Maria e de todos os Santos, e de Santo Tirso, e para remissão dos meus pecados e pela minha alma e de meu marido, e dos meus pais, e por consideração para com o homem religioso que o é D. Martim Pires, abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto, por decisão livre, ofereço irrevogavelmente, na qualidade de doação “inter vivos”, o direito de padroado, com todos os seus direitos e pertenças que tenho ou deva ter na igreja de Santa Maria de Silva Escura, da mencionada diocese. Mais, ofereço ao mencionado Abade e seus sucessores, em nome do dito mosteiro, os censos, serviços, que eu por direito ou costume, recebo ou devo receber da dita igreja e que o meu marido recebe ou deva receber, anualmente. Transfiro, integralmente (...), mando que seja mantido o referido Abade, em seu nome e de seus sucessores, em posse corporal (...) do padroado da referida igreja, e dos censos ou serviços, com todos os direitos e pertenças. E plenamente lhe concedo o direito de padroado e os referidos censos ou serviços. Renuncio à posse, uso e costume na mencionada igreja que, de qualquer modo, por qualquer título, por qualquer motivo e em qualquer ocasião tenha, deva ter ou possa ter, por direito ou de facto, por costume ou por estatuto. E retiro de mim a posse, a propriedade do dito direito de padroado, e de todas as coisas referidas. E de tudo faço transferência para o referido mosteiro. E ordeno e mando que o dito abade e seus sucessores tenham e possuam o direito de padroado, com todos os direitos e serviços referidos, de forma plena, livre e em paz, por todo o sempre. E dou e concedo poder a Estêvão Martins, monge do dito mosteiro, para que, em meu nome, ponha e meta o dito abade, em nome do referido mosteiro, na posse do dito direito de padroado da mencionada igreja e de todas as coisas que se referiram.

E eu, Beatriz Martins, e o dito Fernando Martins, obrigamos todos os nossos bens, móveis e imóveis, presentes e futuros, para defender este compromisso (...) ¹³¹⁹.

¹³¹⁷ Viu-se pela apresentação de Afonso Martins, quando, em 1295, concorrem com Dom Martim Vasques da Cunha e sua esposa, vários paroquianos. E ver-se-á ainda mais, na eleição do sucessor de Afonso Martins, em 1329.

¹³¹⁸ Logo, nesta data, o mosteiro de Santo Tirso ainda tinha o direito de tabelião próprio.

¹³¹⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 142-143 v.; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 87. Um cartorário do mosteiro de Santo Tirso acrescentou: *Temos em hum pergaminho os padroados e doações desta igreja com apresentações e diligencias que sobre o ditto padroado se fizeram esta tudo authenticico, e aprouado pello Ordinario em tempo de Dom Pedro Bispo do Porto mas importa reformarsse: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0274, f. inum. Este prelado da igreja portugalense é Dom Pedro Afonso que governou a diocese de 1343 a 1357.*

Em 1295 – ainda não tinha sido doada a igreja de Silva Escura ao nosso mosteiro -, o pai de Rui Martins de Nomães, Dom Martim Vasques da Cunha e sua esposa – ainda no todo ou em parte, eram os padroeiros desta igreja – apresentariam *Afonso Martins* para seu abade. E este morreu em 1329. Pois, na sucessão de Afonso Martins, é o prelado de Santo Tirso, Martim Pires, que, pela primeira vez, faz – a meio de 1329 - a apresentação de um candidato, João Durando, a sucessor do abade falecido ¹³²⁰.

Mas não foi eleito aquele em quem apostara o nosso convento. O padroado ainda não era *in solidum* dos nossos beneditinos. Demais, todos os pretendentes – cinco - de motu proprio depositaram nas mãos do Vigário Geral do Porto a faculdade de se escolher o mais competente. Seja como for, Martim Pires ainda participou, como abade de Santo Tirso, na nomeação do sucessor de Afonso Martins, em 1329, já para depois dos seus meados.

3.3. A doação da igreja de Burgães

O direito de padroado do mosteiro de Santo Tirso sobre a igreja de S. Tiago de Burgães remontará aos fins do sec. XIII: Gil Martins, filho de Martim Fernandes de Sá, no seu testamento datado de 22 de Fevereiro de 1298, deixará para sempre a Dom Martim Pires, abade do nosso mosteiro, a seus sucessores, e ao convento de Santo Tirso o padroado da igreja de S. Tiago de Burgães, com todos os seus foros, usos e pertenças. E assim, logo meteria o dito Abade e seu mosteiro, pelo dito instrumento, *em actual e corporal posse* ¹³²¹.

Parece-nos, todavia, que esta concessão se referirá, apenas, a uma quota parte do padroado, como mais adiante, a propósito do padroado do nosso mosteiro, se dirá.

3.4. Do compadroado ao padroado *in solidum*

No que respeita ao padroado monástico, D. Martim Pires ampliou o leque destas igrejas e aprofundou ainda mais a vinculação de algumas. Isto dar-se-á, não só com a modificação do seu estatuto – pela transformação do mero padroado numa *união* – como foi o caso Vila Nova dos Infantes e Golães, que já referimos -, mas também com a transformação do regime de *compadroado* numa vinculação exclusiva da igreja ao mosteiro: o padroado *in solidum*.

Dar-se-ia esta passagem evolutiva com a paróquia de *Frazão* (*vulgo*, Seroa). Esta freguesia, até aos começos do sec. XIV, era da apresentação compartilhada do mosteiro de Santo Tirso e do de Lordelo, este dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Foi na vigência deste regime que se fez a apresentação de Pedro Mendes para abade de Frazão, a 3 de Julho de 1292. Por iniciativa comum do abade tirsense Martim Pires e do Prior lauritelense Martim Pelaio ou Martim Pais.

Mas a substituição deste sistema de partilha pelo estatuto de padroado *in solidum*, a favor de Santo Tirso, operar-se-ia, pouco depois, a 26 de Abril de 1312. O nosso mosteiro possuía o domínio directo de meio casal, em Rebordosa. A outra metade era do mosteiro de Vilela, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Comissionado pelo Bispo do Porto, D. Frei Estêvão ¹³²², o Prior de Vilela elaborou uma sentença de composição: Martim Pires cederá o domínio directo do meio casal de Rebordosa ao

¹³²⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 135-135 v.

¹³²¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 118.

¹³²² D. Frei Estêvão governou a diocese do Porto de 1310 a 1313. Este prelado, que era franciscano e confessor de D. Dinis, foi, depois, bispo de Lisboa (1313-1322), enquanto um seu sobrinho, D. Fernando Ramires, ascenderia à cátedra da igreja portugalense (1314-1322).

mosteiro de Lordelo – da mesma regra do de Vilela, que detinha a posse da outra metade – e o Prior do mosteiro de Lordelo doou ao convento de Santo Tirso toda a sua parte no padroado de Frazão.

Desta forma, de um padroado “partilhado”, o mosteiro de Santo Tirso passou à administração de um padroado exclusivo, *in solidum*, nesta paróquia ¹³²³.

3.5. As apresentações de D. Martim Pires

Para a igreja de *Rebordões* – que, na segunda metade do sec. XIII, era rateada, em partes iguais, pelo monarca e pelo mosteiro de Santo Tirso –, D. Martim Pires e seu convento – no que assentiria o monarca – apresentará ao arcebispo de Braga, D. Martinho ¹³²⁴, *Geraldo João*, para abade de Rebordões. E o metropolitano houve por bem confirmá-lo, a 7 de Maio de 1298 ¹³²⁵.

Santo Estêvão da Maia: eu julgo que nesta igreja estaria vigente, ao sec. XIV, um sistema de compadroado. Digo desta forma, porque repartido por entre Santo Tirso e Vairão. É que, naquela época, aos começos, correu uma causa a este respeito. O autor do *Índice de 1774* remete este documento para o abaciado de D. Martim Mendes ou D. Martim Anes ¹³²⁶. Tomava-o como datado da era de César. Suponho que terá razão João Pedro Ribeiro que lhe impõe a cronologia de 1318. Sendo assim referir-se-á, pois, ao tempo da prelatura de D. Martim Pires.

É uma questão de apelo à Santa Sé, sobre o problema do sujeito da apresentação da igreja de Santo Estêvão da Maia, naquela altura concreta: se Santo Tirso, se Vairão...É natural que o Bispo do Porto, D. Fernando Ramires, se apressasse a confirmar a candidatura do indigitado pelo mosteiro vilacondense, sem que primeiro fizesse correr o édito de 20 dias, para comparência dos padroeiros, entre os quais a nossa casa ¹³²⁷.

S. Lourenço de Pias, de Lousada. No sec. XIII, este nosso D. Abade, Martim Pires, apresentará nesta paróquia um padre, seu homónimo, como consta de uma nota do cartório de Santo Tirso:

Huma confirmação que fez nas Kalendas de Março da era de Cesar 1333 ¹³²⁸ *o Bispo do Porto D. Vicente em Martim Pires, para Abbade desta igreja* (scl., de S. Lourenço de Pias) *pela apresentação que nella fez o Abbade deste Mosteiro D. Martim Pires* ¹³²⁹.

Santa Marinha de Lousado (conc. de Famalicão). Desconhecia-se, no sec. XVIII, a origem deste padroado de Santo Tirso. Mas era já dele, ao tempo do abaciado de D. Martim Pires. Por documento de 1474, a propósito da apresentação do abade lousadense João Afonso, quando chefiava a casa de Santo Tirso o comendatário D. Fernão Lopes do Carvalhal, até se acrescenta mais alguma coisa, a saber, que Santa Marinha de Lousado era *in solidum* do mosteiro de Santo Tirso ¹³³⁰.

Voltemos à primeira parte do sec. XIV, ao abaciado tirsense de D. Martim Pires:

¹³²³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 108.

¹³²⁴ D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga de 1295 a 1313.

¹³²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 121 v.

¹³²⁶ Cf. art.º *O Abade Martim Mendes ou Martim Anes*, em JST de 4 e 11 de Agosto; e de 8 de Setembro de 1995.

¹³²⁷ CRUZ António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 96, p. 192.

¹³²⁸ Ou seja, 1 de Março de 1295.

¹³²⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 112.

¹³³⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 131-131v.

*Hum instrumento publico feito na era de Christo de 1323 aos três dias antes das Kalendas de Março*¹³³¹ por Domingos Martins, Tabelião de Braga que contem huma confirmação que fez o Arcebispo de Braga D. Frei Tello em Martim Domingues, para Abade desta Igreja (de Lousado) pela apresentação que nelle tinha feito o Abade deste Mosteiro (de Santo Tirso) e seu Convento: Este instrumento esta tresladado em publica forma pegado no mesmo pergaminho¹³³².

De Vila Nova dos Infantes. Falámos da alteração do estatuto desta freguesia, no que toca ao aprofundamento da vinculação entre a comunidade paroquial de Vila Nova e a comunidade monástica de Santo Tirso. Em 1309 – viu-se - as duas freguesias de Vila Nova dos Infantes e a de Golães passam da mera apresentação para a união. Daí que os pastores, que na paróquia vivem, passem também de abades a simples vigários, sem direito aos dízimos, e apenas com uma cônica limitada mai-lo pé do altar¹³³³.

Ao tempo do abade tirsense Martim Pires, foram ainda apresentados como abades de Vila Nova Afonso João, em 1295¹³³⁴, e Lourenço Henriques, em 1300¹³³⁵.

Pouco depois – e coerentemente ! – aparece-nos logo a menção de um vigário que o dito abade e seu convento apresentaram para esta freguesia: Martim Domingues, já com uma cônica assinalada de 40 libras. Isto passar-se-á, em 1318¹³³⁶.

3.6. As procurações nas igrejas de Santo Tirso

Aquando da visita às paróquias, o bispo e acompanhantes gozavam do direito da aposentadoria. O *jantar*, porém, foi, muitas vezes, substituído por uma taxa correspondente. A este direito do Bispo chamava-se a *procuração*, ou outra coisa, em termos mais ou menos equivalentes¹³³⁷. Na composição do mosteiro de Landim com o Bispo do Porto, sobre a apresentação da igreja de S. Bartolomeu de Ervosa, entre as obrigações do convento agostiniano em relação ao Bispo, contam-se as *procurações*¹³³⁸.

Vê-se pelo sumário que iremos referir que, por 1329, ficavam ao arbítrio do padroeiro a aposentadoria mesma ou o dinheiro correspondente. De forma unilateral,

¹³³¹ Ou seja, 27 de Fevereiro.

¹³³² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 131.

¹³³³ A este propósito, recordaremos as condições em que pastoreava a igreja de Santa Maria Madalena o vigário Amador Ribeiro que o opunha à instalação do assento paroquial dentro da igreja monástica de Santo Tirso:

prejudicar aos beneses della como herão mentações (isto é, orações dominicais pelos defuntos), a oferta de devações e Romarias de Samtos que na dita capella (instalada no nártex do templo monástico) se fazião... PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 23. Constituía isto o pé do altar, para além da cônica do vigário...

¹³³⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 143 v.

¹³³⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 144.

¹³³⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 144 v.

¹³³⁷ Gama Barros põe como sinónimos *jantar*, *colecta*, *colheita*, *parada*, *comedoria*, *comedura*, *procuração*, *visitação*. Cf. *História da Administração Pública*, vol. II, p. 268. O Dr. Avelino de Jesus da Costa põe algumas objecções a casos pontuais de paralelismo vocabular: *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, pp. 274-275.

Em Braga, era antiga já a substituição da aposentadoria por dinheiro, quando D. Luis Pires, por acto de concórdia de 6 de Outubro de 1477, resolveria actualizar as tabelas das prestações. Cf. *o.c.* vol. II, pp. 486-487.

¹³³⁸ *Composição entre a igreja do Porto e o mosteiro de Landim sobre a apresentação de Vale Ervosa*, em JST de 30 de Outubro de 1992, p. 9. Neste acordo, o jantar fora já convertido em dinheiro.

porém, o Bispo da igreja do Porto vai impor duas coisas: o pagamento do seu direito, sob forma monetária, e a sua fixação no montante de seis libras.

Assim sumariou João Pedro Ribeiro o texto documental:

*Appostolos*¹³³⁹ *refutatorios dados pelo vigario do Bispo do Porto D. Vasco*¹³⁴⁰ *ao Procurador do Abbade do Mosteiro de Santo Thirso, que delle apellara, pela taxa de seis libras, em que posera as Procuraçoins das Igrejas, quando athe li recebião em hum jantâr ou a dinheiro, segundo queria o Abbade do Mosteiro*¹³⁴¹.

Com certeza, uma das últimas intervenções do Abade Martim Pires: a defesa do mosteiro, dos seus direitos e privilégios, contra o Bispo do Porto, com data de 10 de Junho de 1329.

4. Os coutos de Santo Tirso

Já nos referimos a várias honras de que o abade de Santo Tirso era donatário. Chegados que somos ao abaciado de D. Martim Pires, cujos primórdios se descortinam por 1289, mais coutos se lhe darão ao mosteiro beneditino que nos pertence. Ver-se vai.

4.1. A honra de Silva Escura

Resultaria a posse de um contrato bilateral entre D. Martim Pires, abade de Santo Tirso, e seu convento, de um lado, e Rui Martins de Nomães e sua esposa, Senhorinha Rodrigues, por outro.

Celebrar-se-á a 31 de Julho de 1305. Dizem estes:

*Outorgamos a uos (Martim Pires, abade de Santo Tirso) e a todos os que depos uos uierem, e ao dito Mosteiro de Santo Tirso para todo o sempre a nossa quinta de Silva Escura (...) com sa onra, e com todos seus direitos, e serviços e pertenças (...)*¹³⁴².

4.2. Os Coutos de Eixo e Requeixo

Etimologicamente, Requeixo nada tem a ver com Eixo, apesar da parcial homofonia e da vizinhança das duas localidades em questão. A frequência do topónimo *Requeixo* por terras do norte de Portugal e de Espanha orientar-nos-á para uma derivação imprópria. Isto é, um substantivo comum que virou topónimo. Como substantivo comum, porém, desapareceu do nosso vocabulário. Subsiste em Espanha, sob as formas *requejo* e *requeijo*. Indica um acidente geográfico que, como se sabe, é uma das grandes fontes da toponímia. E significa *ladeira*¹³⁴³.

¹³³⁹ *Apóstolos* eram letras patentes expedidas aos apelantes pelos juizes apostólicos de quem se apelava e que tinham no selo as imagens de S. Pedro e S. Paulo, donde lhes veio o nome de *Apóstolos refutatórios reverenciais*. Cf. MORAIS – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. I, Ed. Confluência, *sub voce*, p. 1027.

¹³⁴⁰ D. Vasco Martins, bispo do Porto de 1328 a 1342.

¹³⁴¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 109, p. 196.

¹³⁴² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 140 v- 141 v. A respeito deste personagem escreveu Frei Leão de S. Tomás: *aquele celebrado capitão conhecido em nossas histórias e nas estrangeiras por alferes-mor do Infante D. Henrique de Castela, filho do rei D. Fernando (...)*. Cf. *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 35.

¹³⁴³ Cf. SILVEIRA, Joaquim da – *Estudos da toponímia da Bairrada e outras notas*, Livraria Figueirinhas, Porto-Lisboa, s.d., pp. 156-158.

Quanto a *Eixo*, há quem vislumbre a hipótese da sua explicação no substantivo comum *axis* ¹³⁴⁴, em relação com caminhos, estradas, elevações, etc. Outros, porém, indigitam o nome próprio germânico *Ascilu*, para inteligência deste topónimo ¹³⁴⁵. Há quem se questione sobre uma hipotética origem árabe deste vocábulo ¹³⁴⁶.

Mas vamos ao alargamento das imunidades do nosso mosteiro pela região aveirense: os coutos de Eixo e Requeixo. A doação, confirmação e posse quieta e tranquila destes bens – juntamente com outros – operar-se-ão ao longo de várias etapas que se distendem a partir do abaciado de Martim Pires até ao de Lourenço Geraldês.

Quanto ao acordo e sua datação, temos a dizer que difícil é datá-lo. Foi depois de 1306, porque o escambo com o mosteiro teve por partes conjuntas o Conde D. Pedro e a sua segunda esposa, Dona Maria Ximenes, que era de Aragão. Ora, por entre 1302-1306, ainda será viva a primeira mulher, Dona Branca Peres ¹³⁴⁷. Note-se que os bens sítos em Eixo foram de um tio-avô materno de Dona Branca.

Posterior ainda a 1314, porque só, nesta altura, é que D. Pedro foi eleito Conde de Barcelos, a 1 de Maio ¹³⁴⁸. E, como tal, é que faz a doação em causa a Santo Tirso.

Por outro lado, é de uma data que antecede o ano de 1329. É que do escambo foi a outra parte contraente o abade do nosso mosteiro Martim Pires, que morrerá na segunda metade de 1329.

Assim, pois, tenho a impressão que a doação dos coutos de Eixo e Requeixo ao convento dos nossos beneditinos se faria por entre 1314 e 1329. Talvez pelas vizinhanças mais aproximadas do termo *a quo*.

É um contrato bilateral, com o compromisso de ambos os lados, que parece sugerir, da parte do Conde D. Pedro, as circunstâncias económicas aflitivas que o teriam remetido para fora da pátria, quando se homiziou em Castela.

Implantado assim o problema contextual, ser-nos-á permitido pôr de lado a opinião de Pires de Lima ¹³⁴⁹ e de Frei Leão de S. Tomás ¹³⁵⁰.

Vejam os termos do escambo, seguindo de perto a paráfrase do cartório do mosteiro:

O Conde D. Pedro, filho natural de D. Dinis ¹³⁵¹ e a sua mulher, a Condessa Dona Maria ¹³⁵² fizeram uma composição com o Abade deste mosteiro D. Martim Pires:

¹³⁴⁴ MACHADO, José Pedro – *Dicionário Onomástico-Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II, Editorial Confluência, p. 552.

¹³⁴⁵ XAVIER FERNANDES, *Topónimos e Gentílicos*, t. II, Editora Educação Nacional, Porto, 1943, p. 301.

¹³⁴⁶ ALMEIDA FERNANDES, *Toponímia Portuguesa*, Arouca, 1999, p. 256.

¹³⁴⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, Editorial Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, 1960, p. 377.

¹³⁴⁸ *Nobreza de Portugal e Brasil*, vol. cit., p. 378.

¹³⁴⁹ O Dr. António Augusto Pires de Lima confunde a cronologia do abade D. Álvaro Martins (1264-1274) com a de Martim Pires (1289-1329). E, para mais, fala de uma generosidade do Conde, que se traduziria por imensas doações, quando do gesto, para o mosteiro, resultariam grandes encargos, na altura, e problemas sérios, após o falecimento daquele, em 1354. De resto, a morte do benfeitor não aconteceu nem ao tempo do Abade D. Álvaro Martins, nem sequer de Martim Pires, mas só no período cronológico correspondente à prelazia de D. Lourenço Geraldês. O Dr. António Augusto expôs a sua opinião em *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 55.

¹³⁵⁰ *Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 35-36.

¹³⁵¹ Filho de D. Dinis e de uma não bem identificada Dona Grácia, que, todavia, foi sepultada numa capela da Sé de Lisboa. Cf. *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, dir. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Ed. Caminho, Lisboa, 1993, p. 521. Noutra obra lê-se: *a mãe de D. Pedro, D. Grácia Anes, era uma jovem da nobreza, descendente pelo lado materno do terceiro alcaide de*

Que lhe davam o Couto do Eixo, com todo o senhorio, propriedades, herdades, casais e ltuosas, assim como ele e sua mulher tinham no dito couto, com todos os seus termos, com todas as pertenças, casas, casais, possessões, herdamentos, vinhas, azenhas, foros, serviços, direitos, direituras e matos, rotos e por romper. E lhe davam mais o que tinham em Óes (Óis) em Requeixo e seu termo.

E que se estas herdades e possessões não valessem 400 libras de renda por ano, à hora de falecerem, os seus testamenteiros ¹³⁵³ entregariam tantas herdades suas para chegar às 400 libras de renda anual.

E terminava D. Pedro e sua mulher Dona Maria, pedindo ao rei e senhor que obrigasse os testamenteiros a cumprirem, caso não quisessem.

As condições impostas aos religiosos e por eles aceites e recebidas:

Que o abade e convento seriam obrigados pelos bens do dito mosteiro a dar-lhes, em cada ano, enquanto vivos fossem, 800 libras de moeda portuguesa.

Para satisfazer os seus compromissos – o quantitativo a dar ao Conde e sua esposa – o mosteiro hipotecou as herdades e possessões que tinha em Óis e em toda a Riba de Vouga. D. Pedro e Dona Maria possuíam todos os foros, direitos e direituras dos ditos lugares de Óis e Riba de Vouga. Enquanto vivos fossem, repita-se.

Calcularam-se os réditos em 130 libras anuais. Para se completarem as 800, dariam os nossos frades mais 340, no dia de S. João Baptista ¹³⁵⁴, e outra prestação de 330, a 3 de Janeiro ¹³⁵⁵.

E, logo a seguir ao acordo, o mosteiro tomou posse de tudo quanto o Conde de Barcelos teria cedido à nossa casa religiosa ¹³⁵⁶.

5. A sombra benfazeja dos da Maia

5.1. As doações e destinos dos bens de Dona Constança Gil.

Esta senhora, Dona Constança Gil, filha de D. Martim Gil e de Dona Maria Anes, era tia do segundo Conde de Barcelos, D. Martim Gil, o grande benfeitor, junto com a esposa, da penúltima igreja monástica de Santo Tirso.

Em 1300, o Abade e o convento de cá emprazariam a Dona Constança Gil – só a ela, que, à sua morte, tudo voltaria às mãos do convento – casais, herdades e possessões que a nossa casa tinha em S. João da Foz e seus termos, bens corporais e espirituais, no mar e no rio Douro, salvo o direito do pescado no mesmo rio Douro ¹³⁵⁷.

Atouguia e filha de João de Fróis, ou Fróias e de Dona Catarina Domingues. Cf. Nobreza de Portugal e Brasil, vol. II, p. 376.

¹³⁵² Dona Maria Ximenes, com a qual D. Pedro se casaria, pela segunda vez, depois de 1306. Vinda de Aragão, Dona Maria Ximenes teria chegado à corte portuguesa por 1309. Calúnias e difamações obrigá-la-iam a regressar a Aragão, pelo menos já em 1316.

¹³⁵³ Pero Anes de Barcelos e Antão Afonso.

¹³⁵⁴ A 24 de Junho.

¹³⁵⁵ E, de facto, o nosso cartório aponta recebidos do dinheiro pago pelo S. João e pelo Natal: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, 285.

¹³⁵⁶ O mosteiro ficou, pois, com o domínio directo. Mas o Conde e sua esposa Dona Maria reservariam o domínio útil. Enquanto vivos, colheriam as rendas. E pagavam ao mosteiro, anualmente, pelo S. Miguel de Setembro, três capões e três dúzias de aves. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 256 v- 259.

¹³⁵⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, ff. 26 v.-27. O que supõe que *o convento tinha já os dízimos do pescado na Foz, no mar e no rio*, anota o cartorário do mosteiro, no sec. XVIII. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 77, p. 183.

Além da Foz, receberia a ilustre dama das mãos do mosteiro e nas mesmas condições, a granja de Avintes. Por seu turno, doaria aos nossos frades outros bens, com obrigação de certas missas. Faz menção de D. João Gil de quem teria herdado os bens e de seu filho, já defunto, D. Martim Anes, que os recebera de D. Manrique Gil. E ainda de Pedro Spinel, seu tio, e de Paio Rodrigues, cónego do Freixo.

Fôra este contrato em 1300. E, dentro de dois anos, faleceria a ilustre dama. À sua morte deixaria, para o que neste momento nos importa, duas quintas, que, mais ou menos, imediatamente, viriam parar ao mosteiro: a *Quinta de Lordelo*, na freguesia de Vila Marim, Terra de Panoias, termo de Vila Real, que doou ao mosteiro de Santo Tirso. E a *Quinta de Galegos*, também sita no termo de Vila Real, que, por compra aos herdeiros, irá parar às mãos do sobrinho, o Conde D. Martim Gil.

5.2. A *Quinta de Lordelo* e a *Quinta de Galegos*

A 17 de Junho de 1302, porém, um acordo entre o Conde D. Martim Gil, de um lado, e o abade de Santo Tirso, Martim Pires, e seu convento, por outro, decidiria da sorte das duas propriedades. Ao fim e ao cabo e num futuro mais ou menos próximo – dentro de dez anos –, iriam ambas as propriedades cair francas nas mãos da nossa casa beneditina. Por este contrato:

O Convento ceder-lhe-ia, em prazo, a D. Martim Gil – e só durante a sua vida – a Quinta de Lordelo, do que iria pagar, de renda, tão só *uma libra de cera*.

O Conde D. Martim Gil, por sua vez, dava ao mosteiro a Quinta de Galegos¹³⁵⁸, de que, para agora, reservava tão só usufruto.

5.3. As vicissitudes de *Chão do Couce*

A Quinta de Chão de Couce situava-se no termo de Penela. Foi Dona Constança Gil que recebera esta quinta do rei D. Afonso III. Aquela ilustre dama, benfeitora de nossos religiosos, deixá-la-ia imediatamente ao seu sobrinho, o dito D. Martim Gil, segundo Conde de Barcelos.

Ora, entre as benemerências deste fidalgo ao convento tirsense, conta-se a doação da *Quinta de Chão de Couce* que da tia recebera. Mas não foi fácil a tomada de posse, pelo lado do convento. Martim Gil, ao morrer (1312), ficara a dever ao monarca umas duas mil libras. Pelo que D. Dinis da Quinta se iria apropriar como caução do pagamento daquele montante e de outros mais, se não bastasse a Quinta de Chão do Couce para acorrer aos débitos.

Um ano depois, tudo se sanaria. A 28 de Junho de 1313, o rei largou ao mosteiro de Santo Tirso a propriedade de Penela, depois que este se comprometera, pela autoridade do Vigário do Bispo do Porto, a saldar as dívidas do benfeitor¹³⁵⁹...

Pelo tempo, a sorte da Quinta veio a desfocar-se do seu destino original: o convento, a pretexto de que estava longe e de que a não poderia granjear nem defender da cobiça dos fidalgos, aliená-la-ia pela teia dos escambos¹³⁶⁰.

¹³⁵⁸ Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, doc. n. 78, pp. 183-184; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 273 v.

¹³⁵⁹ Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, doc. n. 91, p. 191.

¹³⁶⁰ Benedictina, vol. II, p. 35.

5.4. O testamento do Conde de Barcelos, D. Martim Gil, e de sua esposa, Dona Violante Sanches.

Das decisões das vontades últimas destes dois esposos e de quanto deixaram, como impulso forte e decidido para a construção da bela igreja do nosso mosteiro, já falámos nesta monografia, no capítulo que havemos de consagrar à terceira igreja monástica. Assim nos dispensamos de mais desenvolvimentos, desde que os nossos leitores façam uso da paciência, para reverem o capítulo ao assunto dedicado.

6.A lotação dionisiaca

O mosteiro era rico. As doações foram muitas: de espécie e de volume muito avantajado. Coutos e honras, padroados, testamentos, contratos *inter vivos*, onerosos ou gratuitos mesmo... Tudo constituía uma base sólida para a manutenção económica do mosteiro tirsense. Isso o demonstrará a lotação dionisiaca de 1320.

Por Bula de 23 de Maio daquele ano, concederia o Papa João XXIII a D. Dinis a faculdade de colher os dízimos das rendas eclesiásticas, pelo período de três anos. Pretextuara-o como subsídio de guerra contra os mouros. Ficaria isenta do ónus da tributação a Ordem dos Hospitalários, que já à dita causa se dedicaria a cem por cento.

Como juízes executores da Bula foram nomeados o bispo, o deão da Sé de Coimbra - e este, entretanto, faleceria - e o núncio da Santa Sé em Portugal. Evidentemente que foi necessário, antes de mais, saber-se do rendimento anual das Igrejas, mosteiros e benefícios eclesiásticos.

A taxação das igrejas do Porto começaria a 7 de Novembro de 1320. E a tributação do Mosteiro de Santo Tirso foi das mais elevadas do país, à proporção dos seus rendimentos, avaliados em 8.000 libras anuais. Muito acima doutros mosteiros beneditinos do norte, como Tibães, Rendufe, Pendorada¹³⁶¹...

E logo a 7 de Dezembro entregou o mosteiro de Santo Tirso uma prestação do seu contributo:

*Recebedor e gardador das dizimas que nosso senhor o papa tem por bem que elRei leve dos mosteyros e egrejas... recebeu do mosteyro de Santo tisso quatrocentas libras de dinheiros portugueses por razam das dictas dizimas*¹³⁶².

7. A cobiça dos poderosos

Da defesa do domínio fundiário do nosso mosteiro, já Nicolau IV, em 1289¹³⁶³, e outros Papas se fariam escudo e protecção, contra as ambições dos poderosos, a que, muitas das vezes, o povilheu se ajuntaria, como cães de linha avançada na mira de um osso, por magro que houvesse de ser...

¹³⁶¹ ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Livraria Civilização Editora, Porto-Lisboa, 1971, p. 90 e ss.

¹³⁶² *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 100, p. 193. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, f. 294: *Hum instrumento feito por Fernam Migueis: delle consta aplicar na era de de Cesar de 1368 o Santissimo Padre que Reynava nesse tempo; ou para melhor dizer conceder a ElRey o Levar nesse anno decimas das Igrejas e Mosteiros, e este pagou então 400 Libras.*

¹³⁶³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170 v.-171.

Mesmo com tais prevenções, mesmo assim, não se coíbiã as ganâncias desenfreadas dos homens. Vinha então o recurso aos dispositivos legais, para, ao cabo, se remediar o que antes fora tão impossível de prevenir...

Neste sentido, várias foram as intervenções no decurso da prelazia de Martim Pires:

A 13 de Agosto de 1310, D. Gonçalo Pereira, Deão do Porto ¹³⁶⁴, deu uma sentença a favor do mosteiro, ao tempo de D. Martim Pires, sobre umas dúvidas com D. João Mendes de Briteiros, marido de Dona Urraca, filha natural de D. Afonso III, sobre vários casais em Frazão, Quinta da Paradela e Casais, no Julgado de Faria e Vermoim ¹³⁶⁵.

Três anos depois, a 20 de Outubro de 1313, alcançou Martim Pires do Juiz de Felgueiras uma sentença contra Lourenço Redondo, a respeito de uma herdade de Ravinhade ¹³⁶⁶.

Mais adiante, em 24 de Janeiro de 1315, estava decorrendo um litígio perante o Vigário Geral de Braga, sobre certos bens em Vila Nova dos Infantes. Parte adversa D. Afonso Sanches, Senhor de Albuquerque e Mordomo-mor del-Rei, e sua mulher, Dona Teresa Martins ¹³⁶⁷.

A cobiça lá ia içando na fome do povo que nada tinha e na ganância de muitos que muito tinham. A sede da posse nada há que a dessedente. A 9 de Novembro de 1316, alcançaria o nosso Abade uma outra sentença contra Maria Domingues, a respeito do *casal do Carvoeiro*, em Frazão ¹³⁶⁸.

E um último caso deste género: a 16 de Agosto de 1329 – seria ainda vivo D. Martim Pires ? -, sobe uma sentença da Corte del-rei contra Dona Maior, mulher de Martim Lourenço da Cunha, sobre *tomadias que fizera em casais do mosteiro, na Maia, donde levara doze buzeos* ¹³⁶⁹ e *meio de messes e alqueire de trigo*, o que se lhe manda pagar dobrado, por ter o mosteiro carta de encomenda del-rei, já publicada, antes do dito malefício, no concelho da Maia. Expedida por João Anes Melom e Domingos Pais, Ouvidores de seus feitos e da Portaria ¹³⁷⁰.

¹³⁶⁴ O caso e a eleição do “árbitro” assim o conta a *Benedictina: Em tempo deste mesmo Abbade* – erro de Frei Leão de S. Tomás, que o caso se passaria, não no tempo de Álvaro Martins, mas no abaciado de Martim Pires -, teve *Dom João Mendes de Briteyros, genro del Rei Dom Affonso III, casado com sua filha Dona Urraca, alguma dúvida com o Mosteyro de Santo Thirso sobre alguns vinte casais, quintas, pomares, devesas e outra quinta de Paradella: e tomarão por Juiz arbitro a Dom Gonçalo Pereira Deam do Porto a quem Dom João Mendes de Briteiros escreveu huma carta do teor seguinte:*

“Deam do Porto, tanto bem e saude vos dé Deos, quanta eu João Mendes vosso amigo pera mim queria. Rogovos que o meu feito, e do Dom Abbade de Santo Thirso que o determinedes o mais toste (ou seja, depressa) que os poderes, como vos dirá Affonso Anes nosso procurador, e como o feito estiver sentenciado, damos vos nosso comprido poder pera que vos com vosso mandado façades entregar ao dito Abbade desses herdamentos, sobre que foy feito compromisso entre nós e elle. Em testemunho desta cousa mandamouos ende (ou seja, sobre isso) esta nossa carta aberta, e sellada de meu sello nas costas. Dada em Sanctarém 20 dias andados de Janeiro, era de 1348, que he anno de Christo 1310”.

Conclui Frei Leão: Por esta carta, e por outra, que passou Dom Gonçalo Pereira, que está no cartório depois da sentença, que deu foy entregue o Mosteyro dos 20 casais, quinta da Paradella, casas, pomares, devesa, com tudo o mais. Cf. *Benedictina*, vol. II, p. 36).

¹³⁶⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 247 v.- 249.

¹³⁶⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 249.

¹³⁶⁷ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 94, p. 192.

¹³⁶⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 248 v.- 249.

¹³⁶⁹ O búzio equivale a quatro alqueires. SOUSA, Manoel de Almeida e – *Appendice Diplomatico-Historico ao tractado Pratico do Direito Emphiteutico*, pp. 217-218.

¹³⁷⁰ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 110, pp. 196-197.

8. O selo de D. Martim Pires e seu convento

Num documento latino sobre um contrato entre o mosteiro de Santo Tirso e D. Martim Gil, encontrou João Pedro Ribeiro o selo de D. Martim Pires e do convento de Santo Tirso, que desta forma os descreveu:

*Sello pendiente redondo de Cera de D. martim Gil, o Sello do Abbade e do Convento de Santo Thirso, aquella Ovado com figura de Abbade este já quebrado*¹³⁷¹.

9. As solicitações do Papa

A 1 de Dezembro de 1325, daria resposta ao Papa o nosso abade D. Martim Pires. Anuirá à solicitação do Soberano Pontífice, João XXII, que nos pedia uma ajuda especial, para solução de grandes necessidades. Martim Pires, este nosso abade de Santo Tirso, acorrerá com 400 libras de moeda portuguesa que, naquela data, enviaria a Roma, através do mensageiro do Papa, de nome D. Pedro de Labrunia. A entrega foi feita e caucionada, diante do tabelião do Bispo da cidade do Porto, Martim Vargas¹³⁷².

13. D. PEDRO ANES (1329-1331)

1. Início da prelazia

Em 1329, a meio, ainda era prelado de Santo Tirso D. Martim Pires. Viu-se. Mas, em finais do mesmo ano, já presidiria ao nosso mosteiro um outro: Pedro Anes, de nome. Em 24 de Novembro. E por pouco governaria, que, logo a meio de 1331, já encontramos um outro, de nome Lourenço Geraldês, na presidência da casa religiosa de Santo Tirso.

Há tantas divergências. Mas não podemos aceitar – como pensa Frei Leão de S. Tomás¹³⁷³ e, após ele, mais explicitamente, o Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima¹³⁷⁴ - que Lourenço Geraldês fosse o sucessor do Abade Álvaro Martins. A prelazia deste extinguir-se-á muito antes ! E deu passagem intemediária a vários outros, antes de Lourenço Geraldês.

O *Costumeiro de Singeverga* colocaria entre Álvaro Martins e Lourenço Geraldês um abade, a que dá o nome de Martim. Ainda é pouco ! Não teria havido um, mas, pelo menos, quatro: Martim Mendes - ou Martim Anes -, Domingos Mendes, Martim Pires e Pedro Anes. E é este que virá imediatamente antes de Lourenço Geraldês.

¹³⁷¹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 78, pp. 183-184.

¹³⁷² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 294. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 195, p. 195.

¹³⁷³ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 36. Insinua esta sucessão.

¹³⁷⁴ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, pp. 56-57.

2. Um abaciado meteórico...

De Pedro Anes subsiste o extracto de um documento que fez João Pedro Ribeiro:

*Dom Pere Annes abbade de Santotisso e Conigo do Porto... dom Ioham domingos priol do moesteiro de Lordelo da ordem de Santo Agustinho*¹³⁷⁵...

É de 24 de Novembro de 1329 a sentença de que se fizera menção veiculada na pena do mestre de Paleografia. Em todo o caso, a liderança abacial de Pero Anes foi de muito breve duração. Em 1329, a meio, ainda era Abade de Santo Tirso, o antecessor, D. Martim Pires; e, em 1331, já o era D. Lourenço Gerales, como se verá.

Efectivamente, este último teria sido eleito neste mesmo ano ou já no anterior, na medida em que os *Manuscritos de João Pedro Ribeiro* trazem um texto onde se alude ao problema sobre uma eleição abacial, em Santo Tirso, referenciando uma sentença dada por um cônego de Coimbra, comissionado por Roma¹³⁷⁶, a 27 de Setembro de 1331, mas a decidir superiormente uma questão, em prol do sobredito Lourenço Gerales¹³⁷⁷.

Aceite esta figura, com a transitoriedade da sua passagem – tão rápida, como um meteorito - pelo firmamento histórico do nosso mosteiro, talvez o caso possa explicar que, uma que outra vez, se diga que, à morte de D. Martim Pires, fora eleito D. Lourenço Gerales e que aquele se diga o antecessor imediato do segundo¹³⁷⁸.

Não sei se será do tempo deste Abade Pedro Anes a notícia sobre o pagamento de 400 libras, em 1330, ao rei, por parte do nosso mosteiro, a quem o Papa concedeu o poder de levantar os dízimos sobre as igrejas e mosteiros¹³⁷⁹. Disto se falou, a propósito do abaciado de D. Martim Pires.

14. D.LOURENÇO GERALDES (1331-1361)

1. Número de monges de Santo Tirso. A eleição de 1331

Que eu saiba, foi a segunda eleição contestada, pelo que as instâncias superiores tiveram de resolver. A primeira fora a de Paio Soares (1260-1263). Agora, a situação problemática iria exigir a intervenção superior e mais constringente da Santa Sé e do mesmo monarca, D. Afonso IV.

Realmente, em 1331, houve eleições para o abaciado de Santo Tirso. Eram vinte e seis os monges votantes. Seu Prior Fernão Pires. Mas o Vigário Geral do Porto, João Palmeiro¹³⁸⁰, que ao acto presidia, e que se arrogava o poder de dispor da última

¹³⁷⁵ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 111, p. 197.

¹³⁷⁶ Melhor, João XXII, que viveu em Avinhão.

¹³⁷⁷ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 112, p. 197. Sobre a discussão, a sentença e identificação do confirmado, veja-se a *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 36.

¹³⁷⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 282 v.

¹³⁷⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 294.

¹³⁸⁰ João Palmeiro figura nos documentos de Porto e Braga como sendo *cônego de Viseu, Deão de Braga, Mestre-Escola de Lisboa e cônego da Sé do Porto, onde, mais tarde, foi Tesoureiro-mor e Deão*. Assim o garante Mons. Ferreira, em *Fastos*, vol. II, p. 150, nota 2.

palavra para aquele acto pontual, inclinar-se-á pelo menos votado. Enquanto uns de entre os religiosos, descontentes e defraudados no seu direito, fizeram recurso ao Papa João XXII, residente em Avinhão, outro grupo, bafejado pelo apoio garantido de João Palmeiro, mas com receio das influências dos restantes junto da Cúria Pontifícia, apelou para o monarca, D. Afonso IV, a pedir protecção que eficazmente segurasse o preferido. E acabou, confirmado na prelazia, o que recebera, desde a primeira hora, o beneplácito do Vigário Geral: Frei Lourenço Geraldês, monge de Santo Tirso.

Nas inquirições feitas, a propósito do que, dentro da Sala do Capítulo, se passara, houve duas versões diferentes. Em ambas elas, resulta no mesmo o beneplácito do dito Vigário Geral, João Palmeiro, a favor do menos votado. Mas diferenças se notariam, quanto à definição numérica do bloco dos opositores. Numa, que só havia um candidato mais, para além de Frei Lourenço Geraldês: o abade de S. Bento da Várzea, irmão carnal do Prior da claustra de Santo Tirso, que recolheria, ele só, três quartos dos votos de, aproximadamente, vinte e seis eleitores. Segundo outra versão, seriam dois os adversários de Frei Lourenço: o dito abade de S. Bento da Várzea e o de Sanfins de Frestas, da diocese de Tui, hoje do concelho e comarca de Valença e diocese de Viana, o que aproximaria os candidatos e atenuaria as diferenças entre si.

O que motivou o recurso ao Papa não foi só o facto da confirmação do menos votado. Foi também a negação da competência jurídica que reivindicava para si o dito Vigário Geral do Porto: *que teria ordem para, por aquela vez, nomear prelados na vacatura de alguns benefícios.*

D. Afonso IV por-se-á ao lado de Frei Lourenço Geraldês. De forma condicional, todavia: se fosse ele o confirmado pelo bispo ou - caso o não fizesse por si -, como agora que ausente estava, junto da Corte pontifícia, em Avinhão¹³⁸¹ – pelo seu Vigário Geral. Foi o que aconteceria, logo ao momento da eleição. Ou melhor, pouco depois.

São exactamente estes textos documentais que os executores da vontade régia – o juiz do concelho de Refojos, o juiz do Couto e o meirinho -, quiseram ver e ouvir, para firmarem realmente o monge Frei Lourenço Geraldês no uso dos seus direitos sobre o convento de Santo Tirso.

A tomada de posse fizera-se de acordo com o ritual acostumado: abertura e encerramento das portas; intronização do eleito na cadeira prelatícia; toque, com as mãos, nos objectos de maior simbolismo da presidência abacial, tudo diante de um notário e demais testemunhas.

A cerimónia fizera-se a 8 de Maio. Mas repetir-se-ia a 13 de Outubro, após a decisão pontifícia de recusa dos argumentos dos opositores de Frei Lourenço Geraldês e o

Um ano depois desta questão – a 1 de Agosto de 1332 -, morreria o Con. João de Lourosa, encarregado de executar a Bula de João XXII, a favor da decisão portugalense, como se vê no *Livro das Kalendas de Sé de Coimbra*. Dirá o Obituário: *Era de 1370. Neste dia – Calendas de Agosto – morreu João de Lourosa, cónego desta igreja e presbítero, que deixou ao Cabido pelo seu aniversário, que deve fazer-se anualmente, cinco libras, a dividirem-se pelos meninos e enfermos e a colherem-se pelos rendimentos do olival que deixou em Penacova. Dois dos seus rendeiros devem-no conservar e pagar a dita quantia. Jaz no claustro, na nave de S. Miguel, junto da porta por onde se vai para o claustro, isto é, depois da porta, em frente à capela de S. Miguel, junto da parede do mesmo claustro. Cf. Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis*, t. II, ed. ao cuidado de Pierre David e Torquato de Sousa Soares, publicação subsidiada pelo Fundo Sá Pinto, Universidade de Coimbra, 1948, pp. 66-67. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. IV, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2002, pp. 53-59.

¹³⁸¹ D. Vasco, bispo do Porto (1328-1342), esteve em Avinhão, onde se retardaria, antes de vir governar pessoalmente a diocese, devido, entre outras coisas, ao medo que dele, bispo, se apoderara, na medida em que D. Afonso IV não vira com bons olhos a sua eleição e porque, entretanto, também se levantariam graves divergências entre os seus representantes e a cidade. Cf. FERREIRA, Mons. José Augusto - *Memórias –archeológico-históricas da cidade do Porto*, vol. I, p. 330.

despacho de uma Bula de João XXII, a corroborar os argumentos que assistiam ao abono do preferido pelo Vigário do Porto ¹³⁸².

Remetemos para o apêndice documental um sumário bastante desenvolvido da questão.

Entretanto, sabemos que o Prior do convento, no decurso da prelazia de D. Lourenço Gerales se chamava D. Fernão Pires ¹³⁸³.

2. A herança do Conde D. Pedro

Em 1357, o abade de Ribeirão, Vasco Pires, como procurador do D. Abade Lourenço Gerales, toma posse de propriedades, sitas no Bispado de Viseu, que foram do Conde D. Pedro, para complementarem a soma das quatrocentas libras anuais que o Conde acordara com o abade de Santo Tirso, D. Martim Pires.

Ou seja, vimos que entre 1314 e 1329, se fizera um escambo entre o nosso abade de Santo Tirso, D. Martim Pires, e o Conde D. Pedro. Trinta anos depois, logo após a morte deste ilustre filho bastardo de D. Dinis ¹³⁸⁴, requereria, nestes termos, o procurador do mosteiro:

Que as herdades que D. Pedro deixara ao convento de Santo Tirso não valeriam as 400 libras anuais. Que só umas 140... Desta forma, que os testamenteiros lhes dessem, a eles, ditos religiosos, das herdades que tivessem ficado do Conde, de modo a que se completassem as 400. Como, aliás, ficaria estipulado no citado escambo. Até porque o Conde sempre teria recebido as 800 libras a que o convento se comprometera a pagar-lhe, anualmente.

Os executores testamentários concordavam com as exigências do nosso mosteiro. Só que D. Afonso IV e o Infante D. Pedro, seu filho, se teriam entretanto apoderado dos bens que haviam sido do autor do *Livro de Linhagens*...

O processo correria. Fez-se com as respostas – os testemunhos prévios – o feito concluso a el-rei. E vistas elas, mai-las inquirições, achou o monarca que o nosso convento estivera de posse de cinco casais e meio, na aldeia do Eixo; de um casal, em Sanhoane de Soure; de meio casal em Eirol; de um casal em Requeixo; de três casais, no Mamoedeiro; de treze casais, na Póvoa; de três, em Valade, de um outro, de localização incerta ¹³⁸⁵; e de sete casais, em Óis.

Ora, estes bens, já na posse efectiva do mosteiro – e segundo observação do mesmo D. Afonso IV –, renderiam 145 libras e um soldo.

Viu mais o rei que o seu filho, D. Pedro, tinha os Paços, a povoação de Eixo, o relego, portagens e serviços, montados, maninhos de Óis, Requeixo, a jurisdição que o dito Conde de Barcelos tinha mencionado no Couto do Eixo. E outras coisas mais, que a referida situação precária do documento, ao sec. XVIII, não facultava se distinguíssem.

Verificou ainda que, de tudo o que o Infante possuía do dito Conde, se colhia o fruto anual de 89 libras, dois soldos e um dinheiro. E, portanto, que estas herdades – as que tinha o mosteiro, mais as que tinha o Infante – somavam 234 libras, dois soldos e um dinheiro.

¹³⁸² Uma síntese da questão pode ver-se em João Pedro Ribeiro: CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 112, p. 197.

¹³⁸³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 184 v.

¹³⁸⁴ Faleceria pelos meados de 1354.

¹³⁸⁵ O estado do pergaminho, roto que era, não permitia identificação ao autor desta nota, em 1774.

Ora, como o mosteiro de Santo Tirso, já em vida do dito Conde e Condessa, tinham tomado posse do que andava retendo o Infante, decidiu El-Rei, pelos seus Ouvidores, Lourenço Gonçalves e Gil Lourenço, com sentença de 21 de Julho de 1356:

Que as 234 libras fossem para o mosteiro;

Que o Abade e convento demandassem, antes de mais, o Infante, pois de tudo fora empossado o nosso mosteiro, já em vida do segundo Conde de Barcelos;

Que o que faltasse para as quatrocentas libras se preenchesse com bens por ele deixados e que rendessem 165 libras, 17 soldos e 11 dinheiros, para se completar a soma acabada das 400 libras.

Comenta Frei Leão de S. Tomás com uma certa ironia e contida insatisfação a inviabilidade da solução apontada, à base do provérbio popular: *Seja meu pai juiz, e demande-me quem quiser...*

Tudo se resolveria, porém, que a 8 de Abril de 1357, D. Lourenço Geraldês, abade de Santo Tirso, pelo seu procurador, o abade de Ribeirão, Vasco Pires, tomaria posse judicial dos bens sitos no Bispado de Viseu, herança do Conde D. Pedro e que estavam nas mãos dos testamenteiros. A saber, dois casais, em Mões; dois, em Lamas; um, em Moledo; um, em Vila Franca; o quinhão de um outro que rendessem as 165 libras, 17 soldos e 11 dinheiros, para assim se preencher a soma das 400 libras anuais, que D. Pedro decidira largar ao convento, em paga das 800 que, em vida e por cada ano que corresse, ia recebendo dos frades da nossa casa ¹³⁸⁶.

Desalentado, conclui o autor da nota setecentista que fomos seguindo nesta informação: estas terras andam alienadas e perdidas, porque, emprazadas ao tempo do abade Cardeal Farnese (1561-1588), nunca mais se reformaram, nem delas se tem colhido renda alguma, há muitos anos...

3. O domínio senhorial do mosteiro

Uma sentença importante dada ao tempo de Lourenço Geraldês que consagra e delimita os direitos senhoriais do abade de Santo Tirso sobre S. João da Foz. O Couto, como já foi dito, receberia a confirmação da Rainha Santa Mafalda, em 1211. O seu retrato figuraria no nosso mosteiro.

Agora, a 25 de Junho de 1336, ao tempo daquele Prelado, pelos Ouvidores dos feitos do Rei e Senhor D. Afonso IV, João Anes Melom e Domingos Pais, se decidiriam duas coisas: de um lado, confirmar-se-á a jurisdição cível do nosso abade sobre o Couto da Foz; mas, por outro, negar-se-ia se pudesse expandir a jurisdição senhorial por sobre o foro do crime ¹³⁸⁷.

Em 1769 – ao tempo do abade D. Frei Alexandre de S. Tomás – tirar-se-ia na Torre do Tombo uma certidão desta sentença, porque o pergaminho do sec. XIV, guardado, nessa altura, no Cartório de Santo Tirso, andava mesmo ilegível ¹³⁸⁸.

¹³⁸⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 256 v.- 259.

¹³⁸⁷ CCLP, vol. I, p. 69.

¹³⁸⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 41-42.

4. Problemas do padroado

4.1. O quindénio

Lourenço Geraldês, como responsável maior de Santo Tirso, pagaria ao Papa 800 libras pelas igrejas que, nessa altura – e o texto da satisfação sobre a 9 de Novembro de 1331 –, estavam unidas ao seu mosteiro ¹³⁸⁹: S. Lourenço de Asmes, Folgosa, Lavra, Santa Maria de Vilar e S. Martinho de Covelas, todas da Maia ¹³⁹⁰.

4.2. As apresentações

Antes de mais, o direito de reserva. Em 1335, o Papa João XXII exige que as nomeações das igrejas da apresentação de Santo Tirso, ao vagarem, sejam agora da iniciativa do Papa ¹³⁹¹.

Note-se que, a 13 de Novembro de 1331, já Lourenço Mendes obtivera daquele Sumo Pontífice, uma expectativa acerca de qualquer igreja do padroado do nosso mosteiro ¹³⁹².

Mas, apesar destas reservas, há vários textos que se referem à apresentação de curas ou abades para igrejas dependentes do mosteiro de Santo Tirso, feitas pelo Dom Abade Lourenço Geraldês e seu convento. Registamos as que seguem:

Em 1342, o mosteiro apresentaria para cura de Vila Nova dos Infantes a Vicente Domingues, que o arcebispo de Braga, D. Gonçalo, confirmaria a 21 de Junho desse ano. O prelado bracarense marcaria, em prol do cura daquela freguesia, uma cõgrua de 40 libras ¹³⁹³.

Sete anos depois, a 27 de Fevereiro de 1349, o mesmo Abade de Santo Tirso apresentará ainda para a mesma igreja de Vila Nova dos Infantes a Miguel João, que o Vigário Geral de Braga, Estêvão Pires, confirmaria, *Sede Vacante* ¹³⁹⁴.

No mesmo ano de 1349 e no mesmo período de vacatura da igreja diocesana, foi confirmado como pároco de Sequeirô Vasco Raimondes que o Prior de Landim e o abade de Santo Tirso – igreja na dependência do regime de compadroado – apresentariam na cúria bracarense ¹³⁹⁵.

¹³⁸⁹ O quindénio era, de facto, uma taxa especial que Roma impunha sobre os benefícios incorporados nalgumas instituições, como mosteiros, lugares pios...

¹³⁹⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 294-294 v. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 113, p. 197.

¹³⁹¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 144 v.-145.

¹³⁹² CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 114, p. 198.

¹³⁹³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 41-42.

¹³⁹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 145. D. Gonçalo Pereira morreu a 22 de Dezembro de 1348 (Mons. FERREIRA – *Fastos*, vol. II, p. 159). Só meio ano depois é que a igreja bracarense seria provida em D. Guilherme pelo Papa Clemente VI, a 27 de Julho de 1349. O novo prelado, francês, era bispo eleito de Périgueux, Dordogne. João Pedro Ribeiro anota o facto de um documento de 9 de Fevereiro de 1349, do cartório de Santo Tirso, anunciar a vacância da igreja bracarense (*Dissertações*, vol. V, p. 154). Refere-se João Pedro Ribeiro à confirmação de Vasco Raimondes que citaremos de imediato. Acrescentamos mais este do final do mesmo mês.

¹³⁹⁵ Cf. art.º A apresentação das igrejas de Santo Tirso. O compadroado de Sequeirô. A confirmação do abade Vasco Raimondes (9 de Fevereiro de 1349), em JST de 23 de Abril, p. 3, e de 30 de Abril de 1993, p.3.

5. Algumas doações de D. Lourenço Geraldês

Antes de falecer – o que aconteceria pelos finais de 1360 ou começos do ano seguinte –, D. Lourenço Geraldês deixaria ao mosteiro certos casais para a ovelha da vestimenta e da enfermagem. O que parece condizer com a tese de que os abades da claustra vêm muito de trás...

O sucessor de Lourenço Geraldês – Vicente Rodrigues – ampliou as dádivas que o Bispo do Porto, D. Afonso Pires ¹³⁹⁶, confirmaria, em acto de visita ¹³⁹⁷.

Também ofereceria Lourenço Geraldês para a Câmara do Papa 300 libras, acto que o seu sucessor, D. Vicente, executou, em parte, a 8 de Novembro de 1361 ¹³⁹⁸.

6. Os bens monásticos: a sua defesa e salvaguarda

Apesar das cartas de protecção dos reis e pontífices e das penas que seviriam de contenção aos mais ousados – ou deviam servir ! –, os bens do mosteiro continuavam a ser foco de tentação, a que muitos – grandes e fidalgos, sobretudo – não conseguiam resistir.

João Pedro Ribeiro cita o caso de Afonso Vasques, escudeiro, ter devassado as propriedades de Santo Tirso, em Vila Nova dos Infantes, e de ter lançado mãos de muita coisa que levaria para o seu paço de Rio Mau. Das violências e assuadas fizeram queixa a el-rei o abade e convento de Santo Tirso. Mas sair-se-ia em defesa do agressor o Vigário Geral de Braga, pelo facto de Afonso Vasques gozar do privilégio de foro, minorista que o era !

Contestou o abade de Santo Tirso: que o minorista, como tal, antes do acesso às ordens maiores, pode perder o privilégio da sua condição. Como quando se mete, por exemplo, em casos proibidos !... Como quando se dedica a negócios profanos, com o abandono das obrigações canónicas, da tonsura, etc. Afonso Vasques – adianta o mosteiro – apresenta-se de barba crescida e de cabeleira farta, que lhe chegaria até aos ombros ¹³⁹⁹. Há certas modas de hoje que já são de ontem...

7. O termo da prelazia deste Abade

Por finais de 1360 ou começos do ano seguinte, houve de falecer o Abade Lourenço Geraldês. Pelo menos, o seu sucessor, D. Vicente Rodrigues – que assim se dirá, expressamente, em vários textos documentais, *como sucessor de Lourenço Geraldês* – foi confirmado pelo bispo do Porto ¹⁴⁰⁰, a 29 de Fevereiro de 1361 ¹⁴⁰¹.

¹³⁹⁶ Foi bispo do Porto desde 1359 a 1372. Era sobrinho do bispo portugalense D. Vasco Martins. Foi um dos que, em 1361, assistiram às revelações que D. Pedro fez do seu casamento clandestino com Inês de Castro.

¹³⁹⁷ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204.

¹³⁹⁸ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 136, p. 203.

¹³⁹⁹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 118, pp. 198-199.

¹⁴⁰⁰ O dito Afonso Pires.

¹⁴⁰¹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 135, p. 203.

15. D. VICENTE RODRIGUES (1361-1395 ?)

1. O início e o termo do abaciado de D. Vicente Rodrigues

Foi o último abade da claustra, eleito pela comunidade e confirmado pelo bispo do Porto, D. Afonso. Assim o garante o autor do *Índice de 1774* ¹⁴⁰².

Termina, pois, com este a série de prelados eleitos e vitalícios. À sua morte – e após um “interregno” de luta pelos bastidores –, surgirá a figura inesperada do primeiro abade comendatário, o galego Martim Aires ¹⁴⁰³.

Várias vezes, se afirmará de D. Vicente Rodrigues como sucessor de D. Lourenço Giraldes. Na posse efectiva da casa religiosa confirmá-lo-á o bispo da igreja portugalense, Afonso Pires, a 29 de Fevereiro de 1361. Do documento fez sumário João Pedro Ribeiro:

Carta de Colação do Abade do Mosteiro de Santo Thirso em Vicente Rodrigues elleito concordemente por morte de Lourenço Giraldes, e pelo mesmo Bispo (D. Afonso ?) confirmado e metido pessoalmente de posse.

Abade de Santo Thirso.

Episcopus vidit ¹⁴⁰⁴.

E, logo em 1361, a 8 de Novembro, dará execução a um compromisso que o seu antecessor tomara, face à Santa Sé. Diz, sumariando, o referido paleógrafo:

Instrumento de ter recebido o Colleitor do Papa em Portugal de D. Vicente Rodrigues Abade de Santo Thirso 150 libras das 300, que D. Lourenço seu Antecessor prometera para a Camara do Papa ao Colleitor das Hespanhas ¹⁴⁰⁵.

Abade, pois, D. Vicente Rodrigues desde 1361. Prior será Luís Domingues. Vê-lo-emos em texto documental que, dentro em pouco, se citará.

No que toca ao *termo ad quem* do seu abaciado, podemos já dizer que um texto documental de Novembro de 1396 supõe-no já falecido ¹⁴⁰⁶. E morreu D. Vicente Rodrigues, antes de 11 de Setembro daquele ano. É o que se deduz da confirmação dos privilégios do mosteiro ¹⁴⁰⁷, melhor, das suas restrições, na medida em que D. João I,

¹⁴⁰² Huma confirmação, que fez o Senhor Bispo do Porto D. Affonso Pires no anno de Christo 1361, que he a era de Cesar 1399 em Vicente Rodrigues Monge deste Mosteiro para Abade delle pela eleição que nelle tinham feito os Monges do dito Mosteiro: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 285 v.

¹⁴⁰³ Frei Leão de S. Tomás, no elenco dos Abades de Santo Tirso, ignora o Abade Vicente Rodrigues. Por outro lado, considera Martim Aires como Abade da primeira fase e enumera também, antes dos comendatários, Vasco Lourenço, aliás, Afonso Lourenço – que não tomaria posse – e Fernando Lopes do Carvalhal. Cf. *Benedictina Lusitana*, t. II, pp. 36-37.

¹⁴⁰⁴ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 135, p. 203. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 199 v., onde se diz que terá sido confirmado no dia 28. Cf. Ainda PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 285 v.: *Huma confirmação, que fez o Senhor Bispo do Porto D. Affonso Pires no anno de Christo 1361, que he a era . de Cesar 1399 em Vicente Rodrigues Monges deste Mosteiro para Abade delle pela eleição que nell tinham feito os Monges do dito Mosteiro*

¹⁴⁰⁵ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 136, p. 203.

¹⁴⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 263 v. Que era Presidente, agora, o Prior Castreiro Luís Domingues.

¹⁴⁰⁷ Quatro anos antes, a 23 de Novembro de 1392, obteve D. Vicente Rodrigues de D. João I a confirmação de todos os privilégios e liberdades da casa religiosa, a que presidia: Cf. MORENO,

muito embora reconheça a jurisdição cível do abade nos limites do couto de Santo Tirso, muito embora lhe reconheça, por acumulação, a faculdade de eleger as mesmas justiças¹⁴⁰⁸, limita-lhe o âmbito da escolha dos almotacés aos elementos do mundo secular¹⁴⁰⁹.

Assim começa o documento:

Dom frej Aluaro Gonçalves camello; prior do hospital: marichal da oste de nosso senhor El Rej seu meirinho moor entredouro: e mjnho e trallos monttes a quoanttos esta carta uirem: fazemos saber que nos fazemdo correicam: em o julgado de Reffoios de Ribadaue, foi nos dito, e dado em estado: que em o dito julgado auia hum Coutto que se chamaua de santo tirso: e que o abbade que era do mosteiro de santo tirso punha em o dito coutto officiais por si, pella qoal resam perante nos fisemos: citar luis Dominges Prior Cristeiro do dito mosteiro: e precurador: que disia que era del perquanto o dito mosteiro estaua vaguo e não auia abbade¹⁴¹⁰.

Julgo que até antes, pelo menos um ano. Há um documento de 2 de Abril de 1395 que já não o mencionará:

Instrumento, do qual consta ter recebido o Procurador do mesmo Fernando Afonso quinhentos e quarenta libras da Colheita do Prior e Convento de Santo Tirso¹⁴¹¹.

A colheita cobra-se do Prior e Convento de Santo Tirso, e não do Abade e Convento, como seria normal, se o Abade ainda vivo fosse...De qualquer forma, é um tanto ou quanto só de aproximação a maneira como o autor do Índice de 1774 balisará esta prelazia de D. Vicente Rodrigues, quando afirma que morreu pela era de Cesar de 1434¹⁴¹².

2. A rede monástica no nosso concelho

2.1. Agostinhos e beneditinos e o problema do Além...

Não é completa a seriação dos mosteiros de Santo Tirso, neste documento que D. Vicente Rodrigues subscreveu também. Foi um acordo de solidariedade espiritual tão só entre alguns conventos, beneditinos e agostinianos, em torno de sufrágios, à morte de qualquer religioso de qualquer destes mosteiros, a fazerem-se em todas as casas aderentes ao compromisso.

Três instituições do nosso perímetro municipal optaram pela sua integração nesta cadeia de solidariedade: o mosteiro beneditino de Santo Tirso e os dois agostinianos de Roriz e Vilarinho.

Humberto Baquero – *D. Soeiro Anes abade do mosteiro de Santo Tirso e a situação política do seu tempo*, em ACHLR, Santo Tirso, 1982, p. 370.

¹⁴⁰⁸ Ao contrário do que acontecia com os agostinhos landinenses, cujo Prior tão só as confirmava. Já nos referimos a esta situação.

¹⁴⁰⁹ Foi procurador do mosteiro Antoninho Martins, abade de Vila Chã, e que D. Vicente apresentara para pároco de S. João da Foz.

¹⁴¹⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 188. João Pedro Ribeiro data este documento de um ano adiante, de 11 de Setembro de 1397. Cf. *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 165, p. 210.

¹⁴¹¹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 163, p. 210.

¹⁴¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 287 v.

Interessante o pormenor da situação administrativa das três casas, hoje todas do concelho de Santo Tirso e da diocese do Porto. É que não foi sempre assim. Sobretudo no que toca ao problema da obediência episcopal.

A referência que no texto em causa se faz é posta em termos de um *questão de facto, e não de direito*. Isto é, sob o ponto de vista canónico, todos eles deviam ser da obediência ao bispo do Porto, conforme as decisões de Pascoal II (1115)¹⁴¹³ e de Calisto II (1120)¹⁴¹⁴.

Só que, na realidade – e precisamente na altura deste documento do sec. XIV, que vamos transcrever – as coisas rolavam doutra maneira. Assim, Roriz e Vilarinho estavam antes na dependência do prelado diocesano de Braga; o mosteiro beneditino de Santo Tirso – e, com ele, a paróquia secular de Santa Maria Madalena –, apesar da jurisdição metropolitana se exercer até junto das portas do mosteiro – à freguesia de Burgães arrebatará-a já o arcebispo da alçada da igreja portugalense –, continuava ainda na fidelidade ao bispo do Porto.

Efectivamente, neste pacto de solidariedade que se firmaria em Pendorada, a 24 de Agosto de 1387, os mosteiros foram catalogados em duas séries, tendo por critério a circunscrição diocesana. Depois, dentro de cada uma destas, far-se-ia uma redistribuição, tendo por lema, desta feita, a ordem religiosa: primeiro, os beneditinos; os agostinianos, depois.

E assim se encontravam separadas administrativamente aquelas casas religiosas que, desde 1882 – quando as incoerências da questão de direito e da questão de facto se limariam –, se situam já na diocese do Porto.

2.2. O texto documental

Lê-se no sobredito contrato que já transcrevemos, por inteiro, a propósito da malha diocesana, em que se inseria o convento de Santo Tirso:

(...) os Religiosos e honestos Dom Vicente Rodriguez Abbade, e o Convento do Moesteyro de Ssantotisso de Ribadave (...) da Hordem de Sam Beento do Bispado do Porto (...) e Dom Martim Anes, Prior e o Convento do Moesteyro de Rooriz, e Dom Joham Gonçalves, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilarinho (...) da Hordem de Sancto Augustino do dito Arçabispado (ou seja, de Braga) (...) ¹⁴¹⁵.

Assim, se terá mantido o nosso mosteiro de S. Bento numa atitude de resistência activa – e eficaz ! – à tendência de absorção do metropolitano de Braga.

Aliás, a justiça desta atitude reconheceu-a o próprio S. Geraldo, arcebispo bracarense, no acto de concórdia de 1101 ¹⁴¹⁶. Manifesta-o virtualmente, depois, a entrega do governo da igreja do Porto ao nosso abade D. Gaudemiro, por parte de D.

¹⁴¹³ CCSP, ed. da Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, pp. 1-3. Para a sua tradução, veja-se D. RODRIGO DA CUNHA – *Catálogo dos Bispos do Porto*, Parte II, Porto, 1623, pp. 5-8

¹⁴¹⁴ A Bula de Calisto II, em tradução portuguesa, com seu comentário, foi publicada no JST de 26 de Abril de 1996. O texto original latino vem no CCSP, pp. 3-5.

¹⁴¹⁵ O texto completo em RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. II, Lisboa, 1811, pp. 255-258. Cf. art.º *Uma cadeia de solidariedade entre Bentos e Agostinhos, no sec. XIV*, em EN, de Julho de 1995, p. 15.

¹⁴¹⁶ Cf. CORREIA, F. Carvalho – *A Matriz de Santo Tirso. Novas Perspectivas*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991, p. 136, ao n. 6.3. Aqui se diz que o mosteiro de Santo Tirso é da diocese do Porto. E S. Geraldo, arcebispo de Braga, é uma das partes que subscreve o documento. E, depois, o subscreveria também o seu sucessor Maurício Burdino.

Hugo, o responsável da diocese portugalense, em 1115¹⁴¹⁷. Deduz-se da incumbência que a este mesmo prelado do nosso mosteiro se lhe confiou, no mesmo ano de 1115, a de exortar, em prol da obediência ao bispo do Porto, as igrejas e mosteiros que indevidamente tinham passado para o campo da influência jurisdicional do arcebispo de Braga¹⁴¹⁸.

E o mosteiro de Santo Tirso manter-se-á numa fidelidade inteira ao seu pastor, pelos tempos adiante, como este documento de 1387, assinado pelo nosso abade D. Vicente Rodrigues, o mostrará. De resto, as visitas ao mosteiro fazem-nas o Bispo do Porto¹⁴¹⁹, como a confirmação dos abades ao mesmo prelado diocesano se confiará. Exemplar o caso mesmo de D. Lourenço Geraldês.

2.3. Os três mosteiros tirsenses, em 1387

Mosteiros	Ordem	Situação administrativa	
		Terra	Diocese
<i>Santo Tirso</i>	<i>Beneditino</i>	<i>Refojos</i>	<i>Porto</i>
<i>Roriz</i>	<i>Agostiniano</i>	<i>Negrelos</i>	<i>Braga</i>
<i>Vilarinho</i>	<i>Agostiniano</i>	<i>Negrelos</i>	<i>Braga</i>

3.A crise de 1385

3.1. A invasão do mosteiro

Como outros abades de Santo Tirso, era, possivelmente, D. Vicente Rodrigues oriundo da família patronal, ligado a João Rodrigues Pereira. Aderiu, com este, ao Mestre de Avis, ao contrário da maioria dos senhores e prelados de Entre-Douro-e-Minho. Daí a aversão camuflada ou aberta, de maior ou menor agressividade, especialmente do arcebispo bracarense.

Para confusão maior, a atitude fingida de algumas tropas. Entre estas, a do famoso camaleão Fernando Afonso de Samora. Invadiu e ocupou o nosso mosteiro: fugiriam os religiosos para o Porto, a casa sofreu delapidações que os comendatários que, a seguir vieram, não puderam remediar – ou não quiseram ! -, como se verá da visita de 1437¹⁴²⁰, de que, ao depois, falaremos.

Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, conta desta forma a ocupação:

Omde sabe que temdo elRei de Castella çercada Lixboa, como dissemos, e estamdo por ell amtre Doiro e Minho os logares que já ssom ditos, ajumtousse dom Joham Mamrrique Arçebispo de Samtiago¹⁴²¹ com muitas gentes de Portugueeses e

¹⁴¹⁷ Cf. D. Gaudemiro, *Abade de Santo Tirso (1092-1129 ?). Alguns factos da sua prelazia*, em JST de 31 de Julho, p. 11; e de 7 de Agosto de 1992, p. 3.

¹⁴¹⁸ Carta de D. Bernardo, arcebispo de Toledo, a D. Gaudemiro, publicada por C. Erdmann, em *O Papado e Portugal*, Coimbra, 1935, pp. 81-82. Traduzi esta carta no artigo citado, à nota anterior.

¹⁴¹⁹ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204.

¹⁴²⁰ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 201, pp. 220-227.

¹⁴²¹ Época difícil a deste arcebispo que se deve às tensões nas igrejas e nas instituições sociais, tão divididas entre as obediências pontifícias e civis. Este arcebispo viveu, com ardor e paixão, os reflexos destas situações que prejudicariam a lucidez necessária para uma acertada opção. D. João Manrique era sobrinho do que também fôra arcebispo de Compostela D. Gomes Manrique (1351-1362). Àquele assim o

Castellaños, pera correr e destroir toda aquella comarca, que voz tevesse da parte do Meestre; e os capitaães portugueeses que com ell viinham eram estes: Lopo Gomez de Lira, e Joham Rodriguez Porto Carreiro¹⁴²², e Fernam Gomez da Sillva¹⁴²³, e Ayras Gomes o velho, e Martim Gomçallvez dAtahide¹⁴²⁴, e Vaasco Gill de Foomteello, e Gomçallo Perez Coelho¹⁴²⁵.

E os capitaães gallegos eram: Fernam Perez dAmdrade, e BernalldEanes de Samtiago, e Garçia Rodriguez de Valcarçe, e Martim Samchez da Marinha, e PedrAllvarez e Paae Sorredea, e Joham Rodriguez de Bema, e Gomçallo Marinho, e outros; e tragiam todos ataa sete çemtas lamças, e dous mill homees de pee, todos gentes escolheitas, bem prestes pera pellejar.

Amdava mais naquella comarca huum cavalleiro castellaño, que chamavom FernamdAfomso de Çamora, homem bem fidallgo, acompanhado de oiteemta de cavallo mui boõs escudeyros, assi castellaños come doutra gente; mas este amdava apartado per ssi e com arte per esta guisa. Quando chegava aos logares que estavom por Portugall, dizia que era de teemçom do Meestre; e quando chegava aos que estavom por Castella, com poucas pallavras lhe fazia emtemder que era da sua parte; e assi amdava com aquelles seus comemdo e gastamdo a terra sem lhe contradizemdo nenhuma pessoa. E com este fingimento chegou a Samto Tisso de Riba dAve com suas gemtes, e lamçousse hi a follgar mui dessegurado de nehuum comtrairo que lhe aviinr podesse, sem poemdo sobre ssi alguuma guarda.

O Comde dom Pedro que estava no Porto como ja he dito, quando isto ouvio, disse aos da çidade, como sabia em çerto que aquell FernamdAfomso amdava com esta falssura. Quando elles ouvirom dizer que ell husava de tall arte, rroubamdo e gastamdo a terra, trasnouitarom sobrell huuma noite; e chegarom de madrugada ao logar hu jazia com todollos seus dessegurado e acharomnos aimda nas camas; e pero que ell trabalhou de sse deffemder quamto pode, e assi alguuns dos seus, nom lhes prestou nada, mas amte ouve hi feridos dhuuma parte e da outra, e mortos dos seus sete, e outros fugidos cada huum per hu melhor pode; e prenderom ell, e Affomssso Vallemça seu filho, e matarom huum seu sobrinho; e tomaromlhe os cavallos e mullas e todallas outras cousas que lhe acharom, e trouverom todo aa çidade; e jouve preso ell e o filho ataa que a frota depois foi pera Lixboa, e foi tomado em ella dos Castellaños como adeamte ouvirees¹⁴²⁶.

define um grande historiador: (...) *homem de fidelidades radicais e exclusivas tanto na politica dinástica como na obediência eclesial (...), de grandes apostas na carreira das honras e coluna do governo político e religioso de D. João I, inclusive nos momentos mais cruciais como a pretensão à coroa de Portugal.* Cf. GARCÍA ORO, José – *Historia de las diócesis españolas, Santiago de Compostela.* Tuy-Vigo, BAC, n. 14, Madrid, 2002, pp. 94-95.

¹⁴²² Era filho de Rui Martins Portocarreiro, alcaide de Montalegre e responsável da missão de fronteiro, na raia. Ligar-se-á a Dona Beatriz, casada com D. João I de Castela, e filha de D. Fernando e de Leonor Teles. Também dois dos filhos de João Rodrigues de Portocarreiro, que eram clérigos de Braga, perderiam os ses benefícios que tinham na igreja metropolitana e se refugiariam em Espanha.

¹⁴²³ Fernão Gomes da Silva tomara, igualmente, o partido de Dona Beatriz. Combatera no Entre-Douro-e-Minho ao lado do arcebispo de Compostela, chegando a tomar as fortalezas de Monsanto e de Penamacor. Fernão Gomes da Silva era o pai de Aires Gomes da Silva e de Tristão da Silva.

¹⁴²⁴ Martim Gonçalves de Ataíde, segundo Felgueiras Gayo, era filho de Gil Martins de Ataíde, fidalgo muito honrado no tempo dos reis D. Fernando e D. João I. Foi alcaide-mor de Chaves que teria tido por Castela e que não largaria ao rei de Portugal sem grande combate. Cf. *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. I, ed. de Carvalhos de Basto, Braga, 1989, p. 503.

¹⁴²⁵ Há um Gonçalo Pires Coelho que, segundo Felgueiras Gayo, era filho de Pedro Coelho. Teria servido o rei de Castela, passando a Guimarães ao serviço de D. João I. Cf. *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. IV, ed. de Carvalhos de Basto, Braga, 1989, p. 379.

¹⁴²⁶ *Crónica de D. João I.* Parte , c. 117, ed. INCM, Lisboa, 1973, p. 201.

3.2. A residência do mosteiro de Santo Tirso, no Porto

Consequência da ocupação de que acabamos de falar a fuga da comunidade monástica tirsense para o Porto. E foi bem recebida pelos moradores, apesar da relutância dos portuenses, face aos abades e monges beneditinos ¹⁴²⁷. Estiveram lá algum tempo. A meio de 1385, ainda de lá despachavam cartas de emprazamento:

(...) feyto na cidade do porto honde os dictos dom abbade e priol e convento estavam juntos com temor da guerra que avia entre portugal e castella ¹⁴²⁸.

Na curva descendente da grave crise, a comunidade regressou. E, em Outubro de 1385 – dois meses após a batalha de Aljubarrota -, já o Dom Abade Vicente Rodrigues e seu convento receberiam, com toda a solenidade, no mosteiro, o notável hóspede que era o mesmo rei, em pessoa, D. João I. A quem defendeu a sua causa lhes garantiu a sua casa... E voltaram os nossos monges a Santo Tirso. Ficar-lhes-á, porém, bem elevado o preço da “repatriação”.

Cicatrizes indeléveis da ocupação macularam, a fundo, o corpo da casa conventual. Na visitação de 1437 – ao tempo do comendatário Soeiro Anes –, além da decadência do espírito, a situação confrangedora das instalações: a degradação do mosteiro, a desordem da biblioteca, a ruína do tesouro... Metia dó a situação da moradia !...

Com os comendatários – e eles estavam à espreita, que logo à morte de D. Vicente Rodrigues se intronizaria o primeiro ! -, mais ciosos aqueles da recolha dos largos proventos a seu favor e dos familiares que do bem da casa religiosa propriamente dita, nada se poderia esperar que remediasses as feridas e promovesse a restauração.

Velho e degradado ia-se arrastando o mosteiro na noite escura dos comendatários, desde 1402 até 1588. Selvagem crescia a vegetação. E até os monges vegetavam decrépitos...

4. Duas visitas régias a Santo Tirso

Em capítulo especial, ao X, sobre o intercambio do mosteiro com a realza, algo dissemos das relações amigáveis entre D. João I e a nossa casa. Particularmente de duas visitas do monarca ao mosteiro, onde estadeou. Recupere-se a sua memória, ao capítulo supra-citado.

5. Confirmação dos privilégios e regalias do mosteiro. Algumas restrições

A 23 de Novembro de 1392, o rei D. João I consagra os direitos e garantias senhoriais da nossa casa:

Todollos priuilegios e liberdades e foros e boons vsos e costumes que ham e de que husarom ataa ho tempo delRey dom Fernamdo, nosso jrmãao a que Deus perdoe ¹⁴²⁹.

¹⁴²⁷ (...) *que nenhuns fidalgos de qualquer condição que fossem, nem donas, filhas dalgo, nem priores de Mosteiros, nem Abbades bentos nom houuessem na ditta cidade (scl., do Porto), e arraualdes, della casas nenhumas, em que morassem, nem fizessem hi estada perlongada (...)*, em CCLP vol. IV, p. 14.

¹⁴²⁸ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 154, p. 208.

¹⁴²⁹ BAQUERO MORENO, Humberto – *D. Soeiro Anes abade do mosteiro de Santo Tirso e a situação política do seu tempo*, em ACHLR (1979), ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, p. 370.

Mas já depois da morte deste abade, D. Vicente Rodrigues, D. João I – menos lembrado dos favores que recebeu e dos que ainda tencionava arrecadar ! – pôs restrições: que o almotacé fosse leigo, nunca um religioso conventual ! Serviu de juiz na definição dos direitos monásticos Luis Vaz, pelo meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho, D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo, Prior do Hospital. Tomaria a defesa dos direitos do mosteiro tirsense, o procurador P.e Antoninho Martins, do qual falaremos já a seguir.

Damos aqui um extracto da sentença – deixamos, para depois, a publicação mais completa do documento -, por onde sabemos que o Prior – vaga estaria, pois, a prelatura do mosteiro – apresentaria o documento da confirmação do Couto de Santo Tirso por D. Pedro ¹⁴³⁰; que o Procurador se fez eco das alegações da nossa casa; que o do rei lhes deu resposta; e que o juiz, o mencionado Luis Vaz, ponderadas as razões de ambas as partes, houve por bem limitar desta forma os privilégios e garantias dos monges de Santo Tirso. Assim:

(...) por sentença lhe deffendemos que daqui emdiante não podeseem por o dito mosteiro em o dito Coutto nenhum almotage que fosse frade nem cleriguo sob penna de pagarem a El Rei e os seus subseçores e seus couttos e perderem e jurisdicção do dito Coutto ¹⁴³¹.

6. O padroado monástico

6.1. O padroado da Foz: a mudança de seu estatuto

Abriu D. Vicente Rodrigues um mau precedente na igreja de S. João da Foz. Disso o acusariam, pelo menos, os nossos monges, um pouco mais tarde, ao tempo do comendatário Soeiro Anes ¹⁴³².

Na verdade, D. Vicente Rodrigues teria apresentado, como pároco colado daquela paróquia, um P.e Antoninho Martins – de quem acabamos de falar - clérigo não religioso, que fora, primeiro, abade de S. Mamede de Vila Chã, Maia ¹⁴³³, e raçoeiro perpétuo do mosteiro de Monte Córdova. Colá-lo-ia na Foz o bispo do Porto, D. João ¹⁴³⁴. E a tomada de posse dar-lha-ia o tabelião da Maia, no Julgado de Bouças, Vicente Esteves, em 1379 ¹⁴³⁵.

A mesma situação manter-se-á na governação do abade comendatário Martim Aires, que também apresentaria, nas mesmas condições e para a mesma igreja, um clérigo secular, seu parente, de nome Rodrigo de Vieire, confirmado a 14 de Abril de 1432 ¹⁴³⁶.

Só mais tarde, em 1449, é que reagiria, com mais vigor, a nossa casa – o abade Soeiro Anes e seu convento -, pelo que a paróquia da Foz acabou por ser reconduzida à sujeição de pastores, monges de Santo Tirso, *amovíveis ad nutum* ¹⁴³⁷.

¹⁴³⁰ Data da confirmação dos privilégios do couto por D. Pedro: 13 de Agosto de 1359. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0204, f. 204.

¹⁴³¹ Foi definida esta restrição aos privilégios senhoriais do mosteiro de Santo Tirso, a 11 de Setembro de 1396. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 188 e ss.

¹⁴³² Abade de Santo Tirso desde 1431 a 1455.

¹⁴³³ A paróquia de S. Mamede de Vila Chã era da apresentação do nosso mosteiro de Roriz. Cf. SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto*, ed. da Câmara Municipal do Porto, 1973, ff. 112, 206, 260, 293.

¹⁴³⁴ É o bispo do Porto D. João III, em cuja presença El-Rei D. João I casaria com Dona Filipa de Lencastre, na Sé do Porto, a 2 de Fevereiro de 1387.

¹⁴³⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 14.

¹⁴³⁶ A apresentação teria de ser feita antes de 8 de Dezembro de 1431, data em que Martim Aires trespassou para as mãos de seu sobrinho, Soeiro Anes, a abadia de Santo Tirso.

6.2. O estatuto jurídico da igreja de Burgães. O compadroadado da freguesia

Uma apresentação de Burgães, ao tempo deste Abade, mostra que esta igreja de Santo Tirso era dependente do nosso mosteiro e dos senhores da Casa da Lage. No *Livro de Mostras* do arcebispo D. Martinho Afonso de Miranda ¹⁴³⁸, dá-se conta do registo documental do abade de Burgães, Martim Esteves. Apareceria no Paço Arquiepiscopal e apresentou os seus títulos. Entre outras coisas que exibiu, a carta de confirmação da dita igreja, dada por D. Lourenço, arcebispo que fora, a 9 de Outubro de 1394, pela apresentação do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, e por alguns descendentes da linhagem de Gonçalo Martins da Lage e de Rui Pires da Lage ¹⁴³⁹.

Um compadroadado medievo, de que – após um período de inactividade pelas vacâncias em tempo de reserva, por renúncia ou reivindicação abusiva e contraditória da indigitação, por banda da Sé bracarense - emergirá aos finais do sec. XVIII - em concreto, em 1795 –, na posse solidária do nosso mosteiro e nele se vai manter até à abolição dos padroados, apesar da oposição, sem fruto, de Luis Correia de Abreu, o notável professor e pedagogo da Casa da Lage ¹⁴⁴⁰.

7. Para a história da arte sacra do nosso mosteiro

Já atrás nos referíamos a uma *grande cruz de prata dourada, cravejada de pedras preciosas*, que Dona Maria Anes, da família patronal, deixara aos nossos monges, pela sua morte, e de que se falou em documento de 7 de Agosto de 1279 ¹⁴⁴¹.

Outro objecto de prata – *uma taça* – que se deixaria ao mosteiro, igualmente *como lutuosa*. Numa sentença que deu, a 26 de Janeiro de 1367, Gil Pires, abade de Várzea de Ovelha, Vigário Geral do Porto, sendo bispo D. Afonso Pires ¹⁴⁴², a favor do mosteiro de Santo Tirso, quando era seu abade D. Vicente Rodrigues, o dito juiz condenou Afonso Romães, morador no lugar de Cela, S. Miguel do Couto, tutor de Lourenço Anes e de Margarida Anes, filhos que ficaram de João de Romães. Tudo a respeito de uma taça de prata de lutuosa, que se devia pagar, por morte do dito João de Romães ¹⁴⁴³.

8. As ovenças monásticas

Cada mosteiro tinha os seus serviços, melhor ou menos bem equipados: a *conductaria*, que tinha por missão o fornecimento da comida e da bebida; a *enfermaria*, que velava pelos cuidados de saúde, em prol dos doentes e dos debilitados; a *vestiaria*, que dispunha de receitas empregadas na aquisição de vestuário para os monges. E muitas outras oficinas conventuais, com pessoal e rendimentos especificados, para as mais diversas actividades, como a instrução – biblioteca, ensino...-, o *recibo*, a *fábrica da cera*, aqui em Santo Tirso, por exemplo...

¹⁴³⁷ Bula de Nicolau V, de 1 de Abril de 1449: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 14 v.- 15.

¹⁴³⁸ Arcebispo de Braga de 1398 a 1416.

¹⁴³⁹ ADB/UM, *Registo Geral* vol. 319, f. 97. Cf. CORREIA, F. Carvalho - *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I, Burgães, 1999, pp. 54-55.

¹⁴⁴⁰ CORREIA, F. Carvalho Correia – *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I, pp. 45-51; Vol. II 241-246.

¹⁴⁴¹ Cf. JST de 11 de Agosto de 1995, p. 3.

¹⁴⁴² Bispo do Porto de 1359 a 1372.

¹⁴⁴³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 261 v.-262. Um extracto desta sentença em *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro* doc. n. 141, p. 204. Cf. art.º *Para a história do património artístico do concelho. Duas joias medievais*, em JST de 26 de Novembro de 1993, p. 3.

Com os abades da claustra e a consequente divisão dos bens pela *mesa abacial e mesa conventual*, prelados houve que trespassaram a parte ou uma parte do que lhes competia para sustento e manutenção de alguns destes serviços.

Da *enfermaria* desta casa, já dela temos menção na fase pré-beneditina do mosteiro. Falámos de Gonçalo Pais, em 1060¹⁴⁴⁴. Quando os monges negros aqui se intalaram, houve a preocupação da melhoria dos cuidados e serviços de saúde. O abade Fernão Mendes¹⁴⁴⁵ e ainda Lourenço Geraldês¹⁴⁴⁶ dotariam, com a vestiaria, a ovença da enfermaria monástica. Igualmente este, de quem estamos falando, o abade Vicente Rodrigues, em 1364:

*Confirmação pelo Bispo do Porto D. Afonso visitando pessoalmente o Mosteiro de Santo Tirso da Doação de certos casais feita pelo Abade D. Lourenço Giraldez para a Ovença da Vestiaria e Enfermaria, aprovada e acrescentada pelo abade actual D. Vicente Roiz*¹⁴⁴⁷.

Como já escrevi, situar-se-á, em Burgães – e ainda hoje, no uso corrente – o lugar da *Enfermaria*. E julgo que assim se chamava, porque as propriedades do convento de Santo Tirso aí existentes estavam destinadas a apoiar a ovença monástica deste nome.

9. O domínio fundiário do mosteiro

Há muitas provas da imensa riqueza do nosso mosteiro, especialmente entre o Ave e o Douro. Algumas centenas mesmo de casais! E muitos outros, transbordando para fora destes limites...

Um documento que vamos citar nos dará conta já da divisão tripartida dos bens monásticos. Este abade de que estamos falando, D. Vicente Rodrigues, a 8 de Outubro de 1374, fez um escambo com Dona Aldonça Vasques, moradora na cidade do Porto: o prelado tirsense deu-lhe uma unidade de lavoura, *da sua mesa abacial*, sita na Colmeeira, freguesia de S. Veríssimo¹⁴⁴⁸ de Valbom, na honra de Gondomar, por um casal que a dita Dona Aldonça possuía em Outeiro, freguesia de Santa Cristina do Couto¹⁴⁴⁹. As vantagens mútuas de uma administração mais cuidada, porque sobre bens mais próximos da residência dos respectivos senhores...

10. Os dinheiros do mosteiro

Os grandes rendimentos conventuais alimentavam invejidades de muitos, do que resultariam pilhagens frequentes, apesar da vedação das leis, das bênçãos protectoras dos Breves Pontifícios e dos escudos defensivos das cartas régias.

Mas havia “extorsões” mais ou menos legalizadas: as “colheitas”¹⁴⁵⁰ do monarca, as cobranças dos dízimos, as exigências de maior ou menor constrição da Santa Sé, como

¹⁴⁴⁴ Cf art.º *A assistência em Santo Tirso. Notas soltas*, em RLAHST, n. 7 (Março de 1993) 34-35.

¹⁴⁴⁵ Cf. art.º *A assistência aos pobres, doentes e peregrinos no mosteiro de Santo Tirso, na Idade Média*, em JST de 29 de Abril de 1994, p. 6.

¹⁴⁴⁶ *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O Abade Lourenço Geraldês (1331-1361)*, em JST de 1 de Março de 1995, p. 3.

¹⁴⁴⁷ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204.

¹⁴⁴⁸ *S. Leixemo*, forma popular de Veríssimo. Assim se lê no texto original do escambo.

¹⁴⁴⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 236.

¹⁴⁵⁰ As colheitas eram certo foro e pensão que os vassallos pagavam ao príncipe ou senhorio, quando este vinha à terra uma vez cada ano e, não vindo, lha não pagavam. Porém com o rodar dos anos, se foi

o quindénio, mesmo sob a forma do apelo à caridade dos monges, em socorro de necessitados, até de longe, como em favor de populações de Itália, em aflição, por altura de calamidades ocasionais...

Empréstimos também, uma que outra vez, até ao próprio rei. Deste abade, como do seguinte, Martim Aires, que, a troco da generosidade e em paga doutras que se esperariam, recebeu até o nosso mosteiro em comenda... Favores mútuos que mutuamente se pagariam !

Vamos citar alguns documentos desta sorte, numa seriação cronológica, de sumários e extractos:

10.1. As extorsões de Roma

Ao Papa, ao seu colector em Portugal, dá D. Vicente Rodrigues, em 8 de Novembro de 1361, 150 das 300 libras que o seu antecessor prometera ao Colector das Hespanhas, com destino à Câmara pontifícia¹⁴⁵¹. Também a Roma se destina uma soma de dinheiro, cinco anos depois¹⁴⁵². A 2 de Abril de 1374, o Papa Gregório II constitui seu núncio nos reinos de Castela, Leão e Portugal a Jacob Sirano, cónego narbonense, Doutor em Decretos e seu capelão, para receber de todos os bispados, mosteiros, abadias, e igrejas um subsídio caritativo, para as necessidades da igreja de Roma, vexada e oprimida, na Itália, por invasores. Comete-lhe o Papa a quantia a recolher-se e dá-lhe autoridade para proceder contra os que duvidassem pagar¹⁴⁵³. De 29 de Abril do mesmo ano, Gregório II imporá, para este subsídio, duas décimas pela taxa já antigamente feita em dois anos, pelo mês de Maio. Exceptua algumas religiões isentas: a de Jerusalém, Cister e outras, para as quais já estipulara certa quota. Dá ainda orientações para a cobrança¹⁴⁵⁴.

10.2. As colheitas del-rei

De colheitas temos estas informações, por alturas deste abaciado tirsense de D. Vicente Rodrigues: em 2 de Setembro de 1363, por exemplo, Vasco Gil, tesoureiro do rei, na presença do escrivão do tesouro Domingos Anes, confessará que recebeu de D. Vicente Rodrigues, abade do mosteiro de Santo Tirso, cento e oito libras da colheita que o dito Senhor Rei havia de receber do dito mosteiro do ano que começou de S. João Baptista de 1400 e que acabou pelo mesmo dia de 1401¹⁴⁵⁵.

De 3 de Agosto de 1377 data um documento: João Carapeços, escudeiro de El-rei, é recomendado pelo monarca a Lopo Gomes de Lira, meirinho-mor Entre-Douro-e-Minho, para que possa desempenhar-se da função de sacador das colheitas dos mosteiros, igrejas, segundo um rol que lhe foi dado pelos contadores João Afonso e Lourenço Esteves¹⁴⁵⁶. Pois, logo de seguida, a 21 de Outubro do mesmo ano, já o nosso D. Abade de Santo Tirso, pagava 216 libras de dinheiros portugueses da moeda que,

introduzindo o pagarem-lha, posto que, com efeito e pessoalmente, não viesse. Cf. *Elucidário*, vol. II, p. 113.

¹⁴⁵¹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 136, p. 203. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 294 v.-295.

¹⁴⁵² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 294 v. – 295.

¹⁴⁵³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 294 v.

¹⁴⁵⁴ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 144, p. 205.

¹⁴⁵⁵ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 138, pp. 203-204.

¹⁴⁵⁶ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 145, p. 205.

nessa altura, corria em nome do dito Senhor Rei, das colheitas dos anos das eras de 1414 –1415, que se venceriam pelo dia de S. João Baptista de 1416 ¹⁴⁵⁷.

Mais um recibo do monarca de 16 de Agosto de 1386, onde se dá conta de ter arrecadado do mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave 108 libras da última colheita que El-Rei teria vencido, quando, na dita era, atravessou o rio Douro ¹⁴⁵⁸.

Em 21 de Janeiro de 1395, foi passada uma provisão régia, pela qual se fazia mercê a Fernando Afonso das colheitas que ao rei lhe pertenciam arrecadar dos Prelados, Beneficiados e Clérigos dos Bispados do Porto, Braga e Tui, pela sua ida naquele ano à Comarca de Entre-Douro-e-Minho ¹⁴⁵⁹. Logo de 2 de Abril do dito ano, há um instrumento, do qual consta ter recebido o Procurador do mesmo Fernando Afonso quinhentas e quarenta libras da Colheita do Prior e Convento de Santo Tirso ¹⁴⁶⁰.

¹⁴⁵⁷ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 146, p. 206.

¹⁴⁵⁸ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 157, p. 209.

¹⁴⁵⁹ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 162, p. 210.

¹⁴⁶⁰ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 163, p. 210. Como disse, é natural que, nesta altura, já tivesse falecido D. Vicente Rodrigues, já que é o Prior e convento que pagam, e não o abade e convento, como seria de esperar, se o abade vivo fosse.

SEGUNDA PARTE

A DECADÊNCIA NA BAIXA IDADE MÉDIA **E OS PRIMÓRDIOS DA CONGREGAÇÃO (1402-1588)**

INTRODUÇÃO

Entramos numa fase de inteira degradação dos mosteiros portugueses, sob todos os aspectos: espiritual, cultural, administrativo, socio-económico, etc., de que as visitas episcopais, os relatos dos viajantes, a correspondência particular, os processos que circulavam pelos corredores dos tribunais eclesiásticos ou civis, nos darão um esboço da situação da vida monástica, ao sabor dos abutres que impiedosamente e sem dó esventravam, por assim dizer, as entranhas mais sensíveis dos mosteiros, na cata, sobretudo, das riquezas que as paredes religiosas eventualmente possuiriam.

Tinham os reis os seus familiares que, naturalmente, gostavam se exibissem na maior ostentação. Quantas postulações à Sé Apostólica a exigirem se reservassem altos benefícios eclesiásticos, a favor dos membros da parentela real... Até sob a ameaça de um alfange, apontado, como espada de Dâmocles, à cabeça do Sumo Pontífice...

Faziam-lhe a corte os fidalgos que o serviam, na paz e na guerra, e aos quais, em forma de pagamento, os quereriam recompensar. Pois, nada mais fácil para execução do seu projecto, que fazer o que sempre, desde os tempos mais antigos, se viu praticado: roubar-se-á do cortelho do pobre a ovelhinha mais querida de seu magro rebanho, para que, com ela, matasse o rico de cem cabeças a fome de seu hóspede que, em sua casa, viria a receber ! Dava-se-lhes, pois, aos fidalgos e cortesãos, uma fracção bem acogulada, porém, dos rendimentos de um mosteiro. Em princípio, dois terços da renda do convento, a chamada *mesa abacial*. O restante, que já pouco – relativamente – seria, ficava de esmola ao sustento dos monges (*a mesa conventual*).

Quanto aos abades, continuavam, no que à cronologia respeita, atreitos a um sistema que vinha dos primórdios. *Não eleitos* agora, é certo. Mas *vitalícios*, como sempre teriam sido. Efectivamente, todos os comendatários regeram a sua função até à morte, fora casos de interrupção, por renúncia livre ou sob pressão das autoridades eclesiásticas – como, em Santo Tirso, o primeiro e último comendatário da série, respectivamente Martim Aires e o Card. Alexandre Farnese –, ou ainda por decisão forçada do mesmo monarca, como D. Miguel da Silva. O certo é que, no mosteiro de Santo Tirso, os comendatários suceder-se-iam sem interrupção – salvo um hiato que nada terá a ver com reticências ou juízos de valor sobre o sistema em vigência –, num período alongado de quase dois séculos, tanto quanto vai de 1402 a 1588. Tinham muito que explorar...

Se, no período dos abades eleitos, sobre as comunidades conventuais exerceriam funções interventivas os bispos – com a confirmação – e até os leigos – com a apresentação do prelado –, agora, o papel, no que toca à investidura abacial, depende, primordialmente da Cúria Romana que, pelas Bulas, que depois se executavam, nos tribunais diocesanos, detêm a última palavra, recobrando formalmente manobras larvadas dos interesses régios ou dos próprios Pontífices ou nobres mais influentes. Sabemos de nomes concretos de tantas forças deste género, que, em vários casos, manipulavam, com ou sem sucesso, os cordelinhos deste desenvolvimento tão obscuro como intrincado. Para a obtenção mais segura, servir-se-iam de intermediários que, entretanto, renunciavam, para, logo depois se resolverem problemas que serviriam de obstáculo à concessão imediata. Foi o caso do Card. D. Jaime.

E os comendatários alcançavam as benesses avulsas ou – caso tão frequente ! – por farta e escandalosa acumulação, apesar das incompatibilidades que deveriam excluir a rede complexa de acasalamentos. Se os nossos leitores quiserem ter uma ideia sobre tal coisa, vejam o que no corpo deste volume se escreve, a propósito do Cardeal Alexandre Farnese.

E, o que muito contribuiria para agravar a situação, o principio da bipolaridade. Foi ponto assente, ao começo: que a benefícios seculares concorressem seculares; como a benefícios religiosos os regulares das ordens respectivas. Ora o que veio a suceder foi exactamente o contrário, sobretudo quando se tratava da acumulação de benefícios monásticos mais rendosos: deles se tornariam abades ou priores clérigos seculares ou até simples leigos. Para cúmulo, muitas vezes dispensados de residir nas respectivas casas e da observância da regra da ordem que em título lhes coube. Os mosteiros beneditinos, os agostinianos – por exemplo, S. Vicente de Fora, Santa Cruz de Coimbra, o cisterciense de Alcobaça –, dada a sua riqueza, tornar-se-iam presa fácil dos comendatários. E estes – na expressão de Fortunato de Almeida – foram a ruína de muitas igrejas e mosteiros. Para o nosso de Santo Tirso, nada melhor constató-lo que o depoimento da visitação de 1437. Foram, por razões diferentes e por motivos de valoração mais grave ainda, o retrato antecipado das amortizações da década de 1830.

Vem a propósito lembrar também que, em 1514, criará El-Rei D. Manuel as chamadas comendas novas, a favor da Ordem de Cristo, com rendimento de 20 mil cruzados. Era uma forma de pagar os serviços que à Coroa prestassem os fidalgos, que, à sua custa e pelo período de dois anos, lutassem em África contra os mouros. Ora, um dos mosteiros que acabou vítima desta determinação manuelina foi o cenóbio tirsense de Monte Córdova, priorado do famoso mosteiro que S. Rosendo fundara na diocese de Orense e que ficará para sempre perdido para os monges de Celanova. Frei Benito de la Cueva dirá que grandes eram os frutos económico-financeiros daquele cenóbio, muito embora para eles fosse muito a perda dos bens espirituais: a sacrossanta relíquia da terra montecordubense santificada nos passos de S. Rosendo e regada nas lágrimas piedosas – que também de esperança e de alegria se chora ! – de Santa Ilduara...

Pois é de abertura a este período conturbado dos comendatários que servem de introdução as páginas que acabam de ler-se.

CAPÍTULO I

A DISCIPLINA INTERNA NO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO E A VISITAÇÃO DE 1437

1. Uma nota prévia

1.1. A invasão do mosteiro e a fuga dos monges para o Porto

Antes de mais, aqui deixo uma nota de importância para contextualização. Em 1395, morre o último abade vitalício eleito pelos monges: D. Vicente Rodrigues (1361-1395). E estamos no contexto subsequente da crise de 1385: as pretensões de Castela à posse da coroa portuguesa, com a posição pró-castelhana dos nobres e eclesiásticos, por um lado, e, por outro, com a reacção dos burgueses e dos populares a favor do Mestre de Avis.

No meio da confusão, a desordem particular do Entre-Douro-e-Minho: a invasão das tropas castelhanas ou pró-castelhanas, onde se destacava a figura do arcebispo de Compostela, D. João Manrique, e a de um outro grupo, independente daquele, que, vestido da pele de camaleão, desafiorava na ponta das lanças as ambições do seu oportunismo sagaz. Nesta segunda arremetida, Fernando Afonso de Zamora que a chefiava apressar-se-ia já a tomar o mosteiro beneditino da nossa cidade. Fogem os religiosos para o Porto, cujos burgueses – avessos a frades e fidalgos – até souberam receber delicadamente os nossos monges. E, durante meses, o mosteiro de Santo Tirso, funcionará no Porto.

Entretanto, as tropas castelhanas de Fernando Afonso de Zamora ocupavam, pilhavam e destruíam a edificação monástica. A insistência talvez dos monges de Santo Tirso, porém, em jeitos de reacção, as tropas fiéis ao Mestre de Avis, saídas do Porto, desalojam os invasores que, na refrega, deixariam o espaço do mosteiro pejado de sangue e de morte.

Para o acontecimento desta invasão, remetemos ao depoimento do cronista Fernão Lopes, que, no capítulo dedicado ao abadológico tirsense – a saber, ao cap. X, respeitante em concreto à prelazia de D. Vicente Rodrigues (1361-1395) -, demos em transcrição.

1.2. A praga dos Comendatários

Logo de seguida, como se aquilo pouco fosse, “assaltaria” o mosteiro a praga dos abutres: os comendatários. O Mestre de Avis – agora rei como o nome de D. João I – quer recompensar os fidalgos que o teriam auxiliado na conjuntura. E, passando por cima da apresentação dos padroeiros e do voto dos monges, impõe-lhes um abade comendatário, o fidalgo galego, Martim Aires, da estirpe dos Vieiras, da Galiza. Dois terços das rendas monásticas pertencem ao abade – a *mesa abacial* – que delas dispense em proveito próprio, até por testamento, coisa vedada que sempre fora aos abades eleitos. Aos monges, por seu turno, cabe-lhes a sorte de um terço, a chamada *mesa conventual*. E o mosteiro de Santo Tirso era o mais rico dos conventos beneditinos portugueses.

Era a paga do monarca. Já que Martim Aires – e consta de seu testamento – gastara quanto da Galiza trouxera – da família e dos abaciados de Santa Maria de Azeveiro e

de S. Justo de Toxosoutos, de que, anteriormente, se responsabilizado tinha –, em favor do nosso D. João I e de seu filho, D. Duarte. E há documentos de empréstimos de Martim Aires ao Mestre de Avis, que até estadeará por duas vezes no convento de Santo Tirso, uma delas, durante vários dias, ao tempo de Martim Aires. E outras coisas mais que em relações amistosas se demonstrariam.

O mosteiro estava em ruínas. E assim continuará. Pelas razões que ditas foram. A Martim Aires, apesar da oposição dos monges e dos padroeiros, sucederá um familiar seu, um sobrinho, galego também, de nome Soeiro Anes. Tanto ou mais ambicioso que o tio. E as coisas, no que toca aos prédios urbanos e rústicos – os passais – não se manteriam como estavam. Antes, pioravam, que a destruir basta o tempo que tudo devora...

Lema dos comendatários: acumular ao mais que se recebesse o que sobejasse do mínimo que a gastar se viesse...

2. A visitação de 1437

2.1. A visitação e as actas da redacção dos capítulos

A visitação foi tarefa difícil. Os problemas eram complexos e delicados. Por isso se desdobraria em duas ou até mais etapas, ao contrário do que era costume, que num só acto tinha consumação.

Esta de agora teve, pelo menos, duas fases. Em 5 de Dezembro de 1437, dar-se-á a visitação da responsabilidade de Pedro Vasques, Vigário Geral do Porto, em nome do Bispo, D. Antão. Dada a delicadeza da situação monástica tirsense, tomaria, nesta altura, duas atitudes: primeiro viu o edifício e passais da casa. E uma onda de tristeza lhe inundaria o coração. Viu o comportamento dos moradores. E ficaria amargurado. Pior que os destroços físicos a desgraça espiritual, que o era a adulteração mesma do ideal religioso naquela gente. Ouviu todas as partes em causa: abade, prior e monges. Soube dos moços e da sua vadiagem. Não quer, todavia, tomar para já as devidas decisões, sem consultar primeiro letrados, especialmente para casos gravíssimos que, aliás, não revela. Confessá-lo-á, um mês depois, a 27 de Janeiro de 1438:

(...) Lhe era compridoiro aver sobrello conselho de livros e leterados foy per ell espaçada a dicta visitaçam pera em esta cidade (Porto) proveer (...).

Para agora - 5 de Dezembro de 1437 -, limita-se a confirmar os capítulos de uma visitação anterior, a de D. Gil Alma, de 1401. Ainda não era abade de Santo Tirso Martim Aires¹⁴⁶¹. Mas, neste intervalo, ter-se-iam feitas outras visitasções. Uma até do actual bispo, D. Antão, de nome. Deste prelado, antes de ir (1435) para o concílio de Basileia-Ferrara-Florença, donde efectivamente não regressará. E, é natural, houvesse mais alguma visitação, neste intervalo, coisa, porém, de que não possuo algo que o testemunhe... Do sec. XIV, não podemos deixar de fazer menção de uma visita do bispo D. Afonso Pires, em 29 de Maio de 1364, onde confirmou a doação de certos casais feita pelo Abade D. Lourenço Geraldês, a favor das ovenças da Enfermaria e Vestiaria¹⁴⁶².

¹⁴⁶¹ Em Março de 1401, Martim Aires é só administrador do convento de Santo Tirso. E só, a 15 de Julho de 1402, é que nos aparecerá como abade deste mosteiro.

¹⁴⁶² CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204, com data de 29 de Maio de 1364.

2.2.O estado do mosteiro e as consultas dos letrados

Tempos adiante, após o regresso do Visitador, Pedro Vasques, ao Porto e, depois de consultados os advogados e mais peritos, elaborar-se-ia o relatório das capitulações que vamos ver, mas ainda com o adiamento, para outra ocasião, da tomada de pulso sobre casos pontuais e bem delicados. Donde, aliás, resultaria uma terceira etapa. Razões que bastam para a dilação: primeiro, havia negócios urgentes a resolver, no âmbito da diocese; segundo, os ditos casos muito particulares do convento de Santo Tirso e cuja solução exigiria uma reflexão muito ponderada e bem morosa, como era o problema dos infamados.

Nessa consulta, talvez na cúria episcopal, o Vigário Geral e Visitador – suponho eu – apresentará um conjunto de dados que colheu, durante esta visita ao mosteiro, do que resultariam em forma as capitulações. Não temos uma transcrição completa, mas apenas um extracto que fez, por 1790, João Pedro Ribeiro, que o datou de 27 de Janeiro de 1438. Dele, assim em palavras avulsas e soluçadas, podemos ler o que segue:

Bacheller em leis vigario geral do senhor dom antom bispo do porto... lhe era compridoiro aver sobrello conselho de livros e leterados foy per ell espaçada a dicta visitaçam pera em esta cidade proveer... huum bagoo¹⁴⁶³ de prata muito soblene e bem dourado... huum calez esmaltado no pee com leteras... semelhave... calez chaao... huum calez pequeno de comungar¹⁴⁶⁴... huum teisto coberto de prata alogares desfrolado... huum galo de pedra cristal¹⁴⁶⁵ com huum pee de prata dourado com reliquias... seis religairos... huma pedra de birullo... huum firmal pequeno com cinco pedras que parecem relicairo¹⁴⁶⁶... cetim de canpo azur toda brocada de rossas dourado dous veeos de res ... vestimentas festivaas¹⁴⁶⁷ de pano mourisco... o manto com folhetaria dourada...pano lixtado verde e amarelo... vestimentas fereeaes¹⁴⁶⁸... muito diosso¹⁴⁶⁹ huum bago de osso de marfim... hua brivia¹⁴⁷⁰ em tres volumes... livro dos moraaes de jo¹⁴⁷¹...das colaçoos¹⁴⁷² dos padres santos¹⁴⁷³... desposiçom¹⁴⁷⁴ do cantigo grãao¹⁴⁷⁵... dous volumes das desposiçoos¹⁴⁷⁶ dos evangelhos... dous

¹⁴⁶³ Báculo, símbolo de poderes jurisdicionais.

¹⁴⁶⁴ Cálice do Viático ?

¹⁴⁶⁵ Ostensório.

¹⁴⁶⁶ Citando este nosso documento, diz Viterbo: relicário de pé largo com figura de custódia ou portapaz, em que se guardam relíquias, que merecem os nossos cultos, segundo a sua qualidade: *Elucidário*, vol. II, p. 273, sub voce *firmal*.

¹⁴⁶⁷ Para dias solenes de festa.

¹⁴⁶⁸ Paramentos para dias comuns.

¹⁴⁶⁹ Velho.

¹⁴⁷⁰ Bíblia.

¹⁴⁷¹ Os *Moralia in Job* ou *Expositio in Job*, obra de S. Gregório Magno, foi começada em Constantinopla, sob forma de conversa entre os confrades daquela comunidade, e prosseguiria depois, em parte, *dictando*. Após uma reelaboração – na qual omitiria parte dos elementos recolhidos, e acrescentaria dados novos –, a obra alcançará uma certa unidade literária. Cf. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*, Editora Vozes, 2002, pp. 650-653 (da origem da obra e sua expansão, pelos conventos da Idade Média).

¹⁴⁷² Conferências.

¹⁴⁷³ Padres da Igreja e Escritores Eclesiásticos da antiguidade.

¹⁴⁷⁴ Comentário.

¹⁴⁷⁵ Assim se chamavam os 15 salmos graduais de David.

¹⁴⁷⁶ Comentários.

volumes das vidas dos santos... dous volumes do flos sanctorum ¹⁴⁷⁷ de letra rabuda ¹⁴⁷⁸ ... livro místico Santal Domingal ¹⁴⁷⁹ e misal todo conprido ¹⁴⁸⁰ ... livro mosegado e esfarapado ¹⁴⁸¹ a lugares... tres pistoleyros ¹⁴⁸² ... sinco psalteiros galegos ¹⁴⁸³ boos... há mester correição ¹⁴⁸⁴ ... dous missaes de sobre altar ¹⁴⁸⁵ ... huum proseiro ¹⁴⁸⁶ de glosias e quyrios... o faça correger e apostar... tesouro ¹⁴⁸⁷ os livros que jazem mal amanhados per o chaao... pam de trigo puro e estreme e por pessa... sem se fazendo... vinho botado... nom lho da quejando ¹⁴⁸⁸ he tiudo ¹⁴⁸⁹ ... monge domaayro ¹⁴⁹⁰ ... melhor que hi sever ¹⁴⁹¹ ... escusso de alo hir... jajuum... servidor da mesa e leente... doesta ¹⁴⁹² etraz mal de palavraz e nom lhe llo quer dar... trauta mal de palavras ... lhe de sem referta ¹⁴⁹³ alguma... descendendo aas outras pessoas que som aso ell mais honradas e elles os contente e lhe satisfaça... frades vindicos ¹⁴⁹⁴ e os meter na dicta hordem... huum coute de candea... dormem no dormidoiro destroido e deslapidado ¹⁴⁹⁵ ... empecivel ¹⁴⁹⁶ ... castiguem os moços de todalas rapazias astrosias ¹⁴⁹⁷ e royndades... se cavidem ¹⁴⁹⁸ de fazer... primeira segunda terceira segadas ¹⁴⁹⁹ (?)... todo boo encaminhamento e ajuda... sobreseemos ¹⁵⁰⁰ ora em ell... ¹⁵⁰¹.

2.3.As decisões capitulares

Vejamos os Capítulos. Não é poupado Soeiro Anes na visitação de 1437. Como nenhum monge, de resto ! Honrosa excepção: o Prior, Frei João Gonçalves. Bom clérigo, letrado, cordato e amigo dos religiosos.

¹⁴⁷⁷ Hagiografia peninsular, em oposição aos dois volumes anteriores que versariam de biografias de autores cristãos, em geral.

¹⁴⁷⁸ Caligrafia visigoda.

¹⁴⁷⁹ Missal dos Domingos e dias de festa.

¹⁴⁸⁰ Completo. Missal ferial, talvez

¹⁴⁸¹ Ou seja, livros com folhas rasgadas ou de todo mutiladas.

¹⁴⁸² Epistolários.

¹⁴⁸³ Os cento e cincoenta salmos em letra galega, ou seja, visigoda minúscula ?

¹⁴⁸⁴ Com nota explicativa de *preciza concerto*

¹⁴⁸⁵ Que não são Oracionais, nem Epistolários, nem Evangeliários, nem Graduais. Apenas com o *Ordo Missae* (?).

¹⁴⁸⁶ Os Proseiros são constituídos de prosa, ou seja, forma de música religiosa antiga derivada da sequência e que consistia num acrescentamento de palavras e música a uma melodia conhecida. As mais antigas prosas datam do sec. IX. Cf. SILVA, António de Moraes - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.^a ed., vol. VIII, Editorial Confluência, 1955, p. 781, col. 2.

¹⁴⁸⁷ Sacristia.

¹⁴⁸⁸ Qual, assim como, conforme.

¹⁴⁸⁹ É obrigado.

¹⁴⁹⁰ Hebdomadário. Ou seja, o que serve, por semana, nos ofícios divinos.

¹⁴⁹¹ Estiver.

¹⁴⁹² Injuriar.

¹⁴⁹³ Repugnância.

¹⁴⁹⁴ Talvez leitura defeituosa, em vez de *vinduos*, ou seja, aqueles que vêm de fora, de outro convento.

¹⁴⁹⁵ Bastaria o facto da ocupação das tropas galegas e castelhanas e a batalha com tropas fiéis ao Mestre de Avis, no espaço do mosteiro, demais a mais, apanhadas aquelas desprevenidas, de madrugada cedo a dormir – com a inoperância dos comendatários -, para explicar a triste situação.

¹⁴⁹⁶ Que causa dano.

¹⁴⁹⁷ Vícios.

¹⁴⁹⁸ Prevenir, acautelar.

¹⁴⁹⁹ Deve ser vegada (vez), e não segada...

¹⁵⁰⁰ Esperamos.

¹⁵⁰¹ Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 201, p. 220.

Ao prelado, considera-o o Visitador um ganancioso, arrogante, tirano, truculento, descaradamente libertino... Terá uma filha que casou com Álvaro Araújo, comendador de S. Tiago. E era monge !...

Se o Visitador, sob a inspiração de S. Bernardo, lhe recomenda *si non caste, saltem caute*, é porque não era nem cauto, nem muito menos casto... Um pecado que não seria, apenas, do abade. Aliás, se a paróquia de Santa Maria Madalena fornecerá clérigos seculares, filhos de monges, para candidatura a ordens na diocese de Braga, com certeza que o pai não seja de buscar-se, fora do mosteiro e longe do convento. Assim, se deu, com o caso de Fernão Soares. O notário bracarense registará: *filho de monge professo e de uma mulher solteira, da paróquia de Santo Tirso, diocese do Porto*. Dispensado por autoridade apostólica, receberá Fernão Soares ordens menores, a 25 de Fevereiro de 1458, na Sé de Braga, das mãos do bispo de Cróia, D. António ¹⁵⁰². Não me parece, todavia, que – mesmo na hipótese de ser o pai um beneditino tirsense – fossem piores os de cá que os de outras religiões ou de outras ordens. Assim o julgo. Ordinandos, filhos de frades, talvez em mais abundância, segundo a documentação de que disponho, se poderiam repescar nas redondezas dos eremitas de Roriz e de Vilarinho...

A divisão entre mesa abacial e mesa conventual – anterior aos comendatários, não nos esqueçamos – já nos diria da divisão entre a cabeça e o corpo da entidade monástica. E o pior é que, quando a divisão se alarga – o que facilmente acontecerá – para além das fronteiras do estritamente económico, então se a cabeça não regula bem...

As lutas entre ambas as partes, em Santo Tirso, vinha já das alturas da eleição de Martim Aires Aos começos do segunda quartel do sec. XV, agravaram-se com a política caseira daquele e do seu sobrinho Soeiro Anes. Nesta altura, com a instituição de abades e priores comendatários, muitas vezes alheios à ordem cuja direcção assumiriam, e partilhando de dois terços dos rendimentos monásticos, acelera-se, a bom ritmo, a deterioração. A divisão económica, era já anterior, como se disse, desde os tempos dos ditos superiores eleitos pelos monges e vitalícios. Mas escancarar-se-á agora, a todos os níveis: intelectual, moral, espiritual, disciplinar... Um fermento que iria corromper toda a massa.

Nós conhecemos tentativas – isoladas e avulsas, ou mais sistemáticas, mas sempre de geografia mais ou menos limitada, especialmente a norte do país e ao sec. XV e XVI, para remediar situações do mesmo género. Casos de D. Fernando da Guerra, D. João Fernandes, cónego da Sé do Porto e administrador do Bispado de Tui, na parte de Portugal ¹⁵⁰³. Para o sec. XVI, já aludimos às visitas de 1528 e de 1568, a respeito dos mosteiros de Vilarinho e Roriz ¹⁵⁰⁴.

Os males, no que toca ao mosteiro de Santo Tirso e à causa da sua decadência, viriam de trás. E podem explicar a barricada dos monges, face à tramoia de Martim Aires e sobrinho, a coberto das chuvas abundantes de tantas bênçãos apostólicas e romanas ! Já, nessa altura, em 1428, os monges lhe chamavam, a Soeiro Anes, mau administrador, que dava apoio a criminosos, com outros defeitos que não ousam explicitar. A repugnância coíbe-os de melhor e mais apropriada definição. Para bom entendedor, meia palavra basta !...

Quanto, em concreto, à sua castidade – ele que era monge beneditino e que professara em Santo Tirso -, veja-se um depoimento do cartório deste mosteiro que fala

¹⁵⁰² ADB/UM *Matrículas de ordens*, Pasta n.2, Caderno n. 1, f. 1 v.

¹⁵⁰³ MARQUES, José – *Aspectos da vida interna do mosteiro de Santo Tirso, segundo a visita de 1437*, em ACHLR, Santo Tirso 17-18 de Março de 1979, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, p. 212.

¹⁵⁰⁴ EN de Fevereiro de 1998, p. 9; de Março de 1998, p.9; e de Abril de 1998, p. 9.

da uma sentença de Pio Gonçalves, Vigário Geral do Arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa ¹⁵⁰⁵, com data de 4 de Julho de 1488 e onde se revela, virtualmente, a existência de uma filha sua. De facto, naquela sentença impor-se-á a Fernão Lopes do Carvalhal, abade de Santo Tirso, e a seu sobrinho, D. Francisco de Sousa – em quem renunciara o tio, mas cuja sucessão se não tinha ainda feito, pelo atraso no despacho das Bulas Apostólicas –, para guardar o prazo da Quinta, sita no Couto de Vila Nova dos Infantes, com todas as vinhas, herdades e foros, que lhe pertenciam, e o pão. Fora a Quinta adjudicada ao prazo da dizimaria da dita paróquia que Soeiro Anes, abade de Santo Tirso, fizera em prol de Álvaro de Araújo, *seu genro*, comendador de S. Tiago. Por correlação, a esposa do dito comendador era, pois, filha do abade, Soeiro Anes... Que aquele prazo se teria feito apenas em vida do dito Álvaro de Araújo; e que, à sua morte, ficaria então livre para o mosteiro ¹⁵⁰⁶.

Claro, que pior será quando o mau exemplo vem de cima. Por isso, já não haveria razões para espanto que, nesta mesma ocasião, possa haver outros exemplos deste género. O caso pode não ser de Santo Tirso, que outros mosteiros à volta haveria também, para além deste, do nosso Patriarca S. Bento. Recordo uma vez mais o caso de 25 de Fevereiro, a respeito de Fernão Soares e a sua ilegítima descendência de um tronco monástico de condição ¹⁵⁰⁷. Quando as causas estão à roda, pode desculpar-se-nos o trabalho de as investigar por bem longe...

E então o jogo !... O Visitador compara a cela do Abade – dir-se-ia, hoje – a um Casino. E este na verdade, a um autêntico mestre na dita arte dos prazeres lúdicos... E jogos a dinheiro... De resto, fora vício que se alastrara pelos súbditos. Até os lugares mais sagrados se profanavam com a jogatina: o claustro, a enfermaria e outras partes mais... Um fermento que, para mal de seus pecados, a toda a massa levedara.

A ambição material levava a rasto e de vencida a débil resistência do escrúpulo, se o houvesse !... O Visitador fala até de pessoas, adentro do mosteiro, infamadas, de cujo processo se tratará em seguida.

Um fraco rei faz fraca a forte gente ! O vício do jogo, o roubo, a preguiça, a falta de piedade, o desleixo da Livraria e do Cartório são bem o retrato concreto da degradação. Anos antes, o prenúncio nos acontecimentos trágicos de 1385, no terreno sacro do nosso próprio mosteiro, de que atrás mesmo já se falou... ¹⁵⁰⁸

O mosteiro de Santo Tirso ficará, pois, à mercê dos soldados. Ruína e devastação. E, depois, nem Martin Aires, nem *a fortiori* o sobrinho, Soeiro Anes, preocupados na exploração dos bens materiais deste mosteiro, algo fariam que remediasse ! Pelo contrário, subiria de tom a lástima daquela tragédia. E nenhuma estrutura resistiria física e moralmente aos efeitos do vendaval...

E dizemos, a todos os níveis. Não fora a pior das tragédias o menosprezo das estruturas intelectuais. Mas significativa o será: a cultura. E desta sintomático o desarranjo da Biblioteca e seu recheio.

A Livraria, ao sec. XV, não seria famosa. Uma vintena de exemplares, na primeira parte deste período. Mas não é total, repita-se, o catálogo que vai citar-se. E inadequado – ainda que inteiro fosse – para uma visão correcta do valor cultural da casa de Santo Tirso, em função das circunstâncias que, naquela altura, envolveriam a existência da livraria monástica. Salve-nos assim a desculpa de bom pagador...

¹⁵⁰⁵ D. Jorge da Costa, irmão do célebre Card. homónimo, e que foi arcebispo de Braga de 1486 a 1501. Suceder-lhe-ia o dito card. homónimo, seu irmão, de 1501 a 1505, como administrador da diocese.

¹⁵⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 150 v. – 151.

¹⁵⁰⁷ ADB/UM, *Matrículas de ordens*, Pasta n. 2, Caderno n. 1, f. 1 v.

¹⁵⁰⁸ FERNÃO LOPES – *Crónica de D. João I*, Parte I, c. 117, ed. da INCM, Lisboa, 1973, p. 201.

Mesmo incompleto, mesmo desculpada a instituição com as vicissitudes do tempo, reparos ficam no tocante a duas coisas: o descuido com que o depósito cultural se via tratado e a pouca solicitude dos frades para uma afinação do nível intelectual do mosteiro. Acrescente-se ainda como reparo a ausência de um interesse palpável pelas ciências menos especificamente religiosas. Se não tivéssemos outras vias para demonstrar o contrário, ao menos para outras épocas, teríamos que supor o nosso mosteiro como foco modestíssimo, no respeitante à cultura puramente profana. Ainda bem que outras fontes nos veiculam achegas, para revelação de aspectos mais positivos.

Quando o catálogo se elaborou, já a biblioteca de Santo Tirso sofrera estragos de vulto. Disso se ressentirá a listagem do sec. XV. Mais em concreto, de 1437¹⁵⁰⁹. E creio que duas causas, pelo menos, se responsabilizam dos danos. Primeiro, a decadência geral, que se agudizou com os comendatários, antes de mais. Veremos o que se diz dos escolares de Santo Tirso. E dos monges, só um parece letrado, o Prior ! Depois, um acontecimento político, já peculiar desta casa. É só trazer à memória o que dito fora sobre o que acontecera no palco do mosteiro de Santo Tirso, na data de 1385: a fuga dos monges, o assalto dos castelhanos, o aboletamento da tropa, a guerra subsequente para os desalojar¹⁵¹⁰.

O conteúdo da Biblioteca monástica, se o catálogo completo fosse, era pobre. Mas reflexo mais grave da decadência, o grande descuido pelo pouco que existia. Em 1437 – era abade, dizemo-lo de novo, o segundo comendatário, Soeiro Anes, galego -, no catálogo que o Visitador elaborou, encontram-se livros *dispersos pelo chão*, mal amanhados. Um outro, que o Visitador não identificaria, *mosegado e esfarpado*, ou seja, com mutilações e rasgaduras. O edifício mesmo da Biblioteca precisava de obras que se capitulariam...

Os códices que identificou distribuir-se-ão por estas categorias:

Sagrada Escritura e exegese. Uns dez-onze volumes deste género: uma Sagrada Escritura em três tomos (*hua brivia em tres volumes*). Cinco obras com os cento e cinquenta salmos de David (*sinco psalteiros galegos boons*). Mais, comentários ao Velho Testamento, em concreto, aos quinze salmos graduais de David (*Despuição do cantico grãao*); e ainda ao Novo Testamento (*dous volumes das desposiçoens dos evangelhos*).

No que toca a livros de espiritualidade, enumera o Visitador Pedro Vasques seis volumes. A saber: antes de mais, os *Moralia de Job*, de S. Gregório Magno, obra muito frequente nas livrarias monásticas da Idade Média (*livro dos moraes deajo*); as *Collationes* (conferências) dos Padres da Igreja (*Collaçoones dos padres santos*), trabalhos de reflexão espiritual; dois volumes de *Vidas dos santos*; um *Flos sanctorum*, em dois volumes, de *letra rabuda*¹⁵¹¹ menos alargada que a colecção anterior, a incidir esta última, sobre os varões ilustres de Espanha.

Livros litúrgicos (Oracionais, Leccionário e Cantoral): *Livro mistico*¹⁵¹² *Santal Domingall e misal todo conprido*; Epistolários, em 3 volumes (*tres pistoleyros*); dois Missais (*dois missaes de sobre altar*); *huum proseiro de glosias e quyrios*.

¹⁵⁰⁹ Resultante de uma visita ao mosteiro de Santo Tirso. Deste acto, que efectuaría o Vigário Geral do Porto Pedro Vasques, a 5 de Dezembro de 1437, há dois extractos: um de 1774 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 291 v. – 292); e outro, que fizera em 1792 o distinto paleógrafo, João Pedro Ribeiro. Cf. CRUZ, Dr. António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, pp. 221-227, que, mais amplo e mais completo, estamos seguindo nas nossas citações.

¹⁵¹⁰ Ver a monografia do mosteiro de Santo Tirso, ao vol. I, quando falámos do abade D. Vicente Rodrigues.

¹⁵¹¹ Caligrafia visigoda.

¹⁵¹² O Livro místico ou livro misto reunia (misturava) tudo o que era indispensável para a missa e ofício festivo e andava diperso por diversos livros. Era uma tendência para os livros plenários. Poderia

Livros de história – excepção feita para a hagiografia, misturada com a espiritualidade – nenhum ! Apesar daqueles que teriam sido elaborados no próprio convento de Santo Tirso: *os Annales Portucalense Veteres e o Livro Velho de Linhagens*¹⁵¹³, mai-la história bem ordenada da tensão entre o mosteiro de Santo Tirso e o arcebispo de Braga, S. Geraldo, em 1101. Dos autores clássicos latinos, nem uma palavra !... Não obstante o convento ter uma boa tradição, até no campo da criação literária, como se pode concluir da inscrição fúnebre, em verso – hexâmetros dactílicos – das duas devotas Aldara e Urraca. É certo que, em 1437, mal se sentiriam ainda, em Portugal, os ventos do humanismo renascentista. Mas a cultura clássica, no nosso mosteiro, não foi ignorada na Idade Média.

O Visitador de 1437, com certeza, não inventariou o recheio bibliográfico do convento. Cingir-se-á à citação de algumas obras. Pelo menos, as duas transcrições que temos desta visita são, apenas, extractos - capitulações parciais - ou sumários. Apenas – ou quase só - do que estaria mal, ou mal acomodado...

O ambiente que se pode adivinhar, através de algumas orientações que vai impor, é de molde a fornecer a explicação do estado da Livraria: obras na Biblioteca (*Mandão-se fazer mais outras obras na Torre e Livraria*); reparações de alguns livros (*que faça concertar os livros desencadernados*); ordem para que se adquiram alguns volumes (*e fazer hum Breviario, entregando o do Convento no thesouro - sacristia -, para quando for necessario dizer Missa no Mosteiro, e rezarem por elle os Enfermos, como era costume*); a recolha cuidadosa no tesouro dos livros litúrgicos (*o faça correger e apostar... tesouro os livros que jazem mal amanhados per o chaao*).

Quanto àqueles que se adivinhavam ou em quem se apostaria como futuros noviços e professores – os pupilos – que os formem nas letras e na espiritualidade, em vez de andarem a roubar, pela Quinta, e a jogar, até nas dependências mais sacrossantas do mosteiro -, assim recomendará o Visitador.

A decadência cultural era patente e visível na ruína do espaço da Biblioteca e no abandono a que se votavam os livros. E, a julgar pelos novos – os pupilos – , o futuro não abonaria presságios nem ventos de mudança. Os alunos sem ideal, os monges sem dedicação pelas letras transpunham para uma dimensão mais funda – a interior – a decadência, de que era tão só espelho o amanho da Livraria e a indisciplina dos escolares.

2.4. O texto da visitação

Vejam os textos desta visitação. Uma forma de sumariação alargada de João Pedro Ribeiro. Não é, pois, formalmente, o texto da própria acta capitular, tal como o secretário da visita a teria redigido. Efectivamente, a linguagem propriamente dita de uma acta de visitação, na parte mesma dos capítulos, é dominada pelo discurso directo, com utilização da primeira pessoa (do plural) no indicativo presente: *mandamos*. Ou formas paralelas. Depois, nesta formulação, segue-se a conjunção integrante *que*. Ao passo que, na redacção presente, utiliza-se a terceira pessoa. Assim, na acta deveria

constar de vários volumes. O de S. Julião de Paços tinha dois: um desde Santo Acisclo (17 de Novembro) até ao Domingo de Carnaval; o outro, desde o Entrudo até Santo Emilião (12 de Novembro). Cf. COSTA Con. Avelino de Jesus da – Páginas do Diário do Minho, Braga, 2008, p. 189.

¹⁵¹³ MATTOSO, José – *O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa*, em STBCC I (1977) 100-119. Quanto ao Livro Velho de Linhagens, ponho as minhas dúvidas à opinião de J. Mattoso. Um monge desta casa não poderia ignorar que o orago do mosteiro sempre foi Santo Tirso. Nunca S. Nicolau...

estar: *Mandamos ao abade que não misture centeio ou milho no pão.* E aqui vem o discurso indirecto: *manda-se ao Abade não misture centeio ou milho no pão.* E outras coisas mais...

Vamos, pois, ao texto, tal como o recolhera João Pinto Ribeiro:

A 5 de Dezembro do anno de 1437, se procedeo à Vizita do Mosteiro de Santo Thyrso por Pedro Vasques Bacharel em Leys, Vigario geral do Bispo do Porto D. Antom, e mandando-se observar os Capitulos de Vizita do tempo do Bispo D. Gil Alma feitos a 5 d'Abril da Era 1439, por elle assinados e Sellados com o seu Sello de Cera Verde nas Costas ¹⁵¹⁴ se espaçou a mesma Visitação para quando se recolhesse á Cidade do Porto, por querer consultar a respeito della livros e leterados.

2.4.1. Inventário das alfaiaas

Principiando com o Inventario da mobilia do Mosteiro em que se especificão varias peças de prata, e livros: se manda desfazer algua prata velha, concertar algumas peças com a mesma ¹⁵¹⁵, e ao Abbade que entregue outra que tem em seu poder a quem tem a chave do thezouro ¹⁵¹⁶. Que mande fazer duas Vestimentas ¹⁵¹⁷ feriaes ¹⁵¹⁸ de pano de linho de valor de doze reis a vara ¹⁵¹⁹, tingindo tanto do dito pano que abaste aos regaços e bocaes das Alvas, Estollas, e manipulos: que faça conçertar os livros desencadernados, e fazer hum Breviario, entregado o do Convento no thesouro, para quando for necessario dizer Missa no Mosteiro, e rezarem por ele os Enfermos, como era costume; penna de mil reis brancos, para as obras da Se ¹⁵²⁰. Mandaõ-se fazer mais outras obras na Torre ¹⁵²¹ e livraria.

2.4.2. Resolução dos Capitulos do Convento contra o Abbade D. Sueiro Annes ¹⁵²²

1.º Mandasse ao Abbade não misture senteo, ou milho no pam: penna de Excomunhaõ ipso facto.

2.º Que dê o vinho aos Monges desde o S. Miguel athe o S. Martinho puro, e dahi em diante quartado d'agua ¹⁵²³.

¹⁵¹⁴ A visitação de D. Gil Alma foi, pois, a 5 de Abril de 1401. Este bispo do Porto já estava eleito e confirmado como prelado da Sé portugalense em Agosto de 1399. Foi transferido para a Igreja de Coimbra, onde já, como tal, se encontraria, a meio de 1407.

¹⁵¹⁵ Muitas vezes, se observará na documentação do mosteiro este tipo de intervenção: desfazer peças de prata velha, para, com a mesma, se executarem obras mais perfeitas ou ao gosto mais actual. Só um abade geral vi eu, mandaria que, em vez de se refundirem, se guardassem antes as peças antigas num como que museu. O valor artístico das peças cairia bem no gosto deste abade...Infelizmente, modelo que não se preludiou nem, ao depois, se copiaria !

¹⁵¹⁶ Sacristia.

¹⁵¹⁷ Casulas. Melhor, todas as peças litúrgicas – alvas, estolas, manípulos...- que se exigem para a celebração litúrgica da eucaristia. Cf. *Elucidário* de Viterbo, t. II, p. 629.

¹⁵¹⁸ Para a semana.

¹⁵¹⁹ A vara mediria, em geral, 1,096 m, ou à volta deste tamanho, que as variantes eram imensas.

¹⁵²⁰ do Porto.

¹⁵²¹ Uma torre – eram duas, uma mais alta que outra – da igreja trecentista cairá antes de 1452. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, t. II, p. 222.

¹⁵²² Soeiro Anes, que era monge de Santo Tirso, foi abade de Tibães (1414–1431) e de Santo Tirso (1431-1455).

¹⁵²³ Quanto à qualidade do pão e do vinho, exige-se que seja puro, não misturado: nem pão de várias farinhas, nem vinho, que seja resultante da combinação de várias qualidades. O pão, assim, deve ser de trigo, e não meado ou terçado, com adição de centeio ou milho. E o vinho, segundo as Constituições de 1629 – que são posteriores a esta visita e já depois da Reforma que se concretizaria na Congregação –

3.º *Que dê azeite no Advento e Quaresma pela semana huma vez e nos Domingos pela menham e à noute; e o mesmo nos dias em que os Monges haõ pam de jejum*¹⁵²⁴; *mas os que nesses dias deixarem de comer no refeitório, sem legitimo impedimento, perderaõ o Azeite. Na parte em que neste Capitulo se manda dar o Azeite nos dias de jejum o poz o mesmo Abbade por Agravo.*

4.º *Que as terças feiras lhe dê hum*¹⁵²⁵ *pam de jejum e huma Quarta de Vinho*¹⁵²⁶, *que são vinte e dous dozaus*¹⁵²⁷, *quando o Abbade queria sô dar huma Canada*¹⁵²⁸ *a cada hum Isto poz taõbem por agravo.*

5.º *Que dê a reçaõ de pam e vinho aos Serventes da meza e leitores, e que estes leiaõ, o que naõ faziaõ*¹⁵²⁹. *Poz por agravo.*

6.º *Que naõ trate mal de palavras aos Monges, quando lhe pedem Vinagre, Sal e panellas que lhe deve dar: penna dexcomunhaõ*¹⁵³⁰.

7.º *Que dia de Ramos dê meya duzia de Saveis, e outra meya na Quinta feira de lavapes*¹⁵³¹.

*Poz por agravo esta segunda pitaça*¹⁵³².

deveria ser maduro e são, sem água, nem misturado com vinho verde. Cf. *Constitutiones monachorum nigrorum Ordinis Sancti Patris Benedicti Regnorum Portugaliae*, p. 229. Apenas se permitirá, nesta visitação de 1437, um doseamento de água no vinho, desde o S. Martinho (11 de Novembro) até S. Miguel de Setembro (29 de Setembro), quando as disponibilidades de fornecimento não seriam as melhores. Quanto à quantidade, a regra será que, de pão se distribuisse a cada frade, diariamente, uma libra – à volta de um quilo de pão – e uma hemina de vinho, ou seja, o correspondente a uma medida que se situa por entre o meio e um quartilho. Isto, segundo a Regra de S. Bento, que não agora, como diremos dentro de pouco.

¹⁵²⁴ O pão de jejum creio ser o de um terço da libra. Assim como a medida do vinho, nestas colações, seria de metade da hemina, ou seja de nove onças tão só. Após a Congregação. Não agora, como vamos ver. Do relatório de Frei Alonso de Zorrilla se saberá que, na época das comendas, os frades viveriam como “proprietários”: cada um recebia do abade as suas rações que guardava na cela e as mandaria cozinhar por um criado...

¹⁵²⁵ Vê-se que o Prior, em nome da comunidade conventual, se queixava ao Visitador de que o Abade se recusaria a fornecer não só pão e vinho puros, mas até mesmo outras coisas mais suplementares, como o azeite.

¹⁵²⁶ A quarta de vinho, creio ser a quarta parte de um almude, que são doze canadas. A quarta seriam, pois, três canadas a cada monge. Claro, a distribuição era semanal. Visto isso, às Terças-feiras. Talvez que, no que respeita ao vinho, houvesse no mosteiro sinal de relaxamento, que a hémina diária, permitida por S. Bento aos seus monges, seria menos de um quartilho por dia. Nesta exigência dos frades, em 1437, e com a capitulação do Visitador, ultrapassava-se bastante o prescrito pelo Santo Patriarca. Três canadas por semana equivalem a 12 quartilhos, o que excede, quase pelo dobro, a regra de S. Bento.

¹⁵²⁷ O dozoão, como o seu nome indicará, seria a duodécima parte da canada.

¹⁵²⁸ Menos de metade do que deveria dar.

¹⁵²⁹ O Refeitório era um lugar de silêncio, apenas quebrado pelo leitor. Não que se banisse a comunicação. Só que esta se fazia mediante um código elaborado de linguagem gestual. Também as Constituições de 1629 retomavam a tradição: *Determinamos que no Refeitório haja sempre a leitura, no decurso da primeira mesa. E até na segunda, se presentes aí estivessem mais de quatro monges* (ib. p. 229). Quanto aos serventes, mandavam estas mesmas Constituições que, para um tratamento igual dos comensais, servissem, numa semana, a mesa da direita, e, na outra, a mesa da esquerda. E assim por diante... Note-se que os criados e os cozinheiros e os serventes receberiam uma porção extra de pão e de vinho uma hora antes da refeição. O leitor comia antes mesmo do exercício da sua tarefa, no Refeitório. A esta pequena refeição se daria o nome de *mixtum*.

¹⁵³⁰ Vê-se que Soeiro Anes, ou não fornecia os alimentos ou os adulterava, na qualidade. Ou então os forneceria, sim, mas de má catadura.

¹⁵³¹ Quinta-feira Santa. Também se obrigará o Abade a dar aos frades do convento pão quente e a colação de vinho puro, neste mesmo dia de Endoenças.

¹⁵³² De *pietas*. Ou seja, um prato suplementar, para além da refeição ordinária. Por estes e outros dados se poderia reconstituir parte do Costumeiro medievo de Santo Tirso.

8.º *Que lhe dê meyo almude de vinho para a Collação das festas de quatro Capas e dois em Alvas, salvo se os convidar para fazer com elle collação, o que serão obrigados a aceitar, por obediencia e reverencia. Poz por agravo.*

9.º *Que diga as Missas das Festas de quatro Capas, pelas quaes leva duas Vestiarias, e estando legitimamente impedido as diga o Prior, ou os outros por sua Ordem, a quem elle contente, e satisfaça, visto ser sua a obrigação*¹⁵³³.

10.º *Que pague ao Convento o dizimo das Searas de pam, vinho, e de todas as couzas que lavra, e cria no Mosteiro. Poz por agravo não lhe receberem por tudo a Pipa de vinho, como faziaõ a seu Thio, e Antecessor*¹⁵³⁴.

11.º *Que entregue a Caza da Ovença, em que o Ovençal do Convento hade guardar os penhores, ou outras couzas, e lhe dê a chave*¹⁵³⁵. *Poz por agravo.*

12.º *Que entregue ao Convento seis marcos de Prata que seu Antecessor a sua morte lhe mandou satisfazer por duas reçoins, a que lhe faltara, pedindo-lhe perdaõ*¹⁵³⁶: *visto ser divida do mesmo Antecessor. E por se lhe não attender ao allegado, que o mesmo era seu Frade*¹⁵³⁷ *e como tal não tinha bens, nem poder para testar; o poz por agravo.*

13.º *Que leve com effeito o Abbade as duas reçoins*¹⁵³⁸ *de carne, e pescado da Condoitaria*¹⁵³⁹ *do Mosteiro, não obstante quitarem-lha os seus antecessores, o que a elle não obrigava: e que cumpra as suas obrigaçoins, como deve.*

14.º *Que não receba Monges vinduos de outro Mosteiro sem licença do seu Mayor, e a votos da mayor e mais sam parte da commuidade: tendo voto de desempate*¹⁵⁴⁰.

15.º *Que a hum Diacono que havia no Mosteiro de meya reçaõ, segundo o costume das outras Ordens do Bispado; mas se quizer continuar a dar a mesma inteira a outro que ahi havia, como voluntariamente fazia, lhe seja livre, ainda que o mesmo não faça ao outro.*

16.º *Que lhe dê pam quente dia de Endoenças, e collação de vinho puro.*

17.º *Que dê ao Prior o couto de candêa para buscar a Claustra, e fechar as portas, ainda que delle não precise para ver os Monges que dormem no Dormidoiro, posto que agora lâ não dormem*¹⁵⁴¹.

¹⁵³³ Estes últimos capítulos dizem respeito às obrigações do Abade, no tocante às celebrações dos actos religiosos, nas festas mais solenes, ou para se substituir ou para satisfazer, nestas circumstancias concretas, às obrigações de certas pitaças a favor dos monges.

¹⁵³⁴ Martim Aires pagava ao convento os dízimos das colheitas e dos frutos dos passais. Ao fim e ao cabo, tudo se reduziria a uma pipa de vinho. O mesmo obrigaria o Visitador a fazer, nesta capitulação com que onera os ombros do sobrinho daquele, Soeiro Anes.

¹⁵³⁵ As ovenças monásticas são as diversas oficinas do mosteiro, à frente das quais o abade punha um responsável (Cozinha, Dispensa, Enfermaria, Livraria, Depósito, Celeiro...). Soeiro Anes, por asoerbaância do poder, gostaria de ultrapassar as competências dos responsáveis que, para tal, foram eleitos... Ver-se-á adiante o problema da Enfermaria. Também a chave desta ovença estaria nas suas mãos. O Visitador tira-lhe as chaves da ovença, onde os penhores se guardariam, para as dar ao Prior, que seria pessoa mais sensata para escolher o ovençal mais adequado ao bom funcionamento desta instituição.

¹⁵³⁶ Martim Aires fez o seu testamento a 21 de Agosto de 1433. Morreria oito meses depois, a 27 de Abril de 1434. Naquela data, o tio lembrar-se-á da dívida de duas rações ao convento, pelo que, em paga, lhes deixa, aos monges de Santo Tirso, 6 marcos de prata. Assumiria o ónus Soeiro Anes, a que, porém, faltaria. Só agora, em 1437, é que os capítulos da visitação lhe lembram a necessidade do cumprimento.

Soeiro Anes era frade de Santo Tirso: aqui professara quando o tio, Martim Aires, era o abade deste mosteiro. Teria alegado esta condição, para se esquivar ao compromisso: era monge, não tinha bens, nem podia fazer testamento. O Visitador não foi em cantigas !...

¹⁵³⁷ Entre parêntesis *Tinha renunciado*

¹⁵³⁸ O correspondente aos dois terços da mesa abacial. O Celeireiro forneceria as rações.

¹⁵³⁹ Celeiro.

¹⁵⁴⁰ Em Capítulo, e por maioria de votos, se resolverá da aceitação de um frade estranho. E, sobretudo, a que o seu superior tenha dado prévio consentimento.

18.º *Que dê ração aos Monges* ¹⁵⁴² *no dia em que chegarem de negocios do Mosteiro, e assim o jurarem: salvo se lhe constar já terem outra vez jurado falço, porque então o provarão por testemunhas.*

19.º *Que estando na Igreja ou Claustro, aonde houverem de pedir os Monges licença, seja este quem lha dê, ou negue, segundo entender, sem os escandalizar de palavras ou obra; mas não estando naquelles lugares, o Prior as possa dêr de sino a sino* ¹⁵⁴³.

20.º *Que entregue ao Prior a chave da Enfermaria, a qual sô este podera confiar de pessoas munto capazes, visto o abuzo que atheli fazião os Moços* ¹⁵⁴⁴ *daquella Caza para couzas deshonestas.*

21.º *Que lhe dê esterco paraa horta, visto lhe não dar as Verças* ¹⁵⁴⁵ *como se fazia nos outros conventos.*

2.4.3. Capítulos do Abbade contra o Prior

1.º *Que sô na auzencia do Abbade supra as suas vezes, em ter cuidado, que o Thesoureiro* ¹⁵⁴⁶ *faça tocar o sino a horas ao Coro; mas como o mesmo Abbade se occupava em jogos, e outras couzas não convenientes a sua Ordem, e Estado, e o Prior que sempre assiste ser de boa vida, e costume, não lhe possa o Abbade revogar as pendenças* ¹⁵⁴⁷ *que impozera aos Monges, antes pela Authoridade ordinaria, que lhe facultaõ, possa suprir as negligencias do mesmo Abbade, taõ somente no que respeita às Culpas dos Monges, e correcção espiritual do Mosteiro; mas não sobre a pessoa do mesmo Abbade.*

2.º *Que não obstante ser criminado o Priôr pelo Abbade que he negligente em impor as penitencias, e na correcção espiritual, e que sô impoem por odio as mesmas penitencias, e não a todos os que as merecem: defendendo-se este, que isto se lhe imputa por odio que lhe cauza o elle requerer as reçoins, e direitos seus, e do Convento, tendo-os ameaçado no tempo da Vizita; como lhes consta ser o dito Priôr bom Clerigo Letrado, e de boa eixpressiva, e de quem os monges seus Discipulos, que ahi tem, he sô admoestado que continue a fazer a sua obrigação, e se lhe entreguem os Capítulos que delle dava o Abbade, avendoos, e achando que erra em alguma couza, a emende: em virtude de obediencia, e sob penna de se proceder contra elle* ¹⁵⁴⁸.

¹⁵⁴¹ Devia estar destruído mosteiro. Com as razões, que ficaram expostas. E por isso, este Visitador dirá que nos Dormitórios já não dormiam os frades... Aliás da sua ruína e insalubridade se vai falar nos capítulos do Abade contra os Monges (n.º2). E só em 1590, com o fim dos Comendatários, começam os Abades trienais a construir os Claustros, a começar pelo segundo piso do claustro gótico.

A respeito desta observância, vão dizer as Constituições de 1629: *Pertence ao Prior, sobretudo de noite, fazer uma ronda pelo mosteiro, procurando saber se as portas estarão fechadas, se os monges se encontram já dentro das suas celas, o que o D. Abade poderá também fazer, uma que outra vez.* Cf. *Constitutiones monachorum nigrorum Ordinis Sancti Patris Benedicti*, p. 101, n. 3.

¹⁵⁴² As saídas dos monges seriam motivadas, por razões de ordem variada. Lembremos o caso dos monges que tinham que assistir, às vezes, bem longe, às vedorias das propriedades monásticas; o vigário da paróquia, para o exercício das suas funções pastorais; o monge encarregado da administração dos passais e da vigilância sobre o Rego das Frades; o procurador do convento, etc.

¹⁵⁴³ Ao toque das Trindades.

¹⁵⁴⁴ À margem: *Pupillos*

¹⁵⁴⁵ De *viridia* > *viridia*, à letra, *verduras*. Talvez mato. Sobre tudo isto que muito usado era na qualidade de adubo dos campos. Também lhes chamavam *lampaças*.

¹⁵⁴⁶ Sacristão.

¹⁵⁴⁷ Penitências.

¹⁵⁴⁸ São estes os capítulos do Abade contra o Prior. Pedro Vasques, o Visitador que aqui chegou em nome do Bispo, responde a Soeiro Anes, com um grande elogio do perfil moral e intelectual do Prior. Ao

2.4.4. Capítulos do Abbade contra os Monges

1.º *Que não faltem à obediencia e reverencia ao mesmo Abbade, e lhe obedeçaõ nas couzas licitas, e honestas segundo a regra, e o Abbade os trate bem de palavras e obras, começando elle primeiro a cumprir a regra, principalmente acerca da Castidade, que he huma das partes substanciaes da religião: o que elle não faz mostrando no escandallo que dê que se esquece da doutrina de S. Bernardo – si non caste tamen caute et hoc oportet facere et alia non ommitere¹⁵⁴⁹ - o Prior e Monges pena de obediencia cumpraõ a regra, façãõ sua hordem e rezem bem as suas horas¹⁵⁵⁰.*

2.º *Que visto os Monges não dormirem no Dormidoiro; por este se achar arruinado, e em hum sitio humido e doentio, cumpra o Abbade o que o Bispo actual lhe prescrevera¹⁵⁵¹ já em Vizita, fazendo outro em hum sitio mais opportuno, e elle feito, ahí durmaõ os Monges segundo quer a regra.*

3.º *São criminados os Monges de terem proprio dormir em lançoas¹⁵⁵², e convidarem em suas pousadas¹⁵⁵³. Se lhe manda observar quanto lhe for possivel as tres cousas substanciaes da regra e suas ceremonias, segundo já estã mandado: de forma que na vezita do anno seguinte se conheça a emenda, aliás se procederã contra elles segundo forma e via de direito.*

contrário, exactamente do Abade, frisa o Visitador que o acusa de negligência e de falta de autoridade moral. É o ponto da partida para uma desautorização do Prelado: retira-lhe, ao menos parcialmente, o poder sobre o regime penitencial do convento e põe em dúvida os fundamentos das queixas do abade, motivadas hipoteticamente por razões de vingança, pela frontalidade com que o Prior o aborda e lhe chama a atenção para os direitos da comunidade monástica que o mesmo Prior representa.

¹⁵⁴⁹ *Se não vive, realmente, em castidade, ao menos que o faça sem escândalo. E que isto se faça, sem omitir o resto...*

¹⁵⁵⁰ O Ofício Divino do Coro.

¹⁵⁵¹ Creio que não será preciso recordar que os monges, na Idade Média, não estavam isentos da jurisdição do Bispo diocesano: este confirma o abade, e sujeitam-se os mosteiros à visitação do Bispo e seus colaboradores nesta acção de vigilância na sua diocese. Além do mais, por exemplo, são os religiosos obrigados, pelo seu Abade ou Prior, a participarem nos sínodos diocesanos... Por aqui se descobrem vestígios de três visitas ao mosteiro de Santo Tirso: a primeira de D. Gil Alma (1401). E, ao tempo de D. Antão Martins de Chaves, duas: esta de 1437, feita pelo Vigário Geral, em nome e na ausência prolongada do Bispo: E uma anterior, por entre os anos de 1424 e 1435. Efectivamente, D. Antão partira em 1435 para o concílio de Basileia-Ferrara-Florença. Depois, daqui integrar-se-á na embaixada pontifícia a Constantinopla. Voltou a Florença, dirigiu-se a Roma, onde fundaria o Hospício Português de Santo António. E aqui morreria, a 11 de Julho de 1447. Mais, aqui se fala de uma visita para o ano seguinte, o que significa que estes actos seriam amiúde.

A partir do sec. XVI, segunda parte, na instalação da Congregação Beneditina de Portugal, já os monges estariam isentos da jurisdição episcopal. Em 1715, quando se suspeitava da infracção deste privilégio, por parte do bispo diocesano do Porto, o Abade de Santo Tirso, D. Pedro dos Mártires, protestava energicamente. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, p. 540. Apenas um caso, entre vários...

¹⁵⁵² Os lençóis não se permitiam senão aos velhos e aos enfermos. Nas Constituições de 1590, retomar-se-ão usos e costumes de trás: *A cama dos religiosos, será hum enxergão de palha duas mantas brancas, e hum cobertor de papa, trauesseiro de lam com fronha de linho, o que tudo se dara aos religiosos, quando tiuerem neccesidade. Aos velhos, e enfermos se permitirá colchão de lam, o qual teráõ com licença do prelado, e lançois de linho, se não primitão se não aos muito velhos, e enfermos (...).* Cf. Lisboa, 1590, c. 43, f. 137. A propósito dos lençóis de papa, tratava-se de um, de lã felpuda, muito usado entre o povo.

¹⁵⁵³ A clausura, um dos preceitos fundamentais da vida monástica, que, em Santo Tirso, e segundo esta visita de 1437, se não observava.

4.º Sendo acusados os Monges de terem hum e tres Moços ¹⁵⁵⁴, não os ensinando, nem castigando antes consentindo-lhe jogar na Claustra enfermaria a Cuqua, e os dinheiros ?, a lixta e o curi cure ¹⁵⁵⁵, e alguns dos Fraires com elles: hindo no tempo das uvas às vinhas, pomares e ortas, e tomando e furtando, cortando pello pê nas mattas, e devezas as vigas que servem pera repairamento do Mosteiro, e fazendo lixo na Claustra: sendo estes Moços tomados sem licença, deixandoos andar sem floques. Se lhe manda castiguem os moços de seus erros e os ensinem a bons costumes, e a ler escrever, cantar, e rezar as horas, e sendo incorregiveis por acordo do Abbade, Prior, e Convento sejaõ expulsos. E por constar que o mesmo Abbade e os seus jogavaõ os ditos jogos, e alem disso tabulas, dados e cartas, e outros jogos publicamente assim com Monges, como com Clerigos, e Seculares a dinheiro, tanto que a sua Caza às vezes parecia caza de jogo, e elle o Mestre ; e pois que a cabeça e membros precisaõ emenda, mandaõ que o Abbade, Monges, e os que com elles viverem grandes, e pequenos se cavidem ¹⁵⁵⁶ dos ditos jogos, e desfaçaõ de todo ponto a dita escolla, deixando os ditos jogos, e outros quaesquer de tafularia ¹⁵⁵⁷: pena dexcomunhaõ ipso facto. Quanto aos floques ¹⁵⁵⁸, como os Moços os não costumão trazer neste Mosteiro, nem nos outros da mesma ordem do Bispado, sô os tragaõ, se quizerem, e trazendo-os por authoridade do Mosteiro, tenhaõ reçaõ como Noviços, e tomando o habito lhe daraõ meya reçaõ de mantimento.

5.º Que visto pelo Compromisso antigo entre o Bispo e Mosteiro, possa este prover em Monges as suas Igrejas ¹⁵⁵⁹, e estes huma vez providos devaõ cumprir por si as funcçoins Parrochiaes, ainda que o Mosteiro sinta detrimento pela auzencia aos Domingos e festas, de nove Monges ¹⁵⁶⁰, que actualmente eraõ Parochias ¹⁵⁶¹, e faziaõ falta no Mosteiro para Diaconos, Subdiaconos, Pontifical, e Procissaõ; procure o

¹⁵⁵⁴ *Pupillos*. Era da massa dos pupilos que se garantiria a subsistência do próprio mosteiro. Eram estas pequenas instituições que poderiam preparar, intelectualmente, os futuros monges. Os já professores ensinavam aos meninos a ler, a escrever, a contar, as noções rudimentares de algumas ciências humanas, o canto, a música, o latim. Nem todos os pupilos se destinariam a ser futuros monges. Mas eram os claustros monásticos as escolas ao dispor de quem quisesse aprender... De resto, à educação teórica ajuntava-se uma participação activa no espírito da vida monástica, com o estudo da letra e da melodia dos salmos das horas canónicas e de todos os outros elementos de que se compunha o ofício divino. Neste aspecto, ampliar-se-ia ainda mais o seu ingresso pelo interior da vida religiosa, com a participação em reuniões capitulares e no mandato.

As aulas começavam cedo: uma sessão de manhã, antes das 6 horas. De tarde, outra sessão, depois das quatro horas até às cinco.

Os mestres (*magistri puerorum*) deviam ser, ao menos, dois, em cada convento. As turmas eram de dois-três alunos para cada *magister*. Se aptos, seriam admitidos, na adolescência, ao noviciado. E, se perseverassem, fariam a profissão religiosa.

¹⁵⁵⁵ A propósito de *Torrelhas* (*Elucidário*, vol. II, p. 612), diz Viterbo: (Torrelhas) *um dos jogos que, antigamente, se usaram e que hoje se ignoram. E recorda uma determinação* (Cod. Alf., livro V, tit. 41, § 11): *que ninguém jogue dinheiros, secos, nem molhados a torrelhas, nem a dados femeas, nem a vaca, nem a jaldeta, nem a butir, nem aa porca, nem a outro jogo, que se ora chama curre-curre, nem a outro jogo nenhuum de qualquer nome que seja chamado.*

¹⁵⁵⁶ Se acautelem. De *caveo*.

¹⁵⁵⁷ Vício do jogo.

¹⁵⁵⁸ Floques são cordões de lã ou seda. Pelo menos, ao sec. XIX.

¹⁵⁵⁹ Cf. contrato entre D. Vicente, bispo do Porto, e o abade do mosteiro de Santo Tirso, D. Domingos Mendes, de 8 de Fevereiro de 1287, em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 144-147.

¹⁵⁶⁰ Ao tempo de Martim Aires, concretamente em 28 de Maio de 1421, o mosteiro de Santo Tirso tinha 15 monges sacerdotes. Numa Súplica, dirigida a Martinho V, ler-se-á: (...) *Por isso, Santo Padre, o Abade, o Prior e o convento do referido mosteiro* (ou seja, de Santo Tirso), *onde há quinze monges sacerdotes* (...). Cf. COSTA, António Domingues de - MPV III/2, Editorial Franciscana, Braga, 1982, n. 508, pp. 354-355.

¹⁵⁶¹ As chamadas *igrejas unidas*.

Abbade o mais opportuno meyo de suprir a sua falta, para o que se lhe faculta todo o auxilio, sem prejuizo com tudo do serviço pessoal dos Parrochos Monges nas suas Igrejas, a que não podem faltar.

Quanto a alguns excessos, de que certos do Mosteiro se achavaõ infamados se darâ a seu tempo a correcção e emenda necessaria consultados livros e letrados: instando actualmente negocios de mayor ponderação que ocupavaõ o Vizitador, e outro Vigario do mesmo Bispo, com quem se tinha tratado esta Vizita, e pello qual he expedida esta Carta: sendo entaõ notificados os infamados segundo a forma de direito quando se houver de dar a providencia

Em tudo se observará esta carta de Vezitação: e nas couzas, em que nella se não especifica penna, se entenderâ a de mil reis brancos para as obras da Se do Porto.

Didacus Iohannis Archidiaconus ¹⁵⁶². Pg Cento e quareenta reis da feitura e dez de purgaminho; Pg. Ao seello oyto reis e meo; L. Do Sello pendente.

¹⁵⁶² CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 201, pp.221-227.

CAPÍTULO II

ABADES VITALÍCIOS NÃO ELEITOS (1402-1588)

1. MARTIM AIRES (1402-1431)

1. Uma sucessão embrulhada

À morte de D. Vicente Rodrigues (1395), houvera uma agitada movimentação política. Era Prior crasteiro Luis Domingues ¹⁵⁶³. Os monges, com a anuência do padroeiro, decidiram escolher um frade do convento, João da Maia, quanto ao nome. O Bispo do Porto e o padroeiro – em acção concertada, e depois do segundo dar o dito por não dito – impor-lhes-iam João Afonso Aranha, cónego do Porto, abade de Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses, e, mais tarde, bispo portugalense também ¹⁵⁶⁴.

Acataram os monges. Outro poder, entretanto, e mais alto se alevantou: o de D. João I. Através do Card. di Napoli, intercepta-se o despacho das Bulas pontifícias, a favor do candidato do Bispo do Porto. O dito cardeal candidatar-se-á à prelazia de Santo Tirso que, de facto, obtém da Cúria romana. E, logo de seguida, renuncia em prol do favorito de D. João I: Martim Aires, o fidalgo galego que apoiaria o Mestre de Avis e que dele obterá, neste momento, a paga de tamanho favor... Assim chegaria Martim Aires ao abaciado do nosso mosteiro, sem interferência dos monges e sem a opção dos padroeiros !

É, pois, Martim Aires o primeiro abade comendatário: imposto pela Cúria Romana, para o que se passaria por sobre o voto dos monges e por sobre a indigitação dos descendentes de Aboazar Lovesendes e de Dona Unisco Godins.

Numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro ¹⁵⁶⁵, corrige-se um parecer anterior que fazia do Card. D. Jaime o primeiro comendatário de Santo Tirso. E anota-se:

Do que se infere (do processo de 1428) ser este (Martim Aires) o primeiro Abade Comendatario que teve este mosteiro, não sendo monge professo dele, e por isso é que fez testamento (...) o que é proibido por direito a todo o que professa voto de pobreza, e por isso também fez renúncia do dito mosteiro em seu sobrinho Soeiro Anes.

Coerentemente se dirá, a respeito deste último:

Este Soeiro Annes foi o 2.º Abbade Comendatario segundo Consta da Carta de Previlegio que vem no 1.º Livro da doação deste Couto (...) onde dis D. Affonso 5.º que lhe dera o dito Mosteiro seu Pay que hera todo seu vista a dezistencia de Martim Ayres.

¹⁵⁶³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 7-7v.

¹⁵⁶⁴ João Afonso Aranha será bispo do Porto, de 1408 aos começos de 1414.

¹⁵⁶⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149.

E os abades comendatários governariam o mosteiro de Santo Tirso até 1588, quando o último deste tipo – o Cardeal Alexandre Farnese – renunciará. Quase dois séculos de desgoverno e de delapidação!...

2. A origem de Martim Aires

Era Martim Aires tio daquele que, sendo abade de Tibães – D. Soeiro Anes -, lhe havia de suceder na igual responsabilidade sobre o mosteiro de Santo Tirso.

Pelo testamento daquele, sabemos que era *galego*:

*Peço... a meu senhor o infante duarte*¹⁵⁶⁶ *que assy como eu sempre despendy os que eu trouxe da galiza em serviço de seu padre e seu*¹⁵⁶⁷.

Como, aliás, o seu dito sobrinho:

Dom Soeiro Anes não é bom superior, como se exige para o citado mosteiro (de Santo Tirso). E é galego. E não é natural deste reino. E é por isso que se ajuntam e chegam, todos os dias, galegos e estrangeiros, homicidas e malfeitores, do que se segue danos para os bens do mosteiro e pouco proveito.

Assim se queixavam os frades de Santo Tirso¹⁵⁶⁸, quando Martim Aires procurava ceder a nossa casa ao seu familiar que, até então, fora abade de Tibães. Além de oriundo da Galiza, sabemos de mais alguns pormenores da vida de Martim Aires: que fora abade de Santa Maria de Azeveiro - na Província de Pontevedra – e de S. Justo, na Província da Corunha.

De resto é de *condição nobre*: a arca tumular de Martim Aires ostenta as insígnias de seu braço. As vieiras que nele figuram dizem do seu sangue, a família dos Vieiras, da Galiza. Só que há dois braços desta estirpe: um com cinco vieiras em sautor, formando aspa, como neste túmulo de Santo Tirso; e um outro, com seis vieiras, distribuídas por duas palas, três em cada uma¹⁵⁶⁹. Demais, um parente seu dir-se-á *fidalgo*¹⁵⁷⁰. E a um outro sobrinho de Martim Aires, D. Afonso V, nestes termos se referirá: *D. Soeiro Anes, fidalgo*¹⁵⁷¹.

3. A cronologia do seu abaciado

À morte de D. Vicente Rodrigues – parece-me que morreria na primeira parte de 1395 -, abrir-se-á um hiato com os problemas da sucessão. Na vida da casa, tudo se

¹⁵⁶⁶ Por aqui se vê que D. Duarte ainda não era rei. Tinha morrido o seu pai, D. João I (14 de Agosto de 1433). Este testamento de Martim Aires está datado de oito dias depois da morte de D. João I (21 de Agosto de 1433). Será D. Duarte aclamado rei depois, que o nosso abade ainda o trata de infante.

¹⁵⁶⁷ Palavras que indicam bem a riqueza do nosso abade e de como ele pôs as suas vastas economias ao serviço do nosso rei D. João I, como já o vinha fazendo em prol de D. Duarte, o futuro rei. Este extracto do testamento pode ler-se em CRUZ António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 196, pp. 218-219.

¹⁵⁶⁸ Desta forma o diziam pela voz de Fernando Gonçalves, abade de Santa Cristina do Couto, Gonçalo Afonso, abade de S. Martinho de Covelas, e Afonso Anes (os três frades do nosso convento), quando se opunham à vinda para Santo Tirso de Soeiro Anes. Cf. SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. III/II, Atlântida Editora, Coimbra, 1949, p. 125.

¹⁵⁶⁹ CRESPO, José S. – *Blasones y Linajes de Galicia*, vol. IV, Coruña, 1997, p. 541.

¹⁵⁷⁰ *De nobili genere procreatus*: COSTA, António Domingues de Sousa – MPV, vol. IV, p. 71.

¹⁵⁷¹ PLCT, n. 79, de 27 de Dezembro de 1996. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, Santo Tirso, 2000, p. 334.

conjugará para a abertura de um novo período no historial do nosso convento. Em Março de 1401, despontam, nos horizontes, os primeiros farrapos avulsos de fumo branco: já tudo penderá a favor de Martim Aires. Mas este que vai ser o primeiro comendatário, nesta altura, ainda é só e apenas *administrador* do nosso convento¹⁵⁷². A 15 de Julho de 1402, porém, era Martim Aires já seu titular efectivo¹⁵⁷³. Será Prior crasteiro Frei Pedro Lopes¹⁵⁷⁴. Este religioso vai ser eleito pelos monges de S. Salvador da Torre, da Ordem de S. Bento, diocese de Tui, como seu abade. A súplica para a sua confirmação foi enviada a Roma e despachada com data de 13 de Março de 1430¹⁵⁷⁵.

Martim Aires deixará o governo do mosteiro de Santo Tirso a 8 de Dezembro de 1431. Mas, desde 1428, que se aprestava para o largar, em vantagem do sobrinho, o até então abade tibanense, Soeiro Anes. Processo moroso, até pelas etapas que há-de calcorrear: primeiro, a tentativa de uma troca, entre tio e sobrinho, dos dois abaciados, o de Tibães e o de Santo Tirso. Depois, pôr-se-á, antes, o problema de uma resignação pura e simples do tio em favor de Soeiro Anes.

A isto se virá, mais desenvolvidamente, ao final desta síntese, acerca de Martim Aires.

4. O mosteiro de Santa Clara do Porto

Nos começos de 1400, o Mestre Frei João de Xira, confessor de D. João I e visitador do mosteiro de Santa Clara de Entre-Ambos-os-Rios, pedira à Rainha Dona Filipa de Lencastre a graça da transladação das religiosas deste mosteiro para o lugar de *Carvalhos do Monte*, na cidade do Porto. Nesse sentido, despachara Inocêncio VII uma Bula, a *Sacrae Religionis*, ao abade tirsense, cometendo-lhe o encargo da sua execução.

A cerimónia do lançamento da primeira pedra deste novo mosteiro realizar-se-ia a 28 de Março de 1416. Benzeu-a solenemente o bispo do Porto, D. Fernando da Guerra. E assistiriam D. João I e os seus filhos, o Infante D. Fernando e D. Afonso - este conde de Barcelos e, depois, o primeiro Duque de Bragança -, dois bispos franciscanos e o nosso abade D. Martim Aires, que fora, como dito ficou, o executor da Bula pontifícia da transladação¹⁵⁷⁶. Laços que se apertam, a compasso dos reencontros. Justeza nas afirmações de Frei Leão de S. Tomás:

*Pessoa mui grada (D. Martim Aires) e mui estimada del-rei D. João o primeiro*¹⁵⁷⁷.

O documento que vamos dar aqui, em tradução portuguesa¹⁵⁷⁸, data de 14 de Setembro de 1419: um pequeno historial das monjas de Santa Clara e a intervenção do abade de Santo Tirso, D. Martim Aires, na sua transladação de Entre-os-Rios para a cidade do Porto.

A rainha Dona Filipa de Lencastre e a abadessa e o convento do mosteiro das Clarissas de Entre-os-Rios, aos começos do sec. XV, tinham pedido ao Papa Inocêncio

¹⁵⁷² *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 168, p. 211.

¹⁵⁷³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 287 v.

¹⁵⁷⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 198 v.

¹⁵⁷⁵ MPV, vol. IV, n. 1531, pp. 519-520.

¹⁵⁷⁶ FERREIRA, Mons. José Augusto – *Memórias Archeologico-históricas da Cidade do Porto*, vol. II, pp. 16-18.

¹⁵⁷⁷ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 36.

¹⁵⁷⁸ O original latino foi publicado por COSTA, António Domingues de Sousa – MPV, vol. III/2, ed. Franciscana, Braga, 1982, pp. 204-205.

VII ¹⁵⁷⁹ autorizasse a mudança da dita casa religiosa. Anuira o Sumo Pontífice pela Bula *Sacrae Religionis*, cuja execução, como dito ficou, se cometeria a D. Martim Aires, abade de Santo Tirso.

Depois da sinalização do lugar que os fiéis generosamente ofertariam às religiosas, houve a cerimónia festiva do lançamento da primeira pedra. Foi a 28 de Março de 1416. Já tinha falecido, quase há um ano, a 19 de Julho de 1415, a grande protectora das freiras de Santa Clara, a Rainha Dona Filipa.

Soleníssimo aquele acto de 28 de Março de 1416. Iria contar com a presença de D. João I, agora viúvo, e de seus filhos D. Fernando e D. Afonso - então Conde de Barcelos, repita-se, e, depois, primeiro Duque de Bragança -, com a participação de muitos e graves personagens, ligados à vida da corte, com a presença de membros do alto clero, de que se destacavam dois bispos franciscanos, a saber, D. Frei Aimaro - que tinha sido confessor de Dona Filipa de Lencastre e agora bispo de Marrocos -, que cantou a missa, e D. Frei Lourenço, bispo titular de Maiorca, capelão-mor d'El-Rei, abade comendatário de Pendorada, que pregaria o sermão. Assistiu ainda o abade de Santo Tirso, D. Martim Aires. Como era de calcular, enorme multidão de povo simples, membros de duas comunidades religiosas, as de S. Domingos e de S. Francisco, enchiam o espaço envolvente do sítio demarcado para o novo mosteiro: *os Carvalhos do Monte do Porto* ¹⁵⁸⁰.

Três anos depois, o novo mosteiro ia adiantado. A 14 de Setembro de 1419, as religiosas pedem ao Papa - agora, Martinho V, no decurso do segundo ano do seu pontificado - confirmasse na pessoa de Frei João de Xira um papel a desempenhar na administração e governo da nova casa religiosa.

A súplica fará uma síntese do que até aí se executara, aludindo de forma particular ao papel de D. Martim Aires, abade de Santo Tirso, como executor da Bula de Inocência VII.

Dirão as freiras:

Beatíssimo Padre:

Há pouco tempo, o Papa Inocência VII, de feliz memória, em acto de obediência, anuindo à súplica de Dona Filipa, a rainha e esposa que foi do rei de Portugal e do Algarve D. João, filho devotíssimo de Vossa Santidade, e da abadessa e convento do mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, da Ordem de Santa Clara, da diocese do Porto, em atenção às razões invocadas, cometeu ao abade do mosteiro de Santo Tirso, da

¹⁵⁷⁹ Que foi Papa durante dois anos: de 17 de Outubro de 1404 a 6 de Novembro de 1406. Governou a igreja durante o cisma do Ocidente. Sucederia, em Roma, a Bonifácio IX, enquanto que, em Avinhão, se procurava impor o anti-papa Bento XIII.

¹⁵⁸⁰ Numa carta datada de Sintra, dois meses depois, a 20 de Maio de 1416, dirá D. João I, acerca desta cerimónia:

*(...) e feita a dita procissão muy sollennemente como dito he foi hi apresentada lida e publicada por D. Frey Martim Ayres, Abbade do mosteiro de Santo Tirso de Riba daue letra do Papa João, na qual se continha que elle auendo por seruiço de Deos daua logar, e dispensaua que o dito mosteiro de santa Clara Dantr'ambos rios se trasladasse, e se edeficasse, e fizesse dentro da dita cidade no dito campo, e lhe outorgaua, e daua certos preuilegios, e liberdades, e perdões, segundo na dita letra todo maes compridamente se continha, e lida a dita letra, e publicada, e acabada a dita procissão, e feitas todas as benções, e ceremonias que se auião de fazer, nós por nossa mão, puzemos logo, e assentamos no canto direito do dito mosteiro huma pedra, e o dito Infante no outro canto, e o dito Conde em huma parte do cruzeiro, e isto feito, foi a hi dita huma missa cantada por o dito Bispo de Marrocos, e Huma prègação pollo dito Bispo de Mayorgas (...). Cf. D. RODRIGO DA CUNHA - *Catalogo dos Bispos do Porto*. Segunda Parte, Porto, 1623, pp. 241-242.*

mencionada diocese, a missão de se informar, com diligência, das ditas causas. E que, se as achasse justas, por autoridade apostólica, lhes desse licença, à mesma abadessa e seu convento, para que, achado que fosse um outro lugar digno e conveniente – na cidade do Porto ou em qualquer outro lugar do reino, adquirido por doação dos fiéis ou por qualquer justo título –, aí construíssem um novo mosteiro, com torre, sino, jardins, hortas, casas e outras ovelhas. E que, depois de construído, lhes desse licença para se mudarem e aí servirem para sempre o Senhor, dentro da obediência à regra da mesma ordem.

Ora, beatíssimo Padre, depois da morte de Inocêncio VII, o referido abade procedeu à execução do mandato apostólico: assinalou o lugar, dentro dos muros da cidade do Porto, que, para o novo mosteiro, foi oferecido pela generosidade dos fiéis. Nesse sítio, começou a construção que vai crescendo de dia para dia.

Suplicamos, pois, humilde e devotamente, a Vossa Santidade, em nome do dito Rei, para que, por autoridade apostólica, Vos digneis confirmar e proteger, com o Vosso patrocínio, tudo quanto se fez, bem como suprir deficiências, se nisso caso houver. E que, por graça especial, Vos digneis conceder a Frei João de Xira, da Ordem dos Frades Menores, professor e confessor do mesmo Rei, e a outros por ele escolhidos, o encargo, a cura e o governo quer da edificação do mosteiro, como da abadessa e seu convento, cuja prelazia, já há mais de vinte anos, lhe cabe; bem como a graça de receber na nova casa, ao serviço de Deus e do seu progresso espiritual, monjas e senhoras da mesma ordem vindas de outros mosteiros e que aí, no novo, possam ingressar, professar e nele ficar para sempre (...).

*Dada em Florença, a 18 das Calendas de Outubro, no segundo ano do nosso Pontificado*¹⁵⁸¹.

5. As propriedades e direitos senhoriais do mosteiro

À inveja dos poderosos, muita vezes, lhe fizemos já referências. Por brevidade, um caso de agora. Numa carta, com datação de 20 de Agosto de 1404, D. João I imporá a Martim Leonardes, Juiz na cidade do Porto, que defenda o Couto tirsense de S. Clemente de Silveiras dos cavaleiros, escudeiros e outros poderosos que tomavam palha, lenha, galinhas e ltuosas nas herdades do mosteiro. E que castigasse os prevaricadores. Enfim, que de forma alguma se não danificassem as rendas desta casa de Santo Tirso

¹⁵⁸².

6. Os padroados

6.1. O padroado de S. João da Foz

Já sabemos da sua origem. Como também nos encontramos ao par das variações a que constantemente se encontram sujeitas as igrejas do padroado. Erradamente andaria quem pensasse numa uniformidade desta dependência e numa manutenção rígida deste estatuto, ao longo das estações. Os homens, como as instituições, não podem fugir à lei inexorável do tempo: tudo nasce, tudo cresce e tudo morre.

¹⁵⁸¹ Ou seja, 14 de Setembro de 1419. Segundo ano do pontificado de Martinho V que, como Papa, tomara posse a 21 de Novembro de 1417.

¹⁵⁸² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 164 v.

6.1.1. Uma oscilação no estatuto jurídico da Foz

Só umas referências muito breves, que, depois, em livro aparte, se desenvolverão estas ideias. Veremos que o estatuto jurídico da igreja da Foz - o de uma igreja *unida* ao mosteiro - sofreria um primeiro abalo ao tempo do prelado, D. Vicente Rodrigues, quando foi colado naquela freguesia, como abade, *Antoninho Martins*.

Ao tempo do abade seguinte – este primeiro comendatário, Martim Aires – a situação não se alteraria, quando nomeou um seu parente para a mesma igreja e com o mesmo figurino de abade colado: *Rodrigo de Vieira*, confirmado a 14 de Abril de 1432.

Só depois de uma bula de Nicolau V, é que a situação adquiriria uma plataforma, que, pouco a pouco, iria dar na recondução da Foz ao pastoreio de *curas amovíveis ad nutum*. Como, aliás, sempre o deveria ter sido.

6.1.2. A importância do peixe no cardápio monástico

Relacionado com o padroado, o tema da dizimaria do peixe. Para entendermos melhor este tema, uns dados particulares sobre a relação dos censos e dízimos com a culinária monástica que serão dados, mais adiante, a respeito do Tombo do Cardeal Alexandre Farnese. Para lá remetemos, desde agora, o leitor.

6.2. O padroado de Vila Nova dos Infantes

Com D. Martim Aires, na cadeira abacial, há notícias do arrendamento dos dízimos e primícias desta igreja. Assim, o arrendatário, em 1423, fora Diogo Afonso de Guimarães¹⁵⁸³. Quatro anos à frente (1427), o mesmo abade arrendará, por dez anos, os dízimos e foros desta mesma paróquia a Lourenço de Golães, *por onze marcos de boa prata anuais, para a mesa do abade*¹⁵⁸⁴, uma referência à divisão tripartida dos rendimentos monásticos, que vingará já, na fase anterior dos abades da claustra.

7. Uma relação sumariada da amizade entre Martim Aires e D. João I

Era bem conhecida a amizade entre os dois. E percorre o grato entendimento julgo que desde o princípio do abaciado de Martim Aires – ou antes ainda ! – até à morte do primeiro rei com que se inaugurou a segunda dinastia.

Aos começos da prelazia já. Foi o Mestre de Avis que, passando por cima dos direitos dos padroeiros – a apresentação – e dos religiosos – a eleição -, doaria o nosso mosteiro àquele fidalgo galego.

D. João I, já antes da eleição de Martim Aires, passaria pela nossa casa. Dois meses depois da batalha de Aljubarrota¹⁵⁸⁵, quando ainda era abade daqui o último eleito pelos monges, D. Vicente Rodrigues (1361-1385).

Ainda no tempo deste abade da claustra – ano do casamento de D. João I com Dona Filipa de Lencastre –, encontrando-se o Mestre de Avis na cidade do Porto, despacharia para Santo Tirso uma carta de encomendação e protecção, a favor da nossa comunidade beneditina¹⁵⁸⁶.

¹⁵⁸³ CUP, vol. III, p. 262.

¹⁵⁸⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 145.

¹⁵⁸⁵ A 15 de Outubro de 1385.

¹⁵⁸⁶ PIRES DE LIMA, António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 59.

Agora, já eleito o seu favorito D. Martim Aires, nova estada no nosso convento. Poderia então o monarca ver, com os seus próprios olhos, quanto sofreria o mosteiro e seus habitantes com a adesão incondicionada a ele, Mestre de Avis ! Talvez por isso fora mais demorada esta visitação. Três dias, pelo menos: 6, 7 e 8 de Agosto de 1409. Daqui, de Santo Tirso, despacharia D. João I duas cartas, de muita importância, para os anais e moradores da cidade da Virgem.

Depois, a 28 de Março de 1416, já viúvo o rei D. João I, um encontro do nosso abade com Martim Aires: no Porto e na bênção da primeira pedra do mosteiro de Santa Clara. Fora importante o papel do nosso abade na edificação, como significativa a presença do monarca e de seus filhos, os infantes D. Fernando e D. Afonso, no lançamento da primeira pedra. Além da religiosidade do evento, o reencontro afectuoso de velhos amigos...

E empréstimos deste abade a El-Rei. Tinha razão Martim Aires, quando, ao exarar as páginas de seu testamento, fala de quanto dos dinheiros que trouxera da Galiza veio a gastar com D. João I e seu filho, D. Duarte. Um exemplo tão só:

*Alvará Régio porque declara ter recebido em sua camera do D. Abade de Santo Tirso de Riba d'Ave duzentos marcos de prata emprestados, que lhe satisfaria do primeiro de Outubro seguinte a um ano pela gisa que valer ao tempo da paga*¹⁵⁸⁷. *Declara ser selado com o selo da puridade, por não ter ali o selo grande*¹⁵⁸⁸.

8. Martim Aires e a freguesia de Areias

Na sua prelazia, de quase três décadas, registamos duas intervenções no quadro do seu relacionamento com esta paróquia:

8.1. A granja de Freixieiro

Dos Pereiras que tinha sido, concretamente, do que fora bispo do Porto, Sancho Pires¹⁵⁸⁹. O domínio directo, porém, pertencia, já no sec. XV, aos eremitas de Landim. Talvez resultado de qualquer doação. Mas sobre a granja de Freixieiro incidia um foro anual de cinco maravedis, a cobrar pelo mosteiro de Santo Tirso.

Mas os agostinianos recusavam-se ao pagamento. Daí um processo que subiu às instâncias pontifícias. O Papa sentenciou¹⁵⁹⁰ que Santo Tirso, muito embora continuasse a receber um foro semelhante sobre o Casal de Vilar, sito em S. Mamede de Coronado, e cujo domínio directo pertenceria, igualmente, a Landim, pela granja de Freixieiro já nada poderia exigir...

Escapa-se-me, entretanto, o que viria a passar-se, depois. Só sei que, em 1774, os bentos continuavam a receber um foro da granja de Freixieiro. Muito reduzido, é certo: 140 reis, a ponto de causar espanto ao cartorário do convento que, supondo ter continuidade com o direito que Martim Aires exigia, no sec. XV, não saberia explicar porque a tão pouco, entretanto, se desinchara !¹⁵⁹¹

¹⁵⁸⁷ Toda a gente sabe da tremenda desvalorização da moeda, ao tempo do Mestre de Avis. Daí a referência neste alvará das expressões: *pela guisa que valer ao tempo da paga*.

¹⁵⁸⁸ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 177, p. 231.

¹⁵⁸⁹ CORREIA, F. Carvalho - *A Freguesia de Areias, Santo Tirso*, vol. I, 2003, pp. 503-510.

¹⁵⁹⁰ Pelo Mestre-Escola do Porto, João Martins, a 8 de Novembro de 1404. Tinha por base Martim Aires uma Bula de Bonifácio IX que mandava restituir os bens sonogados ao mosteiro de Santo Tirso.

¹⁵⁹¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 264-264 v.

8.2. Um escambo com Casal de Vós

Uma troca com Gomes Fernandes, de Casal de Vós, também descendente dos Pereiras, do chanfre portuense Gonçalo Gonçalves ¹⁵⁹². Tinha o fidalgo Gomes Fernandes um casal, em Vila Cova ¹⁵⁹³, freguesia de Rebordões, onde o mosteiro possuía já umas sete unidades de lavoura.

Martim Aires fará uma proposta àquele escudeiro Gomes Fernandes: que trocasse o Casal de Vila Cova com outro, do convento de Santo Tirso, localizado na freguesia de S. Vicente do Pinheiro ¹⁵⁹⁴, concelho de Penafiel, o chamado Casal das Quintãs.

Anuiu o descendente do chanfre Gonçalo Gonçalves, e far-se-ia o escambo a 13 de Janeiro de 1420.

9. O “dossier” da resignação (1428-1431)

Todos os autores que deste assunto – a renúncia de Martim Aires ao abaciado de Santo Tirso – houveram de tratar simplificariam, por demais, a questão. A *Benedictina Lusitana* daria o mote; e glosaram-no os de seguida, como se as coisas da sucessão se viessem a coordenar sem percalços e soluções de maior.

E a história foi muito mais complicada. E os documentos do Arquivo do Vaticano, de resto, vêm confirmar e completar o grosso dossier que já reunira e organizara, no sec. XVIII, D. António Caetano de Sousa, nas Provas da sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Copiaria D. António os textos documentais nos Arquivos da Sereníssima Casa de Bragança.

Vamos analisar os acontecimentos que decorreram por entre os anos de 1428 e 1431. São mais ricos de informações do que, à primeira vista, se poderiam suspeitar: para a história, para a arte, para a situação jurídica do mosteiro, etc...

Já a caminhada da sua nomeação – pelos finais do sec. XIV -, complexa e irregular, teve as suas demoras, que o seu opositor – João Afonso Aranha – não se aquietava, numa sonolência de braços caídos. Assim:

1. Vicente Rodrigues terá morrido, como se disse, em 1395;
2. Em 22 de Março de 1401, Martim Aires ainda é e só *administrador* do mosteiro de Santo Tirso ¹⁵⁹⁵;
3. Só a 15 de Junho de 1402 é que veremos, pela primeira vez, Martim Aires como titular efectivo da prelazia tirsense ¹⁵⁹⁶.

Logo Martim Aires foi, realmente, o primeiro abade comendatário de Santo Tirso. Apesar da ignorância de Frei Leão de S. Tomás ¹⁵⁹⁷ que não ousa indigitar outros nomes de abades deste tipo para trás de D. Francisco de Sousa, o autor do volume que foi do cartório de Santo Tirso afirmará sem reboços de menor espécie: *O seu antecessor (isto é, de D. Martim Aires), D. Vicente Rodrigues, foi o último abade da claustra eleito pela comunidade, confirmado pelo bispo do Porto, D. Afonso* ¹⁵⁹⁸.

¹⁵⁹² A *Freguesia de Areias, Santo Tirso*, vol. I, pp. 500-503. 513-516.

¹⁵⁹³ Este casal ficaria no lugar de Vila Cova, por entre Burgães e Rebordões. Ao sec. XVIII, aí se situavam os casais das Quintãs, Loureiro e Lage.

¹⁵⁹⁴ Em 1774, *S. Vicente do Pinheiro*. Mas, em tempos mais recuados, ter-se-ia chamado esta freguesia de *Barbosa*.

¹⁵⁹⁵ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. 168, p. 211.

¹⁵⁹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, p. 287 v.

¹⁵⁹⁷ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 37.

¹⁵⁹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 199-199 v.

Armindo de Sousa coleccionou uma série de indícios para demonstrar que Martim Aires era galego. E, provavelmente, fidalgo ¹⁵⁹⁹. Ajuntei mais testemunhos de ambas as coisas ¹⁶⁰⁰.

Mas vamos ao processo da resignação.

9.1. O processo na Cúria Romana

Surgiu, aos começos do segundo quartel do sec. XV - senão antes !-, uma situação que poria novamente em xeque o direito de padroado que os Pereiras julgavam deter sobre o mosteiro daqui. Assim como o direito de eleição, o que dos monges seria pertença. Foi o caso que Martim Aires, abade do mosteiro de Santo Tirso, e o seu sobrinho, Soeiro Anes, abade do mosteiro de Tibães, tentavam fazer a permutação entre si das prelazias das duas casas, sem a consulta e intervenção dos padroeiros e dos frades. Antes, com as coisas a resolverem-se em Roma, mediante um processo de renúncia e subsequente nomeação consistorial, *ex auctoritate apostolica*.

9.1.1. A cronologia desta hipótese

Em que altura se pôs este problema da substituição ? A *Benedictina Lusitana* e o *Costumeiro* – manuscrito de Singeverga – falam-nos da renúncia de Martim Aires ao convento de Santo Tirso, em 1431, a favor do sobrinho, que ficaria onerado com o pagamento de uma pensão em favor daquele ¹⁶⁰¹. O mesmo Frei Leão de S. Tomás, autor da *Benedictina*, porém, noutro lugar da sua obra – o que deve ser engano – parece antecipá-la de uma década, quando, a propósito de Tibães, diz que Soeiro Anes tomara posse da dignidade abacial em 1414 e que nela se manteve pelo espaço de seis anos ¹⁶⁰². Ora sabemos que de Tibães logo rumou na cata de Santo Tirso, o que daria numa antecipação impossível para 1420...

Os documentos do Vaticano mostram que a permuta - nos primórdios, foi isto apenas ! -, aceite, por princípio, em 1429, não se teria consumado ainda nos começos de 1430. Ou seja, o amplo processo em que se ia “cozinhando” a troca, desenrolar-se-á a partir de 1428. Pelo menos, desde Março. Os documentos aludem às “démarches” dos dois abades por Roma, nesta ocasião, na mira de uma renúncia preliminar de ambos, a favor de uma troca recíproca. E tudo, como dito ficou, *ex auctoritate apostolica*, a passar por cima dos pretensos privilégios dos padroeiros e do direito dos religiosos da casa de Santo Tirso. Só que, desde os começos (1428), passando pela decisão favorável em consistório (1429), até à expedição das Bulas e subsequente execução (1431), haveria um longo caminho a percorrer, com obstáculos imprevistos a imporem, entretanto, novos rumos ao projecto.

A duração de um acto processual que se vai desenrolando entre 1428 e 1431 não elimina a hipótese de uma intervenção de D. Duarte, em pessoa, a dar mais força ao escambo. Uma acção concertada, assim a interpreta o Dr. António Augusto Pires de Lima, com base num documento de D. Afonso V, citado no *Costumeiro*. O facto,

¹⁵⁹⁹ O mosteiro de Santo Tirso no sec. XV, em EM, n. 1 (1981) 133.155-156.

¹⁶⁰⁰ Burgães. Elementos para uma monografia, vol. I (até ao sec. XVII), 1999, pp. 56-59.

¹⁶⁰¹ Dom Martym Aires... depois de velho renunciou em hum seu sobrinho chamado Dom Soeiro, que actualmente era Abade do Mosteyro de Tibaes, por não poder acodir ao gouerno da casa que era grande, por sua muyta idade, reseruando certa pensao necessaria para se sustentar na mesma casa: Há meias verdades, em Frei Leão de S. Tomás: *Benedictina Lusitana*, t.II, p. 36, col.2.

¹⁶⁰² *Benedictina Lusitana*, t. I, p. 386, col. 1.

porém, não obrigaria a adiar a indigitação de Soeiro Anes para depois de 1433, como o requer, nesta hipótese, Pires de Lima¹⁶⁰³.

Mais até ! Os documentos que vamos dar aos nossos leitores, extraídos do Arquivo do Vaticano, já supõem Soeiro Anes, por princípio – com decisão tomada, mas ainda sem passar pelas vias subseqüentes da execução e tomada de posse -, abade do mosteiro tirsense em 1429, pelo menos ! Mas tudo se poderia fazer sob a acção de D. Duarte como infante, condição, aliás, que parece supor-se em D. António Caetano de Sousa. Quando, em 2 de Agosto de 1428, três monges de Santo Tirso protestavam, em Guimarães, na presença do Conde de Barcelos, D. Afonso – filho bastardo de D. João I -, contra o instrumento de concertação respeitante à permuta dos dois abades, fala-se de uma carta do infante que D. Martim Aires apresentara aos monges de Santo Tirso e onde o personagem da Casa Real solicitava a adesão dos frades de cá ao novo e hipotético abade, D. Soeiro Anes. Aludem ainda a uma segunda carta, agora dirigida ao Infante. Fizeram-na os dois abades e a assinariam os monges, para registo da anuência¹⁶⁰⁴.

9.1.2. A reacção dos padroeiros

A reacção à iniciativa de Martim Aires não se faria esperar. Suspeitou-a em Março de 1428 o Conde de Barcelos, D. Afonso, casado com Dona Beatriz, filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Queria reassumir, em prol dos seus dois filhos, o direito de padroado, na qualidade de descendentes dos Pereiras, por via materna, e herdeiros, pois, de seus privilégios. Falava também em nome doutros representantes da mesma estirpe.

Houve logo recurso ao Papa Martinho V, onde a questão se discutiria. A queixa, mais os documentos comprovativos dos seus privilégios, tudo se mandou para Roma, em Agosto de 1428, possivelmente. A decisão da Cúria, favorável ao escambo, dar-se-ia, ao menos, antes do fim de 1429. De facto, a 2 de Dezembro, já Roma, por consistório, dera anuência à resignação e subseqüente provisão de ambos.

O Conde recorreu, como se disse, a meio de 1428. Aí teve obrigação de apresentar as provas que militassem a favor das pretensões dos filhos – que não só ! - e cuja defesa assumira. A súplica acompanhar-se-ia, pois, de documentos autênticos que demonstrassem as ligações entre a casa religiosa e a família dos Pereiras, sobretudo já desde a filiação beneditina do convento de Santo Tirso¹⁶⁰⁵.

9.1.3. As fontes da sua argumentação

Embora neste documento do Vaticano – ou enviado à Cúria -, onde a queixa se expõe, D. Afonso não retroceda para trás dos finais do sec. XI (1092), D. António Caetano de Sousa recolheria um “dossier” que, além da confirmação, quanto ao

¹⁶⁰³ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, pp. 60-61. Veja-se, sobretudo, a nota 1 da p. 60.

¹⁶⁰⁴ SOUSA, D. António Caetano de, *o.c.*, t. III/II, p. 124.

¹⁶⁰⁵ *Instrumento publico de justificação de D. Affonso Conde de Ourem, e D. Fernando Conde de Arrayolos, irmãos, filhos do Conde de Barcelos: erão descendentes da Família de Pereira, por sua mãe a Condessa D. Brites Pereira, e que a elles pertencia o Mosteiro de S. Tirso, de Riba Dave, no Bispado do Porto, e a outros Padroeiros confirmar a eleição do Abbade, em que outro (Soeiro Anes) pertendia succeder auctoritate Apostolica* (*Provas da História Genealogica*, t. III/II, p. 105). Como documento de apoio às sua alegações, (...) o dito Senhor (o Conde de Barcelos) *requereo ao dito ouvidor (Martim Gomes, Ouvidor do Conde), que por quanto elle entendia de mandar em Corte de Roma alguns stromentos como o trelado da dita enquirição, que mandasse ao dito Pedro Lourenço Notairo Apostolico, que presente stava que lhes desse feitos, e assinados por elle scrittos per latim e per linguagem (em português) para na Corte do Senhor Papa serem melhor entendidos* : *ib.*, p. 123.

essencial, deste documento, adiciona a relação destes fundadores do sec. XI com os primeiros de 978 ¹⁶⁰⁶.

De facto, há aqui um lote de fontes que importa destacar. Segui-las-emos pela cronologia, dentro do ano de 1428:

25 de Março : o tabelião de Refojos de Riba d’Ave copia, para o Conde de Barcelos, no cartório de Santo Tirso, vários documentos. Ei-los:

1. Carta de Gonçalo Mendes, Soeiro Mendes e Paio Pires a Crescónio, bispo eleito de Coimbra, sobre a fundação de um novo mosteiro – que o é, pela interpretação romana que deles falará como *reedificadores* – e sobre a eleição de Gaudemiro, cuja bênção lhe requerem.

2. Resposta do bispo: confirmação e bênção abacial de Gaudemiro, a cuja eleição, em Santo Tirso, Crescónio estivera presente, assim como D. Bernardo, bispo de Toledo.

3. Documento de dotação e tutela do convento pela família de Unisco Godins e Aboazar Lovesendes, com o pacto de defesa do mosteiro, no abaciado de D. Gaudemiro ¹⁶⁰⁷.

16 e 21 de Junho: Procuração de Gonçalo Pereira e de Álvaro Pereira, confiada às mãos do Conde de Barcelos (pp. 107-110).

2 de Julho: o Conde questiona o mosteiro, e este vai responder. Após as suspeitas do escambo – em Roma já fora feita a resignação, para, *ex auctoritate apostolica*, se proceder à troca dos abaciados –, aquele exige se reconheça, a favor dos Pereiras, o direito de padroado que lhes compete (pp. 127-129).

7 de Julho: entrega de um *memorandum* ao Ouvidor Estêvão Anes da Ponte, com o historial do mosteiro de Santo Tirso e a sua relação jurídica com a família já mencionada, o que irá servir de base aos inquéritos das testemunhas (pp. 105-106).

12 de Julho: citação das partes, isto é, o abade Martim Aires e o Prior Pero Lopes ¹⁶⁰⁸, para contestação. Não comparecem (pp. 106-107. 110-111).

13 e 14 de Julho: audição das testemunhas sobre o que teriam ouvido (fundação, dotação e padroado) e visto (o exercício do direito dos Pereiras, sobre a casa beneditina de Santo Tirso, por obra de João Rodrigues Pereira e seus filhos, Gonçalo Pereira e Rui Vasques Pereira) ¹⁶⁰⁹ (pp. 111-119).

14 de Julho: petição do Conde ao Ouvidor, para anexar ao depoimento das testemunhas os documentos que o tabelião de Refojos de Riba d’Ave copiara no cartório de Santo Tirso, a 25 de Março último.

2, 9, e 12 de Agosto: protestos de três monges de Santo Tirso (os abades de Santa Cristina do Couto, de Covelas e Afonso Anes), de um “irmão” do abade do mosteiro de Santa Maria de Vilar e do Abade de S. João da Foz (monge de Santo Tirso) contra o facto do escambo: insólito e ilegal. Para mais, de consequências gravosas para o mosteiro de Santo Tirso, dada a incompetência do abade de Tibães, galego, que abrigava criminosos e foragidos à malha da justiça da vizinha Espanha (pp. 124-127).

¹⁶⁰⁶ *Provas da História Genealógica*, t. III/II, pp. 120-122.

¹⁶⁰⁷ Pp. 120-122.

¹⁶⁰⁸ Depois (1430) indigitado – este Pero Lopes – abade de S. Salvador da Torre. Cf. COSTA, António Domingues de Sousa – MPV IV, pp. 519-520.

¹⁶⁰⁹ Para estes personagens, ver FELGUEIRAS GAYO - *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. VIII, ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1989, p. 190.

No formulário desta queixa – publica-la-emos adiante – prescindiu-se da existência pré-benedictina do convento, que nas provas documentais se mencionava, e com referências à sua tutela, sob os antepassados de Gonçalo Mendes e Soeiro Mendes. Alberto Feyo negou a autenticidade destes testemunhos documentais, relativos à fundação e vida do mosteiro do sec XI ¹⁶¹⁰. José Mattoso não pensa assim. E aduz vários argumentos demonstrativos de seu valor ¹⁶¹¹.

Quer dizer, o mosteiro de Santo Tirso esteve sempre sob a tutela e padroado da mesma família, quer na sua fase primeira, quer após a sua filiação, sob a Regra do grande Patriarca do Ocidente. Daí que, no documento de 1092 – no conjunto que nos conservaria D. António Caetano de Sousa –, apareçam, ao final, as assinaturas dos descendentes de Unisco Godins e Aboazar Lovesendes, especialmente Gonçalo Mendes e Soeiro Mendes, que, em 1101, e como *defensor e padroeiro* do mosteiro, assiste à conciliação entre o Abade de Santo Tirso e o arcebispo S. Geraldo, texto de grande valor para a fundação do nosso convento ¹⁶¹².

A declaração final desta queixa, apresentada no Vaticano, sobre a eleição do abade, só possível com o consentimento dos Pereiras, tem em vista remediar situações futuras, paralelas às desta ocasião, e que levaram a que os Pereiras impugnassem com veemência a nomeação do abade Soeiro Anes (*Suggerium pretensum abbatem dicti monasterii*). E evitar, por acumulação, se repetisse o caso do agora renunciante, Martim Aires, que também se guindaria a prelado de Santo Tirso, pela força do braço todo-poderoso de D. João I.

9.1.4. O texto documental

Beatíssimo Padre:

Cristóvão, de feliz memória, bispo de Coimbra, por delegação apostólica, e Bernardo, arcebispo de Braga, por autoridade metropolitana ¹⁶¹³, *concederam a Gonçalo Mendes e a Rogério Mendes* ¹⁶¹⁴ *e a alguns outros leigos nobres da sua descendência – deles deriva, como se sabe, a stirpe dos Pereiras –, na qualidade de*

¹⁶¹⁰ *Origens do mosteiro de Santo Tirso*, em CSTBC V (1956-1957) 16.

¹⁶¹¹ *Le monachisme ibérique et Cluny*, pp. 42-43 e 196-197.

¹⁶¹² COSTA, Avelino de Jesus da – *Bispo D. Pedro*, no vol. II, pp. 418-420.

¹⁶¹³ Trata-se, não de Cristóvão, mas de Crescónio – apesar de no original latino se ler *Christophorus* –, bispo de Coimbra, e Bernardo, arcebispo de Toledo – apesar de o texto o dizer de Braga – e legado apostólico de Urbano II, que depôs, em 1092, no concílio de Usillos, perto de Palencia, o bispo de Braga, D. Pedro, pelo cisma que criou. Citando Eubel, Sousa Costa coíbe-se numa identificação genérica, aplicável aos dois, de bispo e arcebispo anterior à nacionalidade portuguesa (ibi, p. 584, notas 1 e 2). Os dois assistiram, em Santo Tirso, à eleição de Gaudemiro, como abade do mosteiro. Depois, dirigir-se-iam os três para Coimbra, onde Crescónio foi sagrado bispo e Gaudemiro recolheria a bênção abacial. Cf. MATTOSO, José – *Le Monchisme ibérique et Cluny*, pp. 42-43; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 136-138.

O convento foi, pois, reedificado na segunda metade do sec. XI: *de novo erigentes* (COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, p. 584) e *fecimus magnum conventum* (doc. de 1092, recolhido por António Cruz, a partir de António Caetano de Sousa). A eleição de Gaudemiro seria por 1092. Na altura, passaram Crescónio de Coimbra e Bernardo de Toledo por Santo Tirso; e, na mesma data, eram detentores do padroado do mosteiro Gonçalo Mendes e Soeiro Mendes – no original latino que seguimos *Suggerio* – que tinham acabado de o construir. Deste edifício conventual resta, entre outras coisas, um tímpano de portal românico, muito escondido, infelizmente, no escuro de um dos anexos seiscentistas da igreja. Além de outras venerandas relíquias arqueológicas.

¹⁶¹⁴ São descendentes – trinotos, segundo J. Mattoso – dos da anterior fundação do mosteiro de Santo Tirso: Unisco Godins, esposa de Aboazar Lovesendes. Em vez de Rogério, entenda-se Soeiro. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, t. II, p. 418. Para as gerações intermédias – três –, cf. MATTOSO, José – *A Nobreza medieval portuguesa*, ed. Estampa, Lisboa, 1981, pp. 206 e ss.

reedificadores ¹⁶¹⁵, fundadores e dotadores bastantes do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da ordem de S. Bento ¹⁶¹⁶, diocese do Porto, decisão, poder e autoridade (sobre o mosteiro); e também aos seus herdeiros, sucessores e descendentes o direito de padroado sobre o mesmo mosteiro; e ainda o direito de eleger e nomear uma pessoa idónea para abade daquele, sempre que vagasse uma tal função. Até porque tiveram a peito a guarda e protecção do dito mosteiro e dos seus bens temporais, que lhes foi para sempre confiado. E na posse pacífica e tranquila, ou quase ¹⁶¹⁷, dos mesmos direitos sempre ficariam os citados fidalgos, seus sucessores e descendentes. E desde tempos imemoriais, como mais plenamente consta de documentos públicos ou cartas autênticas aqui apresentadas ¹⁶¹⁸.

Mas, Beatíssimo Padre, para que os seus sucessores e descendentes dos ditos padroeiros não sejam molestados, no futuro, quanto à protecção e defesa contidas no direito de padroado, ou sejam, de qualquer forma, impedidos de o exercer; e, para que, caso eles venham a desistir da tutela e protecção do mosteiro, os bens do dito mosteiro não sejam facilmente delapidados; para que não surjam facilmente ódios, escândalos e dissensões, quer entre os monges desse mosteiro, quer entre os outros fidalgos vizinhos ¹⁶¹⁹ – como, muitas vezes, aconteceu e foram os casos resolvidos pelos mencionados sucessores - ; suplica, pois, a Vossa Santidade o vosso devoto e filho da igreja romana, Afonso, Conde de Barcelos, filho do ilustre rei de Portugal, para a pessoa de seus filhos legítimos e naturais, Afonso e Fernando, condes de Ourém e Arraiolos ¹⁶²⁰, e em nome do fidalgo Gonçalo Álvares ¹⁶²¹ e de todos os outros da linhagem dos Pereiras, descendentes dos mencionados padroeiros. O pedido destes surge quando corre na Cúria Romana uma causa, com citação de partes, contra um tal Rogério ¹⁶²², pretendo abade do dito mosteiro, e contra outros. Ora tendo em linha de conta a situação de todas as pessoas referidas na documentação, a reserva do direito de padroado, do direito de tutela e protecção; e, em conformidade com a sua garantia superior, considerando bem seguros e dignos de atenção os documentos apresentados, com tudo o que neles se contém, dignai-vos confirmá-los, com todo o vigor, suprimindo todos os defeitos se, por acaso, neles algum houver; e ainda decidir e declarar que a própria reserva se mantenha firme para sempre; bem como determinar e decidir que, daqui em diante, todas as vezes que acontecer que o mencionado mosteiro esteja sem abade, de forma alguma se possa ou se deva proceder à eleição do futuro abade desse convento, sem a notificação, conselho e deliberação dos mencionados padroeiros, dos

¹⁶¹⁵ *De novo erigentes*. Corresponde ao *fecimus magnum conventum* do doc. de 1092.

¹⁶¹⁶ O mosteiro, agora beneditino, herdaria da fundação anterior o orago de Santo Tirso. Para a vida e culto peninsular deste mártir, veja-se GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – *El culto de los santos en la España romana y visigoda*, CSIC, Madrid, 1966, pp. 216-218.

¹⁶¹⁷ Tinha razão o Conde de Barcelos: *ou quase* ! A infracção ao direito dos padroeiros só se iniciara trinta anos antes, à morte de D. Vicente Rodrigues, com a eleição de Martim Aires.

¹⁶¹⁸ O dossier dos testemunhos e documentos está em D. António Caetano de Sousa, vol. citado, desde a p. 105 à p. 129.

¹⁶¹⁹ E não fidalgos. Até violências oriundas dos arcebispo de Braga, como D. Pedro e S. Geraldo, coisa que constará do acto de concórdia de 1101.

¹⁶²⁰ D. Afonso, Conde de Barcelos, era filho bastardo de D. João I e marido de Dona Beatriz Pereira de Alvim, filha de Nun' Álvares Pereira. Pede se reconheça o direito de padroado, não para si – que não era da estirpe -, mas para os seus dois filhos, Afonso, Conde de Ourém, e D. Fernando, Conde de Arraiolos, ambos Pereiras, por via materna. O mais novo dos dois sucederia a seu pai, no ducado de Barcelos, por morte prematura daquele seu primeiro irmão: *Nobreza de Portugal e do Brasil*, ed. Enciclopédia, vol. II, Lisboa, 1960, p. 439.

¹⁶²¹ Na recolha da documentação, o Conde de Barcelos far-se-á procurador de Gonçalo Pereira e Álvaro Pereira. Como disse, D. António Caetano de Sousa transcreve os instrumentos de procuração, a pp. 107-110 do volume citado.

¹⁶²² *Suggestum*, no original latino. É Soeiro Anes, sobrinho de Martim Aires.

herdeiros seus sucessores, que o forem na ocasião, não obstante cartas, graças e privilégios apostólicos, de qualquer tipo, e que se possam aduzir em contrário (...).

Dado em Roma, junto dos Santos Apóstolos, a nove das Calendas de Novembro, no ano décimo terceiro ¹⁶²³.

9.2. O ritmo de um processo

9.2.1. O escambo

De nada valeriam os protestos do Conde. Em 2 de Dezembro de 1429, já houvera sido feita a transferência. Pouco antes desta data (*nuper*), já Roma aceitara o escambo: Martim Aires sairia de Santo Tirso para Tibães, e Soeiro Anes faria um itinerário inverso dentro dos trilhos da dignidade do mesmo abaciado:

Vossa Santidade (...) transferiu o Vosso devoto Martim Aires da abadia do mosteiro de Santo Tirso (...) para o mosteiro de S. Martinho de Tibães (...) e agraciou o Vosso devoto Soeiro Anes com o citado mosteiro de Santo Tirso, nomeando-os abades (...) ¹⁶²⁴.

Logo duas coisas: já se teria aceitado a resignação dos dois; e, complementarmente, logo se teria procedido à provisão de ambos, como abades...

Só faltava a redacção das Bulas, com a necessária expedição e competente execução. Ora, o prazo restrito entre a concessão e a expedição das cartas aos destinatários que iriam ser juizes da execução é que pôs em sobressalto Martim Aires e seu sobrinho. As comunicações com Roma e vice-versa eram precárias e difíceis. O problema dos caminhos, agravado, nesta altura, com a situação do conflito militar em que se envolviam Aragão e Castela, tornava impossível o cumprimento dos prazos.

Daí o pedido de sua prorrogação, feito a 2 de Dezembro de 1429:

Beatíssimo Padre

Há pouco (nuper), Vossa Santidade transferiu o Vosso devoto Martim Aires da abadia do mosteiro de Santo Tirso, da Ordem de S. Bento, diocese do Porto, para o mosteiro de S. Martinho de Tibães, da mesma ordem, da diocese de Braga; e agraciou o Vosso devoto Soeiro Anes com o citado mosteiro de Santo Tirso, nomeando-os abades desses mosteiros.

Em virtude, porém, das guerras entre os Sereníssimos Príncipes de Castela e os Reis de Aragão, e das dificuldades dos caminhos, Padre Santo, os citados Martinho e Soeiro, no que toca à expedição das cartas de provisão desta comenda ¹⁶²⁵, *porque*

¹⁶²³ Ou seja, a 24 de Outubro de 1430. Cf. MPV, vol. IV, pp. 583-584.

¹⁶²⁴ COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, p. 487.

¹⁶²⁵ Não me parece aceitável a ignorância de Frei Leão de S. Tomás, quando desconhece outros nomes de comendatários, anteriores a D. Francisco de Sousa. Cf. *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 37. Martim Aires já o era: da comenda fala-se neste texto documental de 2 de Dezembro de 1429. Em *Estados do Mosteiro* dir-se-á que D. Plácido de S. Bento, reeleito abade em 1743, fará uma escadaria com uma porta aberta ao fundo, para se poder observar o túmulo de D. Martinho, abade *comendatário* desta casa. Cf. PIRES DE LIMA, Dr. António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 85. De resto, só assim poderia ter feito testamento, como, efectivamente, aconteceu. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 199-199v.; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 196, pp. 218-219. O seu antecessor – pomos de parte o candidato João Aranha -, D. Vicente Rodrigues, foi o último prelado a ser eleito pela comunidade monástica. Porque já se estava no período dos comendatários, daí que tudo se processe, por sobre a autoridade dos padroeiros e por sobre o papel dos monges, para uma busca de

ainda as não despacharam, segundo se presume, sendo elas necessárias e provavelmente até, receámo-lo, porque não podem ser em breve despachadas - o prazo da sua expedição termina, como se sabe, dentro em pouco -, por isso, os citados Martinho e Soeiro pedem a Vossa Santidade Vos digneis conceder-lhes a graça especial da prorrogação, por prazo de seis meses, para a expedição das cartas (...).

Dado em Roma, junto dos Santos Apóstolos, a 4 das Nonas de Dezembro, no ano 13
1626.

A permanência das causas motivaria insistência continuada das súplicas de prorrogação: 4 de Dezembro de 1429¹⁶²⁷ e 11 de Janeiro de 1430¹⁶²⁸. E os prazos dilatavam-se, não como eles o quereriam, mas só ao ritmo estreito, de mãos apertadas e contidas: por três meses, na primeira destas datas; e dois meses, para a derradeira súplica.

9.2.2. A viragem

Até que, a 25 de Março de 1430, temos notícia de uma mudança neste projecto em causa: Martim Aires, provido em Tibães, por consistório¹⁶²⁹, antes mesmo da redacção das Bulas, resignaria ao abaciado do convento tibanense. Ou tencionava fazê-lo. Nomeado para uma abadia, sem dela nunca tomar posse !

Da vacância logo se aproveitará Martim Afonso, acólito do Porto, que pede, a Roma, e em seu proveito, as funções abaciais sobre o mosteiro bracarense:

Vagando o mosteiro de S. Martinho de Tibães, da Ordem de S. Bento, na diocese de Braga, pela transferência do Vosso servo devoto para o Mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave, da mesma Ordem, da diocese do Porto, feita pela autoridade apostólica, Vossa Santidade (...) nomeou, em consistório, para abade deste mosteiro de S. Martinho (de Tibães) a pessoa de vosso servo devoto Martim Aires. Ora, a carta apostólica da concessão desta graça ainda não foi despachada. E ele tem intenção – se o não fez já ! – de, entretanto, depor espontanea e livremente nas mãos de Vossa Santidade todos os direitos que lhe competem sobre o citado mosteiro de S. Martinho.

Por isso, suplica o Vosso servo devoto Martim Afonso, acólito da referida diocese (do Porto), que, depois de aceitardes ou mandardes aceitar a dita renúncia (...), que lhe concedais (a ele, Martim Afonso) o múnus de abade (de S. Martinho de Tibães) (...), logo que revestir o hábito daquela Ordem e fizer a sua profissão (...).

Dada em Roma, junto dos Santos Apóstolos, a 8 das Calendas de Abril, no ano 13
1630.

solução *ex auctoritate apostolica*, como se diz em 1428, já ao começo da contenda que vai rematar com a resignação de Martim Aires.

¹⁶²⁶ Isto é, 2 de Dezembro de 1429. Cf. COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, p. 487.

¹⁶²⁷ COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, p. 488.

¹⁶²⁸ COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, p. 510-511.

¹⁶²⁹ Tratando-se de certas súplicas – petições de bispados, abadias...-, só em consistório se despachavam. Cf. COSTA, António Domingues de Sousa, MPV, vol. I, p. XXXIX.

¹⁶³⁰ Isto é, a 25 de Março de 1430. Cf. COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, p. 524. Veja-se o que diz Frei Leão de S. Tomás: *Foi eleito em seu lugar (no de Soeiro Anes) D. Martim Afonso que foi Abade mais de corenta annos: Benedictina Lusitana*, t. I, p. 386, col. 1.

Em compensação, encontramos, em finais de 1431, a 8 de Dezembro, à frente da casa de Santo Tirso, o sobrinho de Martim Aires, como se lê numa carta de sentença contra o Prior de Guimarães, Rui da Cunha¹⁶³¹. Logo adiante – 16 de Fevereiro de 1432 – ler-se-á *dom sueyro abbade de santo tisso*¹⁶³². A data de 1431, como remate efectivo das funções abaciais de D. Martim Aires, e que Frei Leão de S. Tomás assinalou, é, pois, segura¹⁶³³. De resto, dentro de momentos, daremos até o dia em que se processou a transferência de poderes de Martim Aires para Soeiro Anes.

O tio, já velho, a 21 de Agosto de 1433, nomeia executor do seu testamento o dito Soeiro, seu sobrinho e abade, depois de recordar que fora, ele mesmo também, D. Martim Aires, abade de Santa Maria de Azeveiro, de S. Justo e de Santo Tirso¹⁶³⁴. Sem mais ! Arredou, pois, o convento de Braga do campo da sua actuação abacial. Morreria no ano seguinte, a 27 de Abril de 1434.

9.2.3. Conclusões

Estes documentos do Arquivo do Vaticano confirmam a questão do sec. XV, entre o Conde de Barcelos e as pretensões do abade Soeiro Anes à prelazia do convento tirsense, ou ao modo como ela se processava, e cujo *dossier* publicara D. António Caetano de Sousa.

Por este autor se vê:

1. Que a pretensão do Abade de Tibães ao abaciado de Santo Tirso tinha o apoio conjunto de Martim Aires e de D. Duarte de quem o dito Soeiro fora capelão... E que, por isso, a questão, nos termos em que se desenvolve, pode ser anterior a 1434, ao contrário do que pensa o Sr. Dr. António Augusto Pires de Lima. E, de facto o é, como se observa pelos documentos do Vaticano, em confirmação do D. António Caetano de Sousa.

2. Que a matéria da questão, numa primeira fase, não era a renúncia de Martim Aires em favor de Soeiro Anes, a troco de uma pensão, como igualmente o afirmara Pires de Lima, à base das afirmações de Frei Leão de S. Tomás. Antes, a permuta dos abaciados. A mera renúncia de Martim Aires, sem o destino de ulterior prelazia, foi uma questão que só vai emergir dois anos à frente. Isto é, desde 1428 até Março de 1430, o problema foi – como se vê pelas impugnações do Conde de Barcelos e pelos documentos da chancelaria romana – o da permuta entre si dos dois abaciados, tirsense e tibanense.

3. Que Martim Aires foi, de facto, abade comendatário do mosteiro de Santo Tirso. Vem confirmar a reacção dos Pereiras à intervenção de Roma, com a resposta sibilina desta instância de que qualquer assinatura não derogaria o direito do Conde. A situação jurídica alterara-se, há muito ! Do comendatário, Martim Aires, cozinhava-se o seu abaciado tirsense em 1400, ou até desde 1398¹⁶³⁵. E,

¹⁶³¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 246 v. MORENO, H. Baquero – *D. Soeiro Anes, Abade de Santo Tirso, e a situação política do seu tempo*, em ACHLR, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 1982, pp. 371-372.

¹⁶³² CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 194, p. 218.

¹⁶³³ Julgo, pois, que deve haver erro ou engano, no que toca à era – redução dos 38 anos de diferença -, a propósito do documento n. 161 de *Os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 209: *Instrumento do qual consta... no espirital e temporal*. João Pedro Ribeiro pensou que a cronologia do documento se regulava pela era de César. Além deste engano, mais um erro de cálculo de um ano...

¹⁶³⁴ CRUZ, António, *o.c.*, doc. n. 196, pp. 218-219. Santa Maria de Azeveiro é um mosteiro de Pontevedra. O mosteiro de S. Justo ficará também na Galiza, na Província da Corunha.

¹⁶³⁵ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 36. MORENO, H. Baquero – *Os abades do mosteiro de Santo Tirso no sec. XV*, em “Humanidades”, Porto (1982) 45.

agora, à data da protestação do Conde de Barcelos, a Bula da nomeação pontifícia ainda não tinha sido passada. Com a comenda, mudara-se a situação jurídica. E que o não mudasse, só a hipótese de ainda não haver uma Bula de nomeação até à altura em que D. Afonso vai recorrer, mostra que nenhum documento haveria que contrariasse as pretensões do Conde.

4. Que, pelo *dossier* de D. António Caetano de Sousa, se conclui que 30 anos antes, no espaço que vai de D. Vicente Rodrigues a Martim Aires, teria havido tentativas de outros prelados, primeiro João da Maia e, logo, João de Aranha, cónego do Porto e abade de Várzea de Ovelha, este sob pressão do bispo portugalense. Roma tê-lo-ia confirmado a este último ¹⁶³⁶, contra o parecer de muitos frades que teriam votado a favor de João da Maia. Até que àquele se opôs e se interpôs D. João I.

Aqui despontara a mudança do reticulado situacional do convento, com reflexos limitadores e constringentes sobre o direito de padroado e sobre a faculdade da opção electiva dos monges.

5. Que à edificação do mosteiro de 978, logo se seguiria – segunda metade do sec. XI –, o levantamento de um novo edifício, que marcará também a passagem à adopção de uma regra, a beneditina, cuja introdução se soleniza com a presença de Crescónio e do arcebispo de Toledo, D. Bernardo. Deste convento do sec. XI ficariam para amostra alguns vestígios da sua arquitectura.

10. Na previsão do fim...

10.1. *Os bens de capela de Martim Aires*

Uma lei de D. João I proibía a compra de terras para legados pios, disposição que D. Afonso V iria modificar em 1447, permitindo a incorporação das terras – reguengas ou não – nas ditas instituições que se tivessem adquirido até essa data.

Ora, a 13 de Janeiro de 1409, sobe um alvará régio, escrito por Pedro Afonso e emanado do Dr. Diogo Martins e do Licenciado em Leis Vasco Gil de Pedroso, do Desembargo Régio, donde consta:

Que Martim Aires tinha intenção de estabelecer uma capela, na igreja de Santo Tirso, com que se cantassem dois aniversários;

Que, para isso, queria dotá-la de bens e herdades que rendessem, anualmente, 100 libras de moeda antiga;

Que ele, Martim Aires, não tinha bens e que havia proibição de, para tal fim, os comprar;

Que, por isso, fizera requerimento, a pedir ao rei autorização para os adquirir;

Que o monarca, efectivamente, o autorizara a comprar herdades, que rendessem as tais 100 libras de moeda antiga, desde que não fossem reguengos.

A solução não foi, porém, pacífica. Houve, de facto, autorização régia. Mas sabe-se que, em 1427, ainda Martim Aires era demandado, a propósito dos bens de capela já adquiridos, na medida em que teria menosprezado uma das cláusulas da concessão. De facto, em 1427 - a 26 de Agosto –, nova carta de D. João I, admitindo, a respeito de Martim Aires, a possibilidade de ser demandado perante o Juiz dos feitos, para se

¹⁶³⁶ Depoimento de Frei Nuno, monge do mosteiro de Santo Tirso, em SOUSA, D. António Caetano de, *oc.*, p. 119. Veja-se também o testemunho convergente de Álvaro Pires, *ib.*, p. 116.

justificar da acusação de que teria adquirido bens de reguengo, para a erecção de sua capela ¹⁶³⁷.

A sentença teria corrido a seu favor ? Não sei. Mas no seu testamento, Martim Aires alude a bens de capela que instituiu na igreja de Santo Tirso ¹⁶³⁸.

10.2. As condições da sua resignação

A 8 de Dezembro de 1431, deixará Martim Aires a prelazia de Santo Tirso que largará nas mãos do sobrinho, o ex-abade de Tibães, Soeiro Anes. Deixar-lhe-ia a honrosa e rendosa liderança, com as condições de lhe dar, anualmente:

1. 20.000 reais brancos, em dinheiro;
2. um moio ¹⁶³⁹ de trigo e dois de centeio;
3. duas dúzias de carneiros e outro tanto de marrãs ¹⁶⁴⁰;
4. todo o vinho da Quinta de Almofães ¹⁶⁴¹.

Ao segundo ano, esquivar-se-ia o sobrinho no respeitante à obediência das disposições contratuais. Há um instrumento de 13 de Outubro de 1433, por Afonso Martins, tabelião do Julgado de Refojos de Riba d'Ave, donde consta que, estando em cabido Soeiro Anes, abade de Santo Tirso, e seu convento, Afonso Martins de Sanhoane e o dito tabelião, disse aquele, o Afonso Martins:

Que, na qualidade de procurador do ex-abade Martim Aires, requeria do dito Soeiro Anes que lhe consignasse o que estabelecido fora no auto da sua resignação;

Que ele, Soeiro Anes, não pusesse mão nem embargo algum nas sobreditas coisas contidas no acordo;

Que, indo contra, no todo ou em parte, ele, procurador, em nome de Martim Aires, protestava por todos os seus direitos;

E que o dito tabelião lhe passasse um instrumento, afim de, com ele, recorrer a El-Rei, para lhe dar remédio.

Ao que Soeiro Anes, diante de tamanha ameaça, não achou outra saída que responder *lhe aprazia que o dito Martim Aires houvesse todas as coisas conteúdas no dito acordo* ¹⁶⁴².

Pouco gozaria Martim Aires dos seus rendimentos. E pouco mais se terá de incomodar com a caturrice de seu sobrinho. A 27 de Abril de 1434, expirava...

¹⁶³⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, ff. 289-290. Foram acusadores deste nosso abade João Álvares, Fernão Vasques da Cunha e Fernão Vasques de Sampaio.

¹⁶³⁸ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 196, pp. 218-219.

¹⁶³⁹ Como é de supor, o moio tinha uma cotação variada, de região para região. Em Braga, valia 24 alqueires, isto é, 408 litros.

¹⁶⁴⁰ A marrã seria um porco de 40 arráteis. O arrátel, em Famalicão, valeria 458,77 gramas. “*Supposto não fosse uniforme o peso da marrã, o seu peso contudo bem claramente a distinguia de freáma ou leitão pequeno, a que chamavam de espeto. Hoje se diz marrã a carne fresca de porco, seja macho ou fêmea*”, conclui Manuel de Almeida e Sousa, no *Appendice Diplomático-Histórico ao Tractado Prático de Direito Emphyteutico*, Lisboa, 1814, p. 198.

¹⁶⁴¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 161, p. 209.

¹⁶⁴² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 291-291 v.

10.3. A residência de um abade resignatário: a Quinta de Almofães (S. Tiago da Carreira, Vila Nova de Famalicão).

Desde longa data que Martim Aires preparava, para seu repouso, a Quinta de Almofães, como se vê das cláusulas do emprazamento e sub-emprazamento da dita propriedade, estabelecidas num acordo de 8 de Julho de 1418. Far-se-ia no tabelião da cidade de Coimbra, Fernão Martins.

Dele consta que Pedro Afonso ¹⁶⁴³ sub-emprazou a Álvaro de Vieire – familiar de Martim Aires – e a sua esposa Inês Domingues, moradores na freguesia de S. Miguel de Palmeira, Julgado de Bouças, termo da cidade do Porto, os casais de Almofães, da freguesia de S. Tiago da Carreira, termo de Barcelos, com todos os seus frutos novos, rendas, direitos, e teigas que os trazia emprazados do mosteiro de Santo Tirso, e a vinha do Loureiro ¹⁶⁴⁴, situada também na Carreira, com os seus frutos novos, rendas e direitos, que também trazia por prazo do mesmo mosteiro.

O sub-emprazamento foi feito por nove anos, renováveis por outros tantos, enquanto Pedro Afonso vivesse. Mas com as condições que seguem: a de que Álvaro de Vieire e sua mulher pagassem ao dito abade, Martim Aires, e seu mosteiro, em cada ano, o que Pedro Afonso se visse obrigado a dar pelo sub-emprazamento; e que, à morte de Pedro Afonso, restassem os herdamentos libertos e desembargados ao dito D. Abade e seu mosteiro ¹⁶⁴⁵.

10.4. Testamento de Martim Aires

Não era religioso de estricte observância. Se o fosse, não haveria lugar para testamento. Assim se compreenderá melhor a sua posição de abade comendatário, embora Frei Leão de S. Tomás o não chegasse a identificar deste modo. Neste documento, datado de 21 de Agosto de 1433, se verão ainda as relações estreitas de Martim Aires com a Galiza: os conventos de que foi abade – Azeveiro e S. Justo de Toxosoutos – e uma freira clarissa de S. Tiago de Compostela, a quem favorecerá com a doação de um hábito.

Também deste extracto de testamento resulta a confissão da intimidade de Martim Aires com D. João I de Portugal e dom D. Duarte, a cujo serviço dispendera tanto quanto trouxera do noroeste de Espanha.

No vol. II, na seriação documental, vai um extracto que no-lo salvou João Pedro Ribeiro.

10.5. O moimento de Martim Aires

Resignou Martim Aires, a 8 de Dezembro de 1431. Já alquebrado das fadigas e dos anos. As suas prelaças, na região galega, e em Santo Tirso, esgotar-lhe-iam as forças. Depois de tantos esforços para esgotar as reservas de tantas mesas abaciais...

Sentir-se-á chegado ao extremo, a 21 de Agosto de 1433. E fez testamento. Oito meses depois, era o fim: 27 de Abril de 1434.

Frei Leão de S. Tomás “honra” a memória dos dois, tio e sobrinho ¹⁶⁴⁶. E nada se lhes deverá ! Nem a um, nem a outro...

¹⁶⁴³ Filho de Afonso Lourenço, Vedor da portagem da Cidade de Coimbra.

¹⁶⁴⁴ Em 1418, chamar-se-á *Vinha de Almofães*.

¹⁶⁴⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 288 v. – 289.

¹⁶⁴⁶ *Benedictina*, vol. II, p. 36.

Também não deverá ser exacta a afirmação de Frei Leão de S. Tomás: que Soeiro Anes teria mandado fazer a arca tumular de Martim Aires. Já disse das razões: o relacionamento entre ambos não era lá muito amistoso, como se deduz do acto de 13 de Outubro de 1433, no qual o velho abade exige do sobrinho o cumprimento das cláusulas da sua renúncia.

Depois, a data do moimento fúnebre ficou incompleta – sem ano, mês e dia -, o que supõe que a arca se fizera, antes de Martim Aires falecer. Logo não foi esculpido o túmulo gótico, depois da morte do primeiro comendatário de Santo Tirso. Depois do falecimento é que se acabou. Mas apenas com o preenchimento dos espaços em branco da epígrafe – a cronologia do óbito -, mas ainda assim à pressa, de forma tosca e mal esgrafitados... As próprias vieiras do braço, dispostas em aspa – lembrando a estirpe galega dos seus ascendentes - só em parte se insculpiriam. As outras ficariam mal esboçadas.

A estátua jacente de Martim Aires representa-o na figura de Abade beneditino: mitra, báculo, capa magna, estola, que os abades da ordem do Patriarca S. Bento eram equiparados aos bispos. Tão de rude se mostra a figuração do seu rosto, como de rigidez se reveste a mole da sua corpulência. À inflexibilidade da sua pose somava-se a indefinição do seu carácter.

Na face lateral, a inscrição em caracteres góticos:

AQI : JAZ : DOM : MARTIM : AIRES : ABADE : Q : FOI : DESTE M.º :
E : FINOU : ENA : ERA DE MIL : E : CCCC : E LXXII : ANOS : XXbII : DIAS :
DABRIL.

Na penúltima igreja de três naves, estava na ala lateral, do lado da epístola. Depois, com a construção da última, ficaria no mesmo lugar: no espaço que fora nave e, depois, ao segundo triénio de D. Frei Plácido de S. Bento (1743-1746), espaço por onde se vai reerguer a actual escadaria de dois lanços para o Coro-alto. Uma porta que, então se rasgou, no que fora o alçado sul da igreja daria acesso ao túmulo do velho abade.

Há pouco – antes de 1991 – via-se já deslocado o dito túmulo, no átrio da Porta Branca. Após o restauro de 1991, foi metida a arca tumular de Martim Aires na galeria poente do primeiro circuito claustral.

Segundo Mário Jorge Barroca, a inscrição “foi gravada recorrendo ao alfabeto Gótico Maiúsculo Redondo, que ainda era esporadicamente utilizado em inícios da segunda década do sec. XV, mas seria já completada com alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso, de muito deficiente qualidade, mas mesmo assim reconhecível na configuração dos XX. É notório, no entanto, que se tentou copiar as letras do velho alfabeto na palavra DABRIL. O complemento deste epitáfio foi feito por autor pouco familiarizado com as técnicas epigráficas, e quase mais grafitado que gravado”¹⁶⁴⁷.

¹⁶⁴⁷ BARROCA, Mário Jorge, o.c., p. 2159.

2. SOEIRO ANES (1431-1455)

1. Soeiro Anes, monge de Santo Tirso, abade de Tibães

Bem cronometrado: responsável maior do mosteiro de Santo Tirso, desde 8 de Dezembro de 1431 a 4 de Setembro de 1455.

Sobrinho do antecessor, Martim Aires, e galego como ele, era Soeiro Anes *monge de Santo Tirso*. Em 1414, tomara posse do mosteiro de Tibães, que, após século e meio, será cabeça da Congregação. As circunstâncias do acesso à prelazia tibanense ignorou-as Frei Leão de S. Tomás. Além do mais, um erro de feição cronológica: a eleição em Outubro de 1414... Não o foi, não. Antes já ! Pelos finais, talvez, de 1413. Confunde a *Benedictina* a eleição com a tomada de posse. É que Soeiro Anes viria a ser confirmado a 5 de Janeiro de 1414, pelo prelado bracarense D. Martinho Afonso Pires da Charneca¹⁶⁴⁸.

No documento arquiépiscopal, dir-se-á que, por morte de Frei Martim Peres, fora eleito o monge de Santo Tirso, Soeiro Anes, pelo Prior claustral e Monges do dito mosteiro¹⁶⁴⁹. E, quanto ao processo da sua veiculação à prelazia tibanense, uma frase do mesmo texto documental, eufemisticamente – senão ironicamente –, deixa entrever a forma pouco ortodoxa da sua eleição: por inspiração do Espírito Santo (*per viam spiritus sancti*).

Houve, de facto, luta cerrada e contestação. Do esbulho da prelazia, acusam Soeiro Anes. Só em Novembro, a 27 deste mês, neste dito ano de 1414, é que Soeiro Anes pôde, caucionado pela autoridade religiosa – o arcebispo – e civil – o Corregedor d’El-Rei, no Entre-Douro-e-Minho –, tomar posse das suas funções abaciais, no mosteiro bracarense. Mas ainda com protestos dos opositores de Soeiro Anes, contra as ingerências d’El-Rei num assunto de jurisdição puramente eclesiástica.

João Pedro Ribeiro sumariou o documento¹⁶⁵⁰. Do cartório de Santo Tirso – Índice de 1774 – podemos retirar uma súmula de desenvolvimento maior que daremos em apêndice.

O autor do *Índice de 1774* navega em mar de muitas hesitações. Frei Soeiro foi, realmente, comendatário de Tibães; e, posteriormente, ou seja, de 1431 a 1455, o segundo comendatário de Santo Tirso, que é o que, agora, particularmente, nos interessará.

De dois escudeiros seus, ao tempo em que ainda exercia o seu papel de comendatário em Tibães (1413), temos conhecimento: João Gago e Gonçalo Fernandes, que foram incumbidos da arrecadação dos foros, rendas e direitos que havia de colher, anualmente, dos casais que comprara em S. Fins de Ferreira, no julgado de Aguiar de Sousa¹⁶⁵¹.

2. Soeiro Anes, abade de Santo Tirso. A resignação de Martim Aires

Contestado em Tibães, em Santo Tirso contestado ! Só pela força d’El Rei, poderia Soeiro Anes ter acesso aos cargos superiores das duas abadias !...

Foi demorada a transição, como se viu. De 1428 a 1430, Martim Aires, abade de Santo Tirso, e o seu sobrinho, Soeiro Anes, abade de Tibães, tentaram, apenas a

¹⁶⁴⁸ Que governou a diocese de Braga de 1398 a 1416.

¹⁶⁴⁹ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 176, p. 213.

¹⁶⁵⁰ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 178, p. 214.

¹⁶⁵¹ PT /ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 302 v.

permuta dos dois abaciados. Opor-se-iam os padroeiros e monges. Mas o apoio de D. Duarte, ainda infante, deve ter pesado com mais força, no prato da balança. O papel daqueles já teria ficado em desvalorização, anos antes, em 1402, aquando da ascensão de Martim Aires à prelazia do nosso mosteiro. Nessa altura, por intervenção decisiva de D. João I, amigo do abade galego.

Será agora o peso decisivo de D. Duarte, mesmo infante, a ditar mais que a vontade dos monges e que as atribuições dos padroeiros.

Em 1430, ao mês de Março, o processo, porém, tomará um novo rumo: Martim Aires renunciará a Santo Tirso e, em simultâneo, à pretensão a Tibães ¹⁶⁵². A troco de uma pensão. E Soeiro Anes alcançaria então a abadia de Santo Tirso, com o encargo da dita reforma que o tio lhe ditara. Nada pequena !...

Assim, uma inspiração do Espírito Santo valera-lhe, a Soeiro Anes, a prelazia de Tibães; e a *auctoritas apostolica* de Roma, ao sopro de D. Duarte, veiculou-lhe o mosteiro de Santo Tirso.

A 8 de Dezembro de 1431, dar-se-á o trespasse, na sala capitular do mosteiro da nossa cidade. Presenciou-o o tabelião do Julgado de Refojos, Afonso Martins, que anotou as condições a que o abade resignatário subordinaria a renúncia. Já o dissemos.

Era Prior crasteiro, ao tempo de Soeiro Anes, João Gonçalves Bacharel ¹⁶⁵³.

O sobrinho, porém, e entretanto, ter-se-ia recusado ao cumprimento das cláusulas. Mas um procurador de Martim Aires, caucionado por tabelião, intimaria Soeiro Anes a corresponder inteiramente ao que determinado lhe fôra. E o sobrinho vergar-se-á.

Aludimos, há pouco, ao peso da intercessão de D. Duarte na nomeação tirsense de Soeiro Anes. Isso mesmo o irá confirmar, depois, D. Afonso V, a 6 de Julho de 1449, em carta de protecção. Nela se dirá: *que Soeiro Anes era fidalgo; que fora capelão de D. Duarte, de resto a quem bem terá servido; e que D. Duarte lhe dera o mosteiro de Santo Tirso* ¹⁶⁵⁴.

Entende-se a protecção do Africano. Na crise da sucessão de D. Duarte, Soeiro Anes apostaria nos direitos de D. Afonso V, do que lhe advieram as malquerenças de D. Pedro ¹⁶⁵⁵. Não custa viver. O que custa é saber viver ! D. Duarte lhe dará a comenda. D. Afonso V o manterá sob tutela...

3. A sua figura e a sua personalidade

Preferimos chamar a atenção dos nossos leitores para a visita de 1437, onde algo diremos sobre este prelado do mosteiro de Santo Tirso.

4. Nicolau V e o Abade Soeiro Anes

Nicolau V, eleito a 6 de Março de 1447, sagrado a 19 deste mesmo mês e falecido oito anos depois, a 24 de Março de 1455, foi um dos mais notáveis pontífices da igreja, pela sua intensa actividade política, social, eclesiástica e cultural. Pelo seu espírito e pelo apoio de alguns de grande nome de que se rodeou, poderia, efectivamente, antecipar a reforma da igreja. “Culpa tiveram-na os prelados italianos da sua corte, que

¹⁶⁵² As peças deste processo vêm, ao final da biografia que traçámos, a respeito de Martim Aires.

¹⁶⁵³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 200-201.

¹⁶⁵⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0204, ff. 397-398. Dá-la-emos, inteira, a propósito das relações de D. Afonso V com o mosteiro de Santo Tirso. Cf. ainda PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 291 v. – 292.

¹⁶⁵⁵ MORENO, H. Baquero – *Os abades do mosteiro beneditino de Santo Tirso no sec. XV*, em “Humanidades”, n. 1 (1982) 46.

só nos abusos julgavam em segurança os seus emolumentos”, comentaria Pastor, o grande especialista do Papado. Não tiveram, pois, sequência os seus anseios, pelo que, só mais tarde, ela, a renovação, iria chegar, mas já depois da revolta de Lutero e em jeitos de Contra-Reforma.

O movimento humanista e renascentista nele teriam um fermento de renovação cristã. Com Nicolau V se iniciaria a era do mecenatismo papal. Por ele se lançaram os projectos que levariam às grandes obras da construção de S. Pedro. E, quando a Cidade de Constantinopla caiu sob o alfange sanguinário de Maomé, o Papa acolheria os foragidos, de modo concreto, muitos literatos do mundo oriental, pelo que salvaria da morte grande número de textos documentais da cultura grega. Foi Nicolau V o fundador da monumental *Biblioteca Vaticana*. Justamento o saudou como *Novo Augusto, restaurador do período de ouro de Roma* o grande humanista e, depois, Papa – com o nome de Pio II –, Eneias Sílvia Piccolomini.

Pois deste Papa que morreu seis meses antes de Soeiro Anes, abade de Santo Tirso, restam duas Bulas que interessam grandemente à história do nosso mosteiro: uma de 9 de Junho de 1450, pela qual o abade de Bouro fora encarregado da inquirição respeitante ao monge de Santo Tirso, Afonso Anes, em ordem à colação da prelazia do mosteiro de Fontarcada. Uma segunda, com data de 14 de Março de 1454, pela qual Nicolau V iria encarregar o abade Soeiro Anes das funções de juiz executor da graça pontifícia da concessão do priorado de S. Simão da Junqueira, em prol do reitor de Bagunte, Fernando Rodrigues ¹⁶⁵⁶.

5. Soeiro Anes e D. Afonso V

Como já aconteceria, ao tempo doutros abaciados, também neste, de Soeiro Anes, se manteriam as relações de amizade afectuosa entre o abade deste mosteiro, Soeiro Anes, e o monarca, D. Afonso V. Ver-se-á em capítulo aparte, onde trataremos das atitudes da realza face aos monges de Santo Tirso e vice-versa.

6. A morte de Soeiro Anes

(...) Vago que ficou, na véspera, o mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave, da Ordem de S. Bento, da diocese do Porto, por morte de Soeiro (Anes), que morreu fora da Cúria Romana, decidimos prover nele, sob certas condições, a pessoa de nosso dilecto filho Afonso Lourenço, presbítero de Évora, bacharel em Teologia, depois de receber o hábito da dita Ordem e de ter feito a sua profissão religiosa (...).

Assim relata a súplica de D. Jaime ¹⁶⁵⁷, sobre o abaciado de Santo Tirso, após a resignação que nele fizera Afonso Lourenço.

Ora este bacharel eborense pedira o abaciado do nosso mosteiro quatro meses antes, a 5 de Setembro de 1455 ¹⁶⁵⁸. E, como refere a súplica de seu amo – o filho do Infante D. Pedro, o de Alfarrobeira –, *na véspera* – logo 4 de Setembro –, se teria finado o abade Soeiro Anes.

¹⁶⁵⁶ Os textos originais latinos vão em apêndice.

¹⁶⁵⁷ CUP, vol. V, p. 421.

¹⁶⁵⁸ CUP, vol. V, p. 417.

7. Um período de vacância na prelazia do nosso mosteiro (1455-1460)

Como acontecera pela morte de Vicente Rodrigues, quando se daria um hiato no abaciado do mosteiro de Santo Tirso (1395-1402), que só se resolveria com a instalação do primeiro comendatário, Martim Aires, também à morte de Soeiro Anes, se irá verificar uma luta de bastidores, que retardará a nomeação e a tomada de posse do abade subsequente.

A vida do convento de Santo Tirso, com o rodar do sistema dos Comendatários, ir-se-á degradando mais e mais. Os abades deste género encontravam na casa religiosa o ensejo de satisfazer o instinto da exibição, do fausto e da posse. O mosteiro via-se cercado de abutres devoradores. E todos, à uma, lhe disputavam as entranhas. Mais cinco anos se passariam, agora - de 1455 a 1460 -, numa prova de força, à cata de uma como que definição do direito à posse exclusiva do que seria já, relativamente, um mero cadáver...

A morte de Soeiro Anes - 4 de Setembro de 1455 -, um se apresentaria como candidato ao lugar: Afonso Lourenço, presbítero de Évora, bacharel em Teologia, criado e capelão de D. Jaime, filho do Regente D. Pedro¹⁶⁵⁹. E foi no ano que o dito Afonso logo resignaria.

Também este, designado abade de Santo Tirso, desde 16 de Dezembro de 1455, com apenas 22 anos de idade, o filho do Infante D. Pedro, o do desastre de Alfarrobeira, acabaria por morrer tão só nomeado abade de Santo Tirso, sem que de tal função viesse a tomar posse real e efectiva. Quatro anos assim expectante ! A morte colheu-lo-ia, de facto, nesta situação, em Agosto de 1459¹⁶⁶⁰.

Um documento do Cartório de Santo Tirso individualizaria o obstáculo à investidura. Mas sem a elucidação do pormenor:

O 3.º Abade (isto é, comendatário) foi Jacob Cardeal de Santo Eustachio¹⁶⁶¹ que não chegou a tomar posse pella demanda que trouxe com o Marquez de Valença¹⁶⁶².

¹⁶⁵⁹ CUP, vol. V, p. 417.

¹⁶⁶⁰ Está sepultado em Florença numa capela da igreja de S. Miniato al Monte, como diremos em nota aparte. Sobre o seu túmulo, cf. ATANAZIO, Manuel Cardoso Mendes - *A arte em Florença no sec. XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, ed. da INCM, Lisboa, 1983. Este trabalho obrigaria os estudiosos a repensar os problemas vários da capela: autor da encomenda e artistas que nela exerceram a sua actividade. Num guia de Florença ainda se lê que o monumento do Card. de Portugal era obra do arquitecto António Manetti, aluno de Brunelleschi, que lho encomendara D. Afonso V de Portugal, para sepultura de seu sobrinho. Tantos erros em tão poucas palavras... BONECHI - *Florença*, Ed. Il Turismo, Firenze, 1979, pp. 152-154.

Lá se encontram, na capela funerária, as armas da sua condição de fidalgo: escudo esquartelado: I e IV: armas de seu pai o Infante D. Pedro; II e III: Aragão (pleno - armas de pretensão também usadas por sua mãe e seu irmão D. Pedro). Timbre: uma flor de lis nascente. Cf. D. LUIS DE CASTRO E TAVORA, Marquês de Abrantes - *O estudo da sigilografia medieval portuguesa. I. Panorama (...)*, pp. 313 e 346, exemplares nn. 456, 457 e 509. Cf. SEIXAS - Abel B. A. Metelo de, e COLAÇO, José S. Estevéns - *As armas do Infante D. Pedro e de seus filhos*, Universidade Lusitana, 1994, p. 67.

¹⁶⁶¹ Filho do Infante D. Pedro, sobrinho de D. Duarte, neto de D. João I. Foi Cardeal de Santo Eustáquio, bispo de Arras e de Chipre, notário do Papa Calisto III, como expressamente se refere na sua nomeação para abade de Santo Tirso, amigo dos humanistas, em Florença. Cf. DHP, vol. II, pp. 574-575. A Bula do Papa Calisto III, que daremos em tradução, avança com algumas informações sobre a sua origem, a sua cultura e a sua posição social.

¹⁶⁶² Introdução aos prazos quatrocentistas do mosteiro de Santo Tirso, em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149. Foi o primeiro Marquês de Valença, o quarto Conde de Ourém, D. Afonso, filho primogénito do primeiro casamento do primeiro Duque de Bragança. Nasceu em Lisboa e morreria em Tomar, a 9 de Agosto de 1460. Um ano, depois do Cardeal D. Jaime....

Tomou parte em vários concílios (Basileia, em 1436; Ferrara-Florença-Roma, em 1439-1442). Acompanhou a infanta Dona Leonor (1451) para o casamento com Frederico III, imperador da Alemanha,

Neste intervalo, geriu os destinos da nossa casa, com uma certa autonomia, o Ecónomo Frei Vasco. Aparece, assinando vários documentos de Santo Tirso ¹⁶⁶³. O primeiro prazo que faria este Ecónomo, Frei Vasco, datará de 24 de Dezembro de 1455. Acabaria o seu papel como Ecónomo em 1459. É que, em 1460, os prazos do mosteiro de Santo Tirso são feitos pelo Prior e convento de Santo Tirso. Mas ao dito Frei Vasco não só os documentos o não dizem *procurador* de D. Jaime, como até vão garantindo *que não havia abade* ¹⁶⁶⁴.

7.1. A nomeação de Afonso Lourenço

Soeiro Anes, segundo comendatário de Santo Tirso, morreria a 4 de Setembro de 1455, na véspera (*pridie*) da nomeação do seu sucessor, Afonso Lourenço ¹⁶⁶⁵. A Bula Pontifícia identificá-lo-á, a este último. E citaremos o texto em tradução que se vai seguir. Para prelado de Santo Tirso foram-lhe exigidas condições, por parte da Cúria Romana. E tê-las-ia satisfeito. Renunciou, porém, à dignidade abacial, antes que fossem despachadas as Bulas da nomeação. Tinha em vista favorecer o amo, o Cardeal D. Jaime. Eis aqui o texto da súplica de Afonso Lourenço, datada de 5 de Setembro de 1455:

Suplica o Vosso servo devoto (...), Afonso Lourenço, presbítero secular da cidade de Évora, bacharel em Teologia, capelão, familiar e comensal (...) do Vosso servo devoto Jaime, arcebispo de Lisboa, que, fazendo-lhe a graça especial da abadia do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da Ordem de S. Bento, da diocese do Porto, cujo rendimento não excede, numa estimativa comum, as quatrocentas e cincoenta libras torneses (...), vaga pela morte (de Soeiro), último e imediato possuidor dessa abadia e que morreu fora da Cúria Romana (...), graciosa e misericordiosamente Vos digneis prover nela o referido Afonso (...).

Dada em Roma, junto de S. Pedro, nas Nonas de Setembro, no primeiro ano do nosso pontificado ¹⁶⁶⁶.

e que Nicolau V abençoaria, em Roma. E aí foi armado cavaleiro pelo Imperador. Rui de Pina, na Crónica de D. Afonso V, refere-se ao papel deste homem nas expedições a Tânger e Alcácer Ceguer (1458). Bravo como militar e talentoso na gestão dos negócios do Reino. Segundo a tradição conservada em Santo Tirso, no nosso mosteiro, foi este D. Afonso o grande inimigo do Cardeal D. Jaime à sua tomada de posse da nossa abadia.

¹⁶⁶³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0149, ff. 99-111 v.; 113-130 v.; 133-141; 141-147.... Com data de 1459, há um contrato de arrendamento, por nove anos, da dizimaria da Capela de Santa Maria Madalena – igreja paroquial de Santo Tirso -, feita pelo Prior do mosteiro, Frei Vasco Lourenço, a favor de José Anes Machucho, pela quantia de 3.800 reais brancos. Cf. SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Apontamentos de história local IV*, em JST de 5 de Novembro de 1971, p. 1, col. 3.

¹⁶⁶⁴ Uma Bula de Pio II, com data de Abril de 1459 – de que falaremos – não teve a sequência devida, *por nomear o abade, quando o não havia*. Acrescenta o elaborador do *Index de 1774*, que nos daria esta informação, o pormenor subsequente: *estava nomeado em Roma Jacob Cardeal de Santo Eustáquio*: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 17 v.

¹⁶⁶⁵ De facto, a súplica aviada datou-se de 5 de Setembro de 1455: CUP, vol. V, p. 417. Na véspera (*pridie*), vagara o mosteiro pela morte de Soeiro Anes: *Pridie vacante monasterio Sancti Tirsi... per obitum (...)* *Suggerii*: CUP, vol. V, Lisboa, 1972, p. 421.

¹⁶⁶⁶ Como se disse, a datação em causa corresponde a 5 de Setembro de 1455. Como a petição foi feita em Roma, explicar-se-á que o nome do abade falecido ficasse em branco, no texto. Não sei se a datação da súplica é só para efeito de validade jurídica. Mesmo que, em Roma – e Afonso Lourenço era familiar de D. Jaime -, se ignorasse o nome do abade de Santo Tirso que falecera, ficará mesmo assim difícil de compreender como é que, um dia depois do desenlace, já se sabia em Roma da morte do prelado de Santo Tirso...

7. 2. O Cardeal D. Jaime e a sua longa e frustrada expectativa

Afonso Lourenço suplicara, pois – e obtivera, de facto –, a prelazia do nosso mosteiro beneditino. Mas renunciaria a 16 de Dezembro imediato, antes do despacho das Bulas que lhe permitiriam a tomada de posse, pelo que foi, apenas, aceite a sua petição para abade de Santo Tirso, com hipóteses de nomeação oficial no curso de um período que se alargaria por uns quatro meses, de Setembro a Dezembro.

De facto, logo a 16 de Dezembro de 1455, Calisto III nomearia já para abade de Santo Tirso o amo de Afonso Lourenço, o célebre Cardeal D. Jaime.

Aqui vai o texto da nomeação oficial, que traduzimos directamente do latim, com omissão daquilo que menos interesse proporcionar:

Calisto, etc. (...) ao dilecto filho, mestre Jaime de Portugal, clérigo de Coimbra, nosso notário, saúde, etc.

(...) Por disposição do Romano Pontífice, já há muito que as provisões de todos os mosteiros, cujos frutos passarem, anualmente e numa estimativa comum, acima dos duzentos florins de ouro (...), reservamos os que vagam ou aconteçam vagar à nossa iniciativa e vontade, decidindo, por isso, considerar nulos e inválidos, neste assunto, todos os actos contrários que aconteça serem tomados por qualquer pessoa, em nome de qualquer autoridade, com conhecimento de causa ou em boa fé.

E, por isso, vagando o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da Ordem de S. Bento, diocese do Porto – a cujos destinos, durante a sua vida, presidiu um tal Soeiro que foi abade desse convento¹⁶⁶⁷ –, Nós, à morte do referido Soeiro que morreu fora da Cúria Romana, decidimos, sob certas cláusulas, que fosse provido no mosteiro assim vago a pessoa do dilecto filho Afonso Lourenço, presbítero de Évora, bacharel em Teologia, depois que viesse a receber o hábito da dita Ordem e tivesse feito a sua profissão (religiosa).

Tendo, porém, o mencionado Afonso – ainda antes da publicação das cartas apostólicas sobre a concessão desta graça – renunciado, hoje, livre e espontaneamente, nas nossas mãos, a todo o seu direito sobre o citado mosteiro ou que, com ele, se viesse a relacionar, e tendo Nós resolvido aceitá-lo e, desta forma, considerar ainda vago o mosteiro (...), Nós, por motu proprio, pela presente e com pleno conhecimento, revogando, cassando e anulando todas as outras impetrações e súplicas que existam feitas por quaisquer outros, de qualquer dignidade, estado, grau, ordem ou condição, sobre o dito mosteiro, depois de feita a graça desta concessão, e também as assinadas por Nós mesmos de motu proprio, e ainda as Bulas publicadas e as iniciativas subsequentes, feitas por qualquer autoridade; e querendo, em relação ao citado mosteiro, que seja regido com muito tacto e salutarmente governado por pessoa útil e idónea, e também, em relação a ti – que, segundo sabemos, és de sangue real –, querendo conceder-te uma graça especial e ajudar-te com o auxílio de uma subvenção, por motu proprio e com a mesma autoridade te damos em comenda, para toda a tua vida, o referido mosteiro, com todos os seus direitos e pertenças, de forma a que o possas lícita e livremente possuir, dirigir, governar, conjuntamente com todas e cada uma das igrejas, mosteiros, priorados, prelações, dignidades, administrações, ofícios (...), canonicatos e prebendas ou outros benefícios eclesiásticos, com ou sem cura de

¹⁶⁶⁷ Já sabemos: Soeiro Anes, sobrinho de Martim Aires, foi abade de Tibães e confirmado pelo arcebispo de Braga, a 5 de Janeiro de 1414 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 171 v.). Tomaria posse do mosteiro de Santo Tirso, a 8 de Dezembro de 1431 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 290 v.-291. E cá morreu, como prelado, a 4 de Setembro de 1455.

almas, benefícios seculares ou regulares, que já tenhas ou venhas a ter para o futuro, por título ou comenda, seja qual for o seu rendimento anual (...).

Dada em Roma, junto de S. Pedro, a 17 das Calendas de Janeiro de 1455, no primeiro ano de Nosso Pontificado ¹⁶⁶⁸.

De notar que D. Jaime, tratado de *arcebispo* (de Lisboa), pelo familiar Afonso Lourenço, não tem igual designação da parte do Romano Pontífice. Ainda não recebera as ordens maiores – só e apenas simples clérigo –, nem as chegaria a receber, condição de acesso, juntamente com a sagração episcopal, à função que o nome requererá. Calisto III, também lhe não chamará Cardeal: só vai receber esta nomeação, meio ano à frente.

E quatro anos também à espera da tomada de posse da abadia de Santo Tirso, em luta contra o destino de opositores encarniçados – ressonâncias possíveis de Alfarrobeira, onde D. Jaime lutara mesmo ao lado do pai –, corda tensa que, se não rebentou pela banda do mais fraco, cedeu por onde as Parcas impiedosas, na sua cegueira, resolveram meter a tesoura. E foi D. Jaime a vítima, como poderia, de resto, ter sido qualquer dos outros...

Segundo informações que me vieram ter, em 1456 – e de harmonia com os favores que este sobrinho de D. Duarte recolhera da Bula de Calisto III – tomara D. Jaime posse do abaciado italiano de Fossanova. Cito o texto que às mãos me veio parar: “Em 1456, chega a Fossanova o primeiro abade comendatário, *Jacob Lusitano*, sobrinho do rei de Portugal. Sucede a João Magdale, eleito abade de Fontfroide, naquele mesmo ano, para substituir a Pedro Ferrer que, tendo sido deposto em 1445, se rebelara e recuperara Fontfroide pelas armas” ¹⁶⁶⁹.

7.3. A nomeação de Lourenço, abade de Padgoordini

À morte do Cardeal D. Jaime – 27 de Agosto de 1459 –, a Santa Sé nomearia então para a liderança do nosso mosteiro um tal *Lourenço, abade de Padgoordini*.

Será o mesmo Afonso Lourenço, comensal de D. Jaime, de que atrás se falaria? Julgo que não, contra o parecer de Armindo de Sousa. Na nomeação de Fernão Lopes do Carvalhal, embora se fale do nome daquele que o antecederia na nomeação, Lourenço, abade de Padgoordini, não há nenhuma alusão à suposta identidade deste com Afonso Lourenço que precedeu a designação do Cardeal D. Jaime ¹⁶⁷⁰.

Mas andava “increncada” a sucessão de Soeiro Anes. E já decorria uma vacância de cinco longos anos! Nem desta feita, porém, chegaria a bom termo a resolução desta crise, que este abade Lourenço, iria também falecer, antes mesmo do despacho das Bulas... ¹⁶⁷¹.

Entretanto, desde 1455 a 1459, o governo do mosteiro de Santo Tirso era transitoria e precariamente assegurado na pessoa do ecónomo, *Frei Vasco Lourenço* que, de resto, não dependia do Cardeal D. Jaime, como seu Procurador. Antes do Bispo do Porto ¹⁶⁷².

¹⁶⁶⁸ CUP, vol. V, pp. 423-424. Cf. pp. 421-422, onde vem outra Bula do mesmo teor e da mesma cronologia.

¹⁶⁶⁹ Curiosamente foi nesta abadia de Fossanova que, na sua viagem ao Concílio de Lyon, em 1274, estadeara S. Tomás de Aquino, onde, doente, acabaria por falecer. A cela onde entregara a sua alma a Deus tornar-se-á uma capela, ao sec. XVII, já muito depois do nosso D. Jaime ter morrido. Cf. *Los Cistercienses*, ed. MSM, Vic-en-Bigorre, Cedex, França, p. 129.

¹⁶⁷⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 171 v.- 172.

¹⁶⁷¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149, 1.^a f. inum v.; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 2. v.; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0271, ff. 130 v.- 131.

¹⁶⁷² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149, f. 142.

Com data de 1 de Junho de 1459, há um contrato da dizimaria da Capela de Santa Maria Madalena ¹⁶⁷³, feito pelo dito Frei Vasco, a favor de João Machucho pelo prazo de nove anos e pela quantia de 3.800 reais brancos ¹⁶⁷⁴. Na sua leitura, o tabelião Amaro da Costa, em 1777, leu na data deste documento a cronologia de 1449, o que não pode ser. Parece-me. Se a dizimaria é um direito paroquial e se o abade nato da comunidade secular – a freguesia – é o superior maior da comunidade conventual – a paróquia está *unida* ao mosteiro -, naquela altura – suposta a data de 1449 -, só Soeiro Anes poderia fazer o contrato, não outra pessoa...

Aqui vai o documento:

Era sobredita primeiro dia do mes de Junho Eu Frei Vaasco Icolimo ¹⁶⁷⁵ e Prior, e Convento do Mosteiro de Santo Thyrço arrendamos a dizimaria da capella de Santa Maria Magdalena por estes nove annos primeiros seguintes a Johane Anes Machucho, e que elle, nos de e pague em cada hum anno tres mil e oito Centos Reais brancos os quaes oito Centos Reais pague dante mam cada hum anno ao nosso avancel ¹⁶⁷⁶ para nos por elles comprar carne e pescado e os tres mil Reais pague cada hum anno as terças ¹⁶⁷⁷ e por esto e verdade asignei aqui (...).

E, em 7 de Janeiro de 1460, temos notícias sobre o prior castreiro João Gonçalves – será o da visita de 1437 ? - e dos seguintes religiosos Frei Vasco, o Velho – será o Frei Vasco Ecónomo ? -, Frei Álvaro e Frei Afonso. Nele se cita, igualmente, no rol das testemunhas, um criado do Prior, chamado João Afonso ¹⁶⁷⁸.

Só depois – a 1 de Abril de 1460 - , é que o Papa Pio II nomeará um abade para o nosso mosteiro.

3. FERNÃO LOPES DO CARVALHAL (1460-1488)

1. A cronologia deste abaciado

1.1. O termo a quo

A 23 de Março de 1460, Pio II, ao terceiro ano de seu pontificado, determinará os critérios que iriam coduzir à eleição de Fernão Lopes do Carvalho, para abade de Santo Tirso. A Bula fará resenha das últimas vicissitudes: que, ao falecer Soeiro Anes, Calisto III decidira-se pelo Cardeal Diácono de Santo Eustáquio, D. Jaime, filho do Conde D. Pedro – o de Alfarrobeira, recorde-se –, e neto de D. João I, nomeando-o abade do mosteiro de Santo Tirso; que, ao falecer este, em 1459, fôra a nossa casa religiosa dada em comenda a um tal Lourenço, abade do mosteiro de Padgoordini, mas que também

¹⁶⁷³ Era a matriz da paróquia que se instalou no cabido da igreja monástica. Ficava o altar da padroeira no espaço interior do hodierno átrio da Porta Branca. Só, pelos finais do sec XVI, é que os fregueses ocupariam o corpo da igreja monástica, ainda repartido por três naves (a igreja trecentista).

¹⁶⁷⁴ SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Apontamentos de história local IV*, em JST de 5 de Novembro de 1971, p. 1, col. 3.

¹⁶⁷⁵ *Scilicet*, Ecónomo.

¹⁶⁷⁶ Ou seja, ovençal. Aqui, o monge responsável da Recebedoria.

¹⁶⁷⁷ *Scilicet*, Natal, Páscoa e S. João de Junho.

¹⁶⁷⁸ ANTT OSB *Santo Tirso*, maço 1. Documento de um contrato de bens de capela entre Lopo Gomes (de Casal de Avós, Areias, Santo Tirso) e o mosteiro de Santo Tirso.

entregara a alma a Deus, antes do despacho das Bulas; e que, então, o Papa de agora, ele mesmo, Pio II, teria tomado a decisão que, para abade de Santo Tirso, fosse eleito *pessoa idónea de entre os monges professos desta casa religiosa*.

Na peugada destes critérios – e após a caminhada truculenta dos últimos anos –, optou-se por Fernão Lopes do Carvalho¹⁶⁷⁹.

Poucos meses depois, uma compulsória vinda de Roma, no terceiro ano do Pontificado de Pio II, a respeito de uma demanda do mosteiro de Santo Tirso, a propósito de Frei Martinho Valasco, cura da igreja de S. João da Foz, cometida ao arcediogo do Porto, nela se diz que estava nomeado para abade do nosso mosteiro Fernão Lopes do Carvalho.

Em mais uma Bula de Pio II, também a respeito da questão que mesmo agora referimos, mas já de 27 de Julho de 1462, far-se-á menção deste Fernão Lopes do Carvalho como abade de Santo Tirso. E, logo a seguir, um testemunho de peso maior: a 4 de Agosto imediato, numa carta apostólica para o convento da nossa cidade, melhor, para o seu abade, Fernão Lopes do Carvalho, requerer-lhe-á a Santa Sé o pagamento das Bulas da sua confirmação¹⁶⁸⁰.

Uma objecção, porém: o *Index de 1774* retarda a tomada de posse, na medida em que, entre 1460 e 1463, os prazos do mosteiro se farão em nome do *Prior e do convento de Santo Tirso*. E que só, em 1467, é que nos aparecerão feitos em nome de Fernão Lopes do Carvalho... Não sei se valerá muito a força deste reparo ! Aqueles emprazamentos poderão referir-se aos bens pertencentes à *mesa conventual*.

1.2. O termo ad quem

E foi abade até 1488. De facto, a 27 de Maio deste ano, Fernão Lopes do Carvalho emprazará a Gil Gonçalves e a sua esposa Maria Pires o Casal de Quinchães, sito em S. Salvador de Monte Córdova, pertencente à mesa do D. Abade. Ver-se-á em documento citado no apêndice deste volume. Mas resignaria, pouco depois, De facto, numa sentença de 4 de Julho de 1488, dada por Pio Gonçalves, Vigário Geral do arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, determina-se que D. Fernão Lopes do Carvalho e seu sobrinho D. Francisco de Sousa, *em quem havia renunciado aquele abade de Santo Tirso*, guardassem o prazo da Quinta, com todas as suas pertenças e foros, sita no Couto de Vila Nova dos Infantes, a favor de Álvaro de Araújo, comendador de S. Tiago, em sua vida somente, ficando livre para o mosteiro à sua morte. O abade ainda era pois D. Fernando. Mas já teria resignado no seu sobrinho. Só que não tinham chegado de Roma as Bulas da provisão de D. Francisco de Sousa¹⁶⁸¹.

Ao tempo do abade comendatário D. Fernando, exerceria as funções de Prior conventual, primeiro, um Frei Álvaro (1463)¹⁶⁸². Depois, sei que vai ser João Gonçalves, *bacharel em Gramática*¹⁶⁸³. Mais uma achega para os diplomados de Santo Tirso.

¹⁶⁷⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 171 v.-172. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos*; *Arquivo de Santo Tirso*, n. 71.

¹⁶⁸⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 172.

¹⁶⁸¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 150 v.- 151.

¹⁶⁸² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 19 v.

¹⁶⁸³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 201-201 v.

2. O Couto de Santo Tirso e a infracção das sua imunidades

À morte de D. Soeiro Anes, como, de resto, acontecia, em qualquer circunstância, um fidalgo houve, Rui Pereira de nome, senhor de Refojos, que, *por força e autoridade própria, quebrantara o dito couto e jurisdição, o esforçara e esbulhara*. O texto anota que o mosteiro o possuía legitimamente, por concessão do Conde D. Henrique, com toda a jurisdição cível de moradores, *em que entrava a pena dos homízios* - explicita-se -, talvez porque o diferendo entre os monges e este fidalgo fosse, exactamente deste tipo¹⁶⁸⁴. Baseava-se Rui Pereira na tradição dos seus antecessores, pai e avô, que, como como senhores que tinham sido do Concelho e Terra de Refojos, houveram já arrecadado as penas dos *omezios*, dentro do Couto de Santo Tirso.

A sentença foi dada a 14 de Janeiro de 1468, ao tempo de D. Afonso V, contra Rui Pereira.¹⁶⁸⁵ E ficaria logo marcada comparência de ambas as partes, para daí a dois meses, uma para saber a taxa, outra para restituir aos criminosos as coimas que fossem por eles requeridas.

3. A Foz do Douro

3.1. A apresentação do pároco

Sobre a Foz se tecerá uma rede complexa de direitos e poderes que teriam como pólo de aglutinação ou como núcleo de convergência o mosteiro da nossa cidade. O abade de Santo Tirso era donatário do Couto da Foz e, em simultâneo, o abade originário da freguesia. Daí que fosse sujeito de actos complexos de jurisdição cível e eclesiástica.

No que respeita ao padroado, já disse do que teria acontecido ao tempo das imediações deste abade: as dificuldades que o nosso mosteiro teve para firmar solidamente Frei Vasco como cura da Foz, contra a oposição de D. Luis Pires, bispo do Porto, e seu Vigário Geral, que só se desfaria pela sentença do Vigário Geral de Braga, Fernando Afonso.

Mas não desapareceria de todo a oposição. Ela surgirá, entretanto, dos lados do bispo de Silves, com a nomeação de dois candidatos à Foz: primeiro, de João Afonso; e, depois, Afonso João. Após a eliminação do primeiro destes dois - aquele, por não obter dispensa para se ordenar -, surgiria também a desobstrução do segundo, que só por acordo, viu satisfeita a sua exigência: a garantia de uma pensão. E assim, a 24 de Fevereiro de 1463, poderia Frei Martinho Valasco, agora como simples cura *amovível ad nutum*, assumir as responsabilidades pastorais na igreja paroquial da Foz.

Uns vinte anos à frente, o mosteiro de Santo Tirso, liderado ainda por Fernão Lopes do Carvalhal, vai mais longe. E reivindica não só a apresentação, *mas até a confirmação do cura de S. João da Foz*, sem qualquer intervenção do Ordinário.

Este desenvolvimento teria lugar, pois, à morte de Frei Martinho Valasco. Desta situação, acaba por surgir a controvérsia, respeitante ao sucessor, com a dura oposição

¹⁶⁸⁴ Três coisas merecem, desde já, uma explicação: a palavra *homicídio* significa não só o crime correspondente, mas também a coima que se lhe determinara. Depois, o homicídio não é só o assassinato de alguém, como ainda crimes grandes: rapto, ofensas corporais, mais ou menos graves. Depois, muitas vezes, era a quantia que se encontrava estipulada nos forais, de que uma parte era recebida pelo rei, ou pelo senhor da terra, e outra parte pelos ofendidos. No texto de que tratamos, referir-se-á a um crime grave que alguém cometera e que se refugiara no território do mosteiro. Dos nossos monges exigirá Rui Pereira ou o julgamento do criminoso ou parte da pena, a que eventualmente se julgava ter direito.

¹⁶⁸⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 266. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos*; *Arquivo de Santo Tirso*, n. 48.

do Bispo do Porto, D. João de Azevedo, face ao empolamento das prerrogativas abaciais do prelado de Santo Tirso.

A contenda transitaria para Braga. E o mosteiro obteve decisão favorável, por sentença de 28 de Fevereiro de 1480¹⁶⁸⁶.

3.2. A jurisdição cível do nosso abade.

Quanto ao Couto da Foz, já em 1464, D. Fernão Lopes do Carvalhal pedira um treslado das inquirições de D. Afonso III, a propósito dos direitos de Santo Tirso sobre aquela freguesia¹⁶⁸⁷.

Havia quem se opusesse. E mais, que aproveitava todas as oportunidades para contestação dos direitos do mosteiro. João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Porto, penhorara as rendas de alguns caseiros dos monges, na Foz do Douro. Fernão Lopes do Carvalhal recorreria ao Juiz Corregedor da Corte, Álvaro Pires, que, por sentença de 1 de Setembro de 1469, obrigaria o dito alcaide a restituir quanto sequestrara, a pagar as custas do processo e a prometer solenemente que não mais incomodaria o nosso abade, no tocante à arrecadação dos censos e foros de Santo Tirso¹⁶⁸⁸.

Num lugar onde o couto da Foz corria paredes meias com o Julgado de Matosinhos, João Rodrigues de Sá Meneses alterou as demarcações, arrancando uma das pedras, uma cruz, que dividia as áreas jurisdicionais. O povo, ofendido já por certas arbitrariedades do alcaide – e lembravam os moradores, por exemplo, as decisões controversas daquela autoridade, com o relego do vinho, de que injustamente sofriam os moradores do lugar -, pôs-se ao lado do mosteiro que receberia sentença favorável por decisão dada em Portel, a 1 de Agosto de 1485¹⁶⁸⁹.

4. Os casais do mosteiro

Era enorme o domínio fundiário do mosteiro de Santo Tirso, como já, por várias vezes, o referi. Apesar do esbanjamento de que iria sofrer a casa, na época dos comendatários. Mesmo assim, após o estabelecimento da Congregação, na segunda metade do sec. XVI, Santo Tirso, o seu convento, continuará a ser o mais rico de todos quantos integrariam a federação. Até ao fim da sua sobrevivência (1834).

A presença do mosteiro em Alfena - o que nos interessa, neste momento - era adensada: competia-lhe a jurisdição eclesiástica do padroado de S. Vicente de Queimadela¹⁶⁹⁰.

Mas, além desta prerrogativa jurisdicional, é de notar a posse de inúmeros casais. Só no lugar de Caveda, naquela paróquia, e ao mesmo tempo das inquirições de D. Afonso III, havia 12 casais. E todos de Santo Tirso¹⁶⁹¹. Cincoenta anos depois, ao tempo de D.

¹⁶⁸⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 20-22 v. Em nota final ao processo, acrescentar-se-á: *O Dom Abade deste mosteiro já não goza do privilégio de confirmar vigário da igreja de S. João da Foz, independente do Bispo do Porto porque foi revogado pelo Concílio de Trento (sess 25 De Regularibus Monialibus cap. II...)*

¹⁶⁸⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 47 v.-48 v.

¹⁶⁸⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, 49-51.

¹⁶⁸⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 51-54.

¹⁶⁹⁰ Até 1287, quando o mosteiro de Santo Tirso a cederia ao Bispo do Porto.

¹⁶⁹¹ *Aqui começa a inquirição da vila que se chama Caveda e dos paroquianos da igreja de S. Vicente de Queimadela. Mendo Soares, após juramento, questionado sobre o número de casais existentes na vila disse que eram doze e que todos eram de Santo Tirso: PMH, Inquisitiones, p. 506.*

Dinis, contar-se-iam umas catorze unidades de lavoura, na mesma vila de Caveda. Pois dois terços eram do nosso mosteiro ¹⁶⁹².

Todos estes casais se vieram a reduzir a uns oito, na segunda parte de quatrocentos, no abaciado de D. Fernão Lopes do Carvalhal. Aglutinaram-se, porque a terra não diminuiria. E os dois terços continuavam na posse do mosteiro. É o que consta de um traslado do tabelião Tristão Rodrigues, a mando do juiz ordinário do Porto, João Carneiro, que Pero Lopes, irmão do procurador de D. Fernão Lopes do Carvalhal, pediria, a 12 de Janeiro de 1464 ¹⁶⁹³.

5. Obras no mosteiro

Pelo fim do seu abaciado, parecem registar-se obras de restauração da casa, com certeza muito arruinada, após a ocupação militar de 1385 e lutas que no seu espaço logo se travariam para a sua desocupação. Depois destes confrontos, não se vislumbram tarefas imediatas com que se recuperasse. Em 1437, no acto de visitação referido em capítulo aparte, a situação metia dó, tanto na residência conventual como na mesma igreja. Das duas torres, uma até, em certa ocasião, se vira prostrada.

Uns leves sintomas de restauro só agora nos aparecem - no último quartel do sec. XV -, ao tempo de D. Fernão Lopes do Carvalhal: em dois actos de empraçamento, enumeram-se, entre cláusulas que se lhes apõem, serviços de carros e bois em trabalhos de *reparamento do mosteiro* ¹⁶⁹⁴.

4. D. FRANCISCO DE SOUSA (1488-1517)

1. A sua cronologia

1.1. Abaciados em sobreposição ?

Armindo de Sousa descobre uma como que contradição entre as fontes, a este propósito. Por um lado, D. Francisco de Sousa assina, como abade de Santo Tirso, já desde 13 de Abril de 1486 ¹⁶⁹⁵. Por outro, diz-se que que D. Francisco de Sousa foi abade do nosso mosteiro a partir de 19 de Fevereiro de 1487. Mais, que o tio, D. Fernão Lopes do Carvalhal, ainda era abade, a 16 de Outubro de 1488...

Aquele autor tentaria resolver esta incoerência pelo recurso à hipótese de uma *mera administração* do sobrinho, entre uma renúncia de D. Fernando e uma confirmação pontifícia de D. Francisco. Ou então, pelo suposto de uma *mera procuração* de D. Fernando que, na ausência do sobrinho, o terá substituído na governança do mosteiro ¹⁶⁹⁶.

Da minha parte, poderei dizer várias coisas. Durante quase todo o ano de 1488, D. Fernão Lopes do Carvalhal assinará vários títulos de empraçamento, ainda como *abade*

¹⁶⁹² *Item no logar que chamam Caueda há quatorze casaaes e a terça he delrrey e as duas partes de sancto tisso*: CCLP, vol. I, p. 152.

¹⁶⁹³ PT/ADPRT/MON/CVSTS/0272, ff. 47 v.- 48 v.

¹⁶⁹⁴ Contratos de aforamento de 26 de Março de 1487 e de 19 de Março de 1489, de que, em apêndice, citaremos alguns extractos. Além do mais, o documento de 22 de Janeiro de 1488, a respeito do Casal da Argemil: PT/ADPRT/MON/CVSTST/059, ff. 42-42 v.

¹⁶⁹⁵ BS Pasta Visconde do Marco, Perg. 13 – 1487.

¹⁶⁹⁶ *O Mosteiro de Santo Tirso no sec. XV*, em EM, n. 1, Porto (1981) 153-154.

de Santo Tirso. Gostaria de transcrever um deles, por dizer respeito ao *Casal de Argemil*, sobre o qual já elaborámos alguns artigos, especialmente a propósito do dourador Pedro Anes, que aí morava. E até a respeito do número de frades do nosso mosteiro, que dos documentos de Argemil se poderão contar ¹⁶⁹⁷.

Pois, de 22 de Janeiro de 1488, data um contrato de aforamento daquela unidade agrícola. E nele figura como prelado de Santo Tirso D. Fernão Lopes do Carvalhal. E, em 16 de Outubro do mesmo ano, D. Fernão Lopes do Carvalhal ainda marca presença, nos documentos do nosso mosteiro, como seu prelado ¹⁶⁹⁸.

Por outro lado, também é certo que o sobrinho de D. Fernão Lopes do Carvalhal, a saber, D. Francisco de Sousa, assinará também como abade do nosso convento, a 19 de Fevereiro de 1487. Diz-nos especialmente respeito este caso: João Afonso e sua mulher, Maria Pires, aforam os dois casais do Alcaide, pertenças do mosteiro e sitos na freguesia de Santa Maria Madalena, em Santo Tirso ¹⁶⁹⁹.

Há, pois, uma área cronológica de sobreposição de dois abaciados que se interceptam e se cruzam constantemente: a actuação crepuscular do tio, que se arrasta, e uma intervenção incipiente e como que antecipada do sobrinho, D. Francisco de Sousa.

Eu creio que a solução verdadeira se deve entender pelo recurso ao mecanismo da burocracia papal, na nomeação dos comendatários. De facto, numa nota introdutória a um dos volumes do cartório do mosteiro ¹⁷⁰⁰ diz-se que D. Fernão Lopes do Carvalhal foi abade até 1487, como se poderia ver na gaveta de Golães e de Vila Nova dos Infantes.

Mais, sabe-se que ainda o era a 4 de Julho de 1488 ! Uma sentença desta altura, dada por Pio Gonçalves, Vigário Geral do arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, dir-nos-á da chave de solução: o evoluir de um processo sucessório. Assim:

1. que Fernão Lopes do Carvalhal era ainda o abade de Santo Tirso;
2. que, nesta data, já tinha resignado no sobrinho, D. Francisco de Sousa;
3. mas que ainda não tinham chegado as Bulas, para se executar a nomeação e consequente tomada de posse ¹⁷⁰¹.

Ou seja, entre o pedido de resignação do nome cessante e aceitação do nome de um candidato até que este tome posse vai uma distância mais ou menos dilatada: expedição das Bulas – cujo pedido, muitas vezes, se renova, pelos prazos reduzidos em resposta à sua solicitação –, efectivo despacho e execução subsequente ¹⁷⁰². E, neste interim, poderiam conjugar-se a continuidade de um e a designação e até já a mera administração de um outro...

1.2.O trecho final da prelazia de D. Francisco de Sousa

E Dom Francisco de Sousa ainda assinará como abade de Santo Tirso, a 28 de Dezembro de 1526, quando se regista um prazo a favor de Gonçalo Martins e de sua

¹⁶⁹⁷ Cf. *Elementos para um dicionário de artistas e artífices do concelho. Pero Anes, dourador*, em JST de 17 de Julho de 1987, pp. 1 e 9.

¹⁶⁹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/059, ff. 3-4.

¹⁶⁹⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/059, ff. 148-148 v.

¹⁷⁰⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149, prazos quatrocentistas do mosteiro de Santo Tirso.

¹⁷⁰¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 150 v.- 151.

¹⁷⁰² No processo de sucessão de Martim Aires, pelo escambo das prelazias, Soeiro Anes já fora nomeado abade de Santo Tirso, a 2 de Dezembro de 1429. Mas só tomaria posse a 8 de Dezembro de 1431.

esposa Catarina Anes, de umas casas e cortinha aonde, à altura, já viviam, no couro de S. João da Foz e que fora de Maria Anes, filha de João Fernandes, o Velho ¹⁷⁰³.

Eram da mesa abacial. Fixar-se-lhes-ia a renda em oito pescadas grandes, por S. Miguel de Setembro, e um cento de sardinha salgada. Um exemplo mais da importância do peixe na culinária do cenóbio tirsense. Fala-se, naquele contrato, do empréstimo de um lençol para a pousadia do abade, quando viesse a passar na Foz, e da duplicação da renda se, entretanto, se fizesse uma outra casa na dita cortinha.

Entre as testemunhas, um Pedro Anes e um Pedro Gonçalves, *clérigos de missa e criados do Senhor D. Abade* ¹⁷⁰⁴.

2. O nome deste abade

Pires de Lima ¹⁷⁰⁵ chama ao sucessor de D. Fernão Lopes do Carvalhal António de Sousa. Nunca vi alternativa onomástica deste género. Nem a *Benedictina*, onde se funda ¹⁷⁰⁶, abonará uma tal designação. O que pode acontecer é, antes, uma confusão: do antecessor de D. Miguel da Silva com o seu sucessor – e seu sobrinho –, este, sim, de nome *D. António. Mas da Silva*.

Deficiência da *Benedictina* não foi o nome deste comendatário. Antes, a de não ter conhecimento de outros deste jeito, que precederiam D. Francisco de Sousa...

3. A ascendência – e descendência também ! - de D. Francisco de Sousa

São díspares os Nobiliários na individualização dos progenitores deste abade de Santo Tirso. Entre eles. E poderá ainda acrescentar-se que cada um também não será consistente consigo próprio, já que os há portadores de duas listagens em contradição. Vejamos:

3.1. Um enredada genealogia

Há quem faça do D. Abade Francisco de Sousa *filho ilegítimo* de Gonçalo Anes de Sousa Chichorro. O que, segundo eles mesmos – se, aliás, não viesse a mais o escolho da contradição ! –, seria também, e por outro lado, coisa inteiramente impossível. Se Gonçalo Anes teria morrido em 1415, na viagem de regresso de Ceuta para o Reino, como poderia ser pai de D. Francisco de Sousa, que em 1488 era abade de Santo Tirso e em 1526 – se é certa esta datação ! - ainda o será também ?

Mais coerentemente – pelo menos, o bastante, para evitar esta objecção que alçaria a longevidade de D. Francisco de Sousa acima da casa dos 100 anos -, quando os mesmos genealogistas lhe dão o dito Gonçalo Anes tão só por avô, e por pai um filho ilegítimo deste, a saber *João de Sousa* ¹⁷⁰⁷.

Aqui, porém, mais divergências. Agora, com a atribuição da mãe. Há quem pense que o nosso abade seria filho legítimo do dito João de Sousa e de sua mulher Dona

¹⁷⁰³ Já a seguir, quando falarmos do abaciado de D. Miguel da Silva, abordaremos novamente o tema da sobreposição de duas prelazias, a de D. Francisco de Sousa com a de D. Miguel da Silva.

¹⁷⁰⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/059, ff. 262-262 v.

¹⁷⁰⁵ *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 65.

¹⁷⁰⁶ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 37.

¹⁷⁰⁷ SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. XII/2, pp. 36-37; GAYO, Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. X, ed. de Carvalhos de Basto, Braga, 1990, pp. 370-371. 473.

Brites, filha de Álvaro Fernandes de Almeida, alcaide-mor de Torres Novas – onde jaziam os pais de D. Francisco – e de sua mulher Dona Inês ou Maria de Océm ¹⁷⁰⁸.

Há, todavia, quem afirme que D. João de Sousa viria a casar segunda vez com Dona Catarina do Carvalhal, irmã de D. Fernão Lopes do Carvalhal, o abade de Santo Tirso. E que deste segundo matrimónio é que teria nascido o nosso prelado D. Francisco de Sousa ¹⁷⁰⁹.

3.2. Uma descendência dilatada

Se a condição de clérigo, nesta altura, não constituiria óbice ao ingresso na vida conjugal, a profissão monástica, essa – creio – não seria compaginável com o casamento ou qualquer forma de paternidade. Mas, na política das comendas, tudo se harmonizará. Ora, D. Francisco de Sousa far-se-á clérigo, com a mira, talvez, nos benefícios eclesiásticos. Mas, ter-se-ia casado, já abade de Santo Tirso. Depois, a sequência normal dos filhos legítimos, que não só... ¹⁷¹⁰

4. A comunidade e seu Prior

O Prior desempenha um papel decisivo, no interior da comunidade. Chamava-se Frei João. E era notário. É ele que redige o documento do prazo de Argemil de 22 de Janeiro de 1488, e de que fizemos transcrição.

Aparece-nos em vários documentos. A 15 de Fevereiro de 1492, o Provisor de Braga, o Dr. Sebastião Lopes, pelo arcebispo D. Jorge da Costa, confirmaria a igreja de Santo André de Frades de Oleiros, da Terra de Vieira, a *frej joham Prior do mosteiro de santo tirso de rriba daue*, à apresentação *in solidum* de Rui Teles, fidalgo da casa del Rei e de seu conselho.

Vagara a freguesia por renúncia do abade Pero Gonçalves ¹⁷¹¹.

5. O couto de S. João da Foz

Sobre o tema da relação entre D. Francisco de Sousa e o Couto da Foz, remetemos o leitor para o artigo sobre esta terra, como donataria do mosteiro de Santo Tirso.

Mas sobre o domínio fundiário da casa religiosa neste rincão, temos a dizer o que se vai seguir. Lembremos, antes de mais que a presença de Santo Tirso, na Foz do Douro, era intensíssima: no campo da jurisdição canónica, porque era do padroado de Santo Tirso e até *igreja unida*; no campo da jurisdição civil, porque era do domínio senhorial

¹⁷⁰⁸ Hipótese alternativa dos dois linhagistas citados.

¹⁷⁰⁹ Dá esta hipótese, que me parece ser a melhor, um chamado Nobiliário de D. Damião de Góis, que o próprio Felgueiras Gayo cita, ao vol. X, p. 473, em addenda ao § 238, n. 19.

¹⁷¹⁰ Refere Diogo Gomes, *que teve filhos, e filhas, de que na Provincia do Minho há tão larga descendencia, que seria muy dilatada a narração. Teve ilegítimos João de Sousa, e Vasco Fernandes de Sousa*. Cf. *História Genealógica* XII/2, p. 37. Felgueiras Gayo cita também um Francisco Vieira de Sousa, casado com uma Catarina Rebelo, filha de João Alves Rebelo e de sua mulher Inês Fernandes de Macedo: *oc.*, ao vol. X, p. 477 § 244, n. 19. Cf. ainda SOUSA, Armindo de – *O Mosteiro de Santo Tirso no sec. XV*, em EM, n. 1, Porto (1981) 152. Cf. VITERBO – *Elucidário*, vol. II, sub voce *Clerigos solteiros e casados*, pp. 110-111.

¹⁷¹¹ ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 331, f. 79 v.

do nosso abade; no campo económico e do direito privado, porque muitas eram as propriedades do mosteiro beneditino.

Embora esta presença se atenuasse na época dos abades comendatários, ainda, aos finais do sec. XV, bastantes eram os casais e outros bens do domínio directo dos monges da nossa cidade. Para já, uma nota muito breve sobre este assunto, ao tempo do abade D. Francisco de Sousa, prelado de Santo Tirso, desde 1488 até 1522, mais ou menos. Este rol que se segue não contém todos os casais e demais bens que os monges de Santo Tirso possuíam na Foz. Pelo menos são estes os censos que D. Francisco de Sousa e seu mosteiro recolhem, ano a ano, do arrendamento que fazem do pão dos casais da Foz, a favor de Gonçalo Gomes, cidadão do Porto:

Rendeiros	Propriedades	Censos a favor do mosteiro
Afonso Anes do Padrão	Bouças que foram de João Vaz, da Porta do Olival	2 teigas ¹⁷¹² de trigo e 2 de cevada
João Martins “filho do abade”	De certas bouças que traz	4 teigas e meia de trigo e meia de cevada
João Fernandes, genro de Francisco Gil	Bouça que foi de João Vaz dizimeiro	6 alqueires de cevada
João da Maia, que vive em Real	?	1 alqueire de trigo e 1 de centeio
Afonso Martins, “filho do Abade”	Uma bouça	1 teiga de cevada
Pero Vaz	Pela casal que traz	10 teigas de trigo
Afonso Anes, sapateiro	Uma bouça e casa	2,5 teigas de trigo
Pedro Afonso, de Ovar	Uma bouça	1 teiga de cevada
Gonçalo Luis	Por um casal	5 teigas de trigo e 6 de cevada
Gonçalo Pires da Azenha da Carreira	Pela bouça que trazia Tristão Gonçalvers	1,5 teiga de trigo
Gonçalo Gomes	?	600 reis, para a mesa do D. Abade, pagos às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João de Junho) ¹⁷¹³

6. O padroado do mosteiro

Entre 1507 e 1509, envolver-se-á D. Francisco de Sousa em questão com o fidalgo e capelão del-rei Cristóvão de Bobadela, sobre a propriedade da igreja de S. Martinho de Frazão e de sua anexa S. Mamede de Frazão, *vulgo* Seroa.

Numa primeira solução, a sentença correria a favor deste nosso abade. Mas houvera recurso para Roma. E, em 1508, chegar-se-ia a um compromisso, aceite por ambos os contendores, que tinham optado por João Pires, Desembargador del-rei, e o Licenciado Nuno Álvares de Araújo, como árbitros da questão.

Por sentença de 23 de Fevereiro de 1509, foi decidido distinguir duas coisas: *a posse e a propriedade*. A saber:

Que a primeira era de Cristóvão de Bobadela, que alcançara a igreja de S. Martinho de Frazão, por *indulto apostólico*, sentenciado pelo Bispo de Viseu;

¹⁷¹² A teiga, em Portugal, variava de terra para terra. Para termos uma ideia, basta só lembrar que havia a teiga de Abraão, a teiga reguenga, a teiga sexta, teiga direita, teiga do celeiro, teiga do Jugundo, teiga jagunda, teiga jugadeira, teiga coimbrã, teiga de Ponte, teiga da Torre de Lamego, teiga de escrivão, teiga de Gonçalo Velho, teiga de Martim Gonçalves, teiga quinta, teiga de rasoira, teiga quaira... Umas não chegavam a um alqueire. Outras passavam um tanto. Outras de 2, de 2,5, de 3, de 4 e de 5 alqueires. E uma havia que chegava a 6 alqueires (a teiga de escrivão). O alqueire, em Santo Tirso, valia 17,316 litros.

¹⁷¹³ TT, *OSB Santo Tirso*, maço 1.

Que a propriedade, porém, desta igreja, como da sua anexa de S. Mamede de Frazão ou Seroa, era do mosteiro de Santo Tirso ¹⁷¹⁴.

7. Um artista tirsense da época deste abade

A este artista do nosso concelho nos referimos por duas vezes ¹⁷¹⁵. É dourador e chamava-se Pedro Anes. Casou com Isabel Fernandes. E os dois receberiam por terra foreira ao convento de Santo Tirso o Casal de Argemil e mais propriedades que lhe foram anexadas, por contrato de 25 de Outubro de 1460, após renúncia de Brites Anes e de sua filha Isabel Alvres, que, antes, o possuíam.

O texto iniciar-se-á com a designação das formalidades do estilo:

In nomine domini amen. Nos dom francisco de sousa dom abbade do mosteiro de santo tirso de Ribadave da hordem de são beento do bispado do porto e o prior e convento (...) seendo nos juntos em nosso cabydoo por soom de campaa tanjida como he de nosso costume (...) fazemos prazo a vos pero anes dourador que presente estades (...) e a vossa molher Isabell fernandes e a hum filho ou filha (...) e não havendo (...) a huma pessoa que não seja da mayor condiçom que vos (...).

O foro era de 27 libras e meia ¹⁷¹⁶, a pagar-se pelas festas do Natal, Páscoa e S. João. O laudémio era de um quinto.

O texto desenvolve o conteúdo do prazo – que o polissíndeto consegue destacar ainda mais – e o alargamento que, já antes, arrecebera: casas e vinhas, e campos, e leiras e pesqueiras. *E mais vos ajuntamos* – continua o escrivão – *ao dito casal o nosso campo do moratinho* ¹⁷¹⁷ *assim como o trazia a dita Brites Anes o qual casal esta situado na freguesia de Santa Maria Madanela, capela do dito nosso mosteiro.*

Aproveitámos a oportunidade, nos artigos citados em rodapé, para reproduzirmos as assinaturas do abade, D. Francisco de Sousa, do Prior do convento e notário, no auto do empraçamento do Casal de Argemil, em prol do dourador Pero Anes.

8. D. Francisco de Sousa, Juiz apostólico na causa que opunha o Cardeal Alpedrinha a D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e outros

Dois irmãos houve que foram, sucessivamente, arcebispos de Braga. Demais a mais homónimos. Um foi prelado, desde 1486 a 1501. O outro, a partir desta data, desde 1501 a 1505. Ambos homónimos: D. Jorge da Costa.

O primeiro, que era só arcebispo, fora a Roma visitar o seu irmão. Diz-se que o fizera, para obter de Alexandre VI a púrpura cardinalícia, pompa de que já usufruía o seu dito familiar.

¹⁷¹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 108 v.- 109.

¹⁷¹⁵ Cf. artº. *Elementos para um dicionário de artistas e artífices do concelho de Santo Tirso*, em JST de 10 de Julho de 1987, pp. 1 e 9; *Elementos para um dicionário de artistas e artífices do concelho de Santo Tirso. Ainda o dourador Pedro Anes*, em JST de 10 de Outubro de 1997, p. 3.

¹⁷¹⁶ Anos mais tarde, 27 libras e meia equivaleriam a 550 soldos. E, com um soldo, poder-se-ia comprar uma galinha !...

¹⁷¹⁷ Ainda hoje, no caminho de Santo Tirso para a Argemil, um pouco antes da chegada à quinta, topamos com o lugar do *Moratinho*, que o povo, por corrupção – aliás, facilitada pela permuta corrente da lateral com a vibrante simples – nomeia de *Mulatinho*.

Partira de Braga, em começos de 1500. Mas, acometido de doença súbita, em casa de seu irmão Cardeal, aí viera a falecer. Por finais de Agosto de 1501. Jaz na Capela de Santa Catarina, que o seu irmão purpurado mandara construir na igreja de Santa Maria do Populo, anexa ao convento dos eremitas de Santo Agostinho.

Antes de falecer, o D. Jorge da Costa arcebispo, renunciaria, a 29 de Agosto de 1501, a favor de seu irmão, o Cardeal D. Jorge da Costa, ao arcebispado de Braga com todos os benefícios que lhe pertenciam.

“Mas o rei D. Manuel mandou sequestrar em Braga as rendas da Mitra, impediu, como fizera D. João II, a posse do nomeado. E, por intermédio dos seus embaixadores, instou, em Roma, com o Cardeal, o mesmo D. Jorge, para renunciar ao Arcebispado, e com o Papa, a fim de revogar este provimento. Finalmente, encarregaria o Cardeal de Santa Cruz, o Deão do Porto e Diogo da Gama, de convencerem o Cardeal D. Jorge a nomear Coadjutor e futuro successor, a prazimento del Rei”¹⁷¹⁸.

Seja como for os rendimentos que o Cardeal Alpedrinha deveria receber na Cidade Eterna, em virtude dos benefícios que pertenceram ao irmão que nele renunciara, não chegariam àquele em Roma, ele o Cardeal, que, por tão velho e alquebrado, mais vergaria ao peso dos seus inúmeros tachos...

Tamanha foi a pressão do rei, que acabou o Cardeal por renunciar ao arcebispado, a troco de uma pensão anual de 4.000 cruzados. E, em 1505, já era provido em Braga, como arcebispo, D. Diogo de Sousa.

Ora é neste contexto que se insere o documento de cuja tradução nos vamos ocupar. O Papa Júlio II encomenda ao abade de Santo Tirso, D. Francisco de Sousa, e a um oficial do Porto a missão de obrigarem D. Diogo de Sousa a pagar a D. Jorge da Costa o censo ânuo sobre os rendimentos da mesa arquiiepiscopal, bem como a fazerem o mesmo a respeito de imporem sobre a cabeça de uns tantos, eclesiásticos e leigos, o ónus da satisfação de outros encargos semelhantes.

O Cardeal Alpedrinha morreu em Roma com a idade provecta de 102 anos. E Júlio II, amigo íntimo de D. Jorge da Costa, mandaria colocar no seu túmulo uma inscrição laudatória, em mármore, na dita Capela de Santa Catarina, da igreja de Santa Maria do Populo, em Roma.

Dirá a Bula de Júlio II, de 4 de Dezembro de 1506:

*Júlio, etc. aos dilectos filhos abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto, e a um oficial portugalense, saúde (...) Fez-Nos saber o nosso venerável irmão Jorge, bispo Portuense, que o nosso venerável irmão Diogo, arcebispo de Braga*¹⁷¹⁹, *prometera dar e pagar à câmara apostólica a pensão anual que fora então decidida de catorze mil ducados sobre os frutos, rendimentos e proventos da mesa episcopal de Braga, enquanto o mesmo Jorge fosse vivo.*

E recusa-o pagar, como também outros: os dilectos filhos Álvaro, abade do mosteiro de S. João de Tarouca, da Ordem de Cister, Lourenço Mendes, tesoureiro e clérigo de Braga, João de Coimbra, doutor em Direito, Francisco Mendes, bem como outros clérigos e leigos, das cidades e dioceses de Braga e Lamego que estão obrigados a pagar diversas somas de dinheiro, quantidades de pão e de vinho, frutos, rendimentos e proventos e outras coisas ao dito Jorge (...), de cuja denegação lhe resulta grave injúria.

¹⁷¹⁸ FERREIRA, Mons. José Augusto - *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, t. II, p. 354.

¹⁷¹⁹ D. Diogo de Sousa, tio de D. Miguel da Silva, da família dos Condes de Portalegre, embaixador de D. Manuel em Roma, notável figura do humanismo português. Foi arcebispo de Braga, desde 1505 a 1532.

Por isso o dito Jorge, Bispo, nos suplicou, com toda a humildade, que a todos e a cada um daqueles que o próprio Jorge, em conjunto ou singularmente, pretende processar – o arcebispo Diogo, o Álvaro, abade, Lourenço, tesoureiro, os citados João e Francisco, outros religiosos, clérigos ou leigos -, acerca da pensão que não lhe foi paga, bem como acerca dos frutos, rendimentos, proventos e outras coisas, e que Nós nos dignássemos, pela Nossa benignidade apostólica, providenciar e entregar estas e outras causas a alguns homens probos, nessas regiões.

E Nós, atendendo a estas súplicas, por esta carta apostólica, confiamos à vossa discrição, afim de que vós – os dois ou só um de entre vós –, depois de convocardes o arcebispo Diogo, o Abade Álvaro, Lourenço, tesoureiro, os sobreditos João e Francisco e outros que vejais deverem ser chamados; depois ainda de ouvirdes as partes, de um e outro lado, decidais, sem apelação, e mandeis que o arcebispo o cumpra, por nossa mesma autoridade; e que os outros o cumpram também, sob pena de uma censura eclesiástica.

*Dada em Bolonha, ano de 1506, véspera das Noas de Dezembro*¹⁷²⁰.

9. S. Gonçalo, monge de Santo Tirso, pároco de Santa Maria das Júnias ?

A freguesia de Santa Maria das Júnias era do padroado do mosteiro cisterciense de Osseira (Galiza). Ao começo de cada abaciado trienal era sempre apresentado pelo abade do mosteiro galego um monge para pároco de Santa Maria das Júnias, confirmado pelo arcebispo de Braga. O pastor desta comunidade secular transmontano cá viveria em comunidade, na companhia de um ou mais religiosos. O último monge bernardo de Osseira a pastorear a freguesia de Santa Maria das Júnias chamar-se-ia Frei Benito Gonçalves que morreria em 1850.

Com aura de santo e por tal venerado aqui morrerá um monge de Santo Tirso, S. Gonçalo, que, em 5 de Fevereiro de 1499, depois da confirmação que lhe dera D. Jorge da Costa, arcebispo de Braga, tomaria posse das suas funções pastorais. Segundo a tradição, a certo dia, em Fevereiro – tempo de muita neve – recolhendo-se a casa, a Santa Maria das Júnias, após acção pastoral numa freguesia das vizinhanças, no alto cume da Fonte Fria, tolhido já pela neve, morrera exausto, ajoelhado, de olhos fixos no céu. Assim o teriam encontrado os fregueses, que dando pela sua falta, logo se puseram à sua cata, a procurá-lo. O povo dizia que o sinal de alerta fora dado, em forma miraculosa, pelos sinos de Santa Maria das Júnias e da paróquia vizinha de Cela, que, logo após a morte, teriam dobrado a defunto, sem que ninguém os tangesse... Teria sido sepultado a 1 de Fevereiro de 1501.

Apesar da dispersão das várias relíquias, veneradas na igreja de Santa Maria das Júnias, a cabeça de S. Gonçalo, que o povo acarinhava com devoção enternecida, essa manteve-se na igreja, até que um incêndio, ateado pelos castelhanos nas guerras da restauração, a destruiu. A festa deste santo, sob o nome de *Casco de S. Gonçalo*, continuou a ser celebrada pelo povo de Pitões, a 2 de Outubro de cada ano¹⁷²¹.

¹⁷²⁰ CUP, vol. X, Lisboa, 1991, pp. 291-292.

¹⁷²¹ Cf. PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII, Lisboa, 1876, pp. 105-109.

5. D. MIGUEL DA SILVA (1517-1536)

Nasceu D. Miguel da Silva em Évora, em 1480. E morreu em Roma, em 1556. Filho do primeiro Conde de Portalegre, D. Diogo da Silva e Meneses – preceptor do rei D. Manuel, então Duque de Beja, mordomo-mor, vedor da fazenda real, escrivão da puridade - e de sua mulher Dona Maria Ayala, filha herdeira de D. Garcia de Herrera, senhor das ilhas de Lançarote, Forteventura e Gomera (Canárias), e de sua mulher Maria Pedraza.

Feitos e virtudes – que não apenas o sangue – enobreciam a frente de D. Diogo da Silva. Tomara parte na empresa de Tânger, em 1464, ficara prisioneiro, do que foi, ao depois, resgatado. Literariamente, um dos vates representados no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

Do mesmo matrimónio – mais velho que Dom Miguel – nasceria D. João da Silva, segundo Conde de Portalegre, que casou com Dona Maria de Meneses, filha de D. Álvaro – e este filho do segundo Duque de Bragança – e de Dona Filipa de Melo, filha do Conde de Olivença. Deste irmão falam os documentos de Braga que iremos citar, na condição de procurador de D. Miguel, quando este nosso abade se encontrava já em Roma, na qualidade de embaixador.

Aproveitamos a oportunidade para referirmos dois filhos do segundo Conde de Portalegre: D. Jorge da Silva e, especialmente, D. António da Silva, este o penúltimo Abade comendatário de Santo Tirso ¹⁷²² e no qual renunciaria, em 1536, o seu tio, D. Miguel ¹⁷²³.

Não é nossa intenção falar de D. Miguel da Silva, dos seus estudos, da sua acção política e sacerdotal, dos cargos de que se incumbiu ou das honras de que foi cumulado, dos sucessos e azares, que também os teve... Apenas umas palavras breves e fugidias dos seus estudos, colhidas no clássico Frei Luis de Sousa:

Era D. Miguel filho de Diogo da Silva, aio que fora del-rei D. Manuel, nos primeiros tempos de sua vida e no estado de duque de Viseu. Chegado el-rei à coroa, honrou o aio com o título de conde de Portalegre e senhorio de boas vilas, e mandou-lhe o filho a Paris, que mostrava habilidade e inclinação pera as letras.

Sustentavam de anos atrás os reis deste reino um colégio em Paris de muitos moços de todas as calidades, pera se fazerem hábiles pera seu serviço com o estudo das ciências que ali floreciam. Deu D. Miguel eminente letrado; e particularmente se aventejou nas letras humanas, fundamento importante pera todas as ciências. Era elegante latino, escrevendo e falando; e no estilo e graça da poesia um dos que com mais pureza e artifício imitavam a antiguidade. Antes de tornar pera o reino quis dar

¹⁷²² D. António da Silva foi abade de Santo Tirso, desde 1536 a 1561. Parece que se distinguiu, quando jovem escolar de Coimbra, em problemas, sobre que houve de ser julgado, por ofensas ao meirinho da Universidade. Cf. CARVALHO, Joaquim de - *Obra Completa*, vol. VII, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992, pp. 210-211; BRANDÃO, Mário - *Documentos de D. João III*, vol. II, 1938, p. 29.

Mas foi ao seu tempo que se lançou o germen da Reforma beneditina, a partir de Santo Tirso, com a chegada de Frei Pedro de Chaves, espanhol de nascimento, e Frei Plácido de Vila Lobos, natural de Lisboa. E aqui trabalharam, com bastante sucesso, desde 1558 a 1562.

¹⁷²³ *D. Miguel renunciaria em D. António da Silva com uma reserva e uma condição. A reserva será a do “regresso” da abadia para o Cardeal Alexandre Farnese, por morte de D. António. A condição era a da reforma. Esta condicionante fora imposta pelo Paço, no intuito porventura de deslustrar a generosidade do renunciante que decaíra das boas graças de el-rei. Cf. DHIP, vol. II, Ed. Resistência, Lisboa, 1983, p. 399.*

uma vista a Italia, e comunicar os que nestas faculdades tinham fama, que então eram muitos.

*Achou em Bolonha Jerónimo Osório, estudante também parisiense, e outro Túlio na posse do tesouro e perfeição da verdadeira latinidade (...) foram-se juntos a Veneza, pera tratarem os homens insignes daquela grã cidade*¹⁷²⁴.

Estudos e viagens a centros de cultura, livros e homens, nas encruzilhadas da sua formação humanística.

Nós não vamos fazer uma biografia de D. Miguel. Apenas e tão só dar conhecimento da sua presença e acção em três pólos desconhecidos ou ignorados dos autores que a ele se referem: a sua presença em Braga, em Landim e em Santo Tirso, com a documentação correspondente.

1. D. Miguel da Silva: a sua presença em Braga, a sua família, a sua função de embaixador, os seus benefícios eclesiásticos...

1.1. D. Miguel da Silva, sobrinho de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga

D. Miguel da Silva viveu em Braga, no paço de seu tio, o famoso arcebispo D. Diogo de Sousa. Do parentesco achegado com o célebre antístete – e se D. Diogo foi embaixador em Roma e metropolitano de Braga, também o sobrinho, o abade de Santo Tirso, D. Miguel, ascenderia aos píncaros da glória, na qualidade de bispo de Viseu, de, como o tio, embaixador, de Portugal em Roma, escrivão da puridade de D. João III, Cardeal com o título de Santa Maria in Transtevere, em Roma -, da sua residência em Braga e da sua relação, quanto ao sangue, com o arcebispo D. Diogo, estes documentos que seguem.

Em 1513, em Dezembro, renunciou à paróquia de Santa Maria de Negrelos¹⁷²⁵ André de Vila Lobos¹⁷²⁶, capelão de D. Diogo de Sousa, que logo a confirmou na pessoa do Rev. António Dias, *outrossi seo capellão*, na presença de várias testemunhas, entre as quais, *dom migell da sillua sobrinho delle dito senhor*¹⁷²⁷.

¹⁷²⁴ *Anais de D. João III*, vol. II, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1954, p. 166.

¹⁷²⁵ Santa Maria de Negrelos era uma paróquia medieval. A 8 de Dezembro de 1539, porém, foi anexada ao Colégio de S. Paulo de Braga, que dela tomou posse a 29 de Dezembro de 1540. Isto ao tempo de Card. D. Henrique. No espaço que vai de 1539 a 1575, Santa Maria de Negrelos ainda se manterá como vigararia, muito embora da apresentação do Colégio de S. Paulo. Continua, pois, como freguesia, com seu pastor próprio – um cura ou vigário – apresentado pelo Colégio e confirmado pelo arcebispo. Mas, em 1573, o arcebispo, já D. Frei Bartolomeu dos Mártires, decidirá extinguir o mosteiro de Roriz e anexá-lo ao Colégio de S. Paulo, de Braga. E, dois anos depois, em 1575, extinguirá a paróquia de Santa Maria de Negrelos que é incorporada na de Roriz: os seus fregueses passam a simples fiéis da comunidade rodericense, e a que, até aí, fora, verdadeiramente, uma freguesia passa a mero lugar da paróquia absorvente. E assim ficará ao diante ! Até hoje...

¹⁷²⁶ André de Vila Lobos, à morte de João Vaz, foi apresentado pelo arcebispo e cabido da Sé de Braga, para Vigário de Santa Maria de Negrelos. E logo receberia a nomeação e a confirmação, a 13 de Fevereiro de 1511. Dois anos depois renunciaria à paróquia de Santa Maria de Negrelos. Concorreria para Santa Maria de Tregosa, da Terra do Neiva, que vagara pela morte do abade Diogo Gonçalves. André de Vila Lobos era clérigo de ordens menores e capelão do arcebispo. Cf. “PLCT n. 114, em JST 25 de Fevereiro de 2000, p. 11.

¹⁷²⁷ ADB/UM *Registo Geral*, vol. 322, f. 115.

1.2. O tecido familiar e social deste abade

Depois (1515), nomeou-o el-rei, ao futuro abade de Santo Tirso, D. Miguel da Silva, seu embaixador em Roma. Partiu, pois, para a Cidade Eterna. Ficou, todavia, titular de vários benefícios eclesiásticos de cá. Entre eles, da paróquia de S. Romão de Mesão Frio, Guimarães. Já em Roma, a 5 de Novembro de 1515¹⁷²⁸, quis permudá-lo com outro que estava na posse de João Mendes, capelão del-rei e criado que fora da Casa do Conde de Portalegre, a casa mesma donde era proveniente o nosso D. Miguel da Silva. O dito João Mendes, de seu lado, possuía uma razão em S. Lourenço de Santarém.

O escambo dos dois benefícios far-se-á em Braga e Lisboa, já que envolve benefícios de duas jurisdições. Do acto que, no norte, teve lugar possuímos o documento: far-se-á na presença de D. Diogo de Sousa, como dito ficou, o tio de D. Miguel da Silva.

Da troca e da posição privilegiada do que iria ser abade de Santo Tirso, no xadrez da política internacional do nosso país, da sua ligação estreita ao segundo Conde de Portalegre – irmão que representava D. Miguel – fala o texto documental que transcreveremos na íntegra, em apêndice. Colhemos, para agora, os elementos primordiais: (...) *na câmara do Reuerendissimo Senhor o senhor dom diogo de Sousa arcebispo e senhor de braga primas (...) no qual estromento se contem que o senhor dom Joam da Silua e de meneses comde de portalegre Irmão e procurador abastante do senhor dom miguell da Sjlua embaixador del Rey nosso senhor em corte de rroma (...).*

1.3. Paroquialidade de D. Miguel da Silva, em Braga

Pároco de Mesão Frio, S. Romão – como disse, de Guimarães – até 1515, foi também o nosso D. Miguel titular da paróquia de Duas Igrejas, da Terra de Penela (concelho de Vila Verde) de que tomaria posse em 1513. Mais um documento da presença pessoal e jurídica nortenha de D. Miguel. Remetemos para o apêndice, onde este último texto se transcreverá.

2. D. Miguel da Silva, Prior de Landim.

2.1. A Capela de S. Bartolomeu, as suas inscrições

D. Frei Timóteo dos Mártires faz este apanhado-síntese de D. Miguel, nas suas relações com o mosteiro de Landim:

Prior mor comendatário de Nandim, e do mosteiro de S. Simão da Junqueira. El-Rei Dom Manuel o mandou a Roma orador aos Papas Leão X, Adriano VI, Clemente VII. El-Rei D. Joao III lhe deu o Bispado de Viseu, e o mandou outra vez a Roma como embaixador ao Papa Paulo III. Então renunciou ao priorado mor de Nandim, com regresso em seu sobrinho Dom António da Silva. Em Roma, contra vontade del-Rei Dom João III, alcançou do Papa Paulo III, o capelo de Cardeal, no ano de 1541. El-Rei Dom João III o desnaturalizou destes seus reinos. Faleceu em Roma, a 12 de Junho de 1556. Foi sepultado na basílica de Santa Maria in Transtevere, de seu título de que era Presbítero Cardeal.

¹⁷²⁸ D. Miguel da Silva foi embaixador em Roma, desde 1515 a 1525.

O livro dos óbitos de Santa Maria de Landim lhe dá o título de instaurator monasterii. Ou seja, restaurador do mosteiro.

Logo de imediato, Frei Timóteo dos Mártires fala de Dom António. A este respeito, diz: *o bispo Dom Miguel, seu tio, lhe deu o Priorado mor de Nandim com regresso, quando se foi, segunda vez – ano de 1540 – para Roma* ¹⁷²⁹.

Da ara romana de S. Bartolomeu – que serviu de pia de água benta na Capela, donde Carlos Manuel Faya Santarém a retirou para o Museu Municipal Abade Pedrosa, em Dezembro de 1952 –, dela não vem a propósito falar. Da inscrição funerária medieva de um tal *Sesnandes*, que teria falecido na era de 1154, também não interessará recordá-la. Remeto para o que já dela disse ¹⁷³⁰. Vamos às de D. Miguel da Silva.

Antes de mais, uma nota prévia. O grande humanista foi abade do mosteiro de Santo Tirso e, em simultâneo, Prior de Landim. Aquele, mosteiro beneditino; agostiniano, este último.

Pois, a freguesia medieva de S. Bartolomeu era do padroado do convento landinense. Integrada, hipoteticamente, no Couto de Palmeira de além Ave, poderia ser, desta forma, também da jurisdição cível dos Agostinhos ¹⁷³¹. Muito embora, hoje se radique no concelho de Santo Tirso...

Portanto, se D. Miguel transferiu a igreja medieva de Ervosa, para mais próximo do rio Ave, como padroeiro, logo só o fez, não como abade do mosteiro de Santo Tirso, mas como Prior do convento landinense.

Vamos, pois, à Capela. Ali se encontram duas inscrições, em latim do Renascimento. Do punho mesmo de D. Miguel. Uma recorda a sagração do altar, em honra de S. Bartolomeu; a reconstrução da igreja, a segunda. Tudo por obra do mesmo humanista.

2.1.1. A Capela de S. Bartolomeu: a consagração do altar

A primeira inscrição – hoje situada no ombro interior da capela – até 1823, via-se por detrás do frontal do velho altar da ermida. Nas obras que, nesta altura, se fizeram, a inscrição foi deslocada para o espaço compreendido entre o arco cruzeiro e o alçado sul do templozinho venerando. As letras mantiveram-se a ouro. Mas, depois do arranjo da capela de 1823 – quando, não sei –, a inscrição foi pintada de preto, possivelmente na altura, em que se avivou, na mesma cor, a inscrição funerária medieva, de que acabámos de falar.

O teor renascentista da inscrição testemunhará, com toda a probabilidade, a autoria directa de D. Miguel, que, todavia, repita-se, reconstruiu a ermida e seu altar, na qualidade de Prior comendatário de Landim.

A lápide, de xisto, reza na sua formulação clássica:

¹⁷²⁹ MÁRTIRES, Frei Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*, t. III, edição da Biblioteca Municipal, Coimbra, 1960, p. 44.

¹⁷³⁰ CORREIA, Francisco Carvalho – *A Paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições*, Santo Tirso, 1999, pp. 21-22.

¹⁷³¹ No volume indicado na nota anterior, desenvolvi este tema: o do padroado landinense e indiscutível de Ervosa; e o do sujeito da jurisdição cível, sobre o mesmo território, mais discutido, por entre Landim e Santo Tirso.

DIVO
BARTHOLOMAEO
APOSTOLO
SACRUM
MICHAEL
SYLVIUS EP.
VISENS. P.

Isto é, Miguel da Silva, bispo de Viseu, dedicou este altar a S. Bartolomeu Apóstolo.

2.1.2. A epígrafe da reconstrução da igreja de S. Bartolomeu

Hoje, no Museu Abade Pedrosa. Figuraria na capela, como a anterior. E a dar testemunho de que o famoso humanista, além da sagração, se responsabilizaria também da própria igreja, da sua construção. Ou reconstrução, após o seu deslocamento. Porque talvez desaproveitada na reforma de 1823, veio a parar ao Museu...

Esta segunda epígrafe já a encontrou Carlos Manuel Faya Santarém cheia de mazelas, sob o duro golpe dos maus tratos. Com tantas lesões que só, mediante tentativas de maior ou menor timidez, se poderá arriscar uma leitura completa, mas que não passe de mera hipótese de trabalho. Dizia o nosso saudoso amigo: *Encontrada num muro das proximidades, em Dezembro de 1952 e actualmente – quando publicou os seus estudos sobre as inscrições do concelho de Santo Tirso – guardada no interior, junto a uma parede. Falta parte da pedra*¹⁷³². Mais tarde, acolher-se-ia ao Museu Municipal.

O texto poderá ser reconstruído desta maneira, após termos encerrado entre parênteses, as letras e palavras que, hoje, faltam, total ou parcialmente, na lápide insculpida:

MICHAEL (SYLVIUS)
(E)PISCOPVS V(ISENSIS)
(TE)MPLUM BAR(THOLOMAEI)
(VE)TUSTATE CON(SVMPTVM)
RESTIT(VIT)
AN MD (...)

Seja como for, da parte subsistente podem deduzir-se, como dados seguros, os pontos que vão:

1. Alusões a D. Miguel da Silva como bispo de Viseu;
2. Referências ao seu papel na re-edificação do templo de S. Bartolomeu:

3. Na expressão parcialmente refeita de *vetustate consumptum restituit* – assim me parece a reconstrução textual da epígrafe – pode ver-se a afirmação de um trabalho de restauração (*restituit*) de uma capela muito antiga e arruinada (*vetustate consumptum*), o que condiz com a existência de uma igreja paroquial medieva – a inscrição de Sesnandes, do sec. XII, exige uma igreja funerária, que só pode ser uma igreja paroquial – que sabemos ter estado, anos antes – até aos começos do sec. XVI¹⁷³³ –, no lugar de Ervosa.

¹⁷³² Cf. o.c., na nota 189, pp. 22-23.

¹⁷³³ Remeto ainda para o estudo, citado na nota 189, pp. 19-20.

4. A leitura parcial da data de 1500 – de que se destaca a centúria e donde desapareceram as dezenas e as unidades – como marco cronológico da restauração, por obra e graça do citado bispo, D. Miguel da Silva.

Assim sendo, na hipótese de uma exacta reconstrução, pode traduzir-se a lápide desta forma:

Miguel da Silva, bispo de Viseu, restaurou este templo de S. Bartolomeu, arruinado pela velhice, no ano de 15(...).

2.2. D. Miguel da Silva e as cartas dos coutos de Landim e Palmeira

Em 1536, ano da sua resignação, veio a requerer D. Miguel da Silva, escrivão da puridade de D. João III, o traslado dos documentos respeitantes aos coutos de Palmeira e de Landim. O monarca passaria o alvará, datado de Évora, ordenando que Fernão de Pina, fidalgo da Casa del-rei, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo, buscasse os documentos que D. Miguel requereu. E fez a cópia dos ditos textos que, aliás, muito nos interessam. Não só pela figura do postulante, abade de Santo Tirso e Prior de Landim, mas também porque, além do couto de Landim, eram os frades agostinhos donatários do couto de Palmeira.

E passou o guarda-mor cópia de duas cartas: uma sentença de D. Afonso IV, de 18 de Fevereiro de 1344; e um documento de D. João I, uma carta datada de Guimarães¹⁷³⁴, de 11 de Novembro de 1385, a confirmar os privilégios dos crúzios, nas terras da sua jurisdição.

Carta de D. João III, onde se inscreve o requerimento de D. Miguel da Silva:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem, e dalem Mar, em Africa Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio de Etiopia, Arabia Persia, e da India: a quantos esta minha Carta virem faço saber, que eu passei o meu Alvara por mim assignado para o guarda Mór da minha torre do Tombo do qual o theor he o seguinte Eu El Rey faço saber a Vos Guarda Mór da torre do tombo, que eu vi esta petição que me fes o Bispo de Vizeu meu escrivão da Pollidade, e do meu Concelho, e havendo Respeito do que nella dis vos mando, que lhe deis o traslado de todas as terras, que tocarem aos ditos Mosteiros de Santo Thyrso e de Landim, os quaes treslados serão consertados e assignados por vós, e sellados segundo he uzança, e valerão tanto, quanto por Direito devem valer. Cumprio assim. Henrique da Motta o fes em Evora aos tres dias de Abril de mil, quinhentos, trinta e seis annos¹⁷³⁵.

E foi, graças a Dom Miguel, que chegaram até nós estes dois documentos, tão importantes para a história local. Mas em cópia autêntica do sec. XVIII. E' que, a 2 de Julho de 1740, o convento de Santo Tirso, através do seu procurador Frei Bento da Ascensão, pediu um traslado oficial destes documentos que os frades de Landim, em demanda com os de Santo Tirso, tinham anexado aos embargos, com que recorreram do Ouvidor de Barcelos para o Juizo da Coroa do Porto¹⁷³⁶.

¹⁷³⁴ CORREIA, Francisco Carvalho – *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, Santo Tirso, 2000, pp. 488-496.

¹⁷³⁵ Veja-se o artigo citado na nota anterior.

¹⁷³⁶ Eis o requerimento do abade de Santo Tirso, D. Lucas de S. José, ao Juiz do Couto de Santo Tirso, Manuel da Costa:

3. D. Miguel da Silva, abade de Santo Tirso

3.1. O termo a quo e o termo ad quem da prelazia tirsense de D. Miguel

Sempre naveguei, até há pouco, num mar de hesitações, quando tentava definir cronologicamente o abaciado do grande humanista, na casa de Santo Tirso. Parece-me ter encontrado marcos de maior precisão, suponho.

3.1. 1. Abades de Santo Tirso, desde quando ?

Um documento de 28 de Dezembro de 1526 me garantia que o predecessor de D. Miguel da Silva, D. Francisco de Sousa, ainda era abade do nosso mosteiro, nesta ocasião ¹⁷³⁷. Suponho tratar-se de um caso semelhante a outras situações: entre a renúncia de um abade e a tomada de posse do seguinte, que espera pelo despacho das Bulas pontifícias. Pode abrir-se, nestas circunstâncias, um hiato de meses e anos. Neste espaço, o renunciante poderá ainda liderar, quando o seguinte foi já nomeado. E este poderá dizer-se abade do mosteiro, sem que ainda tenha tomado posse, por não ter recebido as Bulas da concessão, ou tendo-as já pedido, por não terem sido executadas. Ou seja, um hiato em que dois abaciados coincidem, a recta final do anterior e a mera nomeação do que lhe vai suceder. Ou em que o renunciante desempenhe funções de mera procuradoria do que logo se lhe seguirá. O hiato, às vezes, era longo. O caso, por exemplo, da sucessão de Martim Aires. Mais tarde, o problema da sucessão de D. Soeiro Anes, com uma vacância de cinco anos, em que vários candidatos se sucedem, com Bulas despachadas, sem execução definitiva até D. Fernão Lopes do Carvalhal. E, depois deste último, o espaço que vai, antes da tomada de posse de D. Francisco de Sousa...

O facto é que, durante algum tempo, antecipara a nomeação de D. Miguel da Silva para a abadia de Santo Tirso, colocando o *termo a quo*, se bem que timidamente, para o

Diz o Dom Abbade do Mosteiro de Santo Thyrsso de Riba Dave do Concelho de Refoyos que para bem de sua Justica lhe he necessario por certidão o traslado das doações do Couto de Landim, e Palmeyra que o Reverendo P.e Prior de Landim juntou a hum agravo que enterpos do Ouvidor de barcellos para o Juyzo da Coroa do Porto, afim de deffender os ditos Coutos, como tambem lhe he necessario o traslado dos embargos que se achão nos autos as folhas 8 as quais doacois e autos se achão em poder do Reverendo Padre frei Bento da Ascensão Procurador do dito Mosteiro de Santo Thyrsso. Pede a Vossa merce a qualquer tabelião a quem forem apresentados os ditos autos se passe por Certidão o traslado das ditas doacoes e embargos em modo que faça fee. ERM.

E o Juiz do Couto Manuel da Costa fez o despacho, encarregando o tabelião no concelho de Refojos, Manuel Dias Monteiro, desta missão:

Em comprimento do despacho Supra de Manoel da Costa Juis Ordinario de todo o Civel este prezente anno de mil, sette centos, e quarenta neste Coutto de santo Thyrsso de Riba Dave sito no Concelho de Reffoyos termo da Cidade do Porto, certifico, e faço fe em Manoel Dias Monteiro tabelião do publico, judicial, e Nottas no dito Concelho de Reffoyos, e seus Couttos, e honras tudo termo da dita Cidade por Sua Magestade que Deus guarde, que he verdade que o Reverendo Padre Pregador Frei Bento da Ascensão Procurador do Mosteyro de Santo Thyrsso me entregou os auttos de que a petição supra faz menção e nelles andão apenas as Doações do Coutto de Landim e Palmeira cujo teor de verbo autem ad verbum he o seguinte (...).

¹⁷³⁷ Prazo a favor de Gonçalo Martins e sua esposa Catarina Anes, de umas casas e cortinhas, em S. João da Foz, em PT/ADPRT/MON/CVSTST/059, ff. 262-262 v.

ano de 1522. Um amigo¹⁷³⁸, porém, chamar-me-á a atenção para uma carta de El-Rei D. Manuel, datada de 3 de Agosto de 1517, e dirigida a D. Miguel da Silva, onde se dava conta do gáudio e contentamento do monarca pela Bula pontifícia, com que aquele grande humanista fora agraciado pelo Papa com a comenda do mosteiro de Santo Tirso. Aliás, como aconteceria frequentemente, o primeiro destinatário da referida graça pontifícia teria sido um Manuel de Noronha. Mas antes que esta última Bula fosse executada, o Papa houvera por bem eleger um outro destinatário, que seria o nosso D. Miguel da Silva. Realmente diga-se, desde já, que uma tal “emenda” aos beneficiários das Bulas Papais sucederá muitas vezes nos corredores da chancelaria romana: a um primeiro agraciado que, entretanto, renunciaria – muitas vezes, a troco de uma pensão – logo sucederá um outro agraciado. Ao caso que nos pertence, o segundo foi D. Miguel da Silva¹⁷³⁹.

Mas vamos ao caso de 1522. Começemos por uma contextualização do problema. A 22 de Fevereiro de 1518, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, anexara a freguesia tirsense de Rebordões, da Terra de Negrelos, à de Sá – à sua metade sem cura -, da comarca de Entre-Lima-e-Minho, em vida do cônego bracarense, Tristão Luis. Mas, no ano seguinte, a 8 de Agosto de 1519, o prelado determinaria a sua desanexação. E nomeou titular para esta paróquia tirsense, por imposição de barrete, que por sobre sua cabeça lhe impôs, ao mesmo Tristão Luis, em virtude de uma dispensa apostólica que lhe permitia até dois benefícios curados¹⁷⁴⁰. Rebordões – lembremo-lo - era uma das freguesias componentes do padroado do nosso mosteiro. Ora, aos começos de 1522, se demitiria da sua responsabilidade, por simples renúnciação, o seu pároco, cônego da sé e já recordado, Tristão Luis. E, de imediato, o arcebispo nomeará, a 22 de Fevereiro, pela apresentação que lhe fizera D. Miguel da Silva, comendatário de Santo Tirso de Riba d’Ave, ao camareiro do Primaz e Mestre-Escola da sua sé, o cônego João Carneiro, a cujo mister, na igreja metropolitana, ficará anexo o título da igreja tirsense de Rebordões. *Enquanto o mencionado Mestre-Escola a dita conesia tiver, e não mais, precisará o arcebispo.*

De qualquer forma, do texto se conclui que, em Fevereiro de 1522, foi D. Miguel da Silva que fez a apresentação do cônego João Carneiro para a citada igreja, *enquanto abade comendatário do mosteiro de Santo Tirso*, a cujo padroado pertencia a dita paróquia de Rebordões. Em apêndice irá o documento.

3.1.2. Abade de Santo Tirso, até quando ?

Por outro lado, o ano de 1536 marcará o fim da sua prelazia tirsense. Tomamos a palavra de D. Gabriel de Sousa, abade que foi de Singeverga: D. Miguel da Silva, renunciando (1536) em seu sobrinho¹⁷⁴¹ fazia-o com uma reserva e uma condição: a reserva era a do “regresso” da abadia para o Card. Alexandre Farnese, por morte de D. António; a condição era a da reforma. Esta condição imposta pelo Paço, no intuito

¹⁷³⁸ O Professor da Universidade de Coimbra, Dr. Saul António Gomes, informação que muito lhe agradeço.

¹⁷³⁹ PT – TT – CC 2/56/154.

¹⁷⁴⁰ ADB/UM *Registo Geral*, vol. 332, f. 190 v.

¹⁷⁴¹ O sobrinho era o D. António da Silva, abade de Santo Tirso de 1536 a 1561. Este sobrinho era irmão de D. Jorge da Silva, os dois filhos de D. João da Silva e Meneses, casado com Dona Maria de Meneses, este – D. João – irmão de D. Miguel da Silva. Este último renunciaria em 1536. Mas por cá ficou trabalhando até 1540. As relações entre ele o monarca azedar-se-iam de tal forma que não lhe restou outra alternativa que a fuga célere para Roma.

porventura de deslustrar a generosidade do renunciante que decaíra das boas graças de el-rei”¹⁷⁴².

3.1.3. D. Miguel da Silva e o couto de Santo Tirso

Ao assumir a abadia, D. Miguel da Silva tomou posse das rédeas do Couto de Santo Tirso e dos demais de que o nosso prelado era donatário. Uma nota, neste momento sobre os moradores deste couto.

Róis dos nossos monarcas sabemos de vários, desde as inquirições (D. Afonso II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV...), passando pelo numeramento de 1527-1532, de D. João III, até a um outro de 1538¹⁷⁴³, ao tempo deste mesmo rei. Com este último se pretenderá saber das pessoas disponíveis ou não – porque privilegiadas – para o serviço nos encargos dos concelhos.

Santo Tirso era uma terra de privilegiados. Proporcionalmente de maior número. Mas, antes de mais, uma observação. Havia privilegiados pela carta mesma do couto. Embora ao abade lhe fosse vedada a intervenção no âmbito do crime, em compensação era demasiado vasta a sua competência no campo do cível. O abade era coudel-mor. Por isso e nessa qualidade, a 7 de Janeiro de 1438, pôde fazer com que D. Duarte impedisse a organização de levantamentos de homens, em Santo Tirso, para campanhas, que Rui Pereira preparava para a armada¹⁷⁴⁴. O mesmo se dará com o problema dos impostos. E o concelho de Refojos ficou sem o concurso dos nossos moradores para o pagamento dos honorários do Juiz de Refojos¹⁷⁴⁵. Porque também era donatário, nas mesmas condições do couto da Foz, poderá obstar o nosso abade – judicialmente lhe foi reconhecido o direito – a que os moradores de S. João participassem na construção da ponte de Matosinhos¹⁷⁴⁶.

Enfim - são apenas alguns casos exemplificativos -, estes privilégios dos moradores de Santo Tirso – e outras terras que eram da jurisdição senhorial do nosso abade – e no que toca à geografia da área coutada pelo Conde D. Henrique, emanava da Carta de Couto de séculos já, desde 1097.

Mas o documento de que falávamos aos começos refere-se a outros privilegiados. Teriam obtido a desobrigação dos encargos concelhios por carta pessoal e especialmente conferida, e que nada teria a ver com os senhorios medievos e com os territórios para o efeito demarcados. Antes, com pessoas e determinados grupos profissionais ou sociais. A fonte destas imunidades, a partir do documento, apontou-a Amândio Jorge Morais Barros: ora secular – o rei -, ora eclesiástica, ou seja, o bispo e o Papa. O monarca tinha um interesse especial na concessão deste privilégio, no caso, por exemplo, de certos grupos profissionais ou sociais¹⁷⁴⁷, pelo papel preponderante de

¹⁷⁴² A reforma vai, de facto, iniciar-se em Santo Tirso, logo no abaciado de D. António da Silva.

¹⁷⁴³ Chama-se este documento *Número de moradores da cidade do Porto e seu termo e lugares da dita comarca e contadoria*. Foi datado por José Alves Dias, em *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do sec. XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 18. Foi este documento estudado por Amândio Jorge Morais Barros, em *O Porto: privilegiados e “devassos”*, em “Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero”, vol. I, ed. pela Universidade do Porto e pela Livraria Civilização, Porto, 2003, pp. 121-134.

¹⁷⁴⁴ Cf. Documento desta data no Apêndice documental.

¹⁷⁴⁵ Cf. documento de 17 de Junho de 1341, em Apêndice documental.

¹⁷⁴⁶ Cf. documento de 25 de Junho de 1444, no dito Apêndice documental.

¹⁷⁴⁷ Diz Amândio Jorge, baseando-se no documento, que D. Duarte concedeu aos cidadãos do Porto e aos cavaleiros da Ordem de Cristo este privilégio da isenção. D. João III concederia esta desobrigação aos moedeiros e aos espingardeiros. D. Manuel I, o mais empenhado, tratou de conceder a mesma graça aos caseiros do mosteiro de Roriz, aos de alguns Desembargadores, aos carpinteiros e calafates do Porto,

certos indivíduos ou grupos na vida militar, marítima, financeira, comercial ou assistencial.

Releva-se, no documento a importância dada ao nosso abade de então, o grande D. Miguel da Silva – embaixador de D. Manuel, escrivão da puridade de D. João III, bispo de Viseu, abade de Santo Tirso e Prior de Landim – mais tarde, Cardeal e já de “candeias às avessas” com o monarca – que tinha peso suficiente para conceder este tipo de cartas de “alforria”, em prol, dos seus caseiros de Santo Tirso, com certeza não tanto para os livrar de trabalhos e canseiras, quanto para os concentrar na exploração das terras do mosteiro, de cujos rendimentos desfrutaria, pela mesa abacial que era sua, a vantajosa proporção de dois terços dos foros de seus caseiros. Só na área restrita deste numeramento – Porto, seu termo – contam-se 380 caseiros da nossa casa – ou seja, 54,2 % do número dos caseiros da área da comarca – que usufruíam deste privilégio.

Além do rei e dos bispos, também o Papa interviria com a concessão do mesmo privilégio aos caseiros de Arouca, registados em Penafiel, e aos caseiros de Leça do Balio, na honra de Rebordões¹⁷⁴⁸.

Deste numeramento conclui Amândio Jorge Morais Barros: “Se no Porto a percentagem de privilegiados é de 22%, na Maia esse valor cai para os 0,8% para, em Santo Tirso, ascender aos 90,9%. Se em Penafiel ainda detectamos significativa variedade de privilegiados, na Maia, para além de 7 clérigos, só encontramos 5 mamposteiros dos cativos. Mas há linhas de força que sobressaem. Dos 10.079 moradores da comarca portuense, 1.839 (cerca de 18,2%) estão dispensados de servir nas obrigações dos concelhos. Entre estes, distinguimos grupos tradicionalmente privilegiados (como clérigos e aristocratas) e, acima de tudo, uma clara separação entre privilegiados urbanos e rurais, reflectindo diferentes níveis sociais e a divisão do trabalho entre a cidade e o campo. Desses 1839, uma larga maioria recebeu do monarca a dispensa de servir nos encargos concelhios”¹⁷⁴⁹.

Ora, vejamos o número dos moradores do Couto, em 1538¹⁷⁵⁰:

Moradores	110, fora viúvas ¹⁷⁵¹
Privilegiados	
Clérigos	4
Mamposteiros ¹⁷⁵² de cativos e Misericórdia	8 ¹⁷⁵³

a estalajadeiros, a irmãos e mamposteiros da Misericórdia portuense. Aliás, uma das áreas preferenciais na concessão do dito privilégio beneficiaria a participação nas instituições de assistência e beneficência: a redenção dos cativos e a Misericórdia do Porto. Cf. *o.c.*, p. 125.127.

¹⁷⁴⁸ A presença de Leça era forte neste recanto tirsense (a honra de Rebordões compreendia o encunhamento da área demarcada pela confluência do Ave com o Vizela), não só que no que respeita ao domínio directo e sua extensão nesta paróquia como até no âmbito da jurisdição eclesiástica do padroado (compadroado de Santo Tirso e de Leça na igreja de Rebordões), como no âmbito da jurisdição cível na dita Honra. Cf. CARVALHO CORREIA, Francisco - *A Freguesia de Rebordões, Santo Tirso*, Santo Tirso, 2007, pp. 15-18. pp. 31-64. 188-194.

¹⁷⁴⁹ *Ib.* p. 128.

¹⁷⁵⁰ Veja-se o citado artigo de Amândio Jorge Morais Barros, p. 130

¹⁷⁵¹ Pouco antes, temos estes dados sobre cada um das partes do Couto de Santo Tirso: o mosteiro de Santo Tirso com os frades 20 moradores; a paróquia secular de Santa Maria Madalena 61 moradores; Santa Cristina do Couto 34; S. Miguel do Couto 31 moradores; Monte Córdova da Ribeira 26; a freguesia de Burgães (toda ela, incluindo a fracção que não pertencia ao couto de Santo Tirso) 75 moradores. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo - *Povoação de Entre Doiro e Minho no XV. Seculo*, em AHP, vol. III, nn. 7-8 (Julho e Agosto de 1905).

¹⁷⁵² Mamposteiro era o procurador ou pessoa encarregada de substituir outra em cargo, função ou negócio.

Caseiros do Bispo de Viseu	88
Total dos privilegiados	100
Devassos	
Devassos	10

3.2. D. Miguel da Silva, na literatura novi-latina. O *De Platano*, de João Rodrigues de Sá e Meneses

D. Miguel da Silva foi o herói de uma narrativa, em latim, de João Rodrigues de Sá e Meneses. Data de 1527. E tem como palco o mosteiro da nossa cidade. Após-lhe o autor em título o nome de *De Platano*. Em Português, *Sobre o Platano*. E interessam duas coisas, em particular: a carta da dedicatória e a narrativa.

3.2.1. A dedicatória do “*De Platano*”

A obra teve duas fases. Numa primeira etapa, dedicou-a o autor a Luis Teixeira. Depois, em 1537, João Rodrigues de Sá e Meneses ampliá-la-ia. E dedicá-la-á, então –, falecido que já era o dito Dr. Luis Teixeira – ao Cardeal Infante D. Henrique, nesta ocasião, arcebispo de Évora.

Ora, exactamente nesta segunda dedicatória, diz João Rodrigues de Sá e Meneses que escrevera o livro, em primeira redacção, dez anos antes. Pouco depois de encontrar o plátano, na região de Entre-Douro-e-Minho, o que nos levará a 1527, como contexto do “simpósio” de Santo Tirso, com a presença do autor, de Jorge Coelho e de D. Miguel da Silva, já abade do nosso convento. Esta referência cronológica manteve-me, durante algum tempo, na convicção, de que, pelo menos a partir daí, era o humanista D. Miguel o responsável-mor da nossa casa. Com o problema do padroado de Rebordões de que adiante se vai falar, é possível que possamos antecipar a sua presença, quanto à sua responsabilidade sobre o convento de Santo Tirso, ao ano de 1522.

Diz assim a carta dedicatória de 1537:

Escrevera eu, há dez anos, um pequeno livro sobre o Plátano, árvore que pouco antes encontrara nos bosques de Entre Douro e Minho, e tornara-o conhecido, por influência de Jorge Coelho, secretário de Vossa Serenidade, homem nobre e a todos os respeitos doutíssimo e muitíssimo boa pessoa.

Na verdade, ele com aquele amor e estima que me dedica desde a infância, não direi julga (porque homem tão douto não pode enganar-se), mas antes quer absolutamente e manda que as minhas ninharias valham alguma coisa.

Por essa altura, oferecera eu este mesmo livrinho a Luis Teixeira, muito meu amigo. Agora, numa segunda via, quando é discutido por João Fernandes, professor de Retórica em Coimbra, homem culto, e defendido por mim com todas as forças, resolvi dedicá-lo a Vossa Alteza, mas muito ampliado, com o mesmo título justamente com que nós, os vossos portugueses, costumamos recomendar para o serviço familiar dos príncipes os nossos amigos e criados que bem nos serviram, dando a essa prática grande importância.

A tal título, Príncipe sereníssimo e ilustríssimo Prelado, recebi este meu Plátano, ou melhor, de Teixeira, a cuja memória também o devo, recebi-o com o mesmo rosto

¹⁷⁵³ O seus privilégios foram concedidos pelo Mamposteiro-mor e pelo Provedor e irmãos da Misericórdia.

que a mim, vosso dependente e criado muito dedicado, e ordenai que, à sombra do vosso nome, como se fora o escudo de Ajax, fique ele abrigado e em repouso, para que ninguém possa de futuro beliscá-lo. Adeus¹⁷⁵⁴.

3.2.2. A narrativa do “De Platano”

D. Miguel é, apenas, um dos protagonistas. Outros o acompanham no simpósio. Aqui vai uma sumariada apresentação de cada um:

João Rodrigues de Sá e Meneses (1485-1576), parente de Sá de Miranda, bisneto de Aires Gomes da Silva. Estudou em Itália com o grande humanista Policiano. Latinista e helenista de mérito, foi também grande poeta de língua portuguesa. Da literatura clássica traduziu Ovídio, Homero, Píndaro, Anacreonte... Como literato do nosso idioma, recorde-se a sua participação no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende. Político e militar, combateu no norte de África e foi embaixador de D. Manuel I e de D. João III. A sua estatura intelectual foi realçada por Damião de Góis, Sá de Miranda e Diogo Bernardes.

Jorge Coelho, humanista, que faleceu em 1563. Era filho do bailio Frei João Coelho. Estudaria em Salamanca. Foi secretário do Card. Infante D. Henrique, cónego da Sé de Évora, comendatário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra. Rival de André de Resende que, no poema *Vicentius Levita et Martyr*, lhe reconhece, todavia, os méritos de notável latinista.

Por fim, D. Miguel da Silva, de quem já muito dissemos. Abade de Santo Tirso de, talvez, 1522 a 1536. Só para recordar...

Logo a narrativa do *De Platano* – um dos livros célebres da literatura novi-latina –, nesta passagem que tem por contexto geográfico o nosso convento e por cronologia o ano de 1527, remete-nos para a figura do notável humanista, exactamente quando abade de Santo Tirso. E, é natural, desde há uns cinco anos atrás...

Quanto ao argumento, topamos com três humanistas que dissertam, em Santo Tirso, acerca dos plátanos, árvores estimadíssimas que o autor supõe existirem, com relativa abundância, no norte do país.

Julga, dizíamos. Porque, realmente, João Rodrigues de Sá e Meneses não tem uma ideia exacta da tipologia deste espécime do mundo da Botânica. D. Miguel da Silva, que os conheceu na Itália, entra na conversa, para o elucidar, sobretudo, de como era a folha – para o que toma, como referência, a videira – e o seu porte.

Logo de imediato, a João Rodrigues de Sá e Meneses se lhe desfazem as reticências. E da suspeita reforça-se-lhe a garantia: a árvore de Azurara e outras que vira por Entre Douro e Minho, são, por conseguinte, plátanos. Não há dúvida !...

D. Miguel objecta-lhe: que não ! Que o plátano era uma árvore extremamente rara. Que vira um exemplar em Florença. E que não mais... Jorge Coelho, o terceiro humanista, veio em apoio de D. Miguel da Silva. E reforçou a tese, em sintonia com D. Miguel, mediante um sorriso indulgente sobre a ingenuidade de João Rodrigues de Sá e Meneses...

O parente de Sá de Miranda teima que os viu cá. Mais, que conhece uma árvore deste tipo, um verdadeiro plátano, junto da igreja de Azurara que o seu próprio bisavô plantou. E, para que os seus interlocutores se não acoitassem resolutamente na teimosia

¹⁷⁵⁴ Tradução do Prof. Américo da Costa Ramalho, em *Latim Renascentista em Portugal*, ed. INIC, Coimbra, 1985, p. 121

do cepticismo, e, pior, da negação, que mandaria, por criado seu, um fragmento ceifado à copa desta árvore.

Pouco depois, chegará o testemunho. E D. Miguel dá-se por vencido. É realmente um plátano ! E eis que um humilde trabalhador da Quinta do mosteiro de Santo Tirso, que assistiu ao encontro do nosso Dom Miguel com o criado de João Rodrigues de Sá e Meneses e que ouvira, com certeza, o desabafo do nosso humanista – “e eu a pensar que, em Portugal, não havia plátanos “ ! – lhe disse que cresciam árvores assim na tapada conventual. E logo se sumiu. E célere lhe trouxe, igualmente, um ramo de plátano que colheria no interior da Quinta do mosteiro. E, pelo mesmo portador que, a mando de João Rodrigues de Sá e Meneses, lhe trouxera um cano do de Azurara, lhe mandou D. Miguel mais uma prova da expansão por cá da árvore tão famosa que os romanos nutriam e acalentavam de vinho bom.

Ao fim e ao cabo, um D. Miguel da Silva que não conhecia bem a terra que pisava e de que, afinal, era senhor... Ou então, a tradição multissecular dos plátanos, em Santo Tirso, que ainda hoje ornamentam, em abundância, as ruas e praças da nossa cidade...

Vamos transcrever, apenas, alguns fragmentos das passagens mais significativas deste simpósio humanista, no nosso convento

(...) Ora, estava eu, há pouco, em Santo Tirso com D. Miguel da Silva, então bispo designado de Viseu¹⁷⁵⁵, homem de rara erudição, doutíssimo em grego e latim, e acima de tudo muito grande admirador das coisas antigas, quando a nossa conversa veio a cair nas árvores mais conhecidas nos escritores da Antiguidade. Existe hoje – perguntei eu – onde quer que seja, com teu conhecimento, aquela árvore que os antigos tanto celebraram, - refiro-me ao plátano -, e tinham em tanta conta, que Plínio, autor ponderado, e com ele Macróbio, não coram de afirmar que os Romanos costumavam regá-la de vez em quando, com vinho, e acalentar com o precioso líquido uma árvore, a bem dizer, infecunda ?

Existe, respondeu Silva, mas muita rara na terra à semelhança – como ele disse – do cisne negro (...).

Eu respondi. Ora vamos lá, digníssimo prelado ! Suspeitando eu que há entre nós muitos plátanos, diz-me como é a folha do plátano e qual é o seu porte, para que eu possa avaliar se é uma árvore que, há alguns anos, vi na aldeia de Zurara e logo suspeitei tratar-se do plátano. Depois, voltei a ver muitas entre os rios Lima e Minho e sempre me convenci, desde então, de que eram plátanos, e comuniquei esse conhecimento a muita gente, por haver muitos pormenores que absolutamente indiciam nessas árvores a forma e a dignidade do plátano.

Riu-se de mim, imediatamente, Silva; e Jorge Coelho, ali também presente, muitíssimo meu amigo, verdadeiro discípulo das Musas, peritíssimo nas duas línguas clássicas, igualmente expedito e douto em prosa e verso (coisa rara !). Riram-se eles de mim – dizia eu – por ter ousado afirmar que os plátanos cresciam a cada passo nos bosques do Douro e Minho (...). Pela minha parte eu instava para que me dissesse como era a folha do plátano. O bispo então respondeu: a folha não é diferente da folha da videira. É de uma cor extremamente viva e, quanto à árvore, é elevada e larga, como planta que foi trazida de um outro continente e cultivada, apenas por causa da sombra.

É aquela de que falo – disse eu – e encontra-se em Azurara. Enviar-te-ei um ramo dela, logo que daqui parta.

¹⁷⁵⁵ Desde 1526.

E já eu iniciara o regresso a casa, quando, no caminho, enviei um dos criados que me acompanhavam, para que colhesse um ramo da árvore que dá sombra à velha igreja e o levasse ao bispo. Essa árvore é motivo de admiração para a gente do lugar que lhe não sabe o nome, apenas afirmam que a plantou por sua mão o meu bisavô Aires Gomes da Silva.

Fez, como lhe fora mandado, o meu portador e levou um ramo ao bispo. Este, ao ver que se tratava da folha do plátano, não pôde deixar de declará-lo ali mesmo.

Estava ele a observar o ramo atentamente, quando um lavrador que se encontrava presente, vizinho do mosteiro e trabalhador dos seus campos, afirmou que na tapada do mosteiro cresciam muitas árvores da mesma qualidade. E, ao dizer isto, foi a correr ao bosque próximo, de onde trouxe um ramo em tudo semelhante. Silva enviou-mo pelo mesmo portador, com a seguinte declaração: tratava-se verdadeiramente do plátano e em nada diferia do que vira em Florença (...) ¹⁷⁵⁶.

3.3. As obras de D. Miguel da Silva na igreja de Santo Tirso

Numa síntese muito rápida, diz Frei Leão de S. Tomás:

Foy Abbade Commendatario muy benemérito desta casa, porque pera a Sanchristia deu muytos ornamentos, fez as cadeiras do Choro obra muy singular; fez a Ermida de São Miguel em São João da Fos: Fez hum candieiro de peças de latão, em que armado todo com seus perafusos, ardião mais de 30 lumes diante do Santissimo pendurado no cruseiro. Dura ainda uma peça do seu tempo que he huma estante de latão com seus lavores, e lassarias tão alta como as que seruem nos Choros. Esta o mouel ao canto do Altar mor, e nella diz o Diacono o Euangelho nas Missas cantadas ¹⁷⁵⁷.

Claro que destas coisas já quase nada existia, em 1650. E, hoje mesmo, nem a estante de latão...

3.3.1. A inscrição lapidar na escadaria para o Coro-alto

É de língua portuguesa – ao contrário das inscrições de S. Bartolomeu – e recorda as obras de D. Miguel da Silva e o esforço destinado a recuperar a memória do casal dos dois maiores benfeitores, separados na morte e esquecidos dos vivos: o Conde de Barcelos, Dom Martim Gil de Sousa ¹⁷⁵⁸, e sua mulher, Dona Violante Sanches, a cuja munificência se deverá a penúltima igreja de Santo Tirso – que foi abaixo – e o claustro que, graças a Deus, vai sobrevivendo...

A inscrição foi publicada, pela primeira vez, na *Benedictina Lusitana* ¹⁷⁵⁹; e, ultimamente, por Carlos Manuel Faya Santarém ¹⁷⁶⁰.

O testamento do Conde ¹⁷⁶¹ confirma-se na inscrição que guarda, na comunidade beneditina de cá, o eco das benemerências do ilustre casal: que, entre o convento de 978

¹⁷⁵⁶ Cf. vol. citado na nota anterior, pp. 123-129.

¹⁷⁵⁷ Frei Leão de S. Tomás - *Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 46-47.

¹⁷⁵⁸ Este fidalgo, D. Martim Gil de Sousa está aparentado, como primo em terceiro grau, da célebre Inês de Castro. Ambos descendem de Fernando Guterres de Castro (que morreu em 1240): D. Martim através de seu filho André Fernandes de Castro, e Inês de Castro, através do filho Estêvão Fernandes de Castro. GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo Pardo de – *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Corunha, 2000, vol. II, tábuas 3.

¹⁷⁵⁹ Veja-se a fonte citada na nota n. 165.

¹⁷⁶⁰ *Inscrições Portuguesas do Concelho de Santo Tirso*, em CSTBC II (1952-1953) 447.

e um outro dos finais do sec. XI, por um lado, e o sec. XVII – especialmente, a igreja -, por outro, há mais um de permeio, a terceira edificação por ordem da cronologia, dos começos do sec. XIV, que se deve à generosidade do Conde Dom Martim Gil de Sousa e de sua esposa, Dona Violante Sanches.

Diz a pedra que assinala a reunião num só moimento dos dois corpos, por obra e iniciativa de D. Miguel, com a pretensão de reactivar a memória embaciada do casal e recomendá-lo vivamente à oração dos nossos monges:

AQVI IAZ D. MARTIM GIL DE SOVSA CONDE DE BARCELLOS
 ALFEREZ MOOR DEL REY D. DINIS E MORDOMO MOOR
 DELREY D. AFONSO SEV FILHO SENDO PRINCIPE E IAZ
 COM ELLE A CONDESSA DONA VIOLANTE SANCHEZ SVA
 MOLHER OS QVAIS DERÃO A ESTE MOYSTEIRO DE
 S TYSSO MUYTAS HERDADES QVE OGE POSSUYE E O
 CHÃOM DO COVCE QVE SE TROCOV POR OVTRAS
 E POR DINHEYRO DE QVE ESTA IGREIA SE REEDIFICOV
 IAZIAM APARTADOS SEM MEMORIA ALGVVA E DOM
 MIGVEL DA SYLVA BISPO DE VISEV CORREGENDO ESTA CASA
 OS POS NESTA SEPVLTVRA E LVGAR POR SEVS MERECIMENTOS
 AN. M.D.XXVIII

Claro que a pedra foi colocada no lugar, onde hoje se encontra – ao nível do patamar que divide os dois lanços de escadaria, que da crasta sobe ao nível do segundo piso, donde uma outra, quase de imediato, nos dá acesso ao Coro-alto da igreja -, aquando da construção da dita escadaria, em 1745, pelo que os ossos dos benfeitores teriam passado os seus tormentos, depois da morte: separados e desconhecidos – ou seja, em túmulo independente, na capela-mor, mas sem inscrição – para um novo local, onde figuravam juntos e individualizados ¹⁷⁶², em 1529. Depois (1745), a inscrição funerária transitaria para o patamar da grande escada para o Coro-alto, onde, actualmente, ainda figura.

Os *Estados do Mosteiro* referem-se às andanças:

Em huma das naves da segunda Igreja deste Mosteiro ¹⁷⁶³, entre as duas paredes da Igreja velha, e nova, se fes huma escada com vinte, e sete de graos, em treze palmos de Largo com o teto de abobeda. No alto della se collocou huma primorosa Imagem do nosso grande, e insigne Prothomartyr o S. Placido com o distico seguinte.

Quid nos, dive, mones in scallae verticem Coelum:
Nos per virtutes scandere posse mones

¹⁷⁶¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, n. 90, pp. 186-190. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 204-215.

¹⁷⁶² *Jaziam apartados sem memória alguma*, lamentava D. Miguel. Por isso, os pôs num lugar nobre, com inscrição que o revelasse e onde juntos dormissem o repouso eterno: *Aqui jaz D. Martim Gil de Sousa, conde de Barcelos (...) e jaz com ele a Condessa Dona Violante Sanches*.

¹⁷⁶³ Na última igreja matriz, da segunda parte do sec. XVII, as três naves da igreja trecentista foram neutralizadas. Ficou, pois uma igreja de uma só nave. A nave lateral do lado do evangelho foi absorvida no corpo da nova igreja; a nave lateral da epístola foi encerrada por um muro novo que corria pela fiada intercolunar e a parede exterior da igreja. Por ela sobe, hoje, a escadaria de S. Plácido, que põe em comunicação o claustro com o Coro-alto. Enganam-se os estadistas: a igreja do sec. XIV não é a segunda, mas a terceira...

No pé desta escada se Resucitou a memoria de huma pedra com a escripção, que tras a Benedictina Luzitana no tomo 2.º tract. 1.º Cap. 6 f. 46 ibi Aqui jas Dom Martim Gil De Souza etc. cuja memoria já então perdida Resucitou D. Miguel de Souza ¹⁷⁶⁴ Bispo de Vizeu pelo anno de 1529; e agora no prezente anno de 1745. segunda ves Resucitada com grande sentimento da perda de memorias tão memoraveis deste nosso grande Bemfeitor, como consta da Benedictina ¹⁷⁶⁵.

Perdas de memória, que a memória é também uma faculdade que esquece ! Mas falhas de gratidão – sobretudo em monges – não será coisa que assim tão facilmente se indulgencie ! Mas ainda bem que a recuperavam, num como que milagre permanente de ressurreição...

3.3.2. O retrato, com inscrição, de D. Miguel

No claustro – e algumas pessoas ainda disso se lembram -, pendiam os retratos a óleo dos grandes benfeitores e personagens ilustres, relacionados com o mosteiro de Santo Tirso. Sei que alguns deles figuraram, antigamente, na sala das audiências do Couto, no Cidnay.

Entretanto, dos do claustro se lhes perdeu o rasto. E só há pouco se redescobriram... Menos o de D. Miguel da Silva ! Ou, ao menos, este, infelizmente mesmo assim...

Evocamo-lo neste lugar, agora que recordamos as epígrafes deste notável prelado. Porque o retrato tinha a identificação. É certo, não seria contemporâneo, nem da sua autoria a inscrição. Antes, um quadro e uma legenda posterior, a explicar a ressonância da sua personalidade no interior dos religiosos do mosteiro.

Quem teria sido o autor da tela ? Alguém me sugeriu que poderia ter sido Teixeira Barreto, o portuense que trabalhou como desenhador e pintor, o donato beneditino que a Tibães deixaria as bases de uma pinacoteca representativa. Que trabalhou entre nós, afirmava-o, creio eu, o Cardeal Saraiva. Adio para depois o assunto da sua relação com as telas do claustro de Santo Tirso.

O certo é que o quadro de D. Miguel da Silva figurava na crasta da nossa matriz. Viu-o e localizou-o Maximiano de Aragão, que escreveu:

Estando eu em 1894 a uso de banhos na Póvoa de Varzim, fiz com outros banhistas das minhas relações e alguns meus amigos, em carro puxado a cavalos, uma digressão até à villa de Santo Tirso, percurso de 7 léguas, onde se admiram o hospital e casas da escola ¹⁷⁶⁶, que áquela localidade doou o seu nobre filho Conde de S. Bento, e a igreja do Convento que foi de frades da Ordem de S. Bento, onde, quer na sacristia, quer no claustro, ainda se viam alguns quadros, sendo um dos do claustro, na parte do lado nascente próximo do altar de Nossa Senhora da Assunção ¹⁷⁶⁷, que estava regularmente conservado, o retrato de D. Miguel da Silva com o seguinte leltreiro: “D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, abb.e Commendatario deste mosteiro, embaixador de

¹⁷⁶⁴ Antes, D. Miguel da Silva.

¹⁷⁶⁵ Mas, neste patamar das escadas para o Coro-alto, já só se encontra a epígrafe tumular. Voltar-se-ia a perder a memória dos restos mortais dos grandes benfeitores da terceira igreja monástica...

¹⁷⁶⁶ A escola foi inaugurada a 3 de Janeiro de 1886. O hospital foi inaugurado a 28 de Agosto de 1891.

¹⁷⁶⁷ Este relevo assumpcionista figurava primeiro no retábulo-mor da matriz. Depois, foi substituído por uma representação pintada do mesmo mistério mariano, amovível. O relevo foi depois, no último quartel do sec. XVIII, retirado para o claustro.

Roma secretario da puridade de D. João III, e ultimamente foi para Roma, onde foi creado Cardeal e lá morreu” ¹⁷⁶⁸.

3.4. Uma igreja paroquial de Santo Tirso autónoma

Não o esqueçamos: a D. Miguel da Silva se deve a intenção de fundar uma igreja paroquial para a freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, independente e autónoma da igreja monástica. Fora da cerca até, possivelmente no Cidnay.

As obras, porém, ficaram a meio. Primeiro, D. Miguel renunciou à abadia. Depois, e para cúmulo, fugiria para Roma. Poucos anos decorridos, em 1579, viam-se arruinadas as paredes e transformadas em pardieiro. Foi quando a comunidade secular, abandonando por ordem do Bispo do Porto a galilé do templo monástico, onde até aí funcionava o assento da dita paróquia, entrou para o interior do espaço sagrado dos nossos monges e aí se instalou no corpo da igreja, dos frades se dividindo por gradeamento, que às duas comunidades iria separar ¹⁷⁶⁹.

E nunca mais se retomaria a ideia de uma igreja própria dos fregueses de Santo Tirso. Muito menos o seria de esperar, após os acontecimentos de 1834...

Não sei se a chamada capela de Santo António que existia no Cidnai e que foi demolida por 1860, aquando da construção da estrada Porto-Guimarães, pelo interior da cidade – o que obrigaria à redistribuição daquele espaço por duas plataformas, que, na inferior, iria retirar os alicerces à ermida antoniana -, não sei, repito, se a capela de Santo António terá algo a ver com o projecto da igreja paroquial, por obra de D. Miguel da Silva ¹⁷⁷⁰.

3.5. D. Miguel da Silva e a igreja de Rebordões

3.5.1. O padroado de Rebordões

A primeira notícia do senhorio desta igreja remonta a 1055. Era compadroeira da freguesia tirsense, nesta altura, a Condessa Dona Ilduara. Passá-lo-ia, ao seu quinhão – que só uma parte lhe pertencerá -, nesta data, para as mãos de uma Patrina e seus filhos, por troca com a parte destes no padroado do mosteiro de S. Pedro de Este, Braga ¹⁷⁷¹.

Em 1284, são já padroeiros de Rebordões o mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e o rei, de outro. Citam-se os documentos para comprovação de uma posse que a faz recuar a tempos distantes. O texto de 1284, efectivamente, relata o papel activo e interventor das duas partes, na provisão de Rebordões ¹⁷⁷².

Passados anos – e bastantes !-, de 1426 para a frente, pelo menos, é agora esta freguesia do compadroado de Leça e Santo Tirso. Ao convento dos Hospitalários talvez

¹⁷⁶⁸ ARAGÃO, Maximiano - *Viseu. Instituições Religiosas*, Porto, 1928, pp. 51-52.

¹⁷⁶⁹ A separação das duas comunidades far-se-ia, primeiro por muro de pedra. Depois, dado que o povo queria ver o seu S. Bentinho, cujo altar se instalou no transepto, espaço reservado aos monges, requereu a demolição da inestética, feia e bruta divisória. Foi, então substituída por uma grade de madeira. Até que, no triénio de 1773-1776, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça colocaria a grade de ferro forjado, pintada e dourada, que ainda se mantém no lugar, apesar de a igreja pertencer, hoje, a uma só comunidade, à paroquial de Santa Maria Madalena.

¹⁷⁷⁰ Sobre a origem e redistribuição do espaço deste Largo, hoje apelidado de Largo Coronel Baptista Coelho, cf. JST de 30 de Dezembro de 1994, pp. 7-8.

¹⁷⁷¹ COSTA, Avelino de Jesus da Costa – *Liber Fidei*, ed. crítica, Braga, 1965, doc. n. 189, pp. 222-223. Cf. o mesmo autor, em *O Bispo D. Pedro*, vol. I, p. 175.

¹⁷⁷² PMH, *Inquisitiones*, p. 537.

que a graça lhes adviesse das mãos do monarca. E, desta feita, será pelos tempos adiante. Ver-se-á um regime assim confirmado em 1758¹⁷⁷³ e em final desta centúria¹⁷⁷⁴. Pinho Leal anaipará ao binómio Leça-Santo Tirso – não sei com que razões ! – a mitra bracarense¹⁷⁷⁵.

3.5.2. A questão entre Leça e Santo Tirso, ao tempo de D. Miguel da Silva

João Carneiro, Mestre-Escola da Sé de Braga, pároco de Rebordões. Apresentou-o D. Miguel da Silva, abade de Santo Tirso, em 1522¹⁷⁷⁶. Embora não fosse esta a primeira opção. O autor do Índice de 1774 anota um projecto anterior de D. Miguel da Silva que, antes, quisera beneficiar o seu capelão, Dionísio Afonso. Palavras do Cartorário:

*No Livro 2.º das sentenças das Igrejas, fl. 1.ª esta huma carta do Abbade Commendatario deste Mosteiro escrita ao Prior delle Frei Pedro da Beyra em que lhe dava parte, que este Beneficio estava vago, e que o queria aprezar (sic) em Dionizio Affonso seu Capellam pera empedir a apresentação, que intentava fazer o Prior de Lessa, e que por ser o Beneficio bom queria unillo a este Mosteiro, o que não teve effeito porque se apresentou em João Carneiro Mestre Escolla da Se de Braga, que cuidou muito em unir em sua vida este Beneficio ao seu Canonicato (...)*¹⁷⁷⁷.

Entretanto, em Julho de 1532, iria falecer o dito Mestre Escola da Sé de Braga. Voltou à carga D. Miguel da Silva, sem esperar pela alternativa de Leça, e para, de novo, apostar no seu capelão, Dionísio Afonso. Os malteses, porém, não desistiram do seu direito. E surge agora um diferendo entre Leça e Santo Tirso, sobre o sujeito activo da apresentação de um novo candidato. A questão será longa: tenazes nas suas razões - e no seu poder, não menos ! - as partes contendoras. Duas fases distintas na batalha jurídica que se seguiu:

1. 1532-1535: luta acesa entre os monges beneditinos e os cavaleiros de Malta, sobre a competência do turno em questão;
2. 1535-1542: período em que o fiel da balança tenderá, mais e mais, em favor da Ordem militar.

O Comendador de Leça, em 1532 - como parecerá lhe competia -, de nome Frei Álvaro Pinto, apresentou para abade de Rebordões um religioso da sua Ordem, de nome Frei Sebastião.

Foi neste momento que se interpôs, com embargos, o prelado de Santo Tirso, o grande D. Miguel da Silva. Que esta iniciativa da apresentação de uma candidatura para Rebordões lhe pertencia¹⁷⁷⁸; que a própria confirmação dele seria também, graças a um

¹⁷⁷³ CSTBC III (1954-1955) 431.

¹⁷⁷⁴ CRUZ, António – *Geografia e Economia da Província do Minho no fins do sec. XVIII*, ed. do Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

¹⁷⁷⁵ PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VIII, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, Lisboa, 1878, p. 66.

¹⁷⁷⁶ O Abade João Carneiro, Mestre-Escola da Sé de Braga, obteve a paróquia de Rebordões, por desistência do Con. Tristão Luis.

¹⁷⁷⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 122.

¹⁷⁷⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 123.

privilégio apostólico que de Roma alcançara... E assim opunha a Frei Sebastião de Malta um candidato seu: Dionísio Afonso, capelão dele, dito D.Miguel da Silva...

A questão terminaria, porque, entretanto, em Abril de 1535, morrerá o candidato de D. Miguel, o que mais e melhor franqueou a entrada à pertinência de Leça.

Assim se deu a confirmação do candidato maltês à paróquia de Rebordões, através do delegado do arcebispo já eleito, D. Henrique, o seu capelão-mor Pero de Miranda, pelo que de Évora despachou o prelado a ordem, com data de 14 de Maio de 1535, para que um tabelião ou notário caucionasse a tomada de posse de Frei Sebastião.

Não tenho dados que o justifiquem. A oposição continuada de D. Miguel, com a máquina poderosa de todo o seu prestígio ? Talvez que o grande humanista lhe embargasse a posse, o que explicaria, de um lado, a dilação do acto, e, por outro, a insistência do gesto, quando a tomada de posse se veio a concretizar (1544), após o eclipse social e político de D. Miguel da Silva. Só sei que o acto complementar da tomada de posse de Frei Sebastião se fez nove anos à frente. A 5 de Setembro de 1544: com a presença do povo na *ousia* da igreja, das testemunhas ¹⁷⁷⁹ e do tabelião, João Gonçalves Morais. Este proclamou, diante do povo, a confirmação, os direitos do novo abade e as correspondentes obrigações dos fregueses. E veio o cerimonial do toque visível e palpável das alfaias e coisas da igreja. Até aqui, nada de anormal, a não ser a referida dilação...

Mas, talvez pela sugerida contestação forte e demorada, desdobrou-se o cerimonial pelo dia seguinte, com o acréscimo do arrendamento simultâneo da dizimaria da paróquia, a favor de Pero Anes do Souto, freguês de Rebordões. E, como muitas vezes ia acontecendo, Frei Sebastião também paroquiaria o seu rebanho através de um cura. E fê-lo também seu procurador. Assim o disse solenemente, diante do povo. Chamava-se Gonçalo Vaz.

Depois – mais trinta dias – novo cerimonial, com o recebimento das ofertas, a que o novo abade, nesta altura, tinha direito. Com este intuito, viera a Rebordões, em pessoa, Frei Sebastião. Para recolher os direitos...Que, para as obrigações, lá estava o seu cura !

O *dossier* documental desta questão irá em apêndice.

Mas não há dúvida: “leva água no bico” uma cerimónia, com tanta pompa e circunstância ! E tão repartida ao longo de um mês... Só como remoque à oposição frustrada de Dom Miguel. Julgo !

A este propósito, veja-se o comentário do responsável do *Índice de 1774*:

(...) porque vagando este Beneficio por morte de João Carneiro Mestre Escolla de Braga no anno de 1532; no mez de Julho o apresentou o Abbade Commendatario D. Miguel da Silva em hum seu Capellam chamado Dionizio Affonso; e como o dito Abbade Commendatario tinha apresentado este Beneficio no anno de 1522, o Ballio de Lessa vendo que lhe pertencia este turno, apresentou em Frei Sebastião Freire; e como Dionizio Affonso tinha sido confirmado por D. Miguel da Silva Bispo de Vizeu, e juntamente Commendatario deste Mosteiro para o que tinha Licença Apostolica principiarão os dous a andar em demanda; e susedendo falecer o dito Dionizio Affonso

¹⁷⁷⁹ Entre as testemunhas, o Juiz da Honra de Rebordões, Bastião Gonçalves. A Honra de Rebordões ocupava apenas uma parte da freguesia. A outra parte, a maior, e para o cível, também estava dependente do concelho de Refojos. As audiências, na Honra de Rebordões, tinham lugar ao Sábado. Cf. art.º *Os tabeliães do Couto ou o funcionamento da justiça no nordeste do concelho de Refojos*, em EN, de Março de 1994, p. 11. A Honra de Rebordões ficava no encunhamento formado pela confluência do Ave e do Vizela. O auto da tomada de posse de Frei Sebastião da Ordem de Malta foi publicado por mim em EN, de Maio de 1996, p. 11. Um sumário da questão pode ler-se em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0191, ff. 272-274.

*entrou neste beneficio o apresentado por Lessa Frei Sebastião Freire no anno de 1535 no qual foi confirmado por virtude da apresentação que nelle tinha feito o Vallio de Lessa, onde se ve claramente a alternativa em que andava este Mosteiro de apresentar huma vez, e Lessa outra; e de esta ter apresentado no dito Sebastião Freire ser elle confirmado no anno de 1535; e ser falço o fundamento da Sentença dada no anno de 1706, de que se tinha consumido o turno deste Mosteiro por falecimento de João Carneiro acontecido no anno de 1532 sendo certo que no anno de 1535 foi confirmado Frei Sebastião Freire pela apresentação que nelle tinha feito o Valio de Lessa; e sem embargo, de que em Braga se mostrou por parte deste Mosteiro que o padroado desta Igreja era mixto de Real, e Ecclesiastico, e de não ser sujeito a Rezerva da Regra 8.^a da Chancellaria pelas apresentações que se mostravão; nem por isso se deixou em Braga de dar Sentença contra este Mosteiro aggravou este para a Coroa do Porto onde teve provimento a seu favor como se pode ver a fl. 66 e por se não cumprirem as Cartas Rogatorias em Braga se tomou o ultimo assento no Dezembargo do Paço como se pode ver a fl 97 onde se acrescentou era in solidum Real (...)*¹⁷⁸⁰.

3.6. As obras de D. Miguel da Silva, em S. João da Foz

Quatro amarras prendiam a Foz do Douro a Santo Tirso: a doação da ermida medieva de S. João ao mosteiro da nossa cidade; a sua elevação à categoria de igreja paroquial, unida ao convento dos beneditinos, o que daria ao prelado de Santo Tirso a jurisdição eclesiástica nesta terra; a instituição do couto, cujo donatário era aquele mesmo abade, com jurisdição cível, no território demarcado; o priorado da Foz, como consequência da situação canónica da igreja paroquial – *unida* que o era e, desta forma, curada por monges – como instituição sujeita ao abade tirsense¹⁷⁸¹.

Ao tomar conta do nosso mosteiro, como abade comendatário, pelo menos, segundo creio, em 1522, D. Miguel da Silva actuou na Foz, a muitos títulos: como pároco originário da freguesia, cujo líder que aí, de facto, do culto se desempenhava era apenas vigário; como donatário do Couto, a que lhe correspondia a administração da justiça, no campo do cível; como abade do mosteiro da Foz, cuja comunidade conventual, normalmente de dois a três monges, ao abade de Santo Tirso se subalternizava. E, por todos estes títulos, interveio D. Miguel neste território à beira-mar plantado.

Como pároco originário e como abade conventual, de quem o Priorado da Foz era dependente, construiu a igreja e o mosteiro velho, hoje cinturados pela muralha da fortaleza. Por entre 1525 até 1550, à roda, durariam as construções, já depois do eclipse social e político do grande humanista. Como donatário, levantaria, no enfiamento da barra, um monumento, a meio do Douro, que constava de quatro colunas e de uma torre, com edícula, onde – para satisfação do prazer acendrado nas artes e nas letras clássicas

¹⁷⁸⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 123-124.

¹⁷⁸¹ Muito me tenho ocupado deste problema da relação entre o mosteiro de Santo Tirso e S. João da Foz: *O “dossier” de S. João da Foz. Os temas e os documentos fundamentais A doação da ermida*, em JST de 26 de Janeiro de 2001, pp. 9-10; *O “dossier” de S. João da Foz. Os temas e os documentos fundamenais” (a demarcação do couto)* em JST de 23 de Fevereiro de 2001, pp. 9-10; *A confirmação do Couto da Foz, por D. Afonso IV (1336)*, em JST 30 de Março de 2001; *A presença de Santo Tirso em S. João da Foz. A casa e a cadeia do concelho de S. João da Foz*, em JST de 27 de Abril de 2001, pp. 9-10; *A presença de Santo Tirso em S. João da Foz. A criação da paróquia de S. João da Foz*, em JST de 27 de Julho de 2001, p. 9; *Uma questão sobre os dízimos do pescado, no sec. XV-XVI*, em JST de 27 de Julho de 2001, p. 10; *A presença de Santo Tirso, em S. João da Foz. Uma questão sobre os dízimos, no sec. XV-XVI*, em JST de 28 de Setembro de 2001, pp. 9-10; *A união da igreja da Foz ao mosteiro de Santo Tirso*, em JST de 28 de Setembro de 2001, p. 10; *A presença de Santo Tirso na Foz do Douro (O Priorado da Foz)*, em JST de 29 de Março de 2002, pp. 8-9. E outros artigos...

– colocou uma edícula, para albergar uma estátua romana, do sec. III-IV; como donatário ainda, mandou erigir, na Cantareira, na margem direita do Douro, uma capela do Arcanjo homónimo, S. Miguel.

Não vamos descrever tudo isto que bem estudado já foi ¹⁷⁸². As formas, as inscrições, o contexto mesmo, em que os situou aos ditos monumentos, tudo remeterá à paixão humanística do nosso abade. Com o seu espírito bem sintonizava o arquitecto Francesco da Cremona, que muito aprendeu da experiência dos grandes mestres italianos, com quem trabalhou, especialmente na basílica de S. Pedro, em Roma. E foram as obras daquele arquitecto, a trabalhar à sombra do mecenato de D. Miguel da Silva, os primeiros exemplares da arte da Renascença – e depurada de elementos medievos, mesmo de grande proximidade e ao sabor do gosto mais comum –, executados em Portugal: “A sobreposição das ordens compósita e dórica, admitida por Vitruvius; a correcta modelação dos membros arquitectónicos em relação à planimetria; e a sucessão regular de molduras que compõem a forte cornija, apesar do seu aspecto pesado e do grande voamento dos mútulos (que pode derivar de desenhos da Basílica Aemilia em Roma), fazem da igreja da Foz o mais antigo exemplo que conheço em Portugal de aplicação consciente da gramática das ordens clássicas na arquitectura”. Isto o disse, depois de estudar os monumentos da Foz do Douro, Rafael Moreira, que acrescenta: “Diante de tudo isto, não sabemos o que é mais para nos deixar estupefactos: se a pasmosa ideia de D. Miguel da Silva de erigir para si uma réplica de S. Pedro de Roma numa praia atlântica, no finisterra ocidental da ecúmene, como se quisesse banhar nas águas do mar português o próprio símbolo do cristianismo renascentista; ou se o facto de todo este extraordinário complexo ter chegado até os nossos dias, em plena cidade do Porto, no absoluto desconhecimento de todos...” ¹⁷⁸³.

Este conjunto monumental, a que pertencia a igreja e convento velho, foi ocupado pelos nossos monges até 1640 ¹⁷⁸⁴, quando foram compelidos a construir uma nova igreja e um novo priorato numa colina sobrejacente. Coisa que, aliás, lhes traria muitos incómodos e amargos de boca. As construções de Francesco da Cremona foram então transformadas em fortaleza, que servisse de defesa à barra do Douro. Logo depois, e já no contexto da nossa independência, não seria inviável um ataque de Espanha por aqueles sítios.

Inicialmente contrafeitos, os nossos monges pela requisitória do monarca. Se monumental era a igreja – e o que dela resta é argumento de sobra a favor da grandiosidade do conjunto –, por outro lado, e pouco depois, sabemos muito bem quão abonatório foi o entusiasmo dos monges de Santo Tirso à causa da nossa independência ¹⁷⁸⁵. D. João IV compensaria os sacrifícios dos religiosos com a oferta generosa de 17 mil cruzados. Era natural que assim se viessem a afeiçoar, de melhor grado, à dor pungente de tamanho sacrifício. Tudo começará pelas andanças da nossa independência.

¹⁷⁸² MOREIRA, Rafael – *Origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, em “Mundo da Arte”, n. 1, 2.ª série, Abril-Junho de 1988, pp. 5-23; DESWARTE, Sylvie - *Il “Perfetto Cortegiano” D. Miguel da Silva*, Bulzoni Editore, Roma, 1989; BARROCA, Mário Jorge – *As Fortificações do litoral portuense*, Edições Inapa, 2001; BASTO, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do sec. XV ao sec. XVIII*, Porto, pp. 326-332...

¹⁷⁸³ MOREIRA, Rafael – *Origens da arquitectura do Renascimento em Portugal*, p. 17.

¹⁷⁸⁴ A estrutura militar erguida entre 1570 e 1578 conviveu durante muito tempo com a igreja renascentista. Na realidade, a igreja de D. Miguel da Silva permaneceu ao culto até ao ano de 1643, quando as estruturas civis e religiosas foram definitivamente afastadas do interior do espaço militar: BARROCA, Mário Jorge – *As fortificações do litoral portuense*, Edições Inapa, 2001, p. 67.

¹⁷⁸⁵ *As comemorações de 1640, no mosteiro e freguesia de Santo Tirso*, em “Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo”, vol. III, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2001, pp. 73-75.

Vamos transcrever uma nota do cartório do mosteiro de Santo Tirso, a modo de sumário:

Hum instrumento de contrato feito aos 25 dias do mez de Agosto de 1640 por Damião de Figueiroa Camello Tabelião no Concelho da Maya entre partes o Mestre Dom Antonio Carneiro D. Abbade deste Mosteiro ¹⁷⁸⁶ e Frei André Marques de Almeida Abbade de Figueiras, Capellão que tinha sido do Valio de Lessa Frei Luis Alveres de Tavora.

Delle consta que o dito Dom Abbade por hum Procuração geral, que tinha do Prior, e Convento fez hum contrato com o dito Frei Andre Marquez de Almeida Abbade de Figueiras, pelo qual deu humas cazas sitas onde esta agora a Igreja de S. João da Foz, foreiras a este Mosteiro; que lhe tinha dado o dito Valio de Lessa pelos bons serviços que lhe tinha feito a fim de se fazer a Igreja Parochial da dita freguezia (pelos Senhores Reys deste Reyno terem tomado o Priorato, e a Igreja velha que havia para se fazer hum fortaleza que servisse de defeza da Barra, pello qual Priorato, e Igreja deu o Rey e Senhor D. João o 4.º 17 mil cruzados para se fazer em outra parte (...)) ¹⁷⁸⁷.

3.7. A resignação de D. Miguel da Silva da abadia de Santo Tirso

Dissemos que o notável humanista resignara no sobrinho, D. António da Silva. Em 1536. Este assumiria o nosso convento, sob determinadas condições: com o regresso, em favor do Card. Alexandre Farnese, filho do Duque de Parma e neto de Paulo III – o que assim sucedeu, para desgraça do nosso convento, diga-se... – e com o propósito de trabalhar na reforma do mosteiro, o que, igualmente, o dito D. António cumpriria, e desta feita para bem da instituição.

Quanto ao D. Miguel, por cá ficou trabalhando. Até 1540, na altura em que as coisas, um pouco já azedadas, no que respeita ao seu relacionamento com D. João III, se agravaram. E de tal ordem que, conhecendo bem o feitio do monarca, lhe não restou alternativa senão a fuga apressada e acidentada para Roma.

Damos outra vez a palavra ao clássico Frei Luis de Sousa. Como lha demos ao começo, concedemo-la também ao remate. A sua palavra surpreende a excitação do momento. É que colhê-lo-ia fresco, na eclosão do escândalo, ainda sob o pó da fluidez do *diz-se que*. Emendá-la-emos, pois, passo a passo, sempre que na crónica se intrometa a colherada da boataria... Diz então o escritor:

Honrou-o Sua Alteza (D. João III) com mercês e apresentações de várias igrejas; e depois de o ter alguns anos por seu embaixador na corte de Roma ¹⁷⁸⁸, o fez seu escrivão da puridade, e ultimamente lhe deu o bispado de Viseu ¹⁷⁸⁹.

A residência em Roma lhe adquiriu muitos amigos; e o Papa Paulo Terceiro fazia dele tanto caso, que em uma promoção de cardeais, publicada por Setembro do ano de

¹⁷⁸⁶ Foi abade de Santo Tirso, em dois triénios: 1638-1641, quando se deu este episódio, e, depois, desde 1650 a 1653.

¹⁷⁸⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 37.

¹⁷⁸⁸ D. Miguel da Silva esteve como embaixador de Portugal em Roma de 1515 a 1525, durante o pontificado de Leão X, Adriano VI e Clemente VII. Estas notas, desde agora até ao fim, têm como ponto de referência o citado volume de Sylvie Deswarte.

¹⁷⁸⁹ Bispo de Viseu de 1526 a 1547.

1539 ¹⁷⁹⁰, foi um dos nomeados; mas a eleição desagradou a el-rei, por algumas considerações de Estado, em que andava sempre vigilante; e por mais instâncias que se fizessem com Sua Alteza, nenhuma valeu pera lhe dar consentimento ¹⁷⁹¹. E´a dinidade tão alta e a natureza humana tão amiga de se adiantar em honras, que D. Miguel determinou não perder o que se lhe oferecia de graça e sem nenhuma pertensão sua. Passou-se furtadamente a Castela neste ano que vamos correndo de 1541 ¹⁷⁹²; e ainda que el-rei mandou fazer com ele diligências por que se tornasse, com termos e palavras de real benignidade e amor ¹⁷⁹³, era o homem tão sagaz, que das mesmas se soube valer pera segurar a passagem por Castela, e mostrar em Roma que valia muito em sua pátria.

Assim foi recebido do Pontífice ¹⁷⁹⁴ e de toda a corte e nobreza romana com geral alvoroço e publicada sua criação de Presbítero Cardeal, no título da Basílica dos Doze Apóstolos. Mas não há palavras que bem possam encarecer o escândalo que el-rei mostrou da ida e da dignidade; polas obras se entenderá. Despachou logo correio a Roma, com cartas ao embaixador Cristóvão de Sousa ¹⁷⁹⁵, que sucedera a D. Pedro de Mascarenhas, pera que requeresse ao Pontífice que de nenhuma maneira honrasse nem visse nem admitisse a D. Miguel; e não se havendo por satisfeito com esta ordem, mandou Francisco Botelho e Jorze de Barros com outras mais pesadas; e chegou a mandar ao embaixador que se saísse de Roma. Em Portugal fez passar uma carta rigorosíssima contra o mesmo e contra seus fautores, que se publicou na entrada do ano seguinte de 542, pola qual o privou de todos os bens e honras que tinha na coroa ¹⁷⁹⁶; e porque foi avisado que D. Jorze da Silva, seu irmão ¹⁷⁹⁷, tinha com ele

¹⁷⁹⁰ D. Miguel soube da sua nomeação in pectore, a 19 de Dezembro de 1539. A nomeação oficial para a sua ascensão à dignidade cardinalícia será a 2 de Dezembro de 1541. Ainda não tinha chegado a Roma, da segunda vez.

¹⁷⁹¹ A fuga para Roma – a sua causa próxima – não foi motivada só pela sua nomeação para cardeal. E´ certo que D. João III apostava no cardinalato como privilégio exclusivo dos membros da família real. Mas a razão imediata da fuga de D. Miguel está ainda no aviso secreto e rápido da vacatura da abadia de Alcobaça, pela morte do Infante D. Afonso, que o nosso humanista comunicou ao Papa e que este se apressou a dar em comenda ao seu neto, o Card. Alexandre Farnese, antes que D. João III pudesse dela fazer apresentação em prol do Infante D. Henrique, seu irmão.

¹⁷⁹² Não é exacto. D. Miguel saiu de Portugal em fins de Julho de 1540. Já está em Bolonha em Setembro imediato. E aí permanecerá até Janeiro de 1541. Daqui parte para Veneza, onde reside desde Fevereiro de 1541 a Janeiro seguinte. Chega a Roma a 24 deste mesmo mês de 1542.

¹⁷⁹³ As diligências que D. João III faz para o prender na passagem por Espanha, com as motivações que as determinam – carta ao arcebispo de Toledo e ao Comendador Francisco de Los Cobos, ambas de 29 de Julho de 1540 -, bem como a carta do embaixador Luis Sarmiento a Carlos V não parecem supor real benignidade e complacência. Nada que o sugira...

¹⁷⁹⁴ Em Roma foi recebido pelo Cardeal Alexandre Farnese e pelo Papa Paulo III, que lhe deu um anel de ouro, guarnecido de um rubi. Recolheram-no ainda velhos amigos, como Lactânio Ptolomeu, Blosio Paladio, que, pouco antes, tinham recebido o pintor português Francisco de Holanda.

¹⁷⁹⁵ Aqui, já sem esperança de o recuperar, revelar-se-á o ódio de D. João III. Para comprazimento da real vontade do soberano, traçam-lhe os embaixadores um retrato de D. Miguel, à feição dos gostos do monarca. Assim, Baltasar de Faria, em carta de 15 de Outubro: que D. Miguel estava na miséria; que os criados se não aguentavam na sua casa; que os credores o interpelavam de contínuo, pedindo-lhe os dinheiros que, por empréstimo, lhe confiaram; que toda a gente falava dele; que só os cristãos novos lhe valiam...

Noutra, de 17 de Novembro de 1547: que D. Miguel estava numa situação tal que seria mais digno de piedade que de inveja; que, depois de o tosaem, ninguém dele tinha dó; que Sua Alteza se maravilharia, se soubesse, em pormenor, da situação de desgraça a que tinha chegado; que chorava como um menino, quando falava de Portugal; que estava magro, velho, e consumido de gota...

¹⁷⁹⁶ D. João III, por carta régia de 23 de Janeiro de 1542, desnaturalizou do reino o nosso abade D. Miguel da Silva, privou-o de todas as honras, mercês, privilégios, liberdades, imunidades, graças, isenções e franquias, pena em que incorreriam todos aqueles que, em território português, tratassem de

respondência secreta de cartas e negócios, determinou castigá-lo de maneira que fosse exemplo a todo o reino: teve-o preso na Torre de Belém apertadamente, e por grande favor e intercessão da princesa D. Maria lhe comutou a prisão o maior castigo em degredo pera África.

Mas enfim o andar do tempo, que tudo molifica e cura, fez que el-rei se deixasse falar em partidos nas matérias do ausente, medianeiro João Riccio, arcebispo sipontino, nuncio deste reino, e João Golino, cavaleiro da Ordem de S. João, como procuradores do cardeal Farnés¹⁷⁹⁸. Consintiu Sua Alteza, passados sete anos, que o Pontífice provesse ao Cardeal Farnés no bispado de Viseu, e em todos mais benefícios que D. Miguel possuía, sem todavia o admitir nunca a sua graça. Passada esta tormenta, ficou D. Miguel gozando sua dinidade com autoridade e crédito sem igual em todo o Sagrado Colégio; passou ao título de Santa Praxedis, e, depois, de residir por legado muitos anos em Ravena, alcançou do Papa Júlio Terceiro último e maior título que foi o de Santa Maria Trans-Tiberim¹⁷⁹⁹. Junto desta igreja viveu o restante da vida, em um magnífico aposento¹⁸⁰⁰, que ainda hoje conserva sua memória, passando-lhe pola mão os maiores negócios da Cristandade, e tão estimado de todos os grandes espíritos que aquela idade produziu em Itália, que o Conde Baltesar Castilhane, que era um deles, só a D. Miguel achou merecedor de lhe dirigir e encomendar a sua célebre e elegantíssima escritura, que é forma dum perfeito cortesão¹⁸⁰¹. Faleceu no ano de 1556¹⁸⁰²; sepultou-se na igreja de seu último título¹⁸⁰³ e é certo que foi desejado pera Pontífice nas eleições que se ofereceram¹⁸⁰⁴. Fora D. Miguel honra do reino e de sua geração, se do grande favor que teve da natureza em tudo, achara em seu rei uma muito pequena parte¹⁸⁰⁵.

qualquer negócio seu. De ninguém poderia ser herdeiro, e ninguém lhe poderia suceder, nem ab intestato, nem por testamento...

¹⁷⁹⁷ Erro. D. Jorge da Silva não era irmão, antes sobrinho de D. Miguel da Silva.

¹⁷⁹⁸ O Cardeal Alexandre Farnese sucedeu a D. Miguel da Silva no bispado de Viseu. E, no abaciado de Santo Tirso, foi também sucessor, embora mediato (1561-1588), que um outro interviria – D. António da Silva – de permeio.

Representavam o Card. Farnese, na diocese de Viseu, Ângelo Charissimo Ugolino, chamado o Cavaleiro Golizio, e Micer Rafael Olive e o abade de Ermesinde.

¹⁷⁹⁹ Júlio III nomeá-lo-ia legado da marca de Ancona e Bolonha.

¹⁸⁰⁰ Em 1548, alugaria o Jardim e palácio de San Jacopo in Settignano, no Transtevere. Depois (1553), ocupará o Palácio de S. Calisto, quando se tornou titular de Santa Maria in Transtevere.

¹⁸⁰¹ De facto, vários livros foram dedicados, em Itália, ao nosso D. Miguel da Silva. De todos, o de maior destaque o célebre volume de Baldassare Castiglione *Il Cortegiano*.

¹⁸⁰² Há divergências quanto ao dia: Maximiano de Aragão diz que faleceu no dia 7 de Junho de 1556 (Viseu. *Instituições Religiosas*, Porto, 1928, p. 51). Frei Timóteo dos Mártires garante que a 12 do mesmo mês e ano (*Crónica de Santa Cruz*, t. III, ed. da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1960, p. 44).

¹⁸⁰³ Maximiano de Aragão (*l.c.*) diz que jaz em mausoléu que mandou erguer na basílica de Santa Maria in Transtevere, de seu título cardinalício. Qualifica-o de elevado e primoroso. E que tem uma inscrição portuguesa que diz:

*Ao grão Miguel encerra o marmol duro
Corpo mortal de terra (vão tesouro)
Que hum tempo cofre foi do presado ouro
Que orna o assento ethereo limpo e puro.*

¹⁸⁰⁴ Fim de 1549 e ano jubilar de 1550, quando, à morte de Paulo III (10 de Novembro de 1549), se propala a elegibilidade de D. Miguel da Silva para Papa, o que exacerbaria a linguagem acidulada do Pasquino. Muito possivelmente, a soldo de D. João III e de seus agentes, em Roma.

¹⁸⁰⁵ *Anais de D. João III*, Clássicos de Sá da Costa, vol. II, Lisboa, 1954, pp. 167-169.

6. D. ANTÓNIO DA SILVA (1536-1561)

1. A cronologia do seu abaciado

Era D. António da Silva de família fidalga. O seu pai – irmão de D. Miguel da Silva – era o segundo Conde de Portalegre, D. João da Silva e Meneses, casado com Dona Maria Manuel, filha de D. Álvaro de Portugal, Conde de Tentúgal, quarto filho do Duque de Bragança, D. Fernando.

Estudara na Universidade de Coimbra. Mas, até agora, nada soube dos frutos e resultados da sua vida escolar. Apenas de umas “rapaziadas” suas alento se lhes daria no vigor da memória. Em 1541, já quando liderava o nosso mosteiro. De facto deste tomaria posse por 1536. E aqui fora prelado até 1561.

Logo não é exacta a afirmação de Frei Timóteo dos Mártires de que D. António teria falecido primeiro que seu tio, D. Miguel da Silva. É que este morreu em Roma, em 1556. Na primeira metade de Junho¹⁸⁰⁶.

Ora, em 1560, a 15 de Março e conforme testemunho do nosso cartório, ainda era abade de Santo Tirso D. António da Silva¹⁸⁰⁷. Segundo, porque o Cardeal Alexandre Farnese – que tinha o direito de regresso à nossa abadia, após D. António – passará instrumento de procuração para a tomada de posse de Santo Tirso, só em Outubro de 1561¹⁸⁰⁸, o que permitirá supor que teria sido pouco antes que morrera D. António da Silva. Note-se que o instrumento notarial passado em Roma, a pedido de Alexandre Farnese, para que Ângelo de Charissimis tomasse posse, em seu nome, dos dois mosteiros – o de Santo Tirso e o de Landim –, fala da possibilidade de acesso aos dois benefícios, *porque morrera D. António da Silva*. Terceiro, porque os Reformadores Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vilalobos só chegaram a Santo Tirso pelos finais de 1558. Neste ano aí teriam dado começo às suas tarefas. E D. António da Silva assistiu ao começo da acção dos Reformadores do nosso mosteiro, conforme referiu Frei Leão de S. Tomás:

Chegarão finalmente ao Mosteyro de Santo Thirso poucos dias antes do Advento do dito anno (1558), e começando a entender na reformation delle, em pouco tempo começou com o fauor Divino a refloracer sua religião antiga com grande gosto, e alegria de D. Antonio da Sylua. O qual bem se pudera gloriar de ser o pricipio radical da reformation de todos os mais Mosteyros de S. Bento (...) ¹⁸⁰⁹.

Pouco mais durará, que aos primórdios desta positiva fermentação. Porque, logo depois, acrescenta o autor da *Benedictina*:

Era o dito Senhor (D. António da Silva) achaquado de mal de pedra com intento de se curar se foy a Seuilha, mas a cura que la alcançou foi leuallo Deos pera si pera lhe dar o premio, que seu zello, e grande virtude merecia ¹⁸¹⁰.

¹⁸⁰⁶ A 12 de Junho, acrescenta D. Frei Timóteo dos Mártires. Cf. *Crónica de Santa Cruz*, vol. III, ed. da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1960, p. 44. A 6 de Junho, diz Maximiano de Aragão: *Viseu. Instituições Religiosas*, Porto, 1928, p. 51.

¹⁸⁰⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0005, logo no começo do vol.

¹⁸⁰⁸ Publiquei o instrumento da procuração para a sua tomada de posse deste nosso mosteiro – bem como do de Landim – em PLCT, n. 52, no JST de 25 de Julho de 1994, p. 7.

¹⁸⁰⁹ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 38.

¹⁸¹⁰ *Ibidem*.

Teria, pois, morrido em Espanha, como parece insinuá-lo Frei Leão de S. Tomás.

Ao fim da sua existência com que remata o abaciado (1561), D. António tivera já a dita de testemunhar, com os seus olhos, o alvorecer, em Santo Tirso, da reforma que iria desenvolver-se e dar origem à *Congregação Beneditina Portuguesa*. Este mérito redimi-lo-ia de muitas falhas que, com certeza, as teve, mesmo que incompreendidas o fossem as travessuras dos verdes anos...

Foi Prior da comunidade conventual, ao tempo de D. António da Silva, Frei Pedro da Beira¹⁸¹¹.

2. A sua vida académica

Os incidentes da vida universitária que envolvem estudantes de Coimbra têm tradição que baste ! Como muitas coisas de lá !...

O fim do ano escolar de 1541 foi também agitado: pasquins, afixados à porta das Escolas, ou até dentro, com devassa que El-Rei, a um de Julho, mandaria instaurar, para identificação e condenação dos autores anónimos das difamações; proibição, da mesma altura, do porte de armas, no terreiro das Escolas ou dentro delas, pelos criados e familiares dos lentes, bem como por parte dos estudantes, com ameaça de apreensão e de incriminação; uma carta de três dias depois – 4 de Julho de 1541 -, do monarca ao Reitor da Universidade, onde se fala de escândalos de que os alunos foram réus; uma carta, de dois meses à frente, onde D. João III procura prevenir hipóteses de incidentes entre estudantes da Universidade e moradores do burgo...

Não é, pois, muito fácil a destrição do normal e do anormal. Coisas já tão habituais e acostumadas que o anormal só fora de Coimbra, se poderia qualificar desta maneira. Um residente dirá como, há séculos, o fizera o Qoeleth, a deambular filosoficamente pelas ruas de uma outra Atenas com que a nossa se parecesse: *nihil novi sub sole* !

Vem isto a propósito de D. António da Silva, nosso abade que já o era. Neste dito ano de 1541, já pelos finais da quadra académica, sabemos de um auto que o Juiz de Fora moveu contra o estudante D. António da Silva, filho do Conde de Portalegre, por ofensas ao meirinho da Universidade. Mesmo com a interpretação orvalhada da benevolência, após confissão penitente do arguido, não deixou o rei de estranhar o procedimento do nosso estudante. E reivindicou para si as providências que o caso merecesse:

*Ho auto que o Juiz de fora fez sobre Dom antonio da silua a dito Do meirinho das palauras que lhe dise e folguej de saber ho arrependimento que diso teue em caso que as ditas palauras e o mais que o meirjnho diz que lhe fez me parece mall eu prouerey niso Como ouuer por bem*¹⁸¹².

3. A reforma

Foi ao tempo de D. António da Silva que começaria a reformação na Ordem Beneditina, em Portugal. Entre as condições propostas por D. Miguel da Silva ao sobrinho, para trespasse da abadia tirsense, estava a de abertura perante as exigências

¹⁸¹¹ PT/ADPTRT/MON/CVSTST/0272, f. 19 v.

¹⁸¹² CARVALHO, Joaquim de – *Obra Completa*, vol. VII, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 210-211; BRANDÃO, Mário – *Documentos de D. João III*, vol. II, 1938, p. 29.

das normas tridentinas e a da salvaguarda do direito de regresso do Card. Alexandre Farnese.

Mas este assunto vai ser tratado em capítulo aparte.

7. CARD. ALEXANDRE FARNESE (1561-1588)

1. A família

Nasceu o Card. Alexandre Farnese, dito o Júnior, em Valentano, ao pé do Lago Bolsena, a 7 de Outubro de 1520. Era um dos cinco filhos do casal Pedro Luis, por sua vez filho do Cardeal também chamado Alexandre Farnese – depois, Papa, com o nome de Paulo III – e de Jerónima Orsini de Pitigliano.

Destinado à carreira eclesiástica, como ornamento da família e até como veículo da sua maior e mais avantajada promoção social, no xadrez, em permanente tensão, das grandes famílias italianas, recebeu o filho de Pedro Luís, o pequeno Alexandre Farnese, homónimo do avô, uma formação humanista no Colégio Ancarano, de Bolonha, centro de cultura dos mais famosos da época.

Com 14 anos tão só, inicia a série estrondosa da acumulação de prebendas eclesiásticas, a bater de longe o record, já tão escandaloso, como lendário, do nosso Cardeal Alpedrinha. O seu avô, o Papa Paulo III, nomeá-lo-ia bispo de Parma (1 de Novembro de 1534), em sua substituição, na altura em que ele, Farnese também, foi eleito para o solo pontifício. E não se pára nesta corrida de veloz promoção: a 18 de Dezembro, aquele mesmo papa fará de dois dos seus netos, Alexandre e Guido, cardeais !...

E são estas duas coisas – episcopado parmigiano e a púrpura cardinalícia – os primeiros de uma série de cargos de prestígio e de poder económico, em prol de Alexandre Farnese, neto, ou o júnior, com que o Papa pretendia acentuar o peso do clã de que era membro. Chega mesmo Paulo III a orientar as coisas, no sentido de fazer do neto o seu sucessor no Papado...

A tal, porém, não chegaria ! Mas não deixará de crescer o rol dilatado das benesses e cargos do Cardeal Alexandre Farnese, o júnior, para além dos dois já referidos: vice-chanceler da Cúria pontifícia, que manteve desde 1536 até à sua morte; governador de Spoleto (1534); governador de Castello di Grotte (1535); administrador da diocese espanhola de Jaén (1535); administrador de Avignon (1535); governador de Tivoli (1535); administrador das dioceses de Monreale (1536), Bitonto (1537), Ancona (1538), Massa Marittima, Jerusalém; governador de Castellana e Vetralla; legacia de Avignon e do património de S. Pedro; administrador da diocese de Viseu (Portugal, de 1547 a 1553); administrador das dioceses de Monteflascone e Corneto, Tours, Cahors, Spoleto, Benevento, etc. E se mais mundos houvera, lá chegara... Por mais que os enumeremos, sempre ficamos com uma listagem incompleta. Difícil desbobinar os cargos e, muito mais ainda, os proventos.

Nepotismo papal e ambições de família; suporte económico, entrelaçado com o peso político, numa acção de entre-ajuda, a fazer do Cardeal Alexandre Farnese a segunda pessoa – após o homónimo avô, agora Papa, com o nome de Paulo III -, na rede impressionante do tecido eclesiástico, ao sec. XVI.

Mesmo depois de renunciar a alguns destes seus cargos, saberia compensar a perda com a vantagem de uma conquista em duplicado: a aquisição de outros benefícios e a compensação das perdas, com o contrapeso favorável de pensões, a exigir dos títulos

que ia largando. Como aconteceria com o abaciado tirsense. E as pensões prolongar-se-ão, após a sua morte, a favor de seus herdeiros ! Mais que vitalícias que o eram...

Em 1548, os seus rendimentos subiam à casa dos 60.000 escudos, uma grandiosa fortuna. Com ela alimentava uma Côrte principesca: sustentava e equipava, à sua custa, desde 1538, 90 cavalos para os cortesãos de sua família; em 1572, tinha 277 pessoas, ao seu serviço. Em Guimarães, na Sociedade Martins Sarmento, num maço de pergaminhos respeitantes ao mosteiro de Santo Tirso, lá se encontra um rol de pagamentos a funcionários seus...

Nos últimos anos da sua vida dispunha da soma de uns 120.000 ducados de ouro, por ano, a maior parte deles oriundos de seus inumeráveis benefícios eclesiásticos.

Enquanto o avô, Paulo III, conseguiu ter uma certa intuição da reforma da igreja e a ela se ia abrindo, quando tomou iniciativas que o levaram à realização do concílio ecuménico de Trento, o seu descendente, o Cardeal Alexandre Farnese, não abdicaria em nada das suas ambições sociais e mundanas. Só ao de leve, de “raspão”, tocado pela sensibilidade das coisas do espírito: no apoio à Companhia de Jesus e à sua acção a desempenhar na Contra-Reforma, bem como no mecenato que se veio a traduzir na erecção do Gesù, em Roma ¹⁸¹³, com a sua importância na evolução da arquitectura religiosa pós-tridentina.

2. Os benefícios eclesiásticos do Card. Farnese, em Portugal

Deixemos de parte a sua acção diplomática; o seu papel em Roma, no desempenho de negócios eclesiásticos; a sua viagem a Espanha (1539), por ocasião da morte da imperatriz Isabel; a legação junto de Carlos V e Francisco I, por ocasião do seu encontro, em França (1539-1540), “démarches” repetidas três anos depois (1543-1544); a sua legação junto do Concílio de Trento...

Vamos referir os seus benefícios aqui, em Portugal. Foi o Cardeal Alexandre Farnese:

1. *Bispo de Viseu*, desde 1547 até 1553, cujo governo asseguraria, através de dois padres italianos, Angelo Carissimo Ugolino e Micer Rafael. Era seu procurador e feitor, na diocese, Rafael Olive;
2. *Prior do mosteiro de Landim*, que governaria através do dito Ângelo Caríssimo;
3. *Abade Comendatário de Santo Tirso*, desde 1561 a 1588 ¹⁸¹⁴, o que já de imediato desenvolveremos.

¹⁸¹³ Nesta igreja empenharia o Cardeal Alexandre Farnese muito do seu dinheiro, que lhe vinha dos quatro cantos da terra. E daqui de Santo Tirso ! Desde 1568 até 1581, o Cardeal contribuirá para a construção desta igreja com mais de 70 mil escudos. Cf. PECCHIAI – *Il Gesù di Roma*, Roma, 1952, pp. 39-43. Nesta igreja do Gesù foi ele sepultado. A sua morte ocorreu em Roma, a 4 de Março de 1589.

No campo da arte, relevo ainda para a actuação deste abade de Santo Tirso, para outras coisas dignas de memória: acabou a obra-mestra da arquitectura civil: o *Palácio Farnese*, em Roma; fez a aquisição da *Farnesina* e ocupou-se da sua decoração; construiu a esplêndida *vila de Caprarola*, junto de Viterbo, sobre risco do famoso Vignola.

¹⁸¹⁴ Diz Maximiano de Aragão: “Em 1553 renunciou Farnesio o bispado de Viseu, mas ou já tinha, ou nessa ocasião ou depois lhe foi concedido neste reino um cargo mais rendoso, como foi o de Prior Mór e Comendatário do Mosteiro de Landim dos Cónigos Regrantes de Santo Agostinho, impetrando do Papa Paulo IV as rendas dele no ano de 1560. Nêste ano cometeu o govêrno do priorado ao dito Ângelo Caríssimo, que mostrou aos Cónegos daquele mosteiro, que não era só Prior e Comendatário no nome

3. O Cardeal Farnese, comendatário de Santo Tirso

3.1. A comunidade monástica

Muito pequena. Já estava em funcionamento a reforma. Aliás, foi por Santo Tirso que ela começou, como diremos em capítulo aparte. Mas condição essencial para ingresso na Congregação seria a renúncia do comendatário. Mas quem seria capaz de despachar de Santo Tirso – o mosteiro beneditino mais rico de Portugal – um comendatário que até era neto do Papa Paulo III ? E, para mais, como seria possível fazê-lo compulsorimente, se o Cardeal Farnese gostava de exibir o seu luxo e a sua ostentação, especialmente nas suas construções megalómanas, como o Palácio Farnese, a Farnesina, a Vila Caprarola, a igreja do Gesù ?... E a sua corte, com tanta gente a servi-lo ?

Foi, por isso, pessoa intocável que o era – e não por outras razões que o Frei Leão de S. Tomás invoca –, que os Reformadores, vindos da Espanha, e instalados no mosteiro de Santo Tirso não puderam fazer deste mosteiro a Casa-mãe da Congregação Beneditina, como queriam. Tibães é que foi a casa eleita, porque o seu comendatário, entretanto, morrera. Era o dominicano D. Bernardo da Cruz, que fora bispo de S. Tomé e que se finara em dia de Páscoa de 1565.

A comunidade de Santo Tirso seria pequena, mas muito bem preparada. Em 1572, era Prior Frei Manuel de Ataíde. E, contava nesta altura – já quando os Piores também eram trienais –, estes elementos como frades beneditinos: Frei André, Frei António Barbosa, Frei Jerónimo, Frei Domingos e Frei António Ventura. Pequeno rebanho. Mas estimulado pelo grande ideal da reformação.

3.2. A sua cupidez insaciável

O Cardeal Farnese foi encomendado da abadia de Santo Tirso, à morte do prelado D. António da Silva. Passou o instrumento de posse do nosso mosteiro, para que nele o representasse Ângelo Caríssimo, a 1 de Outubro de 1561¹⁸¹⁵.

Desde os primórdios, como em toda a sua vida, a preocupação dos rendimentos materiais. Três factos são bem sugestivos da cupidez tamanha, que, por dentro, a todo o roía:

mas também na realidade, cobrando a parte das rendas para o Cardeal Prior Comendatário (que seria metade das do Mosteiro). Ou dois terços da dita casa...

Descontentes com os acontecimentos, os Cónegos Regrantes daquele mosteiro enviaram a fazer instâncias ao Papa para recuperarem as rendas do Priorado, como seu emissário ou procurador, ao Padre Filipe Pegado, que já havia sido Geral da Congregação dos mesmos Cónegos. Foi bem sucedido, ordenando o Papa ao Cardeal que pedisse a demissão do cargo. Cf. ARAGÃO, Maximiano de – *Viseu. Instituições Religiosas*, Porto, 1928, p. 55.

Há umas inexactidões, em Maximiano de Aragão. O instrumento de posse só foi passado em Roma, a Ângelo Caríssimo, em 1561, já para o declinar deste ano. Depois, julgo que o Prior Comendatário usufruía, não de metade, mas de dois terços das rendas do mosteiro. O que era mais...

¹⁸¹⁵ Diz uma nota do Cartório de Santo Tirso:

(...) *está hum instrumento feito em Roma ao primeiro de Outubro de 1561 para effeito de se tomar pösse deste Mosteiro (isto é, do de Santo Tirso) e de Landim, por parte d'Alexandre de S. Lourenço in Damasco Cardeal Diacono chamado Farnes, visto estarem vagos por morte de D. Antonio da Silva seu Comendatário: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 6 - 6v.*

Daremos em apêndice o documento, que é um instrumento de procuração, em ordem à tomada de posse dos dois mosteiros.

Logo a 13 de Setembro de 1562, o Papa Pio IV passou uma Bula destinada ao Bispo Amerino que promulgasse sentença de excomunhão contra todos quantos retivessem cálices, patenas, cruzes, paramentos e mais alfaia do culto divino, ou rendas, terras e casas, vinhas, etc. e que, dentro de certo tempo, as não restituíssem ao Cardeal Diácono Alexandre Farnese¹⁸¹⁶. A Bula tinha em mente os antecessores na prelazia tirsense que alienaram bens móveis e de raiz do nosso mosteiro. Não que o bem da casa religiosa o motivasse. Só o zelo da sua própria causa: porque menos teriam deixado, para que deles se pudesse aboletar, em seu proveito. Talvez esta razão. Adivinhá-la-á o elaborador do *Index de 1774: com a Bula, nem os alienadores restituíram cousa alguma, nem os procuradores do dito comendatário neste Reino deixaram de alienar muitos bens deste mosteiro, como se pode ver dos prazos que fez Ângelo Caríssimo e Cristóvão Mendes de Moraes – abade de Ermesinde - , procuradores do dito Cardeal*¹⁸¹⁷.

Manda, logo depois, elaborar um tombo do mosteiro de Santo Tirso, com data de 1568 e hoje resguardado no ADP, com a destrinça dos bens pertencentes à *mesa conventual* e à *mesa abacial*. No frontespício poderá ler-se: *que se recolheo por senhor cardeall ffarnnes*¹⁸¹⁸.

Por último, a sua resignação da abadia tirsense nem por isso aliviaria a carga económica do mosteiro. Só cedia a responsabilidade de um benefício a troco de uma pensão, por toda a sua vida ! A daqui elevava-se a 400 mil reis anuais. Mais até que vitalícia, que exigiu a continuassem a pagar *post mortem*, a favor dos herdeiros. Só mais tarde, o nosso convento do encargo se aliviaria (1617), mas a preço de “remissão”¹⁸¹⁹. Era “de gancho” o Cardeal...¹⁸²⁰

¹⁸¹⁶ RIBEIRO, João Pedro – Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso, n. 73.

¹⁸¹⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 172-172 v.

¹⁸¹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201.

¹⁸¹⁹ Dos números concretos desta soma – a pensão, após o abandono da prelazia tirsense – temos conhecimento através de uma nota exarada num dos livros que pertenceram ao cartório do nosso mosteiro:

(...) *consta o terse pago ao sobredito cardeal (Alexandre Farnese) em cada hum anno 400\$ reis, e tambem se achão obrigas que este Mosteiro fez, para se satisfazer a dita quantia* (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 6 v.).

Esta dívida que empenhou a nossa casa religiosa continuaria a pagar-se aos herdeiros e familiares, após a morte deste neto de Paulo III, que, foi, como se disse, um ano depois de resignar, em 1589. Ainda se pagava em 1615 (ADP Po, 2,40 f.153). Aliás, sabemos que a pensão só foi remida em 1617, quando era Abade Geral Frei Mauro de S. Tiago, que fora monge de Santo Tirso.

¹⁸²⁰ Mas pelo Tombo que o mesmo Cardeal mandaria fazer, ao começo da sua prelazia tirsense, parece que a soma anual que do nosso convento recolheria, enquanto rendimento da sua mesa abacial – os dois terços da renda total -, apenas ascenderá à quantia da equivalência em numerário de 19.710 rs. Assim se lê no dito Tombo (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 157):

Produtos	Valor
Dá de trigo	40 alqueires
Dá de pão meado	90 alqueires
Dá-lhe 3 marrãs ou por elas	1800 rs.
Dá-lhe 15 galinhas ou por elas a 40 rs.	600 rs.
Dá-lhe para peixe e carne	3.000 rs.
Dá-lhe em dinheiro das duas rações	14310 rs
Dá-lhe de vinho cozido	20 almudes
Total	19.710 rs

3.3. A administração tirsense de Alexandre Farnese

Da sua administração no mosteiro da nossa cidade, como *abade, donatário, padroeiro e detentor da administração do domínio directo* de umas centenas de casas e propriedades, em geral, destacamos só alguns factos:

3.3.1. Uma referência ao escolar conimbricense que foi Vigário de Santo Tirso

Um acto com bastante interesse histórico e arqueológico, para o nosso concelho. A 20 de Março de 1565, fez-se prazo de um casal, em Vilar do Pinheiro, dado pelo Cardeal Farnese, através de seus procuradores, a favor de *Amador Ribeiro*, que foi Vigário de Santo Tirso e que construiu a Casa de Gião, facto este que uma lápide testemunhava, com a garantia da sua graduação académica: *Licenciado*. Ora, numa anotação do prazo dir-se-á, exactamente, onde Amador Ribeiro se licenciou. O emprazamento feito em nome do Cardeal Farnese diz-nos virtualmente da graduação do enfiteuta e da Universidade que o “laureou”: Coimbra. Este pormenor fornecer-nos-á a luz que baste para algum entendimento da epígrafe de Gião. Dirá o texto do Cartório:

*(...) está por certidão o prazo, que em 20 de Março de 1565 se fez a Amador Ribeiro estudante em Coimbra, do Casal do Rio, que em outro tempo era o Casal de Vallada, sito nesta freguezia (isto é, de Vilar do Pinheiro) que antigamente se chamava Villar de Porcos, por virtude da procuração que o Cardeal Farnéz Commendatario deste Mosteiro fez a angelo Charissimo*¹⁸²¹.

3.3.2. A suspensão das imunidades, no couto de Santo Tirso

No que toca aos privilégios senhoriais, foi-lhe suspensa a jurisdição do Couto de Santo Tirso, por 1571, aquando de um acto de correição, no concelho de Refojos. O Cardeal requereu então o levantamento da pena, à base da doação e sentenças que reforçariam a jurisdição cível do mosteiro.

Atendendo às provas, Rui Brandão, Desembargador com alçada no Porto, por sentença de 27 de Setembro de 1571, mandaria que o Couto viesse a continuar na posse do mosteiro da nossa cidade. Deixaremos para diante, no volume consagrado ao apêndice, a transcrição do texto documental.

3.3.3. O novo assento da comunidade secular de Santa Maria Madalena

Um acto importante para a história da freguesia de Santa Maria Madalena: em 1579, o Cardeal Alexandre Farnese consente à comunidade secular a utilização da igreja do mosteiro como assento da freguesia. Aqui terminará de vez o nártex da matriz como o lugar da assembleia cristã para o cumprimento dos seus deveres religiosos, especialmente aos Domingos e festas.

O recurso de apelo para a Relação, interposto pelo Vigário da freguesia, Amador Ribeiro, não foi aceite¹⁸²².

Note-se que a dita igreja secular, mesmo até aqui, não passava de capela do mosteiro. Daqui, a designação tradicional – e que irá prevalecer, por muito tempo – na hagonímia da comunidade paroquial de cá: era, e continuará, de facto, a ser, o seu nome, o de

¹⁸²¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 194.

¹⁸²² Veja-se o c. especialmente dedicado a este personagem, neste volume.

freguesia da capela de Santa Maria Madalena do mosteiro de Santo Tirso -, sita na galilé da igreja conventual. Ao lado direito, ficaria o altar da padroeira da freguesia.

3.3.4. O Cardeal Alexandre Farnese e o padroado tirsense

Como senhor do direito de apresentar, o Cardeal Farnese da faculdade usufruía, ao indigitar vários curas ou párocos, para as freguesias dependentes da nossa casa conventual. Registamos alguns exemplos deste tipo de intervenção:

Em 1564, o Cardeal Farnese consentirá que Leonel de Sousa seja nomeado, por Bula Apostólica, abade de S. Lourenço de Golães, em sua vida somente. Que, depois, voltaria a paróquia à sua condição de freguesia *unida* ao mosteiro de Santo Tirso. As Bulas foram executadas em 1565¹⁸²³.

Em 1571, a 8 de Outubro, o bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro, confirmará como pároco de Frazão e da sua anexa, do padroado do nosso convento, a Jorge Correia, apresentado pelo Comendatário de Santo Tirso, o Cardeal Farnese¹⁸²⁴.

A 1 de Abril de 1573 e para abade das mesmas paróquias – S. Martinho de Frazão e de sua anexa, S. Mamede de Frazão -, o Provisor do Porto, João de Magalhães, confirmaria o P.e Gaspar Gonçalves que Cristóvão Mendes de Moraes - abade de S. Lourenço de Asmes, hoje, Ermesinde – apresentara, no papel de procurador do Cardeal Farnese¹⁸²⁵.

Em 1580, no último dia de Outubro, em casa do Provisor Duarte de Góis, arcediogo da Régua, os examinadores sinodais sujeitaram a provas o P.e João Ferreira, para abade de S. Lourenço de Pias, na altura, bispado de Penafiel, para onde *esperava viesse a ser apresentado pelo Cardeal Farnese, residente em Roma*, diz o texto¹⁸²⁶.

Em 1587, ainda não tinha resignado o Cardeal. A titularidade do nosso mosteiro ainda lhe pertencia. Só um ano depois, viria a desejável resignação. Era procurador seu, agora, na apresentação da vigararia de Santa Cristina do Couto, Frei Bento Salvador que, em nome do Cardeal Farnese, indigitou ao bispo do Porto, a 14 de Julho de 1587, o nome do beneditino Frei António Dinis¹⁸²⁷.

3.3.5. O tráfico das indulgências

Não previu o nosso Cardeal a reforma da igreja, nem a ela facilmente se acomodaria. Antes, dava-se ao cuidado de exhibir em sinais públicos o fulgor da ostentação. E não recuava até diante de processos menos legítimos, como o tráfico das indulgências. Mesmo quando, há muito, os protestos da revolta luterana se tinham feito já ouvir, com expressiva teatralidade. E já quando as instâncias oficiais da igreja as houveram acolhido, em certa forma, com recomendações muito especiais de maior cautela.

Por Bula de Júlio III, com data de 2 de Agosto de 1553, instituir-se-á, em Santo Tirso, a Confraria do Santíssimo Sacramento. Nesta ocasião, a paróquia tinha igreja sua, instalada no alpendre da igreja monástica. Pois o Cardeal Alexandre Farnese retribuía piedosamente com a esmola das bênçãos espirituais que consolavam as almas, as

¹⁸²³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 156-156 v.

¹⁸²⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 109 v.

¹⁸²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. f. 109.

¹⁸²⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 112 v.-113

¹⁸²⁷ Sobre este caso, veja-se o nosso trabalho *Elementos para a história de Santa Cristina do Couto. Um frade rebelde que não aceitou a Reforma...Frei António Dinis, pároco de Santa Cristina do Couto (1587-1605)*, em “Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo”, vol. II, pp 173-180. De resto, neste volume, ao acontecimento iremos dedicar um capítulo aparte, o c. VII.

grandes somas de dinheiro que ia aspirando dos nossos monges e das nossas gentes !... Lembremo-nos, ainda uma vez mais, de que do grande montante de rendimentos do mosteiro de Santo Tirso, uma soma nada despreciada ingressava no quinhão da mesa abacial...

A 7 de Julho de 1583 – era o Cardeal o abade em título do mosteiro, mas Prior trienal e capitular Frei Gaspar da Cruz -, obteve o Eminentíssimo purpurado de Gregório XIII uma Bula que concedia indulgência plenária a cada irmão que, de novo, entrasse na Confraria do Santíssimo Sacramento de Santo Tirso, confessando-se e comungando. E mais indulgência plenária a todo o irmão da dita Confraria que nomeasse de coração – se o não pudesse fazer oralmente – o Santíssimo Nome de Jesus.

Ainda para a igreja monástica dirigirá também o Cardeal Alexandre Farnese o seu olhar complacente. E obterá do Papa, pela mesma Bula, de 7 de Julho de 1583, as graças retumbantes da indulgência plenária para o dia de Santo Tirso, orago do mosteiro, e para os dois dias de S. Bento (de Março e de Julho), o fundador da Ordem ¹⁸²⁸, a que o mosteiro pertencia. A concessão destes favores espirituais a todos os fiéis, na véspera e dia de festa na solenidade, quer de Março (21 deste mês), quer de Julho (11 deste mês), supõe já, para o sec. XVI, grandiosas comemorações em honra do Santo Patriarca. Não deixará, pois, de haver motivos para grandes reparos, quando se ouve dizer e se escreve que foi o Conde de S. Bento que iniciou tais manifestações. Logo:

1. Não uma festa só – como hoje -, mas duas;
2. E até de dois dias cada uma: 20-21 de Março, a lembrar a morte de S. Bento; e 10 e 11 de Julho, em memória da suposta transladação de seus restos mortais, para França.

E pode acrescentar-se uma coisa: talvez desde o sec. XV que a festa em honra do santo fundador tivesse já as duas componentes: a religiosa, dentro da igreja; e a socio-económica, a feira, no largo da matriz. Pelo menos, em 1758, supor-se-á bem radicada no tempo esta projecção humana e terrena nas festas do Santo Patriarca. Vejam-se as respostas do Vigário da paróquia ao P.e Luis Cardoso ¹⁸²⁹.

4. A história de uma permuta

Umas palavras, agora, sobre as relações deste Abade e Cardeal com o fidalgo Rui Brandão, encetadas a propósito do escambo de propriedades, situadas hoje no concelho de Santo Tirso.

O *Casal de Carreira Cova*, de Burgães, viera à posse do Fidalgo da Casa Real, Rui Brandão, da *Quintã da Torre de Pero Sem*, a 29 de Outubro de 1565 ¹⁸³⁰. Fê-lo pelo seu procurador João Roiz.

Poucos anos depois – sete ou quase -, o dito fidalgo houve por bem escambá-lo com um casal do mosteiro, sito na freguesia de S. Paio de Guimarei, o *Casal da Cabeça*, que

¹⁸²⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 172 v.

¹⁸²⁹ CSTBC III (1954-1955) 447.

¹⁸³⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 323-323 v. Sobre esta ilustre família dos Brandões da Torre da Marca, veja-se BASTO, A. de Magalhães – *Silva de História e Arte*, Porto, 1945, pp. 205-221. Os derradeiros desenvolvimentos desta casa fidalga podem ver-se em MACHADO, José de Sousa – *Últimas Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, l. 1, p. 53 e ss. Para a radicação destes fidalgos por terras do actual concelho de Santo Tirso, veja-se a abordagem sumariada de SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Apontamentos de história local XXXI*, em JST de 20 de Outubro de 1972, p. 3, col. 1-2.

pertencia à mesa abacial do mosteiro de Santo Tirso ¹⁸³¹. Passar-se-ia, da parte do convento, o beneplácito requerido pelo Cardeal Farnese ¹⁸³².

Houve permuta. E Henrique Homem, vereador e juiz da cidade do Porto, a 8 de Janeiro de 1572, despacharia um instrumento, para que os tabeliães pudessem assistir e lavrar o auto de posse dos dois casais.

O escambo, apesar das dificuldades emergentes, consumir-se-ia, entretanto. A 2 de Junho de 1572, o mosteiro de Santo Tirso tomaria posse do Casal de Carreira Cova ¹⁸³³: Lopo Ribeiro, caseiro que fora de Rui Brandão, passaria a depender da casa religiosa de Santo Tirso, muito embora a propriedade agrícola burgalenense ficasse a render para os cofres da mesa abacial ¹⁸³⁴.

Mais dificuldades, porém, encontraria, de sua parte, Rui Brandão, quando se preparava para tomar posse do *Casal da Cabeça*, de S. Paio de Guimarei. Efectivamente, no mesmo dia em que os frades anuíram à proposta do Cardeal Alexandre Farneses – 16 de Abril de 1572 – gorar-se-á a tentativa primeira do acto. O

¹⁸³¹ D. Vicente Rodrigues (1361-1392), foi já, em Santo Tirso, um abade da claustra, ou seja, que usufruía da divisão tripartida das rendas monásticas: duas partes para a mesa abacial, e uma para a mesa conventual. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 236. Como já o tinham feito, nas dioceses, os bispos, em relação aos cônegos. Aliás, esta instalação das duas mesas deve ser bastante anterior a esta cronologia.

¹⁸³² *Dizemos nos priol e conuento que damos consentimento a este escambio com as condições haqui deccaradas em capitulo oie 16 dabrill De 1572 anos.*

Frei mannoel de taide priol de Santo Tirço

frei amdre

frei antonio barbosa

frei Jeronimo

frei dominguos

frei antonio uentura

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 305.

Várias observações: primeiro, vive-se a época da transição dos *abades comendatários* para os *abades trienais*. Estamos nos começos deste período, com o governo provisório do *primeiro prior trienal*, Frei Manuel de Ataíde, eleito em 1570. Segundo, o mosteiro de Santo Tirso compunha-o, quanto à comunidade, o *convento*, de cinco monges, apenas, mai-lo prior. A crise do sec. XV e XVI foi profunda, com incidências especiais sobre as vocações. Terceiro – e quanto ao texto em questão –, o mero *pro forma* do consentimento da comunidade conventual: anuem os monges, a 16 de Abril de 1572. E o escambo já se consumara a 8 de Janeiro deste ano. Ou antes ! Porque, a 8 de Janeiro, fora já o despacho do juiz, providenciando tabeliães para a tomada de posse.

¹⁸³³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 309-310. O instrumento leva as assinaturas de Cristóvão Mendes, procurador do Card. Alexandre Farnese, e do fidalgo Rui Brandão.

¹⁸³⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 311-314. Por documento de 1622, sabemos da evolução imediata desta propriedade, agora do mosteiro. O cartório diz-nos que, em 1572, era caseiro de Rui Brandão, em Carreira Cova, Lopo Ribeiro (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 311-314). Um outro texto – o Tombo de 1622 – referir-se-á a um Manuel Ribeiro (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 101). Serão o mesmo ou duas pessoas diferentes ? Julgo que do mesmo se tratará, porque o elaborador do Tombo dirá que Manuel Ribeiro o possuía da mão de Rui Brandão. Seja como for, o cartório de 1622 diz que, à morte deste caseiro, ficaria vago o Casal de Carreira Cova. E Cristóvão Mendes, abade de Ermesinde e procurador do Cardeal Farnese, dá-lo-ia ao seu sobrinho Paulo de Novais. Tudo muito rápido, porque, a 15 de Junho de 1574, já Paulo Novais o venderia a novo possuidor, André Francisco. Efectivamente, dois anos depois da tomada de posse, por banda do nosso mosteiro, a meio já de 1574, far-se-á prazo, no Porto (tabelião Álvaro Monteiro) a favor de André Francisco e sua esposa Francisca de Abreu, em primeira e segunda vidas, e filho ou filha, em terceira vida.

Entretanto, na vigência deste prazo, aqueles venderiam o domínio útil ao abade Amador Ribeiro, bem nosso conhecido, da Casa de Gião, que foi o último vigário secular da capela de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, a paróquia da nossa cidade.

Em 1622, era a renda deste casal burgalenense constituída de 24 alqueires de pão terçado e três galinhas.

caseiro Pero Álvares – que da renda nunca tivera nem título nem prazo - embargaria a tomada de posse de Rui Brandão.

Perante esta atitude, notificou-lhe, ao caseiro, o tabelião um espaço de tempo, para as suas alegações, diante do juiz da cidade do Porto.

À segunda tentativa – a 28 de Abril de 1572 - , veio a posse real, após decisão do juiz, de uma semana antes, que assim determinara, por razão da não comparência de Pero Álvares, dentro do prazo estabelecido, para entrega dos embargos.

O cerimonial da tomada de posse do Casal de S. Paio de Guimarei ficou empobrecido pela ausência de Pero Álvares e pela recusa da entrega das chaves, da parte das pessoas que, no casal, viviam. Um acto de solidariedade com o pobre rendeiro...

Mas far-se-á. Rui Brandão representou-se num procurador. E testemunhou o acto o abade de S. Paio de Guimarei, Luis Vieira¹⁸³⁵.

Em apêndice, daremos dois dos vários textos documentais deste episódio.

5. Os dois Cardeais e abades de Santo Tirso: D. Miguel da Silva e Alexandre Farnese

Neste apontamento sobre o último comendatário, sugerir-se-á uma referência, passageira ao menos, ao tema das relações de amizade que os vinculava. O Cardeal Farnese foi o último abade comendatário do nosso mosteiro (1561-1588). O Cardeal D. Miguel da Silva fora exactamente o antepenúltimo (desde 1522, até 1536).

Aquando da segunda estada em Roma, o nosso humanista suavizaria as amarguras do exílio na amizade profunda com que lhe correspondeu o Cardeal Farnese. Como acontecera já com o avô deste, o Papa Paulo III, que a D. Miguel lhe concedera o galardão da púrpura cardinalícia.

Da grande amizade dos dois Cardeais é testemunho um epigrama latino, que D. Miguel da Silva compôs, a propósito da descoberta dos *Fastos Consulares e Triunfais*. No grande acontecimento que respeita aos domínios da arqueologia, teria papel de relevo o Cardeal Alexandre Farnese. Ocorreu o facto no ano de 1548. E D. Miguel da Silva, humanista de mérito, já do sacro colégio cardinalício também, não perderia a oportunidade de reverenciar a benemerência cultural do amigo.

Damos o epigrama em latim e a sua tradução portuguesa:

MICHAEL SILVIVS CARD. AD VRBEM ROMAM

MARMORA PRAECLAROS TESTANTIA FRONTE TRIVMPHOS
ATQUE MAGISTRATVS INCLYTA ROMA TVOS
IN MEDIO MANSERE FORO DVM ROMA MANEBAS
POSTQUE DEOS ORBI IVRA SECVNDA DABAS
AST VBI TE INDIGNIS FREGIT FORTVNA RVINIS
OBRVERAT TITVLOS ALTA RVINA TVOS
TAMQVE DIV IN TENEBRIS TANTIS IACVISSE VIDENTVR
HIS VELVTI FATO DEBITA TEMPORIBVS
QUAE MODO ALEXANDER PATRIA TE DIGNVS AVOQVE
PAVLO INVENTA TIBI MARMORA RESTITVIT.
TV CAPITOLINA MELIORE IN SEDE REPONIS
ET LEGERIS MAGNI MVNERE FARNESII.

¹⁸³⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 306-307 v.

Tradução

Os mármores que, na tua frente, ó ínclita Roma, testemunham os teus esplêndidos triunfos e os teus magistrados ergueram-se no meio do Foro, enquanto tu, ó Roma, duravas e regias o mundo com leis sábias, conforme a vontade dos deuses. Mas, a partir do momento em que o Destino te despedaçou, sob ruínas vilipendiosas, uma outra ruína sepultara os teus títulos. E aqueles mármores, que ficaram assim tanto tempo sepultados em tão grandes trevas, como que fatalmente devidas a esses tempos, agora Alexandre, digno de te ter por pátria, e digno de ter Paulo por seu avô, os desenterrou e tos restituiu. E tu os colocas na mais digna sede capitolina, de modo a seres conhecida pela munificência do grande Farnese.

Às relações amistosas de D. Miguel da Silva com os Medicis, quando era embaixador, no curso da primeira estada em Roma (1515-1525), a quem deve a prelazia de Santo Tirso, seguem-se outras do mesmo género, agora com os Farnese, no curso da segunda estada, na Cidade Eterna (1540-1556), já como foragido.

Este epigrama relembra muito bem as relações afectuosas de D. Miguel da Silva com o Alexandre Farnese, o avô (Paulo III), e com o Card. Alexandre Farnese, o neto, o último comendatário de Santo Tirso. À amizade destes dois juntava-se um vínculo cultural, muito forte: o interesse de ambos pelos motivos da arte e das letras, como também, e de forma particular, pela arqueologia¹⁸³⁶.

6. A resignação

E foi o Cardeal Alexandre Farnese abade de Santo Tirso até 16 de Julho de 1588. Apontamento do cartório de Santo Tirso:

*(...) consta, que no tempo do Santo Padre Pio 5.º o dito Cardeal Farnéz fez desistencia da Abbadia deste Mosteiro, a fim de se unirem todos os da Ordem em huma nova Congregação, dando-se-lhe em sua vida huma pensão annual: foi o dito instrumento feito em 16 de Julho de 1588*¹⁸³⁷.

Com este Cardeal Farnese, acaba o regime dos Abades Comendatários. Ou seja, e para ficarmos com uma ideia do conjunto:

Pondo de lado a fase obscura de 978-1092, desde finais do sec. XI até 1395, o mosteiro de Santo Tirso foi superiormente governado *por abades eleitos* pelos monges de cada mosteiro para uma *liderança vitalícia*.

Desde 1402 até 1588, o governo de cada mosteiro era atribuído a pessoas recomendadas à Santa Sé que as provida, mediante Bulas, sem interferência dos monges nem dos padroeiros. Eram estes abades impostos aos religiosos e, além do mais, vitalícios, como antes o tinham já sido.

De 1590 – para o mosteiro de Santo Tirso – até 1834, os abades são designados para um governo de 3 anos – a começar, por princípio, em Maio – e eleitos pelos monges, já

¹⁸³⁶ Apesar de algumas deficiências, leia-se o excelente volume sobre o nosso Abade D. Miguel da Silva, da autoria de DESWARTE, Sylvie – *Il “Perfetto Cortegiano” D. Miguel da Silva*, Bulzoni Editore, Roma, 1989. Sobre o epigrama em causa, vejam-se as pp. 111-112. Na tradução, desviamos-nos um pouco de Sylvie Deswarte.

¹⁸³⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 6 v.

não os de cada casa, mas em capítulo geral e só por aqueles que, para isso, tinham direito de voto.

CAPÍTULO III

NEPOTISMO E MAIS INFLUÊNCIAS DOS ABADES

GALEGOS EM SANTO TIRSO (SEC. XV)

A propósito da liderança monástica de Martim Aires e de seu sobrinho, Soeiro Anes -, gente das camadas fidalgas da Galiza -, viria a talho de foice alargar as perspectivas do problema e explorar esta presença por terras de Santo Tirso da parte de pessoas de origem galega, no decurso do sec. XV. Que muitos cá chegavam, era certo. Como também, de entre eles, uns tantos na condição de foragidos à alçada da justiça. Efectivamente, a oposição dos nossos monges à prelazia de Soeiro Anes tem nesta causa uma das razões da sua repugnância. Já o dissemos, ao tratar da resignação do velho Martim Aires.

Portanto, para além deste e seus sobrinho, havia muitos outros conterrâneos, deambulando pelos caminhos da nossa região. Vejamos alguns casos concretos desta presença.

1. Um acontecimento: a invasão do mosteiro de Santo Tirso

Em 1385, fidalgos galegos, com intuitos próprios, trazem lume na ponta das lanças. Aproveitam-se do conflito entre portugueses e castelhanos. Mas acima de tudo, estes que aqui aportam, no atinente ao nosso caso, assim o farão mais em proveito seu, que de outros nenhuns. Ou seja, diante da pretensão ao trono português – o futuro D. João de Portugal, o Mestre de Avis –, os galegos dividem-se: uns juntam-se a nosso favor, como ver-se vai; outros a favor de D. João I de Castela. Outros mais – porque não admitir uma alternativa entre duas partes ? -, que nem a favor de uns, nem em prol de outros. Melhor, contra uns e contra todos ! Ou ainda, por outras palavras, apalpavam o pulso das gentes e, feitos camaleões, acomodavam-se ao contexto em que se viam, para tudo guiarem a proveito seu...

Isto vem a propósito do convento de Santo Tirso. Em 1385, tropas do país vizinho, onde alguns portugueses também se alistaram – deambulações medievais, com intuitos próprios, e mais aliados à ferocidade da guerra e da rapina que a outra coisa melhor – aqui chegam. Trazem lume na ponta das lanças, dizia eu. Brameja a guerra no Entre-Douro-e-Minho. Particularmente, invadem o mosteiro de Santo Tirso e tomam o espaço sagrado dos bentos. Conta-o o cronista Fernão Lopes, em texto que já se transcreveu na secção dos Abades eleitos e vitalícios¹⁸³⁸.

Fogem para o Porto os nossos religiosos. E, apesar de os tripeiros, dizia eu, serem avessos aos frades, até receberiam os monges tirsenses de mãos abertas. E o mosteiro de Santo Tirso funcionará, durante alguns meses, na Cidade Invicta.

Em 20 de Junho de 1385, ainda lá estavam. Aliás, em extracto que João Pedro Ribeiro houve de recolher no cartório do mosteiro de Santo Tirso, aos finais do sec. XVIII, consta esta informação daquela altura:

¹⁸³⁸ Cf. *Abadológico tirsense*, ao abaciado de D. Vicente Rodrigues.

Por Revora cynquo livras... feyto foy na cidade do porto honde os dictos dom abbade e priol e conventos estavam juntos com temor da guerra que avia antre portugal e castella ¹⁸³⁹.

As tropas castelhanas foram expulsas, após algumas dizimações que, nos apertos da fuga, mais os aligeiraram...

Na invasão do mosteiro, a destruição em marcha. Até porque o episódio marcará, com muita proximidade, os começos da época dos comendatários. E estes mais cuidariam do seu que dos outros. Convém não perder de vista a norma que pautava a redistribuição das rendas do mosteiro. Como a respeito dos abades da claustra, também agora dois terços eram para o abade. Passara, há muito, a época da estricte e rigorosa observância, quando, num Éden primitivo que se perdera, tudo era em comum !...

A visita de 5 de Dezembro de 1437 é elucidativa da degradação que, a partir daquele facto que agora se expôs – a invasão do mosteiro -, mais e mais, se aceleraria. Uma lástima, que tudo se ia destruindo: a instituição mesma – ignorância, jogatina, os vícios, desde a cúpula às bases... - e as dependências, como os livros destroçados, o edifício em ruínas, a igreja sem alfaia ¹⁸⁴⁰. Salvava o Prior a honra do convento !...

1. Alguns personagens, em concreto

2.1. Martim Aires, arcediogo de Barroso

Além daquele sobrinho, Soeiro Anes, abade de Tibães e de Santo Tirso, o velho Martim Aires tinha um outro sobrinho clérigo. Homónimo ainda. É, aliás, o testamenteiro do tio:

Dom frey martim airas abbade que fuy (...) do mosteiro de ssancto tisso (...) faço meu heereo e conpridor meu sobrinho martim ayras arcediogo de barroso.

Assim, em 21 de Agosto de 1433 – data deste testamento –, aquele que fora abade do nosso mosteiro, Martim Aires – galego, amigo especial do nosso D. João I, que recebeu este monarca em Santo Tirso, pela segunda vez que nos visitou, a quem fez grandes empréstimos de dinheiro, e que, pouco depois da morte de Dona Filipa de Lencastre, acompanhou solenemente o monarca na cerimónia de transladação do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios para a cidade do Porto – aquele nosso Abade, dizia eu, tinha um sobrinho, de nome Soeiro Anes, abade que fora de Tibães e, a esta altura, já Abade de Santo Tirso – íntimo de D. Duarte, seu capelão e protegido na candidatura à prelazia do mosteiro que, de facto, alcançara -, e ainda um outro sobrinho, homónimo – Martim Aires -, que era arcediogo de Barroso.

Três postos de importância nos familiares da mesma estirpe galega: um abade, agora resignatário; um outro efectivo; e um cónego na igreja bracarense, onde assumiria os títulos de arcediogo (de Barroso) e de deão, mais pároco de Burgães, de Rebordões, das Aves – freguesias tirsenses - e cónego de Cedofeita, no Porto.

¹⁸³⁹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, doc. n. 154, p. 208.

¹⁸⁴⁰ Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. 101, pp. 220--227.

2.1.1. Martim Aires, cónego bracarense (antes de 1425)

Era-o já em 1425, conforme se vê da súplica respeitante à dispensa de incompatibilidades, aquando, já pároco de Burgães, pretende acumular a igreja vizinha de Rebordões.

2.1.2. Martim Aires, pároco de Burgães (antes de 1425)

Em 10 de Setembro de 1425, topamo-lo como reitor de Burgães, que era da apresentação do mosteiro de Santo Tirso - onde pontificava, nesta altura, seu tio - e da Casa da Lage. Nesta altura, Burgães era da diocese de Braga, a que pertenceria até 30 de Setembro de 1882.

Numa súplica a Roma – dispensa de incompatibilidade à habilitação de um outro benefício (o curato da igreja tangente de Rebordões ?) -, desdobra as suas origens, a sua formação e os seus cargos:

*Suplica a Vossa Santidade*¹⁸⁴¹(...) *Martim Aires, nascido de nobre estirpe e bacharel em decretos e ainda reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Burgães, da diocese de Braga, para que Vos digneis dispensá-lo (...), não obstante a posse da dita igreja paroquial de S. Tiago de Burgães, o canonicato e a prebenda da igreja bracarense (...), cujos proventos não excedem as oitenta libras tornesas pequenas*¹⁸⁴².

Enfim, por esta súplica se vê que Martim Aires, o sobrinho, era nobre (*nobili genere procreatus*); formado em Direito (*bachalarius in decretis*); cónego e prebendário da Igreja de Braga (*canonicatu et prebenda ecclesiae Bracharensis*); e reitor de Burgães (*rector parrochialis ecclesiae Sancti Jacobi de Burgaes*)

2.1.3. Martim Aires, pároco de Rebordões (1427)

O certo é que obteve este Martim Aires dispensa de incompatibilidade, em ordem à acumulação de outros benefícios eclesiásticos. Julgo que teria em mente candidatar-se, em simultâneo, à paróquia de Rebordões, que lhe ficava tão perto ! Demais, fácil de obter ainda esta paróquia, que também era do compadreado de Santo Tirso. E na altura em que seu tio era o abade do mosteiro ! Temos um documento à mão:

*Aos xix de março (1427) foi confirmada a igreja de santiago de Reuordaaos terra de negrellos que uagou por morte de (...)*¹⁸⁴³ *martim airas conigo de Bragaa em pessoa de bertollameu fernandez conigo seu procurador: a apresentação de sancto tirsso*¹⁸⁴⁴.

E, de facto, no documento que vamos dar de seguida, já se alude às suas funções pastorais de Burgães e de Rebordões.

2.1.4. Martim Aires, arcediogo de Barroso (1430)

Nos começos de 1430, Martim Aires - o sobrinho, recorde-se -, suplica ao Papa o arcediagado de Barroso – com rendimento estimado em sessenta libras tornesas

¹⁸⁴¹ Martinho V.

¹⁸⁴² COSTA, António Domingues de Sousa - MPV, vol. IV, doc. 919, pp. 71-72.

¹⁸⁴³ Espaço em branco.

¹⁸⁴⁴ ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 329, f. 41 v. É o Livro das Confirmações de D. Fernando da Guerra, em 1427.

pequenas -, vago pela morte do titular Lopo Vaz, em Supino, Ferentino (Itália). Vasco Rodrigues que pretendia, antes de Martim Aires, o cargo, a ele renunciara, sem tomar posse, com a condição de o novo candidato, Martim Aires, lhe garantir uma pensão anual e vitalícia de trinta ducados de ouro.

Na súplica, Martim Aires apresenta-se, além de possuidor dos cargos de vinte libras tornesas, também como beneficiário de Burgães e de Rebordões. Das duas paróquias de Santo Tirso auferiria um lucro anual, computado nas oitenta libras tornesas.

Diz a súplica:

*Vossa Santidade concedeu ao Vosso devoto Vasco Rodrigues, doutor em leis, o arcediagado de Barroso, na diocese de Braga (...). Como, porém, Santo Padre, o referido Vasco depôs agora nas mãos de Vossa Santidade o arcediagado, com todos os direitos inerentes ou que, de algum modo lhe pertencem, antes que fosse redigida a Carta Apostólica da concessão de tal graça, por isso o Vosso devoto Martim Aires, cónego da dita Igreja, suplica a Vossa Santidade que Vos digneis conceder a ele, Martim, o dito arcediagado – cujo rendimento se calcula em sessenta libras tornesas anuais -, depois da renúncia aceite ou mandada aceitar (de Vasco Rodrigues) e pelo óbito de Lopo Vaz, em Supino (diocese de Ferentino, Itália), na ocasião em que a Cúria Romana se encontrava em Anagni (...). Não obstante o canonicato e a prebenda da dita igreja (...) e também (a reitoria) de S. Tiago de Burgães e a do igual orago de Rebordões, igrejas paroquiais da mesma diocese, cujo rendimento se estima em oitenta libras tornesas das pequenas, anuais (...). O dito Martim está disposto a deixar logo a citada igreja de Rebordões*¹⁸⁴⁵.

Vasco Rodrigues requirera e obtivera a função, antes de Martim Aires. Mas “sub-alugou-lhe”, onerosamente, o cargo. Melhor, renunciaria, antes que fossem despachadas as Bulas da nomeação, cedendo o arcediagado, mediante uma pensão vitalícia. Vejamos a quanto subirá:

Beatíssimo Padre:

*Para que o referido Vasco Rodrigues não sofra grande prejuízo da sua renúncia, suplica a Vossa Santidade o dito Vasco que sobre os frutos (...) do arcediagado lhe concedais a graça especial de lhe mandar (...) distribuir e reservar, anualmente, a ele ou seu legítimo procurador, trinta ducados de ouro*¹⁸⁴⁶.

2.1.5. Martim Aires, cónego de Cedofeita, Porto (1436)

Em 18 de Outubro de 1436, Martim Aires permudaria o seu título de pároco de Rebordões, a favor de Pedro Eanes, que, por sua vez trespassaria, em proveito de Martim Aires, o canonicato de Cedofeita¹⁸⁴⁷.

2.1.6. Martim Aires, pároco das Aves (1437)

Uma corrida desenfreada – embora haja muitas mais, e de tiradas maiores ! – na cata sem contenção dos benefícios eclesiásticos. Em 1437, Martim Aires obterá a anexação

¹⁸⁴⁵ AV Reg. Suppl. 251, ff. 162 v-163, em COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, doc. n. 1513, p. 507.

¹⁸⁴⁶ AV Reg. Suppl. 251, ff. 163-163 v., em COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, doc. n. 1515, p. 508.

¹⁸⁴⁷ ADB/UM, Confirmações de 18 de Outubro de 1436, f. 83.

desta freguesia de Santo Tirso à sua conesia do título do arcediagado de Barroso. Vejamos o texto:

Item aos xxx dias do dito mes ¹⁸⁴⁸ em bragaa o dito Senhor ¹⁸⁴⁹ anexou a egreja de sam miguell dantre anbas as aues aa coonesia de que he coonego na dita sua egreja de bragaa a martim airas arcediago de barroso em vida delle somente E que seia seruida no spiritual por capellão e mantheuda por caseiro que em ella moore al que a anexaçom seia nenhuma a quall egreja he daapresentaçom do dito Senhor e sua egreja de bragaa E que aia escretura des que for vaga por morte ou Renunciaçom do abbade que ora della he ¹⁸⁵⁰.

2.1.7. Martim Aires, deão de Braga (1446)

Para complemento destas informações, tenho a dizer que em 1446, Martim Aires era deão da Sé de Braga. Nesta qualidade se assina, aquando do exame para ordens do minorista secariolense Gomes Fernandes ¹⁸⁵¹.

3.1. Rodrigo de Vieire (...1431-1458)

O padroado da Foz do Douro pertencia a Santo Tirso. Como de Santo Tirso igualmente eram também os privilégios senhoriais. Sei que o estatuto canónico da freguesia foi, por várias vezes, quebrado. As rendas eram demasiado púngues para acicatarem ambições. Paróquia unida ao mosteiro, o pastor responsável teria, apenas, o estatuto de vigário ou até de simples cura. Os dízimos, as primícias e as ofertas eram recolhidos pelo mosteiro de Santo Tirso. O cura contentava-se somente com uma simples cóngrua, nada mais.

Houve quem subisse, por consentimento do mosteiro ou por imposição da Cúria romana, ao estatuto de vigário ou, ainda mais, ao de abade.

Vigário da Foz terá sido um parente de Martim Aires, de nome Rodrigo de Vieire. Já o era ao tempo de seu familiar, o dito abade de Santo Tirso. Pelo menos, desde 1431. E manter-se-ia, por bastante tempo, a usufruir dos rendimentos da Foz, no cargo de pastor da freguesia. É certo que se respeitava, em princípio, o padroado. Mas não se asseguraria a sua cura por monges da casa religiosa tirsense.

Ora, em 1449, Nicolau V despacharia para o abade do mosteiro uma Bula, cometida para execução ao Deão de Braga e ao Arcediago do Porto, com estas recomendações: que, pela morte ou renúncia do então cura secular da igreja de S. João da Foz (Rodrigo de Vieire), a dita igreja fosse curada por monges de Santo Tirso, amovíveis e removíveis pelo dito abade. Que os frutos - dízimos, primícias e mais direitos - fossem divididos em três partes: uma para a cóngrua sustentação do cura, outra para a mesa conventual e uma terceira para a mesa abacial.

O certo é que, já em 1450, na peugada da referida Bula de Nicolau V e da sentença de Braga, fundada por sobre a Bula, fora apresentado um monge para cura daquela paróquia. Chamava-se Martim Valasco ¹⁸⁵².

¹⁸⁴⁸ Dezembro de 1437.

¹⁸⁴⁹ O arcebispo D. Fernando da Guerra.

¹⁸⁵⁰ ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 329, f. 84 v. É o Livro das Confirmações de D. Fernando da Guerra.

¹⁸⁵¹ ADB/UM, *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, caderno 11, f. 9 v.

¹⁸⁵² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 15-16.

Curioso que a sentença da execução foi proferida a 15 de Julho do dito ano de 1450. Será da responsabilidade de Luís Afonso, Mestre-Escola, cónego da Sé, Vigário Geral de Braga, na prelazia de D. Fernando da Guerra, por sub-delegação do Deão de Braga, Martim Aires, parente deste dito Rodrigo de Vieire.

Uma compulsória de Roma, de Nicolau V, com data de 20 de Novembro de 1452, e cometida ao Prior de Landim, tinha por intuito reduzir à sujeição o bispo do Porto e seu Vigário Geral, que não aceitariam as orientações pontifícias, nem a sentença que a Cúria de Braga tinha proferido. Na mesma ordem de ideias, actuara Fernando Afonso, Vigário Geral de D. Fernando da Guerra, aonde meteriam recurso os beneditinos do nosso convento. O Bispo do Porto e seu Vigário Geral pretextavam relutância pelo facto de a apresentação não ter sido feita pelo Abade de Santo Tirso, mas tão só pelo Ecónomo, o que já por si nos garante a autonomia deste, que não actuava na condição de procurador do Abade nomeado – que, de resto, não tomara posse de Santo Tirso, nem a viria a tomar -, o Cardeal D. Jaime.

Só que Rodrigo de Vieire não desistiria. E, apenas, pela morte que ocorreu por 1458, é que o mencionado religioso, Martim Valasco, iria tomar posse. Efectivamente, a 12 de Março deste ano, o tabelião d’El-Rei, na cidade do Porto e em toda a sua Comarca e Correição de Entre-Douro-e-Minho, Tristão Rodrigues, daria posse da igreja de S. João da Foz àquele monge que o mosteiro de Santo Tirso, pela voz do Ecónomo, Frei Vasco, apresentara.

3.2. João Gonçalves, subdiácono de Compostela (1420)

3.2.1. Antoninho Martins e os seus problemas na paróquia da Foz

O abade da claustra, D. Vicente Rodrigues, pelos finais do sec. XIV, mais exactamente em 1379, apresentaria um clérigo secular Antoninho – António ou Antão – Martins, para reitor da igreja de S. João da Foz. Antes, fora abade de S. Mamede de Vila Chã, Maia, e raçoeiro perpétuo do mosteiro rudesindiano de Monte Córdova, em Santo Tirso, um priorato celanovense.

Ao renunciar à de S. Mamede, o bispo do Porto, D. João III ¹⁸⁵³, colocá-lo-ia, ao dito Antão Martins, na freguesia de S. João da Foz. E, segundo uma nota do cartório de Santo Tirso, teria sido este o primeiro clérigo secular à frente daquela igreja, até aí pastoreada por monges de Santo Tirso.

Mais, Antão Martins obteve a colação de abade. E, como pároco colado, recolheria em proveito seu os dízimos, que eram de grande monta, e outras receitas, que até essa altura pertenciam ao nosso mosteiro ¹⁸⁵⁴.

Ver-se-ia, porém atrapalhado este reitor. De uma banda, os religiosos não estavam na disposição de abdicar de duas coisas: da redução da Foz a um mero curato, como o fora desde o nascimento da paróquia, aos começos do sec. XIII, até à colação do dito Antão Martins. E ainda do pastoreio lógico e coerente por monges de Santo Tirso, como, de resto estabelecido fora, no acto da fundação da igreja mesma de S. João da Foz do Douro.

¹⁸⁵³ Bispo do Porto de 1373 a 1389.

¹⁸⁵⁴ Uma nota do cartório dirá que D. Vicente Rodrigues e D. Martim Aires, guiados por desordenados favores, não atendendo à utilidade do mosteiro, apresentariam para S. João da Foz clérigos seculares, familiares seus (Antão Martins e Rodrigo de Vieire, respectivamente), que usurpariam os dízimos ao mosteiro, com grave prejuízo deste: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 14 v.-15.

De outra parte, a ambição dos opositores ao lugar alvejava-o, ao mencionado Antoninho, com a mira esfomeada dos proventos. Destes avulta o nome de João Gonçalves, sub-diácono de Compostela que, a 24 de Maio de 1420, lançaria várias acusações ao rosto de Antão Martins, com o intuito confesso de, em proveito próprio, o desalojar. O reitor da Foz viveria em concubinato e seria, além do mais, réu de outros delitos que causariam enorme escândalo nos seus paroquianos. Até porque, sem se confessar, e não obstante sentenças várias que o teriam condenado, ainda continuaria a exercer, de forma contumaz, o seu ministério. Era, pois, indigno da função paroquial, concluirá o clérigo compostelano.

Pediu então João Gonçalves que alguém, oficialmente mandatado e com toda a isenção, se dirigisse à Foz, para, *in loco*, proceder à análise dos factos escandalosos. E, se verificasse que era verdade que o dito Antão Martins fora e era excomungado e que, nesta situação, celebrava mesmo assim os actos do culto, o privasse da dita igreja e lhe desse a ele, dito João Gonçalves, a provisão na comunidade paroquial da Foz ¹⁸⁵⁵.

O certo é que Antão Martins viria, efectivamente, a ser julgado em Braga – segunda instância ? -, como ao diante se verá.

Talvez que estas coisas tenham pesado no ânimo do reitor da Foz e o tenham levado à decisão da renúncia. Exactamente, um ano depois, Antão Martins se dispunha a resignar. Há quem se faça – para além do sub-diácono de Compostela que, na acusação daquele, logo se candidatou – aos píncos resultados e proventos da Foz. Ainda se pensava na manutenção do estatuto de pároco colado !

3.2.2. Gil Vasques e a sua fome de benefícios da igreja.

A uma nova provisão se fará agora um tal Gil Vasques, pessoa já batida numa acumulação de “tachos”. Ler-se-á numa súplica deste, com data de 1421:

Beatíssimo Padre:

Como o vosso filho devoto Antão Martins, reitor da igreja paroquial de S. João da Foz, da diocese do Porto, por motivos compreensíveis, se propõe renunciar livremente à dita igreja, suplica o servo devoto Gil Vasques, presbítero, que (...) Vos digneis na dita igreja dar-lhe provisão. Não obstante a posse da igreja paroquial de Santa Eulália de Pedorido, na diocese de Lamego, do canonicato e prebenda na Sé do Porto e de uma porção perpétua na colegiada de S. Pedro de Ferreira, da diocese do Porto. E, apesar do impedimento de ilegitimidade, filho que é de presbítero e mãe solteira. Do que, aliás, foi dispensado por autoridade apostólica ordinária. E lhe concedais a graça especial de ele manter a sobredita igreja de S. João da Foz, em simultâneo, com a de Pedorido (...) e de licitamente permutar as citadas igrejas paroquiais e seus benefícios com outras igrejas ou benefícios compatíveis (...).

Dada em Roma, junto de S. Pedro, nas Noas de Maio, ao quarto ano do nosso Pontificado ¹⁸⁵⁶.

3.2.3. E mais um candidato, Álvaro Gil.

Quinze dias depois, chega à cúria romana uma nova súplica. Se atendida o fosse – e julgo que não ! – continuaria o mosteiro de Santo Tirso esbulhado dos direitos sobre a Foz.

¹⁸⁵⁵ COSTA, António Domingues de Sousa, MPV III/2, ed. Franciscana, Braga, 1982, pp. 266-267.

¹⁸⁵⁶ 7 de Maio de 1421.

Partiam agora as “démarches” de um tal Álvaro Gil, clérigo da diocese do Porto, que se apoiava no boato corrente da suposta resignação de Antão Martins:

Beatíssimo Padre:

Sendo intenção de Vosso filho devoto Antão Martins, reitor da igreja de S. João da Foz, da diocese do Porto, resignar, por razões compreensíveis, à dita igreja – se o não fez já, livremente, nas mãos de Vossa Santidade -, suplica, pois, humildemente, a Vossa Santidade o Vosso filho devoto Álvaro Gil, clérigo da mesma diocese, que (...) vaga por essa razão ou por outra, ou da parte de outra pessoa qualquer, ou por virtude da Constituição Execrabilis (...), Vos digneis provê-lo, a ele, Álvaro Gil, na referida igreja. Apesar de um tal João Gonçalves, sub-diácono de Compostela, ter acusado o dito Antão Martins de certos crimes e apesar de ter obtido de Vossa Santidade carta de privação, destinada a um cônego do Porto, também chamado João Gonçalves, pela qual e por efeito da suposta sentença de privação¹⁸⁵⁷, se mandava prover na dita igreja o referido sub-diácono (...); e, apesar da ilegitimidade do dito Álvaro, filho de presbítero e mãe solteira, impedimento de que, aliás, e por autoridade ordinária, foi dispensado de forma a que pudesse ser promovido a ordens menores e pudesse alcançar um benefício eclesiástico, sem cura de almas. Pede, pois, Vos digneis benignamente dispensá-lo em ordem a que possa ser promovido a todas as ordens sacras e que possa alcançar a dita igreja paroquial. E até permutar os benefícios, todas as vezes que quiser (...) ¹⁸⁵⁸.

3.2.4. A súplica do mosteiro para a re-união da Foz

Não faltariam, pois, candidatos à paróquia de S. João. A sedução dos rendimentos até avulsos, sem acumulação de outros benefícios, era peso de monta na concorrência. Daí a tensão constante entre opositores, de um lado, ou entre estes e o convento de Santo Tirso, ansioso por recuperar o estatuto original de S. João da Foz, por outro lado. Ou seja, o de igreja unida à casa religiosa dos nossos beneditinos. Ao saberem, pois, da intenção de resignar ou da hipótese de coacção forçada da desistência, por parte do dito Antão Martins, o abade tirsense, Martim Aires, o Prior e seu convento recorrem à Santa Sé e pedem o regresso daquela igreja à sua condição primitiva. Esta petição vai ter lugar entre as duas “démarches” mais recentes – a de Gil Vasques e a de Álvaro Gil – e dirá assim:

(...) se vagar a igreja ou ermida de S. João (...), por renúncia ou morte do presbítero Antão Martins que, de presente, a possui, Vós Vos digneis anexar para sempre e incorporar no dito mosteiro – ou seja, para o Abade, Prior e convento – a dita igreja ou ermida, com todos e cada um de seus dízimos, frutos, rendimentos, oblações que, Santo Padre, o Abade, o Prior e convento estão prontos e dispostos a apresentar para a dita igreja ou ermida um capelão perpétuo, monge ou secular, que, quando necessário, administre os sacramentos, de tal forma que a cura de almas, na dita igreja ou ermida, não sofra prejuízo algum. Assim, pela renúncia ou morte do dito Antão Martins, ou por qualquer outra vacância da mesma igreja ou ermida doutra pessoa

¹⁸⁵⁷ O Juiz João Gonçalves sub-delegou a jurisdição no cônego de Braga Luís Anes, que citou, de facto, a tribunal Antão Martins.

¹⁸⁵⁸ COSTA, António Domingues de Sousa – MPV III/2, p. 366, sob o n. 522. Está datado o despacho da súplica de 18 de Junho de 1421.

qualquer em qualquer altura, que seja permitido ao abade, Prior e convento recolher e tomar posse dos seus frutos, direitos, dízimos e oblações, sem necessidade de qualquer autorização, seja de quem for (...).

*Dada em Roma, junto de S. Pedro, a 5 das Calendas de Junho, ao quinto ano de nosso Pontificado*¹⁸⁵⁹.

Suponho que, desta feita, a provisão da Foz não recaiu em nenhum destes pretendentes. Antes, julgo, que iria reatar-se agora a tradição centenária do mosteiro que deve ter conseguido pôr um monge seu na Foz. Os documentos parecem dar suspeita de um cura, nesta igreja, que era monge de Santo Tirso. Chamava-se João Afonso. Só depois dele é que, novamente, um secular, parente de Martim Aires, iria infringir outra vez os direitos dos beneditinos tirsenses, Rodrigo de Vieire. Mas sobre este já falámos.

3.3. Martim Lopes (1430)

Era da diocese de Compostela. Deve ter nascido por 1409-1410, que, em 1430, diz ter 21 anos de idade. Constar-lhe-ia, nesta ocasião, que Martim Aires, cónego de Braga e pároco Rebordões, entre outras coisas, iria renunciar a esta freguesia tirsense. A paróquia daria um rendimento ao abade de vinte libras tornesas, das pequenas. Burgães, mais alentada, daria o triplo da de Rebordões.

Postulara Martim Lopes a provisão nesta humilde paróquia tirsense. Por duas vezes até, pediria o alargamento do espaço cronológico a conceder-se, para remessa das Bulas. Mas não chegará a alcançar esta graça pontifícia, que Martim Aires não veio a desistir.

Aqui vão as três súplicas:

Beatíssimo Padre:

*Como (...) a igreja paroquial de Rebordões vai vagar, supõe-se, pela (...) posse (...) do arcediagado (de Barroso) a favor de Martim Aires, o Vosso devoto Martim Lopes, clérigo de Compostela, suplica a Vossa Santidade que lhe seja concedida a igreja paroquial de Rebordões, quando ela vagar (...), cujos frutos se calculam, anualmente, em vinte libras tornesas, das pequenas (...)*¹⁸⁶⁰.

Esta súplica está datada de 4 de Janeiro de 1430.

Mas as dificuldades de comunicação com Roma, agravadas pelas guerras entre Castela e Aragão, justificam as “démarches” por Julho de 1430, na mira de dilatar os prazos, atinentes à expedição das Bulas Apostólicas:

Beatíssimo Padre:

Há pouco tempo, Vossa Santidade concedeu a graça da provisão da igreja paroquial de S. Tiago de Rebordões, da diocese de Braga, então vaga e reservada ao Vosso servo suplicante Martim Lopes, como reitor dessa mesma igreja (...). Sendo, porém, impossível, Santo Padre, ao dito Martim fazer despachar as Cartas Apostólicas desta concessão no prazo estabelecido dos seis meses, por causa das guerras em Espanha e dificuldades nas comunicações, o mesmo Martim suplica a Vossa Santidade

¹⁸⁵⁹ COSTA, António Domingues de Sousa, *o.c.*, pp. 354-355, n. 508. Datada de 28 de Maio de 1421.

¹⁸⁶⁰ AV Reg. Suppl. 251, f.163, em COSTA, António Domingues de Sousa, MPV, *o.c.*, doc. 1514, p. 507.

Vos digneis prorrogar, por mais dois meses, para além dos seis, o prazo do despacho das referidas cartas ¹⁸⁶¹.

Mas porque, efectivamente, não fez despachar a tempo a Bula da nomeação, nova súplica de Martim Lopes, a dois de Agosto, Por ela sabemos da informação complementar da sua idade:

Martim Lopes, clérigo, da diocese compostelana, tendo-lhe sido concedida a graça da igreja paroquial de S. Tiago de Rebordões (...) e não fazendo expedir, dentro do prazo estabelecido, as Cartas Apostólicas desta concessão (...), suplica, pois, a Vossa Santidade Vos digneis conferir-lhe a graça especial de o nomear e de o dispensar do impedimento de idade – ainda na casa dos vinte e um anos -, para que lhe seja possível obter e conservar a mencionada igreja de S. Tiago (de Rebordões) (...) ¹⁸⁶².

O certo é que não foi desta feita que Martim Aires resignaria. Pelo contrário, manter-se-á no governo e regime de S. Tiago de Rebordões, do nosso concelho. E, pelo menos, por mais de seis anos. Mas, para depois ceder a liderança de Rebordões, a um outro candidato.

Efectivamente, Martim Aires trespassaria o título de pároco desta igreja tirsense a favor de Pedro Eanes, que, por sua vez, doará, em proveito de Martim Aires, o canonicato de Cedofeita ¹⁸⁶³. Favores com favores se pagam...

Martim Aires fora apresentado pelo Abade de Santo Tirso – era o seu tio, o velho Martim Aires (1402-1431) – e seu convento. Pedro Eanes, no regime em vigor de compadroadado alternativo, irá ser, pois, indigitado pelo mosteiro de Leça. Confirmá-lo-á o arcebispo D. Fernando da Guerra. Assim o contém uma nota do cartório tirsense:

(...) foj apresentado (Pedro Eanes) pelos Padroeyros no turno de Lessa. Consta da Carta de Confirmação do Abbade que se segue, feita pelo Senhor Arcebispo D. Fernando da Guerra na Cidade do Porto. Consta tambem do dito Livro do Archivo da Sé de Braga, fl. 131 que anda por treslado nos autos fl. 33 v. ¹⁸⁶⁴.

3.4. Afonso Anes (1469-1481...)

Natural do bispado de Tui. Mas o bispado de Tui, nesta altura, abrangia uma parte que, hoje, será do bispado de Viana do Castelo. E, até agora, não pude saber se Afonso Anes seria ou não do espaço que, hoje, é, realmente, Portugal ou Espanha ¹⁸⁶⁵.

Apresentou-o Fernão Lopes do Carvalhal, abade comendatário de Santo Tirso, e seu convento para abade de Silves, de que Santo Tirso era padroeiro. Confirmá-lo-ia em abade desta paróquia o arcebispo bracarense D. Luis Pires, a 10 de Fevereiro de 1469.

¹⁸⁶¹ AV Reg. Suppl., fff. 53-53 v., em COSTA, António Domingues de Sousa, o.c., doc. 1583, p. 553. Súplica com despacho de 4 de Julho de 1430.

¹⁸⁶² AV. Reg. Suppl. 261, ff. 57-57 v., em COSTA, António Domíngues de Sousa – o.c., doc. 1590, pp. 558-559.

¹⁸⁶³ ADB/UM, Confirmações de 18 de Outubro de 1436, f. 83.

¹⁸⁶⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0191, f. 290 e ss.

¹⁸⁶⁵ Sobre as vicissitudes da actual diocese da Viana do Castelo: a sua pertença inicial a Tui (569), passando pela fase de uma certa ruptura com a diocese a que pertencia, especialmente a partir do cisma do Ocidente e pela actuação política do arcebispo de Compostela, D. João Garcia Manrique, e subsequente dependência de outras dioceses, como a de Ceuta, até à sua integração na diocese de Braga (Agosto de 1514), veja-se Cénego Avelino de Jesus da Costa, no “Diário do Minho”, Braga, 2008, pp. 727-729.

Ainda era abade de Silvaes, em 3 de Agosto de 1481, no acto de concórdia pelo qual o Cabido de Guimarães e os mosteiros e igrejas das Terras de Guimarães e de Montelongo se comprometem, pelo prazo de cinquenta anos, a pagar os direitos ao Cabido de Braga, à razão de cinquenta reais brancos por cada libra da moeda antiga ¹⁸⁶⁶.

3.5. João das Leis (1453-1499...)

3.5.1. Um pároco compostelano em Santo Tirso

Era galego João das Leis. Natural da freguesia de Santa Maria da Sé, da cidade de Compostela. Mesmo assim ! Como galego era também aquele que o apresentaria para abade de Burgães, o abade de Santo Tirso, Soeiro Anes. Diz o *Livro de Matrículas* do ADB:

João das Leis filho de Gonçalo da Ponte e de Maria Fernandes, sua mulher, da freguesia de Santa Maria da Sé, do arcebispado de S. Tiago, que se ordenou com licença de seu maior ¹⁸⁶⁷.

Do *curriculum* sacerdotal temos apenas o registo das ordens maiores: já abade da freguesia tirsense de Burgães, iria receber a ordem do Subdiaconado, a 12 de Abril de 1454 ¹⁸⁶⁸; o Diaconado foi-lhe conferido a 21 de Abril do mesmo ano, na Sé de Braga ¹⁸⁶⁹; finalmente, dar-lhe-iam o Presbiterado, a 29 de Julho de 1455, na casa de D. António, bispo de Cróia ¹⁸⁷⁰.

3.5.2. João das Leis abade de Burgães

Burgães era do padroado de Santo Tirso, já desde 1298, quando Gil Martins, filho de Martim Fernandes de Sá, por testamento datado de 22 de Fevereiro desse ano, o concedeu ao mosteiro da nossa cidade. Era abade do convento, nesta altura, D. Martim Pires, que logo tomaria posse do padroado burgalenense ¹⁸⁷¹.

A instituição de um pároco, nestas condições, supunha três actos fundamentais: a apresentação do padroeiro, a confirmação do bispo, e a tomada de posse da igreja.

Ora, em 1453, Soeiro Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso, com o Prior e o convento, apresentaram ao arcebispo de Braga - então D. Fernando da Guerra -, João das Leis para abade de Burgães. Note-se que esta freguesia, nesta altura - e, ao contrário, de hoje -, era da diocese primacial.

Logo se seguirá a confirmação. Do acto - a confirmação deste abade - temos o documento, com data de 11 de Novembro de 1453 e que transcreveremos no apêndice documental.

3.5.3. Um abaciado de meio século

E João das Leis foi pároco de Burgães, nesta segunda parte do sec. XV, até ao fim. Dele, como *Joham das lex, abade burgalenense*, se fala, mais tarde, a propósito da

¹⁸⁶⁶ COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 495.

¹⁸⁶⁷ ADB/UM, *Matrículas de Ordens*, Pasta 1, cad. 30, f. 17.

¹⁸⁶⁸ ADB/UM, *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, cad. 29, f. 3.

¹⁸⁶⁹ ADB/UM, *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, cad. 30, f. 4 v.

¹⁸⁷⁰ ADB/UM, *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, cad. 30, f. 17.

¹⁸⁷¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 118.

transacção ilegal de uma propriedade, quer na compra, quer na venda que se efectuou. Em resultado disso, dá-la-ia o nosso rei, D. Manuel, por mercê, a Diogo Lourenço, tabelião, mediante carta de 2 de Agosto de 1499, texto que se transcreverá, igualmente, no apêndice documental.

3.6. *Martim Afonso*

Era sobrinho de Martim Aires, abade de Santo Tirso. Depois da disposição pontifícia relativa à promoção de Soeiro Anes para abade de Santo Tirso e à renúncia de Martim Aires à abadia de Tibães, logo se fará a promoção de um familiar destes dois, de nome Martim Afonso, a abade de Tibães. A súplica, em ordem à concessão desta graça, tem a data de 25 de Março de 1430¹⁸⁷².

Frei Leão de S. Tomás diz que terá governado este mosteiro bracarense por mais de 40 anos. Seja como for, não será um dos últimos abades eleitos e vitalícios do mosteiro de Tibães, como erradamente pensa o autor da *Benedictina Lusitana*, mas já comendatário¹⁸⁷³.

¹⁸⁷² MPV IV, n. 1536, p. 524.

¹⁸⁷³ *Benedictina Lusitana*, t. I, p. 386.

CAPÍTULO IV

DADOS DE ECONOMIA CONVENTUAL, NA ÉPOCA DOS COMENDATÁRIOS (SEC. XV-XVI)

1. Como se originam os Tombos ?

Antes de mais, não será de modo algum despropositada, a questão: mas, afinal, o que é o Tombo ?

Há umas diferenças, na história eclesiástica, entre igrejas paroquiais, de um lado, e as simples capelas – ou basílicas, *martyria*, oratórios -, de outro.

As igrejas paroquiais distinguem-se pela posse de cemitério, da pia baptismal e da sua condição de casa comum de toda a família paroquial, para as celebrações de preceito, sob a liderança do chefe desta família, o *abbas*.

Mas nenhuma igreja ou até simples ermida – e até um mosteiro - poderia fundar-se sem uma dotação que garantisse a sua fábrica ou administração. Demais a mais, a igreja paroquial tinha de dispor de bens suficientes que fossem de suporte não só à manutenção do seu culto, como também do respectivo pároco ¹⁸⁷⁴. Este vivia, com certeza, dos dízimos, das primícias e do pé-do-altar. Mas o dote da igreja baseava-se também e sobretudo nas propriedades doadas, antes de mais, pelos padroeiros.

Uma parte destes terrenos – à volta da igreja e da residência, em princípio – era da administração directa dos abades. Eram os *passais* ou *searas*, de que, aliás, o abade pagava dízimos ao seu bispo e que eles, os abades, fabricavam através de criados ou jornaleiros. As outras, campos ou unidades mais vastas – os casais – arrendavam-nas. E aos foros – com laudémios, lutuosas e outros direitos – colhiam-nos os abades.

Ora os Tombos são documentos notarialmente caucionados, com a identificação, apegção, avaliação e medição destes bens da igreja, mosteiro, da sua comunidade como tal, e que se destinavam ao apoio do culto e à sustentação dos seus abades e religiosos. E, se arrendados, com a individualização do tipo de emprazamento, do nome do rendeiro e de quanto pagava anualmente à igreja ou à comunidade religiosa, de foro ou pensão.

Como consequência de determinações episcopais, fizeram-se os Tombos das paróquias e mosteiros, no sec. XVI. Em Braga, geralmente, pelos meados deste século. Embora viesse de trás a insistência. Desta forma determinara já o sínodo de D. Diogo de Sousa em 15 de Dezembro de 1505:

Item, porquanto somos enformado que em nosso arcebispado há muitos moesteiros, igrejas e beneficios eclesiasticos que teem muitas herdades, casaaes e possissões, e por nom estarem em tombo bem declarados se enalheam e tiram aos dictos beneficios. E isso mesmo por nom estarem em tombo bem declarado per marcos e divisões os limites das freiguisias se seguem grandes demandas cada dia, assi sobre os dizimos como sobre as terras e herdades e casaaes dos dictos beneficios. Pollo qual querendo

¹⁸⁷⁴ Para exemplificação disto, veja-se o que aconteceu com a fundação da igreja de S. Mateus de Sumilhões (freguesia de Oliveira, Famalicão), em 1085: COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II, pp. 392-394.

*nós a tudo proveer como seja serviço de Deus e proveito dos beneficios e dos rectores delles, mandamos aos dignidades, conegos e cabiido desta nossa igreja e bem assi a todollos dom abbades, priores, abbades e rectores de todo nosso arcebispado que casaes e herdades tiverem que tudo ponham em emventairo feito per mão de notairo ou tabeliam chamando pera isso os possuidores das herdades com que confrontam e pera os limites os abbades e rectores das igrejas vezinhas ou seus procuradores, e bem assi os limites de suas freiguisias tudo bem declarado per marcos e divisões. Faram dous enventairos, scilicet huum que tenham sempre em os moesteiros ou beneficios e outro mande aqui a esta nossa igreja de Braaga a nós pera se meter no cartorio della e hi estar pera quando vier em duvida se veer e escusarem demandas antre os rectores das igrejas quando em ellas se nom acharem os outros enventairos, porque cada dia se perdem por ameude vagarem os beneficios e viirem muitos abbades e rectores que trabalham pouco por precurar por isso. Lhes damos despaço a que isto façam des o dia da publicaçam destas constituições a huum anno. E qualquer que o contraíro fezer avemos por condenado em quinhentos reaaes pera as obras da nossa see e nosso meirinho. E todavia será obrigado a fazer o que assi mandamos*¹⁸⁷⁵.

Mas a obediência não foi tão pronta, expedita e imediata, nem tão geral, como era desejo de D. Diogo de Sousa. Foi necessário que, depois, em 1537, o Cardeal Infante D. Henrique renovasse as prescrições. É por isso – tanto quanto tenho observado – que poucos são os Tombos feitos por entre 1505 e 1537. Uma grande parte é exactamente posterior a esta determinação henriquina.

Vejamos o que determinaria o Cardeal Infante:

*Per nossos antecessores achamos ser mandado aos beneficiados da nossa see: e bem assi a todos os priores abades e rectores e beneficiados de nosso arcebispado que fizessem liuro de tombo em que assentassem todas as erdades e possissões das ygrejas: e com quem partem: e em que pessoas eram emprazadas. Scilicet e que muitos nam tem ainda satisfeito: no que as ygrejas recebem grande perda. Porem querendo sobre esto prouer e executar o que estaa mandado per os ditos nossos antecessores: mandamos que todos os sobreditos da pubricaçam desta a tres anos façam liuro autentico de tombo em purgaminho em que assentem todos os bens de raiz de cada ygreja medindo as terras: herdades: casas: e todo outro herdamento da ygreja per cordas e varas de medir de largo e longo: poendo tam bem com quem partem: e quem traz cada huma dellas: expremindo (...) O qual tombo seja feyto per mão de notairo ou tabaliam publico: ou escriuam dante nossos vigairos sendo requeridas as pesoas com que confrontam: e faram treladar no dito tombo todas as escrituras que teuerem no cartorio dessa ygreja de verbo a verbo e as proprias guardaram no dito cartorio. O qual trelado se faraa em publica forma pello dito notairo tabaliam: ou escriuam em a maneira sobredita*¹⁸⁷⁶.

Dizia que a obediência dos abades não foi assim tão expedita, como o desejava o arcebispo D. Diogo de Sousa. Veio à carga, posteriormente, o Infante D. Henrique. E os párocos então puseram mãos à obra. Pelo menos, aqui, na região de Santo Tirso, podemos enumerar os seguintes, pela ordem cronológica:

¹⁸⁷⁵ Cf *Constituição XXXIX: Acerca de se fazerem enventairos de todas as herdades das igrejas*, em GARCIA Y GARCIA, Antonio – *Synodicon Hispanum*, Vol. II. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1982, p. 171.

¹⁸⁷⁶ *Constituições do arcebispado de Braga*, ff. 56-56 v..

Tombo de S. Salvador do Campo	1538;
Tombo de S. Martinho do Campo	1539;
Tombo de S. Miguel das Aves	1547;
Tombo de S. Mamede de Negrelos e de sua anexa Santo Isidro.....	1547;
Tombo de S. Tomé de Negrelos	1548;
Tombo de Areias	1548;
Tombo da Lama	1556;
Tombo de Sequeirô	1592.

As datas que se seguem à frente de cada título marcam o começo da atombação. Alguns destes espécimes levariam mais do que um ano. Por exemplo, o de Sequeirô, retardado pela interposição de um recurso, por banda da Casa de Barrimau.

2. O tombo do Cardeal Alexandre Farnese

2.1.As diferenças

Grandes diferenças entre o período dos abades eleitos e vitalícios, de um lado, e os abades comendatários, de outro. Antes de mais, diminuem drasticamente as doações. Pelo menos, tanto quanto podemos aquilatar pela documentação que às mãos parar nos veio. E as poucas que há, quase todas se referem à mera doação do domínio útil que, mesmo assim, não têm por destinatário o mosteiro, mas tão só um elemento do mundo laical, que, para o conseguir, pedirá aos frades a necessária autorização.

Nos testamentos, com legados pios, estes – tanto quanto me parece - fazem a restrição: o beneficiário não será o abade e seu convento, mas tão só a comunidade religiosa. Estas e outras coisas deixariam aperceber a nuvem de descrédito que pairava sobre os abades comendatários.

Quanto às pensões da Foz que constam no Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, referem-se aquelas que são os rendimentos certos e sabidos. Não constam, pois, os dízimos da pescaria, que são incertos e que pagam todos os moradores, na qualidade, não de rendeiros, mas de fregueses. Os censos ou pensões não. Estes são pagos, em virtude da condição do mosteiro como senhor do domínio directo.

2.2.A indivisibilidades dos bens aforados

No que toca a prazos, uma das coisas que também ressalta na época dos comendatários (1402-1588) é agora a divisibilidade dos bens, na posse dos foreiros. Enquanto que, no decurso dos abades eleitos - até 1395 - , toda a disciplina se pautava na luta pela unidade dos bens arrendados, agora, na fase dos Comendatários, são habituais a subdivisão dos ditos bens em duas, três ou mais fracções. Esta partilha do que fora um só casal ou uma só unidade geográfica, por vários rendeiros, permitirá aos frades uma ocasião propícia de intumescimento dos valores arrecadados dos pobres trabalhadores que aforavam as terras dos nossos monges. Nessa eventualidade, criar-se-iam condições para multiplicação das vias, por que circulassem todos os tostões dos pobres caseiros. O religioso criava, antes de mais, uma ocasião oportuna para recolher o laudémio, um quinto do valor da transferência. Depois, propiciava-se ainda a multiplicação das eventuais morturas no falecimento de cada cabecel. E, por último, a

subida, muitas vezes, acrescentada, em proporção aritmética, dos censos ajustados. Um caso somente: Lucrecia, filha de Afonso Anes, teria feito um prazo com os nossos monges, sobre a metade de Corvilhe – onde hoje se ergue o Hospital de Santo Tirso -, pelo qual pagaria um foro de 5 alqueires de pão meado, na primeira vida. A segunda vida, porém, entraria de posse, pagando já 10 alqueires. E a terceira vida ficaria já bem mais onerada, desde a sua tomada de posse, com o pagamento de uma renda que se alçaria ao nível dos 15 alqueires ¹⁸⁷⁷.

2.3. *Um nepotismo escandaloso e um condenável desinteresse*

No que toca ainda aos foros, o Tombo do Cardeal Alexandre Farnese permite conhecer, em muitas ocasiões, a desorganização dos abades comendatários. Alienavam os bens monásticos, a favor de amigos e familiares, com rendas de baixo preço. Pelo seu descuido – alguns desses prelados viriam cá ao mosteiro uma que outra vez, ou até nunca ! –, deixavam perder a documentação do arquivo da casa. E não só no que respeitava aos prazos. Vítimas da mesma incúria, os bens da administração jurídica, civil ou canónica. O Cardeal Alexandre Farnese viu suspensas as imunidades do mosteiro, porque não mandara atempadamente a documentação das mesmas para as confirmações do Rei D. Sebastião ! O primeiro comendatário, D. Martim Aires (1402-1431) “alienaria” o padroado da Foz do Douro, a favor de parentes seus, com que se transformará o curato daquela igreja numa abadia, que, desta forma, houve de retirar dos monges de Santo Tirso a arrecadação dos dízimos, cujo direito lhes fora cedido pela Rainha Santa Mafalda, com a anuência do Bispo do Porto e do pároco de S. Martinho de Lordelo. Se falei nos descuidos ou dos abusos do primeiro e do último comendatário, foi para utilizarmos, apenas, a sínodoque, que, infelizmente, do primeiro ao último quase não haveria excepções.

O descuido era tal que caseiros houve que arreganharam os dentes aos feitores do Cardeal Farnese: que não tinham títulos dos arrendamentos, nem tinham interesse algum em os ter !... Ou então o caso concreto de Francisco Anes de Vila, filho de Isabel Anes de S. Mamede do Coronado: que as suas terras andavam *místicas* com outra do Cabido (do Porto) que ele possuiria, confessando, além do mais, que nem sequer tinha título algum de qualquer destas propriedades.

Muitas vezes até as situações ilegais se transmitiriam por várias gerações, o que demonstrará a persistência da irregularidade, ao longo de muitos anos. O caso de Isabel Gonçalves, que tomara posse à morte de sua mãe, sem que o mosteiro consentisse. Mais, a dita Isabel dará o casal a uma sua filha, que meteu o genro consigo. E este mostrará a escritura aos feitores do mosteiro. Mas carente de validade. Estes últimos declarariam então vago o meio casal de Vileda – deste se tratava -, porque a doadora não tinha documentação do acto. E o aceitante se meteria de posse, sem que vez alguma pedisse consentimento aos frades ¹⁸⁷⁸. Um outro caso do mesmo género – e são apenas, alguns exemplos -, uma Leonor Pires, que possuía o Casal do Valibo, em Silves, que assim responderá aos atombadores: que não tinha prazo, que nunca o houvera e que nem o queria !...

Mais até, se quisessem possuir os títulos, tarefa árdua seria fazê-lo, porque as terras que certos caseiros exploravam andariam mistas as do mosteiro com propriedades doutros senhorios. Isso acontecerá bastantes vezes. Um outro caso, para além do anteriormente referido: António Gonçalves e Jorge Gonçalves, rendeiros da Quebrada

¹⁸⁷⁷ Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, f. 10 v.

¹⁸⁷⁸ Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, f. 61 v.

de Cortinhas, em Monte Córdova, que, à falta da carta de arrendamento, tinham confusas terras de dois mosteiros, o de Santo Tirso e o rudesindiano de Monte Córdova.

2.4. A elaboração do Tombo do Cardeal Farnese

Como disse, os feitores do Cardeal Alexandre Farnese, a mando do purpurado, tomaram a peito a redacção de um Tombo, onde constasse o arrolamento das propriedades do mosteiro e as pensões que sobre cada uma delas incidissem. São palpáveis, sobretudo, três estratos de que o Tombo veio a constar. O primeiro núcleo remonta, particularmente, aos prazos de D. Fernando Lopes do Carvalhal (1460-1488), de D. Francisco de Sousa (1488-1522) e, sobretudo, do abade D. Miguel da Silva, antepenúltimo comendatário (1522-1536), donde os ditos feitores do Cardeal Alexandre Farnese transcreveriam os censos. O segundo estrato foi inserido por estes, sob a forma expressa de *acrescentamento*, em número bastante alentado, ao fim da listagem das rendas de muitos caseiros da nossa casa monástica. São alterações que se devem aos acréscimos que a estes lhes foram impostos pelo abade D. António da Silva (1536-1561), penúltimo comendatário, sobrinho de D. Miguel da Silva, que os feitores do Cardeal Farnese copiariam e integrariam no Tombo de D. Miguel que vieram a elaborar. Referi-los-emos, estes últimos acréscimos, no rol de cada uma das pensões, sob redacção em caracteres itálicos. Depois, uma série também numerosa de anotações, posteriormente colocadas noutro tipo de letra, em posição ora marginal ou no corpo mesmo do texto, ao fim de cada uma das rendas originárias e dos acrescentamentos do penúltimo comendatário. No texto que vamos publicar, este terceiro estrato virá, em nota de rodapé. E não transcreveremos todos estes esclarecimentos, mas tão só aqueles que nos parecem de certa importância.

2.5. Os censos e o cardápio dos monges

Para entendermos melhor este tema, uns dados particulares sobre a relação dos censos com a culinária monástica.

Antes de mais, afora o período pascal, quando ao monge se permitiam duas refeições diárias – o jantar, ao meio dia, e a ceia, ao entardecer – e afora ainda o tempo que vai desde o Pentecostes até 14 de Setembro – com excepção, nesta última fase, da Terça-feira e da Sexta-feira, que eram dias de jejum, o que significa, no que toca ao cardápio dos monges, de uma só refeição por dia -, só nesta quadra do ano – desde, repito, a Páscoa a 14 de Setembro, haveria lugar às duas refeições. De resto, no período longo, que vai de 14 de Setembro até à Páscoa, só haveria uma refeição diária, e esta pelo entardecer¹⁸⁷⁹, de que, apenas se exceptuariam os Domingos, desde meio de Setembro até ao começo do período quaresmal.

Vida de austeridade, pois. Mesmo quando há possibilidade de duas refeições – quanto vai de Páscoa a meados de Setembro – e nos casos excepcionais de festas, visitas... - algumas recomendações expressas ou sob-letradas há que permitem sacudir o torpor do frade que se deixasse seduzir pelo encantamento da *ebrietas* ou pela gulodice da *indigeries*: a ceia constava de alimentos crus ou de restos que do meio-dia sobrassem. E os dois pratos do *prandium* - quando o havia - creio que, mais que o uso dos dois, tinha em mente a escolha alternativa, à feição do gosto de cada um. O vinho

¹⁸⁷⁹ A segunda refeição, quando a há, ou a única, em dias de jejum, será sempre ao entardecer, mas de forma a que se pudesse ainda ver a luz do dia. Uma conotação generalizada das trevas com o mal. Mas que talvez se viesse a subentender, no pensamento do Santo Patriarca, uma exigência de ordem económica ou financeira: a de poupar o dinheiro nos gastos de azeite, com a iluminação artificial.

mesmo, que aparece na maioria dos foros, a sua medida – a famosa *hemina* – já de si disciplinava a intemperança, se a tentação despertasse.

A este propósito, convém ter na lembrança que os foros do vinho eram, realmente, avultados. Mas julgo que o abade, para uso interno, se abasteceria, antes, na compra de marcas que não eram as da região do mosteiro. De facto, sei que as preferências dos religiosos de Santo Tirso iam para o vinho maduro, em detrimento do vinho verde, mais ácido, da sua região. E os foros dos caseiros, situados para além dos vinhos de cá, não se carreavam para a nossa casa. Antes se convertiam, para efeitos de facilidade de transporte, em numerário. O vinho verde que o mosteiro recolhia dos seus caseiros avizinados era mais para vender. Para o transaccionar, abriam portas francas, impedindo concorrência, pela usufruição do direito do relego, na qualidade de que disfrutava o abade, como senhor donatário, nos limites do couto. Não poderiam os moradores vender o seu, enquanto se não esgotasse o vinho do mosteiro.

Pois, apesar da concessão da *hémina*¹⁸⁸⁰ diária – que, diga-se, mesmo de vinho maduro, os não entorpeceria no domínio vigoroso das suas capacidades –, ficará de pé o fulgor do ideal monástico, que era a abstinência, no pensamento do Santo Patriarca. Só o pão é que poderia exceder a norma do preceituado pelas orientações da dietética actual: uma libra de pão (à volta de 900 gramas)¹⁸⁸¹, por dia. Mas este, ao longo dos séculos, foi sempre a força substancial da alimentação da gente comum. O celeiro monástico abarrotava de fartura. Mesa posta, todavia, donde partilhavam os membros de uma família numerosa: os monges e os pobres, os homens da terra e as aves do céu..., lembrança que recolheria Alberto Pimentel da eira monástica de Santo Tirso. Dos foros do Tombo do Cardeal Alexandre Farnese constam um total de 2225,5 alqueires de trigo; 845 alqueires de milho; 279 alqueires de centeio; 186 alqueires de cevada; 3.257,25 alqueires de pão meado (metade trigo e metade centeio); 1.114, alqueires de pão terçado (uma parte de trigo, outra de centeio e outra de cevada); e ainda 188,5 alqueires de pão que se não concretizava. Quase 8.100 alqueires de pão !...

No que toca aos animais e derivados, todos estes foros, em princípio, redundavam em abastecimento dos monges, da sua casa, familiares e hóspedes que muitos acolheria ao longo do ano. Naturalmente que, no Tombo do Card. Alexandre Farnese só figuram os rendimentos da exploração por conta dos foreiros, com exclusão de tudo quanto se colhia das terras e propriedades da administração directa da própria casa, como os Passais, que não só !... Aliás, quanto a esta última, também uma restrição. Agora para dizer que, ao sec. XVI, até uma parte dos passais teriam sido já arrendados, de forma precária, que os documentos classificam de “contratos a folhas” (*Cf. Tabela n. 12: Passais de Santo Tirso*).

Dominavam, pois, os cereais nas terras arrendadas pelos próprios monges, sobretudo o milho, e que integravam uma parte notável do território que os muros possantes do mosteiro cingiam como reserva senhorial dos religiosos de S. Bento.

No que respeita às pescadas e sardinhas, não entram aqui senão o quantitativo das rendas. Que grande seria também a mole do pescado proveniente dos dízimos da Foz. De resto e no que tange à diferença entre a quantidade das aves e a dos animais, tudo isso terá a ver com o regime dietético dos monges: a Regra de S. Bento vetava o uso dos

¹⁸⁸⁰ Por entre meio litro e três quartos de litro, que será difícil precisá-lo, já que o mesmo S Bento, embora recomende o ideal da abstinência, deixa que o abade oscile, tendo em linha de conta o trabalho e as circunstâncias do tempo em que este se desenvolve. Dois balizamentos seguros no Santo Patriarca: o ideal da abstinência e a proibição rigorosa do excesso.

¹⁸⁸¹ Livro ou Libra: peso de cera ou linho que constava de dous arráteis, segundo os prazos de Grijó de 1547 e 1556, assim diz o *Elucidário* (vol. II, p 366). Em Famalicão, o arrátel valia 458,77 gramas: cf. *Comparações métricas dos pêsos e medidas do Districto de Braga*, Braga, na Typographia Lusitana, 1859, p. 47.

quadrúpedes no cardápio dos religiosos, com a aposta decidida sobre as aves e peixes. Se uma vez se aceitasse carne de quadrúpede, a abertura teria em mente as condições de saúde do monge, quando a doença e a fragilidade, na opinião do abade ou do médico, exigissem o recurso às carnes “proibidas”.

Vamos dar a listagem das carnes e derivados do Tombo do Cardeal:

Galinhas	437
Frangãos	63
Frango	1
Marrãs	43,33
Coelhos	8
Cabritos	7
Perdizes	52
Capões	6
Carneiros	66,75
Pescadas	1389
Sardinhas	3925
Ovos	1008
Manteiga	12,5 canadas e 3 quartilhos

Retomando o tema do vinho, temos a dizer que Luís Carlos do Amaral deu conta, para o sec. XIV, de um grande investimento na produção vinícola, por parte do mosteiro de Grijó¹⁸⁸². Seria como que uma espécie de contrapeso, face à recessão cerealífera da mesma altura. Que, todavia, não me parecerá ser um reflexo da grave crise demográfica que a peste negra teria provocado, com a resultante queda da produção agrária, já que o caso, em si, tanto poderia esmorecer a produção do cereal, como o incremento da mesma exploração vinícola, que exigirá nada menos despesa e canseira que aquele. De resto, creio, que as oscilações de preços tanto se verificariam numa como noutra coisa. Parece-me. Aliás, tenho a sensação que, para além das razões de ordem sanitária invocadas para a crise – a peste negra – haveria também problemas de ordem atmosférica, como o índice extraordinário de pluviosidade intensa que prejudicaria tanto a germinação como a fecundação, num como noutro caso. E sabemos quão delicado é o problema da cepa da videira, na altura da floração-alimpa. E ainda outra razão a mais, que poderia, cumulativamente, explicar a fuga do campo para a cidade: nesta os servos da gleba se veriam sob protecção da alforria municipal.

De qualquer forma, este afeiçoamento à produção vinícola notar-se-á em Santo Tirso, pelo menos a partir do sec. XV. Nós não vamos tratar agora das rendas de vinho cobradas nos foros dos rendeiros, a saber, 832,5 almudes de vinho mole¹⁸⁸³, mais 62 almudes de vinho cozido, ou seja, já fermentado, mais 58 almudes que se não especificam, o que tudo daria numa soma avolumada dos 952,05 almudes. Também não vamos incluir na totalidade do néctar recolhido pelo mosteiro os almudes que em díizimos se pagariam nas paróquias *unidas* à casa monástica e onde pontificavam meros curas ou vigários – muitas vezes, monges do mosteiro de Santo Tirso – que recebiam uma simples cõngrua para a sua honesta sustentação. Agora, vamos apenas dar contas das vinhas que os monges arroteavam no âmbito de uma *exploração directa*.

Que o produto se cultivava intensamente na região de Santo Tirso, logo aos começos do sec. XVI, bastariam alguns exemplos. Já o Mestre Gil, no Pranto de Maria Parda,

¹⁸⁸² AMARAL, Luís Carlos Ferreira do Amaral – *S. Salvador de Grijó na segunda metade do sec. XIV. Estudo de gestão agrária*, Editora Cosmos, Lisboa, 1994, pp. 124-125. 127.

¹⁸⁸³ Medido antes de fermentar, ou seja, vinho mosto que ainda não fermentou no tonel. Neste caso, para além do determinado no foro, tinha o senhorio direito às somichas, ou seja metade da metade da dita medida. Em concreto, uma canada a mais em cada almude...

colocará a região de Riba d'Ave – onde o nosso mosteiro se implantou -, na boca desta bebedolazita, com um elogio à qualidade do vinho de cá, nos confrontos com o vinho de outras zonas do país:

Os de Óbidos e Santarém,
Se aqui pedirem pousada,
Dêem-lhes de tanta pancada
Como de maus vinhos tem.
Homem de Entre Douro e Minho
Não lhe darão pão nem vinho;
E quem de riba de Avia for
Fazê-lhe por meu amor
Como se fosse vizinho ¹⁸⁸⁴.

Qualidade, pois, nesta forma de exploração agrária, por banda daqui. E quantidade também. Pelo menos, por alguns exemplares de videiras, a que se referem autores vários. Por exemplo, Mestre António, natural de Guimarães, médico da Câmara do Sereníssimo Rei de Portugal, D. João II, que, em 1512, escreverá: *na Igreja de burgães haa huma latada* ¹⁸⁸⁵ *que de hum soo pee de vide deu por anos trinta e cinco coremta almudes de uinho* ¹⁸⁸⁶. E, pouco depois, outro caso fenomenal, se efectivamente ao mesmo pé atrás citado se não refira. Que, além do mais, se abona num testemunho mais generalizado de um cultivo de grande desenvolvimento. Dirá assim, por 1540, o geógrafo João de Barros: *O valle em que está* (scl. o mosteiro de Santo Tirso) *he tão suaue e fructifero que mais não pode ser, onde há muito pão e uinho, posto que não he maduro, onde se achou huma soo uideira que deu trinta almudes de Vinho* ¹⁸⁸⁷.

Mas regressemos às vinhas do nosso mosteiro. Para termos uma ideia da importância da vinha pelo número de pessoas que os nossos monges investiam no seu amanho. Fundamentalmente de 4 tipos de trabalho: homens de enxada (cava), de cutelo (poda), de serra (madeira ou lenha) ¹⁸⁸⁸ ou de transporte e vessadas (as engeiras). Só que esta contabilidade não bastará para um cálculo exacto das áreas das vinhas em causa. Primeiro, porque tanto quanto vejo, pelos tombos do sec. XVI, a grandeza de uma vinha medir-se-á pelos homens de cava e sua correspondência com a produção em almudes. Remetemos o leitor para o que já dissemos, ao período que vai de 978 a 1395, sobre pesos e medidas ¹⁸⁸⁹. Em segundo lugar, porque nós, no Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, só temos a mão de obra gratuita, que resultava dos contratos de emprazamento, as jeiras. Mas a casa monástica de Santo Tirso dispunha de acréscimos suplementares para a mesma função: serviços do mosteiro e trabalhadores assalariados, estes que se pagariam à jorna e que, evidentemente, não constam desta base fundamental do dito purpurado, que se cinge apenas aos contratos de arrendamento.

Ora, do Tombo do Cardeal constam duas grandes vinhas do mosteiro de Santo Tirso, da exploração directa dos nossos monges: a Vinha da Seara, instalada a poente da nossa cidade, mas ainda dentro do aro da freguesia de Santa Maria Madalena do

¹⁸⁸⁴ GIL VICENTE – *Obras completas*, t. VI, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1955, p. 243. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. IV, pp. 295-296.

¹⁸⁸⁵ Vinha alta ou ramada, por oposição à vinha baixa ou, simplesmente, vinha que se podava, e ao vinho de enforcado, a videira pendente de árvores, ou, como diz Viterbo, árvores casadas com videiras, que, pois, se não podavam.

¹⁸⁸⁶ RIBEIRO, Luciano – *Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António*, sep. do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXII, fasc. 3-4, pp. 9-10.

¹⁸⁸⁷ BARROS, João de – *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, col. "Manuscritos Inéditos", n. V, ed. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919, p. 45.

¹⁸⁸⁸ Cf. *Tombo do Cardeal Alexandre Farnese*, f. 133 v. Este foro recaía sobre Pero Afonso do Outeiro, pelo Casal do Outeiro, de S. Martinho de Covelas.

¹⁸⁸⁹ Veja-se o c. VII do vol. I/1.

mosteiro de Santo Tirso; e uma segunda arroteada às portas da cidade, para leste, mas já na freguesia de Burgães, a chamada Vinha da Cerdeira. Havia também uma vinha mais distante, em Almofães, S. Tiago da Carreira ¹⁸⁹⁰, mas que o convento arrendaria, por estar um pouco longe do mosteiro, pelo que fugiria um tanto à solicitude de uma administração directa. Além do mais, fala-se de uma outra sita no Pedraçal, S. Tomé de Negrelos. Mas de pouca significação, julgo.

Nós só vamos dar um um mapa das jeiras – trabalho braçal de cava e poda – e das engeiras – serviço de homem e bestas – que se encontram destinadas, especificamente, a estas duas unidades de viticultura, porque há, neste dito tombo, muitos outros trabalhos do mesmo tipo (jeiras ou engeiras) , mas ou sem a especificação do lugar onde os serviços terão vez, ou sem a concretização da tarefa a que estão destinados. Apenas determinado número de jeiras a que um rendeiro em particular se obriga, sem mais. Logo parece supor-se que este número grande de trabalhadores, no todo ou, pelo menos, em parte, possa ser eventualmente convocado para o seu desempenho nestas duas vinhas. Lembremos que o mosteiro de Santo Tirso dispunha, no total das rendas, de 518 jeiras e 21,5 engeiras. E só meteremos nas tabelas que vão seguir-se aquelas que explicitamente se dizem destinadas às duas vinhas da administração directa dos monges tirsenses.

Com estas restrições, vai nas tabelas um mapa das ditas duas propriedades, com o nome e o número concreto e a especificação, em alguns casos, do tipo de trabalho de que devem desempenhar-se os rendeiros. Prestam serviços gratuitos. E todos eles moradores nas vizinhanças do mosteiro e das vinhas, onde laboravam (*Cf. Tabelas nn. 13.1 e 13.2*)

2.6. A carne, o vinho “versus” castidade

Ainda, para entendermos os prazos e o dito Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, que governou a casa de Santo Tirso desde 1561 a 1588, umas notas mais. A carne bovina e equina está ausente nas disposições dos emprazamentos de Santo Tirso. Mesmo que em porção fragmentada, que, às vezes, assim aparece, no respeitante a outras carnes. Efectivamente, a Regra de S. Bento toma prescrições que partem do suposto já antigo, corrente na vida monástica. Mas naquela algumas particularidades o Santo Patriarca irá introduzir.

O princípio geral é a exigência de uma das máximas dos conselhos evangélicos: o celibato. Ora, duas coisas havia que autores da antiguidade e da Idade Média constataavam como ocasião propícia à sua infracção: o banho e a carne. Sabemos que na época clássica, o banho andaria mais associado ao prazer que à higiene. De resto as termas eram de funcionalidade polivalente: banhos públicos, restaurantes, palestras, biblioteca, sala de conferências... E eram mistas, para ambos os sexos. E praticava-se o nudismo. Daí os abusos, que os imperadores romanos – Adriano, Marco Aurélio, Alexandre Severo - quiserem refrear, com a legislação de horários diferentes para os

¹⁸⁹⁰ Tinha sido já arrendada ao sec. XV, ao tempo dos primeiros abades comendatários, Martim Aires e Soeiro Anes. Aliás, a parentes deles. A 8 de Julho de 1418, o mosteiro de Santo Tirso emprazou os casais de Almofães, com todos os frutos novos, rendas, direitos e teigas e a Vinha do Loureiro, situada na mesma freguesia e que, em 1774, se chamava também Vinha de Almofães, com todos os frutos novos e rendas, a favor de Álvaro de Vieira e sua mulher Inês Domingues. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 288 v.-289. Ao sec. XVI, estava arrendada ao fidalgo da Casa de Barrimau, Paulo de Barros, irmão mais novo e inteiro de Afonso Barros Gouveia que, como vereador mais velho da Câmara do Porto, teria feito, em 1580, a aclamação de Filipe I na Cidade Invicta.

homens e para as mulheres. Mas a que se não obedeceria ¹⁸⁹¹. Daí que, por compensação, se introduzirá o uso de uma como que espécie de bikini, do que dá testemunho eloquente o conjunto monumental dos mosaicos da Vila romana do Casal, em Piazza Armerina, Sicília. A reacção cristã foi dura: por parte de S. Jerónimo ¹⁸⁹², por exemplo. E daí o escândalo face à atitude do bispo de Constantinopla, Sisínio, e mais pela resposta que veio a dar. A quem lhe teria perguntado porque razão, sendo homem da igreja, tomava dois banhos por dia, replicará: é que não tenho tempo de tomar três ¹⁸⁹³ !...

Daí - da relação entre banho e prazer - a raridade do banho nas disposições dos costumes monásticos, que tinham no voto de castidade um dos princípios basilares da essência mesma da sua vocação. Uma que outra vez, porém, se abriam excepções no mundo claustral, ora por razões exclusivas de higiene - o banho mensal para as monjas - ou de saúde, como o fará S. Bento, em prol dos doentes, sempre que necessário fosse, ou a favor dos outros monges, uma que outra vez tão só. *Tardius (raramente)*, assim aconselhará o Santo Patriarca.

A mesma relação entre carne e prazer obrigará os monges a excluir tal alimento do menu dos religiosos. Da antiguidade clássica vem-nos o depoimento do nó estreito dos dois factores: banquete e orgia. Vínculo reforçado na concorrência simultânea de outros dois elementos em acção: carne e vinho.

S. Bento, mais que o banho, atenuará a proibição da carne. E, se, por um lado, a regra geral dará justiça à relação, por outro, abriria duas circunstâncias favoráveis. Antes de mais, distinguirá entre as condições normais dos súbditos e aqueles monges de saúde muito precária. Nesta situação, os quadrúpedes poderão fazer parte do conteúdo das refeições, que possam robustecer as forças debilitadas de que padeçam. Depois, outra excepção que se traduz na total abertura à carne das aves e dos peixes, inscrita no cardápio normal dos mosteiros da Ordem de S. Bento ¹⁸⁹⁴. Particularmente, pescada, sardinha e, em forma mais rara, outros tipos de peixe, como os cações, que, todavia, no caso de Santo Tirso, mais aparecem nas exigências dos dízimos que nas contribuições dos censos. Isto explicará a presença abundantíssima de cereais, peixe e galináceos nos foros do nosso mosteiro de Santo Tirso, em relação aos quadrúpedes que só, de quando em vez, neles entrarão, restritos, porém, aos carneiros, cabritos e marrãs.

Numa palavra: os monges não comiam carne de quadrúpedes. A não ser em casos excepcionais de doença, em que os médicos a tivessem de prescrever, ou em que o abade tivesse de avaliar a debilidade das forças no monge enfermo. Daí que, só esporadicamente, se refiram censos deste tipo (marrãs, carneiros, cabritos...), face aos números mais comuns do peixe e dos animais de capoeira (galinhas, perdizes, frangos...), e seus derivados, como os ovos. Curioso que de gado bovino ou cavalgar, nem sob a forma sequer de censo fragmentado um sintoma se nos revelará no Tombo do Cardeal Alexandre Farnese. Por outro lado, também não temos achegas sobre o gado e aos animais quadrúpedes, em geral, existentes no mosteiro. Que os teria, com certeza. O Tombo do Cardeal Alexandre Farnese é um arrolamento dos bens e censos arrecadados aos enfiteutas. Mas tê-los-ia, ao gado muar e cavalgar, para amanhã das terras dos seus passais e para as andanças dos seus monges que, como mordomos ou na

¹⁸⁹¹ Vejam-se os depoimentos de Clemente de Alexandria (*Paed.* III 5,32-33) e de S. Cipriano (*Hab. Virg.*, p. 200 ed. de Hartel).

¹⁸⁹² Aquele que, uma vez se imergiu nas águas do Baptismo não precisa de um outro banho (Ep. 14,10.)

¹⁸⁹³ Cf. a monografia de Giuseppe di Giovanni - *Piazza Armerina. Morgantina. La Ville Romaine du Casale. Pour découvrir ensemble comment vivaient les romains*, pp. 16-17.

¹⁸⁹⁴ Cap. 39 da Regra de S. Bento.

qualidade de vigários, tinham de jornadas, a cavalo, pela freguesia de Santo Tirso e pelas terras ao longe e ao largo do seu mosteiro. Uma vista de olhos sobre o Tombo o sugerirá, a propósito da quantidade de palha que o mosteiro arrecadaria nos seus foros:

Palha painça	37 dúzias e meia
Palha triga	15 carros e 22 mosteiras
Palha sem especificação	19 carros e 66,5 mosteiras
Colmeiros	66

Com certeza e pelo que tange aos colmeiros, se estes poderiam ter lugar na cobertura das dependências rurais do convento, o resto teria aplicação, a modos de forragem, na alimentação desses animais.

2.7. Os dízimos do pescado da Foz

Os habitantes da Foz estavam muito subordinados ao mosteiro de Santo Tirso. Especialmente sob diversas razões: em primeiro lugar, no âmbito religioso, porque eram fregueses do nosso abade beneditino, que se fazia substituir naquela localidade por um Vigário seu. Em segundo lugar, na vida social e civil, porque todos os moradores estavam sujeitos, como súbditos da jurisdição do mesmo abade, enquanto donatário do Couto de S. João da Foz. Em terceiro lugar, porque a grande maioria das propriedades da Foz eram do domínio directo dos monges tirsenses. Logo, os moradores de S. João, como fregueses, pagavam dízimos a Santo Tirso; como caseiros, pagavam censos; como moradores do Couto, estavam subordinados ao nosso abade, enquanto donatário, responsável da administração da justiça, no âmbito do cível, no interior do território demarcado do Couto de S. João da Foz do Douro.

Ora, aos dízimos eram obrigados todos os moradores da Foz. Especialmente os pescadores. E estes pagariam a décima parte das safras da pesca, quer o peixe se recolhesse na Foz, quer ao largo da costa portuguesa, já que o dízimo era uma obrigação pessoal. E sabemos - porque era uma localidade essencialmente dedicada às fainas do mar - que isso tinha um peso muito significativo no cômputo geral do fornecimento do peixe para o convento de Santo Tirso, se bem que fosse uma contribuição incerta: nem sempre se podia pescar, e nem sempre correriam da mesma feição os esforços dos pescadores.

Mas havia rendimentos doutro tipo - os censos - , ou seja os produtos ou numerário que os moradores da Foz pagavam como caseiros, sob a dependência do domínio directo do mosteiro dos religiosos. Pertencem ao rendimento certo e sabido. Ora é destes que vamos agora falar.

Que a Foz alimentava de peixe a comunidade tirsense, basta só ver a carta que passamos a fornecer, se bem que o abade de cá a escreva, motivado na razão que ao momento o preocupa. Fala só dos direitos seus e da sua casa, enquanto padroeiro de S. João da Foz - paróquia unida ao nosso mosteiro - e, por isso, exigindo a contribuição dos moradores enquanto fregueses, no que estará em jogo o rendimento apenas incerto da dizimaria.

O remetente da dita carta é o Abade do nosso mosteiro, o galego Martim Aires, que a envia a Roma, em 28 de Maio de 1421. Pretende se reconduza a Foz, à condição originária de curato, pastoreada por monge do nosso mosteiro, como sempre fora, condição apenas perturbada por certos casos recentes. Remetemos o leitor para o conteúdo desta carta que, traduzida para o português, se transcreveu, a propósito do tema das pestes.

Mas rendimentos de maior vulto, julgo eu, os provenientes dos censos ou pensões que pagariam os moradores da Foz, na qualidade de caseiros de Santo Tirso. Que a grande maioria até o será. Não pensem, todavia, os leitores que os vizinhos da Foz que se enumeram só pagam censos de peixe. Muito mais que isso: dinheiro, cereais, vinho, animais, aves... (*Tabela n. 14*).

2.8. Censos em espécie e censos em dinheiro

Outra coisa que importa notar é o problema dos censos em espécie e aqueles que se fazem a dinheiro. Ou nas duas coisas

Há contribuições a dinheiro e, simultaneamente, em espécie. Normalmente, aquele de pequena significação, o que julgo tratar-se de miunças, às vezes de coisas raras – como determinadas aves, ou peixes, ou outros animais, em meios de difícil acesso à caça ou pesca – e que o rendeiro fora obrigado a pagar ao senhor do domínio directo. Neste contexto, compreender-se-á a permuta do censo real pelo representativo. Isto é tão só um exemplo. Mas a grande maioria das rendas do nosso mosteiro impõem o pagamento em géneros, que são produtos da própria exploração que o mosteiro confiou aos seus caseiros, o que nos permitirá duas coisas: saber do tipo predominante de agricultura em determinada região e do controle resultante de presença cuidada administrativa dos mordomos e vedores, que, entre outras coisas, impunham o amanho conveniente das terras e uma produção ao nível e ao ritmo da vida conventual, de forma a que se satisfizessem as necessidades económicas da comunidade religiosa. O que se diria de Grijó, aplicar-se-á ao nosso mosteiro. Uma política alternativa de substituição das rendas por dinheiro tinha sempre condicionantes: “Essa barreira era constituída pelas próprias necessidades do Mosteiro no seu abastecimento. Isto é, o Mosteiro nunca poderia abdicar do suficiente para atender às suas despesas quotidianas. Bastaria compararmos as receitas em géneros proporcionadas pelas rendas e os gastos anuais a que os Agostinhos não podiam fugir, para observarmos a equilibrada correspondência entre os dois factores. Equilíbrio parece ser a chave da questão”¹⁸⁹⁵.

Mas há também a presença de uma política administrativa que aposta na substituição dos géneros por dinheiro. Apesar da temeridade e do risco que daqui poderia ocorrer com a desvalorização da moeda, muito permeável às situações de crises políticas, económicas e militares. Isto dar-se-á em Santo Tirso, particularmente por uma questão prática: a grande distância das propriedades dos nossos beneditinos – dispersas em extensão, até Coimbra; e, em profundidade, até à Beira interior -, em relação ao mosteiro. Apesar de sabermos de engeiras, particularmente de transporte de carro e bois, impostas a caseiros distantes, que à sua custa e risco, eram obrigados a veicular as mercadorias, desde a origem até Santo Tirso – ou a qualquer entreposto fixado -, carreando cereais, vinhos e carnes...

Compreendendo as dificuldades, os beneditinos aceitavam a substituição das rendas em espécie pela moeda. Bem, esta, afinal, sempre fora uma representação da mercadoria... Assim, os rendeiros do Porto – uns 26 ; de Gaia - uns 3; de Guimarães – uns 16; os de Viseu – uns 5; os de Tentúgal – uns 4; os da Foz (187 rendeiros !), este último caso em que se alterna, na maioria das vezes, o peixe e o dinheiro, a sós ou conjuntamente.

Ao fim e ao cabo, prevalecem algumas conclusões que determinam as linhas por onde se orienta a administração do mosteiro. Primeiro, em vez de censos proporcionais, a casa de Santo Tirso opta, essencialmente, por prestações certas e sabidas. Segundo,

¹⁸⁹⁵ AMARAL, Luís Carlos – *S. Salvador de Grijó, na segunda metade do sec. XIV*, p. 113.

em vez rendas em moeda, os beneditinos preferem os géneros, com excepção de casais ou outros prédios dados em aforamento que ficassem muito distantes. Terceiro, podemos dizer ainda mais outra coisa: que o mosteiro nunca deixaria de fazer aposta nos cereais, que até mesmo nos terrenos que, em princípio, faziam parte da reserva senhorial – os Passais – se cultivavam, quando, por arrendamento a folhas, se confiavam à exploração de rendeiros. Que a aposta nos cereais, que constam do arrolamento dos foros, se compreende não só pelo exercício tradicional da caridade dos nossos monges, para com os pobres e peregrinos, e pelo ingresso do produto nas vias da comercialização, dada a grande possibilidade oferecida pelas estradas romanas e medievais que passavam junto do mosteiro, entre elas, a via romana Porto-Braga e Porto-S. João da Ponte, onde, neste lugar, desaguaria na via romana Braga-Mérida. Acresce ainda o facto de o pão ser um alimento base na vida dos monges beneditinos. De resto, o privilégio do relego de que gozava o mosteiro facilitava o escoamento fácil dos seus produtos. Isto até se compreenderá melhor, pelo facto de ser possível que a feira de Santo Tirso, a quinzenal, às Quartas-feiras, venha já de épocas muito recuadas, como as duas feiras anuais, de dois dias cada uma, pelo S. Bento do Cuco (21 de Março) e pelo S. Bento das Peras (11 de Julho), como dizia o povo desta região que, na comunhão do homem com a terra, pitorescamente, compassa o seu trabalho ao ritmo das estações de um calendário rural. Além destas feiras, na vila e no seu coração, a feira vizinha de S. Bartolomeu que, pelo menos, virá do sec.XV¹⁸⁹⁶. O vinho também era cultivado pelo mosteiro. E igualmente boa a recolha que lhe advinha dos foros vencidos dos caseiros. E, suponho, que todo, ou quase todo, seria comercializado, dado que os monges, além de consumir cada um uma só hémina, diariamente, parece que a todos se lhes administraria, preferencialmente, vinho maduro. E, há muito, que as terras de vinho maduro – Coimbra, Viseu...- tinham absorvido as suas prestações em espécie pelo valor monetário do dinheiro. Por último, quando os foros se pagam em géneros, então, no que toca a animais, regista-se o avanço das aves de capoeira e dos peixes por sobre os quadrúpedes, fenómeno de que já demos a explicação (*Ver tabela n. 15.1*)

2.9. Rendimentos globais e anuais do Tombo do Cardeal Farnese

Para termos uma ideia de quanto recebia o mosteiro, anualmente, dos seus rendeiros – para além da eventualidade das mortuárias e dos laudémios - daremos, em apêndice, uma visão global dos censos, com os quantitativos correspondentes em numerário e em espécie, como também quanto receberia o Cardeal Alexandre Farnese da sua mesa abacial (*Veja-se a tabela 15.2*).

Claro que as somas equivalem às rendas fixadas ao momento da elaboração final do Tombo. É que, depois, se alteram, no decurso da prelazia do Cardeal, com as mutações constantes dos prazos que ora se renovam, ora se escambam, ora se vendem – sobretudo o domínio útil -, ora se subdividem... Como, enfim, deixaremos dito em notas de rodapé, ao transcrevermos o Tombo, que daremos em apêndice, na secção das tabelas.

3. Outros dados de economia

Não os vamos desenvolver em fórmula introdutória que lhes sirva de apresentação: doações simples, doações com bens de alma, que lhes andariam anexados, escambos, vendas do domínio útil, ltuosas e laudémios, testamentos, sentenças, etc....

¹⁸⁹⁶ CORREIA, Francisco Carvalho - *A Paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999, doc. n. 9, pp. 27-31.

Remetemos o leitor para o capítulo consagrado à economia do mosteiro, na época dos abades vitalícios e eleitos (978-1395).

Aqui irão apenas as próprias tabelas, com os dados concretos sobre os diversos tipos de relação económica e financeira dos nossos monges com o exterior (*Tabelas 16-27*).

CAPÍTULO V

PROBLEMAS SANITÁRIOS EM SANTO TIRSO,
AO SEC. XV E XVI

1.As pestes

Um argumento, a que voltamos, depois de termos aludido, por referência abreviada, ao assunto. Por exemplo, foi dito que em 1420, Alvarelhos pediria ao Santo Padre a solenização especial do dia 15 de Agosto, festa da sua padroeira, mediante a concessão de indulgências, sob condição de uma esmola. Seria a única forma de angariar fundos para a sua igreja tão arruinada pela guerra e pela peste que os afligiu e que ainda, nessa altura, os atormentaria.

O mal despoletara por 1414-1415. Nesta ocasião atracariam em Lisboa e no Porto uns tantos navios estrangeiros. Com eles viajara uma ameaçadora epidemia. Deste problema sanitário uma vítima ilustre na pessoa de Dona Filipa de Lencastre, esposa de D. João I.

A pestilência atingiu fortemente a região em que vivemos. O documento que agora damos em tradução portuguesa – uma súplica dos habitantes de Alvarelhos a Martinho V, com data de 1420 - é disso a prova e o testemunho. Pediam os habitantes desta freguesia ao Papa a concessão de indulgências para a sua igreja. Delas resultariam esmolos, com que se reedificasse a matriz e se ocorresse à sustentação do pároco:

Beatíssimo Padre:

São extremamente escassos os frutos, rendimentos e proventos da igreja paroquial de Santa Maria de Alvarelhos, da Terra da Maia¹⁸⁹⁷, diocese de Porto, que foi fundada e se mantém até ao presente, sob a invocação da gloriosíssima Virgem Maria¹⁸⁹⁸. Uma tal penúria deve-se às perturbações das guerras e às pestes mortais que assolaram e, ainda hoje, infelizmente devastam esta região. A própria igreja paroquial está arruinada pela sua extrema velhice. Os meios de subsistência, deduzidos os encargos, não são suficientes, para a sustentação do pároco. São, pois, necessárias esmolos dos fiéis, para que a igreja seja reparada, e possa sustentar-se o seu reitor.

Por isso, digne-se Vossa Santidade conceder para sempre a todos e a cada um dos fiéis, que devotamente visitarem aquela igreja no dia da Senhora da Assunção e derem uma esmola para aquele fim, três anos e quarenta dias de indulgências.

Dada em Florença, em 28 de Maio de 1420¹⁸⁹⁹.

Não é o único documento que atesta a angústia das populações de cá. Na mesma ocasião, ou pouco depois, o abade de Santo Tirso, Martim Aires, quer defender os direitos do nosso convento sobre a Foz, enquanto igreja unida ao mosteiro, para obviar aos problemas da casa religiosa, atormentada pela guerra e pela epidemia. A carta que

¹⁸⁹⁷ Alvarelhos entrara no concelho de Santo Tirso em 1836. Mas já era do Julgado de Santo Tirso, desde 1835. Viera do concelho de Maia, com as freguesias de S. Mamede do Coronado, S. Romão do Coronado, Covelas, Muro, Guidões, S. Tiago de Bougado e S. Martinho de Bougado.

¹⁸⁹⁸ Nas respostas ao P.e Cardoso, a 24 de Abril de 1758, do Vigário António Moreira, ler-se-á: *O orago desta freguesia é Santa Maria de Alvarelhos e festeja-se, por devoção dos párocos desta igreja, em dia da Assunção da mesma Senhora de cada ano, em 15 de Agosto*: CSTBC I (1951-1952) 417.

¹⁸⁹⁹ SOUSA COSTA, António Domingues de, MPV III/2, pp. 254-255.

este abade mandará à Santa Sé está datada de 28 de Maio de 1421. E é dirigida ao Papa Martinho V . Dirá:

Beatíssimo Padre:

Dizem a Vossa Santidade os Vossos servos devotos, o abade Frei Martim e, com ele, o Prior e convento do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da ordem de S. Bento, da diocese do Porto, que, desde tempos muito antigos que a memória dos homens não alcança, os suplicantes e os seus predecessores estiveram e estavam na posse pacífica do direito de levarem e colherem todos os dízimos e outros réditos, frutos e proventos da igreja paroquial e ermida de S. João da Foz, da mesma diocese, que era de direito do seu padroado e cuja apresentação lhes pertencia. O que tudo, de resto, lhes adveio por legítima doação. Dos mencionados dízimos e frutos recolham o abade, Prior e convento a provisão de peixe para as suas necessidades.

Houve, porém, abades¹⁹⁰⁰ que, levados mais pelos interesses da sua família do que pelo bem do mosteiro e com prejuízo nada leve da casa religiosa, tentaram e conseguiram que fossem sucessivamente instituídos como reitores alguns clérigos seculares sobre a igreja paroquial ou ermida de S. João, com todos os seus direitos, dízimos e pertenças, ela que era apenas um curato da apresentação do mosteiro de Santo Tirso e da confirmação do bispo do Porto, o Ordinário do lugar.

Por isso, Santo Padre, o abade, Prior e convento do referido mosteiro, onde há quinze monges sacerdotes e mais, servindo o Senhor na vida religiosa, sem frutos nem rendimentos suficientes, carecidos do necessário, sobretudo de peixe, por causa da guerra, pestes e outros males que assolam a região, suplicam a Vossa Santidade que, para salvaguarda do necessário para a subsistência, se vagar a igreja ou ermida de S. João (...) por renúncia ou morte do presbítero Antão Martins que, de presente, a possui, Vos digneis anexar para sempre e incorporar no dito mosteiro – ou seja, para o abade, Prior e convento - a dita igreja ou ermida, com todos e cada um dos seus dízimos, frutos, rendimentos, oblações que, Santo Padre, o abade, Prior e convento estão prontos e dispostos a apresentar para a dita igreja ou ermida um capelão perpétuo, monge ou secular, que, quando necessário, administre os sacramentos, de tal forma que a cura de almas, na dita igreja ou ermida, não sofra prejuízo algum. Assim, pela renúncia ou morte do dito Antão Martins, ou por qualquer outra vacância da mesma igreja ou ermida doutra pessoa qualquer em qualquer altura, que seja permitido ao abade, Prior e convento recolher e tomar posse dos seus frutos, direitos, dízimos, oblações, sem necessidade de qualquer autorização, seja de quem for(...) ¹⁹⁰¹.

Mas as epidemias, especialmente na Idade Média, eram frequentes. O pavor apoderava-se das populações. A dança da morte – tema constante glosado no teatro e na arte – revela, no íntimo das populações, a consciência da força do mal e a impotência do homem diante do perigo.

Em 1570, houve uma grande peste em toda a Província do Minho. Numa altura em que aos males físicos, se vinham adicionar perturbações de outros males que aumentavam a inquietação das gentes locais. Por exemplo as dissensões entre o arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires e os seus Cónegos. Pois, convidado a conciliar as partes em litígio, o nosso já tantas vezes mencionado Frei Pedro de Chaves, Geral da Congregação de S. Bento, que encontrando-se fora, por razões de trabalhos administrativos no interior da Congregação, afrontou o perigo da sua presença em pessoa na Cidade Primaz. O horror da peste era de tal ordem que os

¹⁹⁰⁰ Refere-se particularmente Martim Aires ao seu antecessor, o dito Vicente Rodrigues.

¹⁹⁰¹ COSTA, António Domingues de Sousa – MPV III/2, pp. 354-355, sob o n. 508.

contagiados eram levados para fora da cidade, para uma devesa, a Coutada do Arcebispo. Dela - da peste e dos infestados assim votados ao ostracismo -, há a memória de uma inscrição na pedra de uma cruz erecta na Ponte de Guimarães, onde se lê que, *sendo arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires, houve uma grande peste nesta cidade e os empestados foram trazidos para esta devesa.*

2. A devoção a S. Roque

No sec. XVI, agora, e pelos seus finais, mais algumas achegas sobre as pestes, em Santo Tirso. Vários depoimentos, oriundo especialmente do contexto da construção das ermidas em honra do santo anti-pestífero, S. Roque.

2.1. A sua origem e a expansão do seu culto

E' tardio o culto de S. Roque. Começou a partir de Montpellier, sul de França, donde, segundo a lenda, o santo era natural. Não se divulga, porém, antes de 1410, a devoção. Nesta altura, a peste - de que S. Roque é protector - afligiu a cidade natal. E a sua famosa Universidade recorre a S. Sebastião. Não obstante S. Roque ser anti-pestífero ! E exactamente de Montpellier !... E "especializado", ao contrário de S. Sebastião, este com uma luta repartida por três frentes muito amplas: fome, peste e guerra...

O culto de S. Roque difunde-se a partir de 1414, por obra do concílio de Ferrara, que faz apelo à sua intercessão contra a peste que ia ameaçando o decorrer das suas sessões. Depois, revigora-se: uma parte das relíquias do santo vai para Veneza, em 1485, como talismã contra as epidemias a que o frenético porto de mar se expunha nas relações comerciais com o Oriente, berço de tantos males e de muitos contágios. Os Papas sublinham o valor de S. Roque, ao inscreverem o seu nome no martirólogo romano (Gregório XIII) e no catálogo oficial dos santos da Igreja (Urbano VIII). O teatro, na linha dos milagres da Idade Média, toma, como fonte de inspiração, as vicissitudes heróicas e os efeitos taumatúrgicos da Sua presença benéfica. As epidemias frequentes - tenhamos na lembrança as de 1630 e 1720 - incentivaram o recurso ao homem de Deus e à sua intercessão tão especializada ¹⁹⁰².

A partir de França e de Veneza, o culto chegou a Portugal. Nos começos do sec. XVI, à sua volta. O *Breviário Bracarense de Soeiro*, dos fins do sec. XIV ou começos do sec. seguinte, e o *Breviário bracarense de 1494* ainda não registam o seu nome ¹⁹⁰³.

Por 1500, porém, havia já, uma ermida da sua titularidade, em Lisboa, junto de um cemitério destinado às vítimas da peste. Em 1553, entregaram-na aos Jesuitas, que, na última parte do sec. XVI, fizeram levantar, no sítio daquela, a famosa igreja de S. Roque, recheada de arte e nimhada de recordações ¹⁹⁰⁴.

Apesar de um certo refluxo no atinente ao Seu patrocínio sobre os homens - o conceito utilitarista da religião, com o contrapeso dos avanços da medicina serão disso responsáveis ! -, a devoção a S. Roque, nas aldeias, ainda se conservou durante muito

¹⁹⁰² RÉAU, Louis - *Iconografia del arte cristiano*, t. 2, vol. 5. *Iconografia de los santos. De P a Z* - Repertorios, Ediciones del Serbal, Barcelona, 1998, pp. 147-153.

¹⁹⁰³ ROCHA, Pedro Romano - *L'Office divin au moyen âge dans l'Église de Braga*, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português de Paris, 1980; id. *Breviário Bracarense de 1494*, ed. do INCM, Lisboa, 1987.

¹⁹⁰⁴ LOPES, António - *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Lisboa*, Livraria Apostolado da Imprensa e do Apostolado da Oração, Braga, 1985, pp. 25-29.

tempo, pelo desvio do seu influxo salutar sobre os animais. Em 16 de Agosto, dia da solenidade do santo, o sacerdote benzia umas *ervas* que os lavradores metiam no penso do gado, para, como vacina, o imunizar de doenças contagiosas.

2.2. A capela de S. Roque, em Santa Cristina do Couto

Em 1580, há documentos que falam da edificação da capela deste santo, na freguesia próxima da cidade, em Santa Cristina do Couto. O templozinho está de pé, ainda hoje. E inalterado no santo da sua invocação. Há muito que a freguesia organizava cercos – procissões à volta de toda a freguesia, com a imagem de S. Roque, para que, com a sua intercessão, se defendesse a paróquia do contágio - em honra deste santo.

Talvez porque a peste mais ameaçadora se mostrasse agora, vão os paroquianos para além dos cercos. E prometem construir uma ermida em sua honra.

A frente alargada do contágio atemorizava as freguesias da vizinhança. As experiências dolorosas do passado e a força maligna da pestinência de agora sobressaltavam as populações cada vez mais impotentes. E, como sempre, os homens só se lembram de Santa Bárbara, quando troveja. E agora “trovejava” mesmo !...

Por isso, mais que nunca, se renova a fé a nível de um fervor quase patético, em que tudo se prometerá. Se até aqui, o povo, não podendo mais, se limitava aos cercos, agora tudo fará por vergar os santos protectores em sua defesa: prometerá capelas ! E, se um santo for de orelhas moucas, outro haverá de maior complacência. Salta agora, à luz da ribalta, mais um advogado antipestífero. Para além do mais tradicional, S. Roque, despontará a fé num outro, de poderes, de resto, mais avantajados – advogado contra a fome, peste e guerra - , o milagroso S. Sebastião.

Como vimos, ao capítulo anterior, em Santa Cristina do Couto, já muito antes, se organizavam clamores a S. Roque. Agora acentuam os vizinhos a sua fé com a promessa garantida – que cumprem ! - da construção de uma capela veneranda.

As “démarches” de Santa Cristina do Couto para a construção da ermida teriam vez, quando era bispo portugalense D. Jerónimo de Meneses, que despachou esta licença a 25 de Janeiro de 1600¹⁹⁰⁵. Já se viu.

2.3. A ermida de S. Roque e de S. Sebastião, em Negrelos, S. Mamede

Mas de uma outra capela de S. Roque queremos também falar aqui. Construir-se-ia, até vinte anos antes. E pela mesma razão: o medo do terrível contágio que assolava a zona oriental do nosso concelho. Em concreto, na freguesia de S. Mamede de Negrelos. Pároco¹⁹⁰⁶ e fiéis¹⁹⁰⁷, todos unidos em volta de S. Roque, numa frente comum contra as ameaças do diabo e da morte, através do flagelo da epidemia:

Por asj ser serviço de deos e proll e proveito da sua comffraria e por devação que tinham pelloz mujtos trabalhos que ouve nesta comarqa ordenarão de fazer como de ffacto ffizerão huma Irmida da voção do bem aventurado são Roque e santo Sebastião a qual esta feita e aqabada de ffronte da dita igreja nova de sam mamede em hum alto do que ali ffaz muito devação e todo o povo derador desta comarqa e pella

¹⁹⁰⁵ D. Jerónimo de Meneses foi bispo do Porto desde 1592. Morreria meses depois de ter passado autorização para se edificar esta capela de S. Roque, em Santa Cristina do Couto, a 12 de Dezembro de 1600.

¹⁹⁰⁶ P.e António Coelho.

¹⁹⁰⁷ Através da Confraria do Subsigno, do seu Juiz - Francisco Fernandes – e seus homens de fala, ou seja, os oficiais da mesma.

*devação que o povo tomou pellos mujtos trabalhos da peste que mujtas partes ouve de que deos nosso senhor nos guarde*¹⁹⁰⁸.

A peste ameaçava. E o povo de S. Mamede de Negrelos, em 1581, acolhia-se à torre de defesa, que o era a protecção – e logo conjunta ! - dos dois santos antipestíferos, S. Roque e S. Sebastião. E, para além dos cercos, a dedicação de uma ermida.

2.4. A capela de S. Roque de Areias

Também devia ser antiga. Já arruinada, que o era, a 1 de Junho de 1748. Em *miserável estado* a encontrou o Visitador, nessa altura. Logo, podemos recuar à centúria anterior, à de 1600, como época possível da sua edificação. Aliás, a imagem do titular – única relíquia que se manteve, até ao século XX, do templo augusto – parece-me ser desta fase.

O Dr. Gonçalo Pinto de Medeiros, na sua intervenção, depois de aludir ao problema que corre nos tribunais sobre a fábrica da capela¹⁹⁰⁹, incumbe o pároco de recordar ao juiz:

*Para que por serviço de deos e do mesmo sancto a faça desedir para que se possa acudir ao reparo da mesma Capela que se acha em mizeravel estado*¹⁹¹⁰.

Pois, não obstante os castigos pecuniários e as penas espirituais dos Visitadores, apesar dos apelos dos responsáveis aos corações sensíveis dos fiéis, a capela de S. Roque de Areias foi de ruína em ruína, até que em 1770, nesta década, já cansada de séculos, cairia definitivamente por terra. E a imagem do padroeiro, juntamente com a de S. Domingos, vieram a recolher-se na matriz de Areias. Em 1775, já nesta se encontrava: no testamento com que faleceu Manuel António de Carvalho, de Julho daquele ano, deixar-se-á uma quantia de dinheiro para seis missas no altar de S. Sebastião – um altar lateral já antigo da igreja da paróquia - e de S. Roque¹⁹¹¹. Também aqui, dobrados os intercessores, julgaria o povo aumentar-se o peso da intercessão junto de Deus...

3.A lepra

3.1. Um santo absorvente

S. Lázaro é um santo aglutinador. Primeiro, a sua fisionomia que resultará da junção dos dois Lázaros bíblicos: o pobre chagado, lambido pelos cães do homem rico, que o deixa morrer à fome¹⁹¹², e o irmão de Marta e Maria que Jesus ressuscitou¹⁹¹³. Possível

¹⁹⁰⁸ ADB/UM *Registo Geral*, Cx. 252, cad. n. 3. Para trabalho mais desenvolvido, cf. o nosso artigo *A Capela de S. Roque, na freguesia de S. Mamede de Negrelos*, em EN de Setembro-Outubro de 2001, p. 13.

¹⁹⁰⁹ Se a questão residia na entidade responsável, então a resposta ao questionário do P.e Luís Cardoso, para o *Dicionário Geográfico*, supõe o problema já resolvido.

¹⁹¹⁰ APA *Livro de Visitas*, vol. I, ff. 30-30 v.

¹⁹¹¹ APA *Livro dos Testamentos*, f. 29 v. Mas a este santo e sua ermida dediquei um espaço bastante desenvolvido no vol. II da monografia de Areias: *Freguesia de Areias, Santo Tirso, vol. II/1 do sec. XVI ao sec. XX. A vida religiosa de uma comunidade*, Santo Tirso, 2005, pp. 265-286.

¹⁹¹² Lc. 16,19-31.

¹⁹¹³ Jo. 11, 1-46

a simbiose pela comunhão de três referências: a ressurreição de ambos – em hipótese, na parábola, a de vir a este mundo, para admoestar os parentes do rico. Segundo, o tema da reacção de incredulidade que suscitam. Ou seja, na parábola, o irrealismo de uma conversão pelo testemunho de um pobre lázaro ressuscitado; no milagre de que beneficiou o irmão de Maria e Marta, a hostilidade que aumentaria nos judeus contra Jesus e contra o próprio Lázaro. Terceiro, a referência do Lázaro chagado e o *jam foetet* do Lázaro sepulto...

Mas a aglutinação vai continuar. E o Lázaro acabará por sobressair, em prejuízo de S. Nazário. A catedral de Autun, na França, dedicada primeiro a este santo, por uma questão de paranomásia – mais evidente e estreita no latim (*Nazarius/Lazarus*) e no francês que na nossa língua, passou, na Idade Média, para a invocação de S. Lázaro. O vocabulário testemunha ainda a facilidade deste fenómeno: *lazareto* – do veneziano – é corrupção de *Nazareto*, hospital de Santa Maria de Nazareth, exactamente porque S. Lázaro – na aglutinação dos dois homónimos bíblicos, viera a ser o orago dos leprosos e dos doentes, em geral.

Seja como for, - e apesar dos pontos de apego com a história, diluídos porém – a simbiose dos dois Lázaros bíblicos explicará dois fenómenos: o da heortologia, pelo que dispomos de um S. Lázaro, como padroeiro dos leprosos; e o da história, o da relação entre as ermidas deste orago com os locais que, na Idade Média, foram, de certa maneira, como que focos particularmente batidos por esta terrível doença contagiosa. Pois – e é aqui que, depois desta introdução, queremos chegar -, no nosso concelho, houve uma capela dedicada a este santo.

3.2. A capela de S. Lázaro, de S. Tomé de Negrelos

É muito antiga a Capela do Espírito Santo, de S. Tomé de Negrelos. Até agora não sei de quando provirá este templo humilde de aldeia. Sei que já existia no sec. XVII. Quando, em 1684, se organizaram as inquirições *de genere* em favor do P.e João Machado Godinho¹⁹¹⁴, foi preciso que o Comissário se dirigisse a S. Tomé de Negrelos, para auscultar da pureza de sangue, quanto às raízes maternas dos seus ascendentes. Pois, a inquirição, neste particular, teve por cenário a Capela de S. Lázaro, que é da freguesia de S. Tomé de Negrelos. Aos depoimentos das testemunhas recolheu-os o Comissário¹⁹¹⁵, exactamente nesta Capela que fôra do título de S. Lázaro e que, pouco depois, mudaria de padroeiro, sob patrocínio que agora ficou do Divino Espírito Santo.

Mas devia ser muito mais antiga. É que no processo que vamos dar a conhecer, nesta intervenção de agora, em 1742, já se dizia de *fundação imemorial*. Estou mesmo em crer que poderíamos, sem medo, recuar, pelo menos ao sec. XVI, para a existência da então ermida de S. Lázaro. É que, no abaciado burgalenense do P.e Dr. Manuel Manso da Costa, que pastoreou a freguesia de Burgães desde, pelo menos, 1594 até 1632, se fala já de uma avença entre ele mesmo os seus paroquianos, sobre os clamores desta paróquia. Os termos do contrato chegariam até nós por escrito de um seu sucessor, o P.e Dr. Francisco Nogueira do Canto¹⁹¹⁶. Pois bem, entre os clamores que a Confraria do Subsigno de Burgães deveria organizar, desde os tempos do Dr. Manuel Manso da

¹⁹¹⁴ Da casa de Poldrões, freguesia de S. Miguel das Aves.

¹⁹¹⁵ O P.e Manuel Barbosa Cabral, abade de S. Tiago de Sendim, comarca de Guimarães. Secretariou-o o P.e Gaspar Ribeiro Teixeira, notário apostólico, morador na Vila da Amarante. O dossier guarda-se no ADB/UM *Inquirição de genere* n. 1207.

¹⁹¹⁶ Pároco de Burgães de 1634 a 1675.

Costa – ao menos daí -, conta-se a procissão no Domingo de S. Lázaro à Ponte de S. Tomé ¹⁹¹⁷, que vem a ser a de que tratamos.

Com o desaparecimento da lepra, perderia S. Lázaro o círculo dos seus devotos, pelo que o compeliriam à reforma... Em sua substituição, poria o Vigário de Negrelos o Divino Espírito Santo, padroeiro das crancinhas, estas, sim, sempre em perigo até quase aos nossos dias: os males, por um lado, e as fragilidades dos pequeninos. Dizia o Dr. Augusto César Pires de Lima, citando o JST de 26 de Maio de 1887:

Festeja-se o Espírito Santo no proximo Domingo, n'uma capella ¹⁹¹⁸ que existe no lugar da Trofa, freguezia de S. Thiago de Bougado, d'este concelho, havendo missa cantada, sermão, etc. A esta festividade concorrem centenaes de creanças, muitas aos colos das mães para serem coroadas. A coroação consiste em se collocar sobre a cabeça dos meninos a coroa symbolica do Espirito Santo, depois de terem dado tres voltas em redor da capella; e livra, segundo uma crença popular muito arreigada, de serem atacadas de gota as creanças que mamaram quando as mães bebiam, o que se julga ser causa d'aquella molestia ¹⁹¹⁹.

A mesma cerimónia se realiza hoje, não só em S. Tiago de Bougado, como na capela da Senhora das Dores (S. Martinho de Bougado), e em Fradelos (Famalicão). Informaram-me que as voltas em redor da capela eram nove, entrando, no fim de cada uma, a criança dentro para beijar a coroa.

A coroa existente na capela da Senhora das Dores, oferecida por um mordomo, é de prata e tem no cimo uma pombinha.

Em S. Martinho de Bougado costumam coroar todas as crianças, porque quase ninguém pode evitar as múltiplas causas da gota: atravessar por debaixo da mesa quando se está a comer; passar por cima da mesa onde é costume tomar as refeições; ir de um colo para outro por cima do lume, etc. ¹⁹²⁰.

Para umas informações complementares, se adicionam as linhas que vão. No sec. XVIII, a Capela do Espírito Santo de Negrelos, ainda na primeira parte, encontrar-se-ia arruinada e indecente: portas desconjuntadas, tecto e telhados fendidos, retábulo e imagens a precisarem de retoques e de emendas. Um Visitador, no dia 1 de Outubro de 1742, tão aborrecido ficou que daria rédea solta às chamuscas da sua cólera. E lançou a pena de interdito sobre a ermida veneranda.

Ora, havia na paróquia de S. Miguel das Aves um maltês de Leça do Balio, ex-pároco de Rebordões, gozando os frutos generosos do seu largo e opíparo aposentamento. Era o hospitalário Frei Pedro de Távora e Aragão ¹⁹²¹. O povo não teria dinheiro para restaurar a capela. Fá-lo-ia então, à sua custa, o frade de Leça do Balio. Remediou a estrutura arquitectónica do templozinho, mandou fazer a porta de entrada, retelhou a cobertura, levantou um novo altar, renovou as imagens e fez uma que não tinha, a de Santa Quitéria, que no templozinho fervoroso mandou colocar. Finalmente, tudo caiu e pintou. Ficaria, pois, novinha e de fresco a ermida.

¹⁹¹⁷ Burgães. *Elementos para a sua monografia*, vol. II, 2001, pp. 114-118.

¹⁹¹⁸ Capela de Santa Luzia.

¹⁹¹⁹ Cf. PIRES DE LIMA, Augusto César - *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, vol. III, *Tradições populares do povo de Santo Tirso*, ed. da Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 1948, pp. 119-120. PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, p. 219; LEITE DE VASCONCELLOS - *Tradições populares de Portugal*, p. 203.

¹⁹²⁰ LIMA CARNEIRO, Dr. Alexandre - *A coroação das Crianças*, em "Bol. do Douro Litoral", 1.^a série, fasc. VIII, p. 44

¹⁹²¹ Pároco de Rebordões de 1707 a 1738. Renunciara à freguesia de S. Tiago de Rebordões, a favor do Dr. José Gomes de Sousa, sob o ónus de uma pensão anual de 258 mil reis.

Após uma vistoria à obra, verificou o pároco de S. Miguel das Aves, João Coelho de Vasconcelos e Mota¹⁹²², que estava em condições. A tarefa lhe comissionara, a 12 de Janeiro de 1743, o Arcebispo D. José de Bragança, prelado da diocese de Braga, que assim era da sua jurisdição a paróquia de S. Tomé de Negrelos, nesta altura.

E, logo depois, por licença despachada da Cúria bracarense, com data de 28 de Janeiro de 1743, em ordem à sua bênção, seria reaberta ao público a Capela da Ponte.

E, com esta nota de agora, fica também lançada mais uma pedra para a história da arte sacra do concelho de Santo Tirso. Para além de uma contribuição para o estudo das pestes e epidemias na região, pelo sec. XV-XVI... E dos recursos, então ao dispor das populações indefesas, perante as arremetidas do mal, com a sua legião feroz e demoníaca, armada de catanas, banhadas de sangue...

¹⁹²² O P.e João Coelho de Vasconcelos e Mota, vimaranense de origem, foi confirmado abade de S. Miguel das Aves, a 29 de Maio de 1724, sob o ónus de duas pensões anuais: uma a favor do P.e Cid de Araújo e Sousa, seu antecessor, da ordem dos 200 mil reis; e de uma segunda, de 38.500 reis que também pendiam de uma pensão mais antiga, esta a favor de José de Moura.

CAPÍTULO VI

ALGUMAS RELAÇÕES SOCIAIS DO MOSTEIRO

I. OS REIS E O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO (SEC. XV-XVI)

No período dos abades vitalícios, eleitos pelos monges e apresentados pelos padroeiros, teria havido sempre uma relação estreita e acolhedora, a pautar o diálogo constante dos nossos monges com os monarcas. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. João I e outros personagens da corte ou com ela relacionados, como Dona Maria Aires de Fornelos, Martim Sanches e Urraca Sanches, e a rainha Santa Mafalda, etc., doaram bens, confirmaram privilégios, protegeram o mosteiro. E, por outro lado, também receberam empréstimos e serviços dos nossos abades e monges. Mesmo ainda, até na casa de Santo Tirso vários monarcas se houberam de hospedar... De tudo demos conta, ao tratarmos desse período.

Este relacionamento assim perdurará na segunda dinastia, na de Avis, quando já lideravam a instituição monástica abades vitalícios, sim, mas não eleitos pelos monges, nem da apresentação dos padroeiros. Antes, providos pela Santa Sé, sob a indigitação mais ou menos influente da mesma autoridade régia ou de outros poderosos. Alguns deles, pelo menos. E refiro-me, antes de mais, aos dois primeiros deste tipo, dos chamados comendatários: Martim Aires, que toma posse da prelazia tirsense, alçado pela influência de D. João I, e Soeiro Anes, com o apoio e protecção de D. Duarte. *Deram-lhes o mosteiro de Santo Tirso* – dizem os documentos.

Precalços em tão longa caminhada, uma que outra vez. Ora, por interferência do monarca, ora pela actuação um tanto ou quanto ciumenta das autoridades locais que viam nos territórios imunes uma sombra à função exibicionista dos seus poderes. Talvez que a este confronto se deva a extinção da maior parte dos coutos do nosso convento, no decurso dos prelados comendatários. E talvez até, para a dita perda, tenha, igualmente, contribuído um certo descuido dos próprios abades do mosteiro. Di-lo-ei, de forma mais desenvolvida, no volume consagrado aos coutos e aos padroados.

Apenas algumas informações, recordando elementos já dispersos, em desenvolvimentos maiores, por alguns capítulos que já se escreveram. Como disse, a respeito da jurisdição civil e canónica do mosteiro de Santo Tirso.

1. D. Duarte e D. Afonso V

1.1. As imunidades de Santo Tirso

Do Africano, recordarei, apenas, duas coisas, decisões tomadas, aliás, no mesmo ano: a primeira, a 20 de Abril de 1449. Nesta altura, passaria uma carta de confirmação dos privilégios do mosteiro, uma prática, afinal, quase de rotina, sempre que cada monarca assumisse as rédeas do poder ¹⁹²³. Esta carta vai ser apresentada a D.

¹⁹²³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 1 v.-2.

Sebastião, quando, por descuido do Procurador do Cardeal Alexandre Farnese, se não entregaram, ao tempo devido, os documentos sobre os quais se baseava a jurisdição do Couto de Santo Tirso.

1.2. As propriedades do mosteiro sob alçada da protecção régia

Três meses depois – ou quase -, a 6 de Julho, já não são propriamente os poderes jurisdicionais dos religiosos a preocuparem D. Afonso V. Antes, ou sobretudo, o domínio fundiário, tão alargado quão cobiçado, do mosteiro.

A propósito desta intervenção, ficamos a saber que já o pai, D. Duarte, tomara a solicitude da protecção dos bens dos monges de Santo Tirso, cargo que o Eloquentemente, teria confiado de maneira particular ao Duque de Bragança, tio de D. Afonso V ¹⁹²⁴:

(...) nunca se acheguara a nenhuma pessoa se não ao Duque de Bragança meu muito prezado, e amado Tio (D. Afonso I, duque de Bragança) ao qual o dito meu Senhor e Padre (D. Duarte) o tinha encomendado quando (Soeiro Anes) se da dita Capella sayra que fora viver ao dito Mosteiro (1431) (...).

A carta de protecção do Africano relata o papel de capelão que o comendatário Soeiro Anes, antes de abade, assumira junto de D. Duarte. Fala ainda da protecção, por parte do Duque de Bragança, a quem o Eloquentemente recomendaria o mosteiro de Santo Tirso, depois que o dito Soeiro deixara a capelania. Menciona ainda os bons serviços que este galego, na esteira do tio, Martim Aires, prestara e de que, de forma especial, houvera de beneficiar Dona Leonor, *a Senhora Raynha minha Madre e Senhora*, diz D. Afonso V. Onde, naturalmente, o empenho deste monarca:

(...) encomendamos aos Ifantes meus muito prezados, e amados Irmão, e Tios e bem assy aos Condes e Fidalgos e Cavaleiros, e a outros quaesquer a que esta Carta for mostrada que polo nosso o dito Abbade e seu Moestiro ajão em sua guarda, e encomenda e receba delles toda honra e deffensom e nom lhe tomem do seu alguma couza contra sua vontade (...) ¹⁹²⁵.

1.3. As colheitas d'El-Rei e as condicionantes do seu pagamento

Ao que foi dito, acrescentemos ainda uma atenção especial de D. Afonso V, através do seu Desembargador Nuno Gonçalves que, por sentença de 13 de Fevereiro de 1466, ordenaria que o nosso mosteiro não pagasse colheita a El-Rei, senão quando passasse acima do Rio Douro, e não anualmente, como o exigia o colhedor ¹⁹²⁶.

¹⁹²⁴ Foi o primeiro Duque de Bragança, o Conde de Barcelos (2.º na sua família e 8.º na ordem geral), D. Afonso I, filho natural de D. João I e de Inês Pires Esteves, filha de Pero Esteves, por alcunha o “Barbadão”. Supõe-se ter nascido no castelo de Veiros, no Alentejo, em 1377, e morrido em Dezembro de 1461 (...). Casou com Dona Beatriz Pereira de Alvim, filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que herdaria a casa mais opulenta do Reino. Cf. *Nobreza de Portugal e Brasil*, vol. II, p. 437.

¹⁹²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0203, ff. 397-398.

¹⁹²⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 8 v.

2. D. João II e D. Manuel I

2.1. A jurisdição cível do mosteiro

Se de D. João II, eminentemente centralizador, não veio às minhas mãos notícia de nenhuma carta de confirmação, sei, pelo menos, que terá respeitado as imunidades de que usufruía o nosso mosteiro. Di-lo-á, mais ou menos veladamente, a 12 de Maio de 1497, o sucessor na coroa portuguesa – El-Rei, D. Manuel -, quando, na linha dos que lhe antecederam até D. João II, dirá manter igual atitude de respeito e de consideração pelo mosteiro de Santo Tirso, na defesa das suas prerrogativas:

*Temos por bem e outrogamoslhe e confirmamoslhe todas as honras priuilegios liberdades gracas e merces que pellos Reis de gloriosa Memoria nossos antecessores lhe foram dadas feitas e outrogadas e as tiueram e dellas usaram até o tempo del Rej Dom Joam o segundo meu senhor cuja alma deus aja (...)*¹⁹²⁷.

Esta carta de 1497, dois anos depois, a 3 de Janeiro de 1499, é corroborada pelos Doutores Fernão de Mesquita, Rodrigo Homem e pelo bacharel João Rodrigues Cordeiro, do desembargo d'El-Rei nosso Senhor, que então andavam com alçada na Comarca de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, os quais mandaram que se cumprisse, como nela se impunha.

Mais tarde ainda, a confirmação manuelina voltaria a receber toda a sua força e pujança, por decisão do Desembargador da Corte em Évora, D. João Cotrim¹⁹²⁸.

2.2. Não obstante a Ordenação...

Em 1508, a 13 de Agosto, uma carta deste rei, feita por Afonso Mexia, dava licença ao abade comendatário deste mosteiro, D. Francisco de Sousa, para comprar para rendimento deste mosteiro cem alqueires de pão, cada ano, mandando aos Corregedores e justiças, que, não obstante a Lei e a Ordenação, não fossem contra esta licença que concedeu ao nosso mosteiro¹⁹²⁹.

2.3. A almotaçaria: alcance e restrições do Abade

Ainda ao tempo de D. Manuel, temos um documento respeitante à jurisdição cível do mosteiro de Santo Tirso. Data de 1 de Agosto de 1510. A sentença visa a Câmara do Porto, que, por várias vezes, se queria impor, no Couto de Santo Tirso, a respeito da almotaçaria.

A decisão judicial distingue os dois aspectos desta intervenção: o cível e o crime. No campo do cível - determinação dos pesos e medidas, preços, etc. - o couto manterá a sua autonomia. Quando, neste assunto, está em jogo o crime - falsificação de pesos e medidas, por exemplo -, então a causa deve ser remetida de imediato ao Juiz de Fora da cidade do Porto. Texto do Cartório de Santo Tirso, que sumaria a questão nestes moldes:

¹⁹²⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, f. 24 v.

¹⁹²⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 24 v.-25.

¹⁹²⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 293 v.

*Huma sentença, que alcançou este Mosteiro contra a Camara do Porto no 1.º de Agosto do anno de Christo de 1510 sendo Rey deste Reyno o Senhor D. Manoel, e D. Abbade Comendatario deste Mosteiro D. Francisco de Souza, della consta ser deste Mosteiro a jurisdição Civel da Almotacaria, e no que pertence ao crime, assim em pezos falços como em qualquer outro crime pertencente a Almotacaria pertencia ao Senado da Cidade do qual he prezidente o Juiz de fora, que então conhecia do Crime, e como de prezente se acha separada a jurisdição crime da do Civel há de pertencer este conhecimento ao Corregidor, ou Juiz do Crime*¹⁹³⁰.

3. D. João III

Também analisará os documentos que garantiam os poderes senhoriais dos abades de Santo Tirso e os vai confirmar. Pela sentença de D. Sebastião de 27 de Setembro de 1571, sabe-se que a confirmação de D. João III foi dada na vila de Almeirim, por António Pais, a 9 de Abril de 1523. Era abade de Santo Tirso D. Miguel da Silva. Citaremos, dentro em pouco, o texto da dita sentença do Desembargador de D. Sebastião, Rui Brandão¹⁹³¹.

4. D. Sebastião

Veio a cobrir também o nosso mosteiro, com o orvalho e a benemerência da sua graça. E nos dois campos: no respeitante aos privilégios senhoriais e no que tange ao domínio directo.

4.1. Tomadias do mosteiro e o escudo da protecção régia

A propósito deste último, a 16 de Dezembro de 1565, o Desejado, partindo do princípio de que os habitantes da urbe tirsense – ou, na linguagem da época, os moradores do Cidnai – devassavam a Quinta de Fora e a de Dentro, impõe ao Corregedor o múnus de vigiar, refrear e punir as ousadias das pessoas avizinhas do mosteiro que não respeitavam o domínio directo dos beneditinos, particularmente na que, hoje se chama, a Quinta da Devesa. Pouco resultado dariam estas ameaças que os moradores recalcitrariam, mais que uma vez, nas tomadias dos bens monásticos:

O mosteiro de Santo Tirso da ordem de Sam bento tem huma defesa de madeira Junto do lugar de Cidanay a qual madeira algumas pessoas lhe cortão e daneficão no que o dito moesteiro Recebe muita perda (...) E dj hoie em diante vós e os outros Corregedores que Vos sobcederem tereis especial cuidado de saber se se corta a dita madeira lenha ou Rama na dita defesa e providereis contra os culpados a execução das ditas pennas como for Justiça dando apellação e agrauo nos casos em que couber. E

¹⁹³⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, f. 7 v.

¹⁹³¹ Além desta citação que faremos, a propósito das relações entre Santo Tirso e D. Sebastião, veja-se PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 2.

*pera isso podereis Ir ao dito lugar com o meirjnho dante Vos com varas leuantadas todas as vezes que comprir*¹⁹³².

4.2. A suspensão das imunidades

Ainda uma outra intervenção deste monarca na vida do mosteiro. Agora a respeito das jurisdições que lhe competiam como donatário. A autoridade civil fora-lhe cassada, quando, ao tempo marcado para a apresentação dos documentos que lhe garantissem a posse, vieram a faltar. Era abade de Santo Tirso, o Card. Alexandre Farnese. Suspensas as ditas atribuições, sob penas severas. Caso o juiz do Couto exercesse a sua função recairia sobre ele *en sua pessoa com penna de sincoenta cruzados e hum anno de degredo para africa...*

O abade, o dito Cardeal Alexandre Farnese, através do seu procurador, vai apresentar então, sobretudo três documentos de confirmação:

*Huma (carta) que dizia ser feita na Villa de Santarem por aluaro Vieira aos uinte dias do mes de abril do anno de mil e quatro centos e quarenta o nove annos e asinada por el Rei D. Afonso e pasada pela chancelaria. Outra que dezia ser feita na uilla de Santarem ao primeiro dia do mes de agosto do anno de mil e quinhentos e des annos por pero da mota e asinada pello doutor Aluaro fernandes e pasada pella chancelaria e outra que recontava ser feita na Villa dalmeirim por Antonio Pais aos noue dias do mes de abril do anno de mil e quinhentos e uinte e tres asinada por El Rei D. João meu senhor e auoo que santa gloria aia*¹⁹³³.

Dois meses depois, logo após cassar os privilégios, D. Sebastião, por sentença do Desembargador Rui Brandão, datada de 27 de Setembro de 1571, houve por levantada a suspensão. E que pagassem as custas dos autos...E no apêndice documental, ao vol. II, lá transcreveremos a decisão do monarca.

5. Cardeal D. Henrique

5.1. A questão do padroado de Rebordões

Da sua actuação face às prerrogativas do mosteiro de Santo Tirso, lembraremos uma que não tem a ver nem com o papel do abade como donatário, nem com o convento enquanto possuidor do domínio directo de tantas propriedades, mas só com o convento, na qualidade de padroeiro.

Demais, e também a respeito do Cardeal D. Henrique, nem nos importa aqui a sua condição de monarca, mas tão só a sua qualidade de arcebispo de Braga. E só na qualidade de confirmante... Ou seja, a questão que opôs o mosteiro de Santo Tirso a D. Henrique referir-se-á ao padroado de Rebordões. Esta paróquia tirsense era do compadroado de Santo Tirso e de Leça do Balio. Não se entendiam os padroeiros, representados em 1532, à morte de João Carneiro, Mestre-Escola da Sé de Braga, a saber: D. Miguel da Silva, abade de Santo Tirso, e Frei Álvaro Pinto, balio de Leça. Cada um destes optou pelo seu candidato próprio.

¹⁹³² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 170.

¹⁹³³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 217-219.

O Cardeal D. Henrique, como arcebispo de Braga a quem competia a confirmação, dará preferência ao candidato de Leça, apesar dos embargos do grande humanista, que atrasariam imenso a confirmação. E só em 1544 é que, efectivamente, o candidato maltês, de nome Frei Sebastião, tomaria posse da igreja de Rebordões:

*(...) por sermos informados por nossos officiaes como a dita Igreja he da apresentação alternatim dos ditos Mosteiros, e que esta vez por huma via, e por outra*¹⁹³⁴ *pertencia a apresentação ao dito Mosteiro de Lessa e Comendadores delle, e Comfiando da bondade e são consiencia do dito Frei Sebastião o confirmamos em Abade e Reitor da dita Igreja a apresentação do dito Comendador*¹⁹³⁵.

5.2.O privilégio de um notário privativo

Agora, uma coisa que diz respeito ao Cardeal D. Henrique, não já como prelado, mas como rei¹⁹³⁶. E também ao nosso mosteiro, agora como donatário. Já falei dos tabeliães do couto. Que, primitivamente, era o mosteiro que os elegia; e que, depois – creio que no sec. XIV –, foram impostos pelo rei. Julgo, porém, que ao lado dos escrivães que, por nomeação régia, exerciam a sua competência nesta área restrita do concelho de Refojos, o mosteiro, para os seus actos, que respeitassem, apenas, o exercício de notariado, dispunha de um tabelião “particular”. Melhor dito, dentre os notários de designação régia para o concelho de Refojos – e vários podiam ser, ao mesmo tempo – tinha o nosso Abade de Santo Tirso o privilégio de, entre eles, requerer um que estivesse ao serviço especial do convento, para prazos e demais escrituras.

Esta faculdade conceder-lha-ia, ao mosteiro de Santo Tirso e à Ordem beneditina, em geral, o Cardeal-Rei D. Henrique, protector de Congregação, a 24 de Abril de 1579.

Dispomos de uma cópia passada no Cartório do Convento de Tibães, em 1637, sob as ordens do Juiz ordinário do Couto deste mosteiro, Diogo Gomes, por Bernardo Aranha, tabelião do público e judicial e escrivão da Câmara e almotaçaria e dos órfãos no mesmo couto de Tibães.

Requerera a cópia o Abade de Santo Tirso, Frei Bento da Esperança, a 2 de Outubro de 1637. Mas já antes, usufruira o Abade de Santo Tirso desta vantagem. Assim, a 21 de Maio de 1611, o tabelião Alexandre Jácome leu no tribunal do Couto de Santo Tirso uma sentença da Relação – de 28 de Abril de 1611 -, a pedido dos frades do convento, na presença do Juiz do Couto, Sebastião Gonçalves, de Dinis, e dos tabeliães condenados – João da Costa e Francisco Carneiro -, onde se precisa que o dito Alexandre Jácome era um dos tabeliães públicos que o Abade do mosteiro requirera para serviço especial da casa.

Efectivamente, Frei Bento da Esperança, Abade de Santo Tirso, a 2 de Outubro de 1637, requereu uma certidão do privilégio concedido pelo Cardeal-Rei, D. Henrique, à Congregação Beneditina, que dava aos mosteiros da dita instituição a faculdade de escolherem notários para serviço próprio.

¹⁹³⁴ Ou seja, por vacância da freguesia e pela morte do candidato de D. Miguel da Silva.

¹⁹³⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0191, ff. 272-274 v. A carta de confirmação está datada de 14 de Maio de 1535. Mas, julgo, que deve ter havido recurso de D. Miguel, porque só 9 anos depois, Frei Sebastião tomaria posse desta paróquia tirsense. Desenvolvemos esta notícia numa monografia que se publicou sobre Rebordões: *A Freguesia de Rebordões, Santo Tirso*, Santo Tirso, 2007, pp. 15-18 e 54-56.

¹⁹³⁶ Depois de confirmada a morte de D. Sebastião, em Alcácer Quibir, foi coroado rei o Cardeal, na igreja do Hospital de Todos os Santos, no Rossio, a 28 de Agosto de 1578. Morreria a 31 de Janeiro de 1580.

Pois, o Cardeal-Rei, em texto que transcreveremos na íntegra, ao apêndice documental, dirá:

*que na cidade villa ou lugar onde Cada hum dos mosteiros da dita ordem de sam bento ora estão ou daqui em diante esteuerem, o Abbade ou prior e Convento do dito mosteiro possão escolher hum dos taballiais das notas dos que na tal Cidade villa ou lugar ouuer que elles nomearem e mais quizerem pera efeito do que no dito apontamento requerem o Coal tabellião escrevera em seu livro de notas todas as escreturas de arrendamentos he emprazamentos e coais quer outras escreturas e sensos que tocarem ao dito mosteiro e rendas e propriedades delle*¹⁹³⁷.

II. O MOSTEIRO E A PARÓQUIA.

AMADOR RIBEIRO DE ANDRADE, ÚLTIMO VIGÁRIO SECULAR DA FREGUESIA DE SANTO TIRSO

1. Família

Dos documentos do cartório de Santo Tirso podemos conhecer várias coisas que respeitam à vida particular e familiar do nosso vigário, Amador Ribeiro de Andrade, pároco da comunidade secular de Santo Tirso. A primeira que nos vem à memória será a hipótese da relação deste licenciado com o do texto da matrícula de ordens onde se nos fala de um Amador, filho de presbítero e de uma mulher solteira, dispensado por autoridade apostólica e que era da freguesia de Santo Tirso, do bispado do Porto. Recebera Prima tonsura das mãos de D. Francisco da Conceição, bispo de Massilia, na Capela de S. Paulo, cidade de Braga, a 9 de Março de 1555¹⁹³⁸.

Além disso – e dados agora mais seguros –, do emprazamento do Casal do Monte Corvilhe e da Quinta de Gião - ambas as coisas da mesa abacial e situadas no perímetro urbano da nossa cidade -, tomamos conhecimento de sua mãe. Chamava-se Catarina Pires, a primeira vida daqueles títulos. Amador Ribeiro foi exactamente a segunda. Pelo cartório e em textos referentes aos mesmos casais, sabemos até que a terceira vida, nas mesmas casas de lavoura, foi uma filha deste nosso Vigário de Santo Tirso, de nome Isabel de Andrade¹⁹³⁹.

Do problema havido entre Amador Ribeiro e o convento beneditino da nossa urbe, a propósito do direito de apresentação da igreja de Boim, Lousada, vem-nos à mão o nome de um tio deste licenciado, também sacerdote. Chamava-se Gaspar Lourenço. O sobrinho, Amador Ribeiro, indigitá-lo-á para vigário daquela paróquia¹⁹⁴⁰. E lá faleceria, por 1606. E duraria mais que o sobrinho que, quatro anos mais cedo, se finou...

¹⁹³⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 142

¹⁹³⁸ ADB/UM *Matrícula de Ordens*, Pasta n. 12 A, f. 62.

¹⁹³⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, ff. 34 v.- 35. Em 1622, estava já em vigor um novo emprazamento, a favor de Alexandre Jácome e de sua mulher. Em suma, Catarina Pires (1.ª vida), seu filho, Amador Ribeiro (2.ª vida) e Isabel de Andrade (3.ª vida) foram, na mesma altura, os titulares do Casal do Monte Corvilhe, onde hoje se ergue o Hospital da Misericórdia.

¹⁹⁴⁰ Um sumário muito breve deste problema vai ser dado a seguir. E um desenvolvimento maior sobre esta igreja ficará para o volume em preparação, acerca dos Padroados e Coutos de Santo Tirso.

2. Os estudos de Amador Ribeiro, na Universidade de Coimbra

De um documento do nosso mosteiro beneditino, sabe-se que o construtor da Casa de Gião – entenda-se o que a mandou fazer - era estudante da Lusa Atenas, a 20 de Março de 1565, quando beneficiaria das vantagens de um arrendamento sobre uma propriedade da nossa casa religiosa:

(...) esta por certidão o prazo, que em 20 de Março de 1565 se fez a Amador Ribeiro estudante em Coimbra, do Casal do Rio, que em outro tempo era o Casal de Vallada, sito nesta freguezia (isto é, de Vilar do Pinheiro, que dela se estava falando) que antigamente se chamava Villar de Porcos, por virtude da procuração que o Cardeal Farnéz Commendatario deste Mosteiro fez a Angelo Charissimo ¹⁹⁴¹.

Em Coimbra, pois, se licenciaria aquele cujo nome, na Casa de Gião, conseguiu vencer as intempéries de quatro séculos. Menos o flagelo dos incêndios. E muito menos poderia fazer contra o que há de mais corrosivo na medula do coração humano: a cupidez da vil *mammona iniquitatis*...

Na Casa de Gião lá ficaria o testemunho da sua carreira universitária. De facto, na padieira da porta, ao andar nobre, que dominava a escadaria do eirado, enquadrando o brasão, ler-se-ia a epígrafe que Carlos Manuel Faya Santarém transcrevera ¹⁹⁴²:

ESTAS CASAS MANDOV FA(ZER)
O L.do AMADOR RIBEIRO 1577.

Pois, a enriquecerem a auréola intelectual deste Vigário, os louros da fidalguia deste ilustre sacerdote. Na padieira da porta, frente à escada do eirado, um brasão de armas, esculpido na mesma altura. A saber: escudo esquartelado: I e IV: uma flor de lis; II: uma estrela (?); III: três faixas bastilhadas, soltas no flanco esquerdo. Vaz Osório da Nóbrega diz que nada pôde apurar sobre a ascendência do Lic. Amador Ribeiro, chave talvez para a interpretação das armas constantes do escudo em questão. Estaremos em presença da reunião das armas dos LOPES (de Ciudad-Rodrigo) com as dos RIBEIROS ?

3. Outras propriedades de Amador Ribeiro, em Santo Tirso

Para além da Quinta de Gião, outras coisas emprazadas ao nosso mosteiro. Os beneditinos possuíam o Casal de Argemil. Aliás, aí, neste lugar da freguesia de Santo Tirso, o nosso mosteiro era senhor de três casas de lavoura. Uma delas subdividiu-se. Para o nosso propósito, interessa dar realce a uma fracção que tinha o nome de Quebrada do Carvalhal ¹⁹⁴³. Comprá-la-ia, ao sec. XVI, o pai de Catarina Fernandes. E continha esta parcela casas, pardieros e o Campo da Cortinha.

Recebê-la-á a filha que logo vendeu a Amador Ribeiro uma casa para o lado norte; um pardieiro, para o sul; e o seu rossio, por 500 reis. Mais tarde, a mesma Catarina

¹⁹⁴¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 194.

¹⁹⁴² *Inscrições portuguesas do Concelho de Santo Tirso*, em CSTBC II (1952-1953) 438.456.

¹⁹⁴³ *Quebrada* significa um casal pequeno. Cf. *Elucidário* de Viterbo, *sub voce*.

Fernandes venderia a Manuel da Rocha ¹⁹⁴⁴ o que de tudo ficara: uma casa, outro pardião, no lado sul, e sua cortinha. Entretanto, o Licenciado Amador Ribeiro daria a sua parte a Francisco Simões, por serviços que este lhe houvera prestado.

Com estes possuidores, nada de especial. Mas, como não havia carta da primeira compra, Catarina Fernandes, parece, teria dado a entender àquele segundo comprador, Manuel da Rocha, que lhe vendia a totalidade da Quebrada.

A questão, porém, só viria a surgir, não ao tempo de Amador Ribeiro, mas só quando Francisco Simões venderia a posse da Quebrada, a sua parte, ao directo senhorio, o mosteiro de Santo Tirso. Os beneditinos aprestar-se-iam a melhoramentos, na parte que lhes daria respeito. E, de imediato, veio a intervir o sobredito Manuel da Rocha com embargos. Levado iria ser o diferendo ao Corregedor e, logo, à Relação. Não nos interessa, agora, o desenvolvimento. Ficamos a saber que Amador Ribeiro de Andrade, Vigário de Santo Tirso, desde, pelo menos, 1579 até 1596, foi quem mandou construir a demolida Casa de Gião e que era também foreiro de uma parcela da Quebrada de Argemil, prazo de Santo Tirso ¹⁹⁴⁵.

Além do mais, pertenceria a Amador Ribeiro o Casal do Monte Corvilhe. Neste lugar se ergue, hoje, o Hospital de Santo Tirso, no posto de uma estação arqueológica digna de referência. Sabemos até dos possuidores deste Casal de Corvilhe, ao sec. XVI: Catarina Pires (1.^a vida), seu filho, o P.e Amador Ribeiro (2.^a vida) e Isabel de Andrade (3.^a vida) foram, na mesma altura, os titulares desta unidade de lavoura ¹⁹⁴⁶.

4. Amador Ribeiro, Vigário de Santo Tirso

O Licenciado de que estamos falando foi Vigário de Santo Tirso. Pelo menos o era já em 1579. Com ele, a paróquia de Santa Maria Madalena deixaria o assento que lhe vinha a caber desde séculos atrás – o nártex da igreja monástica –, para se instalar no seu corpo. Aqui – e pela altura do terceiro templo que os nossos monges construiriam –, e em altar lateral, tinham os fiéis os seus programas religiosos, particularmente a Eucaristia.

Por muitas razões – falta de recolhimento, agressividade das invernias ...-, os beneditinos, em Maio de 1579, pediriam ao bispo, em acto de visitaçāo, que a comunidade paroquial se acolhesse ao interior da igreja monástica.

O Licenciado não concordaria com a mudança. Ver-se-ia prejudicado nas suas benesses. Numa réplica violenta, contra os religiosos, enveredou pelos caminhos da ironia e da indelicadeza. Uma amostra tão só, que o caso já nos mereceu um desenvolvimento maior:

(...) os padres santos edificaram nos hermos mostejros limjtarāo aos secullares capellas e Igrejas fora dos mostejros para fugujrem ao mumdo e baralhos delles e os daguora por se vimguarem mjlhor do mumdo procuravāo serem vistos delle e fazerem dos mostejros dedjcados a Recolhjmento diçiplina e oraçāo Igrejas parochiaes para

¹⁹⁴⁴ Este Manuel da Rocha era bisneto de um outro artista tirsense, o dourador Pedro Anes, casado com Isabel Fernandes e dos quais se fala por 1498 e por 1528. Eram os titulares do segundo casal de Argemil. Já falámos deste Pedro Anes, em : *Elementos para um Dicionário de artistas e artífices do concelho de Santo Tirso. Pedro Anes, dourador*, em JST de 10 de Julho de 1987, pp. 1 e 9.

¹⁹⁴⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, ff. 50-50 v.

¹⁹⁴⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 35.

*verem e serem vistos de quem vay a estação e asy respomdem tam mall com a vyda e exemplo dos passados (...)*¹⁹⁴⁷.

Mas não se aceitariam as objecções. E o Cabido portugalense, por decisão de 28 de Setembro de 1579¹⁹⁴⁸, acabou de vez com a utilização da galilé como espaço da igreja paroquial de Santo Tirso. Doravante, o interior da igreja monástica vai servir para as duas comunidades: a religiosa e a secular. Dentro do mosteiro, que não queria, irá Amador Ribeiro presidir aos actos litúrgicos da paróquia.

Faltar-lhe-ia um pouco de serenidade. E as inconveniências da sua réplica mereceriam a censura e as ameaças da entidade capitular. E a luta com o mosteiro irá reacender-se, depois. Ainda tentou o recurso. Mas sem efeito¹⁹⁴⁹.

E foi Vigário até 4 de Novembro de 1596, quando um notário apostólico, de nome Manuel Pereira, o intimará à desistência e logo daria posse ao Abade do mosteiro de Santo Tirso, D. Frei Mauro da Trindade, do direito de apresentar regulares para esta vigararia, *ad nutum removíveis*, conforme Breve de Clemente VIII. Mas esta documentação será dada num outro volume que estamos preparando.

Seguir-se-ão, efectivamente, religiosos como vigários de Santo Tirso, até 1834.

5. A Quinta de Gião

Voltamos a esta quinta. Ficava nas vizinhanças do mosteiro de Santo Tirso. Hoje absorvida, como dissemos, pelo aro citadino da nossa urbe. Era esta propriedade da mesa abacial. Pelos meados do sec. XVI, era rendeiro Gonçalo Pires de Gião. Em 1563 – a 28 de Junho –, far-se-á novo prazo, nas notas do tabelião Jácome Varela, a favor de Simão Gonçalves. Depois, para os familiares do nosso Licenciado: primeiro, passaria para Catarina Pires, mãe de Amador Ribeiro, o nosso Vigário. A esta sucederia, pelos finais do sec. XVI, o seu filho padre; e, por último, em terceira vida, a filha deste, de nome Isabel de Andrade.

Desta forma, por entre 1570 e o sec. XVIII, mais ou menos, várias gerações em familiares de Amador Ribeiro, na posse de Gião. Em 1636, o Casal estava nas mãos do genro do dito vigário, de nome Alexandre Jácome que faleceu em 1636. De seguida, tomamos conhecimento de que era senhora deste casal uma neta do licenciado, Margarida Jácome, que desta vida se fora por 1686. Tinha casado com o capitão Francisco Monteiro, falecido em 5 de Novembro 1681...

¹⁹⁴⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 23 v.-24.

¹⁹⁴⁸ O diferendo foi julgado pelo Cabido, porque o Prelado do Porto, D. Aires da Silva, falecera em Alcácer Kibir, no desastre de 4 de Agosto de 1578. O Bispo era o Capelão-mor da expedição. No princípio de Setembro – a 7 deste mês –, de 1578, o Cardeal D. Henrique expediu uma carta ao Cabido da Sé do Porto, declacando *Sede Vacante* a igreja portugalense. O sucessor de D. Aires da Silva, D. Simão de Sá Pereira, só fará a sua entrada solene no Porto, a 12 de Maio de 1580, dia da Ascensão. Cf. D. RODRIGO DA CUNHA – *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, II Parte, p. 327.

Foi no interstício, representado por esta vacatura de quase dois anos, que da questão de Santo Tirso houvera de resolver-se. A 7 de Setembro de 1578 – na mesma carta da declaração oficial da vacatura –, sobre o Lic. Pedro Ferreira da Silva, arcediogo de Oliveira, se formou a decisão de o manter no cargo de Provisor e Vigário Geral. Foi ele que, nessa qualidade e pelo Cabido *Sede Vacante*, determinaria o encerramento da igreja secular de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, acomodada na galilé do mosteiro, e a efectivação das assembleias litúrgicas da comunidade paroquial, a partir dessa altura, no interior da igreja monástica.

¹⁹⁴⁹ Toda a questão em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 228-239.

6. A transformação do padroado de Boim

6.1. O empraçamento dos passais de Boim

Desde longa data que surgiriam problemas sobre a apresentação desta igreja, acualmente do concelho de Lousada.

Primeiro, o empraçamento dos passais da freguesia, em 1545. Os beneditinos sempre torceram o nariz, quer diante da afirmação da sua utilidade, quer da forma concreta como fora estabelecido o censo ou pensão.

Bastião Ribeiro e a sua mulher – depois que os louvados fizeram uma vedoria dos passais de Boim, exceptuada a residência e uma porção de terra, que sabemos ter sido o Campo do Avinhal e do Ruibaçal, com a sua horta – obtiveram dos Cónegos de Braga Aires da Costa e Francisco de Crasto, juízes executores, o empraçamento, não pelo censo que os vedores teriam estipulado ¹⁹⁵⁰, mas por outros quantitativos ¹⁹⁵¹, segundo decisão dos mencionados juízes executores do Breve Pontifício, que permitiu a enfiteuse ¹⁹⁵².

6.2. A transformação do curato de Boim em vigararia perpétua

Se a oposição dos beneditinos de Santo Tirso foi surda e ineficaz, mais hostil e aberta seria a sua luta contra a apresentação do cura desta paróquia. Era a igreja de Boim filial da de Santa Maria Madalena. Apresentaria o seu cura o Vigário de Santo Tirso, que era, nas circunstâncias desta contenda, o Licenciado Amador Ribeiro de Andrade.

Duas coisas descontentariam os nossos bentos. E com grande mágoa ! Primeiro, que o sobredito Vigário, com a decisão mai-las bênçãos do Vigário Capitular do Porto, de 2 de Setembro de 1581, transformasse o curato anual de Boim numa vigararia perpétua, o que seria, aliás, contra o direito.

Segundo, que apresentasse para Boim um tio seu, o P.e Gaspar Lourenço, com a cônica anual de 10.000 reis, todo o pé do altar, a residência, mais os terrenos que ficaram de fora do empraçamento de 1545. Mas com a cláusula que, a verificar-se, redundaria em proveito de ambos: um processo de Amador Ribeiro contra os caseiros, se viabilizado, libertaria ao P.e Gaspar Lourenço todo o passal e ao P.e Amador Ribeiro o compromisso dos 10.000 reis anuais. Lucro para ambas as partes ¹⁹⁵³ !...

¹⁹⁵⁰ Trinta alqueires de pão terçado: 10 de centeio e 20 de milho.

¹⁹⁵¹ 750 reis, em dinheiro, mais duas galinhas, ou dois vinténs por elas.

¹⁹⁵² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 115-115 v.. Veja-se o art.º *Vigários da paróquia de Santo Tirso*. Frei João Gonçalves, em JST de 15 de Abril de 1994, p. 3, col. 1-3; e de 22 de Abril de 1994, p. 3, col. 2-3.

¹⁹⁵³ Dirá uma nota do Cartório de Santo Tirso: (...) *confirmação que fez a 2 de Setembro de 1581 Pero Ferreira da Silva, e Vigário Capitular do Bispado do Porto por estar a Se vaga em Gaspar Lourenço para Vigario perpetuo desta Igreja (sendo antes curato annual) contra a forma do Concilio que não dá poder para isso só o dá aos Bispos, e ahi mesmo esta a posse que tomou o dito Gaspar Lourenço: foi confirmado por virtude da apresentação que nelle fez Amador Ribeiro Vigario da freguezia de Santa Maria Magdalena da Capella deste Mosteiro (...) e o mesmo Pero Ferreira da Silva refere que o dito Amador Ribeiro Vigario da freguesia de Santa Maria Magdalena da Capela lhe fizera huma petição para colar ao dito Gaspar Lourenço (que era Tio seu como se dirá abaixo) em Vigario perpetuum da Igreja de S. Vicente de Goim, e que fazia esta supplica em descargo de sua consciencia: despachou como pertendia confirmando ao dito Gaspar Lourenço em Vigairo perpetuum da dita Igreja sem ser examinado, por examinadores synodaes na forma do Concilio, e sem ter poder para isso consignando-lhe de Congrua dez mil reis cada anno, e todo o pé de Altar, e as Cazas da Rezidencia, o Campo do avinhal, e o Campo do*

6.3.A reacção dos monges de Santo Tirso à alteração do estatuto de Boim

A reacção dos monges não se faria esperar. E foi metódica. Parece que sabiam dar tempo ao tempo...

A 4 de Novembro de 1596, Frei Mauro da Trindade poria fora de Vigário de Santa Maria Madalena ao nosso Licenciado Amador Ribeiro, depois que obteve de Clemente VIII um Breve, para – diz o Abade e seu convento - tudo regressar aos antigos costumes de ser um monge do mosteiro o Vigário da freguesia.

Recorreu Amador Ribeiro. Mas nada adiantará. A 4 de Novembro de 1596, o notário apostólico Manuel Pereira deu a posse a um monge para Vigário e Capelão de Santa Maria Madalena ¹⁹⁵⁴. E deixará Santo Tirso, a paróquia, de ser Vigararia perpétua e secular...

E a 7 de Março de 1606, quando já era falecido o P.e Gaspar Lourenço, tio do Licenciado Amador Ribeiro de Andrade, o Abade do nosso mosteiro, Frei Basílio da Ascensão ¹⁹⁵⁵, conseguirá do Provisor do Porto que se revogasse por sentença o estatuto jurídico de Boim. A saber, a partir de agora:

1. O Vigário de Boim seria apresentado pelo Abade e convento de Santo Tirso, e não pelo Vigário de Santa Maria Madalena da Capela do mosteiro de Santo Tirso;
2. e voltaria à condição de curato, como dantes o fora, e anual.

Ficava assim anulada a perpetuidade da Vigararia de Boim: o Vigário Capitular é que não o podia ter feito. E nem sequer havia razões que o justificassem ¹⁹⁵⁶.

Deixou, além do mais, Boim de ser igreja filial da paróquia da Capela de Santa Maria Madalena do mosteiro de Santo Tirso – a comunidade secular -, para ser filial do próprio mosteiro, ou seja, da comunidade religiosa.

Ao Amador Ribeiro não foi fácil aos nossos monges calá-lo. Eram muitas as coisas que o punham em luta com os beneditinos: o encerramento do nártex, onde, durante muitíssimos anos, a comunidade secular tivera os seus ofícios divinos, separada dos

Ruybaçal com sua horta, e que cazo se vencesse a demanda, que se trazia com o Cazeiro dos Passaes da Igreja Largandose estes ao Vigario perpetuum novamente criado sessarião dos dez mil reis de congrua annual. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 115 v.- 116.

¹⁹⁵⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 34 v. – 35 v.

¹⁹⁵⁵ Seria Abade de Santo Tirso desde 1605 a 1608. Fora também Abade de Refojos de Basto e do Pombeiro.

¹⁹⁵⁶ (...) *humã sentença que deu o Provizor do Porto a sete de Março de 1606 da qual consta que susedendo falecer Gaspar Lourenço Vigario perpetuum da Igreja de S. Vicente de Goim o Dom Abbade que então era deste Mosteiro Frei Basilio da Ascencam fez humã petição ao Bispo do Porto D. Frei Gonçalo de Moraes, e nella lhe representou que a Vigairaria de Santa Maria Magdalena da Capella deste Mosteiro era Regular ad nutum removivel, e a ella era annexa como filial a Igreja de S. Vicente de Goim onde se apresentava hum Cura annoal, e que no anno de 1581 sendo Vigairo da Igreja de Santa Maria Magdalena da Capella Amador Ribeiro fizera suplica ao Vigairo Capitular Pero Ferreira da Silva, para colar em Vigairo perpetuum da dita Igreja a Gaspar Lourenço tio delle, e que com efeito o colara em Vigario perpetuum; obrando contra a forma do concilio, por este não dar faculdade aos governadores dos Bispados para isso; mas so sim aos senhores Bispos, havendo cauza, e que, não hera justo que a Matris guial era a vigairaria da Capella deste Mosteiro fosse removivel, e a sua filial fosse perpetua.*

Remeteo o dito Bispo; ou para melhor dizer cometeo as suas vezes ao seu Provizor, o qual vistos os informes, e prova que se faz julgou ser nulla a confirmação feita em Gaspar Lourenço para Vigario perpetuum por não haver para isso o poder que o direito requer, nem constava ouvesse nesecidade, e que em tal cazo revogava o titulo da Vigairaria prepetua, e dava Licença ao Dom Abbade de S. Tyrso e seu Convento para apresentar cura annoal na forma antiga (...). Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 116-117.

monges; depois, o abandono pastoral forçado sobre o rebanho da que fora sua paróquia, durante tanto tempo; por último, o conluio com o tio, na posse de Boim, com o subsequente esbulho dos direitos de Santo Tirso, de que acabamos de falar... Protestou. Só haveria de chegar a uma conciliação com os religiosos, quando, meio ano depois, com a sua apresentação e tomada de posse da freguesia de S. Lourenço de Asmes, se comprometera a deixar os monges de Santo Tirso em paz e quietação...

7. Amador Ribeiro, pároco de Ermesinde

Sabemos, porém, que Amador Ribeiro, logo que saiu compelido da Vigararia de Santo Tirso (Novembro de 1596), foi apresentado pelo mosteiro – apesar das desinteligências continuadas com os nossos monges –, para abade de S. Lourenço de Asmes, paróquia que, hoje, melhor se conhecerá com o nome de Ermesinde.

E parece-me que a apresentação de Amador Ribeiro – junto com mais dois nomes, dos quais se elegeu o ex-Vigário de Santo Tirso – foi mesmo resultante de um acordo entre ele e o mosteiro. Não seria fácil aos bentos removê-lo da paróquia de Santa Maria Madalena – não seria *amovível ad nutum*, antes perpétuo –, pelo que a apresentação para abade de Ermesinde teria sido solução consensual que daria ao Licenciado de Gião uma alternativa, para renunciar pacificamente a todo o direito que tinha ou pudesse vir a ter na freguesia de Santo Tirso. Assim se compreende que, no auto da confirmação da igreja de Ermesinde, o Provisor lhe impusesse a cláusula da desistência sobre a Vigararia de Santa Maria Madalena da capela do Mosteiro de Santo Tirso. Conhecido o propósito, apresentaram-no, pois, os nossos monges para S. Lourenço de Asmes.

Aliás, é este documento da sua confirmação que nos dirá também o seu nome completo: Amador Ribeiro de Andrade. E acrescenta que foi confirmado nesta paróquia, a 6 de Agosto de 1597 – meio ano depois da saída de Santo Tirso –, pela morte do abade anterior, o Licenciado Rui Nogueira.

E sabemos que Amador Ribeiro de Andrade permaneceria à frente da paróquia de S. Lourenço de Asmes até à sua morte, que ocorreu em Maio de 1602¹⁹⁵⁷.

Deste acontecimento, a sua morte, retiraremos os dados que nos fornece o Cartório de Santo Tirso:

*Do appenço honze se mostra vagar a Igreja de S. Lourenço Dasmes, por morte do ultimo Abbade della o Licenciado Ruj Nogueira, em hum dos mezes de Junho de mil quinhentos noventa e sette, e por pertencer o Padroado ao Mosteiro de Santo Thyrço de Riba D'Ave, e Seu Dom Abbade, e mais Religiozos a apresentarão nos Lecenciados Amador Ribeiro, e Saluador da Fonceca, clerigos de Missa deste Bispado, e em Paulo Mendes da Diocese de Braga para escolherse hum; e pondosse a Concurço se passou mandado para a Eleyção, e elegerão ao dito Lecenciado Amador Ribejro de Andrade, cuja apresentação sortio effeito. E por morte delle vagou no mez de Mayo de mil e seis centos e dois e foi provido por concurço no Lecenciado Miguel de Figueirôa*¹⁹⁵⁸.

Acrescente-se que, pouco depois de Miguel Figueiroa, era já pároco de Ermesinde um tal P.e Melchior Nogueira, que faleceria em Dezembro de 1624.

¹⁹⁵⁷ Faleceria, confortado com todos os sacramentos, na Quinta de Gião, a 28 de Maio de 1602. Recebeu tumulação em sepultura junto de seu pai, ao pé do altar de Santa Maria Madalena (hoje átrio da igreja matriz). Deixou como herdeiros seus filhos Isabel de Andrade e André de Andrade.

¹⁹⁵⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, f. 126

São desta forma os documentos comprovativos dos últimos tempos do nosso Vigário. Veja-se, agora no apêndice documental, a cerimónia da confirmação de Amador Ribeiro de Andrade, na paróquia de S. Lourenço de Asmes, a 6 de Agosto de 1597.

CAPÍTULO VII

NOS PRIMÓRDIOS DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA PORTUGUESA

1. Primeira fase: o grão de mostarda (1558-1562)

1.1. Passos incertos

Antes de mais, uma anotação prévia. Uma primeira tentativa de re-estruturação da Ordem beneditina, em Portugal, remontará um pouco antes da meta indicada em epígrafe. Ao tempo ainda de D. João III (1521-1557). O monarca, com a sua esposa, Dona Catarina de Áustria, dirigiram-se ao Abade Geral da Congregação de Valladolid, Alonso Toro (1524-1542), rogando-lhe enviasse reformadores que preparassem os mosteiros beneditinos de Portugal, de harmonia com a restauração almejada da vida religiosa.

Acedeu o dito Geral que enviou para cá dois monges de Montserrat, que muito criteriosamente seleccionara. Um era português, António de Sá, transmontano, natural do Mogadouro. Estudara Cânones em Salamanca, e fôra Desembargador de D. Manuel. Depois, tomara o hábito de S. Bento, no mosteiro de Monserrate, na Catalunha. Em Espanha, assumira as funções de Abade de S. Vicente de Salamanca.

O outro companheiro era de origem francesa, João Chanon, que fora director espiritual de reconhecida fama e que teve, entre os seus dirigidos (1522), Santo Inácio de Loyola, que veio a ser o fundador de Companhia de Jesus.

D. João III, querendo trabalhar na reforma da Ordem beneditina em Portugal, chamou Frei António de Sá para Governador de Alcobaça, papel que desempenharia pelo decurso de uns quatro anos. Depois, ainda por incumbência de D. João III, que confiava nas suas qualidades de espírito e de inteligência, fá-lo-ia comendatário dos mosteiros de Tibães, Carvoeiro (1530) e Arnoia (1531). Mas, devido à oposição da fidalguia que cobiçava os frutos rendosos dos mosteiros, ficou-se Frei António de Sá pelo mosteiro de Tibães. Fez obras na casa religiosa, aceitou noviços, criou um novo espírito monástico, chamando para mestre de noviços o companheiro Frei João Chanon, também professo de Montserrat, como se disse, e que já exercera o dito papel de mestre de noviços em Alcobaça. Este francês assumiria também o cargo de comendatário do mosteiro cisterciense de Seça¹⁹⁵⁹.

¹⁹⁵⁹ Cf. COLOMBÁS, G.M. – *La Tradición Benedictina*, Ediciones Monte Casino, Zamora, t. VI 1996, pp. 237-238. Cf. Diz Jorge Cardoso: *No real conuento de Alcobaça, cabeça da Ordem de S. Bernardo neste Reino, perseuera a memoria de J. Ioão, de nação Frances, primeiro Boticario delle, onde de idade de quarenta annos tomou habito de Conuerso, e sobreuiu cincoente e cinco com grande exemplo de sanctidade, fazendose summamente amauel por sua brandura, mansidão candidez, e tranquillidade de animo estremada, não dando em tanto discurso de annos a monge algum o menor motiuo de offensa; mas antes (como perfeito religioso) com igual humildade, e caridade procuraua compor as discordias, que entre elles succedião; e que conforme ao conselho do Apostolo (Sol non occidat super iracundiam vestram) não anoitecesse sem estarem reduzidos â antiga amizade. Com estas virtudes ganhou tanto nome na Ordem, que de todos era (commumente) tido por Sancto. E assi compridos nouenta e cinco da idade, preparado para a vltima jornada com o Viatico, i extrema Vnção, passou da transitoria á vida sempiterna, e permanente. Leuado á sepultura do commum cemiterio dos Conuersos, por diuina vontade, parou o feretro diante da capella da Senhora da Conceição, ficando immoueis os que o leuauão. O que visto dos religiosos, entendendo que o Senhor era seruido darselhe*

Mas pouco teriam conseguido fazer. A resistência dos monges, tolhidos de medo e de preguiça, com outros vícios à mistura, como adiante se verá, e a oposição tenaz dos comendatários, ciosos em demasia dos rendimentos materiais da sua mesa abacial a que se lhes dava o direito – e de outros bens a que direito se lhes não dava – eram barreiras de difícil transposição. Assim em Tibães, por exemplo, logo se seguiria a Frei António de Sá, um comendatário, D. Bernardo da Cruz¹⁹⁶⁰, cujo relacionamento com os monges foi difícil. E a vida, dentro do mosteiro, inteiramente degradada. É só ver o relatório de Frei Alonso Zorrilla e as impressões que colherá da ruína espiritual e temporal da casa, logo depois, em 1564-1565

Um que outro comendatário ainda faria qualquer coisa, mas tímida em relação àqui lo que uma verdadeira reforma exigirá. Entre estes, contaríamos as iniciativas de D. Diogo de Murça, frade jerónimo, comendador do mosteiro de Refojos de Basto, que fundaria, em Coimbra, o Colégio de S. Bento (1555), onde nesse mesmo ano, professariam uns 12 religiosos.

O mais aberto à reforma, porém: o penúltimo abade comendatário de Santo Tirso, D. António da Silva, sobrinho do anterior abade D. Miguel da Silva, que, se não fosse o direito de acesso e regresso do Cardeal Alexandre Farneses, teria acabado a reformação do mosteiro de Santo Tirso e que deste faria a casa-mãe da Congregação Beneditina Portuguesa.

1.2. A chegada de D. Frei Pedro de Chaves e de Frei Plácido de Vilalobos

Foi um título de glória para o nosso mosteiro. Sem dúvida, como o confessa, mais que uma vez, o cronista Frei Leão de S. Tomás. Uma das condições da renúncia de D. Miguel, a onerar a consciência do sobrinho, D. António, relacionava-se com a reestruturação da Ordem Beneditina.

As *démarches* tiveram início por 1558¹⁹⁶¹. Dona Catarina escrevera à nora¹⁹⁶², a pedir-lhe o envio de dois religiosos beneditinos, para a reformação dos conventos desta Regra em Portugal.

Dona Joana anuiria. Logo interveio junto do Geral de Castela, Frei Diogo de Lerma, que mandaria dois frades de grande virtude para o nosso mosteiro de Santo Tirso: Frei Pedro de Chaves, espanhol de nascimento – não obstante o nome ! -, e Frei Plácido de Vila Lobos, natural de Lisboa – aliás -, de uma das famílias mais nobres da cidade -,

sepultura naquelle lugar, selhe deu com grande consolação, e beneplacito de todos, e não menor honra, e veneração: Agiologio Lusitano, t. I, Lisboa, 1652, pp. 384-391.

Sobre a acção dos dois religiosos de Monserrate, Frei António de Sá e João de Chanon, cf. RAMOS, Luis Oliveira – *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica) II*, em BA 51(nn. 106 (119) 2003, p. 206. Frei António de Sá morreu em 10 de Agosto de 1550. Escreveu *Memórias de alguns Mosteiros Benedictinos da Província do Minho*, manuscrito que Frei Leão de S. Tomás chegou a ver no Arquivo de Tibães: *Benedictina Lusitana*, trat. II, Parte II, c. XXIII, par. 2, p. 387; e c. XXIX, p. 412 e c. XXX, p. 414, no tomo I. Para o papel destes mesmos religiosos, Cf. FREI LEÃO DE S. TOMÁS – *Benedictina Lusitana*, t. I, pp 386-391.

¹⁹⁶⁰ Morreu no dia de Páscoa de 1565

¹⁹⁶¹ Tinha D. Sebastião quatro anos. Governava, em seu nome, sua avó, Dona Catarina. D. João III falecera em 1557. O príncipe D. João, último dos nove filhos de D. João III, morrera aos 17 anos, dezóito dias antes de seu filho, D. Sebastião, nascer, o que aconteceria a 20 de Janeiro de 1554.

¹⁹⁶² O príncipe D. João, pai de D. Sebastião, casara no Toro, a 11 de Janeiro de 1552, com Dona Joana, filha de Carlos V e de Dona Isabel de Portugal. Depois do nascimento de D. Sebastião, já viúva, Dona Joana, a instâncias de Carlos V, foi para Valhadolid – 17 de Maio de 1554 -, como Governadora de Castela, na ausência do Príncipe Filipe, por ocasião de suas bodas com Maria Tudor, rainha da Inglaterra.

ambos religiosos de Monserrate, o primeiro mestre que aí fora de noviços, e o segundo um confessor de subida reputação.

Aqui, em Santo Tirso, trabalharam durante alguns anos (1558-1562). Com muito êxito, mas também no meio de muitas dificuldades e contradições. Ver-se-á.

O projecto era agora alargar a reformação a outros mosteiros e federá-los numa Congregação.

Dirá, cheio de contentamento, Frei Leão de S. Tomás, que era monge de Santo Tirso ¹⁹⁶³.

Como pois todos os Primados de que temos feyto menção forão de honra, e gloria pera os que lhes derão principio, como o não será tão bem pera o Mosteyro de S. Thirso ser ele o primeyro em que se votarão os tres votos necessarios pera a perfeçõ Religiosa, o primeyro em que ressusitou a reformação, o primeyro em que se viu a obseruancia, o primeyro que guardou os ritos, e ceremonias della ? Gloriesse pois esta casa de ser a guia de todas as mais, e digamos os filhos della, Herodij domus dux etc procurando ser exemplo a todas as que depois se reformarão, pois nessa obrigação nos poem a primacia de sua reformação ¹⁹⁶⁴.

Iria ser aquela, a Congregação, a segunda etapa da Reforma. Exposto, primeiro, o assunto das suas labutas no mosteiro tirsense e o feliz resultado – globalmente – do seu trabalho, receberiam os dois religiosos da Rainha Dona Catarina e do Cardeal Dom Henrique a incumbência do dito projecto, para cuja realização se fazia necessário uma Bula Pontifícia.

Mas Frei Pedro de Chaves regressaria a Espanha. A lentidão burocrática, preguiçosa, dos despachos régios e a oposição dos poderosos que, na mira de alcançarem as lideranças monásticas, na qualidade de comendas para si, para familiares e amigos, faziam de estorvo ao aviamento do projecto, antes que de animação.

E não apenas estorvos de origem laica. Até mesmo eclesiásticos. E até da parte daqueles de quem menos se esperaria. E mais motivados por razões económicas e materiais, o que é menos compreensível e, por isso, muito mais escandaloso. Ouçamos Frei Leão de S. Tomás:

(...) O Cardeal tinha de mandar pedir ao Papa as Bullas sobreditas, ainda que fosse com offerecer ao Pontifice certa copia de dinheyro, pera refazer a perda que a Curia Romana padeceria em não prouer mais as Abbadias, quando os Abbades Commendatarios morressem, e suas Abbadias vagassem ¹⁹⁶⁵.

Parece impossível, mas é verdade... Foi-se o monge Frei Pedro de Chaves. Ficaria o seu companheiro, Frei Plácido de Vila Lobos ¹⁹⁶⁶, em Santo Tirso, na qualidade de Prior

¹⁹⁶³ Ao falar do primeiro abade de Santo Tirso eleito, no período já em funcionamento da Congregação, Frei Luis do Espírito Santo, em 1590, dirá Frei Leão de S. Tomás: *Neste anno de 1590 a 7 de Março que foi dia de S. Tomás: e de Cinza, me fez Deus mercê de me lançarem o habito sagrado que não merecia.* Cf. *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 39.

¹⁹⁶⁴ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 415.

¹⁹⁶⁵ *Benedictina Lusitana*, t. II, pp. 415-416.

¹⁹⁶⁶ Frei Plácido de Vilalobos, de uma família nobre e prestigiada da capital, foi abade do primeiro mosteiro de Lisboa, o da Estrela, onde, em 1571, se pensava estabelecer o abaciado geral da Congregação Beneditina Portuguesa. Este convento foi inaugurado em 25 de Dezembro de 1573. Dele foi abade, como dito ficou, Frei Plácido de Vilalobos (1575-1581). Ao cabo desta responsabilidade, outra maior o esperaria: a de Abade Geral da Congregação até 1587. Foi ele que, nesta qualidade, enviara os primeiros monges bentos para o Brasil. Morreu em 1589. Dir-se-á no seu elogio: *varão muito caritativo*

deste mosteiro, como o fora já Frei Pedro de Chaves, para que o esforço dos dois, ao menos nesta casa, se não gorasse no eco lento e perdido de uma memória distante. Valeu a Frei Plácido, que ficara só, a constância do Cardeal D. Henrique, em cuja alma sempre encontrariam acolhimento providencial os anseios de tão grande reformador:

*Estando ja a casa de S. Thirso reformada (como temos dito), e ido o Padre Frey Pedro de Chaues pera a sua Congregação de Castella, ficando sô o Padre Frey Placido de Villalobos, tanto trabalhou com seu santo zelo, pera se reformarem universalmente os Mais Moosteyros de São Bento, que Recordatus est Dominus Noe; Lembrousse Deos dos merecimentos do glorioso Patriarcha S. Bento, e inspirou no coração do cardeal Dom Henrique, que pedisse à Santidade de Pio V que ouuesse por bem concederlhe suas Bullas, pera os ditos Mosteyros se reformarem, e unirem, mas primeyro fez as suas diligencias, que lhe parecerão necessarias*¹⁹⁶⁷.

2. Segunda fase: a expansão da Reforma e a tenacidade de Frei Alonso Zorrilla (1564-1565).

2.1. Um monge tenaz, de antes quebrar que torcer...

A segunda etapa é marcada pela expansão da Reforma iniciada no nosso mosteiro. Um pouco complexa a questão. Poria em jogo, antes de mais, bispos, Papas... E outros poderosos !

Frei Alonso Zorrilla nasceu em Espinos de los Monteros, Burgos, em 1508. Tomou o hábito beneditino, em 1526, no mosteiro de Oña. Estudou em Salamanca, Lovaina e Bolonha. Aqui se doutorou em Teologia. Foi representante de Carlos V, no Concílio de Trento. Após regressar a Espanha (1550), foi abade de S. João de Burgos (1553-1556), Oña (1556-1559) e Salamanca (1559-1562). Foi logo de imediato que veio para Portugal. E cá estaria até 1565. Pouco depois, foi eleito Abade Geral da Congregação de Castela, em cujo desempenho se finaria, em 1571.

A dinamização reforçar-se-ia com a chegada deste Frei Alonso de Zorrilla, que o Abade Geral de Castela para cá enviou. Tinha por companheiro Frei João de Gusmão.

Sabemos que Frei Alonso Zorrilla visitará, com mão dura, vários mosteiros beneditinos: Coimbra, Santo Tirso, Tibães, Refojos, Travanca, Rendufe, Carvoeiro, S. Romão de Neiva, Bustelo, Paço de Sousa, Apendurada.

Veria coisas tão inesperadas quão terríveis. Procurou disciplinar os monges no espírito da oração, na observância da clausura, na fidelidade aos compromissos religiosos – pobreza, obediência e castidade -, no dever do estudo e do trabalho. Castigaria os relutantes, mesmo à vergastada e com prisão, se preciso fosse. Expulsou os díscolos. Mas também exigiu, da parte dos comendatários, o respeito pelos religiosos e pela sua cônica sustentação.

Quando chegou a Santo Tirso, já não veria casos lastimáveis, como noutros lhe aconteceu observar. Com certeza que os de cá não seriam muito diferentes, se não

com todos, especialmente com os enfermos, e tão humilde que era o primeiro a acorrer aos ofícios humildes; modesto, grave, moderado, pobre no comer e no vestir, obediente e exacto no cumprimento das suas obrigações do monge perfeito. Ensinava silenciosamente aqueles que muito distariam desta perfeição religiosa: G.M. COLOMBÁS – La Tradición Beneditina, t. VI, p. 238.

¹⁹⁶⁷ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 415. Do papel e da actuação de Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vilalobos terá escrito uma crónica Frei Baltasar de Braga. Cf. OLIVEIRA RAMOS, Luís de – *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)* II, em BA LI 106 (119) 2003, p. 208.

fossem a dedicação e o zelo, ao longo de meia dúzia de anos atrás, da parte de um Frei Pedro de Chaves e de um Frei Plácido de Vila Lobos ¹⁹⁶⁸. Viu, sim, os monges – pelo menos alguns – descontentes, revoltados e saudosos das cebolas do Egipto. Mas sem maior degradação, como noutros, com os próprios olhos, pôde observar.

No seu relatório ao Cardeal Alberto ¹⁹⁶⁹, dá conta do estado dos mosteiros e das medidas que houve de tomar – quando pôde ! -, para introduzir a Reforma.

2.2. Os relatórios

Para fazermos uma ideia da situação e do trabalho que dele se iria exigir, ao dito Frei Alonso Zorrilla, vejamos alguns exemplos do seu relatório. Um que outro caso, para elucidação.

Primeiro, o convento de S. Romão de Neiva. Antes de mais, no temporal: (...) *achei-o de todo perdido e arruinado, por causa das questões e pleitos que, entre si, tiveram, durante vinte anos, os comendatários daquele mosteiro que, à excepção da igreja, não deixaram pedra sobre pedra. Até uma devesa que o mosteiro possuía – a melhor de Entre-Douro-e-Minho, diz-se – a derrubaram por inteiro, sem deixar de pé uma só árvore !*

Pelo que respeita aos prédios e rendas do mosteiro, uma desgraça ! Primeiro, foi o comendatário Pedro Fernandes, sogro de Miguel do Rego: casou três filhas e, por prazos, abonou a sua mãe com as melhores propriedades do convento. E, se algum monge se opusesse, moê-lo-ia de açoites e pancadaria. Uma vez até - quando todos foram unânimes numa oposição comum – tirou o Prior e mandaria vir de Palme um outro para Prior, na companhia de alguns monges. Estadearam quinze dias em S. Romão de Neiva, a representar o Prior e convento deste. E então se fizeram os prazos que o abade quis a Miguel do Rego que o governava. E, acabada a tarefa, voltaram a Palme o dito Prior e monges. Só para aquele efeito é que tinham vindo a S. Romão.

Desta forma se alienariam todas as principais propriedades do convento de S. Romão. E o que ficou da mesa abacial o repartiram, há pouco, entre si os feitores do Cardeal Santaflor – Manuel de Faria e Jerónimo Alpuen -, em virtude de um certo poder que cá teria o Cardeal Baltasar de Faria. Este, importunado pelos outros, emprazou-lhes tudo quanto tinha de bom o mosteiro. Ficariam, apenas, uns areais (...).

E ameaçam que hão-de matar a todos os que tentarem retomar-lhes os bens (...) ¹⁹⁷⁰.

Esta é a situação em que se encontra o mosteiro de S. Romão, no campo temporal. Mas, sob o ponto de vista espiritual, está muito pior. É que três monges muito maus vivem em companhia de um Prior, muito velho e tolhido. Além de terem as suas mancebas e seus filhos públicos, iam de noite e de dia, pelas vendas e tabernas das vizinhanças, jogar e “putear” (sic) e beber... Até se embriagarem, com frequência !

¹⁹⁶⁸ A julgar por documentos que possuímos, já desde o sec. XV – veja-se a visita de 1437, em CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 221-227 –, era de presumir que as coisas não seriam nem piores nem melhores que, agora, nos demais conventos...

¹⁹⁶⁹ Intitula-se: *Informação que deu o P. fr. Alonso Çorrilla dos nosos mosteiros a S.A. avendos visitado*, Arquivo Historico Nacional de Madrid. Foi publicado por PASCUAL, Ernesto Zaragoza – *Reforma de los benedictinos portugueses*, em BA XXXV (1981) 79-80, p. 275 e ss.

¹⁹⁷⁰ Era de tal ordem o clima de ambição e de violência, no afã da disputa dos despojos deste mosteiro que nos dirá Frei Leão de S. Tomás: *Dos Abbades perpetuos, e Commendatarios do Mosteyro não temos outra notícia, senão que matarão o ultimo Commendatario, e deuião ser seus parentes, por não querer renunciar em hum seu sobrinho: mas vagando, logo se deu à reformação, reseruando o Papa a terceyra parte das rendas delle, que deu a Dom Aluaro de Castro, que naquele tempo estaua em Roma por Embayxador; E pera que este fidalgo largasse esta pensão à Ordem, e o Mosteyro ficasse liure, o Cardeal Dom Henrique lhe deu huma Commenda que lhe rendia o mesmo, ou mais. Cf. Benedictina Lusitana, vol. II, pp. 326-327.*

Tiraram-se estes tais do mosteiro: um fugiria do tronco, ao outro se lhe tirou o hábito. Um terceiro foi retirado dali para longe, para um outro mosteiro.

Trouxe-se um Prior, homem muito bom, e ali se poria, com aquele, mais três monges bons. Cercou-se todo o mosteiro, fez-se-lhe uma portaria de carros e de gente, umas grades na igreja, e todas as officinas necessarias, com todas as suas alfaias. Proveu-se a sacristia, e deu-se aos monges todo o necessário para puderem viver em comunidade. Assim ficam em comunidade e clausura, com toda a disciplina e observância, ocupados em bons exercícios espirituais de lição. E servem a Deus com alegria (...) ¹⁹⁷¹.

Passamos ao *mosteiro de Basto*. Aí fora digna de registo lamentável a absurda nesciência dos frades. *Novos e ignorantes !* Limitar-se-iam a dizer as horas do coro. Sem exercício espiritual, sem lição e sem oração... Embora tivessem um leitor de Gramática em casa, eram todos muito alérgicos ao estudo e aos livros. E nenhum deles iria à lição. D. João ¹⁹⁷² enviá-los-ia a Braga para se ordenarem. Mas recambiá-los-iam, sem os graus hierárquicos, por idiotas e inábeis...

Era de tal ordem a força dos Comendatários, mancomunados uns com os outros, e com a complacência – senão com o apoio escancarado e cúmplice – dos poderes públicos, que Frei Alonso Zorrilla nada pôde fazer para lhes imprimir na frente um ideal religioso que palpitasse. Só depois da morte daquele comendatário, é que este convento de Basto iria fazer a sua adesão à Reforma.

No convento de Bustelo, *Encontrei-me – diz Zorrilla – com um Prior perpétuo e quase todos os religiosos amancebados, proprietários ¹⁹⁷³ e apostados em apelar da visita, para ficarem na situação em que estavam antes. Por isso, os castiguei e por outros muitos delitos que, a respeito da visita, cometeram. Mancomunaram-se contra ela, e de antemão arrendaram as igrejas do convento em 131.000 maravedis. E logo teriam repartido entre si o dinheiro, gastando-o, para que não houvesse comunhão de bens.*

Mas a tudo isso se poria remédio. Acalmaram-se, já vivem em comunidade, observam a clausura, vivem na fidelidade à observância, muito embora tivesse sido necessário enviar o Prior preso para Tibães e dois monges para Santo Tirso ¹⁹⁷⁴.

E que achou Frei Alonso Zorrilla do nosso convento ? Para o reformar, já tinham trabalhado aqui, alguns anos antes, Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vila Lobos. O primeiro regressaria, entretanto, a Espanha. Ficara o segundo, labutando na santa teimosia da renovação. Apenas, com a relutância de alguns que tinham vindo da claustra – os que entraram mais recentemente foram também mais receptivos -, com a

¹⁹⁷¹ Veja-se o art.º citado de Ernesto Zaragoza Pascual, em BA, pp. 285-286.

¹⁹⁷² D. João Pinto, sobrinho do célebre Reitor da Universidade de Coimbra, Frei Diogo de Murça, jerónimo. Era aquele cónego regente de Santa Cruz de Coimbra e governou o mosteiro de Refojos por entre 1560-1570. Finda a sua prelazia, entrará a Reforma no convento de Basto, com o primeiro abade trienal Frei Tomás do Touro. Cf. *Benedictina Lusitana*, vol. I, p. 499.

¹⁹⁷³ Sem partilha comum de bens. Cada um tendo de seu, e dele gastando com inteira liberdade.

¹⁹⁷⁴ PASCUAL, Ernesto Zaragoza, art.º citado, p. 287. Logo o mosteiro de Santo Tirso teria cadeia, já antes da sua integração de direito pleno na Congregação. Um dos frades de Bustelo que Zorrilla enviou para o nosso convento teria sido Frei António Dinis, que, depois, morreria pároco de Santa Cristina do Couto e que nunca aceitou a Reforma. Ver-se-á no capítulo aparte.

conivência do comendatário ¹⁹⁷⁵ e do Tesoureiro da Sé do Porto. Dirá Frei Alonso Zorrilla:

Em Santo Tirso vi que os que tinham sido claustrais ¹⁹⁷⁶ tinham a casa em grande agitação. Por intermédio dos novos feitores do Cardeal Farnese ¹⁹⁷⁷ queriam remover de Prior ao Frei Plácido e recuperar a sua antiga liberdade. E já tinham entabulado negociações com o Tesoureiro da Sé do Porto, Afonso Gonçalves, que trabalhou para os desunir e fazer com que alguns tivessem de sair do mosteiro. De facto, uns tiveram mesmo de se andar, logo por ocasião da visita, e outros no processo que àquela se seguiu. Muito embora pensem estes que, por influência do dito Afonso Gonçalves, lhes há-de chegar do Cardeal Alexandre Farnese a graça de poderem regressar ao convento.

Tomei medidas: bastou castigar um, que os outros logo acalmariam. Mas não haverá paz, enquanto o dito Cardeal não deixar o mosteiro aberto à introdução da Reforma ¹⁹⁷⁸.

Embora numa certa agitação, estimulada de fora, porém, a renovação do espírito religioso ir-se-á impondo, que Frei Plácido não desistia. E triunfará.

2.3. As oscilações pontifícias que nada ajudariam...

Finda esta etapa, Frei Alonso Zorrilla escreveria o seu relatório de que oferecemos aos nossos leitores os extractos que acabamos de citar. Voltaria a Castela, sem que, entretanto, se lhe possibilitasse a hipótese de regresso, que lá se passaria a Abade Geral da Congregação. Consigo, porém, levaria um beneditino português, Frei Cosme de Mendanha ¹⁹⁷⁹, que foi providencial na fase definitiva da implantação do novo espírito beneditino.

O alvo, pois, de tantas *démarches* era a Reforma de todos os mosteiros e a consequente federação dos mesmos. Em 1556, o Cardeal D. Henrique, que então governava Portugal, em nome de D. Sebastião, alcançaria do Papa S. Pio V uma Bula. Mas nela preveria o Sumo Pontífice a administração de Abades vitalícios, coisa que não se compaginava, efectivamente, com o espírito da Reforma, já consumada noutras bandas. Pelo que, um ano depois, nova Bula de S. Pio V, agora com o beneplácito sobre

¹⁹⁷⁵ O Cardeal Alexandre Farnese, que o comendatário anterior, D. António da Silva, fora bem diferente.

¹⁹⁷⁶ Do tempo da divisão dos rendimentos monásticos pela mesa abacial e mesa conventual.

¹⁹⁷⁷ Foram representantes do Cardeal Farnese os padres italianos Ângelo de Charissimis Ugolino e Micer Rafael, que, em Viseu, asseguraram o governo desta diocese, sob a dependência do neto de Paulo III. Seu procurador e feitor cá era Rafael Olive. E também o abade de Ermesinde.

¹⁹⁷⁸ Mas só o largará vinte e tal anos depois, a 26 de Julho de 1588, o que atrasará o ingresso de Santo Tirso no funcionamento da Congregação e facilitará a escolha de Tibães para casa-mãe da Congregação beneditina portuguesa.

¹⁹⁷⁹ Era natural de Lisboa. Acompanharia Alonso Zorrilla para Espanha e foi monge de Salamanca. Quando se erigiu a nossa Congregação, veio a Lisboa, e sugeriu o nome de Frei Pedro de Chaves, para retomar o encargo da instauração da Reforma, que, para isso, estaria novamente disponível. E foi aceite a sugestão.

Frei Cosme de Mendanha foi abade de S. Romão de Neiva (1572-1575), de Rendufe (1575-1578; 1578-1581), de Coimbra (1581-1584), de Refojos de Basto (1584-1587) e, novamente, de S. Romão de Neiva (1587-1590). Aqui lhe sucederia o sobrinho, Frei Damião de Mendanha.

a governança de abades trienais ¹⁹⁸⁰. Em 1574, marcha atrás. É que, após a morte daquele Papa ¹⁹⁸¹, Gregório XIII revogará a Bula de S. Pio V, com a imposição, novamente, de abades vitalícios.

A Reforma tinha assim os seus sobressaltos e as suas vicissitudes, que grande era a fome das comendas, e cheios de poder e de influência os que as ambicionavam. Logo, porém, se daria uma reviravolta, com a decisão de Sisto V, em prol de abades trienais.

2.4. O regresso de Frei Pedro de Chaves a Tibães e o novo epicentro da Reforma

E, como Frei Alonso de Zorrilla já não podia voltar – Geral da Congregação de Castela, que assim eleito fora –, o dito Frei Cosme de Mendanha, com a anuência do Cardeal D. Henrique, por um lado, e com os favores do Geral de Castela, o dito Frei Alonso Zorrilla, por outro, obteve licença para um novo regresso do já conhecido Frei Pedro de Chaves, ultimamente integrado na comunidade do mosteiro de S. Salvador o Real de Oña. E, em 1569, viriam os dois: este, com o dito Frei Cosme de Mendanha ¹⁹⁸². E chegados que foram a Tibães, aí se instalariam ¹⁹⁸³.

Nesta casa, teria já lançado com muito ardor a semente da Reforma Frei Alonso Zorrilla. Creio que, depois da Páscoa de 1565. As coisas teriam um desenvolvimento satisfatório, que não foi tolhido por nenhum comendatário, porque nenhum fora nomeado depois da morte de Frei Bernardo da Cruz. Abrir-se-ia, portanto, o mosteiro bracarense às condições necessárias para dinamizar ainda mais o processo da renovação beneditina e tornar-se o centro aglutinador da Congregação.

¹⁹⁸⁰ Dirá Frei Leão de S. Tomás: D. Sebastião oferecera mais de 20 mil cruzados ao Papa S. Pio V, para o compensar da renúncia à nomeação de Abades Comendatários. Recusá-lo-ia benignamente, porém, S. Pio V, afirma o autor da *Benedictina Lusitana*: t. II, p. 416.

¹⁹⁸¹ Morrerá a 1 de Maio de 1572. E fora eleito a 7 de Janeiro de 1566.

¹⁹⁸² O cardeal D. Henrique mandaria depositar em Medina del Campo 200 cruzados, para provimento das despesas com a viagem de Frei Pedro de Chaves e do seu companheiro, Frei Cosme de Mendanha: *Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 416-417.

¹⁹⁸³ O último abade comendatário de Tibães, o dominicano Frei Bernardo da Cruz, bispo que fora de S. Tomé (1540-1553) e esmoler de D. João III, morreria no dia de Páscoa (22 de Abril) de 1565. Em condições terríveis, dirá Frei Alonso Zorrilla. Palavras suas: *Em Tibães achei o mosteiro roubado. De tal maneira roubado, despojado de tudo que – como se estivesse num campo, a céu aberto – me foi necessário, nem mais nem menos, prover-me de tudo e procurá-lo fora. Pelo que dizia respeito a alfaias como a tudo o mais que me era necessário, a mim e aos meus companheiros.*

A propósito de monges, achei-os encerrados. Mais que presos, muito tiranizados. Pior que escravos ! Nem sequer os soltaram, para ajudar o Bispo de S. Tomé a morrer e a ministrar-lhe os últimos sacramentos. Aliás, nem o viram morrer ! Nem sequer o sabiam, senão quando os criados o tiraram para fora e o entregaram aos monges para que lhe dessem sepultura. Como se lhes entregassem o corpo de algum escravo negro que achassem morto num estábulo. Também não deixou nenhuma missa que por sua alma lhe dissessem.

E os monges estavam naqueles seus cárceres sujos e imundos, proprietários. E embora fossem comer ao refeitório, cada um, porém, fazia a sua refeição, com um moço de que, para isso, dispunham. A cela deles era, igualmente, a sua dispensa.

Não tinham nenhum exercício espiritual, a não ser rezar as horas canónicas no coro, fazer a sua horta e cozinhar a sua refeição. Não tinham mais que um temor servil de escravos, de tal forma os tinha o bispo manietados, tolhidos e apoucados, sem espírito nem gosto de Deus, nem de coisa divina nenhuma.

Pôs-se uma certa ordem na casa. As coisas vão-se remediando. Aceitam-se noviços que se vão educando nos exercícios espirituais, com que se aperfeiçoam no conhecimento de Deus e no seu amor. Cf. PASCUAL, E. Zaragoza, art.º citado, pp. 290-291.

Diga-se, desde já, que aquele Frei Bernardo da Cruz, comendatário de Tibães, fora Reitor interino da Universidade de Coimbra, por carta régia de 28 de Abril de 1541. Cf. BRANDÃO, Mário – *Documentos de D. João III*, vol. II, pp. 13-14.

Frei Pedro de Chaves irá ser nomeado Abade de Tibães e, por isso, Abade Geral também. A sua chegada dará início à terceira fase da implantação da Reforma.

3. Terceira fase: a árvore frondosa

3.1. A persistência do Cardeal

Entretanto, neste espaço de tempo que vai da saída de Frei Alonso Zorrilla (1565) à chegada de Frei Pedro de Chaves (1569), continuaria o Cardeal Infante D. Henrique na persistência, à cata deste imperativo, que o era a revitalização do ideal monástico. E pedirá, em 1568, ao arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires ¹⁹⁸⁴, como ao bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro, o informassem do estado dos mosteiros beneditinos e agostinianos destas dioceses e das condições de receptividade de cada um às exigências da reforma.

Em Braga, foi Visitador, em nome do arcebispo, o cônego da Sé, Dr. Manuel Coelho ¹⁹⁸⁵. E o seu relatório, que está publicado, é deveras muito importante para se conhecer a situação dos nossos mosteiros de Roriz ¹⁹⁸⁶ e de Vilarinho ¹⁹⁸⁷ que, na altura, pertenciam à diocese de Braga.

Achamos estranho que, dado por capaz, neste relatório, o nosso convento de Roriz, o viesse o arcebispo a extinguir – exactamente, cinco anos depois (1573) – e anexá-lo ao Colégio de S. Paulo de Braga. Creio que só uma motivação explicará a atitude do arcebispo: o trespasse para as mãos dos Jesuitas dos bons rendimentos deste mosteiro agustiniano...

Na execução do seu múnus gastaria o Dr. Manuel Coelho três semanas. De facto, iniciaria a sua visitação a 27 de Agosto, cinco dias depois da sua nomeação. Primeira etapa: o mosteiro de Landim. E terminá-la-á, a 18 de Setembro, no mosteiro de Tibães.

Quanto à mesma visita, nos conventos da diocese do Porto, também se fará. Anota a *Benedictina*:

¹⁹⁸⁴ (...) *faseamos saber que o Cerenissimo Senhor Cardeal Infante legado nos escreve porque ele desejava muito de acabar de por em ordem o negocio da reformação dos mosteiros do bemaventurado S. Bento pera o que Sua Santidade lhe tinha mandado as comçoens necessarias convinha muito saber distintamente o rendimento de cada mosteiro assim de S. Bento como do bem aventurado S. Augustinho e o que rendem separadamente as mezas bacias e conventuaes e os que tem sitio e desposição pera se poderem reformar e os que se não poderão acomodar a reformação e as oficinas e fabrica que cada hum tem e o que lhe he necessario (...).* Cf. texto publicado por FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo – *Inquérito à vida dos mosteiros na arquidiocese de Braga sob Frei Bartolomeu dos Mártires*, em “Actas do II Encontro sobre a Historia Dominicana”, t. III, Porto, 1987, p. 171, n.1.

¹⁹⁸⁵ Continua D. Frei Bartolomeu dos Mártires na sua provisão:
 (...) *Lembrando-nos pera isso o doctor Manoel Coelho, conego da nossa Se. Pello que e pola confiança que temos da prudencia do dicto doctor Manoel Coelho que enforme bem e como convem a serviço de Deus e do dicto senhor Cardeal e provedor dos ditos mosteiros e reformação (...).* E pera effeito do sobredito podera elle dicto doctor Manoel Coelho proceder com todas as censuras, suspençoens e pennas contra todos os Dons Abbades, comendatarios, priores e mais religiosos e outras quaisquer pessoas, assim ecclesiasticas como seculares e assim bem por sequestros em suas rendas ate jurarem e lhe entregarem os papeis que pera effeito de sobredito comprirem e podera por suspensoens aos curas pera que guardem seus mandados. Notificamo-lo assim a quem pertenser e lhe mandamos que em todo o sobredito guardem e obedeção aos mandados do sobredito doctor e encomendamos muito a todas as ditas pessoas ecclesiasticas que benignamente agasalhem o dito doctor Manoel Coelho e por seu dinheiro o fação prover do necessario (...). Cf. FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo, art.º cit. ao n. 2.

¹⁹⁸⁶ Visitado a 30 de Agosto de 1568.

¹⁹⁸⁷ Visitado no dia imediato.

Lembrousse Deos dos merecimentos do glorioso Patriarcha S. Bento, e inspirou no coração do Cardeal Dom Henrique, que pedisse à Santidade de Pio V que ouuesse por bem conceder-lhe suas Bullas, pera os ditos Mosteyros se reformarem, e unirem, mas primeyro fez suas diligencias, que lhe parecerão necessarias.

*Huma dellas foy mandar ao Arcebispo de Braga, que então era Dom Frey Bartolomeu dos Martyres, e ao Bispo do Porto Dom Rodrigo Pinheyro, que cada hum em seu Bispado se mandasse enformar dos Mosteyros, que auia de S. Bento, do sitio em que estauão, o número dos Religiosos que tinham, os edificios, e rendas que nelles auia, e quaes erão accomodados pera se reformarem*¹⁹⁸⁸.

3.2.Frei Pedro de Chaves eleito Abade de Tibães e Abade Geral

E foi em 1569, com a segunda chegada – desta feita a Tibães – de Frei Pedro de Chaves, nove anos depois da primeira, a Santo Tirso, que se daria, com decisão, o impulso vigoroso da última etapa na implementação da Reforma.

Frei Pedro de Chaves e seu companheiro – o referido Frei Cosme de Mendanha – foram recebidos em Alcobaça pelo Cardeal D. Henrique e por D. Sebastião¹⁹⁸⁹, que entregaram àqueles, a 22 de Julho de 1569, as Bulas da Reformação e união dos mosteiros.

Nas mesmas se nomeava por dez anos – duração especial da prelazia, tempo havido por necessário para a implantação do sistema – a Frei Pedro de Chaves, como Abade Geral, em simultâneo com o abaciado de Tibães, sem que, nesta casa, se sedesse em definitivo a Congregação. Dir-se-á dentro em pouco.

Vamos publicar a súplica de Frei Pedro de Chaves – e Frei Plácido de Vila Lobos, mais a de Frei João de Tavira – dirigida ao arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, para que, no cumprimento da execução das Bulas da Reforma, de que fora incumbido o cardeal Infante D. Henrique, lhes mandasse dar a posse de Abade Geral e de Tibães, a ele, Frei Pedro de Chaves, e de prelados de Rendufe e de S. Romão de Neiva aos seus companheiros, respectivamente, Frei Plácido de Vila Lobos e Frei João de Tavira:

Muyto Reverendo Senhor:

*Diz o padre Frey pedro de chaues monge professo da ordem do bem aventurado Sam bento que el Rey nosso Senhor*¹⁹⁹⁰ *mouido de zello santo e vertuoso procurou Reformar A ordem de Sam bento destes Regnos pera o que Impetrou de Sua Santydade Bullas appostolicas conforme aas quaes o cardeal Iffante Seu tyo Elegeo a elle suplicante pera abbade do mosteiro de Sam martinho de Tibães deste Arcebispado e bem asy o Elegeo e deputou por geral Reformador da dita Ordem nestes Regnos. E bem asy Elegeo por Abbade do moesteiro de Santo amdre de Remduffe ao padre frey placido de Vilalobos, E para ho moesteiro de Sam Romãao de neiuia ao padre frey Joam de Taura ambos monges da dita ordem como se pode ver das provisoes que dello haa, as quaes e bem asy as ditas bullas de sua santidade foram já mostradas a Sua Reverendissima Senhoria que por Amdar na visitacam mandou que Vossa paternidade*

¹⁹⁸⁸ *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 415.

¹⁹⁸⁹ Grassava a peste em Lisboa, o que explica a presença do monarca e seu tio à distância da capital.

¹⁹⁹⁰ D. Sebastião, cujo papel na introdução da Reforma beneditina, em Portugal, lhe valeria o reconhecimento por forma de retratos a óleo que figuravam em Tibães e no nosso mosteiro.

¹⁹⁹¹ *Requeressem todo o que para efeito de se conprirem as ditas bullas e prouisões fose necessario, pelo que pedem a Vossa paternidade que vistas as dita bullas e prouisões do dito senhor Cardeal Iffante mande que em todo se cumpram e guardem como nellas se contem e mande aos deputados e subexecutores dellas dem e mandem dar a elles suplicantes a posse do dito moestejro e cargo de Reformador geeral da dita ordem e bem asy dos mais moesteiros della e aos ditos frey placido e frey Joham dos ditos moesteiros pera que estam Eleitos e Recebera merce*¹⁹⁹².

A decisão implicava, além dos custos materiais, para a tomada de posse de todos os conventos – ao que proveio, com subsídio, El-Rei D. Sebastião –, a renúncia dos bispos aos seus poderes jurisdicionais sobre os mosteiros.

Daí a visita de Frei Pedro de Chaves ao arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, numa etapa do giro de uma das visitas: mostrar-lhe-ia as Bulas do Papa, dar-lhe-ia a conhecer as funções de executor das mesmas, em prol do Cardeal D. Henrique e, decorrentes das mesmas Bulas, as suas competências como primeiro Geral da Congregação.

Seguir-se-ia a solenidade da tomada de posse de Tibães por Frei Pedro de Chaves, na presença do Vigário Geral de Braga, António Francisco Varejão, sem que lhe embargos houvessem de pôr os monges do dito mosteiro.

Depois deste, no decurso do mesmo ano de 1569, a tomada de posse de todos os mosteiros que à Reforma aderiram: os de Braga - sempre acompanhado do Vigário Geral desta diocese, e demais oficiais, para registo autêntico do referido acto – e Porto, agora acompanhado do Vigário Geral desta diocese, Dr. Magalhães, e mais pessoas que ao dito acto dariam caução ou solenidade maior.

3.3.A tomada de posse do nosso mosteiro

Agora, apenas uma informação complementar – muito rápida, que mais adiante se desenvolverá -, sobre a tomada de posse do nosso mosteiro.

Como se sabe, logo à morte de D. António da Silva (1561), o Cardeal Farnese tomaria posse desta casa que, por direito de regresso, lhe competiria. E só veio a renunciar em 1588. Não pôde assim tomar posse do nosso mosteiro, em 1569, o Abade Geral. Só em 1588, a 17 de Maio. Temos entre mãos o instrumento do dito acto, quando já presidia à Congregação Frei Baltasar de Braga. Descreve-se o cerimonial e enumeram-se os frades do nosso mosteiro, a propósito do acolhimento e acto de submissão ao Geral. Texto longo e muito importante que daremos num volume que está em preparação.

¹⁹⁹¹ Frei João de Leiria, dominicano, que foi mestre de Noviços de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no convento da Batalha.

Quando o santo Arcebispo se foi ao Concílio de Trento (desde 24 de Março de 1561 até 26 de Fevereiro de 1564) e todas as vezes que o zeloso prelado saía da sua cidade para visita da diocese, ficava Frei João de Leiria como Governador do arcebispado. Assim o arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires o fará, igualmente, através de uma carta, com data de 18 de Agosto de 1567, quando se encontrava em visita à freguesia tirsense de Burgães. Cf. CARVALHO CORREIA, F. - *Burgães. Elementos para uma monografia*, vol. I, Burgães, 1999, pp. 81-82.

Frei João de Leiria morreu em 1575 e está sepultado em S. Domingos, Viana do Castelo.

¹⁹⁹² ADB/UM *Congregação de S. Bento de Portugal*, vol. II, caderno avulso. Frei João de Leiria despachou o requerimento a 3 de Setembro de 1569, com uma condição: *salvos os direitos imemoriais de que as Bulas não fazem menção*.

4. O primeiro Capítulo Geral da Congregação

Depois da tomada de posse dos mosteiros, o primeiro Capítulo Geral da Congregação. Em 10 de Setembro de 1570, em Tibães, residência do Geral. Nele representados os abades dos conventos já libertos da negra sombra dos Comendatários ¹⁹⁹³ e os Piores dos mosteiros ainda onerados ao vigor das comendas, como era o caso do de Santo Tirso ¹⁹⁹⁴. E era Prior do nosso mosteiro Frei Manuel de Ataíde. Levaria como Procurador Frei Bento de Braga.

Note-se uma coisa: que Santo Tirso fora, entretanto, descartado da hipótese de Cabeça da Congregação, porque o mosteiro de Tibães ficaria imediatamente livre do peso dos Comendatários, uns vinte anos antes do convento da nossa cidade. Escolheriam, pois, os Reformadores o mosteiro de Braga. Só que, a princípio, ainda por esta ocasião, aquando do primeiro Capítulo Geral, seria também provisória esta eleição do convento tibanense. O projecto será o da transferência definitiva para o mosteiro de Lisboa, quando este pronto estivesse. Este último seria, então, hipótese projectada de cabeça da Congregação de S. Bento de Portugal e residência do Abade Geral ¹⁹⁹⁵. Dirão as Constituições de 1590:

E pera que os mosteiros, e Prelados de nossa congregação tenham suas ordens, e assentos nos lugares aonde se celebrarem os capitulos Geraes no choro e refeitório, e pera que aja ordem no votar, e no falar: Sam Martinho de Tibães seja cabeça, e quando pello tempo adiante, se fizer a casa de Lixboa, e tiuer officinas pera quarenta religiosos, fique ao capitulo Geral poder ordenar que seja cabeça o dito mosteiro de Lixboa, e nosso Padre Geral, seja Abbade delle, e se pera isso for necessario breue do Papa se impetre, e ordenandose o mosteiro de Lixboa, em tal caso o mosteiro de Sam Martinho de Tibães tera o primeiro lugar a mão direita, que he o lugar que agora tem o dito mosteiro de Lixboa e a ordem sera esta:

¹⁹⁹³ A saber: Tibães, de que era prelado o mesmo Abade Geral, Rendufe, Refojos de Basto, Colégio de Coimbra e S. Romão de Neiva.

¹⁹⁹⁴ Repito: à morte de D. António da Silva, em 1561, tomaria posse, pelo direiro de regresso, o abade comendatário, o Cardeal Alexandre Farnese, que só renunciaria em 1588. O primeiro abade trienal de Santo Tirso foi D. Luís do Espírito Santo, eleito em 1590.

¹⁹⁹⁵ No sec. XV, havia, em Lisboa uma ermida de S. Bento, de nome S. Bento de Xabregas. Por acaso, aí se haveria de fundar, mais tarde, um convento, que, de facto, não era beneditino, mas de frades lóios. Nada, pois, tem a ver com os frades negros, que só chegariam a Lisboa, muito tarde, aos finais do sec. XVI. Isto é, o primeiro mosteiro beneditino de Lisboa fundar-se-á em 1573, de frente da actual Basílica da Estrela. Por isso se chamava *S. Bento da Estrela*. Porque era pequeno e de acesso difícil, resolveriam os abades trienais construir um outro. Tomará a iniciativa o Abade Geral, Frei Baltasar de Braga, em 1598. No da Estrela assumira a liderança D. Frei Gonçalo de Morais, que, depois, será bispo do Porto. Por isso, este, o segundo mosteiro, se chamará *S. Bento, o Novo*, por oposição ao *S. Bento da Estrela*, conhecido então com o nome de *S. Bento, o Velho*. Ou então *Colégio da Estrela*, já que veio a tornar-se de noviços, não professores. O *S. Bento o Novo* também vai ter o nome de *S. Bento da Saúde*, porque fundado num lugar onde se erguia um hospital destinado aos doentes da peste. Igualmente será também conhecido com o nome de *S. Bento dos Negros*, porque de monges negros beneditinos. *S. Bento o novo* levaria 17 anos a construir-se É obra do notável arquitecto Baltasar Álvares, sendo mestre de obras Frei Pedro Quaresma.

Entrará em ruína com o terremoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755. Depois de várias utilizações, será, desde 1833, até hoje, o local da Assembleia dos Deputados, que, por isso, se diz o Palácio de S. Bento...

Cabeça Sam Martinho de Tibães

A mão direita

O Mosteiro de Sam Bento de Lixboa.

Sancto Thirso.

S. Miguel de Refoyos.

O Saluador de Trauanca.

S. Ioam de Pendorada.

O Saluador de Gayfem.

Sancta Maria de Caruoeiro.

O Saluador de Palme

A mão esquerda

O Collegio de Sam Bento de Coimbra.

Sancta Maria de Pombeiro.

Sancto Andre de Renduffe.

O Saluador de Paço de Sousa.

S. Romão de Neiua.

S. Miguel de Bustelo.

*S. Ioam Darnoya*¹⁹⁹⁶.

5. Pusillus grex

Depois deste *excursus* por sobre a origem e desenvolvimento da Congregação Beneditina Portuguesa – que começa ao tempo do nosso D. António da Silva, aqui no mosteiro a que presidia e muito iria extravasar os limites de seu abaciado –, voltamos ao tempo da prelazia de D. António, no mosteiro de Santo Tirso.

Casualmente, veio-nos às mãos um documento de 1560. De 15 de Março. E nele temos uma listagem da comunidade. Já estava em funcionamento a dinâmica da renovação que, como acontece nas nostalgias da decadência, sempre mais e mais se douraria dos fulgores da representação modelar. Afora o comendatário e administrador perpétuo, D. António da Silva, compõem-na:

Frei Pedro de Chaves;

Frei Nicolau de Holanda;

Frei Álvaro do Burgo;

Frei Gaspar Lourenço;

Frei Francisco do Algarve;

Frei Gonçalo de Santa Maria;

Frei Francisco do Porto;

Frei Francisco Ferreira;

Frei Pedro Ferraz;

*Frei Domigos*¹⁹⁹⁷.

¹⁹⁹⁶ *Constituições da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal*, em Lisboa, por Antonio Alvarez, 1590, ff. 7-7 v. Note-se que estas Constituições foram aprovadas no Capítulo Geral de Tibães, a 13 de Maio de 1590.

¹⁹⁹⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0005, logo ao começo.

À frente, como Prior, Frei Pedro de Chaves ¹⁹⁹⁸. Já o conhecemos. Natural da Estremadura espanhola – apesar do nome, à primeira vista, nos sugerir pátria portuguesa –, de uma vila chamada Zafra, junto do Guadiana, situada a 7 léguas de Mérida e, a mais ou menos, vinte da cidade de Badajoz. Tomaria o hábito de S. Bento, no mosteiro de Monserrate, Barcelona. Entrara como irmão leigo. Mas, quando os superiores se aperceberam das suas excepcionais qualidades, deram-lhe o hábito de monge do coro. Depois, responsabilizam-no do cargo exigente de mestre de Noviços. Piedoso, austero para consigo, como indulgente para com os demais – *parco no comer e beber, e contudo folgava de ver comer bem os monges* –, foi a alma da Congregação beneditina portuguesa e o seu primeiro Abade Geral ¹⁹⁹⁹.

Era o espelho da comunidade: *E bem parece que trazia a Deus na alma porque todas as suas praticas eram do céu, e com a boa presença da sua pessoa e gesto do seu rosto atraía os corações dos que o comunicavam* ²⁰⁰⁰.

Chegara a Santo Tirso em 1558. Regressaria, no entanto, a Espanha, em 1562. A sua obra em Santo Tirso, para reformação da Ordem, ficaria registada em grosso volume, da sua autoria. Escrevê-lo-á por obediência. No sec. XVIII, esse manuscrito que seria extraordinário, entre outras coisas, para um capítulo dos mais gloriosos da nossa casa religiosa, ainda se guardava no Cartório do Mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa. Além disso, deixaria as *Máximas Espirituais*, que escreveu para o Capítulo de Lisboa de 1581, para que os Padres Capitulares, depois de uma análise aturada, confirmassem, se dignas o fossem, para o governo da Congregação.

Pertence-lhe, igualmente, o conhecido volume *Libro de la vida y conversión de sancta Maria Magdalena*.

Regressaria, pois, a Espanha. Dissemo-lo porquê. Virá, do novo, mas para Tibães, em 1569, onde se fixaria como Abade Geral. E morreu no mosteiro de Lisboa, em Outubro de 1584.

Na inscrição tumular poderia ler-se: *Nesta sepultura está o Muito Reverendo que foi Frei Pedro de Chaves, o primeiro Geral, e Reformador da Ordem de S. Bento neste Reino. Edificador deste Mosteiro (da Estrela). Faleceu aos 10 dias do mês de Outubro de 1584. No seu elogio fúnebre, dir-se-á: A sua caridade para com os súbditos foi extraordinária. Sabia compadecer-se da ignorância de uns como da miséria de outros (...). A sua humildade era tão grande que mais parecia súbdito que Geral (...). Era benigno, afável, misericordioso para com todos* ²⁰⁰¹.

Mas continuemos com os membros desta comunidade de Santo Tirso. Quanto a Frei Gonçalo de Santa Maria, foi o primeiro que aceitou a Reforma e nela faria a sua profissão. Sempre sob os fulgores da idealização que ao primitivo, por norma, sempre se atribuirá – o recurso espontâneo e de todos os tempos ao Éden bíblico ou às quatro idades do mundo, com a de ouro em primeiro lugar ! –, assim o pintará Frei Leão de S. Tomás:

A ele lhe comunicou Deus aquele dom de curar, a que S. Paulo chama “Gratia curationum” por que com certo unguento, que fazia por sua mão fazia curas notáveis,

¹⁹⁹⁸ Nesta lista, não consta Frei Plácido de Vila Lobos. Mas sabemos que pertenceu, por esta altura, à comunidade tirsense, desempenhando o cargo de Sub-Prior: cf. *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 38.

¹⁹⁹⁹ Primeiro, nomeado a título excepcional, por espaço de dez anos, como se disse. Depois, eleito por mais um triénio, no Capítulo Geral de Tibães, de 14 de Setembro de 1578.

²⁰⁰⁰ *Benedictina Lusitana*, t. I, p. 392.

²⁰⁰¹ COLUMBÁS, Garcia M. - *La Tradición Benedictina*, vol. VI, p. 238.

querendo Deus, segundo parece, pagar-lhe a vontade, com que se entregou nas mãos da Santa obediência, sendo o primeiro, e abrindo o caminho aos mais ²⁰⁰².

Como os Apóstolos da Igreja, no sec. I da nossa era, refulgentes de poderosa taumaturgia !

Quanto a Frei Francisco do Porto, uma espécie de convertido de Damasco:

O último que professou estando dantes mui duro em se converter, foi um chamado Frei Francisco do Porto, feio e mal assombrado, mas mostrou Deus Nosso Senhor sua misericórdia e onnipotência na conversão deste religioso, porque, professando, ficou tão mudado e tão outro do que dantes era que até nas aparências exteriores parecia um Anjo (...) ²⁰⁰³.

Mas, entre o primeiro e o último, que caminhada difícil ! Com avanços e retrocessos, como o supõe Frei Alonso Zorrilla.

6. Os Priores trienais

Temos a distinguir duas coisas: o processo antecedente da Reforma e o estabelecimento definitivo da Congregação Beneditina de Portugal. Esta – a Congregação – era a meta ou o alvo. A reforma que se condensará num trabalho que vai de 1558 a 1569, a sua preparação.

Pois, quanto a esta, já distinguimos três fases: a primeira (1558-1562), centrada no trabalho restrito – mais localizado na casa religiosa tirsense – de Frei Pedro de Chaves e do seu companheiro Frei Plácido de Vila Lobos. A segunda fase (1564-1565), com actuação já mais alargada a vários conventos de Entre-Douro-e-Minho, tem na alma o labor apostólico de Frei Alondo Zorrilla e do seu companheiro Frei João de Gusmão. A terceira etapa (1569) com que culmina todo o processo da Reforma: a implantação da Congregação de S. Bento de Portugal.

No desenlace de todo este processo – que se ia prolongando já pelo interior de uma dúzia de anos – o espírito e o coração do já tantas vezes mencionado Frei Pedro de Chaves e do seu companheiro de agora Frei Cosme de Mendanha.

A 22 de Julho de 1569, de facto, receberiam estes dois monges das mãos do Cardeal D. Henrique e do Rei D. Sebastião as Bulas pontifícias da Reforma que previam duas etapas no estabelecimento da Congregação.

6.1. Os dois esquemas:

Primeiro, um esquema definitivo: os abades dos mosteiros seriam, não vitalícios, como dantes eram, mas *trienais*. Acima dos abades de cada convento, um Abade Geral, eleito por ocasião daqueles e governando pelo mesmo período de tempo. Para sede do Abade Geral – ainda como projecto transitório –, escolher-se-ia a Casa de Tibães, por ser antiga, geograficamente bem colocada e, sobretudo, já liberta da intrusão das comendas.

Depois – coisa que havia de ficar pelo mundo dos meramente possíveis – será Lisboa a casa-mãe.

²⁰⁰² *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 38.

²⁰⁰³ *Benedictina Lusitana*, t. II, pp. 38-39. Um frade houve que não aceitaria a reforma: Frei António Dinis, que professara em Bustelo e que o nosso mosteiro apresentaria para cura de Santa Cristina do Couto. Cf. JST de 29 de Setembro de 1995, pp. 8-9. Veremos já de seguida.

Mas, antes, uma *situação transitória*, a preceder aquela organização definitiva. A saber, Frei Pedro de Chaves foi escolhido para Abade de Tibães, e, por isso, Abade Geral (1569), não por três, *mas por dez anos*, com poder para tomar posse de todos os outros conventos, à medida que fossem morrendo ou – o que já bastaria – à medida que renunciassem os comendatários.

Entretanto, nos mosteiros, cuja prelazia estivesse ainda nas mãos de abades deste tipo, sem que das comendas abdicassem, eleger-se-iam em Capítulo Geral, *Priores trienais*, para governo interino das comunidades.

6.2. Os Priores trienais de Santo Tirso

No decurso do abaciado do Card. Alexandre Farnese – ou seja, desde 1570 até 1588, quando desistiu o neto de Paulo III - foram os seguintes:

Frei Manuel de Ataíde

Participaria já, como Prior trienal de Santo Tirso, no primeiro Capítulo Geral da Congregação de Tibães, em 1570.

A comunidade tirsense compunha-se, em 1572, para além do Prior, dos seguintes elementos: os monges Frei André, Frei António Barbosa, Frei Jerónimo, Frei Domingos e Frei António Ventura²⁰⁰⁴. Pelo menos...

Frei Pedro de Basto

Foi o segundo Prior trienal de Santo Tirso, eleito em 1575. Homem verdadeiramente notável pela sua santidade e pela figura jurídica de que se revestiu, através de cargos tão importantes que veio a exercer, especialmente aquando da Congregação.

Nasceria em Basto, em Val-de-Bouro. Endossou o hábito do santo Patriarca no mosteiro de Refojos, ao tempo do notável Frei Diogo de Murça.

Já na vigência da Reforma, foi Prior de Rendufe (1567), de S. Bento de Coimbra, de Santo Tirso (1575-1578). Não se quedou por aqui. E foi, sucessivamente, Abade de S. Bento, de Lisboa (1581), Rendufe (1584), segunda vez de Lisboa (1589), Refojos de Basto (1593) e de S. Bento da Vitória (1599). Para culminar esta ascensão, por fim, Abade Geral da Congregação Beneditina Portuguesa (1602-1605).

Faleceria em Travanca, a 8 de Janeiro de 1608.

Testemunhos humanos e sobrenaturais lhe criariam uma auréola de eminente respeitabilidade. D. Gabriel de Sousa cita estes dois acontecimentos:

Quando Abade de Rendufe, um dia saíam os monges do refeitório para ir dar graças à igreja; era costume, entretanto, ficarem a comer, à segunda mesa, o leitor e os serventes; ordenou o Abade que todos saíssem se fechasse a porta, e aconteceu, logo que tal ordem foi cumprida, caiu com grande fragor o tecto do refeitório !

*Sendo Abade de S. Bento da Vitória, escreveria ao Abade geral uma carta, que foi lida em reunião de 12 de Janeiro de 1600, em que mostrava o sancto zello que tinha de acudir as necessidades espirituas que podião padecer a gente da Cidade do Porto se Deos os castigasse com a peste com que os ameaçava pedindo a Nosso Reverendissimo Padre Geral a benção pera por obra o que assi deseia. Foi-lhe dada licença e que fizesse aquilo que nosso senhor lhe inspirasse*²⁰⁰⁵.

²⁰⁰⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0170, f. 305 v.

²⁰⁰⁵ *O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa*, em BA, vol. XXXV (1981) 180-181.

Frei Domingos da Cruz

Frei Domingos da Cruz ou da Santa Cruz teria sido eleito em 1578. Era Sub-Prior, nesta altura, Frei Gonçalo de Santa Maria, como consta de uma quitação entre o convento e os rendeiros Jorge Aranha de Vasconcelos e Gonçalo Domingues, respeitante a 1577²⁰⁰⁶.

Frei Gaspar da Paz

Natural de Vila do Conde, foi eleito em 1581. Ao tempo dele emanará uma Bula da Cúria Romana, do Papa Gregório XIII, datada das Nonas de Julho, ao décimo segundo ano de seu pontificado²⁰⁰⁷, e respeitante à concessão de indulgências plenárias, em favor dos irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento, da igreja de Santo Tirso, nas condições que se seguem: por ocasião da sua entrada na dita Confraria e após confissão e comunhão. E, igualmente, em prol de todo aquele confrade que nomeasse, no seu coração, se o não pudesse fazer com a boca, o Santíssimo Nome de Jesus. E ainda a indulgência plenária a todos os que visitassem a igreja do mosteiro, ao dia da festa do padroeiro da comunidade monástica, Santo Tirso (28 de Janeiro), e do Patriarca S. Bento, tanto de Março (dia 21), como de Julho (dia 11). E, nestas duas datas, tanto na solenidade, como na véspera²⁰⁰⁸.

Frei Bento do Salvador

Frei António da Assunção Meireles²⁰⁰⁹ fala de um Prior do convento do Pombeiro, em 1584, de nome Frei Bento do Salvador, quando era comendatário D. António, Prior do Crato. Far-se-ia menção de Frei Bento, na inquirição por ordem do Corregedor, afim de se demonstrar que os monges estavam de posse antiga do direito de receberem da mesa abacial 15 porções e meia. Além do mais, para se indagar judicialmente do preço do trigo e vinho nos anos de 1581, 1582 e 1583, durante os quais o Comendatário se teria recusado a distribuir as rações.

Em 1584, em Outubro, houve Capítulo Geral em Pombeiro. Nele Frei Bento do Salvador terá sido eleito Prior trienal de Santo Tirso.

Natural de Soalhães, Marco de Canaveses. Foi no seu priorado tirsense que ele, Frei Bento do Salvador, com toda a sua comunidade conventual, apresentaria ao bispo portugalense, para pároco de Santa Cristina do Couto, o monge de Bustelo, Frei António Dinis, que tantas dores de cabeça veio a dar ao nosso mosteiro. Mas, a este propósito, falaremos, já de seguida.

Foi ainda, ao tempo deste Prior, que professou em Santo Tirso um monge, natural de Vila do Conde, chamado Frei Plácido de Cristo. A cerimónia teria lugar a 25 de Novembro de 1584²⁰¹⁰.

²⁰⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0203, em folha avulsa.

²⁰⁰⁷ Isto é, de 7 de Julho de 1583.

²⁰⁰⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 172 v.

²⁰⁰⁹ *Memórias do Mosteiro do Pombeiro, publicadas e prefaciadas por António Baião*, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1942, p. 48.

²⁰¹⁰ RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 34.

Frei André de Campos

Natural de Basto. Define-o Frei Leão de S. Tomás: *religioso daquela sinceridade e singeleza antiga* ²⁰¹¹.

De 1584 a 1587, foi Prior do Mosteiro de Pombeiro. Foi ele, nesta fase da sua governação, ao segundo ano do seu mandato, que mandou fazer as obras do Coro deste mosteiro, como fora exigido, repetidas vezes, nas Visitações do Ordinário. O contrato para a realização deste projecto, com o mestre Lucas Fernandes, celebrar-se-ia a 8 de Abril de 1585. Apenso ao dito contrato achava-se, segundo Frei António da Assunção Meireles, uma petição do convento, dirigida ao arcebispo, para que do Depósito da Fazenda do Comendatário – D. António Prior do Crato - reservado para obras determinadas por visitas, lhe intimasse ao dito comendatário, a entrega do dinheiro necessário, para a execução do projecto ²⁰¹².

Frei André Campos deixará Pombeiro. E será eleito, em 1587, para Prior do mosteiro de Santo Tirso.

Foi ao seu tempo, ainda como Prior trienal, que o Cardeal Alexandre Farnese iria renunciar à prelazia desta nossa casa conventual (1588), mediante uma pensão, mais que vitalícia, que melhor será dizer perpétua, se não viesse, entretanto, a remissão !...

Assim se possibilitará ao nosso mosteiro a plena integração no interior da Congregação Beneditina Portuguesa. Acto decisivo desta última etapa, a tomada de posse deste mosteiro pelo Abade Geral, Frei Baltasar de Braga, onde, a recebê-lo, nos aparecerá uma comunidade já constituída de um alentado número de quinze elementos.

Mas tal informação virá, com desenvolvimento maior, noutro volume.

Antes, porém, de terminarmos esta anotação, acrescentarei que, mais adiante (1599-1602), seria também Frei André de Campos eleito abade deste nosso mosteiro de Santo Tirso.

7. Uma frade rebelde que não aceitou a Reforma: Frei António Dinis

Era monge de Bustelo. Veio para Santo Tirso. Ora a este mosteiro, ao seu padroado, pertencia Santa Cristina do Couto *in solidum*. Já desde meados do sec. XIII, pelo menos. Há quem a relacione com o mosteiro, já desde o sec. XI ou XII, a partir de uma doação por beneficiência dos nomes mais soantes dos da Maia. Acrescentar-se-á alguma coisa mais a esta informação: que, em 1287, já era até uma igreja *unida* ao mosteiro de Santo Tirso ²⁰¹³.

Na segunda metade de 1587, tomaria posse do múnus de pároco desta freguesia – retomando-se uma antiga tradição – um monge ²⁰¹⁴, filho do mosteiro de Bustelo, que se chamava Frei António Dinis. Fora expulso, suponho eu, daquele mosteiro para Santo Tirso pelo reformador Frei Alonso Zorrilla. Apresentá-lo-á como pároco de Santa Cristina do Couto o Prior Capitular do convento tirsense, Frei Bento do Salvador ²⁰¹⁵,

²⁰¹¹ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 39.

²⁰¹² Frei António da Assunção Meireles, *o.c.*, p. 49.

²⁰¹³ Chamamos a atenção para o vol. que dedicaremos aos padroados e coutos de Santo Tirso, onde se desenvolverá esta questão.

²⁰¹⁴ Até ao fim do sec. XV, foram monges de Santo Tirso os curas desta paróquia. Só no sec. XVI é que a Santa Sé começaria a reservar para si a nomeação dos abades desta comunidade tirsense, passando por cima dos direitos de padroado do mosteiro. E Frei António Dinis vai mesmo suceder, embora mediatamente, a um clérigo secular de Braga, a quem o Papa Pio IV dera esta paróquia em comenda: o P.e Cristóvão da Cunha. Sobre este assunto, veja-se *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, Santo Tirso, 2000, pp. 181-183.

²⁰¹⁵ Prior trienal, que governaria o convento desde 1584 a 1587.

com a participação concordante, garantida pelo Procurador, do Abade Comendatário, o Cardeal Alexandre Farnese. O Convento procederia à indigitação daquele monge, a 14 de Julho de 1587. A anuência do Cardeal deu-a o seu Procurador, Miguel Lopes, ao dia seguinte. E, a 2 de Agosto do mesmo ano, já o tabelião bem conhecido do cartório tirsense, Jacome Varela, daria a Frei António Dinis a posse da freguesia de Santa Cristina do Couto.

Irão, no apêndice documental, os textos respeitantes à apresentação e tomada de posse de Santa Cristina, por parte deste monge do hábito de S. Bento.

7.1.A construção da ermida de S. Roque

Um tema particular, a respeito deste cura, Frei António Dinis, que, como pároco, liderará a construção da Capela de S. Roque, em Santa Cristina do Couto, por ocasião das pestes no concelho.

Ao século XV, temos várias informações sobre este flagelo divino, com que, na espiritualidade do tempo, Deus castigaria a iniquidade dos homens.

Por 1414-1415 atracam a Lisboa e ao Porto uns tantos navios estrangeiros. Com eles uma grave pestenência. Deste problema sanitário uma vítima ilustre na pessoa de Dona Filipa de Lencastre, a esposa do nosso D. João I. A epidemia atingiu a região em que vivemos. O documento que vamos dar em tradução portuguesa é disso testemunho. Complementa a súplica de Martim Aires.

São preocupações dos habitantes de Alvarelhos em 1420. Pedem a Martinho V – como se disse – a concessão de indulgências na sua igreja. Delas resultariam esmolas, com que se reedificasse a sua matriz e se ocorresse à sustentação do pároco.

De facto, em 1420, Alvarelhos pediria ao Santo Padre a solenização especial do dia 15 de Agosto, festa da sua padroeira, mediante a concessão especial de indulgências, sob a condicionante de uma esmola. Seria a única forma de angariar fundos para a sua igreja tão arruinada pela guerra e pela peste que os afligiu e que ainda, na ocasião, os atormentava. Não é o único documento que atesta a angústia das populações de cá. Na mesma altura – ou pouco depois –, o abade de Santo Tirso, Martim Aires, quer defender os direitos do nosso convento sobre a Foz, enquanto igreja unida ao mosteiro, para obviar aos problemas da casa religiosa, a sofrer o impacto doloroso da guerra e da epidemia. A carta que este abade mandaria à Santa Sé está datada de 28 de Maio de 1421. E é dirigida ao Papa Martinho V²⁰¹⁶. Um mal nunca vem só ! O texto documental irá no capítulo sobre as pestes.

Mas as epidemias, especialmente na Idade Média, eram frequentes. O pavor, muitas vezes, se apoderava das populações. A dança da morte – tema constante glosado no teatro e na arte – revela no íntimo das gentes, a consciência da força do mal e a impotência do homem diante do perigo.

No sec. XVI, mais alguns testemunhos sobre as pestes em Santo Tirso. Depoimentos vários, oriundos especialmente do contexto da construção das ermidas em honra do santo anti-pestífero, S. Roque.

De facto, em 1600, há documentos que falam da edificação de uma capela deste santo, na paróquia de Santa Cristina do Couto. O templozinho está de pé, ainda hoje. E inalterado no santo da sua invocação. Há muito, porém, que a freguesia, em honra deste bem-aventurado, organizava cercos, isto é, procissões à volta de toda ela, com a imagem de S. Roque, para que, com a sua intercessão, se defendesse a paróquia e toda a sua área do perigo iminente do contágio.

²⁰¹⁶ Ver este documento no apêndice documental.

Talvez porque a peste de maior ameaça se mostrasse agora, vão os paroquianos mais além dos cercos. E prometem construir uma ermida em sua honra. Lidera este movimento o beneditino da claustra, Frei António Dinis. Na súplica ao bispo do Porto, dirá o abade em nome dos fregueses:

Diz frei Antonio dinis abbade da Igreja de Sancta Cristina do Couto de Sancto Tirso de Ribadaue, e juntamente seus freigueses que sendo os ares tam conrruptos e a peste tanto uezinha temendoa se chamarão mui deuotamente ao Senhor Sam Roque que os guoardasse e com a sua Imagem cerquarão a sua freguesia por muitas uezes, e moidos há deuoção que têmão nelle e confiança no Senhor prometerão fazer huma ermida dedicada a elle em que ho posessem.

No documento da dotação da capela, outra vez a menção terrível do contágio:

*(...) E logo por heles foi dito que Eles com ajuda de nosso Senhor querião fazer huma irmida em honra e louvor do glorioso San Roque que hos liure destes males de peste de que Deos nos guarde pela sua infinita miziricordia*²⁰¹⁷.

As “démarches” de Santa Cristina do Couto, quando era bispo da igreja portugalense D. Jerónimo de Meneses, receberiam o beneplácito episcopal, donde se despachou esta licença a 25 de Janeiro de 1600.

A peste ameaçava. Também o povo de S. Mamede de Negrelos, em 1581, se acolhia à torre de defesa, que o era a protecção redobrada de dois santos anti-pestíferos: S. Roque e S. Sebastião. Para além dos cercos, a dedicação de uma ermida.

Ainda uma outra capela em honra de S. Roque se levantará, agora, em Areias. E julgo que já no decurso da centúria de 1500²⁰¹⁸.

7.2.A renitência de Frei António Dinis

Pois regressemos ao frade que se não converteu... Realmente, Frei António Dinis opor-se-á à Reforma e, consequentemente, à submissão ao Abade Geral de Tibães. Xisto V, por Breve de 22 de Agosto de 1589, mandaria recolher aos mosteiros da Congregação os religiosos que estivessem dispersos, com cura de almas²⁰¹⁹. Só que, agora, manifestará Frei António os seus desígnios secretos: não aceitaria a Reforma, nem reconheceria a jurisdição do Geral de Tibães.

Bem se esforçara o superior maior da Congregação, Frei Baltasar de Braga, por o coagir à submissão e ao abandono da vigararia daquela paróquia. A 26 de Maio de 1590, já na Legacia a questão, obterá o monge rebelde uma sentença a seu favor: que se conservasse na igreja de Santa Cristina, *por ser monge da claustra, e não da Reforma*²⁰²⁰.

E Frei António Dinis desta freguesia tirsense só sairá, pela morte, que lhe sobreveio em 1605. Seguiram-se as iniciativas do nosso mosteiro, junto do Bispo do Porto, para a recondução da freguesia à situação anterior ao pastoreio do frade rebelde:

²⁰¹⁷ CSTBC V (1956-1957) 304-305.

²⁰¹⁸ *Freguesia de Areias, Santo Tirso, vol. II/1, Do sec. XVI ao sec. XX. A vida religiosa de uma comunidade*, Santo Tirso, 2005, pp. 265-286.

²⁰¹⁹ PT/ADPT/MON/CVSTST/0189, ff. 13-15.

²⁰²⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, 102 v.- 103 v. Cf. artigo *Igrejas da apresentação de Santo Tirso. O padroado de Santa Cristina do Couto*, em JST de 18 de Setembro de 1992, p. 11.

vigararia, sob a vigilância de um cura *amovível ad nutum*, agora que o mosteiro aderira plenamente à Reforma:

(...) consta que, vagando esta igreja (scilicet, de Santa Cristina do Couto) por morte do Padre Frei António Dinis, o Dom Abbade deste Mosteiro (isto é, de Santo Tirso) ²⁰²¹ fez requerimento ao Bispo D. Frei Gonçalo de Moraes ²⁰²², para que em virtude da Bulla do santo Padre Xisto 5.º se julgasse ser esta Igreja in solidum deste Mosteiro, e Regular; e por tanto supposto este privilegio, podia apresentar para vigario ou Cura della ad nutum Monge, ou Clerigo Secular, e de todos os fructos se daria ao Parrocho a competente Congrua, ficando tudo o mais para o Mosteiro; e o Dom Abbade tomou pôsse da dita Igreja em 28 do mesmo mez e anno ²⁰²³.

²⁰²¹ D. Luis do Espírito Santo que governaria o mosteiro de Santo Tirso, como abade, desde Maio de 1602 a Abril de 1605.

²⁰²² Bispo do Porto, desde 1603 a 1617. Nascera em Vila Franca de Lampaças, concelho de Bragança. Beneditino, que professou no convento de Refojos de Basto. Foi Abade do Mosteiro de Rendufe (1587) e eleito Abade Geral, em 1590. Em 1596 é Abade do mosteiro de S. Bento de Lisboa. Ao terminar esta missão, ficaria neste convento da capital como simples religioso, numa vida retirada, donde o buscariam para desempenho das funções episcopais na Sé do Porto.

²⁰²³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 60.

CAPÍTULO VIII

MONGES E SECULARES DE SANTO TIRSO, ORDENADOS EM BRAGA, AO SEC. XV-XVI

Os abades de Santo Tirso – como todos os da Ordem de S. Bento – eram equiparados aos Bispos: usavam mitra, báculo, anel. Podiam mesmo conferir ordens menores. Assim, nas Constituições de 1629, dir-se-á que os Abades podem conceder a Prima Tonsura e todas as Ordens menores aos monges que sejam seus súbditos e até a candidatos ou clérigos seculares, com licença do Bispo próprio ²⁰²⁴. Deste privilégio iriam usufruir os abades, pelo menos a partir da Congregação.

Antes, porém, conforme se vê da Bula de Nicolau IV (1289), os abades estavam impedidos de conferir ordens. Era este poder reservado ao Bispo da diocese e desde que em comunhão com a igreja de Roma: *Que o crisma ou óleo santo, as consagrações dos altares ou das basílicas, as ordenações dos clérigos sejam conferidas pelo Bispo diocesano*.

Mesmo que os abades dos mosteiros fossem bispos – foram-no alguns deles –, não sabemos das colações de ordens que eventualmente tivessem ministrado.

Em qualquer dos casos, no sec. XV e XVI, são bastantes os monges de Santo Tirso que se ordenam em Braga, pelo arcebispo ou seus auxiliares. Mesmo que costumassem conferir ordens menores, não temos documentos do facto. Compreende-se: estamos na época dos abades comendatários. Uns nunca cá puseram os pés no mosteiro. Limitavam-se ao que mais importante seria para eles: receber os réditos nada despreciando da nossa casa, a de maior riqueza da Ordem Beneditina, em Portugal. E tinham direito a lançar a mão à parte maior: em princípio, dois terços dos rendimentos, tanto quanto valia a chamada *mesa abacial*... Assim aconteceu com o último comendatário, o Card. Alexandre Farnese. Outros abades passariam algumas vezes, mas com hiatos, de vazio bem escancarado. Ora por doença, como se daria com D. António da Silva; ou por ocupações que os assoberbavam, como foi o caso de D. Miguel da Silva, que se repartiria: bispo de Viseu, Prior de Landim, Abade de Santo Tirso... Mas este viveu, de facto, em Santo Tirso. E uns anos ! E, até agora, nada dele vi sobre ordenações no mosteiro.

Ainda que à frente da casa houvesse um abade que fosse bispo, ainda que por aqui estadeasse, mesmo assim, para conferirem ordens, precisavam da autorização do bispo diocesano. Desta forma aconteceu, por exemplo, com Frei Pedro Ferraz, Frei Bento Viegas de Vilafranca e Frei Baltasar de Braga, monges de Santo Tirso, que, a 6 de Março de 1563, foram ordenar-se de presbiterado a Tibães, pelo comendatário do mosteiro bracarense, D. Frei Bernardo, bispo de S. Tomé, *mas com licença do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Neste capítulo, veremos as condicionantes.

De resto, os abades da Ordem de S. Bento, como tais, só poderiam proporcionar as ordens menores, quando da jurisdição o houvessem de gozar.

Com certeza, que o Bispo a quem os nossos monges poderiam recorrer seria o do Ordinário do lugar: o Bispo do Porto. É natural que muitos acorressem à Sé portugalense – ou a outra igreja qualquer –, a receber as ordens que o prelado da diocese houvesse por bem ministrar. Os dados de que disponho, para agora, são os nomes de alguns dos monges de Santo Tirso que, sendo da diocese do Porto, *com*

²⁰²⁴ *Constitutiones* pp. 89-90, n. 8.

licença do seu prelado - acrescenta o Notário bracarense – recorreram, para este efeito, à Cidade dos Arcebispos.

Aqui vão os nomes de alguns, todos citados por ordem cronológica:

1. Monges beneditinos do mosteiro de Santo Tirso, ordenados em Braga:

Frei Fernando, que recebeu ordens menores e o Subdiaconado, a 30 de Maio de 1450²⁰²⁵; o Diaconado, a 23 de Setembro de 1452²⁰²⁶; e a de Presbítero, poucos meses depois, a 23 de Dezembro²⁰²⁷.

A respeito desta última, ler-se-á: *Frrey Fernando monge professo da hordem de Sam Beento do mosteiro de Santo Tisso do bispado do Porto, de licença de seu Mayor*.

Frei Lopo: deste sabemos apenas que foi feito minorista e Subdiácono, a 30 de Maio de 1450²⁰²⁸.

Frei Alonso, que iria receber o grau do Subdiaconado, a 12 de Março de 1457. Ler-se-á: *Frey Alonso monge professo do moesteiro de Sancto Tirssso de Riba Dave da hordem de sam Beento da diocese do Porto, de lecença de seu Prioll*²⁰²⁹. Estamos no período da vacância abacial, na casa beneditina.

Frei João, cujo grau – de que ordem não sabemos – lhe foi ministrado a 18 de Março de 1464. Dirá o tabelião: *Frey Joham da hordem de Sam Beento do moesteiro de Sancto Tirssso de Riba Daue diocese do Porto*²⁰³⁰.

Frei Gonçalo que foi ordenado de clérigo, a 16 de Março de 1470²⁰³¹; de Diácono, a 16 de Março de 1481²⁰³²; e de Presbítero, um mês ou pouco mais, a 21 de Abril de 1481²⁰³³.

Frei Fernando: a ele lhe foi ministrado o grau de Diácono, a 27 de Março de 1479²⁰³⁴.

Frei Gonçalo: ordenado de Missa, a 9 de Junho de 1481²⁰³⁵; e que não pode identificar-se com o homónimo há pouco citado, que só receberia a ordenação de Presbítero dois meses, ou quase, depois.

Frei Lourenço: feito Diácono a 17 de Dezembro de 1478²⁰³⁶.

Frei Domingos, minorista em 22 de Dezembro de 1481²⁰³⁷.

²⁰²⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, Caderno n. 22 A, f. 2.

²⁰²⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, Caderno n. 24, f. 21.

²⁰²⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, Caderno n. 24, f. 26.

²⁰²⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, Caderno n. 22 A, ff. 3 e 6.

²⁰²⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, Caderno n. 33, f. 45.

²⁰³⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 2, Caderno, n. 16, f. 7.

²⁰³¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 3, Caderno 21, f. 1.

²⁰³² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno 14.

²⁰³³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 14, f. 13 v.

²⁰³⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 3, Caderno n. 36, f. inum.

²⁰³⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 14, f. 18 v.

²⁰³⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 8, f. 7.

²⁰³⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 17, f. 12 v.

Frei Martinho: da sua figura nos restam apontamentos que testemunham a recepção do Subdiaconado, a 21 de Dezembro de 1482²⁰³⁸, e a do Presbiterado, a 15 de Março de 1483²⁰³⁹.

Frei Pedro que, a 12 de Março de 1484, nas Quatro Têmporas depois das Cinzas, na Sé de Braga, receberia ordens menores. Para tal faria exame, diante de um Gonçalo Vaz, que era abade de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso²⁰⁴⁰.

Depois, a 2 de Abril imediato, receberia das mãos do mesmo Bispo, D. Gil de Titópolis, a ordenação do Subdiaconado²⁰⁴¹. Um ano depois, será ordenado de Diácono, exactamente a 18 de Março de 1485²⁰⁴². Até agora, porém, não conseguimos saber se teria recebido ou não a ordenação sacerdotal. E, onde, se, por acaso, lha viessem a dar...

Frei Martinho Alcoforado, que do já por muitas vezes mencionado D. Gil, Bispo de Titópolis, auxiliar de Braga - que, alás, já servira na coadjuvação de alguns arcebispos metropolitanos - receberá as ordens de evangelho - como, na altura, também se dizia -, a 22 de Fevereiro, na capela de S. Geraldo, na Sé de Braga²⁰⁴³.

Frei Gonçalo Coelho. Deste sabemos duas coisas: que, a 25 de Fevereiro de 1491, foi feito minorista por D. Gomes da Rocha, bispo auxiliar de D. Jorge da Costa, o irmão do Cardeal²⁰⁴⁴. Segundo - e passando por cima dos graus intermediários de que não temos notícias -, teria sido ordenado de Presbítero, a 19 de Dezembro de 1493, na Sé de Braga, pelo mesmo bispo auxiliar²⁰⁴⁵.

Frei Duarte. A este ser-lhe-ia conferido o Subdiaconado, a 21 de Setembro de 1493, pelo dito prelado auxiliar, D. Gomes da Rocha²⁰⁴⁶.

Frei Domingos. Também feito Subdicácono, na mesma ordenação de 21 de Setembro de 1493²⁰⁴⁷.

Frei Pedro, monge professo. A este dar-lhe-iam as ordens de evangelho - o Diaconado - ainda na mesma data e ordenação de 21 de Setembro de 1493²⁰⁴⁸.

²⁰³⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 21, f. 14.

²⁰³⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 22, f. 5.

²⁰⁴⁰ *Frei Pedro, frade do mosteiro de Santo Tirso, filho de presbítero e de mulher solteira, dispensado por autoridade apostólica, com licença do seu maior*: ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 24, f. 2.

²⁰⁴¹ *Frei Pedro, da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto*: ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 24, f. 9.

²⁰⁴² *Frei Pedro, frade de Santo Tirso, diocese do Porto*: ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 30, f. 8 v.

²⁰⁴³ *Frei Martinho Alcoforado, de Santo Tirso, com licença do seu maior*: ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 31, f. 22.

²⁰⁴⁴ *Frei Gonçalo Coelho, monge de Santo Tirso, com licença de seu maior*, em ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 5, Caderno n. 11, f. 1 v.

²⁰⁴⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 1, Caderno n. 1, f. 85.

²⁰⁴⁶ *Frei Duarte, monge professo do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da diocese do Porto, com licença do seu maior*: ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 5, Caderno n. 1, f. 77.

²⁰⁴⁷ *Frei Domingos, monge do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, do bispado do Porto, com licença do seu maior*: ADB/UM *Matrículas de ordens*, Pasta n. 5, Caderno n. 1, f. 77.

²⁰⁴⁸ *Frei Pedro, monge professo do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da Ordem de S. Bento, da diocese do Porto, com licença do seu maior*: ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 5, Caderno n. 1, f. 77 v.

Frei Pedro da Barca, monge professo do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, por seu maior examinado e de sua licença, recebeu o presbiterado a 15 de Março de 1494, na Sé de Braga. Ordenou-o o bispo auxiliar que se referiu, D. Gomes da Rocha²⁰⁴⁹.

Frei Pedro, monge do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, de licença do seu prelado, foi feito minorista a 12 de Março de 1502. Ordenou-o o bispo auxiliar da metrópole, D. Francisco da Fonseca, na Sé de Braga. Quanto ao Subdiaconado, iria recebê-lo a 26 de Março de 1502, véspera do Domingo de Páscoa²⁰⁵⁰.

Frei João, monge do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, de licença do seu maior, receberia ordens menores a 6 de Abril de 1504, das mãos de D. Francisco da Fonseca, na Sé de Braga²⁰⁵¹.

Frei Jerónimo, monge do mosteiro de Santo Tirso, da ordem de S. Bento, do bispado do Porto, com licença de seu prelado. Recebeu o Subdiaconado, na Sé de Braga, a 16 de Março de 1510, Sábado, Véspera da Paixão.

Frei João, monge do mosteiro de Santo Tirso, da Ordem de S. Bento, do bispado do Porto, de licença do seu maior²⁰⁵². Este frade recebeu ordens menores em 1514. Porque o caderno se encontra rasgado na primeira folha, não é possível concretizar melhor a data nem o nome do bispo que o ordenou.

Frei Pedro. Ordenou-se de Subdiácono, na Sé de Braga, a 16 de Março de 1510, Sábado, Véspera da Paixão. Presidira à cerimónia o prelado auxiliar da diocese, D. Francisco da Fonseca, bispo titular de Titópolis. O próprio metropolitano, D. Diogo de Sousa, a 15 de Março de 1511, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, ordenou-o de Diácono, em cerimónia que decorreria na Sé de Braga²⁰⁵³.

Este monge clérigo iria receber o presbiterado a 19 de Fevereiro de 1513. Foi ordinante, na Sé de Braga, o bispo auxiliar, o mencionado D. Francisco da Fonseca. Lê-se no texto documental que temos diante dos olhos:

*Frey pedro momje do mosteiro de samto tiso de Ribadaue do bispado do Porto de licença sui prelati*²⁰⁵⁴.

Frei Sebastião. Escreverá o notário da cúria arquiépiscopal: *monge do mosteiro de Santo Tirso, da ordem de S. Bento, do bispado do Porto, de licença do seu prelado. Recebeu a ordem de epístola – isto é, o Subdiaconado – na Sé de Braga, a 19 de Março de 1519, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, das mãos de D. Gonçalo de Amorim, bispo titular de Gerópolis*²⁰⁵⁵. No mesmo ano, mas a 24 de Setembro, o mesmo bispo lhe conferiu as *ordens de evangelho*²⁰⁵⁶.

²⁰⁴⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 5, f. 96 v.

²⁰⁵⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 5, f. 220.

²⁰⁵¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 5, f. 254.

²⁰⁵² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno 1, f. 26.

²⁰⁵³ *Diplomados de Santo Tirso, no sec. XV e XVI*, na série “No pó dos Arquivos...” n. 144, em ST de 9 de Junho de 2000, p. 11.

²⁰⁵⁴ ADB/UM *Matrículas de ordens*, Pasta n. 6, Caderno n. 18, f. inum.

²⁰⁵⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 6, f. 14.

²⁰⁵⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 8, f. 19 v.

Frei Pantalião, igualmente religioso do nosso mosteiro. Conferir-lhe-ia o Subdiaconado a 24 de Setembro de 1519, na Sé de Braga, o mencionado bispo D. Gonçalo de Amorim²⁰⁵⁷. Pouco mais, a 22 de Dezembro, receberia o Diaconado das mãos do mesmo bispo auxiliar da arquidiocese²⁰⁵⁸.

Nestas circunstâncias, era abade do mosteiro de Santo Tirso, D. Francisco de Sousa, que o governou desde 1488 a 1522.

Frei João, monge professo do mosteiro de Santo Tirso, do bispdo do Porto, com licença de seu Prelado.

Recebeu o Subdiaconado das mãos de D. André de Torquemada, bispo de Dume, em Santa Maria da Oliveira, Guimarães, a 21 de Maio de 1524²⁰⁵⁹.

Frei António, monge professo do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, com licença de seu Prelado. Fê-lo Diácono o dito bispo de D. André de Torquemada, nas mesmas circunstâncias do anterior: a 21 de Março de 1524, em Santa Maria de Oliveira, Guimarães²⁰⁶⁰.

Um Frei António – e suponho que este - receberia o Presbiterado a 11 de Março de 1530, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, que lhe conferiu o mesmo bispo auxiliar de Braga²⁰⁶¹.

Frei Pedro do Couto, da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, bispado do Porto, com licença do seu maior. Ordenado de Subdiácono, pelo bispo auxiliar de Braga e titular de Dume, D. André de Torquemada, no Sábado, véspera de Páscoa, a 15 de Abril de 1525, na Sé de Braga²⁰⁶².

Frei Manuel, professo do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da Ordem de S. Bento, da diocese do Porto, de licença de seu Prelado.

Recebeu o grau maior da ordem diaconal das mãos de D. André de Torquemada, na Capela da Misericórdia, na crasta da Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 20 de Março de 1544, com licença dos Senhores do Cabido *Sede Vacante*²⁰⁶³.

E seria ordenado de Presbítero pelo mesmo D. André de Torquemada, a 20 de Setembro de 1544, Sábado depois da festa de Santa Cruz, na mesma Capela da Misericórdia da Sé²⁰⁶⁴.

²⁰⁵⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 8, f. 13.

²⁰⁵⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 9, f. 11.

²⁰⁵⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 8, Caderno n. 2, f. 25 v.

²⁰⁶⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 8, Caderno n. 2, f. 28.

²⁰⁶¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 9, Caderno n. 3, f. 17 v.

²⁰⁶² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 8, Caderno n. 4, ff. inum.

²⁰⁶³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 7, f. 34. A igreja de Braga vagaria pela morte do prelado, D. Duarte, filho natural de D. João III e de Dona Isabel Moniz, moça da Câmara da Rainha Dona Leonor. Não chegou a ser sagrado, que morreria com 20 anos de idade, num Domingo, 11 de Novembro de 1543. Foi, pois, tão só administrador da diocese. Neste interregno criar-se-ia a diocese de Miranda, por desmembramento da de Braga. Só a 22 de Maio de 1545, se nomeará o novo arcebispo, D. Manuel de Sousa.

²⁰⁶⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 7, f. 22.

Frei Francisco Ferreira, filho de Gonçalo Anes e de Helena Gonçalves, sua mulher, monge professo da Ordem de S. Bento do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu prelado.

Recebeu o Subdiaconado que lhe daria D. Francisco, bispo de Massilia, na Capela da Misericórdia da Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 23 de Dezembro de 1559²⁰⁶⁵.

Frei António, filho de Pedro Gonçalves e de sua mulher, Lourença Dias, da freguesia de Santa Maria Madalena, frade da Ordem de S. Bento do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu prelado.

Receberia a Prima Tonsura e as quatro ordens menores que lhas deu D. André de Torquemada, bispo titular de Dume, na sua casa que era sita no arrabalde de S. Marcos, com licença de D. Frei Baltasar Limpo, no Sábado, Véspera de Lázaro, a 14 de Março de 1551²⁰⁶⁶.

Frei Francisco Resende, frade professo da Ordem de S. Bento do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave e do bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Foi investido no grau de Prima Tonsura e nos quatro graus de Ordens menores da parte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 1 de Março de 1561, na Capela de S. Geraldo da Sé de Braga²⁰⁶⁷.

Frei Bento, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, de licença de seu Superior.

Recebeu o Subdiaconado que lhe administraria D. Francisco da Conceição, bispo de Massilia, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, a 31 de Maio de 1561²⁰⁶⁸.

Frei Pedro Ferraz, filho de Pero Gonçalves de Abreu e de Aldonça Ferraz, sua mulher, da freguesia de S. Martinho de Sequeirô, desta diocese, monge professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto.

Recebeu a Prima Tonsura e as quatro ordens menores das mãos de D. Francisco da Conceição, bispo de Massilia, na Sexta feira, 18 de Fevereiro de 1561²⁰⁶⁹.

O Subdiaconado recebê-lo-ia das mãos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Capela de S. Geraldo da Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 1 de Março de 1561²⁰⁷⁰.

Administrou-lhe a Ordem de presbítero D. Frei Bernardo, Bispo de S. Tomé²⁰⁷¹, Comendatário perpétuo do mosteiro de Tibães, no dito mosteiro, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 6 de Março de 1563, com licença do arcebispo, D. Frei Bartolomeu dos Mártires²⁰⁷².

²⁰⁶⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 8.

²⁰⁶⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12 A, f. 2 v.

²⁰⁶⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 27.

²⁰⁶⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 43.

²⁰⁶⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 25 v.

²⁰⁷⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 29 v.

²⁰⁷¹ D. Frei Bernardo, da Ordem Dominicana, bispo de S. Tomé, Esmoler d'El-Rei, foi o último Comendatário de Tibães. Faria duas obras neste mosteiro: a ermida de S. Bento, no alto da cerca, e a capela de Nossa Senhora do Rosário, na igreja velha. No convento de Tibães, havia, ao seu tempo, uma situação espiritual verdadeiramente catastrófica, como diremos a propósito da Reforma. Morreu este Bispo de S. Tomé, abandonado de todos, no dia de Páscoa de 1565.

²⁰⁷² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 65.

Frei Bento Viegas de Vilafranca, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, filho de Francisco Vaz e de sua mulher Isabel Fernandes, da freguesia de S. Vicente de Vila Franca, diocese de Lisboa.

Foi ordenado de presbítero por D. Frei Bernardo, bispo de S. Tomé, comendatário perpétuo do mosteiro de Tibães, no dito mosteiro, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 6 de Março de 1563, com licença do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires²⁰⁷³.

Frei Baltasar de Braga, filho de Gonçalo Afonso e de sua mulher Catarina Gonçalves, da freguesia de S. Tiago da Sé, cidade de Braga, monge professo da Ordem de S. Bento, no mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto.

Foi ordenado de Subdiácono por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 1 de Março de 1561²⁰⁷⁴.

Administrar-lhe-ia o Presbiterado D. Frei Bernardo, bispo de S. Tomé, comendatário perpétuo do mosteiro de Tibães, que conferiu ordens no seu mosteiro, a 6 de Março de 1563, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, com licença do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires²⁰⁷⁵.

Frei Diogo Varela, monge professo da Ordem de S. Bento, da casa de Santo Tirso de Riba d'Ave, de licença de seu Maior.

Ordenado de Prima Tonsura e das quatro ordens menores por D. Francisco da Conceição, com licença de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, nas suas pousadas, na Sexta feira das Quatro Têmporas depois da festa de Santa Cruz, 17 de Setembro de 1563²⁰⁷⁶.

Feito Subdiácono, no dia seguinte, pelo mesmo Bispo, na igreja de S. Frutuoso, junto de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois da festa de Santa Cruz, a 18 de Setembro de 1563²⁰⁷⁷.

Ordenado de Presbítero por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no dito mosteiro de S. Frutuoso, junto de Cidade de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois da festa de Santa Cruz, 22 de Setembro de 1565²⁰⁷⁸.

Frei Bernardo, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto, de licença do seu Prelado.

Ordená-lo-ia de Presbítero D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Capela de S. Geraldo, da Sé de Braga, no Sábado, Véspera de Lázaro do Domingo da Paixão, 30 de Março de 1566²⁰⁷⁹.

Frei João Baptista, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, do bispado do Porto, de licença do seu Prelado.

Recebeu o Presbiterado que lho administraria D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, a 3 de Abril de 1568, Sábado de Lázaro antes do Domingo da Paixão²⁰⁸⁰.

²⁰⁷³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 65

²⁰⁷⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 30

²⁰⁷⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 65 v.

²⁰⁷⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 71.

²⁰⁷⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 71.

²⁰⁷⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 96.

²⁰⁷⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 103.

²⁰⁸⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 123 v.

Frei Martinho Nogueira, frade professo da Ordem de S. Bento, no mosteiro de Santo Tirso, desta Província de Portugal, de licença de seu Maior.

Feito Presbítero por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, a 22 de Setembro de 1571, Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Cruz, na Capela dos Paços Arcebispais²⁰⁸¹.

Frei Bento dos Reis, frade professo da Ordem de S. Bento, da Província de Portugal, de licença de seu Maior.

Também receberia o Presbiterado, que o ordenaria D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, a 22 de Dezembro, Sábado das Quatro Têmporas, depois de Santa Luzia de 1571.

Frei Jerónimo, frade professo da Ordem de S. Bento, no mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, com licença de seu Prelado.

Recebeu o Diaconado das mãos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Sábado, Véspera de Lázaro do Domingo da Paixão, a 15 de Março de 1568, na Capela de S. Pedro, na Sé de Braga²⁰⁸².

Frei Bernardo, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto, de licença de seu Prelado. Ordená-lo-ia de Presbítero D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, no Sábado, Véspera de Lázaro do Domingo da Paixão, a 30 de Março de 1566²⁰⁸³.

Frei João Baptista, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, do bispado do Porto, de licença do seu Prelado. Receberia o Presbiterado que lho administrara D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, a 3 de Abril de 1568, Sábado de Lázaro, antes do Domingo da Paixão²⁰⁸⁴.

Frei Martinho Nogueira, frade professo da Ordem de S. Bento, no mosteiro de Santo Tirso, desta Província de Portugal, de licença de seu Maior. Feito presbítero por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, a 22 de Setembro de 1571, Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Cruz, na capela dos Paços arcebispais²⁰⁸⁵.

Frei Bento dos Reis, frade professo da Ordem de S. Bento, da Província de Portugal, de licença de seu Maior. Também recebeu o Presbiterado que assim o ordenara D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, a 22 de Dezembro, Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia de 1571.

Frei Estêvão da Cruz, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado. Receberia o Subdiaconado da parte do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Sábado depois das Quatro Têmporas de Santa Luzia, a 20 de Dezembro de 1578, na capela de S. Geraldo²⁰⁸⁶.

²⁰⁸¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 160.

²⁰⁸² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n.3, f. 109 v.

²⁰⁸³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 103.

²⁰⁸⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 123 v.

²⁰⁸⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 160

²⁰⁸⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno, n. 4, f. 27.

Em seguida, receberá o Diaconado das mãos do mesmo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Sábado, Véspera de Lázaro do Domingo da Paixão, a 4 de Abril de 1579²⁰⁸⁷.

Frei Paulo, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado. Recebeu o Diaconado de que o investiu D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 20 de Dezembro de 1578, na capela de S. Geraldo, na Sé de Braga²⁰⁸⁸. Seria ordenado de presbítero pelo mesmo Prelado, no Sábado, Véspera de Lázaro do Domingo da Paixão, 4 de Abril de 1579²⁰⁸⁹.

Frei Matias, frade professo da Ordem de S. Bento, natural de Lisboa, do mosteiro de Santo Tirso, bispado do Porto, com licença do seu Prelado. O metropolitano, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, ordená-lo-ia de Subdiácono, no Sábado, véspera de Lázaro do Domingo da Paixão, 4 de Abril de 1579²⁰⁹⁰. Ordenado de evangelho - se aquele é o Frei Matias das Chagas, de que se fala nesta colação do Diaconado -, a 9 de Setembro de 1579, na capela dos Paços arcebispaes²⁰⁹¹.

Frei Prudêncio de S. Tomé, frade professo da Ordem de S. Bento, desta diocese²⁰⁹², de licença de seu Prelado²⁰⁹³.

Recebeu Prima Tonsura e as quatro ordens menores das mãos de D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, com licença de D. Afonso de Meneses, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 22 de Dezembro de 1584.

Frei Mâncio da Cruz, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, desta diocese, de licença de seu Prelado. Ordenado de minorista nas mesmas circunstâncias do anterior²⁰⁹⁴.

Recebeu o Subdiaconado das mãos de D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, com licença de D. João Afonso de Meneses, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 22 de Dezembro de 1584²⁰⁹⁵.

Frei Leandro das Chagas, frade professo da ordem de S. Bento no mosteiro de Santo Tirso, desta diocese, de licença de seu Prelado.

Ordenado de minorista nas mesmas circunstâncias de Frei Prudêncio de S. Tomé²⁰⁹⁶.

²⁰⁸⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 4, f. 42. Nada se dirá do lugar onde se efectuou a ordenação.

²⁰⁸⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, caderno n. 4, f. 30 v.

²⁰⁸⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 4, f. 44. Nada se diz do lugar, onde o arcebispo procedera às ordenações desse dia.

²⁰⁹⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 4, f. 39.

²⁰⁹¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 5, f. 147.

²⁰⁹² Ou seja, da diocese de Braga. Erro, com certeza, que, aliás, se repetiria em todos os assentos dos monges do nosso mosteiro, que neste dia foram ordenados. Santo Tirso foi sempre da diocese do Porto. As ordenações seguintes porão as coisas no seu devido lugar. De resto, são muitos os clérigos seculares da paróquia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso que, por esta ocasião, se ordenam em Braga e se dizem - creio que todos, sem excepção - da diocese do Porto.

²⁰⁹³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100.

²⁰⁹⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100 v.

²⁰⁹⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100 v.

²⁰⁹⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100 v.

Recebeu o Subdiaconado das mãos de D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, com licença de D. João Afonso de Meneses, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 22 de Dezembro de 1584²⁰⁹⁷.

Frei Arcanjo da Trindade, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, *desta diocese*, de licença de seu Prelado. Ordenar-se-á de minorista nas mesmas circunstâncias dos anteriores e todos receberam as mesmas ordens menores²⁰⁹⁸.

Recebeu o Subdiaconado das mãos de D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, com licença de D. João Afonso de Meneses, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia²⁰⁹⁹.

Frei Estêvão da Cruz, frade professo da Ordem de S. Bento do mosteiro de Santo Tirso, de licença de seu Prelado.

Foi ordenado de missa, a 9 de Setembro de 1579, na capela dos Paços arcebispais²¹⁰⁰.

Frei José, frade professo da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Recebeu Prima tonsura e as quatro ordens menores das mãos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Sexta feira antes do dia de Lázaro do Domingo da Paixão, a 10 de Março de 1581, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga²¹⁰¹.

Frei Clemente das Chagas, frade professo da Ordem de S. Bento, no mosteiro de Santo Tirso, *desta diocese* (sic), de licença de seu Prelado.

Receberia o Diaconado que lho conferiu D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, com autorização de D. João Afonso de Meneses, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 22 de Dezembro de 1584.

Recebeu o Presbiterado, a 1 de Março de 1586, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, na Capela dos Jardins dos Paços arcebispais. Conferir-lho-á o bispo de Fez D. Francisco de Santa Maria, com autorização do arcebispo D. João Afonso de Meneses²¹⁰².

Frei Plácido, monge da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, de licença de seu Prelado. Recebeu a Prima Tonsura e os quatro graus das ordens menores das mãos de D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, com licença de D. João Afonso de Meneses, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 1 de Março de 1586, na capela dos Jardins dos paços arcebispais²¹⁰³.

Frei Fabião, monge da Ordem de S. Bento, do mosteiro de Santo Tirso, de licença de seu Prelado.

Ordenado de Subdiácono por D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, nas mesmas circunstâncias do anterior, Frei Plácido²¹⁰⁴.

²⁰⁹⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100 v.

²⁰⁹⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100 v.

²⁰⁹⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 100 v.

²¹⁰⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 5, f. 147 v.

²¹⁰¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 7, f. 195.

²¹⁰² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta, n.13, Caderno n. 8, f. 160 v.

²¹⁰³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8, f. 159 v.

²¹⁰⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 13, Caderno n. 8 f., 160.

2. Clero secular de Santo Tirso, ordenado em Braga

Acrescentamos agora a esta listagem os elementos do clero secular da freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, que vêm confirmar a pertença da paróquia e do seu mosteiro à diocese do Porto, por entre meados do sec. XV e outro tanto do sec. XVI.

Fernão Soares, da paróquia de Santo Tirso, diocese do Porto, filho de monge professo e de uma mulher solteira. Dispensado por autoridade apostólica. Receberia ordens menores, a 25 de Fevereiro de 1458, na Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, das mãos do bispo de Cróia, D. António ²¹⁰⁵.

Martim Afonso, filho de Afonso Gonçalves e de sua mulher Inês Gonçalves, moradores na freguesia de Santa Maria do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, com licença de seu Prelado.

Dar-lhe-ia as ordens menores o bispo de Titópolis, D. Gil, na Sé de Braga, a 18 de Dezembro, dia da Senhora do Ó, de 1462 ²¹⁰⁶.

Fernão Lourenço, filho de Lourenço Gonçalves e de sua mulher Guiomar Álvares, moradores na freguesia de Santo Tirso de Riba d'Ave, do bispado do Porto, com licença de seu Prelado.

Receberia ordens menores, no Domingo 18 de Março de 1464, na Sé de Braga ²¹⁰⁷.

Gonçalo Martins, filho de Martim Anes de Romariz e de sua mulher Maria Afonso, moradores em Santo Tirso, bispado do Porto, com licença de seu Prelado.

Receberia o Diaconado por entre 1473 e 1478 ²¹⁰⁸.

João Fernandes, filho de Fernão Pires e de sua mulher Catarina Martins, moradores na freguesia de Santo Tirso, diocese do Porto, com licença do seu Prelado.

Receberia ordens menores, em 1481, que lhas ministrou, no convento de Pombeiro, o bispo de Titópolis, D. Gil ²¹⁰⁹.

Diogo Varela, filho de Afonso Álvares e de sua mulher Maria Varela, do mosteiro de Santo Tirso, bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Recebeu o Diaconado das mãos do bispo D. Gonçalo Ribeiro, na Sé de Braga, a 15 de Março de 1522, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas ²¹¹⁰.

António, filho de Gomes Cardoso e de sua mulher Leonor Dias, da freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Feito minorista a 20 de Setembro de 1522, em Vila do Conde ²¹¹¹.

Diogo, filho de Gomes Cardoso e de sua mulher Leonor Dias, da freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso ²¹¹².

²¹⁰⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 2, Carderno n. 1, f. 1 v.

²¹⁰⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 2, Caderno n. 8, f. 25.

²¹⁰⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 2, Caderno n. 16, f. 4 v. Cf. Pasta n. 3, Caderno n. 36, f. inum.

²¹⁰⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 3, Caderno n. 36, f. inum.

²¹⁰⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 4, Caderno n. 17, f. 12 v.

²¹¹⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 11, f. 65.

²¹¹¹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 12, f. 17.

Gaspar, filho de Gonçalo Roiz e de sua mulher Beatriz Anes, defunta, da freguesia de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Feito minorista a 11 de Março de 1530, Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, que o fez D. André de Torquemada, bispo de Dume²¹¹³.

Francisco, filho de Pedro Eanes e de Margarida Afonso, sua mulher, de Santo Tirso de Riba d'Ave, bispado do Porto. Mostrou licença de seu superior, *por ele examinado e enviado a nós*.

Recebeu ordens menores, na Sé de Braga, que lhas deu o bispo de Dume, D. André de Torquemada, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 24 de Fevereiro de 1531²¹¹⁴.

Jácome, de que damos o texto tal qual se escreveu, por mão do notário: *A xx dias do mes de Dezembro da presente era de quinhentos e corenta e quatro anos nesta cidade de bragua nas pousadas do Reverendo senhor dom andre torquemada bispo dumense sabado das quatro temporas depois do dja de samta luzia por ele foram celebradas ordens particulares de licença dos senhores do cabjdo asee vagante e promoveo de menores a Jacome filho de bras Roiz e de cezilia Varela da freguezia de samto tjrso do mosteiro de rjba daue diocese do porto de licença de seu prelado*²¹¹⁵.

António Álvares, filho de Duarte Álvares e de sua mulher Maria Álvares, da freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença apostólica.

Recebeu ordens menores das mãos de D. André de Torquemada, bispo titular de Dume, nas suas moradas, na Sexta feira das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 4 de Março de 1547²¹¹⁶.

Receberia o Subdiaconado, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 5 de Março de 1546, na Igreja do Hospital de S. Marcos²¹¹⁷.

O Diaconado foi-lhe conferido pelo dito D. André, em suas moradas, no Domingo 5 de Março de 1547²¹¹⁸.

Finalmente, receberia o Presbiterado, no Sábado, dia de S. Gregório, 12 de Março de 1547, ainda das mãos do mesmo bispo, nas suas moradas, sitas no Terreiro de S. Marcos, extra-muros da cidade de Braga²¹¹⁹.

António Pires, filho de Afonso Anes e de sua mulher Maria Pires, da freguesia da Madalena do mosteiro de Santo Tirso, do bispado do Porto, com licença do seu Prelado.

Ingressou, na cleresia, pela Prima Tonsura, e recebeu ainda os quatro graus de ordens menores pela imposição das mãos de D. Francisco da Conceição, bispo

²¹¹² Logo de imediato, porém, se acrescentaria uma correcção: Grijó, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado. ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 7, Caderno n. 12, f. 17.

²¹¹³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 9, Caderno n. 3, f. 11.

²¹¹⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 10, Caderno n. 7, f. 7 v.

²¹¹⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 6, f. 1 v.

²¹¹⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 9, f. 9 v.

²¹¹⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 12, f. 4.

²¹¹⁸ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 9, f. 10.

²¹¹⁹ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 11, Caderno n. 9, f. 10.

massilitano, com licença de D. Frei Baltasar Limpo. Foi ao Sábado, véspera de Lázaro, a 2 de Abril de 1552, na Capela da Misericórdia da Sé de Braga ²¹²⁰.

Recebeu o Subdiaconado das mãos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na igreja de S. Paulo dos Estudos da cidade de Braga ²¹²¹, no Sábado das Quatro Têmporas depois de Santa Luzia, 21 de Dezembro de 1560 ²¹²².

Receberia o Diaconado das mãos do mesmo santo arcebispo, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, 1 de Março de 1561 ²¹²³.

Salvador, filho de Diogo Fernandes e de sua mulher, Leonor Rodrigues, da freguesia de Santa Maria Madalena, de Santo Tirso, bispado do Porto, com licença do seu Prelado.

Seria ordenado de ordens menores por D. Francisco da Conceição, na Capela da Misericórdia, na Sé de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 25 de Fevereiro de 1553 ²¹²⁴.

Amador, filho de presbítero e de mulher solteira, dispensado por autoridade apostólica, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado, da freguesia de Santo Tirso de Riba d'Ave.

Recebeu Prima Tonsura das mãos de D. Francisco da Conceição, bispo massilitano, com licença do arcebispo D. Frei Baltasar Limpo, na Capela de S. Paulo, na cidade de Braga, no Sábado das Quatro Têmporas depois das Cinzas, a 9 de Março de 1555 ²¹²⁵.

Gonçalo Dias, filho de Manuel Gonçalves e de sua mulher Maria Pires, da freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso de Riba d'Ave, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Recebeu o Diaconado das mãos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na Capela de S. Geraldo da Sé de Braga, no Sábado, Véspera de Lázaro, 22 de Março de 1572 ²¹²⁶.

Bento Vaz Costa, filho de presbítero e de mulher solteira, dispensado por autoridade apostólica, da freguesia da Capela de Santo Tirso, do bispado do Porto, de licença de seu Prelado.

Recebeu o diaconado das mãos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Sábado, Véspera de Lázaro, 26 de Março de 1569, na Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga ²¹²⁷.

²¹²⁰ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12 A, f. 11 v.

²¹²¹ O Colégio de S. Paulo foi fundado, por 1531, da iniciativa do arcebispo D. Diogo de Sousa. Em 1539, ao tempo do arc. Infante D. Henrique, houve uma reestruturação: novo estatuto, novos mestres, mais rendas – entre as quais a anexação da freguesia tirsense de Santa Maria de Negrelos -, a sua gestão pela mitra... Ao tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, nova reestruturação: o arcebispo de Braga confia a gestão do Colégio de S. Paulo aos Jesuítas (30 de Agosto de 1560), com a anexação do mosteiro tirsense de S. Pedro de Roriz...

²¹²² ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 19

²¹²³ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 11, f. 31.

²¹²⁴ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12 A, f. 31 v.

²¹²⁵ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12 A, f. 62

²¹²⁶ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 13, f. 4.

²¹²⁷ ADB/UM *Matrículas de Ordens*, Pasta n. 12, Caderno n. 10, f. 135.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULDADE DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ARTE

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA MEDIEVAL E MODERNA

O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO, NA IDADE MÉDIA

A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenar

VOL. II: APÊNDICES

TABELAS

***DOCUMENTOS E ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS DOCUMENTOS
MAPAS, FOTOGRAFIAS E SIGILOGRAFIA***

Santiago de Compostela, 1 de Outubro de 2007

Assinado

Director: Maria Luz Ríos Rodríguez

Assinado

Francisco Carvalho Correia

ÍNDICE

Introdução.....	3
Apêndice I: <i>Tabelas</i>	5-147
Apêndice II: <i>Documentos e Índice cronológico dos documentos</i>	148 –361
Apêndice III: <i>Mapas</i>	1-4
Apêndice IV: <i>Fotografias</i>	Estampas I-XLII
Apêndice V: <i>Sigilografia</i>	

INTRODUÇÃO AO VOL. II

Este volume precisa de uma pequena nota que, de alguma forma, justifique as partes de que se compõe.

Antes de mais, o Apêndice I: as tabelas. São de ordem económica e jurídica, distintas em conformidade com os géneros e sub-géneros. De um lado, coutos, honras e padroados. Do outro, os contratos: compras e vendas, doações e escambos, sentenças e testamentos...

Claro que a disposição dos dados em questão por colunas permitem uma visão sinóptica sintetizada dos elementos fundamentais: cronologia, intervenientes, temas e conteúdo das respectivas decisões. Na rapidez de um simples olhar, se toma conhecimento de um texto documental qualquer. Demais, algumas notas de rodapé complementarão as sumidas indicações tabulares.

O Apêndice II compor-se-á da transcrição de documentos que pude coligir sobre o mosteiro de Santo Tirso. Aí se encontram em número de uns 300, que pude topar, relativamente a este período, um pouco alargado, em relação ao que o título geral poderia exigir, o que se compreende pela dinâmica da evolução da estrutura interna da própria ordem que obrigara as balisas cronológicas formais, neste caso, a “rebentarem pelas costuras”. Quando se ocupava a ordenar a colecção monástica documental, no Arquivo Distrital de Braga, apontou José Mattoso, em 1966, esta notícia, a de que “o cartório deste nosso mosteiro foi durante muito tempo considerado como completamente perdido. Todavia encontraram-se recentemente na Torre do Tombo, na Sala 2, juntamente com documentos de outros mosteiros do Distrito do Porto, não classificados, os quarenta pergaminhos aqui inventariados. Existem ainda mais documentos de Santo Tirso noutros lugares do país”. Isto o disse José Mattoso.

Felizmente que há outros lotes: em Coimbra, Porto, Braga, Guimarães. E teremos nas mãos originais e cópias, muitas destas formalmente chanceladas na autenticidade da sua valoração. Demais Índices, com sumários e até extractos, alguns com muito valor que nos permitem complementar as falhas de documentos que se extraviariam. De resto, João Pedro Ribeiro extractará, condensará e até copiará na integridade textos do cartório de Santo Tirso, no *Breve Estudo*, que publicou o Dr. António Cruz, e muito especialmente nas famosas *Dissertações*.

No Apêndice III, uns 4 mapas são úteis para a parte introdutória desta tese: o contexto histórico-arqueológico, onde, em 978, se construiu o mosteiro de Santo Tirso. Uma carta do seu couto, com o desenho dos seus contornos e dos elementos de conteúdo identificados, bem como os seus limites certos e discutidos. O mapa sobre o Rego dos Frades ajudará a entender o desenvolvimento técnico e económico do mosteiro e o nascimento de uma centena hoje de relíquias arqueológicas interessantíssimas: moinhos, serras hidráulicas, lagares de azeite, pontes, redes de canais... Neste capítulo, particularmente, recebi ajuda do Dr. Álvaro Moreira que dominando a informática e os programas específicos de que esta se serve, aliada à sua experiência consumada no âmbito da Arqueologia, muito me houve de auxiliar na elaboração destas cartas.

No Apêndice IV, com paginação própria por Estampas, teremos uma colecção de fotos – umas 103 - , para que a grafia, acoplada de imagem, se traduza numa melhor

compreensão desta casa religiosa que como um cometa rasgou os céus deste mundo, no decurso de um milénio ou quase. Os meus agradecimentos à Foto Íris – Sr. Augusto e filhos - , cuja competência, estética e informática, me facilitaram – melhor ainda, me possibilitaram – o trabalho que agora vai.

No Apêndice V, teremos a reprodução de alguns dos selos - pontifícios, episcopais, abaciais, régios, etc. – que, na documentação do nosso mosteiro beneditino, garantiriam o seu valor e a sua autenticidade.

.

APÊNDICE I

TABELAS

Tabela n. 1: Coutos e honras de Santo Tirso

Ano	Couto	Doador	Abade de Santo Tirso
1097 23 de Novembro	Santo Tirso	Conde D. Henrique	
1098 23 de Março	Santo Tirso	Soeiro Mendes da Maia	D. Gaudemiro
1211	S. João da Foz (confirmação)	Rainha Dona Mafalda	D. Mendo Peres
1220 (antes de)	Couto de Silvares	Dona Maria Aires de Fornelos	D. Mendo Peres
1224 Dezembro	Reguengo de Sá	D. Sancho II	D. Mendo Peres
1226 Janeiro	Vila Nova dos Infantes e Golães (1.ª metade)	Martim Sanches	D. Silvestre
1245 Maio	Vila Nova dos Infantes e Golães (2.ª metade)	Urraca Sanches	D. Fernão Pires
1250 (à volta de)	Honra de Guimarei (Guimarei, mais S. Tiago da Carreira)	Dona Châmoa Gomes	D. Fernão Pires
1253 12 de Agosto	Lages e Airão	D. Rodrigo Forjaz e Dona Châmoa Gomes	D. Fernão Pires
1273 (antes de)	Honra de Soutelo (S. Tomé de Negrelos)		
1305 31 de Julho	Honra de Silva Escura	Rui Martins de Nomães e espo- sa, Senhorinha Rodrigues	D. Martim Pires
1314.1329	Coutos de Eixo e Requeixo e	Conde D. Pedro	D. Martim Pires
	Honra de Esperandeu Guardizela		

Tabela n. 2: O Padroado tirsense na Idade Média

Ano	Freguesia	Diocese	Doador ou trespassador	Título do pároco	Rendimentos
¹	Santa Maria Madalena da Capela do mosteiro	Porto	A família dos Maias ?	Vigário, ao sec. XVI e, depois, cura até 1834	3.800 reais brancos ²
1098.1099	Lavra	Porto	Soeiro Mendes, o Bom ³	Até 1287, abade. Daqui em diante, cura ⁴	48 teigas de trigo, anualmente, ou seja, 192 alqueires ⁵
Sec. XI-XII	S. Salvador de Folgosa,	Porto	D. Gonçalo Mendes, irmão de Soeiro Mendes, netos dos fundadores do mosteiro de Santo Tirso ⁶	Até 1287, abadia. Daí em diante, curato ⁷ . Houve uma tentativa - frustrada entretanto - de a fazer abadia, em 1504 ⁸	6 quarteirões de trigo de censória ⁹ , anualmente. Em 27 de Fevereiro de 1438, subia a 40 maravedis de moeda antiga ¹⁰

¹ *Alboazar Ramires Conquistador da Maya, e de varias terras em Portugal contra os Mouros fundador deste Mosteiro, ou Restaurador delle bem podia como Senhor das terras fazer ao Mosteiro Padroeiro da dita Igreja da Capela de Santa Maria Magdalena, que então de novo se fundaria por até então estar a terra habitada de Mouros, e ordenar por então assim a necessidade o pedir, que os Monges, ou quem o Abbade ordenasse desse o pasto espiritual aos freguezes habitantes da dita freguezia, e que recebesse os dizimos e primissas, e tudo o que fosse pertencente a dita Igreja o que tambem bem poderia se com licença da Se Apostolica, ou do Bispo do Porto em cuja Diocese está situado o dito Mosteiro* (Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 1-1 v.). Sob a influência da uma visão retrospectiva a partir de uma situação posterior – e que, por isso, nem tudo será exacto – fica-se bem a saber, pelo menos, que no mosteiro de Santo Tirso, ao sec. XVIII, era muito antiga a convicção da estrutura canónica da comunidade secular, como igreja dependente do mosteiro.

² A 1 de Junho de 1459, há um contrato da dizimaria da Capela de Santa Maria Madalena, feito pelo Ecónomo do mosteiro, Frei Vasco, a favor de João Machucho, que pagaria a quantia anual de 3.800 reais brancos. O contrato foi feito pela duração de nove anos. Cf. SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – *Apontamentos de história local IV*, em JST de 5 de Novembro de 1971, p. 1, col. 3.

³ Fará a doação da oitava parte de Lavra, que tinha sido de sua avó D. Unisco Godins, e a sexta parte que tinha comprado a Dona Ximena Rodrigues, assim da igreja como do laical. Do ano de 1099, consta a venda da quarta parte de Lavra, tanto do laical com do monástico, feita ao mosteiro de Santo Tirso pelo abade de Pedroso, em consequência do mandado do rei D. Sancho I. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 91 v.

⁴ Por contrato entre o mosteiro de Santo Tirso e o bispo do Porto, D. Vicente, esta igreja, juntamente com outras, passou a igreja *unida* ao mosteiro de Santo Tirso: os abades beneditinos poderiam apresentar ao bispo do Porto, como párocos amovíveis *ad nutum* monges ou clérigos seculares, dando-lhes cóngrua sustentação.

⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 93 v. Note-se que, a pedido de D. Manuel I e por Bula de Leão X, de 1520, os frutos pertencentes ao pároco, se desmembraram e se aplicaram para as comendas novas da Ordem de Cristo. Cf. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. II, ff. 290-304.

⁶ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. III, ff. 539-540. PT/ADPRT/MON/CVSTST, f. 73.

⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 74. Esta igreja de S. Salvador da Folgosa passará de Abadia a igreja *unida*, por contrato entre o mosteiro de Santo Tirso e o bispo do Porto: o nosso prelado de S. Bento cederia os direitos de algumas igrejas, a favor do Bispo, com o privilégio da união de outras, ao mosteiro de Santo Tirso – entre as quais S. Salvador de Folgosa –, com a faculdade, pois, de o nosso mosteiro apresentar clérigos seculares ou monges tirsenses para a dita igreja, apenas com o direito a uma simples cóngrua que lhes deveria ser paga pelo nosso mosteiro, que, em compensação, recolheria os dízimos.

1176	Guilhabréu	Porto	Soeiro Mendes da Maia, o Facha, e o Balio de Leça ¹¹ doaram a ermida de S. João, que em 1216, se transformaria em igreja paroquial, por vontade da Rainha Dona Mafalda ¹²	Curato, desde 1216 até 1379; de 1421 a 1431; 1458; 1463-1480; abadia, desde 1379 a 1421; 1413-1458; 1458-1463	Rendimentos extremamente numerosos, no decurso do curato (dízimos, primícias, e censos), e menos no decurso do abaciado, por que então os abades colhiam os dízimos e primícias
1212 Antes de	S. Clemente de Silves	Braga	D. Maria Aires de Fornelos, <i>padroeira in solidum</i> desta igreja ¹³	Abadia ¹⁴	135 reis, para pagamento anual do censo ¹⁵
1220 ¹⁶ Antes de	S. Tiago de Rebordões ¹⁷	Braga ¹⁸	Não se sabe donde veio a doação a Santo Tirso ¹⁹ .	Abadia	
1258 Antes de	Santa Cristina de Coronado. Esta já é referida nas Inquirições de 1258 ²⁰				
1258 Antes de	Guardizela	Braga	Não se sabe donde veio a doação a Santo	abadia	Não sei quanto pagaria, até porque

⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 76 v.-79.

⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 73 v.-74.

¹⁰ Por sentença do tribunal eclesiástico do Porto, o abade de Folgosa foi condenado a pagar, anualmente de censória 40 maravedis de moeda antiga. Equivaleria esta soma a 1080 reis, dado que cada maravedi corresponderá a 27 reais brancos.

¹¹ Este fidalgo doou uma quarta parte em 1176: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0168, ff. 186 v- 187. A *Benedictina Lusitana* transcreve, parcialmente, este texto documental, com a deficiência da identificação errada do autor da manda (vol. II, pp. 30-31). O Balio de Leça doaria outra parte ao mosteiro de Santo Tiso, por troca com Paços, em S. João da Foz: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 188.

¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0168, ff. 185 v.-186.

¹³ Mãe de Martim Sanches e de D. Urraca Sanches, neta de Soeiro Mendes, o Bom. D. Maria Aires de Fornelos teve os seus filhos como barregã de D. Sancho I. Estava sepultada no mosteiro de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 161-161 v. As inquirições confirmam a doação Cf. PMH, *Inquisitones* de 1220, pp. 193. 242; PMH, *Inquisitiones* de 1258, p. 555. O Papa Nicolau IV, por Bula de 1 de Outubro 1289, confirmou o padroado de S. Clemente de Silves, na posse de Santo Tirso. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do Seu Terno*, vol. II, Santo Tirso, 2000, p. 150.

¹⁴ Todos os seus párocos se identificam como abades, ao contrário de Vila Nova dos Infantes e de Golães.

¹⁵ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0201, f. 93 v.

¹⁶ Em 1220, fala-se do padroado desta paróquia, que se encontra repartido por entre três entidades: o rei, o mosteiro de Santo Tirso e o mosteiro de Leça do Balio. Cf. PMH, *Inquisitiones*, p. 207.

¹⁷ Igreja fundada por entre 1040 e 1055. Em 1040 ainda não existiria: fala-se da doação da vila de Rebordões e de Coronado, que se trespassariam para o mosteiro de Leça, sem especificação da paróquia a que pertencessem. Em 1055, já se fala do compadroadado de S. Tiago de Rebordões.

¹⁸ De facto. Mas, de direito, do Porto, que assim será até 1882.

¹⁹ Sei que antes foram padroeiros os que se seguem: Sergundia e seu filho Aires; depois, a Condessa Ilduara que dele tinha apenas uma fracção (1055); Patrino e seus filhos Odório e Ermesenda. Em 1220, vigorava o compadroadado por entre o rei, o mosteiro de Santo Tirso e o de Leça do Balio. Logo depois, segunda parte do sec. XIII, repartido apenas por Santo Tirso e pelo rei. Entre 1416 e o sec. XIX, estará o direito bipolarizado por entre Santo Tirso e Leça, cujo exercício se impedirá pela intervenção directa da Cúria romana, através de nomeações por Bulas pontifícias, desde 1554 a 1707.

²⁰ PMH, *Inquisitiones*, p. 508. E já como padroado do mosteiro de Santo Tirso. Aliás esta igreja foi extinta pelos fins do sec. XVI ou inícios do sec. seguinte, incorporando-se na de Folgosa (Maia), da qual, hoje, é o mero lugar de Santa Cristina.

			Tirso ²¹		cedo, já na Idade Média, deixou de pertencer ao nosso mosteiro
Janeiro de 1226 e Maio de 1245 ²² (1. ^a metade)	Vila Nova dos Infantes	Braga	Martim Sanches (1226) ²³ e Urraca Sanches (1245) ²⁴	Abadia desde os começos até 1250. Em 28 de Julho de 1309, até ao fim (sec. XIX) é só uma vigararia ²⁵	11 marcos anuais de boa prata ²⁶
Janeiro de 1226 e Maio de 1245 (2. ^a metade)	Golães	Braga	Martim Sanches (1226) Urraca Sanches (1245)	A mesma evolução de Vila Nova das Infantas ²⁷	
1253 12 de Agosto	S. Paio de Lages ou de Lanhas ²⁸ e Santa Maria de Airão	Braga	D. Rodrigo Forjaz e Dona Châmoa Gomes ²⁹	Abadias ³⁰	
1258	Santa Cristi-	Porto	Possivelmente, os pa-	Primeiro, foi do	1000 reis ³³

²¹ É certo que pertencia a Santo Tirso, em regime de compadroadado. Dizem os inquiridores de D. Afonso III: *Aqui começa a inquirição da igreja de Santa Maria de gradizela e de todos os paroquianos da mesma igreja. Martim Egas, prelado da dita igreja, respondeu que um terço é do mosteiro de Santo Tirso, outro terço é do mosteiro de Landim e que o outro terço é dos governadores da mesma igreja* VMH, p. 322.

²² Numa Bula de Nicolau IV de 1 de Outubro de 1289, já se diz que esta igreja, colocada sob a protecção pontifícia, é do mosteiro de Santo Tirso. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, p. 150. Cf. Ainda PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, f. 143 v.

²³ Em Janeiro de 1226, Martim Sanches vendeu ao abade de Santo Tirso, D. Silvestre, a metade inteira de Vila Nova das Infantas e de Golães, com todos os seu termos e com todos os seus direitos, novos e antigos. Subordinou a sua venda à cláusula da sua eficácia “post mortem”. Receberia, entretanto, de preço 3.000 maravedis, com sua revora. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 142-142 v. Quatro anos depois, a 21 de Junho de 1230, esta venda receberá a protecção do Papa Bento X (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, f. 27).

²⁴ Em Maio de 1245, o abade do mosteiro de Santo Tirso, Fernão Pires, comprará a Urraca Sanches, por 2.500 maravedis antigos, a outra metade de Vila Nova das Infantas e de Golães, com seus termos novos e antigos, com todas as suas pertenças, e a metade das igrejas. As inquirições de D. Dinis confirmam a posse do mosteiro de Santo Tirso, que, por braquiologia, se dizem ter sido doadas por Dona Urraca Sanches (cf. VMH, p. 354). Mas além destes, havia outros compadroeiros até 1250. Depois, o padroado pertence *in solidum* a Santo Tirso.

²⁵ Os vigários ficariam amovíveis *ad nutum*, e não recolhiam dízimos que eram inteiramente para o mosteiro de Santo Tirso. Tinham os vigários direito à residência e a uma horta. E recebiam as obradas.

²⁶ Este censo – que compreendia os frutos, rendimentos, proventos, dízimos e primícias - era o recolhido de Vila Nova das Infantas, a favor do mosteiro, por um arrendatário, após uma súplica de confirmação pontifícia, com data de 5 de Setembro de 1423. Veja-se MPV III/2, doc. n. 748, p. 536.

²⁷ Salvo um hiato que vai de 1564 a 1596. O Cardeal Alexandre Farnese, último comendatário fez dela abade um Leonel de Sousa, que pôde assim recolher em seu proveito todos os rendimentos desta paróquia. A 8 de Janeiro de 1596, o abade de Santo Tirso, Frei Baltasar de Braga, após sentença favorável, pôde tomar posse da freguesia de Golães, reconduzida agora à condição de vigararia, pastoreada, outra vez, por párcos amovíveis *da nutum*. Ao P.e Leonel de Sousa, resignatário, ficou o convento na obrigação de lhe pagar uma reforma equivalente 160.000 reis anuais. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 157 v.

²⁸ Os fidalgos concederiam ao nosso mosteiro tudo quanto possuíam nestas duas paróquias, no temporal e no espiritual. Esta freguesia, ao sec. XVI, foi extinta e incorporada na de Santa Maria de Airão.

²⁹ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 8-8 v.; 166-166 v. ; 177 v. – 179 ; VMH, p. 347, doc. n. 278; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, f. 5.

³⁰ Suponho.

Antes de ³¹	na do Couto		droeiros originais foram os senhores da Maia	padroado in <i>solidum</i> de Santo Tirso e possivelmente abadia. Em 1287, passou a igreja <i>unida</i> ³²	
1258 Antes de ³⁴	S. Lourenço de Asmes (Ermesinde)	Porto	Não tenho dado algum, acerca deste assunto	Inicialmente, abadia. Em 1287, torna-se igreja unida, com vigários (monges ou seculares) amovíveis <i>ad nutum</i> . Depois, em 1442, seria nomeado <i>abade</i> de S. Lourenço de Asmes o abade de Rebordões Afonso Martins ³⁵	35 libras tornesas anuais ³⁶ . 800 reis ³⁷
1258 Antes de ³⁸	S. Martinho de Frazão	Porto	Não tenho dados	abadia ³⁹	Censória de 150 reis ⁴⁰
1258 Antes de ⁴¹	S. Mamede de Frazão ⁴²	Porto	Também desconheço a origem deste padroado ⁴³	No sec. XV, era esta igreja anexada a S. Martinho de Frazão, cujo pároco apresentava o cura de S. Mamede ⁴⁴	

³¹ Já aparece em 1258, nas Inquirições, como pertencente ao mosteiro de Santo Tirso. Cf. PMH, *Inquisitiones*, p. 533.

³² Ou seja, remeteu-se a vigararia: o mosteiro receberia os dízimos e rendimentos da paróquia, que ficava a ser pastoreada por monges ou seculares amovíveis *ad nutum*. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 178-179; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 81-81 v.; *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 71-73. 343-344.

³³ *O Abade deste mosteiro apresenta o Vigário. E o rendeiro paga de censória 1000 reis*. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 103 v.- 104. Note-se que, primeiro, pelo sec. XVII, por decisão do Capítulo Geral, os dízimos e a fábrica da igreja passaram para o Mosteiro de S. Bento da Vitória; segundo, que a apresentação e a censória ficaram para o mosteiro de Santo Tirso. Outro apontamento: por entre 1562 até 1605, haveria uma infracção, pela nomeação da Santa Sé, através de Bulas Apostólicas e de nomeações de alguns como abades. A situação só se regularizaria em 1605.

³⁴ Já consta das Inquirições de D. Afonso III. Cf. PMH, *Inquisitiones*, p. 505.

³⁵ *ADB Registo Geral*, vol. 329, f. 131. Esta situação continuará, ao depois. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 121 v. – 122 ; cf. ff. 46 v.- 47 v.

³⁶ COSTA, António Domingues de Sousa - MPV, t. I, doc. n. 195, p. 108.

³⁷ No Tombo do Cardeal Alexandre Farnese, da segunda parte do sec. XVI (ib. f.100).

³⁸ Já nas Inquirições de D. Afonso III, se diz do padroado de Santo Tirso. Cf. *Inquisitiones*, p. 531. E esta igreja de Frazão é uma das que o Papa Nicolau IV, em 1289, coloca debaixo da sua protecção. Veja-se PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 107.

³⁹ Mas, depois, passa a reitoria. Não sei se por causa da divisão dos frutos desta igreja, com D. Manuel I.

⁴⁰ *Tombo do Cardeal Alexandre Farnese*, f. 70 v. Note-se que, aos começos do sec. XVI, o rei D. Manuel I, quando S. Martinho de Frazão anexara a de S. Mamede de Frazão - depois, S. Mamede da Seroa - faria uma distinção: o padroado e a censória ficariam nas mãos do mosteiro de Santo Tirso. Os frutos das duas igrejas iriam beneficiar os titulares das comendas da Ordem de Cristo. Por esta altura, foi necessário resolver um conflito entre o abade de Santo Tirso, D. Francisco de Sousa, e Cristóvão de Bobadela: ao primeiro foi reconhecido o direito de apresentação de S. Martinho de Frazão e de S. Mamede; e ao segundo competiria o direito à cóngrua paroquial. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 108 v. – 109.

⁴¹ Já consta nas inquirições de D. Afonso III (1258), como padroado de Santo Tirso.

1272 20 de Janeiro	Santa Cristina de Arões, Fafe ⁴⁵	Braga	D. Gil Vasques de Soverosa e sua esposa, Dona Aldonça Anes ⁴⁶	Abadia ⁴⁷	Não tenho dados sobre a censória ⁴⁸
1287 Antes de ⁴⁹	Santa Maria de Vilar	Porto	Não tenho até agora conhecimento do modo como esta igreja passou para o mosteiro de Santo Tirso	Abadia até 1287; igreja unida após esta data; curato na 2. ^a parte do sec. XVI, dependente de Silva Escura.	600 reis ⁵⁰
1295 Antes de	S. Lourenço de Pias ⁵¹	Porto ⁵²	⁵³	abadia ⁵⁴	120 reis ⁵⁵
1298 2 de Fevereiro	S. Tiago de Burgães ⁵⁶	Porto Braga ⁵⁷	Gil Martins, filho de Martim Fernandes de Sá (uma metade) ⁵⁸	Abadia	Ainda por esclarecer este ponto.

⁴² No sec. XV, será anexada a S. Martinho de Frazão e começaria a chamar-se S. Mamede de Ansorey, hoje Seroa.

⁴³ Seja como for, se nas Inquirições de D. Afonso III, aparece esta freguesia como do padroado de Santo Tirso, já em 1292, dependerá de um sistema de compadroadado por entre Santo Tirso - os nossos beneditinos - e os frades agostinianos de Lordelo. Houve contestação entre ambas as partes, a cuja solução recorreria o bispo do Porto, através do Prior do mosteiro de Vilela: Santo Tirso ficou com o padroado *in solidum* desta igreja, com colheita, serviço e censo, e daria aos frades de Lordelo o meio casal de Vilar, sito em Rebordosa.

⁴⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 293.

⁴⁵ Frei Leão de S. Tomás confundiu-a com S. Tiago de Areias, do concelho actual de Santo Tirso.

⁴⁶ Morreu na lide de Gouveia. Já viúva, Dona Aldonça, descendente de Gonçalo Mendes, o Bom, fará, mais tarde, o seu testamento (1299). Neste recorda a doação do padroado e trespassa, em favor dos nossos monges, umas herdades, condicionadas por legado pio e com sepultura na igreja de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 182-182 v. e 194-194 v.; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 51, p.175.

⁴⁷ Sei que, em 1343, era abade de Santa Cristina de Arões um Estêvão Pires, filho de Pero Esteves e de Constância Martins (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 186-186 v.; e ff. 194-194 v.

⁴⁸ De resto, esta paróquia perdera-se para os nossos monges, muito cedo, pela época dos comendatários -, suspeita o autor do Índice de 1774: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 182 v.

⁴⁹ É que, a 8 de Fevereiro de 1287, haverá um contrato entre D. Domingos Mendes, Abade de Santo Tirso, e o Bispo do Porto, D. Vicente: o nosso prelado doava ao bispo e cabido portugalense as igrejas de S. Martinho de Guilhabréu, S. Vicente de Queimadela e de S. Martinho de Bougado, em troca da união ao mosteiro de Santo Tirso de várias igrejas, entre as quais Santa Maria de Vilar. Logo depois – dois anos tão só –, o Papa Nicolau IV colocou esta e outras igrejas e bens do mosteiro de Santo Tirso, sob a sua protecção. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II pp. 149-151.

⁵⁰ Isto na segunda parte do sec. XVI, conforme as indicações do *Tombo do Cardeal Alexandre Farnese*, f. 100

⁵¹ Em 1258, nas Inquirições de D. Afonso III, chamava-se S. Lourenço de Vila Nova (PMH, *Inquisitiones*, p. 545) . Em 1542, porém, já era conhecida por S. Lourenço das Pias, como se vê do Censual da Mitra da Sé do Porto (SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto*, p. 220).

⁵² Do Porto, desde os começos até 1770, e de 1778 até hoje. Entre 1770 e 1778, foi da diocese de Penafiel.

⁵³ Nas inquirições de 1258, o prelado desta igreja, Gonçalo Gonçalves, dirá que S. Lourenço de Vila Nova era dos filhos e netos de D. Nuno Sanches.

⁵⁴ Em 1295, a 1 de Março, o Bispo do Porto, D. Vicente, confirmaria Martim Pires, como abade desta igreja, após a apresentação que nele fizera o abade de Santo Tirso e seu convento PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 112.

⁵⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 82.

⁵⁶ De um padroado *in solidum* a um compadroadado.

⁵⁷ Desde os começos até 1882 e por uma questão de facto. Do Porto – e de direito – até hoje.

⁵⁸ A outra metade pertencia à Casa da Lage, de Burgães. Mas, desde 1500 até 1777, os padroeiros estiveram impedidos de exercerem o seu direito, porque as vacâncias de Burgães sempre as houve por renúncia em meses de reserva. De resto, só pelos finais do sec. XVIII, é que a Casa da Lage iria perder – não sem contestação, porém - a tal prerrogativa.

1305 31 de Julho; 1309 2 de Abril	Silva Escura	Porto	Rui Martins de Numães e sua mulher Senhorinha Rodrigues (1305); Dona Beatriz Martins (1309) e outros ⁵⁹	Abadia	120 reis ⁶⁰
1311 4 de Maio	Manhouce	Porto	Domingos Martins e sua mulher Constância Domingues ⁶¹		
1318 Antes de	Santo Estêvão da Maia ⁶²	Porto		Abaciado ⁶³	255 reis ⁶⁴
1323 Ante de	Santa Mari- nha de Lou- sado ⁶⁵	Braga	⁶⁶	Abadia	
1347 Antes de ⁶⁷	S. Martinho de Sequeirô ⁶⁸	Braga		Abadia	135 reis ⁶⁹
Sec. XVI, muito antes	S. Vicente de Goim, filial da capela de Santa Maria	Porto ⁷⁰	⁷¹	Curato, antes dos meados dosec. XVI. Depois (1581-1606) vigararia perpétua. Dos princípios do	

⁵⁹ Na apresentação de Afonso João (1349). Neste acto, declara-se que Santo Tirso era já *padroeiro in solidum* de Silva Escura. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 152-165 v.; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 87.

⁶⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201,, f. 100.

⁶¹ Pouco sabemos deste padroado, que, aliás, se perderia muito cedo. Talvez já ao tempo dos Comendatários -, aventa a hipótese o autor do Index de 1774: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 182.

⁶² Era inicialmente do compadroado de Santo Tirso e do mosteiro de Vairão. Assim em 1318, houve uma contenda com o Bispo do Porto, que confirmara nesta paróquia um candidato, infringindo aquilo que era costume: que, após a vacância da igreja, devia o prelado afixar um edicto de 20 dias de prazo, para comparecerem os padroeiros. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 96, p. 192. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0227, f. 98. SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto*, p. 205. Já aparece com o nome de Santo Estêvão da Maia, em 1262: ADP, Cab., Or. 1672, f. 5. A partir do sec. XVI, já corre com o nome de Santo Estêvão de Gão.

⁶³ Conforme se deduz de uma apresentação do abade de Santo Tirso, D. Miguel da Silva, que, a 14 de Janeiro de 1539, apresentara ao Bispo do Porto, D. Frei Baltasar Limpo, para abade um tal Fernando Novais.

⁶⁴ Recebia o mosteiro de Santo Tirso a censória de 255 reis: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 98 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 100. Com o nome da paróquia como Santo Estêvão de Gão.

⁶⁵ Era inicialmente do padroado *in solidum* dos nossos beneditinos. Apesar desta afirmação tardia, que julgo resultar de uma confusão entre a apresentação e a política dos meses de reserva, em que se suspenderá o direito dos padroeiros: *Tem o parocho desta freguezia o titulo de abbade; na apresentação tem alternativa com Roma, Mitra e os religiosos do mosteiro de Santo Tirso*. Cf. CAPELA, José Viriato, e SILVA, António Joaquim Pinto da – *Vila Nova de Famalicão, nas Memórias Paroquiais de 1758*, ed. da Câmara Municipal de Famalicão, 2001, p. 188.

⁶⁶ No arquivo do mosteiro de Santo Tirso, faltava o documento que assinalaria o trespasse desta igreja para as mãos dos nossos monges.

⁶⁷ Com efeito, a 27 de Fevereiro de 1323, o tabelião de Braga, Domingos Martins, registará, no seu livro de notas, a confirmação que teria feito o arcebispo D. Telo, a favor de Martim Domingues para abade de Santa Marinha de Lousado, após a apresentação que do candidato fizera o abade do nosso mosteiro e seu convento. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 131.

⁶⁸ Compadroado: do mosteiro de Santo Tirso e do de Landim (agostiniano). Até 1690, a eleição do candidato resultaria de decisão unânime e simultânea dos dois padroeiros. Depois, em virtude de um pacto entre ambas as casas religiosas, as intervenções far-se-iam em regime de selecção alternada. Em 1793, após a extinção do mosteiro landinense (1770), D. João VI, decidiu que continuasse o regime de alternância, mas partilhada agora por entre Santo Tirso e o monarca.

⁶⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 100.

	Madalena do mosteiro de Santo Tirso			sec. XVII em diante, cura amoví- vel <i>ad nutum</i> ⁷²	
--	---	--	--	--	--

⁷⁰ Excepto, na segunda parte do sec. XVIII, quando pertenceu à diocese de Penafiel (1770-1778).

⁷¹ Não consta da doação.

⁷² Sabe-se apenas que esta paróquia era da apresentação do vigário da capela de Santa Maria Madalena do mosteiro de Santo Tirso, que era – esta só – vigararia dos nossos monges. Na vacância da Sé episcopal da igreja portugalense, o seu Vigário capitular, em 1581, mudaria o estatuto desta paróquia, confirmando Gaspar Lourenço como vigário perpétuo de Goim, à apresentação do sobrinho, o Licenciado Amador Ribeiro vigário da Capela de Santa Maria Madalena no mosteiro de Santo Tirso.

Os nossos monges não se aquietariam: que era incongruente e contra o direito esta transformação. A saber, que não era justo que, na matriz guial – a vigararia da capela do mosteiro –, o cura fosse amovível; e que, na filial, fosse perpétuo. Além do mais, era contra o direito, que o Vigário capitular não teria poderes para esta transformação.

Os nossos monges recorreram. Era agora Bispo do Porto o beneditino D. Frei Gonçalo de Morais que determinou que o abade de Santo Tirso pudesse apresentar então para Goim um cura anual, amovível *ad nutum*. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 116-117.

Tabela n. 3: Doações, sem legados pios

Data	Doador	Bens doados	Situação	Abade de Santo Tirso
1082 19 de Fevereiro	Soeiro Príncipe	Umas propriedades	Ferreiros ⁷³	
1093 23 de Fevereiro	Ildefonso Hermenegildo	Rotella	Ferreiros, Ribeirão ⁷⁴	D. Gaudemiro
1106 16 de Julho	Marinha Martins e seu marido, Martim Domingues	Um herdamento e um quinhão	Real, Couto de Santo Tirso ⁷⁵	D. Gaudemiro
1163 5 de Abril	Gonçalo Soares	Herdade de Romão	Aves (?)	D. Mendo I ⁷⁶
1216 Abril	Pedro Pequeno ⁷⁷	Igreja de S. João da Foz	Desmembrada de S. Martinho de Lordelo	D. Mendo II
1217 Junho	Garcia Pais e sua mulher, Dórdia Viegas	Uma herdade	Na vila de Esperandeu, no lugar de Subcoto e Cotiães ⁷⁸	D. Silvestre ⁷⁹
1253 12 de Agosto	D. Rodrigo Forjaz e sua mulher, D. Châmoa Gomes	Tudo quanto possuíam no Couto de Lajes e Airão, tanto no espiritual (padroados) como no temporal (coutos) ⁸⁰	S. Paio de Lanhas ⁸¹ e Santa Maria de Airão	D. Fernão Pires
1266	Pedro Pires e sua	Herdade de Quintela	Couto de S. Pe-	Álvaro Martins

⁷³ Aparte, no mesmo pergaminho, a rectificação da dita doação a D. Gaudemiro, em 1103. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 176.

⁷⁴ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 176 v.-177.

⁷⁵ Existe apenas o documento de procuração que Marinha Martins passa a seu marido, do que foi tabelião Afonso Pires. Mas, nas costas do mesmo pergaminho, fala-se da doação que o dito Martim Domingues fizera a João Fernandes, frade de Santo Tirso, e das testemunhas que ao acto estiveram presentes. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 177.

⁷⁶ Trata-se de um prazo e contrato por modo de doação: o mosteiro empraça a Gonçalo Soares – a ele só, em sua vida – a herdade de Codeçosa (S. Mamede de Negrelos), e Gonçalo Soares deu ao mosteiro a herdade de Romão, com a condição de que a possuísse somente em sua vida, como prazo. Que, à sua morte, as duas ficariam livres e desembargadas ao mosteiro. O *Índice de 1774* acrescenta que, na altura em que este se elabora, o mosteiro só já possuía a de Codeçosa, não a de Romão. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 177-177 v.

⁷⁷ Pelo abade de S. Martinho de Lordelo, com o consentimento da Rainha Dona Mafalda, do Bispo e Cónegos da Sé do Porto e dos padroeiros de Lordelo, cria-se e é doada a paróquia de S. João da Foz ao mosteiro de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0168, ff. 185 v.-186. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 12 v.-13.

⁷⁸ Precisa o documento: *debaixo do monte de S. Paulo, discorrendo o regato de Real, no território de Braga, tudo sito na freguesia de Guardizela.*

⁷⁹ A doação desta herdade diz-se ter sido feita por modo de compra. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 178 v.

⁸⁰ Contrato por modo de doação, já que o mosteiro dará aos benfeitores tudo quanto os nossos frades tinham em S. João da Foz e Nevogilde, toda a herdade que tinham em Santa Marinha da Pedreira (excepto o padroado destas igrejas) e um casal em Vilares, com todas as suas pertenças, e que à morte de D. Rodrigo e de sua esposa tudo regressasse ao dito mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 179.

⁸¹ Lajes ou Lanhas era a freguesia medievá de S. Paio de Lanhas. No sec. XVI, extinguir-se-á e será então incorporada na freguesia tangente de Santa Maria de Airão.

29 de Abril	mulher, Marina Soares		dro de Ferreira, Julgado de A- guiar de Sousa	⁸²
1272 19 de Janeiro	D. Gil Vasco de Soverosa e D. Aldonça Anes	Padroado da Igreja de Santa Cristina de Arões ⁸³	Termo de Guimarães, arcebis- pado de Braga	D. Álvaro Martins
1274 7 de Fevereiro	Pedro Durando	Toda a herança que tinha e que lhe viera da parte de mãe Esteva Pires	Em Quintela, Brito e Vilar ⁸⁴	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes ⁸⁵
1279 7 de Agosto ⁸⁶	D. Maria Anes, Padroeira do mosteiro de Santo Tirso	Uma cruz de prata cravejada de pedras preciosas ⁸⁷		D. Martim Mendes ou D. Martim Anes ⁸⁸
1282 19 de Dezembro	Rodrigo Gonçalves	Casal de Cidadelhe e mais 7 casais, com sua vinha, roteias novas e antigas, no lugar de Mendões	S. Mamede de Coronado, Mai- a ⁸⁹	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1282 14 de Setembro	Domingos Mendes e sua mulher, Geralda Duranda	Herdamento de Vilar	S. João de Eiriz ⁹⁰	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1283 30 de Junho	João Martins e sua mulher, Maria Pires; Domingos João e sua mulher, D. Giralda; Esteva Anes por si e pelos seus filhos; João Anes e sua mulher, D. Giralda	Vários quinhões em Vilar e um paradenário junto da casa de Maria Pereira, em Quintela, e o herdamento que foi de Pedro Sanches, no termo de Quintela	S. João de Eiriz ⁹¹	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1283 30 de Junho	Domingos João e sua mulher, Marina João; Domingos Anes e Margarida Anes	Quinhões e herdamentos de Vilar, Brito de Susão de partitório (?), junto da casa de Maria Pereira, em Quintela	S. João de Eiriz ⁹²	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes

⁸² A doação foi feita para remédio da alma dos doadores e tem como destinatário imediato Martim Pires, frade do nosso mosteiro e irmão de Pedro Pires. E só, após a morte do agraciado, tudo ficaria para seu mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 179.

⁸³ Esta igreja, a que Frei Leão de S. Tomás, no II tomo da *Benedictina Lusitana* (t. II, parte I, par. 4.º, f. 33), chamou de Santa Cristina de Areias que ficaria logo além do Rio Ave, foi engano de quem lhe mandou as notícias, que, em lugar de ler Arões, leu Areias. Ora, a Igreja de Areias, que fica além do Rio Ave, não se chama Santa Cristina de Areias, mas sim S. Tiago de Areias. E o padroado de Arões já o não possui este Mosteiro. E é provável que se perdesse ao tempo dos Comendatários. É esta a suposição do autor do *Index de 1774*. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 182-182 v.

⁸⁴ Freguesias de S. Pedro de Ferreira, S. Salvador de Freamunde e S. João de Eiriz.

⁸⁵ Senão na prelazia do abade anterior, D. Álvaro Martins, que faleceu em Lyon, França, em 1274.

⁸⁶ Não é a data da doação. Antes da concessão dada pelo bispo do Porto, D. Vicente, à possibilidade do empréstimo desta joia à filha de D. Maria Anes, Dona Teresa Gil, irmã de D. Martim Gil. Com mais esta condição: que daí não resultasse escândalo diante de seus irmãos.

⁸⁷ Deixada em lutuosa.

⁸⁸ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 55, p. 176.

⁸⁹ Trata-se da doação da posse, que os ditos casais eram prazos do mosteiro.

⁹⁰ A doação foi feita directamente ao monge do mosteiro de Santo Tirso, Martim Pires. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 179 v.

⁹¹ O autor do *Índice de 1774* aponta a freguesia de S. João de Eiriz, para dizer que todos os bens doados ficam aí, já que nesta paróquia há os lugares de Vilar e de Quintela. A doação foi feita, directamente, a Martim Pires, monge de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 179-180.

1283 30 de Junho	Várias pessoas ⁹³	Quinhões de um paradenário, junto da casa de Maria Pires, em Quintela	S. João de Eiriz ⁹⁴	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1288 20 de Fevereiro	Margarida João	Herdamento de Quintela	S. Pedro de Ferreira ⁹⁵	D. Domingos Mendes
1291 16 de Fevereiro	Domingos Pais, chamado Rabel, e sua mulher, Mor Martins	Herdamento de Linhares e de Quinchães	S. Salvador de Monte Córdova ⁹⁶	D. Martim Pires
1298 30 de Abril	João Pires, chamado o Formoso	Leira da Vinha de Loveriz	Burgães ⁹⁷	D. Martim Pires
1298 22 de Agosto	D. Elvira Pires, mulher que fora de Fernão Rodrigues Babilon	Quinta de Arões, com quatro casais, uma casa e um moinho; Quinta de Gareí, com 2 casais e uma quebrada; Casal de Palmazões e Casal de Asnela	Sitos em Fafe, Alvarelhos, e acima do Douro	D. Martim Pires ⁹⁸
1298 12 de Outubro	João Pires, chamado Formoso, e sua mulher, Maria Pires	Herdamento de Loveriz	Burgães ⁹⁹	D. Martim Pires
1299 8 de Janeiro	Várias pessoas ¹⁰⁰	Herdamento que foi de Pedro Cabrito	Linhares, S. Salvador de Monte Córdova	D. Martim Pires ¹⁰¹
1302 18 de Junho	D. Martim Gil	Quinta de Galegos ¹⁰²	Termo de Vila Real	D. Martim Pires ¹⁰³
1304 7 de Setembro	João Anes	Um herdamento ¹⁰⁴	Santa Cristina do Couto	D. Martim Pires ¹⁰⁵

⁹² O *Índice de 1774* diz que a doação é feita directamente ao seu tio, Martim Pires, monge de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 180. A informação de que estes bens se situam em S. João de Eiriz é feita, porém, com uma certa reserva.

⁹³ São elas: Martim Fernandes e sua mulher, Maria Pires; Gonçalo Gonçalves, por si e pelos seus filhos; Domingos Gonçalves e sua mulher, Maria Pais; Esteva (?) e Maria Domingues; Domingos Mendes e sua mulher, D. Giralda, e Ganua (?) ; Durando e Esteva Anes, por si e seus filhos.

⁹⁴ A doação é feita directamente a Martim Pires, monge de Santo Tirso, *pelo muito bem que aos doadores havia feito*. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 180-180 v.

⁹⁵ A doação foi feita também directamente a Martim Pires, monge do mosteiro de Santo Tirso, que se diz tio da doadora. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 180.

⁹⁶ Como outras, também esta doação é feita directamente a Martim Pires, frade do mosteiro de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 180 v.

⁹⁷ Doação feita directamente a João Martins, frade do mosteiro de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 181.

⁹⁸ D. Martim Pires logo deste casal faria prazo a seu irmão, Vasco Pereira, de 2 casais que o mosteiro tinha nos lugares que se chamavam Festal e Mato Mau que não se sabia onde ficavam. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 181 v.

⁹⁹ Como outras, doação feita directamente ao monge de Santo Tirso João Martins. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 180 v.-181.

¹⁰⁰ Ou seja, Geraldo Miguel e sua mulher, Maria Pires; Domingos Martins e sua mulher, Domingas Martins; Pedro Vieira e sua mulher, Maria Martins.

¹⁰¹ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 181.

¹⁰² Este contrato era bilateral. O mosteiro de Santo Tirso emprazaria a Martim Gil, em sua vida somente, a Quinta de Lordelo, sita na Terra de Panoias, freguesia de Vila Marim, Termo de Vila Real, que a tia deste fidalgo, Dona Constância Gil, dera ao mosteiro. O Conde de Barcelos pagaria de foro ao mosteiro, pela Quinta de Lordelo, a quantia de uma libra de cera. Martim Gil doava ao mosteiro a sua Quinta de Galegos, sita no mesmo Termo, e que também lhe adviera de sua tia, Dona Constância Gil.

¹⁰³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 273 v.

¹⁰⁴ Não se diz o nome, como, às vezes, acontece.

¹⁰⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 181 v.-182.

1304 7 de Setembro	João Anes, Abril Anes e Sancha Anes	Herdamento de Travaços	Santa Cristina do Couto	D. Martim Pires ¹⁰⁶
1304 14 de Outubro	D. Teresa Gonçalves, freira no mosteiro de Arouca, e D. Maria Esteves, abadessa de Arouca ¹⁰⁷	Casal de Asnela	Acima do Douro	D. Martim Pires ¹⁰⁸
1305 31 de Julho	Rui Martins de Nomães e sua esposa Senhorinha Rodrigues	Padroado de Santa Maria de Silva Escura e da sua Quintã ¹⁰⁹ , Quinta de Revinhade (Julgado de Felgueiras) ¹¹⁰	Silva Escura (Maia) e Revinhade (Felgueiras)	D. Martim Pires
1309 2 de Abril	Beatriz Martins e Fernando Martins	Doação de um quinhão da igreja de Silva Escura	Silva Escura	D. Martim Pires
1309 8 de Julho	D. Martinho de Oliveira, arcebispo de Braga	Concede a união das igrejas de Vila Nova dos Infantes e de Golães a Santo Tirso	VilaNova (Guimarães) e Golães (Fafe)	D. Martim Pires
1309 12 de Julho	¹¹¹	Um herdamento	S. Salvador de Monte Córdova	D. Martim Pires
1309 29 de Outubro	Maria Pires, mulher que fora de Mendo Mendes	Herdamento de Moledo	Monte Córdova	D. Martim Pires ¹¹²
1309 10 de Dezembro	Martim Barbosa ¹¹³	Casal de Pampelido, Casal de Calvelhe e mais terras ¹¹⁴	Lavra e Labrugge	D. Martim Pires ¹¹⁵
1311 4 de Maio	Domingos Martins e sua mulher, Constança Domingues, e um irmão do mesmo, Domingos Martins, e sua mulher, Maria Gonçalves	Padroado da Igreja de Santa Maria de Manhuce ¹¹⁶	Bispado do Porto	D. Martim Pires

¹⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 181 v.-182.

¹⁰⁷ Doação das duas religiosas, que, para esse efeito, passariam procuração a D. Gonçalo Pereira, Deão da Sé do Porto.

¹⁰⁸ D. Martim Pires logo deste casal faria prazo ao irmão de D. Gonçalo Pereira, a saber, D. Vasco Pereira, de dois casais que o mosteiro tinha nos lugares que se chamavam Festal e Matomau que se não saberia onde ficavam. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 181 v.

¹⁰⁹ Com todos os seus direitos e pertenças.

¹¹⁰ E o que havia nos casais e pertenças (herdamentos, moinhos e chentados que de direito tinham e poderiam ter no dito lugar de Revinhade e em seus termos, com suas entradas e saídas, em montes, vales e fontes) os largaria ao mosteiro, depois da sua morte. Daria o mosteiro a estes benfeitores e em prazo (no tabelião Martim Anes) vários herdamentos: a Quintã de Riba d'Ave, com suas pertenças (e que, em 1774, se chamaria Quinta de Pereira, que ficava em S. Pedro Fins de Riba d'Ave), e os casais de Raiva e Gondarém, em vida de Rui Martins de Nomães.

À morte de Rui Martins de Nomães, a sua esposa não queria entregar as Quintas de Riba d'Ave e de Airão. Houve demanda entre ela e os nossos frades. Finalmente, pelos danos causados ao mosteiro e pelas custas, dava o Casal que tinha na Raiva. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 185.

¹¹¹ Pelas más condições em que o pergaminho se encontrava, não se sabe do nome do doador, nem do nome do herdamento. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 183.

¹¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 181 v.

¹¹³ Doação que vem no seu testamento, com a condição de ser enterrado no mosteiro tirsense.

¹¹⁴ Não se sabe quais, porque o pergaminho está deteriorado neste lugar. Além disso, não se sabe se foi doado só o domínio útil, ou se foi o domínio directo e útil, porque o mosteiro já tinha aqui muitos bens por doação de Soeiro Mendes, o Bom.

¹¹⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 182 v.- 183.

1312 8 de Setembro	João Domingues, o Asneiro ¹¹⁷	Um herdamento que tinha em Rebordões e por outros lugares, por onde se pudessem achar.	S. Tiago de Rebordões	D. Martim Pires ¹¹⁸ .
1317 18 de Outubro	Marinha de Jesus, mulher que fora de Geraldo Mendes	Casal de Vila Cova	S. Tiago de Rebordões e S. Tiago de Burgães	D. Martim Gil ¹¹⁹
1321 26 de Dezembro	D. João Rodrigues de Sande e Martim Briteiros ¹²⁰	Casal de Lousada ¹²¹	S. Miguel de Lousada	D. Martim Pires
1326 8 de Novembro	Domingos Fernandes e sua mulher, Teresa Anes	Vários herdamentos: as Almoinhas do Relho ¹²² , moinhos e Almoinha que foram de Dona Veiginhã e as casas da Rua da Caldeira ¹²³	Termo de Guimarães	D. Martim Pires ¹²⁴
1329 6 de Julho	Maria de Deus, mulher que fora de Domingos Sibrões ¹²⁵	Tudo quanto tinha na Azenha do Tarrio	Santa Cristina do Couto ¹²⁶	D. Martim Pires (?).
1332 17 de Julho	Maria João, mulher de João Pais ¹²⁷	Pelas herdades da Cerqueda ¹²⁸ , de que pagaria uma libra de cera por ano	S. Tiago de Burgães.	D. Lourenço Geraldes
1334 9 de Janeiro ¹²⁹	Fernão Veiga e sua mulher Alda Martins	Quinta e herdade de Parada ¹³⁰	S. Paio de Guimarães	Lourenço Geraldes, abade, e seu Prior, que era D. Fernão Pires.

¹¹⁶ Em 1774, já não o tinha o nosso mosteiro. Talvez se tivesse perdido, ao tempo dos Comendatários, opinião do cartorário. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 182.

¹¹⁷ Motivo da doação: pelo muito bem que sempre vira fazer no dito mosteiro.

¹¹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 183.

¹¹⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 183-183 v.

¹²⁰ Fizeram esta doação por testamento, com a condição de receberem sepultura no mosteiro, ao qual se deixava também a soma de 30 libras, para as despesas do funeral: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 183 v.

¹²¹ Em 1774, terá o nome de Quinta da Ledesma.

¹²² Que partia com a Almoinha que foi de Pedro Dias e que agora é da Costa.

¹²³ Tudo davam ao dito mosteiro com todas as suas entradas novas e antigas, rendas, águas e chentados.

¹²⁴ Os doadores reservam o usufruto em sua vida. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 183 v. Para essa doação dera instrumento de procuração a esposa ao seu marido – que nos aparece com outro nome, o de Domingos Peres Coira -, a 8 de Novembro de 1326: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 279 v.

¹²⁵ Doação que fará pelo muito bem que recebera do mosteiro de Santo Tirso. Note-se que é possível que se trate somente da doação do domínio útil, porque se fala em termos de renúncia, por parte da doadora, e pelo facto de o mosteiro ter ali muitas propriedades que lhe deixaria o fidalgo Soeiro Mendes.

¹²⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 183 v.-184.

¹²⁷ Isto é, Frei João Martins, monge de Santo Tirso, com licença de D. Lourenço Geraldes e seu convento, doara a Maria Anes, mulher de João Pais, aqueles bens, com a obrigação de pagar uma libra de cera por ano ao mosteiro.

¹²⁸ E mais pela casa de Figueiredo e pelas de Cima de Vila. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 184.

¹²⁹ Contrato, por modo de doação.

¹³⁰ Em troca, estes receberiam do mosteiro 4 Casais de Vila Meã da Veiga (situados na freguesia de S. Pedro de Silveiros e na de Santa Maria de Viatodos), com a condição de que, após a sua morte, ficassem para o convento. Neste contrato vem uma licença de João Martins, Chantre de Viseu e Vigário Geral do Bispo do Porto, D. Vasco, para se fazer prazo ao dito Fernão da Veiga e sua mulher dos ditos quatro casais, sitos na aldeia de Vila Meã da Veiga. Dava ainda licença para que se fizesse prazo a D. Sancha

1339 5 de Julho	Rui Martins de Nomães e sua esposa, Senhorinha Rodrigues	Confirmação das doações que fizeram ao mosteiro ¹³¹		D. Lourenço Geraldês
1341 15 de Agosto ¹³²	D. Sancha Pires, Senhora de Ferreira	O casal da Póvoa do Redundo, o casal de Vilar de Cabras, o casal de Cações e um outro casal	Monte Córdova, S. João de Eiriz, e um outro sítio em Sequeirô ¹³³	D. Lourenço Geraldês ¹³⁴
1343 10 de Maio	Pero Esteves de Riomau	Herdade de Cortinhela, que se chama Ferruce ¹³⁵ e o quinhão que tinha no casal de Portelinha ¹³⁶	O casal da Portelinha era de Golães	D. Lourenço Geraldês
1343 9 de Julho. Melhor, após esta data	Martim Lourenço ¹³⁷	Metade da herdade do Barreiro ¹³⁸	Penamaior	D. Lourenço Geraldês

Ferreira de quatro casais que tinham na aldeia de Quintela, em S. João de Eiriz, e a Vinha da Lage, pelo facto de a dita senhora ter dado a este Mosteiro um casal em Sequeirô, outro em Cações e outro ainda em Vilar das Cabras (que ambos ficam em S. João de Eiriz) e um quarto que jaz na aldeia de Redundo, em Monte Córdova. Esta licença foi dada a 28 de Abril de 1334. Acrescenta o autor do *Index de 1774*: estes casais ter-se-iam perdido ao tempo dos Comendatários. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 184 v.-185.

¹³¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189.

¹³² Contrato por modo de doação

¹³³ Em compensação, o mosteiro de Santo Tirso emprazou a favor desta benfeitora, apenas em sua vida, com todas as suas benfeitorias e melhorias, 8 casais: um em Vila Verde e quatro em Quintela (S. João de Eiriz), outro na Lage de Santão – que, em 1774, se não sabia como então se chamava – e as vinhas que o mosteiro tinha no mesmo lugar da Lage, que equivaliam a dois casais. Houve licença do Bispo do Porto para a efectivação deste contrato.

¹³⁴ Note-se: o contrato parece ter sido feito ao tempo de Martim Pires. Mas só foi redigido e confirmado na prelazia de D. Lourenço Geraldês. Note-se ainda que esta doação se veio a fazer, com a condição de o mosteiro dar 50 libras para o dia da sua sepultura. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff.185-185 v.

¹³⁵ Em 1774, *Ferruz*, aponta o cartorário desta altura. Confrontava com uma herdade que o mosteiro de Santo Tirso já aí possuía.

¹³⁶ Esta doação está registada nas notas do tabelião de Guimarães, João Afonso. Motivo desta doação: trouxe, por mandado de D. Martim Pires, abade que fora de Santo Tirso, várias herdades sitas em Vila Nova dos Infantes e Golães que pertenciam àquele mosteiro e que também lhe devia 400 maravedis velhos. E por temer a Deus e o dia da sua morte, dava ao mosteiro aquelas duas propriedades. Que, se a sua mulher e seus filhos não concordassem com aquelas disposições, lhes pagassem os 400 maravedis velhos.

Os herdeiros de Pedro Esteves foram de acordo: a esposa, Constância Martins (acto registado nas notas do dito tabelião João Afonso, com data de 12 de Junho de 1343), e o filho do dito Pero Esteves, Estêvão Pires, abade de Santa Cristina de Arões, pelo poder que seu pai lhe dera, meterá o convento da nossa cidade em posse, da herdade de Cortinhela (12 de Junho de 1343) e do quinhão do Casal de Portelinha, na mesma data. Ainda no mesmo dia, há um instrumento do dito tabelião, onde consta Pero Esteves demitir e abrir de mãos ao abade e convento de Santo Tirso do emprazamento do casal de Riomau, que chamavam do Souto, que ele traria emprazado do dito Mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 185 v.- 186 v.

¹³⁷ Filho de Maria Pires, que a 9 de Julho de 1343 dera a seu filho a metade da herdade que tinha no Barreiro (freguesia de Penamaior).

¹³⁸ É um contrato por modo de doação. Martim Lourenço deu o que receba de sua mãe, com a obrigação de o nosso mosteiro lhe dar tudo o que os monges possuíam no Barreiro. Por estes bens e pelo que lhe dera sua mãe, havia de reconhecer ao mosteiro, em sua vida, com dois capões e que podia deixar tudo a duas pessoas que se seguissem após ele, pelo que pagariam aos nossos monges 6 maravedis. Ao fim da sua vida e das duas que se seguissem, que tudo ficaria livre para o mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 186 v.-187.

1355 2 de Setembro	João Gil, escudeiro, e sua mulher Guiomar Esteves ¹³⁹	Quanto tinham comprado no dito Barreiro e freguesia a Maria Pires, mulher que fora de João Lourenço, e também o Casal do Barreiro que o mosteiro lhe tinha dado ¹⁴⁰	S. Salvador de Penamaior	D. Lourenço Geraldes
1364 29 de Maio ¹⁴¹	Doações de D. Lourenço Geraldes e D. Vicente Rodrigues para as ovelhas da Vestiaria e da Enfermaria			
1385 20 de Julho	Senhorinha Martins ¹⁴²	Quinta de Dinis (prazo do mosteiro de Santo Tirso)	Santa Cristina do Couto	¹⁴³

¹³⁹ Doação a modo de contrato.

¹⁴⁰ Em contrapartida, o mosteiro deu-lhes, ao dito João Gil e sua mulher, o Casal do Barreiro em sua vida somente. Depois da morte destes dois benfeitores, tudo voltará às mãos da nossa casa religiosa. Pelas terras que compraram a Maria Pires, pagariam, anualmente, um capão. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 187.

¹⁴¹ Trata-se de doações feitas pelos dois últimos abades eleitos e vitalícios e que o Bispo do Porto, D. Afonso, confirmará: CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204; Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 285 v.-286 v.

¹⁴² Trata-se de um prazo e da nomeação da terceira vida, em Martim Lourenço, marido da doadora. A ela lhe fora feito o prazo (2.ª vida), a 2 de Março de 1364. Agora, em 20 de Julho de 1385, nomeia ela a 3.ª vida, em seu marido. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 187-187 v.

¹⁴³ Fala-se da renda, mas sem se explicitar o quantitativo.

Tabela n. 4: Doações feitas a outras pessoas

Data	Doadores	Bens doados	Beneficiários
1175 Abril	D. Maria Aires de Fornelo ¹⁴⁴ , com seu marido, D. Gil, e filhos, D. Martim e D. Urraca	3 casais em Silvares (Casal do Campo, da Lama e do Fundo de Vilas, que está entre os dois rios ¹⁴⁵	Marina Pais e seu marido, Vasco Pires (parentes de D. Maria Aires)
1183 Dezembro	D. Afonso Henriques ¹⁴⁶ , com seus filhos D. Sancho e D. Teresa	Herdade de Golães que tinha uma torre ¹⁴⁷	D. Gontinha Pires ¹⁴⁸
1184 1 de Maio	Ermígio Mendes e sua mulher Cância Pires	10 casais em Santa Eulália, com a igreja de S. João e mais propriedades ¹⁴⁹	
1207 11 de Abril	D. Sancho I	Vilas e igrejas de Vila Nova dos Infantes e de Golães	D. Martim Sanches e D. Urraca Sanches, filhos de D. Sancho e de D. Maria Aires de Fornelos ¹⁵⁰
1223 depois de 25 de Março	D. Sancho II	Doação do couto de Gavião	Emparedada de Santo Tirso, Dona Loba ¹⁵¹ .
1273 7 de Abril	Geraldo Miguel	Herdade de Vilar, em S. Martinho, terra da Maia	Maria Egas, mulher do doador ¹⁵²
1273 18 de Junho	André Martins	Herdamento e emprazamento de Vila Nova dos Infantes ¹⁵³	Condessa, mulher de D. João Afonso, Conde de Portugal

¹⁴⁴ Neta de Soeiro Mendes da Maia, o Bom.

¹⁴⁵ Estas propriedades foram dadas aos monges de Santo Tirso, mas o documento desta última doação já não existe. Parece que, em 1774, já o mosteiro não possuiria estes casais. Ou estariam integrados nos 6 casais que D. Maria Aires deixará a este mosteiro, nesta freguesia. Também poderiam antes trocar de nome... PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 189-189 v.

¹⁴⁶ No *Índice de 1774*, há um erro: fala-se de D. Afonso II, quando é D. Afonso Henriques.

¹⁴⁷ Em 1774, chamava-se Quinta e Casal da Torre. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 189 v.-190.

¹⁴⁸ Tinha liberdade de vender, doar ou trocar. Em 1774, já não existia a doação ao mosteiro. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 18, pp. 163-164. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 189 v. – 190.

¹⁴⁹ Com a observação de que foi dada esta escritura a este mosteiro para possuir o que nela se declara. Mas transparecem no cartório sinais de dúvida sobre a identificação das terras e da posse actual, por banda do mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 189.

¹⁵⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 19 v.-20. Há transcrição de uma cópia autêntica desta doação do rei D. Sancho I aos mesmos, passada a 3 de Janeiro de 1286, por Estêvão Eanes, tabelião da Terra de Aguiar de Sousa e Refojos, a pedido do Abade do mosteiro de Santo Tirso, D. Domingos Mendes, em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 20 v.- 21. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. III/1, pp. 208-209. Cf. Ainda VITERBO – *Elucidário, sub voce Cabedal*.

¹⁵¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. ° 33, pp. 169-170.

¹⁵² Esta senhora a teria dado aos beneditinos de Santo Tirso. Mas falta este último documento. Também não se sabe se o mosteiro possui esta herdade, porque a doação não lhe dá o nome. Mas é possível que sim, dado o número de terras que o mosteiro de Santo Tirso tinha neste distrito da Maia, aventa o *Index de 1774*. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 190.

¹⁵³ O original só diz Vila Nova, mas porque fora redigido pelo tabelião de Guimarães, deverá ser Vila Nova dos Infantes. Os nossos monges tinham muitas propriedades nesta freguesia, pela doação de D.

1290 9 de Novembro	Pedro Pires e sua mulher Maior Mateus	Uma casa com sua leira que tinham na Vila de S. Pedro de Rates ¹⁵⁴	Simeão Pires e seu filho com sua mulher, Senhora Pires.
1331	Domingos Afonso e Es- têvão Anes	Alguns casais, na freguesia de Lordelo, junto da Foz ¹⁵⁵	
1390 6 de Fevereiro	Senhorinha Pires	Meio Casal do Paço ¹⁵⁶	Afonso Pires, de Silva Escura
1392 6 de Fevereiro	Gonçalo Martins da Maia e sua mulher, Margarida Domingues ¹⁵⁷	Vinha da Sangonheira, em S. Romão do Coronado	João Domingues do Monte e João Novo

Martim Sanches e D. Urraca Sanches. Por isso, aquela doação viria ao mosteiro para consentimento e autorização do abade e seu convento. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 190 v.

¹⁵⁴ Perdeu-se, que em 1774, o mosteiro de Santo Tirso já nada possuía nesta paróquia. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 190-190 v.

¹⁵⁵ É natural que se tratasse da doação do domínio útil, e que viesse esta carta ao mosteiro, para que os nossos monges dessem aos dois autorização. Os frades de Santo Tirso tinham em Lordelo 3 casais que lhes doara Soeiro Mendes o Bom. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, f. 190 v.

¹⁵⁶ Diz-se precisamente que o doador o trazia de prazo do mosteiro, com obrigação de pagar renda ao senhorio, que o passa para o beneficiário da doação. Esta escritura veio ao mosteiro para se lhe dar consentimento. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 191.

¹⁵⁷ Diz-se que estes a traziam de prazo do mosteiro de Santo Tirso, com a obrigação de pagar censo ao mosteiro. Logo só se trataria do trespasse do domínio útil. Viria a escritura em causa a Santo Tirso, para que este mosteiro lhes desse consentimento. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 191.

Tabela n. 5: Testamentos e contratos com obrigação de sufrágios

Data	Testador	Doações	Sufrágios	Abade de Santo Tirso
1060	Gonçalo Pais	Todas as suas herdades ¹⁵⁸	Sufrágios pela sua alma	
1098 23 de Março	Soeiro Mendes da Maia	Couto de Santo Tirso, porções da igreja e do mosteiro de Lavra ¹⁵⁹ , a terça parte do seu gado, 800 libras, 3 casais em Lordelo, junto da Foz ¹⁶⁰	Sufrágios pela sua alma	D. Gaudemiro
1103 28 de Junho	D.Gontinha, mulher que fora de Egas Ermiges, e seus filhos	Oitava parte do padroado da Igreja de S. Mamede de Ribeirão e do que tinham em Bougado	Em remédio de sua alma ¹⁶¹	D. Gaudemiro
1114 29 de Setembro	Ausenda Honorigues	Um quinhão do mosteiro de Lavra e um casal na Lama ¹⁶²	Em remédio de sua alma	D. Gaudemiro
1122 10 de Outubro	Goldegrodo Pais	Herdade de Vergadela (na vila de Bougado), mais a oitava parte da igreja de Ribeirão ¹⁶³	Em remédio de sua alma	D. Gaudemiro ¹⁶⁴
1171 Março	D. Fernão Mendes, abade de Santo Tirso	Várias propriedades ¹⁶⁵	Burgães ¹⁶⁶	D. Fernando Mendes ¹⁶⁷

¹⁵⁸ Este testamento será, depois, anulado, porque, no modo de pensar do benfeitor, os frades de Santo Tirso – mosteiro familiar, na altura - não teriam cumprido as cláusulas da doação. Cf. DC 425.

¹⁵⁹ Porções que tinham sido de sua avó D. Unisco (nona parte) e que comprara a D. Ximena Rodrigues (a 6.^a parte).

¹⁶⁰ Estes casais foram de Cid David. Deste fora para seu filho Gonçalo Cid que deles iria fazer carta a favor de Aurovelido, filha de Soeiro Mendes, que depois as herdará, à morte de sua mesma filha. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, pp. 155-158; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 4-5.

¹⁶¹ Ribeirão e Vergadela (entre Lousado e Ribeirão). Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 6, p. 159; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 176-176 v.

¹⁶² Estes bens ficavam em Matosinhos e Santo Tirso. Lama, aqui, neste documento, aparece, sob o nome primitivo de Leigal. Cf. AZEVEDO, Rui de – DMP/DP, vol. III, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940, pp. 416-417.

¹⁶³ Comprara estes bens a seu sobrinho Pero Fernandes, por 500 maravedis. Que a outra metade da Vila de Bougado e a outra oitava parte da igreja de Ribeirão a doara D. Gontinha, mulher que fora de D. Egas Ermiges, a D. Gaudemiro, abade de Santo Tirso, e ao seu mosteiro.

¹⁶⁴ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 8, pp. 159-160; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 204-205.

¹⁶⁵ A saber, um casal de Real, um em Pudeiosas, meio campo de Rabalde, meio campo de Albergaria, o décimo da herdade da Seara de Rozomella e da herdade que lhe viera de seu pai e mãe, para a ovença da Enfermaria.

¹⁶⁶ Real e Enfermaria são microtopónimos de Burgães.

1176 Abril	Soeiro Mendes, o Facha ¹⁶⁸	Vários bens ¹⁶⁹	Para bem de sua alma e sepultura no mosteiro ¹⁷⁰	D. Fernão Mendes
1212 (antes de)	D. Maria Aires de Fornelos	Couto e igreja e seis casais em S. Clemente de Silves, todos os direitos no monte da Macieira, pão e vinho de um ano, dos celeiros que tinha na ribeira do Minho	60 maravedis para missas e ofertas e enterramento no mosteiro	D. Mendo II ¹⁷¹
1214 12 de Outubro	D. Estefânia Soares (irmã do arcebispo de Braga, Estêvão Soares da Silva)	Casal de Lamas, em Vermil e a pitaça de um morabitino	Aniversário	D. Mendo II ¹⁷²
1221 Novembro	D. Afonso II	500 maravedis	Aniversário	D. Mendo II ¹⁷³
1224 Dezembro	D. Sancho II ¹⁷⁴	Doação do reguengo de Sá	Em remissão dos pecados ¹⁷⁵	D. Mendo II
1256	Rainha Santa Mafalda	Casal de Martim Mendes	Um aniversário	D. Fernão Pires ¹⁷⁶
¹⁷⁷	Pedro Pires	¹⁷⁸	Um legado ¹⁷⁹	
1262 14 de Abril	Gonçalo Gonçalves	Vários bens ¹⁸⁰	Um aniversário	D. Paio Soares.

¹⁶⁷ Foi o mesmo abade que deu estes bens – que deveriam ser da mesa abacial – à ovença da Enfermaria, com a condição de os monges lhe fazerem um aniversário, com o benefício de uma pitaça a favor dos membros da comunidade conventual. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 177 v.

¹⁶⁸ Receberia do mosteiro dez éguas e quatro poldras que valeriam mil e trezentos maravedis.

¹⁶⁹ Quarta parte da igreja de Guilhabréu, o Casal de Vila Boa, na freguesia de Vila Boa, a ermida de S. João da Foz do Douro e dois casais, em Vila Marinhãs, com seus termos rotos e por romper, todas as herdades que tinha no termo de Ferreira, com todos os seus homens, com todas as suas herdades, foros e direituras, nomeando os homens que tinha em Lamoso, Carvalhal, Pejão, Busto... A propósito da ermida de S. João da Foz, vem no documento a delimitação da ermida. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0168, ff.186 v. -187 v.

¹⁷⁰ De facto, ainda existe um fragmento da inscrição funerária da sua epígrafe, no átrio da actual matriz.

¹⁷¹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p. 166; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 161-161 v.

¹⁷² ADB/UM, *Gaveta dos Testamentos*, n. 10.

¹⁷³ Foi testamenteiro do monarca, a propósito destas disposições de sua última vontade. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 193. Cf. SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Livraria Atlântida Editora, Coimbra, 1946, pp. 43-46.

¹⁷⁴ Recebeu D. Sancho, por revora, 500 cruzados e um mulo.

¹⁷⁵ E também pelo amor de Deus e da Virgem Maria. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 34, pp. 170-171. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. I pp. 264-265. Cf. VMH, doc. n. 205, p. 193; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 205 v.-206.

¹⁷⁶ SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Atlântida Editora, Coimbra, 1946, p. 41.

¹⁷⁷ Não se sabe da data, pelos estragos do pergaminho.

¹⁷⁸ Não se sabe o quê, pelas razões apontadas.

¹⁷⁹ Pela tábua da sacristia, temos conhecimento de que era um aniversário, por ano. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 193 v.

¹⁸⁰ Um cálice de um marco e um paramento para a capela de D. Pedro Homem, no mosteiro de Santo Tirso; uma casa, em Salamanca, para este mosteiro e para o de Pendorada, cuja administração correrá por conta do sobrinho Sancho Pires (que veio a ser bispo do Porto), que deverá ficar com um terço dos

1264 Junho	Soeiro Pires	Casal da Quintã Inferior ¹⁸¹ , em Paradela, Aves	Um aniversário, por ano, após a morte ¹⁸²	D. Vasco ou Álvaro Martins ¹⁸³
1290 1 de Janeiro	D. Gil, marido que foi de Dona Maria Anes, e seu filho D. Martim Gil	Três casais, em Novelas, Britelo, e 100 maravedis velhos, em dinheiro	Uma missa diária cantada pela alma de D. Maria, D. Gil e D. Marcião	D. Álvaro Martins ¹⁸⁴
1294 20 de Novembro	Sancho Pires, bispo do Porto	5 morabitanos velhos ao mosteiro de Santo Tirso, anualmente pela Páscoa ¹⁸⁵	Missa e ofício dos defuntos, no aniversário da sua morte	D. Martim Pires
1295 8 de Maio	D. Abril Peres, cónego portugalense e abade de Cedofeita	2 morabitanos ¹⁸⁶	Para seu aniversário.	D. Martim Pires
1299 ¹⁸⁷	D. Aldonça Anes ¹⁸⁸	Várias herdades ¹⁸⁹	Um certo número de missas ¹⁹⁰	D. Martim Pires
1300 27 de Março ¹⁹¹	D. Constança Gil, filha de D. Gil Martins e de D. Maria Anes	Quinta de Lordelo, com todos os seus casais ¹⁹² , tudo quanto tinha em Avintes, um Casal em Sobrosa, e ainda quanto possuía em Soalhães (Vermoim) ¹⁹³	Duas missas diárias cantadas sobre o altar de sua mãe, D. Maria Anes, ou sobre outro altar se o fizesse: uma pela sua alma, outra por D. João Gil e D. Martim Anes, seu filho ¹⁹⁴ .	D. Martim Pires ¹⁹⁵

rendimentos, enquanto os outros dois terços serão para os ditos dois mosteiros; dois morabitanos para o mosteiro de Santo Tirso. Cf. CCSP, pp. 403 e 409.

¹⁸¹ Não existia, em 1774, casal algum desta designação. Só se estivesse misto com o Casal de Sub-Penedo, que era o único de que disfrutava este mosteiro então na dita freguesia.

¹⁸² Bem como comer e vestir durante a vida. Logo ficaria na condição de familiar do mosteiro.

¹⁸³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 193-193 v.

¹⁸⁴ Fora chamado para o Concílio de Lião, pelo Papa. Cf. FREI LEÃO DE S. TOMÁS – *Benedictina Lusitana*, t. II, tratado I, parte I, § 4, f. 33. Os Abades seguintes – D. Martim Mendes e D. Domingos Mendes – não estiveram pelos ajustes. Que, depois, D. Martim Pires o confirmou e revalidou, a 27 de Dezembro de 1290. E os ditos 100 maravedis, os aplicará o dito D. Abade Martim Pires num casal de sua mesa, em S. Vicente de Queimadela, freguesia que, em 1774, tinha já o nome de Alfena. Nesta data, já não se dava satisfação ao dito legado, porque os três casais de Novelas já os não possuía o convento. Coisas dos Comendatários, assim apontava o dedo da culpa o autor do *Índice de 1774*. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 193 v.- 194.

¹⁸⁵ Três são para o convento. Cf. CCSP, pp. 430-442.

¹⁸⁶ Um seja, para os frades, para uma pitança; e outro morabitano para o Celeiro. Cf. CCSP, pp. 413-414.

¹⁸⁷ Revalidado este testamento em 1322.

¹⁸⁸ Foi testamenteiro o seu sobrinho, Prior de Santo Tirso. Dona Aldonça foi casada com Gil Vasques de Soverosa, que morreu na lide de Gouveia. Dona Aldonça era descendente dos filhos e netos de D. Soeiro Mendes, o Bom, padroeiro desta casa beneditina.

¹⁸⁹ Cujo nome e localização se desconhecem, pelos danos que sofreu o pergaminho.

¹⁹⁰ O estado do pergaminho impossibilita a leitura correcta dos bens de alma. De resto, a testadora determinava o seu enterramento na igreja de Santo Tirso. Fazia também alusão ao facto de ter doado a igreja de Santa Cristina de Arões (termo de Guimarães) aos nossos monges. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 194 – 194 v. Cf. CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 75, p. 182.

¹⁹¹ Tudo isto resultara de um contrato entre Dona Constança e o Abade e convento de Santo Tirso. O abade e convento emprazar-lhe-ão os casais, herdamentos e possessões que o mosteiro tinha em S. João da Foz do Douro e seus termos, no espiritual como temporal, tanto no mar como no Rio Douro, excepto tudo quanto tinha no rio quanto ao direito do pescado. Ajuntar-lhe-iam, por prazo também, todos os herdamentos e casais que o mosteiro tinha no lugar de Avintes, com todos os seus termos e pertenças que

1310 2 de Outubro	D. Violante Sanches ¹⁹⁶	Cinco mil libras	Enterro na igreja	D. Martim Pires
1312 23 de Novembro	D. Martim Gil de Sousa, Conde de Barcelos, marido que fora de D. Violante Sanches e sobrinho de D. Constança Gil.	Deixou aos frades de Santo Tirso a Quinta do Chão de Couce, com todas as herdades, direitos e rendas ¹⁹⁷ . Deixou ainda a Quinta de Galegos ¹⁹⁸	Ordenou se sepultasse seu corpo na capela-mor deste mosteiro ¹⁹⁹ , ao lado da sepultura de sua esposa. E que lhe dissessem uma missa diária por sua alma.	D. Martim Pires
1316 14 de Janeiro	Gonçalo da Cunha Cavaleiro	Herdamento e Casal da Lage, com	Uma missa diária, pela sua alma e da	D. Martim Pires

andavam anexados à Granja de Avintes, tanto no rio Douro, como onde quer se achassem. Este prazo duraria só em vida de D. Constança. Esta fidalga, em contrapartida, doava ao nosso mosteiro a Quinta de Lordelo, com todos os seus casais, sita em Panoias, freguesia de Santa Marinha, termo de Vila Real, bens que lhe tinham vindo por via de D. João Gil e de D. Martinho Anes, seu filho, com a declaração de que a havia de possuir em sua vida, em nome do mosteiro. E que, em reconhecimento da posse do mosteiro, pagaria de foro e renda 2 libras de cera. E, por sua morte, tudo ficaria livre nas mãos do convento de Santo Tirso. Mais, que dava ao mosteiro tudo quanto tinha em Avintes, que lhe tinha vindo da parte de seu filho, Martim Anes, e que este tinha recebido de D. Henrique Gil. E que também lhe dava um casal, em Sobrosa, que lhe doara seu tio, Pedro Espinel. E ainda quanto tinha no lugar de Soalhães, terra de Vermoim, que anda junto com a Quinta da Granja, sita em Santa Maria de Silvares. Com a condição de que havia de possuir tudo isto em sua vida. E que, depois da sua morte, tudo ficaria livre e desembargado ao mosteiro.

¹⁹² Sita em Panoias, freguesia de Santa Marinha, termo de Vila Real.

¹⁹³ Que anda junto com a Quinta da Granja, sita na freguesia de Santa Maria de Silvares. Ao tempo de D. Soeiro Anes e de D. Fernão Lopes do Carvalhal, emprazar-se-ia, por uma renda muito baixa, a Quinta de Lordelo. Bastaria confrontar o foro de agora (6.200 reis) com os foros anteriores que eram muito maiores. E, ao tempo de D. Francisco de Sousa, emprazar-se-ia também tudo quanto esta senhora deixara em Avintes, até o mesmo condado que era pagarem uma percentagem do pescado colhido no Arainho de Avintes. E o foro deste emprazamento era também muito baixo: 3.600 reis. Os domínios de todas as compras e vendas de todas estas terras são do Mosteiro.

¹⁹⁴ Este legado está reduzido a 100 missas. Assim constava da tábua da Sacristia, em 1774. Não se sabe quando se fez a redução. Mas a causa desta diminuição deve-se aos Comendatários.

¹⁹⁵ Era Prior Frei João Pires. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 195-196.

¹⁹⁶ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 295. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 87, pp. 185-186. Cf. JST de 23 de Março de 1893, p. 2, col. 1-3. De facto, D. Violante Sanches e seu marido, D. Martim Gil, foram enterrados na capela-mor da terceira igreja monástica de Santo Tirso. Resta hoje a lápide comemorativa que lhes pôs o Abade Comendatário D. Miguel da Silva.

¹⁹⁷ Esta Quinta – coisa grande ! - se trocava pelos lugares de Ardezube e Vila Verde, sitos no Campo de Coimbra e por umas casas na cidade de Coimbra (freguesia de S. Pedro) e por outros pedaços de terra em Couselhas, perto da mesma cidade, e por uma outra herdade, atrás dos Paços do Alcaide, e mais 500 libras com que se comprassem outras terras para igualar o valor da dita Quinta. Este escambo foi feito com D. João de Lacerda, fidalgo castelhano, e sua mulher D. Maria Afonso, filha bastarda d'El-Rei D. Dinis, que a houve de D. Marinha Gomes, mulher nobre de Lisboa.

Todas estas terras se emprazariam, ao depois, ao tempo do Abade D. Vicente Rodrigues, mediante uma renda limitada. Ficando devoluta, ao tempo do Comendatário D. António da Silva, este as tornou a emprazar. E para não incorrer nas penas de alienador, acrescentaria à renda mais 3.000 reis, justificando sua atitude. Em 1774, a renda subia à casa dos 7.000 reis, que não dá para satisfazer os legados pios. Apesar de se receberem até aí os domínios das vendas e compras, que são, porém, receitas eventuais.

Deu ainda D. Martim Gil aos nossos monges uma cama, uma azamella e um vaso de prata e 3.000 libras portuguesas pela alma da sua esposa, para com elas se fazer a igreja deste mosteiro alta e boa.

¹⁹⁸ Sita na terra de Panoias, termo de Vila Real, de que se lhe fez prazo, com a Quinta de Lordelo, termo de Vila Real, que sua tia D. Constança Gil deixara ao convento.

¹⁹⁹ Acrescenta-se que era então separada da igreja paroquial e que, em 1774, a igreja paroquial e a monástica estavam unidas. E que aquela que D. Martim Gil fizera construir era de três naves, ao contrário da actual. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 196-197.

		todos os seus montados rotos e por romper, em S. João de Airão (?).	de sua mulher Teresa Anes ²⁰⁰	
1321 22 de Fevereiro	Maior Anes, mulher que fora de Martim Afonso, de Refojos, e Fernão da Veiga, por si e por sua mulher, Teresa Martins	Casal de Sousela, chamado do Moiminho, freguesia de S. Salvador de Figueiras ²⁰¹ . Deram mais aos nossos monges o herdamento que tinham em Manalde ²⁰²	Afonso fora sepultado em Santo Tirso. E foi instituído um aniversário ²⁰³	D. Martim Pires
1379 11 de Janeiro	Sinho Martins, que foi tabelião no concelho da Maia ²⁰⁴	Herdade de Gandra de Riba de Cadavo ²⁰⁵ , a Vinha de Arões ²⁰⁶ , Casal de Vilar de Porcos ²⁰⁷ , e o Casal das Quebradas de Gareí ²⁰⁸ .	Uma missa oficial em dia da Purificação (Santa Maria de Fevereiro).	D. Vicente Rodrigues
1394 3 de Maio	João Fernandes ²⁰⁹	Várias herdades ?	?	

²⁰⁰ Este legado já se não cumpria, em 1774. Não se sabia porquê. Ou porque as disposições testamentárias não sortiriam o seu devido efeito, ou porque se aboliriam ao tempo dos Comendatários. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 194 v.

²⁰¹ Doação motivada pelo muito bem que Martim Afonso (marido que foi da dita Maior Anes e pai de Alda Martins e Teresa Martins) tinha recebido do mosteiro de Santo Tirso. E pelo muito bem que nele se fazia em esmolas e sacrifícios.

²⁰² Em 1774, não se sabia localizar este herdamento. Depois, se acrescentaria: já se sabe: em Mindelo.

²⁰³ Ainda se fazia em 1774. Estava nesta altura, em forma de registo, na tábua da sacristia. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 197 v.- 198.

²⁰⁴ Era um treslado do testamento que notariara Gonçalo Martins, tabelião da Terra da Maia.

²⁰⁵ Em 1774, já a não possuía o mosteiro, perdida talvez que fora ao tempo dos Comendatários.

²⁰⁶ À morte da última pessoa que a trouxe. Fora deixada a Sinho Martins pela D. Elvira Pires. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff.197 v- 198.

²⁰⁷ Em que morava Nicolau Fernandes. O Casal de Vilar de Porcos era já de Santo Tirso, como se vê das Inquirições de D. Afonso III, onde se diz que este mosteiro possuiria seis casais nesta paróquia. Quanto ao Casal de Gareí, era também já deste mosteiro, que lho dera D. Elvira Pires.

²⁰⁸ Em que morava Domingos Correia.

²⁰⁹ Nas costas do testamento se diz que João Fernandes e sua esposa Senhorinha Fernandes fizeram testamento 3 de Maio de 1394, deixando um legado para que os seus corpos fossem sepultados no mosteiro de Santo Tirso em sepulturas que mandaram fazer nos altares que também mandaram erguer, em honra de Santa Catarina e de S. João Baptista. Que se lhes dissessem uma missa semanal à Sexta-feira, em honra da Paixão de Cristo e outra a Maria Santíssima. Mais tarde, já depois da morte de seu marido, concretamente a 5 de Maio de 1438, a Senhorinha Fernandes fará outro testamento, de que daremos fé, quando tratarmos das doações, ao tempo dos Abades Comendatários. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 199 v. – 200. Cf. CORREIA, Francisco Carvalho – *A Freguesia de Areias do Concelho de Santo Tirso, vol. I. Areias até a sec. XVI*, 2003, pp.513-514.

Tabela n. 6: Compras do mosteiro

Data	Vendedor	Propriedades	Preço	Abade de Santo Tirso
1122 9 de Outubro	D. Goldegrodo Pais, sobrinho de D. Gontinha	Metade da Vila de Bougado, de nome Vergadela, e a oitava parte da igreja de Ribeirão ²¹⁰	300 marave – dis ²¹¹	D. Gaudemiro ²¹²
1178 Julho	Fáfila Godins e sua mulher Sancha Geraldês	Herdade do Secoto, no lugar de Esperandeu (fr. de Guardizela) ²¹³	100 maravedis, mais 10 de revora	D. Mendo ²¹⁴
1179	Paio Pires	Herdade de Cotiães e a do Socoto, sitas no lugar de Esperandeu, freguesia de Guardizela ²¹⁵	70 maravedis, mais cinco de revora.	D. Mendo ²¹⁶
1224 Dezembro ²¹⁷	D. Sancho II ²¹⁸	O reguengo de Sá ²¹⁹	500 cruzados e um mulo ²²⁰	D. Mendo II ²²¹
1199 1 de Dezembro	Pedro, Abade do Mosteiro de Pedroso ²²²	Herdade de Lavra (quarta parte do monástico e a quarta parte do laical, o Casal de Lavra) ²²³ , com seus termos novos e antigos	110 maravedis	D. Mendo ²²⁴

²¹⁰ Estas propriedades as comprara D. Goldegrodo a seu sobrinho, Pedro Fernandes, por 500 maravedis. A outra metade da Vila de Vergadela e a outra oitava parte da igreja de Ribeirão tinham já sido doadas a D. Gaudemiro, por D. Gontinha, mulher que fora de Egas Ermiges.

²¹¹ Venda por preço da metade, para bem de sua alma.

²¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 204 v. - 205. Será mais uma doação onerosa que uma venda.

²¹³ Acrescenta-se : *debaixo do monte de S. Paulo, território de Braga, percorrendo para o Rio Vizela*

²¹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 205.

²¹⁵ Pormenoriza-se: *debaixo do monte de S. Paulo e de S. Mamede, no território de Braga, percorrendo as águas para o Rio Vizela.*

²¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 205.

²¹⁷ O Cartorário data esta venda do ano de Cristo de 1124, atribuindo-a D. Sancho I. Mas fala do ano de Cesar, de 1262, o que é verdade. Logo 1224, o que não pode ser da época de D. Sancho I, que só reinou de 1185 até 1211. É antes o rei D. Sancho II. E diz que mais parece doação que venda. Talvez que doação onerosa.

²¹⁸ O motivo da doação ou venda: *pelo amor de Deus e por amor da Virgem Maria, em remissão de seus pecados. E que os sucessores de D. Mendo II tivessem para sempre em posse o dito reguengo.*

²¹⁹ Diz a carta que fica *no vosso reguengo*. O *Índice de 1774* hesita. Parte de um dado certo: ficava num couto de Santo Tirso. A mim, parece-me no Couto mesmo de Santo Tirso, já que as Inquirições falam de um reguengo situado na freguesia de S. Miguel do Couto, onde havia – e ainda hoje existe – o lugar de Sá. E até se diz, nas inquirições de 1258 que D. Mendo II comprara naquela freguesia o reguengo de Sá ao rei D. Sancho II. O autor do *Índice*, porém, com muitas hesitações, apontará, de preferência, para o Couto de Vila Nova dos Infantes (ou de Silveiras). Porque, a propósito de Vila Nova dos Infantes e privilégios da casa de Santo Tirso nesta localidade, refere a decisão de D. Pedro I, a recomendar ao Infante D. João que ordenasse às justiças de Sá de Cima de Vizela guardassem uma sentença que o mosteiro tinha alcançado a respeito do Couto de Vila Nova dos Infantes. Por isso o reguengo ficaria – repito, segundo a opinião do dito *Índice* - antes no Termo de Guimarães...Mas não. Está bem dita a razão que me faz remetê-lo para S. Miguel do Couto.

²²⁰ É revora, e não preço. Por isso, poderá ser uma doação onerosa.

²²¹ O D. Mendo de que se trata não é o D. Mendo I, mas o segundo deste nome, que foi abade de Santo Tirso de 1178 a 1224. Ao sec. XVIII, já não se conseguia identificar o território cedido por D. Sancho I: ou perdido ao tempo dos Abades Comendatários, ou alienado, ou mudado de nome e convertido em algum casal... O documento, esse conservar-se-á: transcreveu-o João Pedro Ribeiro e foi enviado ao Rei D. José, para as confirmações. Ficará na posse dos nossos monges um treslado autêntico. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 205 v.- 206. O Papa Gregório IX, por Bula datada de 1 de Julho, ao quarto ano do seu pontificado, confirmaria esta doação do reguengo de Sá que D. Sancho II fizera em prol do nosso mosteiro Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 206 v.

²²² Com consentimento dos seus monges e por mandado do Rei D. Sancho I e do Bispo do Porto.

²²³ Com as suas demarcações: Fontão, Penaciolo, até ao mar, Pampelido.

1225 Julho	Soeiro Mendes e sua mulher Bona Pires	Herdade de Caldelas (freguesia de Areias) ²²⁵ .	20 maravedis, mais cinco, por revora	D. Silvestre ²²⁶
1226 Janeiro	D. Martim Sanches, filho de D. Sancho I e de D. Maria Aires de Fornelo ²²⁷	Metade inteira de Vila Nova dos Infantes e de Golães ²²⁸	3.000 maravedis, e sua revora	D. Silvestre ²²⁹
1231	Fernando Martins e sua mãe, Maior Rodrigues ²³⁰	Casal do Ribeiro, em Vila Nova dos Infantes	30 cruzados	D. Silvestre
1240	Benfeitores vários ²³¹	Devesa da Cerqueda, em Burgães, para a ovença da Enfermaria	500 maravedis, mais 10 de revora.	D. Fernão Pires (?)
1245 Maio	D. Urraca Sanches, irmã inteira de D. Martim Sanches	A outra metade dos coutos e igrejas de Vila Nova dos Infantes e Golães ²³² .	2.500 maravedis	D. Fernão Pires ²³³
1275	Geraldo Silvestre com sua mulher, Maria João	Leira do Alcaide (freguesia de Santo Tirso)	Um maravedi e cem ceitis e por revora uma peixota ²³⁴	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes

²²⁴ Deste instrumento havia traslado, com data de 27 de Abril de 1483. O original estava bastante danificado. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 296 v.-297 v.; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. III/1, p. 199; vol. IV/2, p. 140; CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 20, p. 165, onde se citam os ditos extracto e sumário das *Dissertações*.

²²⁵ A saber, um campo em *Heileirus*, uma leira na Pena de Penço, e outro campo em *Liraidi* e duas leiras em *Agrufi*, uma casa que partia com a sua herdade. E que tudo o que lhe vendia estava no Castro de Vermude, que hoje (1774) se chama Vermoim, discorrendo as águas para o rio Pel.

²²⁶ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 206 v.-207.

²²⁷ D. Sancho I doara aos seus dois filhos bastardos Martim Sanches e sua irmã, D. Urraca Sanches, os coutos e igrejas de Vila Nova dos Infantes e de Golães, com a faculdade de os vender a quem quisessem.

²²⁸ A venda foi feita por Martim Sanches, com a cláusula de que, em sua vida, tudo possuiria, os direitos.

²²⁹ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 207. O Papa Gregório IX, por Bula datada de 1 de Julho, ao quarto ano do seu pontificado, confirmava esta doação, a favor do mosteiro e tomava estes bens da nossa casa sob a sua protecção. Tinha pedido esta carta de protecção o abade de Santo Tirso, D. Silvestre. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 208.

²³⁰ O Casal fora dado por Martim Sanches a seu pai, Martim Pais, e sua esposa. Mas, depois, Martim Sanches o vendeu a D. Silvestre, abade de Santo Tirso. Surgiram problemas, e o caso foi levado ao tribunal da Cúria, onde se fez um acordo: por carta de venda, Fernando Martins e sua mãe cedem este casal do Ribeiro a D. Silvestre e seu convento, para que o possuissem de juro e herdade. Assinam a carta Fernando Martins, e sua mãe, Maior Rodrigues, em presença de D. Pedro Martins *supra judisse Domini Regis*, D. Pedro João, Mordomo da Cúria, D. Martinho João, alferes, *Magister Vincencius*, eleito Cancelário, Pedro Pais, Chantre de Guimarães, Capelão. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 208-208 v.

²³¹ Em concreto: Miguel Pires e sua mulher, Maria Bona; Ermesenda Pires, Tereza Pires e Gontinha Pires, com seu filho, Fernão Pires; Fernando Anes, com sua mulher, Domingas Pires. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 43, p. 173.

²³² Excepto dois casais em Vila Nova e outros dois em Golães, a Vinha da Seara, que só daria, ao mosteiro de Santo Tirso, para bem da sua alma, após a morte. Com esta condição: que vendia todas estas herdades, com todos os seus termos novos e antigos e com todas as suas pertenças. E com esta condição mais: que ela, em toda a sua vida, possuiria o cabedal do pão e do vinho que aí se fabricasse, e que o mosteiro possuisse, desde já, todos os direitos que pertenciam às herdades e às igrejas. E que, depois da sua morte, ficasse tudo livre para o Mosteiro, assim herdades como igrejas.

²³³ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 21-21 v. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. IV/1, p. 74; Cf. VMH, doc. n. 230, p. 207; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 44, p. 173; Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 207-208.

1275 13 de Dezembro	João Garcia, soldado, com sua mulher Estefânia Regeminge	Casal da Lage e a Vinha de Auvino, com um paredenario que estava junto da vinha, em S. Tomé (de Negrelos ?)	210 maravedis e 2 moios de milho por revora	D. Martim Mendes ²³⁵
1276 18 de Junho	Pedro Esteves e sua esposa Mariana Miguel	Herdade em Santa Cristina do Couto ²³⁶	32 maravedis antigos, 50 soldos e 4 dinheiros	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1280 18 de Fevereiro	João Anes, clérigo de S. Pedro de Ferreira	Herdade que tinha em Fejo do Pego, freguesia de S. Miguel de Rebordosa	21 maravedis e por revora 2 búzios ²³⁷ de milho.	Martim Mendes ou D. Martim Anes ²³⁸
1281 14 de Novembro	Martim Anes	Quinhão de um Casal de Vila Nova. Não se diz o nome que tem		D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1281 Dezembro	Vários vendedores ²³⁹	Casal do Barreiro, na freguesia de Vila Nova dos Infantes	420 maravedis antigos de moeda portuguesa ²⁴⁰	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes ²⁴¹
1282 29 de Maio	Pedro Domingues e sua mulher, Maria Duranda	Uma herdade em S. João de Eiriz	17 soldos, com sua revora	D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1282 14 de Novembro	Paio Pais	Um casal em Vila Nova dos Infantes. Sem nome ²⁴²		D. Martim Mendes ou D. Martim Anes
1288 7 de Novembro	Quatro irmãos ²⁴³	Herdade de Quinchães (Monte Córdova) ²⁴⁴		?
1298 6 de Dezembro	João Pires de Forjães e sua mulher, Clara Martins, filha que foi de Martim Pires Colaço	Uma herdade de S. Tomé ²⁴⁵	8 libras para o vendedor, e 7 para seu irmão	D. Martim Pires

²³⁴ A venda é feita a Martim Pires, monge de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209.

²³⁵ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209.

²³⁶ A venda desta herdade foi feita directamente ao monge de Santo Tirso, João Martins. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

²³⁷ O búzio, na Terra da Maia, valia dois alqueires e meio.

²³⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

²³⁹ Que são Bento Tomé e sua mulher; Geraldo Egas e mulher; Pedro António e Pedro Amado, com sua mulher; e outros.

²⁴⁰ Com uma revora de cada maravedi.

²⁴¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 209 v.

²⁴² A herdade foi trespassada directamente para o monge de Santo Tirso, Martim Pires Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 210.

²⁴³ João Silvestre, Domingos Silvestre, Pedro Silvestre e Martinho Silvestre.

²⁴⁴ Bens trespassados imediatamente para as mãos do monge de Santo Tirso, Martinho Maurino. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 210.

²⁴⁵ Porque a escritura é antiga não se lhe dá o nome à herdade. A herdade foi trespassada directamente para o frade de Santo Tirso, Martim Pires da Maia. Havia, em 1774, no cartório, o original e um treslado. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 210 v.

Tabela n. 7: Escambos

Data dos escambo	Abade de Santo Tirso	2.º Outorgante	Bens doados pelo mosteiro	Bens cedidos ao mosteiro
1286	D. Domingos Mendes	Pedro Esteves do Casal e Fernão Martins, como procurador de Maria Esteves e de Margarida Esteves	4 maravedis por ano, durante toda a vida dos segundos outorgantes	Cedência de todo o direito que os segundos outorgantes tinham ou julgavam ter nos cinco casais sitos no Vale de S. Tomé e 2 casais sitos em Ferreiró ²⁴⁶
²⁴⁷	D. Martim Mendes	D. Martim Mendes, Mestre Escola do Porto e Pároco de Sampaio de Guimarei	Várias unidades ²⁴⁸	Várias parcelas ²⁴⁹
1313 28 de Junho	D. Martim Pires	D. Dinis	2.000 libras	Quinta do Chão de Couce ²⁵⁰
1320 4 de Maio	D. Martim Pires	João Afonso, filho de D. Afonso e de D. Maria	Quinta do Chão de Couce, com todas as suas pertenças, e	Casas, Quintas e outras bens. E dinheiro para aplicar em

²⁴⁶ A questão foi a seguinte: o Abade e Convento de Santo Tirso tinham emprazado a Estêvão Pires do Casal – pai de Pedro Esteves do Casal e de Maria Esteves e de Margarida Esteves - 5 casais sitos no Vale de S. Tomé e dois casais e meio, em Ferreiró. E o dito Estêvão deixaria ao mosteiro de Santo Tirso dois casais em Pousada (S. Tomé de Negrelos) e o herdamento que tinha desde Covas até Mirães, salvo o Casal de Covas de Cima. Depois da morte do benfeitor, houve problemas com os filhos do dito Estêvão Pires do Casal, a respeito de 125 moios de pão e 4 milheiros e cinco peixotas que o pai devia a este mosteiro. Surgirá uma demanda entre o mosteiro, de um lado, e Pedro Esteves Cavaleiro, chamado do Casal, e Fernão Martins, Procurador de Maria Esteves e seu marido Domingos Plange, e de Margarida Esteves. Daí a composição entre ambas as partes. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 274-274 v.

²⁴⁷ O pergaminho estava comido dos ratos, pelo que seria impossível identificar a era, muito em concreto.

²⁴⁸ São estas : duas leiras pequenas, sitas no lugar de Galeria e que pertenciam ao Casal de Real. Mais duas leiras que também pertenciam ao Casal de Real. Outra leira pertencente a um casal de Santo Tirso e um campo que estava no lugar da Lavandeira.

²⁴⁹ Aqui vão : Leira da Galeria que pertencia à Igreja de S. Paio, terreno que pertencia à Igreja de S. Paio que ia para a Ribeira, leira que estava sobre a casa de Gontinha Mendes, leira que tinha dado Afonso Mendes à Igreja de S. Paio. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 233-233 v.

²⁵⁰ Chão de Couce era uma quinta de muito valor. D. Afonso III dera-a a Dona Constança Gil. Esta dá-la-ia ao seu sobrinho, D. Martim Gil, que, por testamento, a cedeu ao mosteiro de Santo Tirso. D. Dinis, porém, à morte do Conde de Barcelos – o mencionado D. Martim Gil -, filhou-a, por dívidas ao monarca, já que aquele fidalgo não deixaria dinheiro suficiente para lhe saldar quanto el-rei do seu lhe emprestara. Os testamenteiros do Conde – Fernão Vasques Pimentel, Estêvão Domingues de Unhão, Frei Vicente, frade franciscano, e João Anes - pediriam ao rei desembargasse ao mosteiro a dita Quinta. Pôs o monarca as suas condições: que o mosteiro lhe pagasse as dívidas do Conde de Barcelos. Então o abade e convento de Santo Tirso, através de um procurador, se empenharam, pelos bens móveis e de raiz, a dar 2.000 libras para satisfação do débito ao rei D. Dinis. Só então o rei libertou a Quinta de Chão do Couce a Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 233 v.-234. E o rei deu-se por quite, em 1321. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 235. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p 191, doc. n. 191.

²⁵¹ Motivo do escambo: a quinta ficava longe do mosteiro e era devassada pelos fidalgos e suas mulheres, com grave prejuízo nos bens materiais e nas demandas, em que, por causa disso, se via obrigado a meter-se. Os bens trocados estariam mais próximos do mosteiro (?) e mais apartados dos danos. Demais, 500 libras que o casal prometia davam para comprar terras que bem rendessem e compensassem a quinta de Chão de Couce. Foi pena – comentará o *Índice de 1774* – que os bens

		Afonso, sua mulher, filha do Rei D. Dinis	rendas ²⁵¹	propriedades ²⁵²
1333 15 de Julho		Sinho Martins, tabelião da Maia	Meio Casal, sito na aldeia de Gareí, freguesia de S. Tiago de Labruge (terra da Maia) ²⁵³	Um meio Casal, que tinha em S. Martinho do Monte, em Palmazões (Alvarelhos, terra da Maia) ²⁵⁴
1341 27 de Janeiro	D. Lourenço Geraldês, pelo seu procurador, Estêvão Domingues, monge de Santo Tirso ²⁵⁵	João de Sousa e sua mulher Margarida Vasques	Vinha e Leiras que eles traziam por prazo do mosteiro e que as possuissem, sem renda nem foro	Campo da agra de Paredes ²⁵⁶
1342 29 de Janeiro	D. Lourenço Geraldês	Pedro Coelho e sua mulher Aldonça Vasques	Quinta de Airão, com todas as suas pertenças, excepto o padroado desta Igreja, colheita delas, pousada e todos os seus direitos ²⁵⁷	Quinta do Coronado, em S. Mamede, com seus casais, casas, vinhas, quebradas, prados, moinhos montados e herdades, rotas e por romper ²⁵⁸
1374 8 de Outubro	D. Vicente Rodrigues	Aldonça Vasques, mulher que foi de João Domingues ²⁵⁹	Um casal da mesa abacial, sito no lugar da Colmeeira, S. Veríssimo de Valbom, honra de Gondomar	Casal que D. Aldonça Vasques tinha no lugar do Outeiro, em Santa Cristina do Couto, Santo Tirso ²⁶⁰
1379 20 de Novembro	D. Vicente Rodrigues	Afonso Dinis, homem de negócio da cidade do Porto	Quinta da Bouça, freguesia de Cinfães, no bispado de Lamego ²⁶¹	Várias propriedades sitas em Guimarães ²⁶²

recebidos em troca foram emprazados por quase nada, e se perdeu uma propriedade de muita estima e valor.

²⁵² É este o rol: Casas que os doadores tinham em Coimbra e uma herdade, ao pé dos Paços a que chamavam Alcaide; mais os herdamentos que tinham nos lugares de Vila Verde e Ardezube e Alcancer. Mais 500 libras com que se comprassem herdamentos, tudo que fosse equivalente ao que os monges lhe cediam.

Esta troca foi feita, com procuração das partes, e com licença do Bispo do Porto. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 234-234 v. Do escambo havia um instrumento, tresladado a 14 de Outubro de 1340, ao tempo do abade D. Lourenço Geraldês. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 235.

²⁵³ D. Elvira Pires tinha dado este meio casal ao nosso mosteiro, com outras terras mais.

²⁵⁴ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST, ff. 235-235 v.

²⁵⁵ A procuração fora-lhe passada a 21 de Abril de 1334.

²⁵⁶ No documento não se especificava o lugar onde ficavam o Campo, a vinha e as leiras. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 235 v.

²⁵⁷ Foram estes bens deixados ao mosteiro por D. Rodrigo Forjaz e sua mulher, Dona Châmoa Gomes.

²⁵⁸ Esta troca foi feita só no que pertence ao domínio útil, e não ao directo, porque a Quinta do Coronado já era do mosteiro de Santo Tirso em 1289, como se vê pela Bula de Nicolau IV, na secção das doações e das sentenças. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 235 v.- 236.

²⁵⁹ Moravam na cidade do Porto.

²⁶⁰ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 236.

²⁶¹ Esta quinta já era do mosteiro antes de 1289, como se pode ver na Bula de Nicolau IV.

²⁶² Rol dilatado: Metade do Casal das Quintãs, na freguesia de Tagilde; um quarto do casal, na freguesia de S. Paio de Guimarães; um casal e um quarto, na freguesia de Gémeos; um meio casal chamado de Campos, na freguesia de Serzedo; uma herdade na freguesia de S. Martinho de Fareja; meio casal na freguesia de Abação; uma vinha chamada da Rola, na freguesia de Urgeses, meio casal no lugar de Ferreiros, sito na freguesia de Polvoreira; uma herdade sita na freguesia de S. Lourenço de Riba de Selho, que parece serem os moinhos de Barregão; uma herdade em Cepães; outra na freguesia de Armil, outra herdade em Silvares (não se sabe se S. Clemente ou Santa Maria ou S. Martinho de Silvares) ; um

1383 18 de Março	D. Vicente Rodrigues	Margarida Anes da cidade do Porto	Casal de Gondarém, sito na freguesia de Raiva	Três metades de casais que ela lhe deu, na freguesia de Fajozes, julgado da Maia ²⁶³
---------------------	----------------------	---	---	---

enxido, na freguesia de S. Pedro de Guimarães, que se chamava Preposte. Esta quantidade de propriedades tem a sua explicação no facto de a Quinta de Cinfães ser muito valiosa. O que levaria o D. Abade de Santo Tirso a fazer este escambo dever-se-á ao facto de a dita quinta estar um pouco arruinada e danificada por incêndio que nela houve. E para a reparar dos danos que sofrera seriam necessárias 2.000 libras, o que era muito. Apesar de tudo, o mosteiro acabou prejudicado, porque algumas das terras que recebeu, entretanto, se perderiam. Este escambo se faz com licença do Bispo do Porto. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 236 v.- 237.

²⁶³ A saber: meio casal de Tourão, meio casal de Fajozes e meio casal de Taal.

Tabela n. 8: Renúncias

Data	Renunciantes	Terras ou bens renunciados	Situação
1241 9 de Agosto	Fernando Martins da Quintã, João Martins Capegães, Pedro Martins Alferes, Martinho Soares Pacheco, Martinho Soares de Baguim e Martinho Canelas ²⁶⁴	Direitos da Foz ²⁶⁵	S. João da Foz do Douro
1241 9 de Agosto (?)	João Martins, filho de Martim Pires da Maia, e D. Pedro Munio de Barbosa, juntamente com sua mulher, D. Elvira, e seus filhos	Direitos da Foz	S. João da Foz do Douro
1279 Março, Maio e Julho	Netos e netas de Soeiro Pires	Casal de Paradela	Freguesia de S. Miguel das Aves ²⁶⁶
1287 16 de Abril	Mendo Rodrigues	Igreja de Lavra ²⁶⁷	Matozinhos
1294 1 de Julho	Maria Martins de Frádegas, mulher que fora de Martim Pires, chamado Negral	Herdade de Frádegas, que a renunciante trazia por prazo	Freguesia de S.ta Maria Madalena de Santo Tirso ²⁶⁸
1303 1 de Julho	Maria de Sousa ²⁶⁹	Prazo do Casal da Retorta e da herdade da Cerdeira ²⁷⁰	Vila Nova dos Infantes ²⁷¹
1311 24 de Agosto	D.Maria, mulher que foi de Rui Martins ²⁷²	Emprazamento que tinha o mosteiro ²⁷³	Na Vila de Mendões, freguesia de S. Mamede de Coronado, termo da Maia ²⁷⁴
²⁷⁵	João Martins	Casal da Moscusa	Vidigueira, Soure ²⁷⁶
1318 11 de Novembro	Gonçalo Fernandes	Casal de Fermoselos	²⁷⁷

²⁶⁴ São descendentes de Soeiro Mendes, o Facha, que doou a ermida de S. João da Foz do Douro. Cf. BS 13-3-14. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 40-40 v.

²⁶⁵ Os renunciantes comprometiam-se a não postular qualquer direito na Foz e juravam, por si e por toda a sua posteridade, que nunca exigiriam coisa alguma daquele lugar, nem fariam ali moradia.

²⁶⁶ PT/ADPRT/CVSTST/0272, f. 242.

²⁶⁷ Ou seja, Mendo Rodrigues reconhece, diante do Bispo do Porto, D. Vicente, não ter nenhum direito de padroado sobre a igreja de Lavra, que seria toda do mosteiro de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 304 v.-305 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 92.

²⁶⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 242-242 v.

²⁶⁹ Renunciaria ao domínio útil, *pelo que devia ao mosteiro e pelo muito bem e ajuda que os frades lhe tinham feito.*

²⁷⁰ Estas propriedades eram já do mosteiro de Santo Tirso, por compra que os monges fizeram, antes que os nossos reis o proibissem.

²⁷¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272 f. 243 v.

²⁷² No documento, esta senhora confessa que devia ao Abade D. Martim Pires 40 maravedis velhos, 3 moios de milho e 7 de cuja matéria se não sabe, pelo mau estado do pergaminho. Entretanto, a renúncia foi feita *pelo que devia ao abade, pelo muito de bem com que o Mosteiro os favoreceu, a ela e seu marido, e para bem da alma dos dois.*

²⁷³ Tinha entretanto desaparecido o documento do prazo em causa. Tratava-se, pois, da renúncia ao domínio útil.

²⁷⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 242 v.

²⁷⁵ Pergaminho muito maltratado, de forma que a cronologia se tornara mesmo ilegível.

²⁷⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 243.

1323 24 de Fevereiro	Martim Esteves e sua mulher, Margarida Gonçalves	Casas que tinham junto aos açougues de Guimarães	S. Paio, Guimarães ²⁷⁸
1332 11 de Maio	João Geraldês e sua mulher, Maria Esteves	Casal de Pereiro	S. Lourenço das Pias ²⁷⁹
1333 24 de Janeiro	Margarida Pires e seu filho, Martim Pires e mulher deste, Domingas Geraldês	Casal de Rande	Freguesia de S. Tiago de Rande, Lousada ²⁸⁰
1349 22 de Abril	Domingas Peres, mulher que fora de Domingos Peres de Gondarim	Uma leira que tinha no lugar de Lagido, leira no lugar de Perapaisal (?), leira da Lavandeira, leira da Chouça de Fonteda (ou Fontela ?), um campo, atrás das Chouças, outro no lugar de Sobrechouças, duas leiras no lugar da Esconha (?), outra leira, na Lavandeira, outra no lugar do Eco, duas leiras, no lugar de Lagarelhos	Sequeirô (?), Santo Tirso ²⁸¹
1373 8 de Junho	Rodrigo Pires, genro de Senhorinha Rodrigues	Casais do termo de Paiva ²⁸²	
1383 19 de Maio ²⁸³	Martim Anes de Alenquer, morador na cidade de Coimbra	Herdades que tinha em Coimbra, possivelmente Arde-zube e Vila Verde	Coimbra e em seu termo ²⁸⁴

²⁷⁷ Talvez em Cabeceiras de Basto. Note-se que esta renúncia foi feita, directamente, a Dona Constança Gil. Por isso, se supõe que o documento desta renúncia veio a ter ao nosso mosteiro, porque esta senhora deveria, depois, ter doado este casal a Santo Tirso, como o fez com outras propriedades que realmente trespassaria para esta casa dos nossos monges. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 243.

²⁷⁸ O Convento de Santo Tirso tinha aí outras propriedades que lhe pertenciam.

²⁷⁹ O instrumento foi redigido no concelho de Lousada. Note-se que a renúncia se fizera a este mosteiro. Mas o Casal era do mosteiro e o documento veio aos nossos monges para consentimento. Em 1452 e 1472, há prazos deste Casal do Pereiro, passados pelos beneditinos de Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 244.

²⁸⁰ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 244-244 v.

²⁸¹ A razão desta identificação será a seguinte: foi o tabelião de Vermoim que fez este instrumento. Depois, fala-se em Gondarim que é um lugar de Sequeirô. Demais a mais, onde se lê Fonteda, é possível que seja Fontela, que confina, hoje, com Sequeirô. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 244 v.-245.

²⁸² A renúncia foi feita nas mãos do mosteiro, cujo abade era D. Vicente Rodrigues. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 245.

²⁸³ Era abade de Santo Tirso D. Vicente Rodrigues.

²⁸⁴ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 245-245 v.

Tabela n. 9: Sentenças

Data	Matéria	Contendores	Juiz	Sentença
1280 4 de Abril ²⁸⁵	Pesqueiras de Arnadelo e da Retorta (Rebordões) ²⁸⁶			Uma sentença de composição.
1284 19 de Junho	Terça do herdamento que o Conde D. Gonçalo ²⁸⁷ tinha (o quinhão de D. Fernando) ²⁸⁸ .		Rui Portela e juizes de Gosende e Canadelo	Justiça a favor do mosteiro de Santo Tirso ²⁸⁹
1286	Cinco casais em Val de S. Tomé, e dois casais e meio sítos em Ferreiró	Contendores: o nosso mosteiro e vários fidalgos ²⁹⁰ .		Terminou num acordo ²⁹¹ .
1287 25 de Outubro	Muitos bens, particularmente vessadas ²⁹²	D. Domingos Mendes, Abade de Santo Tirso, e Pedro Pires, reitor e abade da igreja do Salvador de Unhão	Mestre Domingos, arcediogo, e D. Fernando Anes, cônegos de Braga	Terminou num acordo das partes ²⁹³
1294-1299	Quinta de Arões, em S. Gonçalo de Mosteirô	D. Martim Pires, abade de Santo Tirso ²⁹⁴ , e seu mosteiro; contra o Prior de Moreira	Estêvão João, Juiz na Terra da Maia ²⁹⁵	²⁹⁶

²⁸⁵ Era abade de Santo Tirso D. Martim Mendes.

²⁸⁶ Destas pesqueiras falam o Tombo de Burgães. As da Retorta, metade era do Casal do Eirado, da Igreja de Burgães. As Inquirições de D. Afonso III também a elas se referem. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 247.

²⁸⁷ Deste D. Gonçalo, que parece ser Pereira, deriva a Casa de Bragança.

²⁸⁸ Estas terras estão situadas no bispado de Lamego, onde hoje se diz Campo Benfeito, na freguesia de S. Pedro do Mouro e que antigamente – e hoje – se chama S. Pedro de Mouros. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 273-273 v.

²⁸⁹ Carta pela qual D. Gonçalo ordena que os juizes cumpram, e manda ao notário de Fragoso, Paio Pires, que meta de posse o nosso mosteiro.

²⁹⁰ O mosteiro de Santo Tirso e seu abade, Domingos Mendes; e, por outro lado, Pedro Esteves Cavaleiro, chamado do Casal, Maria Esteves e seu marido, Domingos Plange, e Margarida Esteves. Representava-os o seu Procurador, Fernão Martins Cavaleiro.

²⁹¹ Nestes termos: *o mosteiro recebia dos últimos a dívida que vinha do pai (Estêvão Pires do Casal) cento e vinte e cinco módios de pão e quatro milheiros, e cinco peixotas que o pai, Estêvão Pires, deveria aos nossos beneditinos. Largavam ainda ao nosso mosteiro todo o direito, se algum tivessem, no empraçamento dos cinco casais de Val e de S. Tomé e dos dois em Ferreiró.* Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 274-274 v.

²⁹² Terceira parte da vessada de Trás-Sousa, terceira parte do Campo, que se chamava Serdita, terceira parte da vinha que se chamava de Rande, sita na freguesia de S. Tiago de Rande, terceira parte da vessada, sita no lugar que se chamava Anta, em Unhão, e terceira parte de cinco vessadas sitas no lugar da Veiga, em Sanfins do Torno. E ainda sobre os frutos de uma vessada, sita no lugar de Avessão e de outra vessada chamada Quintãs, sitas em Unhão. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 247-247 v.

²⁹³ O D. Abade ficaria com a vessada de Trás-Sousa e que o herdamento, que o reitor de Unhão trazia do mosteiro de Santo Tirso, poderia continuar em demanda.

²⁹⁴ O abade de Santo Tirso fôra herdeiro e testamenteiro de Fernão Rodrigues.

²⁹⁵ Como a questão fosse levada ao Bispo do Porto, pelo Prior de Moreira, o Prelado diocesano teria nomeado um Juiz para resolver a contenda, que ambas as partes, de resto, teriam aceitado. Só que o Juiz da Maia insistia no seu papel, dizendo que o problema a resolver nada tinha com o mosteiro de Santo Tirso. Era só uma questão entre o Prior de Moreira e Dona Elvira Pires, viúva de Fernão Rodrigues, proprietário que fora da Quinta de Arões, e que se assoberbara, à custa de bens, sítos em Arões, que eram do Prior de Moreira e que estariam de posse do abade tirsense.

²⁹⁶ Não existe nenhuma referência sobre a solução do diferendo. Sabe-se apenas que, por instrumento de 10 de Setembro de 1298, Pero Moura confessava ter recebido, em nome de D. Elvira Pires, que fora

1305	Terras sitas, em S. Romão de Coronado.	D. Martim Pires e D. Mor, mulher de Lourenço Anes Redondo	Martim Afonso de Refojos e Fernando Anes, abade de S. Romão de Coronado	Contrato e composição ²⁹⁷
1308	Couto de Santo Tirso e honras de recente criação, no lugar do Outeiro e em Vila Meã	D. Martim Pires, de um lado, e D. Mendo e D. João Rodrigues, mais Martim Afonso, filho de de Afonso Mendes	D. Dinis	Devassa das honras e sua reintegração no couto de Santo Tirso, por ordem do rei ²⁹⁸
1308	Couto de S. João da Airão ²⁹⁹	D. Martim Pires e seu convento	D. Dinis	Seja devassa a freguesia, mas não o Paço
1308	Coutos de Vila Nova das Infantas, Golães e S. Clemente de Silves ³⁰⁰	D. Martim Pires e seu convento	D. Dinis	Sentença que define os direitos e seus limites
1308	Couto de Soutelo, S. Tomé de Negrelos ³⁰¹	D. Martim Pires e seu convento	D. Dinis	Confirmação do Couto, a favor de Santo Tirso
1308	Vila Boa e os seus dez casais que o mosteiro de Santo Tirso traz por honra ³⁰²	D. Martim Pires e seu convento	D. Dinis	Esteja como está, sentenciou D. Dinis
1308	Honra de Guimarei ³⁰³	D. Martim Pires e seu convento	D. Dinis	Decidiu o monarca que ficasse como estava até aí
1310 13 de Agosto	Vários casais, sitos no Vale de Frazão, na Honra de Paradela, em Terra de Faria, Termo de Barcelos ³⁰⁴	D. Martim Pires, de um lado, e D. João Mendes, marido de D. Urraca, filha natural de D. Afonso III. Antes de João Mendes, trouxeram, aos ditos casais, por prazo, o seu pai	D. Gonçalo Pereira, Deão do Porto	A sentença terminava com uma conciliação entre o mosteiro e João Mendes ³⁰⁵

mulher de Fernão Rodrigues Babilon da Maia, 400 libras de moeda portuguesa, que lhe entregara o Abade de Santo Tirso, D. Martim Pires. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 274 v.-276.

²⁹⁷ O texto estava ilegível em parte. Há uma determinação dos limites, nas terras da contenda. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 276-276 v.

²⁹⁸ Cf. CCLP, vol. I, pp. 150-151.

²⁹⁹ Foi Dona Châmoa Gomes que o deixou ao mosteiro de Santo Tirso. Nesta altura, 1308, já o mosteiro tinha emprazado a Quinta de Airão a Rui Martins de Nomães. Cf. VMH, doc. n. 291, p. 381.

³⁰⁰ Cf. VMH, doc. n. 291, p. 383.

³⁰¹ CCLP, vol. I, p. 148.

³⁰² Que foram de uma senhora nobre (*miana*). Cf. CCLP, vol. I, pp. 151-152.

³⁰³ Fora da *miana* D. Elvira, depois da Rainha Dona Mafalda, a seguir de D. Châmoa, e, finalmente, de Santo Tirso. Cf. CCLP, vol. I, p. 149.

³⁰⁴ Quatro casais na freguesia de S. Martinho de Frazão, dois casais na Almoinha (freguesia de Seroa de Frazão), Casal da Várzea (S. Martinho de Frazão), Casal da Costa (em S. Mamede da Seroa), dois casais no Soilhal e dois no lugar do Outeiro, outro casal ao pé de S. Mamede. Tudo isto situado no Vale de Frazão. Além do mais, vários casais de lavoura na honra de Paradela e o formal da Quinta de Paradela, com casas, pomares, devesas, etc. da dita Quintã, tudo sito em terra de Faria, no termo de Barcelos. Mais dois casais no lugar de Jouve, na mesma Terra de Faria, em S. João de Barqueiros.

³⁰⁵ Os casais e quintãs ficarão para o mosteiro de Santo Tirso para sempre e em paz. O Abade e mosteiro de Santo Tirso darão, em cada ano, ao dito João Mendes, em sua vida somente, 27 moios e 2

1313 24 de Julho	Água de Matos e seu aproveitamento para as terras dos caseiros de Santo Tirso	De um lado, os moradores de Alvarelhos e de Guidões, foreiros do mosteiro	Pedro Pires, juiz da Maia	Que os moradores destas freguesias continuassem na posse da água ³⁰⁶
1313 20 de Outubro	Herdades em Revinhade	D. Martim Pires, de um lado, e Lourenço Redondo, de outro	João Martins, juiz do julgado de Felgueiras	Lourenço Redondo foi condenado à revelia, por não ter comparecido em tribunal
1315 24 de Janeiro	Bens sitos em Vila Nova dos Infantes	Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e o Senhor de Albuquerque, D. Afonso Sanches, e sua esposa, D. Teresa Martins	Vigário Geral de Braga ³⁰⁷	
1316 23 de Agosto	Divisão de terras maninhas (?) entre Vermoim e Silva Escura ³⁰⁸	D. Martim Pires	Estêvão Martins, juiz da Maia	Discordou o mosteiro de Santo Tirso, porque tinha vários casais em Silva Escura ³⁰⁹
1316 9 de Novembro	Casal do Carvalho, em Frazão ³¹⁰	D. Martim Pires, Abade de Santo Tirso, de um lado, e Maria Domingues do Carvalho, de outra parte.	Martim Afonso, do Soilhal, e Pedro Domingues, do Sobrão ³¹¹ .	
1317 9 de Abril	Serviços dos homens das herdades e Quintã de Ravinhade	D. Martim Pires contra Lourenço Anes Redondo	Martim Martins, juiz de Felgueiras	Que os serviços eram do mosteiro de Santo Tirso ³¹²
1318	Direito de padroado sobre a	D. Martim Gil e seu		

quarteiros de segunda, ateigados (ou seja, 18 moios e 6 teigas de milho; e 3 moios e 2 quarteirões de centeio), e 5 moios e 10 teigas de aveia, e mais 20 maravedis velhos e 43 soldos, pelo que toca aos casais de Frazão. E, pela Quinta de Paradela e 2 Casais, lhe devem dar, em sua vida somente, 7 teigas de trigo e 3 moios de segunda, e em dinheiro 3 libras e 13 soldos.

Quanto ao Casal da Várzea, acrescenta-se: se o dito João Mendes quiser receber o dito pão até ao dia de Natal, não seria o mosteiro obrigado a dar-lho. À morte do dito João Mendes cessaria a obrigação dos monges. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 249.

³⁰⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 249.

³⁰⁷ Era uma questão, toda desenvolvida em latim, excepto a procuração dos autores. Constava de um rolo estreito de pergaminho, de 15 palmos de comprimento. E incompleto. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 94, p. 192.

³⁰⁸ O juiz estabelecerá que a linha divisória fosse de Outeiro do Sixto direita à Pedra de Fagildo e que daí descesse directamente a Lageam de Escorregadas. E do Sixto, directamente à Arroiteia do Viso – onde o Juiz mandaria pôr um marco – e desse marco à Pedra do Fagildo.

³⁰⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 278-278 v. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 95, p. 192.

³¹⁰ Parece que se situa em Frazão, porque os juizes eram de Soilhal e de Sobrão, que são lugares de Frazão.

³¹¹ Sentença favorável ao mosteiro, cujo conteúdo se não especifica. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 248 v.

³¹² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272 f. 278 v.

8 de Fevereiro	igreja de Santo Estêvão da Maia	convento, contra o Bispo do Porto ³¹³		
1325 21 de Fevereiro	Casas e lagar pertencentes – ou não – à Quinta do Paço, na Pedreira	De um lado, D. Martim Pires, de outro Estêvão Soares	Gonçalo Anes, ouvidor da Honra de Unhão	A sentença discrimina o que é de Santo Tirso ³¹⁴
1326 12 de Fevereiro	A fixação do jantar em termos monetários de 6 libras, pelas visitas do Bispo às paróquias do padroado do mosteiro ³¹⁵	D. Martim Pires, de um lado, e o Bispo do Porto, de outro	Tribunal de apelo	
1326 2 de Outubro	Pardieiro, sito na Pedreira, que era de Santo Tirso e que o réu destruiu	D. Martim Pires, Abade de Santo Tirso, de um lado, e Estêvão Soares	Lourenço Domingues, Vigário de Unhão	O réu foi obrigado a reparar o pardieiro até ao Natal.
1327 8 de Agosto	Sobre a posse do lugar de Cachafal (Valga, Aveiro)	De um lado, o Abade de Santo Tirso, D. Martim Pires; do outro, João Nogueira	Martim Domingues, Juiz da Feira e morador em Degare, na freguesia de Valga	Composição entre as duas partes.
1328 18 de Fevereiro	Arroteia ³¹⁶	De um lado, Lourenço Martins, de Rebordões; do outro, Martim Marcos e Domingos de Santosinhos ³¹⁷	Juiz de Refojos	Sentença a favor de Lourenço Martins
1329 meados	Justificação do padroado tirsense de Silva Escura ³¹⁸	Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e Mitra do Porto, de outro	Câmara Eclesiástica do Porto	Sentença favorável ao mosteiro
1329 16 de Agosto	Assalto aos bens do mosteiro de Santo Tirso, na Maia	Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e Dona Mor, mulher de Martim Lourenço da Cunha	Sentença da Corte de El-Rei, obrigando a ré a pagar os prejuízos pelo dobro ³¹⁹	Sentença a favor do mosteiro
1329 6 de Novembro ³²⁰	Casais que o mosteiro tinha em Vale de Frazão, a propósito de lutas, jeiras e mais cabedais.	De uma parte, o Abade de Santo Tirso, D. Martim Pires; doutra, João Mendes	Aires Viães e Francisco Martins de Longos, cônego de Guimarães	Composição e avença entre as duas partes ³²¹

³¹³ O Bispo não cumprira o prazo da afixação dos editais, durante 20 dias, para que apresentassem candidatos que pudessem preencher a vaga da paroquialidade da freguesia. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 96, p. 192.

³¹⁴ A saber, a sentença determina, primeiro, o que é de Santo Tirso: as casas que se fundaram sobre o lagar são dos bentos; e a casa que se fundou no lagar aonde estava a quintã, ficou metade para Santo Tirso. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 249 v.

³¹⁵ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 109, p. 196.

³¹⁶ Arroteia: terra dantes inculta, e maninha, que se rompeu e começa a aproveitar-se e a desmaninhar-se. Cf. MORAIS – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. II, Editorial Confluência, vol. II, p. 61.

³¹⁷ Esta arroteia, que julgo estar sita em Rebordões, era do domínio directo do mosteiro de Santo Tirso. O processo, entretanto, recebeu uma demora pela intervenção da mulher de Martim Marcos, que não tinha sido ouvida nem achada pelo juiz. Também interveio, nesta altura, Julião Pires, clérigo do abade do mosteiro, cuja intervenção seria recusada pelo juiz, dado que a questão não punha em causa a propriedade dos nossos monges. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 250-250 v.

³¹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 135-146.

³¹⁹ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 110, pp. 196-197.

³²⁰ A questão começara, em tribunal, em 1326.

1329 24 de Novembro	Pilhagens nos casais do Mosteiro de Santo Tirso ³²²	D. Martim Pires, abade de Santo Tirso, contra Garcia Martins, Gonçalo Martins, e Fernão Martins, filhos de Martim Frazão	Francisco Peres, Ouvidor dos feitos, em Guimarães	Condenação dos réus ³²³
1330 4 de Maio	Pilhagem de erva nos Casais do mosteiro, na freguesia de Penamaior	Mosteiro de Santo Tirso, contra Fernão Martins de Frazão	Corregedor de El-rei	Condenação do Fernão Martins ³²⁴
1334 1 de Setembro	Água e rego do lugar de Real, na freguesia de S. Vicente de Goim	Abade de Santo Tirso, D. Lourenço Gerales, e o Abade de Bustelo, D. Afonso Gonçalves	Pedro Martins, Juiz de Arrifana (Pena-fiel)	Composição entre os dois mosteiros: ambos usassem da dita água e rego ³²⁵
1335 21 de Julho	Privilégio de foro, a favor de um clérigo, que o abade de Santo Tirso contesta, pelo mau comportamento do eclesiástico	Abade de Santo Tirso contra o Vigário Geral de Braga que passara carta inibitória ³²⁶		
1336 6 de Julho	Moinho de Rande que fora ocupado e que por prazo o trazia João Calvo	D. Lourenço Gerales	Vigário da honra de Unhão, por mandado de D. Teresa, mulher que fora de D. Afonso Sanches, senhora da dita honra	Contra o que tinha ocupado o dito moinho ³²⁷
1336 16 de Julho	Honra de Guimarei		João Anes Melom e Afonso Salgado, juizes de D. Afonso IV	Confirmação da jurisdição do mosteiro de Santo Tirso e

³²¹ Foi dada a seguinte sentença: *julgarão por sentença definitiva que o dito Mosteiro de S. Tyrso, e os Abbades, que foram pelos tempos futuros hermem (?) os ditos seus Cazaes de S. Tyrso na Terra de Frazam, e não o dito João Mendes, e seus sucessores; e aos Abbades e seu Convento pertencia Levar as Lutuozas, cabedaes, Geiras feixes de palha, direitos, vidas dos Cazeiros, entradas (?), mayorias, e crescenças que fazião proveito nos ditos Cazaes, e nas rendas delles as levassem para si como quizessem; e o dito João Mendes só pertencia Levar a palha, colmo, proveitos, jeiras, herva, Lenha, e outras couzas como sempre as houve elle, e aquelles donde elle vem, e donde tinha huso por costume e antiguidade, e não nos Cazaes do Mosteiro, onde não houvesse o dito costume.*

Julgarão mais, e mandarão, que esta Sentença não empedia, nem embargava o pam, e direituras, que o dito João Mendes há de um prazo de treze Cazaes, que tinha o dito Mosteiro de S. Tyrso segundo a composição, e havença que fora feita entre elle, e o dito D. Abbade e Convento, e que o haja dito D. João Mendes assim como foi declarado na dita avença. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 250 v.-251.

³²² Eram estes os queixosos: além do nosso mosteiro, que se lamentava das pilhagens nos seus 15 casais de Penamaior, queixava-se também o Mosteiro de Vilarinho, pelas mesmas coisas, nos seus casais (o da Revata, de Meixomil, os 2 casais de Caon, no da Ermida de Penamaior, e e no Casal de Molelos; o Mosteiro de Lordelo também levaria os mesmos réus, pelos mesmos motivos, ao tribunal, pelos assaltos a 3 dos seus casais de Penamaior; e ainda o Abade de Ferreira e seu Cabido.

³²³ Os réus justificavam os seus actos, baseados no costume que lhes vinha de seu pai. Martim Frazão fora um homem bom, que gozara de grande prestígio pela honra de que usufruira. De resto, homem que ajudava toda a gente. E, por isso, em sinal de reconhecimento, os lavradores lhe retribuíam a dedicação com a oferta de lenha, palha e outras coisas... PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 251 v.-252 v.

³²⁴ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 251-251 v.

³²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 251 v.

³²⁶ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 118, pp. 198-199.

³²⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 252 v.

³²⁸ BS 13-3-14^a.

				seus limites ³²⁸
1336 16 de Julho	Couto de Santo Tirso	D. Lourenço Geraldes	João Anes Melom e Domingos Pais	Carta de sentença de confirmação do Couto de Santo Tirso ³²⁹
1336 29 de Outubro	Quintãs de Airão e de Riba d'Ave ³³⁰ , que o mosteiro emprazara a Rui Martins de Nomães só em sua vida	Mosteiro de Santo Tirso contra D. Senhorinha Rodrigues, mulher que fora de D. Rodrigo de Numães		Composição entre o mosteiro de Santo Tirso e Senhorinha Rodrigues ³³¹
1338 19 de Janeiro	Dois quarteirões de pão	Acção do mosteiro contra os herdeiros das Quintãs que foram de Durando e de D. Pedro e de Dona Elvirinha, do Termo de Ferreira	Juizes árbitros não identificados.	Foram obrigados a pagar os dois quarteirões ³³²
1339 16 de Agosto	Assalto à Arroteia de Gandra, na rua dos Gatos, a seis casais da aldeia de Fontes, ao Casal do Breto, a dois casais de Vilar, ao Casal de Vilar de Lila e à arroteia do Lento do Moinho, onde a ré pilhava trigo e pão. Deles os caseiros pagavam ao mosteiro a quinta parte	Mosteiro de Santo Tirso contra Dona Maior, mulher de Martim Lourenço da Cunha que assaltara estes bens do mosteiro com homens e armas e obrigava os lavradores a transportá-los nos seus carros, contra a sua própria vontade... ³³³	João Anes Melom e Domingos Pais, juizes de D. Afonso IV	Foi dada sentença a favor do mosteiro que se viu ressarcido dos danos ³³⁴
1339 7 de Setembro	Terras de S. Romão do Coronado	D. Martim Pires, abade de Santo Tirso, e Lourenço Anes Redondo e sua mulher Dona Mor	Martim Afonso de Refojos, com outro juiz ³³⁵	Sentença de delimitação de terras ³³⁶
1339 9 de Novembro	Quintãs de Airão e Riba d'Ave e de outros Casais em S. João de Raiva, por pose clandestina,	Contenda entre o Mosteiro e D. Senhorinha Rodrigues	Geraldo Esteves, juiz de Guimarães	Composição entre Senhorinha Rodri-

³²⁹ CCLP, vol. I, pp. 70-71. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 23-24.

³³⁰ Deles fizera prazo o mosteiro a favor de Rui Martins de Nomães, só em sua vida.

³³¹ Instrumento feito por Fernão Anes, tabelião da Infanta Dona Branca, na sua Terra de Vermoim. O mosteiro daria a Senhorinha Rodrigues 600 libras, para que livrasse logo ao mosteiro de Santo Tirso as Quintãs de Airão e de Riba d'Ave. E, no mesmo pergaminho, um contrato que fez o mesmo D. Abade com a mesma Senhorinha Rodrigues, a respeito dos Casais de Raiva e Gondarém. Ela largaria ao mosteiro os dois casais de Raiva, o casal de Serradelo e o de Gondarém, que traria em sua vida, e depois da morte ficassem livres - com outras coisas que ela tinha em S. João da Raiva - para o mosteiro, com a condição de o mosteiro lhe dar, anualmente, 65 libras. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 252 v. – 253.

³³² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 260 – 260 v.

³³³ E isto contra uma ordem de El-Rei que se tinha publicado no julgado da Maia, antes do dito esbulho. A quinta parte da dita seara era de 12 búzios e meio de trigo, um búzio e um alqueire dobrados.

³³⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 254-254 v.

³³⁵ Fizeram inquirições e ouviram homens-bons.

³³⁶ Ou seja, ... *pela pedra que esta chantada na modorra, e desse directamente ao pe do Vallo quem hu estava o muinho, salvo Arroteya do Restolho, que esta nos Corneiros que fica a Lourenço Annes, e salvo Arroteya que foi de Lourenço Travanca, que fiquem ao dito Mosteiro...* Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 276 v.-277.

	nestes bens de Senhorinha Rodrigues, levando e recebendo os frutos deles			gues e o mosteiro de Santo Tirso ³³⁷
1340 20 de Julho	Esbulho da Quinta de Mondões e de 7 casais a ela anexos, dos quais um se chamava Casal da Cancela e de dois casais de Louredo, em S. Mamede de Coronado	Acção do Abade de Santo Tirso, D. Lourenço Geraldês, contra Vasco Martins Pimentel ³³⁸	João Anes Melom e Domingos Pais, Ouvidores de D. Afonso IV ³³⁹	Sentença de condenação do fidalgo ³⁴⁰
1341 17 de Junho	Couto de Santo Tirso	Acção do abade do nosso mosteiro contra o concelho de Refojos, a propósito de meia talha e consequente pinhora sobre os moradores do couto	Sentença dada por D. Afonso IV, datada de Santa-rém ³⁴¹	A favor do abade de Santo Tirso e seu convento, contra a câmara de Refojos
1345 16 de Junho	Couto de Guimarei e privilégios do mosteiro		Afonso Martins, juiz de Refojos	Que o mosteiro pusesse porteiro neste Couto. Mas que o chegador seria o do concelho de Refojos ³⁴²
1346 21 de Abril	Um quarteirão de milho e uma pata anuais, a este mosteiro, pelo casal em que moravam, sito em S. João de Eiriz	Acção do abade contra Pedro Adães, filho de Adão Pires de Ferreira	Domingos João, juiz de Aguiar de Sousa	Sentença favorável ao mosteiro ³⁴³
1356 21 de Julho	Herança do Conde D. Pedro, filho natural do rei D. Dinis		Lourenço Gonçalves e Gil Lourenço, Ouvidores de D. Afonso IV	Sentença favorável ao mosteiro ³⁴⁴

³³⁷ Confessaria, pelo seu procurador, o perigo em que estava a sua alma, e a má fé com que tinha procedido. E, para ressarcir os danos que tinha causado ao nosso mosteiro, na demanda, e os frutos e dinheiro que tinha recebido, declarou que doava a este mosteiro um casal que tinha em S. João da Raiva e que ela o desfrutaria em sua vida, reconhecendo ao mosteiro por direito senhorio, com renda de um capão e uma galinha e cinco libras em dinheiro.

³³⁸ Este fidalgo roubara o dinheiro que se pagava da dita quinta e casais, a quinta parte dos frutos, 5 quarteirões de milho, um quarteirão de cevada e dois moios de vinho vermelho e um almadrain grande que valia 15 libras. Demais ameaçava dois frades procuradores do mosteiro que, se se opusessem, os mandaria espancar.

³³⁹ Contra uma ordem que D. Afonso IV que tinha mandado a 25 de Outubro de 1334, publicada no conc. da Maia, para que os poderosos não filhassem e tomassem os bens do mosteiro.

³⁴⁰ Depois de muitas considerações, decidiram os juizes que pagasse o dobro do que prejudicava ao mosteiro – em razão do mal, força e esbulho – 1.903 libras, menos um soldo. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 254 v.-256. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 123, p. 200.

³⁴¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 203-203 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 6-6 v.

³⁴² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 256.

³⁴³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 260 v.

³⁴⁴ Deste assunto já se falou a respeito dos dados biográficos de D. Martim Pires e D. Lourenço Geraldês, no capítulo dedicado ao abadolégio tirsense. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 256 v. - 259 v. Acrescente-se que, em cumprimento desta sentença, se deu a posse judicial, por parte do mosteiro, dos bens que pertenciam a D. Pedro e de que se encarregou o procurador do abade de Santo Tirso, Vasco Pires, abade de Ribeirão, a 8 de Abril de 1357. Os bens estavam na posse dos testamenteiros de D. Pedro. Eram eles: dois casais em Mões, dois em Lamas, um em Moledo, outro em Vila Franca e um quinhão de outro, sitos no bispado de Viseu, que rendiam as 165 libras, dezassete soldos e onze dinheiros. Em 1774,

1357 1 de Junho	Uma herdade da Cerqueda que Maria Domingues tinha escambado com um campo, que pertencia ao Casal do Loureiro (Rebordões ?)	Acção do mosteiro contra Maria Domingues	Vasco Martins, juiz do Julgado de Refojos	Sentença favorável ao mosteiro ³⁴⁵
1357	Direitos que os moradores de Mandim que eram obrigados a pagar ao Conde D. Pedro que se adjudicassem a este mosteiro pela sentença de 1356.	Acção do mosteiro contra os moradores de Mandim	Álvaro Pais, Corregedor de Entre Douro e Minho	Sentença favorável ao mosteiro ³⁴⁶
1359 13 de Agosto	Couto de Santo Tirso			D. Pedro confirma a carta de sentença de D. Afonso IV ³⁴⁷
1364 27 de Março	Foros (teigas, pão, foros, direitos e jeiras) do prazo de Real, S. Martinho de Bougado (Comarca da Maia)	Acção do mosteiro contra Pedro Esteves e sua mulher	Vicente Domingues e Martim Afonso, juizes de D. Pedro I	Sentença a favor do mosteiro ³⁴⁸
1364 9 de Maio	Foro do pagamento de um foro do casal da Quintã Velha de Ferreira, em S. João de Eiriz (1 quarteirão de pão, pela medida de Ferreira, um terço de centeio, dois terços de milho e quatro galinhas ou um pato)	Acção do mosteiro de Santo Tirso, cujo abade era D. Vicente Rodrigues, contra Martim Geraldês, Abade de Pombeiro	Vicente Esteves, do Julgado de Aguiar de Sousa	Sentença favorável ao mosteiro de Santo Tirso, com a confissão do Abade de Pombeiro de que o mosteiro de Santo Tirso provava quanto abundava ³⁴⁹
1365 8 de Maio	Pinhora que recaiu sobre Martim Adães, por se recusar a pagar um quarteirão de pão, 4 frangas ou um pato, sobre o Casal da Quinta Velha de Ferreira	Acção do Mosteiro contra Martim Adães de Ferreira	Vicente Fernandes, Ouvidor no Julgado de Aguiar de Sousa	Foi o réu condenado a pagar ³⁵⁰
1367 26 de Janeiro	Lutuosa (uma taça de prata), por morte de João Romães	Acção do abade deste Mosteiro, D. Vicente Rodrigues, contra Afonso Romães, morador no Couto de Santo Tirso ³⁵¹	Gil Pires, abade da Igreja de Várzea de Ovelha, Vigário Geral do Bispo do Porto, D. Afonso	Sentença contra Afonso Romães ³⁵²

estas terras andavam alienadas e perdidas em virtude de um prazo que fizera o Card. Alexandre Farnese. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 259.

Poucos dias depois, a 19 de Abril do mesmo ano, o mesmo Procurador do D. Abade tomaria posse dos casais de Morrasesses – que, em 1774, se chamavam de Fontes -, sitos na freguesia de Santa Maria de Ferreiros de Tendais e que eram do Conde D. Pedro, para completar a dita conta das 165 libras, 17 soldos e 11 dinheiros. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 259 v.

³⁴⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 256 – 256 v.

³⁴⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 259 v.- 260. O autor do *Index de 1774* acrescenta: não se sabe onde fica esta freguesia de Mandim, nem se se pagam as tais pensões a este mosteiro...

³⁴⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 204.

³⁴⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 261 v.

³⁴⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 260 v.-261. Um ano depois foi condenado o dito Martim Adães de Ferreira, a pagar a dita pensão, como se vê da sentença imediata.

³⁵⁰ Refere-se à propriedade que, imediatamente antes, se citou. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 261-261 v.

1367 2 de Junho	Pagamento de uma pinhora de 6 libras e 4 soldos, sobre bens pertencentes ao mosteiro, sitos em Guimarães, por se não ter pago a colheita d'El-Rei ³⁵³			
1368 8 de Agosto	Rendas de herdades do nosso mosteiro, sitas em terra de Santa Maria (Manhouce e Arrifana)	Acção do mosteiro contra António Esteves	Vigário Geral de Braga	Condenação de António Esteves ³⁵⁴
1373 11 de Abril	Rendas e pensões dos casais de que o mosteiro fizera prazo a Rui Martins de Numães, em sua vida somente; e os caseiros a queriam pagar a Rui Pires, marido de Leonor Rodrigues, filho que ficara de Senhorinha Rodrigues, mulher que fora de Rui Martins de Numães, que pedia os protegesse	João Peres e mulher Maria Domingues, Gonçalo Anes e mulher, moradores na freguesia da Raiva; e Domingos Bartolomeu e sua mulher, moradores na aldeia de Gondarém, na freguesia e concelho de Paiva.	Gonçalo Pires, juiz na terra de Raiva	Que os caseiros pagassem renda ao mosteiro de Santo Tirso ³⁵⁵
1380 23 de Fevereiro	Couto de Vila Nova dos Infantes	Infante D. João e Juizes de Sá de Riba de Vizela		Que se observe a sentença que o mosteiro alcançara a respeito do couto de Vila Nova dos Infantes ³⁵⁶
1392 2 de Abril	6 casais, herdades e vinhas, sitos nas freguesia de S. Jorge de Airó na de S. Pedro de Adães; dois casais, com suas vinhas e lavras, sitos na freguesia de S. João de Barqueiros (Julgado de Faria)	Abade D. Vicente Rodrigues e seu mosteiro, contra João Vasques e sua mulher, Beatriz Peres ³⁵⁷	Sentença dada na Cidade do Porto, pelo Mestre Escola do Porto ³⁵⁸	Que os seis casais eram do mosteiro de Santo Tirso ³⁵⁹
1392 23 de Novembro	Privilégios e liberdades de que gozava o mosteiro até à morte de D. Fernando		D. João I ³⁶⁰	
1396 11 de Setembro	Restrição da jurisdição cível do mosteiro de Santo Tirso, no campo da almotaçaria ³⁶¹		Ouvidor Luís Vasques de Tarouca	

³⁵¹ Como tutor de Lourenço Anes e Margarida Anes, filhos que ficaram de João Romães, moradores no lugar de Cela, S. Miguel do Couto de Santo Tirso.

³⁵² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 261 v.

³⁵³ Para não irem à praça pública, o Abade de Santo Tirso, D. Vicente Rodrigues, pagou a dita importância ao sacador. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 287.

³⁵⁴ Se Santa Maria é terra da Feira, este mosteiro já não é senhor delas em 1774, que se perderiam ou se alienariam, ao tempo dos Comendatários. Ou por outro motivo que se ignora ! Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 262.

³⁵⁵ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 262 v.

³⁵⁶ BS 13-3-14 d; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 151, p. 207.

³⁵⁷ Havia prazo antigo, de 1350, a favor de Estêvão Anes e sua mulher.

³⁵⁸ A esta causa foi juntada uma Bula de Bonifácio IX, onde mandava se restituisse a este mosteiro tudo o que andava alienado. E, por virtude desta Bula e mais o que, entretanto, se juntara, se dará a sentença.

³⁵⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 263-263 v.

³⁶⁰ ANTT *Livro 2 de Além-Douro*, f. 54.

³⁶¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 188 e ss. Cf. CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 165, pp. 210-211. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 7-7 v.

1396 Novembro ³⁶²	Água de Valde, rio que nasce em S. Cristóvão de Muro, com a qual regaram os Lavradores da aldeia de Gondiaes, que agora se chama Guidões, aldeia que é toda deste mosteiro de Santo Tirso	Contra Martim Afonso	Gonçalo Anes Peixoto, juiz da cidade do Porto e, ao depois, Gonçalo Anes Carvalho	Sentença contra Martim Afonso ³⁶³
------------------------------------	---	----------------------	---	--

³⁶² Nesta altura, era falecido D. Vicente Rodrigues. E era presidente o Prior Crasteiro, Luis Domingues.

³⁶³ O mosteiro tomará posse desta água a 1 de Março de 1397

Tabela n. 10: Composições

Data	Abade de Santo Tirso	2.º Outorgante	Objecto	Tabelião
1307 1 de Outubro	Martim Pires	Martim Pires de Alvim e sua mulher, D. Margarida	Emprazamento de uns herdamentos, sítos, provavelmente, em Amarante	Gonçalo Gonçalves, tabelião de Amarante e Gestaçô ³⁶⁴
1313 5 de Fevereiro	D. Martim Pires	D. Constância Martins, mulher de Pedro Docem	Quinta de Mavalde, sita, provavelmente, na Maia, e outras demandas	Afonso Martins do Feal
1313 28 de Junho	Martim Pires	El-rei D. Dinis	Quinta de Chão de Couce	³⁶⁵
1318 21 de Maio	D. Martim Pires	Composição entre os mosteiros de Santo Tirso, de Vilarinho, de Lordelo e Sancha Ferreira	Arroteias e testadas pelas quais se demarcavam homens e testadas destes senhorios, no Paço de Coon (Pena-maior)	Estêvão Peres ³⁶⁶
1375 22 de Maio	Água da Mamoa (Avioso)	Dúvidas da pertença da dita água, entre João Anes, abade de Santa Maria de Avioso, e Domingos Marcos, morador na Mamoa de Avioso	Afonso Gonçalves, juiz da Maia	Sentença de composição ³⁶⁷

³⁶⁴ Instrumento confirmado pelo Conde D. Pedro Afonso, filho do Rei D. Dinis e de Dona Grácia Anes. Nasceu o Conde D. Pedro cerca de 1280. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 276-276 v.

³⁶⁵ Já se falou atrás deste problema e da sua solução. Cf. nota 250.

³⁶⁶ À base dos depoimentos de Martim Martins, de Penamaior, e de homens bons decidiu o Juiz que do Valo Velho que começa a par das casas vai à Pedra Grande primeira redonda do Valo, e daí vai directamente às Pedras Grandes da Felgueira que está na Portela, que parte por uma pedra pequena que está à beira da primeira do Valo de Felgueira, desses lugares acima contra o Paço e contra a aldeia. Que daí para cima não podem cavar mais, nem talhar, nem pacer, nem montar todos como até aqui sempre talharam. Das Pedras da Felgueira, no Monte da Felgueira, contra Santa Maria, que pastem, montem e lavrem, e arrentem, como usaram fazer até aqui. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 279.

³⁶⁷ Esta sentença está no mosteiro, já que os nossos monges tinham dois casais nesta freguesia de Avioso – o do Castelejo e o da Mamoa -, com a qual água se regavam algumas terras dos ditos casais. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 262 v.

Tabela n. 11: Prazos e suas investidas

Data	Bens emprazados	Emprazador	Foros
1122 28 de Janeiro	Igreja de Ribeirão ³⁶⁸	D. Odório Formarigues	
1163 5 de Abril	Várias propriedades	Um benfeitor ³⁶⁹	Um quarteiro de milho ³⁷⁰
1184 6 de Abril	Três casais na vila de Frende	Urraca Anes ³⁷¹	6 morabitanos ³⁷²
1328 13 de Junho	Lagelas e seus termos e freguesias	Martim Fernandes Escudeiro e sua mulher, Teresa Abril ³⁷³	
1328 Setembro	Quinta do Porto (Lama ?)		
1334 26 de Maio	Casas no Porto, herdamento em Braga, no lugar do Cancelo, herdamento em Refojos, no lugar de Parada (S. Tiago da Carreira) ³⁷⁴	Fernão Rodrigues e sua mulher Guiomar Martins	Seis moios de milho e quatro de vinho
1354	Casal do Pinheiro, sito na freguesia de Eja, e o Casal das Quintãs, sito na freguesia de S. Vicente do Pinheiro		

³⁶⁸ Com a condição que não fizesse esta igreja sujeita a outras igrejas e que seria sempre livre e honrada. E, em qualquer momento que lha requeresse, a deixaria livre ao mosteiro.

³⁶⁹ Trata-se de uma doação de bens que um benfeitor faz ao mosteiro, e dele recebe os mesmos bens agora em prazo, tornando-se, deste modo, familiar da casa religiosa de Santo Tirso. Julgo que este benfeitor se chamava Gonçalo Pais. E que a terra que doara ao mosteiro se chamava herdade de Romão, sita, provavelmente, nas Aves. Ao mesmo tempo, o mosteiro lhe emprazara a herdade de Codeçosa (S. Mamede de Negrelos) . Mas só em sua vida, que, à sua morte, as duas herdades ficariam livres e desembargadas ao mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 177-177 v.

³⁷⁰ A quarta parte do moio.

³⁷¹ Este contrato fora acordado anteriormente com seu marido, Egas Viegas.

³⁷² CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa*, Cadernos Portucale, Porto. 1987, pp. 189-190.

³⁷³ Ou seja, o mosteiro de Santo Tirso emprazara estes bens, sitos nas freguesias de Santa Eulália de Avelaneda e de Santa Maria de Vila Nova da Telha (casas, leiras, quebradas, pomares, chantadas, águas e outras herdades e cousas) ao pai e mãe. Agora o filho, Martim Fernandes, e sua esposa, Teresa Abril, depois da morte de seus pais, metia de posse destas terras a Martim Pires, abade de Santo Tirso, pelo seu Procurador João Durão, clérigo do dito D. Abade e administrador da Igreja de Santa Maria de Vilar. É que a este reconhecimento se obrigara, por ser das condições do prazo. Logo fôra, primeiro, prazo de duas vidas tão só.

³⁷⁴ Bens, cujo domínio útil pertenceria a Aldara Afonso, e que agora se repartem judicialmente por entre Maria Pais e João Martins. Trata-se de um instrumento feito pelo tabelião Pero Martins, na data assinalada. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 284-284 v.

³⁷⁵ Trata-se da tomada de posse dos ditos casais, por parte do procurador do mosteiro de Santo Tirso, bens que pertenciam a Sancho Martins Barbosa e sua mulher. A entrega foi feita por chaves e com outras solenidades de direito. E o tabelião do Julgado de Aguiar de Sousa, Gonçalo Esteves, ordenara aos moradores dos casais que acudissem com as rendas ao mosteiro de Santo Tirso. O Casal das Quintãs já o não possuía o mosteiro, em 1774, pelo escambo que dele fizera em 1420. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, ff. 285-285 v.

	³⁷⁵		
1385 2 de Julho	Sem identificação	Sem identificação	Jeira cada semana, nas vinhas da Vestiaria, e vara e telha e palha e rogos e lobos e serviço do dom abade e dois soldos de pedido, colheita de el-rei e do infante D. Fernando e lutuosa inteira ³⁷⁶
1390	Casal ou Quinta de Vila Susã (Mesão Frio)	³⁷⁷	

³⁷⁶ CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 155, p. 208.

³⁷⁷ Havia uma demanda entre Catarina Gonçalves – mulher que fora de João Domingues – e Maria Gonçalves, mulher que fora de Vasco Gonçalves, a respeito deste Casal do mosteiro de Santo Tirso.

12. Os passais de Santo Tirso, arrendados a folhas, segundo o Tombo do Cardeal Alexandre Farnese

759. (f. 127) Talhas		João Brás ³⁷⁸	Milho..... 36 alq.
760. Uma vessada		João Gonçalves de Argemil	Milho30 alq.
761.		Gonçalo Pires de Gião e outro	Milho 40 alq.
762.		Pero Anes de Friães	Milho 14 alq. Centeio 2 alq.
763.		João Martins que a traz de Sebastião Pires de Santa Cristina	Milho 18 alq.
764.			
765. (f.127 v.)		João Luís	Milho..... 17 alq.
766.		Amador Luís	Milho 22 alq.
767. Pomar de Frei Vasco		André Pires	Milho 4 alq.
768.		João Pires Melro	Milho 6 alq.
769.		Violante Dias	Milho 16 alq.
770. (f. 128) Outra terra da vinha		Tristão de Argemil	Milho 8 alq.
771. Outra terra da vinha		Afonso Anes Galvão	Milho 8 alq.
772. Vessada da Moreira ³⁷⁹		O caseiro	Milho 30 alq. ³⁸⁰
773. Pevidais		Álvaro Anes Solha	Milho47 alq. ³⁸¹
774. Vessada		Amador Luís que foi cozinheiro	Milho 27 alq. ³⁸²
775. Terras e casas		Diogo Nogueira	Pão terçado 40 alq. Vinho mole 5 almudes Paga dinhr.º ou pão das casas
776. Um Campo		Gonçalo Pires do Cidnai	Milho 32 alq.
777. Um Campo		Pero Carvalho	Pão meado 24 alq.
778. (f. 129) Casas em que vive		Amador Luís	Pão 5 alq.
779. Casa por onde vive		João Álvares de Frádegas	Milho5 alq.
780. Campo que traz		João Álvares de Frádegas	Milho5 alq.
781. Azenha			Pão..... 110 medidas ³⁸³

³⁷⁸ Segue-se a informação de que a traz Francisco Álvares, forneiro dos frades, em 18 alqueires.

³⁷⁹ Memória do nome primitivo de Santo Tirso, do lugar donde se ergueu o mosteiro: a *Villa Moraria*.

³⁸⁰ Todas as terras de cima as traz por arrendamento Pero Fernandes da Cerqueda. E, pelo seu arrendamento, se pode ver o que paga.

³⁸¹ Segundo o afirma o rendeiro. Mas o Tombo diz que ele os traz por alvará. E por ele se pode ver quanto deve pagar.

³⁸² Traz esta vessada por alvará. E diz que paga o que disse (27 alqueires de milho). Mas tem-na por alvará. E nele se deve ver se é isso que efectivamente deve pagar.

³⁸³ Segundo dizem, porque não há arrendamento.

13. Jeiras e engeiras nas vinhas de Santo Tirso

13.1. Vinha da Seara			
Jeiras	Engeiras	Tipo de trabalho	Foreiro
20			Foro imposto sobre Sebastião Dias e Maria Gonçalves, pelo Casal de Argemil (f. 4)
	1	Vindima	Foro imposto sobre os mesmos rendeiros e pelo mesmo casal de cima
	1		Foro imposto sobre Baltasar Gonçalves do Casal de Argemil (f. 4 v.)
20		10 homens de cutelo e 10 de enxada	Foro imposto sobre Afonso Luís ou Pero Anes, pelo Casal de Argemil (f. 5)
	1		Foro imposto sobre Afonso Luís ou Pero Anes pelo Casal de Argemil.
12 ³⁸⁴		8 de cutelo e 3 de enxada (e um de cega e malha)	Foro imposto sobre João Álvares ou Sebastião Álvares, da Carvoeira de Cima, pelo Casal que fora da mãe dos rendeiros (f. 6)
	0,5		Foro imposto a João Álvares ou Sebastião Álvares da Carvoeira de Cima, pelo mesmo Casal (f. 6)
	1		Foro imposto a Diogo Afonso do Alcaide, pelo Casal do Juncal, Santa Cristina do Couto (f. 10 v.)
	1		Renda imposta a Gonçalo Afonso, pelo Casal do Juncal, de Santa Cristina do Couto (f. 12)
4			O Tombo do Cardeal Farnese dá conta de 16 jeiras: 4 para a Vinha da Seara e 12 para a Quintã do Outeiro de Real. Imposto sobre Maria Anes de Real ou Pero Anes pelos Casais de Real e de Fundo de Vila, de Santa Cristina do Couto (f. 15)
5			Imposto sobre Pero Gonçalves e João Pires, pelo Casal em que vivem em Santa Cristina do Couto Posteriormente emendado para 6 (f. 15 v.)
	1		Foro imposto sobre João Pires, pelo Casal de Travaços, Santa Cristina do Couto (f. 15 v.)
10			Foro imposto sobre Francisco Afonso, pelo Casal de S. Miguel do Couto (f. 18 v.)
Total			
71	6,5		

13. 2. A Vinha da Cerdeira			
Jeiras	Engeiras	Tipo de trabalho	Foreiro
6			Foro imposto sobre Gregório Gonçalves da Estiva, pelos Casais da Estiva e de Loveriz, Burgães (f. 20 v.)
3			Foro imposto sobre Afonso Pires, pelo Casal em que vivia, em Burgães (f. 25)
1,5			Foro que devia pagar Gonçalo Anes ou António Pires, pela metade do Casal que fora de Afonso Gonçalves de Burgães (f. 25)
3		3 homens de cutelo	Foro que pagava Pero Pires de Santa Cruz, pelo Casal que possuía, em Burgães (f. 26)
	1		Foro imposto sobre João Afonso, pelo Casal que possui (f. 27)
	0,5		Foro imposto sobre Álvaro Pires de Santozinhos ou Gaspar Francisco sobre um Casal que possuíam, em Rebordões (f. 28 v.)
10			Foro imposto sobre o Castelhana pelo Casal que possuía

³⁸⁴ No texto, fala-se de 11 jeiras. Mas, na especificação das tarefas, enumeram-se 12

			em Rebordões (f. 29)
	1		Esta engeira paga o Castelhana na mesma vinha da Cerdeira (f. 29)
2			Este foro paga o Pero Martins pelo Casal do Hortal, de Monte Córdova (f. 33 v.)
2		Homens de enxada	Foro que paga Gonçalo Anes e seu filho André Gonçalves, pelo Casal de Santa Luzia de Monte Córdova (f. 35 v.)
	0,5		Foro que paga Simão Pires pelo meio Casal de Espinheiros, de Monte Córdova (f. 36)
7		De enxada e cutelo	Foro que paga João Vicente, pelo Casal de Cabanas de Monte Córdova (f. 36)
	0,5		Foro que paga João Domingues dos Espinheiros, pela metade do Casal de Espinheiros (f. 36 v.)
Total			
34,5	3,5		

14.Censos de pescado da Foz

Propriedades	Caseiros	Censos	
		Pescadas	Sardinhas
Casas de Gonçalo Gil	Jorge Fernandes	4	
	Ana Domingues	6	
Casas que foram de João Gonçalves Tou- cinheiro	Afonso Pires, Galego	10	1 cento
	Gonçalo Pires	7	
	Isabel Pires, viúva	12	1 cento
Casas que foram de João Afonso Carneiro		12	300
	Maria Gonçalves e Pero lvares	12	
Casas que foram de João Afonso, na Ribeira	Catarina Pires	12 ³⁸⁵	1 cento
Casas de Catarina Anes, filha de João Gonçalves do Souto		12	
	António Anes da Redonda	18	
Casas	A Caiada	8	
	Afonso André, genro de Maria Anes da Prol	12	1 cento
Casas que foram de João dos Banhos	Bom Ano (?)	7	
Outras casas	Bom Ano (?)	12	
Casas	Luzia Afonso	15	
Casas de Gonçalo Anes Bom	Sebasto Afonso	14	
	Maria Lopes	6	
	Jorge Gonçalves e Gonçalo Anes Bretão	12	
	Gonçalo Anes, genro do Cabeudo	14	
Casas	Sebasto Fernandes	6 ³⁸⁶	
	Afonso André	14	1 cento
	Afonso André e Isabel Anes	12	
	António Gonçalves	10	
Casas de Gregório Gonçalves	Domingos Gonçalves que traz Ins viúva	12	1 cento
	João Anes da Maia	12	1 cento
Casas de Viles	Gonçalo Pires	16	
Casas	João Gonçalves, neto de Pero Aires	12	
Casais	João Gonçalves, pedreiro	8	
	Aleixo Gonçalves	12	
Casas	António Barbalho	12	200
Casas	Gonçalo Gil, genro do Barbalho	12	
	Baltasar lvares	16	
	Manuel Fernandes	12	
	Maria Antónia que foi de	12	

³⁸⁵ Emendado, posteriormente, para 4.

³⁸⁶ Nota posterior: Estas são as casas em que vive Manuel Jorge

	António Anes		
	Pero Anes de S. Sebastião	10	
Casas que foram de Pedro Vaz	Manuel Fernandes Camelo e seus genro	18	
	Sebastião Pires e Maria Afonso	6	
	Filha de Domingos Fernandes ³⁸⁷	12	
	Catarina Gonçalves, mulher de Jácome André	12	
	Maria Álvares, a Cordeira	12	
	Leonardo Afonso	6	
	Nicolau Afonso	6	
	João Afonso Manadas	8	
	Catarina Branco Canseira	18	
	Senhorinha Anes de Lordelo	18	200
	Catarina Antónia	12	
Casas	Maria Gonçalves, a Gaga	12	
	Fernão Gonçalves e António Pires	12	1 cento
Casas	Isabel Luís	10	
Casas que foram de André Luís	António Eanes e João Fernandes	12	
	Catarina Fernandes, filha de Pedro Luís	12	
	João Pires, filho de Pedro Luís	12	
	Maria, filha de João Pires, o Curto	12	
	João Pires	12	
	Baltasar Fernandes	14	
Uma vinha	Baltasar Fernandes	6	
Casas	Senhorinha Luís	12	
	Ana Álvares	10	
Casas	Lourenço Anes	9	
	Catarina Gil	24	
	Filipa Anes	12	
	António Pires e Catarina Gonçalves	12	1 cento
	Miguel Afonso e Afonso Pires	12	
	Pero Gil	8	
	João Gonçalves, genro de Pero Gil	12	
	João Pires, genro de Pero Gil	8	
Casas	João Afonso criado de quarto	12	
	Gonçalo André e Lourenço Pires	12	
	António Gonçalves, genro de Catarina Anes, e Lourenço Pires	12	
	Leonardo Dias, genro do Gordo	12	

³⁸⁷ A titular anterior deste prazo, que se não especifica, chamava-se Inês Afonso Condessa.

	João Anes de Prole	12	
	Baltasar Dias	15	
	O Alfaiate	15	
Casas de Afonso Gil	Catarina Gil	6	
	Maria Afonso do Bairro	18	
	Mulher de Henrique Álvares	12	
	Jorge Pires	12	
	António Anes	12	
	André Pires	12	
	António Anes	12	200
	João Afonso Costa (?)	12	300
	Frutuoso Carneiro	12	300
	Sebastião Pires	12	
	João Vaz da Ribeira	26	
	Maria Afonso, filha de Afonso André	9	
	João Pires da Azenha	16	
	Sebastião Pires, genro do Carpinteiro	12	
	Maria Anes, filha do Bom Rei	12	
	Catarina Antónia	12	
	Pero Luís	12	
	André Pires	8	
	Gonçalo Afonso	6	
	Bento Gonçalves	12	
Casas	Isabel Anes da Barbalha	12	
	Manuel Pires	12	200
	João Anes Bom Rei	10	
	Branca Luís	12	
	Catarina Anes, mulher que foi de João Pires	12	
	André Fernandes e sua filha	10	
	Pantalião Dias	12	
	Catarina Anes	10	
	André Pires da Azenha	6	
	João Luís	14	
	João Fernandes, Estalajadeiro	14	
	Aleixo Pires	12	
	João Gonçalves Carneiro	16	
Casas do Conde	Aleixo Pires	12	
	André Anes, Catarina Gonçalves e Cecília Gonçalves	12	
	Sebastião Luís	6	
	Catarina André, em que vive Afonso Garcês	12	225
	Pantalião Fernandes	12	
Casas que foram de Maria Brás	João Gonçalves e Fernando Álvares	10	
	Jácome André	12	
	Jácome Brás	12	
	Diogo de Azevedo	6	
	Catarina Martins, mulher que foi de Adão Gonçalves	6	

	João Pires	12	
	Aleixo Gonçalves	8	
	Pedro André, o Novo	8	
	Maria Pires ou Francisca Dias	12	
	Fructuoso Pires	10	
	João Gonçalves, genro da Roseira	12 ³⁸⁸	1 cento
	Afonso Pires	6	
	TOTAL	1389	3925

³⁸⁸ Depois, passar-lhe-iam a pensão para 200 reis,

15.1.Censos do Tombo do Cardeal Alexandre Farnese: a mesa conventual

Dinheiro	159.221,5 rs
Trigo	2.225,5 alq.
Milho	845 alq.
Centeio	279 alq.
Pão meado	3.257,25 alq
Pão terçado	1.114 alq.
Pão não especificado	188,5 alq.
Cevada	186 alq.
Vinho mole	832,5 almudes
Vinho cozido	62 almudes
Vinho sem especificação	58 almudes
Mostarda	3,5 alq.
Castanha seca	2,5 alq.
Galinhas	437
Frangãos	63
Frango	1
Marrãs	43,33
Coelhos	8
Cabritos	7
Perdizes	52
Capões	6
Carneiros	66,75
Pescadas	1389
Sardinhas	3925
Azeite	9 canadas
Mel	1 canada
Cera	20 libras
Manteiga	12 canadas e meia, mais 3 quartilhos
Ovos	1008
Bragal	40 varas
Lenha	18 carros
Palha painça	37 dúzias e meia
Palha triga	15 carros e 22 mosteias
Palha	19 carros e 66,5 mosteias
Colmeiros	66
Esterco	2 carros
Jeiras	518
Engeiras	21,5

15.2.Censos do Tombo do Cardeal Alexandre Farnese: a mesa abacial

Pão de trigo	40 alqueires
Pão meado	90 alqueires
Marrãs ou por elas	1.800 rs.
15 Galinhas ou por elas a 40 rs.	600 rs.
Para peixe e carne	3.000 rs.
Dinheiro, das 2 rações	14.310 rs.
Vinho cozido	20 almudes
Total	19.710 rs.³⁸⁹

³⁸⁹ Se quiséssemos fazer uma ideia, mais ou menos aproximada, poder-nos-íamos valer destas referências: na ocasião em que este tombo se redige, um carneiro valia 100 reis; e uma galinha 40 reis. Por isso, é que nos censos se diz, em anotação, que a quarta parte do carneiro que devia pagar a quarta parte do Casal de Manguela, será de 25 reis . PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 37 v.

16. Doações do domínio útil

Data	Doador	Bens doados	Situação	Abade de Santo Tirso
1412 23 de Agosto	Álvaro Vasques e sua mulher, Maria Vicente ³⁹⁰	Todo o lugar de Torre ³⁹¹	S. Lourenço de Pias ³⁹²	Martim Aires ³⁹³
1434 28 de Outubro	Afonso Martins Carpinteiro, morador na Rua Chã do Porto ³⁹⁴	Casal de Travassos ³⁹⁵ , o Casal do Morrazes ³⁹⁶ e o Casal de Montão ³⁹⁷ , e o herdamento da Póvoa ³⁹⁸	Travassos (Cinfães) e Oliveira (Julgado de Ferreiros de Tendais)	Soeiro Anes ³⁹⁹
1445 12 de Fevereiro	Catarina Anes, mulher que fora de Gonçalo Domingues ⁴⁰⁰	Casal do Cabo	Modivas, concelho da Maia	Soeiro Anes ⁴⁰¹

³⁹⁰ Trata-se de uma doação do domínio útil a favor de Trocado Martins e de sua mulher, Domingas Anes, de bens que eram prazo de Santo Tirso.

³⁹¹ Os beneficiários da doação deveriam então continuar a pagar as rendas a Santo Tirso.

³⁹² Por várias razões: o instrumento foi feito pelo tabelião Lourenço Afonso e que o era no Julgado de Lousada; porque duas testemunhas são do lugar do Barreiro e da Pereira, que são lugares de S. Lourenço de Pias; e porque uma outra testemunha era da paróquia de Aveleda, freguesia contígua de S. Lourenço de Pias.

³⁹³ Que deu consentimento a esta doação. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, ff. 191-191 v.

³⁹⁴ É só a doação do domínio útil, a favor de Afonso de Ansele, que deve continuar a pagar os foros ao directo senhorio, o Mosteiro de Santo Tirso.

³⁹⁵ Que, em 1774, se chamava do Castelo, no lugar de Travassos, freguesia de Cinfães.

³⁹⁶ Que agora se chama das Fontes.

³⁹⁷ Estes dois casais ficavam na freguesia de Oliveira, Julgado de Ferreiros de Tendais.

³⁹⁸ Todas estas propriedades, do domínio directo de Santo Tirso, tinham sido emprazadas pelo mosteiro a Antoninho Martins, Abade de Vila Chã, do Julgado da Maia, que os deixara em testamento a Afonso Martins Carpinteiro

³⁹⁹ Que daria consentimento a esta doação. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 191 v.

⁴⁰⁰ Doação do domínio útil, a favor de Bartolomeu Afonso, criado da dita Catarina e sobrinho de seu marido. Bartolomeu confirmou o seu propósito de continuar a pagar o censo do prazo ao mosteiro de Santo Tirso.

⁴⁰¹ Que também deu o seu consentimento. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 191 v.- 192.

17. Testamentos e doações com legados pios

Data	Testador	Doações	Sufrágios	Abade de Santo Tirso
1411 11 de Março	Joana Afonso, seu filho Vasco Gonçalves, com sua mulher Senhorinha Vasques ⁴⁰²	Herdade de Santo-zinhos, na freguesia de Rebordões ⁴⁰³	Um aniversário, no mosteiro, com missa oficiada ⁴⁰⁴	D. Martim Aires
1425 13 de Setembro	Martim Anes, tabelião no Julgado de Refojos	Todos os seus bens de raiz (casas, latadas, vinhas e herdades lavradas), situadas em S. Paio de Guimarei ⁴⁰⁵	Que fosse enterrado na Galilé do Mosteiro ⁴⁰⁶ E que, depois de avaliados os seus bens, fossem aplicados em aniversários e missas ⁴⁰⁷	D. Martim Aires ⁴⁰⁸
1432 21 de Junho	Contrato de Gomes Fernandes, Escudeiro, de Casas de Vós ⁴⁰⁹ com João Gonçalves, Bacharel em Gramática, Prior do mosteiro de Santo Tirso	Sete maravedis que ajuntaria aos 3, que o mosteiro já recebia, sobre a Quinta de Casal de Vós.	Agora para 3 aniversários: pela alma do Chantre Gonçalo Gonçalves, de João Fernandes e dele, Gomes Fernandes ⁴¹⁰	Soeiro Anes
1433 21 de Agosto	D. Martim Aires, abade de Santo Tirso ⁴¹¹	10 marcos de prata ⁴¹²	Que fosse sepultado entre a porta travessa da igreja e o Cabido (onde, hoje, está a	Soeiro Anes, sobrinho de D. Martim Aires

⁴⁰² Doação a Gonçalo Afonso, com a obrigação de pagar de renda ao mosteiro de Santo Tirso, anualmente, dois carneiros bons, dois almudes de bom vinho e de pão dez soldos de moeda antiga.

⁴⁰³ O texto original falava de bens situados em *Monasterios*, Rebordões, o que o autor do Index de 1774, identifica com o actual de Santozinhos. Seja como for, as Inquirições de D. Afonso III falam deste lugar de *Monasterium*, em Rebordões.

⁴⁰⁴ Ainda se cumpria este legado pio em 1774. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 198.

⁴⁰⁵ Para a mesa conventual.

⁴⁰⁶ Aqui se situava a igreja da Capela de Santa Maria Madalena de Santo Tirso. Era o nártex que servia de igreja paroquial da comunidade secular. Na Galilé já tinham sido sepultados os filhos deste tabelião.

⁴⁰⁷ Ainda se cumpria este legado em 1774, conforme então se poderia ler na Tabela da Sacristia.

⁴⁰⁸ O testamento foi feito à Mesa Conventual. Por isso, o Prior Castreiro, Frei Pedro Lopes, com dois monges, tomara posse solene destes bens, situados em S. Paio de Guimarei, a 18 de Agosto de 1425. Daí, uma das duas coisas: ou não foi beneditino, e então será o primeiro comendatário. E dizer-se pode o primeiro, porque o seu antecessor, D. Vicente Rodrigues, foi eleito pelos monges e confirmado pelo Bispo do Porto (28 de Fevereiro de 1361) e até se diz que foi monge deste mosteiro. Ou então foi monge D. Martim Aires, e será a prova provada da degradação extrema da ordem, porque faz testamento, o que a ser assim, seguir-se-á a infracção de uma das determinações mais exigentes da Regra do Santo Patriarca.

⁴⁰⁹ Filho de João Fernandes e de Senhorinha Fernandes, possuidor da Quinta de Casal de Vós (Areias) e de outras herdades pertencentes à dita Quinta, que tudo vinha da avoenga de D. Gonçalo Gonçalves, Chantre da Sé do Porto, que deixara em seu testamento ao mosteiro de Santo Tirso, pela dita Quinta de Casal de Vós, 2 maravedis de moeda antiga, para um aniversário. E que, pelos mesmos maravedis, o mosteiro fazia os aniversários de D. Gonçalo Gonçalves e o de seu pai, João Fernandes. Que, por isso, acrescentava um maravedi para lhe cantarem um aniversário pela alma de seu pai no altar de S. João, na igreja deste mosteiro tirsense. Mais, que à morte dele, Gomes Fernandes, queria que o mosteiro houvesse mais 7 maravedis. E que todos os dez maravedis fossem de moeda antiga, pagos pela moeda corrente. E assim, pelos ditos 10 maravedis cantassem então os três aniversários: pela alma de Chantre Gonçalo Gonçalves, de João Fernandes, seu pai, e por ele, Gomes Fernandes Escudeiro.

⁴¹⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 200-201.

			sacristia), e lhe fizessem dois aniversários, com suas missas, para além de uma procissão diária à sua sepultura, onde se lhe lançasse água benta ⁴¹³ .	
?	Testamento de João Fernandes e de sua mulher, Senhorinha Fernandes	Herdades ⁴¹⁴	Uma capela ⁴¹⁵	?
1438 5 de Maio	Senhorinha Fernandes	Herdades de Casal de Vós (Areias)	Duas missas semanais em honra da Paixão de Cristo, à Sexta-feira, e uma outra em honra de Maria Santíssima. Mais 30 missas e aniversários, ao mês de Outubro, pela sua alma e da de seu marido, João Fernandes ⁴¹⁶	Soeiro Anes
1460 7 de Janeiro	Contrato entre os monges de Santo Tirso ⁴¹⁷ com Lopo Gomes, filho de Gomes Fernandes, Escudeiro de Casal de Vós ⁴¹⁸	Rendimentos pela Quinta de Casal de Vós (Areias)	10 libras de boa moeda antiga, pelos aniversários de trás, e agora mais um, a satisfazer-se a 15 de Março	No interregno, entre a morte de Soeiro Anes e a eleição de D. Fernão Lopes do Carvalhal

⁴¹¹ Instituiu como seu herdeiro o seu sobrinho D. Martim Aires, arcediogo de Barroso. Neste testamento pedia ao Infante D. Duarte, filho de D. João I, fizesse cumprir o seu testamento. E dizia que alcançara do rei D. João I licença para comprar terras que rendessem 100 libras portuguesas antigas para o dito legado, o que lhe foi concedido em 1413, com a cláusula de que não comprasse terras reguengas, foreiras a El-Rei.

⁴¹² Também ordenou que se desse um tonel de vinho à comunidade conventual das vinhas da Lage e de Almofães. Que Soeiro Anes, seu sobrinho, em quem renunciara, outorgasse este testamento.

⁴¹³ Legados que ainda se cumpriam em 1774, como se podia ver na Táboa do Coro. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴¹⁴ Pelo mau estado do pergaminho, o autor do Index de 1774 não conseguiu ler o nome e o local destas propriedades, nem a data do documento, nem o conteúdo dos legados pios...

⁴¹⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 199 v.

⁴¹⁶ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 199 v.- 200. Cf. CORREIA, F. Carvalho – *A Freguesia de Areias do Concelho de Santo Tirso. Vol. I. Areias até ao sec. XVI*, 2003, pp. 513-514. Jaziam os dois num túmulo, dentro da igreja do mosteiro de Santo Tirso.

⁴¹⁷ João Gonçalves, Prior Crasteiro, Frei Vasco, o Velho, Frei Álvaro e Frei Afonso.

⁴¹⁸ Que era verdade que o Prior e Convento, haviam anualmente, pela Quinta de Casal de Vós, em vida de Gomes Fernandes, 3 maravedis de boa moeda antiga que ao convento deixaram João Fernandes e Senhorinha Fernandes, pais de Gomes Fernandes. E, que, por este legado, o convento fazia 2 aniversários no mês de Outubro. E que este, Gomes Fernandes, determinara a entrega de mais 7 maravedis, para depois da sua morte. E agora Lopo Gomes dizia houvessem os monges 10 libras de boa moeda antiga, a sete por um, como El-Rei manda pagar em sua lei, os quais houvessem pela dita Quinta de Casal de Vós. Com a declaração de que lhe dissessem, cada ano, outro aniversário, a 15 de Março. Cf. ANTT, OSB *Santo Tirso*, Mç. 1.

18. Escambos

Data	1.º outorgante	2.º outorgante	Bens doados	Bens cedidos
1413 3 de Junho	D. Martim Aires	O convento de Santo Tirso	Vinha de Arões, com suas jeiras, sita na freguesia de S. Gonçalo do Mosteiro, Julgado da Maia, que Martim Aires deu à mesa conventual	O casal de Forjães, ⁴¹⁹ que era da mesa conventual, sito na freguesia de Silva Escura, e que os nossos monges doaram à mesa abacial ⁴²⁰
1428 13 de Janeiro	D. Martim Aires e seu convento	Gomes Fernandes de Casal de Vós (Areias)	O mosteiro deu o Casal das Quintãs, na freguesia de S. Vicente do Pinheiro, conc. de Penafiel	O mosteiro recebeu de Gomes Fernandes o Casal de Vila Cova (Rebordões) ⁴²¹
1435 10 de Janeiro	Soeiro Anes e seu convento	Vasco Afonso	O mosteiro cedeu a este Vasco uma leira e devesa sita no lugar da Pedra, freguesia de Fareja ⁴²²	O mosteiro recebeu a Leira das Nogueiras, com um pedaço de Codeçal, que estava acima daquela Leira ⁴²³
1466 11 de Setembro	Frei João Garcia, abade de S. Martinho de Frazão, monge de Santo Tirso	D. Teresa de Távora	Casal de S. Mamede ⁴²⁴	Casal de S. Martinho, que ficava em frente da igreja de S. Martinho de Frazão, com mais 40 reis brancos ⁴²⁵
1468 31 de Dezembro	Prior de S. Romão de Valazim	Afonso Fernandes e sua mulher Catarina Anes	O Prior deu ao Afonso e esposa um casal da igreja	Afonso e esposa deram ao Prior o Casal da Barroca, sito na mesma freguesia de Valazim ⁴²⁶
1474 7 de Outubro	Afonso Anes, do lugar de Vila Meã (Monte Córdova)	Egas Gonçalves, ourives, morador na cidade do Porto	O 1.º outorgante deu ao 2.º o Campo de Fundões ⁴²⁷ , para que este o ajuntasse à sua propriedade de Sandim	Egas Gonçalves deu ao 1.º outorgante 3 leiras: uma que tinha na Agra de Soutelo, outra que se chamava de Agrellos e uma outra ainda que pertencia a uma sua herdade ⁴²⁸
1486 13 de Maio	Mosteiro de Santo Tirso	Abade de Burgães	O mosteiro deu a este abade o Casal do Barreiro, sito em Monte	O Abade de Burgães deu aos nossos monges o Casal do Ortal, sito

⁴¹⁹ Em 1774, chamava-se Casal de Freijufe.

⁴²⁰ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 237 v. Era Prior Castreiro João Gonçalves.

⁴²¹ Já, ao tempo das inquirições de D. Afonso III, tinha o nosso convento 7 casais em Vila Cova. Este lugar de Vila Cova já assim se não chamava em 1774. Ficaria por entre Burgães e Rebordões. No que respeita à freguesia de Rebordões ficaria onde estariam, em 1774, os casais de Quintãs, Loureiro e Lage. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 237 v.- 238.

⁴²² Freguesia de S. Martinho de Fareja, que parte com a freguesia de Vila Nova dos Infantes.

⁴²³ Com esta permuta, queria o nosso mosteiro beneficiar o Casal da Fonte que era desta nossa casa e sito na freguesia de Vila Nova das Infantas.

⁴²⁴ Pertencia à Capela de S. Mamede, que era sufragânea da freguesia de S. Martinho.

⁴²⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, f. 293. Para este escambo, deu autorização o Bispo do Porto, D. João Azevedo.

⁴²⁶ O documento desta permuta veio para o nosso mosteiro, mesmo que o mosteiro não fosse outorgante. Talvez fosse necessário, pelo menos, dar o consentimento, pelo que tocava ao Casal da Barroca que seria direito Senhor dele. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 238 v.-239.

⁴²⁷ Partia este Campo com o Ribeiro de Fundões e que pertencia ao seu Casal de Leirão.

⁴²⁸ O documento veio ter às mãos do mosteiro, pelo domínio directo dos nossos monges implicado neste escambo. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 239-239 v.

			Córdova	também em Monte Córdova ⁴²⁹
1495 24 de Abril	D. Francisco de Sousa	Gonçalo Afonso de Vila do Conde	O mosteiro cedeu a este Gonçalo Afonso o Casal do Eirado, sito na aldeia de Morteiros (freguesia de Santa Eulália de Pensalves, Terra de Aguiar de Sousa)	O mosteiro receberá umas casas em Vila do Conde, no lugar do Outeiro, à porta da Judiaria ⁴³⁰

⁴²⁹ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 238 v.

⁴³⁰ Em 1774, o mosteiro já não possuía nem uma nem outra coisa. A culpa será apontada, como sempre, aos Comendatários. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 238 v.

19. Renúncias

Data	Renunciante	Bens renunciados	Situação
⁴³¹	Renúncia e doação que fizeram João Afonso e sua mulher a Gomes Fernandes	Casal das Quintãs, que era prazo deste mosteiro	S. Vicente do Pinheiro, que, antigamente, se chamava Barbosa ⁴³²
1431 8 de Dezembro	Martim Aires	Martim Aires cedeu o abaciado do mosteiro de Santo Tirso, a favor do seu sobrinho, Soeiro Anes	Cederá rendas e tudo quanto possuía o mosteiro de Santo Tirso, no espiritual e no temporal ⁴³³ .
1478 24 de Junho	João Anes, morador em Melres, que é honra do Marquês de Marialva, que renuncia em 2 filhos, Vasco Anes e Gonçalo Anes	Dois casais, um que era prazo do mosteiro de Santo Tirso	⁴³⁴
1528	João Gonçalves e sua mulher, Margarida Gonçalves, que renunciaram a favor do mosteiro, quando era abade D. Miguel da Silva	Bouça, casa e bacelo, que eram prazo do mosteiro. ⁴³⁵	Cidnai, Santo Tirso

20. Compras

Data	Vendedor	Propriedades/Bens	Preço	Abade de Santo Tirso
1409 13 de Janeiro		Bens de capela que rendessem 100 libras, anualmente, para estabelecer 2 aniversários na igreja do Mosteiro ⁴³⁶		D. Martim Aires ⁴³⁷
1508		100 alqueires de pão, por ano		D. Francisco de Sousa ⁴³⁸

⁴³¹ O estado do pergaminho não permite ler a era. Todavia é da 1.^a parte do sec. XV.

⁴³² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 245 v.

⁴³³ Reservava para si, em sua vida, das rendas do mosteiro, 20.000 libras em dinheiro, um moio de trigo, 2 de centeio, duas dúzias de carneiros e duas dúzias de marrãs e todo o vinho da Quinta de Almofães, que seria consertada à custa da sua reserva. O Conde de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos reagiria a esta renúncia e provisão. Mas nada pôde fazer, que Martim Aires, com a ajuda de D. Duarte, alcançaria para o seu sobrinho uma Bula de Martinho V que o proveu no abaciado de Santo Tirso. Por isso, mais tarde, D. Afonso V dirá que D. Duarte daria o mosteiro de Santo Tirso a Soeiro Anes. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 290 v.- 291.

⁴³⁴ Não se sabe da terra em que ficavam os ditos bens, nem o nome destas casas e prédios, pelo estado do pergaminho. Se aquele, que era prazo do mosteiro, se situasse em Melres, em 1774, já o não tinha, porque, nesta altura, não haverá propriedades do mosteiro em Melres. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 246.

⁴³⁵ O pergaminho estava cortado. *Deus perdoe a quem fez semelhante abelidade*: desabafo irónico do autor do Index de 1774. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 246.

⁴³⁶ Estava proibido adquirir bens e herdades sem autorização do monarca. Requereu autorização para tal, já que não possuía bens que rendessem o suficiente. E só os poderia adquirir por este alvará, com a condição de que não fossem bens de reguengo. O rei concederia licença. E o alvará o passaria o Dr. Diogo Martins e o Licenciado em Leis, Vasco Gil de Pedroso, do seu desembargo, e escrito por Pedro Afonso.

⁴³⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 288-288 v.

21. Empréstimos

Data	Abades de Santo Tirso	Devedor	Quantia
1414 10 de Julho	Martim Aires	D. João I ⁴³⁹	200 marcos de prata

22. Sentenças

Data	Matéria	Contendores	Juiz	Sentença
1396 Novembro ⁴⁴⁰	A respeito da água chamada de Vale de Rios, que nasce na freguesia de S. Cristóvão do Muro ⁴⁴¹	O mosteiro, de um lado, e Martim Afonso, do outro	Gonçalo Anes Peixoto, juiz na cidade do Porto. E, depois, por Gonçalo Anes Carvalho	Sentença a favor do mosteiro ⁴⁴²
1404 8 de Novembro ⁴⁴³	Foro da Granja de Freixieiro (Areias) de 5 maravedis	Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e Prior de Landim por outro	João Martins, Mestre Escola da Sé do Porto, que se baseou na Bula de Bonifácio IX, que mandava restituir a Santo Tirso os bens que andavam sonegados	Sentença a favor de Santo Tirso. Landim apelou para Roma. E, entretanto, houve uma conciliação ⁴⁴⁴
1431 7 de Fevereiro	Montados do Couto de Francemil, Paderne (freguesia de S. Salvador do	Mosteiro de Santo Tirso contra o D. Prior de Guimarães		Sentença a favor de Santo Tirso

⁴³⁸ Trata-se de uma carta d'El-Rei D. Manuel que permite ao nosso abade que, apesar da Lei e Ordenação em contrário, ser-lhe-ia possível fazer a dita aquisição de bens que rendessem, anualmente, cem alqueires de pão. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 293-293 v.

⁴³⁹ Nesta data, D. João I confessa, por carta assinada pela sua própria mão, ter recebido a dita quantia. O rei prometera pagar a dívida até ao dia 1 de Outubro de 1415. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 288 v.

⁴⁴⁰ Já tinha falecido o Abade, D. Vicente Rodrigues. Presidia, no mosteiro de Santo Tirso, o Prior Crasteiro, Luis Domingues.

⁴⁴¹ Os casais de uma aldeia, chamada Gondiaes (agora chama-se Guidões), aldeia que é toda do mosteiro. Os caseiros desta aldeia, todos eles, se aproveitavam desta água para os seus campos.

⁴⁴² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 263 v.- 264.

⁴⁴³ Abade do mosteiro D. Martim Aires.

⁴⁴⁴ Landim propôs que este foro se pagasse pelo Casal de Vilar (S. Mamede de Coronado) de que o Prior de Landim era directo senhorio. E assim ficava aliviada a dita Granja de Freixieiro. Em 1774, este foro estava reduzido a 140 reis. E não se sabe porque a tão pouco se reduziria. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 264-264 v.

⁴⁴⁵ Nesta sentença se diz que o mosteiro de Santo Tirso tinha um Casal, nesta freguesia, chamado Casal do Outeiro e que, em 1774, se chamava Quinta do Ginjo do Outeiro.

	Campo) ⁴⁴⁵			
1442 28 de Abril ⁴⁴⁶	Duas leiras pertencentes ao Casal de Arcozelo, em S. João de Água Longa (concelho de Refojos)	Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e Estêvão Pereira, do outro		Sentença a favor do nosso mosteiro ⁴⁴⁷
1443 2 de Janeiro ⁴⁴⁸	Casal de Quintela, Bacelo, Casal de Parada, sitos em S. Tiago da Carreira ⁴⁴⁹	Mosteiro de Santo Tirso contra Álvaro Gonçalves	Pedro Vasques, cónego da Sé do Porto	Sentença a favor do mosteiro de Santo Tirso
1450 8 de Janeiro ⁴⁵⁰			Alvará de D. Afonso V	Que se cumprisse o que o monarca mandara, a 20 de Setembro de 1447 ⁴⁵¹
1466 13 de Fevereiro ⁴⁵²	Colheitas d'El-Rei	Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, e colhedor, de outro	Desembargador Nuno Gonçalves	Que o mosteiro não pagasse colheitas a El-Rei senão quando passasse o rio Douro, e não cada ano, como queria o colhedor ⁴⁵³
1468 18 de Janeiro	Homizios	De um lado, o mosteiro de Santo Tirso e seu Abade Fernão Lopes do Carvalhal ⁴⁵⁴ , e do outro Rui Pereira, Senhor de Refojos		Sentença contra Rui Pereira que queria levar a pena dos homizios ⁴⁵⁵
1469 13 de Novembro ⁴⁵⁶	Jeiras e engeiras	Mitra do Porto, Mosteiro de Paço de Sousa e Mosteiro de Santo Tirso, de um lado, contra Diogo Soares, Senhor do Couto de Avintes	Prior de Vilela como Juiz Apostólico	A favor da Mitra e dos referidos mosteiros que se opunham a que os seus caseiros prestassem a-

⁴⁴⁶ Abade de Santo Tirso: Soeiro Anes.

⁴⁴⁷ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 264 v.- 265.

⁴⁴⁸ Abade de Santo Tirso: Soeiro Anes.

⁴⁴⁹ Partiam com outras herdades e casais deste mosteiro e pagavam jeiras à Quinta de Vila Boa, que era deste mosteiro, sita na freguesia de S. Cristóvão de Refojos. O Casal de Parada dele já se falou, a propósito das doações. O Casal de Quintela já não aparece no Livro do Recibo deste mosteiro, com este nome. Talvez mudasse de nome...Nota e suposição do cartorário. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 265.

⁴⁵⁰ Abade deste mosteiro o dito D. Soeiro Anes.

⁴⁵¹ Ou seja, os bens e herdades que os mosteiros e igrejas e outras casas religiosas e lugares pios tivessem adquirido até à morte de seu avô (D. João I) e até ao tempo em que saiu com este alvará (1447), não podiam ser demandados por elas, ainda que os ditos bens e herdades estivessem em reguengos do dito Senhor ou outra qualquer pessoa. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, f. 265 v.

⁴⁵² Era abade de Santo Tirso D. Fernão Lopes do Carvalhal.

⁴⁵³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 265 v.

⁴⁵⁴ Fernão Lopes do Carvalhal queixara-se ao rei D. Afonso V: que tinha um couto demarcado pelo Conde D. Henrique, com jurisdição cível sobre os moradores em que entrava a pena dos homizios. Ora, na vacância deste mosteiro, por morte de Soeiro Anes, Rui Pereira, Senhor de Refojos, por força e autoridade própria, quebrantara o dito couto e jurisdição dele.

⁴⁵⁵ Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 266.

				queles serviços (jeiras e engeiras) ao dito Senhor ⁴⁵⁷
1489 9 de Abril	Tomadias de um fidalgo, na Quinta de Val Corneira (S. Tomé de Negrelos)	De um lado, o mosteiro, ao tempo do Comendatário D. Francisco de Sousa; e, do outro, Martim Ferreira, fidalgo da Casa de Sua Majestade	Fernão Rodrigues e Pero Lopes, Juizes dos feitos de D. João II	Condenação do fidalgo ⁴⁵⁸
1493 17 de Julho ⁴⁵⁹	Montado da Gandra de Burgos que pertencia aos casais que o nosso mosteiro tinha na aldeia de Lagelas, perto de Lavra ⁴⁶⁰ .	De um lado, o nosso mosteiro; e de outro lado, os lavradores João Domingues de Rabandões, Gonçalo Afonso, e Afonso Martins, moradores na freguesia de Vila Nova da Maia, que diziam que o dito montado era do mosteiro do Salvador de Moreira e pertencente aos seus casais de Vila Nova e Soutelo	Juiz de 2. ^a instância Luis Gonçalves, Doutor <i>in utroque iure</i> , Vigário Geral do arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, que confirmou a sentença dada pelo Vigário Geral do Porto, a favor também do mosteiro	Sentença a favor do mosteiro de Santo Tirso, que ganhou a questão em primeira instância, no Porto, e depois, na apelação dos ditos lavradores, no tribunal metropolitano ⁴⁶¹
1494 4 de Março	Tributação de vários casais de Guardizela ⁴⁶²	De um lado, o mosteiro de Santo Tirso, cujo abade era D. Francisco de Sousa; do outro, Martim Ferreira, fidalgo da Casa d'El-Rei	Afonso Martins e Pedro Pacheco, Desembargadores do Senhor Rei, D. João II.	Sentença a favor do mosteiro de Santo Tirso: que os ditos casais não pagassem tributo a Martim Ferreira ⁴⁶³
1494 4 de Maio	Tributação dos caseiros da Quinta de Val Corneira	De um lado, o mosteiro, de que era abade D. Francisco de Sousa; e, do outro, Martim Ferreira	Fernão Rodrigues e Rui Boto, Desembargadores do Rei e Senhor D. João II	Condenação do réu Martim Ferreira, por exigir tributos dos caseiros da Quinta de Val Corneira ⁴⁶⁴
1495 26 de Junho	Outra vez a tributação dos ditos casais de Guardizela	De um lado, o mosteiro de Santo Tirso, e, do outro, o dito Fidalgo, Martim Ferreira	Rui da Grã e João Vaz, Desembargadores de D. João II	Interdição de qualquer contribuição ao dito Martim Ferreira ⁴⁶⁵ .
1500 30 de Abril	Engeiras e outras tributações sobre caseiros do mos-	De um lado, os moradores da honra de Frazão, caseiros do mosteiro; e, de	António Dias e Luís Álvares Ferreira, Desembargadores	Sentença a favor dos ditos moradores e casei-

⁴⁵⁶ Abade de Santo Tirso Fernão Lopes do Carvalhal.

⁴⁵⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 266-266 v.

⁴⁵⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, ff. 267-267 v.

⁴⁵⁹ Abade Comendatário D. Francisco de Sousa.

⁴⁶⁰ Partia com o ribeiro das Machinhas, com Vilar e com a freguesia da Lavra.

⁴⁶¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 266 v.- 267.

⁴⁶² Eram eles o Casal da Torre, os dois casais de Cotiães, a Quinta do Paço Meão, os dois Casais de Socoto, os três Casais de Germinade, outro Casal de Germinade e o da Pedra Rogel, sítos em Santa Maria de Guardizela, Julgado de Vermoim.

⁴⁶³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 267 v.-268. Em 1774, já o mosteiro, ou não possuía o Casal da Torre e os de Germinade, ou se teriam integrado noutros casais.

⁴⁶⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 267 v.

⁴⁶⁵ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 268.

	teiro, em Frazão, sob pena de prisão.	outro, o Senhor da dita Honra, Gomes Ferreira	d'El-Rei D. Manuel I	ros ⁴⁶⁶
1501 29 de Janeiro	Posse violenta de vários casais do mosteiro de Santo Tirso, sitos na Honra de Frazão ⁴⁶⁷	De um lado, o mosteiro, cujo abade era D. Francisco de Sousa; e do outro, Gomes Ferreira que esbulhara vários casais do nosso convento sitos na dita Honra	Pedro de Gouveia e Rui da Grã, Desembargadores d'El-Rei D. Manuel	Condenação do Fidalgo Gomes Ferreira ⁴⁶⁸
1502 30 de Abril	Jeiras e engeiras e outras prestações dos moradores da Honra de Frazão ⁴⁶⁹	De um lado, D. Francisco de Sousa; do outro, Gomes Ferreira, Senhor da Honra de Frazão	Aires de Almada e Fernão Martins, Desembargadores d'El-Rei D. Manuel	Sentença, com definição dos direitos das duas partes ⁴⁷⁰
1508 14 de Abril	Casal de Pereira, em S. Pero Fins que parte com S. Tiago da Carreira, Termo de Barcelos, Julgado de	De um lado, D. Francisco de Sousa; do outro, Pedro Martins de Paredes	Fernando Lourenço, Lic. ^o <i>in utroque jure</i> , Desembargador e Ouvidor do arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa.	Sentença a favor do mosteiro

⁴⁶⁶ Eram eles: João Anes Gago, Tristão Vaz de Arreigada, Luís Fernandes de S. Pedro, Fernão Gonçalves de Vila Boa, Pedro Anes de Gomil, Gonçalo Gonçalves de Soverão Pequeno, Gonçalo Anes de Soverão Grande, João Martins de Crasto, Afonso Alves de Soverão, João Anes de Carvalho, Domingos Anes de Rapiade, João Pires de Vilar, João Álvares da Monha, Pedro Gonçalves de Vilar, Luís Anes de Crasto, Vicente Anes de Porto Carreiro, João Pires Sardinha de Soverão da Cheira, Gonçalo Martins de Vilar, Maria Vaz, sua mulher, João Ferreira, Inês Anes da Arreigada, filha de João Martins da Arreigada, e Maria Anes, e as mais mulheres de todos os sobreditos moradores na Honra de Frazão. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 268-268 v.

⁴⁶⁷ A saber, Álvaro de Revoreda possuía vários casais do mosteiro, sitos na Honra de Frazão: o da Costa, o do Outeiro e o de Figueira, com outras herdades pertencentes ao mosteiro. Mas ausentou-se e deixara-os ermos. Então Gomes Ferreira, homem poderoso e senhor da Honra de Frazão, os tomou e deles se apossou por força e autoridade própria. Sentença dos Juizes: que abrisse mão deles e os entregasse ao mosteiro...

⁴⁶⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 268 v.- 269.

⁴⁶⁹ Protestavam os caseiros contra os vexames do Senhor da Honra de Frazão, à base de uma sentença que tinham alcançado em 1500 e de outra, muito anterior, que se alcançara em 1329 contra João Mendes (antecessor de Gomes Ferreira). Neste de 1329, se decidiu que João Mendes só podia levar palha, colmo, jeiras, erva e lenha daqueles casais donde vinham os seus antecessores e donde havia esse costume (se era dos casais ou se das pessoas...). E ainda que palha, colmo, erva e jeiras, para se evitar vexações.

Gomes Ferreira afirmará que, pela dita sentença, estava de posse de os moradores da honra lhe darem de seus casais a palha, erva, lenha que fosse necessária. Mais, jeiras e engeiras. De jeiras tinha direito a 2 homens e meio, por ano, pelos Casais do Campo da aldeia do Vilar, de Crara, do Souto, do de Afonso de Vila, do que traz Álvaro Anes de Vilar, da Bouça do Casal de Cima, do que traz Pedro Gonçalves, da Monha, da Barbacha da Várzea, dos 2 casais da Costa, da Figueira, do Outeiro, que está a par da igreja de S. Mamede, dos 2 Casais de Porto Carreiro, dos 2 Casais que traz João Martins de Crasto, do de Carreira. E 10 homens de jeira cada ano nos casais seguintes: Casal do Ferreiro, em S. Martinho, os 2 Casais que traz Pedro da Cunha, o Casal que traz Fernão Gonçalves, o Casal do Outeiro, em Vila Boa, os 2 Casais que traz Tristão Alves que se chamam do Ferreiro, o Casal do Poço, na Arreigada, o Casal de Vila, também em Arreigada. Mais, que estava de posse do direito de exigir 8 homens de jeira destes casais: dos 2 Casais e meio que trazia Gonçalo Martins, chamados Casal do Cabo e de Além, pelo contrato que tinha feito o seu antecessor com Dona Teresa. Mais, que por todos os casais citados antes tinham de dar 3 colmeiros de cada casal.

⁴⁷⁰ A saber: decidiriam os juizes que cada lavrador, anualmente, lhe pagasse 2 carros de palha, um no ano novo, outro no Entrudo e 2 colmeiros. Quanto a serviços de engeiras: cada lavrador o servisse 2 vezes por ano. Que as jeiras fossem as costumadas, conforme praticavam seus antecessores, dando-lhes de comer, tanto nas jeiras como nos serviços. Que de erva, lhe haveriam de levar quanto e quando lhe fosse necessária, mas só que fosse para cegar e não para pastar, a não ser que, por malícia, a deixassem de regar os lavradores, porque então dariam de toda a erva quanta tivessem. Que de lenha lhe dariam 2 carradas por ano, quando fossem requeridos. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, ff. 269-270 v.

	Vermoim			
1528	Ofício de quadrilheiros, no concelho de Refojos	D. Miguel da Silva, de um lado, e a Câmara de Refojos mais a Câmara do Porto, de outro		Sentença a favor do mosteiro e seus caseiros ⁴⁷¹
1529	Jurisdicção do Couto de Santo Tirso	D. Miguel da Silva, de um lado, e a Câmara de Refojos, de outro		Sentença a favor do mosteiro contra o Ouvidor de Refojos, sobre jurisdições do Couto de Santo Tirso ⁴⁷²

23. Causas e processos

Data	Abade	Assunto	Tabelião	Processo
1402 15 de Junho	Martim Aires	Procuração ⁴⁷³	João Lourenço, tabelião de Entre - Douro - e - Minho	No Tribunal eclesiástico de Braga ⁴⁷⁴
1408 21 de Agosto	Martim Aires	Procuração ⁴⁷⁵		⁴⁷⁶
1421 7 de Março	Martim Aires	Procuração ⁴⁷⁷		
1427 26 de Agosto	Martim Aires	Os bens que Martim Aires tinha adquirido para a instituição de uma capela, na igreja de Santo Tirso, que rendessem 100 libras, para dois aniversários ⁴⁷⁸		

⁴⁷¹ Que os caseiros do mosteiro não fossem obrigados a servirem de quadrilheiros no Concelho de Refojos, se o não quisessem. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 271.

⁴⁷² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 271.

⁴⁷³ Passada a Afonso, Procurador nas audiências da Igreja de Braga, e a João Vasques, filho de Vasco Domingues, para que pudessem pedir, demandar e arrecadar, receber de todos os caseiros, lavradores e moradores em Frazão, S. Lourenço de Vilar e ainda de S. João da Foz, dos Recebedores e rendeiros deles e de outros quaisquer lugares e herdades.

⁴⁷⁴ Demandados: Martim Correia, Pero Esteves, Afonso Domingues, Antoninho de Mendões e outros. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 287 v.

⁴⁷⁵ Passada a Álvaro Paz, morador na cidade do Porto e Recebedor de D. João, Bispo do Porto.

⁴⁷⁶ Era para demandar e arrecadar as rendas, foros e direitos e direituras dos casais e herdades, sítos em Mandim, na freguesia de S. Martinho da Barca. E que os caseiros lhes mostrassem os prazos e que lhes pudessem desfazer, se não pagassem os direitos. E que pudessem ainda desfazer todos os empenhamentos dados em prejuízo do mosteiro. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 287 v.- 288.

⁴⁷⁷ Procuração passada por Martim Aires a Rui Gomes, monge de Santo Tirso, a João Gonçalves, a Garcia Gonçalves e a João Cortes, seus familiares, e a todos em conjunto e a cada um em particular, para que, em seu nome, pudessem requerer respostas e Apóstolos de umas apelações intimadas ao Cabido e Vigário da Sé do Porto e para apelaarem e agravarem para a Corte de Roma e Corte deste Reino. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 290.

⁴⁷⁸ Houve uma denúncia - de João Álvares, Fernão Vasques da Cunha, Fernão Vasques de Sampaio e de outras pessoas - endereçada ao rei D. João I, acusando Martim Aires de ter comprado bens de reguengo para a constituição de uma capela no mosteiro de Santo Tirso. D. Afonso V, depois, determinou

1433 13 de Outubro	Soeiro Anes	O não cumprimen- to das cláusulas de renúncia a que se comprometera So- eiro Anes, em favor do tio	Afonso Martins de Sanhoane, tabelião no Julgado de Re- fojos	Não se seguiria o processo perante El-Rei, porque So- eiro Anes prome- teu cumprir ⁴⁷⁹
1486 2 de Dezembro		Quinta de Vila Meã ⁴⁸⁰		Tribunal do Couto, sito no Foral do Outeiro, freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso ⁴⁸¹

24. Penas

Data	Abade de Santo Tirso	Circunstâncias	Penas
1437	Soeiro Anes	Na visita ao mosteiro, por parte de Diogo Anes, bacharel em Degredos (scl. em Decretais e Cânones) Vigário Geral, pelo Bispo do Porto D. Antão, onde deixou capítulos sobre disciplina, culto divino, alimentação dos religiosos, estudos, livros, etc.	1.000 reais brancos para as obras da Sé ⁴⁸²

que os bens – fossem ou não reguengueiros –, desde a morte de D. João 1 até 1447, poderiam ser adquiridos para os anexar a bens de capela. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 289-289 v.

⁴⁷⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff.291-291 v.

⁴⁸⁰ Este Casal fora emprazado a João Afonso de Vila Meã, lavrador e morador no dito Couto, e a sua mulher Catarina Fernandes e a um filho ou filha de entre ambos ou – caso não haja filhos - a uma pessoa qual o postumeiro deles nomear.

⁴⁸¹ Foi juiz do processo Álvaro Vaz de Sandim, Juiz ordinário no dito Couto. Foram testemunhas no processo Pórcio Anes, jardineiro, João Álvares de Real e João Rodrigues do Cidnai, todos lavradores e moradores no dito couto. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁸² PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0272, ff. 291 v.- 292.

25.Prazos

Data	Bens empenhados	Empenhador	Foros
1418 8 de Julho	Casais de Almofães (S. Tiago da Carreira, Termo de Barcelos), com todos os frutos novos, rendas, direitos e teigas, e a Vinha do Loureiro (sita na mesma freguesia e que, em 1774, se chamava Vinha de Almofães), com todos os frutos novos e rendas	Alvaro Vieire e sua mulher Inês Domingues ⁴⁸³	Quanto aos foros a pagarem-se ao Abade do mosteiro de Santo Tirso, seriam os que já pagava Pedro Afonso. E que, morto Pedro Afonso, ficassem os herdamentos livres e desembargados ao dito Abade, Martim Aires ⁴⁸⁴
1433	Praço do Casal do Paço, freguesia de S. Salvador da Folgosa ⁴⁸⁵		
1435 3 de Fevereiro	Pedaco de herdade, que está sob a Retorta, em S. Lourenço de Golães	Lourenço Esteves	Contanto que faça benfeitorias, num moinho ⁴⁸⁶
1442	Empenhamento de casais, na freguesia de Vila Nova das Infantas ⁴⁸⁷		
1444 19 de Janeiro	Praço do Casal do Grilo, na freguesia de S. Lourenço de Golães	Afonso Gonçalves Colaço ⁴⁸⁸	
1444	Praço de um casal em S. Martinho de Guilhabréu ⁴⁸⁹		
1449	Praço de João Afonso ⁴⁹⁰		
1450	Um Casal de Golães	Gonçalo Martins ⁴⁹¹	
1474	Praço do Casal de Pica Milho da Maia ⁴⁹²		
1477 1 de Dezembro	Casal do Alcaide, em que morou João Luís, e que era da mesa abacial. Era Fernão Lopes do Carvalhal o abade do mosteiro	Pedro Anes, lavrador de Silvalde (Areias) e sua mulher, Maria Álvares ⁴⁹³	10 libras de boa moeda antiga a 7 por 1, como el-rei o mandou, às terças (Natal, Páscoa e S. João Baptista); 5,5 jeiras numa vinha do mosteiro; 1 par de galinhas; colheita d'el-rei e do infante, cada ano ⁴⁹⁴ .

⁴⁸³ Ou seja, tinha estes bens do mosteiro como empenhados das mãos dos monges, um Pedro Afonso, filho que fora de Afonso Lourenço, Vedor da Portagem na cidade de Coimbra. Ora este cederia ao dito Afonso Vieire – morador na freguesia de S. Miguel da Palmeira, Julgado de Bouças - os Casais de Almofães e a Vinha do Loureiro, por 9 anos, renováveis por outros períodos subsequentes da mesma duração. O instrumento foi feito a 8 de Julho de 1418, pelo tabelião Fernão Martins, com cartório na cidade de Coimbra.

⁴⁸⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 288 v.-289.

⁴⁸⁵ Ao tempo de Soeiro Anes. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁸⁶ Documento muito coçado. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁸⁷ BS 13-3-14 g.

⁴⁸⁸ ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁸⁹ BS 13-3-14 l.

⁴⁹⁰ BS 13-3-14 u

⁴⁹¹ Documento muito danificado. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁹² BS 13-3-14 g

⁴⁹³ Foi-lhes empenhado o Casal do Alcaide, com a condição de irem morar, com todos os seus, para lá.

⁴⁹⁴ ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

1479 8 de Novembro	Casal do Burom, freguesia de Santa Maria de Sousela, Terra de Aguiar de Sousa ⁴⁹⁵	João Álvares e sua mulher, Maria Pires	8 libras, a 7 por um, nas terças do ano; um par de galinhas
1486 16 de Janeiro	Casal de Vilar (S. Salvador de Monte Córdova), dentro do Couto de Santo Tirso	Pero Anes Machucho e sua mulher, Maria Anes	11 libras, a 7 por 1, às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João); e colheita d'el-rei e do Infante ⁴⁹⁶
1487	Prazo do Casal da Sobrada ⁴⁹⁷		
1488 22 de Janeiro	Casal de Argemil, freguesia da Capela de Santa Maria Madalena, no qual morou Pedro Anes e sua mulher, Catarina Afonso	Pedro Vaz e a sua mulher, Maria Anes, e filho ou filha de entre ambos ou outra pessoa que aqueles nomearem, desde que não seja de maior condição ⁴⁹⁸	13 libras, a 7 por 1, para a mesa abacial, às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João); 20 homens de enxada na Vinha da Seara; um par de galinhas; 2 mosteias de palha triga; 500 reis de lutuosa; colheitas de el-rei e do infante; e engeiras, quando necessário, para reparação do mosteiro ⁴⁹⁹
1488 27 de Maio	Casal de Quinchães, freguesia de Monte Córdova, a que lhe foi ajuntado o Casal de Parada	Gil Gonçalves e sua esposa, Maria Pires, e filho ou filha de entre ambos, ou uma 3. ^a pessoa que aqueles nomearem	6 teigas de pão meado; meia canada de manteiga; 6 homens de enxada para a Quintã de Vila Boa; 20 reis; uma mosteia de palha triga e seu transporte para o mosteiro; 2 colmeiros levados à Quinta de Vila Boa; e 2 engeiras (uma em Vila Boa, outra na Cerdeira). Pelo Casal de Parada, vão pagar, para a mesa do abade, 15 libras, a 7 por um; e 1 bom carneiro ⁵⁰⁰
1490 17 de Fevereiro	Casais de Bairro, em S. Lourenço de Golães, pertencentes à mesa abacial. E era prelado de Santo Tirso D. Francisco de Sousa	Pero Gonçalves	23 libras, a 7 por 1, às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João); uma boa marrã, um bom carneiro; e um par de boas perdizes, uma jeira inteira à igreja de Golães ⁵⁰¹
1491 22 de Dezembro	Propriedades na Foz do Douro, pertencentes à mesa abacial. Era Abade de Santo Tirso D. Francisco	João Gil, filho de Gil Anes e Maria Gonçalves, sua es-	15 pescadas boas de cabeça, um bom sável fresco, pagos por dia de

⁴⁹⁵ Pertencia à mesa abacial. E era abade de Santo Tirso Fernão Lopes do Carvalhal. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁹⁶ Era abade de Santo Tirso, a cuja mesa pertencia este casal, D. Fernão Lopes do Carvalhal. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁴⁹⁷ BS 13-3-14 m.

⁴⁹⁸ Pedro Anes tinha falecido. Estava agora de posse deste casal a sua esposa, Catarina Afonso, a 2.^a vida. Seria 3.^a vida a filha deste casal de nome Beatriz Pires. Mas renunciariam ao prazo mãe e filha.

⁴⁹⁹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/059. Era abade de Santo Tirso Fernão Lopes do Carvalhal.

⁵⁰⁰ Era Abade de Santo Tirso D. Fernão Lopes do Carvalhal. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁵⁰¹ Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1

	de Sousa	posa ou pessoa <i>que após vós houver</i> , se não houver filho nem filha	S. Miguel de Setembro, para a mesa do abade. E, se o mosteiro fizer outras moradas, pagarão outro tanto, mais as colheitas d'el-rei e do infante ⁵⁰² .
1494 2 de Abril	Casal de Aveleda, freguesia de Aveleda, Terra da Maia, da mesa abacial. Era Abade de Santo Tirso D. Francisco de Sousa	Martim Afonso e sua esposa, Maria Gonçalves	6,5 teigas de bom trigo ⁵⁰³
1501 5 de Julho	Casal de Segonça, no lugar de Vespeira, freguesia de Bustelo, no couto deste mosteiro ⁵⁰⁴	Pero Anes e sua esposa, Maria Gonçalves	10 libras, a 7 por 1; e colheita d'el-rei e do infante
1505	Prazo do Casal da Várzea, de S. Cristóvão de Refojos	João Brás ⁵⁰⁵	
1506 9 de Março	Um dos moinhos que foram de João Vaz do Ameal; o da metade que está a cabo do Moinho da Cobiça; e mais o pisão, tudo sito em S. Lourenço de Golães	Pero Anes e sua mulher Isabel Anes	2 libras, a 7 por 1; e as colheitas d'el-rei e do infante ⁵⁰⁶
1506 10 de Março	Um dos moinhos que foram de João Vaz do Ameal; e o que está entre o pisoeiro e o moinho da Porta, em S. Lourenço de Golães	Francisco Anes	2 libras por ano, a 7 por 1; e colheitas de el-rei e do infante ⁵⁰⁷
1488-1522 (ao tempo de D. Francisco de Sousa)	Arrendamento das pensões que os foreiros de S. João da Foz pagam a Santo Tirso ⁵⁰⁸	Gonçalo Gomes Paz, cidadão do Porto ⁵⁰⁹	
1529	Prazo de um casal em S. Julião de Água Longa ⁵¹⁰		
1574		Fernão Brandão ⁵¹¹	
1581	Contrato de empraçamento	A favor de 2 pessoas ⁵¹²	

⁵⁰² Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁵⁰³ Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1

⁵⁰⁴ Este Casal pertencia à mesa abacial. Era abade de Santo Tirso, nesta altura, D. Francisco de Sousa. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁵⁰⁵ BS 13-3-14 l.

⁵⁰⁶ Este arrendamento foi feito pelo Abade de Santo Tirso, D. Francisco de Sousa. E os foros pertenciam à mesa abacial. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁵⁰⁷ Este empraçamento foi feito por D. Francisco de Sousa. Cf. ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁵⁰⁸ Vejam-se, no corpo do vol. I/2, as páginas dedicadas ao abaciado de D. Francisco de Sousa, onde se mencionam os foreiros, com os respectivos censos.

⁵⁰⁹ ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1.

⁵¹⁰ BS 13-3-14 p.

⁵¹¹ BS 13-3-14 q.

⁵¹² BS 13-3-14 b.

26. Tomadas de posse

Data	Assunto	Procuradores	Tabelião
1425	Posse de umas casas, latadas e vinhas, em S. Paio de Guimarei ⁵¹³		
1430 4 de Julho	Tomada de posse de casas sitas na Rua da Minhota, Porto, que tinham sido de João Anes, frade de Santo Tirso, que já tinha falecido	Afonso Martins, de S. João da Foz, Afonso Anes, monge de Santo Tirso	Álvaro Anes, tabelião da Cidade do Porto ⁵¹⁴
1431 8 de Dezembro	Tomada de posse do mosteiro de Santo Tirso, por Soeiro Anes, após renúncia do tio, Martim Aires ⁵¹⁵	Tomada de posse pessoal	Afonso Martins, tabelião no Julgado de Refojos de Ribad'Ave. ⁵¹⁶

27. Declarações

Data	Declarante	Tabelião	Assunto
1464 30 de Julho	Vasco Fernandes, Escudeiro, criado do Duque de Bragança, Mestre da Balança da Moeda da mesma cidade	Lourenço Pires, tabelião na Cidade do Porto	Declara o dito fidalgo que era titular de prazos do mosteiro de Santo Tirso ⁵¹⁷ . Que as pensões seriam transportadas, à custa dos caseiros para o mosteiro de Santo Tirso. Que ele, fidalgo, era também titular de uma Quintã, a de Cidadelhe, na Maia, que era prazo do mosteiro de Paço de Sousa. Que nas condições dos Prazos que fizera com o mosteiro de Santo Tirso, estava a permuta do destino das rendas, para a Quintã de Cidadelhe. Logo que fique claro que as rendas transportadas para Cidadelhe não são de bens pertencentes a Paço de Sousa, mas ao mosteiro de Santo Tirso ⁵¹⁸ .

⁵¹³ BS 13-3- 14 j.

⁵¹⁴ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 290-290 v.

⁵¹⁵ Este reservara para si, em sua vida e para seu sustento, 20.000 libras, um moio de trigo, 2 de centeio e 2 dúzias de carneiros e duas dúzias de marrãs e todo o vinho da Quinta de Almofães, que seria consertada à custa da sua reserva e foros que tinha a dita quinta. Note-se que o Conde de Barcelos opôs-se a esta resignação e a este contrato. Mas valeu-se de D. Duarte, para mandar vir Bula de Martinho V, a conceder a Soeiro Anes a graça do nossos mosteiro. E, por isso, D. Afonso V dirá, mais tarde, que seu pai dera o mosteiro de Santo Tirso a Soeiro Anes.

⁵¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 290 v.-291.

⁵¹⁷ A Quintã de Mendões, em S. Mamede de Coronado, e a aldeia de Cabeda, em Alfena.

⁵¹⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 292 v.-293.

28. O Tombo do Cardeal Farnese

Título	Situação	Titulares	Foros
1. (f. 4) Casal de Arge- mil	Couto de Santo Tirso	Sebastião Dias e Maria Gonçalves, viúva ⁵¹⁹	Cera0,5 libra Jeira, na vinha da Seara.. 20 homens Engeira..... 1 ⁵²⁰ Esterco 1 carro Palha 1 carro Dinheiro 160 rs. <i>Pão meado</i> 20 alq. ⁵²¹ <i>Vinho</i> 6 almudes ⁵²² <i>Galinhas</i> 2 ⁵²³
2. Vinha de Almofães	⁵²⁴	Paulo de Barros ⁵²⁵	Dinheiro550 reis
3. Vinha da Cer- deira ⁵²⁶	Burgães	Nuno António	Dinheiro 400 rs.
4. (f. 4 v.) Casal de Argemil	Santa Maria Madalena de Santo Tirso	Baltasar Gonçal- ves ⁵²⁷	<i>Pão meado</i> 8 alq. <i>Palha triga</i> 1 carro <i>Engeira, na Vinha da Seara</i> 1 <i>Dinheiro</i> 100 rs. <i>Pão meado</i> 6 alq. <i>Vinho</i>5 almudes <i>Galinhas</i> 2 <i>Cera</i> 0,5 libra
5. Quebrada ⁵²⁸ de Frádegas	Santa Maria Madalena de Santo Tirso	Catarina de Araújo	Dinheiro 180 rs. <i>Vinho mole</i> ⁵²⁹ 5 almudes ⁵³⁰

⁵¹⁹ Diz-se em nota que esta Maria Gonçalves ainda não tinha acabado de pagar a sua metade da renda: um alqueire de pão de segunda, 3 almudes de vinho e 1 galinha. Sebastião Dias também deve a metade da renda. Só pagou 2 almudes de vinho.

⁵²⁰ No tempo da vindima da Seara. Este foro foi posteriormente cortado.

⁵²¹ De acrescentamento, agora, na elaboração do Tombo.

⁵²² Depois, emendaram para 4 almudes.

⁵²³ Aparece, depois, cortado este foro.

⁵²⁴ Foi atombada como pertencente ao Couto de Santo Tirso, mas está fora dos limites desta terra privilegiada, porque pertence à freguesia de S. Tiago da Carreira, do concelho de Famalicão. Era sim do domínio directo do mosteiro de Santo Tirso. Esta emenda foi feita posteriormente.

⁵²⁵ Este Paulo de Barros da Silva era irmão mais novo e inteiro de Afonso de Barros Gouveia, que, como vereador mais velho da Câmara do Porto, teria feito, em 1580, a aclamação de Filipe I, na Cidade Invicta. Afonso de Barros Gouveia casaria com D. Grácia de Medeiros, meia-irmã de Helena de Medeiros que, por sua vez, casará com o titular da Casa de Barrimau, Lama, o dito Paulo de Barros da Silva. O Tombo de Sequeirô fala várias vezes deste fidalgo Paulo de Barros da Silva, que do seu casamento com D. Helena de Medeiros teve vários filhos, entre os quais Dona Catarina, religiosa da Ordem de S. Bento, que foi titular, em segunda vida, do prazo do meio Casal de Almofães. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0201, f. 433 v.

⁵²⁶ Desta Vinha da Cerdeira e da sua importância nos falará o Tombo, ao fazer convergir para esta unidade muitas das jeiras e das engeiras contidas nos foros de diversos rendeiros da nossa casa religiosa.

⁵²⁷ Antes da elaboração deste Tombo do Cardeal Farnese, fora rendeiro Martim Anes. Aponta-se a informação de que se devia pagar lutuosa da mulher de Baltasar Gonçalves, com que talvez se extinguisse o prazo.

⁵²⁸ Quebrada seriam as terras ladeirosas e penduradas sobre os profundos vales, sobre os rios ou sobre o mar, cujas águas ora as engoliam, ora as areavam e enchiam de lodo. Assim o diz Viterbo. Cf. *Elucidário*, vol. II, p. 507.

⁵²⁹ Vinho mole é o vinho mosto que ainda não ferveu no tonel. Em muitos destes foros de que estamos tratando, aparece, frequentemente, esta expressão. Quando de vinho mole se tratava, o senhorio tinha direito a recolher as semichas, o que significa mais uma canada em cada almude. Ao vinho mole opunha-

6. (f. 5) Casal de Argemil	Santa Maria Madalena de Santo Tirso	Afonso Luís ou Pero Anes	Pão meado 30 alq. Palha triga 1 carro Jeiras..... 20 homens ⁵³¹ Galinhas 2 Carneiro 1 ⁵³² Engeira 1 ⁵³³ Dinheiro 200 rs.
7. Chão do Cidnai, a par do Tendeiro	Cidnai	António Gonçalves, o clérigo	Dinheiro.....80 rs. ⁵³⁴
8. (f. 5 v.) Casal de Manuel da Rocha	Argemil	Pedro Anes, doutor ⁵³⁵	Dinheiro..... 1200 rs. Galinhas 2
9. (f. 6) Metade de um casal que foi da mãe dos rendeiros	Carvoeira de Cima	João Álvares da Carvoeira ou Sebastião Álvares	Pão..... 7,5 alq. ⁵³⁶ Galinhas 1 Jeiras.....11 homens ⁵³⁷ Palha triga..... 1 mosteia Engeira 0,5 Dinheiro 120 rs. ⁵³⁸
10. (f. 6 v.) A segunda metade do Casal de Carvoeira de Cima	Carvoeira de Cima	João Álvares da Carvoeira	Pão meado 5 alq. Jeiras..... 6,5 homens Galinha 1 Jeiras 3 homens ⁵³⁹ Palha triga 1 mosteia Dinheiro 60 rs. Pão meado..... 3,5 .. alq. Galinha 1 Jeira.....1 homem ⁵⁴⁰
11. (f. 7) Casal	Friães	João Pires, Catarina Luís ou João Afonso	Jeira..... 1 Palha triga 1 mosteia Galinha 1 Dinheiro 300 rs. Pão terçado.....12 alq. Jeiras.....4 ⁵⁴¹ Cabrito.....1 Dinheiro que pagavam, dele tiraram-lhes 100 rs.
12. (f. 7 v.) Casal	Friães (?)	Pero Anes, Margarida Gonçalves e Pero Luís que aí	Jeira..... 1 Palha triga 1 mosteia Galinhas 1

se-lhe o vinho cozido, ou seja, já fermentado que não dava direito às semichas. Esta palavra é um diminutivo de *semis* (metade). De forma que, à letra - e atendendo ao facto de que semicha ou somicha é um diminutivo -, significará este último vocábulo uma *metadezinha* ou *metade da metade*.

⁵³⁰ Este censo foi ampliado, no prazo em favor de Baltasar Gonçalves. Este viria a pagar: 13 alqueires de pão meado, 4 dúzias de palha painça, uma galinha, um frangão, uma engeira na Vinha da Seara e 100 reis em dinheiro.

⁵³¹ 10 de cutelo (destinados à poda) e 10 de enxada (para cava).

⁵³² Posteriormente, foi cortado este foro.

⁵³³ Na Vinha da Seara.

⁵³⁴ Por água.

⁵³⁵ Morador no Porto. Posteriormente, dir-se-á que agora quem traz o Casal da Argemil é Francisco Tavares, na Banharia.

⁵³⁶ Depois, reduzido a 6,5 alq.

⁵³⁷ 8 de cutelo, 3 de enxada. E depois se acrescentará mais um de cega e malha.

⁵³⁸ Este quantitativo, entretanto, foi alterado. Em nota do sec. XVIII, dir-se-á que possui o Casal de Cima da Carvoeira Sebastião Luís, que viria mostrar nomeação no prazo, em que era 3.^a vida e pelo qual pagava: 7 alqueires de pão meado; uma mosteia de palha triga; 3 homens de enxada e 8 de cutelo na Vinha da Seara, meia engeira; 1 homem de malha ou cega, 1 galinha; e 60 rs em dinheiro

⁵³⁹ De enxada.

⁵⁴⁰ De cega e malha.

⁵⁴¹ homens de enxada.

		vivem	Dinheiro 300 rs. Pão terçado..... 12 alq. Jeira..... 4 ⁵⁴² Cabrito 1 Galinha 1 Dinheiro: deduziram-lhes 100 rs.
13. Campo que traz Pero Anes de Vilalva		Gonçalo Fernandes, correeiro do Porto	Pão meado 24 alq.
14. (f. 8)	Gião	Gonçalo Pires de Gião ou Simão Gonçalves	Dinheiro 150 rs. ⁵⁴³
15. Casal de Ferreira		Cristóvão Ferreira ou Álvaro de Dinis	Dinheiro 200 rs
16. Casas		Manuel Gonçalves, o Podre	Dinheiro 80 rs. ⁵⁴⁴
17.		Cristóvão Domingues	Dinheiro 140 rs.
18. Mormoural ⁵⁴⁵ e Bouça de Santo António	Mormoural	Inês Rodrigues	Pão meado 8 alq. ⁵⁴⁶
19. (f. 8 v.) Campo e casas	Cidnai	Gonçalo Pires, Pero Pires, seu pai, Domingos Ferreira	Dinheiro 40 rs. Frangãos 2 ⁵⁴⁷
20. Chão pegado ao Sapateiro		Álvaro Pires do Cidnai	Frangãos..... 2
21. (f. 88 v.) Casal de S. Paio	Vila Nova das Infantas	Margarida Gonçalves, mulher de Mateus Gonçalves	Dinheiro.... 100 rs de acrescentamento
22. Casal do Tapado	Tapado	André Pires ⁵⁴⁸ e Gonçalo Pires	Jeiras 8 homens ⁵⁴⁹ Galinhas 2 Dinheiro 350 rs. Pão meado..... 6 alq.
23. Assento e terras que traz, sem título		Amador Luís	Pão de milho 13 alq. Vinho mole 6 almudes
24. (f. 9) Casal da Póvoa, que os titulares trazem ermo	Enfermaria	António Martins de Burgães ⁵⁵⁰	Pão meado 12 alq. ⁵⁵¹
25. Campo de Frádegas		Gil Eanes ou a viúva ⁵⁵² de Real	Trigo 4 alq. Carneiro 1
26. Campo da Seara		Brás Gil	Pão meado..... 15 alq. Vinho mole 15 almudes Galinhas 2

⁵⁴² De enxada.

⁵⁴³ Com a anotação de que este prazo é de Simão Gonçalves.

⁵⁴⁴ Acrescenta-se a informação: pelas casas.

⁵⁴⁵ Topónimo com a sua importância arqueológica, respeitante a monumentos funerários medievais, espécimes de cuja existência se conhecem, por alusões literárias, casos concretos de Burgães e Rebordões.

⁵⁴⁶ 4 alqueires pelo Mormoural e 4 pela bouça de Santo António.

⁵⁴⁷ Em nota: paga um tostão pela apegção, e mais não.

⁵⁴⁸ André Pires, entretanto, fará escritura de dote a um seu genro.

⁵⁴⁹ De enxada.

⁵⁵⁰ Titulares anteriores João Martins ou Pero Martins.

⁵⁵¹ De acrescentamento posterior, mais 4 alqueires de pão meado. Com a nota suplementar de que Afonso Álvares diz que não paga.

⁵⁵² Agora Brás Gil – anotação posterior. Que mostraria prazo de Ângelo de Carissimis em que é 1.^a vida. Que paga toda esta renda.

			Palha triga 1 carro ⁵⁵³
27. Quebrada	Orgal (?)	Viúva do Orgal ou Catarina Anes	Pão meado 10 alq. ⁵⁵⁴
28. Quinta de Varziela	Varziela	Afonso Álvares ou Brás Rodrigues, seu genro	Vinho mole ⁵⁵⁵ 20 almudes Jeiras 10 homens ⁵⁵⁶ Dinheiro 350 rs. ⁵⁵⁷
29. (f. 10) Bouça de Vila Grande		Mulher que ficou de Pero Gil do Vigal ⁵⁵⁸	Pão meado 4 alq. <i>Pão meado</i> 6 alq. ⁵⁵⁹
30. Casal novo que se fez na Ponte de Aires, com bouça ⁵⁶⁰		Afonso Anes	Pão meado 1. ^a vida..... 5 alq. 2. ^a vida..... 10 alq. 3. ^a vida..... 15 alq. ⁵⁶¹ Dinheiro 100 rs. ⁵⁶²
31. (f. 10 v.) Metade do Monte de Corvilhe	Corvilhe	Lucrécia Afonso ⁵⁶³	Pão meado 1. ^a vida 5 alq. 2. ^a vida 10 alq. 3. ^a vida 15 alq. Galinhas..... 2 ⁵⁶⁴
32. Casal do Alcaide	Alcaide, Santo Tirso	Diogo Afonso do Alcaide do Juncal ⁵⁶⁵	Galinhas 1 Jeiras..... 5 homens de cutelo Palha triga 1 carro Engeira, na Vinha da Seara..... 1 Pão meado 6 alq. Dinheiro 220 rs. <i>Pão meado</i> 2 alq. <i>Cabrito</i> 1 ⁵⁶⁶
33. Metade do Monte Corvilhe ⁵⁶⁷		Sebastião Afonso ou Diogo Afonso	Pão meado 1. ^a vida 5 alq. 2. ^a vida 10 alq. 3. ^a vida 15 alq. Galinhas 2 ⁵⁶⁸
34. Casal do Ulvar	S. Miguel do Couto (?)	Pero Anes ou Brás Pires do Bacelo ⁵⁶⁹	Pão meado 4 alq. Manteiga 0,5 canada ⁵⁷⁰ Jeira 6 homens

⁵⁵³ Em nota se diz que vários destes foros estão por pagar, da parte de Brás Gil.

⁵⁵⁴ Nota posterior: Possui agora esta Quebrada Catarina Pires que mostrou escritura por que lhe foi dotada. Que há-de requerer prazo, quando casar sua filha. Que esta disse que era herdade foreira.

⁵⁵⁵ Pela Quinta de Sá.

⁵⁵⁶ Metade de enxada, metade de cutelo.

⁵⁵⁷ Mais tarde, foi acrescentada esta informação: adicionaram-se à renda mais 20 alqueires de pão meado e 2 galinhas. De mão posterior: Disto não pagam...

⁵⁵⁸ Este acrescentamento dever-se-á a uma bouça que trespassaram a este prazo. Titulares anteriores: Gabriel Pires ou Pedro Anes.

⁵⁵⁹ Possui estas bouças Maria Gonçalves, viúva, que não mostrou título até agora.

⁵⁶⁰ Que tudo foi demarcado por Frei Pedro Vieira e por Frei Pedro de S. João.

⁵⁶¹ Acrescentamento de letra posterior: Possui agora Francisco Álvares que veio mostrar prazo e escritura de dote, por que lhe foi dotado, em 3.^a vida. E há-de pagar, conforme o prazo, 15 alqueires.

⁵⁶² Por um campo sonogado, ao longo da estrada, que trazia. Em letra posterior: Possui agora Francisco Álvares Forneiro a metade das bouças de Corvilhe, pelo mesmo prazo em que é 3.^a vida ou sua mulher. Há-de pagar 15 alqueires. Estas traz Lucrécia Afonso, sua sogra.

⁵⁶³ Titulares anteriores: Isabel Anes ou Afonso Anes. Lucrécia Afonso, filha de Afonso Anes, que morava em Gião.

⁵⁶⁴ Nota posterior: este foro das galinhas não consta do prazo.

⁵⁶⁵ Titulares anteriores: Sebastião Afonso ou Diogo Afonso.

⁵⁶⁶ O foro do cabrito seria, entretanto, cortado. De letra posterior a anotação de que lhe fora feito prazo ao dito Afonso, por parte de D. António da Silva. E que mostrara escritura de dote.

⁵⁶⁷ Ajuntado ao Casal do Alcaide.

⁵⁶⁸ Informação adicional: Traz isto uma filha de Sebastião Afonso do Juncal, chamada Maria.

			Galinhas 2 Vinho 23 almudes ⁵⁷¹ Dinheiro..... 240 rs.
35. (f. 11 v.) Casal das Fontes	S. Miguel do Couto	Martim Anes Boieiro ou Gonçalo Martins	Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Palha triga..... 1 carro Frangãos 2 Ovos 2 dúzias Dinheiro 160 rs. <i>Jeira 4 homens de enxada</i>
36. (f. 12) Casal do Juncal	Santa Cristina do Couto	Gonçalo Afonso ⁵⁷²	Pão meado. 7 alq. Carneiro 1 Frangãos 4 Palha triga 1 carro Engeira 1 na Vinha da Seara Dinheiro 280 rs. Ovos 1 dúzia <i>Pão meado..... 4 alq.</i> <i>Jeiras 6 homens de foro</i>
37. (f. 12 v.) Casal em que vivem os reдеiros ⁵⁷³	Santa Cristina	João Gonçalves do Bairro, o Velho, ou Beatriz Gonçalves	Pão terçado 20 alq. Carneiro 1 Galinhas 2 Ovos 2 dúzias Palha triga 1 carro Pássaras 2 Homens 10 Dinheiro..... 200 rs. <i>Pão terçado..... 8 alq.</i> ⁵⁷⁴
38. (f. 13) Casal em que vivem os reдеiros	Santa Cristina	João Afonso do Bairro ou Afonso Gil	Pão meado 10 alq. Vinho mole 4 almudes Galinhas 2 Jeiras 10 homens de enxada Palha triga..... 1 carro Esterco 1 carro Ovos 2 dúzias Dinheiro 120 rs. <i>Pão meado..... 5 alq.</i> ⁵⁷⁵
39. Casal em que vivem os reдеiros	Santa Cristina	Mulher que foi de Pero Anes, ou Gonçalo Pires, ou Sebastião Pires, ou António Fernandes	Centeio..... 8 alq. Milho 10 alq. Vinho mole 4 almudes Cabrito 1 Palha triga 1 mosteia Jeiras 6 homens de enxada Engeira 1 Ovos..... meia dúzia Dinheiro..... 90 rs.

⁵⁶⁹ Em letra posterior: Que metade do Casal, com o campo da Porta, teria passado para Brás Pires, para terceira vida no prazo. A outra metade foi para Sebastião Pires. Agora os dois pagam a renda apontada. As contas da renda já não andariam em dia...

⁵⁷⁰ Estava uma canada que, entretanto, foi cortada para meia.

⁵⁷¹ Acrescentado: pela Vinha de Sá. A vinha de Sá, segundo uma anotação posterior, viria ter às mãos de Brás Pires *in solidum*, e já não andava no prazo.

⁵⁷² Estiveram de posse deste Casal, imediatamente antes, Sebastião Afonso do Juncal ou Gonçalo Afonso ou João Gonçalves do Telhado, de quem era filho Gonçalo Afonso.

⁵⁷³ Este prazo subdividiu-se, posteriormente, em dois. Um de que veio a ser titular Bartolomeu Gonçalves, em primeira vida; e outra metade, de que chegou a titular Gaspar Luís, a cuja esposa lhe coube o encargo da segunda vida e seu marido, a que lhe tocou ser a terceira.

⁵⁷⁴ Que não queria pagar -, acrescentou-se.

⁵⁷⁵ Com a informação de que não têm pago o vinho.

			<i>Pão meado</i> 3 alq. ⁵⁷⁶
40. Casal em que vivem os rendeiros	Santa Cristina	Margarida Anes e João Álvares, seu cunhado	Centeio 8 alq. Milho.....10 alq. Vinho mole..... 4 almudes Galinhas2 Palha triga 1 mosteia Jeiras..... 6 homens de enxada Engeira1 Ovos..... meia dúzia Dinheiro 90 rs. <i>Pão meado</i> 3 alq.
41. (f. 14 v.) Quebrada	Santa Cristina	Pedro Anes, filho de Margarida A- nes ⁵⁷⁷	<i>Pão meado</i> ... 4 alq. Cera1,5 libra Frangãos 2 ⁵⁷⁸
42. (f. 15) Casais de Real e de Fundo de Vila ⁵⁷⁹	Santa Cristina	Maria Anes de Real ou Pero A- nes ⁵⁸⁰	<i>Pão meado</i> 32 alq. Vinho mole10 almudes Galinhas 2 Palha 1 carro Ovos2 dúzias Jeiras 16 ⁵⁸¹ Engeira 1 Dinheiro40 rs
43. (f. 15 v.) Casal em que vivem estes foreiros	SantaCristina do Couto	Pero Gonçalves ⁵⁸²	<i>Pão meado</i> 16 alq. Galinhas 2 Ovos 2 dúzias Palha triga.....1 mosteia Jeira.....5 ⁵⁸³ Engeira.....1 ⁵⁸⁴
44. Casal de Travassos	Travassos, Santa Cristina	João Pires ⁵⁸⁵	<i>Pão meado</i> 16 alq. Galinhas 2 Ovos..... 2 dúzias Palha triga 1 mosteia Jeira 5 homens de enxada Engeira.....1 ⁵⁸⁶ <i>Milho</i> 3 alq.
45. (f. 16) Casal do Rego	Santa Cristina do Couto	João Pires do Rego ⁵⁸⁷	Dinheiro 150 rs. Jeira 9 homens <i>Pão meado</i> 15 alq. <i>Pão meado</i> 8 alq.
46. Quinta de Vila Meã	Monte Cór-	João Pires ⁵⁸⁸	<i>Pão meado</i> 30 alq.

⁵⁷⁶ Em letra posterior, a informação de que o casal está dividido em duas metades: uma a possui Sebastião Pires; a outra Gonçalo Pires.

⁵⁷⁷ Em informação subsequente, diz-se que, depois, a arrendou, em segunda vida, Filipa Pires.

⁵⁷⁸ Acrescentariam posteriormente, na mesma letra porém, que lhe foi posto o foro de 4 alq. de pão meado pelo arrendamento da Bouça do Vigal. Poriam na renda primeira mais estes foros que, entretanto, cortariam: uma dúzia de ovos e 5 homens de jeira.

⁵⁷⁹ Em letra posterior, a observação de que este prazo se subdividiu em 2: um terço que possui Simão Gonçalves, que é o Casal de Vilela, em que vive Baltasar Gonçalves; e dois terços que possui Pedro Anes.

⁵⁸⁰ Este Pero Anes não tinha prazo. O prazo expirara com a sua sogra, Maria Anes.

⁵⁸¹ A saber, 4 para a Vinha da Seara; e 12 para a Quintã do Outeiro.

⁵⁸² Os titulares anteriores foram Isabel Álvares de Travassos, ou Pedro Gonçalves e João Pires.

⁵⁸³ Posteriormente, emendaram para 6. Destinavam-se estes homens para a Vinha da Seara.

⁵⁸⁴ Posteriormente cortada.

⁵⁸⁵ Precedera-o o titular anterior, de nome João Álvares de Travassos. Em nota posterior, a notícia de que se fez prazo deste casal de Travassos a Pero Gonçalves e que havia de pagar de acrescentamento 2 alqueires de pão.

⁵⁸⁶ Na vinha da Seara.

⁵⁸⁷ Última possuidora, antes deste, foi Mécia Álvares. Segue-se uma anotação de que João Pires mostrara prazo de D. António da Silva, em que ele era a primeira vida.

	dova		Vinho mole 12 almudes Carneiro 1 Ovos 2 dúzias Dinheiro 330 rs. ⁵⁸⁹
47. (f. 16 v.) Casais	Monte Córdova	Pedro Anes de Real de Moinhos ou João Pires	Pão meado..... 16 alq. Vinho mole.....10 almudes Galinhas 2 Ovos..... 2 dúzias Palha triga 1 carro Cera..... 1 libra Dinheiro 320 rs. <i>Pão meado</i> 4 alq. ⁵⁹⁰
48.	Monte Córdova	Domingos Dias, ferreiro	Pão terçado..... 20 alq. Vinho mole.....20 almudes ⁵⁹¹
49. (f. 17) Casal que traz o rendeiro	Monte Córdova	Gonçalo Anes ⁵⁹²	Pão meado..... 14 alq. Vinho mole..... 10 almudes Galinhas 2 Ovos 2 dúzias Palha triga 1 carro Jeira 1 ⁵⁹³ Cera 1 libra Dinheiro 320 rs. <i>Pão meado</i> 4 alq. ⁵⁹⁴
50. Casal que o rendeiro possui	Vilar, Monte Córdova	Gil Pires	Dinheiro ⁵⁹⁵
51. (f. 17 v.) Casal de Vilar	Monte Córdova	João Pires ⁵⁹⁶	Pão meado 30 alq. Galinhas2 Jeiras 11 homens ⁵⁹⁷ <i>Centeio</i> 1 alq. <i>Milho</i> 3 alq.
52. Casal em que vive	Monte Córdova	Afonso Rodrigues ⁵⁹⁸	Pão meado..... 26 alq. Marrã1 Galinhas2 Palha triga 1 carro Jeira inteira 1 Dinheiro 200 rs. <i>Vinho mole</i> 8 almudes
53. Casal de Vila Meã	Monte Córdova	Pero Fernandes ⁵⁹⁹	Galinhas 2 Palha triga.....1 carro Jeira 22 homens Dinheiro 207 rs. ⁶⁰⁰

⁵⁸⁸ Em letra posterior se dirá que João Pires e sua mulher, Maria Álvares, dotaram certas leiras e campos a favor do seu genro, João Pires, sapateiro, e sua mulher, mediante escritura feita por Inácio Fernandes, a 8 de Abril de 1556.

⁵⁸⁹ Em nota, diz-se que este João Pires é obrigado a corrigir o Rego dos Moinhos de Vermoim até Vilede (?), sob pena de pagar 50 reis, por todas as vezes que se achar desconcertado.

⁵⁹⁰ Este foro será cortado, posteriormente.

⁵⁹¹ Posteriormente, reduzidos para 5. Mas acrescentar-lhe-iam 10 rs. em dinheiro.

⁵⁹² Foram primeira e segunda vidas os pais, a saber Luzia Anes, de Real de Moinhos, e Álvaro Anes.

⁵⁹³ Na Quintã do Outeiro. Depois, será alterada para meia jeira.

⁵⁹⁴ Os apegadores mandaram que passasse a engeira.

⁵⁹⁵ Duas coisas foram cortadas: o próprio título, com a informação de que vai adiante. Que lhe teriam feito de acrescentamento 8 alqueires de pão meado e 2 galinhas.

⁵⁹⁶ Esta nota que se apõe a este título: Este casal é de um Machucho de Peniche e de João Correia, o Arrecadas.

⁵⁹⁷ Que este foro se paga ao mosteiro.

⁵⁹⁸ Antes teriam sido titulares Bartolomeu Gonçalves da Rola e Afonso Rodrigues. Depois do presente titular, será João Anes.

54. Casal das Fontes	S. Miguel do Couto	João Martins ⁶⁰¹	Vinho mole 6 almudes Galinhas 2 Cabrito 1 Ovos 2 dúzias Palha triga 1 carro Jeiras 10 homens Dinheiro..... 180 rs.
55 (f. 18 v.) Casal	S Miguel do Couto	Francisco Afonso ⁶⁰²	Pão meado 16 alq. Vinho mole 10 almudes Frangãos 2 Jeiras..... 10 homens ⁶⁰³
56. Quinta do Bonjardim e Casal dos Paços	S. Miguel do Couto		Pão meado 8 alq. Vinho mole..... 6 almudes Marrã 1 Ovos 1 dúzia Jeira 10 homens ⁶⁰⁴ Dinheiro 300 rs.
57. Casal, onde vivem	S. Miguel do Couto	Francisco Gonçalves de Sela e seu criado, João Pires ⁶⁰⁵	Pão meado 14 alq. ⁶⁰⁶ Vinho mole 6 almudes ⁶⁰⁷ Carneiro 1 Jeiras 15 homens Palha painça 3 dúzias Dinheiro 217 rs. ⁶⁰⁸
58.	Monte Córdova	João Correia das Casas	Dinheiro 1.220 rs.
59. Casal em que vivem os tendeiros		Francisco Gonçalves e João Brás ⁶⁰⁹	Pão terçado 20 alq. Trigo 4 alq. Carneiro 1 Palha triga 1 carro Jeira 15 homens Dinheiro 120 rs.
60. Quebrada	Monte Córdova	Manuel Fernandes do Vidigal	Dinheiro 120 rs. ⁶¹⁰
61. (f. 20) Casal	S. Miguel do Couto	Pero Brás de Sela ⁶¹¹	Pão terçado 32 alq. Vinho mole 8 almudes Carneiro 1 Palha triga 1 carro Ovos 1 dúzia Jeira 0,5 Jeira 10 homens de cutelo

⁵⁹⁹ Antes, fora titular seu pai, Fernão Gonçalves, de Vila Meã.

⁶⁰⁰ Acrescentaram – mas logo foi cortada a informação – que lhe teriam aumentado 8 alq. de pão meado e 4 almudes de vinho mole. Em letra mais recente, dir-se-á: fez-se novo prazo do dito Casal a Pedro Fernandes. E há-de pagar de acrescentamento 8 alq. de pão meado.

⁶⁰¹ Antes, foi titular Gonçalo Gonçalves das Fontes.

⁶⁰² Antes foram titulares Fernão Gonçalves de Bonjardim e, logo depois, Catarina Pires.

⁶⁰³ Na Vinha da Seara.

⁶⁰⁴ Cinco de cutelo e cinco de enxada.

⁶⁰⁵ Titulares anteriores: Gil Álvares de Sela ou Pero Pires ou Gil Fernando.

⁶⁰⁶ Depois, a renda foi alterada para 28 alqueires.

⁶⁰⁷ Foi alterado para 10 almudes.

⁶⁰⁸ Depois, alterada esta quantia para 217 rs. Acrescentaram-lhe, com a mesma letra original, de pão meado 14 alqueires, 2 galinhas, 5 homens de jeira e 5 almudes de vinho.

⁶⁰⁹ Antes, foram João Álvares dos Paços. Este prazo foi dividido, depois, e dado em dote, a Francisco Gonçalves e a Catarina Gil. Ambos irão pagar de acrescentamento, cada um, 1 alqueire de pão terçado e 40 rs. em dinheiro. Que aqueles dois titulares mostraram o prazo em que têm vida.

⁶¹⁰ Paga em acrescentamento 3 alq. de pão meado. Depois, corrigiu-se: que o titular não paga o dinheiro, mas só o pão.

⁶¹¹ Antes, teriam sido titulares Brás Gonçalves. Depois de Pero Brás, suceder-lhe-ia Maria Pires.

62. Os 2 Casais de Sendim	S. Miguel do Couto	Pedro Álvares, ou Sebastião Gonçalves, ou Pero Pires ou Álvaro Anes ⁶¹²	Pão meado 10 alq. Vinho mole 10 almudes Galinhas 2 Palha triga..... 1 carro Dinheiro 360 rs. ⁶¹³
63. (f. 20 v.) Casal de Barbeita ⁶¹⁴	Burgães	Gonçalo Pires de Barbeita ⁶¹⁵	Pão meado 36 alq. Ovos 2 dúzias Galinhas 2 Jeiras 14 homens Dinheiro 26 rs. Palha 1 carro Jeiras..... 6 homens Homens 6 Pássaras. 2
64. Casais da Esteva e de Laboriz	Burgães (?)	Gregório Gonçalves da Estiva ⁶¹⁶	Pão meado 16 alq. Vinho mole 22 almudes ⁶¹⁷ Galinhas 2 Carneiro 1 Ovos 2 dúzias Palha triga 1 carro Jeira 0,5 Jeira..... 6 homens ⁶¹⁸ Engeira 1 Homens 2 ⁶¹⁹ Dinheiro 400 rs. ⁶²⁰
65. (f. 21 v.) Casal	Burgães (?)	Gonçalo Fernandes de Vilar	Pão meado..... 16 alq. ⁶²¹
66. Casal de Santo André	Santa Cristina	Rodrigo Afonso ⁶²²	Dinheiro 280 rs. Trigo 8 alq. Pão meado 16 alq. ⁶²³ Galinhas 2
67.	S. Miguel do Couto	Manuel Martins e António Vaz, tabelião do Porto ⁶²⁴	Dinheiro 200 rs.
68. (f. 22) Quinta do Outeiro (metade)	Burgães	Gonçalo Anes do Outeiro, ou Francisco Gonçalves, o Lic. Francisco	Pão meado..... 16 alq. Vinho mole 8 almudes Dinheiro 250 rs. ⁶²⁵

⁶¹² Em letra posterior, lê-se que Sebastião Gonçalves e Maria Pires trespassariam a um genro, Pero Martins, algumas parcelas desta unidade.

⁶¹³ Na mesma letra, foi acrescentada esta informação de que houve de acrescentamento 4 almudes de vinho mole e mais 4 homens de jeira.

⁶¹⁴ Foi dividido este casal: uma metade, para Gonçalo Pires – que dele não tinha título – e que com ele dotou a seu filho Domingos Gonçalves, que é a primeira vida. Há-de pagar mais além do que se refere, na renda da metade do casal que possuía, 2 alqueires de pão meado. E, por tudo, há-de pagar 22 alqueires de meado, afora as outras coisas que se contêm no título do casal, que lhe vêm da sua metade. Possui a outra metade João Gonçalves da Abelha. Além disso, um Duarte Dias da Bela estava de posse de uma vessada, chamada da Cancela, do Casal de Barbeita.

⁶¹⁵ Titulares anteriores: Sebastião Gonçalves da Velha, ou João Gonçalves.

⁶¹⁶ Foi titular, em primeira vida, Gil Gonçalves de Leboriz.

⁶¹⁷ Isto pela vinha e casas.

⁶¹⁸ Na Vinha da Cerdeira.

⁶¹⁹ Um de cega, outro de malha.

⁶²⁰ João Gonçalves - e seu parceiro - fez prazo. Deve acrescentamento.

⁶²¹ Ficaria atrás, no de Peniche, diz-se em nota posterior. Cf. f. 17.

⁶²² Filho de Afonso Tomé, que fora a 1.^a vida.

⁶²³ Havia dúvidas sobre o prazo.

⁶²⁴ A primeira vida foi Pero Anes da Pereira.

		Vieira	
f. 22 v.(em branco)			
(f. 23) Título dos caseiros do mosteiro que pagam dinheiro e palha			
69.		A mulher de Afonso Álvares do Outeiro, Catarina Pires	Dinheiro 550 rs.
70.		Lourença Dias do Cidnai ⁶²⁶	Dinheiro 600 rs. ⁶²⁷
71.		João Luís de Vila Lua (?)	Palha..... 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
72.		Sebastião Pires Real	Palha 2 mosteias
73.Casal de Almedina	Guilhabréu	Lourença Dias do Cidnai	Dinheiro 200 rs.
74. Casal de Vila Verde	S. Pedro de Esmeriz (Termo de Barcelos)	Frutuoso Pires, seu filho, alfaiate	Dinheiro 700 rs.
75. Casas, pomar e rossios		Frutuoso Pires ⁶²⁸	Dinheiro..... 800 rs.
76. (f. 23 v.)		Sebastião Dinis	Dinheiro 11 rs. Palha 2 mosteias
77.		Sebastião Gonçalves de Vilalva	Palha 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
78.		João Martins de Vilalva ou Domingos Gonçalves	Palha 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
79.		Álvaro Anes	Palha 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
80. (f. 24)		Sebastião Gonçalves da Velha	Palha 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
81.		João Pires de Burgães	Dinheiro 27 rs.
82. Casal da Cerqueda	Burgães	Lourenço Fernandes da Cerqueda ⁶²⁹	Palha 2 mosteias Galinhas 2 Dinheiro 57 rs.

⁶²⁵ Seguem-se riscados vários títulos: E este é o de Sela. E paga mais no prazo Pedro Rodrigues e sua filha, Inês Rodrigues ou sua filha de Cidnai, ora Inês Rodrigues sua filha, pela bouça do Memorial, em que fez sua casa: pão meado, 4 alq.; pela Bouça de Santo António, pão meado, 4 alq. Pedro Anes do Babelo - agora Brás Pires do Olival -, pela Vinha de Sá e adega (...) de vinho mole 23 almudes.

⁶²⁶ Em anotação posterior: Agora Frutuoso Pires do Cidnai. Traçada esta informação: Vai em S. Pedro de Esmeriz o Casal de Vila Verde sobre Frutuoso Pires. Quando pagar, pagará tudo pelo prazo que tem de Ângelo. E o casal da Maia de que também paga. Está sem prazo de que paga também outras rendas, além do Casal de Vila Verde que está emprazado em 700 rs.

⁶²⁷ Traçada esta informação: Vai em S. Pedro de Esmeriz o Casal de Vila Verde sobre Frutuoso Pires.

⁶²⁸ E que aleventou de fogo morto. Casal de fogo morto é o que está desabitado, reduzido a matos e sem cultura. Daqui o direito de fogo morto. Este assiste ao colono que, havendo roteado a terra brava e inculta, ou que se havia tornado a mato, cortando e queimando os matagais, espinhos e abrolhos, não pode ser expulso pelo direito senhorio daquelas herdades, que com a sua indústria e despesa reduziu a cultura e fez rendosas. Cf. *Elucidário*, vol. II, pp. 276-277. E cita este caso Viterbo: Achando-se el-rei D. Sancho II em Castelo Branco, a 10 de Março de 1240, mandou fosse povoado todo o território de Idanha Velha que estava de *foco mortuo*, sob pena de perderem o que seu fosse, os que não o fossem povoar até o último dia de Maio próximo futuro.

⁶²⁹ Filho de Pero Fernandes de Burgães.

83.		Gonçalo Gonçalves de Cabanas (Monte Córdova) ⁶³⁰	Palha 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
84.		Henrique Gil da Cerqueda	Palha 2 mosteias Dinheiro 7 rs.
85. Casas		Francisco Fernandes, sapateiro ⁶³¹	Dinheiro 30 rs.
86. (f. 24 v.) Casas		Capelão trintário (?)	Dinheiro 50 rs.
87. Ramada		O clérigo António Álvares	Dinheiro 80 rs.
88. Chão de uma horta		Francisco Fernandes	Dinheiro 80 rs. Dinheiro 30 rs. ⁶³²
89.		Pero Anes de Santa Cristina	Jeira 5 homens
90. Casas		Maria Gonçalves, a Delgada ⁶³³	Frangãos 2
91. Assento de uma casa e campos ⁶³⁴	Cidnai	Diogo Pires Ferreira	Pão terçado..... 10 alq. Vinho mole 5 almudes Dinheiro 100 rs.
92. Casa		Catarina Pires, a Forneira	Frangãos..... 1
93. Casa		Apolónia, a Saragaga	Dinheiro 20 rs.
94. Casa e chão ao longo dela		Catarina Gonçalves ⁶³⁵	Dinheiro 20 rs.
Burgães			
95. (f. 25) Casal em que vive o rendeiro	Burgães	Afonso Pires ⁶³⁶	Pão meado 25 alq. Carneiro 1 Jeira 1 Ovos 1 dúzia Colmeiros 6 Jeiras 3 homens ⁶³⁷ Dinheiro 40 rs.
96. Metade do Casal que foi de Afonso Gonçalves	Burgães	Gonçalo Anes ou António Pires	Pão meado..... 16 alq. Carneiro 0,5 Frango 1 Ovos meia dúzia Vinho mole 6 almudes ⁶³⁸ Colmeiros 3 Jeira 1,5 homem ⁶³⁹
97. Quebrada do Pindelo e de Linhares	Burgães	Gonçalo Anes	Pão meado 5 alq. Vinho mole 2 almudes Direituras..... 20 rs.

⁶³⁰ Antes, fora titular Gil Gonçalves de Loveriz.

⁶³¹ Cortada esta informação.

⁶³² 30 rs. pelas casas.

⁶³³ Nota: Possui agora estas casas Gonçalo Barbosa.

⁶³⁴ Informação posterior.

⁶³⁵ Filha de Inês Gonçalves. Destas últimas três titulares as informações são de letra posterior.

⁶³⁶ Titular anterior: Gonçalo Gonçalves, sogro daquele. Anotação posterior: Agora o possui Álvaro Pires. Ana Gonçalves, sua mulher, será a última vida.

⁶³⁷ Na Vinha da Cerdeira.

⁶³⁸ Pela metade da Vinha da Cerdeira.

⁶³⁹ Na Vinha da Cerdeira.

98. Metade do Casal que foi do pai	Burgães	Afonso Gonçalves de Santa Cruz ⁶⁴⁰	Pão meado 16 alq. Carneiro 0,5 Galinha 1 Ovos.....meia dúzia Colmeiros 3 Vinho mole6 almudes ⁶⁴¹ Jeira 1,5 homem Dinheiro 40 rs.
99. Quebrada do Córrego ⁶⁴²	Burgães	Sebastião Pires, ferreiro.	Dinheiro 100 rs.
100. (f. 26) Casal	Burgães	Pero Pires de Santa Cruz	Pão meado 24 alq. Carneiro 1 Galinha..... 1 Ovos1 dúzia Colmeiros 6 Jeiras 3 ⁶⁴³ Vinho mole. 3 almudes ⁶⁴⁴ Vinho mole12 almudes Dinheiro.. 40 rs. Pão meado 8 alq.
101. Casal de Carreira Cova ⁶⁴⁵	Burgães	André Francisco	Pão 24 alq. Galinhas 3
102. Casal de Santa Cruz	Burgães	João Álvares ⁶⁴⁶	Pão meado 28 alq. Vinho mole12 almudes ⁶⁴⁷ Carneiro1 Galinha 1 Ovos 1 dúzia Colmeiros 6 Pão meado.....12 alq.
103.		Lopo Ribeiro	Dinheiro 240 rs. Galinhas2
104. Quebrada da Lágea	Burgães	Francisco Varela ⁶⁴⁸	Dinheiro 83 rs. ⁶⁴⁹
105. Casal da Lágea	Burgães	Álvaro Nunes	Galinhas 2 ⁶⁵⁰
Rebordões			
106. (f. 27) Casal ⁶⁵¹		João Afonso ⁶⁵²	Milho..... 30 alq. Pão..... 6 alq. Vinho mole...24 almudes

⁶⁴⁰ Filho de Gonçalo Afonso, o titular antecedente.

⁶⁴¹ Pela metade da Vinha da Cerdeira.

⁶⁴² Acréscimo posterior.

⁶⁴³ 3 homens de cutelo, na Vinha da Cerdeira.

⁶⁴⁴ Este foro do vinho foi posteriormente cortado.

⁶⁴⁵ Descambou-se com Rui Brandão. Esta informação é de letra posterior. Para a história deste Casal do mosteiro de Santo Tirso, cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 47-52.

⁶⁴⁶ Emenda posterior: Antes deste, foram titulares Vicente Afonso e Álvaro Gonçalves.

⁶⁴⁷ Pela Vinha da Herdade. Foi vendida esta Vinha, com o consentimento do mosteiro, a Lourenço Pires de Real. E que fica a pagar os 12 almudes de vinho.

⁶⁴⁸ Depois, foi feito prazo da Quebrada a Beatriz de Abreu (primeira vida) e sua filha (segunda vida) e para o primeiro marido, com quem se casar, em terceira vida. Anotação posterior: E casou com Francisco Varela. Vai pagar agora 420 rs.

⁶⁴⁹ Há-de pagar mais o dito Francisco Varela 150 rs., pelo Casal de Bustelo, de que se fez prazo a sua filha, Isabel Ribeira, primeiro marido que com ela casar, e filho ou filha.

⁶⁵⁰ Este prazo foi cortado posteriormente. Tinha a indicação seguinte: a este se há-de ver o prazo.

			Carneiro 1 Jeiras 4 homens ⁶⁵³ Jeira 1 ⁶⁵⁴ Engeira na vinha da Cerdeira 1 Dinheiro 40 rs
107. (f. 27 v.)		Herdeiros de Gonçalo Nunes	Dinheiro 90 rs.
108. Casal		Pero Anes das Quintas ⁶⁵⁵	Centeio 16 alq. Milho 32 alq. Vinho mole 10 almudes Carneiro 1 Jeira 1 Engeira 1
109. Casal do Loureiro	Rebordões	Fernão Gonçal- ves ⁶⁵⁶	Vinho mole.....20 almudes Galinhas 2 Manteiga0,5 canada Cabrito 1 ⁶⁵⁷ Jeira0,5 Engeira 1 ⁶⁵⁸ Dinheiro 300 rs. Centeio 3 alq. ⁶⁵⁹ Milho5 alq. ⁶⁶⁰
110. (f. 28) Casal da Lágua	Rebordões	Pero Anes ⁶⁶¹	Centeio..... 20 alq. ⁶⁶² Milho12 alq. ⁶⁶³ Vinho mole.....12 almudes ⁶⁶⁴ Carneiro.....1 Ovos..... 2 dúzias Jeira 0,5 Engeira 0,5 ⁶⁶⁵
111. Metade do Casal em que vive o foreiro	Rebordões	Lourenço Anes	Pão meado 5 alq. Vinho mole 3 almudes Engeira0,5 Dinheiro 100 rs. Galinhas 2
112. Loureiro	Rebordões	Pero Anes	Pão meado 5 alq. Vinho..... 3 almudes Galinha..... 1 Dinheiro100 rs.
113. (f. 28 v.) Casal de Cima de	Rebordões	João Gonçalves,	Carneiro 1

⁶⁵¹ Este Casal subdividir-se-ia em duas metades: uma metade para João Afonso, e uma outra, a favor de Pero Fernandes.

⁶⁵² Este João Afonso dotaria o casal ao seu genro, António Gonçalves Tanoeiro. Antes de João Afonso, teriam sido titulares deste prazo Álvaro Anes das Quintãs ou Pero Fernandes ou Joana Afonso.

⁶⁵³ De enxada.

⁶⁵⁴ Ou 40 rs. por ela.

⁶⁵⁵ Este casal foi depois emprazado a Pero Pires, com acréscimo de 50 rs.

⁶⁵⁶ Titular anterior: Gonçalo Fernandes do Loureiro.

⁶⁵⁷ Posteriormente, cortado.

⁶⁵⁸ Posteriormente, cortado este foro.

⁶⁵⁹ Que lhe foram acrescentados.

⁶⁶⁰ Julgo que acrescentado também. Em nota: dizem que tem de pão terçado 20 alqueires. E não paga cabrito, senão meia canada de manteiga. Estes 20 alqueires pagavam os rendeiros passados.

⁶⁶¹ Que traz seu genro.

⁶⁶² Posteriormente, emendado para 22,5 alqueires.

⁶⁶³ Posteriormente emendado para 14,5 alqueires.

⁶⁶⁴ Depois, emendado para 10.

⁶⁶⁵ Em final deste título, acrescentar-se-á: Paga todo este casal 37 alqueires que lhe acrescentaram Fernão de Guimarães. Tem a metade este Fernão de Guimarães. Paga mais 5 alqueires. Ver-se-á o prazo.

Vila		genro de Fernão Pires ⁶⁶⁶	Galinhas2 Dinheiro 240 rs <i>Vinho mole</i> 4 almudes ⁶⁶⁷
114. Casal	Rebordões	Álvaro Pires de Santozinho ou Gaspar Francisco	Centeio 16 alq. Milho24 alq. Vinho mole20 almudes Carneiro1 Engeira 1 Engeira, na Cerdeira0,5 <i>Pão</i> 6 alq. ⁶⁶⁸
115. (f. 29)		Pero Anes do Loureiro ⁶⁶⁹	Dinheiro 100 rs. Engeira 1 <i>Pão meado</i> 5 alq <i>Vinho</i>5 almudes ⁶⁷⁰
116 Casal	Rebordões	O Castelhana ⁶⁷¹	<i>Pão terçado</i> 26 alqueires ⁶⁷² Vinho mole..... 12 almudes Galinhas 2 Jeira..... 10 homens ⁶⁷³ Engeira 1 ⁶⁷⁴ Dinheiro 40 rs. ⁶⁷⁵
117. (f. 30 v.) Casal de Sequeiros		António Fernandes ou Gomes Eanes	<i>Pão meado</i> 8 alq. Dinheiro 200 rs.
S. Tomé de Negrelos			
118. Casal de Sisto	S. Tomé de Negrelos	Gonçalo Fernandes	Vinho mole..... 20 almudes Coelhos2 Dinheiro ⁶⁷⁶
119. Casal de Sequeiros	S. Tomé de Negrelos	Sebastião Vaz ⁶⁷⁷	<i>Pão terçado</i> 24 alq. Vinho mole..... 24 almudes Galinhas 2 Ovos3 dúzias Dinheiro 160 rs. ⁶⁷⁸
120. (f. 31) Casal de Sequeiros ⁶⁷⁹	S. Tomé de Negrelos	António Fernandes Sapateiro ⁶⁸⁰	<i>Pão meado</i> 8 alq. Dinheiro200 rs. ⁶⁸¹

⁶⁶⁶ Fernão Pires, sapateiro, sogro de João Gonçalves, ou João Pires, titulares anteriores.

⁶⁶⁷ Isto diz Afonso Álvares que não paga...

⁶⁶⁸ Nota posterior: Possui agora 1 casa e 3 leiras do Casal de Cima de Vila - que possui João Gonçalves -, Garcia Fernandes, que vive nelas. Há-de pagar, daqui para a frente, 5 alqueires de pão terçado.

⁶⁶⁹ Rendeiro anterior foi Gonçalo do Lameiro.

⁶⁷⁰ Acrescenta-se: esta renda já tinha sido paga pelos rendeiros do ano anterior...

⁶⁷¹ Titulares anteriores: Afonso Gonçalves de Mourizes ou Gonçalo Pires.

⁶⁷² Nota: scilicet, 18 de milho e 8 de centeio.

⁶⁷³ Na Vinha da Cerdeira.

⁶⁷⁴ Na mesma Vinha.

⁶⁷⁵ Em nota posterior: dei por um alvará meu a Luís Álvares a Bouça de Patinhas, que ele tirou de monte. E há-de pagar um tostão cada ano.

⁶⁷⁶ De dinheiro pagará dirá quanto...Noutra letra, puseram 50 rs. E ainda noutra letra: far-se-á novo prazo deste casal a Gaspar Gonçalves, que há-de pagar de acrescentamento 4 alqueires de meado e 120 rs. em dinheiro. E comutaram-lhe 8 almudes de vinho em 8 de meado.

⁶⁷⁷ No Livro de D. Miguel, f. 18, estava o prazo deste Casal, a favor de Sebastião Vaz.

⁶⁷⁸ Em letra posterior: Sobre este casal há um litúgio entre Bento Pires Tanoeiro, filho de João Anes, e Inês Brás, sua madrastra, Ana Brás, Catarina Brás e Isabel Pires. E possui a metade Gonçalo Fernandes que mostrou escritura de dote, a que se lhe não deu consentimento. E Gonçalo Brás veio também mostrar escritura de uns campos a que se lhe não deu consentimento.

⁶⁷⁹ Todo este título foi posteriormente cortado.

⁶⁸⁰ Titular anterior: Maria Leite.

121. Quinta do Pedraçal	S. Tomé de Negrelos	Isabel Gomes	Dinheiro 1.000 rs. ⁶⁸² Pão terçado..... 90 alq. Trigo.....10 alq. Vinho mole.....50 almudes Carneiros..... 2 Capões..... 2
122. Casal de Fontelo	S. Tomé de Negrelos	João Anes	Pão terçado..... 24 alq. Dinheiro 260 rs. Galinhas2 Jeira.....3 ⁶⁸³ Pão terçado..... 8 alq.
123. Casal de Soutelo	S. Tomé de Negrelos	João Anes, o Novo	Dinheiro 350 rs. Galinhas2 Vinho mole 10 almudes
124. Casal de Soutelo	S. Tomé de Negrelos	Gil Vaz	Dinheiro 450 rs. Galinhas 2 Pão meado..... 10 alq. Vinho mole..... 10 almudes
125. Casal de Soutelo	S. Tomé de Negrelos	João Anes	Pão meado 24 alq. Vinho mole13 almudes Dinheiro 140 rs. Galinhas2 ⁶⁸⁴
Monte Córdova			
126 (f. 32) Casal de Quinchães	Monte Córdova	Afonso Anes, viúvo, Pero Gonçalves ou João Afonso de Quinchães	Pão meado 18 alq. Vinho mole10 almudes ⁶⁸⁵ Carneiro 1 Galinhas..... 2 Dinheiro180 rs.
127. Casal de Quinchães	Monte Córdova	João Gil, ou Isabel Gomes, viúva, ou seu filho João Gonçalves	Pão meado32 alq. Milho 2 alq. Galinhas2 ⁶⁸⁶
128. (f. 32 v.) Casal de Quinchães	Monte Córdova	Pero Gonçalves ⁶⁸⁷	Pão terçado30 alq. Galinhas 2 Manteiga 0,5 canada Ovos 2 dúzias Palha triga 1 mosteia Jeira 8 ⁶⁸⁸ Dinheiro 20 rs.
129. Casal da Póvoa	Monte Córdova	Pero Gonçalves de Redundo, ou João Pires da Morca	Pão meado22 alq. Frangãos2 Carneiro0,5 Manteiga.....1 quartilho Dinheiro 50 rs. ⁶⁸⁹

⁶⁸¹ Acrescenta-se que Gomes Eanes há-de pagar os 200 rs. no Porto.

⁶⁸² Acrescentaram-se mais estes números: 90 alq. de pão terçado; 10 alq. de trigo; 50 almudes de vinho mole; 2 carneiros; e 2 capões.

⁶⁸³ Na Quinta do Pedraçal.

⁶⁸⁴ Nota acerca destes 4 últimos prazos: Toda esta renda acima se paga à Quinta do Pedraçal, e não ao mosteiro.

⁶⁸⁵ Mais tarde, foi cortado este foro. E acrescentou-se, em letra posterior: o dito vinho paga a viúva da Granja que comprou a vinha, pela qual se pagava o censo.

⁶⁸⁶ Este diz que deu Ângelo de Carissimis a Afonso Álvares. E paga dele somente 800 rs.

⁶⁸⁷ Nota posterior: Este diz que é da Paula. E, agora, Gonçalo Pires, seu filho. Mostrou prazo da Paula, feito por Brás Roiz. Não tem consentimento do mosteiro.

⁶⁸⁸ Na Quinta do mosteiro.

130. (f. 33) Casal de Além	Monte Córdova	Pero Gonçalves e Gabriel Gonçalves ⁶⁹⁰	Pão meado 30 alq. Frangãos 2 ⁶⁹¹ Carneiro 1 Manteiga 1 quartilho ⁶⁹² Dinheiro 50 rs. ⁶⁹³
131. Casal do Redundo	Monte Córdova	Lourenço Martins, João Martins, seu irmão, ou Gonçalo Anes ⁶⁹⁴ ou Ana Pires ⁶⁹⁵	Pão meado 30 alq. Galinhas 2 Manteiga 0,5 canada Ovos 1 dúzia Palha painça 1,5 dúzia Colmeiros 2 Dinheiro 60 rs.
132. (f. 33 v.) Casal do Hortal	Monte Córdova	Pero Martins ⁶⁹⁶	Pão meado 20 alq. Galinhas 2 Manteiga 0,5 canada Ovos 1 dúzia Jeira 2 homens ⁶⁹⁷
133. Casal do Hortal	Monte Córdova	Afonso Anes, Gonçalo Anes ⁶⁹⁸ , Florença Luís ⁶⁹⁹	Pão meado 33 alq. Carneiro 1 Galinhas 3 Manteiga 0,5 canada Jeiras 2 homens de enxada
134. (f. 34) Casal do Hortal	Monte Córdova	Margarida Dias ou Margarida Gonçalves ⁷⁰⁰	Pão meado 33 alq. Carneiro 1 Galinhas 3 Ovos 2 dúzias Jeiras 2 homens de enxada
135. Quebrada de Cortinhas ⁷⁰¹	Monte Córdova	Gonçalo Anes ou Jorge Gonçalves	Milho 8 alq. Centeio 6 alq. Frangãos 2
136 (f. 34 v.) Casal de Pereiras	Monte Córdova	Brás Rodrigues	Pão meado 28 alq. Carneiro 1 ⁷⁰² Manteiga 0,5 canada Ovos 2 dúzias

⁶⁸⁹ Letra posterior: Possui agora este casal Maria Pires, filha deste Pero Gonçalves, que veio mostrar prazo e uma manda feita por Brás Roiz, no ano de 1552, pela qual foi nomeada. E não tem filho nem filha. Nem se casou...

⁶⁹⁰ Antes foram titulares deste prazo Sebastião Gonçalves, Gonçalo Gonçalves, Gil Gonçalves.

⁶⁹¹ Substituídos, posteriormente, por uma galinha.

⁶⁹² Depois, seria cortado este foro.

⁶⁹³ Cortado, também, numa fase subsequente.

⁶⁹⁴ Este foi terceira vida que possuía metade do prazo e pagava metade da renda.

⁶⁹⁵ Após a divisão deste prazo, coube a segunda metade a Ana Pires que a tem por prazo, em terceira vida, do que mostrou escritura. Paga também a metade da renda.

⁶⁹⁶ Depois, veio a possuir este casal Ana Pires, viúva, do Redundo. Havia de ser citada, porque compraria a metade, sem licença. Mais se adiciona esta informação: Ana Pires dotará este casal a favor de seu filho, António Pires, por escritura, a que o mosteiro daria o seu consentimento. Que havia de requerer prazo até Outubro de 1574.

⁶⁹⁷ Na Vinha da Cerdeira.

⁶⁹⁸ Duas informações posteriores de uma dezena de anos: Gonçalo Anes viria mostrar que possuía, por dote, metade deste casal. Que iria requerer novo prazo, dentro de 3 meses.

⁶⁹⁹ Possuía a 2.^a metade deste casal, de que tinha escritura de nomeação em que era terceira vida. E esta deu a 2.^a metade a sua filha, de nome Catarina Gonçalves, para se casar. E consorciou-se com Mateus Pires, a 1 de Maio de 1576.

⁷⁰⁰ Acrescentamento posterior: Possui agora o filho desta Margarida Dias, que não teria mostrado nem título nem prazo, do que faria certo como é herdeiro.

⁷⁰¹ Nota posterior: Possui a metade António Gonçalves, e a outra metade Jorge Gonçalves que não mostraram título algum. E disseram que nunca o tiveram. E ainda afirmam que trazem as terras misturadas com outras do mosteiro de Córdova e não sabem quais são as do mosteiro.

			<i>Coelhos</i> 2
137. Quebrada de Linhares	Monte Córdova	João Gonçalves ou Álvaro Pires	Pão meado 8 alq. Manteiga 0,5 canada ⁷⁰³
138. Casais ⁷⁰⁴	Monte Córdova	João Gonçalves ⁷⁰⁵	Pão meado 18 alq. Galinhas 2 Palha triga 1 mosteia Colmeiros 2 Direituras..... 20 rs.
139.Casal da Figueira	Monte Córdova	António Afonso, a sua mãe, e João Gonçalves ⁷⁰⁶	Pão meado 12 alq. Galinhas 2 Manteiga 0,5 canada Dinheiro 200 rs.
140. (f. 35 v.) Casal de Santa Luzia ⁷⁰⁷	Monte Córdova	Gonçalo Anes e seu filho André Gonçalves ⁷⁰⁸	Pão meado..... 30 alq. Carneiros 2 Ovos 2 dúzias Jeira..... 2 homens de enxada ⁷⁰⁹ Palha triga 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 8 rs.
141. Casal de Cabanas	Monte Córdova	Gonçalo Anes ⁷¹⁰	Pão meado 40 alq. Carneiros 1 Ovos 2 dúzias Coelhos 2 Palha triga 1 mosteia Colmeiros 2 Jeiras..... 7 homens de enxada Dinheiro 80 rs. Homens de foro... 2
142. (f.36) Meio Casal de Espinheiros	Monte Córdova	Simão Pires ⁷¹¹	Pão terçado 16 alq. ⁷¹² Galinha 1 Manteiga 0,5 canada Ovos 1 dúzia Jeiras 3 homens de enxada Engeira 0,5 ⁷¹³ Dinheiro 37 rs.
143. Casal de Cabanas	Monte Córdova	João Vicente ⁷¹⁴	Pão meado 32 alq. Carneiro 1 Ovos 1 dúzia Frangãos 2 Jeiras 7 homens ⁷¹⁵

⁷⁰³ Nota posterior: Tem este João Gonçalves uma escritura de um terço desta Quebrada. E a sua cunhada tem, por outra escritura, 2 terços da mesma Quebrada. Mas sem consentimento...

⁷⁰⁴ Dividido em 2 títulos, posteriormente: uma metade de João Gonçalves que lhe dotou sua sogra. A outra metade era de Antão Gonçalves, cunhado de João Gonçalves.

⁷⁰⁵ Titular anterior: João Esteves dos Casais.

⁷⁰⁶ Depois aparece como titular Beda Paula, que mostrou prazo feito por Simão Gonçalves.

⁷⁰⁷ Foi, depois, dividido em duas metades: uma metade para João Afonso Luís, que foi dotado por seu pai, mas a que não foi dado consentimento. A outra metade foi para André Gonçalves, que mostrou escritura de dotação. Mas que também não alcançaria consentimento.

⁷⁰⁸ Titulares anteriores Sebastião Álvares e João Pires, seu cunhado.

⁷⁰⁹ Na Vinha da Cerdeira.

⁷¹⁰ Titular anterior: João Fernandes.

⁷¹¹ Titulares anteriores: Álvaro Domingues e António Fernandes dos Espinheiros. A seguir foi titular Catarina Álvares, viúva, que foi em 3.^a vida. E que, depois, o dotaria, a favor de seu genro Simão Pires.

⁷¹² Depois, em abreviatura, fala-se de pão meado.

⁷¹³ Na vinha da Cerdeira

144. (f. 36 v.) Metade do Casal de Espinheiros	Monte Córdova	João Domingues dos Espinheiros ⁷¹⁶	Pão terçado 16 alq. Galinhas 1 Manteiga 0,5 canada Ovos 1 dúzia Homens de enxada..... 3 Engeira 0,5 ⁷¹⁷ Direituras..... 37 rs.
145. Pelo Casal em que vive o enfiteuta (Quinchães) e pelo Casal de Parada ⁷¹⁸	Monte Córdova	Pero Anes de Quinchães	Pão meado 48 alq. Vinho mole..... 13 almudes Galinhas 2 Manteiga 0,5 canada Carneiro 1 Palha (triga ?) 1 mosteia Direituras 20 rs. ⁷¹⁹
S. Tiago da Carreira (Concelho de Refojos)			
146. Casal de Ferosende		Pero Roiz ⁷²⁰	
147. Metade do Casal da Manguela	S. Tiago da Carreira	Gonçalo Esteves da Manguela ⁷²¹	Pão meado 16,5 alq. Vinho mole 7,5 almudes Carneiro 0,5 Palha (triga ?)..... 0,5 mosteia Frangãos 1 Dinheiro 90 rs. Pelo moinho 80 rs.
148. Meio Casal da Manguela	S. Tiago da Carreira	Baltasar Gil ou Margarida Anes ⁷²²	Pão meado 16,5 alq. Vinho mole 7,5 almudes Carneiro 0,5 Palha triga 0,5 mosteia Frangão 1 Dinheiro 90 rs.
149 (f. 37 v.) Quarta parte do Casal da Manguela	S. Tiago da Carreira	Gonçalo Pires ou Amador Lourenço ⁷²³	Pão meado 11 alq. Vinho mole 5 almudes Carneiros..... 25 rs. ⁷²⁴ Frangãos 2 ⁷²⁵ Dinheiro 60 rs. ⁷²⁶
150. Prazo novo (de Vermoim ?)	S. Tiago da Carreira	Antónia Lourenço ⁷²⁷ de Vermoim ou João	Dinheiro 400 rs.

⁷¹⁴ Antes fora titular João Pires ou o Preto. Em nota posterior: Agora o possui João Fernandes, o Preto, que mostrou carta de D. Miguel (da Silva) em que mandava se fizesse prazo. Que o haveria de requerer dentro de um ano.

⁷¹⁵ De enxada e de cutelo, na Vinha da Cerdeira.

⁷¹⁶ Nota posterior: Possui agora Catarina Gonçalves, viúva, que mostrou escritura de como foi dotada por seu pai. Há-de requerer prazo até ao fim de Setembro de 1574.

⁷¹⁷ Na Vinha da Cerdeira.

⁷¹⁸ Nota posterior : Possui o dito Casal de Parada Joana Pires, viúva, que veio mostrar prazo e escritura por que lhe foi dotado pelo seu pai, Pero Anes, e paga dele 18 alqueires de pão meado, 13 almudes de vinho mole e 1 carneiro.

⁷¹⁹ Acrescentamento posterior: Paga mais 2 coelhos e 2 engeiras.

⁷²⁰ Nota acrescentada: *Neste Tombo não está Pero Roiz de Ferosende desta freguesia.*

⁷²¹ Possui agora este Casal Estêvão Gonçalves que é a 3.^a vida.

⁷²² Possui agora este casal Margarida Anes, viúva, que mandou mostrar prazo em que é a 3.^a vida. Esta o dotará em favor de seu filho Gonçalo Anes, à sua morte.

⁷²³ Parece que o prazo de Amador Lourenço está irregular.

⁷²⁴ É o que vale a quarta parte do carneiro, em que tem de ajudar...

⁷²⁵ Gonçalo Pires, o seu irmão e o seu cunhado, os 3, devem pagar os 2 frangãos.

⁷²⁶ Acrescenta-se que, agora, Amador Lourenço pagava apenas 240 rs. pelo prazo que tinha de D. Miguel.

		Anes	
151. Um Casal	S. Tiago da Carreira	Gonçalo Álvares do Poço ou João Martins ⁷²⁸	Pão meado 12 alq. ⁷²⁹ Vinho mole 5 almudes Galinhas 2 Ovos 2 dúzias Colmeiros 2 Palha (triga ?) 1 mosteia Dinheiro 240 rs.
152. Casal da Fonte	S. Tiago da Carreira	Francisco Pires da Fonte ⁷³⁰	Pão meado 32 alq. Vinho mole 10 almudes Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Palha triga 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 95 rs.
153. ?	S. Tiago da Carreira	Pero Gonçalves da Vinha	Vinho 13 almudes
154. Vermoim	S. Tiago da Carreira ⁷³¹	Pedro Fernandes	Pão meado 28 alq. Galinhas 2 Homens 5 Palha (triga ?) 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 150 rs. Direituras 20 rs
155. Quintã de Parada ⁷³²	S. Tiago da Carreira	Francisco Pires e João Gonçalves	Pão meado 16 alq. Frangãos 2 Dinheiro 600 rs.
156. (f. 39) Parada	S. Tiago da Carreira	Jorge Anes de Parada ⁷³³	Pão meado 2 alq. Galinhas 2 Dinheiro 300 rs.
157. Ferosende	S. Tiago da Carreira	Pero Pires de Ferosende e seu genro ⁷³⁴	Pão meado 28 alq. Vinho (?) 5 almudes Carneiro 1 Ovos 2 dúzias Palha (triga) 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 160 rs.
158. Bouça do Algarve	S. Tiago da Carreira	Gil Gonçalves de Formosém ⁷³⁵	Pão meado 6 alq. Colmeiros 2 Palha 1 mosteia

⁷²⁷ Possui agora o prazo Antónia Lourença, em que é 1.^a vida.

⁷²⁸ Acréscimo posterior: Possui agora este prazo João Gonçalves, que tem título. Que não podia então mostrar, que estava num feito, confiado ao tab. Jácome Varela.

⁷²⁹ Acrescentamento posterior: mais 6 alqueires de meado e 1 carneiro, no Livro de Afonso Álvares.

⁷³⁰ Acréscimo posterior: Este Francisco Pires mostrou prazo em que é derradeira vida.

⁷³¹ Fica atrás, no título de Monte Córdova. Por isso, esta nota informativa está cortada neste Tombo de Alexandre Farnese.

⁷³² Posteriormente, dividido em duas partes. Titular da 1.^a metade deste casal Maria Gonçalves que é derradeira vida. Mostrou um prazo de todo o casal. A outra metade é de Francisco Pires que veio mostrar a escritura, com que foi dotado, e a sua mulher é a 3.^a vida.

⁷³³ Nota acrescentada: Agora seu filho Aleixo Gonçalves será obrigado a requerer prazo dentro de dois meses, que é até meados de Janeiro. Far-se-á então novo prazo do Casal de Parada a este Aleixo Gonçalves que haveria de pagar então 8 alqueires de meado, 300 rs. em dinheiro e 2 galinhas. Dar-se-ia, depois, consentimento a Gonçalo Pires – cunhado do Aleixo - , para possuir as leiras em sua vida somente. Pagará pela casa e duas leiras que possui do dito casal - somente em sua vida – 2 alqueires de meado e 1 galinha. E, depois da sua morte, há-de ficar ao casal. E o possuidor dele há-de então pagar todas as rendas

⁷³⁴ Acréscimo de uma nota: Estes são os que não quiseram levar a madeira a S. Lourenço. E não têm títulos como tenho e lembrança de foral...

			Galinhas 2
159. (f. 39 v.) Vermoim ⁷³⁶	S. Tiago da Carreira	Pero Fernandes de Vermoim	Pão meado 28 alq. Galinhas 2 Homens 5 Palha 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 150 rs. Direituras 20 rs.
160. Casal	S. Tiago da Carreira	Pero Anes do Casal	Pão meado 12 alq. Jeira 1 ⁷³⁷ Frangãos 2 ⁷³⁸ Dinheiro 120 rs. ⁷³⁹
161. (f. 40)		Todos os que pagam de água sabemos que são: Diogo Esteves da Manguela; o do Paço; Margarida Anes; João Gonçalves da Manguela; Gonçalo Pires da Manguela; Gonçalo Pires de Linhares	
162. Vessada do Tissom			Milho 28 alq.
163. Vermoim	S. Tiago da Carreira	João Anes de Vermoim ⁷⁴⁰	Pão meado 4 alq. Galinhas 2 Palha 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 180 rs.
(f. 40 v.) S. Paio de Guimarei			
164. Barreiro ⁷⁴¹	S. Paio de Guimarei	Gonçalo Gonçalves ⁷⁴²	Dinheiro 300 rs. Vinho mole 15 almudes ⁷⁴³ Homens 14 Palha 2 mosteias Colmeiros 2 Galinhas 4 Engeira 1 ⁷⁴⁴
165. Casal da Cabeça ⁷⁴⁵	S. Paio de Guimarei	Francisco Álvares ⁷⁴⁶	Pão meado 8 alq. Carneiro 1 Ovos 2 dúzias Frangãos 2

⁷³⁵ Não tinha título de prazo.

⁷³⁶ Este título foi riscado com a observação: esta adição parece que fica atrás nestoutra folha...

⁷³⁷ Este foro será, posteriormente, riscado.

⁷³⁸ Acréscimo posterior com a nota: *Vi o prazo*.

⁷³⁹ Anexou-se, posteriormente, esta nota informativa: o sobredito Pero Anes é 2.^a vida no prazo e repartiu o dito casal entre os filhos – Francisco Pires e Brás Pires – a cada um sua metade, por escritura feita por Simão Álvares Lobela, no ano de 1568. Pagarão uma soma a seu pai e devem pagar o domínio ao mosteiro. Deram a conta de 800 rs. Pagaram mais 1.600 rs.. E receberam consentimento.

⁷⁴⁰ Foi riscado. Diz-se que ficou atrás. E que foi achado num Tombo de Manuel Fernandes.

⁷⁴¹ Meteu-se este topónimo, em vez de Bairros que foi cortado.

⁷⁴² Em apontamento posterior, lê-se: fez-se prazo deste casal a João Gonçalves. E há-de pagar de acrescentamento 5 alqueires de meado. Mas, depois, em números matemáticos, escrever-se-á 6. E mais 15 de terçado, em que se lhe comutara o vinho. E mais ainda um carneiro.

⁷⁴³ Posteriormente, inutilizado este foro.

⁷⁴⁴ Pelo prazo velho.

			Homens3 Dinheiro..... 60 rs. ⁷⁴⁷
166. Um casal	S. Paio de Guimarei	Sebastião ⁷⁴⁸	Pão meado 8 alq. Manteiga1 canada Palha1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 100 rs
167. Souto	S. Paio de Guimarei	Francisco Anes ⁷⁴⁹	Pão meado 12 alq. Vinho mole 5 almudes Galinhas 2 Palha 1 mosteia ⁷⁵⁰ Colmeiros 2 Dinheiro 210 rs. Homens de jeira6
Refojos			
168.		Francisco Carmo ⁷⁵¹	Pão meado 24 alq. Cabrito 1 Frangãos 2 Palha 1 mosteia Dinheiro 50 rs.
169. Ventozelas	S. Paio de Guimarei	João Anes e Gonçalo Pires ⁷⁵²	Pão meado 30 alq. Cabrito 1 Galinhas 2 Frangãos 2 Palha 1 mosteia Colmeiros2 Dinheiro 360 rs. ⁷⁵³
170. (f. 42 v.)	S. Paio de Guimarei	Apolónia Gonçalves, viúva	Pão terçado 28 alq. Vinho mole 15 almudes Colmeiros 2 Palha 1 mosteia Dinheiro 160 rs. ⁷⁵⁴
171.	S. Paio de Guimarei	A viúva da Grandia (?)	Pão meado 33 alq. Vinho mole..... 30 almudes Carneiro 1 Pássaras 2

⁷⁴⁵ Este casal se descambou com Rui Brandão: acréscimo posterior. Cf. CORREIA, Francisco Carvalho – *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 47-51.

⁷⁴⁶ Titular anterior seu pai, Álvaro Pires.

⁷⁴⁷ Posteriormente, se emendará para 70 rs.

⁷⁴⁸ Sem mais. O titular anterior fora Gonçalo Anes de Real. Acrescentamento posterior: Possui a metade deste casal Francisco Gonçalves. Veio mostrar prazo já expirado e a escritura com que lhe foi dotado. Deu-se consentimento. Que havia de requerer novo prazo, dentro de 3 meses. Possui a outra metade uma Maria Gonçalves, por escritura sem autoridade. Foi dado consentimento a esta escritura, a favor de Maria Gonçalves e para lhe suceder um filho, fazendo novo prazo.

⁷⁴⁹ Possui esta propriedade Francisco Anes do Souto que mostrou prazo em que é a 3.ª vida. Faleceu este Francisco Anes. Fez-se vedoria para emprazar estas propriedades a Amador Francisco, seu filho.

⁷⁵⁰ Este foro foi cortado, posteriormente.

⁷⁵¹ Em acréscimo posterior, se dirá que o possui Gonçalo Gonçalves, seu filho. Noutra anotação se informará: Afonso Luís garante que tem prazo, em que é 1.ª vida, e que seu filho possui a metade.

⁷⁵² O último posteriormente acrescentado.

⁷⁵³ Nota posterior: Achei o prazo deste casal feito a João Anes das Ventozelas e a sua esposa, Catarina Anes, no Livro de D. Miguel, f. 157. Os frangãos, palhas e colmeiros não estão no prazo. Em letra posterior: Possui a metade deste casal João Anes que mostrou nomeação de 3.ª vida, nas notas de D. Miguel. Possui a outra metade Ambrósio Gonçalves que mostrou escritura de dote que lhe teria feito Pero Pires, seu sogro.

⁷⁵⁴ Acrescentaram, posteriormente, 3 alqueires.

			Coelhos 2 Manteiga 0,5 canada Palha 1 mosteia Dinheiro 160 rs.
(f.43) Santa Eulália de Lamelas			
172. Igreja			Dinheiro 75 rs.
173. Casal da Mouta	Lamelas	Maria ⁷⁵⁵ e Francisco Álvares	Pão terçado 12 alq. Galinhas 2 Vinho mole 4 almudes Colmeiros 2 Dinheiro 100 rs.
174. Casal da Pousada	Lamelas	João Gonçalves ⁷⁵⁶	Pão meado 6 alq. Vinho mole 5 almudes Carneiro 1 Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Dinheiro 400 rs. Pão ⁷⁵⁷ 6 alq.
175. (f. 43 v.) Lavândia	Lamelas	Sebastião Gonçalves ⁷⁵⁸	Pão meado 12 alq. Vinho mole 15 almudes Jeiras 2 Carneiros 1 Palha 1 mosteia Colmeiros 2 Dinheiro 400 rs. Pão ⁷⁵⁹ 8 alq.
176. Redondais	Lamelas	Gonçalo Anes ⁷⁶⁰	Pão terçado 20 alq. Vinho mole 6 almudes Trigo 4 alq. Carneiro 1 Palha 1 mosteia Colmeiros 2 Ovos 1 dúzia Engeira 1 Dinheiro 340 rs.
(f. 44) S. João de Sobradelo			
177.	S. João de Sobradelo	Jorge Gonçalves de Pica Milho	Cera 2,5 libras
178.	S. João de Sobradelo	António Afonso ⁷⁶¹	Trigo 20 alq. Cera 1 libra
179.	S. João de Sobradelo	Duarte Pires ⁷⁶²	Trigo 24 alq. Cera 1 libra Galinhas 2
180. Casal da Cancela	S. João de	Francisco Álva-	Cera 3,5 libras

⁷⁵⁵ Em nota e em letra posterior: Simão Gonçalves.

⁷⁵⁶ À margem e em letra posterior: de Simão Gonçalves.

⁷⁵⁷ Que não se especifica.

⁷⁵⁸ À margem e ao depois acrescentado: de Sebastião Gonçalves.

⁷⁵⁹ Não se especifica.

⁷⁶⁰ Acrescentou-se posteriormente, pelos dois casais. Repartiu o prazo em duas metades pelos seus dois filhos: Pero Gonçalves e Francisco Gonçalves. Mas não fora dado consentimento.

⁷⁶¹ Antes, João Afonso de Sobradelo.

⁷⁶² Filho do titular anterior, Pero Anes. Acrescentou-se: Veio Duarte Pires mostrar prazo já expirado. Há-de requerer, até ao fim de Abril.

	Sobradelo	res ⁷⁶³	
181. Casal de S. Gião	S. João de Sobradelo	Diogo Pires	Trigo 6 alq. Centeio 6 alq. Milho 8 alq. Dinheiro 180 rs.
(f. 44 v.) S. Romão			
182. Um Casal	S. Romão	André Anes e Afonso Gonçalves ⁷⁶⁴	Trigo 18 alq. Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 100 rs.
183. Um casal	S. Romão	Fernando Anes do Monte	Trigo 16 alq. Centeio 9 alq. Milho 5 alq. Ovos 2 dúzias Homem 1 Dinheiro 340 rs. <i>Milho</i> 4 alq. <i>Dinheiro</i> 20 rs.
184. Casal de Fonteleite (?)	S. Romão	João Anes de Fonteleite	Trigo 20 alq. Pão meado 6 alq. Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 124 rs.
185. Um casal	S. Romão	João Pires e Maria Afonso do Monte	Trigo 8 alq. Centeio 15 alq. Milho 27 alq. Galinhas 2 Dinheiro 120 rs. ⁷⁶⁵
(f. 45 v.) S. Mamede de Coronado			
186. Casal de Vilar	S. Mamede do Coronado	Gonçalo Dias	Trigo 26 alq. Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 42 rs. ⁷⁶⁶ Palha 2 mosteias Colmeiros 4 ⁷⁶⁷
187. Casal de Fundo de Vila	S. Mamede do Coronado	João Roiz de Fundo de Vila ⁷⁶⁸	Trigo.. 4 alq. Pão meado 32 alq. Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 52 rs.
188. (f. 46) Um Casal	S. Mamede do Coronado	Gonçalo Pires de Brito ⁷⁶⁹	Pão terçado 14 alq. Galinhas 2 Ovos 2 dúzias Homem 1 ⁷⁷⁰

⁷⁶³ Acrescentou-se: Deste casal fez novo prazo a 2 filhos – Bento Fernandes e Francisco Álvares -, metade para cada um. E hão-de pagar agora 5 libras de cera.

⁷⁶⁴ Nota posterior: Andam em demanda Jorge Afonso com Maria, viúva, sobre este casal. E são moradores neste casal.

⁷⁶⁵ Pero Anes fez prazo das bouças da Cana. E há-de pagar de acrescentamento 1 galinha. Este Pero Anes, todavia, andava sem título nenhum...

⁷⁶⁶ Mas em números, puseram 43 rs.

⁷⁶⁷ O caseiro diz que não paga estes dois últimos foros.

⁷⁶⁸ À margem, noutra letra: *De Amador Ribeiro*.

			Dinheiro 220 rs. Pão meado 6 alq. Dinheiro 30 rs. Pássaras 2 ⁷⁷¹
189. Um Casal	S. Mamede do Coronado	João Afonso e Catarina Afonso, sua mãe ⁷⁷²	Pão meado 40 alq. Frangãos 2 Homem 1
190. (f. 46 v.) Um casal	S. Mamede do Coronado	João Roiz de Vila ⁷⁷³	Trigo 4 alq. Pão terçado 36 alq. Frangãos 2
191. Casal de Vila de Cima	S. Mamede do Coronado	Cristóvão Gonçalves e Catarina Gonçalves ⁷⁷⁴	Centeio 5 alq. Pão meado 7 alq. Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 180 rs.
192. (f. 47 v.)	S. Mamede do Coronado	João Pires do Paço	Jeira 1 Dinheiro 40 rs.
193.	S. Mamede do Coronado	Gonçalo Pires do Paço	Pão meado 20 alq. Cera 0,5 libra Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 500 rs. Pão meado 4 alq ⁷⁷⁵
194.	S. Mamede do Coronado	João Anes Garteiro ⁷⁷⁶	Homem 1
195.	S. Mamede do Coronado	Francisco Gonçalves Soeiro	Homem 1
196. (f. 48) Campo da Fonte Fria	S. Mamede do Coronado	Francisco Anes ⁷⁷⁷	Pão meado 4 alq.
197. Bouça de Canas	S. Mamede do Coronado	Francisco Anes ⁷⁷⁸	Dinheiro 50 rs. Galinhas 1 Pão meado 4 alq.
198. Bouça de Canas	S. Mamede do Coronado	Maria Álvares	Homem 1
199. Uma bouça	S. Mamede do Coronado	Caseiros da igreja de S. Ro-	Pão terçado 6 alq. ⁷⁷⁹

⁷⁶⁹ Este casal possui agora Amador Fernandes, filho de Fernão Anes, que foi nomeado em 3.ª vida, por um prazo de D. António. E houve de outra sua irmã uma doação em que figura como 2.ª vida. Esta nota foi acrescentada posteriormente: a metade deste casal possui Francisco Gonçalves que foi nomeado por seu pai e mais em 3.ª vida, por virtude de um prazo de D. António.

⁷⁷⁰ Este foro foi riscado posteriormente.

⁷⁷¹ Este foro acabou por ser riscado.

⁷⁷² Aditamento posterior: Possui a metade deste casal Jorge Gonçalves. Tem título em que é 1.ª vida e paga a metade da renda.

⁷⁷³ Titular anterior: Pero Gonçalves de Vila.

⁷⁷⁴ Adição posterior desta nota: Este casal o possuía Catarina Gonçalves, viúva, por título de prazo em que era derradeira vida, e do que mostrou nomeações. E, possuindo-o assim, deu-o a seu irmão Cristóvão Gonçalves, por uma escritura feita no tabelião Simão Barbosa, a 29 de Abril de 1562, reservando para si certas medições.

⁷⁷⁵ Estes 4 alqueires de meado nunca os pagou – diz-se em nota posterior. E acrescenta-se: agora pagá-los-á com mais 2. E, no total, serão 26 alq. de meado.

⁷⁷⁶ À margem foi adicionada esta informação: De Pero de Andrade.

⁷⁷⁷ Nota posterior: Traz agora Francisco Anes este campo, sem nenhum título. Nem o mostrou...

⁷⁷⁸ Acréscimo posterior: Este não mostrou papéis, nem título. E diz que os não há.

	do	mão	
200. (f. 48 v.) Casal de Louriso	S. Mamede de Coronado	Francisco Pires	Homem 1
201. Casal da Aldeia ⁷⁸⁰	S. Mamede de Coronado	Vicente Anes	Trigo 20 alq. Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Cera 1 libra Homem 1 Dinheiro 400 rs.
202.	S. Mamede de Coronado	João Afonso de Mondões ⁷⁸¹	Pão meado 16 alq. Cera 1 libra Galinhas 2 Homem 1 Dinheiro 150 rs.
203. (f. 49)	S. Mamede do Coronado	Estêvão Pires e seu genro, Manuel Fernandes ⁷⁸²	Pão meado 9 alq.
204.	S. Mamede do Coronado	Francisco Anes ⁷⁸³	Trigo 4 alq. Pão terçado 12 alq. Galinhas 2
205. Casal de Vilar	S. Mamede de Coronado	Gonçalo Anes	Pão terçado 24 alq. Galinhas 1 Pão terçado 6 alq. Carneiro 1 Galinhas 1 ⁷⁸⁴
206. Casal da Fonte	S. Mamede de Coronado	Margarida Pires ⁷⁸⁵	Pão terçado 24 alq. Galinhas 2
207 (f. 49 v.)	S. Mamede do Coronado	Filho de Diogo Roiz	Jeira 56 rs.
208.	S. Mamede do Coronado	Jorge Gonçalves de Vilar	Dinheiro 58 rs.
(f. 50) S.Fins do Coronado			

⁷⁷⁹ Acrescentou-se: de pão de milho estreme.

⁷⁸⁰ Anotação posterior: este casal está repartido em duas fracções: uma de um filho de João Vicente e num genro (1.^a e 2.^a vidas), sem o consentimento do senhorio. E fizeram nomeação ao filho de João Vicente, com a condição de que consentisse dar-se a outra metade ao genro Salvador Afonso. A estes devolvi-lhes as escrituras, sem dar consentimento.

⁷⁸¹ Não apareceu o possuidor, agora um filho de João Anes.

⁷⁸² Imediatamente antes, o teria possuído Pedro Pires do Louredo.

⁷⁸³ Antes, fora titular sua mãe Isabel Anes, viúva. Nota posterior: agora o possui Francisco Anes de Vila, filho desta que diz que são terras que andam místicas com outra do Cabido que ele possui. E ainda confessaria que não tinha nenhum título...

⁷⁸⁴ Que tinham sido feitos prazos novos. Em nota posterior: Este casal está dividido. Uma metade é de Francisco Gonçalves, e a outra metade de António Francisco, por uma escritura a que foi dado consentimento. São genros de Margarida Anes que foi 2.^a vida e que tem nomeada a 3.^a num filho. Este – Francisco Fernandes - trespassaria a Francisco Gonçalves, seu cunhado, antes de ter feito a nomeação, por preço simulado. Disse o dito Francisco Gonçalves que dera 10.000 rs. ao cunhado pelo trespassse, sem consentimento do senhorio. E, depois de a 2.^a vida ter nomeado a 3.^a, fez outra nomeação, em favor de António Francisco, seu genro, da metade do dito Casal, em dote. E o casal está partido por ambos, sem autoridade do senhorio. E o prazo é de D. Miguel, que se quebrou por estes repartimentos. Hão-de requerer prazo até meados de Outubro.

⁷⁸⁵ Titular anterior: Pero Anes. Adição posterior: Este casal é de Amador Ribeiro.

209. Casal de Arcos	S. Fins do Coronado	Margarida Anes e sua filha, Catarina Anes ⁷⁸⁶	Centeio 3 alq. Milho 5 alq. Dinheiro 110 rs.
210. Duas partes do casal de Arcos	S. Fins do Coronado	Margarida Gonçalves	Centeio 5 alq. Milho 11 alq. Galinhas 2 Dinheiro 120 rs
211. Casal de Arcos	S. Fins do Coronado	João Anes ⁷⁸⁷	Pão meado 24 alq. Galinhas 2 Dinheiro 140 rs.
212. (f. 50 v.) Quinta de Alcandre (?)	S. Fins do Coronado	Pedro Anes e João Anes	Trigo 16 alq.
213. Quintela de Cima	S. Fins do Coronado	João Anes	Pão meado 16 alq.
Santa Cristina de Arcos			
214. Casal de Monforte ⁷⁸⁸	S.ta Cristina de Arcos	Francisco do Couto ⁷⁸⁹	Pão terçado..... 30 alq. Galinhas 2
215. Um casal	S.ta Cristina de Arcos	João Afonso Serralheiro ⁷⁹⁰	Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Dinheiro..... 140 rs.
216.		João de S. Cristóvão	Dinheiro 240 rs. Galinhas 2 Pão terçado. 16 alq.
(f. 51 v.) S. Lourenço de Asmes			
217. Armezende	S. Lourenço de Asmes	Gonçalo Anes	Pão meado 32 alq. Lenha 2 carros
218.	S. Lourenço de Asmes	Pero Gonçalves	Dinheiro 23 rs.
219.	S. Lourenço de Asmes	Domingos Alves	Dinheiro 23 rs.
220.	S. Lourenço de Asmes	João de Sá	Dinheiro 23 rs.
221.	S. Lourenço de Asmes	João Anes Garcia	Trigo..... 10 alq. Galinhas 2 Lenha 4 carros Dinheiro 140 rs.
(f. 52) S. Vicente de Alfena			
222. Uns Casais	S. Vicente de Alfena	Sebastião Afonso ⁷⁹¹	Trigo 14 alq. Pão meado..... 28 alq. Galinhas 4
223.	S. Vicente de Alfena	Duarte Pires e seu filho, Sebastião(?)	Lenha 2 carros Palha 2 mosteias
224.	S. Vicente	Pero Gonçalves	Lenha 2 carros

⁷⁸⁶ Titular anterior: João Afonso. Adição posterior: Possui agora Catarina Anes este terço do Casal, de que diz não ter título, nem prazo.

⁷⁸⁷ Este diz que não tinha prazo. E está no Livro de D. Miguel.

⁷⁸⁸ Foi de Gonçalves Gomes.

⁷⁸⁹ Em nota se diz que o casal, de que o Francisco do Couto paga 50 rs., agora o traz Beatriz Eanes de Folgosa.

⁷⁹⁰ Morador no Porto.

⁷⁹¹ Nota posterior: Agora os possui Gonçalo Anes que viera mostrar prazo de D. Miguel e que dizia ser terceira vida. Mas não tinha nomeação, nem lhe fora feita por sua mãe, que foi terceira vida...

	de Alfena	de Cabeda, e Pero Pires, seu filho	Palha2 mosteias
225. (f. 52 v.)	S. Vicente de Alfena	João Dias e Miguel Álvares, seu filho	Lenha 2 carros Palha1 mosteia
226.	S. Vicente de Alfena	Pero Afonso	Lenha 2 carros Palha 2 mosteias
227.	S. Vicente de Alfena	Fernão Vaz	Lenha 2 carros Palha2 mosteias
228.	S. Vicente de Alfena	Fernão Gonçalves	Lenha2 carros Palha 2 mosteias
(f. 53) Santa Maria de Silva Escura			
229. Quebrada de Taim	S.ta Maria de Silva Escura	Brás Luís	Dinheiro 140 rs.
230. Casal de Filares (?)	S.ta Maria de Silva Escura	António Fernandes ⁷⁹²	Pão meado 10 alq. Galinhas154,5 rs.
231.	S.ta Maria de Silva Escura	Domingos Pires	Dinheiro 250 rs.
232. Casal de Paços	S.ta Maria de Silva Escura	Pero Afonso	Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Homem..... 0,5 Dinheiro 160 rs.
233. (f. 53 v.) Freijufe	S.ta Maria de Silva Escura	Sebastião Pires	Pão meado 4 alq. Carneiro 1 Dinheiro 350 rs.
234. Casal de Freijufe	S.ta Maria de Silva Escura	Sebastião Brás	Pão meado 16 alq. Galinhas 2 Dinheiro285 rs.
235. Casal e meio	S.ta Maria de Silva Escura	João Gonçalves	Pão meado 16 alq. Galinhas 2 Dinheiro 215 rs.
236. (f. 54)	Santa Maria de Silva Escura	Gonçalo Anes de Pena	Dinheiro 160 rs. Pão meado5 alq.
237. Cidadelhe ⁷⁹³	Santa Maria de Silva Escura	Miguel Afonso	Dinheiro420 rs.
238.	Santa Maria de Silva Escura	João Anes de Freijufe	Frangãos 2
(f. 54 v.) S. Pedro de Avioso			
239. Casal da Cancela	S. Pedro de Avioso	André Álvares ⁷⁹⁴	Pão meado 30 alq. Carneiros 1 Bragal 4 varas Dinheiro 130 rs.
240.	S. Pedro de	Tristão da Fonse-	Dinheiro 140 rs.

⁷⁹² Tem agora este casal Pero Gonçalves, seu genro. Deu-lho seu sogro por uma escritura, sem consentimento. E diz que nunca houvera prazo.

⁷⁹³ Nota marginal: Da devesa. Agora Francisco Afonso que há-de mostrar prazo ou título, até 20 de Abril de 1575. Maria Afonso, sua irmã, tem nomeação em terceira vida.

⁷⁹⁴ Em nota marginal: possui este casal Maria Gonçalves, em 3.ª vida.

	Avioso	ca ⁷⁹⁵	
(f. 55) Santa Maria de Avioso			
241. Casal da Mamoa	Santa Maria de Avioso	João Pires ⁷⁹⁶	Centeio 16 alq. Milho 20 alq. Galinhas 2
242. Casal do Castelejo	Santa Maria de Avioso	Antão Pires e João Pires	Pão meado 40 alq. Galinhas 2
(f. 55 v.) S. Cristóvão do Muro			
243. Casal de Quinta Feira	S. Cristóvão do Muro	Gonçalo Álvares	Dinheiro 450 rs. Galinhas 2 Bragal 2 varas
244. Bouça da Cana	S. Cristóvão do Muro	João Anes ⁷⁹⁷	Dinheiro 160 rs. Galinhas 2
245.	S. Cristóvão do Muro	Pero Gonçalves de Gidãos ⁷⁹⁸	Pão meado 20 alq. Galinhas 2
(f. 56) Santa Maria de Alvarelhos			
246. Casal do Crasto	S.ta Maria de Alvarelhos	Pero Afonso ⁷⁹⁹	Pão meado 24 alq. Pão terçado 8 alq. Galinhas 3 Dinheiro 150 rs.
247. Casal de Palmazãos		Afonso Lourenço Pires ⁸⁰⁰	Pão meado 28 alq. Galinhas 2
248. Casal da Grona (?)	Santa Maria de Alvarelhos	João Pires e Maria Antão ⁸⁰¹	Pão meado 28 alq. Frangãos 2 Pão ⁸⁰² 2 alq.

⁷⁹⁵ Em nota: Possui agora Salvador João, marido de Policena da Fonseca. Ela é a derradeira vida no prazo.

⁷⁹⁶ Nota marginal: este casal da Mamoa o possui agora Francisco Pires, que ficou de sua mãe e de seu pai. E são acabadas as vidas.

⁷⁹⁷ Entretanto, intercalar-se-ia: agora Luís Martins. Este Luís Martins dirá que não tinha nenhum título e que o seu sogro lhe dera esta bouça de que estava de posse, há 20 anos. E que teria arrendado esta bouça, por 9 anos, a favor de Estêvão Gonçalves. Depois, fala-se de outros foreiros: Inês Gonçalves de S. Romão da Venda, Estêvão Gonçalves do Soeiro, da mãe de Luís Gonçalves, o Carneiro da Vila. Os procuradores do Cardeal Farnese acrescentarão: Cite-se o Luís Martins...

⁷⁹⁸ Em nota ao fundo, dir-se-á: Gonçalo Anes de S. Cristóvão do Muro diz que traz uma azenha do mosteiro que está na ribeira de Mogos, na mesma freguesia. Que a teria contratado, com licença de Bento Fernandes, em pública forma, redigida por Simão Barbosa, no dito ano de 1566. E o lavrador que se teria obrigado a pagar até lhe fazerem prazo por sua justa vedoria.

⁷⁹⁹ Nota marginal: Uma Catarina Martins possui agora este casal em segunda vida, por um prazo. Esta nomeou, em terceira vida, uma filha, que casou com Afonso Gonçalves e que lhes dotou meio casal. E o outro meio o terá reservado para si e a quem ela o quisesse destinar. O dito Afonso Gonçalves meter-se-ia de posse 18 anos atrás, sem consentimento. Nem a sogra quereria que lho dessem, porque a tratava mal!... E, na escritura, em que fora nomeada, teria feito esta declaração: que dava consentimento ao dito Afonso, na metade com que ele fora dotado.

⁸⁰⁰ Titular anterior fora João Gonçalves. Fez este Lourenço Pires, a favor de seu filho, nomeação em terceira vida, do que houve consentimento. O António Pires tem prazo em que é primeira vida, sua mulher a segunda. Nomearia para terceira vida um seu filho, chamado António João, que havia de trazer a nomeação. Mostraria a nomeação que não veio conforme, por pôr de fora certas leiras, e a que não se deu consentimento.

⁸⁰¹ Nota adicional: Agora Sebastião Pires e João Brás, ambos em cada sua metade deste casal, que tiveram prazos de D. António, em que são primeiras vidas.

⁸⁰² Sem especificação.

(f. 56 v.) S. Martinho de Guilhabréu			
249. Casal do Freixo	S. Martinho de Guilhabréu	Martim Gonçalves	Trigo20 alq. Carneiro 1
250.	S. Martinho de Guilhabréu	Maria Pires, viúva, e Aires Afonso	Trigo 14 alq. Pão meado..... 6 alq. Cevada 6 alq. Galinhas 2
251. Casal de Milreus	S. Martinho de Guilhabréu	João Anes ⁸⁰³	Trigo 19 alq. Pão meado 5 alq. Galinhas 2
252. Um casal e bouça ⁸⁰⁴	S. Martinho de Guilhabréu	João Pires de Nanidelo e Pero Gonçalves	Trigo..... 28 alq. Pão terçado 6 alq. Cevada4 alq.
253. Casal de Bustelo ⁸⁰⁵	S. Martinho de Guilhabréu	Pero Anes	Trigo 4 alq. Pão meado4 alq. Galinhas 2
254.	S. Martinho de Guilhabréu	Gonçalo Gomes ⁸⁰⁶	Trigo8 alq. Pão meado...8 alq. Galinhas 2 Bragal 2 varas Dinheiro 100 rs.
(f. 57 v.) S. Martinho de Vilar de Porcos			
255. Casal de Real	S. Martinho de Vilar de Porcos	Maria Gonçalves ⁸⁰⁷	Trigo 20 alq. Pão meado4 alq. Galinhas 2 Bragal 2 varas
256. Casais de Real ⁸⁰⁸	S. Martinho de Vilar de Porcos	João Dias (?) e Inês Eanes	Trigo24 alq. Galinhas 2 Dinheiro..... 200 rs.
257.	S. Martinho de Vilar de Porcos	João Eanes Salgueira	Dinheiro80 rs.
(f. 58) Modivas			
258. Casal de Gião	Modivas	Sebastião Martins	Trigo34 alq. ⁸⁰⁹ Galinhas2 Dinheiro 110 rs. ⁸¹⁰

⁸⁰³ Nota ao lado e ao fundo: Este João Anes tinha uma escritura que lhe fizera sua mãe, Maria Afonso, que dizia ser terceira vida. Mas não teria mostrado a nomeação de sua mãe. Dar-se-lhe-ia despacho de que estaria vago este casal, por ter uma escritura feita, 15 anos antes, sem que houvesse nenhum despacho nem consentimento do senhorio.

⁸⁰⁴ Nota posterior: Deste casal se deu uma bouça e uma leira do Seixo a Sebastião Pires. E o mais possui Francisco Pires, seu irmão.

⁸⁰⁵ Nota marginal: Este casal está vago, porque foi vendido e trespassado sem consentimento. Nem pagaram o domínio. E está nele Gonçalo Pires, filho do dito Pero Anes, sem nenhum título nem direito. E tem um assento em que vive que jaz na saída dos outros casais do mosteiro de que não paga nada, nem tem título, nem consentimento...

⁸⁰⁶ Nota marginal: instrumento de nomeação em que é terceira vida.

⁸⁰⁷ Titular anterior: seu marido, Jorge Pires. Nota posterior: Agora, Maria Gonçalves, viúva, que é a segunda vida, por um prazo de D. Miguel. Nomearia em terceira vida Isabel Jorge, sua filha, casada com Domingos Anes.

⁸⁰⁸ Anotação marginal: De Amador Ribeiro.

259. Casal de Paços ⁸¹¹	Modivas	Gonçalo Eanes e Jorge Eanes	Trigo 16 alq. Pão meado 4 alq. Galinhas 2
260. Casal do Cabo	Modivas	António Afonso ⁸¹²	Trigo 20 alq. Galinhas 2
(f. 58 v.) Lavra			
261. Igreja de Lavra			Trigo 192 alq.
262. Casal do Paço	Lavra	António Anes	Trigo 24 alq.
263.	Lavra	Sebastião Martins	Trigo 12 alq. Cevada 2 alq. Galinhas 2 Palha 1 carro Dinheiro 10 rs.
264. Casal da Fonte ⁸¹³	Lavra	Gonçalo Anes de Pampelido ⁸¹⁴	Trigo 40 alq. Cevada 20 alq. Galinhas 4 Palha triga 1 carro Manteiga 1 canada
265. (f. 59) Casal das Angeiras	Lavra	João Gonçalves ⁸¹⁵	Trigo 36 alq. Carneiro 1 Palha 1 carro Dinheiro 31 rs.
266.	Lavra	Gonçalo Gonçalves e Gonçalo Cruz ⁸¹⁶	Trigo 36 alq. Galinhas 2 Palha 1 carro Dinheiro 22 rs.
267. Um casal	Lavra	João de Campos ⁸¹⁷	Trigo 9 alq. Palha 1 mosteia Direituras 9 rs.
268. (f. 59 v.) Um casal ⁸¹⁸	Lavra	Martim Afonso, viúvo	Trigo 32 alq. Direitos 45 rs.
269. Quebrada de Calvelhe	Lavra	Martim Afonso	Trigo 16 alq. Pão meado 4 alq. Palha 1 mosteia ⁸¹⁹ Galinhas 2
270. Pelo casal que se trocou			

⁸⁰⁹ Interlineada a informação de que o seu cunhado, Gonçalo Álvares, paga a metade destas rendas.

⁸¹⁰ Acrescenta-se esta observação: Deste casal se fez novo prazo a favor de Gonçalo Álvares e de António Martins, a cada um sua metade. Hão-de pagar agora 30 alq. de trigo, 10 alq. de meado, 4 galinhas e 120 rs. em dinheiro

⁸¹¹ Nota ao lado: É de Gonçalo Soares que o comprou ao Moreira.

⁸¹² Nota marginal: Este António Afonso é derradeira vida, por uma escritura de nomeação em terceira vida que lhe fez sua mãe, Beatriz Afonso.

⁸¹³ Foi de Luís Álvares Madeira (?) que terá sido escambado por outro casal.

⁸¹⁴ Tem prazo deste casal, que lhe fez Luís Álvares, em que é 1.ª vida.

⁸¹⁵ Nota marginal posterior: Agora Gonçalo Giães que diz ter escritura em que é primeira vida. E tem partido este casal com um seu sobrinho a quem dá o nome de António Giães, o qual não mostrou escritura. Diz que a tem em Vila do Conde, para o que lhe dei 6 dias, até ao fim de Janeiro. Gonçalo Giães mostrou escritura em que é terceira vida e pronunciei a outra metade por vaga.

⁸¹⁶ Informação marginal: Estes não mostram título algum que válido seja. Este casal está sem título. Gonçalo Álvares ficou de trazer uma escritura, até ao fim de Janeiro.

⁸¹⁷ Informação lateral: Agora António Gonçalves, António Martins e Jorge Gonçalves. Dei-lhes Janeiro, para virem com suas escrituras.

⁸¹⁸ Nota marginal: Este casal possui António Afonso que não tem título algum destas propriedades. Estão vagas. E, numa escritura de doação, que lhe fez um tio seu, lhe pus esta declaração.

⁸¹⁹ Riscado, por um alqueire de mostarda (?).

com Luís Álvares Madureira pelos dois casais de S. Martinho de Guilhabréu ⁸²⁰			
(f. 60) Labruge			
271. Moreira	Labruge	Pero Gonçalves de Moreira	Trigo 40 alq. Cevada.....6 alq. Carneiro 1 Bragal2 varas
(f. 60 v.) Santo Estêvão			
272. Casal de Gião	Santo Estêvão	Manuel Afonso ⁸²¹	Trigo 8 alq. Mostarda0,5 alq. Galinhas 2 Bragal 2 varas Dinheiro... 160 rs.
273. Casal de Gião	Santo Estêvão	Pedro Jorge ⁸²²	Trigo..... 25 alq. Galinha 1 Manteiga0,5 canada
(f. 61) Santa Ovaia de Vileda			
274. Casal de Além	Vileda	João Gonçalves ⁸²³	Trigo 23 alq. Carneiro1 Dinheiro100 rs.
275. Casal de Além	Vileda	João Tomé ⁸²⁴	
276. Um Casal (Lagelas?)	Vileda	João Martins de Lagelas ⁸²⁵	Trigo24 alq. Cevada.....4 alq. Galinhas2 Palha1 carro Dinheiro 117 rs.
277. (f. 61 v.)	Vileda	Afonso Martins de Vileda ⁸²⁶	Trigo 26 alq. Galinhas 2 ⁸²⁷ Dinheiro10 rs.

⁸²⁰ Nada se acrescentou.

⁸²¹ Nota lateral: Este Manuel Afonso há-de trazer nomeação por todo este mês de Abril, até 22 de Abril de 1575.

⁸²² Titular anterior: Francisco Afonso. Nota ao final: A este se fez prazo novo e há-de pagar agora por ele 20 alqueires de trigo, 15 de meado, 2 galinhas e 100 rs.

⁸²³ Titular anterior: Ana Afonso. O João Gonçalves veio mostrar uma escritura, em que sua mulher, Maria Afonso, era terceira vida. E que não tem filho ou filha que nomear...

⁸²⁴ Titular anterior: Tomé Afonso. Agora João Tomé que está em terceira vida, o qual foi nomeado por seu pai. Há-de trazer, dentro de 6 dias, a nomeação. Mostrou nomeação em terceira vida.

⁸²⁵ Nota marginal: Tem uma escritura de nomeação em terceira vida. Mas não mostra prazo de seu pai que o nomeou. Há-de trazê-lo dentro de 10 dias. Mostrou a nomeação em terceira vida.

⁸²⁶ Uma anotação imediata: Este título arriba pertence a estas pessoas deste outro título abaixo. E o de baixo às pessoas de arriba. Dei por despacho que aparecessem por todo o mês de Maio os filhos destas abaixo que, agora, possuem este casal. Nota marginal: Agora Jorge Afonso, filho do dito Álvaro Martins. Não veio mostrar uma escritura de doação, que não tinha consentimento (...). Mande-i-lhe fazer vedoria até ao S. Miguel de 1575. Agora Maria Martins não tem nada e diz que lhe deu seu pai. Esta o deu a um seu filho, Manuel Gonçalves, que ela casou. E a outra metade a houve Violante Martins. E também a deu a outro genro, casado com Catarina Martins, sua filha. E ele se chama Lourenço Anes. E nem elas nem os que agora têm houveram consentimento do mosteiro. E os seus filhos os têm por escritura. Nem as doadoras tiveram mais que outras escrituras por expedir por quem lhes deu que foi Afonso Martins, último possuidor.

⁸²⁷ Riscado este foro. Apesar de constar: *me disse que pagava...*

278. Meio casal	Vilela	Pero Gonçalves, genro de Luís António Pires ⁸²⁸	Trigo 24 alq. Cevada 4 alq. Galinhas 2 Palha 1 carro
(f. 62) Vila Chã			
279.	Vila Chã	Álvaro Pires e João da Prol (?) ⁸²⁹	Trigo 40 alq. Cevada 18 alq. Galinhas 2 Bragal 2 varas Dinheiro 90 rs.
280. Um casal	Vila Chã	Simão Martins e Rui Gonçalves ⁸³⁰	Trigo 40 alq. Cevada 6 alq. Mostarda 1 alq. Galinhas 2 Bragal 2 varas ⁸³¹
281. Um casal	Vila Chã	Diogo Anes ⁸³²	Trigo 32 alq. Cevada 3 alq. Carneiro 1 Bragal 2 varas Dinheiro 125 rs. ⁸³³
(f. 63) Fajozes			
282. Casal de Coira	Fajozes	Gonçalo Pires ⁸³⁴	Trigo 2 alq. Cevada 10 alq. Galinhas 2
283. Um casal	Fajozes	Manuel Afonso ⁸³⁵	Trigo 16 alq. Cevada 4 alq. Galinhas 2

⁸²⁸ Nota marginal: Agora Isabel Gonçalves que foi nomeada por seu pai e pela sua mãe, sendo o casal expirado por sua mãe já defunta. E nunca houve consentimento. Esta deu o casal a um filho e meteu o genro consigo. O genro mostraria escritura. Mas era nula. E pronunciei o meio casal por vago, porque a doadora não tinha título que válido fosse. E o aceitante se meteu de posse, sem nunca pedir consentimento

⁸²⁹ Nota imediatamente acrescentada: Este deu Ângelo (de Carissimis) a André Afonso de Vila do Conde, por 400 rs., cada ano.

⁸³⁰ Nota marginal: Este casal o partiu agora Isabel Lopes, mulher que foi de João Rodrigues, que é derradeira vida, por uma escritura. Expirou pelo dito João Roiz. Tem a outra metade Simão Martins, filho de Simão Martins, em que também é terceira vida, conforme uma escritura.

⁸³¹ Nota ao fundo: A mulher que foi de Rui Gonçalves que, agora, está viúva, come deste casal em sua vida somente. Terá de 5 alq. de sementeira de cada mão, nestas leiras, isto é, umas terras que se chamam as Calmas, outra leira que se chama a Cancela de Sandim, e outra de Pedrouços e a leira do Campo do Monte e os talhos e um campinho chamado a Valguinha. E terá 5 quartas de linhaça na Cortinha. E há-de haver 2 almudes de vinho, o que tudo lhe deixou seu marido, Rui Gonçalves, que dizia ser primeira vida neste prazo. E outra mulher com que foi casado, segunda vida. E ela foi segunda mulher do dito Rui Gonçalves, já defunto. E o casal veio a João Roiz, seu filho da primeira mulher, que é falecido. E, agora, sucedeu Isabel Lopes, mulher do dito João Roiz. E tem um filho que se chama Gaspar.

⁸³² Possui agora este casal Salvador Gonçalves. A metade. E Inês Gonçalves, sua tia, a outra metade, de que não mostram nenhum título que válido seja. Ao Salvador Gonçalves mandei fazer apegção, para o S. Miguel. E traz de fora Jorge Martins certas terras chamadas das Areias de Além do Rio, do que lhe mandei fazer vedoria até S. Miguel do dito ano.

⁸³³ Acrescentou-se imediatamente a informação: Mostrará o prazo que diz que paga 28 de cevada, e não 3, como está dito acima.

⁸³⁴ Nota à margem: Houve Maria Pires, mulher de João Álvares, uma escritura de nomeação em terceira vida que lhe fizeram seu pai e sua mãe, que eram primeira e segunda vidas. E tem posse.

⁸³⁵ Nota marginal: Este Manuel Afonso não tinha nenhum título deste casal. E o daria em dote, por uma escritura, a favor de um genro seu, João Gonçalves, e sua filha, Maria Pires. Há-de trazer esta

(f. 63 v.) S.ta Maria de Vila Nova			
284. Casal de Lagielas	Vila Nova	Gonçalo Gonçalves e João Gonçalves	Trigo 20 alq. Pão meado 6 alq. Cevada 4 alq. Galinhas 2 Palha 1 carro Dinheiro 300 rs.
(f. 64) S. João de Mindelo			
285. Casal de Paredes	Mindelo	Álvaro Roiz, Joana Luís	Trigo 28 alq. Mostarda 1 alq. Direitos 10 rs.
286.	Mindelo	João Antão ⁸³⁶ e Domingos Gonçalves	Trigo 40 alq. Cevada 4 alq. Mostarda 1 alq. Dinheiro 20 rs.
(f. 64 v.) Vermoim, termo de Barcelos			
287.		Diogo Álvares e Álvaro Anes do Porto	Pão meado 24 alq. Vinho mole 8 almudes Galinhas 2 Dinheiro 11 rs.
288.		Pero Gonçalves, alfaiate ⁸³⁷	Dinheiro 60 rs.
289. Casais que foram de João Dantas		Pedro de Araújo ⁸³⁸	Dinheiro 450 rs.
Sequeirô			
290.		Cristóvão Afonso ⁸³⁹	Dinheiro 180 rs. Galinhas 2 Pão terçado 20 alq. Manteiga 0,5 canada Vinho mole 5 almudes
(f. 65) S. Tiago da Carreira			
291. Metade do Casal de Almofães	Vermoim	João Vicente e António Afonso ⁸⁴⁰	Pão meado 14 alq. Galinhas 2 Dinheiro 100 rs. ⁸⁴¹

escritura por todo o Fevereiro que vem, porque este casal está vago, por não ter consentimento do senhorio, havendo 12 anos que é casado.

⁸³⁶ Antes foram titulares João Antão e João Gonçalves (sic). Nota à margem: Este João Antão e Domingos Gonçalves não têm nenhum título, nem mostraram escrituras. Pediram tempo para regularizar. Foi dado prazo até fim de Janeiro de 1575. Foi-lhes dilatado prazo até Maio.

⁸³⁷ Titular anterior: João Anes Sapateiro.

⁸³⁸ Dizem que tem prazo e acrescentamento seu filho Manuel.

⁸³⁹ Acrescentou-se um indecifrável *tenho que este Fernão Afonso...*

⁸⁴⁰ Titular anterior : Vicente Anes.

⁸⁴¹ Possui agora metade deste casal Pero Fernandes, que mostrou escritura de compra e prazo, em que a mulher do vendedor é derradeira vida. E João Vicente, filho mais velho de Vicente Anes, tem outra nomeação em terceira vida, no dito casal. E não possui senão a metade, do que lhe dei consentimento. E agora o Ferreira tem a outra metade que comprou e a que eu dei consentimento. E ambos possuem agora este casal.

292. Outra metade do Casal de Almofães	Vermoim	António Fernandes ⁸⁴²	Pão meado 14 alq. Galinhas 2 Dinheiro 100 rs
293.	Paredes, Carreira	Gabriel Pires	Pão meado 12 alq. Galinhas 2
294.		João Anes do Outeiro	Pão meado 15 alq. Vinho cozido 10 almudes
(f. 65 v.) Ruivães			
295. Casal do Outeiro	Ruivães	Sebastião Pires	Trigo 2 alq. Pão meado 12 alq. Galinhas 2 Dinheiro 25 rs. ⁸⁴³
(f. 66) Sanfins			
296.	Pereira	Catarina Fernandes e Martim Anes	Pão meado 40 alq. Galinhas 2
297.	Matamá	Gonçalo Pires	Pão meado 15 alq. Galinhas 2
298.		A mulher de Álvaro Gomes e André Fernandes	Dinheiro 600 rs. Pão meado 16 alq. Manteiga 0,5 canada
(f. 66 v.) Ceide (S. Paio e S. Miguel)			
299.		João Gonçalves	Pão meado 16 alq.
Cabeçudos			
300		Álvaro Pires ⁸⁴⁴	Dinheiro 180 rs.
301.		António Pires e Henrique Gomes ⁸⁴⁵	Dinheiro 174 rs.
(f. 67) S. Pedro de Esmeriz			
302. Casal de Pereira	Esmeriz	Víctor Fernandes ⁸⁴⁶	Pão meado 10 alq. Galinhas 2 Dinheiro 100 rs.
303. Casal de Vila Verde	Esmeriz	Frutuoso Pires, alfaiate ⁸⁴⁷	Dinheiro 700 rs.
Ribeirão			
304.		Gonçalo Anes e sua cunhada	Trigo 18 alq. Pão meado 16 alq. ⁸⁴⁸ Palha 2 mosteias Homens 24

⁸⁴² Titular anterior deste prazo: Francisco Anes, pai de António Fernandes.

⁸⁴³ Notas marginais : Este Sebastião é um pobre homem. O D. António tomou-lhe o seu prazo, em que é derradeira vida. Um filho terá dito que nunca tivera prazo...

⁸⁴⁴ Titular anterior: Pero Gonçalves de Inês Pereira.

⁸⁴⁵ Titular anterior: Pero Pires de Esmeriz.

⁸⁴⁶ Este Víctor Fernandes era genro do titular anterior, João Afonso Gonçalo (?).

⁸⁴⁷ Emprazou-lhe o abade D. Miguel da Silva.

			Dinheiro 21 rs.
305. (f. 67 v.)	Bragadela	António Anes e João Fernandes ⁸⁴⁹	Trigo 20 alq. Palha 2 mosteias Galinhas 2 Homens 9 Dinheiro 20 rs.
306.		Pero Anes de Ferreiros	Dinheiro 200 rs. Cera 1 libra Galinhas 2 Pássaras 2 Homem 1
307. (f. 68)	Ferreiros	Pero Anes e Maria Martins ⁸⁵⁰	Trigo 4 alq. Pão meado 6 alq. Cera 0,5 libra Galinhas 1 Pássaras 1 Homem 1 Dinheiro 100 rs.
308.	Ferreiros	Pero Anes de Ferreiros ⁸⁵¹	Dinheiro 100 rs. Cera 0,5 libra Galinhas 1 Pássaras 1 Homem de jeira 1 Pão meado 8 alq. Trigo 4 alq.
309. (f. 68 v.) Casal de Belece (?)		João Pires	Trigo 16 alq. Frangãos 4 Palha 2 mosteias Homem 1 Direitos 74 rs.
(f. 69) Santa Marinha de Ferreiró			
310. Casal de Santo Tirso	Ferreiró	António Gonçal- ves ⁸⁵²	Pão meado 20 alq. Galinhas 2
311. Outro casal	Ferreiró	Gonçalo Afonso ⁸⁵³	Pão meado 20 alq. Galinhas 2
(f. 69 v.) Ponte de Santo Aleixo			
312. Um Casal		Pero Gonçalves ⁸⁵⁴	Pão meado 18 alq. Galinhas 2 Dinheiro 232,5 rs. ⁸⁵⁵

⁸⁴⁸ Sendo 14 alqueires pela azenha.

⁸⁴⁹ Titulares anteriores: António Anes e Catarina Anes.

⁸⁵⁰ Nota posterior: Possui agora este casal Pero Anes que veio mostrar prazo, em que a mulher é derradeira vida. Pero Anes dotou a sua filha Catarina Martins, com este casal, sem que ela tivesse vida.

⁸⁵¹ Filho de João Martins de Campos.

⁸⁵² Nota posterior : Possui agora este casal Fernão da Costa, que não tem título e que lhe terá vindo da sua mulher, que morreu. O casal é vago. E pertence a um filho ou filha da primeira mulher, por onde lhe veio.

⁸⁵³ Nota marginal: Agora Francisco Gonçalves, seu filho, que diz que é a terceira vida. E não mostra por onde...

⁸⁵⁴ Nota marginal: Veio a mulher deste Pero Gonçalves mostrar prazo, em que seu marido era derradeira vida, o qual faleceu. E à mulher se lhe mandou fazer novo prazo. Fez-se prazo deste casal ao dito Pero Gonçalves e a Isabel Anes. Pero Gonçalves, de uma parte, e Isabel Anes, viúva, da metade. E Jerónimo Gonçalves, seu genro, há-de haver outro quarto durante as vidas do novo prazo. Possui um quarto deste casal Pero Gonçalves e pretende havê-lo todo.

313.		Frutuoso Gonçalves e Estêvão Dias ⁸⁵⁶	Pão meado 16 alq. Galinhas 2 Dinheiro 233 rs.
314.		Francisco Pires ⁸⁵⁷	Pão meado 18 alq. Galinhas 2 Dinheiro 233 rs.
(f. 70) Frazão			
315.		Jorge Pires ⁸⁵⁸	Pão terçado 10 alq. Dinheiro 60 rs.
316.		Gonçalo Vaz	Dinheiro 200 rs. ⁸⁵⁹
317. Casal da Cheira	Frazão	Gonçalo Vaz	Centeio 20 alq. Milho 30 alq.
318. Casal da Cheira	Frazão	Pero Gonçalves	Centeio 12 alq. Milho 20 alq. Galinhas 2 Dinheiro 30 rs.
319. (f. 70 v.) A Igreja de S. Martinho de Frazão	Frazão		Dinheiro 150 rs.
320. Gomil	Frazão	João Anes e Jerónimo Gonçalves ⁸⁶⁰	Pão meado 40 alq. ⁸⁶¹ Carneiro 1 Galinhas 2 Dinheiro 60 rs.
321.		Gonçalo Dias de Figueira ⁸⁶²	Centeio 14 alq. Pão meado 20 alq. Direituras 20 rs.
322. Casal da Figueira ⁸⁶³	Frazão	Jerónimo Lopes	Galinhas 2 Pássaras 2 Dinheiro 140 rs.
323.		A mulher que foi de João Esteves da Quintela	Dinheiro. 80 rs.
324.		Isabel Gonçalves	Pão terçado... 36 alq.

Outra nota: acrescentaram-se a este casal 6 alqueires.

⁸⁵⁵ Vieram a ser riscados, posteriormente, 2,5 rs.

⁸⁵⁶ Nota acrescentada: Fez-se prazo ao Domingos Gonçalves do Casal da Senra. E ver-se-á quanto lhe vão acrescentar ao novo prazo.

⁸⁵⁷ Titulares anteriores: Marcos Martins e Catarina Anes.

⁸⁵⁸ Titular anterior: Gonçalo Anes de Soverão. As 3 pessoas que, de imediato, se seguem possuem, cada uma, um terço deste casal, por doação que lhes fez Isabel Gonçalves que se diz ser a primeira vida. E são eles: Gonçalo Fernandes, Gonçalo Anes e Brás Gonçalves que são 3 pessoas que estarão assim em vida da dita Isabel. E requererão novos títulos em sua vida, ou quando ela morrer. Note-se que um é irmão – Brás Gonçalves – e os outros são cunhados.

⁸⁵⁹ À frente, aparecem, em números, 240 rs.

⁸⁶⁰ Nota marginal: Possui agora Francisca Gonçalves que veio mostrar prazo em que é a primeira vida. E tem-no repartido entre duas filhas e um filho. E não se lhe deve dar tal consentimento. Dotou esta Francisca Gonçalves, com um terço deste casal, o seu genro António Dias, por escritura a que dei consentimento. Dotou outro terço, a favor de João Gonçalves, seu genro, por outra escritura a que também dei consentimento. Dotou, com outro terço, o seu filho Francisco Gonçalves, que, agora, faleceu e que o veio a possuir sua mulher, Catarina Dias. E todos pagam a sobredita renda.

⁸⁶¹ Em letra está quarenta. E em número está 43...

⁸⁶² Em nota marginal, ler-se-á: Possui a metade deste casal Gil Gonçalves que veio mostrar prazo, em que sua mulher é a primeira vida, e ele a segunda vida. Paga 11 de milho e 9 de centeio e 10 rs. em dinheiro. Possui a outra metade Gonçalo Dias que veio mostrar que é a primeira vida. E sua mulher – que era a segunda vida – faleceu. E paga outro tanto de renda.

⁸⁶³ Nota ao fundo: Este casal me disse Afonso Álvares que estava distinto, e que tomariam por senhorio a quem lhe dissessem...

		de Crasto e seu genro, Francisco Alvares	Carneiro 1 Dinheiro 20 rs.
325. Leiras		Gaspar Roiz ⁸⁶⁴	Pão meado 4 alq.
326. (f. 71 v.) Casal da Carreira		Herdeiros de Pe- dro Ferreira ⁸⁶⁵	Pão meado 40 alq. Carneiro 1 Manteiga 0,5 canada Ovos 1 dúzia Dinheiro 20 rs.
327.		João Gonçalves de Crasto ⁸⁶⁶	Pão meado 24 alq. Galinhas 2 Direituras 20
328.		João Brás, da fre- guesia de Rebor- dosa	Dinheiro 100 rs. ⁸⁶⁷
329. (f. 72)		Francisco Gonçal- ves de Crasto	Pão terçado 34 ⁸⁶⁸ alq. Carneiro 1 <i>E pelo Casal da Carreira:</i> Pão terçado 12 alq. ⁸⁶⁹ Galinhas 2 Dinheiro 121 rs. ⁸⁷⁰
330. Aldeia de Vilar	Frazão	Martim Afonso ⁸⁷¹	Pão meado 20 alq. Manteiga..... 0,5 canada Ovos 1 dúzia Dinheiro 50 rs.
331. (f. 72 v.) Casal da Bouça	Frazão	Catarina Anes, viúva ⁸⁷²	Pão meado 12 alq. Galinha 1 Pássaras 1 Dinheiro..... 30 rs.
332. Casal de Cima	Frazão	Isabel Pires, viú- va ⁸⁷³	Pão meado 12 alq. Galinha 1 Pássaras..... 1 Dinheiro..... 230 rs.
333. Metade do Casal do	Frazão	Gonçalo Gil, Fran-	Pão meado 16 alq.

⁸⁶⁴ Nota imediata: Possui agora Maria Roiz, filha de Isabel Lopes que mostrou prazo em que diz que é a 3.^a vida. Depois, sabe-se que o veio a possuir Francisco Gonçalves do Porto Carreiro.

⁸⁶⁵ Nota posterior: Possui agora metade deste casal Domingos Dias, que mostrou escritura, pela qual lhe foi dotado e dado consentimento por D. António. Há-de requerer prazo dentro de 3 meses.

⁸⁶⁶ Este João Gonçalves mostrou prazo em que é primeira vida. E é morta a segunda. Extinguiu-se este casal em Maria Gonçalves, terceira vida.

⁸⁶⁷ Diz que tem acrescentamento de 7 alq. que não paga. Agora o possui Catarina Brás, viúva, que diz que paga o acrescentamento. Fez-se prazo da metade do sobredito casal da Carreira a Domingos Dias e há-de pagar de acrescentamento 23 alqueires de pão terçado somente, porque das miunças não pagará nada.

⁸⁶⁸ Posteriormente foi riscado para 30.

⁸⁶⁹ Emendado: 10 de milho e 6 de centeio, porque viu o prazo.

⁸⁷⁰ Com esta advertência: E não pagando nos 3 meses, que pague 40 rs. por dia e perca o prazo. Também com uma outra anotação marginal: Mostrou que faz prazo destes 2 casais e nomeação em que foi nomeada a sua mulher em terceira vida, na metade deste casal (...). Possui a outra metade deste Casal Francisco Gonçalves, filho da dita Catarina Gonçalves, que mostrou escritura de dote a que dei consentimento.

⁸⁷¹ Titular anterior: Maria Brás, viúva, que foi sogra do presente titular, Martim Afonso. Nota posterior: possui agora Baltasar Manuel que mostrou prazo já expirado e escritura com que foi dotado. Há-de pedir consentimento até ao fim de Janeiro.

⁸⁷² Nota posterior: Possui agora André Dias que mostrou prazo já expirado e escritura pela qual o recebera em dote. Teve consentimento. Deve requerer prazo por todo o mês de Janeiro.

⁸⁷³ Nota posterior: Possui agora a metade deste casal Brás Gonçalves, que veio mostrar escritura de dote a que dei consentimento. Há-de requerer prazo por todo o mês de Janeiro. Possui a outra metade Francisco Anes que veio mostrar a escritura com que a sua mãe o dotou. Requererá prazo.

Carvalho		cisco Gil ⁸⁷⁴	Galinhas 2 Direituras 20 rs.
334. Casal do Carvalho (outra metade)	Frazão	João Gonçalves de Crasto	Dinheiro 300 rs. ⁸⁷⁵
(f. 73) S. Mamede de Frazão			
335. Casal da Sertã	S. Mamede de Frazão	Gonçalo Anes Ferreiro ⁸⁷⁶	Pão meado 12 alq. Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Dinheiro 20 rs.
336. Uma Quebrada	S. Mamede de Frazão	Francisco Dias ⁸⁷⁷	Pão meado 10 alq. Frangãos 2 Direituras 20 rs. Ovos 1 dúzia ⁸⁷⁸
337. (f. 73 v.) Casal do Campo	S. Mamede de Frazão	Francisco Gonçalves ⁸⁷⁹	Pão meado 30 alq. Galinhas 2
338. Casal da Várzea	S. Mamede de Frazão	A mulher que foi de Aleixo Vicente ⁸⁸⁰	Pão meado 16 alq. ⁸⁸¹ Galinhas 2 Dinheiro 110 rs.
339.		Diogo Anes da Monha ⁸⁸²	Pão terçado ⁸⁸³ 16 alq. ⁸⁸⁴ Galinhas 2 Pão terçado 12 alq. Manteiga 0,5 canada
(f. 74) S. Pedro de Arreigada			
340. Casal da Carreira e da Horta	S. Pedro de Arreigada	Sebastião Fernandes ⁸⁸⁵	Dinheiro 180 rs. Galinhas 2
341. Casal de Vila Boa	S. Pedro de Arreigada	Gonçalo Vaz ⁸⁸⁶	Dinheiro 160 rs. Galinhas 2

⁸⁷⁴ Este nome interlineado. Nota acrescentada posteriormente: Possui agora este meio casal Francisco Gonçalves que mostrou prazo em que é primeira vida. E paga 8 alq. de milho, 6 de centeio, 12 rs. em dinheiro, e uma galinha. A outra metade possui Amador Lourenço, por prazo.

⁸⁷⁵ Que os paga Amador Lourenço.

⁸⁷⁶ Nota marginal. Este casal ficou para Francisca Gonçalves, filha de Diogo Gonçalves, que casou com Pero Gonçalves. Tem uma escritura de dotação, sem terem vida no prazo. Fez-se novo prazo deste casal a favor de Nuno Vaz do Porto. E há-de pagar de acrescentamento uma galinha.

⁸⁷⁷ Esta Quebrada a possui agora este Francisco Dias, que disse lhe fora dotada por um seu cunhado a que chamavam Francisco Gonçalves. Não mostrou título nem escritura.

Mais uma anotação que foi riscada: Este casal e Quebrada acima possui agora Francisca Gonçalves, da mão de Nuno Vaz, porque sua mulher, Maria Pinta, é a verdadeira caseira. Mas a dita Francisca paga a renda, e a isso é obrigada.

Mais outra informação: Fez-se apegção desta Quebrada a Francisco Dias que a aceitou. Há-de pagar de acrescentamento uma galinha. Tiraram-lhe os ovos.

⁸⁷⁸ Acrescentamento posterior dos ovos.

⁸⁷⁹ Possui agora Maria Gonçalves, viúva, que mostrou escritura a que se deu consentimento.

⁸⁸⁰ Nota marginal posterior: Possui a metade deste casal Gonçalo Anes, da freguesia de Meixomil. Mostrou prazo em que é primeira vida. Paga 13 de meado, uma galinha. E nada se diz sobre a segunda metade.

⁸⁸¹ Foi emendado para 19 alq. E de acrescentamento de pão meado, mais 4 alqueires.

⁸⁸² Nota marginal: Possui agora Francisco Dias, que mandou mostrar escritura, pela qual foi dotado, com consentimento. Há-de requerer prazo, dentro de 3 meses.

⁸⁸³ Estava meado, que foi, entretanto, corrigido para terçado.

⁸⁸⁴ Nota marginal: Estes casais possuem agora Álvaro Gonçalves e João Martins. Prometeram aceitar por senhorio a quem lhes desse alvará. E com esta condição lhes dei alvará de os aceitar por caseiros.

⁸⁸⁵ Que devem pagar de acrescentamento 7 alqueires de pão meado. E, pela Quebrada da Monha, 10 alqueires de pão.

342. Casal de Arreigada	S. Pedro de Arreigada	João Anes, o Franco ⁸⁸⁷	Milho 40 alq. Dinheiro 50 rs.
343. (f. 74 v.) Casal de Arreigada	S. Pedro de Arreigada	João Anes ou Estêvão Anes	Milho 32 alq. Frangãos 2 Galinhas 2 Dinheiro 40 rs. ⁸⁸⁸
344.	S. Pedro de Arreigada	Francisco Dias de Vila Boa ⁸⁸⁹	Pão meado 8 alq.
(f. 75) S. Tiago de Modelos			
345. Casal de Cima de Vila	Modelos	Sebastião Pires ou Afonso Pires ⁸⁹⁰	Pão meado 32 alq. Carneiro 1 Direituras 20 rs.
346.		Gonçalo Álvares de Modelos	Pão terçado 12 alq. ⁸⁹¹
347. Quebrada de Vila Boa ⁸⁹²	Modelos	João Afonso	Dinheiro 40 rs.
(f. 75 v.) Meixomil			
348. Quebrada de Meixomil	Meixomil	Gonçalo Anes da Lavandeira ⁸⁹³	Dinheiro 150 rs.
349. Uma quebrada	Meixomil	António Gonçalves ⁸⁹⁴	Pão meado 7 alq. Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Dinheiro 80 rs.
350.	Meixomil	Gonçalo Pires ⁸⁹⁵	Pão terçado 10 alq. Dinheiro 50 rs.
351. Casal do Cabo	Meixomil	Gonçalo Anes de Bairro ⁸⁹⁶	Centeio 10 alq. Milho 26 alq. Carneiro 1 Bragal 3 varas Dinheiro 200 rs. Manteiga 0,5 canada ⁸⁹⁷

⁸⁸⁶ Nota posterior: Possui agora Henrique Manuel, que há-de vir pagar o domínio até Janeiro (...). Sei que a escritura diz que, não tendo filho de sua mulher, ficará o casal para alguém da sua geração. Tem uma filha bastarda, que poderá casar com o filho de um cunhado.

⁸⁸⁷ Deste casal tem prazo Pantalão Moreira. E traz demanda com este João Anes do Porto.

⁸⁸⁸ Nota marginal: Possui agora este (...) que veio mostrar prazo em que é primeira vida. Repartiu o casal entre 2 genros, para o que não têm nenhuma autoridade. Destas propriedades se deu um campo a Apolónia Esteves, filha do dito Estêvão Anes, em sua vida. E lhe dei consentimento em uma manda com outras, a qual se casou com Diogo Gonçalves de Vilela.

⁸⁸⁹ Disse que lhe fora feita apegção por D. António. E por elas pagava. E não tinha outro título porque lhe arderam...

⁸⁹⁰ Informação suplementar: Veio Afonso Pires mostrar prazo em que é terceira vida.

⁸⁹¹ Nota imediata: Isto diz Afonso Álvares que é censo, que o Casal é de D. Jerónimo ou Cristóvão Pais.

⁸⁹² Esta quebrada se desmembrou do Casal de Cima de Vila. E possui metade dela João Gonçalves, morador na freguesia de Vilela, que mostrou escritura de dote que lhe fez João Afonso, seu sogro. E diz que não tem título nem prazo. Nem nunca os teve. E que a possui, há vários anos.

A outra metade a possui Torcato Fernandes, morador em S. Tiago de Modelo que também lha dotou seu sogro, Pero Afonso. E não mostrou escritura nem título, nem prazo. E diz que não houve tal coisa.

⁸⁹³ Possui agora Maria Fernandes, viúva, que mandou mostrar prazo e nomeação. E é terceira vida.

⁸⁹⁴ Nota marginal: Veio mostrar este António Gonçalves prazo, em que é segunda vida. E tem nomeada a terceira em sua filha e genro, Duarte Gonçalves.

⁸⁹⁵ Antes, Sebastião Gonçalves.

⁸⁹⁶ Anteriormente, fora titular seu pai, João Pires.

⁸⁹⁷ Este foro foi acrescentado depois.

352. Casal da Carreira	Meixomil	João Pires ⁸⁹⁸	Pão meado..... 20 alq. Frangãos2 Dinheiro 10 rs.
353. Casal da Rua	Meixomil	Domingos Anes ⁸⁹⁹	Centeio 16 alq. Milho28 alq. Carneiro1 Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Dinheiro 40 rs.
354. (f. 76 v.) Casal do Outeiro	Meixomil	Gaspar Fernan- des ⁹⁰⁰	Pão terçado 48 alq. Carneiros 1 Dinheiro 40 rs.
355. Venda de Sareia	Meixomil	Pantaleão Gon- çalves ⁹⁰¹	Pão meado16 alq. Carneiros1 Dinheiro160 rs.
356. Casal de Soveia	Meixomil	Estêvão Afonso	Pão terçado..... 36 alq. Carneiros 1 Manteiga 0,5 canada Ovos..... 2 dúzias Dinheiro 20 rs. ⁹⁰²
357. (f. 77) Casal de Soverão	Meixomil	Gonçalo Anes	Trigo 2 alq. Pão terçado 24 alq. Galinhas 1 Dinheiro 20 rs.
358. Casal da Venda ⁹⁰³	Meixomil	Francisco Gil ⁹⁰⁴	Pão meado..... 10 alq. Dinheiro 50 rs.
(f. 77 v.) Pena Maior			
359. Casal de Bairro	Pena Maior	Afonso Gonçal- ves ⁹⁰⁵	Pão meado.....14 alq. Galinhas 2 Bragal 4 varas Dinheiro 190 rs.
360. Casal de Vale de Suso	Pena Maior	João Afonso ⁹⁰⁶	Dinheiro200 rs. ⁹⁰⁷ Galinhas 2 ⁹⁰⁸

⁸⁹⁸ Notas à margem e ao fundo: Uma Maria Delgada diz que possui a metade deste casal. E o traz arrendado e muito danificado. Possui a outra metade Jorge Dias que mostrou a escritura de dote que lhe fizera seu pai. Houve consentimento. Há-de requerer prazo, por todo o mês de Janeiro. Não tem filho nem filha. O Jorge Gonçalves ou seu pai tiraram o campo de Sanguinhedo, que era do Casal do mosteiro, e meteram-no no Tombo de Lordelo e emprazaram-no. Tem-no arrendado e sem licença. Seja citado. Tirou ainda a Leira da Levada e outro terreno, o Campo Grande.

⁸⁹⁹ Nota marginal: Possui agora Margarida Anes, viúva, que veio mostrar prazo e nomeação em que é terceira vida. Diz que o tem dado a um filho.

⁹⁰⁰ Nota marginal: Mostrou prazo em que sua mulher, Leonor Gonçalves, é derradeira vida.

⁹⁰¹ Ele diz que é Pantaleão Moreira.

⁹⁰² Nota marginal: Diz que não paga mais que 700 rs. (ao todo, julgo). Afonso Álvares diz que este prazo o deu Ângelo a uma irmã de Frei Francisco Ferreira. Mandou Ana Gonçalves mostrar prazo que lhe fez deste casal Ângelo Caríssimo, em que ela é primeira vida, e seu marido a segunda e que há-de nomear a terceira. E que paga 700 rs. somente.

⁹⁰³ A identificação do casal foi feita, posteriormente.

⁹⁰⁴ Titular anterior: Gonçalo Afonso, genro de João Sardinha.

⁹⁰⁵ Possui-o agora António Afonso. Veio mostrar prazo que expirou por seu pai e a escritura com a qual foi dotado. Deu-se-lhe consentimento. Há-de requerer prazo até ao fim de Fevereiro. Fez-se novo prazo deste casal ao dito António Afonso. E há-de pagar de acrescentamento 6 alq. de pão meado e 10 rs. em dinheiro.

⁹⁰⁶ Isabel Pires da Grã diz que mostrou prazo dele, que lho fez D. António, em que é a primeira vida. E agora pagaria 300 rs. somente (ao todo, julgo).

⁹⁰⁷ Em números, figuram 300.

⁹⁰⁸ Posteriormente, foi cortado este foro.

361. Casal do Ribeiro	Pena Maior	João Anes da Cruz ⁹⁰⁹	Pão terçado 18 alq. Galinhas 2 Manteiga 1 quartilho ⁹¹⁰ Pão meado 2 alq.
362. (f. 78) Casal de Eiró	Pena Maior	João Gonçalves de Aldeia ⁹¹¹	Centeio..... 20 alq. Milho 24 alq. Marrã 1 Dinheiro 200 rs.
363. Casal da Ermida	Pena Maior	João Esteves	Centeio 12 alq. Meado 16 alq. Galinhas 2 Carneiro 1 Bragal 4 varas ⁹¹²
(f. 78 v.) S. João de Eiriz			
364. Cações	Eiriz	João Gonçalves ⁹¹³	Pão meado 12 alq. Galinhas 2 Bragal 2 varas Dinheiro 200 rs.
365. Casal da Silva	Eiriz	Sebastião Gonçalves	Meado..... 12 alq. Galinhas 2 Dinheiro 100 rs.
366. Cações	Eiriz	António Gonçalves ⁹¹⁴	Pão meado 10 alq. Galinhas 2 Bragal..... 3 varas Dinheiro 126 rs.
367. Cações	Eiriz	Sebastião Gonçalves ⁹¹⁵	Pão meado 22 alq. Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Dinheiro 300 rs.

⁹⁰⁹ Possui agora Marta, neta, viúva, que veio mostrar prazo em que é segunda vida.

⁹¹⁰ Este foro foi acrescentado, posteriormente.

⁹¹¹ Ao lado, esta nota, cortada quase toda: Este veio mostrar escritura de dote com que foi agraciado, mas sem consentimento. Está dotada a metade a seu genro. A metade deste casal o dito João Gonçalves a dotou a outro genro, de nome João Pires, casado com uma sua filha, que aceitei por caseiros, em 5 de Maio de 1576. Por morte do velho, hão-de requerer prazo.

⁹¹² Nota marginal: Ficaria por herdeira deste casal Maria Esteves a quem fiz prazo da metade. E ela deu a outra metade a João Pires Sapateiro e a Diogo Esteves, seu tio, a quem fiz outro prazo de 3 vidas. Paga todo este casal 34 medidas de centeio e 22 de milho e 100 rs., mais 2 galinhas, 1 carneiro, 4 varas de bragal, tudo por estes prazos novos.

Nota ao fundo, onde se poderá ler que possui o sobredito Casal da Ermida, uma metade Diogo Esteves, e a outra Maria Afonso, mulher de Estêvão Anes. Veio mostrar um requerimento. E, porque lhe pende litígio, não se lhe deu despacho. Agora houve sentença sobre o dito casal. Maria Esteves, filha natural de Estêvão Anes, foi julgada por universal herdeira, do que mostrou sentença de mor alçada.

Esta Maria Esteves, filha de Estêvão Anes, que tem metade deste casal por título de prazo que lhe fiz, casar-se-ia com João Carneiro de Vale de Sousa. E é caseiro agora do meio casal que ela, Maria Esteves, tem.

⁹¹³ Nota marginal: Possui agora Pedro Jorge que veio mostrar prazo, que expirou por seu pai. Também mostrou a escritura com que foi dotado. E deve domínio, como tenho por lembrança. Em letra posterior: Pagou de domínio 3.800 rs. Há-de pedir prazo até ao S. Miguel que vem e o aceitei por caseiro.

Nota ao fundo: Fez-se novo prazo deste casal a Pedro Jorge e sua mulher. Há-de pagar de acrescentamento 8 alqueires de milho, que logo se corrige por 20 alq. de terçado.

⁹¹⁴ Nota marginal: Este António Gonçalves mandou mostrar prazo em que é derradeira vida. E dotou este prazo a favor de seu genro, Gonçalo Brás, que não mostrou escritura.

Acrescentar-se-á depois: Trouxe escritura este Gonçalo Brás que lhe fez seu sogro. Deu-se-lhe consentimento. Há-de requerer prazo por todo o mês de Outubro. Ao fundo, dir-se-á: Fez-se apegção a este Gonçalo Brás que ele aceitou. Foram-lhe acrescentados 4 alq. de milho.

368. Uma Quebrada	Eiriz	João Dias ⁹¹⁶	Dinheiro200 rs. <i>Dinheiro</i>60 rs.
369. Campo da Lagoa	Eiriz	João Gonçalves da Lagoa ⁹¹⁷	Pão terçado16 alq. Frangãos 2 <i>Pão</i> ⁹¹⁸ 1 alq.
370. (f. 79 v.)	Eiriz	Catarina Anes, viúva	Pão terçado 5 alq. Galinhas 2 Dinheiro 216 rs. ⁹¹⁹
371. Casal de Eiriz	Eiriz	João Anes ⁹²⁰	Pão meado..... 20 alq. Carneiros..... 1 Dinheiro 200 rs.

(f. 80) Titulos dos foros que se pagam em Ferreira

372.	Ferreira	João Geraldês	Milho 3 alq. Capões 2
373.	Ferreira	Brás Gonçalves	Milho 1,5 alq. Galinhas4
374	Ferreira	Afonso Gomes Ferreira	Milho1,5 alq. Galinhas4
375.	Ferreira	Gonçalo Afonso de Aldocim	Milho 0,5 alq.
376.	Ferreira	João Anes	Milho 0,5 alq.
377.	Ferreira	Gonçalo Martins de Bairros	Pão meado ... 3 alq. e 3/4
378. Quebrada de Quintela	Ferreira	Estêvão Anes do mosteiro de Ferreira e Helena Gonçalves, sua cunhada ⁹²¹	Dinheiro 80 rs.

(f. 80 v.) S. Tiago de Carvalhosa

379. Fonte da Bica	Carvalhosa	António Gonçalves ⁹²²	Milho 6 alq.
380. Casal de Bande	Carvalhosa	Gonçalo Anes ⁹²³	Dinheiro 100 rs. ⁹²⁴

⁹¹⁵ Referência marginal: Possui a metade deste casal Trocado Duarte que tem prazo em que é primeira vida. E paga de acrescentamento 4 alqueires. Mais se dirá: Sobre este pende demanda com Gonçalo Fernandes, o Capitão, e Trocado Duarte. Acrescentou-se: já é finda.

⁹¹⁶ Titular anterior: Diogo Pires. Ao final, acrescentou-se: Fez-se novo prazo desta Quebrada a João Dias, que há-de pagar agora, com o acrescentamento, 300 rs.

⁹¹⁷ Informação posterior: Agora traz este campo, chamado da Lagoa, António Gonçalves, filho deste João Gonçalves. E não tem dele nenhum papel. Foi-lhe mandado que, dentro de 8 dias, fizesse certo de como lhe pertencia. E que lhe vinha directamente de seus avós e pais. A tia tem prazo deste campo por D. Miguel.

⁹¹⁸ Não especificado.

⁹¹⁹ Estes 216 rs. diz que paga ao mosteiro João Anes do Canto, morador em Guimarães, genro de Manuel de Barros. E este diz que não. Ver-se-á o prazo de um e do outro.

⁹²⁰ Nota à margem: Possui agora Gaspar Gonçalves que veio mostrar prazo e nomeação de terceira vida. Acrescentou-se interlineada a notícia que segue: Agora, Gaspar Gonçalves, seu filho, diz que traz umas leiras alienadas. À margem, porém, foi esclarecido: as leiras já tornaram ao casal...

⁹²¹ Esta informação foi acrescentada noutra letra, ao final.

⁹²² Titular anterior: Gonçalo Anes.

⁹²³ Antes, fora João Anes. Ao final desta página, vem esta informação: Achei no Livro de D. Miguel a f. 21 um prazo feito a uma Catarina Anes, viúva, para ela em primeira vida, e sua filha, Catarina Anes, e seu primeiro marido da metade do Casal de Aldosinde, que está nesta freguesia, porque a outra metade

(f. 81) Título de S. Salvador de Figueiras			
381. Casal do Moinho	Figueiras	João Afonso	Dinheiro 320 rs. Galinhas 2 <i>Pão terçado</i> 9 alq. ⁹²⁵
Título de Santa Maria de Sousela			
382. Casal do Burgo	Sousela	João Anes ⁹²⁶	Dinheiro 160 rs. ⁹²⁷
(f. 81 v.) Título de Santa Cruz de Crestellos			
383. Casal de Farom	Cristelos	Gonçalo Martins ⁹²⁸	Dinheiro 200 rs. Galinhas 2 ⁹²⁹
384.	Cristelos	João Gonçalves ⁹³⁰	Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Dinheiro 180 rs.
(f. 82) S. Lourenço das Pias			
385. A Igreja de S. Lourenço			Dinheiro 120 rs.
386. Cadeiras	S. Lourenço das Pias	João Anes de Cadeiras ⁹³¹	Dinheiro 140 rs. Galinhas 2
387. Casal da Margarida	S. Lourenço das Pias	António Dias de Vila Nova ⁹³²	Dinheiro..... 250 rs. Galinhas 2

pertence ao mosteiro de Vilarinho. Renda: 18 de meado; 80 rs. em dinheiro; e 2 galinhas. Saberei se paga.

⁹²⁴ Isto é foro, e o casal é da Mitra do Porto, como se vê de uma informação que logo se segue.

⁹²⁵ À margem: Mostrou prazo em que é derradeira vida. Está certo com o Tombo.

⁹²⁶ Nota marginal posterior: Este prazo o possui agora Lopo Dias, seu genro. E tem prazo de Ângelo (de Carissimis), em que é primeira vida. E no prazo consta este foro: 300 rs. e 2 galinhas.

⁹²⁷ Posteriormente, inutilizada a referência ao quantitativo, com a adição interlinear: há-de pagar trezentos reis e as duas galinhas que aqui diz...

⁹²⁸ À margem: Este Gonçalo Martins mandou mostrar prazo em que é terceira vida. E dotou o seu filho Duarte Gonçalves com este prazo. Foi citado este titular que há-de vir mostrar a escritura. Veio mostrar a escritura. Há-de fazer prazo por todo o mês de Janeiro.

⁹²⁹ Ao fim, esta nota: Foi velhaco, porque, pagando o que consta a f. 152 v., o mesmo consta de uma vedoria que se lhe fez. Não mostou o prazo, se é que se lhe fez, e ficou o mosteiro leso em 194 (?).

⁹³⁰ Antes, Pero Anes dos Carvalhos. Nota posterior: Possui agora este casal João Gonçalves que veio mostrar prazo em que é derradeira vida, por uma nomeação feita por Gaspar Fernandes, a 30 de Abril de 1550.

Nota ao final: Fez-se novo prazo do Casal da Margarida a António Dias. Há-de pagar, com acrescentamento, 400 rs. e 2 galinhas.

Fez-se novo prazo da metade da Quebrada de Pereiro a Manuel Martins. E há-de pagar de acrescentamento 135 rs. Fez-se prazo da outra metade a António de Paiva. Há-de pagar outro tanto de renda que são 135 rs.

Possui agora a metade do casal da Torre Isabel Lourenço. Mandou mostrar prazo em que é a segunda vida. Nomeou a terceira vida em Francisco Gonçalves, seu genro, e sua filha, que, daqui em diante, hão-de possuir. E paga a metade da renda.

Hão-de vir Luís de Paiva e António de Paiva - até 8 de Fevereiro deste presente ano -, para pagarem cada um 2.000 rs. de domínio das vendas que fizeram. Luís de Paiva vendera este seu quarto da Quebrada a seu irmão.

⁹³¹ Imediatamente por cima foi acrescentada esta informação: Devem lutuosa da mulher que faleceu em Junho de 1575, pela Quebrada de Covas (?). Em nota à margem: Possui agora a metade desta Quebrada Francisco Martins, seu genro, com que foi dotado. E há-de possuí-la toda por morte dos doadores que são a derradeira vida.

388. Vila Nova	S. Lourenço das Pias	Ana Tomé de Vila Nova ⁹³³	Manteiga.....0,5 canada Dinheiro 270 rs. Galinhas 2 <i>Pão terçado.15 alq.</i>
389. Quebrada de Vila Chã	S. Lourenço das Pias	Lançarote Pires ⁹³⁴	Dinheiro 150 rs. <i>Pão terçado8 alq.</i>
390. Casal de Pereiro	S. Lourenço das Pias	Gonçalo Fernandes de Barrimau ⁹³⁵	Dinheiro 150 rs.
391. Casal da Torre	S. Lourenço das Pias	Mulher de Jorge Anes de Meinedo e Simão Martins	Pão meado 18 alq. Marrã 1 Dinheiro..... 180 rs.
392. Casal do Pereiro	S.Lourenço das Pias	Ana Martins e seu filho ⁹³⁶	Meado 12 alq. ⁹³⁷ <i>Dinheiro300 rs.</i>
(f. 82 v) S. Miguel de Lousada			
393.	Lousada	Gonçalo Branco de Piagem ⁹³⁸	Pão meado 4 alq. Marrã1 Dinheiro 310 rs. <i>Pão terçado5 alq.</i>
394. Quintã de Ledesma	Lousada	Pero Nunes ⁹³⁹	Dinheiro 200 rs. <i>Dinheiro.....100 rs.</i>
(f. 83) Revinhade			
395.	Revinhade	Pero Afonso da Rapadia ⁹⁴⁰	Pão meado 12 alq. Dinheiro 400 rs. Galinhas 2 ⁹⁴¹
396. Casal de Pacinhos	Revinhade	Sebastião Pires de Pacinhos ⁹⁴²	Pão meado6 alq. Galinhas2 Dinheiro..... 125 rs. ⁹⁴³
397. Casal do Outeiro	Revinhade	Sebastião Pires	Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Dinheiro 200 rs. ⁹⁴⁴

⁹³² Nota marginal: este António Dias veio mostrar prazo, que havia expirado, e a escritura com que fora dotado. Há-de requerer prazo, dentro de 4 meses.

⁹³³ Nota marginal: Esta veio pedir tempo, para trazer o prazo, que possui um filho. Este está vago. Foi-se a Ana Tomé.

⁹³⁴ Nota: trata-se em litígio desta Quebrada. E agora está vaga.

⁹³⁵ Nota marginal: Possui a metade deste casal de Pereiro Pero Martins que lhe foi dotado. Há-de requerer prazo dentro de 4 meses. Possuem a outra metade Luís de Paiva e António de Paiva. Hão-de requerer prazo.

⁹³⁶ Em nota à margem: Possui agora este casal Jorge Pires que tem prazo em que é primeira vida. E paga 16 alq. de meado; 329 (?) rs. em dinheiro; 1 carneiro; e 2 galinhas.

⁹³⁷ Anda no Tombo esta renda.

⁹³⁸ Possui agora António Gonçalves, que veio mostrar prazo expirado e escritura com que foi dotado. Há-de requerer prazo.

⁹³⁹ À margem: agora Manuel da Cunha. Paga este 300 rs. Foi-lhe dado em dote por seu sogro, Frutuoso de Freitas. Virá mostrar a escritura de dote.

⁹⁴⁰ À margem: Possui a metade deste casal Pero Afonso, que lhe foi dotado. Há-de-se-lhe fazer prazo. Possui a outra metade Senhorinha Pires. Também se lhe há-de fazer prazo, porque ambos levaram despachos para se fazer a apegção.

⁹⁴¹ Segue-se esta informação: Acrescentou-se agora, em todo este casal, 1.000 rs., em dinheiro, e 2 galinhas.

⁹⁴² Titular anterior: Pero Velho.

⁹⁴³ Emendado para 200 rs.

398. Casal do Barro	Revinhade	João Vaz ⁹⁴⁵	Dinheiro 200 rs. Galinhas2
399. Casal de Xisto	Revinhade	Sebastião Pires ⁹⁴⁶	Pão meado 6 alq. Galinhas2 Dinheiro160 rs. ⁹⁴⁷
400. Um dos Casais da Rapadia	Revinhade	Marcos Álvares ⁹⁴⁸	Pão meado 6 alq. Dinheiro 125 rs.
(f. 84) S. Veríssimo de Lagares			
401. Casal de Penido	Lagares	Bartolomeu Ribeiro ⁹⁴⁹	Pão meado 4 alq. Dinheiro160 rs.
402. Casal de Campos e uma Quebrada	Lagares	Diogo Anes ⁹⁵⁰	Pão meado..... 20 alq. Vinho cozido10 almudes Galinhas 2 Dinheiro 275 rs.
403. Casal do Cido	Lagares	João Gonçalves	Dinheiro 300 rs. Galinhas2 ⁹⁵¹
404 . (f. 84 v.) Casal de Gosende	Lagares	Pero Afonso ⁹⁵²	Trigo 10 alq. Pão meado 10 alq. Vinho cozido.....10 almudes Marrã 1 Dinheiro 160 rs. Pão ⁹⁵³5 alq. ⁹⁵⁴
405. Quebrada de Oleiros	Lagares	Julião Pires ⁹⁵⁵	Dinheiro 200 rs.
406. Quebrada do Seixo e Casal de Goncinha ⁹⁵⁶	Lagares	Francisco Gonçalves	Dinheiro.....450 rs.
(f. 85) Margaride (concelho de Felgueiras)			

⁹⁴⁴ Foi, posteriormente, cortado este foro e substituído pela quantia de 125 rs. E acrescentou-se: Fez-se novo prazo da metade do sobredito casal da Rapadica (?) a Pero Afonso, para ele e sua mulher e um filho ou filha de entre ambos. Com o acréscimo, na sua metade somente, de 500 rs. e 1 galinha.

⁹⁴⁵ Acréscimo posterior: Foi feito prazo deste Casal do Barro a Gonçalo Álvares. E há-de pagar 13 de meado; 6,5 de trigo; 6 almudes de vinho; um tostão em dinheiro; e 2 galinhas.

⁹⁴⁶ Possui agora o prazo Pero Pires de Xisto, ao qual se há-de fazer prazo, porque levou para isso despacho.

⁹⁴⁷ Fez-se novo prazo deste Casal de Xisto a Gonçalo Pires: para ele em primeira vida, e 1 filho ou filha, em segunda, e ao primeiro marido ou mulher da filha ou filho, com quem vier a casar, em terceira vida. E há-de pagar de acrescentamento 400 rs.

⁹⁴⁸ Titular anterior: João Álvares. Posteriormente, se acrescentará: Possui agora Marcos Álvares a quem se há-de fazer prazo. E levou para isso despacho.

Nota ao fundo: Fez-se agora novo prazo deste casal a Marcos Álvares, para ele e sua mulher, e para um filho ou filha de entre ambos. E há-de pagar de acrescentamento 405 rs.

⁹⁴⁹ Antes, fora Rui Fernandes, tabelião. Veio Bartolomeu Ribeiro mostrar prazo de nomeação, em que sua mulher é segunda vida. Há-de trazer a nomeação, que não mostrou.

⁹⁵⁰ Nota marginal: Possui agora este Casal Catarina Pires, que mandou mostrar prazo em que é a segunda vida e que agora não possui.

⁹⁵¹ Nota marginal: Paga mais pelo prazo novo, que foi feito pelo D. António, 12 alq. de pão meado, além do que aqui se diz. E o dito João Gonçalves é a primeira vida, e a mulher a segunda vida.

⁹⁵² Possui agora Francisco Álvares e sua mulher, Isabel Fernandes, que mandaram mostrar prazo em que são primeira vida.

⁹⁵³ Não especificado.

⁹⁵⁴ Nota ao fundo: Isto é o que se paga, pelo que foi visto nas notas de Brás Roiz, mais 5 alqueires de acrescentamento.

⁹⁵⁵ Titular anterior: Lucrécia Pires. Em nota marginal: Possui agora este casal Julião Pires que veio mostrar prazo já expirado e um testamento com que foi dotado. Deu-se-lhe consentimento. Há-de requerer prazo, dentro de 3 meses.

⁹⁵⁶ Este Casal do Seixo e o de Goncinha, bem como o de Oleiros estavam, por engano, metidos na freguesia de Margarida, Felgueiras, quando pertenciam a esta freguesia de S. Veríssimo de Lagares.

407. Quebrada de Aldeia	Margaride	Gaspar Lopes	Dinheiro 80 rs. ⁹⁵⁷
(f. 85 v.) Vila Nova das Infantas			
408. Casal do Barreiro	V. ^a N. ^a das Infantas	Manuel Afonso ⁹⁵⁸	Vinho mole..... 20 almudes Marrã 1 Galinhas2 Dinheiro 300 rs. <i>Dinheiro</i> 100 rs. <i>Vinho mole</i> 2 almudes
409. Casal da Fervença	V. ^a N. ^a das Infantas	Gonçalo Dias ⁹⁵⁹	Vinho mole 30 almudes Pão terçado..... 8 alq. Galinhas2 Dinheiro 250 rs.
410. Casal do Barreiro de S. Paio	V. ^a N. ^a das Infantas	Gonçalo Fernandes ⁹⁶⁰	Trigo 10 alq. Milho 4 alq. Vinho mole 17 almudes Dinheiro 200 rs. ⁹⁶¹
411. Casal da Pupa	V. ^a N. ^a das Infantas	João Gil ⁹⁶²	Vinho mole 15 almudes ⁹⁶³ Galinhas 2 Dinheiro 300 rs. ⁹⁶⁴
412. Casal da Retortinha	V. ^a N. ^a das Infantas	João Álvares ⁹⁶⁵	Galinhas 2 Dinheiro 140 rs.
413. (f. 86 v.) Vinha da Cerdeira	V. ^a N. ^a das Infantas	João Gomes	Dinheiro..... 110 rs. ⁹⁶⁶
414. Casal da Retorta	V. ^a N. ^a das Infantas	Diogo Pires ⁹⁶⁷	Vinho mole 5 almudes ⁹⁶⁸ Carneiro 1 Castanha seca1 alq. Dinheiro 300 rs. Pão meado ⁹⁶⁹ 6 alq. Homens 3 ⁹⁷⁰
415. Quintã do Paço	V. ^a N. ^a das Infantas	Catarina Correia	Dinheiro 1.000 rs. Marrã 1 Capões 2
416. (f. 87) Casal do Casal	V. ^a N. ^a das Infantas	João Gonçalves, genro de Martim Jorge ⁹⁷¹	Dinheiro 120 rs.

⁹⁵⁷ Adição posterior: E de acrescentamento, pelo novo prazo de 1593 (?), veja-se a vedoria do mesmo ano.

⁹⁵⁸ Titular anterior: João Afonso, pai de Manuel Afonso. Em nota: Mostrou Manuel Afonso prazo em que é primeira vida. Paga aqui o centeúdo.

⁹⁵⁹ Titular anterior: Martim Gonçalves.

⁹⁶⁰ Nota marginal: Mandou este Gonçalo Fernandes mostrar prazo, em que é terceira vida. E paga o aqui conteúdo.

⁹⁶¹ Nota acrescentada, posteriormente: paga mais 50 rs., porque vi o prazo.

⁹⁶² Titular anterior: João Álvares. Nota acrescentada: Possui agora este casal João Gil que veio mostrar títulos, e se lhe há-se fazer novo prazo.

⁹⁶³ Imediatamente se acrescentará: na Igreja. No assento da paróquia, havia a adega do convento.

⁹⁶⁴ Logo se acrescentaria: Tem prazo novo e há-de pagar de acrescentamento 40 rs.

⁹⁶⁵ Possuem, agora, esta Quebrada Martim Gonçalves e sua mulher, Helena Fernandes. E não têm título algum, mais que um assinado meu.

⁹⁶⁶ Acréscimo posterior: fez-se prazo novo deste campo a João Domingues, seu genro. E há-de pagar por ele mais 110 rs. e uma galinha, por um chão destinado a casas e horta que lhe juntaram.

⁹⁶⁷ Filho de João Pires, que fora o titular precedente. Em nota marginal: Possui agora este prazo Diogo Pires que veio mostrar prazo em que é terceira vida. E mostrou a escritura pela qual foi nomeado.

⁹⁶⁸ Interlineada esta observação de agora: mais 5 almudes que estão no prazo.

⁹⁶⁹ Que não anda em Tombo -, acrescenta-se .

⁹⁷⁰ Especificou-se: Para a Quintã do Paço de Catarina Correia.

417. Retorta de Baixo	V. ^a N. ^a das Infantas	Pero Anes	Dinheiro 160 rs. <i>Vinho mole</i> 10 almudes <i>Pão meado</i>10 alq. ⁹⁷²
418. Casal da Serviçaria	V. ^a N. ^a das Infantas	Pero Gonçalves e Margarida Gonçalves	Vinho mole 18 almudes Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 200 rs. ⁹⁷³
419. (f. 87 v.) Casal do Souto	V. ^a N. ^a das Infantas	Amador Gonçalves e Gonçalo Brás ⁹⁷⁴	Trigo 2 alq. Vinho mole8 almudes Carneiro 1 Galinhas 2 Dinheiro 290 rs. <i>Trigo</i>10 alq.
420.	V. ^a N. ^a das Infantas	António Álvares ⁹⁷⁵	Trigo6 alq. Vinho mole 8 almudes ⁹⁷⁶ Marrã 1 Galinhas 2 Dinheiro 240 rs.
421.	V. ^a N. ^a das Infantas	João Gonçalves de Matamá	Dinheiro 25 rs.
422. Campo do Ribeiro da Vessada ⁹⁷⁷	V. ^a N. ^a das Infantas	Helena Ribeiro ou seu filho Gaspar Fernandes	Trigo..... 1,5 alq. Dinheiro 1 tostão
423. (f. 88) Casal da Castinheira	V. ^a N. ^a das Infantas	João Brás ⁹⁷⁸	Trigo 4 alq. Marrã1 Galinhas2 Dinheiro..... 232 rs <i>Vinho mole</i>5 almudes <i>Dinheiro</i>100 rs.
424.Casal do Outeiro	V. ^a N. ^a das Infantas	Gonçalo Fernandes e Salvador Fernandes ⁹⁷⁹	Trigo 8 alq. ⁹⁸⁰ Marrã 1 Galinhas 2 Dinheiro 190 rs.
425. (f. 88 v.) Casal do Pousadouro	V. ^a N. ^a das Infantas	Sebastião Afonso ⁹⁸¹	Trigo 4 alq. Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 200 rs. <i>Trigo</i> 3 alq. <i>Galinha</i>1 ⁹⁸²

⁹⁷¹ Acrescentamento posterior: Fez-se prazo a João Correia, seu filho. Há-de pagar de acrescentamento 280 rs. Apesar de, em números, se escrever 230 rs...

⁹⁷² Nota: Este pagou no Tavares...

⁹⁷³ Esta é da fogaça. E paga dela ao mosteiro 200 rs., o que ficou contradito, com lesão para o mosteiro.

⁹⁷⁴ Titular anterior: Brás Pires. Nota marginal: Possui agora este Casal, a metade dele, Amador Gonçalves que veio mostrar prazo e que é a primeira vida. E paga a metade desta renda. A outra metade a possui Gonçalo Brás que veio mostrar prazo em que é segunda vida.

⁹⁷⁵ Filho de Álvaro Pires do Ribeiro, que foi o titular anterior. O António Álvares veio mostrar títulos e se lhe há-de fazer novo prazo. E procedeu-se a novo prazo. E nele se lhe acrescentariam 1 alq. de trigo e 60 rs. em dinheiro. E deste foro se lhe há-de abater a renda que paga Helena Ribeiro pelo campo.

⁹⁷⁶ Na Igreja, acrescentou-se.

⁹⁷⁷ Este Campo fora retirado do Casal do Ribeiro. Toda esta nota foi metida posteriormente. Helena Ribeiro tinha prazo em segunda vida e nomeara, em terceira vida, o seu filho.

⁹⁷⁸ Deste casal foi dotado com a metade do Campo do Arceiro Francisco Dias, a que se deu consentimento. E há-de pagar, por ano, 120 rs.

⁹⁷⁹ Titular anterior Fernão Álvares. Nota marginal: Possui agora este casal Gonçalo Fernandes que veio mostrar prazo em que é primeira vida e paga o aqui registado.

⁹⁸⁰ Mais 3 alq. que estão no prazo -, adverte-se.

426. Casal do Carreiro	V. ^a N. ^a das Infantas	Catarina Gonçalves e Susana Gonçalves ⁹⁸³	Trigo 4 alq. Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 200 rs. <i>Trigo</i> 3 alq.
427. Casal de S. Paio (uma parte)	V. ^a N. ^a das Infantas	Jordão Pires	Dinheiro 400 reis ⁹⁸⁴
428. Bouças do Ranha Douro	V. ^a N. ^a das Infantas	Mateus Gonçalves	Pássaras 2 ⁹⁸⁵ Dinheiro 100 rs. ⁹⁸⁶
429. (f. 89) Casal da Porta ⁹⁸⁷	V. ^a N. ^a das Infantas	Gonçalo Pires e António Álvares	Trigo 6 alq. Vinho mole..... 5 almudes ⁹⁸⁸ Marrã..... 1 Pássaras 2 Jeira 4 homens ⁹⁸⁹ Dinheiro 240 rs.
430. Casal de S. Paio ⁹⁹⁰	V. ^a N. ^a das Infantas	Maria Fernandes	Trigo 2 alqueires; Vinho mole 5 almudes ⁹⁹¹ Marrã 1 Dinheiro 200 reis.
431. Vinha	V. ^a N. ^a das Infantas	Mestre Escola de Guimarães ⁹⁹²	Galinhas 2
432. (f. 89 v.) Casal de S. Paio	V. ^a N. ^a das Infantas	Gaspar Gonçalves ⁹⁹³	Vinho mole..... 12 almudes ⁹⁹⁴ Marrã 1 Pássaras 2 ⁹⁹⁵ Dinheiro 280 rs

⁹⁸¹ Possui agora a metade deste casal Francisco Gonçalves que veio mostrar prazo, em que é a primeira vida. E paga metade desta renda.

A outra metade a possui Sebastião Álvares que mostrou prazo em que é a primeira vida. E paga a outra metade da renda.

⁹⁸² Este foro acrescentar-se-á posteriormente, sob pretexto de que estava no prazo.

⁹⁸³ Titular anterior: Heitor Fernandes. Nota marginal posterior: Possui agora a metade deste casal Gaspar Afonso, genro de Susana Gonçalves. E veio mostrar prazo em que é a dita sua mulher a terceira vida. Paga metade desta renda aqui conteúda. Possui a outra metade Catarina Pires, que mandou mostrar prazo em que é a primeira vida. Nomeou a segunda em Sebastião Pires, seu filho, que ora já o possui.

⁹⁸⁴ Por tudo quanto ficou fora do que possuía Margarida Gonçalves no Casal de S. Paio. Há-de pagar o dito João aquilo que ficara estabelecido, enquanto se não fizer prazo –, recomenda-se em acréscimo.

⁹⁸⁵ Ou seja, perdizes.

⁹⁸⁶ Mais do que até aqui, ou seja, pagava em acréscimo 20 reis. Estes três últimos títulos são adições posteriores.

⁹⁸⁷ Nota acrescentada posteriormente: Possui agora este casal, uma metade, Gonçalo Fernandes que veio mostrar títulos; e a outra metade João Fernandes e Gonçalo Pires. E ao dito Gonçalo Fernandes há-de-se-lhe requerer prazo, neste mês de Setembro. Cada um pagará 30 rs. de acrescentamento. Depois, ainda se verificará outra cisão: Uma casa e bouça que sairiam deste Casal da Porta foram emprazadas a Catarina Gonçalves, mulher de João Francisco, que deveriam pagar de renda ao mosteiro 1 alqueire de milho e 2 frangãos.

⁹⁸⁸ Nota que, posteriormente, se adicionará: este foro paga-se à igreja de Vila Nova dos Infantes, e não ao mosteiro.

⁹⁸⁹ Este foro é pago à igreja.

⁹⁹⁰ Nota que viria a ser, mais à frente, adicionada: Deste casal possui agora 2/3 Mateus Gonçalves e sua mulher, Margarida Gonçalves. E paga um tostão de acrescentamento. E o outro terço o possui João Pires. Há-de requerer vedoria. Veio também Jordão Pires mostrar uma escritura do terço deste casal e do que se lhe fará também novo prazo.

⁹⁹¹ Nota acrescentada: na dita igreja de Vila Nova.

⁹⁹² Antes dele, fora primeira vida João Formoso. Depois, acrescentar-se-á: Agora Sebastião Gonçalves, vigário da mesma Igreja de Vila Nova que a comprou.

⁹⁹³ Acréscimo posterior de que possuíam este casal, metade Sebastião Gomes e sua mulher, Ana Fernandes. Apresentou título. Que haviam de requerer vedoria. Fez-se prazo e acrescentaram-lhe 100 rs. De maneira que há-de pagar o vinho, marrã e 280 rs. (sic).

⁹⁹⁴ Pelo Casal de S. Paio à igreja -, acrescenta-se em letra posterior.

433. Casal de S. Paio ⁹⁹⁶	S. Paio, V. ^a N. ^a das In- fantas	Gonçalo Álvares e João Gomes ⁹⁹⁷	Dinheiro 130 rs. Marrã..... 1
434. Casal de S. Paio ⁹⁹⁸	S. Paio, V. ^a N. ^a das In- fantas	Sebastião Álva- res	Marrã1 Galinhas 2 Dinheiro 320 reis
435. (f. 90) Casal de Ferases		Gonçalo Gil ⁹⁹⁹	Trigo 10 alq. Vinho mole 8 almudes Marrã 1 Galinhas 2 Castanha seca 1,5 alq. Dinheiro 300 rs.
436. Casal de Fundevila	V. ^a N. ^a das Infantas	Gonçalo Anes	Dinheiro 40 reis.
437. Casal de Pousada	V. ^a N. ^a das Infantas	Sebastião Pires e Francisco Pires	Pão meado..... 4 alq.
438. Casal da Fonte	Fonte, V. ^a N. ^a das In- fantas	João Luís	Pão meado 18 alq. Vinho mole..... 10 almudes
Golães			
439. (f. 90 v.) Casal de Golães	Golães	António Vaz e Afonso Luís ¹⁰⁰⁰	Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 360 rs. ¹⁰⁰¹
440. Casal de Lourido	Golães	Catarina Anes ¹⁰⁰²	Trigo 2 alq. Marrã1 Galinhas 2 Dinheiro 100 rs.
441. Casal do Bairro	Golães	Pedro Afonso ¹⁰⁰³	Pão meado 3 alq. Vinho mole 3 almudes Marrã 0,5 Carneiro 0,5 Pássara 1 Dinheiro..... 230 rs.
442. (f. 91) Casal do Bairro	Golães	Sebastião Gon-	Pão meado 3 alq.

⁹⁹⁵ Este foro, mais tarde, se veio a eliminar.

⁹⁹⁶ Adição posterior: possuem agora este casal Gonçalo Álvares uma metade, e a outra metade João Gomes. Gonçalo Álvares dotou este casal a favor de um filho. Há-de trazer a escritura. E João Gomes os títulos que não mostrou.

⁹⁹⁷ Antes, fora titular Joana Martins.

⁹⁹⁸ Adição marginal: Este casal o possui agora Margarida Luís, mulher de Sebastião Álvares. É derradeira vida no prazo.

Adição posterior: Fez-se prazo da metade deste casal de S. Paio a João Gomes. E acrescentaram-lhe 100 reis, de maneira que há-de pagar 165 rs. em dinheiro e meia marrã. Fez-se prazo da outra metade a Mateus Gonçalves, filho de Gonçalo Álvares. Há-de pagar outro tanto, como João Gomes.

⁹⁹⁹ A vida anterior foi Gil Pires.

¹⁰⁰⁰ Nota marginal: Houve sentença contra este António Vaz do Casal, por alienar. Este António Vaz veio mostrar prazo em que é derradeira vida. E dotaria um seu genro com a metade, e um outro com uns campinhos.

E possui uns campos deste casal João Gonçalves, que foram desmembrados dos primeiros emprazadores. Há-de requerer prazo, logo que falecer António Vaz a quem pagam agora. Os genros deste António Vaz vieram mostrar as escrituras e dizem que seu sogro tinha os consentimentos deste casal.

¹⁰⁰¹ Nota acrescentada: E paga à igreja de Golães 20 alqueires de trigo.

¹⁰⁰² Primeira vida foi seu marido Pero Álvares.

¹⁰⁰³ Nota marginal: Este dotaria um filho seu. Que havia de vir mostrar a escritura Gonçalo Pires, porque foi nomeado em terceira vida e paga o que ficou mencionado. Este Pedro Afonso faleceu em Junho de 1575.

		çalves ¹⁰⁰⁴	Vinho mole..... 3 almudes Marrã0,5 Carneiro 0,5 Pássara 1 Dinheiro 230 rs.
443. Casal de Samoça	Golães	Afonso Pires ¹⁰⁰⁵	Trigo 2 alq. Pão meado..... 2 alq. Carneiro 1 Galinhas.....2 ¹⁰⁰⁶ Pássaras 2 Bragal 2 varas Dinheiro 100 rs.
444. (f.91 v.) Casal do Outeiro	Golães	Pero Anes ¹⁰⁰⁷	Pão meado 4 alq. Carneiro 1 Pássaras 2 Dinheiro260 rs.
445. Casal de Carreira	Golães	Pedro Domin- gues ¹⁰⁰⁸	Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 150 rs.
446. Casal de Sob a Devesa e Casal do Souto ¹⁰⁰⁹	Golães	João Rodrigues e André Rodrigues, seu pai ¹⁰¹⁰	Marrã 1 Pássaras.....2 Dinheiro200 rs.
447. (f. 92) Casal de Vilar	Golães	Álvaro Afonso e Álvaro Anes ¹⁰¹¹	Trigo 5 alq. Pão meado5 alq. Vinho cozido 7 almudes ¹⁰¹² Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 250 rs.

¹⁰⁰⁴ Primeira vida fora Gonçalo Pires do Bairro. Depois, este Sebastião. Adição à margem: Possui agora este casal Senhorinha Gonçalves que é derradeira vida no prazo. E dotou-o em favor de Sebastião Gonçalves, seu genro. E que havia de trazer a escritura. Veio o sobredito mostrar a escritura, mas não se lhe pôs despacho nenhum.

Outra adição ao final, noutra letra: Este casal ficou já para Apolónia Gonçalves, que lho deixou sua mãe, Senhorinha Gonçalves, e seu marido, Sebastião Gonçalves, acima nomeados. E o dito casal ficou para ela, à qual dei autoridade. Há-de emprazar dentro de um ano.

¹⁰⁰⁵ Possui agora este casal Francisca Afonso que, por instrumento, provou ser legítima herdeira. Há-de requerer prazo dentro de 6 meses.

Nota ao fim: Fez-se prazo deste casal a Francisca Afonso, viúva, em primeira vida e a seu filho, Gonçalo Afonso, em segunda, e para a primeira mulher com quem casar, em terceira. Acrescentaram-lhe 80 reis.

¹⁰⁰⁶ Estava uma, e emendou-se para 2.

¹⁰⁰⁷ Nota marginal: Este é o que veio mostrar o prazo que tinha a raspadura. Há-de aparecer até 20 de Outubro. É terceira vida nele.

¹⁰⁰⁸ Antes, fora titular Gonçalo Fernandes. Fez-se prazo a este Pero Domingues, e acrescentaram-lhe 200 reis.

¹⁰⁰⁹ O do Souto foi acrescentado posteriormente.

¹⁰¹⁰ Nota à margem: dei consentimento a esta escritura de João Roiz, neste casal. Possui agora este João Roiz e não mostrou título algum nem tem vida no prazo. Dotou com um campo o seu cunhado, João Teixeira. Foi feita a escritura por Francisco da Costa, tabelião no conc. de Monte Longo, a 26 de Abril de 1560. Chama-se o Campo do Cardedo.

Notas finais: Possui o Casal do Souto, que andava juntamente com o sobredito de Sob a Devesa, Cristóvão Pires que lhe foi dotado. E paga metade da renda assinalada. Há-de requerer prazo até Janeiro, sob pena de ficar vago.

Fez-se novo prazo do dito Casal do Souto a Cristóvão Pires. E há-de pagar de acrescentamento 1 tostão que, com a renda velha, há-de pagar meia marrã, uma pássara e 200 reis.

Fez-se apegção ao dito João Roiz do Casal de Sob a Devesa e acrescentaram-lhe 150 rs., de maneira que há-de pagar agora meia marrã e 250 reis e 2 perdizes. Não se lhe fez até agora prazo, porque ele o não requereu.

448. Casal de Sovaco	Golães	Gonçalo Pires ¹⁰¹³	Trigo 10 alq. ¹⁰¹⁴ Marrã..... 1 Galinhas 2 Dinheiro 80 reis
449. (f. 92 v.) Casal do Grilo	Golães	Pero Anes ¹⁰¹⁵	Marrã 1 Dinheiro 200 rs.
450. Terço do Casal de Vila Boa ¹⁰¹⁶	Golães	Margarida Gonçalves, solteira ¹⁰¹⁷	Milho 3 alq. Centeio 1 alq.
451. Casal de Vila Boa	Golães	Catarina Anes ¹⁰¹⁸	Marrã 1 Dinheiro 350 rs.
452. Terço do Casal de Vila Boa	Golães	Barnabé Gonçalves ¹⁰¹⁹	Pão meado 5 alq. Dinheiro 250 rs.
453. Quintã da Torre	Golães	Cosme Rebelo ¹⁰²⁰ ou Francisco de Sequeira que está na Quintã e mora em Guimarães	Dinheiro 490 rs. ¹⁰²¹
454. (f. 93) Dois moinhos das Eiras	Golães	Álvaro Gonçalves ¹⁰²²	Pão terçado 20 alq.
455. Moinhos de Vila Boa ¹⁰²³	Golães	Margarida Pires ¹⁰²⁴	Dinheiro 134 rs.
456. Três moinhos ¹⁰²⁵	Golães	Álvaro Anes	Pão terçado 21 alq. ¹⁰²⁶
457. Moinho do Ameal	Golães	Catarina Martins ¹⁰²⁷	Pão terçado..... 10 alq. ¹⁰²⁸

¹⁰¹¹ Notas à margem: Possui agora a metade deste casal Pero Afonso, que veio mostrar prazo em que é a 1.^a vida. Paga 12,5 alqueires de pão meado, 4,5 alqueires de trigo, meia marrã, uma perdiz, e 125 reis em dinheiro. E dotou esta metade a favor de Gonçalo Pires, seu filho. Possui a outra metade Belchior Álvares e João Gonçalves, cada um seu quarto. Ou seja, cada um 6 alqueires e quarta de meado, e 4 alqueires e quarta de trigo, e 62,5 reis em dinheiro. E não hão-de pagar marrã, vinho ou pássaras. E pagam outra tanta renda. Ambos devem requerer prazo até Janeiro.

¹⁰¹² Foro que depois se cortou.

¹⁰¹³ Titular anterior fora Pero Anes. Nota marginal: Possui agora este casal Gonçalo Pires que veio mostrar prazo em que é primeira vida. Este morrera em 1575.

¹⁰¹⁴ Foi adicionado posteriormente: mais 8 alqueires de trigo de acrescentamento, porque tal consta do prazo.

¹⁰¹⁵ Antes dele, em primeira vida, Afonso Pires, sogro de Pero Anes. Nota marginal: possui agora este Casal Pero Anes, genro de Afonso Pires, que mostrou prazo em que sua mulher é derradeira vida.

¹⁰¹⁶ Título inserido posteriormente.

¹⁰¹⁷ Nota marginal: é prazo em que é primeira vida.

¹⁰¹⁸ Acréscimo posterior: agora Gonçalo Álvares. Nota marginal: Possui agora este casal Gonçalo Álvares que tem prazo em que é primeira vida.

¹⁰¹⁹ Nota marginal: mandou mostrar prazo em que é terceira vida. Este faleceu. Este terço do casal o dei a uma sua filha, chamada Ana Bernaldes, mais velha, que o veio pedir por seu pai. Falecera em 8 de Maio de 1577. Há-de requerer vedoria e prazo até ao S. Miguel.

¹⁰²⁰ Titular anterior Álvaro Rebelo.

¹⁰²¹ Nota final: Parece-me que Cosme Rebelo paga somente 360 rs. Averigue-se -, acrescenta-se esta informação. Fez-se novo prazo do Casal da Torre a Francisco de Sequeira de Guimarães, e há-de pagar agora 330 reis em dinheiro, sem mais outra coisa.

¹⁰²² Nota marginal: Mandou este Álvaro Pires (sic) mostrar prazo em que é primeira vida. E diz o prazo que pagará 1200 reis.

¹⁰²³ Este prazo foi acrescentado posteriormente.

¹⁰²⁴ É prazo em que é primeira vida.

¹⁰²⁵ A saber, pelo moinho da Casa do Pisão, 9 alqueires; pelo da Mesta (?) 8; e pelo da Frágua 4, que todos somam 21.

¹⁰²⁶ Nota marginal: Possui agora Gonçalo Anes o moinho da metade e o moinho da Fraga. Mandou mostrar prazo em que é primeira vida. E paga de foro por eles somente mil reis.

Possui o moinho do Pisão, chamado o moinho de Cima, Francisca de S. Paio. Veio seu filho Mateus Nunes requerer prazo novo. Paga 9 alq. de meado.

¹⁰²⁷ Vida anterior fora Pedro Rodrigues.

458. Moinho da Cobiça	Golães	Leonor Gonçalves ¹⁰²⁹	Pão terçado 9 alq.
Silvares			
459. (f. 93 v.) Igreja de Silvares	Silvares		Dinheiro 135 rs.
460. Casal de Valibo	Silvares	Leonor Pires ¹⁰³⁰	Trigo 8 alq. Marrã 1 Galinhas 2 Dinheiro..... 250 rs. ¹⁰³¹
461.	Silvares	Vasco Anes ¹⁰³² e João Álvares ¹⁰³³	Trigo 8 alq. Pão meado 4 alq. Marrã 1 Pássaras..... 2 Dinheiro..... 250 rs. ¹⁰³⁴
462. (f.94) Casal das Cortinhas	Silvares	João Martins ou Durão Martins ¹⁰³⁵	Trigo 7 alq. Marrã 1 Galinhas 2 Dinheiro 280 rs.
463. Casal de Alvarinha	Silvares	Gabriel Gonçalves, Martim Gonçalves e Roque Raposo ¹⁰³⁶	Pão terçado 14 alq. Marrã 1 Dinheiro 500 rs.
464. Casal dos Pinheiros	Silvares	Simão Afonso e Pero Martins ¹⁰³⁷	Trigo 7 alq. Marrã 1 Pássaras 2 Dinheiro 270 rs.
465. Casal do Requeixo ¹⁰³⁸	Silvares	Martinho de Requeixo e sua mulher, Maria Gonçalves, e um f.º ou f.ª ¹⁰³⁹	Dinheiro 13 libras Marrã 1 Perdizes..... 2

¹⁰²⁸ Ao final, acrescentou-se esta observação, noutra letra: Paga 9 alqueires de milho e 3 de centeio, porque vi o prazo. Nota lateral: esta Catarina Martins mandou mostrar prazo em que é primeira vida, e seu filho, Francisco Rodrigues, segunda, e sua mulher a terceira.

¹⁰²⁹ A vida anterior foi Gonçalo Anes, marido da dita Leonor Gonçalves. Esta Leonor Gonçalves mandou mostrar prazo em que é segunda vida. Nomeou a terceira no seu filho, Domingos Gonçalves.

¹⁰³⁰ A vida anterior foi Marcos Lopes. Possui agora Leonor Pires que diz que o deu a seu filho, Pedro Francisco. E que não tem prazo, nem nunca o houve, nem o quer...

¹⁰³¹ Ao fundo, em nota posterior, vem esta informação: Achei no livro de Prazos, do tempo de D. Frei Fernão Lopes do Carvalhal, um contrato de arrendamento que ele fez do Casal do Valibo a um Vasco Gonçalves e sua mulher, Margarida Anes, etc., pelo qual haviam de pagar 7,5 libras, no ano de 1482, em 19 de Abril, no 7.º caderno do livro, encadernado em couro branco.

¹⁰³² Agora seu filho, Gonçalo Vaz -, assim se acrescentou, em letra posterior.

¹⁰³³ Agora, seu genro, Jorge Luís -, também foi acrescentado.

¹⁰³⁴ Nota marginal: estes disseram que nunca tiveram prazo nem o quereriam.

¹⁰³⁵ À margem: Possui agora este casal João Gonçalves, genro de Durão Martins. Veio mostrar escrituras a que se deu consentimento e há-de requerer prazo, até fim de Janeiro.

Possui uns campos deste casal Manuel Álvares de que se lhe há-de fazer vedoria. E há-de pagar ao mosteiro, porque até agora pagava ao casal 1 alqueire de trigo e 40 reis.

¹⁰³⁶ Nota marginal: este casal, ao vagar, deu-o o Ângelo (de Carissimis) a Miguel Raposo, mulato, de Guimarães. E, querendo tomar posse um Gonçalo Afonso, genro deste Martim Gonçalves, lhe pôs demanda e ficou, porque possuía a metade. E o mulato foi vencido. E possui agora esta metade Gonçalo Francisco.

¹⁰³⁷ Nota marginal: Possui agora este casal Baltasar Cardoso, Fernão Martins, Pero Martins e Francisco Lopes. Não mostrou título nem prazo e dizem que nunca houve, porque anda místico com outras propriedades, e não sabe quais são as terras do mosteiro.

¹⁰³⁸ Acrescentado posteriormente, ao fundo desta f. 94.

466. (f.94 v.) Casal do Requeixo	Silvares	Sebastião Martins do Requeixo	Dinheiro 330 rs. ¹⁰⁴⁰
467. 3.º título do Casal do Requeixo	Silvares	João Lopes	Trigo 2 alq. Dinheiro 90 rs. Marrã 1 terço ¹⁰⁴¹
468. Casal das Nogueiras	Silvares	Brás Martins ¹⁰⁴²	Trigo 5 alq. Marrãs 1 Dinheiro 400 rs.
469. (f.95) Casal de Vilarinho	S. Tomé de Frende	Diogo Gonçalves e João Gonçalves ¹⁰⁴³	Trigo 16 alq. Marrãs 2 Dinheiro 550 rs.
470.		Francisco Anes ¹⁰⁴⁴	Trigo 10 alq. Marrã 1 Dinheiro 280 rs.
471.	Santa Maria de Gémeos	Álvaro Pires do Ribeiro ¹⁰⁴⁵	Dinheiro 200 rs. Marrã 1
Santa Marinha da Pedreira			
472. Igreja de Santa Marinha da Pedreira			Dinheiro 135 rs.
473.	Santa Marinha da Pedreira	Bartolomeu de Tarrío (?) e Gervásio Gonçalves ¹⁰⁴⁶	Trigo 12 alq. Galinhas 2 Dinheiro 160 rs.
474. Casal da Pousada	Santa Marinha da Pedreira	João Álvares ¹⁰⁴⁷	Trigo 22 alq. Marrã 1 Galinhas 2
475.	Santa Marinha da Pedreira	Francisco Pires da Porta	Trigo 12 alq. Galinhas 2 Dinheiro 260 rs. Trigo alq. Dinheiro 80 rs. ¹⁰⁴⁸

¹⁰³⁹ Emprazou-lhes D. Francisco de Sousa. Hei-de saber quem paga esta renda -, acrescenta-se neste Tombo do Cardeal Alexandre Farnese.

¹⁰⁴⁰ O dito foreiro diz que não paga mais de 2 terços deste dinheiro acima referido e que paga mais dois terços de uma marrã.

¹⁰⁴¹ Que não paga mais de 100 reis pela marrã -, diz o caseiro.

¹⁰⁴² Titular anterior Martim Galego, que era pai do actual titular. Notas ao fim: Deste casal se fez prazo: metade dele a favor de Gonçalo Álvares, genro do dito António Martins, de que há de pagar 7,5 alqueires de trigo, uma marrã de 40 arráteis, 200 reis em dinheiro e 1 galinha. E, da outra metade, a favor de Gaspar Gonçalves, genro do dito Brás Martins, do que há-de pagar 6 alqueires de pão de trigo, outra marrã de 40 arráteis, 300 reis em dinheiro e 1 galinha.

E fez-se a apegção de 1 campo deste casal a Gaspar Gonçalves, marido de Francisca Gonçalves, e há-de pagar dele 1,5 alqueire de trigo e 2 galinhas ao mosteiro. Mas não tem prazo.

¹⁰⁴³ Nota final que nos informará que este casal foi dotado pelos sobreditos Diogo Gonçalves, a favor de seu filho, João Gonçalves; e por João Gonçalves a seu genro, António Gonçalves, de que lhes fizeram escrituras.

Notas marginais: Este casal está partido, há muito tempo, por marcos. Uma metade traz um João Gonçalves, filho de Diogo Gonçalves, ora defunto. E a outra metade trazia António Gonçalves que a vendeu a Salvador Álvares, de Santa Ovaia, a que dei consentimento.

¹⁰⁴⁴ Titular anterior Branca Álvares. Nota marginal: Este casal tem-no agora Francisco Anes, genro da dita Branca Álvares, que lho deu em casamento.

¹⁰⁴⁵ Veio Gaspar Mendes mostrar escritura de dote. Há-de trazer o prazo do doador, dentro de 8 dias. A escritura de dote foi feita no ano de 1568.

¹⁰⁴⁶ Mandou Gervásio Gonçalves mostrar prazo em que diz que é terceira vida, mas não mostrou nomeação. Paga o que aqui se diz.

¹⁰⁴⁷ Nota marginal: Possui agora este casal João Lourenço que veio mostrar prazo em que é primeira vida, e sua mulher a segunda. Paga o que foi dito.

476. Casal do Souto ¹⁰⁴⁹	Santa Maria da Pedreira	Brás Martins e Gomes da Costa ¹⁰⁵⁰	Dinheiro 200 rs. <i>Pão terçado</i> 20 alq. ¹⁰⁵¹
477. Casal da Gelfa ¹⁰⁵²	Santa Maria da Pedreira	Pedro Afonso ¹⁰⁵³	Dinheiro 160 rs. ¹⁰⁵⁴
Rande			
478. (f. 96 v.) Casal de Rande	S. Tiago de Rande ¹⁰⁵⁵	Gaspar Pires e Belchior Pires ¹⁰⁵⁶	Trigo 10 alq. Galinhas 2 Dinheiro 180 rs. <i>Pão terçado</i> 6 alq.
479.	S. Tiago de Rande	Domingos Gonçalves do Outeiro ¹⁰⁵⁷	Trigo 8 alqueires Galinhas 2 Dinheiro 110 rs. <i>Pão terçado</i> 9 alq.
Unhão			
480. Quebrada da Quintã ¹⁰⁵⁸	Unhão	João Pires da Quintã ¹⁰⁵⁹	Dinheiro 120 rs. ¹⁰⁶⁰
Boim			
481. (f. 97) Igreja de Boim			Dinheiro 120 reis
482.		Agenda (?) Pires,	<i>Pão meado</i> 7 alq.

¹⁰⁴⁸ Nota ao final: Fez-se agora novo prazo a este Gonçalo Pires da Porta, para ele e sua mulher, Catarina Fernandes. E há-de nomear em terceira, isto é, a metade do casal, a um filho ou filha de entre ambos; e, na outra metade, a uma das filhas que ele houve da primeira mulher. E há-de pagar 20 alq. de trigo, 800 rs. em dinheiro e 2 galinhas.

¹⁰⁴⁹ Acrescentou-se à margem: Fez-se agora novo prazo da metade do sobredito Casal do Souto a António Pires (?) e sua mulher. E há-de pagar 10 alqueires de terçado e 1 tostão.

¹⁰⁵⁰ Eram herdeiros de Pedro Gomes. O Gomes da Costa paga os 10 alqueires. E o outro não quer pagar que não tem prazo da apegção.

¹⁰⁵¹ Este acrescentamento deu-se com os herdeiros. Notas marginais: Gomes da Costa veio pedir tempo para trazer o prazo que tem em casa do Chançarel.

Possui metade deste casal Gomes da Costa, que mostrou prazo em que é primeira vida, e sua mulher segunda vida. Paga 10 alq. de terçado e 100 rs. em dinheiro. A outra metade a possui um genro de Brás Martins, que mostrou escritura, pela qual lhe foi dotada. Há-de requerer prazo. E paga 100 reis somente.

¹⁰⁵² Nome de origem árabe: *jalfã* (?), hipótese de José Pedro Machado.

¹⁰⁵³ Nota marginal: Possui agora Gonçalo Fernandes, genro deste Pedro Afonso, que mostrou prazo de nomeações, em que sua mulher é a segunda vida.

¹⁰⁵⁴ Não andava esta propriedade no Tombo. E tem acrescentamento. Diz um prazo que vi que pagava 680 rs. Ao fim, em nota, declara-se: Este Gonçalo Fernandes deu dinheiro a um cunhado seu, clérigo, por lhe renunciar um terço do casal que ele possuía. E andam agora em demanda.

¹⁰⁵⁵ Fez-se prazo da metade do sobredito Casal de Rande a Brás Pires, para ele e sua mulher, e um filho ou filha. E acrescentaram-lhe 1 alqueire de pão terçado e 30 reis em dinheiro. E fez-se prazo da outra metade.

¹⁰⁵⁶ Possui agora a mulher do dito Gaspar Pires a metade. E mostrou prazo em que seu marido foi derradeira vida. Há-de requerer prazo até Janeiro. Possui a outra metade Belchior Pires, que é terceira vida no prazo que mostrou. Houve este mancebo despacho, para lhe fazerem vedoria em Janeiro.

¹⁰⁵⁷ Agora se deu despacho a este Domingos Gonçalves, para lhe fazerem prazo e vedoria de meio casal. O outro meio o houve um Belchior Gonçalves em dote e deu 10.000 reis a seu sogro.

¹⁰⁵⁸ Nota ao final: Fez-se prazo da metade do sobredito Casal de Rande.

¹⁰⁵⁹ Mandou este João Pires mostrar prazo de Ângelo (de Carissimis) em que é primeira vida. Paga o que dito ficou.

¹⁰⁶⁰ Paga de acrescentamento pelo prazo que lhe fez o dito Ângelo 5 alqueires de meado e 2 de centeio.

		esposa de Pero Gonçalves ¹⁰⁶¹	Marrã1 Dinheiro 160 rs. ¹⁰⁶²
483. Quebrada de Vila Chã ¹⁰⁶³	S. Vicente de Boim	Laçarote Pires	Dinheiro 150 rs.
484. Casal de Carcavelos ¹⁰⁶⁴	S. Vicente de Boim	Simão Gonçalves	Dinheiro 260 rs. Carneiros 1 ¹⁰⁶⁵
485.		Gonçalo Anes de Real	Dinheiro 400 rs. Marrã 1 Dinheiro ¹⁰⁶⁶160 rs. ¹⁰⁶⁷
486.		Gonçalo Fernandes ¹⁰⁶⁸	Dinheiro75 rs
S. Salvador de Novelas			
487.	S.Salvador de Novelas	João Pires do Outeiro	Dinheiro 120 rs.
Bitorães			
488. Quebrada de Vila Cais (?)	Bitorães	João Afonso e João Pires de Vila Cais ¹⁰⁶⁹	Dinheiro..... 50 rs.
489. Casal de Feveros	Bitorães	Pero Gonçalves ¹⁰⁷⁰	Dinheiro..... .. 400 rs.
490. Paredes ¹⁰⁷¹	Castelãos	João Gonçalves das Paredes	Pão meado..... 16 alqueires
491. (f.98) Outeiro de Velhas	Santa Maria de Nove-las	João Pires ¹⁰⁷²	Dinheiro 120 rs.
492. Quebrada da Vila ¹⁰⁷³	Vila Cova de Carros	Duarte Vaz ou Gonçalo Vaz	Dinheiro 200 rs. Galinhas 2

¹⁰⁶¹ O titular anterior foi o seu marido, Pero Gonçalves de Sá.

¹⁰⁶² Notas ao fundo: é obrigado a responder perante o Juiz do Couto. E à margem: Possui ora este casal João André que lhe foi dotado. E é sua mulher derradeira vida no prazo.

¹⁰⁶³ Nota marginal: há demanda sobre esta Quebrada.

¹⁰⁶⁴ Ao fundo, esta nota: Fez-se nova apegção do sobredito casal de Carcavelos a favor de Gonçalo Gonçalves, que ele aceitou. Há-de pagar de acrescentamento 6 alqueires de pão meado ou um tostão (?) por ele.

¹⁰⁶⁵ Nota ao fundo: Terei lembrança do domínio e lutuosa.

Notas ao lado: Possui agora este casal Maria Gonçalves que mandou mostrar prazo em que é terceira vida. E dotou-o a favor de seu filho, Gonçalo Gonçalves, que há-de vir apresentar a escritura. Veio. E há-de requerer prazo por todo o mês de Janeiro.

¹⁰⁶⁶ Pelo prazo do citado Ângelo

¹⁰⁶⁷ Em nota marginal: Possui Catarina Fernandes, que mandou mostrar prazo daquele feitor de Alexandre Farnese, em que é segunda vida. E nomeou a terceira em Gaspar Fernandes, seu sobrinho. E deve-se a lutuosa.

¹⁰⁶⁸ Escrivão das sisas. À margem: agora Filipa de Ângelo.

¹⁰⁶⁹ Notas à margem e ao fundo: Agora possui a metade desta Quebrada Domingos Manuel, alfaiate, por uma escritura, em que consenti. Há-de requerer prazo. Possui a outra metade João Afonso, serralheiro, morador na Arrifana, que lhe foi dotada por sua sogra. Há-de requerer vedoria e prazo, quando se lá for fazer a outros.

¹⁰⁷⁰ Filho de Baltasar Gonçalves, que foi a vida anterior.

¹⁰⁷¹ Este deu o Ângelo (de Carissimis) a Cristóvão Leitão. E não paga nada.

¹⁰⁷² Nota ao final deste termo: Deste achei um prazo no Livro de Frei Fernão Lopes.

¹⁰⁷³ Nota ao fundo: Desta quebrada achei um prazo antigo no Livro da Pasta Preta, do tempo de D. Frei Fernão Lopes.

493. Casal da Ribeira ¹⁰⁷⁴	S. Cosme de Besteiros	Pero Afonso	Dinheiro 350 rs. Marrã 1
		Mulher que foi de Fernando Anes	Dinheiro 9 rs.
494. (f. 98 v.) Casal da Segoiva ¹⁰⁷⁵	Bostelo	Pedro Anes	Dinheiro 200 rs. Pão ¹⁰⁷⁶ 10 alq.
	Recezinhos	Pero Anes de Vi-lar de Porcos	Dinheiro 80 rs.
S. Martinho de Paiva			
495. (f. 99) Casal da Agra (?)	S. Martinho de Paiva	Belchior Reimão	Pão meado 10 alq. Azeite 4 canadas ¹⁰⁷⁷
496. Casal da Agra	S. Martinho de Paiva	Catarina Lopes e também Belchior Reimão	Dinheiro 560 rs. Azeite 4 canadas
497. Quebrada de Picotas	S. Martinho de Paiva	Que foi de Catarina Lopes	Dinheiro 100 rs. Pão ¹⁰⁷⁸ 6 alq.
498. (f. 99 v.) Quintã de Catapeixe.	S. Martinho de Paiva	Pedro Afonso ¹⁰⁷⁹	Pão meado 20 alq. Vinho cozido 20 almudes Vinho 5 almudes Pão ¹⁰⁸⁰ 5 alq. ¹⁰⁸¹
499. Casal do Castelo de Paiva	S. Martinho de Paiva	Pero Álvares ¹⁰⁸²	Dinheiro 200 rs. ¹⁰⁸³
500. Casal de Baça	S. Martinho de Paiva	Sebastião Dias	Pão meado 8 alq. Dinheiro 100 rs.
501. Casal de Baça (outra meta-	S. Martinho	António Gomes	Pão meado 8 alq.

Nota à margem: Agora possui esta Quebrada o dito Gonçalo Vaz, filho de Duarte Vaz, por uma escritura de compra que seu pai fez desta quebrada, no ano de 1520, sem autoridade do senhorio. Não tem título dela, nem o dito Gonçalo Vaz mostrou outra escritura.

Esta metade de Domingos Manuel ele a vendeu a Pero Gonçalves de Monterroso do Ribeiro de Lousada, por preço de 20.000 reis. Do que pagou domínio. E lhe dei consentimento.

¹⁰⁷⁴ Nota ao final: Este casal – diz Afonso Álvares –, que agora possui Diogo Pires da Ribeira, está vago. E vagou por sua mulher que foi nomeada. Este casal da Ribeira me pediu Gonçalo Domingues e lhe dei por alvará meu, feito em 12 de Maio de 1577, para o possuir como inquilino.

¹⁰⁷⁵ Deste casal se vendeu um campo, chamado Soeiro Longo, a Gonçalo Pires, o Louco, de Arrifana, por 800 reis, haverá 8 anos. E fez a escritura Belchior Fernandes de Arrifana. Não se dará consentimento.

¹⁰⁷⁶ Não se determina que espécie de pão seja este.

¹⁰⁷⁷ Nota acrescentada ao fim: Paga mais, pelo prazo novo que se fez a Gonçalo Gonçalves da Agra, 400 rs. em dinheiro. Acrescentou-se ainda: No livro de D. Miguel (f. 88) está um prazo feito a Gonçalo Gonçalves e sua mulher, Ana Gonçalves, e a 1 filho ou filha do Casal da Agra. E há-de-se pagar a dita renda e acrescentamento.

¹⁰⁷⁸ Não se diz de quê. Além disso, logo se corrigiria para 8 alqueires, ainda sem especificação.

¹⁰⁷⁹ Esta sobredita Quintã de Catapeixe possui agora, a metade dela, Duarte Gonçalves e sua mulher, Francisca Correia, por título de prazo. E pagam 12,5 alqueires de meado e 12 almudes de vinho cozido. E o terço da outra metade possui João Pires e sua mulher, Maria Anes, por prazo. E pagam 4,5 alqueires de pão meado e 4 almudes de vinho cozido.

¹⁰⁸⁰ Ainda sem especificação.

¹⁰⁸¹ Dir-se-á entre parênteses: 10 medidas.

¹⁰⁸² Foi cortado este titular e substituído por outro, posteriormente, com o nome de Mateus Barbosa. Em nota, dir-se-á: Gonçalo Pires e sua mulher, Catarina de Freitas, possuem os 2 terços da metade da Quintã de Catapeixe, por prazo que lhes fizera D. António. Pagam 8,5 alqueires de pão meado e 8,5 almudes de vinho cozido.

¹⁰⁸³ Uma confusão: A outra metade – diz-se de imediato – pagará seu cunhado, Belchior Fernandes do Castelo. De acrescentamento de 10 almudes de vinho 340 rs. Depois, termina-se acrescentando: Diz o prazo que pagarão 540 reis somente. E não fala em vinho.

de)	de Paiva		Dinheiro 100 rs. ¹⁰⁸⁴
502. (f.100) Casal de Vila Verde	S.Martinho de Paiva	João Reimão	Dinheiro 200 rs. ¹⁰⁸⁵
503. Casal ou Quebrada de Nogueira	S.Martinho de Paiva	Pero Rebelo de Fornos	Dinheiro 50 rs. ¹⁰⁸⁶
S. Mamede de Canelas			
	S. Mamede de Canelas	João de Bairros	Dinheiro 240 rs.
S. João de Raiva			
504. (f.100 v.) O Casal de Leonor Pires	S. João da Raiva	Leonor Pires	Dinheiro 300 rs. Vinho cozido 5 almudes ¹⁰⁸⁷
505. Quebrada	S. João da Raiva	Cecília Rodrigues ¹⁰⁸⁸ , mulher que fora de Roque Carneiro	Dinheiro 100 rs. Azeite 1 alqueire
506.	S. João da Raiva	Margarida Lopes, a Preta nova	Dinheiro 200 rs.
507.	S. João da Raiva	Gonçalo Anes, o Novo	Dinheiro 60 rs.
508.	S. João da Raiva	Diogo Dinis (?) Vila Real	Dinheiro 2.000 rs. Vinho.....4 almudes ¹⁰⁸⁹
509. Meio casal de Raiva e meio de Serradelo	S. João da Raiva	António Pires e sua mulher Maria Gonçalves ¹⁰⁹⁰	Trigo 2 alq. Pão meado 1 alq. e $\frac{3}{4}$ Dinheiro 500 rs.
(f. 100) Títulos das mais igrejas			
510. S. Martinho de Covelas			Dinheiro 800 rs.
511. S.Lourenço de Asmes			Dinheiro800 rs.
512. S.ta Maria de Silva Escura			Dinheiro 120 rs.
513. S.ta Maria de Vilar, sua anexa			Dinheiro..... 600 rs.
514. Santo Estêvão de Gião			Dinheiro 255 rs.
515. S. Martinho de Sequeirô			Dinheiro 135 rs.
Títulos do Porto			

¹⁰⁸⁴ Nota acrescentada na mesma ocasião deste atombamento: Diz mais o prazo, a f. 179, que paga mais 10 alqueires de pão.

¹⁰⁸⁵ Anotações posteriores: Pagará de acrescentamento 60 rs., que lhe foram adicionados pelo prazo novo, além destes 200 reis. Ao todo, 260 reis. E ainda esta anotação: Fiz o prazo desta Quebrada a Manuel Reimão, filho de Brás Reimão. E acrescentaram-lhe 60 rs. mais, o que tudo perfaz a soma de 260.

¹⁰⁸⁶ Nota ao final: Este Pero Rebelo tinha prazo em que era primeira vida. E nomearia por segunda a sua filha e genro, que se chamava Jorge Gonçalves, que ora o possui. E o casal chama-se da Nogueira. E a terceira vida há-de pagar mais 2 galinhas. Ficou vago este casal, em Maio de 1575.

Anotação à margem: Este prazo é de nomeações. E dizem serem as vidas acabadas.

¹⁰⁸⁷ Acrescentou-se ao lado: as vidas deste prazo estão expedidas. E o pede Gonçalo Domingues.

¹⁰⁸⁸ Em acrescentamento posterior: esta é a sogra de João Pais da Reboleira.

¹⁰⁸⁹ Em nota: Se o mosteiro tivesse de ir pelo vinho, então o caseiro pagaria 8 almudes. Este pagará pelo prazo novo, por dia de S. Miguel, 4.000 reis.

¹⁰⁹⁰ Têm prazo em que sua mulher é primeira vida.

516.	Rua Chã	Inês Gramaxa	Dinheiro170 rs.
517.	Cruz do Souto	Gomes Eanes ¹⁰⁹¹	Dinheiro 200 rs. Pão meado 8 alq. ¹⁰⁹²
518.		Luís Álvares Beleágua ¹⁰⁹³	Dinheiro 460 rs. ¹⁰⁹⁴
519.	Rua Chã	João Coelho	Dinheiro.....300 rs. ¹⁰⁹⁵
520.		Gaspar Pais	Dinheiro1.300 rs. ¹⁰⁹⁶
521.		Gonçalo Ferreira	Dinheiro..... 2.500 rs. ¹⁰⁹⁷
522. (f. 102 v.)		António de Sousa	Dinheiro 3.660 rs. ¹⁰⁹⁸
523.		Dona Maria, mulher que foi de Francisco de Sousa	Dinheiro 150 rs.
524.		A mulher que foi de António do Couto	Dinheiro..... 172 rs.
525.		Jerónimo de Castro	Dinheiro 800 rs. ¹⁰⁹⁹
526.		Francisco Dias, Lic. ^o 1100	Dinheiro 2.000 rs. ¹¹⁰¹
527.	Porta Nova	João Fernandes	Dinheiro2.100 rs. ¹¹⁰²
528. (f. 103)		Cristóvão Leitão	Dinheiro.....2.400 rs. ¹¹⁰³
529.	Porta Nova	Gonçalo Fernandes ¹¹⁰⁴	Dinheiro240 rs Pão 10 alq. ¹¹⁰⁵

¹⁰⁹¹ Nota marginal: Veio mostrar Gomes Eanes prazo em que é derradeira vida. E mostrou nomeação que, por sua mulher, lhe foi feita.

¹⁰⁹² Em adição posterior: Tudo pelo casal de Sequeiros, S. Tomé de Negrelos.

¹⁰⁹³ Informamos os nossos leitores de que este Luís Álvares Beleágua era tio do famoso humanista Belchior Beleágua.

¹⁰⁹⁴ Acréscimo posterior: E pelo Pomar de Refojos, casal ou Quinta da Granja e, por outro, de nome Vila Boa.

¹⁰⁹⁵ Pela Quinta de Nogueira e Vinha de Moreira. Acrescentou-se em nota final: Tem mais 5 casais na freguesia de Agilde, do conc. de Celorico de Basto, e está por prazo de 3 vidas de nomeações, em que a mulher de João Coelho, num testamento, está nomeada por segunda vida. O dito testamento é do referido João Coelho. Foi feito no ano de 1560.

Em nota marginal: Trazia estas peças - em nome de sua mãe, que é falecida -, o filho de João Coelho, clérigo. Saber se a deixou e como a deixou.

¹⁰⁹⁶ Pelos casais que traz.

¹⁰⁹⁷ Pelos casais que traz em Mandim da Maia. Acrescenta-se em nota marginal: Veio mostrar prazo, em que é 1.^a vida, e sua mulher, Justa Monteiro, a segunda. Paga o aqui conteúdo.

¹⁰⁹⁸ Pelos casais que traz.

¹⁰⁹⁹ Pelos casais de Bragadela.

¹¹⁰⁰ Titular anterior: Manuel do Couto, que ficou dos filhos de Branca Costa.

¹¹⁰¹ Com acrescentamento -, diz-se.

¹¹⁰² Pelos casais de S. Lourenço e do de Gueidãos, de S. Cristóvão do Muro, que comprou a *micier* (da mesma raiz de *monsieur*) Jacome. Nota acrescentada: A dita compra foi feita no ano de 1569, a 3 de Junho. Fez a escritura António Cardoso. Foram também vendidos, por preço de 4.000 rs. forros, e *micier* Jacome havia de pagar sisa e domínio, o que nenhum deles pagou, até agora. E se deve. E tem um consentimento e licença para vender os ditos casais do colector, feito no ano de 1568, o qual não o desobriga de pagar o domínio da venda feita, como dele consta. E também não mostra procuração do dito colector.

¹¹⁰³ Por seu falecimento, há-de pagar agora 4.000 reis.

¹¹⁰⁴ Agora, uma filha de João Anes da Porta Nova. E, agora, Tomé Gonçalves, nas Cangostas. E nota marginal: Mostrou Tomé Gonçalves prazo em que Simão enteado, filho de Pantaleão de Freitas, é terceira vida. E mostrou disso nomeação. E o dito Tomé Gonçalves o recolhe em seu nome, por ser seu padraсто. E paga o que aqui está conteúdo.

530.		Pedro de Andra- de Caminha ¹¹⁰⁶	Dinheiro... 2.660 rs. ¹¹⁰⁷
531.	Fonte da Orina ¹¹⁰⁸	João Pires	Dinheiro 1.000 rs.
532. (f. 103 v.)		Toríbia do Car- valhal, sua cunha- da ¹¹⁰⁹	Dinheiro 1.000 rs.
533. Pelos casais que trazia o pai do titular		Pedro Vaz Soares	Dinheiro 2.600 rs. ¹¹¹⁰
	Caldeireira	A filha que foi de João de S. Miguel	Dinheiro 300 rs. ¹¹¹¹
		Henrique Ho- mem ¹¹¹²	Dinheiro 1.800 rs. ¹¹¹³
	Miragaia	Filhas de André Luís	Dinheiro 20 rs.
534. (f. 104) Casal de S. Louren- ço ¹¹¹⁴		Mulher que foi de Vasco Carneiro ¹¹¹⁵	Dinheiro 350 rs.
535. Pelos casais que traz		Vicente Novais ¹¹¹⁶	Dinheiro 750 rs.
	Rua Chã	João Correia ¹¹¹⁷	Dinheiro 340 rs.
536. Quinta de Iufrei		Jorge de Fonseca	Dinheiro 2.000 rs. ¹¹¹⁸
537. (f. 104 v.)		Uma filha de Dio- go da Costa, no mosteiro de Vai- rão	Dinheiro 240 rs.
538. Casais de Avintes		Diogo Brandão Pina	Dinheiro 1800 rs. ¹¹¹⁹
539. Quinta de Avintes		António de Frei- tas ¹¹²⁰	Dinheiro 300 rs.
540. Casal de Argemil, na freguesia da Madalena		A mulher de Pero Anes, dourador	Dinheiro 700 rs. Galinhas 2 ¹¹²¹
		Mulher que foi de Gonçalo Afonso,	Dinheiro 140 rs. ¹¹²²

¹¹⁰⁵ Não se determina a espécie do pão. E esclarece-se a razão do aumento: por ser falecida uma velha de quem houve o dito casal das Rãs e Lordelo (cortada esta especificação) 10 alq. de pão (10 medidas).

¹¹⁰⁶ Vida precedente: João Caminha.

¹¹⁰⁷ Este paga mais, pelos prazos do Ângelo, 800 rs., o que dá ao todo 3.400 rs. *Scilicet*, pela Quinta do Coronado 900; e pelos casais de Cabeda 500 rs.

¹¹⁰⁸ Aparece este nome com variantes: Fonte da Orina, Fonte Taurina, Fonte Aurina. Segundo informação recebida, virá mesmo de Urina, da poluição a que estava sujeita. Fica na Ribeira.

¹¹⁰⁹ Acréscimo posterior: Agora Miguel Pais.

¹¹¹⁰ E está em dívida de mais mil reis -, acrescenta-se de imediato.

¹¹¹¹ Pôs-se mais a informação de que o Ângelo de Carissimis fizera prazo a Diogo de S. Miguel, com mais 200 rs. Que seriam, ao todo, 500 rs.

¹¹¹² Por sua mãe, Inês de Azevedo.

¹¹¹³ Acrescentou-se: a este fez o Ângelo 2 prazos, com mais 400 reis de acrescentamento. São, ao todo, 2.200 rs.

¹¹¹⁴ Título acrescentado posteriormente.

¹¹¹⁵ Informação adicional: Foi feito novo prazo deste casal a João de Sousa e sua mulher, D. Francisca Carneira, que hão-de pagar 400 rs.

¹¹¹⁶ Tem outra adição adiante.

¹¹¹⁷ Antes, era titular Maria de Figueiredo, da Rua Chã, e pagava 130 rs.

¹¹¹⁸ No prazo anterior, pagavam-se 650 rs.

¹¹¹⁹ Acrescentou-se a informação de que das vidas se pagariam 650 rs.

¹¹²⁰ Nota marginal: na era de de 1562 (?) tinha vendido a Diogo Brandão.

¹¹²¹ Nota marginal: Prazo de D. Miguel da Silva. Em 1528.

		serralheiro, no Hospital	
541. (f. 105)		Duarte Martins, sapateiro	Dinheiro 220 rs.
		Luís Velho	Dinheiro 320 rs.
Gaia			
542. Casais de Arcozelo		João do Porto, sombreireiro ¹¹²³	Dinheiro 420 rs.
543. Uma quebrada		Belchior Mendes ¹¹²⁴	Dinheiro 20 rs. ¹¹²⁵
544. Casal do Vale do Souto, em Penamaior ¹¹²⁶	Fonte de Ourina	A mulher de João do Souto	Dinheiro 200 rs. Galinhas 2
(f. 105 v.) Guimarães			
545. Casal de Valverde	S.ta Maria de Gémeos	Margarida de Freitas ¹¹²⁷	Dinheiro..... 600 rs.
546. Chão das Casas		Mestre Escola	Dinheiro 100 rs.
547. Vila de Vila Nova	Vila Nova das Infantas	Vigário de Vila Nova ¹¹²⁸	Galinhas 2
548. Casal da Torre	S.Salvador de Tagilde ¹¹²⁹	Gaspar Afonso	Dinheiro..... 210 rs. ¹¹³⁰
549. Uma chã		Pero Álvares	Dinheiro 10 rs.
550. Palheiro		Afonso Rodrigues do Amaral	Dinheiro 20 rs. ¹¹³¹
551. Uma Almoinha	Atrás de S. Francisco ¹¹³²	Margarida Gonçalves	Dinheiro 320 rs. <i>Dinheiro</i> 40 rs.
552. (f. 106) Almoinha	Rua de Couros	Francisco Anes	Dinheiro 350 rs.
553. Umas Casas	Praça	Afonso Luís	Dinheiro..... 130 rs. ¹¹³³
554. Uns Casais		Mulher que foi de Artur de Barros	Dinheiro 1.600 rs. ¹¹³⁴

¹¹²² Diz mais o prazo: 260 rs.

¹¹²³ Anotação posterior: Agora Afonso Anes e Jorge Mendes possuem, cada um, sua metade. Hão-de pagar ambos 1.200 rs., que é a renda, com acrescentamento. Foi feito prazo novo a estes por mim. Comprará Inês Henriques, mulher que fora de Henrique Homem, a metade destes casais que possuem António Anes e Jorge Mendes, a que eu dei consentimento. E hão de pagar a metade da renda. E os campos arriba, que comprou António Anes de Paços, ficam de fora. Também comprará Inês Henriques a parte que tinha o filho do João do Porto, no dito casal.

¹¹²⁴ Agora é a sua mulher que vive em Vila Nova (Gaia).

¹¹²⁵ Nota marginal: Estes venderam 3 campos a António Anes de Paços, que os há-de possuir nas vidas de seus prazos e há-de pagar ao mosteiro 170 rs. de foro. E os caseiros pagarão tudo quanto pagavam pelo prazo novo. Eu lhes dei consentimento.

¹¹²⁶ Aí andam em trabalho.

¹¹²⁷ Vive na Rua –, diz o Tombo, em informação complementar.

¹¹²⁸ Diz-se, em forma de acrescentamento, que foi ele quem comprou a Vila.

¹¹²⁹ Informação marginal.

¹¹³⁰ Acrescentar-se-á, ao depois, esta informação: Filipe do Bouro, de Guimarães, paga esta renda. E Isabel Ribeira, sua mulher, é a terceira vida no prazo. Estes, no ano de 1573 e após licença, venderam o dito casal a Pedro Gaspar, lavrador no mesmo casal.

¹¹³¹ Estes 20 rs. paga agora Gonçalo Fernandes, tabelião, que vive em S. Paio.

¹¹³² Aqui vive a emprazadora, segundo uma anotação que se colocaria de imediato e noutra letra.

¹¹³³ Nota acrescentada: Esta renda paga agora uma Catarina Carneira que as possui

555. Casal de S. João de Eiris		Catarina Anes ¹¹³⁵	Dinheiro 216 rs. ¹¹³⁶
556. Moinhos		Francisco da Fonseca ¹¹³⁷	Dinheiro 600 rs.
557.		Margarida Gonçalves, mulher que foi de Salvador Lopes	Dinheiro 250 rs. <i>Dinheiro</i> 150 rs. ¹¹³⁸
558. (f. 106 v.) Moinho e horta	Toural, fora da Vila	João Martins, barbeiro	Dinheiro..... 230 rs.
559. Quebrada de Velide,	Cepães	João Afonso	Dinheiro 20 rs.
560.	Granja, freguesia de Silvares (1. ^a metade)	Pero Anes	Dinheiro 300 rs. ¹¹³⁹
561.	Granja, Freguesia de Silvares (2. ^a metade)	Pero Fernandes	Dinheiro..... 300 rs. ¹¹⁴⁰
562. Casas	À Porta de S.ta Luzia, da banda de dentro.	Branca de Magalhães, nora que foi de Francisco Guterres	Dinheiro 320 rs. <i>Dinheiro</i> 180 rs.
(f. 107) Ribeira de Viseu			
563. Casais e terras	Ribeira	Egídio Lopes ¹¹⁴¹	Dinheiro 1.020 rs.
564. Prazo	Maia	Egídio Lopes	Dinheiro 6.000 rs. ¹¹⁴² Dinheiro 850 rs. Trigo 4 alq. ¹¹⁴³
565.	Viseu	Pero Rebelo	Dinheiro 200 rs. ¹¹⁴⁴
566. Emprazamento de Aveiro e medidas da Maia		Jerónimo Bravo	Dinheiro 7.500 rs. ¹¹⁴⁵
567. Casais de Mandim	Maia	Gonçalo Ferreira ¹¹⁴⁶	Dinheiro 2.500 rs.

¹¹³⁴ Esta renda paga agora João Anes do Canto, genro de Manuel de Barros, que vive fora de Vila Verde.

¹¹³⁵ Julgo que esta os trazia de sub-emprazamento das mãos da mulher de Artur de Barros.

¹¹³⁶ Diz-se em nota imediata: Estes 216 rs. - garante ela - não os paga. Antes, que os pagaria João Brás de Eiris: 5 alq. de pão ao mosteiro e a ela os 216 rs.

¹¹³⁷ A vida precedente foi Geraldo Ribeiro. No prazo, dizia-se que pagava 640 rs.. Estes moinhos deu Francisco da Fonseca, em dote, a Filipa da Fonseca, sua filha, casada com Pero Cardoso de Meneses. Nomeá-la-ia segunda vida. Estes iriam vender estes moinhos a um Francisco de Freitas, morador em Guimarães, por 65 mil rs.

¹¹³⁸ Informação imediata: esta renda paga agora seu filho, Pero Lopes, que vive mesmo à porta por onde se entra do Campo da Feira para a Nossa Senhora da Oliveira.

¹¹³⁹ Foi dito, tempos depois, que veio a pagar 16,5 alq. de pão meado somente. Em nota marginal, pode ler-se: Possui agora metade Fernando Lopes, que veio mostrar prazo em primeira vida. E paga.

¹¹⁴⁰ Nota posterior: Possui agora a segunda metade Pedro Fernandes, em que é terceira vida. E, segundo informação posterior, pagaria então só 16,5 alq. de pão meado.

¹¹⁴¹ À margem: agora Leonor Borges, sua mulher.

¹¹⁴² Mas que os há-de pagar Vicente Novais.

¹¹⁴³ Desta quantia, porém, como do trigo imediato não se especifica o título em causa.

¹¹⁴⁴ Nota ao final: busque-se este, porque não paga tanto.

¹¹⁴⁵ Nota marginal: de Aveiro 6.000; e da Maia 1.500. Com esta nota ao final: Martim Frias, na Rua das Flores desta Cidade, é obrigado a pagar isto...

¹¹⁴⁶ Nota ao fim: Vive na Cruz do Souto, no Porto. Nota ao final: Dê certidão de como, depois de muitos anos, se tange o sino, dia de S. Mateus.

(f. 107v.) Tentugal			
568. Casais de Vila Verde e Ardezube		António Pereira de S. Paio ¹¹⁴⁷	Dinheiro 3.000 rs.
569. Casais que come		Moreira	Dinheiro 6.700 rs.
570. Casal de Requeixo ¹¹⁴⁸		Moreira	Dinheiro 2.000 rs.
571. Quintas de Ardezube e Vila Verde	Termo de Coimbra	Secretário	Dinheiro 6.000 rs. ¹¹⁴⁹
S. João da Foz			
572. (f. 108) Casal que foi de João de Canelas		Catarina Álvares	Trigo18 alq. Cevada4 alq. ¹¹⁵⁰
573. Casal de S. Cristóvão		Catarina Álvares	Dinheiro 400 rs.
574. Bouça da Cantareira		Catarina Álvares	Cevada 10 alq.
575. Pelo Casal de Gonçalo Luís		Gonçalo Afonso e Pero Pires	Trigo40 alq. Cevada 30 alq. Galinhas 3 Ovos 2 dúzias Palha 1 carro Carneiro 1 ¹¹⁵¹
576. (108 v.) Casal que foi de Diogo Carvalho		António Pires	Trigo 40 alq. Cevada 15 alq.
577. Casal da Pedra de Aguçar		Frutuoso Carneiro	Cevada3 alq.
578. Bouça que foi do Sapateiro		Frutuoso Carneiro	Trigo 8 alq.
579. Campo e Fonte de Marinhas		Gonçalo Anes Bretão	Dinheiro 40 rs.
580. Uma Bouça		Bento Martins	Cevada 4 alq.
581. Casal do Crasto ¹¹⁵²		Jorge Fernandes ¹¹⁵³	Trigo17 alq. Cevada21 alq. Centeio2 alq.
582.		Pero Anes de S. Sebastião	Pão meado 4 alq. Cevada 4 alq.
583. Casas de Gonçalo Gil		Jorge Fernandes	Pescadas 4
584. Casas em que vive Sebastião Gonçalves	Junto da Igreja	João Gonçalves	Dinheiro 200 rs.

¹¹⁴⁷ Agora o secretário Pedro de Alcaçova 600 rs. (?)

¹¹⁴⁸ Na margem: Este casal ou Quinta do Requeixo, que está no Bispado de Coimbra, agora o possui um tal Manuel Coelho. É derradeira vida no prazo. Paga 2.000 rs. Fez prazo novo a seu filho Baltasar Coelho.

¹¹⁴⁹ Nota final: Isto deu o Ilustríssimo genro del-Rei dom Dinis ao mosteiro de Santo Tirso, por troco de Chão de Couce. Faltam aqui umas casas em Coimbra, situadas a par dos Paços, a que chamam do Alcaide.

¹¹⁵⁰ Diz que paga mais 120 rs. Ver-se-á o prazo.

¹¹⁵¹ Nota marginal: Deste casal se desmembrou uma leira que comprou Pero Gonçalves de S. João a Maria Afonso. Há-de pagar ao mosteiro um alqueire de trigo.

¹¹⁵² A Santa tem prazo em derradeira vida. E dotou este casal em favor de uma sua filha e genro, em quem logo renunciou todo o seu direito, posse e acção, reservando os frutos para si, em sua vida. E, porque o genro tinha muitas dívidas, se foi da terra. E pôr-se-ia o casal a pregão, com outras casas e foros, o que tudo houve João Gonçalves Carniceiro numa arrematação, por preço de de 21.100 rs.. Houve consentimento de Bento Fernandes. Esta compra foi muito abaixo de seu preço justo, porque anda arrendado em 40 alq. de trigo e outros censos pelos quais paga ao mosteiro 20 alq. Da renúnciação que fez a Santa não consta haver consentimento do senhorio.

¹¹⁵³ Nota marginal: Agora Manuel Afonso, seu genro, fez prazo novo da sua metade. E paga 8 alq. de trigo, 12 de cevada e 1 de centeio, à sua parte.

Nota final: Paga metade desta renda Jorge Fernandes. E, pela outra metade, paga a sua cunhada, Margarida Afonso, 11,5 alq. de cevada, 2 de centeio e 7,5 alq. de trigo, porque tem prazo novo da metade da propriedade.

585.	Praça	Maria Roriz	Dinheiro 286 rs.
586. (f. 109 v.)		Ana Domingues	Pescadas 6
587. Casas que foram de João Gonçalves Toucinheiro		Afons Pires Galego	Pescadas 10 Sardinhas 1 cento
588.		Senhorinha Lopes ¹¹⁵⁴	Dinheiro 200 rs.
589.		Gonçalo Pires ¹¹⁵⁵	Pescadas 7
590. Casas		Afonso Gil	Dinheiro 60 rs.
591.		Isabel Pires, viúva	Pescadas 12 Sardinhas 1 cento
592. (f. 110) Casas que foram de João Afonso Carneiro			Pescadas 12 Sardinhas 300
593.		Filipa Gonçalves	Dinheiro 120 rs.
594.		Maria Gonçalves e Pero Álvares	Pescadas 12
595. Casas que foram de Gaspar Álvares		Bento Martins	Dinheiro 120 rs.
596. Umas casas		Bento Martins	Dinheiro 150 rs.
597. Casas que foram de João Afonso, na Ribeira		Catarina Pires, Alfaiate	Pescadas 12 ¹¹⁵⁶ Sardinha 1 cento
598. (110 v.)		Casas de Catarina Anes, filha de João Gonçalves do Souto	Pescadas 12
599.		António Anes da Redonda	Pescadas 18
600. Casas em que vive a Caiada			Pescadas 8
601. As casas que foram de Maria Anes Barbalha		João Anes Penteado	Dinheiro 420 rs.
602.		Afonso André, genro de Maria Anes de Prol	Pescadas 12 Sardinhas 1 cento
603. (f. 111) As casas que foram de João dos Banhos		Bom Ano (?)	Pescadas 7
604. Outras		Bom Ano	Pescadas 12
605. Casas		Luzia Afonso	Pescadas 15
606. Casas de Gonçalo Anes Bom Rei		Sebastião Afonso	Pescadas 14
607.		Gaspar Barbosa	Dinheiro 500 rs.
608.		Maria Lopes	Pescadas 6
609.		Jorge Gonçalves e Gonçalo Anes Bretão	Pescadas 12
610. (111 v.) Casas		Gonçalo Anes, genro do Cabeçudo	Pescadas 14
611. Casas		Sebastião Fernandes	Pescadas 6 ¹¹⁵⁷
612.		Afonso André	Pescadas 14 Sardinha 1 cento
613.		Afonso André e Isabel Anes	Pescadas 12
614.		António Gonçalves	Pescadas 10

¹¹⁵⁴ Nota posterior : Trá-las o Capitão.

¹¹⁵⁵ Nota posterior: Trá-las o Capitão.

¹¹⁵⁶ Emendaram, posteriormente, para 4.

¹¹⁵⁷ Nota posterior inserida no texto: Estas são as casas em que vive Manuel Jorge.

615. Casas de Gregório Gonçalves		Domingos Gonçalves que traz Inês viúva	Pescadas 12 Sardinha 1 cento
616. (f. 112)		João Anes da Maia	Pescadas 12 Sardinha 1 cento
617. Casas de Vilões		Gonçalo Pires	Pescadas 16
618.		Maria Álvares das Casas de João Pires, genro de Álvaro Afonso	Dinheiro 420 rs.
619. Casas		Casas de João Gonçalves, neto de Pero Aires	Pescadas 12
620. Casais		Os casais de João Gonçalves, pedreiro	Pescadas 8
621.		Aleixo Gonçalves	Pescadas 12
622. Casas		Casas de António Barbalho	Pescadas 12 Sardinhas 200
623. (112 v.)		Casas de Gonçalo Gil, genro de Barbalho	Pescadas 12
624.		Baltasar Álvares	Pescadas 16
625.		Manuel Fernandes	Pescadas 12
626.		Maria Antónia que foi de António Anes	Pescadas 12
627.		Maria Afonso da Horta	Dinheiro 120 rs.
628.		Martim Pires, sesteiro	Dinheiro 120 rs.
629. (f. 113)		Pero Anes de S. Sebastião	Pescadas 10
630. Casas de Maria Afonso da Bobada		Francisco Pires	Dinheiro 533 rs ¹¹⁵⁸
Rua que começa no Paço e vai para Nevogilde			
631. Casas que foram de Pedro Vaz		Manuel Fernandes Camelo e seu genro	Pescadas 18
632. Casas		João Pires	Dinheiro 200 rs.
633. Casas que foram de Catarina Álvares		Agora de sua filha, Catarina Martins ou seu marido, Francisco Gonçalves do Cais	Dinheiro 220 rs.
634.		Sebastião Pires e Maria Afonso	Pescadas 6
635.		Filha de Domingos Fernandes ¹¹⁵⁹	Pescadas 12
636.		Catarina Gonçalves, mulher de Jácome André	Pescadas 12

¹¹⁵⁸ Diz o prazo novo que pagará mais 16 pescadas.

¹¹⁵⁹ A titular anterior chamava-se Inês Afonso Condessa.

637.		Maria Álvares, a Cordeira	Pescadas 12
638.		Leonardo Afonso	Pescadas 6
639. (f. 114)		Nicolau Afonso	Pescadas 6
640.		Catarina Luís	Dinheiro 220 rs.
641.		João Afonso Manadas	Pescadas 8
642.		Catarina Branco Canseira	Pescadas 18
643.		Miguel Pires e Beatriz Eanes	Dinheiro 3.033 rs.
644. (f. 114 v.)		Senhorinha Anes de Lordelo	Pescadas 18 Sardinhas 200
645. Casas		Manuel Antão	Dinheiro 210 rs.
646. Casas		Gonçalo André e Domingos Gonçalves	Dinheiro 210 rs.
647.	Rua das Mo- tas	Catarina Antónia	Pescadas 12
648. (f. 116) ¹¹⁶⁰		Sebastião Pires da Azenha	Dinheiro 200 rs.
649. Casas de Maria Gonçalves, a Gaga			Pescadas 12
650.		Fernão Gonçalves e António Pires	Pescadas 12 Sardinha 1 cento
651. Casas de Isabel Luís			Pescadas 10
652.		Gomes Fernandes	Pescadas 12
653. Casas que foram de André Luís		António Eanes, João Fernandes	Pescadas 12
654. (f. 116 v.)		Catarina Fernandes, filha de Pedro Luís	Pescadas 12
655.		João Pires, filho de Pedro Luís	Pescadas 12
656.		Maria, filha de João Pires, o Curto	Pescadas 12
657.		João Pires	Pescadas 12
658.		Baltasar Fernandes	Pescadas 14
659. Uma Vinha		Baltasar Fernandes	Pescadas 6
660. (f. 117)		João, o Frade	Dinheiro 600 rs.
661. Casas em que vive Senhorinha Luís			Pescadas 12
662. Casas que foram de (?) Afonso		Gonçalo Anes Rodovalho	Dinheiro 333 rs.
663.		André Fernandes	Dinheiro 330 rs.
664.		Ana Álvares	Pescadas 10
665. (f. 117 v.)		Romão Jácome	Dinheiro 200 rs.
666. As casas em que vive Lourenço Anes			Pescadas 9
667.		Catarina Gil	Pescadas 24
668.		Filipa Anes	Pescadas 12
669.		António Pires e Catarina Gonçalves	Pescadas 12 Sardinhas 1 cento

¹¹⁶⁰ Não existe a f. 115 nem a 115 v.

670. (f. 118)		Miguel Afonso e Afonso Pires	Pescadas 12
671.		Pero Gil	Pescadas 8
672.		João Gonçalves, genro de Pero Gil	Pescadas 12
673.		João Pires, genro de Pero Gil	Pescadas 8
674. Casas em que vive João Afonso, criado do quarto			Pescadas 12
675.		Gonçalo André e Lourenço Pires	Pescadas 12
676. (f. 118 v.)		António Gonçalves, genro de Catarina Anes, e Lourenço Pires	Pescadas 12
677.		Leonardo Dias, genro do Gordo	Pescadas 12
678.		João Anes de Prole	Pescadas 12
679.		Baltasar Dias	Pescadas 15
680.		O Alfaiate	Pescadas 15
681. (f. 119)		João Gonçalves	Dinheiro 150 rs.
682. Casas de Afonso Gil		Catarina Gil	Pescadas 6
683.		Maria Afonso do Bairro	Pescadas 18
684.		Mulher de Henrique Álvares	Pescadas 12
685. (f. 119 v.)		Jorge Pires	Pescadas 12
686.		António Anes	Pescadas 12
687.		André Pires	Pescadas 12
688.		António Anes	Pescadas 12 Sardinhas 200
689. (f. 120)		João Afonso Costa (?)	Pescadas 12 Sardinhas 300
690.		Frutuoso Carneiro	Pescadas 12 Sardinhas 300
691.		Sebastião Pires	Pescadas 12
692.		João Vaz da Ribeira	Pescadas 26
693		Maria Afonso, filha de Afonso André	Pescadas 9
694. (f. 120 v.)		João Pires da Azenha	Pescadas 16
695.		Isabel Anes, filha da Barbalha	Dinheiro 100 rs.
696.		Sebastião Pires, genro do Carpinteiro	Pescadas 12
697.		Isabel de Bairros	Dinheiro 300 rs.
698. (f. 121)		Maria Afonso, mulher que foi de Froiles (?)	Dinheiro 310 rs.
699.		Pantalião Pires	Dinheiro 310 rs.
700.		Maria Anes, filha do Bom Rei	Pescadas 12
701.		Catarina Antónia	Pescadas 12
702.		Pero Luís	Pescadas 12
703. (f. 121 v.)		André Pires	Pescadas 8

704.		Gonçalo Afonso	Pescadas..... 6
705.		Bento Gonçalves	Pescadas 12
706. Casas		Isabel Anes da Barbalha	Pescadas12
707.		Manuel Pires	Pescadas 12 Sardinhas 200
708. (f. 122)		João Martins	Dinheiro 220 rs.
709.		João Anes Bom Rei	Pescadas 10
710.		Branca Luís	Pescadas.....12
711.		João Álvares Bom Rei	Dinheiro 200 rs.
712.		João Pires, filho de Pero Vaz	Dinheiro 120 rs.
713.		Catarina Anes, mulher que foi de João Pires	Pescadas 12
714. (f. 122 v.)		André Fernandes e sua filha	Pescadas 10
715.		Pantalião Dias	Pescadas 12
716.		Catarina Anes	Pescadas 10
717.		André Pires da Azenha	Pescadas 6
718.		João Luís	Pescadas 14
719.		João Martins	Dinheiro..... 400 rs.
720.		João Fernandes Estalajadeiro	Pescadas 14
721. (f. 123)		Aleixo Pires	Pescadas 12
722.		Gonçalo Martins, cunhado da Coelhoha	Dinheiro 286 rs.
723.		João Gonçalves Carneiro	Pescadas16
724. Casas do Conde		Aleixo Pires	Pescadas 12
725.		André Anes, Catarina Gonçalves e Cecília Gonçalves	Pescadas 12
726.		João Anes	Dinheiro 400 rs.
727. (f. 123 v.)		Sebastião Luís	Pescadas 6
728.		Catarina André, em que vive Afonso Garcês	Pescadas 12 Sardinhas 225
729.		Pantalião Fernandes	Pescadas 12
730.		Gonçalo Anes	Dinheiro 200 rs.
731.		António de Leão	Dinheiro 200 rs.
732.		Leonor Gonçalves	Dinheiro 160 rs.
733. (f. 124) Casas que foram de Maria Brás		João Gonçalves e Fernando Álvares	Pescadas 10
734.		Jácome André	Pescadas 12
735.		Jácome Brás	Pescadas 12
736.		Bartolomeu Carneiro	Dinheiro120 rs.
737.		Sebastião André	Dinheiro 250 rs.
738.		Diogo de Azevedo (?)	Pescadas 6
739. (f. 124 v.) Outras casas		António de Leão	Dinheiro 200 rs.
740.		André Pires	Dinheiro 25 rs.

741.		Catarina Martins, mulher que foi de Adão Gonçalves	Pescadas 6
742.		João Pires	Pescadas 12
743.		Aleixo Gonçalves	Pescadas 8
744.		Pedro André, o novo	Pescadas 8
745. (f. 125)		Maria Pires ou Francisca Dias	Pescadas 12
746.		Domingos de Paiva	Dinheiro 250 rs.
747.		Frutuoso Pires	Pescadas 10
748.		Sebastião Gonçalves da Rosa	Dinheiro 200 rs.
749.		João Gonçalves, genro da Roseira	Pescadas 12 ¹¹⁶¹ Sardinhas 1 cento
750.		Afonso Pires	Pescadas 6
751. (f. 125 v.)		Sebastião Pires	Dinheiro 60 rs.
752.		Gonçalo Anes	Dinheiro 60 rs.
753. As casas de Maria Aranha, na Ourivesaria	Porto		Dinheiro 120 rs.
754. Umas bouças		Maria Anes de Bom Rei	Dinheiro 40 rs.
755.		João Gonçalves, genro de Isabel Anes Barbalho	Dinheiro 300 rs.
756. (f. 126)		João Afonso, filho de Domingos Carneiro	Dinheiro 250 rs.
757.		João da Vila	Dinheiro 300 rs.
758.		Roque Soares ou sua mãe	Dinheiro 150 rs.
(f. 126 v.) em branco			
(f. 127) Os passais de Santo Tirso			
759. Talhas		João Brás ¹¹⁶²	Milho 36 alq.
760. Uma vessada		João Gonçalves de Argemil	Milho 30 alq.
761.		Gonçalo Pires de Gião e outro	Milho 40 alq.
762.		Pero Anes de Friães	Milho 14 alq. Centeio 2 alq.
763.		João Martins que a traz de Sebastião Pires de Santa Cristina	Milho 18 alq.
764.			
765. (f. 127 v.)		João Luís	Milho 17 alq.
766.		Amador Luís	Milho 22 alq.
767. Pomar de Frei Vasco		André Pires	Milho 4 alq.
768.		João Pires Melro	Milho 6 alq.
769.		Violante Dias	Milho 16 alq.
770. (f. 128) Outra terra da vinha		Tristão de Argemil	Milho 8 alq.
771. Outra terra da vinha		Afonso Anes Ga-	Milho 8 alq.

¹¹⁶¹ Fora escrito - e logo cortado - 200 rs.

¹¹⁶² Segue-se a informação de que a traz Francisco Álvares, forneiro dos frades, em 18 alqueires.

		lhão	
772. Vessada da Moreira ¹¹⁶³		O caseiro	Milho 30 alq. ¹¹⁶⁴
773. Pevidais		Álvaro Anes Solha	Milho 47 alq. ¹¹⁶⁵
774. Vessada		Amador Luís que foi cozinheiro	Milho 27 alq. ¹¹⁶⁶
775. Terras e casas		Diogo Nogueira	Pão terçado 40 alq. Vinho mole 5 almudes Paga dinhr.º ou pão das casas
776. Um Campo		Gonçalo Pires do Cidnai	Milho 32 alq.
777. Um Campo		Pero Carvalho	Pão meado 24 alq.
778. (f. 129) Casas em que vive		Amador Luís	Pão 5 alq.
779. Casa por onde vive		João Álvares de Frádegas	Milho 5 alq.
780. Campo que traz		João Álvares de Frádegas	Milho 5 alq.
781. Azenha			Pão..... 110 medidas ¹¹⁶⁷
(f. 130) S. Martinho de Bougado, digo Abelheira			
782.		Pantalião Brás de Paradela ¹¹⁶⁸	Trigo 20 alq. Carneiro 1 Mel 0,5 canada Pássaras 2 Frangãos 2 Cera 1 libra Palha 2 mosteias Homens 10 na Vinha da Seara Dinheiro 30 rs.
783. (f.130 v.)		João Anes ¹¹⁶⁹	Trigo 12 alq. Centeio 4 alq. Milho 10 alq. Carneiro 1 Palha triga 1 carro Jeira 13 homens Dinheiro 21 rs.
784. Paradela		Gonçalo Vaz de Paradela ¹¹⁷⁰	Trigo 16 alq. Centeio 9 alq. Milho 1 alq. Palha 1 carro Jeira 7 homens Carneiro..... 1 Dinheiro 17 rs.

¹¹⁶³ Memória do nome primitivo de Santo Tirso, do lugar donde se ergueu o mosteiro: a *Villa Moraria*.

¹¹⁶⁴ Todas as terras de cima as traz por arrendamento Pero Fernandes da Cerqueda. E, pelo seu arrendamento, se pode ver o que paga.

¹¹⁶⁵ Segundo o afirma o rendeiro. Mas o Tombo diz que ele os traz por alvará. E por ele se pode ver quanto deve pagar.

¹¹⁶⁶ Traz esta vessada por alvará. E diz que paga o que disse (27 alqueires de milho). Mas tem-na por alvará. E nele se deve ver se é isso que efectivamente deve pagar.

¹¹⁶⁷ Segundo dizem, porque não há arrendamento.

¹¹⁶⁸ Nota marginal: Veio Pantalião Brás mostrar prazo em que é terceira vida. E paga o que aqui se contém.

¹¹⁶⁹ O titular anterior era João Rodrigues de Paradela. O João Anes, por escritura datada de Setembro de 1573, dotou com metade o seu genro, João Anes. E ressalvou certas terças para depois da sua morte. Não se lhe deu consentimento.

785. (f. 131) Paradela		Francisco Gonçalves de Paradel-la ¹¹⁷¹	Trigo 20 alq. Pão meado 8 alq. Galinhas 2 Palha 1 carro Homens 4
786 Casal de Paradela		Aires Gomes ¹¹⁷²	Trigo 16 alq. Pão meado 6 alq. Carneiro 1 Cera 1 libra Palha 1 mosteia Jeira 7 homens Dinheiro 10 rs.
787.		Domingos Pires ¹¹⁷³	Trigo 16 alq. Pão meado 6 alq. Carneiro 1 Cera 1 libra Palha 1 mosteia Homens 7 Dinheiro 10 rs.
788.		Isabel Anes de S. Martinho, viúva	Trigo 24 alq. Milho 8 alq. Cera 1 libra Galinhas 2 Ovos 1 dúzia Palha 1 carro Homens 13
789. (f. 132) Finzes		Maria Afonso e Jorge Gonçalves ¹¹⁷⁴	Trigo 12 alq. Pão meado 24 alq. Cera 1 libra Ovos 2 dúzias Palha 2 mosteias Homens para a Vinha 7
790. Abelheira		João Sebastião e Gonçalo Vaz da Abelheira ¹¹⁷⁵	Trigo 24 alq. Pão terçado 12 alq. ¹¹⁷⁶ Carneiro 1 Palha 1 carro Homens 13 Ovos 2 dúzias

¹¹⁷⁰ Nota à margem: Possui agora este casal Pero Pires e João Martins, seus genros, sem mostrar nada...

¹¹⁷¹ Segundo um apontamento marginal, faleceria a 4 de Outubro de 1569. Em nota final e em adição posterior, dir-se-á que possuiria então uma metade Gonçalo Anes, que veio mostrar escritura de compra por que o teria adquirido das mãos de Pascoal Gonçalves. E que tinha consentimento de Nuno António. E requereu prazo. Pus-lhe despacho para que o fizesse em 3 meses.

Da outra metade estava de posse Maria Gonçalves, solteira, isto é, da metade que lhe deram os filhos de Pascoal Gonçalves. A outra metade de Pantalhão Brás este a teria comprado a uns genros do dito Pascoal Gonçalves, sem consentimento.

¹¹⁷² O titular anterior fora Gomes Pires de Real. Nota final acrescentada posteriormente: Fez-se prazo da metade do sobredito Casal de Paradela a Gonçalo Anes, que se chama da Sovereira. Há-de pagar de acrescentamento, na sua metade, 3 alqueires de meado e 1 galinha.

¹¹⁷³ Titular anterior foi Afonso Gonçalves. Em anotação posterior marginal acrescentou-se: Possui agora Domingas Afonso, viúva, que veio mostrar prazo em que diz ser terceira vida. Mas não apresentaria nomeação. E paga o que aqui está declarado.

¹¹⁷⁴ Nota posterior à margem: Possui agora Sebastião Pires que diz lhe fora dotado por sua sogra, Maria Afonso. E não mostrou escritura de dote, nem título nem prazo. E diz que nunca o houve.

¹¹⁷⁵ Acréscimo posterior, ao final: Fez-se novo prazo de todo este casal a João Francisco, para ele e sua mulher, e 1 filho ou filha. E há-de pagar a renda acima dita, que é mais do que pagava 4 alqueires de pão terçado.

¹¹⁷⁶ Isto foi acrescentado, depois de se cortarem três foros (de cevada e de milho...)

791. (f. 132 v.) Abelheira		Lourenço Álvarores ¹¹⁷⁷	Trigo.....15 alq. Galinhas 2
792. Abelheira		João Brás ¹¹⁷⁸	Trigo..... 15 alq. Cera 0,5 libra Palha..... .. 1 mosteia Homens 6
793. Lagoa	S. Tiago de Bougado	João Pires ¹¹⁷⁹	Trigo20 alqueires Galinhas..... .. 2
794. (f. 133) Casal da Abelheira		Duarte Afonso ¹¹⁸⁰	Trigo 15 alqueires Pão meado 6 alq. Cera 0,5 libra Ovos 1 dúzia Palha 1 mosteia Jeira 6 homens ¹¹⁸¹
795. Casal que foi de Álvaro Anes		¹¹⁸²	Trigo 2 alq. Pão meado 2 alq. Frangãos 2 Dinheiro 1 tostão (100 rs.) ¹¹⁸³
796. Mosteirô		Brás Eanes e Francisco Anes ¹¹⁸⁴	Trigo..... 24 alq. ¹¹⁸⁵ Carneiro 1 Galinhas2 Palha 1 carro Jeira 1 homem
(f. 133 v.) Título de S. Martinho de Covelas			
797. Casal do Outeiro		Pero Afonso do Outeiro ¹¹⁸⁶	Trigo 16 alq. Centeio 8 alq. Milho 4 alq. Cera..... ..1 libra Mel 0,5 canada Galinhas 2 Palha 1 carro De serra1 homem Dinheiro 300 rs.

¹¹⁷⁷ À margem, dir-se-á: Possui agora Gomes Pires, que veio mostrar escritura de dote e levou despacho. Que se lhe faça apegção.

¹¹⁷⁸ Inserir-se-ia esta informação: Por metade do Casal de Lousado. Adição ao final: a notícia de que se faria novo prazo deste casal a Domingos Anes. Que havia de pagar de acrescentamento 50 rs.

À margem, outra informação: Possui agora Domingos Anes da Abelheira, que mostrou escritura de compra e o consentimento. Diz que a mulher do vendedor é terceira vida no prazo que, todavia, não mostrou. Levou despacho. Que se lhe faça apegção.

¹¹⁷⁹ Anotação marginal: Tem a metade deste casal agora Domingos Pires que lhe deu sua sogra. A outra metade está vaga.

¹¹⁸⁰ Anotações à margem: Este Duarte Afonso está empregado e mandou dizer por um filho que não tinha prazo deste casal. Estaria na nota de Dom Francisco de Sousa. Que pagava o que aqui se refere. Este Duarte Afonso trespassou este casal em João Gonçalves e em sua neta, Maria Afonso, que casou com o dito João Gonçalves. Dei-lhe consentimento e uma escritura. Há-de pedir prazo dentro de um ano.

¹¹⁸¹ Este foro foi introduzido em letra posterior.

¹¹⁸² Mandou o dito Duarte Afonso mostrar prazo em que era primeira vida. E é morta a segunda. Paga o que aqui se diz.

¹¹⁸³ E de 6 homens que não andavam em livro paga 120 rs. Este foro foi cortado.

¹¹⁸⁴ Nota marginal: Possui a metade deste casal Brás Eanes, que mostrou prazo em que é primeira vida, e sua mulher a segunda. E paga a metade desta renda.

¹¹⁸⁵ Nota posterior: mais 4 de trigo em acrescentamento.

¹¹⁸⁶ Notas marginais: Este casal possui agora Afonso Pires em derradeira vida. E partiu esta casal com outra sua irmã, sem licença do senhorio. E esta sua irmã é já falecida. Ficou o marido Gonçalo Anes com 6 filhos. Tem consentimento de D. António para emprazar dentro em um mês.

798. Um Casal		João Afonso de Caledo	Trigo 8 alq. Vinho mole7,5 almudes Galinhas 2 Palha..... 1 carro Ovos 2 dúzias Dinheiro 440 rs.
799. Três Casais		João Afonso de Caledo	Trigo 36 alq. Pão meado 16 alq. Cera..... 2 libras
800. Quebrada de Vilar		O mesmo João Afonso de Caledo	Centeio 4 alq. Milho 8 alq.
		João Pires ¹¹⁸⁷	Trigo 16 alq. Centeio 8 alq. Milho4 alq. Mel0,5 canada Cera 1 libra Galinhas2 Palha 1 carro ¹¹⁸⁸ Jeira 1 homem Dinheiro 300 rs.
801. Vinha de Lemende		João Pires ¹¹⁸⁹	Trigo 14 alq. Pão meado.... 4 alq. Cera 1 libra Jeira1 homem Dinheiro 200 rs.
802. Lemende		João Lourenço ¹¹⁹⁰	Trigo.....16 alq. Carneiro1 Bragal 2 varas Jeira 1 homem Dinheiro 200 rs.
803. (f. 134 v.)		João Anes de Carredo	Trigo 12 alq. Pão terçado4 alq. ¹¹⁹¹ Palha 1 carro Carneiro 1 Jeira 1 homem Dinheiro200 rs. Perdizes 2 pássaras

Este Afonso Pires dotou, com a metade do mesmo casal em que vive, a favor de sua filha e de seu marido, Gonçalo Anes. E, por morte, lhe fica tudo. E dei-lhe consentimento.

Possui a outra metade Gonçalo Anes, que veio mostrar a escritura por que lhe foi dotada, com consentimento de D. António. Há-de requerer prazo até ao fim de Outubro.

Possui a metade deste casal Afonso Pires que veio mostrar prazo em que foi nomeado em terceira vida. E depois dotou a metade a uma sua irmã. Deu-se-lhe consentimento para possuir a dita metade em terceira vida. Paga metade da renda.

¹¹⁸⁷ Notas marginais: Este casal está na derradeira vida. Foi nomeada Catarina Anes, mulher de João Pires, por sua mãe, Maria Afonso, que era segunda vida, por prazo de D. Miguel.

¹¹⁸⁸ No prazo estavam 2 carros de palha.

¹¹⁸⁹ Esta vinha dizem ser segunda vida. E, estando para morrer, nomeou em terceira 2 filhos, metade para cada um. E um dá 35 rs.; e outro dá 23 ou 25 rs.. Este casal é bom. E se lhe pode acrescentar mais.

¹¹⁹⁰ Notas à margem: Agora, seu filho, Pedro Anes, sucedeu no casal, por renúncia de seu pai que era a derradeira vida. E ele pedirá, prazo dentro de 1 ano.

Em final deste termo, a informação: O sobredito João Lourenço tem dotado o casal a seu filho Pedro Anes, por uma escritura feita, agora, em 1573. E o dito seu filho casou, por isso, 2 irmãs a que deu 30 reis. Pagou de domínio 4 rs.

Fiz prazo novo deste casal ao dito Pedro Anes em 29 de Dezembro de 1576, em que ele é primeira vida.

¹¹⁹¹ Censo incluído posteriormente.

29. População de Santo Tirso em 1538

Alguns dados sobre os moradores de Santo Tirso (cidade e concelho) ou de freguesias relacionadas com o mosteiro

Moradores

Áreas	Julgado	Categorias	Números	
			Privilegiados	Devassos
	Penafiel	Caseiros	2 ¹¹⁹²	
Couto de Santo Tirso ¹¹⁹³	Refojos	Clérigos	4	
		Mamposteiros de cativos e de Misericórdia ¹¹⁹⁴	8	
		Caseiros do bispo de Viseu	88 ¹¹⁹⁵	
		Devassos		10
Couto de Roriz ¹¹⁹⁶	Refojos	Clérigos	2	
		Mamposteiros de cativos e da Misericórdia	5	
		Devassos		53
Couto de Negrelos ¹¹⁹⁷	Refojos	Mamposteiros de cativos e de Misericórdia	2	
		Caseiro do Bispo de Viseu	1	
		Caseiro de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães	1	
		Devassos		20
Couto de Francemil ¹¹⁹⁸	Refojos	Clérigo	1	
		Mamposteiros da Misericórdia e cativos	3	
		Caseiros de Santa Maria de Oliveira de Guimarães	4	
		Caseiros do Bispo de Viseu, D. Miguel	2	
		Devassos		18
Honra de Rebordões	Refojos	Clérigo	1	
		Caseiros do mosteiro de Leça ¹¹⁹⁹	9	
		Devassos		5
	Julgado de Refojos e Honra de Frazão	Caseiros	283 ¹²⁰⁰	
	Julgado de Aguiar de Sousa	Caseiros	4 ¹²⁰¹	

¹¹⁹² Por privilégio concedido por D. Miguel da Silva.

¹¹⁹³ 110 moradores, fora viúvas.

¹¹⁹⁴ Por privilégio do Mamposteiro-mor e pelo Provedor e irmãos da Misericórdia.

¹¹⁹⁵ Privilégio concedido pelo Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva.

¹¹⁹⁶ 60 moradores, fora viúvas.

¹¹⁹⁷ 24 moradores

¹¹⁹⁸ Abrange S. Salvador do Campo e uma parte de S. Martinho do Campo, com 28 moradores.

¹¹⁹⁹ Privilegiados pelo Papa.

¹²⁰⁰ Privilegiados pelo Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva

¹²⁰¹ Por privilégio do mesmo bispo de Viseu.

	Honra de Lou- redo e Galegos	Caseiros	6 ¹²⁰²	
--	---------------------------------	----------	-------------------	--

¹²⁰² São caseiros do comendador do mosteiro de Roriz que foram privilegiados por carta de D. Manuel.

APÊNDICE II

DOCUMENTOS

E

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS DOCUMENTOS

1

978, ?, ? - Dona Unisco Godins funda o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, conforme, por analepse, se diz em documento de 8 de Outubro de 1101, um texto de concórdia entre S. Geraldo, arcebispo de Braga, e o convento de Santo Tirso.

ADB/UM *Gaveta dos Arcebispos, seus privilégios e Jurisdições*, doc. 26, cópia de 24 de Outubro de 1250.

Publicado pela primeira vez por FEIO Alberto - *Origens do mosteiro de Santo Tirso*, em CSTBC V/3 (1956) 9-19, e por COSTA, Dr. Avelino de Jesus da (leitura melhorada), em *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. II, Braga, 2.^a ed., 1990, pp. 426-428. Na 1.^a ed., Coimbra, 1959, pp. 418-420.

Trad. portuguesa, em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, pp. 225-252.

In Era T.XVI fundat domna Vnisco uxor domni Abunagar mo(n)asterium propter amorem Dei vocabulo Sancti Tirsi martiris in villa Moraria juxta decursum fluminis quod dicitur Ave sub decensu montis qui vocatur Corduba territorio Portugalensi. Et a sui primordio fuit semper monasterium illud liberum ab omni gravamine tributis episcoporum nulliusque subjacionis condicionis obnoxium servituti. Habitantes vero in eo benigne humanitatis impendendo studio receperunt a quacumque parte devenientes episcopos, abbates, clericos, laicos nobiles et ignobiles, tam sui compatriotas quam etiam personas ignotas juxta suum et velle et posse tantum non ex debito coacti sed ex amore inherendo caritati. Sic equidem per multum tempus. Postea Geraldus quidam Francigena ordinatus est Bracarensis episcopus et quoniam Portugalensis populus eo tempore non habebat episcopum a diebus inundacionis Sarracenorum in Yspaniam, prefatus Geraldus Bracarensis episcopus suscepit utramque diocesim regendam que sibi sunt confines. Dum autem visitacionis et predicacionis gratia per ecclesias et monasteria sepiissime cum magna caritate susceptus esset a domno Guamiro abbate et a venerabili patre domno Pelagio et ceteris ibidem commorantibus monachis presertim cum et ipse esset professione monachus adjunctus est amicicie atque societati eorum, statuens unum se habere cum eis consilium et voluntatem et jussit mihi consilium conscribi nominibus illorum tam in vita quam ad mortem. Itaque dum hoc ageretur accidit ut quadam die in era T.C.XXX.VIII. apud supra dictum monasterium archipresbiter quidam Gunsalvus Ermigii nomine jusus ¹²⁰³ ab eodem episcopo tribueret ei cartam in que erant nomina omnium ¹²⁰⁴ ecclesiarum et monasteriorum ¹²⁰⁵ Portugalensis diocesis ut sciret episcopus ex singulis quid secundum debitum esset accepturus. In qua scilicet carta lectum est monasterium ¹²⁰⁶ ipsum Sancti Tirsi ut reciperetur ibidem episcopus ad panem comedendum secundum debitum. Scripserat enim illud predictus archipresbiter nescienter qui frequenter ibi fuerat cum episcopo jam dicto et cum predecessore ejus domno Petro ¹²⁰⁷ Bracarensi episcopo et nesciebat utrum caritative ac ¹²⁰⁸ debite reciperetur. Et hoc sero factum est post cenam. Cum vero nuntiatum esset abbati et fratribus hoc venientes mane post horam primam ¹²⁰⁹ conquesti ¹²¹⁰ sunt coram episcopo dicentes: Quare domine atque episcopo hoc factum est? Hactenus diligenter et caritative

¹²⁰³ Nota do Sr.Dr. Avelino: É impossível verificar se é *iusus* ou *uisus*. As notas que se seguem, em rodapé, respeitantes a este documento são extraídas da edição do Sr. Dr. Avelino.

¹²⁰⁴ Interlineado. Nota do mesmo investigador.

¹²⁰⁵ Segue-se a palavra *nomina* riscada.

¹²⁰⁶ Acrescentamento de *Sancti*, por engano.

¹²⁰⁷ Estava *Patri*, em vez de *Petro*.

¹²⁰⁸ Sic, por *an*

¹²⁰⁹ Segue-se a palavra *consequentem* riscada.

¹²¹⁰ Sic.

te semper suscepimus cum voluisti et predecessorem tuum similiter (?) quemadmodum et predecessores nostri videlicet habitatores hujus loci per centum fere atque viginti et tres annos a fundatione hujus monasterii susceperunt omnes homines cujuslibet ordinis aut dignitatis de quacumque parte venientes ex caritate et non ex debito. Et tu vis nobis imponere consuetudinem tributi fiscali more ? Notum sit tibi quoniam si non abstuleris nomen istius monasterii de carta illa dissolvetur fedus amicitie quod inter nos est et nunquam poteris aliquid ex debito exigere nobis eritque tibi hoc in detrimentum et non in lucrum. - Tunc verecundatus episcopus negavit se mandasse hoc facere et inquisitus minister cubicularis qui cartam servaverat ut redderet eam et auferretur nomen istius monasterii de illa non est inventus quoniam mane surgens adierat Bracaram.

Igitur episcopus jussit domnum Ordonium monachum eiusdem monasterii post se ire ut coram illo deleteretur scriptura illa, qui porrexit post eum et dum pervenisset Bracaram requisitus est minister ut redderet cartam et dicit se perdidisse illam. Quamobrem ductus est ab episcopo ante altare Sancte Marie et juravit ibi dicens quod perdiderat eam et nesciebat quid actum esset de illa. Post juramentum vero maledixit illi episcopus dicens: - Si mentiris et mendacium jurasti mal(ed)icaris a Deo et ira ejus descendat super te. Conversus ¹²¹¹ autem ad domnum Ordonium hic ante altare dixit episcopus: - Crede mihi frater per Deum omnipotentem in veritate quoniam nescio ubi sit carta illa neque quid sit factum de illa. Et deinceps nihil unquam secundum debitum a monasterio vestro requiram sed quicquid mihi caritative dederitis hoc accipiam et gratias vobis refferam. Hiis peractis factus est conventus apud Bracaram coram supra dicto domno Geraldo jam archiepiscopo, qui interea adierat Romam et detulerat inde secum privilegium et pallium ¹²¹² concesso sibi honore archiepiscopatus a papa domno Pascali. In quo conventu presens adfuit prepotens et nobilissimus omnium Portugalensium Suarius Menendiz heres ac potius dominus et defensor supra dicti monasterii coram quibus archi(episcopus) tulit supra dictam cartam que post juramentum pueri fuerat inventa et reddidit illam abbati ipsius monasterii domno Gaudemiro sub contestacione Dei et omnium presentium hominum spondens nihil se umquam requisitum ex debito neque vi exactum a supra dicto monasterio Sancti Tirsi sed ea solummodo ab ¹²¹³ ejusdem loci habitantibus humiliter et cum gratiarum accione se acceptum que illi sponte et caritative dederint. Hec autem ideo scripta sunt et in archivio ¹²¹⁴ monasterii sunt cum aliis cartis et testamentis monasterii reposita in memoriam et recordacionem sequentium, ut si quispiam deinceps aliud aliquid tale attemptare voluerit proferantur illi in testimonium que ejus improbitas compescatur et ipsius monasterii habitatoribus nove contrarie consuetudinis nihil umquam ab aliquo inferatur. Scripta sunt in Era M.C.XXX.VIII. VIII.º Iduum Octobrium.

Geraldus Bracarensis archiepiscopus conf., Mauricius Bracarensis archiepiscopus conf., Pelagius Bracarensis archiepiscopus sicut beatus Geraldus concessit ita ego confirmo atque manu mea robor. Gunsalvus Colimbriensis episcopus conf., Aldefonsus Tudensis episcopus conf., Bernaldus archiepiscopus Toletane sedis legatusque Rome atque tocius Hyspanie tenens primatum conf., Hugo primus Portugalensis episcopus post destruccionem Sarracenorum istud privilegium confirmo et concedo atque manu mea robor. Ego Johannes secundus Portugalensis episcopus istud privilegium confirmo et concedo atque manu mea robor. Fernandus Portugalensis episcopus conf., Martinus Portugalensis episcopus conf.

¹²¹¹ Commissus.

¹²¹² *Et pallium* interlinhado.

¹²¹³ Segue-se a palavra *hu* riscada.

¹²¹⁴ Sic.

Scriptura ista non videbatur ejusdem manus cum littera Comiti in quo inventa est ¹²¹⁵ quamvis tamen esset antiqua littera que vulgariter appellatur gallega. In ista scriptura etiam sunt tres dictiones scilicet episcoporum n(u)lliusque subjugacionis omnes (?) scripte per litteram modernam. Verumptamen in margine ipsius libri erat scripta illa ditio subjugacionis per litteram antiquam sicut tota series ipsius scripture.

2

1060, Agosto, 08 - Gonçalo Pais doa os seus bens ao mosteiro de Santo Tirso, com a condição de que, enquanto vivesse, lhe dariam o necessário. Estando doente e atribuindo a culpa à falta de cuidados e de atenções, rescidiu o contrato e faz agora um novo acordo, desta feita, com o seu pai.

Texto em PMH/DC, n. CCCCXXV.

Tradução portuguesa, em CORREIA, F. Carvalho – *A Assistência em Santo Tirso. Notas soltas*, em RLAHST, n. 7 de Março de 1993, p. 33 –35.

Christus. Ut in cuntis diebus omnibus permanentis notum sit eo quod aduenit infirmitas in corpus condisalbus prolix pelagio et tuta prolix alio condesalbo et ipsa infirmitas per spiritu inmundi uexatur et uidit se in opresione grauissime uoluit testare omnia sua rem uel ereditas ad deo pro remedio anime sue et ad absisterio quos uocitant sancto tirso ad fratres uel sorores ad continendo corpus suus ad tolerando in uita sua sic et testauit per scriptum ut sit eum reliquissent ipsis dominis de ipsis munesterio tam in uita aut ad mors ut ipsum testum non ualuiset. et in post modicum tempus perseuerauit infirmitas super ipsum condisalbo pelagiz et orritum fuit ad ipsis dominis de ipso monesterio et dimiserunt eum pro ad mors. dum autem uidit se ipso condisalbo quod non auebat qui corpus suum curare misit uerbos per omnes sapetores et doctores legis dicentes iudices et magistratus ut non ualead testum dum testator uixerit.

Obinde ego cumdesalbo pelagiz in domino deo eterna salute amen. Ideo plaguit michi per propria mea uoluntate ut facerem uobis patrem meum pelagio condisalbiz sicut et facio testum scripture firmitatis et benefactis uel donationis de omnia mea ereditas quantasque abeo uel abuero usque obitum meum cum omnia mea rem uel criazone quantum in nomine meo creuerit et in denante fuerit. ideo ego gumdesalbo do uobis patrem meum adque concedo omnia mea falgultate sicut super diximus et ut dicit scripture – omnis homo que semen non abuerit de omnia sua faciat quod uoluerit – pro id de odie die in omni tempore abeat eo illo in omni uita mea qumtumque uixerit et post ouitum uero meo abeati uos et omnis posteritas uestra sicut superius diximus iuri quieto in perpetim uiuituri. et accepimus de uos ad confirmationem carta benefactis hoc ad moderatura uestra et ad toloratione uestra et curatione uestra usque obitum meo et in obitum cura corpus meum et pos obitum meum cura de anima mea in cerea et in oblationem et insuper accepimus de uobis 1.º kauallo bono in cc solidos et de pretio apud uos nicil remansit in deuoto et in mea uita obiurgemus illum sicut uoluerimus in quantum memoria uestra oblata non fuerit et post ouitum uero meum remaneat firmiter ad parte uestra in omni tempus. siquis tamen aliquis omo uenerit extraneis uel propinquis contra hunc factum inrumpere uel temptare uoluerit a nobis ad concilio obturgar aut aduendicar noluerimus post pars uestra aut uos in uoce uestra pariet uobis ipsum quod superius resonat in dublo uel triplo et ad potestas in cuius illa terra stantia fuerit alio tantum et hunc factum nostrum plena habea firmitatem. Factum testum

¹²¹⁵ Sic.

scripture in die quod erit VIII^o agosto. Era LXXXXVIII^a superacta M.^a condesalbo in..... ure manu.... conf..... uniuz..... pelaio ui.... liz conf. – condesalbo fromarquiz conf – cotierre tructesindiz conf. – cotino guimiriz conf. – tructesindo guimiriz conf.

Petro presbiter test. – condisalbo condesindiz test. – ansur braoliz test. – uermudu condisalbiz test. – tructesindo cotiniz test.

Egas quasi indignum qus (sic) notuit.

3

1092, antes de 9 de Junho – *Em reunião, no mosteiro de Santo Tirso, apresentam os padroeiros o Abade Gaudemiro, que os monges elegem, na presença do bispo eleito de Coimbra, Crescónio, e de D. Bernardo, arcebispo de Toledo e Legado da Santa Sé em Espanha, e que, depois, o mencionado bispo Crescónio, em Coimbra, confirmará.*

Publ. SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. III, Lisboa, 1744, p. 527; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, pp. 136-138.

Trad. portuguesa, em CORREIA, Francisco Carvalho – *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, Santo Tirso, 2000, pp. 522-528.

Scriptum nobilibus viris, qui aera 1130 praeerunt laicis super monasterium Sancti Tyrsi ad Episcopum Dominum Trestonium temporibus Domini Catholici Regis Alphonsi sub Christi nomine gratia Divina Trestonio Episcopo Colimbrien(s) Ecclesiae, quem Deus semper contineat in magno honore hoc saeculo, et in futuro filij vestri, et amici Gunsalvus Menendes, et Suarius Menendes, et Pelagius Petri, cum omnibus cohaeredibus nostris super monasterio Sancti Tyrsi in Christo perpetuam salutem. Notum vobis facimus, quod convenientes in unum fecimus magnum conventum, et simul statuentes ex bona voluntate concessimus supradictum Monasterium Praesbytero Donno Gaudamiro Venerabili Monacho per chartam testamenti, quamobrem rogamus, et supplicamus, ut haec nostra substitutio placeat vobis sicut placuit Donno Archiepiscopo Domino Bernardo, et nobis in illo, pariter et ordinatis nobis illum Abbatem. Nos quoque secundum omnem nostram possibilitatem tenebimus eum honoratum cum suo monasterio integre. Valete.

Crestonius Dei gratia Colimbrien(s) Episcopus Dilectissimis filiis, et amicis meis Gunsalvo Menendes, et Suario Menendes, et Pelagio Petri in Christo salutem. Legi litteras vestras, quas ad me mesistis, in quibus scriptum erat, quod convenistis in magno consilio cum omnibus cohaeredibus vestris de monasterio Sancti Tyrsi, et simul omnes elegistis nobis Donnum Gaudamirum, et dedistis ei ipsum monasterium, et rogastis, ut placeret mihi vestra institutio, sicut placuit Archiepiscopo Domino Bernardo, et mihi simul cum illo, et ut ordinarem illum Abbatem supradicti Monasterij. Ego autem dico vobis quod mihi multum placet, et gratias ago omnipotenti Deo, quod vobis donavit spiritum, ut quaeratis ea, quae illi placent, precor illius misericordiam, ut perfaceat desiderium vestrum in omni bonitate. Igitur ordinavimus illum Abbatem, sicut prius jam a Fratribus coram Archiepiscopo me praesente electus fuit. Rogo autem vos, ut ex omni possibilitate vestra teneatis illum cum suo Monasterio integro, sicut in charta vestra dixistis, et cito Deo juvante ibo ad vos, et dicam vobis, quod facere debeatis. Valete.

Nos qui sumus progenie neptis, atque prosapiae de Abuuazar Lavesendes, et uxor ejus Vuisa Godines, et sumus haeredes de Monasterio Sancti Tyrsi de Ripadave hic sumus unusquisque in generationibus suis de Lovesenso Abuuazar, Gundisalvo Nunes,

Crastemiro Nunes, Egas de Pelaez Egas Lovesendes, tam nos quam pro omnibus cohaeredibus nostris.

De Hermigeo Abuuazar, Egas Ermigij, Nonio Ermigij, Pelagio Petri, Crastemiro Nunes, Egas Nunes, Garsea Eneques, tam nos quam pro omnibus haeredibus nostris.

Crastemiro Abuuazar, Gunsalvo Tocres, Menendo Peres, Suario Gondezendes tam nos quam pro omnibus haeredibus nostris.

De Adesinda Abuuazar, Toderio Pinoez, Adefonsus Petri, Pelagius Menendes, Pineolo Garcia, Garcia Trutesendes, tam nos quam pro omnibus haeredibus nostris.

De Cide Abuuazar, Adesinda Toderis et filius ejus Suario Nunes, et Domina Palla Deo Vota, Suario Pinoes tam per se quam pro omnibus haeredibus suis.

Pactum simul, et plazum facimus inter nos unus ad alios per scripturam firmitatis quinto Idus Junii aera 1130 pro parte de isto Monasterio supradicto quod teneat illud Dominus Gaudemirus Abbas de nostris manibus, et successores ejus post eum similiter per viam rectam, et regulam sanctam, nosque teneamus ipsum monasterium sanum, et integrum, et habitatores ejus simili modo, et non habeamus licentiam dimittere illud, nec donare, nec testare, nec vendere, neque progenies nostra, quae de nobis nata est, vel fuerit, hinc haec scriptura plenam habeat firmitatem, incurruptumque robur temporibus cunctis, et existat saeculis saeculorum. Siquis homo qualibet occasione, vel aviditate hoc servare noluerit plazum istum... excommunicetur, et cum Juda traditore in perpetuo damnetur, et nunquam in sorte Christianorum bonorum deputetur. Insuper etiam pareat post partem ipsius Monasterij, vel Episcopi, qui ejus vocem pulsaverit mille soldos de puro argento, et dua auri talenta, et judicatum. Nos superius nominati in hoc plazo manus nostras firmant roboramus. Testor pro testibus Pelagius testis; testor Gundisalvus testis; testor Suarius testis; testor Menendes testis; testor Sesusandus notarius.

4

1093, Março, 09 – *Num extracto de João Pedro Ribeiro, uma nota sobre o abade D. Gaudemiro e dos seus monges, logo aos começos da sua prelazia no mosteiro de Santo Tirso e mesmo aos primeiros passos da caminhada beneditina do nosso mosteiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 149.
Cf. BUC Ms. de João Pedro Ribeiro 636, f. 130.

Vilifonsus ermenegildiz presbiter (...) gaudemirus abba et cunctis fratribus sancti tirsi commorantibus (...) pro parte de illa rotela prenomina felgosu Arianus quasi presbiter notuit.

5

1097, Novembro, 23 – *Doação do Couto de Santo Tirso, por iniciativa do Conde D. Henrique, a favor de Soeiro Mendes da Maia.*

AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. Vol. I, t. I, Lisboa, 1958, pp. 6-7.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 154-155.

Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 26. (*Sumário*): No mesmo Arquivo, e na Gav. 32 existem duas Cartas de Doação do Couto / que hoje possui o Mosteiro / feitas pelo Conde D. Henrique, e sua mulher a Sueiro Mendes, 9.º das kal. Decembris da Era 1135 que no Original está escrita desta sorte – M. C. XXXV: confirmarão a Doação *Didagus Gundisalviz qui est*

Majorino de illa terra imediatamente por baixo Pelaio Suariz Maiordomo de Casa de illo Comes e por baixo deste Nunnu Pelaiz Armiger Comis; as Confirmasoins dos Ecleziasticos são enunciadas, e dispostas na forma seguinte /Sub Christi nomine Giraldu Episcopus Bracarensis confirmo. Imediatamente por baixo Cresconius Episcopus Conimbriensis confirmo. E por baixo Frogia Archidiaconi Sedis Bracharensis confirmo.

Tem Confirmasoins dos Reis de Espanha / *Ego Adefonsus Dei gratia totius Spanie Imperator quod gener meus cum filia mea fecit ipsis presentiam meam rogantibus confirmo (Sinal n. 12)* Imediatamente por baixo *Et ego Berta Regina quod Dominus meus Rex auctorizavit confirmo/* Hum pouco afastado, mas por baixo segue-se esta outra confirmação *Ramundus Comes quod Socero meo facto et scripto confirmavit et ego de propria voluntate confirmo et roboro (Sinal n. 13)* / e por baixo *Similiter et ego Urraca quod pater meus et vir meus confirmavit et ego de grato roboro (Sinal n. 14).*

Confirmarão também / *Pelagius Erigis cognomento Botum qui signum Regis impressit confirmo (Sinal n. 15)* e por baixo / *Muninus Sisnandiz scripto Comiti Raimundi Clericus Sancti Iacobi confirmo (Sinal n. 16).*

Nesta Doação nem há Selos rodados, nem pendentes, somente Sinais do Imperador, de D. Raimundo, e da sua mulher D. Urraca, de Paio Eriz, de Moninho¹²¹⁶. Combinem-se a Data, confirmasoins etc. com que a Benedictina Luzitana no Tomo 2.º transcreve para ver a diferença da Leitura. He o n.º 1.º da sobredita Gaveta.

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti Sanctam et Individuam Trinitatem. Magnum est enim titulum donationis et meliorationis in qua nemo potest hactum largitatis inrumpere neque foris legem proycere sed quicquid libenter amplecti, denique lex canet godorum ut valeat donatio sicut et venditio et ut rem donata si presentibus tradita fuerit nullo modo repetatur ab eo se per testes et per scripture convincat. Ego enim comes domnus Henrrichus una pariter cum conjugia mea nomine Tarasia prolis Adefonsi principis totius Spanie placuit nobisa asto animo integroque nostro consilio ut ad tibi vassalo fideli nostro Suario prolis Menendiz facimus tibi cartam vel comissorium de ereditates vel de omnes quos abemus in territorium Portugalensem quos nobis dedit genitori nostro rex domnus Adefonso pro nostram ereditatem. Atamen concedimus tibi ereditates et omnes prenomatos quomodo se leva de illo porto de Cernadino et vadot adsurssum per illo termino qui dividet inter Burgalanes et monasterium Sancti Tirsi et quomodo dividet inter Leoveriz et Sanctam Crucem¹²¹⁷ et per terminum qui spartet inter Mons Corduve et Sanguinedo et tornat per Mamoella et exinde per illa congusta inter Travazos et Vimaredi et exinde per Monte Calvo quomodo dividet inter Donnici et Querlledo et exinde per Ervosa et descende ad illa ponte antiqua de flumine Avie et vadit per media illa aqua usque ad illo porto de Cernandino unde primitur inquavimus. In isto autem que cnclusimus concedimus tibi ibidem quanto que ibidem abemus sibe ereditates quomodo et omnes tum etiam quantum nostrum directum est extra illa ereditate que ibi abet vimaranes et in isto quos tibi damus et in illo alio quos tu ibi abes aut abueris et in illo quos ibi abet ipsum monasterium sancti tirsi vel abuerit ponimus tibi cautum et degretum ut nullus homo ibi ingrediatur pro malefaciendum non pro rapina caractere nec pro rausso nec pro omicidio nec pro nulla calumnia sed liberum et persolutum tibi illum damus et damos tibi illum propter tuum servitium quod nobis facis bonum et placibile sic nobis bene conplacet. Ita ut de odie die istum quos tibi damus de juri nostro edeat abraso et in tuo dominio tradito atque confirmado ut abeas tu illo firmiter ex dato nostro et omnis posteritas tua iuri quiedo temporum seculorum et facias inde quos tua extiterat voluntas. ita ut si aliquis homo venerit ad inrumpendum contra hunc factum nostrum quisquis ille fuerit pro sola presumptione quantum usurpaverit dublatum tibi restituat et insuper propter illum cautum quod tibi ponimus. d. solidos tibi pariet vel voci tue pulsanti et hunc factum nostrum abeat rovore stabiitate. Facta autem

¹²¹⁶ João Pedro Ribeiro acrescenta o sinal de *Ordonius*, segundo António Cruz na ed. de *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 151 (*Sinal n. 11*).

¹²¹⁷ Segue-se um espaço em branco.

scripture VIII.º K. decembr. Era M. C. XXXV.^a. Ego comes domnus henrrichus et conjux mea tarasea prolis adefonsi rex qui hanc cartam jussimus facere et cum sana mente et propria nostra voluntatem ad tibi suario menendiz rovara + + mus et confirmamus.

6

1098, Março, 23 – *Soeiro Mendes da Maia doa ao mosteiro de Santo Tirso o couto de Santo Tirso, que, meses antes, a 23 de Novembro de 1097, recebera do Conde D. Henrique.*

A doação do Conde D. Henrique a Soeiro Mendes foi publicada por Rui Pinto de Azevedo, em DMP/DR, ed. da Academia Portuguesa de História, t. I, pp. 6-8 Cf. t. II, pp 554-555.

Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 27.

Decimo kal. Aprilis Era C. XXX. VI post peracta T doou Soeiro de Mendo ao Mosteiro de Santo Tirso aquele Couto, em cuja Doação noto o seguinte: Facta series Testamenti temporibus Adefonsi piissimi Imperatoris, et totius Spaniae Principis, et uxore ejus regina Berta, et gener ejus Comes Dominus Henricus totius Provinciae Portugallensis Dominus, et uxore ejus nomine Tarasia filia ipsius Domini Adefonsi Regis, et Ecclesiae Bracaraensis Episcopus Dominus Geraldus presidente etc.

Confirmarão seu filho Mendo Soeiro, D. Gaudemiro Abade do Mosteiro de Santo Tirso; *Sisnandus Diaconus Abbas de Palatiolo; Menendus Ordonniz, Vicarius Infantis Domna Jelvira*; forão 5 as testemunhas escreveu-a *Fernandus Monacus quasi presbiter*.

O Sinal de Soeiro Mendes está entre as palavras *roboravi ... et confirmavi*, e he desta sorte (*Sinal n. 1*)

Na adição final da Doação fala Sueiro Mendes em sua filha *Auruellido* como já falecida.

No texto se encontram estas palavras *ipsum Cautum vel Commissorium quod michi fecit dominus meus Dominus Henricus etc.* das quais se conjectura serem sinonimos por aqueles tempos os vocabulos *Cautum* e *Comissorium*: tambem asevera chamar-se sua Avó D.Unisco, sem expressar se pela parte materna ou de seu pai..

He o n.º 3.º da Gaveta 32. Teve 3 Selos pendentes; dum restão os cordoins de seda, amarelos e vermelhos. He o n.º 27 da Gav. 20.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 4-5. (*Sumário*) : A propria carta de doação, que D. Soeiro Mendes fez a este Mosteiro nas Kalendas de Abril da era de Cezar de 1136 sendo Abbade deste Mosteiro D. Gaudemiro; por ella a honra, e reverencia de Deos e do Martir Santo Thirso e em remissão de seus pecados deu, e doou a este Mosteiro, o Couto que lhe tinha dado, e doado o Conde D. Henrique da mesma sorte que elle o possuia; nella declara que neste Mosteiro havião muitos Monges onde quotidianamente se offerencia a Deos sacrificio pelos Santos sacerdotes em remisão dos pecados, e que alem desta doação do Couto e terras, e herdades que lhe dava que lhe acrescentava de lavra a nona integra que foi de Sua Avo D. Unisca, e a 6.^a que comprou a Ximena Rodrigues assim da Igreja, como do laical com os seu termos antigos, e novos, e que todas estas herdades dedicava a este Mosteiro para suportarem os Monges a vida comua, e que quem fosse contra esta sua vontade paguase dous talentos de ouro, e que fizera este testamento sendo Imparador, e Principe de toda a Hespanha Affonso piissimo, e Arcebispo de Braga D. Giraldo, e que morrendo elle fora do Reyno seus filhos o restituisssem a este Mosteiro, e que para elle deixava a terça de todo o seu gado; e que dava em sua vida com este testamento hum sinal de oitocentas libras, e que acrescentava a este testamento, e na villa de Lordello perto da Foz do Douro tres Cazaes, que forão de Gonçalo Sidis, que lhe tinha vindo de Seu Pay Sidi Davis e que ao depois fizera carta a sua filha Auruuellido, e que morta sua filha a erdou, e que elle os dava a este Mosteiro pela sua alma, e de sua mesma filha (de presente não tem senão hum Casal chamado das Rans) e sem embargo de este piissimo fidalgo dizer nesta doação, que de lavra dava a nona integra, e a 6.^a que tinha comprado a Ximena Rodrigues, como se ve das formaes palavras, e caracteres desse tempo desta maneira *Et cum commissorium adicio de Lavra viiij integra que fuit de avia mea Donna uniusca et vj que comparavi de Ximena rodriguiz tam de ecclesia quam de laicale cum suis terminis antiquis et novissimis.*

A cautella que veio das Confirmaçoens no anno de 1770 verterão e sustansializarão da maneira seguinte o tal periodo – e ajuntou ao dito Couto, ou Comisorio a vinha inteira que tinha sido de sua Avo, e a vinha que comprou a Ximena Rodrigues com seus termos velhos, e antigos, e não concluiu o dito periodo que diz assim da Igreja, como laical.

O que parese engano em que em verteo (?) esta passage, pois he como acima se disse a nona integra, que esta escrita em letra romana que foi de sua avó Dona Unisca, e a 6.^a que tambem esta escrita na

mesma conta romana que comprou a Ximena Rodrigues assim da Igreja, como do laical; e por esta razão este Mosteiro he Padroeiro da Igreja de Lavra, e tem nesta freguezia varios Cazaes, nem nella por estar junto a beira mar se dão, ou plantão vinhas; fesse esta declaração aqui para evitar para o futuro toda a equivocação, e duvida, e como havião dous instrumentos desta doação, huma se remeteo para as confirmações, que mandou fazer o Rey e Senhor D. Joze 1.º deste Reyno, e a outra ainda que com alguma daneficação ficou neste Archivo: quando se remeteo para as confirmações a doação, se tirou hum traslado, que se acha a fl. 74 do Livro Mosteiro de Santo Tyrso.

No sobredito Livro a fl. 144 está Certidão da Cautella, que veio da Mesa das Confirmações tanto a respeito da Doação que fez o Conde D. Henrique, como tambem a de Soeiro Mendes, as quais se achão debaixo do n.º 1.º, e 2.º; e foi passada por Damião Dias de Meneses a 26 de Outubro de 1655. O mesmo consta por outra passada a 19 de Setembro de 1777 por Luiz Rebello Quintella, que esta a fl. 150.

In nomine domini quicum eterno patre simul cum spiritu sancto ab omnibus fidelibus in terris veneratur unus et in celis ab angelicis choris adoratur et colitur in trinitate semper idem unusque deus. Non est ambiguum sed omnibus hominibus manet patefactum eo quod ob honorem et reverentiam ipsius sancte et individue trinitatis. In loco qui dicitur moraria secus flumen ave subtus mons cordoba contra faciem aquilonis monasterium videtur multorum monachorum esse constructum ubi cotidie pro relaxatione peccaminum a sanctis sacerdotibus sacrificium deo immolatur. Ideo ego suarius prolis menendi ut valeam evadere penas infernorum et partem merear adipisci in celestibus regnis cum angelis sanctis a domino seculis infinitis offero huic sancto et venerabili altari quod est digne deo sanctialiter fabricatum in locum jam superius nominatum in honorem et reverentiam ejusdem dei et domini nostri jesu christi genitricis semperque virginis marie sancti johannis baptiste et sanctorum apostolorum petri et pauli johannis evangeliste atque jacobi apostoli sanctique tirsi gloriosi martiris incujus nomine dedicate est ipsius templi aule et aliorum sanctorum quorum reliquie venerabiliter ibidem sunt recondite ipsum cautum vel commissorium quod michi fecit dominus meus domnus henricus comes cum conjuge sua nomine tarasia prolis adefonsi regis et confirmavit roboravitque illum michi ipse domnus gloriosus rex noster adefonsus catholicus cum sororibus et filiis et filiabus suis, cum suis omnibus hereditatibus servis et ancillis tributis cunctisque vectigalibus calumniis omnibus et servitiis regalibus negotiis totis sicut imperabant ibi domnis ipsis regibus nostris tam super suis quam et super hereditatibus nostris vel alienis que intus sunt reclusis cum totas fossadeiras et caracteres per terminis predictis quos presignavit portarius ipsius domni henrici comitis sicut incipit inportum de cernandini et dividit inter burgalanes et monasterium sancti tirsi et differt inter leoveriz et sanctam crucem et inde per terminum quod sparte inter mons cordoba et sanguinieto et descendit per mamonellam et inde per illam congustam inter rial et vimaredi et ascendit per verticem montis calvi sicut dividit inter donniz et Kerledo inde per ervosam descendit que ad illam pontem antiquam in medium fluminis ave ascendit vero per medium ipsius fluminis alveum usque ad illum portum de cernandini unde prius incoavimus. Siquis de extorris quam et de propinquis hoc monasterium ad divisionem seu ad deformitatem deducere temptaverit et ei episcopis sive fidelibus christianis resistere non potuerint omne istud commissorium cum omnibus suis hereditatibus sive cunctis prestantiis quos mi concessit dominus rex meus adfonsus sicut jam superius inseruimus ad partem ire mando qui unitatem et integritatem hujus monasterii rationem meam vel vocem ex posteris meis tenuerit et sive filius aut quislibet ex generibus meis qui vocem integritatis testamenti hujus pulsaverit sit benedictus a domino deo celi et ab angelis ejus benedictionibus celi de super benedictionibus abissi benedictionibus uberum et vulve benedictionibus patris sui et matris super eum usque ad septimam generationem descendat, non sit de semine ejus qui non adoretur et de posteris illius qui non glorificetur sin autem hanc meam

scripturam diabulo impediende ad dirruptionem vel ad deformitatem devenerit ea servata ratione filiis vel filiabus sive meis nepotibus jubeo ut ad monasterium superius nominatum quintam restitu partem ex omni mea hereditate pro remedio anime mee que dimisero ad diem extremum vite mee, et cum ipsum commissorium adicio de lavra VIII.^a integra que fuit de avia mea domna uniscu. et VI.^a que conparavi de xemena rodriquez tam de ecclesia quam et de laicale cum suis terminis antiquis et novissimis, si quibuslibet homo transgressos hujus scripture fuerit sit maledictionibus repletus nisi dignam egerit penitentiam. Deserviant iste hereditates jam superius pretitulate isti aule ob tolerantiam fratrum et vitam monachorum sicut jam memini pro absolutione criminum meorum temporibus cunctis et seculis seculorum. Siquis tamen quod minime credimus fieri aliquis homo tam de extraneis quam et de propinquis ad inrumpendum contra hunc testamentum pro sola presumptione ad partem qui vocem ejus pulsaverit duo auri talenta cogatur exolvere et imperatori terre aliud tantum et judicatum, ipsumque testamentum reddat in quadruplum et istum meum factum plenam habeat roborem, et tandiu ipse presumptor sit excommunicatus quandiu steterit in tam grande peccatum. Aliam vero scripturam antepositam aut postpositam stabiliri minime permittimus sed istam in eternum deo servire mandamus. Facta series testamenti temporibus adefonsi piiissimi imperatoris et totius spanie principis et uxore ejus regina berta et gener ejus comes domnus henricus totius provincie portugalensis dominus et uxore ejus nomine tarasia filia ipsius domini adefonse regis et ecclesie bracarensis episcopus domnus geraldus presidente X.^o Kalendas aprilis era C.XXXVI. post peracta T et adicio ut cum mortuus fuero statim filiis meis restituant ad ipsum monasterium tertia de toto meo ganado ad integrum et do ibi statim in vita mea cum ipsum testamentum unum signum de dccc.s libras omne istud ad meam partem illius monasterii texto sicut superius inseruimus. Ego suarius prolis menendi quod sponte deo vovi ipso adjuvante opere complevi et hoc testamentum gratanter propriis manibus meis roboravi et confirmavi et ecclesie sancti tirsi et beate marie semper virginis adsignavi. Ego menendus suariz fiius ipsius suarii menendiz ro+boro et confirmo.

Coluna 1.^a

Quos viderunt

Gartia ennuquiz conf

Eika diaz maiordomo con.

Sisnandus diaconus abbas de palatiolo conf.

Gartia tructesindiz con.

Gunzavus tructesindiz conf.

Coluna 2.^a

Ego abbas ipsius monasterii domnus gaudemirus conf.

Fr. Pelagius zidiz conf.

Ordonius monachus conf.

Ordonius rouparius notarius ipsius domni suarii conf.

Menendus ordonniz vicarius infantis domna jelvira conf.

Odorius veilaz monachus con.

Petrus dracon monachus conf.

Através debaixo para cima entre esta Coluna e a seguinte

Fernandus monachus quasi presbiter scripsit

Coluna 3.^a

Protestes

Pelagius testis

menendus testis

gartia testis

alvito testis

vermudus testis

Segue-se em letra mais esbranquiçada:

Ego suarius.

Adicio ad istud testamentum in villa lauridello in foz de durio III.es Kasales que fuerunt de gunzalvo zidis et venit illi inportione de suo patre zidi daviz et kambiauit ea uxor de ipso gunzalvo zidis cum suos flios et dedit illis pro ipso alia in custodias de susanas et postea fecit inde karta ad mea filia auruellido que fuit sua criada et mortua mea filia hereditavit me post sua morte et ego eum testo pro mea anima et de ipsa mea filia cum quantum in se obtinet et ad prestitum hominis est manu mea r+oboro et cf. Letra semigótica.

7

1102, Fevereiro, 18 – *Em documento desta altura, se fará a localização do convento da nossa cidade pelo topónimo Moreira, que é o mais antigo que se conhece do contexto envolvente da nossa casa religiosa.*

CRUZ, António - *Breve Estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 5, p. 159.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 176 (*Sumário*): Huma doação que fez Soares Príncipe a este Mosteiro a 12 das Kalendas de Março da era de Cesar 1222, que he o anno de Christo 1082 do que tinha em Ferreiros que he na freguezia de Ribeyrão, e no mesmo pergaminho se acha áparte a retificação da dita doação a D. Gaudemiro Abbade deste Mosteiro na era de Cesar 1141, que he o anno de Christo 1103

1218

(*Extracto*) In monasterio sancti tirsi in loco qui dicitur morarie juxta flumen ave territorio portugalense subtus mons calvo ... in villa ferreiros subtus mons et rivulo et territorio jam supra nominato ... Suarius principiz... Garseanus clerus notuit...

8

1103, Junho, 28 – *Godinha Plobizeris, esposa de D. Egas Ermiges, doa ao mosteiro de Santo Tirso uma herdade em Bougado e a oitava parte da igreja de S. Mamede de Ribeirão.*

RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso*, n. 6.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 6, p. 159 (*Extracto*): Gontina plobiseriz ... viri mei domno egas ermigis ... sancti tirssi gloriosi martiris in loco qui dicitur morarie in ripa fluminis ave ad radicem mons Cordube territorio Portugalsensi ... rationem ipsius ecclesie de sancto mamete de ryovayram id est oytava integra

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 176-176 v. (*Sumário*): Huma doação que fez D. Goncinha mulher que foi de Egas Ermiges, juntamente com seus filhos no quarto dia das Kalendas de Julho da era de Cesar de 1141, que he o anno de Christo de 1103 (não faça duvida esta era de 1141 porque um X com

¹²¹⁸ Apesar da rectificação, mesmo assim há uma diferença de um ano entre a cronologia de João Pedro Ribeiro e a do cartorário de 1774.

humana virgula por cima valle quarenta como diz D. Luiz de Sellazar no exame Castelhana Contra os Padres Jeronimos Conferencia 9.^a, n.º 312 pag. 320) da oitava parte do Padroado da Igreja de S. Mamede de Ribeyrão; e do que tinha em Bouzado, que he o que agora se chama Vergadella, que fica entre Louzado, e Ribeyrão; o que tudo deixa a este Mosteiro de Santo Tirso pelo remedio de sua Alma.

Esta Doação he por traslado autentico que fez Estevão João Tabelião de Aguiar de Souza aos 3 das Kalendas de Outubro da era de Cesar de 1337 sendo Abbade Martim Pires, e seu Prior João Pires. A original já não aparece neste Archivo. Desta doação se fez menção no principio da Gaveta 19 da Igreja de Ribeirão aonde se pode ver.

(*Sumário*): Gontina Eriz era já viuva de D. Egas Ermigiz nos finais de Junho da Era 1141, quando doou ao Mosteiro de Santo Tirso huma herdade em Vougado, e a 8.^a da Igreja de S. Mamede perto de Vairão, pelas almas de seu marido, e seus filhos Hermigio, e Monio, com beneplacito de todas suas filhas. Consta do Traslado autentico n.º 2 da Gav. 26

9

1114, Setembro, 29 - *Ausenda Honorigues doa os seus bens patrimoniais ao mosteiro de Pedroso – os que possui em Seixezelo (conc. de Vila Nova de Gaia), Pinheiro (Pinheiro de Loure ou da Bemposta ?) Loure (Albergaria-a-Velha), Segadães (Águeda) - e ao de Santo Tirso, a saber, um quinhão do mosteiro de Lavra (Matozinhos) e um casal de Leigal (hoje, Lama, Santo Tirso).*

AZEVEDO, Rui de – DMP/DP, vol. III, ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940, pp. 416-417.

In Dei nomine. Ego Adosinda prolix Onoriquiz placuit mihi per bonam pacem et uoluntatem ut facerem testamentum ¹²¹⁹ ad monasterium Sancti Petri que uocatur Petroso iuxta fluminis Durio de hereditates meas proprias que habeo inter Durio et Vaucka et ueniunt michi de parentela mea, id est in Sexozello quanta ibi habeo et in Pineiro quanta ibi habeo et in Lauro quanta ibi habeo et trans flumine Vaucka in Sagadanes illa que ibi habeo et ad Sanctum Tirsum inter Durio et Aue et ad illo abbate meo domnus Gaudemirus III^a de tertja de illo monasterio de Labra et uno casal in Leigale que fuit de mater mea domna Gontrode Gundisaluiz. Do eas ad domus Domini pro remedio anime mee cum omnibus suis prestatjonibus et locis nouissimis et antiquis per ubi illas potueritis inuenire cum quantum in se obtinent et a prestitum hominis est ut habeant inde serui Dei temporale subsidium et ego ante Deum premium sempiternum. Alteram uero scripturam ante positam aut post positam stabilire minime permitto sed istam solam Deo in eternum seruire mando. Neminem uero permitto ex propinquis uel extraneis in que nullum genus humanum ibi aliqua irruptjone facere aut istam scripturam uiolare, quod qui fecerit et hunc factum meum inrumpere temptauerit ad partem illorum monasterios pariat ipsas hereditates dublatas et insuper sedeat excommunicatus usque dum se correxerit et iudicatum. Facta karta testamenti III.^o Kalendas Octobris Era T.C.L.II.^a. Ego Adosinda prolix Onoriquiz in hunc testamentum manus meas r+oboro.

Pro testibus: Tructesindus ts., Iohannes ts., Menendus ts. – Pelagius notuit.

¹²¹⁹ Entrelinhado.

10

1115 (começos) – *O arcebispo de Toledo e legado da Santa Sé, em Espanha, ordena ao Abade Gaudemiro de Santo Tirso, que exorte a população de Vizela até Antuã a obedecer ao bispo do Porto, D. Hugo, sob pena de excomunhão e interdição.*

Publ. Em ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935, pp. 81-82. Reedição em fac-simile em Braga, 1996.

B(ernardus) Toletane sedis archiepiscopus et sancte Romane ecclesie legatus. Karissimo filio suo G(audemiro) abbati in sancti Tirso monasterio in Christo salutem. Quod ad concilium in preterito anno neque modo venire non potuistis, graviter tulimus. Sed domnus Hugo Portugalensis episcopus vos sine culpa esse nobis asseruit, qui vos in sua vice ad disponenda ecclesie sue offitia se dimisisse testatus est. Mandamus itaque vobis et per obedientiam precipimus, ut ex nostra parte ammoneatis omne abbates monasteriorum seu priores necnon etiam omnes clericos et laicos viros et mulieres seculares et Deo votas infra antiquos terminos Portugalensis diocesis commorantes, a Avicella scilicet in Antenoanam, quatenus veniant ad sinodum Portugalensis episcopi, quando ipse instituerit, et exhibeant ei debitam subieccionem et obedientiam et eum in pace proprium episcopum suum suscipiant et nullum alium episcopum super se recipiant. Qui vero ei infra terminos supradictos obedierint, omnipotentis Dei et beate Marie virginis gratiam consequantur. Illis autem, qui infra terminos antiquos Portugalensis episcopatus constituti debitam subieccionem et obedientiam ei negaverint, apostolica auctoritate divinum offitium interdicimus, et eorum ecclesiis, ita ut porte ecclesiarum non aperiantur, signa non pulsantur, corpora non sepeliantur nec aliquid divinum offitium fiat preter absolucionem et babtisterium. Valet. Scripta sunt hec in Era T° C° LIII.

11

1115, Agosto, 15 – *Pascoal II, pela Bula “Egregias quondam” define os limites da diocese do Porto, face à de Braga e à de Coimbra, numa corroboração dos esforços desenvolvidos em comum pelo arcebispo de Toledo, D. Bernardo, pelo bispo do Porto, D. Hugo, e pelo abade de Santo Tirso, D. Gaudemiro.*

CCSP, pp 1-3.

Paschalis episcopus. seruus seruorum Dey venerabili ffratri Hugonj Portugalensis ecclesiae episcopo eiusque successoribus Canonice substituendis in perpetuum Egregias quondam episcopalis dignitatis urbes in yspanya claruisse egregiorum qui in ipsis refulserunt pontificum siue martirum scripta et monimenta testantur. Postea uero per annos multos yspaniae maiorem partem a mauris uel ysmaelitis inuasam atque possessam urbium uel ecclesiarum abolitio manifestat et nostrorum temporum memoria non ignorat. Sane quia temporibus nostris omnipotenti deo placuit urbem non ullam maurorum tirannidj eripere et destitutam in restitutionis columen reuocare. oportunum utique duximus episcopales in eiusdem urbibus cathedras reparare. Cum ergo ad rreformandum portugalensis ecclesiae statum fraternitas tua comunj fratrum consilio deputata sit. nos ad eius rreformationem executionem dilectionis tuae ... uenerabilis frater et coepiscopo hugo benignissimo fauemus affectu. Personam siquidem tuam et ecclesiam ipsam dei gratia reparare nostram decreuimus tutelam specialiter

confouendam. Ea te libertate donantes et nullius metropolitanj nisi rromanj pontificis aut legatj qui ab eius latere missus fuerit subiectionj tenearis obnoxius. set ¹²²⁰remotis molestijs commissae ecclesiae quietus immineas. Statuimus itaque ut quaecumque predia quamcumque diocesim in presenti. viij. indictione. eadem ecclesia iuste possidet uel in futurum iuste atque canonice poterit adipisci firma tibi tuisque successoribus et illibata permaneant. et quod de antiquis parrochiae terminis dum portugalensis prostrata iaceret ecclesia ab alijs ecclesijs occupatum est. auxiliante deo eidem reintegretur ecclesiae. Quorum uidelicet terminorum distinctio horum dicitur finium continuatione distendj. a fauce auiae fluminis ubi cadit in mare oceanum. per ipsum flumen sursum usque in auicellam fluuium. et per auicellam ad archus ¹²²¹palumbaris. Inde ad antam de temone. inde ad montem farinae ¹²²². inde ad montem marantis. inde ad canpeanam fluuium. et per ipsum fluuium sicut defluit in bandugium. et per bandugium sicut decurrit in corregam et per corregam in dorium flumen. inde trans dorium ad piscarium fratrum per montem magnum ad antoanum flumen. et per ipsum fluuium sicut descendit ad mare oceanum. Quaecumque igitur inffra hos fines ecclesiae uel monesteria continentur. precipimus ut supradictae portugalensi ecclesiae obedientiam debitam iustitiamque persoluant. Ad haec adicientes decreuimus ut nullj oratio hominum liceat eandem ecclesiam temere perturbare aut eius possessiones auferre. uel ablatam retinere. minuere uel temerarijs uexationibus fatigare. sed omnia integra conseruentur. tam tuis quam clericorum et pauperum usibus pro futura. si qua igitur in futurum ecclesiastica secularisve persona hanc nostrae constitutionis paginam sciens contra eam temere uenire temptauerit. Secundo tertioe commonita si non satisfactione congrua emendauerit potestatis honorisque sui dignitate careat. Reamque se diuino iudicio existere deperpretata iniquitate cognoscat. et a sacratissimo corpore ac sanguine dei et dominj redemptoris nostri ihesu christi alienus siat. atque in extremo examine districtae ultionj subiaceat. Cunctis autem eidem loco iusta servantibus sit pax domini nostri ihesu christi quatenus et hic fructum bonae actionis percipiant. et apud districtum iudicem premia aeternae pacis inueniant. AmeN. AmeN. AmeN.

Ego paschalis catholicae ecclesiae Episcopus SecunduS.

Dante beneuentj. per manum iohannis sanctae ecclesiae diaconus Cardinalis ac bibliothecarij. xvij.º Kal. Septembris. Indictione viijª. Incarnatione dominice Anno M.º C.º XV. ¹²²³. Pontificatus autem dominj Paschalis secundi papae anno xvij (*Selo n. 19*).

12

1116, Novembro, 28 – *Mendo Gonçalves e sua esposa Ximena Pais oferecem ao mosteiro de S. Pedro de Roriz (conc. de Santo Tirso) vários bens, entre os quais, o padroado da igreja de S. Pedro de Avioso – para a qual apresentaria como pároco o frade de Roriz D. Soeiro - e a vila de Várzea*

BUC, *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 636, f. 195.

Ego menendo prolix gundisalviz et uxor mea exemena plagis offerimus sancto et venerabili altari quod est digne deo santialiter fabricatum in honore sancti petri apostolorum principis atque aliorum plurimorum sanctorum quorum reliquie ibidem

¹²²⁰ Sed

¹²²¹ Lege: *archum*.

¹²²² *Ad montem farinae*: não se podem ler estas palavras no original, mas estão no apógrafo.

¹²²³ Tem à margem a seguinte nota: Hugo 1156.

sunt recondite in loco qui dicitur rodoriz qui est situs subtus mons cordove discurente rivulo avizela territorio portugalensis (...) villas prenominate ecclesia sancti petri de avenoso et villa de varzena (...) post obitum nostrum (...) et ego menendo prolix gunsdisalviz per jussionem uxori nostre exemena pelagiz jubeo dari magistro meo domno Suadario monacho ipsa ecclesia de sancti petri de avenoso ad integro cum quantum in se obtinet post obitum vero ejus sana et intemerata revertatur ad supradictum monasterium.

13

1120, Março, 02 – *Bula de Calisto II, “Officii mei”, dirigida ao Bispo do Porto D. Hugo, e destinada a reforçar as preocupações de D. Bernardo de Toledo, de D. Gaudemiro de Santo Tirso, na luta pela restituição à igreja do Porto dos limites geográficos que lhe foram ratados por Braga e Coimbra, dentro dos quais se situam e se recordam, explicitamente, o mosteiro de Santo Tirso e os tirsenses de Burgães, Roriz e Vilarinho.*

CCSP, pp. 3-5.

Calistus episcopus seruus seruorum dei venerabili fratri Hugoni Portugalensis ecclesiae episcopo eiusque successoribus Canonice substituendis in perpetuum. Officij mei nos hortatur auctoritas pro ecclesiarum statu satagere et que recte statuta sunt stabilire. Quam ob rem nos honorem in Christo frater et coepiscopo hugo ad exemplar domini predecessoris nostri sanctae memoriae paschalis papae dilectionis tuae petitionibus benigno auemus affectu. personam siquidem tuam et ecclesiam ipsam quam dei gratia regis sub nostra decreuimus tutela specialiter confouendam. Ea libertate donantes ut nullius metropolitanj nisi romani pontificis. aut legati qui ab eius latere missus fuerit subiectionj tenearis obnoxios. sed remotis molestijs commissae tibi ecclesiae quietus imineas. Statuimus itaque quaecumque predia quamcumque diocesim aut quaslibet possessiones eadem ecclesia in presenti legitime possidet uel in futuram largiente deo poterit adipisci firma tibi tuisque successoribus et libata permaneant in quibus haec proprijs duximus nominibus annotanda videlicet Ecclesia Santi Jacobj de custodijs cum omnibus ad eam pertinentibus. Quintanam eiusdem villae cum pertinentijs suis Monasterium de Ruiuo tanto ecclesiam de Uluar cum molendino et caeteris pertinentijs suis et Dotem eiusdem matricis ecclesiae quod uulgo cautum dicitur. Propterea quod de antiquis parrochiae terminis dum portugalensis prostrata iaceret ecclesia ab alijs ecclesijs occupatum est precipimus ut auctore deo eidem reintegretur ecclesiae quorum uidelicet terminorum distinctio horum finium continuatione distenditur. A fauce Aue flumine ubi cadit in mare oceanum. per ipsum fluuium sursum usque in auicellam fluuium. et per auicellam ad archum palumbarij. Inde ad antam de temone. inde per montem eguas. ad montem de farinae. inde ad montem maraonis. et per maraonem ad campanam fluuium. et per ipsum fluuium sicut decurrit in correcam. et per correcam in dorium flumen. Item transdorium flumen a fauce arde per monte de meda. ad montem nabal ubi nascitur fluuius antusiana qui antea dicitur. per ipsum fluuium sicut descendit ad mare oceanum. infra quos fines hic perhibentur monasteria continerj. Monasterium santi Tirsi de rripa aue. Monasterium de Burguaes. Monasterium de Roderitis. Monasterium de Uilarinho. de Palunbario de antinij de Arnoio de vila coua de Telonis de Mancelis de

Santio de Reali de varzio de villa noua episcopi Monasterium de palaciolo Monasterium santi iohannis Monasterium Anxedi de Suilanis de Inter ambos rruuios de Baucis de Citoffeita. de Aquis sanctis de Macanarijs. de Lecia de uairano. Sanctae marinae de Portu dori. de Petrosso. Haec igitur et alia omnia monasteria uel ecclesiae quae infra predictos fines continentur apostolica auctoritate precipimus ut supradictae portugalensis ecclesiae obedientiam debitam iustitiamque persoluant. Nulli ergo omnino hominum liceat eandem ecclesiam temere perturbare aut eius possessiones auferre. uel ablatas retinere minuere uel temerarijs uerationibus fatigare set omnia integra conseruentur tam tuis quam clericorum et pauperum usibus pro futura. Si qua igitur in futurum ecclesiastica secularisue persona hanc nostrae constitutionis paginam sciens contra eam temere uenire temptauerit secundo tercioue conmonita si non satisfatione congrua emendauerit. Potestatis honorisque sui dignitate careat. reamque se diuino iudicio existere. a perpetrata iniquitate cognoscat. et a ssacratissimo corpore et sanguine dei et dominj redemptoris mei ihesu christi aliena siat atque in extremo examine districte ultionj subiaceat. Cunctis autem eidem ecclesiae iusta seruantibus sit pax domini mei ihesu christi quatinus et hic fructum bonae actionis percipiant et apud districtum iudicem premia aeternae pacis inueniant. AmeN. AmeN. AmeN.

Ego Calixtus Catholicae ecclesiae episcopus S.S.

Datum Valentiae per manum Grisogoni Sanctae Romanae ecclesiae diocesis Cardinalis ac bibliotecarij. vj ° Nonas Martij. Indictus xij. ° Incarnationis dominice. Anno m.º c.º xx.ª Pontificatus autem domini Calixti. secundi papae. Anno ij.º (*Selo n. 18*).

14

1122, ?, ? – Tolquidis Viliulfis vende a D. Mendo Moniz e sua mulher Goina Mendes uma herdade em Lagares

RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso, n. 4.*

(*Sumário*): Na Era 1160 vendeu Folquidis Viliulfis a D. Mendo Moniz, e a sua mulher Goina Mendes huma herdade, sita em Lagares, fraldas do Monte Ordins, perto do ribeiro Bolpeliars, territorio do Porto, seu Anaia.

N.1.º da Gav. 22.

15

1122, Outubro, 10 – Goldegrodo Pais doa ao mosteiro de Santo Tirso várias propriedades como também um padroado, bens situados em Bragadela e Ribeirão.

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.8, pp. 159-160.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 204-205 (*Sumário*): Huma carta de venda que fez aos sete dos Idos de Outubro da era de Cesar 1160, que he o anno de Christo 1122 (tempo em que não havia Reis neste Reyno) D. Goldegrodo Playo sobrinho de D.Gontinha a D. Gaudemiro Abbade deste Mosteiro, e a seu convento da sua herdade que tinha na Villa de Vouzado, que se chamava vergadella, e da oitava parte da Igreja de Ribeyrão, que tudo tinha comprado a seu sobrinho Pedro Fernandes por quinhentos maravedis, e que agora o vendia a D. Gaudemiro por trezentos, e que dava ao dito D. Gaudemiro seu Abbade, e a Santo Tyrso o preço pela sua Alma.

Declara no dito instrumento, que a venda era da ametade da dita Villa de Vouzado, e da Oitava parte de Igreja de S. Mamede de Ribeyrão, e que a outra ametade da Villa de Vouzado, e de outra oitava parte da dita Igreja de S. Mamede de Ribeyrão a tinha doado D. Goncinha mulher que foi de Egas Ermiges a D. Gaudemiro Abbade e ao seu Mosteiro de S. Tirso como já se apontou na gaveta das doaçoens n.º 20.

E no mesmo pergaminho se acha hum prazo, que fez o dito D. Gaudemiro Abbade deste Mosteiro, e o seu Convento aos 5 das Kalendas de Fevereiro da dita era de Cesar 1160 a D. Odorio Formariques da Igreja de S. Mamede de Ribeyrão, tirando-lhe por condição, que não faria esta Igreja subjecta a outras Igrejas, e que seria sempre Livre, e honrada, e em toda a hora, e dia que a quizessem lhe deixaria Livre. Do que infere, que já este Mosteiro hera Padroeiro desta Igreja, não somente pela doação, que lhe fez D. Gontinha, mas tambem pela venda (que mais parece ser doação) que fez o dito D. Goldregodo a seu Abbade D. Gaudemiro.

(*Extracto*) Ego goldegrado pelagii proles ... nullius coe gentis imperio ... vobis domno gaudemiro abbati ... monasterii sancti Tirssi ... in villa vouldado ubi dicent bragadelha subtus montem custodias discurrente rivulo ave juxta fosse de rivarian territorio Bracharensi ... de avola mea unisco pelaiz ... egas ermigiz uxor illius gontina eriz ... testamentum ad sanctum tirssum de ripa ave vocabulo morarie ... cum octava de illa ecclesia de rivarian... materme a vivili ermigiz ... ad sobrinum meum petrum fernandis ... comparavi in d. modios ... ad magistrum domnum Gaudemirum abbatem.

16

Sec. XII, primeira parte ¹²²⁴ - *Após uma discussão acalorada com o metropolitano, acerca de um padroado e seu candidato, na circunstância, Soeiro Mendes, para demonstrar a justeza das suas razões, recorre a um tipo de ordalia: a morte até ao fim do ano de um dos contendores a que o direito, porventura, lhe não assista...*

PMH *Scriptores*, p. 56, n. 15.

Inter cetera vero vir Dei circa Ecclesiarum libertatem praecipue invigilans, quorundam relatu didicit unum regionis magnatem, Suarium scilicet Menendi nuncupatum, quendam in quadam Ecclesia Clericum absque Bracarensis vicarii licentia intrusisse. Quo audito vir Dei principem illum ad satisfactionem invitavit, eumque diligenter edocuit ecclesiastica jura nec laica manu pertractari nec sanctuarium Dei a laicis hereditario jure debere possideri. At vero ille cum reatum suum recognoscere et Praelato suo satisfacere debuisset, ad rixam devenit, et verba veritatis non attendens, cum justo viro causari et secularibus argumentis ratiocinari diutius praesumpsit. Denique ipse tyrannus nimia bile commotus, quasi causae finem imponere cupiens, sententiam protulit in hunc modum dicens. Uterque ego et vos Domino nostro Jesu Christo et gloriosae virgini Mariae preces fundamus quod alter nostrum qui alii in hac causa injuriosus existit, ad finem praesentis anni vivus non pertingat. Quia vero frater, beatus vir inquit, evangelicae doctrinae disciplinam non attendis, et canonica sequi jussa contemnitis, in providentia et in dispositione illius cujus in oratione tua mentionem fecisti, istud negotium pertractandum et judicandum committimus. His dictis, princeps supra memoratus recessit, et usque ad dimidium annum non pertingens, non in proprio, sed in alieno solo, quasi vilis occubuit.

¹²²⁴ Segundo o Dr. Avelino de Jesus da Costa, terá sido composta a *Vita Sancti Geraldi* por entre 1112 e 1128, talvez no princípio deste período. A data *a quo* baseia-se na citação da condessa Teresa, que começou a governar o condado portugalense nesse ano. E a data *ante quem* resulta do autor se declarar arcebispo de Braga, o que quer dizer que escreveu antes de ser nomeado bispo de Coimbra (1128). O seu autor é, de facto, um Bernardo, arcebispo bracarense, que, depois (1128-1146) tomará a liderança da diocese de Coimbra. Cf. LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Editora Caminho, Lisboa, 1993, pp. 666-668.

17

Sec. XII, meados do sec. – *Um cruzado inglês*¹²²⁵, integrado numa expedição que iria participar na tomada de Lisboa aos mouros, num troço da viagem marítima, quando passa pela costa nortenha de Portugal, recebe uma notícia da situação – e, virtualmente, da importância - do mosteiro de Santo Tirso.

PMH *Scriptores*, p. 393.

Cf. NASCIMENTO, Aires A. - *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, Editoria Vega, 2001, p. 58.

Habet autem litus maris ab insula usque ad Portugalam fluuium Mineum, super quem ciuitas Tude. Post hunc fluuius Caduua supra quem ciuitas Braccara. Post hunc fluuius Aua, supra quem ecclesia beati Tyrsi martyris. Post hunc fluuius Leticia. Post hunc fluuius Doyra, supra quem Portugala, ad quam ab insula uenimus circiter horam diei nonam.

18

1143, finais de Maio - *Elementos para a história da genealogia de uma família fidalga*

RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso*, n. 5.

(*Sumário*): Mendo Moniz estava cazado com Christina Gonsalves (Christina Gonsalviz) segunda mulher nos finais de Maio da Era 1186, como se le nas duas Cartas de venda, escritas no pergaminho n.º 9 da Gav. 22.

19

1163, Abril, 05 – *Por parte de um benfeitor, recebe o mosteiro de Santo Tirso várias propriedades, que as entregará de novo ao doador, agora na condição de caseiro e de familiar da casa religiosa de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 14, p. 162.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 177-177 v. (*Sumário*): Hum prazo, e contrato por modo de doação, que fez D. Mendo 1.º sendo Abbade deste Mosteiro, e seus Monges com Gonçalo Soares nas Nonas de Abril da era de Cesar 1201 que he o anno se Christo 1163, fazendo-lhe prazo da herdade de Codeçoza, que sita na freguezia de S. Mamede de Negrellos para que a possuisse em sua vida somente, e por este favor o dito Gonçalo Soares deu a este Mosteiro huma herdade chamada Romão com tal condição que elle a possuisse em sua vida de que tambem se lhe fez prazo; e depois da sua morte seria huma, e outra couza para o Mosteiro; e este está possuindo a dita herdade de Codeçoza; mas não a de Romão.

¹²²⁵ A conquista de Lisboa foi em 1147. O documento intitula-se *De expugnatione Lyxbonensi*. As palavras iniciais *OBS. de baldr. R. sal.(utem)* suscitam interpretações variadas. E primeiro, quanto ao remetente e destinatário. Hoje, a maioria interpreta o nome oculto sob a inicial R., como o remetente, clérigo inglês dos cruzados anglo-normandos, chefiados por Herveu de Glanvill. O outro, que figura à sombra da abreviatura OBS, será, pois, o destinatário. Mas aqui, voltam a surgir opiniões sobre que nome seja este. A opinião comum é a de que se tratará de Osberno. O Dr. Avelino de Jesus da Costa opta por Osberto, que identifica com um Osberto de Baldreseia (Bawdsey). Cf. Enc. *Verbo, sub voce Osberno*.

Plazum legale facio vobis abbati et monachis et heredibus sancti tirsi secundum librum iudicum ... pro parte de ipsa hereditate ... ut teneam eam in vita mea de vestra manu et edificem et plantem illam de vinea et de aliis arboribus secundum morem terre et pro hoc pacto et benivolentia inplazo vobis aliam meam hereditatem ... ut teneam eas in vita mea ... et ad mortem meam relinquam eas ad monasterium ... te insuper ut sim obediens et servitor abbati et monachis ... et per unumquemque annum dem unum quarterium de milio pro cognitione et testimonio hujus benefacti.

20

1171, Março, ? – *Fernão Mendes, Abade de Santo Tirso, doou ao seu Convento vários casais, o que demonstra a divisão existente nos rendimentos monásticos entre a Mesa abacial e a Mesa conventual*

RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos, no Arquivo de Santo Tirso*, n. 11.

(*Sumário*): Doou Fernando Mendes, Abade de Santo Tirso ao seu Convento, vários Cazaes, cujos rendimentos aplicou á Enfermaria no Marso da Era de 1209: firmou a Carta, e o Prior, e 23 Monjes, todos com Crús, e ainda não uzavão de Selos.

21

1176 – Abril, ? - *Soeiro Mendes o Facha, que ia a caminho de Bragança, ao passar por Santo Tirso, doa a ermida de S. João da Foz do Douro, juntamente com alguns casais e a quarta parte da igreja de Guilhabréu, e tudo quanto possuía – homens, terras e direitos - no termo de Ferreira, ao mosteiro de Santo Tirso, com a condição da sua sepultura nesta casa religiosa.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0168, ff. 186 v.-187 v.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272 (*Sumário*): Hum traslado autentico feito no anno de Christo de 1483 sendo D. Abade deste D. Frei Fernando Lopes do Carvalhal de varios titulos, e escritura, (que os seus originaes se não achão neste Archivo) a saber huma manda, ou testamento que fez Soeiro Mendes na era de Cesar de 1214 a este Mosteiro sendo Abade delle D. Fernando Mendes (que como refere a Benedictina Luzitana no 2.º tomo trat. 1.º parte 1.ª § 3.º pag. 31 dis era parente do dito D. Soeiro) da 4.ª parte da Igreja de Guilhabreu, e do Casal de Villa Boa sito na mesma freguezia, e lugar de Villa Boa (que se acha dividido em varios Cazaes) e da Ermida de S. João da Foz do Douro, e de dous Cazaes, que tinha em Villa marinhas com todos os seus termos novos, e antigos rotos, e por romper, na mesma manda vai sinalando os termos da demarcação da Ermida de S. João da Foz, dizendo que hia por Portozello entre Nevogilde, e o Crasto, e dahi pelo Corrugo infesto (que he o mesmo, que subida) e pella Portella, que deve de Lordello, e Marinhas, e que dera estas herdades a S. Thyrsos por dez egoas, e quatro poldras apreçadas em mil, e trezentos maravedis, que tinha recebido do mesmo Mosteiro, ordenando, que se morresse no Reyno de Portugal ou fora delle, que os seus Vaçallos o levarião para o dito Mosteiro; e ahi o sepultarião; na mesma manda deixou todas as suas herdades, que tinha no termo de Ferreira, e todos os seus homens que tinha naquella mesmo Termo com todas as suas herdades, foros, e direituras, para que servissem ao Mosteiro de S. Thyrsos pela sua alma, nomeando os homens, huns de Lamoço, outros do Carvalhal (que parece ser a Carvalhoza) outros de Pejão lugar sito na mesma Carvalhoza, outros de Busto (que parece ser o lugar de Bustello) sito na freguezia de S. Finz de Ferreira; outros de Monte Cordova etc.

Esta manda fez indo para Bragança. Não se sabe se este Soeiro Mendes he o mesmo Soeiro Mendes que fez doação deste Couto a este Mosteiro na era de Cesar de 1136 como se disse neste Index fl. 4. n.º 3.º, ou se seia outro Soeiro Mendes seu parente, ou descendente; e a Razão de se duvidar, he porque da era de Cesar de 1136 em que Soeiro Mendes fez doação deste Couto a este Mosteiro até o tempo da

doação, que lhe fez na era de 1214 da Ermida de S. João da Foz vão 78 annos, e he certo que da doação que o Conde D. Henrique fez deste Couto a Soeiro Mendes na era de Cesar de 1135 foi por bons serviços, necessariamente havia de ter o dito Soeiro Mendes 20 para 30 annos, que juntos com os 78 fazem 100 annos, ou passaria, e parece não viveria tanto, bem que não he couza impossivel o chegarem a huma idade avançada, como muitos tem chegado a cem, e a mais.

Ego Suerius menendi timens diem mortis meae sic diuido partem haereditatis meae pro anima mea Inprimis do in presenti, et concedo monasterio Sancti Tirsi, et Abbati Domino fernando et conuentuj eiusdem, et sucessoribus suis quarta de Ecclesia Sancti Martinj de Guilhabrej, et unum casale in villa bona, que tenet Petri menendi in pignore pro xbj morabitinis, et dent et ipsos morabitanos de monasterio, et recipiant ipsum casale cum ipsa Ecclesia, et habeant ex hac die, et possideant in perpetuum. Et mando a Sancto Tirso ipsam haeremitam de Sancto Joanne de foz de Dorio intrant in Mare et duos casales, quos habeo in villa marinas cum totis suis terminis rutis uel in rutis, quomodo uadit per Portuzello inter Louigilli, et Castrum, inde per ipsum corrugium infestum aa portella, per ipsa portella, quae diuidit Lordello et marinas; et istas haereditates do monasterio Sancti Tirsi pro decem equas cum quatuor poldras preciatas mile trecentos morabitanos, quae accepi de ipso monasterio contra uoluntatem Abbatis et conuentuj et mando, ut cum mortus fuero, Siue in Regno de Portugal, siue extra regnum vassali mei ducant me ad monasterium Sancti Tirsi, et sepeliant ibi corpus meum. Et mando ibi omnes haereditates meas, quas habeo in termino de ferraria, et omnes homines meos, qui sunt in termino illo cum totis suis haereditatibus, et cum suis foris, et cum omnibus direjturis, ut seruiant monasterio Sancti Tirsi in perpetuum pro anima mea; haec sunt nomina hominum, quos Dominus Suerius eo tempore habebat in termino de ferraria, et mandauit eos pro anima sua monasterio Sancti Tirsi, inprimis Gondicaluo pelligi, et Roderico pelligi de Lamoza, Sisnando (...) de Carualhal, Pellagio teimão de pias, Roderico aluo de Carderias, Petro fernandes, Menendo extraneo de parada, Petro farruscas (?) de Busto, Manaldo de mestre, Suerio Sandis de Bustre (?), didacus quinar de monte cum progenia sua et omnes alios quos Dominus Suerius habebat in termino de ferraria dedit monasterio Sancti Tirsi et mandauit eos ibi seruire in perpetuum.

facta fuit ista manda mense aprilis in monasterio Sancti Tirsi, in presentia Domini F. Abbatis, et eius monasterio conuentuj, et in presentia Domino pelligi Garçia prior de Nandim et Roderico Gondicaluj de palmaris, et gondicalus petri de fajozes, et Menendo Gondisalui Gulfaro, et Pellagio Garçia et Valasco Gomes militibus, et R. menendi Zagomba, et Pellagio menendi frater eius, et R. carramondi, et R. catella, et Suerio pallagi et ali quam plures et ibat Dominus Suerius ad Bragantiam era millessima ducentessima decima quarta.

22

1178, Julho, 10 - *Fáfila Godins e sua esposa Sancha Geraldês vendem ao mosteiro de Santo Tirso a herdade de Secoto, sita no lugar de Esperandeu (freg. de Guardizela, conc. de Guimarães) .*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 205.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 26, p. 166 (*Extracto*): Fafia godiniz et uxor mea xanchia geraldiz...in sperandei subtus mons sancti pauli territorio bracarensi discurrentibus aquis ad flumen avizella.

(*Sumário*) : Huma carta de venda que fez Fafia Godinis, e sua mulher Sancia Giraldes no mes de Julho da era de Cesar de 1216 a D. Mendo Abbade deste Mosteiro,

e a seu Convento da herdade de Secoto, que estava no lugar de Esperandeu (que he na freguezia de Guardizella) debaixo do Monte de S. Paulo no Territorio de Braga discorrendo para o Rio Avizella, por cento e dous maravedis, e por Revora dez.

23

1179, Janeiro, ? – *Paio Pires vende ao abade de Santo Tirso, D. Mendo, e ao seu Convento, as herdades de Cotiães e de Secoto, no lugar de Esperandeu (freguesia de Guardizella, no concelho de Guimarães).*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 205.

(*Sumário*): Huma carta de venda que fez Payo Pires no mez de Janeiro da era de Cesar 1217 a D. Mendo Abbade deste Mosteiro, e a seu convento da herdade chamada Cotiaens, e outra chamada do Socoto sita no Lugar de Esperandeu (que he na freguezia de Guardizella) debaixo do Monte de S. Paulo, e de S. Mamede no Territorio de Braga, discorrendo as aguas para o Rio Avizella, por setenta maravedis, e cinco de Revora.

24

1183, Dezembro, ? – *D. Afonso Henriques, juntamente com seu filho D. Sancho I e com a rainha Dona Teresa, dá a Godinha Pires a herdade de Golães, com sua torre, pela sua dedicação a D. Sancho.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 18, pp. 163-164.

RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 15 (*Sumário*): El Rei D. Afonso /1/ doou a D. Günsina de Pedro huma herdade em Golains com huma torre no Dezembro da Era 1221; asinão D. Vasco Mordomo da Caza Real, e Pedro *Salvatoriz Dapifer Regis*; mais D. Godinho Arcebispo de Braga, D. Fernando Bispo do Porto, D. Martinho Bispo de Coimbra, D. João Bispo de Vizeu, D. Godinho Bispo de Lamego, e Paio Eleito d'Evora, todos estes uzam da palavra *audiuit* em lugar de *Confirmo*: duas das testemunhas se apelidam Mestres /*Magister Fernandus testis, Magister Dominicus testis*/ no fundo do pergaminho *Julianus notarius regis subscripsit*.

Os filhos del Rei se apelidão Reis nesta forma / *cum filio meo Rege Domno Santio et filia mea Regina Domna Tarasia vobis etc.*/ O selo he rodado, e desta maneira (*ver Sinal n. 2*). He o n.º 3.º da Gav. 23.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 189 v.-190 (*Sumário*): Huma doação que fez no mez de Dezembro da era de Cesar de 1221 ElRey Dom Affonso 2.º¹²²⁶ juntamente com seu filho Dom Sancho, e sua filha D. Tarazia a D. Goncinha Pires de hua herdade que se chamava Golaens que tinha huma Torre; com a liberdade de doar, e vender, e trocar; Esta escriptura se acha neste Archivo, porem não se acha a doação, venda, ou troca, que fizese esta Senhora a este Mosteiro, ou com este Mosteiro, pela faculdade que lhe dava o dito Rey e Senhor; e pela damnificação que teve o Archivo como se esplicou no principio desta gaveta, por isso hé que se não acha. Esta herdade de Golaens que tinha huma Torre sita na freguezia de Golaens já não tem o nome de Golaens; mas sim o nome de Quinta e Casal da Torre.

In nomine sancte et individue trinitatis patris et filii et spiritus sancti. Ego alfonsus dei gratia portugalensis rex una cum filio meo Rege domno sancio et filia mea regina domna tarasia¹²²⁷ vobis domne gunsine petri facimus kartam Donationis et perpetue firmitudinis de illa nostra hereditate que vocatur golanes quam vobis donamus et concedimus propter hunc amorem quem pro rege domno Sancio facitis. Damus itaque

¹²²⁶ Erro do cartorário, por D. Afonso Henriques.

¹²²⁷ Em Março de 1180, D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, diz-se rainha. Cf. *Nobreza de Portugal e Brasil*, vol. I, Lisboa, 1960, p. 114.

vobis atque concedimus prefatam villam cum turre que in ea posita est et cum omnibus suis terminis novis et veteribus sicut unquam nos eam melius habuimus tali videlicet pacto ut semper libere et integre habeatis eam vos et universa posteritas vestra in perpetuum sit que vobis licitum donare vendere et ad quomodum vestrum quocunque titulo permutare. Igitur ab hac die in antea de dominio nostra sit abrasa et in vestra tradita potestate et confirmata. Si quis vero de nostris propinquis vel de extraneis venerit qui hoc nostrum factum irrumpere voluerit quisquis fuerit sit maledictus et excommunicatus et cum iuda traditore in inferno collocatus. facta Karta donationis et firmitudinis mense decembri. Sub E. M.CCXXj.^a. Ego vero rex alfonsus et filius meus rex domnus sancius et filia mea regina domna tarasia qui vobis domne gunsine supradicte hereditatis cartam facere iussimus coram ydoneis testibus roboramus et hec signa facimus +++ s qui presentes fuerunt = Col.^a 1.^a: = Domnus valascus maiordomus curie testis = Domnus alfonsus ermigijs testis = Domnus petrus roderici testis = Domnus fernandus gunsalvi testis = Domnus gunsalvus gunsalvi testis = Domnus martinus pelagii testis = Domnus petrus alfonsi testis. Col.^a 2.^a: = Domnus godinus bracharensis archiepiscopus audivit = Domnus fernandus portugalensis episcopus audivit = Domnus martinus colimbriensis episcopus audivit = Domnus johannes visiensis episcopus audivit = Godinus lamecensis episcopus audivit = Pelagius helectus helbore audivit = Entre as duas colunas abaixo.

Col.^a 1.^a: - Petrus salvatoris dapifer regis testis = Nuno guteriz testis = Gunsalvus fernandi testis = rodericus onoriciz testis = Col.^a 2.^a: Magister fernandus testis = Magister dominicus testis = Menendus gunsalviz testis = Petrus pelagii testis.

No meio: Iulianus notarius regis subscripsit.

25

1184, Abril, 06 - *Mendo Pires, abade do mosteiro de Santo Tirso, e seu convento, emprazam a Urraca Anes três casais, na Vila de Frende, conforme fora estabelecido já com seu marido, Egas Viegas.*

Publ. por CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa*, em Cadernos Portucale, Porto, 1987, pp. 188-190.

In Dei nomine. Ego menendus Petri abbas monasterij Sancti Tirsi una cum conuentu eiusdem loci facimus plazum tibi Urrace Iohanis quod statuimus nobis cum maritus tuus Egeas Egee de tribus casalibus nostris quos habemus in ipsa ujlle que dicitur Freendi. Et de I.^o casali de testamento quem dedit ibi nobis Egeas Egee. Et dimissimus tibi lxxx^a morabitanos quos habebas nobis per dare. Damus igitur et concedimus tibi hanc hereditatem tali pacta ut tu des nobis ad obitum tuum medietatem partem de quanto habes in ipsa ujlle que uocatur Mansio Frigida inferior, at das nobis aliam quartam partem per testamentum et tu teneas eam in omni uita tua, et des nobis per unum quemque annum, vj morabitanos. Post obitum tuum remaneat utraque hereditas nostro monasterio libera et immunis sine ullo impedimento. Siquis uenerit ex aliqua parte qui hoc plazum dissipare uoluerit, sit maledictus et confusus et cum iuda traditore in inferno demissus, et quantum quesierit tam duplat, et in super pectat. d. morabitanos. Facto plazo mense Iunij E.^a M.^a CC.^a LX.^a ij.^a. Nos supra nominati qui hoc plazum domus¹²²⁸ facere, nostris manibus roboramus.

Petrus Johanis testis Menendus testis Petrus notuit.

¹²²⁸ Suponho que em vez de uolumus.

26

1199, Dezembro, 01 - *O abade e convento de Pedroso, com o consentimento de D. Sancho I, por mandado do bispo do Porto, D. Martinho, e após anuência dos herdeiros, dá ao mosteiro de Santo Tirso, entre outros bens que foram de Dona Eufenda, a quarta parte do monástico e do laical de Lavra (Matosinhos).*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 296 v.- 297 v.

Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações*, vol III/1, p. 199 (*Extracto*): Per concessum Fratrum meorum: per mandatum Domini Regis Sancii, et per mandatum D. Martini, Portugalensis Episcopi, et omnium heredum Monasterii.

Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações* Vol. IV/2, p. 140 (*Sumário*): Carta de Venda, pelo Abbade de Pedroso ao Abbade do Mosteiro de Santo Thyrso, da quarta parte do Mosteiro de Lavra, feita com o consentimento d'ElRei D. Sancho, por mandado do Bispo do Porto D. Martinho, e consentimento dos herdeiros do Mosteiro.

Cf. CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 20, p. 165, onde se citam o dito extracto e sumário das *Dissertações*.

In Dei Nomine. Haec est Carta Venditionis et firmitudinis quam jussi facere ego Abbas Petrus de Petroso cum consensu fratrum meorum per mandatum Domini Regis Sancii et per mandatum Domini Martini Portugalensis Episcopi et omnium heredum Monasterii nostri facimus hanc Cartam de hereditate nostra quam habemus in Lavra Scilicet quartam Monasterii de Lavra et quartam de toto Laicali vobis Domino Menendo Abbati de Sancto Tirso et Fratribus vestris. Sunt autem termini eius quomodo dividit per illo funtano qui venit de Panaciollo et inde ferit in mare et quomodo parat per Pampillido. Et damus vobis aliud Casale de Lavra quod est ultra fontanum cum suis terminis novis et veteribus, vendimus autem hanc hereditatem vobis per centum et decem morabitis tantum nobis et vobis complacuit et de precio apud nos nihil remansit: hanc itaque hereditatem habuimus de Domina Eufenda. Si autem aliquis hanc cartam irrumpere temptaverit in primis sit maledictus et excommunicatus et reddat ipsam hereditatem duplatam et quantum fuerit meliorata et cui vocem vestram dederitis trecentos morabitos: et si forte non potuerimus vel noluerimus eam hereditatem vobis deffendere illam vobis reddamus duplatam. Facta carta Kallendas Decembris sub era millecima ducentecima trigessima septima. Nos vero qui hanc cartam facere jussimus coram idoneis testibus propriis manibus roboramus. Testes Dominus Martinus Portugalensis Episcopus, Gundicalvus Petri de Fajozes testis, Petrus testis, Joannes testis, Plagius testis, Petrus (sigilum) Magister Lucis dictavit.

27

1207, Abril, 11 – *D. Sancho I faz doação das vilas e igrejas de Vila Nova dos Infantes e de Golães, com voz e coima e todos os seus direitos, aos dois filhos que teve de Dona Maria Aires de Fornelos, a saber, Martim Sanches e Urraca Sanches.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 19 v.-20 ¹²²⁹.

¹²²⁹ Há uma transcrição de uma cópia autêntica desta doação do rei D. Sancho I aos filhos que o monarca houvera de Dona Maria Aires, passada a 3 de Janeiro de 1286, por Estêvão Eanes, tabelião da

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 7 (*Sumário*): D. Maria Aires, mulher de D. Egidio teve os filhos seguintes D. Martinho, e D. Urraca, como consta do pergaminho n.º 2.º da Gav. 23, datado em Abril da Era 1243. Estes filhos erão d'El Rei D. Sancho (1.º) como ela mesmo dis na Doação, que lhe fes das terras de Vila nova dos Infantes, e de Golains, datada em Guimarães, no mês d'Abril da Era 1245, na qual confirmão Martinho Arcebispo de Braga, Martinho Bispo do Porto, Pedro Bispo de Lamego, Nicolau Bispo de Vizeu, Pedro Bispo de Coimbra; como também D. João Fernandes, Mordomo da Caza Real, D. Martinho Fernandes, Alferes d'ElRei, e Cancelario Julião.

Não tem Selo rodado, nem pendente: he o n.º 7.º da Gav. 26.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. III/1, pp. 208-209 (*Sumário*): No mês de Abril da era de 1245, D. Sancho I fez doação das herdades de Vila Nova dos Infantes e Golães a D. Martim Sanches e D. Urraca Sanches, filhos que teve de D. Maria Aires de Fornelos. O documento existia na Gaveta das doações do mosteiro de Santo Tirso, n.º 7.

Cf. VITERBO – *Elucidário*, sub voce *Cabedal*.

In Dei nomine. Haec est Carta donationis et perpetuae firmitudinis quam iussi fieri ego Sanctius Dei gratia Portugalensis Rex meo Rege domno Alfonso et caeteris filiis et filiabus meis Vobis domno Martino Sancij et sorori uestrae domnae Urracae Sancier filiiis meis quos habeo de domna Maria dias ¹²³⁰ de illis haereditatibus quae uocantur uilla noua de infantibus et de Golães, has villas dictas damus uobis et iure hereditario habendas concedimus cum omnibus quae ad ius nostrum pertinent Scilicet cum Voce et calumpnia et cum omnibus suis terminis nouis et ueteribus sicut eas melius poteritis inuenire. Adhuc concedimus uobis ut habeatis potestatem donandi et uendendi illas et faciendi de illis quidquid facere uolueritis, uos et cuncti possessores uestri in perpetuum.

Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis integrum obseruauerit sit benedictus a domino Amen. Qui uero illud infringere attemptauerit sit maledictus a domino Amen. et quidquid fecerit ipse dominus irritum deducat. Hos Reges Supradictis (sic) hanc chartam fieri praecepimus coram subscriptis eam Roboramus et hoc fuit apud Vimaranes. Mense Aprili E.M.CC.Xj ¹²³¹ qui afuerunt,

Domnus Joannes fernandus maiordomus Curie conf.

Domnus Martinus fernandus Signifer Regis conf.

Domnus Laurentij Suarij conf.

Domnus Goncaluus Martinz conf.

Domnus Rodericus mendes conf.

Martinus Bracharensis Archiepiscopus conf.

Martinus Portugalensis Episcopus conf.

Petrus Lamensis (sic) Episcopus conf.

Nicolaus Episcopus Visenensis conf.

Petrus Conimbricensis Episcopus conf.

Petrus Nunes test.

Rodericus Petri test.

Petrus Gomes test.

Julianus Cancellarii Domini Regis.

Terra de Aguiar de Sousa e Refojos, a pedido do Abade do mosteiro de Santo Tirso, D. Domingos Mendes e seu convento, em PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 20 v.- 21.

¹²³⁰ Erro, por Aires.

¹²³¹ A data não está lida com correcção.

1208, Maio, ? – *O Abade de Santo Tirso D. Mendo II, ou D. Mendo Peres, e os Priores de Landim e de S. Torcato e Egas Fafes decidem da pertença da herdade de Fins (Santa Eufémia de Prazins), a favor de João de Rupela, contra as pretensões da igreja de Santa Maria de Guimarães.*

ANTT – CR, Arouca, gav. 5, m. 1, n.º 27, or. car. trans., com um selo pendente e restos de outro.

Publ. por COELHO, Maria Helena Cruz – *O Mosteiro de Arouca do sec. X ao sec. XIII*, Universidade de Coimbra, 1977, p. 338.

In nomine Sancte et Indiuidue Trinitatis Patris ac Filii et Spiritus Sancti. Sit notum hominibus tam presentibus quam futuris quod dominus rex Sancius misit sigillum suum abbati Sancti Tirsi et priori de Nandim et priori Sancti Torcati et Egee Fafile ut ipsi uenirent Vimarane et scirent per cartas et per bonos homines utrum hereditas de Fiiz que fuit Petri Murusie deberet esse ecclesie Sancte Marie de Vimarane aut Iohannis de Rupella qui coadunati una die uenerunt ad concilium Vimarane et ibi coram priore Vimarane et iudice Suerio Petri et quibusdam canonicis eiusdem ecclesie legerunt kartulas que faciebant pro Iohanne de Rupella quibus kartulis nullo homine contradicente iudices surrexerunt ab illo concilio et locuti fuerunt cum bonis hominibus in Vimarane ab hinc etiam uierunt ad uillam que dicitur Fiiz quesitum bonos homines qui tunc eent ad letanias in ponte Aue qui est sub Sancto Iohanne de Ponte. Oportuit iam dictos iudices illuc ire ad eos et ibi eos interrogare tunc inuenerunt per bonos homines quod prefata hereditas fuerat de auuolenga Petri Murusie et Iohannis de Rupella et inuenerunt per mandam Petri Murusie et per Galuam sacerdotem et per Menendum Veiram (?) sacerdotem qui scripserat ipsam mandam Petri Murusie ipse (?) et per alios bonos homines quod Petrus Murusia mandauerat hereditatem de Fiiz Iohanni de Rupella. Hoc facto iudices stantes in refectorio Vimarane coram priore domno Didaco et canonicis ibi comedentibus adiudicarunt per cartas et per testimonium bonorum hominum ut Iohannes de Rupella heret prefatam hereditatem iure hereditario in perpetuum et properarunt iudici Vimarane ex mandato regis ut redderet Iohanni de Rupella ipsam hereditatem cum lareis extrinsecis et cum suis fructibus integratim (?) et etiam cum gananciis quas in Fiiz Iohannes de Rupella lucratus fuit. Hoc totum iudicarunt abbas Sancti Tirsi et priores de Nandim et de Sancto Torcato et Egeas Fafile miles et iudicium in hac karta sigillis abbatis Sancti Tirsi et priores de Nandin confirmarunt prior uero Sancti Torcati et Egeas Fafile sigilla propria non habebant. Hoc iudicium fuit datum mense Maii Era M.^a CC.^a X.^o VI.^a.

1211, Julho, ? – *A Rainha Dona Mafalda, após a morte de D. Sancho I, tendo em linha de conta a vida religiosa da comunidade conventual e do seu abade, confirma o couto de S. João da Foz do Douro, a favor do mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 29, pp. 167-168.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 39 v.-40 (*Sumário*): Huma carta de Confirmação do Couto de S. João da Foz que fez a Raynha D. Mafalda no mez de Julho da era de Christo de 1219 ¹²³² he a era de

¹²³² Erro. João Pedro Ribeiro leu 1211. E, de resto, foi logo após a morte de D. Sancho I, que faleceu em Março de 1211.

Christo pelo que se disse acima neste mesmo Index a fl. 42. v.º; della consta que vivendo seu Pay D. Sancho com sua autoridade Coutara a Igreja, ou Ermida de S. João da Foz do Douro, a Dom Mendo Abbade de S. Thyrsó, e a seus sucessores inperpetuum, e que agora dipois da morte de seu Pay pelo amor de Deos e da Bemaventurada virgem Maria, e de S. João Bpatista, e de todos os Santos, em remissão dos peccados de seu Pay, e seus, e por ter conhecimento da providade, e Religião do Abbade de S. Thyrsó D. Mendo, e de toda a sua Comunidade confirma o dito Couto, e lhe concede demais os Privilegios que exara na dita Carta, e que o fazia pelo amor de Deos, e de S. João baptista, para que ella e seu Pay pela autoridade do qual tinha feito aquela esmola sempre tivesse parte nas oraçoens, e em todos os mais bens que se fizerem no dito Mosteiro. Asinarão esta Carta de confirmação ElRey D. Affonso (que era seu Irmão) e Raynha D. Urraca, o Infante D. Sancho (que era seu sobrinho) a Rainha D. Mafalda, confirmarão esta carta de Confirmação o Arcebispo de Braga, o Bispo de Vizeu, o Bispo do Porto, o de Coimbra, o de Lamego, e o de Lisboa. E asinarão varias testemunhas.

Este instrumento ainda se acha em Lisboa nas confirmaçoens geraes que mandou fazer ElRey D. Jozé 1.º. No Livro do Couto da Foz a fl. 1.ª está a Certidão da Doação deste mesmo Couto, e sua Confirmação, passada por Bento Teixeira a 16 de Dezembro de 1666. E no Livro do Mosteiro de Santo Tyrso, fl. 154 está outra Cautella, que veio das Confirmaçoens. A propria carta de doação que fez a Raynha D. Mafalda em vida de seu Pay D. Sancho 1.º já se não acha neste Archivo.

In nomine patris et filii et spiritus sancti amen. Ego Regina Domna Mahalda domini sancii illustrissimi regis portugalensis et regine domna Dulcie filia. Notum facio omnibus tam presentibus quam futuris quod cum olim vivente patre meo auctoritate ejus cautassem ecclesiam sive heremitagium Sancti Johannis de fove dorii Domno Menendo abbati Sancti Tirsi et ejusdem conventui necnon et eorum successoribus in perpetuum. Nunc utique post obitum patris mei propter amorem dei et beate marie et sancti johannis bapteste omnium sanctorum et in remissionem peccatorum patris mei atque meorum necnon et intuitu probitatis et religionis abbatis sancti Tirsi domni menendi tocusque ejusdem monasterii conventus confirmo predictum cautum ac insuper do atque concedo privilegium omnibus hominibus in predicto cauto morantibus tam presentibus quam futuris quod in tota terra mea de Baucias nullam pectent calumpniam preter illam quam homines de hospitali per suum privilegium pectare debent. Addo etiam et concedo quod numquam maiordomi de terra de Baucias ad hujus modi calumpniam audeant per se manum extendere sed dent vocem maiordomo qui fuerit in predicto cauto et quicquid de calumpnia habere potuerint per medium dividantur. Hoc autem facio pro amore dei et beate virginis et sancti johannis babptiste omniumque sanctorum et ut ego et pater meus cujus auctoritate hanc helemosinam feci semper habeamus partem in orationibus et in omnibus bonis que facta fuerint in monasterio sancti tirsi. Quicumque igitur hanc elemosinam in honorem dei factam in sua integritate defenderit et permanere fecerit mercedem a Deo recipiat vitam eternam in qua visione divina eternaliter perfruatur. Si quis vero in contrarium fecerit iram dei omnipotentis et beate virginis et sancti johannis omniumque sanctorum incurrat et non dimittatur ei nec in hoc seculo nec in futuro nisi digna penitentia satisfecerit. Facta carta mense julii sub Era M.CC.X (=40) VIIIj. Ego Regina Domna Mahalda que hanc cartam fieri precepi propriis manibus roboravi et confirmavi. Et ego dominus alfonso portugalensis Rex. Et ego Regina domna urraca ejusdem Regni Regina hanc cartam roboramus et confirmamus et quicquid in ea continetur firmum et stabile in perpetuum esse concedimus. Teste deo et beata maria et omnibus SANCTIS. Qui affuerunt. Coluna 1.ª: Petrus bracharensis ellectus conf. = Martinus portugalensis episcopus conf. = Pelagius lameccensis episcopus conf. = Laurencius gomize testis = Gonsalvus pereira testis = Michael alfonso testis. Coluna 2.ª: Nicholas visensis episcopus conf. = Petrus Colimbriensis episcopus conf. = Suarius ulisbonensis episcopus conf. = Martinus michael testis = Petrus suarii testis = Egas canardo testis.

Lugar de tres Sellos pendentes.

1212 (Antes de) – *Dona Maria Aires de Fornelos, mãe de Martim Sanches e de Urraca Sanches, filhos que teve de El-rei D. Sancho I, faz testamento do Couto e Igreja de S. Clemente de Silves a favor do mosteiro de Santo Tirso, onde determina seja sepultada.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 55.

Cf. CRUZ, Dr. António - *Breve Estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p.166, n. 24. Sem data, do sec. XIII, acrescenta João Pedro Ribeiro (*Extracto*): Domna maria arrie... avo meo domno suario menendi... mando vj.ex casales cum suis pertinenciis et cum voce et cum calumnia (ao mosteiro de Santo Tirso ?)... lectum meum et mea azemela et una purpura et meo manto et saia e guarnacha descarlata de meo corpore... mea mula cum sua sella et cum suo freno et meas doas et panem et vinum de meos scellarios... domni mei Regis domni sancii et frati meo domno suario... ad monasterium de melon... ad monasterium de alvenos... ad meo suprimo P. Suarii... ducentos solidos torneses... ad sedis portugal j.º vaso de prata... ad gafos de brachara et vimarañ et de portu et de canaveses et de amaranti centum solidos. Reinaldu de Lamego... j.ª colcha de domna Godo...

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 161-161 v.: (*Sumário*): Hum testamento, que fez D. Maria Ayres de Fornelo, do qual consta, que se mandou esta Senhora enterrar neste Mosteiro de S. Tyrso com seu Avo D. Soeiro Mendes o Bom, e que lhe deixou por sua alma seis Cazaes em S. Clemente de Silves com a Igreja do mesmo S. Clemente, e com o Couto, que ahi tinha como se esplica no testamento por estas formaes palavras: “Cum voce et cum Calumnia et cum omnibus quae ad ipsius Cazalibus pertinent, et cum sua parte de monte quomodo habent partem in Villa ipsa”. Deixou-lhe mais no monte que chamam Macenaria todos os direitos, que nelle tinha, e lhe pertencião termos novos e antigos para que o povoassem e todas as couzas, que vissem convenientes ao seu Mosteiro; e tudo lhe concedia de juro, e herdade: Deixou mais ao dito Mosteiro sesenta maravetinos para as missas e ofertas que deixava, e huma mula com sua Sella, e o pam, e vinho dos seus Celleiros que tinha na Ribeira do Minho de hum anno para pagar as suas dividas ao Abbade deste Mosteiro D. Mendo, e o que ficasse seria por concelho, e mandado do Rey e Senhor D. Sancho 1.º, e de seu Irmão D. Soeiro no que visse ser mais conveniente a sua alma. Não se aponta aqui a era porque o dito testamento a não tras.

Cf. PMH, *Inquisitiones*, pp. 193. 242 (de D. Afonso II); e p. 555 (de D. Afonso III).

(*Sumário*) D. Maria Aires declara no seu Testamento que era neta de D. Sueiro Mendes, com o qual se manda sobterrar no Mosteiro de Santo Tirso, e lhe deixa seis Cazais em Silves com o padroado da Igreja de S. Clemente, e tudo o que lhe pertencia no monte *Macenaria* para fazer huma Povoação; e deixa *pro offerta de Missas de altar 60 morabitinos, mais ad Monasterium de Melon uno Casale in ripa de Minio, ad Monasterim de Aluenos uno Casale*, a Seu Sobrinho P. de Sueiro 2 Cazais, e ametade d’uma vinha, se viver, e morrendo a seu irmão D. Sueiro; deixa mais ás Gafarias de Braga, Guimarães, Porto, Canavezes, e Amarante 100 soldos, e a Martinho de Mendo, Frade de Melon 300 soldos: alem d’outras muitas couzas aplica para solusão de suas dividas os rendimentos anuais da sua herdade em Riba Minho, e o remanecente deixa *per consilium et mandatum Domini mei Regis Domni Sancii* a seu irmão D. Sueiro. Não tem solenidade alguma externa de Testamento.

Não tem Data, nem Selo: he o n.º 1.º da Gav. 6ª. Veja-se o n.º 26 destes apontamentos.

31

1212, Junho, 27 – *Inocência III comete ao abade do mosteiro de Santo Tirso e seu Prior as faculdades da absolvição dos burgueses do Porto que se revoltaram contra o bispo da diocese, D. Martinho Rodrigues.*

BPMP Ms. 1341, n. 1, ff. 77 v.- 78 .

Cf. CCLP, vol. II, pp. 48-49.

Innocencius Episcopus Servus Seruorum Dei Dilectis Filiis Abbati, et Priori Sancti Thirsi Portugalensis Diocesis, Salutem et Appostolicam Benedictionem. Supplicauit nobis Venerabilis Frater Noster Portugalensis qui pro eo quod ipsum obsederunt, et tenuerunt incluzum in excommunicationis laqueum inciderunt in partibus illis mandaremus absolvi, nec forte cum sit delinquentium multitudo in quam delinquentium ex eis aliqui excommunicati decident, et eorum Sanguis de ipsius manibus Requiritur quocirca descriptioni vestrae per Appostolica scripta mandamus eisdem ciuitatibus cum ab ipso Episcopo feceritis Requisiti juxta formam Ecclesiae absolutionis beneficium impendatis injungentis eisdem, quod talibus consuevit injungi, et ut sumptus quos erant facturi veniendo ad Appostolicam sedem convertant in opera pietatis. Datum Siquid (?) quinto Kalendas Iulii Pontificatus nostri anno decimo quinto.

32

1213, Janeiro, 30 – *Inocência III, pela Bula “Ex parte Colimbriensis ecclesie”, pede ao bispo do Porto e ao abade do mosteiro de Santo Tirso e ao de Cedofeita que, por sentença, anulem uma transacção que o bispo de Coimbra fizera com o mosteiro de Santa Cruz, com grave prejuizo para a igreja de Coimbra.*

Publ. por COSTA, Avelino de Jesus da, e MARQUES, Maria Alegria F. - *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*, ed. Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1989, doc. n. 186, pp. 337-338.

(*Extracto*) Innocentius episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri (Martino) Portugalensi episcopo et dilectis filiis (Menendo II ou Menendo Petri) Sancti Thirsi et (...) de Citofacte abbatibus Portugalensis diocesis salutem et apostolicam benedictionem... Unde petebatur a nobis ut transactionem mandaremus eandem legitime revocari, cum dolus dederit causam contractui et prelibata cedat transactio in enorme ipsius ecclesie detrimentum (...) decernatis, facientes quod decreveritis per censuram ecclesiasticam firmiter observari (...). Datum Laterani III Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno quintodecimo.

1214, Outubro, 12 - *D. Estefânia Soares, irmã do arcebispo de Braga, Estêvão Soares da Silva, na sua manda, contempla o mosteiro de Santo Tirso com um casal, chamado de Lamas, em Vermil, e com a pitaça de um morabitino, para os religiosos, na comemoração do seu aniversário.*

ADB/UM *Gaveta dos Testamentos*, n. 10.

Anno domini nostri Jhesu christi. Sub Era M.^aCC.^a L.^a ij. Jdus octobris Regnante domino Alfonso (...) et domino Stephano in Archiepiscopali dignitate constituto. Ego peccatrix femina nomine Stephannia in conualescencia infirmitatis quam apud uisensem ciuitatem habui constituta sano corpore et animo prouidoque consilio facio testamentum de rebus meis. In primis itaque mando corpus meum sepeliri in ecclesia bracarensi quod teneor ex voto facere. Et pro amore Stephani bracarensis et domini et fratris mei Archiepiscopi. Item mando canonicis quantum habeo in portu. scilicet medietatem ipsius quintane atque ville cuius aliam medietatem iam antea donnus martinus fernandi maritus meus eis in testamento mandauit. Mando et eis xx modios panis per mensuram de bracara in uasconcelos. ut uendant eos et expendant dum per xxx dies sicut moris est ad processionem exierint super sepulchrum meum. et unum scifum argenteum secundum consuetudinem aliorum sciforum. Item mando domino et fratri meo. Stephano bracarensi Archiepiscopo quem semper habui adiutorem benignum propicium. et qui semper me succurrit in meis necessitatibus meam quintanam de penagati cum suis casalibus. et cum omni iure quod ibi habeo uel habere debeo. et lectum meum cum toto suo apparatu. et azemelam in qua lectus portari solebat pro dono. Item do casale de lauredo in quo habitat Durandus conuentui de palumbario tali uidelicet pacto quod gunsaluus fernandi monachus eiusdem monasterij det inde singulis annis pro anniuersario meo unum aureum dum ipse uixerit. post mortem autem eius permaneant predicto conuentui pro anniuersario meo. Quod si abbas noluerit istud concedere. Archiepiscopus det istud casale pro anima mea ut uiderit expedire. Item do monasterio de tibianes casal de auteiro de quintam. et mando quod singulis annis conuentus habeat. ij. Morabitinos de illo pro refectione. unum pro anima mea. et alium pro anima. Stephani suerij fratris mei. et oret pro nobis. et eodem modo do. et. casale in sancta eolalia monasterio de uarzena pro anima mea. et fratris mei donni petri suerij. Simili modo casale de riuulo malo in quo habitauit menendus anaia. monasterio de randufi pro anima mea. et fratris mei gunçalui suerij. Ita tamen quod totum residuum de predictis. iij. casalibus ad monasteriorum cellaria deuoluatur. Item do monasterio sancti tirsi j. Casale in belmir in loco qui dicitur lamas. de quo conuentus habeat .j. morabitinum pro refectione in die anniuersarij mei. Monasterio de petroso .x. modios de pane per mensuram de uimaranis. Monasterio de carbonario .v. modios de pane et monasterio de palmi alios .v. in quintana. Monasterio de uilarino .xx. modios de pane in aqua leuata pro anima mea et pro anima donni. Martini mariti mei (...) Hoc autem testamentum pono sub potestate domini et fratris mei Stephani bracarensis Archiepiscopi. et mando quod ipse exequatur quidquid in eo continetur ita tamen quod corrigat et emendet quidquid in eo intellexerit emendandum. Ut autem firmum robur hoc testamentum obtineat. appono sigillum meum. et apponi facio sigillum domini et fratris mei Archiepiscopi et Bartholomeus uisensis episcopi in cuius ciuitate hoc testamentum contigit (...) Presentes siquidem fuerunt et testes. Stephanus bracarensis Archiepiscopus. Bartholomeus uisensis episcopus. bracarensis archidiaconus donnus S. Magister Johannes canonicus bracarensis. Donnus E. Cantor uisensis. Donnus

F.reimondi prelati sancti uicentij de Sausa. G.fernandi monachus de palumbario. Sub testimonio duorum istorum testium illud dico et mando quod si filii mei meum istud contradixerint huic testamento donnus Stephanus Archiepiscopus dominus et frater meus accipiat quintam de auolenga et terciam de ganancia tam de mobilibus quam de immobilibus. et completis his que in testamento posui.

34

1214, Novembro, 13 – *Em razão de um diferendo entre o arcebispo de Braga e o mosteiro de S. Torcato (Guimarães), o Papa Inocêncio III, pela Bula “Cum non liceat”, determina a necessidade de uma comissão, de que fará parte o abade de Santo Tirso Mendo II, como um dos juízes para a solução amigável do conflito.*

Publ. em VMH, doc. n. 174, pp. 123-125.

COSTA, Avelino de Jesus da Costa - *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. da Junta Distrital de Braga, t. III, doc. n. 882, pp. 217-320.

Cf. COSTA, Avelino de Jesus da, e F. MARQUES, Maria Alegria – *Bulário*, p. 346, n. 192.

Cf. ainda FERREIRA, Mons. José Augusto, *Fastos*, vol. I, pp. 368-369; COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 243.

Stephanus dei patientia bracarensis ecclesie archiepiscopus et uniuersum capitulum eiusdem ecclesie. Martinus prior et conuentus monasterii sancti torquati. diocesis Bracarensis. Omnibus presentibus et futuris ad quos huius pagine scriptura peruenerit salutem in domino. Cum inter nos Stephanum archiepiscopum et capitulum bracarense ex una parte et nos Martinum priorem et conuentum sancti torquati. ex alia. super obedientia. processione. procuratione. mortuariis. et quibusdam aliis ad archiepiscopalem iurisdictionem pertinentibus questio uerteretur. accidit quod nobis priori et conuentui supradictis dominus Papa in uirtute obedientie precepit litteris destinatis. ut ex quo monasterium nostrum exemptionis priuilegium non habebat. non obstante prescriptione temporis que in tali casu locum nequit habere. memorato archiepiscopo et ecclesie bracarensi obedientiam et reuerentiam quemadmodum alii sue diocesis faciunt sine contradictione aliqua impendere curaremus ad quod ostendendum in posterum per dictas domini Pape litteras de uerbo ad uerbum ut inferius patet. scripsimus in rescripto.

Innocencius seruus seruorum dei. Dilectis filiis Vimarani. et de Costa. et sancti torquati prioribus Bracarensis diocesis salutem et apostolicam benedictionem. Cum non liceat a capite membra discedere. nos sufficimus admirari. quod sicut referente uenerabili fratre nostro Bracarensi archiepiscopo nostris est auribus intimatum cum ecclesie uestre in ipsius sint diocese constitute. uos nullum exemptionis priuilegium pretendentes obedire sibi tamquam episcopo uestro contumaciter recusatis. Cum igitur crimen ariolandi (?) sit repugnare. ac scelus ydolatrie nolle adquiescere sustinere nollentes ut subditi prelatis suis non obediunt ut tenentur discretionis uestre per apostolica scripta mandamus et in uirtute obedientie precipimus quatinus prefato archiepiscopo et ecclesie bracarensi obedientiam et reuerentiam debitam sicut alii clerici sue diocesis faciunt de cetero sine contradictione aliqua impendatis. non obstante prescriptione que locum in tali casu nequit habere. alioquin sententiam quam idem archiepiscopus in uos uel ecclesias uestras propter hoc rationabiliter tulerit ratam habebimus et faciemus auctoritate nostra appellatione remota inuiolabiliter observari.

Data Laterani v nonas maij pontificatus nostri anno xvj.º

Nos igitur scientes pro certo quod per huiusmodi lites et contentiones fraterna caritas grauem patitur lesionem et partes nimiis grauantur laboribus et expensis in ecclesiarum et personarum nostrarum maximum periculum et grauamen atque inter nos cupientes pacem et concordia reformari. obedientiam ad iurisdictionem metropolitanam expectantem in proceessionem absolute ac sine omni contradictione cum debita reuerentia persoluimus et de cetero sine contradictione aliqua persoluemus uobis domno Stephano archiepiscopo et successoribus uestris canonice intransibus nomine et in loco bracarensis ecclesie sub obedientie debito uobis in uirtute prestiti sacramenti firmiter promittentes quod in iusticia et correctione et in uocatione ad sinodum ecclesie bracarensis nec non in aliis omnibus ad iurisdictionem eiusdem ecclesie pertinentibus uobis et cunctis successoribus uestris canonicum ingressum habentibus uniuersum obedientie debitum fideliter et deuote in perpetuum exsoluimus. Causam uero que inter uos et nos super aliis uertitur bonorum uiuorum scilicet Menendi abbatis sancti tirsi. et M. prioris de Costa. et Magister Johannes canonici bracarensis arbitrio de comuni consensu comisimus terminandam iurantes corporaliter ad sancta dei euangelia nos archiepiscopus et canonici bracarenses. Prior et conuentus monasterii sancti torquati ut quicquid tres uiri iudicio uel arbitrio siue compositione statuerint inuiolabiliter obseruemus.

Nos igitur tres uiri quorum nomina sunt expressa suscipientes onus arbitrii. possibilitatem dicti monasterii sancti torquati et iura in quibus tenetur ecclesie bracarensi ad instar aliorum monasteriorum consimilium que sub bracarensi ecclesia continentur prescrutati sumus et considerabimus diligenter ideoque arbitrando et componendo statuimus et sentencialiter diffinimus uobis priori et conuentui sub pena periurij mandantes (...). Facta conpositione firmitudinis perpetue xviii kalendas decembris (...).

35

1215, finais de Junho – *Lourenço Cabrito vende a Domingos Vermudes, cónego de Braga, uma leira sita na Agra de Gonteriz.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomático; Arquivo de Santo Tirso, n. 2.*

Lourenso Cabrito vendeu a Domingos Vermudes, Conego de Braga, huma Leira na Agra de Gonteriz, e a Carta foi feita *per manum Pelagii Pelagii publici Tabellionis* nos fins de Junho da Era 1253. Tem o mesmo Sinal publico que a precedente (da de Setembro de 1264), n.º 15 Gav. 22.

36

1216, Maio, 27 – *Inocêncio III toma sob a sua protecção o convento de Santo Tirso, defendendo-o da cobiça dos poderosos e da prepotência do bispo do Porto.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 170.

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 69. (*Sumário*): O Papa Inocencio /3.º/ tomou debaixo da sua proteção e do bem aventurado S. Pedro, ao Mosteiro Monjes, Igrejas, e bens de Santo Tirso por Bula, cujo Sobrescrito he *Innocentius episcopus servus servorum Dei Dilectis filiis Abbati et Conventui Sancti Tyrsi de ripa Avie Salutem et Apostolicam benedictionem*; conclue a Bula *Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre protectionis confirmationis et Constitutionis infringere vel ei ausu temeraria contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem potentis Deis et beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius se noverit incursurum*: acaba emfim datando nesta forma *Datum Perusii 6.º Kalendas Junii Pontificatus nostri anno nonodecimo*.

O caracter da Letra he do Seculo 13.º apenas a palavra *Innocentius* he em letra alongada.

Apenas conserva do Selo alguns fios de seda amarela. He o n.º 1.º da Gav. 29.

(*Sumário*) Huma Bulla do Santissimo Padre Innocencio 3.º passada no decimo nono anno de seu Pontificado. Principiou a governar a Igreja de Deos este Santo Pontifice como diz o Bulario Magno a 12 de Janeiro do anno de Christo de 1198, e faleceo a 16 de Julho de 1216 com 18 annos, seis mezes, e 4 dias de Pontificado.

Foi esta Bulla pedida a instancia do D. Abbade deste Mosteiro D. Mendo 2.º, para que os Cavaleiros, Escudeiros, e Erdeiro não vexassem a este Mosteiro, aos quaes a dita Bulla da o titulo de maos homens, e para que o Mosteiro podesse possuir pasificamente os bens, que os fieis lhe havião dado, e deuem dali por diante, e que ninguem fosse contra esta Bulla que dava a favor do dito Mosteiro; e que o Bispo do Porto não fosse contra ella, e que sem cauza manifesta não excomungase os Padres do dito Mosteiro.

37

1216, Abril, ? – *Pedro Pequeno, Abade de S. Martinho de Lordelo, com o consentimento da Rainha Dona Mafalda, do Bispo e Cónegos da Sé do Porto e dos padroeiros de Lordelo, transformam a ermida de S. João da Foz em igreja paroquial, com o território do couto da dita ermida como área geográfica da nova freguesia.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0168, ff. 185 v.-186

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 12 v.-13 (*Sumário*): Outro si huma doação que fez no mez de Abril da era de Christo de 1216 Pedro Pequeno Prelado da Igreja de S. Martinho de Lordello com beneplacito, consentimento, vontade e conceção da Illustre Senhora Raynha D. Mafalda, e do Bispo do Porto, e seus Conegos, e dos Padroeiros da dita Igreja de Lordello, a este Mosteiro, para que as decimas, do que plantavão e trabalhavão os homens da Ermida de S. João da Foz, que pertencião a Igreja de Lordello, se pagase inteiramente ao Mosteiro de S. Thyrsio, ou trabalhasem fora ou dentro da dita Ermida, cuja Ermida a dita Senhora Dona Mafalda tinha feito Couto com consentimento de seu Pay o Rey e Senhor D. Sancho 1.º. Neste tempo parece já seria Abbade deste Mosteiro D. Mendo 2.º por venerar a virtude do dito Abbade a dita Senhora como se pode ver na carta da confirmação do mesmo Couto feita na era de Christo de 1219 como se pode ver abaixo no n.º 27 julga-se ser erecta a Ermida de S. João da Foz em Igreja Parochial por esta doação na era de Christo de 1216, porque Elrey D. Sancho primeiro nasceo na era de Christo de 1154, que corresponde a de Cesar, que vai adiantada 38 annos 1192, Cazou na era de Christo de 1175, que corresponde a de Cesar 1213, teve varios filhos, e dos ultimos foi a Senhora D. Mafalda; principiou a Reynar o dito Senhor D. Sancho 1.º na era de Christo de 1185, que corresponde a de Cesar 1223 como tudo consta da Cronologia dos Reis deste Reyno contada toda pela era de Christo; e se a era em que se fez esta doação fosse a de Cesar, e não a de Christo rebaixando-se aos 1216 annos os 38 annos em que vai atrazada a era de Christo, ficava esta sendo a de 1178 tempo em que

não podia ser nascida a dita Senhora D. Mafalda, nem tam pouco Reynava ainda seu Pay D. Sancho 1.º, e sem embargo que pelos tempos antigos ordinariamente se contava pela era de Cesar, alguns tambem contavão pela de Christo como diz o Doutissimo Salazar no seu Exame Castelhana conferencia 9.º n.º 312.

In nomine Patris et Filij et spiritus Sancti amen. Ego Petrus pequeno Prelatus Ecclesiae Sancti Martinj de Lordelo, notum fieri vollo omnibus ad quoscunque litterae istae pervenerint, quod de uoluntate, et bene placito, et consensu, et commitione jllustris Reginae Dominae Mafaldae, et Dominorum Portugalentium Episcopi, et canonicorum suorum et Patronorum memoratae ecclesiae de Lordelo, damus et concedimus monasterio Sancti Tirsi, et heremiteae Sancti Joannis suae decimae, quod et supradictae Ecclesiae de Lordelo, pertinebat infra cautum, quod memorata Regina Domina Mafalda fecit sicut supra nominatae heremiteae Sancti Joannis concedente Domino Rege Sancio Patrono suo. Concedimus etiam firmiter, quod nominatum monasterium Sancti Tirsi et heremita Sancti Joannis hebeant quidquid infra supradictum Cautum potuerint aedificare, plantare, populare, et laborare, tam homines ipsius monasterij, et ipsius heremiteae, quam quislibet ali homines, siue ibi habitent siue extra ubicunque. Ita quod de omnibus infra ipsum Cautum aedificatis, populatis, plantatis et laboratis, Semper integro deçima perueniat, persoluetur, sepe memorato monasterio Sancti Tirsi, et heremiteae Sancti Joannis ; ut ergo donatio nostra firma, illesa, et integra permaneat in cunctis temporibus saeculorum ipsam in scripturam praesentem reddigi fecimus, subscriptione propriae manus eam corroborantes ; et addimus quod quicamque (sic) donationem nostram in religiosa loca factam infringere uoluerit sit maledictus, et excommunicatus et in duplum componat, et quantum quaesierit, et insuper mille soldos Domino terrae persoluat.

Ego Petrus pequeno procurator et Praelatus Supradictae Ecclesiae confirmo, et manibus meis roboro. Ego Regina Domina Mafalda hoc quod fieri mandaui concedo, et confirmo, et manibus meis roboro. Ego Martinus Episcopus Portugalensis confirmo, subscribo Ego M. (...) confirmo et subscribo. Ego F. Ulixbonensis cantor confirmo et subscribo. Ego Matheus (...) confirmo et subscribo. Ego Martinus Egas confirmo et subscribo. Ego Martinus gondicalui, confirmo, et subscribo. Ego Michael confirmo et subscribo. Ego Dominicus confirmo et subscribo. Ego Martinus petri confirmo, et subscribo. Ego Gondisaluus Suerij confirmo et subscribo. Ego Michael confirmo et subscribo. Ego Dominicus confirmo et subscribo. Ego Julianus confirmo et subscribo. Ego Innocentius confirmo, et subscribo. Omnes isti Portugalensis Ecclesiae canonici, qui praesentes fuerunt. Gundicaluus perejra. Joannes Abbas (...) Dominicus garcia, Suerius petri, Laurentius gometii, M. Joannes, Joannes Prior de bausis, Pellagius menendi de bausis, Suerius Saluatoris, clericus de bausis. Facta Carta donationis mense aprilis era millesima ducentessima sexta (?).

38

1217, Janeiro, 08 – *O Papa Honário III, na esteira do seu predecessor, toma o mosteiro de Santo Tirso sob a alçada da sua protecção.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 70

(*Sumário*): O Papa Honorio tomou da mesma sorte debaixo da sua protesão o mesmo Mosteiro *ad exemplar felicitis recordationis Innocentii Pape Predecessoris*

nostri: Sobrescrito, a Conclusão na forma da Bula precedente, exceto a 1.^a palavra *Honorius*; finaliza *Datum Laterani 6.º Idus Ianuarii Pontificatus nostri anno secundo*.

Não tem já o Selo, mas os mesmo fios da precedente: a 1.^a palavra da Bula *Honorius* em letra alongada, toda a outra do mesmo Seculo 13. He o n.º 2.º da Gaveta 29.

39

1217, Outubro, 05 - *Honório III, pela Bula “Tua nobis ffraternitas”, esclarece o bispo do Porto de que os privilégios, com que o Papa Inocêncio III agraciou o mosteiro de Santo Tirso, não poem em xeque a jurisdição do bispo portugalense sobre a dita instituição monástica.*

CCSP, pp. 13-14.

Honorius episcopus seruus seruorum dei venerabili Ffratri Portugalensi Episcopo. Salutem. et Apostolicam benedictionem tua nobis ffraternitas supplicauit. ut cum felicitis memoriae Innocentius papa predecessor noster. Abbatem et Conuentum monasterij Santi Tirsi tuae diocoesis sub apostolica sedes protectione duxerit admittendas. ne sub pretexto protectionis eiusdem aliquod ecclesiae tuae iuri grauari preiudicium crederetur nostris dignaremur litteris declarare. Nos igitur tuis precibus inclinati tenore presentium declaremus. quod nullum ex protectione predicta tibi uel ecclesiae tuae intelligimus uel uolumus preiudicium generari. has tibi litteras ad maiorem rey certitudinem in testimonium concedentes.

Datum Lateran. iij. Nonas ouctobris Pontifficatus nostri anno primo.

40

1220, Janeiro, 25 – *Num documento desta data, pertencente ao Arquivo do mosteiro de Santo Tirso, aparece o sinal de um tabelião de Guimarães, com uma legenda bíblica*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso*, n. 3.

(*Extracto*): No pergaminho n.º 8.º da Gav. 26 se notão estas palavras: *Facta karta apud Vimaranes 5.º kalendas Martii Era M. CC.L. VIII.ª per manus Martini Menendiz mandante Martino Martiniz primo Tabellione Vimaranensi hoc signum apponentis. Deus est veritas et qui diligit veritatem diligit Dominum et Deus illum* (Uma cruz boleada nos extremos).

41

1220, Agosto – *D. Afonso II, na rubrica inicial da primeira, segunda e terceira parte – citação omitida, apenas, na quarta parte - nomeia como juiz das inquirições de 1220, entre outros, o abade de Santo Tirso*¹²³³.

PMH, *Inquisitiones*, pp. 1. 75. 169.

Haec sunt Inquisitiones de Regalengis de termino Vimaranensi et de aliis Judicibus inferius scriptis, quas fecerunt abbas Sancti Tirsi, abbas Polumbarii, et prior Vimaranensis, et prior de Costa, et prior Sancti Torquati, et Gomecius de Rupella, et magister Menendus frater Costensis, et iudex Ramirus Petri, et Johannes Petri villanus, et Fernandus Dominici, et Martinus Stephani, et tabellio Martinus Martini, per mandatum domini Regis Alfonsi, filii domini Regis Sancii, et fuerunt facte in mense Augusti sub Era M.^a CC.^a L.^a VIII.^a

De Sancta Maria de Villa Nova (PMH, *Inquisitiones*, p. 173)

Petrus Garcia abbas, Menendus Fernandiz, Pelagius Pelagiz, Martinus Menendiz, Johannes Sueriz, Petrus Menendiz, Petrus Maurus, Suerius Johannis, Petrus Sueriz, Garcia Fernandiz, Menendus Gomiz, jurati dixerunt quod Rex non est patronus, quia dedit illam dominus Rex Sancius ad domnum Martinum Sanchiz et sorori sue domna Urraca Sanchiz per cartam.

S. Clemente de Silvares (PMH, *Inquisitiones*, p. 193)

De Sancto Clemencio de Silvares. Johannes Gunsalvi abbas, Petrus Petriz, Pelagius Garcie, Suerius Sueriz, Fagundo, Fernandus Martiniz, Petrus Pelagii, Martinus Petri, Petrus Pequeno, Martinus Garcie, Petrus Fernandiz (...) jurati dixerunt quod Rex non est inde patronus, quia dedit illam Rex domnus Sancius cum ipsa villa ad domnam Mariam Arie per cartam, et domna Maria dedit illam com vj casalibus Monasterio Sancti Tirsi.

42

1221, Novembro, ? – *Testamento de D. Afonso II, que confia uma das oito cópias do mesmo ao abade de Santo Tirso, a quem recomenda, entre outros, a execução das suas últimas vontades e cujo mosteiro contempla com uma generosa doação.*

SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, livro I e II, Livraria Atlântida Editora, Coimbra, 1946, pp. 43-46.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 193 (*Sumário*) : Hum testamento que fez o Rey e Senhor D. Affonso 2.^o no mez de Novembro da era de Cesar 1259, que he o anno de Christo 1221 no qual entre outros testamenteiros, que deixou foi o Abbade deste Mosteiro, e para o mesmo Mosteiro deixou quinhentos maravedis para hum Anniversario, que de facto se lhe faz cada anno, era então Abbade deste Mosteiro pela Cronologia dos annos D. Mendo 2.^o.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 16. (*Sumário*): Na Gaveta 27 do mesmo Arquivo existe hum dos oito Autografos do Testamento d'El Rei D. Afonso 2.^o datado em Santarem no mês de Novembro da Era 1259, dos quais se entregou hum ao Abade de

¹²³³ Rubrica inicial da primeira, segunda e terceira parte, com algumas modificações. E omitida na quarta parte.

Alcobasa, outro ao Prior de Santa Crús de Coimbra, o 3.º ao Mestre do Templo, o 4.º ao Prior do Hospital, o 5.º ao Abade de S. João de Tarouca, o 6.º ao Abade de Santo Tirso, o 7.º ao Abade de Ceísa, o 8.º enfim ficou em poder d'El Rei: nele institue D. Afonso a seu filho Sucesor da Coroa, e na falta de Varão a sua filha D. Leonor, cujos filhos havidos na Rainha D. Urraca são chamados Infantes, e não Reis.

No texto se expressa / *oito cartas meo sigillo plumbeo munitas*/ e o noso pergaminho não tem já o Selo, mas restão ainda os cordoíns de estopa, ou o barbante, por que esteve prezo.

He o n.º 1.º da Gav. 27, e anda copiado no Tomo 1.º das Provas da Historia Genealogica.

(*Extracto*) (...) De tertia vero parte, mando quod Abbas Alcupatiae, et Prior Sanctae Crucis, et Magister Templi, et Prior Hospitalis, et Abbas Sancti Joannis de Tarauca, et Abbas Sancti Tyrsi, et Abbas de Cécia faciant tali modo, quod ubicunque me mori contigerit extra Regnum meum, faciant duci corpus meum per meas expensas ad Alcupatiam, ubi me sepeliri jubeo et mando quod de ipsa tertia dent (...) Monasterio Sancti Tyrsi D. morabitinos pro meo anniversario (...). Mando quod Abbas Alcupatiae, et alij supranominati dent filijs meis et filiabus, quos habuero da alijs mulieribus unicuique illorum D. morabitinos (...). Ut autem haec mea manda melius possit, praecepi fieri viij cartas meo sigillo plumbeo munitas, quarum una tenet Abbas Alcupatiae, secundam Prior Sanctae Crucis, tertiam Magister Templi, quartam Prior Hospitalis, quintam Abbas Sancti Joannis de Tarauca, sextam Abbas Sancti Tyrsi, septimam Abbas de Ceíça, octavam penes me facio conservari (...).

43

1223, depois de 25 de Março – *D. Sancho II faz doação do Couto de Gavião à emparedada de Santo Tirso, Dona Loba.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 33, pp. 169-170.

Sancius dei gratia Rex ... de regno suo ad quos littere iste pervenerit salutem. Sciatis quod pro anima mea et parentum meorum cauto illud casale de Caviam cum suis terminis emparatenate sancti tirsí domne Lupe et mando ut numquam pectet vocem neque calumpniam neque luctuosam neque vadat in fossadum homo qui in eo habitaverit. Et mando ut non faciat forum alteri nisi ipsi emparatenate domne lupe. Et propter hoc dedi ... istam meam cartam apertam que fuit facta apud Portum ... meum mandatum. E. m. cc. Lxj. = Lugar do selo pendente.

44

1224, Dezembro, ? – *D. Sancho II faz doação do reguengo de Sá ao Abade do mosteiro de Santo Tirso e aos frades que nele habitam ou venham a habitar, reguengo que se situa no Couto de Santo Tirso, na freguesia de S. Miguel do Couto.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 34, pp. 170-171.

Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações*, vol. I, p. 264-265.

Cf. VMH, doc. n. 205, p. 193.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 205 v.- 206 (*Sumário*):. Huma venda que mais parece doação, que fez o Rey e Senhor D. Sancho 1.º ¹²³⁴ no mez de Dezembro da era de Cesar 1262, que he o anno de Christo 1224 a D. Mendo Abbade deste Mosteiro, e a seus Monges do Realengo de Sá, que diz a dita Escripura estas formaes palavras: Quod jacet in vestro Cauto. Que couto fosse este, parece seria o de

¹²³⁴ Erro, por D. Sancho II.

Villa nova dos Infantes, ou Silvares, que forão antigamente Coutos deste Mosteiro, como se pode ver neste Index nas gavetas de Silvares, e Villa Nova dos Infantes.

Este Realengo de Sá ficava no Termo de Guimaraens, e no mesmo Termo havia uma terra chamada de Sá de cima de Vizella, que era do Infante D. João, filho delRey D. Pedro 1.º, e por isso o dito Senhor mandou as suas justiças de Sá guardarem huma sentença que este Mosteiro tinha alcançado a respeito do Couto de Villa nova dos Infantes, como se pode ver neste Index na gaveta da dita Igreja de Villa nova n.º 13 e 14.

Da dita Escripura consta recebera o dito Rey e Senhor quinhentos cruzados, e hum Mullo por Revora, e que dava este Realengo a este Mosteiro pelo amor de Deos, e por amor da Virgem Maria em remissão de seus peccados, e que o tivessem perpetuamente e seus sucessores.

E como neste Mosteiro no tempo dos Abbades Commendatarios ouverão varias revoluçoens nos bens que possuía, não se sabe deste Realengo, que talvez se perderia, ou alienaria no tempo delles, ou tambem bem poderia ser mudarselhe o nome, e converterse em algum Casal; e sem embargo do que acima se diz de que este Realengo parece ficava no Couto de Villa nova, com tudo como a dita escriptura falla genericamente, dizendo que ficava no vosso Couto; bem poderia ser nestes, ou em outros que tinha o mesmo Mosteiro, e haver no dito Realengo a revolução que se dice acima.

A propria escriptura foi para as confirmaçoens, que mandou fazer o Rey D. José 1.º Ficou della hum traslado authenticico que esta no L.º 13 das sentenças, f. 1.ª.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 206 v. (*Sumário*) : Huma Bulla do Santissimo Padre Gregório 9.º passada no 4.º anno do seu Pontificado das Kalendas de Julho pela qual confirmou a instancia do Abbadeste Mosteiro a carta de venda, ou doação que lhe tinha feito o Rey e Senhor D. Sancho 1.º ¹²³⁵ do Realengo de Sá (...)

In dei nomine. Quoniam et consuetudine que pro lege suscipitur et legis auctoritate didicimus quod acta regum ac principum scripto commendari debeant ut comendata ab hominum memoria non decidant et omnibus preterita presencialiter consistent. Idcirco ego Sancius dei gratia Portugalensis Rex facio cartam donationis et perpetue firmitudinis vobis domno Menendo abbati monasterii sancti Tirsi et omnibus fratribus ibidem commorantibus tam presentibus quam futuris de illo meo regalengo de Sáá quod jacet in vestro cauto. Hoc regalengum do vobis et habendum in perpetuum concedo pro amore dei et beate marie virginis et in remissione peccatorum meorum et pro quingentis aureis quos mi dedistis et pro uno mulo quem pro robora mi dedistis Et Concedo vos et cuncti succesoros vestri in perpetuum et faciatis de illo quicquid facere volueritis tamquam de vestra propria hereditate. Quicunque igitur hoc factum meum vobis et successoribus vestris integrum observaverit sit benedictus a Deo amen. Qui vero illud infringere atemptaverit iram dei omnipotentis incurrat et quicquid facerit successor ejus totum in irritum deducat. Facta carta donationis apud Vimarani mense Decembri E. M. cc. Lx. ij. Ego supranominatus Rex qui hac cartam fieri precepi coram subscriptis eam roboravi et in ea hoc sig (*senal*) num aponi. Qui affuerunt. = *Col. 1.ª* Domnus Gunsalvus menendi maiordomus curie conf. = Domnus Iohannes fernandi signifer conf. Domnus fernandus fernandiz conf. = Domnus Menendus gunsalviz conf. = Domnus Poncius alfonsi conf. = Domnus Valascus menendi conf. = Domnus Petrus garsie conf. = Domnus aprilis petriz conf. = Petrus petri portarius = fernandus gunsalviz = Didacus testes = *Col. 2.ª* Domnus Stephanus Bracarensis Archiepiscopus conf. = Domnus Martinus Portugalensis Episcopus conf. = Domnus Petrus Colimbriensis Episcopus conf. = Domnus Suarius Ulixbonensis Episcopus conf. = Domnus Suarius Elborensis episcopus conf. = Domnus Pelagius Lamecensis Episcopus conf. = Domnus Martinus Egitaniensis Episcopus conf. = Domnus Egidius Visensis Electus conf. = Alfonsus martiniz = Dominicus scribanus = Garsia ordonii testes. *No meio das colunas* Gonsalvus menendi Cancell. Iohannes dominici notuit. = *Lugar do selo pendente*. = de fita cor de rosa.

¹²³⁵ Já foi dito na nota anterior que é D. Sancho II.

1226, Janeiro, ? - Martim Sanches vende ao mosteiro de Santo Tirso a metade do couto e das igrejas de Vila Nova dos Infantes e de Golães, reservando somente em sua vida a colheita dos foros e usufruindo, desde já, o mosteiro do benefício das direituras.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 21 v.-22.

Cf. VMH, doc. n. 209 (*sumário*, com data de 1225, para mais, extensiva à doação dos dois irmãos, o que não será exacto).

Cf. *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 32.

Cf. HERCULANO – *História de Portugal*, t. II, p. 480 da 4.^a ed.

Veja-se o que diz Viterbo (*Elucidário*, vol. II, p. 55): No ano de 1207, doou el-rei D. Sancho I a D. Martim Sanches e a sua irmã D. Urraca Sanches (os quais houvera de D. Maria Aires) as herdades de *Vila Nova das Infantas e de Golaens*, de juro e herdade. Eles as venderam ao mosteiro de Santo Tirso: o irmão, no de 1226, por 3.000 maravedis; e a irmã, no de 1242¹²³⁶, por 2.500 maravedis, incluídas também as igrejas, do que tudo teria ela e possuiria, em sua vida, *solummodo cabedal panis, et vini*, e o mosteiro possuiria *directuras omnes*. Do que, concluirá Viterbo, que *cabedal* será o grosso dos dízimos foros ou pensões (v.g., do pão, vinho, azeite, etc.), ficando o nome de *direituras* para tudo o mais que eram as miunças e foragens¹²³⁷.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 207: (*Sumário*) Huma venda, que fez D. Martim Sanches filho do Rey e Senhor D. Sancho 1.º, e de D. Maria Ayres de Fornello no mez de Janeiro da era de Cesar 1264 que he o anno de Christo 1226 a D. Silvestre Abbade deste Mosteiro de ametade inteira de Vila nova dos Infantes, e de Golaens com todo o seu direito por todos os seus Termos novos, e antigos, como lhe tinha doado seu Pay o Rey e Senhor D. Sancho 1.º de que se fez menção neste Index na gaveta das doações deste Mosteiro n.º 7.º com a faculdade de vender, a quem lhe parecesse, que com efeito vendeu ao dito Abbade deste Mosteiro D. Silvestre, e ao seu Convento por tres mil maravedis com sua Revora, com a clauzula, que tudo possuiria enquanto fosse vivo excepto os direitos, e por sua morte ficasse tudo a este Mosteiro.

O original se remeteo para as confirmações, que mandou fazer o Rey e Senhor D. Joze 1.º; e se espera se remeta para este Mosteiro. Ficarão por traslado antigo de que se faz menção nesta gaveta no n.º 9.º das Igrejas fl. 241.

In dei nomine. Haec est charta uenditionis et perpetuae firmitudinis quam iussi facere ego dominus Martinus Sanciij vobis domino Siluestro Abbati Sancti Thyrsi et conuentu eiusdem monasterii de tota medietate integra de uilla noua et Gullaes : scilicet uendo uobis totam ipsam medietatem integram cum omni jure suo per ubi illam potueritis inuenire et augmentare de monte in fontem per omnes suos terminos ueteres et nouos pro precio quod de uobis accepi scilicet tres mille morabitanos cum sua Robora et sciendum est quod debeo tenere totum in uita mea exceptis inde totis directuris quas debet habere monasterium sancti Thyrsi et ad mortem meam remanere totum debet liberum et sine aliqua contradictione monasterio quia sic mihi et uobis placuit et de precio apud vos nihil Remansit pro dare. Sciendum est etiam quod si habuero semen non se debet se clamare pro haereditario de ista haereditate nec in ea aliquid habere et si forte ego dominus Martinus Sanciij aliquo modo ipsam haereditatem quam dedi meis hominibus in uilla noua lucratus fuero non debeo illam uendere nec testare nec aliquo modo alienare nisi monasterio Sancti Thyrsi. Habeatis igitur ex hac die ipsam

¹²³⁶ Tenho por 1245.

¹²³⁷ Ao vol. II das *Dissertações*, p. 148, acrescentará João Pedro Ribeiro uma informação sobre uma doação e escambo entre a Infanta Dona Sancha e a Igreja de Vila Nova das Infantas, (1162) que começaria desta forma: *Ego Infans D. Sancia, Soror Domni Regis Alfonsi, filii Comitiss Domni Anrriqui, et Regina Domne Tarasie, per consensum illorum*, E que, segundo o Abade de Tagilde, remataria desta forma: *XII Kal. Februarii in era 1200, quando dedicata fuit Ecclesia Sancte Marie de Villa Nova a Domno Johanne Bracarensi Archiepiscopo summa cum celebritate atque leticie* (VMH, p. 115, doc. n. 159).

medietatem de ipsis duabus uillis uos et omnes sucessores uestre ipso pacto supradicto cunctis temporibus saeculorum. Et si forte aliquis venerit uel ego venero qui hoc meum pactum irrumpere voluerit componat monasterjo S. Thyrsi totum istud quod vobis uendo duplatum et quantum fuerit melioratum et cui vocem uestram dederitis pectet illi sex mille morabitanos et si ego istud quod uobis uendo in Consilio autorizare voluero uel non potuero similiter faciam facta charta apud Villam nouam mense Januarij Era M.CC. et XIII (?). Ego dominus Martinus Sancij supra nominatus qui hanc Chartam facere iussi coram bonis hominibus meis manibus roborauit.

Qui viderunt
Petrus testis
Pelagius testis
Joanes testis

Ego domina Urraca Sancij affui quando frater meus dominus Martinus Sancij istam haereditatem uendit et istam Chartam meis manibus Roborauit et hoc quod meus frater fecit ego Concessi et insuper intuy (?) pro fidei iussore uobis dono Siluestro Abbati et uestro conuentui quod defendam uobis et uestris sucessoribus istam haereditatem de tota parte in perpetuum.

Martinus Martini Scribanus domini Regis Vimaranes scripsit ¹²³⁸.

46

1226, Setembro, ? – *João Pires e sua mulher Maior Pais, Martinho Pais, Domingos Mendes e sua mulher Dona Godo vendem a Gonçalo Pais e sua mulher Dona Eufémia uma terra situada no centro de Braga, em Maximinos*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso, n. 1.*

No mês de Setembro da Era de 1264 foi escrita huma Carta de venda, por mão *Pelagii Pelagii primi Tabellionis Bracarensis Ciuitatis*; por ella venderão João de Pedro, e sua mulher Maior de Paio, Martinho de Paio, e Domingos de Mendo e sua mulher D. Godo huma terra em Maximinos, no lugae do Tornadoiro a Gonsalo de Paio e sua mlher D. Eufemia. N.º 19 da Gav. 22. Tem sinal publico.

47

1229, Junho, 26 - *D. Julião, bispo do Porto, confirma na igreja de Frazão Pedro Gonçalves Barroso, que o Abade de Santo Tirso, D. Silvestre, apresentara.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso, n. 22.*

(*Sumário*): Na dita Gav. Se acha outra Confirmação da mesma Igreja, datada 6.º kal. Julii, Era M.CC LX. VII, feita pelo Bispo do Porto D. Julião, da qual pendia hum selo, que se perdeu, por cordoins brancos de linha. He o n.º 1.º.

¹²³⁸ Título, de que se faz acompanhar nesta cópia: *Doacam feita per dom Martinho Sanches iffante ao mosteiro de S. Thyrso da outra ametade de uilla noua de Gulães.*

48

1230, Junho, 21 – *A 11 das Calendas de Julho do 4.º Ano do pontificado de Gregório IX, pela Bula “Justis petentium desideriis”, o Papa protege a convento de Santo Tirso, na sua posse da primeira metade de Vila Nova dos Infantes e de Golães.*

PT/ADPRT/MON/ CVSTST/0268, f. 22.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 208 (*Sumário*) : Huma Bulla do Santissimo Padre Gregorio 9.º passada nas Kalendas de Julho no 4.º anno do seu Pontificado; pedida a instancia de D. Silvestre Abbade deste Mosteiro, e do seu Convento para que lhe confirmase e tomase debaixo da sua protecção o que lhe tinha vendido D. Martim sanches em Villa nova dos Infantes e Gollaens por tres maravedis (sic) de ouro, como se apontou nesta gaveta no 1.º, n.º 8.º: com ella esta hum traslado antigo, e authenticico da mesma Bulla.

Gregorius Episcopus Seruus Seruorum Dej Dilectis filiis Abbati et Conuentui Sancti Thyrsi Ordinis Sancti Benedicti Salutem et Apostolicam benedictionem. Justis petentium desiderijs dignum est nos facilem praebere consensum et vota quae a Rationis tramite non discordant effectu prosequente complere. Quaproter dilecti in domino filij vestris iustis postulationibus grato concurrente assensu de Villa noua et de Gulães possessiones quas a quondam (sic) Martino Sanctij milite pro tribus millibus aureorum iusto emptionis titulo proponitis vos adeptos sicut illas iuste ac pacifice possidetis et in instrumento inde confecto plenius dicjtur contineri vobis et per vos monasterio vestro auctoritate Apostolica confirmamus et praesentis scripti patrocínio communimus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam vestrae confirmantionis infringere, uel ei acto temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare praesumpserit indignationis omnipotentis Dej et Beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius se nouerit incursurum.

Datum Lateranum xj Kal Julii Pontificatus Nostrj Anno Quarto.

49

1236, Novembro, ? - *D. Pedro Viegas e sua esposa, Dona Teresa Ramires, compram umas propriedades situadas no Monte Pena Cubu, segundo uma carta existente no Arquivo do Mosteiro de Santo Tirso.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 10

O monte *Pena Cubu* he nas fraldas de S. Gens do Ribeiro agoas vertentes para o rio Homem. Consta da Carta de venda, datada em Novembro da Era 1274, feita a D. Pedro Viegas, e sua mulher Dona Tereza Ramiriz.

He o n. 23vda Gav. 22.

50

1240, Abril, ? – *Maria Boa, Ermesenda Peres e Godinha Peres vendem ao abade e convento de Santo Tirso certos bens destinados à ovença da Enfermaria.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, doc. n. 43, p. 173.*

(*Extracto*) Maria bona ... ermesenda petri ... gontina petri ... vobis conventui sancti tirsi pro ad infirmaria vendimus ... Romanus petri et fides ussor quod ducat fernandum johannis cum uxore sua ad Roboram istius Karte.

51

1241, Agosto, 09 – *Várias pessoas, descendentes ou afins de Soeiro Mendes Facha, o doador da Foz ao mosteiro de Santo Tirso, fazem o compromisso solene da renúncia aos direitos que tinham ou viessem a ter sobre o Couto de S. João da Foz.*

BS. 13 –3 –14.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 40-40 v. (*Sumário*): Huma carta de renuncia, que fizeram Fernando Martinho, João Martinho dapegaens, Pedro Martinho Alferes, Martinho Suerii Pacheco, Martinho Suerii de Baguim, e Martinho Canedas a Fernando Pires Abbade de S. Thyrsos, e o seu Convento de todo o direito que tinham, ou entendião, que tinham no Couto de S. João da Foz do Douro concedião por si, e por toda a sua posteridade, que nunca pedirão alguma couza daquelle Lugar, nem farião ahi moradia, e que o Mosteiro de S. Thyrsos livremente pesuisse aquelle Couto com todas as suas pertenças, e tambem de sua Livre vontade pedião por pena, que o Bispo que for pelo tempo adiante na Cidade do Porto os excomungase a elles, e a todos os que delles procederem se forem contra o que determinavão na dita Carta de renuncia; e para que ella tivesse firmeza perpetuamente, como não tivessem sellos proprios a fizeram sigillar com o sello do Bispo do Porto. Forão testemunhas presentes, que ouvirão e virão D. Tharazia Martins o Deão, Magister scholarum, João Plagio Carramonde Portu Calensis Magister e o Arcediago de Braga, Frei Gualter, e Frei Gonçalo, Frades dos Pregadores tudo isto se fez na Igreja Cathedral na era que parece ser a de Cesar de 1278¹²³⁹ no mez de Agosto.

Existe – ou existia – uma outra carta de Renuncia que fizeram João Martinho ou Martins filho de D. Martim Pires da Maya e D. Pedro Munio da Barboza juntamente com sua mulher D. Elvira e com seus filhos a Fernando Pires Abbade de Santo Thyrsos de todo o direito que tinham, ou entendião que tinham, ou se alguma couza lhe competia ou compete em todo o Couto de S. João da Foz do Douro, e que concedião por si, e por toda a sua posteridade que nunca pedirão alguma couza daquelle lugar, que não farião ahi moradia, e que o Mosteiro de S. Thyrsos livremente, e sem inquietação pesuisse sempre aquelle Couto com todas as suas pertenças, e que de sua Livre vontade pedião por pena, que o Bispo que for da Cidade do Porto os excomungue a todos aquelles que procederem delles se forem contra aquella Carta de Renuncia, e para que ella seja firme perpetuamente, e como não tivessem proprios sellos a firmarão com o sello do Bispo do Porto. Forão testemunhas presentes, que virão, e ouvirão D. Tarazia Martins, o Deão, Magister scholarum, João Plagio Carramondo, Portu Calensis Magister, e o Arcediago de Braga, Frei Gualter, Frei Gonçalo frades dos Pregadores. Foi feita esta Carta na Igreja Cathedral na era que parece ser a de Cesar de 1248¹²⁴⁰(?) no mez de Agosto

As pessoas que nestas duas Cartas fizeram renuncia de todo o direito que podião ter, ou tinham no Couto de S. João da Foz parece serem descendentes de D. Soeiro Mendes, que foi o que deixou a Ermida de S. João da Foz, como se disse no n.º 1.º do Index desta Gaveta; não em quanto a Couto, porque esse o concedeo a Raynha D. Mafalda (...).

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomático; Arquivo de Santo Tirso, n. 31 (Sumário)*: No mês d'Agosto da Era 1279 renunciarão Fernando de Martinho, João de Martinho, Rapagaens, Pedro de Martinho Alferes, Martinho de Sueiro Pacheco, Martinho de Soeiro de Vagin, e Martinho Canelas, todo o direito, que pertendião no Couto de S. João da Fós, ao Mosteiro de Santo Tirso, e por não terem Selos,

¹²³⁹ Antes, 1279.

¹²⁴⁰ Também 1279.

fizerão munir o Instrumento com o do Bispo do Porto Dom Pedro o qual he de cera branca, e pendente por cordoíns azuis de linha, e mui danificado. Entre os que forão presentes *Frater Galterus et Frater Gunsaluus Fratres Predicatorum*. He o n.º 28 da Gav. 20.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 59 (Sumário): D. João de Martinho, filho de D. Martinho de Pedro da Maia, e D. Pedro Nuniz de Barvoza com sua mulher D. Elvira de Martinho e seus filhos cederão todo o direito que tinham, *vel credebamus habere* no Couto de S. João da Fós, ao Mosteiro de Santo Tirso: he datada no Agosto da Era 1279, e foi selada com o Selo pendente do Bispo do Porto D. P. *cum propria sigila non habeamus* etc. He o n.º 29 da Gaveta 20. Semelhante Cesão, ou Renuncia fizeram outros Senhores, como póde verse no Sumário, n.º destes apontamentos.

Notum sit omnibus presentem paginam inspecturis quod nos Fernandus martini de quintana, Johannes martini capegaens Petrus Martinj alferez, martinus suerij pacheco, Martinus suerij de Bagin, et Martinus canelas ad pedes Fernandi Petri, Abbatis Sancti Tyrsi, et eiusdem conuentus de beneplacito nostro renunciamus omni iurj quod habemus uel credebamus habere uel si quos nobis competebat uel competit, in toto cauto sancti Johannis de fozé dorij et concedimus pro nobis et pro omni posteritate nostra quod nunquam aliquid exigamus de loco illo, uel ibi faciamus pausam et in unquam aliquid demandemus de monasterium Santi Thyrsi libere et plenarie, In omni nostra (...) cum omnibus suis pertencis (?) semper possideat illud cautum. De beneplacito etiam nostro ponimus per pena, quod Episcopus que presens fuit in Ciuitate portugalensi ex (...) nos uel ex qui de nobis (...) si contra hoc quod in carta ponitur aliquid presumpserimus atentare et ut semper nostrum in perpetuum firmiter robur obtineat cum proprio sigillo non habeamus cartam istam sigillo portugalensis episcopi fecimus communiri. Et presentes fuerunt qui audierunt et uiderunt Domna Terasia martini Decanus. Magister Scolarum Johannes pelagii Carramondo, portugalensis Magister et Archidiaconus Bracarensis Frater Gualterus et frater gunsaluus, fratres predicatorum. Haec acta sunt Era 1279, 9 Mense Agustis in ecclesia Cathedrali.

52

1243, Outubro, ? - *Dona Maria Pais, filha de D. Paio Soares e de Dona Elvira Vasques, doa ao abade de Fiães e ao seu convento, a herdade que possuía, em Monte Redondo, na Terra de Santa Cruz, acto que teve lugar no mosteiro de Santo Tirso, ao tempo do Abade D. Fernão Pires, na presença deste, do Prior e de “muitos frades” do mosteiro.*

Tumbo de Fiães, intr., ed. e índices de Aser A. Fernandez Rey, Ourense, 1995, p. 235.

In Dei nomine. Ego domna Maria Pelaiz filia domni Pelagii Suerii et domne Eluire Uelasci uobis domno Iohani abbati de Fenalibus et conuentui eiusdem monasterii facio cartam donationis et perpetue firmitudinis de tota mea hereditate quam habeo et habere debeo in Monte Rotundo in termino Sancte Crucis inter riuulum de Doma et alterum riuulum de Deua in parrochia Sancti Iohanis... Et ad confirmandam istam donationem recepi a uobis unum raucinum pro roboram... Actum fuit hoc mense octobris sub era M.^a CC.^a LXXX.^a I.^a in monasterio Sancti Tirsi de Ripa Auis. Regnante in Legione, Castella, Toletum et Corduba rege domno Fernando. Tenente Sanctam Crucem Menendo Uelasci. Episcopo in Auria Laurentio. Qui presentes fuerunt: Domnus Fernandus abbas Sancti

Tirsi testis et domnus Durandus abbas Tibianensis testis et domnus Fernandus prior Sancte Tirssi et alli fratres multi sepe dicti monasterii. Martinus qui notuit.

53

1245, Maio, ? – *D. Urraca Sanches vende a segunda metade do Couto e da igreja de Vila Nova dos Infantes e de Golães ao abade e convento de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268 ff. 21-21 v.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. IV/1, p. 74;

Cf. VMH, doc. n. 230, p. 207. (*Sumário*): Em Maio de 1245, o abade do mosteiro de Santo Tirso, Fernão Pires, comprou a Urraca Sanches, por 2.500 maravedis antigos, a outra metade de Vila Nova dos Infantes e de Golães, com todos os seus termos novos e antigos, com todas as suas pertenças, e a metade das igrejas – o padroado – das duas vilas. Além disso, doava – mas só com efeito *post mortem* – dois casais em Vila Nova dos Infantes e dois em Golães e a vinha da chamada Senara ou Seara. Urraca possuiria, entretanto, o cabedal do pão e do vinho; e o mosteiro ficaria, desde já, com todos os outros direitos que pertenciam às herdades e às igrejas. Depois da morte de D. Urraca, cairia, igualmente, nas mãos do mosteiro o sobredito cabedal.

Cf. CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 44, p. 173. Aí dirá o mestre da Paleografia portuguesa: Na Carta de venda feita por D. Urraca Sanches dos seus bens de Villa Nova dos Infantes, e Golaens ao Mosteiro de S. Thyrsio /Cart. do mesmo Mosteiro/ em Maio da Era de 1283 antes dos nomes de tres testemunhas se lê = Domna Aldara petri, Domna Maria Menendi, Urracha Gonsalvi qui viderunt et audierunt.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 207-208 (*Sumário*) : Repete-se o n.º 8.º por dizer respeito a mesma venda de Villa nova dos Infantes, e Golaens que he de outra ametade que fez D. Urraca Sanches Irmã de D. Martim Sanches, e filha do Rey e Senhor D. Sancho 1.º, e de D. Maria Ayres de Fornello no mez de Mayo da era de Cesar 1283 que he o anno de Christo 1245 a D. Fernão Pires Abbade deste Mosteiro, e a seu Convento de ametade que tinha nas Villas de Villa nova dos Infantes, e Golaens, e de ametade das Igrejas das ditas Villas, que tinha dividido com seu Irmão Martim Sanches, excepto dous Cazaes em Villa nova dos Infantes, e dous em Golaens, e a Vinha da Seara, ou Senara, os quaes Cazaes, e vinha dava a este Mosteiro depois da sua morte pela sua Alma declarando que vendia todas as sobreditas herdades com todos os seus termos novos, e antigos, e com todas as suas pertenças por 2500 maravedis antigos, que tinha recebido; com tal condição, que ella em toda a sua vida possua o cabedal de pam e vinho que ahi tiver, e o Mosteiro possua de presente, e dahi por diante todos os direitos, que pertenciam as herdades e Igrejas, e depois da sua morte fique tudo Livre ao Mosteiro assim herdades como Igrejas. E estas duas Villas de Vila nova, e Golaens lhes tinha doado seu Pay o Rey e Senhor D. Sancho 1.º com a liberdade de as vender a quem lhes parecesse, como se apontou neste Index na gaveta das Doações a este Mosteiro n.º 7.º

A original foi para as confirmações que mandou fazer o Rey e Senhor D. Jozé 1.º, donde se espera se remeta; ficou outra antiga, e hum traslado autentico, que he o n.º que se segue. Tambem ficou outro traslado autentico, que vem no L.º 3.º das Igrejas fl. 245.

Hum pergaminho, que contem as vendas que fizeram D. Martim Sanches, e Sua Irmã D. Urraca Sanches filhos do Rey e Senhor D. Sancho 1.º, e de D. Maria Ayres de Fornello de que já se fez menção nesta gaveta nos n.os 8.os; e com elle vem pegado hum traslado autentico, que fez Estevão João Tabelaio de Aguiar de Souza a 3 de Janeiro da era de Cesar 1324 sendo Abbade deste Mosteiro D. Domingos Mendes, e Prior Estevão Esteves, que contem a carta de venda, que fez a dita D. Urraca Sanches da ametade das duas Villas, de Villa nova dos Infantes, e Golaens como já se apontou nesta gaveta no 2.º n.º 8.º.

In nomine Sancte et indiuiduae Trinitatis Patris et Filij et Spiritus Sancti. Amen. Notum sit omnibus praesentem paginam inspecturis: quod ego domina Urraca Santis (sic) vobis domino Fernando Abbati atque conuentui monasterij Sancti Thyrsi gratuita mea voluntate facio Chartam venditionis et perpetuae firmitudinis de haereditate mea propria quam habeo ex parte domini Santij Regis Portugalensis patris mei in uilla noua de infantibus et in altera uilla quae dicitur Gulães vendo uobis itaque quantamcunque haereditatem habeo in eisdem uillis et habere debeo uidelicet medietatem totius

haereditatis quae ad easdem uillas pertinet et etiam medietatem ipsarum ecclesiarum quae in praefatis uillis existunt sicut eas habeo diuisas quondam cum fratre meo Domino Martino Santij exceptis duobus Casalibus in uilla noua et alijs duobus Casalibus in Gulães Cum senara Vineae quam habeo ibidem, quae Casalia et Vinea mando post mortem praedicto monasterjo pro anima mea.

Vendo igitur vobis omnes supradictas haereditates cum omnibus exitibus et Regressibus, terminis nouis et veteribus iuriis (sic) atque pertinencijs suis pro duobus mille morabitis veteribus et quingentis quos iam de uobis Recepi tali iudiciali ¹²⁴¹ conditione quod ego in omni vita mea habeam et possideam solummodo Cabedal panis et vinj habuerit et vos in praesenti et deinceps habeatis directuras omnes et alia iura et commoda quae euenerint tam haereditatum quam ecclesiarum ipsarum. Nihilominus anuanti (?) post mortem meam uniuersae haereditates et ecclesiae praefatae cum omni iure suo atque profectu libere absque ulla conditione uel ingeracone (?) dicto monasterjo reuertantur. Igitur ab hac die habeatis et possideatis uos et successores uestri omnes praefatas haereditates et ecclesias iure haereditario sicut narratur superius et faciatis de eis ut uestrae placuerit uoluntati: Aliam autem scriptam antea uel postea contra hanc uendicionem ostensam non concedo penitus praeualere. Si quis igitur a qualibet parte ¹²⁴² uenerit qui hanc chartam uenditionis uiolare presumpserit iram dei omnipotentis incurrat et uobis uel cui uocem uestram dederitis mille in auro morabitos pectet et insuper haereditatem duplatam, Carta nihilominus in suo Robore permanente.

Haec uenditio fuit facta Mense Maij in E.M.CC et XXXij (?). Ego Domna Urraca Santij quae hanc Cartam uenditionis sponte fieri praecepi coram testibus idoneis propriis manibus corroboro et confirmo v.e morabitos pro Robore iam Receptis Et haec charta firmius Robur obtineat illam meo sigillo proprio pendente feci penitus communiri. Garcias petrj villae novae de infantibus Lupus Alfonsi de golães en tenetis (?) ecclesias

Domna Aldara Petrj

Domna Maria Menendi

Urraca Goncalui, qui viderunt et audierunt

Joanes Franciscus Capellanus

Munio petrj de Paredes

Vincentius Lupi

Joanes petri Notauit ¹²⁴³.

54

1247, Outubro, ? –D. Sancho I, ao redigir o seu testamento, em Coimbra, manda dele tirar umas seis cópias, e ao abade de Santo Tirso lhe encomenda, entre outros, a sua execução.

SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Liv. I e II, Coimbra, Atlântida, Livraria Editora, 1946, pp. 25-26.

(Extracto) (...) Et ut omnia ista possint melius, et apertius sciri, tam praesentibus quam futuris, et adimpleri fieri feci sex cartas consimiles, et omnia suprascripta aequaliter continentes quarum unam habet Bracharensis electus. Aliam Prior Sanctae

¹²⁴¹ Palavra repetida.

¹²⁴² Repetido.

¹²⁴³ Título do documento na cópia: *Doaçam feita pella infante dona Urraca Sanches ao mosteiro de S. Thirso da metade que tinha de uilla noua das infantas de Gulães.*

Crucis. Tertiam Abbas Alcobatie. Quartam Magister Templi, Quintam Prior Hospitalis. Sextam facio ego conservari in meo repositario, mihi et filio meo Regi Donno Alphonso. Et sciendum quod omnia ista debent adimpleri per Bracharensem electum, et per Abbatem Alcumpacensem et Priorem Sanctae Crucis, et per Abbatem Sancti Tyrsi, et per Magistrum Templi, et per Priorem Hospitalis, per Donnum Petrum Alphonsi, et per Donnum Gunsaluum Mendiz, et per Donniam Mariam Fernandi, et per Donnum Laurentium Suarij, et per Donnum Gonsaluum Suarij (...).

55

1248, Junho 12 - *Fernando Pires, Abade de Santo Tirso, apresenta para a igreja de Frazão, o candidato João Fernandes, que o bispo do Porto, D. Julião, houve por bem confirmar, na data acima indicada.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 23.

(*Sumário*): Na mesma aparese outra Confirmação da Igreja precedente datada 2.º idus Junii, Era M. CC. LXXX. VI, feita pelo Bispo Julião da qual pendeu Selo, e restão so cordoins vermelhos de seda. He o n.º 2.º

56

1253, Agosto, 12 - *D. Rodrigo Forjaz e sua esposa D. Châmoa Gomes doam ao mosteiro de Santo Tirso quanto possuíam no couto de Lages e de Airão, no temporal e no espiritual, em troca - mas só enquanto D. Rodrigo e sua esposa vivessem - de outros bens que o nosso convento possuía.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff 4 v.-5.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 166-166 v. (*Sumário*): Na gaveta das doações n.º 11 está hum contrato, que faz aos 2 dos Idus de Agosto da era de Cesar de 1291, que he o anno de Christo 1253 Reynando D. Affonso 3.º, o D. Abbade deste Mosteyro Fernão Pires, e seu convento com D. Rodrigo Forjas, e sua mulher D. Chamoia Gomes em que estes derão a este Mosteiro o que possuíam no Couto das Lageas, e no de Ayirão assim no temporal, como no espiritual isto he no que pertence ao Padroado das Igrejas destes Lugares, e o dito D. Abbade, e Convento lhes derão só em sua vida o que tinham em S. João da Foz do Douro, e Novogilde, e toda a herdade que tinham em Santa Marinha da Pedreira, que lhe tinha dada D. Urraca Ermiges, e hum Casal com todas as suas pertenças que tinham em villares, excepto o direito dos Padroados das Igrejas destes Lugares, e que possuíassem tudo em suas vidas, e por sua morte tornasse a ficar ao dito Mosteiro donde se ve claramente, que já pela era acima dita este Mosteiro era Senhor do Padroado de Santa Marinha da Pedreira; e tambem era Senhor dos Padroados de S. João da Foz do Douro e de S. Miguel de Nevogilde que fica junto a mesma foz; e o ser este Padroado de S. Miguel de Nevogilde deste Mosteiro era tão certo, que quando o Rey e Senhor D. Affonso 3.º mandou fazer Inquirição da dita freguesia de Nevogilde a qual se acha na Torre do Tombo, e na Camara Secular da Cidade do Porto, claramente se diz nella, que este Padroado ametade era deste Mosteiro, e a outra ametade era do nosso Mosteiro do Pombeiro; e hum, e outro Mosteiro o perderão no tempo da Claustura, e Comendatarios; e da Igreja de S. João da Foz, e da de Pedreira se acha este Mosteiro atualmente de posse.

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 8 (*Sumário*): Emprazou o Mosteiro de Santo Tirso 2.º idus Augusti da Era 1291ª D. Rodrigo Froiaz, e sua mulher D. Camoia de Gomes as herdades de S. Jão da Fós, e de Lovegilde, e as de Santa Marinha da Pedreira: por este emprazamento vitalicio lhe doarão aqueles Fidalgos as herdades que tnhão sitas nos Coutos de Layas, e Ariam: reinava D. Afonso 3.º era Bispo do Porto D. Julião forão testemunhas entre outros R. Gomecii Abbade de Pombeiro.

Pedião os Selos do D. Abade do seu Convento, de D. Rodrigo, e de D. Chamoia, dos quais só existem os cordoins. He partido o pergaminho por a,b,c, no alto, com cortes ameados, e o n.º 11 da Gav. 26.

Cf. *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 32.

Cf. VMH, doc. n. 246, p. 213 (*sumário*); VMH, doc. n. 278, p. 347 (*inquirições de D. Dinis*).

Notum sit omnibus quam¹²⁴⁴ praesentibus quam futuris. Qui hunc plazum viderunt¹²⁴⁵ quod ego Frater Petrus¹²⁴⁶ Abbas Sancti Thyrsi diocesis portugalensis, una cum conuentu meo do et concedo vobis domino Roderico Frojas et uxori vestrae dominae Chamoae Gomecij per plazum totam hereditatem quam habemus et habere debemus in Sancto Joanne de foos de Dorio et in Leuegildi (sic) et totam haereditatem quam habemus et habere debemus in Sancta Marina de Petraria quam nobis dedit Dona Urraca ermigii et unum Casale quod habemus in Vilarjno Cum suis pertinentiis excepto iure patronatus ecclesiarum et ego domnus Rodericus Frojas et dona Chamoia Gomecii damus et concedimus vobis dicto Abbati et monasterio vestro pro supradictis haereditatibus a nobis in vita nostra tantum tenendis et possidendis totam haereditatem quam habemus et habere debemus in temporalibus et spiritualibus in Cauto de Laias et in Cauto de arianum cum omnibus suis pertinentiis tam in senaris (sic) quam in quintanis quam in ecclesiis in montibus (?) et in fontibus ut eam inperpetuum iure domini habeatis et nos supradicti Abbas et Conuentus hoc facimus per talem plazum quod vos Dominus Rodericus et Dona Chamoia Gomecii teneatis supradictas haereditates in vita vestra tantum: et non possitis eas vendere impermorare (?)¹²⁴⁷ nec emplazare nec modo aliquo alienare sed post mortem vestram Remaneant supradictas haereditates quae in iam dictis locis poteritis lucrare et meliorare libere et sine conditione aliqua supradicto monasterio et quicumque tam de nostris quam de vestris quam de extraneis contra hunc plazum venerit uel disrumpere atentauerit pectet alteri parti uel cui vocem suam dederit quingentos morabitos domino terrae aliud tantum nihilominus plazo in suo robore perdurante et ut hunc plazum nostrum robur obtineat firmitatis hunc plazum nostrorum sigillorum munimine confirmamus et nostris propriis manibus Roboramus facto plazo secundo idus Augusti Era M.CC.L.XXXXj Regnante domino Alfonso tertio episcopo portugalensi domino Juliano qui praesentes fuerunt et viderunt et audiverunt Rodericus Gomecii Abbas de palumbario (?) testis frater Joannes Decanus Bracharensis testis Magister J. Magister scholarum et vicarius Portugalensis testis Petrus (...) Martinus testis Fernandus Martinus Notavit.

57

1256 - A Rainha Santa Mafalda contempla, em seu testamento, o mosteiro de Santo Tirso mediante a doação de um casal, com a obrigação de o mosteiro lhe celebrar o aniversário.

SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Atlântida Editora, Coimbra, 1946, p. 41.

(*Extracto*) (...) Item Monasterio Sancti Thirsi de Ripa Ave mando cazale de Martino Menendi pro meo anniversario (...).em definitivo

¹²⁴⁴ Talvez por *tam*.

¹²⁴⁵ Possivelmente, em vez de *viderint*.

¹²⁴⁶ Erro, por *Fernandus Petri*.

¹²⁴⁷ *Permudar* ?

1258, ?, ? – Inquirições de D. Afonso III sobre Santo Tirso e as suas igrejas e coutos

Mosteiro de Santo Tirso (CCLP, p.306).

Hic incipit inquisitio que vocatur MONASTERIJ SANCTI TISSY in cauto ipsius Monasterij.

Johannes Petri, juratus et interrogatus quod forum faciunt Domino Rregi dixit ¹²⁴⁸ quod dant Domino Rregi annuatjm collectam uel LXXX.^a morapitinos veteres pro illa. Interrogatus quot ville habentur in ipsa collacione, et quot casalia habentur in ipsis villis, dixit quod in ARGEMYR habentur ibi vj. casalia, et in CABROEYRA duo casalia, et in FROYAÃES v.e casalia, et in VILLALVA tria casalia, et in JUYAM duo casalia, et in LACUNA duo casalia, et in ARCAIDI iiij.or casalia, et in FONTIBUS unum casalle, et in VARZENELLA tria casalia. Interrogatus si faciunt aliquod forum de istis casalibus Domino Regi, dixit quod non. Interrogatus si moratur ibi aliquis homo forarius uel rrendarius Dominiy Rregis, uel que fecisset calumpniam et nom pectavisset eam, dixit quod non. Interrogatus quot Ecclesie habentur in ipso ¹²⁴⁹ Cauto MONASTERII SANCTI TISSY, dixit quod tria: - SANCTA CHRISTINA et SANCTUS MICHAEL, MONASTERIUS SANCTUS TISSUS. Una magna deffessa est regalenga. Interrogatus quomodo scit omnia que perhibuit, dixit quod vidit et passus est.

Dominicus Pelagii, Martinun Vicencij, Petrus Johannis

Et dixit quod in agro de VEEYDO jacet ibi unum bazellum et est rregalengum. Johannio dixit per totum sicut Johannes Petri, Michael Gonsalvj dixerunt per totum sicut primus.

Silvares, S. Clemente (VMH, doc. n. 209, p. 329).

Hic incipit inquisitio Sancti Clementii de Silvaribus et omnium parrochianorum ejusdem Ecclesie. Martinus Subjerii, juratus et interrogatus cujus est ipsa Ecclesia, dixit quod fuit Domini Regis et herdatorum, et Dominus Rex Sancius, avus istius Regis, dedit ipsam Ecclesiam et quantum regalengum et quantos foros ibi habebat Dompne Marie Arie, et Dompna Maria Arie ad suam mortem dedit istam Ecclesiam cum vj.casalibus Monasterii Sancti Tirsi.

Guardizela, Santa Maria (VMH, doc. n. 209, p. 322).

Hic incipit inquisitio Ecclesie Sancte Maria de Gradizela et omnium parrochianorum ejusdem Ecclesiae. Martinus Egee, prelatus ejusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujus est ipsa Ecclesia, dixit quod est inde tertia Monasterii Sancti Tirsi, et alia tertia Monasterii de Landim, et alia tertia est gubernatorum ejusdem Ecclesie. Interrogatus unde ipsa Monasteria habuerunt ipsam Ecclesiam, dixit quod nescit.

Vila Nova dos Infantes (VMH, doc. n. 209, pp. 263-264).

Hic incipit inquisitio Sancte Marie de Villa Nova Infancium et omnium parrochianorum ejusdem Ecclesie ipsius loci. Garcia Petri, prelatus ejusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujus est ipsa Ecclesia, dixit quod est Monasterii Sancti Tirsi et

¹²⁴⁸ Deest

¹²⁴⁹ Deest.

herdatorum ipsius loci, et ad presentationem ipsorum Bracarensis Archiepiscopus eum in priorem constituit in eadem. (...) Ecclesiam et Villa Novam cum xxvij casalibus dedit Dominus Rex Sancius avus istius Regis dedit Martino Sancii et Domne Orrace Sancii totum pro hereditate, et solebant inde dare Domino Regi annuatim de ipsa Ecclesia reddam (sic). Interrogatus si vidit inde cartam Domini Regis per quam dedisset ipsam Ecclesiam et ipsa casalia Domino Martino et Domne Orrace, dixit quod vidit cartam Domini Regis ipsius donationis.

Golães, S. Lourenço (VMH, doc. n. 209, p. 256-257).

Hic incipit inquisitio Ecclesie Sancte Ovaye de Golaes et omnium parrochianorum ejusdem Ecclesie ipsius loci. D. Gunsalvi, juratus et interrogatus cujus est ipsa Ecclesia, dixit quod semper herdatores abbadaverunt illam, et Domnus Martinus Sancii forciavit eos herdatores de ipsa Ecclesia, et modo est Sancti Tirsi, et Domni Martini Egidii (...) et ista casalia supradicta pectant vocem et calumpniam Monasterio Sancti Tirsi et Domno Martino Egidii. Interrogatus quare, dixit quod quantum jus ibi Dominus Rex habebat, totum dedit Domno Martino Sancii et Domne Orrace Sancii, et post mortem Domni Martini Sancii habuit Monasterium Sancti Tirsi ipsam medietatem Domni Martini Sancii.

S. Lourenço de Asmes (CCLP, p. 271).

Hic incipit inquisitio ville que vocatur SANCTUS LAURENCIUS et parrochianorum Ecclesie eiusdem loci.

Johannes Pelagii, prelatus eiusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Monasterii Sancti Tissy, et ad presentationem ipsius Monasterii Episcopus Portuensis eum constituit in eadem (...). Interrogatus unde Sanctus Tissus habuit eam, dixit quod nescit.

S. Salvador de Folgosa (CCLP, p. 276).

Hic incipit inquisitio Ecclesie SANCTI SALVATORIS DE FAGOSA.

Laurencius Petri, prelatus eiusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Sancti Tissy, et ad presentationem ipsius Monasterii Portuensis Episcopus eum constituit in eadem (...). Interrogatus unde Sanctus Tissus habuit ea, dixit quod nescit.

S. Martinho de Covelas (CCLP, p. 279).

Hic incipit inquisitio ville que vocatur COUELLAS et parrochianorum Sancti Martini eiusdem loci.

Petrus Afonsy, prelatus eiusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Monasterii Sancti Tissy, et ad presentationem ipsius Monasterii Portuensis Episcopus eum constituit in eadem. Interrogatus unde Sanctus Tissus habuit ipsam Ecclesiam dixit quod habuit eam de herdatoribus. Interrogatus quomodo habuit eam, dixit quod de testamento illorum.

Santa Eulália de Lamelas (CCLP, p. 300).

Hic incipit inquisitio Ecclesie Sancte Ovaye de Lamellas et parrochianorum eiusdem Ecclesie.

Silvester Martiny, prelatus eiusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cuias este ipsa Ecclesie, dixit quod medietas est Monasterii Sancti Tissi, et alia medietas est Monasterii Sancti Christofory et ad presentacionem ipsorum Monasteriorum Portuensis Episcopus eum constituit in eadem. Interrogatus unde habuerunt eam, dixit quod medietas est Sancti Christofory et habuit eam de Militibus de Ferraribus et dixit quod alia medietas este Sancti Tissy et nescit unde habuit eam.

S. Mamede da Seroa (CCLP, p. 302).

Hic incipit inquisitio Ecclesie Sancti Mametis. Petrus Menendi, prelatus eiusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cuias est ipsa Ecclesia, dixit quod est Monasterij Sancti Tissy, et ad presentacionem ipsius Portuensis Episcopus eum constiuit in eadem (...). Interrogatus unde habuit Monasterium Sancti Tissy ipsa Ecclesia, dixit quod de Militibus ex progenie Dompni Petri Pelagii Alferiz.

S. Martinho de Frazão (CCLP, p. 304).

Hic incipit inquisitio Ecclesie Sancti Martini ejusdem loci. Johannes Fernandi, prellatus Ecclesie, juratus et interrogatus cuias est ipsa Ecclesia dixit quod est Monasterij Sancti Tissy, et ad presentacionem ipsius Monasterij Episcopus Portuensis eum constituit in eadem (...). Et dixit quod Domjnicus Menendi Becho, frater Monasterij Sancti Tissy, comparauit unum casale de uno herdatore em GAAMIJ, et non sunt adhuc tres anny elapsy, et comparauit aliud casale in Pena Maiori de alio herdatore ex illo tempore predicto. Interrogatus quomodo scit omnia que perhibuit, dixit quod vidit et passus est.

Santa Cristina do Couto (CCLP, p. 307).

Hic incipit inquisitio que uocatur Ecclesie SANCTE CHRISTINE cauti Monasterij Sancti Tissy. Petrus Vincencii, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Sancti Tissy (...). Et in SANCTA CHRISTINA habentur ibi vj. Casalia, et unum est Domjnici Petri et Stephani et sunt herdatores et aliud fuit factum in Rregalengo, et dixit quod comparauit illud Abbas Donnus Menendus et de Domino Rrege.

S. Miguel do Couto (CCLP, pp. 307-308).

Hic incipit inquisitio que vocatur ECCLESIE SANCTI MICHAELIS DE SENDIM et parrochianorum eusdem loci et cauti MONASTERII SANCTI TISSY (...). Et dixit quod subtus SENDIM jacet ibi una leira rregalenga et alia leira circa vineam. Interrogatus quis laborat eas, dixit quod quidam homo Abbatis Monasterij Sancti Tissy, Dominicus Petri notatus (...). Interrogatus quare Monasterium Sancti Tissy non facit forum de ipsis predictis Rregalenguis, dixit quod Abbas Dompnus Menendus

comparavit ea de Domino Rege Sancio fratris istius Regis, et ex illo tempore nunquam inde fecerunt forum.

S. Tomé de Negrelos (CCLP, pp. 308-310).

Hic incipit inquisicio Ecclesie SANCTI THOME et parrochianorum eiusdem loci.

Gonsaluus Garsie, juratus et interrogatus dixit (...) quod villa de SOUTELLO jacet ex utraque parte in devasso, et dixit quod in ipsa villa non intrat ibi Maiordomus. Interrogatus quare, dixit quod nescit.

S. Tiago de Rebordões (CCLP, pp. 311-312).

Hic incipit inquisitio ville que vocatur REVORDANIS et parrochianorum Ecclesie Sancti Jacobi, eiusdem loci.

Menendus Pelagij, juratus et interrogatus cuius est ipsa Ecclesia, dixit quod et inde medietas Dominij Rregis et alia medietas Sancti Tissy.

S. Salvador de Monte Córdova (CCLP, pp. 316-317).

Hic incipit Inquisitio SANCTI SALVATORIS DE MONTE CORDUBE et omnium parrochianorum eiusdem Ecclesie.

Martinus Petri, juratus et interrogatus (...) quot casalia habentur in LINARIBUS dixit quod tria casalia, et unum est Monasterij Sancti Tissy, et duo sunt Ecclesie de Monte Cordube; et dixit quod non faciunt ulum forum nec intrat ibi Maiordomus. Interrogatus quare, dixit quod jacet in cauto Monasterij Sancti Tissy. Et in alia villa que uocatur QUINCHALES habentur ibi vij.casalia et v.e Monasterii sunt Sancti Tissy, et duo sunt de Monte Cordoua; et jacent in cauto de Monte Cordoua (...); et in alia villa que uocatur SPINARIOS habentur ibi tria casalia et duo sunt de Monte Cordoua, et unum est Monasterii Sancti Tissy. Interrogatus unde Monasterium Sancti Tissi habuit eum, dixit quod nescit. Et jacet in cauto de Monte Cordoua, et morantur ibi xxv. herdatores et laborant hereditatem in termino Ferrarie. Interrogatus si faciunt aliquod forum Domino Regi de ipsa hereditate Ferrarie quam laborant, dixit quod non. Et dixit quod in PERARIOS habentur ibi iiij.or casalia, et tria sunt de Monte Cordoua, et unum est Monasterij Sancti Tissy et jacet in cauto de Monte Cordoua; et in alia villa que vocatur CASALES habentur ibi vij.casalia, et sunt v.e de Monte Cordoua, et duo sunt Monasterij Sancti Tissy, et jacent in cauto de Monte Cordoua; et in alia villa que vocatur CORTINAS habentur ibi v.e casalia, et iiij.or sunt de Monte Cordoua, et unum est Monasterij Sancti Tissy, et jacet in cauto de Monte Cordoua. (...) et in alia villa que uocatur FREEGO habet ibi unum casale et est de Monte Cordoua et in suo cauto; et in AGRELO jacet j.casale de Monte Cordoua, et est in suo cauto; et in ORTAL jacent v.e casalia, et iiij.or sunt Monasterij Sancti Tissy, et unum est de BURGAÃES, et est in cauto de Monte Cordoua (...).

59

1260, Agosto, 14 – *À morte de Fernão Pires, após abrir-se um diferendo no interior da comunidade sobre a eleição do sucessor, o Bispo do Porto, contrariando o parecer da maioria, confirmaria o menos votado, pelo que, no recurso ao tribunal metropolitano, se daria sentença favorável ao parecer da maioria, que votara em Paio Soares.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 272-272 v

(*Sumário*) : Huns autos de letigio, ou Cauza Apostolica, entre partes D. Payo Soares Monge professo deste Mosteiro, e D. Fernando da Silveira Abbade do Mosteiro de S. João de Pendorada. Dos quaes consta, que falecendo o Abbade deste Mosteiro D. Fernam Pires; entrou o Convento na conformidade da Santa Regra a eleger Abbade para elle, e sahio eleito pela mayor parte dos votos, o dito D. Payo Soares tirando do tres, que não comsentirão nella, e derão os seus votos no dito Fernando da Silveira. O Bispo do Porto que nesse tempo era D. Julião 2.º deste nome, tomou conhecimento do cazo, e declarou a eleição feita no dito D. Payo Soares por nulla, e vicioza, e por valida a do dito D. Fernando da Silveira: Apelouse para Braga, fesse sumario de testemunhas aos 19 das Kalendas de Setembro da era de 1298; e se julgou por valida a eleição feita no dito D. Payo Soares; revogandose a Sentença do Bispo do Porto (...)

60

1262, Abril, 14 – *Gonçalo Gonçalves faz o testamento e nele dispõe de seus bens a favor, entre outros, do mosteiro de Santo Tirso e de algumas instituições eclesiásticas ou de pessoas das vizinhanças daquele mosteiro.*

CCSP, pp. 403-409.

(*Extracto*) In nomine domini nostri ihesu christi. Amen. Hoc est testamentum quod Ego Gunsaluus guncaluj Cantor Portugalensis et Colinbriensis (...) ffacio ordino constituo (...). Item Mando filijs Roderici gunsalui. ffratris mej illud quod habeo et habere debeo in palmeyroo (...). Item mando ecclesiae de lacuna Calicem unius marchae et hunicum panem siricum de meis pro ad unum mantum – Item mando Monasterio de Nandim aliud tantum – Item mando santi Iacobi de areneis unum Calicem et unum librum quem fecit Martinj de cançella – Item mando Capellae santi Tirssy domnj petri hominem unum Calicem unius marchae et vnum uestimentum de meis. Item mando domos meas quas habeo Salamanticae Monasterio santi tirssy et santi Iohannis de pendorato. ita quod diuidunt inter sse redditus et cedant semper pro animabus illorum a quibus domnus ffernandus Abbas ffrater meus et ego et domnus Petrus petri dictus hominem aliquid inde habuimus et non restituimus postquam uero pro istis de hoc ffuerit satisffactum incipiunt redere et profficere pro animabus cuiuslibet uestrum ita tamen quod Sancius petrj nepos predictus habeat in uita sua tantum tertiam partem de Alquier ipsorum et diuidentur ut infferius continetur (...). Item mando quod de haereditatem meam de Casali de Auoos et illam quam conperauj in sandj teneat Maria guncaluj soror mea in tempore uitae suae, tantum et det inde Annuatim in die Anniuerssarij mej ij morabitos Conuentuj santi Tirssi. et ij morabitos Conuentuj de Nandim. quem Maria guncaluj mortua Remaneat dicta haereditas cum preffacto

honore¹²⁵⁰ Laurentio rroderici nepoti meo si ffuerit clericus quo mortuo subcedat aliud clericus mihi propinquor quy legitime descendat a patre et matre meis et senper soluatur pensio superius memorata. (...). Item Mando Sancio petri nepoti meo meam nullam melliorem et antipitrem meum. et Rogo illum quod defendat et manuteneat inffra dictos haeredes meos et supradictos in omnibus quae ipsi ffacere debent et specialiter Mariam Gunsaluj sororem meam quae uidua est et pauper ei Laurentius rroderici quy orffanus et pupillus in legato de cassalj de Auoos – Item rogo eum quod specialiter gerat curam de domibus Salamantionis et quod ipse habeat tertiam partem de eis in uita sua et duas partes habeant monasteria supradicta. videlicet santi Tirssy et santi Iohannis (...). Item Mando decem solidos de redditibus Cassalis dauoos Annuatim ecclesiae santi Iacobi et beatae uirginis (...). Mando quod post mortem Sancij petri predicti dictae domus quas habeo Salamanticae remaneant Monasterijs (...) santi Tirssy et santi Iohannis. libere et quiete sicut superius est expressum (...).

61

1263, Fevereiro, 17 - *D. Vicente, bispo do Porto, confirma Martinho Mendes, que o Abade de Santo Tirso, Afonso Martins, apresentara, para a paróquia de Frazão, carta que o Bispo despacharia a partir do antiqússimo mosteiro tirsense de Refojos.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 24.

(*Sumário*): Ahi mesmo se conserva outra Confirmação da Igreja precedente feita pelo Bispo do Porto, D. Vicente, e datada *apud Monasterium Sancti Christofori de Refloriis XIII^o kal. Martii Era M. CCC. prima*, da qual pendeu Selo em cordoins de linha vermelha. He o n.º 3.º

62

1264, Dezembro, 03 – *O abade de Santo Tirso, D. Álvaro Martins, dá uma sentença de composição entre o mosteiro de Landim e o Bispo do Porto, sobre apresentação da Igreja de Vale Ervosa, cujo estatuto de igreja unida ao mosteiro agustiniano se reconhecerá.*

CCSP, pp. 344-345.

In Christi nomine Amen. Nouerint vniuersi presentem litteram inspecturi. quod cum inter venerabilem patrem domnum Vincentium portugalensem Episcopum nomine eiusdem ecclesiae ex una parte. Et domnum Petrum priorem Monasterij. Sanctae Mariae de Nandim ordinis santi Agustinj Bracharensis dioecesis nomine eiusdem Monasterij exaltera. super eo quod predictus episcopus in ecclesia santi Bartholomey de Vale Erbossa petebat sibi presentari¹²⁵¹ clericum ad eandem et partem procurationis dari prout suppetarent ecclesiae facultates. Tandem inter eos talis amicabile compositio interuenit. scilicet quod quilibet prior qui pro tempore fuerit in Monasterio supradicto. quotiescumque suprascriptam ecclesiam uacare contigerit. presentet ad eam portugalensi episcopo aliquam canonicum. sui Monasterij. cuj episcopus curam debet

¹²⁵⁰ O apógrafo tem *onere*.

¹²⁵¹ O apógrafo copiou *presentem*.

committere animarum. Et in omnibus ille canonicus institutus debet esse obediens portugalensi episcopo sicut aliquis alius Rector alicuius ecclesiae suae dioecesis. Ita tamen quod Prior de nandim eundem institutum Amoueat quencumque sibi uisum fuerit expedire. Et presentet alium episcopo memorato. et episcopus ipsum ab eodem Priore presentatum recipiat. et instituat in eadem. Censum autem solitum et usitatum et tertiam¹²⁵² Mortuorum. debet ipse institutus nomine ipsius ecclesiae annuatim soluere portugalensi ecclesiae cathedrali. Insuper nomine procurationis et doni quod a decedente Rectore solui debet ecclesiae cathedrali institutus in eadem ecclesia debet soluere episcopo portugalensi in festo pascae. tres morabitos ueteres et tertiam. Et ut haec omnia et singula in dubium non ueniant. factae sunt inde duae Cartae per alphabetum diuisae. quarum una sigillata sigillo supradicti domini episcopi debet penes priorem ea alia sigillata sigillo Prioris debet remanere penes Episcopum memoratum. Qui presentes fuerunt Dominus Aluarius Martinus Abbas Monasterii sancti Tirsii – G. Gonsalves cantor portugalensis – Laurentius stephanus rector ecclesiae de Moesteiro – Martinus menendus de Refflorius (sic) canonicus Portugalensis et rector ecclesiae sancti Iacobi de Refflorius – Et multi alii boni uiri – Acta sunt Haec apud Monasterium sancti Tirsii. Feria iij.^a Kalendas Ianuarii. Era Millesima trecentesima secunda Ego uero Dominicus dominicus publicus tabellio in Curia venerabilis patris domini Vincentii Portugalensis episcopi hijs supradictis rogatus interfui et de mandato eiusdem domini episcopi et Prioris supra scriptorum hanc cartam propria manu conscripsi et hoc meum signum apposui in eadem. Secretum meum¹²⁵³ michi.

63

1268, Julho, 29 – *O Papa, Clemente IV, nesta data, envia uma Bula ao Bispo de Cidade Rodrigo, que, por sua vez, cometeu a função ao Abade de Santo Tirso, para que Pedro Hispano tomasse posse, por procuração, da igreja de Santa Maria de Guimarães, afastando a pretensão do Deão de Braga, Fernando Anes, tarefa de que o dito abade de Santo Tirso se não pôde desempenhar.*

Publ. por SÁ, A. Moreira de – *Pedro Hispano Prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e arcebispo da Sé de Braga*, em “Biblos, vol. xxx (1954) 1-22. Especialmente, p. 18.

(*Extracto*) (...) Quia uero per Abbatem. Monasterii sancti Tirsii cui alias a nobis extitit executio negotii demandata nullus habitus est processus. et Ideo executio fuit hactenus retardata (...).

64

1271, Julho, 24 – *D. Álvaro Martins, abade de Santo Tirso, profere uma sentença num diferendo que opunha o Abade de Pedroso, Domingos Esteves, ao Prior Fernando Pires e aos monges do mesmo mosteiro.*

Publ. por MATTOSO, José - *Religião e Cultura na Idade Média*, ed.. da INCM, Lisboa 1982, pp. 199-202.

¹²⁵² O apógrafo, em vez de copiar *tertiam*, copiou *etiam*.

¹²⁵³ O apógrafo escreveu *nostram*, em vez de *meum*.

(*Extracto*) In nomine Domini. Amen. Nos Aluarus Martini abbas monasterij Sancti Tirsi, potestate nobis tradita et concessa a religiosis uiris domno Dominico Stephani abbate, Fernando Petri priore et conuentus monasterij de Petroso ordinis Sancti Benedicti Portucallensis diocesis prout in compromisso exinde conferto sigillato sigillo eorum plenius continetur, auditis, uisis et plenius intellectis que ijdem abbas pro se et prior ac conuentus dicti monasterii de Petroso cum abbas uoluerunt, habitoque peritorum consilio super eis arbitrando, diffiniendo, laudando, mandando, componendo et etiam ordinando amicabiliter, sententiando pronuntiamus (...).

65

1279, Junho, 06 – *Numa decisão judicial entrecurtada e aos soluções, se determinam as obrigações de determinados moradores da nossa região.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 54, pp. 175-176.

(*Extracto*) Judez da maya ... soubi ... haomens ... mardomo ... demandava ou herdamento ... que era mal e força e rouba ... enquisiçom ... subre estas cousas ... e ca nom deve adar senom estas a saber humizio rousos e merda en boca ... e vidas tres vezes no ano convem a saber per natal pam vium e carne e per mayo pam e vium e hum frango ou dous e outra terça pam eleyte everças e ovos e da freguesia de vouvado dam per vida no tempo da carne antre quatro homens huua calaça de carne e do pam e da borua e no tempo dos frangos hum frango ou dous e no tempo de mel de mel e de leyte e dos hovers ... mando que nua cousa sega demandada ... mamua da trofa ... fezerum e dixerum ... este dia doge¹²⁵⁴.

66

1279, Agosto, 07 – *D. Vicente, bispo do Porto, concede a Dona Teresa Gil, filha da padroeira do mosteiro, Dona Maria Anes, a faculdade de usar – desde que sem escândalo entre os familiares - de uma cruz de prata cravejada de pedras preciosas, deixada ao mosteiro de Santo Tirso, em lutuosa, por sua mãe, que ela, Dona Teresa, se comprometia a restituí-la ao mosteiro, com compensações em vida e “post mortem”.*

CRUZ António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 55, p. 176.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, (*Sumário*) : Huma carta do Bispo do Porto D. Vicente escripta aos 7 dos Idus de Agosto do anno de Christo 1279, que vem a ficar na era de Cesar 1317, a D. Martim Abbade deste Mosteiro, para que hum Cruz grande de prata, e dourada, e com pedras preciosas, que tinha deixado a Senhora D. Maria Annes Padroeira deste Mosteiro, ao mesmo, e como descendente dos Padroeiros do dito Mosteiro se tinha mandado enterrar nelle, a concedessem em sua vida somente o uso della a senhora D. Thereja filha da dita Senhora D. Maria, e que por sua morte a tornaria a dar com outras utilidades, e donativos que havia de fazer ao dito Mosteiro; e que D. Martim Egidio não levaria isso a mal por ser Irmã da dita Senhora D. Thereja, e que bem sabia, que os ditos Senhores erão Padroeiros do seu Mosteiro.

Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomaticos; Mosteiro de Santo Tirso*, n. 41. (*Sumário*): O Bispo do Porto D. Vicente concedeu, e mandou ao Abade e Convento de Santo Tirso, faculdade de

¹²⁵⁴ Sabemos que se trata de um instrumento de justificação por Vicente Soares, tabelião da Maia, datado de 8 dos Idos de Junho da era de 1317, do qual consta que Pedro Vicente, juiz da Maia, tirara uma inquirição a instância do D. Abade deste mosteiro de Santo Tirso, D. Martim Mendes, a respeito de vários comestíveis que faltavam num herdamento do mesmo, da qual nada resultaria. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 273.

emprestarem a D. Tereza d'Egidio huma Crús de prata dourada, que sua Mai D. Maria de João legou ao Mosteiro no seu Testamento aonde escolheu sepultura como Padroeira dele, contanto que dê causão de se restituir por sua morte, ou antes,, e não receba seu irmão D. Martinho d'Egidio e suas irmãs escandalo por esta causão: he datada a Carta *Perusii* 7.^o *idus Augusti Anno Domini M.^a CC.^o LXXIX. Era M.^a CCC.^a XVII.* O Selo Episcopal he mais pequeno do que outros do mesmo Bispo he semi-oval, de cera vermelha á excessão do plano, em que está gravada a sua efigie por ser de cera verde; no plano deste falta o nicho, dentro do qual he representado o Prelado da mesma sorte que nos outros por mim descritos, he contraselado nas costas, mas não se percebe a figura e legenda por ser cubertas com hum bocado de papel de mataborrão; pende dum cordão de linhas brancas. Na Gaveta 21

(*Sumário*) Provisão Latina de D. Vicente *dei clemencia* Bispo do Porto para o Mosteiro de Santo Thirso conceder a Thereza Gil em sua vida o uso de huma cruz de prata cravada de pedras preciosas, que ao Mosteiro deixara a May da mesma D. Maria Eanes Padroeira do mesmo Mosteiro, prometendo a mesma em vida e em morte beneficiar o Mosteiro, e prestando a mesma caução, com tanto que por isto se não gere escandalo a D. Martim Gil, e suas Irmans.

Sem assinatura = Lugar do Sello pendente de Cera ovado, contra sellado de Camafeu.

67

1281, Novembro, 06 – *Após a apresentação do mosteiro de Santo Tirso, o Bispo do Porto, D. Vicente, confere a igreja de Frazão a um subdiácono, com a condicionante de que, dentro de um ano, se ordene de presbítero, sob pena de perder o benefício eclesiástico.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 56, pp. 176-177.

(*Sumário*) Carta Latina de Collação da Igreja de Frazão por D. Vicente *dei Clementia* Bispo do Porto em hum subdiacono, a quem se manda que dentro de hum anno se promova ao Sacerdocio, pena de perdimento ipso facto do mesmo beneficio, segundo a Constituiçam do Concilio Lugdunense.

Sem assinatura = Lugar do Sello pendente de Cera vermelha, contraselado de Camafeu com as letras *Portugalen*.

68

1281, Novembro, 06 - *O Bispo do Porto, D. Vicente, confirma para abade de Frazão a Martim Estêvão*

RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomaticos; Arquivo do Mosteiro de Santo Tirso*, n. 21.

(*Sumário*) : O mesmo Selo se acha pendente a outra Confirmação da precedente Igreja feita pelo mesmo Prelado, com a diferença de serem os cordoins azuis.

He o n.º 4 da Gav. 10, e datada em 8.º idus Novembris Era M. CCC. XIX.

69

1284, Junho, 19 – *Ao tempo do abade D. Domingos Mendes, D. Gonçalo Pereira mandou a Rui Portela e Juizes de Gosende e de Canadelo que dessem posse ao abade de Santo Tirso de bens situados na região de Lamego, particularmente em S. Martinho de Mouros.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 273-273 v.

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. 60, p 177. (Extracto): De mim o Conde dom Gonçalgo... a vos meus Iuizes de Moosende e de Canadelo ... Ruy portella cavalleyro Comendeiro del Conde en moosende e en canadelo.

(Sumário): Huma carta do Conde D. Gonçalo (que parece ser, ou chamar-se Pereira donde procede a Serenissima caza de Bragança) pela qual mandou a Ruy Portella, e aos seus juizes de gozende, e Canadello, para que entregasse ao D. Abbade de S. Tyrso a terça de todo o herdamento que elle tinha, a saber o quinhão de D. Fernando; pela dita Carta meterão de posse ao dito Mosteiro, e Payo Peres Notario jurado de Fragozo passou este instrumento aos 22 de Agosto da era de Cesar 1322 por onde consta da dita carta escrita a 19 de Junho da dita era, e da posse que se lhe deu. Estas terras, que possui este Mosteiro de que tem feito prazo são sitas no Bispado de Lamego, onde de prezente se chama Campo bemfeito na freguezia de S. Pedro do Muro, que antigamente se chamou S. Pedro de Mouros.

70

1284, Agosto, 21 - *Em virtude de uma Carta do Conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, Rui Portela, Cavaleiro e Comendeyro do Conde D. Gonçalo, em Mosende e Canadelo, juntamente com Fernando Anes, Juiz do Couto de Canadelo, entregaram certas herdades ao D. Abade de Santo Tirso.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 45

Em 21 dias andados d'Agosto da Era 1322 entregou Rui Portela Cavaleiro Comendeyro do Conde D. Gonsalo, em Moosende, e Canadelo, e Fernão Eanes Juiz do Couto de Canadelo, certos herdamentos ao D. Abade de Santo Tirso, em virtude d'uma Carta do Conde que o principia // *De mim o Conde d. Gonsaluo. A uos Ruy Portela e a uos meus Juizes de Moosende e de Canadelo saude mandouos etc..*

Fes a Escritura Paio Peres Notario Jurado de Fragozo, a qual he na Gav. 21 o n.º 4.º.
Fes a Escritura Paio Peres Notario Jurado de Fragozo, a qual he na Gav. 21 o n.º 4.º.

71

1286, Outubro, 22 – *Gonçalo Pires, abade da Igreja da Lavra, faz um contrato com o Abade de Santo Tirso, Domingos Mendes, e seu convento, substituindo os direitos incertos de Santo Tirso sobre a sua igreja pelo censo certo e anual de 48 teigas de trigo.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0189, ff. 300 v.- 301.

In Dei nomine: Amen. Noverint Universi praesentis scripti seriem inspecturi, quod ego Gundissalvus Petri Abbas Ecclesiae de Lavra Portugalensis Dioecesis ex bona mea,

et libera spontanea voluntate facio cartam de Cambio cum Domno Dominico Menendi Abbate, et Conventu Monasterii Sancti Thyrsi perpetuae firmitudinis, quod de omnibus juribus, quae de dicta Ecclesia sempre consuevisti recipere, et habere dabo pro eis quadraginta octo Teigas tritici, et valeat ista Carta in tota sua firmitudine. Si quis autem venerit contra hoc factum tam ex parte mea, quam ex parte altera aliunde solla temptatione quantum impedierit tantum alteri parti in duplo componeat et insuper pectet octo solidos, et cui vocem suam dederit aliud tantum, et insuper habeat maledictionem Dei Patris Omnipotentis omni tempore per infinita saecula saeculorum: Amen. Facta Carta et Roborata nihilominus duratura in suo robore. Actum fuit hoc in Monasterio Sancti Thyrsi Vigesimo secundo die Octobris, era milesima trecentesima vigesima quarta praesentibus Dominico Menendi Iudice de Cauto, Giraldo Petri, Dominico Petri, Martinus Pelagii, dicto Testa de Cauto, et aliis, et ego Stephanus Joannes publicus Tabelio Domini Regis in terra de Aquilari de Sousa, et Refloris de mandato partium supradictarum praesentem Cartam manu propria scripsi, et hoc signum meum apposui in testimonium veritatis.

72

1287, Fevereiro, 08 - *Contrato entre o bispo do Porto D. Vicente e o mosteiro de Santo Tirso, a saber, o bispo do Porto recebe do Mosteiro o padroado S. Martinho de Bougado, de S. Vicente de Alfena e de S. Martinho de Guilhabréu, e o Bispo do Porto concede aos frades tirsenses que algumas das igrejas do seu padroado se transformem em igrejas unidas ao mosteiro.*

CCSP, pp. 71-73.

IN nomine ihesu christi Amen. Nouerit (sic) vniuerssi presentis scripti seriem inspecturi. quod nos Vincentius dei clementia Episcopus et Capitulum Portugalensem. Considerantes seruitia quae Ecclesia nostra recepit hactenus a Monasteria (sic) sancti Tirssi ordinis santi benedicti nostrae diocesis. Et utilitates quas sperat recipere in futurum. volentes eidem Monasterio gratiam facere specialem Abbati et Conuentui qui in eodem Monasterio pro tempore fuerint per has patentes litteras concedimus in perpetuum ut quam cito Ecclesias santi Saluatoris de Laura. santi Laurentij prope Castellum de Madia et sanctae Mariae de Vilar et santi Saluatoris de Felgossa et santi Martinj de Couelas in terra de Madia et sanctae Cristinae in Couto eiusdem Monasterij in quibus iuspatronatus ad idem Monasterium in solidum dignoscitur pertinere. vacare contigerit licitum sit Abbati et Conuentui supradictis ad eas ydoneos Monachos sui Monasterij si uoluerint. uel saltem sacerdotes idoneos presentare. Portugalensi episcopo qui pro tempore fuerit. Et idem episcopus teneatur ipsos Monachos uel sacerdotes absque difficultate aliqua in eisdem ecclesijs. Instituire in Rectores qui antequam per Episcopum Instituantur prestabunt corporaliter ad sancta dei euangelia Iuramentum quod compositionem istam fideliter et inuiolabiliter obseruabunt Et nec per se nec per alium procurabunt eam infringere nec contra ipsam compositionem aliquatenus contraire. Et post huiusmodi prestitum Iuramentum Institutionem recipientem per Episcopum qui pro tempore fuerit in Ecclesia Portugalensi quibus idem Episcopus in ipsa stitutione (sic) curam animarum populorum suorum committat in spiritualibus exercendam Et quod super obseruandis et soluendis vniuersis et singulis Iuribus Ecclesiae Portugalensis quae hactenus habuit in eisdem. videlicet quod soluant

scilicet¹²⁵⁵ census ceras Mortuaria legata decenas desenarijs et dona seu luctuossas de prelati deffunctis et quod uenient ad sinodos generales et particulares seu speciales quandocumque et ubicumque per episcopum uel eius vicarios seu vicarium ac Terrae ipsius Archidiaconos ffuerint euocati Et quod sententias episcopi et ejus viccariorum et archidiaconorum qui pro tempore fuerint rrecipiant custodiant et obseruent prout hactenus ffieri consueuit Et quod procuraciones rratione uissitationis debitas Episcopo proportionaliter debent et soluant prout eas consueuerunt soluere usque modo Et quod sint obedientes ecclesiae Portugalensi sicut alij prelati de terra de Madya in licitis et honestis prestabunt corporaliter Iuramentum fructus uero redditus et prouentus predictarum ecclesiarum secundum dispositionem Abbatis qui pro tempore fuerit possit Monachos seu sacerdotes Institutos in ecclesijs predictis quandocumque et quotiemcumque expedire uiderit ab eisdem ecclesijs admouere seu etiam reuocare et post amouitionem seu rreuocationem ipsorum alios ydoneos pressentare qui ffaciant et quibus ffiant vniuersa et singula quae superius sunt expressa.

Item nos dicti Abbas et Conuentus Monasterij santi=Tirssi considerantes honorem nobis exhibitum et vtilitates prouenientes nobis et monasterio nostro per largitiones et concessionem nobis et Monasterio nostro ffactas per Episcopum et Capitulum memoratos eisdem et Ecclesiae Portugalensi in perpetuum concedimus et donamus iurapatronatus in ecclesijs santi Martinj de Guylhaureu et santi Vicentij de Queimadela et santi Martinj de Vouuado in terra de Madya sitis comseruicijs censibus et colheitis quae et quas et quos nos ab eisdem ecclesijs hucusque rrecepimus et consueuimus rrecipere annuatim ordinamus etiam volumus et mandamus de consensu partium et promittimus bona ffide ut si casu. Aliquo huiusmodi conpositio inffringatur uel quocumque casu alio. Anulletur uel inpediatur alio quoquo modo quod dictum Monasterium in nouem ecclesijs supradictis Illud ius absque diminutione habeat quod nunc habet tam inpresentando quam in alijs Iuribus quae in eisdem ecclesijs consueuit rrecipere et habere.

Et nos Episcopus et Capitulum et Abbas et Conuentus predicti obligamus nos ad inuicem et ecclesias nostras et successores nostros predictam compositionem seu donationem secundum honestatem et possibilitatem nostram ffideliter et inuiolabiliter seruatuos Et ut haec omnia et singula quae superius continentur fideliter obseruentur ad perpetuam rei memoriam ffecimus inde ffieri duas cartas¹²⁵⁶ per Alfabetum diuissas quarum una sigillis Abbatis et Conuentus signata penes nos Episcopum et Capitulum et alia sigillis Episcopi et Capitulli comunita debet penes Abbatem et Conuentj (sic) dicti Monasterij rremanere. Auctum est hoc apud Ciuitatem Portugalensem sexto idus februarij. Era Millessima trecentessima uicessima quinta presentibus discretis Viris domno Vincentio dominicj cantore – Domno petro Iulianj Thesaurario – domno Apprille petri – Magistro dominici – domno Stephano dominici – domno Petro ffernandj Canonicis Portugalensibus – Martino petri Monaco dicti Monasterij et pluribus alijs clericis et laycis – Ego uero Martinus suarij publicus notarius in Curia et Ciuitatem¹²⁵⁷ Venerabilis patris domnj Vincentj Portugalensi episcopi Memorati omnibus et singulis vocatus et rrogatus Interffui et de mandato et auctoritate domnj episcopi et Capituli predictorum et ad Instantiam predictorum Abbatis et Conuentus hanc donationem seu conpositionem manu propria conscripsi et eam in publicam Fformam rredegi et duas cartas per Alphabetum diuissas ut dictum supra. exinde conffecit et ad maiorem rrey euidenciam hoc meum signum consuetum quod tale est Apposuj in eisdem in testimonium premissorum.

¹²⁵⁵ O apógrafo não copiou esta palavra que no manuscrito está sb a forma de um s especial.

¹²⁵⁶ O apógrafo copiou *scripturas*, em lugar da *cartas*.

¹²⁵⁷ Lege: *civitate*.

73

1287, Abril, 16 – *Mendo Rodrigues, diante do Bispo do Porto, D. Vicente Rodrigues, reconhece não ter o direito de padroado da igreja da Lavra, que é, aliás, da apresentação do mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0189, ff. 304 v.- 305 v.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 92 (*Sumário*): Hum instrumento authenticico de Confissão, que fez Mendo Rodrigues a 17 de Mayo (?) da era de Cesar 1325 em juizo perante D. Vicente Bispo do Porto de como não tinha direito algum ao Padroado da Igreja de Lavra; porque todo in solidum era deste Mosteiro, e que prometia não o vexar sobre este particular por conhecer a verdade; pela cronologia dos annos era então Abbade deste Mosteiro D. Domingos Mendes.

In Dei nomine. Amen. Noverint universi praesentis scripti seriem inspecturi, quod cum (...) Menendus Roderici super jure patronatus Ecclesiae Sancti Salvatoris de Lavra in terra de Maya Portucalensis diocesis coram Reverendo Patre Dono Vincentio ejusdem Episcopo empetere (?) Monasterium Sancti Tirsi. Tandem recurrens ad conscientiam suam, cognita veritate, in presentia dicti Episcopi sedente pro tribunali me Francisco Andre publico Tabelione Civitatis portuensis ad libito (...) et testibus infra scriptis, Recognovit, et confessus fuit se in dicta Ecclesia nullum jus patronatus habere, addiciens, et affirmans quod totum jus ejusdem Ecclesiae patronatus spectabat plene, et integre ad nominatum Monasterium Sancti Tirsi, promittens per se, et successoribus suis nunquam super jure patronatus ejusdem Ecclesiae dictum Monasterium infestaret. Actum fuit hoc in Capella (...) xvij Kalendas Maij era milissima trecentessima vigesima quinta. Praesentibus testibus Magistro Dominico Archidiacono de Vermuy in Ecclesia Bracharensis Dono Aprile Petri. Dono Michael Petri Canonico portuensis, et Petro Tabellione ejusdem. Et ego Franciscus Andree Tabellio supradictus ad instantiam dicti Dominici Menendi hoc instrumentum scripsi, et in testimonium veritatis hoc signum meum, quod tale est, apposui in eodem. Et ad maiorem rei evidentiam ego Petrus Petri testis Tabellio ejusdem civitatis rogatus a dicto Dono Menendo omnibus praemissis interfui, et ad ejus instantiam manu mea apposui in testimonium veritatis. Lugar do selo.

74

1289, Outubro, 01 – *O Papa Nicolau IV, pela Bula “ Regularem vitam”, toma o mosteiro de Santo Tirso sob a protecção da Santa Sé e porporciona algumas normas jurídicas respeitantes à vida e à disciplina da comunidade monástica dos nossos religiosos.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 1 v-5.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 170 v.-171 (*Sumário*) : Bulla do Santissimo Padre Nicolau 4.º passada no 4.º anno do seu Pontificado nas Kalendas de Outubro do anno de Christo de 1289, que é a era de Cesar de 1327, pela qual concedeo a este Mosteiro posuir as Igrejas, e bens que lhe tinham dado os bemfeitores, e desem para o futuro: nella refere as Igrejas, e bens que tinha o Mosteiro e que os tomava debaixo da protecção da Se Apostolica, e concedendo-lhe varios Privilegios, que se pode ver na dita Bulla. E como os Cavaleiros, Escudeiros, e homens poderozos vexavão este Mosteiro, e os mais do Reyno usurpando-lhe os seus bens, mandou que ninguem lhos tomase, e que toda a pessoa Ecclesiastica, ou Secular, que obrase contra a dita Bulla incorrese na pena de Excomunhão.

Della há hum traslado authenticico, que esta junto da dita Bulla feito a 21 de Junho do anno de Christo 1463 sendo Abbade deste Mosteiro Frei Fernão Lopes do Carvalhal; esta tambem por traslado autentico no Livro 1.º das Igrejas fl. 1.ª

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos. Arquivo de Santo Tirso, n. 65 (Extracto)*: Nicolau 4.º tomou debaixo da sua protesão o Mosteiro de Santo Tirso e seus Monjes e lhe confirmou o padroado de varias Igrejas, e bens adquiridos, e por adquirir, concedendo lhe varios privilegios, izensoins, imunidades, etc etc. Nesta Bula de Privilegios são notaveis as couzas seguintes; a Formula inicial: *Nicolaus Episcopus servus servorum Dei dilectis filiis Abbati Monasterii Sancti Tirsii de riva Avie ejusque Fratribus tam presentibus quam futuris regularem vitam professis in perpetuum*, em letras alongadas; O Selo rodado, formado de dous Circulos concentricos, etc. na forma seguinte (*Selo em apêndice, n. 4*).

Ao Selo segue-se *Ego Nicolaus catholice Ecclesie Episcopus subscribo*, cujo verbo está escrito com um G grande, sem outras mais letras, e adiante o Monograma *Bene valete*: por baixo se lem 3 columnas de asinaturas dos Presbiteros Cardeais, Bispos, e Cardeais Diaconos, a primeira á esquerda, a 2.ª dos simplices Bispos no meio, a 3.ª emfim á esquerda, precedidas todas de Sinais, e escritas de proprio punho: a Data emfim, por baixo das Colúnas atravessando da direita. Para a esquerda numa só regra, *Datum Reate per manum Magistri Johannis Decani Baiocensis Sancte Romane Ecclesie Vicecancellarii. Kalendis Octobris. Indictione tertia. Incarnationis Dominice anno M.CC.LXXXVIII. Pontificatus vero Domini Nicolai Pape quarti Anno secundo*. Do selo pendente restão somente os fios de seda, amarelos, e vermelhos. He o n.º 3.º da Gav. 29.

Nicolaus Episcopus Servus Servorum Dei Dilectis filiis Abbati Monasterij Sancti Thyrsi de Ripa Aviae, eiusque Fratribus tam praesentibus quam futuris Regularem vitam professis in perpetuum Religiosam vitam eligentibus Apostolicum Convenit adesse praesidium, ne forte Cujuslibet temeritatis incursus aut eos a proposito Revocare aut Robur (quod absit) Sanctae Religionis infringat; ea propter dilecti in Domino filij vestris justis postulationibus Clementer annuimus, et Monasterij Sancti Thyrsi de Ripa Aviae Portucalensis Diocesis, in quo Divino estis obsequio mancipati sub beati Petri, et nostrae protectionis suscipimus, et praesentis scripturae privilegio Communuimus in primis siquidem statuentes, ut Ordo Monasticus, qui secundum Deum et beati Benedicti Regulam in eodem Monasterio institutus esse dignoscitur perpetuis ibidem temporibus inviolabiliter observetur; propterea quascunque possessiones, quaecunque bona idem Monasterium in praesentiarum juste ac Canonice possidet aut in futurum Concessione Pontificum largitione Regum, vel Principum, oblatione fidelium seu aliis justis Concessis praestante Domino poterit adipisci firma vobis, vestrisque sucessoribus, et illibata, in quibus haec propriis ducimus exprimenda vocabulis totum ipsum, in quo praesentibus Monasterium secum (?) est cum pertinentiis suis.

Ecclesiam de Villa Nova de Infantes cum ejus Cauto cum omnibus pertinentiis suis.

Ecclesiam de Gulães, et grangeam cum omnibus pertinentiis suis,

Ecclesiam de Sylvares cum pertinentiis suis,

possessiones, quas habetis in Territorio de Ferreira,

Ecclesiam de Farazam Cum pertinentiis suis,

possessiones, quas habetis in territorio de Sauza,

Ecclesiam Sancti Vicentij de Queimadella cum pertinentiis suis,

Ecclesiam Sancti Laurentij de Madia Cum pertinentiis suis,

Ecclesiam Sancti Joannis de Foze cum pertinentiis suis

Ecclesiam Sanctae Mariae de Villar Cum pertinentiis suis,

Ecclesiam de Lavra cum pertinentiis suis,

possessiones quas habetis in Villa de Coronado,

quintanam de Tegoneira, quam habetis ibidem

Ecclesiam quam habetis in Vouado cum pertinentiis suis;

Ecclesiam de Covellas Cum pertinentiis suis

Grangeam de Villabona cum pertinentiis suis,

possessiones quas habetis in Territorio, dico, in Termino de Refloris

possessiones, quas habetis in Termino de Maya

Grangeam quam habetis in Baucis Cum pertinentiis suis,
Grangeam de Catapeixe cum pertinentiis suis,

et alias possessiones, terras et Reditus, et quidquid juris Bracharensis, et Portucalensis, et Lamecensis Diocesibus obtinetis Cum terris, pratis vineis nemoribus, uzuagiis et pascuis in bosco, et plano, in aquis et molendinis, in viis, et semitis et in omnibus aliis habitantibus, et in montalibus suis Sane novalium vestrorum, quae propriis manibus, aut sumptibus Collitis, de quibus aliquis hactenus non percepit sive de vestrorum animalium nutrimentis nullus a vobis decimas exigere, vel extorquere praesumat.

Liceat quoque vobis Clericos, vel Laicos liberos, et absolutos a saeculo fugientes ad Conversionem recipere, ac eos absque Contradictione aliqua Retinere.

Prohibemus insuper ut nulli Fratrum vestrorum post factam in Monasterio vestro professionem fas sit sine Abbatis licencia nisi arctioris Religionis obtentu (?) de loco discedere, discedente vero absque communi literarumstrarum cautione nullus audeat Retinere. Cum autem generale interdictum terrae fuerit liceat vobis clausis januis, excommunicatis, et interdictis exclusis, non pulsatis Campanis sub pressa voce Divina Officia Celebrare, dummodo Cauzam non dederitis interdicto.

Chrisma vero Oleum Sanctum Consecrationes altarium, seu Basilicarum, Ordinationes Clericorum qui ad Ordines fuerint promovendi, a Diocesano suscipietis Episcopo, siquidem Catholicus fuerit, et gratiam, et Communionem Sacrosantae Romanae Sedis habuerit, et ea vobis noluerit, sine pravitate aliqua exhibere.

Prohibemus insuper, ut infra Parochiae vestrae, si eam habeatis, nullus sine assensu Diocesani Episcopi et vestro Capellam seu Oratorium de novo Construere audeat salvis privilegiis Romanorum Pontificum.

Ad haec novas et indebitas exactiones ab Archiepiscopis, Episcopis Archidiaconis seu Diaconis aliisque omnibus Ecclesiasticis saecularibusque personis a vobis omnino fieri prohibemus.

Sepulturam quoque ipsius loci liberam esse discernimus, ut eorum devotioni, et extremae voluntati qui se illic sepeliri deliberaverit, nisi forte excommunicati, vel interdicti sint, aut etiam publici uzurarij, nullus obsistat, salva tamen justitia illarum Ecclesiarum a quibus mortuorum Corpora assumuntur.

Decimas praeterea, et possessiones ad jus Ecclesiarumstrarum spectantes, quae a Laicis detinentur Redimendi et legitime liberandi de manibus eorum et ad Ecclesias ad quas pertinent Revocandi libera sit vobis de authoritate vestra facultas

Obeunte vero te (?) nunc ejusdem loci Abbate, vel suorum (?) quolibet successore, nullus ibi qualibet successionis astutia, seu violentia praeponatur nisi quem Fratres omnium Consensu, vel Fratrum maior pars Concilij Seniores secundum Deum et Beati Benedicti Regulam providerint eligendum.

Paci quoque et tranquillitati vestrae paterne in posterum providere volentes Apostolica authoritate prohibemus ut infra Clausuras Locorum seu Grangearumstrarum nullus Rapinam, seu furtum facere, ignem apponere, Sanguinem fundere, hominem retinere, capere, vel interficere, seu violentiam audeat exercere.

Praeterea omnes libertates, et immunitates a Predecessoribus nostris Romanis Pontificibus Monasterio vestro Concessas; necnon Libertates exemptiones saecularium Ecclesiarum a Regibus, et Principibus, vel aliis fidelibus Rationabiliter vobis indultas authoritate Apostolica Confirmamus, et praesentis scripti privilegio communuimus.

Discernimus ergo et nulli omnino hominum liceat praefactum Monasterium temere perturbare, aut ejus possessiones auferre vel ablatas Retinere, minuere, seu quibuslibet vexationibus fatigare, sed omnia integre conserventur eorum, pro quorum gubernatione,

ac sustentatione concessa sunt usibus omnimodis profectura Salva Sedis Apostolicae auctoritate et Diocesanorum Episcoporum Canonica iustitia.

Si qua igitur in futurum Ecclesiastica, saecularisque persona hanc nostrae Constitutionis paginam sciens, contra eam temere venire tentaverit secundo, tertiove Commonita nisi Reatum suum Congrua satisfactione Correxerit potestatis, honorisque sui careat dignitate Reumque se Divino iudicio existere de perpetrata iniquitate Cognoscat et a Santissimo Corpore, et Sanguine Dei et Domini Redemptoris nostri JESU Christi aliena fiat, atque in extremo examine districtae subjaceat ultioni: Cunctis autem eidem loco sua jura servantibus sit pax Domini nostri JESU Christi quatenus et hic fructum benedictionis et apud Districtum Judicem praemia aeternae pacis inveniat. Amen. Amen.

Ego Nicolaus Catholicae Ecclesiae Episcopus S.

Ego Frater Matheus titulo Sancti Laurentij Martiris a Damazo Praesbiter Cardinalis

Ego Frater Hugo titulo Sanctae Sabinae Praesbiter Cardinalis

Ego Petrus titulo Sancti Marci Praesbiter Cardinalis

Ego Frater Latinus Ostiensis et Veletrensis Episcopus

Ego Bernardus Portuensis et Sanctae Rufinae Episcopus

Ego Joseph Tosculanus Episcopus

Ego Matheus Sanctae Mariae in Porticu Diaconus Cardinalis

Ego Jacobus Sanctae Mariae in Via Lata Diaconus Cardinalis

Ego Ludovicus (...) Tulludensis Diaconus Cardinalis

Ego Neapoleo Sancti Adriani Diaconus Cardinalis

Ego Petrus Sancti Eustachii Diaconus Cardinalis

Datum Reate per manum Magistri Joannis Decani Bajocensis Sanctae Romanae Ecclesiae Vice Cancelarius Kalendis Octobris In Dictione tertiae Incarnationis Dominicae anno milesimo ducentesimo octogesimo nono, Pontificatus vero Niculai Papae quarti anno secundo.

75

1290, Janeiro, 01 – *Num extracto que, na visita ao convento de Santo Tirso, retirara do cartório João Pedro Ribeiro, se dá conta da morte de D. Álvaro Martins, em Lyon, no decurso do concílio ecuménico deste nome (1274), aonde o abade de Santo Tirso se dirigira, a convite do Papa.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 65, p. 179.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos no Arquivo de Santo Tirso*, n. 12. (*Sumário*) : Composição do Abade de Santo Tirso D. Martim Pires com D. Martinho sobre os Legados de D. Maria Anes mulher de D. Gil Martins, Pais de D. Martinho Gil, datada 6.º Nonas Janua. E. M. CCC. e XX. VIII: dela consta ter falecido no Concílio de Leão sobre o Rodão o Ab.e de Santo Tirso D. Alvaro, aonde fora por chamamento do Papa; tem Selo pendente e Convento de Santo Tirso, assim como o Abbade; confirmou a Aversa o Bispo do Porto D. Vicente, e lhe pendurou o seu Selo de cera vermelha, e figura semi-oval, que no plano representa aquele Prelado em vestes Pontificais, com Bago na esquerda, lansando a bênção com a direita; da legenda apenas restão as letras ENTII. EPI. PORTVGALLE.... e he contraselado nas costas com hum pequeno sinete, que representa acabesa dum Cezar com a legenda RTVGALLEN. EPI.... pendente de cordoíns vermelhos. Teve o Selo pendente de D. Martinho, de que existem só os cordoíns. He partido por a,b,c. na margem inferior e o n.º 4.º da Gav. 27.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 193 v.-194 (*Sumário*) : Hum contrato, que fez D. Gil Martins marido que foi de D. Maria Annes, e seu filho D. Martim Gil com o D. Abbade de S. Thyrsio D. Alvaro, e seu Convento nas Kalendas de Janeiro da era de Cesar de 1328, para que se cantase cada dia Missa pela alma de D. Maria, e de D. Gil, e D. Marcion, para o que derão ao Mosteiro tres Casaes em Novellas na

freguezia de Britello (que agora he separada, e sua filial) e Cem maravedis velhos em dinheiro, e o dito D. Abbade, diz a dita Escripura que fora chamado ao Concilio de Leão pelo Papa, como aponta Frei Leão de Santo Thomas no 2.º tomo da Benedictina Luzitana trat. 1.º, p. 1.ª § 4.º v.º fl. 33; e o Abbade que se seguio D. Martim Mendes, e o que seguio a este, que foi D. Domingos Mendes, diz a mesma escriptura não quizerão estar pelo contrato, que tinha Celebrado o dito D. Abbade D. Alvaro, e que agora o Abbade D. Martim Pires, e seu Convento o celebrou, e revalidou aos 6 das Kalendas de Janeiro da era de Cesar de 1328 com o dito D. Marcion, e com os ditos cem maravedis aplicou o dito D. Abbade Martim Pires hum Casal da sua Meza sito na freguezia de S. Vicente de Queimadella; que agora se chama Alfena. Este Legado não se satisfaz; o porque não se sabe, talvez se suprimiria no tempo dos Commendatarios; porque os tres Cazaes em Novellas já os não tem, nem possue este Mosteiro.

(*Extracto*) Depoys que passou Dona maria anes mulher que foy de dom Gil martyns seu filho dom martim gil ... atrana fim do mundo ... dom alvaro abade de santo tisso passou / morreu / no Concelho / concilio / de Leom de sobrelo Rodao hu fora per mandado do papa ... o mais provinco de seu linagem ou seu herel.

76

1292 (?), Março, 02 – *Um documento em pública forma desta data oferece-nos a descrição do selo de uma ilustre dama da família patronal do mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 66, p. 179.

Cf. RIBEIRO – *Dissertações*, t. I, p. 126.

CF. BUC, *Ms. de João Pedro Ribeiro*, 636, f. 124 v.

(*Extracto*) Seellada de hum seello feito em cruz de roda, e em cada huma das rodas tinha escudetes senhos, e no meogoo tinha hum scudete mayor e com cynquo ffoles, e polos escudetes das rodas tynha cruces pequenas per meyo, e deredor do seelo tynha letras que dezião = Seello de Dona Constança Gil.

77

1292, Julho, 05 – *O Bispo do Porto, D. Vicente, confirma como pároco de Frazão um candidato que o Mosteiro de Santo Tirso e o Prior de S. Martinho de Lordelo, D. Martim Pais, apresentaram.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 20

(*Sumário*): Na Gav. 10 se conserva huma Confirmação da Igreja de S. Martinho de Frazão feita pelo Bispo do Porto D. Vicente 3.º Nonas Julii, Era M. CCC. XXX. Em virtude d'apresentação do Abade de Santo Tirso, e do Prior do Mosteiro de Lordelo D-Martinho de Paio: o Selo pendente he o mesmo que notei em outra parte. He o n.º 5.º

1294, Novembro, 20 – *No seu testamento, Sancho Pires, bispo do Porto, filho de D. Pedro Homem Pereira, sepultado em Santo Tirso e com bens de capela anexados, o dito prelado portucalense, sobrinho de Gonçalo Gonçalves, doa vários dos seus bens ao nosso convento.*

CCSP, pp. 430-442.

(*Extracto*) (...) Nos Sancius miseratione diuina Portucalensis episcopus licet indignus (...) testamentum nostrum ordinamus siue concedimus in hunc modum (...) Item Mandamus eidem capellae medietatem illius casalis de Outeyro quam conperauimus de Tharasia ualasci consoprina nostra (...) Item legamus eidem Capitulo medietatem illarum nostrarum domorum in quibus nunc moratur Dominicus iohannis et Maria de agrela. ut ipsi quolibet anno in feria quinta inmedietate ¹²⁵⁸ post festum sanctae trinitatis perpetuo ad honorem corporis christi celebrent et faciant huiusmodi festum cum processione et cum praedicatione solepniter celebrari et illa medietas penssionis mandamus et ordinamus quod diuidatur per illos tantum qui interfuerint missae et processionj dicti festi aliam medietatem predictae domus adiungimus capellae domni Gunsaluj. quondam cantoris portugalensis auunculi nostri (...) Item Martino de monte nostras decretales cum eorum casibus (...). Item de alijs possessionibus et herdamentis quas habemus de Auolenga nostra et emimus de nostra pecunia propria quam confitemur quod habemus ante promotionem nostram ad episcopatum et quas emimus antequam ffecissemus inuentaria nostra ordinamus hoc modo. mandamus et adiungimus quintanae nostrae de ffreyxeeyro illud casale de sendj quod emimus de valasco pereyra ffilio de Martino pereyra et medietatem illius casalis quem habemus in ipso ualle de sendj qui nobis obuinit ex parte parentum nostrorum et emimus Tharasiae valasci et filiae maioris petri sororis nostrae consoprinis nostris – Item adiungimus eidem quintanae de ffreyxeeyro cassale ¹²⁵⁹ dos Enhanhos quod emimus a Petro iohannis seruiciali nostro et partem illam quam habemus in ripa auie ex parte parentum nostrorum et quam emimus a Tharassia ualasci et ffilia Maioris petri sororis nostrae consoprinis nostris.

Item adiungimus quintanam nostram de Turri cum omnibus iuribus et onrris et pertinentijs suis eidem quintanae de ffreixeeyro quod herdamentum et quintanam. scilicet. de turri emimus a domna Tharasia alffonsi quondam uxore domni Petri martinj de uide et habuimus ex donatione nobis ffacta de Martino iohannis redondo et de Laurentio iohannis ffilio Iohannis iohannis consanguineis nostris et a domna Tarasia petri sorore patris nostrjs (sic) et quam emimus a filia Tharasia pereyra de istis quintanis supradictis. scilicet. de turri et de ffreixeeyro cum omnibus adiuntionibus supradictis et onrris suis quae pertinent ad quintanam de ffreixeeyro. scilicet. in Cauto de Iohannj de Ansedj de soilaens et de gondelim ffacimus in perpetuum successionem et mandamus quod istae possessiones cum quintana de ffreixeeyro adiungantur nostris capellis quas ffacimus in ecclesia portucalensi.

Item Mandamus quod Decanus et Capitulum quy pro tempore tenuerint dictam successionem teneantur dare anno quolibet in festo pasce. V. morabitos ueteres Monasterio santi Tirssy. et diuidantur hoc modo. iij. morabitos Conventuj pro nostro anniuersario et teneantur pro anima nostra quolibet anno in die obitus nostri missam de deffuntis et horas sollempniter celebrare et eodem modo teneantur illi qui dictam

¹²⁵⁸ O apógrafo copiou *immediate*.

¹²⁵⁹ O apógrafo não copiou esta palavra.

successionem tenuerint dare alios. v. morabitos Monasterio de Nandim et eodem modo diuidantur et ipsi ad missas et horas deffunctis similiter, teneantur sicut supradictum est de Monasterio santi Tirssi (...)

Item Mandamus domnae Mariae de cassal daueos. xv. libras pro ad suum uestire. Item debemus Petro petri de Cabroens. x. libras do (sic) quodam mulo (...).

Actum est hoc in Ciuitate portucalensi. xij. Kalendas Decembris. Era. M.^a CCC.^a XXX.^aij.^a (...).

79

1295, Fevereiro, 06 – *D. Martim Pires e seu convento apresentam ao arcebispo eleito de Braga, D. Martinho Pires de Oliveira*¹²⁶⁰, o clérigo Pedro Pires, para reitor da Igreja de Vila Nova dos Infantes, que o Mestre Escola de Braga Domingos Domingues, em nome do arcebispo, confirmaria.

PT/ADPRTMON/CVSTST/0198, ff. 351-352 v.

Dominicus Dominici Magister Scholarum Ecclesiae Bracarensis, Reverendo Patris Domni Martini divina miseratione ejusdem electi Vicarius Omnibus Parochianis Ecclesiae Sanctae Mariae de Villa nova de Infantibus, et omnibus aliis qui eidem Ecclesiae tenentur in aliquo Salutem in Domino Jesu Christo.

Noveritis quod coram me et in pleno Capitulo Bracharensi extitit facta fides, quod dicta Ecclesia spectat quo ad jus patronatus et possessionem praesentandi ad Monasterium Sancti Tirsi. Ego ad praesentationem Religiosorum virorum Domni Martini Petri Abbatis, Prioris et Conventus ipsius Monasterii Petrum Petri clericum ejusdem Monasterii institui et institutus in Rectorem Ecclesiae supradictae, et Alfonsum Joannis advocatum Bracharensem investi nominis ipsius Petri Petri, qui absens erat, per meum Pileum de eadem, sibi curam et Regimen ipsius Ecclesiae plenarie comitendo, ipse enim advocatus juravit nomine ipsius Rectoris, quod non alienabit, nec implasabit bona ipsius Ecclesiae sine autoritate Ecclesiae Bracharensis, et quod dabit dictae Ecclesiae Bracharensi plenarie jura sua, et erit ei obediens in licitis et honestis. Quare vobis in virtute obedientiae precipiendo mando. Quatenus eidem Rectori decimas, premicias, oblationes, et omnia alia jura ipsius Ecclesiae integre persolvatis et ei obediat ut Rectori vestro in licitis, et honestis alioquin sententias quas ipse pro juribus ipsius Ecclesiae rite tulerit in rebelles ratas et firmas habebit Ecclesiae Bracharensis, et eas faciet autore Domino usque ad condignam satisfactionem.

Datum Bracharae octavo Idus Februarii era milecima trecentecima trigessima tertia. Lugar do sello.

¹²⁶⁰ Mais um documento que confirma a eleição deste arcebispo antes de Maio de 1295, apesar das considerações de Mons. Ferreira, a este propósito. Cf. *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, p. 95. Cf. especialmente nota 3, ao fundo.

80

1295, Maio, 08 – *D. Abril Peres, cónego portucalense e Abade de Cedofeita, na disposição de suas últimas vontades, deixa ao convento de Santo Tirso determinada soma de dinheiro, mais rendimentos do Casal da Ribeira, sito na freguesia de Joane, que ele houve de troca com o arcebispo de Braga.*

CCSP, pp. 413-417.

(*Extracto*) En nome de deus Amen Eu Abril perez Coonigo do Porto e Abbade de Cedoffecta (...) Item Mando o meu Cassal da rribeyra na Ffreguesia de Iohannj que ouue per canbho do Arcebispo de Bragaa ao Moesteyro de nandim so ¹²⁶¹ tal condiçom que o Prior de Nandim de ¹²⁶² en cada huu anno en dya de Cynza a eigleya de Lagoa. ij. morabitos uelhos e destes dous morabitos seer huu por meu aniuerssayro. pera o Abbade se hi ffor e pera os clerigos que comham en pitaça en cada huu ano. E outro morabito seer pera o çeleyro – Item mando deste Cassal dem en cada huu anno ao Moesteyro de santo Tisso. Outrossi. ij morabitos e huu seia pera os ffrades pera pitaça e o outro seia pera o Celeyro e do al que remaneçer deste Cassal. mando que dem aos ffrades de Nandim huu morabito por meu anniuerssaryo pera pitaça e o al que fficar pera o Celeyro – Item mando ao Mosteyro de santo Tysso .x. libras pera ornamento do Altar.

81

1295, Setembro, 06 – *D. Vicente, Bispo do Porto, confirma Afonso Martins como pároco de Silva Escura que D. Martim Vasques da Cunha e sua esposa, Dona Joana Rodrigues de Nomães, teriam apresentado e a cuja decisão deram anuência outros compadroeiros.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0268, ff. 136-137.

Vincentius Misericordiae Dei Clementia portugalensis Episcopus dilectis filliis parrochianis, et gubernatoribus ecclesiae Sanctae Mariae de Silua escura, Salutem et benedictionem. Cum nobis Constitit, Donum Martinum Valasci, et eius uxorem Donam Joanam, essent in quasi possetione ius praesentandi ad ipsam ecclesiam de Silua Escura nostrae Diocesis idcirco Alfonsum Martini presbiterum latorem praesentium, ad eandem praesentatum per eos, et per Consensum quorundam parrochianorum, qui eis Consenserunt, et tenerunt Cum eis in hac praesentatione, prout apparuit nobis per quodam publicum stromentum, instituimus in eadem, ac et Confirmamus, salua quaestione proprietatis iuris patronatus inter eos qui supra ea ellegerunt logare (?), itaque per hoc nullum periuditium generetur illis ius, Cuius est patronatus ; idem vero nobis ad Sancta Dei Evangelia Corporalem praestitit iuramentum, quod pro obtinenda ecclesia ante dicta, nullam Comisit per se, vel per alium Simoniam, et quod nobis et Successoribus nostris Canonice intransibus, obedientiam, et reuerentiam debitam exhibebit, et quod nobis, et ecclesiae nostrae persoluet integre iura nostra, et quod sententias nostras, et uiciorum nostrorum, et statuta sinodalia obseruabit et quod omnia, et singula quantum ei possibilem fuerit adimplebit, quae in epistolla Chiliberti,

¹²⁶¹ Sob.
¹²⁶² Dê

et in Constitutione Domini Gregorii, supra iuramento huiusmodi Continentur, Videlicet, quod nunquam erit in damnum Corporis nostri nec sacramentum quod ei communicaverimus reuelabit, et quod ei Concilium, quod ei per nos, aut per literas, aut per nuntium manifestauerimus nulli pandet in damnum nostrum, vel ecclesiae nostrae, et quod regulas sanctorum patrum seruabit, et defendet contra omnes homines, saluo ordine suo, et quod uocatus ad Sinodum veniet, nisi impedimento legitimo fuerit perperitus, et quod nuncium nostrum certum benigne recipiet, et tractabit, et prout sibi possibilitas fuerit in suis necessitatibus adiuuabit, et quod non erit in damnum municonum (?) nostrarum nec in iustitiae nostrae, nec alicui rei, vel causae, quod ad honestatem nostram pertinere videatur, nec possessorum nostrae ecclesiae, et quod in omnibus erit nobis fidelis, sicut Vassalus domino esse debet, et quod in dicta ecclesia residentiam faciat personalem, nisi de licentia nostra vel successorum nostrorum, alioquin fuerit excusatus, et quod omnia iura ipsius ecclesiae, in qua ipsum instituimus, fideliter obseruabit et alienata ipsius ecclesiae, pro iuribus ad ecclesiam reuocabit, quare vobis et uirtute obedientiae praecipiendo mandamus quantum eidem, tanquam rectori vestro obedientiam, et reuerentiam exhibentes, sibi de iuribus dictae ecclesiae plenarie respondeatis, et quod ipse uos pro iuribus dictae ecclesiae Compelere possit, sibi per praesentes literas, plenariam Concedimus potestatem, et sententias, quas ipse pro iuribus dictae ecclesiae, in contumaces, rite tulerit, et rebeles, nos rectas habebimus, atque firmas, et eas faciemus authore domino, usque ad Condignam satisfactionem inuiolabiliter obseruari in Cuius rei testimonium sibi praesentem literam Concessimus, sigilli nostri munimine roboratam. Datum apud Ciuitatem portugalensem. octauo idus mensis setembris era Millessima Trecentessima Trigessima Tertia.

82

1298, Novembro, 30 – *Carta d’El Rei ao Meirinho-mor Heitor Nunes, ordenando inquirição nas igrejas do padroado tirsense e que proibisse que Rico Homem ou Rica Dona ou filho d’algo pousassem, pinhorassem ou fizessem mal nas igrejas de S. Salvador de Lavra e de Santa Maria de Vilar, sob pena de se lhes tomar quanto houver pelo encouto del-Rei e seu.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 57.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 71, pp. 180-181. (*Extracto*) eygreyas soffragayas de sancto tisso ... eytor nuniz meyrro mayor en de portugal ... dixhy ao abbade ... e enmygo ... e lhy filhem quanto ouuer polo en couto del Rey e polo meu senem aos corpos e aos auers mim lhes tornarya eu poren ...endovyda ... que tena en testemoyo.

Em virtude d’uma Carta del-Rei inquirio Heitor Nunes, Meirinho mór, quais erão as Igrejas *sufraganeas* do Mosteiro de Santo Tirso, e prohibio depois em nome do Soberano, e seu que nenhum Rico Homem nem Rica Dona nem outro *filho d’algo* pouzase, penhorase, ou fizese mal, forsa, nas Igrejas de S. Salvador de Laura, e de Santa Maria de Vilar, sitas na Maia, sob pena de lhe tomarem os Meirinhos, e Juis da terra *quanto ouuer polo encouto* ¹²⁶³ *del-Rei e polo meu*. Datada a Carta de Sentensa no ulitmo de Novembro da Era 1336. Foi selada com o Selo pendente do Meirinho mór, que se perdeu. He o n.º 3.º da Gav. 3.ª.

¹²⁶³ Os encoutos eram as infracções ou quebrantamentos das imunidades e privilégios

83

1299, Julho, 03 - *Testamento de Dona Aldonça, pelo qual dispõe de seus bens a favor de várias instituições de várias pessoas, sem esquecer a ameaça de maldições sobre aqueles que quiserem, indevidamente, apoderar-se dos seus bens.*

CRUZ, António – *Breve Estudos dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 181.

Cf. BUC *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 636, f. 125.

(...) mando as empardeadas do porto dous quarteiros de pam (...) mando que dem panos de doo aqueles que por mim quiserem trager (...) meu ssenhor Jehsu Christo e ssa madre que mi perdoem e que sse amerçeeem da mha alma (...) item quito todos aqueles que fforem e ssom e am de sseer meus moordomos e meus servidores (...) mha plata e todas mhas dõas e todo meu aver movil (...) do meu patrimonio e de mha avoenga e os herdamentos que compley e gaanhey (...) nom filhem rem do meu movil (...) quiserem ende alguma rem mingar. e sempre sejam desaventurados e quando cuidarem que ssom bem aventurados e que a ssa tençom vaa adeante lis torne sempre a avessas. e os executores desta mha manda filhem a terça do meu aver movil e filhem a terça e a quinta dos meus erdamentos (...) e o que recreecer.

84

1300, Fevereiro, 22 – *Dona Aldonça, esposa de D. Gil Vasques e irmã de Dona Maria Fernandes e de Dona Constança, revogará disposições de um testamento anterior, em prol da Ordem do Hospital, para talvez optar agora pelo mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 75, p. 182.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff.194-194 v. (*Sumário*): Hum testamento, que fez D. Aldonça Annes na era de Cesar 1337, que he anno de Christo 1299, e revalidado na era de 1360: entre os testamenteiros, que nomeava era a seu sobrinho Prior deste Mosteiro: esta Senhora foi cazada com Gil Vasques de Sobroza, que morreo na Lida de Gouveia, que hera descendente dos filhos, e netos de D. Soeiro Mendes o Bom Padroeiro deste Mosteiro.

No dito Testamento determinava a dita Senhora, que a enterrasem na Igreja deste Mosteiro, a quem deixou varias herdades, que se não podem Ler quaes são pelo pergaminho estar já damnificado com tudo sempre se lhe diz certo numero de Missas, como se pode ver na Taboa desta Sacristia: no mesmo testamento faz menção da doação que tinha feito em vida de seu marido do Padroado da Igreja de Santa Christina de Aroens sita no termo de Guimaraens, de que já se fez menção na gaveta das doações n.º 29. Faleceo sendo Abbade deste Mosteiro D. Martim Pires.

(*Extracto*) Eu dona aldonça ... dou en testemunho que quando filhey a ordem do Spital que a ffilhey so condiçom que ffezesse do meu corpo e do meu aver que quer que a mim prouguesse. D. Gil vaasquez meu marido que ffoyy ... tolho de mim todo poder ... morte ou vagamento deste abbade que ora he ... mi quito ao Spital de todo herdamento ... quanto ende poderia aver mha madre em ssa terça e en ssa quinto ... mha irmaam maria ffrz ... mha irmaam Constança martinz ... dou por quites todos aquelles que fforom meus moordomos ... exacutores ... Renembrança das mhas dividas ... eu dona aldonça ... huum anel duum camaffeu ... a paateyras e a carniceyros.

85

1300, Março, 20 - *Dona Constança Gil faz com o mosteiro de Santo Tirso um contrato de empraçamento.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 76, p. 182.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 195 (Sumário): Posse que mandou dar a Senhora D. Constancia Gil, filha de D. Gil Martins, e de D. Maria Annes, dos quaes já se fez menção nesta gaveta ao n.º 4.º da Quinta de Lordello, e Seus Cazaes a ella annexos; sita em Panoyas no termo de Villa Real, pela doação que tinha feito a D. Martim Pires Abbade deste Mosteiro, e a seu Convento.

Foi mandada dar a dita posse por hum instrumento publico feito em Cepaes a 20 de Março de 1338, que he o anno de Christo de 1300.

(*Extracto*) De mim constança gil a vos meu vigayro e meu mayordomo de loordello aqude (?) como aquele a que eu querria boa ventura e a que ey talañ de fazer bem e algo ... sabede que eu me emprazey com o moesteyro de ssanto tisso eenpraselly esse logar ... com os casaes e entradas e ffilladas ... testemunho.

86

1300, Março, 27 – *Dona Constança Gil toma a iniciativa respeitante a outras disposições, possivelmente “mortis causa”, com que pretende beneficiar o mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 77, pp. 182-183.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 195-196 (Sumário): Este título vai com o n.º 7.º porque diz respeito ao de cima. He hum contrato por modo de prazo que fez D. Martim Pires Abbade deste Mosteiro, e seu Prior João Pires, e o Convento aos 27 de Março da era de Cesar de 1338 com D. Constancia Gil filha de D. Gil Martins, e de D. Maria Annes, dos quaes já se fez menção nesta gaveta no n.º 4.º, em que lhe empraçou todos os Cazes, herdamentos, e posesoens, que este Mosteiro tinha no Lugar de S. João da Foz do Douro, e nos seus termos assim espirituaes, como corporaes, e assim no mar como no Rio Douro, excepto aquella parte que o Convento há no Rio do direito do pescado, e outro sim lhe fez prazo de todos os herdamentos e Cazaes que tinha no Lugar que se chamava Avintes com todos os seus termos e pertenças, que pertencião a Granja de Avintes assim no Rio douro como onde quer que os ouvesse; e que este prazo doraria so em sua vida, e por sua morte ficaria tudo outra vez Livre ao Mosteiro.

E a dita D. Constança Gil no mesmo empraçamento declarou, que dava ao dito Mosteiro, a quinta de Lordello com todos os Seus Cazaes sita em Panoyas na Freguezia de Santa Marinha no Termo de Villa Real que lhe tinha vindo por via de João Gil, e de D. Martim Annes seu filho com declaração, que a havia de possuir em sua vida em nome do Mosteiro; e em reconhecimento da posse, e dominio, que o dito Mosteiro tinha já na dita quinta pagaria de foro, e renda duas Libras de Cera, e por sua morte ficaria tudo ao mesmo Mosteiro:

Declarou mais a dita Senhora, que tinha dado ao Mosteiro tudo o que tinha em Avintes, que lhe tinha vindo da parte de seu filho Martim Annes, e a este lhe tinha vindo da parte de D. Henrique Gil, e tambem lhe dava um Casal, em Sobroza, que lhe tinha dado seu Tio Pedro Espinel, e quanto tinha no Lugar que lhe chamavão Solhaes em terra de Vermoim (que he o que anda junto com a quinta da Granja sita em Santa Maria de Silvares como se pode ver no L.º 4.º de prazos, f. 48, e 50.º v.) com tal condição que havia de possuir tudo isto em sua vida, e depois da sua morte ficaria tudo, Livre, e desembargado ao dito Mosteiro; obrigando-se este a cantar-lhe duas Missas cada dia sobre o Altar se o fizesse: Huma dellas seria por sua Alma, e a outra por D. João Gil, e D. Martim Annes seu filho, e como neste Mosteiro no tempo dos ultimos Abbades da Clastra, como foi no de D. Soeiro Annes, e D. Fernão Lopes do Carvalhal se empraçou a dita Quinta de Lordello, e seus cazaes por huma Limitação, sendo huma couza tão grandioza, como se pode ver no foro que se lhe impos em o prazo que vem na gaveta 17 maço 49, e no tempo do Comendatario D. Francisco de Souza se empraçou tudo o que esta Senhora deixou em Avintes a este Mosteiro; ainda o mesmo Condado, que era pagarem os pescadores, que pescavam no Arainho de Avintes de tantos peixes hum, como se pode ver no L.º 21 de prazos fl. 161 e na gaveta 35 de

prazos maço 52 com hum foro tão limitado, que agora não passa de 3.600; isto he pelas terras de Avintes; e o que se paga pela quinta de Lordello, e seus Cazaes, não se paga mais do que 6.200; porem os Dominios das compras e vendas de todas estas terras são do Mosteiro.

Este Legado esta reduzido a cem Missas, como se pode ver na Taboa da Sacristia; quando se reduzio não se sabe, sendo cauza desta deminuição os Abbades da Clastra, e Commendatarios.

(*Extracto*) soo (sou) ... leedima (legitima) ... que e em panoyas cabo vila Reéal ... duas missas sobrelo altar de mha madre ... e se falecerem delas pois forem per duas vezes frontados ... estabeleisco ...

(*Sumario*) Contracto entre o Mosteiro de Santo Thirso, e D. Constança Gil filha de D. Martim Gil e D. Maria Anes, recebendo esta em sua vida, quanto o Mosteiro possuia em S. João da Foz, excepto o direito do Pescado, e tão bem a sua granja de Avintes, e doando ella, outros bens ao Mosteiro, com obrigação de certas Missas. Faz menção de D. João Gil de quem herdara os bens, e de seu filho já defunto D. Martim Annes, que os herdara de D. Manrique Gil: tão bem de Pedro Spinel seu Tio e de Paay rodriguez conego de ffreyxeo.

87

1302, Junho, 17 – *D. Martim Gil, grande benemérito do mosteiro de Santo Tirso, empraça terras que ao mosteiro deixara Dona Constança Gil, em Vila Marim, terra de Panoias, em troca de Galegos, de Lordelo e de Avintes que ele, todavia, irá largar aos nossos beneditinos.*

RIBEIRO, João Pedro – Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso, n. 42

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 78, pp. 183-184. (*Sumário*) Contracto entre o Mosteiro de Santo Thirso com D. Martim Gil Alferez mor d'ElRey, e Mordomo do Infante D. Affonso filho mayor e herdeiro do mesmo Senhor Rey: recebendo este os bens que o Mosteiro herdara de D. Constança Gil em Lordello terra de Panoyas freguezia de Villa Marim, Diocese do Porto, para as possuir em sua vida somente pagando ao Mosteiro em reconhecimento do Dominio huma libra de Cera annual: e recebendo o mesmo Mosteiro os bens de Galegos que elle comprara dos herdeiros de D. Constança Gil, reservando o uzo fructo em vida delle D. Martim Gil, e obrigando-se a fazer boas ao Mosteiro athe a sua morte as quintas de Lordello que forão de seu Thio. D. Martinho e as de Avintes que forão do mesmo athe Natal seguinte pena de quinhentos maravedis. Tem incluidas alem da Procuração do Mosteiro a Provizão do Bispo do Porto D. Gonçalo authorizando o Contracto datada em Tuyas a 15 de Junho da mesma Era.

Latino por Tabeliam publico celebrado perante o Vigario Geral do Porto, sendo huma das Testemunhas Pere Estevez Meirinho mor. Lugar do Sello pendente redondo de Cera de D. Martim Gil, o Sello do Abbade e o do Convento de Santo Thirso, aquelle Ovado com figura de Abbade este já quebrado. Dividido por A.B.C.

(*Sumário*): Na Gav. 21 existe hum pergaminho no qual se contem huma Carta do Bispo do Porto D. Giraldo dando faculdade ao Abbade e Convento de Santo Tirso para empraçarem a Martinho d'Egidio certas herdades, e suspendendo por então somente as Sentenças, que o mesmo Bispo há pouco fulminara contra os Emprazadores que não tivessem licença sua; nomea para fazer as suas vezes no dito Emprazamento, *secundum formam Canonicam*, hum Conego, e o seu Vigario: datada no Mosteiro de Tuias, a 15 de Junho de Era de 1340. Seguese a Procuração do Abbade e Convento para em seu nome empraçar a Quinta de Lordelo que fora de D. Constansa d'Egidio, o Procurador do Mosteiro, a D. Martinho d'Egidio Alferes del Rei D. Dinis, e Mordomo do Infante D. Afonso; cuja quinta era situada ao termo de Panoias, freguezia de Vilamarim; foi datada no mesmo ano: finalmente o mesmo Emprazamento datado *XV Kals Julii Era*

M.CCC.XL, de que forão testemunhas o Almojarife do Porto Nicolau de Paio, e o Escrivão Martinho de Pedro, e outros.

He selado com 3 Selos pendentes de cera verde, prezos em cordoíns vermelhos de seda; o de D. Martinho d'Egidio he da figura de meia bola, e tem no plano o escudo d'armas cortado transversalmente por 5 faixas, chanfradas por baixo nesta forma e sem timbre; entre as linhas circulares interna e externa se vê a legenda *Signum (...) Egidii*. O do D. Abbade he semi-oval, e representa no plano este Prelado com Bago empunhado na esquerda, e hum livro na direita, encostado sobre o peito com esta Legenda D. MARTIN (...) IS M SCI... RSI.

O do Convento do mesmo Mosteiro he tambem semioval, e por estar mais d'ametade quebrado, apenas se percebe, e mal huma imagem que parese ser de Nossa Senhora, e huma pequena porsão das letras da Legenda: nenhum destes tres he contraselado.

He partido por a, b, c, e pergaminho na marjem inferior, por linha direita, com dentes de serra internos, e externos de espaso a espaso, deste modo

-----^^-----VV-----^^

Está marcado o pergaminho com o n.º 5.º

88

1302, Agosto, 12 – *Dona Beringela Aires, filha de D. Aires e de Dona Sancha, faz doação dos padroados e/ou bens que tenha no mosteiro de Santo Tirso, e de outros padroados e bens que tenha em vários bispados ao Bispo do Porto D. Geraldo Domingues.*

CCSP, pp. 331-333.

Conhoscam todos quantos este stromento virem e ouuierem que nos domna Biringeyra Ayras filha que foy de Dom nayras e de dona sancha. aa Onrra de deus e da uirgem santa Maria sa Madre por nossa alma e en rremijmento de nossos peccados E outrosi en tal que aa Onrra do padre Senhor dom Giraldo pela merçee de deus Bispo do Porto. e todolos seus successores que depos ¹²⁶⁴ ele ueerem aa see do porto seiam mais theudos ¹²⁶⁵ a deffender e aguardar o nosso Moesteyro de Almoester do Bispado de Lixboa todo seu deryto de todolos herdamentos quyntaans Cassaaes e posissoes que nos a esse Moesteyro leixamos e demos ou dess aqui adeante leixarmos e dermos en o Bispado do Porto. e non consentam quanto eles poderem. e deuerem que lhis hy nenguum faça força. doamos damos e outorgamos ao dicto Bispo dom Giraldo e seus successores os padroados e todo deryto e toda Iurdiçom e toda seruidoem que nos auemos e deuemos a auer per qual rrazom quer e maneyra e per qual maneyra quer o Arçebispado de Braga e em sam Mamede de gondiaens e em sam Migel de bandara e de sam Croyo ¹²⁶⁶ e de careco e de santa Maria das Areas e da boytorinho e de santa Maria de Tauara e de sam Miguel de lauoradores en no Moesteyro de Tyubaens e no de Loomar e no de vilar de ffrades e em Caruoeyro e em Palmj e em voytoinho das donas e em santa Ouaya en o Bispado de Lamego. santa Maria do sobrado. A Eigreja de Ryal. Breteandj. do Bispado do Porto Cedoffeita. a Eigreja de Laura santa Maria de villar de porcos sam Romaom de vermuy a Eigreja de aluarenga de sousa sam vereixemho de nouigildj. o Moesteyro de fferreyra. E rreffoyos e a Aueleeda e Moazares e ariaens e

¹²⁶⁴ Depois.

¹²⁶⁵ Obrigados.

¹²⁶⁶ Cláudio.

santa christinha sam Simom de gouuea a Egreia de villamarim e sam Iohanne de medim e santa Ouaya sam Lourenço de panoyas santa Cruz de Riba de doyro santa Maria de sobrado e a Egreia de Ryal. estas ambas que me fficarom de mha filha Maria rrodriguez da minha parte que ey por rrazom de don ayras meu padre. Paçoo de sousa santo Tisso de Riba de aue Poonbeyro e vilarinho e vilela e ffreixeo Tiuaes sam Iohanne da pendurada sam Miguel de Aluacens e Eigleya de Carneyro E todas estas Eigreias e Moesteyros e todos los logares com totalas cousas e possissoens desses Moesteyros e dessas Eigreias. Dos quaes Moesteyros e Eigreias nos somos uerdadeyra padroa (sic) e herdeyra e natural. todo logo entregamos e damos e outorgamos e metemos em possissom o susso dicto Bispo dom Giraldo E outrossi lhj damos e doamos os padroens de todos los outros moesteyros e Eigreias do seu Bispado e do Bispado de Lamego e do Arcebispado com estes sussos dictos e com estas de que nos somos e deuemos a seer padroeyra e herdeyra e natural E toda a Iurisdicção e seruidoem que hy auemos nos seus herdamentos e logares E todos estes padroados e possissoens e Iurisdicoens e dereytos deles tolhemolos e partimolos de nos e poems todo em esse Bispo dom Giraldo e em seus successores. Tam solamente aa honrra de deus e de santa Maria sa madre. Assi como de susso dicto he. Saluo ende vila boa do Bispo e o Moesteyro de Trauanca E amsidj e Tarouquela que nom meto em esta esmolla nem os testamentos dos Casaes nem as Onrras das quintaans leigaes e esto fazemos E por tal que esse Bispo e os que despoes el ueerem nos ayam sempre encommendada em ssas oraçoens e seiamos sempre quynoeyra em todos los beens e em totalas obras de misericordia que eles ffezerem E que her ¹²⁶⁷ seiam theudos pera todo sempre a dizer ou ffazer dizer hua missa cada anno em dia de santa Maria de aGosto E por sempre isto seer ualiosso e nom uijnr em duuida Rogamos Iohanne Affonso tabelliom de nosso senhor el Rey dom Denis de Portugal e do Algarue em terra de Cimffaens e de sam saluador que ffezesse de totalas coussas de susso dictas e de cada hua delas huum stromento que teuesse o dicto Bispo e os que despos el ueerem em testemunho de uerdade. ffeito foy este stromento em Cimffaens doze dias andados de aGosto da Era de Mil e Tezentos Quareenta Annos – Testimunhas que a isto forom presentes Ioham paez Iuiz de Cimffaens – Affonsabril scudeyro de donna Bringeyra – Domingos rrodriguez creligo de Cinffaens – e outros - E eu Ioham affonso Tabelliom susso dicto a Rogo e a mandado da dicta donna Bringeyra este stromento com mha maaom propria escreuj e meu signal hy pugj ¹²⁶⁸ em testemunho de uerdade que tal he.

89

1304, Outubro, 14 – *Em carta despachada de Coimbra o monarca mandará arrecadar as colheitas a que tinha direito, por intermédio de Afonso Cabanelas.*

BUC, *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 636, f. 132.

As mhas colheytyas que mhouveres a dar dante san oane que he passado que as dedes a Affonso cabanelas mha guarda a que as mando tirar.

¹²⁶⁷ Eles.

¹²⁶⁸ puz.

90

1304, Novembro, 15 – *O mosteiro de Santo Tirso paga oitenta maravedis velhos de colheita que se havia de pagar antes da festa da natividade de S. João Baptista.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 83, pp. 184-185.

(*Extracto*) recebeu do moesteyro de sancto tisso de ribadave oyteenta maravedis velhos ... item quareenta maravedis dessa meesma moeda do moesteyro de varzea do arçebispado de bragaa ... das colheitas ... que aviam a dar ante a festa de san Oane do mes de junho da dicta Era.

91

1305, ? – *Martim Vasques da Cunha e sua esposa, Dona Joana Rodrigues de Nomães, fazem repartição de seus bens pelos seus filhos: Teresa Martins, casada com Gonçalo Fernandes Charinho, Vasco Martins da Cunha, casado com Senhorinha Fernandes, Dona Beatris Rodrigues, casada com Fernando Martins da Teixeira, e Rui Martins de Nomães, casado com Senhorinha Rodrigues.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0189, ff. 138-138 v.

Saibão todos quoauntos este instrumento uirem, que em prezenca de mjm francisquo giraldes, publico Tabaliom de Guimarães, e das testemunhas que adiante som escritas em Siluares, da Quinta de fernão Martins da Teixeira, e da dona Briatis sa mulher por dante Esteuão pais Juiz da ditta Villa, que estaua presente, foi mostrado hum instrmento pella ditta dona briatis, o qual estromento era partido por A.b.c. o qual fora feito e assinado por mão de Martim Anes Tabeliom de Vermoim, no qual estromento fazia menção que fizerão partissoins estas que se adiante Seguem, dos bens que forão de Martim Vasques de Cunha, e de dona Joana Sa mulher, Conuem a saber Goncallo Fernandes Charinho (?), e sa mulher Tareja Martins, e Vasco Martins de Cunha, e sa mulher Senhorinha Fernandes, e fernão Martins da Teixeira, e sa mulher dona Briatis, e Roy Martins de Nomaais e Sa Mulher Senhorinha rodrigues; e outro si andaua contheudo no dito estromento, o que acaessera dos bens do ditto Roy Martins e a ditta Sa Mulher em sa particam, e destto que hi assi era Contheudo que lhes acaessera, gonçallo goncalues vizinho de Guimarães, que se dezia procurador do Dom Abbade de Sancto Tirso, e do Conuento dese loguar, disse pedio ao ditto Juiz, que lhi mandasse dar o treslado desso, que era Contheudo no dito estromento, que acaessera aos dittos Roy Martins, e sa mulher, e que desse hy sa authoridade para esto dizendo que o ditto Abbade e Conuento se entendião ajudar dele e o ditto Juis Vendo o que o ditto Goncallo Goncalues pedia disso, e mandou a mj ditto Tabaliom que lhe desse a ele o treslado sob meu sinal, e para esto me deu sa authoridade, e eu ditto Tabaliom, que a roguo e por mandado do ditto goncallo goncalues, e outrosi por mandado, e authoridade do ditto Juiz, esto que se adiante segue tresladei.

1305, Julho, 31 – *O mosteiro de Santo Tirso empraça a Rui Martins de Nomães e sua esposa a Quinta de S. João de Airão (Guimarães) - salvo o direito de padroado, colheita, mai-lo serviço da igreja – a Quinta de Riba d’Ave, dois casais de Raiva, um casal de Gondém, em troca da Quinta de Silva Escura e do padroado desta igreja.*

PT/ADPRT//MON/CVSTST/0189, ff. 140-140 v.

Eu Martim pires, Abbade do Mosteiro de Sancto Tirso, em nome meu, e do Convento, cuio procurador sou, em que derão poderio para este faço emplazamento, e postura, e dou em Tença a Roy Martins de Nomaais, e a sa mulher dona Senhorinha Rodrigues a nossa quinta dairão, com todas sas pertenças, e com todos seus direitos (...) assim como as nos auemos, e de direito deuemos a auer, salvo o padroado da igreja de São João dairão ¹²⁶⁹, e a colheita e serviço dessa igreja que ha de ser nosso e nossa quinta de riba daue com todas sas pertenças e direitos, e dous casais na Rayva que pertencem ao nosso Seleiro ¹²⁷⁰ e hu casal em guondem, com todas sas pertenças, por tal preito, e por tal condiçom, que uos ambos aiades, e possuades as dittas quintas, e Casais com todos seus direitos, e pertenças em sa uida de Roy Martins soo, e por sa morte do ditto Roy Martins, as dittas quintas, e Casais com todas sas benfeitorias, e pertenças (...) casa, e direitos, e com todos seus frutos assim como foram achados nos dittos loguares saluo os que forem ia colheitos em casas deuem ficar liurementem em pas, e em saluo sem empeso nenhum a nos, e ao ditto mosteiro ¹²⁷¹.

(...) damos, e outuorgamos, e compridamente entreguamos a uos (Martim Pires, abade de Santo Tirso) e a todos os que de pos uos uierem, e ao ditto Mosteiro de Santo Tisso para todo sempre a nossa quinta de Silva Escura, com sinco casais, e azenha e com a honra, e com todos seus direitos, e seruiços e pertenças (...) e outro si uos damos, e entreguamos logo, e renunciemos uolo para sempre o padroado da Igreja de Silva Escura que vos, e os que depos uos uierem em o dito mosteiro o aiades para sempre com todos seus direitos, assim como o nos melhor auiamos, possuiamos de direito, de uso, e de costume, e renunciemos toda a lei, e direito, e foro, e costume que nos e os que depos nos uierem tambem na ditto Igreja como na onra com todas sas pertenças de direito deuimos auer, e damolo a uos para todo sempre (...) ¹²⁷².

1305, Julho, 31 – *Rui Martins de Nomães e sua esposa D. Senhorinha Rodrigues, por contrato feito em Carvalhos do Porto (Sequeirô), dão ao mosteiro de Santo Tirso a igreja e a honra de Silva Escura, em troca de cedência em vida das Quintas de Airão – mas não do padroado de S. João de Airão, nem da sua colheita e serviços – e da Riba d’Ave e dos Casais de Raiva e Gondém.*

¹²⁶⁹ O couto e a igreja de S. João de Airão tinham sido doados ao mosteiro de Santo Tirso, a 12 de Agosto de 1253 por D. Rodrigo Forjaz e sua esposa Dona Châmoa Gomes. Cf. art.º *Para a história dos Abades de Santo Tirso. D. Fernão Pires (1240-1260)*, em JST de 28 de Abril de 1995, p. 3.

¹²⁷⁰ O Celeiro era uma das ovelhas conventuais. E, para a sua administração, foram, desde trás, aplicados os frutos dos ditos casais de Raiva.

¹²⁷¹ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 140-140 v.; PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 87.

¹²⁷² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 140.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff.139 v.-142.
Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 86-86 v.

Conhosuda Cousa Seia a quantos este estromento uirem, e ler ouuirem que na era de mil e trezentos e quarenta e tres annos prestumeiro dia de Julho, no iulguado de Vermoim em riba do rio daue, aos Carualhos do porto de Sancto Tirso, por dante mim Martim Anes Tabiliom del Rei em terra de Vermoim, e Roy Martins de Nomaais, e Sa Mulher dona Senhorinha Rodrigues, e por dante as testemunhas que são escritas que hi estauão presentes; dom Martim Peres Abbade do mosteiro de Sancto Tirso mostrou, e fes ler por mjm ditto Tabaliom huma procuraçom do Conuento desse mosteiro, e do seu sello sellada, lidima e abastoza para esto em que lhe daua Comprido poder que elle em nome seu e delles, e do dito mosteiro fizesse, e podesse fazer hum emplazamento Com Roy Martins de Nomaais, e Com sa mulher dona Senhorinha Rodrigues, assim Como adiante he diuizado, dizendo que era por acrescentamento do ditto Mosteiro a qual procurassão leuda o ditto dom Abbade disse ao ditto Roy Martins, e a ditta dona Senhorinha Rodrigues sa mulher, se era sa vontade de fazer aquelle emplazamento assim Como he Contheudo em este instrumento, se nom, e elles disserão que era sa vontade, e que entendião que era sa prol, e que lhes plazia, e que o querião fazer, e mandarão a mim ditto tabaliom que fizesse dous estrumentos partidos por A.b.c. que Cada huma das partes tivesse seu dos quais o teor tal he

Em nome de Deos Amen. Eu Martim peres Abbade do Mosteiro de Sancto Tirso, em nome meu, e do Convento, Cuio procurador sou, em que me derão poderio para esto faço emplazamento, e postura, e dou em Tença a Roy Martins de Nomaais, e a sa mulher dona Senhorinha Rodrigues a nossa quinta dairão, Com todas sas pertenças, e com todos seus direito, e (...) assim Como as nos auemos, e de direito deuemos a auer, salvo o padroado da igreja de São João dairão, e a colheita e seruiço dessa igreja que ha de ser nosso e nossa quinta de riba daue com todas sas pertenças e direitos, e dous Cazais na Ranha, que pertencem ao nosso Seleiro e hum Casal em Guondem, Com todas sas pertenças, por tal preito, e por tal Condiçom, que uos ambos aiades, e possuades as dittas quintas, e Cazais Com todos seus direitos, e pertenças em sa uida de Roy Martins soo, e por sa morte do ditto Roy Martins, as dittas quintas, e Cazais com todas sas benfeitorias, e pertenças, e (...) e direitos, e com todos seus fruitos assim Como forem achados nos dittos loguares saluo os que foram ia Colheitos em Casas devem ficar liurementemente em pas, e em saluo sem empeso nenhum a nos, e ao ditto mosteiro, e se pella vintura uos Roy Martins morerdes antes, que a ditta dona Senhorinha uossa mulher, porque o emplazamento por uos saa (?), e deue a ditta dona Senhorinha a auer em toda sa uida os dittos dous Cazaes da Ranha, e hum em Guondem e demais deuemoslhe nos a dar tantos dos erdamentos, que auemos na Ranha, em Serradello, e Millom que contedes hi, aquelles tres Cazais de Rabha, e de Guondem, vallia em cada hum anno, e rendem (?) setenta e sinco liuras, e depos da morte della tambem os tres Cazais, com os erdamentos que lhi nos dermos, deuem a ficar liurementemente ao ditto Mosteiro de Sancto Tirso, Com todas sas pertenças, e fruitos, Como forem achados, e direitos, com toda sa bemfeitoria.

E nos Roy Martins de Nomaais, e dona Senhorinha Rodrigues Sobredittos a Vos dom Martim peres Abbade, e Conuento de Sancto Tirso, por estas quintas, e Cazaes que a nos dades por plazo e tença, que tenhamos em nossa vida, assim como de suso ditto he, damos, e outorguamos, e compridamente entreguamos a uos, e a todos os que de pos uos uierem, e ao ditto Mosteiro de Sancto Tirso para todo sempre a nossa quinta de Silva Escura, Com sinco Cazais, e azenha e com sa onra, e com todos seus direitos, e seruiços e pertenças, assim em montes, como em fontes Ferreios (?) laurados, e por laurar, e montes rotos e por romper, e com sas deuesas, e com seus terrenos, e com sas

chantadorias, e com seus paschos, e com todas sas saídas, e entradas novas e antigas, assim como nos ouuemos, e aquelles de que nos ficou, e melhor, e mais compridamente se o uos melhor poderdes auer, e outro si uos damos, e entreguamos logo, e renunciemos uolo para sempre o padroado da Igreja de Silua escura que vos, e os que depos uos vierem em o ditto mosteiro o aiades para Sempre Com todos seus direitos, assim como o nos melhor auíamos, e possuíamos de direito, de uzo, e de Costume, e renunciemos toda a lei, e direito, e foro, e Costume que nos e os que depos nos vierem tambem na ditto Igreja Como na onra Com todas sas pertenças de direito deuíamos auer, e damolo a uos para todo sempre, e prometemos que em boa fe por nos nem por outrem contra esto nunca uir, e se polla uintura nos ou alguem da nossa parte, ou de qualquer contra esto quizer uir, polla sua intencom peite a uos ou a quem vossa vox derdes mil maravedis. esto ser estauel, e se pelo uintura em vossa vida sobre estas cousas sobredittas uos alguem fizer demanda nos somos teudos a uolo defender por quanto ouuermos, e se por uintura se esto podesse em algua guisa desfazer, nos obriguamos todos nossos bens moueis e de raiz, assim os que auemos, como os que ganharemos des aqui em diante que em vida nem em morte nunca Couza delles possamos fazer que ualha, nem ualioso seia se nom auerdes vos por elles outro tanto quanto esto ual, e assim o (...) e boa fe, e por esta couza ser mais firme e mais certa (...) mandamos ende passar dous estromentos a Martim Anes tabaliom de Vermoim partidos por A.b.c. e eu Martim Anes tabaliom sobredito, e a roguo, e por mandado dos sobredittos dous estromentos partidos por A.b.c. com minha mão propria escreui dos quais este dei ao ditto dom Abbade, e Convento sobredittos, e meu sinal hi puge que tal he em testemunho de verdade feito foi no dia e na era e no lugar sobredito testemunhas Affonso Rodrigues Abbade dantes (sic) presentes e João do Cruellaal (?) e João da Veigua, e Martim fernandes Carualhos e afonso martins Abbade de Silua escura dominguos esteues Abbade de Berufe Dominguos Ramalhe Clerigo, e pero mendes Abbade de São Mamede de farazom, e outros muitos.

94

1307, Outubro, 01 – *D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis, terceiro conde de Barcelos, trovador e linhagista, confirma um tratado entre, de um lado, o mosteiro de Santo Tirso e, do outro, Martim Peres Alvim e sua esposa.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 85, p. 185.

(*Sumário*) Instrumento de ratificação por Pedro Affonso, filho d’ElRey da avença feita por Martim Perez Alvim e D. Margarida sua mulher, com o Mosteiro de Santo Thirso.

1308, Inquirições de D. Dinis – *Nesta data, o Rei Lavrador preocupa-se particularmente, através dos seus juizes, por devassar as honras recentemente criadas.*

Inquirição de Santo Tirso (CCLP, vol. I, pp. 150-151).

Couto de Sancto Tisso He por padroões e por diuisoões.

+ Estee como está.

Item em esse Couto no lugar que chamaam outeyro e em no que chamam Barro gaanhou hi dom Meendo e dom joham Rodriguez maladies e por razom dessas malladias fazem hi honrras nouamente. Enom entra hi o Moordomo do moesteyro nem lhe dam ende osseu dereito.

+ Nom nas deffenda por honrras e entrehi o moordomo do Couto por seus dereytos.

Item em esse Couto ollogar que chamam villa meyaã que he herdade do Moesteyro de villella. he prouado que soya ende fazer seruiço ao Moesteyro de sancto tisso em nas ujnhas e nas varas e faziam lhe serujço e filhauom hi oconduyto e ora nouamente gaanhou Martjm affomssso, filho daffomssso meendez e fazem ende honrra.

+ Nom no deffenda por honrra e entre hi omooordomo de sancto tisso por seus dereytos.

Freguesia de Airão, Golães, Infantas e Silvares (VMH, doc. n. 291, pp. 381.383 (Inquirições de D. Dinis. Julgado de Guimarães).

Item na ffreguesia de sam Johane Dayram achey que o paaço Dayram ffoy de dona chamoá gomez e leyxou ao moesteyro de Sancto Tisso o que ali auia e la tragia toda a ffreguesia onrrada e ora enprazou Roy martytz de nomaes ao moesteyro o qual logar e faz de todo honrra non tam solamente do moesteyro mays de toda a ffreguisia e non quer que hy entre o porteyro e Eu acho que quantos hy moram todos moram en seu herdamento engenho saluo o que mora no paaço que e do moesteyro seiam deuassos saluo o do paaço enquanto durar o enprazamento (...).

Item na ffreguisia de Gollães e de Santa Maria de vila noua achey que as trage o abade de sancto Tisso honradas e trage hj seu ouuidor e seu chegador enpero achey que os homeens que hj teem os caualeyros ueem a derejto perdante o Juiz de Guimarães e outro sy fazem os do Spital mays som chegados per seus homeens en cada huom o seu. Item outro ssy achey que mete o abbade seu chegador pera chegar os seus homeens que a nas freguisias de sam martim de sam cremente de Silvares os que aqui honrram sancto Tisso seiam deuassos e entre hj o moordomo polos seus derejtos e o porteyro entre no al.

Item achey que honrra hj des – x – anos aca. Goncalo anes de veeyra huom casal porque seu ende o quarto per casamento e da fossadeyra seia honrrada o quarto de Goncalo Eanes e o al seia deuasso.

S. Tomé de Negrelos, Couto de Soutelo (CCLP, vol. I, p. 148).

Item ha hi huom couto que chamam soutello por marcos e por diuisoões e he de sancto tisso.

+ Estee porcouto como está.

Vila Boa (CCLP, vol. I, p.151-152).

Item no lugar que chamam villa boa ha dez Casaaes de sancto tisso. Etrágeos por honrra e nom entra hi omoordomo e trage hi seu chegador. Edizem as testemunhas douuida que forom da meyana. E por que eram antom honrrados que por esso os trage omoesteyro honrrados.

+ Estê como está.

S. Tiago e S. Paio de Guimarei (CCLP, p. 149).

Freeguesya de sam paayo e de santiago de guymarey. dizem as testemunhas queo moesteyro de sancto tisso trage estas freeguesyas ambas por honrra e dizem que ouuirom dizer que foy honrra da myana dona eluyra. Eficou depois aarraynha dona mafalda. E depois ficou a Dona Chamôa e ella leixoua asancto tisso. e trage hi seu vigairo e seu chegador e ha hi tres casaaes rregueengos delrrey e nom entra hy seu moordomo senom pollas teeygas. Edizem as testemunhas que herdadores desta honrra dam fossadeyras aellrrey.

+ Estee como está.

96

1309, Abril, 02 – *Beatriz Martins e Fernando Martins, seu marido, doam o padroado de Silva Escura, na parte que lhes compete, ao mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 142-143 v.

In nomine domini Amen, notum sit omnibus tam præsentibus, quam futuris quod ego Breatis Martini, filia Venerabilium doni Martini Valasci de Cunha, et done Joanae Roderiçi de Nomaais Cum Consensu, et autoritate viri mei fernandi Martini da Teixeira, mea propria spontanea et gratuita Voluntate, et in meo pleno Sensu, ad honorem Dei et Beatissimæ Virginis Mariæ, et omnium Sanctorum, ac beati Tirsi Martiris, et in remissione peccatorum meorum, ac pro animabus mea, et dicti mariti mei, et parentum meorum et specialiter obtenta, et amore religiosi viri doni Martini petri Abbatis Monasterii Sancti Tirsi portugalensi diocesis de Consensu meo, dono irrevocabiliter inter vivos, ius patronatus Cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, quod habeo, et habere debeo in ecclesia Sanctæ Mariæ de Silva Escura dictæ Diocesis ac Sensus, et Servitiæ, quos seu quæ a dicta ecclesia de iure seu de Consuetudine præcipio (sic), et præcipere (sic) debeo, et dictus maritus meus, et suo præcipit, et præcipere (sic) deberet anno quodlibet prefato Abbati, et eiusdem successoribus, ipsum ius patronatus, et prædictos sensus, seu servitiæ, in eundem Abbatem et eius successores, nomine dicti monasterii penitus transferendo, et in Continenti mito, seu induco, uerbo, et induci uolo, præfatum Abbatem suo, et successorum suorum nomine, ac nunc dicti Monasterii, in corporalem possessionem, seu quasi eiusdem patronatus prædictæ ecclesiæ, ac prædictorum Sensus, aut Servitiorum, Cum omnibus iuribus, et pertinentiis ipsius ipsumque ius patronatus, ac prædictos sensus, seu Servitiæ plenaria sibi Concedendo, et renunçio siue possessioni usui, et Consuetudini in prædicta ecclesia quocunque modo, et quocunque titulo, et ex quacunque Causa, uel occasione habeo, et habere debeo, seu, et habere possum, de iure, uel de facto, seu et de Consuetudine, uel

statuto, et abrado ame possetionem, et proprietatem, dicti iuris patronatus, et omnium praedictorum, et totum transfero in monasterium supradictum mandans, et concedens quod dictus Abbas, eiusque successores habeant, et possideant ipsum ius patronatus Cum omnibus iuribus, et seruitiis supradictis plene, et libere, et in pace Cunctis temporibus seculorum, et do, et Concedo potestatem Stephano Martini monacho dicti monasterii, ut nomine meo mittat, Seu inducat, dominum Abbatem, nomine dicti monasterii, in possetionem praedicti iuris patronatus dictae ecclesiae, et omnium praedictorum, et tam ego dicta Briattis Martini, et quam ego dictus Fernandus Martini, obligamus omnia bona nostra, mobilia, et immobilia, habita, et habenda ad defendendum semper hoc factum, Si aliquis illud infringere atentauerit, seu Contra illud quomodolibet, renunciemus, et omnibus iuribus, et Constitutionibus Contrariis ad praedicta, et specialiter ius quo Cauet quod donationes quis defendere minime Compellatur, et promissimus, et bona fide nomine nostro, et nomine omnium Successorum nostrorum, hanc donationem inuiolabiliter obseruare, et nunquam Contra ipsam, et omnia supradicta palam, uel occulte in Contrarium non uenire. Si quis uero fuerit qui hoc factum infringere tentauerit, ipso facto iram Dei, ac maledictionem nostram incurrat, et Cum Juda traditore in infernum sit demersus, et quantum quaesierit tantum dicto monasterio in duplo Componat, et insuper ei, uel cui vocem suam dederit quinhentos (sic) maravedis ueteres redere Compellatur, facto isto in suo robore nihilominus praedurante, et nos Briatis Martini, et Fernandus Martini, qui hoc factum fieri iussimus, illud propriis manibus roboramus, ac et Confirmamus. praesentes fuerunt Egidius petri Maiorinus, Joanes Menendi scutifer dicti fernandi Martini Joanes de prol homo sus (sic), Martinus dominiçi de Villauerde, Petrus forais de Lalim, pelagius gonalui armiger Abbatis Sancti Tirsi, Stephanus Martini monachus dicti Monasterii, et alii. Et ego Durandus dominici publicus Tabellio domini Regis in terra de Plato, promissis omnibus interfui, et de mandato dictorum Fernandi Martini et Breatis Martini hoc publicum instrumentum Confeci, et in eo signum meum aposui in testimonium ueritatis, auctum in loco de Villauerde, secunda die mensis Aprillis Era Millessima trecentessima quadragesima Septima.

97

1309, Julho 08 – *O Arcebispo D. Martinho de Oliveira concede ao Abade do Mosteiro de Santo Tirso, padroeiro da Igreja de Vila Nova das Infantas e de Golães que apresentasse monges ou clérigos seculares como párocos removíveis ad nutum e que aplicasse as rendas para sustentação do mosteiro.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 155 v.

ADB/UM, armário A, maço 20, doc. n. 1 Cf.TAGILDE, Abade de, VMH, p. 264, nota 1.

(*Sumário*): Na gaveta 20, n.º 4.º onde se pode ver esta huma carta de concessão, que deu o Arcebispo de Braga D. Martinho a 28 de Julho do anno de Christo 1309 que he a era de Cesar 1347 com consentimento do seu Cabido ao D. Abbade deste Mosteiro Martim Pires e seu convento pela qual unia as Igrejas de Villa nova dos Infantes e Golães a este Mosteiro por serem in solidum do seu Padroado para que com o fruto das ditas Igrejas se podesse nelle continuar os Louvores divinos com que florecião, e as esmolos com que socorrião os perigrinos, e necessitados; e para suprirem as vexações, que os homens poderosos naquelle tempo cauzavão ao dito Mosteiro. A este instrumento estão junto dous traslados em publica forma da mesma Carta de Concessão

hum feito no anno de Christo 1346 que he a era de Cesr 1384, e o outro feito na era de Cesar 1445, que he a de Christo de 1405 (sic).

98

1310, Outubro, 02 – *A Condessa Dona Violante Sanches faz testamento, em Lisboa, onde menciona o projecto da terceira igreja de Santo Tirso, de que seu marido, o Conde D. Martim Gil, foi o grande impulsor e benfeitor, e para o qual deixará umas cinco mil libras, o que corresponderá ao dote que o seu marido lhe deve.*

Texto inteiro: JST 23 de Março de 1893, p. 2, col. 1-3, donde – apesar de algumas dúvidas na exactidão de leitura – o transcrevemos.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 295.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 87, pp. 185-186 (*Extracto*) Eu a Condessa dona violante ... o Conde dom martim gil meu marido ... se elle fez o mosteiro que comigo falou segundo he conteudo no seu testamento ... cinco mil libras que me meu marido o conde ahadar por arras e por compra de meu corpo ... por conselheiro de mha senhor a Rainha ... marido a mha serva margarida a lourença martiynz mha aya ... biringela anes mha donzela os meus panos da escallata ... doaçom que eu fiz ao dicto conde meu marido ante que com el cazasse da mha parte e do meu direito do castello e da villa de zagalla que seja valiosa e stavyl ... outorgo que valham e tenham os emprazamentos que eu e o dicto conde fizemos.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 30. A Condessa D. Violante, mulher do Conde D. Martim Gil, estando com saude fes seu Testamento datado em Lisboa a 2 d'Outubro vda Era 1348, no qual manda sobterrar-se no Mosteiro que seu marido tinha tensao de fundar, ou no de Santo Tirso /aonde jáz/ se não estiver feito ao tempo da sua morte; seu marido lhe devia 5000 libras *por arras e por compra de meu corpo* as quais aplica no futuro Mosteiro e não se fazendo este, ao de Santo Tirso; confirma o seu marido a doação da sua parte e direito *no Castelo e Vila de Zagala*, que lhe fizera antes da cazar com ele etc. etc. Existe na Gav. 32, e he o n.º 14

Em nome de Deos. Amen. Saibham quantos este strumento de testamento virem e ler ouvirem, que eu Condessa Dona Violante com todo meu entendimento comprido, nembrandome da morte que o meu Senhor Jhesu Christo pelos pecadores recebeu, temendo o dia da minha morte, e hora, sabendo quando ha de ser. Faço meu testamento em honrra, e em louvor de Deos e da Virgem Santa Maria sua Madre em esta maneira. Primeiramente dou a minha alma a Deos e encommendo-a a Virgem Santa Maria sua Madre, e a toda a corte dos Ceos. E mando que se o Conde D. Martim Gil meu marido fez aquel Moesteiro, que comigo falou, segundo he conteudo no seu testamento, queelle amim mostrou, que me soterrem em el, e se eu antes morrer que esse Moesteiro seja comessado, mando que o dito meu marido, e meu Testamenteiro, e os outros Testamenteiros, que eu com el deixo, ou qualquer delles, que me enterrem no Moesteiro de Santo Tiço de Riba Dave: E se o dito Conde meu marido começar a fazer esse Moesteiro, do dia que eu passar ata hum anno, mando que me levem para ele, e que me soterrem em ele. E mando que as cinco mil Libras que me meu marido Conde ha dar por arras, e por compra de meu corpo, que el e os outros meus testamenteiros as dem no dito Moesteiro que el fez. Segundo como el comigo falou, e mostrou no seu testamento que o queria fazer. E se el esse Moesteiro nom fez, mando que me deixem jazer no dito Moesteiro de Santo Tiço, e que de hi as ditas cinco mil Libras, ou hu dito Conde meu marido, e meu Testamenteiro e os outros meus testamenteiros tiverem por bem, e que seera mais aprol de minha alma. E estas cinco mil Libras dem eles por concelho de minha Senhora a Raina, a quem eu pesso por merce que o faça fazer. E mando que a minha serva Margarida, a Lourença Martim minha Aya e mando a

Beringuela Annes minha Donzela os meus panos da Escalata: Item mando que o dito Conde meu marido, e meu Testamenteiro, e os outros meus Testamenteiros que façam bem aqueles e aquelas que me serviram e servem em aquela guiza que vivem que bem sera. E outro si outorgo, e tenho por bem que a doação que eu fiz ao dito Conde meu marido, antes que com el cazasse, da minha parte, e do meu direito do Castello, e da Villa Desagala, que seja valiosa e habil, assi como conteudo no strumento de doação que lhe ende el tem, e que nenhum hora-lhi possa dar sobrela embargo. E outro si tenho por bem, e outorgo, que valham, e tenhamos emprazamentos que eu, o dito Conde fizemos, assim como conteu (?) nos instrumentos que nos ende temos feitos por Francisco Domingues, Tabelião de Lisboa. E faço meus Testamenteiros para cumprir este meu testamento o dito Conde D. Martim Gil meu marido e Frei Martim Reimondo da ordem dos meores e Fernam Vasques Pimentel e Martim Gomes Taveira, e dou-lhes comprido poder a elles e a cada hum delles que possão a dar emingar em este meu testamento como o dito Conde meu marido tiver por bem. E mando, outorgo que se algum testamento meu parecer feito ante aeste, que nom valha, nem tenha senom este e a esta he a minha vontade postumeira vontade.

Feito em Lisboa dous dias Doitubro de 1348 annos.

Testemunhas Estevao Domingos Dunhom, e Joham Viviaes Clerigo da dita Condeça e Frei Vicente da horde dos meores e Joham Annes Priol de Terena. E eu Francisco Domingues sito Tabalion da cidade de Lisboa arrego da dita Condeça este Testamento escrevi, e meu sinal em el puz em testemunho de verdade que tal he. Logar do sinal.

99

1311, ?, ? – *De uma documento de Santo Tirso se extraem os nomes de alguns dos oficiais régios na Província de Entre-Douro e Minho.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 29.

D'uma Sentensadatada em Guimarains na Era 1349, contra Gonsalo Anes, consta que era Meirinho Mor entre Douro, e Minho, D. Estevão Soares, e Ouvidor em seu lugar Aires Vasques, e Advogado /Vogado/ em Guimarains Estevão Paes.

He o n.º 20 da Gav. 25.

100

1312, Novembro, 23 – *D. Martim Gil, dos Castros da Galiza, conde de Barcelos e marido de Dona Violante Sanches, faz seu testamento, onde revela o seu projecto da construção da terceira igreja monástica de Santo Tirso “muitalta e mui bôa”, e quer se faça um túmulo alçado na igreja, para si, e outro ao lado, para sua esposa, que já fora soterrada na igreja.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 90, pp. 186-190.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 196-197 (*Sumário*) : Hum testamento que fez D. Martim Gil de Souza Conde de Barcellos marido que foi de D. Violante Sanches, e sobrinho de D. Constancia Gil de que se fez menção nesta gaveta no n.º 7.º, a 23 de Novembro da era de Cesar 1350 sendo Abbade deste Mosteiro D. Martim Pires; no dito Testamento ordenou, que seu corpo fosse sepultado na Igreja mayor deste Mosteiro (que era separada da Igreja Parochial, e agora se acha unida com ella sendo juntamente Igreja Regular e Parochial) a quem deixou a Quinta do Cham de Cousse com todas as herdades direitos e

rendas impondo-lhe a obrigação de lhe dizerem cada dia huma Missa por sua Alma que com effeito se lhe satisfaz; e sem embargo de que esta Quinta como era couza grande, se trocou pelos Lugares de Ardezube, e Villaverde sitos no Campo de Coimbra, e por humas Cazas na Cidade de Coimbra na freguezia de S. Pedro e outros pedaços de terra em Cuzelhas perto da mesma Cidade, e huma herdade atras dos Paços, que chamão alcaide, e mais quinhentas Libras com que se comprasem outras terras para igualar o valor da dita Quinta como se pode ver na gaveta dos escambos n.º 3.º O dito escambo foi feito com D. João Affonso, e sua mulher D. Maria Affonso filha delRey D. Dinis.

Todas estas terras se empraçarão ao depois no tempo em que era Abbade deste Mosteiro D. Vicente Rodrigues por huma Limitada renda, como se pode ver na gaveta n.º 35 de prazos maço 55; E sucedendo ficar devoluto a este Mosteiro no tempo do Abbade Commendatario D. Antonio da Silva este o tornou a empraçar, e para não incorrer nas penas de Alienador, diz que lhe acrescentava mais tres mil reis alegando muitas rezoens para o tornar a empraçar, como se pode ver no L.º 4.º de prazos fl. 139. Ainda que ao prezente paga só 7.800, com os quaes se não pode satisfazer as Missas; não obstante receber os Dominios das vendas, e compras por ser rendimento contingente.

Determinou mais o dito Conde no seu testamento, que a sua sepultura fosse junto a da Condeça sua mulher D. Violante Sanches, e que se desse a este Mosteiro a sua Cama, e sua Azamella, e hum vazo de prata, e tres mil libras portuguezas pela Alma da dita Condeça para se fazer com ellas a Igreja deste Mosteiro alta, e boa, que com effeito se fez de naves, como era costume naquelle tempo, que dorou até se fazer a nova, que hoje serve; mais lhe deixou a quinta de Galegos, sita em terra de Panoyas no termo de Villa Real de que se lhe fez prazo junto com a quinta de Lordello sita no mesmo Termo, que tinha deixado sua Tia D. Constancia Gil a este Mosteiro de que se fez menção nesta gaveta no n.º 7.º.

O Instrumento do contrato, e empraçamento, que se fez com o dito Conde vem na gaveta de varios Titulos n.º 5.º.

(*Extracto*) Testamento do Conde D. Martim Gil de Sousa. Conde de Barcelos ... en hum moymento alçado a par da condessa dona violante Sanchez ... sejam tehudos a fazer dizer cada dia huma missa de ssacrificio de ssober altar ... mando a don Pedro ffernandiz de Crasto meu sobrinho e meu criado o meu castelo de zagala ... que o aya por herdade pera todo senpre el e todolos seus sucessores que del de cenderem lijdamente e sse el morrer ssen filho ou ffilha lijdemha mande el vender o dicto Castello e de ende os dinheiros a meus testamenteyros ... e mando ao alcaide ou alcaides que por mim tiverem esse castelo de zagala que dem o avere as lorigas e os gaados aos meus testamenteyros e todo outro almazem que hy ouver e os engenhos ffiguem em no castelo pera o dicto dom pedro e o meu alcaide ou os meus alcaides daredes aos meus testamenteyros todo esse aver que eu hi tener e os meus gados que andarem en essa terra e poondos en ssalvo com todo em no Reyno de portugal ou eles por bem tenerem e entregando o dicto castelo pera o dicto Don Pero ffernandiz a Martim gomez taveeyra eu lhi quito a menhagem que me por esse castelo he ffeyta e rogo aos meus amigos e aos meus vassalos e aos meus criados que ffiguem com o dicto Don Pero ffernandiz e o servham e aguardem ... rogo a martim gomez taveeyra meu vasalo que seja mayordomho do dicto don Pedro que procure e recade o sseu aver e que aja de veer a ssa ffazenda ata que el seja de quinze annos passados ... mando aaqueles que forem alcaide de zagala e doynbra ? e de jeeizerde ? mataedo ? e de villa maior que quando eu morrer que entreguem os dictos castelos e ffortalezas a martim gomez taveeyra ou a quem el mandar pera o dicto don pero ffernandiz ... mando a martim anes breteyros meu coyrmao a mha casa de Cervha e ameyadade do herdamento que eu hey em Cervha e en sseu termho que ffoe da parte do Conde don Iohanne affonso e a outra meyadade ... que o aja a Condessa donna Tareja ? Sanches ... desque o dicto don Pero ffernandiz ouver os quinze annos compridos elhi el de mandar os sseus Castelos e as sas ffortalezas que lhas entregue o dicto martim gomez ... os meus testamenteyros vendam tanta da herdade que eu ey de parte do conde dom Ioham affonso en que aja cinco mil libras de portugueses e dem estas (...) pela alma da condessa domna violante sanches onde a Rainha de portugal mha ssenhora tener por bem asy como he contheudo en sseo testamento da dicta donna violante e non vendam esse herdamento a affonso sanches

nem a nenhuum dos outros filhos de elRey de portugal salvo ao Infante don Affonso ... herdades que eu hey en atey da parte do conde don Ioham affonso e de mha tia donna Constança gil ... een Cervha da parte de mha tia donna Constança gil ... meu coyрмаon martim anes de breteyros aja as mhas honrras de Cervha e daatey ... os meus gados que eu trago en zagala e enalconcher e en ssarez e en burgelos e en sancta maria da Ribeira eendotodolos outros meus logares unde quer que os eu traga ... outrosi tomem a mha prata de as mhas dōas e os meus anees e os meus panhos e os meus cavalhos e as mhas bestas e as mhas armas etodolos meus almazeens que eu tenho en alteza ? e enalconcher eenssares een burgellos e en vilar eencervha e as lorigas que stam em no almazem de zagala ... mando ao alcaide que por mim temalconcher que tanto que eu morrer que entregue esse castelo a martim gomez taaveyra meu vasalo a que o eu mando que o tenha en ffialdade e que o entregue a elRey de Castela quando ffor de tempo pera lho entregar assi como lhi entregarem os outros castelos de castela e de leom dando ante el Rey de castela aos meus testamenteyros aquel aver que eu emprestey ssobre el porque o eu tenho en penhor e mando ao dicto martim gomez que tome tantas dessas rendas desse Castelo que a el perteeçem quantas el vir com que possa teer esse castelo bem e conpridamente e o mais que hy ouver denno aos meus testamenteyros que façam del prol de mha alma e o que ende receberem os meus testamenteyros descontem da devida que me ade dar elRey de castela ssobre el ... mando aqualquer que sseja alcaide en burgelos nessa saçom que entregue logo esse castelo a ffernand vaasquiz meu mayordomho que o tenham pera entregalo a el Rey de Castela ... mando a qualquer que tenha Eixares que o entregue logo a martim affonso tiçom a que eu mando que o tenha pera meu senhor elRey don affonso con aquela tença que eu tinha delRey don ffernando. emando ao dicto martim affonso que ao tempo que entregarem os outros castelos de Castela e de leom a elRey don affonso ou aaquel que os ouver de Recadar por el que lhi entregue o dicto castelo deissares mando a Stevam Rengel ou aqualquer que por el tiver o castelo de ffreixal que o entregue logo a Diogo gonçalvez ffilho de Gonçalo sanchiz ... eentregandolho ... eu lhi quito a menagem que por ende amim avia feita ... os meus testamenteyros vendam todas as vilas e todos os castelos e totalas fortelezas e totalas herdades e totalas honrras e todolos coutos e totalas egrejas e totalas possissoens que eu ey ... em nos reynhos de Castela e de leom e de portugal e de Galiza salvo o Castelo de zagala e mha Quintaã de chaaom de Couçe e as herdades que eu ey en Cervha e en atey e en galegos ... e se o Inffante don affonso quiser conprar todas estas cousas ou cada hua delas mando que lhas vendam ante ca outrem ... se as... nom quiser ... vendam ... a don Pedro ffernandiz de castro meu criado e meu ssobrinho e a martim anes ffilho de Ioham Rodriguiz de breteyros ... que lhis logo façam pago daquelo que lhis venderem ... emando nom vendam ende nenhuma cousa a affonso sanchiz nem a don pedro seu irmaom nem a nenhum dos outros ffilhos delRey salvo ao Inffante don affonso ... e que el os nom possa vender nem dōar ssenom avelos e depois que el finir ffique aa coroa do Reynho ... meus testamenteyros paguem logo a meu senhor elRey de Portugal e ao Inffante don affonso seu ffilho das devidas que lhi en devo ... devia aos testamenteyros de donna Constança gil mha tia ... das herdades que eu conprey a esses seus testamenteyros ...tres mil libras que stevam doniz do unhom peytou por mim a elRey de portugal ... devidas que forem sabudas ... per stormentos ou per verdade ... e corregam totalas malfeitorias que fforem ssabudas com verdade que eu fiz ... paguem as devidas e as mandas de mhamadre donna m ... e de mha irmaam donna maria ... sabham quaees som os enprazamentos que mha madre tinha asa maom e assa posse de que eu torvey ? assa morte comho nom devia e sabham as cousas que ende eu ouvy contra avontade daqueles coyas eram ... remimento de meus pecados ... e por salvamento de mha alma ... den todo esse aver por missas cantar een vistir pobres e en

tirar cativos de terra de mouros ea pobres vergonosos e a gaffos e a pontes e a enparedeadas e a espitaeas ... rogo e peço ao Inffante dom pedro que tome a dom pedro ffernandiz de castro meu sobrinho e que o criy e que lhi faça ajuda e bem ... e que lhi faça aver terra assi como o logar onde el he... lhi peço que sse doa de mia almha e deffenda os meus testamenteiros que nom Reçebam fforça daquello que eu ei en castelha e en leom e en galiza ... tres mil libras de portugaeses ... por almha da condessa dona violante ssanchiz pera ffazer com elhas a eigreya do moesteiro de ssancto tisso aquella eigreja en que a dicta donna violante sanchiz jaz soterrada enom metam aquelles dinheyros enal salvo en ffazer aquella eigreja muitalta e mui bôa ... peço a meu ssenhor ElRey de portugal e a meu ssenhor o Inffante don affonso sseu filho primeiro e herdeiro por sseu natural e por ssua merçee que soom e pola criança que en mim ffezerom que ffaçam conprir todas estas cousas conteudas en esta minha manda ... algum desaguisado ... rogo a dom Reimom de Carmona meu curmhaom que sseja meu testamenteyro pola feuzza que eu en el ey e a martim affonsso tiçom e a martim gomez taveira meu vassallo e affernam vaasquiz meu moordomo e affrei vicente ffrade meor e a Stevam doniz do unhom meu vassallo e a Iohanne anes meu clerigo que sejam meus testamenteyros ... filhar o trabalho nem afom ... ja ffiz outras mandas ante ca esta ... nom vailha ende nenhuma ... nom venha en dultos (?) ... bertolameu perez meu notayro en zagala e en alteza ? que escrevesse esta manda ... stevam doniz meu vassallo que posesse en esta manda meu seello colgado ... presentes vaasco gonçalvez peisoto Licenciado gomez Roy gonçalves camelo geral perez cavalleiro ffrey ffrancisco vaasco goterriz vicente garçia beltram perez ... pugi en ela este meu ssignho.

101

1313, Junho, 28 - *D. Dinis, por dívida, calculada em 2000 libras que ficara por solver da parte do Conde de Barcelos, filhou a Quinta do Chão de Couce, doada ao mosteiro de Santo Tirso por D. Martim Gil, dívida que o nosso mosteiro se comprometera, sob caução, a saldar, afim de que lhe fosse desembargada a dita quinta.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 4-4 v.¹²⁷³.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n.º 46. (*Sumário*): Entre os bens legados ao Mosteiro de Santo Tirso pelo Conde D. Martim Gil, era huma quinta em Chão de Couce, dada por El Rei D. Afonso Pai d'El Rei D. Dinis a D. Constansa Gil, tia do Conde; devia este a El Rei D. Dinis certa soma, e a outras Pessoas, e não bastavão para solusão das dividas todos seus bens; Lansou mão da quinta o Senhor D. Dinis, e requerendo os Testamenteiros a El Rei que a desembargase, exigio este duas mil libras em dinheiros ao Mosteiro para pagamento e o D. Abade e Convento se obrigou a elas, e pedirão que lhe mandase logo El Rei vender *tantos dos bens moveis e rais do dito Mosteiro pera que aia as ditas duas mil libras para pagar as divydas do dito Conde* entrando nesta venda as custas, que se fizesem, e a portaria do Porteiro maior del Rei: isto assim disposto, mandou-lhe pasar Carta para que ninguem tolhese ao Mosteiro a pose da Quinta *sso pena dos seus encoutos*, datada em Frielas, a 28 de Junho da Era 1351, e pasada pelo Bispo da Guarda; no fim da Carta se lê *Episcopus Egitanensis vidit de proprio punho*.

Tem Selo pendente de cera vermelha, de figura d'uma espátula, com as armas Reais, e he inteiramente o mesmo que no tomo IV da Historia Genealogica debaixo do n.º 23 se acha estampado: este he prezo a hum cordão de linha vermelha.

¹²⁷³ Título original: *Carta del rei dom Denis per que Largou a quinta que esta no cham do couçe que foi do conde dom martim gil.*

No texto se fás menção do Selo proprio do Convento de Santo Tirso; e do Selo redondo da Audiencia da Igreja do Porto, pendente da Carta de Licença e autoridade concedida ao Mosteiro para obrigar os bens moveis, e de rais na forma sobredita. N.º 2.º da Gav. 35.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 91, p. 191 (*Sumário*): Provizão Régia pela qual manda desembargar ao Mosteiro de Santo Thirso a Quinta de Chão de Cousse, doada por ElRey D. Affonso a D. Constança Gil, de quem a herdara seu sobrinho D. Martim Gil, que a deixara ao dito Mosteiro, mas como elle ficou devendo a ElRey, mandara reter a dita Quinta. Esta manda agora entregar ao Mosteiro tendo-sse elle obrigado com authoridade do Vigario do Bispo do Porto a pagar duas mil libras para pagar a divida d'ElRey e as mais que deixou, não bastando os seus bens, alem das custas sobre isto feitas e a Portaria do Porteyro mor d'ElRey = Expedida pelo Bispo da Guarda = Episcopus Egitanensis vidit. Lugar do Sello pendente. Tem no reverso = Affonso martyns fazede esta carta registrar no livro da chancellaria = passe eu arrabi a vi.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 233 v. –234 (*Sumário*): Huma carta do Rey, e Senhor D. Denis Escrita aos 28 de Junho da era de Cesar 1351. Della consta, que tendo o Conde D. Martim Gil deixado a este Mosteiro a Quinta do cham de Couse, de que se fez menção na gaveta dos testamentos, n.º 8.º como se apontou neste Index a fl. 196, a qual Quinta tinha dado Elrey D. Affonso seu Pay a D. Constancia Gil sua Tia com todos os seus termos, pertenças, e rendas, e por dividas, que o dito Conde devia ao dito Rey e Senhor, a filhara, e pinhorara. Os Testamenteiros do dito Conde Fernam Vasques Pimentel, e Esteves Domingues de Unhão, e Frei Vicente frade da Ordem de S. Francisco, e João Annes, por merce lhe pedirão mandasse desembargar a dita Quinta ao dito Mosteiro, sendo certo que lhe tinham dito, que o dito conde não tinha tantos bens por onde houvesse de pagar a elle, e aos credores; por isso tinha embargado a dita Quinta. E como o Abbade do Mosteiro de S. Tyrso, e seu Convento por seu Procurador obrigou perante o dito Rey e Senhor todos os bens moveis, e de Raiz do dito seu Mosteiro, para que se achase que os bens do dito Conde, não fossem bastantes para se pagarem as dividas que elle devia darião duas mil Libras para se satisfazerem as dividas. Feita esta obriga o mandou o dito Rey e Senhor, desembargar a dita Quinta, e que a houvesse o dito Mosteiro.

Dom denis pela graca de deus Rei de Portugal e do Algarue. A quantos esta carta virem faco saber que o Conde dom Martim gil mandou ao mostejro de santo Thyrso a sa quintaã que el auia no chaão do Couçe assi como a elrej dom Afonso meu padre dera a Dona Constança gil sa tia com seus terminhos pertencas e Rendas asi como ora andaua Rendada da mão do Conde apartadamente per si A qual quintaã eu tinha filhada per djuida que a mi o dito Conde deuia e fernam Vaasques pimentel, e Esteuam domingues duunhom e frei Vicente frade da hordem de Sam francisquo e Johane anes aluares testamentejros do dito Conde pedirom a mj por mercee que eu mandasse desembargar a dita quintaã ao dito moesteiro. e porque a mi foi dito que o dito Conde nom auia tantos beens per que ouuesse o que el a mim deuia. e outro si os outros a que el deuia diuidas que nom podiam auer o que lhes el deuia pelos seus beens. Eu por em Retiui em mi a dita quintaã. e ora o Abbade do dito moesteiro por si e pello Conuento do dito moesteiro cujo procurador auondoso era per huma procuracom sellada do seello do dito Conuento que ende eu ui e que per outorgamento e per autoridade do Vigairo da eigreia do Porto segundo era Conteudo em huma Carta sellada do seello Redondo da audiencia da eigreia do Porto obrigou per dante mi per si polo dito Conuento todolos bens emoueis e Raiz do dito mosteiro de S. Thyrso e nesta guisa que se eu achar que os beens do dito Conde nom som tantos per que eu possa ser pagado da diuida que el a mi deue e outro si os outros a que el era obrigado que nom podem seer paguados pelos ditos beens e que o dito Abbade e Conuento e seus sucessores dem a mi duas mil libras em dinheiros pera essas diuidas e o dito Abbade obrigouse que se eu achar que me esse Abbade e Conuento ham a dar as ditas duas mil livras que elles nom serem sobre esto mais chamados nem Ouuidos. mais que eu per meu porteiro lhe mande logo vender tantos dos beens moueis e Rais do dito moesteiro per que eu aja as ditas duas mil Libras para pagar as diuidas do dito Conde a saluo com as custas que sobre esto forem feitas e porque o meu porteiro major ajaa sa portaria. e porem tenho por bem e mando que o dito Abbade e conuento ajam a dita quintaã com sas pertenças e com todos Seus

direitos asi como de suso dito he e que ninguem nom lha embargue (...) em testemunho deste lhes dei esta minha Carta dada em friellas vinte e outo dias de Junho. el rej o mandou pello bispo da garda Affonso Reimondes a fes era de mil e tresentos e sinquoenta e hum annos.

102

1315, Janeiro, 24 – *Uma questão entre o mosteiro de Santo Tirso e o Senhor de Albuquerque, D. Afonso Sanches, e sua esposa, sobre bens sitos em Vila Nova dos Infantes (Guimarães).*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 94, p. 192.

(*Sumário*) Letigio perante o Vigario Geral de Braga entre D. Afonso Sanches Senhor de Albuquerque e Mordomo môr d'ElRey e sua mulher D. Thereza Martins, com o Mosteiro de Santo Tirso, sobre certos bens em Vila nova das Infantes. Todo em Latim excepto a Procuração dos A.A. Acha-se incompleto. He um rolo estreito de pergaminho de 15 palmos de comprido.

103

1316, Julho, 01 – *Num diferendo entre o Abade de Santo Tirso e seu Convento, por um lado, e, por outro, Gonçalo Anes de Beire e sua esposa Constança Martins, sobre palha, ervas e versas, a requerer dos caseiros de Santo Tirso, na freguesia de Vila Nova das Infantas, D. Dinis encarrega como juizes da contenda D. João Rodrigues de Briteiros, Martim Mendes de Berredo e Estêvão Fernandes, Abade do Mosteiro de Refojos de Basto.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, 54.

D. Dinis *Rei de Portugal e do Algarve* por Carta datada em Frielas, no 1.º de Julho da Era 1354, nomeou Juizes Arbitros a D. João Rodrigues de Briteiros, a Martim Mendes de Barredo, e Estevão Fernandes Abade do Mosteiro de Refojos de Basto, na renhida contenda entre o Abade do Mosteiro de Santo Tirso, e Gonsalo Anes de Veire e sua mulher Constansa Martins sobre a palha, erva, e versas que estes ultimos requerião dos Cazeiros de Vila nova das Infantas, cujos Cazais pertendia o D. Abade de Santo Tirso que fosem izentos. São notaveis estas palavras da Carta de Comissão *eu tenho por bem e mando que sejades Juizes antreles e que ajades o poder que uos eles dam e que uos eu outorgo e de mais o meu poder que sejades Juizes em meu Logo.*

Tem o mesmo Selo estampado no n.º 23 do Tomo 4.º da Historia Genealogica: he de cera vermelha, pendente d'uma fita amarela de seda. He o n.º 18 da Gaveta 25.

104

1317, Janeiro, 16 – *Sentença dada em Guimarães, no convento dos Frades Dominicanos, contra Gonçalo Anes e sua mulher, porquanto filhavam pelha, lenha, erva, e versas, nos casais do mosteiro, em Vila Nova das Infantas*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 44

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso* n. 33. (Sumário) Em 16 de Janeiro da Era 1355 alcançou o Mosteiro de Santo Tirso Sentença contra Gonsalo Anes, e sua mulher que tomavam nos Cazais do dito Mosteiro em Vila nova das Infantes, palha, lenha, erva, versas, etc. foi escrita *em casa dos Frades Pregadores de Guimarains*; entre as testemunhas aparese Estevão Paes, Advogado na dita Vila, e Gil Martins Escrivão del Rei. Hé o n.º 19 da Gaveta 25.

(Sumário): Havendo contenda entre o Mosteiro de Santo Tirso, e Gonsalo Anes de Veire, e sua mulher Constansa Martins, sobre filhareem estes palha, herva, lenha, e verças nos Cazais, e herdades, que o Mosteiro tinha em Vila nova das Infantes, elegerão *por seu Juiz Arvidro (árbitro) a D. João Rodrigues de Veeiros por pecha e por fiadoria*, isto hé forão fiadores d’ambas as partes em cem maravedis velhos de como os contendores terião por firme, e estavel para todo sempre, debaixo da dita pena, a decizão do seu Arbitro, Aires Travanca, e Lourenso Anes, filho de D. João; julgou por Sentença que não filhasem as ditas couzas.

Este pergaminho he o mesmo que já aponteí acima, debaixo do n.º 33, sem atensão a estes vestígios do nosso Direito publico.

105

1318, Fevereiro, 08 – *O mosteiro de Santo Tirso processa o Bispo do Porto, por não ter respeitado as formalidades exigidas por lei, respeitantes à salvaguarda do direito de apresentação da igreja de Santo Estêvão da Maia, de que Santo Tirso era o padroeiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 96, p. 192.

(Sumário) Procuração do Mosteiro de S. Thirso para apellar do Bispo do Porto D. Fernando (Ramires) por ter procedido a instituir hum Parocho na Igreja de S. Estevão da Maia do Padroado do dito Mosteiro, sem preceder, segundo o antigo costume do Bispado Edicto na Igreja Vaga com termo de 20 dias para comparecerem os que tinham direito a apresentar.

106

1318, Setembro, 19 – *Após a apresentação do Abade de Santo Tirso, o arcebispo de Braga, D. João, por comissão dada a Mestre Bartolomeu, confirma Martim Domingues, como pároco de Vila Nova das Infantas, vaga por remoção de Lourenço Rodrigues.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 51.

(Sumário): Por comisão do Arcebispo de Braga D. João, confirmou o Mestre Bartolomeu na Igreja de Santa Maria de Vila nova das Infantes a Martinho de Domingos por apresentação do Mosteiro de Santo Tirso: noto nas letras de Comisão

dizer o Arcebispo que a Igreja estava vaga *per Constitutionem Sanctissimi Patris Doini Johannis Papae XXII de novo editam* e datar não pela Era de Cezar, mas *XIX die Mensis Septembris Anno Domini M. CCC. XVIII* e finalizar *Archiepiscopus vidit per Franciscum Johannis*.

Nas Letras de Confirmação dis o Mestre Bartolomeu, Chantre de Braga, que a Igreja era vaga pela remosão de Lourenso de Rodrigo *quondam Rectoris ejusdem qui assumptus est in Rectorem Ecclesiae Sancti Iacobi de Antas dictae Diocesis per Constitutionem Domini Johannis Papae XXII*: asinou ao dito Vigario perpetuo 40 libras Portuguezas anualmente para seu mantimento: data no mesmo dia, mês *Anno Domini M.CCC. XVIII*, e finaliza *Cantor vidit*.

Tem este pergaminho Selo pendente de cera branca, semioval, prezo por fitas de linha branca, mas safado, e mui rosádo. He o n.º 5.º da Gav. 25.

107

1320, Dezembro, 07 – *D. Dinis, na lotação que, sob licença do Papa, mandou fazer das igrejas e mosteiros do país, para levantamento dos dízimos de cada instituição, recolherá 400 libras do nosso mosteiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 100, p. 193.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 37 (*Sumário*): Concedeu o Papa a El Rei D. Afonso 3.º ¹²⁷⁴ tirar decimas dos Mosteiros e Igrejas: consta d'um Instrumento que pasou João Peres, Abade da Igreja de Fanzeres, e Recebedor delas no Bispado do Porto, ao Procurador do Mosteiro de Santo Tirso, de como recebera *400 libras de dinheiros Portuguezes*, em que estava taxado. He datado em 7 de Dezembro da Era 1358. N.º 55 da Gav. 21.

(*Extracto*) recebedor e gardador das dizimas que nosso Senhor o papa tem por bem que elRey leve dos moesteyros e egrejas ... recebeu do mosteyro de santo tisso quatroçentas libras de dinheiros portuguezes por razam das dictas dizimas.

108

1322, Junho, 20 – *Testamento de D. Dinis, no qual nomeia o monge de Santo Tirso, Frei João, seu confessor e seu capelão, um dos executores das suas últimas vontades.*

SOUSA, D. António Catetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Lisboa, 1739, p. 131.

(*Extracto*) (...) E faço meus testamenteiros deste meu testamento a Raynha Donna Isabel minha mulher, e Affonso Sanches meu filho, e Fr. Estevam Vasques que agora he Priol da Ordem do Hospital nos meos Regnos, e Estevam da Guarda meu criado, e meu vassalo, e Gonçalo Pereira Deam do Porto meu clerigo, e Fr. Joanne Monge de Santo Tisso meu confessor, e meu capellaõ (...).

¹²⁷⁴ Engano de João Pedro Ribeiro. Não D. Afonso III, mas D. Dinis.

109

1322, Outubro, 11 – *O Abade de Frazão, igreja do padroado de Santo Tirso, recorre à Corte de apelo, na Cúria Romana, através do seu procurador Lourenço Esteves, equipado de tudo o necessário para desempenho desta missão.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. 102, p. 194.

(*Sumário*) Instrumento do qual consta que o Abbade de Frazom mandava Lourenço Estevez seguir huma Appelação à Corte de Roma *a futuro gravamine* acerca da sua Igreja, entregando-lhe o Instrumento della, e duas Procuraçoins, e floryns douro, e torneses de prata, e dinheiros brancos de moeda de Castela, e dinheiros de moeda portuguesa, rogando-lhe viesse cedo, com bom recado, respondendo elle, que assim o faria, *deos querendo: e espediosselhi e foyssse seu caminho com seu redondel curto de rosete e com seu capeirote e seu dardo come homem de caminho... esto foy feito aparde a Eygreja de santilafonso acima da dicta Cidade husse começa o dicto caminho da Corte de roma, etc.* Por Tabeliam publico.

110

1325, Fevereiro, 21 - *Uma contenda entre o Mosteiro de Santo Tirso e Estêvão Soares, Escudeiro da Costa, a propósito da Quinta do Paço da Pedreira, que o Ouvidor da Honra de Unhão resolveria por sentença*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 17.

(*Sumário*): Em 21 de Fevereiro da Era 1363 sentenciou o Ouvidor da Honra de Unhão huma contenda entre o Mosteiro de Santo Tirso, e Estêvão Soares, Escudeiro da Costa, sobre a quinta do Paso da Pedreira. N.º 8.º da Gav. 33.

111

1325, Setembro, 24 – *Validação de um matrimónio (clandestino ?), com base na promessa do casamento, consumado na relação, com anulação consequente de um casamento ulterior, à base do impedimento “ligaminis”.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 49.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 104, p. 194. (*Sumário*): Sentença do Vigário do Bispo do Porto em que julgou por nullo hum Matrimonio pelo impedimento *ligaminis*; por ter o Marido Martim Domingues prometido antecedentemente a outra, *quod nunquam eam dimitteret pro alia uxore dummodo ipsa ab eodem permetteret carnaliter se cognosci*; e como ella assim o consentira, ficara contrahido o matrimonio, em que devia permanecer = *Stephanus gometii Canonicus Egitaniensis vidit*.

(*Sumário*): Tendo Martinho de Domingos prometido a Domingas de Domingos que nunca lhe preferiria outra mulher, com tanto que se deixase conhecer por ele carnalmente, cedeu aquela, e depois rogou a Estêvão de Gomes, Ouvidor do Bispo do Porto D. João que declarasse judicialmente estar valido o matrimonio, e o obrigasse com

Censuras a tratada como sua mulher: contestada a Demanda *super promissionem per negotiationem, et super cognitione carnali per confessionem jurato etiam de calupnia a partibus, hinc et inde, et articulis datis habitis pro pertinentibus, testibusque productis et receptis, et atestationibus publicatis, auditis allegationibus* pronunciou a final *matrimonium inter eam et Martinum Dominici fore contractum, non obstante etiam matrimonio quod idem Martinus Dominici de facto cum Amada Martini postmodum dicitur contraxisse, et mando eidem Martino Dominici in virtute obedientiae et sub excommunicationis pena quod prefatae Dominicae Dominici adhereat ut uxori*. Datado este pergaminho no Porto, a 24 de Setembro da Era 1363.

Stephanus Gomecii Canonicus Egitanensis vidit.

Resta só o cordão vermelho de linha, que prendia o Selo, e o pergaminho. N.º 1.º da Gav. 34.

112

1325, Outubro, 01 – *O Papa arrecada os dízimos dos rendimentos monásticos de Santo Tirso, através do Seu Procurador D. Pedro de Labruge.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 105, f. 195.

(*Extracto*) quatrocentas libras que foram prometudas ao papa em serviço na villa de torres da do abbade e Convento de Santo Tisso ... dom Pedro de labrunia messegeiro do papa.

113

1325, Novembro, 17 – *O Bispo do Porto, D. João, recolhe do mosteiro de Santo Tirso censos que lhe são devidos e solicita empréstimos para resolução de problemas que tem de tratar, junto da Corte, para bem da sua Igreja.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 106, p. 195.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 279 v. (*Sumário*) : Hum instrumnto feito a 17 de Novembro da era de Cesar 1363 por Martim Viegas Tabelião na Cidade do Porto: Do qual consta que querendo o Bispo do Porto D. João hir fallar com ElRey a negocios da sua Igreja pedio emprestado pata gastos quinhentas Libras de dinheiro portuguez ao Abbade deste Mosteiro D. Martim Pires, para o que lhe passou esta obriga, obrigando os bens moveis, e de raiz da meza do Bispo.

(*Extracto*) E a ssa paravoa sinplez ou daquel que este prazo (obrigação) por el mostrar deve seer creuda sen outro juramento e sen outro provo ... Pere martinz trapeiro do Porto ... que os screvam nos libros da reępta das rendas do bispado por pagados ... honrrados baroens e sages ... agradecerom o acorrimento que fez ao dicto bispo.

(*Sumário*) Instrumento de ter recebido o Bispo do Porto D. Ioão do Abbade de Santo Thirso quinhentas libras emprestadas athe dia de Santa Maria dagosto primeiro seguintes, das quaes declara precisar muito em utilidade da sua Igreja tendo de hir *a casa delrey* pera procurar *eenderençar grandes negocios e grandes feytos da Egreja do Porto emuy neçessarios*: declarando mais ter já recebido do mesmo D. Abbade seiscentas libras: Foy outorgada esta obrigação pelo Cabido do Porto = Episcopus vidit = Lugar dos Sellos pendentes do Bispo e Cabido.

114

1326, Fevereiro, 12 – *O Bispo do Porto entregou ao Procurador do mosteiro a resposta a uma decisão de apelar, de que o Abade de Santo Tirso tomara a iniciativa, pelo facto de o Bispo portugalense ter cambiado o jantar pela taxa monetária fixa de seis libras, aquando da visita do prelado diocesano às igrejas do padroado de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 109, p. 196.

(*Sumário*) Appostolos refutatorios dados pelo Vigario do Bispo do Porto D. Vasco, ao Procurador do Abade do Mosteiro de Santo Thirso, que delle apellara, pela taxa de seis libras, em que posera as Procuraçoins das Igrejas do mesmo Mosteiro, quando athe li recebião em hum jantâr ou a dinheiro segundo queria o Abade do Mosteiro = Scolasticus ulixbonensis vidit = Lugar do Sello pendente.

115

1329 (meados) – *O mosteiro de Santo Tirso, a 1 de Junho de 1651, ao tempo do abade D. Frei António Carneiro, recorda as bases jurídicas da pretensão de Santo Tirso ao padroado de Silva Escura, documentando o facto com a apresentação dos textos relativos à doação e à participação do mosteiro na indigitação do abade de Silva Escura, na questão de 1329.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0189, ff. 135-146.

In nomine domini Amen. Nouerint Uniuersi presentis transcripti, seu transumpti literarum seriem inspecturi, quod feria tertia, Vigesima tertia die mensis octobris, de Anno a natiuitate domini, Milesimo tercentessimo, quadragessimo Septimo Coram discreto viro Alfonso petri Canonico Vimaranensi, Reverendi patris domini, ac domini petri Dei et apostollicae Sedis gratia Episcopi portugalensis. Vicario generali nobis Joane Joannis Rectore Ecclesiae de paranhos Notarius, dico portugalensis dioecesis et Nunione Martini dicto Marechas, Notariis iuratis et publicis, in Curia dicti domini Episcopi, et suae portugalensis ecclesiae presentibus cum testibus infra scriptis personaliter Constit. Venerandus, et discreptus vir Joannes de ponte (?) Canonicus Austoricensis generalis Vicarius domini Episcopi supradicti praesentauit, et ostendit quasdam patentes institutiones, sententiae Confirmationis, literas parrochialis ecclesiae de Silva Escura portugalensis dioecesis Sigillo sigillatis dicti domini Episcopi portugalensis Curiae pendulo Sigillatis tenor quarum per omnia de Verbo ad Verbum sequitur in hunc modum (...)

Qua litera lecta ostensa, et publicata dictus Donus Martinus petri Abbas Monasterii supradicti, per se, ac cum Conventu suo, et nomine dicti monasterii sui, dixit, quod per dictam literam institutionis constabat, dictum Alfonsum Martini fuisse institutum in rectorem dictae ecclesiae, ad praesentationem Doni Martini Valasci de Cunha et done Joanae eius uxoris, et quorundam parrochianorum dictae ecclesiae, et sic ius praesentandi ad dictam ecclesiam expectabit ad praedictos donum Martinum Valasci, et donam Joanam, eius uxorem in uita eorum, et pos (sic) eorum mortem ad eorum fillios, et haeredes: dixit insuper, quod mortuis praedictis Martino Vallasco, et dona Joana

remanserunt filij, ijsdem, videlicet Rodericus Martini de Nomaais, et Briatis Martini, et alji, quod Rodericus Martinus de Nomaais Miles, filius legitimus praedictorum Martini Valasci, et done Joane fecit diuisionem, et partitionem de bonis, et rebus, quae remanserunt, ex parte praedictorum Martini Valasci et done Joane, Cum fratribus suis, filijs eorundem Martini Valasci, et done Joane, et quod (...) remanserat eidem Roderico Martini hi (sic) partem suam ratione dictae partitionis, seu diuisionis dictorum bonorum, Quintanam de Silua Escura, Cum suis Casalibus iuribus, et pertinentiis ipsius et cum iure patronatus dictae Ecclesiae, et iure appresentandi ad eam, prout dictus Martinus Valasci, et dicta dona Joana eius uxor pater, et mater ipsius tenuerunt, et possederunt, dum uiuebant, et sic dicebat, ius praesentandi ad dictam ecclesiam pertinuisse ad dictum Rodericum Martini, ratione dictae partitionis, sicut pertinebat, ad praedictos Martinum Valasci, et eius uxorem, dum uiuebant, et ad faciendam fidem de praemissis, obtulit quodam instrumentum publicum, scriptum, et signatum manu, et signo francisci geraldii publici Tabalionis Vimaransensis, non rasum, non Cancelatum, non uitiatum, nec in aliqua sui parte suspectum; Cuius tenor de verbo ad uerbum talis est (...) et insuper dictus Abbas quod praefatus Rodericus Martinus de Nomaais, cum consensu Senhorinhae Roderici eius uxoris, fecerat donationem dicto monasterio suo, de quintana, Casalibus, et iure patronatus seu iure praesentandi praedictis, et omnibus aliis quae sibi obuenerant, seu remanserant ex parte Martini Valasci patris, et donae Joanae matris ipsius, et totum ius sibi Competens in praedictis transtulerat in monasterio superdicti, ad Cuius probationem obtulit quodam instrumentum publicum scriptum, et signatum manu, et signo Martini Annes publici Tabalionis de Vermoim, Similiter non rasum nec in aliqua sui parte suspectum, Cuius tenor per omnia talis est (...).

Dixit insuper, quod Briattis Martini fillia praedictorum Martini Valasci, et donae Joanae, ius si quod sibi competebat, in iure patronatus dictae ecclesiae, et iure praesentandi ad ea, ex parte praedictorum Martini Valasci, et donae Joanae patris, et matris ipsius, Monasterio suo donauerat, cum aliis, quod ibi habebant, ad quorum fidem faciendam obtulit aliud publicum instrumentum scriptum, et signatum manu, et signo Durandi Dominici publici tabelionis domini Regis in Terra de Plato, non suspectum in aliquo, nec uitiatum, cuius tenor dignoscitur esse talis (...)

Quibus instrumentis sic ostensis, et exhibitis in iudicio Coram me vicario praedicto, dictus Abbas nomine sui, et dicti monasterii sui, et conuentus eiusdem, dixit quod manifeste Constat per litteram institutionis praedicti Alfonsi Martini, quod donus Martinus Valasci, et dona Joana eius uxor fuerunt in possessione praesentandi ad dictam ecclesiam Sanctae Mariae, et quod ius praesentandi expectabat ad eos (dico spectauerat ad eos in uita eorum constabat, et quod defunctis illis, illud ius expectauerat, seu pertinuerat ad praedictum Rodericum Martini, eorum filio, ratione partitionis quam fecerat, Cum fratribus Suis, de bonis, et rebus praedictis, et quod illud ius praesentandi fui (sic) translatum in dictum monasterium et sic spectabat ad dictum monasterium suum, ratione donationis praedictae sibi factae praedictum Rodericum Martini, et Briaticem Martini, eius sororem, filiis Martini Valasci, et done Joane praedictorum, prout Constat per dicta publica instrumenta, et Sic dicebat ius praesentandi ad dictam ecclesiam (...) quod eidem monasterio fecerat supradictis unde Constat appresentationem factam per ipsos admitti, et ad eorum praesentationem Rectorem institui in ecclesia prelibata (?) praesentatum per eos institui, alii vero compraesentati dicebant Rectorem debere institui in dicta ecclesia, ad praesentationem parrochianorum ipsius, de quibus fit mentio in littera institutionis dicti Alfonsi Martini et de totum ab eisdem, a quibus, et aliis se praesentatos asserebant, et petebant praesentationes de se factas admitti, et ad eorum praesentationem Rectorem institui in ecclesia prelibata (?) (...).

116

1329, Junho, 10 – *O Abade de Santo Tirso, D. Martim Pires, através do seu procurador, o reitor de S. Martinho de Frazão, recorre da decisão do Bispo do Porto que exigia das igrejas da apresentação de Santo Tirso a taxa fixa de 6 libras, em vez da contribuição alternativa da pensão ou do jantar.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 109, p. 196.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 281. (*Sumário*): Hum instrumento, que mandou passar João Palmario Mestre escolla de Lisboa e Vigario Geral do Bispo do Porto D. Valasco a 10 de Junho da era de Cesar 1367. Delle consta, que Martinho Egeo Reytor da Igreja de S. Martinho de Frazão, e Procurador de D. Martim Pires Abbade deste Mosteiro de S. Tyrso, apelara do dito João Palmario Vigario Geral que era do dito Bispo do Porto D. Valasco do gravame que lhe fizera, de que estando elle, e seu Mosteiro em posse, e antigo costume, das Igrejas pertencentes ao mesmo Mosteiro lhe pagarem huas annuaes pençoens em dinheiro, ou em mantimento; e que não sendo elle citado, nem convencido, o dito Vigario geral a instancia de Alguns Reyttores, lhe taixara que cada Igreja lhe pagasse seis Livras em cada hum anno, e por isso apellava ad summum Pontificem.

Appostolos ¹²⁷⁵ refutatorios dados pelo Vigario do Bispo do Porto D. Vasco, ao Procurador do Abbade do Mosteiro de Santo Thirso, que delle apellara pela taxa de seis libras, em que posera as Procuraçoins das Igrejas do mesmo Mosteiro, quanto athe li recebião em hum jantâr ou a dinheiro segundo queria o Abbade do Mosteiro = Scolasticus ulixbonensis vidit = Lugar do Sello pendente

117

1329, Julho, ? – *Documento respeitante à vedoria de uma das propriedades do mosteiro de Santo Tirso, a Quinta de Leandre, em S. Pero Fins da Maia, que era do domínio directo do mosteiro de Santo Tirso, de que fora apegador Gonçalo Martins e tabelião Gonçalo Martins.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 280 v.

(*Sumário*): Hum instrumento feito no mez de Julho da era de Cesar 1367 por Gonçalo Martins Tabelião da Maya. Delle consta, que se fez medição, e repartição da Quinta de Leandre sita em S. Pero fins da Maya a instancia do D. Abbade de S. Tirso, que nesse tempo era D. Martim Pires, sendo Escrivão da dita medição, e repartição o dito Gonçalo Martins ¹²⁷⁶.

¹²⁷⁵ Apóstolos eram cartas dimissórias para recurso dos tribunais diocesanos para o Sumo Pontífice.

¹²⁷⁶ *Desta Quinta de Leandre* - continua o Index de 1774 - *mandou fazer o Rey e Senhor D. affonso 3.º (sic) Inquirição na era de Cesar 1266: nella se declara que tinha o Mosteiro de S. Tyrso quatro Cazaes em Leandre, como se pode ver no Livro das Inquiriçoens (...). No tempo dos Comendatarios se reduzio a foro censo de 16 alqueires de trigo, que pagão os Cazeiros de João Rodrigo Brandão da Cidade do Porto, que está Senhor destas terras. A São Pero Fins da Maya, lhe chama a dita Inquirição S. Felix do Coronado.*

1329, Agosto, 11 – *O Vigário Geral, após devolução do direito que, a seu favor, lhe fizeram os padroeiros, decide-se por um outro candidato à igreja de Santa Maria de Silva Escura que não era o apresentado por Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 144-145.

Ego vero Vicarius supradictus uiso qualiter dicti praesentati posuerunt in me ius suum, et eis placuit ut ego possit elligere unum ex eiis (sic) instituendum in Rectorem ipsius ecclesiae, Considerans insuper, et attendens quod Martinus Egee Clericus unus ex dictis Cum praesentatis erat magis utilis, et magis idoneus, ecclesiae memoratae ipsum ellegi instituendum in Rectorem ipsius, et ipsum institui in Rectorem, Vacantis ecclesiae Sanctae Mariae praedictae ad praesentationem Abbatis, et Conuentus Monasterii Sancti Tirsi praedicti pro parte ipsos, et dictum Suum Monasterium Contingente ex Supradictis donationibus sibi factis, et ad praesentationem parrochianorum dictae ecclesiae Sanctae Mariae de quibus fit mentio in litera institutionis dicti Alfonsi Martini, cuius tenor hic mentio facta est, nec non et decendentium ex iisdem, Salua questione iuris patronatus inter eos, qui supra eo ellegerint litigare: ipsum per dilectum meum inuestimus de eadem, idem uero Rector mihi, et Santa Dei Evangelia Corporaliter prestitit iuramentum quod domino Episcopo, et successoribus suis canonice intransibilibus fidelitatem, obedientiam, et reuerentiam debitam exhibebat, vocatus ad Sinodum, vel ad ipsum dominum Episcopum per suas literas, uel per eius Nuntium specialem ad eum veniat, et Secreta quae ei panderit nemini pandet, et mandata et sententias suas, et uicariorum Suorum, ac statuta Sinodalia obseruabit, e adimplebit, ac per se obseruari faciat, et impleri, et quod dicto domino Episcopo, et ecclesiae portugalensi persoluet integre iura sua, et quod iurisdictionem, munitiones, et iura dicti domini Episcopi, et ecclesiae portugalensis fidelitatem obseruabit, et procurabit pro posse Conseruari et quod non erit in Concilio, nec in facto, ut dictus dominus Episcopus uitam, aut membrum perdat, aut Capiatur mala Captione, aut damnum aliquod in Sua persona uel in rebus ecclesiae suae incurrat, imo si hoc sciuerit toto posse, et in contrario occurret, et illud quam Citius potuerit per se, uel per litteras, uel per nuntium dicto domino Episcopo manifestabit, et quod nuntius dicti domini Episcopi benigne recipiet, et tractabit, et quod bona praedictae suae ecclesiae fideliter obseruabit, et ipsam nullatenus absque dicti domini Episcopi, vel suorum Vicariorum alienabit, et alienata pro iuribus de proset (sic), et defendet, et si prose (sic) non poterit dicto domino Episcopo dicet, et quod sine mandato dicti domini Episcopi, uel Vicariorum suorum non emplazabit nec alicui testimonium asignabit. Unde nobis in virtute obedientiae praecipiendo mando quatenus eundem Martinum Egee tanquam Rectori uestro obedientiam, et reuerentiam exhibentes sibi de iuribus dictae ecclesiae plenarie respondeatis, et quod ipse uos pro iuribus dictae ecclesiae compellere possit sibi per praesentes plenariam Concedendo potestatem, Sententias aut quas ipse pro iuribus dictae Ecclesiae rite tulerit in rebeles, ego ratas habeo ac firmas, et eas faciam authore domino usque ad Condignam Satisfactionem inuiolabiliter obseruari. Dante in Cituitate portugalense undeçima die mensis Augusti Era Millessima Trecentessima Sexagessima septima Alfonsus (...) iuratus notauit. Scolasticus Ulisbonensis uidit.

119

1329, Agosto, 16 – *Por ter infringido a carta pela qual El-Rei D Afonso IV, tomara sob si a protecção do mosteiro de Santo Tirso e seus bens, Dona Mor, mulher de Martim Lourenço da Cunha, foi condenada a pagar pelo dobro o prejuizo das suas tomadias, de que os nossos frades foram vítimas.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 110, pp. 196-197.

(*Sumário*) Sentença da Corte d'Elrey contra D. Mayor, molher de Martim Lourenço da Cunha, sobre certas tomadias que fizera, em Cazaes do Mosteiro da Maya, d'onde levava doze *buzeos e meyo de messes*, e alqueyre de trigo: o que se lhe manda pagar dobrado, por ter o Mosteiro Carta *dencomenda* delrey, já publicada, antes do dito maleficio, no Concelho da Maya. Expedida por João Annes Melom e Domingos Paez Ouvidores dos seus Feitos e da Portaria = Domingo paez = Iohanes Iohanniz = Lugar do Sello pendente.

120

1329, Novembro, 24 – *Um extracto tão avulso, quão cingido à simples menção de dois líderes monásticos: Pedro Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso, e João Domingues, Prior do convento agostiniano de Lordelo.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 111, p. 197.

(*Extracto*) Dom Pere Annes abbade de Santotisso e Conigo do Porto ... dom Ioham domingos priol do moesteyro de Lordelo da ordem de Santo agustinho ...

121

1330, Maio, 04 – *João Anes de Marvão, Corregedor por El-Rei, impôs por sentença a Fernão Martins de Frazão, Escudeiro, que não filhasse erva nos casais de Santo Tirs, na freguesia de Pena Maior.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 18.

(*Extracto*): Em 4 de Maio da Era 1368 julgou por Sentença João Anes de Marvão, Corregedor por El Rei, que não filhase erva Fernão Martins de Farazom, Escudeiro, nos Cazais que tinha Santo Tirso na freguezia de Pena Maior. N.º 13 da Gav. 33.

1331, Maio, 08 – *Após o fim da prelazia de Pedro Anes, em 1331, gerar-se-á enorme confusão no mosteiro de Santo Tirso, pelo facto de o Presidente do acto eleitoral, o Vigário Geral do Porto, optar pelo menos votado, Lourenço Giraldes, que acabaria por ser confirmado.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, ff. 281 v.-284.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro*, doc. n. 112, p. 197. (*Sumário*): Sentença de João de Lourosa Subdelegado do Bispo do Porto D. Vasco, que se achava em Avinhão, em virtude de hum rescripto do Pontífice João 22. sobre a elleição da Abbadia do Mosteiro de Santo Thirssro. Contem todo o Letigio em Latim em hum grande rollo de Pergaminho.

(*Sumário*) Huns autos de Letigio, ou cauza Apostolica, que finalizou a 16 de Setembro do anno de Christo de 1331, que corresponde a era de Cesar de 1369. Della consta mandar o Santissimo Padre João 22 huma Bulla passada em Avinhão de França, aos 26 de Julho de anno de Christo de 1331 ao Bispo do Porto D. Valasco para se conhecer da eleição que se tinha feito em D. Lourenço Giraldes.

Cometeu-se o conhecimento desta causa a João Lauroza Conego de Coimbra, e procedendo a tirar testemunhas, jurarão varios Monges deste Mosteiro, que por morte do D. Abbade antecedente Martim Pires, querendo elles entrar em eleição; viera João Palmeiro Deão de Braga, e Vigario Geral do Bispo do Porto D. Valasco, que dizião este tinha ordem para por aquella vez nomear Prelados na vacatura de alguns Beneficios, lhes perguntara quem querião por seu Abbade, dezanove até vinte unidos com o Prior da Clastra Fernam Pires disserão que querião por seu Abbade, o Abbade do Mosteiro de S. Bento da Varzia¹²⁷⁷ o qual era Irmão carnal do dito Prior da Clastra, e este com os mais Monges que erão do seu partido, jurarão que não tinhão dado poder algum por aquella vez ao dito Vigario Geral, nem cederão nelle, para lhe nomear Abbade, antes sim protestarão sempre, que querião por seu Prelado o Abbade do Mosteiro da Varzia e que só seis, ou sete juntos com Lourenço Giraldes derão poder e cederão no dito Vigario Geral, para que nomeasse por aquella vez Abbade deste Mosteiro, e que com efeito nomeara por Abbade ao dito Lourenço Giraldes Monge deste Mosteiro por ser capas para o emprêgo, de que rezultou os do partido do Prior da Clastra apellarem ad Sanctam Sedem¹²⁷⁸.

(...) Neste mesmo jurarão Fernando Affonço Reytor da Igreja de Fornello, e Vigario na Igreja do Porto; e Valasco Martins Escrivão na audiencia do Porto, que alguns Monges do dito Mosteiro disserão ao dito Vigario Geral, que querião por seu Prelado o Abbade do mosteiro da Varzia; outros disserão, que querião por seu Prelado o Abbade do Mosteiro de S. Felix sito no Bispado de Tuy¹²⁷⁹ outros disserão, que pedirão por seu Abbade ao dito Lourenço Giraldes; e fallando o dito Vigario geral com aquelles que tinhão pedido por seu Abbade ao dito Lourenço Giraldes, lhes perguntara à parte se elle era capas para o emprêgo; lhe responderão que não havia no dito Mosteiro, outro mais capas, e que ao depois o dito Vigario geral se pozera em Lugar separado, e mandara ao Escrivão fazer hum auto, e por elle provera em Abbade, ao dito Lourenço Giraldes, e lhe dera posse desta Abbadia. Jurarão mais, que tinhão visto huma Letra do Senhor

¹²⁷⁷ Anotação do autor do Índice de 1774: sito no Arcebispado de Braga, unido prezentemente ao Mosteiro de Villar de Frades, que ambos antigamente forão Benedictinos.

¹²⁷⁸ Aparte do dito autor do Índice de 1774: o que se manifesta da Bulla que vem encorporada no mesmo processo.

¹²⁷⁹ Esclarecimento do citado autor do Índice de 1774: vulgarmente chamado S. Fins das Frestas, que ao depois no tempo do Rey e Senhor D. João 3.º se deu aos Jesuitas.

Bispo, pelo qual o dito Vigario geral tinha poder do dito Bispo para conferir os Benefícios que vagavam no Bispado do Porto: Mais jurarão que huns reconhecerão ao dito Lourenço Giraldes por seu Abbade, e outros apellarão para a Sé Apostolica.

(...) Feita esta Inquirição a respeito da Eleição o dito João Louroza Juiz Subdelegado tirou outra Inquirição a respeito da Capacidade, e Costumes do dito Lourenço Giraldes, em que jurarão os Priores dos Mosteiros, de Landim, Villarinho, Oliveira, e Roriz, todos da Ordem de Santo Agostinho juntamente com alguns de seus Conegos; nella tambem jurou D. Gonçalo Martins Abbade do Mosteiro de Paço de Souza; e tambem varios Parocos circumvezinhos deste Mosteiro, como o de Palmeyra, o de Bayrro, o de Casteloens, o de Sam Mamede de Negrellos, o de Santo Izidro de Negrellos, o de Santa Maria de Guardizella, o de Santiago de Lordello, e dous Protonotarios desta mesma Freguezia, o de Sam Mamede de Frazam, o de Sam Miguel de entre as Aves, e outras varias Pessoas afirmando todos que o dito Lourenço Giraldes era de bons costumes, e de boa capacidade de provido no temporal e espiritual, e capaz de governar a dita Abbadia

1280

(...) D. Lourenço Giraldes Abbade do Mosteiro de S. Tyrso, mostrou, e fez Ler perante Domingos Paes juiz de Refoyos, e Domingos Pires Frazam juiz do Couto de Santo Tyrso, e Lourenço Martins, meyrinho na dita terra huma carta del Rey D. Affonso 4.º Selada do seu Sello: nella referia, que Lourenço Giraldes Frade de S. Tyrso lhe mandara dizer, que elle era Abbade confirmado do Mosteiro de S. Tyrso, e que estava em posse delle, e dos seus bens, e que se temia de lhe fazerem algum mal em o privarem da dita posse, e que lhe pedia, que as suas justiças o conservassem nella.

Foi passada a dita carta a cinco de Junho da era de Cesar de 1369.

E sendo Lida a dita Carta aos ditos juizes, e meirinho lhes pedio o dito Abbade lha cumprisse, e fizesse guardar: ao que responderão, que de boamente cumprirão, e farião, o que elRey ordenava; mas que lhes mostrasse a Confirmação de Abbade, o que Logo fez mostrando-lhes hum instrumento feito por Giraldo Pires, Tabelião na terra de Refoyos:

Delle constava, que João Palmeiro Deão de Braga, e Vigario Geral da Igreja do Porto metera de posse, em corporal poccissão a 8 de Mayo da era de Cesar de 1369 a Lourenço Giraldes por Abbade do Mosteiro de S. Tyrso, Levando-o ao Coro com Cruzes, e Livros assentando-o na Cadeira do Abbade entregando-lhe as chaves das officinas, e acompanhando este acto de repiques dos Sinos.

Mostrou-lhe mais outro instrumento, que constava de uma apelação que elle tinha feito para Roma, e que seguiria a seu tempo:

A vista destes instrumentos disse o dito Abbade aos ditos juizes e Meirinho, visto o fezellos certos da posse em que estava da Abbadia deste Mosteiro, e da ordem delRey por onde mandava o conservassem erão elles obrigados a conservalo nella; para o que lhes pedio, que estivessem no dito Mosteiro; para que não permitissem fazer-lhe força sobre a dita posse.

(...) Habelitação e posse, que a 13 de Outubro do Anno de Christo de 1331, que he a era de Cesar 1369 mandou dar João Lauroza Conego de Coimbra Juiz Subdelegado pelo Senhor Bispo do Porto D. Valasco pela Bulla, que tinha enviado o Santissimo Padre

João 22 para habilitar, e continuar na posse de Abbade deste Mosteiro D. Lourenço Geraldês¹²⁸¹.

123

1331, Novembro, 09 – *O Abade de Santo Tirso paga ao colector dos dízimos do Papa, no bispado do Porto, o abade de Fânzeres, 800 libras, tanto quanto lhe coube do mosteiro e das igrejas do seu padroado.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 113, p. 197.

(*Sumário*) Instrumento do qual consta ter o Abbade de Fanzeres colhedor das dizimas do Papa no Bispado do Porto, recebido do Abbade de Santo Thirsso oitocentas libras em que o seu Mosteiro com *totalas* suas Egrejas era tousado em cada anno, tendo satisfeito todos os annos antecedentes.

124

1331, Novembro, 13 – *O Papa João XXII concede a Lourenço Mendes a graça expectativa de uma igreja do padroado do mosteiro de Santo Tirso, já vaga ou que viesse a vagar*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 114, p. 198.

(*Sumário*) Expectativa concedida pelo Pontifice João 22. a favor de Lourenço Mendez, acerca de qualquer Igreja, que vagasse ou estivesse vaga, do Padroado do Mosteiro de Santo Thirsso. Dirigida ao Chantre de Braga. Incluída na Subdelegação do mesmo Chantre no Mestre Escola do Porto e outros.

125

1335, Julho, 16 – *Os juizes de D. Afonso IV, João Anes Mellom e Afonso Salgado, em nome de D. Afonso IV, confirmam e também esclarecem dos limites da mesma jurisdição cível do mosteiro na honra de Guimarei.*

BS 13-3-14^a.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 32 (*Sumário*): Tendo El Rei D. Afonso /4.º/ mandado comparecer na Corte e perante os Ouvidores dos seus Feitos a todos os possuidores de Vilas, Castelos, Coutos, e Honras, ou Jurisdisoins, mandou o Mosteiro de Santo Tirso seus Procuradores, os quais mostrarão pertencer-lhe a jurisdição de meter Chegador na Honra de Guimarei no Termo de Refojos, o qual por mandado do Juis que ouvia os preitos criminaes, e Civeis, penhorava, constrangia, e vendia os penhores dos habitantes: Giraldo Esteves Procurador del Rei se opôs á pose d'aquela jurisdição, correu demanda petraente João Anes e Lourenso Martins, Ouvidores dos Feitos d'El Rei, os quais decidirão a final que uzase o Mosteiro da sua póse, em testemunho do que lhe mandou pasar

¹²⁸¹ Cf. nota de rodapé, no c. X, sobre o Abadológico tirsense, ao tratar-se da prelazia de D. Lourenço Geraldês (1331-1361).

Carta em Lisboa em 16 de Julho da Era 1374, da qual pendeu Selo, prezo á fita de seda vermelha. Hé o n.º 12 da Gav. 32.

Dom Affonso pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue A quantos esta carta uirem faço saber que Eu pelas comarcas do meu Senhorjo mandey fazer e publicar chamamento geeral per Razom de todos aqueles que auyam villas e Castellos Coutos ou Onrras ou Jurisdicoens algumas em elas no meu Senhorjo que a dia certo conteudo no dito Chamamento ueessem perante os Ouuidores dos meus ffectos mostrar em como as auyam Ao qual dia que lhis asy pelo dito chamamento era mandado a que parecesem sobrela dita Razom como dito he Pero giraldez meu procurador por mjm da huma parte E o Abbade e Conuento do moesteiro de Santo tisso de Ribadaue per pero da Luna seu procurador da outra pareceram perante Affonso Steuez Ouuydor dos meus ffectos e da parte dos ditos Abbade e Conuento per o dito seu procurador satisffazendo ao que lhis por mjm esta mandado ffoy dito que o dito moesteiro de Sancto tisso auya huma Onrra que chamauam Guymarey termho de Reffoyos na qual Onrra diziam que estaua o dito moesteiro em posse de meter chegador que chegaua e penhoraua ¹²⁸² e costringia e vendia os penhores dos que hj morauam por mandado do Juiz meu que hj ouuya as preitas Comminaaes (...) E que nam entraua no dito logo outro Porteiro nem outro Chegador senom o do dicto moesteiro E que desta Jurisdiçom estaua em posse o dicto moesteiro passaua por Cinquenta e por Saseenta e por Sateenta e por Oyteenta Annos. E por tanto tempo que a memorja dos homeens nom era em contrajro. E postas asi as dictas Razoens da parte do dicto mosteiro o dicto meu procurador por mjm er posse sa petiçom contra os dictos Abbade e Conuento do dicto moesteiro dizendo que a sobredita Jurisdiçom que os dictos Abbade e Conuento tragiam do chegador na dicta Onrra pertencia a mym por derejto comum E porem pedia ao dicto meu Ouuidor que por Sentença defendesse aos dictos Abbade e Conuento que dessy en deante no usassem da dicta Jurisdiçom na dicta Onrra e a leixassem a mim E da parte dos dictos Abbade Conuento por Joham martinz procurador em mha Corte seu procurador que ueo ao dicto ffecto foy dicto que os ditos Abbade e Conuento nem o dicto seu moesteiro nom eram teudos de leixar a mym a dicta Jurisdiçom nem a leixar dusar della na dicta Onrra per o que ia dicto e alegado auyam nas sobredictas sas Razoens as quaes dizia que daua por defessa contra a dicta mha petiçom as quaes diziam que tragiam derejto e que deuyam seer contestadas per o dicto meu procurador E pedia que as contestasse. E o dicto meu procurador contestando as dictas Razoens da deffesa dise que o nom sabya nem Crja. E o procurador do dicto moesteiro dysse que o queria prouar e veo com seus artigos os quaes foram Julgados por perteeçentes por Joham annes mellonm e por Lourenço martjnz calado Ouuydores dos meus ffectos E outrosy Giraldo Steuez meu procurador er ueo com artigos para prouar por mjm Interruçom. E os que lhj fforom Recebudos. A prouar a Interruçom e Julgados por pertençentes por os dictos Joham annes mellom e Lourenço martjnz calado meus Ouuidores sobre dictos pelos quaes artigos sobredictos asy da huma parte como da outra Os dictos meus Ouuidores mandarom hj ffazer Emqujrições. As quaes Emqujriçoens ffectas ueerom perante Joham annes mellom meu Ouuidor sobredicto e perante Domingos paaes seu companhom. E presente Gyraldo steuez meu procurador da huma parte E Steuam domingues ffrade do dito moesteiro e Pero da Costa procurador em minha Corte procuradores dos ditos Abbade e Conuento da outra os dictos meus Ouujdores vistos as dictas Emqujriçoens e abertas e publicadas acharom que o dito moesteiro prouaua que metia Chegador na dita Onrra des Saseenta Anos aaca (...) saluo quatro Anos que auya que entraua hj os meus Porteiros a fazer as penhoras e entregas. E assy o Julgarom por Senteença E porque o

¹²⁸² Repetida a palavra *penhoraua*

meu procurador al nom dizia para embargar a definjtiua Joham annes mellom e Affonso Salgado Ouujdores dos meus ffectos e da Portaria visto o dicto ffecto pressentes os sobredictos procuradores asoluerom por Sentença definjtiua os dictos Abbade e Conuento e o dicto seu moesteiro da dita demanda que lhis o dicto meu procurador por mjm ffazia sobrela Jurisdiçom da dicta Onrra do Chegador E mandaron que o dicto moesteiro usasse de poer seu chegador na dicta Onrra que usasse do officio de chegador E que nom usasse hi doutra Jurisdiçom nenhuma E que Eu usasse na dicta Onrra de toda outra Jurisdiçom asy no Ceuil como no Crime. E o dicto meu procurador disse o poynha por agrauamento para a mha merçee por que nom mandaua Expresse que os meus Porteiros entrassem na dicta Onrra a ffazer as penhoras e as entregas.

Em testemunho desto dey en aos dictos Abbade e Conuento e ao dicto seu moesteiro esta minha carta Dante em Lixboa Dez e sex dias de Julho ElRey o mandou por Joham annes mellom e por Affonso Salgueiro (?) Ouujdores dos seus ffectos e da Portaria Steuam martjnz a ffez Era de mil e trezentos e Sateenta e quatro Annos.

Johannes Johannis Alfonsus dominici.

126

1335, Julho, 21 – *O mosteiro de Santo Tirso recorre de uma sentença do Vigário Geral de Braga que passou carta inibitória a favor de um minorista Afonso Vasques, escudeiro, que pilhava e violentava os bens de Santo Tirso, sitos em Vila Nova dos Infantes, a coberto do seu estatuto de clérigo.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 118, pp. 198-199.

(Sumário) Instrumento Latino de Appellação interposta por parte do Abbade e Convento de Santo Thirso do Vigario Geral do Arcebispado de Braga, a que deu occasião o facto seguinte Affonso Vasquez Escudeiro filho de Vasco Martins Cavaleiro de Barro tendo feito varias violencia e tomadias em Vila Nova das Infantas e herdades do Mosteiro de Santo Thirso, conduzindo muitas couzas violentamente para o seu Paço de Rio mau e fazendo assuadas contra o mesmo D. Abbade, este se queixou a ElRey, que mandou disto inquirir; porem a requerimento do reo passou inibitoria o Vigario Geral de Braga com o fundamento de elle ser Minorista: ao que se oppoem por parte do Abbade, *quod facto privilegium abiciat clericale qui contraria negotia contrahit cum jure sit cautum quod clericus facto potest clericalem ordinem abicere non sacrum ... et ex eo quod tanquam scutifer sive miles contrahat negotiationes seculares divinis officiis pretermisissis et non defferat tonsuram clericalem nec coronam imo defert barbam prolixam et capillos per spatulas et est vassalus domini regis portugalensis et habet ab eo soldadam seu stipendium ... congregavit milites et fecit exercitum sive assunhadam... manu armata militaria negotia exercendo ... ut faceret dominus rex dicta forefacta corrigere et emendare juxta decretum suum etc.*

127

1335, Setembro, 04 – *Por carta de D. Afonso IV, ordenou o monarca que Lourenço Martins, Vedor dos Coutos e Honras no Entre-Douro-e-Minho, devassasse todos os Coutos e Honras que não constassem das Inquirições de D. Afonso III, seu pai, donde vieram a constar como consistentes os coutos e honras de Santo Tirso, como eram as Lages e Airão Vila Nova das Infantas, Guimarei e Soutelo.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 36.

(*Sumário*): Tendo El Rei D. Afonso 4.º mandado inquirir dos Couos e Honras d'entre Douro, e Minho, e determinado que devasáse Lourenso Martins *Veedor dos Coutos, e Honras* na sobredita Provincia, todos aqueles Lugares que não se achassem honrados nas Inquirisoins, que por Gonsalo Moreira, e pelo Prior da Costa, e Domingos Paes, *Vogado de Bragaa* mandou fazer o Senhor D. Dinis; achou o sobredito Vedor que no Julgado de Guimarains tinha o Mosteiro de Santo Tirso a Honra d'Airam, na qual se comprehendia a freguesia de S. João d'Airam, e o Lugar do Paso, dado ao Mosteiro por D. Chamoá Gomes; como também a Honra de Vila nova das Infantes, que comprehendia a freguezia de Santa Maria, dada por D. Urraca Sanches /filha natural d'El Rei D. Sancho /: achou mais que no Julgado de Refojos de Riba d'Ave erão honradas as freguezias de S. Paio, e a de S. Tiago, cuja Honra chamada de Guimarei fora de Miana D. Elvira, que a dera á Rainha D. Mafalda, e esta a D. Chamoá Gomes, e esta ao Mosteiro de Santo Tirso; que na freguezia de Santo Tomé o Lugar de Soutelo era Couto do dito Mosteiro. A rogos do D. Abade mandou-lhe Lourenso Martins Calado pasar Carta do rezultado da sua diligencia, para conservação de seu Direito, datada em 4 de Setembro da Era 1373. He o n.º 11 da Gav. 32.

128

1336, Julho, 16 - *Carta de sentença de D. Afonso IV sobre o couto de Santo Tirso, pela qual reconhece a favor do mosteiro, todos os privilégios, liberdades e direitos que lhes tinham sido confirmados* ¹²⁸³.

CCLP, vol. I, pp. 70-71, com o título de *Item outra carta do dito moesteiro de Sancto Tisso per razom da jurdiçom do couto que há arredor dessy e per hu parte.*

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 23-24, com o título de *Sentença dada por João anes mello e por Dominguos Pais, entre el Rei e o mosteiro de S. Thyrsso, na qual se contem a iurisdicam que o dito mosteiro tinha, e suas direitas e verdadeiras demarquacois.* E acrescenta ao documenta esta observação: *Esta carta foi publicada prezente Vasco Lourenco tendeno no Juis Ordinario na Cidade do porto e prezente Vasco de franca e braz Gonçalves Vereadores e Alvaro Vasques como do Senhor iffante Dom pedro e procurador da dita cidade e outros muitos bõos e todos disserom que pois era per sentenca entre el Rey e o mostejro que se comprisse e gardasse como em ella he Conteudo e desto affonso Martins de de (?) pedio hum stromento feito em a dita cidade na Casa da Relaçam des dias do mes de dezembro era do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e trinta e cinco annos testemunhas Joam Roiz taborda cauallejro e Vicente Lourenco e Aluaro Roiz e Vicente Lourenço mercadores e outros e eu Joam Gonçalves (?) taballiam geral de nosso senhor el rej e seus Reynos que esto escreui e aqui meu publicuo sinal fis que tal he.*

Dom Affonso pella graça de deos Rey de portugal e do algarue. Aquantos esta carta uirem faço saber que eu pollas comarcas domeu Senhoryo mandey fazer e publicar chamamento geeral per razom de todos aqueles que auyam uillas e castellos, coutos ou honrras ou jurdições algumas no meu Senhoryo, que adia certo contheudo no dito chamamento uehessem perante os ouuydores dos meus feitos mostrar em como as auyam. Ao qual dia que lhes assy era mandado aque parecessem sobrella dita razom como dito he, Pero giraldez meu procurador por mym da huma parte e o abade e conuento do Moesteyro de sancto tisso per pero da luna, seu procurador da outra parecerom perante afonso esteueez, Ouuidor dos meus feitos, e da parte dos ditos abade e conuento per o dito seu procurador foy dito satisfazendo ao que lhes pello dito chamamento era mandado queo dito Moesteyro de sancto tisso de Riba daue auya arredor dessy huum couto oqual partya pella ponte de Domna guntinha, per monte caluo açjma. Edesy ao Requeixo e aa pedra do couto de çjma de Ryal de moynhos como parte arredor de monte cordoua. E desy aacooueyra, desy pella cercada comosse uay ao Ryo daue. do qual couto dezia que estaua o dito Moesteyro em posse de meter oabade seu juz no dito couto e seu chegador e seu meyrjnho. Os quaaes diziam que jurauam ao dito abade ou aquem elle mandaua. Equeo juz que assy per o dito abade era metudo no dito couto, ouuya os feytos çiuées dos moradores do dito couto. Equeo dito chegador chegaua perantel para fazer dereyto çiuelmente. Equeo dito meyrjnho prendia e leuaua perante o dito juz do Couto aquelles de quem dauam algumas querellas. Equesseo juiz uija queo feito tangia acrime daquelles que assy perantel uijnham, que os enuyaua logo perante o meu juz, e nom conheçia mais delles saluo nos feitos çiuées. Equeo dito juz do couto daua sentenças antre as partes. Emandauaas comprir per o dito chegador e meyrjnho. Eos que do dito juz queryam apellar que apellauom parao abade e do abade para mym. Eque destas jurdições e cousas sobreditas estaua em posse odito moesteyro passaua per dez e uijnte e trinta e quareenta e cijnquoenta anos, e per tanto tempo que amemorya dos homeens nom era em contrayro. Epostas assy as ditas rrazões da parte do dito Moesteyro odito meu procurador por mym her pose logo sá petiçom contra os ditos abade e conuento do dito Moesteyro, dizendo que as sobreditas jurdições que os ditos abades e conuento tragiam no dito couto perteeçiam amym per dereito comum. Eporende pedia ao dito meu ouuydor que per sentença deffendesse aos ditos abade e conuento que desy emdeante nom husassem das ditas jurdições no dito couto e as leixassem amym. Eda parte dos ditos abade e conuento per joham martijnz¹²⁸⁴ seu procurador em minha corte que her ueeo ao dito feito foy dito que os ditos abade e conuento nom eram theudos de leixar dehusar das ditas jurdições no dito couto nem de as leixarem amym per oque já dito e alegado auyam nas sobreditas sás rrazões, as quaaes dezia que dauam por deffesa contra adita petiçom. As quaaes dezia que tangiam dereyto. Eque deuyam asseer contestadas pello dito meu procurador. Epedia queas contestasse. Egiraldesueez¹²⁸⁵ meu procurador que por er ueo ao feito contestando as ditas rrazões disse queo nom sabya nem cria¹²⁸⁶. Eo procurador dos ditos abade e conuento disse queo querya prouar. Eueo com seus artjgoos, os quaaes foram julgados por perteecentes per johane annes mellom, e per lourenço martijns callado, ouuydores dos meus feitos. Eo dito meu procurador er ueo com artjgoos para provar por mym aenterruçom, os quaaes lhe foram rrecebudos e

¹²⁸⁴ Nota do *Corpus Codicum*: Não pareça inadvertencia. O procurador do abbade e convento, no couto, é Pero de Luna; na côrte eram Joham Martins e Pero da Costa. Ambos foram presentes ao acto, ao que parece: o primeiro assistindo pessoalmente; o segundo fazendo-se representar por o conego Estevão Domingues.

¹²⁸⁵ No documento, ora se cita este procurador da Corte como *pero giraldez*, ora como *giraldesteveez*

¹²⁸⁶ *Quería*.

judgados por perteecentes per os sobreditos meus ouuydores. pellos quaaes artjgoos sobreditos assy da huma parte como da outra os ditos meus ouuidores mandarom hi fazer enquiriçoões. As quaaes enqueriçoões feitas ueherom perante johane annes mellom, ouuydor sobredito e perante domjngos paaez, seu companhom. Epresentes geraldesteuez meu procurador, dahuma parte e esteuam domjnguez, frade do dito moesteyro, per pero da costa procurador em minha corte, procuradores do dito abade e conuento da outra. Os ditos meus ouuidores uistas as ditas enqueriçoões e abertas e publicadas acharom queo dito moesteyro prouaua tanto no ciuel que lhe auondaua do quessee obrigara aprouar. Eque eu prouaua tanto que me auondaua que auya no dito coutho jurdiçom no crime. Eassy julgarom per sentença. Epor queo meu procurador al nom quis dizer para embargar adeffenetiua, os ditos meus ouuydores uisto o dito feito asoluerom per sentença defenitiua os ditos Abade e conuento e o dito seu moesteyro da sobre dita demanda que lhes odito meu procurador por mym fazia Emandarom que o dito Moesteyro husasse no dito coutho das sobreditas jurdiçoões do ciuel pella gujsa que posto auya nas sobre ditas sás rrazoões e as prouara e que nom husasse hi doutra jurdiçom nenhuma. Eque eu husasse no dito coutho da jurdiçom do crime. Em testemunho destoy dey ende aos ditos Abade e conuento e ao dito seu moesteyro esta minha carta.

dante em lixboa, dez e seis dias de julho. Ellrey omandou per johane annes mellom e per domjngos paaez, ouuydores dos seus feitos e daportarya. Steuam martijns affez. Era de Mil e trezentos e seteenta e quatro anos.

129

1337, Julho, 06 – *Uma carta endereçada ao Vigário de Dona Teresa, na Honra de Unhão, ela, já viúva de Afonso Sanches, Senhor de Albuquerque a Medelim, era ainda viva*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 19.

(*Sumário*): Em 6 de Julho da Era 1375 vivia ainda D. Tereza viuva d'Afonso Sanches, Senhor d'Albuquerque, e Medelim: consta d'uma Carta com aquela Data, dirigida ao Seu Vigairo da Honra d'Unhão, e finaliza / *D. Tereza o mandou por Gonsalo Anes seu Ouvidor, Johão dEvora a fez etc.* N.º 16 da Gav. 33.

130

1337, Outubro, 18 – *Por entre 1314-1329, selar-se-ia um acordo entre o mosteiro de Santo Tirso e o Conde D. Pedro, pelo qual este cedeu ao mosteiro de Santo Tirso os coutos de Eixo e Requeixo, com todos os seus direitos, por uma pensão anual de 800 libras de moeda portuguesa, a pagarem-se com os rendimentos dos bens doados aos monges, mais duas prestações, pelo dia de S. João Baptista e 3 de Janeiro.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 284 v.

(*Sumário*): Hum instromento feito a 18 de Outubro da era de Cesar 1375 por Affonso Martins Tabelião na Terra da maya, e de bouças. Delle consta que Clemente Martins Procurador do Conde D. Pedro, confessou recebera do Abbade de S. Tyrso, que nesse tempo era D. Lourenço Giraldes em nome do dito Conde trezentas e trinta e cinco

Libras de dinheiro portugues, que o dito D. Abbade havia de dar ao Conde por dia de S. João Baptista, e de como recebeo os ditos dinheiros pedio o dito D. Abbade este Instrumento que se fez alem da ponte de Dona Goncinha no Termo da terra da Maya

131

1339, Julho, 05 – *Confirmação da doação de Rui Martins de Nomães e de sua esposa, Senhorinha Rodrigues, ao mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189

(...) a Roy Martins, e sa mulher, Senhorinha rodrigues, Augoa leuada, com todos seus Couttos, e com todas sas onras, e Aluozende e Rabinhade, e Lamelas, e São lourenço, e Varazim e Silua escura, com todas sas onras, e com todas sas pertenças, e com todos seus direitos, e nenhum dos meus irmãos na dita possão hi ganhar, nem auer couza, e nos os sobredittos outorguamos que nom pouzemos na igreja de Silua escura e o Abbade deuenos ende a dar em cada hum anno tres tres (sic) morabitinos; e Roy Martins deuea de albadar (sic), feito foi esto em o ditto luguar, e quintam, sinco dias de Julho era de mil e trezentos, e setenta e sete annos testemunhas Martim gil de Teiuais, e o ditto Juis, e João branco, e Lourenço martins lauradores de Siluares, e outros, e eu ditto tabaliom que por mandado, e com authoridade do sobredito Juis a esto tresladei e meu sinal hi puge que tal he.

132

1339, Novembro, 22 – *O mosteiro de Santo Tirso paga ao advogado do mosteiro, em Guimarães, 15 libras de salário anual.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 121, p. 200.

(*Extracto*) Trinta e sinco livras de dinheiros portugueses aas terças do anno ... e em toda vossa vida filharedes das dictas trinta e sinco livras de cada anno pera vos quinze livras por vosso salayro pera defenderes o dicto moesteyro em nos seus preitos ... come vogado em no dicto logo de guimaraens.

133

1339, Dezembro 31 - *O Abade do mosteiro de Santo Tirso responde ao Procurador do Conde D. Pedro que, em virtude do tratado feito entre os monges e o Conde D. Pedro, a data da entrega da segunda prestação não é o Natal, mas o dia 3 de Janeiro.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 284 v.-285

(*Sumário*) : Hum instrumento feito a 31 de Outubro ¹²⁸⁷ da era de Cesar 1377. Delle consta que fora feito por Affonso de Freitas Tabelião em terra de Aguiar de Souza, e Refoyos, e que Clemente Martins Juiz de Gestaço, fora pedir a D. Lourenço Giraldes Abbade deste Mosteiro 335 Libras, que tinha obrigação de dar ao Conde D. Pedro, que lhas entregase; e o dito D. Abbade respondeo, que na forma do Comprimento, de que se fez menção (...) tinha obrigação de os dar aos tres dias de Janeiro, e não no dia de Natal como elle queria, e que o dito Conde mandasse buscar os ditos dinheiros.

134

1340, Janeiro, 08 – *A Infanta D. Branca nomeia como tabelião, para o seu Senhorio de Paiva, João de Vaão.*

RIBEIRO, João Pedro Ribeiro – *Materiais Diplomaticos, no Arquivo de Santo Tirso*, n. 9

Na Era , a 8 de 1378, a 8 de Janeiro era Tabalião, posto pela Infanta D. Branca nas suas terras de Paiva, *João de Vaão*, consta do n.º 39 da Gav. 26.

135

1340, Novembro, 27 – *O texto de que João Pedro extraiu algumas das suas passagens alude a graves desentendimentos com o abade de Santo Tirso (?).*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 124, pp. 200-201.

Cf. texto citado por VITERBO, sub voce *Volta*, em *Elucidário*, t. II, p. 636.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 62 (*Sumário*): Do n.º 2.º Da Gav. 25 consta que em 27 de Novembro da Era 1378 era Corregedor na Comarca d'entre Douro, e Minho, Vasco Anes, e Ouvidor em logo dele João Rodrigues.

(*Extracto*) haver hi volta ¹²⁸⁸ e eixeco ¹²⁸⁹ e pelaja e elle querendo partir esto ... achara seendo comendo o dicto dom abbade ao corpo da dicta eigreja e nom achara hi nenhuma outra pessoa que levantase volta nem eixeco com o dicto abbade Ioão roiz ouvidor en logo de Vaasque annes Correjedor antre doiro e minho ... frontava ao dicto ouvidor.

136

1341, Julho, 10 – *D. Afonso IV, por carta desta data, dirigida ao Corregedor de Entre-Douro-e-Minho, Afonso Domingues, que devassara o Couto de S. João da Foz, e após queixa do Abade e Convento de Santo Tirso, para que observasse os títulos na posse deste mosteiro, e havendo-os, os guardasse e os restituísse à sua devida execução*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 61.

(*Sumário*): Tendo Afonso Domingues, Coregedor d'entre Douro, e Minho, devasádo ao Mosteiro de Santo Tirso e Couto de S. João da Fós, querendo-lhe devasar outros,

¹²⁸⁷ Ao final, corrige-se : o instrumento diz 31 de Dezembro, e não 31 de Outubro

¹²⁸⁸ Tumulto.

¹²⁸⁹ Contenda.

queixou-se a El Rei D. Afonso IV o Abade e Convento; mandou o Soberano por Carta datada em Lisboa a 10 de Julho da Era 1379 ao dito Ministro que examinasse os Titulos, e os guardasse hevendo-os, e restituise à sua devida execusão. Foi expedida esta Carta por Mestre Pedro, e Mestre Gonsalo das Leis, seus Vasalos.

Asinão-se estes na forma seguinte *Magister Petrus vidit.* E mais adiante *Magister Gonsalvus vidit.* Não obstante que he escrita a Carta em Português. Teve Selo pendente.

He o n.º 31 da Gav. 20.

137

1346, Outubro, 29 – *O chantre e o cabido da Sé da Guarda suplicam ao Papa a concessão da igreja paroquial de S. Lourenço de Asmes (Ermesinde), a favor de Vicente Rodrigues, monge professo do mosteiro de Santo Tirso, igreja que é unida ao mosteiro (consueta per monachos dicti monasterii gubernari, eidem monasterio subiecta).*

MPV, vol. I, n. 195, p. 108.

Supplicant Sanctitati Vestrae devoti oratores vestri cantor et capitulum Egitanienis quatinus sibi in personam dilecti eorum Vicentii Roderici, monachi professi sancti Tirsi, ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Laurentii de Azemes dicte diocesis consueta per monachos dicti monasterii gubernari, eidem monasterio subiecta, vacante per promotionem religiosi viri fratris Laurentii, eiusdem monasterii monachi professi, quondam et immediate rectoris eiusdem ecclesie, ad dictum monasterium sancti Tirsi, per reservationem sedis apostolice et promotionem sibi facte (sic) occasione dicte (sic) sedis apostolice, de qua ecclesia nullus potuit ea vice canonicè dispondere, preterquam per sedem apostolicam, dignemini eidem Vincentio misericorditer providere, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis universis, cuius fructus, redditus, proventus xxxv librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annum non excedunt, cum omnibus non obst. Et clausulis oportunis et clausulis assuetis et executoribus.- Fiat. R.

Et quod sine alia transeat lectione. – Fiat. R.

Datum Avinione, iiii Kalendas Novembris. Anno quinto.

138

1348, Janeiro, 23 – *Por recibo desta data, consta da importância da colheita que o nosso convento pagara a El-Rei, na sua visita ao Entre-Douro-e-Minho, em 1345.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 128, p. 201.

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 39 (*Sumário*): No ano da Era 1383 veio El Rei á Provincia do Minho, pelo que houve Colheita do Mosteiro de Santo Tirso que recebeu Afonso Vasques, Almoxarife em Guimarães, a qual foi carregada no livro do Escrivão del Rei: consta do Recibo, dado ao Mosteiro em 23 de Janeiro da Era 1386. Pergaminho + (cruz boleada nas pontas) da Gav. 21.

(*Extracto*) Oitenta libras per razom da colheita que el rey adaver do seu moesteyro de santo tisso da vynda que o dicto senhor veo aaquem doyro no anno da era doytenta e tres annos.

139

1349, Fevereiro, 09 – *Estêvão Pires, Vigário Geral de Braga, confirma Vasco Raimondes, na igreja de Sequeirô, pela apresentação conjunta do mosteiro de Landim e do mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST, 0189, ff. 342 v.-344.

Stephanus Petri Canonicus, et Vicarius Generalis in Ecclesia Bracharensi Sede Vacante Omnibus Parrochianis Ecclesiae Sancti Martini de Sequeiro Bracharensis Diocesis et omnibus aliis qui eidem ecclesiae in aliquo tenentur, Salutem in Domino. Noveritis, quod ego ad praesentationem Prioris, et Conuentus Monasterii de Nandim Bracharensis Diocesis et ad praesentationem Abbatis et Conuentus Monasterii Sancti Tirsi Portuensis Diocesis et aliorum Patronorum si qui sunt, qui jus habeant praesentandi ad dictam ecclesiam, Valasco Raymundi clericum praesentatum ad eandem latorem praesentium, institui in Rectorem dicta (sic) Ecclesiae Sancti Martini de Sequeiro, et prius per meum pileum investivi praesentialiter de eadem. Scilicet curam, et regimen ipsius in spiritualibus et temporalibus penarie committendo ipsum etiam coram me ad sancta dei Evangelia corporaliter praestitit iuramentum, quod Ecclesiae Bracharensi, et Archiepiscopis, canonice intransibis obedientiam et reverentiam debitam exhibebit, et Ecclesia (sic) Bracharensi solvet integre jura sua. Et quod bona ejusdem non implazavit (sic) nec alienabit sine mandato, et licentia dictae Ecclesiae Bracharensis, et quod alienata pro juribus deposcet, et quod ad Synodum veniet, et statuta synodalia observabit. Quare vobis, et vestrum quilibet in virtute Sancta (sic) oboedientiae, et sub poena excommunicationis praecipio, et mando, quod dicto Valasco Raymundi clerico cum decimis, premissis, oblationibus, et aliis juribus dictae ecclesiae Sancti martini de Sequeiro integre respondeatis, et eidem, ut Rectori vestro obediatis in licitis, et honestis; ac sententias, quas ipse pro juribus dictae Ecclesiae jure tulerit in rebelles, Ecclesia Bracharensis ratas habebit atque firmas, et eas auctore Domino usque ad condignam satisfactionem faciet inviolabiliter observari. In cujus rei testimonium praefato Valasco Raymundi has praesentes confirmationis institutionis Literas concessi Sigilari sigillo Curiae Bracharensis.

Datam Brachare nono die mensis Februarii anno Domini millesimo trecentesimo quadragessimono. Stepahnus Petri vidit. Tem lugar do Sello.

140

1353, Junho, 17 – *D. Afonso IV, que já tinha confirmado o couto senhorial do mosteiro de Santo Tirso, mais uma vez, e por consequência, o garante, reagindo contra as intervenções abusivas do concelho de Refojos, na cobrança de meia talha e consequente penhora dos bens dos moradores do couto de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 203-203 v.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 6-6 v. (*Sumário*): Sentença que se deu em Santarem na era de Cesar de 1391, que rebaixando-se 38 annos, que vai atrazada a era de Christo faz a deste 1350 (?)

sendo Rey de Portugal D. Affonso 4.º, e Abbade deste Mosteiro D. Lourenço Giraldes, nella se declara, que este Mosteiro havia seu Couto, no qual moravão lavradores, e outras pessoas, os quaes havião seu juiz posto pelo dito Abbade e Convento, e que ouvia os feitos Civeis dos moradores do dito Couto, assim que toda a jurisdição delle era do dito Mosteiro salvo a jurisdição Crime era do julgado de Refoyos em que o dito Couto jazia¹²⁹⁰, de maneira que os moradores do dito Couto estavam em posse immemorial de não pagarem finta nem talha, que os do dito julgado entre si lançasem; e que agora o juiz, e Vereadores, Procurador do dito Concelho de Refoyos forão tomar pinhoras aos moradores do dito Couto, que valessem 60 alqueires de pam em que os fintarão, e da parte do dito Concelho foi dito, que elle não havia porque lhe entregar os ditos pinhores aos moradores do dito Couto até que não pagase meya talha¹²⁹¹, porque dizia que os moradores do dito Couto se ajudavão do dito juiz em os feitos Criminaes, que respeitavão ao seu Couto, e que o Juiz do dito julgado hia inquirir, e corrigir os malfeitores do dito Couto e que assim devião pagar meya talha, o que visto o juiz do Concelho de Refoyos julgou a favor destes contra os deste Couto, da qual sentença o dito D. Abbade e Convento agravarão para ElRey julgando vistas as razoes dos moradores do dito Couto estarem em posse de não pagarem talha julgou por Vasco Mestre das Leys que o juiz, Veriadores Procurador do dito Concelho de Refoyos dem, e entreguem os ditos pinhores aos moradores do dito Couto do dito Mosteiro de Santo Thyrsó, que lhe tinhão tomado, e que fosse cumprida a dita Carta de Sentença; vem esta trasladaada no livro 3.º das sentenças fl. 203 com a era de 1341, que sendo a era de Cesar como de facto he (porque nesse tempo se costumava contar por esta era, e não pela de Christo, que so se principiou a contar por esta no anno de 1422 sendo Rey deste Reyno D. João 1.º) sendo pois a era de 1341 a era de Cesar rebaixando-se trinta, e oito annos, que esta vai adiantada, a de Christo fica sendo de 1303 tempo em que Reynava ElRey D. Diniz, que morreu na era de Cesar de 1363, que he a de Christo 1325.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 40 (*Sumário*): Numa demanda sobre pagarem os moradores do Couto do Mosteiro de Santo Tirso *meia talha* ao Julgado de Refojos para mantimento do Juiz que ouvia os Feitos Crimes d'aqueles habitantes, agravaram estes para El Rei do Corregedor d' entre Douro, e Minho, Pedro Afonso: El Rei julgou que erão izentos os moradores do Couto da sobredita meia talha, por Sentensa, dada em Santarem, a 17 de Junho da Era 1391 (?) sendo seus Sobrejuizes Mestre Vasco das Leis, e Martim Afonso. Vem incluída no n.º 6º da Gav. 32.

Dom afonso per graça de Deus rey de portugal e dos algarues, a uos pero fernandes Corregedor por my em antre douro e minho saude. Sabede que demanda ora por diante my por agrauo que dante uos ueo a minha corte autor o abbade conuento do mosteiro de S. Tirso de Ribadaue per João Lourenço seu procurador de huma parte, e o Conselho de refoios de ribadaue per Domingos giraldes seu procurador da outra, dizendo o dom abbade e conuento per ante uos por uasco peres seu procurador que o dito mosteiro auia seu couto coutado, marcado per terras diuisaes, no qual morauão lauradores e outras pessoas os quais auião seu juiz posto pelo dito abbade e conuento, que ouuia os feitos ciueis dos moradores do dito couto, assy que toda a jurdição do dito couto era do dito mosteiro saluo a jurdição do crime que era do dito Julgado de refoios em que o dito couto jazia e de maneira que os moradores do dito couto estauão em posse (?) ¹²⁹² per hum anno, dous, dez, uinte, trinta, sessenta setenta annos, mais per tanto tempo que a memoria dos homens não era em contrario de não pagarem em finta nem em talha que os do dito julgado entre sy lancassem para nenhuma cousa, saluo se pagauão em ho mantimento que derão a Martim gil que daly fora Juiz posto por my sendo mandado por my em as cartas que ora fiz que em cada hum Julgado ellegessem seu Juiz de seu foro de que os concelhos não ouuessem encargo de mantimentos, e que ora o Juiz vereadores do dito julgado de Refoios, não chamando a esto os moradores do dito couto que ellegerão por seu juiz Domingos paes seu uizinho que concertarão antre sy que lhe dessem por seu mantimento sessenta alqueires não sendo a esto chamado os do dito

¹²⁹⁰ A jurisdição Cível era do Mosteiro, mas não a Criminal.

¹²⁹¹ Os moradores estavam em posse de não pagar finta nem talha ao julgado de Refoyos.

¹²⁹² Estava a palavra *liberdade* que foi cortada, entretanto. Por cima, parece ler-se *laurador*... Pela ideia, seria *posse*, julgo.

couto e que mandarão pidir a uos que lho ¹²⁹³ confirmassedes por juiz e lhe mandassedes dar o dito mantimento, e que ora o Juiz, vereadores, procurador do dito concelho de Refoios forão tomar os penhores aos moradores do dito couto a que os assy tomarão pois que não auião desto de pagarem com elles em a dita talha pela guisa que dito auião. E da parte do dito Concelho foy dito que elle não auia por que lhe entregar os ditos penhores aos moradores do dito couto ate que não pagassem mea talha porque dizia que os moradores do dito Couto se ajudauão do dito Juiz em os feitos criminaes, que quando alguns maleficios fazião em o dito couto que o juiz do dito julgado ya alo enquerer correger os maleficios, malfeitorias que se hy fazião no dito couto, que assy deuião pagar mea talha.

E as ditas partes forão tanto differentes per ante uos, que uos uisto o que era dito de huma parte e de outra parte como o juiz do dito julgado de refoios auia jurdição criminal em os moradores do dito couto assy que per ante elle yão sobre esto, o dito manda estes por sentença que os moradores do dito couto pagassem mea talha que os do dito julgado para mantimento do dito juiz.

Da qual sentença o dito abbade, convento do dito mosteiro de S. Tirso para my agrauarão. Eu uisto o dito agrauo presente fernão pirez procurador do dito abbade, e conuento a reueria do dito concelho de Refoios, julguey que uos mal julgastes ca as razões dos moradores do dito couto em que dizião que estauão em posse de laurador de não pagarem em alguma talha, saluo a martim gil que hy foy Juiz por my feito, Corregendo uosso juizo (...) que delo queria conhecer, Eu por meu mandamento do dito citar fiz per ante my por minha carta aa petição do dito abbade, conuento do dito mosteiro o dito concelho de Refoios que a dia certo parecessem perante my, para ir pelo dito feito adiante ouuir sentença deffinitiuua se uisto fosse. Ao qual dia o dito abbade convento do dito mosteiro appareceo perante my per o dito João Lourenço seu procurador ho dito concelho per o dito domingos geraldos seu procurador.

Eu uisto o dito feito mandey ao dito Domingos giraldes procurador do dito concelho que contestasse as ditas razões, e contestouhas, delas por confissão dellas por negação dellas por não saber nem queria.

E o dito João Lourenço procurador do dito abbade e conuento do dito mosteiro ueo com seus artigos auogado pelos quais eu mandey filhar a inquirição, e a dita inquirição filhada, sentença publicada per ante my scilicet ¹²⁹⁴

Visto o depoimento que foy feito sobre os ditos artigos per o dito domingos giraldes procurador do dito concelho, julguey que o dito abbade conuento do dito mosteiro de S. Tirso prouaua tanto, que lhe, mandaua presente o dito João Lourenço procurador do dito abbade e conuento, presente gonçalo martins procurador do dito concelho. E logo o dito gonçalo martins procurador do dito concelho disse que elle não auia razões para embargar a deffinitiuua, eu uisto o dito feito dando a deffinitiuua julguey que o juiz, Vereadores, procurador do dito concelho de Refoios deem e entreguem os ditos penhores aos moradores do dito couto do dito mosteiro de Santo Tirso que lhe assi tem tomados, polo que uos mando uista esta carta e façades cumprir e goardar a dita minha sentença.

Em uerdade logo tirareis dos bens moueis do dito concelho apregoados por noue dias, per que o dito abbade e conuento do dito mosteiro aião onze alqueires de custas em que o eu condeney por razão do tempo que elles andarão per ante uos por diante my, das escrituras desta carta as quais custas forão contadas singelas por João esteues contador dellas em minha corte presente o dito João Lourenço procurador do dito abbade e conuento aa reueria do dito concelho. E outro sy lhe mandade por darem dous

¹²⁹³ Hilho, no original (?).

¹²⁹⁴ Ou seja.

tostões da minha dozena das ditas custas dadas ao dito abbade e conuento do dito mosteiro que os a my pagou na minha portaria, onde al não façades. E o dito abbade e conuento tenham esta carta.

Dada em Santarem dezassete dias de Junho El Rey o mandou por mestre vasco das leis. Era de mil trezentos e quarenta e hum annos. martim afonso (...) Juiz, Martim Lourenço a fez.

141

1356, Maio, 04 – *O delegado régio confirma ter recebido do mosteiro de Santo Tirso a soma de 80 maravedis velhos, correspondente à colheita a que o monarca teve direito na visita de 1355.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 121, p. 202.

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 38 (*Sumário*): Na Era de 1393 pagou o Mosteiro de Santo Tirso 80 maravedis velhos por huma *Colheita inteira que vingou* El Rei pela vinda que nesse ano fes á Provincia d'entre Douro, e Minho: consta do Recibo, que deu Gonsalo Domingues, Almojarife em Guimarains e da fé, que portou o Escrivão, de estarem carregados no seu Livro: datado em 4 de Maio da Era 1394. Pergaminho // da Gaveta 21.

(*Extracto*) recebeo do mosteiro de santo tisso oiteenta maravidis velhos per razom de huma colheita inteira que o dicto senhor rey vingou do dicto mosteiro pela vynda que fez antre doiro e minho em a Era de mil e trezentos e noventa e tres annos.

142

1356, Julho, 20 – *Contrato entre o Conde D. Pedro e sua esposa, de um lado, e o mosteiro de Santo Tirso, por outro, pelo qual o filho bastardo de D. Dinis daria ao mosteiro herdades e possessões que tinham na região de Aveiro, com a promessa garantida de que renderiam uma soma determinada. Por sua vez, o mosteiro daria, em troca, ao Conde D. Pedro 800 libras anuais, do que se seguiria uma questão, à morte do Conde D. Pedro, porque as propriedades cedidas pelo Conde D. Pedro não rendiam tanto como ele garantia.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos. Arquivo de Santo Tirso*, n. 60.

(*Sumário*): O Conde D. Pedro, e sua mulher a Condessa D..... fizeram huma Avença com o Mosteiro de Santo Tirso, pela qual derão aqueles a este o Couto d'Eixo com todos os seus termos, Senhorio, jus, propriedade, e Luctuozas, com todas as posesoins, herdades, e Cazais, e suas pertensas, como tambem tudo quanto tinham em *Hooens* (*Óis*), advertindo que se tudo não rendese anualmente 400 libras ao tempo da sua morte, os seus Testamenteiros preencherião aquele rendimento com tantos dos bens de rais do Conde, e Condessa quantos fosem necesarios, e ate o fim da sua vida disfrutarião tudo o sobredito, pagando ao Mosteiro anualmente 3 Capoins, e 3 duzias d'ovos: obrigou-se o Mosteiro a dar-lhe anualmente em vida d'ambos 800 libras de dinheiros Portuguezes, para cuja solusão lhe applicou logo o rendimento de todas as herdades que tinha em Hooens, e em toda a *riba do Vauga*, avaliado em 130 libras anuais, mais 670, que receberião dos mais bens do mesmo Mosteiro: esta avença foi firmada sob pena de 1000 maravedis velhos. Morreu o Conde na Era de 1392 e rendião somente as suas terras, dadas ao Mosteiro a quantia de 140 libras, pelo que os Procuradores do Mosteiro

pedirão a El Rei D. Afonso /4.º/ lhe mandase completar pelos Testamenteiros do Conde, Antom Afonso, e Pero Anes de Barcelos, as 400 libras, com terras que rendessem o que faltava: ouvidos estes, feitas inquirisoins, julgou El Rei que se entregassem tantas herdades ao Mosteiro quantas bastassem a completar o dito rendimento e demandassem o Abade e Convento ao *Infante D. Pedro*, seu filho pela forsa que cometia em tomar-lhe, e reter desde a morte do Conde o Couto d'Eixo, e os Pasos, e o Relego, e todos os servisos, cazeiros, portagens, e Senhorio real, montados, prazos, e os maninhos de Hooens, e de Requeixo, etc. etc. He datada esta Sentença no Porto, a 20 de Julho da Era 1394. *El Rei o mandou por Lourenso Gonsalves seu Vasalo e Ouvidor, e por Gil Lourenso seu Procurador e Ouvidor com el em logo de Gonsalo Anes de Beja et. Asinou-se tão somente hum deles, Lourenso.* Tem Selo nas costas. He o n.º 23 da Gav. 33.

143

1359, Agosto, 13 – *D. Pedro confirma, contra os Officiais do concelho de Refojos, a carta de couto do mosteiro de Santo Tirso, consagrando a sentença favorável de D. Afonso IV, seu pai, por carta de 17 de Junho de 1341.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 204.

Cf. (*Sumário*) : RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 35.

N'uma Sentença del Rei D. Pedro contra os Officiais do Concelho de Refojos de riba d'Ave, a favor dos do Couto de Santo Tirso, datada em Coimbra a 13 d'Agosto da Era 1397, vem apontados como Sobrejuizes del Rei Bartolomeu Peres, e Martim Afonso. He o n.º 6.º da Gav. 32.

Dom pedro per graça de deos Rey de portugal e do algarue, A quantos esta carta uirem faço saber que por antemy aparecerão de huma parte Vasco pirez procurador do abade Convento do mosteiro de Santo Tirso de Ribadaue, e da outra João Gil procurador do concelho de Refojos de Riba daue E logo pelo dito procurador dos ditos abbade e Conuento do mosteiro de S. Tirso, foy mostrada perante my huma carta del Rey Dom afonso meu padre a que deos perdoe, escrita em pergaminho, e parecia que fora celada com o selo redondo do dito meu padre, nas costas da qual carta o teor tal he

Dom afonso pela graça de deos Rey de portugal e do algarue, a uos pedro afonso corregedor por my antredouro e minho saude. Sabede que demanda ora por ante my por agrauo que dante uos ueo a minha corte autor o abbade e conuento do mosteiro de S. Tirso de Ribadaue por João Lourenço seu procurador de huma parte, E o concelho de refoios de ribadaue por domingos giraldes seu procurador de outra, dizendo o dom abbade E conuento por ante uos Assy como dito esta acima (...)¹²⁹⁵

A qual carta assy por ante my mostrada, o dito procurador dos ditos abbade E conuento do dito mosteiro de S. Tirso me pidio que lhe mandasse dar huma minha carta por minha autoridade e com meu selo com o teor da dita carta de sentença do dito meu padre ca dezia que se temia de se perder a dita carta por agoa ou por fogo ou por outra cajão, E eu uendo o que me pidia fiz pergunta ao sobredito procurador do dito concelho se queria embargar, que lhe não fosse dada a dita minha carta por minha autoridade sob meu sello, E elle disse que sy Eu lhe assiney dia em que per ante my apparecesse, e desse todas as razões que ouuesse a não ser dada a dita carta ao dito abbade Conuento

¹²⁹⁵ Veja-se a confirmação, de 1341.

do dito mosteiro de S. Tirso. E ao dia que per my lhe foy assinado apareceo per ante my E deu humas razões, as quais não embargando, mandei-lhe dar esta minha carta sellada do meu sello por minha autoridade, aos ditos abbade e conuento do dito mosteiro de S. Tirso.

Dada em Coimbra treze dias de Agosto El Rey o mandou por Bertolameu pirez e martim afonso seus sabios juizes. Vascoeane a fez Era de mil trezentos e nouenta e sete anos.

144

1361, Fevereiro, 29 – *À morte de Lourenço Giraldes, contestado que fora na sua eleição, sucede-lhe Vicente Rodrigues, o último abade eleito, aliás sem contestação, que o bispo do Porto confirma.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 135, p. 203.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 285 v. (*Sumário*): Huma confirmação, que fez o Senhor Bispo do Porto D. Affonso Pires no anno de Christo 1361, que he era de cesar 1399 em Vicente Rodrigues Monge deste Mosteiro para Abbade delle pela eleição que nelle tinham feito os Monges do dito Mosteiro.

(*Sumário*) Carta de Collação do Abbade do Mosteiro de Santo Thirso em Vicente Rodrigues, elleito concordemente por morte de Lourenço Giraldes, e pelo mesmo Bispo (D. Afonso ?) confirmado e metido pessoalmente de posse = Episcopus vidit = Lugar do Sello pendente.

145

1362, Outubro, 05 – *O arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac, confirma como pároco de Burgães a Diogo Henriques, apresentado como Abade por D. Vicente Rodrigues, Prelado do mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 118-119.

(*Sumário*) D. Lourenço Giraldes em Diogo Henriques para Abbade desta Igreja comcorrendo para a dita apresentação Gonçallo Martins da Lage, como com Padroeiro foi confirmado pelo Arcebispo D. João a 5 de Outubro do anno de Christo de 1362. Declarase que foi engano dizerse acima que nesse tempo era Abbade deste Mosteiro Lourenço Giraldes; porque já então era Vicente Rodrigues Seu sucessor.

146

1363, Setembro, 02 – *D. Vicente Rodrigues paga ao tesoureiro régio, Vasco Gil, a colheita devida ao monarca e correspondente ao ano de 1362-1363.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 138, pp. 203-204.

(*Extracto*) Vaasco gill tessoureiro do dicto senhor Rey pressente Domingue anes scrivam do thessouro conheceu que recebeu de dom viçente Rodriguez abade do moesteiro de ssanto tisso ... cento e oyto libras ... da colheita que o dicto senhor rey

avya daver do dicto moesteyro do anno que sse começou por samnhoane bautista da era de mil e quatroçentos annos esseacabou por esse dia da Era de mil e quatroçentos e huum annos...

147

1364, Maio, 29 – *O Bispo do Porto, D. Afonso, em acto de visitação ao mosteiro, confirma a doação de certos casais que teriam feito os dois últimos prelados do mosteiro, abades que eram da claustra, para as ovelhas da Vestiaria e da Enfermaria.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 285 v.- 286 v.

CRUZ António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140, p. 204. (*Sumário*): Confirmação pelo Bispo do Porto D. Afonso visitando pessoalmente o Mosteiro de Santo Tirso da Doação de certos casais feita pelo Abade D. Lourenço Giraldez para a Ovelha da Vestiaria e Enfermaria, aprovada e acrescentada pelo Abade actual D. Vicente Roiz = Simeon petri auditorvit = Lugar do Sello pendente.

(*Sumário*) Huma carta do Bispo do Porto D. Affonso Pires Escripta neste Mosteiro aos 29 dias do mez de Mayo da era de Cesar 1401 annos¹²⁹⁶. Della consta, que estando Visitando este Mosteiro sendo Abbade D. Vicente Rodrigues, o Prior João Annes, e Convento do dito Mosteiro lhe representarão em como D. Lourenço Giraldez Abbade que tinha sido do dito Mosteiro dera para sempre (da Meza Abbacial, que já nesse tempo estavam divididas as rendas em Meza Abbacial, e conventual) ao Convento e Frades do dito Mosteiro para havença da vestimenta tres Cazaes no Lugar de Cafião (que agora se chama Gavião junto a Villanova de Famelicão) no julgado de Vermoim, e hum Casal de Lordello; e para havença da Enfermaria, não se pode Ler os Cazaes que forão por estar o pergaminho alguma couza damnificado, so se Le hum casal em Penço, que he sito, ou na freguezia de havidos, ou em Santa Maria de Gardizella; nas quaes freguezias tem este Mosteiro dous Cazaes com o nome de Penço, como constava de huma carta, que o dito Convento e Frades tinham do dito Abbade D. Lourenço selada do seu sello, e pedião ao dito D. Abbade que ouvesse por confirmada, e outorgada a dita doação que lhes fizera o dito D. Lourenço Giraldez, e o dito D. Abbade lhes disse, que havia por outorgada a dita doação, e que ouvessem para sempre os ditos Cazaes com todos os seus direitos segundo era contheudo na Carta do dito D. Lourenço Giraldez, e que demais lhes dava para sempre para as ditas havenças parte de hum Casal, que elle havia com o dito Convento em Villarinho, no qual mora Avergo (e por isso agora se chama a quinta do Avergo). Destas couzas pedirão ao dito Senhor Bispo desse sua authoridade, e consentimento. Que com efeito lhes deu por esta dita Carta.

148

1374, Abril, 02 e 29 – *O mosteiro de Santo Tirso, ao apelo do Papa Gregório II, contribui, com a taxa fixa de dois dízimos, em dois anos, para aliviar os fiéis da igreja romana, vítimas das invasões.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 143 e 144, p. 205.

¹²⁹⁶ Julgo que deve haver engano de um ano. Talvez de 1402 da era de Cesar, conforme a leitura de João Pedro Ribeiro.

(*Sumário*) Rescrito de Gregório II constituindo seu Nuncio nos Reynos de Castela, Leão e Portugal a Jacobo de Sirano, Cónego Narbonense, Doutor em Decretos, seu Capelão, para receber de todos os Bispados, Mosteiros, Abadias e Igrejas um subsídio caritativo, para as necessidades da Igreja Romana, vexada e oprimida na Itália por invasores: cometendo-lhe a taxa da quantia, e dando-lhe autoridade de proceder contra os que duvidassem pagar.

Incluido na Provisão do mesmo Nuncio impondo para este subsídio duas Decimas pela taxa já antigamente feita paga em dous annos pelo mes de Maio, exceptuando certas religiões isentas, a de Jerusalem, e Cister e outras com que já estipulara certa quota: e dando as providencias para se verificar a Cobrança.

149

1377, Agosto, 03 – *O rei D. Fernando comunica ao meirinho-mor o nome do sacador das colheitas, no Entre-Douro-e-Minho.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 145, p. 205.

(*Extracto*) A vos lopo gomes de lira noso vassallo meirinho moor antredoyro eminho ... nos mandamos a esa comarca Ioham de carapeços noso escudeiro por sacador das colheitas dos mosteiros egrejas ... segundo lhes forem dadas em rool per joham affonso e lourenço esteve nos contadores ...

150

1377, Outubro, 21 – *O rei D. Fernando, através de seu tesoureiro, passa um recibo do pagamento das colheitas de 1376-1377, efectuado pelo mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 146, p. 206.

(*Extracto*) recebeu do dom abbade do moesteiro de santo tiso de ribadave duzentas e desaseys libras de dinheiros portugueses desta moeda que ora corre en nome do dicto senhor rey ... das colheitas dos anos das eras de mil quatrocentos e quatorze anos de quatrocentos e quinze que se ham dacabar por dia de sam joham bautista da era de quatroçentos e desaseis.

151

1379, Fevereiro, 17 – *O Abade de Santo Tirso passa uma nota do recebimento respeitante a uma soma de dinheiro, e elenca algumas das despesas já feitas com demandas, e a fazerem-se com uma viagem à corte e com o pescado para a Quaresma que se aproxima.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 148, p. 206.

(*Extracto*) Cinquenta libras de libras de dinheiros velhos portuguesses de vinte ssoldos a libra ou moeda que tanto valha qual vos quiserdes ... recebemos de vos por entrada ...mil libras que despendemos em preitos e demandas ... e por despesas que eu

dicto dom abbade eide fazer em chamada que me ora meu senhor elRey manda chamar que vaa aa sua merçee a que me nom poso escusar por honrra e defendimento do dicto mosteiro ... e outrosi por mantimento de pescados pera esta quareesma que se ora chega ... Assinado pelo Abbade e Monges.

152

1379, Novembro, 19 – *No couto de Vila Nova das Infantas e segundo as inquirições do Juiz das Caldas, por alvará datado de 19 de Novembro de 1379, constam estas isenções e privilégios do mosteiro de Santo Tirso no Couto de Vila Nova das Infantas.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 64

Cf CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 147, p. 206. (*Extracto*) por coomha se acontecia havia el Rey daver huuma taça dauga de huuma fonte que esta apar da igreja de villanova que chamam ffonte donega e hum carneiro mellio ? dise que avia por coomha quando aconthecia que hum homem matase outro ou se caese darvoz e de besta a morresse ...que esto ouvira sempre chamar coomha.

(*Sumário*) Em 17 de Maio da Era de 1417 he datada huma Carta do Infante D. João ao seu Corregedor Afonso Fernandes de Figueiredo, para hir tomar Inquirisoins a Vila nova das Infantes sobre o Couto, izensoiens, e privilegios dos moradores: por embarasoins d’aquelle Ministro, mandou inquirir pelo Juis das Caldas, por Alvará datado em 27 de Outubro do mesmo ano. Constão da dita Inquirisão os Privilegios, e couzas seguintes.

Punhão os D.D. Abades de Santo Tirso os Vigarios no dito Couto, os quais ouvião os Feitos dos moradores; prendião todas as Pessoas, que pertendião levar palhas, ervas, galinhas, Carneiros, ou outra qualquer couza, do dito Couto; não entravão Meirinho, ou outras justisas de fóra; não pagavão os moradores dele em fintas, talhas, nem conduzião prezos, nem dinheiros salvo os do Mosteiro: por huma ferida pagava o criminozo 60 soldos, ao ofendido, ou aos seus, e era prezo por hum colar ao pescoço, cujo colar era unido a huma cadea, e era solto paga a sobredita pena: quando o Vigario do Couto sahia para fora deixáva em seu lugar Ouvidores dos Feitos; ouvião os Feitos Civeis, e Crimes os sobreditos Vigarios; tinham estes Mordomo, o qual fazia as citasoins, e chegas; era Azilo dos criminozos a dita Honra, entrando na qual as Justisas que o seguião, e buscavão, os deixavão, e se retiravão; quando Justisa del Rei demandava alguma Coima, os Vigarios vinhão ao Lugar, aonde se juntão os regatos de Vila nova, e lhe oferecião hum vazo da fonte d’Onega, proxima á Igreja de Vila nova, e hum carneiro, se o quizesse receber, se não a despedião: alem destas couzas depuzerão as testemunhad que o dito Couto fora honrado pelas Infantas, qua havião sido Senhoras da terra. Algumas das testemunhas erão moradoras na Honra de Çapaens.

Tirada a Inquirisão julgou por Sentença data em 19 de Novembro da Era de 1417, o dito Juis, que uzáse o Mosteiro da sua jurisdisiõ.

A Carta de confirmação desa Sentença apontada a n.º 53 meteu demais as Alsadas, que não entravam no Couto conforme a Inquirisão, e rezervou o Infante para si, e Seus Sucesores.

Dizem relasão a este, os apontamentos n.º 53, 56, 63.

He o n.º 11 da Gav. 25.

153

1380, Fevereiro, 23 – *O Infante D. João, filho bastardo de D. Pedro I e de Dona Inês de Castro, pede aos Juizes de Sá de Riba de Vizela que observem a sentença que o mosteiro de Santo Tirso alcançara a respeito do Couto de Vila Nova dos Infantes.*

BS 13-3-14 d .

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 151, p. 207: (Sumário): Provisão do Infante D. João para os Juizes de Saa Riba de Vizela, executarem as Sentenças que tem o Mosteiro de Santo Tirso sobre o Couto e honra de Vila Nova das Infantas .

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 53 (Sumário): Por huma Carta dirijida aos Juizes da sua *terra de Sá riba de Vizela* e mais Justisas das suas terras mandou o *Infante Dom Joham filho do muy nobre Rei Dom Pedro* guardar huma Sentensa que alcansara o Mosteiro de Santo Tirso *em razom da Onrra e couto de Vila nova das Infantes...* ficando resalvado *a mim e a meus Socesores as Alsadas que a mim pertencem*. Datada no Vimieiro, em 23 de Fevereiro da Era 1418. A asinatura dis somente *O Iffante*: teve Selo cozido nas costas do pergaminho, de que só restão as linhas. He o n.º 13 da Gav. 25.

De mj Iffante dom Joham filho do muy Nobre Rey dom Pedro A Vos Juizes da mjnha terra de Saa Riba de Vizella A todallas outras mjnhas Justiças das mjnhas terras que esta carta virdes Saude mandouos que huma Sentença que dom Abade de Santo tyso de Riba daue tem em Razom da onrra e Couto de Vila Noua dos Iffantes que lha guardades e façades guardar em todo pela gujssa que em ella he contheudo fjcando Resaluado A mym e A meus soçesores as alçadas que A mjim perteencer (...) Vos e sas Justiças Al nom façades.

Dante em Vjmjeyro vinte e tres djas de feuerejro. O Iffante o mandou. Gonçalo Soares (?) A fez Era de mill e quatroçentos e dezoyto Anos.

154

1381, Janeiro, 02 – *El-Rei D. Fernando, em carta dirigida aos Juizes de Sá Riba de Vizela, manda guardar e cumprir uma sentença, dada pelos juizes das Caldas e a mando do Infante D. João, seu irmão, a favor dos direitos de Santo Tirso sobre a Honra de Vila Nova das Infantas.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 63.

(Sumário): Por huma Carta dirijida aos Juizes de Sá, riba de Vizela mandou El Rei D. Fernando comprir, e guardar huma Sentensa dada pelos Juizes das Caldas *e por mandado do Infante D. João nosso irmão*, ao Abade de Santo Tirso sobre a Honra de Vila nova das Infantes: datada em Lisboa, a 2 de Janeiro da Era 1419; *El Rei o mandou por Fernam Martins, seu Vasalo, e do seu Dezembargo*, o qual se asina em Latim. Teve Selo pendente e he o n.º 14 da Gav. 25.

155

1381, Fevereiro, 25 - *Nesta data, passaria Estêvão Vicente, Escrivão d'El rei, uma certidão do pagamento de 20 libras que os moradores do Couto de Vila Nova das Infantes tinham obrigação de desembolsar, que tal era a importância do serviço devido a El-Rei, no ano precedente de 1380.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 56.

(*Sumário*): Em 25 de Fevereiro da Era 1419 foi pasada huma resalva aos moradores do Couto de Vila nova das Infantes de como pagarão 20 libras, que lhe couberão no *serviso* prometido a El Rei, no ano precedente,, a qual pasou Estevão Vicente, Escrivão del-Rei nos Coutos de Lisboa, e publico nas Comarcas d'entre Douro, e Minho, e *Tralos montes* em tudo o que se tratou perante João de Santarem, Contador del Rei, a que especialmente foi encarregado *fazer, e mandar fazer algumas couzas em seu serviso* nas sobreditas Comarcas: asinou-se Joham de Santarem. He o n.º 24 da G. 25.

156

1385, Maio, 02 – *D. João I concede a Fernão Roiz Vilela o direito de arrecadar as colheitas, na área da jurisdição da diocese do Porto, de todas as igrejas e mosteiros, de que consta pertencer a Santo Tirso a soma de 108 libras.*

BS ?

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 153, p. 208. (*Extracto*): querendo fazer graça a ffernarn roiz vilela nosso Vassallo ... damoslhi totalas colheitas que nos ora este anno avemos daver do bispo do porto e dos moesteiros do sseu bispado ... eem caso que elles pagar nom queirom mandamos aas nossas justiças ... que os constrangam.

D. Joham pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que nos querendo ffazer graça e mercee a Fernão rroiz Vilela nosso Vassallo por mujto seruiço que del rreçebemos e entendemos de rreceber Havemos por bem e damoslhe totalas colheitas que nos ora este ano Auemos dauar do bispo da Cidade do Porto, dos moesteiros do sseu bispado Porem mandamos a elles e a quaesquer outros que os em sseus nomes aiam de pagar que os dem e pagem ao dito ffernarn rroiz ou a sseu certo procurador e lhes nom ponham ssobre ello outro nenhum embargo porquanto he nossa mercee de el auer as ditas colheitas este anno como dito he ssaluo sse A outrem primeiramente por nossa carta fforem dadas e em caso que elles pagar nom queirom mandamos aas nossas Justiças a que esta carta ffor mostrada que os constanga para elas e lhas façam pagar ssem outra delonga E al nom ffaçam.

Dada em a cidade do Porto dous de mayo El Rej o mandou Gonçalo lourenço a fez Era de mil e quatro centos e vinte e tres El Rej.

O abade de Santo Tirso pagou por intermedio de Antoninho Martins abade de Vila Chã a quantia de 108 libras.

157

1385, Junho, 20 – *O convento de Santo Tirso e seu prelado, refugiados na cidade do Porto, após a invasão do mosteiro de Santo Tirso, por soldados que militavam às ordens de um castelhano Fernando Afonso de Zamora, fazem um instrumento de contrato entre partes, onde consta uma revora de 5 libras.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.154, p. 208.

(*Extracto*): Por Revora cynquo livras ... feyto foy na cidade do porto honde os dictos dom abbade e priol e conventos estavam juntos com temor da gerra que avia entre portugal e castella.

158

1385, Junho, 20 – *Contrato onde constam, para além do foro (cabedal), as miunças, como jeiras, engeiras, serviços, colheitas a favor do Rei e do Infante, e ltuosas.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 155, p. 208.

(*Extracto*): Geira cada domaa nas nossas vinhas da vestiaria e vara e telha e palha e rogos e lobos e serviço a dom abbade e dous soldos de pedido e colheita del Rey e Infante dom fernando e loitosa emteira.

159

1386, Julho, 2, e Agosto, 16 — *Como frequentemente acontece, o rei D. João I concede a Vasco Pires os direitos da arrecadação da colheita das igrejas e mosteiros do bispado do Porto, neste ano de 1386, mediante documento onde se aponta o recibo do pagamento da parte do nosso mosteiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n 156 e 157, pp. 208-209.

(*Extracto*): Querendo fazer graça a Vasco perez fferreiro nosso vassallo por muito serviço ...damoslhi totalas primeiras colheyas ... da primeira vez que passarmos o doiro ... de todo bispado do porto ...

(*Extracto*): recebeu de dom abade de ssanto tisso de ribadave ... cento e oyto libras desta prestumeira colheita que elrey venceu quando ora prestumeiro passou o doiro en esta era.

160

1387, Agosto, 24 - *Pacto entre bentos e agostinianos de Entre-Douro e Minho, sobre sufrágios, a cumprirem-se pelos membros das duas ordens, por cada frade de qualquer das duas que venha a falecer.*

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. II, pp. 255-258.

In nomine Domini. Sabham todos os presentes, e os que am de vyr, que todos os fiees Christaaõs devem seer lenbrados da saude de suas almas, porque a alma he mays preciosa que o corpo, e ade padecer sem o corpo ata o dia do juizo o que em este mundo fez juntamente com a carne. E porque nenhuum homem nom he, nem foy linpho de peccado, senom Deos soo, ainda que nom viva em este mundo mays duum dia, segundo diz o Degredo de penitentia, Distinctione secunda, in capitulo si enim: E porque agora em este tempo som poucos homens, que em este mundo possam purgar os

seus pecados por peendença, e convem que os purguem no Purgatorio; Porem os Religiosos e honestos Dom Vicente Rodriguez Abbade, e o Convento do Moesteyro de Ssantotisso de Ribadave, e Dom Martim Gil, Abbade, e o Convento do Moesteyro de Paaço de Sousa, e Dom Affonso Martinz, Abbade e o Convento do Moesteyro de Sam Joane de Pendorada, e Dom Joham Dominguez, Abbade e o Convento do Moesteyro de bustelo, e Dom Affonso Perez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Cete, e Dom Francisco Dominguez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Pedroso, da Hordem de Sam Beento do Bispado do Porto, e outrossi Dom Gonçalo Perez, Prior e o Convento do Moesteyro de Eygrejoo, e Dom Fernam Gomez, Prior e o Convento do Moesteyro Dansside, e Dom Salvado Perez, Prior e o Convento de Vila boa do Bispo, e Dom Martim Spiuqua, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilela do dito Bispado da Hordem de Sancto Augustino: e Outrossy Dom Johane Anes, Abbade e o Convento do Moesteiro de Travanca, e Dom Affonso Martins, Abbade e o Convento do Moesteyro do Poombeiro, do Arçabispado de Bragaa, e Dom Johane Anes, Prior e o Convento do Moesteyro de Mancelos, e Dom Loix Afonso, Prior e o Convento do Moesteiro de Freyxeo, e Dom Joham Duraaez, Prior e o Convento do Moesteyro de Caramos, e Dom Martim Anes, Prior e o Covento do Moesteyro de Rooriz, e Dom Joham Gonçalves, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilarinho, e Dom Joham Palos, Prior e o Convento do Moesteyro da Costa, da Hordem de Sancto Augustino do dito Arçabispado. Conssyrando en como Deus he direito Juiz, e a cada huum ha de dar galardom, segundo obrar em este mundo, segundo diz a Sancta Scriptura, e nenbrandosse da saude de suas almas, veendo en como mais aginha poderam seer livres das penas do Purgatorio, e hir à salvaçom, querendo aver antressi Karidade, que quer dizer amor de Deus e de seu proximo, sem a qual nenhuum nom sse pode salvar, todos unanimyter fezerom antre ssy tal composiçom, e hirmandade, e pormeterom por ssy , e por seus sucessores aatender, e aguardar estas cousas que se adente seguem. Porque o Sancto Degredo diz no Capítulo que se começa anime defunctorum, tertia decima, questione secunda, que por quatro maneiras se podem salvar as almas dos finados, convem a saber, per sacrificio dos Sacerdotes, e por prezes dos Sanctos, en que ouverom devoçom, e por smollas dos amigos, e por jajuum dos parentes. Porque razom nos todos sobreditos, contheudos en este Compromisso presente, Hordinhamos e stabelecemos antre nos em esta guisa, que quando acontecer que se algum de nos outros, tambem Prelado, como Monge, ou Coonigo dos ditos Moesteyros, e Conventos, ou dos que depoys de nos veerem, finar, e se for deste mundo, que da quel Moesteyro o façam saber a todos os outros Moesteyros, e como en cada huum Moesteyro ouverem recado logo rezem todalas oras dos finados por aquel finado, e lhe digam logo huma Missa Conventual oficiada, que nom seja das Missas, que o Convento he theudo de cada dia, e o Prelado, e os Religiosos de cada huum lugar, como lhes chegar o recado, digam todos senhas misas por sua alma do finado, ata tres dias a mays tardar: E os que forem Domaairos das missas en aquela Domaa os Prelados cada hum en seu lugar os costrengam que digam logo as ditas misas por a alma do que se finar, tanto que sayrem das suas Domaas. E esto se faça en cada huum destes Moesteyros, quando quer que acontecer que se fine cada huum dos sobreditos Prelados ou Religiosos. Outro ssy stabelecemos, que cada huum Prelado com seu Convento en seu lugar façam huum obito geeral por todos os finados en cada huum anno des dias do mes de Julho, per esta guisa, cada huum Prelado con seu Convento en seu Moesteyro rezem as oras dos finados todas en aquel dia, e digam huma missa Conventual oficiada, e tambem os Prelados, come os Religiosos todos, digam, ou façam dizer enhas misas ata tres dias a mays tardar por as almas dos finados desta Congregaçom: E esto se faça en cada huum anno pera sempre, e assy o prometemos a fazer juxta posse: e o que o nom fezer, ou mandar fazer, seja pera senpre com Judas

treedor confuso no Inferno, e aja a maldiçom de Sam Beento, e de Sancto Augustino. E por estas cousas seerem valedoiras e firmes. Nos sobre ditos Prelados dos nosos seelos seelamos este Conpromisso en testimonho de verdade. Feito foy no Moesteiro de Sam Johane da Pendorada, vynte e quatro dias do mes dagosto, era de mil e quatro centos e vinte e cinco annos. = frater Alffonssus Abbas Sancte Marie de Palumbario = Ffernandus Prior = Alffonssus Abbas Sancti Johanis subscripsi = Johannes Abbas Bustelo = Ego Johannes Abbas Sancti Salvatoris de Travanca hic manu propria subscripsi = Johannes Johannis Prior de Mancelis = Johanes Durandy Prior Sancti Martini de Caramos = Johannes Gondesalvy Prior Vilarinho = Martinus Espiunca Priol de Villela = Alffonsus Johannis Prior de Palaciolo = Johannes Pauly Prior Costenensis = Ludovicus Alffonsus Prior do Moesteyro de Ffrexeo = Alffonssus Petri Abbas de Cete = Martinus Petri Prior Clastarius de Anssedy, Notarius juratus scripsy mea manu = **106**Lugar de nove sellos pendentes de fitas verdes, amarellas, vermelhas, e mescladas, todas de laã, ou de sirgo = Cartorio do Mosteiro de Pendorada Maço de Pergaminhos avulsos n.º 14.

161

1392, Novembro, 23 – *D. João I passa uma carta de confirmação dos privilégios e liberdades de que gozava o mosteiro tirsense até ao tempo de seu irmão, o rei D. Fernando, que Deus haja...*

ANTT Livro 2 de Além-Douro, f. 54.

Publ. por MORENO, Humberto Baquero, em *D. Soeiro Anes e a situação política do seu tempo*, em ACHLR, nas *Comemorações do milenário da fundação do mosteiro de Santo Tirso (978-1978)*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 377-378.

Ao mosteiro de Samtotirso de Ribadaue confirmaçam jeerall de todos seus priuilegios e liberdades e etc.

Dom Joham pella graça e etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos queremdo fazer graça e merçee ao abade e comuento e moesteiro de Samtotirso de Ribadaue teemos por bem e confirmamoslhes e outorguamoslhes todollos priuilegios e liberdades e foros e boons vsus e costumes que ham e de que husarom ataa ho tempo delRey dom Fernamdo nosso jrmãao a que Deus perdoe. E porem mamdamos que ajam os ditos priuilegios e liberdades e boons usos e foros e costumes e husem delles e lhe sejam compridos e guardados pella gisa que dita he. Vmde al nom façom.

E em testimonho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante em Lixbooa vimte e tres dias de Novembro ElRey o mandou por Joham Affomsso escollar em lex, seu vassallo e do seu desembarguo nom sendo hi Ruy Louremço, dayam de Coimbra, do dito desembarguo. Alluaro Gomçalluez a fez era de mill e quatro çemtos e trinta annos.

162

1394, Setembro, 09 – *O mosteiro de Santo Tirso e a Casa da Lage, compadroeiros de S. Tiago de Burgães, apresentam ao arcebispo de Braga, como pároco daquela freguesia, a Martim Esteves.*

ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 319, f. 97.

Item Martim Steuez Abbade de Santiago de burgaaes mostrou carta de confirmação da dicta Eigreja (de Burgães) dada por D. Lourenço que ffoy Arcebispo nona die Mensis Septembris Anno a natiuitate domini Millessimo trecentessimo nonagesimo quarto A apresentaçom do Moestejro de sancto tiso do bispado do porto e polla parte dalguns que decendem do linhagem de gonçalo martins da lagea e de Roy pirez da lagea.

E Jurou de pagar as dizimas das searas.

Item mostrou carta dordeens meores, dada por D. Durão, bispo de lamego, xij die Mensis marcij de Era Millesima CCCC.e faz mençom que he lydimio.

Item mostrou carta da pistolla, dada por D. Lourenço, bispo de lamego, dada xxij die Mensis septembris da Era Millesima CCCC xijj.

Item mostrou carta dabangelho dada por o dito dom Lourenço, bispo de lamego dada xxj die Marcij de Era Millesma quatuorcentessima iiij.

Item mostrou carta da Missa dada por o dicto bispo D. Lourenço de lamego xxx die Mensis madij de Era Millesima quatuorcentessima iiij¹²⁹⁷.

163

1395, Janeiro, 21 e Abril, 02 – D. João I concede a Fernando Afonso as colheitas de 1395, na área de Entre-Douro-e-Minho, em concreto do mosteiro de Santo Tirso.

CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. nn. 162 e 163, p. 210.

(*Sumário*): Provisão Régia fazendo mercê a Fernando Afonso das colheitas, que lhe pertencia receber dos Prelados, Beneficiados e Clérigos dos Bispados do Porto, Braga e Tui, pela sua ida naquele ano à Comarca d'Entre Douro e Minho.

(*Sumário*): Instrumento, do qual consta ter recebido o Procurador do mesmo Fernando Afonso quinhentas e quarenta libras da Colheita do Prior e Convento de Santo Tirso.

164

1396, Setembro, 11 – O Ouvidor Luis Vasques de Tarouca restringe os poderes senhoriais do abade de Santo Tirso, no campo da almotacaria, proibindo o Abade do mosteiro de pôr, daí em diante, um monge como responsável dessa área, em vez de um leigo.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 188 e ss.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 165, pp. 210-211. (*Sumário*): Sentença de Luís Vasquez de Tarouca Scolar, Ouvidor por D. Fr. Alvaro Gonçalves Camelo Prior do Espital Marechal da hoste, Meirinho-mór Entre Douro e Minho e Trallos montes para o Mosteiro de Santo Tirso não pôr no Couto Almotacé Monge professo como costumavam mas sim Pessoa leiga = Ludovicus = Lugar do sêlo da chapa no reverso.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 7-7 v. (*Sumário*): Sentença que deu D. Frei Alvaro Gonçalves Camello Prior do Hospital Marichal, e Meirinho mor entre Douro, e Minho, e traz os Montes do Rey e Senhor D. João o 1.º aos 11 dias de Setembro da era de Cesar de 1434 que rebaixando-se trinta, e oito annos a de Christo he a deste 1396 não havia então Abbade neste Mosteiro por ser falecido

¹²⁹⁷ Quando se apresentou na Cúria de Braga para exhibir as cartas de suas habilitações, surgiram reparos sobre a idade, a sua identificação e as datas em que teria recebido as ordens, coisas que ficaram registadas na mesma f. 97 do livro do *Registo Geral*, vol. 319.

D. Vicente Rodrigues, e se achar Prezidente o Prior Crasteiro Luiz Domingues como consta da mesma Sentença, por ella se confirmarão as duas Sentenças del Rey D. Affonso 4.º, e del Rey D. Pedro 1.º de que se fez menção acima, em que se julgou, que o D. Abbade e Convento deste Mosteiro punhão cada hum anno Juiz para os feitos Civeis, Achegador, Meirinho, e Almotacel, e que não pagavão fintas, nem talhas para o Concelho de Refoyos, e sem embargo de confirmar estas duas sentenças determinou, que o Almotácel não fosse Frade, e que não pagavão fintas, nem talhas para o Concelho de Refoyos, e sem embargo de confirmar estas duas sentenças determinou, que o Almotácel não fosse Frade professo, nem clerigo pena de perderem a jurisdição do dito Couto.

No livro 3.º das Sentenças a fl. 188 está o traslado da sobredita Sentença.

Dom frey Alvaro Gomçalves camello: prior do hospital: marichal da oste de nosso senhor Jesus Christo diguo de nosso senhor El Rey seu merinho moor entredouro: e mjnho e trallosmonttes a quoauntos esta carta uirem: fazemos saber que nos fazendo Correicam: em o julgado Reffoios (sic) de Ribadaue: foi nos dito; e dado em estado: que em o dito julgado auia hum Coutto: que se chamaua de Santo tirso: e que o abbade que era do mosteiro de santo Tirso punha em o dito coutto: officiais por si ¹²⁹⁸ pella qual resam perante nos fisemos: citar luis Dominges Prior Cristeiro do dito mosteiro: e precursor: que disia que era del perqoantto o dito mosteiro estaua vago e não auia ahi abbade ¹²⁹⁹: que : perante nos mostrar: pello dito mosteiro alguns preuillgios: ou liberdades se as auia: por que lhe o dito couto fosse dado: he em ell deuesse poer officiais: a pareseo perante nos o dito Luis Domingues: e mostrou huma sentença: del Rei Dom pedro ¹³⁰⁰: que deos perdoe. Escripta em pergaminho: sellada do seu sello pendiente: em a qual fazia menção que o dito mosteiro auia o dito couto: partido e demarqado: por sertos lugares e montes e deuisoens ¹³⁰¹ e que estaua em posse de poer o abbade e comvento do dito mosteiro em cada hum anno: Juis em os feitos crimes ¹³⁰² e meirinho e almotaze: e que outro si não pagauão em fintas: e talhas conjuntamente com os do dito jullgado de Refoios ¹³⁰³ e que sobre a dita resão: comcordara: com o precursor: do dito comselho: de Refoios a causa que pello dito senhor foi julgada que nam pagassem com elles na dita talha segumdo: em a dita sentença: mais cumpridamente era Contheudo: pella qual resão: asignamos: del Rey qoamto di seu direitto porque o dito Coutto: se ve ser de resão (deuassado ?) e não auer nenhuma jurisdição: e trabalhamos de auer sobre ello emfformação e não achamos que o dito mosteiro e conuentto: usase de mais jurisdicam: que aquella: que era comtheuda: em a

¹²⁹⁸ Já disse que, em Landim, o Prior apenas confirmava os elementos da Justiça que o povo elegia. Ao contrário de Santo Tirso, onde o Abade elegia e confirmava.

¹²⁹⁹ Logo, em Setembro de 1396, tinha já falecido D. Vicente Rodrigues, eleito em 1361.

¹³⁰⁰ Já vimos que, por sentença dada em Santarém, a 17 de Junho de 1341, D. Afonso IV, após o abade de Santo Tirso agravar da Relação para a Corte, determinaria que os moradores do Couto de Santo Tirso estavam isentos das talhas lançadas pelo Juiz e vereadores de Refojos. Nem sequer obrigados estariam à meia-talha que corresponderia apenas à jurisdição crime do Juiz de Refojos sobre o Couto dos nossos monges. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 203-203 v.

Aqui, nesta inquirição de D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo, os frades justificariam os direitos do mosteiro com a carta de confirmação que lhe passara D. Pedro, em 13 de Agosto de 1359 – e o Justiceiro tão só corroborava a sentença de D. Afonso IV de 1341 – e que nós já transcrevemos.

¹³⁰¹ Dos marcos, como já dissemos, existem dois: o da Pedra do Couto e o do açude do Rio Ave, frente à cidade de Santo Tirso. Demais, uma fímbria, o limite norte que se constitui do leito do rei Ave, pelo meio do lençol das suas águas. Que não é tão inflexível, como pode parecer. Rio de grande inconstância no seu palmilhar. Cf. *Areias*, vol. I. *Areias até ao sec. XVI*, pp. 25-27. No capítulo dedicado ao couto, abordei o problema dos seus limites.

¹³⁰² Antes, D. Afonso IV só falava da jurisdição cível. E excluía, nitidamente, a jurisdição no crime. Esta só dela gozaria o Abade de Santo Tirso no Couto de Vila Nova dos Infantes. De qualquer forma, uma equipa mais reduzida do que aquela que vamos conhecer mais tarde, no sec. XIX.

¹³⁰³ Cf. a sentença de D. Afonso IV, com data de 17 de Junho de 1341.

dita sentença. Saluo que o almotace: que não auião de por: que aquelle que punham que era frade professo: do ditto mosteiro: o queera em perjuizo do dito senhor Rey ¹³⁰⁴ em pessoa de Antoninho martins abbade de Villa Cham precurador do dito mosteiro ¹³⁰⁵ e prior e comuentto: posemos: ante elle demanda: dizendo que elles deuiam poer almotase: que fose leigo e da jurisdiçam del Rey e que qualquer o puserão frade e proffesso: que nam era da sua jurisdiçam: que deuião perder toda a jurisdição que em o dito couto auião e ser do dito senhor Rey (...) ¹³⁰⁶ do dito mosteiro e prior e comuento pelo dito Antoninho Martins: seu precurador foi dito que verdade era: que o dito almotace que auião de poer: de hum anno e dous: e dez vinte trinta: e qorentta e cem annos: (...) e nos uisto tudo esto e a comffissão feita pello dito precurador: do dito mosteiro e prior e conventto: por sentença lhe deffendemos que daqui em diante não posesem por o dito mosteiro em o dito Couto nenhum almotace que fosse frade nem cleriguo sob penna de pagarem a El Rei e seus subseçores e seus couttos e perderem a jurisdição do dito coutto: e que se quiserem por almotage fose longe da jurisdição del Rei: e que esto nom seia perjuizo ao dito Senhor Rey se a dita jurisdição dauia dauer: ou lhe era deuida: a dita posse e não do Coutto: aia e que poer o dito almotage frade e lhe fiçasse. Sobre ello goardado todo o seo direito: e desto o dito Antonino martins em nome do dito mosteiro e prior e Conventto pedio esta sentença e nos lha mandamos dar sellada do sello; do dito senhor Rei que perante nos amda: em a dita Correição: dante em a cidade do portto, onze dias de setembro o prior e mosteiro o mandou: por Luis Vasques (...) era de mil e quatrocentos e trinta e quatro annos. E outro si lhe poemos defesa: que não use de mais jurisdição saluo por juiz do Ciuel e almotage como dito he. Ludovicus Vaz.

165

1401, Março, 22 – *D. Martim Aires, que fora abade de Santa Maria de Azeveiro e de S. Justo de Toxosoutos, na Galiza, está, aos começos de 1401, como administrador do mosteiro de Santo Tirso, do que, ao ano seguinte, pelo menos, será já o abade titular e efectivo.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 168, p. 211.

(*Extracto*): D. Frey Martim airas abade de sam justo aministrador do moesteiro de Santo Thirso.

¹³⁰⁴ A partir de 1396, todos os elementos da Justiça são oriundos do mundo laical, quando – não sabemos a origem do costume – , em 1396, o almotacé era um frade do mosteiro. D. João reage e postula um leigo para o cargo, como dantes o seria.

¹³⁰⁵ Como procurador do mosteiro – não do Couto – aparece um Antoninho Martins. Fora abade de S. Mamede de Vila Chã (Maia) e raçoeiro perpétuo do mosteiro de Monte Córdova, hoje do nosso concelho. Apresentara-o para abade de S. João da Foz D. Vicente Rodrigues. Confirmá-lo-ia o Bispo do Porto, D. João III, prelado da Sé portugalense, desde 1373 a 1389. E o P.e Antoninho Martins passaria a abade colado de S. João da Foz, em 1379. Deu-lhe a posse o tabelião da Maia, no Julgado de Bouças, Vicente Esteves (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 14. Fora um mau precedente que o comendatário Martim Aires corroboraria com a nomeação de um outro abade da Foz, Rodrigo de Vieire, seu familiar. Foi preciso, mais tarde, um processo para reconduzir a igreja de S. João da Foz ao seu estatuto originário de igreja unida ao mosteiro de Santo Tirso, com o pastoreio de um cura, monge desta comunidade. Veja-se a Bula de Nicolau V, de 1 de Abril de 1449. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 14 v- 15.

É este Antoninho Martins que nos vai aparecer, como procurador do mosteiro, no processo que culminará com o reconhecimento dos privilégios da nossa casa religiosa, diante do meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho e trás-os-Montes, D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo, Prior do Hospital.

¹³⁰⁶ Espaço vazio, na transcrição do documento.

166

1404, Agosto, 20 – *Documento do mosteiro de Santo Tirso, extractado por João Pedro Ribeiro, aonde se referem as autoridades judiciais e policiais da comarca, a que pertencia, aos começos do sec. XV, o nosso mosteiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 170, p. 212.

(*Extracto*): Martim Lionardez devora Vassalo delRey e Iuiz por el na cidade do Porto... Eytor Nunez que foy meirinho mayor em estas comarquas dentre doiro e minho.

167

1405, Janeiro, 28 - *Embora não individualizada, o documento que se segue tem em vista o emprazamento, por dez anos, dos rendimentos de uma das várias igrejas unidas ao mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc n. 171, p. 212.

(*Extracto*): arrendamos a dicta egleja com todollos dizimos e primícias vodos e com todolas ofertas e cousas que entrarem pella porta da dicta nossa egleja... por des annos.

168

1405, Agosto, 26 - *D. João I, a pedido do Abade D. Martim Aires, manda que Martim Leonardo de Évora execute o que ordenara D. Dinis, em 1298, a respeito da pousadia dos nobres nas igrejas e casais do mosteiro.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 93.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 58 (*Sumário*): Valião os Encoutos del Rei na moeda corrente da Era 1443 *seis mil soldos*: consta da Carta do Juis ordinario da Cidade do Porto, Martim Lionardes d'Evora Vasalo del Rei, pela qual confirma a precedente do Meirinho mór, por ordem especial do Soberano, e a mandou dar á execução. He datada em 26 d'Agosto da Era sobredita, e selada com o Selo do Concelho da Cidade do Porto, nas costas do pergaminho, cujo Selo não existe, e restão só as linhas com que fora cozido. He o n.º 4.º da Gav. 3.^a

(*Sumário*): Hum instrumento que contem huma carta delRey D. João o primeiro pedida a instancia de D. Martim Ayres Abbade deste Mosteiro pela qual mandou a 26 de Agosto da era de Cesar de 1443 que he a de Christo 1405 a Martim Leonardo Devora que puzese em execução a ordem que tinha mandado ElRey D. Diniz na era de Cesar de 1336 que he a de Christo 1298 contra os Cavaleiros Fidalgos, e Donas para não pouzarem nas Igrejas de Lavra, e de Santa Maria de Villar, e Cazaes deste Mosteiro vexando seus Cazeiros debaixo das penas, que então se determinarão.

169

1412, Julho, 22 – *Um contrato de arrendamento de um das centenas de vários casais que o mosteiro possuía, particularmente no Entre-Douro e Minho, aonde se anota, no que respeita à pensão, o pormenor que deixa perceber o problema da desvalorização da moeda, com a fixação do câmbio monetário da ocasião.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 175, p. 213.

(*Extracto*): ajades pera vos os frutos e rendas e os proes e os serviços e entradas e luitosas dos dictos casaes como os nos havemos daver... e dardes anos... por renda e pensam em cada huum anno cinquenta e cinco maravedis de boa moeda antiga de xxbij. soldos da dicta moeda o maravedi.

170

1414, Janeiro, 05 – *No mosteiro de Santo Tirso, onde foi também abade o sobrinho de Martim Aires, Soeiro Anes (1431-1455), guardava-se a confirmação deste como abade de Tibães (1414), para onde, ironicamente (?), se dirá ter sido eleito sob a inspiração do Espírito Santo.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 176, p. 213.

(*Sumário*): Carta Latina de Confirmação da Abadia do Mosteiro de S. Martinho de Tibães em Sueiro Anes Monge de Santo Tirso eleito per *viam sipiritus sancti*, por morte de Fr. Martim Perez, pelo Prior Clausral e Monges do dito Mosteiro de Tibães = Martinus Archiepiscopus bracharensis = Lugar do sello pendente.

171

1414, Julho, 10 – *Mais um texto documental dos começos do sec. XV, que mostra várias coisas, como o apoio financeiro da casa de Santo Tirso ao monarca e a oscilação monetária, veiculada pela expressão «pela gisa que valer ao tempo da paga»...*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.177, p. 213.

(*Sumário*): Alvará Régio porque declara ter recebido em sua *camera* do D. Abade de Santo Tirso de Riba d'Ave duzentos marcos de prata emprestados, que lhe satisfaria do primeiro de Outubro seguinte a um ano *pela gisa que valer ao tempo da paga*. Declara ser selado com o *Selo da puridade*, por não ter ali o sêlo grande. = El Rey = Sello de chapa no reverso, e ao pé = gonçalo caldeira.

172

1414, Novembro, 27 – *Depois da confirmação de Soeiro Anes como abade de Tibães (5 de Janeiro de 1414), gerar-se-á enorme confusão neste mosteiro, por alturas da sua tomada de posse, que os ânimos apenas serenariam com a redacção de um instrumento de segurança feito por intervenção do Corregedor de Entre-Douro-e-Minho e do arcebispo bracarense.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 302-302 v.

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 178, p. 214. (*Sumário*): Instrumento de Segurança requerida perante Pedro Afonso da Costa Corregedor Entre Douro e Minho por Fr. Sueiro *Ellecto* e confirmado do dito Mosteiro contra Alvaro Ferreira, e Gomez Ferreira. Consta ser Clerigo o dito Alvaro Ferreira e dizer-se esbulhado do mesmo Mosteiro pelo dito Fr. Sueiro, e que mutuamente se segurara, apesar daquele protestar ser Clerigo, e da Jurisdição da Igreja.

(*Sumário*): Hum instrumento feito aos 27 dias do mez de Novembro da era de Cesar de 1452 que he o anno de Christo 1414. Delle consta que presente Pedro Lourenço Conego de Braga Notario publico pela Igreja de Roma, e Tabeliam Geral por El Rey no seu senhorio, e presentes as testemunhas escritas no dito instrumento Frei Soeiro eleyto, e Confirmado no Mosteiro de Tibaens, que presente estava, que dissera El Rey a Pedro Affonso da Costa Corregedor por El Rey entre douro e minho, que segurasse e fizesse segurar ao (...) dito Frei Soeiro de Alvaro Ferreira, e de Gomes Ferreira, que presentes estavam, e de todos os seus; e o dito Corregedor, disse aos ditos Alvaro Ferreira e Gomes Ferreira da parte do dito Senhor Rey, que segurassem ao dito Frei Soeiro, e a todos os seus, e o dito Alvaro Ferreira disse que era Clerigo, e da jurisdição (...) da Igreja, e que o dito Frei Soeiro era Clerigo, e o tinha forçado do dito seu Mosteiro, e esbulhado, e que o dito Corregedor não havia jurisdição para lho mandar segurar; e o dito Alvaro Ferreira disse, que o segurava com protestação de toda a jurisdição, e o dito Gomes Ferreira disse, que o segurava, e o dito Frei Soeiro por essas mesmas palavras segurou os ditos Alvaro Ferreira, e Gomes Ferreira e todos os seus. Este Frei Soeiro, ou deste Frei Soeiro se fez menção neste Index (...). E paresse ser Commendatario deste Mosteiro¹³⁰⁷.

173

1415, Março, 07 – *Um documento, de que João Pedro Ribeiro sacaria algumas frases, muito enxutas, donde avultará o nome d'Aquela que já seria a padroeira secundária do mosteiro tirsense, a Senhora da Assunção, com o título de Senhora-a-Alta.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 189, p. 214.

(*Extracto*): Por este dia de santa maria alta que ora pasou... duas libras que lhe ell deu em graça e prestimo pellas rendas dos cazaaes da torre.

¹³⁰⁷ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 302-302 v.

1419, Setembro, 14 – *D. João I pede a confirmação da mudança do mosteiro das freiras de Santa Clara de Entre-os-Rios para a cidade do Porto e a nomeação de Frei João de Xira, franciscano, para o governo do mosteiro, e cujo breve de transferência se executou, anos antes, ao tempo de Inocêncio VII, pelo D. Abade de Santo Tirso, o comendatário Martim Aires.*

MPV III/2, doc. n. 298, pp. 204-205.

Beatissime Pater, dudum felicis recordationis Innocentius papa vii in sua obedientia nuncupatus¹³⁰⁸, ad supplicationem quondam Philippe regine¹³⁰⁹, devotissimi S.V. filii Johannis, Portugalie, et Algarbii regis, coniugis, et abbatisse et conventus monasterii de Inter Anbos Rivos ordinis sancte Clare Portugalensis diocesis, abbati monasterii sancti Tirsi dicte diocesis, propter aliquas iustas et rationabiles causas sibi expositas dedit in mandatis ut de eisdem causis se diligenter informaret et si inveniret illas fore veras, eisdem abbatisse et conventui alium locum ad id congruum et honestum, si quem pro eis in civitate portugalensi vel alibi in eodem regno ex largitione fidelium vel alio iusto titulo inveniret, in illo novum monasterium cum campanili, campana, ortis, orlitiis, domibus et aliis officinis construere faceret, necnon postquam constructum foret, abbatissam et conventum predictos de veteri monasterio predicto ad construendum monasterium predictum transire et inibi perpetuo sub regulari observantia eiusdem ordinis Domino famulari possent, auctoritate apostolica licentiam largiretur. Verum, Pater Beatissime, post obitum eiusdem Innocentii, idem abbas ad executionem ipsius apostolici mandati processit, certum locum intra muros civitatis predictae sibi largitione fidelium donatum ad huiusmodi monasterium construendum deputavit et assignavit, in quo quidem loco ipsum monasterium construere et edificari fuit inceptum et cum edificium in dies fit et augetur, supplicatur igitur S.V. humiliter et devote pro parte eiusdem regis quatinus, omnia et singula et quecumque inde secuta rata habentes et grata, ea dignemini auctoritate apostolica confirmare et patrocinio apostolico communire ac supplere defectus, si forsitan intervenerint in eisdem, necnon fratri Johanni (de) Xira ordinis fratrum Minorum professori, ipsius regis confessori, et aliis per eum eligendis, onus, curam et regimen tam edificationis monasterii predicti quam abbatissae et conventus predictorum, quarum per viginti annos et ultra prelati extitit, commitendo, quodque ab aliis monasteriis ordinis memorati pro maiori ipsius monasterii in spiritualibus edificatione aliquas honestas moniales et matronas eiusdem ordinis, ut in ipso novo monasterio habitent, recipere et in eodem novo monasterio inibi perpetuo Domino famulaturas collocare, necnon ipsis monialibus et matronis, ut huiusmodi monasteria sua exire et dictum novum monasterium ingredi et profiteri ac perpetuo remanere valeant, concedere dignemini de gratia speciali, constitutionibus apostolicis ac statutis ordinis predicti et aliis contrariis non obstantibus quibuscumque et cum omnibus clausulis oportunis. – *Fiat ut petitur et de monialibus usque ad sex.O.*

Datum Florentie, decimo octavo Kalendas Octobris, anno secundo.

¹³⁰⁸ Inocêncio VII - que Bonifácio IX, em Dezembro de 1389, elevara à categoria de Cardeal de Santa Cruz de Jerusalém - foi eleito Papa em 17 de Outubro de 1404, coroado a 11 de Novembro do mesmo ano. Faleceu em Roma a 6 de Novembro de 1406.

¹³⁰⁹ A Rainha Dona Filipa de Lencastre falecera, quatro anos antes, em Odivelas, a 19 de Julho de 1415.

175

1420, Maio, 24 - *João Gonçalves, subdiácono de Compostela, acusa Antão Martins de concubinato e de outros defeitos, com o intuito de que, ao acusado, lhe fosse retirada a igreja de S. João da Foz, do padroado de Santo Tirso, a favor dele, dito João Gonçalves.*

MPV, vol. III/2, doc. n. 384, pp. 266-267.

Beatissime Pater, cum quidam Antonius Martini possessor ecclesie parrochialis ecclesie sancti Johannis de Foze Portugalensis diocesis existens, tam eo quod pluribus sententiis, tam pro re quam contumacia, auctoritate ordinaria irretitus, se divinis immiscuit ac etiam quia plures ex parrochianis ipsius ecclesie absque confessione sacerdotali ob factum et culpam ipsius Antonii ab humanis decesserunt, quam ex eo quod focariam publice tenendo, etiam de presenti, cum filiabus suis spiritualibus incestum commisit, necnon et aliis suis per fidedignos illico probabilibus ymo notoriis et manifeste criminosis demeritis populum notorie scandalizantibus, eadem parrochiali ecclesia reddiderit se indignum, supplicat igitur S.V. humilis et devotus orator vester Johannes Gundissalvi, subdiaconus Compostellanus, quatinus alicui probo viro in partibus committere et mandare dignemini ut se summarie, simpliciter et de plano de premissis ¹³¹⁰ informet et, si premissa repererit veritate fulciri, ac dictum Antonium fuisse et esse excommunicatum et se divinis ¹³¹¹ immiscuisse ac in excommunicatione existentem celebrasse ¹³¹², eadem parrochiali ecclesia privet et privatum declaret ipsamque ecclesiam, sive ut premittitur, aut alias quovis modo et ex cuiuscumque alterius persona sive per constitutionem *Execrabilis*, aut per renuntiationem in partibus coram Ordinario vel notario et testibus per eundem Antonium sponte factam vel fiendam vacet, etiam si tanto tempore vacaverit quod eius collatio apud sedem apostolicam iuxta Lateranensis statuta concilii legitime sit devoluta, seu si ipsa ecclesia dispositioni apostolice specialiter vel generaliter reservata, affecta aut inter aliquos in Romana Curia vel extra eam litigiosa existat, cuius litis statum hic habere dignemini pro expresso, cuiusque fructus, etc., import. triginta et residendo supra locum, oneribus supportatis, secundum communem extimationem sexaginta ducatorum auri annuatim non excedunt, eidem Johanni Gundissalvi auctoritate apostolica et vestra conferat et assignet ac provideat etiam de eadem. Non obstanti gratia expectativa, si quam habeat, in cancellaria exprimenda, cum ceteris non obstantibus et clausulis opportunis. – *Fiat ut petitur in forma iuris et inscribat se. O.*

Datum Florentie, nono Kalendas Junii, anno tertio.

176

1421, Maio, 07 – *Gil Vasques, presbítero, ao conhecer que Antão Martins tinha intenção de renunciar à igreja de S. João da Foz do Douro, pede ao Papa Martinho V, a concessão dessa dita igreja, que é do padroado de Santo Tirso.*

MPV, vol. III/2, doc. n. 493, pp. 345-346.

¹³¹⁰ Repete-se, no ms., a palavra *se*, com sinal de erro.

¹³¹¹ No ms. vem repetida a seguir a palavra *se*, com sinal de erro.

¹³¹² No ms segue-se a palavra *ab*, com sinal de erro.

Beatissime Pater, cum devotus vester Antonius Martini, rector parrochialis ecclesie sancti Johannis de Foz Portugalensis diocesis, dictam ecclesiam, quam obtinet, ex certis rationabilibus causis sponte et libere resignare proponat, supplicat igitur S.V. devotus vester Egidius Valasci, presbyter, quatinus sibi de ipsa ecclesia, cuius fructus, etc., quinquaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annum non excedunt, cum per huiusmodi resignationem vacaverit, etiam si actu alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vel per constitutionem *Execrabilis* vacet, etiam si specialiter vel generaliter reservata aut devoluta existat et super ea inter aliquos lis, cuius statum hic habere dignemini pro expresso, in Romana Curia vel extra eam ¹³¹³ pendeat indecisa, eidem Egidio dignemini misericorditer providere. Non obstanti quod parrochialem ecclesiam sancte Eulalie de Pedoorido ¹³¹⁴ Lamecensis diocesis et canonicatum et prebendam ecclesie Portugalensis ac perpetuam portionem collegiate ecclesie sancti Petri de Ferreira ¹³¹⁵ Portugalensis diocesis, quorum fructus, centum et viginti librarum Turonensium similium secundum predictam extimationem valorem annum non excedunt, obtinet secumque, cum quo alias super defectu natalium quem patitur de presbytero genitus et soluta, super quo alias secum tam apostolica quam ordinaria auctoritatibus, prout in cancellaria latius declarabitur, dispensatum extitit et ut dictam ecclesiam sancti Johannis de Foz una cum dicta ecclesia de Pedorido ¹³¹⁶, quam obtinet, usque ad quinquennium retinere et interim dictas parrochiales ecclesias et sua beneficia aut alterum ipsorum et ipsarum pro alio vel aliis beneficiis ecclesiasticis compatilibus permutare libere et licite valeat, dispensare dignemini de gratia speciali, defectu predicto ac constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscumque. – *Fiat ut petitur et dispensamus ad annum. O.*
Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Nonis Maii, anno quarto.

177

1421, Maio, 28 – *D. Martim Aires, abade de Santo Tirso, o seu Prior e convento, pedem a recondução da igreja da Foz à sua condição de igreja unida ao mosteiro de Santo Tirso, após a morte ou renúncia de Antão Martins.*

MPV, vol. III/2, doc. n. 508, pp. 354-355.

(Beatissime Pater, exponitur S.) V. pro parte devotorum vestrorum fratris Martini abbatis necnon prioris et conventus monasterii sancti Trisi (sic) de Ripadave ordinis s(ancti) B(enedicti) Portugalensis diocesis et dicitur quod licet dudum iidem exponentes eorumque predecessores a tantis retroactis temporibus, de quorum initio sive contrario hominum memoria non existebat, fuissent, prout erant, in pacifica possessione levandi et percipiendi omnes decimas aliosque redditus, fructus et proventus parrochialis ecclesie seu heremitagii sancti Johannis de Foz eiusdem diocesis, que de iure patronatus eorum existit, et ad collationem eorum tunc temporis pertinebat, etiam ex certa et legitima donatione eisdem facta, ex quibus quidem decimis sive fructibus iidem abbas, prior et conventus provisionem piscium pro sue vite necessitate habebant, nichilominus tamen quidam dicti monasterii abbates, qui fuerunt pro tempore, potius carnali

¹³¹³ No ms. *etiam*.

¹³¹⁴ No ms. sinal de erro.

¹³¹⁵ A mesma observação da nota precedente.

¹³¹⁶ No ms. o mesmo sinal de erro.

affectione quam dicti monasterii utilitate inducti, parrochiam ecclesiam seu heremitagium sancti Johannis predictum cum omnibus iuribus, decimis et pertinentiis suis nonnullis clericis secularibus successive in titulum perpetui curati beneficii ad predicti monasterii presentationem per episcopum Portugalensem, eorum Ordinarium, conferri ipsosque clericos ibidem rectores institui procurarunt atque fecerunt, in predicti monasterii preiudicium non modicum et etiam detrimentum. Cumque, Pater Sancte, abbas, prior et conventus monasterii memorati, in quo quindecim monachi sacerdotes et ultra continue Altissimo Domino famulantes, vitam religiosam ducunt, propter guerras et mortalitates aliaque varia discrimina que in illis partibus diutius vixerunt, in fructibus et redditibus adeo diminutis et attenuatis existat quod iidem monachi ibidem degentes circa vite necessaria quam maxime piscium (...) supplicant igitur S.V. abbas, prior (et conventus...) sue vite necessaria sustinenda ecclesiam seu heremitagium sancti Johannis predictum, cuius fructus, etc., debitis suportatis oneribus, sexaginta florenorum auri de camera secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, si vacat ad presens, vel quam primum per cessum vel decessum Antonii Martini presbyteri, ipsam nunc possidentis, cum omnibus et singulis decimis, fructibus, redditibus et obventionibus suis predicto monasterio seu abbati, priori et conventui eiusdem perpetuo annectere et incorporare misericorditer dignemini, attento, Pater Sancte, quod abbas, prior et conventus predicti parati sunt et contenti perpetuum cappellanum monachum vel secularem in dicta ecclesia vel heremitagio ponere et deputare, qui ecclesiastica sacramenta, si quibus necesse fuerit, ministret taliter quod cura animarum, si qua eidem ecclesie sive heremitagio imminet, nullatenus negligatur, ita quod predicto Antonio Martini cedente vel decedente aut eadem ecclesia seu heremitagio alias quovis modo et ex alterius cuicumque persona vacante, liceat abbati¹³¹⁷, priori et conventui predictis eiusdem ecclesie sive heremitagii fructuumque, iurium, decimarum et obventionum ipsius possessionem apprehendere et habere ipsosque fructus, redditus, decimas et iura percipere et levare, licentia cuiuscumque super hoc minime requisita, constitutionibus et ordinationibus apostolicis premissisque et aliis contrariis non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis. – *Fiat de consensu quorum interest. O.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Kalendas Junii, anno quinto (sic).

178

1421, Junho, 18 – *Álvaro Gil, clérigo da diocese do Porto, ao saber que Antão Martins vai renunciar à igreja da Foz, pede a Martinho V lhe dê a igreja sobredita.*

MPV, vol. III/2, doc. n. 522, p. 366.

Beatissime Pater, cum devotus vester Antonium Martini, rector parrochialis ecclesie sancti Johannis de Foz, Portugalensis diocesis, eandem ecclesiam quam obtinet ex certis rationabilibus causis resignare proponat, sive ex nunc in manibus S.V. sponte resignat, supplicat igitur S.V. humiliter devotus vester Alvarus Egidii, clericus dicte diocesis, quatinus sibi de dicta ecclesia, cuius fructus, etc., sexaginta librarum Turonensium parvorum communi estimatione valorem annum non excedunt, sive ut premittitur, sive alias quovis modo, aut ex alterius cuicumque persona, vel per constitutionem *Execrabilis* vacet, etiam si specialiter vel generaliter reservata, affecta vel devoluta sit, et super ea inter aliquos lis, cuius statum presentibus haberi placeat pro

¹³¹⁷ No ms. *abbatui*, com sinal de erro.

expresso, pendeat indecisa, dignemini misericorditer providere. Non obstante quod quidam Johannes Gundissalvi qui se gerit pro subdiacono Compostellano ipsum Antonium super certis pretensis criminibus denunciavit et litteras privationis desuper a S. V. ad quemdam Johannem Gunsalvi, canonicum Portugalensem, obtinuit, per quas ipsi Johanni de dicta ecclesia, cum per huiusmodi privationem vacaverit, mandatur provideri, pretextu quarum, ipsum Antonium coram Ludovico Johannis, canonico Bracharensi, subdelegato a prefato iudice, traxit in causam, cuius cause statum presentibus haberi placeat pro expresso, quodque idem Alvarus defectum natalium patitur de presbytero genitus et soluta, super quo ut ad omnes minores ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum sine cura obtinere posset, ordinaria fuit auctoritate dispensatum ac secum ut ad omnes etiam sacros ordines promoveri¹³¹⁸ (et) dictam parrochiam ecclesiam obtinere ac illam et beneficium huiusmodi, quotiens sibi placuerit, permutare valeat, dignemini misericorditer dispensare. Cum non obstantibus et clausulis oportunis. – *Fiat ut petitur. O.*

Datum Tiburti, decimo quarto Kalendas Julii, anno quarto.

179

1425, Agosto, 14 – *Numas disposições testamentárias, encarrega-se o Prior do mosteiro de Santo Tirso da execução dos bens de alma, deixados ao mosteiro, que devem constar em memória na tabela da sacristia.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 187, p. 216.

(*Extracto*): ... E faça esto poer em obito do dicto moesteiro pera nembramento ememoria dello ... e aparto todolos do meu divino porque nom hei herdeiros dos ascendentes e descendentes com cinco¹³¹⁹ soldos que nom possam dos meus beens mais haver... Rogo ao dicto Fr. Pedro Lopes Priol que me meenfestou e foy meu confessor e esta çedulla screveu que tome da minha alma e da minha carne o dicto encargo.

180

1425, Setembro, 10 – *Martim Aires, nobre, bacharel em Decretos, sobrinho do Abade homónimo de Santo Tirso, cónego de Braga e reitor da igreja de S. Tiago de Burgães, concelho de Santo Tirso e diocese de Braga, na altura, pede ao Papa Martinho V dispensa de incompatibilidade sobre a hipótese de um outro benefício eclesiástico.*

MPV, vol. IV, doc. n. 919, pp. 71-72.

Supplicat S.V. devotus orator vester Martinus Arie, de nobili genere procreatus ac bachalarius in decretis, necnon rector parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Burgaes Bracharensis diocesis, quatinus secum dispensare dignemini ut in proxima supplicatione per omnia continetur, non obstanti dicta parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Burgaes necnon canonicatu et prebenda ecclesie Bracharensis, quos obtinet et quorum omnium fructus, etc, octuaginta librarum Turonensium parvorum secundum

¹³¹⁸ No ms. *promovere*, com sinal de erro

¹³¹⁹ *Cinco*, repetido.

communem extimationem valorem annum non excedunt. Et cum clausulis oportunis ut supra.

Fiat ut petitur pro utroque. O.

Datum Rome, apud Santos Apostolos, quarto Idus Septembris, anno octavo.

181

1427, Janeiro, 21 – *De entre as igrejas do padroado de Santo Tirso contava-se a paróquia “unida” de S. Lourenço de Asmes (Ermesinde), que, em forma de graça expectativa, um monge de Santo Tirso alcançará, por Bula pontifícia do Papa Martinho V.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 188, p. 216.

ANTT OSB *Santo Tirso* Mç. 1 (*Sumário*): Refere-se este documento à apresentação que fez o mosteiro de Santo Tirso em um monge dele, chamado Fernão Lopes, por falecimento de um outro monge, seu antecessor, chamado Luis Domingues, na Igreja de S. Lourenço de Asmes, na Maia, bispado do Porto. Julgo tratar-se da mesma de que fala João Pedro Ribeiro, no extracto e sumário que se seguem, apesar da diferença de um ano, na cronologia.

(*Extracto*): Ficou os seus geolhos em terra humildosamente com reverença ... spectante/que alcançou graça de Expectativa.

(*Sumário*): Instrumento de Provisão do Benefício de S. Lourenço de Azemes do Padroado do Mosteiro de Santo Tirso, em virtude de uma Expectativa do Papa Martinho 5.º, com Beneplácito Régio expedido pelo Chanceler-mór, a favor de um Monge do mesmo Mosteiro.

182

1427, Abril, 15 – *Depois que o arcebispo de Braga aprovou o arrendamento que o abade Martim Aires e os monges de Santo Tirso fizeram da igreja de Vila Nova das Infantas, em prol de Diogo Afonso, clérigo da diocese de Braga, filho de Afonso Lourenço de Guimarães, o sobredito Diogo pede à Cúria Romana a sua confirmação.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1123, pp. 218-219.

Beatissime Pater, nuper devoti V.S. oratores dompnus Martinus Arie, abbas et conventus monasterii sancti Tirsi de Ripa(da)vis¹³²⁰ ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, invicem congregati et capitulum, ut moris (est)¹³²¹, invicem inientes, pro utilitate et bono sui monasterii, fructus, etc., terras, domos, decimas, prata, pascua et alia bona, ad ecclesiam de Villa Nova das Infantas Bracharensis diocesis pertinentia et spectantia, in implazamentum et emphiteosim devoto vestro Didaco Alfonsi, filio Alphonsi Laurentii de Guimaranis, clerico Bracharensis diocesis, quoad viveret, pro certa summa, annis singulis abbati et conventui¹³²² monasterii predicti¹³²³, pro tempore existentibus, sub certis modis et formis persolvendis, prout facere poterant,

¹³²⁰ No manuscrito *Ripanis*.

¹³²¹ No manuscrito sinal de erro, talvez a indicar a omissão da palavra *est*.

¹³²² No ms. vêm repetidas, mas riscadas, as palavras *annis singulis abbati et conventui*.

¹³²³ No manuscrito *predictis*.

unanimiter contulerunt et dederunt idemque Didacus ante ipsius obitum aliam personam nominare, qui in huiusmodi concessione pari forma succederet, quod etiam similiter per eam nominandus ante sui obitum facere possent et debere(n)t ipsamque concessionem et emphiteosim per dominum archiepiscopum Bracharensem hinc inde confirmari voluerunt, qui archiepiscopus, videns ea esse in utilitatem dicti monasterii, confirmavit et approbavit, prout hec et alia in instrumentis publicis et litteris inde confectis, quarum tenores hic habere dignemini pro sufficienter expressis, plenius continetur. Et ut premissa maiorem valeant roboris habere firmitatem, supplicat S.V. prefatus Didacus, qui premissorum vigore bonorum, etc., predictorum possessionem extitit assecutus, quatinus donationem, assecutionem, pacta, conventionem predictam et inde secuta rata et grata habentes, ea omnia et singula ex certa vestra scientia (auctoritate) ¹³²⁴ apostolica confirmare ac omnes et singulos defectus, si qui intervenerint in eisdem, sedi apostolice potestatis plenitudine supplere dignemini. Constitutionibus et ordinationibus apostolicis, statutis et consuetudinibus in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis.- *Fiat ut petitur, si in evidentem et de consensu. O.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, decimo septimo Kalendas Maii, anno decimo.

183

1428, Julho, 13 – *Numa provisão da igreja de Lavra, pelo Vigário do Bispo do Porto, com data de 1428, consta que, por contrato entre o Prelado diocesano da igreja portugalense e o mosteiro de Santo Tirso, esta igreja seria uma das «unidas» ao cenóbio beneditino da nossa cidade, com a faculdade de os beneditinos apresentarem para Lavra curas seculares ou monges, amovíveis “ad nutum”.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 191, p. 217.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 92. (*Sumário*) : Na gaveta 5.^a n.º 1 estão dous pergaminhos que contem hum contrato, que fez o Bispo do Porto, e seu Cabido na era de Cesar 1325 com o Abbade deste Mosteiro, e Seu Convento, que pela Cronologia dos annos era D. Domingos Mendes dando este ao dito Bispo tres Padroados deste Mosteiro, a Saber o de S. Martinho de Bougado, S. Martinho de Guilhabreu, e S. Vicente de Queimadella, que agora se chama Alfena; e o dito Senhor Bispo lhe fez a graça, e merce de aplicar os dizimos das Igrejas, que erão do Padroado deste Mosteiro a saber desta Igreja de Lavra, da de Folgoza da de Santa Maria de Villar, da de S. Lourenço Dasmes da de S. Martinho de Covellas, e da de Santa Christina do Couto; e que podesse apresentar por Parochos ad nutum Removiveis Monges, ou Clerigos Seculares dandolhes congrua sustentação. Com a entrada dos Abbades Commendatarios se alterou este contrato por apresentarem esta Igrejas em Clerigos seus Amigos recebendo estes todos os frutos; e quando se instituiu a Congregação, querendose unir estas Igrejas ao Mosteiro como seus membros que erão pela Bulla do Santissimo Padre Xisto 5.º que tras Frei Paulo do Touro a f. 27 o impugnarão Frei Marcos de Lisboa Bispo do Porto, e o seu Vigario Geral com o fundamento, que o dito contrato não tivera o seu completo efeito que era menos verdade como se dirá adiante no n.º 5.º e que não ouvera Breve Appostollico para a dita applicação, sendo certo que tambem não ouve Breve Appostollico para o dito Bispo ficar com os Padroados, que lhe tinha dado este Mosteiro rezam que não alegarão os nossos antigos; o motivo não se sabe; e bem poderão elles alegar que ouvera Breve, e que não aparecia com a entrada dos Commendatarios, e Suposta a antiguidade do Contrato, era presumivel o havelo; termos em que ou devião cumprir a fe do contrato, ou restituir os Padroados.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 93 v. (*Sumário*) : huma confirmação que fez a 12 de Mayo do anno de Christo de 1428 o Bispo do Porto D. Antão, em João Gonçalves Abbade da Igreja de Santo Adrião de Canas do Bispado do Porto pela apresentação que nelle fez D. Martim Ayres Abbade deste Mosteiro pela troca que tinha feito Martim Annes Monge deste Mosteiro, e Parocho da Igreja de Lavra consentindo nella o dito D. Abbade, com o dito João Gonçalves, e como os rendimentos desta Igreja erão unidos a este Mosteiro pello contrato que se apontou (...). O dito D. Abbade resalvou na dita

¹³²⁴ No ms. sinal de erro, talvez a indicar a omissão da palavra *auctoritate*.

apresentação o dito contrato não só pelo que dizia respeito a esta Igreja, mas também as mais, não querendo prejudicar o direito deste Mosteiro pela apresentação que fazia em o dito João Gonçalves clérigo secular em toda a sua vida; do que se segue ter o dito contrato feito com o Bispo do Porto o seu devido efeito; e por isso o Vigário Geral do Bispo D. Frei Marcos falçamente alegou não tivera o ultimo complemento o dito contrato.

(*Sumário*): Carta de Colação pelo Vigário do Bispado do Porto D. Antão da Igreja da Lavra da qual consta que o Mosteiro de Santo Tirso por um compromisso com o Bispado e Cabido podia remover nesta e noutras Igrejas os apresentados *quando vissem que compria* = Didacus Johannis = L. Do sello pendente. Portuguesa.

184

1429, Junho, 16 – *Martim Aires tenta readquirir, a favor do mosteiro, o direito de apresentar um monge para S. João da Foz, de nome João Afonso, situação de que o mosteiro fora esbulhado pelo abade anterior, Vicente Rodrigues, que apresentara para a igreja da Foz um familiar, clérigo secular, António de nome.*

MPV, vol. IV, pp. 422-423, n. 1399.

Beatissime Pater, licet territorium nuncupatum Sancti Johannis de Foce Portugalensis diocesis in eoque totalis iurisdictio mera donatione ad abbatem et conventum monasterii sancti Tirssi de Ripaavia ordinis sancti Benedicti dicte diocesis funditus pertinere noscatur et in quo quoddam heremitagium dudum erectum fuit et constructum, quod quidem inibi crescente populo in parrochialem ecclesiam, que ad utilitatem dicti monasterii per aliquem ex monachis ipsius monasterii ad nutum abbatis pro tempore existentis renovabilem regi deberet et gubernari conversum fuit, nichilominus quondam Vincentius Roderici, abbas predicti monasterii, dum vixit, sue salutis immemor, ad improvidam aliquorum ut creditur suggestionem quemdam Antonium, suum familiarem, presbyterum secularem, domino episcopo Portugalensi ad dictam parrochialem ecclesiam presentavit instituendum, in qua dictus A(ntonius) institutus illam quamdiu vixit obtinuit, fructus, etc., eiusdem ecclesie propriis suis usibus applicando, in grave dampnum et iuris dicti monasterii alienationem, quam quidem alienationem devotus V.S. orator Martinus, abbas modernus dicti monasterii, sic ut premittitur alienatam ad propria revocare, ad eandem ecclesiam tunc vacantem regendam et gubernandam quemdam fratrem Johannem Alfonsi, monachum professum dicti sui monasterii, per eum ad eandem ecclesiam presentatum, per dominum episcopum Portugalensem institui procuravit. Ne igitur, Pater Sancte, etiam imposterum quis ad instar dicti Antonii fructus, etc., loci et ecclesie predictorum in preiudicium dicti monasterii sibi appropriare ¹³²⁵ presumat, sed ut monachus inibi pro tempore instituendus ad divinum cultum ferventius animetur et statum suum et onera sibi incumbencia facilius supportare valeant, supplicant eidem S.V. abbas et conventus predicti monasterii quatinus ad omnium et singulorum premissorum maioris roboris firmitatem dicti loci donationem, ecclesie predictae erectionem, fundationem et gubernationem ac inde secuta rata habentes et grata, ea ex certa vestra scientia confirmare, sic ut perpetuis futuris temporibus eadem ecclesia a nullo alio quam ab aliquo ex monachis dicti monasterii ad nutum abbatis pro tempore existentis renovabili regi seu gubernari possit indulgere dignemini, pro cuius sustentatione eadem S. tertiam

¹³²⁵ No ms. *approbare*, com sinal de erro.

fructus emolumentorum, etc., ecclesie et loci predictorum, aliam vero mense conventus et reliquam partes abbatiali mense applicari debere decernat, si ad hoc abbatis, conventus et fratris Johannis Alfonsi predictorum expressus interveniat consensus, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis. *Fiat ut petitur et committatur. O.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, sextodecimo Kalendas Julii, anno duodecimo.

185

1429, Dezembro, 02 – *Por causa das dificuldades das comunicações com Roma e das guerras entre os reis de Castela e de Aragão, Martim Aires que tinha intenção de permutar o abaciado de Santo Tirso, com o de Tibães, de que era prelado o seu sobrinho, Soeiro Anes, pedem os dois a prorrogação, por mais seis meses, do prazo concedido para a expedição das Bulas apostólicas.*

MPV, vol. IV, p. 487, n. 1488.

Beatissime Pater, nuper S.V. devotum vestrum Martinum Arie de abbatia monasterii sancti Tirsi ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis ad monasterium sancti Martini de Tibaes dicti ordinis Bracharensis diocesis transtulit ac devoto vestro Sugerio Johannis de prefato monasterio sancti Tirsi gratiose providit, ipsos illis in abbates preficiendo. Cum autem, Pater Sancte, propter guerras inter serenissimos principes Castelle et Arragonie reges ad presens vigentes ac discrimina viarum prefati Martinus et Sugerius pro expeditione litterarum provisionis huiusmodi commende ut creditur necessaria non miserint et ut timetur verisimiliter mittere in brevi nequeant ac tempus de expediendis litteris in brevi expirare dignoscitur, supplicant S.V. prefati Martinus et Sugerius quatinus tempus huiusmodi a fine termini de expediendis litteris computandum ad sex menses prorogare dignemini misericorditer de gratia speciali, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque. – *Fiat ad mensem. O.*

Datum Rome, apud Santos Apostolos, quarto Nonas Decembris, anno tertiodecimo.

186

1429, Dezembro, 04 – *Martim Aires e Soeiro Anes, que permutaram entre si a abadia de Santo Tirso e a de Tibães, suplicam do Papa Martinho V nova prorrogação do prazo do despacho das Bulas Apostólicas.*

MPV, vol. IV, pp. 488-489, n. 1490.

Beatissime Pater, nuper S.V. devotum vestrum Martinum Arie de abbatia monasterii sancti Tirssi ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis ad monasterium sancti Martini de Tibaes dicti ordinis Bracharensis diocesis transtulit ac devoto vestro Sugerio Johannis de prefato monasterio sancti Tirsi gratiose providit, ipsos illis in abbates preficiendo. Cum autem, Pater Sancte, propter guerras inter serenissimos principes Castelle et Aragonie reges ad presens vigentes ac discrimina viarum prefati Martinus et Sugerius pro expeditione litterarum provisionis huiusmodi commode ut creditur necessaria non miserint et ut timetur verissimiliter mittere in brevi nequant ac tempus expediendi litteras in brevi expirare dinoscitur, supplicant S.V. prefati Martinus et

Sugarius quatinus tempus huiusmodi, a fine termini de expediendis litteris computandum, ad sex menses prorogare dignemini misericorditer de gratia speciali, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque. – *Fiat ad tres menses. O.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, pridie Nonas Decembris, anno tertidecimo.

187

1430, Janeiro, 04 – *Martim Aires, cónego de Braga, abade de Burgães e de Rebordões (freguesias de Santo Tirso), pede do Papa Martinho V o arcediagado de Barroso, na igreja bracarense, após a morte de Lopo Vaz que morrera em Supino, na diocese de Ferentino, perto de Anagni, e após a renúncia onerosa de Vasco Rodrigues, doutor em Leis, antes que a este se lhe despachassem as Bulas da concessão.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1513, p. 506.

Beatisssime Pater, alias S. V. devoto vestro Valasco Roderici, legum doctori, de archidiaconatu de Baroso in ecclesia Bracharensi, qui dignitas inibi curata et electiva, non tamen maior post pontificalem existit, tunc certo modo vacante, gratiose concessit provideri, prout in petitione desuper confecta plenius continetur. Cum autem, Pater Sancte, idem Valascus, concessionis gratie huiusmodi litteris apostolicis super ea non confectis (archidiaconatui) ¹³²⁶, ac omni iuri sibi in eodem archidiaconatu vel ad illum quomodolibet competenti seu ex nunc in manibus S.V. cedat, supplicat S.V. devotus vester Martinus Arie, canonicus dicte ecclesie, quatinus cessionem huiusmodi admittentes seu admitti mandantes, sibi de dicto archidiaconatu, cuius fructus, etc., sexaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annuum non excedunt, sive per cessionem huiusmodi vel per obitum quondam Lupi Velasci in Castro Supini Ferentinatensis diocesis, Romana Curia Anagnie existente, defuncti, seu alio quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona, seu per liberam resignationem dicti Lupi vel alterius de illo, in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam, seu per constitutionem *Execrabilis* vacet, etiam si alias generaliter vel specialiter reservatus, devolutus aut litigiosus existat, litis statum, etc., habentes pro expresso, eidem M(artino) dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda dicte ecclesie, quorum fructus, etc., viginti, necnon sancti Jacobi de Burgons (sic) et eiusdem santi de Rebordaans Bracharensis diocesis parrochialibus ecclesiis, quarum etiam fructus, etc., octuaginta librarum Turonensium similium secundam eandem extimationem valorem annuum non excedunt, quos obtinet, ac dispensatione ad incompatibila, in cancellaria declaranda. Cum ceteris non obstantibus et clausulis oportunis. Paratus est enim dictus Martinus parrochiam ecclesiam de Rebordaans prefatam dimittere quam primum, etc. – *Fiat.*

188

1430, Janeiro, 04 - *Martim Lopes, clérigo de Compostela, pede a Martinho V, a concessão da igreja paroquial de Rebordões, a vagar pela concessão do mesmo pontífice da graça do arcediagado ao abade da dita igreja de Rebordões, Martim Aires.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1514, p. 507.

¹³²⁶ No ms. sinal de erro, talvez a indicar a omissão da palavra *archidiaconatui*.

Item, Beatissime Pater, cum parrochialis ecclesia de Rebordaans prefata per assecutionem pacificam dicti archidiaconatus per eundem Martinum ut premittitur fiendam vacare speretur, supplicat S.V. devotus vester Martinus Lupi, clericus Compostellane diocesis, quatinus parrochiam ecclesiam de Rebordaans huiusmodi, cum illam ut premittitur seu alias quovis modo vacare contigerit, conferendam eidem, reservare sibi de illa, cuius fructus, etc., viginti librarum Turonensium parvorum extimatione predicta valorem annum non excedunt, sive ut premittitur, seu alio quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona seu per liberam resignationem alicuius de illa in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam seu per constitutionem *Execrabilis* vacet, etiam si alias generaliter vel specialiter reservata, devoluta aut litigiosa existat, litis statum etc., habentes pro expresso, providere dignemini. Non obstante gratia expectativa, si quam habet, in cancellaria declaranda, et cum clausulis oportunis. – *Fiat*.

189

1430, Janeiro, 04 – *Vasco Rodrigues, que renunciou ao arcediagado de Braga, a favor de Martim Aires, suplica ao Papa Martinho V a graça da concessão de uma pensão a exigir-se de Martim Aires, e seus sucessores no dito arcediagado, correspondente à soma anual de trinta ducados de ouro.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1515, p. 508.

Item, Beatissime Pater, ne supradictus Valascus Roderici ex sua cessione huiusmodi nimum dispendium patiat, supplicat eidem Sanctitati dictus Valascus quatinus sibi super fructibus, etc., supradicti archidiaconatus pensionem annuam triginta ducatorum auri per dictum Martinum Arie eiusque in eodem archidiaconatu successores eidem Valasco quoad vixerit aut procuratori suo legitimo annis singulis sub penis et censuris ac in terminis et locis in cancellaria apostolica dari consuetis persolvendam reservare et assignare dignemini de gratia (speciali). Cum non obstantibus et clausulis oportunis. – *Fiat ut petitur pro omnibus tribus. O.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, pridie Nonas Januarii, anno tertidecimo.

190

1430, Janeiro, 11 – *Mais uma vez, Martim Aires e Soeiro Anes, depois que o Papa aceitou a permuta dos dois abaciados em causa – o do mosteiro de Santo Tirso e o de Tibães -, voltam a pedir a prorrogação dos prazos da expedição das Bulas, para sua execução, dada a permanência dos obstáculos que não facultam as comunicações com a Santa Sé.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1519, pp. 510-511.

Beatissime Pater, nuper S.V. tempus de expediendis litteris super provisionibus monasteriorum sancti Martini de Tibaes ¹³²⁷ Bracharensis diocesis ordinis sancti

¹³²⁷ No ms. *Cibaes*.

Benedicti et sancti Tirsi ¹³²⁸, eiusdem ordinis Portugalensis diocesis, devotis S.V. oratoribus Martino Johannis ¹³²⁹ et Sugerio Johannis per S.V. alias gratiose factis, ad mensem dumtaxat, licet sex similes menses forent petiti, prorogavit, prout in supplicatione, per S.V. sub data quarto Nonas Decembris, pontificatus S.V. tertiodecimo, desuper signata, plenius continetur. Cum autem, Pater Sancte, dictum tempus prorogationis unius mensis ipsis provisum in modico suffragetur, infra quod etiam littere provisionis huiusmodi minime expediri possunt ipsique etiam provisi propter guerras que sunt in mari inter serenissimos principes et reges Castelle et Aragonie ac discrimina viarum pecunias pro litterarum expeditione non miserunt et ne, propter defectus et obstacula huiusmodi, ipsis detrimentum pati contingat, supplicant S.V. prefati provisi quatinus tempus huiusmodi a fine dicti mensis computandum usque ad quinque menses immediate sequentes prorogare dignemini misericorditer de gratia speciali, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque (...).

Fiat pro omnibus septem ad duos menses. O.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, tertio Idus Januarii, anno tertiodecimo.

191

1430, Março, 13 – *Afonso Anes, monge professo do mosteiro de Santo Tirso, pede a Martinho V lhe faça a concessão da igreja paroquial de S. Lourenço de Asmes (Ermesinde), do padroado do mosteiro de Santo Tirso, pela resignação do monge Luís Domingues, que ao benefício acedera, não obstante a posse de três ou quatro anos por parte de Frei Fernando, indigno, todavia, pelo incurso na pena de excomunhão maior, por pecado de simonia.*

MPV vol. IV, n. 1530, p. 519.

Cf. MPV vol. IV, n. 1544, p. 529.

Beatissime Pater. Cum parrochialis ecclesia sancti Laurentii de Azemes Portugalensis diocesis, per monachos ordinis sancti Benedicti gubernari consueta, per liberam resignationem cuiusdam Ludovici Dominici, monachi expresse professi monasterii sancti Tirsi, ordinis et diocesis predictorum, ipsius ecclesie alias rectoris, de illa, quam tunc obtinebat, in manibus Ordinarii, symoniaca pactione interveniente, sponte factam, vacaverit et vacet ad presens, supplicat S.V. devotus orator vester Alfonsus Johannis, monachus expresse professus monasterii predicti, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de dicta parrochiali ecclesia, cuius fructus, etc., triginta ducatorum auri secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, sive ut premittitur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona, sive ex eo quod quidam frater Fernandus ipsius ecclesie detentor, maioris sententia excommunicationis innodatus, in spretum clavium sancte matris Ecclesie, missas et alia divina officia celebrare non erubuit, seu per constitutionem *Execrabilis* vel aliam resignationem alicuius de illa in Romana Curia vel extra illam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam, vacet, etiam si devoluta aut alias dispositioni apostolice specialiter vel generaliter reservata, sive inter aliquos litigiosa, cuius litis statum, etc., existat, eidem Alfonso dignemini misericorditer providere. Cum non obstantibus et clausulis opportunis - *Concessum ut petitur. G. Conseranensis.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, tertio Idus Martii anno tertiodecimo.

¹³²⁸ No ms. *Cirsi*.

¹³²⁹ Erro, por *Arie* (Aires).

192

1430, Março, 13 – *Os monges do mosteiro de S. Salvador da Torre, da ordem de S. Bento, após resignação de Frei Afonso*¹³³⁰, *elegeram por abade Pedro Lopes, Prior do mosteiro de Santo Tirso, que pede ao Papa a graça da sua confirmação.*

MPV vol. IV, n. 1531, pp. 519-520.

Beatissime Pater, alias vacante monasterio sancti Salvatoris de Turre ordinis sancti Benedicti Tudensis diocesis per simplicem resignationem de ipso per devotum oratorem vestrum fratrem Alfonsum, ipsius monasterii tunc abbatem, in manibus Ordinarii extra Romanam Curiam factam, devoti oratores vestri prior et conventus eiusdem monasterii devotum vestrum Petrum Lupi, tunc priorem monasterii sancti Tirsi de Ripa Avie, ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, in futurum pastorem unanimiter elegerunt seu potius postularunt, quam quidem postulationem per Ordinarium loci confirmari et approbari fecerunt et obtinuerunt, quorum vigore, dictus frater Petrus in dicti monasterii sancti Salvatoris in abbatem prefectus fuit et institutus; ut igitur ea maioris obtineat roboris firmitatem, supplicant S.V. abbas et conventus predicti monasterii sancti Salvatoris quatinus postulationis seu electionis confirmationem, approbationem et institutionem ut premittitur factas et inde secuta rata habentes et grata, ea omnia et singula ex certa scientia confirmare dignemini, supplentes omnes et singulos defectus, si qui intervenerint in eisdem, et nichilominus de dicto monasterio sancti Salvatoris, cuius fructus, etc., centum librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annum non excedunt, sive ut premittitur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona seu per constitutionem *Execrabilis* aut *Ad regimen* vacet, etiam si devolutum¹³³¹ aut generaliter vel specialiter reservatum vel litigiosum sit, litis statum, etc., eidem fratri Petro de novo providere dignemini, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum clausulis opportunis. *Fiat ut petitur. O. Fiat.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, tertio Idus Martii, anno tertiodecimo.

193

1430, Março, 25 – *Pela resignação de Martim Aires ao mosteiro de Santo Tirso e subsequente provisão na prelazia tirsense de Soeiro Anes, seu sobrinho, Martinho Afonso, acólito da diocese do Porto, imediatamente pede ao Papa Martinho V lhe dê o abaciado do mosteiro de Tibães, que vagará pela promoção do dito Soeiro.*

MPV IV, n. 1536, p. 524

¹³³⁰ Cf. João Pedro Ribeiro (Sumário): *Carta de Confirmação da Abadia do Mosteiro de S. Salvador da Torre em Fr. Affonso Monge do mesmo Mosteiro eleito canonicamente: tendo vagado o mesmo Mosteiro pela Deposição, feita em Visita, de Fr. Gonçalo da Ordem dos Pregadores Presidente perpétuo do mesmo, o qual tinha cometido gravissimos Delictos. E expedida por João Administrador perpetuo no espirital e temporal do Bispado de Tui na parte de Portugal, a cuja Diocese pertencia o Mosteiro = Johannes administrator = L. Do sello pendente.* Este documento de João Pedro Ribeiro está datado de 14 de Março de 1427. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 190, p. 217.

¹³³¹ No ms. *devoluta*.

Beatissime Pater, alias vacante monasterio sancti Martini de Tivanes ordinis sancti Benedicti Bracharensis diocesis per translationem devote creature vestre Sugerii ad monasterium beate Marie de Sancto Tirso de Riba d'Avia dicti ordinis Portugalensis diocesis apostolica auctoritate factam, eadem S.V. de dicto monasterio sancti Martini de persona devote creature vestre Martini Arie per consistorium gratiose provideri, sive eum illi in abbatem prefici concessit, sive providit, et quia dictus Martinus Arie, concessionis gratie huiusmodi litteris apostolicis super ea non confectis, omni iuri sibi in dicto monasterio sancti Martini vel ad illud quomodolibet competenti in manibus V.S. sponte et libere cedere proponat, sive ex nunc cedat, supplicat S.V. devotus vester Martinus Alfonsi, acolitus dicte diocesis, quatinus cessionem huiusmodi admittentes sive admitti mandantes, postquam ipse Martinus Alfonsi habitum dicti ordinis suscepit ac regulariter per illius monachos emitti solitam professionem emisit, de persona ipsius Martini Alfonsi prefato monasterio sancti Martini, cuius fructus, etc., nonaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, sive per cessionem vel translationem huiusmodi tunc, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona seu alias per liberam resignationem alterius alicuius, etiam coram notario publico et testibus sponte factam vacet et ex quavis causa eius dispositio ad sedem apostolicam specialiter vel generaliter pertineat, aut litigiosum, cuius litis statum, existat, providere ipsumque illi in abbatem preficere ac munus consecrationis sibi impendi mandare dignemini. Non obstantibus contrariis quibuscumque, cum clausulis oportunis.- *Fiat ut petitur. O. Fiat.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, octavo Kalendas Aprilis, anno tertidecimo.

194

1430, Abril, 26 – *Afonso Anes, monge professo do mosteiro de Santo Tirso, pede ao Papa a igreja paroquial de S. Lourenço de Asmes (Ermesinde) – igreja unida ao mosteiro de Santo Tirso -, vaga pela renúncia do monge Luís Domingues.*

MPV vol. IV, n. 1544, p. 529.

MPV vol. IV, n. 1530, p. 519.

Beatissime Pater. Cum parrochialis ecclesia sancti Laurentii de Azemes Portugalensis diocesis, que per unum ex monasteriis (sic) sancti Tirsi ordinis sancti Benedicti dicte diocesis monachum ¹³³² obtineri consuevit, per liberam resignationem cuiusdam Ludovici Dominici, olim illius rectoris, extra Romanam Curiam in manibus Ordinarii sponte et libere factam et per eundem Ordinarium admissam, vacaverit et vacet ad presens, supplicat S.V. devotus vester Alfonsus Johannis, presbyter, monachus predicti, ordinem ipsum expresse professus, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de dicta ecclesia, cuius fructus, etc., triginta ducatorum auri communi estimatione valorem annum non excedunt, sive ut premititur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona seu per constitutionem *Execrabilis* aut similem resignationem alicuius alterius de illa, extra dictam Curiam etiam coram notario et testibus sponte factam, vacet et reservata specialiter vel generaliter seu devoluta aut cuius statum, etc., litigiosa sit, eidem Johanni, non obstantibus quod quidam frater Fernandus, assertus monachus dicti monasterii, ecclesiam ipsam symoniaco, quem in illa habuit, ingressu nondum purgato per tres annos et ultra detinuit, prout detinet

¹³³² No ms. *monachus*, com sinal de erro.

indebite occupatam, providere dignemini. Cum non obstantibus et clausulis oportunis. – *Concessum ut petitur. G. Conseranensis.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, sexto Kalendas Maii, anno tertiodecimo.

195

1430, Julho, 05 – *Martim Lopes pede a Martinho V a prorrogação de tempo, por mais dois meses, para além dos seis que lhe foram facultados, em ordem à expedição das Bulas de concessão da igreja paroquial de Rebordões, do padroado do mosteiro de Santo Tirso.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1583, pp. 553-554.

Beatissime Pater. Nuper S.V. de parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Rebordãaos Bracharensis diocesis, tunc certo modo vacante et reservata, devoto oratori vestro Martino Lupi, rectori ipsius ecclesie, gratiose providere concessit, prout in supplicatione, cuius tenorem hic habere dignemini pro sufficienter expresso, plenius continetur. Cum autem, Pater Sancte, prefatus Martinus propter guerras in regno Ispanie vigentes ac itinerum discrimina litteras apostolicas super huiusmodi concessionis gratia infra sex menses ad hoc statutos expedire non potest, supplicat igitur eidem S.V. prefatus Martinus quatinus sibi ut ipse litteras apostolicas super concessione predicta infra duos menses a fine dictorum sex mensium computandos expedire possit et valeat concedere dignemini de gratia speciali, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque. – *Concessum, si alias non obtinuerit. G. Conseranensis.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, tertio Nonas Julii, anno tertiodecimo.

196

1430, Agosto, 02 - *Nova súplica de Martim Lopes, clérigo de Compostela, de vinte e um anos de idade, para que, pela resignação da freguesia de Rebordões, de que era titular Martim Aires, lhe fosse concedida a dita igreja, na medida em que ele, Martim Lopes, não fizera expedir, na devida altura, as Bulas pontifícias.*

MPV, vol. IV, doc. n. 1590, pp. 558-559

Supplicat S.V. devotus orator vester Martinus Lupi, clericus Compostellanne diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Rebordãos Bracharensis diocesis, cuius fructus, etc., viginti librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annuum non excedunt, vacante ex eo quod idem Martinus, cui alias eadem S. de prefata ecclesia, cum illam per assecutionem pacificam archidiaconatus de Barroso in ecclesia Bracharensi per devotum vestrum Martinum Arie, olim ipsius ecclesie sancti Jacobi rectorem, auctoritate apostolica tunc fiendam, vacare contingeret, gratiose provideri concessit, litteras apostolicas super huiusmodi concessione infra tempus ad hoc statutum expediri non fecit, sive ut premittitur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona, sive adhuc per assecutionem predictam aut per constitutionem *Execrabilis* aut liberam resignationem alicuius de illa in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam vacet, etiam si devoluta aut alias dispositioni apostolice specialiter vel generaliter reservata, sive inter aliquos litigiosa, cuius litis

statum, etc., existat, eidem Martino Lupi providere secumque ut, defectu etatis, quem in vicesimo primo sue etatis anno constitutus patitur, ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque in contrarium editis non obstantibus, ecclesiam sancti Jacobi predictam recipere et retinere possit et valeat, dispensare misericorditer dignemini de gratia speciali. Cum ceteris non obstantibus et clausulis oportunis. – *Fiat ut petitur et dispensamus de tribus annis. O.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, quarto Nonas Augusti, anno tertidecimo.

197

1430, Outubro, 24 - *O Conde de Barcelos, D. Afonso, à resignação do abade comendatário de Santo Tirso, Martim Aires, pede ao Papa seja reconhecido a favor dos seus dois filhos, D. Afonso – Conde de Ourém – e D. Fernando – Conde de Arraiolos -, na qualidade de descendentes dos Pereiras, o direito de padroado do mosteiro de Santo Tirso.*

MPV, vol. IV, n. 1621, pp. 583-584.

Beatissime Pater, dudum bone memorie Christoforus ¹³³³, episcopus Colimbriensis, ex delegatione apostolica et Bernardus, archiepiscopus Bracharensis ¹³³⁴, auctoritate metropolita quondam Gundissalvo Menendi et Suggestio Menendi ac nonnullis aliis laicis eorum generis nobilibus, a quibus prosapia de Pereira noscitur derivasse, monasterium sancti Tirsi de Ripa dAve ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis de novo erigentibus, fundantibus ac decenter dotantibus, consensum, voluntatem et auctoritatem prestiterunt ac etiam ipsis suisque heredibus successoribus ac descendentibus ius patronatus ipsius monasterii et eligendi seu nominandi personam ydoneam que ipsi monasterio, quotiens illud vacare contigerit, in abbatem preficeretur, necnon custodiam et protectionem dicti monasterii bonorumque temporalium ipsius in perpetuum observarunt, etc., in quorum quidem iurium possessione seu quasi prefati nobiles eorumque successores et descendentes fuerunt pacifice et quiete et a tanto tempore de cuius contrarii hominum memoria non existat, prout in instrumentis publicis seu litteris autenticis desuper confectis, quorum tenores, etc., presentibus haberi placeat pro expressis, plenius continetur. Verum, Pater Beatissime, ne successores et descendentes a dictis patronis super iure patronatus protectione et defensione predictis imposterum molestentur vel quomodolibet impediuntur neve, si ab huiusmodi tutela et defensione ¹³³⁵ destiterint, bona dicti monasterii facile dilapidentur, odia, scandala ac disensiones plurime suscitentur tam inter monachos eiusdem monasterii quam inter alios nobiles sibi vicinos, sicut sepius orta per dictos successores sublata et extincta sunt, supplicat igitur S.V. devotus vester et sancte Romane Ecclesie filius Alfonsus, comes Barcellensis, illustris principis regis Portugalie natus, in personam filiorum suorum legitimorum et naturalium Alfonsi (et) Fernandi, comitum dOurem et de Arreolis et nomine nobilium virorum Gundissalvi Alvari aliorumque omnium generis de Perreira dictorum patronorum descenduntium, ad quorum instantiam, premissorum occasione, causa contra quemdam Suggestum ¹³³⁶, pretensum abbatem dicti monasterii, et quosdam alios in Romana Curia comissa et citatio ad partes directa et executata existit,

¹³³³ Engano: *Crescónius*

¹³³⁴ Erro: *Toletanus*.

¹³³⁵ No ms. *defensionem*.

¹³³⁶ No ms. *Euggenium*.

quatinus omnium predictorum statum habentes presentibus pro espresso, reservatio iuris patronatus, custodie et protectionis ac litteras predictas ac omnia et singula in eis contenta pro eorum subsistentia ¹³³⁷ firmiori rata habentes et grata, ea dignemini ex certa scientia confirmare, supplentes omnes defectus, si qui forte intervenerint in eisdem, necnon decernere et declarare ipsam reservationem perpetua subsistere firmitate et nichilominus statuere et decernere quod ex nunc in antea, quotiens dictum monasterium abbatis regimine destitui contigerit, conventus illius ad electionem futuri inibi abbatis absque scitu, consensu seu consilio dictorum patronorum et heredum ac successorum suorum, qui erunt pro tempore, monasterii huiusmodi nullatenus procedere debeant, sive possint, non obstantibus litteris, gratiis et privilegiis apostolicis, cuiuscumque tenoris existant, etiam si de eis et eorum tenoribus plena et expressa ac de verbo ad verbum in presentibus habenda foret mentio specialis liteque et causa predictis ceterisque contrariis quibuscumque et cum clausulis oportunis. – *Fiat quod quamcumque signaturam factam non intelligatur derogatum iuri comitis. O.*

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, nono Kalendas Novembris, anno tertiodecimo.

198

1431, Dezembro, 08 ¹³³⁸ – *As condicionantes da resignação de Martim Aires do mosteiro de Santo Tirso, a cumprirem-se da parte de seu sobrinho Soeiro Anes.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 161, p. 209.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 290 v.-291 (*Sumário*): Hum instrumento feito aos 8 dias de Dezembro do anno de Christo 1431 que corresponde a era de Cesar 1469 (e neste tempo já se contava pelo anno de Christo, como se pode ver na Ordenação L.º 4.º titulo 52, e tambem que se apontou no principio deste Index) por Affonso Martins Tabelião no julgado de Refoyos de Riba d'Ave: Delle consta que D. Martim Ayres Abbade deste Mosteiro chamando o Convento a Cabido por campa tangida lhes declarou que D. Soeiro Annes seu sobrinho estava provido pelo Santissimo Padre Martinho 5.º em Abbade deste Mosteiro, e lhe queria dar posse delle, e das Rendas, e de todo o que pertencia ao dito Mosteiro assim no espiritual, como no temporal rezervando para si em sua vida para seu sustento das Rendas do dito Mosteiro vinte mil Libras em dinheiro, e hum moyo de trigo, e dous de centeyo, e duas duzias de Carneiros, e duas duzias de Marrans, e todo o vinho da Quinta de Almofaens, a qual seria consertada a custa da sua Rezerva, e foros, que a dita Quinta tinha. E que o dito Soeiro Annes lhe fizera Logo com consentimento do seu Convento obriga do que rezervava. Deste instrumento consta da dita obriga. O Conde de Barcelos, de Orem, e de Arrayollos, donde procede a Serenissima Caza de Bragança, como descendia de D. Soeiro Mendes Padroeiro deste Mosteiro; e sem seu consentimento não podia o dito Abbade renunciar, nem mandar vir Bullas para esse fim; sabendo o dito Conde, que o dito Abbade andava nessa pertença se lhe opoz como se pode ver em D. Antonio Caetano no L.º 3.º das provas f. 541 v.

Porem este Abbade sempre conseguiu o seu intento em mandar vir Bulla do Santissimo Padre Martinho 5.º, valendo-se do Rey D. Duarte para as mandar vir, e por isso seu filho o Senhor D. Affonso 5.º na Carta de Privilegio, que concedeo a D. Soeiro Annes já Abbade deste Mosteiro declara, que Elrey seu Pay lhe dera o dito Mosteiro, que era hum dos principaes deste Reyno, como se pode ver no L.º 2.º da doação deste Couto, e Seus Privilegios a f.

(*Sumário*) Instrumento do qual consta que D. Martim Ayres D. Abade de Santo Tirso, tendo-se verificado a renuncia em seu sobrinho D. Sueiro Anes da mesma Abadia, reservava para si por cõgrua vinte mil *reyaas* (sic) brancos em dinheiro e um moio de trigo e dous de centeio e duas duzias de carneiros e outras duas duzias de

¹³³⁷ No ms. *substantia*, com sinal de erro.

¹³³⁸ Mal datado por João Pedro Ribeiro que lhe atribuiu a data de 1394, quando nem sequer Martim Aires seria ainda abade de Santo Tirso.

marraans e o vinho todo da quinta *darmofeitas*, e desistindo logo de toda a administração no espiritual e temporal.

199

1432, Fevereiro, 16 - *Nota de recibo de um pagamento do abade tirsense Soeiro Anes ao mercador florentino Bartolomeu de Jacobo, respeitante às despesas do despacho da Bula pontifícia da sua nomeação para abade do nosso mosteiro (?)*.

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 194, p. 218.

(*Extracto*): recebeu em nome de Bertolameu de Jacobo mercador frorentim estante em lisboa... de dom sueyro abbade de santo tisso cem coroas velhas de boo ouro e justo peso da moeda de cunho delrey de frança e mais mill reaes brancos desta moeda corrente de trinta e cinco libras o real.

200

1433, Agosto, 21 - *Testamento de Martim Aires, onde deixa 10 marcos por lhe lançarem todos os dias agoa benta na sua sepultura, e de lhe fazerem duas festas com duas missas, como tinha de costume fazeram-lhas todos os annos. Não diz que festas, nem que missas hão de ser.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 196, pp. 218-219.
Cf. ANTT OSB Santo Tirso, Mç. 1.

(*Extracto*) Dom frey martim ayras abbade que fuy de sancta maria de azeveiro¹³³⁹ e do moesteiro de sam justo¹³⁴⁰ e do moesteiro de ssancto tisso... faço meu hereeo e conpridor meu sobrinho martim ayras arcediagoo de barroso e rogo e peço por merção a meu senhor o inffante duarte que assy como eu sempre despendy os que eu trouxe de galiza em serviço de sseu padre e seu e os que me fficarom sempre tive compri sempre seu serviço... que assy encarrego sua conçiencia e peço e rogo... que me faça conprir este meu testamento assy como elle he Juiz de todollos outros testamentos de seu Reyno... minha supultura e oytaval... calez ... e meu mantom grande de cortanay... monja em ssancta clara de santiago seys varas de pano hordinado pera hum avito... dous marcos de prata ao prior e a meu criado munge no dicto mosteiro que mhos rezem em trintayros com suas oras... mando aos fradinhos pequenos de ... as minhas sayas dobradas e cem reis que mhos rezem em Salteyros ata que acabem cada huum dez dez... a catarina minha mançeba da cozinha huum pelote... humas calças e humas botas... rogo a dom Sueyro dom abbade meu sobrinho que outorgue ajude e faça conprir¹³⁴¹.

¹³³⁹ Fica na Galiza, na Província de Pontevedra. Foi fundado em 1135. Era de monges negros que, ao depois, adoptaria a regra de Cister (1225).

¹³⁴⁰ S. Justo de Toxosoutos, na Galiza, Província da Corunha, que arrancou em 1129, com a carta de irmandade dos cavaleiros Froilán Afonso e Pedro Muñoz. Adoptariam a Regra de S. Bento. A partir do sec. XV, entrará em decadência, de forma que, a meio deste sec., foi incorporado no mosteiro de Sobrado.

¹³⁴¹ CRUZ, António – *Os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 196, pp. 218-219.

201

1433, Outubro, 13 – *O tabelião de Refojos, Afonso Martins de Sanhoane, intima oficialmente Soeiro Anes, de forma muito solene – em Cabido e diante do convento e seu abade - ao cumprimento das cláusulas da resignação do seu tio.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 291-291 v.

(*Sumário*): Hum instrumento feito a 13 de Outubro do anno de Christo 1433 por Affonso Martins Tabelião no julgado de Refoyos de Riba d’Ave. Delle consta, que estando em Cabido D. Soeiro Annes Abbade deste Mosteiro Com o seu Convento, Affonso Martins de Sanhoane, e o dito Affonso Martins que este escreveo disse que elle como Procurador de D. Martim Ayres Abbade que tinha sido deste dito Mosteiro requeria ao dito D. Soeiro Annes Abbade actual do mesmo, que para o dito Martim Ayres lhe estava consignado para seu sustento, dinheiro, pam, vinho, Carneiros, etc. como constava de hum contrato feito por elle mesmo Tabelião; que elle dito Abbade actual não queria não povesse mão, nem embargo algum nas sobre ditas couzas conteudas no dito contrato; e que indo o dito D. Abbade actual contra elle em parte, ou em todo, que elle em nome de D. Martim Ayres, e por seu mandado protestava por todos os seus direitos, e que elle assim o fazia; e que o dito Tabelião lhe passasse hum instrumento para com elle requerer a ElRey para lhe dar Remedio; ao que respondeo D. Soeiro Annes, que a elle lhe aprazia, e era contente, que o dito D. Martim Ayres ouvesse todas as couzas contheudas no dito contrato.

202

1434, Fevereiro, 09- *O Arcebispo de Braga, D. Fernando, confirma como pároco de Vila Nova das Infantas um monge de Santo Tirso, de nome Frei Afonso Fernandes, apresentado pelo abade tirsense, Soeiro Anes.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomatico; Arquivo de Santo Tirso*, n. 52.

(*Sumário*): N’outra Confirmação da mesma Igreja pelo Arcebispo D. Fernando, datada em 9 de Fevereiro do ano de Christo 1434, pende o seu Selo, redondo, de cera branca nas costas, e com o plano de cera vermelha, neste está gravado entre duas linhas circulares internas o escudo sostido nos lados por 2 Anjos, dos quais descansa sobre o escudo hum coto d’aza, e tem por timbre huma crús com as pontas desta forma (haste horizontal de duas linhas paralelas, com remate em forma de flor de lis); dentro do escudo estão 5 escudetes em aspa, enfiados por linhas rectas deste modo (**Cf. Selo n. 3**).

Nada se percebe da Legenda. He o n.º 10 da Gav. 25.

203

1435, Maio, 12 – *Confirmação de Afonso Anes como pároco de Covelas, depois que até aí fôra abade Gonçalo Afonso, que agora teria alcançado a igreja de S. Salvador da Lavra, igualmente do padroado do mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0198, ff. 338-338 v.

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso* n. 14 (*Sumário*): Na Gav. 12 existe hum Confirmação da Igreja de Covelas, feita no ano de Christo 1435 pelo Arcediago do Porto, Comisario do Bispo D. Antom, da qual pende o Selo da Camera deste Prelado por fitas matizadas d'azul, e branco; tem a figura de meia bola, com o plano circular de cera vermelha, e todo o resto de branca: está aberto no meio do plano hum escudo com cinco chaves em aspa, sobre o qual se vê o timbre mui danificado, tudo em relevo alto; o campo entre o escudo e a linha circular interna tem hum rede cujas malhas comprehendem hum pequena crús +; entre a linha circular interna, e externa aparesem somente estas letras da Legenda ANTONI + DEI +PORTUG..... He o n. 2.º.

Dom Antom por merce de Deus, e da Santa Igreja de Roma Bispo do Porto, A vos Diegue Annes Bacharel em Degredos Arcediago em a nossa Egreja, saude, e bençom. Fazemovos saber que a Egreja parochial de Sam Martinho de Covellas do Nosso Bispado, he de presente vaga por assecuação que Gonçalo Affonço, entom della Abbade fez da Egreja de Sam Salvador de Lavra a qual ora tem, E porquanto nos somos ocupado em alguns negocios de guiza, que nom podemos attender a confirmar a dita Egreja¹³⁴², porem confiando da Vossa bondade, e descrição mandamos-vos, e cometemos, que confirmeis, e possais confirmar a dita Igreja de Sam Martinho de Covellas a Affonso Annes Monge do Mosteiro de Santo Tirso de Riba dave do nosso Bispado a apresentação dos Religiozos Dom Abbade, Prior, e Convento do dito Mosteiro de Santo Tirso aos quais a apresentação da dita Egreja pertence em solido cometendo-lhe a cura, e Regimento della no Spiritual, e temporal, e Recebendo primeiramente delle os juramentos, que he teudo fazer em tais autos acostumados, e feito asi todo, mandai-lhe dar vossas cartas de Confirmação, e posse em a forma acostumada signadas por vós, e selladas do Seello da nossa Camara.

Data em a dita Cidade do Porto, primeiro dia de Mayo Joham Martins a fes anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil quatrocentos, e trinta, e Sinco.

A qual Comissom assi presentada, e leuda e Recebida com a debita reverencia, foi logo requerido por o dito Affonçe Annes que porcedesse a execução della: e eu vista a dita Comissom, e o seu dizer, e pedir, instituy logo, e Confirmei por emposição de hum Barrete em Abbade e Rector da dita Egreja de São Martinho de Covellas o dito Affonçe Annes a apresentação dos Contheudos na dita Comissom, e lhe cometi a cura, e Regimento della no Spiritual e temporal o qual jurou aos Santos Evangelhos por elle corporalmente tangidos, que por haver da dita Egreja per si, nem por outrem, que o elle soubesse nom cometeo specie de simonia, e que ao dito Senhor Bispo, e seus socessores canonicamente intrantes serã obediente segundo deve, e que pagarã inteiramente a el, e a dita Egreja do Porto todos seus direitos, e que nunca serã em concelho em feito, nem dito de perder o dito Senhor sua vida, ou membro, nem seu estado, e que se souber alguma couza que contra elle seja, que lho farã saber sem tardança: e que Receberã, e tautará (sic) benignamente seus Messegeiros, e os ajudará em suas necessidades, e que hirã ao Sinodo salvo se for embargado de Lydimio embargo, e que guardará as Reglas dos Santos Padres, e as Constituições, e Estatutos Sinodais da dita sua Egreja, e nom descobrirã Segredo que lhe por elle, ou por suas letras for dito, ou enviado, e que nom

¹³⁴² Note-se que, neste ano de 1435, D. Duarte mandaria como embaixadores ao concílio de Basileia D. Afonso, Conde de Ourém, seu sobrinho, filho do Conde de Barcelos, seu irmão, e com ele D. Antão, bispo do Porto – feito, ao depois, cardeal. (18 de Dezembro de 1439) -, na qualidade de embaixadores. E como adjuntos Vasco Fernandes de Lucena, Doutor em Leis, Afonso Mangaancha, Doutor em ambos os Direitos, e, por teólogos, Frei João de S. Tomé, da Ordem de Santo Agostinho, e Frei Gil Lobo, da Ordem de S. Francisco. E, em Julho, já teria chegado a Bolonha esta embaixada. Compreende-se que, nestas circunstâncias, passe o bispo portugalense comissão ao arcediogo Diogo Anes, para confirmação de Afonso Anes como pároco de Covelas.

emplazarâ, nem en alhearâ, nem darâ em prestimo a alguma pessoa as herdades da dita sua Igreja sem carta de sua licença, ou de seus Vigarios, que para ello ajam poder, e Reduzirâ a todo seu poder as que achar en alheadas aa propriedade da dita sua Igreja e em ella farâ Rezidencia pessoal, salvo se dello for escuzado, e que nom Rendarâ os fructos e Rendas della sem sua licença a qual avuda, que non arrende a fidalgo, Cavaleiro, nem a outra pessoa poderosa, e que em todas estas couzas serâ fiel, e obediente ao dito Senhor, e a Seus soccessores, assi como deve ser Vassalo a seu Senhor, e que Comprirâ e guardarâ fielmente todallas outras couzas que sam contheudas na Epistola do Bispo Feliberto e do Papa Gregorio Nono sobre semelhante juramento.

Porem mando a vos, e a cada um de vós em virtude dobediencia, e sob penna de Excomunham que ajais daqui adiante ao dito Affonço Annes por vosso verdadeiro Abbade, e Rector, e lhe façaes aquella obediencia que teudos soes, e lhe respondeis compridamente com todollos frutos, rendas, e direitos, que a dita Igreja pertencem. E por estas presentes Letras lhe dou poder que elle por os seus direitos vos possa Canonicamente Constranger, e o dito Senhor Bispo e sua Igreja farom cumprir, e guardar as Sentenças que por elle forem dadas Contra aquelles que forem contumazes e Reveeis, e as haveram por firmes, estaveis ata que a ellas façam condigna satisfaçom. E em testemunho desto lhe mandei dar esta letra de Confirmaçam signada por mim e Sellada do Seello da Camara do dito Senhor Bispo. Dada no Porto 12 de Maio de 1435.

204

1437, ?, ? – *O dominicano Frei Lopo Boy, comissário de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, por autoridade apostólica do Papa Eugénio IV, deu carta de absolvição dos pecados em favor de Catarina Anes, em virtude da esmola que fizera pela luta contra os infieis.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 72.

(*Sumário*): Tendo obtido o Senhor Rei D. Duarte Bula de Indulgencias do Papa em favor dos seus Vasalos, que *desem subsidio e ajuda* para huma Cruzada, Frei Lopo Boy, Mestre em Teologia e Frade professo da Ordem dos Pregadores, Comisario de D. Fernando Arcebispo de Braga por autoridade Apostolica do Papa Eugenio 4.º deu Carta a Catarina Anes para que qualquer Clerigo, ou Religiozo *a possam absolver na forma da santa Egreia de todos seus pecados da culpa e pena que por elles mereceria padecer no purgatorio por quanto deu dos seus beens e fez esmola contra os Infieis*: he datada esta Carta no ano de Christo 1437. He o n.º 7.º da Gaveta 29.

205

1437, Dezembro, 05 – *Visita a Santo Tirso, por parte do Vigário Geral do Porto, em nome de D. Antão, onde se detectam problemas respeitantes à vida e disciplina dos monges de Santo Tirso, problemas que vão exigir intervenções enérgicas da parte do Visitador.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 291 v.- 292. Texto que se expõe e se explica no corpo do estudo, ao vol. I/2, c. I, p. 364 e ss.

Cf. CRUZ, António – *Os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 201, pp. 221-227.

(*Sumário*): Huma vizita feita por Diogo Annes Bacharel em degredos, que he o mesmo que em Decretaes, e Canones Arcediago na Igreja do Porto, e vigario geral de D. Antão Bispo da dita Igreja do Porto aos 17 dias de Janeiro do anno de Christo de 1437 Sendo Abbade deste Mosteiro D. Soeiro Annes. Nella deixou varios Capitulos a respeito dos paramentos do Culto divino, e do mantimento dos Monges, que consta pela vizita que se lhe dava Ruim vinho, e o trigo misturado com Centeyo, tendo obrigação o Abbade de dar o que estava determinado para a meza conventual pela devizão que havia no tempo da Clautra (sic), e que se jugava no Cabido por modo de tafularia, tanto assim que os mesmos moços hião jogar ao dito Cabido; no que se ve a relaxação que se hia introduzindo nos Claustros Benedictinos. E como os Mosteiros naquelle tempo, estavam sujeitos as visitas do Ordinario, lhe impos a pena de mil riaes brancos para as obras da Sé; mandando que ouvessem Livros, e Letrados / signal evidente da ignorancia que hia entrando nos ditos claustros Benedictinos ultima disposição para a relaxação / de tudo agravou o D. Abbade que como ao que parece era Commendatario, por alcançar este Mosteiro por renuncia como se apontou acima no n.º 48, e lho ter dado o Rey e Senhor Duarte como se pode ver no Livro 2.º da doação do Couto, e Seus Privilegios e f. ¹³⁴³ e elle não ser eleito na forma da Santa Regra, por isso se ve a relaxação, que se hia introduzindo, e a pouca applicação a letlaterra que devião ter os monges.

206

1438, Janeiro, 07 – *Alvará del-Rei D. Duarte, despachado de Torres Novas, pelo qual mandaria que Rui Pereira não apurasse gente para a guerra, no couto de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/068, ff. 24-25.

Nos El Rej fazemos saber a quantos este aluara uirem que aquelle que Ora tem carguo do mostejro de S. Thyrsio me enuiou dizer que sem embargo de a Iurdiçam ciuel da terra de Refoios ser do dito mostejro e Crime da Cidade do Porto que Rui perejra nosso fidalguo mandasse ella apurar homens para levar na armada que a deus prazendo auemos de fazer pedindonos que lhe ouvessemos para ello Remedio e porquanto se o dito Ruj perejra na dita terra nam tem nenhuma Iurdicam. Nos nam auemos por bem de elle fazer em ella nenhuma apuraçam por este nosso aluara lhe defendemos se a dita Iurdiçam nam tem nam apure nem faça por ello nenhuma sem Resam aos Moradores da dita terra porque assim he nossa merçee e querendo elle o Contrajro fazer mandamos ás nossas iusticas que lho nam consintam e cumpram este aluara como nelle faz mencam sem outra duuida ou embargo algum.

Feito em torres nouas dezassete dias de Janeiro. Gonçalo Cardoso o fes anno de Nosso Senhor Jesu Christo de 1438.

¹³⁴³ Ficou em branco a citação da folha

207

1438, Fevereiro, 27 – *Pedro Vasques, Vigário Geral de D. Antão, Bispo do Porto, Bacharel em Leis, abade de Rio de Moinhos, profere uma sentença contra o abade de Folgosa, obrigando-o a pagar ao mosteiro de Santo Tirso uma censória correspondente à soma de 80 maravedis de moeda antiga – o que corresponde a 1080 reais brancos -, paga anualmente pelo dia de S. João Baptista*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 74 v.-76.

In nomine domini. Bisto este feito com boa deligencia, e avido sobre ello concelho, e bista a auçom, e artigo dos Autores, e bista a contestação, e depoimento do réu aa dita auçom, e artigos, e bistas as emquirçoens dos ditos Autores, e as contraditas, e emquiricom do dito reu, e bistas outras muitas razoens, e alegaçõens asi de huma parte, como da outra, e bista a superexceção a minha interlocutoria, em a qual pronunciei os ditos autores provarem da sua tençom que avondava, e que se o dito reu, a algumas rarazooens ou embargos ouuessem a embargar a difinitiva que viesse com elles a certo termo por mim asinado, no qual termo, nem depois não beo com as ditas razooens ou embargos nem com outra alguma couza, que fosse antes se mostrou em ello muito negligente, e por mim foe logo lançado das mais razooens se as por si avia, e mandei que me levassem o dito feito para o beer, e fazer o que achado fose per direito, e bistas totalas outras couzas que em el forom de beer, e conceitar, Christi nomine invocato e ipsum solum prae oculis habendo deliberatione quoque mecum et cum pro ut prohibita diligenti (?) por minha definitiva sentença, em estes escritos julgando pronuncio o dito reu seer teudo, e oblegado, a suas Igrejas dar, e pagar aos ditos Autores, e seu Mosteiro oitenta maravedis da moeda antiga por dia de S. João Baptista que foe do anno de necença de nosso Senhor Jesu Cristo de 1436 annos. Scilicet a sete centas Libras, por huma que he real branco por soldo, e per esta medes sentença ex officio pronuncio o dito réu ser teudo, e obrigado em outros quarenta maravedis aos ditos autores do anno de trinta e sete, que ora passou por dia do dito S. João Baptista, e portanto condeno ao dito reu em os ditos maravedis de dous annos a sete centos por hum os quais dinheiros lhe mando, que dê, e pague aos ditos autores da dada (sic) desta sentença ataa hum ano cumprido, e acabado anno estando para ello primeiro, segundo, e terceiro, dando-lhe por cada huma amoestação quatro mezes, o qual tempo passado fazendo o contrario ponho em elle sentença de Excomunhão em estes escritos, e ho hei por citado depois para o dia, e dias seguintes para a declaração della, e por esta mede (sic) sentença mando ao dito reu que daqui em diante, dê, e pague aos ditos autores e seu Mosteiro em cada hum anno per o dito S. João os ditos quarenta maravedis sobre a dita pena (...).

208

1444, Junho, 25 – *Instrumento testemunhável que Pero Gonçalves, tabelião da cidade do Porto lavraria, donde consta o contradizimento de Soeiro Anes, Abade de Santo Tirso, face ao Corregedor de Entre Douro e Minho, a propósito das iniciativas dos moradores de S. João da Foz na contribuição com que se comprometeriam em ordem ao levantamento da ponte de Matosinhos, Bouças, em detrimento das prerrogativas senhoriais do abade de Santo Tirso sobre o Couto de S. João.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff.45 v.- 46 v.

(*Sumário*) : Hum instrumento testemunhavel feito por Pero Gonçalves Tabelião da Cidade do Porto aos 25 dias do mez de Junho da era de Christo de 1444 sendo Rey deste Reyno D. Affonso 5.^o, delle consta, que em a Cidade do Porto em a rua formosa dentro das pouzadas de Pero Annes da Ponte digo Estêvão Annes da Ponte escudeiro do Senhor Regente, e Vassalo delRey, e seu Corregedor em a comarca de entre Douro, e Minho apparecera D. Soeiro D. Abbade de S. Thyrsio por si e pelo Prior, e Convento do dito Mosteiro e fez ao dito Corrigidor hum contradizimento do qual o teor tal he

Tabelião do contradizimento que ora nos D. Abbade de S. Thyrsio em nosso nome, e do nosso Mosteiro, e Priol, e Convento delle fazemos em pessoa do Senhor Corregedor, que ora he entre Douro, e Minho por nosso Senhor El Rey vos nos darés hum instrumento, ou muitos, ou cartas testemunhaveis para guarda do nosso direito, e do nosso Mosteiro em como seja verdade, que ora novamente o juiz, e moradores do nosso Couto de S. João da Foz forão pinhorados, e são requeridos para haverem de contribuir, e pagarem huma ponte, que se ora faz em Mathozinhos lugar de Bouças termo da Cidade do Porto pela qual razão foi, e he litigio em Relação presentes os Regidores da dita Cidade, segunda feira que forão 21 dias deste mez de Junho da era presente de 444, e André Martins juiz que ora he do dito nosso Couto e com elle todolos moradores do dito Couto forão em a dita Relação para dizerem de seu direito, e se escuzarem de não pagarem, nem contribuir em a dita Ponte, e asi por serem visinhos e moradores em ho dito Couto, do que todo contravião a jurisdição Civel, he do dito nosso Mosteiro dotada a elle, e aos moradores delle pelos Reys antigos, que em estes Regnos forão, e confirmadas nossas doaçoens, e privilegios, e liberdades, que dello temos por nosso Senhor El Rey D. Affonso, que Deos mantenha ¹³⁴⁴ segundo se por elle mostrará ao tempo devido se fezer mester estando elles asi a requerer seu direito segundo ora novamente a nossa noticia veo os ditos Regedores fizerão pergunta ao dito juiz, e moradores do dito Couto se lhes prazia a elles estarem a todo o regimento e mandamento da dita Cidade, e contribuir, e pagarem, e fazerem, o que lhe a dita Cidade mandasse, e assim como seu termo que erão, e como o julgado de Bouças; e o dito André Martins juiz e moradores do dito Couto diserão que lhes prazia.

O qual acordão se mandou asi escrever no livro da veriação sendo tal acontecimento em nosso prejuizo, e do dito nosso Mosteiro, por ser todo izentamento da nossa jurisdição, quanto he ao Civel sem a dita Cidade, nem outra pessoa a ello teer jurisdição resalvando nas apelaçoens (...) e vão perante o dito Senhor Rey, por nos, e em nosso nome, e do nosso Mosteiro, e Convento, contradizemos tal outorga, e consentimento, e havemos todo por nenhum haver, e confiamos de nossos Privilegios, e Liberdades, e mercies, que a nos pelos Reys asi hão feito, firmes, e guardados, e cumpridos em todo, e ainda que o dito juiz, e moradores do dito Couto tal consentimento diserom sem nosso mandado, e haverem aquelas penas, que nos ditos Privilegios faz menção em a dita Cidade non teer poder, nem outra nenhuma pessoa de poer em elle outras posturas, nem ordenaçoens senom os que em os ditos privilegios som conteudas, e se algumas já som postas por a dita Cidade, ou por outras algumas pessoas, ou forem daqui em diante, a seer todo nenhum, e por tal seer havido por o dito Senhor Rey, e desto contradizimento nos darés os ditos instrumentos, ou cartas para a sua mantença,

e dado asi o dito contradizimento, e Leudo e porvicado ao dito Corregedor mandou a mim Tabelião, que desse o dito instrumento com o teor do dito contradizimento ao dito D. Abbade e seu Mosteiro ficando resguardado ao dito D. Abbade e seu Convento para o poder demandar a seu tempo, e logo quando lhe mais necessario for de o demandar, e

¹³⁴⁴ D. Afonso V que confirmou as liberdades e privilégios do nosso Mosteiro.

o dito D. Abbade por si, e em nome do dito seu Mosteiro pedio asi hum instrumento, e o dito Corregedor lhe mandou dar, testemunhas que forão presentes João Affonso Escrivão da Chancelaria, e João Esteves Tabelião em a dita Cidade, e Affonso Martins Procurador do dito D. Abbade e outros.

Eu Pero Gonçalves Tabelião por nosso Senhor El Rey em a dita Cidade e em seu termo, que este instrumento escrevi, e aqui meu sinal fiz, que tal he.

209

1449, Abril, 01 – *Bula de Nicolau V, pela qual se ordena ao Deão de Braga e ao Arcediago do Porto que, após a morte ou renúncia do pároco de S. João da Foz, fosse esta igreja restituída à situação jurídica original, a de igreja unida ao mosteiro, com curas - monges ou seculares, amovíveris ad nutum -, que receberiam apenas uma cõngrua dada pela mosteiro.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 14v.-15

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 67.

Nicolau 5.º determinou, por suplicas do Abade e Convento de Santo Tirso, que a Igreja de S. João da Fós nunca mais fose regida se não por Monjes amovíveis ad nutum e os dois terços do seu rendimento aplicados às Mezas Abacial e Conventual, se achassem o Deão, de Braga e Arcediago do Porto que era verdade o que lhes tinham exposto. Notase nesta Bula o Sobrescrito *Nicolaus Episcopus servus servorum Dei Dilectis filiis Decano Bracharensi et Archidiacono Portugalensium Ecclesiarum salutem et Apostolicam benedictionem* em letras como as do resto da Bula; as Datas são na forma seguinte *Datum Rome apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis dominice Millesimo quadringentesimo quadragesimo nono. Kalendis Aprilis Pontificatus nostri anno tertio.*

O Selo pendente de chumbo tem numa face gravados os rostos de S. Pedro, e S. Paulo, groseira, e toscamente, e formados quasi todos de linhas de pontos, exceto as barbas, e cabelo de S. Paulo, os olhos e nariz de ambos, desenhados com linhas continuas; entre os rostos aparece hum Cruzita, arvorada sobre hum delgado pilar, e por cima das Cabeças tem as letras SPASPE em regra continuada assim como aqui.

O Reverso he nesta forma (*Cf. Selo n. 6*). He o n.º 4.º da Gaveta 19.

(*Sumario*): Huma Bulla do Santissimo Padre Nicolao 5.º passada no anno de Christo de 1449 nas Kalendas de Abril no 3.º anno do seu Pontificado; pela qual mandou (vista a suplica de D. Soeiro Annes Abbade deste Mosteiro, em que lhe representou, que a Ermida de S. João da Foz, que pertencia ao Mosteiro de S. Thyrsio, fora erecta em Igreja Parochial, e que entam se determinara fosse regida, e governada por algum dos Monges do dito Mosteiro ad nutum removíveis pelo Abbade, e que os Abbades deste Mosteiro Vicente ¹³⁴⁵, e Martinho ¹³⁴⁶ guiados com desordenados favores, não atendendo a utilidade do dito Mosteiro, apresentarão a dita Igreja em Clerigos Seculares seus familiares, Antonio, e Rodrigo de Vieire, e que estes tinham usurpado os dizimos todos ao dito Mosteiro padecendo nisto hum riguroza alienação, e muitos inconvenientes, e dispendios, mandou e ordenou ao Deão de Braga, e ao Arcediago do Porto, para que vistas as premisas, e todas as circunstancias alegadas na suplica com autoridade Apostolica determinase, para que Cedente vel decedente moderno ipsius Ecclesiae Rectore, a dita Igreja dahi por diante fosse governada por algum dos Monges do dito Mosteiro amovível e removível pelo Abbade do mesmo aplicandose-lhe hum terço dos dizimos, premissas e mais direitos da Igreja para a sua cõngrua sustentação, e a outra terço fosse para a meza Conventual, e a outra terço fosse para a meza Abacial.

¹³⁴⁵ D. Vicente Rodrigues, abade do nosso mosteiro de 1361 a 1395.

¹³⁴⁶ D. Martim Aires, abade de Santo Tirso, desde 1402 a 1431.

210

1449, Abril, 20 – *Por carta datada de Santarém, por Álvaro Vieira, D. Afonso V confirma os privilégios senhoriais do mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 1 v- 2.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 217-219.

(*Sumário*) : Uma (carta) que dizia ser feita na Villa de Santarem por aluaro Vieira aos uinte dias do mes de abril do anno de mil e quatro centos e quarenta e noue annos e asinada por el Rei D. Afonso e pasada pela chancelaria (...).

211

1449, Julho, 06 - *Carta de protecção de D. Afonso V, a favor do mosteiro de Santo Tirso, que, segundo o monarca, era um dos honrados e notáveis que havia em seus reinos e que seu pai, o rei D. Duarte, o dera ao que fora seu capelão, o abade Soeiro Anes.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0203, ff. 397-398.

Dom Affonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves etc. A quantos esta Carta virem fazemos saber que Dom Soeyro Abbade de Santo Tiço em seendo Capelão de El Rey meu Senhor Padre que Deos haja ¹³⁴⁷ por elle ser homem de bem e Fidalgo ¹³⁴⁸ e se haver delle por bem servido de seu officio tinha delle muy grande encarrego e por lhe fazer merce e acrescentamento lhe deu ¹³⁴⁹ o dito Mosteiro que he hum dos honrados ¹³⁵⁰ e notaveis que ha em nossos Reynos, e em vida do dito Senhor sempre foy guardado e muito defezo elle e seu Mosteiro e todas suas Couzas sem lhe fazendo alguns agravos nem forças do que diz que depois da fim ¹³⁵¹ de seus dias a devassavão e lhe fazião muitas couzas como não devião. E que pois que elle assi he compridamente nosso e que nunca se acheguara ¹³⁵² a nenhuma pessoa se não ao Duque de Bragança ¹³⁵³ meu muito prezado, e amado Tio ao qual o dito meu Senhor e Padre o tinha encomendado quando se da dita Capella sayra que fora viver ao dito Mosteiro ¹³⁵⁴ E que per elle sentir e saber que elle sempre fora a nosso serviço e da Senhora Raynha minha

¹³⁴⁷ D. Duarte falecera em Tomar, a 10 de Outubro de 1438.

¹³⁴⁸ Dos Vieiras da Galiza.

¹³⁴⁹ Soeiro Anes obteve de Roma, por influência de D. Duarte, a sua nomeação de abade de Santo Tirso, sem intervenção dos monges nem dos padroeiros.

¹³⁵⁰ Couto demarcado pelo Conde D. Henrique, a favor de Soeiro Mendes da Maia (1097) e que este oferecera, ao mosteiro de Santo Tirso, em 1098.

¹³⁵¹ Na Idade Média, fim era substantivo feminino. Cf. a expressão popular e corrente nesta região de Santo Tirso, até há pouco: *Isto é a fim do mundo*. Relíquia desta forma de morfologia a conjunção *afim de*. Ainda hoje, no francês, esta palavra é feminina: *la fin*.

¹³⁵² *Achegar-se a alguém* é o mesmo que buscar asilo e protecção. Cf. VIEIRA, Domingos – Dicionário de Portuguese, *sub voce*.

¹³⁵³ Foi o primeiro Duque de Bragança D. Afonso I, filho natural de D. João I e de Inês Pires Esteves, casado com uma filha de Nun' Alvres Pereira, o Condestável. O Duque morreu em Dezembro de 1461. Cf. *Nobreza de Portugal e Brasil*, vol. II, p. 437.

¹³⁵⁴ Antes de 1414, quando Soeiro Anes obteve, primeiro, a prelazia de Tibães. E, depois (1431), quando foi feito abade de Santo Tirso.

Senhora e Madre cuja alma Deos haja ¹³⁵⁵, e que porem nos pedia por merce que o ouvessemos em nossa encomenda e guarda pois que todo nosso he como era o dito Senhor meu Padre, e conhecendo, e sabendo nos que assi he encomendamos aos Ifantes meus muito prezados, e amados Irmão, e Tios e bem assy aos Condes e Fidalgos e Cavaleiros, e a outros quaesquer a que esta Carta for mostrada que polo nosso o dito Abbade e seu Moesteiro ajão em sua guarda, e encomenda e receba delles toda honra e deffensom e nom lhe tomem do seu alguma couza contra sua vontade ¹³⁵⁶, e sejam certos quaesquer que esto fizerem que nos farão em ello prazer e serviço e couza que lhe agardeceremos muito. E aquelles que fizerem o Contrario, muito nos desprazerá e sobre ello mandaremos tornar segundo rezão for.

Dada em Lisboa seis dias de Julho Alvaro Vieyra a fez Anno do Senhor de mil quatro centos quarenta e nove.

212

1450, Janeiro, 30 - *Luis Afonso, Mestre-Escola da Sé de Braga e Vigário Geral do arcebispado, por D. Fernando da Guerra, confirma como pároco de S. Clemente de Silvaes, vaga pela morte de Martim Gonçalves, a João Afonso de Sousa, que fora apresentado pelo Abade de Santo Tirso, Soeiro Anes, e pelo seu Prior e convento.*

ANTT OSB Santo Tirso, Maço 1.

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 216, p. 230. (Extracto): Sam cremenço de Silvaes ... a lugares teentes vizinhos e convenhavees pera vir a sseu signodo e callandayro.

Lujs Afom mestre scolla na see de bragaa Coonigo E uigario Jeerall no spirituell E temporall em essa meesma por ho mujto honrrado padre e senhor dom fernando por mercee de deos e da santa Igreja de rroma Arcebispado de bragaa E primas, comisairo dado e deputado Ao acto e negocio adiante scripto A quantos esta carta de confirmaçom e posse virem faço saber que sseendo vagaa a Igreja de ssam Cremenço de siluares de siluares (sic) de monte llongo do dito arcebispado por morte de martim gonçalves Ultimo abbade E rector que della foy Eu pella dita comjssom a mjm pera ello pello dito Senhor dada E a presentaçom dos Rellegiosos dom suejro abbade e prioll E conuento do dito mosteiro de santotisso de Riba daue da hordem de sam beento do bispado do porto Im solido. Confirme E Instituy em abbade sseu Rector da dita Igreja de sam Cremenço Joham afom de soussa creligo de pistola ¹³⁵⁷ do dito arcebispado E enuesty della com todos sseus direitos e perteenças per meu barrete que lhe pusse em ssua cabeça cometendolhe a cura E rregimento della no spirituell e temporall despensando primeiro com elle nom enbargante a constituïçom do dito Senhor arcebispo em a quall sse contem que nenhum nom possa rreçebudo a Regimento e cura das Igrejas parrochiaais ssenom aquell que souber lleer E cantar E entender Ao menos quanto ao pee da letra para elle poder rreceber llicitamente a dita Igreja, Nom enbargante a dita constituïcom como dito he por que achej o dito Joham afom por diligente Inquiriçom elle seer de honesta vida E llaudauell conuersaçom E boa fama E assaz bem Responder dos ecclesiasticos ssacramentos como he theudo Porem lhe

¹³⁵⁵ Dona Leonor, filha de Fernando I, rei de Aragão, e esposa de D. Duarte, que morrerá em Toledo, a 19 de Fevereiro de 1445, uns quatro anos antes desta carta de protecção.

¹³⁵⁶ Nos documentos do mosteiro abundam as queixas dos nossos monges contra fidalgos que devassam e roubam as propriedades que à nossa casa pertenciam.

¹³⁵⁷ Subdiácono.

confirmey a dita Igreja. O quall Jurou aos ssantos auangelhos per suas maaons corporalmente tangidas que ao dito Senhor arcebispo E a todos seus subçsores canonicamente Intrantes será sempre obediente E omjldosso segundo deue. E que nom sera em consselho nem em feito ou consentimento que perca a vida membro ou honrra. E sse algum contra elle ou contra sseu estado allgum maaos conselho ou desejo conpeçar llogo por sy sse poder ou por sseu messegeiro lho fara ssaber E a que a ell E aa dita ssua Igreja de bragaa será fiell em toda coussa E os sseus direjtos hordenairos E arcebispaees prometudos para a sua Igreja pagara (?) os direitos que tem E as dizimas De todallas terras que llaurar que sejjom da dita ssua Igreja Enteiramente pagara a elle E aa dita ssua igreja de bragaa ou a quem as de direito ou de costume ouuerem dauar ¹³⁵⁸. E que os beens da dita ssua Igreja nom emprazara nem em alheara nem uendera nem dara (?) em penhor nem os arrendara ataa que ssejom Juntas E colheitas nos cellejros E adegas da dita Igreja. Sem licença do dito Senhor arcebispo e ssua Igreja de bragaa. Majs as coussas que forem enalheadas da dita sua Igreja com todo sseu poder E uontade as demandara E tornara Aa propriedade e direito da dita Igreja E os mesegeiros do dito Senhor begninamente rreçebera Indo (...) para a dita ssua Igreja em a quall ffara Residencia pessoal ssenom for escusado pelo dito Senhor e ssua Igreja de bragaa. E sse for chamado pelas ssuas letras ou de sseus Vigarios a llogares teentes vizinhos E conujnhauéis ou por o dito para virem a este signado ¹³⁵⁹ E callandairo ¹³⁶⁰ vynra E os sseus mandados E constituicoens signadaaes e da dita ssua Igreja de bragaa guardara e comprira.

Porem mando A qualquer creligo ou Relligioso do dito arcebispado em uirtude de obediencia e sso pena dexcomunhom que pessoallmente cheguedes aa dita Igreja de ssam Cremenço E poende em corporall possessom della o dito Joham afom ou sseu certo procurador, scilicet por pedra terra altar liuros callezes uestimentas e outros hornamentos E beens que em ella forem achados dos quaes sseja feito Enuentairo (...) ¹³⁶¹.

¹³⁵⁸ Desde longa data que os párocos pagavam dízimos do passal ao bispo.

¹³⁵⁹ Os párocos, abades ou priores dos mosteiros tinham de assistir aos sínodos diocesanos sempre que os bispos os convocassem. E devidamente equipados. Vejam-se as Constituições da Igreja do Porto, ao tempo de D. Diogo de Sousa, em 1497: *Item, ordenamos e mandamos que todollos abades beentos e priores das ordens de sam Bento e de santo Agostinho do dito nosso bispado, quando quer que forem chamados pera sinado, que sempre venham com suas mitras e bagos e com os outros ornamentos necessarios pera se revestirem em pontifical, porque assi todos devem hir da see connosco atee o logar do sinado e estarem em elle. E a outra clerizia toda venha com suas sobrepelizias limpas e sãas, e nom as cobriram com mmantões nem com outra cobertura no dito dia do sinado. Cf. Constituiçõeas que fez ho Senhor Dom Diogo de Sousa Bispo do Porto*, Porto, na Oficina de Rodrigo Álvares, 1497, f. III v.º Constituição primeira.

¹³⁶⁰ Os calendários eram conferências ou palestras mensais do clero de uma determinada terra, realizadas pelo bispo ou seu representante, numa igreja ou mosteiro dessa região. O nome vem do latim *Calendas*, o primeiro dia de cada mês. E, como aí, se dizia ao clero quais as solenidades que o povo tinha de observar ao longo do mês e que os párocos, em cada freguesia, tinham de noticiar aos seus fiéis, daí a palavra calendário, por metonímia, passar ao significado de rol dos dias do mês e do ano. Claro que, nessa altura, não havia agendas nem os calendários de hoje que se afixam às paredes...

Sei que, inicialmente, eram mensais estas reuniões. E sei também que, pelos tempos adiante, se reduziriam a menos, a quatro vezes no ano. Para o clero desta região de Santo Tiro, a norte do Ave, estas reuniões chegaram a fazer-se no convento de Landim. A 21 de Agosto de 1418, D. Fernando da Guerra fazia calendário neste mosteiro com os abades e beneficiados da *Terra de Entre Ambas as Aves*.

Ainda, há pouco tempo, os párocos avizavam na estação da missa as festas, os dias de jejum e de abstinência, e todos os números do programa religioso, previstos para o decurso da semana.

¹³⁶¹ Encontra-se rasgado o pergaminho, neste lugar. Quanto a inventário dos bens da igreja, havia, a certa altura, o costume de se fazerem, à morte ou renúncia de um abade, que era confrontado pelo que, entretanto fosse nomeado, para verificar e confirmar a sua exactidão.

Dante em a dita cidade de bragaa xxx dias do mes de Janeiro diego afom em llogo de bras afom a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jehsu Christo de mill E quatroçentos E cinquenta anos
(Assinatura de Luis Scholasticus bracarensis).

213

1450, Junho, 09 – *Súplica de Afonso Anes, monge do mosteiro tirsense, na mira do mosteiro de Fontarcada, vago na sentença pela qual ficou privado Frei Gonçalo, professor de Teologia, e que ocupava, já há cerca de 10 anos ou mais, sem nenhum título canónico, o dominicano Frei Fernando de Chelas, igualmente professor de Teologia.*

CUP, vol. V, doc. n. 1525, p. 166.

Supplicat S.V. devotus vester frater Alfonsus Johannis, monachus monasterii sancti Tirci de Rippa Avis ordinis sancti Benedicti Portuensis diocesis, quatenus sibi gratiam facientes specialem, de abbatia et seu dignitate abbatiali monasterii Fontis Arcate dicti ordinis, Bracharensis diocesis, vacante per privationem quondam fratris Gundissalvi, sacre theologie professoris, auctoritate ordinaria factam, seu per ipsius Gundissalvi, extra Romanam Curiam ac in partibus defuncti, mortem, cuius fructus, etc., centum librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annum non excedunt, sive ut premittitur, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona seu per liberam dicti quondam Gundissalvi aut cuiuscumque alterius, etiam coram notario publico et testibus in aut extra Romanam Curiam factam resignationem vacet, etiam si devoluta, affecta vel specialiter seu generaliter reservata, affecta aut cuius statum presentibus pro sufficienter expresso habentes, inter aliquos litigiosa existat, eidem fratri Alfonso misericorditer providere illamque eidem conferre ac ipsum ipsi monasterio, cuius edificia ruinam minantur et in quo nullus religiosus a pluribus retroactis diebus moram traxit, perficere dignemini de gratia speciali. Non obstante quod quidam frater Fernandus dAcheles ordinis Predicatorum, sacre theologie assertus professor, ipsum monasterium eiusdemque dignitatem abbatialem absque iusto titulo spatio decem annorum, salvo plurium¹³⁶², detinuerit, prout detinet de presenti occupatum, fructus, census, redditus et proventus inde provenientes percipiendo ac in suos dampnabiles usus convertendo, iuribus, constitutionibus et ordinationibus apostolicis dictorumque ordinis et monasterii aliisque in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis. *Fiat ut petitur. T.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Junii, anno quarto R. Datarie.

214

1450, Junho, 09 – *O Papa Nicolau V, pela Bula “Solicite considerationis”, concede a Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso, o mosteiro beneditino de Fonte Arcada, de que Frei Fernando de Chelas, professor de Teologia, estava de posse, há dez anos ou mais, sem qualquer título canónico.*

CUP, vol. V, doc. n. 1525, p. 167.

¹³⁶² No ms. *plium*, com sinal de erro.

Nicolaus, etc. Dilecto filio abbati monasterii de Boyro Bracharensis diocesis, Salutem, etc. Solicite considerationis ... Cum ita sicut accepimus, monasterium Fontis Arcade ordinis sancti Benedicti Bracharensis diocesis ex eo quod venerabilis frater noster Fernandus, archiepiscopus Bracharensis, dilectum filium Gundissalvum monachum, tunc abbatem dicti monasterii, suis culpis et demeritis exigentibus, per suam deffinitivam sententiam que, nulla provocatione suspensa, in rem transivit iudicatam, regimen et administrationem dicti monasterii, cui tunc preerat, auctoritate ordinaria privavit et ab eisdem realiter amovit, abbas sit ad presens regimine destitutum, licet dilectus filius Fernandus dAchelis, ordinis fratrum Predicatorum et theologie professor, dictum monasterium Fontis Arcate, spatio decem annorum vel plus absque canonico titulo et nulla sibi desuper canonica dispensatione suffragante, detinuerit, prout detinet occupatum, illius fructus, redditus, proventus ac census percipiendo et in suos usus convertendo, nos cupientes eidem monasterio, ne longe vacationis exponatur incommodis, de persona utili et ydonea providere necnon de meritis et ydoneitate dilecti filii Alfonsi Johannis, monachi monasterii sancti Tirci dicti ordinis Portugalensis diocesis, asserentis quod nullus religiosus a pluribus retroactis diebus in dicto monasterio Fontis Arcate, cuius edificia ruinam minantur, moram traxit, apud nos de religionis zelo, vite munditia, honestate morum, spritualium prudentia et temporalium circumspectione aliisque virtutum meritis multipliciter commendatum, certam notitiam non habentes, discretionis tue per apostolica scripta mandamus quatenus, vocatis dicto Fernando et aliis qui fuerint evocandi, de meritis et ydoneitate Alfonsi huiusmodi auctoritate nostra te diligenter informes et si per informationem huiusmodi eundem Alfonsum ad regimen et administrationem dicti monasterii Fontis Arcate utilem et ydoneum esse ac dictum monasterium Fontis Arcate vacare reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, de persona sua eidem monasterio Fontis Arcate (...) auctoritate predicta provideas eumque illi preficias in abbatem, curam et administrationem ipsius monasterii Fontis Arcate sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo ac faciendo sibi a dilectis filiis conventu, cum illud habuerit, obedientiam et reverentiam debitas et devotas necnon vassalis et subditis dicti monasterii Fontis Arcate consueta iura et servitia exhiberi (...).

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo, quinto Idus Junii, anno quarto.

215

1452, Setembro, 11 – *Num emprazamento, datado da altura em que era abade de Santo Tirso Soeiro Anes, fala-se da ruína da terceira igreja monástica que se pretenderá reparar com a soma antecipada do censo estipulado.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 220, p. 231.

(*Extracto*): E nos deu mais dentrada do dicto prazo tres marquos de prata pera reparo do dicto nosso mosteiro e da torre grande que jaz derribada que avemos de correjer.

216

1453, Setembro, 21 – *Noutro extracto de arrendamento, far-se-á alusão às medidas tradicionais dos cereais e líquidos, com suas variantes locais, bem como à meitega, ou seja, paga ao funcionário do mosteiro que assiste à vindima – já que o vinho será pago à dorna (o vinho mole) - , como também às jeiras, tão frequentes nas condições dos empraçamentos.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 222, pp. 231-232.

(*Extracto*) – Seis teeigas de pam terçado polla medida direita e doze almudes de vinho molle aa dorna o qual nom avedes de vendimar sem estar nosso homem presente ao quall avedes de dar de comer em quanto estiver aa dicta vendima e pagar lhe sua meytega¹³⁶³ ... vynte homeens pagos per o corpo per vos ou per outrem os quaees avedes de conpeçar a pagar desde o primeiro dia do mes de fevereiro primeiro que vem endiante ata en todo o mes de mayo onde vos nos mandaremos e asy em cada huum anno.

217

1453, Novembro, 11 – *D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, confirma o abade João das Leis, natural de S. Tiago de Compostela, para abade da freguesia de Burgães, apresentado pelo prelado, prior e convento do mosteiro de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 344-346.

Dom Fernando por merce de Deus, e da Santa Igreja de Roma, Arcebispo de Braga, e Primas¹³⁶⁴. A quantos esta carta de Confirmaçam virem, fazemos saber que sendo vaga assim de direito, como de feito, a Igreja de Santiago de Burgaes da terra de Negrellos¹³⁶⁵ do nosso Arcebispado¹³⁶⁶, Nos a apresentaçam do Dom Abbade, Priol e Convento¹³⁶⁷ do moesteiro de Santo Tirso de Riba dave da Ordem de Sam Beento do Bispado do Porto e dalguns Padroeiros verdadeiros, se os hi hã¹³⁶⁸. Confirmamos, e instituímos em Abbade, seu Rector della João das Lex clerigo dordêns meores¹³⁶⁹ do Nosso Arcebispado, e Envestimos della com todos os seus direitos e pertenças por nosso barrete, que lhe pozemos em sua cabeça, cometendolhe a cura, e Regimento della no spiritual, e temporal: dispensando primeiro com elle que nom embargante a Constituiçom da nossa Igreja de Braga, na qual se contem que nenhum nom possa ser

¹³⁶³ *Meitega* ou *almeitiga*, o mesmo que almoço ou leve refeição que se dava ao mordomo ou prestameiro que pedia, media e arrecadava os foros reais: *Elucidário*, vol. I, p 396.

¹³⁶⁴ Arcebispo de Braga desde 1416 a 1467. Quanto aos direitos primaciais, ficava de pé ainda bem aceso, que eterno prometia ser, o diferendo com Toledo...

¹³⁶⁵ Burgães integrava-se na *Terra de Negrelos*, segundo os catálogos de 1320, 1371, 1542. Cf. MOREIRA, Domingos A. - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. I Parte. Introdução. História Geral*, Porto, 1973, p. 174.

¹³⁶⁶ Nesta altura – e já desde há bastante tempo, isto é, desde a restauração da Diocese do Porto -, era Burgães da diocese de Braga. Só regressaria ao Porto, em 1882.

¹³⁶⁷ Soeiro Anes era o abade de Santo Tirso, nesta altura. Aliás, tomaria posse em 8 de Dezembro de 1431. Morreu no cargo a 4 de Setembro de 1455. Em 1437, era Prior Frei João Gonçalves, letrado e bom religioso. Ao contrário do Abade...

¹³⁶⁸ E havia-os: os senhores da Casa da Lage, Burgães.

¹³⁶⁹ De facto, como já se disse, João das Leis só receberá ordens maiores em 1454 e 1455.

Recebido a Regimento das Igrejas parochiais se nom aquelle, que souber ler ¹³⁷⁰, e cantar, e entender ao menos canto ao pê da letra, para el poder ter, e Receber licitamente a dita Igreja nom embargante a dita Constituiçam, como dito he, porque nôs aachamos o dito João das Lex, per diligente inquiriçom elle seer de honesta, e Laudávil conversaçom, e boa fama; e assâs bem Responder dos Sacramentos Ecclesiasticos como he theudo (porem lhe conferimos a dita Igreja) o quoad João das Lex jurou aos Santos avangelhos por suas mãons corporalmente tanjudos, que a nôs dito Arcebispo, e a todos os nossos sobcessores canonicamente intrantes serâ sempre obediente, e humildoço, e que nom serâ em concelho, nem em feito, ou Consentimento, que percamos a vida, membro ou honra. E se alguem contra nos, ou contra nosso estado, algum mau Conselho, e dezejo compeçar logo per sy se poder, ou por seu mensegeiro nollo fara saber. E que a nôs, e a dita nossa Igreja de Braga serâ fiel em todallas couzas, e os nossos direitos Ordinarios, e Arcebispaes e premitidos para anossa crelizia pagarâ, e os dizimos de todallas terras, que lavrar, que sejam da sua Igreja ¹³⁷¹, inteiramente pagarâ a nôs, e a dita nossa Igreja de Braga, e que os bens de sua Igreja nom os alheara, nem emprazarâ, nem dara em tença nem em penhor, nem os venderâ, nem arrendarâ atâa que sejam colheitos, e ajuntados nos Celeiros, e adegas sem nossa Licença, e da dita nossa Igreja, mas as couzas que forem em alheadas com todo o seu poder, e vontade as demandarâa, e tornarâ aa propriedade, e direito da Igreja, e os nossos Mesegeiros, ou Mesegeiro benignamente Receberâ em indo, e vindo por sua Igreja, e em suas necessidades os ajudarâ, e que farâ Rezidencia pessoal na dita sua igreja, se nom for escuzado por nôs, e por nossos Sobcessores, e se for chamado por nossas letras, ou de nossos Vigarios em lugares vezinhos e com uinhaveis, ou por edicto para virem a nosso signado ¹³⁷², e Calendairo ¹³⁷³ virâ. E os nossos mandados e constituições signodais da dita nossa Igreja de Braga guardarâ, e comprira. Porem mandamos a todollos freguezes, e Cazeiros, da dita Igreja de Santiago de Burgães e a todollos outros, que lhe obrigados em alguma Couza forem, em virtude de Santa obediencia, e sob pena de excomunham a qual em elles, e cada hum pomos em estes escriptos se o contrairo fezerem dandolhes para ello tres dias da Canonica amoestação senam obedecerem ao dito João das Leis, seu Abbade verdadeiro, e Reitor com todollos direitos, dizimos, e primicias, foros, ofertas, que â dita Igreja pertencerem. E as Sentenças, que el justamente der contra os Reveis por Seus direitos, nôs as haveremos por firmes, e valedoiras, e as faremos, com a ajuda de Deus guardar sem nenhum mingoamento atâa verdadeira Satisfaçam.

E em testemunho desto mandamos a si seer feita esta Carta signada por nossa mão e Sellada do Nosso Seello. Dada em Braga a onze dias do mez de Novembro, Pedre Annes em logo de Bras Affonso a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e quatro centos e Sincoenta, e tres annos.

Fernandus Archiepiscopus.

¹³⁷⁰ Soubesse ler, entenda-se, saber latim.

¹³⁷¹ Sobre os *dízimos das searas*, ou seja, das terras directamente administradas pelos abades e pelas quais estavam estes obrigados a pagar *dízimos* ao bispo, veja-se COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. I, pp. 258, 261, 290; vol. II, pp. 258, 261, 276-348, 479, 481, 485-489.

¹³⁷² Sínodo.

¹³⁷³ Veja-se o documento de 30 de Janeiro de 1450.

218

1453, Novembro, 25 ¹³⁷⁴ – *Arrolamento de vários utensílios litúrgicos e do uso doméstico.*

CRUZ, António - *Breve estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 223, p. 232.

(*Extracto*): duas vestimentas ¹³⁷⁵ huum manto ¹³⁷⁶ e alva e mitro ¹³⁷⁷ estolla e cinto... dous pichos ¹³⁷⁸ e huum tribullo ¹³⁷⁹ ... huma tinhalha ¹³⁸⁰ ... cuba de dez pallmos outra de sete pallmos de despenssa ... a outra que sya cabo della (que estava ao pé dela) ... que nom bolisse com elle nem tirassem nem amooras sem o dicto vinho assy caado... que caasse as dictas cubas e elle a seu rogo açima da cuba primeira ... aa qual disse que mingava huum palmo.

219

1453, Novembro, 27 – *Contrato de arrendamento, com relevação de ltuosas dos enfiteutas – mas não dos caseiros - e sob a restrição da continuidade do prazo em pessoas, cujo título, porém, deverá ser da competência exclusiva do mosteiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 224, p. 232.

(*Extracto*): nos ajamos as luitosas dos sobredictos caseiros quando acontecerem de ffallescer per morte sem vos e vosa molher e pesoa pagar luitosa quando acontecer de fallescer... e que nos façamos o titolo do prazo per voso prazimento a lavrador ou lavradores que vos quiserdes.

220

1453, Dezembro, 05 – *Algumas das condições num contrato de arrendamento de bens do mosteiro de Santo Tirso.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 225, p. 232.

(*Extracto*): E lavrando vos algumas herdades no dicto couto que nos dedes o quarto do pam ... e fazendo vos outra morada no dicto logar que nos dedes outra renda cada anno.

¹³⁷⁴ Este documento, que João Pedro Ribeiro data de 1453, é citado pela era de César, no Elucidário de Viterbo. Logo de 1415 (*Elucidário*, sub voce *mitro*).

¹³⁷⁵ Paramentos.

¹³⁷⁶ Casula.

¹³⁷⁷ Manípulo.

¹³⁷⁸ Pequeno pote de barro.

¹³⁷⁹ Turíbulo.

¹³⁸⁰ Cuba pequena.

1454, Março, 14 – *Bula de Nicolau V, “Religionis zelus”, pela qual ordena, entre outros, ao abade de Santo Tirso, que, por morte do Prior, João do Casal, mande receber na ordem de Santo Agostinho e conferir o priorado do mosteiro de S. Simão da Junqueira ao reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Bagunte, Fernão Rodrigues, bacharel em Decretos, dispensado que fora de impedimento, filho que era de presbítero e mulher solteira (“defectu natalium”).*

CUP, vol. V, doc. n. 1724, pp. 369-370.

Nicolaus, etc. Venerabili fratri episcopo Pennensi et dilectis filiis abbati monasterii sancti Tirsi de Riba dAve Portugalensis diocesis ac archidiacono ecclesie Portugalensis. Salutem, etc. Religionis zelus, litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Fernandus Roderici, rector parrochialis ecclesie beate Marie de Bagunti Bracharensis diocesis, baccalarius in decretis, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem omnes prioratus conventuales ordinum quorumcumque tunc vacantes et in antea vacaturos collationi et dispositioni nostre reservavimus, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super his a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter contingeret attemptari. Cum itaque postmodum prioratus monasterii sancti Symonis de Junqueria, per priorem soliti gubernari, ordinis sancti Augustini, Bracharensis diocesis, qui inibi dignitas conventualis existit et quem quondam Johannes de Casali, ipsius prioratus prior, dum viveret obtinebat, per obitum eiusdem Johannis qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverit et vacet ad presens nullusque de illo preter nos hac vice disponere potuerit sive possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos qui hodie, accepto quo dictus Fernandus cupiebat in dicto monasterio una cum dictis filiis conventu sub regulari habitu virtutum Domino famulari, vobis per alias nostras litteras dedimus in mandatis ut eundem Fernandum, si esset idoneus et aliud canonicum non obstaret, in prefato prioratu in canonicum recipi faceretis et in fratrem (...) prout in dictis litteris plenius continetur, prefato Fernando, cum quo dudum, ut asserit, super defectu natalium quem patitur de presbytero genitus et soluta, ut, eo non obstante, ad omnes etiam sacros ordines promoveri et unum, etiam si curam haberet animarum primo et deinde ut quecumque, quotcumque et qualiacumque ecclesiastica cum cura et sine cura beneficia, sese et cum premissis compatientia (...) si sibi alias canonice conferrentur, aut eligeretur vel assumeretur ad illa, recipere et retinere (...) libere et licite posset, apostolica auctoritate successive fuit dispensatum, premissorum meritorum suorum intuitu specialem gratiam facere volentes (...) discretionem vestram per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum prioratum predictum, ad quem consueverit qui per electionem assumi et cui cura imminet animarum (...) cum omnibus iuribus et pertinentiis suis prefato Fernando, postquam ordinem ipsum expresse professus fuerit, auctoritate nostra conferre et assignare curetis (....)

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo tertio, pridie Idus Martii, pontificatus nostri anno septimo.

Simili modo venerabili fratri episcopo Penensi et dilectis filiis abbati monasterii sancti Tirsi de Riba dAve Portugalensis diocesis ac archidiacono ecclesie Portugalensis. Salutem, etc. Cupientibus vitam ducere regularem (...) Cum itaque, sicut

accepimus, dilectus filius Fernandus Roderici, rector parrochialis ecclesie beate Marie de Bagunte Bracharensis diocesis, cupiat in monasterio sancti Symonis de Junqueira ordinis sancti Augustini predicte diocesis una cum dilectis filiis conventu dicti monasterii sub regulari habitu virtutum Domino famulari, nos volentes ipsum Fernandum in huiusmodi suo laudabili proposito confirmare eumque ab omnibus et singulis sententiis, censuris et penis tam a iure quam ab homine latis, si quibus, quavis occasione vel causa quomodolibet irretitus existit, quoad hoc ut presentium dumtaxat consequatur effectum, absolventes et absolutum fore censentes, discretionis vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eundem Fernandum, si sit idoneus et aliud canonicum non obsistat, in prefato monasterio in canonicum recipi faciatis et in fratrem (...).

Datum ut supra.

222

1455, Setembro, 05 – *Afonso Lourenço, sacerdote secular da cidade de Évora, bacharel formado em Teologia, capelão do Card. D. Jaime, arcebispo de Lisboa, suplica à Santa Sé, a graça da concessão do mosteiro de Santo Tirso, vago pela morte de Soeiro Anes, último possuidor que dele foi.*

CUP, vol. V, doc. n. 1773, p. 417.

Supplicat S.V. devotus orator eisdem S. Alfonsus Laurentii, presbyter secularis Elborensis civitatis, in theologia bacallarius formatus, capellanus et familiaris domesticus et continuus commensalis eiusdem S. devote creature Jacobi, archiepiscopi Ulixbonensis, quatenus sibi specialem gratiam facientes, de abbazia monasterii sancti Tirsi de Riva de Avia ordinis sancti Benedicti diocesis Portugalensis, cuius fructus, etc., quadringentarum quinquaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, per obitum et finem quondam (Suggerii)¹³⁸¹, eiusdem abbacie immediate ultimi possessoris, extra Romanam Curiam defuncti, vacante, sive ut premititur sive alias quovis modo aut ex alterius cuicumque persona, sive per constitutionem *Execrabilis* vel liberam resignationem alicuius de illa in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam vacet, aut tanto tempore vacaverit quod ipsius collatio iuxta Lateranensis concilii statuta ad sedem apostolicam sit legitime devoluta ac alias specialiter vel qualitercumque generaliter reservata, affecta aut inter aliquos litigiosa existat, cuius litis statum, etc., eidem Alfonso gratiose et misericorditer dignemini providere, gratia expectativa et eius extensione, si quas habet, in cancellaria apostolica declarandis, premissis aut etiam patroni aut patronorum cuicumque aut quorumcumque aut cuiusvis alterius modi presentatione aut presentationibus aut consensu et aliis in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum suis clausulis necessariis (et) opportunis. – *Fiat. ut petitur in titulum. A.*

¹³⁸¹ No ms. espaço em branco, com a seguinte anotação na margem esquerda do texto: *Tale spatium in supplicatione originali.*

1455, Dezembro, 16 – *Bula do Papa Calisto III, pela qual o Romano Pontífice concede ao Cardeal D. Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro de Alfarrobeira, sobrinho de D. Duarte e primo de D. Afonso V, a graça do abaciado do mosteiro de Santo Tirso, após a resignação de Afonso Lourenço.*

CUP, vol. V, doc. n. 1777, pp. 421- 422.

Pride vacante monasterio sancti Tirsi de Riba d'Avia ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis per obitum quondam Suggestii, extra Romanam Curiam defuncti, nos ipsi monasterio sic vacanti de persona dilecti filii Alfonsi Laurentii, presbyteri Elborensis, baccalarii formati in theologia, postquam habitum dicti ordinis recepisset et professionem emisisset, sub certis modo et forma concessimus provideri. Cum autem prefatus Alfonsus, concessionis gratie huiusmodi litteris apostolicis super ea non confectis, ac omni iuri sibi in dicto monasterio, vel ad illud quomodolibet competenti hodie in manibus nostris sponte et libere cesserit nosque cessionem ipsam duxerimus admittendam, nos dilecto filio magistro Jacobo de Portugalia, notario apostolico, qui ut accepimus a regia prosapia traxit originem, ut statum suum decentius tenere possit, de alicuius subventionis auxilio providere sibique specialem gratiam facere volentes ac omnes alias per quoscumque alios, cuiuscumque dignitatis, status, gradus, etc., de ipso monasterio post impetrantis Alfonsi predicti factas impetrationes ac supplicationes etiam motu proprio per nos signatas necnon litteras confectas ex certa scientia revocantes, cassantes et annullantes ac supplicationes et litteras ipsas de regestris et alibi, ubicumque reperiantur, cassari et annullari mandantes necnon quibusvis sancte Romane Ecclesie cardinalibus, quibus forsán commissio super eodem monasterio per nos facta extitit, ne in huiusmodi causa ulterius procedere vel de illa se intromittere quoquo modo non presumant, districtius inhibentes, supplicationibus et litteris huiusmodi necnon processibus huiusmodi per dictos cardinales forsán factis et faciendis in iudicio et extra nullam prorsus fidem adhibendam fore vel adhiberi debere decernentes ac iuri patronatus quorumcumque laicorum etiam militum, comitum, marchionum vel baronum, si forsán de illo etiam ex privilegio apostolico existat hac vice dumtaxat derogantes, motu simili monasterium predictum, cuius fructus, etc., quingentarum librarum Turonensium parvorum secundum communem estimationem valorem annum non excedunt, sive per obitum, cessionem, revocationem vel cassationem huiusmodi, sive alias quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vacet, etiam si ex quavis causa eius provisio ad sedem apostolicam specialiter vel alias generaliter pertineat, eidem Jacobo, per eum quoad vixerit, una cum omnibus et singulis aliis ecclesiis¹³⁸², monasteriis, prioratibus, preposituris, dignitatibus, personatibus, administrationibus, officiis, etiam curatis et electivis, canonicatibus et prebendis seu aliis ecclesiasticis beneficiis, cum cura et sine cura, secularibus et regularibus, que in titulum vel in commendam obtinet et imposterum obtinebit, quecumque, quotcumque et qualiacumque seu cuiuscumque taxe vel annui valoris fuerint, tenendum, regendum et gubernandum, ita quod de illius fructibus disponere possit, commendamus ac in perpetuam administrationem concedimus, illius regimen, curam et administrationem sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, non obstante quod idem Jacobus prefati ordinis professor¹³⁸³ non existat ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus monasterii et ordinis predictorum, etiam

¹³⁸² No ms. *ecclesiasticis*.

¹³⁸³ Julgo que *professus*.

iuramento, etc., roboratis, cum ceteris non obstantibus et clausulis oportunis.- *Fiat motu proprio in commendam. A.*

Et cum derogatione iuris patronatus huiusmodi, si forsan de illo existat, ut prefertur. – *Fiat. A.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, decimo septimo Kalendas Januarii, anno primo.

224

1455, Dezembro, 16 – *Bula do Papa Calisto III, "Romani Pontificis", destinada ao Cardeal D. Jaime, de sangue real, filho do regente D. Pedro, primo de D. Afonso V, clérigo de Coimbra e notário apostólico, pela qual lhe concede o mosteiro de Santo Tirso, que vagara por morte de Soeiro Anes e pela renúncia de Afonso Lourenço, sacerdote de Évora e bacharel em Teologia.*

CUP, vol. V, doc. n. 1778, pp. 423-424.

Calistus, etc. Dilecto filio magistro Jacobo de Portugalia, clerico Colimbriensi, notario nostro. Salutem, etc. Romani Pontificis providentia (...) Dudum siquidem provisiones omnium monasteriorum, quorum fructus ultra ducentos florenos auri de camera secundum communem extimationem valerent annuatim, tunc vacantia et in antea vacatura, ordinationi et dispositioni nostra reservavimus, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis per quoscumque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari et deinde monasterio sancti Tirsi de Riba dAve ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, cui quondam Suggestus, olim ipsius monasterii abbas, dum viveret, presidebat, per obitum eiusdem Suggestii, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, sic vacanti, sub data Nonas Septembris pontificatus nostri anno primo de persona dilecti filii Alfonsi Laurentii, presbyteri Elborensis, bacallarii formati in theologia, postquam habitum dicti ordinis recepisset et professionem emisisset, sub certis modo et forma concessimus provideri. Cum autem prefatus Alfonsus, concessionis gratie huiusmodi litteris apostolicis super ea non confectis, omni iuri sibi in dicto monasterio vel ad illud quomodolibet competenti, hodie in manibus nostris sponte et libere cesserit nosque concessionem ipsam duxerimus admittendam et propterea monasterium ipsum adhuc ut prefertur vacare noscatur (...) nos omnes alias per quoscumque alios, cuiuscumque dignitatis, status, gradus, ordinis vel conditionis existant de ipso monasterio, post concessionis gratiam huiusmodi factam, impetrationes ac supplicationes etiam motu proprio per nos signatas necnon litteras desuper confectas ac processus habitos per easdem et inde secuta, quacumque auctoritate, tenore presentium, motu proprio et ex certa scientia revocantes, cassantes et annullantes (...) ac volentes eidem monasterio de persona utili et ydonea, per quam circumspecte regi et salubriter dirigi valeat, necnon tibi qui, ut accepimus, a regia prosapia traxisti originem, ut statum tuum decentius tenere possis, de alicuius subventionis auxilio providere specialemque gratiam facere volentes, motu simili (...) monasterium predictum (...) cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, tibi per te quoad vixeris, una cum omnibus et singulis aliis ecclesiis, monasteriis, prioratibus, preposituris, dignitatibus, personatibus, administrationibus, officiis, etiam curatis et electivis, canonicatibus et prebendis seu aliis beneficiis ecclesiasticis cum cura et sine cura beneficiis secularibus et regularibus que in titulum vel in commendam obtines et imposterum obtinebis, quecumque, quotcumque et qualiacumque seu cuiuscumque taxe

vel annui valoris illorum fructus, redditus et proventus fuerint, tenendum, regendum et gubernandum (...) libere et licite valeas, eadem auctoritate commendamus (...).

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, decimo septimo Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo.

225

1458, Março, 12 – *Na vacatura que se intercala entre o abaciado de Soeiro Anes e a nomeação de Fernando Lopes do Carvalhal, sob a presidência do Ecónomo Frei Vasco, reata-se a tradição da paroquialidade monástica tirsense na freguesia de S. João da Foz do Douro, com a nomeação e tomada de posse de Fr. Martinho, monge professo de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 16-16 v.

(*Sumário*): Posse que deu aos 12 de Março da era de Christo de 1458 Tristão Rodrigues Tabelião del Rey na Cidade do Porto, e em toda a Comarca e Correição do entre Douro, e Minho, da Igreja de S. João da Foz a Fr. Martinho Monge professo deste Mosteiro para ser Parocho da dita Igreja pela apresentação que a elle se tinha feito governando este Mosteiro com o titulo de Iconimo Frei Vasco, e por virtude do Breve do Santissimo Padre Nicolau 5.º como se disse acima (...), e por virtude da Sentença fundada no mesmo Breve, que tinha dado Luiz Affonso Mestre Eschola da Se de Braga (...), e por ser já falecido Rodrigo Vieire como determinava a mesma Sentença, cuja sentença Breve, e apresentação não queria admitir o Bispo do Porto D. Luiz Pires, e seu Vigario geral; e por ordem de Fernando Affonso Vigario geral do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra aonde se tinha recorrido lhe foi mandada dar a dita posse que com effeito se lhe deu.

226

1459, Abril, 12 (antes de) – *No 1.º ano do seu pontificado, dirige o Papa Papa Pio II uma Bula aos Abades de Refojos e de Tibães e ao Mestre Escola de Braga, ainda acerca da reunião de S. João da Foz ao mosteiro de Santo Tirso, e que repusessem o monge Frei Martinho na condição de cura da dita igreja.*

ANTT, OSB *Santo Tirso*, Maço 1.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 16 v.- 17 v. (*Sumário*): Huma Bulla do Santissimo Padre Pio 2.º passada em Roma antes dos Idos de Abril do anno de Christo de 1459 no primeiro anno do seu Pontificado, dirigida aos Abbades dos Mosteiros de Refoyos, e de Tibaens, e ao Mestre Eschola da Igreja de Braga. Della consta, que o Abbade deste Mosteiro (que nesse tempo estava nomeado Jacob Cardial de S. Eustachio por Comendatario, que não chegou a tomar posse como se ve da Bulla, que se acha na gaveta dellas, n.º 3.º, e governava então este Mosteiro Fr. Vasco com o titulo de Iconimo) e o Convento expozerão ao dito Santissimo Padre, que ao dito seu Mosteiro nos tempos antigos fora doada a Ermida de S. João da Foz, e que logo ao dipois fora erecta em Igreja Parochial determinando-se que não fosse Parochiada se não por algum dos Monges do dito Mosteiro amovivel, e removivel pelo D. Abbade do mesmo, e que dous Abbades sucessivos do dito Mosteiro (que foram Vicente Rodrigues, e Martim

Ayres) não atendendo a utilidade, e comodo do seu Mosteiro apresentarão a dita Igreja em dous Clerigos seculares (que forão Antoninho Martins Abbade de Vila Cham, e Rodrigo Vieire familiares, que tinham sido dos ditos D.D. Abbades) contra o que se tinha determinado na erecção da dita Igreja usurpando para si os ditos apresentados todos os frutos, e renditos da mesma applicando-os para os seus proprios usos em prejuizo do direito do dito Mosteiro, e que seu predecessor (que foi o Santissimo Padre Nicolau 5.º) mandou por Bulla sua se examinasse esta verdade (...) e que cedente vel decedente ejusdem Parochialis Ecclesiae tunc Rectore, a dita Igreja fosse Parochiada por algum dos Monges deste Mosteiro amovivel, e removivel pelo Abbade do mesmo, repartindo-se os frutos da Igreja em tres partes, huma para a congrua sustentação do Parocho, outra para a meza do Abbade, e outra para a do Convento mandadndo tudo com pena de Excomunhão incerta na mesma Bulla, e Sentença, da qual Bulla, e Sentença appellara o Bispo do Porto D. Gonçalo da Sanctam Sedem, e que o Auditor de Roma julgará contra o dito Bispo a favor do dito Mosteiro, e que ao dipois vagando a dita Igreja por obito de Rodrigo Vieire o Abbade e Convento a apresentara em Fr. Martinho Valasco, e que o Bispo do Porto que então era D. Luiz Pires sucessor de D. Gonçalo sem legitima cauza não quizera admitir nem confirmar o dito apresentado, de que appellando o Abbade e Convento para o Arcebispo de Braga Metropolitano este vista a Bulla do Santissimo Padre Nicolau 5.º por seu vigario geral e a sentença que havia, mandou confirmar em Parocho da dita Igreja de S. João ao dito Fr. Martinho Valasco e dar-lhe posse (...) e depois que o dito Fr. Martinho tinha possuido a dita Igreja cinco mezes hum certo Clerigo por nome João Affonso espoliou da dita Igreja ao dito Fr. Martinho, e nella se introduziu da qual espoliação, e introzam apellou o Abbade e Convento, e Fr. Martinho Valasco para a Santa Se Appostolica expondo a sua justiça. A qual exposta mandou o Santissimo Padre Pio 2.º a todos os tres acima declarados juizes da dita Bulla, que chamando o Bispo, e o dito João Affonso fizese sumario sem estrepito, nem figura de juizo; mas so que averiguada a verdade do facto, e sendo certo o que se expunha na dita Bulla metessem de posse da dita Igreja de S. João da Foz ao dito Fr. Martinho Valasco, e o tornasse a confirmar nella.

Esta Bulla não teve execução talvez seria por vir nomeado nella o Abbade deste Mosteiro, que então o não havia, pois estava nomeado em Roma Jacob Cardeal de Santo Eustachio como se pode ver na Bulla que esta na gaveta dellas n.º 3.º, e posto que abaixo no n.º seguinte que he o undecimo se ve. Achase trasladada no Livro que tem o titulo de S. João da Foz, a f. 35 porem com seu erro na era.

227

1460, Janeiro, 07 – *Lopo Gomes de Casal de Vós, Areias, ampliará para 10 libras de moeda antiga, a sete por um, como el-rei mandava pagar na sua lei, o legado pio instituído na capela de Santa Catarina e de S. João Baptista, na igreja monástica de Santo Tirso.*

ANTT OSB *Santo Tirso*, mc. 1.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 201-201 v. (*Extracto*) : Hum contrato, que fizeram os honrados Religiozos João Gonçalves Prior Crasteiro deste Mosteiro, e Fr. Vasco o velho, e Fr. Alvaro, e Fr. Affonso Monges do dito a 7 de Janeiro do anno de Christo de 1460 com Lopo Gomes filho que foi de Gomes Fernandes Escudeiro do Cazal de Vos, em que elle declarou, que era verdade o dito Prior, e Convento haverem em cada anno pela dita quinta e Cazal de Vós em vida do dito Gomes Fernandes tres maravedis de boa moeda antiga, que deixara ao dito Convento João Fernandes do Cazal de Vós, e sua mulher Senhorinha Fernandes Pays do dito Gomes Fernandes (...) e que o dito Prior, e Convento lhes

fazia em cada hum anno dous anniversarios de Missas no mes de Outubro, e vendo, que o dito Prior, e Convento havião os tres maravedis pelos ditos dous aniversarios outorgarão que depois da sua morte ouvessem mais sete maravedis com os quaes fazião dez (...). E agora o dito Lopo Gomes dizia ouvessem dez Libras de boa moeda antiga a sete por hum como ElRey mandava pagar em sua Ley; os quaes ouvessem pela dita Quinta; com declaração que lhe dissesse cada anno outro anniversario a 15 de Março, e o dito Lopo Gomes em descargo das almas dos ditos seus Avos, e Pays queria que o dito Prior, e Convento houvessem em cada anno as ditas dez Libras.

Cf. CORREIA, Francisco Carvalho – *Freguesia de Areias. Santo Tirso. Vol. I. Areias até ao sec. XVI*, Areias, 2003, pp.513-516.

Saibham quantos este estormento virem que no anno do nascimento de nosso senhor jehsu christo de mjll e quatroçentos e seseenta annos ssete dias do mes de janeiro em presença de mj gonçalo afom taballiam publicuo por nosso senhor ell rey em o jullgado de refoios de ribadaue termo da cidade do porto e testemunhas adiante escriptas estando dentro do moosterio de santo tirso de riba daue e estando hi presentes os honrrados relligiosos joham gonçalues prior crasteiro do dito moostejro e frey vaasquo o uelho e frey aluaro e frey afom monje desse meesmo, paresceo hi presente lopo gomez filho que fuy de gomez fernandez de casall dauoos escudeiro. e disse que era de verdade que o dito prior e conuento aviam em cada hum anno por a dita quintaam de casall dauoos em vida do dito gomes fernandes tres maravedis de boa moeda antiga que leixaram ao dito conuento joham fernandes de casall dauoos e sua molher senhorinha fernandes: pay e may do dito gomes fernandes. e que o dito prior e conuento lhes dezia em cadanno dous haniuersajros de mjsas em cada hum anno no mes doutoibro (sic) os quaees joham ffernandes e senhorinha fernandes jaziam em huum moymento os corpos delles dentro na egreja do dito moostejro. e que o dito gomez fernandes veendo em como o dito prior e conuento aujam os ditos tres maravedis por os ditos dous hanjuerssajros e em acrescmentamento elle a dita manda que queria e outorgaua que depois de sua morte o dito prior e conuento ouuessem em cadanno para sempre dez lliuras de boa moeda antiga a bij por hum como ell rey mandou pagar em sua lex e hordenaçom as quaees ouuessem por a dita quintaam com condiçam que lhe dissessem em cada hum anno outro hanjuerssairo aos quinze dias do mes de março e que agora o dito lopo gomez em desencarregando as almas dos ditos seus auoos e padre queria e outorgaua que o dito prior e conuento ouuessem em cada hum anno para sempre por a dita quintaam as ditas dez lliuras e que elles podessem çitar para bragaaa ou perante os vigairos do porto por a dita renda o caseiro que morar na dita quintaam e non o possam penhorar e os ditos prior e conuento disserom que a elles aprazia de dizer os ditos hanjuerssairos em cada anno aos tempos ssuso conthiudos e que de como o dito lopo gomez o assi dezia pediam huum estormento testemunhas que forom presentes joham das lex (?) abbade de burgaaes¹³⁸⁴ e joham afom creligo e joham afom criado do dito prior e outros e eu gonçalo afom taballiom (...) que a esto presente fuy e escrepuy e aqui meu nome e signall fiz que tall he.

228

1460, Abril, 23 – *O Papa Pio II concede o abaciado do mosteiro de Santo Tirso a D. Fernando Lopes do Carvalhal, por Bula despachada de Roma, naquela data.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 71.

¹³⁸⁴ João das Leis era galego. Cf. o capítulo que dedicámos (no vol. I/2, c. III, p. 454 e ss.) à presença de pessoas da Galiza pela nossa região. Cf: PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, 118 v.

(Sumário): Pio /2/ elegeu para Abade do Mosteiro de Santo Tirso a Fernando Lopo de Carvajal por Bula, cujo Sobrescrito he anunciado nesta maneira *Pius episcopus servus servorum Dei Dilecto filio Ferdinando etc. etc. salutem et Apostolicam benedictionem*; trata nela os Cardeais com o titulo de irmaons, *post deliberationem quam cum Fratribus nostris habuimus diligentem etc* finaliza emfim *Datum Rome apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominice Millesimo quadringentesimo sexagesimo. Decimo kalendas Aprilis. Pontificatus nostri anno tertio.*

Não tem já Selo, e toda a Letra he do mesmo caracter. N.º 8.º da Gav. 29.

229

1462, Julho, 27 – Num documento de Santo Tirso desta data, aparece o valor das dobras de ouro castelhanas – as chamadas dobras da Banda -, com a respectiva cotação na moeda portuguesa: 230 reais a dobra.

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 226, p. 233.

(Extrato): Septuaginta duplarum auri de la banda monete regie Castelle ¹³⁸⁵ aut earum existimationem in Regalibus monete Regni Portugalie videlicet ducenta et triginta Regalia dicte monete proqualibet dupla.

230

1462, Julho, 27 – Bula de Pio II, pela qual se retoma a questão da igreja de S. João da Foz e se procura resolver na forma como o determinara, antes, Nicolau V, quando era abade de Santo Tirso Fernando Lopes do Carvalhal.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 17 v. –18 v.

Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 68. (Sumário): Pio 2.º confirmou ao Mosteiro de Santo Tirso a anexação dos frutos e rendimentos da Igreja de S. João da Fós, e a regencia da mesma pelos Monjes amoviveis ad nutum, na conformidade da Bula precedente de Nicolau 5.º O sobrescrito he *Pius Episcopus servus servorum Dei Dilectis filiis Cantori et Scholastico Ecclesie Bracharensis salutem et Apostolicam benedictionem*; trata os Bispos de que fala, como são o de Silves, D. Alvaro *tunc in partibus illis Apostolice Sedis Legatus cum potestate Legati de latere*; e o do Porto D. Luis, com o titulo de *Venerabilis Frater*; finaliza a Bula *Datum in Abbatia Sancti Salvatoris Clusin. Diocesis Anno Incarnationis Dominice Millesimo quadringentesimo sexagesimo secundo 6.º kalendas Augusti. Pontificatus nostri anno quarto.*

O Selo representa os Apostolos como na precedente tem as mesmas letras, crús, etc. O Reverso he na forma seguinte (*cf. Selo n. 7*). He o n.º 11 da Gaveta 19.

¹³⁸⁵ A dobra era uma moeda de ouro que, antigamente, correu em Portugal.. Havia dobras portuguesas, dobras castelhanas, dobras mouriscas e dobras sevilhanas (...). Das castelhanas, umas se chamaram da Banda, outras de D. Branca; estas eram o mesmo que as sevilhanas; aquelas se disseram assim, porque tinham a insígnia da Ordem da Banda, instituída por El-Rei D. Afonso XI de Castela que venceu a batalha do Salado, por cuja ocasião as lavrou com o valor de 216 reis. Estas também se chamaram valedias, porque valiam e corriam, neste reino, mas só com o valor de 200 réis (...). Porém, segundo um documento de Santo Tirso, de 1462, esta moeda de Castela valia, em Portugal, 230 réis. Cf. VITERBO – *Elucidário*, vol. II, *sub voce Dobra*, pp. 199-200.

(*Sumário*) : Huma Bulla do Santissimo Padre Pio 2.º passada a 6 das Kalendas de Agosto do anno de Christo de 1462 dirigida ao Chantre, e Mestre Eschola da Se de Braga para serem Juizes Apostolicos da mesma (...) desta Bulla, que aqui se transcreve consta, que no tempo do Santissimo Padre Nicolau 5.º o D. Abbade que então era de S. Thyrsó, e seu Convento expozerão ao dito Santissimo Padre que a Ermida de S. João da Foz pertencia legitimamente ao dito Mosteiro, e que logo ao depois com authoridade ordinaria fora erecta em Igreja Parochial, e que então se determinara ella fosse Parochiada por hum Monge do dito Mosteiro ad nutum amovivel e removivel pelo D. Abbade do mesmo, e que hum Abbade do dito Mosteiro por nome Vicente apresentara contra esta ordem e determinação em hum Antonio (...) tendo ella sido Parochiada até aquelle tempo por Monges deste mesmo Mosteiro; e que o mesmo fizera D. Martim Ayres apresentando em hum Rodrigo de Vieire seu familiar (...) atendendo mais a comodidade dos ditos Clerigos seus familiares do que a utilidade do dito Mosteiro, usurpando os ditos apresentados todos os dizimos, e redditos da dita Igreja applicando-os a seus proprios usos cauçando graves incomodos, e prejuizos ao mesmo Mosteiro, pelo que ordenou o dito Santissimo Padre Nicolau 5.º por Bulla sua (...) ao Deão de Braga, e ao Arcediago do Porto, ou a quem elles cometessem as suas vezes, que achando verdadeiro o que se alegava nas premissas se deie a dita Igreja ao dito Mosteiro, e que – cedente vel decendente dicto Roderico ipsius Parochialis Ecclesiae Rectore, ella dahi por diante fosse regida e governada por hum Monge do dito Mosteiro amovivel, e removivel pelo D. Abbade delle e que para a sua cõgrua sustentação se lhe desse a terceira parte dos frutos, e que as duas partes huma seria para a meza do Abbade e outra para o Convento, ordenando debaixo de Excomunhão mayor, e outras penas, que a dita Igreja não fosse mais regida e governada por Clerigos seculares (...) e que o Bispo de Silves Legado a latere neste Reyno tinha alcançado faculdade de dar alguns Beneficios até certo n.º, e sendo pertendente a elles João Affonso, ao que se opos F. Martinho Valasco dizendo, e alegando que elle estava apresentado no dito Beneficio pelo Prior, e Convento do Mosteiro de S. Thyrsó ainda que sem consentimento de Jacob Cardial de Santo Eustachio Comendatario perpetuo do dito Mosteiro (do qual não tinha tomado posse como se ve de outra Bulla do Santissimo Padre Pio 2.º que vem na gaveta das Bullas n.º 3.º) e por isso o Bispo do Porto D. Luiz recusou admitir a dita apresentação de que apellando para a Curia de Braga sendo Arcebispo da dita Cidade D. Fernando alcançou o dito Fr. Martinho Valasco ser confirmado Parocho da dita Igreja (tudo por virtude da Bulla e Sentença ...) e por isso se lhe deu posse (...) e que sabendo o Santissimo Padre Pio 2.º que o dito João Affonso estava possuindo a dita Igreja Parochial á hum anno, e que não tinha alcançado dispensa para ser promovido ao sacerdocio estava a dita Igreja vaga, cometera ao Bispo de Ubervetan, e a dous companheiros mais para esse fim, e que achando elles, ou algum delles que a dita Igreja Parochial de S. João da Foz estava vaga por morte de Rodrigo de Vieire a tirassem a João Affonso, e a dessem a Affonso João, a qual ordem Appostolica, Marcos Bispo de Ubervetan pos em execução, e chamando o dito João Affonso depois de achar que a dita Igreja estava vaga a proveo em Affonso João e estando já de posse della se opos o Abbade (...) e Convento do dito Mosteiro Fr. Martinho Valasco alegando que elles forão espoliados de facto da dita Igreja Parochial, e achando o dito Santissimo Padre que esta causa estava devoluta a Se Appostolica, e que ahi havia de correr a dita cauza, e finalizar a cometeo ao Mestre Diogo de Cota Capellão seu, e auditor das cauzas do Palacio Appostolico sendo partes o Abbade e Convento de Santo Thyrsó e Fr. Martinho Valasco contra os quaes deu Sentença o dito Auditor da qual apellarão para a mesma Se Appostolica, e nomeando-se para Juiz della o Mestre Bernardo Rovira Auditor do mesmo Palacio Appostolico; estando a cauza nestes termos o Abbade e Convento e Fr.

Martinho Valasco, e Affonso João que estava de posse da dita Igreja, e João Affonso, que também tinha estado de posse dela (antes do dito Affonso João) dezejando por termo as demandas que haviam se compozerão entre si, sedendo os Clerigos Seculares de todo o direito e posse que tinham na dita Igreja, e que tornase a ser do Mosteiro conforme a Bulla do Santissimo Padre Nicolau 5.º, e apresentandose este contrato diante do Santissimo Padre Pio 2.º determinou que a dita Igreja fosse unida a este Mosteiro na forma que o Santissimo Padre Nicolau 5.º tinha determinado por Bulla sua, e que fosse Parochiada por algum Monge deste Mosteiro ad nutum amovível, e removível pelo D. Abbade, e que dessem a Affonso João enquanto vivo fosse aquillo que acordase entre si.

231

1463, Fevereiro, 03 - *Sentença dada no ano de Cristo de 1463, sendo Abade Fernando Lopes, pelos juizes apostólicos, o chantre da Sé de Braga, Luís Afonso, e o Mestre Escola da mesma Sé, que executaram a Bula de Pio II, datada de 27 de Julho de 1462, pelo que poderá então agora Frei Valasco retomar as suas funções pastorais na igreja de S. João da Foz.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 18 v.- 19

(*Sumário*): Sentença que derão aos tres dias do mez de Fevereiro do anno de Christo de 1463 Luiz Affonso Chantre da Se de Braga e o Mestre Eschola da mesma Juizes Comissarios deputados na Bulla do Santissimo Padre Pio 2.º (...). Da qual consta que estando presentes Fr. Vasco Monge do Mosteiro de S. Thyrso Procurador de D. Fernando Abbade deste Mosteiro e do Prior e Convento do mesmo e de Martinho Valasco monge no mesmo, e estando também presente Pedro Fernando Teles Beneficiado em Coimbra e Procurador de Affonso João, e de João Affonso Clerigos do Bispado de Coimbra e dandolhes primeiramente aos ditos Procuradores o juramento para que declarassem se a renuncia que tinham feito da dita Igreja de S. João da Foz os ditos Affonso João, e João Affonso havia nella algum contrato illicito, ou corruptela (?), e jurando os ditos Procuradores que não. Julgarão, e disserão os ditos Juizes comissarios que união, e reunião a dita Igreja de S. João da Foz ao dito Mosteiro de S. Thyrso na forma da Bulla do Santissimo Padre Pio 2.º, e da Bulla de seu predessor Nicolau 5.º com todos os seus direitos, e pertenças sendo duas partes dos frutos huma para a meza Abbacial, e outra para a Conventual, e a 3.ª parte para o Parocho della, e que o Abbade e Convento tomase posse da dita Igreja, e de todos os seus direitos para o que não seria necessario Licença do Ordinario do Lugar, ordenando mais, que Fr. Martinho Valasco fosse Paroco perpetuo da dita Igreja enquanto vivese, e que ao dipois fosse regida, e governada conforme ordenava a Bulla do Santissimo Padre Nicolau 5.º por hum Monge do dito Mosteiro amovível e removível pelo D. Abbade delle, e mandando mais em virtude de Santa obediencia, e de outras penas para ninguem impedisse a D. Fernando Abbade e seu Convento e ao Fr. Martinho Valasco o tomarem posse da dita Igreja nem a seus sucessores cauzasem turbação, e esbulho.

Nesta sentença vem incerta a Bulla do Santissimo Padre Pio 2.º (...). Nas costas da mesma Sentença está a posse que se deu a Fr. Martinho Valasco aos 24 dias do mez de Fevereiro do anno de Christo de 1463. A repartição dos frutos desta Igreja já se não observa por ser revogada pelas Bullas do Santissimo Padre Xisto 5.º (...).

232

1463, Fevereiro, 09 – *Trata-se de Pedro Esteves, auditor do segundo duque de Bragança, D. Fernando, que assumiria este título em 1461, à morte do pai, e que falecerá em 1478.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 228, p. 233.

(*Extracto*) : Petrus stephani de consillio regis millitis domus domini doni Fernandi ducis bragantie marchionis ville vicosse comitis ville barcellensis et ville de aurem et ville arrayollos ... auditor et expeditor universsarum terrarum dicti domini ducis.

233

1466, Fevereiro, 13 - *Por sentença de D. Afonso V, dada a favor do Mosteiro de Santo Tirso, contra o Fidalgo Rui Pereira, a quem pertencia recolher todos os direitos reais, determinou o rei que a colheita só se exigiria caso o rei viesse à região acima do Douro – uma vez só se pagaria, mesmo que o rei viesse duas ou mais vezes - e que, além do mais, só quando o monarca aqui chegasse em pessoa.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n.º. 47

(*Sumário*): As colheitas que o Mosteiro de Santo Tirso pagava a El Rei quando pasava o Douro para cá, montavam a 80 maravedis velhos, que correspondem a 2160 reis da moeda corrente no ano de Christo 1466: não se pagavam senão quando El Rei pasava o Douro para cá: ainda que o Soberano viesse mais de de huma ves no ano, pagava-se somente huma ves: era pesoal, de sorte que dando a algum Fidalgo os seus Direitos nesta ou n'aquela terra o Monarca Português, não lhe dava esta Colheita chamada de Pasagem. Consta d'uma Sentensa do Senhor D. Afonso 5.º dada em favor do Mosteiro de Santo Tirso, contra *Rui Pereira* Fidalgo da sua Caza, e a quem *pertencia aver e receber todollos Direitos reais e foros, e tributos na terra de Refojos* de Riba d'Ave, dirigida a João Anes da Macenhata, Juis dos Feitos dos Reguengos e Direitos reais no Julgado sobredito, e datado em Santarem a 13 de Fevereiro do ano de Christo 1466; o mesmo constava por outra Sentensa em favor do Mosteiro de Bustelo, contra Diogo Gonsalves Peixoto, *que fora posuidor da terra de Penafiel que semelhantes maravedis demandava* como se exprésa nesta mesma, de que falo. El Rei a mandou pasar por Nuno Gonsalves, Doutor em Leis, Cavaleiro da sua Caza, e do seu Dezebargo, e Juis dos seus Feitos, e este se asina no fim desta sorte

Nunus

Doctor

Legum

Tem Selo pendente de cera branca, atado por fitas de linha, matizadas de branco, e azul; he redondo, e chato, diverso dos estampados no 4.º tomo da Historia Genealogica, tão danificado que o não poso descrever com exactidão.

Aos titulos costumados acresce no principio do pergaminho, *Senhor de Cepta e d'Alcacer*. He o n.º 46 da Gav. 33.

234

1468, Janeiro, 14 – *Por sentença de D. Afonso V, contra Rui Pereira, Senhor da Terra de Refojos, que, a pretexto de que seus antepassados também arrecadavam as coimas de omezos e feridas no Couto de Santo Tirso, foi reconhecida ao Abade do Mosteiro de Santo Tirso a faculdade da dita arrecadação, condicionada, porém, pela determinação concreta da taxa e mais as restituições indevidas, problema que se resolveria, em reunião, dentro de dois meses.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 48.

(*Sumário*): No Couto do Mosteiro de Santo Tirso se pagavam as Coimas d'omezos, e feridas ao Mosteiro; por huma morte pagavam os moradores nela a quantia de 2800 reais, por huma ferida 600 reais, por morte d'uma besta outros 2800 reais: morto o Abade D. Sueiro, e correndo litigio entre o Marques de Valensa e D. James sobre o Mosteiro, Rui Pereira *Fidalgo grande e poderoso, Senhor da terra de Refojos* lansou mão das penas dos sobreditos Omezos sob pretexto de que seu Pai Fernão Pereira, e seu Avô João Alvares Pereira as levantavam já em sua vida como Senhores do Concelho e terra de Refojos, a cujo esbulho e forsa se opôs o novo D. Abade Frei Fernão Lopes, e decidio El Rei D. Afonso 5.º que não pertencião se não ao Abade do Mosteiro pela Doação do Couto, prohibindo porem a este, visto que não mostrava quanto se devia levar dos omezos assim em cazo de morte como de feridas, como em qualquer outro de morte de Boi, besta, ou outra *alimaria*, levar pena ou coima em quanto não houver del Rei taxa certa, para o que comparecerião as partes d' ahi a dous mezes, huma para saber a taxa, outra para restituir aos criminozos a requerimento deles as coimas, que levantou. Datada em Santarem a 14 de Janeiro do ano de Christo 1468, e mandada pasar pelo dito Nuno Gonsalves. Tem a mesma asinatura, os mesmos titulos no principio, que se lem no precedente pergaminho.

Como o Selo está despadasádo, e resta somente huma 4.^a parte dele, só noto que he de cera vermelha, prezo por fita de linha matizada de preto, e branco, chato em ambos os planos, ou para melhor dizer, tem ambas as faces convexas, e n'uma delas por cima da Coroa se lê *Serenissimi*. He o n.º 47 da Gav. 33.

235

1477, Dezembro, 01 – *O casal do Alcaide, de que se trata neste documento, está hoje integrada no perímetro da cidade de Santo Tirso. Foi emprazado, mas com a condição de que os rendeiros que já possuíam a famosa Quinta de Silvalde, não deixassem aquele abarregado*¹³⁸⁶.

ANTT OSB *Santo Tirso*, mç. 1

(*Sumário*): Pedro Anes, lavrador, de Silvalde, Areias, e sua mulher Maria Álvares, emprazam ao mosteiro de Santo Tirso o Casal de Alcaide, em que morou João Luis, com a condição de ir morar com todos os seus para o casal agora emprazado. O casal era da mesa do D. Abade, Fernão Lopes do Carvalhal. E para ela deviam pagar de renda 10 libras de boa moeda antiga a 7 por um, como el-rei o mandou, às terças (Natal,

¹³⁸⁶ Cf. nota 1545.

Páscoa e S. João Baptista), cinco jeiras e meia numa vinha do mosteiro, e um par de galinhas e a colheita de El-rei e do Infante cada ano.

236

1479, Novembro, 08 – *Emprazamento de um casal, sito na freguesia de Santa Maria de Sousela, e pertencente à mesa abacial.*

ANTT OSB Santo Tirso, mç. 1.

(*Sumário*): Prazo que o abade - Fernão Lopes do Carvalhal - e convento fazem do Casal de Burom, freguesia de Santa Maria de Sousela, terra de Aguiar de Sousa, a favor de João Álvares e sua mulher Maria Pires, cuja renda reverterá para a mesa do D. Abade. Renda: 8 libras a 7 por um, nas terças do ano, e um par de galinhas.

237

1480, Junho, 14 - *O Abade comendatário de Santo Tirso, Fernão Lopes do Carvalhal, apresentaria ao Bispo do Porto, D. João de Azevedo, o frade do nosso mosteiro, Frei Lourenço, para pároco de Santa Cristina do Couto e que o dito prelado portugalense confirmaria, na data acima indicada.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 25.

(*Sumário*): O Selo pendente das audiências da Igreja do Porto sendo Bispo dela D. João d'Azevedo, foi de cera, e de figura de meia bola; o plano era de cera preta (e todo o resto branca) no qual está aberto hum escudo d'armas, partido em quatro partes, em dois quartóins estão duas Aguias com azas estendidas, huma em cada hum, nos outros dois parese estar hum livro fechado, sobre o qual pouza huma pequen ave: por timbre tem a Mitra Episcopal, da baze dela cahem os pendentes encostados às orlas do escudo: tudo isto he cingido exteriormente com hum letreiro no qual se acha a Legenda, apagada inteiramente no que examinei.

Anda prezo ao pergaminho n.º 3.º da Gav. 14 que he huma Confirmação da Igreja de Santa Christina do Couto, datada no ano do Nascimento 1480.

238

1481, Fevereiro, 28 – *Sentença do tribunal da metrópole eclesiástica, acerca do padroado da igreja da Foz, contra o Bispo do Porto, a favor de uma apresentação e confirmação do pároco desta igreja, por iniciativa do abade e convento de Santo Tirso.*

ANTT OSB Santo Tirso, mç 1.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 20 – 23.

Joham Bras Bacharel em degredos conego na Igreja de bragaa E uigario Jeerall no espirituall e temporall a sse Vagante ¹³⁸⁷ A quantos esta carta de sentença virem faço ssaber que a esta Igreja E corte de bragaa veeo hum estormento de Intimacom dapellacom que Dante ho Reuerendo em Christo padre e Senhor dom Joham dazeuedo ¹³⁸⁸ por mercee de deos e da santa Igreja de Roma bispo da cidade do porto Intimarom dante o dito Senhor bispo os homrrados dom Abbade prioll E conuento do moestejro de Santo tirso de Riba Daue do dito bispado por frey Joham monje do dito moesteiro seu soficiente procurador dizendosse por parte do dito dom abade em seu nome E do dito sseu moesteiro E conuento E prioll delle E bem asy da parte do dito frey Joham Vigario da egreja de sam Joham da ffoz do doiro outrosy do dito bispado In perpetuum annexa em capella do dito moesteiro o dito dom abade E conuento por nosso Senhor o santissimo padre e por sua bulla publicada ¹³⁸⁹ da quall o tenor ffora Ja mostrada ao dito Senhor bispo E a outros sseus officiaaes E ainda largado ho Ensunto em propria E autentica forma Roborado conçertado E aprobado por certos notajros apostolicos (...).

a quall em ellas (scl. portas da catedral) fora pregada por breve espaço E logo dhy retirada E leuada ssem nunca della sseer podido aver copia transunto nem verdadeira Enfformaçom ssomente ssegundo parecer pode ao primeiro Intujtu E aspeito que o dito Reuerendo Senhor bispo como pastor E prellado (...) e a dita igreja E bispado do porto Mandar pregar E affixar a dita letra de çitaçom E dito por que mandaua a quaesquer padroeiros E pessoas que algum direito teuesem de apresentar aa dita Igreja de ssam Joham da ffoz a quall ora hera vaga de direito e de ffeito. Por morte naturall de ffrey martinho ¹³⁹⁰ que della ffoy ultimo conffirmado que atee xxx dias primeiros ssegujntes viessem, ou mandassem apresentar Reitor E abade aa dita Igreja donde nom que sua senhoria prouereria da dita Igreja Jure devolluto a quem achasse para ello seer ydoneo habille E perteecente ssegundo que na dita carta mais largamente Era contheudo (...)

o dito dom abade e conuento E sseu Vigairo muyto agrauados em presença E pessoa do dito Senhor bispo Vierom aapellar viua voce protestando apellar (...) aos quinze dias do mes de Julho do anno do nascimento de nosso Senhor Jhesus Christo de myll iiijlxxx E que depois aos xbj do dito mes E anno o dito dom abade E sseu conuento mosteiro E Vigario sentindosse sseerem muy Injustamente agrauados E temendosse de o sserem muyto mais ao diante por o dito Senhor bispo por quanto a dita capella Era E he anexa e unjda E Incorporada ao dito moesteiro de santo tirso E a elle dito dom abade In ssollido perteeencer ad nutum confirmar e Institujr E amouer quando e como lhe aproueece ssegundo o tenor proprio das ditas apostolicas letras ssobre ello expedidas (...) porem os ssobre ditos dom abade o priol E conuento E frey Joham Vigario da dita Igreja de sam Joham da foz do dojro nom Renunciando mas aprouando sua apellaçom e quaesquer outras em seus nomes Intrepostas ao dito Senhor bispo E a sseus offeciaes outra vez apellando como de feito apellado tinham (...) para esta igreja e corte de braga madre e metropollitana dessa do porto dando o dito Senhor bispo em Reposta aa dita apellaçom e dizendo que tanto que viera a sua noticia que a dita Igreja da ssam Joham da ffoz ffora vaga por morte naturall de ffrey martinho que della ffora ultimo abade E

¹³⁸⁷ A sé de Braga vagou à morte de D. Luís Pires, na primeira quinzena de Outubro de 1480 (Cf. Mons. FERREIRA, José Augusto - *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, ed. da Mitra Bracarense, Braga, 1930, p. 320). Xisto V, a 5 de Setembro de 1481 nomeará para a Sé de Braga D. João de Melo. Mas este prelado morreria, poucos dias depois da sua provisão, sem tomar posse. O Bispo seguinte, D. João Galvão, será apresentado, como arcebispo, em 1482. Note-se que D. Luís Pires foi, antes de arcebispo de Braga, prelado da igreja portugalense, desde 1454 a 1465. E, a partir desta data até 1468, foi bispo de Évora.

¹³⁸⁸ Bispo do Porto, desde 1465 a 1495.

¹³⁸⁹ Por Nicolau V (?).

¹³⁹⁰ Morrerá por 1480.

Reitor que o dito Senhor bispo como pastor a que he cometido o cargo vigiar ssobre suas ovelhas E Inquirir E ssaber como E por quem ellas ouuessem de Receber os sacramentos por salluaçom de suas allmas E por descargo de sua conciencia mandara poer a dita de Edito ssegundo atraz fazia mençom dentro no qual termo em a dita carta contheudo hos ssobreditos dom abade o prioll o conuento E Frey Joham Vigario vieram ao dito Senhor bispo E lhe mostraram huma letra apostollica Requerendo da parte do santo padre que a fizesse comprir ssegundo a fforma della expremendo Logo por pallauras que a dita Igreja de ssam Joham da ffoz Era anexa E encorporada ao dito sseu mosteiro de santo tirsso E que por causa da dita letra a dita Igreja Era Iseenta de toda a Jurdiçom do dito Senhor bispo hordinaria a quall letra o dito Senhor bispo vira Eximinara E que a elles pertença poer monje conffirmado na dita igreja E lhe cometer a cura por autoridade da dita letra no esprituall E temporall ssem ao dito Senhor bispo pera ello pedirem autoridade hordinaria em a quall letra o dito Senhor bispo dizia achar nella certas duujdas aas quaaees (...) lhe parecera seer pello contrairo por quanto na dita letra apostollica fazia mençom que a dita egreja de sam Joham fora anexa ao dito mosteiro por huma bulla E letra apostollica do papa njcollao E que por vigor della ffora Requerido por dom abade E sseu conuento a dom Lujs arcebispo que foy desta egreja e diocese de bragaa seu predeçessor em sseendo bispo do seu bispado do porto que a conffirmasse a hum monje por elles appresentado E que o dito Senhor bispo o nom quisesa conffirmar por quanto a dita egreja Era de crelligos secullares a quall bulla Era neçessario para elle dito Senhor bispo sseer vista Eximjnada a fforma della ssem a quall bulla esta outra segumda sse nom podia bem determjnar por quanto elle tjnha e crja que por a dita bulla primeira do papa nicollao lhes nom daua outra faculldade ssaluo que honde aviam dapresentar crelligo secular podessem apresentar hum monje do sseu moesteiro E a ssegunda duujda era que o dito santo padre lhes daua faculldade que podesem destrebujr E conuerter as Rendas da dita egreja em sseus hussos autoritate hordinaria nomine quesita E que podesem poer capellam na dita egreja ad nutum E porem nom diz que elles lhe podessem dar licença autoritate para aministrar os sacramentos aos ffregueses da dita egreja sem autoridade do dito Senhor bispo (...) E que dally avante nom sse tremettesse de dar os sacramentos ssaluo que procedeaees (?) Como achassees por direito (?). Os quaaees ditos dom abbade e prioll e seu conuento E Vigairo a Reposta do dito Senhor bispo Reçeberam por Reposta E apostollos Reuerenciaaees ssegundo esto E outras cousas com a dita bulla do papa sixto ora presidente na egreja de deos escripta na aucta da dita apellaçom mais compridamente he contheudo o que todo em esta egreja e corte de bragaa apresentaram. E visto em Rellacom todo do Senhor arcebispo que Deos aja ffoy em ella acordado E por diego lourenço aaquelle tempo Vigairo do dito Senhor pronunciado hum desembargo que visto como as cousas da dita apellaçom Eram taaees que sseendo prouadas deuerjam sseer Reputadas por legitimas E ouueram o dito estormento por apellaçom E mandarom pasar carta citatoria para citar o Reuerendo Senhor bispo por virtude da quall carta ffoy citado ssegundo em esta corte constou por hum proprio estormento que parecia sseer fflecto e asynado por diogo de melles (?) notairo apostolico em a dita cidade do porto. E por parte dos ditos dom abade e seu prioll e conuento E sseu Vigairo ffoy contra o dito Senhor bispo dado por lopo de barros sseu procurador hum libello apellatorio em que Recontarom sseus artigos dizendo os ditos apellantes em sseus artigos que o dito Senhor bispo os agrauou por sua carta de Edito por que mandaua que a certo termo viessem a elle apresentar os padroeiros da dita egreja E outras quaaeesquer pessoas ssenom que elle proueria della e etc. porque a dita egreja ou capella nom Era nem he de padroeiros Ca he hunjda E anexa E emcorporada ao dito mosteiro autoritate apostolica e na dita autoritate ffoy conffirmada ao dito frey martinho por cuja morte sse vagou

ssegundo o dito Senhor bispo diz em seus apostollos. E o dito frey martinho a posuyo por muitos annos E tempos E porem o dito Senhor nom pode pertender Ignorancia da letra appostollica escripta em o dito processo pela quall sse mostra e proua elle nom teer poder de conffirmar nem Institujr em a dita egreja mas soamente pertencer ao dito dom abade de santo tirsso etc. quando sse vagar de confirmar a dita egreja ou capella de sam Joham da ffoz a hum monge ssem licença do dito Senhor bispo vacante e ad nutum ut sequitur In dicta letra Appostollica (...) a quall he appresentada ao dito Senhor bispo e a nom quis guardar ssegundo parece em seus apostollos honde diz que deffende ao dito frey Joham appellante proposto e Institujdo por o dito dom abade etc. que nom de os sacramentos aos parrochianos da dita egreja ou capella ssob pena descumunham ssem sua licença do Senhor bispo dizem que som agrauados por que depois da Intimaçom desta apellaçom ao dito Senhor bispo e Interposiçom della para esta corte o dito Senhor bispo em contento da dita apellaçom e da dita letra appostollica E por agrauar os ditos apellantes nom defferendo aa dita apellaçom mandou e deffendeo ao dito frey Joham monje que nom se tremettesse de dar os sacramentos aos parrochianos da dita egreja ou capella de sam Joham ssem sua licença E autoridade E esto sob pena dexcomunhom ssenom que procederia contra elle segundo sse contem em fim de sseus apostollos asy que em todo nom garda a dita letra appostollica pedindo os ditos apellantes aos vigarios desta egreja e corte de braga (...) casarem annullarem irrito e casso denunciasssem o porçesso por o dito Senhor bispo desagrauando os ditos apellantes E Injbisem ao dito Senhor bispo que nom proceda mais na dita causa compellendoo que leixe husar da dita letra appostollica e leixasse o dito frey Joham proposto, e presentado aa dita capella ou egreja de sam Joham E dar os sacramentos aos parrochianos della E que condapnassem o dito Senhor bispo nas custas (...) O qual libello asy dado ffoy Jullgado que procedia E asinado certo ao dito Senhor bispo apellado que o contestasse o quall por Joham do couto seu procurador ffoy legitimamente contestado E por mim ssobredito Vigairo pronunciado verballmente que contestaua quanto abondaua E asyney certo termo aos apellantes a que fizessem sua proua dentro no qual termo deram os auctos do processo em proua E por elles disserom que prouauam da sua teençom quanto abastaua. E por parte do dito Senhor bispo apellado foy alegado que os ditos apellantes pellos ditos auctos nom prouauam cousa alguma E que nom Eram agrauados que Remettesse a dita causa ao dito Senhor bispo apellado. E sobre ello foy tanto Rezoado pellos procuradores das ditas partes atee o dito ffecto foy conclusso o quall visto em Rellaçom a ssee Vagante ffoy em ella acordado e por mim pronunciada huma Sentença defenetiuua em pesssoa dos procuradores das ditas partes que tall he

Acordam em Rellaçom e determijnam sententialiter (?) semper deum prae oculis habendo que visto este ffeito e principallmente a bulla em elle contheuda E as pallauaras della (...) todo bem visto Eximinado com Reuolluçom de liuros Nos parece Salluo melliori Judicio que ex certa sentençia et ex mera liberalitate quer eximir esta egreja em todo da Jurdiçom do ordinario et diocesano. E nos esso meesmo por esta asy o Jullgamos et eximimus secundum quod nobis videtur de mente et intentione Papae sed quia nobis occurrunt aliqua dubia de iure (...) Acordamos e jullgamos que segundo nosso parecer esta egreja he exenta da Jurdiçom do prellado prout dictum est (...)

(...) o qual desembargo asy publicado por parte do dito dom abade e sseu conuento e frey Joham Vigairo foy pedida Sentença e eu lha mandey dar por mym asynada e asellada do seello desta egreja e corte de bragaa Dante em essa meesma xxbiij dias do mes de feureiro Pero Gonçallues por aluaro correa sscriuão das apellaçooens a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jehsu Christo de mjll iiijlxxxj anos.

239

1485, Fevereiro, 05 – *Nas condições de empraçamento de um casal, o mosteiro exige, como noutras circunstâncias igualmente se postula, que os rendeiros, ao contrário da sogra que antes o possuía, façam residência pessoal na dita casa de lavoura.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 241, p. 236.

(*Extracto*): o qual trazia abarregado ¹³⁹¹ vossa sogra ... avees de morar e povoar per vos de foguo e de loguo com todo voso domyçilio ... e indo nos polla dicta renda a vosa casa que seja a vosa custa ... e vendendoo que perquaes o prazo e o preço que delle regeberdes.

240

1486, Janeiro, 16 – *Contrato de empraçamento de um casal, chamado de Vilar, sito em Monte Córdova da Ribeira – por isso, dentro da área do couto beneditino de Santo Tirso –, a favor de uma família conhecida da região, no decorrer do sec. XV, a dos Machuchos.*

ANTT OSB Santo Tirso, Maço n. 1.

(*Sumário*): Fernão Lopes do Carvalhal, com seu mosteiro, empraça a favor de Pero Anes Machucho e de sua mulher Maria Anes, o Casal de Vilar, de S. Salvador de Monte Córdova, dentro do Couto de Santo Tirso ¹³⁹². Pagaria de renda para a mesa do D. Abade 11 libras a 7 por um, como el-rei manda pagar às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João) e colheita del-rei e do Infante.

241

1486, Julho, 03 - *Sentença do Licenciado Rui de Graã, Juiz dos Feitos de el-rei, na Casa da Suplicação, com aviso dirigido ao Guarda-mor da Torre do Tombo, ao Pior de Santa Cruz de Coimbra e aos Abades de Alcobaça, Bouro, e Santo Tirso e às Abadessas de Lorvão, Odivelas e Arouca.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 143.

(*Sumário*): Para que deixassem ver em seus Cartorios todas as escrituras, e privilegios, e doações, que ... Amador de Alpoem ver quizesse; e daquelas, que lhe pedisse, lhes mandassem dar o treslado em publica forma..., e isto para se conhecer de que qualidade e merecimento foram os Infançoens, que antigamente possuíam a terra de Santa Maria

¹³⁹¹ *Abarregado*, ou seja unido a outro. Isto é, herdade ou casal, em que o enfiteuta ou colono não resida ou habite, e por conseguinte expostos os seus frutos a serem roubados de quaisquer passageiros. Cf. mulher barregã: que não tem marido, e por isso exposta a quem dela quizer abusar. Veja-se *Elucidário*, sub voce.

¹³⁹² Logo em Monte Córdova da Ribeira, e não em Monte Córdova do Monte que esta pertencia ao concelho de Refojos.

242

1486, Dezembro, 02 – *Contrato de empraçamento que teve lugar no Foral, sítio acostumado das audiências do tribunal do Couto de Santo Tirso, e onde a freguesia goza deste nome tradicional que manterá até ao sec. XVIII, o de Cidnai, e onde a paróquia de S. Miguel do Couto se chama ainda do nome medievo de Sandim.*

ANTT OSB *Santo Tirso*, Maço n. 1.

Saybham quantos este estromento de tresllado dempraçamento dado por autoridade de Justiça virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mill e iiij c lxxxvj anos dous dias do mes de dezembro em o forall do outeiro que he forall acostumado honde sse ffazem as audiencias do couto do mosteiro de santo tyrssso de Riba daue Julgado de rreffoyos e termo da sempre leall cjdade do porto Seendo em o dito loguo em (...) audiencia ouujndo Segundo custume aluaro vaaz de sandym Jujz hordinayro em o dito couto perante elle pareceo em Jujzo Joham affom de villa meãa laurador morador em o dito couto e apresentou ao dito Juiz huum prazo que em sua mãoa tragia escripto em purgaminho que fora ffecto a elle e a catarina ffernandes sua molher e ha hum filho ou filha dantre anbos ou a huma pessoa quall o pustumeiro delles nomear não auendo ho ffilho nem ffilha da quintãa da vylla meãa.

(...) Foram testemunhas porse anes (...) jardineiro, Joham aluares de rrial e Joham rroiz da cydanay todos lauradores E moradores em o dito couto e outros.

243

1487, Março, 26 – *Contrato pelo qual o mosteiro arrenda o Casal da Adega, que estivera abarregado, e que agora o convento exige seja pessoalmente habitado pelos novos caseiros, onde se lê, entre as condições contratuais, o serviço das enjeiras – de pessoas, bestas e carros – para as obras da reconstrução da casa religiosa.*

CRUZ, António - *Breve Estudo dos Mansucritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 244, p. 236.

(*Extracto*) – o noso casal da adega que nos trazeeis abarregado... em o qual avees de teer huma casa alevantada e o avees de lavar e afruytar... quatro livras e mea a bij c por hua como elrrey manda ou mandar pagar em sua ley e hordenaçom ... e se comprir pera rrepayramento do moesteyro que vaades por vara e telha ... e que nom posaaes fazer feu nem foro nem servir nenhuma pessoa poderosa nem fidalgo e fazendoo que perquaes o prazo.

244

1488, Janeiro, 22 - *Contrato de arrendamento do Casal de Argemil, feito entre D. Fernão Lopes do Carvalhal e seu convento, a favor de Pedro Vaz, da sua mulher Maria Anes e de um filho ou filha de entre ambos.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST, 059, ff. 42 e 42 v.

In nomine dominj amen Nos o dom frej fernam Lopez do Carualhal E prior e conuento do mosteiro de Santo tisso de rrybadaue da ordem de San beento bispado do

porto sendo nos juntos em nosso cabjdo chamados por soom de campana tangida como
 he de nosso costume especialmente para as cousas que se adiante seguem fazemos prazo
 a uos pedro uas que presente estades e uos obrjguades as condições adiante escriptas e
 a vosa molher maria anes e a hum filho ou filha dantre ambos e nom auendo filho nem
 filha a huma pessoa que nom seja de mayor condiçom que uos de nosso casal dargimjl
 que he na freygujsia da nossa capella da Madallena no qual morou pedre anes de que
 sua molher he aguora II.^a pessoa a qual ha nome catalina afonso a qual rrenunçiou em
 nosas mñas todo direjto pose e aucom que tinha em o dito casal com condicom que o
 emprazasemos a uos dito pedro vaas e outra tal rrenunciacom fez brjatiz pires filha da
 dicta catalina afonso a que o dicto prazo e casal vinha per direito como III^a pessoa e nos
 por uirtude das dictas rrenunciacões e dimytições uos emprazamos o dicto casal o qual
 avees de pouoar pessoalmente e pagar para a mesa do dom abade treze libras a VII por
 hum como elrrey manda ou mandar pagar em sua ley e ordenacom as terças do ano
 scilicet natal pasqoa e Sam Joham baptista e vinte homens deixada na nosa vinha da
 seara e hum par de galinhas e duas mosteas de paylha trigua e pagares de lujtosa
 quinhentos reis sem fazendo uos dicto pedro vaas mais primeira pessoa que a dicta
 uossa molher mas qualquer que de uos ambos primeiro falecer pague a sua E asy a
 Segunda pessoa como a III paguem as suas ao tempo de seu falecimento E paguares
 colheyta delrrey e do jnfante e se comprir para rrepayro ao mosteiro por uara e telha E
 paguares todos outros boos foros husos e costumes que se sempre paguaram dese casal
 e auendo duujda antre nos e vos que sejaes teudos de rresponder polla jgreja do porto e
 nom paguando uos a dicta rrenda que nos por nos ou por nosos homens uos possamos
 penhorar no dicto casal ou onde quer que nos acharmos uosos benes mjllhor parados taa
 que nos sejamos bem pagos sem mais outro guasto de justica E nom uos damos poder
 de vender nem dar nem doar nem apenhar nem arrendar nem escambar o dicto casal
 todo nem parte delle sem nosa licença e uendendo ou fazendo o contrayro dalguma
 destas cousas que percaes o prazo e o preco que dello rreceber aves E uendendo o por
 nosa autorjdade que nos paguees nosso quinto como o direito quer e manda nem crjades
 hi filho ou filha dalguo e seres sempre obedientes a nos e ao dicto nosso mosteiro com
 os nosos direitos e aueres uos o dicto casal de monte em fonte, rrotos e por rromper
 como o vos mjllhor poderdes aver em vosa ujda e da dicta vosa molher e depois de uosas
 mortes fiquj a III.^a pessoa e depois da morte da dicta III.^a pessoa fiqui o dicto casal a nos
 e ao dicto nosso mosteiro liure e desembarguado com todas suas bem feytorjas e em paz
 E uos nom deues de emgeytar o dicto casal nem vos nom vollo deuemos de tolher E
 qualquer da nosa parte ou da vosa contra esto ujer pague a parte que o prazo e condições
 em elle conteudas teuer e guardar dos mjll reis de pena e a pena leuada ou nom o prazo
 fiqui em sua forca E o dicto pedro uas asy se obrigou por sy e pollas pessoas de pos
 elle conteudas no dicto prazo a manter e guardar todallas cousas suso conteudas e cada
 huma dellas so a dicta pena E nos que o prazo mandamos fazer o rreuoramos com nosas
 mñas por rreuora XX reis fecto e outorguado foy o dicto prazo no dicto cabydoo aos
 xxij dias do mes janeiro da era do nacimiento de nosso senhor Jesu Christo de mil
 IIIILXXXVIII anos Testemunhas que forom presentes lopo aluarez e Jorge anes
 escudeyros do senhor dom abade e outros. Joham prior notayro jurado que esto escrepuj
 e asyney aqui por mjlnha mña.

245 .

1488, Fevereiro, 01 – *Emprazamento do mosteiro de bens sitos na Foz do Douro, donde se esperará, nas condições da renda, o pagamento de quatorze pescadas.*

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. 245, p. 237.

(*Extracto*): quatorze pescadas de renda do mar dave (de Vila do Conde, onde desagua o rio Ave).

246

1488, Maio 27 – *Arrendamento do Casal de Quinchães, sito em Monte Córdova do Monte – logo, fora do perímetro do Couto de Santo Tirso – e do Casal de Parada, de que constam, entre outras coisas, as prestações de engeiras.*

ANTT OSB Santo Tirso, Maço 1.

Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 247, p. 237): Seys homeens deyxada na nossa quintaa de villaboa... e hua mostea de paylha trigua ... dous colmeyros... e duas engueyras .s. huma em villa boa e outra na çerdeyra ... de luitosa quinhentos reis cada pessoa que do prazo vaguar sem fazemdo vos gil gonçalves mais primeira pessoa que a dicta vosa molher mas qualquer que de vos anbos primeiro faleçer pague a sua luitosa e asi a segunda.

(*Sumário*): Prazo feito pelo Abade Frei Fernam Lopes do Carvalhal a favor de Gil Gonçalves e sua esposa Maria Pires e filho ou filha de entre ambos ou a uma terceira pessoa que o último de vós nomear, do casal de Quinchães, sito em Salvador de Monte Córdova, com foro de 6 teigas de pão meado, meia canada de manteiga, 6 homens de enxada, para a Quintã de Vila Boa, 20 reis, uma mosteia de palha triga trazida ao mosteiro, 2 colmeiros levados à nossa quinta de Vila Boa, e duas engeiras, uma em Vila Boa e outra na Cerdeira.

Foi-lhes ajuntado o Casal de Parada de que vão pagar para a mesa do D. Abade 15 libras a 7 por um , como manda el-rei, e um bom carneiro.

247

1489, Março, 19 – *Mais serviços de carros e bestas, adicionados às rendas que se vão renovando, que nos põem a par dos trabalhos que então se iam fazendo nas reparações do mosteiro.*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 248, p. 237.

(*Extracto*): E se comprir pera repairamento do mosteiro que vaades por vara e telha.

248

1490, Fevereiro, 17 – *Para além da jurisdição eclesiástica e civil do mosteiro de Santo Tirso, o domínio fundiário dos nossos beneditinos em Golães, sobre os Casais de Bairro.*

ANTT, OSB *Santo Tirso*, mc. 1.

(*Sumário*): prazo de Pero Gonçalves dos casais de Bairro, em S. Lourenço de Golães, ao tempo do abade D. Francisco de Sousa. Pagará de renda para a mesa do D. Abade 23 libras a 7 por um, às terças do ano (Natal, Páscoa e S. João), uma boa marrã, um bom carneiro, e um par de boas perdizes, uma jeira inteira à igreja de Gulães.

249

1491, Dezembro 22 - *Das propriedades na Foz do Douro, naturalmente, que da sua renda haveria o mosteiro de fazer constar os foros do peixe, concretamente, no caso de agora “quinze pescadas boas de cabeça e um bom sável fresco”.*

ANTT OSB, *Santo Tirso*, mc. 1.

(*Sumário*): D. Francisco de Sousa e seu Convento emprazam a João Gil, filho de Gil Anes, e Maria Gonçalves, sua esposa, e filho ou filha, ou pessoa que após eles houver – se não houver filhos ou filhas - de propriedades na Foz do Douro. Renda: 15 pescadas boas de cabeça, e um bom sável fresco, pagas por dia de S. Miguel de Setembro, para a mesa do D. Abade. E se o mosteiro fizer outras moradas, pagarão outro tanto, mais as colheitas del-rei e do Infante.

250

1497, Maio, 12 – *D. Manuel confirma os privilégios do mosteiro de Santo Tirso, que lhe foram reconhecidos até ao seu antecessor, o rei D. João II.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, f. 24 v.

Dom Manoel per graça de Deus Rej de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em africa senhor de Guine a quantos esta nossa Carta ou o treslado della em publica forma dado por autoridade de Iustica for mostrado fasemos saber que nos querendo fazer seruiço a deus nosso Senhor e merce por esmola ao mostejro de S. Thyrsio e ao Dom Abbade monges e Conuento delle: temos por bem outrogamoslhe e confirmamoslhe todas as honras priuilegios liberdades gracias e merces que pellos Reis de gloriosa Memoria nossos antecessores lhe foram dadas feitas e outrogadas e as tiueram e dellas usaram até o tempo del Rej Dom Joam o segundo meu senhor cuja alma deus aja e porem mandamos que assim lhe seijam gardadas e Compridas e usem assi inteiramente dellas como usaram ate o dito tempo em testemunho e fee do qual lhe mandamos dar esta nossa Carta sinada por nos e assellada per nosso sello de chumbo dada em setuual a dose de mayo. Vicente pires a fes Anno do nacimiento de nosso senhor Jesu Christo de 1497. el Rey.

251

1497, Dezembro, 28 – *Para acautelar os seus bens, o mosteiro exige, muitas vezes, que se não faça nomeação alguma, na sucessão dos prazos, a favor de pessoa de maior condição que os presentes rendeiros.*

CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 252, p. 238.

(*Extracto*): nem serees rendeiro delRey nem fiador de renda ... nom posaes fazer feu nem foro a nenhum fidalgo nem pessoa poderosa.

252

1498, Fevereiro, 09 – *Como era norma, o mosteiro não aceitaria que os rendeiros vendessem os prazos. E se o fizessem, com sua autorização, o mosteiro cobraria o laudémio (o quinto da venda do domínio útil).*

CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 253, p. 238.

(*Extracto*): Que percais o prazo e o preço que dello receberes evendendoo por nossa authorityade que nos paguees noso quinto assi como o direito quer e manda.

253

1499, Agosto, 02 – *D. Manuel anula a transacção entre João das Leis, pároco de S. Tiago de Burgães, e Frei João Lourenço, monge do mosteiro de Santo Tirso.*

CUP, vol. IX, p. 390.

Dom manuell etc. a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que a nos disseram ora que (...) podiamos dar huu llugar de herdade que huu frey louremço frade profeso da ordem de sam bemto do mosteiro de samto tyso tem a que chamom Rebordãos o Jullgado de Refoyos o quall ouue per titollo de compra de hum Joham das lex clelliguo de misa abade de burgaees que o outrosy ouuera tambem per compra de fernam dafonso e sua molher maria barreiros moradores no comcelho de payea sem nhuu delles teer licemça pera semelhante compra auer de fazer e yndo em ello contra hordenaçom e defesa sobre ello fecta (...) e que todo per bem do que dicto he podiamos ora dar a quem nosa merçe fosse polla quall Rezam se asy he como a nos disseram queremdo nos fazer graça e merçe a dieguo louremço escudeiro e taballiam em a dicta cidade do porto temos por bem e lhe fazemos merçe de todos estes beens (...).

Dada em a nosa cidade de Lixboa a ij dias daguosto ElRey o mandou per dom diogo lobo do seu conselho e veedor de sua fazemda francisco de matos a fez anno do nacimiento de noso senhor Jhesuu christo de mil e iiijlRix anos ¹³⁹³.

1501 – *Duas sentenças – uma do tribunal eclesiástico do Porto, outra no de recurso, de Braga, que acrescentará nada se poder deduzir e que do passado se paguem dízimos também –, condenando os pescadores de S. João da Foz, a pagarem os dízimos do pescado ao mosteiro de Santo Tirso, independentemente do lugar de recolha do mesmo, por ser pessoal o jus dizimandi.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 32 e ss.

Em nomine Domine Amen. Vistos estes autos, e todo o em elles conteudo, e provado, a saber visto o libello do Mosteiro Autor com a prova a elle dada com o depoimento, e exceção dos Reus pela qual consta os ditos Reus serem freguezes de S. João, e da dita Igreja receberem os sacramentos Ecclesiasticos, e se prova elles ditos Reus hirem pescar a muitas partes, e Lá pagarem o dizimo sem pagarem ao dito Mosteiro, ou a sua anexa Igreja onde asi elles ditos Reus recebem os ditos Sacramentos, que asi fazem contra toda disposição de direito, Visto como a dita pescaria he Dizima pessoal, e não se deve de dar senão a Igreja donde os ditos pescadores são freguezes, e recebem os Ecclesiasticos Sacramentos, nem menos os ditos Reus pescadores podem taes dizimas prescrever contra a dita Igreja donde asi forem Freguezes por ser Jus dezimandi, que não pode cahir em Leigo, nem tambem se pode escuzar por algum antigo costume, como por elles ditos Reus foi alegado, porque tal costume parece ser contra Legem divinam, a qual não pode ouviar costume dado com munto antigo seja por via de tal costume nascer pecado.

O que tudo por mim visto com sua conferencia examinado, e ajuvante altissimo Deo, por minha sentença defenitiva more solito pro tibunali sedendo, julgo, e declaro as ditas dizimas pertence ao dito Mosteiro, e sua anexa; porem mando aos ditos Reus Sub pena de excomunhão, que daqui em diante dem e paguem ao dito Mosteiro, cujos Freguezes são as ditas dizimas perentorio de todo o pescado, que em qualquer parte destes Regnos pescar, e quanto as que ate gora não pagarão não julgo nada ao presente, porque se não prova liquidamente, o que os ditos Reus devem, e seja sem custas ex cauzo.

Christi nomine invocato. Sãamente examinados os meritos da presente cauza em Relação do Senhor Arcebispo, consta estes pescadores de S. João da Foz pagarem o dizimo do pescado que pescam a modo, e maneira de dizimo predial, e esguardados os ditos das testemunha (sic) que sobre seu artigo de costume offereceo, mostrase o dito Mosteiro de haver de dizimo do pescado que vier a dita Parochia, e Vila de S. João de dez peixes hum; e movidos os dezembargadores do Senhor Arcebispo pelo que a dita inquirição manifesta julgão, e declarão vigore dicte consuetudinis os originarios Reus deverem de pagar aos appellantes, e ao dito seu Mosteiro de todo o pescado, que a dita Vila, e Parochia troucerem no mar, e conjazente pescarem por dizimo, e em nome de dizimo de dez peixes hum sem na paga do tal dizimo descontarem couza alguma.

E porem mandão, que do passado se faça Liquidação boa, e convinhal (sic) por tres, ou quatro pessoas nello expertas em as quaes se louvarão as partes dentro de dez dias. E feita a tal Liquidação pagarão em termo de trinta dias os Reus aos appellantes e ao dito seu Mosteiro todo o que segundo este costume quer for Liquido e ficarem devendo a Deos e aos appellantes: Expencis non computatis, alias os excomungão nos presentes escritos e citem a elles, e a cada hum como for Revel para os mais prosedimentos, e por esta final expedição quam in his scriptis pronuntiatum, julgão esta cauza entre estas

partes alevantada por finda e acabada, et sit adjudicatum pro tribunali sedente e ex cauza seja sem custas

A qual asi prenunciada por parte dos ditos Dom Abbade e Convento foi pedido sentença e eu lha mandei dar.

E porem cometo ao honrado, e discreto Senhor Vigario do Porto que execute a dita Sentença no modo e maneira que em esta corte he julgado. Em testemunho do qual pasei a prezente por mim assignada e sellada do sello desta Corte.

Dada em a dita Cidade de Braga dezasete dias do mez de Março

Alvaro Pires Abbade de Crespos e notario a fez

Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil, e quinhentos e hum annos.

Ludovicus protonotarius.

255

1502, Abril, 30 - *Por carta de Sentença d'El Rei D. Manuel se determinam, em concreto, os serviços que os caseiros de Santo Tirso, em Frazão, devem cumprir, a favor de Gomes Ferreira, Fidalgo da Casa Real, Senhor de Frazão.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 50

Em 1502, a 30 d'Abril, he datada huma Sentença del Rei D. Manoel sobre contenda entre os Cazeiros do Mosteiro de Santo Tirso, moradores em terra de Frazão, e Gomes Ferreira, Fidalgo da Caza Real, Senhor da dita terra, sobre os servisos que lhe devião prestar os Lavradores dela: como no Titulo que apresentou aquele Senhor, erão concebidos em termos vagos, e indeterminados,, El Rei os fixou determinando que cada Lavrador pagáse anualmente por cada Cazal dous carros de toda a palha, centeia, triga, etc. a Gomes Fernandes, hum quando colhese, outro até o entrudo; mais dous colmeiros e o servirem duas vezes no ano, conforme o costume, sendo obrigado Gomes Ferreira a dar-lhe de comer assim nos servisos, como nas geiras; o quarto da erva dos prados quando lhe fose necessaria, mas não lhe serião obrigados a dar pastos a seus gados; duas carradas de lenha quando lhe forem requeridas. El Rei o mandou pelo Licenciado Aires d'Almada Juis dos seus Feitos, e do seu Concelho, e pelo Doutor Fernam de Mesquita, ambos do seu Dezembargo, e Dezembargadores dos Agravos na Caza da Suplicação.

He dirigida aos Juizes, e Ouvidores da terra de Frazão, e mais justisas do Reino: tem o Selo pendente de cera vermelha despadasado, convexo-convexo, atado por fita de linha. He o n.º 56 da Gav. 33.

256

1504, Maio, 20 – *Sentença que deram o Dr. Afonso Anes e Julião Martins, a favor de Frei Vasco, monge de Santo Tirso, para ser conservado na igreja de Folgosa e sua anexa Santa Cristina de Arcos.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff.76 v.- 79.

(*Sumário*): O dito Frei Vasco apresentou uma carta selada com o selo redondo d'El-Rei passada pelos Desembargadores do Paço D. Pedro Lopes e pelo Dr. Gonçalo de Azevedo, a 28 de Maio de 1504.

Dizia ele Autor que nos enviara dizer por uma petição que havia dois meses e meio, mais ou menos, que por morte de Pedro Farinha, abade de Folgosa e sua anexa, ficara vaga. E porque ele era monge de Santo Tirso e Folgosa ser da apresentação de Santo Tirso – pertence ao dito abade do mosteiro e ao seu Prior e convento - ele só dito autor fora apresentado para ser confirmado pelo Vigário do Bispo da Cidade que se negou a fazê-lo. Mas foi confirmado pelo Vigário e Provisor da Sé de Braga, seu Sub-Prior, a quem pertencia a dita confirmação. E foi metido de posse da dita igreja e sua anexa

Ora ele dito autor temia ser forçado da dita posse por Gomes, criado de D. Dinis, Diogo Carneiro e Diogo Lourenço seus Procuradores, moradores no Porto, bem assim por Afonso Anes Prior de Maceira, capelão de D. Diogo Pereira, e de Pedro de Barros, criado de Fernão Pereira da Rega. E isto sem ser primeiro citado ou ouvido em direito...

E visto seu título e posse resolvemos que presentes as partes, a quem pertencer, ou seus Procuradores, se achassem que assim era como ele dizia então que o mantenhais de posse da dita igreja e sua anexa, e dos frutos e rendas. E se visseis que as outras partes têm algum direito que o demandem, ao suplicante.

257

1506, Dezembro, 04 - *Bula do Papa Júlio II, pela qual o abade de Santo Tirso receberá o encargo de obrigar o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, a pagar, sobre os rendimentos da mesa da mitra, uma pensão anual de quatro mil ducados, e ainda a coagir outras pessoas, como o Doutor em Decretos, João de Coimbra, e mais leigos, a determinadas prestações, tudo a favor do Cardeal Alpedrinha.*

CUP, t. X, pp. 291-292.

Julius, etc. Dilectis filiis abbati monasterii sancti Tirsi, Portugallensis diocesis, ac officiali Portugallensi. Salutem, etc. In sede iustitie divina (...) Proposuit nobis venerabilis frater noster Georgius, episcopus Portuensis ¹³⁹⁴, quod venerabilis frater noster Didacus, archiepiscopus Bracharensis, qui quandam annuam pensionem quatormilium ducatorum super fructibus, redditibus et proventibus mense episcopalis Bracharensis eidem Georgio, quoad vixerit, camere apostolice reservatam, constitutam et assignatam dare et solvere indebite recusat ipseque Didacus et dilecti filii Alvarus, abbas monasterii sancti Johannis de Tarouqua, Cisterciensis ordinis, Laurentius Manendi (!), thesaurarius et clericus Bracharensis, Johannes de Coimbra, decretorum doctor ¹³⁹⁵, Franciscus Menendi et nonnulli alii clerici et laici, civitatum et diocesum Bracharensis et Lamacensis, qui in diversis pecuniarum summis ac granni et vini quantitativis, fructibus, redditibus, proventibus et rebus aliis eidem Georgio respective obligati existunt et eiusdem negocia in partibus illis gesserint et pecuniarum summas grani et vini quantitativis, fructibus, redditibus, proventibus et rebus aliis huiusmodi ut tenentur satisfacere, de gestis per eos calculum et rationem reddere ut tenentur indebite contradicatur et super illis iniuriatur eidem grave, idem Georgius episcopus nobis

¹³⁹⁴ O Cardeal D. Jorge da Costa foi para Roma, onde exerceria cargos importantíssimos na Cúria Romana, como os também tinha exercido cá, antes de ir para a Cidade Eterna. Em Roma, entre outros títulos que grangeara, receberá o de bispo Portuense, em Abril de 1503.

¹³⁹⁵ Era vigário da Igreja paroquial de S. Jorge de Lisboa, familiar do Papa e do Cardeal D. Jorge da Costa. Sobre a sua actuação em Braga, cf. FERREIRA, Mons. José Augusto – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, pp. 356-357.

humiliter supplicavit ut omnes et singulos quos ipse Georgius episcopus super pensione illiusque non solutione pecuniarum summis, fructibus redditibus, proventibus et rebus aliis premissis contra Didacum archiepiscopum, Alvarum abbatem, Laurentium, thesaurarium, Johannem et Franciscum predictos, quoscunque alios religiosos ac clericos et laicos dictarum civitatum et diocesum in illis commorantes tam communiter quam divisim movere intendit, causas aliquibus probis viris in partibus illis committere aliasque ei super hiis opportune providere et benignitate apostolica dignemur. Nos igitur huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum, vocatis Didaco archiepiscopo, Alvaro, abbate, Laurentio, thesaurario, Johanne et Francisco prefatis et aliis, qui fuerint evocandi, auditisque hinc inde propositis, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernatis, facientes quod decreveritis ab ipso archiepiscopo auctoritate nostra, ab aliis vero per censuram ecclesiasticam firmiter observari (...).

Datum Bononie. Anno, etc. Millesimo quingentesimo sexto, pridie Nonas Decembris. Anno quarto. T. Gratis pro Cardinali. de Cuppis.

258

1508, Agosto, 13 – *Apesar da sua proibição, o rei D. Manuel concede ao Abade de Santo Tirso licença para comprar, por uma vez somente, 100 alqueires de pão.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 43

(*Sumário*): Ainda em 13 d'Agosto do ano de 1508 tinha a *Comarca* d'entre Douro, e Minho, hum só Corregedor como consta da Licença, que El Rei D. Manuel deu ao Abade de Santo Tirso para comprar por huma vez somente 100 alqueires de pam de renda para o seu Mosteiro, a pezar da sua *defeza*, e *Ordenasão*; *datada em Sintra*, e munida com Selo pendente de cera vermelha, forrado exteriormente de papel. Gav. 21 n.º 52.

259

1509, Junho, 28 - *D. João Cotrim, Desembargador da Corte, em Évora, confirma a carta de D. Manuel de 1497, reconhecendo os privilégios do mosteiro de Santo Tirso*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0268, ff. 24 v-25.

Em nome de nosso senhor Jesu Christo Saibam quantos este estromento dado por mandado e authoridade de Justiça virem como no anno de seu nascimento de mil e quinhentos e noue annos vinte e oito dias do mes de Junho em a Cidade de Euora em Juiso perante o Doutor Joam cotrim do desembarguo delrej nosso senhor e Corregedor em sua Corte dos feitos Ciueis que fasia (?) por parte do Abbade e Monges e Conuento de S. Thyrsio foi apresentado ao dito Corregedor huma Carta de Confirmaçam e assinada pello dito Senhor da qual o treslado de verbo ad verbum he o seguinte

(*Segue-se a carta que já transcrevemos, com data de 12 de Maio de 1497*)

A qual Carta de Confirmaçam era por el rej assinada e passada por sua chancellaria e assellada com o seu sello de chumbo e nas costas da dita Carta estaua huma

apresentacam e procuracam, que foi feita aos Doutores fernam de mesquita e Rodrigo home e Joam Roiz Cordejro do desembargo do dito senhor andando em alcada na Comarca de antre Douro e Minho e assinada por elles todos tres da qual o treslado se segue

Aos tres dias do mes de Janeiro de nouenta e noue por parte do Dom Abbade de S. Thyrsio foi apresentada esta Carta aos doutores fernam de mesquita e a Rodrigo home e o bacharel Ioam Roiz Cordejro do desembargo del Rej nosso Senhor que ora andam com alcada em esta Comarca de antre Douro e Minho e tralos montes e lhes pediram por parte do dito Dom Abbade que mandassem cumprir a dita Carta como nella era Conteudo e lhes mandaram que se comprisse como nella era Conteudo e ao dito dom Abbade fossem gardados seus priuelegios e assinaram aqui Joam afonso o escreui. e tresladada assi a dita Carta e procuracam pediram ao dito Corregedor que lhe mandasse com este treslado e propria forma passar este estromento e o dito Corregedor por a dita Carta ser boa e uerdadeira e sem nenhum vicio lhe mandou passar este estromento com o treslado della e da dita procuracam e deu a ello sua authoridade testemunhas os escriuões e procuradores, de ante elle e outros e eu gomes anes escudejro da Casa del Rei nosso senhor e escriuam das fianças e da Coreiçam de sua Corte proprio taballiam e notajro geral em ella e em esta sua Casa da Supricaçam que este estromento escreui e Com o proprio conçertei e meu proprio sinal fis que tal he. nam haia duuida nos Riscados meus porque o fis por verdade.

260

1510, Abril, 05 – *Numa sentença pronunciada em Santarém pelo Desembargador Pedro Jorge, juiz dos feitos d’El-Rei, D. Manuel confirma os privilégios do mosteiro de Santo Tirso, contra as pretensões dos juizes e oficiais da Cidade do Porto. Esta carta foi apresentada a D. Sebastião pelo Procurador do Card. Alexandre Farnese.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 61-61 v.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 217-219 (*Sumário*): Outra (carta) que dezia ser feita na uilla de Santarem ao primeiro dia do mes de Agosto do anno de mil e quinhentos e des annos por pero da mota e asinada pello doutor Aluaro fernandes e pasada pella chancelaria (...).

Acordamos visto como acima nam satisfez com huma fiança como lhe foi mandado Absolvemos o Reu (Abade de Santo Tirso) na instancia do juizo visto que pelos autos mostra condenamos a dita Cidade nas custas. E porem vos mandamos, que asi o cumprais, e guardeis, e facais cumprir, e guardar como por nos he julgado, e acordado, e mandado, e com esta nossa Sentença fareis requerer aos ditos Autores (juizes e oficiais da Cidade do Porto) que dem e paguem ao dito Reu de custas que fez em dias de pessoa, e de hum requeredor feitio de Sentença, asinatura, e Chancelaria, e outras despesas meudas seis mil, e quatro centos e vinte e hum reis as quaes custas forão contadas por Lopo Dias contador dellas em nossa Corte.

E se elles logo pagar não quizerem, vos os façais pinhorar tantos beens do dito Concelho, e os façais vender, e rematar aos tempos conteudos em nossas Ordenaçoes, em tal maneira, que o dito Reu seja logo pago dos ditos seis mil, e quatro centos, e vinte reis, e porque mais haja de dizima das ditas custas, que logo pagou á nossa Chancelaria seis centos, e noventa e dous reis, e asi lhe fareis mais pagar duzentos e tres reis, que

por elles pagou ao Escrivão do dito feito, de que por sua presença elle por Escrivão. E al nom façades.

Dada em a nossa Vila de Santarem aos cinco dias do mez de Abril El Erey o mandou pelo Doutor Pedro Jorge do seu Dezembargo, que ora por seu mandado tem o cargo dos seus feitos Pedro da Mota a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de 1510 annos.

261

1512, Março, 25 – *O Dr. Pedro Jorge, Desembargador, Juiz dos feitos de El-Rei D. Manuel, reconhece os privilégios senhoriais do mosteiro de Santo Tirso, no Couto de S. João da Foz, contra as pretensões dos juizes e vereadores da Câmara do Porto.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 61 v. –63

(*Sumário*): Que o Dom Abbade uzase da jurisdição Civel livremente, e que os officiaes da dita Cidade (do Porto) quando quizerem alguma couza mandar ao juiz do dito Couto (da Foz) seja por carta percatoria, no Crime, ou penas dependentes dele pertencencia a Cidade, e que uzarião de mandados, e quando os juizes do dito Couto prenderem algum o hirião entregar ao Miradouro (que hé onde chamão o Cruzeiro).

262

1513, Dezembro, 13 – *Confirmação de D. Miguel da Silva na paróquia de Duas Igrejas, da Terra de Penela (conc. de Vila Verde), vaga por morte natural do último abade que dela foi, o P.e Diogo Gonçalves.*

ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 322, f. 114.

Aos 13 dias do mes de dezembro de mill e quinhentos e treze annos em a cidade de braga e paços arcebispaes della em a Camara do Reuerendissimo senhor dom diogo de Sousa arcebispo senhor da dita cidade primas da espanha etc. semdo vaga a parochial igreja de santa maria de duas igrejas da terra de penella deste arcebispado por morte naturall de dioguo gonçallues ultimo abbade e Reitor que della foy o dito senhor arcebispo a confirmou a dom migell da Sillua e o Investiu della por Imposiçam de Seu barrete que lhe sobre sua cabeça pos o quall dom miguell da sillua fez em mãos do dito senhor os juramentos acostumados testemunhas que estavam presentes o doutor Joham de coymbra prouisor e eu antónio freire que esto escrepui.

263

1513, Dezembro, 13 – *D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, confirma para a paróquia de Santa Maria de Negrelos (hoje, lugar da freguesia de S. Pedro de Roriz, conc. de Santo Tirso), o Rev. António Dias, na presença de D. Miguel da Silva, sobrinho do arcebispo, e de outras testemunhas.*

ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 322, f. 115.

E logo no dito ¹³⁹⁶ em o oratorio do dito senhor sendo vaga a parochial igreja de santa maria de negrellos por Renunciaçom que della fez em mãos do dito senhor amdre de Villa lobos capellão do dito senhor sua senhoria a sua apresentaçam e colaçam desta igreja conferio e confirmou em antonio dias outrosy seo capellão e o Instituyo e emvestio della por Imposiçam de barrete que lhe sobre sua cabeça e elle Jurou em mãos do dito senhor arcebispo (...) estando por testemunhas dom migell da silua sobrinho delle dito senhor e o doutor Joham de coimbra prouisor do dito senhor arcebispo e outros capelaes e eu antonio freyre que esto escrepui.

264

1515, Novembro, 05 – *D. João da Silva e de Meneses, conde de Portalegre, irmão de D. Miguel da Silva, embaixador de Portugal em Roma, e deste procurador, permuta a paróquia de Mesão Frio (Guimarães), de que D. Miguel era titular, com uma razão na igreja de S. Lourenço de Santarém, que pertencia a João Mendes.*

ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 322, f. 150.

Aos cimquo dias do mes de novembro de myll e qujnhentos e quinze annos em braga nos pacos arcebispaes e camara do Reuerendissimo Senhor o senhor dom diogo de Sousa arcebispo e senhor de braga primas etc. peramte sua senhorja foy apresentado hum escripto de Renunciaçom scripto de letra de bras afonso chamtre da see de lisboa a 18 dias do mes de outubro do presente anno de quinhentos e dezasseis no quall estromento se contem que o senhor dom Joam da Silua e de meneses comde de portalegre Irmão e procurador abastante do senhor dom miguell da Sjlua embaixador del Rey nosso senhor em corte de rroma e abbade da parochiall jgreia de sam rromão de meijom frio deste arcebispado de braga Renunciou a dita Igreja de sam rromão em mãos do dito senhor arcebispo ex causa permutationis ¹³⁹⁷ com Johão mendez capellão delRey e criado que foj do comde de portalegre por sua razão que o dito Joam mendes tem e posuj na Igreja de sam Lourenço da Villa de Santarem do arcebispado de lixboa o dito senhor arcebispo depois de ter visto o dito estromento de Renunciaçam e asy a petiçam que o dito senhor comde tem de dom miguell e asy huma carta que o dito dom mjguell escrepueo de rroma ao comde para que Renunciasse hum de seos beneficios em fauor do dito Joane mendez acceptou a dita Renunciaçom por a dita via de permudaçam e a pronunciou por a dita via e sendo asy vaga por a dita via de permudaçam confirmou a dita Igreja de sam rromão de meijam frio ao dito Joane mendez por Imposiçam de seu barrete que lhe pos em sua cabeça o quall fez os juramentos acostumados testemunhas bastião coelho scripuão nesta corte e o senhor Pedro da Silua e eu Joam freire escripuão da camara que esto escrepui.

¹³⁹⁶ Ou seja, 13 de Dezembro de 1513.

¹³⁹⁷ Por razões de permuta.

265

1522, Fevereiro, 22 – *O arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, anexa a igreja de Rebordões à conesia do seu camareiro e mestre-escola da Sé, João Carneiro, após a apresentação que dele fez D. Miguel da Silva, abade comendatário do mosteiro de Santo Tirso.*

ADB/UM, *Registo Geral* vol. 332, f. 240 v.

Aos xxij dias do mes de feureiro de mil e quinhentos e vinte e dous annos em bragua e pacos arcebispaes della em a camara do Reuerendissimo Senhor dom dioguo de Sousa arcebispo senhor de braagua primas etc. semdo vaagua a parochial Igreja de santiago de Rebordãos terra de negrellos deste arcebispado por symples Renunciaçom que della em mãos do dicto senhor fez Tristam luis, coneguo nesta see ultimo abade e Rector que da dicta Igreja foy o ditto senhor arcebispo a apresentacom de dom migell da silua comendatario do mosteiro de santo tyrso de Riba daue a quem apresentacom da dicta Igreja pertence anexou a dita Igreja de sam tiaguo de Rebordãos a huma conesia que Joham carneiro camareiro do dito senhor e mestre scolla na see de braga isto enquanto o dito mestre scolla a dicta conesya teuer e mais nam e que vaagando ou Renunciando o dito Joham carneiro a dicta conesja que a dicta Igreja fique vaaga por testemunhas (...).

266

1523, Abril, 09 – *Uma carta despachada da Vila de Almeirim por António Pais, em nome de D. João III, na qual o monarca confirmaria os privilégios do mosteiro de Santo Tirso* ¹³⁹⁸. *Apresentada a D. Sebastião, neto de D. João III, pelo Procurador do Cardeal Alexandre Farnese.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 217-219.

(*Extracto*): E outra (carta) que recontava ser feita na Villa dalmeirim por Antonio Pais aos noue dias do mes de abril de mil e quinhentos e uinte e tres asinada por El Rei D. João meu senhor e auoo que santa gloria aia.

267

1526, Novembro, 21 – *Bula do Papa Clemente VII, dirigida a El-Rei, pela qual se nomeia D. Miguel da Silva bispo de Viseu.*

ANTT, *Maço 18 de Bulas*, n. 44.

Clemens episcopus seruus seruorum dei Carissimo in christo filio Johanni Portugaliae et Algarbiorum Regi Illustri Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconium acquiritur, si per seculares Principes ecclesiarum prelati, presertim Pontificali dignitate predictis, opportuni fauoris

¹³⁹⁸ Esta carta foi apresentada a D. Sebastião pelo Procurador do Card. Alexandre Farnese, a 27 de Setembro de 1571.

presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesie Visensis, tunc per obitum bone memorie Johannis, olim Episcopi Visensis ¹³⁹⁹, extra Romanam Curiam defuncti, pastoris solatio destitute, de persona dilecti filii Michaelis electi Visensis, nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate prouidimus, ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in temporalibus et spiritualibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque, fili Carissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Michaellem electum, ac ecclesiam predictam sue cure commissam, habens pro nostra et apostolice sedis reuerentia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos tui fauoris presidio prosequaris, quod idem Michael electus tui fauoris fultus auxilium in commisso sibi dicte ecclesie regimine possit deo propitio prosperari, ac tibi exinde a deo perennius vite premium et a nobis condigno proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum Anno Incarnationis dominice Millesimo quingentesimo uicesimo sexto, Undecimo Kalendas Decembris, Pontificatus nostri Anno Tertio.

268

1535, Maio, 14 - O Infante D. Henrique, Arcebispo eleito de Braga, confirma como abade de S. Tiago de Rebordões Frei Sebastião de Malta, pela apresentação que nele fez o Comendatário de Leça, Frei Álvaro Pinto.

Publ. sob o título *Para a história dos abades de Santo Tirso*. D. Miguel da Silva, em JST de 13 de Março de 1997, p. 3.

Dom Henrique Infante de Portugal por merce de Deos, e da Santa Madre Igreja de Roma elleito Arcebispo, e Senhor da Muym Augusta, e Sempre Leal Cidade de Braga Primas das Hespanhas ¹⁴⁰⁰, e perpetuo Administrador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, etc. Fazemos saber aos que esta nossa carta de Confirmação e posse virem, que sendo vaga a Parochial Igreja de São Thiago de Rebordãos da Terra de Negrellos do dito nosso Arcebispado, por morte natural de João Carneiro no mez de Julho do Anno de Mil quinhentos e trinta e dous: o Comendador Frei Alvaro Pinto por a Apresentação da dita Igreja pertencer á sua Comenda de Lessa alternatim com o Mosteiro de Santo Thyrso de Riba de Ave, e por ella aquella ves pertencer á dita Comenda, Apresentou por Abbade a Frei Sebastião Freire da dita Comenda, e Ordem de São João. As Dignidades Conigos e Cabbido da dita Cidade, e Dezembargadores dela por estar ao aquelle tempo o dito Arcebispado á Sé Vagante ¹⁴⁰¹, a qual apresentação e Comfirmção

¹³⁹⁹ D. Frei João de Chaves, mestre em Teologia, e Ministro no convento de S. Francisco de Guimarães, que sucedeu ao Card. D. Afonso no bispado de Viseu e que faleceu em 1526.

¹⁴⁰⁰ Arcebispo eleito. Em 1534, tomara posse da diocese por procuração. Mas só seria sagrado bispo, quando tivesse 27 anos de idade. E, em 1535, data do texto que agora transcrevemos, o Infante D. Henrique só tinha 23 anos...

¹⁴⁰¹ O Con. João Carneiro, que fora abade de Rebordões, falecera em Julho de 1532. Um mês antes, vagara a diocese de Braga. E só em 30 de Abril de 1533 é que D. Henrique vai ser nomeado arcebispo eleito de Braga. E foi neste interregno que o Comendatário de Leça apresentou o dito Frei Sebastião. Seguir-se-iam os embargos de D. Miguel de Silva.

que pedio o dito Frei Sebastião, lhe foy embargada por parte de Dom Miguel da Silva Bispo de Vizeo, dizendo que a Apresentação da dita Igreja lhe pertencia por elle ser Comendatario do dito Mosteiro de Santo Tyrso, e que a colação outro sim lhe pertencia por Razão de hum indulto que tinha do Santo Padre para poder collar, e Confirmar todos os Beneficios da Sua apresentação, por bem do qual indulto, por a dita Igreja Ser da Sua Apresentação, a Confirmara a Dionizio Affonço Seo Capelão, e o dito Dionizio Affonço outro sim apresentou Seo titulo, e fez o mesmo Requerimento, por bem do qual andarão em demanda peramte os Meos Dezembargadores neste mez de Abril ¹⁴⁰², ora passado, com que o dito Dionizio se faleceo, pela qual o dito Frei Alvaro Pinto nos mandou pedir por merce ¹⁴⁰³ mandassemos confirmar o dito seo Apresentado na dita Igreja visto como hera vaga. O que tudo visto por sermos imformados por nossos officiaes como a dita Igreja he da apresentação alternatim dos ditos Mosteiros, e que esta vez por huma via, e por outra pertencia a apresentação ao dito Mosteiro de Lessa e Comendadores delle, e Confiando da bondade e são consciencia do dito Frei Sebastião o confirmamos em Abbade e Reitor da dita Igreja e apresentação do dito Comendador, e lhe cometemos a Cura, e Regimento della no Espiritual e temporal por imposição de barrete, que sobre sua cabeça pôs Pero de Miranda nosso Capelão Môr ¹⁴⁰⁴ em cujas mãos elle jurou aos Santos Evangelhos os juramentos contheudos no Capitulo Ego N. de jure jurando. Porem mandamos em virtude de obediencia, e sob pena de excomunhão aos Caseiros, foreiros, freguezes da dita Igreja, que daqui em diante o hajão, e recebão por seo verdadeiro Abbade e lhe acudão com todos os dizimos, foros, rendas, que á dita Igreja pertencem, e qualquer crerigo, tabalião, ou Notário do dito Arcebispado mandamos sobre a dita pena que o metão em posse da dita Igreja pelos actos acostumados.

Dada em Evora ¹⁴⁰⁵ a 14 de Mayo. Simão freire a fez anno de 1535.

269

1536, Abril, 03 – *A requerimento de D. Miguel da Silva, D. João III ordena que Fernão de Pina, guarda-mor da Torre do Tombo, passe cópia dos documentos que naquele arquivo se guardavam, respeitantes aos coutos de Landim e Santo Tirso, ao que o Gaurda-mor corresponde com a entrega das confirmações de D. Afonso IV e de D. João I.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0193, ff. 19-21. 22-22 v.

Publ. em CARVALHO CORREIA, Francisco – *Santo Tirso. Da Cidade do seu Termo*, Santo Tirso, vol. II, 2000, pp. 488-496.

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem, e dalem Mar, em Africa Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio de Etiopia Arabia, Persia e da India: a quantos esta minha carta virem faço saber, que eu passei o meu

¹⁴⁰² Abril de 1535, já quando o Infante D. Henrique tomara posse da diocese, como seu administrador.

¹⁴⁰³ Agora, provida que fora a Sé de Braga, já não era ao Cabido que competia a confirmação, como houvera sido da primeira vez.

¹⁴⁰⁴ O arcebispo eleito só entraria pessoalmente em Braga nos começos de Agosto de 1537.

¹⁴⁰⁵ De 1533, pelos finais deste ano, até meio de 1537, receberia o Infante D. Henrique, em Évora, aulas de Latim, grego e hebraico da parte do grande e notável humanista flamengo, Clenardo. Cf. Card. CEREJEIRA – *O Renascimento em Portugal. Vol. II. Cartas de Clenardo (Apêndice)*, pp. 7-9 e 133.

Alvara por mim assignado para o guarda Mór da torre do Tombo do qual o theor he o seguinte

Eu El Rey faço saber a Vos Guarda Mór da torre do tombo, que eu vi esta petição que me fes o Bispo de Vizeu meu escrivão da Pollidade, e do meu Concelho, e havendo Respeito do que nella dis vos mando, que lhe deis o treslado de todas as terras, que tocarem aos ditos Mosteiros de Santo Thyrso e de Landim, os quaes treslados serão concertados e assignados por vós, e sellados segundo he uzança, e valerão tanto, quanto por Direito devem valer. Cumprio assim. Henrique da Mota o fes em Evora aos tres dias de Abril de mil, quinhentos, trinta e seis annos.

O qual Alvará foi apresentado a Fernam de Pina fidalgo da minha Caza, e Coronista meu e guarda mór da torre do tombo e Em comprimento delle fes buscar as cartas contheudas na petição de que o Alvará faz menção por Fernam Vás Náez a pessoa da dita torre do tombo, que as buscou, e achou duas cartas do Mosteiro de Landim numero hum das jurisdicoes do dito Mosteiro em o Livro dos Edittos del Rey Dom Affonso o quarto aos oitenta e quatro folhas do dito Livro, e outra no segundo Livro da Comarca dalem Rio (...) por sinal de todas las cartas do dito Mosteiro às folhas cento, e vinte e quatro do dito Livro das quaes o theor dellas de verbo ad verbum são as seguintes (...)

Dom Affonso pella Graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve a quantos esta Carta virem faço saber, que Eu por Lourenço Callado meu escrivão, que para esto mandei antre Douro, e Minho estar, fis citar por dante os Ouvidores dos meus feitos, o priol, e Convento do Mosteiro de Landim da Ordem de Santo Agostinho do Arcebispado de Braga por Razom dalgumas jurisdicois, que a mim haja dito, que os ditos Priol, e Convento tragão no dito Coutto de Nandim e no da Palmeira, que são do dito seu Mosteiro, os que nos jazem no julgado de Vermoim, que a dia certo, segundo na dita citação pareçam por dante os ditos meus Ouvidores mostrar em como tragão as ditas jurisdicoes nos ditos Couttos, e ao dia, que lhes assi pello dito Lourenço Callado foy assignado a que parecerão por dante os ditos meus Ouvidores sobre la dita Razom como dito he Francisco Giraldes Esteves meu Procurador, Pero Martins da huma parte e os ditos Priol, e Convento por Vicente Martins Conego do dito Mosteiro por Procurador, e da outra parecerão presentes João Annes Mellom Ouvidores dos meus feitos, e da parte dos ditos Priol, e Convento pello dito seu Procurador satisfazendo ao que por mim lhes era mandado, foi dito que o dito seu Mosteiro havia a Redor de si hum Coutto, que chamavão Coutto de Landim por marcos, e por certas devizões, e outro Coutto, que chamão de Palmeira, que outro si por marcos e devizoes chamados, Habidos por Couttos do dito Mosteiro, nos quaes Couttos dezião, que tragião estas jurisdicoes que os ditos Priol, e Convento metão nos ditos Coutos por Juis para ouvir os feitos civeis nos ditos Couttos por esta guiza os moradores dos ditos Couttos por hum dia certo do anno elejão antre hum homem bom por Juis. E sejão ao Priol do dito Mosteiro que o Confirmar, e der por Juis e que o dito Priol a petição dos Moradores dos ditos Couttos lho confirmava, e dava por Juis, e fazia jurar fizesse Direito, e que este Juis, que assi por elles era confirmado ouvia todolos feitos Civeis dos moradores dos ditos Coutos, e davão sentenças, antre as partes, e das sentenças que dava por alguma das partes, que apellar quer appellava para o dito Priol, e do Priol para mim. E outro si dizia, que elles metião Mordomo no dito Coutto de Landim, e achegador, no Couto de Palmeira, que fazião as chegassas, e as penhoras, e as entregas nos ditos Couttos por mandado do Juis, e do Priol, e que levavão as vozes, e as coumas nos ditos Couttos, que fazião tapar os pães, e os vinhos, e outros labores, e que punhão pena para esto, e que cabia na pena, que os ditos jurados assi poinhão levava o dito Mosteiro, ou o Mordomo,

que a tragia rendada do dito Mosteiro, e que os ditos jurados prendião os malfeitores, que achavão nos ditos Couttos, e se os feitos eram criminaes destes que assi prendião levavãonos ao Juis de Vermoim, que fizesse delles direito, e Justiça, e que destas juridicoes e couzas sobreditas esta o dito Mosteiro em posse por des, vinte, trinta, quarenta annos e por tanto tempo, que a memoria dos homens não hajão em contrario.

E da minha parte pello meu Procurador foi posta petição, que o dito Priol e Convento dizendo que as sobreditas jurisdições nos ditos Couttos, e que as Correições a mim convinhão a qual petição foi posta de fora da parte dos ditos Priol, e convento por o dito seu Procurador dizendo que eles não erão theúdos a occupar, e usar, das ditas jurisdições nos ditos Couttos nem de as emplear a mim, pello que já dito, e alegado havia nas sobreditas suas Rezoas, as quaes dezião, que davão por de fora vista a dita petição, as quaes dizião que tragião direito, e que devião ser contestadas pello ditto meu Procurador, e pedião que as Contestassem; e o dito meu Procurador, contestando as ditas Rezoas da defeza dizer que lhe não cabia, nem havia e o Procurador dos ditos Prior, e Convento dizer, que o queria provar e veyo com huns artigos, os quaes forão julgados por pertencentes pello dito meu Ouvidor; e outrosi o dito meu Procurador veyo com artigos para provar ante mim, os quaes forão Recebidos pello dito meu Ouvidor, e julgados por pertencentes; E o dito meu Ouvidor mandou si fazer inquirições por os ditos artigos, as quaes inquirições vierão perante o sobredito João Annes Mollão, e perante Paris seu Companhom Ouvidores dos meus feitos e da portaje, e os ditos meus Ouvidores vistas as ditas inquirições, e abertas, e publicadas acharão, que os ditos Priol, e convento provarão o que se obrigarão provar. E outro si acharão, que eu provava, que só hum Juis de Vermoim ouvia todolos feitos criminaes dos ditos Couttos de Landim, e Palmeyra, e que ouvia todolos feitos assim auções crimes dos moradores das honras de Barrifalcão, e da torre, e de Palmeiróo, e do Casal de Vóos, que som dentro do dito Coutto de Nandim, e que entrava com meu Meirinho no dito Julgado de Vermoim nos ditos Couttos a prender por querellas de Crime; e que outrosi entrava o meu porteiro do dito julgado a fazer as achegas, e as penhoras, e entregas nas ditas honras que erão no dito Coutto, e o dito meu Procurador dezia que pois eu provava a enterrução das ditas honras, que jazião dentro no dito Coutto, que por si era todo o dito Coutto emterrução, em tanto que o dito Mosteiro nom havia por que haver jurisdições nenhuma, e pedia aos ditos meus Ouvidores vendo, o que o dito meu Procurador dezia de per si, que o querião ver com os da minha Relação e foi feita a minha Relação, e os da minha Relação visto o dito feito acordarão que por eu enterromper em as ditas honras, que erão no dito Coutto; e os ditos meus Ouvidores vendo o que acordarão os da minha Relação julgarão por sentença deffinitiva, que os ditos Priol, e Convento, e o dito seu Mosteiro uzarão nos ditos Couttos de Nandim, e Palmeira das sobreditas jurisdições, que ditos e allegados havião nas suas razoes, salvo nas sobreditas honras de Barrifalcão, e da Torre, Palmeiróo, e do Casal de Vóos, que são dentro no dito Coutto de Nandim; e outro si julgarão por Sentença que uzassem nas sobreditas honras, e Couttos das sobreditas juridicoes pella guiza que da minha parte forão provadas, e de outra guiza nom.

E em testemunho destó dizendo aos ditos Priol, e Convento esta minha carta dada em Santarem aos dezoito dias de Fevereiro El Rey o mandou por João Annes Mollão, e por Domingo Paris Ouvidores dos feitos e da portajem. Estevão Martins a fes era de mil, e trezentos, e quarenta, e quatro annos.

João Annes Mollão Domingo Paris

Dom João por Graça de Deos etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce ao Mosteiro, e Priol, e Convento de Nandim da Ordem de Santo Agostinho do Arcebispado de Braga havemos por bem, e outorgamos lhes, e confirmamos lhes todos os foros, e Previlegios, e liberdades, que lhes forão dados, e outorgados, e Confirmados pellos Reys, que antes nôs forão, e seus bons uzos, e costumes, que sempre houverão, e de que sempre uzarão athe a morte de El Rey Dom Fernando nosso Irmão a que Deos perdoe, e mandamos que lhes sejam guardados, e uzem delles como sempre uzarão athe o dito tempo, e em testemunho desto mandamos ao dito Priol, e Convento dar esta nossa Carta dante Guimarães doze dias de Novembro. El Rey o mandou por João Affonso Bacellar, e Luis seu baçalo e do seu desembargo no Senado, e João Affonso bacellar, e Luis do Grido seu Companhom, Gonçalo Gil a fes na era de mil, e quatro centos e vinte e tres annos.

270

1538, ?, ? – *Rol dos privilegiados da cidade do Porto e seu termo*

ANTT *Cartas missivas*, m. 4, doc. n. 135

Publ. por Amândio Jorge Morais Barros, em “*Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Livro de Homenagem ao Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Ed. Universidade do Porto-Livraria Civilização, vol. I, Porto, 2003, pp. 128-134.

	P ¹⁴⁰⁶	D ¹⁴⁰⁷	Total dos moradores
(...) Julgado de Penafieil termo da dita cidade com suas honrras e coutos. No dito julgado há mill e trezentos e cinquenta moradores (...). Item dous caseiros do dito moesteiro de Santo Tisso que tem o privilegio do Bispo de Visseu.	2		1350
(...) (f. 2 v.) Julgado de Refojos em que entra ho couto de Santo Tiso e de Roriz e Francemill e Negrelos e a honra de Rebordãos. No couto de Santo Tisso há cento e dez moradores afora veuvas. eos cento sam privilegiados, convem a saber: quatro cleriguos Item oito momposteiros de cativos e Misericordia cujos privilegios foram concedidos pello Momposteiro moor e pello provedor e irmãos da Misericordia per bem de seu regimento. Item oitenta e oito caseiros do Bispo de Viseu que per seu privilegio sam escusos. E ficam devassos pera servirem nos emcaregos do concelho.	100	10	110

¹⁴⁰⁶ Privilegiados.

¹⁴⁰⁷ Devassos.

<p>Couto de Roriz.</p> <p>No couto de Roriz vivem sessenta moradores afora veuvas</p> <p>De que sam privilegiados convém a saber: dous cleriguos</p> <p>Item cinco momposteiros dos cativos e Misericordia</p> <p>privilegiados da maneira sobredita.....</p> <p>E ficam pera servir nos emcareguos do concelho L.ta iii</p>	7	53	60
<p>Couto de Negrellos</p> <p>No couto de Negrellos sam moradores vinte e quatro</p> <p>peessoas.....</p> <p>De que sam privilegiados quatro convem a saber dous</p> <p>momposteiros de cativos e Misericordia Item hum caseiro do</p> <p>Bispo de Viseu Item outro caseiro de Nossa Senhora</p> <p>d'Oliveira de Guimarães também privilegiado e ho privilegio</p> <p>nam se pode aver.....</p> <p>E ficam devasos pera servir vinte.....</p>	4	20	24
<p>Couto de Francemill</p> <p>No couto de Francemill há vinte e oito pessoas</p> <p>e os dez sam privilegiados conv+em a saber hum cleriguo</p> <p>(f. 3) Item tres momposteiros da Misericordia e cativos Item</p> <p>quatro caseiros da Santa Maria d'Oliveira de Guimarães de</p> <p>cujos privilegios atras se faz menção Item dous caseitos do</p> <p>Bispo de Viseu.....</p> <p>E ficam pera servir dezoito pessoas.....</p>	10	18	28
<p>Honrra de Rebordãos</p> <p>Na honrra de Rebordãos há quinze moradores</p> <p>Dos quaees sam dez privilegiados convém a saber: hum</p> <p>cleriguo Item nove caseiros do mosteiro de Leça da Ordem de</p> <p>Sam Joham de Rodes privilegiados pello Papa.....</p> <p>E ficam cinco devassos pera servirem nos ermcareguos do</p> <p>concelho.....</p>	10	5	15
<p>Julgado de Refojos e honrra de Frazão</p> <p>No julgado de Refojos e honrra de Frazão há nill e seis</p> <p>moradores.....</p> <p>Dos quaees sam iiii c lxxi privilegiados</p> <p>convém a saber: trinta¹⁴⁰⁸ cleriguos Item hum fidalguo Item</p> <p>oito escudeiros Item dezasseis momposteiros da Misericordia</p> <p>privilegiados da maneira atras declarada Item vinte e sete</p> <p>momposteiros dos cativos privilegiados pello Momposteiro</p> <p>moor como dito he Item ii c lxxxiii caseiros do moesteiro de</p> <p>Santo Tisso que tem o privilegio do Bispo de</p> <p>Viseu.....</p> <p>Item seis caseiros de desembargadores.....</p> <p>Item sessenta caseiros e criados do Conde da Feira.....</p> <p>Item dez caseiros doutros fidalguos (f. 3 v.).....</p> <p>(Item) vinte caseiros do moesteiro de Leça cujo privilegio</p>	471		1006

¹⁴⁰⁸ Emendada esta palavra

he concedido pello Papa..... (Item) caseiros de Santa Maria da Oliveira Guimarães quatro ¹⁴⁰⁹ Item <do mo> ¹⁴¹⁰ esteiro d'Arouqua cinco de cujos privilegios atrás se fez declaração..... Item <hum> caseiro ¹⁴¹¹ do mosteiro de Boom Jhesus d'Aveiro..... E tirados os ditos privilegiados do dito numero de mill e seis moradores que há no dito julgado ficam pera servir nos emcarreguos do concelho quinhentos e trinta e cinco.....		535	
Julgado d'Aguiar de Sousa No julgado d'Aguiar de Sousa há mill e quarenta e sete moradores..... De que sam trinta privilegiados diguo trinta e dous convém a saber (...) Item quatro caseiros de Santo Tisso que tem o privilegio do Bispo de Visseu.....	4		1047
(...) Louredo e Gualguos Em a honra de Louredo e Gualguos há oitenta e cinco moradores..... dos quaees sam vinte e cinco privilegiados (...) Item seis caseiros do comendador do mosteiro de Roriz privilegiados por Ell Rei dom Manuell que aja santa gloria....	6		85

271

1539, Janeiro, 14 – *O Bispo do Porto, D. Frei Baltasar Limpo, através do seu Provisor e Vigário Geral, confirma o Padre Fernão Mendes Novais como abade de Santo Estêvão da Maia, pela apresentação que dele fizera o magnífico Senhor, D. Miguel da Silva, perpétuo administrador do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 327-328 v.

Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 98.

O Bacharel João feuerejro chantre na se do Porto E em ella prouisor e Vigario Geral no espirital E temporal pello muito Reuerendo Em Christo padre E senhor o Senhor Dom Balthasar Limpo per merce de Deos e da Santa Igreja de Roma Bispo do porto do Conselho delRej, Confesor da Rainha nossos senhores etc.

A todollos frejgezes Casejros, forejros, Vassallos, E Gouernadores, da parrochial Igreja de santo esteuão terra da maia do ditto Bispado E a quaisquer outras pesoas que lhes obrigados fordes, ou ao diante forem, saude Em Jesus Christo nosso Remidor, E saluador, que de todos he Verdadejra saude, E saluação. faço saber que vagando e sendo vaga a dita Igreja de santo esteuão por morte natural do doutor Antonio machucho, della ultimo abbade E pesujdor o qual faleseo no mes pasado de desembro ¹⁴¹² que he

¹⁴⁰⁹ Emendada esta palavra

¹⁴¹⁰ Por baixo desta entrelnha, riscada uma palavra ilegível.

¹⁴¹¹ A palavras estava escrita no plural

¹⁴¹² Ou seja, Dezembro de 1537.

mes do ordinario. Em apresentação do muito magnifico senhor Dom Migel da silua Bispo de Viseu perpetuo administrador do mosteiro De santo thirso de Riba daue E seu Conuento A quem A apresentação da ditta Igreja de santo esteuão da maia pertence he estar Em pose per si E Seus Antecessores De Em ella Apresentar quando Acontecer Vagar por qualquer modo que Seia, Institui E Confirmei Em abbade E Rejtor da ditta Igreja de santo esteuão A fernam mendes Nouais clerigo desta diocese (?) por ser apto (?) E pertencente para a Reger E Gouernar, no espirital E temporal por Imposição do Barrete que pus sobre a Cabeza de Antonio Mendes Caualejro da Cassa del Rej nosso senhor ser suficiente procurador, por Virtude de Huma procuração que me pera hiso Apresentou que pareasia ser feita E Asinada do publico sinal de pero serrão Notario apostolico autoritate apostoliqua Em a cidade de lisboa Aos treze dias do mes de Agosto de mil e quinhentos E trinta E oito, E testemunhas francisco de gouuea, Ruj Viegas, E pedro de macedo, todos Criados do ditto Senhor Bispo de Viseu E lhe Cometo a Cura, E Regimento della, no espirital E temporal E o ditto Antonio mendes Jurou nalma (?) do ditto Comfirmado A Deos E aos Sanctos Evangelhos em que pos suas maos, que Ao ditto Senhor Bispo E a seus socesores Canonicamente Intrante (sic) sera fiel e obediente segundo deue, E lhe pagara Inteiramente todollos Encargos Antigos E acostumados que A ditta Igreja he obrigado pagar E que não sera Em Conselho nem enfeito de perder seu nembro (sic), nem estado E que se souber alguma Cousa que Contra elle aja lho fara a saber sem tardança alguma. E não descobrira Segredo que pello Ditto Senhor for ditto ou Enviado Antes lhe sera fiel E obediente Como deue Ser Vasallo A Seu Senhor E Recebera beninamente (sic) seus mesagejros E os ajudara Em suas nesesidades E Vira ao sinodo, Saluo se for Embargado Com legitimo Embargo E fara pesoal Residencia na ditta Igreja, E Goardara A Regra dos santos padres E os estatutos E Constituicoins da ditta Igreja do porto, E Reduzira as Cousas da ditta Igreja que Andarem Emleadas a propriedade della E não Arrendara os fructos, Rendas, E pertencas della sem autoridade do ditto Senhor Bispo. E Arrendadores não sera aquelles que As Constituioins defendem, E Goardara todas as Cousas Conteudas na decretal ego N. de Jure Jurando Segundo o Juramento que Acerqua de tudo mais Compridamente fez. Porem mando a uos E A cada Hum Enuertude de obediencia E sob pena de excomunhão que daqui Endiante ajais o ditto fernam mendes Nouais por Voso Verdadeiro Abbade E Rector E lhe Acudais Enteiramente Contodos os dizemos permicias, foros, Rendas, E direjtos que a ditta Igreja pertencem, E pertencer deuem, E lhe dou poder que por seus direjtos Vos posa Constranger ate que satisfacais: E Eu Auerei por boas suas sentenças Se Justas forem In nomine Patris E fili E spiritu santi (sic) Amem E sob a ditta pena de excomunhão mando a qualquer Clerigo Religioso notario ou tabaliam do ditto Bispado que Sendo Requerido metão de pose da ditta Igreja de Santo esteuão da maia ao ditto fernam mendes ou seu Certo espesial procurador, por pão vinho pedra, terra, telha, Altar, liuros Calices, Vestimentas E pellos outros ornamentos que nella forem achados, E lhe pase Instrumento delles segundo Costume E lhe dem os Instrumentos que lhe Comprirem. Em testemunho de tudo mandej ser feita esta Carta de Confirmação. Testemunhas que A tudo forão presentes o Lic.º Alvaro do quintal E lourenço de figejroa Conego na se do porto, E outros. Dada na cidade do porto Em quatorze de Janeiro Fernam Dias Pinto escriuão da Camara o fez Anno de mil E quinhentos E trinta e nove.

1544, Setembro, 05 – *Auto da tomada de posse da freguesia de Rebordões pelo pároco, Frei Sebastião, da Ordem de Malta, após sentença favorável ao mosteiro de Leça, em desfavor da pretensão de D. Miguel da Silva.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0191, ff. 272-274 v. Sumário da questão em PT/ADPRT/MON/CVSTST /0 272, ff. 122-123.

Publ. *Párocos de Rebordões. Frei Sebastião da Ordem de Malta (1544)*, em “Ecos de Negrelos”, de Maio de 1995, p. 11; CORREIA, F. Carvalho - *A Freguesia de Rebordões, Santo Tirso*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007, pp. 183-184.

(...) Aos sinco dias do mez de Septembro do dito anno de mil quinhentos e quarenta e quatro annos dentro da Igreja de São Thyago de Rebordãos cita no Arcebispado de Braga ¹⁴¹³ estando ahi de presente o dito P. Fr. Sebastião na dita confirmação contheudo, e Abbade da dita Igreja. Eu publico Notario Appostolico, abaixo nomeado, em pessoa de pessoa da parte dos freguezes que erão presentes na Ossia da dita Igreja meti de posse della ao dito Frei Sebastião sem contradicção de pessoa alguma, e li a dita confirmação aos ditos freguezes ; e elles dicerão que lhe obedecerião, e que daqui em diante conhecerião ao dito Frei Sebastião por Abbade e Reytor, e que a elle acodirião com todos os dizimos e permicias, e a quem elle mandasse e o dito Frei Sebastião se impossou, e logo hi da dita Igreja por tocamento do Altar, livros, calix, vestimentas, castiças (...) e por terra, telha, pao, e pelos outros ornamentos acostumados; e logo tomou as chaves das portas e abrio e fechou portas, e tangeo sinos, e se houve por impossado da dita Igreja em posse real, e actual, sem contradicção de pessoa alguma. Eu notario pelo modo sobredito o impossei, e houve por impossado da dita Igreja por lhe pessoa alguma não contradizer a tal posse, antes os freguezes todos lhe obedecerão, e dicerão, que dali o conhecião por seo Abbade e Reytor, a elle e a quem elle dicesse, e mandasse acodirião com todos os dizimos; Testemunhas Pero Anes, Gonçalo Pires das Quintãs e de Rebordões e Bastião Gonçalves Juis da honra, e Domingos Gonçalves seo vizinho, e Gonçalo Pires, e João Pires e outros. João Gonçalves Moraes, sobredito que isto escrevi.

E depois disto no dia seguinte seis dias do dito mes de Septembro do dito anno dentro da dita Igreja de São Thyago de Rebordãos cita no Arcebispado de Braga adonde Frei Sebastião estava continuando sua posse, e me pedio que de como elle estava dentro da dita Igreja e continuava sua posse delho, lhe passasse hum, e muitos instramentos, e eu Notario dou minha fé que o dito Frei Sebastião estava na dita Igreja, e continuava sua posse, e que os freguezes todos os que herão presentes, dicerão, que lhe querião accodir, e accodirião com seos dizimos, e permicias como a verdadeiro Abbade, e logo hi o dito Frei Sebastião pôs por recolhedor e Rendeiro da dita Igreja a Pero Annes do Souto fregues da dita Igreja, pelo que foy dito, que elle a tomava pelo arrendamento da mão delle Frei Sebastião, com tanto, que a tirasse do Corregedor da comarca que lha tinha arrendada por mandato de El Rey Nosso Senhor.

Testemunhas a isto presentes Gil Affonço do Souto, e Affonço Pires, e João Gonçalves Cazeiros, e Pero Annes cazeiro da dita Igreja e outros; em pessoa dos quaes o dito Frei Sebastião Abbade da dita Igreja entregou as chaves della e dos Ornamentos a Gonçalo Vas clerigo de missa Capelão da dita, e o pos da sua mão, e o dito Gonçalo Vas tomou as chaves da sua mão, e dice que em seo nome tomava a cura da dita Igreja, e as chaves, e lhas entregaria a todo o tempo que lhas pedice, ao qual Gonçalo Vaz elle

¹⁴¹³ Rebordões foi, desde a Idade Média até 1882 – indevidamente, diga-se –, da diocese de Braga.

Abbate constituiu por seu procurador para lhe continuar a tal posse: E João Gonçalves Moraes Escrivão que isto escrevi (...).

273

1545, Setembro, 01- *O abade de S. Vicente de Goim, Frei João Gonçalves, professo da Ordem de S. João do Hospital, faz contrato de aforamento por três vidas do passal de Goim - que era igreja da apresentação do vigário da capela de Santa Maria Madalena do mosteiro de Santo Tirso -, exceptuadas algumas parcelas ou números, a favor de Bastião Ribeiro, e sua mulher, cuja renda se taxara em trinta alqueires de pão terçado (dez de centeio e vinte de milho).*

BS 13-3-14 p.

In dej nomine Amen. Saibam os que ho presente publico Instrumento de prazo e locaçam Em tres vidas virem como no Anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil E quinhentos E quarenta E cinco annos ao primeiro dia do mes de Setembro do dito Anno na cidade de bragaa nas pousadas de mim Notario que sam sitas no arrabalde de Sam Marcos della Estando hi presente o mujto Vertuoso Senhor frej Johão gonçalues professo da ordem de Sam Johão do spital de hierusalem e Abbade e Rector da parrochial Igreja de Sam Vicente de goim do bispado do porto E disse Em presença de mim notario Infra nomeado E em presença das testemunhas Infra nomeadas que elle sentindo por Seruiço de deos E proueito da dita sua Igreja queria Emprazaua Em tres Vidas a bastiam Ribeiro escudeiro fidalgo e a sua molher Caterina Matheus E a hum filho ou filha dantrambos o qual hi nom auendo a outra pessoa qual o derradeiro que delles viuer nomear Em sua vida ou a hora de sua morte, scilicet lhes Emprazaua ho assento todo da dita sua Igreja de Sam Vicente do bispado do porto com todas suas terras leiras deuesas E propriedades E passaes della E que a ella pertencem com todas suas Entradas E saidas nouas E antigas de monte Em fonte Roto E por Romper E por o dito Bastiam Ribeiro E pessoas dapos elle melhor o poderem auer tirando a Adega com estrebaria E ho campo que estaa pegado no lameiro E o pedaço de deuesa que se chama do Abbade scilicet a metade della para elle dito Abbade E seus sucessores que para ho diante forem ho qual assi elle dito Abbade assi lhe Emprazaua por ser mais proueito da dita Igreja andarem em huma emprazadas o dito assento E suas propriedades que eram mujtas. Portanto elle dito Abbade lho Emprazaua a elle bastiam Ribeiro E pessoas dapos elles Crendo elle Abade como cre E tem por certo para si que o dito Bastiam Ribeyro E pessoas dapos elle acrescentaram E melhoraram has ditas terras de maneira que Redundara todo Em euidente Utilidade e proueito da dita Igreja. E era melhor que andarem as ditas terras arrendadas a pessoas Rusticas que mujtas uezes has sonegam E vendiam has terras E cousas da Igreja donde se segue scandalo E grandes demandas aos Abbades E Rectores a que com grande trabalho e despeza tornam a Restituir as Igrejas ho qual assento todo como acima dito he lhe assi Emprazaua ao dito bastiam Ribeiro scilicet que elle seja a primeira vida E a dita sua molher a segunda E hum filho ou filha dantrambos a terceira ou outra pessoa que o derradeiro que mais delles viuer nomear que nam seja de major condiçam que elles com condiçam que pagueis de Renda foro de pensam cada hum Anno trinta alqueires de pam terçado por dia de sam miguel de Setembro posto na dita Igreja Em paz e Em saluo todo bem pago sem contenda nem duujda sob pena de pagarem Em dobro E has custas em tresdobro. E disse elle Emprazante E emprazador que por quanto este prazo se fazia sem veedoria E sem verem as terras supplicauam ao nosso muj sancto padre o papa nosso senhor ora na Igreja de

deos presidente que aja por bem de confirmar este prazo na maneira que estaa feito com tal aditamento que findas as ditas tres vidas o dito assento fique liure E desembargado a dita Igreja Cujo he sem mais demanda nem contenda E pediam os sobreditos a sua santidade que cometa a Juizes apostolicos que In partibus para que constandolhes ser Em Euidente utilidade E proueito da dita Igreja ho confirmem E aprouem por autoridade apostolica com clausula que possam acrecentar E diminuir na dita penssam alterar E declarar totalas clausulas para cumprimento do sobredito forem necessarias e que sua sanctidade dee poder aos ditos Juizes para que supram todos e quaesquer defeitos tam iuris quam factj E assi que aja por bem de Relleuar E absoluer de quaesquer pennas E censsuras assi das que sam conteudas na extravagante do Papa Paulo segundo de rebus ecclesiae non alienandis como doutras quaesquer. E daqui pedem a Sua Sanctidade aja por bem E conceda que o dia E concessam E confirmaçam deste prazo seja continuado com ho dia da celebraçam E feitura delle por Euitar diujdas. E disse mais elle dito Abbade que o dito bastiam Ribeiro e pessoas dapos elle depois de ser confirmado por hos Juizes appostolicos possam tomar ha posse Real E auctual do dito assento E suas pertenças por sua propria autoridade E assi ho outorgaram os huns e os outros E o dito Abbade obrigou hos beens da dita sua Igreja a lhe fazer bom e de paz ho dito Emprazamento a sua Sanctidade alias non ao dito bastiam Ribeiro E assi ho acceptou Em seu nome E das pessoas dapos elle E pagarem a parte tente e guardante Cem ducados douro. E de todo mandaram ser feito ho presente e hos que lhe comprissem testemunhas a esto presentes o senhor Gonçallo de faria Abbade de Sam Romão de fonte cuberta E Gonçallo fernandes do couto E outros. E Eu lopo gomez presbitero bracarense publico por apostolica autoridade Notarjo que a todo fuj presente E este no liuro de minhas notas notej E delle fielmente ho tresladey e aqui meu publico signal fiz que tal he Rogatus et Requisitus.

274

1545, Novembro, 01 – *Carta do Núncio de Lisboa, D. João Rício, Bispo eleito Sipontino, legado a latere do Papa Paulo III, cometendo ao Cônego de Braga Aires da Costa e ao Prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães, as tarefas necessárias, em ordem à confirmação do arrendamento de Goim, capelania perpétua do mosteiro de Santo Tirso, da Ordem de S. Bento.*

BS 13 – 3- 14 p.

Joannes dej et appostolicae sedis gratia Electus Sipontinus ad Serenissimum dominum Johannem portugalliae et Algarbiorum Regem illustrem ac Universam Portugalliam omniaque alia et singula ejusdem serenissimi Regis dominja Sanctissimj dominj nostri Pauli papae tertij Et apostolicae sedis Nuntius cum potestante legatj a latere Dilectis nobis In Christo Arei da Costa Canonico bracarensi ac priorj Secularis et collegiatae ecclesiae beate Mariae de guimarães Bracarensis diocesis salutem In domino sempiternam.

Ex Injunto nobis officio (...) ad ea libenter Intendimus per quae parrochialium ecclesiarum Et aliorum beneficiorum ecclesiasticorum quorumlibet utilitas procuratur et hijsque propterea facta fuisse dicuntur cum a nobis petitur sufficientis mandamus adjici muniminis firmitatem. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dilectorum nobis in Christo (?) Johannis goncaluj presbiterj ordinis sanctj Johannis herosolimitano ordine ipsum expresse professi Et Sebastianj Ribeiro clericj seu laicj portugalensis seu

alterius ciuitatis vel diocesis oblata petitio (?) continebat alius dictus Johannes cupiens suam Et parrochialis ecclesiae Sanctj Vicentij de goim portugalensis diocesis quae perpetuae cappellaniae monasterij sancti Thirssi sanctj benedictj vel alterius ordinis dictae diocesis quam dictus Johannes ex dispensatione appostolica vel alias obtinet perpetuo vel alias unita existit conditionem efficere meliorem quasdam proprietates passalia vulgariter nuncupata In Emphiteusim darj solita Et ad dictam ecclesiam spectantia et pertinentia eidem Sebastiano In tertiam Generationem vel alias ad trium personarum vitam In Emphiteosim seu alias sub certo Annuo canone siue censum eidem Johannj et successoribus suis dictam ecclesiam perpetue continentibus Annis singulis In termino seu terminis ac loco seu locis necnon modo et forma pactisque et conditionibus tunc expressis Integre exsoluendo recepit (?) et locavit prout In Instrumento publico desuper forsán congecto dicitur plenius continerj.

Quare pro parte Johannis et Sebastianj predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut concessionj Et locationj pro illorum subsistentia firmiorj robur appostolicae confirmationis adijcere (?) In praemissis prouidere benigne dignaremur. Nos igitur quj ad Infra (?) litteras apostolicae sedis ad quarum Insertionem minime tenemur sufficientj facultate suffultj sumus de praemissis certam notitiam non habentes ac proprietatum praedictarum verum Annuum valorem summam trium ducatorum ut asseritur non excedentem illarumque denominationes situationes confines et vocabula presentibus pro sufficienter expressis habentes huiusmodi supplicationibus Inclinatj per haec nostra apostolica scripta mandamus quantis proprietatibus huiusmodi coram vobis specificatis de praemissis omnibus et singulis nobis expositis conjunctim praecedatis vos diligenter Informetis et si per informationem huiusmodi Ita esse ac concessionem et locationem praedictas in euidentem dictae ecclesiae utilitatem cessisse et cedere repereritis concessionem et locationem praedictas ac prout illas concernunt omnia et singula In dicto Instrumento contenta alias tamen licita et honesta approbare et confirmare omnesque et singulos tam Iuris quam factj defectus si quae forsán Interuenerint In eisdem supplere auctoritate nostra curetis Prouiso quod (?) si census seu canon praedictus nimis tenuis Et modius existat ille per uos ut vobis conuenientibus visum fuit ad summam debitam reducatur. In quorum fidem praesentes litteras manu nostra propria subscriptas fierj nostrique sigilli Iussimus et fecimus appensione munirj.

Data Ulixbone Anno Incarnationis dominicae Millesimo Quingentesimo Quadragésimo Quinto Kalendas Nouembris pontificis praefati Sanctissimi dominj nostrj Paulj Papae tertij Anno Undecimo

Johannes Episcopus Sipontinus Nuntius Apostolicus.

275

1546, Abril, 14 – *Por seus muitos afazeres e por falta de saúde, Gomes Afonso, Prior da Colegiada de Guimarães, delega no cônego bracarense Francisco de Crasto a execução da Bula do arrendamento dos bens da igreja de Goim.*

BS – 13 – 3- 14 p.

Gomez Affonso Dom prior da collegiada e muy deuota Igreja de nossa Senhora da Oliueira da villa de Guimarães exequutor apostolico dado e deputado por autoridade apostolica para o caso abaixo scripto A uos o Senhor francisco de Crasto Conigo prebendado na See metropolitana da Cidade de Bragaa saude em deos

Faço saber como por parte de Bastiam Ribeiro escudeiro fidalgo me foi apresentado um Rescripto passado pelo Reverendissimo Senhor o Senhor Johannes dei et appostolicae sedis gratia electus Sipontinus Nuntio appostolico ora commorante nestes Regnos de Portugal scripto em pergaminho assignado por elle E asellado com ho sello de suas armas metido em folha branca de frandes com sua cobertoira pendente por fios vermelhos de linho ao modo e estilo de sua legatia sobre o assento e passaes da Igreja de sam Vicente do bispado do Porto que frey Johão gonçalves Abbade da dita Igreja quis Emprazar ao dito bastiam Ribeiro a duas pessoas segundo mais largamente se no dito Rescripto de sua senhoria contem com ho qual me foi Requerido da parte do dito Senhor Nuntio acceptasse ho conhecimento delle E ho desse a sua deuida exequução o qual Eu tomej em minhas mãos E ho ly e por ser são e limpo E Inteiro E carescente de todo vitjo de suspeição segundo delle a primeira face parecia Eu ho beijey e pus sobre minha coroa com deuida Reuerentia E acatamento como filho obediente aos mandamentos apostolicos E accepte ha exequçam do dito Rescripto segundo sua forma E continentia E porque Sua Senhoria Reverendissima em o dito Rescripto me manda que Eu e outro meu collega nelle deputado conjunctim exequemos o conteudo nelle (?) E porque Eu ao presente não posso com ho dito meu collega dar a exequução ho dito Rescripto assi por minha Indisposiçam corporal como tambem por ser occupado Em cousas Importantes a minha pessoa E beneficios E confiando Eu da sufficientia E conscientia de Vos o dito Senhor francisco de Crastro Conego E que bem he para tal E de qualidade que mujto bem pode exequutar ho dito Rescripto que ho dito collega nelle deputado que com esta minha lhe seria apresentado lhe peço mujto por merce que por Reuerentia da Sancta See apostolica accepte e exequite ho dito Rescripto segundo sua forma e continentia para ho que lhe cometo minhas vezes in totum que Juntamente com ho dito meu collega exequite ho dito Rescripto. Em testemunho do qual mandej passar esta para bem sobre Cuja consientia desencarrego ha minha.

Dada na villa de guimarães aos quatorze dias do mes de Abryl. Manuel gonçalves notario apostolico ha fez por meu mandado de mil quinhentos quarenta E seis Annos E vaj sob meu signal E Sello Gomez afonso prior.

276

1546, Maio, 12 – *Após receber o rescrito pontifício, a carta da delegação e o primeiro contrato de aforamento, o comissário Aires da Costa, para execução da Bula, faz, com o auxílio de vedores, a atombação e a avaliação dos bens em causa, com a alteração do foro e sua redução a dinheiro, do que se seguiria uma diminuição do que fora anteriormente estipulado.*

BS 13 – 3 – 14 p.

E sendonos assi apresentado o dito Rescripto E letra apostolica com ha sobredita commissam como dito he Nos a Instantia do procurador do dito Bastiam Ribeiro como filhos obedientes aos mandados apostolicos com deuida Reuerentia acceptamos ho carregio E exequçam delles E nos pronunciamos por Juizes commissarios E exequutores apostolicos da dita causa com protestaçam de ha dar a seu deuido Efeito como nos Era cometido E mandado. E logo por parte do dito Bastiam Ribeiro nos foi apresentado o Instrumento do afforamento para (?) locaçam e concessam que Vos dito Abbade fereis E concedereis ao dito bastiam Ribeiro e pessoas dapos elle E nos ho mandamos acostar aos autos E o teor delle he o seguinte de verbo ad verbum (...)

E depois de apresentado o dito Instrumento de prazo E acostado aos autos como dito he Nos para que os mandados apostolicos sortissem seus plenarios efeitos E se comprissem como nos era Encomendado E mandado determinamos de Ir como fomos pessoalmente ver e apegar has terras propriedades E pertencas do dito assento dagoim para nos Informarmos com pessoas expertas E que conhecessem ha terra (?) de suas qualidades E quantidades etc. E estando nos na dita era Encomendado e mandado sobredito frej Johão gonçalves parecestes perante nos E dissestes que ora serdes obrigado a fazer pessoal Residentia na Cappella do sobredito mosteiro de Santo thirso de Riba daue onde tinheis o exercitio de Cura e administrantis hos Sanctos sacramentos nam podieis procurar nem aproueitar as cousas e propriedades do assento e predios pbraes (sic) da dita Igreja que por ello Recebais detrimento (?) e desejando que fossem aproueitadas E melhoradas fezereis aforamento dellas ao dito bastiam Ribeiro segundo se continha no Instrumento de concessam do contracto que atras fora ante vos celebrado sobre o qual o Reuerendissimo Senhor Nuntio passara ho breue apostolico a nos apresentado para confirmaremos por autoridade apostolica ho dito contracto de prazo E por quanto vos sentieis E conhecieis que o dito aforamento E prazo Redundaua e Resultaua notoriamente Em Euidente utilidade e proueito da dita Igreja E Abbades della que pollo tempo forem per dante nos pedistes e Requerestes com deuida Instantia que dessemos ho dito breue apostolico a sua deuida exequçam e fizessemos a dita confirmaçam como nos era cometido E mandado pelo qual visto por nos ho que assi dizieis E afirmaueis convosco nos Informamos para ellegeremos como ellegemos E deputamos homens bõos e vistores para apegarem has propriedades do dito assento E lhes demos Juramento dos Sanctos Euangelhos Em hum liuro delles que corporalmente tocaram sob cujo carrego lhes mandamos por autoridade apostolica que com vosso E com nosso Juntamente visseis has terras propriedades E pretenças do dito assento E dissesseis e declarasseis bem E verdadeiramente ha quantidade qualidade confins vocabulos confrontaçoes E nominações E quanto leuauam de sementeira E que se merecia pagar dellas Em cada hum Anno de foro Renda e penssam aa dita Igreja E Abbades della contanto que fosse Em Seu euidente proueito E utilidade E os ditos homens bõos assi ho pormeteram fazer sob carrego do dito Juramento E logo Em vossa pessoa viram E apegaram todo E ho declaramos pela maneira seguinte ¹⁴¹⁴ (...).

E feita assi a dita Veedoria E acabada como dito he os ditos homeens bons sob carrego do dito Juramento dos sanctos Euangelhos que Receberam disseram e afirmaram que Respeitando aas terras que sam fracas E dellas se ha de tirar penso para bois E gado se merecia de pagar Em cada hum Anno de foro Renda e penssam a dita Igreja E Abbades della trinta alqueires de pam treçado scilicet dez de centeo E uinte de milho E que assi lhes parecia que com este foro E penssam cedia e Redundaua este prazo E aforamento Em proueito da dita Igreja E seus Rectores e Abbades que pelo tempo forem. E vos sobredito Abbade que a todo fostes presente dissestes e afirmastes que assi vos parecia ser Justo E honesto E ceder Em vosso proueito E utilidade de vossa Igreja E portanto nos pedistes Requerestes com deuida Instantia da parte do papa nosso Senhor E Sancta See apostolica que aprouassemos e confirmassemos ho dito prazo E concessam E soluessemos (?) qualquer defeito que nelle Interuiesse E lhe Interposessemos autoridade e decreto para que valesse e sortisse seu deuvido effeito, como nos era cometido E mandado Em todo E por todo comprissemos E exequitassemos hos mandados apostolicos assi e da maneira que por ho Reuerendissimo Senhor Nuntjo nos fora Cometido E deixastes em nosso arbitrio acrescentaremos e

¹⁴¹⁴ Segue-se a apegção de todos os números constantes dos passais de Goim, que omitimos.

confirmaremos e aprouaremos ou diminujremos ha dita penssam como sentissemos que fosse proueito da dita Igreja E Abbades della que pelo tempo forem. E logo dissestes mais que aprazia E ereis contente que a penssam que vos ouuesse de ser paga e aa dita vossa Igreja em cada hum Anno pelo dito Emprazador E pessoas dapos elle fosse por nos Reduzida E transferida em dinheiro e que fosse por cada medida aquillo que nesta terra se custuma pagar E como nos arbitrassemos e nos bem parecesse porque em nos ho deixaueis contanto que fosse Em proueito da dita Igreja E Abbade della e logo todo foi acceptado por parte do dito Emprazador que disseram ser dello contente E lhe aprazer etc. Segundo todo mais largamente consta pelos termos que nos autos estam por vos assignados. hos quaes com todo mandamos que nos fossem conclusos e depois de sobre ello aueremos muj bem consultado pronunciamos nossa final Sentença da qual o teor de verbo ad verbum he o seguinte (...)

Visto por nos Juizes commissarios apostolicos o breue do Reuerendissimo Senhor dom João Ricio electo de Siponto Nuntjo legado apostolico em estes Regnos de Portugal ora commorante E como toda a narratura delle foi E he verdadeira E assi visto ho Instrumento do prazo locaçam E concessam feita ao Senhor Bastiam Ribeiro E pessoas dapos elle do assento, mansos passaes E herdades da Igreja de Sam Vicente dagoim sita no bispado do Porto por ho Abbade frej João gonçalues Vista a Veedoria apeguçam E extimaçam Em sua pessoa segundo forma do dito breue E commissam feitas E como pello acharmos o dito prazo e concessam ser feito Em euidente proueito E utilidade da dita Igreja E Abbades della que pelo tempo forem E como a penssam adiante declarada he grande E sufficiente para ello (?) E mais contra hos ditos Emprazadores E em fauor da dita Igreja E Abbades della e seu euidente proueito, etc. o que todo assi bem uisto e Examinado Nos por autoridade apostolica a nos nesta parte cometida e de que usamos Aprouamos confirmamos e Ratificamos ho dito prazo concessam e locaçam feitas como dito he E todas as cousas Em ellas conteudas licitas e honestas E supplimus quaesquer defeitos assi de direito como de feito se no dito Emprazamento E concessam Interuieram sem Embargo de todo ho que Em contrario fezer E da Decretal E constituçam Paulina de rebus ecclesiasticis non alienandis E das constituições ordenações e cousas que o dito Reuerendissimo Senhor Nuntio quis que nom obstassem E assi pela autoridade sobredita mandamos que se cumpra E guarde o dito Emprazamento a que Interpoemos apostolica autoridade assi e tam perfeitamente como no dito breue letra E commissam apostolica se contem. E por Sua Reuerendissima Senhoria nos foi commetida e mandado (?) E Reseruamos para o Abbade E Rector que na dita Igreja Residir todo aquillo que consta pelo dito Instrumento daforamento E concessam o dito Abbade tirar e reseruar para si. E os ditos Emprazadores pagaram Em cada hum Anno por dia de Sam migel de Setembro Em paz E em saluo na dita Igreja ao dito Abbade e seus successores que pollo tempo forem setecentos e cinquenta reis Em dinheiro E duas galinhas ou dous vinteens por ellas posto que no Instrumento do Emprazamento sobredito diga que paguem trinta medidas de pão terçado E os homeens bõos que para a Veedoria E apeguaçam que se fez conforme a direito foram ellegidos dissessem tanto se merecer de pagar E mais nam avendo Respeito aas terras que sam mujto fracas E como dellas se deue tirar paacigo para bois e gado visto como o dito Abbade ouue por bem E lhe aprouue que mudassemos a dita penssam Em dinheiro e mandassemos pagar por cada medida aquillo que justo e honesto fosse portanto conformandonos com a Rezam E estilo da terra mandamos que por cada medida huma ou outra paguem vinte e cimquo reis que se monta por todas os ditos setecentos e cinquenta reis que he preço honesto E Justo E cede em proueito da dita Igreja E para mais seu fauor E para que o prazo seja mais firme mandamos que Se pague mais as ditas duas galinhas (...) dous Vinteens por ellas Com ha que paga E penssam serem

bem obedientes aa dita Igreja E Abbades della que sempre Reconheceram por seus verdadeiros e utiles (?) Senhorios. E acabadas as ditas tres vidas leixaram o dito assento manssos passaes e pertenças sobreditas aa dita Igreja liures e desembargadas etc. ho que assi Julgamos mandamos declaramos fazemos e pronunciamos no melhor modo que de dereito podemos E deuemos Deum prae oculis habendo Et pro tribunalj sedendo. E de todo mandamos que se passem nossas cartas de emprazamento E confirmaçam apostolica huma para vos ditos Emprazadores E outra para ha dita Igreja E ho Assignamos Aquj.

A qual Sentença foi por nos pronunciada E por parte do dito Bastiam Ribeiro Emprazador Em seu nome e das pessoas dapos elle acceptada E a sua Instantja mandamos passar a presente carta de confirmaçam apostolica de prazo para o theor da qual mandamos a vos sobredito Abbade frej Joham gonçalues E a vossos successores que pollo tempo forem Rectores da dita Igreja E a todallas pessoas e Justiças assi ecclesiasticas como seculares de qualquer jurisdiçam E autoridade usantes que assi ho cumpraes E guardeis Inteiramente E façais cumprir E guardar sem duujda nem embargo algum E quem ho contrario fazer por esse mesmo feito ho auemos por condemnado E Incurrido Em penna e Sentença (?) Sob ha qual mandamos a qualquer clerigo Relligioso taballiam ou Notarjo que com esta Requerido for ha lea E publique a quem onde e quando Requerido for E dem ha posse Real E autual do dito assento E pertenças sobreditas ao dito emprazador E pessoas dapos elles ou a seus legitimos e abastantes procuradores pello autos acostumbrados E dello lhe passem Instrumentos In forma. Por certeza do quall mandamos passar ha presente sob nossos signaes E sinetes.

Dada em Bragaa aos doze dias do mes de Mayo Antonio lopes Notarjo apostolico scriuam da dita causa por nosso special mandado ha fez de mil quinhentos quarenta E seis Annos. Aires da Costa.

277

1557, Julho, 14 – *Sentença do Tribunal eclesiástico de Braga, obrigando, em segunda instância, os pescadores da Foz a pagarem dízimos do pescado, sem desconto algum sobre as despesas feitas no decurso da faina piscatória.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 37 .

(*Sumário*): Sentença que deu a favor deste Mosteiro Sobre dizimos Bartolomeu Fernandes Doutor em Degredos Dezembargador, e Ouvidor na Corte, e Arcebisado de Braga aos 14 dias do mez de Julho do anno de Christo de 1557 sendo Abbade Comendatário D. Antonio da Silva. Della consta que obrigando este Mosteiro a varios pescadores de S. João da Foz que tinham pago o dizimo do pescado em a Vila de Aveiro devendoo pagar em o dito lugar de S. João da Foz onde recebem os Ecclesiasticos Sacramentos, e conforme a Sentença que se tinha alcançado no anno de 1501 (...) o Vigario Geral do Porto principiou o dito pleito os desobrigou com o fundamento de que não ouvera rezistencia da parte do Mosteiro; e appellando-se para Braga julgou o dito Bartolomeu Fernandes tinham obrigação de pagarem os dizimos onde recebem os Sacramentos por serem inseparáveis das pessoas que erão freguezes no dito lugar de S. João da Foz.

E nas costas da dita Sentença esta a notificação que fez Aleixo Estêvão notario Apostolico judicial da Cidade do Porto da Sentença aos ditos pescadores, e a mayor parte dos freguezes moradores no dito lugar de S. João da Foz os quaes com Antonio

Pires disserão que a ella obedeção, e querião cumprir quanto em elle he devido, dizendo mais elle dito Antonio Pires que elle fizera esta demanda por concelho não verdadeiro, e que se soubera como soube dispois a pouca justiça que elle tinha e seus Companheiros, que elle a não fizera, e confesava ao Prior, e Convento ter muita justiça nesta Cauza; e o Juiz, e mais povo, que presente estava disse, que em seu nome, e dos mais auzentes consentião na dita Sentença, e a querião cumprir, e sobre ello gastarião o que cumprise contra quem a quizesse contrariar, e todos obedeção a ella, e de tudo o P.e Frei Francisco Cura da dita Igreja em seu nome e do dito Convento pedio a mim notario apostolico hum, e mais instrumentos.

278

1560, Junho, 26 - *O bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro, confirma António Soares, capelão de D. António da Silva, como abade de Santa Maria de Vilar da Terra da Maia, apresentado pelo abade de Santo Tirso, o mencionado D. António da Silva.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0189, ff. 170-171. 182 v.-183 v.

(*Sumário*): António Soares, Clérigo de missa, foi apresentado ao Bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro, para abade de Santa Maria de Vilar, da Terra da Maia, por D. António da Silva, abade de Santo Tirso - de quem o P.e António Soares era capelão -, e pelo Prior Castreiro do convento, Frei Jerónimo de Chaves. Esta igreja era *in solidum* do mosteiro de Santo Tirso.

O dito P.e António Soares, presta juramento de fidelidade ao bispo, que o confirma, faz o acto de fé, recebe a colação através da imposição do barrete. Recordam-se aos fiéis da igreja de Santa Maria de Vilar as suas obrigações para com o Abade e, por último, recomenda o bispo ao notário que requerido for lhe dê a posse da dita igreja. Tudo se pode ver na carta de confirmação, passada a 26 de Junho 1560.

279

1561, Outubro, 01 – *O Cardeal Alexandre Farnese passa, em Roma, um instrumento de procuração a favor de Ângelo de Charissimis, clérigo, fidalgo da cidade de Parma e familiar seu, em ordem à tomada de posse e ao governo e administração dos mosteiros de Santo Tirso e de Landim.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0191, ff. 209 v.-215.

In nomine Domini amen Saybam quantos este publico Instromento virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil, e quinhentos e sessenta e hum annos na Indiçam ¹⁴¹⁵ quarta no primeiro dia do mes de Outubro no segundo anno do Pontificado do Santissimo em Christo Padre e Senhor Nosso, o Senhor Pio pella devina providencia Papa quarto ¹⁴¹⁶, em prezença de mim publico Notario, e das testemunhas abaixo nomeadas que para isto especialmente foram chamadas, e Rogadas pessoalmente pareceo o Illustrissimo Reverendissimo Senhor ho Senhor Alexandre de Sam Lourenço em Damazo Diacono Cardeal chamado Farnêz, vice Cancellario

¹⁴¹⁵ A indicção equivale a um espaço de 15 anos.

¹⁴¹⁶ Pio IV foi Papa desde 25 de Dezembro de 1559 a 9 de Dezembro de 1565.

principal da Santa Igreja Romana o qual ora compete por authoridade Appostolica o Regresso, ou accesso e ingresso ao Priorado (sic, no original) do Mosteiro de Santo Thyrso de Riba dave da ordem de São Bento da Diocesi do Porto, e asi do Mosteiro de Landim da Diocezi de Braga por cesso ou decesso de Dom Antonio da Silva sendo lhe dado lugar ao dito regresso por falecimento do dito Dom Antonio; o dito Senhor de sua propria vontade, e certa sciencia, e com animo deliberado principalmente por sy mesmo (...) fes, constetuiu, creou, e Solenemente ordenou por seu verdadeiro, certo e ligitimo procurador ¹⁴¹⁷, autor, feitor e dos seus negocios abaixo nomeados solecitador, e numcio especial, e geral em tal modo que a especialidade não derogue a generalidade nem pollo contraio combem a saber ao Reverendo Senhor Angello de Carissimis, clerigo, e fidalgo da Cidade de Parma, e familiar do dito Illustrissimo Senhor Constituinte que ahy presente estava só e em solido, para que em nome delle dito Senhor Constituinte e por elle tome posse Real, e atual, e corporal dos ditos Mosteiros e Priorados de Santo Thyrso e Landim, e assim de quaesquer outros beneficios Eccleziasticos curados e sem cura seculares, e de qualquer ordem Regular que Vagarem asi por morte do dito Dom Antonio, como de quaesquer outras pessoas a que o dito Illustrissimo Senhor Constituinte polla dita autoridade Appostolica tem Regresso, ou accesso, e ingresso, e a elle são Rezervados, e tem a elles lugar por obito, ou qualquer outra perda, ou demissão, ou ao diante lhe possa competer, e pertencer, e bem asi depois de tomada a dita posse para a ter, Reger, e governar e fazer servir no Espiritual como comprir, e necessario for e asi Rethenda ¹⁴¹⁸, a dita posse a continuar e bem asi possa os bens e herdades dos ditos Mosteiros, e Priorados, e de quaesquer outros beneficios Eccleziasticos arrendar e desarrendar a alguma pessoa, ou pessoas por preço, ou preços que ao dito seu procurador, e polo tempo, ou tempos que lhe bem parecer, não passado de trez annos; e asi possa emprazar e dezempazar, colher, levar, Requerer, tomar, e quebrar os frutos, Rendas, e proveitos dereitos e direituras ¹⁴¹⁹ pertenças e proes ¹⁴²⁰, quaesquer que sejam, e de mandar o preço por que forão arrendados, e emprazados, e dos que asi já tiver de mandar, e cobrar dar quitações e por escritura publica e expressa prometer de o tal mais não Requerer, nem demandar (...) e para ho pedir, e Receber, e para guardar estatutos e costumes dos ditos Priorados, e Mosteiros, e beneficios sobreditos, e para emendar constringer e Reprimir, e prover no Culto devino e disceplina ecclesiastica e Regular, e bem asi dos frades, e outras pessoas quaesquer sujeitas a jurisdição dos ditos Mosteiros, e beneficios sobreditos, e para os poder prender, e incarceration segundo o cazo Requerer, e no carcere os culpados Reter, e fechar, e os soltar, e asi os Religiosos apostatas possa tomar, e Reduzir e Revogar e Repartir, e fazer Reduzir aos ditos Mosteiros, e os Noviços que a elles vierem e nelles quezerem tomar o abito os possa tomar, e Receber a profissão Regular, e a quaesquer votos acostumados a se fazerem sigundo estillo e costume dos ditos Mosteiros somente e segundo athe aguora está em costume e bem asi por, e ordenar offeial, e offeiciaes notarios, e que quaesquer outros escrevaens asi ecclesiasticos como seculares que aos ditos Mosteiros e beneficios pertencerem, e asi postos e ordenados se lhe bem parecer tirallos, e em lugar delles pôr outros bons, e sufecientes, e bem asi possa dar, prover e admitir a beneficios que a colação, apresentação, ou instituição dos ditos Mosteiros Priorados, e beneficios pertencerem, ou de qualquer modo possam pertencer a pessoas idoneas, e que lhe bem

¹⁴¹⁷ No original emendou-se: legítimo, e não duvidoso procurador.

¹⁴¹⁸ Forma medieval do particípio passado do verbo *reter*.

¹⁴¹⁹ Pensões miúdas e que o enfiteuta costumava pagar, além do foro principal. Cf. VITERBO, *Elucidário*, *sub voce*.

¹⁴²⁰ Prões ou percalços eram os proventos que se recebiam para além do ordenado. Cf. VIEIRA, Domingos, *Dicionário*, *sub voce*.

parecerem, e para fazer todo o mais que para o sobredito cumprir, e for necessario; e se necessario for para todas, e cada huma das couzas sobreditas em qualquer foro ou Juizo diante quaesquer Juizes e Comissarios asi Ordinarios, como não Ordinarios, aparecer, demandar, e defender o dito Illustrissimo Senhor Constituinte e seu direito (...) prometendo mais o dito Senhor constituinte a mim notario publico abaixo escrito como a pessoa publica e autentica solemne, e legitimamente estipulante e aceitante em lugar, e nome de todos e cada hum a que o negocio toqua, ou toquar, ou ao diante em qualquer modo pertencer, e de aver por rato, grato, firme e valiozo para todo sempre todo isto, e ho mais que pollo dito seu procurador constituído, ou sobestabalecido por elle foi dito, negociado, feito, ou aprovado em todo, e cada huma couza das sobreditas, Relevando porem, e querendo Relevantar des agora ao dito seu procurador, e sobestabalecido por elle de todo o emcargos da satisfação de se apresentar em Juizo, e pagar o julgado com todas e cada huma das clauzullas que necessarias forem, e comprirem, hypothecando, e obrigando para isso seus bens todos, moveis e de Raiz havidos, e por aver Renunciando para ello Juiz do seu foro, e com toda a mais cautella que para isso necessaria for sobre, e por Rezão de todo asima dito e de cada huma couza dello, e o dito Illustrissimo Senhor Constituinte pediu a mim Notario publico abaixo nomeado, lhe fizesse ou passasse hum, e muitos publico, ou publicos estromentos, e estromentos (sic).

Fez-se tudo ho sobredito no Palacio da Camara Appostolica no Paço junto della do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Constituinte sendo hy presentes os Reverendissimos Senhores Pompeyo Cum-Vicario Bispo Selmonense, e Joam Antonio Fachineto Bispo Neocastrense, e Thomas Lilio eleyto Soranense testemunhas que para todo o sobredito foram chamados e Rogados (...). Eu Melchior de Valeriis de Olivola Clerigo Lunense Sarjanense Diocesi polla authoridade Appostolica, e Imperial Notario publico, e escrito no Arquivo de Curia Romana, por quanto fui a todo ho sobredito presente publiquei este Instrumento publico, e sobescrevy, e asignei de meu sinal e nome acostumado em fe do sobredito Rogado, e Requerido, Melchior de Olivola.

280

1562, Setembro, 13 - *Pio IV, manda promulgar sentença de excomunhão contra aqueles que detivessem alfaias sagradas ou rendas, terras, casas, vinhas, etc. que pertencessem ao abade comendatário de Santo Tirso, o Cardeal Alexandre Farnes, se, dentro de certo tempo, as não restituissem ao dito prelado.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomatico; Arquivo de Santo Tirso*, n. 73.

(Sumário): Pio 4.º por Bula dirigida *Venerabili Fratri Episcopo Amerino* mandou promulgar Sentença de excomunhão contra todos os que retinham Calices, patenas, cruzes, paramentos, e mais alfaias do Culto Divino, ou rendas, terras, cazas, vinhas, etc. etc. e que dentro de certo tempo as não restituírem ao Cardeal Diacono Alexandre Farnesiano, ao qual dá o titulo de filho *Exposuit nobis dilectus filius noster Alexander Sancti Laurentii in Damaso Diaconus Cardinalis Farnesianus nuncupatus Sancte Romane Ecclesie Vicecancellarius etc.* que era Administrador do Mosteiro de Santo Tirso: o Sobrescrito he enunciado *Pius episcopus servus servorum Dei Venerabili Fratri etc.* a Data he na forma seguinte *Datum Rome apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo sexagesimo secundo pridie Idus Septembris, Pontificatus nostri anno tertio.*

A face do Selo de Chumbo assim como nos n.os 66, e 74 O reverso na forma seguinte (*Selo n. 8*). He prezo por barbante, e o n.º 10.º da Gav. 29.

281

1565, Dezembro, 16 – *Alvará régio pelo qual D. Sebastião ordena ao Corregedor do Porto possa punir os moradores do Cidnai (Cidade de Santo Tirso) que invadiam a devesa que o mosteiro tinha nesse lugar, para roubo da madeira.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 170.

Eu el Rey ¹⁴²¹ faço saber a Vos Corregedor da comarca e coreição da cidade do porto que eu são Informado que o mosteiro de Santo Tirso da ordem de Sam bento tem huma defesa de madeira Junto do lugar de Cidanay a qual madeira algumas pessoas lhe cortão e daneficão no que o dito moesteiro Recebe muita perda. Pello que Vos mando que no dito moesteiro e coutos delle e em todos os mais lugares que Vos parecer necessario facais loguo notefficar e apreguoar que pessoa alguma de qualquer calidade e condição que seja não corte madeira lenha nem Rama na dita defesa sob aquellas pennas que vos bem parecerem, que loguo seião declaradas nos ditos pregões de que mandareis fazer autos pera a todos ser notorio e se não poder alegar Inorancia E dj hoie em diante vós e os outros Corregedores que Vos sobcederem tereis especial cuidado de saber se se corta a dita madeira lenha ou Rama na dita defesa e provedereis contra os culpados a execução das ditas pennas como for Justiça dando apellação e agrauo nos casos em que couber. E pera isso podereis Ir ao dito lugar com o meirjnhio dante Voos com varas leuantadas todas as vezes que comprir ¹⁴²². E este se tresladara no liuro da coreição pera se saber que o tenho asj mandado e se comprir o qual quero que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome per mym asinada e aselada do meu sello sem embargo da ordenação do Livro 2.º titulo xx que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hum Anno pasem por cartas e passando por aluaras não valhão e se cumpra posto que não seia passado pela chancellaria outro sj sem embargo da ordenação em contrario. Antonio carualho o fez em lixboa a 16 de dezembro de mil e quinhentos e sessenta e cinco Pero fernandez o fez escreuer ¹⁴²³.

282

1571, Abril ? – *D. Rodrigo Pinheiro, Bispo do Porto, confirma o P.e Martim Vaz em abade de Covelas, após a apresentação que dele fez o Card. Alexandre Farnese, abade comendatário de Santo Tirso, através do seu procurador, o P.e Cristóvão Mendes Novais, abade de S. Lourenço de Asmes (Ermesinde).*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 322-324

Dom Rodrigo Pinheiro por merce de Deos e da santa Igreja de Roma Bispo do Porto do conselho delrei nosso Senhor etc. A todos os freigueses, caseiros, foreiros da parrochial Igreja de são Martinho de Couellas da terra da Maya deste dito bispado, e

¹⁴²¹ *Scilicet*, D. Sebastião

¹⁴²² Palavras riscadas

¹⁴²³ PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0170, f. 170

bem assj a quaisquer outras pessoas que lhe obrigados fordes, ou ao diante forem, saude em Jesu Christo nosso Redemtor, fazemos saber como em esta Cidade do Porto em nossos paços episcopais por parte de Christouam Mendes Nouais Abbade da Igreja de são Lourenço d'Asmes outro sj deste bispado nos foi appresentada huma petição, e nomeação por escrito em que se continha e nos fazia saber como per obitum, e falecimento de Gonçalo de Sa ultimo Abbade que da dita igreja fora que della estaua prouido e vagara a dita Igreja, e que porquanto a dita Igreja era in solidum da appresentação do mosteiro de santo Thyrso de Riba d'Aue de que era comendatário o Illustrissimo senhor Cardeal farnes Dom Alexandre residente em Corte de Roma, e a elle como comendatario do dito mosteiro pertencer nomear e appresentar pessoas aptas e idoneas para ellas, e eleger a mais sufficiente, e a sua appresentação a nos de ser confirmada em Abbade da dita Igreja, por ser enformado em como a dita Igreja assy estaua vaga por fallecimento do dito Goncallo de Sa mandara sua procuração bastante ao dito Christouam Mendes Nouais, que logo nos foi appresentada escrita em latim e feita aos vinte e hum dias do mes de dezembro de mil e quinhentos setenta e nella por testemunhas Julio Julio (sic), e ayo bononiense e aurélio (?) coperchio clericum sabinense, por João finalis clerigo publico notario por autoridade Apostolica e reconhecido por Antonio da fonsequa e Bento Henriques portugueses estantes em corte Romana, em a qual daua poder ao dito Christouão Mendes Nouais e o fazia seu procurador bastante pera o caso pera poder nomear eleger e appresentar pessoas aptas e idoneas pera o dito beneficio de são Martinho de Couellas como todo mais largamente na dita procuração se continha, a qual mandamos tornar a dar ao dito Christouam Mendes Nouais por dizer ter della necessidade, por virtude da qual elle como procurador bastante do dito senhor Cardeal nomeaua pera auerem de ser examinados conforme ao sagrado concilio Tridentino aos padres martinho Vaz, pero Coelho, e gaspar fernandes todos tres clerigos de Missa e neste bispado moradores, por tanto os mandassemos examinar pera dos approuados em nome e como procurador do dito senhor Cardeal farnes eleger o que mais idoneo e sufficiente fosse, e nelle appresentar pera o auermos de confirmar. O que todo por nos visto por nosso despacho mandamos que os ditos tres padres conteudos na dita petição e nomeação fossem examinados por tres dos seus deputados examinadores deste dito bispado eleitos em o sinodo diocesano, e o Licensado João de Magalhães nossso prouisor e Vigario geral assistiu ao tal exame, por nos sermos occupados e não podermos assistir a elle. Em comprimento do qual os ditos padres sobreditos nomeados na dita petição foram todos tres examinados ante o dito nosso prouisor por tres dos ditos examinadores e todos tres foram achados aptos e sufficientes e approuados de scientia vita et moribus e appresentaram suas cartas e titulos de ordens, e dellas estão prouidos canonicamente, do que mandaram fazer termo no liuro dos exames por o dito Prouisor e examinadores assinado, e mandaram ao nosso escriuão da camara que aos exames esteue presente passasse certidão pera o dito Christouam Mendes Nouais em que certificasse que todos os ditos padres foram examinados e por elles approvados pera o dito beneficio. A qual certidão o dito escriuão passou e foi dado ao dito Christouam Mendes o qual como procurador do Senhor Cardeal farnes elegeo por mais idoneo e sufficiente ao padre Martim Vaz hum dos ditos nomeados e approuados, e nolo appresentou por virtude de huma appresentação por o dito Christouam Mendes Nouais feita e assinada que em poder do nosso escriuão da Camara fica a qual o dito padre Martim Vaz nos appresentou cuio traslado he o seguinte

Digo eu Christouam Mendes Nouais como procurador que sou do Illustrissimo Senhor Cardeal farnes commendatario do mosteiro de Santo Thyrso de Riba daue que por virtude de huma procuração que por elle me foi commettida pera em seu nome

appresentar hum reitor idoneo em a igreja de são Martinho de Couelas por vigario della nomeei ao Senhor Bispo os padres atras nomeados conforme ao Sacro Concilio Tridentino, e por esta certidão consta serem examinados e achados idoneos, dos quais por ser mais idoneo e sufficiente appresento neste dito beneficio por Reitor e Abbade delle ao Reuerendo padre Martim vaz em nome do dito senhor Cardeal por a elle pertencer a tal appresentação como padroeiro que he por razão do dito mosteiro de santo Thyrsio de cuio padroado a dita igreja he, e o dito Martjm vaz poderá auer todas suas rendas herdades propriedades e salarios que por razão da dita igreja lhe pertencem com os fruitos assy corridos como por correr conforme ao sacro Concilio E em fe de verdade fiz aquy esta appresentação escrita de minha mão e assinada de meu nome e em nome do dito senhor Cardeal, peço por merce ao Senhor Bispo queira confirmar ao dito Martim vaz e lhe mande disso passar sua prouizão em forma autentica na qual va trasladada esta appresentação, feita no Porto a vinte e oito dias do mes de Abril de mil quinhentos setenta e hum annos.

A qual appresentação por nós vista por o dito Martim Vaz nos foi pedido que visto como fora hum dos nomeados pera a dita igreja e fora approuado pellos examinadores e eleito e appresentado por o dito Christouam Mendes Nouais procurador do dito Senhor Cardeal farnes, como da dita appresentação constaua o confirmassemos em Abbade da dita Igreja O que todo por nos visto por a todo estar satisfeito como acima he declarado, Nos a appresentação in solidum do Illustrissimo Senhor Cardeal farnez commendatario do dito mosteiro de santo Thyrsio de Riba daue de cuia appresentação a dita igreja he como consta dos liuros dos Registos de nosso bispado, confirmamos em Abbade da dita igreja de são Martinho de Couellas da terra da Maja de nosso bispado ao dito padre Martim Vaz que presente estaua por imposição de barrete que lhe sobre sua cabeça posemos comettendolhe a cura e regimento della em o espirital e temporal. Ao qual demos iuramento dos santos euangelhos em que pos a mão que bem e verdadeiramente dissesse se na dita nomeação appresentação e confirmação interuiera ou se esperaua interuir simonia ou especie della ou antes algum illicito pacto, pello qual foi dito que nenhuma cousa e bem assy iurou mais e fez publica e expressa profissão da santa fé catholica e de viuer permanecer morrer nella e na obediencia da santa Madre Igreja de Roma segundo o iuramento e forma a elle dado pelo sagrado Concilio Tridentino que por sy mesmo leo que todo prometeo cumprir e guardar e que a nos e a nossos successores será sempre fiel e obediente como deue ser e receberá benignamente nossos mensageiros e os ajudará em suas necessidades, e não será em conselho nem em effeito de perdermos nosso membro e estado e se alguma cousa souber que contra nós seia nolo fará a saber sem tardança alguma E não descobrirá segredo que lhe por nós for dito ou enuiado e reduzirá todas as cousas e propriedades da dita Igreja que andarem alienadas e usurpadas a liberdade e propriedade dela, e não arrendará os fruitos sem nossa licença e autoridade, ou de quem nosso poder e permissão tiuer e arrendados não será aquellas pessoas que nossas constituições defendem e virá ao synodo saluo sendo impedido de legitimo embargo, e fará pessoal residencia na dita Igreja conforme ao direito e como he obrigado, e guardará a regra dos santos padres e os estatutos e constituições desta nossa Igreja do Porto e as cousas conteudas em o Capitulo Ego N. de iure iurando segundo o juramento que acerca de todo o mais compridamente fez que outro si prometteo cumprir e guardar.

Portanto mandamos a vós e a cada hum de vós em virtude de santa obediencia e sob pena de excomunhão aiais daquy em diante ao dito padre Martim Vaz por vosso verdadeiro abbade e lhe acudais com todos os dizimos foros rendas primicias a dita igreja pertencentes que de direito ao dito Martim Vaz lhe pertencem. E sob a mesma pena de excomunhão mandamos a qualquer clerigo notairo taballião deste nosso

bispado que sendolhe requerido meta em corporal possessão da dita igreja de são Martinho de Couellas ao dito Martim Vaz ou a seu certo e especial procurador por pão, vinho, pedra, terra, telhas, altar, liuros, calices, vestimentas e por todos os mais ornamentos que nella forem achados, e se fará delles inuentairo segundo costume e conforme nossas constituições, e de todo lhe serem passados os instrumentos de posse que lhe cumprirem e forem necessarios. E em testemunho de todo mandamos passar as presentes letras de confirmação sob nosso sinal e sello pendente aos vinte e oito dias do mes d'Abril Testemunhas presentes o Doutor Melchior fernandez Valerio e gaspar gonçalves arcediago do Porto, e Gabriel Correa capellães do dito Senhor Bispo e outros. Antonio (...) escreveu da Camara o fez de mil quinhentos e setenta e hum annos.

O Bispo do Porto ¹⁴²⁴.

283

1571, Setembro, 21 – *Após dois meses de suspensão da jurisdição senhorial do nosso mosteiro sobre o Couto de Santo Tirso, ao tempo do Abade comendatário, o Card. Alexandre Farnese, D. Sebastião ordena, por sentença do Desembargador Rui Brandão, a reintegração dos bentos na posse dos privilégios anexos à carta de Couto de 1098.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 217-219.

Dom Sebastiam por graça de Deus Rei de Portugal e dos algarues daquem e dalem mar Em Africa senhor da guine e da conquista navegação comercio de etiopia Arabia Persia e da india etc. A todos os Coregedores ouvidores Justiças officiais e pessoas dos meus Reinos e senhorios a que esta minha carta de Sentença for apresentada e com direito, e conhecimento della com direito pertencer faço saber que por parte do Conde Alferres ¹⁴²⁵ comendatario do mosteiro de S. Tirso me foi apresentado a mim nos Juises de meus feitos desta minha alcada (...) pello qual se mostrava entre outras cousas nella conteudas que nos tres Dias do mes de agosto do Anno de mil e quinhentos e setenta e hu Annos no couto do mosteiro de S. Thirso onde o Licenciado Manuel Colaço coregedor (...) se enformara da Jurdição de que usava o mosteiro no dito couto e achara que o prior com o Juis velho fasião cada tres annos ¹⁴²⁶ eleição de Juis e almotacel e Jurados e quadrilheiros ¹⁴²⁷ sendo o ouvidor presentes de que fazião pellouros dos Juizes para tres Annos com hu tabalião do Julgado ¹⁴²⁸ e que o dito prior Daua juramento aos ditos Juizes en o principio do Anno e vinhão buscar carta de confirmação a esta Cidade do Porto ao ouvidor da Casa e por carta de Confirmação do dito ouvidor seruião e os agraos hião ao coregedor da Comarca e as appellações ao ouvidor da Casa e que aos quadrilheiros daua Juramento e ao Juiz do Couto com o tabaliam (...) e logo o dito

¹⁴²⁴ Este documento tem por titulo: *Confirmação da Igreja de São Martinho de Couellas do Conselho da Maya deste dito Bispado ao P.e Martim Vaz* (ff. 322-324).

¹⁴²⁵ Entenda-se: Cardeal Alexandre Farnese !...

¹⁴²⁶ O costume era o de eleições anuais dos elementos da Justiça do Couto de Santo Tirso.

¹⁴²⁷ Os quadrilheiros tinham uma função policial: saíam aos “arroidos” com armas, acorriam às brigas com lança ou vara, prendiam os culpados...

¹⁴²⁸ O Couto teve tabeliães próprios, até que D. Fernando os teria retirado. Para notas e Judicial, a partir daí, só poderiam servir os do concelho de Refojos. Cf. PIRES DE LIMA, Dr. António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, p. 192, nota 2.

Mais tarde, D. Henrique iria conceder à Congregação Beneditina a faculdade de escolherem tabeliães próprios de entre os que estivessem ao dispor dos concelhos.

coregedor mandava ao scriuão que fose ao dito mosteiro e notificase o prior delle ¹⁴²⁹ que en termo de oito dias primeiros seguintes mandase as doasois e provisoes que tinha para usar da dita jurisdição ao presidente desta minha alçada e lhe notificasse como elle auia por suspenca toda a jurisdição e priuilegios que o dito couto tinha e o auia por deuasado (...) e logo mandara ao dito juis que elle pasado os ditos dias que corrião do dito em diante elle não seruise de almotasel nem consentise seruise outro qualquer almotel (sic) nem outro qualquer official algum que pello dito mosteiro fose elleito e assim lho fizese logo notificar a hum tabaliam, porquanto elle o dito corregedor auia o dito couto por deuaso e sogeito a ouuidor dos julgados de Refoios, uisto não apresentando o dito prior a Certidão que dito hera no dito termo e o que assi notificuara e mandara ao dito Juis en sua pessoa com penna de sincoenta cruzados e hum anno de degredo para africa e se proceder contra elle pellas mais pennas que mereser elle o prometera assim fazer e asinara o dito corregedor e com os mais atras declarados segundo que tudo era conteudo no dito auto de suspensão e assim me foi apresentada por parte do dito caldeal farnes comendatario do dito mosteiro de S. Thyrso huma petição dizendo ella que a elle lhe uiera a notiça que fora mandado ao prior clausteiro do dito mosteiro e ao juis do couto que mostrase nesta alcada os privilegios do couto como tinha jurisdição e obedesendo ao dito mandado dizia que o dito cardeal e seus Antecessores o mosteiro estauão em posse de ter hum couto ao redor do dito mosteiro que demarcaua pellas demarcacois que se ueriam pellas doasois que se apresentaua auida na Era de mil e cento e trinta e seis annos ¹⁴³⁰ aonde tinha toda a jurisdição siuil convem a saber, elle comentario ¹⁴³¹ ou seu ouuidor metia Juis no couto e achegador ¹⁴³² e seu meirinho ¹⁴³³ e porteiro ¹⁴³⁴ como constaua da sentenca dada na Era de mil e tres sentos e setenta e quatro ¹⁴³⁵ ante o procurar (sic) de meus feitos e o mosteiro que se apresentaua ho qual Juis conhecia todo o ciuel en duas (sic) suas sentenças finais hiam as apelacois ao Don Abbade ou mendatario ¹⁴³⁶ e dahi a mim e que tambem mitião almotaseis ¹⁴³⁷ no dito Couto que conheciam no siuil ¹⁴³⁸ na almotasaria. E o crime remetião a Cidade ¹⁴³⁹ como constaua da sentença dada por El Rei Dom manuel no anno de mil e quinhentos e des Annos que se apresentaua escrita em purgaminho e destas jurisdiçõis e priuilegios estaua o dito cardeal e seu mosteiro e antecessores de posse de usar de quatro sentos e mais Annos a esta parte como constauão dos papeis que lhe apresentauão asima nomeados e pello que em tudo passara julgada e posto por sentenca e não tinha necessidade de confirmação todauia estaua tudo confirmado por El Rei Dom Afonso e El Rei Dom João como constaua das tres confirmacois e seus sellos pendentes que se apresentauão me pedia prouese as ditas sentenças e mandase que usasse das ditas jurisdiçõis como estaua por muitas uestes mandado e julgado e mandase aleuantar as suspensois do juis e officiais do dito couto de S. Thyrso que lhe fisera o coregedor por mandado desta minha alçada e andaua pello dito termo pello que reseberia justica e

¹⁴²⁹ Até aqui, foram priores castreiros. Em 1570, foi eleito Prior trienal D. Frei Manuel de Ataíde.

¹⁴³⁰ É a doação de Soeiro Mendes, o Bom, a D. Gaudemiro e seu convento, em 1098.

¹⁴³¹ Comendatário.

¹⁴³² Funcionário auxiliar da justiça, encarregado das citações, penhoras e fianças.

¹⁴³³ O meirinho era um funcionário ao serviço do juiz, para a execução das sentenças.

¹⁴³⁴ O Porteiro tinha a seu cargo a cobrança dos impostos.

¹⁴³⁵ Trata-se da confirmação do couto, em 1336, por obra de D. Afonso IV.

¹⁴³⁶ Comendatário.

¹⁴³⁷ Officiais encarregados dos pesos e medidas, do tabelamento dos preços...

¹⁴³⁸ De facto, a almotasaria é um campo de natureza mista. Só os aspectos cíveis cairiam sob a alçada dos almotacés do Couto. Os problemas que envolviam o crime estariam reservados ao juiz do concelho de Refojos, e, superiormente, ao Corregedor da cidade.

¹⁴³⁹ Isto é, o Corregedor do Porto.

merce segundo que tudo isto hera conteudo na dita petição com o qual ofreseu o procurador do dito cardeal farnes as cartas em purgaminho de que na dita petição fazia menção. E hua que dizia ser feita na villa de Santarem por aluaro Vieira aos uinte dias do mes de Abril do anno de mil e quatro centos e quarenta e nove annos e asinada por el Rei D. Afonso e pasada pella canselaria outra que dezia ser feita na uilla de Santarem ao primeiro dia do mes de agosto do anno de mil e quinhentos e des annos por pero da mota e asinada pello doutor Aluaro fernandes e pasada pella chanselaria e outra que recontaua (?) ser feita na Villa dalmeirim por Antonio pais aos noue dias do mes de abril do anno de mil e quinhentos e uinte e tres asinada El Rei D. João meu senhor e auóo que santa gloria aia e passada pela chanselaria e outra carta em pergaminho de estrumento dado como treslado De hua sentença a qual carta me contava ser feita e asinada do sinal publico de João gonçaluez tabaliam na dita Cidade do porto aos uinte e tres dias do mes de dezembro do anno de mil e quatro sentos e trinta e sinco E assim outra carta de purgaminho escrita em latim segundo que tudo isto paresia das ditas cartas e papeis os quais sendo juntos a mesma petição me foi apresentada conclusa digo leua (?) E vista por mim como dito Juis dos meus feitos e com os do meu desembargo Acordei visto, como se não proua tanto porque o comentario (sic) Abbade prior e padres de S. Thyrso e os Juizes de seu Couto devem ser suspenços de sua jurisdição lhe ei a suspensão por leuantada e pague as custas dos Autos e por tanto uos mando que assim o cumpraís e guardeís e fasais inteiramente comprir e guardar como se nesta minha pella chanselaria a cumprireis como se nella contem dada na cidade do porto aos uinte e sete dias do mes de Setembro por el rei nosso senhor a mandou pello Doutor Rui brandão de seu desembargo Juis dos feitos crimes e desembargador dos Agraues em esta alcada. Diogo fernandes a fez do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e setenta e hum annos (...).

284

1572, Janeiro, 08 – *O juiz da cidade do Porto, Henrique Homem, a pedido de Rui Brandão, fidalgo da Casa d’El-Rei, passa ordens para os tabeliães darem a posse a Rui Brandão do casal da Cabeça e suas pertenças (S. Paio de Guimarei), e ao mosteiro de Santo Tirso do Casal de Carreira Cova (S. Tiago de Burgães).*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 305 v.

Amrique homem fidalgo da casa del-rei nosso Senhor vereador e Juiz Nesta cidade do porto e termos faço saber que por Rui brandão outrosi fidalguo da casa do dito senhor me foi apresemntada a escretura Do descainbo atras per que lhe foi he é dado o casal da cabeça da Freiguisia de são paio de guimarei Julguado de Refoios termo desta cidade per descainbo doutro casal que esta noutra freiguisia de burguães do dito iulgado per nome quareira coua que per o dito descainbo fica ao mosteiro de Santo Tirso e por isso que requereo que lhe mandasse dar a pose conforme a dita escretura e asi a ele Rui Bramdão do casal da cabeça como ao dito Mosteiro do casal de quareira coua o que uisto por mim mamdo a qualquer tabalião he Justiças a que este se apresentar que logo deis a pose ao dito rui brandão do dito casal de cabeça e suas pertenças e asi ao dito mosteiro de São to tiso o dito Casal de quareira coua o que conprireis com pena de suspensão e diso pasai os estromentos nesesarios e se he se alguem a isso tiver embarguos os Vira aleguar dentro em seis dias conprio asi dado no porto aos oito dias do mes de Janeiro Luis guarces o fiz de 1572 anos.

Amrique homem.

285

1572, Abril, 16 – *O tabelião do Julgado de Refojos de Riba d'Ave, Inácio Fernandes, redige o termo da tomada de posse, sem resultado, do Casal da Cabeça, da freguesia de S. Paio de Guimarei, por parte de Rui Brandão, fidalgo da Casa d'El-Rei.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 306-306 v.

Saibam quantos este estromento de çertidão virem diguo eu Inaço fernandes tabalião por el rei nosso senhor no Julguado de Refoios de riba daue do termo e Jurdição da mui nobre e sempre lial çidade do porto que he verdade que oie desaseis dias do Mes dabrill de mil e quinhentos e setenta e dous anos ¹⁴⁴⁰ per vertude De hu mandado do senhor Juiz da dita cidade a requerimento do Senhor Rui brandão fidalguo da casa del rei nosso senhor foi ao quasal Da cabeça que he na freiguisia de são paio de guimarei sito no dito Julguado per que me mandava o dito senhor Juiz que metese De pose do dito casal ao dito senhor Rui bramdão e de suas pertenças Por uertude do dito mandado e de huma escretura pruiqua de Descainbo a que mandado uem acostado que ele rui bramdão fez com ho Senhor Cardeal farnés imlustrisimo senhor Comendatario do mosteiro de santo tiso em que lhe deu ele senhor Rui brandão ho seu quasal de quareira coua pelo dito Casal da cabeça he em autoridade Do conuento do dito mosteiro acostuada esendo presente e ho dito casal da cabeça ho senhor christouão mendez procurador do imlustrisimo senhor cardeal farnés comendatario do dito mosteiro he como ho dito Rui bramdão e que eles presentes o dito senhor christouão Mendes e o dito senhor requererão a mim tabaliam que per uertude do dito escaimbo e mandado do senhor Juiz lhes dese ha pose do dito casal da cabeça he de suas pertenças Requery A pero Aluares que hi estaua e pesoia o dito casal sem titolo nem prazo que me dese as chaues das casas do dito e a pose do dyto casal e propriadades por asi estar descainbado com ho senhor cardeal fiquandolhe resguardado os usos e frutos pera ele ou a quem per direito pertencer auer o dito casal por prazo he ele pero Aluares dise e deu resposta que as não queria dar comfesando ser a propriadade do dito Mosteiro dizemdo que tinha embarguos que aueria seu conselho he eu tabaliam por uertude Do dito mamdado do Senhor Juiz lhe notifiquei que doie ate segunda feira primeira seguinte ¹⁴⁴¹ os fose aleguar presente o Senhor Juiz da dita çidade que o mamdado mamdou pasar fose requerer sua Justiça e aleguar seus embarguos e por asi passar na uerdade pasei esta çertidão ao Senhor Rui bramdão que ma pedio e asinei aquy de meu pubrico sinal que tal he oie seis dito mes he ano he era sobredito.

286

1572, Abril, 22 - *Por não ter em devido prazo oferecido embargos Pero Álvares à tomada do posse do Casal da Cabeça (freguesia de Guimarei, conc. de Santo Tirso), Henrique Homem, vereador e Juiz da Cidade do Porto, ordena ao ouvidor, Tabeliães, meirinho e outros oficiais de justiça do Julgado de Refojos que dêem a posse do dito Casal da Cabeça ao fidalgo Rui Brandão.*

¹⁴⁴⁰ Era uma Quarta-feira, depois do Domingo *in Albis*.

¹⁴⁴¹ Seria o dia 21 de Abril.

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 307.

Amrique homem fidalguo da casa delrei nosso senhor vereador e Juiz pela ordenação da mui nobre e sempre lial çidade do porto e seus termos Mamdo ao ouuidor e tabaliães do julgado de Refoios daue e ao meyrinho e aos mais hoficiais da Justiça do Julgado de refoios daue que tanto que lhe este mamdado for apresemntado loguo com muita Diligemcia e breuidade metais de pose a Rui brandão do casal Da quabeça em que ora viue hu pero Aluares sito na freiguisia de são paio de guimarei do dito Julgado por quamto ja por outra vez Imdo com hu meu mandado pera tomar pose ho dito pedro Aluares Dise ter embarguos e semdo lhe asinado termo não ueo com eles e foi apreguado e lancado delles pelo que sem embargo do que ade aleguar niso uos mando o metaes de pose ao dito Rui brandão do Dito casal da cabeça e de todas suas pertemças ho que asi fareis dando lhe pose da propiedade somente por que quanto ao uso e fruto ou sobre ele podera o dito pedro Aluares usar deles até constar se he seu ou doutrem e isto conprirão sob pena de suspensão de seus hofiços e de dous mil reis pera a çidade e cativos que loguo metão de pose ao dito Rui brandão sem embargo dos ambarguos ho que asi conpri sob a dita pena dado no porto aos uinte he dous dias do mes dabril ¹⁴⁴² domingos esteuez tabalião o fez de mil e quinhentos e setenta e dous anos. Amrique home.

287

1579, Abril, 24 – *O Cardeal Rei, D. Henrique, concede à Ordem Beneditina a faculdade de se escolher um notário próprio para a elaboração de prazos e demais escrituras.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, f. 142.

Cf. art.º *Os tabelião do Mosteiro de Santo Tirso. O privilégio do Cardeal-Rei D. Henrique (1579)*, em JST de 6 de Abril de 2001, p. 3

Dom Anrique por grassa de deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhor da Guine e da Conquista Navegasam Comersio de Etiopia arabia persia e da india etc. Aos que esta minha Carta virem fasso saber que o padre frei bento de chaves ¹⁴⁴³ geral da ordem do bem aventurado Sam bento da observansia nestes meos Reinos de portugal Me enviou pedir por huns Apontamentos Algumas Couzas tocantes aos mosteiros da dita ordem Ante os coais apontamentos vinha ho de que sterllado ¹⁴⁴⁴ he o seguinte

Que os mosteiros da nossa ordem de sam bento na terra onde estiverem possam tomar hum escrivão dos publicuos pera que elle somente fassa os prazos e escreturas que aos ditos mosteiros pertenserem pera que todos estem em poder de hum escrivão.

E visto seu requerimento e querendo lhes fazer grassa e merce por esmolla me apraz e hei por bem que na cidade villa ou lugar onde Cada hum dos mosteiros da dita ordem de sam bento ora estão ou daqui em diante esteuerem, o Abbade ou prior e Comvento do dito mosteiro possam escolher hum dos taballiais das notas dos que na tal Cidade

¹⁴⁴² Uma Terça-feira

¹⁴⁴³ Erro: Frei Pedro de Chaves.

¹⁴⁴⁴ Treslado.

villa ou lugar ouuer que elles nomearem e mais quizerem pera efeito do que no dito apontamento requerem o Coal tabellião escrevera em seu livro de notas todas as escreturas de arrendamentos he emprazamentos e coais quer outras escreturas e sensos que tocarem ao dito mosteiro e rendas e propriedades delle que conforme a ordenação ouuerem de ser feitas por taballião publico, Com tal declarasam que todas as ditas escreturas que o dito tabellião ouuer de fazer se Carregue primeiro na destrebuição segundo ordenansa de maneira que cada hum destroutos taballiais das notas da tal Cidade villa ou lugar seião satisfeito de outras tantas escreturas como fez o taballião que o dito Abbade e Convento escolherem, e seião todos os ditos taballiais igoais na dita destrebuição porque asi o hei por bem, e mando a todas as minhas iustissas ofeciais e pessoas a que esta Carta de tresllado della em publica forma asignado e consertado por hum dos Corregedores do Ciuel da Minha Corte for mostrado e o Conhesimento delle pertenser a Cumprão e goardem e fassam enteiramente Comprir e goardar como se nella Contem, e fassam rezistar o dito treslado no liuro da Camara de cada huma das Cidades villas ou lugares onde ouuer mosteiros da dita ordem de sam bento, o Coal tresllado ei por bem e e mando que se Cumpra e tenha tanta forza e vigor como este proprio que se poera no Cartorio do mosteiro de sam bento o nouo¹⁴⁴⁵ desta Cidade de lixboa pera nelle estar em toda a boa goarda, dada em lixboa aos vinte e coatro dias do mês de Abril, pedro de sixas a fez Anno do nasimento de Nosso Senhor jesus Christo de mil e quinhentos septenta e noue annos, ioão de seixas a fez escrever (...)¹⁴⁴⁶.

¹⁴⁴⁵ O novo, ou seja o mosteiro de S. Bento da Saúde – hoje o Parlamento, que, por isso se diz Palácio de S. Bento -, por oposição ao S. Bento da Estrela, que era o mais antigo de Lisboa. O convento novo fora fundado em 1598, quando era Geral Frei Baltasar de Braga. Foi primeiro abade deste convento lisboeta, D. Frei Gonçalo de Moraes, depois bispo do Porto. Era também chamado de S. Bento da Saúde, porque aí, numa casa ou quinta que antes houve, se recolheriam os doentes da peste. O primeiro convento lisboeta era pequeno e de acesso mais difícil. De resto, não tão central. Ficava próximo e ao cimo da actual calçada da Estrela, fronteiro à Basílica deste nome. Foi inaugurado no Natal de 1573. Por oposição ao novo, foi conhecido com o nome de S. Bento-o-Velho. Ou, mais vulgarmente, com o nome de Nossa Senhora da Estrela

¹⁴⁴⁶ Diz o padre frei Bento da speranza Dom Abbade do Mosteiro de santo tirso que lhe he nessessario pera Conseruasam do dito seu mosteiro huma Certidam em publica forma e modo que fasa fee Com o teor de hum Aluara Consedido pellos Reis da glorioza Memoria Aos mosteiros da Ordem de Sam Bento pera poderem escolher hum escriuão ou taballiam das Cidades Villas e lugares onde seus mosteiros esteuerem pera que escreua todos os prazos e mais escrituras dos ditos Mosteiros Sendo os mais taballiais enteirados pellas mais escreturas da terra que não seiam dos ditos mosteiros como na dita provisam se declara, a Coal provisam ou Aluara esta no Cartorio do Mosteiro de Tibains Cabessa da Relligiam de Sam Bento neste Reino de portugal. Pede a vossa merce mande ao escriuão que escreue as cauzas do dito Mosteiro lhe passe huma Certidam em publica forma Com o teor do dito Aluara ou prouisam que esta no Cartorio do dito Mosteiro de Tibais (...)

Passe como pede. Tibães em 2 de Outubro de 637. Diogo gomes.

Aos que a presente Certidão dada por mandado e autoridade de iustissa por vertude do despacho de dioguo gomes juiz ordinario neste Couto de Sam Martinho de Tibais por ell Rei Nosso Senhor posto ao pee da petissam atras escripta, virem Certifico eu bernardo Aranha taballião publico e do iudisial e escriuão da Camara e almotasaria e dos orfãos neste dito Couto de Tibais pello dito senhor etc. que he verdade que em Cumprimento do dito despacho fui ao mosteiro de sam martinho de Tibais sito neste dito Couto, que he Cabessa da Relligião de sam bento neste Reino, e senhorios deste Reino diguo de portugal, e me foi mostrado o Cartorio do dito mosteiro que foi aberto pellos padres que tinham as chaves delle e no archivo delle entre outras muitas provizois estaua a que na petissão atras se faz menção cuio treslado de verbo ad uerbum he o seguinte...

288

1579, Setembro, 28 – *Na sentença que o Lic.do Pedro Ferreira da Silva, Vigário Capitular da Sé do Porto, sede vacante, proferiu e que determinaria o fim da igreja secular de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, recordam-se as alegações em contrário do Vigário de Santo Tirso, Amador Ribeiro, onde este se referere à tentativa da construção de uma igreja secular autónoma, por D. Miguel da Silva, comendatário de Santo Tirso. Alegam os bentos, em contrário, que D. Miguel começou a edificar a dita igreja secular. Mas porque o lugar era indecente – sito no Cidnay, onde havia feira - ou porque era pequena, a dita igreja não se acabou, ficando pardieiro...*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 11-30 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 34, n. 1 (sumário).

Publicado em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, vol. II, 2000, pp. 232. 234.

(...) os padres santos que edificaram nos hermos mostejros llimjtaraão aos secullares capellas e Igrejas fora dos mostejros pera fugujrem ao mumdo e baralhos delles e os daguora por se vinguaem mjlor do mundo procurauão serem vistos delle e fazerem dos mostejros dedycados a Recolhymento disciplina e oração Igrejas parochiaes pera verem e serem vistos de quem vay a estação e asy respomdem tam mall com a vyda e exempllo dos pasados e emtemdendo isto ho bispo dom migell da syllua comendatario que fora deste mosteiro mandara fazer hua Igreja fora dos muros delles pera os frejgeses a quoa estaua com as paredes feytas e não houuera efeito por se ir pera Roma (...) ho bispo dom migell da syllua lhes tinha feito Igreja fora era verdade que a começou mas por estar em llugar Imdeçemte e ella ser piquena que parecya Irmida fiquara em pardyejro porque nem os frejgueses qujseram Ir para fora como nem aguora querião nem avya comodidade para Iso.

289

1583, Maio, 12 – *O Abade comendatário de Santo Tirso, Cardeal Alexandre Farnese, apresenta ao Bispo do Porto, D. Frei Marcos de Lisboa, o licenciado Manuel da Costa, clérigo de ordens menores, natural do Porto e capelão do bispo desta cidade, para abade da freguesia de S. Martinho de Covelas, vaga por falecimento do P.e Martim Vaz, último abade que dela foi. O Bispo do Porto confirmá-lo-ia a 14 de Julho imediato.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 325-326.

D. frej Marcos de Lisboa por merce de Deos e da santa Igreja de Roma Bispo do porto e do Conselho de Sua Magestade a todos os freigueses Caseiros e foreiros da Igreja de S. Martinho de Couellas deste nosso Bispado E comarca da Maja Saude Em christo nosso Saluador. Fazemos saber que vagando ora esta Igreja per falecimento do P.e Martim Vaz ultimo Abbade E posuidor della o qual falleçeo, no mes passado de Março do presente anno que he mes de padroeiros E não reseruado a Santa See apostolica pareçeo per ante nos o licenciado Manoel da Costa, Clerigo de ordens menores natural desta Cidade e nosso Capellão E nos apresentou e mostrou huma apresentação, que nelle para a dita igreja de S. Martinho de Couellas fazia o

Reuerendissimo Senhor Cardeal Farnes como Commendatario do Mosteiro de S. tirso de rriba daue, deste nosso Bispado da qual apresentação mostrou as letras não cancelladas nem riscadas, nem coalquer vicio ou deffeito com o sinal do dito senhor Cardeal e selladas com o sello ordinario de suas armas e por nos constar pellas cartas do registo deste Bispado pertencer apresentação da dita Igreja de S. Martinho de Couellas ao dito Mosteiro de S. tirso cuio perpetuo Commendatario he o dito Senhor, e assi Elle como seus antecessores estarem em pacifica posse de a ella apresentarem Abbade ou Rejtor quando quer que acontecer vagar, mandamos aceitar a dita apresentação que segundo do teor della constava, mostraua ser feita aos doze dias do mes de maio do presente anno, E juntas as ditas cartas (?) do Registo E mais papeis pronuciamos que o dito licenciado Manoel da Costa fosse examinado nas partes necessarias para ser instituido na dita Igreja E juntos o Lic. Pantalhão dos Santos nosso prouizor E asi o Lic. Rui Nogueira nosso Vigairo Geral, E asi o doutor Manoel de faria Arcediago da nossa Santa Se todos tres Examinadores diocesanos neste Bispado, E presidindo nós ao Exame foj Examinado o dito Manoel da Costa em Sciencia, vida e costumes, E nas mais partes e requisitos conforme ao sacro Concilio tridentino E consultados sobre sua aprouação foj por nos e pellos ditos Examinadores nemine discrepante aprovado e julgado por digno E sufficiente de Ser Instituido E confirmado Em Abbade da dita Igreja de que tudo se fes termo por nos e pellos ditos examinadores asinado, E sendo asj o dito licenciado Manoel da Costa Examinado e aprovado nos pedio que o confirmassemos Em Abbade da dita Igreja, o que tudo por nos visto autoridade ordinaria, e apresentação do dito Illustrissimo e Reuerendissimo Senhor Cardeal farnes instituimos, collamos e confirmamos Em Abbade da dita Igreja de S. Martinho de Couellas o dito licenciado Manoel da Costa per Imposição de Barrete que sobre sua Cabeça posemos cometendolhe a Cura E regimento della Jurou aos Santos euangelhos que na dita apresentação nem nesta confirmação não se esperaua interuir, nem interuiera dolo, fraude, simonia ou algum illicito pacto, E outro sy fes publica E expressa profissão de nossa santa fe Segundo a forma costumada E prometeo Guardar as cousas conteudas no Capitulo Ego nos (sic) de Jure Jurando, prometendo mais ser a nos e a nossos Sucessores obediencia, E nunca que nos ou lhes ser (?) antes descobrir tudo o que contra nos fosse, e nunca descobrir Segredo, a elle por nos dito, E de uir aos sinodos, não tendo legitimo impedimento, E de arrendar os frutos de Sua Igreja conforme ao que dispõem nossas constituições E outro sy nos pagara os direitos que a dita Igreja for obrigada pagar, E reduzir a liberdade della, todas as cousas que andarem alienadas della. Pello que mandamos a uos e a cada hum de uos Em uirtude de obediencia E sob pena de Excomunhão ajais daqui por diante ao dito Licenciado Manoel da Costa por uosso (?) Abbade Reitor, E lhe acudais com todos os dizimos frutos rendas foros, primicias, benesses, E outras quaisquer cousas a dita Igreja pertencentes E sob a mesma pena mandamos a qualquer Clerigo, notairo ou tabalião deste Bispado que sendo requirido por virtude destas letras de confirmação meta em corporal posse da dita Igreja de S. Martinho de Couellas ao dito Licenciado Manoel da Costa ou a seu certo e especial procurador, por pão, vinho, pedra, terra telha, liuros altar Calices, vestimenta ornamentos dos quaes todos se fara Inuentario E da tal posse lhe passe os Instrumentos necessarios, Em fe do qual mandamos passar as presentes letras da Confirmação testemunhas que a tudo forão presentes os ditos Doutor Manoel de Faria Arcediago na nossa Santa Se E o Licenciado Pantalhão dos Santos prouisor neste nosso Bispado E o Licenciado Rui Nogueira nosso Vigario Geral E outros em quatorze dias do mes de Julho Jeronimo Morais escriuão da Camara neste Bispado a fes no porto anno de mil e quinhentos e oitenta e tres annos Frei Marcos, Bispo do Porto.

290

1583, Julho, 06 – *Gregório XIII, a pedido do Cardeal Alexandre Farnese, Abade Comendatário de Santo Tirso, concede à Confraria do Santíssimo Sacramento, erecta na igreja de Santo Tirso, várias graças e indulgências.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 75.

(Sumário): Gregorio 13 concedeu á Confraria do Santissimo Sacramento da Igreja do Mosteiro de Santo Tirso varias grasas, e indulgencias; o Sobrescrito he *Gregorius episcopus servus servorum Dei Universis Christi fidelibus presentes etc. salutem et Apostolicam benedictionem*; as Datas são enunciadas nesta maneira, *Datum Rome apud Sanctum Marcum Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo octuagesimo tertio. Nonis Julii Pontificatus nostri anno duodecimo.*

O Selo de chumbo representa na face os Apostolos como nos n.os 66, 73, e 74: o reverso porem he nesta forma: (*Selo n. 10*). Está prezo por cordoins grosos de seda, matizados d'amarelo, e vermelho. A palavra Gregorius em letras maiusculas muito ornadas de flores, que descem pela marjem perpendicular esquerda do pergaminho. He o n.º 12 da Gav. 29.

291

1584, Novembro, 25 – *No decurso das responsabilidas do mosteiro de Santo Tirso que as assumiu o Prior trienal, Frei Bento do Salvador, professaria no nosso mosteiro Frei Plácido de Cristo.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 34.

(Sumário): Frei Placido de Christo natural de Vila do Conde profesou em Santo Tirso 7.º kal. Decembris do ano 1584, em prezença do Prior d'aquele Mosteiro Frei Bento do Salvador. Anda a Carta no Armario das Profisoins.

292

1587, Julho, 14 – *O Prior e o convento de Santo Tirso apresentam ao Bispo do Porto o monge de Bustelo, Frei António Dinis, para pároco da freguesia de Santa Cristina do Couto (conc. de Santo Tirso) e pedem-lhe a confirmação.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0190, f. 214.

Nos o prior e conuento deste mosteiro de S. Thyrsos fazemos saber aos que o conhecimento desta pertencer que a igreja de Sancta Christina de riba daue da diocese do porto esta vaga por obito do padre frei Giraldo¹⁴⁴⁷ que sancta gloria aia monge professo de nossa ordem e da obediencia de Nosso Padre Geral¹⁴⁴⁸, a appresentação da

¹⁴⁴⁷ Frei Geraldo de Tibães, monge de Santo Tirso, foi pároco de Santa Cristina do Couto, desde 1575 – aquando da renúncia do P.e Cristóvão da Cunha, nomeado então pároco de S. Martinho de Travassos -, até meados de 1587.

¹⁴⁴⁸ Aderiu, pois, Frei Geraldo à Congregação e aceitou a obediência ao Abade Geral de Tibães. Ao contrário de seu sucessor, em Santa Cristina do Couto, o Padre António Dinis.

qual igreja he in solidum deste nosso mosteiro de S. Thyrsó, e regular ¹⁴⁴⁹, como consta das letras do dito defunto, pellas quaes foi confirmado na dita igreja e doutros papeis que sendo necessario se appresentarão. Pellas quaes causas appresentamos nella ao padre frei Antonio Dinis monge professo da dita ordem, e filho do mosteiro de S. Miguel de Bostello ¹⁴⁵⁰, outro sy da obediência de Nosso Padre Geral ¹⁴⁵¹ pera que appareça diante do Reverendissimo senhor Bispo do Porto ¹⁴⁵² pera o confirmar conforme aos decretos do sagrado concilio Tridentino.

Dado neste mosteiro aos 14 de Julho de 1587

Frei Bento do Salvador prior ¹⁴⁵³

Frey Gregorio do Salvador

frei manóel de prado

frey ignatio dos Reis

frey prudencio machado

frej manóel de Espirito Santo

frei Andre da Ascensão

Frei placido de Christo ¹⁴⁵⁴.

293

1587, Julho, 15 – *Miguel Lopes, procurador do Card. Alexandre Farnese, Abade Comendatário de Santo Tirso, consente na apresentação de frei António Dinis para abade da freguesia tirsense de Santa Cristina do Couto.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0190, f. 214 v.

Como procurador do Illustrissimo Senhor Cardeal farnes, perpetuo Comendatario do mosteiro de Sãoo tirso ¹⁴⁵⁵ a quem o Conuento pertence a apresentação desta igreja de sãta Cristina de riba daue E ser regular e solita ¹⁴⁵⁶ andar em religiosos da ordem de São

¹⁴⁴⁹ Já nas Inquirições de 1258 (*Inquisitiones*, p. 533), Santa Cristina era do padroado de Santo Tirso. Pouco depois - a 8 de Fevereiro de 1287 -, apertar-se-iam os laços entre esta igreja e o convento da nossa cidade: fica *unida* ao mosteiro. Pelo sec. XVII, uma alteração: os dízimos de Santa Cristina, por disposição de um Capítulo Geral, irão para o convento de S. Bento da Vitória, no Porto. O abade de Santo Tirso manteria o direito da apresentação sobre esta paróquia, e receberia do rendeiro da dizimaria um censo anual de 1000 reis. Cf. art.º *Igrejas da apresentação de Santo Tirso. O padroado de Santa Cristina do Couto*, em JST de 14 de Agosto, p. 3; de 11 de Setembro, p. 11; de 18 de Setembro, p. 13; de 25 de Setembro de 1992, p. 11. Para o acto de 1287, veja-se a documentação que traduzi e publiquei em *Para a história dos abades de Santo Tirso. O Abade D. Domingos Mendes (1284-1287)*, em “Página Literária de Cultura Tirsense”, n. 62, de 30 de Junho de 1995, pp. 7-8.

¹⁴⁵⁰ Professara, pois, este religioso beneditino no mosteiro de Bustelo.

¹⁴⁵¹ O mosteiro de Bustelo aderiu. O frade António Dinis é que desdisse...

¹⁴⁵² Era-o D. Frei Marcos de Lisboa (1582-1591).

¹⁴⁵³ Estamos no período de gestão transitória para que o nosso mosteiro se pudesse associar à Congregação: o governo provisório dos priores trienais. Frei Bento do Salvador é, de facto, o penúltimo prior trienal, eleito em 1584.

¹⁴⁵⁴ Houve um decréscimo de vocações monásticas no período dos comendatários. Em 1587, a comunidade tirsense consta de 7 monges e seu Prior.

¹⁴⁵⁵ O Cardeal Alexandre Farnese só irá resignar um ano depois desta apresentação de Frei António Dinis. Ou seja, a 18 de Julho de 1588.

¹⁴⁵⁶ Pelo acordo entre o mosteiro de Santo Tirso e o bispo do Porto, D. Vicente – de 8 de Fevereiro de 1287 -, o convento de Santo Tirso poderia apresentar – ele só, *in solidum*, ou, como se diz neste documento que Santa Cristina era *solita* – para Santa Cristina do Couto um cura, regular ou secular. Mas sempre *amovível ad nutum*. De facto, o antecessor de Frei António Dinis foi monge beneditino. Mas não o anterior àquele...

Beto em ausencia do dito senhor dou a esta apresentação meu Consentimento quanto com derecho posso e deuo. E para Constar notoreamente da uirtude Religião uita et moribus do Reverendo padre frej Antonio Dinis Contheudo na apresentação atras.

No Porto 15 de Julho de 1587.

Miguel Lopes ¹⁴⁵⁷.

294

1587, Agosto, 02 – *O tabelião Jácome Varela¹⁴⁵⁸ dá posse da freguesia de Santa Cristina do Couto ao monge beneditino de Bustelo, Frei António Dinis, apresentado pelo Abade e convento de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0190, ff. 216-217.

Em nome de deos Amem Saibhão quoutos este estromento de pose pasifica uirem que no anno do nacimiento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos he oitenta e sete annos aos dous dias do mes dagoosto do dito anno na Igreja de Santa cristina do couto do mosteiro de Santo tirso que he sita neste bispado do porto estamdo no dito llugar heu tabalião he testemunhas pareço hi em pessoa de todos os freigueses della o reuerendo padre frei antonio dinis abbade que ora nouamente ¹⁴⁵⁹ uinha prouido com lletras do ordinario ¹⁴⁶⁰ por tempo de seis meses ¹⁴⁶¹ he com ellas merrequereo em pessoa de todos os freigueses he das testemunhas ao diante nomeadas que lhe dese a pose della conforme as ditas lletras metemdomas na mão he rrequeremdo que as pobricase aos freigueses he lloguo heu taballião as tomei he em comprimento dellas he do seu rrequerimento emtrei com ellas pella porta primçipal da dita Igreja omde em presemça dos ditos freigueses nos fomos ao altar mor omde elle ofereçemdose vistio hua sobrepelissia ¹⁴⁶² com a coal uestida pos as mãos sobre o altar he toquando corporalmente com suas mãos na pedra dar ¹⁴⁶³ he uistimenta ¹⁴⁶⁴ he lliuro ¹⁴⁶⁵ cales ¹⁴⁶⁶ he gualhetas toalhas daltar frontal tamgemdo o sino campainha abrimdo he fechamdo as portas tomando pau pedra terra telha paseamdo por ella he seu adro he pasais lliuremente he uistimdose he disendo missa aos freigueses he fasendos (sic) estasão ¹⁴⁶⁷ por ser em domingo ¹⁴⁶⁸ he por estas solenidades he pelas mais hem direito nesesarias lhe dei ouve por dada a dita pose conforme a dita prouisão a quoa heu pobriquei aos ditos freigueses he por estas solenidades he pelas mais em direito nesesareas he

¹⁴⁵⁷ Miguel Lopes era um dos vários procuradores do Card. Alexandre Farnese, ao lado de Ângelo de Charissimis, Micer Rafael e Cristóvão Mendes de Moraes, pároco de Ermesinde.

¹⁴⁵⁸ Jácome Varela, filho do tabelião Brás Roiz e de Cecília Varela, casara com uma senhora da Casa de Varziela, chamada Joana Garcez. Um filho seu Alexandre Jácome casaria com Isabel de Andrade, filha do Vigário secular de Santa Maria Madalena, o Licenciado Amador Ribeiro, ao qual dedicámos um cap.nesta monografia. O nome de Jácome Varela aparece em muitos documentos do mosteiro de Santo Tirso.

¹⁴⁵⁹ Isto é, mesmo agora.

¹⁴⁶⁰ Bispo ou seu Vigário Geral.

¹⁴⁶¹ O tabelião Jácome Varela deu posse provisória a Frei António Dinis, por um período de seis meses. A 31 de Janeiro de 1588, dar-lhe-ia novamente posse de Santa Cristina do Couto, que pastoreou até 1606.

¹⁴⁶² Sobrepeliz.

¹⁴⁶³ Pedra de ara, sobre a qual se costumava dizer a santa missa.

¹⁴⁶⁴ Casula, estola e manipulo.

¹⁴⁶⁵ Missal.

¹⁴⁶⁶ Cálice.

¹⁴⁶⁷ Homilia.

¹⁴⁶⁸ Coincidia, neste ano, com o 11.º Domingo depois do Pentecostes.

acustumadas lhe ouue a dita pose por dada rreal he autoal he elle se ouue por emposado he pedio hu estromento he muitos testemunhas presentes dominguos fernandes de santa cristinha de dominguos gonçaves do oiteiro he dominguos martins criado de mim taballião he manoel da costa do tojal he os mais freigueses da dita freiguesia he eu Jacome uarela tabalião que o escreui (...).

295

1587, Outubro, 14 – *Por Bula de Sisto V, Frei António Dinis é confirmado na paróquia de Santa Cristina do Couto, por apresentação do convento de Santo Tirso e do seu abade, o Comendatário Alexandre Farnese.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 74.

(Sumário): Sixto 5.º conferio por Bula a Igreja de Santa Cristina do Couto de Santo Tirso a Antonio Dinis, a qual comesa *Sixtus episcopus servus servorum Dei Dilecto filio Antonio Dinis, etc. salutem et Apostolicam benedictionem* e finaliza *Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis collationis provisionis decreti et uoluntatis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum ejus se nouerit incursurum.* A Data emfim he enunciada deste modo *Datum Rome apud Sanctum Marcum Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo octuagesimo septimo Pridie Idus Octobris Pontificatus nostri Anno Tertio.*

A face do Selo de chumbo como nos n.os 66, 73; o reverso porem deste modo (*cf. Selo n. 9*). A palavra Sixtus he escrita em letras maiusculas, muito ornadas. N.º 5.º da Gav. 14.

296

1587, Outubro, 14 – *Sisto V, pela Bula desta mesma data da anterior, ordena ao Venerável Irmão Bispo Amerino, e aos dilectos filhos Mestre Escola e Chantre da Igreja do Porto, que metam de posse da igreja de Santa Cristina ao dito Frei António Dinis.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 77.

(Sumário): Por outra Bula dirigida *Venerabili Fratri Episcopo Amerino et dilectis filiis Scholastico ac Cantori Ecclesie Portugalensis salutem, etc.* mandou Sixto 5.º meter de pose da Igreja de Santa Cristina do Couto de Santo Tirso e defendelo depois na sua pose: na qual o Sobrescrito, Saudação, e Datas são inteiramente as mesmas que a da Bula apontada debaixo do n.º 74.

O Selo de chumbo difere da mencionada, nos cordoins, que são de barbante.

N.º 6.º da Gav. 14.

297

1594, Dezembro, 10 - *O Papa Clemente VIII, concede a Leonel de Sousa uma pensão anual de 160.000 reis sobre a Igreja de S. Lourenço de Golães.*

RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 66

(*Sumário*) : Numa Bula deste Papa, pela qual concede a Leonel de Sousa a pensão anual de 160.000 reis na Igreja de S. Lourenço de Gulains, se encontra a Formula inicial *Clemens Episcopus Servus Servorum Dei Dilecto filio etc.* trata de irmão ao Bispo Amarino ao qual encomenda principalmente a execução da Bula; he datada em Roma, *Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo nonagesimo quarto. Quarto idus Decembris Pontificatus nostri anno tertio.*

Entre duas linhas circulares, que contem outra de pontos, tem o Selo de chumbo duas cabeças de S. Pedro, e S. Paulo, com barbas compridas; entre os rostos huma Crús com a haste perpendicular maior, e chanfrada nas pontas, e por cima dela as letras

S S
P P
A E

As barbas de S. Paulo são maiores que as de S. Pedro: no reverso se lê o seguinte

(*Cf. selo, n. 5*)

Este pergaminho he o n.º 7.º da Igreja de Golains na Gav. 25.

298

1597, Agosto, 06 – *O Licenciado Pantaleão dos Santos, Provisor do Bispado do Porto, pelo Reverendíssimo Senhor D. Jerónimo de Meneses, seu Bispo, confirma o Licenciado Amador Ribeiro, que fora Vigário de Santo Tirso, para Abade de S. Lourenço de Asmes, por apresentação que nele fizera o abade e convento de Santo Tirso.*

PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 118-119 v.

O Licenciado Pantaleão dos Santos Provisor neste Bispado do Porto pelo muito illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Jeronimo de Menezes Bispo do dito Bispado, etc. Aos que as presentes letras de Confirmação *authoritate ordinaria* virem Saude em Jesu Christo Nosso Saluador faço saber que vagando e sendo vaga a Abbadia da Parrochial igreja de S. Lourenço dasmes da Comarca da Maja deste Bispado o mes de Junho passado o Anno presente de mil e quinhentos e nouenta e sette annos que he mes de Padroeiros Ecclesiasticos por morte natural do Licenciado Rui Nogueira ultimo e immediato Abbade que della foi e por ser da apresentação in solidum do Abbade e mais Religiosos do Mosteiro de S. Thirso da Ordem do Bemaumentado S. Bento como constou da verba do Registo das apresentações dos Beneficios deste Bispado o dito Abbade e mais Padres nomearão dentro do termo pessoas para serem examinadas conforme ao Sagrado Concilio tridentino para a dita Igreja de S. Lourenço dasmes, e entre os mais que forão nomeados foi o Licenciado Amador Ribeiro dandrade Vigario do dito mosteiro de S. Thirso, o qual com os mais nomeados em a nomeação feita pello dito Abbade e mais padres me foi apresentado, foi examinado por tres examinadores synodais na forma do sagrado Concilio tridentino como consta do termo do exame que foi aprouado e auido por idoneo e sufficiente para o Regimento e gouerno da dita Igreja de S. Lourenço dasmes, pelo que por me auerem apresentado huma Commissão de Sua Senhorja Illustrissima para o dito exame e para a collação e confirmação da dita igreja e por outro si pello dito Abbade e mais padres do dito Mosteiro de S. Thirso, entre os mais Nomeados foj eleito e a mim apresentado o dito Licenciado Amador Ribeiro para sua apresentação o colar e confirmar em abade da dita Igreja de S. Lourenço dasmes,

como tudo consta da dita eleição que esta Junta ao auto da vacatura e nomeação que fica em poder do Escrivão da Camara que esta fes e por me constar de todo o sobredito e a dita Igreja Vagar no sobredito mes de Junho a apresentação do dito Abbade e mais padres do dito Mosteiro de S. Thirso in solidum instituij e confirmej ao dito Licenciado Amador Ribeiro dandrade em Abbade e Reitor da dita igreja de S. Lourenço dasmes per imposição de Barrete que sobre sua cabeça pus commetendolhe e encarregandolhe a cura, Regimento della no espirital e temporal o qual Licenciado Amador Ribeiro dandrade posto de golphos ante mi fes publica e expressa profição da Nossa Santa fe Catholica em minhas mãos na forma do Motu proprio do Papa Pio quarto de boa memoria e jurou os juramentos acostumados e contheudos no Cap. Ego N. de Jure jurando prometendo tudo o nelle contheudo cumprir e guardar, e que Virá ao synodo quando for chamado saluo sendo impedido de legitimo impedimento e que sabendo alguma cousa que seia contra Sua Senhoria lho fara a saber sem tardança, pelo que mando em virtude de santa obediencia e sob pena de excomunhão major a todos os fregueses, caseiros e foreiros, da dita Igreja de S. Lourenço dasmes, o aião e Reconheção daqui em diante por seu verdadeiro Abbade e Reitor e como a tal lhe obedeção e lhe aiudão com todos os disimos e premissias, foros, e tudo o mais que a dita Igreja pertencem, assim e da maneira que a cobrauão, e aião seus antecessores e melhor se melhor de direito lhe pertencer, e sob a mesma pena Mando a qualquer clerigo notario aprouado escriuão ou tabaliam que sendo com esta Requerido Va dar, e de a posse Real, e actual ao dito Licenciado Amador Ribeiro dandrade da dita Igreja, e de todo lhe passem os Instrumentos necessarios, para guarda e conseruação de seu direito; o qual amador Ribeiro elle Senhor Prouisor mandou que entomando posse pacifica da dita Igreja de S. Lourenço dasmes desistisse do direito que podia ter na Vigararia de S. Thirso o qual disse que tomando elle posse pacifica desistia logo de todo o direito que podia ter na Vigararia de S. Thirso¹⁴⁶⁹.

Dada nesta cidade do Porto sob meu sinal e sello de Sua Senhoria Reverendissima aos seis dias do mes de Agosto thome alures (...) escrevão da Camara a fes de mil quinhentos nouenta e sete annos.

¹⁴⁶⁹ Sobre a questão entre o mosteiro de Santo Tirso e o Licenciado Amador Ribeiro de Andrade, pode ver-se, com certo desenvolvimento, o nosso vol. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo, Santo Tirso*, 2000, vol. II, pp. 228-239.

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA DOCUMENTAÇÃO

- 978 (ADB *Gaveta dos Arcebispos, seus privilégios e Jurisdições*, doc. 26, cópia de 24 de Outubro de 1250, publ. pelo Dr. Avelino de Jesus da Costa, em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. II, 2.^a ed., 1990, pp. 426-428). Trad. Portuguesa em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, pp. 225-252)
- 1060, Agosto, 08 (DC, n. 425 . Tradução portuguesa, em *Assistência em Santo Tirso. Notas soltas*, RLAHST, n. 7, Março de 1993, pp. 33-35)
- 1092, antes de 9 de Junho (Publ. por D. António Caetano de Sousa, em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas*, t. III, Lisboa, 1744, p. 527; e por António Cruz, em *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, pp. 136-138)
- 1093, Março, 09 (Publ. em CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 149. Cf. BUC Ms. de João Pedro Ribeiro 636, f. 130)
- 1097, Novembro, 23 (Publ. por AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. Vol. I, t. I, Lisboa, 1958, pp. 6-7. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 154-155. Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 26.
- 1098, Março, 23 (DR, em *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, por Rui de Azevedo ed. da Academia Portuguesa de História, t. I, pp. 6-8: Cf. t. II, pp. 554-555) e por Dr. António Cruz, em *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, pp. 155-158)
- 1102, Fevereiro, 18 (em *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, publ. pelo Dr. António Cruz, Coimbra, 1938, doc. n. 5, p. 159, sumariado pelo Índice de 1774, em ADP /CVST/0272, f. 176)
- 1103, Junho, 28 (em CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 6, p. 59, sumariado pelo ADP/CVST/0272, ff. 176-176 v.)
- 1114, Setembro, 29 (DP, em *Documentos Medievais Portugueses, Documentos particulares*, por Rui de Azevedo, ed. pela Academia Portuguesa de História, vol. III, Lisboa, 1940, pp. 416-417)
- 1115, inícios (ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935, pp. 81-82, Reedição fac-similada, em Braga, 1996)
- 1115, Agosto, 15 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 1-3)
- 1116, Novembro, 11 (BUC, *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 636, f. 195)
- 1120, Março, 02 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 3-5)
- 1122, ?, ? (Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso*, n.).
- 1122, Outubro, 10 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 8, pp. 159-160, sumariado no Índice de 1774, ff. 204-205)
- Sec. XII, 1.^a parte (PMH, *Scriptores*, p. 56, n. 15)
- Sec. XII, meados (PMH, *Scriptores*, p. 393 Cf. NASCIMENTO, Aires – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed. Vega, 2001, p. 58)
- 1143, finais de Maio (RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos. Arquivo de Santo Tirso*, n. 5)
- 1163, Abril, 05 (CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 14, p. 162. Sumariado no Índice de 1774, ff. 177-177 v.)
- 1171, ?, Março (RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos, no Arquivo de Santo Tirso*, n. 11)
- 1176, Abril, ? (ADP/CVST, 0168, ff. 186-186 v.; e ADP/CVST, 0272, Sumário)
- 1178, Julho, 10 (ADP/CVST, 0272, Índice de 1774, f. 205, Sumário)
- 1179, Janeiro, ? (ADP/ CVST/0272, f. 205, em registo sumariado)
- 1183, Dezembro, ? (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 18, pp. 163-164; ADP/CVST/0272, ff. 189 v- 190, em sumário); Cf. RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 15 (*Sumário*); Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 189 v.-190 (*Sumário*)
- 1184, Abril, 06 (CRUZ, António – *Paleografia Portuguesa*, em “Cadernos Portucale”, Porto,

- 1987, pp. 188-190)
- 1199, Dezembro, 01 (ADP/CVST/0189, ff. 296 v.- 297 v. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. III/1, p. 199, *em extracto*; RIBEIRO, João Pedro Ribeiro – *Dissertações*, vol. IV/2, p. 140, *em sumário*; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 20, p. 165).
- 1207, Abril, 11 (ADP/CVST/0268, ff. 19 v.-20; ADP/CVST/0268, ff. 20 v.-21; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. III/1, pp. 208-209, *em sumário*; VITERBO – *Elucidário*, sub voce *Cabedal*); RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 7)
- 1208, Maio, ? (Doc. publ. por COELHO, Maria Helena Cruz – *O Mosteiro de Arouca do sec. X ao sec. XIII*, ed. da Universidade de Coimbra, 1977, p. 338)
- 1211, Julho, ? (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 29, pp. 167-168; Cf. ADP/CVST/0272, ff. 39 v. – 40)
- 1212, antes de (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 55; CRUZ, António, *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, doc. n.º 24, p. 166. *Em sumário* no ADP/CVST, 0272, ff. 161-161 v. Cf. *Inquisitiones*, pp. 193.142 (Inquirições de D. Afonso II) e p. 555 (inquirições de D. Afonso III)
- 1212, Junho, 27 (BPMP, Ms. 1341, n. 1, ff. 77 v.- 78. Cf. *Corpus Codicum*, vol. II, pp. 48-49)
- 1213, Janeiro, 30 (COSTA, Avelino de Jesus da, MARQUES, Maria Alegria F. – *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*, ed. do Instituto de Investigação Científica, Coimbra, 1989, doc. n. 186, pp. 337-338)
- 1214, Outubro, 12 (ADB, *Gaveta dos Testamentos*, n.º 10)
- 1214, Novembro, 13 (VMH, doc. n. 174, pp. 123-125. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da – *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*, ed. da Junta Distrital de Braga, t. III, doc. n. 882, pp. 217.320. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da, e MARQUES, Maria Alegria F. – *Bulário Português*, p. 346, n. 192; FERREIRA, Mons. José Augusto – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, pp. 368-369; COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. II, p. 243)
- 1215, Junho, finais (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos*, n. 2)
- 1216, ?, ? (ADP/CVST/0272, f. 170, registo sumariado)
- 1216, Abril, ? (ADP/CVST, 0168, ff. 185 v.-186; ADP/CVST, 0272, registo sumariado)
- 1217, Janeiro, 8 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 70)
- 1217, Outubro, 05 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 13-14)
- 1220, Agosto (*Inquisitiones* de D. Afonso II, pp. 169.173. 193)
- 1221, Novembro, ? (SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, livro I e II, Livraria Atlântida Editora, Coimbra, 1946, pp. 43-46; cf. ADP/CVST, 0272, f. 193, *em sumário*)
- 1223, depois de 25 de Março (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 33, pp. 169-170)
- 1224, Dezembro, ? (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 34, pp. 170-171. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, vol. I, pp. 264-265. Veja-se VMH, doc. n. 205, p. 193. Vejam-se ainda os sumários de ADP/CVST, 0272, ff. 205 v.- 206 e f. 206 v.)
- 1226, Janeiro, ? (ADP/CVST, 0268, ff. 21 v.- 22. Vejam-se ainda VMH, doc. n. 209; *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 32; HERCULANO – *História de Portugal*, t. II, p. 480 da 4.ª edição. Vide VITERBO – *Elucidário*, vol. II, p. 55 e ADP/CVST/0272, f. 207)
- 1226, Setembro, ? (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 1)
- 1229, Junho, 26 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 22)
- 1230, Junho, 21 (ADP/CVST, 0268, f. 22; ADP/CVST, 0272, f. 208, este último *sumário*)
- 1236, Novembro, ? (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 10)
- 1240, Abril, ? (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.º 43, p. 173, *extracto*)
- 1241, Agosto, 09 (BS 13 –3 –14; ADP/CVST, 0272, ff. 40-40 v., este um *sumário*; cf.

- RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, nn. 31 e 59)
- 1243, Outubro, ? (FERNANDEZ REY, Aser A. – *Tumbo de Fiães*, com introdução, ed. e índices, Ourense, 1995, p. 235).
- 1245, Maio, ? (ADP/CVST, 0268, ff. 21-21 v.; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. IV/1, p. 74; VMH, doc. n.º 30, p. 207, *sumário*; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 44, p. 173. Veja-se ainda o *sumário* do ADP/CVST/0272, ff. 207-208)
- 1247, Outubro, ? (SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Coimbra Atlântida, Livraria Editora, 1946, pp. 35-36)
- 1248, Junho, 12 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 23)
- 1253, Agosto, 12 (ADP/CVST/0268, ff. 4 v.- 5. Cf. *sumário* de ADP/CVST/0272, ff. 166- 166 v. Vide *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 32; e VMH, doc. n. 246, p. 213 e doc. n. 278, p. 347 das *inquirições de D. Dinis*; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 8)
- 1256, ?, ? (SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Atlântida Editora, Coimbra, 1946, p. 41).
- 1258 (*Corpus Codicum, Inquirições de D. Afonso III*, pp. 271. 276. 279. 300. 302. 304 306. 307. 307-308. 311-312. 316-317; VMH, *Inquirições de D. Afonso III*, doc. nn. 209, pp. 256-257. 263-264. 322.329)
- 1260, Agosto, 14 (ADP/CVST, 0272, ff. 272-272 v.)
- 1263, Fevereiro, 17 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 24)
- 1262, Abril, 14 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 403-409)
- 1264, Dezembro, 03 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 344-345)
- 1268, Julho, 29 (Doc. publicado por SÁ, Moreira de – *Pedro Hispano Prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e arcebispo de Braga*, em “Biblos”, vol. xxx (1954) 1-22. Especialmente, p. 18).
- 1271, Julho, 24 (Doc. publ. por MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média*, ed. da INCM, Lisboa, 1982, pp. 199-202).
- 1279, Junho, 06 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 54, pp. 175-176)
- 1279, Agosto, 07 (*Sumário* publicado por CRUZ, António, em *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 55, p. 176. Cf. *sumário* de ADP/CVST/0272; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 41)
- 1281, Novembro, 06 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.º 56, pp. 176-177)
- 1281, Novembro, 06 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 21)
- 1284, Junho, 19 (ADP/CVST, 0272, fff. 273-273 v. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. 60, p. 177 (*extracto*))
- 1284, Agosto, 21 (*Sumário* de RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 45)
- 1286, Outubro, 22 (ADP/CVST, 0189, ff. 300 v.-301)
- 1287, Fevereiro, 08 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 71-73)
- 1287, Abril, 16 (ADP/CVST/ 0189, ff. 304 v.- 305 v.. Cf. *sumário* do ADP/CVST/0272, f. 92)
- 1289, Outubro, 01 (ADP/CVST/ 0189, ff. 1 v.- 5. Veja-se *sumário* de ADP/CVST/0272, ff. 170 v. –171. Veja-se ainda outro *sumário* em RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 65)
- 1290, Janeiro, 01 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 65, p. 179. Cf. *sumário* do ADP/CVST/0272, ff. 193 v. – 194. Cf. também o *sumário* de RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 12)
- 1292 (?), Março, 02 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 66, p. 179. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações* vol. I, p. 126.

- 1292, Julho, 05 Cf. BUC *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 66, p. 179)
(RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 20)
- 1294, Novembro, 20 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 430-442)
- 1295, Fevereiro, 06 (ADP/CVST, 0198, ff. 351-352 v.).
- 1295, Maio, 08 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 413-417)
- 1295, Setembro, 06 (ADP/CVST/0268, ff. 136-137)
- 1298, Novembro, 30 (; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 57; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 71, pp. 180-181).
- 1300, Fevereiro, 22 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 75, p. 182, *extracto*. Cf. *sumário* do ADP/CVST/0272, ff. 194-194 v.)
- 1300, Março, 20 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 76, p. 182, um *extracto*. Cf. ADP/CVST/0272, f. 195, que é um *sumário*)
- 1300, Março, 27 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 77, pp. 182-183, *extracto* e *sumário*. Cf. *sumário* de ADP/CVST/0272, ff. 195-196)
- 1302, Junho, 17 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 42 (*sumário*); CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 78 (*sumário*), pp. 183-184)
- 1302, Agosto, 12 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 331-333)
- 1304, Outubro, 14 (BUC - *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 636, p. 132)
- 1304, Novembro, 15 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 83 – *extracto* -, pp. 184-185)
- 1305, ?, ? (ADP/CVST/0189, ff. 138-138 v.)
- 1305, Julho, 31 (ADP/CVST/0189, ff. 140-140 v.)
- 1305, Julho 31 (ADP/CVST/0189, ff. 139 v. – 142. Cf. ADP/CVST/0272, ff. 86-86 v.)
- 1307, Outubro, 01 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 85 – *sumário* -, p. 185)
- 1308, ?, ? (*Inquirições de D. Dinis*, em *Corpus Codicum Portugalensium*, vol. I, pp. 150-151; VMH, doc. n. 291, pp. 381-383; *Corpus Codicum Latinorum Portugalensium*, vol. I, pp. 148. 149. 151-152)
- 1309, Abril, 02 (ADP/CVST/0189, ff. 142-143 v.)
- 1309, Julho, 08 (ADP/CVST/0272, f. 155 v. Trata-se de um *sumário*. Cf. ADB, armário A, maço 20, doc. n. 1. Cf. VMH, p. 264, nota 1)
- 1310, Outubro, 02 (JST, de 23 de Março de 1893, p. 2, col. 1-3. Cf. ADP/CVST/0272, f. 295. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 87, pp. 185-186. É um *extracto*; RIBEIRO, João Pedro Ribeiro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 30).
- 1312, Novembro, 23 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 90, - *extracto* -, pp. 186-190. Cf. ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 196-197)
- 1313, Junho, 28 (ADP/CVST/0268, ff. 4-4 v. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 91 (*sumário*), p. 191. Cf. ADP/CVST/0272 (*sumário*) ff. 233 v. – 234; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 46)
- 1315, Janeiro, 24 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 94 (*sumário*), p. 192)
- 1316, Julho, 01 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 54)
- 1317, Janeiro, 16 (RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 44 – *sumário*)
- 1318, Fevereiro, 08 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 96 – *sumário* -, p. 192)
- 1318, Setembro, 19 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 51)
- 1320, Dezembro, 07 (CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 100 – *extracto* -, p. 193. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos*; Arquivo de Santo Tirso, n. 37)

- 1322, Junho, 20 (SOUSA, D. António Caetano de Sousa - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro I e II, Lisboa, 1739, p. 131)
- 1322, Outubro, 11 (CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 102 – *sumário* -, p. 194)
- 1325, Fevereiro, 21 (RIBEIRO, João Pedro- *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 17)
- 1325, Setembro, 24 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 49 (*sumário*). Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 104 – *sumário* -, p. 194)
- 1325, Outubro, 01 (CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 105 – *extracto* -, f. 195)
- 1325, Novembro, 17 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 106 – *extracto e sumário* -, p. 195)
- 1326, Fevereiro, 12 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 109 – *sumário* -, p. 196)
- 1329, meados (ADP/CVST/0189, ff. 135-146)
- 1329, Junho, 10 CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 109, p. 196; ADP/CVST, 0272 – *sumário* -, f. 281)
- 1329, Julho, ? (ADP/CVST/ 0272 – *sumário*-, f. 280 v.)
- 1329, Agosto, 11 (ADP/CVST, 0189, ff. 144-145)
- 1329, Agosto, 16 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 110 – *sumário* – pp. 196-197)
- 1329, Novembro, 24 (CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 111 – *extracto* -, p. 197)
- 1330, Maio, 04 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 18)
- 1331, Maio, 08 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 281 v.- 282; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 112 – *sumário* – p. 197)
- 1331, Novembro, 09 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 113 – *sumário* -, p. 197)
- 1331, Novembro, 13 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro* - doc. n. 114 – *sumário* -, p. 198)
- 1335, Julho, 16 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 36)
- 1335, Julho, 21 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 118 – *sumário* – , pp. 198-199)
- 1335, Setembro, 04 (BS 13-3-14.^a; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 36, *sumário*)
- 1336, Julho, 16 (CCLP, vol. I, pp. 70-71; cf. ADP/CVST, 0268, ff. 23-24)
- 1337, Julho, 06 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 19)
- 1337, Outubro, 18 (ADP/CVST, 0272 – *sumário* -, f. 284 v.)
- 1339, Julho, 05 (ADP/CVST/0189)
- 1339, Novembro, 22 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 121 – *extracto* -, p. 200)
- 1339, Dezembro, 31 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 284 v. – 285)
- 1340, Janeiro, 08 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 9 - *sumário*)
- 1340, Junho, 15-17 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 42)
- 1340, Julho, 20 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 124 – *extracto* -, pp. 200-201. Cf. VITERBO, em *Elucidário*, t. II, p. 636)
- 1340, Novembro, 27 (CRUZ, António, *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, n. 124, pp. 200-201. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 62. Cf. VITERBO, sub voce *Volta*, *Elucidário*, t. II, p. 636.
- 1341, Junho, 17 (ADP/CVST/ff. 203-203 v. Cf. ADP/CVSTST/0272, - *sumário* -, ff. 6-6 v.)

- 1341, Julho, 10 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 61)
- 1346, Outubro, 29 (MPV, vol. I, n. 195, p. 108)
- 1348, Janeiro, 23 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 128 – *extracto* -, p. 201. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 39)
- 1349, Fevereiro, 09 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0189, ff. 342 v.- 344)
- 1353, Junho, 17 (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0170, ff. 203-203 v. Cf. PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 6-6v ; cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos ; Arquivo de Santo Tirso*, n. 40)
- 1356, Maio, 04 CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.º 121 *extracto* -, p. 202; cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 38)
- 1356, Julho, 20 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 60)
- 1359, Agosto, 13 (ADP/CVST/0170, f. 204. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 35)
- 1361, Fevereiro, 29 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 135 – *sumário* -, p. 203. Cf. ADP/CVST/0272 – *sumário*, f. 285 v.)
- 1362, Outubro, 05 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 118-119)
- 1363, Setembro, 02 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 138 – *extracto* -, pp. 203-204)
- 1364, Maio, 29 (ADP/CVST/0272 (*sumário*), ff. 285v. – 286 v. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 140 – *sumário* -, p. 204)
- 1374, Abril 02 e 29 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. nn. 143 e 144, - *sumários* -, p. 205)
- 1377, Agosto, 03 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 145 – *extracto* -, p. 205)
- 1377, Outubro, 21 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 146 – *extracto* -, p. 206.
- 1379, Novembro, 19 (RIBEIRO, João Pedro - *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 64. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 147 - *extracto* -, p. 206)
- 1379, Fevereiro, 17 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 148 – *extracto* -, p. 206)
- 1380, Fevereiro, 23 (BS 13 -3- 14 d. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 151 – *sumário* -, p. 207; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 53)
- 1381, Janeiro, 02 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 63)
- 1381, Fevereiro, 25 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 56)
- 1385, Maio, 02 (BS; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 153 – *extracto* -, p. 208)
- 1385, Junho, 20 (CRUZ, António - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 154 – *extracto* -, p. 208)
- 1385, Junho, 20 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 155 – *extracto* -, p. 208)
- 1386, Julho, 02 e Agosto 16 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. nn. 156 e 157 – *extractos* -, pp. 208-209)
- 1387, Agosto, 24 (RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações*, t. II, pp. 255-258)
- 1392, Novembro, 23 (ANTT, *Livro 2 de Além-Douro*, f. 54. Publicado por MORENO, Humberto Baquero , em ACHLR, Santo Tirso, 1982, pp. 377-378)
- 1394, Setembro, 09 (ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 319, f. 97)
- 1395, Janeiro, 21 e Abril 02 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. nn. 162 e 163 – *sumário e extracto* -, p. 210)
- 1396, Setembro, 11 (ADP/CVST/0170, f. 188 e ss. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 165 – *sumário* -, pp. 210.211; ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 7 – 7 v.)

- 1401, Março, 22 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 68 – *extracto* -, p. 211).
- 1404, Agosto, 20 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 170 – *extracto* -, p. 212)
- 1405, Janeiro, 28 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 171- *extracto* -, p. 212)
- 1405, Agosto, 26 (ADP/CVST/0272 - *sumário* -, f. 93. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 58)
- 1412, Julho, 22 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 175 – *extracto* -, p. 213)
- 1414, Julho, 10 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 177 – *sumário* -, p. 213)
- 1414, Novembro, 27 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 302-302 v. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 178 – *sumário* -, p. 214)
- 1415, Março, 07 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 189 – *extracto* -, p. 214)
- 1419, Setembro, 14 (MPV, vol. III/2, doc. n. 298, pp. 204-205)
- 1420, Maio, 24 (MPV, vol. III/2, doc. n. 384, pp. 266-267)
- 1421, Maio, 07 (MPV, vol. III/2, doc. n. 508, pp. 354-355)
- 1421, Maio, 28 (MPV, vol. III/2, doc. n. 508, pp. 354-355)
- 1421, Junho, 18 (MPV, vol. III/2, doc. n. 522, p. 366)
- 1425, Agosto, 14 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 187 – *extracto* -, p. 216)
- 1425, Setembro, 10 (MPV, vol. IV, doc. n. 919, pp. 71-72)
- 1427, Janeiro, 21 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 188 – *extracto e sumário* -, p. 216. Cf. ANTT OSB Santo Tirso, mç. 1, *sumário*)
- 1427, Abril, 15 (MPV, vol. IV, doc. n. 1123, pp. 218-219)
- 1428, Julho, 13 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 191 – *sumário* -, p. 217. Cf. ADP/CVST/0272 – *sumário* -, f. 92)
- 1429, Junho, 16 (MPV, vol. IV, doc. n. 1399, pp. 422-423)
- 1429, Dezembro, 02 (MPV, vol. IV, doc. n. 1488, p. 487)
- 1429, Dezembro, 04 (MPV, vol. IV, doc. n. 1490, pp. 488-489)
- 1430, Janeiro, 04 (MPV, vol. IV, doc. n. 1513, p. 506)
- 1430, Janeiro, 04 (MPV, vol. IV, doc. n. 1514, p. 507)
- 1430, Janeiro, 04 (MPV, vol. IV, doc. n. 1515, p. 508)
- 1430, Janeiro, 11 (MPV, vol. IV, doc. n. 1519, pp. 510-511)
- 1430, Março, 13 (MPV, vol. IV, doc. n. 1530, p. 519. Cf. MPV, vol. IV, doc. n. 1544, p. 529)
- 1430, Março, 13 (MPV, vol. IV, doc. n. 1531, pp. 519-520)
- 1430, Março, 25 (MPV, vol. IV, doc. n. 1536, p. 524)
- 1430, Abril, 26 (MPV, vol. IV, doc. n. 1544, p. 529. Cf. MPV, vol. IV, n. 1530, p. 519)
- 1430, Julho, 05 (MPV, vol. IV, doc. n. 1583, pp. 553-554)
- 1430, Agosto, 02 (MPV, vol. IV, doc. n. 1590, pp. 558-559)
- 1430, Outubro, 24 (MPV, vol. IV, doc. n. 1621, pp. 583-584)
- 1431, Dezembro, 08 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 161 – *sumário* -, p. 209. Cf. ADP/CVST/0272 (*sumário*), ff. 290 v.- 291)
- 1432, Fevereiro, 16 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 194 (*extracto*), p. 218)
- 1433, Agosto, 21 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 196 – *extracto* -, pp. 218-219. Cf. ANTT OSB, m. 1)
- 1433, Outubro, 13 (ADP/CVST/0272 -*sumário* -, ff. 291-291 v.)
- 1434, Fevereiro, 09 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 52).
- 1435, Maio, 12 (ADP/CVST/0198, ff. 338-338 v. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 14)
- 1437, ?, ? RIBEIRO, João Pedro Ribeiro – *Materiais Diplomáticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 72)
- 1437, Dezembro, 05 (ADP/CVST/0272, ff. 291 v.- 292. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos*

- 1438, Janeiro, 07 (*Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 201 – *sumário* -, pp. 221-227)
 (ADP/CVST/068, ff. 24-25)
 1438, Fevereiro, 27 (ADP/CVST/0272, ff. 74 v. -76)
 1444, Junho, 25 (ADP/CVST/0272, ff. 45 v.-46 v.)
 1449, Abril, 01 (ADP/CVST/0272 – *sumário* – ff. 14 v. – 15; RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 67)
 1449, Abril, 20 (ADP/CVST/0273 – *sumário* – ff. 1 v.- 2. Cf. ADP/CVST/0170, ff. 217-219)
 1449, Julho, 06 (ADP/CVST/0203, ff. 397-398)
 1450, Janeiro, 30 (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 216 – *extracto* -, p. 230)
 1450, Junho, 09 (CUP, vol. V, doc. n. 1525, p. 166)
 1450, Junho, 09 (CUP, vol. V, doc. n. 1525, p. 167)
 1452, Setembro, 11 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 220 – *extracto* -, p. 231).
 1453, Setembro, 21 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 222 – *extracto* -, pp. 231-232)
 1453, Novembro, 11 (ADP/CVST/0189, ff. 344-346)
 1453, Novembro, 25 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 223 – *extracto* -, p. 232)
 1453, Novembro, 27 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 224 -*extracto* -, p. 232)
 1453, Dezembro, 05 (CRUZ, *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 225 – *extracto* -, p. 232)
 1454, Março, 14 (CUP, vol. V, doc. n. 1724, pp. 369-370)
 1455, Setembro, 05 (CUP, vol. V, doc. n. 1773, p. 417)
 1455, Dezembro, 16 (CUP, vol. V, doc. n. 1777, pp. 421-422)
 1455, Dezembro, 16 (CUP, vol. V, doc. n. 1778, pp. 423-424)
 1458, Março, 12 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 16-16 v.)
 1459, Abril, 12 (antes de) (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1) Cf. ADP/CVST/0272 – *sumário* – ff. 16 v.- 17 v.)
 1460, Janeiro, 07 (ANTT *Santo Tirso*, m. 1. Cf. ADP/CVST/0272 – *extracto* -, ff. 201-201 v.). Cf. CARVALHO CORREIA, Francisco – *A Freguesia de Areias, Santo Tirso. Vol. I, Areias até ao sec. XVI*, Areias, 2003, pp. 513-516)
 1460, Abril, 23 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 71)
 1462, Julho, 27 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 226 – *extracto* -, p. 233)
 1462, Julho, 27 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 17 v.- 18 v. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 68)
 1463, Fevereiro, 03 ((ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 18 v.- 19)
 1463, Fevereiro, 09 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 228 – *extracto* -, p. 233)
 1466, Fevereiro, 13 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 47)
 1468, Janeiro, 14 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 48)
 1477, Dezembro, 01 (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1)
 1479, Novembro, 08 (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1)
 1480, Junho, 14 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 25)
 1481, Fevereiro, 28 (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1. Cf. ADP/CVST/0272, ff. 20-23)
 1485, Fevereiro, 05 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 241 – *extracto* -, p. 236)
 1486, Janeiro, 16 (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1)
 1486, Dezembro, 02 (ANTT OSB *Santo Tirso*, m. 1)
 1487, Março, 26 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 244 – *extracto* -, p. 236)
 1488, Janeiro, 22 (ADP/CVST/059, ff. 42-42 v.)
 1488, Fevereiro, 01 - (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 245, p. 237)

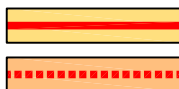
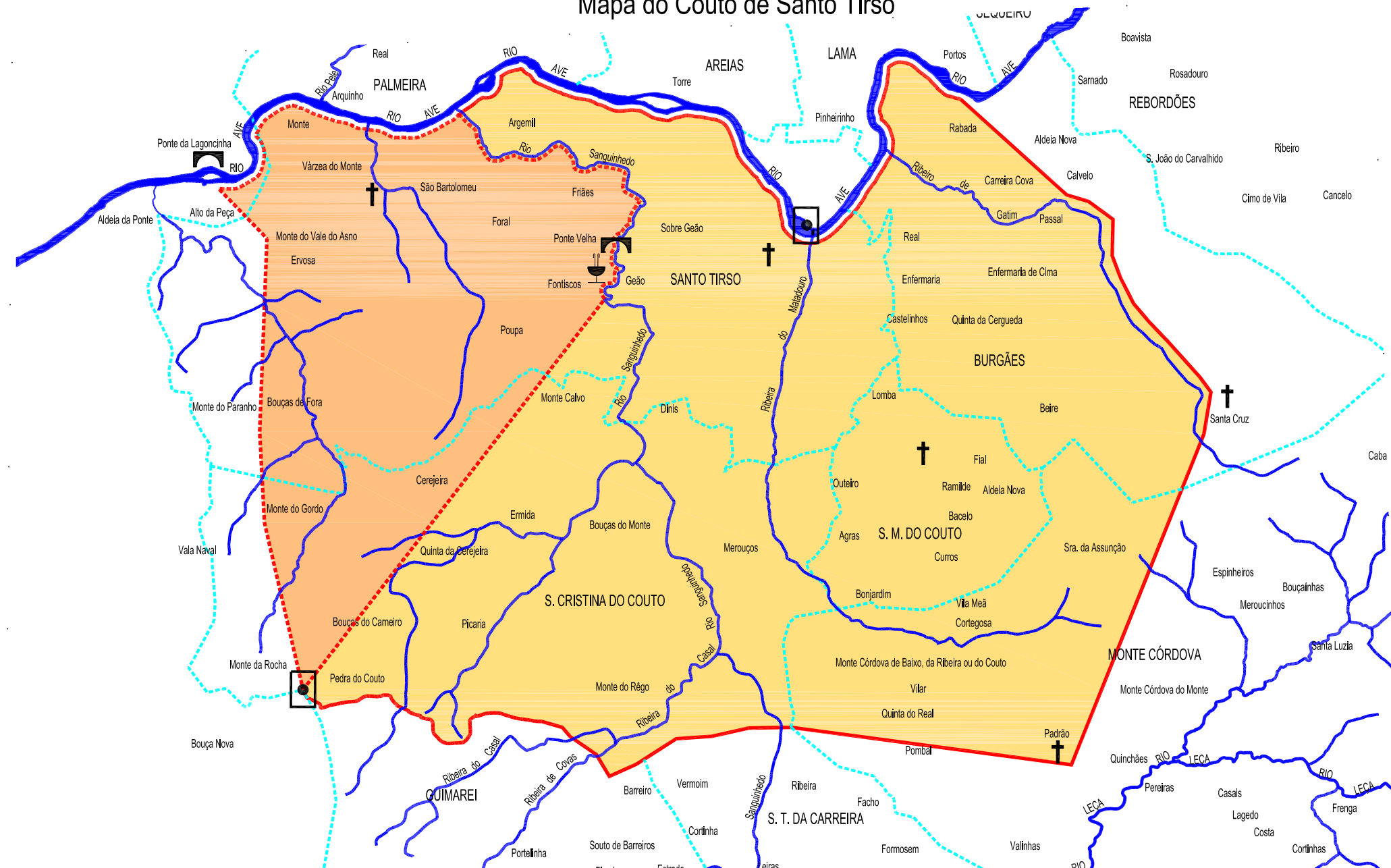
- 1488, Maio, 27 (ANTT OSB *Santo Tirso – sumário* -, m. 1. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.º 247 – *extracto* -, p. 237)
- 1489, Março, 19 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 248 – *extracto* -, p. 237)
- 1490, Fevereiro, 17 (ANTT OSB *Santo Tirso – sumário* -, m. 1)
- 1491, Dezembro, 22 (ANTT OSB, *Santo Tirso - sumário* -, m. 1)
- 1497, Maio, 12 (ADP/CVST/0268, f. 24 v.)
- 1497, Dezembro, 28 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 252 – *extracto* -, p. 238)
- 1498, Fevereiro, 09 (CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 253 – *extracto* -, p. 238)
- 1499, Agosto, 02 (CUP, vol. IX, p. 390)
- 1501 (ADP/CVST/0272, f. 32 v. e ss.)
- 1502, Abril, 30 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 50)
- 1504, Maio, 20 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, ff. 76 v.-79)
- 1506, Dezembro, 04 (CUP, vol. X, pp. 291-292)
- 1508, Agosto, 13 (RIBEIRO, João Pedro . *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 43)
- 1509, Junho, 28 (ADP/CVST/0268, ff. 24 v.- 25)
- 1510, Abril, 05 (ADP/CVST/0272, ff. 61-61 v.. Cf. ADP/CVST/, 0170 – *sumário* – ff. 217-219)
- 1512, Março, 25 (ADP/CVST/0272 – *sumário* – ff. 61 v.-63)
- 1513, Dezembro, 13 (ADB, *Registo Geral*, vol. 322, f. 114)
- 1513, Dezembro, 13 (ADB/UM *Registo Geral*, vol. 322, f. 115)
- 1515, Novembro, 05 (ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 322, f. 150)
- 1522, Fevereiro, 22 (ADB/UM, *Registo Geral*, vol. 332, f. 240 v.)
- 1523, Abril, 29 (ADP/CVST/0170 – *extracto* -, ff. 217-219)
- 1526, Novembro, 21 (ANTT, *Maço 18 de Bulas*, n. 44)
- 1535, Maio, 14 (Carta do Arcebispo eleito de Braga, o Infante D. Henrique, que publiquei em JST, de 13 de Março de 1998, p. 3).
- 1536, Abril, 03 (ADP/CVST/0193, ff. 19-21. 22-22 v..Publ. em *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, Santo Tirso , vol. II, 2000, pp. 488-496)
- 1538, ?, ? (ANTT, *Cartas missivas*, m. 4, doc. n. 135, publ. por Amândio Jorge Morais, em “Os Reinos Ibéricos na Idade Média”, ed. Universidade do Porto-Livraria Civilização, Porto, 2003, pp. 128-134)
- 1539, Janeiro, 14 (ADP/CVST/0189, ff. 327-328 v. Cf. ADP/CVST/0272, f. 98)
- 1544, Setembro, 05 (ADP/CVST/0191, ff. 272-274. Cf. ADP/CVST/0272, ff. 122-123. Publ. em EN, de Maio de 1995, p. 11. Veja-se CARVALHO CORREIA, Francisco – *A Freguesia de Rebordões, Santo Tirso*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2007, pp. 45-47. 183-184)
- 1545, Setembro, 01 (BS 13 – 3 –14 p)
- 1545, Novembro, 01 (BS 13 – 3 –14 p)
- 1546, Abril, 14 (BS – 13 – 3 –14 p)
- 1546, Maio, 12 (BS 13 – 3 –13 p)
- 1557, Julho, 14 (ADP/CVST/0272 – *sumário* -, f. 37)
- 1560, Junho, 26 (ADP/CVST/0189 – *sumário* – ff. 182 v. – 183 v.)
- 1561, Outubro, 01 (ADP/CVST/0191, ff. 209 v. – 215)
- 1562, Setembro, 13 (RIBEIRO, João Pedro – *Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso*, n. 73, *sumário*)
- 1565, Dezembro, 16 (ADP/CVST/0170, f. 170)
- 1571, Abril, ? (ADP/CVST/0189, ff. 322-324)
- 1571, Setembro, 21 (ADP/CVST/0170, ff. 217-219)
- 1572, Janeiro, 08 (ADP/CVST/0170, f. 305 v.)
- 1572, Abril, 16 (ADP/CVST/0170, ff. 306-306 v.)
- 1572, Abril, 22 (ADP/CVST/0170, f. 307)
- 1579, Abril, 24 (ADP/CVST/0170, f. 142)
- 1579, Setembro, 28 (ADP/CVST/0170, ff. 11-30 v. Cf. ADP/CVST/0273, f. 34, n. 1(*sumário*). Publ. em CARVALHO CORREIA, F. – *Santo Tirso. Da Cidade e do seu*

1583, Abril, ?	<i>Termo</i> , ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, vol. II, 2000, pp. 232-234)
1583, Julho, 06	(ADP/CVST/0189, ff. 325-326)
1584, Novembro, 25	(RIBEIRO, João Pedro – <i>Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso</i> , n. 75)
1587, Julho, 14	(RIBEIRO, João Pedro – <i>Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso</i> , n. 34)
1587, Julho, 15	(ADP/CVST/0180, f. 214)
1587, Agosto, 02	(ADP/CVST/0190, f. 214 v.)
1587, Outubro, 14	(ADP/CVST/0190, ff. 216-217)
1587, Outubro, 14	(RIBEIRO, João Pedro – <i>Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso</i> , n. 74).
1587, Outubro, 14	(RIBEIRO, João Pedro – <i>Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso</i> , n. 77)
1594, Dezembro, 10	(RIBEIRO, João Pedro – <i>Materiais Diplomaticos; Arquivo de Santo Tirso</i> , n. 66)
1597, Agosto, 06	(ADP/CVST/0189, ff. 118-119 v.)

APÊNDICE III

MAPAS

Mapa do Couto de Santo Tirso



Limite do Couto de Santo Tirso

Limites discutidos entre o Mosteiro Beneditino de Santo Tirso e o Mosteiro Agostiniano de Landim

Limites de Freguesia actuais



Pontes



Marcos do Couto existentes









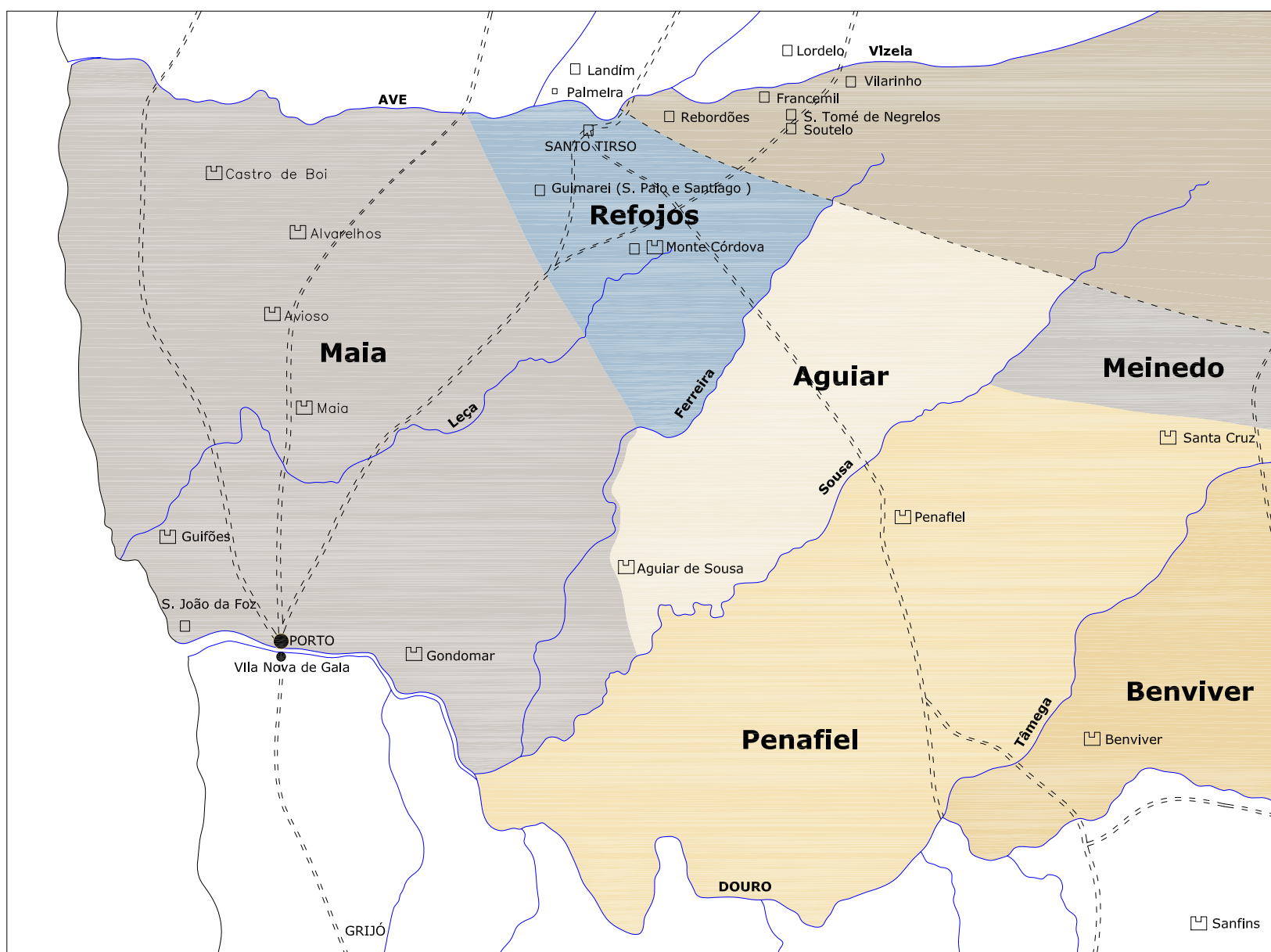
Fonte



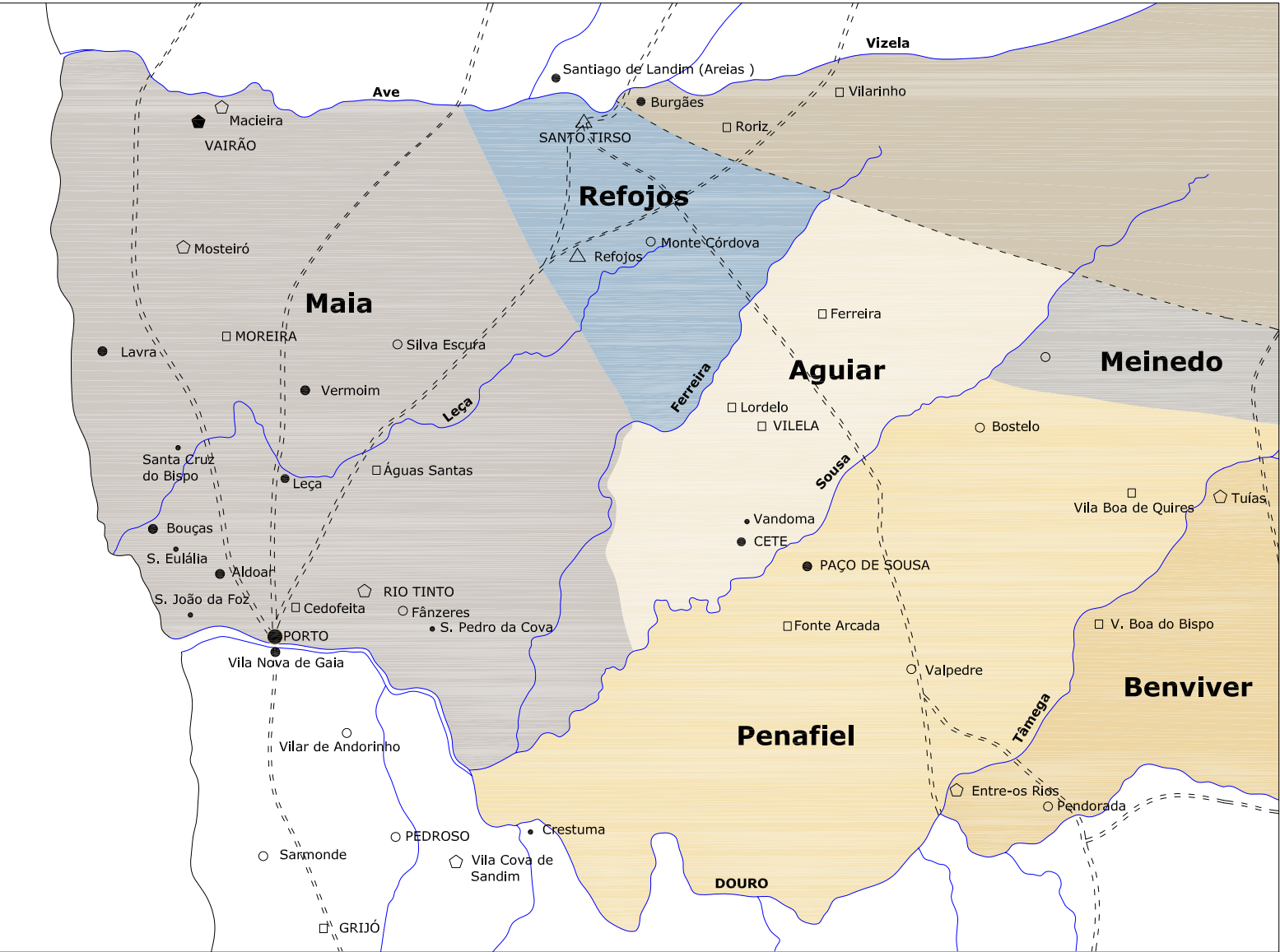
Monumentos Religiosos Medievos

Coutos, honras e castelos

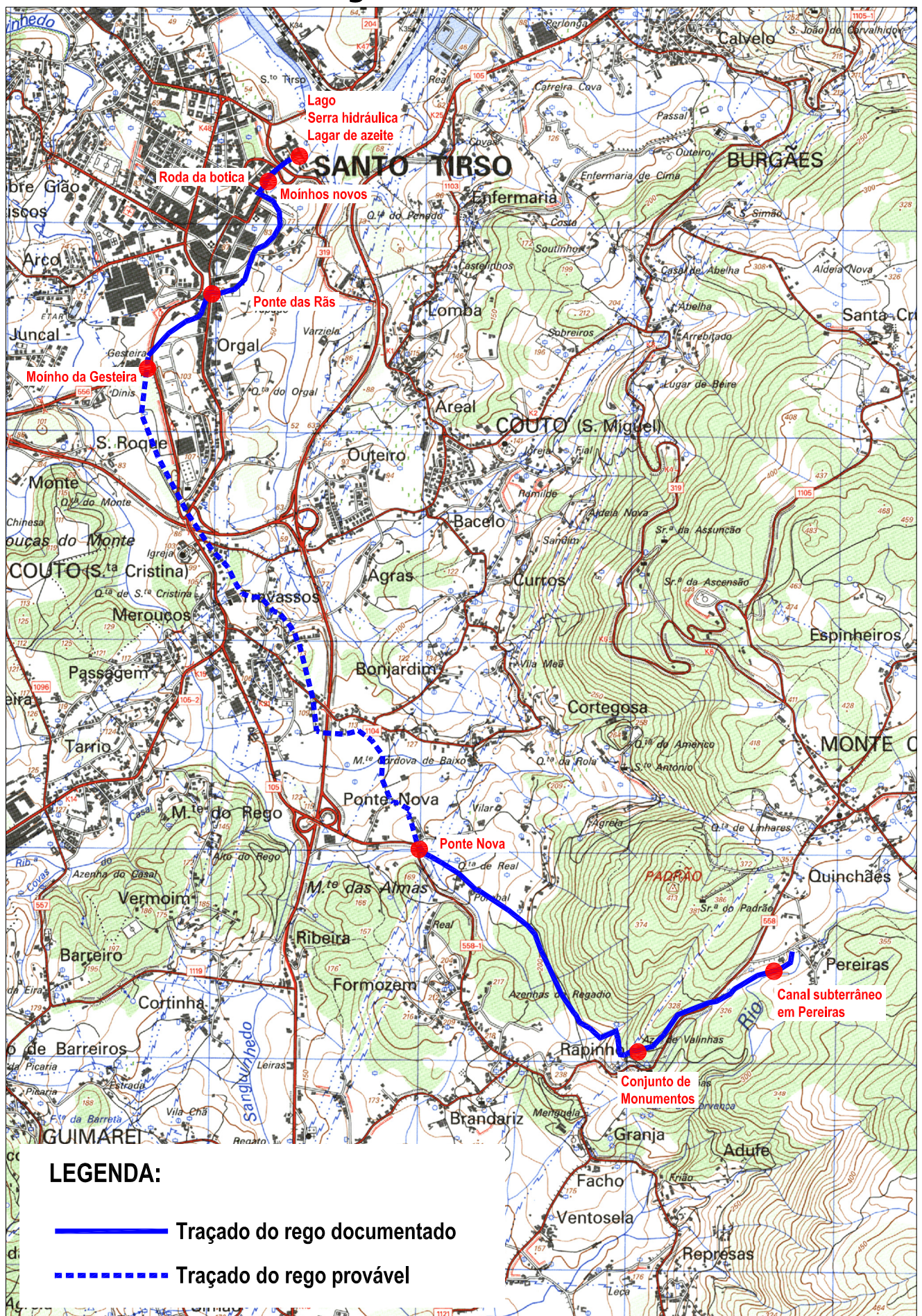
-  — Coutos e honras
-  — Castelos
-  — Localidades
-  — Limite de Dioceses - 1090 a 1882
-  — Estradas
-  — Área de jurisdição diocesana discutida por Braga e Porto até 1882



Mosteiros da diocese do Porto



Rego dos Frades



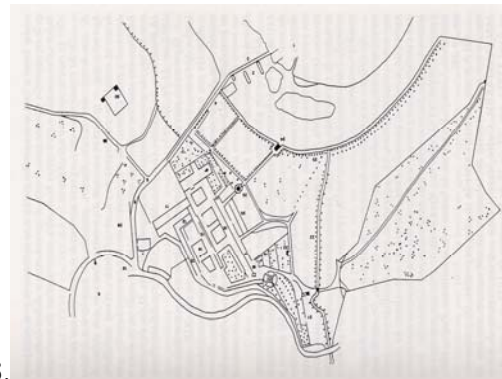


1.

Convento de Santo Tirso, na actualidade. Data o começo do mosteiro do ano de 978. Chegou a ter três claustros completos e um quarto quase acabado. Foi o maior convento beneditino de Portugal, quanto a população monástica, e quanto a rendimentos.



2.



3.

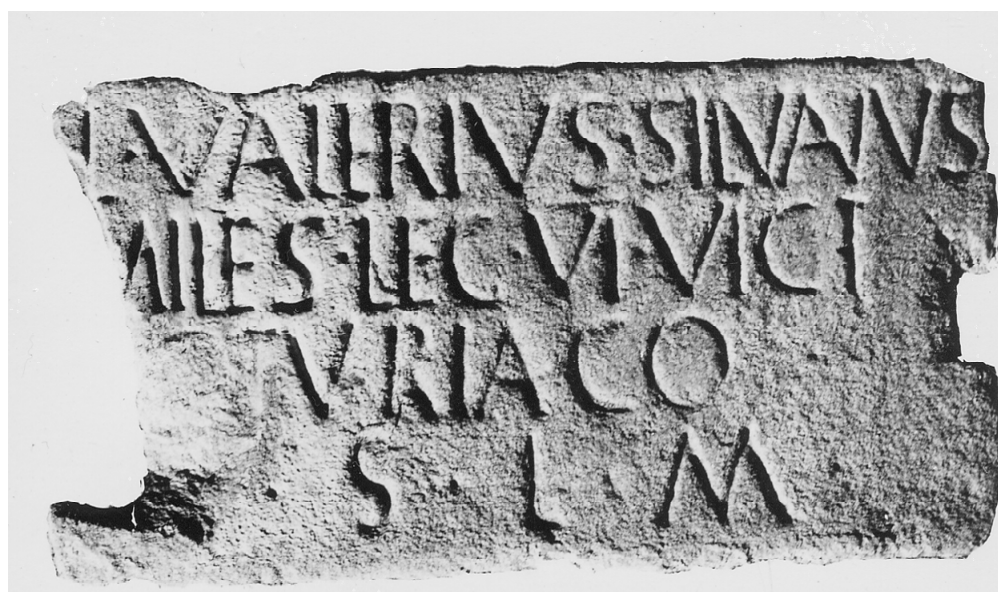
A foto da esquerda (n.2): A data de 1588 foi decisiva na história conventual do nosso mosteiro: renuncia o comendatário Alexandre Farnese e começa a fase dos abades trienais, eleitos pelos monges. O brasão mostra a dependência da Congregação portuguesa, a partir da Congregação de Castela e da de León.

À direita (foto n. 3): um mapa do convento no ano da extinção. Vê-se pelo mapa que o mosteiro de Santo Tirso tinha, aquando da saída dos monges, três claustros completos e um em fase de acabamento.



4.

As hospedarias conventuais foram de notável importância desde as primeiras horas do mosteiro de Santo Tirso. Mesmo antes da adopção da regra de S. Bento pelos nossos monges. A imagem exhibe-nos um prato que bem poderia ser das nossas hospedarias, julgo que do sec. XVIII.



5.

A cidade de Santo Tirso envolve diversos pólos de povoamento castrejo, que perdura na ocupação romana, e que o Abade Pedrosa, Leite de Vasconcelos e, depois, Carlos Manuel Faya Santarém confirmariam, pelas suas investigações na nossa cidade. A epígrafe de Lúcio Valério Silvano, militar da Legião VI a Vencedora, hoje, no claustro de Santo Tirso, é a prova conseguida de um povoamento bi-milenário do sítio da *Vila Moraria*, onde se construirá o mosteiro de Santo Tirso.



6.

Um dos problemas fundamentais do mosteiro foi sempre a água. A obra de engenharia medieva que o foi o Rego dos Frades, desde Pereiras até à casa monástica, terá sido um empreendimento notável, que, a prémio de alforria, custou a vida, não a um mouro - a quem as nossas gentes costumam atribuir as coisas grandiosas do passado - , mas a um preto. De tanto custo foi a obra que o escravo morreu, após a tarefa. Seja quais forem os artistas, o caso da lenda, só por si, ao par da grandiosidade, veicula o esforço dispendido na construção e os anos e energias gastas na tarefa de a executar.

De importância vital será o Rego, que as questões com os Frades do mosteiro rudesindiano de Monte Córdova e com o povo das paróquias confinantes chegam a muitas centenas, que o tribunal do Couto e o da Relação portuense, quando aquele não resolvesse o mal pela raiz, preencheriam milhares de sessões neste diferendo entre os frades e os vizinhos.

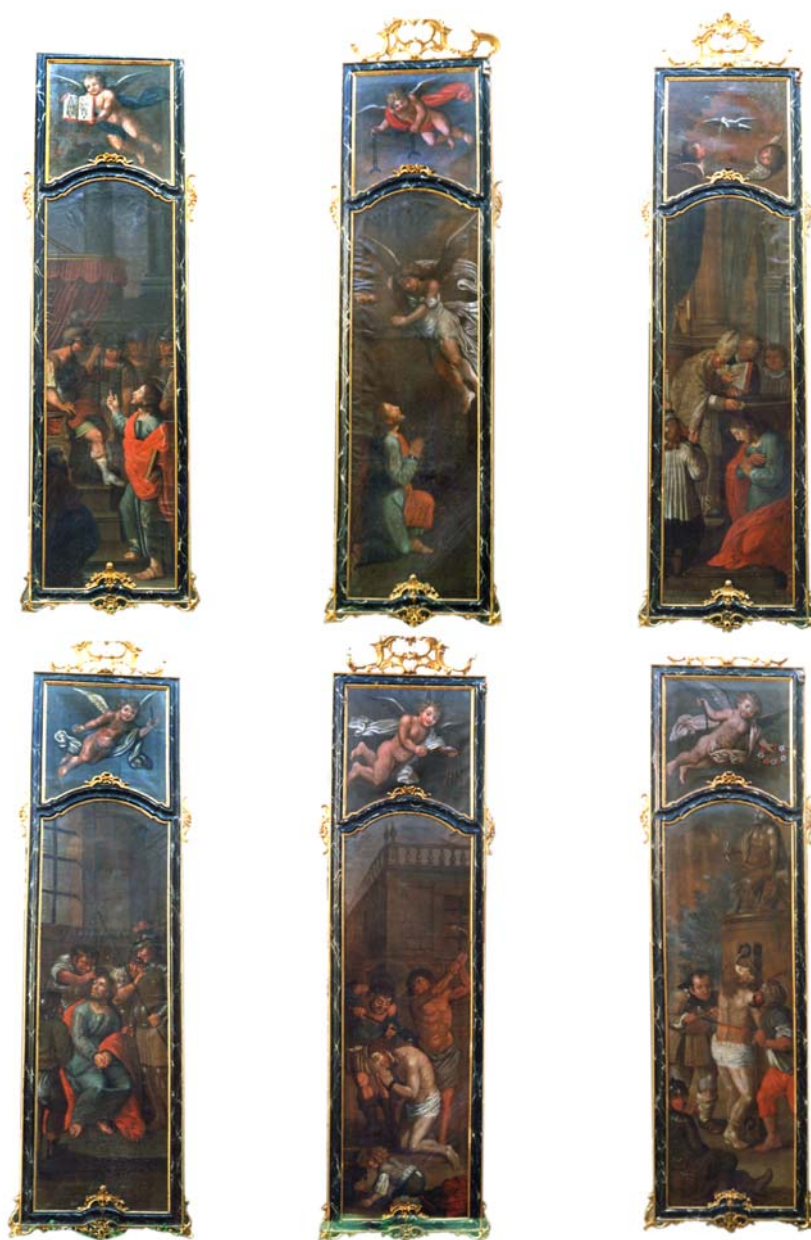


7.

O mal não era só o da salvaguarda dos direitos do mosteiro. Já o diria, à base da sua experiência pessoal, Frei Leão de S. Tomás, no sec. XVII: *que não há Prouincia em Portugal mais abundante de agoa, que entre Douro e Minho, nem outra, em que aja mais duuidas sobre agoas* (*Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 31).

Mas, além do rego, muitas outras construções subterrâneas se lhe anaiparam. O primeiro troço corria, de facto, pelo ventre da terra. E quase, ao remate, furava também a levada, nas suas “irradiações” divergentes, nas proximidades do mosteiro, através de canais subterrâneos. Os que as nossas imagens nos lembram poderão ser tentáculos últimos do Rego e já nas vizinhanças da sede do nosso município.

Sabemos que na zona de Pereiras, igualmente às portas do nosso convento, muitas outras explorações de água se fariam, já na fase dos abades trienais.



O martírio de Santo Tirso

Inspiradas na *Passio*, estas cenas representam, tal como a Idade Média concebeu, o modo como então se contava a história deste mártir da Bitínia. Nela acabariam por se aglutinarem clichés de martírios de vários daqueles defensores da fé pelos três primeiros séculos da vida da igreja.

O mártir Santo Tirso foi, desde os primórdios, o padroeiro do cenóbio tirsense, apesar de uns tantos introduzirem um pretense orago primitivo na figura de S. Nicolau. Dar-se-ia, porém, pelo sec. XV, pelo menos, uma ultrapassagem da primazia do mártir pela figura de Nossa Senhora, suponho que, à medida que o hagiónimo se retrairia pelas funções de mero topónimo, que por sua vez, tinha feito esquecer o nome fitológico primitivo do mesmo lugar, o de *Villa Moraria*.

As pinturas encontram-se na igreja de Santo Tirso, nas paredes laterais da capela-mor. De autor desconhecido. As molduras são dos finais do sec. XVIII, da autoria do monge beneditino Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Inspiradas no *trumeau* das artes dos espelhos – subdivididos, em duas partes –, na secção maior, a inferior, cada uma das cenas do mártir. Na parte superior, mais pequena, representação de anjos que ostentam os instrumentos do seu martírio. Molduras da segunda parte da fase evolutiva de Frei José – a de um barroco rocaille, ligeiro, brincalhão, a lembrarem a arte da filigrana, em ourivesaria –, sob influência ligeira ainda, do neoclassicismo emergente.



9.

Rego dos frades, importante levada que saindo de Pereiras, no rio Leça, desce sinuoso, por entre fragas e moinhos, por entre montes, e planaltos ou vales, durante, quilómetros, até chegar ao mosteiro. Leito que resultou, não da natureza que decorresse, ao azar da sorte ou da fortuna, mas como fruto do trabalho hercúleo do homem. Um preto, diz a tradição. Obra de engenharia de um escravo medievo – sec. XII – a quem os monges teriam prometido a alforria, caso chegasse à meta que almejada o fora.

Movendo muitas mós de muitos moinhos, muitos lavadouros, bastantes serras hidráulicas ou lagares de azeite, esta obra de engenharia remonta ao sec. XII.



10.

O Rego dos frades sai de Pereiras, exactamente neste ponto, em direcção ao mosteiro da nossa cidade. A foto mostrará esta obra de engenharia multissecular, nos primeiros passos da sua marcha descendente.



11.



12.

À esquerda (*foto 11*): o percurso do Rego dos Frades, a meio da sua caminhada, antes da chegada ao mosteiro.

À direita (*foto 12*): depois, já quase na recta final, após ter chegado à Quinta de Dentro dos nossos beneditinos e ter posto em movimento a Roda da Botica, a serra hidráulica e o lagar de azeite, aqui, no lago, descansaria, em etapa breve, para depois, em arranco final, mergulhar, definitivamente, nas águas do rio Ave. Na Botica, no frontão do corpo central, estava a imagem da padroeira, dos meados do sec.XVIII – Senhora dos Remédios -, que hoje se encontra no vértice do tímpano que serve de cabeceira, ao topo deste lago.



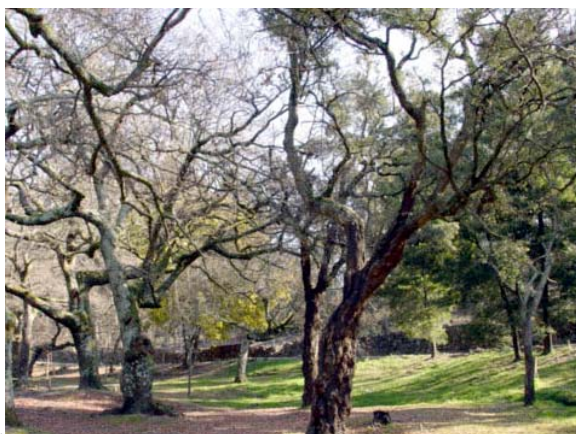
13.



14.

À esquerda (*foto 13*): Imagem dos moinhos do Rego dos frades, junto de Valinhas. Os frades vigiavam o Rego, com toda a solicitude e cuidado, de forma a que os vizinhos e moradores não desviassem as águas, não impedissem, com lavadouros, o fluxo normal da corrente e não construíssem moinhos nas suas margens. Demais, tinham os religiosos direito de serventia pelos terrenos que fossem de acesso à corrente. Com certeza, que as largas dezenas dos moinhos que bordejam o Rego foram construídos com autorização dos frades e mediante censo que fosse de compensação aos danos de seus interesses.

À direita (*na foto 14*): Sabemos, pelos inúmeros actos de visitação, desde os começos do sec. XVI, quando este mosteiro aderiu à Congregação, que os mordomos do convento, desde o lago até às origens da levada eram obrigados a correrem a veia de água, mensalmente, ou até de forma mais amiudada, até aos limites da actual cidade de Santo Tirso, o Picoto.



15.

15. *Valinhas*: Que formoso sítio aquelle ! Junto da capellinha, que é modestissima, estende-se um vasto carvalhal, onde só ténues raios de sol conseguem penetrar. O aspecto que este bosque offerecia era deliciosamente pittoresco. Aos troncos dos carvalhos estavam amarrados numerosos burros, cavallos e bois. Aqui e ali, ondulava uma dança chuleira; mais além um pequeno grupo comia, sentado na relva, o seu farnel. Um pintor impressionista havia trazido do arraial da Senhora de Vallinhas o esboço de uma téla preciosa (*Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, p. 255)



16.

16. É verdadeiramente bucólico e encantador tanto o Leça, com as suas margens e trechos românticos, com as suas quedas de água e o fragor dos seus ímpetos, como o que dele nasce, o Rego dos frades, agora com os encantos dos seus moinhos, prostrados de cansaço e os restos mortais dos seus cadáveres desconjuntados que acentuam o romantismo da toda aquela região.

Na foto presente, uma mó do moinho, que depois de tanto ciciar, é agora, verdadeiramente o retrato fiel de que à mó do tempo nem a mó do moinho, que tanto triturou, lhe pode escapar.



17.



18.

Fotos 17 e 18. Tantos são os monumentos ao longo do Rego dos frades: como disse, moinhos, lavadouros, lagares de azeite, serras hidráulica, pontes... Uma destas havia, junto às portas da cidade de Santo Tirso, onde, hoje se ergue a Auto-Rãs e de que falam as visitas. Acrescente-se o viaduto, junto da Fonte da Maria Velha, hoje bem transformado na fatiota da sua modernidade.



19



20



21



22



23



24

Elementos da edificação dos finais do sec. XI (segundo Manuel Real): base de uma coluna e de uma outra adossada (Fotos 22-23), fragmentos de um capitel fitomórfico (foto 20), de um outro historiado e de um simbólico (a figuração de um evangelista, sob a forma de um anjo alado, com nimbo e volume na mão) (foto 19). Uma das características do românico de Auvergne (França) consistirá na representação dos evangelistas, sob a forma de anjos alados, com uma banda na cintura a concretizar o seu nome. Representações deste tipo poderão observar-se nos ângulos e faces dos capitéis, como em Volvic, Mozat, Conques...

Para além da reinterpretação quatrocentista do documento de 1092, que fala em termos de *de novo erigentes* – o que parece supor uma reedificação da casa religiosa, ao sec. XI -, há, pois, o testemunho da arqueologia que reforça o levantamento de uma segunda casa monástica, em Santo Tirso, cento e tantos anos depois de 978.

No canto inferior da direita, uma porta da igreja românica: uma cruz rebaixada, acompanhada, de uma e outra banda, de dois símbolos astrais (sol e lua) anulares (foto 24).



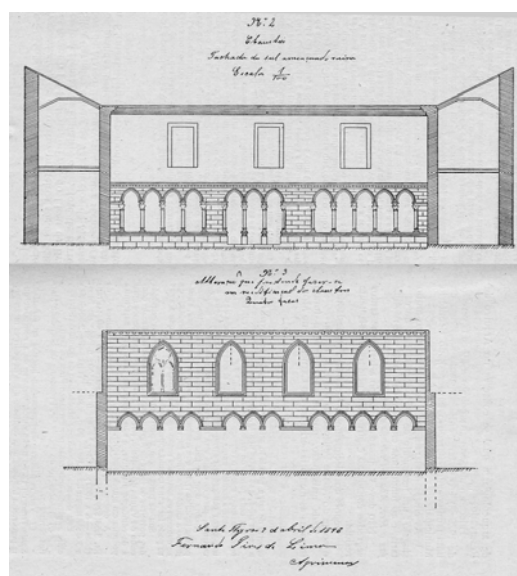
(Fotos nn. 25-30): As obras não parariam. Se em 1092, terá sido uma nova edificação - nesta cronologia, inaugurada -, as obras deveriam continuar. Estes elementos são já de algum tempo depois, segundo a mesma opinião do Dr. Manuel Real. Trata-se dos seguintes elementos: base de uma coluna geminada (foto 26); cruz insculpida (foto 27), cabeça de leão simiesco (foto 29), elemento de um friso (foto n. 28).

No sec. XV, aos começos, a construção da terceira matriz, por obra de D. Martim Gil, Conde de Barcelos – dos Castros da Galiza –, e de sua esposa, Dona Violante Sanches. Desta nova casa – igreja e mosteiro, que então se fizeram, por benemerância de D. Martim e de sua esposa – resta uma peça inteira o actual primeiro claustro e peças avulsas da terceira igreja, demolida, quase por inteiro, em 1659. A foto n. 25 mostra uma aduela de um arco (o triunfal (?): – de que restam dois fragmentos - de decoração quadrifoliada e um capitel vegetalista de um colunelo (foto 30).



CLAUSTRO DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO (Segundo uma litografia de Legrand de 1847)

31



32

Foto 31: o primeiro claustro, como era até 1897, na litografia de Legrand, de cinquenta anos antes.

O claustro entrara em ruínas, depois de 1847. Com a saída dos frades (1834), os fregueses que, em 1840, ficariam com a igreja e o primeiro claustro, servir-se-iam do jardim interior deste recinto para cemitério. E, para alargarem o espaço funerário, venderam o chafariz. Com os enterramentos, porém, os colunelos, paulatinamente, perderiam toda a consistência. E o claustro ruiu.

Em 1897, dar-se-á a reconstrução, sob planta de Fernando Pires de Lima. Ao lado (*foto 32*), em cima, a ala nascente, como era; e, em baixo, como ficou, segundo a planta do ilustre professor. A diferença dar-se-á, particularmente, no segundo piso, que era da primeira parte do sec. XVII: as três portas, de verga recta, com sacada tradicional portuguesa, dariam a vez a quatro portas – de resto, em cada uma das alas –, de remata ogival e de sacada inteiramente recolhida.



Foto n. 33: Quando morreu o Conde de S. Bento (26 de Março de 1893), foi inumado – que o mausoléu ainda não estava pronto - junto da matriz, ao lado poente, no espaço hoje ocupado pelo louceiro. Depois, a 13 de Abril de 1894 -, já pronta a edificação fúnebre, foi então feita a transladação do cadáver para o jazigo, no meio do claustro. De feição romântica – neogótico -, de acordo com as orientações de Pires de Lima, que imprimiu a mesma directriz na reedificação do segundo piso do claustro tirsense. Nesta foto, lá se vê ainda o mausoléu, que, a 12 de Dezembro de 1932, foi efectivamente retirado para o cemitério de Santo Tirso, no Montinho.

Na foto 34, o belo chafariz, que era, primitivamente, de uma só taça. Mas ao sec. XVIII – concretamente, no decurso de 1733-1734 -, um artista de Cossourados (Barcelos), de nome Francisco Manuel, aumentou, com mais uma taça, do que resultaria, tal como hoje se encontra. Note-se que, aquando do aproveitamento do jardim como espaço cemiterial, a Junta da paróquia, para aumento da área de tumulação, alienou o chafariz, a favor do proprietário da Quinta da Palmeira. Foi o Mons. Gonçalves da Costa, que, logo após a saída do mausoléu do Conde de S. Bento, requererá as fontes da Quinta da Palmeira. Foi exactamente a 8 de Dezembro de 1932.



Foto n. 35: Vista do claustro do ângulo SO. Neste recanto, uma imagem de Nossa Senhora, românica, da igreja de 1092. As galerias, de tecto apainelado, lajeadas ao nível do chão com grandes tampas sepulcrais, da primeira parte do sec. XIX, quase todas, por esta razão, inominadas - efectivamente, todos os frades, poucos anos adiante, receberiam ordens de exclausuração (1834) -, ostentam as seguintes medições: 28,50 m x 3,20 m.

Foto n.36: O estilóbato mede 1 m de altura. Sobre ele, assentam 124 colunelos geminados. Em remate, formosos capitéis, com decoração simétrica variada. Nesta base, assentam as colunas geminadas que servem de apoio aos arcos levemente apontados.

Por sobre os arcos das galerias e da banda do exterior, uma cornija, assente sobre uma cachorrada borgonhesa.



37.



38.



39.



40.

Fotos 37-40: Os capitéis do primeiro claustro de Santo Tirso são essencialmente de quatro tipos: ou fitomórficos, ou zoomórficos, ou antropomórficos ou quiméricos. Estes, que nas estampas se apresentam, são fitomórficos. Ao contrário dos demais, são estilizados, com uma forte e acentuada tendência para a geometrização.

Convém, desde já, dizer que cada colunelo apresenta capitéis simétricos, nos dois que se acham confrontados entre si. Mas que a maioria dos pares são diferentes uns dos outros.



41.



42.



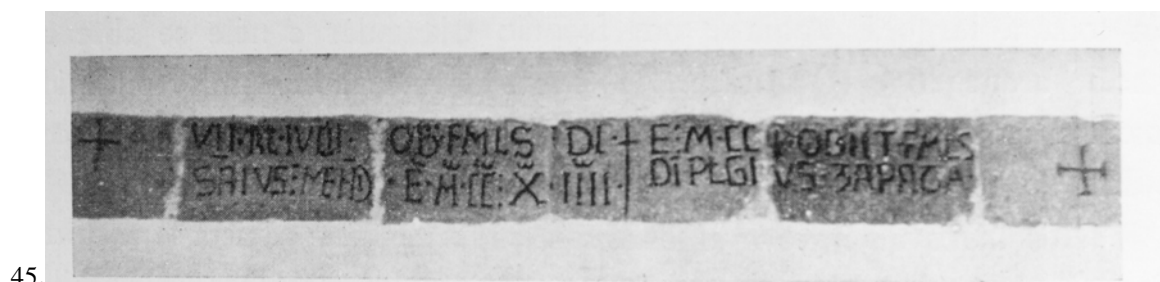
43.



44.

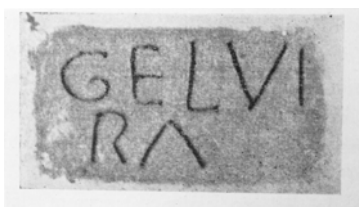
Ao lado dos motivos estilizados e das representações mais ou menos realistas, outros do mundo imaginário, como aqueles capitéis que a *foto 44* representa: seres míticos, fusão de elementos do mundo animal, ou de aves com outros respeitantes à condição física da natureza humana. Influência distante do mundo oriental sobre a cultura do ocidente latino. Efectivamente, os bestiários deixariam pegadas fundas na arte do Ocidente europeu.

Como dizia, para além dos capitéis geométricos e estilizados, de matriz fitológica, outros de carácter antropomórfico e zoomórficos. Ambos os tipos, de feições rudimentares, o que faz com que alguns estudiosos os considerem reaproveitamentos de capitéis anteriores, do período românico (*fotos 41, 42 e 43*).



45.

Foto 45: na porta de comunicação do nártex da igreja de Santo Tirso com o átrio da Porta Branca, por sobre o dintel, encontram-se três epígrafes tumulares. Antes de mais, a de dois meios irmãos, a saber, Soeiro Mendes, o Facha, doador de S. João da Foz ao mosteiro de Santo Tirso, que faleceu, conforme a epígrafe, em 1176; e a de Paio Zapata, em 1163. Porque eram da família patronal, os seus corpos receberiam sepultura, na igreja. Sabemos até que o primeiro, até 1659, jazia em mausoléu, no espaço do mesmo nártex.

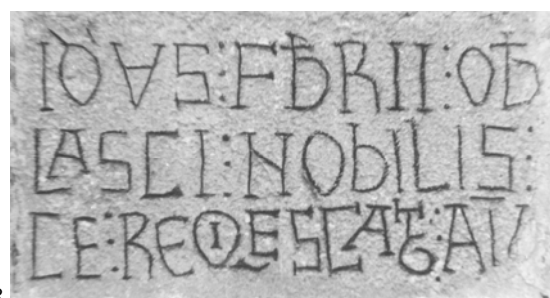


46.

A lápide funerária desta senhora, Elvira de nome, também se encontra na verga da mesma porta. Era a esposa de Soeiro Mendes, o Facha, e neta de Egas Moniz, o Aio, havido de sua segunda esposa, Teresa Afonso (foto 46).



47.



48.

Estas duas senhoras – Urraca Vasques (foto 47), que morreu a 27 de Maio de 1219, e Alda Vasques (foto 48), que faleceu a 11 de Fevereiro de 1235 – estiveram cada uma em seu túmulo próprio, a que pertenciam estas inscrições, hoje colocadas na parede leste do primeiro claustro de Santo Tirso. Sabemos que, mais tarde, após o falecimento da última, os frades bentos resolveram reuni-las em mausoléu comum, onde mandaram escrever uma epígrafe funerária latina, em poesia clássica – concretamente, em hexâmetros dactílicos -, e aí se porão em realce as relações de amizade entre as duas, o que serviria de justificação ao sono eterno em túmulo comum. Veja-se a foto 49.



Na mesma parede leste do claustro, encontra-se a lápide tumular do mausoléu comum das duas devotas Aldara Vasques e Urraca Vasques. A poesia tem a vantagem de “reparar” os estragos que os túmulos privados de cada uma houveram de sofrer, ao sec. XVII, na construção da quarta igreja monástica, no decurso quase milenário do historial dos monges deste mosteiro.

Não se trata, neste túmulo comum e, quanto à epígrafe, de uma poesia de verso leonino que lhe falta a rima interna. Antes metro clássico – hexâmetros dactílicos –, o que confirmará, com outras poesias que temos, a persistência da cultura clássica nos religiosos tirsenses.



Algumas das inscrições, romanas e medievais, dispostas a esmo, pela parede leste, na construção da sacristia, em 1659.

51.



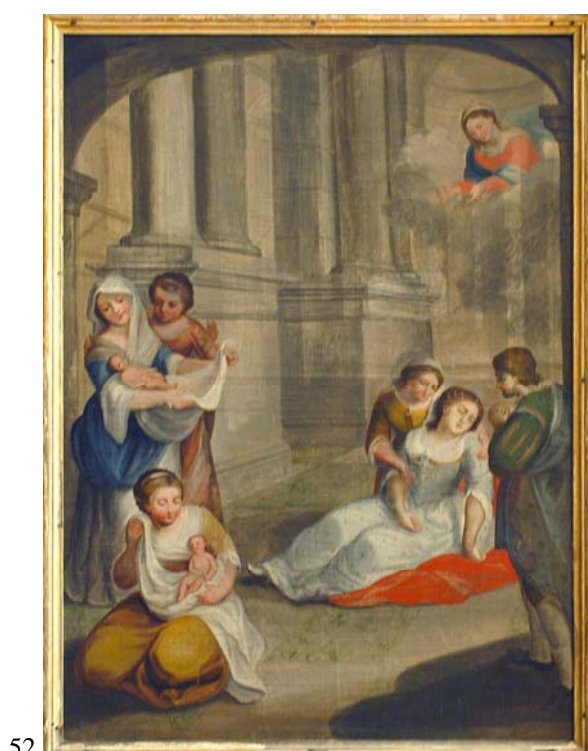
Desde 1751, que uma nova cadeia e uma nova sala de audiências funcionavam de fora, mas ainda junto à cerca do mosteiro, com fachada para a actual Rua de S. Bento. Pelo que o sítio ficou sendo o *Lugar da Cadeia*. Dever-se-á o complexo ao abade trienal D. Manuel da Ascensão.

Para o Salão das Justiças, o Abade D. Manuel de Santa Teresa, eleito em 1789, mandou pintar o retrato das personagens de maior evidência no historial do mosteiro.

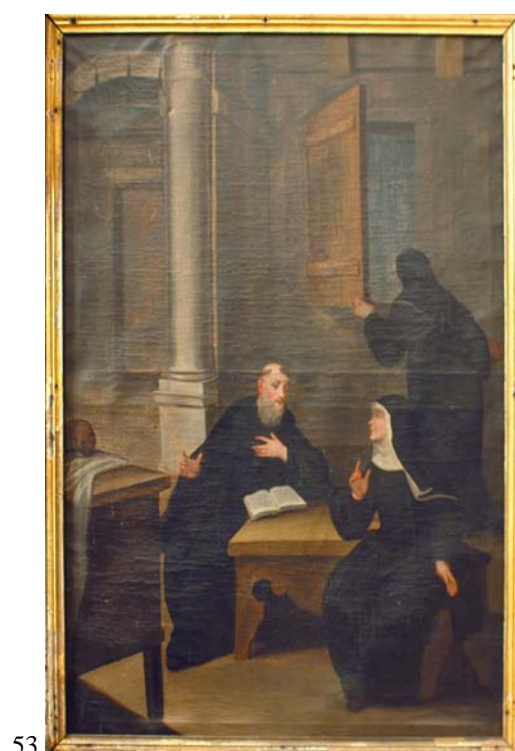
Depois da extinção das Ordens religiosas (1834), os quadros vieram para a claustra, onde ficariam até há pouco tempo. Sujeitos aos maus tratos dos homens e às intempéries das estações, mais se gastariam no seu arrecadamento anónimo e sem condições, em saleta imprópria, ao flanco da castra. Eram os seguintes os ditos personagens: S. Geraldo, que aqui estivera por várias vezes, que reconheceu os privilégios da isenção do mosteiro e que subscreveu a carta de couto a favor desta casa. Havia também o retrato de D. Afonso II, que teria estado entre os nossos monges, que nomeou o Abade Mendo II seu inquiridor e o fez seu testamenteiro, além de ter recordado a nossa casa entre os beneficiados das disposições de sua última vontade. Estava ainda o retrato de D. Sebastião, que, ao seu tempo (1578), iria confirmar a Congregação Beneditina Portuguesa; D. Gaudemiro, primeiro abade eleito pelos monges, após a beneditinização (1092), homem de grande envergadura, quer sob o aspecto eclesiástico, como político. Ao seu tempo, foi doado o couto de Santo Tirso ao mosteiro, o começo de uma longa série de uns quinze, de que foi donatário o convento da nossa cidade.

No meio desta galeria de homens ilustres que figuravam na Sala das audiências do Couto, encontrava-se, em tela comum, o Conde D. Henrique e Soeiro Mendes, Aqui a temos em reprodução fotográfica. O conde D. Henrique, muito relacionado com a Ordem de Cluny e que assinou a doação de 1097. E a imagem de Soeiro Mendes que, no ano seguinte (1098), o doaria ao mosteiro de Santo Tirso. Na tela, estão representadas, em rodapé, algumas das passagens mais importantes dos documentos da fundação e doação do Couto de Santo Tirso aos nossos monges.

A tela de que falámos está, presentemente, em fase avançada de restauro para sua recuperação.



52.



53.

Há três cadeirais no mosteiro de Santo Tirso, feitos ou refeitos por Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Feitos: o do coro-baixo, com espaldas de madeira; o da Sala do Capítulo, com espaldas de azulejaria. E parcialmente refeito o do Coro-alto. Este, de dois pisos, originariamente, era do sec. XVII, dos seus finais, obra dos entalhadores António de Azevedo Fernandes e de Domingos Nunes, do Porto, como se prova pelo contrato que estes dois mestre teriam feito com o convento da Vitória, do Porto, na Cidade da Virgem, por contrato datado de 1704

No sec. XVIII, segunda metade, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça retirará as espaldas originais – de talha –, que substituirá por outras com cenas pintadas da vida de S. Bento. A *foto n. 52* representa o nascimento de S. Bento. No da direita (*foto n. 53*), o Patriarca entretém-se em diálogo espiritual com sua irmã, Santa Escolástica, conversa que S. Bento teve de prolongar pela copiosa chuva que, entretanto, caía e que um religioso observa da fresta da saleta.

Se os enquadramentos de talha são de Frei José – tal como a elegantíssima cadeira abacial, ao centro – os dezoito retratos da vida do Santo Patriarca, serão do pintor tripeiro Teixeira Barreto. Dos finais do sec. XVIII ou começos do sec. XIX. De qualquer forma, neoclássicas de feições.



54.

Ao lado (*foto 54*), lápide que o abade comendatário D. Miguel da Silva, mandou insculpir, de homenagem ao grande benfeitor, D. Martim Gil, dos Castros da Galiza, e de sua esposa, Dona Violante Sanches, que, nas suas disposições testamentárias deixaram grandes somas de dinheiro, com que se construiria a terceira igreja, tão monumental – como diz o geógrafo João de Barros –, que dava para uma catedral de uma grande sé. Dela nos restará, além do primeiro claustro, algumas peças avulsas. Esta lápide estava na capela-mor, junto aos túmulos dos dois benfeitores. No sec. XVIII, foi ter ao patamar que divide os dois lanços da escadaria para o Coro alto.



55.



56.

Há, na sacristia do nosso mosteiro, quatro imagens do mesmo tamanho, do mesmo estilo e revestidos da mesma indumentária: a cogula. Demais, a traduzirem o ideal comum: o lema do Santo Patriarca S. Bento. São eles: O fundador – S. Bento -, S. Bernardo (cuja imagem se identificará na *foto 56*), S. Geraldo, monge de Cluny, arcebispo de Braga, bem relacionado com o mosteiro de Santo Tirso, apesar de uma certa quesília que entre ele e os nossos monges se levantou (*foto 57*); e, finalmente, S. Gregório Magno, primeiro biógrafo de S. Bento, que oriundo de uma família patricia e desempenhando ele mesmo cargos de grande relevo, a nível político, transformará o seu palácio em convento de monges penitentes. Alguns, pelo menos, teriam conhecido pessoalmente o grande Patriarca. E destes, da sua boca, sairiam preciosas informações de que serviu S. Gregório Magno, para, nos *Diálogos*, compor a sua biografia de S. Bento..

Os estadistas do abaciado de D. Frei Lucas de S. José (1740-1743) apontam a encomenda de quatro santos. Não dizem quais. Os da sacristia, porém, são do mesmo tamanho, do mesmo figurino, da mesma estética, todos relacionados com a Ordem de S. Bento. Possivelmente serão estes que D. Frei Lucas de S. José encomendaria e que, hoje, figuram sobre modilhões, na sacristia da igreja de Santo Tirso: S. Bento (*foto 55*), o fundador da Ordem, S. Geraldo (*foto 57*) e S. Bernardo (*foto 56*), um dos intérpretes da regra beneditina, de estrita observância, que na prática se traduziria no ramo monástico da Ordem de Cister.

Além desta imagem de S. Bernardo, havia uma outra do mesmo nome, no mosteiro de Santo Tirso. Encomendou esta segunda imagem D. Frei José de Santa Maria Maior (1770-1773), do que consta, igualmente, no relatório trienal deste abade.

De resto, uma capela no vão da sacristia, teve o *Doctor melifluus* como orago.



57.



58.

Imagem de S. Geraldo, na sacristia de Santo Tirso (foto 57, à esquerda), e de S. Bento, no mosteiro de Singeverga (à direita, foto 58). Quanto a S. Geraldo, sabemos do seu papel, no relacionamento com o mosteiro de Santo Tirso. Monge de Cluny, eleito bispo de Braga - e logo a seguir, feito arcebispo da diocese -, retomará do bispo que o antecedeu - D. Pedro - a defesa dos direitos da sua Igreja. Por mal entendido, do que não seria culpado - tanto quanto se poderá julgar do litígio que manteve com o nosso mosteiro (1101) -, pensaria que a nossa casa religiosa, à base do censo que do seu antecessor houvera recebido, pertencia à diocese de Braga. O abade tirsense, D. Gaudemiro, reagiu. E acabaria S. Geraldo por reconhecer que, se, no mosteiro de Santo Tirso, se acolheram os bispos de Braga, não o fora em consequência da tributação a que todas as igrejas - estas milho alvo - e os mosteiros - estes *pausadia* - da diocese bracarense foram obrigadas, em relação ao prelado de Braga. Antes, o nosso mosteiro os teria recebido por simples acto de caridade e por efeito de um contrato mútuo, que a nossa casa religiosa fizera com os bispos da sede metropolitana. Na polémica, o bom senso e compreensão do arcebispo perante as pretensões dos nossos monges reflectiu-se nas páginas da *Benedictina Lusitana*. E nesta escultura que, depois de ter figurado, possivelmente, no altar-mor, se guarda, hoje, na sacristia da matriz (foto 57).

Quanto a S. Bento - e esta é uma escultura da autoria de Altino Maia, da primeira metade do sec. XX, que pertence ao mosteiro de Singeverga (foto 58) -, temos a dizer que a sua regra entrou no mosteiro de Santo Tirso, por 1092. Assim a inserção da regra não constituiu uma fundação beneditina do nosso mosteiro, mas tão só uma filiação. A escultura de Altino Maia representa S. Bento como abade, ostentando sobre o peito e segurando na sua mão direita o volume da regra, com as iniciais, por que se introduz: *Ausculata, o fili carissime*.



61.



62.

Santo Tirso, o orago da comunidade monástica de Santo Tirso

Escultura (*esta, a n. 61*) dos finais do sec. XVII, como o altar e outras imagens do retábulo-mor. Só que, a princípio, colocado num altar-colateral. É que o Santo Tirso da penúltima igreja simbolizava-se num palmito, conforme o testemunho de Frei Leão de S. Tomás. Ora a escultura que foi intronizada num nicho, sobre a banquetta do altar-mor, no triénio de 1789-1792, com os sinais do livro e da serra, não era nova. Terá vindo, nesta altura, de um altar secundário, recebendo tão só na transladação alguns retoques. Logo é possível que a escultura recue à década de 1690, quando foi construído o altar-mor, com a sua imaginária, e quando se ergueram também os do transepto, com excepção da actual Capela da Piedade e do altar de Santa Maria Madalena.

Cristo em casa de Maria e Marta

Maria sentada, ouvindo as palavras do Mestre, enquanto Marta, muito atarefada, serve à mesa (*foto 62*). O retrato é do extraordinário pintor Grão Vasco, que a fez para o Palácio episcopal de Fontelo, de Viseu, na altura em que era Bispo D. Miguel da Silva, que foi também abade comendatário do nosso mosteiro (1522-1536).

D. Miguel da Silva – que se vê na pintura, à esquerda, apertado entre a figura de Marta e a coluna que suporta o arco sobre a mesa a que Cristo preside –, ele, D. Miguel, era sobrinho do grande prelado bracarense D. Diogo de Sousa. Realizaria grandes obras em Santo Tirso, quer na igreja monástica – onde, entre outras coisas, recuperaria a memória dos ilustres benfeitores do mosteiro trecentista, que à sua custa, deram somas de grandes valores monetários para a igreja gótica –, como também no aro concelhio tirsense, como em S. Bartolomeu de Ervosa, e, possivelmente, na *loggia* quinhentista de Negrelos.



63.



64.

(Foto n. 63): Frei Leão de S. Tomás, em 1650, dará conhecimento da primazia de Santo Tirso, que, todavia, ao seu tempo, figurava, na igreja, num altar colateral, de segunda ordem. Simultaneamente, dará testemunho da presença da imagem de Santa Maria no altar-mor. E justifica a situação, não porque se tivesse perdido a noção do padroado que, de facto, competiria ao dito mártir, mas porque Nossa Senhora, pela sua dignidade, mereceria lugar de relevo maior. Mais profunda teria sido a modificação que se verificara em Meinedo: Santo Tirso, de padroeiro principal, veio a ser substituído, e inteiramente, pela invocação de Nossa Senhora da Assunção. Em Santo Tirso, a tanto não se chegaria.

Houve sempre, desde os começos, uma certa tenção, entre três “candidatos” à primazia do mosteiro de Santo Tirso. Inicialmente, entre o mártir e Santa Maria. Aquele começa por ser o orago dos monges, a partir do ano de 978. Pomos de parte o caso de S. Nicolau, sem consistência, de resto. Em 1098, aparece já, na carta de couto, ao lado de Santo Tirso, um padroeiro secundário, na figura de Santa Maria. Mas, à medida que Santo Tirso desliza para a condição de topónimo, Nossa Senhora, e por contrapeso, assumirá a posição de relevo maior, o que se vê pela designação medieva de *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d’Ave*.

Só, em 1789-1792, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça modificaria o retábulo-mor da igreja de Santo Tirso. Respeitaria o enquadramento de 1699 – as colunas torsas e seus arcos, decorados de aves parras e *putti* -, mas modificaria, profundamente – dentro dos parâmetros do neoclassicismo que emergia – a medula, ao colocar uma nova banquetta realçada, com baldaquino, onde vai pôr a imagem de Santo Tirso, que veio agora de um lugar subalterno para o altar-mor. Permanecia uma certa presença continuada de Nossa Senhora neste lugar de relevo, sob a forma – não esculpida, como o fora desde 1699, até esta altura -, antes pintada, e que, mediante cilindro, fechava ou abria, a entrada da tribuna do altar-mor. Em 1873, sairia a imagem de Santo Tirso, para um altar lateral, para deixar, agora, a vez à escultura de Santa Maria Madalena, na medida em que a comunidade protegida não era já a dos frades – extintos em 1834 – mas a paróquia que sempre se albergara à sombra tutelar da irmã de Lázaro.

E Santo Tirso voltará (1892) ao altar-mor, por razões de história, coisa a que não poderia ficar alheio o conhecido arqueólogo Abade Pedrosa, pároco de Santo Tirso.

A foto da direita (foto n. 64), a da Senhora dos Remédios, padroeira da Botica do mosteiro tirsense. Famosa, desde o começo, esta ovença monástica. Demonstra-o o documento do sec. XI, acerca do fidalgo da casa de Marnel. Depois, já no decurso da Baixa Idade Média, vários documentos respeitantes a dotações, com que se beneficiava a Botica, ou então a propósito da toponímia, como o lugar da Enfermaria, em Burgães, onde se situavam propriedades, cujos rendimentos serviam de apoio a esta oficina conventual. Mas foi, ao sec. XVIII, com a construção da nova Botica, ao tempo do abade D. Frei Plácido de S. Bento (1743-1746), na extensão de 3 casas, e com os serviços do conceituado Frei João de Jesus Maria, autor da celebrada *Pharmacopeia Dogmática*, que os serviços médicos de Santo Tirso atingiam notoriedade maior. No tímpano da casa central das três de que, ao sec. XVIII, se compunha a Botica do mosteiro, estava a imagem da padroeira, que a foto 64 representa.



65.



66.

O Abade, D. Frei Plácido de S. Bento, mandaria rasgar uma escadaria de dois lanços, que desse acesso ao coro alto. Ao cimo, colocará uma escultura, abrigada sob nicho de talha dourada, defendido de reposteiro, inspirado na arte da cenografia teatral. Era o santo homónimo do abade, o S. Plácido. E também será um dos santos característicos da evolução hagiográfica. em concreto, do problema oposto ao fenómeno mais vulgar até, do desdobramento, como é o caso da fusão de dois santos num só.

Monge cassiniano, discípulo de S. Bento, dos começos do sec. VI, foi tido por confessor, até ao sec. XII. Uma *Vita Placidii* desta data faz dele um monge enviado à Sicília por S. Bento. Lá iria fundar um mosteiro. E vai aglutinar a auréola do martírio de um santo local homónimo. Desta maneira, o S. Plácido, discípulo de S. Bento, se venerará, a partir desta altura, também como um mártir, numa simbiose que representa um acréscimo suplementar, um título mais de glória para si e em favor de Ordem de que era membro. Daí que os beneditinos o tenham como o seu proto-mártir.

É o advogado dos *náufragos* – Santo Amaro tê-lo-á salvo de morrer afogado, quando S. Plácido caiu nas águas de uma lagoa – e *das dores de cabeça*, porque o martírio que se lhe adossou terá consistido na degolação.

O quadro que representamos na imagem da esquerda (*foto 64*), encontra-se na série dos dezoito que ornamentam o espaldar do coro-alto de Santo Tirso.

Na foto da direita (*foto 65*), encontramos um S. Plácido, com cogula nitidamente pregueada, de monge beneditino, com um livro na mão. Como disse, era o santo homónimo do abade actual, na altura da construção da ampla escadaria, que vai inutilizar a nave da epístola da igreja de 1300.

Ao alto do segundo lanço da escadaria, a mísula, aonde se resguarda S. Plácido, que apresenta no rebordo esta inscrição:

QUID NOS, DIUE, MONES IN SCALLAE
VERTICE COELUM / NOS PER UIRTUTES
SCANDERE POSSE MONES.

Influxo da literatura apotegmática: o santo, do seu trono, e à consulta dos seus clientes – os monges que sobem – a exercer uma função tipicamente oracular.



67.

Retábulo-mor da igreja de Santo Tirso

Foto 67: Grandioso retábulo, um dos três existentes em capelas-mores ex-benedictinas intimamente ligadas pelo uso da mesma versão daquele estilo barroco do fim de Seiscentos e começo de Setecentos, ao qual chamei “nacional”. Os outros são os retábulos principais de S. Bento da Vitória, no Porto (...), e Santo André de Rendufe (...), possivelmente de Gabriel Rodrigues Álvares ¹.

Robert Smith dele fala como anterior a 1713. Deve ser da década de 1690, pelos finais. Pascoal de Sousa o dourou e estofou, com as suas imagens, em 1700.

Em suma, podemos dizer que a talha – colunas, entablamento e arquivoltas – já estavam prontas em 1699, pelas razões que já dissemos. O sacrário, o camarim e a maquineta são de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça (1780-1783). O nicho, sobre a banquetta, que alberga o que foi orago primigénio do mosteiro, é do mesmo Frei José (1789-1792).

A imaginária do altar-mor, quanto às ícones de S. Bento e Santa Escolástica, devem ser de 1690. E delas poderá ser autor Frei Cipriano da Cruz. Pelo menos, são anteriores a 1700. Havia uma Senhora da Assunção, de relevo, também deste decénio que começa em 1690, e mais uma estátua esculpida de Cristo Salvador. A Senhora da Assunção, esculpida, saiu do altar-mor, por entre 1789-1792. Está hoje, no primeiro claustro. O Divino Salvador deve ter saído do altar, há muito. Encontra-se agora no vértice do camarim do retábulo-relicário da sacristia.

A imagem de Santo Tirso, padroeiro da comunidade monástica, situada no espaço que vai de 1651 a bastante antes de 1789, deverá ser dos finais do sec. XVII. Foi retocada em 1789-1792.

A pintura de Nossa Senhora da Assunção, que fecha o camarim do retábulo, pintar-se-á no triénio de 1789-1792. Posteriormente reformado, receberia novas acomodações, em 1991, das mãos de Armindo Roxo, técnico de restauros.

¹ SMITH, Robert - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*, vol. II, p. 454.



68.



69.

Na *foto n. 68*, imagem do Papa S. Gregório Magno, o primeiro biógrafo de S. Bento. A sua importância na igreja de Santo Tirso medir-se-á pelas duas esculturas com que este Papa se representa: primeiramente, uma na sacristia. Uma outra, no ângulo sudoeste do claustro da nossa igreja, aquela que reproduzimos nesta fotografia, com as insígnias que lhe competem, a saber, a cruz tripla ou papal, com a tiara.

A *foto n. 67* representa o Santo Patriarca, revestido da cogula beneditina e com o báculo, que veicula a ideia da sua dignidade abacial.

Foi na prelazia de D. Frei Paulo da Assunção (1722-1725) que se mandaram colocar nos nichos rasgados na fachada da igreja de Santo Tirso as três estátuas: ao centro, a de Santo Tirso, decorado com o emblema da serra, que nos remeterá ao modo como, na tradição, se teria consumado o seu martírio. De um e doutro lado, as figuras de S. Bento e de Santa Escolástica, com os símbolos que lhes são habituais. Marcam, o Santo Tirso, a fundação do primeiro mosteiro (978); estes dois – o Santo Patriarca e sua irmã – o ingresso dos monges na Ordem beneditina (1092). No amanho das vestes, no pregueado de caneluras amiadadas e num alinhamento de direita rigidez, e só levemente ondulantes na secção inferior, no posicionamento dos pés, percebem-se marcas e estigmas do código estético de Frei Cipriano da Cruz.



70.



71.

Quanto a este braço relicário (*foto n. 70*), teremos a dizer três coisas: primeiro de tudo , que a relíquia será a de S. Bento, e não de Santo Tirso. Não terá razão Carlos de Passos – apesar do acostamento sugestivo à informação – sem base, diga-se – da oferta de um braço do mártir que o convento de Meinedo teria feiro ao mosteiro de Santo Tirso.

Quanto ao estojo e matéria, não é todo de prata. Quanto à cronologia, tenho a dizer que o braço relicário, pertence, com todo o rigor, ao abaciado do triénio de D. Frei Plácido dos Anjos (1629-1632). Assim o dirão os estadistas em Abril de 1632: *Fesce hum braço do Nosso Padre S. Bento de prata e latão dourado com relíquia do mesmo santo.*

A Quinta da Batalha (*foto n. 71*), no seu embelezamento, deve-se à iniciativa do grande abade D. Frei Paulo da Assunção. Foi ele que, após permutas de terras com vizinhos, circuitou a Quinta de muros de grande robustez, mandou construir este portão monumental, com nicho a resguardar a imagem do Santo Patriarca, ao lado de outra porta de simprez maior. Os pomares, o tanque, o jardim com chafariz, o barco... Enfim, tudo organizaria no sentido de tornar a Quinta da Batalha numa estância de repouso para o corpo e de suave contemplação para a alma dos monges de Santo Tirso. Apesar do som rangente das armas e dos uivos frenéticos de combatentes que se pressentem no topónimo da Batalha...

O portão e a imagem do Santo Patriarca que acolhe o viandante em S. Bento da Batalha e que recebe – ou recebeu ! – os monges, com o suave apelo da regra *Ausculat, fili carissime*, junto com o emblema heráldico da Congregação, datam do triénio de D. Frei Paulo da Assunção, do seu abaciado de 1722-1725. Mais em concreto, de 1724, como se lê sobre o dintel do portão da Quinta da Batalha.

Tenho a acrescentar duas coisas: que o povo das cercanias a esta imagem de S. Bento sobre este portão lhe presta um culto constante, com lâmpadas acesas e com flores e outros ex-votos. Mais, as gentes iluminam a fronte do santo Patriarca com a auréola de vários milagres que ali teriam tido lugar.



74.



75.

A padroeira secundária ao ritmo das estações

Santa Maria, embora, inicialmente, fosse a padroeira secundária de Santo Tirso, cedo – e repito, talvez pela feição toponímica que o antropónimo foi assumindo – viria a sobrepor-se numa como que liderança do nosso convento. Pouco a pouco, veio a dizer-se *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave*.

A *foto 74* mostra a imagem da Santa Maria que figurava no altar-mor da nossa matriz. Com a construção da última igreja, Nossa Senhora, do título da Assunção, assumiria a data da solenidade de Santa Maria, agora figurada, na pintura e na talha, em feições condizentes com a maneira como os artistas configurariam o tema da Assunção de Nossa Senhora. A *foto n. 75* mostra-nos o painel insculpido deste mistério que figurou no altar-mor, desde 1699 até 1789-1792. Dirão os estadistas destas últimas transformações:

No altar mor se fes de novo hum Nicho com sua sanefa de Remate em boa talha todo dourado para nelle se por a Imagem de Santo Thirso, que indevidamente estava em hum Altar colateral. Retocou-se a mesma Imagem, e dourouse todo o entabulamento da Tribuna, que em roda o mesmo Nicho; e a Senhora da Açumpção que estava no meio da Tribuna se mudou para a escada, que da Varanda vai para a Horta, em que se fes despeza para se por com aseio de molduras, e cortinas: pondo-se a Imagem da Senhora em pintura com todo o Appostolado em hum Painel grande que fecha a boca da Tribuna, e abre recolhendo-se, e fechando-se por hum selindro com facilidade, sem prejuizo do Painel, e dentro do Camarim se pos hum Veo Rico na Maquineta.

Assim, antes de mais, importa realçar a substituição do relevo insculpido da Assunção por um painel pintado, susceptível de recolher-se, por meio de cilindro, e que figurava o mesmo mistério da Santíssima Virgem.



76.



77.

Três coisas temos a apontar, no que toca às relações entre a Rainha Dona Mafalda e Santo Tirso. Dela chamamos a atenção para as duas fotos que apresentamos em epígrafe nesta estampa. Ambas representam motivos do convento de Arouca, onde, religiosa, se finou: o retrato (foto 76) e o seu monumento fúnebre de ébano (foto 77).

Das três coisas, a primeira dirá respeito à demarcação da Foz do Douro. D. Soeiro Mendes, o Facha, doara a ermida de S. João ao mosteiro de Santo Tirso, em 1176. Pois, a rainha Dona Mafalda demarcara o Couto de S. João da Foz, em prol do nosso convento. E, poucos meses depois da morte de D. Sancho I, renovará a doação, exactamente em Março de 1211: *Outrora, ainda em vida de meu pai, por sua autoridade, coutei a igreja e a ermida de S. João da Foz do Douro a D. Mendo, Abade do mosteiro de Santo Tirso.*

O segundo acto diz respeito, não ao convento de Santo Tirso, mas à freguesia de Areias, do concelho de Santo Tirso. A propósito das propriedades dos Pereiras. Um diferendo sobre posse de terras sitas na Torre, reivindicada pelo neto de Gonçalo Rodrigues, o Palmeira, de nome Pedro Fernandes, e pela Rainha Dona Mafalda, julgo que na qualidade de herdeira de Dona Urraca Viegas, segunda esposa daquele. Resolver-se-ia a questão em Maio de 1224, no mosteiro de Arouca, por cedência mútua. E Dona Mafalda libertará àquele membro dos Pereiras a Torre, com seus direitos e pertenças.

A terceira relação basear-se-á nas disposições de última vontade da Rainha. No seu testamento, beneficiaria muitas entidades – dioceses, ordens militares e religiosas... –, das quais se destacam os beneditinos de cá: *Deixo ao mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave o casal de Martim Mendes pelo meu aniversário.*

Por ocasião da sua visita ao mosteiro de Santo Tirso (1792), João Pedro Ribeiro dirá: *a Casa do Archivo (de Santo Tirso) he muito propria, e decente; e grande o numero dos Titulos, e á proporção das rendas do Mosteiro.* E, entre outros, cita a *Carta de Confirmação, e doação de bens e regalias, feita ao mosteiro, pela Rainha Santa Mafalda.*

Filha do rei D. Sancho I, rainha de Castela, freira de Arouca e associada às suas irmãs Teresa e Sancha na veneração com que a Igreja, desde há séculos, as vai honrando. O culto de Dona Mafalda foi confirmado por decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, em 13 de Março de 1792, com a anuência de Pio VI, em 14 do mesmo mês.



78.



79.

Imagem de S. Rosendo na igreja de Santo Tirso

Morte de Santa Mafalda

S. Rosendo (*foto n. 78*): vestido de abade beneditino, de cogula, báculo, mitra e capa magna, nasceu, como diz Frei Leão de S. Tomás, em Santo Tirso. Ele mesmo, a meio do sec. XVII, dará testemunho do local e das ruínas em que jazia o paço onde o santo nascera: *Teue tambem Dom Gutierre o titolo de Conde como seu Pay, que naquelles tempos era o mesmo, que gouernador de alguma Provincia, e assi se entende que teue o mesmo gouerno, parte em Galisa, parte em Portugal. Era Senhor de huma Villa chamada Salas no Bispado do Porto, que estaua fundada perto do nosso Mosteyro de Santo Thyrso, ao pé do monte Cordoua, e à vista do Rio Aue; e ainda hoje naquella parte há hum campo de muyto pedregulho chamado Sala, por onde parece que ali estauão os paços em que o Conde Dom Gutierre, e a Condeça Dona Aldara faziaõ sua habitação ordinaria* (vol. II, p. 145, col. 1-2).

As anotações geográficas do lugar são certeiras e precisas. E tão concretas que bem supõem um conhecimento pessoal *de visu*, do mesmo lugar, até porque uns quinhentos metros separam Salas da cerca do mosteiro de Santo Tirso, onde viveu, alguns anos, Frei Leão de S. Tomás e donde levaria saudosas lembranças deste nosso mosteiro, que ele glorifica, em prosa e verso latino.

Embora sofresse influências de S. Bento e sua Regra, o monaquismo rudesindiano, porém, ainda não era beneditino, apesar das suposições de Frei Leão de S. Tomás.

Esta escultura de S. Rosendo da igreja de Santo Tirso foi colocada na capela da sacristia, no triénio de 1722-1725, de D. Frei Paulo da Assunção, conforme escreveram os estadistas deste abaciado: *Posse no altar de Sancrestia São Rozendo*. Até 1722, aí estivera a belíssima imagem de Santa Gertrudes que o Abade D. Frei António de S. Bento mandara colocar, no decurso do seu triénio (1710-1713).

Na foto da direita (*foto n. 79*), um retrato da morte de Santa Mafalda, pintura do sec. XVIII, no mosteiro de Arouca, onde faleceu, obra de arte enquadrado numa bela e esmerada estrutura de talha barroca, dourada.



80.

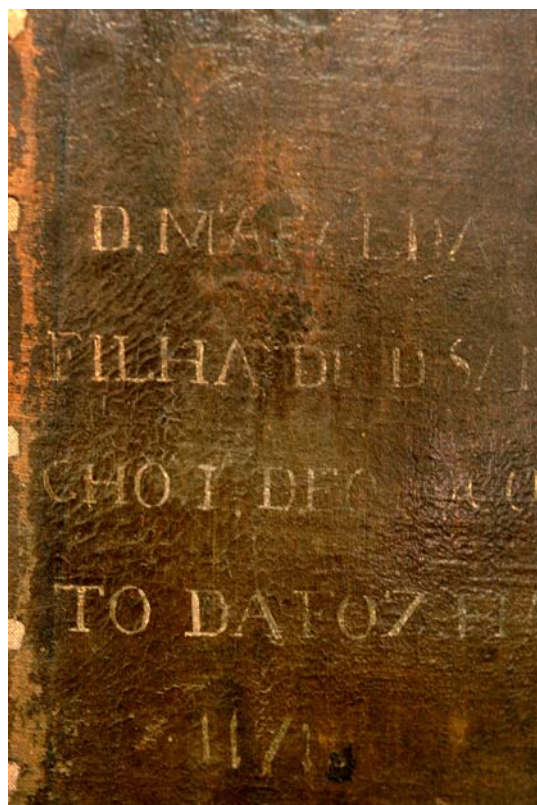
O clérigo Florêncio e a sua inveja

Pintura do sec. XVII, na sacristia do mosteiro de Santo Tirso

“De fronte do Mosteyro de S. Clemente, em que o glorioso Patriarcha ordinariamente resedia, da outra parte do rio, moraua hum Clerigo por nome Florencio, que tinha grande enueja à fama que o santo por suas obras e milagres tinha alcançado. Pode tanto com elle esta paixão que pretendeo darlhe a morte secretamente, e pera este effeito lhe mandou hum pão amassado com peçonha. Agardeceolhe o santo aquellas mostras de charidade fingida, mas conhecendo por reuelação diuina, o veneno que o pão trazia guardou o até vir hum Corvo, que de huma deueza perto, vinha cada dia receber sua reção da mão do grande Patriarcha, vindo o Coruo, lançoulhe o pão, e mandoulhe, que o leuasse a parte em que não fosse achado de pessoa alguma; o Coruo abrindo a boca, e azas, bem mostraua, que queria obedecer mas não ouzaua tocar no pão, como se conhecera que estaua inficionado. Disse-lhe outra ves o santo, faze o que te mando, não temas; Obedeceo o Coruo logo, tomando o pão no bico (...). E tornando daly a tres horas, recebeo da mão do santo sua reção costumada” (Frei Leão de S. Tomás, Benedictina Luzitana, t. I, pp. 56-57).



81.



82.

No seu triénio (1789-1792), D. Frei Manuel de Santa Teresa mandaria pintar os retratos dos personagens mais importantes ligados ao mosteiro. Estes quadros, de grandes dimensões, foram feitos para o Salão das Justiças. Depois da extinção, colocaram-se no claustro, onde muita gente ainda se recorda de aqui os ver. Nesta se encontravam expostos à deterioração da grande humidade - de que, aliás, padece toda a casa de Santo Tirso, na margem do Ave e ao sopé do Monte Córdova -, e aos maus tratos da gente. Basta se diga que uma das telas fora cortada à faca, em rasgos paralelos, de fora a fora... E que outras sujeitas às marcas impressas pela violência das bolas chutadas do rapazio que jogava o futebol nas galerias mesmas do claustro. Deste sítio, e mais tarde, se recolheram numa sala tangente à castra

A fotografia (n. 81) mostra um dos painéis, com o retrato da Rainha Dona Mafalda, a doadora do Couto da Foz do Douro ao mosteiro de Santo Tirso. À direita e ao alto, a inscrição, que, ao lado, reproduzimos de forma mais avantajada (foto 82), e onde se diz: *Dona Mafalda, filha de D. Sancho I deo o Couto da Foz em 1171*. A data, na tela, sofre de incorrecções. O couto da Foz, foi demarcada em favor do convento de Santo Tirso, ao tempo de D. Sancho I. E, depois da morte deste monarca, a sua filha, a Rainha Santa Mafalda, confirmará a doação. E este último acto sucedeu em 1211. Esta última cronologia foi precisada em termos mais rigorosos por João Pedro Ribeiro, que, com a sua autoridade, a consagraria: Julho de 1211... Filipe I de Portugal, em 1598, mandou transcrever a carta da concessão, com as assinaturas dos confirmantes: Rei D. Afonso, Rainha Dona Urraca, Infante D. Sancho, Rainha Dona Mafalda, D. Pedro bispo eleito de Braga, D. Martinho, bispo do Porto, D. Paio, bispo de Lamego, D. Nicolau, bispo de Viseu, D. Pedro, bispo de Coimbra, D. Soeiro, bispo de Lisboa, com as assinaturas de várias testemunhas.

As duas etapas estão patentes na transcrição: *eu a Rainha dona mahallda filha de dom sancho jllustrissimo Rej de portuguall e da Rainha dona doçe faco saber (...) que como eu os annos passados em vida de meu paj com sua authoridade coutei e fis coutto a jgreia ou hermida de são joão da foz do douro a dom mendo abbade de santo thirssso e a seu comuento (...) agora por certo dispois da morte de meu pai confirmo o dito couto per amor de deos e da bem hauentturada virgem maria (...) em Rimição dos pecados de meu paj e meus e tambem por Respeitto da uertude e Relligião de dom mendo abbade de santo thirso (...).*



83.

**Brasão da Congregação Beneditina do mosteiro de Paço de Sousa
existente no mosteiro de Singeverga (Santo Tirso)**

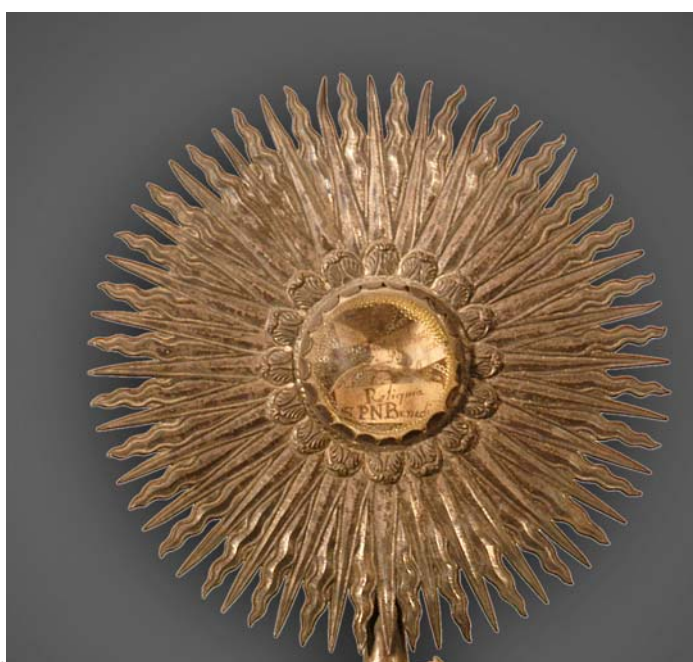
Este brasão era do mosteiro de Paço de Sousa e, hoje, encontra-se no convento beneditino de Singeverga. Ao centro, os emblemas da Congregação de S. Bento de Portugal, emoldurados, todavia, pelos símbolos de duas Ordens militares que seguiam a regra do Santo Patriarca: a cruz de Cristo e a de Avis.

Dirá Frei Leão de S. Tomás: *A Ordem dos Caualeitos do Templo felice em seu principio, e augmento, pouco venturosa no fim que teue, he a primeira que pertence à sagrada Religião de S. Bento (Benedictina Lusitana, vol. II, p. 177)*. Teria sido S. Bernardo que lhes redigira a Regra ou Constituições, de 72 capítulos, que lho pediria Balduino II, rei de Jerusalém.

Continua o cronista beneditino, agora a propósito da de Avis: *estando na cidade de Coimbra (D. Afonso Henriques, pelo ano de 1162), (...) deu conta como auia Caualeiros nobres, que se querião ajuntar, e fazer huma Ordem Militar, pera seruiço de Deos, e expulsão dos Mouros, que estauão ainda de posse de muita parte de Portugal (...) e logo aly a treze de Agosto do dito anno se fez Escritura das obrigações, que os Caualeiros da Noua Ordem auião de cumprir e guardar: a primeira foi que proffessarião a Regra de S. Bento com os vsos de Cister (Benedictina Lusitana, t. II, p. 181)*.



84.



85.

Ostensório relicário

D. António de Jesus Maria morrerá no decurso do seu triénio em 1709. Foi eleito para o acabar D. António de S. Bento que, ao triénio seguinte (1710-1713), foi eleito como prelado de Santo Tirso. Neste seu triénio, assistiria às grandiosas solenidades de Aveiro, em torno das relíquias de Santa Joana. Pegadas da notabilidade maior da sua presença nesta cerimónia solene a aquisição de uma relíquia de Santa Joana para o nosso mosteiro. Envolvê-la-á em estojo condigno: *encomendou dois relicários de prata, com pés de bronze, dourados, para as relíquias da Madalena e da Princesa Santa Joana* (relato dos estadistas do seu abaciado).

O ostensório da padroeira da freguesia de Santo Tirso não deixaria rasto da sua presença. O relicário de Santa Joana, esse ainda existe no retábulo-relicário da sacristia, apenas com duas alterações: sem o pé de bronze, que já o perdeu; mas abarcando, na sua companhia, um outro sacro despojo, que, porém, não é o de Santa Maria Madalena, mas de S. Bento: *Reliquia Sancti Patris Nostri Benedicti*, como ainda bem se aperceberá, no pormenor do relicário, à direita (foto 85), receptáculo, radiante de raios rectos e ondulados.

D. Frei António de S. Bento, natural de Braga, onde nascera, na paróquia de S. João do Souto, em 1673, tomara o hábito do Santa Patriarca, no mosteiro de Tibães, a 4 de Abril de 1689. Formar-se-ia em Coimbra. E havia de ser Professor de Artes, Reitor do Colégio de S. Bento, de Coimbra (1722), *conductário*, com privilégios de Lente, na Universidade, com tença anual de 30.000 reis.

Como abade de Santo Tirso, assistiria à trasladação das relíquias de Santa Joana para o Convento de Jesus de Aveiro, onde afinal sempre vivera como religiosa. D. João V ordenaria se colocassem no dito convento as relíquias da Princesa Santa Joana, em lugar mais próprio para sua veneração. Assistiram à trasladação o Bispo e Cabido de Coimbra. E, entre os Abades paramentados, estiveram o Abade do Colégio de Coimbra – D. Frei Inácio de Ataíde – e o nosso Abade de Santo Tirso, D. Frei António de S. Bento. Esta presença valerá ao nosso prelado a aquisição de uma relíquia de Santa Joana, que hoje se guarda, com outra de S. Bento, no relicário da sacristia de Santo Tirso, dentro do dito sol radiante de prata.



86.

Elogios da Regra de S. Bento

Pintura, na sobre-porta da Sacristia, do lado interno, no mosteiro de Santo Tirso (sec. XVII)

Por cima da cabeça de S. Bento, a pomba que dará testemunho da tradição beneditina de que a Regra do Santo Patriarca foi inspirada pelo Espírito Santo. De forma que, às vezes, nos aparecem depoimentos de uma certa equiparação da Regra aos Evangelhos...

“Santa Hildegara Abadeça do Mosteyro de S. Roberto em Alemanha no Arcebispado de Maguncia nos declarou bem - relata Frei Leão de S. Tomás - a excellencia da santa Regra, fazendo ao Spirito Santo Author della, por que explicando a petição dos Monges do Mosteyro Hunniense, afirma que as couzas, que escreue no tratado daquella sua explicação, todas ouuio ao proprio Deos, que lhas reuelou. *Ego paupercula faeminea forma audiui vocem a vero lumine mihi dicente, etc.*

E depois de dizer grandes lououres do glorioso Patriarcha, dis que à doutrina da sua Regra, nenhuma couza se há de acrescentar, ou tirar, por que nenhuma lhe falta, nem sobeja. A rezão que da he (*quoniam in Spiritu Sancto facta, et completa est*). Quer dizer por que foi feita, e acabada pello Spirito Santo, tomando por instrumento ao glorioso Patriarcha. E em outra parte afirma que o Spirito Santo, lhe ia ditando, e mostrando, o que com a pena auia de escrever; *Sanctus Benedictus regulam condiderat, Spiritu Sancto docente, et ostendente*”.

O quadro representa os elogios de que toda a gente – Papas Cardeais e Bispos, seculares, como Reis e Príncipes, ou religiosos, como frades e freiras – teceu, em louvor da Regra de S. Bento. Esta universalidade vincar-se-ia em alguns dos concílios da igreja.

Entre os Papas, Frei Leão de S. Tomás enumera S. Gregório Magno e Zacarias, que não só recomendariam a Regra de S. Bento, como a teriam confirmado, com a sua autoridade (*Benedictina Lusitana*, vol. I, p. 124 e ss.).



87.



88.

D. Afonso II

Retrato de D. Afonso II, que, nas lutas com o seu meio irmão Martim Sanches, se refugiara no mosteiro de Santo Tirso. Mas não foi só o acolhimento do monarca que lhe sagrou a memória lembrada dos nossos monges. É que outras ligações explicam a presença da imagem de D. Afonso II na galeria de personagens ilustres que figuraram no Salão das Justiças. É que o nosso Abade D. Mendo Pires (1178-1224) foi eleito para inquiridor de D. Afonso II (1220) e foi ainda seu testamenteiro (1221).

A 30 de Abril de 1792 punham fim ao relatório trienal do Abade Jubilado Frei Manuel de Santa Teresa os monges estadistas Frei João de S. Jerónimo e Frei Manuel José dos Serafins que anotaram este testemunho: *Dealvou-se todo o Mosteiro, por dentro, e por fora puzerão-se no Salão das Justiças sete painéis com os Retratos de corpos inteiros em estatura de homens ordinarios com caixilhos pintados, os Duadores S. Giraldo, o Senhor Reij D. Affonço 2.º, o Senhor Reij D. Sebastião, o Cardeal Reij, e o Abbade que no tempo da Duação viveo e aseitou, no painel em que estão o Conde Henrique, e Sueiro Mendes da Maija se lhe puzerão as palavras mais necessarias da Duação para por ella se vir ao conhecimento quazi total donde nos veio, o que possuimos, e pertence a este Mosteiro, e se de a conhecer de algum modo ao publico, que o ignora.* (ADB Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 111).



89.



90.

D. Martin Gil de Souza Conde de Barcellos, alferes-mor d'El Rei D. Dinis e mordomo-mor do infante D. Afonso, seu filho, viveu nos annos de (...), assim se lê na inscrição com que a tela mesma se identifica.

Ao sec. XVII, já Frei Leão de S. Tomás tratará da sua genealogia e da de sua esposa : *Dom Martim Gil, casado com Dona Violante Sanches (...). Donde já se deixa ver como o Conde Dom Martim Gil foy dos Mayas por descendencia de Dom Soeyro Mendes da Maya. Foy Sousa por sua bisauô Dona Guiomar, Foy Castro por sua mãy Dona Messia. Não foy menor a nobresa da Condeça Dona Violante Sanches sua molher; Porque foy filha do Conde Dom Ioão Afonso de Meneses senhor de Albuquerque, e da Condeça D. Tareja Sanches filha delRey Dom Sancho o IV. do nome Rey de Leão, e de Castela (Benedictina Lustana, t. II, p. 47).*

Foi este casal o grande benemérito da casa monástica de Santo Tirso, por cujas doações e disposições testamentárias se construiria a terceira igreja de Santo Tirso e o actual primeiro claustro do convento.



91.



92.

Rui Martins de Nomães, alferes-mor do Infante D. Henrique de Castela, benfeitor do mosteiro de Santo Tirso, a quem doou a Igreja e honra de Silva Escura. E do mosteiro teria recebido em empraçamento, durante a sua vida, a Quintã e a honra de Airão, bem como a Quintã de Pereiras.



93.



94.

Dona Maria Aires de Fornelos, bemfeitora deste mosteiro que viveu nos annos de 1208. Amante de D. Sancho I, do qual haverá dois filhos, a saber Martim Sanches e Urraca Sanches, igualmente grandes benfeitores da casa religiosa tirsense. Dona Maria Aires de Fornelos, que esteve sepultada em Santo Tirso, deixou ao mosteiro da nossa cidade o Couto e a igreja (o padroado) de S. Clemente de Silvaes, e muitos outros bens.



95.



96.

Dona Constança Gil, filha de D. Gil Martins e de Dona Maria Anes, grande benfeitora do mosteiro de Santo Tirso, que deixou aos monges daqui a Quinta de Lordelo, com todos os seus casais, tudo sito em Panoias, freguesia de Santa Marinha, termo de Vila Real. Dará ainda ao nosso mosteiro um casal em Soverosa e os bens que detinha em Soalhães, na terra de Vermoim.

Era ainda esta ilustre fidalga a possuidora da famosa Quinta de Chão do Couce, que acabaria também por ficar para o mosteiro da nossa cidade, desta feita, todavia, por generosidade de D. Martim Gil, doação que traria ao nosso mosteiro muitos amargos de boca...

Com estas dotações que foram de Dona Constança Gil ficou o mosteiro tirsense com alento bastante para se lançar à construção da terceira igreja monástica que, pouco depois, aliás, se iniciaria.

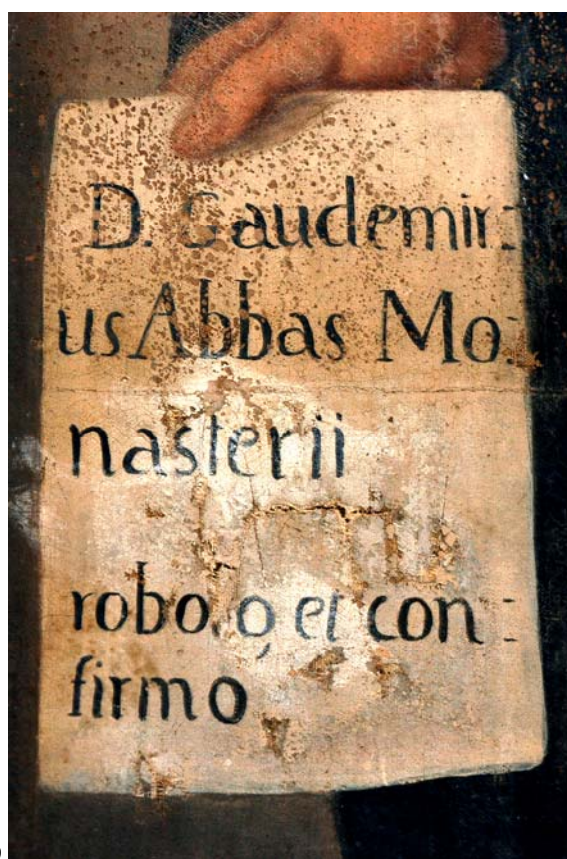


97.

**A devoção do povo de Santo Tirso a S. Bento
na pena de Camilo (uma oitava do Torturado de Ceide)**

O povo tirsense “adorava” o S. Bentinho, quer o da igreja monástica, do sec. XVII, quer o da Quinta da Batalha, do sec. XVIII. Três coisas bastariam para o comprovar: o carisma dos “dois”, a cuja devoção se atribuiriam curas miraculosas, na tradição de Santo Tirso. Depois, os testamentos – até os das freguesias à volta que pertenciam ao Couto de Landim, este sob tutela de Santo Agostinho -, onde, tantas vezes, as pessoas exaravam suas vontades últimas, entre as quais a de que fossem sepultadas na mortalha do hábito de S. Bento. Por último, o testemunho pessoal do grande romancista que o foi Camilo Castelo Branco. Ficaria espantado, quando viu pessoalmente as peregrinações de tantos devotos aos pés do nosso santo.

Esta lápide, mandada gravar pelo Abade Pedrosa, amigo pessoal do escritor – cliente do célebre médico e pai do Abade, o Dr. Pedrosa, personagem camiliano em “A Brasileira de Prazins” -, testemunha, na pena do romancista (1881), a lembrança saudosa que, ao deixarem o convento, de forma definitiva - 26 de Março de 1834 – largariam os frades à população daqui: afinal, o que tinham de mais válido e precioso, a saber, o amparo e a tutela indesmentida, ao longo de tantos séculos, do Santo Patriarca.



D. Gaudemiro, primeiro Abade eleito de Santo Tirso (1092-1129 ?)

Documentalmente, nos aparecerá a sua figura em 1092: nos textos respeitantes à sua apresentação, eleição e bênção abacial. Será Prior da comunidade o venerável D. Paio. Neste mesmo ano, confirma D. Gaudemiro duas doações ao mosteiro de Arouca. Será abade de Santo Tirso até 1129 parece.

A comunidade monástica, ao seu tempo, seria grande: *de muitos monges*, dir-se-á em vários documentos, tanto agora, como ainda depois, em 1243.

A *foto n. 98* que apresentamos, dá-nos uma imagem deste primeiro abade conhecido da nossa casa religiosa, ostentando, na mão direita as palavras, com que corroborou a doação do Couto de Santo Tirso, em 1098: *Dominus Gaudemirus Abbas Monasterii robor, et confirmo*, que reproduzimos à parte, na *foto 99*.

Retrato do sec. XVIII, que figurou no Salão das Justiças e, hoje, em restauro, no mosteiro de Singeverga



100.

Nossa Senhora
Imagem românica no claustro da igreja de Santo Tirso

Desdobrar-se-ia Frei Leão de S. Tomás na justificação do paradoxo, no que toca, por um lado, ao posto principal ocupado por Nossa Senhora na igreja medieva, em contraste com o padroado secundário que Lhe competia. E, por outro, em oposição, a respeito do “contra-senso” de um relevo secundário, na igreja, em prol de Santo Tirso que era, nada mais nada menos, que o padroeiro principal da comunidade monástica.

É possível que uma tensão complexa deste tipo proviesse já desde a igreja românica, onde, é natural, figurasse, desde então, a imagem de Nossa Senhora que esta foto representa e que hoje se alberga em nicho, no ângulo noroeste do claustro de Santo Tirso.



101.



102.

O Couto de Santo Tirso. Os marcos

Dissemos que o Couto de Santo Tirso abrangia três freguesias, por inteiro – Santo Tirso, S. Miguel do Couto e Santa Cristina do Couto –, mais duas fatias de outras tantas paróquias, a saber uma parte de Burgães e outra de Monte Córdova. Pomos de lado, o problema muito discutido, sob o ponto de vista da documentação e sob o aspecto jurídico, tanto quanto nos teria sido emitido da barra dos tribunais.

Se, por terra, eram os limites, mais ou menos seguros, tanto por banda do sul, como de leste, já discutida – e com mais veemência – a linha periférica do lado do Ocidente, o que se resumirá à questão da pertença da freguesia de S. Bartolomeu: se do Couto de Santo Tirso, ou antes do couto dos eremitas landinenses.

Não havia dúvidas, porém, da parte da linha periférica nortenha: o lençol das águas do Rio Ave. Se bem que o rio se tenha escapado do seu leito, nesta secção do Couto de Santo Tirso – e mais que uma vez – e com tendência permanente para se escapar... E fá-lo-ia, se os monges de Santo Tirso o não tivessem açaimado..

Dos marcos que delimitavam o Couto de Santo Tirso, subsistem dois que as fotos nos mostrarão. Na *foto 101*, o marco que está no açude do rio, frente ao nosso mosteiro, talvez deslocado do meio da queda para o extremo da banda norte, onde efectivamente se encontra. E dizemos isso, porque, quando as águas fluviais servirem de delimitação, é a linha imaginária do meio do leito que serve para demarcar, o que, para este caso, foi válido, quer para separar os dois coutos – o dos beneditinos de Santo Tirso e o dos eremitas augustinianos de Landim – quer para distinguir as confrontações das dioeses de Porto e Braga, segundo as Bulas pontifícias de Pascoal II e de Calisto II, na primeira parte do sec. XII.

Neste marco – que é do sec. XVII – estão inscritos os elementos que configuram as armas da Congregação Beneditina de Portugal: o leão rompante e o Castelo, assente sobre as letras iniciais de SB (São Bento). O marco da direita (*foto 102*) está situado no seu lugar de origem que a toponímia assegurará: *Pedra do Couto*. É um bloco cilíndrico, anepígrafo. Mas por ele, fala o topónimo...

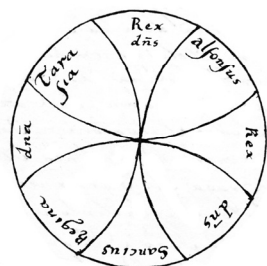
Apêndice V - Sinais e selos.



1. Sinal de Sueiro Mendes da Maia, em documento datado de 23 de Março de 1098.



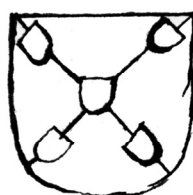
5. Anverso do selo do Papa Clemente VIII, em documento datado de Roma, em 10 de Dezembro de 1594.



2. Sinais do Rei D. Afonso Henriques, da Rainha D. Teresa e de D. Sancho I, em documento de Dezembro de 1183.



6. Selo, anverso, do Papa Nicolau V, datado de S. Pedro de Roma, a 1 de Abril 1449.



3. Selo do Arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, em documento datado de 9 de Fevereiro de 1434.



7. Selo da Bula do Papa Pio II, datada da Abadia de S. Salvador, na diocese de Chiusi, a 27 de Julho de 1462.



4. Selo da Bula do Papa Nicolau IV, de nome *Regularem vitam*, para defesa dos bens monásticos de Santo Tirso, em documento datado de 1 de Outubro de 1289.



8. Selo da Bula de Pio IV, em documento datado de Roma, junto da Igreja de S. Pedro, em 12 de Setembro de 1562.

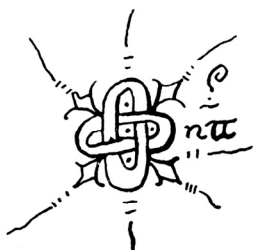
Apêndice V - Sinais e selos.



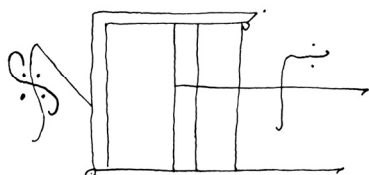
9. Selo, anverso, de uma Bula do Papa Sisto V, datado de Roma, junto de S. Marcos, em 14 de Outubro de 1587.



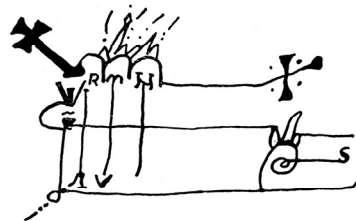
10. Anverso do selo da Bula de Gregório XIII, datada de Roma, junto de S. Marcos, em 7 de Julho de 1583.



11. Sinal de Ordonho, em documento tido por falso, com data de 23 de Novembro de 1097.



12. Sinal de Afonso VI, "imperador de toda a Espanha", em documento havido por falso, com data de 23 de Novembro de 1097.



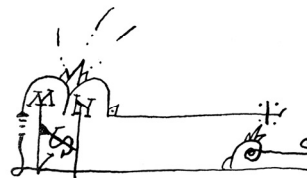
13. Sinal de D. Raimundo, genro de Afonso VI e marido de Dona Urraca, em documento, tido por falso, de 23 de Novembro de 1097.



14. Sinal de D. Urraca, filha de Afonso VI e esposa de D. Raimundo, em documento tido por falso, com data de 23 de Novembro de 1097.



15. Paio Eris, chamado Botão, que se encarregaria de imprimir o sinal do rei no dito documento de 23 de Novembro de 1097, que se tem por falso.



16. Sinal de Moninho Sesnandes, clérigo de S. Tiago e secretário do Conde D. Raimundo, no documento havido por falso, com data de 23 de Novembro de 1097.

Apêndice V - Sinais e selos.



17. Sinal notarial, existente em documento, datado de Tui (?) e guardado que fora no cartório de Santo Tirso, com data de 1 de Março de 1151.



19. Anverso do selo da Bula de Pascoal II *Egregias quondam*, com data de 15 de Agosto de 1115, no “Censual do Cabido da Sé do Porto”, acerca dos limites da Igreja do Porto



18. Anverso do Selo da Bula *Officii mei* do Papa Calisto II, com data de 2 de Março de 1120, sobre os limites da diocese do Porto, no “Censual do Cabido da Sé do Porto”.